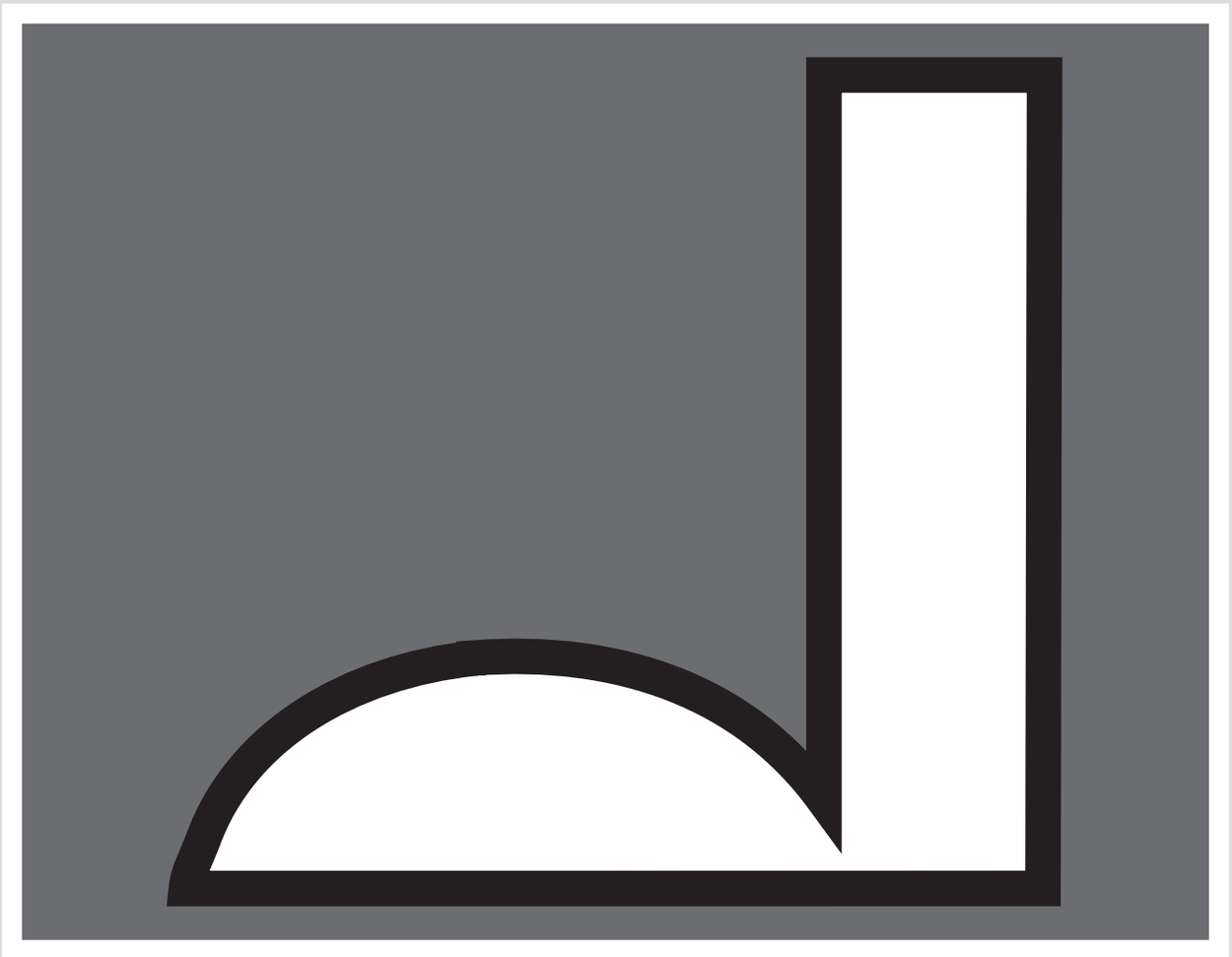
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 17 de julho de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV – SUP. AO Nº 109 – SÁBADO, 18 DE JULHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB/PP) - 20

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior

.....

Líder do PMDB - 19

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella

.....

Líder do PT - 12

Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2

Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2

Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 27

Líder
Raimundo Colombo - DEM[1]

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana

.....

Líder do DEM - 14

José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 13

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

[1] Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 17 de julho de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 8

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 93

– Secretaria de Comissões..... 99

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES (SENADO FEDERAL)

1.2.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 1º de julho de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 221

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 2 de julho de 2009, quinta-feira, às 9 horas..... 236

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 7 de julho de 2009, terça-feira, às 9 horas.. 254

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de julho de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 274

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, conjunta com a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 7 de julho de 2009, terça-feira, às 9 horas.. 292

1.2.1.2 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social – CAS-PREV

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social, conjunta com a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de julho de 2009, quinta-feira, às 9 horas..... 312

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 9 de julho de 2009, quinta-feira, às 9 horas..... 330

1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de junho de 2009..... 355

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de julho de 2009..... 371

Ata da 35º Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de julho de 2009..... 398

Ata da 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de julho de 2009..... 399

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de julho de 2009..... 416

1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de junho de 2009, às 11h30min..... 444

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fis-

calização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de julho de 2009, às 11h30min. 465

1.2.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 4 de março de 2009, quarta-feira, às 11 horas. 472

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 11 de março de 2009, quarta-feira, às 9 horas. 474

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de março de 2009, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7.... 486

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 18 de março de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 519

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 25 de março de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 536

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 1º de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II..... 557

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 8 de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 570

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 14 de abril de 2009, terça-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 585

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II..... 604

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 9ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 15ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2009, às 9 horas..... 626

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 6 de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 675

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia sete de maio de 2009, quinta-feira, às 9 horas. 702

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal..... 739

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada do dia vinte de maio de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 798

Ata da 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Conjunta com a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009. 807

Ata da 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 2 de junho de 2009, às 10 horas e 31 minutos..... 836

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2009, terça-feira, às 9 horas, no Plenário nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal..... 859

Ata da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. realizada no dia 16 de junho de 2009, às 12 horas e 26 minutos. 889

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 1º de Julho de 2009, quarta-feira, às 9 horas..... 891

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de julho de 2009, às 9 horas e 44 minutos. 905

1.2.5 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 930

Ata da 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em Vinte e 5 de março de 2009, quarta-feira, às 14 horas, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 934

Ata da 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em Primeiro de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 938

Ata da 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em Vinte e 2 de abril de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 958

Ata da 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infra – estrutura – CI, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em 29 de abril de 2009, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal. 961

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de maio de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1010

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de maio de 2009, terça-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 2 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal..... 1030

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1066

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de maio de 2009, quinta-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões nº 6 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal..... 1069

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de junho de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1093

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1095

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1098

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de julho de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 6 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal..... 1105

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legisla-

tura, realizada em 8 de julho de 2009, quarta-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões nº 6 da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal..... 1109

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de Dezembro de 2008, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 1114

1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 30 de junho de 2009..... 1116

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 7 de julho de 2009, no auditório Petrônio Portela, Anexo II, do Senado Federal..... 1129

1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de julho de 2009..... 1156

Ata da 21ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de julho de 2009..... 1174

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática conjunta com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de julho de 2009.. 1184

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 17/07/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 17 DE JULHO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	5
Não Deliberativas	5
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	1
Total de sessões realizadas	**12**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 17 de julho de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIV) 391

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 3
1 – Aprovada, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvida à Câmara dos Deputados 1
2– Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 30
1 – Por decisão terminativa de Comissão 11
1.1 – De iniciativa de Deputado 1
1.2 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho..... 9
1.3 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça..... 1

2 – Por decisão do Plenário.....19
2.1 – De iniciativa de Senador..... 10
2.2 – De iniciativa de Deputado 4
2.3 – De iniciativa do Presidente da República 3
2.4 – De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 2

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 29
1 – Por decisão do Plenário.....10
1.1 – De iniciativa do Senado Federal..... 2
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 7
1.3 – De iniciativa do Presidente da República..... 1
2 – Por decisão terminativa de Comissão 19

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 162
1 – Concessões de telecomunicações.....143
2 – Atos Internacionais 7
3 – Operações de crédito.....12

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 2

VI – Escolha de Autoridades..... 18

VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário..... 1

VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 9

IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante..... 82

X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente..... 8

XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 11

XII – Requerimento de Informações indeferido pela Mesa 1

XIII – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)..... 3
1 – De desapensamento.....3

XIV – Requerimentos Diversos..... 32

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XV A XX) 30

XV – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF) 14

XVI – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF) 3

XVII – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)..... 5

XVIII – Por ter sido rejeitada em Plenário..... 1

XIX – Por ter sido declarada prejudicada 1

XX – Por terem sido retiradas pelos autores 6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM JULHO (ITENS I A XX) 421

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....60

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 17 DE JULHO DE 2009

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 17 de julho de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	59
Não Deliberativas	46
Deliberativas Extraordinárias	8
Especiais	8
Total de sessões realizadas	**121**
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	**1**
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XVII) 1194

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 15
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados 7
2– Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção 5
3– Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....3

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 63
1 – Por decisão do Plenário.....48
1.1 – De iniciativa de Senador..... 13
1.2 – De iniciativa de Deputado 26
1.3 – De iniciativa do Presidência da República 4
1.4 – De iniciativa do Procurador Geral da República 1
1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho..... 2
1.6 – De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 2

2 – Por decisão terminativa de Comissão[1] 15
2.1 – De iniciativa de Deputado 1
2.2 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 11
2.3 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União 2
2.4 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 132
1 – Por decisão do Plenário 21
1.1 – De iniciativa do Senado Federal 7
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados 11
1.3 – De iniciativa do Presidente da República 2
1.4 – De iniciativa de Comissão Mista 1

2 – Em decisão terminativa de Comissão 111

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 477
1 – Concessões de telecomunicações 421
2 – Atos Internacionais 35
3 – Operações de crédito[2] 18
4 – Projetos de Resolução (outras matérias)[2] 3

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 30

VI – Escolha de Autoridades 34

VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário 1

VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 24

IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 103

X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 36

[1] A partir desta Resenha, o subitem "Por decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania" passa a integrar o subitem "Por decisão terminativa de Comissão"

[2] Na Resenha de Março de 2009, o PRS nº 9/2009, que foi contabilizado no subitem "Projetos de Resolução (outras matérias)", na verdade, contabiliza-se no subitem "Operações de crédito".

XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 107

XII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa..... 1

XIII – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) 2

XIV – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária[3] 2

XV – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária[3]..... 6

XVI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)..... 38
1 – De tramitação conjunta 20
2 – De desapensamento.....18

XVII – Requerimentos Diversos 123

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVIII A XXVI) [4] 104

XVIII – Por terem alcançado objetivo 2

XIX – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF)..... 35

XX – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF)..... 17

XXI – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF) 5

XXII – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF)..... 2

XXIII – Por terem sido rejeitadas em Plenário..... 4

XXIV – Por terem sido declaradas prejudicadas..... 12

XXV – Por terem sido retiradas pelos autores 25

[3] Na Resenha de junho de 2009, nos itens XIV e XV, os totais são 2 e 6, respectivamente;
[4] Na Resenha de junho de 2009, o item "Matérias rejeitadas" passou a integrar o item "Matérias arquivadas", distribuído de acordo com a divisão em subitens deste; a partir desta Resenha, o item "Matérias arquivadas" tem seus subitens distribuídos, como itens, no título "Matérias enviadas ao arquivo".

XXVI – Recursos arquivados (por terem recebido parecer contrário de comissão) 2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXVI) 1298

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....473
Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito[5].....3
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito[5].....2

[5] A partir desta Resenha, o item "Requerimentos de criação/prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito" foi dividido em "Requerimentos de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito" e "Requerimentos de prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito"

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total 3

I.1 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2009 (Medida Provisória nº 460, de 2009), que dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; e dá outras providências.

Sessão: 07.07.2009

I.2 - Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação

Total 2

Medida Provisória nº 461, de 2009, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica.

Sessão: 08.07.2009

Medida Provisória nº 463, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 1.217.677.730,00 (um bilhão, duzentos e dezessete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta reais), para os fins que especifica.

Sessão: 08.07.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	10
De iniciativa de Deputado	5
De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito.	2
De iniciativa do Presidente da República.	3
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	9
De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.....	1
Total	**30**

II.1 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total	11

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2009 (nº 2.406, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, sediado em São Luís - MA, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2009 (nº 4.942, de 2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2009 (nº 5.356, de 2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2009 (nº 201, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES); cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas; e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2009 (nº 262, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE); cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2009 (nº 262, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2009 (nº 1.653, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - AM/RR, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2009 (nº 1.796, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2009 (nº 1.870, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Joaquim Francisco, que dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2009 (nº 2.549, de 2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de 1 (um) cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2009 (nº 5.829, de 2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

II.2 - Aprovadas pelo Plenário

Total 19

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), de autoria do Senador Almeida Lima, que dispõe sobre emissão de declaração de quitação anual das faturas pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos.

Sessão: 07.07.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa), de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 1.211-A da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estendendo a prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais aos portadores de doenças graves.

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica em caráter suplementar as campanhas previstas nos artigos 75 e 77 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Enio Bacci, que cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.

Sessão: 07.07.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001 (nº 6.302/2002, naquela Casa), de autoria do Senador Mauro Miranda, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta.

Sessão: 08.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1995 (nº 580/1995, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a nomeação dos representantes oficiais do País em organismos internacionais de caráter oficial.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Fátima Cleide, que modifica o artigo 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a

finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004 (nº 4.851/2005, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2008 (nº 7.163/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO a promover a alienação de bem público.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2009 (nº 3.675, de 2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNPM - FCDNPM, no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG, destinados ao DNPM, e altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCDNPM, 8.876, de 2 de maio de 1994, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006 (nº 237/2007, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004 (nº 6.222/2005, naquela Casa), de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2006 (nº 5.067/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2007 (nº 4.719/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alberto Fraga, que altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2008 (nº 7.024/2006, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alberto Fraga, que acrescenta o art. 349-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Tipifica como crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008 (nº 1.507/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Eliseu Padilha, que acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual, que altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	21
De iniciativa da Câmara dos Deputados	7
De iniciativa do Presidente da República	1
Total	**29**

III.1 – Projetos de Lei aprovados em Plenário

Total	10

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434, de 2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Eduardo Gomes, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte.

Sessão: 07.07.2009

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007 (nº 435, de 2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Sessão: 07.07.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2005 (nº 3.945, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Manato, que confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165, de 1999, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem), de autoria da Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Sandro Mabel, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008 (nº 1.946, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Gilberto Kassab, que altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2008 (nº 370, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Luiz Couto, que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2008, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 1990, e cria o art. 244-B para criminalizar expressamente a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, exploração sexual ou abandono, além de outras providências.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

III.2 – Projetos de Lei do Senado aprovados por comissão, em decisão terminativa

Total 19

Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que modifica os artigos nºs 54 e 55 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e assemelhados portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Navegação Interior, no Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Tefé, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Cerro Azul, vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)
Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta art. 1°-A ao regulamento a que se refere o Decreto n° 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave aposentar-se integralmente por invalidez.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)
Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)
Sessão: 17.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o inciso III do art. 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)
Sessão: 17.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que institui o Dia Nacional do Suinocultor.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 17.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, que institui o Dia Nacional da Cidadania.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 17.07.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	12
De iniciativa da Câmara dos Deputados	150
Total	**162**

IV.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	7

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.

Sessão: 07.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2009 (nº 201, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2009 (nº 318, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009 (nº 23, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2009 (nº 214, de 1992, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 25 e 66.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2009 (nº 855, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirrã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevidéu, celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2009 (nº 1.143, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total 143

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1996 (nº 140, de 1989, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Sul Matogrossense de Emissoras LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caarapo, Estado do Mato Grosso do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 1999 (nº 654, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Clube de Corumbá LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1999 (nº 657, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Paraná LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1999 (nº 733, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Curitiba LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2000 (nº 211, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Jerônimo T. Minamihara & Cia. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2001 (nº 354, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Progresso FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2002 (nº 1531, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária União Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008 (nº 376, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2008 (nº 631, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2008 (nº 834, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2008 (nº 836, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2008 (nº 593, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas - Grupo EMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2008 (nº 641, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2008 (nº 841, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Abaíra FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2009 (nº 282, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Xinguara LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2009 (nº 541, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2009 (nº 741, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jacuípe FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2009 (nº 806, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Civil do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Chã Preta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2009 (nº 969, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aliança FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2009 (nº 899, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2009 (nº 911, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização Não-Governamental de Olho em São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2009 (nº 913, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sant'ana de Óbidos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbidos, Estado do Pará.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2009 (nº 924, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pioneira Comunitária Aldeiense de Radiodifusão, Para

a Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cupuraque, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2009 (nº 930, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2009 (nº 931, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião do Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2009 (nº 938, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Caetanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2009 (nº 987, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rms LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2009 (nº 1042, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Noroeste de Comunicação LTDA. - EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2009 (nº 748, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado de Alagoas.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2009 (nº 776, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2009 (nº 839, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Extra Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2009 (nº 880, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SCPB - Sistema de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2009 (nº 883, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2009 (nº 901, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Otacílio Risonho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2009 (nº 945, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2009 (nº 948, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2009 (nº 977, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2009 (nº 1045, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Agreste de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2009 (nº 851, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2009 (nº 941, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2009 (nº 1040, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2009 (nº 1076, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Água Doce LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado do Amapá

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2009 (nº 1108, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Neves & Oliveira Andrade LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2009 (nº 1134, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2009 (nº 1159, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Metrópole Regional FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2009 (nº 1216, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Castilho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2002 (nº 868, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Serra dos Cristais LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2007 (nº 219, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Alternativa de Radiodifusão Comunitária para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2007 (nº 235, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vereda do Brejo Angelim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2007 (nº 237, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Melhoramento Nascente do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2008 (nº 72, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2008 (nº 457, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2008 (nº 710, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Eco FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2008 (nº 708, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2008 (nº 755, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2008 (nº 439, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2008 (nº 691, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Alpha de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2008 (nº 770, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à HP Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2008 (nº 775, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2009 (nº 557, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Cariús LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2009 (nº 766, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópole, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2009 (nº 767, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2009 (nº 833, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2009 (nº 974, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Ibicuitinga FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2009 (nº 871, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2009 (nº 877, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mendonça e Rios LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2009 (nº 893, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Goioxim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2009 (nº 902, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio ao Jovem de Irauçuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2009 (nº 956, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Grupo Comunicação do Vale LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2009 (nº 957, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2009 (nº 958, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Barrinha Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2009 (nº 959, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2009 (nº 1005, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2009 (nº 1044, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Torre de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2009 (nº 1085, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicação FM Stéreo LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2009 (nº 756, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Brás do Suaçuí FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2009 (nº 884, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2009 (nº 886, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativo de São Martinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2009 (nº 895, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2009 (nº 940, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade das Águas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2009 (nº 955, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2009 (nº 975, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Xaraés Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2009 (nº 992, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Novo Horizonte do Sul/MS - Aconhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2009 (nº 249, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2009 (nº 1079, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aurora Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2009 (nº 1080, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2009 (nº 1086, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2009 (nº 1093, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2009 (nº 1094, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portel Serviços de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2009 (nº 1101, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzon para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2009 (nº 1120, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cajuruense Boca da Mata de Apoio à Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2009 (nº 1122, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Gália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2009 (nº 1123, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Grupo Semente Nova do Distrito de Missi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2009 (nº 1125, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Cidade das Rosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2009 (nº 1126, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2009 (nº 1136, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2009 (nº 1152, de 2008, na Câmara dos Deputados), aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura da Confresa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2009 (nº 1158, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Fé de Croatá LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2009 (nº 1170, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009 (nº 1203, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2009 (nº 1248, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco.

Sessão: 09.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2008 (nº 574, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Grupo Cultural Semente do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2008 (nº 610, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Carrancas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2008 (nº 620, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ABECCA - Associação Benemérita e Cultural de Conceição das Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2008 (nº 711, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Indústrias Gráficas o Estado LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2008 (nº 762, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2009 (nº 820, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Educativa Cultural Sebastião Osvaldo Costa - FECUSOCT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2009 (nº 832, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicuí, Estado da Bahia.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2009 (nº 842, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora do Amparo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2009 (nº 872, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia - ADECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2009 (nº 896, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Raízes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2009 (nº 914, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2009 (nº 962, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capelista LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2009 (nº 966, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2009 (nº 970, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2009 (nº 971, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Gois de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2009 (nº 995, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Senador Sá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2009 (nº 1.007, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina para executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Platina, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2009 (nº 946, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Meio Oeste Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval D´Oeste, Estado de Santa Catarina.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2009 (nº 949, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2009 (nº 950, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2009 (nº 973, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Litoral LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2009 (nº 986, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2009 (nº 1.018, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Folheta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2009 (nº 1.024, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Ômega para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2009 (nº 1.061, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão À Rádio Som Tocantins LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2009 (nº 1.062, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2009 (nº 1.070, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à CNC. BR - Centro Nacional de Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2009 (nº 1.081, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2009 (nº 1.090, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2009 (nº 1.127, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Navegantes de Anhembi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2009 (nº 1.128, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2009 (nº 1.130, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Arca de Poá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2009 (nº 1.137, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2009 (nº 1.213, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Itaubal - AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2009 (nº 1.129, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2009 (nº 1.257, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2009 (nº 1.266, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2009 (nº 1.295, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2009 (nº 1.308, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & CIA. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2009 (nº 1.309, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2009 (nº 1.217, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2009 (nº 897, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

IV.3 - Projetos de Resolução aprovados em Plenário

Total 12

Projeto de Resolução nº 31, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 194,000,000.00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 32, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 71,500,000.00 (setenta e um milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 33, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 211,700,000.00 (duzentos e onze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 34, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município do Recife (PE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com

o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 32,760,000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 35, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Caxias do Sul (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 28,800,000.00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 40, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 41, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Resolução nº 42, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 77,000,000.00 (setenta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Projeto de Resolução nº 43, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Distrito Federal a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 60,095,000.00 (sessenta milhões e noventa e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Projeto de Resolução nº 44, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para

reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com garantia da União, no valor de até US$ 103,000,000.00 (cento e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinados ao financiamento parcial do Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará - PROGERIRH II.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Projeto de Resolução nº 45, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até US$ 166,650,000.00 (cento e sessenta e seis milhões, e seiscentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Projeto de Resolução nº 46, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 2

Mensagem nº 91, de 2009 (nº 393, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

Sessão: 07.07.2009

Mensagem nº 94, de 2009 (nº 474, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Sessão: 07.07.2009

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 18

Parecer nº 502, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/39, de 2009 (nº 144/2009, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Juiz de Direito Paulo De Tarso Tamburini Souza, da Comarca de Belo Horizonte - Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para compor o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2009/2011.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 518, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/22, de 2009 (nº 520/2009, na origem) do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 519, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/23, de 2009 (nº 520/2009, na origem) do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Achiles de Jesus Siquara Filho, Procurador de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 520, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/24, de 2009 (nº 520/2009, na origem) do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sandro José Neis, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 521, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/25, de 2009 (nº 143/2009, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - Biênio 2009/2011.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 522, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/26, de 2009 (s/nº/2009, na origem), de Lideranças do Senado Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Bruno Dantas Nascimento para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 589, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/27, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Desembargador Leomar Barros Amorim de Sousa, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2009-2011.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 590, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/28, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, para compor o Conselho Nacional de Justiça, escolhido em Sessão Plenária daquela Corte, para o biênio 2009-2011.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 592, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/30 de 2009 (nº 144/2009, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para compor o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2009/2011.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 593, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/31, de 2009 (nº 406/2009, na origem) do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor José Adonis Callou de Araújo Sá, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 594, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/32, de 2009 (nº 406/2009, na origem) do Procurador-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Felipe Locke Cavalcanti, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 595, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/33, de 2009 (nº 46/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Jefferson Luis Kravchychyn, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 596, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/34, de 2009 (nº 46/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Jorge Hélio Chaves de Oliveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 598, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/36, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Exmo. Ministro Ives Gandra Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 599, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/37, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Exmo. Juiz Nelson Tomaz Braga, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 600, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/38, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome da Juíza do Trabalho Morgana de Almeida Richa, Titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 844, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 92, de 2009 (nº 470/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Senhor José Rômulo Plácido Sales, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Flores Vieira.

Sessão: 07.07.2009

Parecer nº 1.027, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 102, de 2009 (nº 502/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza.

Sessão: 08.07.2009

VII - PARECER SOBRE RECURSO APROVADO PELO PLENÁRIO

Total 1

Parecer nº 1.233, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pelo deferimento do Recurso nº 6, de 2008, impetrado contra a decisão da prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006, que aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e o envio da matéria ao reexame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 07.07.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total 9

Requerimento nº 802, de 2009, de autoria dos Senadores José Sarney e Antonio Carlos Júnior, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 803, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 804, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 805, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 806, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e Bancada do PT, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 807, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Papaléo Paes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 808, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 809, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

Requerimento nº 810, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti.

Sessão: 01.07.2009

IX – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total 82

Requerimento nº 791, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e repúdio ao golpe de Estado perpetrado contra o governo democrático de Honduras.

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 815, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando voto de censura e manifestação de Repúdio pelo golpe de Estado em Honduras, que derrubou o presidente José Manuel Zelaya.

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 1575, de 2003, de autoria do Senador Ideli Salvati, solicitando voto de censura à iniciativa reprovável do Prefeito de Bocaiúva do Sul, Paraná, Sr. Élcio Berti, ao proibir, através de decreto municipal, "a concessão de moradia e a permanência fixa de qualquer elemento ligado à classe de chamados homossexuais".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 274, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Grafite do São Paulo Futebol Clube, pelo ato de coragem diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre o São Paulo e o Clube argentino Quilmes.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 307, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de lembrança à figura do Presidente Tancredo Neves, pelo transcurso do aniversário de sua morte.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 451, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do aniversário natalício de Carlos Lacerda.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 623, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de solidariedade ao jornalista e escritor Fernando de Moraes, que teve seu livro "Na Toca dos Leões" apreendido por ordem judicial.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 707, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando voto de censura em repúdio à declaração feita pelo Coronel da Reserva do Exército - Lício Augusto Ribeiro Maciel, na Câmara dos Deputados, em que se diz arrependido de não ter usado de violência física contra o Deputado José Genoíno, na época prisioneiro político.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1263, de 2005, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando voto de repúdio à Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não alcoólicas sobre a matéria "Latas de refrigerantes são seguras para a saúde".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 161, de 2006, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando voto de solidariedade às vítimas da Operação Cajueiro, que foram presas e torturadas pelo comando da 6ª Região Militar, Salvador/BA.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 249, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves, pelo Dia Internacional da Mulher, pelo seu trabalho desenvolvido em pesquisa genética, na Aracruz, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 250, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de repúdio à "Via Campesina", movimento ligado ao MST, pelos atos de vandalismo praticados contra a Aracruz Celulose, do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1177, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Jornal Folha de São Paulo, em razão da quebra aparente de seu sigilo telefônico.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 277, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade aos estudantes africanos que foram submetidos a agressões físicas e psicológicas em atentados na Universidade de Brasília.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 691, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do aniversário da morte de Carlos Lacerda.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 752, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de repúdio e censura às pichações racistas ocorridas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 909, de 2007, de autoria do Senador Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao Juiz Manoel Maximiano Junqueira Filho, pela falta de ética e compromisso moral ao julgar a queixa-crime imposta pelo jogador de futebol Richarlyson.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 925, de 2007, de autoria do Senador Ideli Salvati e outros Senhores Senadores, solicitando voto de repúdio ao senhor Paulo Zottolo, presidente da Phillips, pela entrevista, na qual se refere desrespeitosamente ao Estado do Piauí.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 850, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aversão à censura prévia imposta ao Jornal da Tarde, do Grupo "Estado", proibindo a divulgação de reportagem por ato de Juiz Federal de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 932, de 2008, de autoria do Senador Flexa Riberiro, solicitando voto de solidariedade ao Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará pela agressão sofrida durante o Sexto Congresso Estadual de Jornalistas pelos integrantes do Movimento dos Sem Terra e Via Campesina.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1063, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso à comunidade católica do Oeste do Paraná por ocasião do transcurso das comemorações dos trinta anos da Diocese de Foz do Iguaçu.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1068, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Nacional de Altos Estudos pela realização, nos dias 3 a 5 de setembro de 2008, do III Fórum Especial, com o tema "Necessidade de Fortalecimento das Instituições Políticas do Brasil".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1069, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornalista Marcondes Sampaio pelo lançamento de seu livro "Assim Caminha a Humanidade", em Brasília, no dia 2 de setembro de 2008.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1070, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Desembargador Arnaldo Carpinteiro Peres, do Tribunal de Justiça do Amazonas, pela iniciativa de rever penas de réus presos na tentativa de combater a superlotação de presídios.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1118, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à empresa de telefonia Vivo pela iniciativa de praticar a inclusão social, ao envolver, em seus negócios, ações de acessibilidade.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1121, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à ex-vereadora Otalina Aleixo, reconhecida por orientar as prostitutas de Manaus sobre os riscos de se contrair doenças sexualmente transmissíveis e a usar preservativos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1125, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pelos 40 anos do episódio que levou à cassação do ex-Deputado Márcio Moreira Alves.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1126, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações pela posse do Desembargador Sérgio Resende como Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ocorrida no dia 4 de setembro de 2008.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1130, de 2008, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando voto de congratulações pelos 40 anos da Revista Veja.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1150, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações à diretoria do jornal A Tribuna, de Vitória, Espírito Santo, pela passagem dos seus setenta anos de fundação.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1237, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1251, de 2008, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando voto de solidariedade ao padre Júlio Lancellotti, pelo trabalho realizado na "Casa Vida" de acolhimento das crianças contaminadas pelo vírus do HIV.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1286, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Manaus, no Amazonas, pelo transcurso dos 339 anos da criação do Município.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1327, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Senadora Kátia Abreu por ter sido eleita Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1358, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense, por ter sido classificado como finalista em quatro categorias do Prêmio Esso de Jornalismo 2008.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1368, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso pelo 41º aniversário da instalação da Justiça Federal do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1374, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações às Organizações Rômulo Maiorana de Comunicações pelo transcurso do 62º aniversário de fundação do Jornal O Liberal.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1380, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às Organizações Rômulo Maiorana, de Belém-PA, pelos 62 anos do jornal O Liberal.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1381, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Liberal", pelo transcurso de seu sexagésimo segundo aniversário.

Sessão: Sessão:

Requerimento nº 1383, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha, pela iniciativa de comemorar a data da Proclamação da República.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1398, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações ao Diretor-Presidente do Jornal "Diário do Pará", Sr. Jáder Fontenelle Barbalho Filho, pelo título "Empresário do Ano", concedido pela Associação Comercial do Pará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1399, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas - Sinduscon - AM, pela realização de Encontro-Palestra, no dia 19 de novembro de 2008, em Manaus, acerca da crise no setor de construção civil no Estado.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1461, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Agência 3 por ter sido a vencedora, no ano de 2008, da 12ª Edição do Prêmio de Propaganda O Globo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1462, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à TV Cultura de São Paulo, por sua decisão de suprimir, a partir de janeiro de 2009, todos os anúncios comerciais em sua faixa de programação infantil.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1466, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rádio Rio Mar, de Manaus, pelo transcurso do seu 54º aniversário.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1473, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade aos familiares do jovem Rodrigo Soares Olenski, desaparecido no Parque Nacional do Sajama, na cidade de Cochabamba na Bolívia.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1480, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso dos 60 anos da Rádio Difusora do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1562, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao empresário Joel Malucelli, de Curitiba, Paraná, por ter sido eleito Líder Empresarial no ano de 2008 pelo fórum de Líderes Empresariais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1563, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao município e ao povo de Maués-AM, pela realização da 29ª Festa do Guaraná.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1564, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por ter conferido ao Senador José Agripino a "Medalha do Mérito Legislativo José Augusto".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1565, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por ter conferido ao Senador José Agripino a "Medalha do Mérito Legislativo José Augusto".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1566, de 2008, de autoria do Senado Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Deputado Estadual Luiz Carlos Andrade Neto pela realização, em Manaus, de reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1571, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de aplauso à Rede Record de Televisão pelo lançamento da campanha de socorro às vítimas das chuvas em Santa Catarina.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1573, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jurista Paulo César Caminha e Lima, pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1580, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelos 60 anos de fundação da Rádio Difusora do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1588, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Loja Maçônica Conciliação Amazonense, de Manaus, pelo transcurso dos 114 anos de funcionamento da Maçonaria, no Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1596, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de solidariedade ao jornalista Hélio Fernandes, pela interrupção da circulação do seu Jornal, “A Tribuna da Imprensa”, no Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1607, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Superior Tribunal Militar pelo lançamento do livro Coletânea de Estudos Jurídicos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1619, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Paulo César Caminha e Lima, eleito para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1620, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Rafael Romano, eleito para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1624, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao escritor e jornalista Aldísio Filgueiras, pelo lançamento da segunda edição de seu livro Nova Subúrbios.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1625, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Correio Braziliense, à jornalista Ana Beatriz Magno e ao fotojornalista José Varella, pela conquista do Prêmio Esso de Jornalismo 2008.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1627, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulação ao Procurador de Justiça Alceu Marques pela sua posse como Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1649, de 2008, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando voto de congratulações pelos 70 anos do teólogo, professor e escritor Leonardo Boff.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1651, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Ministro Gilmar Mendes pelo recebimento do prêmio Franz de Castro Holzwarth, de Direitos Humanos, concedido pela OAB do Estado de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1654, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal O Estado de S. Paulo e ao jornalista José Maria Mayrinque pelo lançamento do livro-reportagem "Mordaça no Estadão".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 1696, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz Aristóteles Lima Thury pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 13, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso pelos 25 anos do Movimento Diretas Já e em especial à participação do locutor esportivo Osmar Santos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 26, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, pela passagem dos seus 90 anos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 76, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o Jornalista e Poeta Marcondes Sampaio pelo lançamento do livro "Assim caminha a mediocridade".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 83, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Deputada Federal Rebecca Garcia, agraciada com o Diploma e Medalha "Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 94, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela criação da primeira Câmara Regional de Julgamento de Recursos e Apelações, no município de Chapecó.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 133, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o arcebispo de Manaus, Dom Luís Soares Vieira, pela campanha da fraternidade deste ano.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 137, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao arcebispo D. Orani João Tempesta, pela assunção da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 165, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações ao Ministro Gilmar Mendes pela decisão de cobrar uma ação mais enérgica da Justiça e do Ministério Público, na punição com rigor dos responsáveis por invasões de terras no País.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 173, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando votos de congratulações ao Deputado José Megale, por sua postura em cobrar explicação da Governadora Ana Júlia Carepa sobre a compra de kits escolares, sem licitação.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 174, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações ao jornalista João Carlos Magalhães, do Jornal Folha de São Paulo, Agência de Belém, pela matéria "Pará entrega kit escolar elogioso ao governo".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 218, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Luiz Carlos Trabuco Cappi, pela assunção da presidência do Banco Bradesco.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 220, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de enaltecimento ao ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, aos ex-presidentes do BNDES André Lara Rezende e José Pio Borges e ao ex-presidente da Anatel Renato Guerreiro pelo resgate de suas honorabilidades e a correção no exercício da função pública.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 248, de 2009, de autoria do Senador Siba Machado, solicitando voto de solidariedade à juíza Duília Reis, da Comarca de Ariquemes-RO, pelas ameaças que vem recebendo de madeireiros.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 526, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Governador de São Paulo, José Serra, pela publicação do artigo Nenhum genocídio deve ser esquecido, no jornal Folha de São Paulo.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 842, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando envio de manifestação de apelo para que o julgamento dos sete líderes iranianos da Fé Bahá'í seja feito com toda transparência, justiça e respeito aos Direitos Humanos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

X – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 8

Requerimento nº 556, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto de 2009 seja destinado a homenagear a Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom.

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 812, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 10 de dezembro de 2009, com a finalidade de comemorar os 370 anos da expedição amazônica de Pedro Teixeira, desbravador português considerado o "Conquistador da Amazônia".

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 816, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 750, de 2009, que a Sessão Especial em homenagem ao Dia do Farmacêutico seja adiada para o dia 1º de outubro de 2009, às 11 horas.

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 817, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 752, de 2009, o adiamento da realização de Sessão Especial em homenagem ao Maestro Sílvio Barbato, para o dia 9 de julho de 2009.

Sessão: 02.07.2009

(Homenagem realizada em 09.07.2009)

Requerimento nº 307, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal no dia 10 de novembro de 2009, às 10 horas, em comemoração aos 40 anos de fundação do Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Sessão: 09.07.2009

Requerimento nº 248, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 18 de agosto de 2009 seja destinado a homenagear a memória de Euclides da Cunha.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 886, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 11 de agosto de 2009, destinado a comemorar o centenário de nascimento de Jaime Câmara.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 912, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto de 2009 seja destinado a homenagear a Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

XI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total 11

Requerimento nº 454, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de se obter esclarecimentos, junto à Petrobras, sobre irregularidades denunciadas pelo Ministério Público Estadual baiano, por prefeituras municipais baianas e pela imprensa nacional, em relação ao uso de recursos da referida empresa.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 518, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre violação das regras que disciplinam o espaço aéreo brasileiro por parte de um cargueiro da Arrow Cargo, em 26 de março de 2009, em Manaus.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 594, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado dos Transportes e, por seu intermédio, ao Sr. Luiz Antonio Pagot, presidente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, informações sobre as providências concretas praticadas nas solicitações decorrentes da Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública nos anos de 2007 e 2008.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 649, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, informações sobre a criação de 28 novos batalhões na fronteira amazônica e nas terras indígenas, prevista na Estratégia Nacional de Defesa, o que ampliaria de 25 mil para 30 mil o número de militares na Amazônia.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 651, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas

pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, informações sobre o projeto de instituição de plano especial para servidores do Instituto dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 667, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário relativas às famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, oriundas da área da Raposa Serra do Sol, em Roraima.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 710, de 2009, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca dos terrenos de marinha, principalmente no tocante aos valores arrecadados com laudêmio, enfiteuse e taxa de ocupação nos últimos dez anos.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 715, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia acerca de estudos e/ou previsões sobre abalos sísmicos no Estado do Amazonas.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 753, de 2009, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando, nos termos dos art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Cidades, informações sobre a questão do saneamento no Brasil.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 763, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, solicitando, ao Ministério das Cidades informações quanto às ações preventivas que serão empregadas para socorrer as populações da região norte e nordeste que se encontram em situação de emergência e/ou de calamidade pública, em consequência das cheias.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

Requerimento nº 766, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre a invasão dos indígenas ao prédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) na cidade de Manaus-AM.

(Aprovado na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

XII – REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES INDEFERIDO PELA MESA

Total 1

Requerimento nº 650, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre o plano especial para agentes e delegados da Polícia Federal que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia.

(Indeferido na 8ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 7 de julho de 2009)

XIII – REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total 3

XIII.1 – Solicitando desapensamento

Total 3

Requerimento nº 814, de 2009, de autoria de Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2003, de sua autoria, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16/2004; 61/2004; 06/2006; 13/2006; 22/2007; 85/2007 e 10/2008, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sessão: 08.07.2009

Requerimento nº 821, de 2009, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando o desapensamento das seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005, Projetos de Lei do Senado nºs 85 e 193, de 2003, 205 e 254, de 2005, e 301, de 2006, que passam a ter tramitação autônoma.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 847, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando o desapensamento das seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nºs 123, de 2005; 45, de 2006; 26, 105, de 2008, e Projetos de Lei do Senado nºs 219, de 1999; 12, 289, 366, de 2003; 334, 348, 350, 357, de 2004; 107, de 2005; 271, de 2006; 120, 367, 501, 669, de 2007, que passam a ter tramitação autônoma.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

XIV – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 32

XIV.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 3

Requerimento nº 772, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2009, com os seguintes projetos, que já tramitam em conjunto: Projetos de Lei do Senado nºs 104, 105, 257 e 370, de 2003; 222 e 293, de 2004; 166, 629 e 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362e 458, de 2008.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 822, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 328, de 2005 e 344, de 2007.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 854, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008 com o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2009, por versarem sobre matéria análoga.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

XIV.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total 6

Requerimento nº 813, de 2009, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando o desapensamento do PLS nº 205, de 2001, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003 e 86, de 2004, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 205, de 2001; 410, de 2003; 224 e 249, de 2004; 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007 e 135, de 2008)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 880, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando Lido e aprovado o Requerimento nº 880, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do PLC 165/2008; PLC 198/2008; PLC 172/2008; PLC 135/2008; PLC 19/2004 e PLS 141/2003.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 843, de 2009, de autoria do Senador José Nery, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 121, de 2005, com o PLC nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308, 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 86, de 2006; 151, 505 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 844, de 2009, de autoria do Senador José Nery, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 858, de 2009, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2005 e 17, de 2007.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 860, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº542, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

XIV.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total 11

Requerimento nº 840, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2009, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 792, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009**)**

Requerimento nº 793, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 799, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 823, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 827, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 881, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que sobre o projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 845, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009 (nº 451, de 1995, na Casa de origem), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 859, de 2009, de autoria do Senador João Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 866, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Requerimento nº 918, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2004 (nº 345, de 1999, na Casa de origem), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

XIV.4 – Solicitando reexame de Comissão

Total 1

Requerimento nº 879, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

XIV.5 – Solicitando adiamento de apreciação de matéria

Total 11

Requerimento nº 829, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 830, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 831, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 832, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2006, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 833, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem), por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 834, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007), por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 835, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/1999, na Casa de origem), por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 836, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008 (nº 3.653/1997, na Casa de origem), por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 837, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem), por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 838, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 839, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por 30 dias.
Sessão: 07.07.2009

XV – MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total 23

XV.1 - Por terem recebido parecer contrário de comissão (art. 254 do RISF)

Total 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2003, primeiro signatário Senador Álvaro Dias, que acrescenta § 7º ao artigo 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.
(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 06.07.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2003, primeiro signatário Senador Magno Malta, que revoga o § 8º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo as restrições de elegibilidade dos militares alistáveis.
(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 06.07.2009

Proposta de emenda à Constituição nº 44, de 2004, primeiro signatário Senador Almeida Lima, que altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para prever a não-proteção do sigilo financeiro à movimentação de agente público.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, que susta o Decreto nº 4591, de 10 de fevereiro de 2003, da Presidência da República.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que susta o Decreto nº 6.217, de 4 de outubro de 2007, que dispõe sobre as competências do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, aprova a estrutura regimental do núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, dispõe sobre a vinculação da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e dá outras providências.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2003 (nº 781, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, que modifica incisos dos artigos 22 e 24 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2006 (nº 3.598, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Mota, que altera o art. 309 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera o inciso VIII do art. 103 da Constituiçcao Federal (dispõe sobre partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2005, primeiro signatário Senador Eduardo Siqueira Campos, que insere novos parágrafos nos arts. 80 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a transferência, aos municípios, de metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2005, primeiro signatário Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos municípios, de cinco por cento das contribuições sociais de que trata o art. 195.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2007, primeiro signatário Senador Gilvam Borges, que extingue os Recursos Especial e Extraordinário em matéria penal.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 79, de 2007, primeiro signatário Senador Marcelo Crivella, que acrescenta o § 5º ao art. 55 da Constituição para definir critérios para a sucessão de Senador, em caso de vacância.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

XV.2 - Por terem recebido parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF)

Total 3

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2007, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta o art. 62-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a duplicação da pena do agente que se utiliza de menor para a prática do crime.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2007, de autoria do Senador Gilvan Borges, que regulamenta, no âmbito do processo penal, o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que estabelece princípios de eqüidade na oferta e no acesso à educação superior pública.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 17.07.2009

XV.3 - Por terem recebido parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)

Total 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2005, primeiro signatário Senador Antônio Carlos Valadares, que dá nova redação ao § 3º do art. 71 da Constituição Federal, para conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2007, primeiro signatário Senador Aloizio Mercadante, que altera o inciso III do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal, para dispor sobre nova competência do Conselho Nacional de Justiça de determinar perda do cargo de membros do Poder Judiciário.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que acrescenta dispositivo ao artigo da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, determinando que as entidades nacionais de administração do desporto sejam sediadas no Distrito Federal.

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2006, de autoria do Senador João Alberto Souza, que dispõe sobre condutas causadoras de transtorno público e sua reparação.

Sessão: 10.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera os art. 11 e 20 da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer restrições para a cessão de servidores aprovados em concursos públicos das agências reguladoras.

Sessão: 10.07.2009

XV.4 – Por ter sido rejeitada em Plenário

Total 1

Parecer nº 583, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 78, de 2009 (nº 303, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Bruno Pagnoccheschi para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

XV.5 – Por ter sido declarada prejudicada

Total 1

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002 (nº 3.994, de 1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Enio Bacci, que dispõe sobre a reserva da vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.

(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002, com o qual tramitava em conjunto)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

XV.6 – Por terem sido retiradas pelos autores

Total 6

Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural para vedar a cobrança de taxa flat nos financiamentos rurais.

(Retirado pelo Requerimento nº 848, de 2009)

Sessão: 08.07.2009

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer o controle externo sobre os recursos repassados às organizações da sociedade civil de interesse público que recebam recursos da União ou de qualquer órgão ou entidade pertencente à administração direta ou indireta.

(Retirado pelo Requerimento nº 870, de 2009)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 14.07.09)

Requerimento nº 800, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Retirado pelo Requerimento nº 884, de 2009)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 801, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei da Câmara nºs 26 e 58, de 2009.

(Retirado pelo Requerimento nº 885, de 2009)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09**)**

Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que unifica a hora legal no território brasileiro.

(Retirado pelo Requerimento nº 863, de 2009)
Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2004, primeiro signatário Senador Tasso Jereissati, que reduz a alíquota da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira e autoriza a instituição de contribuição idêntica, em caráter permanente.
(Retirada pelo Requerimento nº 865, de 2009)
Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009)

XVI - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 53

Observações:
Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.
Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.
Art. 43, I - tratamento de saúde.
Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 360, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 361, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 362, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 1º.07.2009.

Requerimento nº 363, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 1º e 02.07.2009.

Requerimento nº 364, de 2009-M, Senador Eduardo Azeredo - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 365, de 2009-M, Senadora Marisa Serrano - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 366, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Júnior - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 367, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 1º.07.2009.

Requerimento nº 368, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 369, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 370, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 371, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 372, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 373, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 1º e 02.07.2009.

Requerimento nº 374, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 02.07.2009.

Requerimento nº 375, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 02.07.2009.

Requerimento nº 376, de 2009-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 02 a 08.08.2009.

Requerimento nº 377, de 2009-M, Senador Pedro Simon - art. 43, I - 29.06 a 07.07.2009.

Requerimento nº 378, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 07 a 09.07.2009.

Requerimento nº 379, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy - art. 40 - 16 e 17.07.2009 - Designação da Presidência do Senado para participar do Seminário Internacional "A Social Democracia Hoje", na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 380, de 2009-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 08 a 12.07.2009.

Requerimento nº 381, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 07.07.2009.

Requerimento nº 382, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 383, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 384, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 385, de 2009-M, Senador Efraim Morais - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 386, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 387, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 388, de 2009-M, Senadora Lúcia Vânia - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 389, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 390, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 391, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 09.07.2009.

Requerimento nº 392, de 2009-M, Senador Pedro Simon - art. 43, I - 09.07.2009.

Requerimento nº 393, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 14 a 16.07.2009.

Requerimento nº 394, de 2009-M, Senador Paulo Paim - art. 13 - 14 a 16.07.2009.

Requerimento nº 395, de 2009-M, Senador Francisco Dornelles - art. 43, II - 14 a 16.07.2009.

Requerimento nº 396, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 14.07.2009.

Requerimento nº 397, de 2009-M, Senador Mauro Fecury - art. 43, II - 14 a 16.07.2009.

Requerimento nº 398, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 14.07.2009.

Requerimento nº 399, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 14.07.2009.

Requerimento nº 400, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 43, II - 14 a 16.09.2009.

Requerimento nº 401, de 2009-M, Senador Pedro Simon - art. 43, I - 15 a 17.07.2009.

Requerimento nº 402, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 15 e 16.07.2009.

Requerimento nº 403, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 404, de 2009-M, Senador João Durval - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 405, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 15.07.2009.

Requerimento nº 406, de 2009-M, Senador César Borges - art. 43, II - 16.07, 04, 05 e 06.08.2009.

Requerimento nº 407, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 15 e 16.07.2009.

Requerimento nº 408, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 409, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 410, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 411, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 16.07.2009.

Requerimento nº 878, de 2009 - Senadora Patrícia Saboya – art. 42, I - 17.07 a 15.11.2009 - Licença, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir do dia 17.07.2009 (com convocação de suplente).

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09).

XVII – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 7

Requerimento nº 811, de 2009 - Senador Eduardo Suplicy - 12 a 15.07.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, do Congresso Internacional de 2009 da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), na Mesa Renda Básica - Abordagens, Experiências e Desenvolvimento no Mundo, a convite do Professor Matthew Murray, da Universidade de Cardiff, Inglaterra, que acontecerá na cidade de Santiago, no Chile.

Sessão: 09.07.2009.

Requerimento nº 849, de 2009 - Senador Renato Casagrande - 09.07.2009 - Participação de diligência conjunta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado - CMA, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza.

Sessão: 09.07.2009.

Requerimento nº 850, de 2009 - Senador João Pedro - 09.07.2009 - Participação de diligência conjunta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado - CMA, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza.

Sessão: 09.07.2009.

Requerimento nº 852, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 09.07.2009 - Participação de diligência conjunta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado - CMA, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza.

Sessão: 09.07.2009.

Requerimento nº 867, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 10.07.2009 - Participação na audiência pública da Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009 - Reforma do Código de Processo Penal, em Recife, Pernambuco.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09).

Requerimento nº 877, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 22 a 24.07.2009 - Participação da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, da Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Cúpula de Presidentes do Mercosul, Assunção, Paraguai.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09**)**.

Requerimento nº 923, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 10.07.2009 - Participação na audiência pública da Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009 - Reforma do Código de Processo Penal, em Recife, Pernambuco.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 16.07.2009).

XVIII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 23

Requerimento nº 818, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Osmar Béssio Trindade, ocorrido no dia 30 junho de 2009.

Sessão: 02.07.2009

Requerimento nº 820, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do artigo 215, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Primeiro Secretário do Senado Federal sobre nomeações ilegais que teriam sido praticadas pelo então Diretor Executivo da Gráfica do Senado, que, à época, era órgão supervisionado pelo Senado, mas gozava de autonomia administrativa e financeira.

Sessão: 06.07.2009

Requerimento nº 826, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado, professor de Direito e Conselheiro da OAB Sidney Safe, ocorrido em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 18 de junho de 2009.

Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 828, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo

falecimento do ex-Deputado Federal Chrispim Jacques Bias Fortes, aos 86 anos, ocorrido em Barbacena, Minas Gerais, em 1º de julho de 2009.

Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 841, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Médico e Deputado Federal José Aristodemo Pinotti, ocorrido no dia 1º de julho de 2009, em São Paulo.

Sessão: 07.07.2009

Requerimento nº 851, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações e louvor à Presidência, à Diretoria e a todo o elenco profissional de jogadores do Clube de Futebol "Sport Club Corinthians Paulista", bem como aos representantes das torcidas organizadas da "Fiel", em nome de todos os torcedores corinthianos brasileiros, pela valorosa conquista da Copa do Brasil/2009, no dia 1º de julho de 2009.

Sessão: 08.07.2009

Requerimento nº 861, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da produtora musical carioca Riva Fineberg, ocorrido no dia 8 de julho de 2009.

Sessão: 09.07.2009

Requerimento nº 862, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Maestro Nivaldo Santiago, pelo transcurso do seu 80º aniversário, a ser comemorado no dia 14 de julho de 2009.

Sessão: 09.07.2009

Requerimento nº 868, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do escritor Goffredo Carlos da Silva Telles.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 14.07.09)

Requerimento nº 869, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do psiquiatra Salvador Célia, ocorrido em 09 de julho de 2009.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 14.07.09)

Requerimento nº 872, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Sr. Juvêncio Arruda, ocorrido no dia 13 de julho de 2009, em Belém, Estado do Pará.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09)

Requerimento nº 873, de 2009, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido Voto de Congratulações ao Senhor Jorge Coutinho, pela sua posse como Presidente Nacional do PMDB Afro.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09)

Requerimento nº 875, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à mesatenista amazonense Lígia santos silva, pela conquista da Medalha de Ouro nos Jogos da Lusofonia, em Lisboa, no dia 12 de julho de 2009.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.09)

Requerimento nº 876, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal da Globo, pela produção de série de documentários sobre a exploração de petróleo em Urucu, no Amazonas, pela Petrobras.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 902, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso às personalidades agraciadas, neste ano de 2009, com a Medalha do Mérito Comercial do Estado do Amazonas, pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas, Dr. Alberto Simonetti Cabral Filho (in memoriam), Presidente da OAB/AM, Dr. Pauderney Tomaz Avelino, político e empresário e Dr. Isper Abrahim Lima, Secretário da Fazenda do Amazonas.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 903, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao professor Doutor Edward Madureira Brasil, reitor da Universidade Federal de Goiás, responsável pela expansão do ensino e modernização da instituição.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 904, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao cineasta pernambucano radicado em Goiás, Ângelo Lima, pelo premiado filme: "A Próxima Mordida".

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 905, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornalista e defensor das causas ambientais, Washington Novaes, pela luta constante em prol da vida no Planeta.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 906, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Universidade Católica de Goiás, pelo Memorial do Cerrado, espaço que resguarda a história do Estado desde os tempos mais remotos até os dias de hoje.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 907, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso a Fabrício Nobre e Leonardo Rasuk, pela promoção dos Festivais Independentes de Música de Goiás.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 908, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao artista plástico goiano Pitágoras, pela contribuição que traz à arte contemporânea brasileira.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 909, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Doutor Paulo Teles, pelo trabalho renovador e de modernização do órgão goiano.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Requerimento nº 910, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso à Quasar Companhia de Dança, pelos 20 anos de existência.

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(1º a 17 de julho)

CONGRESSO NACIONAL – 2009

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 17 DE JULHO DE 2009

Sessões Conjuntas realizadas..... 15

- Sessões Conjuntas..... 05
- Sessões Conjuntas Solenes..... 10

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 1.057**

  Vetos (Dispositivos)..... 1.038

  PLNs..... 0019

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (período de 1º a 17 de julho de 2009)

PLN.....09

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	33/2009-CN (nº 255/2009, na origem)	PL nº 7/2009-CN Leitura: 16-4-2009(SF)	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências. (LDO)	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Substitutivo, Adendos 1 e 2, Errata de Plenário e Emenda de Relator. À sanção

Julho	41/2009-CN (nº 290/2009, na origem)	PL nº 12/2009-CN Leitura: 30-4-2009(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 638.258.797,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	45/2009-CN (nº 324/2009, na origem)	PL nº 13/2009-CN Leitura: 18-5-2009(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R$ 886.314.909,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
Julho	57/2009-CN (nº 394/2009, na origem)	PL nº 17/2009-CN Leitura: 12-6-2009(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para o fim que especifica.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.
Julho	59/2009-CN (nº 396/2009, na origem)	PL nº 19/2009-CN Leitura: 12-6-2009(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, crédito especial no valor total de R$ 103.263.522,00, para os fins que especifica.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.
Julho	61/2009-CN (nº 398/2009, na origem)	PL nº 21/2009-CN Leitura: 12-6-2009(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, crédito especial no valor total de R$ 39.640.772,00, para os fins que especifica.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.
Julho	64/2009-CN (nº 473/2009, na origem)	PL nº 23/2009-CN Leitura: 17-6-2009(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 301.900.623,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.

Julho	65/2009-CN (nº 477/2009, na origem)	PL nº 24/2009-CN Leitura: 19-6-2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R$ 501.561.242,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.
Julho	66/2009-CN (nº 479/2009, na origem)	PL nº 25/2009-CN Leitura: 22-6-2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R$ 119.120.055,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min	Aprovado o Projeto. À sanção.

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	2-7-2009, às 10 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o "87º Dia Internacional do Cooperativismo e os dez anos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP".
Conjunta Solene	7-7-2009, às 10 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 15 anos da implantação do Plano Real.
Conjunta	14-7-2009, às 16 horas, sendo suspensa e reaberta em 15-7-2009, às 19h22min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Apreciação dos Projetos de Lei nºs: 7 (LDO), 12, 13, 17, 19, 21, 23, 24, 25/2009-CN.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
17/2009 (public. no DOU de 3-7-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de julho de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais, e dá outras providências".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 436/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 4-8-2009, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa.
Of. nº 435/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do deputado Édio Lopes e do Senador Heráclito Fortes, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 4-8-2009, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa.
Of. nº 433/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 13-7-2009, o Aviso nº 31, de 2009-CN (nº 902/Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), do Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha à CMO, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.514/2009-3, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 17-6-2009, acompanhado do relatório e do Voto que o fundamentam.
Of. nº 432/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-7-2009, o PL nº 30, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R$ 26.724.533,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 431/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-7-2009, o PL nº 29, de 2009-CN que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 750.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 428/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-7-2009, o PL nº 27, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R$ 58.403.246,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 427/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-7-2009, o PL nº 28, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor total de R$ 78.800.615,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 416/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convocou sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 14-7-2009, terça-feira, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da CMO.
Of. nº 415/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando cópia do Ofício nº 020/2009/LMCN, no qual o Excelentíssimo Senhor Deputado Otávio Leite indica, nos termos do § 5º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN, parlamentares para exercerem a função de Vice-Líderes da Minoria no Congresso Nacional.
Of. nº 413/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 6-7-2009, o Aviso nº 30, de 2009-CN (Ofício nº 199/2009/GM-MP, na origem), do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que "encaminha à CMO o Ofício nº 380/2009/CGAA-041/SPO-MT, de 26-5-2009, do Ministério dos Transportes, acompanhado de esclarecimentos prestados pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT sobre obra de Adequação de Trecho Rodoviário na BR-101, no Estado do Rio Grande do Norte, e Construção de Trechos Rodoviários na BR-265, no Estado de Minas Gerais, constantes do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, Lei Orçamentária de 2009 – LOA-2009".
Of. nº 412/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 27-8-2009, quinta-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Soldado.
Of. nº 411/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 23-9-2009, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico.
Of. nº 410/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 9-7-2009, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da CMO.
Of. nº 407/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 70, de 2009-CN (nº 488/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2009 (oriundo da Medida Provisória nº 458, de 2009), que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 406/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 71, de 2009-CN (nº 503/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003 (PL nº 687/1995, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 405/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 7 de julho do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 15 anos da implantação do Plano Real.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 404/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista solicitação de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores e do Deputado Marco Maia, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 23 de setembro do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JULHO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2009 – CAE.
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Valadares.
Assunto: Debate sobre a Política Habitacional.

CONVIDADOS:

Senhora **Inês Magalhães,** Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades;
Senhora **Bernadete Maria Pinheiro,** Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal; e
Senhor **José Carlos Martins,** Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 101, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 28,800,000.00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e a Confederação Andina de Fomento (CAF), destinada a financiar o "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul".
Autoria: Presidência da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
AVISOS NºS. 2 e 34, DE 2009
(Nºs. 19 e 104, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Referentes aos Relatórios sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.
Autoria: Ministério da Fazenda.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento das matérias.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Renan Calheiros.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CAS.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS/CAE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador César Borges.
Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 4, 5 e 6 – CAE, e rejeitadas as Emendas nºs. 1,2 e 3 – CE.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Revoga o artigo 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro a vida de menores de 14 anos de idade).
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre incentivos tributários a linhas de créditos especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta e às Emendas nºs. 2, 3 e 4, apresentadas pelo Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CAE. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 111, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Apoio à Modernização e Transparência Fiscal do Estado do Pará – PROGEFAZ/PROFISCO.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Tião Viana.
Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 110, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Modernização da Gestão Pública do GDF – Gestão GDF.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2008
TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta e favorável à Emenda nº 2 – CE, e pela rejeição da Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 2 – CE/CAE, 3 e 4 – CAE, e rejeitada a Emenda nº 1 – CE.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2009 – CAE.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Assunto: Debate sobre as questões atinentes às recentes desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal.

CONVIDADOS:

Senhor **Luciano Garcia Miguel,** Consultor Tributário da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo, representando o senhor **Mauro Ricardo Machado Costa,** Secretário de Estado da Fazenda;
Senhor **Lourival Kiçula,** Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; e
Senhor **Melvyn Fox,** Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Ordinária – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 28

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
03 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
03 Mensagens (SF) (não terminativo).
02 Avisos (não terminativo).
15 Emendas – CAE.
03 Requerimentos – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 45 e 56, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Autoria do Projeto: Deputado Pompeo de Mattos.

Relatoria do Projeto: Senador Renato Casagrande.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, que "Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

CONVIDADOS:

Doutor **Roberto Gurgel,** representante do Conselho Federal de Medicina – CFM;
Doutor **Geraldo Magela,** representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
Doutor **Cássio Luiz Casagrande,** Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho;
Doutor **Márcio Bichara,** representante da Federação Nacional dos Médicos – FENAM;
Doutor **José Augusto Ferreira,** Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas – FENCOM;
Doutor **José Paulo Crisóstemo,** Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES;
Doutor **Fábio Leal Cardoso,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; e
Professor **Paul Israel Singer,** Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao Requerimento nº 58, de 2009 – CAS de Audiência Pública para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução de conflito, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão, os seguintes nomes: senhor **Peterson de Paula Pereira,** Procurador da República, 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação; e senhor **Raimundo Luiz Parente,** Perito Médico Previdenciário – INSS.

Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 58, de 2009 – CAS e adendo.
Autoria: Senadores José Nery, Paulo Paim e Papaléo Paes.
Assunto: Debate sobre a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito.

CONVIDADOS:

Senhor **Peterson de Paula Pereira,** Procurador da República, 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação;
Senhor **Moacir Lopes,** Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS;
Senhor **Silberto Silva,** Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e
Senhor **Raimundo Luiz Parente,** Perito Médico Previdenciário – INSS.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 19 e 29, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre o Cenário do Fornecimento de Órteses e Próteses no Brasil.
CONVIDADOS:

Doutora **Erika Pisaneschi,** Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde;
Doutor **Jorge Luis da Cunha Carvalho,** Especialista em Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

Doutor **Joselito Pedrosa,** Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
Doutor **Valdmário Rodrigues Júnior,** Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil; e
Doutora **Solange Beatriz Palheiros Mendes,** representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o artigo 464 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2004
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao artigo 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Parecer: Pela aprovação do PLS nº 340, de 2004 e do PLS nº 176, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 698, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física – PRONEI, que dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CAE.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE/CAS. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2007
TERMINATIVO

Permite que o trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDH.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CDH/CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.
Autoria: Deputado André de Paula.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
AVISO Nº 102, DE 2007
(2ª AUTUAÇÃO)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre o relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC-007.823/2007-8).
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senadora Fátima Cleide.

Parecer: Pelo conhecimento das providências sobre o processo fiscalizatório do Progrma na área de saúde e do bom e regular emprego dos recursos públicos e pela remessa do processo ao arquivo.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.
Autoria: Deputado Hermes Parcianello.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Jayme Campos.
Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Assunto: Apresentação do Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

CONVIDADO:

Senhor **Dirceu Raposo de Mello,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Extraordinária – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

05 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
01 Requerimento – CAS.
05 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE.

Presidente: Senador AUGUSTO BOTELHO
Vice Presidente: Senador PAPALÉO PAES

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 19 e 29, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre o Cenário do Fornecimento de Órteses e Próteses no Brasil.

CONVIDADOS:

Doutora **Erika Pisaneschi,** Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde;
Doutor **Jorge Luis da Cunha Carvalho,** Especialista em Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
Doutor **Joselito Pedrosa,** Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
Doutor **Valdmário Rodrigues Júnior,** Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil; e
Doutora **Solange Beatriz Palheiros Mendes,** representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjuntas – Audiência Pública.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP/CAS

Presidente: Senador PAULO PAIM
Vice Presidente: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao Requerimento nº 58, de 2009 – CAS de Audiência Pública para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução de conflito, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão,

os seguintes nomes: senhor **Peterson de Paula Pereira,** Procurador da República, 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação; e senhor **Raimundo Luiz Parente,** Perito Médico Previdenciário – INSS.
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 58, de 2009 – CAS e adendo.
Autoria: Senadores José Nery, Paulo Paim e Papaléo Paes.
Assunto: Debate sobre a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito.

CONVIDADOS:

Senhor **Peterson de Paula Pereira,** Procurador da República, 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação;
Senhor **Moacir Lopes,** Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS;
Senhor **Silberto Silva,** Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; e
Senhor **Raimundo Luiz Parente,** Perito Médico Previdenciário – INSS.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre a Crise Mundial e seus reflexos no Emprego no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e
Senhor **José Carlos de Assis,** Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES
Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 01 e 02 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2009
(PL. nº 05829, de 2005, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de 230 (duzentos e trinta) Varas Federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências.
Autoria: Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2003
TERMINATIVO

Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético.
Autoria: Senador Paulo Octávio.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2009
(PL. nº 03351, de 2008, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Município de Aracajú/SE), e dá outras providências.
Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 200, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e, posteriormente a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 05
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 12, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal na Rede Mundial de Computadores e disciplina as informações a serem divulgadas no mesmo.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2009
(PL. nº 01191, de 2007, na origem)
TERMINATIVO

Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, alterando a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.
Autoria: Deputado Flávio Dino.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2007
(PL. nº 03029, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998 (a renovação da frota oficial deverá ser feita por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou da mistura desses com combustíveis de outras fontes).

Autoria: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos e, posteriormente, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatoria: Senador Osmar Dias.
Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE/CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003
(PL. nº 01550, de 1996, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que específica.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Parecer: Favorável à matéria e contrário à Emenda nº 1 de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Tasso Jereissati, apresentada em 05.08.03.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, para conferir à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senador César Borges.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 12
OFÍCIO "S" Nº 30, DE 1996
(Oficio nº 75-P/MC, de 1996, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária nº 281-8/320, do Estado de Santa Catarina, e do parecer do Ministério Público.
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 13
OFÍCIO "S" Nº 73, DE 1998
(Oficio nº 133-P/MC, de 1998, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.033, de 12 de abril de 1990, bem assim do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de transito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do recurso extraordinário em epígrafe, no qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso II do artigo primeiro da referida Lei.
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 14
OFÍCIO "S" Nº 27, DE 2001
(Oficio nº 00075, de 2001, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário mencionado, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Antonina/PR, e da alínea "b" do inciso XXIII do mesmo artigo, na redação imprimida pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Antonina nº 7, de 4 de junho de 1992.
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pelo encaminhamento do Ofício "S" à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências cabíveis, tendo em vista que a declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, já teve efeito "erga omnes", e a suspensão por parte do Senado, dos dispositivos assim declarados, nada acrescentam em relação aos efeitos da declaração, não cabendo, portanto, a apresentação de Projeto de Resolução (artigo 52, inciso X da Constituição Federal).
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, DE 2007
TERMINATIVO

Altera os artigos 11 e 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer restrições para a cessão de servidores aprovados em concursos públicos das agências reguladoras.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2003
TERMINATIVO

Dispõe sobre a privacidade na Internet.
Autoria: Senador Valmir Amaral.
Relatoria "ad hoc": Senador Valter Pereira.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo ao artigo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, determinando que as entidades nacionais de administração do desporto sejam sediadas no Distrito Federal.
Autoria: Senador Paulo Octávio.
Relatoria: Senador Expedito Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2006
TERMINATIVO

Dispõe sobre condutas causadoras de transtorno público e sua reparação.
Autoria: Senador João Alberto Souza.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de 1 (um) cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ).
Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

2ª PARTE
(02.07.09)

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 32, 35 e 40, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares e Demóstenes Torres.
Autoria do Projeto: Deputado Marcelo Barbieri.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, que "Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

CONVIDADOS:

Senhor **Fernando César Baptista,** Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil;
Senhor **Francisco de Oliveira Neto,** Vice-Presidente de Assuntos da Infância e Juventude, representante do senhor **Airton Mozart Valadares Pires,** Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;
Senhor **José Carlos Cosenzo,** Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
Senhor **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Prerrogativas da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, representante do senhor **Sandro Torres Avelar,** Presidente da Associação Nacional da Polícia Federal – ANDPF; e
Senhor **Antônio Carlos Alpino Bigonha,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR.
O senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Nacional. **Fará sua exposição em data oportuna.**
Resultado: Realizada.

3ª PARTE

ITEM Nº 19
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 3º do artigo 71 da Constituição Federal, para conferir auto-executoriedade às decisões do Tribunal de Contas da União.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2003
(PL. Nº 00781, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Modifica incisos dos artigos 22 e 24 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (define a competência dos Municípios para execer integralmente o poder de Polícia de Trânsito).
Autoria: Deputado Marcelo Teixeira.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007
(PL. Nº 06672, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Veda a atribuição, a logradouros, obras, serviços e monumentos públicos de qualquer natureza de nomes de pessoas notabilizadas pela defesa ou pela exploração de mão-de-obra escrava.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 8º e acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, de forma a dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Educação (CNE).
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 25
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oiapoque, com sede no Município do Oiapoque, Estado do Amapá.
Autoria: Senador José Sarney.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do artigo 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 08, 09 e 14 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 102, DE 2009
(Mensagem nº 502, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos artigos 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e" e 128, § 1º da Constituição Federal, a indicação do senhor **Roberto Monteiro Gurgel Santos,** para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do senhor **Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.**
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Parecer: Favorável à matéria, com as adequações que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, com as adequações propostas. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 75-A e revoga o § 3º do artigo 31 da Constituição Federal. (Disponibiliza as contas públicas da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios a qualquer cidadão, para exame e apreciação, ressalvada os casos de atos sigilosos previstos).
Autoria: Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2006
(PL. nº 01467, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimentos ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providência. (Proíbe a publicidade

custeada com recursos públicos que contenha agradecimento a autoridades públicas pela realização de obras e serviços).
Autoria: Deputado Chico Alencar.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 117 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, para autorizar o Ministério Público Militar da União a instaurar Inquérito Civil e propor Ação Civil Pública, nas condições que especifica.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2008 – CCJ, para imediata apreciação da Mensagem nº 102, de 2009, que submete à aprovação do Senado Federal a indicação do senhor **Roberto Monteiro Gurgel Santos** para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide. Solicito, para tanto, que sejam convidadas as seguintes autoridades: **Ministro de Minas e Energia; Presidente do Conselho Nacional de Desestatização; Presidente da Eletrobrás; e a Federação Nacional dos Urbanitários.**
Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal. Solicito, para tanto, que sejam convidados as seguintes autoridades: representante da **Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI;** representante da **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Procuradora Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal;** representante do **Ministério da Defesa ;** e representante da **Organização Internacional do Trabalho.**

Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

2º PARTE
(09.07.09)

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Autoria do Projeto: Deputado Marcelo Barbieri.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, que "Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

CONVIDADO:

Senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
Resultado: Realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 38 e 52, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores Marcelo Crivella e Ideli Salvatti.
Autoria dos Projetos: Senadores Marcelo Crivella, Gerson Camata, Papaléo Paes, Heloisa Helena, Cristovam Buarque (2), Mozarildo Cavalcanti, Marco Maciel e Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Assunto: Instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs. 9, 38, 61, de 2004; 40 e 253, de 2006; 45, 112, 223 e 739, de 2007, (Crimes Hediondos).

CONVIDADOS:

Senhor **Marcelo Lemos Dornelles,** Promotor de Justiça e Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, representante do senhor **José Carlos Cosenzo,** Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público – CONAMP;

Senhor **Alberto Zacharias Toron,** Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, representante do senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
Senhor **Cláudio Luis Braga De'll Orto,** Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, representante do senhor **Airton Mozart Valadares Pires,** Presidente da AMB;
Senhor **Rafael Augusto Alves,** Defensor Público do DF, representante do senhor **Jairo Lourenço de Almeida,** Presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF-ADEP;
Senhor **Eugênio Aragão,** Subprocurador-Geral da República, representante do senhor **Antônio Carlos Alpino Bigonha,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; e
Senhora **Maria Lúcia Karan,** Juíza aposentada, pesquisadora e integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCcrim – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

3ª PARTE

ITEM Nº 07
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição Federal. (Dispõe sobre a gratuidade da primeira emissão das certidões de nascimento, casamento e óbito).
Autoria: Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 08
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 4º do artigo 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 09
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 1988
(PL. 04569, de 1989, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, ao artigo 1º, seu parágrafo único, e ao artigo 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e ao § 4º do artigo 3º e inciso II do artigo 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Marco Maciel.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Substitutivo.

ITEM Nº 10
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995
(PL. 03171, de 1997, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.
Autoria: Senador Júlio Campos.
Autoria do Projeto: Senador Marco Maciel.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo.

ITEM Nº 11
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 1981
(PL. 06183, de 1985, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Disciplina a formação de bancos de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Itamar Franco.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade das Emendas.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2002
(PL. 00379, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
Autoria: Deputada Iara Bernardi.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria, uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2006
(PL. 01780, de 1996, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.
Autoria: Deputada Socorro Gomes.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007
(PL. 06048, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º do artigo 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.
Autoria: Deputado Alberto Fraga.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2008
(PL. 01530, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do artigo 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2008
(PL. 01659, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Elismar Prado.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Obs: Foram apresentadas doze emendas, de autoria dos Senadores Álvaro Dias (6); Antônio Carlos Valadares (2) e Inácio Arruda (4).
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e a de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.
Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito – "Futebol" (SF).
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Veda a instalação de presídios em cidades turísticas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO "SF" Nº 1.064, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Desagravo à população do Estado de São Paulo, pelas agressões verbais que lhe foram dirigidas pelo **Presidente da República Federativa do Brasil,** em comício público, ao afirmar que "parte da elite paulista tem ódio do resto do Brasil".
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO "SF" Nº 526, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Governador de São Paulo, **José Serra,** pela publicação do artigo "Nenhum Genocídio Deve Ser Esquecido", incluso na coluna "Tendências e Debates", do Jornal Folha de São Paulo de 24 de abril de 2009.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

4º PARTE
(14.07.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 41, 42, 43 e 45, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres e Valter Pereira.
Assunto: Debate sobre a Política Nacional sobre Drogas.

CONVIDADOS:

Senhora **Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte,** Secretária-Adjunta da Secretária Nacional de Política sobre Drogas, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
Senhora **Raquel Barros,** Coordenadora do Projeto Lua Nova – Sorocaba/SP;
Senhora **Luciana Boiteaux,** Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Senhor **Oscar Rodrigues,** Coronel da Polícia Militar, Comandante de Policiamento Metropolitano da Capital Campo Grande/MS; e
Senhor **Vilson Groh,** Padre e Presidente do Centro Cultural Escrava Anastácia de Florianópolis/SC.

JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA

Senhor **Antônio Nery Filho,** Professor da Universidade Federal da Bahia;
Senhor **Ronaldo Teixeira,** Secretário-Executivo do PRONASCI; e
Senhor **Walter Fanganiello Maierovitch,** Ex-Secretário Nacional Anti-Drogas.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e modifica o artigo 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2009
(PL. nº 05471, de 2005, na origem)
TERMINATIVO

Cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.
Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 7º do artigo 57 da Constituição Federal, com o objetivo de extinguir o pagamento de parcela indenizatória em razão de sessão legislativa extraordinária.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.
Autoria: Senador José Maranhão e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Osmar Dias.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Legitima o Ministério Público para a impetração do mandado de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais.
Autoria: Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Osmar Dias.
Parecer: Favorável à PEC nº 74, de 2007, incorporando a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e as sugestões da PEC nº 84, de 2007, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2007, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2003
(PL. nº 07032, de 2002, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.
Autoria: Deputado Luciano Pizzatto.
Relatoria: Senador Osmar Dias.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o Título VI da Parte Especial do Código Penal, o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do caput do artigo 5º da Constituição Federal, e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "EXPLORAÇÃO SEXUAL".
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Parecer: Favorável à matéria, com as adequações que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara, com os ajustes redacionais e o restabelecimento de dispositivos constantes do texto original, conforme texto único, nos termos do artigo 133, § 6º do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Insere parágrafo no artigo 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede privada que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.
Autoria: Senador Eurípedes Camargo.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 706, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens especificas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para fixar em sessenta dias o prazo para a propositura do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.
Autoria: Senador Marco Antônio Costa.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com a emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). O Substitutivo será submetido à Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 28, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a nomeação do cargo de Diretor-Geral do Senado Federal.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 90

07 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).
11 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
06 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
16 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo).
01 Substitutivo em Turno Suplementar (terminativo).
01 Mensagem (SF) (não terminativo).
03 Ofícios "S" (terminativo).
01 Emenda da Câmara (não terminativo).
04 Substitutivos da Câmara (não terminativo).
02 Requerimentos (SF) (não terminativo).
02 Projetos de Resolução (SF) (não terminativo).
27 Emendas – CCJ.
03 Requerimentos – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS.
Vice Presidente: Senadora MARISA SERRANO.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5 e 7, de 2009 – CE.
Autoria: Senadoras Marisa Serrano e Ideli Salvatti.
Assunto: Debate sobre o Piso Salarial, Remuneração dos Professores e Aposentadoria Especial para os exercentes de Direção, Coordenação e Assistência Pedagógica.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Franklin de Leão,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
Senhora **Cleuza Repulho,** Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
Senhora **Ivaneide de Farias Dantas,** Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Médico, Deputado Federal licenciado e atual Secretário Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, senhor **José Aristodemo Pinotti – Dr. Pinotti,** ocorrido no dia 1º de julho de 2009, em São Paulo – SP, a ser encaminhada à família do falecido, assim como às entidades pelas quais o médico passou, entre elas: Hospital do SESI, Jundiaí – SP; Hospital Matarazzo, São Paulo – SP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP; Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, Campinas – SP; Instituto da Mulher, Hospital das Clínicas, São Paulo – SP; Centro de Atenção Integral à Saúde da

Mulher – CAISM, São Paulo – SP; Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP; Hospital das Clinicas, São Paulo – SP; Centro de Estudos Avançados em Ginecologia – GEAGIN, São Paulo – SP; Academia Paulista de Medicina, São Paulo – SP; e Prefeitura do Estado de São Paulo – SP. Pelos serviços prestados às Ciências Médicas, à Política e à Sociedade Brasileira, Doutor Pinotti faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE PARA O BIÊNIO 2009/2010

Resultado: A Senadora Marisa Serrano, foi eleita para o cargo de Vice-Presidenta da Comissão, para o biênio 2009/2010.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2009
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso II do caput do artigo 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino).
Autoria: Deputado Lobre Neto.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Empreendedor, nas condições que especifica.
Autoria: Deputado João Pizzolati.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilvam Borges.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho como sendo o Dia do Fiscal Federal Agropecuário.
Autoria: Deputado Paulo Piau.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2008
TERMINATIVO

Cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo ao Projeto. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Mulher Negra, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Neuto de Conto.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o dia 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil.

Autoria: Senador Valter Pereira.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria "ad hoc": Senadora Marisa Serrano.
Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo ao Projeto. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas.
Autoria: Senador João Pedro.
Relatoria "ad hoc": Senador Augusto Botelho.
Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo ao Projeto. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo ao Projeto. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2006
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatoria: Senador Gilvam Borges.

Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria "ad hoc": Senador José Nery.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, Campus do Instituto Federal da Paraíba.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 18
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 19
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Gilvam Borges.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores Marconi Perillo, Marisa Serrano e Álvaro Dias.
Autoria do Projeto: Senador Gilvam Borges.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, que "Altera os artigos 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o exame de Ordem, necessário à inscrição como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

CONVIDADOS:

Senhor **Frederico Normanha Ribeiro de Almeida,** Coordenador-Geral da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC;
Senhor **Carlos Nina,** Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Maranhão – MNBD; e
Senhor **Dílson José de Oliveira Lima,** Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 Ordinária – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Eleição do Vice-Presidente.

MATÉRIAS APRECIADAS: 25

12 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
03 Turno Suplementar (terminativo).
05 Emendas – CE.
01 Requerimento – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: senhor **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, Professor da USP e membro da CTNbio; senhor **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;** e um representante do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.**
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, incisos II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, com a Comissão Parlamentar das ONGs – CPI das ONGs e com a Comissão Mista de Orçamento – CMO, para ouvir as conclusões das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre o financiamento de 26 ONGs e OSCIPs por meio de 167 convênios. Uma vez que o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades, faz-se necessário que estas Comissões tomem conhecimento dos resultados apurados.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador César Borges.
Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCT.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCT/CMA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CMA

Refiro-me ao Ofício INCRA/SR. 13/g/nº 044/2002, por meio do qual foi liberado da cláusula de proibição de venda em dez anos o imóvel de matrícula 28.186 do Registro de Imóveis de Diamantino (MT), vendido pela União para Ruben Dario Almonacid, no âmbito do programa de reforma agrária, consoante denunciado pelo Consultor Hipólito Gadelha Remígio, conforme anexo. Em razão de esta liberação violar literal disposição do artigo 18 da Lei nº 8.629, de 1993 e do artigo 189 da Constituição Federal, requer, nos termos do artigo 102-A, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, e do artigo 71,

inciso IV, da Constituição Federal, que seja solicitado: **a)** ao INCRA, que promova rigorosa apuração dos fatos e, comprovando a ilegalidade e inconstitucionalidade daquele ato, declare sua nulidade e faça a devida comunicação ao respectivo cartório; **b)** ao TCU, que realize, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, uma inspeção para verificar a legalidade e inconstitucionalidade daquele ato,promovendo, se for o caso, as devidas responsabilizações, inclusive do beneficiário daquele ato, Gustavo Alberto Almonacid, proprietário e diretor da empresa destinatária da alienação, Fazendas Paulistas Reunidas Ltda.; em sendo constatada a prática de crime, que o TCU promova as devidas comunicações ao Ministério Público Federal.
Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos dos artigos 90, inciso XI, 102-A, incisos I, alínea "c" e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Banco Central do Brasil e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça que informe sobre a legalidade da cobrança, por parte das Administradoras de Cartões de Crédito, de tarifas para as transferências de pontos obtidos em programas de fidelização para utilização nas formas de resgate oferecidas.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APREIADAS: 09

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
05 Requerimentos – CMA.
03 Emendas – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE
Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CDH

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que sejam esclarecidas as informações contidas no Jornal O Estado de São Paulo, edições dos dias 21 e 22 do mês em curso, segundo o qual o ex-capitão do exército conhecido como Sebastião Curió, declara possuir vasta documentação sobre os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, incluindo uma vasta lista de mortos com 16 nomes. Para debater o tema sejam convidados: senhor **Sebastião Rodrigues de Moura,** Ex-Capitão do Exército, conhecido como Capitão Curió; senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça; senhor **Paulo Vannuchi,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; o Presidente da **Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;** um representante do **Grupo Tortura Nunca Mais;** e um representante das **Famílias de Desaparecidos no Araguaia.**
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 1997
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM Nº 02
SUGESTÃO Nº 4, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Legitimidade no juizado especial.
Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Parecer: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado. A matéria vai à Secretaria de Coordenação do Senado Federal, para as devidas providências.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do artigo 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CDH. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CDH

Aditamento ao Requerimento nº 6, de 2007 – CDH, que cria a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de ampliar a competência da Subcomissão.

Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Autoria da Sugestão: Instituto Todos a Bordo.
Assunto: Instrução da Sugestão nº 3, de 2008, que "Sugere legislação para criação de uma Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil".

CONVIDADOS:

Senhor **Humberto Adami Santos Júnior,** Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA;
Senhor **Mário Lisboa Theodoro,** Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA, representante da senhora **Luciana de Barros Jaccoud,** Professora e Pesquisadora do IPEA;
Senhora **Dora Lúcia Bertulio,** Procuradora Chefe da Fundação Cultural Palmares;
Senhor **Ailton dos Santos Ferreira,** Secretário Municipal da Reparação da Secretaria da Reparação da Bahia;
Senhor **José Vicente,** Reitor da Unipalmares de São Paulo; e
Senhor **Roberto Carvalho,** Jornalista e Publicitário.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CDH

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para debater sobre os conflitos mundiais, solidariedade aos povos e sobre a luta pela paz, com a presença das seguintes autoridades: senhora **Socorro Gomes,** Presidenta do Conselho Mundial da Paz e Presidenta do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – CEBRAPAZ;

Embaixador **Vieira Vargas,** Subsecretário-Geral Político I – SGAP I do Ministério das Relações Exteriores; senhor **Javier Lopez Cifuentes,** representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil – ACNUR; e um representante do **Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça.**
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detive a guarda de seu filho.
Autoria: Deputada Nair Xavier Lobo.
Relatoria "ad hoc": Senadora Marina Silva.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos do texto consolidado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, com as adequações aprovadas pela CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (Para instituir cotas para idosos no serviço público).
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria "ad hoc: Senadora Fátima Cleide.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais.
Autoria: Senador Cristovam Borges.
Relatoria "ad hoc": Senadora Marina Silva.
Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
02 Substitutivos da Câmara (não terminativo).
01 Sugestão – CDH (não terminativo).
03 Emendas – CDH.
03 Requerimentos – CDH.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 18 e 19, de 2009 – CRE.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo, Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti.
Assunto: Debate sobre a estratégia Nacional de Defesa; e sobre as notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira a respeito da desativação da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas existente na região.

CONVIDADO:

Senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

Cerimônia de aposição do retrato do Senador **Heráclito Fortes,** na Galeria de Ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Resultado: Realizada.

3ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) 91, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Alfredo Cesar Martinho Leoni,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) 94, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Ricardo Luiz Viana de Carvalho,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009

Requeremos nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o senhor **Eduardo Braga,** Governador do Estado do Amazonas; senhor **Neudo Campos,** Deputado Federal pelo Estado de Roraima; Embaixador **Luiz Felipe Lampreia;** Embaixador **Samuel Pinheiro Guimarães Neto,** Secretário-Geral das Relações Exteriores; senhor **Julio Garcia Montoya,**

Embaixador da Venezuela no Brasil; senhor **Leopoldo López,** Ex-Prefeito do Município de Chacao; senhor **Gustavo Tovar-Arroyo,** Escritor Venezuelano; e senhor **Carlos Pio,** Professor da UnB, a participarem de Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao Mercosul.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Efraim Morais.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2009 – CRE e adendo.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita Júnior.
Assunto: Discussão sobre o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais desse País.

CONVIDADOS:

Embaixador **Roberto Jaguaribe,** Subsecretário-Geral Político II, representando o Chanceler **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; e
Senhor **Iradj Roberto Eghrari,** Secretário Nacional de Ações com Sociedade e o Governo da Comunidade Bahá'I.
Resultado: Realizada.

PAUTA EXTRA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os artigos 23 e 66.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO "SF" Nº 791, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao golpe de estado perpetrado contra o Governo Democrático de Honduras.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CRE

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a realizar-se no próximo dia 9 de julho nesta Comissão, para instruir matéria sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, com a presença das seguintes autoridades: senhor **Samuel Pinheiro Guimarães,** Secretário Geral do Itamaraty; senhor **Darc Costa,** Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul; e senhor **Luiz Albert Neto,** Presidente da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CRE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requerem aditamento do Requerimento nº 42, de 2009 – CRE, de Audiência Pública destinada a discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações do Irã em razão dos resultados eleitorais desse País, com a finalidade de incluir no rol de convidados o nome do senhor **Iradj Roberto Eghrari,** Secretário Nacional de Ações com Sociedade e o Governo da Comunidade Bahá'I.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita Júnior.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2009 – CRE.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Efraim Morais.
Assunto: Instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

CONVIDADOS:

Senhor **Darc Costa,** Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul;
Senhor **Neudo Campos,** Deputado Federal e Ex-Governador pelo Estado de Roraima;
Senhor **Leopoldo Lópes,** Ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas;
Senhor **Gustavo Tovar-Arroyo,** Escritor, membro ativo de Direitos Humanos e um dos ideólogos do Movimento Estudantil Venezuelano;
Embaixador **Samuel Pinheiro Guimarães Neto,** Secretário-Geral das Relações Exteriores;
Embaixador **Luiz Felipe Lampreia,** Ex-Ministro das Relações Exteriores;
Senhor **Carlos Pio,** Professor da Universidade de Brasília – UnB; e
Embaixador **Julio Garcia Montoya,** Embaixador da Venezuela no Brasil – **Justificou a Ausência.**
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO "SF" Nº 811, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos dos artigos 40, § 1º, inciso I, e 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior por ocasião do Congresso Internacional de 2009 da Associação Internacional de Ciência Política – IPSA, na mesa Renda Básica – Abordagens, Experiências e Desenvolvimento no Mundo, que ocorrerá nos dias 12 a 14 de julho de 2009, na cidade de Santiago, no Chile, e do Seminário Internacional a Democracia Hoje, nos dias 16 e 17 de julho de 2009, na cidade de

Santo Domingo, na República Dominicana, comunicando que se ausentará do País no período de 12 a 18 de julho de 2009.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº498, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na exploração e uso do espaço exterior para fins pacíficos, celebrado em Brasília, em 14 de dezembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO "SF" Nº 842, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para manifestação respeitosa de apelo para que o julgamento dos sete líderes iranianos da Fé Bahá'I, cinco homens e duas mulheres, que acontecerá no dia 11 de julho de 2009, no Irã, seja feito com toda transparência, justiça e respeito aos Direitos Humanos.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento, com a Emenda nº 1 – CRE (Substitutivo).

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2008, que "Unifica a hora legal no território brasileiro, seja apreciado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, tendo em vista que a matéria é pertinente à competência dessa Subcomissão.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CRE

Nos termos do artigo 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja apresentado Voto de Censura ao Embaixador da Venezuela no Brasil, senhor **Julio Garcia Montoya,** pela desrespeitosa carta enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na tentativa de justificar sua ausência na Audiência Pública desta data, destinada a debater a adesão daquele País no Mercosul.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Resultado: Rejeitado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) 86, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do nome do nome do senhor **Brian Michael Fraser Neele,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao artigo 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. (Estabelece a composição do Conselho Deliberativo Federal na Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas).
Autoria: Deputada Luiza Erundina.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1964 – Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para tornar obrigatória a investigação da Polícia Federal nos crimes de repercussão interestadual ou internacional.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 7º ao artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada).
Autoria: Senador José Jorge.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos artigos 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos

órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências.
Autoria: Senador Juvência da Fonseca.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 6° da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 4º ao artigo 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Estatuto do desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM define crimes e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelece a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para determinar prazo de arquivamento de filmagens.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso VII do artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para estender o direito a porte de arma de fogo aos agentes de vigilância do Poder Executivo Federal.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Tião Viana.
Parecer: Pelo encaminhamento de Requerimento para o desapensamento geral das proposições e os respectivos apensamentos por afinidade.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 283, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para prevenção da poluição por navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Augusto Botelho.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 388, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no campo da cooperação científica e tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 393, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Fernando Collor.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 395, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO "SF" Nº 88, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º Aniversário da Independência daquele País.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para realização de Audiência Pública visando debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do: **Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Academia Brasileira de Letras; e Associação Luso-Brasileira de Letras.**
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado, com a exclusão do representante do Ministério da Cultura.

PAUTA EXTRA

ITEM 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 319, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 399, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a construção de uma ponte internacional sobre o Igarapé Rapirrã entre as cidades de Plácido de Castro e Montevidéu celebrado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Tião Viana.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM 03
AVISO Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à representação em face de notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na Região Amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas.
Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Parecer: Pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e que seja enviada cópia do parecer ao Tribunal de Contas da União.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os senhores **Dauberson Monteiro da Silva,** Chefe da primeira Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores; e **Wilson Ruy Mozzato Krukoski,** Chefe da segunda Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, a participarem de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem de questões relativas à Fronteira Brasileira.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 Ordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 39

03 Mensagens (SF) (não terminativo).
08 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
12 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
04 Requerimentos "SF" (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
08 Requerimentos– CRE.
01 Emenda – CRE.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CRE

Presidente: Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Vice Presidente: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 19, de 2008 – CCT e 26, de 2009 – CRE, e aditamentos.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo.
Assunto: Debate sobre o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo regional de desenvolvimento.

CONVIDADOS:

Senhor **Lauro Morhy,** Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
Senhor **Imar César de Araújo,** Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA;
Senhora **Ima Célia Guimarães Vieira,** Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG;
Senhora **Elisabeth Conceição de Oliveira Santos,** Diretora do Instituto Evandro Chagas – IEC; e Senhor **Cláudio José Reis de Carvalho,** Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 11 e 37, de 2009 – CI.
Autoria: Senadores Heráclito Fortes, Jayme Campos e Mão Santa.
Assunto: Debate sobre a situação do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí e, da possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

CONVIDADOS:

Senhor **Pedro Brito do Nascimento,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; e
Senhor **Elói Portela,** Ex-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Engenheiro Civil com especialidade em Portos e Vias Navegáveis e aposentado do Ministério dos Transportes.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CI

Nos termos do artigo 58, § 2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater o Programa Habitacional do Governo denominado "Minha Casa, Minha Vida", com enfoque a ser dado nas condições, prazos, abrangência, montante do financiamento e respectivos requisitos e conseqüências para a infraestrutura nacional. Para o encontro, deverão ser

convidadas as seguintes autoridades: senhora **Inês Magalhães,** Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; e senhor **Jorge Hereda,** Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2009 – CI.
Autoria: Senadores Fernando Collor, Gim Argello e Francisco Dornelles.
Assunto: Debate sobre a Modernização e Expansão da Infraestrutura Aeroportuária e Regulamentação do Transporte Aéreo de Passageiros.

CONVIDADOS:

Senhora **Solange Paiva Vieira,** Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
Senhor **Carlos Roberto Rebouças,** Diretor de Aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia; e
Tenente Brigadeiro do Ar **Cleonilson Nicácio Silva,** Presidente da Infraero.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 Requerimento – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de apresentar e debater o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – PDSRT do Meio Norte, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 6 de novembro de 2008 para esta finalidade, com a presença, como expositores, de representantes do Grupo de Trabalho Interministerial dos seguintes órgãos: **Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério do Turismo – MTur; Ministério do Meio Ambiente – MMA (IBAMA); Ministério dos Transportes – MT (DNIT); e Secretaria de Portos.**
Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e César Borges.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a realizar-se em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e com a de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Antônio Oliveira Santos,** Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; senhor **Nelson de Abreu Pinto,** Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; senhor **Norton Luiz Lenhart,** Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; senhor **Moacyr Roberto Tesch Auersvald,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; senhor **Mário Beni,** Professor da USP; e senhor **Plínio Sarti,** Consultor da Área Sindical e Trabalhista.
Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e César Borges.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semi-Árido Nordestino – 100 anos do DNOCS. Para melhor desenvolvimento do debate sobre o assunto, propomos que seja realizado na forma de seminário, com duas mesas de debate, conforme roteiro a seguir: Seminário sobre os 100 anos do DNOCS primeiro painel "Papel do DNOCS no Semi-Árido Nordestino", - Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, doutor **Elias Fernandes Neto;** Consultor do Ministério do Meio Ambiente, doutor **Antônio Rocha Magalhães;** Consultor do Ministério da Integração Nacional, doutor **José Otomar de Carvalho;** Coordenador e moderador da mesa, **Senador membro da Comissão.** Segundo painel "Perímetros Públicos de Irrigação – Necessidades e Potencialidades" - Presidente da Federação de Apoio as Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID, doutor **Rogério Paganelli Junqueira;** Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, doutor **João Reis Santana Filho;** e Coordenador e moderador da mesa, **Senador membro da Comissão.**
Autoria: Senadores Inácio Arruda, José Nery e Leomar Quintanilha.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 - CDR

Em aditamento à proposição já aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e José Nery, propõem a inclusão do doutor **Antônio Carlos Filgueira Galvão,** Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGGE; e doutora **Tânia Bacelar de Araújo,** da UFPE, ambos especialistas em temas de economia regional, distribuídos um em cada Painel previsto para o Seminário sobre os 100 anos do DNOCS.
Autoria: Senadores Inácio Arruda e José Nery.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 07

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
04 Requerimentos – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2009 – CRA.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Assunto: Debate sobre as "Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural – O Papel da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER".

CONVIDADOS:

Senhor **José Silva Soares,** Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER;
Senhor **Hur Ben Corrêa da Silva,** Coordenador de Gestão do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBREATER;
Senhor **Lino Geraldo V. Moura,** Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER;
Senhor **José Antônio Roldão,** Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS; e
Senhor **Ronaldo de Lima Ramos,** Assessor de Política Agrícola da CONTAG.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.
Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "Da Terra" (SF).
Relatoria "ad hoc": Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 - CRA

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre o plantio da primeira safra do milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio. Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes especialistas: senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do

Desenvolvimento Agrário; senhor **Walter Biachini,** Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; senhor **Walter Coli,** da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio; e senhor **Eduardo Mattioli,** da Cataratas do Iguaçu Produtos Orgânicos/Gebana Brasil.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 - CRA

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo como convidado o senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para trazer informações sobre os Programas "Mais Alimentos", "Terra Legal Amazônia" e "Territórios da Cidadania, de responsabilidade daquela pasta.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
02 Requerimentos– CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 16, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado, das sessões Plenárias e reuniões de Comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional, e dá outras providências.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCT.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Raízes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Educativa Cultural Sebastião Osvaldo Costa – FECUSOCT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 206, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Meio Oeste Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Herval D' Oeste, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 209, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bicuí, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora do Amparo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia – ADECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carlinda, Estado do Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Góis de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Itaubal – AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gilvam Borges.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Navegantes de Anhembi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Arca de Poá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Folheta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Ômega para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Senador Sá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Platina Sá, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CNC. BR – Centro Nacional de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Grupo Cultural Semente do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Carrancas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 295, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ABECCA – Associação Benemérita e Cultural de Conceição das Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado de Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Colméia, Estado de Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado de Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Indústrias Gráficas o Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & CIA Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 - CCT

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 22, de 2009 – CCT, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, que institui a rastreabilidade de agrotóxico no País, para inclusão, como convidado: senhor **Reinaldo de Vasconcelos,** Diretor substituto de qualidade Ambiental do IBAMA. Requeiro, ainda, que a aludida audiência pública, por pertinência temática, seja realizada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à TV Sobral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senadora Patrícia Saboya.
Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

]

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 155, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas – ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco – FM – ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 - CCT

Requeiro nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, por se tratar de assuntos de interesse público relevante, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, a fim de prestar esclarecimento sobre denúncia encaminhada pela Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN, referente à crise de abastecimento do insumo radiativo – 99MO que segundo a entidade é um problema de saúde pública e pode paralisar a medicina nuclear brasileira. A Audiência Pública deve ter a participação de autoridades, empresários e técnicos especializados do setor, entre os quais preferencialmente, os seguintes convidados: doutor **José Soares**

Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN; e doutor **Adelanir Antônio Barroso,** Médico Nuclear.
Autoria: Senador Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CRE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 19, de 2008 – CCT e 26, de 2009 – CRE, e aditamentos.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo.
Assunto: Debate sobre o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo regional de desenvolvimento.

CONVIDADOS:

Senhor **Lauro Morhy,** Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
Senhor **Imar César de Araújo,** Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA;
Senhora **Ima Célia Guimarães Vieira,** Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG;
Senhora **Elisabeth Conceição de Oliveira Santos,** Diretora do Instituto Evandro Chagas – IEC; e Senhor **Cláudio José Reis de Carvalho,** Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral à rádios comunitárias.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 522, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1994
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Cultural do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2002
TERMINATIVO

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste/SC Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayete para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayete Coutinho, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 348, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 402, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 401, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 338, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilvam Borges.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilvam Borges.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 378, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilvam Borges.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitórias Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ACCCJAN – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária "Novo Tempo" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à POESIS – Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catariana.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços. Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater o andamento de implantação da TV Digital no País, com especial foco na questão da Rede Pública de TV Digital, da qual participam as TVs Legislativas. Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 105

98 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (terminativo).
01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).
01 Emenda – CCT.
03 Requerimentos – CCT.
01 Aditamento – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI
Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS
Relator: Deputado COLBERT MARTINS
REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009 (ORDINÁRIA)

LEITURA DE REQUERIMENTOS.
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS:

Requerimento – CMMC.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 35
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 04
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 336

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 17/07/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI

Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
CPI	ONGs RQS 201/2007	5	8	16	195						
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008	15	82	82	172			4	6		
CPI	PETROBRÁS RQS 569/2009	1		84	1						

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT

Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
CT	REFORMA DO REGIMENTO RQS 208/2008	10							1		
CT	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009	7					1				

COMISSÃO

	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10									Em 18.06.09 foi aprovado o 1º relatório parcial

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos, do dia primeiro de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY E LOBÃO FILHO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nºs 45 e 56 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com vistas a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131 de 2008, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP e revoga o parágrafo único do art. 422 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e relatoria do Senador Renato Casagrande. A Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa os Senhores Dr. Roberto Gurgel – Representante do Conselho Federal de Medicina (CFM); Dr. Geraldo Magela – Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Dr. Cássio Luiz Casagrande – Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Dr. Márcio Bichara – Representante da Federação Nacional dos Médicos (FENAM); Dr. José Augusto Ferreira – Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas (FENCOM); Dr. José Paulo Crisóstemo – Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); Dr. Fábio Leal Cardoso – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores (ANPT) e Professor Paul Israel Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. A Presidente esclarece que cada convidado terá dez minutos para sua exposição. Às onze horas e trinta e nove minutos, o Senador Renato Casagrande assume a Presidência. O Presidente registra a presença do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dr. Márcio Lopes de Freitas. Às doze horas e nove minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às treze horas e três minutos, o Senador Mozarildo Cavalcanti assume a presidência. Às treze horas e seis minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a presidência. O Senador Renato Casagrande, na qualidade de relator, pede que as propostas dos participantes sejam encaminhadas formalmente a ele. A Presidente lamenta o falecimento do Dr. José Aristodemo Pinotti e pede que os presentes façam um minuto de silêncio em sua homenagem. Fizeram uso da palavra os Senadores Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini e Mozarildo Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Audiência Pública tem como objetivo a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 131 de 2008 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o Parágrafo Único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos e relatoria do Senador Renato Casagrande. Realmente, nós estamos com a Legislação totalmente já ultrapassada em função das mudanças que aconteceram de 1943 até agora. É bastante... É algo muito importante que nós possamos debater essas questões e o Senador Casagrande, que tem a responsabilidade da relatoria do Projeto já se encontra aqui presente e também o Senador Mozarildo, que já está... Foi o autor da proposição, e vamos nesse momento chamar os nossos convidados, a quem eu quero desde já agradecer pela presteza de aqui estarem para nos dar subsídios importantes para que possamos analisar esse Projeto com todo o cuidado, de forma que possamos ter uma lei que seja permanente e que venha realmente a beneficiar, que venha realmente a valorizar cada vez mais o grande

trabalho que é prestado ao povo brasileiro pelas cooperativas de trabalho.

Dr. Roberto Gurgel, representante do Conselho Federal de Medicina. Acredito que é médico, meu colega.

Dr. Márcio Bechara, representante da Federação Nacional dos Médicos, FENAM. Hoje aqui estou me sentindo muito em casa, prazer grande revê-lo.

Dr. José Paulo Crisóstemo, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, UNICAFES.

Dr. Geraldo Magela, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB. Vendo a OCB, estou me lembrando um tempo que eu fui fundadora, membro fundadora da cooperativa médica lá da cidade de Mossoró. Já existia em Natal, eu fui fundadora e fui primeira Presidente, aliás, fui três vezes Presidente, recebi até uma vez uma homenagem que me deixou muito honrada. Fui a primeira mulher médica, primeira mulher Presidente de Cooperativas Médicas no Brasil. Então, isso... E a OCB, naquela época, perturbei bastante, perturbei no bom sentido, eu tinha que ter informações para que a gente soubesse como proceder nos encaminhamentos.

Prof. Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dr. Cássio Luiz Casagrande, vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Senador, eu pensei que fosse seu parente, porque o sobrenome dele é Casagrande. Mas é outra Casagrande, não é a sua. Gente muito boa, com certeza, para vir aqui, para ser convidado... Ter a honra de nos visitar, realmente é gente muito boa.

Dr. Fábio Leal Cardoso, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT.

Dr. José Augusto Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas.

São vários... Senador Mozarildo, que é o propositor da Audiência Pública, o relator é o Senador Casagrande. Nós vamos iniciar então a Audiência, com a palavra do Dr. Roberto Gurgel, representante do Conselho Federal de Medicina, mas antes passo a palavra ao autor da proposição, Senador Mozarildo. Cinco minutos, Senador. Hoje vamos medir o tempo bem direitinho porque são muitos e nós queremos poder ouvir a todos. Então será logo depois do Dr. Roberto Gurgel, que fará sua exposição, terá 10 minutos. Mas com certeza todos aqui são objetivos e vamos chegar aos nossos 10 minutos com muitas informações, graças a Deus.

Passamos a palavra ao Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu quero primeiro dizer que já na justificativa do meu primeiro requerimento, eu convidei o Presidente da Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, a Federação Nacional das Cooperativas Médicas, e depois, além de Presidente da Federação Nacional dos Médicos, da Organização das Cooperativas Brasileiras e no final eu fiz um adendo incluindo o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, do Procurador-Geral do Trabalho, do Presidente Nacional da Associação dos Procuradores do Trabalho. E justifico isso, até porque foi fruto de uma nota informativa da Consultoria Legislativa, que deixou bem claro que era, no mínimo, uma lacuna muito grave se nós não ouvíssemos esses setores que tem a ver diretamente com o trabalho dessas cooperativas e desses cooperativados. Então, adicionei, atendendo justamente a Nota Informativa nº 2560 da Consultoria Legislativa, convidando exatamente os representantes do Ministério do Trabalho, da Procuradoria-Geral do Trabalho e da Associação Nacional dos Procuradores.

Então, creio que teremos aqui, com certeza, uma explanação de todos eles, que será de importante subsídio para que nós possamos deliberar esse Projeto já tão bem relatado pelo Senador Casagrande. Mas que não fique, portanto, amanhã nenhuma área, especialmente aqui eu quero falar mesmo como médico, a Cooperativa de Trabalho dos Médicos de fora de um projeto tão importante como é esse.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Obrigado, Senador Mozarildo, e como já disse a Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, nós temos oito expositores. Então, sem perder o conteúdo e sem perdermos tempo, nós temos pedido de fato objetividade de todos vocês.

Com a palavra o Dr. Roberto Gurgel para a sua exposição.

SR. ROBERTO GURGEL: Bom-dia Presidente, Renato Casagrande, Senadora Rosalba, Senador Mozarildo, demais Senadores, colegas e as pessoas que estão aqui.

O Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira, que sou Diretor de Defesa Profissional da Associação Médica Brasileira, ela analisou o projeto, o projeto é um projeto realmente que vem preencher uma lacuna, agora, com relação aos médicos, nós temos aqui uma tradição já de trabalho, de cooperativa de trabalho na área da saúde. Nós temos como paradigma, por exemplo, a Cooperativa dos Anestesistas, COOPANEST, que é distribuída no Brasil todo e é um exemplo de cooperativa e que luta por melhores condições de trabalho, melhores condições de remuneração e que procura fomentar o emprego e a atuação dos médicos anestesistas no Brasil todo. Uma das características das

Cooperativas Médicas é que elas são de profissionais liberais e que têm uma característica autônoma e essa autonomia é que faz cada um saber a sua jornada e a sua capacidade de trabalho. Além disso, ao colocar tempo, engessa essa atividade consideravelmente. Além disso, essas cooperativas no Brasil todo, elas vieram preencher lacunas, inclusive sociais, por determinadas especialidades médicas que são extremamente carentes no Brasil e que faz com que essa pouca quantidade de profissional tenha que atuar em vários setores ao mesmo tempo, a exemplo, por exemplo, de neurocirurgião, que não tem no Brasil uma formação que contemple essa quantidade, a necessidade enorme de estar em vários locais, cirurgião cardíaco, e assim vai. Várias especialidades médicas em que a formação no Brasil é ainda muito restrita, não só pela quantidade de serviços que produzem essa formação, como da dificuldade também da pessoa chegar até essa formação. Vou dar um exemplo, a minha profissão. Sou cirurgião oncológico. O cirurgião oncológico ele tem, depois de formado, seis anos de preparo para poder depois exercer sua profissão. São três anos de residência em cirurgia geral com três anos de residência em cirurgia oncológica, então você não tem cirurgião oncológico no Brasil todo e é um fator limitante, esse fator tempo é um fator determinante para isso.

Então, muito brevemente, o que nós médicos achamos é que apesar do projeto, é um projeto muito relevante, muito bem feito, nós médicos gostaríamos de ser excluídos nesse processo. E aí eu deixo por conta da Federação dos Médicos na sua fala, as propostas de emenda que podem ser feita.

É essa a posição do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Dr. Roberto Gurgel pela sua fala. Registro aqui a presença honrosa do Presidente da OCB, Dr. Márcio, que está aqui a OCB representada nessa audiência.

Só fazer uma explicação como relator, no exercício da Presidência, mas como relator. Nós, antes de apresentarmos nosso relatório nós fizemos assim uma oitiva, e nós fomos dialogar tanto com o Governo como com as entidades, para que a gente pudesse tratar da questão do tema. E todo mundo tem um ponto que poderia melhorar, mas todo mundo entendeu e concordou que seria melhor a gente apresentar a proposta do jeito que ela veio da Câmara, para que a gente pudesse aprovar a matéria, porque senão a gente vai ficar mais alguns anos sem aprovar. Isso não significa que não haja a possibilidade do debate da matéria e não haja nem a possibilidade da alteração, porque é legítimo que todo Senador aqui tenha o direito, a prerrogativa de apresentar emenda, de fazer... Eu me curvei a um entendimento. Foi por isso que eu estou compreendendo a posição, já manifestada inicialmente, Dr. Márcio Bechara já tinha me ligado também com relação ao tema, outros profissionais lá do meu estado já tinham me falado, eu me curvei a um grande entendimento que tinha pra ver se a gente consegue avançar com relação a essa matéria, mesmo que a gente possa depois continuar esse debate.

Bem, só queria falar isso como relator, para deixar clara a minha posição, depois eu terei oportunidade de fazer a discussão.

Dr. Geraldo Magela com a palavra. E pode seguir o exemplo do Dr. Roberto Gurgel. Com a palavra, representando a OCB.

SR. GERALDO MAGELA: Bom-dia, Presidente Senador Renato Casagrande, demais membros da Mesa, senhoras e senhores. O Projeto 131, como ele... número que se deu a sua chegada ao Senado, ele decorre de um processo muito amplo da participação de diversas entidades do Sistema OCB em nível nacional, através de todos os estados, o envolvimento de todos os estados, e obviamente ele passou por todo um processo de muita discussão internamente no nosso caso, no Sistema OCB, das nossas cooperativas que hoje já ultrapassam, chegando a quase duas mil cooperativas registradas no Sistema OCB em nível nacional de trabalho em geral, obviamente englobando aí também as cooperativas de trabalho na área da saúde, nós podemos dizer que a relevância do tema é extremamente importante, porque representam praticamente um terço do cooperativismo brasileiro que integra o Sistema OCB hoje.

E no nosso entendimento, a necessidade da regulamentação, do marco regulatório, ela se faz presente, haja vista uma série de questões com as quais viemos convivendo ao longo dos últimos anos e que acaba trazendo um significativo prejuízo à sociedade como um todo e especificamente aos profissionais e às classes trabalhadoras que têm o cooperativismo como objetivo de organização para o seu exercício profissional. E em virtude de tudo isso, decorreram uma série de processos em andamento no judiciário brasileiro por, infelizmente, casos que muitas vezes as cooperativas eram utilizadas como mecanismos de precarização, que no nosso entendimento não se deram na maioria dos casos, mas consideramos que de fato também o problema existe, e fruto de todo esse processo na busca de um entendimento, nós passamos a adotar, no âmbito do Sistema OCB, medidas preventivas no sentido de estabelecer uma nova relação na perspectiva societária, jurídica e institucional dentro do Sistema OCB, a partir da aprovação, em primeiro momento, de critérios de identidade das cooperativas de trabalho, que foi um trabalho preliminar e que nos traz extrema felicidade porque a evolução do Projeto de Lei, do PLC 131, traz no seu bojo pressu-

postos que nós já alicerçávamos lá atrás em 2005, na edição dos nossos critérios de identidade das cooperativas de trabalho, num diálogo muito franco e aberto com o Prof. Paul Singer, lá nas SENAIs, no Ministério do Trabalho, e ampliado depois no entendimento com a UNISOL, com a UNICAFES, com diversas outras instituições também, que foram parceiras na construção desse entendimento, que na nossa ótica é fundamental o estabelecimento desse marco regulatório.

Portanto, na nossa perspectiva, nós defendemos o avanço do projeto na sua aprovação, em virtude dessa necessidade que todos, todos os atores e agentes envolvidos nesse amplo entendimento que se estabeleceu a partir de 2006 em que culminou, obviamente, com a aprovação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, nós consideramos que a sociedade brasileira, e particularmente o movimento cooperativista brasileiro, através de todas as entidades envolvidas e que estão unidas com este objetivo, consideramos imprescindível a rápida aprovação, mais breve possível aprovação, para que venha trazer a tranquilidade jurídico institucional para que o cooperativismo no campo do trabalho possa se desenvolver no país, principalmente nesse momento de grave crise internacional, onde postos de trabalho é o que mais está sendo extinto neste momento em todo o mundo, nós não podemos prescindir de um mecanismo que possibilita, sim, a criação e o desenvolvimento de postos de trabalho. Agora, postos de trabalho obviamente que defendemos de forma ética, de forma coerente, de forma responsável e que acreditamos que o Projeto de Lei no seu todo, ele traz pressupostos fundamentais para que nós estabeleçamos esse novo marco regulatório e que permita o desenvolvimento do ramo das cooperativas de trabalho.

Então, a posição da OCB é muito clara com relação a essa questão, porque ela é fruto de um entendimento com todas com o apoio de todas as entidades e apoia todos os movimentos que venham se somar obviamente na melhoria, na construção de um projeto cada vez mais representativo desses pressupostos que nós não podemos abdicar deles. Então, a nossa posição é muito tranquila quanto a isso, ela é fruto desse entendimento, é fruto desse objetivo de nos integrarmos permanentemente com todas as demais entidades e com o Governo também, porque foi fruto de um entendimento, acreditamos que sem um entendimento com o Governo também isso não é possível, dada a complexidade do tema, dado o envolvimento no caráter também de fiscalização do Ministério do Trabalho e, obviamente, de outras questões de Legislação que precisam coadunar com esta lei, entendemos que no campo previdenciário nós já tivemos avanço, nós já temos a lei que estabelece todo um critério previdenciário para os cooperados em cooperativa de trabalho, mas esse marco regulatório indiscutivelmente é fundamental.

Então nossa posição é tranquila na defesa do projeto, na sua integralidade, obviamente entendendo as demandas das diversas entidades e que venham se somar para que a gente possa aprimorar e evoluir na sua rápida aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Geraldo. Passo a palavra então ao Dr. Cássio Luís Casagrande, que é vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE: Bom-dia, Senador Renato Casagrande, Senador Mozarildo, inicialmente gostaria de agradecer o convite que foi feito ao Ministério Público para participar dessa Audiência Pública, cumprimentar os demais convidados e dizer que esse tema das cooperativas de trabalho tem ocupado o Ministério Público há muito tempo. Lamentavelmente, nós vimos os últimos 15 anos, desde a alteração do artigo 442, da CLT que as cooperativas de trabalho infelizmente serviram a uma série muito grande de fraudes, que tinham basicamente como objetivo uma evasão do sistema de proteção da Legislação Trabalhista, incluindo-se aí também a própria questão do sistema do INSS, do Sistema de Fundo de Garantia e que infelizmente levou o Ministério Público a instaurar inúmeros inquéritos e promover várias ações, a maior parte delas acolhida com sucesso na Justiça do Trabalho, para evitar a intermediação de mão de obra por cooperativas.

Esse projeto, é preciso reconhecer que teve uma preocupação no sentido de evitar com que as cooperativas de trabalho continuem fraudando a Legislação Trabalhista. No entanto, no entendimento do Ministério Público do Trabalho, o projeto como está, ele não atingirá esse fim, ou seja, no nosso entendimento, na forma como está, as fraudes continuarão a ocorrer. Nossa preocupação maior é com relação ao que dispõe o art. 2º desse projeto, em especial no § 1º, ao estabelecer que a autonomia do trabalho ela será, ou poderá ser exercida, de forma coletiva e mediante a fixação da Assembléia Geral. Ou seja, seria atribuída à Assembléia Geral da Cooperativa, o estabelecimento de uma autonomia coletiva que juridicamente nos parece uma figura um pouco estranha, porque a autonomia, ela tem que ser de natureza individual, necessariamente, e a seguir disse que desde que atendido esse pressuposto de autonomia coletiva, não há que se questionar quanto à legalidade da atuação da cooperativa. Então a nosso ver, esse projeto tem essa falha, embora ali como eu disse no art. 5º se estabeleça que a cooperativa não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra, mas no Parágrafo Único diz que uma vez cumpridos os termos dessa lei, ou seja, incluindo-se lá a possibilidade

de fixação da autonomia coletiva pela assembleia, não há vínculo empregatício. Ora, quem é que vai verificar isso na prática? Na prática essa situação vai levar com que todo e qualquer contrato que vier a ser celebrado por essa cooperativa vá se questionar caso a caso na Justiça. Então, nós vamos ter novamente, no nosso entendimento, uma segunda avalanche de questionamentos judiciais e ações judiciais, porque em última instância quem vai dizer se há ou não a subordinação, se essa autonomia é ou não coletiva, vai ser o Judiciário.

Então, a meu ver esse projeto, com o devido respeito e reconhecimento do trabalho que foi desenvolvido por todos atores que tiveram envolvidos, mas ele... E estou aqui para dizer isso, tem que realmente colocar a posição do Ministério Público, ele não resolve esse problema, ele talvez até vá agravar essa situação, por permitir que caso a caso se tenha que verificar se houve ou não essa autonomia coletiva, se há ou não trabalho subordinado e isso vai gerar autuações do Ministério do Trabalho, vai gerar instauração de inquéritos, investigações do Ministério Público e vai gerar novamente uma grande onda de ações em Juízo, porque a tendência é que essas brechas da lei, elas sejam aproveitadas por maus empregadores que verão aí, com certeza, uma oportunidade para burlar a Legislação Trabalhista, não temos dúvida disso.

Também nos preocupa muito, Senador Casagrande, nos preocupa muito o art. 10º § 2º, que estabelece que a cooperativa não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tem por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas no seu objetivo social.

Bom, é preciso lembrar que alguns serviços que a administração pública terceiriza, como por exemplo, limpeza e conservação, elas pressupõe uma relação de trabalho necessariamente subordinada. O trabalho de limpeza e conservação, como é, por exemplo, realizado aqui no Senado e em tantos órgãos públicos, ele não tem como ser realizado de forma autônoma. O trabalhador vai decidir seu horário de trabalho, vai decidir de forma vai executar o serviço, isso é impossível. Eu temo que aprovado isso, quer dizer, todo segmento das empresas organizadas que prestam, por exemplo, serviço de asseio e conservação, serviços em atividade meio, elas vão sofrer uma competição extremamente desleal, porque são empresas que estão cumprindo toda a Legislação Trabalhista, inclusive sistema de Fundo de Garantia, e vão ver a concorrência desleal das cooperativas. Então nós vamos certamente ter aqui no Senado somente cooperativas prestando serviços nas licitações, porque elas vão oferecer o menor preço. Estou me referindo ao Senado, mas também na Câmara, no Poder Executivo e o próprio Ministério Público quando fizer a licitação, a cooperativa sempre vai ganhar. Então, isso vai acabar com o segmento organizado de prestação de serviço organizado e que atende a Legislação Trabalhista.

Eu teria outras observações a fazer, mas em essência, os principais pontos são esses, também o Dr. Fábio poderá acrescentar alguns outros aspectos.

Eu agradeço a atenção e fico por aqui, em razão da necessidade de atenção ao tempo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Cássio.

Eu passo a palavra então ao Dr. Márcio Bechara, que é representante da Federação Nacional dos Médicos.

SR. MÁRCIO BECHARA: Bom-dia, Senador Renato Casagrande. Queria fazer o agradecimento da Federação Nacional dos Médicos e dos 54 sindicatos de médicos do Brasil que fazem parte da federação, por essa Audiência Pública. Queria agradecer ao Senador Mozarildo, que numa atitude de extrema presteza, conseguiu essa Audiência Pública, mas a gente entende que... Não somos contra o projeto, isso tem que ficar claro, não somos contra o projeto. O movimento sindical nem pode ser contra um projeto que tenta regulamentar a relação de trabalho. Então, não somos contra o projeto. Nós entendemos que a categoria médica, ela não pode fazer parte desse projeto na forma como está. Como disse o Gurgel anteriormente, hoje a categoria médica, ela se organizou em cooperativas de trabalho, nós tivemos recentemente uma demanda do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais questionando essa forma de organização de trabalho e com a participação da FENCOM, do José Augusto, foi feito um acordo com o Ministério Público do Trabalho que eu até trouxe aqui, vou ler alguma coisa, que é o Ministério Público do Trabalho na lavra do Procurador, Coordenador Nacional, CONAFRET, Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes do Trabalho, e na cláusula quarta, nós temos hoje... Nós atendemos planos de saúde dentro do hospital. É uma relação direta do plano de saúde com o profissional médico, o hospital não tem nada a ver com aquele atendimento. Então, surgiu-se a dúvida, houve o questionamento do Ministério Público, e legítimo, por que esses médicos não são contratados, já que tem hora, atendem no hospital, tem horário de atendimento, e foi feito todo esse esclarecimento dizendo que hoje o sistema de saúde brasileiro, ele tem o sistema de saúde público, que nós não defendemos o cooperativismo no sistema de saúde público, isso tem que ficar bem claro também, nós achamos que serviço público é concurso público, é carreira. Então, o que a gente defende hoje, fizemos um seminário há 15 dias no Conselho Federal de Medicina patrocinado pelas três entidades, e isso ficou completamente claro: O serviço público, a gente

entende que é carreira de estado, a gente defende isso, e concurso público. Agora, hoje nós temos... Pela nossa Constituição, nós temos a saúde suplementar que atende hoje no Brasil 50 milhões de brasileiros. E temos 1730 operadoras de plano de saúde e essa relação, ela se dá por prestação de serviço e os médicos se organizaram em cooperativas, inclusive para receber esses honorários porque esses honorários têm que ser pagos direto ao profissional médico, ele não pode ser repassado ao hospital. Eu sou cirurgião, vou, interno meu paciente, recebo diretamente do plano de saúde, eu não recebo do hospital. E esse meu vínculo com o hospital é daquele atendimento. O hospital presta o serviço de hotelaria, eu entro com minha capacitação profissional e faço aquele procedimento naquele hospital. Isso foi bem claro lá em Minas, essa discussão foi muito rica.

E na cláusula quarta dessa negociação com o Ministério Público diz que o hospital somente estará obrigado a contratar diretamente os prestadores de serviços médicos psicológicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ou outros profissionais com necessário registro na carteira de trabalho no art. 2 e 3º podendo, ao contrário, fazê-lo por intermédio da sociedade de cooperativas que se utilizam da instituição de saúde, para internação ou atendimento no referido estabelecimento, renumerado apenas pelo uso da estrutura diretamente através do convênio ou seguro saúde privado, isso é a cláusula quarta.

§ 1º: Fica ressalvado nessa cláusula o direito do hospital de contratar diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho médico, quando o profissional autônomo ou profissional liberal, fora das hipóteses do art. 2º e 3º da CLT, recebendo a produção efetiva por meio da cooperativa, ou diretamente do paciente atendido. Ainda temos esse caso, que é o paciente que nos procura no hospital e paga pelo atendimento. Nós estamos usando o hospital como porta de entrada desse atendimento. Fica ressalvado o direito do hospital de permitir em seu estabelecimento a prestação de serviços médico psicológico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapia ocupacional, profissionais especializados, diretamente pessoa física ou por meio de sociedade cooperativa. Quando o profissional, em qualquer uma dessas hipóteses, atuar na forma autônoma, recebendo o profissional pela sua produção efetiva por meio diretamente do paciente atendido, dos convênios, do seguro saúde, em qualquer hipótese não poderá ser na forma dos art. 2º e 3º da CLT.

O hospital deverá contratar mediante contrato de emprego, art. 41 da CLT, anotação na carteira de trabalho, a área de medicina para prestação de serviço quando forem oferecidos diretamente entre o hospital, entre as quais relativos à emergência e pronto atendimento. Até nisso nós acertamos com o hospital, porque o pronto atendimento, a emergência, é o profissional que está lá de plantão, fixo, ele tem que ser contratado. Ele tem que ser contratado. E aí isso esclareceu bastante essa... Existe um vazio hoje, inclusive existe um projeto do Deputado Rafael Guerra para melhorar essa relação do trabalhador profissional médico na área de saúde, não só médico, profissional da área de saúde, na questão da prestação de assistência médica para o Sistema Único de Saúde e para as operadoras de plano de saúde. E isso mostra que o art. 3º do Projeto é que a gente... O único problema que a gente vê no projeto, independente do que está sendo discutido, é essa questão de que as cooperativas... Art. 1º, § 3º. As cooperativas de profissionais liberais cujos sócios exerçam suas atividades em seus próprios estabelecimentos. Isso aqui mata nossas cooperativas de trabalho médico. § 3º, inciso III, art. 1º do capítulo I. E aí a gente tinha proposto, depois do nosso Fórum de Cooperativismo, no Parágrafo Único, primeiro, que seriam todas as cooperativas de saúde, mas vimos que teve problema porque tem cooperativas de algumas outras profissões que desejam estar dentro do projeto. Então, a gente entende que precisaríamos excluir os médicos.

Especificamente, aqui a gente não quer, não vamos entrar nas outras profissões, que se não se sentirem contempladas para serem excluídas. Mas o que a gente está propondo, eu trouxe aqui uma proposta, alternativas possíveis de redação, porque a gente tem a preocupação também de mexer na redação e ter que voltar para o Congresso e aquela... E o projeto todo... Prejudicar o andamento do projeto. A gente propõe no art. 1º § 3º: "*as cooperativas profissionais liberais cujo sócio exerçam as atividades, A) Em seus próprios estabelecimentos*" e acrescentamos: "*ou B) Com autonomia no exercício da profissão; ou C) Na prestação de serviços eventuais*". Que seria uma forma de melhorar essa... que nos contemplaria. Ou outra proposta, no § 4º do art. 1º: "*As cooperativas cujos sócios exerçam com autonomia profissão regulamentada por lei*", seria uma outra proposta de redação. E alternativa terceira, § 3º: "*As cooperativas de profissionais liberais*".

Acho que isso nos contemplaria na retirada da categoria médica desse projeto e dou por encerrada a minha fala, agradecendo ao Senador Renato Casagrande, que tanto tem se empenhado, colocou seu gabinete à disposição das entidades médicas, temos conversado bastante e hora nenhuma é objetivo das entidades médicas prejudicar o andamento do projeto. Entendemos e respeitamos o papel da OCB e sabemos que foi uma construção árdua e trabalhosa. Agora, a gente precisa... Já que é um projeto muito representativo, eu acredito que para o Brasil inteiro, mesmo se ele voltar para a Câmara, ele volta num consenso na maior parte possível, para a gente não ter que aprovar

uma coisa que depois, como disse nosso Procurador, pode ser questionado inclusive na Justiça.

Então era isso, muito obrigado pelo convite, estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Márcio. Depois se puder me encaminhar oficialmente essas sugestões, eu agradeço muito.

E passo a palavra ao Dr. José Augusto Ferreira, que é Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas.

DR. JOSÉ AUGUSTO FERREIRA: Bom-dia, Senador Renato Casagrande, bom-dia meus colegas de Mesa, bom-dia senhoras e senhores.

É com muita satisfação que nós fizemos aqui fazer um debate nessa Audiência Pública sobre um tema que nos é muito caro, um tema que nos é muito valioso, que é o tema de cooperativismo de trabalho. Eu sou Presidente de uma federação, uma federação de cooperativas de trabalho médico, que agrega 41 cooperativas de trabalho médico, mas tem ao longo dos últimos quatro anos visitado o Brasil inteiro e participado de eventos não só das cooperativas, mas com as demais entidades médicas, e temos visto situações extremamente preocupantes ao longo de todo o país com relação à visão do Judiciário, à visão do Executivo e às vezes do Legislativo a respeito do cooperativismo do trabalho. E é por isso que eu estou satisfeito, porque eu vejo que hoje nós estamos aqui debatendo um Projeto de Lei que tem o exato objetivo de regulamentar a nossa atividade e uma atividade, como o Geraldo falou que é tão representativa a nível do país.

Eu não sei o número ao certo, mas nós temos mais de 2.000 cooperativas de trabalho registradas na OCB e um número muito grande de cooperados nessas cooperativas e em todos os ramos praticamente das atividades. Na área médica, a gente pode dizer que somos hoje quase 500 cooperativas no país, e isso incluindo as UNIMEDs, que são cooperativas de trabalho médico. E essas 500 cooperativas, elas agregam cerca de 70% da classe médica brasileira, ou seja, cerca de 70% dos médicos brasileiros estão filiados a cooperativas.

E, portanto, a minha função aqui hoje, e eu quero agora passar a centrar a minha fala exatamente na questão relativa aos médicos, é que esse projeto, ele tem um problema de redação no seu art. 1º, que ele causa uma distorção e uma dificuldade de compreensão e de entendimento e de inclusão ou exclusão das cooperativas médicas nesse projeto, não se sabe até agora se as cooperativas médicas estão incluídas ou se estão excluídas desse projeto. Isso por quê? No art. 1º fala o seguinte: "*Estão excluídas do âmbito da lei, inciso I: as cooperativas operadoras de planos privados de assistência à saúde na forma da Legislação da saúde suplementar*". Quais são essas cooperativas? As UNIMEDs e as UNIODONTOs, ou seja, as cooperativas de médicos e as cooperativas de odontólogos. Ok.

"*Art. 2º, as cooperativas de transporte*". Para tentar ganhar tempo, eu vou ser mais curto na leitura. E inciso III diz o seguinte, como o Bechara falou: "*As cooperativas de profissionais liberais...*" voltamos aos médicos, voltamos aos odontólogos então, "*cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos"*, ou seja, isso quer dizer, pela leitura, que está excluída do projeto as cooperativas de médicos e de odontólogos apenas que trabalham nos seus próprios estabelecimentos, e como o Bechara acabou de falar, o médico não trabalha só no seu próprio estabelecimento, o médico trabalha no hospital frequentemente. Se eu atendo um paciente e preciso operá-lo, eu não consigo operá-lo só no meu estabelecimento, se fosse assim eu teria... Todo médico teria que ter um hospital, não é esse o caso.

Vejam o caso dos anestesistas, nós temos 25 cooperativas de anestesistas no Brasil, uma por estado. Eu não sei o número ao certo, mas seguramente de oito a dez mil anestesistas. Onde que o anestesista trabalha? No hospital. Pela redação como está, ele estaria incluído no projeto enquanto outras cooperativas médicas estariam excluídas, que é o caso das UNIMEDs. Mas até as UNIMEDs também existe uma questão paradoxal. Vejam bem, se a UNIMED tem um serviço próprio, ou seja, um hospital, e o médico trabalha no hospital e ele é cooperado da UNIMED, ele então, a UNIMED não poderia ser excluída do projeto, por quê? Porque ela tem um serviço próprio e o médico trabalha naquele serviço próprio, ele exerce a função no estabelecimento que não é seu, é da cooperativa. Isso dá então o projeto nesse art. 1º em relação à classe médica, ele criou um problema porque não sabemos se estamos ou se não estamos no projeto. E se estamos, não concordamos que estamos, por quê? Por causa da característica da atividade médica, como o Roberto Gurgel já falou, o Márcio Bechara já falou, o médico tem a característica de ser uma profissão autônoma, liberal e regulamentada, ele tem a liberalidade de definir o horário. Eu é que posso... Eu tenho a prerrogativa de definir o meu horário de trabalho no meu consultório, o horário que eu vou operar o meu paciente no hospital, em concordância, obviamente, com o hospital, e assim por diante.

Então, nós somos uma profissão de caráter autônomo liberal e acho que esse projeto ele podia, não só para corrigir esse defeito que ele tem, e eu acho que é bastante possível ainda que a gente consiga corrigir esse defeito, as nossas propostas que vamos encaminhar aqui à Mesa são propostas simples que não demandariam nenhum processo, talvez, de retorno desse processo à

Câmara, porque é também nosso interesse que ele tenha um andamento mais rápido, e creio também que ele poderia contemplar, na proposta que o Bechara acabou de falar, uma correta redação no que diz respeito às profissões de caráter autônomo e liberal regulamentadas e aí sim nós teríamos um projeto muito bom.

Eu acho que o projeto é excelente. Não é bom, ele é excelente. Mas ele tem esse defeito e é com isso que a gente luta para corrigir esse defeito. Ele é tão excelente que eu acho que... Eu quero discordar do Cássio, quando fala que vai aumentar as autuações, eu acho que vai diminuir muito. E quero discordar dizendo que o projeto tem que manter sim a autonomia da cooperativa também, porque se não manter a autonomia da cooperativa para que ela determine a carga horária, função, etc., não é cooperativa, aí nós estamos falando de um monstro, que não é uma pessoa jurídica convencional e nem é uma cooperativa. Então, é preciso preservar as características da cooperativa, a forma de associação. Cooperativa é como se trabalha, e não onde se trabalha. Cooperativa é uma forma de associação e ela tem que ser preservada, ela tem princípios e esses princípios devem ser respeitados, mesmo quando precisamos e temos que ceder em alguns pontos para termos a nossa condição regulamentada porque carecemos disso, carecemos muito. Carecemos de ter uma lei, carecemos de ter um norte jurídico, para que deixamos de sofrer as perseguições que às vezes sofremos. Deixamos de sofrer às vezes os preconceitos que sofremos frequentemente, e que possamos, inclusive, ter um programa de apoio, de fomento ao cooperativismo, como a lei projeta, que é o PRONACOOP. É uma questão, é um fato impensável para nós do cooperativismo de trabalho até pouco tempo atrás.

Então defendemos o projeto, temos pressa que ele seja votado, porque quanto mais rápido ele for votado menores os problemas não só nossos, das cooperativas de trabalho como do Judiciário, inclusive. Mas, achamos que ele tem um pequeno erro de redação, porque ele ficou confuso no que diz respeito à atividade médica e atividade de caráter autônomo e liberal. E é isso que a gente roga. Nós temos essas propostas, gostaríamos de encaminhar para a Mesa e estamos à disposição para continuar o debate, caso seja necessário.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queremos agradecer ao Dr. José Augusto e dizer que o relator, Senador Casagrande, ele está à disposição para receber todas essas propostas e não só dos que aqui estão, mas dos que aqui estão expondo, mas também dos que estão assistindo e dos demais senadores que porventura, estejam também participando em seus gabinetes ou dessa audiência para que possamos realmente... Eu tenho certeza que essa é a intenção do nosso relator. Estou só dizendo isso porque muitas vezes pergunta: Ainda está no prazo? Está sim no prazo de apresentar as propostas para que ele possa fazer as substituições, as emendas que sejam necessárias.

Então, passamos agora a palavra ao Dr. José Paulo Crisóstemo, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

SR. JOSÉ PAULO CRISÓSTEMO: Eu gostaria de saudar a Senadora Rosalba, Presidente dessa Comissão, ao relator, Senador Renato Casagrande, pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente desse projeto, e nós queremos destacar a importância desse projeto para o segmento das cooperativas de trabalho vinculadas à agricultura familiar e economia solidária. Nós temos na UNICAFES hoje, aproximadamente, só na área de técnicos agrícolas e agrônomo, aproximadamente 4200 técnicos agrícolas que acompanha os agricultores familiares, inclusive trabalhando com uma proposta de metodologia de trabalho diferenciado, buscando inovações tecnológicas, buscando trabalhar novas alternativas de trabalhar a agricultura preservando o meio ambiente, preocupado com a vida das pessoas, com a visão mais agroecológica, e por isso que nós achamos que é de suma importância ter uma Legislação que regulamente, como o Dr. José Augusto colocou, nós frequentemente somos mal interpretados, perseguidos, discriminados por essa forma de ver, de não ter uma regulamentação em relação ao cooperativismo de trabalho, isso traz um prejuízo enorme para nós, por isso que nós achamos que é importante o projeto.

E nós da UNICAFES participamos de todo o debate do Projeto de Lei, participamos. Inclusive nós achamos que o art. 7º, por exemplo, ele não contempla o nosso interesse, das pequenas cooperativas, ele fica prejudicado com relação... Porque tem o art. 7º, nós achamos que é difícil cumprir quando leva algumas, a obrigatoriedade com relação ao cumprimento do piso, da interpretação que isso vai dar, um conjunto de coisas que dificultaria. Mas, dado a inexistência e a dificuldade que nós sofremos de não ter um marco regulatório, nós defendemos que temos que ter uma lei, porque a cada momento a interpretação é dado por um fiscal, é dado por um Juiz, ou por... Ficamos... Nós não temos uma orientação clara o que é de fato cooperativa de trabalho, e a lei permite que tenhamos essa definição, ela dá uma orientação mais clara para poder entendermos isso. Por isso... E nesse momento de crise, onde os trabalhadores de maneira geral são muito afetados, é preciso que tenhamos várias alternativas de superação da dificuldade de trabalho.

Então, eu acho de suma importância o Projeto de Lei, por isso que nós defendemos que tenhamos essa regulamentação, esse projeto aprovado o mais rápido possível e sem que isso traga prejuízo de na regulamentação podermos... Inclusive eu acho que essas sugestões, algumas delas podem ser inclusive que esteja disciplinado na regulamentação da lei. Com relação... Que o artigo... Porque o nosso medo é que esse projeto possa voltar novamente para a Câmara e aí voltando lá nós vamos... Não vamos ter esse projeto, não vamos... Porque aí volta tudo novamente no mês de março em diante entramos no processo eleitoral e aí depois volta o debate e aí não teremos tempo suficiente para termos uma lei e vamos continuar por quanto tempo novamente sofrendo sem saber o que é cooperativa de trabalho no Brasil. E com isso a classe mais pobre, que precisa de criar alternativa de geração de trabalho, que possamos pensar no processo de inclusão social, na geração de trabalho e renda nesse país ficará prejudicado.

Então, nós defendemos que seja aprovado o projeto e sem prejuízo de alterar, que seja regulamentado essas questões que ficam pendentes. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada pela objetividade. Isso que é um grupo de trabalho bom. É assim que se forma. Pouca conversa e soluções.

Vamos agora passar a palavra ao Dr. Fábio Leal Cardoso, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT.

SR. FÁBIO LEAL CARDOSO: Muito bom-dia a todos. Queria cumprimentar a presidente dos trabalhos, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Casagrande, Senador Mozarildo, demais senadores, meus companheiros de Mesa, senhoras e senhores.

Eu quero iniciar minha exposição dizendo ou trazendo uma definição do que é uma cooperativa de trabalho. Ou de que é... O que verdadeiramente é uma cooperativa? O cooperativismo foi um movimento que foi criado no século XVIII para o século XIX na Inglaterra exatamente para libertar os trabalhadores. Libertar os trabalhadores daquele capitalismo selvagem da quadra histórica da Revolução Industrial, daqueles horrores de Londres do século XVIII, do século XIX. O que os trabalhadores fizeram? Eles simplesmente se apropriaram dos meios de produção para rivalizar com os capitalistas. O que é a empresa comercial? A empresa comercial tem um capitalista que investe nos meios de produção e conta com o trabalho subordinado dos seus empregados. O cooperativismo, ele inverte essa lógica. Ele liberta o trabalhador, colocando o trabalhador como detentor coletivamente desses meios de produção se apropriando da mais valia e distribuindo esses lucros entre esses trabalhadores. Então, qual é o primeiro princípio do cooperativismo, que é decantada na doutrina? É o princípio da remuneração pessoal diferenciada. O que significa isso, senhoras e senhores? Significa que o trabalhador, ele só se filia a uma cooperativa para melhorar seu padrão de vida. Ninguém se filia a uma cooperativa para alcançar um patamar social inferior daquele que ele tinha antes de ingressar numa cooperativa.

Então, eu quero dizer inicialmente porque o Ministério Público do Trabalho, ele é acusado de perseguir as cooperativas e de ter preconceito contra as cooperativas, e eu repilo veementemente essa pecha, porque nós somos os verdadeiros fãs do sistema cooperativista. O que nós combatemos é uma atividade comercial de locação de mão de obra que nada tem a ver com cooperativismo. Nada tem a ver de cooperativismo. É uma atividade de fornecer trabalhadores subordinados a terceiros, trabalhadores sem nenhuma garantia da Legislação Trabalhista.

Então, a par do princípio da remuneração pessoal diferenciada, que vai melhorar a vida do trabalhador, qual seria o segundo princípio do cooperativismo? Que só há cooperativismo com trabalho autônomo. É impossível haver cooperativismo com trabalho subordinado, por isso eu vejo aqui nessa Mesa, eu vejo médicos, perfeitamente plausível que os médicos se reúnam em cooperativas. O médico é um profissional liberal. Obviamente que pode haver o médico empregado. Mas o próprio Ministério Público do Trabalho tem contrato com uma cooperativa médica. Então, nós jamais vamos perseguir as cooperativas de trabalhadores autônomos. Por exemplo, as cooperativas de produtores rurais, eu até entendo a questão do art. 7º. Uma cooperativa de produtores de leite, como é que vai haver a incidência das 44 horas? Eu acho... Então, o nosso desafio, o desafio do legislador, é exatamente incentivar o cooperativismo e combater a fraude. O projeto tem esse fim e esse objetivo.

Mas eu creio, até reiterando a manifestação do meu colega Cássio, que nós vamos ter problemas exatamente com a questão da autonomia coletiva. Porque essa autonomia coletiva vai servir exatamente para inverter essa lógica da autonomia. Porque nós vamos ter, numa atividade que por natureza ela é subordinada, porque nem todo o trabalho pode ser prestado de maneira autônoma. Existe trabalho, como foi citado aqui, diversos trabalhos aqui, que tem que seguir um horário de trabalho que o próprio chefe, o gerente, determina o conteúdo daquela prestação de serviço: "*Olha, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo...*" Então, no momento em que você passa para a assembleia da cooperativa o poder de um trabalho subordinado não estar sujeito às normas de proteção do trabalho, aí você abre uma porta para as possíveis fraudes, essa é a nossa preocupação. Porque como é a lógica do direito do trabalho? A lógica do direito do trabalho, ela

reside no princípio da primazia da realidade. Não importa a natureza do contrato. Eu posso fazer um contrato aqui contratando um trabalhador subordinado dizendo que ele é autônomo, esse contrato não tem nenhuma validade. O que vai determinar a natureza da prestação de trabalho é a realidade fática daquele contrato. E com esse princípio da autonomia coletiva, exatamente você acaba com um dos princípios basilares de direito do trabalho. O que é que vai significar isso? Isso num primeiro momento vai servir como estímulo, e eu quero dizer que esse princípio aqui não tem nenhuma incidência, por exemplo, nas cooperativas médicas de profissionais autônomos, lá o médico já é autônomo. Não precisa a assembléia dizer que ele é um profissional liberal, porque ele é um profissional liberal, a essência do médico, do advogado, do engenheiro, é de profissional liberal. São os exemplos que nós temos aqui. Então, quando a Assembleia vai chegar e dizer olha, com todo respeito que tem um servidor do ramo de asseio e conservação, mas a Assembleia vai falar: "*olha, esse trabalhador, ele é um trabalhador autônomo*".

O que é um trabalhador autônomo? Trabalhador autônomo é aquele que não se vincula a um empregador, ele trabalha para vários empregos. Por isso que é perfeita a definição da cooperativa médica. O médico trabalha para vários clientes diferentes, mas com o trabalhador subordinado isso não ocorre. Como é que eu vou imaginar que haja uma telefonista autônoma? Ela vai sair com o seu PBX debaixo do braço oferecendo seus serviços a terceiros? É impossível isso. E nós vamos ver, como já vimos muito, principalmente eu chamo atenção para os senhores, senadores, das cooperativas multiprofissionais, são aquelas que reúnem de faxineiro a astronauta, não há o mínimo solidarismo entre essas profissões, não há comunhão de interesse, porque eu estou sempre citando a questão dos médicos. Os médicos tem identidade de interesse. Mas quando você pega uma cooperativa de 20 mil, 30 mil associados, que aquilo não é uma cooperativa, é uma verdadeira empresa comercial de locação de mão de obra subordinada, você está abrindo uma porta para a fraude.

Por isso, eu quero reiterar as palavras que foram aqui colocadas contra o § 1º do art. 2º, eu acho que isso vai gerar sim muitos questionamentos na Justiça do Trabalho, porque aqueles trabalhadores que se sentirem prejudicados com essa decisão da Assembleia, certamente vão bater às portas da Justiça do Trabalho, e o Juiz do Trabalho não vai ficar vinculado a esse artigo aqui, não. Ele vai aplicar o princípio basilar de Direito do Trabalho, que determina que o que vai determinar a autonomia ou a subordinação é a realidade fática, ou seja, ele vai ouvir testemunhas, ele vai buscar provas para investigar mesmo a natureza desse vínculo. Então, nós vamos poder sim ter uma segunda onda de questionamentos.

Eu creio que o projeto avança muito quando ele positiva o princípio da não intermediação de mão de obra no art. 5º, é um grande avanço. Mas que ele fica mitigado exatamente pela questão do § 1º, porque se a assembleia decidir que aquela atividade é uma atividade autônoma, não vai incidir o art. 5º, porque ele veda a intermediação de mão de obra subordinada e aquela intermediação, em tese, é de mão de obra autônoma. Então, haverá problemas. Haverá problemas.

Creio também que o art. 7º foi tímido ao elencar os direitos. Só dou um exemplo, em razão da exiguidade do tempo. Fala-se, ao invés de férias, em repouso anual, sendo que na nossa Constituição está lá: "*Férias remuneradas mais um terço de 30 dias*". O que isso aqui vai gerar? Vai gerar um custo menor ao trabalho em prejuízo de direitos trabalhistas.

E para finalizar, senhores, não quero cansá-los com a minha exposição, eu também gostaria de fazer menção à questão da participação em procedimentos de licitações públicas. Eu quero dizer que as verdadeiras cooperativas estão livres para participar de qualquer processo licitatório. Dei exemplo da minha instituição que contrata uma cooperativa. Agora, nós do Ministério Público inclusive ingressamos com uma ação judicial na Justiça do Trabalho, na qual foi constituído um título judicial através de um acordo formulado entre Ministério Público do Trabalho e União, proibindo contratação de cooperativas de intermediação de mão de obra. São as falsas cooperativas. Então, haverá mais um questionamento judicial, porque nós sabemos que a própria Constituição Federal alberga o princípio de que a lei deve respeitar o direito adquirido a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

Então, para concluir, Sr. Relator Renato Casagrande, Sra. Presidente, Senador Mozarildo, eu gostaria de registrar aqui, o projeto é muito bem intencionado, estabelece princípios importantes, mas que a questão da autonomia coletiva pode desfigurar totalmente a boa intenção do projeto e provocar uma segunda avalanche de processos na Justiça do Trabalho e a proliferação de falsas cooperativas, que são na verdade agências de locação de mão de obra.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. Fábio Leal Cardoso, acho que essa questão realmente... Eu mesma já fiquei aqui cheia de interrogações, mas vou deixar para o final.

Nós vamos ouvir agora o Prof. Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Passamos a palavra ao Dr. Paul Singer.

SR. PAUL ISRAEL SINGER: Não tem esse microfone portátil? Eu preferia falar de pé. Se conseguir, eu sou muito grato.

Bem, bom-dia. Eu queria antes de mais nada, em nome do Ministério do Trabalho, do MIS(F), trabalho que eu represento aqui, agradecer o convite do Senado Federal de participar dessa Audiência e portanto debater, aprender com que os outros estão colocando também e colocar a nossa posição. Então, saúdo aqui os membros da Mesa e os senadores presentes e espero poder, dentro do limite do tempo, poder colaborar com o Senado e, na verdade o que eu posso dizer aqui é a história desse Projeto de Lei. Isso foi uma iniciativa da minha Secretaria, percebendo exatamente de que a situação de não regulação criava um vazio que levou efetivamente a uma luta... Está levando, enquanto essa lei não for lei, é por enquanto um Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional, nós temos uma situação que eu convivo há seis anos, desde que vim para cá dirigir a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ou seja, há muitas fraudes. Aquilo que está sendo dito pelos companheiros do Ministério Público do Trabalho é verdade, existem entidades que tomam a forma de cooperativa, mas que na verdade são intermediárias que contribuem para precarizar e para roubar de trabalhadores os seus direitos básicos que estão na Constituição, estão nas leis, inclusive nas convenções internacionais da organização do trabalho.

Queria chamar atenção de que essa é uma situação que, devido o enorme aumento do desemprego da década de 90, se generalizou pelo mundo, não é uma situação específica brasileira, gente. Então, é importante notar isso, quer dizer, as conquistas históricas da classe trabalhadora nos diferentes países e internacional, foram brutalmente agredidas e violadas pelo surgimento de enorme quantidade de falsas cooperativas em situação de grande desemprego. Se não houvesse grande desemprego não haveria possibilidade de fazer isso, porque os trabalhadores teriam opção de empregos decentes, trabalho decente como diz a OIT, com todos seus direitos legais assegurados. Quando há desemprego, quando o desemprego aumenta para 15, 20%, como está acontecendo agora nessa crise internacional, e as pessoas não tem proteção na situação dos desempregados, no nosso país vocês sabem todos, o Seguro Desemprego é de curta duração e o desemprego em situação de crise é de longa duração, mais de um ano. Aí você encontra uma clientela para essas falsas cooperativas que precisam ou querem, aceitam qualquer condição de trabalho. É uma questão contraditória, eu quero deixar isso claro. Os direitos dos trabalhadores não podem ser violados pelos próprios trabalhadores. Eles não tem opção, o trabalhador assalariado não pode trabalhar por menos de um salário mínimo, ele está violando uma lei que o deve proteger. Obviamente quando não encontra um emprego, por mais que o salário mínimo, a necessidade pode levá-lo a fazer isso. É desta realidade cruel que nós estamos tratando aqui.

Esse Projeto de Lei pretende proteger os trabalhadores das cooperativas autênticas, não estamos falando das falsas cooperativas, contra o excesso da sua autoexploração para conseguir algum trabalho. Obviamente o que nós precisamos, ao lado desse Projeto de Lei, que a meu ver é o melhor possível, dado sua longa tramitação, profunda discussão, detalhada, e eu participei de uma boa parte dela, Sandra Brandão, que está aqui presente, gostaria de homenageá-la, dirigiu uma grande parte desses entendimentos e foi fundamental, a meu ver, para se chegar a um Projeto de Lei dentro do Governo, razoável, depois tramitou na Câmara e houve audiências como essa, várias, sempre que fui convidado pude participar, me considero contemplado com isso.

Agora, não há, para essa situação, uma solução perfeita. É minha convicção. Seria maravilhoso podermos continuar debatendo isso como na academia, eu fui professor a vida inteira, mas urge que nós cheguemos a uma lei, mesmo que ela não seja perfeita. Essa é a minha posição aqui, aliás, quase todos que falaram aqui antes de mim enfatizaram essa urgência. O Projeto de Lei é de 2006. Ele está tramitando, portanto, há vários anos. Primeiro no Ministério do Trabalho, depois dentro da Casa Civil, depois na Câmara dos Deputados. E ele foi profusamente aperfeiçoado, houve tempo para que os diferentes interesses pudessem manifestar e contribuir para aperfeiçoar, e nós estamos todos chegando à conclusão, pelo que eu estou ouvindo aqui, há uma convicção comum que agora chegou a hora de ter essa lei funcionando porque a situação é muito ruim. Não só pela precarização existente, mas pela perseguição a verdadeiras cooperativas que não estão precarizando e que estão sendo vistas, algumas vezes, como sendo falsas cooperativas.

A discussão do que é trabalho autônomo, do que é trabalho subordinado é muito complexa, gente. Complexidade não é o argumento, o argumento é o seguinte. Quando trabalhadores assumem empresas industriais, por exemplo, comerciais, agrícolas, que sejam, que quebraram e eles, como trabalhadores assalariados, são credores da empresa e têm o direito assegurado pela lei de recuperação judicial de empresas e falências, a ficar com a empresa, é óbvio que eles exercem a sua autonomia apenas e unicamente coletiva, não tem como não exercer de forma coletiva. É impossível você tocar uma tecelagem ou uma metalúrgica ou empreendimento como o Catende, que é empreendimento cooperativo agroindustrial, cada trabalhador decidindo quando vai fazer isso como se fosse médico no seu consultório, essa analogia não tem sentido. Nós temos que respeitar a decisão autônoma coletiva deles, essa é a essência do cooperativismo. Ou cooperativas são

autônomas ou não são, e elas só podem ser autônomas coletivamente. Não há outra maneira de ser.

Eu quero terminar, temos o tempo muito limitado, eu entendo isso, é uma questão democrática não avançar sobre o tempo dos outros, mas queria dizer o seguinte, se for aprovado esse Projeto de Lei pelo Senado do jeito como está, ele irá à sanção e terá necessariamente que haver um Decreto Presidencial, entendo eu, que o regulamente, porque os casos são muito variados. Como foi dito aqui, o cooperativismo do trabalho está crescendo no Brasil e em outros países de uma forma muito intensa, em função mesmo das crises do capitalismo na sua incapacidade de absorver toda a população que precisa trabalhar.

Outros países têm adotado legislações muito semelhantes. Nós no Ministério do Trabalho nos inspiramos na legislação italiana que é relativamente recente, na legislação francesa, na legislação espanhola, até na turca. Cada vez mais países estão reconhecendo que precisam regular o cooperativismo do trabalho para não deixar ferir os interesses de todos os trabalhadores, inclusive dos assalariados, e para não permitir que as cooperativas do trabalho autoexplorem os seus próprios membros, na ânsia de conseguir trabalho, violando o direito a descanso, a uma remuneração mínima e assim por adiante.

Devo dizer de público de que esse Projeto de Lei do jeito que está não corresponde exatamente ao que eu sonhava, mas é muito melhor do que não ter nenhum Projeto de Lei, não ter nenhuma lei. Então, na fase da regulação é possível, será possível atender ainda a casos em que essa lei, que pretende efetivamente de proteger as cooperativas, pode estar prejudicando. Eu acho que isso é um argumento, mas de qualquer forma eu acho que nós caminhamos, o Brasil caminhou e temos um Projeto de Lei que, longe de ser perfeito, é um bom Projeto de Lei nas circunstâncias objetivas, políticas e sociais e econômicas desse país, nesse momento.

Quero também lembrar de que, se verificar que há problemas que a regulamentação não resolve, o Parlamento sempre poderá fazer novos projetos de lei corrigindo a lei que aprovou e que na prática está se mostrando que é contraproducente em relação a suas intenções. De modo que esta é a posição do meu Ministério, estou sinceramente esperando que o Congresso termine seu trabalho importante para o povo brasileiro, para que possamos partir para resolver novas lutas e novas contradições.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Paul Singer. Eu gostaria aqui de... Agora vamos passar, depois de ouvir todos os expositores, à segunda parte, que é ouvir o relator. Primeiro, o Senador Mozarildo, que foi quem sugeriu a audiência, e depois o Senador Casagrande e o Senador César Borges também, que aqui está se houver alguma interrogação sobre essa questão poderá também colocar.

Eu considero que realmente o Dr. Paul está dizendo algo, nós precisamos ter uma lei que regulamente, que ordene, que dê condições a que o trabalho das cooperativas seja realmente um trabalho que dê proteção aos seus trabalhadores e também seja essa porta de entrada para milhares, milhões de brasileiros que precisam de uma organização para poder trabalhar.

Então, eu gostaria também aqui de dizer que essa audiência tem essa finalidade, de melhorar o projeto, de analisar ponto a ponto, de fazermos propostas de emendas que venham... Porque a lei é bom que ela seja a melhor possível. Porque cada vez que a gente faz uma lei e ficam falhas para serem corrigidas mais na frente, eu tenho certeza que isso tem acarretado muitos problemas no nosso país. Mas a nossa intenção, a nossa vontade é que partindo dessa Comissão, depois de analisado, de aprovado o relatório do Senador Casagrande ou não, depois da análise de toda Comissão, ela irá com certeza a Plenário onde todos poderão participar e cada vez aprimorar mais.

O que eu estou entendendo, Dr. Paul, e acho que a preocupação de todos nós aqui, o interesse de todos nós, é que as coisas andem. Porque realmente existem Projetos de Lei nessa Casa que começaram há 10 anos atrás e ainda não chegou ao final. E a cooperativa é tão urgente que nós possamos apoiar, estimular e incentivar, que nós precisamos urgentemente desse projeto com as normas para incentivar esse trabalho.

Então, gostaria agora de passar a palavra ao Senador Mozarildo, como autor da solicitação de audiência, para as suas considerações. Cinco minutos, senador, está bom?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu quero dizer que fico feliz... Primeiramente, quero elogiar o Senador Casagrande, que prontamente concordou que a gente fizesse essa audiência, embora já tivesse com o seu relatório pronto, para que pudesse realmente algumas dúvidas serem esclarecidas. Fiquei muito feliz também de ouvir aqui os diversos expositores, e principalmente a parte do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, porque realmente eu estou muito preocupado aqui com algumas coisas. Ouvi várias vezes aqui a repetição "*temos que aprovar rapidamente, temos que aprovar rapidamente...*" O projeto é de 2004, que não é nem de iniciativa do Executivo, quer dizer, chega agora aqui e o Senado está agora ficando desse jeito: "*Tem que aprovar urgente sem emendar*". Nós somos uma Casa revisora, nós temos obrigação realmente de revisar e levando em conta as ponderações que foram feitas aqui. Nós não

podemos aceitar essa história de que temos que aprovar a toque de caixa porque é urgente, porque é melhor lei ruim do que nenhuma, não senhor. Eu acho que nós temos sim... Repito, o projeto é de 2004, chegou a essa Casa aqui esse ano, não temos porque ter essa emergência, não temos. Não há um vácuo legislativo nessa questão, não. Não há de jeito nenhum.

Então, eu quero dizer que eu discordo dessa colocação simplista de que é melhor uma lei ruim do que nenhuma, como discordo de querer transformar o Senado numa Casa que tem que aprovar às pressas porque já tem tantos anos que está na Câmara. Também não gostei aqui de ouvir, por exemplo, alguma coisa assim colocada de maneira maniqueísta entre o pobre e o rico, eu acho que essa lei tem que amparar todas as categorias de maneira igual. Todos somos iguais perante a lei, e a lei tem que ter esse objetivo.

Então, eu pra mim, fiquei muito bem informado e quero dizer que pretendo sim apresentar emenda e pretendo sim, se for o caso, requisitar a própria audiência do Plenário se o projeto não for terminativo. Porque eu estaria abdicando do meu papel de senador, abdicando que o Senado fosse a Casa revisora, se aceitasse essa aprovação a toque de caixa. Eu tenho inclusive não é ouvido só as cooperativas, só a classe médica, não, de várias categorias que estão preocupadas com esse projeto.

Então, eu quero dizer que, repito, elogiando o Senador Casagrande, que é um senador equilibrado, que ouve muito, como foi dito aqui por várias categorias que ele ouviu a todos, mas realmente me convenci da necessidade de emendar esse projeto, e se for necessário ouvir o Plenário para esse projeto efetivamente não ser aprovado do jeito que está. Se estamos desde 2004 sem essa lei, o Governo teve tempo de pedir, por exemplo, urgência constitucional se quisesse, ou mandar o projeto em urgência constitucional. Não fez. Então não é agora que... E o Governo tem maioria na Câmara, no Senado, portanto, se quiser faz isso aqui rapidamente no início da volta do recesso. Então, não há essa conversa, não vamos aceitar aqui no Senado esse tipo de colocação.

Então, eu quero agradecer aos palestrantes todos e dizer que serviu, efetivamente, a me convencer que o projeto tem que ser emendado e que o projeto tem que ser discutido sim no Plenário para melhorar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos passar agora a palavra ao Senador Casagrande, que é o relator, e gostaria também de informar que esse projeto, por uma solicitação do Senador Sérgio Guerra, ele ainda passará... Não é... Ele não vai ser votado na Comissão, mas por um exame da Comissão de Assuntos Econômicos e depois irá ao Plenário. Então, nós temos ainda essa etapa, esse...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se aprovado o Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Requerimento já foi aprovado. Não foi não? Ah, sim, eu pensei... Porque a última reunião foi o Senador Paim que presidiu.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele geralmente é aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geralmente é aprovado. Até porque vai ser, nós vamos ter a contribuição de uma Comissão que vai também fazer um... E está dentro do regimento, e vai também fazer suas observações e melhorar cada vez mais, Senador Mozarildo. Fique tranquilo que nós queremos o que o senhor está querendo, todos que estamos aqui, é que seja o projeto o melhor possível. O ideal.

Passamos a palavra agora ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senadora. Bem, primeiro dizer que também estou gostando muito da audiência, acho que uma audiência que a gente de forma coletiva pode ouvir a opinião de todos, tem até ainda outras pessoas que demandaram, outras entidades que demandaram participar, mas já tínhamos aqui oito ou nove entidades participantes e julgamos que, e achávamos que não teríamos todas as pessoas com tanta objetividade como nós tivemos aqui hoje. Poderia até caber mais uma entidade.

Mas Senador Mozarildo, eu concordo plenamente com a tese de V. Exa., o Senado é uma Casa revisora, não temos que ter preocupação nenhuma, se tivermos... Eu tive a preocupação, porque achei que teve o entendimento e que poderia fazer um relatório que pudesse agilizar a votação da proposta, mas eu concordo plenamente, se V. Exa. não tiver concordando com o projeto, em fazer emenda, lutar, votar, tentar fazer as alterações que achar necessárias, senão V. Exa. pode também renunciar ao mandato do Senado, porque se não fizer isso. Então, tem toda minha concordância com relação a isso. Eu só quero buscar neste relacionamento nosso, que nós possamos sempre conseguirmos ajustar as coisas, agilizando que a gente faça isso também. Que a gente possa buscar um entendimento, se conseguirmos fazer uma proposta de redação, se conseguir evitar que o projeto volte à Câmara, também deveremos ter esse espírito para que a gente possa agilizar os procedimentos legislativos. E acho que isso deve também orientar o nosso trabalho, porque todo mundo que está envolvido num projeto como esse, sabe que mesmo que nós tenhamos todas as prerrogativas de fazermos as emendas que a

gente desejar fazer, a gente sabe que os procedimentos legislativos são lentos. E muitos... Muitas vezes... E são naturais, e até é importante que sejam lentos, porque essa Casa não pode ser uma fábrica de leis, nós temos que fazer a elaboração de leis, tem que ser um processo lento mesmo. É bom para a democracia que seja lento. É bom isso, nós não temos que aqui ficar num campeonato de quantas leis estamos aprovando, porque não é só esta a nossa função de aprovar Legislação, nós temos outras funções de fiscalização, de debate e de preservação do equilíbrio federativo que nós temos que exercê-lo e exercermos sem aprovar leis. Então, a aprovação de leis tem que ser de fato uma prática e uma conduta nossa equilibrada e ponderada, para que nós... Para que a gente possa de fato ter uma legislação que atente aí para as necessidades da população brasileira.

Mas tem duas questões, naturalmente, colocadas aqui, acho que tem duas questões centrais. Fora a questão política colocada, que é a questão da gente tentar votar rapidamente, no entendimento, que nós já manifestamos opinião, tem duas questões centrais colocadas. Uma questão do interesse manifestado aqui pelos médicos, mas não só dos médicos, naturalmente, mas manifestado aqui pelos profissionais e que nós teremos que ver se há compatibilidade em termos daquilo que vocês vão me apresentar como sugestão de redação e se isso não interfere no grande acordo feito, porque vamos ter que avaliar isso também. Se isso não interfere no acordo feito.

Então, gostaria de receber de vocês formalmente esta sugestão e naturalmente o Senador Mozarildo vai apresentar também propostas com relação a isso, porque ele foi autor dessa Audiência Pública, então estou aberto à gente buscar uma solução como relator, respeitando o entendimento feito, mesmo que meu relatório seja derrotado. Meu relatório pode ser derrotado. Mas eu vou, no primeiro momento, tentar respeitar o entendimento e o acordo feito. Então essa é uma questão que estou aberto a gente verificar como é que a gente pode ajustar, se for o caso, o relatório.

A segunda questão foi levantada pelo Cássio e foi levantada pelo Fábio. Que são questões que me preocuparam. Eu queria fazer uma abordagem para os dois, para o Cássio e para o Fábio. O art. 1º do § 2º que trata da questão da autonomia, uma declaração em assembleia que preocupou e preocupa o Ministério Público do Trabalho, e o artigo que trata das... Artigo... Tem um outro artigo. Esse é principal... Um que trata da licitação... 10º, § 2º, está aqui. "*Cooperativas de trabalho não poderá ser impedida a participar de procedimento de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços operações de atividades previstas em seu objetivo social*". Mas, primeiro falando da questão da autonomia, que é a questão que eu acho assim, que foi levantada como questão mais grave pelo Ministério Público. E o Cássio disse inclusive assim, que contratos como o de limpeza certamente seriam todos executados por cooperativas. Mas aqui temos no art. 4º, inciso II, as cooperativas de serviço, pode ser de produção e de serviço. "*A de serviço quando constituída por sócios para prestação de serviços especializados a terceiros sem a presença dos pressupostos da relação de emprego*". Sem a presença dos pressupostos da relação de emprego. Aí vem o Parágrafo Único: "*Considera-se serviço especializado aquele previsto em estatuto social e executado por profissional que demonstra aptidão, habilidade e técnica na sua realização. Art. 5º: A cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra*". Vocês não acham, Ministério Público do Trabalho, que o art. 4º, no seu inciso II, quando trata daquilo que é prestação de serviço... Cooperativa para prestação de serviço e o Parágrafo Único, que trata do serviço especializado e o § 5º, que trata da cooperativa, acha que isso não cerca... porque não seria assim uma clara burla à Legislação, se alguém viesse com cooperativa para prestar serviço de limpeza aqui no Senado, na Câmara ou Ministério Público do Trabalho ou em qualquer... Não seria assim, claramente uma... Porque ali não tem um serviço especializado, técnico especializado, ali tem uma relação que tem um horário a ser cumprido... Vocês não acham que isso estaria já cercando essa possibilidade? Porque isso me preocupa, porque de fato nós não podemos estabelecer uma competição desigual entre empresas constituídas e cooperativas. Mas na minha avaliação de relator, essas questões colocadas no projeto, elas resguardam os interesses de empresas comerciais estabelecidas. Então, eu coloco essa questão como uma questão também que me preocupou, mas primeira compreensão minha é que isso estaria resolvido.

Então, Presidente, eram essas as minhas observações que eu tinha que fazer, porque eu senti que eram duas questões que estão de fato colocadas e impedindo que a gente possa votar com mais unidade esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria só de esclarecer melhor como vai se processar o requerimento do Senador Sérgio Guerra tem que ser aprovado no Plenário. Não é aqui. Ficou essa dúvida. É no Plenário. Só então é que o projeto vai ser encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos. Se for aprovado. Depois de aprovado lá, de ser analisado, volta aqui para a Casa para ser... Aí nós já iremos para a apresentação do relatório e votação e depois volta ao Plenário para ser analisado por todos.

Eu acho que estamos chegando ao final dessa audiência, foi bastante produtiva, os senhores... É isso que eu quero colocar. Um momento, senador. Nós estamos chegando ao final, mas aqueles que foram interrogados,

no bom sentido, interrogados, as perguntas a quem foi dirigido nós gostaríamos de que se pudesse se pronunciar da forma mais sucinta possível, na maior síntese possível.

Então, passamos a palavra ao Dr. Fábio Leal Cardoso, que é da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

SR. FÁBIO LEAL CARDOSO: Muito obrigado pela oportunidade de responder ao questionamento do Sr. Senador Renato Casagrande. Exatamente, senador, a nossa preocupação é exatamente essa. Porque quando a assembleia se reunir e determinar que aquela atividade é uma atividade autônoma, ela estará impedindo a incidência do inciso II, que V. Exa. se referiu. Porque o pressuposto principal da relação de emprego é a subordinação, e a Assembleia já terá dito de antemão que não há subordinação. Então, não existe a presença do pressuposto principal da relação de emprego. Então, basicamente é isso.

Em poucas palavras, eu diria aqui para corrigir essa questão, até utilizando a manifestação do Professor Paul Singer, que deu exemplo das cooperativas de produção e citou a questão da usina Catende, de todas aquelas empresas que são assumidas pelos seus empregados, seria apenas restringir a questão da autonomia coletiva às cooperativas de produção e não a de serviços, porque essas de serviços... É nas de serviço onde reside a fraude, porque as de produção existe, os trabalhadores--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E como é que você mantém uma cooperativa... Qual é a expressão que você usaria numa cooperativa de serviço? Porque você...

SR. FÁBIO LEAL CARDOSO: A autonomia deveria ser individual, e não coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Estamos chegando ao final dessa Audiência, mas... Um momento que o Dr. Geraldo Magela também pediu para fazer uma consideração. Depois eu passarei ao Dr. Cássio.

Pois não, Dr. Geraldo.

SR. GERALDO MAGELA: Eu só gostaria de esclarecer um ponto que foi colocado aqui, que as cooperativas tem oportunidade de participar livremente do processo licitatório. E infelizmente isso não é uma realidade. Na realidade, as cooperativas têm sido, sim, de forma indiscriminada, geral, tem sido vedada a participação, ainda que ela seja legítima, porque ela sequer... Há muitos processos licitatórios, já vem com erro de princípio, porque no nosso entendimento até inconstitucional, porque coloca a cooperativa numa condição automaticamente marginalizada, sem ela ser analisada, se ela é legítima ou não, impedida de participar de processo licitatório.

E queria ressaltar que estamos no século XXI. Meios de produção? O meu meio de produção é meu intelecto, nós estamos num avanço da humanidade, então não podemos ficar presos a considerar o que é meio de produção algo que era um conceito do século XIX. Século XXI, profissional médico. Na minha profissão também, como administrador, como economista, nossa área é o intelecto, e é meu meio de produção e é serviço. Então, nós não podemos colocar isso de uma maneira muito simplista, da forma que às vezes são colocadas. É claro que nós também somos contra a precarização e equivocada. Mas não podemos fazer disso um pressuposto de que está tudo bem e que não precisa de lei, não precisa de regulamentação e que nós vamos... Não é bem por aí.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Concedo então a palavra ao Dr. Cássio Casagrande.

SR. CÁSSIO LUÍS CASAGRANDE: Apenas, Senador Casagrande, respondendo a sua indagação, apenas complementando a observação do meu colega Fábio, na verdade o que nós entendemos é que esse § 1º do art. 2º combinado com o Parágrafo Único do art. 5º, ele acaba sendo uma brecha na lei. Na medida em que o Parágrafo Único do art. 5º diz que uma vez cumpridos os termos dessa lei, não há vínculo, ou seja, tendo determinado a assembleia que essa autonomia coletiva, inclusive para prestação de serviços, não há vínculo, afasta-se *a priori* o vínculo. Então, de modo que isso é uma brecha muito grande para a fraude, a exemplo do que já aconteceu com o Parágrafo Único do art. 442 da CLT, ou seja, coloca-se vários dispositivos para que seja evitada essa fraude, mas ao mesmo tempo permanece essa brecha que vai, não tenho dúvidas, dar ensejo que sejam constituídas essa cooperativas fraudulentas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Indago se algum outro dos palestrantes quer fazer alguma consideração. Não havendo mais nenhum dos palestrantes que queira se manifestar, pergunto se algum senador ainda quer se manifestar.

Eu gostaria... A Senadora Rosalba me pediu só para sair um minutinho, porque ela ia propor aqui um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. Pinotti que faleceu hoje e que, portanto, essa Comissão não poderia deixar passar em branco essa situação e em homenagem ao excelente médico, excelente parlamentar que ele foi. Portanto um minuto de silêncio.

[troca de presidência]

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecendo a todos pela presença, encerramos a Reunião.

Sessão encerrada às 13h07.

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e sete minutos, do dia dois de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, ADELMIR SANTANA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EDUARDO SUPLICY E JOSÉ NERY.** O Senador Eduardo Azeredo justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 58 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores José Nery, Paulo Paim e Papaléo Paes, com vistas a debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. A Presidente informa que o Ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel e o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Valdir Moysés Simão, encaminharam, respectivamente, o Ofício 137 e o Ofício nº 533/INSS/PRES, justificando suas ausências. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença da ex-Deputada Federal Maria José Conceição Maninha. A Presidente convida para compor a mesa os Senhores Moacir Lopes – Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS, e o Sr. Silberto Silva – Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para sua exposição. Às nove horas e quarenta e um minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini registra a Presença do Sr. Fernando Trindade, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sra. Sônia Santos Ribeiro, Técnica do Seguro Social (FENASPS); Maria Helena da Silva, Diretoria Colegiada do Sintsprev – MG e do Sr. Tércio Leocádio da Silva, Diretor do Sindprev– RN. Às nove horas e quarenta e dois minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. O Presidente convida para compor a mesa os Senhores Dr. Peterson de Paula Pereira – Procurador da República do 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação e o Dr. Raimundo Luz Parente – Perito Médico Previdenciário (INSS). Não havendo objeção do plenário, o Presidente põe em votação o seguinte Requerimento Extra-Pauta: **ITEM 1** – **REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CAS.** Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao Requerimento de AUDIÊNCIA PUBLICA para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão, os seguintes nomes: DR. PETERSON DE PAULA PEREIRA – Procurador da República do 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação; DR. RAIMUNDO LUZ PARENTE – Perito Médico Previdenciário (INSS). **Autor:** Senador José Nery. **Resultado: Aprovado.** O Presidente registra a presença de representantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade. O Senador Paulo Paim propõe-se a entrar em contato com o Ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, com a finalidade de reabrir as negociações. Posteriormente, se necessário for, marcar uma audiência do Ministro com a Comissão dos Representantes dos Grevistas. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Rosalba Ciarlini e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores das Comissões. Os Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Estamos aqui, com a presença do Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, o Senador Paulo Paim, e do autor do requerimento propondo esta Audiência, que é o Senador José Nery.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento de nº 58, de 2009, CAS, com a finalidade de debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. Esta greve já perdura por dezesseis dias e já chega a vinte Estados do nosso Brasil. Nós estamos, aqui, exatamente, para que possamos, ouvindo os convidados, alguns não estão presentes, não puderam vir,

e encaminharam, como o caso do Ministro José Pimentel, encaminhou um Ofício de nº 137 a essa Comissão, endereçada à sua Presidente, onde ele coloca a impossibilidade de estar, hoje, presente e que, no dia 16 de julho, ele estaria à disposição para vir à Comissão, caso tivéssemos podido adiar esta Audiência. Nós entendemos que, na realidade, é muito importante que o Ministro, aqui, estivesse ou um seu representante, mas nós queremos discutir a questão da greve para que possamos encontrar uma solução. Esta Comissão, o Congresso, tem essa responsabilidade também de conhecer melhor o que motivou e procurarmos caminhos que venham a solucionar, porque na realidade se os servidores chegaram a esse extremo, nós sabemos que precisamos conhecer os motivos que levaram a isso. E, por outro lado, é um serviço que, podemos dizer assim, fundamental, indispensável à população. O INSS, a cada dia que paralisa, são milhares de pessoas que estão passando por situações difíceis, pessoas muitas vezes idosas, já com deficiências, que vêm de outros recantos distantes, então nós precisamos realmente debater essa questão e encontrar um caminho que seja o melhor para o funcionário, tendo seus direitos, tendo a garantia do seu trabalho, tendo uma remuneração digna, possa ainda mais, com mais satisfação, ser mais produtivo e contribuir nesta missão que é fundamental, porque atende, podemos assim dizer, na sua grande maioria, Senador Paim, o senhor sabe disso, os trabalhadores que durante toda uma vida contribuíram para impulsionar o desenvolvimento do nosso país, as pessoas também, muitos trabalhadores que não tinham condições de estarem num emprego formal, mas que hoje também já chegam através de vários projetos que foram, inclusive, aprovados nesta Casa, de apoio àqueles que a partir de sessenta anos têm direito também à aposentadoria. Os que moram no campo, que, hoje, também têm direito a ter os seus direitos previdenciários preservados, é a questão da seguridade. Então nós estamos aqui, exatamente com esse objetivo, com essa intenção, nós queremos contribuir para uma solução.

Às vezes, eu sei que, muitas vezes, o Governo pensa, pode estar imaginando que a Audiência Pública seja para criar dificuldades. Não, nós queremos ouvir, seria muito bom que pudéssemos ouvir as duas partes. Infelizmente, o Ministro fez, aqui, uma correspondência, inclusive, Senador Nery, colocou as suas razões e fez já algumas observações, já colocou aqui algumas respostas aos questionamentos, que eu gostaria, inclusive, vou autorizar aqui a secretária que passe às mãos dos Senadores para que todos conheçam.

Também recebemos do Dr. Valdir Moysés Simão, que é o Presidente do INSS, também uma correspondência dizendo da impossibilidade de estar aqui presente.

Então eu gostaria aqui até de propor, já que todos se dispõem a vir no dia 16, que nós possamos ouvir os convidados que aqui vieram, que com muito desprendimento e responsabilidade aqui chegaram, como o Sr. Moacir Lopes, Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), o Sr. Silberto Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) *[palmas]*. Eu gostaria de convidá-los para vir à Mesa e também eu quero aqui registrar a presença de vários participantes, de várias entidades sindicais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, só para ajudar aqui, que está presente a sempre Deputada, lutadora, que tem uma história magnífica aqui no Congresso, a Maninha. Me permita, Maninha [palmas]. Eu gosto que me chamem de Paim. Eu chamo você de Maninha porque é o nome de lutadora de todas as causas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja muito bem-vinda, Maninha. Eu sei que a sua causa é a nossa, é em luta daquilo que for melhor em defesa dos trabalhadores e em benefício da população. Nós estamos aqui também com o Tércio, que é lá do nosso Estado e com quem nós timos tido um contato quase que permanente em função de outras questões que são mais específicas do nosso Estado, como aquela famosa, Senador Paim, que os funcionários lutaram durante tanto tempo para ter aquela reposição que tinha sido daquele Plano Collor, tantos planos do passado, de 84%, já estava incorporado há anos, há anos ao salário desses funcionários e, agora, o Governo simplesmente retirou. Nós estamos com situações difíceis, pessoas já inclusive de idade avançada, já às portas da aposentadoria, recebendo o mínimo, porque aí se soma, você vive com um determinado salário e de repente 84% é retirado, o que é que resta? Então pessoas em depressão, passando pelas mais diversas situações constrangedoras, uns deixaram de pagar a sua casa, o seu carro, o seu plano de saúde, enfim, uma situação inacreditável. A luta deles, desses servidores do Rio Grande do Norte aqui, tem sido constante, indo a todas as esferas, à justiça, para que se faça justiça. Eles não estão pedindo nada que não existisse. Estão querendo apenas que preserve, nos seus salários, uma luta que eles tinham ganho no passado em função da hiperinflação e de planos que tinham lhe tirado 84% do salário. Não foi acrescido, eles tiveram uma reposição daquilo que eles tinham já anteriormente.

Então, eu gostaria, agora, agradecendo a presença aqui do Dr. Moacir e do Silberto Silva, com quem também nós mantemos um permanente contato, o Silberto que é conhecido nessa luta, não é, Senador Paim, longa luta dos aposentados [palmas], que é outra injustiça que precisa ser corrigida. Eu tenho, sabe, muita esperança, Senador Paim, porque, quando eu vejo a Bolsa-Família, quando eu vejo aquelas famílias que estão podendo ter condições de

pelo menos ter dignidade, não faltar o que comer e, a partir daí, poderem até se preparar para ter uma atividade que dê condições de que um dia eles saiam do Bolsa-Família, porque vão ter... Quando eu vejo isso corrigido, quando eu vejo o Presidente preocupado em ter mais escola técnica, em ter mais universidade para corrigir também essa injustiça de que poucos era que tinham direito a chegar ao ensino superior, eu não acredito que o Presidente, que é metalúrgico, sabe dessa luta, que também conhece de perto essa realidade, que ele até o final do seu mandato não faça essa correção, porque os nossos aposentados precisam. Eu já me vejo quando chegar na idade deles, porque aqui eu sou Senadora, mas esse cargo está na vontade do povo e ele tem um prazo. Mas quando chegar também na minha idade, eu sou uma funcionária pública, como Senadora continuo a ser, mas eu sou uma profissional que também vou ficar na dependência de uma aposentadoria. Como eu vejo o meu pai, a cada mês, a sua aposentadoria ficar menor e ele passar mais dificuldades, trabalhou a vida toda, contribuiu com o máximo para ter uma velhice mais tranquila. Então eu tenho certeza e faço mais uma vez esse apelo ao Presidente Lula, que tem sido muito sensível às questões sociais, que essa é uma questão social muito grave. Precisa ser corrigida a favor da nossa gente, do nosso Brasil, que é reconhecer o valor, a força, o trabalho, o quanto os nossos aposentados fizeram.

Quero, aqui, na presença do nosso conterrâneo, agradecer também as homenagens que recebemos, o Silberto estava presente, lá em Natal, na cidade da esperança, no encontro de várias associações de aposentados, onde recebemos, e eu digo que é uma homenagem, mas pelo dever cumprido, porque estamos aqui para fazer a nossa obrigação. O povo aqui nos colocou para que pudéssemos defender as questões que falam de cidadania, de desenvolvimento do Brasil. Então estamos aqui e essa homenagem me deixou muito feliz porque é muito bom ter o reconhecimento quando nós estamos cumprindo a nossa obrigação e poder olhar olho no olho do nosso cidadão.

Bem, então, eu gostaria, agora, passando a palavra para o primeiro expositor, que será o Sr. Moacir Lopes, Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos e Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), dizer que cada expositor terá quinze minutos. Após os expositores, o autor da solicitação, o Senador Nery, também terá igual tempo para colocar as suas considerações e os demais Senadores poderão, então, iniciar um debate com os expositores.

Eu gostaria, também, de convidar o Senador Paulo Paim para que viesse aqui assumir a presidência da Mesa, já que ele é o Presidente da Subcomissão de Trabalho, Emprego e Previdência Social, e pedir licença porque eu vou precisar estar me preparando agora para um compromisso que tenho em um outro Estado. Eu vou precisar, realmente, me ausentar, mas de onde estiver eu vou acompanhar e vou torcer pelo bom resultado dessa Audiência.

Eu queria aqui comunicar a presença do Dr. Fernando Trindade, Consultor Legislativo, da Sra. Sônia Santos Ribeiro, Técnico do Seguro Social, da Previdência de Seguro Social, o Tércio Leocádio da Silva, que já falamos, é Técnico Previdenciário do INSS, e Maria Helena da Silva, Diretora Colegiada do SINTSPREV/MG. Agradecemos a todos pela presença.

Passamos agora ao Senador Paulo Paim, mas eu espero que, antes de ter que me deslocar para esse outro compromisso, eu sei que essa Audiência deverá demorar um pouco e ainda estarei aqui com vocês. Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, vamos iniciar a nossa Audiência Pública sobre a greve na Previdência, com a presença conosco já do Sr. Silberto Silva, Vice-Presidente da COBAP, e o Moacir Lopes, Dirigente da FENASPS. Eu estou percebendo aqui inúmeros companheiros no Plenário, vejo lá uma faixa. Normalmente os presidentes dizem: "Abaixem a faixa". Eu digo: "Mantenham a faixa". Eu quebro os protocolos todos. [palmas] E a Rosalba, eu sei que, quando ela não mandou abaixar, é porque ela concordou. Eu estou mantendo a posição da minha Presidente Rosalba, aqui, dizer que é uma alegria estar conosco aqui--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim, essa sua postura não foge à norma. Nas suas atuações nas Comissões em que preside, sempre há muita liberdade e a possibilidade de uma participação que muitas vezes aqui criam-se dificuldades desnecessárias. Então dar a voz, a expressão e a manifestação de quem vem aqui trazer os seus pleitos é uma característica muito importante nas Comissões que o senhor preside e, quer dizer, também, aqui da nossa Presidente Rosalba. Isso é importante para que esse espaço aqui cada vez mais seja ocupado e onde as pessoas possam participar de forma mais direta, levando aqui os seus pleitos ao Senado Federal e ao Governo, enfim. Então parabéns a todos que aqui participam, que trazem aqui essa manifestação com a faixa, com as suas camisas dizendo dos seus pleitos. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É uma manifestação tranquila, diplomática, sem ofensa a ninguém. É apenas dizendo que eles têm pleitos e que estão ali na faixa demonstrando. Eu estou certo ou errado?

Quero dizer da minha alegria, aqui, da Maninha. A Maninha foi sempre uma lutadora, uma guerreira, sempre esteve conosco, está fazendo falta aqui no Congresso e ela vai voltar. Vai ou não vai? Vai, Maninha.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu só queria, aqui, dizer que eu acho que foi muito correto, que isso mostra que está todo mundo, pacificamente, aqui, cumprindo como determina o Regimento, vocês são muito bem-vindos.

Mas eu gostaria aqui só de aproveitar, eu estou lembrando a todos que os que formam essa Comissão e também àquelas pessoas que são interessadas no assunto, na próxima semana, dia 7, nós vamos ter uma Audiência Pública relacionada ao debate que estamos realizando em saúde pública, sobre o SUS que temos e o SUS que queremos, sobre órteses e próteses. Eu falo órteses e próteses até nesse ambiente aqui de tantos funcionários do INSS que com certeza dificilmente não estão no dia-a-dia ouvindo aquelas pessoas que chegam em busca do seu benefício, dos seus direitos, reclamando, cobrando da demora, da dificuldade, do desespero que eles têm quando precisam de uma prótese de perna, de braço, de olho, pessoas mutiladas. Isso é algo que nós precisamos também debater nessa Comissão e a partir daí podermos levantar essa questão e termos um melhor resultado. Muito obrigada e fica aqui o convite a todos que puderem vir e também os Srs. Senadores para que no dia 7, é importante, isso fala exatamente das questões que afligem principalmente os necessitados; os ricos podem comprar as suas próteses, inclusive, vamos dizer assim, as melhores do mundo, mas os pobres, esses precisam desse apoio e é para isso que existe a Seguridade Social, a Previdência Social. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, senadora. Vamos iniciar, então. A senadora já fez a devida justificativa da não presença do Ministro. Nós vamos fazer a nossa Audiência normalmente e entendo, Senador José Nery, V. Exa. que é o autor do requerimento, mas, a partir daqui, nós podemos ver desdobramentos para ajudar no fim do conflito. Quando eu digo conflito, é porque, em greve, sempre há um conflito. Eu uso muito esse termo, Senador José Nery: ninguém faz greve porque gosta. Faz greve porque entendeu que não está havendo entendimento, e nós, aqui, eu tenho certeza que todos os senadores que estão nessa reunião, nesse momento, e todos os senadores da Comissão, está aqui conosco o Senador Roberto Cavalcanti, que eu queria cumprimentar também, está sempre conosco, não tem tempo ruim para ele, não tem ruim de assunto. Qualquer assunto: "Não, estou lá, vamos debater, vamos discutir", e, como diz ele sempre e o Senador José Nery: "Em que pudermos ajudar, vamos estar aí para somar". Então, de pronto, dada todas as explicações que a Senadora Rosalba já deu com muita competência, quero dizer, eu insisto nessa frase, não é só uma Audiência Pública. A Audiência Pública, para mim, é para dar visibilidade ao tema, mas nós gostaríamos muito de sabermos qual é o *day after*, qual é o passo seguinte para ajudar no encontro de soluções.

Então, eu passo a palavra, primeiro, ao Moacir Lopes, que é o Dirigentes da FENASPS, que aqui representa a categoria e os servidores em greve e, em seguida, ao Vice-Presidente da COBAP. Quero dizer, me permitam isso, a COBAP está fazendo um belíssimo trabalho nessa luta, viu José Nery, dos projetos que nós aprovamos junto aqui, que é o fim do fator, o fim do fator pega principalmente quem está na ativa, a COBAP é uma entidade que principalmente luta pelos direitos dos aposentados, mas está preocupada com aqueles que vão também se aposentar, e o reajuste integral a todos os aposentados e pensionistas. Tivemos uma série de reuniões, eu conversei por telefone, ainda agora, com o Varlei, que é o seu Presidente, falamos um pouco da reunião que tivemos, tivemos três ou quatro reuniões essa semana, já está marcada uma outra reunião para terça-feira, com a presença do líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, com o Varlei, com outros dirigentes da COBAP e outras entidades que queiram se somar, pois aqui não há exclusividade para ninguém. Eu estou apenas falando da importância do processo que a COBAP está fazendo nessa mobilização. Vamos iniciar já na semana que vem, de novo, outras mesas de negociação com um objetivo único. E aí, José Nery, me permita que eu já anuncie a todos aqui, que o acordo firmado ontem, e eu disse que eu assinaria porque acredito no líder Henrique Fontana e vou assinar mesmo, vou fazer o pronunciamento e vou assinar, que o mês de agosto ficou como o limite máximo. Ficou da seguinte forma: na primeira quinzena nós vamos esgotar todas as negociações, todas, sobre o reajuste dos aposentados e o fim do fator. Não havendo entendimento, o acordo foi esse, a matéria vai a voto, todos concordam que vá a voto. Isso é um bom sinal, para não ficar aquela história [ininteligível] do requerimento, retira, bota, não vota, o veto não, esse não, isso aqui não. Não houve acordo, nós vamos ao voto. Esse foi o acordo, não foi? Eu vou explicitar no Plenário. Senador Valadares, esse daí também é dos nossos, viu?

[palmas]

Daqui a pouco vocês vão dizer: "Todos que chegam, a gente diz que é dos nossos". Então, aqui, não vai ser 100% a favor das causas sociais. O Valadares

é um companheiro de todas as horas, que, junto com o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador José Nery, está aí com a gente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria saber se está confirmada a Sessão do Congresso, negociada durante a última mobilização geral dos aposentados, ficamos um dia inteiro aqui ocupando o Plenário da Câmara, inclusive de uma forma muito pacífica e muita determinação dos aposentados e pensionistas. Ficou acordado que a Sessão do Congresso, para analisar o veto do reajuste dos 16% de 2006, seria no dia 8. Eu queria só saber se esse acordo está mantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero ser, aqui, muito transparente e verdadeiro. Em nenhum momento, nem o Presidente Sarney e nem o Presidente Michel Temer negaram que botem em votação no dia 8. Aqui está o Vice-Presidente da COBAP que acompanhou todas as discussões. Se depender deles, vota no dia 8. As entidades de aposentados e pensionistas, os Deputados que participaram dessas últimas reuniões, inclusive o líder da oposição, como também o Senador Mário Couto, na reunião que tivemos nós estamos chegando à conclusão – é importante a sua pergunta que vai esclarecer o país, porque isso aqui vão ao ar com certeza essa semana –, nós todos chegamos à conclusão de que para nós é melhor primeiro votar a questão do fator e o reajuste do aposentado. Por quê? Porque essas duas votações não são secretas. A Maninha sabe a história da votação secreta como é que é. São votações abertas. Nessa, cada um vai ter que dizer como é que vota, se está a favor do reajuste do aposentado ou não, se está a favor do fim do fator ou não, se há acordo ou não há. Aí nós estamos chegando à conclusão, e vamos ter essa reunião com o Presidente Michel na terça, que o veto talvez seja bom deixar para votar depois da negociação e do acordo, porque em voto secreto tu nunca sabe o que vai acontecer. O Governo pode achar que vai ganhar e nós podemos achar que vamos ganhar, mas, no voto secreto, até hoje, na história do Parlamento, nós não ganhamos uma vez. Então, eu tenho esse receio.

Então, o voto está servindo, porque dizem, dizem, e eu quero até concordar, me interessa concordar, que a derrubada do veto de nossa autoria de 16,67% daria um gasto para o Governo de 36 bi, e eu não quero entrar no número, para mim se quiserem dizer que é 50 bi, 100 bi, digam que é; não querem isso, então vamos acertar os outros projetos, que é o fim do fator, o reajuste integral e recomposição das perdas. Resolve. Então o veto está aí, está como instrumento de pressão que ajuda na negociação e na mobilização que toda a sociedade está fazendo. Então nós estamos chegando a esse entendimento – e me confirma, Silberto, se for diferente – que é bom jogar o veto para frente, concluir todas as negociações, votar a questão do fator, votar o reajuste integral e daí depois apreciar o veto. Então provavelmente não acontecerá a votação no dia 8. Foi bom porque tem que esclarecer, a população tem que saber, porque às vezes, o Senador José Nery tem toda a razão, você fica aqui negociando, negociando, e dando a impressão que lá fora a população sabe. Isso cria uma falsa expectativa. Então tudo indica que ficarão essas soluções todas para o mês de agosto.

Vamos à nossa Audiência. Moacir, por favor, está com a palavra.

SR. MOACIR LOPES: Muito bom-dia a todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou dar dez minutos com mais cinco, mas se necessário a gente vai ser tolerante.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito. Senador Paulo Paim, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador José Nery, Senador Valadares, Roberto Cavalcante, excelentíssimos companheiros da Mesa, da COBAP, que são companheiros de luta. Aqui está presente, senador, dez Estados representados aqui. Aqui está presente Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, que estão alguns nos corredores ali, os companheiros do Rio de Janeiro, de Brasília, Espírito Santo, Paraná, enfim, companheiros de Pernambuco, de Sergipe, Rio Grande do Norte, o companheiro que já foi muito bem homenageado pela Senadora, e a gente então estamos aqui com o objetivo, Senador, de tentar colocar um pouco sobre a situação dos trabalhadores hoje do Seguro Social e, também, a razão da greve.

Hoje, o Seguro Social é uma instituição pública que atende a maior parte dos brasileiros, se não a totalidade dos brasileiros. Tem 26 milhões de aposentados hoje na instituição. O Seguro Social nos últimos anos tem conseguido atender a demanda de forma assim satisfatória. Nós conseguimos fazer um trabalho com muito mais eficácia, os servidores têm feito um trabalho assim de extrema dedicação no serviço e nós estamos conseguindo, de certa forma, reduzir, e não acabar, porque existe uma questão de organização, as filas da Previdência Social.

Os servidores da Previdência Social, hoje, são em torno de 38 mil trabalhadores. Esses trabalhos, hoje, desses setores, nós temos pelo menos 70% já com mais de... Tempo de serviço, com 30 anos de serviço, em média, os homens e as mulheres quase com isso. Portanto, estão próximos aí da aposentadoria. Esses servidores de-

dicaram a sua vida toda à causa previdenciária, à causa pública, trabalhando na instituição pública.

Pois bem. Esse serviço com melhoria não vem acompanhado da contrapartida do Governo. O Governo negociou com as entidades sindicais, negociou com os parlamentares uma melhoria na Previdência Social do ponto de vista da estrutura: a estrutura física, a estrutura de logística, a estrutura de garantia de atendimento. Não honraram, Senador. O servidor está trabalhando, há uma queda no sistema e sai do ar o trabalho do serviço de informática e o segurado fica lá na fila sofrendo, que está lá esperando há muito tempo, e causa um estresse maior para o trabalhador e o Governo não tem conseguido fazer essa melhoria.

Nós temos, desde 2006, uma promessa do Presidente do INSS Valdir Simão, do Ministro então na época Nélson Machado, depois o Marinho e, finalmente, o Ministro Pimentel, que haveria uma mudança no software da Previdência Social, uma mudança no sistema de informática, uma mudança em todo o processo de atendimento, uma vez que a tecnologia, ela tem avançado ao ponto de melhorar a condução do trabalho e a condução do acesso à população. Isso tem sido uma mudança muito lenta, não cumprida.

Outra situação que nós estamos querendo destacar aqui, senador, é que os servidores, hoje, trabalham em condições extremamente difíceis. Primeiro por quê? Imagina atender por dia em média mil pessoas, mil segurados por dia em cada posto de benefício. O senhor imagina atender pessoas, como já foi dito aqui pela senadora, que, ao final da sua vida profissional, dedicada, esforçada, ela tem, na Previdência Social, uma busca a um amparo, uma busca à sobrevivência, e aí tem todo tipo de trabalhador, aquele que trabalhou por uma vida e conseguiu chegar com uma condição de melhor de saúde, aquele que pela vida chegou lá doente, lesionado, chegou lá em condições de saúde precarizadas, e aqueles que estão buscando um benefício pela idade porque não conseguiu provar a sua questão laboral.

Também tem uma situação de trabalho que nós estamos há onze anos, exatamente onze anos, senador, sem que haja sequer um programa de análise das condições de saúde dos trabalhadores. Eles não têm ali hoje a sua situação [ininteligível], não há o exame periódico conforme determina a Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Moacir, me permita. O Senador Valadares, que é parceiro nosso, eu sei que vai nos ajudar muito nesse encaminhamento, ele tem que pegar um voo, mas ele não queria sair sem fazer uma saudação a vocês e àqueles que estão assistindo a TV Senado e os que estão aqui nessa plenária.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Moacir, eu agradeço a interrupção. É que em Sergipe vai ser realizada uma eleição suplementar no próximo domingo e hoje nós teremos um comício para o qual eu fui convidado como Senador da República do PSB. É um Município que nós temos interesse que a eleição seja realizada para preencher a vaga de Prefeito, uma vez que o Prefeito efetivo foi cassado. Eu estarei lá hoje à noite. Essa é a razão porque pedi licença ao Senador Paulo Paim para fazer uma saudação aos servidores do INSS que se encontram no presente momento em paralisação em virtude de um acordo a ser cumprido pelos dirigentes do INSS.

Quero me colocar à disposição, ao lado de todos os Senadores, ao lado do nosso Presidente Paulo Paim, no sentido de encontrarmos uma fórmula, a mais condizente possível, visando o fortalecimento da instituição e o reconhecimento legítimo das reivindicações dos servidores. Portanto, as minhas felicitações, os meus cumprimentos a todos aqueles que lutam pela melhoria do sistema previdenciário no nosso país, por uma carga horária compatível com a realidade nacional. Que as conquistas que foram feitas, conseguidas ao longo dos anos, sejam implementadas, e que o fator previdenciário que foi uma luta aqui encetada no Senado Federal por conduta do Senador Paulo Paim, que teve o meu voto e de todos os Senadores que têm compromisso com a Previdência Social, com os aposentados, seja objeto de apreciação o mais rápido possível, que o veto seja apreciado pelo Congresso Nacional, porque esse não é só um só dever constitucional como, também, uma obrigação social do Senado Federal para se debruçar sobre essa matéria. Meus parabéns ao Sr. Moacir Lopes, ao Sr. Silberto Silva, os meus cumprimentos e a minha solidariedade à luta que vocês estão encetando em benefício da sua categoria.

[palmas]

SR. MOACIR LOPES: Vamos contar com o Senador Valadares para a nossa causa, para a nossa luta continuar. Com certeza é muito bem-vindo o seu apoio.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. MOACIR LOPES: Então dando continuidade, imaginem, senhores, que os trabalhadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Graças ao Valadares, tu ganhou mais cinco minutos.

SR. MOACIR LOPES: Mais cinco minutos. Imaginem que os trabalhadores, nessa condição, eles estão numa situação extremamente precarizada. Eles têm mantido, nessa jornada de trabalho, toda a condição de atender a população, tanto que a meta estabelecida pela

sociedade de atendimento em menos tempo está sendo atingida. Com isso, então, esse ritmo de trabalho, com as mudanças do Governo na legislação, uma legislação complexa, confusa, que nem sempre é objetiva, porque vai se mudando conforme a situação que está colocada, até um exemplo é o fator previdenciário e outro exemplo, Senador, é a questão da alta programada que tem levado milhares de trabalhadores doentes voltar para o serviço, portanto eles fazem recurso e voltam para o atendimento, a situação dos processos previdenciários que hoje ultrapassam a cinco milhões de processos, abarrotando o Judiciário, hoje é uma situação que a Previdência Social é uma das maiores fontes de processos judiciais desse país. Então a situação da Previdência Social, essa forma da gestão da Previdência Social, tem levado a esse estado de caos e os trabalhadores é que sofrem as consequências.

Então os trabalhadores, nessa condição, têm adoecido numa proporção assim imensa. Tem APS no Brasil hoje, agências, que chegam a ter 40% do seu quadro funcional em licença-saúde, afastado ou em tratamento. Quando o servidor adoece, não há para ele uma complacência. Ele cumpriu o prazo lá de dois anos, não há um programa de saúde na Previdência de recuperação para ele. Ao contrário do que ainda existe parcialmente na Previdência Social pública, não há na Previdência do setor público, e ele vai aposentar por invalidez parcial com metade dos seus vencimentos, porque o fator previdenciário do serviço público federal é muito mais cruel do que o setor da Previdência pública. Aqui se perde 50% do vencimento quando se aposenta fora do período de tempo. Então para nós essa condição é muito cruel e tem levado, Senador, além dessa situação de invalidez, a um quadro degradante ao ponto de que cada dez aposentados por invalidez, sete aposentados são por doenças psicossomáticas, doenças mentais, doenças em que a pessoa fica com invalidez do ponto de vista da parte neurológicas. Com nisso não há um cuidado da instituição. Nos últimos quatro anos chegaram a quatro óbitos em serviço: um óbito no Pará, óbito em São Paulo, óbito no Paraná, óbito também aqui em Brasília de servidores, óbitos de doenças que são previsíveis, doenças cardíacas, aneurisma, que são facilmente prevenidas e tratadas. Portanto não, há desse Governo uma posição de tratamento.

Há uma situação também que é fundamental que os Srs. Senadores tomem pé e possam acompanhar de perto. O controle social da Seguridade Social não existe de fato. O Conselho de Previdência Social tem muita dificuldade de operar as demandas da sociedade. Por exemplo, o Ministro da Previdência Social aprovou nesta Casa fazer um projeto – e está implementando – de 729 novas agências no Brasil. A gente não tem, assim, levantamentos, pelo menos nós, entidades sindicais, de qual a demanda real desse processo e qual a viabilidade dessa implementação. Nós somos favoráveis a abrir agência em todo o Brasil, afinal de contas o aposentado tem direito a atendimento. No entanto, não se contratou um único trabalhador para essas agências. Se você considerar que uma agência para funcionar, numa cidade menor que seja, como Luziânia, outra aqui, precisaria de vinte e cinco funcionários, teríamos aí uma necessidade de dez mil trabalhadores para repor na agência e não há contrato previsto para isso. Portanto, há uma temeridade do Ministro ficar fazendo a inauguração de agências, sem garantia desse atendimento, desse setor. E, com isso, ele pega trabalhadores de uma agência para outra, desfalca uma agência aqui, transfere para lá, localiza por temporariamente, cria uma situação de instabilidade no serviço e no atendimento, precarizando a situação. Até mesmo porque, Senadores, ficamos durante dezoito anos sem concurso para contratar novos trabalhadores. De fato houve concurso em 2003, 2004, 2005 e agora em 2009, mas não se contratou na proporção necessária.

A Previdência Social tem um levantamento feito nos Recursos Humanos que mais ou menos dez mil trabalhadores já cumpriram a reforma previdenciária do Governo FHC, a PEC 41, a PEC 47, todas as etapas, e vão se aposentar esse ano ou estão em condição de aposentar esse ano. O que segura essas pessoas ainda em serviço é que elas têm esperança de que nesse processo de negociação, nesse debate aqui, venha a ter uma condição mínima de carreira, de condições de trabalho, de que elas possam trabalhar aqui em condições dignas e valorização, afinal de contas essas pessoas aqui, pela sua experiência de vida, são aquilo que tem de memória da Previdência Social de fato, não só legislação, que eles é que conhecem o sistema, conhecem o segurado, têm relações com os segurados aí alguns durante vinte anos, moram na mesma cidade, conhecem aquele cidadão que está ali no seu bairro, no seu clube. Então, essas pessoas estão para se aposentar.

Mais uma situação importante é que esses segurados veem nessas pessoas também uma relação de confiança, afinal de contas é nele que ele vai conseguir o seu benefício, vai conseguir resolver a sua situação, e muitas vezes essa pressão do trabalho sem condição do servidor trabalhar ali, efetivamente ali, com a pressão do Governo em botar temporizador para atendimento. O senhor imagina, Senador Paulo Paim, que um trabalhador, durante trinta e cinco anos, contribuiu com a Previdência Social, e o Governo dá para ele apenas trinta minutos para ser atendido, depois desse tempo de serviço. Você imagina que o Governo diz para alguns servidores que tem que atender em alguns minutos alguns procedimentos. Isso cria uma tensão grande e essa legislação complexa começou lá no Imperador Dom Pedro, não começou hoje, o Eloy Chaves é que organizou, mas é antiga essa legislação. Ela coloca na

cabeça do trabalhador essa complexidade de atender em trinta minutos ou quinze, podendo levar a um erro administrativo, afinal de contas a máquina não responde na proporção que deveria e a cobrança vem nessa proporção. Então nessa proporção o servidor comete um erro e aí vira um criminoso; quando não vai preso, ele é achincalhado, um assédio moral constante, uma agressividade imensa. Então essa carga de energia negativa tem levado os trabalhadores a ficar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar, naquela atividade que tivemos aí de homenagem aos servidores públicos do Brasil, eu usei um termo e parece que você está confirmando, que muitas vezes a população, os nossos trabalhadores, partem para um tipo de agressão em cima do servidor, não entendendo que o servidor está ali cumprindo a sua função. Ele não é perito, não é nada, ele está ali dizendo que infelizmente o resultado final foi esse. É mais ou menos isso.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem todo o tipo de agressão e por isso que nós estamos, temos que buscar formas de atender com rapidez, mas atendendo com segurança, dando tranquilidade ao servidor e ao trabalhador, porque o que ficava até um tempo atrás, eu quero até que você na sua exposição deixe bem claro, é que nós todos reclamávamos que encaminhávamos o benefício e demorava um, dois, três anos para vir a resposta, sendo que a culpa não era também do servidor. Então o que nós queremos é que a resposta venha, digamos, o mais rápido possível, mas com um tempo razoável e que não permita nenhum tipo de equívoco. É isso que você está dizendo.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito, inclusive nessa situação os servidores conseguiram também, num processo amplo de trabalho, o Governo colocou meta que em qualquer processo que entrar era quarenta e cinco dias o prazo que seria o máximo para tramitar, a não ser naqueles casos que é uma demanda judicial, que é uma demanda que envolve pesquisa rural, porque, hoje, a Previdência Social, ela tem 1111(F) agências no Brasil já funcionando. Entre essas, tem a PREVBarco, que vai lá na região amazônica, Pará, na região amazônica como um todo, ribeirinhos. Tem aqueles PREVMóveis, que vão para as regiões mais distantes, e, nesse sentido, sempre há dificuldade em você levantar os dados. E o trabalhador da Previdência Social tem feito o possível, pesquisando, para que aposente o maior número de pessoas com segurança e qualidade, porque o segurado tem que ter garantia, porque se ele pega um benefício que tem algum problema, não só retorna e cancela a aposentadoria, como devolve o dinheiro recebido. Então é melhor garantir um atendimento de qualidade do que um atendimento assim de pressa.

Então nesse sentido aqui, senador, nós estamos aqui buscando nesse entendimento de que haja uma segurança no trabalho e aí os servidores fizeram vários tipos de acordo durante a greve, não só nós, como também eu estou vendo aqui uma legião de médicos peritos aqui presentes, que também estão sofrendo aí o mesmo tipo de ataque, porque os acordos são cumpridos parcialmente, eles sofrem as angústias de uma legislação que impõe um modelo de trabalho, que não é o seu modelo de trabalho como compreensão de cidadão, mas é um modelo de trabalho que a Lei não permite o sistema mudar o curso da história. Se diz que tem que apertar esse botão para X, você não pode botar Y aí. Então é obrigado a devolver o segurado para o recurso e voltar depois. [soa a campainha]

Então, nesse acordo, o que nós propusemos, então, para poder concluir aqui? A primeira situação é que os nossos segurados possam atender com qualidade, e, portanto, os servidores querem garantia de emprego, contratação de vinte mil trabalhadores. Segundo, melhoria nas condições de trabalho lá e garantia de que seja feito o levantamento de toda a situação previdenciária do Brasil, tanto do ponto de vista estrutural, de imóveis, ergonomia do setor de atendimento e também, por que não, uma garantia do servidor ter na sua situação de profissional uma progressão na sua carreira, valorização. Isso foi acordado lá, em 2005, 2006, e o Governo não cumpriu. Em 2007, a gente fez um movimento nacional, ia entrar em greve, o Governo nos chamou, propôs fazer um processo de negociação, nós cumprimos a nossa parte, buscamos fazer esse entendimento, e, mais uma vez, o Governo, ao chegar ao final do debate, ele resolveu cumprir a sua meta sem ouvir os trabalhadores, implementou o que ele queria fazer lá, da forma que ele quis, e encaminhou para o Congresso o projeto, a Lei 11.501. Lá se aprovou uma nova gratificação que discrimina os aposentados nossos, portanto, ele divide o aposentado nosso para receber metade do valor do ativo e a partir daí nós começamos a fazer movimento.

Em 2008, voltamos às ruas de novo, tentamos negociar com a Presidência do INSS, com o Ministro da Previdência Social, conseguimos negociar num acordo assinado com as entidades sindicais, pelo qual as partes comprometiam: o Governo faria lá a parte orçamentária, nós faríamos a parte lá de buscar apoio político no Senado, no Congresso, que nós viemos buscar. Em contrapartida, seria montado dois grupos de trabalho importantes a partir do mês de julho e agosto: um para discutir a carreira previdenciária, que seria um debate sobre a estruturação da carreira e um outro que discutiria a jornada de trabalho dos servidores públicos da Previdência Social. Para a nossa surpresa, quando chegou no final de julho para agosto, o Governo publica a Medida Provisória 441, pelo qual ele

não só não cumpre aquilo que estava assinado pelo Ministro do Planejamento, Duvanier, e por todas as entidades, como ele também recusa-se a debater na sequência tudo aquilo que foi acordado entre nós. Em função disso, os servidores então tentaram, durante quase um ano, de junho a junho, uma negociação. Esgotado isso, Senador, restou à categoria, então, deflagrar uma greve, que ainda foi informada ao Presidente do INSS, porque ele publicou uma Resolução nº 65, pelo qual ele aumentava a jornada de trabalho para quarenta horas, não pagando a mais por isso, não permitindo qualquer diálogo, não organizando o sistema de trabalho, não permitindo sequer que os trabalhadores pudessem opinar sobre aquilo e cumprindo também e desrespeitando o Decreto do Presidente Lula 4.836 que prevê, Senador, que quando tiver uma unidade de trabalho funcionando na área pública durante doze horas, pode sim funcionar com seis horas, porque esse atendimento ampliado atende mais trabalhadores, atende mais cidadãos e, também, garante um atendimento de qualidade e com condições de vida melhores para os trabalhadores. Como o Presidente do INSS e o Ministro recusaram-se a fazer isso, a gente foi à grave.

A greve iniciou sobre uma repressão muito grande, Senador Paulo Paim. Primeira vez na história que um Tribunal julga uma greve antes de começar, deu uma sentença contra a greve dizendo que a greve não poderia realizar-se, mas não nos ouviu do ponto de vista da negociação. Esse Tribunal, junto com a Previdência Social, tem permitido que a Polícia Federal e que a Polícia Militar vão para as unidades desobstruir agências quando estamos fazendo um pequeno ato, como aconteceu em Brasília ontem, no dia 18 e também na Bahia, uma violência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro ontem a Polícia Militar foi abrir as agências, em São Paulo, enfim, em todo o Brasil, uma agressão, uma coisa que não se coaduna com a democracia. Não se entende um processo democrático com tanta violência [palmas], que nós podemos dizer que no regime militar, que nós ainda éramos criança, crescendo, enfrentando a ditadura nos bastidores, o regime militar, talvez em alguns momentos, teve menos violência contra nós. Não está para entender o que está acontecendo com esse processo, até porque, Senador, esses trabalhadores que estão aqui presentes, dos onze Estados aqui presentes e mais os que estão lá na unidade, os trinta e oito mil trabalhadores, são aqueles que vão continuar atendendo o cidadão, eles vão continuar prestando o seu serviço.

Portanto, há que se buscar uma normalidade e nós esperamos – estamos nos sentindo abandonado nesse momento – o apoio da Casa, o apoio dos Senadores para buscar o atendimento negociado para a greve, o apoio da COBAP, o apoio da sociedade, porque se nós não conseguirmos reverter, volta-se para o trabalho num sistema de muita agressividade, muito ferimento, muita situação, e quando se volta nessa condição, o Senador Paulo Paim e os Senadores aqui presentes sabem que o serviço não consegue ser da qualidade desejada que os servidores vão estar fazendo ali.

E, finalizando, dizer também [soa a campainha] que o Governo diz que está cumprindo a Lei. A Lei, de fato, está se cumprindo conforme está escrito lá, a que emendou não foi acordado por nós. No entanto, existe hoje, dos trinta e oito mil trabalhadores, 95% em desvio de função. Os técnicos não podem conceder benefício e ele mantém esse trabalho dos técnicos lá porque não há outro quadro [palmas]. Então é preciso buscar uma solução para isso e nós contamos com os Senadores. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, muito obrigado a todos os presentes. Agradeço aqui a atenção e vamos aqui estar para contribuir com o debate [*palmas*].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar aqui, cumprimentando a todos os peritos que estão presentes, o Dr. Raimundo Luiz Parente. Nisso, eu cumprimento todos os peritos que estão presentes aqui.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Raimundo Luz Parente é perito médico previdenciário, e me permita que eu diga isso... A gente também vai, cada vez, conhecendo mais a área. Eu confesso que a tal de demissão programada me preocupa... Auto(F) demissão. Mas eu quero dizer, eu perguntava aqui para não cometer nenhum erro nesse aspecto, que a alta programada não é culpa do perito, é uma alta programada. Infelizmente tem que voltar de novo, vai para a perícia outra vez, não é isso? Então eu quero deixar claro isso aqui, porque se cria também: "Não, o culpado é o perito, é o perito, é o perito". O perito é um profissional e ele tem parâmetros onde ele pode trabalhar. Então, os meus cumprimentos aos peritos, sejam bem-vindos e vamos dar uma salva de palmas aos peritos aí, porque eu sei que, se dependesse deles, o quadro não seria bem esse. [palmas]. O Senador José Nery pediu a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, ontem, tivemos um aditamento ao requerimento aprovado na semana passada, para convidar a representação justamente dos médicos peritos para se fazer presente nessa Audiência Pública e se encontra conosco, como o senhor anunciou, e representando a Associação Nacional dos Médicos Peritos, o Dr. Raimundo Parente, que o senhor anunciou, e que eu gostaria, conforme aditado ontem ao requerimento aqui na CAS, que pudesse então ser convidado para

participar na Audiência Pública na condição de expositor. Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um pedido do José Nery, nem que não tivesse colocado, já é aprovado, o doutor seria convidado a teu pedido. Por favor, doutor, venha à Mesa, Dr. Raimundo Luz Parente.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria destacar também a presença conosco deste senador, o Senador Augusto Botelho, que é médico e é parceiro em todas as horas. Qualquer tema, qualquer debate, qualquer votação que tenha envolvimento a questão social, os trabalhadores, a liberdade, a igualdade, o Dr. Senador Augusto Botelho está com a gente. Está aqui na Mesa, por favor.

[palmas]

Sr. Silberto Silva, nosso Vice-Presidente da COBAP, que tem feito um trabalho belíssimo em defesa, não só dos aposentados, como também dos trabalhadores, como eixo aí a aposentadoria integral e o fim do fator. Quinze minutos, dez com mais cinco.

SR. SILBERTO SILVA: Companheiros e companheiras, bom-dia. Falando em Paulo Paim, em nome dos aposentados o Paulo Paim é o baluarte nessa luta nossa. Eu sou o Vice-Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados, o meu Presidente é o Varlei, infelizmente ele não pode vir porque está em outra reunião.

A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, a COBAP, ela tem dezenove federações filiadas a ela e hoje essa luta de vocês é a nossa luta. Que luta é essa? A luta dos aposentados e pensionistas que hoje recebem acima do salário mínimo, são mais de oito milhões de aposentados que ao longo dos anos têm essas percas aí que hoje chega em torno de 70%. Mas eu me lembro bem, meu querido Senador Paulo Paim, alguns anos atrás o senhor, Deputado Federal, hoje Senador, o senhor, naquela época, o senhor na oposição, o senhor já acampava essa luta dos aposentados e naquela ocasião, numa dessas Casas aqui, dessas Comissões, o candidato naquela época, o nosso querido Presidente, que hoje é o Presidente, já sabia dessas percas nossa, estava candidato a Presidente, e nos prometeu, naquela época, Paulo Paim, ao seu lado, que essas percas iam ser repor, e ao longo desses anos, infelizmente, essas percas não veio. Mas nem por isso, companheiros e companheiras, o Paulo Paim deixou de ficar do lado dos aposentados. É uma satisfação quando a gente vê um Senador como o Paulo Paim, como o Nery, José Nery, como o Mário Couto, como o Botelho, como o Valadares, o Mão Santa e tantos outros Senadores e diversos Deputados que agora estão acampando essa luta, vendo que está havendo essa injustiça.

Olha, gente, é mais de 70% que os aposentados e pensionistas neste país está com essas percas. Agora é que está se tentando abrir uma janela. Ontem nós estivemos com o Paulo Paim, o Mário Couto, estivemos com a liderança no Governo, o Henrique Fontana, aonde ele falou lá em nome do Governo que ele ia ver uma maneira de repor isso aí. Eu espero que o que ele falou ontem para diversas lideranças que estavam lá do Brasil inteiro acompanhando o Paulo Paim, que ele, como Presidente e os demais Deputados e o Michel Temer cumpram com esta promessa, porque não é possível. Vocês hoje estão aqui pedindo o apoio desses Senadores nessa batalha de vocês, batalha essa que é justa.

Eu vou dar um pouco do exemplo do meu Estado. Eu sou do Rio Grande do Norte, mas hoje lá são vinte e uma agências. Para atender hoje lá são em torno de 460 mil aposentados. Fora esses 460 mil aposentados, têm diversas pessoas que procuram o atendimento. O número de funcionários hoje em torno de 450 funcionários, quer dizer, isso não pode. Então tem que fazer o seguinte: é procurar contratar mais e dar o direito de vocês, que vocês merecem.

Voltando agora aos aposentados, essa luta também é de vocês, dos pais de vocês, que vocês tenham certeza que, hoje, os pais de vocês estão sendo, como é que se diz, injustiçados; se aposentaram com cinco, seis, sete salários, quatro, cinco, e, hoje, está defasado com dois, três salários.

Então, companheiros, pedimos também a vocês, funcionários, que entrem também, encampem essa luta nossa. Essa luta não é só dos aposentados. Inclusive o fator previdenciário, aonde o baluarte aqui é o Paulo Paim, a COBAP acampou isso aí e não era uma parte de obrigação dos aposentados. Era justamente dessas Centrais de acampar essa luta, mas como o Paulo Paim estava no comando e a gente sabendo que nós temos os parentes nossos que estão futuramente para se aposentar e sabendo que isso aí iria prejudicar, o que é que nós fizemos? Nós encampamos essa luta.

Queremos dizer a vocês o seguinte: a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, hoje nós temos mais de 600 mil filiados. Dizer a vocês o seguinte: que estamos com vocês, agora queremos também que se una nesse processo dessas percas nossas. E parabenizar a vocês, nesse movimento de vocês, e que é bola para frente.

Agradeço aqui ao Paulo Paim, agradeço ao Nery, ao Mão Santa, a todos esses Senadores, aonde eles passaram três vigílias, o Senador Botelho, o Valadares,

a Rosalba Ciarlini que é lá do meu Estado, que é a Presidente desta Comissão, foi uma baluarte nessa nossa luta, o Senador Garibaldi também quando foi Presidente lá do Senado, através de pedido do Paulo Paim ele colocou lá essa Emenda, essa PL 01, lá foi aprovada e está lá na Câmara. Quero pedir o seguinte: que todos esses Deputados Federais que hoje tenho certeza que estão nos ouvindo aqui, essa Emenda está lá, está lá para ser aprovada. Estamos tentando conversar, fazer um acordo. Terça-feira o Paulo Paim, conforme informou aqui, nós vamos ter uma nova negociação. Talvez, se não tiver essa negociação, os aposentados e pensionistas desse país, eles irão para a rua, vão pedir, de fato e de direito, o que é deles, porque não é possível você passar trinta anos, agora trinta e cinco... Se não tiver cuidado, vão botar quarenta nesse fator previdenciário. Então é o seguinte: nós queremos só o direito nosso, o direito que nós conquistamos. Então, era só isso.

Meu querido Paulo Paim, muito obrigado, e dizer a você o seguinte: feliz de uma Nação que tem um Senador como o Paulo Paim. Eu falo assim porque o Paulo Paim é não só dos aposentados, mas, em todas as camadas, em todas as categorias, o Paulo Paim está aí defendendo o interesse daquelas pessoas que tiveram as suas conquistas e estão querendo confiscar. Então, Paulo Paim, meus parabéns, você merece, você é um cara nota dez, Paim. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, um minutinho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para ajudar o Silberto, o Senador Paulo Paim é o Senador do trabalhador; essa é a identidade dele aqui dentro da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, muito obrigado Senador Botelho. [palmas] Eu queria só avisar a todos, aos nossos amigos e amigas que estão aqui, eu sei que a sala está lotada, lotada, eu acho que cerca de 300 a 400 pessoas estão aqui, alguns no corredor. Mas que nós, aqui ao lado, na Sala 15, nós botamos um telão. Então, aqueles que estão de pé aqui, se quiserem, podem ficar aqui. Aqui, para mim, se tiver um lugarzinho para eu presidir, podem ficar todos aqui. Agora, se quiserem sentar e também vamos garantir água, enfim, que o cafezinho chegue lá, a Sala 15 é bem aqui ao lado, está com um telão e poderão assistir ao debate. Mas fiquem a vontade que esse calor humano aqui nos dá cada vez mais energia para defender a causa de vocês. Ok? Vamos lá, então.

Passo de imediato a palavra ao Dr. Raimundo Parente, que representa aqui todos os peritos médicos do Brasil.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Bom-dia a todos; bom-dia, Senador Paulo Paim; bom-dia, Senador Botelho, ao servidor Moacir, ao Sr. Silberto aqui, e bom-dia a todos os servidores que estão presentes aqui, na luta por uma presença justa e melhor.

Bom, meu nome é Raimundo Parente, eu sou perito médico aqui no Distrito Federal e nós estamos aqui, numa comissão dos peritos, aqui, no Distrito Federal. No momento, é o único grupo regional de peritos que está num movimento contra essa ação de má gestão da nossa instituição, que eu e nossos colegas e acredito que vocês, nós somos da Previdência. Então, nós temos que nos posicionar dessa forma, contra essa agressividade da instituição contra o servidor em geral.

Uma outra coisa aqui que eu vou pedir a todos é que, apesar de nós termos uma carreira específica, ou seja, na verdade, uma atuação específica, mas tem que acabar a dicotomia no INSS de servidores e peritos. Nós todos somos servidores. [palmas] E, ainda, pedir desculpas a vocês porque falar em público é uma situação que não é muito fácil, além da minha emoção de estar aqui falando no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que dirá se ele tivesse mais experiência, hein? [*risos*]

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Bom, indo direto ao assunto, a situação da perícia é uma situação que, por um lado, nos últimos três anos houve uma melhora considerável no atendimento ao segurado, mas, por outro lado, a nossa questão do servidor foi totalmente deixada de lado, que é a questão que quando eu cheguei aqui o nosso servidor Moacir estava falando sobre isso, que é a questão das condições de trabalho. As condições de trabalho, em todas as Agências da Previdência Social, são lastimáveis. Não há condições, não há situação ergonômica, há condições de segurança, não há condições de conforto, quantidade de banheiros, então por aí vai. É inadequado. E para o usuário também, para o segurado que chega lá, as condições de permanência numa agência são lamentáveis.

Bom, com relação específica à questão da perícia médica, as nossas argumentações são com relação à questão de horário. Essa Resolução 65 que o INSS baixou ainda a pouco, revogando uma Resolução anterior, de 2006, que não foi um ato deliberativo do Presidente do INSS, a Resolução anterior que permitia a carga horária de seis horas, fazer o chamado horário corrido, foi uma determinação do TCU, não foi um ato

voluntário da presidência do INSS. Ele revogou isso unilateralmente, sem ouvir os servidores, sem levar em consideração essas condições inadequadas de trabalho e baixou essa Portaria, Senador, e com uma condição: para fugir da burla, que a Lei 8.112 permite o horário corrido, que o Decreto 1.590 permite e regulamenta a questão das seis horas corridas, eles colocaram que o horário de funcionamento da APS é de doze horas, porém, o atendimento ao público é só de dez.

Então, isso restringe, ferindo o Decreto 1.590, que diz que, para funcionar, tem que ser um atendimento ao público em doze horas corridas, em turnos ininterruptos, porque isso que dá a garantia que remete para a Lei. No caso específico ainda da perícia médica, existe a questão, que dessa forma inviabiliza, uma norma constitucional, que é a possibilidade do médico, além de outros servidores da área de saúde, assim como professores, de ter a cumulação de cargo, que é uma exceção, mas está na Constituição. Então essa Resolução 65 fere frontalmente não só os direitos dos servidores públicos, como fere a Lei Maior, que é a Constituição, porque, de uma forma tortuosa, ela está impedindo um direito constitucional, que é a questão da acumulação, e, para os servidores não médicos, fere, fazendo esse viés, que é de permitir o funcionamento de um serviço durante doze horas, mas só permite atender o trabalhador, o segurado, durante dez, ou seja, a própria instituição está restringindo o atendimento ao segurado. Quando esse Decreto 1.590 foi publicado, o Ministério Público Federal fez um questionamento alegando que o INSS hoje alega, usa esse argumento, dizendo que seria um benefício, uma benesse para o servidor, que o servidor não quer trabalhar. A Secretaria de Gestão Federal rebateu isso dizendo exatamente o contrário, que quando você faz um atendimento ao público durante doze horas, você aumenta a possibilidade e a demanda de atendimento.

Então, em cima dessas restituições(F), desse ato unilateral, de forma inadequada e, a meu ver, a nosso ver, ilegal, é que a gente pede o apoio aqui, dessa Comissão, e dos demais senadores e o apoio dos servidores na luta. Nós, colegas, não entramos em greve, mas nós estamos aqui do Distrito Federal fizemos uma menção de apoio à greve dos servidores e entramos num movimento de restrição da demanda compulsiva que o INSS nos determina. Esse movimento está em pé, as repercussões já estão ocorrendo e as pressões também, Senador. Ainda a pouco eu recebi um telefonema avisando que o Diretor de Benefício, o Sr. Brunca, do INSS, já está abrindo processo administrativo com ameaças veladas, bem se dizer, contra os servidores e contra nós, peritos, mas aqui nós queremos dizer que o movimento dos peritos vai persistir, vai ser solidário ao movimento dos servidores em geral [palmas], e, nesse aspecto, nós solicitamos o apoio e a compreensão dos senadores e da Comissão para trabalhar nessa situação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu abro a palavra aos Senadores. O Senador Augusto Botelho vai ter que sair porque há uma série de Comissões funcionando. Eu queria aqui, Senador Botelho, V. Exa. que está saindo, diga também ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que esteve aqui e é médico também, que nós todos temos certeza absoluta que a sua presença aqui, do Mozarildo e de outros Senadores vai contribuir para que a gente busque uma saída num grande entendimento que preserve o direito dos trabalhadores. Parabéns a V. Exa.

[palmas]

O Senador José Nery está com a palavra, o autor do requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero cumprimentar os nossos ilustres convidados que se fizeram presentes a essa Audiência Pública. Representando os trabalhadores da Previdência Social, temos o Moacir, que é Dirigente Nacional da FENASPS, bem como a presença do Dr. Raimundo Parente, aqui representando a Associação Nacional dos Médicos Peritos, cumprimentar o nosso amigo Silberto Silva, da COBAP, Vice-Presidente da COBAP, da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, cumprimentar e agradecer aqui a presença de todos os servidores do INSS, técnicos administrativos e peritos, que se fazem presentes nessa Audiência Pública. Quero, particularmente, agradecer e homenagear aqui a presença da médica, da ex-Deputada, da militante política que nos enche de orgulho sempre, como disse no início o Senador Paulo Paim, a companheira Maninha, aqui do Distrito Federal, médica perita [palmas], que, sem dúvida, é um orgulho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Nery, me permita, até você pode apresentar o nosso Paulo Duque, que vocês podem ter certeza absoluta sempre está do lado do nosso povo e por isso ele ali me abanou, ele fez assim: "Vou aí?" Vem, claro. Então uma salva de palmas para o Senador Paulo Duque.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Duque, sempre bem-vindo. Depois, nos encaminhamentos finais, aqui, dessa nossa Audiência, com certeza, vamos, entre as tarefas, eu creio que em uma delas o senhor vai poder participar, pelo menos será convidado a buscar esforços no sentido de que possamos ter um diálogo muito direto e transparente com o Ministério da Previdência e com o INSS, em relação à greve dos servidores.

[palmas]

Bem, mas, como eu estava iniciando, homenageando aqui a presença de todos e todas nessa Audiência, os trabalhadores que estão em greve, e nenhum trabalhador faz greve, porque, como disse o Senador Paulo Paim, como costumamos dizer, porque acha bom e bonito. Greve acaba sendo o último recurso que o trabalhador utiliza para ver respeitado os seus direitos. Felizmente depois de muita luta, de muita mobilização, conseguimos estabelecer no país um chamado processo de redemocratização onde os trabalhadores tanto da iniciativa privada, mas também os trabalhadores do serviço público, têm assegurado o direito de greve. Portanto, a greve, quando ela se torna necessária e o único instrumento para possibilitar a negociações que favoreçam, que garantam, assegurem direitos aos trabalhadores do serviço público, quando esse é o instrumento nós devemos ter absoluta compreensão de que não é a intimidação, não é a violência, não é a repressão o caminho para encontrar a solução adequada.

Neste sentido, atendendo à solicitação de vocês, servidores e médicos peritos, servidores da Previdência Social, pois todos são servidores, como disse o Dr. Raimundo, todos *[palmas]*, acolhemos a sugestão para a realização dessa Audiência Pública, mas eu sou apenas um dos autores da Audiência, desse requerimento. É o Senador Paulo Paim e o Senador Papaléo Paes que, com o apoio da Comissão, aprovamos na semana passada a realização dessa Audiência com o objetivo de buscar claramente um diálogo com o Ministério da Previdência e com o INSS para por fim ao impasse, à greve, na busca de uma solução negociada.

Ontem, telefonei ao Ministro José Pimentel, porque a Presidente Senadora Rosalba Ciarlini havia me informado de que o Ministro Pimentel tinha enviado um comunicado à Comissão, dizendo da sua impossibilidade de estar presente, no dia de hoje, aqui, na Comissão. Eu telefonei a ele para solicitar a designação de um representante, Senador Paulo Paim, nós aceitávamos aqui a presença de um representante do Ministério, bem como reafirmada a solicitação para a presença do Presidente do INSS. O Ministro Pimentel me disse que só tem condições de vir aqui no dia 16 de julho, às nove horas da manhã. Disse-lhe que, para o objetivo que nós buscamos aqui, mesmo entendendo e compreendendo que o Ministro no dia de hoje e o Presidente do INSS têm agenda no Estado do Paraná, mesmo assim era possível enviar um representante para essa Audiência aqui. Não tem um adjunto, não tem um Secretário do Ministério, não tem um chefe de gabinete?

Então eu queria, Senador Paulo Paim, dizer aos senadores e ao senhor, como Presidente dessa Sessão e Presidente da Comissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social na Comissão de Assuntos Sociais, dizer que aquela cadeira vazia ali representa a ausência do Ministério da Previdência e do INSS [palmas], que não acatou o convite, não acatou o convite. Mas eu quero dizer que eu trato com muita transparência e com muita tranquilidade esses conflitos, a greve, os movimentos, as manifestações, a ocupação dos sem-terra, sempre buscando uma mediação que permita a negociação.

Portanto, o nosso objetivo, ao realizar essa Audiência Pública aqui, não tem e não pode ser direcionada para o acirramento das posições. Essa Audiência, aqui, com a presença extraordinária das representações de doze Estados da Federação, de várias partes que aqui representam o conjunto dos servidores da Previdência Social do nosso país, esse momento aqui é a declaração de que nós queremos uma negociação e o fim do impasse. Ao dizer que o Ministro poderia se fazer representar, é porque de fato poderia, mas, também, ao dizer isso, eu não quero e não vou aqui estimular que os ânimos se acirrem ainda mais, porque o que nós queremos é respeito ao direito de greve, é respeito ao direito dos trabalhadores garantirem as suas conquistas e conquistas conseguidas fruto da mobilização de muitos anos, como a semana de trinta horas, readequada através de um acordo, mas também sobretudo pela emissão da Portaria do último dia 25, a meu ver não ajudam a gente a construir e a fazer com que o papel do servidor público em nosso país, em todas as áreas, não seja um papel onde de vez em quando o servidor, o trabalhador, a trabalhadora, se vê obrigado a utilizar de instrumentos como a greve e outros tipo de mobilização para fazer valer direitos. Já estamos no tempo de fazer com que as demandas trabalhistas, as negociações trabalhistas, sejam encaradas como um papel da mais absoluta transparência democrática, da democracia que aos poucos vamos construindo nesse país, com muita dificuldade, é verdade, mas sem abrir mão da possibilidade de que possamos ter uma sociedade, um país onde todos e todas possam participar de forma mais definitiva sobre os rumos, sobre a construção das medidas, das ações e do Poder Público no sentido do atendimento às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Como havia também dito antes, Senador Paulo Paim, no requerimento de aditamento ontem para a presença do Dr. Raimundo Parente, também havíamos aprovado aqui a presença do Dr. Peterson, que aqui representa o Ministério Público [palmas]. Para fazer justiça à V. Exa. e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convido ele vir para a Mesa. [risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É exatamente isso. Quando eu conversava com a Presidente Rosalba para que fosse aditado mais dois convites para essa Audiência, eu lembrava dos procedimentos da nossa Comissão de Direitos Humanos, em que, muitas vezes,

aprovamos um determinado número de convidados para as Audiências, mas no processo, se há necessidade de acrescer mais um, dois, três, quatro convidados, o Senador Paim faz assim como ele fez agora: se não estava previamente aprovado no requerimento, passa a ser convidado a participar da Mesa sem nenhuma burocracia, sem nenhum impedimento. Então é só para lhe dizer que quando o senhor diz: "Ah, é porque é um pedido do Nery", não é só por isso, é porque é a prática que o senhor adota quando preside Comissões nessa Casa. [palmas] Então, agradecemos a presença do Dr. Peterson, aqui, representando o Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu sou meio metido a quebrar protocolo, mas a nossa Secretária Geral disse: "Senador, quebra, mas vamos legalizar para não ter problema". Então, se V. Exa. permitir e o Plenário permitir, eu queria aqui nesse momento botar em votação para que façam parte da Mesa, a pedido do Senador José Nery, o Dr. Peterson de Paula Pereira, Procurador da República e 1º Titular do Ofício da Seguridade Social e Educação, e o Dr. Raimundo Luz Parente, que representa aqui a Associação Nacional dos Peritos da Previdência Social.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Senador, eu posso fazer uma correção?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos lá para evitar problema.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Nós todos, peritos aqui do DF, somos associados da associação, existe uma associação, mas eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o senhor representa aqui a Seção Regional, é isso?

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: É, nós estamos aqui, numa comissão de representação dos peritos do DF, e não em nome em si, propriamente, da associação, porque eu não fui designado dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, esclarecido para não haver problema. Em votação. Os senadores e senadoras, que concordaram, batam palmas. [risos] Aprovado. Volto a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, eu tinha a noção de que o requerimento havia sido aprovado ontem, mas foi aprovado agora. Aqui trabalha-se dentro das possibilidades que temos e, de qualquer maneira, os convidados seriam ouvidos, como bem garantiu V. Exa.

Mas eu queria me referir ao fato de que é importante, sim, o alargamento da presença da Previdência Social num maior número de municípios brasileiros, que será alcançada com a conjunção de, pelo menos, 750 novos postos do INSS no país inteiro, fruto da decisão do Congresso Nacional, quando da votação do orçamento de 2009, que garantiu os recursos para que a Previdência Social possa instalar um maior número de postos de atendimento aos segurados em Municípios com mais de trinta mil habitantes. Então, a previsão desse ano é de que sejam instalados 750 novas agências da Previdência nos Municípios, com mais de trinta e cinco mil habitantes. No meu Estado do Pará, por exemplo, lá tem um sindicato, também, muito ativo e muito forte, muito mobilizador, serão instaladas setenta e quatro novas agências no interior do Estado. É, sem dúvida, muito importante. É preciso aproximar e chegar perto do segurado no interior do país. Agora, igualmente, é preciso garantir os recursos humanos necessários à contratação de servidores com a realização de concursos públicos para garantir esse atendimento de forma universalizada aos trabalhadores, ao povo brasileiro.

[palmas]

Eu queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores e senhoras, trabalhadores e trabalhadoras da Previdência Social, que nós devemos aqui, primeiro, solicitar que a Polícia Federal não seja utilizada para, de nenhuma forma, reprimir ou intimidar o movimento pacífico dos trabalhadores que querem, nada mais, nada menos, apenas o cumprimento de normas e da busca de reivindicações que atendam os interesse da categoria e, por extensão, os interesses de melhor servir a sociedade.

Eu queria também... Sr. Presidente, eu acho que a proposta que podemos fazer, nesse momento, não poderia ser outra, é no sentido de que a Comissão de Assuntos Sociais procure aí fazer uma mediação junto ao Ministério e ao INSS, sugerindo a realização de uma Audiência ao Ministro José Pimentel e ao Presidente do INSS, uma Audiência para reabertura das negociações, mesmo que o Ministro tenha me dito: "Olha, mas a greve está declarada ilegal; portanto, conversaremos, mas é preciso voltar ao trabalho". O Ministro Pimentel tem experiência de movimento sindical, foi dirigente, muitos anos, do Sindicato dos Bancários do Ceará, tem experiência de como é que ocorre e as motivações da luta dos trabalhadores. Portanto, eu creio que se o caminho é o diálogo e é o atendimento. Proponho, Sr. Presidente, que esta Comissão, como parte das decisões que possamos encaminhar no dia de hoje, que a Comissão possa atuar no sentido de buscar a realização de uma Audiência com a categoria, através da direção, com a FENASPS, no sentido de buscar o atendimento, considerando a importância do trabalho de cada um, da dedicação de cada um e, sobretudo, de atendimento daquilo que esteja dentro das possibilidades para que os trabalhadores retornem às suas atividades, mas retornem com a garantia de que pleitos colocados na Mesa e que não é algo que seja considerado extemporâneo para as condições do próprio

Ministério, que o Ministério pode examinar e pode atender, o INSS pode examinar e pode atender, sugiro uma Audiência, se possível, com a participação do Senador Paulo Paim, da Senadora Rosalba, como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e dos Srs. Senadores e Senadoras que puderem integrar a Comissão no sentido de buscar o atendimento, de buscar o diálogo como forma de solucionar esse impasse [*palmas*].

Eu tenho certeza e faço aqui um apelo para que o Ministério da Previdência trate com muito carinho esse tema, para que nós possamos ter o entendimento, a negociação, e que nenhum trabalhador ou trabalhadora da Previdência Social, em qualquer parte do país, venha a sofrer qualquer tipo de intimidação, qualquer tipo de violência por estar exercendo a sua cidadania na busca de direitos fundamentais às condições de trabalho, de modo que essa satisfação do servidor, por extensão, leve à satisfação no atendimento, na garantia dos segurados da Previdência pública em nosso país, inclusive afirmando e cada vez mais aprofundando o sentido público da Previdência Social para servir as maiorias, os excluídos, os trabalhadores e o povo, trabalhando incansavelmente para que ela permaneça pública, de qualidade, universal e para todos *[palmas]* sem que tenhamos aí essa insanidade, que são os planos privados de Previdência, que na verdade servem para muito poucos, àqueles que podem pagar, mas a maioria do povo quer a Previdência eficiente, pública e para todos.

Os servidores da Previdência Social do nosso país contam com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais, cantam com o apoio dos Senadores e Senadoras, tanto é que esse essa reunião aqui na Comissão de Assuntos Sociais é a manifestação do apoio à luta de vocês. Não esmoreçam e acreditem, como sempre acreditaram, porque quem luta, quem trabalha e quem busca com um objetivo muito definido atingir a sua realização profissional, pessoal, em defesa dos interesses do país e do povo, quem luta sempre vence. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra, como nosso convidado, ao Dr. Peterson de Paula Pereira, Procurador da República. Nesse momento, doutor, V. Exa. tem a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. PETERSON DE PAULA PEREIRA: Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, o Senador José Nery, pelo convite, e a todos os servidores da Previdência, aos demais membros que compõem a Mesa dessa Audiência Pública. Louvar a iniciativa desse evento como mais um instrumento para que sensibilize o Governo Federal, em especial o Ministério da Previdência e o INSS, a abrir negociação com os servidores nesse ponto central que é, entre outros pontos, mas é a jornada de trabalho dos servidores.

Senador Paulo Paim, eu abri um procedimento administrativo na Procuradoria da República em razão da representação dos servidores, dos sindicatos que levaram ao conhecimento do Ministério Público Federal da ocorrência do movimento, e já havia tido uma experiência em 2005, na greve anterior dos servidores, onde naquela ocasião tive a missão de tentar abrir uma negociação com o INSS e na ocasião fomos felizes, Ministério Público Federal, INSS, servidores, em chegar a um denominador comum, após uma ação judicial que movemos contra o INSS e contra a União para que eles adotassem as medidas necessárias para restabelecer o serviço público, porque o entendimento expressado naquela ação foi de que qualquer medida judicial deveria ser intentada contra o Estado, o Estado é que deveria adotar as medidas que lhe fossem mais adequadas para restabelecer o serviço.

Acho ruim essa estratégia de ajuizar ações contra os sindicatos, contra as federações e estabelecendo multas, é um precedente gravíssimo que ocorreu já na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da greve dos petroleiros, e que eu, pelo menos, entendi de modo contrário na greve passada. Mas agora, em função de um precedente do Supremo Tribunal Federal, quando a greve tem essa abrangência nacional, o INSS, juntamente com a Advocacia da União, ingressou com uma medida judicial cautelar no STJ, no Superior Tribunal de Justiça, onde requereu a declaração da ilegalidade do movimento, estabelecendo uma multa. Obteve êxito na medida judicial e isso deslocou o campo da atuação jurisdicional para o STJ, porque há uma ação judicial lá. Isso impede o Ministério Público Federal de adotar as medidas na primeira instância e relativamente à greve porque por esse fato haveria declinação de competência para o STJ. Mas, não obstante a isso, eu instaurei procedimento, convidei o Presidente do INSS, o Valdir, para comparecer à Procuradoria da República, juntamente com os representantes dos servidores, e conversamos a respeito da situação da greve, apesar de o Presidente do INSS ter dito, naquela reunião, que não se tratava de um procedimento de negociação, até porque havia o ato do STJ, o ato judicial dizendo que a greve é ilegal, num posicionamento se sentindo fortalecido, o Governo Federal, por ocasião dessa medida judicial.

A par disso, Presidente Paulo Paim, Senador José Nery, eu tenho acompanhado esse trabalho da Previdência Social sob a ótica dos segurados que vão à Procuradoria da República, sob a ótica dos médicos peritos que se dirigem muito lá na Procuradoria também, que nós temos procedimentos sobre as condições de trabalho dos médicos peritos, sob a ótica da gestão da direção da Previdência Social. Eu tive um procedimento de acompanhamento do

censo da Previdência Social que teve o recadastramento, um procedimento que foi exitoso, e eu posso testemunhar aqui para os senhores e para os servidores que, apesar do que muito tem que ser feito na Previdência Social no nosso país, eu acredito que nos últimos anos melhorou muito a situação. Eu acho que é um diagnóstico que nós fazemos que melhorou a qualidade do trabalho da perícia médica, diminuiu a reclamação dos segurados. Eu acredito, tenho a convicção de que há um avanço no trato da gestão da Previdência Social no Brasil. Isso vinha, digamos assim, num bom caminho. É claro que os transportes não são fáceis, há muitas estruturas viciadas, há dificuldades de você implementar as práticas administrativas, há dificuldades em você cobrar uma legislação mais adequada aos tempos atuais, só que isso, no meu sentir, vinha nesse bom caminho na Previdência Social.

O Ministério Público Federal tem um grupo de trabalho que tem cobrado da Previdência uma melhor gestão, um melhor atendimento, uma melhor qualificação no atendimento dos segurados da Previdência Social, e eu vou dizer, com sinceridade, que acho que essa medida que amplia a jornada de trabalho de seis para oito horas, ela vai na contramão do que vinha sendo adotado. [palmas] Eu tenho experimentado situações de discussão de jornada de trabalho dentro da Procuradoria da República, em vários órgãos, com os médicos peritos especificamente, e tenho a convicção de que a jornada hoje de oito horas, não só no país, as quarenta e quatro, que agora foi aprovado para quarenta, mas implementar quarenta horas no serviço público, isso intensifica a exploração dos servidores e dos trabalhadores pelo advento das novas tecnologias da informática.

Então, se você comparar a jornada de trabalho que se praticava há cinco, seis anos, hoje, a mesma jornada de trabalho, o grau de produtividade é muito mais amplo. Eu digo na área jurídica, onde a produção de peças jurídicas, isso hoje, em volume, em qualidade, aumentou significativamente. E aí tem a dimensão humana, que a Constituição da República do Brasil tem como um dos fundamentos básicos a dignidade da pessoa humana. Ali é um preceito na Constituição que não é algo esvaziado, ele tem que se implementar no dia-a-dia. Como é que nós vamos cobrar oito horas de um servidor público, de um trabalhador no setor privado, sendo que ele tem que ter o deslocamento de casa para o trabalho dele, ele tem que almoçar, enfim, ele vai ficar absorvido na jornada de trabalho por baixo doze horas nas grandes metrópoles. E que espaço, que condição de vida vai ser esse servidor, esse trabalhador, se ele não pode dedicar um tempo à sua família, que ele não pode absorver cultura, ele não se pode se capacitar? A qualidade desse servidor, Senador Paulo Paim, isso vai ficar tão ruim que pode ir nessa maré contrária na qualidade da prestação do serviço público na Previdência Social.

Então, eu acho muito infeliz, eu acho que é uma decisão infeliz da Previdência Social em ter consagrado esse entendimento do retorno das seis a oito horas. Há uma controvérsia sobre o aspecto jurídico da jornada de trabalho, porque se diz que a Lei 8.112 cobra as quarenta horas para o servidor público e não é bem claro assim como se procura colocar. Ali a jornada está fixada entre trinta e quarenta horas e o legislador foi sábio na definição desse espectro de jornada, porque uma coisa é um servidor altamente qualificado trabalhar num escritório com ar-condicionado fazendo algumas produções, ter condições para almoçar bem, estar morando perto da sua casa, e outra coisa é um servidor que está lá na porta de atendimento do serviço público, e quem lida com Previdência Social sabe que a gente trata com uma população que é adoecida, adoecida fisicamente, psicologicamente, e que se você não tiver um carinho com o servidor, não só a clientela é adoecida como o servidor vai adoecer também [palmas]. Então é fundamental, Senador Paulo Paim e Senador José Nery, que essa jornada de trabalho seja entendida com as especificidades das categorias que prestam o serviço público no Brasil e que seja no sentido de regredir a jornada e não ampliar. Eu acho que a ampliação da jornada, no mínimo, abriria uma boa discussão sobre contrariar os aspectos da Constituição brasileira, os fundamentos da Constituição brasileira. Então essa amplitude que tem de trinta a quarenta horas permite tranquilamente que o Executivo possa baixar Ato Normativo fixando tranquilamente a jornada em trinta horas.

Mas há um problema político aí, Senador. Quando nós havíamos discutido isso com os médicos peritos [soa a campainha], a fixação da jornada de seis horas para os médicos peritos, por conta da característica da categoria também. Na época, as informações que me foram trazidas é de que o problema da jornada de seis horas, isso na época para os médicos peritos, nem se discutia a questão do servidor, que era uma questão tranquila, isso não se fixava nas seis horas não por um problema da especificidade da categoria, que poderia ser contemplada com isso, mas isso tem um efeito para as demais categorias no serviço público e isso tem um caráter reivindicatório às demais categorias em ampliar a redução da jornada de trabalho. O que seria um problema para a gestão, eu acho que seria uma boa solução para as práticas de gestão pública na administração do país. Mas, enfim, isso não foi adotado por conta desse motivo.

Agora, a regressão dentro da Previdência Social, alega a Previdência, o Presidente Valdir Simão nos relatou que isso também decorre de uma cobrança do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, e digo

para os senhores e para as senhoras que, de fato, há entendimento, dentro do Ministério Público Federal, que os Atos Normativos, que vinham sustentando as seis horas para os servidores no INSS, era ilegal, contrariava a Lei 8.112 e que precisava se resolver isso. Ora, mas se baixou uma Medida Provisória, depois convertida em Lei, por que é que não consagrou em trinta horas se permitia a Lei 8.112? Então, isso não pode ser justificativa. Só seria uma justificativa se não tivesse um Ato Normativo dessa categoria e uma Medida Provisória que tem a mesma equiparação à Lei, de você: "Olha, eu não vou sustentar um Ato Normativo inferior aqui que contraria a Lei 8.112". Aí, no mínimo, você poderia fazer uma discussão que os órgãos de controle vinham discutindo até então. Para vocês terem uma ideia, também, o STJ, o Ministério Público Federal, tentou voltar para as oito horas, houve uma reação dos servidores, isso gerou uma rotatividade muito grande e hoje o que está se praticando dentro do Ministério Público Federal e do STJ, basicamente, regra geral, são as sete horas de jornada com o banco de horas. Isso é que tem se praticado lá. Olha como na interpretação da Lei você encontra soluções mesmo que sejam intermediárias. Isso porque nós não tivemos uma Medida Provisória para mexer no horário dos servidores, mas mesmo assim se construiu um entendimento que pode se praticar sete horas com o banco de jornada.

Então, acho que a Previdência deveria ver com mais carinho esse aspecto de retornar ao regime de seis horas e se rediscutir, abrir essa negociação com os servidores. Acho que a tendência que eu vou experimentar na Procuradoria da República, com certeza, vai ser a insatisfação dos segurados, pela má prestação dos serviços praticados pela Previdência Social, por conta de um corpo funcional que acaba sendo desprestigiado, que não se percebe, em toda a sua plenitude, os valores que ele tem que dispor sobre cumprir a sua jornada de trabalho.

Então, eu queria dizer isso, Senador Paulo Paim e Senador José Nery, que o Ministério Público Federal, apesar de ter entendimentos diversos, mas, como eu tenho um procedimento lá, eu tenho a plena convicção que não há nenhum óbice do Governo Federal. Quer dizer, o Governo Federal pode ditar um Ato Normativo para alterar isso, e é uma questão, hoje, essencialmente política, por isso que eu acho fundamental esse trabalho do Senado em tentar sensibilizar o Governo Federal, porque o que foi uma conquista desses servidores hoje, em que nós deveríamos adotar medidas para melhorar a prestação de serviço na Previdência Social, uma medida como essa não é uma medida de pouco impacto; ela pode, digamos assim, nulificar todas as ações que foram feitas no sentido de melhorar a prestação do serviço. Eu acho que é um verdadeiro tiro no pé que o Governo Federal faz nessa área tão sensível do Estado brasileiro e que isso no fundamental das contas, Senador, quem vai pagar vai ser a população brasileira lá que é atendida. Os servidores aqui, digamos assim, uns vão se aposentar, outros vão mudar de carreira, mas aquele segurado que precisa da boa prestação, ele pode amanhã morrer numa fila, ele pode ver agravada a sua situação porque o Estado presta mal o serviço que se propõe.

Então, eu me coloco à disposição também na Procuradoria da República para sensibilizar o Governo Federal e naquilo que for possível para que haja a reversão dessa medida e que possamos retomar o avanço nas questões ditas da Previdência Social. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer ao Dr. Peterson pela sua exposição. Me permitam vocês que eu faça aqui uma fala muito rápida. Primeiro, eu sei que vocês todos sabem de qual é o papel no exercício aqui da Presidência. Eu queria muito que essa Audiência Pública olhasse aquilo que a gente chama para o dia depois, nós vamos usar o tal *day after* como muita gente usa, que a gente olhe para o amanhã.

Olhando para o amanhã, eu sei que a expectativa de vocês aqui, nessa reunião, no meu papel como Presidente da Comissão e ajudando na mediação, não é somente um pronunciamento duro, bonito, para vocês baterem palmas para o Presidente. Eu prefiro ficar na linha que falou aqui no encerramento o Senador José Nery e também agora o Dr. Peterson, que foi aquilo que em média falou a Mesa. Eu quero ficar aqui nos encaminhamentos. Eu quero ficar aqui, Senador José Nery, na sua fala, do que é que a Comissão de Assuntos Sociais vai fazer para ajudar a resolver o conflito. Então vocês podem saber que uma Audiência Pública tem a sua repercussão. Isso aqui é reproduzido naturalmente em todo o país. Então eu quero aqui, de público, dizer que eu vou conversar com o Ministro da Previdência, nessa linha que o Senador José Nery aqui colocou, e também o Dr. Peterson, para que haja, nem que seja num primeiro momento, se assim me permitir, Senador, uma reunião do Ministro com os Senadores e Deputados. E não é só ir lá e dizer para o Ministro que nós entendemos que os senhores têm plena razão. O que nós faremos lá é pedir para o Ministro que receba a Comissão para que se construa, a partir do diálogo, um entendimento para que a greve termine e aquilo que forem reivindicações possam ser atendidas. Essa é a nossa posição, porque não adianta, eu não ajudo vocês se eu fizer aqui só um belo pronunciamento, como se eu tivesse lá na Assembléia com os servidores, que faria como todos nós faremos com certeza absoluta se for necessário, até porque nós temos só de sindicalismo mais de quinze anos e quase trinta de Parlamento. Então eu quero deixar claro para vocês que

a minha fala aqui tem que ser uma fala na linha da contribuição de que as portas sejam abertas, que vocês sejam recebidos e que a negociação avance. [*palmas*]

Esse é o meu papel, porque. quando eu terminar aqui a nossa reunião, a nossa Audiência Pública e ligar para o Ministro, ele vai dizer: "Legal, Paim, você aí bateu duro em mim e agora me liga em seguida". Então vamos deixar claro ao Ministro, que deve estar ouvindo, do respeito que todos nós temos a V. Exa., que foi sindicalista, que foi Deputado Federal e que hoje é Ministro. O que nós faremos, no término dessa reunião, é interagir junto ao Ministério, para que se abra um processo de negociação. Esse é o nosso papel, esse eu tenho certeza que é o papel da Senadora Rosalba e de todos os senadores e deputados. Isso não quer dizer que cada um não possa colocar o seu ponto de vista em relação ao movimento, mas, no exercício, aqui, da presidência, eu agirei exatamente dessa forma.

Eu, inclusive, recebi aqui do Plenário um manifesto, eu diria, em relação a não presença aqui, enfim, de representantes do Ministério da Previdência. Li, fica aqui nos anais, não vou ler aqui, no caso, no microfone, entendo as razões aqui e os considerandos feitos. Foi o Rolando que colocou, o Rolando está me entendendo, ele sabe o que colocou no papel. Não foi nada desrespeitoso não, ele apenas fez algumas considerações sobre a importância de que haja efetivamente esse processo de negociação e de entendimentos.

Nós faremos esse processo na busca do acordo, do entendimento, e sempre dizendo: não é nós que negociamos, nós não vamos negociar uma vírgula, nem temos autoridade e não devemos em nome dos servidores. O nosso papel seria abrir as portas para que os servidores façam a negociação e a gente tem toda a experiência de sindicalista, vão lá, discutem, levam para a Assembléia, quem vai dar a última palavra não é Pedro, nem Paulo e nem João, é a assembléia, é a assembléia de vocês nas instâncias devidas que vocês naturalmente vão formatar.

Eu recebi também aqui, faço questão de registrar a presença, aqui, de representantes dos trabalhadores do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL. Então, está registrado, também, que o MTL está aqui, apoiando o movimento.

[palmas]

Eu vou... Nesse momento, nós estamos caminhando para o encerramento, que todos nós temos uma série de atividades, eu entendo que essa Audiência cumpriu o seu objetivo. A Audiência não foi um ato público. Se fosse um ato público, eu abriria naturalmente para todos, mas o objetivo da Audiência é abrir portas. Os convidados falaram, os senadores falaram, a proposta concreta que apresentou, aqui, o Senador José Nery, eu assumo que nós vamos encaminhar como Presidente, em exercício, aqui, da Comissão de Assuntos Sociais. Até eu acharia bom se concordasse, Senador José Nery, com dois momentos: nós faríamos uma visita, se necessário, e--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Presidente, exatamente eu ia sugerir nesse sentido. Primeiro, um diálogo direto da Comissão de Senadores com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Ministro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E, se possível, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os nossos convidados.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É, com os convidados, o Ministério Público Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Peterson é nosso convidado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Até porque vem atuando no sentido de buscar o entendimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E já ajudou na mediação em outros momentos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em outros momentos. O primeiro momento é um diálogo direto com o Ministro Pimentel, ali criando as condições para que o Ministro e o Presidente do INSS recebam, então, a comissão de representantes da categoria e de fato ali realizando o processo de negociação que interessa para por fim a esse impasse. Eu concordo plenamente com esse encaminhamento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então essa proposta nós vamos encaminhar e agora eu vou passar a palavra ao nossos convidados para que eles façam as suas saudações, dando a cada um deles em torno de três minutos no máximo. Que eles façam a sua saudação final para que a gente possa então concluir. Fica essa decisão já tomada: nós faremos esse encaminhamento e vamos convidar alguns Senadores para nos acompanharem a essa visita ao Ministro o mais rápido possível, porque eu sei que vocês querem concluir o fim da greve o mais rápido possível.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu também, quando eu estava em greve, eu pensava assim, eu quero é agilizar para o mais rápido resolver a questão do fim da greve.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim, até sugeriria que a assessoria da Comissão, já que iremos em nome da Comissão, já tentasse um contato então com o gabinete do Ministro Pimentel no sentido

de verificar se amanhã ou no começo da próxima semana essa reunião é possível, porque o Ministro informou que estaria cumprindo uma agenda de inaugurações de agências do INSS em alguns Estados. Então eu acho que poderia ser um encaminhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, nós vamos encerrar a nossa Audiência Pública e eu de pronto, eu mesmo, faço contato em nome da Presidente da Comissão com o Ministro dessa visita que os Senadores gostariam de fazer a ele, deixando bem claro: não é nenhuma imposição, não é nada. Nós faremos uma visita ao Ministro Pimentel, acertando com ele o horário desta visita.

Se me permitirem agora, eu queria só, dando o encerramento, garantir a cada um de vocês dois minutos. Estão nos chamando numa série de outras reuniões. José Nery, aqui o telefone está tocando desesperado, mas nós queremos concluir. O importante é que a decisão está tomada e pelo que eu percebi, pelo Plenário, é uma decisão concreta, positiva e afirmativa: uma visita dos Senadores ao Ministro Pimentel para ajudar na busca do fim da greve o mais rápido possível. É isso? *[palmas]*

Eu só faço um apelo agora. Eu não gostaria, embora estejam me chamando aqui desesperadamente, como alguém usou aqui o termo, para uma outra reunião devido à crise aqui no Senado, a verdade é essa, vocês sabem que estamos atravessando uma crise, queremos também buscar soluções, eu só faria um apelo que cada um pudesse ser o mais rápido possível e, se alguém quiser abrir mão da palavra, nos ajudaria. Daí eu encerraria essa reunião e vamos para outra reunião. Dr. Peterson?

SR. PETERSON DE PAULA PEREIRA: Eu abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Peterson.

[palmas]

O Dr. Raimundo também abriu mão.

SR. SILBERTO SILVA: Só agradecer ao convite. A COBAP está aí com vocês e esperamos que vocês também colaborem também com a COBAP. Obrigado, Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza. O Moacir tinha pedido um aparte, ele quer fazer uma rápida fala.

SR. MOACIR LOPES: É bem rápido, Senador. Tem uma PEC no Senado que estende as trinta horas de trabalho para todo o funcionalismo, está aqui em tramitação, sendo que o Senador Valter Pereira, conforme confidenciou aqui o Senador Paulo Paim, é o Relator. Nós podemos encaminhar então como uma proposta para tentar solucionar a questão legal.

Agradecer, aqui, ao Senado, estamos aceitando a proposta do Senador José Nery, achamos que isso vai ajudar muito a greve e vamos estar juntos com a COBAP, como estivéssemos juntos com o fator previdenciário e todo o Brasil. Só registrar que vamos entregar os documentos para constar dos anais para poder a gente também colocar a nossa posição oficialmente. Muito obrigado a todos. Vamos lá, companheiros, que a luta continua e a vitória é de todos *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a Audiência Pública. Um abraço a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h21

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia sete de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 19 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e ao Requerimento nº 29 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Flávio Arns, com vistas a debater o Cenário do Fornecimento de Órteses e Próteses no Brasil. O Presidente convida para compor a mesa os Senhores (as) Dra. Erika Pisaneschi – Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho – Especialista em Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Dr. Joselito Pedrosa – Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Dr. Valdmário Rodrigues Júnior – Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil e Dra. Solange Beatriz Palheiro Mendes – Representante da Federação Nacio-

nal de Saúde Suplementar (FENASAÚDE). O Presidente esclarece que cada convidado terá dez minutos para sua exposição. Às nove horas e trinta minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às nove horas e cinqüenta e seis minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. O Presidente registra a Presença do Dr. Elias Fernando Miziara, Diretor de Comunicação da Associação Médica Brasileira (AMB), Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Sr. Antônio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros (CNSeg), José Rubens Iglésias, Diretor-Executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), Sr. Antônio César Neves, Diretor da Unimed Brasil, Sra. Cristiane Rocha, Assessora Técnica do Ministério da Saúde, Sr. Olympio Távora Corrêa, Assessor Técnico da Confederação Nacional de Saúde, Sr. Marcos Paulo Dias Rodrigues, Coordenador de Assuntos Parlamentares da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Sr. Anderson Napoleão W. Colatto, Assessor Parlamentar do Ministério da Saúde. O Senador Flávio Arns sugere que esta Comissão e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde convidem os participantes desta audiência para auxiliarem na elaboração, até o final do mês de agosto do corrente ano, de um documento que sintetize os encaminhamentos da audiência. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns e Papaléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 7ª Reunião Extraordinária da Submissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram, aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nºs. 19 de 2009, de autoria da Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, e 29 de 2009 desta Comissão, de minha autoria, com a finalidade de debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Foram convidados para a Audiência Pública, o representante do Ministério da Saúde, o Dr. Fausto Pereira dos Santos da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, seu Diretor-Presidente; Dr. Dirceu Raposo de Mello, da ANVISA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; o Dr. Valdmário Rodrigues Júnior, que é Diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil; e o Dr. Geraldo Rocha Mello, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FENASAÚDE.

Convido os nossos convidados, ilustres convidados, para tomarem lugar à Mesa. Já temos a indicação dos lugares também. É um honra tê-los participando desta Audiência Pública, tão importante para significativa parcela da população e que trata do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Eu quero lembrar aos expositores, que esta Audiência Pública está sendo feita em conjunto pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Eu até leio algumas linhas que motivaram este requerimento, para que as pessoas que acompanham esta Audiência pela TV Senado, ou que acompanharão na sequência, ou pela Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, entendam a dificuldade que se está enfrentando no Brasil nesta área.

A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos, próteses que substituem uma parte do corpo humano, por exemplo, se opera, se amputa a perna, então, nós teremos uma prótese para substituir aquela parte do corpo humano ou a órtese que, na verdade, vai contribuir para o bom desempenho, o bom funcionamento de uma parte do corpo humano, por exemplo alguém que tenha paralisia infantil, poliomielite e que precise de equipamentos para poder se locomover de uma maneira melhor, terá que ter a necessidade do uso de órteses e próteses que substitui, na verdade, uma parte do corpo humano.

Então, a evolução tecnológica na oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Esse binômio deve ser observado tanto pelo gestor público quanto pelo próprio paciente.

O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para obtenção de próteses ou órteses do SUS. Nem sempre recebendo produtos adequados às suas necessidades. Há mais de um milhão de pessoas no Brasil, numa fila, esperando órteses e próteses.

Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecerem órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custo mais elevados em comparação com produtos que poderiam atender as necessidades do paciente de forma apropriada.

Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais ou importadas, sem saber em qual atenderá melhorar as suas necessidades.

O médico chega à cirurgia e diz para o paciente e diz: "Olha, para o seu caso, você precisa de uma prótese ou de uma órtese importada, a brasileira não é boa". Isso é muito comum a gente ouvir no Brasil. Então, quem é que certifica, quem é que diz, como é está registrado, como é que está a qualidade, como é que o paciente pode ter esta certeza? O esclarecimento dessas questões leva a necessidade que seja realizada Audiência Pública, para debater o processo de registro desses produtos, análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente.

Por isto que, para esta Audiência, estão convidados o Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar – em função dos planos de saúde – a ANVISA, que é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com papel fundamental no registro, do acompanhamento dos produtos e equipamentos de saúde e, ao mesmo tempo, representantes da área de planos de saúde. Gostaríamos que os vários planos estivessem presentes, porém, em função do número de pessoas numa Audiência Pública, isso não é possível.

Então, nesse sentido, que nós temos teremos um debate, uma exposição, tenho certeza da mais alta qualidade, com a participação de profissionais de todas essas áreas e que, ao final, como desdobramento dessa Audiência Pública, teremos não hoje, mas na sequência, os encaminhamentos para uma legislação, talvez, ou outros elementos que permitam se ter mais segurança, mais qualidade, uma participação sempre mais segura, em termos dos órgãos públicos e do envolvimento das pessoas que necessitam de órteses e próteses.

Então, nesse sentido, eu quero em primeiro lugar, pedir ao Senador Papaléo Paes, que presida essa Audiência Pública, eu só iniciei o processo. O Senador Papaléo Paes é atualmente o vice-Presidente, não é Senador? Desta Subcomissão de Saúde, e eu ficarei também acompanhando, na primeira fila as exposições das pessoas que fazem parte dessa Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu cumprimento a todas as senhoras e os senhores expositores. Agradecemos pela boa vontade, pela gentileza e pelo compromisso assumido aqui com a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

E, como já bem falou o Senador Flávio Arns, nós teremos este debate hoje, esta exposição e que é fundamental para que nós possamos aqui nesta Casa conhecermos a parte técnica mais aprofundada e adaptarmos a isso, as ações que a Casa possa tomar no sentido de darmos mais qualidade na execução desse serviço.

O resultado dessa Audiência Pública foi um requerimento do Senador Flávio Arns com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Dra. e Senadora Rosalba Ciarlini. E nós vamos iniciar a nossa Audiência Pública, que atende esse Requerimento de nº. 19 de 2009, e o assunto é o cenário de órteses e próteses no Brasil.

Então, eu solicito que a Dra. Solange Beatriz Palheiros Mendes, que é Diretora-Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar, possa fazer, faça uso da palavra por dez minutos e, se for necessário, nós de forma alguma iremos interrompê-la, mas a senhora está com a palavra.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIROS MENDES: Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Papáleo Paes, ao Senador Flávio Arns, que sempre temos trocado bastante informações com relação ao nosso setor. Ao Senador Augusto Botelho, também é um interlocutor muito presente nesse nosso setor. Aos colegas da Mesa, também, um bom dia.

A apresentação, ela contextualiza um pouco, pode ir passando... Eu tenho controle aqui ou não? O controle é da Mesa?

Para se ter uma visão geral do sistema, quer dizer, hoje se tem 21% da população brasileira com acesso à saúde aos planos privados, aonde se verifica uma proporção maior nas faixas etárias de maior idade. Essa é a população hoje assistida.

A distribuição por tipo de contrato se tem, aproximadamente, 70% dos contratos no plano coletivo, 22% nos individuais. O coletivo por adesão representa 30%, o empresarial 40 e o individual ou familiar 30%.

Na verdade, grande parte do problema que se tem com órteses e próteses no setor suplementar é junto aos consumidores, frustrando expectativa dos consumidores se dá nos contratos antigos, aqueles que não estão contemplados pela lei nº. 9.656 e que, portanto, trazem cláusulas de exclusão de órteses e próteses. Quando a lei nº. 9.656, portanto para as contratos firmados após-janeiro de 99, todas as órte-

ses e próteses ligadas ao ato cirúrgico têm que estar contempladas. O seguinte.

O setor de operadoras, então, os beneficiários médico, dos planos médicos hospitalares está na casa de 43 milhões de vidas. Uma arrecadação de 58 bilhões, aproximadamente, uma despesa de 46. São 1.269 empresas registradas operando no plano médico hospitalar e o plano, exclusivamente, odontológico, então, tem um crescimento bastante relevante, é este o setor que está crescendo nos últimos anos, com aproximadamente oito milhões e meio de vidas nesse grupo.

Recentemente, a agência está promovendo um debate para atualização do rol de procedimentos, que vai vigorar no próximo ano. E o rol de procedimento odontológico, ele traz uma novidade contemplando alguns itens de próteses dentárias, então vai ser uma novidade, coisa que, atualmente, no setor odontológico não são contempladas as próteses. O seguinte.

Então, o cenário atual, como o Senador adiantou na preliminar, quer dizer, se tem recursos escassos, a inflação é saúde é uma constante, há um intenso aumento de custos nesse nosso setor. Se tem um baixo crescimento do PIB e da renda média, se tem uma previsão de menos 1% do PIB. A inflação, como se pode ver, se teve nos benefícios, portanto dos planos coletivos, um acumulado de 118% do ano de 2001 a 2007, contra os demais índices da inflação, que são menores. O seguinte.

O cenário atual então é de grande parte da evolução de custo se deve ao envelhecimento da população e das inovações tecnológicas, a indústria de materiais, medicamentos e equipamentos hospitalares respondem diretamente pela entrada das novas tecnologias.

Na Europa, as despesas com materiais respondem por 6.3% e já há uma discussão de proposta de diretivas, que venham a dar maior transparência na oferta desses produtos, exatamente, para ter uma maior racionalidade na aquisição. No Brasil, a Matmed está respondendo aproximadamente por 30% dos gastos hospitalares.

Alguns países, como a Itália, instituíram comitês supervisores do mercado de Matmed, a fim de promover essas análises de custo efetividade, que, no Brasil, nós também estamos iniciando esse tipo de trabalho. E a OMS, então Organização Mundial de Saúde, estimula a convergência dos padrões regulatórios de segurança, *performance* e qualidade visando a unificação da nomenclatura, como medida de harmonização.

Nós, na FENASAÚDE, tomamos a iniciativa de implementar, quer dizer, de desenvolver um programa de nomenclatura e codificação de órteses e próteses ligadas à ortopedia. É um projeto que já está se iniciando, já se fez uma coleta de várias listas de hospitais e das próprias operadoras, dos materiais ortopédicos mais utilizados, objetivando, portanto essa nomenclatura e essa codificação para a ortopedia, que foi o primeiro grupo identificado.

Ainda, o pacto geracional, portanto está em xeque, quer dizer, há todo um problema da sustentação desse mutualismo para o sistema suplementar. 10% dos beneficiários pacientes respondem por 70% dos custos. E a taxa de fecundidade no Brasil, ela está caindo, pelo menos caiu até o ano verificado pelo IBGE, onde está em, aproximadamente, 1.8.

A alteração do padrão epidemiológico também mudou. O Brasil, que até alguns anos atrás tinha um padrão epidemiológico próximo dos países africanos, hoje, nós já nos aproximamos dos países desenvolvidos, aonde a tendência de prevalência das doenças crônicas sobre as infectocontagiosas e isso também agride é um grande fator de custo, já que o tratamento das doenças crônicas dependem de recursos mais onerosos, do que das demais doenças infectocontagiosas.

A incorporação tecnológica, portanto, ela é aleatória e há crítica. Há pouca evidência científica, pouca eficácia comprovada, a ausência de políticas de organização de oferta, é isso que nós nos ressentimos da incorporação dessas novas tecnologias. Não só o Brasil vive esse dilema, como o mundo só que se busca caminhar na solução dessa questão e se vê que, por exemplo, na cirurgia de angioplastia se teve uma evolução de custo, em cinco anos, de 278%.

Evolução em artrodese também, se teve uma expressiva evolução ao longo desses anos. Nos hospitais de ponta em 304%, nos hospitais básicos em 409.

Os protocolos médicos, também para o câncer de mama evoluiu consideravelmente, graças a Deus se teve um avanço inominável para o atendimento, para o tratamento da saúde, mas isso tem um custo.

A incorporação tecnológica, então, os custos assistenciais nas seguradoras especializadas, esse é um dado atrasado, mas mudou pouca coisa de lá para cá. Metade do custo médico hospitalar se dá em internações e, como eu disse a pouco, hoje, praticamente, 30% dos custos hospitalares está localizado em Matmed.

Esses são a evolução dos valores pagos para materiais e medicamentos numa pesquisa da Unidas. Na projeção, ela projetou alguns meses em 2008, mas está na casa dos 36 milhões de reais.

Os protocolos e diretrizes clínicas ainda não insuficientes. A agência, já no rol que ela editou no ano passado, já contemplou alguns protocolos, um deles é o da colocação da banda gástrica, mas ainda estamos no início desse processo. O seguinte.

Há um aumento da utilização de serviços, quer dizer, a população assistida, ela praticamente, ela vem evoluindo de forma investigativa, mas a frequência de utilização tem sido alterada. O seguinte.

A formação médica necessita de ajustes. Se tem hoje 175 escolas médicas, 13 mil médicos formados por ano, 317 mil médicos é essa a população de médicos no país. Tem uma informação de que 25% das residências médicas é que são de qualidade.

Os médicos são muito influenciados pelo complexo médico industrial indireto. Inclusive, quando há pedido de justificativa da utilização, grande parte dessas justificativas, eles apresentam material da própria indústria desses produtos. Quando, na verdade, uma parcela muito pequena apresenta estudos técnicos e científicos sobre aquela utilização.

A remuneração com foco na utilização, isso é um fator de estimulo a utilização. É um estimulo que agregar tecnologia. Hoje, também, já se discute, já se está num processo de uma alteração desse padrão de remuneração, tentando justamente minimizar esse desperdício, ou essa má indução, que se verifica no mercado.

Aqui é foi uma matéria que foi publicada no ano passado, aonde os próprios médicos reconhecem essa prática do comissionamento em cima da indicação de próteses e órteses. É uma prática lamentável, mas ela é uma realidade hoje na nossa sociedade. O Código de Ética Médica veda esse tipo de comportamento, mas não se tem legislação nesse sentido.

Por outro lado, grande parte da receita hospitalar é oriunda da comercialização também de materiais e medicamentos, é uma prática também, vamos dizer assim, que foi resultado de uma, dessa modalidade ou dessa sistemática da remuneração dos hospitais, aonde houve um achatamento das diárias e taxas e os hospitais, então, eles derivaram para uma outra alternativa, um outro mecanismo, aonde eles pudessem auferir ou manter suas margens de lucro.

As práticas, então, estão centradas na doença e não nos fatores de risco. Os programas de prevenção, promoção da saúde, qualidade da vida ainda estão numa fase inicial. A agência tem induzido as operadoras a se engajarem nesses programas. O seguinte, por favor.

A rede prestadora na área suplementar, se vê que ela é bem mais, é superdimensionada, tem um atendimento proporcionalmente maior do que no serviço público. E se prioriza, então, tecnologia e hospitalização. O seguinte.

Aqui são os dados, as informações da distribuição desses equipamentos em âmbito nacional, aonde na Região Sudeste, obviamente, se tem uma concentração em função da renda. O seguinte.

Mamógrafos por cem mil habitantes, se vê também que na Região Sudeste se tem 2.2 por habitante, quando o Ministério da Saúde sugere que haja um por cada cem mil habitantes.

Há desinformação dos consumidores, há falta de compromisso com os fatores de risco e com a mutualidade. O Judiciário tem flexibilizado as normas e o grande dilema então é o direito individual versus o direito coletivo. Na medida em que se atende a expectativa, o anseio e a necessidade individual, nesse nosso setor se coloca em risco o direito da coletividade, nessa mutualidade e que para o setor público, igualmente para o setor privado, os recursos são escassos e limitados. [soa a campainha].

Estou finalizando. As conclusões e o desenvolvimento, então, na área de saúde e tecnológico foi fundamental para o aumento da expectativa de vida nesse último século, por outro lado, ele é aditivo. Qualquer sistema de saúde, os hospitais são os grandes responsáveis pela incorporação dessa tecnologia. Se constata que grande parte dos ganhos hospitalares está localizado nos produtos correlatos. O seguinte.

Os preços dos produtos carecem de transparência e divulgação necessária para amparar as escolhas, permitir comparações entre produtos substitutos e inibir o abuso do poder por parte do mercado, dos vendedores desses produtos. Há necessidade de uma nomenclatura padronizada de órteses e próteses e materiais especiais, que permita a criação de códigos. As normas reguladoras da utilização de novas tecnologias são necessárias para coibir a super utilização e garantir a incorporação custo efetiva. E as três áreas, hoje, mais preocupantes são: a buco maxila, a ortopedia e de neurocirurgia.

Neurocirurgia, hoje, se tem a uma, como se fosse uma calota craniana customizada, esse hoje é o principal item que preocupa as operadoras. O seguinte.

E esses são os desafios operacionais, então: Materiais com registro na ANVISA, mas sem registro no país de origem. Materiais com registro na ANVISA, mas sem literatura técnica consistente. Escassa regulação de entrada de novos materiais, através de avaliações econômicas consistentes e diretrizes de utilização pelos órgãos responsáveis.

Materiais com registro na ANVISA, mas sem estudos de avaliação econômica. Falta de rotulagem accessível no site da ANVISA, para muitos materiais. Registros em família para materiais instrumentais em conjunto com materiais descartáveis. Recomendação sistemática dos fabricantes de materiais classificando-os como recomendável uso único, por vezes, contrários à classificação da resolução 156 da ANVISA. A ausência de resolução, que determine a quantidade de vezes de reutilização. Dificuldade da cotação junto aos fornecedores de materiais pelas operadoras.

Fornecedores únicos, em determinadas regiões para determinados materiais, menor concorrência, maior preço apresentado por esse prestador. Diferença significativa de preços do mesmo material para dife-

rentes prestadores. Diversas equipes atuantes em um mesmo prestador com protocolos distintos. Diferentes padrões de solicitação de materiais por equipe.

Diretrizes técnicas de alguns prestadores, pouco atuantes, em relação a utilização de materiais não embasada tecnicamente. E as sociedades médicas pouco atuantes em relação à utilização de materiais não embasados tecnicamente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a Dra. Solange Mendes, Diretora-Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar. E convido o Dr. Joselito Pedrosa, que é Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a proferir sua palestra.

SR. JOSELITO PEDROSA: Bom dia a todos. Cumprimento à Mesa aqui, em nome do Senador Papaléo Paes. Agradeço o convite para Audiência.

E a ANVISA, pode passar o próximo para mim por favor. Tem como Comissão, primeiro para a gente conseguir entender o papel ou o impacto das órteses e próteses no setor regulado ou na regulação sanitária, a gente precisa entender um pouquinho o que é a missão da ANVISA.

Então, proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, participando da construção de seu acesso. Só a missão já dita o tamanho e a dimensão do desafio que nós temos com relação ao trabalho de Vigilância Sanitária, com o tema prótese e órtese.

O controle sanitário das OPMS era materiais especiais, eles são trabalhados em quatro grandes eixos: A autorização de funcionamento do seu fabricante, a certificação de boas práticas de fabricação – o registro propriamente dito – e a técnico vigilância. Todos esses quatro eixos seguem nessa sequência de análise trabalho.

O sistema de registro, ele estabelece aí um patamar mínimo de segurança eficácia do produto. Não é o registro que vai definir na sua totalidade a segurança e a eficácia desse produto. Por isso, que aqueles quatro eixos trabalham concomitantemente, e são complementares entre si. Pode passar o próximo para mim.

Aí fazendo um histórico do que foi trabalhado na regulação desse setor, principalmente na área de implantes. Em 2002, se deu o início do programa de monitoramento de implantes, como resposta a ocorrência de eventos adversos, principalmente na área de Traumato-Ortopedia. Também se fechou um convênio com o INT, para análise laboratorial de materiais e composição de próteses.

Nesse momento, se iniciou a discussão da qualidade da matéria prima utilizada nas próteses, e também iniciou aquele processo de questionamento, se o produto nacional era inferior e o produto importado tinha uma qualidade superior ao produto nacional. Pode passar o próximo.

Em 2003 e 2004, se fez a exigência de certificação de boas práticas de fabricação das empresas nacionais para fins de registro de produtos e materiais de órteses e próteses, junto a ANVISA. Pode passar o próximo.

Em 2005 e 2006, a comprovação de segurança por meio de ensaios laboratoriais. Se definiu uma rede de laboratórios credenciados para a certificação desses materiais e dessas órteses e próteses.

As análises de amostra por demanda de tecnovigilância, a partir da identificação de eventos adversos, se pega a amostra dessas próteses em cima dos seus fabricantes, a partir dos seus fabricantes e se faz análise nesses laboratórios certificados. Próximo.

Em 2007 e 2008, se regulamentou os critérios para agrupamento de implantes visando simplificação do registro. Instituiu também a proposta de etiquetas de rastreabilidade para próteses articuladas. Com o trabalho anterior da tecnovigilância, então, se houve a necessidade de definir as etiquetas para garantir rastreabilidade daquele produto, principalmente para identificação no caso de eventos adversos. Próximo.

Mais recentemente, em 2009, se publicou a RDC nº. 25, que obriga a certificação de boas práticas de fabricação para as empresas importadoras. Então, no seu país de origem. Ao se registrar um produto num país, e esse produto sendo importado antes de se fazer esse registro, há necessidade de inspeção da empresa e certificação das boas práticas de fabricação. Nenhuma prótese mais será registrada de fabricante internacional, sem ser realizada a inspeção e a sua certificação de boas práticas de fabricação.

Também foi publicada a Portaria Interministerial, entre o Ministério da Saúde e o MDCI, o Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia, Portaria nº. 692, que amplia a rede de laboratórios que trabalham a certificação e a avaliação das próteses. Também, as perspectivas nossas agora é trabalhar na Consulta Pública nº. 2, as novas regras para a notificação de evento adversos incluindo os implantes e a certificação compulsória para implantes iniciando por quadril.

Também estamos desenvolvendo, fechando uma rede de laboratórios para área de próteses ortopédicas, o chamado remato, com a construção de, com a implementação e investimento em doze laboratórios espalhados pelo país numa rede, a qual vamos avaliar prioritariamente, próteses de quadril, parafusos e placas planas.

A partir da avaliação dessas próteses, a gente presente de chegar à resposta daquela dúvida, sinalizada no início aqui pela fala do Senador Flávio Arns, sobre a qualidade das próteses nacionais e importadas. Então, parte desse trabalho de avaliação dessas próteses começa com quadril, parafusos e placas planas, porque prótese de quadril, parafusos e placas correspondem a mais de 60% do total de próteses ortopédicas comercializadas hoje, no país.

E aí, a partir do perfil epidemiológico e do cenário que foi apresentado aqui pela Dra. Solange, dá para a gente entender um pouco o porquê da priorização dessas três áreas. Tanto o perfil epidemiológico, quanto o perfil etário da população mudou muito e o número de usuários e de pessoas que podem e acabam utilizando esse tipo de prótese vêm aumentando, consideravelmente, no país.

Além disso, a ANVISA vem trabalhando numa proposta de revisão ou de implementação da RDC 185, que trabalha no monitoramento de mercado para produtos de saúde. Nessa RDC existe uma lista de produtos prioritários para fazer controle de mercado. Dentro dessa lista, aí estão próteses, produtos da área de cardiologia e um pouco diferente da área de saúde suplementar, que foi sinalizado aqui, que é a neurocirurgia, a buco maxilo e ortopedia são as áreas de grande impacto, no Sistema Único de Saúde, as áreas de maior impacto é ortopedia, a neuro e área de cardiologia.

Onde a cardiologia e a ortopedia consome 80% da demanda atual, hoje, de órteses e próteses. Com impacto muito grande, quando se compara os recursos gastos com assistência e o recurso gasto, comparando o seu total, o recurso gasto com órteses e próteses. O volume é absurdo, e aí, não é diferente do que foi apresentado aqui pela Dra. Solange.

Nessa proposta de revisão da 185, nós também vamos identificar algumas prioridades. A ideia é trabalhar com área de cardiologia, com prótese de quadril, joelho e parafuso e vamos pensar em pegar alguma coisa também na área de neurocirurgia.

Era isso que a gente tinha para apresentar.

Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Joselito Pedrosa. Passamos agora para o Dr. Valdmário Rodrigues Júnior, Diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil.

SR. VALDMÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Bom dia a todos. Bom dia, Senador Augusto Botelho.

Senador Flávio Arns, primeiramente, em nome do Sistema Cooperativo, gostaria de parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais, pela importância desse tema abordado e que está sendo discutido, tendo em vista que a nossa preocupação, e acredito da Comissão, seja realmente com o principal ator neste cenário, que são os nossos clientes.

Essa preocupação e é urgente, eu diria como médico, urgente que seja normatizado e regulado este mercado. O Sistema Cooperativo, hoje, eu vou ser um pouco mais prático, o Sistema Cooperativo hoje, temos hoje em torno de 15 milhões de clientes e os custos assistenciais estão subindo a cada dia, ficando praticamente incontroláveis com a repercussão, exatamente, no principal envolvido, que são os nossos pacientes, que necessitam de estar utilizando as órteses e próteses e materiais especiais.

Ora, se a Agência Nacional de Saúde, hoje, que regula, a partir da lei nº. 9.656, regula os reajustes dos planos da saúde suplementar, esse ano o índice foi 6.76, fica claro que esta conta não vai fechar. Quem é que está controlando a outra conta? O mercado de materiais especiais e órteses e próteses.

Se o reajuste de 6.76 é de um lado deveria estar havendo um controle rigoroso por parte deste mercado leonino, extrativista, que está lesando a todos. E a repercussão vai começar exatamente, daqui a pouco, piorando às condições do SUS, que já não está dando conta de atender os seus clientes e a possibilidade de migração de mais clientes da saúde suplementar para o SUS.

Na nossa opinião, hoje, com as ferramentas de TI, que estão disponibilizadas para todos e com a bela apresentação da Dra. Solange, onde mostrou os números dos impactos que estão sendo causados, fica muito simples, na minha visão, daí a importância desse assunto da Comissão aqui, hoje.

Nós temos que, imediatamente, na nossa visão, traçar uma estratégia só que muito rápida e eu acho que aí a ANVISA, eu sei do trabalho, do envolvimento sendo feito, mas eu acho que deve ser acelerado e muito rápido, Senador, de iniciar este trabalho na cadeia produtiva das órteses e próteses e materiais e medicamentos. Seja na hora que esses materiais entram no nosso país.

Qual foi o custo dele lá no país de origem? Cem dólares, quando ele chegar ao Brasil fazermos monitoramento e o acompanhamento rigoroso deste caminho, até chegar à mão do médico e do cliente, que vai ser o beneficiado.

Então, nós temos duas frentes. Uma frente, que eu acho que fica muito clara, que é aqui no Brasil, todas as fábricas e as importações desses materiais tem que estar na ponta das nossas ferramentas de TI, para que a gente possa exercer esse controle rigoroso.

A mudança dos padrões de doenças mudaram bastante, como já foram citadas, hoje as doenças passaram ser crônico degenerativas. Medicina suple-

mentar, o Sistema Cooperativo tem investido muito na prevenção das doenças.

E o médico tem a sua culpa também e grande, mas o início da cadeia, para que esse problema que aflige a todos deve ser iniciado – repetindo – no monitoramento de um órgão, que eu não sei se é apenas a ANVISA, ou se necessitaria um outro órgão governamental, que exercesse como é exercido na própria regulação do reajuste dos planos de pessoa física do sistema de saúde suplementar.

Existe hoje regulação do preço da gasolina, do preço do álcool, do preço do óleo diesel, nós temos que encontrar esse mecanismo urgente de regulação, porque o mesmo produto que é vendido para o hospital, para o paciente do SUS utilizar, esse mesmo produto é vendido para a medicina suplementar, para a cooperativa, com um preço que chega a ser 300, 400, 500% diferente.

Ora, no nosso país, hoje, com essas ferramentas de TI que nós temos, como que nós podemos aceitar uma prática de preço abusiva e nociva? O mesmo produto custa 100 dólares para um paciente do SUS, custa 500% mais para a saúde suplementar.

Então, eu penso que essas providências devem iniciar por uma posição mais rápida da ANVISA e por parte da Receita Federal e de mais algum órgão governamental que tenha poder de realmente estar colocando sanções na comercialização desse produto. Esse mercado está realmente leonino, está afligindo e inviabilizando, inviabilizando as cooperativas de trabalho médico.

As cooperativas têm buscado prevenção, tem investido na busca da melhora, na busca da excelência da qualidade da prestação do serviço de saúde. Então, nós necessitamos de ter esse controle rigoroso do mercado.

Agradeço a todos. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Valdmário Rodrigues Júnior. O próximo expositor agora é o Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho, especialista em regulação da Agência Nacional de Saúde, ANS.

Eu gostaria de registrar a presença de algumas pessoas aqui presentes, Sr. Antônio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros; Anderson Napoleão, Assessor Parlamentar do Ministério da Saúde; Marcos Paulo Dias, Coordenador de Assuntos Parlamentares da ANVISA; Olympio Távora Corrêa, da Confederação Nacional de Saúde, Dr. Olympio estava aí, mas acho que já saiu, está lá atrás. Cristiane Rocha, Assessora Técnica do Ministério da Saúde e Antônio César, Diretor da Unimed Brasil e José Rubens Iglesias, Diretor Executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do Distrito Federal.

Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho, com a palavra.

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: Bom dia a todos. Bom dia os componentes da Mesa, aos Membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e audiência.

Eu trabalho numa área da agência, que lida com todas as questões relativas às coberturas assistenciais pelos planos de saúde. E fiz uma apresentação bastante curta, só para servir como apoio para aquilo que a gente vai discutir aí.

A primeira coisa a se frisar, a Dra. Solange já havia tocado nesse ponto, é que com relação às coberturas de órteses e próteses pelos planos de saúde, nós temos duas situações. Nós temos aqueles planos regulamentados, que foram contratados após a vigência da lei nº. 9.656, ou seja, contratados a partir de dois de janeiro de 99, ou que foram adaptados a essa lei.

Nesses planos é obrigatória a cobertura à todas as órteses e próteses que são ligadas a um ato cirúrgico. O que isso significa? São órteses e próteses que, para serem colocadas ou retiradas, é necessário que se realize um ato cirúrgico.

Então para dá um exemplo aqui, para que fique claro para todo mundo, uma perna mecânica seria uma prótese não ligada a um ato cirúrgico e, nesse sentido, não tem cobertura nos planos regulamentados.

Falando primeiro dos planos regulamentados. Uma prótese de quadril, que é necessário que seja colocada através de uma cirurgia, tem cobertura obrigatória, sempre que indicada pelo cirurgião assistente. Um óculos seria um exemplo uma órtese, que não é ligada a um ato cirúrgico, porque a pessoa coloca e tira, já uma lente intraocular seria um exemplo de uma órtese ligada a um ato cirúrgico.

Então, nós temos essa situação nos planos regulamentados, mas nós temos ainda, aproximadamente, 30% de planos, que foram contratados antes da vigência na lei nº. 9.656. E, nesses planos, de acordo com o entendimento da Justiça vale o que está especificado no contrato, entendido como ato jurídico perfeito. Então, nesse sentido, esses planos podiam, podem não é? Porque os contratos ainda estão vigentes, pode haver todo o tipo de combinação com relação à cobertura.

Então podem ser excluídas órteses e próteses de uma maneira geral, podem ser excluídas só próteses, podem ser excluídas só as próteses não ligadas ao ato cirúrgico, então existe uma variedade, vamos dizer, muito grande de combinações nesses planos.

Eu queria chamar a atenção, no caso desses planos, para duas situações. Em primeiro lugar, embora eles correspondam a, aproximadamente, 30% do total de planos, a média de idade nesses planos não regulamentados, até por serem mais antigos, é maior

do que nos planos regulamentados. Então, em termos de procedimentos assistenciais, eu não tenho número, mas certamente é bem superior a 30%, uma vez que as pessoas com mais idade necessitam de mais assistência e de mais procedimentos.

E uma outra questão que às vezes chama a atenção das pessoas é que você pode ter por exemplo, uma criança de cinco anos que tenha um plano antigo, aí a gente vai pensar: Bom, como é que isso é possível? Porque o pai dessa criança já tinha um plano, que não era regulamentado, colocou seu filho como dependente e o plano dessa criança também vai ser não regulamentado, vai valer o que está no contrato.

Ou então, em caso de planos coletivos, onde a empresa tem o contrato com uma operadora de plano de saúde e, no momento em que ela admite um novo empregado, o contrato desse plano também vai ser um plano não regulamentado.

Então embora da tendência desses planos não regulamentados tem sido de diminuir proporcionalmente, nós ainda temos pessoas ingressando em planos de saúde que são não regulamentados.

Nos planos regulamentados, nós temos cobertura obrigatória a todas as doenças gestadas na CIDE, não pode ter exclusão por doença, cobertura obrigatória a todos os procedimentos listados num rol de procedimentos, que é editado pela ANS.

O último foi entrou em vigência no ano passado e nós estamos terminando a primeira fase da revisão de um novo, que vai entrar em consulta pública, provavelmente, em setembro e que deve entrar em vigência a partir de abril de 2010. E a nessa ideia é que esse prol de procedimentos possa ser revisado periodicamente. E, também, cobertura a toda e qualquer taxa, incluindo os materiais utilizados nas cirurgias.

Nos planos regulamentados, então, eu já falei da cobertura, que pode ser excluída cobertura aqueles materiais que não são ligadas ao ato cirúrgico, materiais que não importados e não nacionalizados. E como que a gente entende isso? São aqueles materiais que não têm registro na ANVISA. Entende-se que um material, embora fabricado no exterior, mas que tenha registro na ANVISA, é um material importado nacionalizado e, nesse sentido, não pode ser objeto de exclusão de cobertura. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais e órteses e próteses que são para fins estéticos.

Nós temos como já foi falado aqui na Mesa também, um problema muito sério com relação ao conflito de interesses na indicação desses materiais por parte dos médicos. Isso, infelizmente, acontece, tem acontecido, como já foi dito também pela Dra. Solange, é uma prática infrativa ao Código de Ética Médica, um médico obter alguma vantagem na indicação de algum material, mas isso realmente é provocado por uma situação, que eu vou dar um exemplo assim.

Um médico vai uma cirurgia de coluna, onde ele vai passar horas e horas debruçado numa mesa de cirurgia, com um procedimento de alta responsabilidade e vai receber 300 ou 400 reais por esses procedimentos. E, nessa cirurgia, ele vai colocar uma prótese que pode custar por baixo, 40, 50 mil reais. Então, o que acontece é que, cada vez mais, os médicos vêm procurando obter vantagens, vamos dizer assim, na colocação do material A ou do material B.

Então, em função desse problema, que é uma coisa reconhecida, isso tem sido discutido bastante numa Câmara Técnica de Implantes, da Associação Médica Brasileira, da qual nós participamos, também vem sendo discutido no CFM, nós tiremos esse entendimento, de que o médico pode indicar o tipo do material que vai ser colocado, o material que lhe é fabricado, as dimensões, as características desse material e que a operadora do plano de saúde pode indicar no caso a marca e a procedência.

Isso não é uma coisa simples, por várias razões que eu acho que não vai dar tempo de detalhar aqui na apresentação, mas por acaso, logo depois que nós tiramos esse entendimento e foi por acaso mesmo, porque não teve nenhum contato nesse sentido. Houve um parecer do CFM aprovado em Plenário, que foi fala quase que exatamente isso, que o médico pode indicar o tipo de material, as características, mas não pode ter a prerrogativa de indicar a marca e a procedência ou o fornecedor, que às vezes querem indicar até o fornecedor.

Então, agora esse parecer do CFM, ele vêm causando uma certa polêmica também entre a comunidade médica, tanto que foi constituída um confissão do CFM, exclusivamente, para discutir esse tipo de coisa.

Eu diria assim, que essa questão do médico indicar um tipo de material a ser utilizado tem um espectro que vai assim, desde a má fé pura e simples. E aí, no caso, você tem situações em que o médico chega a indicar um material que aquele paciente nem necessitaria usar.

Nós temos muito esse problema com cirurgias de coluna, um dos materiais colocados na coluna, muitas vezes, causa uma iatrogenia muito grande. Chegam a tornar o paciente inválido. E, nesse espectro, a outra ponta seria do médico que realmente acredita que aquele material é o melhor para o seu paciente e, nesse sentido, ele está cumprindo a sua missão como médico, que é usar dos melhores meios disponíveis para o tratamento de seu paciente.

Há também, essa situação não é simples. Um cirurgião um ortopedista estava conversando comigo dizendo que ele está acostumado a usar um determi-

nado tipo de material, e a operadora diz que não cobre aquele, cobre outro. Então, quando ele chega à mesa de cirurgia, ele se deparo com um tipo de material de instrumental totalmente diferente daquele que ele está acostumado a usar. Então, quer dizer, também é uma situação bastante difícil. Então existe, como eu falei, todo um espectro de situações que não são simples, [soa a campainha] são bastante complexas.

E, finalmente, para terminar assim, quais seriam – esse slide pode passar acho tem um outro ou é o último. Bom, pode passar mais um, acho que é o último.

Quais seriam as soluções para esse tipo de problema? Em primeiro lugar, haver um sistema de comunicação de falhas nos implantes que fosse efetivo ao qual a comunidade médica aderisse para que pudesse então haver uma base para quando o médico disser: "Eu não quero usar o material A, porque esse material A, na minha experiência provoca muitos problemas e daqui um ano depois de colocação daquela prótese, o paciente tem que voltar a cirurgia para trocar".

É importante que haja um sistema, é importante que haja uma cultura, no site da ANVISA existe um local para que se comunique falha em implantes, mas me parece que a adesão pela comunidade médica a esse tipo de sistema é muito pequeno. Desculpe, só com relação ao tempo... Ah está, obrigado.

Outros países implantaram sistemas muito efetivos de comunicação de falhas em implantes, notadamente os países nórdicos, escandinavos. O professor que fez esse sistema lá foi agora para os Estados Unidos, para poder implantar uma coisa assim semelhante. Ele já esteve no Brasil convocado pela ortopedia para falar e criou-se um sistema que realmente resolveu boa parte dos problemas. E que assim diminuiu em muito, o número de materiais que estão disponíveis para os médicos usarem.

Foi se afunilando vamos dizer, para realmente só estarem disponíveis no mercado da Suécia, aqueles materiais que realmente tem uma comprovação de segurança e de eficácia e que tem um índice de complicações pequeno. Então, assim o material, a quantidade de materiais de órteses e próteses que se encontram hoje no mercado brasileiro, no mercado americano também que tem um sistema semelhante, é muitíssimo maior a quantidade de diferentes tipos e marcas de materiais que se encontra, por exemplo, na Suécia.

Uma outra questão importante nesse sentido seria se estabelecer diretrizes clínicas, para estabelecer qual o melhor tipo de órteses e próteses para se utilizar em algum caso. Porque eu disse aqui que deve se respeitar sempre a indicação do tipo de material, que é a indicação do médico assistente nesse tipo de caso.

E o que pode se questionada é a procedência e a marca desse material. No entanto, também existem materiais que vêm sendo introduzidos no mercado, que são materiais muito mais caros, que apresentam às vezes um índice de complicação maior e que, talvez, justamente por serem mais caros e mais recentes, por conta de toda a cultura até do próprio paciente, que acha que melhor material para ele é aquele que foi lançado por último no mercado, existe uma questão muito complicada com relação ao tipo de material que é indicado.

Dois exemplos seriam os das lentes intraoculares. Hoje em dia, você tem lentes até que são para tratamento de catarata. Quando é feita a cirurgia de catarata tem lentes até que são fixadas nos músculos minúsculos oculares, para que ela possa ter um movimento e esse movimento, o único benefício que ele vai trazer é que o paciente não precise utilizar óculos para leitura.

E, no entanto o índice de complicações desse tipo de material é muito alto, o custo dele é muitíssimo mais alto do que das lentes convencionais. Quer dizer é importante, no caso, que se estabeleçam diretrizes para saber quando é que está indicado um tipo de material e outro.

Outro exemplo também são dos estentes, que são utilizados para insuficiência coronariana. Até três anos atrás, mais ou menos, se dizia que os estentes convencionais, aqueles que não são revestidos por um tipo de farmaco que é liberado aos poucos, eles estavam praticamente em de uso já. E os estentes, praticamente, só se passou a utilizar os estentes farmacológicos, que estão muitíssimo mais caros.

Dois trabalhos publicados há dois ou três anos, mostraram que isso não é assim, que pelo contrário, esse material que é muito mais caro tem um índice de complicações maior do que aquele material convencional.

Então, nesse sentido, a gente vem além de algumas diretrizes que nós chamamos de diretrizes de utilização, que são colocadas no rol de procedimentos, ou seja, para que o procedimento só tenha cobertura obrigatória quando siga determinados parâmetros, determinadas exigências, como condições prévias dos pacientes, exames prévios, isso tem algumas diretrizes assim no rol de procedimentos, mas são poucas ainda e não atingem muito a questão de órteses e próteses.

A agência vem investindo a partir de um convênio com a Associação Médica Brasileira e com a participação do CFM, num projeto de confecção de diretrizes clínicas que possa embasar o médico nas suas decisões, possa embasar as operadoras, possa embasar inclusive o Judiciário nas disputas que chamam até o Judiciário.

E aí, nessas diretrizes que vêm sendo feitas, nós temos tratado de várias questões que dizem respeito à órteses e próteses.

E é basicamente isso e se tiver alguma pergunta a gente está aberto ao debate.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agradeço [interrupção no áudio] Érika Pisaneschi, Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. A senhora tem dez minutos prorrogáveis. Pode começar.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Bom dia. Cumprimento aqui os Senadores, em nome do Senador Augusto Botelho, também aqui os participantes desse debate, dessa Mesa. Pode passar, por favor.

Eu quero elogiar a proposição desse debate, em função de que ele diz respeito diretamente a uma população usuária do SUS, que são as pessoas com deficiência. E é da política específica para essas pessoas no Sistema Único de Saúde, no SUS, que eu vou tratar um pouco aqui, dentro desse bojo, desse contexto o fornecimento então de órteses e próteses ambulatoriais.

Eu coordeno a Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Por favor, pode passar. Pode passar.

Seguindo então os princípios do SUS, de universalidade, integralidade e equidade, a pessoa com deficiência tem direito a ser atendida no SUS, naquelas suas necessidades básicas de saúde, mas também nas específicas e aí, então, nós, dentre as específicas, a reabilitação, incluindo aquisição de recursos ópticos, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Pode passar.

Para esse segmento, então, existe uma política específica, que é a Política Nacional de Saúde para Pessoas com Deficiência instituída no ano de 2002. Pode passar.

Essa política, ela vai tratar diretrizes, então – pode passar o slide todo – diretrizes que orientam a formulação e desenvolvimento de ações e programas que tem como principal objetivo reabilitar e habilitar pessoa com deficiência, com vista a sua inclusão social, ações estas que são desenvolvidas por Estados e Municípios.

Dentre as diretrizes estabelecidas, a gente tem promoção da qualidade de vida, previsão de deficiências, assistência integral, capacitação de recursos humanos e uma diretriz específica, que é organização e funcionamento dos serviços. Pode passar.

Na organização do sistema, quando a gente fala dos níveis de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde, nós temos então os níveis de média é alta complexidade, que é onde se situa os nossos serviços de reabilitação. Enfatizando mais uma vez que serviços de reabilitação é parte de ações, é parte de que deve ser feito para essas pessoas, para que de fato haja reabilitação e a sua inclusão social.

Mas elas precisam de atendimento específico, por quê? Uma pessoa que sofre uma amputação de membro, ou uma pessoa que perde audição, ou ela perde a visão, ela precisa ser reabilitada, e aí nós estamos falando então do fornecimento de alguns equipamentos de órteses e próteses, mas muito mais do que isso, nós estamos falando do fornecimento desses equipamentos dentro de um processo de reabilitação.

O que envolve então a organização no SUS, dos serviços, de uma rede de serviço, nós chamamos de redes temáticas de serviços de reabilitação na área da deficiência física, na área de deficiência intelectual, na área com saúde auditiva e na área de reabilitação visual. Volta um pouquinho?

Só importante frisar, pode voltar. As datas ali, por exemplo, reabilitação física foi a primeira área que foi normatizada, porque o papel do Ministério da Saúde é então estabelecer as normas e dizer de que forma essa população deve ser atendida e adequadamente atendida. Então a reabilitação física foi a área inaugural, mas na sequência tivemos Portarias falando do atendimento a deficiência intelectual.

E, em 2004, um avanços importante na área da saúde auditiva, nós estamos falando então do fornecimento dos aparelhos auditivos no Sistema Único de Saúde. E agora, em 2008, em dezembro, uma área também que carecia de regulamentação, que é a área de reabilitação visual.

Antes destas normatizações eram fornecidas órteses e próteses no Sistema Único de Saúde? Eu estou tratando aqui de órteses e próteses laboratoriais. Sim eram. Mas, como eu disse anteriormente, a importância é que, gradativamente, ao longo dos anos, o Ministério da Saúde vem trabalhando normas, a partir dessa política para pessoas com deficiência, em que a gente vai mudar o cenário do fornecimento desses equipamentos, simplesmente, o que a gente chama de um fornecimento de balcão e passa então a fornecer esses equipamentos dentro de serviços de reabilitação. Pode passar.

Que tem uma estrutura com uma equipe multiprofissional para poder fazer o acompanhamento, o diagnóstico, a indicação, a avaliação funcional desse paciente, para saber exatamente qual é o equipamento necessário, o que ele precisa para adaptar esse equipamento, para efetivamente esse equipamento ter um uso e uma mudança de qualidade na vida dessa pessoa.

Hoje, nós temos 73% da rede de reabilitação física implantada, o que significa 156 serviços de referência distribuídos no país. Temos serviços em todas as regiões do país, mas serviços que nós chamamos os serviços descentralizados, que aí não existe, não é computado um a um pelo Ministério da Saúde, porque isso faz parte da estratégias locais dos Estados e dos Municípios, em que há uma variação quase que mensal disso, ou porque diz respeito a descentraliza-

ção desses atendimentos de responsabilidade dos Estados e Municípios.

Mas nós temos 156 serviços de referência, onde são fornecidos os equipamentos, órteses e próteses, na área de reabilitação física.

Na área de saúde auditiva, como eu disse, houve uma mudança importante, a partir de 2004, e desde então, o Ministério da Saúde vem trabalhando a implantação de serviço de saúde auditiva e totalizamos agora, no ano de 2008, 135 serviços, o que significa 89% da rede de saúde auditiva.

Na área de reabilitação visual, como eu disse, a proposta é de 75 serviços no país. E apesar de não ser específico para o fornecimento de órteses e próteses, a área de deficiência intelectual, por volta de 900 serviços. Pode passar.

Mais uma vez, então, são redes temáticas de reabilitação para pessoas com deficiência e eu estou tratando aqui de órteses e próteses ambulatoriais. Pode passar.

Por área, nós temos por volta de 130 procedimentos. O que significa? Na área de reabilitação física, por volta de 83 procedimentos que dizem tipos de órteses e próteses para membro superior, para membro inferior, para coluna. Então, quando tem ali, 24 próteses para membros superiores, 24 tipos. É lógico que destes 24, isso se dissemina e se amplia para as marcas e a subdivisão disso. Certo?

Na saúde auditiva, por volta de 14 tipos de aparelho auditivo. Na área de ostomia, que também diz respeito à política de saúde para pessoa com deficiência, também os equipamentos necessários. Na área de reabilitação visual, também ampliamos recentemente, os tipos de recursos ópticos que são fornecidos para a população.

Em cada uma dessas áreas, eu poderia aqui me estender dizendo do que a gente fez nos últimos anos para melhorar esses instrumentos de gestão, que Estados e Municípios têm – e é obrigação do Ministério da Saúde disponibilizar – para que seja feita a compra desses equipamentos e o fornecimento com qualidade e que de fato traga benefícios para essa população.

Só dando como exemplo a área de saúde auditiva, no ano de 2004 existiam dois tipos de aparelhos na tabela, com uma descrição que não permitia no momento de licitação ou de compra desses equipamentos, que de fato se chegasse à compra daquele equipamento, que aquele usuário necessitava. Então foi feito um trabalho de descrição desses procedimentos na tabela, em que a gente descreve os procedimentos pelo tipo de tecnologia dos equipamentos. E isso melhorou muito, deu um salto de qualidade importante no fornecimento desses equipamentos do Sistema Único de Saúde.

Da mesma forma, nós trabalhamos os procedimentos na área de reabilitação física [soa a campainha], de ostomia e de reabilitação visual. Tenho mais um tempo, Senador?

Como eu disse, deve-se sempre se pensar o próprio Dr. Joselito colocou aqui, existe uma relação importante de ser trabalhada, que é a assistência ou tudo que deve ser feito para essa pessoa que recebe um equipamento receber a órtese e prótese é parte dessa reabilitação, precisa ter uma boa equipe multiprofissional para reabilitar essa pessoa, para fazer uma prescrição adequada desse equipamento e o acompanhamento disto.

Então, isto também faz parte da lógica do atendimento dessas pessoas no Sistema Único de Saúde e nós temos diversos procedimentos descritos aí para esse tipo de atendimento. Pode passar.

Com relação à produção ambulatorial do ano de 2008, houve por volta de três milhões de OPMS fornecidas por volta de 200 milhões, um valor total, as OPMS, mas o atendimento necessário por volta de 500 milhões, numa frequência de 24 mil procedimentos. Pode passar.

A gente tem anualmente, na verdade, um crescimento, ao longo dos anos, se a gente for fazer uma série histórica de 2002, até 2008 agora, nós todos os anos nós crescemos em relação ao fornecimento dos equipamentos e o atendimento de reabilitação. Só para se ter uma idéia, no ano de 2003 para 2007, nós ampliamos em 181% o fornecimento das cadeiras de rodas no Sistema Único de Saúde. Pode passar.

Finalizando, de fato se sabe que essa área precisa ser aprimorada e a gente tem muitas coisas ainda para fazer e, nesse sentido, em função da agenda social da Presidência da República, por uma determinação do Presidente da República, existe uma agenda social para pessoas com deficiência em que os diversos Ministérios se comprometeram com ações específicas a serem desenvolvidas até o ano de 2010.

A ações para pessoas com deficiência também fazem parte do Mais Saúde, o programa, as prioridades do Ministério da Saúde até o ano de 2011. E entre eles então o que existe? Para ampliar a cobertura e aprimorar o processo de reabilitação no SUS para as pessoas com deficiência. Em que nós estamos trabalhando em três linhas, que é ampliar o fornecimento das órteses e próteses, diversas medidas foram tomadas no ano de 2008, nesse sentido.

A implantação de oficinas ortopédicas para confecção desses equipamentos, a exemplo do que a gente tem no Brasil, como o trabalho desenvolvido pela Rede Sara dos hospitais de reabilitação, ou a Rede ACD ou mesmo Pestalozzi, que tem oficinas ortopé-

dicas associadas a serviços de reabilitação e é nesse sentido que a gente vem também promovendo então, a implantação de oficinas ortopédicas nos países, priorizando a região Norte e Nordeste. Também associada e complementar a essa ação a formação de artesistas e protesistas. Pode passar.

Aqui, na verdade, eu poderia listar por área as diversas medidas que o Ministério da Saúde tomou para ampliar o fornecimento desses equipamentos do SUS e também com relação ao valor que existia desses procedimentos na tabela, existia uma queixa antiga de que talvez, principalmente na área de ortopedia, que esses equipamentos estavam defasados, uma defasagem aí de mais de treze anos.

Então houve um reajuste na tabela de órteses e próteses ortopédicas no ano de 2008, que vai também contribuir nesse processo de licitação feito pelos Estados e Municípios para a compra desses equipamentos. De fato, preços que são preços de mercados e a possibilidade de comprar sim, equipamentos de excelentes qualidade que são fornecidos qual SUS. Pode passar.

Foram diversas medidas na área saúde auditiva, de reabilitação física. Pode passar. Como eu falei na área de reabilitação visual, nós inauguramos, instituímos a norma para assim plantação de serviços especializados. Pode passar. Por volta de 130 milhões de recursos específicos para a nossa área.

Para finalizar, sempre lembrando que as nossas ações, a implantação da rede de serviço de reabilitação, ela é compartilhada por Estados e Municípios, cada com um com as suas responsabilidades.

E acho que já [soa a campainha] falei ali ao longo da minha apresentação, a importância das ações do Ministério da Saúde na formulação e revisão das normas, na Assessoria Técnica os Estados e Municípios para organização do atendimento a essa população e a transferência de recursos para o custeio dessas unidades.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Érika.

Eu gostaria de registrar a presença do Senador João Durval também aqui e do Senador Mozarildo Cavalcanti, além do Senador Flávio Arns.

Após a exposição, agora, nós passamos para a fase de questionamentos. Com a palavra o Senador Flávio Arns, que é um dos autores do requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Senador João Durval.

Eu, em primeiro lugar, quero novamente agradecer a participação dos expositores, foram todas exposições importantes, necessárias e penso que tenha faltado a presença da Associação Médica, o Conselho Federal de Medicina, já que muitas coisas foram faladas em relação à necessidade de entrosamento, de processos claros de um debate sobre procedimentos éticos também na profissão.

Mas, ao mesmo tempo, pelo relato que foi dado, o próprio Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica vêm se debruçando sobre esse tema, para assim colocar os encaminhamentos que julgam importantes. Eu até quero me penitenciar, porque o requerimento original constava a participação da área.

Eu só quero dizer que considerei muito importante e, dentro do requerimento, essas preocupações foram colocadas também. Porque no requerimento nós dissemos, nós queremos debater o processo de registro dos produtos, como é que isto acontece, registro. A análise técnica de qualidade do produto, há muita, como foi colocado, muito problema nesta análise também.

E mesmo naquilo que a Dra. Érika colocou em termos de órteses e próteses no chamado sistema ambulatorial, cadeira de rodas, por exemplo, como é que a gente vai saber que essa cadeira de rodas é boa, é de qualidade, atende a necessidade daquela pessoa, seja deficiência física, deficiência motora, paralisia cerebral e coisa semelhante.

Então, registro, análise técnica, certificação, quer dizer, como é que acontece essa certificação do produto e instrumentos que permitam a verificação da adequação, como foi colocado, à necessidade do paciente. Então, penso que todas as exposições procuraram de uma forma abordar nesse sentido o assunto.

Porém, percebemos assim que existe um bom caminho a ser percorrido também e natural que aconteça isto, porém existe um clamor por parte dos expositores e um clamor por parte da sociedade, que isto seja feito de uma maneira urgente, rápida.

E eu queria sugerir, Sr. Presidente, que fruto desse debate, dessa Audiência Pública, esta Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Saúde, possa ter o desdobramento disto convidando as pessoas aqui presentes e outras, eventualmente, para pensarmos assim, concretamente, e talvez a gente possa fazer isso até o mês de agosto, vamos dizer, quer dizer pensarmos num texto que reflita as necessidades da área.

Por que isto? Porque há pouco tempo e V. Exª., Senador Augusto Botelho participou do debate, tivemos assim encaminhamentos importantes aqui no Senado Federal a respeito dos medicamentos excepcionais de alto custo para doenças crônicas, que também eram assim, vamos dizer, guardadas as diferenças, também era um debate nesse sentido. Quer dizer, como é que um medicamento entrava na lista dos medicamentos do Ministério da Saúde? Qual era o custo do medicamento, custo/beneficio do medicamento. Como é que a sociedade participaria desse debate? Que tipo de

Audiência Pública que o Ministério ou a ANVISA faria no caso do medicamento, próprio Ministério faria para está finalidade?

E houve muito debate, muito questionamento e agora, salvo melhor juízo, estamos chegando a um entendimento de um texto, que vai ser votado aqui no Senado, em que existe um consenso entre o doente, o Ministério da Saúde, o Senado Federal mesmo, e isso podendo até subsidiar alguma decisão que o Supremo Tribunal Federal, que já fez Audiências Públicas, também a esse respeito, possa vir a tomar sobre o assunto.

Eu penso que em termos de órteses e próteses seria algo parecido também, chamar as pessoas, discutir com as pessoas. O Congresso Nacional, através do Senado, contribuir com aquilo que a ANVISA já vem fazendo, mas tornar assim bastante aberto, bastante transparente, público, em termos assim desses aspectos que foram mencionados no requerimento. Quer dizer, o registro, a qualidade, o atendimento da necessidade do paciente, coisas assim que são essenciais.

Porque ao mesmo tempo, a gente vê, quer dizer, a Dra. Solange colocou, são 16 milhões que a saúde suplementar, eu penso, despende com a compra de equipamentos, que foi colocado? 16 bilhões. E a suplementar atende 40 milhões de brasileiros. Então, nós temos 160 milhões de brasileiros que dependem do SUS, e o SUS também vem despendendo nesta área, salvo melhor juízo, um valor significativamente abaixo. Eu diria até pelos dados que eu tenho eu acho que é um recurso assim de, aproximadamente, cinco bilhões, aproximadamente, não sei se a Dra. Érika depois poderia esclarecer.

Mas de qualquer forma, 16 bilhões para 40 milhões de brasileiros e cinco bilhões, se forem os cinco bilhões mesmo, para 160 milhões de brasileiros. Isso significa aquilo que a gente sabe, quantas pessoas que estão em fila de espera também, para receberem uma órtese ou uma prótese, que é fundamental no sentido de inclusão social, como foi colocado na apresentação da Dra. Érika. Quanto que está sendo gasto? Qual que é a necessidade?

E, às vezes, me preocupa também essa questão de se dizer: Não, nós precisamos ter mais lugares que produzam órteses e próteses. Hoje, eu penso assim, com a tecnologia que vêm se desenvolvendo de uma maneira tão acentuada, não é propriamente a quantidade de lugares para a produção de próteses ou órteses que é importante, mas sim a possibilidade da aquisição, de distribuição, mesmo que sejam em lugares assim mais adiantados, com tecnologia mais adiantada.

Mas é um assunto que me parece que, naturalmente, não vai se encerrar nessa Audiência Pública. Essa Audiência Pública teve por objetivo colocar para a população os desafios, os problemas, as dificuldades que vêm sendo enfrentadas.

E eu quero, Sr. Presidente, só reiterar, reafirmar a necessidade de se ter depois dessa Audiência Pública, não propriamente a constituição de um grupo formal de trabalho, mas alguma forma nessa sentido, nessa direção, para que no decorrer, temos até uma cronologia assim de talvez no mês de agosto, até o final do mês de agosto, termos ou final de agosto, acho que já seria um tempo suficiente, termos assim um documento que sintetize os encaminhamentos decorrentes desta Audiência Pública.

Então, eu quero parabenizar os expositores, dizer das dificuldades, dos desafios. Eu estive visitando o centrinho de Bauru na semana passada, que é o hospital assim de referência no Brasil, para lesões labiopalatais, deformidades crânio faciais e outros problemas genéticos também e que faz um trabalho da mais alta qualidade, 100% SUS e, ao mesmo tempo, com dificuldades também nesta área da próteses e órteses, mas não assim culpando, eles absolutamente culpavam alguém, mas mostrando a necessidade de se debater este assunto, inclusive colocando a pessoa com fissura labiopalatal na área da pessoa com deficiência.

Que há um debate ainda sendo realizado com a Acorde(F), e eu concordo com eles, mas só que esse debate já está acontecendo há três anos, quer dizer três anos é tempo demais para as coisas acontecerem. Tem que acontecer em um mês, dois meses, três meses, no máximo, chegarmos a conclusões claras, transparentes e fazermos os encaminhamentos necessários.

Eu não tenho assim, propriamente, Sr. Presidente, uma pergunta, mas eu penso assim que ficou muito claro o tema, através da Dra. Solange, do Dr. Valdmário, do Dr. Joselito, da Dra. Érika e do Dr. Jorge, inclusive com as experiências em outros países, que é muito interessante ver esta parte e assim nos aprofundarmos nesta questão mais para a frente, para oferecermos para a sociedade um texto legislativo claro, que assegure para as pessoas, que digam: "Olhe, você pode fazer isso que é de qualidade".

Se vier um produto novo, como é que esse produto é certificado, como é que é demonstrada a sua qualidade, enfim termos clareza nos procedimentos todos. Eu penso assim, só fazer o apelo para os expositores e expositoras, para continuarmos esse trabalho.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu gostaria, eu fiquei com algumas dúvidas assim, dúvidas, não. Eu fiquei com preocupações, na realidade. A primeira preocupação que me aflige é essa questão de alguns médicos estarem, por isso que faltou representa-

ção médica aqui na Mesa, se beneficiando pelo uso de órteses e próteses começando a receber comissões pela implantação de uma órtese, porque, naturalmente, ele vai começar a implantar desnecessária, alguns, podem fazer isso é uma coisa que preocupa e que eu espero que o Conselho Federal de Medicina e a Associação, que agora está com o Sr. Presidente aqui presente, a AMB, estamos aqui com o Dr. José Luiz Gomes Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira, chegou aqui agora, no sentido de haver alguma regulação e algumas ações para evitar que essa coisa evolua.

Outra preocupação foi que a Dra. Solange Palheiros, que sempre tem vindo aqui na nossa Casa tem participado bastante, citou que alguns materiais com registro na ANVISA, mas sem registro no país de origem, ou seja, nós estamos nos tornando um campo de experimentação humana, isso aí é uma coisa totalmente antiética se a gente vai começar a fazer dessa forma. Até acho que o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira têm que conversar com a ANVISA a respeito disso.

Outro registro de materiais sem literatura técnica consistente. Eu sei que essa judicialização da medicina que tem ocorrido tem colocado uma espada em cima da cabeça da ANVISA e das organizações, porque começa a prevalecer a saúde individual perante a coletiva, em algumas atitudes. Então, eu gostaria de um esclarecimento a respeito disso.

E outra, eu acho que foi o Valdmário que falou que tem órteses que são vendidos ao SUS por um preço e cinco ou seis vezes mais para a saúde privada. É uma coisa que tem que se discutir que realmente nem a ANVISA e nem a ANS não podem se meter nisso, mas nós temos que achar alternativas, se eles vendem cinco ou seis vezes mais, vamos importar um produto por um preço menor, achar um caminho para isso. E esta Casa aqui é o local para a gente achar brechas para evitar esses abusos.

Então são preocupações que eu tive principalmente. E esse debate não se encerra por aqui, nós estamos fazendo audiências de debates sobre o SUS nesse período, decidimos fazer isso aqui na Comissão Nacional de Saúde, Comissão de Assuntos Sociais e na Subcomissão de Saúde.

E eu gostaria de receber um pouquinho mais de orientação e saber quais foram as medidas que a ANS fez em relação a regulação, já que na Suécia já tem alguma regulação satisfatória. Se já está sendo elaborado algum estudo aqui através da ANS, para tentar regular essa cadeia de órteses e próteses.

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: O que a ANS tem feito em primeiro lugar, com relação a indicação do tipo de material é como eu tinha falado procurar estabelecer diretrizes clínicas, como eu tinha falado junto com a Associação Médica Brasileira, no sentido de orientar que tipo de material está indicado em cada situação para evitar, mais uma vez exemplo aí, situações em cirurgia de coluna, por exemplo, que acontece muito hoje, na chamada instrumentalização excessiva nas cirurgias, colocação de materiais que muitas vezes provocam uma iatrogenia e um prejuízo para o próprio paciente.

Então essa é uma primeira linha, no sentido de buscando a partir das evidências científicas na literatura de uma busca padronizada e rigorosa, procurar evidenciar aquilo que realmente tem sido evidenciado como uma melhor conduta em cada caso.

Com relação a esse exemplo da Suécia, na verdade, não nos cabe assim, fazer essa questão e aí com perdão do Dr. Joselito, mas não cabe a ANS fazer essa questão do registro. Isso que aconteceu na Suécia foi um sistema nacional de registro de falhas em implantes e aí na medida em que foi se verificando que determinados materiais implantáveis apresentavam índices de ocorrência de falhas muito grandes, esses materiais passavam a ser retirado do mercado.

E aí, no caso se tem a ANVISA, porque a ANVISA que tem essa prerrogativa, a ANS não pode dizer que um determinado registrado no país, não teria cobertura nos planos de saúde.

Isso foi um projeto que, enfim, rendeu frutos já em vários países, como eu falei esse médico, esse professor, Dr. Malcal(F), ele foi contratado agora pelo Governo Americano, para tentar implantar um sistema semelhante assim lá. E nós temos participado de uma Câmara Técnica da Associação Médica Brasileira, que é a Câmara Técnica de Implantes, onde nós estamos no momento, procurando definir e classificar os diversos materiais utilizados pela medicina no país, dentro dessas categorias de órteses e próteses ou de uma terceira, que seria por exclusão, que seria de materiais especiais.

E há um projeto já em curso, no sentido de um monitoramento da utilização de diversos materiais em alguns hospitais pilotos, esse estudo vem sendo conduzido para que se haja esse Sistema Nacional de Notificação. Como eu havia falado existe no site da ANVISA, o Dr. Joselito me corrija se eu não estiver falando exatamente como é, um local específico para que os médicos comuniquem a ocorrência de falha nos materiais que eles utilizam.

No entanto, me parece que esse sistema é muito pouco utilizado por diversas questões que podem ser talvez por uma falta de divulgação, talvez por uma falta da cultura entre a comunidade médica brasileira de fazer esse tipo de ação, que na verdade é uma ação da cidadania, a gente pode dizer. E, em alguns casos também, talvez um receio por parte de alguns médi-

cos de comunicarem a autoridade sanitária a falha em algum material, que é de um fornecedor do qual ele está acostumado utilizar e etc. Muitas vezes, o médico prefere comunicar essa falha ao fabricante, do que comunicar a autoridade sanitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Joselito da ANVISA.

SR. JOSELITO PEDROSA: Eu vou tentar responder, tanto ao Senador Flávio Arns, quanto ao Jorge Luis e ao Senador Augusto Botelho.

Com relação ao comentário do Senador Flávio Arns, ao se pensar do texto acho que quem estiver trabalhando nesse texto vai ter que tomar um certo cuidado, porque diferente de medicamentos, eu acho que deu para reparar no tamanho do cenário que é trabalhar prótese e órtese no país envolvendo várias áreas, todas as áreas.

O cenário, ele é muito nevrálgico, muito complicado, com o número de itens absolutamente grandioso, variável, então, quem estiver trabalhando com isso, levando em consideração que foi comentado aqui pela Dra. Érika, a relação que é não... Apesar de estarmos tratando de próteses e órteses, o usuário é peça fundamental dentro desta história, então, a gente vai ter que tomar um cuidado muito grande se colocar isso no texto, para a gente não criar um Frankstein, e complicar mais a vida ainda dos usuários e a nossa também. Aquilo que já está dado, está consolidado a gente acabar tornando, colocando dentro um mesmo caldeirão e virando uma sopa que ninguém consegue digerir.

Eu estou falando isso, porque além dessa variabilidade, a gente está discutindo incorporação de tecnologia. A gente estava comentando antes do início da Audiência, que ampliação tecnológica ou a inovação tecnológica e a incorporação de novas tecnologias, ela corre muito mais rápido, muito mais célere do que a capacidade que as instituições, seja ela pública ou privada, de absorver aquela tecnologia. E a gente trabalha num viés muito ruim que é a lógica do mercado frente à lógica da necessidade da população e a lógica da estrutura de saúde.

Isso é muito difícil você resolver o binômio que foi colocado aqui, até pelo texto da solicitação da Audiência. Trabalhar valor, regulação e qualidade dentro desse cenário que foi apresentado não será fácil, é um grande desafio. Se as agências, o Ministério da Saúde, a Federação a AMB, não só a AMB, mas porque a Érika demonstrou muito bem aqui. Porque o trabalho quando envolve órteses e próteses, não é só o ato médico em si, mas de equipe multi-interdisciplinar existem outros profissionais envolvidos nisso.

Eu acho que a visita em Bauru deve ter demonstrado isso para o Senador Flávio Arns, que não é somente o trabalho do médico, existem fisioterapeutas, fonoaudiólogas, psicólogas, assistente social, todos envolvidos nesse campo, por isso que é muito complicado se tratar de próteses de órteses. Mesmo considerando cega que a gente sai do âmbito ambulatorial e vai para o âmbito hospitalar também tem o envolvimento de outros profissionais e acaba esse cenário sendo muito nevrálgico, muito difícil de se pisar.

Com relação à regulação e o controle, não necessariamente precisa existir registro do produto no país de origem para a ANVISA poder registrar. Isso não torna o país um campo de experimento, muito pelo contrário, mostra o quanto o país vem crescendo e se tornou sim, um campo visível e importante para indústria internacional. O Brasil, hoje, quem acompanha aí o mercado e a discussão econômica, dentro do BRICs, que envolve Brasil, Índia, México e China, e Rússia e China é o país de maior crescimento em torno do mercado, de campo de mercado.

A China, apesar de crescer economicamente três, quatro vezes mais que o Brasil, não é um campo de evidência para indústria. México a mesma coisa, a Rússia idem. Então, o Brasil hoje é um país que está sendo monitorado pela indústria internacional e é um grande campo de comércio. Então, não necessariamente tem que haver o registro no país de origem, para a ANVISA fazer o registro aqui.

Existem regras muito claras para o registro de produtos e materiais e aí, no caso, próteses e órteses junto a ANVISA. Regras essas que, no caso de próteses e órteses exige certificação do produto, ou seja, esse produto tem que ser analisado frente a uma regra estabelecida pela ABNT, ou uma regra ISSO, ou uma regra internacional, não é simplesmente vem aqui e avalia-se um processo de forma cartorial e faz-se um registro. Se tem toda a documentação faz se o registro. Não. O produto tem que ser validado, tem que ser certificado à luz da qualidade.

Como eu demonstrei, por isso eu fiz questão de colocar a missão da ANVISA, nós que trabalhamos com registro de produto para saúde, trabalhamos à luz do risco. O risco de qualquer produto que seja registrado no país e utilizado pela população é o eixo fundamental da análise desses produtos.

Então, nenhum produto será registrado se o risco, ou que gere algum risco eminente à sua utilização no usuário do Sistema de Saúde Brasileiro. Seja ele no público ou privado. Então, no caso de materiais com registro fora, sem registro for do país não há problema, porque a gente possui regras claras.

O que a gente está fazendo para avaliar o que a gente chama de pós-mercado? Fez-se o registro, verificou que no momento do registro aquela prótese ou aquela órte-

se apresentava uma determinada qualidade, a gente vai verificar se no mercado depois de dois, três anos, aquele produto se mantém com as mesmas características. Porque no momento do registro o cara pode fazer a certificação, a empresa pode fazer a certificação está tudo corretamente com qualidade. Daqui a dois anos, com uma quebra de mercado, a tendência e índice de inflação, etc, se utilizar uma matéria prima de baixa qualidade.

A gente vê isso muito em próteses de coluna, em próteses de joelho, na área de ortopedia é muito claro, quando se usa material misto e não titânio puro. Então, a ideia é a gente monitorar essas próteses pós-mercado e não trabalhar só a luz da técnovigilância, porque a tecnovigilância, desde 2002, e aí já respondendo a história da ANVISA, do site é justamente isso, se estabelecer uma regra de análise de evento adverso em o que médico ou serviço deveria informar no site da ANVISA, então de uma forma eletrônica para facilitar a ANVISA o evento adverso.

Acontece que o médico e o próprio serviço têm medo de fazer isso e ele ser penalizado de alguma forma. Porque também tem um dado que a gente sabe que boa parte dos problemas relacionados às próteses não são diretamente vinculados à qualidade prótese e sim a qualidade do procedimento, que é outro problema que não é de responsabilidade somente da ANVISA é de responsabilidade da ANS, do Ministério da Saúde, dos Conselhos de Profissionais, e não só do Conselho Federal de Medicina ou da AMB, mas de todos os outros profissionais que têm envolvimento com a atenção do usuário, naquele momento.

Porque a equipe multi-interdisciplinar é corresponsável por aquele usuário. Então o ato dos profissionais tem que ser monitorado por essa equipe e isso implica no resultado final da utilização, no resultado daquela prótese. Então, todas essas questões, eu acho que são por isso que eu no início eu selecionei que há um tema super nevrálgico de ser lidado e quem vai trabalhar no texto vai ter que pensar em todos esses pontos, para não criar um monstro maior do que ele já é hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço um aparte, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é propriamente um aparte, mas porque se relaciona a todos os expositores, só dizer assim para o Dr. Joselito, a quem eu já conheço também há muitos anos e de muito outros debates, e é um prazer tê-lo aqui. Quer dizer eu até disse assim, não é quem vai trabalhar no texto, nós vamos trabalhar no texto, quer dizer, é bem diferente. Para que o texto esteja de acordo com a realidade, para que esses problemas todos que V. Sa. acabou de colocar estejam de alguma forma previstos.

Por exemplo, uma discussão com o Governo Federal que demore três anos, não pode acontecer. Tem que ser rápido, nós temos que ter prazo de início e de término de debate. Como é que a pessoa vai ter acesso ao doente, dentro da perspectiva da integralidade, como é que ele vai ter acesso a órteses e próteses já consolidadas em nosso país? Porque na verdade existe uma fila de mais, não sei de quanto, mas com certeza mais de um milhão de pessoas em nosso país. Quer dizer, então este é um problema.

Quer dizer esta pessoa que, ou esta empresa que registra e no decorrer do tempo muda o material de acordo com o registro original. Qual que é a pena para esta pessoa? Como é que isto, se já está previsto ou não, temos que perceber, porque nós temos que ter a lei para que a pessoa saiba que ela vai ser apenada criminalmente, se fizer isso. Porque é um prejuízo evidente é a mesma coisa que falsificação de medicamento, você está falsificando de uma certa forma, o equipamento em função do registro original, enfim.

Aquilo que foi dito pelo Dr. Jorge, se tem um sistema de maus resultados, vamos dizer assim, problemas, dificuldades e resultados, quer dizer, se o Poder Público fornece ou a Agência Nacional pode-se perfeitamente definir que é obrigatório. É obrigatório, tem que fazer. E se não fizer o que acontece? Enfim, várias alternativas, vários caminhos podem ser construídos numa discussão que seja conjunta.

Eu peço assim que seja conjunta, porque eu seria a última pessoa a dizer, mesmo em outras situações, já aconteceu com medicamentos excepcionais de alto custo, o Ministério da Saúde tem uma lista. Tem uma lista, mas já faz seis anos que não atualiza a lista e aí como é que fica essa situação? Não é? Quer dizer, não pode... E quando a empresa, vamos dizer, o pessoal fica: "Não, a empresa está fazendo lobby, quer fazer isto e aquilo, não sei o quê mais".

Mas se você tiver regras claras, bem definidas, custo benefício, eficácia, comparação com a atual, Audiência Pública, os especialistas se manifestando a esse respeito. Você cria novos parâmetros para isto, em princípio, salvo melhor juízo. Então, só nesse sentido.

Mas, Sr. Presidente, eu só queria também, me desculpar com os expositores, V. Exª. sabe eu presido a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e sempre presido também, mas só quero dizer que apesar de eu estar me retirando nesse momento, eu vou acompanhar bem de perto e fazer o apelo para que os expositores nos ajudem nesse sentido. Para que possamos construir em várias mãos, se for o caso, se for o caso também não é que a gente tenha que ter

alguma coisa legislativa a esse respeito, se for o caso, se for esta conclusão, a várias mãos para dizer: "Não, se tivermos um texto dessa natureza, isso vai ajudar neste momento", talvez daqui a cinco anos seja outra a realidade e uma lei vai mudando de acordo com o momento histórico em que todos nós vivemos.

Mas nesse momento, realmente, e isso pode ser um avanço importante junto com a participação da Associação Médica Brasileira e junto com a participação do doente, do usuário, do cliente. Porque nós queremos que o cidadão tenha uma vida mais tranquila nesse sentido.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Jorge Luis, eu vou dar um tempo para cada um falar para a gente poder encerrar. Certo? E aí falará. É para o Flávio, o senhor quer falar? Para o Senador Flávio Arns? Então eu vou lhe dar primeiro, depois minutos para cada um para depois...

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: Eu vou ser bem rápido, só que eu acho que não ficou claro qual é a diferença na verdade desse projeto que está sendo implantado em três hospitais, a partir da Câmara Técnica de Implantes da AMB, pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e para o Sistema de Notificação da ANVISA, justamente, a obrigatoriedade.

Nesse três hospitais, sempre que há uma revisão, ou seja, uma troca de uma prótese ortopédica é obrigatório que o médico preencha uma ficha padronizada dizendo qual a razão, enfim, dando os detalhes de qual foi o motivo daquela falha. Que pode ser uma falha no caso, no procedimento médico, pode ser uma falha no material, um desgaste de material e aí, nesse caso, você tem uma visão maior. Era só isso que eu queria complementar.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Dra. Érika quer falar com o senhor, também, Senador. Quer que o senhor ouça, tudo o que for falado aqui, depois vai ser elaborado pela nossa Consultoria e será publicado nesse ciclo de debates do SUS.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Senador, eu posso ser breve, mas eu acho que é importante alguns comentários feitos, que eu acho que é importante eu colocar algumas coisas.

Com relação à fissura de trás para frente, eu acho que é importante ficar claro que, independente da pessoa ser considerada deficiente ou não, pela legislação, que é o que a Acorde(F) vem trabalhando, não é? Nós tivemos o caso da visão monocular, ou mesmo uma pessoa que tem uma deficiência auditiva, apenas unilateral, que não seria considerada pessoa com deficiência para fins de outros benefícios, ela é usuária do SUS e ela tem direito a todo atendimento e ele é feito.

Então um fissurado sendo considerada pessoa com deficiência ou não, ele tem direito a assistência do Sistema Único de Saúde e ela é oferecida. Centrinho de Bauru é um exemplo e nós temos outras unidades também no país para o atendimento dessa população, eu acho que é importante esclarecer isso para os demais também.

Com relação aos valores colocados aqui, também só para esclarecimento. Eu não trouxe o valor total gasto ou investido pelo Ministério da Saúde com órteses e próteses ambulatoriais e cirúrgicas. Eu creio que a Dra. Solange, quando ela traz o dado de 16 bilhões envolve todas as órteses e próteses, procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais.

E aí, diante disso, a minha colocação de 500 a 700 milhões só na parte ambulatorial específica da política para pessoas com deficiência, parecer pouco, mas a questão não é esta, porque de fato para fazer esta comparação nós precisaríamos fazer um levantamento então de todos os procedimentos que envolvem também os procedimentos cirúrgicos, também o fornecimento dos equipamentos órteses e próteses cirúrgicas e os demais procedimentos realizados no SUS, para fazer a comparação com os 16 milhões colocados aqui.

Mais uma colocação que eu acho importante, a decisão por investir em implantação de oficinas ortopédicas, principalmente na Região Norte e Nordeste do país, é que se verificou que nessas regiões existe a dificuldade, muitas vezes, de um serviço privado. Então de uma ortopedia técnica privada, que possa fazer que este é importantíssimo ter esta clareza no caso das órteses e próteses ambulatoriais, que uma pessoa que sofre uma amputação, ela tem uma prótese que ela deve ser moldada, ela deve ser adaptada de acordo com as características individuais dos usuários.

Então as oficinas ortopédicas, não é no sentido de fábricas, de grandes estruturas, mas são locais onde você também faz a adaptação desse equipamentos, seja a adaptação de uma cadeira de rodas, vamos pensar num paciente que tem uma paralisia cerebral e que ele tem posturas muito próprias, ele precisa muitas vezes de que essa cadeira de rodas seja adaptada com espumas com todo... Então é nesse sentido da implantação das oficinas ortopédicas.

Sabemos que essas unidades vão poder comprar muitos dos materiais pré-fabricados, vamos lembrar aqui dos pacientes com hanseníase, dos pacientes com pés diabéticos, que tem que fazer palmilhas e calçados que são realizados praticamente por sapateiros. Então é nessa direção que se propôs a implantação das oficinas ortopédicas.

Eu acho que basicamente é isso e, logicamente, Senador Flávio Arns, Senadores, nós estamos à disposição, como sempre, para os debates que vierem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, doutora. Dr. Valdmário.

SR. VALDMÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Eu acredito Senador, aqui da importância desse debate hoje e a preocupação nossa aqui, eu acho que tem que ser exatamente com a qualidade da prestação dos serviços e com a qualidade do material e das órteses e próteses que vão ser colocados nesses pacientes, tendo em vista que o desenvolvimento das atividades desses pacientes tem que chegar ao melhor nível possível.

Então, a preocupação com o desenvolvimento das atividades desses pacientes que estão procurando uma assistência para melhorar sua qualidade de vida, mas eu não tenho dúvida nenhuma que toda essa discussão vai passar pelo envolvimento, o entrelaçamento entre ANVISA e a Agência Nacional de Saúde, para que, de fato, nós possamos estar inicialmente preocupados com a precificação de tudo isso que chama-se mercado, coibindo as distorções nesse mercado que existe no Brasil.

Até acho, opinião minha, que se um registro de uma órtese ou uma prótese não se efetivou no país de origem, acredito que nós, no nosso país, nós não deveríamos mesmo passando por critérios de qualidade, de inspeção, eu acredito que a gente não deveria estar aqui tratando desse assunto no nosso país, sendo no que país de origem isso não está efetivado ainda. Isso é opinião minha.

As cooperativas de trabalho médico, que hoje congregam em torno de 15 milhões de clientes, Senador, elas se preocupam muito com a qualidade da prestação do serviço médico e dos materiais utilizados nesses nossos clientes. Primeiro, porque a nossa preocupação é estar oferecendo uma saúde de qualidade. E segundo, se a cooperativas começarem a autorizar órteses e próteses de baixa qualidade, nós estaremos pagando um preço muito alto nessa qualidade do serviço que nós nos propomos.

Então, eu penso que o debate inicia-se na origem das órteses e próteses de materiais especiais, tanto os fabricados no país, quando da entrada dele no nosso país, porque essas distorções de preços é que impactam e causam um assédio muito grande em toda essa cadeia.

Então, eu acho o que início de tudo isso em relação ao controle e a cobrança em referente à parte ética, a parte médica, o CFM, a AMB, os Conselhos Técnicos das nossas cooperativas, estamos preocupados e vamos criar cada vez mais mecanismos dentro da cooperativa de estar autorizando procedimento e cobrando procedimentos éticos e materiais de qualidade.

Mas o início é o combate a essas distorções de preços praticados no mercado, que causam um transtorno nessa cadeia desde o inicio até o fim.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Valdmário. Com palavra a Dra. Solange Palheiros.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIROS MENDES: Esse nosso tema é quando o Jorge falou que é complicado, das dificuldades é realmente, eu acho que é esse o mote de toda a nossa discussão.

Agora, com relação à questão do controle da regulação e que foi citado pelo Joselito, quer dizer, na área de medicamentos se tem um relativo controle no país, mas na área de materiais não se tem dos correlatos, não se tem.

Como se fazer uma regulação nessa vertente dos materiais? Não sei, esse é o nosso desafio. Agora, o trabalho da ANVISA em medicamentos, ele é um trabalho que traz bastante, vamos dizer assim, conforto na operação. Ter preço máximo ao consumidor, não significa que até significa um certo guarda chuva, é melhor como que não se ter informação nenhuma na nossa área de materiais. Não se tem parâmetro para negociar.

Então informação, eu acho que é a pedra de toque para se começar a ter uma certa não vou dizer regulação não, mas se começar a se promover ações mais racionais dentro desse setor, falta informação. Então, o que e se puder ter de informação de mecanismos de procedimentos que legalizem e que imponham essa publicidade dessas informações é importante.

A ANVISA tem algumas resoluções, que ela não consegue dar efetividade, ela não consegue implementar porque não é cumprido. Aquela resolução de registro de renovação de registro, de registro de produtos que tem que trazer informações econômico financeiras, não é atendida. Talvez precise de uma Lei Ordinária? Não sei, a resolução ela não vem sendo cumprida por parte dos fornecedores.

Eu vejo que nessa regulação ou na lei, se tem três áreas de atuação: uma é qualidade, a outra é o custo efetividade, porque ele pode não trazer risco, mas ele tem um custo tão acima que não justifica ele estar sendo comercializado. Certo? É aí os estudos do custo de afetividade e a relação de ter informação de preço mesmo. Para se poder selecionar, quer dizer, cada um ao comprar ter essa capacidade.

Foi dito que no sistema público e o privado se tem cinco vezes mais, muitas vezes, é o preço praticado no setor privado. Eu diria que dentro de uma própria operadora, ela sofre vários níveis preço em função do distribuidor. Ela é obrigada a ressarcir um determinado valor num estado para um determinado prestador e é

obrigado a ressarcir um outro valor em outro estado, porque tem um outro distribuidor para aquele prestador de serviço.

Quer dizer, essa esquizofrenia se vive dentro das próprias operadoras, por quê? Em função da distribuição, quer dizer, de como está organizado esse sistema no país. Como é que está organizado? Quem é que dá autorização de representação no país? Não é a legislação é o fornecedor lá fora é o fabricante lá fora quem autoriza os distribuidores, os representantes aqui, e eles, por sua vez, os distribuidores. Quer dizer, há todo um emaranhado de relacionamentos aí, que talvez possam ser melhor regulados.

Na questão da ANVISA, eu acho o seguinte, ela é limitada em termos de competência. A agência tem a competência de regular as operadoras dos planos privados de assistência à saúde, não tem competência para regular prestador e tal, e ANVISA, por sua vez, ela regula na medida do risco. Quer dizer, essas outras questões de custo efetividade, nada disso é atribuição da ANVISA. Talvez ampliar a competência da ANVISA ou instituir uma outra entidade que possa ter a competência para esse tipo de regulação.

E com relação a essa questão do material sem registro no país de origem, eu acho que o trabalho da ANVISA, eu sou uma fã incondicional da ANVISA, já acompanho há algum tempo o trabalho deles principalmente na área de medicamentos, e não há nenhuma critica a isso, mas o Brasil é o segundo maior setor privado de saúde. Quer dizer, nós somos aqui um campo muito, um campo de comércio? Somos sim. Mas por quê? Porque o sistema de saúde suplementar aqui incentiva e alimenta, nós somos o segundo mercado privado.

Então, eu acho que tem que ter cuidado, não é que o fato de não ter o registro no país de origem já se caracterize como uma vedação aqui ao registro nacional, mas é de chamar a atenção. Por que não tem lá fora e tem aqui? Então, eu acho que são questões no nosso país, que a gente tem que ter muita atenção.

E mais, os nossos recursos, pior, somos um país ainda de má distribuição de renda, recursos escassos, não vou dizer que somos um país de terceiro mundo, mas estamos conseguindo extrapolar essa fase, mas estamos longe de ser um país rico. Então, a questão do custo é uma preocupação sim, para que mais pessoas possam ser atendidas.

E a questão de materiais, eu diria que a gente tem que começar por dar informação. E para ter informação tem que primeiro codificar, saber de quem a gente está falando. Itens ortopédicos têm mais de 40 mil itens, como é que se compara? Como é que se vê preço? Como é que se seleciona? Essa é a dificuldade. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Solange. Com a palavra o Dr. Joselito Pedrosa.

DR. JOSELITO PEDROSA: Eu vou procurar falar menos dessa vez, Senador.

Com relação ainda aos registros aqui no país e de produtos que não são registrados no país de origem, uma das questões que eu me defrontei quando eu cheguei ANVISA está ligado a certificação de boas práticas de fabricação, a partir da resolução agora de 2009, da 24. 24 e 25. Acontece que boa parte dos produtos, hoje, não tem fabricação em um único país e nem em uma única planta. Esse é o detalhe básico.

Então, às vezes, um produto que tem o seu escritório, que a gente chama legal, dentro da Suíça, mas pedaço do produto é fabricado numa planta na Alemanha, outro pedaço na Inglaterra e dentro da Finlândia vai lá um e junta todos esses pedaços num único produto. Então, não necessariamente esse produto tem que estar registrado no seu país de origem legal, porque a fabricação dele pode ter várias plantas reais. Então existe essa divergência também.

Então às vezes o produto está dizendo que de origem Alemã, mas o produto não é fabricado integralmente na Alemanha, ele é fabricado em várias plantas espalhadas pelo mundo, porque o mercado se deu dessa forma, por incentivo financeiro, por custo, diminuição de custo, então, não se dá a fabricação mais de um produto em um único local. São poucas as fábricas hoje que trabalham com produtos para a saúde que se trabalha desse jeito.

Existe por exemplo, na área de terapia renal substitutiva, uma possibilidade de uma indústria se fixar no país, uma grande indústria na área de máquinas de hemodiálise se fixar no país, simplesmente, para montar os pedaços da máquina aqui e distribuir isso.

Onde é que está o registro dessa máquina? Isso vai estar aqui no Brasil, não vai estar metade nos Estados Unidos, metade no Canadá e metade dá na Inglaterra. Então faz parte desse cenário, não é só simplesmente, não é registrado no país de origem legal a gente não acata aqui é por causa dessa condição de fabricação de condição de mercado também, além de tudo que eu já disse em relação à qualidade e os critérios que se usa para registrar produtos junto a ANVISA.

Uma outra questão que eu acho que tem que esclarecer que a gente, à luz do que foi citado aqui da necessidade de regular esse setor, existe uma reunião marcada para o dia 23, desse mês, com a participação da, se não me engano, da AMB, da Fenasaúde, com participação da ANS para discutir justamente isso: Como é que a gente vai regular o mercado?

A RDC 158 não foi efetivada, como fazer para que essa RDC seja efetivada? Sozinha a ANVISA não consegue fazer isso, ela precisa dos seus parceiros ou dos entes envolvidos com saúde no país para que ela seja efetivada.

Então já tinha marcado, ficou até uma coisa muito próxima essa reunião para o dia 23 com o envolvimento não só da minha área, mas com a área de regulação de mercado, o Noren(F), que é quem está coordenando esse processo.

Fora disso, a gente vem trabalhando no que a gente chama de harmonização de nomenclatura. Não se dá para ir, eu concordo com a Dra. Solange, não dá para regular mercado se não existir harmonização de nomenclatura, porque uma prótese auditiva aqui tem um nome no Brasil. Lá na Inglaterra, onde se fabrica tem outro nome, na sua distribuidora nos Estados Unidos tem um outro nome. Então tem a necessidade de se harmonizar isso até a luz do regulamento do Mercosul. Então, a gente vem trabalhando na harmonização de nomenclatura, que vai subsidiar esse trabalho da 185.

Para fechar então, só agradecer o convite, e colocar a ANVISA a disposição para qualquer outra discussão que envolva esse tema, porque eu acho não vai acabar aqui. E nem considero que esse é o início de nenhum processo, quer dizer, está dado, como disse a Dra. Érika, os usuários têm o direito a ter o procedimento, a ter o produto e a ter a assistência de qualidade.

Então, novamente agradeço o convite e coloco a ANVISA a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Joselito Pedrosa.

A Comissão de Assuntos Sociais agradece a presença de todos. Eu gostaria de registrar também a precisa presença do Dr. Elias Miziara, Fernando Miziara, que é Diretor de Comunicação da AMB. E, também, patologista que têm alunos distribuídos por todo esse Brasil. A Dra. Solange Palheiros Mendes, Diretora Executiva da Fenasaúde ao Dr. Joselito Pedrosa, Gerente-Geral de Tecnologia de produtos da saúde da ANVISA. A gente botar mais coisa nas costas da ANVISA, eu acho que eu discordo, só se aumentar mais o efetivo de trabalho, que a ANVISA já tem muito trabalho.

Dr. Valdmário Rodrigues, Diretor de Integração das Unimeds do Brasil. Dr. Jorge Luis Cunha Carvalho, Especialista em Regulação da ANS. Dra. Érika Pisaneschi, Coordenadora da Área Técnica da Pessoa de Deficiência do Ministério da Saúde. E agradecer a presença de todos os Senadores, de todos os senhores e de todos os Assessores.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 11h30.

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos, do dia oito de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, LOBÃO FILHO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO E PATRÍCIA SABOYA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Às onze horas e trinta e dois minutos, o Senador João Durval assume a Presidência. Passa-se a apreciação das matérias**. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 698 DE 2007.** "Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências." **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini**. Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 01 – CAE/CAS.** Às doze horas e quatro minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. O Senador Eduardo Suplicy registra seu voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 698 de 2007. **ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216 DE 2007.** "Permite que o trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP." **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Efraim Morais. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a redação conferida pela CDH. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 01, 02 e 03 – CDH/CAS, por 09 (nove) votos favoráveis. ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340 DE 2004.** "Altera o art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.52, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração." **Autor:** Senador Aloizio Mercadante**. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176 DE 2004.** "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha,

pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências." **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Inácio Arruda. Parecer: Pela aprovação do PLS nº 340 de 2004 e do PLS nº 176 de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo por 11 (onze) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282 combinado com o art. 92 do RISF. ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84 DE 2009.** "Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso." **Autor:** Deputado Hermes Parcianello. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523 DE 2003.** "Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural". **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo por 10 (dez) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282 combinado com o art. 92 do RISF.** A Senadora Lúcia Vânia registra voto favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 84 de 2009. Às doze horas e vinte e cinco minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69 DE 2008.** "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos." **Autora:** Senadora Marisa Serrano. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo da CE, com uma Subemenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo com a Subemenda nº 02 – CAS, por 10 (dez) votos favoráveis. A matéria vai a turno suplementar conforme o art. 282 combinado com o art. 92 do RISF**. Às doze horas e vinte e oito minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. Às doze horas e trinta minutos, o Senador Paulo Paim assume os trabalhos. **ITEM 09 – AVISO Nº 102 DE 2007 (2ª AUTUAÇÃO – CAS).** "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)." **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Pelo conhecimento das providências adotadas sobre o processo fiscalizatório do programa na área de saúde e do bom e regular emprego dos recursos públicos e pela remessa do processo ao arquivo. **Resultado: Aprovado o Parecer.** Às doze horas e trinta e quatro minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. **ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511 DE 2007.** "Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados." **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Roberto Cavalcanti**. Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.** Às doze horas e cinqüenta minutos, o Senador Paulo Paim assume os trabalhos. **ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104 DE 2007.** "Dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades." **Autor:** Deputado André de Paula. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer Favorável nos termos da Emenda nº01 – CAS (Substitutiva).** Às doze horas e cinquenta e oito minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. A Presidente comunica que o Item 03, Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2009, fica retirado de pauta a pedido do relator, Senador Augusto Botelho, e o Item 11, Emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 353 de 2003, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108 de 2004, fica retirado de pauta a pedido do relator, Senador Efraim Morais. O Item 07, o Item 10 e o Item 12 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Paulo Paim, Marcelo Crivella, Rosalba Ciarlini, Efraim Morais, Lúcia Vânia, João Durval, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy e Jayme Campos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Como esta sessão é deliberativa, nós temos projetos da mais alta importância na área social, ligada a profissões, ao apoio à criança, à infância e nós gostaríamos de convocar, inclusive, os Membros da Comissão que ainda estão ausentes, para que se façam presentes, já que temos muitos projetos importantes, inclusive terminativos que dependem de quórum.

Gostaria, aqui, de pedir ao Senador João Durval que assuma a Presidência, já que o primeiro projeto que vamos analisar é o de número 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 698, que cria o "Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física", PRONEI, e dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil. Esse projeto é de autoria da Senadora Patrícia Saboya e a Relatora, como eu sou a Relatora, eu peço ao Senador João Durval para que venha assumir a Presidência. Gostaria também de dizer que o trabalho que desenvolvemos esse semestre, já temos 95 matérias apreciadas, sendo, 59 requerimentos e promovemos 18 audiências públicas. No final, na próxima semana, faremos uma avaliação total do trabalho. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Projeto de Lei do Senado, nº 698 de 2007. "Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, dispõe sobre o financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências." Autora a Senadora Patrícia Saboya. Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer pela aprovação do projeto com a emenda de nº 1, da CAE. Observação: em 26/5/2009, a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, aprovou Parecer favorável com a Emenda nº 1, CAE. A matéria irá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador João Durval. Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar a autora, a Senadora Patrícia que colocou, através de um projeto, com certeza o que muito pensamos e ela teve essa iniciativa, de conseguir ter o mecanismo, formas de realmente levar oportunidade para todas as crianças brasileiras de ter esse direito maior, de que o seu potencial, sua inteligência, o seu desenvolvimento, que é a fase mais importante para o desenvolvimento da criança, é a fase onde a criança realmente ficará com marcas que nós queremos positivas para o conhecimento, para o saber, para engrandecer cada vez mais sua vida através da educação e formar um cidadão de bem. Um cidadão que tem, e comprovado por pesquisas feitas pela UNICEF, de que as crianças que tem oportunidade de ter creche, educação infantil, claro, de qualidade, não podemos ter depósitos de crianças, mas creche e educação infantil de qualidade, com uma equipe multidisciplinar que vê não somente o lado do aprendizado, do estimulo ao aprendizado, mas também o lado do acompanhamento de todo o desenvolvimento psicomotor dessa criança; está comprovado que esses adultos, essas crianças na fase adulta se transformam em pessoas com uma cultura de paz. Então, o que é que nós queremos? Um mundo mais justo, um mundo de paz.

Então nós que temos a responsabilidade de estarmos nessa Casa, analisando projetos da mais alta envergadura, da mais alta importância social, como esse da Senadora Patrícia Saboya; temos que pensar nesse futuro. Muitos projetos que chegam tem uma ação, vamos dizer assim, imediatista, mas nós temos que saber que a criança precisa sempre de uma atenção especial. A educação, para que ela seja, realmente, de qualidade, ela tem que começar desde os primeiros passos. Os primeiros passos da criança que já sejam nesse caminho seguro da educação.

Então, por isso, desde já dizendo isso, todos já sabem que eu sou totalmente favorável a esse projeto, que considero o mais importante, porque no Brasil, nós só temos 17% das nossas crianças tendo acesso a educação infantil e a creche. E esses 17%, pasmem, dos 17%, menos de 10% são de crianças de baixa renda.

As pessoas que têm condição podem muito bem pagar uma creche, uma escola infantil, um jardim da infância como eu fiz com os meus filhos, como... Os meu netos estão tendo esse direito. Mas as pessoas que vivem com um salário pequeno, que têm, muitas vezes, para comer, apenas um Bolsa Família, esses precisam também e tem direito, porque toda a criança, todo o ser humano é igual perante a lei. Então esse direito tem que ser universal e quantas inteligências, quantos nós já perdemos, quantos deixaram de ser grandes homens e grandes mulheres porque não tiveram essa oportunidade de receber, desde pequenininho, o encaminhamento seguro e aí se descaminharam pelas dificuldades, pelas intempéries, pelos obstáculos que encontraram na vida, por caminhos que nenhum de nós queremos.

Então eu considero esse projeto fundamental, porque ele cria condições de que o Governo Federal, os governos possam ampliar, de maneira segura, as políticas públicas voltadas para a educação infantil, atendendo as crianças de seis a... até seis anos. E por falar em seis meses, como nós também, eu e Patrícia sempre fomos defensoras da licença-maternidade de seis meses, principalmente as mães que trabalham sabem o quanto é difícil você, com uma criança pequenininha, ter que deixar seu filho ainda no momento que ele está precisando, que é fundamental ser amamentado, porque a licença-maternidade era apenas de quatro meses, a Senadora Patrícia,

por uma luta, um trabalho muito grande, ela conseguiu o projeto de seis meses para as empresas, que é o Projeto Iniciativa Privada. Isso aí já foi um grande avanço. E quando eu cheguei, a Senadora Patrícia já estava com esse projeto e aí nos somamos. Eu apresentei uma proposta de emenda à Constituição, já pegando, vamos dizer assim, pegando carona no projeto da Senadora Patrícia, que conseguiu aprovar, e foi o grande passo, a grande discussão que mostrou da importância de que ter licença de seis meses não vai prejudicar o Brasil economicamente; muito pelo contrário, vai fazer com que as trabalhadoras sejam mais produtivas, mais felizes no seu trabalho, porque estão apoiando a sua criança.

Então eu fiz essa proposta de emenda à Constituição, que já foi, inclusive, aprovada aqui no Senado, em todas as Comissões e que agora encontra-se na Câmara e que, tomara a Deus, seja aprovado, porque aí não serão apenas as trabalhadoras de empresa, mas todas as mulheres brasileiras, aquelas que estão no campo, que estão nas cidades, que são de órgãos públicos. Até porque, Senadora Patrícia, já existe com esse trabalho que a senhora iniciou, que nós fazemos, já por lei Municipal, muitas prefeituras já estão dando esse direito, e também Governos do Estado, direito de seis meses. O Senado, as trabalhadoras do Senado também já tem esse direito. Então está, vamos dizer, uma onda crescente, onde todas nós nos somamos para que possamos ter esse direito assegurado à nossa criança.

Mas aí, veja que processo importante, uma coisa liga a outra. A licença-maternidade de seis meses, a criança vai ser mais saudável, vai ter todo aquele apoio, não somente nutricional, mas também o apoio psicológico importante, psíquico, que é o apoio afetivo da sua mãe pertinho. Mas, aos seis meses, essa mãe volta a trabalhar e aí? Ela tem que colocar essa criança numa creche de qualidade.

Ela tem que... sua criança ser bem tratada, daí porque esse projeto também tem esse lado que é fundamental para as trabalhadoras, o projeto PRONEI, que cria as condições para que as trabalhadoras possam também ter o espaço para deixar suas crianças.

E, assim, todas as mães brasileiras, todas as famílias e o que vale nesse projeto é que nós estamos, realmente, aqui, tratando de quem precisa ser o rei, de quem precisa ser tratado realmente com prioridade, que é a nossa criança. Então que sejam as nossas crianças os reis do Brasil, reis e rainhas do Brasil e que eles sejam sempre em primeiro lugar.

Então eu gostaria, aqui, só de fazer alguma análise do relatório que, como os senhores já devem conhecer, é o projeto de lei PLS nº 698, de 2007, que já foi bastante debatido, a Sociedade de Pediatria Brasileira debateu esse projeto, foi auxiliar na sua apresentação, nas propostas que foram apresentadas, ele tem o apoio, também, de várias entidades filantrópicas, entre elas também a entidade que, no Rio de Janeiro, tem na sua... Tem o apoio do Chico Buarque, que também mostra sua marca social; não foram só as suas músicas que nos despertaram tanto para a liberdade, a defesa dos direitos humanos, mas ele está também contribuindo com esse futuro para o Brasil, e também a atriz Maria Paula, Casseta e Planeta, que também está sendo, vamos dizer assim, uma grande incentivadora e divulgadora. Eu acho que esse projeto tem que ser de todos os brasileiros. Eu citei aqui dois ilustres brasileiros que tem uma presença muito grande de condição, por serem artistas, de estarem em contato, de transmitir à população, mas todos nós, Senadores, professores, médico, todos, e principalmente as mães e os pais brasileiros.

Então, queria aqui... tem o art. 2º e 3º. O programa presta-se a estruturar e fazer funcionar unidades de educação infantil, públicas e privadas, sem fins lucrativos, gratuitas em regime de tempo integral, com vistas a garantir proteção à criança com idade de seis a seis meses incompletos. Dos arts. 4º e 5º, trata-se dos padrões mínimo para a construção ou reforma e funcionamento de unidades do PRONEI. Já os arts. 6º e 7º confere prioridade de financiamento às unidades localizadas em comunidades da baixa renda, de acordo com critérios do Ministério e das Secretarias de Educação. Isso aqui foi importante para que esse projeto, os recursos não fiquem centralizados apenas nas regiões onde há o maior poder aquisitivo. Chegue ao Nordeste, chegue ao Norte, as cidades mais carentes, onde realmente essa criança ainda está mais desassistida.

A proposta pelo art. 8º, a construção é que parte e reforma de unidades de educação infantil pública e privada sem fins lucrativos, e também aquisição de terrenos para a construção de unidade, serão financiadas por intermédio de programa criado com esse objetivo específico.

No art. 18 º do PLS, envolve disposições concernente aos contratos de operacionalização do PRONEI ao pessoal exigido para cuidar das crianças e a fiscalização do programa, notadamente da aplicação dos recursos. A propósito, de acordo com o art. 19, as fontes de recursos do PRONEI são as seguintes: fundo de garantia do tempo de serviço, regulado pela lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a quem cabe os financiamentos para a construção, reformas de equipamentos. Isso aqui é importante: o fundo de garantia tem sido utilizado por mais diversos programas. Não vale, aqui, nós avaliarmos o mérito, se mais ou menos importante, mas esse tem uma importância fundamental, porque vai para as crianças dos trabalhadores, para os seus filhos. Então, realmente é um benefício ainda maior ao trabalhador.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, FUNDEB, responsável pela manutenção das unidades de ensino. Como já existe, nós precisamos apenas lutar para que os recursos destinados à educação infantil, dentro da avaliação que é periódica do FUNDEB, eles possam ser ampliados. Para viabilizar a utilização do FGTS, o projeto altera o art. 9º da lei nº 8.036/1990, de modo a garantir o acesso aos recursos do fundo para construção e equipagem de instituição de educação infantil.

No caso do FUNDEB, acresce parágrafo ao art. 9º, da lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, de forma a assegurar que, nos seis primeiros meses, as unidades do PRONEI funcionarão com recursos distribuídos de acordo com previsão de atendimento. O PLS, nº 698, de 2007, foi distribuído para análise das Comissões de Assuntos Econômicos; aprovado. Agora está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais e daqui seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como decisão terminativa. Após esses esclarecimentos e a posição que todos já sabem, favorável, solicitando aos Srs. Senadores que o aprovem por unanimidade, na sua íntegra, porque se houver alguma alteração, teremos problemas na sua tramitação. Da forma que está, ele será aprovado, aprovado nesta Casa, irá para a Comissão de Educação, e aí será terminativo; alguma alteração, ele terá que tramitar pela Câmara, o que, nós sabemos, haverá mais perda de tempo. E cada minuto que nós estamos perdendo nessa questão, nós estamos perdendo, com certeza, um grande homem e uma grande mulher no futuro, que é a nossa criança. Então é esse o meu parecer e o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Está em discussão...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Vai discutir...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Tem a palavra a autora, Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente Senador João Durval, minha querida amiga, Senadora Rosalba; amiga e parceira de tantas luta.

Eu quero simplesmente, hoje, só lhe agradecer. Agradecer pela sensibilidade, pela compreensão, por ter sido, desde o início, favorável e entusiasmadamente defendendo o projeto, e qualquer um de nós percebe que V. Exa. nem precisou ler o projeto, porque V. Exa. já ele na sua cabeça e certamente no coração.

Então, para mim, é um momento de muita satisfação ver a Presidente dessa Comissão, que eu também já tive o privilégio de presidir, se sentar ao lado para relatar um projeto dessa natureza.

E eu quero, Senadora, Presidente Rosalba, eu quero, aqui, só me manifestar também em relação e dar a César o que é de César, a autoria desse projeto. Na verdade, isso é a continuidade, como V. Exa. disse, do projeto da licença-maternidade, que foi um projeto elaborado, pensado, trabalhado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

E hoje, nós estamos aqui com a presença do Dr. Dioclécio, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e um homem de um coração gigantesco e um entusiasmo enorme, principalmente pela infância. E foi dessa cabeça, mais uma vez, que surgiu um projeto como esse; na verdade, da sua autoria, e na confiança do trabalho que eu venho realizando ao longo da minha vida em defesa de crianças e adolescentes, me deu a honra de, aqui, poder ser autora desse projeto. Na verdade, como eu disse, é a continuação da licença-maternidade, aos seis meses, a criança, depois de ser amamentada, terá uma creche, um local seguro aonde poderá desenvolver seus conhecimentos, sua aprendizagem, aonde poderá receber os estímulos tão necessários para o seu desenvolvimento muito mais saudável.

Quero dizer que a licença-maternidade já foi essa conquista, uma conquista muito grande e uma luta muito grande. Hoje, mais de cem municípios já tem a licença-maternidade e 15 estados também já concederam a licença-maternidade. Com o projeto da Senadora Rosalba, se aprovado com a graça de Deus, nós teremos, talvez, uma das maiores conquistas para as mulheres brasileiras.

Então eu só tenho, hoje, a agradecer, V. Exa. já explicou da forma mais cuidadosa e carinhosamente esse projeto, que é o PRONEI, que cria a educação, um projeto que cria, na verdade, as condições necessárias para que o Brasil possa ter creches e abre mais uma brecha, mais uma porta para o financiamento dessas creches, que é o FGTS. Nós estamos, então, alterando o FGTS que, hoje, é uma lei, hoje só permite a construção de moradia e o saneamento básico e estamos colocando também para a construção, que como V. Exa. disse, apenas 17% das crianças de zero a três anos no Brasil tem acesso a creche. Isso, na verdade, é um crime que nós cometemos. A nossa omissão é um crime que cometemos, porque está comprovado cientificamente que as crianças precisam de todos os estímulos necessários, pelo menos até os seis, sete anos de vida, que é quando o seu cérebro praticamente cresce. Aos seis meses é o momento que ele cresce com mais velocidade, mas até os seis anos, todas essa informações, a personalidade, o caráter, tudo isso é definido. Portanto, há a urgência de se aprovar um projeto dessa natureza.

E eu quero, aqui, publicamente, agradecer mais uma vez ao Dr. Dioclécio, que passou a ser um amigo carinhoso, um anjo da guarda das crianças brasileiras. Muito obrigada, Senadora, pelo seu relatório, muito obri-

gada de todo o coração. Você não imagina como isso está sendo importante para mim, hoje. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, para falar sobre o assunto.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador João Durval, primeiro parabenizar essas duas extraordinárias Senadoras, a Senadora Patrícia, autora do PL 698, e a Senadora Rosalba, que relata e relata, como acabamos de ver e ouvir, com o coração. Eu sei que é um projeto que parte do coração delas e que, com certeza, cabe a nós, Senadores da República, a dar total apoio ao Programa Nacional de Educação Infantil, através desse PL que destina, como ela próprio colocou, a expansão rápida e o funcionamento qualificado de creche para a escola.

E a questão do FGTS, Senadora Patrícia, eu acho que é a posição mais sábia e mais importante desse projeto. Porque nós temos recursos do fundo de manutenção, desenvolvimento e valorização de profissionais da educação básica, que é o FUNDEB, mas temos que buscar mais recursos, que o programa é muito importante. E pela própria estatística, pela justificativa, V. Exa. coloca que as mães e pais tem direito de manter seus filhos em segurança enquanto trabalham. E nós temos observado quantas crianças não perderam a vida, exatamente por falta dessas condições. É lamentável que apenas 17% das crianças brasileiras entre zero e três anos tenham acesso à creche. E quando a renda cai, quando você chega a menos de um salário mínimo, é insignificante o número dessas crianças, que vai, no máximo, a 10%.

Então eu quero me congratular e antecipar o meu voto favorável a essa matéria, concordando com a forma que V.Exa. encerra o seu folder, ao dizer que o projeto é uma porta aberta para envolver o Poder Público e a sociedade civil na proteção à infância. Todos que têm esse compromisso podem contribuir. E esta instituição, este Senado Federal, com certeza tem esse compromisso e lhe dará apoio, aqui, em qualquer outra Comissão e no Plenário. Parabéns, Senadora Patrícia, parabéns Senadora Rosalba. E eu aproveitaria, Presidente, já para antecipar, para ganhar tempo, eu sou Relator de um projeto de lei, é o Item 11. Para se ganhar tempo, eu queria pedir a retirada de pauta, na condição de Relator. Então, na condição de Relator, eu peço a retirada de pauta do Item 11.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Presidente. Eu queria só, também, na mesma linha, fazer um apelo à mesa, para que eu pudesse pedir vista ao Item 3. Um ex-Constituinte, o Deputado Federal Hermes Zanetti, que preside a Câmara Setorial do Vinho, fez essa solicitação e eu convidarei, também, o Senador Cristovam, para que eu e ele possamos ir lá, no dia 04, na Câmara Setorial. Eles querem apenas apresentar algumas sugestões na linha de aprovar o projeto com alguma proposta que, no meu entendimento, vai aprimorar ainda. Nesse sentido, eu gostaria de pedir vista do Item 3.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Qualquer pessoa pode fazer. O Relator é Augusto Botelho. V.Exa. pode pedir vista após a leitura.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com a palavra... Eu vou terminar. Um momento. Nós vamos à votação.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então vamos votar o projeto. É isso que eu ia pedir para V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu vou terminar, não é? Em discussão, não é? Em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para... Posso discutir?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Pode...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não. Por favor, se V. Exa. quer... Senador, faça o favor.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, para ser bem breve, eu queria apenas manifestar aqui a minha satisfação de participar-–

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Senador Jayme Campos. Após, o Pastor Crivella.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria só manifestar o meu contentamento e a minha alegria de participarmos, hoje, da Comissão de Assuntos Sociais e ter a primazia de votar o projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya, como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini. Eu não tenho dúvida alguma, Senadora Patrícia, que V. Exa., durante até a minha passagem aqui, que por dois anos e meio que estou nessa Casa aqui, todos os seu projetos são projetos de interesse e, sobretudo, de caráter social. E projetos como esse aqui, não tenho dúvida alguma, tem que ter a participação de toda a classe política e de toda a sociedade civil organizada, na medida em que, eu não tenho dúvida, de que só seremos um país de igualdades sociais, sobretudo, e que nós poderemos ter uma juventude realmente sadia e, acima de tudo, civilizada, é com projetos como esse aqui. Na medida em que as crianças, nessa faixa etária que V. Exa. expressou bem aqui, através do seu projeto, terá oportunidade ímpar de freqüentar as creches. Lamentavelmente, pelo que

me consta aqui, nas informações do seu projeto, se não leva, parece que quase 17% ainda das crianças, a nível nacional, não tem acesso às creches.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Só 17% tem acesso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só 17% tem, melhor dizendo. 83% não tem acesso. Eu acho que o mínimo que o Poder Público tem que oferecer é creche, a Pré-Escola às nossas crianças, para que possamos ter, com certeza, uma criança, realmente, como crianças de países de primeiro mundo, que você tem a oportunidade de acompanhar, nos países do primeiro mundo têm acesso. E aqui no Brasil, lamentavelmente ainda são poucos, eu acho que é um privilégio aquelas que tem esse acesso.

Portanto, eu quero manifestar aqui, realmente, os meus cumprimentos, tanto a V. Exa., a autora do projeto, como a Senadora Rosalba, na certeza de que projetos como esse é que nós vamos buscar um país melhor, um país mais justo, um país com mais oportunidade, com mais justiça social e, sobretudo, com mais cidadania. Só vejo dessa forma. Portanto, eu espero que esse projeto, saindo aqui da CAS, nós possamos, já, rapidamente aprovar no Plenário da Casa e tornar-se, de fato, uma realidade em prol das crianças brasileiras.

Para concluir, além de cumprimentar essas valorosas Senadoras da República, Patrícia e a Rosalba, eu queria pedir a V. Exa., tendo em vista a retirada de pauta aqui do Senador Efraim Morais e do próprio Senador Paulo Paim; se possível, eu gostaria de incluir na prioridade, no Item 14 da pauta, que é o projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella e que nós somos Relator, se possível... V. Exa. me pediu para retiro de pauta, não pediu? É outro? Então está bom. Mas, de qualquer forma, está feito o meu pleito. Se possível, eu gostaria de relatar esse projeto muito interessante do Senador Crivella, que é de fundamental importância, sobretudo, para aqueles que dependem da sua aposentadoria, para sua [ininteligível].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas é o [ininteligível] que tem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se for colocado uma inversão de pauta do 13, eu me comprometo, já que temos quórum adequado, fazer o relatório em três minutos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Eu gostaria, aqui, de sugerir ao Presidente, o Senador João Durval, que essa inversão aconteça; o 13 seja logo votado, a seguir o 14.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu vou relatar também o do Paulo Paim. É tão importante quanto o 13.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas é porque é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 13 não é meu, eu quero agradar ao autor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós estamos agora com quórum para terminativo, vamos votar o PRONEI rapidamente, para começar os terminativos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Isso, vamos aproveitar o quórum.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São apenas três terminativos. Aproveitar o quórum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 13 nem é meu, viu? Eu só quero ajudar aí.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador João Durval, eu serei brevíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não posso deixar de consignar, aqui, o meu aplauso, a minha gratidão, apreço e admiração por esse trabalho da Senadora Patrícia, que vai de encontro a sua linha de atuação nessa Casa, há quase sete anos, sempre foi uma defensora da infância. Eu acho que... Queira Deus que esse projeto seja aprovado na Câmara e que seja sancionado pelo nosso Presidente, porque lá na sua terra, na Bahia, em Irecê, eu tive a oportunidade – vivi dois anos lá – de trazer 500 crianças de zero a seis anos para a escola, de povoados pobres ali, ao redor de Irecê, e verifiquei, na prática, como crianças que têm escola integral, café, almoço e janta, podem tomar banho na escola, acesso a uma piscina, a um computador, como é que elas desenvolvem. E vi isso, Sr. Presidente, porque na casa delas – eu não podia levar todos os irmãos – ficaram para trás alguns, então o cabelo, os olhos, as unhas, a pele, a estatura, é tudo diferente. A esperteza, a maneira de responder... E com esse projeto da Senadora Patrícia, queira Deus que nós possamos dar as crianças pobres do Brasil uma infância melhor.

Parabéns, Patrícia. Tem todo o nosso aplauso, eu sei que a comunidade do Rio de Janeiro, liderada por dois grandes artistas que foram padrinhos do seu projeto, o grande compositor Chico Buarque e a nossa musa da televisão e das artes cênicas, das artes cômicas, que é a Ana Paula... Maria Paula, perdão, já expressam a alma do povo carioca completamente comprometida com seus ideais. Parabéns.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Muito obrigado. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do projeto de lei do Senado, nº. 698, de 2007, com emenda nº. 1, da CAE(sic).

Não havendo quem queira mais discutir, eu declaro aprovado o Parecer favorável ao PLS 698 de 2007, com a Emenda nº01-CAE/CAS. E encerrando, eu gostaria também...

[palmas]

Antes de passar, aqui, o lugar para a nossa Rosalba, eu gostaria de dizer que fiquei encantado com o que ouvi aqui da nossa querida Senadora Rosalba e da nossa querida Senadora Patrícia. Foram... Ambas se conduziram, se pronunciaram de acordo com o que devemos fazer neste país. A educação é a base de desenvolvimento de qualquer povo e a educação tem que começar com a creche. Parabéns as duas.

Eu passo a direção dos trabalhos à Sra. Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo quórum...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto favorável ao projeto relatado pela... que é da Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E que a Senadora Patrícia deu parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V.Exa. será atendido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O seu voto já está registrado. Eu queria que só--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Senador tem uma justificativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ele está aqui, porque a madrinha, que é a Maria Paula, é a sua nora.

[risos]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então essa é a sua justificativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, Senador.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ela tem sido uma grande mãe, uma maravilha, e eu queria agradecer publicamente, também, por tudo que a Maria Paula tem feito pelas crianças. Não é só esse projeto, não foi só a licença-maternidade, mas por tudo que ela representa no carinho e no amor pelas crianças.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, eu agradeço muito. Eu estava na argüição, na CCJ, e participando lá, então... Mas fiz questão de votar aqui o projeto, Sra. Presidente. Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador, pela sua presença e queremos que o senhor aguarde só um instante, que nós temos dois projetos terminativos que é fundamental que o senhor esteja presente. Se o senhor nos deixar, nós não teremos mais o quórum.

Eu queria, aqui, só para finalizar, dizer que Patrícia e eu estamos felizes e eu quero, a distância, abraçá-la e, abraçando, abraçar todas as mães brasileiras, que saibam que aqui as mulheres presentes no Senado, ao lado dos grandes Senadores, nossos companheiros, todos que fazem, não somente essa Comissão, mas o Plenário, nós estamos aqui em defesa dos direitos das nossas crianças. E viva, se eu soubesse cantar, eu ia cantar aquela música, aí fica para o Suplicy; criança feliz. Nós queremos essa criança feliz.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se quiser eu canto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas ele sabe. "Criança feliz, que vive a cantar".

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos passar para o próximo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma música que foi da minha infância. Dr. Dioclécio, muito obrigada, que sempre nos ajudou. E eu quero, também, dizer a todos que estamos com um projeto para ser apresentado, que ele vem nos dando várias orientações sobre um novo calendário de vacina para nossas crianças.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos embora, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos lá. O Item 4, primeiro que já está... É o Item 4, que é terminativo, e depois o 13. Sim, mas...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já pediu para retirar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O quê? O 4?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, o 3.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, o 13?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Item 4.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 4 foi pedido para retirar?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 3 foi retirado. É o de Augusto Botelho; foi solicitado que fosse retirado de pauta. O Item 4, é o Item... O autor é o Senador Paulo Paim e o Senador Efraim é o Relator. Ele permite que o trabalhador com mais de 60 anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação, PIS/PASEP. Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sra. Presidente, o relatório ao Projeto de Lei do Senado, nº. 216, de 2007, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, reduz a idade mínima para saque dos recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP, que passa de 70 para... Melhor, de 70... tem que fazer essa correção aqui, de 75 anos para 60... Ao contrário, está correto; que passa de 70 para 60 anos de idade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o relatório do Senador Geraldo Mesquita pela aprovação do projeto de lei com três emenda foi aprovado, passando a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos.

Agora, cabe a essa Comissão de Assuntos Sociais a decisão terminativa sobre a matéria. No prazo regimental não foram apresentadas emendas. Reduzir a idade mínima para saque de recursos do PIS e do PASEP é medida justa e oportuna. Afinal, como bem argumenta o ilustre Senador Paulo Paim, permitir a liberação dos recursos apenas quando o trabalhador tem idade igual ou superior a 70 anos é, no mínimo, redundante, isso porque, nessa faixa etária, ele já está aposentado, cumprindo, assim, outra das condições para saque dos depósitos acumulados na conta do fundo... junto ao fundo PIS/PASEP.

Igualmente oportunas são as três emendas aprovadas pela CDH, por entender que as hipóteses de saque vinculadas a idade avançada e percepção de benefício assistencial deve continuar e constatar que os instrumentos jurídicos que estabeleceram tais hipóteses são inconstitucionais. A Comissão aprovou as emendas 1 e 2 da CDH. Com elas, ambas as situações de saque passarão, se aprovados, a constar de Lei Ordinária, tão qual requer nossa Carta Magna, e não mais apenas de resoluções do Conselho Diretor, do Fundo de Participação PIS/PASEP. A emenda nº. 3, por seu turno, apenas procede a devida [ininteligível].

Nesse contexto, concordasse com o mérito do PLS nº. 216, de 2007, com a redação aprovada pela CDH, constatando sua constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa.

Sra. Presidente, dizer a V.Exa. que, há pouco, tratamos da questão das crianças de zero a três anos e agora, Senador Paulo Paim, vamos tratar daqueles que realmente, nesse momento, ao chegar aos 60 anos, já aposentados, tenham direito a essa antecipação da liberação do seu fundo. Parabenizo V. Exa. por mais um projeto brilhante, bem como ao nosso Senador Geraldo Mesquita, pelo belo relatório que fez na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo apenas a mim—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, a Patrícia saindo não vai cair o quórum?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Patrícia não é da Comissão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Cabendo a mim só a conclusão e somos pela aprovação do projeto de lei, com a redação conferida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Antes a educação infantil e agora os recursos para os idosos. Parabéns à Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Como ninguém quer discutir, colocamos em votação. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Parabenizando o autor e o Relator, voto favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim Morais. É o relator.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Comigo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papáleo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Relator. Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator e autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. Senador Papáleo, quer... Já foi votado. Todos já votaram? Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vamos partindo para o Item 13.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 13, eu faço o relatório em dois minutos, se me permitirem, e já podemos ir a voto. E lembrar que o Item 1 já foi até lido. É só votar. Se quiser votar o Item 1, vamos votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos votar, então, o Item 1, que já foi lido?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi lido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi aprovado por unanimidade, fico feliz que essa Comissão, com a sensibilidade para o social hoje, esteja tratando exatamente dos que mais precisam, dos que iniciam a vida e aqueles que nós temos que reconhecer, no final da vida, pelo grande trabalho que prestou à nação e a todos nós. Item 4...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 1...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2007, com as emendas nº. 1, 2 e 3, da CDH, aprovado, segue agora à Secretaria Geral da Mesa. Repetindo, agora, a votação para as emendas. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos, agora, para o Item 1. Projeto de Lei do Senado nº. 340, de 2004, que altera o art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração. O autor é o Senador Aloizio Mercadante, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 176, de 2004, cujo autor é o Senador Romeu Tuma e o Relator é o Senador Inácio Arruda.

Já foi lido o relatório, passaremos agora apenas à votação. Já foi lido e discutido. Em votação. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papáleo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Rosalba com o Relator. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 13, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um minuto. Eu só vou comentar o meu relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria vai a Turno Suplementar, art. 282, combinado com o art. 92 do regimento interno do Senado. Passamos, agora, para o Item 13, PLC 84 de 2009, conforme foi solicitada a inversão da pauta. O Relator é o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, esse projeto foi amplamente discutido na Câmara dos Deputados, foi feito um acordo com todo os setores da sociedade, o autor é o Deputado Hermes Parcianello, estão aqui toda a categoria, suas lideranças maiores de todo o país, cerca de 70 companheiros se encontram aqui, no corredor, fazendo esse apelo para que a gente vote o projeto. Do PLC 84, de 2009, são dois parágrafos, porque aqui resume tudo. "Regulamenta a utilização de trabalhadores avulsos para a movimentação de bens e mercadorias em atividades correlatas. Essa movimentação, tanto na área urbana quanto na rural, exceto quanto ao labor portuário. Busca, desse modo, sanar uma lacuna legal advinda da revogação, em 1993, das disposições da CLT, referente ao trabalhador avulso e a sua substituição pela lei 8.730, de 25 de fevereiro de 1993, e pela lei 9.719, de 27 de novembro de 1998, as quais se destinam exclusivamente a regulamentar o trabalhava avulso portuário.

Por tudo isso, Sra. Presidente, e por entender que esse projeto foi exaustivamente negociado com todos os setores e, por isso, lá na Câmara foi aprovado por unanimidade, que o meu parecer é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, é o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conheço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator, parabenizando mais uma vez o Senador Paim por essa conquista dos trabalhadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papáleo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Rosalba Ciarlini: aprovo. Parabenizo a todos. Foi uma grande conquista dos trabalhadores brasileiros.

[palmas]

Na realidade, dizem que não pode ter manifestações, mas, num momento desse, depois de 30 anos de luta, os trabalhadores portuários, os trabalhadores que fazem transporte de mercadorias, no comércio, em mais diversas atividades, merecem, sim, ter reconhecido, ser valorizado e ser apoiado. Parabéns a todos. Passemos, agora, ao Item 14. Decisão terminativa. Autor: Senador Marcelo Crivella. Dois minutos e ainda temos um terminativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, por que o 14?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Relator é o Senador Jayme Campos. PLS 523 de 2003 – Projeto que altera parágrafo do art. 106 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências. Senador Augusto Botelho, esse projeto um dia nós vamos precisar, já, já. Para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural. A palavra com o Relator, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Tendo em vista que esse projeto se encontra na Comissão, todas as Sras. e Srs. Senadores tiveram oportunidade de

ler o relatório; gostaria de declarar aqui, antes da mais nada, o meu voto. O voto, ante o exposto o nosso voto é pela aprovação do PLS nº. 523, de 2003, nos termos da seguinte emenda: Emenda 1, CRA substituto, Projeto de Lei do Senado 523, de 2003. Altera a lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social é o decreto de Lei nº 2.848, do dia 07 de setembro de 1940, [ininteligível], para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.

O Congresso Nacional decreta o art. 1º, o § 3º do art. 55 e o parágrafo único do art. 106, da lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela lei nº. 9.063, de 14 de julho de 1995, passam a vigorar a seguinte redação: art. 55, § 3º: "A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme disposto no art. 108, só produzirá efeitos quando baseada em indício de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo no caso do inciso VI do art. 106, que na ocorrência do motivo de força maior ou caso [ininteligível], conforme disposto em regulamento." Regulamento: art. 106, parágrafo único. Sexto: "Prova testemunhal mediante identificação do declarante, formalizada a declaração em termo circunstanciado quando verificada a impossibilidade de apresentação das provas previstas nos incisos anteriores do parágrafo único deste artigo, após preliminar inspeção do Instituto Nacional de Seguridade Social no local onde haja sido exercida a atividade rural e entrevista com a testemunha, bem como elaboração de relatório circunstanciado de ambas as ações, não cabendo, neste caso, a utilização do sistema de amostragem".

No art. 2º, o art. 342 do decreto-lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, alterado pelo art. 1º, da Lei nº 10. 268, de 28 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 342, § 2º: "As penas aumentam-se de um terço até o dobro, se o crime é praticado com o fim de obter prova destinada à Previdência Social, acrescida de multa de um mil reais e até cem mil reais". Art. 3º: "Esta lei entrará em vigor na data da sua promulgação".

Este é o meu voto e a nossa emenda, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos a palavra ao autor Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidenta, meus companheiros, isso é um pleito antigo do trabalhador rural, que chega aos 65 anos de idade, com a pele marcada, com as mãos calejadas. Ali, já se vê que é um trabalhador rural, ele traz, então, as suas testemunhas para que possa ter os benefícios. Ele não tem os documentos exigidos, carteira, documento de empregador, porque sempre trabalhou no campo.

Então, é nesse sentido que eu peço aos companheiros que se sensibilizem e possamos aprovar o projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos à votação. Como não há mais nenhum Senador que queira discutir, passamos à votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella? Eu quero avisar que ainda temos um único projeto terminativo. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papáleo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator e com o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Suplicy? Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Rosalba, com o Re-

lator. Aprovado. O projeto... A matéria vai a Turno Suplementar--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Passamos, agora, ao Item 5.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de registrar o meu voto favorável ao Item 13, relatado pelo Senador Paulo Paim. Eu não pude estar aqui, o que regulamenta o trabalho avulso de movimentação de cargas e mercadoria em atividades não portuárias.

Portanto, eu gostaria de dizer que, embora, embora eu não tenha estado presente, em função da minha atribuição na Comissão de Justiça, quero declarar o meu voto favorável e cumprimentar o Relator da matéria, Senador Paulo Paim, que tem, ao longo da sua trajetória, aqui, nesse Senado, cuidado, efetivamente, do trabalhador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. V. Exa será atendida na sua solicitação, nos termos do regimento da Casa. Passamos, agora, ao Item 5, convido o Senador Paulo Paim, vice-Presidente, para assumir, já que a Relatora do projeto...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos à Relatora Senadora Rosalba Ciarlini. Projeto de Lei nº 69, de 2008.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de lei de autoria da Senadora Marisa Serrano, que, em decisão terminativa, torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais, destinados à população de baixa renda, financiado por recurso públicos.

Hoje, nós já tivemos aprovação do PRONEI, que trata exatamente essa questão de creche. E o projeto da Senadora Marisa Serrano é de uma importância muito grande, até porque, com esse novo programa que o Governo Federal esta lançando, Minha Casa, Minha Vida, muitos novos conjuntos irão surgir. E que o nós sentimos nos nossos Estados, nas nossas cidades, é que, até então, tanto o Governo Federal, Estadual, Municipais, constroem conjuntos, sem ter essa preocupação de que, naquele conjunto, já seja construído, concomitantemente, no mesmo período, creche, pré-escola, educação infantil para os pequenininhos.

Muitos são conjuntos que fazem com que a família mude totalmente os seus hábitos, porque saem de uma área, muitas vezes, para outras áreas distantes de onde eles já estavam com suas crianças matriculadas, e os pequenininhos, os maiores ainda podem, através de transporte escolar, de transporte público, chegar a uma escola de outra área. O que seria interessante é que, realmente, também tivesse a escola até o segundo grau. Mas a creche é essencial, até porque são pequenininhos que tem que ter dentro do próprio local onde reside. Então o meu voto é favorável à matéria e é esse o relatório e a análise do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de discutir, após a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Eu vou iniciar a votação, para alguns irem votando, e está chegando mais um Senador que está vindo, daí a senhora fala enquanto ele chega, concorda?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 69, de 2008, votação nominal. Senador Augusto Botelho? Senador Paulo Paim, sim. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Relatora, aliás.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Renato Casagrande? Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu, Sr. Presidente, voto com o brilhante relatório da Senadora Rosalba.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já tinha lido o Senador Casagrande, fiz questão de ir buscar. Senador Papáleo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy. Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamamos todos. Deu quórum. Aprovado por unanimidade. A matéria vai a Turno Suplementar, art. 982, combinado com o art. 92.

Voltamos aos não terminativos, passando a Presidência para a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem. É rapidinho. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, autora deste projeto, bem como V. Exa, que foi a relatora. Acredito que esse projeto é de extrema importância e ele vem sanar uma grande deficiência dos conjuntos habitacionais, eu tenho certeza que não só a creche é importante, como também é importante todos os equipamentos sociais, nesses conjuntos habitacionais. E principalmente agora, que há um incremento muito grande na área de habitação, é preciso que nós estejamos atentos a esses problemas, principalmente a esses equipamentos, uma vez que resolvemos grande parte dos conjuntos; resolvem o problema da habitação, mas cria um grave problema das crianças na escola, nas creches, transporte... Enfim, toda a atividade e todos os equipamentos necessários a um conjunto habitacional.

Portanto, quero dizer da importância desse projeto e dar o meu voto favorável e dizer que, no Senado, nós teremos, sem dúvida nenhuma, o apoio dos outros senadores, para que possamos ter um resultado positivo e urgente neste caso, uma vez que os conjuntos habitacionais já estão em construção, sem essa preocupação.

Preciso louvar, aqui, a preocupação que o programa Minha Casa, Minha Vida tem dito em relação à questão da pessoa portadora de deficiência, a pessoa de deficiência. Nós temos visto, em todos os conjuntos habitacionais, uma preocupação em manter as habitações adequadas à pessoa com deficiência, o que, sem dúvida nenhuma, significa um avanço e uma preocupação da sociedade com esse trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero agradecer à V. Exa. essa oportunidade e, mais uma vez, cumprimentar a Relatora do projeto, Senadora Rosalba Ciarlini.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço pela suas palavras, inclusive, em relação ao projeto dos trabalhadores que aprovamos recentemente, do qual eu fui Relator. Senadora Fátima Cleide, V. Exa. é a Relatora do Item 9. Está com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, fui designada pela nobre Presidente desta Comissão para examinar e emitir parecer sobre o acórdão 2458, de 2007, do Tribunal de Contas da União, do Plenário, de 21 novembro de 2007, referente ao relatório de auditoria, denominado de fiscalização de orientação centralizada, resultado de determinação constante do acórdão nº 810, de 2007, do TCU.

Este relatório Sr. Presidente, discorre sobre o programa nacional de combate à dengue, traz várias recomendações para o programa nacional. A auditoria verificou que existem ainda algumas inconsistências do programa, mas deixou assentado, também, que o êxito da ação governamental exige uma convergência de esforços entre União, Estados e Municípios, para que todos os órgãos e instituições de fiscalização possam fazer um trabalho que seja, não concorrente, mas complementar, no sentido de termos ações eficazes no combate à dengue.

Nesse sentido, Sr. Presidente, diante do exposto e das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União para o Programa Nacional de Combate à Dengue, venho aqui expressar o meu voto. Ressalto que, sobre o acórdão nº 2458, de 2007, em apreciação, encaminhado por intermédio do aviso nº 102, de 2007, não há providências a serem adotadas por esta Comissão de Assuntos Sociais, pois a sua finalidade é dar ciência a este colegeado, acerca das providências adotadas sobre o processo fiscalizatório, em importante programa alusivo à área de saúde e do bom e regular emprego dos recursos públicos.

Deste modo, nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer ao aviso nº 102, de 2007. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer da Relatora. Passo a palavra à Presidente Rosalba Ciarlini. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 8, Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2007. O autor é o Senador Paulo Paim, o Relator é o Senador Roberto Cavalcanti. Concedo a

palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, para proferir o seu relatório sobre a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação, quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, para proferir seu relatório.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Senadora, normalmente, se faz um relatório, principalmente quando é numa fase não terminativa, de forma muito singela, até em função do adiantado da hora, porém, eu peço permissão a V. Exa para me ater a esse relatório de forma mais consistente e mais detida.

Em primeiro lugar, a responsabilidade de uma relatoria é muito importante. Nós encaminhamos ao nosso gabinete, o nosso gabinete encaminha à Consultoria Parlamentar, depois nós recebemos e, normalmente, não se aprofunda.

Nesse caso, em se tratando de um projeto de lei da abrangência que o é e no tocante ao autor deste projeto, que é o Senador Paulo Paim, pela sua história, pela sua biografia, em se tratando, também, fundamentalmente, de um Parlamentar que faz parte da base de Governo, do PT, e o projeto é um projeto que mexe indiretamente com área financeira, houve uma preocupação exaustiva nossa, no tocante a relatar esse projeto.

Esse projeto também é bom frisar que ele está na Casa desde 2007. Às vezes, as pessoas nos cobram sobre a celeridade, mas, no Senado, tudo é feito com muita calma, tudo é feito com muita precisão, mas, por outro lado, nós temos que entendermos da necessidade de darmos velocidade, razão pela qual me preocupa muito, pela celeridade, a aprovação desse projeto. Ele, por não ser terminativo, após sair desta Comissão, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, da qual eu faço parte; se, porventura, for dada a oportunidade de eu ir lá relatar esse projeto, eu terei o maior carinho e o maior desejo de o fazer, para poder melhor fazer a orientação de voto no momento.

Eu faço todas as ponderações, porque eu recebi uma orientação de voto, no sentido de pedir vistas. E eu, na verdade, estou desobedecendo a uma macrorientação de pedido de vista, porque eu acho que o pedido de vista seria extremamente injusta, porque tiraria, exatamente, esse aspecto, que é a velocidade.

Eu vou me ater agora ao relatório em si. Ele trata de um projeto de lei, que é o PLS 511, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como objetivo facilitar a tomada de decisão do cidadão, em relação à escolha do regime de tributação dos benefícios auferidos por meio de planos de previdência privada.

A iniciativa desta proposição remete-se ao fato de que a Lei de nº 11. 053, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, faculta aos participantes de planos de contribuição, definida, na opção, por regime de tributação, com redução de alíquota de imposto de renda, para valer quando do recebimento de benefícios ou resgate de contribuições. Entretanto, a definição do regime tributário deva ser estabelecida quando o participante adere ao plano de previdência. Isso é o que está, na lei, hoje, prevista. Tal situação, como expõe o autor da proposição, configura-se confusa para o cidadão, pois envolve muitas especificações técnicas.

Além disso, nem sempre é possível manter as contribuições em suas periodicidades e valor, tendo em vista eventuais necessidades, as quais influenciam diretamente a capacidade ou a necessidade da poupança. É muito importante, Sra. Presidente, perceber de que, para nós, que estamos ouvindo ou que estamos lendo, já existe uma dificuldade, imagine uma matéria como essa para o cidadão comum, que tem a sua poupança em planos de previdência privada.

Diante desse quadro, o PLS 511, de 2007, contém algumas propostas de ajustes da redação da Lei 11.053, de 2004. No relatório, nós nos pegamos a alguns pontos que, em primeiro lugar, permite a opção, que, é no caso, presente; permite que a opção seja exercida no momento da obtenção do benefício, e não como estava previsto na lei, que é no momento da adesão ao plano ou da requisição de resgate dos valores acumulados nos planos de beneficiência.

Em segundo ponto: autoriza os assistidos e a seus representantes legais a exercerem esta opção em situações onde ocorra a impossibilidade do participante titular do plano de benefício efetuá-la, em caso de falecimento, por exemplo, desde que satisfeitos os requisitos necessários à obtenção do benefício.

Terceiro: prevê a possibilidade de revisão da opção pelo regime tributário, por parte daqueles participantes, que, por força de Lei 11.053, de 2004, foram obrigados a fazê-la antecipadamente.

Finalmente, o PLS 511, de 2007, estabelece que os valores já pagos a títulos de benefício ou resgates de valores acumulados não estão mais sujeitos às mudanças do regime tributário, art. 3. Uma vez iniciado o pagamento do benefício, cessará qualquer possibilidade de nova opção, pelo regime de tributação.

É um tema extremamente complexo, que, na verdade, exige do cidadão comum, quando ele administra uma poupança de longo prazo, que, no Brasil, não faz parte da cultura do cidadão, esse cidadão comum ter que previamente estabelecer o regime tributário, e, se, porventura, não fizer de forma conveniente, terá um

dano financeiro de alta monta, como nós vamos relatar aqui, no capítulo da análise.

A escolha do regime tributário do imposto de renda, sob benefícios previdenciários, é assunto complexo para a população em geral, um tema que exige um conjunto de decisões que são cruciais para a vida de cada cidadão. As alterações impostas pela Lei nº 11.053, de 2004, não conferiram vantagens no que concerne a maior mobilização para a formação de poupança de longo prazo, cujos recursos poderiam viabilizar importantes investimentos para o nosso país.

A iniciativa de alocar recurso de longo prazo deve ser feita do participante incentivado na forma prevista pelo Estado. Nesse sentido, o mecanismo proposto pela lei foi perverso, pois ocorre de maneira a viabilizar mais arrecadação de tributos pelo Estado, além de não levar em consideração quaisquer contingências que possam ocorrer na vida das pessoas.

Num evento de qualquer adversidade que justifique saques das reservas previdenciárias, ocorrerá, automaticamente, o recolhimento de até 35% desse precioso montante de que o beneficiário necessita. Então, vejamos, seria um dano ao titular deste plano de Previdência de até 35%.

Da forma da legislação que foi concebida, ela se reverte a um pesado ônus aos que querem poupar. O PLS 511, de 2007, revê esse conceito, fazendo com que a opção pelo regime tributário se realize quando houver a necessidade real para dispor dos recursos, seja na forma de resgate, hipótese em que prevalece a urgência, seja na forma de benefício, aposentadoria ou pensão.

Dessa forma, o cidadão possuirá mais controle sobre o imposto que lhe será cobrado, podendo ser menos onerado no momento de dificuldades pessoais e premiado, caso tenha tido sucesso em manter seus recursos investidos ao longo prazo, mais de dez anos.

O projeto também acerta ao adequar à nova disposição a situação hoje vigente, na medida em que permite que os que já tenham optado possam efetuar a retratação de seus contratos, realizando, se acharem conveniente, nova opção pelo regime tributário, até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate total dos valores segurados.

Nesses termos, nós concordamos com o mérito do projeto de lei em análise, sem restrições quanto às respectivas constitucionalidades, juridicidade e técnica legislativa. Eu vou só não fechar o meu voto, para citar aqui dois textos que são muito ilustrativos, um é do autor do projeto, que ele diz aqui: "Muitos cidadãos nem imaginam como um plano de previdência privada pode influenciar seu planejamento financeiro de longo prazo. Para entender um plano de previdência, deve-se considerar um planejamento financeiro individual de longo prazo, este, pois, deve ser tratado de maneira estruturada e focada nas diversas ações, tendo como produto final um benefício de aposentadoria que atenda suas necessidades futuras".

Eu gostaria de ler, também, um trecho da orientação de voto, que seria no sentido de pedido de vistas, que eu não concordo, no sentido de que... "Permitindo-lhe, portanto, sempre optar pelo regime de tributação que lhe seja mais favorável. Isto posto, retira do gestor de tal poupança previdenciária – este gestor de previdenciária é privada, não é nem pública – a previsibilidade da duração de sua permanência nos planos de benefícios, tal previsibilidade existe em função de um regime de tributação que estimula a manutenção desse recurso por longo prazo".

O que é que está sendo dito aqui? Que as empresas de Previdência privada, elas, como aplicam esses recursos e esperam que seus depositantes só utilizem a longo prazo, elas querem ter essa tranqüilidade, quando, na verdade, o cidadão comum seria penalizado, seria tributado, quando, numa adversidade, numa emergência, ele, que fez um projeto pessoal de previdência privada de longo prazo, ele, eventualmente, possa ter que fazê-la de forma imediata, urgencial.

Então, dessa forma, Sra. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, 511, de 2007, parabenizando o autor, Senador Paulo Paim. Era isso que eu tinha a relatar, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não poderia, Sra. Presidenta, deixar, aqui, de parabenizar o Relator--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador, V. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --por um trabalho devotado, competente, lúcido, se interessou pelo projeto, mostrou, realmente, que estudou a matéria e nos convenceu a todos da relevância do projeto.

Então, fica aqui os meus mais profundos, meu mais profundo agradecimento e também parabenização ao nobre colega, que tenho a honra de pertencer ao mesmo Partido, somos companheiros do PRP. Obrigado, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Marcelo Crivella. Nós vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Presidente, eu queria, se me permitisse, agora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minuto. A matéria aprovada vai à Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na mesma linha do Senador Marcelo Crivella, depois de aprovação do projeto, cumprimentar o Senador Roberto Cavalcanti, pelo estudo que fez detalhado, com muita competência. Ele me explicava inclusive por que ele ia dar o parecer favorável da matéria.

E dizer mais, claro que todos nós temos sensibilidade, esse projeto vai ainda à Comissão de Economia, continua o debate. E, com certeza, se for preciso ainda nós buscarmos alguma forma que melhore ainda mais o belíssimo parecer, feito pelo Senador Roberto Cavalcanti, acontecerá.

Então eu queria aqui, nesse momento, cumprimentar com muito carinho o Senador Roberto Cavalcanti pela defesa que ele fez, com muita convicção do projeto, que, na verdade, vai permitir a opção do poupador, do plano que ele fez. E me permita que eu não poderia, também, deixar de cumprimentar o Senador Efraim Morais, por ter dado parecer também num projeto de minha autoria, PIS/PASEP, que, aqui, na hora, eu nem quis discutir, porque eu achei importante a exposição que ele fez.

Mas é importante dizer que nós estamos reduzindo, para a retirada do PIS/PASEP, de 70 para 60 anos, a pessoa só poderia retirar seu PIS/PASEP quando chegasse a 70 anos. Sabemos que, infelizmente, grande parte do povo brasileiro não chega aos 70 anos. Agora, a partir desse projeto, vai ser a partir dos 60 anos, e aí, digamos, acompanhando a decisão do próprio Estatuto do Idoso.

No mais, cumprimento V.Exa, pela presidência e pelo êxito dessa sessão e tantas outras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Paulo Paim, o senhor, como vice-Presidente, tem sido um grande colaborador, parceiro de todas essas lutas. E o Senador Roberto Cavalcanti, que não é de surpreender, porque eu já conhecia sua história lá na Paraíba, mas, aqui, com muita dedicação, competência, vem desenvolvendo um bom trabalho, e esse é um projeto difícil. Esse é um projeto, como ele bem colocou, complicado, que precisa de uma análise mais apurada, e ele, com certeza, se debruçou sobre esse projeto e trouxe esse relatório muito bom.

Agora, nós vamos finalizar com o Item 6, que é uma decisão não terminativa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu só queria antes que a--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como eu sou Relatora...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou para aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor vem para aqui, novamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria fazer um pedido para V. Exa, na Presidência, que a gente, na última Audiência Pública, eu estava presidindo, e, em seu nome, eu me comprometi com o Plenário todo, e o Senador José Nery estava aqui, de nós marcamos, via a Comissão de Assuntos Sociais, uma conversa com o Ministro da Previdência.

Eu queria insistir com esse tema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi feito o contato com o Ministério.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi feito, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Ministro está analisando horário e data, também, que esteja de acordo com as nossas agendas, para que a gente possa formular esse encontro.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Paulo Paim e dizer que, realmente, hoje, o dia, eu fico feliz porque acho que todos nós... Porque nós estamos com aquele sentimento de dever cumprido. Muitos projetos importantes para a criança, para o idoso, para o trabalhador, de avanços sociais realmente, e que a pauta está sendo toda cumprida.

Vou passar a palavra, agora, ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria passar, de imediato, à Relatora, Item 6, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007. Dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical de HIV, em hospitais e maternidades. A Relatora está olhando, eu queria também cumprimentar o Senador Crivella, que, além de aprovar o projeto, está aqui até o último minuto, colaborando para que outros senadores também vejam suas propostas aprovadas. Por favor, Senadora Rosalba Ciarlini como Relatora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse projeto, ele torna obrigatório a implantação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical de HIV em hospitais e maternidades. É muito importante, porque nós precisamos que seja realmente obrigatório, Senador Paim, em todas as maternidades do Brasil, porque algumas não estão cumprindo e isso acarreta o quê? Mães que são portadoras de HIV, de Aids, para que todos... Elas,

por não fazer a profilaxia nem antes e nem depois, na própria criança, essas crianças é que sofrem os efeitos da doença; isso é muito prejudicial.

Então eu queria, só para que fique mais claro, colocar que a intervenção para a redução da transmissão vertical do HIV é amplamente adotada em países desenvolvidos, sendo que a principal arma é a administração de antiretrovirais nas parturientes e nos recém-nascidos e a substituição do aleitamento materno, no caso das mães portadoras. Tal intervenção conseguiu reduzir a incidência de casos de Aids em crianças. De acordo com o Ministério da Saúde, alguns estudos mostram que as chances de infecção do vírus são altas no momento do parto. Sem a intervenção, a taxa de transmissão vertical do HIV situa-se em 20%, muito alta. Com o uso combinado de determinadas intervenções, essa taxa poderia ser reduzida.

Dessa forma, o presente projeto, além de proteger a vida dos nascituros de mãe portadoras de HIV, ampliando as chances deles nascerem livres da Aids, poderão evitar o aumento de gastos com os medicamentos antiretrovirais a longo prazo, pois se as medidas profiláticas funcionarem, tais crianças só utilizarão esse tipo de medicamento durante um curto espaço de tempo. Caso contrário, se elas forem infectadas, o SUS deverá prover o tratamento integral dos contagiados durante toda a sua vida. Daí porque eu acho que é uma razão mais do que clara, além do beneficio para a saúde, temos também um benefício no custo-saúde Brasil. Então o nosso parecer é pela aprovação, inclusive com o substitutivo que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007, na forma do substitutivo que apresenta. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa. Eu queria aproveitar o momento, se me permite, Senadora Rosalba--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para dizer como é bom ver aqui que a gente aprova, sem nenhuma polêmica, os bons projetos que vêm da Câmara dos Deputados. Aprovamos praticamente todos. Como seria bom que a Câmara fizesse a mesma coisa nos projetos que vão dos Senadores para a Câmara, onde nós vemos que lá, infelizmente, temos tido uma enorme dificuldade de ver os projetos que nascem aqui, no Senado, serem aprovados.

Eu queria, ao mesmo tempo, cumprimentar os Deputados pelos projetos, e torcer para que também lá os projetos oriundos do Senado sejam aprovados com a mesma brevidade que acontece aqui no Senado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concordo plenamente com o Senador Paim, até porque estamos aqui, cheguei faz dois anos e meio. O primeiro projeto que apresentei, Senador Paim, foi quase que no dia da posse, que foi, exatamente, a Universidade Federal do Semi-Árido, como um desmembramento da Universidade Federal, já que lá já existe núcleo... Então esse projeto tramitou nessa Casa rapidamente, foi aprovado, mas está há um tempão na Comissão de Educação da Câmara; ainda não saiu. E eu faço aqui um apelo à Relatora, que, segundo fui informada, é a Relatora Fátima Bezerra, que é do nosso Estado, uma mulher defensora da educação, que agilize, porque é muito importante que nós possamos ter, no nosso Estado, mais uma Universidade Federal, já que já existe núcleo ou curso e uma estrutura que, com o apoio, irá se desenvolver muito mais.

Com relação a PEC da nossa licença-maternidade, todos os passos no Senado rapidamente foram aprovados e na Câmara as coisas demoram bastante. E não é isso, é realmente isso que não acontece com os projetos que vêm de autoria dos Deputados. Nós não discriminamos, não diferenciamos, nós tratamos de igual para igual, priorizando por entender que o Congresso é formado de Senadores e os Deputados, e todos nós temos a missão de trabalhar, servindo à população. E no Congresso, são os projetos, as leis, o acompanhamento das ações, que são as nossas obrigações. Daí porque eu sou, como também o Senador Paim e o Senador Roberto Cavalcanti, nós queremos é correr contra o tempo. Já perdemos muito nesse Brasil, nós temos é que avançar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Eu passo a palavra, novamente, à Presidente, só aproveitando esse momento na presidência, momentâneo, para lembrar que amanhã, às 9 horas, teremos uma audiência pública aqui, uma iniciativa da Subcomissão Permanente em defesa do emprego e da Previdência Social, que, na verdade, é uma Audiência Pública que interessa a todos, para tratar do tema sobre a crise mundial e seus reflexos no emprego no Brasil. Estarão conosco o Sr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica, o IPEA, e o Sr. José Carlos de Assis, Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, que irá apresentar um belo projeto sobre a questão do emprego para todos. Tenho certeza que a nossa Presidente vai estar aqui, e vai presidir, para orgulho da Subcomissão, também essa sessão de amanhã.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza nós já estamos confirmando a nossa presença. Esse é um assunto da mais alta importância, até porque a crise, nós sabemos que os seus efeitos, em alguns setores, agora que estão sendo sentidos, nós precisamos analisar.

Então, vamos, agora, finalizando; agradecer a presença de todos e convocar a todos os Membros da Comissão e os demais Senadores, porque, não somente num assunto como esse, que trata da questão do emprego com relação à crise, é do interesse, com certeza, de todos que formam esta Casa. Muito obrigada. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h00.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia sete de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 19 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e ao Requerimento nº 29 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Flávio Arns, com vistas a debater o Cenário do Fornecimento de Órteses e Próteses no Brasil. O Presidente convida para compor a mesa os Senhores (as) Dra. Erika Pisaneschi – Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho – Especialista em Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Dr. Joselito Pedrosa – Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Dr. Valdmário Rodrigues Júnior – Diretor de Integração Cooperativista da UNIMED do Brasil e Dra. Solange Beatriz Palheiro Mendes – Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE). O Presidente esclarece que cada convidado terá dez minutos para sua exposição. Às nove horas e trinta minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às nove horas e cinqüenta e seis minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. O Presidente registra a Presença do Dr. Elias Fernando Miziara, Diretor de Comunicação da Associação Médica Brasileira (AMB), Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Sr. Antônio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros (CNSeg), José Rubens Iglésias, Diretor-Executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), Sr. Antônio César Neves, Diretor da Unimed Brasil, Sra. Cristiane Rocha, Assessora Técnica do Ministério da Saúde, Sr. Olympio Távora Corrêa, Assessor Técnico da Confederação Nacional de Saúde, Sr. Marcos Paulo Dias Rodrigues, Coordenador de Assuntos Parlamentares da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Sr. Anderson Napoleão W. Colatto, Assessor Parlamentar do Ministério da Saúde. O Senador Flávio Arns sugere que esta Comissão e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde convidem os participantes desta audiência para auxiliarem na elaboração, até o final do mês de agosto do corrente ano, de um documento que sintetize os encaminhamentos da audiência. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns e Papaléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho,** Presidente da CAS-SAÚDE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 7ª Reunião Extraordinária da Submissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram, aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nºs. 19 de 2009, de autoria da Presidente Senadora

Rosalba Ciarlini, e 29 de 2009 desta Comissão, de minha autoria, com a finalidade de debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Foram convidados para a Audiência Pública, o representante do Ministério da Saúde, o Dr. Fausto Pereira dos Santos da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, seu Diretor-Presidente; Dr. Dirceu Raposo de Mello, da ANVISA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; o Dr. Valdmário Rodrigues Júnior, que é Diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil; e o Dr. Geraldo Rocha Mello, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FENASAÚDE.

Convido os nossos convidados, ilustres convidados, para tomarem lugar à Mesa. Já temos a indicação dos lugares também. É um honra tê-los participando desta Audiência Pública, tão importante para significativa parcela da população e que trata do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Eu quero lembrar aos expositores, que esta Audiência Pública está sendo feita em conjunto pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Eu até leio algumas linhas que motivaram este requerimento, para que as pessoas que acompanham esta Audiência pela TV Senado, ou que acompanharão na sequência, ou pela Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, entendam a dificuldade que se está enfrentando no Brasil nesta área.

A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos, próteses que substituem uma parte do corpo humano, por exemplo, se opera, se amputa a perna, então, nós teremos uma prótese para substituir aquela parte do corpo humano ou a órtese que, na verdade, vai contribuir para o bom desempenho, o bom funcionamento de uma parte do corpo humano, por exemplo alguém que tenha paralisia infantil, poliomielite e que precise de equipamentos para poder se locomover de uma maneira melhor, terá que ter a necessidade do uso de órteses e próteses que substitui, na verdade, uma parte do corpo humano.

Então, a evolução tecnológica na oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Esse binômio deve ser observado tanto pelo gestor público quanto pelo próprio paciente.

O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para obtenção de próteses ou órteses do SUS. Nem sempre recebendo produtos adequados às suas necessidades. Há mais de um milhão de pessoas no Brasil, numa fila, esperando órteses e próteses.

Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecerem órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custo mais elevados em comparação com produtos que poderiam atender as necessidades do paciente de forma apropriada.

Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais ou importadas, sem saber em qual atenderá melhorar as suas necessidades.

O médico chega à cirurgia e diz para o paciente e diz: "Olha, para o seu caso, você precisa de uma prótese ou de uma órtese importada, a brasileira não é boa". Isso é muito comum a gente ouvir no Brasil. Então, quem é que certifica, quem é que diz, como é está registrado, como é que está a qualidade, como é que o paciente pode ter esta certeza? O esclarecimento dessas questões leva a necessidade que seja realizada Audiência Pública, para debater o processo de registro desses produtos, análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente.

Por isto que, para esta Audiência, estão convidados o Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar – em função dos planos de saúde – a ANVISA, que é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com papel fundamental no registro, do acompanhamento dos produtos e equipamentos de saúde e, ao mesmo tempo, representantes da área de planos de saúde. Gostaríamos que os vários planos estivessem presentes, porém, em função do número de pessoas numa Audiência Pública, isso não é possível.

Então, nesse sentido, que nós temos teremos um debate, uma exposição, tenho certeza da mais alta qualidade, com a participação de profissionais de todas essas áreas e que, ao final, como desdobramento dessa Audiência Pública, teremos não hoje, mas na sequência, os encaminhamentos para uma legislação, talvez, ou outros elementos que permitam se ter mais segurança, mais qualidade, uma participação sempre mais segura, em termos dos órgãos públicos e do envolvimento das pessoas que necessitam de órteses e próteses.

Então, nesse sentido, eu quero em primeiro lugar, pedir ao Senador Papaléo Paes, que presida essa Audiência Pública, eu só iniciei o processo. O Senador Papaléo Paes é atualmente o vice-Presidente, não é

Senador? Desta Subcomissão de Saúde, e eu ficarei também acompanhando, na primeira fila as exposições das pessoas que fazem parte dessa Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu cumprimento a todas as senhoras e os senhores expositores. Agradecemos pela boa vontade, pela gentileza e pelo compromisso assumido aqui com a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

E, como já bem falou o Senador Flávio Arns, nós teremos este debate hoje, esta exposição e que é fundamental para que nós possamos aqui nesta Casa conhecermos a parte técnica mais aprofundada e adaptarmos a isso, as ações que a Casa possa tomar no sentido de darmos mais qualidade na execução desse serviço.

O resultado dessa Audiência Pública foi um requerimento do Senador Flávio Arns com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Dra. e Senadora Rosalba Ciarlini. E nós vamos iniciar a nossa Audiência Pública, que atende esse Requerimento de nº. 19 de 2009, e o assunto é o cenário de órteses e próteses no Brasil.

Então, eu solicito que a Dra. Solange Beatriz Palheiros Mendes, que é Diretora-Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar, possa fazer, faça uso da palavra por dez minutos e, se for necessário, nós de forma alguma iremos interrompê-la, mas a senhora está com a palavra.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIROS MENDES: Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Papáleo Paes, ao Senador Flávio Arns, que sempre temos trocado bastante informações com relação ao nosso setor. Ao Senador Augusto Botelho, também é um interlocutor muito presente nesse nosso setor. Aos colegas da Mesa, também, um bom dia.

A apresentação, ela contextualiza um pouco, pode ir passando... Eu tenho controle aqui ou não? O controle é da Mesa?

Para se ter uma visão geral do sistema, quer dizer, hoje se tem 21% da população brasileira com acesso à saúde aos planos privados, aonde se verifica uma proporção maior nas faixas etárias de maior idade. Essa é a população hoje assistida.

A distribuição por tipo de contrato se tem, aproximadamente, 70% dos contratos no plano coletivo, 22% nos individuais. O coletivo por adesão representa 30%, o empresarial 40 e o individual ou familiar 30%.

Na verdade, grande parte do problema que se tem com órteses e próteses no setor suplementar é junto aos consumidores, frustrando expectativa dos consumidores se dá nos contratos antigos, aqueles que não estão contemplados pela lei nº. 9.656 e que, portanto, trazem cláusulas de exclusão de órteses e próteses. Quando a lei nº. 9.656, portanto para as contratos firmados após-janeiro de 99, todas as órteses e próteses ligadas ao ato cirúrgico têm que estar contempladas. O seguinte.

O setor de operadoras, então, os beneficiários médico, dos planos médicos hospitalares está na casa de 43 milhões de vidas. Uma arrecadação de 58 bilhões, aproximadamente, uma despesa de 46. São 1.269 empresas registradas operando no plano médico hospitalar e o plano, exclusivamente, odontológico, então, tem um crescimento bastante relevante, é este o setor que está crescendo nos últimos anos, com aproximadamente oito milhões e meio de vidas nesse grupo.

Recentemente, a agência está promovendo um debate para atualização do rol de procedimentos, que vai vigorar no próximo ano. E o rol de procedimento odontológico, ele traz uma novidade contemplando alguns itens de próteses dentárias, então vai ser uma novidade, coisa que, atualmente, no setor odontológico não são contempladas as próteses. O seguinte.

Então, o cenário atual, como o Senador adiantou na preliminar, quer dizer, se tem recursos escassos, a inflação é saúde é uma constante, há um intenso aumento de custos nesse nosso setor. Se tem um baixo crescimento do PIB e da renda média, se tem uma previsão de menos 1% do PIB. A inflação, como se pode ver, se teve nos benefícios, portanto dos planos coletivos, um acumulado de 118% do ano de 2001 a 2007, contra os demais índices da inflação, que são menores. O seguinte.

O cenário atual então é de grande parte da evolução de custo se deve ao envelhecimento da população e das inovações tecnológicas, a indústria de materiais, medicamentos e equipamentos hospitalares respondem diretamente pela entrada das novas tecnologias.

Na Europa, as despesas com materiais respondem por 6.3% e já há uma discussão de proposta de diretivas, que venham a dar maior transparência na oferta desses produtos, exatamente, para ter uma maior racionalidade na aquisição. No Brasil, a Matmed está respondendo aproximadamente por 30% dos gastos hospitalares.

Alguns países, como a Itália, instituíram comitês supervisores do mercado de Matmed, a fim de promover essas análises de custo efetividade, que, no Brasil, nós também estamos iniciando esse tipo de trabalho. E a OMS, então Organização Mundial de Saúde, estimula a convergência dos padrões regulatórios de segurança, *performance* e qualidade visando a unificação da nomenclatura, como medida de harmonização.

Nós, na FENASAÚDE, tomamos a iniciativa de implementar, quer dizer, de desenvolver um programa de

nomenclatura e codificação de órteses e próteses ligadas à ortopedia. É um projeto que já está se iniciando, já se fez uma coleta de várias listas de hospitais e das próprias operadoras, dos materiais ortopédicos mais utilizados, objetivando, portanto essa nomenclatura e essa codificação para a ortopedia, que foi o primeiro grupo identificado.

Ainda, o pacto geracional, portanto está em xeque, quer dizer, há todo um problema da sustentação desse mutualismo para o sistema suplementar. 10% dos beneficiários pacientes respondem por 70% dos custos. E a taxa de fecundidade no Brasil, ela está caindo, pelo menos caiu até o ano verificado pelo IBGE, onde está em, aproximadamente, 1.8.

A alteração do padrão epidemiológico também mudou. O Brasil, que até alguns anos atrás tinha um padrão epidemiológico próximo dos países africanos, hoje, nós já nos aproximamos dos países desenvolvidos, aonde a tendência de prevalência das doenças crônicas sobre as infectocontagiosas e isso também agride é um grande fator de custo, já que o tratamento das doenças crônicas dependem de recursos mais onerosos, do que das demais doenças infectocontagiosas.

A incorporação tecnológica, portanto, ela é aleatória e há crítica. Há pouca evidência científica, pouca eficácia comprovada, a ausência de políticas de organização de oferta, é isso que nós nos ressentimos da incorporação dessas novas tecnologias. Não só o Brasil vive esse dilema, como o mundo só que se busca caminhar na solução dessa questão e se vê que, por exemplo, na cirurgia de angioplastia se teve uma evolução de custo, em cinco anos, de 278%.

Evolução em artrodese também, se teve uma expressiva evolução ao longo desses anos. Nos hospitais de ponta em 304%, nos hospitais básicos em 409.

Os protocolos médicos, também para o câncer de mama evoluiu consideravelmente, graças a Deus se teve um avanço inominável para o atendimento, para o tratamento da saúde, mas isso tem um custo.

A incorporação tecnológica, então, os custos assistenciais nas seguradoras especializadas, esse é um dado atrasado, mas mudou pouca coisa de lá para cá. Metade do custo médico hospitalar se dá em internações e, como eu disse a pouco, hoje, praticamente, 30% dos custos hospitalares está localizado em Matmed.

Esses são a evolução dos valores pagos para materiais e medicamentos numa pesquisa da Unidas. Na projeção, ela projetou alguns meses em 2008, mas está na casa dos 36 milhões de reais.

Os protocolos e diretrizes clínicas ainda não insuficientes. A agência, já no rol que ela editou no ano passado, já contemplou alguns protocolos, um deles é o da colocação da banda gástrica, mas ainda estamos no início desse processo. O seguinte.

Há um aumento da utilização de serviços, quer dizer, a população assistida, ela praticamente, ela vem evoluindo de forma investigativa, mas a frequência de utilização tem sido alterada. O seguinte.

A formação médica necessita de ajustes. Se tem hoje 175 escolas médicas, 13 mil médicos formados por ano, 317 mil médicos é essa a população de médicos no país. Tem uma informação de que 25% das residências médicas é que são de qualidade.

Os médicos são muito influenciados pelo complexo médico industrial indireto. Inclusive, quando há pedido de justificativa da utilização, grande parte dessas justificativas, eles apresentam material da própria indústria desses produtos. Quando, na verdade, uma parcela muito pequena apresenta estudos técnicos e científicos sobre aquela utilização.

A remuneração com foco na utilização, isso é um fator de estimulo a utilização. É um estimulo que agregar tecnologia. Hoje, também, já se discute, já se está num processo de uma alteração desse padrão de remuneração, tentando justamente minimizar esse desperdício, ou essa má indução, que se verifica no mercado.

Aqui é foi uma matéria que foi publicada no ano passado, aonde os próprios médicos reconhecem essa prática do comissionamento em cima da indicação de próteses e órteses. É uma prática lamentável, mas ela é uma realidade hoje na nossa sociedade. O Código de Ética Médica veda esse tipo de comportamento, mas não se tem legislação nesse sentido.

Por outro lado, grande parte da receita hospitalar é oriunda da comercialização também de materiais e medicamentos, é uma prática também, vamos dizer assim, que foi resultado de uma, dessa modalidade ou dessa sistemática da remuneração dos hospitais, aonde houve um achatamento das diárias e taxas e os hospitais, então, eles derivaram para uma outra alternativa, um outro mecanismo, aonde eles pudessem auferir ou manter suas margens de lucro.

As práticas, então, estão centradas na doença e não nos fatores de risco. Os programas de prevenção, promoção da saúde, qualidade da vida ainda estão numa fase inicial. A agência tem induzido as operadoras a se engajarem nesses programas. O seguinte, por favor.

A rede prestadora na área suplementar, se vê que ela é bem mais, é superdimensionada, tem um atendimento proporcionalmente maior do que no serviço público. E se prioriza, então, tecnologia e hospitalização. O seguinte.

Aqui são os dados, as informações da distribuição desses equipamentos em âmbito nacional, aonde na

Região Sudeste, obviamente, se tem uma concentração em função da renda. O seguinte.

Mamógrafos por cem mil habitantes, se vê também que na Região Sudeste se tem 2.2 por habitante, quando o Ministério da Saúde sugere que haja um por cada cem mil habitantes.

Há desinformação dos consumidores, há falta de compromisso com os fatores de risco e com a mutualidade. O Judiciário tem flexibilizado as normas e o grande dilema então é o direito individual versus o direito coletivo. Na medida em que se atende a expectativa, o anseio e a necessidade individual, nesse nosso setor se coloca em risco o direito da coletividade, nessa mutualidade e que para o setor público, igualmente para o setor privado, os recursos são escassos e limitados. [soa a campainha].

Estou finalizando. As conclusões e o desenvolvimento, então, na área de saúde e tecnológico foi fundamental para o aumento da expectativa de vida nesse último século, por outro lado, ele é aditivo. Qualquer sistema de saúde, os hospitais são os grandes responsáveis pela incorporação dessa tecnologia. Se constata que grande parte dos ganhos hospitalares está localizado nos produtos correlatos. O seguinte.

Os preços dos produtos carecem de transparência e divulgação necessária para amparar as escolhas, permitir comparações entre produtos substitutos e inibir o abuso do poder por parte do mercado, dos vendedores desses produtos. Há necessidade de uma nomenclatura padronizada de órteses e próteses e materiais especiais, que permita a criação de códigos. As normas reguladoras da utilização de novas tecnologias são necessárias para coibir a super utilização e garantir a incorporação custo efetiva. E as três áreas, hoje, mais preocupantes são: a buco maxila, a ortopedia e de neurocirurgia.

Neurocirurgia, hoje, se tem a uma, como se fosse uma calota craniana customizada, esse hoje é o principal item que preocupa as operadoras. O seguinte.

E esses são os desafios operacionais, então: Materiais com registro na ANVISA, mas sem registro no país de origem. Materiais com registro na ANVISA, mas sem literatura técnica consistente. Escassa regulação de entrada de novos materiais, através de avaliações econômicas consistentes e diretrizes de utilização pelos órgãos responsáveis.

Materiais com registro na ANVISA, mas sem estudos de avaliação econômica. Falta de rotulagem accessível no site da ANVISA, para muitos materiais. Registros em família para materiais instrumentais em conjunto com materiais descartáveis. Recomendação sistemática dos fabricantes de materiais classificando-os como recomendável uso único, por vezes, contrários à classificação da resolução 156 da ANVISA. A ausência de resolução, que determine a quantidade de vezes de reutilização. Dificuldade da cotação junto aos fornecedores de materiais pelas operadoras.

Fornecedores únicos, em determinadas regiões para determinados materiais, menor concorrência, maior preço apresentado por esse prestador. Diferença significativa de preços do mesmo material para diferentes prestadores. Diversas equipes atuantes em um mesmo prestador com protocolos distintos. Diferentes padrões de solicitação de materiais por equipe.

Diretrizes técnicas de alguns prestadores, pouco atuantes, em relação a utilização de materiais não embasada tecnicamente. E as sociedades médicas pouco atuantes em relação à utilização de materiais não embasados tecnicamente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a Dra. Solange Mendes, Diretora-Executiva da Federação Nacional de Saúde Suplementar. E convido o Dr. Joselito Pedrosa, que é Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a proferir sua palestra.

SR. JOSELITO PEDROSA: Bom dia a todos. Cumprimento à Mesa aqui, em nome do Senador Papaléo Paes. Agradeço o convite para Audiência.

E a ANVISA, pode passar o próximo para mim por favor. Tem como Comissão, primeiro para a gente conseguir entender o papel ou o impacto das órteses e próteses no setor regulado ou na regulação sanitária, a gente precisa entender um pouquinho o que é a missão da ANVISA.

Então, proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, participando da construção de seu acesso. Só a missão já dita o tamanho e a dimensão do desafio que nós temos com relação ao trabalho de Vigilância Sanitária, com o tema prótese e órtese.

O controle sanitário das OPMS era materiais especiais, eles são trabalhados em quatro grandes eixos: A autorização de funcionamento do seu fabricante, a certificação de boas práticas de fabricação – o registro propriamente dito – e a técnico vigilância. Todos esses quatro eixos seguem nessa sequência de análise trabalho.

O sistema de registro, ele estabelece aí um patamar mínimo de segurança eficácia do produto. Não é o registro que vai definir na sua totalidade a segurança e a eficácia desse produto. Por isso, que aqueles quatro eixos trabalham concomitantemente, e são complementares entre si. Pode passar o próximo para mim.

Aí fazendo um histórico do que foi trabalhado na regulação desse setor, principalmente na área de implantes. Em 2002, se deu o início do programa de monitoramento de implantes, como resposta a ocor-

rência de eventos adversos, principalmente na área de Traumato-Ortopedia. Também se fechou um convênio com o INT, para análise laboratorial de materiais e composição de próteses.

Nesse momento, se iniciou a discussão da qualidade da matéria prima utilizada nas próteses, e também iniciou aquele processo de questionamento, se o produto nacional era inferior e o produto importado tinha uma qualidade superior ao produto nacional. Pode passar o próximo.

Em 2003 e 2004, se fez a exigência de certificação de boas práticas de fabricação das empresas nacionais para fins de registro de produtos e materiais de órteses e próteses, junto a ANVISA. Pode passar o próximo.

Em 2005 e 2006, a comprovação de segurança por meio de ensaios laboratoriais. Se definiu uma rede de laboratórios credenciados para a certificação desses materiais e dessas órteses e próteses.

As análises de amostra por demanda de tecnovigilância, a partir da identificação de eventos adversos, se pega a amostra dessas próteses em cima dos seus fabricantes, a partir dos seus fabricantes e se faz análise nesses laboratórios certificados. Próximo.

Em 2007 e 2008, se regulamentou os critérios para agrupamento de implantes visando simplificação do registro. Instituiu também a proposta de etiquetas de rastreabilidade para próteses articuladas. Com o trabalho anterior da tecnovigilância, então, se houve a necessidade de definir as etiquetas para garantir rastreabilidade daquele produto, principalmente para identificação no caso de eventos adversos. Próximo.

Mais recentemente, em 2009, se publicou a RDC nº. 25, que obriga a certificação de boas práticas de fabricação para as empresas importadoras. Então, no seu país de origem. Ao se registrar um produto num país, e esse produto sendo importado antes de se fazer esse registro, há necessidade de inspeção da empresa e certificação das boas práticas de fabricação. Nenhuma prótese mais será registrada de fabricante internacional, sem ser realizada a inspeção e a sua certificação de boas práticas de fabricação.

Também foi publicada a Portaria Interministerial, entre o Ministério da Saúde e o MDCI, o Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia, Portaria nº. 692, que amplia a rede de laboratórios que trabalham a certificação e a avaliação das próteses. Também, as perspectivas nossas agora é trabalhar na Consulta Pública nº. 2, as novas regras para a notificação de evento adversos incluindo os implantes e a certificação compulsória para implantes iniciando por quadril.

Também estamos desenvolvendo, fechando uma rede de laboratórios para área de próteses ortopédicas, o chamado remato, com a construção de, com a implementação e investimento em doze laboratórios espalhados pelo país numa rede, a qual vamos avaliar prioritariamente, próteses de quadril, parafusos e placas planas.

A partir da avaliação dessas próteses, a gente presente de chegar à resposta daquela dúvida, sinalizada no início aqui pela fala do Senador Flávio Arns, sobre a qualidade das próteses nacionais e importadas. Então, parte desse trabalho de avaliação dessas próteses começa com quadril, parafusos e placas planas, porque prótese de quadril, parafusos e placas correspondem a mais de 60% do total de próteses ortopédicas comercializadas hoje, no país.

E aí, a partir do perfil epidemiológico e do cenário que foi apresentado aqui pela Dra. Solange, dá para a gente entender um pouco o porquê da priorização dessas três áreas. Tanto o perfil epidemiológico, quanto o perfil etário da população mudou muito e o número de usuários e de pessoas que podem e acabam utilizando esse tipo de prótese vêm aumentando, consideravelmente, no país.

Além disso, a ANVISA vem trabalhando numa proposta de revisão ou de implementação da RDC 185, que trabalha no monitoramento de mercado para produtos de saúde. Nessa RDC existe uma lista de produtos prioritários para fazer controle de mercado. Dentro dessa lista, aí estão próteses, produtos da área de cardiologia e um pouco diferente da área de saúde suplementar, que foi sinalizado aqui, que é a neurocirurgia, a buco maxilo e ortopedia são as áreas de grande impacto, no Sistema Único de Saúde, as áreas de maior impacto é ortopedia, a neuro e área de cardiologia.

Onde a cardiologia e a ortopedia consome 80% da demanda atual, hoje, de órteses e próteses. Com impacto muito grande, quando se compara os recursos gastos com assistência e o recurso gasto, comparando o seu total, o recurso gasto com órteses e próteses. O volume é absurdo, e aí, não é diferente do que foi apresentado aqui pela Dra. Solange.

Nessa proposta de revisão da 185, nós também vamos identificar algumas prioridades. A ideia é trabalhar com área de cardiologia, com prótese de quadril, joelho e parafuso e vamos pensar em pegar alguma coisa também na área de neurocirurgia.

Era isso que a gente tinha para apresentar.

Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Joselito Pedrosa. Passamos agora para o Dr. Valdmário Rodrigues Júnior, Diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil.

SR. VALDMÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Bom dia a todos. Bom dia, Senador Augusto Botelho.

Senador Flávio Arns, primeiramente, em nome do Sistema Cooperativo, gostaria de parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais, pela importância desse tema abordado e que está sendo discutido, tendo em vista que a nossa preocupação, e acredito da Comissão, seja realmente com o principal ator neste cenário, que são os nossos clientes.

Essa preocupação e é urgente, eu diria como médico, urgente que seja normatizado e regulado este mercado. O Sistema Cooperativo, hoje, eu vou ser um pouco mais prático, o Sistema Cooperativo hoje, temos hoje em torno de 15 milhões de clientes e os custos assistenciais estão subindo a cada dia, ficando praticamente incontroláveis com a repercussão, exatamente, no principal envolvido, que são os nossos pacientes, que necessitam de estar utilizando as órteses e próteses e materiais especiais.

Ora, se a Agência Nacional de Saúde, hoje, que regula, a partir da lei nº. 9.656, regula os reajustes dos planos da saúde suplementar, esse ano o índice foi 6.76, fica claro que esta conta não vai fechar. Quem é que está controlando a outra conta? O mercado de materiais especiais e órteses e próteses.

Se o reajuste de 6.76 é de um lado deveria estar havendo um controle rigoroso por parte deste mercado leonino, extrativista, que está lesando a todos. E a repercussão vai começar exatamente, daqui a pouco, piorando às condições do SUS, que já não está dando conta de atender os seus clientes e a possibilidade de migração de mais clientes da saúde suplementar para o SUS.

Na nossa opinião, hoje, com as ferramentas de TI, que estão disponibilizadas para todos e com a bela apresentação da Dra. Solange, onde mostrou os números dos impactos que estão sendo causados, fica muito simples, na minha visão, daí a importância desse assunto da Comissão aqui, hoje.

Nós temos que, imediatamente, na nossa visão, traçar uma estratégia só que muito rápida e eu acho que aí a ANVISA, eu sei do trabalho, do envolvimento sendo feito, mas eu acho que deve ser acelerado e muito rápido, Senador, de iniciar este trabalho na cadeia produtiva das órteses e próteses e materiais e medicamentos. Seja na hora que esses materiais entram no nosso país.

Qual foi o custo dele lá no país de origem? Cem dólares, quando ele chegar ao Brasil fazermos monitoramento e o acompanhamento rigoroso deste caminho, até chegar à mão do médico e do cliente, que vai ser o beneficiado.

Então, nós temos duas frentes. Uma frente, que eu acho que fica muito clara, que é aqui no Brasil, todas as fábricas e as importações desses materiais tem que estar na ponta das nossas ferramentas de TI, para que a gente possa exercer esse controle rigoroso.

A mudança dos padrões de doenças mudaram bastante, como já foram citadas, hoje as doenças passaram ser crônico degenerativas. Medicina suplementar, o Sistema Cooperativo tem investido muito na prevenção das doenças.

E o médico tem a sua culpa também e grande, mas o início da cadeia, para que esse problema que aflige a todos deve ser iniciado – repetindo – no monitoramento de um órgão, que eu não sei se é apenas a ANVISA, ou se necessitaria um outro órgão governamental, que exercesse como é exercido na própria regulação do reajuste dos planos de pessoa física do sistema de saúde suplementar.

Existe hoje regulação do preço da gasolina, do preço do álcool, do preço do óleo diesel, nós temos que encontrar esse mecanismo urgente de regulação, porque o mesmo produto que é vendido para o hospital, para o paciente do SUS utilizar, esse mesmo produto é vendido para a medicina suplementar, para a cooperativa, com um preço que chega a ser 300, 400, 500% diferente.

Ora, no nosso país, hoje, com essas ferramentas de TI que nós temos, como que nós podemos aceitar uma prática de preço abusiva e nociva? O mesmo produto custa 100 dólares para um paciente do SUS, custa 500% mais para a saúde suplementar.

Então, eu penso que essas providências devem iniciar por uma posição mais rápida da ANVISA e por parte da Receita Federal e de mais algum órgão governamental que tenha poder de realmente estar colocando sanções na comercialização desse produto. Esse mercado está realmente leonino, está afligindo e inviabilizando, inviabilizando as cooperativas de trabalho médico.

As cooperativas têm buscado prevenção, tem investido na busca da melhora, na busca da excelência da qualidade da prestação do serviço de saúde. Então, nós necessitamos de ter esse controle rigoroso do mercado.

Agradeço a todos. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Valdmário Rodrigues Júnior. O próximo expositor agora é o Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho, especialista em regulação da Agência Nacional de Saúde, ANS.

Eu gostaria de registrar a presença de algumas pessoas aqui presentes, Sr. Antônio Mazurek, Diretor da Confederação Nacional de Seguros; Anderson Napoleão, Assessor Parlamentar do Ministério da Saúde; Marcos Paulo Dias, Coordenador de Assuntos Parlamentares da ANVISA; Olympio Távora Corrêa, da Confederação Nacional de Saúde, Dr. Olympio estava aí, mas acho que já saiu, está lá atrás. Cristiane Rocha,

Assessora Técnica do Ministério da Saúde e Antônio César, Diretor da Unimed Brasil e José Rubens Iglesias, Diretor Executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do Distrito Federal.

Dr. Jorge Luis da Cunha Carvalho, com a palavra.

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: Bom dia a todos. Bom dia os componentes da Mesa, aos Membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e audiência.

Eu trabalho numa área da agência, que lida com todas as questões relativas às coberturas assistenciais pelos planos de saúde. E fiz uma apresentação bastante curta, só para servir como apoio para aquilo que a gente vai discutir aí.

A primeira coisa a se frisar, a Dra. Solange já havia tocado nesse ponto, é que com relação às coberturas de órteses e próteses pelos planos de saúde, nós temos duas situações. Nós temos aqueles planos regulamentados, que foram contratados após a vigência da lei nº. 9.656, ou seja, contratados a partir de dois de janeiro de 99, ou que foram adaptados a essa lei.

Nesses planos é obrigatória a cobertura à todas as órteses e próteses que são ligadas a um ato cirúrgico. O que isso significa? São órteses e próteses que, para serem colocadas ou retiradas, é necessário que se realize um ato cirúrgico.

Então para dá um exemplo aqui, para que fique claro para todo mundo, uma perna mecânica seria uma prótese não ligada a um ato cirúrgico e, nesse sentido, não tem cobertura nos planos regulamentados.

Falando primeiro dos planos regulamentados. Uma prótese de quadril, que é necessário que seja colocada através de uma cirurgia, tem cobertura obrigatória, sempre que indicada pelo cirurgião assistente. Um óculos seria um exemplo uma órtese, que não é ligada a um ato cirúrgico, porque a pessoa coloca e tira, já uma lente intraocular seria um exemplo de uma órtese ligada a um ato cirúrgico.

Então, nós temos essa situação nos planos regulamentados, mas nós temos ainda, aproximadamente, 30% de planos, que foram contratados antes da vigência na lei nº. 9.656. E, nesses planos, de acordo com o entendimento da Justiça vale o que está especificado no contrato, entendido como ato jurídico perfeito. Então, nesse sentido, esses planos podiam, podem não é? Porque os contratos ainda estão vigentes, pode haver todo o tipo de combinação com relação à cobertura.

Então podem ser excluídas órteses e próteses de uma maneira geral, podem ser excluídas só próteses, podem ser excluídas só as próteses não ligadas ao ato cirúrgico, então existe uma variedade, vamos dizer, muito grande de combinações nesses planos.

Eu queria chamar a atenção, no caso desses planos, para duas situações. Em primeiro lugar, embora eles correspondam a, aproximadamente, 30% do total de planos, a média de idade nesses planos não regulamentados, até por serem mais antigos, é maior do que nos planos regulamentados. Então, em termos de procedimentos assistenciais, eu não tenho número, mas certamente é bem superior a 30%, uma vez que as pessoas com mais idade necessitam de mais assistência e de mais procedimentos.

E uma outra questão que às vezes chama a atenção das pessoas é que você pode ter por exemplo, uma criança de cinco anos que tenha um plano antigo, aí a gente vai pensar: Bom, como é que isso é possível? Porque o pai dessa criança já tinha um plano, que não era regulamentado, colocou seu filho como dependente e o plano dessa criança também vai ser não regulamentado, vai valer o que está no contrato.

Ou então, em caso de planos coletivos, onde a empresa tem o contrato com uma operadora de plano de saúde e, no momento em que ela admite um novo empregado, o contrato desse plano também vai ser um plano não regulamentado.

Então embora da tendência desses planos não regulamentados tem sido de diminuir proporcionalmente, nós ainda temos pessoas ingressando em planos de saúde que são não regulamentados.

Nos planos regulamentados, nós temos cobertura obrigatória a todas as doenças gestadas na CIDE, não pode ter exclusão por doença, cobertura obrigatória a todos os procedimentos listados num rol de procedimentos, que é editado pela ANS.

O último foi entrou em vigência no ano passado e nós estamos terminando a primeira fase da revisão de um novo, que vai entrar em consulta pública, provavelmente, em setembro e que deve entrar em vigência a partir de abril de 2010. E a nessa ideia é que esse prol de procedimentos possa ser revisado periodicamente. E, também, cobertura a toda e qualquer taxa, incluindo os materiais utilizados nas cirurgias.

Nos planos regulamentados, então, eu já falei da cobertura, que pode ser excluída cobertura aqueles materiais que não são ligadas ao ato cirúrgico, materiais que não importados e não nacionalizados. E como que a gente entende isso? São aqueles materiais que não têm registro na ANVISA. Entende-se que um material, embora fabricado no exterior, mas que tenha registro na ANVISA, é um material importado nacionalizado e, nesse sentido, não pode ser objeto de exclusão de cobertura. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais e órteses e próteses que são para fins estéticos.

Nós temos como já foi falado aqui na Mesa também, um problema muito sério com relação ao conflito

de interesses na indicação desses materiais por parte dos médicos. Isso, infelizmente, acontece, tem acontecido, como já foi dito também pela Dra. Solange, é uma prática infrativa ao Código de Ética Médica, um médico obter alguma vantagem na indicação de algum material, mas isso realmente é provocado por uma situação, que eu vou dar um exemplo assim.

Um médico vai uma cirurgia de coluna, onde ele vai passar horas e horas debruçado numa mesa de cirurgia, com um procedimento de alta responsabilidade e vai receber 300 ou 400 reais por esses procedimentos. E, nessa cirurgia, ele vai colocar uma prótese que pode custar por baixo, 40, 50 mil reais. Então, o que acontece é que, cada vez mais, os médicos vêm procurando obter vantagens, vamos dizer assim, na colocação do material A ou do material B.

Então, em função desse problema, que é uma coisa reconhecida, isso tem sido discutido bastante numa Câmara Técnica de Implantes, da Associação Médica Brasileira, da qual nós participamos, também vem sendo discutido no CFM, nós tiremos esse entendimento, de que o médico pode indicar o tipo do material que vai ser colocado, o material que lhe é fabricado, as dimensões, as características desse material e que a operadora do plano de saúde pode indicar no caso a marca e a procedência.

Isso não é uma coisa simples, por várias razões que eu acho que não vai dar tempo de detalhar aqui na apresentação, mas por acaso, logo depois que nós tiramos esse entendimento e foi por acaso mesmo, porque não teve nenhum contato nesse sentido. Houve um parecer do CFM aprovado em Plenário, que foi fala quase que exatamente isso, que o médico pode indicar o tipo de material, as características, mas não pode ter a prerrogativa de indicar a marca e a procedência ou o fornecedor, que às vezes querem indicar até o fornecedor.

Então, agora esse parecer do CFM, ele vêm causando uma certa polêmica também entre a comunidade médica, tanto que foi constituída um confissão do CFM, exclusivamente, para discutir esse tipo de coisa.

Eu diria assim, que essa questão do médico indicar um tipo de material a ser utilizado tem um espectro que vai assim, desde a má fé pura e simples. E aí, no caso, você tem situações em que o médico chega a indicar um material que aquele paciente nem necessitaria usar.

Nós temos muito esse problema com cirurgias de coluna, um dos materiais colocados na coluna, muitas vezes, causa uma iatrogenia muito grande. Chegam a tornar o paciente inválido. E, nesse espectro, a outra ponta seria do médico que realmente acredita que aquele material é o melhor para o seu paciente e, nesse sentido, ele está cumprindo a sua missão como médico, que é usar dos melhores meios disponíveis para o tratamento de seu paciente.

Há também, essa situação não é simples. Um cirurgião um ortopedista estava conversando comigo dizendo que ele está acostumado a usar um determinado tipo de material, e a operadora diz que não cobre aquele, cobre outro. Então, quando ele chega à mesa de cirurgia, ele se deparo com um tipo de material de instrumental totalmente diferente daquele que ele está acostumado a usar. Então, quer dizer, também é uma situação bastante difícil. Então existe, como eu falei, todo um espectro de situações que não são simples, [soa a campainha] são bastante complexas.

E, finalmente, para terminar assim, quais seriam – esse slide pode passar acho tem um outro ou é o último. Bom, pode passar mais um, acho que é o último.

Quais seriam as soluções para esse tipo de problema? Em primeiro lugar, haver um sistema de comunicação de falhas nos implantes que fosse efetivo ao qual a comunidade médica aderisse para que pudesse então haver uma base para quando o médico disser: "Eu não quero usar o material A, porque esse material A, na minha experiência provoca muitos problemas e daqui um ano depois de colocação daquela prótese, o paciente tem que voltar a cirurgia para trocar".

É importante que haja um sistema, é importante que haja uma cultura, no site da ANVISA existe um local para que se comunique falha em implantes, mas me parece que a adesão pela comunidade médica a esse tipo de sistema é muito pequeno. Desculpe, só com relação ao tempo... Ah está, obrigado.

Outros países implantaram sistemas muito efetivos de comunicação de falhas em implantes, notadamente os países nórdicos, escandinavos. O professor que fez esse sistema lá foi agora para os Estados Unidos, para poder implantar uma coisa assim semelhante. Ele já esteve no Brasil convocado pela ortopedia para falar e criou-se um sistema que realmente resolveu boa parte dos problemas. E que assim diminuiu em muito, o número de materiais que estão disponíveis para os médicos usarem.

Foi se afunilando vamos dizer, para realmente só estarem disponíveis no mercado da Suécia, aqueles materiais que realmente tem uma comprovação de segurança e de eficácia e que tem um índice de complicações pequeno. Então, assim o material, a quantidade de materiais de órteses e próteses que se encontram hoje no mercado brasileiro, no mercado americano também que tem um sistema semelhante, é muitíssimo maior a quantidade de diferentes tipos e marcas de materiais que se encontra, por exemplo, na Suécia.

Uma outra questão importante nesse sentido seria se estabelecer diretrizes clínicas, para estabelecer qual o melhor tipo de órteses e próteses para se utilizar

em algum caso. Porque eu disse aqui que deve se respeitar sempre a indicação do tipo de material, que é a indicação do médico assistente nesse tipo de caso.

E o que pode se questionada é a procedência e a marca desse material. No entanto, também existem materiais que vêm sendo introduzidos no mercado, que são materiais muito mais caros, que apresentam às vezes um índice de complicação maior e que, talvez, justamente por serem mais caros e mais recentes, por conta de toda a cultura até do próprio paciente, que acha que melhor material para ele é aquele que foi lançado por último no mercado, existe uma questão muito complicada com relação ao tipo de material que é indicado.

Dois exemplos seriam os das lentes intraoculares. Hoje em dia, você tem lentes até que são para tratamento de catarata. Quando é feita a cirurgia de catarata tem lentes até que são fixadas nos músculos minúsculos oculares, para que ela possa ter um movimento e esse movimento, o único benefício que ele vai trazer é que o paciente não precise utilizar óculos para leitura.

E, no entanto o índice de complicações desse tipo de material é muito alto, o custo dele é muitíssimo mais alto do que das lentes convencionais. Quer dizer é importante, no caso, que se estabeleçam diretrizes para saber quando é que está indicado um tipo de material e outro.

Outro exemplo também são dos estentes, que são utilizados para insuficiência coronariana. Até três anos atrás, mais ou menos, se dizia que os estentes convencionais, aqueles que não são revestidos por um tipo de farmaco que é liberado aos poucos, eles estavam praticamente em de uso já. E os estentes, praticamente, só se passou a utilizar os estentes farmacológicos, que estão muitíssimo mais caros.

Dois trabalhos publicados há dois ou três anos, mostraram que isso não é assim, que pelo contrário, esse material que é muito mais caro tem um índice de complicações maior do que aquele material convencional.

Então, nesse sentido, a gente vem além de algumas diretrizes que nós chamamos de diretrizes de utilização, que são colocadas no rol de procedimentos, ou seja, para que o procedimento só tenha cobertura obrigatória quando siga determinados parâmetros, determinadas exigências, como condições prévias dos pacientes, exames prévios, isso tem algumas diretrizes assim no rol de procedimentos, mas são poucas ainda e não atingem muito a questão de órteses e próteses.

A agência vem investindo a partir de um convênio com a Associação Médica Brasileira e com a participação do CFM, num projeto de confecção de diretrizes clínicas que possa embasar o médico nas suas decisões, possa embasar as operadoras, possa embasar inclusive o Judiciário nas disputas que chamam até o Judiciário.

E aí, nessas diretrizes que vêm sendo feitas, nós temos tratado de várias questões que dizem respeito à órteses e próteses.

E é basicamente isso e se tiver alguma pergunta a gente está aberto ao debate.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agradeço [interrupção no áudio] Érika Pisaneschi, Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. A senhora tem dez minutos prorrogáveis. Pode começar.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Bom dia. Cumprimento aqui os Senadores, em nome do Senador Augusto Botelho, também aqui os participantes desse debate, dessa Mesa. Pode passar, por favor.

Eu quero elogiar a proposição desse debate, em função de que ele diz respeito diretamente a uma população usuária do SUS, que são as pessoas com deficiência. E é da política específica para essas pessoas no Sistema Único de Saúde, no SUS, que eu vou tratar um pouco aqui, dentro desse bojo, desse contexto o fornecimento então de órteses e próteses ambulatoriais.

Eu coordeno a Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Por favor, pode passar. Pode passar.

Seguindo então os princípios do SUS, de universalidade, integralidade e equidade, a pessoa com deficiência tem direito a ser atendida no SUS, naquelas suas necessidades básicas de saúde, mas também nas específicas e aí, então, nós, dentre as específicas, a reabilitação, incluindo aquisição de recursos ópticos, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Pode passar.

Para esse segmento, então, existe uma política específica, que é a Política Nacional de Saúde para Pessoas com Deficiência instituída no ano de 2002. Pode passar.

Essa política, ela vai tratar diretrizes, então – pode passar o slide todo – diretrizes que orientam a formulação e desenvolvimento de ações e programas que tem como principal objetivo reabilitar e habilitar pessoa com deficiência, com vista a sua inclusão social, ações estas que são desenvolvidas por Estados e Municípios.

Dentre as diretrizes estabelecidas, a gente tem promoção da qualidade de vida, previsão de deficiências, assistência integral, capacitação de recursos humanos e uma diretriz específica, que é organização e funcionamento dos serviços. Pode passar.

Na organização do sistema, quando a gente fala dos níveis de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde, nós temos então os níveis de média é alta complexidade, que é onde se situa os nossos serviços de

reabilitação. Enfatizando mais uma vez que serviços de reabilitação é parte de ações, é parte de que deve ser feito para essas pessoas, para que de fato haja reabilitação e a sua inclusão social.

Mas elas precisam de atendimento específico, por quê? Uma pessoa que sofre uma amputação de membro, ou uma pessoa que perde audição, ou ela perde a visão, ela precisa ser reabilitada, e aí nós estamos falando então do fornecimento de alguns equipamentos de órteses e próteses, mas muito mais do que isso, nós estamos falando do fornecimento desses equipamentos dentro de um processo de reabilitação.

O que envolve então a organização no SUS, dos serviços, de uma rede de serviço, nós chamamos de redes temáticas de serviços de reabilitação na área da deficiência física, na área de deficiência intelectual, na área com saúde auditiva e na área de reabilitação visual. Volta um pouquinho?

Só importante frisar, pode voltar. As datas ali, por exemplo, reabilitação física foi a primeira área que foi normatizada, porque o papel do Ministério da Saúde é então estabelecer as normas e dizer de que forma essa população deve ser atendida e adequadamente atendida. Então a reabilitação física foi a área inaugural, mas na sequência tivemos Portarias falando do atendimento a deficiência intelectual.

E, em 2004, um avanços importante na área da saúde auditiva, nós estamos falando então do fornecimento dos aparelhos auditivos no Sistema Único de Saúde. E agora, em 2008, em dezembro, uma área também que carecia de regulamentação, que é a área de reabilitação visual.

Antes destas normatizações eram fornecidas órteses e próteses no Sistema Único de Saúde? Eu estou tratando aqui de órteses e próteses laboratoriais. Sim eram. Mas, como eu disse anteriormente, a importância é que, gradativamente, ao longo dos anos, o Ministério da Saúde vem trabalhando normas, a partir dessa política para pessoas com deficiência, em que a gente vai mudar o cenário do fornecimento desses equipamentos, simplesmente, o que a gente chama de um fornecimento de balcão e passa então a fornecer esses equipamentos dentro de serviços de reabilitação. Pode passar.

Que tem uma estrutura com uma equipe multiprofissional para poder fazer o acompanhamento, o diagnóstico, a indicação, a avaliação funcional desse paciente, para saber exatamente qual é o equipamento necessário, o que ele precisa para adaptar esse equipamento, para efetivamente esse equipamento ter um uso e uma mudança de qualidade na vida dessa pessoa.

Hoje, nós temos 73% da rede de reabilitação física implantada, o que significa 156 serviços de referência distribuídos no país. Temos serviços em todas as regiões do país, mas serviços que nós chamamos os serviços descentralizados, que aí não existe, não é computado um a um pelo Ministério da Saúde, porque isso faz parte da estratégias locais dos Estados e dos Municípios, em que há uma variação quase que mensal disso, ou porque diz respeito a descentralização desses atendimentos de responsabilidade dos Estados e Municípios.

Mas nós temos 156 serviços de referência, onde são fornecidos os equipamentos, órteses e próteses, na área de reabilitação física.

Na área de saúde auditiva, como eu disse, houve uma mudança importante, a partir de 2004, e desde então, o Ministério da Saúde vem trabalhando a implantação de serviço de saúde auditiva e totalizamos agora, no ano de 2008, 135 serviços, o que significa 89% da rede de saúde auditiva.

Na área de reabilitação visual, como eu disse, a proposta é de 75 serviços no país. E apesar de não ser específico para o fornecimento de órteses e próteses, a área de deficiência intelectual, por volta de 900 serviços. Pode passar.

Mais uma vez, então, são redes temáticas de reabilitação para pessoas com deficiência e eu estou tratando aqui de órteses e próteses ambulatoriais. Pode passar.

Por área, nós temos por volta de 130 procedimentos. O que significa? Na área de reabilitação física, por volta de 83 procedimentos que dizem tipos de órteses e próteses para membro superior, para membro inferior, para coluna. Então, quando tem ali, 24 próteses para membros superiores, 24 tipos. É lógico que destes 24, isso se dissemina e se amplia para as marcas e a subdivisão disso. Certo?

Na saúde auditiva, por volta de 14 tipos de aparelho auditivo. Na área de ostomia, que também diz respeito à política de saúde para pessoa com deficiência, também os equipamentos necessários. Na área de reabilitação visual, também ampliamos recentemente, os tipos de recursos ópticos que são fornecidos para a população.

Em cada uma dessas áreas, eu poderia aqui me estender dizendo do que a gente fez nos últimos anos para melhorar esses instrumentos de gestão, que Estados e Municípios têm – e é obrigação do Ministério da Saúde disponibilizar – para que seja feita a compra desses equipamentos e o fornecimento com qualidade e que de fato traga benefícios para essa população.

Só dando como exemplo a área de saúde auditiva, no ano de 2004 existiam dois tipos de aparelhos na tabela, com uma descrição que não permitia no momento de licitação ou de compra desses equipamentos, que de fato se chegasse à compra daquele equipamento, que aquele usuário necessitava. Então foi feito um trabalho de descrição desses procedimentos na tabela, em que

a gente descreve os procedimentos pelo tipo de tecnologia dos equipamentos. E isso melhorou muito, deu um salto de qualidade importante no fornecimento desses equipamentos do Sistema Único de Saúde.

Da mesma forma, nós trabalhamos os procedimentos na área de reabilitação física [soa a campainha], de ostomia e de reabilitação visual. Tenho mais um tempo, Senador?

Como eu disse, deve-se sempre se pensar o próprio Dr. Joselito colocou aqui, existe uma relação importante de ser trabalhada, que é a assistência ou tudo que deve ser feito para essa pessoa que recebe um equipamento receber a órtese e prótese é parte dessa reabilitação, precisa ter uma boa equipe multiprofissional para reabilitar essa pessoa, para fazer uma prescrição adequada desse equipamento e o acompanhamento disto.

Então, isto também faz parte da lógica do atendimento dessas pessoas no Sistema Único de Saúde e nós temos diversos procedimentos descritos aí para esse tipo de atendimento. Pode passar.

Com relação à produção ambulatorial do ano de 2008, houve por volta de três milhões de OPMS fornecidas por volta de 200 milhões, um valor total, as OPMS, mas o atendimento necessário por volta de 500 milhões, numa frequência de 24 mil procedimentos. Pode passar.

A gente tem anualmente, na verdade, um crescimento, ao longo dos anos, se a gente for fazer uma série histórica de 2002, até 2008 agora, nós todos os anos nós crescemos em relação ao fornecimento dos equipamentos e o atendimento de reabilitação. Só para se ter uma idéia, no ano de 2003 para 2007, nós ampliamos em 181% o fornecimento das cadeiras de rodas no Sistema Único de Saúde. Pode passar.

Finalizando, de fato se sabe que essa área precisa ser aprimorada e a gente tem muitas coisas ainda para fazer e, nesse sentido, em função da agenda social da Presidência da República, por uma determinação do Presidente da República, existe uma agenda social para pessoas com deficiência em que os diversos Ministérios se comprometeram com ações específicas a serem desenvolvidas até o ano de 2010.

A ações para pessoas com deficiência também fazem parte do Mais Saúde, o programa, as prioridades do Ministério da Saúde até o ano de 2011. E entre eles então o que existe? Para ampliar a cobertura e aprimorar o processo de reabilitação no SUS para as pessoas com deficiência. Em que nós estamos trabalhando em três linhas, que é ampliar o fornecimento das órteses e próteses, diversas medidas foram tomadas no ano de 2008, nesse sentido.

A implantação de oficinas ortopédicas para confecção desses equipamentos, a exemplo do que a gente tem no Brasil, como o trabalho desenvolvido pela Rede Sara dos hospitais de reabilitação, ou a Rede ACD ou mesmo Pestalozzi, que tem oficinas ortopédicas associadas a serviços de reabilitação e é nesse sentido que a gente vem também promovendo então, a implantação de oficinas ortopédicas nos países, priorizando a região Norte e Nordeste. Também associada e complementar a essa ação a formação de artesistas e protesistas. Pode passar.

Aqui, na verdade, eu poderia listar por área as diversas medidas que o Ministério da Saúde tomou para ampliar o fornecimento desses equipamentos do SUS e também com relação ao valor que existia desses procedimentos na tabela, existia uma queixa antiga de que talvez, principalmente na área de ortopedia, que esses equipamentos estavam defasados, uma defasagem aí de mais de treze anos.

Então houve um reajuste na tabela de órteses e próteses ortopédicas no ano de 2008, que vai também contribuir nesse processo de licitação feito pelos Estados e Municípios para a compra desses equipamentos. De fato, preços que são preços de mercados e a possibilidade de comprar sim, equipamentos de excelentes qualidade que são fornecidos qual SUS. Pode passar.

Foram diversas medidas na área saúde auditiva, de reabilitação física. Pode passar. Como eu falei na área de reabilitação visual, nós inauguramos, instituímos a norma para assim plantação de serviços especializados. Pode passar. Por volta de 130 milhões de recursos específicos para a nossa área.

Para finalizar, sempre lembrando que as nossas ações, a implantação da rede de serviço de reabilitação, ela é compartilhada por Estados e Municípios, cada com um com as suas responsabilidades.

E acho que já [soa a campainha] falei ali ao longo da minha apresentação, a importância das ações do Ministério da Saúde na formulação e revisão das normas, na Assessoria Técnica os Estados e Municípios para organização do atendimento a essa população e a transferência de recursos para o custeio dessas unidades.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Érika.

Eu gostaria de registrar a presença do Senador João Durval também aqui e do Senador Mozarildo Cavalcanti, além do Senador Flávio Arns.

Após a exposição, agora, nós passamos para a fase de questionamentos. Com a palavra o Senador Flávio Arns, que é um dos autores do requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Senador João Durval.

Eu, em primeiro lugar, quero novamente agradecer a participação dos expositores, foram todas exposições

importantes, necessárias e penso que tenha faltado a presença da Associação Médica, o Conselho Federal de Medicina, já que muitas coisas foram faladas em relação à necessidade de entrosamento, de processos claros de um debate sobre procedimentos éticos também na profissão.

Mas, ao mesmo tempo, pelo relato que foi dado, o próprio Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica vêm se debruçando sobre esse tema, para assim colocar os encaminhamentos que julgam importantes. Eu até quero me penitenciar, porque o requerimento original constava a participação da área.

Eu só quero dizer que considerei muito importante e, dentro do requerimento, essas preocupações foram colocadas também. Porque no requerimento nós dissemos, nós queremos debater o processo de registro dos produtos, como é que isto acontece, registro. A análise técnica de qualidade do produto, há muita, como foi colocado, muito problema nesta análise também.

E mesmo naquilo que a Dra. Érika colocou em termos de órteses e próteses no chamado sistema ambulatorial, cadeira de rodas, por exemplo, como é que a gente vai saber que essa cadeira de rodas é boa, é de qualidade, atende a necessidade daquela pessoa, seja deficiência física, deficiência motora, paralisia cerebral e coisa semelhante.

Então, registro, análise técnica, certificação, quer dizer, como é que acontece essa certificação do produto e instrumentos que permitam a verificação da adequação, como foi colocado, à necessidade do paciente. Então, penso que todas as exposições procuraram de uma forma abordar nesse sentido o assunto.

Porém, percebemos assim que existe um bom caminho a ser percorrido também e natural que aconteça isto, porém existe um clamor por parte dos expositores e um clamor por parte da sociedade, que isto seja feito de uma maneira urgente, rápida.

E eu queria sugerir, Sr. Presidente, que fruto desse debate, dessa Audiência Pública, esta Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Saúde, possa ter o desdobramento disto convidando as pessoas aqui presentes e outras, eventualmente, para pensarmos assim, concretamente, e talvez a gente possa fazer isso até o mês de agosto, vamos dizer, quer dizer pensarmos num texto que reflita as necessidades da área.

Por que isto? Porque há pouco tempo e V. Exª., Senador Augusto Botelho participou do debate, tivemos assim encaminhamentos importantes aqui no Senado Federal a respeito dos medicamentos excepcionais de alto custo para doenças crônicas, que também eram assim, vamos dizer, guardadas as diferenças, também era um debate nesse sentido. Quer dizer, como é que um medicamento entrava na lista dos medicamentos do Ministério da Saúde? Qual era o custo do medicamento, custo/benefício do medicamento. Como é que a sociedade participaria desse debate? Que tipo de Audiência Pública que o Ministério ou a ANVISA faria no caso do medicamento, próprio Ministério faria para está finalidade?

E houve muito debate, muito questionamento e agora, salvo melhor juízo, estamos chegando a um entendimento de um texto, que vai ser votado aqui no Senado, em que existe um consenso entre o doente, o Ministério da Saúde, o Senado Federal mesmo, e isso podendo até subsidiar alguma decisão que o Supremo Tribunal Federal, que já fez Audiências Públicas, também a esse respeito, possa vir a tomar sobre o assunto.

Eu penso que em termos de órteses e próteses seria algo parecido também, chamar as pessoas, discutir com as pessoas. O Congresso Nacional, através do Senado, contribuir com aquilo que a ANVISA já vem fazendo, mas tornar assim bastante aberto, bastante transparente, público, em termos assim desses aspectos que foram mencionados no requerimento. Quer dizer, o registro, a qualidade, o atendimento da necessidade do paciente, coisas assim que são essenciais.

Porque ao mesmo tempo, a gente vê, quer dizer, a Dra. Solange colocou, são 16 milhões que a saúde suplementar, eu penso, despende com a compra de equipamentos, que foi colocado? 16 bilhões. E a suplementar atende 40 milhões de brasileiros. Então, nós temos 160 milhões de brasileiros que dependem do SUS, e o SUS também vem despendendo nesta área, salvo melhor juízo, um valor significativamente abaixo. Eu diria até pelos dados que eu tenho eu acho que é um recurso assim de, aproximadamente, cinco bilhões, aproximadamente, não sei se a Dra. Érika depois poderia esclarecer.

Mas de qualquer forma, 16 bilhões para 40 milhões de brasileiros e cinco bilhões, se forem os cinco bilhões mesmo, para 160 milhões de brasileiros. Isso significa aquilo que a gente sabe, quantas pessoas que estão em fila de espera também, para receberem uma órtese ou uma prótese, que é fundamental no sentido de inclusão social, como foi colocado na apresentação da Dra. Érika. Quanto que está sendo gasto? Qual que é a necessidade?

E, às vezes, me preocupa também essa questão de se dizer: Não, nós precisamos ter mais lugares que produzam órteses e próteses. Hoje, eu penso assim, com a tecnologia que vêm se desenvolvendo de uma maneira tão acentuada, não é propriamente a quantidade de lugares para a produção de próteses ou órteses que é importante, mas sim a possibilidade da aquisição, de distribuição, mesmo que sejam em lugares assim mais adiantados, com tecnologia mais adiantada.

Mas é um assunto que me parece que, naturalmente, não vai se encerrar nessa Audiência Pública. Essa Audiência Pública teve por objetivo colocar para

a população os desafios, os problemas, as dificuldades que vêm sendo enfrentadas.

E eu quero, Sr. Presidente, só reiterar, reafirmar a necessidade de se ter depois dessa Audiência Pública, não propriamente a constituição de um grupo formal de trabalho, mas alguma forma nessa sentido, nessa direção, para que no decorrer, temos até uma cronologia assim de talvez no mês de agosto, até o final do mês de agosto, termos ou final de agosto, acho que já seria um tempo suficiente, termos assim um documento que sintetize os encaminhamentos decorrentes desta Audiência Pública.

Então, eu quero parabenizar os expositores, dizer das dificuldades, dos desafios. Eu estive visitando o centrinho de Bauru na semana passada, que é o hospital assim de referência no Brasil, para lesões labiopalatais, deformidades crânio faciais e outros problemas genéticos também e que faz um trabalho da mais alta qualidade, 100% SUS e, ao mesmo tempo, com dificuldades também nesta área da próteses e órteses, mas não assim culpando, eles absolutamente culpavam alguém, mas mostrando a necessidade de se debater este assunto, inclusive colocando a pessoa com fissura labiopalatal na área da pessoa com deficiência.

Que há um debate ainda sendo realizado com a Acorde(F), e eu concordo com eles, mas só que esse debate já está acontecendo há três anos, quer dizer três anos é tempo demais para as coisas acontecerem. Tem que acontecer em um mês, dois meses, três meses, no máximo, chegarmos a conclusões claras, transparentes e fazermos os encaminhamentos necessários.

Eu não tenho assim, propriamente, Sr. Presidente, uma pergunta, mas eu penso assim que ficou muito claro o tema, através da Dra. Solange, do Dr. Valdmário, do Dr. Joselito, da Dra. Érika e do Dr. Jorge, inclusive com as experiências em outros países, que é muito interessante ver esta parte e assim nos aprofundarmos nesta questão mais para a frente, para oferecermos para a sociedade um texto legislativo claro, que assegure para as pessoas, que digam: "Olhe, você pode fazer isso que é de qualidade".

Se vier um produto novo, como é que esse produto é certificado, como é que é demonstrada a sua qualidade, enfim termos clareza nos procedimentos todos. Eu penso assim, só fazer o apelo para os expositores e expositoras, para continuarmos esse trabalho.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu gostaria, eu fiquei com algumas dúvidas assim, dúvidas, não. Eu fiquei com preocupações, na realidade. A primeira preocupação que me aflige é essa questão de alguns médicos estarem, por isso que faltou representação médica aqui na Mesa, se beneficiando pelo uso de órteses e próteses começando a receber comissões pela implantação de uma órtese, porque, naturalmente, ele vai começar a implantar desnecessária, alguns, podem fazer isso é uma coisa que preocupa e que eu espero que o Conselho Federal de Medicina e a Associação, que agora está com o Sr. Presidente aqui presente, a AMB, estamos aqui com o Dr. José Luiz Gomes Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira, chegou aqui agora, no sentido de haver alguma regulação e algumas ações para evitar que essa coisa evolua.

Outra preocupação foi que a Dra. Solange Palheiros, que sempre tem vindo aqui na nossa Casa tem participado bastante, citou que alguns materiais com registro na ANVISA, mas sem registro no país de origem, ou seja, nós estamos nos tornando um campo de experimentação humana, isso aí é uma coisa totalmente antiética se a gente vai começar a fazer dessa forma. Até acho que o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira têm que conversar com a ANVISA a respeito disso.

Outro registro de materiais sem literatura técnica consistente. Eu sei que essa judicialização da medicina que tem ocorrido tem colocado uma espada em cima da cabeça da ANVISA e das organizações, porque começa a prevalecer a saúde individual perante a coletiva, em algumas atitudes. Então, eu gostaria de um esclarecimento a respeito disso.

E outra, eu acho que foi o Valdmário que falou que tem órteses que são vendidos ao SUS por um preço e cinco ou seis vezes mais para a saúde privada. É uma coisa que tem que se discutir que realmente nem a ANVISA e nem a ANS não podem se meter nisso, mas nós temos que achar alternativas, se eles vendem cinco ou seis vezes mais, vamos importar um produto por um preço menor, achar um caminho para isso. E esta Casa aqui é o local para a gente achar brechas para evitar esses abusos.

Então são preocupações que eu tive principalmente. E esse debate não se encerra por aqui, nós estamos fazendo audiências de debates sobre o SUS nesse período, decidimos fazer isso aqui na Comissão Nacional de Saúde, Comissão de Assuntos Sociais e na Subcomissão de Saúde.

E eu gostaria de receber um pouquinho mais de orientação e saber quais foram as medidas que a ANS fez em relação a regulação, já que na Suécia já tem alguma regulação satisfatória. Se já está sendo elaborado algum estudo aqui através da ANS, para tentar regular essa cadeia de órteses e próteses.

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: O que a ANS tem feito em primeiro lugar, com relação a indica-

ção do tipo de material é como eu tinha falado procurar estabelecer diretrizes clínicas, como eu tinha falado junto com a Associação Médica Brasileira, no sentido de orientar que tipo de material está indicado em cada situação para evitar, mais uma vez exemplo aí, situações em cirurgia de coluna, por exemplo, que acontece muito hoje, na chamada instrumentalização excessiva nas cirurgias, colocação de materiais que muitas vezes provocam uma iatrogenia e um prejuízo para o próprio paciente.

Então essa é uma primeira linha, no sentido de buscando a partir das evidências científicas na literatura de uma busca padronizada e rigorosa, procurar evidenciar aquilo que realmente tem sido evidenciado como uma melhor conduta em cada caso.

Com relação a esse exemplo da Suécia, na verdade, não nos cabe assim, fazer essa questão e aí com perdão do Dr. Joselito, mas não cabe a ANS fazer essa questão do registro. Isso que aconteceu na Suécia foi um sistema nacional de registro de falhas em implantes e aí na medida em que foi se verificando que determinados materiais implantáveis apresentavam índices de ocorrência de falhas muito grandes, esses materiais passavam a ser retirado do mercado.

E aí, no caso se tem a ANVISA, porque a ANVISA que tem essa prerrogativa, a ANS não pode dizer que um determinado registrado no país, não teria cobertura nos planos de saúde.

Isso foi um projeto que, enfim, rendeu frutos já em vários países, como eu falei esse médico, esse professor, Dr. Malcal(F), ele foi contratado agora pelo Governo Americano, para tentar implantar um sistema semelhante assim lá. E nós temos participado de uma Câmara Técnica da Associação Médica Brasileira, que é a Câmara Técnica de Implantes, onde nós estamos no momento, procurando definir e classificar os diversos materiais utilizados pela medicina no país, dentro dessas categorias de órteses e próteses ou de uma terceira, que seria por exclusão, que seria de materiais especiais.

E há um projeto já em curso, no sentido de um monitoramento da utilização de diversos materiais em alguns hospitais pilotos, esse estudo vem sendo conduzido para que se haja esse Sistema Nacional de Notificação. Como eu havia falado existe no site da ANVISA, o Dr. Joselito me corrija se eu não estiver falando exatamente como é, um local específico para que os médicos comuniquem a ocorrência de falha nos materiais que eles utilizam.

No entanto, me parece que esse sistema é muito pouco utilizado por diversas questões que podem ser talvez por uma falta de divulgação, talvez por uma falta da cultura entre a comunidade médica brasileira de fazer esse tipo de ação, que na verdade é uma ação da cidadania, a gente pode dizer. E, em alguns casos também, talvez um receio por parte de alguns médicos de comunicarem a autoridade sanitária a falha em algum material, que é de um fornecedor do qual ele está acostumado utilizar e etc. Muitas vezes, o médico prefere comunicar essa falha ao fabricante, do que comunicar a autoridade sanitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Joselito da ANVISA.

SR. JOSELITO PEDROSA: Eu vou tentar responder, tanto ao Senador Flávio Arns, quanto ao Jorge Luis e ao Senador Augusto Botelho.

Com relação ao comentário do Senador Flávio Arns, ao se pensar do texto acho que quem estiver trabalhando nesse texto vai ter que tomar um certo cuidado, porque diferente de medicamentos, eu acho que deu para reparar no tamanho do cenário que é trabalhar prótese e órtese no país envolvendo várias áreas, todas as áreas.

O cenário, ele é muito nevrálgico, muito complicado, com o número de itens absolutamente grandioso, variável, então, quem estiver trabalhando com isso, levando em consideração que foi comentado aqui pela Dra. Érika, a relação que é não... Apesar de estarmos tratando de próteses e órteses, o usuário é peça fundamental dentro desta história, então, a gente vai ter que tomar um cuidado muito grande se colocar isso no texto, para a gente não criar um Frankstein, e complicar mais a vida ainda dos usuários e a nossa também. Aquilo que já está dado, está consolidado a gente acabar tornando, colocando dentro um mesmo caldeirão e virando uma sopa que ninguém consegue digerir.

Eu estou falando isso, porque além dessa variabilidade, a gente está discutindo incorporação de tecnologia. A gente estava comentando antes do início da Audiência, que ampliação tecnológica ou a inovação tecnológica e a incorporação de novas tecnologias, ela corre muito mais rápido, muito mais célere do que a capacidade que as instituições, seja ela pública ou privada, de absorver aquela tecnologia. E a gente trabalha num viés muito ruim que é a lógica do mercado frente à lógica da necessidade da população e a lógica da estrutura de saúde.

Isso é muito difícil você resolver o binômio que foi colocado aqui, até pelo texto da solicitação da Audiência. Trabalhar valor, regulação e qualidade dentro desse cenário que foi apresentado não será fácil, é um grande desafio. Se as agências, o Ministério da Saúde, a Federação a AMB, não só a AMB, mas porque a Érika demonstrou muito bem aqui. Porque o trabalho quando envolve órteses e próteses, não é só o ato médico em si, mas de equipe multi-interdisciplinar existem outros profissionais envolvidos nisso.

Eu acho que a visita em Bauru deve ter demonstrado isso para o Senador Flávio Arns, que não é somente o trabalho do médico, existem fisioterapeutas, fonoaudiólogas, psicólogas, assistente social, todos envolvidos nesse campo, por isso que é muito complicado se tratar de próteses de órteses. Mesmo considerando cega que a gente sai do âmbito ambulatorial e vai para o âmbito hospitalar também tem o envolvimento de outros profissionais e acaba esse cenário sendo muito nevrálgico, muito difícil de se pisar.

Com relação à regulação e o controle, não necessariamente precisa existir registro do produto no país de origem para a ANVISA poder registrar. Isso não torna o país um campo de experimento, muito pelo contrário, mostra o quanto o país vem crescendo e se tornou sim, um campo visível e importante para indústria internacional. O Brasil, hoje, quem acompanha aí o mercado e a discussão econômica, dentro do BRICs, que envolve Brasil, Índia, México e China, e Rússia e China é o país de maior crescimento em torno do mercado, de campo de mercado.

A China, apesar de crescer economicamente três, quatro vezes mais que o Brasil, não é um campo de evidência para indústria. México a mesma coisa, a Rússia idem. Então, o Brasil hoje é um país que está sendo monitorado pela indústria internacional e é um grande campo de comércio. Então, não necessariamente tem que haver o registro no país de origem, para a ANVISA fazer o registro aqui.

Existem regras muito claras para o registro de produtos e materiais e aí, no caso, próteses e órteses junto a ANVISA. Regras essas que, no caso de próteses e órteses exige certificação do produto, ou seja, esse produto tem que ser analisado frente a uma regra estabelecida pela ABNT, ou uma regra ISSO, ou uma regra internacional, não é simplesmente vem aqui e avalia-se um processo de forma cartorial e faz-se um registro. Se tem toda a documentação faz se o registro. Não. O produto tem que ser validado, tem que ser certificado à luz da qualidade.

Como eu demonstrei, por isso eu fiz questão de colocar a missão da ANVISA, nós que trabalhamos com registro de produto para saúde, trabalhamos à luz do risco. O risco de qualquer produto que seja registrado no país e utilizado pela população é o eixo fundamental da análise desses produtos.

Então, nenhum produto será registrado se o risco, ou que gere algum risco eminente à sua utilização no usuário do Sistema de Saúde Brasileiro. Seja ele no público ou privado. Então, no caso de materiais com registro fora, sem registro for do país não há problema, porque a gente possui regras claras.

O que a gente está fazendo para avaliar o que a gente chama de pós-mercado? Fez-se o registro, verificou que no momento do registro aquela prótese ou aquela órtese apresentava uma determinada qualidade, a gente vai verificar se no mercado depois de dois, três anos, aquele produto se mantém com as mesmas características. Porque no momento do registro o cara pode fazer a certificação, a empresa pode fazer a certificação está tudo corretamente com qualidade. Daqui a dois anos, com uma quebra de mercado, a tendência e índice de inflação, etc, se utilizar uma matéria prima de baixa qualidade.

A gente vê isso muito em próteses de coluna, em próteses de joelho, na área de ortopedia é muito claro, quando se usa material misto e não titânio puro. Então, a ideia é a gente monitorar essas próteses pós-mercado e não trabalhar só a luz da técnovigilância, porque a tecnovigilância, desde 2002, e aí já respondendo a história da ANVISA, do site é justamente isso, se estabelecer uma regra de análise de evento adverso em o que médico ou serviço deveria informar no site da ANVISA, então de uma forma eletrônica para facilitar a ANVISA o evento adverso.

Acontece que o médico e o próprio serviço têm medo de fazer isso e ele ser penalizado de alguma forma. Porque também tem um dado que a gente sabe que boa parte dos problemas relacionados às próteses não são diretamente vinculados à qualidade prótese e sim a qualidade do procedimento, que é outro problema que não é de responsabilidade somente da ANVISA é de responsabilidade da ANS, do Ministério da Saúde, dos Conselhos de Profissionais, e não só do Conselho Federal de Medicina ou da AMB, mas de todos os outros profissionais que têm envolvimento com a atenção do usuário, naquele momento.

Porque a equipe multi-interdisciplinar é corresponsável por aquele usuário. Então o ato dos profissionais tem que ser monitorado por essa equipe e isso implica no resultado final da utilização, no resultado daquela prótese. Então, todas essas questões, eu acho que são por isso que eu no início eu selecionei que há um tema super nevrálgico de ser lidado e quem vai trabalhar no texto vai ter que pensar em todos esses pontos, para não criar um monstro maior do que ele já é hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço um aparte, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é propriamente um aparte, mas porque se relaciona a todos os expositores, só dizer assim para o Dr. Joselito, a quem eu já conheço também há muitos anos e de muito outros debates, e é um prazer tê-lo aqui. Quer dizer eu até disse assim, não é quem vai trabalhar no texto, nós

vamos trabalhar no texto, quer dizer, é bem diferente. Para que o texto esteja de acordo com a realidade, para que esses problemas todos que V. Sa. acabou de colocar estejam de alguma forma previstos.

Por exemplo, uma discussão com o Governo Federal que demore três anos, não pode acontecer. Tem que ser rápido, nós temos que ter prazo de início e de término de debate. Como é que a pessoa vai ter acesso ao doente, dentro da perspectiva da integralidade, como é que ele vai ter acesso a órteses e próteses já consolidadas em nosso país? Porque na verdade existe uma fila de mais, não sei de quanto, mas com certeza mais de um milhão de pessoas em nosso país. Quer dizer, então este é um problema.

Quer dizer esta pessoa que, ou esta empresa que registra e no decorrer do tempo muda o material de acordo com o registro original. Qual que é a pena para esta pessoa? Como é que isto, se já está previsto ou não, temos que perceber, porque nós temos que ter a lei para que a pessoa saiba que ela vai ser apenada criminalmente, se fizer isso. Porque é um prejuízo evidente é a mesma coisa que falsificação de medicamento, você está falsificando de uma certa forma, o equipamento em função do registro original, enfim.

Aquilo que foi dito pelo Dr. Jorge, se tem um sistema de maus resultados, vamos dizer assim, problemas, dificuldades e resultados, quer dizer, se o Poder Público fornece ou a Agência Nacional pode-se perfeitamente definir que é obrigatório. É obrigatório, tem que fazer. E se não fizer o que acontece? Enfim, várias alternativas, vários caminhos podem ser construídos numa discussão que seja conjunta.

Eu peço assim que seja conjunta, porque eu seria a última pessoa a dizer, mesmo em outras situações, já aconteceu com medicamentos excepcionais de alto custo, o Ministério da Saúde tem uma lista. Tem uma lista, mas já faz seis anos que não atualiza a lista e aí como é que fica essa situação? Não é? Quer dizer, não pode... E quando a empresa, vamos dizer, o pessoal fica: "Não, a empresa está fazendo lobby, quer fazer isto e aquilo, não sei o quê mais".

Mas se você tiver regras claras, bem definidas, custo benefício, eficácia, comparação com a atual, Audiência Pública, os especialistas se manifestando a esse respeito. Você cria novos parâmetros para isto, em princípio, salvo melhor juízo. Então, só nesse sentido.

Mas, Sr. Presidente, eu só queria também, me desculpar com os expositores, V. Exª. sabe eu presido a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e sempre presido também, mas só quero dizer que apesar de eu estar me retirando nesse momento, eu vou acompanhar bem de perto e fazer o apelo para que os expositores nos ajudem nesse sentido. Para que possamos construir em várias mãos, se for o caso, se for o caso também não é que a gente tenha que ter alguma coisa legislativa a esse respeito, se for o caso, se for esta conclusão, a várias mãos para dizer: "Não, se tivermos um texto dessa natureza, isso vai ajudar neste momento", talvez daqui a cinco anos seja outra a realidade e uma lei vai mudando de acordo com o momento histórico em que todos nós vivemos.

Mas nesse momento, realmente, e isso pode ser um avanço importante junto com a participação da Associação Médica Brasileira e junto com a participação do doente, do usuário, do cliente. Porque nós queremos que o cidadão tenha uma vida mais tranquila nesse sentido.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Jorge Luis, eu vou dar um tempo para cada um falar para a gente poder encerrar. Certo? E aí falará. É para o Flávio, o senhor quer falar? Para o Senador Flávio Arns? Então eu vou lhe dar primeiro, depois minutos para cada um para depois...

SR. JORGE LUIS DA CUNHA CARVALHO: Eu vou ser bem rápido, só que eu acho que não ficou claro qual é a diferença na verdade desse projeto que está sendo implantado em três hospitais, a partir da Câmara Técnica de Implantes da AMB, pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e para o Sistema de Notificação da ANVISA, justamente, a obrigatoriedade.

Nesse três hospitais, sempre que há uma revisão, ou seja, uma troca de uma prótese ortopédica é obrigatório que o médico preencha uma ficha padronizada dizendo qual a razão, enfim, dando os detalhes de qual foi o motivo daquela falha. Que pode ser uma falha no caso, no procedimento médico, pode ser uma falha no material, um desgaste de material e aí, nesse caso, você tem uma visão maior. Era só isso que eu queria complementar.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Dra. Érika quer falar com o senhor, também, Senador. Quer que o senhor ouça, tudo o que for falado aqui, depois vai ser elaborado pela nossa Consultoria e será publicado nesse ciclo de debates do SUS.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Senador, eu posso ser breve, mas eu acho que é importante alguns comentários feitos, que eu acho que é importante eu colocar algumas coisas.

Com relação à fissura de trás para frente, eu acho que é importante ficar claro que, independente da pessoa ser considerada deficiente ou não, pela legislação, que é o que a Acorde(F) vem trabalhando, não é? Nós tivemos o caso da visão monocular, ou mesmo uma pessoa que tem uma deficiência auditiva, apenas unilateral, que não

seria considerada pessoa com deficiência para fins de outros benefícios, ela é usuária do SUS e ela tem direito a todo atendimento e ele é feito.

Então um fissurado sendo considerada pessoa com deficiência ou não, ele tem direito a assistência do Sistema Único de Saúde e ela é oferecida. Centrinho de Bauru é um exemplo e nós temos outras unidades também no país para o atendimento dessa população, eu acho que é importante esclarecer isso para os demais também.

Com relação aos valores colocados aqui, também só para esclarecimento. Eu não trouxe o valor total gasto ou investido pelo Ministério da Saúde com órteses e próteses ambulatoriais e cirúrgicas. Eu creio que a Dra. Solange, quando ela traz o dado de 16 bilhões envolve todas as órteses e próteses, procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais.

E aí, diante disso, a minha colocação de 500 a 700 milhões só na parte ambulatorial específica da política para pessoas com deficiência, parecer pouco, mas a questão não é esta, porque de fato para fazer esta comparação nós precisaríamos fazer um levantamento então de todos os procedimentos que envolvem também os procedimentos cirúrgicos, também o fornecimento dos equipamentos órteses e próteses cirúrgicas e os demais procedimentos realizados no SUS, para fazer a comparação com os 16 milhões colocados aqui.

Mais uma colocação que eu acho importante, a decisão por investir em implantação de oficinas ortopédicas, principalmente na Região Norte e Nordeste do país, é que se verificou que nessas regiões existe a dificuldade, muitas vezes, de um serviço privado. Então de uma ortopedia técnica privada, que possa fazer que este é importantíssimo ter esta clareza no caso das órteses e próteses ambulatoriais, que uma pessoa que sofre uma amputação, ela tem uma prótese que ela deve ser moldada, ela deve ser adaptada de acordo com as características individuais dos usuários.

Então as oficinas ortopédicas, não é no sentido de fábricas, de grandes estruturas, mas são locais onde você também faz a adaptação desse equipamentos, seja a adaptação de uma cadeira de rodas, vamos pensar num paciente que tem uma paralisia cerebral e que ele tem posturas muito próprias, ele precisa muitas vezes de que essa cadeira de rodas seja adaptada com espumas com todo... Então é nesse sentido da implantação das oficinas ortopédicas.

Sabemos que essas unidades vão poder comprar muitos dos materiais pré-fabricados, vamos lembrar aqui dos pacientes com hanseníase, dos pacientes com pés diabéticos, que tem que fazer palmilhas e calçados que são realizados praticamente por sapateiros. Então é nessa direção que se propôs a implantação das oficinas ortopédicas.

Eu acho que basicamente é isso e, logicamente, Senador Flávio Arns, Senadores, nós estamos à disposição, como sempre, para os debates que vierem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, doutora. Dr. Valdmário.

SR. VALDMÁRIO RODRIGUES JÚNIOR: Eu acredito Senador, aqui da importância desse debate hoje e a preocupação nossa aqui, eu acho que tem que ser exatamente com a qualidade da prestação dos serviços e com a qualidade do material e das órteses e próteses que vão ser colocados nesses pacientes, tendo em vista que o desenvolvimento das atividades desses pacientes tem que chegar ao melhor nível possível.

Então, a preocupação com o desenvolvimento das atividades desses pacientes que estão procurando uma assistência para melhorar sua qualidade de vida, mas eu não tenho dúvida nenhuma que toda essa discussão vai passar pelo envolvimento, o entrelaçamento entre ANVISA e a Agência Nacional de Saúde, para que, de fato, nós possamos estar inicialmente preocupados com a precificação de tudo isso que chama-se mercado, coibindo as distorções nesse mercado que existe no Brasil.

Até acho, opinião minha, que se um registro de uma órtese ou uma prótese não se efetivou no país de origem, acredito que nós, no nosso país, nós não deveríamos mesmo passando por critérios de qualidade, de inspeção, eu acredito que a gente não deveria estar aqui tratando desse assunto no nosso país, sendo no que país de origem isso não está efetivado ainda. Isso é opinião minha.

As cooperativas de trabalho médico, que hoje congregam em torno de 15 milhões de clientes, Senador, elas se preocupam muito com a qualidade da prestação do serviço médico e dos materiais utilizados nesses nossos clientes. Primeiro, porque a nossa preocupação é estar oferecendo uma saúde de qualidade. E segundo, se a cooperativas começarem a autorizar órteses e próteses de baixa qualidade, nós estaremos pagando um preço muito alto nessa qualidade do serviço que nós nos propomos.

Então, eu penso que o debate inicia-se na origem das órteses e próteses de materiais especiais, tanto os fabricados no país, quando da entrada dele no nosso país, porque essas distorções de preços é que impactam e causam um assédio muito grande em toda essa cadeia.

Então, eu acho o que início de tudo isso em relação ao controle e a cobrança em referente à parte ética, a parte médica, o CFM, a AMB, os Conselhos Técnicos das nossas cooperativas, estamos preocupados e vamos criar cada vez mais mecanismos dentro da coope-

rativa de estar autorizando procedimento e cobrando procedimentos éticos e materiais de qualidade.

Mas o início é o combate a essas distorções de preços praticados no mercado, que causam um transtorno nessa cadeia desde o inicio até o fim.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Valdmário. Com palavra a Dra. Solange Palheiros.

SRA. SOLANGE BEATRIZ PALHEIROS MENDES: Esse nosso tema é quando o Jorge falou que é complicado, das dificuldades é realmente, eu acho que é esse o mote de toda a nossa discussão.

Agora, com relação à questão do controle da regulação e que foi citado pelo Joselito, quer dizer, na área de medicamentos se tem um relativo controle no país, mas na área de materiais não se tem dos correlatos, não se tem.

Como se fazer uma regulação nessa vertente dos materiais? Não sei, esse é o nosso desafio. Agora, o trabalho da ANVISA em medicamentos, ele é um trabalho que traz bastante, vamos dizer assim, conforto na operação. Ter preço máximo ao consumidor, não significa que até significa um certo guarda chuva, é melhor como que não se ter informação nenhuma na nossa área de materiais. Não se tem parâmetro para negociar.

Então informação, eu acho que é a pedra de toque para se começar a ter uma certa não vou dizer regulação não, mas se começar a se promover ações mais racionais dentro desse setor, falta informação. Então, o que e se puder ter de informação de mecanismos de procedimentos que legalizem e que imponham essa publicidade dessas informações é importante.

A ANVISA tem algumas resoluções, que ela não consegue dar efetividade, ela não consegue implementar porque não é cumprido. Aquela resolução de registro de renovação de registro, de registro de produtos que tem que trazer informações econômico financeiras, não é atendida. Talvez precise de uma Lei Ordinária? Não sei, a resolução ela não vem sendo cumprida por parte dos fornecedores.

Eu vejo que nessa regulação ou na lei, se tem três áreas de atuação: uma é qualidade, a outra é o custo efetividade, porque ele pode não trazer risco, mas ele tem um custo tão acima que não justifica ele estar sendo comercializado. Certo? É aí os estudos do custo de afetividade e a relação de ter informação de preço mesmo. Para se poder selecionar, quer dizer, cada um ao comprar ter essa capacidade.

Foi dito que no sistema público e o privado se tem cinco vezes mais, muitas vezes, é o preço praticado no setor privado. Eu diria que dentro de uma própria operadora, ela sofre vários níveis preço em função do distribuidor. Ela é obrigada a ressarcir um determinado valor num estado para um determinado prestador e é obrigado a ressarcir um outro valor em outro estado, porque tem um outro distribuidor para aquele prestador de serviço.

Quer dizer, essa esquizofrenia se vive dentro das próprias operadoras, por quê? Em função da distribuição, quer dizer, de como está organizado esse sistema no país. Como é que está organizado? Quem é que dá autorização de representação no país? Não é a legislação é o fornecedor lá fora é o fabricante lá fora quem autoriza os distribuidores, os representantes aqui, e eles, por sua vez, os distribuidores. Quer dizer, há todo um emaranhado de relacionamentos aí, que talvez possam ser melhor regulados.

Na questão da ANVISA, eu acho o seguinte, ela é limitada em termos de competência. A agência tem a competência de regular as operadoras dos planos privados de assistência à saúde, não tem competência para regular prestador e tal, e ANVISA, por sua vez, ela regula na medida do risco. Quer dizer, essas outras questões de custo efetividade, nada disso é atribuição da ANVISA. Talvez ampliar a competência da ANVISA ou instituir uma outra entidade que possa ter a competência para esse tipo de regulação.

E com relação a essa questão do material sem registro no país de origem, eu acho que o trabalho da ANVISA, eu sou uma fã incondicional da ANVISA, já acompanho há algum tempo o trabalho deles principalmente na área de medicamentos, e não há nenhuma critica a isso, mas o Brasil é o segundo maior setor privado de saúde. Quer dizer, nós somos aqui um campo muito, um campo de comércio? Somos sim. Mas por quê? Porque o sistema de saúde suplementar aqui incentiva e alimenta, nós somos o segundo mercado privado.

Então, eu acho que tem que ter cuidado, não é que o fato de não ter o registro no país de origem já se caracterize como uma vedação aqui ao registro nacional, mas é de chamar a atenção. Por que não tem lá fora e tem aqui? Então, eu acho que são questões no nosso país, que a gente tem que ter muita atenção.

E mais, os nossos recursos, pior, somos um país ainda de má distribuição de renda, recursos escassos, não vou dizer que somos um país de terceiro mundo, mas estamos conseguindo extrapolar essa fase, mas estamos longe de ser um país rico. Então, a questão do custo é uma preocupação sim, para que mais pessoas possam ser atendidas.

E a questão de materiais, eu diria que a gente tem que começar por dar informação. E para ter informação tem que primeiro codificar, saber de quem a gente está falando. Itens ortopédicos têm mais de 40 mil itens, como é que se compara? Como é que se vê

preço? Como é que se seleciona? Essa é a dificuldade. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dra. Solange. Com a palavra o Dr. Joselito Pedrosa.

DR. JOSELITO PEDROSA: Eu vou procurar falar menos dessa vez, Senador.

Com relação ainda aos registros aqui no país e de produtos que não são registrados no país de origem, uma das questões que eu me defrontei quando eu cheguei ANVISA está ligado a certificação de boas práticas de fabricação, a partir da resolução agora de 2009, da 24. 24 e 25. Acontece que boa parte dos produtos, hoje, não tem fabricação em um único país e nem em uma única planta. Esse é o detalhe básico.

Então, às vezes, um produto que tem o seu escritório, que a gente chama legal, dentro da Suíça, mas pedaço do produto é fabricado numa planta na Alemanha, outro pedaço na Inglaterra e dentro da Finlândia vai lá um e junta todos esses pedaços num único produto. Então, não necessariamente esse produto tem que estar registrado no seu país de origem legal, porque a fabricação dele pode ter várias plantas reais. Então existe essa divergência também.

Então às vezes o produto está dizendo que de origem Alemã, mas o produto não é fabricado integralmente na Alemanha, ele é fabricado em várias plantas espalhadas pelo mundo, porque o mercado se deu dessa forma, por incentivo financeiro, por custo, diminuição de custo, então, não se dá a fabricação mais de um produto em um único local. São poucas as fábricas hoje que trabalham com produtos para a saúde que se trabalha desse jeito.

Existe por exemplo, na área de terapia renal substitutiva, uma possibilidade de uma indústria se fixar no país, uma grande indústria na área de máquinas de hemodiálise se fixar no país, simplesmente, para montar os pedaços da máquina aqui e distribuir isso.

Onde é que está o registro dessa máquina? Isso vai estar aqui no Brasil, não vai estar metade nos Estados Unidos, metade no Canadá e metade dá na Inglaterra. Então faz parte desse cenário, não é só simplesmente, não é registrado no país de origem legal a gente não acata aqui é por causa dessa condição de fabricação de condição de mercado também, além de tudo que eu já disse em relação à qualidade e os critérios que se usa para registrar produtos junto a ANVISA.

Uma outra questão que eu acho que tem que esclarecer que a gente, à luz do que foi citado aqui da necessidade de regular esse setor, existe uma reunião marcada para o dia 23, desse mês, com a participação da, se não me engano, da AMB, da Fenasaúde, com participação da ANS para discutir justamente isso: Como é que a gente vai regular o mercado?

A RDC 158 não foi efetivada, como fazer para que essa RDC seja efetivada? Sozinha a ANVISA não consegue fazer isso, ela precisa dos seus parceiros ou dos entes envolvidos com saúde no país para que ela seja efetivada.

Então já tinha marcado, ficou até uma coisa muito próxima essa reunião para o dia 23 com o envolvimento não só da minha área, mas com a área de regulação de mercado, o Noren(F), que é quem está coordenando esse processo.

Fora disso, a gente vem trabalhando no que a gente chama de harmonização de nomenclatura. Não se dá para ir, eu concordo com a Dra. Solange, não dá para regular mercado se não existir harmonização de nomenclatura, porque uma prótese auditiva aqui tem um nome no Brasil. Lá na Inglaterra, onde se fabrica tem outro nome, na sua distribuidora nos Estados Unidos tem um outro nome. Então tem a necessidade de se harmonizar isso até a luz do regulamento do Mercosul. Então, a gente vem trabalhando na harmonização de nomenclatura, que vai subsidiar esse trabalho da 185.

Para fechar então, só agradecer o convite, e colocar a ANVISA a disposição para qualquer outra discussão que envolva esse tema, porque eu acho não vai acabar aqui. E nem considero que esse é o início de nenhum processo, quer dizer, está dado, como disse a Dra. Érika, os usuários têm o direito a ter o procedimento, a ter o produto e a ter a assistência de qualidade.

Então, novamente agradeço o convite e coloco a ANVISA a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Joselito Pedrosa.

A Comissão de Assuntos Sociais agradece a presença de todos. Eu gostaria de registrar também a precisa presença do Dr. Elias Miziara, Fernando Miziara, que é Diretor de Comunicação da AMB. E, também, patologista que têm alunos distribuídos por todo esse Brasil. A Dra. Solange Palheiros Mendes, Diretora Executiva da Fenasaúde ao Dr. Joselito Pedrosa, Gerente-Geral de Tecnologia de produtos da saúde da ANVISA. A gente botar mais coisa nas costas da ANVISA, eu acho que eu discordo, só se aumentar mais o efetivo de trabalho, que a ANVISA já tem muito trabalho.

Dr. Valdmário Rodrigues, Diretor de Integração das Unimeds do Brasil. Dr. Jorge Luis Cunha Carvalho, Especialista em Regulação da ANS. Dra. Érika Pisaneschi, Coordenadora da Área Técnica da Pessoa de Deficiência do Ministério da Saúde. E agradecer a presença de todos os Senadores, de todos os senhores e de todos os Assessores.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 11h30.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONJUNTA COM A VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e sete minutos, do dia dois de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, ADELMIR SANTANA, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EDUARDO SUPLICY E JOSÉ NERY.** O Senador Eduardo Azeredo justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 58 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores José Nery, Paulo Paim e Papaléo Paes, com vistas a debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito. A Presidente informa que o Ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel e o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Valdir Moysés Simão, encaminharam, respectivamente, o Ofício 137 e o Ofício nº 533/INSS/PRES, justificando suas ausências. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença da ex-Deputada Federal Maria José Conceição Maninha. A Presidente convida para compor a mesa os Senhores Moacir Lopes – Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS, e o Sr. Silberto Silva – Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para sua exposição. Às nove horas e quarenta e um minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini registra a Presença do Sr. Fernando Trindade, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sra. Sônia Santos Ribeiro, Técnica do Seguro Social (FENASPS); Maria Helena da Silva, Diretoria Colegiada do Sintsprev – MG e do Sr. Tércio Leocádio da Silva, Diretor do Sindprev– RN. Às nove horas e quarenta e dois minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. O Presidente convida para compor a mesa os Senhores Dr. Peterson de Paula Pereira – Procurador da República do 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação e o Dr. Raimundo Luz Parente – Perito Médico Previdenciário (INSS). Não havendo objeção do plenário, o Presidente põe em votação o seguinte Requerimento Extra-Pauta: **ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CAS.** Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao Requerimento de AUDIÊNCIA PUBLICA para debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para a solução do conflito, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão, os seguintes nomes: DR. PETERSON DE PAULA PEREIRA – Procurador da República do 1º Titular de Ofício da Seguridade Social e Educação; DR. RAIMUNDO LUZ PARENTE – Perito Médico Previdenciário (INSS). **Autor:** Senador José Nery. **Resultado: Aprovado.** O Presidente registra a presença de representantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade. O Senador Paulo Paim propõe-se a entrar em contato com o Ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, com a finalidade de reabrir as negociações. Posteriormente, se necessário for, marcar uma audiência do Ministro com a Comissão dos Representantes dos Grevistas. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Rosalba Ciarlini e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores das Comissões. Os Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Estamos aqui, com a presença do Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, o Senador Paulo Paim, e do autor do requerimento propondo esta Audiência, que é o Senador José Nery.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento de nº 58, de 2009, CAS, com a finalidade de debater a greve dos servidores do INSS e as possibilidades de contribuir para

a solução do conflito. Esta greve já perdura por dezesseis dias e já chega a vinte Estados do nosso Brasil. Nós estamos, aqui, exatamente, para que possamos, ouvindo os convidados, alguns não estão presentes, não puderam vir, e encaminharam, como o caso do Ministro José Pimentel, encaminhou um Ofício de nº 137 a essa Comissão, endereçada à sua Presidente, onde ele coloca a impossibilidade de estar, hoje, presente e que, no dia 16 de julho, ele estaria à disposição para vir à Comissão, caso tivéssemos podido adiar esta Audiência. Nós entendemos que, na realidade, é muito importante que o Ministro, aqui, estivesse ou um seu representante, mas nós queremos discutir a questão da greve para que possamos encontrar uma solução. Esta Comissão, o Congresso, tem essa responsabilidade também de conhecer melhor o que motivou e procurarmos caminhos que venham a solucionar, porque na realidade se os servidores chegaram a esse extremo, nós sabemos que precisamos conhecer os motivos que levaram a isso. E, por outro lado, é um serviço que, podemos dizer assim, fundamental, indispensável à população. O INSS, a cada dia que paralisa, são milhares de pessoas que estão passando por situações difíceis, pessoas muitas vezes idosas, já com deficiências, que vêm de outros recantos distantes, então nós precisamos realmente debater essa questão e encontrar um caminho que seja o melhor para o funcionário, tendo seus direitos, tendo a garantia do seu trabalho, tendo uma remuneração digna, possa ainda mais, com mais satisfação, ser mais produtivo e contribuir nesta missão que é fundamental, porque atende, podemos assim dizer, na sua grande maioria, Senador Paim, o senhor sabe disso, os trabalhadores que durante toda uma vida contribuíram para impulsionar o desenvolvimento do nosso país, as pessoas também, muitos trabalhadores que não tinham condições de estarem num emprego formal, mas que hoje também já chegam através de vários projetos que foram, inclusive, aprovados nesta Casa, de apoio àqueles que a partir de sessenta anos têm direito também à aposentadoria. Os que moram no campo, que, hoje, também têm direito a ter os seus direitos previdenciários preservados, é a questão da seguridade. Então nós estamos aqui, exatamente com esse objetivo, com essa intenção, nós queremos contribuir para uma solução.

Às vezes, eu sei que, muitas vezes, o Governo pensa, pode estar imaginando que a Audiência Pública seja para criar dificuldades. Não, nós queremos ouvir, seria muito bom que pudéssemos ouvir as duas partes. Infelizmente, o Ministro fez, aqui, uma correspondência, inclusive, Senador Nery, colocou as suas razões e fez já algumas observações, já colocou aqui algumas respostas aos questionamentos, que eu gostaria, inclusive, vou autorizar aqui a secretária que passe às mãos dos Senadores para que todos conheçam.

Também recebemos do Dr. Valdir Moysés Simão, que é o Presidente do INSS, também uma correspondência dizendo da impossibilidade de estar aqui presente.

Então eu gostaria aqui até de propor, já que todos se dispõem a vir no dia 16, que nós possamos ouvir os convidados que aqui vieram, que com muito desprendimento e responsabilidade aqui chegaram, como o Sr. Moacir Lopes, Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), o Sr. Silberto Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) *[palmas]*. Eu gostaria de convidá-los para vir à Mesa e também eu quero aqui registrar a presença de vários participantes, de várias entidades sindicais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, só para ajudar aqui, que está presente a sempre Deputada, lutadora, que tem uma história magnífica aqui no Congresso, a Maninha. Me permita, Maninha [palmas]. Eu gosto que me chamem de Paim. Eu chamo você de Maninha porque é o nome de lutadora de todas as causas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja muito bem-vinda, Maninha. Eu sei que a sua causa é a nossa, é em luta daquilo que for melhor em defesa dos trabalhadores e em benefício da população. Nós estamos aqui também com o Tércio, que é lá do nosso Estado e com quem nós timos tido um contato quase que permanente em função de outras questões que são mais específicas do nosso Estado, como aquela famosa, Senador Paim, que os funcionários lutaram durante tanto tempo para ter aquela reposição que tinha sido daquele Plano Collor, tantos planos do passado, de 84%, já estava incorporado há anos, há anos ao salário desses funcionários e, agora, o Governo simplesmente retirou. Nós estamos com situações difíceis, pessoas já inclusive de idade avançada, já às portas da aposentadoria, recebendo o mínimo, porque aí se soma, você vive com um determinado salário e de repente 84% é retirado, o que é que resta? Então pessoas em depressão, passando pelas mais diversas situações constrangedoras, uns deixaram de pagar a sua casa, o seu carro, o seu plano de saúde, enfim, uma situação inacreditável. A luta deles, desses servidores do Rio Grande do Norte aqui, tem sido constante, indo a todas as esferas, à justiça, para que se faça justiça. Eles não estão pedindo nada que não existisse. Estão querendo apenas que preserve, nos seus salários, uma luta que eles tinham ganho no passado em função da hiperinflação e de planos que tinham lhe tirado 84% do salário. Não foi acrescido, eles tiveram uma reposição daquilo que eles tinham já anteriormente.

Então, eu gostaria, agora, agradecendo a presença aqui do Dr. Moacir e do Silberto Silva, com quem também

nós mantemos um permanente contato, o Silberto que é conhecido nessa luta, não é, Senador Paim, longa luta dos aposentados [palmas], que é outra injustiça que precisa ser corrigida. Eu tenho, sabe, muita esperança, Senador Paim, porque, quando eu vejo a Bolsa-Família, quando eu vejo aquelas famílias que estão podendo ter condições de pelo menos ter dignidade, não faltar o que comer e, a partir daí, poderem até se preparar para ter uma atividade que dê condições de que um dia eles saiam do Bolsa-Família, porque vão ter... Quando eu vejo isso corrigido, quando eu vejo o Presidente preocupado em ter mais escola técnica, em ter mais universidade para corrigir também essa injustiça de que poucos era que tinham direito a chegar ao ensino superior, eu não acredito que o Presidente, que é metalúrgico, sabe dessa luta, que também conhece de perto essa realidade, que ele até o final do seu mandato não faça essa correção, porque os nossos aposentados precisam. Eu já me vejo quando chegar na idade deles, porque aqui eu sou Senadora, mas esse cargo está na vontade do povo e ele tem um prazo. Mas quando chegar também na minha idade, eu sou uma funcionária pública, como Senadora continuo a ser, mas eu sou uma profissional que também vou ficar na dependência de uma aposentadoria. Como eu vejo o meu pai, a cada mês, a sua aposentadoria ficar menor e ele passar mais dificuldades, trabalhou a vida toda, contribuiu com o máximo para ter uma velhice mais tranquila. Então eu tenho certeza e faço mais uma vez esse apelo ao Presidente Lula, que tem sido muito sensível às questões sociais, que essa é uma questão social muito grave. Precisa ser corrigida a favor da nossa gente, do nosso Brasil, que é reconhecer o valor, a força, o trabalho, o quanto os nossos aposentados fizeram.

Quero, aqui, na presença do nosso conterrâneo, agradecer também as homenagens que recebemos, o Silberto estava presente, lá em Natal, na cidade da esperança, no encontro de várias associações de aposentados, onde recebemos, e eu digo que é uma homenagem, mas pelo dever cumprido, porque estamos aqui para fazer a nossa obrigação. O povo aqui nos colocou para que pudéssemos defender as questões que falam de cidadania, de desenvolvimento do Brasil. Então estamos aqui e essa homenagem me deixou muito feliz porque é muito bom ter o reconhecimento quando nós estamos cumprindo a nossa obrigação e poder olhar olho no olho do nosso cidadão.

Bem, então, eu gostaria, agora, passando a palavra para o primeiro expositor, que será o Sr. Moacir Lopes, Dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos e Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), dizer que cada expositor terá quinze minutos. Após os expositores, o autor da solicitação, o Senador Nery, também terá igual tempo para colocar as suas considerações e os demais Senadores poderão, então, iniciar um debate com os expositores.

Eu gostaria, também, de convidar o Senador Paulo Paim para que viesse aqui assumir a presidência da Mesa, já que ele é o Presidente da Subcomissão de Trabalho, Emprego e Previdência Social, e pedir licença porque eu vou precisar estar me preparando agora para um compromisso que tenho em um outro Estado. Eu vou precisar, realmente, me ausentar, mas de onde estiver eu vou acompanhar e vou torcer pelo bom resultado dessa Audiência.

Eu queria aqui comunicar a presença do Dr. Fernando Trindade, Consultor Legislativo, da Sra. Sônia Santos Ribeiro, Técnico do Seguro Social, da Previdência de Seguro Social, o Tércio Leocádio da Silva, que já falamos, é Técnico Previdenciário do INSS, e Maria Helena da Silva, Diretora Colegiada do SINTSPREV/MG. Agradecemos a todos pela presença.

Passamos agora ao Senador Paulo Paim, mas eu espero que, antes de ter que me deslocar para esse outro compromisso, eu sei que essa Audiência deverá demorar um pouco e ainda estarei aqui com vocês. Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, vamos iniciar a nossa Audiência Pública sobre a greve na Previdência, com a presença conosco já do Sr. Silberto Silva, Vice-Presidente da COBAP, e o Moacir Lopes, Dirigente da FENASPS. Eu estou percebendo aqui inúmeros companheiros no Plenário, vejo lá uma faixa. Normalmente os presidentes dizem: "Abaixem a faixa". Eu digo: "Mantenham a faixa". Eu quebro os protocolos todos. [palmas] E a Rosalba, eu sei que, quando ela não mandou abaixar, é porque ela concordou. Eu estou mantendo a posição da minha Presidente Rosalba, aqui, dizer que é uma alegria estar conosco aqui--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim, essa sua postura não foge à norma. Nas suas atuações nas Comissões em que preside, sempre há muita liberdade e a possibilidade de uma participação que muitas vezes aqui criam-se dificuldades desnecessárias. Então dar a voz, a expressão e a manifestação de quem vem aqui trazer os seus pleitos é uma característica muito importante nas Comissões que o senhor preside e, quer dizer, também, aqui da nossa Presidente Rosalba. Isso é importante para que esse espaço aqui cada vez mais seja ocupado e onde as pessoas possam participar de forma mais direta, levando aqui os seus pleitos ao Senado Federal e ao Governo, enfim. Então parabéns a todos que aqui

participam, que trazem aqui essa manifestação com a faixa, com as suas camisas dizendo dos seus pleitos. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É uma manifestação tranquila, diplomática, sem ofensa a ninguém. É apenas dizendo que eles têm pleitos e que estão ali na faixa demonstrando. Eu estou certo ou errado?

Quero dizer da minha alegria, aqui, da Maninha. A Maninha foi sempre uma lutadora, uma guerreira, sempre esteve conosco, está fazendo falta aqui no Congresso e ela vai voltar. Vai ou não vai? Vai, Maninha.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu só queria, aqui, dizer que eu acho que foi muito correto, que isso mostra que está todo mundo, pacificamente, aqui, cumprindo como determina o Regimento, vocês são muito bem-vindos.

Mas eu gostaria aqui só de aproveitar, eu estou lembrando a todos que os que formam essa Comissão e também àquelas pessoas que são interessadas no assunto, na próxima semana, dia 7, nós vamos ter uma Audiência Pública relacionada ao debate que estamos realizando em saúde pública, sobre o SUS que temos e o SUS que queremos, sobre órteses e próteses. Eu falo órteses e próteses até nesse ambiente aqui de tantos funcionários do INSS que com certeza dificilmente não estão no dia-a-dia ouvindo aquelas pessoas que chegam em busca do seu benefício, dos seus direitos, reclamando, cobrando da demora, da dificuldade, do desespero que eles têm quando precisam de uma prótese de perna, de braço, de olho, pessoas mutiladas. Isso é algo que nós precisamos também debater nessa Comissão e a partir daí podermos levantar essa questão e termos um melhor resultado. Muito obrigada e fica aqui o convite a todos que puderem vir e também os Srs. Senadores para que no dia 7, é importante, isso fala exatamente das questões que afligem principalmente os necessitados; os ricos podem comprar as suas próteses, inclusive, vamos dizer assim, as melhores do mundo, mas os pobres, esses precisam desse apoio e é para isso que existe a Seguridade Social, a Previdência Social. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, senadora. Vamos iniciar, então. A senadora já fez a devida justificativa da não presença do Ministro. Nós vamos fazer a nossa Audiência normalmente e entendo, Senador José Nery, V. Exa. que é o autor do requerimento, mas, a partir daqui, nós podemos ver desdobramentos para ajudar no fim do conflito. Quando eu digo conflito, é porque, em greve, sempre há um conflito. Eu uso muito esse termo, Senador José Nery: ninguém faz greve porque gosta. Faz greve porque entendeu que não está havendo entendimento, e nós, aqui, eu tenho certeza que todos os senadores que estão nessa reunião, nesse momento, e todos os senadores da Comissão, está aqui conosco o Senador Roberto Cavalcanti, que eu queria cumprimentar também, está sempre conosco, não tem tempo ruim para ele, não tem ruim de assunto. Qualquer assunto: "Não, estou lá, vamos debater, vamos discutir", e, como diz ele sempre e o Senador José Nery: "Em que pudermos ajudar, vamos estar aí para somar". Então, de pronto, dada todas as explicações que a Senadora Rosalba já deu com muita competência, quero dizer, eu insisto nessa frase, não é só uma Audiência Pública. A Audiência Pública, para mim, é para dar visibilidade ao tema, mas nós gostaríamos muito de sabermos qual é o *day after*, qual é o passo seguinte para ajudar no encontro de soluções.

Então, eu passo a palavra, primeiro, ao Moacir Lopes, que é o Dirigentes da FENASPS, que aqui representa a categoria e os servidores em greve e, em seguida, ao Vice-Presidente da COBAP. Quero dizer, me permitam isso, a COBAP está fazendo um belíssimo trabalho nessa luta, viu José Nery, dos projetos que nós aprovamos junto aqui, que é o fim do fator, o fim do fator pega principalmente quem está na ativa, a COBAP é uma entidade que principalmente luta pelos direitos dos aposentados, mas está preocupada com aqueles que vão também se aposentar, e o reajuste integral a todos os aposentados e pensionistas. Tivemos uma série de reuniões, eu conversei por telefone, ainda agora, com o Varlei, que é o seu Presidente, falamos um pouco da reunião que tivemos, tivemos três ou quatro reuniões essa semana, já está marcada uma outra reunião para terça-feira, com a presença do líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, com o Varlei, com outros dirigentes da COBAP e outras entidades que queiram se somar, pois aqui não há exclusividade para ninguém. Eu estou apenas falando da importância do processo que a COBAP está fazendo nessa mobilização. Vamos iniciar já na semana que vem, de novo, outras mesas de negociação com um objetivo único. E aí, José Nery, me permita que eu já anuncie a todos aqui, que o acordo firmado ontem, e eu disse que eu assinaria porque acredito no líder Henrique Fontana e vou assinar mesmo, vou fazer o pronunciamento e vou assinar, que o mês de agosto ficou como o limite máximo. Ficou da seguinte forma: na primeira quinzena nós vamos esgotar todas as negociações, todas, sobre o reajuste dos aposentados e o fim do fator. Não havendo entendimento, o acordo foi esse, a matéria vai a voto, todos concordam que vá a voto. Isso é um bom sinal, para não ficar aquela história [ininteligível] do requerimento, retira,

bota, não vota, o veto não, esse não, isso aqui não. Não houve acordo, nós vamos ao voto. Esse foi o acordo, não foi? Eu vou explicitar no Plenário. Senador Valadares, esse daí também é dos nossos, viu?

[palmas]

Daqui a pouco vocês vão dizer: "Todos que chegam, a gente diz que é dos nossos". Então, aqui, não vai ser 100% a favor das causas sociais. O Valadares é um companheiro de todas as horas, que, junto com o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador José Nery, está aí com a gente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria saber se está confirmada a Sessão do Congresso, negociada durante a última mobilização geral dos aposentados, ficamos um dia inteiro aqui ocupando o Plenário da Câmara, inclusive de uma forma muito pacífica e muita determinação dos aposentados e pensionistas. Ficou acordado que a Sessão do Congresso, para analisar o veto do reajuste dos 16% de 2006, seria no dia 8. Eu queria só saber se esse acordo está mantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero ser, aqui, muito transparente e verdadeiro. Em nenhum momento, nem o Presidente Sarney e nem o Presidente Michel Temer negaram que botem em votação no dia 8. Aqui está o Vice-Presidente da COBAP que acompanhou todas as discussões. Se depender deles, vota no dia 8. As entidades de aposentados e pensionistas, os Deputados que participaram dessas últimas reuniões, inclusive o líder da oposição, como também o Senador Mário Couto, na reunião que tivemos nós estamos chegando à conclusão – é importante a sua pergunta que vai esclarecer o país, porque isso aqui vão ao ar com certeza essa semana –, nós todos chegamos à conclusão de que para nós é melhor primeiro votar a questão do fator e o reajuste do aposentado. Por quê? Porque essas duas votações não são secretas. A Maninha sabe a história da votação secreta como é que é. São votações abertas. Nessa, cada um vai ter que dizer como é que vota, se está a favor do reajuste do aposentado ou não, se está a favor do fim do fator ou não, se há acordo ou não há. Aí nós estamos chegando à conclusão, e vamos ter essa reunião com o Presidente Michel na terça, que o veto talvez seja bom deixar para votar depois da negociação e do acordo, porque em voto secreto tu nunca sabe o que vai acontecer. O Governo pode achar que vai ganhar e nós podemos achar que vamos ganhar, mas, no voto secreto, até hoje, na história do Parlamento, nós não ganhamos uma vez. Então, eu tenho esse receio.

Então, o voto está servindo, porque dizem, dizem, e eu quero até concordar, me interessa concordar, que a derrubada do veto de nossa autoria de 16,67% daria um gasto para o Governo de 36 bi, e eu não quero entrar no número, para mim se quiserem dizer que é 50 bi, 100 bi, digam que é; não querem isso, então vamos acertar os outros projetos, que é o fim do fator, o reajuste integral e recomposição das perdas. Resolve. Então o veto está aí, está como instrumento de pressão que ajuda na negociação e na mobilização que toda a sociedade está fazendo. Então nós estamos chegando a esse entendimento – e me confirma, Silberto, se for diferente – que é bom jogar o veto para frente, concluir todas as negociações, votar a questão do fator, votar o reajuste integral e daí depois apreciar o veto. Então provavelmente não acontecerá a votação no dia 8. Foi bom porque tem que esclarecer, a população tem que saber, porque às vezes, o Senador José Nery tem toda a razão, você fica aqui negociando, negociando, e dando a impressão que lá fora a população sabe. Isso cria uma falsa expectativa. Então tudo indica que ficarão essas soluções todas para o mês de agosto.

Vamos à nossa Audiência. Moacir, por favor, está com a palavra.

SR. MOACIR LOPES: Muito bom-dia a todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou dar dez minutos com mais cinco, mas se necessário a gente vai ser tolerante.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito. Senador Paulo Paim, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador José Nery, Senador Valadares, Roberto Cavalcante, excelentíssimos companheiros da Mesa, da COBAP, que são companheiros de luta. Aqui está presente, senador, dez Estados representados aqui. Aqui está presente Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, que estão alguns nos corredores ali, os companheiros do Rio de Janeiro, de Brasília, Espírito Santo, Paraná, enfim, companheiros de Pernambuco, de Sergipe, Rio Grande do Norte, o companheiro que já foi muito bem homenageado pela Senadora, e a gente então estamos aqui com o objetivo, Senador, de tentar colocar um pouco sobre a situação dos trabalhadores hoje do Seguro Social e, também, a razão da greve.

Hoje, o Seguro Social é uma instituição pública que atende a maior parte dos brasileiros, se não a totalidade dos brasileiros. Tem 26 milhões de aposentados hoje na instituição. O Seguro Social nos últimos anos tem conseguido atender a demanda de forma assim satisfatória. Nós conseguimos fazer um trabalho com muito mais eficácia, os servidores têm feito um trabalho assim de extrema dedicação no serviço e nós

estamos conseguindo, de certa forma, reduzir, e não acabar, porque existe uma questão de organização, as filas da Previdência Social.

Os servidores da Previdência Social, hoje, são em torno de 38 mil trabalhadores. Esses trabalhos, hoje, desses setores, nós temos pelo menos 70% já com mais de... Tempo de serviço, com 30 anos de serviço, em média, os homens e as mulheres quase com isso. Portanto, estão próximos aí da aposentadoria. Esses servidores dedicaram a sua vida toda à causa previdenciária, à causa pública, trabalhando na instituição pública.

Pois bem. Esse serviço com melhoria não vem acompanhado da contrapartida do Governo. O Governo negociou com as entidades sindicais, negociou com os parlamentares uma melhoria na Previdência Social do ponto de vista da estrutura: a estrutura física, a estrutura de logística, a estrutura de garantia de atendimento. Não honraram, Senador. O servidor está trabalhando, há uma queda no sistema e sai do ar o trabalho do serviço de informática e o segurado fica lá na fila sofrendo, que está lá esperando há muito tempo, e causa um estresse maior para o trabalhador e o Governo não tem conseguido fazer essa melhoria.

Nós temos, desde 2006, uma promessa do Presidente do INSS Valdir Simão, do Ministro então na época Nélson Machado, depois o Marinho e, finalmente, o Ministro Pimentel, que haveria uma mudança no software da Previdência Social, uma mudança no sistema de informática, uma mudança em todo o processo de atendimento, uma vez que a tecnologia, ela tem avançado ao ponto de melhorar a condução do trabalho e a condução do acesso à população. Isso tem sido uma mudança muito lenta, não cumprida.

Outra situação que nós estamos querendo destacar aqui, senador, é que os servidores, hoje, trabalham em condições extremamente difíceis. Primeiro por quê? Imagina atender por dia em média mil pessoas, mil segurados por dia em cada posto de benefício. O senhor imagina atender pessoas, como já foi dito aqui pela senadora, que, ao final da sua vida profissional, dedicada, esforçada, ela tem, na Previdência Social, uma busca a um amparo, uma busca à sobrevivência, e aí tem todo tipo de trabalhador, aquele que trabalhou por uma vida e conseguiu chegar com uma condição de melhor de saúde, aquele que pela vida chegou lá doente, lesionado, chegou lá em condições de saúde precarizadas, e aqueles que estão buscando um benefício pela idade porque não conseguiu provar a sua questão laboral.

Também tem uma situação de trabalho que nós estamos há onze anos, exatamente onze anos, senador, sem que haja sequer um programa de análise das condições de saúde dos trabalhadores. Eles não têm ali hoje a sua situação [ininteligível], não há o exame periódico conforme determina a Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Moacir, me permita. O Senador Valadares, que é parceiro nosso, eu sei que vai nos ajudar muito nesse encaminhamento, ele tem que pegar um voo, mas ele não queria sair sem fazer uma saudação a vocês e àqueles que estão assistindo a TV Senado e os que estão aqui nessa plenária.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Moacir, eu agradeço a interrupção. É que em Sergipe vai ser realizada uma eleição suplementar no próximo domingo e hoje nós teremos um comício para o qual eu fui convidado como Senador da República do PSB. É um Município que nós temos interesse que a eleição seja realizada para preencher a vaga de Prefeito, uma vez que o Prefeito efetivo foi cassado. Eu estarei lá hoje à noite. Essa é a razão porque pedi licença ao Senador Paulo Paim para fazer uma saudação aos servidores do INSS que se encontram no presente momento em paralisação em virtude de um acordo a ser cumprido pelos dirigentes do INSS.

Quero me colocar à disposição, ao lado de todos os Senadores, ao lado do nosso Presidente Paulo Paim, no sentido de encontrarmos uma fórmula, a mais condizente possível, visando o fortalecimento da instituição e o reconhecimento legítimo das reivindicações dos servidores. Portanto, as minhas felicitações, os meus cumprimentos a todos aqueles que lutam pela melhoria do sistema previdenciário no nosso país, por uma carga horária compatível com a realidade nacional. Que as conquistas que foram feitas, conseguidas ao longo dos anos, sejam implementadas, e que o fator previdenciário que foi uma luta aqui encetada no Senado Federal por conduta do Senador Paulo Paim, que teve o meu voto e de todos os Senadores que têm compromisso com a Previdência Social, com os aposentados, seja objeto de apreciação o mais rápido possível, que o veto seja apreciado pelo Congresso Nacional, porque esse não é só um só dever constitucional como, também, uma obrigação social do Senado Federal para se debruçar sobre essa matéria. Meus parabéns ao Sr. Moacir Lopes, ao Sr. Silberto Silva, os meus cumprimentos e a minha solidariedade à luta que vocês estão encetando em benefício da sua categoria.

[palmas]

SR. MOACIR LOPES: Vamos contar com o Senador Valadares para a nossa causa, para a nossa luta continuar. Com certeza é muito bem-vindo o seu apoio.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. MOACIR LOPES: Então dando continuidade, imaginem, senhores, que os trabalhadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Graças ao Valadares, tu ganhou mais cinco minutos.

SR. MOACIR LOPES: Mais cinco minutos. Imaginem que os trabalhadores, nessa condição, eles estão numa situação extremamente precarizada. Eles têm mantido, nessa jornada de trabalho, toda a condição de atender a população, tanto que a meta estabelecida pela sociedade de atendimento em menos tempo está sendo atingida. Com isso, então, esse ritmo de trabalho, com as mudanças do Governo na legislação, uma legislação complexa, confusa, que nem sempre é objetiva, porque vai se mudando conforme a situação que está colocada, até um exemplo é o fator previdenciário e outro exemplo, Senador, é a questão da alta programada que tem levado milhares de trabalhadores doentes voltar para o serviço, portanto eles fazem recurso e voltam para o atendimento, a situação dos processos previdenciários que hoje ultrapassam a cinco milhões de processos, abarrotando o Judiciário, hoje é uma situação que a Previdência Social é uma das maiores fontes de processos judiciais desse país. Então a situação da Previdência Social, essa forma da gestão da Previdência Social, tem levado a esse estado de caos e os trabalhadores é que sofrem as consequências.

Então os trabalhadores, nessa condição, têm adoecido numa proporção assim imensa. Tem APS no Brasil hoje, agências, que chegam a ter 40% do seu quadro funcional em licença-saúde, afastado ou em tratamento. Quando o servidor adoece, não há para ele uma complacência. Ele cumpriu o prazo lá de dois anos, não há um programa de saúde na Previdência de recuperação para ele. Ao contrário do que ainda existe parcialmente na Previdência Social pública, não há na Previdência do setor público, e ele vai aposentar por invalidez parcial com metade dos seus vencimentos, porque o fator previdenciário do serviço público federal é muito mais cruel do que o setor da Previdência pública. Aqui se perde 50% do vencimento quando se aposenta fora do período de tempo. Então para nós essa condição é muito cruel e tem levado, Senador, além dessa situação de invalidez, a um quadro degradante ao ponto de que cada dez aposentados por invalidez, sete aposentados são por doenças psicossomáticas, doenças mentais, doenças em que a pessoa fica com invalidez do ponto de vista da parte neurológicas. Com nisso não há um cuidado da instituição. Nos últimos quatro anos chegaram a quatro óbitos em serviço: um óbito no Pará, óbito em São Paulo, óbito no Paraná, óbito também aqui em Brasília de servidores, óbitos de doenças que são previsíveis, doenças cardíacas, aneurisma, que são facilmente prevenidas e tratadas. Portanto não, há desse Governo uma posição de tratamento.

Há uma situação também que é fundamental que os Srs. Senadores tomem pé e possam acompanhar de perto. O controle social da Seguridade Social não existe de fato. O Conselho de Previdência Social tem muita dificuldade de operar as demandas da sociedade. Por exemplo, o Ministro da Previdência Social aprovou nesta Casa fazer um projeto – e está implementando – de 729 novas agências no Brasil. A gente não tem, assim, levantamentos, pelo menos nós, entidades sindicais, de qual a demanda real desse processo e qual a viabilidade dessa implementação. Nós somos favoráveis a abrir agência em todo o Brasil, afinal de contas o aposentado tem direito a atendimento. No entanto, não se contratou um único trabalhador para essas agências. Se você considerar que uma agência para funcionar, numa cidade menor que seja, como Luziânia, outra aqui, precisaria de vinte e cinco funcionários, teríamos aí uma necessidade de dez mil trabalhadores para repor na agência e não há contrato previsto para isso. Portanto, há uma temeridade do Ministro ficar fazendo a inauguração de agências, sem garantia desse atendimento, desse setor. E, com isso, ele pega trabalhadores de uma agência para outra, desfalca uma agência aqui, transfere para lá, localiza por temporariamente, cria uma situação de instabilidade no serviço e no atendimento, precarizando a situação. Até mesmo porque, Senadores, ficamos durante dezoito anos sem concurso para contratar novos trabalhadores. De fato houve concurso em 2003, 2004, 2005 e agora em 2009, mas não se contratou na proporção necessária.

A Previdência Social tem um levantamento feito nos Recursos Humanos que mais ou menos dez mil trabalhadores já cumpriram a reforma previdenciária do Governo FHC, a PEC 41, a PEC 47, todas as etapas, e vão se aposentar esse ano ou estão em condição de aposentar esse ano. O que segura essas pessoas ainda em serviço é que elas têm esperança de que nesse processo de negociação, nesse debate aqui, venha a ter uma condição mínima de carreira, de condições de trabalho, de que elas possam trabalhar aqui em condições dignas e valorização, afinal de contas essas pessoas aqui, pela sua experiência de vida, são aquilo que tem de memória da Previdência Social de fato, não só legislação, que eles é que conhecem o sistema, conhecem o segurado, têm relações com os segurados aí alguns durante vinte anos, moram na mesma cidade, conhecem aquele cidadão que está ali no seu bairro, no seu clube. Então, essas pessoas estão para se aposentar.

Mais uma situação importante é que esses segurados veem nessas pessoas também uma relação de confiança, afinal de contas é nele que ele vai conseguir o seu benefício, vai conseguir resolver a sua situação, e muitas vezes essa pressão do trabalho sem condição do servidor trabalhar ali, efetivamente ali, com a pressão do Governo em botar temporizador para atendimento. O senhor ima-

gina, Senador Paulo Paim, que um trabalhador, durante trinta e cinco anos, contribuiu com a Previdência Social, e o Governo dá para ele apenas trinta minutos para ser atendido, depois desse tempo de serviço. Você imagina que o Governo diz para alguns servidores que tem que atender em alguns minutos alguns procedimentos. Isso cria uma tensão grande e essa legislação complexa começou lá no Imperador Dom Pedro, não começou hoje, o Eloy Chaves é que organizou, mas é antiga essa legislação. Ela coloca na cabeça do trabalhador essa complexidade de atender em trinta minutos ou quinze, podendo levar a um erro administrativo, afinal de contas a máquina não responde na proporção que deveria e a cobrança vem nessa proporção. Então nessa proporção o servidor comete um erro e aí vira um criminoso; quando não vai preso, ele é achincalhado, um assédio moral constante, uma agressividade imensa. Então essa carga de energia negativa tem levado os trabalhadores a ficar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar, naquela atividade que tivemos aí de homenagem aos servidores públicos do Brasil, eu usei um termo e parece que você está confirmando, que muitas vezes a população, os nossos trabalhadores, partem para um tipo de agressão em cima do servidor, não entendendo que o servidor está ali cumprindo a sua função. Ele não é perito, não é nada, ele está ali dizendo que infelizmente o resultado final foi esse. É mais ou menos isso.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem todo o tipo de agressão e por isso que nós estamos, temos que buscar formas de atender com rapidez, mas atendendo com segurança, dando tranquilidade ao servidor e ao trabalhador, porque o que ficava até um tempo atrás, eu quero até que você na sua exposição deixe bem claro, é que nós todos reclamávamos que encaminhávamos o benefício e demorava um, dois, três anos para vir a resposta, sendo que a culpa não era também do servidor. Então o que nós queremos é que a resposta venha, digamos, o mais rápido possível, mas com um tempo razoável e que não permita nenhum tipo de equívoco. É isso que você está dizendo.

SR. MOACIR LOPES: Perfeito, inclusive nessa situação os servidores conseguiram também, num processo amplo de trabalho, o Governo colocou meta que em qualquer processo que entrar era quarenta e cinco dias o prazo que seria o máximo para tramitar, a não ser naqueles casos que é uma demanda judicial, que é uma demanda que envolve pesquisa rural, porque, hoje, a Previdência Social, ela tem 1111(F) agências no Brasil já funcionando. Entre essas, tem a PREVBarco, que vai lá na região amazônica, Pará, na região amazônica como um todo, ribeirinhos. Tem aqueles PREVMóveis, que vão para as regiões mais distantes, e, nesse sentido, sempre há dificuldade em você levantar os dados. E o trabalhador da Previdência Social tem feito o possível, pesquisando, para que aposente o maior número de pessoas com segurança e qualidade, porque o segurado tem que ter garantia, porque se ele pega um benefício que tem algum problema, não só retorna e cancela a aposentadoria, como devolve o dinheiro recebido. Então é melhor garantir um atendimento de qualidade do que um atendimento assim de pressa.

Então nesse sentido aqui, senador, nós estamos aqui buscando nesse entendimento de que haja uma segurança no trabalho e aí os servidores fizeram vários tipos de acordo durante a greve, não só nós, como também eu estou vendo aqui uma legião de médicos peritos aqui presentes, que também estão sofrendo aí o mesmo tipo de ataque, porque os acordos são cumpridos parcialmente, eles sofrem as angústias de uma legislação que impõe um modelo de trabalho, que não é o seu modelo de trabalho como compreensão de cidadão, mas é um modelo de trabalho que a Lei não permite o sistema mudar o curso da história. Se diz que tem que apertar esse botão para X, você não pode botar Y aí. Então é obrigado a devolver o segurado para o recurso e voltar depois. [soa a campainha]

Então, nesse acordo, o que nós propusemos, então, para poder concluir aqui? A primeira situação é que os nossos segurados possam atender com qualidade, e, portanto, os servidores querem garantia de emprego, contratação de vinte mil trabalhadores. Segundo, melhoria nas condições de trabalho lá e garantia de que seja feito o levantamento de toda a situação previdenciária do Brasil, tanto do ponto de vista estrutural, de imóveis, ergonomia do setor de atendimento e também, por que não, uma garantia do servidor ter na sua situação de profissional uma progressão na sua carreira, valorização. Isso foi acordado lá, em 2005, 2006, e o Governo não cumpriu. Em 2007, a gente fez um movimento nacional, ia entrar em greve, o Governo nos chamou, propôs fazer um processo de negociação, nós cumprimos a nossa parte, buscamos fazer esse entendimento, e, mais uma vez, o Governo, ao chegar ao final do debate, ele resolveu cumprir a sua meta sem ouvir os trabalhadores, implementou o que ele queria fazer lá, da forma que ele quis, e encaminhou para o Congresso o projeto, a Lei 11.501. Lá se aprovou uma nova gratificação que discrimina os aposentados nossos, portanto, ele divide o aposentado nosso para receber metade do valor do ativo e a partir daí nós começamos a fazer movimento.

Em 2008, voltamos às ruas de novo, tentamos negociar com a Presidência do INSS, com o Ministro da Previdência Social, conseguimos negociar num acordo assinado com as entidades sindicais, pelo qual as partes

comprometiam: o Governo faria lá a parte orçamentária, nós faríamos a parte lá de buscar apoio político no Senado, no Congresso, que nós viemos buscar. Em contrapartida, seria montado dois grupos de trabalho importantes a partir do mês de julho e agosto: um para discutir a carreira previdenciária, que seria um debate sobre a estruturação da carreira e um outro que discutiria a jornada de trabalho dos servidores públicos da Previdência Social. Para a nossa surpresa, quando chegou no final de julho para agosto, o Governo publica a Medida Provisória 441, pelo qual ele não só não cumpre aquilo que estava assinado pelo Ministro do Planejamento, Duvanier, e por todas as entidades, como ele também recusa-se a debater na sequência tudo aquilo que foi acordado entre nós. Em função disso, os servidores então tentaram, durante quase um ano, de junho a junho, uma negociação. Esgotado isso, Senador, restou à categoria, então, deflagrar uma greve, que ainda foi informada ao Presidente do INSS, porque ele publicou uma Resolução nº 65, pelo qual ele aumentava a jornada de trabalho para quarenta horas, não pagando a mais por isso, não permitindo qualquer diálogo, não organizando o sistema de trabalho, não permitindo sequer que os trabalhadores pudessem opinar sobre aquilo e cumprindo também e desrespeitando o Decreto do Presidente Lula 4.836 que prevê, Senador, que quando tiver uma unidade de trabalho funcionando na área pública durante doze horas, pode sim funcionar com seis horas, porque esse atendimento ampliado atende mais trabalhadores, atende mais cidadãos e, também, garante um atendimento de qualidade e com condições de vida melhores para os trabalhadores. Como o Presidente do INSS e o Ministro recusaram-se a fazer isso, a gente foi à grave.

A greve iniciou sobre uma repressão muito grande, Senador Paulo Paim. Primeira vez na história que um Tribunal julga uma greve antes de começar, deu uma sentença contra a greve dizendo que a greve não poderia realizar-se, mas não nos ouviu do ponto de vista da negociação. Esse Tribunal, junto com a Previdência Social, tem permitido que a Polícia Federal e que a Polícia Militar vão para as unidades desobstruir agências quando estamos fazendo um pequeno ato, como aconteceu em Brasília ontem, no dia 18 e também na Bahia, uma violência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro ontem a Polícia Militar foi abrir as agências, em São Paulo, enfim, em todo o Brasil, uma agressão, uma coisa que não se coaduna com a democracia. Não se entende um processo democrático com tanta violência [palmas], que nós podemos dizer que no regime militar, que nós ainda éramos criança, crescendo, enfrentando a ditadura nos bastidores, o regime militar, talvez em alguns momentos, teve menos violência contra nós. Não está para entender o que está acontecendo com esse processo, até porque, Senador, esses trabalhadores que estão aqui presentes, dos onze Estados aqui presentes e mais os que estão lá na unidade, os trinta e oito mil trabalhadores, são aqueles que vão continuar atendendo o cidadão, eles vão continuar prestando o seu serviço.

Portanto, há que se buscar uma normalidade e nós esperamos – estamos nos sentindo abandonado nesse momento – o apoio da Casa, o apoio dos Senadores para buscar o atendimento negociado para a greve, o apoio da COBAP, o apoio da sociedade, porque se nós não conseguirmos reverter, volta-se para o trabalho num sistema de muita agressividade, muito ferimento, muita situação, e quando se volta nessa condição, o Senador Paulo Paim e os Senadores aqui presentes sabem que o serviço não consegue ser da qualidade desejada que os servidores vão estar fazendo ali.

E, finalizando, dizer também [soa a campainha] que o Governo diz que está cumprindo a Lei. A Lei, de fato, está se cumprindo conforme está escrito lá, a que emendou não foi acordado por nós. No entanto, existe hoje, dos trinta e oito mil trabalhadores, 95% em desvio de função. Os técnicos não podem conceder benefício e ele mantém esse trabalho dos técnicos lá porque não há outro quadro [palmas]. Então é preciso buscar uma solução para isso e nós contamos com os Senadores. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, muito obrigado a todos os presentes. Agradeço aqui a atenção e vamos aqui estar para contribuir com o debate [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar aqui, cumprimentando a todos os peritos que estão presentes, o Dr. Raimundo Luiz Parente. Nisso, eu cumprimento todos os peritos que estão presentes aqui.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Raimundo Luz Parente é perito médico previdenciário, e me permita que eu diga isso... A gente também vai, cada vez, conhecendo mais a área. Eu confesso que a tal de demissão programada me preocupa... Auto(F) demissão. Mas eu quero dizer, eu perguntava aqui para não cometer nenhum erro nesse aspecto, que a alta programada não é culpa do perito, é uma alta programada. Infelizmente tem que voltar de novo, vai para a perícia outra vez, não é isso? Então eu quero deixar claro isso aqui, porque se cria também: "Não, o culpado é o perito, é o perito, é o perito". O perito é um profissional e ele tem parâmetros onde ele pode trabalhar. Então, os meus cumprimentos aos peritos, sejam bem-vindos e vamos dar uma salva de palmas aos peritos aí, porque eu sei que, se dependesse deles, o quadro não seria bem esse. [palmas]. O Senador José Nery pediu a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, ontem, tivemos um aditamento ao requerimento aprovado na semana passada, para convidar a representação justamente dos médicos peritos para se fazer presente nessa Audiência Pública e se encontra conosco, como o senhor anunciou, e representando a Associação Nacional dos Médicos Peritos, o Dr. Raimundo Parente, que o senhor anunciou, e que eu gostaria, conforme aditado ontem ao requerimento aqui na CAS, que pudesse então ser convidado para participar na Audiência Pública na condição de expositor. Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um pedido do José Nery, nem que não tivesse colocado, já é aprovado, o doutor seria convidado a teu pedido. Por favor, doutor, venha à Mesa, Dr. Raimundo Luz Parente.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria destacar também a presença conosco deste senador, o Senador Augusto Botelho, que é médico e é parceiro em todas as horas. Qualquer tema, qualquer debate, qualquer votação que tenha envolvimento a questão social, os trabalhadores, a liberdade, a igualdade, o Dr. Senador Augusto Botelho está com a gente. Está aqui na Mesa, por favor.

[palmas]

Sr. Silberto Silva, nosso Vice-Presidente da COBAP, que tem feito um trabalho belíssimo em defesa, não só dos aposentados, como também dos trabalhadores, como eixo aí a aposentadoria integral e o fim do fator. Quinze minutos, dez com mais cinco.

SR. SILBERTO SILVA: Companheiros e companheiras, bom-dia. Falando em Paulo Paim, em nome dos aposentados o Paulo Paim é o baluarte nessa luta nossa. Eu sou o Vice-Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados, o meu Presidente é o Varlei, infelizmente ele não pode vir porque está em outra reunião.

A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, a COBAP, ela tem dezenove federações filiadas a ela e hoje essa luta de vocês é a nossa luta. Que luta é essa? A luta dos aposentados e pensionistas que hoje recebem acima do salário mínimo, são mais de oito milhões de aposentados que ao longo dos anos têm essas percas aí que hoje chega em torno de 70%. Mas eu me lembro bem, meu querido Senador Paulo Paim, alguns anos atrás o senhor, Deputado Federal, hoje Senador, o senhor, naquela época, o senhor na oposição, o senhor já acampava essa luta dos aposentados e naquela ocasião, numa dessas Casas aqui, dessas Comissões, o candidato naquela época, o nosso querido Presidente, que hoje é o Presidente, já sabia dessas percas nossa, estava candidato a Presidente, e nos prometeu, naquela época, Paulo Paim, ao seu lado, que essas percas iam ser repor, e ao longo desses anos, infelizmente, essas percas não veio. Mas nem por isso, companheiros e companheiras, o Paulo Paim deixou de ficar do lado dos aposentados. É uma satisfação quando a gente vê um Senador como o Paulo Paim, como o Nery, José Nery, como o Mário Couto, como o Botelho, como o Valadares, o Mão Santa e tantos outros Senadores e diversos Deputados que agora estão acampando essa luta, vendo que está havendo essa injustiça.

Olha, gente, é mais de 70% que os aposentados e pensionistas neste país está com essas percas. Agora é que está se tentando abrir uma janela. Ontem nós estivemos com o Paulo Paim, o Mário Couto, estivemos com a liderança no Governo, o Henrique Fontana, aonde ele falou lá em nome do Governo que ele ia ver uma maneira de repor isso aí. Eu espero que o que ele falou ontem para diversas lideranças que estavam lá do Brasil inteiro acompanhando o Paulo Paim, que ele, como Presidente e os demais Deputados e o Michel Temer cumpram com esta promessa, porque não é possível. Vocês hoje estão aqui pedindo o apoio desses Senadores nessa batalha de vocês, batalha essa que é justa.

Eu vou dar um pouco do exemplo do meu Estado. Eu sou do Rio Grande do Norte, mas hoje lá são vinte e uma agências. Para atender hoje lá são em torno de 460 mil aposentados. Fora esses 460 mil aposentados, têm diversas pessoas que procuram o atendimento. O número de funcionários hoje em torno de 450 funcionários, quer dizer, isso não pode. Então tem que fazer o seguinte: é procurar contratar mais e dar o direito de vocês, que vocês merecem.

Voltando agora aos aposentados, essa luta também é de vocês, dos pais de vocês, que vocês tenham certeza que, hoje, os pais de vocês estão sendo, como é que se diz, injustiçados; se aposentaram com cinco, seis, sete salários, quatro, cinco, e, hoje, está defasado com dois, três salários.

Então, companheiros, pedimos também a vocês, funcionários, que entrem também, encampem essa luta nossa. Essa luta não é só dos aposentados. Inclusive o fator previdenciário, aonde o baluarte aqui é o Paulo Paim, a COBAP acampou isso aí e não era uma parte de obrigação dos aposentados. Era justamente dessas Centrais de acampar essa luta, mas como o Paulo Paim estava no comando e a gente sabendo que nós temos os parentes nossos que estão futuramente para se

aposentar e sabendo que isso aí iria prejudicar, o que é que nós fizemos? Nós encampamos essa luta.

Queremos dizer a vocês o seguinte: a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, hoje nós temos mais de 600 mil filiados. Dizer a vocês o seguinte: que estamos com vocês, agora queremos também que se una nesse processo dessas percas nossas. E parabenizar a vocês, nesse movimento de vocês, e que é bola para frente.

Agradeço aqui ao Paulo Paim, agradeço ao Nery, ao Mão Santa, a todos esses Senadores, aonde eles passaram três vigílias, o Senador Botelho, o Valadares, a Rosalba Ciarlini que é lá do meu Estado, que é a Presidente desta Comissão, foi uma baluarte nessa nossa luta, o Senador Garibaldi também quando foi Presidente lá do Senado, através de pedido do Paulo Paim ele colocou lá essa Emenda, essa PL 01, lá foi aprovada e está lá na Câmara. Quero pedir o seguinte: que todos esses Deputados Federais que hoje tenho certeza que estão nos ouvindo aqui, essa Emenda está lá, está lá para ser aprovada. Estamos tentando conversar, fazer um acordo. Terça-feira o Paulo Paim, conforme informou aqui, nós vamos ter uma nova negociação. Talvez, se não tiver essa negociação, os aposentados e pensionistas desse país, eles irão para a rua, vão pedir, de fato e de direito, o que é deles, porque não é possível você passar trinta anos, agora trinta e cinco... Se não tiver cuidado, vão botar quarenta nesse fator previdenciário. Então é o seguinte: nós queremos só o direito nosso, o direito que nós conquistamos. Então, era só isso.

Meu querido Paulo Paim, muito obrigado, e dizer a você o seguinte: feliz de uma Nação que tem um Senador como o Paulo Paim. Eu falo assim porque o Paulo Paim é não só dos aposentados, mas, em todas as camadas, em todas as categorias, o Paulo Paim está aí defendendo o interesse daquelas pessoas que tiveram as suas conquistas e estão querendo confiscar. Então, Paulo Paim, meus parabéns, você merece, você é um cara nota dez, Paim. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, um minutinho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para ajudar o Silberto, o Senador Paulo Paim é o Senador do trabalhador; essa é a identidade dele aqui dentro da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, muito obrigado Senador Botelho. [palmas] Eu queria só avisar a todos, aos nossos amigos e amigas que estão aqui, eu sei que a sala está lotada, lotada, eu acho que cerca de 300 a 400 pessoas estão aqui, alguns no corredor. Mas que nós, aqui ao lado, na Sala 15, nós botamos um telão. Então, aqueles que estão de pé aqui, se quiserem, podem ficar aqui. Aqui, para mim, se tiver um lugarzinho para eu presidir, podem ficar todos aqui. Agora, se quiserem sentar e também vamos garantir água, enfim, que o cafezinho chegue lá, a Sala 15 é bem aqui ao lado, está com um telão e poderão assistir ao debate. Mas fiquem a vontade que esse calor humano aqui nos dá cada vez mais energia para defender a causa de vocês. Ok? Vamos lá, então.

Passo de imediato a palavra ao Dr. Raimundo Parente, que representa aqui todos os peritos médicos do Brasil.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Bom-dia a todos; bom-dia, Senador Paulo Paim; bom-dia, Senador Botelho, ao servidor Moacir, ao Sr. Silberto aqui, e bom-dia a todos os servidores que estão presentes aqui, na luta por uma presença justa e melhor.

Bom, meu nome é Raimundo Parente, eu sou perito médico aqui no Distrito Federal e nós estamos aqui, numa comissão dos peritos, aqui, no Distrito Federal. No momento, é o único grupo regional de peritos que está num movimento contra essa ação de má gestão da nossa instituição, que eu e nossos colegas e acredito que vocês, nós somos da Previdência. Então, nós temos que nos posicionar dessa forma, contra essa agressividade da instituição contra o servidor em geral.

Uma outra coisa aqui que eu vou pedir a todos é que, apesar de nós termos uma carreira específica, ou seja, na verdade, uma atuação específica, mas tem que acabar a dicotomia no INSS de servidores e peritos. Nós todos somos servidores. [palmas] E, ainda, pedir desculpas a vocês porque falar em público é uma situação que não é muito fácil, além da minha emoção de estar aqui falando no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que dirá se ele tivesse mais experiência, hein? [*risos*]

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Bom, indo direto ao assunto, a situação da perícia é uma situação que, por um lado, nos últimos três anos houve uma melhora considerável no atendimento ao segurado, mas, por outro lado, a nossa questão do servidor foi totalmente deixada de lado, que é a questão que quando eu cheguei aqui o nosso servidor Moacir estava falando sobre isso, que é a questão das condições de trabalho. As condições de trabalho, em todas as Agências da Previdência Social, são lastimáveis. Não há condições, não há situação ergonômica, há condições de segurança, não há condições de conforto, quantidade de banhei-

ros, então por aí vai. É inadequado. E para o usuário também, para o segurado que chega lá, as condições de permanência numa agência são lamentáveis.

Bom, com relação específica à questão da perícia médica, as nossas argumentações são com relação à questão de horário. Essa Resolução 65 que o INSS baixou ainda a pouco, revogando uma Resolução anterior, de 2006, que não foi um ato deliberativo do Presidente do INSS, a Resolução anterior que permitia a carga horária de seis horas, fazer o chamado horário corrido, foi uma determinação do TCU, não foi um ato voluntário da presidência do INSS. Ele revogou isso unilateralmente, sem ouvir os servidores, sem levar em consideração essas condições inadequadas de trabalho e baixou essa Portaria, Senador, e com uma condição: para fugir da burla, que a Lei 8.112 permite o horário corrido, que o Decreto 1.590 permite e regulamenta a questão das seis horas corridas, eles colocaram que o horário de funcionamento da APS é de doze horas, porém, o atendimento ao público é só de dez.

Então, isso restringe, ferindo o Decreto 1.590, que diz que, para funcionar, tem que ser um atendimento ao público em doze horas corridas, em turnos ininterruptos, porque isso que dá a garantia que remete para a Lei. No caso específico ainda da perícia médica, existe a questão, que dessa forma inviabiliza, uma norma constitucional, que é a possibilidade do médico, além de outros servidores da área de saúde, assim como professores, de ter a cumulação de cargo, que é uma exceção, mas está na Constituição. Então essa Resolução 65 fere frontalmente não só os direitos dos servidores públicos, como fere a Lei Maior, que é a Constituição, porque, de uma forma tortuosa, ela está impedindo um direito constitucional, que é a questão da acumulação, e, para os servidores não médicos, fere, fazendo esse viés, que é de permitir o funcionamento de um serviço durante doze horas, mas só permite atender o trabalhador, o segurado, durante dez, ou seja, a própria instituição está restringindo o atendimento ao segurado. Quando esse Decreto 1.590 foi publicado, o Ministério Público Federal fez um questionamento alegando que o INSS hoje alega, usa esse argumento, dizendo que seria um benefício, uma benesse para o servidor, que o servidor não quer trabalhar. A Secretaria de Gestão Federal rebateu isso dizendo exatamente o contrário, que quando você faz um atendimento ao público durante doze horas, você aumenta a possibilidade e a demanda de atendimento.

Então, em cima dessas restituições(F), desse ato unilateral, de forma inadequada e, a meu ver, a nosso ver, ilegal, é que a gente pede o apoio aqui, dessa Comissão, e dos demais senadores e o apoio dos servidores na luta. Nós, colegas, não entramos em greve, mas nós estamos aqui do Distrito Federal fizemos uma menção de apoio à greve dos servidores e entramos num movimento de restrição da demanda compulsiva que o INSS nos determina. Esse movimento está em pé, as repercussões já estão ocorrendo e as pressões também, Senador. Ainda a pouco eu recebi um telefonema avisando que o Diretor de Benefício, o Sr. Brunca, do INSS, já está abrindo processo administrativo com ameaças veladas, bem se dizer, contra os servidores e contra nós, peritos, mas aqui nós queremos dizer que o movimento dos peritos vai persistir, vai ser solidário ao movimento dos servidores em geral [palmas], e, nesse aspecto, nós solicitamos o apoio e a compreensão dos senadores e da Comissão para trabalhar nessa situação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu abro a palavra aos Senadores. O Senador Augusto Botelho vai ter que sair porque há uma série de Comissões funcionando. Eu queria aqui, Senador Botelho, V. Exa. que está saindo, diga também ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que esteve aqui e é médico também, que nós todos temos certeza absoluta que a sua presença aqui, do Mozarildo e de outros Senadores vai contribuir para que a gente busque uma saída num grande entendimento que preserve o direito dos trabalhadores. Parabéns a V. Exa.

[palmas]

O Senador José Nery está com a palavra, o autor do requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero cumprimentar os nossos ilustres convidados que se fizeram presentes a essa Audiência Pública. Representando os trabalhadores da Previdência Social, temos o Moacir, que é Dirigente Nacional da FENASPS, bem como a presença do Dr. Raimundo Parente, aqui representando a Associação Nacional dos Médicos Peritos, cumprimentar o nosso amigo Silberto Silva, da COBAP, Vice-Presidente da COBAP, da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, cumprimentar e agradecer aqui a presença de todos os servidores do INSS, técnicos administrativos e peritos, que se fazem presentes nessa Audiência Pública. Quero, particularmente, agradecer e homenagear aqui a presença da médica, da ex-Deputada, da militante política que nos enche de orgulho sempre, como disse no início o Senador Paulo Paim, a companheira Maninha, aqui do Distrito Federal, médica perita [palmas], que, sem dúvida, é um orgulho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Nery, me permita, até você pode apresentar o nosso Paulo Duque, que vocês podem ter certeza absoluta sempre está do lado do nosso povo e por isso ele ali me abanou, ele fez assim: "Vou aí?" Vem, claro. Então uma salva de palmas para o Senador Paulo Duque.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Duque, sempre bem-vindo. Depois, nos encaminhamentos finais, aqui, dessa nossa Audiência, com certeza, vamos, entre as tarefas, eu creio que em uma delas o senhor vai poder participar, pelo menos será convidado a buscar esforços no sentido de que possamos ter um diálogo muito direto e transparente com o Ministério da Previdência e com o INSS, em relação à greve dos servidores.

[palmas]

Bem, mas, como eu estava iniciando, homenageando aqui a presença de todos e todas nessa Audiência, os trabalhadores que estão em greve, e nenhum trabalhador faz greve, porque, como disse o Senador Paulo Paim, como costumamos dizer, porque acha bom e bonito. Greve acaba sendo o último recurso que o trabalhador utiliza para ver respeitado os seus direitos. Felizmente depois de muita luta, de muita mobilização, conseguimos estabelecer no país um chamado processo de redemocratização onde os trabalhadores tanto da iniciativa privada, mas também os trabalhadores do serviço público, têm assegurado o direito de greve. Portanto, a greve, quando ela se torna necessária e o único instrumento para possibilitar a negociações que favoreçam, que garantam, assegurem direitos aos trabalhadores do serviço público, quando esse é o instrumento nós devemos ter absoluta compreensão de que não é a intimidação, não é a violência, não é a repressão o caminho para encontrar a solução adequada.

Neste sentido, atendendo à solicitação de vocês, servidores e médicos peritos, servidores da Previdência Social, pois todos são servidores, como disse o Dr. Raimundo, todos *[palmas],* acolhemos a sugestão para a realização dessa Audiência Pública, mas eu sou apenas um dos autores da Audiência, desse requerimento. É o Senador Paulo Paim e o Senador Papaléo Paes que, com o apoio da Comissão, aprovamos na semana passada a realização dessa Audiência com o objetivo de buscar claramente um diálogo com o Ministério da Previdência e com o INSS para por fim ao impasse, à greve, na busca de uma solução negociada.

Ontem, telefonei ao Ministro José Pimentel, porque a Presidente Senadora Rosalba Ciarlini havia me informado de que o Ministro Pimentel tinha enviado um comunicado à Comissão, dizendo da sua impossibilidade de estar presente, no dia de hoje, aqui, na Comissão. Eu telefonei a ele para solicitar a designação de um representante, Senador Paulo Paim, nós aceitávamos aqui a presença de um representante do Ministério, bem como reafirmada a solicitação para a presença do Presidente do INSS. O Ministro Pimentel me disse que só tem condições de vir aqui no dia 16 de julho, às nove horas da manhã. Disse-lhe que, para o objetivo que nós buscamos aqui, mesmo entendendo e compreendendo que o Ministro no dia de hoje e o Presidente do INSS têm agenda no Estado do Paraná, mesmo assim era possível enviar um representante para essa Audiência aqui. Não tem um adjunto, não tem um Secretário do Ministério, não tem um chefe de gabinete?

Então eu queria, Senador Paulo Paim, dizer aos senadores e ao senhor, como Presidente dessa Sessão e Presidente da Comissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social na Comissão de Assuntos Sociais, dizer que aquela cadeira vazia ali representa a ausência do Ministério da Previdência e do INSS [palmas], que não acatou o convite, não acatou o convite. Mas eu quero dizer que eu trato com muita transparência e com muita tranquilidade esses conflitos, a greve, os movimentos, as manifestações, a ocupação dos sem-terra, sempre buscando uma mediação que permita a negociação.

Portanto, o nosso objetivo, ao realizar essa Audiência Pública aqui, não tem e não pode ser direcionada para o acirramento das posições. Essa Audiência, aqui, com a presença extraordinária das representações de doze Estados da Federação, de várias partes que aqui representam o conjunto dos servidores da Previdência Social do nosso país, esse momento aqui é a declaração de que nós queremos uma negociação e o fim do impasse. Ao dizer que o Ministro poderia se fazer representar, é porque de fato poderia, mas, também, ao dizer isso, eu não quero e não vou aqui estimular que os ânimos se acirrem ainda mais, porque o que nós queremos é respeito ao direito de greve, é respeito ao direito dos trabalhadores garantirem as suas conquistas e conquistas conseguidas fruto da mobilização de muitos anos, como a semana de trinta horas, readequada através de um acordo, mas também sobretudo pela emissão da Portaria do último dia 25, a meu ver não ajudam a gente a construir e a fazer com que o papel do servidor público em nosso país, em todas as áreas, não seja um papel onde de vez em quando o servidor, o trabalhador, a trabalhadora, se vê obrigado a utilizar de instrumentos como a greve e outros tipo de mobilização para fazer valer direitos. Já estamos no tempo de fazer com que as demandas trabalhistas, as negociações trabalhistas, sejam encaradas como um papel da mais absoluta transparência democrática, da democracia que aos poucos vamos construindo nesse país, com muita dificuldade, é verdade, mas sem abrir mão da possibilidade de que possamos ter uma sociedade, um país onde todos e todas possam participar de forma mais definitiva sobre os rumos, sobre a construção das medidas, das ações e do Poder Público no sentido do atendimento às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Como havia também dito antes, Senador Paulo Paim, no requerimento de aditamento ontem para a

presença do Dr. Raimundo Parente, também havíamos aprovado aqui a presença do Dr. Peterson, que aqui representa o Ministério Público [palmas]. Para fazer justiça à V. Exa. e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convido ele vir para a Mesa. [risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É exatamente isso. Quando eu conversava com a Presidente Rosalba para que fosse aditado mais dois convites para essa Audiência, eu lembrava dos procedimentos da nossa Comissão de Direitos Humanos, em que, muitas vezes, aprovamos um determinado número de convidados para as Audiências, mas no processo, se há necessidade de acrescer mais um, dois, três, quatro convidados, o Senador Paim faz assim como ele fez agora: se não estava previamente aprovado no requerimento, passa a ser convidado a participar da Mesa sem nenhuma burocracia, sem nenhum impedimento. Então é só para lhe dizer que quando o senhor diz: "Ah, é porque é um pedido do Nery", não é só por isso, é porque é a prática que o senhor adota quando preside Comissões nessa Casa. [palmas] Então, agradecemos a presença do Dr. Peterson, aqui, representando o Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu sou meio metido a quebrar protocolo, mas a nossa Secretária Geral disse: "Senador, quebra, mas vamos legalizar para não ter problema". Então, se V. Exa. permitir e o Plenário permitir, eu queria aqui nesse momento botar em votação para que façam parte da Mesa, a pedido do Senador José Nery, o Dr. Peterson de Paula Pereira, Procurador da República e 1º Titular do Ofício da Seguridade Social e Educação, e o Dr. Raimundo Luz Parente, que representa aqui a Associação Nacional dos Peritos da Previdência Social.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Senador, eu posso fazer uma correção?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos lá para evitar problema.

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: Nós todos, peritos aqui do DF, somos associados da associação, existe uma associação, mas eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o senhor representa aqui a Seção Regional, é isso?

SR. RAIMUNDO LUZ PARENTE: É, nós estamos aqui, numa comissão de representação dos peritos do DF, e não em nome em si, propriamente, da associação, porque eu não fui designado dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, esclarecido para não haver problema. Em votação. Os senadores e senadoras, que concordaram, batam palmas. [risos] Aprovado. Volto a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, eu tinha a noção de que o requerimento havia sido aprovado ontem, mas foi aprovado agora. Aqui trabalha-se dentro das possibilidades que temos e, de qualquer maneira, os convidados seriam ouvidos, como bem garantiu V. Exa.

Mas eu queria me referir ao fato de que é importante, sim, o alargamento da presença da Previdência Social num maior número de municípios brasileiros, que será alcançada com a conjunção de, pelo menos, 750 novos postos do INSS no país inteiro, fruto da decisão do Congresso Nacional, quando da votação do orçamento de 2009, que garantiu os recursos para que a Previdência Social possa instalar um maior número de postos de atendimento aos segurados em Municípios com mais de trinta mil habitantes. Então, a previsão desse ano é de que sejam instalados 750 novas agências da Previdência nos Municípios, com mais de trinta e cinco mil habitantes. No meu Estado do Pará, por exemplo, lá tem um sindicato, também, muito ativo e muito forte, muito mobilizador, serão instaladas setenta e quatro novas agências no interior do Estado. É, sem dúvida, muito importante. É preciso aproximar e chegar perto do segurado no interior do país. Agora, igualmente, é preciso garantir os recursos humanos necessários à contratação de servidores com a realização de concursos públicos para garantir esse atendimento de forma universalizada aos trabalhadores, ao povo brasileiro.

[palmas]

Eu queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores e senhoras, trabalhadores e trabalhadoras da Previdência Social, que nós devemos aqui, primeiro, solicitar que a Polícia Federal não seja utilizada para, de nenhuma forma, reprimir ou intimidar o movimento pacífico dos trabalhadores que querem, nada mais, nada menos, apenas o cumprimento de normas e da busca de reivindicações que atendam os interesse da categoria e, por extensão, os interesses de melhor servir a sociedade.

Eu queria também... Sr. Presidente, eu acho que a proposta que podemos fazer, nesse momento, não poderia ser outra, é no sentido de que a Comissão de Assuntos Sociais procure aí fazer uma mediação junto ao Ministério e ao INSS, sugerindo a realização de uma Audiência ao Ministro José Pimentel e ao Presidente do INSS, uma Audiência para reabertura das negociações, mesmo que o Ministro tenha me dito: "Olha, mas a greve está declarada ilegal; portanto, conversaremos, mas é preciso voltar ao trabalho". O Ministro Pimentel tem experiência de movimento sindical, foi dirigente, muitos anos, do Sindicato dos Bancários do Ceará, tem experiência de como é que ocorre e as motivações da luta dos trabalhadores. Portanto,

eu creio que se o caminho é o diálogo e é o atendimento. Proponho, Sr. Presidente, que esta Comissão, como parte das decisões que possamos encaminhar no dia de hoje, que a Comissão possa atuar no sentido de buscar a realização de uma Audiência com a categoria, através da direção, com a FENASPS, no sentido de buscar o atendimento, considerando a importância do trabalho de cada um, da dedicação de cada um e, sobretudo, de atendimento daquilo que esteja dentro das possibilidades para que os trabalhadores retornem às suas atividades, mas retornem com a garantia de que pleitos colocados na Mesa e que não é algo que seja considerado extemporâneo para as condições do próprio Ministério, que o Ministério pode examinar e pode atender, o INSS pode examinar e pode atender, sugiro uma Audiência, se possível, com a participação do Senador Paulo Paim, da Senadora Rosalba, como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e dos Srs. Senadores e Senadoras que puderem integrar a Comissão no sentido de buscar o atendimento, de buscar o diálogo como forma de solucionar esse impasse [*palmas*].

Eu tenho certeza e faço aqui um apelo para que o Ministério da Previdência trate com muito carinho esse tema, para que nós possamos ter o entendimento, a negociação, e que nenhum trabalhador ou trabalhadora da Previdência Social, em qualquer parte do país, venha a sofrer qualquer tipo de intimidação, qualquer tipo de violência por estar exercendo a sua cidadania na busca de direitos fundamentais às condições de trabalho, de modo que essa satisfação do servidor, por extensão, leve à satisfação no atendimento, na garantia dos segurados da Previdência pública em nosso país, inclusive afirmando e cada vez mais aprofundando o sentido público da Previdência Social para servir as maiorias, os excluídos, os trabalhadores e o povo, trabalhando incansavelmente para que ela permaneça pública, de qualidade, universal e para todos *[palmas]* sem que tenhamos aí essa insanidade, que são os planos privados de Previdência, que na verdade servem para muito poucos, àqueles que podem pagar, mas a maioria do povo quer a Previdência eficiente, pública e para todos.

Os servidores da Previdência Social do nosso país contam com o apoio da Comissão de Assuntos Sociais, cantam com o apoio dos Senadores e Senadoras, tanto é que esse essa reunião aqui na Comissão de Assuntos Sociais é a manifestação do apoio à luta de vocês. Não esmoreçam e acreditem, como sempre acreditaram, porque quem luta, quem trabalha e quem busca com um objetivo muito definido atingir a sua realização profissional, pessoal, em defesa dos interesses do país e do povo, quem luta sempre vence. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra, como nosso convidado, ao Dr. Peterson de Paula Pereira, Procurador da República. Nesse momento, doutor, V. Exa. tem a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. PETERSON DE PAULA PEREIRA: Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, o Senador José Nery, pelo convite, e a todos os servidores da Previdência, aos demais membros que compõem a Mesa dessa Audiência Pública. Louvar a iniciativa desse evento como mais um instrumento para que sensibilize o Governo Federal, em especial o Ministério da Previdência e o INSS, a abrir negociação com os servidores nesse ponto central que é, entre outros pontos, mas é a jornada de trabalho dos servidores.

Senador Paulo Paim, eu abri um procedimento administrativo na Procuradoria da República em razão da representação dos servidores, dos sindicatos que levaram ao conhecimento do Ministério Público Federal da ocorrência do movimento, e já havia tido uma experiência em 2005, na greve anterior dos servidores, onde naquela ocasião tive a missão de tentar abrir uma negociação com o INSS e na ocasião fomos felizes, Ministério Público Federal, INSS, servidores, em chegar a um denominador comum, após uma ação judicial que movemos contra o INSS e contra a União para que eles adotassem as medidas necessárias para restabelecer o serviço público, porque o entendimento expressado naquela ação foi de que qualquer medida judicial deveria ser intentada contra o Estado, o Estado é que deveria adotar as medidas que lhe fossem mais adequadas para restabelecer o serviço.

Acho ruim essa estratégia de ajuizar ações contra os sindicatos, contra as federações e estabelecendo multas, é um precedente gravíssimo que ocorreu já na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da greve dos petroleiros, e que eu, pelo menos, entendi de modo contrário na greve passada. Mas agora, em função de um precedente do Supremo Tribunal Federal, quando a greve tem essa abrangência nacional, o INSS, juntamente com a Advocacia da União, ingressou com uma medida judicial cautelar no STJ, no Superior Tribunal de Justiça, onde requereu a declaração da ilegalidade do movimento, estabelecendo uma multa. Obteve êxito na medida judicial e isso deslocou o campo da atuação jurisdicional para o STJ, porque há uma ação judicial lá. Isso impede o Ministério Público Federal de adotar as medidas na primeira instância e relativamente à greve porque por esse fato haveria declinação de competência para o STJ. Mas, não obstante a isso, eu instaurei procedimento, convidei o Presidente do INSS, o Valdir, para comparecer à Procuradoria da República, juntamente

com os representantes dos servidores, e conversamos a respeito da situação da greve, apesar de o Presidente do INSS ter dito, naquela reunião, que não se tratava de um procedimento de negociação, até porque havia o ato do STJ, o ato judicial dizendo que a greve é ilegal, num posicionamento se sentindo fortalecido, o Governo Federal, por ocasião dessa medida judicial.

A par disso, Presidente Paulo Paim, Senador José Nery, eu tenho acompanhado esse trabalho da Previdência Social sob a ótica dos segurados que vão à Procuradoria da República, sob a ótica dos médicos peritos que se dirigem muito lá na Procuradoria também, que nós temos procedimentos sobre as condições de trabalho dos médicos peritos, sob a ótica da gestão da direção da Previdência Social. Eu tive um procedimento de acompanhamento do censo da Previdência Social que teve o recadastramento, um procedimento que foi exitoso, e eu posso testemunhar aqui para os senhores e para os servidores que, apesar do que muito tem que ser feito na Previdência Social no nosso país, eu acredito que nos últimos anos melhorou muito a situação. Eu acho que é um diagnóstico que nós fazemos que melhorou a qualidade do trabalho da perícia médica, diminuiu a reclamação dos segurados. Eu acredito, tenho a convicção de que há um avanço no trato da gestão da Previdência Social no Brasil. Isso vinha, digamos assim, num bom caminho. É claro que os transportes não são fáceis, há muitas estruturas viciadas, há dificuldades de você implementar as práticas administrativas, há dificuldades em você cobrar uma legislação mais adequada aos tempos atuais, só que isso, no meu sentir, vinha nesse bom caminho na Previdência Social.

O Ministério Público Federal tem um grupo de trabalho que tem cobrado da Previdência uma melhor gestão, um melhor atendimento, uma melhor qualificação no atendimento dos segurados da Previdência Social, e eu vou dizer, com sinceridade, que acho que essa medida que amplia a jornada de trabalho de seis para oito horas, ela vai na contramão do que vinha sendo adotado. [palmas] Eu tenho experimentado situações de discussão de jornada de trabalho dentro da Procuradoria da República, em vários órgãos, com os médicos peritos especificamente, e tenho a convicção de que a jornada hoje de oito horas, não só no país, as quarenta e quatro, que agora foi aprovado para quarenta, mas implementar quarenta horas no serviço público, isso intensifica a exploração dos servidores e dos trabalhadores pelo advento das novas tecnologias da informática.

Então, se você comparar a jornada de trabalho que se praticava há cinco, seis anos, hoje, a mesma jornada de trabalho, o grau de produtividade é muito mais amplo. Eu digo na área jurídica, onde a produção de peças jurídicas, isso hoje, em volume, em qualidade, aumentou significativamente. E aí tem a dimensão humana, que a Constituição da República do Brasil tem como um dos fundamentos básicos a dignidade da pessoa humana. Ali é um preceito na Constituição que não é algo esvaziado, ele tem que se implementar no dia-a-dia. Como é que nós vamos cobrar oito horas de um servidor público, de um trabalhador no setor privado, sendo que ele tem que ter o deslocamento de casa para o trabalho dele, ele tem que almoçar, enfim, ele vai ficar absorvido na jornada de trabalho por baixo doze horas nas grandes metrópoles. E que espaço, que condição de vida vai ser esse servidor, esse trabalhador, se ele não pode dedicar um tempo à sua família, que ele não pode absorver cultura, ele não se pode se capacitar? A qualidade desse servidor, Senador Paulo Paim, isso vai ficar tão ruim que pode ir nessa maré contrária na qualidade da prestação do serviço público na Previdência Social.

Então, eu acho muito infeliz, eu acho que é uma decisão infeliz da Previdência Social em ter consagrado esse entendimento do retorno das seis a oito horas. Há uma controvérsia sobre o aspecto jurídico da jornada de trabalho, porque se diz que a Lei 8.112 cobra as quarenta horas para o servidor público e não é bem claro assim como se procura colocar. Ali a jornada está fixada entre trinta e quarenta horas e o legislador foi sábio na definição desse espectro de jornada, porque uma coisa é um servidor altamente qualificado trabalhar num escritório com ar-condicionado fazendo algumas produções, ter condições para almoçar bem, estar morando perto da sua casa, e outra coisa é um servidor que está lá na porta de atendimento do serviço público, e quem lida com Previdência Social sabe que a gente trata com uma população que é adoecida, adoecida fisicamente, psicologicamente, e que se você não tiver um carinho com o servidor, não só a clientela é adoecida como o servidor vai adoecer também [palmas]. Então é fundamental, Senador Paulo Paim e Senador José Nery, que essa jornada de trabalho seja entendida com as especificidades das categorias que prestam o serviço público no Brasil e que seja no sentido de regredir a jornada e não ampliar. Eu acho que a ampliação da jornada, no mínimo, abriria uma boa discussão sobre contrariar os aspectos da Constituição brasileira, os fundamentos da Constituição brasileira. Então essa amplitude que tem de trinta a quarenta horas permite tranquilamente que o Executivo possa baixar Ato Normativo fixando tranquilamente a jornada em trinta horas.

Mas há um problema político aí, Senador. Quando nós havíamos discutido isso com os médicos peritos [soa a campainha], a fixação da jornada de seis horas para os médicos peritos, por conta da característica

da categoria também. Na época, as informações que me foram trazidas é de que o problema da jornada de seis horas, isso na época para os médicos peritos, nem se discutia a questão do servidor, que era uma questão tranquila, isso não se fixava nas seis horas não por um problema da especificidade da categoria, que poderia ser contemplada com isso, mas isso tem um efeito para as demais categorias no serviço público e isso tem um caráter reivindicatório às demais categorias em ampliar a redução da jornada de trabalho. O que seria um problema para a gestão, eu acho que seria uma boa solução para as práticas de gestão pública na administração do país. Mas, enfim, isso não foi adotado por conta desse motivo.

Agora, a regressão dentro da Previdência Social, alega a Previdência, o Presidente Valdir Simão nos relatou que isso também decorre de uma cobrança do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União, e digo para os senhores e para as senhoras que, de fato, há entendimento, dentro do Ministério Público Federal, que os Atos Normativos, que vinham sustentando as seis horas para os servidores no INSS, era ilegal, contrariava a Lei 8.112 e que precisava se resolver isso. Ora, mas se baixou uma Medida Provisória, depois convertida em Lei, por que é que não consagrou em trinta horas se permitia a Lei 8.112? Então, isso não pode ser justificativa. Só seria uma justificativa se não tivesse um Ato Normativo dessa categoria e uma Medida Provisória que tem a mesma equiparação à Lei, de você: "Olha, eu não vou sustentar um Ato Normativo inferior aqui que contraria a Lei 8.112". Aí, no mínimo, você poderia fazer uma discussão que os órgãos de controle vinham discutindo até então. Para vocês terem uma ideia, também, o STJ, o Ministério Público Federal, tentou voltar para as oito horas, houve uma reação dos servidores, isso gerou uma rotatividade muito grande e hoje o que está se praticando dentro do Ministério Público Federal e do STJ, basicamente, regra geral, são as sete horas de jornada com o banco de horas. Isso é que tem se praticado lá. Olha como na interpretação da Lei você encontra soluções mesmo que sejam intermediárias. Isso porque nós não tivemos uma Medida Provisória para mexer no horário dos servidores, mas mesmo assim se construiu um entendimento que pode se praticar sete horas com o banco de jornada.

Então, acho que a Previdência deveria ver com mais carinho esse aspecto de retornar ao regime de seis horas e se rediscutir, abrir essa negociação com os servidores. Acho que a tendência que eu vou experimentar na Procuradoria da República, com certeza, vai ser a insatisfação dos segurados, pela má prestação dos serviços praticados pela Previdência Social, por conta de um corpo funcional que acaba sendo desprestigiado, que não se percebe, em toda a sua plenitude, os valores que ele tem que dispor sobre cumprir a sua jornada de trabalho.

Então, eu queria dizer isso, Senador Paulo Paim e Senador José Nery, que o Ministério Público Federal, apesar de ter entendimentos diversos, mas, como eu tenho um procedimento lá, eu tenho a plena convicção que não há nenhum óbice do Governo Federal. Quer dizer, o Governo Federal pode ditar um Ato Normativo para alterar isso, e é uma questão, hoje, essencialmente política, por isso que eu acho fundamental esse trabalho do Senado em tentar sensibilizar o Governo Federal, porque o que foi uma conquista desses servidores hoje, em que nós deveríamos adotar medidas para melhorar a prestação de serviço na Previdência Social, uma medida como essa não é uma medida de pouco impacto; ela pode, digamos assim, nulificar todas as ações que foram feitas no sentido de melhorar a prestação do serviço. Eu acho que é um verdadeiro tiro no pé que o Governo Federal faz nessa área tão sensível do Estado brasileiro e que isso no fundamental das contas, Senador, quem vai pagar vai ser a população brasileira lá que é atendida. Os servidores aqui, digamos assim, uns vão se aposentar, outros vão mudar de carreira, mas aquele segurado que precisa da boa prestação, ele pode amanhã morrer numa fila, ele pode ver agravada a sua situação porque o Estado presta mal o serviço que se propõe.

Então, eu me coloco à disposição também na Procuradoria da República para sensibilizar o Governo Federal e naquilo que for possível para que haja a reversão dessa medida e que possamos retomar o avanço nas questões ditas da Previdência Social. Muito obrigado *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer ao Dr. Peterson pela sua exposição. Me permitam vocês que eu faça aqui uma fala muito rápida. Primeiro, eu sei que vocês todos sabem de qual é o papel no exercício aqui da Presidência. Eu queria muito que essa Audiência Pública olhasse aquilo que a gente chama para o dia depois, nós vamos usar o tal *day after* como muita gente usa, que a gente olhe para o amanhã.

Olhando para o amanhã, eu sei que a expectativa de vocês aqui, nessa reunião, no meu papel como Presidente da Comissão e ajudando na mediação, não é somente um pronunciamento duro, bonito, para vocês baterem palmas para o Presidente. Eu prefiro ficar na linha que falou aqui no encerramento o Senador José Nery e também agora o Dr. Peterson, que foi aquilo que em média falou a Mesa. Eu quero ficar aqui nos encaminhamentos. Eu quero ficar aqui, Senador

José Nery, na sua fala, do que é que a Comissão de Assuntos Sociais vai fazer para ajudar a resolver o conflito. Então vocês podem saber que uma Audiência Pública tem a sua repercussão. Isso aqui é reproduzido naturalmente em todo o país. Então eu quero aqui, de público, dizer que eu vou conversar com o Ministro da Previdência, nessa linha que o Senador José Nery aqui colocou, e também o Dr. Peterson, para que haja, nem que seja num primeiro momento, se assim me permitir, Senador, uma reunião do Ministro com os Senadores e Deputados. E não é só ir lá e dizer para o Ministro que nós entendemos que os senhores têm plena razão. O que nós faremos lá é pedir para o Ministro que receba a Comissão para que se construa, a partir do diálogo, um entendimento para que a greve termine e aquilo que forem reivindicações possam ser atendidas. Essa é a nossa posição, porque não adianta, eu não ajudo vocês se eu fizer aqui só um belo pronunciamento, como se eu tivesse lá na Assembléia com os servidores, que faria como todos nós faremos com certeza absoluta se for necessário, até porque nós temos só de sindicalismo mais de quinze anos e quase trinta de Parlamento. Então eu quero deixar claro para vocês que a minha fala aqui tem que ser uma fala na linha da contribuição de que as portas sejam abertas, que vocês sejam recebidos e que a negociação avance. [*palmas*]

Esse é o meu papel, porque. quando eu terminar aqui a nossa reunião, a nossa Audiência Pública e ligar para o Ministro, ele vai dizer: "Legal, Paim, você aí bateu duro em mim e agora me liga em seguida". Então vamos deixar claro ao Ministro, que deve estar ouvindo, do respeito que todos nós temos a V. Exa., que foi sindicalista, que foi Deputado Federal e que hoje é Ministro. O que nós faremos, no término dessa reunião, é interagir junto ao Ministério, para que se abra um processo de negociação. Esse é o nosso papel, esse eu tenho certeza que é o papel da Senadora Rosalba e de todos os senadores e deputados. Isso não quer dizer que cada um não possa colocar o seu ponto de vista em relação ao movimento, mas, no exercício, aqui, da presidência, eu agirei exatamente dessa forma.

Eu, inclusive, recebi aqui do Plenário um manifesto, eu diria, em relação a não presença aqui, enfim, de representantes do Ministério da Previdência. Li, fica aqui nos anais, não vou ler aqui, no caso, no microfone, entendo as razões aqui e os considerandos feitos. Foi o Rolando que colocou, o Rolando está me entendendo, ele sabe o que colocou no papel. Não foi nada desrespeitoso não, ele apenas fez algumas considerações sobre a importância de que haja efetivamente esse processo de negociação e de entendimentos.

Nós faremos esse processo na busca do acordo, do entendimento, e sempre dizendo: não é nós que negociamos, nós não vamos negociar uma vírgula, nem temos autoridade e não devemos em nome dos servidores. O nosso papel seria abrir as portas para que os servidores façam a negociação e a gente tem toda a experiência de sindicalista, vão lá, discutem, levam para a Assembléia, quem vai dar a última palavra não é Pedro, nem Paulo e nem João, é a assembléia, é a assembléia de vocês nas instâncias devidas que vocês naturalmente vão formatar.

Eu recebi também aqui, faço questão de registrar a presença, aqui, de representantes dos trabalhadores do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL. Então, está registrado, também, que o MTL está aqui, apoiando o movimento.

[palmas]

Eu vou... Nesse momento, nós estamos caminhando para o encerramento, que todos nós temos uma série de atividades, eu entendo que essa Audiência cumpriu o seu objetivo. A Audiência não foi um ato público. Se fosse um ato público, eu abriria naturalmente para todos, mas o objetivo da Audiência é abrir portas. Os convidados falaram, os senadores falaram, a proposta concreta que apresentou, aqui, o Senador José Nery, eu assumo que nós vamos encaminhar como Presidente, em exercício, aqui, da Comissão de Assuntos Sociais. Até eu acharia bom se concordasse, Senador José Nery, com dois momentos: nós faríamos uma visita, se necessário, e--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Presidente, exatamente eu ia sugerir nesse sentido. Primeiro, um diálogo direto da Comissão de Senadores com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Ministro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E, se possível, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os nossos convidados.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É, com os convidados, o Ministério Público Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Peterson é nosso convidado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Até porque vem atuando no sentido de buscar o entendimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E já ajudou na mediação em outros momentos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em outros momentos. O primeiro momento é um diálogo direto com o Ministro Pimentel, ali criando as condições para que o Ministro e o Presidente do INSS recebam, então,

a comissão de representantes da categoria e de fato ali realizando o processo de negociação que interessa para por fim a esse impasse. Eu concordo plenamente com esse encaminhamento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então essa proposta nós vamos encaminhar e agora eu vou passar a palavra ao nossos convidados para que eles façam as suas saudações, dando a cada um deles em torno de três minutos no máximo. Que eles façam a sua saudação final para que a gente possa então concluir. Fica essa decisão já tomada: nós faremos esse encaminhamento e vamos convidar alguns Senadores para nos acompanharem a essa visita ao Ministro o mais rápido possível, porque eu sei que vocês querem concluir o fim da greve o mais rápido possível.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu também, quando eu estava em greve, eu pensava assim, eu quero é agilizar para o mais rápido resolver a questão do fim da greve.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paim, até sugeriria que a assessoria da Comissão, já que iremos em nome da Comissão, já tentasse um contato então com o gabinete do Ministro Pimentel no sentido de verificar se amanhã ou no começo da próxima semana essa reunião é possível, porque o Ministro informou que estaria cumprindo uma agenda de inaugurações de agências do INSS em alguns Estados. Então eu acho que poderia ser um encaminhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, nós vamos encerrar a nossa Audiência Pública e eu de pronto, eu mesmo, faço contato em nome da Presidente da Comissão com o Ministro dessa visita que os Senadores gostariam de fazer a ele, deixando bem claro: não é nenhuma imposição, não é nada. Nós faremos uma visita ao Ministro Pimentel, acertando com ele o horário desta visita.

Se me permitirem agora, eu queria só, dando o encerramento, garantir a cada um de vocês dois minutos. Estão nos chamando numa série de outras reuniões. José Nery, aqui o telefone está tocando desesperado, mas nós queremos concluir. O importante é que a decisão está tomada e pelo que eu percebi, pelo Plenário, é uma decisão concreta, positiva e afirmativa: uma visita dos Senadores ao Ministro Pimentel para ajudar na busca do fim da greve o mais rápido possível. É isso? *[palmas]*

Eu só faço um apelo agora. Eu não gostaria, embora estejam me chamando aqui desesperadamente, como alguém usou aqui o termo, para uma outra reunião devido à crise aqui no Senado, a verdade é essa, vocês sabem que estamos atravessando uma crise, queremos também buscar soluções, eu só faria um apelo que cada um pudesse ser o mais rápido possível e, se alguém quiser abrir mão da palavra, nos ajudaria. Daí eu encerraria essa reunião e vamos para outra reunião. Dr. Peterson?

SR. PETERSON DE PAULA PEREIRA: Eu abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Peterson.

[palmas]

O Dr. Raimundo também abriu mão.

SR. SILBERTO SILVA: Só agradecer ao convite. A COBAP está aí com vocês e esperamos que vocês também colaborem também com a COBAP. Obrigado, Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza. O Moacir tinha pedido um aparte, ele quer fazer uma rápida fala.

SR. MOACIR LOPES: É bem rápido, Senador. Tem uma PEC no Senado que estende as trinta horas de trabalho para todo o funcionalismo, está aqui em tramitação, sendo que o Senador Valter Pereira, conforme confidenciou aqui o Senador Paulo Paim, é o Relator. Nós podemos encaminhar então como uma proposta para tentar solucionar a questão legal.

Agradecer, aqui, ao Senado, estamos aceitando a proposta do Senador José Nery, achamos que isso vai ajudar muito a greve e vamos estar juntos com a COBAP, como estivéssemos juntos com o fator previdenciário e todo o Brasil. Só registrar que vamos entregar os documentos para constar dos anais para poder a gente também colocar a nossa posição oficialmente. Muito obrigado a todos. Vamos lá, companheiros, que a luta continua e a vitória é de todos *[palmas]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a Audiência Pública. Um abraço a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h21

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia nove de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos (as) Senadores (as) **ADELMIR SANTANA, PAULO PAIM, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, JOSÉ NERY, AUGUSTO BOTELHO E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Presidente declara aberta a reunião da Subcomissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 50 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a debater sobre a Crise Mundial e seus reflexos no Emprego no Brasil. A Presidente passa a palavra para o Dr. José Carlos de Assis – Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para o Senhor Márcio Pochmann – Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Presidente esclarece que cada participante terá quinze minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Às nove horas e quarenta e dois minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. O Presidente registra a presença do Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), do Sr. José Pinto da Mota Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal e Segundo Suplente do Senador Paulo Paim, da Sra. Tânia Maria Teixeira, Pastora da Igreja Cristo para as Nações e da Sra. Maria Clara Teixeira de Assis, filha do palestrante José Carlos de Assis. O Senador Paulo Paim solicita ao Dr. José Carlos de Assis o envio de minuta de Projeto sobre o Programa de Emprego Garantido/Trabalho Aplicado, tendo em vista a apresentação futura de uma proposição legislativa sobre o referido programa. O Presidente esclarece, ainda, que tem a intenção de realizar audiências públicas sobre o assunto. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social cujo presidente da Subcomissão é o Senador Paulo Paim, e Vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que, por sinal, foi uma reunião bastante produtiva. Nós conseguimos aprovar vários projetos terminativos, importantíssimos na área social que fala para criança, creche e idoso, creche e idoso foram dois pólos, os dois extremos, e os transportadores de cargas foram reconhecidos como profissionais. Realmente foi uma audiência que criando o Pronei que é exatamente um novo programa para estimular a que todas as crianças possam ter direito à creche, à educação infantil, que só 17%, no Brasil, são atendidas e muitos outros projetos não terminativos. Então, realmente foi bastante... A gente fica feliz quando vê que esses projetos estão avançando e que vai ao encontro às necessidades da população.

A presente reunião destina-se à realização de audiência atendendo ao requerimento de nº 50/2009 da CAS, com a finalidade de debater a crise mundial e os seus reflexos do emprego no Brasil. Nossos convidados, ilustres convidados são o Dr. Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e o Dr. José Carlos de Assis, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico social, o Dr. Márcio Pochmann e o Dr. José Carlos de Assis.

Logo após as exposições abriremos a palavra às Sras. Senadoras e Srs. Senadores para os seus questionamentos, a lista de inscrição já está aberta. Antes de passar a palavra ao Dr. José Carlos de Assis que é assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, logo depois é o Dr. Márcio Pochmann.

Como se trata apenas de dois expositores, e é um assunto tão importante, tão atual, preocupante para todos nós brasileiros, porque o que nós, realmente queremos é nos aprofundar na análise dos efeitos sobre o emprego com relação à crise, que é uma crise mundial, mas que o nosso Brasil também foi afetado.

Então, nós temos muitas interrogações, as informações, muitas vezes, que não chegam em determinadas horas são até alentadoras, e outras são muito calamitosas, como se o desemprego, realmente tivesse crescido bastante. Eu sei que o governo tem tomado medidas com relação a tentar proteger o emprego, mas também nós sabemos que quando a economia fraqueja nós temos, de certa forma, mesmo que se consiga manter o emprego num determinado setor, mas falta o consumidor e recursos não circulando são milhares de atividades que são atingidas.

Eu sou de um Estado no Rio Grande do Norte, eu estou bastante preocupada. Nós tivemos, além, da crise, nós tivemos o efeito também de chuvas muito fortes por dois anos seguidos, enchentes lá na nossa região, no nosso Estado, e uma das atividades que mais emprega, que traz muitos dividendos para o Estado que é a fruticultura irrigada sofreu bastante, além, da carcinicultura também. Então, foram efeitos que se somaram à crise. Então, isso realmente nos preocupa, mas esperamos que tudo isso seja... Precisamos ter clareza de como está a situação, para que possamos também ver essa luz no fim do túnel e tudo voltar, se Deus quiser, a melhor normalidade, o Brasil crescendo, gerando emprego e renda.

Então, passo a palavra ao Dr. José Carlos de Assis para a sua exposição. Nós vamos marcar, inicialmente, 15 minutos, mas o senhor terá o tempo que achar necessário, se for necessário mais, com certeza, nós cederemos.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Muito obrigado, Senadora, muito honrado de estar aqui no Senado. Senador Paim, obrigado pelo convite. Foi também uma honra muito grande. Acho que o Dr. Márcio Pochmann, o meu queridíssimo amigo e temos debatido, nós dois, com muita intensidade essa Crise. O que eu gostaria de fazer é dar uma ideia do contexto geral da crise, para gente saber primeiro quais são seus reflexos no Brasil e como sair dela. Mas talvez o mais importante é a própria natureza da crise, que tipo de crise que estamos enfrentando? É um padrão diferente de crise, ela não foi... Você tinha no mundo crises financeiras que eram enfrentadas por políticas monetárias, você tinha escassez de dinheiro, o Banco Central entrava oferecendo dinheiro, resgatando os bancos ou você tinha crise de demanda que é queda no consumo e havia políticas fiscais, o governo ampliava os seus gastos, compensava a queda do consumo, compensada a queda de demanda e a economia voltava ao normal. Mas esta crise desde a grande depressão é a primeira crise no mundo, em mais de 70 anos, que combina crise financeira com crise de demanda, e isso, nos últimos 80 anos é inédito. E a natureza dessa crise, a razão dela é o descolamento da esfera financeira, da esfera da economia real. Você pode imaginar a economia como três círculos concêntricos. Você tem um círculo interior, que é a economia real, a produção de bens e serviços reais da economia, você tem o círculo do meio que é o sistema de financiamento dessa economia real, e você tem um círculo externo, o terceiro círculo que é o capital especulativo, a circulação de dinheiro, de jogo no mercado financeiro. O que aconteceu é que essa esfera financeira descolou completamente da esfera real. Nós, em meados do ano passado, pelos dados do BIS que é o Banco de Compensações Internacionais, o valor nacional dos derivativos do mundo eram 780 trilhões de dólares que era basicamente capital especulativo, 680 trilhões de dólares, isso se comparava com o produto mundial bruto, toda a produção de riqueza, de bens e serviços de menos de 60 trilhões. Então, você tinha dez de dinheiro especulativo para um de dinheiro real, de economia real. Você tinha em termos de ativos financeiros que estão, mais ou menos, colados com a produção que são ações, títulos públicos, CDB bancários, você tinha 175 trilhões de dólares, já era uma coisa, uma enormidade comparado aos 60 trilhões de produto bruto.

Então, essa frondosa árvore financeira de especulação tinha que explodir em uma hora para outra, foi no mercado suprimer americano, mas se não fosse lá ia ser no mercado acionário, se não fosse no mercado acionário, ia ser em outra área especulativa qualquer. A quebra do Lehman Brothers que era o maior banco de investimento do mundo foi apenas por onde começou, a derrocada final. E quando isso acontece, desencadeia um processo em que tornou essa crise maior que a grande depressão dos anos 30. Isso é importante pelo seguinte, a referência que você tinha de uma grande crise no capitalismo era nos anos 30, era a referência que se tinha. Ninguém conhecia nada pior do que isso. Não obstante, porque 30 foi um desastre, foi uma queda de produção, queda do comércio internacional, o desemprego foi a 26% nos Estados Unidos, 26, 25% na Alemanha, em vários outros países da Europa, a crise de 30 produziu, em última instância, a segunda guerra mundial. Então, foi um dos elementos que levou à segunda guerra.

E isto nós não tínhamos nada parecido depois disso, no pós– guerra você teve várias crises financeiras, várias crises de demanda, mas nada, nem de longe, similar a 30. No entanto, agora em alguns aspectos esta crise já é mais profunda do que a de 30, a gente não sabe quanto tempo vai durar, porque a de 30 durou praticamente ao longo de toda década de 30, e nós estamos no primeiro ano dessa crise para valer. Mas em termos de bloqueio do sistema bancário, esta já é mais profunda, quebrou o maior banco de investimento, quebraram os dois maiores bancos comerciais americanos, o Bank of America e City Group, quebrou a maior seguradora do mundo, a AG, quebraram as duas maiores empresas imobiliárias nos Estados Unidos de financiamento imobiliário que é a Freddie e a Fannie, quebrou a nata do sistema industrial que é a indústria automobilística, quebrou a GM e quebrou a Chrisler. Na década de 30, não quebrou uma única grande corporação americana, na década de 30 não quebrou um único banco americano, quebram vários

pequenos bancos, mas era o que se chama de bancos que não tinham problemas sistêmicos, a crise sistêmica é quando você quebra um banco e ele afeta o sistema como um todo. E isso não teve na década de 30. Agora se os americanos não tivessem corrido para segurar o sistema bancário, teriam quebrados todos os grandes bancos americanos, 19 dos grandes bancos americanos, dos maiores bancos americanos, todos foram, Senador, para a enfermaria, ficaram lá sob teste, dezenove dos maiores bancos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permita. Eu queria registrar a presença conosco do Senador Augusto Botelho, um dos senadores mais ativos, mais militantes pela causa do nosso povo, aqui, no Senado da República. E ele me pedia ontem se eu confirmava que vocês viriam mesmo, porque como é quinta, LDO, Venezuela, e disse: "não, eu vou para lá". Então, faço questão de destacar. E esse dado: dezenove bancos.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Dezenove, os dezenove maiores bancos comerciais americanos que são os chamados bancos que implicam riscos sistêmicos. Se quebrar, é o que eles chamam de too big to fail, grande demais para quebrar, não pode quebrar. Então, o governo entrou e bancou. Eles não quebraram por causa disso, ficaram segurados, está tudo seguro pelo governo, Como eles são grandes demais o governo direta ou indiretamente garante os depositantes.

A reação dos governos a essa crise foi relativamente rápida, e isso aí é uma diferença em relação aos anos 30, nos anos 30 a crise começa em 29, a primeira reação de governo vai ser com eleição de Rover em 33, levaram quatro anos. Agora foi rapidissimamente, o Governo Bush deixou quebrar o Lehman, foi um desastre tão grande porque era realmente um risco sistêmico, que logo em seguida ficaram assustados, seguraram o City Group e seguraram o Bank of America, e na Inglaterra seguraram os três maiores bancos e na Alemanha segurou o segundo maior banco. Tudo foi virtualmente estatizado no sistema bancário. Essa reação foi rápida sob forma de que? De segurar os bancos, garantir dinheiro aos bancos para que os bancos pagassem os seus credores, os seus depositantes.

A China foi pioneira em termos de programas de estímulo para retomar a economia, depois da derrocada porque com a quebra do sistema financeiro, afeta nos Estados Unidos que é o coração do sistema capitalista e era a grande demanda do mundo inteiro, grande mercado consumidor de 10 trilhões de dólares, esse mercado com a falta de crédito encolhe, e isso afeta o mundo inteiro na base do comércio, o comércio internacional, esse ano deve cair 11%, muito ligada à coisa americana, afeta a Europa, a Europa, um país como a Alemanha, que depende 60% de suas exportações, é diretamente afetada. Então, a crise financeira vira uma crise de demanda e a crise de demanda como é que você resolve? A única forma de resolver é você compensando a queda do consumo privado pelo aumento do consumo do setor público. Não tem jeito, você tem três caminhos para segurar uma economia e retomar. Ou o caminho das exportações que está fora de jogo, porque as exportações estão caindo, 11% esse ano no mundo. Ou o caminho monetário que aí acontece um fenômeno que é o seguinte: você dá dinheiro para os bancos, mas os bancos não emprestam porque eles ficam com medo, as empresas e as pessoas perdem o crédito. Então, o único jeito que tem é o próprio governo investir. Ele vai tirar dinheiro que está empossado no setor privado, tomar esse dinheiro emprestado, investir e ampliar o gasto público. A China fez isso imediatamente, fez um programa de 586 bilhões de dólares ainda em novembro do ano passado. Nos Estados Unidos tiveram que esperar em termos de programa de demanda, tiveram que esperar o Obama, quando ele toma posse, imediatamente, ele lança um programa de 787 bilhões de dólares. Esses dois programas estão aí funcionando.

O Fundo Monetário Nacional recomenda, como isso é um problema mundial, é um problema mundial, a queda de demanda é de escala mundial, houve uma sugestão de ter uma resposta mundial através de programas de estímulo fiscal. O que é que sugeriu o Fundo? 2% do PIB de estímulo fiscal para quem puder. A Europa não fez, a Europa está num estado de estagnação pior do que qualquer outra região do mundo, até mesmo da América Latina. Mas ela não fez programa de estímulo, porque eles são obcecados com medo de que um programa de estímulo gere inflação. Mas os Estados Unidos fizeram, a China fez, o Japão fez, as maiores economias do mundo, fora da Europa, fizeram.

Há uma eficácia limitada nos programas de estímulo monetário e fiscal. Eles são necessários, mas ainda insuficientes, o primeiro por conta do empossamento do crédito a que me referi, o segundo porque os seus efeitos demoram, estimativas para os Estados Unidos indicam que o efeito multiplicador dos cortes de impostos e das transferências, isso aí é o seguinte: efeito multiplicador é se você gasta um o que é que ele gera de renda, de produto? É o efeito multiplicador, é um por um, um por um e meio, aumenta o gasto em um, aumenta o produto interno em um. Isso que é efeito multiplicador. O efeito multiplicador dos cortes

de impostos que foi adotado pelos Estados Unidos e transferências para o programa de selo comida nos Estados Unidos, por exemplo, é inferior a um, o efeito multiplicador, enquanto das compras governamentais que é, sobretudo, grandes obras públicas tem o efeito multiplicador maior, 1,75. Então, você gasta um em corte de imposto, o corte de imposto a suposição é o seguinte. Se eu deixo de cobrar imposto da pessoa, a pessoa vai gastar, se ela vai gastar vai ampliar o produto, vai aumentar o produto. Então, esse é o efeito esperado. No caso da obra pública se eu gasto em obra pública, essa obra vai virar salário e vai virar lucro da empresa que está fazendo a obra pública, ela vai reinvestir na economia, e isso tem um efeito de 1,75 por cada um investido. O problema é que as obras demoram muito, você fazer uma obra pública grande hoje o que é que acontece? Se você tem que, primeiro, fazer o projeto, não é só aqui no Brasil não, é no mundo inteiro, porque aqui tem esse problema muito grave. Você tem que fazer um projeto, você tem que fazer o licenciamento ambiental, você tem que fazer a licitação, você tem que fazer o contrato; então isso demora muito. Então, o governo lança um programa de estímulo hoje, é igual ao próprio PAC ou o Minha Casa, Minha Vida, você lança hoje, mas o efeito dele é muito demorado porque só daqui a um ano, um ano e meio, dois anos, três anos que aquilo ali é efetivamente gasto. De acordo com o escritório do orçamento do Congresso dos Estados Unidos, dos diversos componentes previstos no programa de estímulo, esse de 787 bilhões de dólares, 32% das transferências de renda para alimentação e salário desemprego serão gastos no atual ano fiscal que termina em setembro, assim como 31% dos cortes dos impostos, transferências e impostos, o grande problema é: o efeito multiplicador deles é menor, eles são gastos mais rápidos, mas o efeito multiplicador é menor. Contudo, apenas 11% do dispêndio em rodovias, transporte de massa, eficiência energética e outros programas envolvendo compras governamentais serão gastos, 11% só. Até fim de 2010 menos da metade dos fundos terão sido desembolsados e ¼ deles não será gasto até o fim de 2009. Esse é um problema complicado. Em razão disso a economia mundial, fora a China e a Índia, deve contrair em 3% este ano, sendo 2,8% nos Estados Unidos, 4% na Europa, 6 a 7% no Japão e na Alemanha, os dados disponíveis do primeiro trimestre de uma comparação com igual período do ano anterior confirmam isso. Os conjuntos dos países da OCDE que são os países mais ricos do mundo, estão tendo uma contração, tiveram uma contração no primeiro trimestre de 4,2%, a União Européia de 4,4%, a euro área, a área do euro de 4,6%, o Japão de 9,1%, a Alemanha de 6,9%, a Itália de 5,9% e o Reino Unido de 4,1%. Isso é para dar uma ideia a você do que é que está acontecendo no mundo. As economias estão se contraindo. Na OCDE, como um todo, em todos esses países, individualmente, houve queda do PIB no primeiro trimestre, também em relação ao trimestre imediatamente anterior, o que indica que até então não havia se atingido o fundo do poço. Numa base anualizada a contração do PNB no primeiro trimestre foi de 5,7% nos Estados Unidos, 9,7% na zona do euro e 14,2% no Japão, por outro lado, uma espécie de uma contração do comércio mundial, como eu disse a pouco, de 11%. Perspectiva de recuperação mundial depende da reestruturação do sistema financeiro, a partir do sistema financeiro norte-americano, contudo, apesar das heróicas tentativas do Governo Obama nessa direção não estão resolvidos os problemas cruciais do setor. Recapitalização dos bancos, destinos dos ativos tóxicos, regulação dos bancos grandes demais para quebrar. Ativos tóxicos é o seguinte: o cara fez um empréstimo e sabe que não vai receber. Entrou em crise, ele não vai receber. Então, está lá, na carteira dele, registrado como empréstimo, mas aquilo não vai, pelo menos, não vão receber a totalidade. Pode receber uma parte. Isso é que se chama ativo tóxico, todo o sistema bancário mundial, sobretudo, nos países industrializados está contaminado por ativos tóxicos, não é mais um problema de caixa dos bancos, Senador, é um problema patrimonial dos bancos. Além disso, continua em discussão temas extremamente relevantes como a regulação dos bancos transnacionais. É claro, como é que você vai ter regulação bancária dentro dos Estados Unidos se os bancos americanos, por exemplo, o City Group tem ramos em cem países diferentes. Se você regula nos Estados Unidos e não regular fora, os outros países não regularem o banco pula fora dos Estados Unidos e vai fazer as operações irregulares dele fora dos Estados Unidos. Então, tem que ter uma coordenação, tem que ter uma cooperação internacional de regulação, o que não é, decididamente, muito fácil.

As iniciativas de regulação do Governo Obama já estão em discussão no Congresso Americano, está uma guerra dentro do Congresso Americano, porque o sistema bancário se reconstituiu, reconstituiu o lobby, não quer regulação na profundidade que é necessária, e eles são muito poderosos, é um grupo extremamente poderoso nos Estados Unidos.

No mundo inteiro, quem está crescendo? Os dois únicos países que estão crescendo forte ainda é China e Índia. A China sozinha, porém, não pode ser locomotiva econômica no mundo, é uma economia de 3.500 trilhões de dólares, comparado com o americano que é 14 trilhões que a União Européia que é 17 trilhões.

Então, por mais que ela cresça, ela não pode puxar o resto do mundo.

Se o mercado consumidor é de 1,5 trilhão, não tem como substituir o mercado americano de 10 trilhões de dólares. No máximo, o seu crescimento compensaria a retração do Japão entre as grandes economias. Contudo, está crescendo na base de grandes obras públicas e um considerável aumento do consumo interno, porém, a partir de uma base estreita. De qualquer modo, como a Índia, a segunda economia asiática que mais cresce é uma economia planejada e com um sistema bancário totalmente controlado pelo estado. Isso aqui, Senadores, vai ser a grande discussão dos próximos meses, anos, talvez, até décadas, mas é o seguinte, aparentemente, para salvar o capitalismo vai ter que estatizar o sistema bancário, e é uma discussão que está ocorrendo no mundo todo. De qualquer modo, como a Índia a economia segura do comércio asiático... A propósito no primeiro trimestre do ano o crédito na China estava crescendo a um ritmo de 5% do PIB, depois dos dois últimos meses caiu para 2%, mas só para ver o seguinte, como é importante ter o mercado, a China e a Índia são as duas grandes economias que estão crescendo e as duas únicas que têm um sistema bancário totalmente controlado pelo Estado. 96% do sistema bancário comercial indiano é controlado pelo Estado, foi estatizado por Indira Gandhi lá na década de 60, e a China, obviamente, o sistema é todo controlado pelo Estado. Por que é que isso funciona? Porque na hora que eu estímulo a economia por uma injeção de recursos fiscais no governo, este dinheiro vai entrar na economia via sistema bancário e vai se multiplicar. Se o sistema bancário pega esse dinheiro e não reaplica, o efeito multiplicador é praticamente nulo. Então, isso está acontecendo na Alemanha, a Alemanha que é a terceira, quarta grande economia do mundo, o parlamento alemão está enfurecido com o sistema bancário alemão, porque eles estão fazendo arbitragem com o dinheiro disponibilizado pelo Banco Central, o Banco Central disponibilizou 650 bilhões de dólares à taxa de juro de 1% ao ano para ele expandirem o crédito. Sabe o que eles estão fazendo? Eles estão aplicando esse dinheiro em títulos públicos a 2,5%. Então, estão querendo passar uma resolução no parlamento para obrigar... É impossível, você não consegue forçar os bancos, até porque em parte eles têm razão, porque o sistema perdeu a confiança nos agentes econômicos. então não empresta mesmo.

Um dado é o seguinte. A gente fala muito na China, na Ásia, o problema todo é o seguinte, a Índia e a China estão crescendo, mas o resto da Ásia está contraindo também. Entre as demais principais economias asiáticas, apenas e da Indonésia prevê crescimento esse ano de 3,1%, todas as outras estarão se contraindo, Malásia menos 2,2%, Cingapura menos 7,5%, Coréia do Sul menos 2,9% e Taiwan menos 5,6%. O impacto da crise mundial no emprego tem sido devastador. Vou passar isso rápido porque o Márcio vai entrar em mais detalhes. A OIT calcula que 50 milhões de trabalhadores estarão perdendo os seus empregos desde o início da crise até o final do ano. Só nos Estados Unidos foram perdidas 6,5 milhões de vagas elevando a taxa de desemprego para 9,5%, também na Europa a taxa de desemprego está em torno de 9%, em média, e em alguns países, individualmente, bem mais com tendência a crescer. Na Espanha a taxa de desemprego está entre 16 e 18%. Nos Estados Unidos o número de pedidos de falência de empresas, que é um indicador do desemprego que vem depois aumentou 40% em maio, em relação a maio do ano passado, falências no setor comercial e industrial. Tudo isso, obviamente, tem efeito sobre o consumo e a demanda agregada, levando a um movimento de looping no enfraquecimento da economia; você tem queda do emprego, queda do investimento, mais queda do emprego, mais queda do consumo, mais queda do investimento. Tem que segurar isso por algum caminho.

O Brasil sofreu duramente o impacto da crise mundial. O PIB teve uma retração, para muitos, inesperados em 3,6% do último trimestre do ano passado e de 1,8% no primeiro trimestre desse ano. A indústria foi a mais afetada com uma contração de 14,7% em dezembro e de 11,3% em maio último, sempre sobre o mesmo período do ano anterior. Em termos mensais houve algum crescimento sobre a base encolhida de dezembro, em função de programas de estímulo para setores específicos, mas longe de sinalizar uma recuperação sustentável. No caso da indústria de bens de capital a queda tem sido avassaladora da ordem de 25%, ¼ da indústria está sendo perdida da produção industrial. O comércio exterior brasileiro teve queda de 26% das exportações e de 38% das importações no primeiro semestre desse ano. Enquanto, tudo isso a expectativa realista de uma contração do PIB, este ano, a meu ver, entre 1 e 2%, embora o Márcio, provavelmente, vai dizer que não precisa tanto. O efeito da crise do mercado de trabalho brasileiro não tem sido diferente do resto do mundo, antes da crise estava com uma taxa de desemprego aberta ainda alta, mas declinante, no seu ponto mais baixo chegou a 7,6%. Agora já estamos em torno de 9%. O Caged tem assinalado criação líquida de empregos formais desde o início do ano, mais ainda longe de recuperar o que se perdeu no auge das demissões em dezembro. Em maio foram criados cerca de 130 mil novos empregos, mas isso

deve ser confrontado com cerca de 180 mil a 200 mil novos entrantes mensais do mercado de trabalho. A aparente estabilização da taxa em torno de 9% nos últimos três meses não deve nos enganar. Considerado no entorno interno e externo da economia, a taxa de desemprego, certamente, vai aumentar, talvez muito se medidas adicionais de estímulo à economia e de criação direta de empregos não forem dotadas.

É justamente sobre essas medidas que vim falar aqui. Na economia atual, o programa de estímulo fiscal, baseado em grandes obras públicas como o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida, embora essenciais e necessários, não são suficientes para gerar emprego em escala e tempo devidos. É preciso junto com obras para gerar empregos, geração direta de empregos que resultam em obras de interesse da sociedade. É isso que nós estamos chamando de programa de emprego garantido. O que é que são esses programas de emprego garantido? Eles não são uma invenção minha, isso já está sendo aplicado no mundo em três países, foi aplicado na Argentina com grande sucesso e ainda continua lá na Argentina, está sendo aplicado com grande sucesso na Índia e está sendo aplicado também na África do Sul. No fundo, no fundo, é um mutirão remunerado, só que direcionado para obras públicas de interesse social, todo trabalhador, num certo território, por exemplo, numa região metropolitana, todo trabalhador que está desempregado, sobretudo, os não qualificados e os semi-qualificados recebem direito há um trabalho garantido por um determinado período do ano, sete meses é a proposta, aqui na Índia são cem dias, recebe um cartão que dá direito a trabalhar cem dias, e essa mão-de-obra reunida dessa forma vai trabalhar em obras de interesse comunitário, por exemplo, na reestruturação das favelas brasileiras. Então, não só fazendo, construindo equipamentos urbanos, creches, escolas; não só saneamento; mas entrando nas casas das pessoas, reconstruindo os barracos, transformando barracos em casas. O programa fornece os materiais e fornece a mão-de-obra.

Então, essa ideia é resgatadora de três problemas fundamentais das metrópoles brasileiras, você resolve, num só movimento, aliás, não três, mas quatro, você resolve o problema do desemprego grande das metrópoles, você resolve o problema da reestruturação das favelas, você acaba com as favelas, resolve, em grande parte, ou, pelo menos, encaminha solução aos problemas de insegurança e cria um problema de estímulo como conjunto da economia. O custo disso, Senador, a gente estimou em 1,5% do PIB, é, mais ou menos, 40 a 45 bilhões de reais por ano durante cinco anos, em cinco anos o programa acaba, acaba não porque vai cortar o programa, mas porque ele terá cumprindo pelas avaliações que a gente fez os objetivos dele, terá reduzido para valer o desemprego e terá reestruturado as comunidades periféricas das grandes metrópoles brasileiras, nós fizemos a estimativa para 14 regiões metropolitanas. Isso seria, neste momento de crise na economia mundial e brasileira, seria a mais eficaz resposta que poderia ser dada ao problema do desemprego e da recessão ou mesmo da depressão econômica que a gente pode enfrentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só de curiosidade. Teria uma estimativa do número de empregos que poderemos criar com esse investimento?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Teria. Entre 3,5, 4 milhões de empregos diretos. Esses 4 milhões entram no mercado de trabalho comprando, então, a partir deles, ele é o mercado de trabalho não qualificado, quando eles se tornam compradores eles estimulam o mercado dos qualificados, é um efeito muito maior, inclusive, do que a redução do IPI que você segurou o desemprego, foi bem aplicado, você segurou, pelo menos, a queda do desemprego, mas, na verdade, esse aqui você introduz recursos novos da economia.

O problema do IPI, Senador, é o seguinte, é importante, foi importante a coisa de tirar o IPI dos automóveis, da linha branca, de caminha, construção civil, essa coisa toda. Mas qual é o problema? Você tirou recursos dos Estados e Municípios, aquilo que você está estimulando no setor de consumo você está deixando de estimular no setor de Estados e Municípios, você está fazendo uma transferência ao contrário, nessa brincadeira. Quando a gente fala em programa de emprego garantido, você vem introduzindo recurso do homem na economia, e é recurso deficitário, criado a partir do deslocamento do dinheiro que está empossado no sistema privado, e que não acontece nada com ele, ele não se aplica na produção para ser aplicado pelo setor público, então, isso é como se fosse recursos novos, no caso do IPI você está fazendo transferência de um lado para outro, você está gastando de um lado, mas você está deixando de gastar de outro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Professor José Carlos, esse recurso é público. Como é que a gente ia fazer essa contratação desse pessoal?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Contratação?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É? Como? Com recurso público.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Você tem que ter um conselho federal, porque os recursos são federais, isso aí é orçamento público federal e uma agência executiva no nível das regiões metropolitanas. Você vai ter que ter uma lei, uma lei vai definir a constituição dessas agências em nível metropolitano, o Governo

Federal passa esses recursos para a agência, na região metropolitana vai ter que ter participação de todos os prefeitos, todas as prefeituras. Vão ter lá representantes profissionais, não é uma coisa política em nível executivo para fazer o quê? Para fazer o cadastramento, a entrada do pessoal no programa, e para definir os canteiros e os serviços, os canteiros de obras e os serviços. Os serviços, sobretudo, direcionado para as mulheres, porque as mulheres são muito nesses programas de estímulo, de obras públicas, essa coisa toda, a mulher que não trabalha é uma vítima, é duplamente vítima, porque ela trabalha muito em casa, ela trabalha cuidando de filho, ela trabalha cuidando da própria casa, cuidando de velhos, cuidando de idoso tal e tal, [soa campainha], mas não tem remuneração. Então, a gente imagina, nesse programa, que você faça creches, programas de acompanhamento de idosos, programa de acompanhamento de doentes, essa coisa toda, enfermeiras, pessoal de educação, assistente de educação para gerar emprego.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas aí como é que eu ia pegar uma verba pública e contratar uma pessoa se a Constituição exige que faça concursos? Como é que seria esse negócio?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Não, eu acho que tem que ser um programa que tem que ser aprovado pelo Congresso, tem que ser uma lei.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tem que fazer uma modificação total no poder?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Tem que ser. Isso está sendo aplicado na Índia. Eu imagino que a Índia também tenha esse problema. Porque para gente descaracterizar como emprego público é que você faz durante sete meses só, no fundo, no fundo, é uma bolsa?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sete meses cada um?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Sete meses.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sete meses e entra outros mais sete meses. 3,5 milhões sete meses, mais 3 milhões sete meses.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Isso. Vai repetindo nos anos. Isso no fundo, no fundo, talvez tenha que se chamar, apesar de o nome ser um pouco depreciativo que eles costumam fazer, é uma espécie de bolsa mesmo, bolsa-trabalho, só que é bolsa-trabalho.

Como eu disse, o custo é de 1 a 1,5% do PIB por ano, durante cinco anos, o financiamento é o orçamento da União. Há espaço para déficit, sobretudo, se os juros continuarem caindo.

Uma coisa importante, Senador, é que nós temos um dos menores déficits públicos do mundo, nós temos uma das menores dividas públicas em relação ao PIB do mundo. Nós temos espaço porque quando você está em recessão, não é só permissível fazer o déficit, o déficit é essencial, se você faz um programa de obras públicas financiado por tributo você está tirando dinheiro do setor privado e colocando no setor público, de um lado para outro, não adianta nada em termos macroeconômico. Você tem que ter uma criação de dinheiro a partir do gasto público deficitário, porque este dinheiro que é captado através de títulos públicos, ele está empossado, está parado, você tem que mobilizá-lo, então não tem problema nenhum. Você faz um programa desse durante cinco anos, primeiro que a partida que ele dá em termos de recuperação do PIB, rapidamente você recupera através dos tributos. Então, não tem risco de desequilíbrio fiscal em médio a longo e prazo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós todos aqui queremos achar uma saída, e o senhor está mostrando o caminho, mas esse caminho, por exemplo, a gente botando déficit, aumentando o déficit público, não teria perigo de [soa campainha] aquele dragão da inflação começar a ficar gordão de novo e começar a querer atacar a gente?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: De forma alguma, porque, em recessão, o período é deflação. O perigo de deflação é maior que a inflação. Em temos de dívida pública nós estamos da seguinte forma: atualmente da ordem de 37 a 38% do PIB, a dívida brasileira se elevaria, no fim do programa, para 41% acumulando, durante cinco anos, porque 1,5, 1,5, o programa não vai gastar 1,5 durante os cinco anos, ele começa com 0.5, vai para 1, vai para 1,5, depois volta para 1, 1,5. Então, na verdade, vai para 4% do PIB, o PIB deste ano sem considerar o fato de que o PIB vai crescer com o programa. Se o programa tiver êxito, então, portanto, não é nem isso, provavelmente, não é 41%, é 40% ou 39%. É muito aquém da dívida média dos países da zona do euro. A dívida pública na zona do euro vai se elevar de 66%... A nossa ficaria em 41%. A da área do euro, que está sobre o Tratado de Maastricht, Pacto de Crescimento, que é o pacto contra a inflação, essa coisa toda, tem o limite de dívida de 60% e de déficit de 3%. Ele vai para 83% em 2010, sendo que Bélgica, Grécia e Itália vai mais do que 100%. O Japão, Senador, a dívida pública japonesa está indo para 227%, a França 87%, a Alemanha 78,7%, os Estados Unidos 98%.

Bom, Senador, eu vou encerrar aqui, agora eu queria encerrar. Eu dei um quadro que, talvez as pessoas se assustem um pouco, porque é um quadro realista do mundo que está acontecendo, não estou dando muita opinião, estou mostrando dados. Agora tem uma coisa que eu gostaria de dar uma opinião,

para frente. O que é que se espera que vai... As megas tendências do mundo, depois dessa crise? A coisa mais importante é o seguinte, na área econômica, na área ambiental, na área geopolítica e na área da ciência genética que são áreas em que o individualismo exacerbado está levando a debacre(F), nenhuma dessas áreas você supera a crise sem cooperação, é impossível sair da crise econômica sem uma grande cooperação entre os países. Aquela atitude anterior dos Estados Unidos, com o fim da segunda guerra mundial, de simplesmente hegemonia imperial, pelo menos, do lado capitalista, não se repetirá, o próprio Obama sabe disso e as reuniões do G20, as duas reuniões do G20. Se você ver a reunião de Londres, você teve é mencionada cinco vezes a palavra cooperação, o comunicado final. Todo mundo... A reunião do Obama com o russo agora, Putin, mesma coisa. Qual é o recado? O recado é: sem cooperação e todo mundo tem que cooperar e nós queremos o desenvolvimento, mas tem que ser repartido com equanimidade. Os Estados Unidos abandonaram a postura da hegemonia imperial, eles vão ser hegemônicos, porque eles são grandes, são poderosos; mas será uma espécie de hegemonia no sentido grego--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mais democrático.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Exatamente. Liderança consentida, uma coisa benigna.

Então, o que vai definir, ao meu modo de ver, o mundo, vai ser o princípio da cooperação, porque no caso do meio ambiente, isso é óbvio. Como é que você ataca a questão ambiental, a não ser pela cooperação? No caso da geopolítica também não tem saída, você imagina o seguinte: como é que você resolve o problema do Irã? Vai ter que ser... Vai invadir, vai bloquear? Não, é impossível. O problema israelense a mesma coisa. Então, o problema da genética, pesquisa genética, pesquisa com genoma humano, vai ter que ter um limite. Quer dizer, o que está colapsando no mundo não é só o neoliberalismo, no ponto de vista econômico. O neoliberalismo colapsou de vez, não volta mais; quer dizer, ninguém mais acredita em mercado auto-regulado, ninguém mais acredita mais na ideia de estado mínimo. Se não fosse um Estado forte intervindo, o mundo tinha só sobrado nessa [ininteligível]. Então, o que está colapsando é o princípio do individualismo exacerbado no começo da idade moderna que levou a esse estágio que nós estamos. A ideia de que a busca do interesse individual ilimitado promove o interesse geral, não promove o interesse geral. O interesse geral só pode ser promovido através do princípio da cooperação. E é sob essa guarda, sob esse guarda-chuva que a gente tem que pensar nos programas sociais e, sobretudo, a questão do emprego. O emprego tem que ser resolvido na base cooperativa, a sociedade tem que entender que se precisa fazer um pequeno déficit para enfrentar a questão do emprego que se faça, não tem risco de inflação, é uma coisa de generosidade que tem que ser feita. Nós não podemos tolerar, durante muito tempo, a ideia de que 10% praticamente da nossa população fica mais danalizada. Então, isso é um absurdo.

Então, Senador, é esse o recado. Eu acho que eu falei muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai falar mais ainda. Isso é só um trailer.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Obrigado pelo tempo concedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. José Carlos de Assis que é assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES. E eu fiz questão de convidá-lo para fazer essa exposição a partir do momento que eu vi uma palestra que ele fez no congresso da nova central sindical, e que eu também acabei participando, e juntamente com o nosso sempre amigo Márcio Pochmann pela sua visão de ambos em relação à crise e o desemprego.

Eu quero registrar a presença conosco já, mais uma vez, do Senador Augusto Botelho que, inclusive, participou com algumas perguntas, tiveram aqui e, com certeza, voltarão o Senador Mesquita Júnior, Adelmir Santana, Senador José Nery, e também com alegria que também está na linha do senador o meu suplente de senador que é o Dr. José Pinto, conhecido de todos nos, é consultor da Casa, mas é suplente de senador, que está aqui, é consultor do Senado, e é suplente de senador. Ele não gosta muito que eu fale isso. Ele diz: “não mistura, rapaz, eu sou aqui o consultor do Senado”. Mas eu faço questão de dizer que eu tenho muito orgulho de dizer que ele é meu suplente e tem me ajudado muito no meu mandato.

Quero também dizer que está presente aqui a Sra. Maria Clara Teixeira de Assis, filha do palestrante José Carlos de Assis. Seja bem vinda. Veio aqui prestigiar o papai, e também a Sra. Tânia Teixeira que aqui, eu diria que representa a Igreja Cristo para as Nações, tem tudo a ver com o tema, porque todos estão preocupados com a crise.

Então eu, de imediato, depois eu vou retornar ao plenário também a presença aqui do José Augusto, o José Augusto aqui é nosso convidado e vai poder fazer perguntas, se assim ele entender, porque o José Augusto coordena o Fórum Sindical, onde estão envolvidos em torno de quantas confederações?

SR. JOSÉ AUGUSTO: São quinze confederações e cinco centrais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quinze confederações e cinco centrais. Eu fiz questão de convidá-lo para que ele estivesse aqui acompanhando esse debate.

Mas vamos ao nosso segundo convidado que é o Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É que, na Comissão de Orçamento, está havendo reunião dos líderes, e eu represento o PT lá do Senado. Então, eu vou ter que comparecer lá para discutir justamente sobre os recursos. Mas assim que eu puder eu volto para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estamos aguardando V. Exa. aqui.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Porque, aqui, a gente está tendo uma aula, tendo uma visão da situação que a gente fica. É gratificante a gente ver, em termos reais, as coisas para gente achar um caminho. Foi muito interessante essa sugestão do emprego temporário, ou, sei lá, uma bolsa, ou como é que seja. Nós temos até que pedir a consultaria que analise. É na Índia que fazem isso, não é?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: E na índia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para gente poder...

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: A Embaixada... Desculpe-me, Senador, a Embaixada nossa, a meu pedido, a nossa Embaixada na Índia fez um relatório sobre o programa de emprego garantido na Índia, depois eu encaminho ao senhor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O senhor poderia nos passar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E então lembrando, antes de passar, Márcio, para você, Dr. Márcio, permita que a Senadora Rosalba Ciarlini fez questão de abrir o evento, e depois teve que viajar, mas ficou conosco aqui durante uns 40 minutos dando da sua contribuição a esse tema.

Com a palavra o Sr. Márcio Pochmann.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Bom-dia a todos. Nosso abraço fraterno e a satisfação de poder compartilhar esse debate com o José Carlos Assis, o nosso amigo de longa jornada. Ele não apenas é alguém que se debruça, do ponto de vista teórico, no tema que estuda, mas também é alguém engajado na efetivação de ações que possam justamente, não apenas amenizar, mas solucionar o problema do sofrimento humano que decorre, na maior parte das vezes, da ausência de trabalho, ausência de emprego remunerado. Então, tivemos aqui uma aula muito importante, e que mostra o seu conhecimento, já que pode ser considerado um dos maiores especialistas no Brasil na temática de pleno emprego.

Senador Paim, a nossa satisfação também de estar aqui, mais uma vez, a sua trajetória de luta em prol dos mais fracos, oprimidos do Brasil.

Vamos, aqui, fazer uma exposição tratando justamente da temática mais da crise e o trabalho no Brasil, já que não temos nenhuma oposição, pelo contrário, nos alimentando da reflexão que o José Carlos nos fez. Mas vamos então discutir um pouco a crise no Brasil, a forma como o Brasil se contaminou pela crise, e seus efeitos.

O Brasil sofre a crise. Podíamos passar pela primeira transparência que mostra um pouquinho a partir de dados do IBGE, como houve uma inflexão profunda na trajetória brasileira, uma trajetória com sucesso, pelo menos, nos últimos cinco anos que permitiu ao Brasil combinar expansão econômica com melhoras sociais. Nós tivemos um desempenho entre 2005 e 2008 da economia brasileira duas vez e meia superior ao que se verificou no Brasil dos anos 90. Essa expansão econômica foi combinada com uma melhora do emprego, especialmente, o emprego formal que permitiu, inclusive, reduzir, um pouco, as taxas de desemprego no nosso País. Ademais tivemos também uma melhora no que diz respeito à distribuição pessoal da renda, uma redução da desigualdade no interior da renda do trabalho, e até mesmo um dos dois últimos anos aumentou a participação dos salários na renda nacional. Tudo isso, evidentemente, ainda muito longe do que foi, inclusive, a situação brasileira no final dos anos 70, início dos anos 80, período em que nos colocou no ápice do ponto de vista da situação econômica social, tivemos duas décadas muito difíceis, quase 25 anos de regressão econômico-social e estávamos, nesse período mais recente, recuperando parte do que havia sido perdido e a crise terminou, de certa maneira, impondo uma reflexão. Então, o que temos aqui nesse primeiro gráfico mostra um pouquinho de como se trata de uma recessão, o Produto Interno Bruto brasileiro acumulado do último trimestre do ano passado e o primeiro deste tivemos uma queda no produto de 4,4%. É uma queda considerável, embora, essa queda tenha sido influenciada decisivamente pelo que ocorreu no setor industrial, podemos dizer, inclusive, que se trata muito mais de uma recessão industrial do que o conjunto da economia nacional, pelo menos, nesses

dois primeiros trimestres em que há dados sobre isso. O setor agropecuário refletiria nesses seis meses de outubro de 2008 até março de 2009 certa estagnação, enquanto que os serviços ainda apresentariam uma expansão superior a 4%. Então, temos um primeiro elemento que diz respeito à crise que contaminou o Brasil, sobretudo, no setor industrial.

Se nós olharmos outra transparência, ela te dá um pouco da dimensão dos efeitos da crise, já que ela se abate muito mais na indústria, a indústria, no Brasil, representa e praticamente um pouquinho mais do que 1/5 do total dos postos de trabalho, enquanto a produção quase representa 1/3 do Produto Interno Bruto nacional. Nós temos hoje já quase uma economia de serviços, uma vez que 64% da produção do PIB depende ou está vinculado ao setor terciário, aos serviços, de maneira geral, embora, envolva comércio e quase 60% da ocupação está no setor de serviços. O setor primário, agropecuário e a pecuária representa uma parcela relativamente pequena da produção, um pouquinho mais de 5% e os postos de trabalho, nesse segmento não atinge 20% do total dos postos de trabalhos do País.

Por que é que estamos iniciando a nossa exposição por esse aspecto? Em primeiro lugar, porque nós, certamente, não vamos, pelo menos, é a nossa expectativa, ter um desempenho econômico tão frustrante como se verifica nos países desenvolvidos, entre outros, como vários países latino-americanos. Hoje, ainda dados de instituições unilaterais já apontam que, possivelmente, a recessão no México superará o 7% ao ano. Nós, no âmbito de Ipea, trabalhamos com o desempenho da economia nacional para este ano acima de zero, nossas projeções variam em torno de 1,5 a 2,5%, estamos revendo, inclusive. Mas, de toda maneira, nossa expectativa é que não deverá haver recessão, sabemos que as estimativas para este e os próximos anos são muito mais difíceis, justamente porque a crise implica uma inflexão e que não se pode utilizar do passado como, de certa maneira, os modelos econométricos utilizam, para projetar o futuro se utiliza a referência do passado, e a crise significou uma interrupção do presente com o passado, portanto, não é novidade, mas quem acompanha os assuntos econômicos sabe que as instituições, as diferentes instituições mudam as projeções. E, infelizmente, essas mudanças não são acompanhadas, as explicações por que mudaram.

No âmbito do Ipea, inclusive, a nossa preocupação tem sido justamente, não apenas de quando há alteração de projeções, um estudo, uma análise, uma explicação de por que é que há alteração na projeção. Mas, enfim, a nossa exposição tenta situar, na verdade, por que é que o Brasil foi contaminado, por que é que o Brasil não apresenta resultado comparável ao da China e da Índia, como o Sr. José Carlos nos apresentou, são os países, embora, existam outros, mas são muito poucos aqueles que não apresentarão recessão, ou seja, como o Brasil não repete, por exemplo, o que ocorreu em 1973 quando nós tivemos uma recessão mundial e o Brasil não teve recessão. Onde se pode verificar a nossa fragilidade em relação à crise? Então, nós queríamos ressaltar, na verdade, três elementos que inocularam o Brasil da crise, e a nosso modo de ver essas três razões que fizeram com que o Brasil sofra mais nesta crise, e não apresente resultados comparáveis a países como a China e a Índia, a nosso modo de ver, se deve justamente ao que ocorreu nos anos 90, ou seja, as políticas de corte neoliberal, terminaram fazendo com que o Brasil se tornasse mais frágil para enfrentar a crise. Então o primeiro...

Senador, prazer em vê-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sou requerente da outra Comissão e tenho que sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] outra Comissão, vai tentar voltar ainda aqui, porque ele é requerente numa outra Comissão. Só assina o livro daquela pasta branca.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Nós temos, de forma muito sintética, três razões que justificam a crise no Brasil. A primeira razão está diretamente relacionada à nossa dependência financeira, dependência creditícia. O Brasil depende cerca de 1/4 do crédito, no país, provem de bancos estrangeiros, ou se quisermos 1/3 do crédito para investimento, portanto, crédito de longo prazo depende de recursos internacionais.

Por que é que eu estou chamando isso? Porque, evidentemente, houve um corte no crédito internacional, a estimativa do ano passado, em 2008, cerca de 1,4 trilhão de reais representaram a quantia de créditos que os países não desenvolvidos tiveram acesso. Para este ano de 2009, a estimativa é que nós, talvez, não tenhamos 400 bilhões de dólares disponíveis para créditos nos países não desenvolvidos. Então, houve um corte de crédito proveniente justamente dos problemas dos bancos, sobretudo, os bancos de dimensão internacional, e isso afetou fortemente, está afetando fortemente os países não desenvolvidos.

Agora a questão é saber por que é que o Brasil se tornou um país dependente de recursos internacionais. É importante, talvez, nesse sentido, recuperar o pouco do debate dos anos 90, a respeito da questão do crédito dos bancos no Brasil. A visão praticamente hegemônica nos anos 90, a revisão neoliberal nos dizia que o Brasil tinha um sistema financeiro ultrapassado e parte desse anacronismo no sistema financeiro bancá-

rio brasileiro se devia à presença de bancos públicos, nós tivemos um debate meio amortecido, justamente pela predominância desta visão nos meios de comunicação, de maneira geral, mas também pelos governos que praticaram medidas dessa natureza, como foi em 1992 quando Ermínio Fraga era diretor da área internacional do Banco Central, e foi implementada a liberalização financeira no Brasil, ou seja, nós passamos, de certa forma, a partir de então, a atrairmos bancos estrangeiros para o Brasil, por que isso? Porque se dizia, naquela época, que além do anacronismo representado pela presença de bancos públicos no nosso País, nós tínhamos uma baixa, uma fraca presença de bancos estrangeiros, e isso fazia com que naquele período não houvesse tanta competição e, portanto, a taxa de juros era elevada, naquele momento, e o acesso ao crédito era muito mais difícil porque se tratava de um oligopólio bancário e com forte presença de bancos públicos.

Muito bem. Então, o que nós fomos ter, a partir de 92, foi justamente um programa de abertura financeira, e tivemos uma atração, uma vinda de bancos estrangeiros, na expectativa de que, com maiores bancos estrangeiros, haveria uma maior competição, uma redução dos juros, uma maior oferta de crédito.

O que aconteceu se nós compararmos 15, 16 anos atrás? Nós temos, hoje, um número de bancos menor do que tínhamos há 15 anos. Não apenas houve uma redução dos bancos públicos, mas também acompanhada da redução de bancos privados nacionais. Nós temos hoje menos de 200 bancos no País, o que é profundamente insuficiente, inadequado para um país com quase 200 milhões de habitantes, uma economia continental, complexa com tantas diferenças regionais. Portanto, as decisões tomadas nos anos 90 de modificação do sistema bancário brasileiro fizeram com que nós tivéssemos menos bancos, redução de bancos públicos, redução dos bancos privados nacionais, mas um aumento significativo de bancos estrangeiros, o que fez com que parte do crédito dependesse dos bancos estrangeiros. Essas decisões fizeram não apenas que houvesse aumento da oferta de crédito, não houve aumento da oferta de crédito, pelo contrário, continua haver redução, e tão pouco as taxas de juros caíram, tão pouco o mercado bancário se tornou mais competitivo, pelo contrário, nós tivemos, inclusive, uma concentração de bancos, nos dez maiores bancos brasileiros que operam no Brasil, melhor dizendo, uma concentração territorial, nós tivemos uma concentração de bancos, sobretudo, no Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo e um esvaziamento de praças bancárias e de agências bancárias em cidades brasileiras.

Hoje, o Brasil tem 500 municípios que não têm agência bancária. Portanto, temos uma questão séria a ser enfrentada, que diz respeito à nossa debilidade do sistema bancário brasileiro, não há razão nenhuma porque o Brasil não tenha mais bancos. Os Estados Unidos tem hoje mais de 8 mil bancos, a Alemanha tem mais de 3 mil bancos. Por que é que o Brasil não pode ter bancos comunitários, por que é que o Brasil não pode ter bancos que se voltem, por exemplo, para micro e pequena empresa? Dos mais de 7 milhões de postos de trabalhos abertos no Brasil, 80% foram nas micros e pequenas empresas, esse segmento não tem banco próprio. O Japão, por exemplo, tem um banco público voltado para micro e pequena empresa, com o objetivo de oferecer as mesmas condições de crédito, de juros que são ofertadas às grandes empresas. Então, o que eu quero chamar a atenção, a decisão de corte neoliberal nos anos 90, enfraqueceu o setor bancário, nos tornou mais dependente do crédito internacional e, portanto, quando vem a crise nós somos afetados, o que não ocorreu na Índia nessa mesma magnitude, e tão pouco na China na China.

A segunda razão que justifica, digamos assim, nós termos sido afetados tão fortemente com essa queda do PIB diz respeito à questão do comércio internacional. O professor José Carlos Assis apresentou, de fato, nós vamos ter uma queda no comércio internacional, agora esta queda no comércio internacional ocorre muito mais pelo que está em curso nos países do centro do capitalismo, o comércio dos Estados Unidos, o comércio da União Européia, não é exclusivo, mas, fundamentalmente, essas nações são as que mais estimulam, as que mais participam no comércio internacional. O que ocorre? O que ocorre é que a opção que fizemos nos anos 90 foi concentrar o nosso comércio fundamentalmente nos países ricos. Se não fosse a inversão, certa inflexão que ocorre a partir do Governo Lula de descentralizar o nosso comércio, criar novos parceiros, e tem sido, inclusive, muito criticado por suas viagens, mas não há dúvida que o Brasil conseguiu inverter o ciclo de comercialização, porque para ter uma ideia, até 2003 nós tínhamos, praticamente, 2/3 do comércio que o Brasil possuía era com os países desenvolvidos, 2/3. Nós estávamos no mesmo rumo do que hoje se encontra o México, o México tem 85% do seu comércio voltado para os Estados Unidos. Portanto, o que aconteceu nos Estados Unidos imediatamente impactou a estrutura produtiva mexicana, o México quase que se transformou num estado, no 51º estado dos Estados Unidos, uma dependência brutal aos Estados Unidos.

Nós estávamos nesse mesmo caminho, houve uma interrupção, uma inflexão, hoje nós temos um

pouco mais de 40% do nosso comércio depende dos países ricos. Mas, mesmo assim, o impacto da redução comercial afetou o Brasil. Se nós tivéssemos um comércio menos dependente ainda do que temos dos países ricos, talvez com países do âmbito do sul do planeta, o efeito comercial das exportações para as empresas que operam no Brasil, teriam sido bem menor do que ocorreu.

E terceira razão, que ao nosso modo de ver ajuda a entender porque é que a crise rebateu tão fortemente no Brasil, está relacionado ao poder da grande empresa transnacional, da empresa estrangeira, parte significativa das decisões que essas grandes empresas tomam no Brasil, no setor automobilístico, no setor petroquímico, qualquer área em que há praticamente a predominância da grande empresa estrangeira, as suas decisões não refletem, necessariamente, a realidade do país do mercado interno, e, sim, os seus interesses do ponto de vista global, e, sobretudo, o que está ocorrendo na empresa matriz, na sede da empresa. Se nós analisarmos os dados, antes, inclusive, da manifestação da crise em outubro do ano passado, nós vamos verificar que parte significativa dessas grandes corporações já estavam enviando recursos para as suas matrizes, comprometendo parte do nosso balanço de pagamento, inclusive, ou seja, eram lucros reenviados e não reinvestidos para ajudar a situação da empresa na sede. E o que nós vamos ver? Nós vamos ver que a partir de outubro essas grandes corporações tomam decisões de redução do emprego e do nível de atividade muito mais do que o necessário. O corte de emprego industrial se deu no último trimestre do ano foi, sobretudo, na grande empresa, em parte porque havia um estoque acumulado demasiado, eles não quiserem distribuir esse estoque ao longo dos meses para frente. Então, houve um ajuste de estoque profundo. E isso terminou impactando as mais diversas cadeias produtivas.

Então, apenas para abandonar essa primeira parte da minha exposição e que tenta entender por que é que a crise bateu de forma tão forte no Brasil e nos impediu de termos um desempenho comparável à China e a Índia é porque justamente as decisões tomadas nos anos 90, o caminho neoliberal que o Brasil terminou seguindo nos enfraqueceu, nos tornou muito dependentes da economia mundial e, sobretudo, das nações mais ricas.

O caminho, ao nosso modo de ver, o caminho de saída da crise, para que o Brasil possa sair da crise muito melhor do que ele se encontrava anteriormente, passa, entre outras coisas, pelo enfrentamento desses três temas, a construção de outro padrão de financiamento no Brasil, outra estrutura bancária que não pode ser essa dependente apenas e tão somente a menos de 200 bancos. É necessária a ampliação de bancos públicos no Brasil, outra remodelagem bancária, bancos comunitários, bancos próximos ao cidadão, próximos justamente àqueles setores que é mais intensivo o desemprego e que, infelizmente, não tem a possibilidade de ter acesso às melhores condições de crédito, como tem hoje as grandes empresas, um aprofundamento das relações comerciais do Brasil com países da relação sul-sul e uma revisão na postura que nós temos hoje com as grandes corporações fundacionais. É necessário que se aprofunde... Quantas corporações transacionais o Brasil quer ter? A China das quinhentas maiores grandes corporações quer ter 150, a China e a Índia são os dois únicos países que estão comprando ativo de empresas nos Estados Unidos e na Europa. O Brasil não tomou essa decisão. O preço das ações de grandes corporações nos países avançados caiu demasiadamente, há uma decisão indiana e chinesa de comprar ações dessas empresas. Então, da mesma forma havia ocorrido antes da crise, inclusive, de parte da China, a China comprou uma parte da IBM, por exemplo, e montou uma empresa de produção de computadores. Na crise há oportunidades e algumas nações estão sendo muito atentas em relação a isso.

O segundo ponto que eu queria tratar é olhar explicitamente como a crise no Brasil impactou o trabalho. Então, a gente pode passar para a terceira planilha que nós temos aí, que mostra do ponto de vista do comportamento das regiões metropolitanas como se deu a evolução da ocupação do desemprego e ainda nós temos o comportamento do Produto Interno Bruto nacional. A nossa base de comparação sempre é o ano de 2002, então para mostrar um pouco a trajetória que tínhamos relativa ao comportamento do PIB e da ocupação. Ou seja, havendo expansão da ocupação, há expansão da ocupação também, havendo expansão do PIB há expansão da ocupação, havendo produção há necessidade de mais emprego e, ao mesmo tempo, nós temos essa linha vermelha e amarela que mostrava a evolução do desemprego em queda desde, praticamente, o período que vai de 2004, mas nós tivemos, sim, no último trimestre do ano passado uma volta do desemprego, certamente, estamos com desemprego hoje menor do que estávamos em 2002, mas o seu comportamento foi, de certa maneira, alterado em relação à trajetória que tínhamos desde 2004.

Se nós passarmos para a outra transparência, a gente terá a possibilidade de ver outro fato interessante que diz respeito ao comportamento de 2002 até os dias de hoje da quantidade de pessoas desempregadas, de um lado, e, de outro lado, quanto dos desempregados

são pobres. Há uma mudança no perfil do desemprego que eu quero relatar, em última análise.

Em 2002, 2003, ser desempregado era quase equivalente a ser pobre. Porque pobre é o conceito de meio salário mínimo per capta na renda familiar. Em 2002 mais de 2/3, 67% dos desempregados eram pobres, a cada três desempregados dois eram pobres. Então, parcela significativa de nossa pobreza estaria relacionada ao desemprego. Já que três a cada dois desempregados seriam pobres. Ocorre que essa situação foi se alterando, ao longo do tempo, e hoje nós temos cerca de 54, 53% dos desempregados são pobres. Como entender isso? Como ainda a cada dois desempregados um é pobre, mas não é ainda a mesma relação que tínhamos, a metade dos desempregados são pobres. Por que é que reduziu e a tendência--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes era 2/3?

SR. MÁRCIO POCHMANN: Era 2/3. Exatamente. Por que é que reduziu? Certamente, parte dessa redução da condição de pobreza associada ao desemprego refere-se, evidentemente, a programas de apoio a famílias de baixa renda. Não há dúvida em relação a isso, mas também se deve à mudança do perfil do desempregado. Os setores que passaram a demitir não são, como a gente teve a possibilidade de olhar, em função dos setores atingidos, não foram os setores que empregam pessoas de menor renda ou que oferecem posse de trabalho de menor renda. Quem demitiu na crise foi o setor industrial que, tradicionalmente, é aquele que paga os melhores salários. O comércio e o serviço onde os salários... Ou mesmo na agricultura os salários são menores, não foi fonte principal de destruição do emprego, pelo menos, até o momento. Então, o desemprego afetou, digamos assim, trabalhadores com uma renda mais elevada e que são justamente segmentos que pertencem não as famílias da extrema pobreza. Então, podemos, talvez, entender aí esse comportamento no que diz respeito ao desemprego e à pobreza, porque houve uma mudança no perfil do desempregado e, ao mesmo tempo, os programas de apoio de renda às famílias mais pobres suporta minimamente, digamos assim, o aumento do desemprego. Podemos passar para a quarta transparência.

E aí nós temos a outra questão. O que eu quero chamar atenção? Três aspectos que caracterizam o impacto da crise no trabalho no Brasil. O primeiro foi o aumento no desemprego, considerando que esse aumento no desemprego não se deu, digamos, na base da pirâmide social brasileira, mas mais nos segmentos intermediários, justamente porque os segmentos que mais destruíram emprego foram os segmentos vinculados ao setor secundário, à indústria, de maneira geral.

Aqui nós temos outro aspecto, segundo aspecto do impacto da crise no Brasil sobre o trabalho que se refere justamente ao aumento da informalidade. Não apenas aumentou o desemprego, como também está aumentando a informalidade, ou seja, os postos de trabalhos que estão sendo gerados no Brasil de hoje, de certa maneira, são aqueles com maior impacto informal, sem carteira assinada ou postos de trabalho de sobrevivência, que, de certa maneira, são até quase desempregados, mas pela forma que são feitas as pesquisas no Brasil, a estratégia de sobrevivência, lavar um automóvel, vender produto na esquia é considerado ocupado.

Então, aí nós temos uma série de 2002 para cá mostrando a evolução da ocupação, a evolução da informalidade e a representação do salário, quanto representa o salário informal em relação ao salário do trabalhador com emprego formal, com carteira assinada. Então, o que nós podemos mostrar é que no período mais recente, nós estamos tendo um aumento da informalidade, e essa maior informalidade que é aí na lista azulzinha 132,8 que é o patamar em relação a 2002, nós temos então em março de 2009 32, quase 33% de informais do que tínhamos em 2002, enquanto que o produto, melhor dizendo, enquanto a ocupação cresceu 20% no mesmo período e o salário se manteve, praticamente, equivalente ao que era em 2002, ou seja, na sua relação com o salário do servidor formal.

Então, trabalhar no setor informal, de maneira geral, no Brasil, representa um salário menor. Então, uma razão para entender porque talvez o desemprego não tenha explodido de forma tão imediata é porque parte das pessoas que ficaram desempregadas terminaram encontrando na informalidade e estratégia de sobrevivência uma forma de sobrevivência, e, de certa maneira, representaria o desemprego, mas pelas formas com que a gente faz a pesquisa no Brasil isso termina sendo considerado trabalho, ocupação. Então, nós temos aí a segunda característica do impacto da crise, uma é o desemprego, a segunda é o aumento da informalidade e a terceira diz respeito... Podemos passar a próxima. É o aumento da rotatividade no emprego, nós temos aí uma comparação do Brasil com os Estados Unidos, com a União Europeia e o Japão, aí é a taxa de rotatividade apenas e tão somente para empregados até três meses. Aquilo que já se falava há muito tempo no Brasil de que o Brasil tem um mercado de trabalho flexível, que aqui é muito fácil demitir, as empresas demitem sem motivos, diferentemente de outros países como os Estados Unidos, como a Europa,

sobretudo, o Japão. Então, percebam o seguinte, aqui no Brasil, de maneira geral, a taxa de rotatividade. O que é que é a taxa de rotatividade? É a substituição de uma pessoa empregada, geralmente, com maior salário por outra de menor remuneração.

O que é que nós temos de rotatividade? A taxa de rotatividade no Brasil, em média, é praticamente quase duas vezes maior do que a taxa de rotatividade nos Estados Unidos que é, de maneira geral, considerada pela literatura especializada com país de mercado de trabalho flexível, a nossa rotatividade é quase duas vezes maior do que nos Estados Unidos, ela é quase três vezes maior do que a taxa de rotatividade na União Europeia. E ela é praticamente quase sete vezes maior do que a taxa de rotatividade no Japão. Então, o que é que nós tivemos com a crise? A crise significou aumento ainda maior da rotatividade, praticamente, a rotatividade aumentou 30% do que ela era em 2007.

Nós tivemos, pelo menos, os dados disponibilizados, um aumento da rotatividade também no Japão e nos Estados Unidos e uma queda da rotatividade na União Européia. Então, o que eu quero chamar atenção é o seguinte: com mecanismo de ajustes das empresas em relação aos trabalhadores foi demitir, foi substituir o emprego formal por emprego informal ou foi usar a rotatividade, contratar de emprego formal, mas pessoas com menor remuneração em relação àquelas que anteriormente ela empregava.

E temos, para finalizar, mais uma transparência que mostra justamente o que nós estamos dizendo, ou seja, a indústria de transformação, por exemplo, registrou no período de outubro a março de 2009 equivalente ao mesmo período anterior, outubro de 2007 a março de 2008, a indústria de transformação reduziu a rotatividade, ela tinha uma rotatividade média mensal de 3,3% nesse período, e caiu para 3.2. Então, caiu a rotatividade na indústria, porque a indústria demitiu mais, a indústria demitiu, assim como no extrativismo vegetal houve queda na rotatividade. Agora os demais setores que, de maneira geral, não utilizaram o instrumento da demissão do desemprego, utilizaram justamente o instrumento da rotatividade. Então, na agropecuária o crescimento foi muito pequeno, mas houve aumento na construção civil, houve aumento no comércio, houve nos chamados setores de serviço de indústria e utilidade pública e demais serviços em que houve o aumento importante da rotatividade. Então, o trabalhador sofreu em função da crise pelo desemprego, pela informalidade e pela rotatividade.

Por último, apresentamos na próxima transparência, outro aspecto que achamos interessante que diz que respeito ao comportamento da taxa de pobreza no Brasil. É uma tendência de queda, praticamente, a partir de 2004, embora tenha subido entre 2002 e início de 2004 nas regiões metropolitanos, e depois uma tendência quase que continua de queda. Teríamos em março de 2007 30,7% da população nas seis regiões metropolitanas acompanhadas pelo IBGE na condição de pobreza.

No período que a gente analisa de outubro de 2007 a março de 2008 a taxa de pobreza teria caído mais e isso teria implicado, inclusive, na saída de 315 mil pessoas da condição de pobreza. Ora, nós tivemos condições de acompanhar, e aí eu não trouxe a transparência, mas a situação dos pobres em períodos de crise. Nós acompanhamos a crise de 81 e 83, a crise de 90 e 92, a crise de 98 e 99, 98 e 99 aí na passagem do primeiro para o segundo governo do Presidente Cardoso, nós tivemos uma crise financeira, 90 e 92 nós tivemos uma recessão no Governo do Presidente Collor e tivemos uma recessão importante de 81 a 83, na chamada crise de dívida externa. Em todas essas crises houve aumento da pobreza, pelo menos, no período de outubro de 2008 a março de 2007 não houve aumento de pobreza nas regiões metropolitanas em que a gente analise, não pode se dizer que isso é a realidade brasileira, mas são os dados disponíveis para fazer esse tipo de investigação.

Como explicar que a pobreza não tem aumentado no período de crise que estamos vivendo agora?

Então, a gente tem a última transparência que mostra, na verdade, o peso dos programas de transferência de renda, sejam eles evidenciados pela Previdência Social, sejam os programas de assistência social, que vão desde a LOAS, a lei que garante benefícios para portadores de deficiência, entre outros segmentos e até mesmo programa de transferência de renda como o Bolsa Família. Por exemplo, nós temos em 2009 praticamente 35% da população brasileira assistida por programas de transferência de renda. Se a gente soma os programas de transferência condicionada de renda aos programas previdenciários. Então, mais de 1/3 das famílias brasileiras tem o apoio nesses programas, e esses programas tiveram um impacto importante no que diz respeito ao salário mínimo, houve aumento do salário mínimo em fevereiro, 12% uma decisão corajosa, porque comparando as crises anteriores 98 a 99, 90 a 91 e 81 a 83, nesse período de crise nos não tivemos aumento de salário mínimo, em termos reais, ou queda do salário mínimo, em termos reais, nós não tivemos redução de impostos, não tivemos redução de juros, não tivemos aumento de programas sociais. Então, no nosso modo de ver esses programas são importantes para explicar porque é que, na verdade, não houve aumento da pobreza, pelo

menos, nesse período que a gente está analisando, vamos ver como se compara, como evolui esse quadro para os próximos meses.

Portanto, a crise representou uma inflexão na trajetória brasileira que foi basicamente nos últimos cinco anos o período mais vigoroso em termos de expansão de investimento que tivemos depois do milagre econômico, depois dos anos 70, o que ocorreu de 80 para cá foi uma barbárie e nunca tivemos um período tão continuado de aumento dos investimentos, só que os investimentos sofreram uma inflexão profunda e não sabemos como se comportarão os investimentos, por isso, ao nosso modo de ver, há necessidade de programas adicionais ao que vem sendo feito até o presente momento. É necessária maior ousadia, e a nossa conformidade em relação à instituição de um programa da natureza apresentada aqui pelo professor José Carlos de Assis. O Brasil precisa avançar para programas, de fato, de geração de emprego, programas de garantia de emprega, porque não há dúvida que essa é a melhor forma de enfrentar a crise. Há, evidentemente, outras possibilidades que nós deveremos estar atentos, como, por exemplo, uma profunda reforma na tributação brasileira, nós temos uma tributação fortemente concentrada sobre os pobres, então não haveria outra medida mais importante de redução da carga tributária sobre os pobres, permitindo a eles melhor condição de enfrentar uma situação de dificuldade, do ponto de vista da crise. Sabemos, e aí encerro, Senador, que essa crise, infelizmente, é de longa duração, apesar de haver dados que, aparentemente, estariam os países desenvolvidos, inclusive, saindo da crise, melhorou um pouco, deixaram de piorar e etc., mas, de certa forma, isso pode ser associado à profunda liquidez, injeção de recursos que os governos colocaram. Eu não sei se isso tem condições, tem sustentabilidade ao longo do tempo, e, sobretudo, porque é uma crise estrutural cujo enfrentamento dos seus problemas não será feito de um dia para outro, dadas as implicações políticas. Mas o Brasil, a exemplo de outras crises, a crise dos anos 80, dos anos 70, a crise de 29, a crise de 1833, por exemplo, o Brasil soube sair antes da crise, soube tomar decisões, mas decisões difíceis. E nada mais importante do que esta Casa refletir esse tema e se posicionar de uma forma mais precisa em relação às ações de enfrentamento da crise.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. E permanecemos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Márcio Pochmann, pela sua exposição.

Eu vou, em seguida, abrir para que vocês possam fazer ponderações. Pois não.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Só para corroborar com uma coisa a mais. Os bancos, o crédito desse ano de janeiro a junho aqui no Brasil, os bancos públicos ampliaram o crédito em 7%, os bancos privados em 1,2. E esse 1,2 veio de crédito público, sobretudo, do BNDES que teve uma linha de crédito que passaram para os bancos intermediários, para você ver como está o sistema bancário brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria agradecer aos dois painelistas por esse primeiro momento onde fizeram as suas exposições.

E me parece que os dois concordam que a crise é grave, é estrutural e não se resolve num pequeno espaço de tempo, ou seja, infelizmente, ela vai ser longa.

E queria de pronto, antes de encaminhar, e se os nossos convidados quiserem fazer alguma pergunta, fazer duas perguntas tanto ao Márcio Pochmann e uma também ao meu amigo Dr. Assis. Márcio, eu queria que se você pudesse como é que o Ipea e você está vendo esse debate, que é um debate que está colando, que está pegando na sociedade, da redução de jornada sem redução de salário. Por exemplo, a Câmara aprovou na Comissão Especial, por unanimidade, uma PEC de 95 que é de minha autoria e do Senador Inácio Arruda, ambos estávamos coletando assinatura, e daí ficamos como autor e coautor, isso não há problema entre eu e Inácio Arruda, de sermos quem assinou primeiro, quem assinou em segundo, importante que ambos somos autores dessa PEC que reduz a jornada de 44 para 40, algo semelhante o que fizemos na Constituinte. Eu fui Constituinte e nós reduzimos de 48 para 44, não deu impacto negativo nenhum na economia, como diziam os pessimistas, na época, que ia quebrar o País, como foi a questão do salário mínimo, nós dizíamos que ele podia ultrapassar essa barreira, hoje é mais de 200 dólares e, felizmente, o Presidente Lula adotou essa política da inflação mais o PIB que fez com que, em fevereiro último, entrasse na economia algo em torno de 21 bilhões de reais, e a expectativa é que em janeiro do ano que vem, porque vai ser em janeiro vai entrar algo em torno de 30 bilhões de reais. Oxalá, olha bem o Oxalá aqui, a gente inclua também os aposentados, como eu estou propondo e com dois projetos que aprovei aqui no Senado e agora estão na Câmara que vai acabar com esse famigerado fator previdenciário e, ao mesmo tempo, com a política. Eu posso dizer aos senhores e ao Brasil que está nos assistindo, nesse momento, que o último jantar que a bancada teve com o Presidente Lula, o Presidente não fez nenhum relato secreto, porque se falar muito em secreto agora, falou para toda bancada que ele está sensível a essa questão, ele acha mesmo que tem que

alterar, tem que modificar essa história do fator que ele já cumpriu o objetivo que teria que ter cumprido e, ao mesmo tempo, ele também informou a toda bancada que ele é a favor de um reajuste real a partir de 1º de janeiro aos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo e não somente a inflação. Eu falo isso, porque eu entendo que a questão de mais gente trabalhando significa também mais arrecadação, inclusive, para a Previdência, e isso ajuda. Tem um dado que eu acho muito positivo que foi divulgado pelo próprio Ministro Pimentel do qual estamos dialogando também sobre esse tema, onde ele diz que em junho desse ano se compararmos ao ano passado a arrecadação da previdência teve um crescimento de 8%. São dados divulgados pelo próprio Ministério.

Queria insistir muito com o meu amigo, Dr. José Assis no seu projeto. Acho o seu projeto uma coisa nova para nós aqui no Brasil, exemplo de sucesso em outros países do mundo. E gostaria muito se pudéssemos receber uma minuta para encaminharmos para a consultoria do Senado para ver se podemos transformar, inclusive, num projeto, nem que seja autorizativo, e fazemos um grande debate na sociedade, inclusive, em regiões do País e tal. Eu gostaria de dizer que esta Comissão que eu presido que é a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social gostaria de assumir junto, naturalmente, com V. Exa. que é o autor, e o Márcio Pochmann está apoiando, pelo que percebo, e outros intelectuais que conhecem com profundidade esse projeto, para que a Subcomissão possa ter a liberdade de se somar, queremos nos somar, não é ser autor não, queremos nos somar à proposta e transformá-la, quem sabe, como disse aqui o Senador Botelho num instrumento legislativo de debate junto à sociedade, e claro, eu que venho da área, quando me falam que pode gerar que seja dois milhões, que seja um mil, três milhões ou quatro milhões de empregos me é simpático, e, principalmente, para os mais pobres. Estou entusiasmado com a proposta que ambos aqui defendem e, naturalmente, gostaria se pudesse no desenrolar, ambos falarem um pouco mais. E gostaria muito, Márcio, que você começasse, quem sabe falando um pouco dessa questão da redução de jornada. Até porque me permito que eu diga isso que aqui no Senado, o Senador Valter Pereira é o relator, nós apresentamos essa proposta também, que ela reduz de 44 para um primeiro momento, depois reduz uma hora por ano, uma horinha por ano até chegarmos àquilo que eu consideraria o ideal o turno de seis horas para todos, ou seria 36 horas.

Enfim, não sei se o Márcio quer começar com a redução de jornada e depois eu passo.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Pois não. Nós temos no âmbito do Ipea colegas que pensam diferente. Então, eu gostaria até de explicitar as razões da diferença. Isso depende, evidentemente, da base teórica sobre a qual o estudioso toma como referência para formular a sua opinião, a sua avaliação.

Nós temos duas correntes que justificam os argumentos dos empresários, aqueles que acreditam que, de fato, a redução de jornada vai implicar maior custo, demissão, inflação e etc., e há outros que acreditam justamente ao contrário. Nós temos, de um lado, digamos, os modelos, os elementos de estudos sobre o impacto da redução de jornada de trabalho que são estudos que a gente chama de base estática, ou seja, é uma fotografia, então com base nas fotografias é que projeta os impactos. Então, qual é, digamos, essa visão contrária à redução de jornada? Ela sustenta que as pessoas para produzirem têm um determinado custo, e se houver a redução da jornada sem redução dos salários, imediatamente as empresas terão que pagar mais para manter a produção. Então, olhando na fotografia isso, de fato, é verdade, as empresas contratam pessoas para uma determinada jornada para manter a produção, e se elas tiverem que contratar para manter o mesmo nível de produção, vai contratar mais pessoas ou pagar hora extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Distribui de horas trabalhadas no conjunto.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Exatamente. Dado um nível de produção você tem um nível de jornada de trabalho, e se vai reduzir a jornada você vai precisar mais pessoas ou hora extra para cumprir aquela linha de produção. Então, nesse sentido há um aumento de custo. E aí os estudos, os analistas param aí. Como se justificar que haja visão diferente, porque estudiosos, nos quais eu me encontro, não apenas se resumem a foto, mas ao filme. O que é que vai ocorrer? Vamos imaginar. Se as empresas têm um nível de produção, elas produzem de acordo com o que esperam vender. Então, tem um nível de consumo, elas não olham a produção, olham também o consumo. Se, porventura, ela dizer, não, mas vai ter aumento de custo, eu não vou contratar mais pessoas, então eu não vou produzir aquilo que eu imaginaria. Se ela não contratar mais pessoas para manter o nível de produção alguma outra empresa vai ocupar esse espaço, porque esse consumo precisa ser realizado. Ou essa empresa aumenta a produção ou outra aumentará mais do que ela produziria para ocupar o espaço ou haverá importação, então não haverá queda da produção, nesse sentido, e se não houver queda de produção não vai haver queda de emprego. Segunda razão. Se houver não apenas do ponto de vista dinâmico, se não houver essa redução

da produção, se não houver redução do consumo, o que significa dizer que as pessoas que vão trabalhar adicionadas pela redução de jornada significarão uma renda maior, e, portanto, um consumo adicionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente trabalhando, produzindo, recebendo...

SR. MÁRCIO POCHMANN: Exatamente.

Qual é o impacto maior ou menor? Depende dessa equação. Ao nosso modo de ver, a decisão que está ali dada de elevar a hora extra não é a melhor alternativa, por quê? Porque o aumento da hora extra, na verdade, a empresa incorpora e repassa para preço.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Talvez hora extra só num caso de emergência mesmo. Porque daí o cara se obriga, deu um caos lá e tem que trabalhar um período maior.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Não é proibição da hora extra. Nós queremos dizer o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só aumentar o percentual não resolve nada, em tese.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Porque no fundo, a hora extra é uma equação que agrada, de maneira geral, tanto o empregado quanto a empresa, porque o empregado diante da possibilidade de trabalhar um pouco mais, ele até se alegra porque pode complementar o seu salário, dado o nível de salário relativamente mais baixo e as possibilidades de consumo. Ao nosso modo de ver, talvez fosse mais interessante tributar a hora extra, mais essa tributação da hora extra não iria para o trabalhador empregado, mas para um fundo para financiar aquele que está descendo, deixado de ser contratado. Porque parte significativa do emprego que deixou de ser gerado quando da Constituição de 88 foi porque aumentaram as horas extras. Nós tínhamos até antes de 88 cerca de 22, 23% dos ocupados que faziam hora extra, quando a jornada eram 48 horas semanais, quando fomos para 44 nós fomos para 48, 50% dos ocupados começaram a fazer hora extra. Então, o uso da hora extra é um mecanismo que as empresas terminam utilizando com um mecanismo de ajuste para evitar novas contratações.

Então, queremos dizer, portanto, que ao nosso modo de ver a redução de jornada é um elemento importante na luta maior do enfrentamento do desemprego. É claro que se a economia não cresce, a redução da jornada, por si só não fará milagres, ela pressupõe o crescimento, pressupõe ampliação da produção. E foi dessa maneira, inclusive, que a modalidade de redução da jornada de trabalho foi introduzida na política de primeiro emprego. Roosevelt reduziu, o governo nos Estados Unidos reduziu a jornada para 40 horas quando? Na crise dos anos 30. Quando o Brasil regula a jornada de trabalho para 48 horas semanais? Foi com Getúlio Vargas nos anos 30. Então, não é descabido se dizer que a redução da jornada, nesse momento, é extemporânea, porque ela tem que ser feita só no crescimento, é claro que no período do crescimento é melhor a possibilidade de você fazer a redução de jornada, mas não é descabido na crise, porque em outros períodos como crises tão greves, como essa que nós estamos vivendo, o Brasil mesmo adotou com o Getúlio. Não, mas eram 48 horas. Sim, mas as jornadas anteriores na década de 30 eram superiores a 48 horas semanais. Então, representou, sim, com a legislação uma redução.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Olha, eu concordo plenamente com o Márcio nisso tudo aí. Agora essa coisa final eu não estou muito seguro. Quer dizer, eu acho que em crise até por um argumento que você usou, a empresa está olhando o custo, se o consumo tiver indo bem, ela vai manter a produção e vai manter o emprego. Mas em crise o consumo não se mantém, se você pode estar com uma crise de demanda, é claro que o exemplo do Roosevelt é importante como iniciativa política, mas nós não devemos esquecer que demorou muito a cair o desemprego nos Estados Unidos na grande depressão, mesmo com o new dio(F). Você começa com uma taxa de desemprego de 26% e 39 ainda estava em 15%, 14%. A guerra que resolveu pela lei.

Então, eu achava que tinha que ter uma espécie de gatilho, Senador. Primeiro o seguinte: eu acho que a tendência histórica é reduzir a jornada de trabalho. Não tem nenhum sentido com o nível de produtividade que o mundo tem hoje você ter jornada de trabalho desse tamanho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] com a robótica, tecnologias novas.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Claro. Não tem sentido, não tem sentido. Então, a gente caminha para frente, caminha para a redução de jornada mesmo e tem que reduzir. Agora nesta crise cujo término eu não vejo muito bem, e vou falar sobre isso agora, talvez tinha que ter uma espécie de gatilho, a partir do momento que o PIB começar a crescer 3% ao ano você não reduz a jornada de trabalho, uma coisa desse tipo, porque se tiver retração, sobretudo, se tiver ou então um crescimento próximo de zero eu acho que é uma complicação, é um negócio arriscado para burro, sobre isso.

Agora, eu acho que uma coisa importante é o seguinte, todo mundo está interessado em saber, e eu também, e, portanto, tem se refletido sobre isso, quanto tempo vai durar essa crise. Qual é o problema dessa crise? Eu falei rapidamente, mas eu queria só insistir

e voltar nesse ponto, porque esse é o ponto central, quando a gente olha para frente. Quanto tempo vai demorar? Ela vai demorar o tempo que for necessário para reconstruir o sistema bancário e financeiro. É isso, Márcio? Isso é vital, Senador. Sem sistema de financiamento o capitalismo não funciona. E aí a pergunta é: quando vai acabar? Quando é que vai reconstituir o sistema de financiamento? Passa pelo sistema americano, pelo sistema alemão. Os dois principais. O inglês vai acompanhar o americano. A coisa do americano, a regulação que está sendo feita, que está sendo proposta e que vai demorar a ser... Vai ser uma guerra, como eu disse, no Congresso dos Estados Unidos, ela é abrangente e muito interessante. A proposta do Obama é muito interessante, você regula o sistema inteiro, você funde agências regulatórias, submete a mesma autoridade, porque estava tudo fracionado, os bancos entravam pelas brechas, pelos buracos da legislação, escapava de regulação, RED Fundo, ECO(F) de Fundo, não eram, na verdade, submetido à autoridade alguma, tudo isso está sendo arranjado, mas vai ser uma guerra legislativa longa, e isso pode, em boa parte desse ano, tem certo sentido de urgência. O Congresso americano está funcionando muito, isso é uma coisa importante, o Congresso americano está funcionando muito rapidamente por causa dessa crise, mesmo por resistência republicana, essa coisa toda, eles estão tomando decisões. Eu fiquei pensando, o orçamento votaram rapidamente, foi o programa de estímulo votaram rapidamente. Você imagina o que é votar um programa de 700, 887 bilhões de dólares em questão de semanas.

Então, essa coisa do sistema bancário vai demorar um pouco. Mas aí tem o seguinte, tem uma questão que é contraditória em si mesma, você não resolve apenas por um truque legislativo que é a questão do grande banco internacionalizar. Por que é que você não resolve? Porque se ele se tornou tão grande que ele não pode quebrar, ele se torna uma peça dentro do sistema capitalista sem risco, e isso viola o sistema capitalista e ele, na verdade, se torna um concorrente privilegiado com todos os médios e pequenos. Então, tem que arranjar um jeito de poder quebrar, é uma coisa contraditória para ele ser um legítimo competidor no mercado, ele tem que poder quebrar, porque o cara que aplica nele tem que saber o seguinte: olha, eu estou aplicando, estou correndo o risco. Então, a solução para isso não é uma solução simples, o que é que está acontecendo hoje? Hoje os 19 grandes, os dezenove maiores estão ou sob garantia direta do tesouro americano que colocou dinheiro lá, capitalizou ou emprestou o Banco Central, ou eles estão sob a garantia indireta e imoral de que eles não vão quebrar. Agora enquanto não for resolvido isso o sistema não se reconstitui. Por isso que é uma coisa demorada, e por isso é que também contraditoriamente é que talvez a única solução possível, não tem nada de ideológico nisso, seja estatização, não é ideologia ser estado ou não ser estado, é funcional, para que o sistema funcione talvez tenha que se estatizar o sistema bancário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já pediu a palavra o nosso convidado José Augusto. Nesse momento está com você José Augusto que aqui representa o Movimento Sindical.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Bom-dia, Dr. José Carlos Assis, obrigado pelo convite, Senador Paulo Paim. O meu professor Márcio Pochmann lá da Sesit(F), da UNICAMP. Estava contando para o Canindé aqui o que nós já fizemos no passado. E ele falou: "Mas você veja hoje o José Augusto em Brasília e o Márcio também".

Mas parabéns pela exposição dos dois, o Dr. José Carlos e o Dr. Márcio.

Eu gostaria de fazer assim, Senador Paulo Paim, insistir na questão da redução de jornada que é a grande bandeira do Movimento Sindical hoje. Não foi diferente no passado, Dr. José Carlos, e o senhor conhece a história melhor do que eu, naquele tempo com maior violência, como aconteceu o 1º de maio e o Dia Internacional das Mulheres datas de referência, inclusive, para a sociedade brasileira e do mundo. Mas a questão da redução de jornada com avanço tecnológico ou não, a gente acha assim que deve as coisas caminharem juntas, Márcio, uma política social e econômica, caminhar dentro dessa proposta de cooperação dentro do que o Dr. José Carlos falou, senão nós corremos risco de ter, eu fiz até uma anotação, e a gente tem que ficar atento, o movimento sindical, as centrais, as confederações, as federações e os sindicatos contra a reinvestida e o retorno das políticas neoliberais. Eu acho que agora é o contrário, deveria, sim, resgatar as políticas sociais como esse governo vem fazendo muito bem até agora, e como disse o professor Márcio: evoluir. Não é, Márcio, com outros projetos sociais? Eu não acredito nada que não seja dessa forma, se for só focar a questão econômica sem a presença dos trabalhadores, principalmente, eu acho que a coisa não decola não, Dr. José Carlos. Uma modesta opinião de quem não é um economista, é um curioso, aprendi pouca coisa em economia quando estudei na faculdade, mas não sou especialista, mas é a visão que a gente tem aqui do lado de fora e convivendo com o movimento sindical diariamente, dia e noite.

O outro aspecto da redução de jornada de trabalho é a forma que vai ser aplicada, por exemplo, surgiu uma sugestão agora a pouco, um fundo para a hora extra, que é um fundo solidário, não é Márcio

Pochmann? Então, qual que é a verdadeira intenção da redução de jornada? É para que se evite o excesso, Paulo Paim, como o senhor disse agora a pouco na sua intervenção, para não virar rotina essa hora extra e promover o emprego. Mas eu acho assim, não pode radicalizar agora, não é momento agora, vamos parar com isso, chega. E seria muito estranho da nossa parte a Patronal concordar com a redução de jornada trabalho, como não concordou ao longo da história, e não seria diferente agora, seria uma surpresa se vocês concordassem, eu acho que tem que haver negociação, entendimento para que a coisa decole. O que não pode, Dr. José Carlos, nossos meninos aí, eu, inclusive, sou avó, não sei se o senhor deve ter filho ou neto, eu tenho, com muito orgulho, a gente não pode deixar nossas crianças na mão do narcotráfico, com falta de perspectiva de trabalho, de emprego. O que a gente vê é um escândalo todo dia na TV, as nossas crianças na prostituição, as crianças nossas que eu falo são as crianças brasileiras, na prostituição infantil como verdadeiros funcionários do narcotráfico, isso é uma coisa lamentável, triste. São vários fatores, mas um deles é esse, às vezes, não é a falta de oportunidade de emprego da criança, da perspectiva de emprego para essa criança que vai se tornar um adolescente, um homem. Mas como recentemente aconteceu na Embraer de São José dos Campos, mandaram 3.500 embora, inclusive, pessoas eleitas na Cipa, legitimamente eleita, tem uma legislação que não pode, até a Constituição garante, Paulo Paim, a estabilidade do cipeiro. E nós recorremos a Tribunal, tivemos com o Moura França, junto com Zé Maria, com o Índio lá dos metalúrgicos lá de São José dos Campos. Pediu o nosso apoio enquanto fórum, estivemos em audiência com o Maura França e o Tribunal pouco pode fazer. Então, eu acho que a gente tem que insistir nessa questão da redução, se não for de um objeto, for de outro, com outras propostas, o Márcio sugeriu uma, existe outra da CNTC que não é nem 40, é 36, é mais radical ainda na área do comércio, porque os comerciários são praticamente arrasados com a grande jornada de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto está em debate nesta Comissão. Tem um de minha autoria, e um do Senador Simon que os dois serão fundidos e transformados num substitutivo.

SR. JOSÉ AUGUSTO: O próximo passo vai ser audiência requerida pelo Adelmir Santana, Senador para gente continuar a discutir essa questão do comerciário também que está mal resolvida, Dr. Márcio, que é a questão, principalmente, do trabalho no domingo e feriado que a Casa aqui não aprovou da forma que nós queríamos essa regulamentação, a gente vai retornar. Estamos em negociação com o Ministério do Trabalho, vamos voltar a discutir essa questão aqui dentro.

O segundo, Paulo Paim, seria essa tentativa do Deputado Sandro Mabel de estar discutindo com as centrais sindicais, o apoio ao projeto dele de terceirização lá na Câmara dos Deputados. Márcio, eu queria até ver a sua opinião sobre essa questão de processo de terceirização, e você até fazer uma análise em paralelo com a questão da informalidade que você mostrou no gráfico e a própria questão do emprego, e a gente sempre enxerga, às vezes, a terceirização como um empregado classe A, classe B ou classe C que não tem o mesmo benefício e os mesmos direitos, principalmente, do trabalhador que tem carteira assinada. A outra seria também o que está discutindo o movimento sindical, Dr. José Carlos, essa questão da contrapartida do banco está ajudando essas empresas em crise. E qual a contrapartida social? Será que não faltou isso na época também para discutir? Principalmente, já que no Brasil não existe uma política, alguma coisa jurídica ou legal que impeça a demissão em massa. E nós estamos com um projeto novo na Manuela D'Avila, inclusive, lá do seu Estado, do Paulo Paim, já foi dada a entrada lá na Câmara e a gente vai discutir isso aí, sobre um freio na questão da demissão desmotivada já que a Convenção da OIT está muito longe dela ser alcançada aqui no Brasil, por uma série de fatores que não é o momento aqui, e acho que nem é o local para estar discutindo essa questão da Convenção 158 da OIT. No entanto, a gente está com um projeto alternativo. Vários deputados subscreveram com a Manuela, eu ancho que tem uns 15 deputados que subscreveram o projeto com ela, e a nossa preocupação também é que são megas fusões que estão provocando essas demissões em massa, mesmo tendo lá as certificações de ISSO, certificações Selo Verde Ambiental, BS 8.800 que é uma política de gestão de segurança de saúde do trabalho que é a minha especialidade, inclusive, segurança de saúde do trabalhador promovendo um desemprego muito grande, jogando doentes ocupacionais para fora da empresa. Eu vou citar um exemplo da última fusão que teve da Perdigão com a Sadia e a CNTA que é a Confederação Nacional da Alimentação está num debate grande dentro do Brasil, fizeram uma apresentação muito grande aqui dentro do Nereu Ramos com todos os representantes dessa área do setor de alimentação preocupadíssimo também porque para a economia pode ser uma maravilha, mas para o projeto social é uma calamidade, mandando pai de família para rua, mães e, principalmente, doentes ocupacionais. E aí você vai ver na empresa tem certificação lá, Paulo Paim, de tudo enquanto é tipo, e se abusar tem até de responsabilidade social que se tiver é um crime, quem

deu essa certificação, porque isso não é promover, não é ter responsabilidade social alguma.

E finalizando, o último, com relação à reforma. Como que o Dr. Márcio vê, eu não sei se o Dr. José Carlos está a par, com esse projeto de reforma tributária e que o movimento sindical já condenou e que está tramitando na Câmara dos Deputados, e existe um movimento muito grande da qual eu faço parte contra essa reforma sob o comando do Evilásio Salvador e todas as centrais estão participando, igreja, parece que tem alguém da igreja aqui também, aqui presente, ONGs e várias instituições, Anamatra, ANFIPE contra esse projeto que está tramitando, da forma como ele está no projeto, inclusive, correndo o risco dos financiamentos dos projetos sociais no Brasil a se acabarem na área da Seguridade Social, na saúde, na habitação e etc. Então, a gente está também no Fórum Sindical dos Trabalhadores, o FCT, nós estamos muito preocupados e irmanados nessa luta junto dos companheiros nesse movimento contra essa reforma sindical, reforma tributária que está em tramitação na Câmara.

Desculpe alongar, mas o projeto é muito polêmico. E outra, eu sou um modesto colaborador, não vim aqui para dar a receita do bolo, uma que eu nem sou economista, mas procuro mostrar também, José Carlos, o outro lado de cá, o lado dos trabalhadores, o lado da sociedade, que eu acredito que se a gente caminhar junto a gente vai conseguir o sucesso e se orgulhar do nosso País no futuro, que nós conseguirmos sair da crise com bastante compromisso, solidariedade, aquela relação de cooperação e de forma unida, não descartando só um lado, não priorizando só um lado, o lado econômico, mas a gente caminhar junto com o social e juntamente com a questão econômica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, José Augusto, pelas suas afirmações e, ao mesmo tempo, perguntas à mesa.

Eu vou passar a palavra, nesse momento, ao Dr. José Pinto, e os nossos dois convidados respondem e já fazem as suas considerações finais. Com a palavra.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Bom dia, Senador Paulo Paim, presidente desta Subcomissão, professor Carlos de Assis, Dr. Márcio Pochmann.

Eu gostaria só de fazer uma abordagem rápida aqui em dois questionamentos que a partir da experiência que nós temos como técnico no âmbito do legislativo e quase todas as propostas que nós analisamos no nosso dia-a-dia estão focadas quase que somente no trato do emprego formal. Então, se qualquer pessoa passar no escaninho de um consultor da área de trabalho nós temos 1.500 projetos alterando a CLT e um ou outro criando algum mecanismo de emprego voltado com a preocupação para o mercado informal ou de inclusão de pessoas dentro do mercado formal. Então, eu acho que há uma exacerbação. Quando a gente fala, e é evidente que há necessidade de uma série de avanços sociais, e todos esses avanços sociais que têm sido aprovados, inclusive, no âmbito do Legislativo e com apoio do Poder Executivo e de outros Poderes ou até conquistas que surgem no Judiciário por falta de norma regulamentadora que acabam virando norma depois, têm como foco o emprego formal. Então, mesmo se a gente andar aqui nos corredores do Senado, a própria propaganda institucional da Casa fala que a prorrogação da licença gestante de quatro para seis meses, sempre avança para pessoas que têm. E a pessoa que não tem emprego, ela tem licença a gestante? Qual é o auxílio que o Estado dá para essa pessoa? Não tem nada. Então, a pessoa que tem emprego, que tem salário, que tem coisa, ela tem um aumento do benefício, a pessoa que não tem nada, que é pobre, miserável, não tem nada, se ela tiver uma Bolsinha Família e olha lá, o máximo que ela pode ter é um acesso a um programa de saúde publica que lhe dá alguma assistente no período gestacional, mais nada.

Então, eu acho que a concentração da renda implica também numa concentração de direitos, quem tem renda tem mais direitos do quem não tem renda e não tem nada. Então eu acho que há necessidade... No Brasil ou a gente tem um emprego formal ou a gente tem a informalidade sem nada, o máximo que o Estado pode até gerar como política é a geração de algum programa de assistência social, tipo bolsa isso, bolsa aquilo, Bolsa Família ou então de distribuição de uma renda através de algum programa de natureza basicamente assistencial.

Então, eu acho que falta... Nós tivemos um exemplo bastante interessante, nós aprovamos recentemente, nós quando eu digo, o Congresso Nacional, aprovou uma alteração da Lei do Estágio, havia uma crítica muito grande de que as empresas utilizavam os estudantes e a oportunidade de se fazer estágio em substituição ao emprego formal. Pois bem, hoje nós estamos tendo uma retração, segundo até informações que eu tenho recebido como consultor, uma retração enorme na área do estágio, se criou uma série de limitações, hoje para você ter um estagiário é quase que um empregado. Então, você tem diminuído a oportunidade do jovem ter uma participação nos seus estudos, uma participação [ininteligível] sem nenhuma repercussão no emprego, inclusive, pessoas, por exemplo, problemas de ordem, inclusive, técnico, profissionais da área da saúde, médicos, dentistas, enfermeiros e tal que necessitam fazer estágios em estabelecimento de saúde

que tem toda uma dinâmica de plantões, por exemplo, a pessoa precisa fazer um estágio num plantão de 12 horas, e não pode, porque a lei já não permite. Então, são situações que precisam ser enfrentadas também com outro olhar.

Então, eu acho que, só para complementar a questão da redução da jornada de trabalho pode possibilitar uma sinalização para uma ocupação maior em outra fase, mas a sua proposta que eu não conheço, que eu acho que ela só tem uma denominação errada, errada do meu ponto de vista, programa do emprego garantido, eu acho que seria o programa do trabalho garantido, porque se a gente pensar num programa de emprego nós já trazemos junto todo o arcabouço jurídico que eu acho que ele não se presta, dada a natureza temporal, de natureza provisória a qual ele se propõe como uma situação, como um mecanismo de inclusão de natureza provisória, mas que gera, muitas vezes, uma oportunidade permanente de inclusão formal dessa pessoa dentro do mercado de trabalho como um todo.

E tem outra questão que eu não vi abordada aqui, que aí eu acho que tanto o professor Márcio Pochmann, mas, talvez, mais o professor José Carlos de Assis que é a questão do desenvolvimento, então eu tenho, por exemplo, já li algumas críticas a política de financiamento do BNDES no sentido de se a gente for olhar a carteira do BNDES hoje de financiamento que é uma carteira enorme, inclusive, para o setor nacional, ela se concentra, ela tem uma concentração em grandes empresas ou em grandes financiamentos que não tenham o retorno, vamos dizer assim, que não tem o retorno do ponto de vista do emprego, do desenvolvimento do emprego e da economia, até do ponto de vista mais... Eu posso estar equivocado, eu não tenho esse dado, mas, pelo menos, algumas informações que a existe grande concentração, então grandes setores da economia tem grandes financiamentos, e, às vezes, não há uma política ou algum programa, ou se não ele não é suficiente que gere mais oportunidades para que pequenas empresas, para que setores que, por exemplo, eu não sei se existe, mas eu faço a pergunta se existe uma linha de financiamento um pouco mais específico que considere, por exemplo, setores intensivos de mão de obra, se tem um olhar do banco para ter uma linha de financiamento numa condição especial, ou de natureza até provisória para garantir tanto o emprego como a produção de setores e o desenvolvimento e apoio em outras áreas.

Mas seriam essas as considerações, só para gente poder refletir um pouquinho mais e não só focado nesse aspecto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora volta para a mesa. Não sei quem quer fazer as primeiras respostas e as considerações.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Começa eu? É bom que você faz um grand finale.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Houve entendimento aqui e o Dr. Assis fará as suas considerações respondendo e, naturalmente, dando já a sua visão do encerramento dessa ausência pública.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Primeiro, aliás, as duas coisas foram mencionadas por ambos que é a questão de responsabilidade social do banco, do BNDES ou dos bancos públicos. Aliás, você também mencionou uma coisa interessante que é quando você tenta fazer alguma coisa com a melhor das intenções e dá errado. Igual essa questão do estágio. Tem muita coisa, tem muita coisa desse jeito. Uma coisa que é melhor das intenções e que dá errado é você dar a um banco a atribuição de acompanhar um trabalho social da empresa. Porque se ele fosse fazer isso primeiro ele teria que ter um critério, ele teria que montar um modelo, ele teria que ter um grupo especializado de funcionários para acompanhar isso, para ver. E eu não vejo como num sistema capitalista você condicionar financiamento a emprego.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Mesmo o BNDES?

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Mesmo o BNDES. Eu não vejo como se eu pudesse operacionalizar isso, porque não se esqueça da relação do banco, o banco aquele dinheiro é ativo do banco, mas é passivo dele em relação ao FAT, a obrigação do banco é gerar recursos financeiros para pagar o FAT, o FAT está usando o banco como mediador de um financiamento, a responsabilidade do banco é que aquele dinheiro volte com 3% ou com 6% de rentabilidade.

A questão do emprego tem que ser tratada pelo setor público numa outra órbita, inclusive na órbita macroeconômica, eu sou macroeconomista, e sou um macroeconomista dedicado plenamente à questão do emprego. Para mim, a questão vital da economia, eu sou um quenesiano radical, Kenner no fim da vida dele preocupava, fundamentalmente, desde a década de 30, grande depressão se preocupava finalmente. Para mim crise é emprego, é crise de emprego. Eu vejo a crise econômica como crise de emprego. Eu não vejo a crise econômica como uma [ininteligível] de bolsa de valores, ou mesmo com a [ininteligível] de investimento, a não ser pelo que isso implica na questão do emprego. Mas o que eu estou dizendo é o seguinte: a operação bancária não comporta esse tipo de coisa, a não ser se você montasse uma estrutura brutal que eu não sei se funcionaria, para você viajar a questão.

O banco faz isso de uma forma informal, quando negocia um grande investimento, mas, por exemplo, se você tem... Você, em geral, não tem duas tecnologias uma intensiva e outra não intensiva, a tecnologia toda caminha para essa intensiva, isso é da natureza do sistema econômico capitalista. E se tivesse duas tecnologias e onde ia dar duas tecnologias é muito difícil para o banco chegar e dizer o seguinte: "Não você vai escolher a trabalho intensivo a despeito de que ela vai te render menos". Como é que um banco diz isso para uma empresa? É praticamente impossível.

Eu concordo com você plenamente na questão da reforma tributária. Eu lembro que me pediram um parecer sobre essa reforma tributária, logo no começo. Eu esculhambei. Desculpe-me a expressão, Senador, porque líquida com a coisa mais espetacular que a Constituição Federal fez em 88 que é o princípio da Seguridade Social como orçamento próprio. Isso foi o maior avanço da Constituição de 88. É uma vergonha a tentativa de se fazer regredir esse troço. É um absurdo, é não ter entendido o que é que aconteceu no Brasil, com a Constituição de 88. Essa que é a verdade.

Eu acho que... Eu concordo com você que seria melhor a coisa do trabalho garantido, mas esse nome é porque veio do inglês, *imploimant(F)* e imploimant em inglês tem um sentido mais amplo do que emprego. E na hora que traduziu, traduziu... Porque quando eu fiz um primeiro documento disso eu tinha colocado o seguinte: programa de trabalho de emprego garantido/trabalho aplicado, para deixar claro o seguinte: eu estou garantindo emprego, mas vinculado a um trabalho/trabalhador. E é assim que, mais ou menos, está circulando. Mas talvez por essas implicações que você levantou valesse a pena a gente colocar mesmo programa de trabalho garantido. O problema todo do trabalho garantido é o seguinte: e a remuneração? Porque você pode ter trabalho sem remuneração. Então tinha que ser o seguinte: programa de trabalho remunerado garantido, aí fica grande. Tem muita gente que tem trabalho garantido, mas não tem salário.

Senador, eu acho que era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado por esta participação, por ter me dado a oportunidade de participação nesse debate aqui.

E eu espero que com a sua liderança a gente consiga levar avante esse programa de emprego ou de trabalho garantido, no Brasil, e eu acho que devia ser... Eu gostaria muito que isso fosse incorporado junto com a redução da jornada de trabalho como meta central do movimento sindical.

Depois eu vou até conversar com você sobre isso. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência agradece ao Dr. José Carlos de Assis.

E quero reafirmar aqui o pedido que fiz, seria muito bom se o senhor nos fornecesse uma minuta, e aí vai encaminhar para a consultoria. O Dr. José Pinto já está de plantão esperando, sobrou para nós. Uma minuta para que a gente possa começar a construir, quem sabe, em algumas audiências públicas para discutir a minuta, até chegar num projeto que a gente entenda estar...

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: Estou te mandando amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou aguardando.

Dr. Márcio Pochmann, por favor.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Obrigado, então por essas duas considerações.

Em relação ainda ao tema da jornada de trabalho, eu não tenho dúvida que a luta histórica dos trabalhadores o capitalismo é a redução, é a dependência, redução da dependência dos trabalhadores do trabalho heterônimo, o trabalho que é feito visando uma remuneração para a sobrevivência. A tendência do capitalismo é eliminar a quantidade de trabalhadores que dependem do trabalho heterônimo para sobreviver, porque a lógica é de produzir mais com menos pessoas, com menos custos. Então, não tem como lutar contra isso, na verdade, temos que utilizar esse movimento ao nosso favor, porque foi assim em outros momentos, frente aos ganhos de produtividade física na passagem da sociedade agrária para a sociedade urbana social que se utilizou desse movimento como a condição necessária para financiar o menor tempo de trabalho o aumento da produtividade. Hoje nós estamos diante de um aspecto que, ao meu modo de ver, altera drasticamente o direito do trabalho no mundo, porque toda a construção, toda a regulação do mercado de trabalho se deu para o trabalhador no local de trabalho, e o que acontece é que, na realidade, os postos de trabalhos que tendem a crescer são aqueles, cada vez mais, no setor terciário, nos serviços, não é isso? No Brasil a cada dez postos de trabalhos abertos sete são nos serviços. E nos países avançados até antes da crise, 90% dos postos de trabalho nos serviços.

E esse tipo de trabalho é realizado, cada vez mais, fora do local do trabalho. Então, a construção jurídica de proteção, regulação do trabalho que temos até o momento é uma construção para o local de trabalho, e o que está se percebendo, na verdade, que não apenas pela inovação tecnológica, pela reorganização do trabalho, novas gestões do trabalho e etc., há uma intensificação do trabalho no local porque se trabalha

mais no mesmo tempo, mas também está havendo um aumento da jornada de trabalho fora, uma extensão da jornada de trabalho fora, não apenas pelo fato de usar a Internet, o celular e etc. que permite trabalhar em qualquer lugar. E, por exemplo, nós temos hoje já no Brasil os trabalhadores das indústrias automobilísticas que ganham um pequeno computador que ficam em casa mexendo nas planilhas para ver se encontra uma possibilidade de redução dos custos. Da mesma maneira o que temos também é que novos métodos de gestão fazem com que as pessoas levem o trabalho para casa do ponto de vista mental, a remuneração variável vinculadas a metas de produção, metas de venda, a preocupação do trabalho passa a contaminar agora 24 horas por dia, e não mais apenas as 8 horas, ou o tempo que ele tinha no local de trabalho. Então, em perspectiva eu diria assim que nós precisamos reinventar a regulação. Porque as doenças profissionais, os acidentes de trabalho estão cada vez mais associados ao fora do local de trabalho e não dentro do local de trabalho. Como enfrentar isso? Isso é outra batalha que nos diria, inclusive, a necessidade de você reduzir a jornada de trabalho cada vez mais no local, porque ela está aumentando fora, e não tem controle para a jornada de trabalho fora.

Então, o tema é radical, particularmente eu acho que a jornada de trabalho no local de trabalho 12 horas por semana já é muito. Porque no local de trabalho, mas você está trabalhando cada vez mais. Não é muito a realidade da indústria ou da agricultura, mas é para a maior parte dos trabalhadores, independente de ser formais ou informais. Um camelô quantas jornadas, qual o tempo de trabalho que ele tem? Um eletricista, um encanador, uma costureira que trabalha em casa, a jornada de trabalho é maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Motorista de caminhão, acidente, 36 horas direto.

SR. MÁRCIO POCHMANN: É isso.

E esse é um problema porque esse trabalho de serviços é um trabalho cada vez mais individualizado, e a lógica dada à sociedade do consumo, a cultura para você poder lazer e tal depende tudo de dinheiro, é uma mercantilização do tempo de não trabalho, a lógica é você trabalhar mais, tentar aumentar a renda, dada a crise de sociabilidade, porque um dos problemas que talvez deveria ser debatido é o que a pessoa vai fazer se não trabalhar. Por que é que a redução da jornada francesa para 35 horas, de certa maneira, foi esvaziada? Porque o trabalhador diz o seguinte. Eu vou trabalhar menos eu vou fazer o quê? Com o dinheiro que eu tenho, porque eu não vou aumentar o salário, eu vou trabalhar menos com o mesmo salário. O que eu vou fazer? Eu vou ficar em casa? Mas as relações familiares estão difíceis. Eu vou usar o tempo fora, vou ao shopping center, precisa ter dinheiro. Então, o que acontece, muitas vezes, é que a [ininteligível] reduz a jornada sem essa mudança mental e a pessoa vai buscar outro trabalho. Então, tem essa discussão que eu acho que é o que fazer fora do tempo de trabalho. Porque não tem centros de entretenimentos, você não tem uma atividade que lhe estimule a ocupar o tempo que não seja pelo trabalho. Eu vou ficar em casa vendo televisão? E termina sendo o trabalho, essas horas, as possibilidades de sociabilidade. Então, têm questões mais complexas que precisariam ser, talvez, analisadas.

A questão da terceirização. Eu quero dizer o seguinte, a meu modo de ver, terceirização não significa precarização. Nós temos exemplos, em outros países, em que a terceirização não é precarização. Infelizmente, no Brasil, de maneira geral, é quase um sinônimo. Por exemplo, o contrato nacional de trabalho na Itália estabelece uma coisa muito clara, pode ser feito o trabalho terceirizado, não há impeditivo nenhum, mas nenhum trabalhador terceirizado poderá ter remuneração ou condições de trabalho inferior a de um trabalhador não terceirizado. Eu acho que isso é uma coisa simples, resolveria parte dos problemas que nós temos como as doenças profissionais que cresceram violentamente, especialmente, em empresas estatais, o setor público, o setor público foi um dos principais elementos de estímulo ao trabalho terceirizado, mas a terceirização, ao meu modo de ver, é algo que é implícito ao avanço capitalista, porque ele permite ganho de produtividade. No caso brasileiro, como a economia não crescia e etc., a terceirização foi utilizada não para ganhar produtividade, mas para redução de custos. Mas sempre o princípio contra a terceirização... Para você ter uma ideia. Antes da crise o mundo gerava 45 milhões de postos de trabalho por ano, 45 milhões por ano, sete milhões são postos de trabalhos terceirizados. O Brasil não tem uma política inteligente de atração de trabalhos terceirizados. O que é que acontece? Você tem hoje a grande corporação, não sei se vai perdurar isso, mas as duas últimas grandes décadas evolui nesse sentido, a grande corporação olha o mundo, eu vou produzir essa parte, aquela parte, é um xadrez que ela vai decidindo, e tem parte substancial dessa produção que é a terceirizada que são os empacotadores, são os terceirizados de serviço, Call Center, enfim, tem uma infinidade de postos de trabalho que o Brasil poderia atrair para cá, tem condições de atrair; mas precisa ter uma política de atração inteligente, uma legislação inteligente. Então ser contra eu acho que, ao meu modo de ver, é uma posição tão radical que nos vai...

Alguns países já [ininteligível] isso aí, tem que acabar com a terceirização no Brasil. Mas, claro que eles vão absorver essa parte que aqui ficaria no Brasil. Então, ao meu modo de ver, é necessária uma regulação específica para o trabalhador terceirizado. Porque a CLT não dá conta disso.

A relação, a questão da reforma tributária, eu não dúvida que de fato a forma como foi construída a questão do financiamento da seguridade pela Constituição desaparece, porventura, projetos de reforma tributária foram implementados. Agora eu não jogaria fora porque eu vejo ali, não sei como é que ficou agora o relator e etc., mas no projeto original há várias coisas que seriam interessantes ser mantidas, porque o nosso sistema de tributação tem uma baixa eficácia, ele custa muito, ali há soluções, na verdade, que facilitam, que reduz a burocracia, que o tornam mais eficaz, então essa parte eu não retiraria, eu discutiria melhor e, certamente, essa questão do financiamento e Seguridade Social, arriscada a proposta que estão fazendo, sem falar que coloca por terra essa convergência que a Constituição de 88 criou, e, ao mesmo tempo, é um Projeto de Lei que praticamente não toca naquilo que talvez seja o principal da tributação no Brasil, que ela é uma tributação que concentra renda, é um privilégio o sistema tributário no Brasil para os ricos, para os proprietários, os proprietários quase não pagam impostos, quando mais renda se ganha menos impostos paga. Então, é uma maravilha o sistema tributário no Brasil. Então, ao meu modo de ver, os dois pontos problemáticos, de maneira muito rápida, é a questão do financiamento de Seguridade Social e, praticamente, não abordar o tema da justiça tributária.

Em relação ao tema... Eu entendo, o nosso entendimento aqui de emprego e trabalho. No conceito da OIT não há diferença, emprego é o emprego da mão de obra, esse emprego pode ser na forma de diferentes modalidades, um emprego através de cooperativa, emprego do autoemprego, emprego através... A gente é que faz essa diferenciação pelo aspecto formal, legal; mas do ponto de vista conceitual não vejo muito problema, mas, enfim.

SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ AUGUSTO: O estatuto jurídico porque houve uma situação...

SR. MÁRCIO POCHMANN: A ideia nossa do emprego é o trabalho subordinado, e o trabalho autônomo, por conta própria é um trabalho não subordinado, então a gente tem esse diferencial legal. Mas do ponto de vista conceitual não vejo muito problema, mas, enfim, cada país tem que adaptar a sua realidade.

Eu, particularmente, acredito que nós temos, na verdade, o seguinte, nós temos a cada dois ocupados no Brasil, um pouquinho mais de um, mas a cada ocupado um é assalariado, outro não é assalariado O grande ausente na legislação brasileira de proteção é não ter tratado o não assalariado, o nosso assalariado é o autônomo, é o contra própria, é o microempreendedor, se você quiser, a costureira, a faxineira. Nós tentamos, por exemplo, eu, particularmente, tenho uma visão de que a tentativa de tornar a empregada doméstica em assalariada, a forma que a gente está dando não vai permitir grandes avanços, apesar do esforço. Está correta a ideia de... Não há razão do trabalho doméstico ser tratado de forma diferenciada. No entanto, o trabalho doméstico é originário da contratação que deriva da família, a família não é uma unidade econômica, a proposta chinesa, por exemplo, para esse tipo de situação, ao meu modo de ver, é muito mais alternativa, é uma proposta de terceirização. O trabalho doméstico e não apenas da limpeza e etc., mas também um bom motorista, se a gente quiser, da manicure, todas essas relações que são familiares são não econômicas. Eu acho muito estranho dar o poder à família contratar. Como é que na China eles resolvem isso? Nós tivemos uma oportunidade de visitar lá a experiência deles, primeiro o país é planejado, visitamos a Chen Chen que é uma cidade que equivale a São Paulo, três milhões de domicílios. Eles fizeram um estudo lá, 3 milhões de domicílios, tem 400 mil domicílios que demandam trabalhos domésticos, porque tem dinheiro para pagar, inclusive. Então, o que acontece? Eles têm um deslocamento da população que sai do campo e vai para a cidade, gente de baixa qualificação e etc. Eles instruíram empresas que prestam serviços. Então a empresa prestadora do serviço contrata pessoas que vêm do campo, e com isso significa alguma formação que é arrumar casa, passar roupa, cuidar de criança; enfim, várias modalidades de formação. E o que é que acontece? As famílias que necessitam de trabalho doméstico e tem poder aquisitivo para tanto contrata a empresa. Então, eu ligo para a empresa, eu preciso de uma baby-sitter, preciso isso, preciso aquilo. O que é que você quer? Nós temos aqui. Então, a família contrata a empresa que tem como empregados esse tipo de profissional.

SR. JOSÉ AUGUSTO: E não direto.

SR. MÁRCIO POCHMANN: E não direto. Porque a contratação direta é uma forma... É difícil a família ter a contabilidade, tem que pagar FGTS, tem que isso, tem que pagar aquilo. Isso aí é difícil. E nós temos sete milhões de pessoas que prestam trabalho doméstico à família, sem falar em alguma coisa em torno de oito a nove milhões que são prestadores de serviços tipo

baby-sitter, personal trainer, uma série de outras ocupações, e todo esse segmento não é assalariado, não vai ser assalariado e, portanto, está fora da CLT e fora da CLT nós não temos nada, praticamente organizada. Então, esse é outro código de trabalho. Que proteção nós vamos dar para agricultor familiar? Que proteção nós vamos dar para o trabalhador cooperativado? Ele não é empregado, é outra relação de trabalho.

Então, nós temos ainda pela frente, ao meu modo de ver, um espaço de construção de novos códigos do trabalho que não seja a CTL porque a relação de trabalho não é assalariada.

No mais é agradecer, mais uma vez, a oportunidade, e dizer que a gente continua disposto, interessado em poder ajudar tanto na minha presença quanto os colegas do Ipea.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência é que agradece o Dr. Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Dr. José Carlos de Assis, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Queria também dizer para ambos que para mim foi gratificante presidir esta sessão com dois intelectuais, eu diria, dessa área que colaboraram muito para que esta Comissão comece a ver a crise internacional ao desemprego com muito mais convicção, de que temos que atuar aqui no Congresso Nacional, dar a nossa parcela de contribuição na expectativa de encontrarmos o caminho possível, principalmente, para combater o desemprego.

Para mim foi gratificante ver e quem diria isso, que nós estaríamos participando de uma audiência pública com duas pessoas de conceito internacional, quase que afirmando que há uma tendência nos Estados Unidos, o Dr. Assis colocou isso com muita convicção, até mesmo de estatizar os bancos. Se nós falássemos isso até um tempo atrás éramos chamados de dinossauros. 'Estatizar os bancos, onde é que se viu?" Essa radicalidade. Enfim, eu saio satisfeito desta audiência pública, cumprimento mesmo os dois painelistas. Eu sou daqueles que acredita muito na redução de jornada, mas por que isso? Eu tenho convicção e os painelistas disseram também isso. É um processo irreversível. Cada vez mais a máquina substitui o homem. Aqui mesmo no Congresso a gente recebe um computador num dia, dali a dois meses, não é Canindé? O computador já está superado. E o alcance cada vez mais da tecnologia.

Então, se nós não buscarmos um caminho que o avanço tecnológico tem que ter uma responsabilidade social nós vamos eliminando os postos de trabalho, e a máquina vai ocupando todos os postos de trabalho. Então, nós vamos ter que, efetivamente, olhar isso, o Márcio aqui exagerou, o bom era passar para 12 horas por semana. No bom sentindo, ele quis, de uma forma simbológica, dizer cada vez mais a atividade acaba sendo fora ali do emprego formal na empresa, ou no banco, ou no comércio. O sistema bancário é o melhor exemplo que poderemos dar aqui. O que é que lucra um banco hoje, o que é que lucrava há dez anos e o número de emprego caiu dez vezes no sistema bancário porque é tudo automatizado. Então, por isso tudo que eu acho que esse debate continua.

Quero, mais uma vez, agradecer a ambos. As contribuições foram fundamentais para esta Comissão do Desemprego e a questão da Previdência. Vou esperar para receber a sua proposta do emprego ou do trabalho que pode gerar em torno de três milhões de novos postos e, naturalmente, o Dr. Márcio Pochmann sempre nos abastece aqui com o seu conhecimento, o trabalho do Ipea.

E eu achei legal, Márcio, quando você aqui colocou as duas posições dentro do Ipea. Há quem defenda a redução da jornada, mas há quem não defenda. Mas esse é o debate que está dado na sociedade.

Enfim, agradeço a todos. Está encerrada a audiência pública. Muito obrigado, José Augusto, também e a todos que participaram.

Sessão encerrada às 12h08.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia trinta de junho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual da Senadora Marisa Serrano e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Marina Silva, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Rai-

mundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino e Adelmir Santana. A Senhora Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. **Item 018: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Efraim Morais ao **Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 019: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Roberto Cavalcanti ao **Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 020: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Gilberto Goellner ao **Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 021: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador José Nery ao **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 022: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Alvaro Dias ao **Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Prosseguindo, o Senador Mozarildo Cavalcanti requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 07, o que é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, uma vez que não há quórum, no momento, para a votação de projetos terminativos. Neste momento, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. Neste momento, a Senadora Marisa Serrano passa a Presidência ao Senador Flávio Arns. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Uldurico Pinto, que "Acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que 'Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências'. (Permite ao estudante beneficiário do PROUNI solicitar transferência para outra instituição participante do Programa)". O relator designado, ad hoc, Senador Papaléo Paes, sugere ao Presidente que a relatoria do projeto retorne ao Senador Cícero Lucena, com o que o Senhor Presidente concorda. Atendendo à solicitação do relator, o projeto é retirado de pauta. **Item 004: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável é aprovado. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE, 02-CE e 03-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Institui o Dia Nacional do Suinocultor". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e

o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 020, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "Institui o Dia Nacional da Cidadania". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, no Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Estabelece princípios de eqüidade na oferta e no acesso à educação superior pública". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no Cadin e no Siafi". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 013, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que "Fixa critério para instituição de datas comemorativas". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário". O relator designado é o Senador Neuto de Conto e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 024: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: "**Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para o lançamento do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnologia, no Auditório do edifício-sede, térreo, do Ministério da Educação, a ser realizado no dia 30 de junho do corrente, terça-feira, às 14 horas. A Matéria vai ao arquivo". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 034, de 2009; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2008 e Item 023: Requerimento**, de autoria do Senador Pedro Simon. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, nós passamos agora à verificação dos itens terminativos que já foram lidos e aprovados nessa Comissão.

Item nº 18 da pauta. "*Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica, CEFET, de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba*". O parecer ao PLS 101/09, autoria do Senador Efraim Morais, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido foi aprovado na Reunião do dia 23 de 06 de 09. Não sendo oferecido emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o nosso Regimento.

Art. nº 19, também terminativo. "*Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí*". O parecer ao PLS 197/09, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na Reunião do dia 23 de 06 de 09. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno da nossa Instituição.

Item nº 20, também é turno suplementar. "*Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de SINOP, no Estado de Mato Grosso*". Observação: O parecer ao PLS 26/09 de autoria do Senador Gilberto Goellner, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 23 de 06 de 09. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do nosso Regimento Interno.

Item 21 da pauta, também terminativo. "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado do Paraná*". O parecer ao PLS 415/08 de autoria do Senador José Nery, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 23 de junho. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do nosso Regimento.

Item 22 da pauta, também terminativo. "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná*". O parecer ao PLS 429/08, de autoria do Senador Alvaro Dias, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na Reunião do dia 23/06. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o nosso Regimento Interno.

Como não foram oferecidas emendas a nenhum dos projetos lidos, do substitutivo, foram todos considerados aprovados.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente. Eu queria fazer um...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria fazer um apelo para a inversão da pauta, gostaria de ler o relatório do item 7, já que eu vou ter em seguida uma reunião de bancada e portanto já avançaríamos no sentido de ler o relatório e deixar para a votação quando tivesse, portanto, oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se todos concordam com a inversão de pauta, a pauta será invertida.

Então, item nº 7, terminativo. Projeto de Lei do Senado 27/2008. "*Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio*". Autoria do Senador Cristovam Buarque, relatoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

"*O PLS nº 27, de 2008, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, para incluir o esperanto como componente curricular facultativo da grade escolar do ensino médio".*

A norma sugerida... *"À norma sugerida é feita a ressalva de que a oferta da língua será obrigatória, caso exista demanda que a justifique.*

Adicionalmente, a proposta estipula o prazo de três anos para que os sistemas de ensino regulamentem a matéria.

Em sua justificação, o autor ressalta que o esperanto é uma língua universal, de fácil aprendizagem e, principalmente, constitui símbolo e instrumento da paz.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

Uma breve consulta à rede internacional de computadores revela certa evolução na percepção da importância do uso de Esperanto como instrumento facilitador do relacionamento entre os povos.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, por exemplo, em 54, aprovou resolução em

que constata os resultados obtidos pelo Esperanto no campo dos intercâmbios culturais em nível internacional, bem como a aproximação dos povos do mundo.

Em 85, por ocasião da reunião da Conferência Geral da Unesco, em Sofia, nova resolução específica sobre o esperanto foi aprovada. O documento reconhece as grandes possibilidades que o Esperanto oferece para a compreensão internacional e para a comunicação entre os inúmeros povos de diferentes nacionalidades, e convida os Estados-Membros a estimular a criação de programas de estudos sobre o problema linguístico e sobre o esperanto em suas escolas e instituições de ensino superior.

No mérito, portanto, julgamos a iniciativa merecedora de nossa acolhida. Todavia, cabe ressaltar que a via escolhida para implementá-la não parece ser a mais adequada tendo em vista que a inclusão de disciplinas nos currículos escolares por meio de normas legais com origem no Legislativo constitui precedente pernicioso para a estruturação dos currículos de qualquer nível de ensino, principalmente, se considerarmos a grande quantidade e variedade de propostas com objeto semelhante apresentadas por Deputados e Senadores.

Não se deve esquecer que a composição dos currículos escolares envolve aspectos de natureza técnica, motivo pelo qual deve ser responsabilidade das escolas, dos profissionais da educação e, em última análise, dos órgãos normativos da educação. No caso do ensino médio, dos estados e do Distrito Federal.

Tanto é assim que a legislação educacional brasileira tem buscado encorajar a descentralização dos sistemas escolares e a autonomia dos estabelecimentos de ensino.

À União, nossa Carta Magna reservou legislar concorrentemente sobre normas gerais (art. 24, inciso IX da nossa Constituição Federal).

Não obstante, é importante observar que a norma, sugerida pelo PLS em apreço, tem natureza facultativa, o que, em nosso entendimento, fragiliza o argumento acima apresentado.

Assim sendo, consideramos que a iniciativa, se aprovada, colocará o Brasil na dianteira dos países que poderão aderir às recomendações da Conferência Geral da UNESCO.

Por oportuno, registre-se que o fato de que a universalização do conhecimento do Esperanto pode representar um fomento à paz entre as nações, que muitas vezes entram em conflitos não somente de ordem econômica e militar, mas de natureza cultural, como já aconteceu na luta pela hegemonia entre o francês e o inglês e que pode em futuro próximo ocorrer entre o inglês e o mandarim.

No que tange à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que impeça a aprovação da matéria. Não obstante, sugerimos emenda de redação e emenda modificativa ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, para adequar a ementa na proposição aos ditames da boa técnica legislativa e modificar a numeração do parágrafo estabelecido com a inclusão do Esperanto, atualmente ocupado pela inclusão da obrigatoriedade da Música, pela Lei nº 11.769, de 2008, que alterou a LDB".

Voto. Pelo exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 27, com as seguintes emendas:

Emenda... "*Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, a seguinte redação: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio*".

E a segunda emenda, "*Dê-se ao art. 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, a seguinte redação: Art. 26, §7º. O Esperanto constituirá componente curricular facultativo da grade escolar do ensino médio, sendo sua oferta obrigatória caso a demanda justifique*".

Sra. Presidente, portanto esse é o parecer com a apresentação, pela aprovação, com a apresentação de duas emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Mozarildo. Está em discussão essa proposta, embora seja altamente polêmica e, mesmo sendo facultativa, as escolas teriam que estar aptas a oportunizar aos alunos que pretenderem mesmo que... Eu não tenha visto aqui na justificativa do Senador Cristovam nenhum tipo de quantitativo de que professores nós temos, de que profissionais nós temos que saibam Esperanto para poder atender a quantidade de alunos que temos nesse país. Mas está em discussão a proposta.

Não havendo quem queira discutir, passa para a próxima... Próxima sessão, já que ela é... Já que é terminativo. Se tiver *quórum* hoje, ainda votamos.

Passamos então ao item nº 5, não terminativo, já que o relator *ad hoc*, Senador Papaléo Paes está presente, que é Projeto da Câmara nº 151, que "*Acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos, o PROUNI, regula a atuação de entidade beneficente de assistência social no ensino superior e altera a lei de 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências*".

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Papaléo Paes. O projeto é de autoria do Deputado Uldurico Pinto. Não terminativo. Item nº 5, página 52.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, eu quero pedir a V. Exa. que faça a concessão de deixarmos esse item para outro momento da Reunião, porque eu preciso ainda conversar com o Senador Cícero Lucena, que é o autor do... É relator. Que é o relator.

Eu, como fui nomeado *ad hoc*, e ele estará aqui em minutos, eu preferia aguardar a presença dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Papaléo. Não há problema nenhum em esperarmos. Tudo aquilo que for feito para que a gente possa votar com maior segurança, é sempre bom para todos nós.

O item nº 10 é terminativo, mas o Senador Gilberto Goellner, que é o relator, está presente, e nós poderíamos ler, como fizemos com o anterior, sobre o Esperanto e depois colocarmos em discussão para votação a hora que tivermos *quórum*. Projeto de Lei do Senado 422, de 2008 que "*Institui o Dia Nacional do Suinocultor*". Autoria do Senador Raimundo Colombo e relatoria do Senador Gilberto Goellner, a quem passamos a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sra. Presidente, inclusive juntamente com o item nº 10, nós poderíamos acrescentar o item nº 08 também, inserimos uma apreciação em seguida, que também é de caráter terminativo e que institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

Mas, Srs. Senadores--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de V. Exa. começar o relatório, queria passar a Presidência ao Presidente, Senador Flávio Arns, que já se encontra presente.

Com a palavra Senador Goellner.

[troca de presidência]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A inserção no calendário brasileiro de datas comemorativas de um dia especialmente dedicado ao suinocultor, como forma de conferir visibilidade à produção de alimentos dessa importante... Desse importante setor, a produção de carne do país, dada a importância que o país tem como exportador de carne suína, ele tem... O país tem se notabilizado pelo aprimoramento de técnicas, com profissionais especializados, com produtores especializados, aonde principalmente associações de criadores de suíno de relevância, como as do Estado de Santa Catarina, do Estado do Paraná, do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros estados, que competitivamente fazem da atividade suinícula a sua atividade maior, eu apreciaria então, como favorável ao mérito e não encontrando óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pela aprovação do Projeto de Lei nº 422, de autoria do nobre Senador Raimundo Colombo, do Estado de Santa Catarina, instituindo então o dia do suinocultor nas efemérides brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Gilberto Goellner. Esse é o item nº 10 da pauta, que institui o Dia Nacional do Suinocultor. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, permita-me...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, eu fiz uma solicitação para que deixássemos para a próxima... Até a chegada do Senador Cícero Lucena, a relatoria do item 5, que o relator original é o Senador Cícero Lucena. Fui nomeado relator *ad hoc* na sessão anterior e eu solicitaria a V. Exa. que a relatoria fosse retornada ao Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que está presente. Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço de qualquer forma, Senador Papaléo Paes, pela gentileza de ter aceitado ser relator *ad hoc* e considerando que o Senador Cícero Lucena está aqui presente, então é o item nº 5 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 151/08, que "*Acrescenta o § 6º ao art. 7º da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos, PROUNI, regula a atuação de entidade beneficente de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências*". Permite o estudante beneficiário do PROUNI solicitar transferência para outra instituição participante do programa. Autoria, Deputado Uldurico Pinto, relatoria retorna ao relator original, o Senador Cícero Lucena, o parecer é favorável, com a emenda oferecida. Com a palavra então V. Exa., Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Flávio Arns, queria inicialmente agradecer o gesto sempre gentil e cordial do Senador Papaléo e queria pedir à Mesa e à Comissão que, mesmo já estando com o voto favorável, fui procurado pelo representante do MEC, já que, em parte desse projeto, houve uma alteração com uma portaria, e eles gera-

ram uma demanda de uma necessidade possível de eu apresentar um substitutivo.

Então, eu pediria para que fosse retirado de pauta, para já na próxima reunião dessa Comissão eu estarei devolvendo com esse substitutivo ou não, mas ouvindo esse apelo do MEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o item nº 5 da pauta. Então, está retirado... Está retirado por solicitação do relator, está retirado de pauta.

Passamos ao item nº 4--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Também temos aqui o item nº 8, que é de caráter terminativo, do qual eu sou relator, gostaria também que colocasse em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. é o... Relator?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor. Autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Autor?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O item nº 8. Só que o Senador Neuto de Conto não se encontra presente, mas, tão logo ele chegue, faremos a leitura também, para a votação, no momento que houver o *quórum*.

Nós já temos um bom *quórum*. Daqui a pouco, teremos o *quórum* para votações terminativas. Eu só peço a gentileza, assim, de ficarmos aí mais um tempo, e, assim, nós poderemos votar os projetos terminativos também.

Passamos, Senador Cícero Lucena, ao item nº 4, não terminativo, Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006. "*Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, LDB, de 20 de dezembro de 96, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes*". Autoria, Câmara dos Deputados, relatoria Senador Cícero Lucena, autoria do PLS nº 208, de 2006 Senador Cristovam Buarque, o parecer é favorável. Com a palavra V. Exa..

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço... Se puder pedir a gentileza do pessoal, tanto quanto possível, permanecer no Plenário, que nós temos já dez pessoas. Faltam só quatro Senadores, que estão a caminho, para que possamos votar matérias de natureza terminativa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, vou direto à análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A propriedade do PLS 218/2008 já foi objeto de análise por parte dessa Comissão.

"*Com efeito, o fato de os pais não terem a guarda de seus filhos não lhe devam subtrair o direito de receber informações sobre a frequência e rendimentos escolares dos seus rebentos.*

Nesse Colegiado apenas se efetuou um ajuste de redação de forma a evitar ambiguidade do texto original, que poderia dar a oportunidade a uma interpretação que retirasse do pai ou da mãe, em algumas situações, esse direito.

Eis que, na Câmara dos Deputados, foi identificada a conveniência de um novo aperfeiçoamento do projeto. De fato, como alega o parecer da CCJC, pode haver responsável legal, sem que configure a ausência do pai ou da mãe. O parecer cita o exemplo da mãe solteira que sofre interdição.

Na verdade, é com a intenção de resguardar casos como esse, que o projeto foi apresentado e acolhido nessa Comissão. Todavia, há de que concordar que com a Câmara dos Deputados que a expressão 'na sua falta', não é a mais adequada. Sem dúvida é preferível a opção por 'se for o caso', pois ela evita ambiguidade de se buscar garantir um direito para quem de fato apenas não possui a guarda legal, não estando necessariamente ausente.

Desse modo, acolhemos a sugestão do aperfeiçoamento da iniciativa do Senado pela Câmara dos Deputados".

O voto, Sr. Presidente, pelo exposto, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Cícero Lucena. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado o item nº 4 da pauta.

O Senador Gilberto Goellner havia solicitado, porém o relator, o Senador Neuto de Conto está na CAE, está a caminho.

Passamos à leitura, Senador Roberto Cavalcanti, do item nº 11, que é terminativo, como mencionado antes, faremos a leitura e tão logo que possível a votação, dependendo do *quórum*. Item nº 11, terminativo, e na sequência eu vou solicitar ao Senador Alvaro Dias também o item 14 da pauta. Mas o item 11, termina-

tivo. Projeto de Lei do Senado nº 020, de 2009, que "*Institui o Dia Nacional da Cidadania*". Autoria, Senador Papaléo Paes, relatoria Senador Roberto Cavalcanti. O parecer é favorável, a matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº 1 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 9 de junho do corrente ano.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, demais senadores e senadoras, trata-se de um Projeto de Lei, PLS nº 20 de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, e tem o propósito de instituir o Dia Nacional da Cidadania.

O dia eleito foi o dia 5 de outubro, em alusão à promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. A análise feita evidencia que essa comemoração cívica é por demais merecedora.

Nosso voto é favorável, pela inexistência de óbice de natureza regimental, jurídica e constitucional. Então, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20 de 2009, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. É o item 11 da pauta. Está em discussão a matéria. Senadora Marisa Serrano, com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos votado aqui há vários dias e esse é um Dia Nacional da Cidadania, que é uma forma de comemoração, mas é uma forma também de discussão, de aprofundamento do assunto a ser tratado, e se nós falarmos em cidadania, o nosso povo realmente está precisando ter um espaço em que possa, naquele dia, as escolas, as entidades de classe, as entidades... De atendimento civil, os governos, discutir um pouco a questão da cidadania, que tem ficado muito aquém daquilo que um país grande, plural, continental como o Brasil precisa.

Portanto, eu acredito que, se for bem trabalhado, esse é um dia que valeria a pena a gente discutir. Que a população sinta que corrupção não é só o que um grande faz ou quando os outros fazem. Que corrupção também é aquele que passa na fila na frente dos outros, que dá alguma coisa em troca, pequena, mesmo que seja, para conseguir uma vantagem, aquele que dá jeito de escamotear a verdade para garantir, usufruir de benesses.

Quer dizer, isso é uma teia que esgarça todo o tecido social da sociedade, como normalmente se diz, e é extremamente perigoso.

Portanto, discutir cidadania é discutir também a forma do cidadão brasileiro ser mais ético, ter mais compromisso com a realidade, do funcionário público que hoje temos aqui na Casa um... Uma sessão solene a favor do funcionário público, dizer que o funcionário público deve ganhar bem, mas também tem que oferecer um serviço de qualidade.

Quer dizer, tudo isso tem que ser discutido no dia da cidadania. Oxalá o povo brasileiro assuma que essa é uma boa discussão e esse é um bom dia que eu acredito que vamos todos votar aqui. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Muito bem colocadas as observações pela Senadora Marisa Serrano. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de, na verdade, agradecer o enriquecimento da relatoria por parte da Senadora Marisa Serrano, que veio, na verdade, engrandecer e exaltar os méritos dessa propositura que é do Senador que está aqui ao lado, Papaléo, e acho que nós todos temos, assim, a extrema consciência da importância da cidadania.

É uma atitude que o brasileiro tem que ser a cada dia mais estimulado, a cada dia mais treinado. Lamentavelmente no Brasil essa consciência do cidadão, ela não é muito cultuada. E parabenizo o Senador Papaléo Paes pela iniciativa e pela honra de ter sido relator dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o autor do Projeto de Lei, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu quero agradecer ao Sr. Relator, Senador Roberto Cavalcanti, pela relatoria aprovando esse nosso projeto, agradecer e enaltecer as palavras da Senadora Marisa Serrano que definiu muito bem a questão da cidadania e, principalmente, associando a questão aos nossos servidores públicos de uma maneira geral, que, infelizmente, há muitos anos, quando você queria dar demérito a algum trabalhador falava em servidor público.

Mas o que nós estamos vendo hoje, que a evolução da... Das instituições públicas, elas estão levando, sim, à maior responsabilidade por parte do servidor. Então, nós temos servidores públicos que são exemplos de servidores. Porque também nós não temos nenhum tipo de seleção para o servidor público, para analisar seu caráter, sua personalidade. Enfim, não temos nenhum tipo de seleção. Então, nós temos vários... Várias tendências dentro do serviço público. Mas eu quero--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Me concede um aparte?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Concedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que era oportuno essa sua fala porque nós podíamos falar dos servidores públicos dessa Casa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois é.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que, até agora, não falamos. E era importante dizer que os servidores públicos aqui, que às vezes nessa... Esse momento, nessa quadra que nós estamos vivendo, nem sempre a gente dá o devido valor.

Acho que todos, como acham que todos Senadores são iguais, acham que todos servidores aqui da Casa também são fantasmas, não trabalham, e nós sabemos que não é verdade.

Nós temos aqui um quadro de servidores públicos extremamente capacitados e extremamente dedicados a manter essa Casa funcionando, dando todo o aporte necessário a todos nós.

Então, achei bom a gente lembrar aqui de fazer um ato de louvor aos funcionários públicos dessa Casa, que trabalham, que se dedicam para que o nosso trabalho apareça e seja o melhor possível.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero, inclusive, agradecer à V. Exa. porque era exatamente este o assunto que eu ia levar, quanto a situação por que passa a nossa instituição e que os nossos servidores são os grandes sacrificados diante da opinião pública, não só nós.

Nós temos, de qualquer maneira, uma certa proteção de termos o mandato, das pessoas não poderem se dirigir diretamente a nós, ou por receio ou por respeito, sei lá, ao cargo, à função.

Mas os nossos servidores estão passando por situações vexatórias, deprimentes, constrangidos muitas vezes. Outro dia uma servidora me disse que foi a uma loja fazer uma compra e a moça disse: "Olhe, volte à tarde para apanhar sua compra e tal". Ela disse: "Não posso". "Onde é que a senhora trabalha?" "Não, meu trabalho, onde..". "Ah, mas no Senado ninguém trabalha".

Então, isso é triste. Eu não suporto ouvir isso. Eu estou de passagem por aqui, não teria porque ficar fazendo média, meus eleitores não estão aqui na Casa, mas estão aqui na Casa as pessoas que fazem com que se nós podemos fazer um mandato digno, no sentido de apresentarmos nossos projetos, nossos estudos, é porque tem os servidores que estão aqui nesta Casa se dedicando de corpo e alma.

Os nossos servidores aqui no Senado, eu quero que todos saibam, eles cumprem horário, cumprem suas obrigações, eu faço uma menção aqui... O senhor me permita, Sr. Presidente? Até por causa da crise que estamos passando.

Eu faço uma menção aqui que essa questão de hora-extra que foi levantado como algo assim extremamente... De conotação agressiva aos princípios da Casa, contra a Casa, contra os servidores. Ganha hora-extra quem trabalha. Eu dou o exemplo do meu gabinete. Se eu estou dez horas lá no Plenário, dez horas da noite o meu gabinete está trabalhando. Às vezes eu ligo oito horas: "Olha, pode ir embora". Eles dizem não vão embora: "Não, Senador, o senhor pode precisar de uma informação urgente de repente".

Aí eu fui ver, em janeiro, eu estava de recesso, mas o meu gabinete não fechou. Em janeiro o Senado não fecha. Eu quero dizer às pessoas que são mal informadas ou não tem condições de conhecer, em janeiro o Senado Federal não fecha. Ele fica funcionando. Já que nós estamos de recesso, a maioria dos servidores pede férias. Se pedem férias, fica metade do gabinete. Se fica metade do gabinete, você tem que cumprir... Eu, oito horas da noite ligo de Macapá para pedir informação e tem gente no meu gabinete.

Fui fazer o levantamento das horas-extras, doze horas-extras para três servidores e dezoito horas-extras para outros três servidores. Eu vou mandar eles devolverem? De forma nenhuma. Não mando, não mandei e não mandarei. Se for proibido, proíba. Mas não vou fazer... Nós não podemos aqui dar os maus exemplos. Nossa Casa é de lei.

Então eu quero aqui fazer minha... Minha solidariedade aos servidores do Senado, prestar minha solidariedade aos servidores do Senado, agradecer a todos eles, de todas as funções, a esta consultoria que é exemplo nota 10 em matéria de qualidade, às pessoas que trabalham aqui, que tem que se apresentar bem, são muito bem educadas, são muito bem formadas no sentido de saber que aqui é uma instituição pública, mas é uma instituição pública diferenciada, pelo preparo que esses recursos humanos tem, pelo ambiente que eles encontram.

Agora, nós não aceitamos que se ponha salário de servidor público do Senado na Internet, isso é um absurdo, isso é submeter as pessoas que vieram prestar concurso, que todo mundo sabe quanto vai ganhar, porque dá no Diário Oficial e tudo mais, submeter a isso.

E também, fazer qualquer tipo de análise, Sr. Presidente, só para encerrar e isso é importante, qualquer tipo de análise, que agora todos os servidores públicos estão na Internet, gabinete por gabinete. Então, ouvi o comentário de um Senador dizendo: "Ah, eu sou um daqueles que tem menos servidores públicos no meu gabinete. Tenho quinze, o outro tem dezesseis".

Olhe, não é porque esse é mais inteligente e precisa de menos. É porque ele fez a opção em dar um salário mais elevado para o seu servidor, não dividiu os cargos que pode dividir um salário alto, um salário... Um cargo em mais seis ou oito cargos e por isso a diferenciação do número. Mas as despesas com cada gabinete são as mesmas.

Então, eu quero também com isso, fazer com que mais esse constrangimento que o servidor possa passar seja esclarecido.

Então, muito obrigado pela aprovação do projeto que apresentei, que foi... Aprovação... Eu quero... Pela proposta de aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Encerrada a discussão. O item de nº 11, a que o Senador Papaléo Paes se refere, será votado na sequência.

Nós já temos o *quórum* para a decisão. Então eu só pediria para o Senador Alvaro Dias que fizesse o relatório dos itens 14 e 16, que serão votados em conjunto, para que possamos, na sequência, fazer a votação.

O item 14 é terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2008, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná*". Autoria, Senador Flávio Arns, relatoria Senador Alvaro Dias; parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima Reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Matéria a ser votada em bloco segundo Decisão nº 01 dessa Comissão, aprovada em 09/6/2009.

E o item 16, que é da mesma natureza, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2008, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, Estado do Paraná*". Autoria Senador Flávio Arns, relatoria Senador Alvaro Dias; parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto art. 282, combinado com art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Matéria a ser votada em bloco segundo Decisão nº 01 desta Comissão, aprovada em 09/06/2009.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Flávio Arns, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Relatarei os dois conjuntamente, já que o objetivo é o mesmo.

Os projetos são autorizatórios, ou seja, trata-se de sugestão ao Poder Executivo para a inclusão, num programa de instituição de escolas técnicas em todo o país, de mais duas no Paraná. Uma em Nova Tebas e outra em Rio Negro.

Faz muito bem o Senador Flávio Arns em procurar reservar também ao nosso Estado, Estado do Paraná, algumas dessas escolas técnicas.

Evidentemente, nós não podemos gerar uma falsa expectativa aqui, passar a idéia de que todas essas escolas que estão sendo aprovadas aqui na Comissão de Educação e no Senado Federal serão instaladas pelo Governo Federal.

Porque, como se vê, todos os dias, em todas as reuniões, nós aprovamos inúmeras escolas dessa natureza. Caberá, evidentemente, ao Poder Executivo, ao Ministério da Educação, com os critérios técnicos que são adotados, levando em conta o interesse da educação no país, definir em quais localidades se construirão escolas dessa natureza, até porque seria impossível para o Poder Executivo construir todas elas, todas aquelas que são aqui aprovadas no Senado Federal.

Eu louvo a iniciativa do Senador Flávio Arns que defende, desta forma, o interesse do nosso estado, colocando mais duas cidades entre aquelas que poderão merecer, da parte do Executivo, o privilégio de ter a construção de escolas técnicas federais.

Portanto, o parecer é favorável, pela aprovação dos dois projetos do Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Alvaro Dias. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita já daqui a pouco.

Eu peço desculpas, mas há dois projetos que serão votados em bloco também e que eu peço aos relatores que sejam sucintos na relatoria, porque também tem essa natureza de votação em bloco.

Item 17, terminativo, Projeto de Lei do Senado... Ah, sim. Sim, só um, só um projeto ainda, 17, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 417/2008, que "*Autoriza a criação de escola técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná*". Autoria Senador Flávio Arns, relatoria Senador Gilvam Borges, o item 17; parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto art. 282, combi-

nado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 2 de junho e 9 de junho de 2009. Matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009.

Com a palavra o relator, Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, o item 18 não poderia ser... Já...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [ininteligível] O item 18. Foi... Isto. Eu só quero esclarecer--

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Já foi lido. Já foi lido na sessão anterior. Está Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E não foram oferecidas emendas. Então, no início dessa reunião já foi aprovado.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): É o que diz respeito do Projeto do Senador Cícero Lucena relativo a Catolé do Rocha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, já foi aprovado. Eu é que havia me equivocado antes, anunciando o item 18, mas já foi aprovado.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilvam Borges, o item 17.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): "*O Projeto de Lei nº 417, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que ora preside essa sessão, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.*

De acordo com a justificativa, o Estado do Paraná, com população total estimada em mais de 10 milhões de habitantes, assiste a um fenômeno complexo de convivência entre o processo de desenvolvimento industrial estendido à agropecuária e o atraso educativo de grande parte da juventude.

Particularmente, vale destacar a transformação da antiga Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Paraná em Instituto Federal Autônomo.

Dessa maneira é de se entender que a criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica deve seguir o paradigma e as prescrições da mencionada lei.

A par disso e diante do caso concreto do PLS de nº 417/2008, a aprovação da matéria enseja a apresentação de substitutivo que reflita essa nova configuração.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2008, na forma do Regimento, parabenizando o seu autor, o nobre Senador Flávio Arns".

Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos então à votação.

Em primeiro lugar, passamos à votação do item nº 01 da pauta, que teve como relatora a Senadora Marisa Serrano. Se houver alguém que queira discutir ainda a matéria... Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação do item nº 01 da pauta, que é favorável, com as emendas oferecidas.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A votação é nominal. Sim. Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Alvaro Dias. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, o item nº 01 está aprovado.

Passamos à votação em bloco dos itens 10 e 11. Os dois itens instituem dias nacionais e conforme decisão dessa Comissão, serão votadas em bloco. A discussão já está encerrada.

Eu só volto antes ao item nº 01 da pauta, indagando aos Srs. Senadores e Senadoras se mantém a mesma votação para as emendas oferecidas pela Senadora Marisa Serrano. Se sim, todos de acordo, então estão aprovadas as emendas com a manutenção do mesmo voto.

Passamos aos itens, como já anunciado, 10 e 11. Para votação nominal, Dia Nacional do Suinocultor e Dia Nacional da Cidadania. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, os itens 10 e 11 estão aprovados.

Passamos aos itens 14, 16 e 17, que são projetos que autorizam o Poder Executivo a criar escolas técnicas.

Serão votados os itens em bloco, conforme decisão também desta Comissão, nominalmente. 14, aliás, 14, 16 e 17. Itens 14, 16 e 17 da pauta.

Votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo. Eduardo Azeredo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está dando sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Os itens 14, 16 e 17 estão aprovados.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passamos ao item 13 da pauta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era exatamente [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 13, terminativo, que já foi lido e iniciada a discussão no dia 09 do 06. Está reaberta a discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação nominal do item 13, que é pela rejeição. Estabelece princípios de equidade na oferta e no acesso à educação superior pública.

A Senadora Ideli Salvatti, que é autora, já se manifestou inclusive com a concordância em relação à rejeição. Então, parecer da Senadora Rosalba Ciarlini é pela rejeição.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de mais uma vez deixar bem claro que o motivo da rejeição é porque no decorrer do processo Legislativo e no trâmite desse projeto da Senadora Ideli, houve uma nova forma, uma nova lei, nova proposta do próprio Governo Federal, que já atende a essa demanda. Então, por isso que é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Esclarecimento oportuno.

Passamos à votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a relatora. Marina Silva. Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a relatora. Rosalba Ciarlini. Voto conhecido. Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O sim quer dizer com a relatora. Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, com a relatora significa que o parecer é pela rejeição. O parecer pela rejeição foi aprovado. O parecer foi aprovado e o projeto rejeitado.

Muito bem. Os itens de natureza terminativa, com os relatores presentes ou aqueles que autorizaram a leitura dos relatórios, todos eles foram votados.

Passamos agora a itens de natureza não terminativa. É o item 3 da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Os itens 3 e 6, de natureza não terminativa.

Item nº 3. Projeto de Lei do Senado nº 31 de 2009. "*Altera a lei 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos, entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no CADIN e no SIAFI*". Autoria, Senador Sérgio Zambiasi, relatoria Senador Cristovam Buarque. Parecer favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Trata-se de um projeto de autoria do nosso colega, Senador Sérgio Zambiasi, que a meu ver tem toda justificativa e um impacto extremamente positivo, visando corrigir uma deformação de uma Lei nº 10.522/02, que apesar de sua boa intenção, trouxe uma dificuldade.

O que procura o projeto é explicitar que transferência de recursos federais nas áreas de educação, saúde e assistência social devem estar resguardadas, protegidas, das restrições que são decorrentes de registros de impedimentos no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados, de órgãos e entidades federais, o CADIN, e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o SIAFI.

Por conta dessa restrição, o que acontece é que erros de dirigentes de órgãos públicos terminam prejudicando os na ponta, a crianças alunas de escolas públicas, a doentes, e população pobre que estão dentro... Que esta dentro da assistência social.

A justificação aponta que se torna necessária essa explicitação, em decorrente, que está ocorrendo, frequentemente por parte dos gestores federais, o arbítrio na interpretação do que sejam ações sociais, com sérios prejuízos de entes da federação e, mais ainda, da população que se destinam os recursos muitas vezes não repassados. O caso do prefeito e do governador que comete erros, sua Prefeitura cai no CADIN, cai no SIAFI e as crianças deixam de receber merenda, por exemplo.

Por isso, com esse projeto, aperfeiçoa-se a redação da norma, que está na Lei 10.522, com a inclusão da expressão não restritiva mas explicativa, entre aspas, "inclusive nas áreas de educação, saúde e assistência social, fecha aspas. Fica assim sanada essa deficiência.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 31, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria.

Eu só quero dizer, Senador Cristovam, que eu também considero esse projeto da mais alta importância. Havendo problemas nas administrações municipais ou estaduais, de falta de prestação de contas ou erros ou eventualmente até esclarecimentos que devam ser prestados, e por causa disto a administração consta no cadastro de inadimplentes, a população, por causa disso, não pode ser prejudicada, deixando de ser repassados recursos em áreas como saúde, assistência, educação, o que causa problema para a população, em função de problemas e até eventualmente de problemas que na verdade reflitam dificuldades na burocracia.

Porque às vezes há um problema que uma pessoa interpreta de um jeito, outra pessoa de outra, e o órgão público ou entidade privada acaba ficando inadimplente, até que os esclarecimentos sejam prestados.

Então, quero concordar com a autoria e com a relatoria também.

Encerrada a discussão. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

Passamos ao item nº 06, Senador Cristovam Buarque, é não terminativo também [risos], "*Fixa critério para instituição de datas comemorativas*". É o item 6 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009. A autoria é da Deputada Sandra Rosado. A relatoria de V. Exa., Senador Cristovam Buarque, e o parecer é favorável. É o item 6 da pauta.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer ao Presidente que minha pressa, logo depois de ter feito o parecer anterior, é que está havendo uma sessão em homenagem à Associação Geral Nacional de Funcionários Públicos no Plenário e eu não quero deixar de dar o meu recado.

Mas, Sr. Presidente, o projeto... O projeto diz que fica instituído o Dia Nacional das mudanças... Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O item nº 13...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, é que eu fui direto a um projeto que de minha autoria. É o projeto que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Esse é um projeto, Sr. Presidente, que tem uma necessidade de se fazer, porque nós temos uma liberalidade muito grande, por falta de uma fixação. E para assegurar ampla participação dos segmentos interessados e abertura e o resultado das consultas e audiências públicas, serão divulgados oficialmente pelos veículos de comunicação.

O que se quer com a proposição para declarar datas comemorativas nacionais é de que elas só poderão ser instituídas se forem de alta significação para os diferentes segmentos profissionais políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade.

A comprovação da realização de consultas para que esses... Essas datas sejam consideradas significativas é o que faz a novidade desse projeto.

"*Na justificação, a autora alega ser necessário evitar a profusão de datas comemorativas, pois muitas delas não têm obedecido ao critério de relevância.*

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi despachada e aprovada nas diversas comissões. No Senado, foi distribuída à Comissão de Educação.

Na minha análise, eu quero dizer que nos termos do Regimento Interno do Senado, as proposições que tratam de datas comemorativas e homenagens cívicas, devem ser apreciadas por esta Comissão, como todos sabem.

Efetivamente, temos assistido à apresentação de inúmeras proposições para instituir datas comemorativas e homenagens cívicas. Em princípio, nada obsta a que se instituam tais efemérides para homenagear segmentos profissionais.

Pelo contrário, a criação de uma data nacional pode servir para alertar sobre o valor de diferentes políticas sociais e de segmentos profissionais ou sociais no contexto da educação, no contexto da sociedade, tendo ainda, um impacto educacional muito positivo de lembrar aquela data às nossas crianças.

Não obstante a nobreza de propósito dos signatários de tais proposições, como alega a autora desse Projeto nº 13, de 2009, não se pode aprovar uma lei de homenagem a este ou àquele segmento, sem que tal iniciativa guarde consonância com os próprios interesses da comunidade envolvida.

Assim sendo, a prévia instrução do projeto, por meio de audiências e outras formas de consulta pública, revela-se um instrumento bastante adequado.

Subsidiariamente, a Comissão de Educação deve se pronunciar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. Nesses quesitos, nada obsta a sua aprovação depois de todas nossas análises.

Por esse seu mérito, de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e pela conveniência do Projeto, somos pela aprovação desse Projeto de Lei nº 13, de 2009, que tem o nº 6.244, de 2005, na sua origem".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós temos, na Casa, um projeto que visa disciplinar os feriados no Brasil, quer sejam municipais, estaduais ou federais, para que haja um disciplinamento no sentido de que eles sejam comemorados às segundas-feiras, para que os feriados que ocorrem no meio da semana, principalmente os feriados de quinta e terça-feira, eles geram um dano extraordinário ao comércio e à indústria e atividade econômica como um todo.

Seriam preservados os feriados tradicionais, como 7 de setembro, primeiro de maio, entre outros, também alguns religiosos, como 25 de dezembro, sexta-feira da Paixão, que são feriados religiosos que tem realmente uma impossibilidade de transferência de data.

Então, na verdade, eu gostaria de parabenizar a proposta da Deputada Sandra Rosado e a relatoria do

Senador Cristovam dizendo que este projeto que está aqui, ele vem se acostar filosoficamente ao interesse do nosso projeto, que visa, lá na frente, disciplinar essas datas que eventualmente sejam aprovadas e que não causem dano à produção econômica do país.

Era essa a ressalva que eu gostaria de fazer e declarar antecipadamente meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo quem mais queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à leitura, Senador Neuto de Conto, do item 8 da pauta, porque é de natureza terminativa, mas nós podemos fazer a leitura e a discussão no dia de hoje e incluí-lo para votação na próxima reunião, já que exige *quórum* para projetos de natureza terminativa, *quórum* qualificado.

Então, passamos ao item 8 da pauta, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 491/2008, que "*Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário*". Autoria Senador Gilberto Goellner, relatoria Senador Neuto de Conto, parecer é favorável. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº 01 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 9 de junho de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

"*O presente Projeto de Lei do Senado, 491/2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, institui em seu art. 1º o Dia Nacional do distribuidor de insumos agrícola e veterinários. O art. 2º trata da cláusula de vigência.*

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Justifica o autor que o setor distribuidor de insumos agrícola e veterinário vem adquirindo relevância crescente no cenário da importante produção agropecuária nacional".

Análise. "*Inicialmente, cumpre observar que a análise das datas comemorativas propostas pelo PLS 491/08 compete à Comissão conforme disposto no artigo 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.*

O distribuidor de insumos agrícola e veterinário, organizados na Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, congregam milhares de empresas e profissionais da área das ciências agrárias. Possuem, de fato, um papel relevante na disseminação das boas práticas para a agropecuária nacional.

Podemos destacar que dentre tais práticas a utilização correta de defensivos agrícolas e veterinários, a devolução das embalagens vazias às indústrias fabricantes, com significativos resultados para a prestação de meio ambiente.

É justo, portanto, que se reconheça a importância... A importância... A importante contribuição que tais empresas e profissionais prestam à economia e ao meio ambiente do país, através de instituição do Dia Nacional do Distribuidor de Insumos Agrícola e Veterinário.

Ademais, não há óbice apresentado ao PL 491/2008, no que trata a constitucionalidade, juridicidade do projeto, o qual também respeita os princípios de boa técnica legislativa e as demais normas regimentais.

O voto. Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 491/2008".

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Neuto de Conto e parabenizo V. Exa. pelos trabalhos sendo desenvolvidos aqui no Senado Federal e a participação sempre efetiva nesta Comissão.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita na próxima reunião, em bloco, com assuntos da mesma natureza, conforme decisão já desta Comissão para essa finalidade.

Comunicado. Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para o lançamento do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnologia, no auditório do edifício sede, térreo, do Ministério da Educação, a ser realizado no dia 30 de junho do corrente, hoje portanto, terça-feira, às 14h00. Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Portanto, lançamento do fórum mundial de educação profissional e tecnologia, no MEC, hoje às 14h00.

Quero dizer também aos Srs. Senadores e Senadoras que no dia de manhã teremos Audiência Pública o assunto é o piso salarial, remuneração dos professores e aposentadoria especial para os exercentes de direção, coordenação e assistência pedagógica.

São dois requerimentos nesse sentido, um deles nº 05/09 da Senadora Marisa Serrano, e o outro, de nº 07/09, da Senadora Ideli Salvatti.

Portanto, amanhã esta Audiência Pública às 10h00 nesta Comissão e quero lembrar que estes requerimentos já são do ano de 2009. Portanto, nós

já estamos... Popularmente dizendo, "dando conta" de todas as audiências públicas requeridas, para que possamos aí tramitar com alguma calma também em termos... Em termos de audiências públicas para o futuro, porque era um conjunto de audiências públicas, assim, um número bastante elevado.

Muito bem. Também... Também eu quero dizer que amanhã, após a Audiência Pública, será realizada a eleição para a Vice-Presidência dessa Comissão, que cabe ao PSDB, e está sendo indicada para o cargo de Vice-Presidente desta Comissão a Senadora Marisa Serrano.

Então, amanhã, após a Audiência Pública, faremos uma Reunião Extraordinária para a eleição da Senadora Marisa Serrano para o cargo de Vice-Presidente dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a participação de todos os senadores e senadoras, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h40.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01º DE JULHO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e treze minutos do dia primeiro de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, José Nery, Roberto Cavalcanti, Neuto De Conto, Gilberto Goellner, Efraim Morais e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 05/09-CE e nº 07/09-CE, de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Ideli Salvatti, respectivamente, que tem como objetivo discutir **"Piso Salarial, Remuneração dos Professores e Aposentadoria Especial para os Exercentes de Direção, Coordenação e Assistência Pedagógica"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor José Augusto Carvalho de Araújo, Primeiro Secretário da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES; Senhor Flávio de São Pedro Filho, Vice-Presidente da Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia – ADUNIR; Senhor Williams de Souza Rosas, Membro da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco – ADUFERPE e do Excelentíssimo Senhor Wilson Matos, Ex-Senador pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Estado do Paraná. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, o Senhor Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Senhora Cleuza Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Secretária Municipal de Educação de São Bernardo do Campo (SP) e Senhora Ivaneide de Farias Dantas, Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, José Nery, Roberto Cavalcanti e Cristovam Buarque. Prosseguindo, o Senador José Nery, sugere que esta Comissão crie um Grupo de Trabalho, composto por seus membros e pelos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Conselho Nacional dos Secretários da Educação – CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Tribunal de Contas da União – TCU, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO/CN e Ministério da Educação – MEC, com o objetivo de elaborar, no prazo de sessenta dias, um diagnóstico sobre a implantação do piso salarial e a elaboração dos planos de carreira dos profissionais da educação, de forma a identificar possíveis problemas e encontrar soluções para que a lei efetivamente se cumpra. Logo após, a Senadora Marisa Serrano, usa da palavra para lembrar o falecimento do Médico, Deputado Federal Licenciado e atual Secretário Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, José Aristodemo Pinotti – Dr. Pinotti, ocorrido na data de hoje, em São Paulo – SP. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete ao Plenário proposta de envio de Voto de Pesar, pelos serviços prestados às ciências médicas, à política e à sociedade brasileira, a ser encaminhado à família do falecido, assim como às entidades pelas quais trabalhou. A proposta é aprovada.

Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos professores Márcia Perales Mendes Silva, ao cargo de Reitora da Universidade Federal do Amazonas, e Carlos Edílson de Almeida Maneschy, ao cargo de Reitor da Universidade Federal do Pará, a realizar-se no dia 02 de julho do corrente, às 14h30, na Sala de Atos, no 9º andar, do edifício-sede do Ministério da Educação. A Matéria vai ao arquivo". A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende aos requerimentos nº 05, de 2009, desta Comissão, e nº 07, de 2009, desta Comissão também, de autoria das Senadoras Marisa Serrano, aqui presente, e Ideli Salvatti, respectivamente, para a realização de Audiência Pública destinada a discutir o *piso salarial, a remuneração dos professores e a aposentadoria especial para os exercentes de direção, coordenação e assistência pedagógica*.

Dando início à Audiência Pública solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Quero destacar que esta Audiência Pública trata de temas que vem sendo amplamente discutidos em nosso país, que é a questão do piso salarial, remuneração dos professores e aposentadoria para quem exerce direção, coordenação e assistência pedagógica nas escolas comuns.

Se a questão da aposentadoria especial, com 25 anos de trabalho, se aplica a estas pessoas, as dificuldades que vêm sendo encontradas, enfim, temas da mais alta relevância.

Ah... Barulho [*risos*].

Nós temos três convidados no dia de hoje.

Em primeiro lugar, a professora, isto, minha colega, que eu também sou professor, a Professora Marisa Serrano também aqui, Cleuza Repulho, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, da Região Sudeste. A professora Cleuza já foi Presidente Nacional da UNDIME e já colaborou também, inclusive, no Ministério da Educação com o PDE, Plano Nacional... É Plano de Desenvolvimento da Educação. E atualmente a professora Cleuza é secretária municipal de educação de São Bernardo do Campo, São Paulo.

Também estão convidados e estão a caminho Roberto Franklin de Leão, que é Presidente da CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e Ivaneide de Farias Dantas, que é Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Então, nós vamos iniciar essa Audiência Pública, até porque existem muitas comissões, Professora Cleuza, que estão em funcionamento nesse momento no Senado. Quero dizer que a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, veículos de comunicação do Senado, acompanham esta audiência, ela é retransmitida depois da íntegra também para todo o Brasil, e convidar as pessoas que acompanham esse debate, as exposições, os questionamentos, que também participem na sequência enviando a essa Comissão de Educação, Cultura e Esporte as contribuições que julgarem importantes.

Eu quero dizer que mesmo antes dessa audiência, já conversando com a Professora Cleuza Repulho, eu disse a ela que nós precisaríamos, já a convido para, em data a ser marcada, que a gente possa continuar a conversa, o entendimento, para que a partir da sua experiência possamos, inclusive, aprimorar a questão legislativa, o acompanhamento, a orientação, tudo que for necessário em termos dos assuntos sendo debatidos no dia de hoje e de outros também, fundamentais na área da educação.

Então, seja muito bem vinda e passo então a palavra a... Eu sempre digo V.Sa., mas eu digo à Professora Cleuza Repulho, porque eu acho muito melhor a gente dizer Professora Cleuza Repulho.

SRA. CLEUZA REPULHO: Bom, em primeiro lugar, bom dia. Bom dia Senadora, que vem sempre acompanhando as questões da educação.

Em primeiro lugar, a UNDIME quer agradecer o convite e principalmente a oportunidade de colocar a posição e, mais do que isso, as preocupações dos se-

cretários municipais de educação. Eu já fui secretária sete anos na cidade de Santo André e agora volto ao Município de São Bernardo do Campo, ao lado, também como secretária de educação.

Nós vamos dividir essas preocupações em três frentes. Primeiro a questão do piso, depois a questão da aposentadoria para os profissionais, como já foi colocado aqui, até no convite, e em seguida a questão do plano de carreira, que são as três, hoje, preocupações de quem está na ponta, de quem está gerindo a educação.

A UNDIME desde o início da discussão do piso nacional de salário para os professores, ela vem acompanhando todo o processo e, mais do que isso, vem tratando com muita preocupação a questão de conseguir, efetivamente, de que seja possível, efetivamente, o pagamento do piso aos professores.

Isso porque no Brasil, hoje, nós temos somente 156 cidades que tem mais de 200 mil habitantes. Portanto, nós somos um país onde a grande maioria dos municípios são municípios menores, portanto com arrecadação própria muito pequena ou nenhuma, e os fundos para o FUNDEB eles são muito diferentes entre os estados e em alguns locais a União precisa complementar para que a gente consiga ter um valor mínimo por aluno.

E, na verdade, a nossa maior luta sempre foi a garantia de um piso e, mais do que o piso, um plano de carreira para os professores. De nada adianta um piso em que ele não propõe ao professor a ascensão na carreira e a nossa defesa sempre foi para que essa ascensão viesse articulada com a formação, não só por tempo de serviço, mas com formação, para que os professores cada vez mais fossem incentivados a permanecer na sala de aula, a se qualificarem e, por consequência, participar cada vez mais e de forma positiva na formação dos alunos.

Além disso, a UNDIME trabalhou muito para a inclusão das creches no FUNDEB, não é Senador? Trabalhamos muito, com muita força, e depois, num segundo momento, a inclusão das creches conveniadas também, que é uma realidade no Brasil para o atendimento das crianças de educação infantil.

Na medida em que o FUNDEB conseguiu contemplar toda a educação básica, isso fez uma diferença nos municípios, alguns municípios que perdiam muitos recursos por conta da não inclusão da educação infantil, passam, num segundo momento, a receber os recursos e, portanto, ter mais condições.

O que nós sempre temíamos é que nós tivéssemos categorias diferenciadas. Que professores do fundamental ganhassem mais ou que fossem mais importantes que os professores da educação infantil. Na verdade, vários estudos apontam a necessidade, a importância da educação infantil no processo de desenvolvimento das crianças.

Além disso, toda a aplicabilidade do piso, foi uma lei muito discutida, muito trabalhada, muitas contas foram feitas, nós levamos vários estudos sobre a forma de aplicabilidade e principalmente o entendimento de como seria essa aplicabilidade. Chegamos a um consenso, se eu posso dizer assim, do valor base e a partir daí o estabelecimento de um plano de carreira como o Conselho Nacional de Educação já apontou, a relatora Maria Isabel junto com o professor... O Secretário de Taboão da Serra, César Calegari, já apontam para os municípios e os estados a efetivação do plano de carreira.

Portanto, a UNDIME defende a aplicabilidade do piso nacional de salários para os professores. Nesse primeiro momento, para os professores... Nesse primeiro momento, então, para os professores e nós entendemos que os profissionais da educação em geral precisam ser valorizados, mas neste primeiro momento nosso foco são os professores.

Em relação ao segundo assunto apontado aqui, que é a questão da aposentadoria especial para diretores, coordenadores pedagógicos e... Tem mais um; coordenação e assistência pedagógica, cada estado e município tem uma nomenclatura própria.

A UNDIME defende que estes profissionais também possam ser... Também possam se utilizar da aposentadoria especial. Porque eles efetivamente estão na escola, participam das ações e da educação, excluindo-se aqueles que saem da escola, assumem cargos comissionados ou funções gratificadas e que vão então para secretaria ou qualquer departamento. A UNDIME é a favor da aposentadoria especial para estes profissionais que compõem, então, a escola.

Em relação à aplicabilidade e a interpretação da lei do piso. A UNDIME fez uma consulta à Advocacia Geral da União para que ela possa se pronunciar e aí dizer claramente aos municípios, tanto é que nós temos uma ADIN impetrada pelos governadores na questão da competência e do reajuste já da aplicação do piso. Então nós estamos já aguardando essa... Essa manifestação oficial, para que a gente possa, de fato, implementar o piso.

As dificuldades nos municípios aumentaram este ano, obviamente todos os estados e municípios tiveram queda na sua arrecadação. Todos os municípios, os grandes, os médios e os pequenos tiveram uma diminuição significativa no repasse de FUNDEB. No meu município, especificamente, a diminuição foi em torno de 20 milhões de reais, portanto isso impacta diretamente ao investimento da educação; porém para

os Estados onde há necessidade hoje nós temos uma complementação via Governo Federal.

Nós entendemos que o avanço, ele foi significativo, nós precisamos ter permanentemente uma Mesa não só de negociação, mas de entendimento e de acompanhamento da aplicabilidade e dos recursos da União, dos estados e municípios, nós temos diferenças gritantes nesse país. Só de olhar os valores de FUNDEB entre o Estado de São Paulo e outros estados da própria região, a gente já constata isso.

E o trabalho que a UNDIME vem fazendo agora é trabalhar com os municípios na questão dos planos de carreira, que precisam estar implementados até o final de 2009, o que será uma grande dificuldade, porque todos nós precisamos não só mexer no plano de carreira, mas passar pela câmara de vereadores, ter toda a aprovação para que a gente possa efetivamente, então, colocar em prática.

A nossa preocupação vem da questão dos recursos alocados na educação, de como esses recursos, nós temos uma legislação que garante a fiscalização. Mas, sobretudo, nós precisamos auxiliar os Municípios, e aí no caso da UNDIME, a qualificar a utilização desses recursos.

O Brasil hoje não precisa tanto de novas escolas, mas precisa de muitas creches, muitas escolas de educação infantil e precisa melhorar muito a infraestrutura das escolas já instaladas nos municípios. Nós temos uma gama de escolas hoje sucateadas, em que muitos gestores preferem a construção de uma nova escola.

Então, a gente precisa qualificar esses investimentos, apoiar os municípios na organização dos planos de carreira, na organização dos seus conselhos municipais de educação e, principalmente, a criação dos sistemas municipais de educação.

E uma questão que a gente trata em todas as reuniões é que, de fato, o regime de colaboração seja efetivado no Brasil. Nós temos aí uma série de problemas entre estados e municípios no que diz respeito a merenda escolar, a transporte escolar, e é essencial que a gente possa, de fato, em alguns estados onde há a municipalização mais forte, a questão do piso também precisa ser tratada numa outra dinâmica e a proposta é que a gente tenha permanentemente, Senador, uma comissão que trate desse acompanhamento. E que a gente possa aí, no conjunto do orçamento de estados e municípios e da União, efetivar o piso nacional de salários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento da Professora Cleuza.

Eu sei que existem várias dúvidas em relação aos três itens, o repasse de recursos, se o repasse de recursos federais está acontecendo, como é que está essa situação detalhada nos municípios, que iniciativas legislativas podem ser tomadas para não haver mais dúvidas em relação à aposentadoria especial para diretores, assistentes e educacionais?

Mas eu tenho certeza que tudo isso, na sequência, vai ser levantado também. E que, eu sei que a senhora tem toda condição, assim, de ajudar a lançar luzes sobre estes problemas e outros também.

Em seguida eu passo a palavra ao Roberto Franklin de Leão, dando boas vindas de novo a esta Comissão, que já esteve aqui no outro dia, fazendo um debate muito interessante também, e o Roberto Franklin de Leão hoje está, então, para a discussão deste tema, ele é Presidente da CNTE, que é a Confederação Nacional dos trabalhadores em educação.

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: Bom, bom dia Srs. Senadores, Sra. Senadora... Sras. Senadoras, participantes.

Eu quero antes pedir desculpa por ter chegado atrasado, porque eu tenho hoje e amanhã reunião da Direção Executiva da CNTE e já quero adiantar também que não vou poder permanecer até o fim, porque tenho essa atividade, que é importante, por eu ser o Presidente, eu preciso estar coordenando o trabalho e lá estar presente à reunião.

Inclusive nós estamos fazendo uma discussão a respeito, com professores da UnB, e outros convidados a respeito de questões como plano de carreira, as questões relativas à aposentadoria, ao piso, como, fazendo uma análise de como toda essa questão está sendo abordada por esse país afora.

E nós fizemos, eu vou pedir licença também, Senador, para ler o documento que nós fizemos e que nós vamos depois passar às mãos de todos os presentes que é o documento oficial da CNTE, que acabou de ser aprovado agora como primeiro ponto de pauta da reunião para ser trazido ao Senado com posição da CNTE. Então eu vou...

O texto é o seguinte: "*A valorização do magistério público da educação básica também depende do cumprimento de leis já aprovadas pelo Congresso Nacional.*

Há quase um ano o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei 11.738 que instituiu o piso salarial profissional nacional do magistério.

Também há aproximadamente três anos aprovou-se a Lei 11.301, com a finalidade de contabilizar a integralidade do tempo de trabalho dos profissionais do magistério, da regência de classe nas atividades peda-

gógicas de direção escolar, para aposentadoria especial do magistério, 25 anos mulher e 30 anos homem.

Coincidentemente ou lamentavelmente as duas leis aprovadas com ampla maioria no Congresso Nacional foram alvo de ações diretas de inconstitucionalidade movidas por governadores de estado, tendo sido ambas, porém, julgadas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, não obstante a pendência do mérito da ADIN 4167.

Neste momento, as duas normas encontram-se em fase de regulamentação pelos entes federados, mas a resistência destes quanto à correta aplicação dos preceitos legais é grande.

A alegação de falta de recursos para a implantação das leis sem, contudo, se efetuar a adequação das redes de ensino às normas contrasta com a necessidade premente em valorizar os profissionais da educação.

Tanto o piso quanto a aposentadoria especial impõe ajuste aos órgãos que administram a educação básica nos estados e municípios, mas estes insistem em manter a velha estrutura incompatível com a nova realidade legal.

Por outro lado, quando se fala em valorizar a educação e seus profissionais, subentende-se a necessidade de se elevar os recursos financeiros para o setor, além de melhorar a gestão escolar nos sistemas de ensino, de rever as práticas e os tempos pedagógicos, de adaptar a infraestrutura das escolas, de investir na formação e carreira dos educadores. Enfim, de partir para um outro paradigma educacional, coisa que as administrações públicas não tem feito a contento em sua maioria.

Tenta-se, equivocadamente, adaptar as leis federais às inconsistentes realidades locais sem, como já dito, transformá-las à luz das novas normas. E não é a escassez de recursos que inviabiliza isso, mas sim a falta de vontade política ou ausência de compromisso com a gestão das verbas constitucionalmente vinculadas à educação que impede efetivamente os avanços.

Mais que uma reivindicação corporativa, o piso nacional do magistério é reconhecido pela sociedade, tal como foi pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal, como uma política pública salutar para romper com as desigualdades territoriais de nosso país, que impõem grandes prejuízos aos estudantes e aos educadores das regiões menos abastadas.

Também cumpre o objetivo de resgatar o reconhecimento social do professor através da valorização da carreira profissional, que é essencial para manter os atuais professores na profissão e para atrair a juventude para o magistério. O país conta com déficit de cerca de 350 mil professores, além do que mais de 300 mil lecionam sem a devida habilitação.

Já a Lei 11.301 visa promover maior justiça aos educadores que lidam ao longo da vida laboral com a realidade de toda escola, independente da função que exerçam em determinado momento.

As pressões físicas e psicológicas da regência de classe são as mesmas para quem coordena as equipes de profissionais, o projeto político pedagógico da escola ou dirige a unidade escolar, sendo, muitas vezes, até maiores.

No momento em que esta Comissão debate a gestão educacional em nosso país, queremos chamar a atenção de todos, parlamentares, gestores, educadores, sociedade em geral, para a necessidade de se fazer cumprir as leis do piso salarial e da aposentadoria especial do magistério, sem as quais continuaremos a dar vazão a discursos vazios sobre a necessidade de se valorizar o magistério e a educação pública brasileira.

Brasília, 1º de julho de 2009, Roberto Franklin de Leão, Presidente da CNTE".

Esta é a posição da CNTE a respeito dessas duas questões que estão em debate. Nós consideramos que as leis... Nem a lei... A lei do piso nem como foi aprovada, como foi aprovada, não, como foi votada e alterada na votação do STF, vem sendo cumprida. E toda sorte de dificuldade é colocada para que isso não aconteça.

Nós temos tido aí movimento de resistência dos trabalhadores de educação no país inteiro para que ela aconteça e, infelizmente, é uma lei que a gente precisa batalhar muito e para isso é necessário e importante que o Congresso Nacional faça as discussões e promova a efetiva, a sua influência de Congresso Brasileiro promova a efetiva implantação dessa lei, sob o risco de ficarmos com uma lei que foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e que termina não sendo colocada em prática.

No que diz respeito à lei da aposentadoria especial, ela foi questionada na justiça por alguns governadores e por alguns Prefeitos. E o Supremo Tribunal Federal, que não havia concedido liminar, é bom que fique claro que no pedido não foi concedido liminar, votou pela constitucionalidade... Portanto, ela está valendo.

Então, a gente precisa discutir o seguinte: o Supremo Tribunal, as decisões do Supremo Tribunal ora valem para uma coisa e não valem para outra, a decisão que eles tomam. Se eles disseram que é para colocar em prática a lei da aposentadoria, é para colocar em prática a lei da aposentadoria. Se eles disseram que a lei do piso tem que ter aquelas alterações, pelo menos

com aquelas alterações, com aquela interpretação que eles deram, é preciso que se coloque em prática. O que nós estamos vendo infelizmente é uma resistência muito grande para que isso aconteça.

Então, a posição da CNTE é esta, nós temos feito alguns enfrentamentos difíceis e duros por esse país afora, e esperamos que o Congresso, como não podia ser de outra maneira, ao promover esse debate, incentive e mostre a necessidade de que essas leis vigorem efetivamente no nosso país. Que não sejam mais uma... Infelizmente a gente convive com uma realidade que é aquela de que no Brasil se votam leis e as leis não pegam. E a nossa preocupação é que a lei do piso, que aconteça com essas duas leis.

Mas nós trabalhadores, tenham certeza Srs. Senadores, Sra. Senadora, que não vamos deixar que isso aconteça. Nós estamos atentos, estamos trabalhando, inclusive buscando diálogo com governadores, com prefeitos, para que ela seja colocada em prática. Mas nós vamos brigar e vamos brigar muito para que isso efetivamente aconteça. Porque depois de tantos anos, depois de tanta discussão, depois de tanto debate.

E eu quero lembrar que a lei do piso é uma construção coletiva. É resultado de uma construção que foi feita dentro do Congresso Nacional. Ela foi feita... Vamos só recordar que veio o projeto do Governo, esse projeto... Nós tínhamos uma proposta, isso foi discutido, debatido à exaustão, em Audiência Pública com todo mundo sendo convidado a participar, no Brasil inteiro houve audiências.

O Congresso Nacional fez um debate sobre uma lei, que talvez o piso tenha sido uma das leis mais debatidas e com uma participação mais efetiva no Congresso Nacional com sua construção. Porque a sociedade participou, os Deputados e Senadores participaram.

Foi aprovada por unanimidade, praticamente por unanimidade, e a gente infelizmente vê que essa lei termina não sendo colocada em prática, como deveria ser.

Então, aqui esta é a posição da CNTE e eu agradeço, mais uma vez, Senador, o convite, Senadora Marisa também, para estar presente aqui e toda vez que nós formos convidados nós estaremos trazendo a nossa posição a respeito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora eu acho que vai dar certo [risos]. Tentei duas vezes, aí a terceira normalmente não tem problema.

Agradeço a participação do Roberto Franklin de Leão nesse primeiro momento. Quero destacar as presenças nesta Audiência Pública do José Augusto Carvalho de Araújo, que é 1º Secretário da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, ANDES; Flávio de São Pedro Filho, Vice-Presidente da Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia, ADUNIR, sejam bem-vindos; Williams de Souza Rosas, membro da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, DUFRPE. Sejam todos bem-vindos.

Nós havíamos convidado outros secretários de educação também, mas por uma razão outra não foi possível vir, porque nós queríamos ter assim uma... Assim, secretários de vários partidos. Então, tínhamos convidado Pernambuco, Piauí e São Paulo. Infelizmente não foi possível a presença deles, mas não pela falta do convite. Foi feito. Assim como o que é o CONSED, que é o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação. A pessoa viria à Audiência Pública, e se desculpou porque infelizmente ficou adoentado na última hora.

Então, só se alguém pensar: "Puxa, mas seria bom se tivesse um secretário desse partido ou daquele", de fato, esta foi a idéia.

E na sequência nós vamos ainda ter a oportunidade de ouvir os pontos de vista para enriquecer o debate sobre esse assunto. Mas quero dar as boas vindas à secretária... À Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Ivaneide de Farias Dantas, seja muito bem-vinda, sempre bem-vinda, e passo a palavra a V.Sa. então.

SRA. IVANEIDE DE FARIAS DANTAS: Bem, bom dia a todos e todas, gostaria de saudar a Mesa, Senador Flávio, Professora Cleuza, Roberto, senadores e senadoras aqui presentes, demais convidados.

E dizer que o Estado de Pernambuco fica muito feliz em participar de debates como esse e acredito que a gente vá dar uma grande contribuição aí para enriquecer, pelo menos trazendo a nossa experiência, para vocês verificarem como foi que aconteceu a implantação do piso no Estado de Pernambuco.

Bem, esses são dados gerais, eu acho interessante a gente saber a dimensão da Secretaria de Educação de Pernambuco. São 1114 escolas, nós temos mais de 900 mil alunos, ao todo são 38 mil professores na ativa, desses da ativa temos 30 mil efetivos e oito mil temporários, e 21 mil, quase 22 mil professores aposentados.

A gente traz aí um pouco a evolução dos ajustes gerais que ocorreu nos últimos 14 anos no Estado de Pernambuco. A gente vê em maio de 95, o que o pessoal fala lá, o único ano que teve dois dígitos de aumento, mas aí veio 2002, 6%, 2004, 4%, 2006, 6%, mais 3,78 e 2007, 5%.

E aí a gente vê realmente que aos poucos ou muito, talvez, o vencimento do pessoal do magistério veio tendo um decréscimo.

Bem, esse quadro na verdade tivemos muitos debates, viu Roberto, lá em Pernambuco, fui várias vezes à Assembléia, em audiências, justamente discutir a implantação do piso. Mesmo antes da implantação e também depois.

Esse foi um quadro que a gente apresentava, e esse quadro diz o seguinte na época: se a gente fosse implantar o piso nacional do magistério em Pernambuco, da forma que estava o nosso plano de cargos, nós teríamos um impacto muito significativo, que o Governo do Estado não poderia pagar.

Infelizmente nós não poderíamos pagar da forma que estava o plano. Mas tínhamos sempre a intenção de implantar o piso. E aí, qual seria esse impacto? Na época, não sei se vocês se recordam, a lei, o Projeto de Lei ele tinha como um terço em 2008, dois terços em 2009 e a implantação total no próximo ano.

Caso acontecesse já no primeiro ano, um terço seria um custo aí de 17 milhões de incremento na folha. Ao final, se fôssemos implantar o piso na sua totalidade, um impacto mensal de 51 milhões, ou seja, um aumento anual da nossa folha de pagamento da Secretaria da Educação, da ordem de 678 milhões de reais.

Então, diante desse quadro, a gente não tinha condição de implantar da forma que estava. Mas, estávamos no processo de negociação. E aí sentamos para discutir de que forma a gente poderia ajustar esse plano, para que a gente pudesse implantar o piso.

A intenção do Governador, do Governo do Estado, era implantar a totalidade, inclusive antecipamos a implantação do piso e na verdade, dessa forma que está aí, representaria um acréscimo de 63% de impacto na folha da Secretaria de Educação. Ali é a pauta de reivindicação do nosso sindicato, que desde 2007, quando a gente assumiu o Governo eles já vinham reivindicando, repetiu em 2008, pedindo então a implantação do piso.

Eu trouxe aqui a tabela anterior ao piso, eu acho interessante para ilustrar para vocês, como era o nosso plano de cargos. Até para vocês verificarem o que foi que aconteceu nesse plano pra que a gente de fato pudesse implementar o piso.

Antes, se vocês observarem, nós tínhamos numa mesma tabela de vencimento tantos os professores de nível médio quanto os professores de nível superior. Isso é uma tabela de 200 horas. Se vocês observarem o nosso plano anterior, o que ele tinha? Quatro classes, cada classe, entre uma classe e outra 12%, você sai de uma classe para outra classe, ao passar de uma classe a outra são 10 anos de serviço prestado, as faixas salariais entre uma faixa e outra, ou seja, o interstício entre faixas era de 3% e os interstícios entre matrizes, ou seja, a pessoa que estava com o magistério apenas, ao passar para... Quando fazia uma especialização já teria 15%, ao fazer licenciatura plena passaria... Teria um aumento de 19%, passando para essa matriz, tendo a especialização mais a licenciatura plena mais 15% e assim por adiante, com mestrado e doutorado. 19%.

De fato, tecnicamente nós temos um plano de cargo interessante, com interstício de 3%, com classes 12%, mas desta forma ficava inviável. É importante ressaltar que esses valores são reais, mas que eles estão sem a gratificação do magistério. Portanto, a cada valor desse vocês devem acrescentar 60% que é a gratificação que a gente chama do antigo pó de giz.

Outra coisa que eu queria ressaltar também nessa tabela é que o percentual entre a primeira faixa do professor com nível médio para o da primeira faixa de nível superior, à época, era 37%. Pode passar.

Bem, depois de muito debate, muita negociação, nós chegamos à seguinte tabela. A nova tabela que implantamos nosso piso, do magistério, inicialmente nós desmembramos... Não sei se vocês lembram que na outra, o professor de nível médio ele estava numa mesma tabela. Então, passamos para uma outra tabela, inclusive esse profissional, ele entrou, esse cargo entrou em extinção, até porque nós não fazemos mais concurso para professor de primeira a quarta série, até porque o nosso objeto já está mais para o ensino fundamental, a partir da quinta série, enfim.

Nós desmembramos as tabelas, nível superior ficou de um lado, nível médio de outro, mais algumas alterações foram feitas. Por exemplo, o interstício entre classes, não sei se vocês lembram, era de 12%. Passamos para 10%. Interstício entre faixa salarial era de 3% e passamos para 2,5%. Nós conservamos os interstícios entre cada matriz. Se você sai do magistério com a especialização no próprio magistério, 15%.

Outra coisa, nós garantimos para os professores, mesmo desmembrando essas planilhas, essas tabelas, que o professor ao concluir o curso de licenciatura ele sairia desse cargo em extinção e passaria para a matriz de licenciatura plena. Ou seja, o professor de nível médio que está em extinção, isso não quer dizer que ele vá ficar parado na carreira, isso quer dizer que tem garantido ao concluir o curso de licenciatura ele ir para uma nova matriz.

A matriz de licenciatura plena para especialização mantivemos 15%, para mestrado 15 e para doutorado 19. Porque nós fizemos... O Governo do Estado fez o possível para não mexer na estrutura do plano de cargo. A gente tentou mexer o mínimo possível dentro da

possibilidade orçamentária que tínhamos. Até porque o plano de cargo ele é muito interessante do ponto de vista do desenvolvimento do profissional.

Então, foi isso que aconteceu e uma outra observação que a gente traz é que o profissional de nível médio para o nível superior, desta vez, passou a ser de apenas 7%. Que era 37, ficou em 7%. Pode passar.

E aí, em linhas gerais, a gente traz os valores do magistério, eu acho que isso fica... Esclarece mais, vou me ater um pouco ao pessoal de 200 horas que é o que tem mais na Legislação, mas a gente sabe que o de 150 horas é a proporcionalidade.

Bem, antes do piso, o que é que tínhamos? Para o pessoal de nível médio, a remuneração, ou seja, o vencimento, mais o antigo pó de giz, 566. Hoje o nosso profissional ele é 950 reais. O professor de nível superior, que era de 777 reais e 60, a nível de remuneração, passou para 1016; 950 porque a lei, ela observa que até o final deste ano o vencimento pode ser remuneração.

E aí só para ilustrar, quais os percentuais de reajuste? Nós mexemos na tabela. A gente sabe que isso tem impacto em todas as faixas na hora que a gente diminui. Então, o professor nosso ele iniciou com aumento de 68% na primeira faixa e o professor da última faixa, do ensino médio, teve 50%.

O professor de nível superior iniciou com 31% e finalizou com 17%. Mas a gente teve que fazer mais algumas coisas. Nós incorporamos os quinquênios, aí na verdade está repetido, interstício entre faixas, enfim, o percentual entre a primeira faixa do nível médio e o do nível superior ficou 6.9% e tivemos também a garantia de 5% no mínimo.

Por que a gente colocou isso, gente? Porque a gente observou que quando implantou o piso e que fez aquele distencionamento da tabela e na hora que incorpora o quinquênio, tem pessoas, principalmente alguns aposentados, eles tinham um quinquênio muito alto. E aí quando a gente comparava com o valor da tabela, ele ficava a maior. O que foi que a gente fez? Aí ele não teria nenhum aumento, ora, ele já alcançou o valor.

Mas o que a gente fez? Em lei, nós garantimos às pessoas que não conseguissem esses percentuais, o mínimo de 5%. Então, este 5% ficou numa parcela separada, porque o nosso compromisso é que este ano, em novembro, nós estamos realmente implantando o piso como vencimento. Então, até lá a gente fica com essa... Esse pequeno detalhe, mas no final do ano a gente deve estar organizando.

A Lei Complementar 112, foi a nossa lei, foi a lei que instituiu o piso no Estado de Pernambuco, ela foi publicada em 6 de junho. É importante ressaltar que essa lei saiu antes da lei federal. Ou seja, a crença que de fato o Governo do Estado de Pernambuco tinha no piso como um dos pontos de valorização. Porque a gente sabe que não é só salário. A gente tem uma série de outras ações que a gente faz no estado pra que a gente de fato valorize esse profissional. A lei federal saiu 16 de julho de 2008.

Bem, esse foi a finalização da nossa negociação, isso é um ofício do Secretário de Administração que passou para o nosso sindicato, a implantação do piso com a incorporação do qüinqüênio, ela teve um impacto de 13 milhões e 800, um impacto no ano de 2008 de 73 milhões, nós implantamos, em setembro de 2008, ou seja, nós antecipamos a própria legislação, nós também já colocávamos, porque na hora que a gente implanta o piso, a gente não pode verificar só o ano que a gente está implantando, a gente tem que ver que impacto isso tem no próximo ano, até para a gente nos organizarmos no que se refere ao nosso orçamento.

Então, o impacto para a implantação para 2009 da forma que já está, 151 milhões e 800, e com a incorporação das gratificações que a gente deve estar fazendo no mês de novembro a dezembro, 54. Ou seja, nós já estamos com aí um custo de 206 milhões em 2009. Então, o custo total até 2009 com a implantação da lei, 279 milhões. É importante ressaltar, até mesmo como a lei demanda, a proposta beneficiou todos professores ativos e aposentados.

Bem, nós não avançamos só na... No magistério. Não é só... A escola não é feita só de professores, muito embora ele tenha um papel primordial. Mas também do pessoal administrativo que estava com um salário muito baixo. Então, por exemplo, nosso auxiliar de serviços, que é aquele pessoal mais voltado para merendeira, tal, tinha um vencimento inicial de 184, é óbvio que o Governo complementava, para o salário mínimo, nós colocamos o vencimento para 380.

Isso teve um incremento, porque nós também mexemos na tabela deles do plano de cargo. Fizemos a mesma lógica que fizemos com os professores. E aí eles tiveram um aumento de 106 a 83%. O pessoal administrativo de nível médio, de 214 no vencimento passou para 400 inicial, uma variação de 87 a 67%.

E tem aí ainda o pessoal de nível superior que são os psicólogos, os técnicos educacionais que nós temos, que saiu de 753 para 1272, um aumento aí bem significativo para a gente poder animar todo o grupo que trabalha nas nossas unidades escolares.

Mas como eu falei inicialmente para vocês, não é só salário. O salário ele é um ponto importante, mas nós estamos fazendo várias ações. Trouxe aqui algumas, mas são muitas outras no que se refere a am-

biente de trabalho, merenda, material didático, entre outras coisas.

Mas hoje, o nosso professor, todos eles têm um jornal; diariamente o professor do Estado de Pernambuco ele ganha um jornal, ele tem a revista *Nova Escola* que recebe, este ano nós vamos ter a bienal do livro e cada professor nosso ele recebe um bônus de 200 reais para comprar o seu livro, as unidades escolares também recebem alguns bônus para incrementar sua biblioteca.

Fizemos também o *Programa Professor Conectado*. Hoje o nosso professor... Todo professor tem um *notebook* [soa a campanhia]. Isso nos custou 61 milhões. Além do mais, nós implementamos bônus de desempenho da educação, isto é, as escolas, as unidades escolares tinham suas metas e ao atingir a partir de 50% da meta, as escolas receberiam seu bônus, o bônus teve uma variação de até quase três mil reais por servidor, isso tem um custo aí de 28 milhões.

Além da política de atenção ao servidor. Isso é uma política mais voltada à atenção da saúde do trabalhador, que a gente sabe o nível de trabalho que é, um trabalho pesado, e a gente está com a universidade de Pernambuco fazendo um levantamento do adoecimento desse professor, para a gente poder implementar políticas.

Hoje a gente está no "achismo", a gente não sabe exatamente no nosso Estado quais são as principais doenças para a gente poder ter programas de melhoria.

Além do mais, não é só o servidor. A gente está também pesquisando o ambiente de trabalho no que se refere aos riscos. Entãqo, sala com mofos, enfim, o Secretário de Educação, o Governo, vai ter um mapeamento geral, vai uma equipe multidisciplinar de saúde, com médicos do trabalho, enfermeiros do trabalho, psicólogo, assistente social, fazer uma anamnese num grupo de escolas e a gente então identificar para a gente poder implementar políticas. Para este ano, um custo aí de 110 milhões.

Bem, gente, praticamente foi isso. Eu espero que eu tenha explicado da melhor forma para que vocês tenham entendido. Fico à disposição para qualquer dúvida, tem meu *e-mail* se vocês não perguntarem agora, e qualquer coisa estou à disposição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também a participação da Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação de Pernambuco, Professora Ivaneide. Muito bem.

Passamos agora à colaboração, à participação dos senhores e senhoras Senadores e Senadoras. Passo, em primeiro lugar, à autora de um dos requerimentos, Senadora Marisa Serrano, com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Também quero agradecer aqui a participação da Professora Cleuza, já a conheço de outras lutas, professor Roberto e da Sra. Ivaneide. Professora? Professora Ivaneide.

É sempre um prazer a gente poder discutir um pouquinho as coisas da educação. Eu falo um pouquinho, porque são tantas coisas que a gente gostaria de discutir.

As audiências públicas que eu previ e solicitei a essa Casa e foram aprovadas, uma delas é essa de hoje, para discutir a remuneração dos professores. Esse é o tema acrescentado depois pela Senadora Ideli, que colocou ainda a questão da aposentadoria especial.

A outra Audiência Pública que eu solicitei, proximamente nós vamos realizar, é sobre gestão escolar e certificação dos diretores de escola. Porque a certificação, por exemplo, estava sendo debatida na CAE, sem a participação dessa Comissão. Então, isso é muito ruim porque essa é a confissão de mérito, é nessa Comissão que nós temos que debater e discutir como é que está essa questão no país.

E a terceira audiência que eu solicitei, também proximamente nós esperamos realizar aqui, é para tratar da avaliação da aprendizagem, da formação de professores e da alfabetização.

A idéia quando eu propus essas três audiências públicas foi pra que a gente tivesse, pelo menos, no meio do ano, depois da ampliação inclusive do piso, nós tivéssemos aqui uma... Uma avaliação, uma visão de como está realmente a educação no país naquilo que nos compete fazer, que são as leis.

É claro que nós gostaríamos aqui, tenho certeza todos nós, senadores e senadoras, gostaríamos de ver como implementar para garantir a qualidade do ensino. Como está lá no município, como está no estado, como fazer a União garantir alguns itens para que isso acontecesse.

Mas, eu sei que isso não é possível. Se não é possível, vamos até aquilo que é possível para nós. É ver como é que as leis que estamos votando, se estão sendo implementadas ou não, como disse o Professor Roberto. O que adianta nós fazermos mais leis, mais leis, e não implementar. "Agora nós vamos aí colocar piso para os servidores". Ótimo. Aí há uma questão, "Bom, mas a pessoa que cuida da faxina. Ela não pode... Tem só da educação?"

Quer dizer, se um dia houver qualquer necessidade dela atender a área da saúde ou qualquer um não pode, porque ela... Ela é direcionada só para a

educação, não pode mexer nela. Ou alguém que é da área só da informática. Que tanto serve para educação, como serve para saúde, como serve para as bibliotecas, como serve para qualquer área. "Ah, não pode. Não pode porque ela é só do quadro da educação".

Hoje em dia, com essa abertura que as prefeituras precisam, é interessante fechar todos os servidores no piso da educação ou as prefeituras tem que ter a liberdade de poder movimentar o pessoal de apoio se precisar para outras áreas? Se a Secretaria de Cultura estiver precisando, a Secretaria de Educação não pode ajudar? Não pode... Aquele servidor da limpeza passar? Fechou uma escola ou aconteceu qualquer coisa, essa mobilidade não pode existir?

Quer dizer, são questões que a gente tem que discutir que essa Casa a hora que votar tem que saber e as prefeituras tem que saber e os estados tem que saber que nós estamos ali criando uma área específica de servidores de apoio, que não são da área pedagógica, e que podem ser apoio para a prefeitura, para o estado e não só para o grupo da educação.

Eu levantei um item que tem que ser discutido. E que as prefeituras e os estados também tem que ser discutido. Então, há uma proposta que vai ser votada aqui, está aqui para ser votada, o Senador Flávio Arns já conversei várias vezes com ele sobre isso, está para ser votada no Plenário, eu pedi à Senadora Fátima Cleide que segurasse um pouquinho, ela aquiesceu, porque eu achei que nós tínhamos que ouvir os prefeitos, os secretários de educação, os governadores, os secretários de educação e administração dos estados.

Porque não adianta fazer uma lei que depois, como disse o senhor, não vai ser cumprida. Então, essa é uma questão das questões todas que eu poderia levantar de pessoal de apoio.

Mas eu quero aqui me ater mais ao salário do professor. Primeiro. Eu disse hoje ao Senador Flávio que nós temos que ter um cuidado. É claro que nós estamos numa crise. É claro que as prefeituras e os estados estão recebendo menos. Sabemos que a União está recolhendo menos, embora está gastando mais. Eu não sei onde que vai dar essa conta aí. Eu tenho Senador do meu Estado, aposentado, Senador Lúdio Coelho, ele diz: "A gente não pode gastar mais do que arrecada". E quando você está arrecadando menos e gastando mais, você fala: "Ai, socorro!". Alguma coisa deve acontecer nisso aí.

Eu sei que os estados e municípios estão segurando o cinto, apertando que não vão poder gastar aquilo que gostariam de gastar. E eu sei também que por conta disso em vários municípios desse país os professores estão entrando em greve, estão pressionando. Em vários Estados também.

Quer dizer, nós temos uma crise e temos um movimento paradista. E não é num município só. Então, essa é uma questão que está acontecendo [soa a campanhia]. Aí eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero... Pode continuar. É que estava automático, mas...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo bem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode completar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas então, se nós temos esses dois óbices que normalmente a gente não tem que é crise e movimento paradista grande por conta que os prefeitos não estão cumprindo com a legislação, eu queria saber, analisando uma pesquisa feita, vários municípios a causa educação já está perdida nesse primeiro semestre, pelas greves que tem e pela falta de complementação, de apoio. Essa é uma preocupação enorme, como é que nós vamos exigir qualidade de ensino quando metade dos municípios ou uma grande parte está parada?

Eu não sei se há, eu gostaria de saber pela secretária de educação, pelo professor Roberto, pela professora que está aqui de Pernambuco, se há uma... Vamos dizer assim, um plano emergencial do MEC para atender esses municípios que estão... Não estão em condições de pagar, e os professores estão parados.

Quer dizer, num momento de crise, nós estamos aí subsidiando as montadoras, estamos subsidiando a linha branca, estamos subsidiando implementação e importação de máquinas, espera aí. "Ah, não, são planos emergenciais que nós estamos com problema nesse área". Mas espera aí: se nós estamos com problema na área de educação, tem que ter um plano emergencial para nós também. Não é isso, professor Roberto? Nós temos que pedir um plano emergencial para esses municípios que não estão conseguindo dar aula para nossas crianças. Se o professor está esperado, se não tem dinheiro, e nossas crianças? E a educação?

Eu queria perguntar outra coisa. Eu [ininteligível] estatística do MEC dizendo dos municípios e os estados que estão implantando já o plano. Muitos, inclusive do meu Estado do Mato Grosso do Sul, já estavam acima do piso antes. Então, quais são aqueles que realmente mudaram com o piso? Certo, Senador Arns?

Porque colocar lá Mato Grosso do Sul nenhuma... Não mudou nada. Porque nós já estávamos. Se Pernambuco já estava antes do piso pagando a mais, também não, a estatística não mudou. Agora, com o piso, implantou o piso, votamos o piso, o que

mudou? Eu acho que aí é que nós temos que entrar nessa questão.

Há uma pergunta que eu gostaria de fazer aqui também ao professor Roberto. Ele disse que a lei do piso não está sendo cumprida. É aí que nós precisamos saber: em quais municípios? Nós não temos aqui no Senado essa informação. Se não obtivermos nessas audiências públicas, vamos lá pedir a quem de direito, nesse caso o MEC e saber do TCU também da implantação, pedir ao TCU que entre para verificar isso... Coitado do TCU. Tudo agora é o TCU. E ainda querem acabar com o TCU, imaginem.

E a complementação da União? A legislação diz que para o fundo a União tem que complementar quando não tiver recursos para pagar. Quer dizer, nós estamos... A União está pagando? Eu não sei se a União está complementando. Os municípios e os estados a UNDIME e o CONSED poderiam nos dar essas respostas.

O plano de carreira e remuneração. A previsão é até 31 de dezembro deste ano. Se até 31 de dezembro desse ano, nós estamos no meio do ano, a minha idéia com essa Audiência Pública foi, se nós estamos no meio do ano, tem mais um semestre para implantar. O que que implantamos nesse primeiro? Aonde precisamos gritar mais? Qual é o óbice que está acontecendo aí? Quer dizer, nós queremos ajudar. Nós precisamos ajudar. É importantíssimo que essa Casa ajude. Mas nós precisamos de informações.

Fizemos alguma coisa nesse primeiro semestre? Aonde que está faltando para que a gente possa fazer com que a nossa lei que nós votamos seja implementada. O que adianta nós votarmos prazo se depois não se cumpre e fica por isso mesmo? E nem essa Casa aqui acompanha o resultado das leis que nós estamos implementando.

E por fim, desculpe a minha extensão aqui da minha fala, mas eu queria... Ah, sim, do piso... Que a Professora Ideli... A Dra. Ideli colocou... Senadora Ideli, dos diretores, coordenadores, assessores pedagógicos, que foram reconhecidos por esta Casa como profissionais do magistério. A hora que nós votamos aqui que eles são profissionais do magistério, vem toda a carga financeira para garantir que eles tenham plano de carreira, plano... Que eu sou amplamente favorável. Meu partido votou a favor, eu votei a favor, porque é importante. Mas aí é que eu queria saber: isso está interferindo na implantação do piso? Isso pode interferir na implantação do piso?

Porque também não adianta nós votarmos. Votamos isso... Votamos... Todos os profissionais da área de apoio, de apoio não, de pedagógico, assessores pedagógicos para terem... Entrarem como profissionais do magistério, portanto, tem direito a piso também, plano de cargo e salário, que é ótimo, precisa disso, e agora vamos votar o povo de apoio.

Quer dizer, se nós votarmos tudo isso daqui a pouco mais outro, eu acho que aí é irresponsabilidade nossa se nós não estamos conseguindo nem garantir o piso para os professores. Então, eu acho aí que nós temos que ir com cautela, para garantir que o professor tenha no mínimo... Eu disse ao Senador Flávio que tem falado na Tribuna sempre isso, que eu não admito, aí a Professora Cleuza, que é Secretária Municipal de Educação, tenho certeza que concorda comigo, a gente não pode admitir que uma Prefeitura não pague o piso.

É tão pouco... Eu estava conversando com o Senador Flávio Arns antes de começar a audiência, falei meu Deus, é muito pouco o que o nosso professor tem. Nós estamos exigindo cada vez mais... Nós queremos a qualidades, vivemos falando aqui em qualidade. "Ah, não, mas a qualidade...". Concordo que precisamos ter o livro, a revista, o jornal... Tudo isso é importante.

Mas se não tiver um professor que ganhe bem, bem qualificado, duvido que a gente vá conseguir uma educação de qualidade como o povo brasileiro tem o direito de ter.

Então eu quero desculpar pela... Pela minha longa intervenção, mas eu quis dividir um pouquinho as minhas angústias e dizer que eu como Senadora, professora que eu tenho muito orgulho de ser professora, eu não estou sabendo como ajudar. Eu acho que isso é fundamental, que essa Casa saiba ajudar. Votar lei é fácil. Nós discutimos aqui, vamos para o Plenário e votamos. Agora, quero ver implementar as leis para fazer com que a educação melhore nesse país.

Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. V.Exa. é autora do Requerimento, inclusive. Eu só quero indagar dos senadores e senadoras presentes que todos estão inscritos, todos e todas? A Senadora Rosalba vai presidir daqui a pouco a Audiência Pública na CAS. Já estão ligando para chamar.

Eu passaria a palavra à Senadora Rosalba, pelo fato de presidir... Eu não sei se a gente não vai perder assim o fio da meada, os expositores estão anotando assim para não haver problema depois na resposta. Se a gente faria as duas e as respostas ou os quatro e as respostas. O Senador José Nery também precisa sair. Então, Senadora Rosalba Ciarlini. Eu... A autora do Requerimento a gente sempre para o autor a gente afinal dá um tempo maior também. Eu pediria, na medida do possível, que fosse os cinco minutos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu serei o mais rápido possível até porque eu acho que também tudo que a Senadora Marisa colocou e eu quero inclusive parabenizá-la por iniciativa, que é importantíssimo que a gente possa acompanhar a implementação das leis.

Porque nós, realmente o que a gente vê nessa Casa, no dia-a-dia, em cada Comissão, no Plenário, são dezenas, centenas, milhares de leis, cada Senador, cada parlamentar da Câmara, do Senado, apresentando projetos.

Mas aí tem que fazer lei para valer, para realmente acontecer. E fazer sua avaliação, se realmente as coisas melhoraram a partir daquele projeto que tanto nós lutamos e defendemos aqui nessa Casa e que foi aprovado por unanimidade.

Eu tenho uma experiência que os Senadores já sabem, mas talvez os senhores que aqui vieram, a quem queremos agradecer a atenção, não saibam. Eu fui prefeita três vezes de uma cidade do nordeste. Uma cidade, não era capital, mas uma cidade do interior, mas ao mesmo tempo com características de capital por ser uma cidade maior, que foi Mossoró. E tenho a experiência de quem foi Prefeita, realmente essas questões de educação, apesar de minha formação ser médica, elas têm um... Devido essa vivência eu tenho tido uma preocupação maior. Porque eu sei que educação é fundamental e isso todo mundo diz, mas nós queremos é que a educação realmente aconteça, para ter esse país com mais cidadania.

Então essa é a questão de realmente termos essa avaliação, esse acompanhamento. Nós queremos sim, o piso foi importante mas foi o que a Senadora aqui colocou, em muitos municípios e inclusive no nosso, esse piso já existia. E foi até muito questionado, não somente no nosso município, mas em outros municípios, porque aqueles que tinham o piso muitas vezes foi mal interpretado e chegaram a ter movimentos paredistas em função de achar que se o piso era... Já acontecia, eles queriam algo mais, que acrescentasse, porque a luta seria para que o salário pudesse aumentar.

Claro que o piso é o mínimo, e se os governos, municípios puderem, eu tenho certeza e defendo que invistam mais no professor, que não pague só o mínimo, pague muito mais.

Mas essas perguntas que a Senadora fez seriam as minhas, estão perfeitas. Quanto já implantaram? Como é que anda? Para que a gente possa realmente fazer uma avaliação e saber se precisamos de novos projetos ou se precisamos apenas de criar as condições e saber dessa complementação.

Os municípios menores que têm, que vivem apenas para alimento do FPM, e o FPM às vezes 0,6, 0,8, pouquíssimo, sem outros recursos, muitos desses recursos realmente não tem condição de implementar, de implantar esse piso, precisam da complementação.

E nós estamos aqui sem saber se realmente essa complementação está acontecendo, se vai acontecer, como é que vai acontecer. Então esse é um ponto que eu considero fundamental.

Outra também questão que foi aqui colocada com relação ao piso dos funcionários, deverá passar nessa Casa, e consequentemente passará na nossa Comissão também de assuntos sociais, é algo também pra que a gente possa analisar, porque não adianta estar jogando só para a platéia. Não adianta, minha gente.

Nós temos que fazer com responsabilidade projetos que possam ser implantados e que dê condições a que os municípios se desenvolvam. Porque muitas vezes o projeto ele é simpático para determinado grupo e por isso é defendido mas ele é inviável. Não adianta. Nós temos que fazer coisa pé no chão mesmo, que possam... O caminho da educação ninguém mais defende do que eu. Até porque eu sei o quanto avançamos na educação no período que eu fui prefeita.

[soa a campanhia].

Tive, inclusive, a alegria de poder ver a alfabetização ser bem maior, ter o professor nota 10 porque alfabetizava mais... Vários projetos que foram implantados exatamente no incentivo da qualidade do ensino, a redução da evasão escolar, toda criança na escola, vê que os alunos que estavam em outras esferas de escolas, por exemplo, estaduais, virem para a escola municipal porque lá realmente as coisas aconteciam, programas de esporte, de cultura. Enfim, tudo associando.

Tanto que pensando nessa integração, que eu sempre digo que integração não pode ser só Secretaria de Educação, ela tem que estar ligada com saúde, com cultura, com esporte, nós fizemos uma reforma onde não existia mais a figura da Secretaria da Educação.

Existia a Secretaria da Cidadania, a Gerência da Educação, Gerência da Saúde, Gerência da Cultura, Gerência de Geração de Emprego e Renda e a Gerência do Desenvolvimento Social. Tudo isso para que pudessem interagir, tinha os secretários, gerentes, e isso realmente está dando certo porque deixei de ser Prefeita, quem me substituiu já está no segundo mandato e não modificou. Então, significa dizer que está dando certo.

Então isso são coisas que realmente vejo com o maior interesse. Maior interesse. Que é importante. E que os senhores estão aqui para nos dar essa contribuição. As informações necessárias para que a gente possa avançar ainda mais. Avançar com o professor tendo a tranquilidade de poder trabalhar, porque seu

salário lhe dá dignidade. Tendo os conhecimentos, a capacitação necessária.

E não somente... Uma outra coisa também que eu gostaria de colocar. O professor de nível médio hoje se estimula, isso tem acontecido, graças a Deus quando trabalhei já eram praticamente todos de nível superior, porque tínhamos criado as condições para que pudessem, os de nível médio fazer o nível superior, mas há algo que eu considero assim que não sei se a lei deixou bem clara.

Nós temos esse piso reconhecendo que existem muitos professores de magistério. Mas a partir de agora tinha que ter um *time*, tem que ter um marco. A partir de agora todo professor, seja para ir principalmente para a educação infantil, deveria ter... Já os concursos serem direcionados só para nível superior. Isso no Brasil todo.

Vamos corrigir aqueles que entraram no passado, que acredito que havia até aqueles professores leigos, espero que não tenha mais nenhum lugar desse Brasil, se houver vamos lutar para acabar, tem, infelizmente tem, vamos lutar para acabar. E que se crie as condições para que todos possam ser capacitados. E que não é somente ter o nível superior. É capacitação contínua. Quem tem superior vá para o mestrado, quem tem mestrado vá para o doutorado, e a capacitação contínua com as condições de poder realmente ser um professor bem qualificado.

Então, essas eram minhas colocações, eu quero aqui dizer que essa luta da educação são vários passos, é uma estrada que nós temos que... Muito longa, que nós temos que recuperar na história do Brasil, mas que, Presidente Flávio Arns, parabéns, porque o seu trabalho e de toda a Comissão, de todos nós que aqui estamos, com aqueles que representam as categorias, todos nós, graças a Deus, temos um só pensamento.

Pelo menos isso nós entendemos. Vamos valorizar a educação. Vamos colocá-la sempre em primeiro lugar. Porque esse é um sonho que não é mais sonho só de um. Já são de muitos. E tomara que se transforme em sonho de todos.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que aborda os temas da saúde, assistência, previdência e trabalho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, só que eu comecei a falar numa coisa e saí... Sobre a questão do funcionário da educação.

Realmente, quem vive uma administração sabe, eu dei esse exemplo de uma cidade onde não é uma secretaria de educação mas é... A secretaria da cidadania com... Nós temos que ter também a preocupação porque se você dentro de uma estrutura municipal você tem um ASG diferenciado, você vai começar a criar um problema muito grave para os outros ASGs que estão no serviço público, que estão na jardinagem, nas finanças, enfim, nos mais diversos setores da administração.

Isso tem que ser analisado com muito carinho porque com certeza ele já tem um piso que eu sei que é mínimo que não dá pra nada, mas é o mínimo. É o salário mínimo. Todos já têm. Nós precisamos melhorar. Mas não podemos também esquecer esse detalhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Próximo inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu queria... Com a aquiescência do Senador Roberto Cavalcanti, se eu pudesse fazer uma breve intervenção, tendo em vista outro compromisso. Se o Senador--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É um privilégio ceder esse espaço ao grande colega e nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Primeiro, Sr. Presidente, agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti, cumprimento os nossos ilustres expositores, Professora Cleuza Repulho, Presidente da UNDIME, Sr. Roberto Franklin, da CNTE, e a Superintendente de Desenvolvimento da Secretaria de Educação de Pernambuco, Professora Ivaneide Farias. Quero também cumprimentar e parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela iniciativa dessa Audiência Pública.

Concordando com vários elementos aqui já apontados nos pronunciamentos da Senadora Marisa, da Senadora Rosalba, eu queria, então, fazer algumas considerações.

A primeira é que nós não podemos continuar convivendo com uma situação em que ao definirmos uma lei nacional, de alguma forma nos permitimos que ela seja desrespeitada por qualquer ente da federação, sejam os estados e os municípios que cuidam da educação básica. Se a lei... A lei aprovada, a lei precisa ser cumprida.

Agora, se ao avaliarmos o cumprimento da lei verificarmos que a unidade da federação ou entes federados, como municípios, com muitas dificuldades, sem condições de implementar o piso, vamos tratar das responsabilidades, do compartilhamento de responsabilidades, no qual a União se compromete a complementar esses recursos. Nós não temos a exata noção do número de municípios que objetivamente, ou

de estados, que tem objetivamente dificuldades para implementar o piso e o plano de carreira.

Então, eu queria primeiro se essas informações já estão consolidadas pela CNTE ou pela UNDIME ou pelo Conselho de Secretário Estaduais da Educação, CONSED; se estão consolidadas, nós deveríamos avaliar então os caminhos que deveríamos percorrer no sentido de avançar para o cumprimento da lei do piso salarial, dos professores da educação básica, bem como para a garantia de que até 31 de dezembro nós tenhamos de fato os planos de carreiras reformulados no município onde já existem ou implantados onde ainda não existe.

Portanto, como vamos depender dessa informação muito precisa sobre o número de municípios, mas principalmente sobre qual é de fato as dificuldades que... Pelos quais os Prefeitos dizem ou não poder implementar o piso, queria propor, Sr. Presidente, uma... Se as informações não estão realmente consolidadas de forma global no país, de forma que tenhamos a exata dimensão da extensão do problema, visto que alguns municípios no Brasil, eu lembro aqui de Crateús, no Ceará, que enfrentou uma greve dos servidores da educação, a CNTE conhece isso, enfrentou uma greve por 80 dias. 80 dias!

Mas não é uma realidade só de Crateús [soa a campanhia], é de municípios do Estado do Pará e de outros estados brasileiros. A luta, a resistência para implantar o piso e consolidar, implantar o plano de carreira do magistério.

Nesse sentido eu queria fazer uma proposta concreta, seria a formação de um Grupo de Trabalho da Comissão, composta quem sabe por uma Subcomissão... É uma coisa bem temporária, um grupo de três Senadores, com a participação da UNDIME, da CNTE, do CONSED, no sentido de que pudéssemos ter, no prazo de um mês, de 45 dias, uma radiografia da real situação dos municípios e dos estados na implementação do piso e da perspectiva de implementação de fato do plano de carreira, tendo em vista que se as informações já estão consolidadas, eu creio que o grupo deveria então discutirmos e apresentar aqui as propostas, as medidas que podem garantir a efetividade da lei que nós aprovamos aqui.

Se isso está consolidado, melhor. Senão, devemos fazer esse levantamento completo para nos debruçarmos sobre as respostas adequadas e precisas, urgentes, para que uma lei aprovada, uma lei com a importância dessa aqui vai contemplar na verdade em torno de 2600 municípios porque muitos municípios brasileiros já estão acima do piso estabelecido, seriam as medidas necessárias para ter esse diagnóstico e, efetivamente, construirmos um conjunto de propostas adequadas à solução desse grave problema.

O que não é possível é continuar dizendo que não pode pagar. Se está aprovado, se nós fizemos aqui... Se nós aprovamos uma lei, é para ser cumprida. Então, vamos dar o jeito dentro da legalidade, dentro das possibilidades institucionais de garantir essa dignidade mínima de valorização do servidor, do trabalhador da educação no nosso país.

E queria, por último, uma última palavra dizer que achei bastante importante essa concepção e essa adoção de medidas práticas aqui trazidas pela Professora Ivaneide, que mostra de forma mais global como é que se dá a valorização do profissional de educação e da educação em geral, porque inclui os alunos, inclui a comunidade, com as medidas adotadas e aqui apresentadas em relação ao Estado de Pernambuco.

Sem dúvida, sem uma visão complexa, geral, que pense dar participação comunitária na escola à saúde do professor, da comunidade escolar, não é possível pensar, de fato, na educação de qualidade que nós todo dia professamos aqui.

Porque a realidade é muito triste. Alguém falava do... De salas... Aliás, de professores leigos ainda existentes, mas é bom dizer que ainda existem salas multisseriadas. No meu Pará é uma realidade ainda em vários municípios, em que, na mesma sala estão estudantes da primeira, da segunda, da terceira e da quarta série. É preciso avançarmos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador José Nery. Eu... Pois não, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um aparte. Um aparte. Questão de Ordem, Presidente. Só para dizer que nosso Regimento Interno, aqui do Senado, no art. 90, das Disposições Gerais e da Competência, diz o seguinte: que é competência das comissões, nesse caso nossa competência aqui, acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência.

E aqui de todos... De todos... Porque diz apreciar normas, obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer. Quer dizer que nós estamos dentro daquilo que nosso Regimento Interno nos diz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que é justamente acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas na nossa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Não tenho dúvidas nesse sen-

tido e temos feito até um conjunto de reuniões administrativas, justamente com essa perspectiva.

Eu só quero dizer ao Senador José Nery que a Presidência acata a sugestão. Hoje à tarde a gente... Já falaremos com a autora do Requerimento, que inclusive tem essa preocupação do acompanhamento para constituição desse Grupo de Trabalho, e eu penso, assim, que outros Senadores que quiserem participar também serão muito bem vindos, além dos órgãos mencionados, colocarmos o MEC também, o Ministério da Educação, o TCU, provavelmente, Tribunal de Contas da União, e talvez até a Comissão de Orçamento aqui do Senado, do Congresso, aliás, Comissão de Orçamento do Congresso.

Mas vamos discutir em conjunto para fazermos assim algo produtivo e que apresente resultados, para não ficar assim algo gigantesco, porque é bom que a coisa seja bem consistente e dinâmica.

Eu até pergunto para o Plenário, nós temos mais dois Senadores inscritos, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Cristovam Buarque, autor do piso nacional salarial. Então eu penso, assim, daríamos a palavra para os dois Senadores, aí teríamos os cinco que se manifestaram e aí eu passaria a palavra aos expositores.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente. Na verdade eu tenho até uma certa dificuldade de estar inserido nesse debate em função dos talentos ligados à educação a nível nacional que aqui estão.

Na verdade, eu sou filho de professor universitário, então tenho um pouco de sensibilidade para o que é a educação e a importância da educação no país.

Gostaria de parabenizar a Senadora Marisa Serrano, a Professora Senadora Marisa Serrano, autora do Requerimento nº 05/2009 que ensejou essa Audiência Pública.

Audiência Pública, como nós todos estamos habituados aqui no Senado é um enriquecimento. Todas as vezes que aqui estou presente, saio enriquecido com que é debatido, o que é proposto e, na verdade, quando parte uma convocação dessa, de pessoas como a Senadora Marisa Serrano, que tem o domínio e o foco dentro do Senado Federal no que tange à educação, é extremamente enriquecedor. A presença também do Senador Cristovam, Professor Senador Cristovam, também enriquece esse nosso debate.

Gostaria de repetir uma frase que eu tenho... Não é criada por mim, mas eu tenho me utilizado dela com frequência, em vários depoimentos, entrevistas e até pronunciamentos no Plenário, é que gasto com educação não deve ser considerado despesa, e sim investimento. Acho que tudo no Brasil que, lamentavelmente, é considerado gasto com educação, a rubrica está posicionada de forma equivocada. Gasto com educação, na nossa visão é investimento. É a única forma de dar ao país uma capacidade de competitividade no futuro.

Há uma tênue, um engano, uma visita da saúde nossa no sentido de acharmos que o Brasil sairá incólume dessa crise global, crise da economia global, mas lá na frente, hoje nós estamos posicionados até de forma positiva, mas lá na frente, quando nós enfrentarmos a competitividade da globalização, nós vamos nos deparar com países que investiram em educação e esses sim vão ser os colonizadores do futuro.

Ainda no tocante ao tema de educação, que é a prioridade aqui do nosso debate, eu não entendo... Quer dizer, eu ouço muito dizer que nós temos que fazer o possível no tocante à educação. Eu acho que nós temos que nos posicionar de forma diferente. Nós temos que fazer o impossível. O Brasil está precisando fazer o impossível, porque o possível é fácil de ser feito.

Eu digo, citando alguns exemplos, que o Brasil tem o domínio, assim, de tecnologias e tem... O posicionamento no *ranking* mundial na indústria automobilística, por exemplo, é considerado um dos melhores, o produto aqui feito, automóveis ou motocicletas produzidos no Brasil são a nível mundial, de reconhecimento mundial, é primeiro mundo. Se nós tivermos usuários de telefonia, nós estamos primeiro mundo; produção de soja, produção de carne... Nós somos... *Ranking* no primeiro mundo.

E pegando carona no Requerimento da Senadora Marisa Serrano, entre 56 países, no que tange à educação, nós estamos em 48º no tocante à leitura, estamos na 53º no tocante a matemática e 52º no tocante a ciências [soa a campanhia]. Então, nós estamos vendo que estamos na rabada aí do mundo no que tange a educação.

Eu gostaria de parabenizar, na verdade, para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar os expositores, o Roberto Franklin de Leão, a Cleuza Repulho e a Ivaneide de Farias Dantas, mas gostaria de me ater a uma pergunta específica à Ivaneide de Farias Dantas.

A minha pergunta... E eu tenho uma razão de ser. Sou pernambucano, estou Senador pela Paraíba, parabenizo o Estado de Pernambuco pelo grau de competência na gestão da educação, e como Pernambuco é um estado, além de ser vizinho, tem características econômicas semelhantes, me aguçou a curiosidade esse projeto que eu já tinha ouvido falar e tinha ouvido falar muito possivelmente, então a minha interferência, a minha pergunta se dirige especificamente à

senhora, no sentido de me esclarecer maiores dados inclusive para o Brasil todo, porque nós estamos na TV Senado, no que tange o *Projeto Professor Conectado*, que o Governo de Pernambuco está implantando ou implantou.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, ao Senador Roberto Cavalcanti, sempre presente, atuante e muito envolvido com todos os debates aqui dessa Comissão. Não só na área da educação, da cultura e do esporte.

Senador Cristovam Buarque, com prazer passo a palavra ao nosso ex-Presidente, sempre Presidente.

[risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu quero dizer que sou mais um pernambucano, Senador por outro Estado. Eu não pude estar na abertura, não vi as apresentações, porque sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e estávamos discutindo diversos assuntos lá.

O Senador Arns, inclusive, é relator de um projeto meu, mas precisou vir para cá, no que fez muito bem, o projeto ficou guardado para a próxima sessão. Mas tomei conhecimento de algumas falas.

Eu quero dizer que como autor do projeto eu ficaria muito preocupado, Senador, se todos os municípios pudessem pagar o piso. Porque se todos os municípios pudessem pagar o piso, o piso era muito pequenininho. Felizmente, prova de que o piso não é tão ruim, porque eu acho ainda pequeno, é de que os municípios estão em dificuldade.

Agora, nós temos duas saídas: uma, baixar o piso; outra, dar apoio aos municípios. Porque é a realidade, é a situação financeira dos municípios. Eles não têm como pagar, apesar de ser tão pouco. Eu quero lembrar que quando houve a abolição da escravatura, muitos ficaram preocupados porque ia desarticular a agricultura. E é verdade. Porque os agricultores não iam ter como pagar os trabalhadores livres. E de certa maneira era verdade. Mas, a princesa, ou seja, a Coroa, o Parlamento não aceitou voltar atrás. E disse: "Vamos ver como é que se resolve o problema do trabalho". E mandou-se buscar trabalhador livre na Alemanha, na Itália... No Japão logo depois, agradeço, e se manteve a abolição.

Eu considero que o piso é um passo da abolição da escravatura. E nós temos que libertar os professores da escravidão do baixo salário. Porque um salário muito baixo é uma forma de escravidão, que termina sendo... Coberta a escravidão, pelo trabalho mal feito, pelo pouco trabalho, como houve também na abolição da escravatura nos Estados Unidos. Os escravos deixaram de trabalhar, os ex-escravos, plenamente. Passaram a usufruir da sua liberdade, querendo apenas produzir para si, em pequeníssimas propriedades, sem trabalhar nas propriedades dos proprietários que produziam sobretudo algodão.

Então, a nossa, essa audiência é muito positiva pra gente mostrar a realidade fiscal dos municípios, mas a importância de manter e até aumentar o piso e procurar saídas.

A minha saída, eu até gostaria de ouvir a opinião de quem está na ponta, tanto do Roberto como das secretárias, a saída a médio prazo pra mim vai ser a criação da carreira nacional do magistério. Levar a carreira, por exemplo, que tem hoje os professores do Pedro II, a todo Brasil. Obviamente sob o patrocínio do Governo Federal. Tanto na seleção, por concursos federais, como no pagamento do salário federal. Como são os da universidade. As universidades, os reitores continuam sendo os gerentes. E eu defendo que os Prefeitos continuem e os Governadores também. Não acredito em gestão desde Brasília. Um desastre seria. Ao contrário. Eu creio que a gente deve chegar ao ponto de descentralizar tanto, que nem o Prefeito seja o gerente, que seja a própria escola, os professores, os pais, as crianças sejam capazes de fazer a gestão da escola.

Mas isso é uma etapa que a gente não deve se preocupar agora. A gestão deve ficar local, com os municípios. Mas o salário não dá para vir dos municípios, nem dos governadores, e nem do Governo Federal se a gente fizesse isso para os dois milhões de professores que atualmente estão na rede. Não teria dinheiro que chegasse. E nem isso melhoria tanto a educação, porque o simples aumento de salário não levaria à melhoria da qualificação do professor e nem, vamos falar com a franqueza, da dedicação do professor depois de tantos anos de serem massacrados com baixos salários ou pela má vontade de alguns dirigentes ou pela falta de dinheiro.

Eu defendo e está andando por aqui a criação de uma carreira nacional do magistério. Do jeito que hoje tem as 230 escolas federais, planos individuais de carreira, unificaria esses planos, como é o da ANDES, ou seja, o da Andes como sindicato, como são os salários das universidades federais. É um plano único. E aos poucos a gente implantaria em todo o Brasil nas escolas de educação de base.

É a única maneira do salário chegar aos quatro mil reais que tem hoje, em média, o Colégio Pedro II, ou os professores de Brasília, porque aqui é Federal. Aqui o Governador administra, mas o dinheiro vem do Governo Federal. A discussão é se esse dinheiro viria do Governo Federal para o Governo local pagar os professores ou, o que eu imagino, que vá direto para

a conta do professor. Eu acho que do Governo Federal direto, como nos funcionários do Banco do Brasil; cada agência tem seu gerente, mas há um plano de carreira nacional e os recursos não são pagos com recursos locais da agência. Não. Sai daqui de Brasília o dinheiro de cada funcionário. De lá eles mandam o lucro da agência. O lucro, no caso das escolas, seria o aprendizado dos alunos, que é um capital maior de que o dinheiro que as agências do Banco do Brasil mandam para Brasília.

Então, eu gostaria de ouvir a opinião sobre essa idéia de uma federalização da carreira nacional do magistério. A criação da carreira nacional do magistério da educação de base, da mesma maneira que há uma carreira no ensino superior das universidades federais. Acompanhado isso, de um projeto que está junto com o da carreira, que é um programa de federalização da qualidade da educação, dando à União, junto com os estados e municípios, a responsabilidade pela edificação de qualidade e pelo equipamento de qualidade e moderno das escolas.

Eu quero dizer que isso eu coloco como condição federal para chegar a todo o Brasil, mas eu tenho visitado escolas municipais que tem qualidade melhor do que de qualquer colégio, até quase todos os colégios particulares. Há pouco visitei em Palmas, Tocantins, duas escolas, não apenas em horário integral, mas com duas piscinas, uma grande e uma pequena, com aula de música, com laboratório de matemática, de línguas... Tudo que você deseja eu vi.

Mas vai ser difícil uma prefeitura fazer isso com todas as escolas. Eles têm duas escolas assim. O Prefeito diz que vai fazer isso até o fim do seu mandato. Mas vai ser difícil. Como seria difícil com um mandato só, dois, três de Presidente, tem que ser um projeto de 20 anos para o Brasil, que eu defendo que seja implantado por cidades, não por escolas individualmente. Que foi o erro talvez do Brizola, quando fez CIEPs individualmente, em vez de fazer CIEPs em pura(F) cidade. Numa cidade todas as escolas seriam CIEPs. CIEPs não no sentido da construção... Depois outra cidade.

Em 20 anos a gente precisaria fazer cerca de 250 cidades por ano. O que exigiria 100 mil professores por ano. E também servidores. O que atenderia três milhões de crianças em 10 mil escolas. Então, a gente faria isso nas cidades que quisessem. As Prefeituras que não quisessem vir não viriam num primeiro momento.

No primeiro ano do Governo Lula a gente começou isso em 29 cidades. Diminutas cidades de 10 mil habitantes. Porque foi com o dinheiro do próprio MEC. Não se pediu dinheiro do tesouro em geral. Se reduziu até mesmo a bolsa escola, porque tinha mais dinheiro do que famílias recebendo naquele momento, tiramos dinheiro até do bolsa escola para fazer esse programa chamado *Escola Ideal*. Mas tinha duas, três escolas por cidade. Lamentavelmente, em fevereiro esse programa parou; de 2004.

Então, essa é a sugestão que eu dou. O piso tem que aumentar, mas os prefeitos não têm como bancar. Na saída, o Governo Federal ir além no que faz hoje na educação de base. Como também eu defendo que haja o Ministério da Educação de base. Separado do Ministério do Ensino superior. Enquanto o MEC cuidar dos dois, só quem manda é a universidade.

Vocês certamente têm dificuldade de ver o Ministro. Mas nenhum Reitor tem dificuldade de ver o Ministro. O Reitor abre a porta do Ministro. Já secretário municipal tem dificuldade de ver o Ministro. Porque o Ministério da Educação virou Ministério das universidades federais e das escolas técnicas. Precisa de um Ministério da Educação de base, que inclusive faça convênios com o Ministério da universidade, se é que vai se criar um. Ou Ministério da universidade, ciência e tecnologia, como é em alguns países.

Mas o fato é que o piso não se pode nem imaginar não pagar. Tem que se discutir como dar dinheiro aos municípios para pagar. De imediato, o Governo prometeu. O Ministro que foi o grande defensor do piso, ele disse que nenhum município ficará sem o dinheiro necessário para pagar o piso de 950. Quando chegar 950 que é no próximo ano.

Então, é ir atrás do Ministro. E vocês têm aqui auxiliares. A Marisa, a Senadora Marisa, eu tenho certeza que estará na frente dessa batalha, o Senador Arns, eu, o Senador Roberto, aqui todos os Senadores que tem o mínimo de envolvimento com a educação.

Então, fica aqui a manifestação de solidariedade aos municípios que não podem. Claro que precisa ver as contas, porque tem município que é capaz de poder e dizer que não pode, porque tem outras prioridades. Aí eu não conheço tão bem. E como é que a gente faz para que a União passe a ter um papel maior na educação de base.

E eu gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre essa idéia de um... De uma carreira nacional do magistério, como existe uma carreira nacional do magistério superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra agora à Senadora Cleuza Repulho. A Senadora... Professora, futura Senadora.

SRA. CLEUZA REPULHO: Não, não. [risos] Longe disso. Ainda primeiro preciso me filiar para depois...

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. CLEUZA REPULHO: Em São Paulo, isso mesmo. Bom, eu acho que tanto eu como o Leão, enfim, tentamos anotar tudo e caso a gente não consiga dar conta de tudo, a gente fica à disposição.

Então, eu vou começar, Senadora, com as colocações. Concordo muito com algumas questões colocadas, porque esse é o dilema de quem está na ponta. E eu sempre digo que tem duas coisas nessa vida que são muito difíceis: uma é criar filho, porque eles não vêm com manual, não pode reclamar no PROCON, enfim, a gente tem uma série de dificuldades; e outra é ser governo, porque o Governo pressupõe lá a ação e todo o trabalho para o resultado dar certo ou não.

Em relação aos servidores exclusivos para a educação, isso de fato é um problema para os municípios. Nós já temos dificuldades, eu que já fui secretária em uma cidade, sou secretária em outra cidade agora, às vezes os servidores da educação são vistos como privilegiados. Porque tem estatuto, porque tem, agora, piso, enfim, então eu me recordo assim, toda campanha salarial o pessoal demora para chamar o grupo da educação, porque fala: "Vocês não precisam". E não é bem assim. Não é bem assim.

Então, essa questão dos servidores que trabalham na educação, nós temos hoje municípios em que as secretarias tem uma, duas escolas. Portanto, um grupo de servidores e que, às vezes, funciona um período só do dia. E os servidores são otimizados em outras ações. É claro que isso é uma minoria. Então, eu acho muito perigoso, é preocupante a questão da gente tratar com exclusividade.

Além do que a gente vai precisar trabalhar muito com a questão legal. Há uma isonomia, e a gente lutou muito para a isonomia. Mesma função, mesmo trabalho, mesmo salário. Então, quando a gente separa os servidores, os auxiliares gerais, da educação, dos outros servidores da Prefeitura, isso cria um problema muito sério.

De fato, nós gostaríamos que todo mundo ganhasse bem, ou fosse bem remunerado. Ficar classificando alguns funcionários, isso é um problema para gerir, para administrar. Acho que a gente precisa tomar muito cuidado com isso. Além do que, antes de mais nada, fazer muita conta. Foi o que a UNDIME fez em todo o processo do piso nacional de salários.

Nós temos na UNDIME, [ininteligível] centenas de planilhas. Os municípios atenderam a UNDIME quando nós pedimos que eles mandassem quem tem plano de carreira, qual é o salário base, quais são as gratificações, porque o problema é, como a Senadora aponta, quantos municípios já pagavam piso? A gente também tem que separar as coisas. Alguns pagavam um salário inicial muito pequeno, mas penduravam ao salário "N" gratificações, que não se consolidavam na aposentadoria. A hora que o servidor fosse se aposentar, ele voltava ao seu salário inicial de 200 reais.

Nós temos estados grandes na Federação, com bons recursos, que tinham piso inicial de 250 reais, para 40 horas. Porém, tinham uma série de gratificações e o que a UNDIME e eu lembro bem que a CNTE também acompanhou, é que a gente não tivesse essas coisas mais penduradas. Que, de fato, fossem os salários dos professores. Porque também algumas... Algumas gratificações vinham no Governo "X" e sumiam no Governo "Y". Aí os professores acumulavam dívidas ou qualquer outra ação e aí a gente precisa separar bem.

Em relação aos salários e às greves, e a UNDIME tem recebido até por membros da Diretoria Nacional uma série de apontamentos e como é que a gente vai se posicionar em relação a isso, hoje nem nós... Eu imagino que nem a CNTE, nem o CONSED, nem o Ministério da Educação temos esse mapa.

Infelizmente, para algumas questões, o sistema no qual nós estamos organizados, ele atrapalha. Essa independência de municípios e estados, isso faz com que a questão dos dados seja prejudicada. O censo avançou, a gente vem há 20 anos trabalhando na melhoria do censo, porém essa situação real de quem já está pagando, quem já tem plano de carreira e quem conseguiu implantar o piso, nenhum de nós, nenhum desses entes tem condição hoje de dizer.

Então, nós teríamos sim, dentro dessa comissão proposta, que organizar. Se de fato é um movimento grande, um movimento pequeno, quem é que de fato teria condição de pagar o piso, não paga e porque não paga. Eu acho que o Senador Cristovam apontou isso. Tem prefeito e tem governador que tem recurso e não paga. Porque está esperando a ADIN para frente ou pra trás. E não é isso que a UNDIME, eu sei, enfim... A UNDIME, principalmente defende.

Até porque a maioria, pelo que a gente tem conversado, não é dado, e aí não dá pra gente trabalhar numa comissão com percepção, a gente tem que trabalhar com fato, de que muitos municípios estão pagando sim. Estão se esforçando e estão pagando. E dizer que muitos já pagavam, também não é verdade, por questão das gratificações. O que eu pessoalmente, enquanto gestora, sempre fui contra a questão de pendurar gratificações em salário dos professores.

Em relação ao que a Senadora coloca, do plano emergencial, que o Governo Federal enfim vem apontando, eu só queria fazer um adendo, que a redução do IPI para meu município ajuda bastante por conta das montadoras. São Bernardo do Campo eu não posso

aqui... Porque para nós isso fez uma diferença muito grande janeiro e fevereiro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. CLEUZA REPULHO: Para o país, concordo... Meu lado educadora concorda plenamente. Sei que o meu prefeito vai depois... Mas ele também entende, porque também aplica direito, enfim.

Mas eu queria lembrar que o Ministério do Planejamento naquela ação de um repasse maior aos municípios, infelizmente mandou uma comunicação aos prefeitos dizendo que aquele aporte de recursos não necessariamente poderiam ser vinculados à educação e à saúde. Este é um equívoco, este é um equívoco muito grave, que aí as secretarias municipais de educação e de saúde ficam à mercê do prefeito achar que é importante ou não. Algumas pessoas imaginam que seja até inconstitucional. Porque é um repasse.

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim [interrupção no áudio].

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: A CNTE e a CNTSS que também tinha interesse por conta da vinculação com a saúde, nós enviamos aos senadores, aos líderes de partido esse questionamento e pedindo que na votação da Medida Provisória, que foi por Medida Provisória?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: Isso fosse levado em conta. Então nós fizemos a nossa... Nosso dever de casa, vamos dizer assim, de questionar o fato de não estar vinculado às verbas constitucionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SRA. CLEUZA REPULHO: Isso mesmo. Porque esse repasse de fato entraria nas verbas vinculadas e poderia ajudar, enfim, na constituição aí da ação correta e concreta.

Depois, quando a senhora aponta a questão de quem se beneficiou com o piso, quando eu fui Presidente da UNDIME eu tive oportunidade de conhecer praticamente todas as realidades dos 27 estados [soa a campanhia] e mais do que isso, nos lugares mais pobres. Então, eu tenho a clareza e a certeza de que milhares de professores foram beneficiados, sim, com o piso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. CLEUZA REPULHO: Ah, tá. Porque eu coloquei aqui quem de fato se beneficiou. Desculpa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pergunta foi a seguinte, se--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para efeito de notas taquigráficas, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, obrigada. Só... A pergunta foi o seguinte: para as aposentadorias especiais, se isso interfere na implantação do piso, se isso prejudica?

SRA. CLEUZA REPULHO: Isso. Eu tinha feito então... Desculpa. A UNDIME, ela é favorável sim à aposentadoria especial dos coordenadores, dos diretores. Há uma vinculação, claro, porque hoje nós temos redes que em implantando o piso, os diretores receberiam menos do que os professores, o que de fato não pode acontecer.

Então, ele mexe, mas o impacto é pequeno em relação à importância que um diretor, um coordenador ou um assistente tem para o sucesso de uma escola. Todas as pesquisas do UNICEF, do MEC, da UNESCO mostram que os bons gestores fazem toda diferença nas unidades escolares.

Quando a senhora trata da questão da carreira, nós municípios, nós vamos ter um problema seriíssimo para implementar em seis meses. Porque as diretrizes gerais de carreira foram publicadas no mês de junho. Nós temos cinco meses para adequar, passar projeto de lei nas câmaras de vereadores e adequar toda a carreira do magistério em cidades em que não há a questão das remunerações penduradas, é difícil, é um pouco mais tranquilo.

Aonde não tem, e eu vi o exemplo de Pernambuco, você tem que fazer toda uma negociação, precisa aprovar na câmara também novo orçamento quando for necessário, para suplementação de verba e tal. Nós entendemos que é preciso, sim, colocar um prazo, um teto.

Não dá para ser como a questão de quando os professores devem ter ensino superior, que a gente aprovou a lei, mas nunca implementou de fato, nunca se pôs um prazo definitivo. Mas tenho a clareza da dificuldade que nós vamos ter, em cinco meses, de organizar os planos de carreira nos 5.563 municípios nesse país.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. CLEUZA REPULHO: Mas eu entendo, Senadora, que nós temos que fazer um cronograma de trabalho e que esse cronograma seja cumprido.

E que a UNDIME, o CONSED, junto com o Poder Legislativo e a CNTE estabeleçam claramente. Eu acho que uma ação como essa, que vai ter um benefício direto, e foi o que todo mundo lutou para acontecer, pre-

cisa de um cronograma. Para que a gente não corra o risco de ver os consultores que cobram um valor que os municípios se esforçam para pagar, para receber um plano de carreira pronto em que os professores de fato não participaram da discussão. Não é isso. Não é isso que a UNDIME defende. A gente quer um plano em que os professores se sintam representados.

Eu vou ajustar, Senador, para não tomar, não passar mais ainda do tempo. Nós concordamos com a criação de um GT de trabalho, como o senhor coloca, que esse de fato seja um GT de trabalho prático, onde a gente venha com as informações, trabalhe em cima de um cronograma proposto e onde nós vamos chegar. E para isso a UNDIME se sente capaz, porque ela é composta por secretários municipais. A nossa Diretoria reflete bem isso. Nós temos hoje todos os estados da federação representados e podem, com clareza, contribuir para isso.

Em relação ao cumprimento da lei, hoje nós não temos nenhum mecanismo para levantar esses dados. Também seria aí criado... Eu lembro muito bem que a câmara de vereadores do município onde fui secretária estabeleceu que a cada dois meses eu deveria mandar todos os dados com relação a educação. O que foi empenhado, o que foi efetivamente pago, como é que estava a arrecadação. Eu acho que isso todos os municípios e estados deveriam fazer. Porque uma coisa é vir reclamar e dizer que não dá. Outra coisa é provar que não é possível pagar.

Em relação à complementação da União, eu não consigo falar com os detalhes, eu acho que o Ministério, FNDE poderia dar com maior clareza, mas os estados e municípios podem pedir a suplementação, porém, não é um trâmite muito tranquilo. Os municípios devem preencher uma planilha com a remuneração, como é que o município está organizado, para conseguir essa complementação.

Eu não questiono a questão da forma, porque eu imagino que seja a forma onde é possível depois que seja comprovada a necessidade. O que nós questionamos é a capacidade técnica que os municípios têm de preencher uma planilha como essa. Qual é a capacidade técnica que hoje nós teríamos para responder e de fato demonstrar. Então, acho que esse é um problema muito... Muito concreto.

Eu não queria deixar de terminar, e depois acho que o Leão até complementa algumas coisas que eu deixei, mais na visão da CNTE, mas Senador Cristovam, eu vou colocar de alguém que sofre isso diariamente. A municipalização já não foi fácil e não tem sido fácil para os municípios. Que dirá a federalização. Eu falo de um lugar onde o poder do estado, não sou de um município pequeno, tenho uma boa arrecadação, porém, nós antes de mais nada precisamos efetivar o regime de colaboração.

Não é possível o estado impor o seu tamanho aos municípios. Porque uma questão é São Bernardo do Campo discutir com o Estado de São Paulo. Outra coisa é uma cidade de dois mil habitantes discutir com o Governo do Estado de São Paulo.

Então, se o Ministro tem dificuldade de receber, o secretário de estado sequer nos recebe em algumas ações. Então... E aí eu não estou especificando que seja São Paulo. Nos relatos da UNDIME nós temos problemas em praticamente todos os estados da federação, por isso que quando a gente ficou muito feliz em relação ao lançamento do Programa Nacional de Formação, de Licenciaturas, e ontem na CAPES, eu sou membro do CTC da Educação Básica, 21 estados aderiram. Outros não. E aí quem deu o azar de estar no estado que não aderiu, o professor não vai ter acesso.

Isso não pode acontecer. As crianças não podem ser penalizadas porque nasceram no município tal onde o gestor não se preocupa e onde não há política pública efetiva. Então, eu concordo em parte, mas nós precisamos ainda avançar muito. A UNDIME está um pouco cansada de ouvir que as crianças nasceram no município tal. Esse município continua inserido num estado, que continua dentro do Brasil.

Eu sempre acho que é mais difícil ser município. O Prefeito está mais perto, o secretário está mais à mão. Eu canso de receber pessoas reclamando das escolas estaduais. E aí, até que eu explico que o Prefeito não pode, então, esse regime que nós temos, eu não acho... Eu acho que vale a pena nós discutirmos como é que os sistemas estão organizados.

Essa independência que os sistemas tem, tem mais prejudicado do que ajudado. Nós temos... Por que não fazer uma intervenção num município onde o gestor, que é uma das suas propostas, a lei de responsabilidade educacional. Não adianta só ele ficar inelegível. As crianças que ficaram sob a coordenação dele nos últimos quatro anos pagam preço muito mais alto do que ele ficar inelegível.

Então, acho que essa discussão precisa ser feita e a gente tem que ter mecanismos de defesa dos municípios em relação aos estados. Porque quando a gente deixa de fazer merenda escolar para as escolas estaduais, o ônus sempre fica para o prefeito. E é ele quem recebe as crianças lá com fome. Ninguém vai olhar que os municípios colocam milhões de reais para conseguir manter essas merendas.

Então, é mais nessa linha. Agora, entendo que é importante sim que a gente faça essa discussão. Os professores não podem ficar reféns dos gestores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite? Que tem que discutir, tem. Eu acho que não está pronta a idéia, nada. Agora, vai na sua linha a minha proposta. Libertar os municípios do estado, só vinculando à União. Agora, mantendo a descentralização gerencial. E a liberdade pedagógica. Sou contra um único método pedagógico; não existe dono da verdade em pedagogia, de jeito nenhum. Tem que deixar testar e as avaliações vão ver quais são boas e quais são ruins.

Mas deu certo no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e tudo que é da economia. Deu certo nas universidades, a paridade. Eu vi a implantação da paridade. Quando eu assumi a reitoria da UnB não havia paridade. A UnB tinha o menor salário das fundações. Aí conseguimos subir o salário e aí veio a paridade. Na época eu fui contra. Porque eu achava que a paridade tirava a autonomia, mas, foi positivo, deu força ao sindicato.

Imagine a força que teria a federação quando fosse único o plano de cargo e salário. E o Prefeito podia pagar mais se quisesse, mas não menos, porque viria da União diretamente. Podia dar as gratificações locais.

Então eu insisto que eu gostaria de debater mais esse assunto, mas creio que é a única maneira de se fazer com que a criança, aonde ela nascer ela seja primeiro brasileira. Depois, ela é recifense. Hoje uma criança só vira brasileira quando entra no Exército ou começa... Ou tem o CPF. Antes ela é municipal. Veja que no caso das coisas que interessa às classes altas a gente resolveu. A gotinha é nacional, a gotinha da poliomielite, porque a poliomielite dá em pobre e dá em rico. Mas a campanha de erradicação do analfabetismo não é, porque não dá em pobre, aliás, não dá em rico. Se analfabetismo pegasse, a gente já tinha acabado com o analfabetismo. Mas analfabetismo não pega. Você alfabetizou, pronto.

A gente há pouco estava na Direitos Humanos discutindo, Senador Flávio Arns. O horror que hoje tomou conta desse país, a pedofilia. A gente não vê o mesmo horror com a prostituição infantil. Porque a pedofilia toca em todas as classes. A prostituição infantil só toca nas crianças pobres, e nas adolescentes pobres.

Então, a federalização acho que nacionaliza. Agora, a palavra é muito forte, federalização, talvez tenha que descobrir outra palavra melhor,

SRA. CLEUZA REPULHO: Para não assustar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para não assustar, sobretudo os paulistas, que tem dinheiro. Porque nos países... Nos municípios mais pobres eu acho que há uma simpatia. E quanto ao IPI, eu queria dar uma sugestão: diga ao Prefeito que comece a trabalhar rapidamente um programa de reorientação das indústrias de automóvel para fabricarem outras coisas. Porque não vai durar mais 20 anos automóvel como fator dinâmico. Não vai ter onde colocar, não vai ter combustível suficiente e a temperatura da terra vai subir muito.

Eu defendo que a gente comece a pagar para que as indústrias de automóvel passem a fabricar ônibus. Aqui tem um que é contra; o Roberto Cavalcanti é contra isso. Já conversamos. Comece a fabricar ônibus ou carros para o público, não carro para o privado. Transporte escolar, a ambulância, carros de polícia, com uma demanda fixa do Estado. Porque a demanda privada de automóveis, ela só vai continuar crescendo se a gente gastar tanto dinheiro na infraestrutura, como Boston hoje tem uma cidade por debaixo da cidade para que os carros andem. Cada rua em cima tem um andar debaixo. Não dá pra fazer isso no Brasil sem sacrificar educação, saúde. Mas eu vou deixar para discutir automóvel no outro dia, meu caro Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente Flávio Arns. Art. 14, fui citado nominalmente e tenho direito à defesa.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti então com a palavra. Eu só peço assim uma... Assim, uma... Vamos dizer... Sem prejudicar, a serem sucintos, para eu poder passar a palavra ao Roberto e à Ivaneide.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu vou ser bastante rápido, bastante sucinto, e pedir permissão ao meu professor de economia, que me honrou, está me acompanhando há 40 anos como amigo e me honra, para dizer que o que eu digo com muito atrevimento ao meu professor, é de que o que eu acho que é simplesmente que o momento não é este para o debate.

O Brasil passa, como o mundo passa por uma crise global, na qual exige a recuperação econômica, existem os problemas ambientais, existem os problemas de infraestrutura necessárias para a acomodação da frota automobilística, mas eu gostaria de... Só de pinçar uma manchete aqui do *Estado de São Paulo* de hoje, "*venda de carros alcança melhor resultado mensal da história*".

Isso é um fato que é importantíssimo. Porque a indústria automobilística multiplica, multiplica a economia, alavanca a economia. E o Brasil, em contraponto com o resto do mundo, se nós olharmos a indústria automobilística do mundo nós vamos verificar que ela está em decréscimo, ela não conseguiu se recuperar.

E o Brasil está dando um exemplo de recuperação econômica.

É só isso. Mas respeito aí o tema da audiência e peço perdão e desculpa por ter utilizado aí a nível de brincadeira do art. 14.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E a minha admiração ao meu professor e Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso é um dado positivo e assustador. Esse dado é assustador.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria... Não fui citada pelo art. 14, mas só dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas poderia ter sido.

[risos].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Poderia ter sido. Então, só para não deixar passar em branco, não discuti isso com o Senador Cristovam, e nós nos respeitamos muito, estamos no mesmo barco e trabalhando juntos, mas essa é uma questão que tem que ser muito discutida.

Porque a descentralização, eu penso no meu Mato Grosso do Sul, na fronteira minha com a Bolívia e com o Paraguai, no meu Pantanal, essa não é uma questão fácil de pensar, que uma federalização pudesse resolver o problema da educação.

E dividir que... O prefeito seja o gestor, o prefeito gestor e o Governo Federal ter o domínio sobre o pagamento dos professores, vai ser uma guerra contínua. Essa é uma questão que a gente tem que debater. Concordo, estou pronta para debate, mas já quero dizer aqui das minhas preocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um detalhezinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A guerra vai ser entre os professores e o Governo Federal. Os prefeitos vão ficar fora da disputa salarial. Como reitores aqui passam tranquilos as greves, porque a briga dos professores universitários é com o Ministro, que é quem paga o salário.

Agora, a gestão, não, a gestão tem que ser descentralizada. E aí eu radicalizo. Eu acho que poderíamos chegar a uma descentralização por escola, como em alguns países se faz. A Finlândia, a escola tem liberdade para demitir o professor que não trabalha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria só de fazer uma observação em relação às crianças e adolescentes, antes de passar a palavra ao Roberto Franklin de Leão, porque muitas pessoas acompanham essa audiência e vão acompanhar depois também, que quando a gente fala de prostituição infantil, a criança, até por estar num nível... Numa idade de desenvolvimento ela não tem absolutamente qualquer discernimento em relação ao que ela está fazendo.

Então, nós usamos muito mais a expressão a "exploração sexual da criança e do adolescente" e tentando eliminar esse conceito de prostituição infantil, que é um conceito muito difundido no Brasil, prostituição infantil.

Então, acabar com esse conceito, porque a criança e o jovem estão num período de desenvolvimento e não tem absolutamente qualquer condição de decidir, "Não, eu vou por esse caminho ou vou por outro". Mas, por serem crianças e adolescentes, estão sendo explorados sexualmente.

Então, a expressão, assim, inclusive para criarmos esse conceito na sociedade, que seja de exploração sexual de criança. Uma pessoa explora sexualmente. A gente lamenta, só aproveito isto, a decisão do STJ--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sobre o Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que na minha opinião não tem cabimento algum. A pessoa deveria ser presa, presa porque cometeu o crime de exploração sexual da criança e do adolescente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E não é prostituição infantil. Então, os Ministros estão equivocados. E até nós poderíamos fazer esse debate aqui na própria Comissão de Direitos Humanos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu ia justamente pedir isso a V.Exa.. Porque isso aconteceu no meu estado. E dizer que o Tribunal de Justiça dizer que porque está pagando e isso então não é crime? Isso é um absurdo, um equívoco inominável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Absoluto. E está muito enraizado, infelizmente, na nossa cultura, que considera isso prostituição infantil. Então, por isso que eu digo, vamos parar de usar a expressão e usar a outra.

Muito bem, passo... Sim. Nós temos a presença do Wilson Matos, seja muito bem-vindo, esteve com a gente como Senador durante vários meses, é suplente do Senador Alvaro Dias, inclusive participando desta Comissão e com vários Projetos de Lei em tramitação. Seja sempre bem-vindo.

Roberto Franklin de Leão.

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: Bom, eu quero até começar dizendo para a Cleuza que se ela levar a proposta feita aqui de extinguir automóvel, o Prefeito de São Bernardo a demite na hora [risos]. Até porque ele é metalúrgico da Volkswagen. Então, vai ter problema. Ele vai demitir, mas ele vai ficar sem emprego depois, inclusive [risos].

Mas é uma questão preocupante mesmo essa questão da... São Paulo é um exemplo disso, o número muito grande de automóveis e a gente hoje não tem como andar na cidade de São Paulo, que é uma loucura. Mas o tema automóvel fica para outra questão, outro momento.

Eu quero dizer o seguinte: nós não temos, Senadora Marisa e senadores, os dados exatos de quantos municípios não pagam ou estão pagando de um jeito ou estão pagando de outro, está certo? O Brasil, o tamanho que tem a senhora sabe, é praticamente impossível a gente ter esses dados absolutamente certos, exatos, etc. Mas estamos trabalhando, buscando conseguir um número mais aproximado possível. Temos feito através dos nossos sindicatos estaduais uma... Pedindo a eles que busquem fazer um levantamento, mas é uma tarefa muito difícil.

E eu quero começar falando sobre o piso dizendo o seguinte: uma grande confusão... Uma confusão generalizada se criou a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal não se limitou a fazer aquilo que os governadores pediram. Embora eu não concorde com que os governadores pediram, mas os governadores fizeram, pediram inconstitucionalidade do artigo tal, tal e tal.

Além deles julgarem, eles, como tem sido costume, eles legislaram também. E aí, como demoraram a publicar o Acórdão do julgamento, ficou uma confusão generalizada no Brasil como seria feito o piso. Porque o piso foi julgado constitucional. Porém, o art. 2º e o 3º, ao julgar e ao fazer, legislar, eu acho que... Até fica aqui o seguinte: nossas casas de leis precisam se ater ao fato de que ali do outro lado da praça estão tomando o lugar, porque estão legislando. Criou um problema. Mas isso... Isso demorou até a publicação do Acórdão, depois o Acórdão foi publicado, também existe dúvidas, etc.

Eu acho o seguinte: concordo com a Senadora também quando diz que 950 reais é um absurdo de pouco. Que não tem cabimento município dizer que não pode pagar, que não vai pagar. Durante o processo de debate do piso, e isto... Vários levantamentos sobre condições financeiras dos municípios foram feitos. Ministério de administração, Ministério da Educação, Administração, Fazenda... Muita coisa teve que ser negociado com a Fazenda, com a Administração, por conta da lei. E, no momento, todos os dados apontavam para a possibilidade de pagar. Apontavam.

Eu quero dizer também que eu concordo que o Governo Federal tem que contribuir mais com a questão do piso nacional de salário. Tem um... Não sei se os Senadores já tomaram conhecimento, mas foi publicado há alguns dias... A Portaria, não é, Eduardo? A portaria do MEC estabelecendo algumas regras para a complementação da União, que eu considero que são insuficientes para o tamanho do gasto que é o piso, do investimento, melhor dizendo, o pagamento do piso.

Eu acho que é necessário que tenha mais dinheiro, sim, para poder honrar o compromisso dos municípios. Agora, eu também concordo que a gente precisa ter dados reais e concretos dos municípios. Tem uma questão que afeta a educação muito, que é a seguinte: muitas tarefas do município são exercidas por profissionais da educação desviados de função. Então, é muito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO: Por contrabando. E é muito comum nós termos professores na cultura, no transporte, na cidadania, ação social, enfim, espalhados em todas as secretarias do município.

Isso cria um problema. Porque quando você tira ele dali da sala de aula, você tem que pôr outro. E você vai criando uma bola de neve que vai crescendo, vai crescendo e vai crescendo. Então, é necessário que a gente faça um ajuste, e quando a gente aponta no nosso documento é necessário que se faça um ajuste nessas questões.

No que diz respeito aos funcionários, é a mesma coisa e ainda pior. Porque tem lugar que o secretário, o funcionário está alocado na secretaria de educação, o secretário de educação não sabe, inclusive, e ele está trabalhando lá no cemitério, no hospital, no campo de futebol municipal. Essa é uma realidade brasileira.

E que é necessário que a gente tome providência para que isso seja sanado. Muitas vezes é por necessidade mesmo. Muitas vezes os municípios não

têm... Vamos admitir aqui, uma burocracia competente e competente no sentido de que eles não têm conhecimento técnico para trabalhar muitas coisas que são apresentadas para eles. Então, nós temos que ter essa preocupação.

E acho muito bom que o Senado da República tenha tomado... Que essa Comissão tenha chamado para si a tarefa de acompanhar a implementação de leis que são votadas. Eu espero que isso aconteça nas outras comissões também. Acho que é muito importante que a Comissão de Educação tenha tomado essa decisão de acompanhar o que foi votado, pelo menos naquilo que diz respeito ao mérito da educação, etc. É bom que o Parlamento brasileiro faça isso, porque aproxima ele mais da realidade e passa a ter uma relação mais próxima com o que acontece.

Questão dos funcionários. Eu quero dizer o seguinte. Nós, sem dúvida, apoiamos a reivindicação antiga que os funcionários de escola sejam reconhecidos como profissionais de educação. Mas está escrito profissionais.

E hoje, em sendo aprovado o projeto da Senadora Fátima, que eu espero e tenho certeza que os senadores votarão a favor, nós estaríamos falando de profissionais, portanto pessoas que estariam inseridas num processo de piso, de carreira, etc., de pelo menos... Perto de 20 mil funcionários. De um total de aproximadamente um milhão de funcionários que nós temos nesse país. Sem levar em conta que nós ainda temos, Senadora, milhares e milhares de profissionais da educação que atuam no serviço de limpeza, de... Enfim, que são analfabetos. É uma vergonha que a gente tenha dentro da escola funcionários que são analfabetos, mas existe, é uma realidade. Ou semialfabetizados.

O processo, no tempo, está certo, e nós teríamos condições de fazer as devidas adequações a um número, porque eles terão que fazer um curso, eles terão que ter o diploma de profissionais naquelas áreas, da área 21 que o Conselho Nacional de Educação aprovou, e a partir daí entrariam numa carreira e o piso de que nós estamos falando é um piso para... O piso que existe hoje é um piso para profissionais do magistério, professores, vamos dizer assim. Não está tratando da questão dos funcionários. Claro que haveria debate e discussões a respeito de uma melhor, de uma maior escolarização dos funcionários, não tenho dúvida. Mas estamos falando hoje de menos de 20 mil funcionários. Se tanto.

Bom, então a questão da dificuldade de pagamento do piso é isso. Eu acho que nós temos que fazer, sim, é importado que haja uma verificação das reais condições dos municípios. Eu li uma... Tem uma pesquisa aí que aponta que 62% dos municípios, de uma forma ou de outra, não cumprem aquilo que está estipulado na Constituição dos 25%. Não cumpre. Num lugar o Tribunal de Contas diz que os funcionários... Diz que o pessoal que está aposentado tem direito, pode estar na folha de pagamento da educação. Noutro lugar não diz. Outro lugar não pode.

Então, nós temos que ter uma uniformização de algumas normas desse país para poder inclusive conseguir caminhar para frente como um país moderno, um país que se propõe a avançar cada vez mais.

Compartilhar... Eu acho que nós temos, Senador Cristovam, aí já entrando na sua... No seu questionamento, a CNTE trabalha com a perspectiva de uma carreira nacional de docentes. Trabalha. Nós trabalhamos. Inclusive nós consideramos que é um avanço, como já existia, inclusive, mas é bom que tenhamos diretrizes nacionais de carreira, que vão balizar a construção de planos de carreira. É importante.

Eu acho que nós temos que resolver um problema anterior, que é normatizar o regime de colaboração entre os entes. O fato do Brasil ser uma República Federativa [soa a campanhia] em que os municípios... Já vou concluir, Senador, em que os municípios... Talvez o Brasil seja o único país do mundo, não sei se é, onde o município é um ente federativo. Cria uma série de obstáculos, da burocracia, da política, etc., para que leis nacionais sejam consideradas nos estados e municípios.

Então, acho que o regime de colaboração, eu partilho da tese que tem que haver colaboração entre os três entes para que nós possamos ter uma educação de qualidade no país. Nós não podemos deixar só que o município assuma, só que o Estado assuma, e nós não podemos trabalhar como se isso fosse compartimentado cada um numa gaveta, e que do estado é uma coisa, o município é outra e o Federal outra. Não pode isso. Nós temos alunos, estudantes, jovens que precisam de educação e que tem que ser dada. Então, nós consideramos. Mas o regime de colaboração é fundamental que seja... Que seja resolvido.

Bom, teria mais coisa... Mais algumas coisas... Bom... Sobre a questão da federalização, portanto eu tenho essa opinião, Senador, e acho que a perspectiva de uma carreira nacional é importante para que a gente consiga andar com qualidade melhor.

Eu acho que os municípios, em que pese as diretrizes de carreira tenham sido aprovadas na CNE agora, eles tinham algumas condições de começar a fazer essa discussão a partir do momento em que a lei foi aprovada. Porque a lei foi aprovada, foi sancionada pelo Presidente da República, vai fazer um ano dia 16 desse mês.

Então, os municípios poderiam, está certo que houve mudança, está certo que teve... Mas os municípios poderiam ter iniciado, ainda que numa forma mais embrionária, um processo de discussão sobre carreira. Para depois então, com uma... Até porque já existiam diretrizes. Diretrizes... Claro, diretrizes do nosso entendimento um pouco, um tanto quanto ultrapassadas. Mas já existiam algumas diretrizes, já existiam alguns.

E eu tenho certeza, ô Cleuza, que vai acontecer muito disso. Que vai aparecer... Vão aparecer aí aqueles fazedores de plano de carreira por encomenda, às toneladas, e vão vender. Como foi com o estatuto de magistério, que venderam no Brasil inteiro, teve gente que ficou rico vendendo estatuto... O estatuto da cidade A, servia para A, para B, para C, para D, para E, para todo mundo, alfabeto inteiro.

E nós temos que tomar muito cuidado com isso para que cada plano espelhe a realidade, cada plano esteja embasado naquilo que é real e concreto no seu município, no seu Estado, para que nós não tenhamos aí a questão legal resolvida e a questão concreta aqui continuando da mesma situação.

Eu teria mais algumas coisas para completar, Senador, mas devido ao tempo. Eu só queria me ater à questão da municipalização para completar e dizer que é um debate, é uma questão difícil, a Fundação Getúlio Vargas, se tem experiências boas, também tem experiências que segundo a Fundação Getúlio Vargas não contribuíram, na sua maioria, para melhorar a qualidade do ensino.

Então, a gente até brinca que só municipalizar... Porque não houve municipalização, houve "prefeiturização" da educação. A gente até costuma brincar, Cleuza, que essa coisa, essa história de estar muito perto do prefeito, do gestor, resolvesse o problema, o regime feudal tinha sido o mais democrático do mundo, porque todo mundo era... Era tudo o senhor do feudo estava ali.

Então, não é bem assim a questão da democracia, de estar mais perto. É preciso que o município tenha condições de gerenciar aquele leque de criança, aquela... Que leve em conta o trabalhador em educação, porque municipalização tem sido feita sem levar em conta o trabalhador e isto é um problema, que diz respeito a direitos, diz respeito à própria condição humana algumas coisas que foram feitas com o processo de municipalização.

Então, nós achamos que o importante é que exista a questão do regime de colaboração seja tratado e para a gente poder avançar efetivamente num projeto de Estado no Brasil, que tire a educação pública brasileira desse estágio que ela se encontra hoje, porque é verdade que ela precisa andar muito mais.

E por fim, quero dizer o seguinte: eu não estou entre aqueles que consideram que as escolas públicas são tão piores que as particulares, não. E vou dizer, acho que 90, 95% das escolas particulares são iguais ou piores que as públicas estaduais ou municipais. A diferença é às vezes um pouquinho de atenção a mais, porque tem uma pessoa na porta para receber... Mas do ponto de vista da ação pedagógica, a mesma coisa. Está certo?

Então, acho que a gente tem que desmistificar essa história também que o ensino privado neste país é melhor. Porque os testes quando são feitos, são feitos inclusive pegando o ensino privado, e os resultados não tem sido dos melhores.

Muito obrigado, Senador. Desculpe passar o tempo, eu também havia dito que eu precisava ir embora, mas a gente termina se engajando na discussão e a CNTE está à disposição sempre que for necessário para fazer as discussões atinentes à questão educacional e eu quero agradecer o convite da Senadora Marisa, Senadora Ideli e ao Senador Flávio Arns, os companheiros de Mesa, Cleuza que eu conheço há bastante tempo e a companheira de Pernambuco.

Muito obrigado e bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sempre bem-vindo. E eu quero também enfatizar que o tema do regime de colaboração ou o sistema nacional articulado de educação é o tema norteador da Conferência Nacional de Educação, que vai acontecer no ano que vem, no mês de abril. Quer dizer, a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação. E isso inclusive já sugerindo até o subsídio para o Plano Nacional de Educação, que tem que ser debatido nesse ano e no ano que vem porque a lei se extingue, o prazo da década, em janeiro de 2011.

Passo a palavra à Ivaneide de Farias Dantas.

SRA. IVANEIDE DE FARIAS DANTAS: Vou tentar ser o mais sucinta possível, até pelo avançado da hora. Mas gostaria de parabenizar a Senadora Marisa pela iniciativa e os Srs. Senadores e Senadoras por esse acompanhamento das legislações que estão saindo, estão sendo publicadas.

Mas queria dizer também que na hora que é publicada uma legislação, os estados e municípios precisam de um tempo para poder se adequar. E é óbvio que vocês tem conhecimento disso, os senhores. Mas precisa também ter o ânimo para parar e discutir como vai ser implementado. O que muitas vezes acontece é que simplesmente diz que não pode e não tem o ânimo de parar e ver tecnicamente como é que a gente pode implementar.

E a, eu queria só fazer um alerta de alguns municípios, que muitas vezes o que precisa é de um técnico da área, por exemplo, de planos de cargos, que possa chegar lá, às vezes tem o dinheiro, mas por não ter aquele técnico, não tem como vislumbrar saídas para a implantação do piso.

Eu digo isso porque lá em Pernambuco alguns municípios me procuraram, como também Sergipe, o Estado de Sergipe me procurou. Então, quando a gente apresentou, aí eles começaram: "Olha, a gente pode fazer isso lá". Enfim, acho que precisa de uma força dos estados junto aos municípios, até do próprio Poder Federal também estar junto pra gente poder tentar dar um avanço nisso aí, tecnicamente.

A aposentadoria especial que foi outro ponto. Nós, na educação, já estamos iniciando processo de implantação. Temos algumas dificuldades na Legislação porque a própria lei fala da direção, coordenação e assessoramento.

Direção é muito fácil da gente ver, mas coordenação e assessoramento apesar de ser simples, mas quando chega no Tribunal de Contas, porque nós temos uma nomenclatura de função técnica e educador de apoio, e educador de apoio é o quê? Enfim, estamos nos adequando a isso, para poder iniciarmos, acredito que de direção a gente já está fazendo, mas não temos dificuldade em relação a isso. Por quê? Cada Legislação que sai, é óbvio que a gente precisa ver como é que está nosso lençol orçamentário, mas discutimos para tentar implementar da melhor forma.

Sobre o professor conectado, que o Senador solicitou, rapidamente, foi uma lei e um decreto que normatizou, um bônus de 2.300 reais que saiu no contracheque do servidor, esse valor sai no contracheque mas ele é descontado e vai para uma conta especial, porque na hora que chega na mão do servidor, é óbvio que ele vai ter a liberdade de gastar no que ele quiser e o nosso programa então poderia estar fadado ao insucesso de não ter o notebook na mão desse profissional.

Então, o que aconteceu? Nós credenciamos várias empresas, em média 18... De 14 a 18 empresas estavam lá credenciadas, o professor ia através da internet, fazia a escolha do *laptop* que queria, é óbvio que no credenciamento nós impusemos um perfil básico do equipamento, como também alguns softwares pedagógicos, para que o profissional possa fazer a sua escolha.

Ao fazer a escolha, cada profissional teve aí um prazo de em torno de 60 dias e aí receber o seu... Foi um sucesso. Nós não tivemos dificuldades. As dificuldades foram poucas com alguns credenciados que não cumpriram, mas a gente retirava do elenco de fornecedores. Enfim, terminamos praticamente o processo este mês.

Sobre a questão da federalização da carreira do magistério, confesso que não me ative muito ao tema, mas fico preocupada como alguns colegas aqui, da questão da especificidade local e principalmente dessa relação direta do município ou do professor da unidade com o ente da federação, o poder, a esfera federal. Porque muitas vezes até para a gente, localmente, conduzir algumas questões é difícil, imagino esse vínculo. Mas eu vejo com bons olhos a iniciativa.

E por fim, sobre a ampliação do piso como vencimento, eu quero dizer aos senhores que nós já temos a comissão formada, de plano e cargos, essa comissão é formada pela secretaria de educação, administração, o sindicato e uma área jurídica para poder nos acompanhar, para que, de fato, a gente ao final do ano, e nossa proposta é mês de novembro, estarmos implantando o piso no vencimento.

Por fim, gostaria de agradecer aí a atenção, agradecer o convite, estou disponível a qualquer questionamento através inclusive do *e-mail*, porque não temos mais aqui tempo, agradecer de fato e espero ter mais convites quando precisarem a gente está aqui, Pernambuco.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio, antes de V.Exa. terminar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de dizer aqui da tristeza dessa Casa, do Congresso Nacional, com o falecimento do Professor José Aristodemo Pinotti, ontem em São Paulo, está sendo velado e enterrado agora à tarde, e colega nosso na Câmara Federal, meu médico particular e um grande amigo, e foi secretário de educação de São Paulo, município de São Paulo, e portanto eu gostaria aqui de fazer--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Reitor da Universidade de Campinas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Reitor da Universidade de Campinas, e todos os títulos que o Pinotti sempre teve, nós vamos fazer isso hoje à tarde, eu sei que muitos vão se pronunciar, mas eu queria que essa Comissão, como ele foi secretário de educação e era um estudioso na educação, que a gente deixasse aqui a nossa tristeza pelo seu falecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero dizer que foi muito bem lembrado e quero, assim, dizer que esta Comissão, se houver concordância de todos e tenho certeza que há, a Comissão a gente pode, em nome da Comissão, enviar

também o voto de pesar à família e às instituições nas quais ele trabalhou.

Porque ele, sem dúvida alguma, além de ter toda essa formação mencionada, era uma pessoa extremamente atenciosa, solícito sempre e dialogando... E assim, merece, por toda a trajetória, todo respeito, e que isso seja externado para a família, para os amigos e para as instituições.

Eu gostaria, Senadora Marisa Serrano... Senadora Marisa Serrano, haveria eleição hoje, mas nós, já de comum acordo, deixamos para terça-feira da semana que vem, ela é candidata e vai ser... Ter o nome aprovado pela Comissão, para ser Vice-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que nós possamos ser bem práticos nesse Grupo de Trabalho, como foi mencionado, talvez até fazendo, e com a colaboração dos expositores, perguntas assim bem objetivas, que pudessem nortear o Grupo de Trabalho. Todas aquelas que foram feitas por V.Exa. no início, outras que foram respondidas, para dizer: "Olha, o objetivo do nosso grupo é realmente ter estas informações". E aí o CONSED, a UNDIME, CNTE, a Ivaneide também, como secretária, o MEC, darmos... Quer dizer, darmos as respostas para isso tudo. Não sei, acharmos... Assim... Enfim, acharmos o mecanismo para realmente termos--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É que eu não entendi muito, Sr. Presidente, o formato desse Grupo de Trabalho proposto pelo Senador Nery e por V.Exa.. Então teria... De quantos elementos, quantos Senadores seria esse Grupo de Trabalho?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós podemos depois conversar para--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E aí era só para fazer os questionamentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, os questionamentos dos dados.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para que houvesse assim, eu diria o mínimo de reuniões [risos], porque eu sou contra ter reuniões e reuniões e reuniões, mas que, por exemplo, a UNDIME já pode mandar muitos dados e tal e termos as reuniões--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): CONSED também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): CONSED, sem dúvida. MEC, CNTE, os dados que houver para que a gente faça a reunião no momento em que já tivermos os dados também.

Quer dizer, muitas das indagações que V.Exa. fez, eu penso que se nós organizássemos essas necessidades em termos de perguntas bem objetivas, já poderíamos perfeitamente fazer com que um conjunto de informações fosse coletado e, na sequência, a reunião seria mais para... Encaminhar, para discutir. Podemos pensar. Eu peço que a Secretaria da Comissão nos auxilie, ao grupo de apoio que tem se empenhado tanto também nisso, e que a gente possa ter, assim, uma coisa bem objetiva, bem prática, bem concreta e que possa assim surtir os resultados que todos desejamos. Está bem?

Agradeço sobremaneira a presença das expositoras e do expositor, da Cleuza, do Roberto e da Ivaneide, me permitam chamar pelo primeiro nome. Quero dizer que, da minha parte, considero que esta Audiência Pública foi extremamente positiva, foi muito esclarecedora, muito... Assim, agradável, também nas apresentações e nas interações com os senadores e senadoras, e principalmente porque conforme sugerido pela Senadora Marisa Serrano e pelos demais senadores, vamos ter um desdobramento muito concreto daquilo que está acontecendo no Brasil e, com isso, criarmos uma sistemática, como o Senador Roberto Cavalcanti colocou, de vermos como que as leis estão sendo transferidas para a nossa realidade.

E a partir disso, inclusive, subsidiar outras iniciativas que, porventura, venham a ser debatidas por vocês, ou dentro do Congresso Nacional. Está certo? Então, o trabalho não se encerra ao fim desta Audiência Pública.

Desejo sucesso nos trabalhos, em Pernambuco, lá na CNTE.

Quero também comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos professores Márcia Perales Mendes Silva ao cargo de Reitora da Universidade Federal do Amazonas e Carlos Edilson de Almeida Maneschy ao cargo de reitor da Universidade Federal do Pará, a realizar-se no dia 2 de julho do corrente, amanhã portanto, quinta-feira, às 14h30, na sala de atos, no 9º andar do edifício sede do Ministério da Educação.

Agradeço a participação das demais pessoas que estavam aqui presentes, já nominadas, reitero assim o convite para que os que acompanham esta Audiência Pública pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado também, apresente as suas sugestões e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h46.

ATA DA 35º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009.

ELEIÇÃO DA VICE-PRESIDENTE

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia sete de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Efraim Morais e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os Senhores Senadores Gerson Camata, Fátima Cleide, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, João Ribeiro, Neuto De Conto, Gilberto Goellner, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino e Alvaro Dias. A presente reunião destina-se à eleição da nova Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010, uma vez que a Vice-Presidente anteriormente eleita, Senadora Lúcia Vânia, não mais pertence aos quadros desta Comissão. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, convida os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e José Nery para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Vice-Presidente – Senadora Marisa Serrano, 21 (vinte e um) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Flávio Arns, proclama eleita e empossada a Senadora Marisa Serrano como Vice-Presidente da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a palavra à Vice-Presidente recém-empossada, Senadora Marisa Serrano. Após o discurso da Vice-Presidente eleita, o Senhor Presidente encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião, e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do vice-Presidente desta Comissão do ou da vice-Presidente desta Comissão, corrigindo. Foi registrado, até o presente momento, o seguinte nome para vice-Presidente Senadora Marisa Serrano. E lembrando que por divisão, por acordo entre os Partidos esta vice-Presidência cabe ao PSDB, portanto, o PSDB indicou a candidatura da Senadora Marisa Serrano para o cargo de vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, neste sentido, sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Então, eu quero dizer aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que nós, à medida que, os Senadores e Senadoras forem chegando à Comissão, nós os chamaremos e exercerão o direito de voto e ficaremos no aguardo também de que o *quorum*, para a votação se consolide para que possamos terminar esse processo no dia de hoje. Então, em primeiro lugar, eu chamo a Senadora Ideli Salvatti que já está--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu nunca vi tanto petista querendo votar numa tucana, e bem rapidinho. [*risos*].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também gostaria de [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aí eu chamo, na sequência, o Senador Eduardo Suplicy, e permito, com o máximo prazer, o Senador Paulo Paim que está aqui atrás. Então, a cédula para o Senador Suplicy, a cédula para o Senador Paulo Paim, a cédula para a Senadora Ideli Salvatti. Também chamo o Senador Raimundo Colombo, com o máximo prazer. Prazer vê-lo e encontrá-lo aqui. Senador Wellington Salgado, grande educador. Uma alegria tê-lo sempre aqui na Comissão. Eu próprio já posso exercer o meu direito de voto também. Senadora Marisa Serrano candidata à vice-Presidente, e exercendo o direito de voto também, o Senador Roberto Cavalcanti, suplente desta Comissão, mas que nós estamos fazendo todo

empenho para que fique titular desta Comissão pela presença, atuação e dedicação à área.

Quero chamar o Senador Inácio Arruda para exercer o seu direito de voto. Quero chamar o Senador Efraim Morais para exercer também o direto de voto na vice-Presidência à Senadora Marisa Serrano, a candidata indicada pelo PSDB, Senador Augusto Botelho. Quero chamar o Senador Cristovam Buarque para exercer o direito de voto para a vice-Presidência desta Comissão. A candidata é a Senadora Marisa Serrano, indicada pelo PSDB. Chamo também o Senador Sérgio Zambiasi. Quero chamar também o Senador Valdir Raupp para exercer o direito de voto, como mencionado para o cargo de vice-Presidente, indicação do PSDB.

Chamo o Senador Adelmir Santana para exercer o direito de voto também, chamo o Senador Gilvam Borges para exercer também o voto. Quero chamar o Senador José Nery para apanhar a cédula para poder votar. Boca de urna sem pressão.

Chamo o Senador João Pedro para também apanhar a cédula e assim poder votar. Marisa candidata. Chamo agora o Senador Cícero Lucena que está apanhando a cédula também. Chamo também o Senador Eduardo Azeredo para apanhar a cédula e votar na candidata.

Chamo o Senador Leomar Quintanilha para apanhar a cédula. Cumprimentá-lo. Uma alegria também.

Já tendo votado, a maioria dos membros da Comissão, declaro encerrada a votação. E solicito ao Senador José Nery e também ao Senador Sérgio Zambiasi para serem os escrutinadores dos votos, por gentileza. Obrigado. Senador José Nery, se for possível, e Senador Sérgio Zambiasi.

Eu só pediria depois para os Srs. e Sras. Senadores e Senadoras ficarem, porque nós temos *quorum* e aí nós temos projetos que vão ser votados em bloco. Então, já, inclusive, com apelo do Senador Gilberto Goellner também.

[palmas].

Os aplausos já são anteriores ao anúncio, já com a prevenção do resultado. Então votaram... Votaram 21 Srs. Senadores e Senadoras, e o resultado expressou a unanimidade, 21 votos sim.

[palmas].

Declaro eleita a Senadora Marisa Serrano como vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu passo a palavra a V. Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero agradecer, Sr. Presidente, a V. Exa., a todos os meus companheiros, Senadores e Senadoras, porque todos estamos aqui fazendo um trabalho que nós acreditamos e confiamos, que é melhorar a educação, a cultura e o esporte no País. Portanto, eu tenho certeza, que com o apoio de todos os meus nobres pares, e junto com V. Exa. nós vamos desenvolver um bom trabalho.

Eu agradeço muito a confiança e espero poder corresponder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa. E quero externar também os votos de que o trabalho vai ser muito bom. Mas como V. Exa. reafirmou, com a participação de todos, todos nós em conjunto podemos fazer um belo trabalho a favor da educação, da cultura e do esporte no nosso País naquilo que cabe a esta Comissão. Parabéns.

Então, com a votação, o encerramento e a posse da Senadora Marisa Serrano como vice-Presidente.

Declaro encerrada esta primeira reunião, deixando bem claro, e declaro encerrada a presente reunião, para, em seguida, iniciarmos a reunião deliberativa.

Sessão encerrada às 11h59.

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2009.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia sete de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino e Alvaro Dias. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. **Item 021: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Alvaro Dias ao **Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza

o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 022: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Alvaro Dias ao **Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 023: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Gilvam Borges ao **Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 034, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que "Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino)". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de educação superior". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Dispõe sobre a criação do 'Dia Nacional da Mulher Negra' e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que "Institui o dia 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil". O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento

Interno do Senado Federal. **Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe". O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "Autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador José Nery e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 020: Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, campus do Instituto Federal da Paraíba". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Gilvam Borges, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que "Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Piau, que "Institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho como sendo o dia do Fiscal Federal Agropecuário". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e 02-CE, é aprovado. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 047, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento". O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 098, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado João Pizzolatti, que "Institui o Dia Nacional do Empreendedor, nas condições que especifica". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges, e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, que "Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Gilberto Goellner, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2008; Item 024: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009 e Item 025: Requerimento**, de autoria do Senador Pedro Simon. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta da nossa Reunião prevê vários itens de natureza terminativa, de natureza não terminativa,

mas já lemos e discutimos vários Projetos de natureza terminativa.

Então, em primeiro lugar, os itens 21, 22, e 23, que estão em turno suplementar... O item 21, substitutivo ao Projeto de lei do Senado nº. 448/2008; o item 22, substitutivo ao Projeto de lei do Senado nº. 447/2008; e o item 23, terminativo, substitutivo ao Projeto de lei do Senado nº. 417/2008.

Não foram oferecidas, aos três itens, Emendas ao substitutivo até o fim da discussão. Se não forem oferecidas, as matérias serão dadas como definitivamente adotadas pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como não há Emendas oferecidas, declaro aprovadas... Quer dizer, a matéria está dada... As matérias estão dadas como definitivamente adotadas pela Comissão. Os itens 21, 22 e 23.

Muito bem. Passamos ao item nº. 01 da Pauta, de natureza terminativa, Projeto de lei da Câmara nº. 34/2009, que dá nova redação ao inciso II do *caput* do art. 20, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Inclui as cooperativas nacionais na categoria de instituição privada de ensino. Autoria, Deputado Lobbe Neto. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi. Parecer favorável, com a Emenda oferecida. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto, e outra para a Emenda. Com a palavra, V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Senador Flávio Arns. O Projeto de lei da Câmara 34/2009 dá nova redação ao inciso II, do *caput* do art. 20, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino. Autoria, Deputado Lobbe Neto. Fui designado Relator, e a Emenda é exatamente para oferecer uma alteração que corrige o processo e que identifica... Que garanta uma perspectiva mais abrangente para a constituição e gestão das cooperativas em apreço.

A alteração proposta consiste em alterar a expressão “cooperativas de professores e alunos” por “cooperativas educacionais”. O Projeto está apoiado no pressuposto de que a expressão “cooperativas educacionais” garante uma perspectiva mais abrangente para a constituição e gestão das cooperativas em apreço. E o parecer, portanto, é favorável, com a Emenda oferecida, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator, Sr. Presidente..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sou o Relator.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah sim, desculpe. Muito bem. Vota de acordo com o seu relatório, muito bem. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado o Projeto.

Indago dos Srs. Senadores e Senadoras se repetem o voto para a Emenda oferecida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. A Emenda está aprovada. Passamos ao item 08 da pauta. Terminativo. Projeto de lei do Senado nº. 256/2008, que cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior. Autoria, Senador Cristovam Buarque. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria constou na pauta das Reuniões dos dias 09 de junho de 2009 e 16 de junho de 2009. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o Projeto, a despeito do seu intrínseco valor, indubitavelmente gera impacto sobre o orçamento da União, na medida em que imporá ao Poder Executivo a criação de meios orçamentários para realizar as futuras despesas estatais.

No que diz respeito ao mérito, o programa de certo auxiliará na ampliação do potencial de aprendizagem da infância e da juventude, mediante atualização da pedagogia brasileira, por intermédio do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento na área.

A disseminação de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação apresentará ademais a vantagem ao auxílio didático e científico a professores, pedagogos, empresas, instituições de ensino e autoridades educacionais, beneficiando tanto a adultos quanto a crianças, especialmente na educação básica pública.

É importante lembrar, Presidente, que esse é um ponto muito questionado no Brasil, a qualidade da educação. Nós, felizmente, já avançamos muito, já temos a educação disponível para praticamente todas as crianças em idade escolar. Entretanto, o próximo passo é melhorar a qualidade da educação, e essa proposta vem nesse sentido.

Como bem ressaltou, entretanto, o Senador Romeu Tuma, a medida tem esta questão da obrigação financeira, de maneira que foi proposto pelo Senador Romeu Tuma que se desse caráter autorizativo à medida proposta, com isso, se contorna, a um só tempo, o problema alusivo ao vício da iniciativa e eventual arguição de imiscuidade indevida na atuação de entes autônomos. Com essa relevante consideração, haveremos de concordar que o Projeto em questão deve ter caráter autorizativo em relação à Administração Pública. Desse modo, a Emenda substitutiva aprovada na CCT deve ser acolhida nessa Comissão, segundo o nosso entendimento.

Pelo exposto, Presidente, voto pela aprovação do Projeto de lei do Senado 256, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no sentido de termos a disseminação de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, em primeiro lugar, agradecer não apenas o parecer do Senador Eduardo Azeredo, como também as melhorias que o Projeto recebeu com as Emendas. Realmente, eu estou de acordo, inclusive com essa correção de que, implicando em gastos, o Projeto precisa ser adaptado.

Mas eu quero defender o mérito. Nós temos hoje uma quantidade imensa de centros de pesquisas em todas as áreas. Na economia, nem se fala; nas ciências, obviamente, nós temos muitos centros de pesquisas. Mas, lamentavelmente, no que se refere à educação, nós temos os cursos de pedagogia. Ponto. Quando, nesse momento, há um processo de inovação muito grande na educação, seja porque há novos equipamentos em jogo, mas, inclusive, existem novas pesquisas na neurobiologia; o conhecimento de como as crianças conhecem exige pesquisas em diversas áreas, não apenas da pedagogia, mas da biologia, psicologia, sem dúvida alguma, até mesmo como fazer uma escola exige pesquisas. Esses centros têm que ir além da pedagogia, têm que ser centros multidisciplinares, focados no assunto, a educação. No assunto, como a criança aprende melhor. Então, esse é o objetivo, dar para a educação o que as outras áreas já têm. São

centenas de centros de pesquisas em todas as áreas do conhecimento.

Mas o conhecimento do conhecimento, o conhecimento da aprendizagem não tem centros de pesquisas, como nós achamos que deveria haver. Foi com esse intuito que o Projeto foi apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu gostaria de dialogar com o autor, com o Relator, primeiro essa questão... Eu penso que a LDB trata. Eu gostaria de suscitar esse debate...

Segundo, nós precisamos, nessa discussão, na reflexão dos avanços, no que diz respeito à educação, ao ensino, olhar aspectos que, me parece, que não é que faltou, mas que nós não estamos tratando aqui são outros espaços, tipo cultura, teatro, música, dança, como uma questão importante para a dinâmica das escolas.

Eu considero que o foco em ampliar, em discutir centros de pesquisa, e acho que o caminho tem que ser a pesquisa, mas, me parece, eu gostaria de colocar isso no debate, espaços que possam atender também a essas demandas, que eu considero importantes na formação, na construção da nossa sociedade, do homem, da mulher.

Nós precisamos, também, além de laboratórios, de espaços físicos para tratar e ampliar, aprofundar a pesquisa, a ciência, o conhecimento, espaços que possam atender à cultura. Nós não podemos ter escolas sem esse padrão, sem essa preocupação, sem esse Projeto estratégico de nós termos teatro, de nós fazermos dança, de nós compreendermos os aspectos regionais, as culturas.

Agora mesmo, terminou, em Parintins, na minha região, na minha cidade, esse que é um festival, que é uma referência, que é uma verdadeira universidade, quando você vê o espetáculo, o teatro aberto, Senador Cristovam Buarque... Aquilo precisa, ali em Parintins, nós precisamos ter escolas, desde o básico até a universidade, espaços para tratar isso... A pintura, a dança, a expressão corporal... Aprofundar estudos, a pesquisa sobre as lendas da Amazônia, enfim. Eu estou dialogando porque nós estamos debatendo um foco, mas estamos colocando como importante também nós tratarmos desta pauta, que é tão estratégica quanto um laboratório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu concordo com o Senador João Pedro, quando ele diz que a cultura é importante, que as universidades têm que se voltar ao espaço cultural, a discutir essas questões. Se houver um Projeto nessa linha, eu sou amplamente favorável, estou pronta a apoiar e ajudar.

Mas eu quero dizer que esse Projeto que nós estamos votando agora é sumamente importante. Nós estamos fazendo aqui Audiências Públicas, pelo menos, eu requeri três, junto com a Senadora Ideli Salvatti, Audiências Públicas para discutir como é que anda a educação no país. O que é que está realmente acontecendo, para que essa Casa tome conhecimento das leis que nós estamos fazendo aqui, daquilo que nós estamos votando, se a repercussão está sendo implementada nas bases.

E nada mais importante do que nós termos esses centros de pesquisa e desenvolvimento da educação. Eu vi isso em Cuba, há pouco tempo, quando eu fui lá, e a educação de Cuba cresceu e se tornou o que é hoje, uma educação de boa qualidade, porque os centros de pesquisa na educação continuam. São grupos que analisam o que está acontecendo e dão sugestões de mudanças, que pesquisam a fundo as questões educacionais, e nós estamos precisando muitíssimo que isso aconteça no nosso país.

Portanto, senhor, sou plenamente favorável a que isso aconteça e a que gente vote esse Projeto do Senador Cristovam Buarque, com a Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, porque ele é sumamente importante, sem que a gente possa, futuramente, votar algum outro voltado, como disse o Senador João Pedro, exclusivamente à cultura, que também é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está encerrada a discussão. Em votação a matéria. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, com o Relator e o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque, autor. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo, voto conhecido, Relator. Está aprovado o Projeto.

Agora, eu quero a compreensão do Plenário, que o item nº. 10 já foi lido, o 09, o 11, o 12, o 13... Do 09 ao 13, serão votados em conjunto, conforme decisão da Comissão. Então, eu peço aos senhores Relatores e Relatoras que, tanto quanto possível, sejam sucintos no relatório, porque são todos Projetos que instituem dias, não é? Então, passamos ao item 09 da pauta.

Projeto de lei do Senado nº. 23/2009, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional da Mulher Negra, e dá outras providências. Autoria, Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria, Senador Paulo Paim. Parecer favorável, com a Emenda oferecida. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a emenda. Matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 desta Comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009. Com a palavra, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu lerei somente o relatório, que é bem sucinto, sem precisar ler a análise.

O Projeto de lei do Senado nº. 23/2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, institui o Tereza de Benguela e o Dia Nacional da Mulher Negra, a ser comemorado atualmente no dia 25 de julho, data em que é celebrado o Dia Internacional de Luta da Mulher Negra na América Latina e do Caribe.

A proposição ressalta que a homenagem destina-se a resgatar o nome da heroína Tereza de Benguela, símbolo da luta da mulher negra no Brasil. Em exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em fórum de decisão terminativo, o Projeto não recebeu emendas.

Eu fiz uma emendazinha de redação, Sr. Presidente, apenas para assegurar, de acordo com o que eu percebi no relatório, que ficaria da seguinte forma: "Dar-se-á à emenda do Projeto de lei do Senado 23/2009 a seguinte redação: 'Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra'. Eu vinculei as duas questões, que era o objetivo, que não estava no preâmbulo, e lá, que lá só fala Dia Nacional da Mulher Negra.

É esse o relatório, Sr. Presidente. Favorável com essa pequena...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Paulo Paim. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Será, na sequência, votado o item 10 da pauta, do Senador Gilberto Goellner, já foi lido, iniciada a discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O item nº. 11, o Senador Romeu Tuma autorizou, e eu quero só lembrar ao Plenário que nós temos dois procedimentos. Na terceira Sessão em que entra em pauta o Projeto, então, nós designamos um Relator *ad hoc*, ou, então, no caso do Senador Relator, ou Senadora Relatora expressamente autorizarem, para não haver nenhum problema na sequência.

Então, nº. 11: Projeto de lei do Senado nº. 445/2008, que institui o dia 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil. Autoria, Senador Valter Pereira. Relatoria, Senador Romeu Tuma. Parecer favorável. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 30/06/2009. Matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009.

Eu solicito ao Senador Efraim Morais que seja o Relator *ad hoc* desta matéria.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, nos termos do disposto pelo inciso II, art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de matérias que versem sobre datas comemorativas. E, à luz dessa com-

petência, julgamos oportuna a inserção no calendário brasileiro, *de efemeris*, de uma data especial destinada a celebrar a comunidade libanesa no Brasil.

Feita a análise, Sr. Presidente, nós, e diante do exposto, apreciamos o mérito e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº. 445/2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Está em discussão a matéria. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): É rapidamente, só para dizer do mérito, da importância, a comunidade libanesa participa da vida brasileira como um todo, e é muito importante que nós possamos festejar a sua atuação no país, no país todo. É uma comunidade que, aqui no Brasil, é tão numerosa quanto no seu país, na verdade; no próprio Líbano, descendentes... Descendentes de libaneses no Brasil estão em número muito elevado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente? Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na verdade, quero dar o meu apoio à justeza da proposição, e dizer que, de fato, deve ser maior do que a atual população do Líbano porque a maioria dos descendentes chegaram aqui quando tudo aquilo ainda era Síria. Por isso que tinha os sírio-libaneses. Agora, depois da Primeira Guerra Mundial, com a criação do Líbano, por uma imposição das potências da época, mas criou-se o Líbano, existe o Líbano, e é justo que a gente preste homenagem a todos aqueles que estão aqui no Brasil, ajudando a produzir riqueza; no Estado do Ceará, nós temos uma comunidade grande, nós temos um Senador aqui na Casa, Senador Tasso Jereissati, que é da comunidade libanesa, eu acho que é uma justa homenagem a quantos vieram do Líbano... No Pará, e espalhado pelo Brasil inteiro. Não há um local do país que a gente não tenha a representação libanesa no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, foi muito bem lembrado, tanto pelo Senador Inácio Arruda como pelo Senador Eduardo Azeredo, a importância de termos uma data nesse sentido.

Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos à votação dos itens 09, 10 e 11, em conjunto, conforme decisão dessa Comissão. Teríamos os itens 12 e 13, porém, os Relatores dessas matérias, como eu disse antes, precisam expressamente, de viva-voz, dizerem que pode haver a Relatoria *ad hoc*. E, às vezes, é difícil de fazer o contato.

Então, passamos à votação nominal dos itens 09, 10 e 11, que criam dias para celebração da Mulher Negra, do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário e o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cícero Lucena. Aliás, Senador Cícero Lucena já votou. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo. Senador Efraim Morais já tinha chamado? Não, né? Eu pulei, desculpe. Isto. Então, os Projetos 09, 10 e 11 estão aprovados.

Indago aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras se mantêm o mesmo voto em relação à Emenda do item 09, apresentada pelo Senador Paulo Paim. Se sim, então, está aprovada a Emenda.

Peço ainda uma gentileza... O 14, 15 e 16, serão votados em bloco também porque autorizam o Executivo a criar escolas técnicas. A 17, 18, 19 e 20 também. É, 14 a 20. Eu peço, da mesma forma, que os Relatores sejam sucintos no relatório.

14... Terminativo, Projeto de lei do Senado nº. 377/2008, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Marconi Perillo. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria constou na pauta às reuniões dos dias 12 de maio, 26 de maio, 02 de junho e 09 de junho de 2009. Matéria a ser votada em bloco, na sequência.

Eu peço à Senadora Marisa Serrano, por concordância do Senador Marconi Perillo, que seja a Relatora *ad hoc*.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu só quero colocar que a indicação para a criação dessas instituições federais de educação, centro tecnológicos, são importantíssimas para um país que quer e precisa do desenvolvimento. Portanto, o Relator, Senador Marconi Perillo, colocou o seu voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em bloco, ao final.

Item 15. Projeto de lei do Senado nº. 355/2008, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica, CEFET, de Humaitá, no Estado do Amazonas. Autoria: Senador João Pedro. Relatoria: Senadora Marina Silva. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 12 de maio, 26 de maio, 02 de junho e 09 de junho do corrente ano.

Em função desses aspectos, eu solicito ao Senador Augusto Botelho que seja Relator *ad hoc* da matéria, que será votada em bloco, conforme decisão, na sequência.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, relato com muito prazer essa criação de mais uma Escola Técnica na Amazônia. A iniciativa foi do Senador João Pedro, para criar uma Escola Técnica no Município de Humaitá, no Amazonas.

O relatório foi elaborado pela Senadora Marina, e que apenas fez uma alteração porque, entre o início, a entrada do Projeto e agora, os CEFETs mudaram de terminologia. Todas as escolas técnicas agora passam a fazer parte dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no Brasil.

O relatório da Senadora Marina é aprovado na... O voto dela é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº. 355, na forma do substitutivo, que justamente trocou apenas o nome de CEFET para instituto federal de educação tecnológica. Instituído Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O voto da Senadora é pelo parecer da criação da Escola Técnica, eu vou falar assim, que é para as pessoas entenderem bem, no município de Humaitá. Uma iniciativa do Senador que veio lá da terra do boi, de Parintins.

Ontem... Eu vou fazer até um parêntese sobre Parintins, porque eu tinha Parintins só como uma cidade onde o pessoal dançava muito. Mas, conversando com a Reitora da Universidade do Amazonas, houve um concurso para um curso de Mestrado lá, onde tinham 15 vagas. 13 pessoas foram da cidade do meu amigo João Pedro. Treze passaram e foram de Parintins. Em Parintins, não só dançam não. Dançam e estudam. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Augusto Botelho. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

Item 17. Aliás, 16. Projeto de lei do Senado nº. 398/2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria, Senador Valdir Raupp. Parecer favorável. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 30 de junho de 2009. Matéria a ser votada em bloco posteriormente.

Eu solicito ao Senador Cícero Lucena que seja o Relator *ad hoc* dessa matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Projeto de lei 398, da autora Senadora Fátima Cleide, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Parabéns para a Senadora Fátima Cleide, também pelo relatório do Senador Cícero Lucena e Senador Valdir Raupp. Encerrada a discussão.

Item 17, terminativo, Projeto de lei do Senado nº. 428, 2008, autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná. Autoria, Senador Flávio Arns, Relatoria: Senador Álvaro Dias. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido; sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 28, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito, por concordância do Senador Álvaro Dias, que o Senador Roberto Cavalcanti seja o Relator *ad hoc* da matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se, mais uma vez, de Projeto de criação de uma Escola Técnica Federal. Nesse caso, na cidade de Borrazópolis, no Estado do Paraná. Projeto do Senador Álvaro Dias, e tanto no relatório, e na análise, o voto é no sentido da sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita na sequência. Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só uma observação de que o Projeto é de autoria de V. Exa., o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E que muito me honra relatar esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Encerrada a discussão.

Item 18, terminativo. Projeto de lei do Senado nº. 257/2006, que autoriza criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá no Estado de Sergipe. Autoria Maria do Carmo Alves, Relatoria Senador César Borges. Parecer favorável. A matéria será votada em bloco na sequência. Com a palavra, V. Exa., Senador César Borges. É o item 18.

Eu peço só a compreensão do Plenário, que temos os itens 19, 20 e 21, que serão votados em bloco, na sequência.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com o apelo da Mesa pela objetividade, precisão, pela recomendação do voto sim. Pela aprovação do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item 19. Projeto de lei do Senado nº. 485/2008, que autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do *campus* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo. Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Parecer favorável, a ser votado em bloco também, na sequência.

Eu solicito ao Senador José Nery que seja o Relator *ad hoc,* por solicitação do Senador Romeu Tuma.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a criação da Universidade Federal do Litoral paulista, previsto pelo PLS 485/2008, seria criada pelo desmembramento do *campus* da Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo, localizada em Santos, com unidade nos bairros de Vila Matias e Ponta da Praia.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a importância desse desmembramento, inclusive prática que vem sendo adotada em vários estados da Federação, o desmembramento e da criação de unidades autônomas às Universidades Federais, permitindo a garantia do ensino superior à parcela significativa da nossa juventude em todo o país, esse Projeto, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, deve não só obter a aprovação, mas, como forma indicativa, mas, de fato, que se torne uma ação governamental do Ministério da Educação para a sua implementação, de forma como prevê a autorização nesse Projeto de lei.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº. 485/2008. É o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item 20. Projeto de lei do Senado nº. 120/2009, autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, *campus* do Instituto Federal da Paraíba. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria, Senador Roberto Cavalcanti. O parecer é pela rejeição, porém, há uma mudança no parecer. Por isso, eu passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu queria pedir perdão, só para me estender durante um minuto, não ser tão sucinto como fui

com o relatório de V. Exa., tendo em vista que trata-se de um Projeto do Senador Cícero Lucena, nosso companheiro da Paraíba, e eu, na qualidade de Senador também pela Paraíba, de relatar um Projeto que visa a dotar a cidade de Itabaiana de um *campus* do Instituto Federal da Paraíba.

O Projeto de lei do Senado, que é o PLS 120/2009, de autoria do ilustre Senador Cícero Lucena, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, no Estado da Paraíba, o *campus* do Instituto Federal da Paraíba.

O Projeto é estruturado em quatro artigos. Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela lei 11.892, em 29 de dezembro de 2008. Entre eles, figura o Instituto Federal da Paraíba, resultado da união do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, CEFET-Paraíba, e da Escola Agrotécnica Federal de Sousas.

O Instituto Federal da Paraíba oferece diversos cursos superiores e técnicos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras e Sousas. Sua atuação, na formação profissional e tecnológica, é de extrema relevância para o Estado da Paraíba.

Em suma, o Projeto merece ser aprovado em seu mérito, não encontrando obstáculo de natureza jurídica, constitucional e técnica legislativa para a sua transformação em lei.

O voto, Sr. Presidente. Frente ao exposto, votamos pela aprovação do Projeto de lei do Senado 120/2009. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Parabéns ao Senador Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação dos itens de nº. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, em bloco, conforme decisão desta Comissão. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores e agradecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o Plenário concordar com duas votações autorizadas pelos Relatores, nós encerraríamos também todos... Praticamente todos os terminativos. Podemos fazer? É o item 07 da pauta, em primeiro lugar, o autor presente. Projeto de lei do Senado nº. 027 /2008, que altera a lei 9394, de 20 de dezembro de 96, para dispor sobre inclusão facultativa do Ensino do Esperanto no Ensino Médio, facultativa. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer favorável, com as Emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para as Emendas. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 9/06/2009. A matéria foi lida e iniciada a discussão na Reunião do dia

30/06/2009. Continua em discussão a matéria. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, a primeira reação que dá, quando propomos ensinos de novas disciplinas, é aonde essas crianças vão estudar isso?

Eu quero dizer o que Ministro Haddad deu um passo importante, na última semana, ao mostrar que a escola, daqui para frente, vai ser também escolha. Ele não usou essa expressão que eu uso, mas nós temos que ampliar as disciplinas optativas no Ensino Médio.

Além disso, vamos caminhar para o ensino em horário integral, em algum momento, como já estamos caminhando em muitos lugares. Nesse sentido, primeiro, haverá tempo. Segundo, vai ser um curso optativo, para os alunos que quiserem, e que não deverá haver em todas as escolas, de maneira alguma. Deve-se concentrar os alunos que desejam isso em uma cidade e colocá-los todos em uma só escola. Mas dar a chance... E agora, por que essa disciplina, que muitos consideram até meio exotérica?

Hoje, com a globalização, nós temos, obviamente, o inglês como a língua internacional, e vai ser a Inglês, sem dúvida alguma. Entretanto, a experiência do Esperanto é uma experiência antiga e que cresce muito no mundo inteiro. Hoje é um elemento importante de intercâmbio. Em países, como por exemplo, a China, é mais fácil se encontrar pessoas que falam Esperanto, às vezes, do que Inglês. Você vai no catálogo telefônico, procura lá Sociedade Esperantista e encontra, com a maior facilidade, pessoas, que, além disso, têm uma certa filosofia de convivência internacional, de solidariedade, de apoio. E é um idioma extremamente fácil de se aprender.

Eu quero dizer isso, mas eu não falo, nem nunca estudei, devo dizer. Mas estou falando como porta-voz, que vê verdadeiros milagres de pessoas que aprendem esse idioma em pouco tempo, que passam a ter uma forma de convivência em espaço global.

Por isso, é uma ideia para ser optativa. Os alunos que quiserem. As cidades não têm que colocar isso em todas as escolas. Eu coloco isso, Senadora Fátima Cleide, no mesmo nível do meu outro Projeto, que põe escola de idiomas indígenas, escolas não, a disciplina de idiomas indígenas nas nossas escolas. Não é para que todo aluno vá falar um idioma indígena, mas é para evitar que esse idioma morra. Muitos estão morrendo. E para mostrar que, no Brasil, nós temos, nós somos um país de mais de um idioma.

Então, essa é a razão pela qual eu coloco esse Projeto, e eu espero que os Senadores e Senadoras entendam que é um passo adiante, inclusive de fazer a escola mais interessante para muitos alunos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que concordo com o Senador Cristovam Buarque, que a escola precisa ser plural e ela precisa, cada vez mais, oferecer à sociedade essa gama de conhecimentos que hoje a sociedade exige. É diferente da sociedade de antigamente, que alguns conhecimentos eram suficientes para que as pessoas convivessem com o mundo. Hoje em dia, essa amplitude, essa visão macro/holística, é sumamente importante.

Mas quero, aqui, dizer que me preocupa um pouco. Eu acho que a nossa luta e a luta do Senador Cristovam Buarque, a luta de todos aqui dessa Casa, e principalmente dessa Comissão, têm sido em ter um foco maior na qualidade da educação, em fazer com que as nossas escolas melhorem aquilo que apresente aos seus alunos, à sociedade, e eu fico um pouco receosa de, como ele disse, que pode parecer meio exótico, mas, realmente, para a sociedade brasileira ainda o é, a questão do Esperanto.

Eu gostaria, se possível, que a gente o esperasse um pouquinho, eu gostaria de ouvir mais algumas pessoas. Eu não tenho segurança para votar um Projeto desses porque eu acredito que nós estaríamos dando mais encargo às nossas escolas porque, pelo Projeto, a escola teria obrigação de oferecer, se fosse solicitado. E as nossas escolas não estão preparadas para isso. Os nossos professores não estão preparados para isso.

V. Exa. imagine que o espanhol, que é uma língua, para nós, fundamental, porque nós estamos inseridos dentro da América Latina, é o único país de Língua Portuguesa. Então, para conviver com os nossos vizinhos, o espanhol é sumamente importante. E eu falo nisso porque sou de um Estado que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. E, mesmo assim, as escolas não estão conseguindo aportar e apoiar uma disciplina que é fundamental para a integração e é fundamental para o convívio ali da fronteira, nós não estamos conseguindo isso...

Então, eu acho que, talvez, a gente estivesse dando um encargo maior às nossas escolas no momento em que nós precisaríamos redefinir, rediscutir a qualidade da educação que nós damos às nossas crianças.

Sou a favor dessa amplitude, sou a favor das escolas de tempo integral, luto junto com o Senador Cristovam Buarque para que isso aconteça no país.

No meu Estado, eu estou puxando o máximo que eu posso para esse lado. Mas, nesse momento, eu tenho as minhas dificuldades em votar esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. está pedindo vistas do Projeto?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Senador Flávio Arns, eu gostaria de pedir vistas ao Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges está pedindo vistas. Vistas concedidas ao Senador César Borges.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns, eu concordo plenamente com a Senadora Marisa Serrano, eu também acho interessante a ideia do Senador Cristovam Buarque de que a gente possa oferecer a oportunidade, e compreendo todas as colocações dele com relação à opção, à possibilidade de uma única escola centralizar, mas eu não pediria vistas; eu gostaria de encaminhar um pedido de Audiência Pública, que a gente trouxesse outras pessoas aqui para ouvir para, como disse a Senadora Marisa Serrano, a gente ter mais certeza, segurança na hora de votar esse, que nós consideramos um Projeto muito interessante.

Então, eu acho que a gente pode fazer uma solicitação de uma Audiência Pública para que a gente possa discutir e aprofundar um pouco mais o nosso entendimento sobre este Projeto, sobre esta matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de esclarecer o seguinte: é que, quando as vistas foram concedidas ao Senador César Borges, o processo já está encerrado em relação a este item. Porém, eu quero esclarecer que nada impede de haver apresentação de um requerimento de Audiência Pública, que será apreciado por este Plenário. Caso seja aprovado, haverá, naturalmente, a realização da audiência antes da apreciação definitiva do Projeto de lei.

Passamos ao item 13 da pauta, terminativo, que é o último item terminativo. Projeto de lei do Senado nº. 332/2008, que institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores. Autoria do Senador Cristovam Buarque, Relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini; o parecer é favorável. E a Senadora solicitou que o Senador Gilberto Goellner fosse o Relator *ad hoc* da matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, o Projeto de lei do Senado nº. 332, ou 532, está um pouco... 332 /2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores, anualmente a ser celebrado no dia 23 de março.

A justificativa é que a conquista do piso salarial em todo o território nacional e a remuneração mínima de 950 reais foi uma sanção que ocorreu, no dia 23 de março de 2004, e é uma conquista histórica dos professores de toda a nação brasileira, que exercem tão importante trabalho no aprimoramento do nosso sistema educacional.

Dessa forma, o Senador Cristovam Buarque coloca que seja instituído o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores, da qual é Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini. E eu coloco como favorável a posição da Senadora, como Relatora, colocando à apreciação de todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é só uma, agora.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas pode ser, porque uma é *ad hoc*, a outra é original. Senadora Fátima Cleide, sim. Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Cristovam Buarque, sim. Senador João Pedro, com o piso. Senador José Nery, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Gilberto Goellner, conhecido, sim. Senador Efraim Morais, desculpe. Eu estou com uma tendência de pular, mas desculpe. Senador Efraim Morais. Senador Eduardo Azeredo, sim.

Eu quero lembrar que... Está aprovado o Projeto. Eu quero lembrar, inclusive, que hoje à tarde, às 16h30, esta Comissão terá uma audiência com o Ministro Presidente do STF, conforme requerimento aprovado nesta Comissão, para discutir justamente a questão das ações de inconstitucionalidade em relação ao piso nacional dos professores. Às 16h30, no edifício sede do Supremo Tribunal Federal, gabinete da Presidência, para tratar do andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167, ajuizada contra dispositivos, não contra lei, contra dispositivos da Lei Federal 11.738, de julho de 2008, que institui o piso salarial dos professores.

Passamos aos itens de natureza não terminativa. O item nº. 02 da pauta, item 02 da pauta, não terminativo. Altera a lei 7.498, de 25 de junho de 86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares, e técnicos em enfermagem e as parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. Autoria: Senador Tião Viana. Relatoria: Senador Augusto Botelho. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Na Reunião do dia 20/11/2007, foi concedida vista ao Senador Cícero Lucena, que apresentou requerimento de Audiência Pública para instruir o Projeto. E esta Audiência Pública foi realizada em 07 de maio de 2008. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, esse Projeto já vem, há dois anos, sendo discutido, porque, no início, ele fixava umas datas-limites para que algumas profissões fossem sendo, desaparecessem para findar o país, sendo atendidos só por enfermeiras de nível superior. Mas, depois de dois anos de discussão, praticamente eu estive com todas as entidades e tudo, e nós vimos que nós não estamos em condições ainda de fazer isso, nem daqui a 10 anos, nem 15 anos, porque nós não temos escolas suficientes, nós temos dificuldades de técnicos, pessoal. Por outro lado, os donos de hospitais, e até a própria União reclamam que não vão ter condições de pagar todo mundo no nível superior, e depois de várias discussões, nós fizemos o seguinte: O Projeto se resumiu... Eu vou pedir para ele ser votado em outra Sessão, mas vou só resumir em que ele ficou resumido.

Findou ficando o Projeto para criar o acesso diferenciado às pessoas, aos auxiliares de enfermagem, aos técnicos de enfermagem, e às parteiras que exerçam a profissão no dia em que essa lei for promulgada. Ou seja, cada universidade, cada escola, vai dar a forma de dar acesso a essas pessoas. Mas elas terão uma espécie de cota para entrar nesses cursos. E eu espero que, daqui a alguns anos, daqui a 10, 20, 30 anos, a gente possa evoluir para que tenha... Não que a qualidade dos nossos técnicos auxiliares de enfermagem técnicos seja deficiente, mas se a gente puder trabalhar com pessoas de maior qualificação, é melhor para o país.

Então, deixa eu deixar bem claro que não vai haver a extinção de nenhuma profissão no Projeto, apenas vai facilitar o acesso para os cursos de enfermagem. Mas como o Ministério da Saúde, que enviou o Projeto de novo, porque, nessa última forma, eles não me deram a resposta ainda, e o Ministério da Educação também, eu peço para retirar de pauta para que a gente possa discutir numa próxima Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está retirado de pauta, então, a pedido do Senador Relator Senador Augusto Botelho. Passamos ao item-–

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de relatar o item 05, se pudesse inverter a pauta, já que os itens anteriores, os Relatores não se encontram presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Submeto à apreciação do Plenário a inversão da pauta. Está aprovado. Passamos ao item 05, não terminativo. Projeto de lei da Câmara nº. 25/2009, que institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de junho como sendo o dia do Fiscal Federal Agropecuário. Autoria: Deputado Paulo Piau; Relatoria Senador Gilberto Goellner. Parecer favorável, com as Emendas oferecidas. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, os fiscais agropecuários federais são diretamente responsáveis pela inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal e pela fiscalização, nos portos, aeroportos, portos secos e postos espalhados por todo o país, do trânsito de animais vivos, vegetais, de insumos destinados à agropecuária e de materiais biológicos de interesse agrícola e veterinário.

Esse Projeto já foi, já tramitou nas Comissões, na CCJ, e Educação e Cultura, na Câmara, e já foram, já foi aprovado. E a instituição, no dia 30 de junho, faz alusão à criação da carreira fiscal federal, do fiscal federal agropecuário.

Nesse sentido, tendo como referência a legislação congênere em vigor, oferecemos duas Emendas, cuja intenção é contribuir para a adequação redacional do Projeto, sem nada alterar o seu escopo. A Emenda, na seguinte redação, institui o Dia Nacional do Fiscal Federal agropecuário, e a segunda, a ser comemorado anualmente no dia 30 de junho, em todo o país. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço preferência para os itens 06 e 03 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. 03 e... 03 e 06. Se V. Exa. permitir, iríamos no item 03, aí o 04 é o Senador Gilvam Borges que é o Relator *ad hoc*, porque são todos Projetos não terminativos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vamos pela orientação de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, obrigado, Senador Inácio Arruda.

Item nº. 03. Projeto de lei do Senado nº. 047/20808, que altera o art. 29 do decreto-lei nº. 1455, de 07 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. Parecer favorável, com a Emenda oferecida. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Francisco Dornelles solicitou que V. Exa. fosse o Relator *ad hoc.* Com a palavra, V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com prazer, Sr. Presidente, vou substituir circunstancialmente o Senador Francisco Dornelles neste Projeto de lei, que é muito interessante. Porque, no caso de impedimento em função de pena, na verdade, o Estado confisca esses carros, em se tratando de transporte coletivo, que a destinação seja para a Educação, transporte escolar e, mais especificamente, para a zona rural no Brasil.

Hoje, isso é feito de forma discricionária pelo Ministro da Fazenda, que manda para onde desejar. E faz, digamos assim, o que quiser. Aqui, nós estabelecemos um critério, que eu acho que é justo, correto e necessário. Eu acho que é uma iniciativa muito interessante do Senador Expedito Júnior. O Relator ofereceu um parecer favorável, que eu acompanho. Meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 04 da pauta. Projeto de lei da Câmara nº. 98/2008, que institui o Dia Nacional do Empreendedor, nas condições que especifica. Autoria: Deputado João Pisolati. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável. Senador Wellington Salgado de Oliveira solicitou que fosse indicado Relator *ad hoc*. Eu solicito Senador Gilvam Borges que assim o seja.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Essa Relatoria recomenda com urgência a imediata aprovação do Projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estamos de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 06 da pauta. Projeto de lei da Câmara nº. 149 /2008, que denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Autoria: Deputado Marcelo Teixeira. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, justa homenagem a Padre Cícero, uma liderança religiosa e política do Cariri nordestino, podemos assim dizer, não só cearense. Hoje, a cidade de Juazeiro, digamos assim, é o que é. Era uma vila da cidade do Crato, transformou-se numa cidade, e hoje é a maior cidade do Cariri nordestino. Então, homenagem de Marcelo Teixeira a Padre Cícero, em Fortaleza, é muito justa.

Lá tem Rua Crato, Rua Juazeiro, Rua Missão Velha, Rua Barbalha, mas faltava a homenagem a essa liderança religiosa e política do Cariri cearense, que agora é estabelecida na BR-116, uma via muito expressiva da cidade de Fortaleza, a partir da iniciativa do Deputado Marcelo Teixeira. Nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de perguntar à Presidência e que seja levado em consideração, que sempre quando da homenagem a um trecho de rodovia a uma pessoa, se não fosse necessário, imprescindível vir acompanhada de uma Audiência Pública, possibilitando, assim, a indicação.

A gente sabe que Padre Cícero é um emblemático para o Estado do Ceará, principalmente, para o país. Porém, essa homenagem que se presta, eu perguntaria ao Relator, Senador Inácio Arruda, se ela vem acompanhada de uma Audiência Pública na localidade?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um Projeto de lei que veio da Câmara, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira; aqui, no caso, no Senado, nós não tivemos Audiência Pública. E também nunca ouvi falar de nenhuma Audiência Pública para denominação de nenhum outro trecho de rodovias ou de portos ou de outra instituição ou equipamento público federal, que é o caso. Eu acho que é até interessante, para as próximas, nós podemos fazer sempre Audiência Pública para justificar a homenagem que se presta [interrupção do áudio] da vida política, brasileira e religiosa, como é o caso, no caso do padre Cícero. Eu acho que é justo e deveríamos aproveitar como proposição para que as próximas matérias sejam submetidas à Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero esclarecer também ao Senador Gilberto Goellner que nós, na verdade, temos, assim, dezenas de Projetos de lei que tratam de indicação de nomes, de dias nacionais, de designação de prédios, de *campi*, enfim, de uma série de coisas, de lugares, em torno de nomes. De fato, nunca tivemos uma Audiência Pública. E, se formos ter Audiência Pública aqui, nós teremos muita dificuldade de darmos cabo de tantas Audiências Públicas.

Mas o que o Senador Gilberto Goellner sugere é que não seja aqui, que seja na próxima localidade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ou invés de Audiência Pública, que seja, na verdade, debatido com a sociedade, de alguma maneira, para se ver se aquilo reflete o ponto de vista das pessoas que moram lá, que estão envolvidas nessa situação, para que a aprovação de um Projeto de lei aqui, não é, Senador Gilberto Goellner, esteja de acordo com aquilo que as pessoas pensam lá.

Já existem regras nesse sentido, orientações, e eu vou solicitar à Secretaria que, na próxima Reunião, a gente possa novamente abordar essas regras para se observar se elas atendem a estas e outras preocupações da Comissão em relação ao exame, à aprovação de Projetos de lei dessa natureza.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria, então, de pedir vista desse processo até essa Reunião, para que se instrua esse e os demais Projetos. Não temos nada contra esse Projeto, mas que se institua, então, uma normatização e que venham embasados esse e os demais no mesmo procedimento legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Pois não. Vistas concedidas à V. Exa. O Senador Romeu Tuma havia... É em relação ao Projeto? Desculpe.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como ele pediu vistas, mas eu não só sou admirador de todo o trabalho que Padre Cícero fez na região, mas eu acho que era interessante a Audiência Pública no local, que a população participar...

E é claro que tem que fazer um--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está nesse projeto [*ininteligível*].

[*risos*]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, o grande problema é ter uma regra de seleção, não é, doutor? Eu digo, uma regra de seleção para fazer a Audiência Pública, eu sei que tem vários Projetos, então, a gente precisa fazer uma pré-seleção daqueles que realmente tratam de uma discussão do interesse da população. Porque eu fui, num Município agora de São Paulo, estavam lá me queixando porque trocaram o nome do aeroporto, porque tinha uma pessoa mais importante. Realmente, eu ia até dizer que é uma coisa que, talvez, choque uma parte da população em desfavor de outra que quer que aprove. Eu acho que é interessante a tese do Senador aqui. Mas eu acho que, já q ele pediu vistas, vamos aguardar. E eu acho que V. Exa. devia trazer ao conhecimento uma seleção, uma pré-seleção para evitar um número enorme de Audiências Públicas, provavelmente não vamos conseguir fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até quero esclarecer que, de fato, seria inviável, em termos, assim, de se fazer Audiências Públicas aqui. Mas não foi isso que o Senador Gilberto Goellner solicitou. Ele disse... Eu acho que, até quando ele usou "Audiência Pública" no sentido assim de se ver o entrosamento, a compatibilidade entre aquilo que se está votando e a opinião da comunidade.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Uma consulta popular, né? Nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Alguma coisa--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O objetivo nosso do pedido de vista é unicamente para instruir esse e futuros Projetos, nesse sentido, para que haja uma norma dessa Comissão de a gente estar podendo aceitar e aprovar, desde que venha acompanhado de uma consulta popular ou uma Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito obrigado. Como já houve inclusive uma dificuldade num outro Projeto de lei, se V. Exa. se recorda, na denominação de um *campus* de uma universidade, e como... Inclusive, se não me engano, outro Senador já tinha levantado essa situação, para que voltássemos a examinar os critérios. Então, nada mais oportuno, eu penso, do que se trazer isso com calma. E coletando, se organizando esse material para apreciação dessa Comissão.

Eu penso... Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte pelo trabalho feito em todas as Reuniões, mas, particularmente, no dia de hoje, onde muitos Projetos terminativos e não terminativos, foram 20 Projetos, pelo que me relatam, aprovados no dia de hoje, além da votação da Senadora Marisa Serrano, da eleição, e posse como Vice Presidente dessa Comissão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria preliminarmente cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, que deixa, por vontade pessoal-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --a Vice Presidência. E, com certeza, a designação e a votação da Senadora Marisa Serrano para ser Vice de V. Exa. é uma composição que dá um valor enorme a esta Comissão, e acredito que o sucesso continuará, visto a dignidade, a vontade com que V. Exa. tem dirigido esta Comissão. E, assessorado pela Senadora Marisa Serrano, que é uma educadora, sem dúvida nenhuma, nós continuaremos a ter o sucesso que V. Exa. relata hoje, que praticamente, limpando a pauta, e buscando dar aquilo que é mais importante para o Senador: Oportunidade de ver seus Projetos sendo discutidos e aprovados nesta Comissão. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E desejo de sucesso à Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Eu agradeço e quero só fazer coro às palavras de V. Exa. em relação à Senadora Lúcia Vânia, que, de fato, está concentrando o seu trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e muito envolvida com muitos Projetos naquela Comissão. E, em função desta necessidade, que houve a eleição da Senadora Marisa Serrano para Vice Presidente.

Quero destacar que a Senadora Lúcia Vânia, além de Senadora, já presidiu a Comissão de Assuntos Sociais; é uma pessoa extremamente atuante; já foi Secretária Nacional de Assistência Social, que é o equivalente, atualmente, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo Ministro Patrus Ananias. Porque, na época da Senadora Lúcia Vânia, a Secretaria Nacional de Assistência Social era uma Secretaria Nacional no Ministério da Previdência. Então, atualmente, é o mesmo que o Ministério. Então, uma pessoa com um trabalho dos mais importantes, exemplares. E a troca só se deu em função desse desejo, de fato, da Senadora Lúcia Vânia, de atender bastante de perto às necessidades da outra Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Senadora Lúcia Vânia, V. Exa. lembra bem, inclusive, na homenagem à D. Ruth Cardoso, o trabalho em conjunto que ela desenvolveu durante a gestão do Presidente Fernando Henrique-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --no cargo que V. Exa. descreveu com sabedoria e conhecimento. Então, teve um trabalho intenso.

Vi, no Orçamento, ela chorar quando tiraram uma verba designada para a educação do menor e atendimento ao menor. Ela era Relatora, e o Relator geral retirou, a pedido do Governo. Então, foi uma angústia profunda, ficamos do lado dela, e ela tem uma postura do interesse do menor, na Educação e, lá na Comissão de Justiça, ela tem feito um trabalho bastante importante com os Projetos que tem a relatar e participa de outras na designação do seu próprio partido.

Então, cumprimento V. Exa. pela lembrança, e nossas homenagens também à D. Ruth, nesse momento que V. Exa. cita a Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Quero, novamente, lembrar, como já havia sido feito anteriormente, que hoje, às 16h30, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte terá audiência com o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, 16h30, para discutir o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167, ajuizada contra dispositivos da Lei Federal

11.738, de julho de 2008, que institui o piso salarial dos professores.

Sempre lembrando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada somente contra alguns dispositivos, não contra a lei toda, não é? Então, inclusive aqui, os Ministros concluíram pela suspensão do § 4º do art. 2º da lei, que determina o cumprimento de, no máximo, dois terços da carga dos professores para desempenho de atividades em sala de aula. No entanto, continua valendo a jornada de 40 horas semanais de trabalho, prevista no § 1º do mesmo artigo. A suspensão vale também até o julgamento final da ação pelo STF. Quer dizer, esta é uma notícia do próprio site do STF. Por fim, os Ministros reconheceram que o piso instituído pela lei passa a ver já em 1º de janeiro de 2009.

Então, há muita discordância em termos da interpretação da lei, mas, conforme requerimento aprovado nessa Comissão, nós estaremos, então, nesta audiência, não é, Senador Cristovam Buarque? Também como autor da lei, inclusive, não é? Hoje à tarde, às 16h30.

Muito bem. Agradeço a todos. Agradeço à Assessoria da Comissão de Educação, que sempre vem fazendo um trabalho de muita qualidade, muito bom, muito dedicados... É um trabalho intenso, três áreas, das mais fundamentais. E para organizar a pauta, por exemplo, de hoje, com vinte e tantos itens na pauta, uma Audiência Pública que vai ser amanhã, também, nesta Comissão, falar com os convidados e sugerir, e ver passagem e tudo, que amanhã nós estaremos discutindo a questão de um Projeto lei do Senado 186, que... No sentido de abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil. O autor do Projeto é o Senador Gilvam Borges. A Relatoria, Senador Marconi Perillo. E a autoria dos requerimentos é dos Senadores Marconi Perillo, Senadora Marisa Serrano e Senador Álvaro Dias. E teremos, então, uma discussão e um encaminhamento no sentido de instrução do Projeto de lei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes de encerrar, só peço desculpas à V. Exa.-—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --porque a expectativa de abertura da Ordem do Dia, às 16 horas, e nós estamos angustiados pela não votação, até hoje, dos Conselhos Nacional do Ministério Público e da Justiça, porque eles estão paralisados, em razão de vencerem o prazo de gestão. Então, não sei se isso vai atrapalhar a Audiência Pública, se no Plenário tiver a votação, que é nominal e secreta. Então, a gente tem que avisar para quem for votando vir para cá, para não perder a oportunidade de receber bem o Presidente Gilmar Mendes, que é uma pessoa muito interessante para gente, na sua discussão sobre esse problema que surgiu. Até em homenagem ao Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Nós temos que, não é, Senador Cristovam Buarque? Compatibilizar bem os horários para que, eventualmente, a presença... Ter certeza do horário, que habitualmente a ordem do dia, de fato, não vem começando às 16 horas, não é? E teríamos que verificar isso. Mas, de qualquer forma, iremos verificar com cuidado, para que não haja prejuízo a nenhum dos lados, a qualquer dos lados.

Muito bem. Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta minutos do dia oito de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Efraim Morais e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 10/09-CE, de autoria dos Senadores Marconi Perillo, Marisa Serrano e Alvaro Dias, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, que "Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados**

do Brasil (OAB)". A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Paulo Pimenta (PT/RS); Senhora Estefânia Viveiros, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal – OAB-DF; Senhor Alexandre Bastos, Presidente da Comissão de Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Mato Grosso do Sul – OAB-MS; Senhor Evandro Vitoriano Elias, Gerente de Comissões do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB; Senhor Sílvio Neves Batista Filho, Presidente da Comissão de Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Pernambuco – OAB-PE; Senhor Júlio César do Valle Vieira Machado, Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Goiás – OAB-GO; Senhor Emerson Rodrigues, Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito – MNBD; Senhor Itacir Amauri Flores, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Rio Grande do Sul – MNBD/RS; Senhor Ilderelen Ponce de Leão, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Amazonas – MNBD/AM e Vice-Presidente Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito – MNBD; Senhor Marcus Antônio Ribeiro da Cruz, Vice-Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Amazonas – MNBD/AM; Senhor Luiz Guilherme Souza Queiroz, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Espírito Santo – MNBD/ES; Senhora Maria Bernadete Travaglia, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Goiás – MNBD/GO; Senhora Célia Maria Amaral de Queiroz, Vice-Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Goiás – MNBD/GO; Senhor Marsory França, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Piauí – MNBD/PI; Senhora Lígia Furtado; Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Esatdo do Pará – MNBD/PA; Senhor Márcio B. Silva, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Rio de Janeiro – MNBD/RJ; Senhor Henrique Tibúrcio Pena, Vice-Presidente, em exercício, da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Goiás – OAB/GO e Senhor Flávio Borges, Conselheiro Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Goiás – OAB/GO. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, o Senhor Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, Coordenador-Geral de Supervisão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC; Senhor Carlos Nina, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Estado do Estado do Maranhão – MNBD e Senhor Dílson José de Oliveira Lima, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB e Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marconi Perillo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Marco Maciel, Gilvam Borges e Wellington Salgado. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do oficio SSAP nº 355/09, de 22 de junho do corrente, do Excelentíssimo Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira Filho, em resposta ao Ofício, encaminhado por esta Comissão, com esclarecimentos e as providências tomadas pelo governo do Estado no sentido de retirar de circulação os livros didáticos, distribuídos na rede pública do Estado de São Paulo, que continham graves erros de geografia. Os Senadores que desejarem uma cópia do documento poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 10, da Comissão de Educação de 2009, de autoria dos Senadores Marconi Perillo, Marisa Serrano e Alvaro Dias para a realização de Audiência Pública, destina-

da a instruir o Projeto de Lei do Senado, nº. 186, de 2006, que altera os arts. 8º, 58 e 84, da Lei 8906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessária inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil. Dando início à Audiência Pública solicito ao secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. Eu quero destacar que este é o projeto, como já foi dito 186, de 2006 do Senador Gilvam Borges, a relatoria é do Senador Marconi Perillo, e que também é um dos autores do requerimento. Dizer da satisfação de ter o Senador Marconi Perillo aqui presente, ele que é membro da Comissão de Educação, autor do requerimento, relator do projeto, e também primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, fazendo um trabalho importante, necessário, de destaque e reconhecido aí pelo Senado e pela sociedade. Uma alegria sempre tê-lo aqui na Comissão de Educação como membro também, além disso, como todos sabem, ex-governador do Estado de Goiás, ex-deputado federal e um grande batalhador da área.

Então, esta Audiência Pública tem como objeto instruir um Projeto de Lei que está em tramitação e que tem por objetivo alterar a Lei 8906 para abolir o Exame de Ordem, necessária inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil. Nós temos como convidados, e quero dar as boas-vindas aos convidados, expositores, nós temos o Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, que é Coordenador-Geral de Supervisão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, SESU/MEC; Carlos Nina, Presidente Estadual do Movimento dos Bacharéis em Direito do Maranhão, MNBD e Dilson José de Oliveira Lima, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB.

Então, nós temos sempre esta prática de termos o requerimento aprovado na Comissão, como o foi, e a realizar a Audiência Pública para que esta Audiência Pública ajude a instruir o Projeto de Lei em tramitação, como já mencionado. Passo então em primeiro lugar a palavra ao Dr. Frederico Normanha Ribeiro de Almeida. Com a palavra V.Sa.

SR. FREDERICO NORMANHA RIBEIRO DE ALMEIDA: Gostaria de agradecer ao convite que foi formulado ao Ministério da Educação e à Secretaria de Educação Superior para participar desse debate que nos toca de perto, pela importância da conexão que existe entre a formação superior e o exercício profissional, não só no Direito, mas outras áreas, e pela experiência recente que nós temos tido de relação com os órgãos profissionais no aperfeiçoamento dessa relação e especialmente com a Ordem dos Advogados do Brasil na questão do ensino jurídico e no aprimoramento da qualidade da formação superior na área do Direito.

Esse é um tema que particularmente me interessa bastante, também por conta das minhas áreas de pesquisa acadêmica e por isso quando fui indicado pela secretária de educação superior fiquei muito feliz não só de poder representar o MEC, como também de poder expor algumas reflexões que nós fazemos sobre esse tema. A questão do Exame de Ordem, ele sempre... Da instituição do exame ela sempre foi polêmica no âmbito da OAB e ela é polêmica em entidades profissionais que estão tentando trilhar o mesmo caminho. Eu participei acerca de um mês, dois meses, de um evento do CREMESP, do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que tem a intenção de instituir um exame de certificação profissional de ingresso na profissão para médicos. Me pareceu ali, por passar um dia no evento já deu para ver que a briga não vai ser pequena lá, o CREMESP é um dos conselhos regionais mais engajados nisso, muitos conselheiros do próprio CREMESP são contrários e muitos conselhos no país, de outros estados, são contrários, mas eu acho que foi a mensagem que eu procurei passar em nome do MEC lá, que o importante é o debate sobre o papel da organização profissional e do Ministério da Educação na questão da qualidade do exercício profissional.

Aqui, falando como representante do Ministério da Educação, a primeira observação que eu queria deixar muito claro é que a questão de como a organização, de como a corporação profissional regulamenta o exercício profissional é uma questão da autonomia dessa corporação profissional. Obviamente que a corporação tem uma concessão do estado para isso, e por isso que o debate deve ser público, deve ser feito no Senado, as alterações são feitas por lei, mas do ponto de vista do MEC, nós queremos deixar claro que nós não temos condições e não podemos dar um juízo definitivo sobre se é ou não a melhor forma de exercício profissional, de controle do exercício profissional, ter ou não um exame. O importante, como eu disse desde o início, é que organizações profissionais e Ministério da Educação saibam cada um fazer o seu papel nessa questão e colaborar um com o outro nessa questão.

Eu vou falar um pouco do que o MEC tem feito na questão do ensino jurídico e que diz respeito diretamente com a qualidade do exercício profissional e com a questão do mercado de trabalho na área do direito. Tem havido um aumento no rigor, no controle da qualidade dos cursos de direito, isso em duas áreas, na regulação, ou seja, na autorização, na criação de novos cursos, e na supervisão, que é a... Para usar

um termo mais vulgar, é a fiscalização, é o controle *a posteriori* dos cursos já existentes. Nos novos cursos, o MEC é muito sensível ao argumento de que já há cursos de Direito demais, de que em algumas cidades já tem um excesso de advogado, agora, nós não nos prendemos a razões, vamos dizer, de mercado e corporativas nesse sentido. A expansão do Ensino Superior é uma meta do Ministério da Educação e ela deve ser feita em várias áreas, deve ser feita pela diversificação de cursos superiores, mas pode ser feita inclusive com a expansão de cursos de Direito. Dito isso, eu queria deixar claro um pouco qual é o critério que nós utilizamos quando vamos autorizar um novo curso. Esse curso, o primeiro critério é se há demanda, se há necessidade no local, ou seja, então precisamos ver se há outras faculdades na cidade e o número de vagas nessa cidade. E aí a primeira observação que faço é a seguinte, o discurso de que já existe faculdade demais é relativo pela distribuição regional desses cursos. Em alguns lugares não tem curso. Em alguns lugares há apenas um curso com número reduzido de vagas, ou seja, cabem mais cursos.

Esse é o primeiro juízo que é feito. O segundo juízo é num cenário em que talvez não demande mais cursos, é a possibilidade de criação de um curso que apresente uma contribuição pela inovação metodológica ou de perfil de egresso. Ou seja, se ela está inovando o ensino em direito em termos metodológicos, se ela está propondo um currículo diferente do currículo tradicional de uma Faculdade de Direito, e se ela está propondo a formação de um tipo de profissional específico que aí também para relativizar um dado geral. Ou seja, há muitos advogados no Brasil? Há. Mas, como é a distribuição desses advogados por área de atuação, por atendimento de novas demandas, por atendimento do problema do acesso à justiça em algumas regiões que têm carência de advogados para a população mais carente? Como é a demanda em estados e regiões em que a magistratura e o Ministério Público não preenchem seus quadros por concurso? Então, quando a instituição consegue fazer essa conexão e deixar claro isso no Projeto Pedagógico, ou seja, formar um profissional muito específico junto com a questão da inovação de métodos, isso nos dá segurança para autorizar um curso, mesmo em alguns cenários onde poderia se dizer a princípio que não caberia mais cursos pelo excesso de vagas.

Como eu disse, isso é sempre ponderado pelo número de vagas que a instituição oferece, pela demanda, enfim, e o parecer que a OAB dá nos processos de autorização de curso tem sido um bom indicativo da questão da demanda. Volto a dizer, nós não estamos vinculados ao parecer da OAB, muitas vezes somos cobrados pela própria OAB de autorizar cursos que a OAB recomenda que não fosse autorizado, nós não estamos plenamente vinculados e nós temos insistido com a OAB, como insistimos com outras organizações profissionais de outras áreas, que eles apontem principalmente para esse dado, ou seja, que o parecer deles nos aponte assim: "há necessidade ou não desses profissionais nessa região". Então, isso tem sido um aprimoramento da sistemática de criação de cursos.

Como eu estava dizendo para o colega da OAB um pouco antes de entrar, o MEC é muito cobrado quando cria cursos. E eu digo que pela Legislação e pela sistemática atual, a questão não é autorização do curso, é o reconhecimento e a renovação do reconhecimento do curso. A autorização, ela é uma análise basicamente documental, porque ela é prévia ao funcionamento do curso, é uma análise de infraestrutura e de Projeto Pedagógico. E, como os advogados sabem muito bem, o papel aceita fazer tudo. Não que essa análise por isso não seja criteriosa, ela é feita nessa questão de vaga, de perfil de egresso, de inovação metodológica, mas a autorização ela é uma possibilidade do curso funcionar por um período até o momento do reconhecimento. O reconhecimento vai considerar o curso em funcionamento. Com o aprimoramento do sistema nacional de avaliação e com a repetição dos ciclos avaliativos, são representados pelos ciclos entre uma prova de Enade e outra, ela... O reconhecimento vai perceber o desempenho efetivo da instituição na formação de seus alunos. E aí sim, o reconhecimento é o ato importante.

Então, o MEC autorizar uma instituição não quer dizer que ela vai funcionar permanentemente. No reconhecimento é o juízo mais importante assim como na renovação de reconhecimento, que é o ato posterior que ela tem que passar. Nesse momento, e nós temos feito isso, se o curso não tem condições de existir, nós temos primeiramente é uma faculdade que a LDB confere às instituições de ensino. Constatado insuficiência de qualidade na fase do reconhecimento, a instituição tem direito a um prazo para saneamento que ela faz por meio de um protocolo de compromisso. Ela se compromete a assumir algumas... A implementar medidas de saneamento com base na verificação *in loco* do funcionamento do curso e após esse prazo, o MEC faz uma nova avaliação. Após esse prazo, o MEC pode encerrar a oferta do curso. Esse encerramento de oferta garante o direito dos alunos cursantes ao seu diploma, a instituição pode prosseguir com as turmas atuais, ela não pode admitir novos alunos e os alunos, o curso ganha um reconhecimento exclusivamente para fins de emissão de diploma daquelas turmas. Então, estou dizendo isso só para dizer que

o dado de autorização de curso, acho que é o menos importante nesse momento. O importante é o reconhecimento desses cursos.

Um outro trabalho que o MEC tem feito nessa questão da qualidade da formação jurídica, está na área de supervisão, que é a área que eu coordeno diretamente, em que o processo inaugural dessa supervisão com uma nova legislação, que foi o Decreto 5773, de 2006, foi justamente a supervisão dos cursos jurídicos que foi muito noticiada, foi bastante divulgada, causou bastante impacto, ela começou com corte de vagas, inclusive, nesse processo de saneamento e é um processo que inclui uma verificação das condições de oferta desses cursos, o compromisso das instituições de sanear essas deficiências mediante o que eu falei agora há pouco na fase de reconhecimento, elas assinam um termo de saneamento de deficiência, esse termo tem um prazo e ao final do prazo nós vamos verificar. Esse é um processo que para nós foi um grande aprendizado, ou seja, ele serviu de modelo para a gente poder fazer processo semelhante na área de Medicina, de Pedagogia, agora vamos fazer um de Odontologia e foi um aprendizado e foi um desafio. São 82 cursos sob supervisão, e essa supervisão no dia-a-dia, ela é feita pela minha equipe que tem cinco técnicos administrativos, e com o auxílio de uma Comissão que são todos voluntários colaboradores de 15 especialistas em ensino jurídico, indicados pela Associação Brasileira de Ensino de Direito, pela OAB e pelo próprio MEC, entre professores conceituados. Esse processo, ele está na fase agora que as primeiras instituições que assinaram seus termos de saneamento estão terminando o prazo, ou seja, elas estão sendo novamente visitadas para verificar se elas realmente cumpriram o que elas se comprometeram em termo de saneamento. Temos tido bons retornos em vários sentidos. Primeiro no sentido de que temos, sim, condições objetivas de avaliar a qualidade de um curso e eventualmente extinguir oferta de um curso que não conseguiu cumprir aquelas medidas no termo de saneamento, e aí a lei não dá outra alternativa no caso de não cumprimento desse termo de saneamento que não o encerramento da oferta, mas a melhor constatação que temos tido são os cursos que após assinar esse termo de saneamento, quando novamente visitados, apresentam outro curso. Um novo curso, um curso muito melhor. Ou seja, o processo de supervisão, ele induz à qualidade e é esse o objetivo. Como eu disse, a meta do Ministério da Educação é expandir o Ensino Superior no Brasil e por isso seria um contra-senso, nós temos uma política deliberada, indiscriminada de fechamento simplesmente de cursos só pelo número de cursos. Nós vamos fechar cursos que não tem condições de atingir patamares mínimos de qualidade. E poder fazer um processo de 82 cursos ao mesmo tempo, ou seja, pela gradação de situações que a gente consegue ver com 82 cursos, é que a gente conseguia saber o que é esse patamar mínimo, médio de qualidade que um curso tem que ter. Então, se de 82, um, dois, três cursos acabarem fechados, a gente sabe que são cursos que de fato não conseguiram atingir esse patamar mínimo, mas o mais importante pra gente é que esses 82 saiam do processo de supervisão melhores do que entraram e possam continuar ofertando seus cursos.

E aí eu queria insistir um pouco nessa questão da relação do MEC com os organismos profissionais e com a OAB. A OAB, e eu tenho acompanhado esse debate sobre a extinção do exame, uma das queixas que se faz ao exame é que a OAB quer substituir ao MEC no controle da qualidade do ensino jurídico. Eu não acredito que seja essa a intenção da OAB, mas sendo ou não, o importante é que o MEC tem feito o seu papel no controle da qualidade dos cursos jurídicos. Um exemplo que eu dei, o MEC inclusive é acusado de ser submisso a essa demanda da OAB, essas 82 instituições que entraram em supervisão, elas são 82 instituições que tiveram nota um ou dois no Enade de 2006. A lista bate quase completamente, corresponde quase completamente à lista dos piores desempenhos do Exame de Ordem. Agora, tem instituições que tiveram pior desempenho em Exame de Ordem e que não estavam na nossa lista de Enade. E nós insistimos, o nosso critério é educacional, nosso critério é avaliação de qualidade e a supervisão vai ser feita com as instituições que tiveram desempenho insuficiente no Enade. O Exame de Ordem é um dado a mais pra gente avaliar a questão da qualidade daquela instituição, mas não é o critério para nós tomarmos ações de supervisão educacional. E é importante que a gente tenha claro o papel de cada um e principalmente o tempo desses processos. Ou seja, um bom mercado de profissionais jurídicos, ele vai ser um mercado que a gente só vai ter talvez daqui alguns anos. Então é preciso algum tempo que é o tempo que o MEC tem para sanear a situação dos cursos jurídicos e que a OAB tem para controlar os profissionais que já estão em exercício. Isso eu falei muito num evento dos médicos, de que a questão não é criar ou não um exame, não é ter um não um exame. É uma questão que a corporação profissional deve pensar como certificar e como credenciar os seus profissionais. A questão é que deve haver controle do exercício profissional, seja por Comissão disciplinar, seja por Tribunal de ética, seja por exame, seja por certificação permanente a cada cinco anos, seja por um exame único de ingresso, o importante é ter clareza. O MEC não tem como controlar a qualidade de pro-

fissionais que já estão no mercado. Esse é um ponto, por isso que a ligação entre organização profissional e Ministério da Educação é importante, porque cada um tem um papel a fazer, assim como não compete às organizações profissionais avaliarem a qualidade de cursos. Eles podem avaliar qualidade dos profissionais no mercado com exame ou sem exame. E por isso que eu queria só deixar claro essa conexão. Com exame ou sem exame, com certificação permanente ou sem certificação permanente, o importante é que deve haver controle de qualidade de ensino e controle de exercício profissional. Cada um faz seu papel e o melhor cenário, eu acho que aí a experiência da parceria MEC/OAB é uma boa experiência, um bom exemplo, a troca de informações, cada um fazendo o seu papel, a troca de informações e o trabalho conjunto tem sido um bom exemplo de como educação e organização profissional podem ser pensados conjuntamente. Agradeço mais uma vez, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação do Dr. Frederico nesse primeiro momento. Quero destacar a presença, além do Senador Marconi Perillo, a quem já fizemos referência, da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente desta Comissão e também uma das autoras do requerimento, do Senador Efraim Morais, membro desta Comissão também, de Educação, Cultura e Esporte, e destacar a presença de Emerson Rodrigues, Presidente do Movimento Social dos Bacharéis de Direito; Estefânia Viveiros, Presidente da Ordem dos Advogados do Distrito Federal, OAB/DF; Alexandre Bastos, Presidente da Comissão de Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Mato Grosso do Sul, estado da Senadora Marisa Serrano; Evandro Vitoriano Elias, Gerente de Comissões do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Sílvio Neves Batista Filho, Presidente da Comissão de Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Pernambuco; Júlio Machado, Presidente da Comissão de Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Goiás e Itacir Amauri Flores, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Rio Grande do Sul.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Carlos Nina, que é Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Maranhão.

SR. CARLOS NINA: Sr. Presidente desta Mesa, Srs. senadores, deputados, advogados, minhas senhoras e meus senhores. É com satisfação muito grande que recebi o convite dos bacharéis que me distinguiram com a designação de Presidente de Honra de seu movimento para aqui trazer o seu pensamento nas limitações das minhas posições. Devo dizer inicialmente que foi com um certo conforto que eu vi a manifestação do Ministério da Educação, a quem na minha exposição, eu destinava algumas críticas e já aqui antecipadamente me redimo, porque vejo que pela sua manifestação, o Ministério da Educação está tentando suprir uma omissão com relação ao caso e que não se refere exclusivamente ao caso dos cursos de Direito, porque uma das minhas preocupações é justamente que é uma das teses da Ordem, em defesa do exame, que a proliferação dos cursos ou a grande quantidade de advogados, me parece que esse não é um argumento racional, um argumento lógico para advogados. De modo que eu fico muito feliz ao ver que essa também não é a posição do MEC.

Eu entendo que a discussão do Exame de Ordem, ela está associada a três outros fatores, ela está, digamos assim, no mínimo a três outros fatores. O primeiro deles é justamente esse ao qual eu já me referi, que é a política educacional. E que vejo que quanto a essa questão o MEC está sinalizando de maneira diferente. A outra questão, outro fator é a própria finalidade da Ordem. E por último, que é a função do MEC, que tem relação com a política educacional que nós já observamos, tem uma posição diferente hoje. Com relação à política educacional, e aqui vai um reparo que eu já fiz, quer dizer, a minha crítica é de que a educação não tem sido uma prioridade. E as evidências disso estão no salário dos professores, na precariedade dos estabelecimentos de ensino e na qualidade de ensino, que é a base da discussão. E o que nós temos visto, em vez de se atacar a raiz do problema, historicamente nós temos optado pela improvisação e o primeiro exemplo eu dou, o do vestibular, o do vestibular. E vejo que hoje o Ministério da Educação, pelo que eu ouvi aqui e pelo que tenho lido no noticiário, tem exatamente procurado corrigir esse vício, porque eu entendo que é uma improvisação quando você... Porque o Ensino Médio não qualifica para a faculdade, você cria um obstáculo, você cria uma barreira. Esse mesmo fenômeno aconteceu com os cursos de Direito, ou seja, além do vestibular, o bacharel em Direito passou a sofrer então o óbice do Exame de Ordem.

Então, o nosso sistema passou a produzir, no meu entendimento, diplomas inúteis. O diploma do Ensino Médio, que não garante o acesso à universidade, e o diploma do curso de Direito, que não assegura o exercício da Advocacia. São soluções improvisadas, tanto o vestibular quanto o Exame de Ordem, lucrativas para os empresários que exploram a deficiência na educação, são soluções contrárias às finalidades e obrigações do estado, que em vez de facilitar dificulta o acesso à educação, e são soluções onerosas, porque excludentes também do já excluído socialmente. O que

seria não improvisar, que é o que eu vejo que o MEC, pelo depoimento que vi aqui hoje, está procurando fazer? É investir satisfatoriamente na educação, recursos materiais e humanos e na busca de soluções que efetivamente garantam a finalidade do estado quanto à educação para todos e o exercício da profissão de acordo com a diplomação que é de competência do estado habilitar. Qual é o objetivo dessa política? Propiciar efetiva qualificação do aluno, que é o que nós ouvimos aqui. Diplomar apenas quem efetivamente esteja habilitado. E aí vem a crítica que eu faria ao MEC, mas dou um crédito de confiança ao MEC aqui, pelas palavras do seu representante, quando diz que quer fiscalizar, que é o seu papel, para que essa habilitação seja eficaz.

Garantir o acesso à universidade aos aprovados no segundo grau. Garantir o exercício profissional privado aos graduados em Direito. A cada dificuldade, porém, o Brasil improvisa e uma indústria se beneficia disso, em prejuízo das vítimas que produz impunemente. Milhares de brasileiros têm um diploma ao que não responde ao que declara no papel. Isso justifica o vestibular? Ou, deveríamos cuidar para que as escolas de segundo grau efetivamente qualificassem seus alunos para a terceira graduação? Vale para os cursos de Direito o mesmo raciocínio. A péssima qualidade dos cursos de Direito justifica a de um exame excludente? Essa questão nos leva ao argumento básico da defesa do Exame da Ordem, pela Ordem, que é o despreparo dos bacharéis. E os outros cursos? Os cursos de Engenharia, os riscos que são alegados quanto ao advogado não valem para o engenheiro, não valem para o médico, para tantas outras profissões que o graduado exerce de imediato? O que eu vejo hoje, lamentavelmente, *data venia*, e eu quero aqui fazer um registro que as críticas que eu faço aqui, que venho a fazer à Ordem, que tenho feito publicamente, não se tome, como alguém já disse, como um discurso contra a Ordem. Pelo contrário. Eu sou advogado, fui Presidente da Ordem, fui Conselheiro Federal, a minha tese de mestrado foi sobre a Ordem, tenho o maior respeito e admiração à Ordem. E não exponho a Ordem, mas critico quem a expõe.

Então, não posso também dissociar essa questão do Exame da Ordem daquilo que o Exame da Ordem se transformou dentro da instituição. Então, na verdade hoje o Exame da Ordem se transformou numa fonte de renda valiosa para a Ordem. Então, há interesse na manutenção do Exame da Ordem porque também é uma fonte de renda. E o que é pior, o Exame da Ordem, na sua prática, foi propiciando a que a Ordem fosse exposta pelos vícios que têm sido realizados, encontrados, denunciados, estão na mídia, na prática, na aplicação do Exame de Ordem. Numa mistura de conselheiros com membros de cursinhos e uma promiscuidade lamentável, que não é segredo para ninguém. Vendas de provas de Exame de Ordem, tanto é que a própria instituição procurou de várias formas corrigir, vive à procura de um critério que impeça que isso aconteça. Mas, lamentavelmente isto não deixa de acontecer. Então, além de ser como vou demonstrar mais adiante, inconstitucional e ilegal, impróprio, e ele tem servido para desacreditar, para enlamear a história, a tradição e o papel que a Ordem tem cumprido ao longo da história. Eu mesmo tive a oportunidade de quando da Constituinte, estar aqui presente ao lado de um dos maiores Presidentes que a Ordem já teve, Dr. ***Hermann*** Assis ***Baeta***, na votação da Constituinte. Estava aqui acompanhado do Presidente Hermann Baeta, que era o Presidente do Conselho Federal e de outros presidentes de seccionais.

Onde está a inconstitucionalidade do exame da Ordem? Diz o art. 205 da Constituição Federal: "*A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*". Então, quem qualifica é o Estado, não é a Ordem. Se a Ordem deve qualificar, se esse for o entendimento do legislador, então, que se retire do MEC e entregue à Ordem, a Ordem que vai qualificar. Vamos acabar com o curso de Direito, vamos criar o curso de exame de admissão da Ordem. Também o art. 5º, nós já vimos que a qualificação, eu estou apenas aqui fazendo referência, longe de mim querer ensinar Direito Constitucional aos senhores, que são os legisladores, são os responsáveis pela norma que regulamenta a nossa vida e a nossa educação. Então, os senhores sabem bem mais do que eu sobre isso. Então, o art. 5º, só lembrando, inciso XIII diz: "*É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*". Mas, quando a Constituição diz "a lei estabelecer" ela não está aqui dizendo que qualquer lei, que uma lei inconstitucional, e muitos são os casos em que, por uma razão ou outra uma lei é editada, uma lei é sancionada, mas contendo inconstitucionalidade, ela venha ser anulada, ela venha ser revogada, ela muitas vezes se torna até ineficaz, sem qualquer outra iniciativa pela sua afronta evidente à Constituição.

Além disso, nós temos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu art. 2º , que reforça o que diz a Constituição: "*A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo*

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." É uma consonância da Lei de Diretrizes, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o art. 205 da Constituição Federal. E mais, nós temos o art. 43 da mesma Lei de Diretrizes e Bases, que diz: "*A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua*". O que faz o exame da Ordem? O exame da Ordem cria uma discriminação, ou seja, viola o art. 5º da Constituição Federal ao criar um embaraço, uma discriminação para o bacharel em Direito.

Exemplo prático, uma consequência disso, o fundo de investimento, o FIES. Como o bacharel em Direito, que não tem assegurado o seu acesso ao exercício da advocacia, pode pagar como os outros profissionais que tem o direito de exercer de imediato a sua profissão, poderão pagar esse financiamento? Eles têm um tratamento diferenciado pela lei? Não, porque não são diferentes. Mas a Ordem insiste em que eles sejam diferentes, que a Ordem está, sim, aí eu quero fazer um complemento, e eu compreendo que talvez a lhaneza do representante da Ordem não enfatizou isso, mas não importam aqui quais as razões da Ordem, mas que a Ordem está sim usurpando uma atribuição do Estado, especificamente do MEC, está. Porque é o MEC, como nós já vimos pela Constituição, que tem como o Estado o dever, a atribuição, a competência de qualificar e diplomar. Está também na própria lei.

A Lei 8.906 cria a obrigatoriedade do Exame da Ordem. Bom, então o Exame da Ordem é legal? Ele seria legal. Ele seria legal porque estaria numa lei. Mas, essa lei é inconstitucional, porque a Ordem não pode, ou melhor, não deveria ter esse poder, que é uma atribuição do Estado. E aqui nesse art. 8º quando você vai observar, inciso I, capacidade civil. Quem diz quem tem a capacidade civil? É o Código Civil. O diploma de graduação? A legislação da educação. O título de eleitor? A legislação eleitoral. Então, você vê que todos os requisitos estão dispostos em leis, o Exame de Ordem, não. E o que é pior, a própria lei, na continuação de sua inconstitucionalidade, diz que o Exame de Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal. E aí, esse § 1º da Lei 8.906 vai exatamente contra o art. 84 da Constituição Federal, que diz que compete ao Presidente da República privativamente o regulamento da fiel execução da lei. Então, como pode um provimento de um Conselho, por mais importante que seja esse Conselho, e eu assim entendo que seja, como pode o provimento de um Conselho contrariar uma norma constitucional que diz que é atribuição privativa do Presidente da República regulamentar a lei?

O meu tempo está se esgotando. Eu vou tentar encerrar, e se tiver oportunidade, esclarecer outros pontos no eventual debate, para dizer que a lei anterior a Lei 8.906, a Lei 4.215, ela previa, previa um estágio curricular. E a opção para o bacharel do Exame de Ordem. Era já inconstitucional, mas possibilitava ao bacharel em Direito, ao estudante, ao acadêmico, optar pelo que era mais eficiente e que era feito dentro da instituição com a participação de entidades, como a própria Ordem, tribunais, Ministério Público, delegacias, etc., que era o estágio curricular. O que aconteceu? A Ordem, com a Lei 8.906, em vez de valorizar aquilo que efetivamente qualificaria o estudante, que era o estágio, preferiu a solução mais fácil e arrogou para si duas coisas: A qualificação e a habilitação através do Exame de Ordem. Mas a Lei 8.906 não fez só isso contra a Advocacia, ela também acabou a disputa eleitoral no Conselho Federal, e acabou com a Assembléia Geral que aprovava as contas dos conselhos, hoje os conselhos votam as próprias contas. Então, quando eu digo que o Exame de Ordem não pode ser dissociado da finalidade da Ordem, é justamente isto que eu quero dizer.

Eu peço desculpas se me alonguei, mas encerro finalmente dizendo que o argumento básico está aqui na justificação do projeto que diz: A despeito de o aspirante à carreira ter sido diplomado necessariamente a instituição de Ensino Superior oficialmente autorizada e credenciada pelo MEC, a qual submete com frequência durante pelo menos cinco longos anos de estudos acadêmicos a avaliações periódicas, ele é compelido a submeter-se a essa espécie de certame. Espero que os argumentos aqui hoje aqui expendidos contribuam para aclarar a melhor decisão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço... Só... Eu peço a gentileza de não haver manifestações, nem de aplauso nem qualquer outro tipo de manifestação, que isso não é permitido pelo regimento, e os expositores terão que ter toda segurança, toda tranquilidade, e por isso que existe a realização de uma Audiência Pública, que como foi dito, tem por objetivo instruir um Projeto de Lei, ajudar os senadores e senadoras a ouvir os argumentos, refletirem sobre eles e pensarem sobre o melhor caminho. Por isso eu peço a gentileza de não haver qualquer tipo de manifestação em relação às exposições.

Quero dizer também para os expositores que o tempo sempre disponível de 15 minutos, sendo prorrogável, se necessário, por cinco minutos, foi o que

aconteceu com o Dr. Carlos Nina. Está ótimo. Não, não, está perfeito. Estava dentro do... Extrapolou um pouquinho, mas também não tem problema. Nós somos assim... Dentro da tolerância possível. Quero destacar a presença, que não havia feito, do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, da Senadora Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado e também do Deputado Federal Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul. Quero também dizer da presença de Ilderan Ponce de Leão, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Amazonas e Vice-Presidente Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito; Marcos Antônio Ribeiro da Cruz, Vice-Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Amazonas; Luís Guilherme Sousa Queiroz, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito do Espírito Santo; Maria Bernadete Travaglia, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito de Goiás; Célia Maria Amaral de Queiroz, Vice-Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito de Goiás, Marçoari(F) França, Presidente... ou Marçori(F), desculpe, Marçori ou Marçóri? Márçori, não era nem um nem outro, era uma terceira possibilidade. Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Piauí; Lígia Furtado, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Pará; Márcio Silva, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Rio de Janeiro; Júlio César Machado, Presidente da Comissão de Estágio e Ordem da OAB Goiás; Henrique Tibúrcio Penha, Vice-Presidente em exercício da Seccional OAB Goiás; Flávio Borges, Conselheiro Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB Goiás. Essas presenças se somam àquelas que já foram mencionadas anteriormente.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Dílson José de Oliveira Lima, que é, como já foi dito, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, e Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Senador Flávio Arns, demais senadores e senadoras, deputados, autoridades, senhoras e senhores aqui presentes. Foi com muita honra que recebi a convocação do Presidente César Brito para manifestar-me acerca de um tema tão relevante que é Exame de Ordem.

Para fazer essa manifestação, esse debate aqui nessa Casa, com alto nível, como sempre a OAB assim participou, nós fomos buscar para a defesa da manutenção do Exame de Ordem a justificação do projeto de extinção do exame do Senador Gilvam Borges, proposta nº. 186/2006. O eminente Senador diz, na sua primeira justificativa, que a Advocacia é a única profissão para cujo exercício exige aprovação e exame de proficiência. Nesse caminho é bom mostrar aos senhores que o Brasil não é o único país do mundo a fazer Exame de Ordem. Diversos outros países também aplicam o seu Exame De Ordem. No caso, para a salvaguarda das pessoas, da Ordem Jurídica e sociedade. Podemos citar aqui, como alguns exemplos, o Líbano, Japão, Grécia, Suíça, Haiti, Polônia, Inglaterra, Estados Unidos, França, dentre vários outros países do mundo aplicam o seu Exame De Ordem, justamente pela responsabilidade de tratar com os bens mais importantes da sociedade, do cidadão, que é a liberdade, o seu patrimônio e até digo sempre numa redundância, a própria vida. Srs. Senadores, é bom lembrar sempre que as instituições jurídicas, elas não formam... Elas formam bacharéis em direito. Ela não formam advogados, promotores públicos, magistrados, delegados, dentre outras funções que tem no Estado. Então, a instituição jurídica ela forma bacharel em Direito.

Então, para exercer cada uma dessas profissões, é necessário que faça-se o concurso público. No caso da OAB, para exercício da profissão, tem o Exame De Ordem e esse Exame De Ordem não presta aqui para reprovar ninguém. Hoje nós temos no Exame de Ordem unificado, uma Comissão, uma banca examinadora composta por 14 membros no intuito de aperfeiçoar, melhorar esta prova. Não utilizamos pegadinhas, como tem em concurso, porque concurso para Magistrado ele pretende eliminar as pessoas, aquelas pessoas e obter os melhores, as pessoas que melhor... Os que melhor foram aprovados nesse concurso. Já em termos de Exame de Ordem, não. Ela busca o mínimo de conhecimento do que foi aprendido nos bancos da faculdade. E para isso eliminamos questões de jurisprudência, questões, enunciados longos para que o examinando não se canse quando ele for interpretar a questão. Pegadinhas que não existem mais. Então, nós estamos sempre num processo de melhoria do Exame de Ordem. A entender pela extinção do Exame de Ordem, não se poderia também exigir para que o bacharel viesse a ser Magistrado ou qualquer outra função de servidor público. Os concursos existem para resolver o problema da qualificação necessária, para se exercer uma função. Como eu disse há pouco tempo, no caso do Exame de Ordem é para se aquilatar se aquele egresso da instituição jurídica tem o mínimo de condições para exercer a advocacia e que não venha prejudicar a sociedade civil como um todo.

A segunda justificativa do eminente relator, Senador Gilvam Borges, é que o aspirante à carreira já

fora diplomado em instituição de ensino superior autorizada e credenciada pelo MEC, o qual se submete durante cinco anos com avaliações periódicas. Srs. Senadores, neste entendimento, cumpre esclarecer a todos que hoje no país, eu estava conversando com o representante do Ministério da Educação, que tem no país hoje 1.124 instituições de ensino jurídico. São Paulo tem 243 instituições. Vejam que absurdo. Minas Gerais com 137. Rio de Janeiro, 98. Paraná, 84 e assim por adiante. O ensino jurídico, como os senhores estão vendo, virou objeto de mercantilização, infelizmente. E a prova disso é que hoje com o Exame de Ordem unificado resta demonstrado que a mesma prova hoje no país, nós fazemos Exame de Ordem em 26 Estados do Brasil. É uma mesma prova, o mesmo conteúdo, numa mesma data em todo o país e verificamos resultados discrepantes. Para se ter uma ideia, os egressos das instituições públicas, em sua maioria, e poucos egressos das instituições privadas atingem um percentual de aprovação no Exame de Ordem unificado satisfatório, enquanto que a maioria dos egressos das instituições privadas tem desempenho muito fraco. Observem, eu não sei se passei, passei as estatísticas do Exame de Ordem... Terceiro Exame de Ordem 2008 e o primeiro de 2009, aos Srs. Senadores. Que as instituições de tradição no mercado e que tem responsabilidade com o ensino jurídico, obtém bom desempenho.

Então, o desempenho dessas instituições de credibilidade, elas tem um bom desempenho no Exame de Ordem. Só como exemplo, apenas como exemplo, no terceiro Exame de Ordem 2008 os senhores tem essas estatísticas em mãos, obtivemos os seguintes resultados: 89 instituições no país obtiveram resultados de aprovação entre 98 a 30% de aprovação, enquanto 237 instituições obtiveram resultados de aprovação entre menos de 30% a 0%. Isto é uma média nacional de 37% de aprovação no mercado nacional. Bom, já no primeiro Exame De Ordem de 2009, desta feita com a participação pela primeira vez do Estado de São Paulo, tivemos a seguinte situação: 74 instituições no país obtiveram resultado de aprovação entre 94% a 30%. Enquanto, pasmem os senhores, 350 instituições obtiveram resultados e aprovação entre menos de 30% a 0%, que justamente levou a uma aprovação média nacional de 17 e 64%. Então, nesse caso podemos afirmar que muito embora o aspirante a advogado tenha passado cinco anos na faculdade com avaliações periódicas, não teve necessariamente o aprendizado para exercer a profissão, tanto é que no logrou aprovação do Exame de Ordem.

A terceira justificativa do Projeto 186/2006 é que o exame não pode atribuir a propriedade de avaliar devidamente o candidato, fazendo equivaler as avaliações aplicadas durante todos os anos do curso e por ser caráter eliminatório, sujeita ao candidato a situação de estresse e não raro problemas de saúde. Pois bem, nesse aspecto recentemente recebi em meu escritório um brilhante artigo escrito pelo Dr. Willian Douglas, ele é Juiz Federal, professor, escritor, mestre em direito pela UGF, especialista em Políticas Públicas e Governo, recentemente ele publicou esse artigo nos seguintes termos, que eu achei muito interessante para os senhores terem uma ideia do que é o Exame De Ordem, a profissão de Advocacia, de Advogado, sem o Exame De Ordem. "*Ora, o Exame De Ordem da OAB não tem por intenção fazer qualificação - como o colega do movimento explanou agora há pouco - mas medi-la, como citaremos adiante. Não se pode confundir a qualificação de bacharel em Direito dada pela instituição de ensino com a capacidade para advogar. Esta última não só pode, como deve ser aferida pela OAB. A OAB presta um relevante serviço à classe, ao judiciário e à sociedade ao fazer a verificação da capacidade do bacharel de exercer a Advocacia. Quaisquer que sejam os problemas que se apontem no exame, nenhum deles é maior do que permitir que uma pessoa sem capacidade para o exercício do ofício saia às ruas portando uma carteira profissional. A maior parte da população, por falta de melhor capacidade de avaliação, entenderá que aquela pessoa é capaz de exercer a defesa de seus direitos de forma adequada*." E continua: "*Sendo o advogado essencial à administração da justiça, zelando pela vida, honra e patrimônio alheios, não é admissível permitir a alguém exercer tal função sem o mínimo de cuidado. José Manoel Duarte correia, Advogado especialista em Direito Administrativo, comentou comigo certa feita com extrema propriedade, que um advogado que não sabe exercer sua profissão não deveria ter identidade funcional, mas porte de arma. Um profissional incompetente causa em geral, mais danos do que um homem armado. Reparem que diante de um armado a tendência é que as pessoas se protejam, fujam, ao passo que diante da apresentação de uma carteira de advogado, a expectativa é que as pessoas se acalmem. O que dizer, senhores, de quando este portador da carteira não sabe exercer a função e poderá pôr a perder os mais valiosos bens que alguém pode possuir*?"

A quarta justificativa do Senador, nesse Projeto 186, é que ele explana o seguinte: "*Se por outro lado o exame tem intenção de avaliar o desempenho das instituições de ensino, não parece razoável que o ônus recaia sobre o aspirante a advogado, já que o MEC se responsabiliza pela aplicação do exame nacional de curso, o provão, com esse exato objetivo*". Senhores, a intenção do exame, em tese, nessa discussão,

não é avaliar nem interferir na competência do MEC, mas tão-somente de verificar se o cidadão que apresenta o diploma está de fato capacitado para exercer a advocacia. A instituição de ensino deve ensinar, e se houver sucesso no processo, conceder ao cidadão um diploma de bacharel. Esta é uma das funções da instituição. Devemos reconhecer que o ideal é que as instituições de ensino só concedam o diploma a quem realmente está bem formado, capacitado para exercer quaisquer das funções típicas de um bacharel. Infelizmente não é isso que acontece, o que é público e notório, dispensa de quaisquer provas. É uma verdadeira enxurrada de bacharéis extremamente mal formados e deficientes. Isso vem provar pelas estatísticas que os senhores tem em mãos. A OAB não pode assumir esse risco como guardiã da sociedade. Ela não pode aceitar isso sem criar um mecanismo como criou, através de... Com autorização da própria lei, em criar o Exame De Ordem. Um dos problemas do ensino jurídico é esse, interesses mercantilistas estão superando o interesse em não permitir que se forme os alunos que não estão suficientemente preparados. As instituições de ensino de Direito querem alunos e reprová-los é ruim para os negócios.

Existe nessa Casa, tanto no Senado e na Câmara, dois Projetos de Lei, um sob o número 102/06 e outro sob número 559, dispondo que para obter o registro profissional junto aos conselhos regionais de medicina e odontologia, há necessidade de exame prévio de proficiência. Está correndo nessa Casa. Inclusive também esse Projeto 559 também está tramitando, pretendendo criar um exame para essas profissões regulamentadas.

Bom, por final, OAB como o próprio representante do MEC explanou há pouco tempo, firmaram uma parceria para sanear essa situação no país. Já a partir desse mês, como ele falou, ou mês passado, salvo engano, foram supervisionados cerca de 100 estabelecimentos reprovados, tanto pelo Enade e pelo Exame de Ordem, justamente tentando acabar com esse problema, com esse caos que afronta o país. Bom, o objetivo é garantir a qualificação técnica do bacharel, permitindo que triunfe profissionalmente no mercado disputadíssimo e contribua para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

Só para encerrar, o nobre colega representante da Associação dos Bacharéis informou aqui que o Exame de Ordem tem interesses financeiros. Eu rebato essa questão aqui, na qualidade de representante da OAB, porque se fosse verdade essa situação que a OAB estaria pensando em um caixa com isso, para os senhores terem uma ideia, hoje nós fazemos um Exame de Ordem para 48 mil examinandos, 48 mil no Brasil, com a entrada de São Paulo. Nós colocamos aqui 46 mil examinandos. A preço médio de 150 reais, exames. Então daria mais ou menos aqui no total no Brasil daria 20 milhões e 700 mil reais que entraria para a OAB como um todo, nacionalmente. Mas, seria mais fácil se essa fosse a intenção do Exame de Ordem, seria mais fácil trazer todos esses egressos bacharéis em Direito para a OAB. Estaríamos hoje em uma conta a grosso modo com a receita de 400 milhões de reais na OAB. Imaginem, senhores, seria uma instituição mais poderosa, se não dizer do mundo. E no entanto, para a inscrição do Exame de Ordem, 20 milhões e 700. Esses 20 milhões e 700 a metade vai para a instituição que aplica a prova. Essa diferença é para pagar gastos com energia, prédio, diversas despesas que tem na aplicação do Exame de Ordem. Então, colega, não pensamos que o Exame de Ordem aqui pensa principalmente em renda, não. O principal motivo do Exame de Ordem é para justamente medir a qualidade de ensino daqueles egressos do ensino jurídico, bacharéis em Direito, para justamente dar uma condição à sociedade de ter uma boa defesa do seu patrimônio, da sua liberdade.

E outra coisa, para finalizar definitivamente, o que nós verificamos hoje é que os tribunais de ética de cada seccional trabalha muito com representações tendo o Exame de Ordem. Nós temos o Exame de Ordem. E a maioria das representações não é porque o advogado ficou com o dinheiro e atingiu o seu objetivo que é ganhar a causa, e ficou com o dinheiro do constituinte. Não. São representações por péssima qualidade de prestação de serviço. Então, a sociedade não pode pagar por esse erro. E a OAB, como guardiã da sociedade, está aqui para defender o Exame de Ordem, pela manutenção, e colocar no mercado advogados, profissionais competentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Dr. Dílson nesse momento. Passamos agora a palavra aos Srs. Senadores, a começar pelo Senador Marconi Perillo, que além de ser um dos autores de requerimento para realização dessa Audiência Pública é também relator do Projeto de Lei. Com a palavra V.Exa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente Flávio Arns, Dr. Frederico, que representa a SESU e o MEC, Dr. Dílson, Vice-Presidente da Ordem, Dr. Carlos Nina, ex-Presidente e Presidente Estadual do Movimento dos Bacharéis. Colegas Senadores, assistência aqui presente.

Eu confesso, Presidente, que a partir desta audiência de instrução e após ouvir as exposições, aliás, boas exposições dos três convidados, me preocupei ainda mais em relação às reflexões que devem ser fei-

tas quanto ao que deverá ser apresentado enquanto relatório ou substitutivo. O grande dilema que fica numa audiência como essa, e daí a necessidade, a importância da realização da audiência de instrução, e eu tomei essa iniciativa porque não queria apresentar um relatório sem antes ouvir todas as partes interessadas e... Legitimamente interessadas e necessárias para a instrução, mas eu confesso que, na minha opinião, o grande dilema hoje nosso na área de educação é a questão do controle da qualidade dos cursos. O Dr. Frederico, da SESU, traz aqui uma informação que é preocupante. Quer dizer, uma informação que é positiva, mas ao mesmo tempo preocupante, que diz respeito ao chamado termo de saneamento. Quer dizer, um trabalho importante, uma boa iniciativa, mas ele informa que existem cinco pessoas para acompanhar a supervisão. Por mais que o MEC seja constituído de profissionais de alta qualidade, de alto espírito público, a gente percebe nitidamente não só no MEC, mas em outras instituições públicas, a carência de recursos humanos. Nós não temos recursos humanos para a fiscalização, 1124 instituições de ensino jurídico. Se formos somar as 1124 instituições de ensino jurídico às outras profissões, nós teremos milhares. Como é que o MEC, como é que a SESU, vai fiscalizar permanentemente a qualidade do ensino ministrado por essas instituições com um número tão reduzido de profissionais, de técnicos, de fiscais? Esse é o grande dilema no Brasil. Eu apresentei aqui uma emenda, propondo a redução desse interstício da periodicidade do Enade de três para um ano, porque a periodicidade é de três anos, e o MEC já se manifestou contra, talvez por essa razão, pela escassez de quadros de recursos humanos para fazer a fiscalização. Ora, Sr. Presidente, como é que nós vamos querer qualidade do ensino e sobretudo qualidade da oferta de serviço prestados pelos profissionais que são formados, pelas instituições superiores todos os anos, se nós não temos fiscalização durante a realização dos cursos? Isso me preocupa muito, porque se o MEC tivesse quadros de fiscalização para acompanhar permanentemente a formação acadêmica desses profissionais, certamente nós não teríamos a necessidade de realizarmos Exames de Ordem.

Agora, nós temos realização de Exame de Ordem para advogados, para bacharéis em Direito, e não temos o Exame de Ordem para Medicina, para Engenharia. Imaginem os riscos que a sociedade não corre pela ausência da fiscalização por parte do MEC e principalmente pela ausência da fiscalização por organismos dessas profissões. Os riscos de vida são enormes. Pelo médico que pratica de forma inadequada a sua profissão, pelo engenheiro que constrói um prédio, ou uma ponte, ou uma estrada de maneira inadequada. Então, essa é uma situação muito séria. E eu acho que nós deveríamos na Comissão de Educação ampliarmos essa discussão, não apenas em relação à questão do Direito, do bacharel em Direito, mas nós teríamos que descermos a discussão em relação à capacidade do MEC de exercer a sua função fiscalizadora, reguladora.

Nós aprovamos aqui no Congresso várias Medidas Provisórias aumentando cargos em várias repartições públicas. Cargos comissionados, nós temos no Governo Federal hoje aos milhares, dezenas de milhares. Nós tínhamos que nos debruçar em relação à estrutura da SESU, para que a SESU pudesse ter fiscais tantos quantos necessários, e eu defendo isso também para as agências reguladoras. A autonomia... Fiscais de acordo com a necessidade e ao mesmo tempo também endurecer em relação a essa liberalização tão grande que existe hoje em relação à oferta de novos cursos. Nós demoramos a ter o primeiro curso de Direito, a primeira Faculdade de Direito no Brasil. As primeiras. Salvador, Recife, depois Rio de Janeiro... Ou Rio de Janeiro e Recife. E de repente, num período curto de tempo, nós chegamos a 1124 instituições. Isso é muito grave, muito sério. E os outros cursos também que são liberados. Nós já estamos levando para o mercado profissionais sem nenhuma qualidade. Nós temos uma deficiência no Brasil hoje, e no mundo, de 800 mil professores em áreas específicas que exigem maiores habilidades e melhor formação, como é o caso da Física, disciplina de Física, Matemática, Biologia, Língua Inglesa, Portuguesa, e não estamos conseguindo formar quadros para ocuparem esses espaços e esses vazios. Então essa é uma situação muito delicada e muito séria. Eu não vou tomar muito tempo dos meus colegas, mas queria apenas dizer que considerei a argumentação, a linha de argumentação do Dr. Nina lógica, consistente. Ele que já foi inclusive Presidente da Ordem, apresenta aqui uma série de argumentos que precisam ser refletidos, porque a raiz do problema realmente está na formação, na qualificação. Essa questão do ensino, da preparação do estudante no Ensino Médio para o vestibular, quer dizer, a fábrica de cursinhos... Enfim, eu ouvi atentamente, inclusive depois quero pedir a exposição dele, ouvi atentamente também a exposição do Dr. Dílson, muito lógica também, quer dizer, ela nos traz a reflexão do quanto essa situação é hoje emblemática, se quisermos passar a limpo a formação superior no Brasil.

Quer dizer, o que está acontecendo hoje? A Ordem dos Advogados do Brasil está fazendo as vezes do MEC em relação à fiscalização. Se nós não temos como aferir a qualidade dos cursos que formam ba-

charéis hoje, se não temos como avaliá-los melhor, até porque o Enade, repito, faz isso a cada três anos, acaba que a OAB assume esse papel de substituir o Ministério da Educação pela ausência de quadros, etc., para fiscalizar e acaba cumprindo um papel que não deveria ser seu.

O Dr. Frederico traz aqui informações também importantes, não se posicionou claramente em relação aos assuntos e eu vou fazer algumas perguntas para encerrar, Sr. Presidente, mas eu queria dizer só uma coisa, me preocupa também a questão da constitucionalidade da lei que exige o Exame de Ordem. Eu até estou pensando, como relator, em enviar ao Presidente do Supremo um ofício solicitando uma posição, se possível, do Supremo em relação a essa questão, embora não seja também uma decisão só dele, é do Colegiado. Mas o fato é que me preocupam várias coisas, especialmente depois que o Supremo tomou aquela decisão em relação aos jornalistas. Então, ao instruir e ao preparar esse relatório, certamente terei que levar em consideração essas opiniões todas e uma série de outras instruções que nós deveremos fazer para que seja feito o relatório ou substitutivo a esse projeto.

As perguntas que faço são as seguintes, ao Dr. Frederico, V. Sa. que discorreu sobre a vistoria de reconhecimento do curso na área de direito. Quando são avaliadas as deficiências é feito um protocolo de compromisso que, vencido o prazo, o MEC pode encerrar o curso credenciado. Pela média das avaliações do Exame de Ordem aqui no país, eu acho que o MEC deveria fechar todos os cursos que apresentassem notas inferior a... Quer dizer, a 50% de aprovados. Por que o MEC não endurece? Um curso teve avaliação... Quer dizer, 14% de inscritos de uma determinada instituição é aprovado num curso ou 11% ou 20, fecha. Não tem que haver outra solução. Então eu perguntaria qual é o prazo para que sejam sanadas as pendências? Existe uma periodicidade dessas vistorias ou elas só acontecem na fase de credenciamento? O senhor já respondeu, eu também já falei sobre isso, não tem quadro, eu sei, não tem... Mas de qualquer maneira eu faço essa pergunta. V.Sa. poderia apresentar a essa Comissão um relatório das vistorias realizadas, se possível enviar a minha Comissão pra que a gente possa fazer uma avaliação? Quantas instituições estão pendentes atualmente? Eu ia perguntar qual é a posição do MEC em relação ao Exame de Ordem, mas acho que o senhor já respondeu, quando fez aqui a exposição. V.Sa. entende que o exame da OAB é dispisciendo, haja visto o controle já exercido pelo MEC? O senhor já abordou sobre isso também. Tendo em vista a enorme quantidade de curso de Direito hoje em funcionamento nas instituições de ensino superior no Brasil, o senhor entende ser possível ao MEC, por meio da SESU, aumentar o controle de qualidade dos cursos de direito e das instituições de Ensino Superior? Ou seja, há alguma iniciativa no sentido de ampliar a fiscalização e o controle, seja por Medida Provisória, seja por Projeto de Lei, etc.?

Ao Dr. Dílson. Opositores ao exame da OAB argumentam que o exame não é instrumento eficaz para mensurar o conhecimento do aluno, haja vista o formato da prova, a pressão vivenciada pelo aluno durante a avaliação que influencia negativamente o seu desempenho, o vasto conteúdo cobrado, entre outros fatores. Argumenta outrossim que o conhecimento é mais propriamente aferido ao longo do curso, o que torna dispiscienda a aplicação do exame. Como V.Exa. analisa esses argumentos? Até porque o exame é muito generalista também e muitas vezes o sujeito forma e ele vai se especializar numa determina área, ou determinado setor. Como V.Sa. interpreta o alto percentual de reprovação no exame em todo o Brasil, em especial São Paulo? Que medidas têm sido adotadas para melhorar o exame? O Conselho Federal da Ordem conta com algum tipo de mecanismo de revisão periódica do exame? E não estou defendendo aqui que as provas sejam mais fáceis. Nós precisamos tentar encontrar algum mecanismo, alguma alternativa que possa conciliar essas duas linhas de argumentação. O que tem sido feito para garantir a lisura e a probidade da aplicação do exame? No meu estado mesmo nós tivemos problemas seriíssimos há alguns anos atrás, que estão sendo corrigidos, mas que foram objeto de desgaste, de denúncias em toda a mídia nacional. Temos recebido diariamente, eu tenho recebido mais de 100 e-mails por dia somente em relação a essa questão do Exame de Ordem. Sugestões por parte de bacharéis em direito de todo o Brasil para aprimoramento do exame. São algumas delas: A possibilidade do bacharel aprovado na primeira etapa do exame, mas não na segunda prestar os dois exames subsequentes sem ter que se submeter novamente à primeira etapa. Isso é uma sugestão que tem chegado. A possibilidade do aluno não... Caso ele não queira prestar o exame, optar por um curso de habilitação a ser oferecido pela seccional da OAB do seu estado ou pela instituição de Ensino Superior, durante o qual o bacharel poderia com devido assessoramento dos profissionais de direito, exercer provisoriamente advocacia recebendo ao término do curso carteira definitiva. Como V.Exa. avalia essas sugestões que repito, não são minhas, tem chegado ao meu gabinete.

E por fim ao Dr. Carlos Nina, Presidente estadual do movimento dos bacharéis. Quais as objeções que

V.Sa. apresenta do exame? V.Exa. já discorreu aqui sobejamente. Eu vou fazer a pergunta só para que o senhor possa eventualmente completar aquilo que ficou faltando na sua exposição. O que poderia ser feito para tornar o exame, caso ele continue, mais justo e eficaz? Obrigado pela atenção, Sr. Presidente, e pelo tempo que me dispensou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O tempo é importante porque V.Exa., além de autor do requerimento, é também o relator do projeto. Então até a extensão do tempo, penso, se fazia necessário.

Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano, que também é autora do requerimento para essa Audiência Pública.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero aqui agradecer a presença do Dr. Carlos Nina, do Dr. Dílson, do Dr. Frederico, que acolheram o nosso convite para estar aqui, essa é uma posição de cidadão que se preocupa também com as questões que envolvem e que é de responsabilidade do Senado, mas essa parceria com a sociedade civil é fundamental para que nós possamos legislar de acordo com aquilo que a sociedade tem interesse. E cumprimentar o Dr. Alexandre Bastos, que vem do meu Estado do Mato Grosso do Sul para estar aqui conosco nessa manhã. Seja bem-vindo.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que essa Audiência Pública e o trabalho que estamos fazendo nessa Comissão a respeito do Exame da Ordem, partiu da Comissão de Constituição e Justiça, quando era Presidente o Senador Marco Maciel, relator o Senador Magno Malta, que analisando essa questão na Comissão de Constituição e Justiça, achou por bem enviar e pedir à Comissão de Educação que, como mérito, analisasse essa questão. E a análise feita pelo relator diz o seguinte, no pano de fundo da discussão sobre a conveniência de se manter o Exame da Ordem encontra-se a qualidade do ensino do Brasil, que esse seria o pano de fundo. E ainda diz mais. Hoje há o número expressivo que chega à casa de milhares de bacharéis que não consegue lograr êxito e por consequência não podem exercer a profissão, tornando-se mister questionar o sistema de ensino adotado no país. Li um trechinho aqui do parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça enviando a essa Comissão a questão que hoje nós estamos nos dedicando.

E quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que eu estou extremamente preocupada. Quero pedir inclusive, e discutir com o Senador Flávio Arns, o que é que nós vamos fazer a respeito de todas as profissões. Por exemplo, o Senador Marcelo Crivella tem aqui um Projeto de Lei que fixa diretrizes e bases na educação nacional para criar critérios de avaliação de cursos e instituições de Ensino Superior relacionado ao desempenho de seus egressos em prova de proficiência profissional. Quer dizer, o Senador Marcelo Crivella tem um PL sobre isso, que nós temos que discutir. O Senador Tião Viana, também no mesmo sentido, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para instituir o exame nacional de proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no país, além da residência, a Medicina teria um exame de proficiência. Projeto de Lei do Senador Marco Maciel: Acrescenta dispositivo à lei 9394 que é a nossa LDB para instituir a residência educacional a professores da educação básica. Resultado: O que o Senador relator da Comissão de Constituição e Justiça e os três PLS que entraram aqui nessa Comissão, fora este que nós estamos discutindo aqui, indicam realmente uma falência da educação brasileira, do Ensino Superior brasileiro. E nós vamos ter que discutir, Senador Flávio Arns, não é essa questão específica da Ordem. Nós vamos discutir se nós não temos, o Estado não tem capacidade de oferecer uma educação de qualidade aos seus cidadãos, então nós precisamos que todos os cursos superiores, aí não pode ser só um, aí então vamos votar em todos, se todos os cursos superiores no país para exercer qualquer profissão. A Ordem específica vai ter que garantir a qualidade do ensino.

E aí, Dr. Nina, eu chego num resultado de todos os questionamentos que nós estamos tendo aqui, embora eu quero pedir licença, porque tive que correr numa outra Comissão para voltar aqui, às vezes a nossa vida é meio louca aqui dentro, mas dizer o seguinte, se o exame da Ordem, nesse caso específico, podia ser aqui para qualquer um desses, se o exame da Ordem escolhe os melhores e outros são excluídos, então eles são profissionais de segunda classe, porque o de primeira classe entraram. Os de segunda classe falam excluídos, então eles estão... O senhor falou de discriminação. São excluídos. Eu acredito que esses profissionais que foram excluídos deveriam entrar contra o Estado. Acionar o Estado. Afinal de contas, o Estado não lhes deu oportunidade de ter uma profissão. E segundo, é o resultado explícito da fragilidade da derrocada dos cursos de Direito. Quer dizer, como é que eu sou um profissional que estudo, que faço a faculdade, dentro de toda a legislação do país, fiz o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino superior. Recebi um diploma. Recebi um diploma. E aí eu digo: "Olha, só se você passar no Exame da Ordem, que não é a legislação educacional do país". Aí a educação que o país lhe garantiu por lei não é suficiente para ele passar no exame e ter a garantia da sua profissão. Se não é... Eu estou sendo dura, mas pra gente

raciocinar que nós estamos entrando em outras profissões aqui. Se não é, eu tenho condições de entrar na Justiça contra o Estado, que tem uma lei que tinha que me dar a educação para que eu pudesse garantir o direito à minha profissão e não me deu.

E eu quero terminar dizendo, falando aqui, como o Senador Marconi Perillo já levantou, hoje à tarde, vou estar com o Ministro Gilmar Mendes, discutindo o quê? Com os profissionais da Educação Física no país. A Confederação da Educação Física no país. Porque no parecer que ele deu contra o diploma de jornalista, Jornalismo, ele mencionou que, por exemplo, Educação Física não precisava de diploma, certo? Quer dizer, foi mencionado isso. Porque brinca, joga, etc. e tal, que qualquer um pode fazer. E os profissionais de Educação Física, que tem uma Confederação Nacional de Educação Física, estão extremamente preocupados com isso e me pediram que fosse com eles até o Ministro pedir uma audiência e nós estamos indo hoje à tarde lá. E eu quero ir até para ouvir, porque eu quero sentir o que... O que aquela casa de leis está pensando a respeito dessa questão, porque se o Supremo pensar dessa forma nós temos também que começar a discutir essas questões aqui dentro também. Aliás, acho não, acho que nós temos que discutir de qualquer jeito essa questão aqui dentro. Então, eu quero terminar minhas palavras, Sr. Presidente, senhores convidados e a todos que estão aqui, dizendo se o pano de fundo é a qualidade da educação no país que nós não estamos conseguindo abarcar, eu acho que essa Casa aqui tem que parar um pouquinho, não votar todos os projetos que têm que ser votados, inclusive esse do exame da Ordem, e nós decidirmos o que vamos fazer com tudo isso. Ou votamos todos a favor e botamos curso de proficiência para quem fizer curso de Pedagogia, Letras e todas as áreas da educação, porque é isso que está pedindo aqui, e fazemos isso para o curso de Medicina, além de cinco anos... São cinco anos de curso, mais quatro de residência... Seis mais quatro de residência... Dois... E agora mais dois que seriam de proficiência. Nós temos que pensar nisso. Arrumar isso, resolve a questão da educação no país? Ou nós temos que dar uma parada nisso e achar, ajudar o Estado Brasileiro, aí quando eu falo Estado Brasileiro eu falo Ministério da Educação, Governo Federal, Estados e Municípios, achar o caminho? Essa razão, Sr. Presidente, das audiências públicas que eu pedi e que nós estamos começando a fazer aqui nessa Comissão, para discutir como é que está lá na ponta pra gente saber o que nós vamos fazer para ajudar este país a oferecer ao seu cidadão o direito que ele tem à educação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Marconi Perillo, pela Ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, só para completar uma informação, dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil foram criados a 11 de agosto de 1827. O primeiro em Olinda, no Largo São Francisco, e depois em 1854, transferido para o Recife. Em relação a Salvador, foi a faculdade de Medicina. Queria fazer essa observação e mais, se a Medicina preserva a vida, o Direito preserva alguns outros bens além da vida. A liberdade, a propriedade, o patrimônio, dentre outros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Se os autores do Requerimento permitirem, nós vamos ouvir o Senador Sérgio Zambiasi e Valter Pereira, aí eu passo a palavra para a Mesa para fazerem as considerações gerais.

Não havendo objeção, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado colegas Marisa e Marconi, obrigado Presidente Flávio Arns. Eu não pude acompanhar o Dr. Frederico, do MEC, mas ouvi Dr. Dílson, Dr. Carlos, e especialmente as ponderações do relator, do nosso Senador Marconi Perillo, que achei muito bem pontuadas. Ele quer embasar o relatório, e esse embasamento que vai embasar o nosso voto futuro. Mas nós temos que deixar primeiro claro para todos, que este é um projeto de iniciativa parlamentar. Nós somos duas casas. Com inúmeras comissões interessadas em debater, e esta solução via projeto, ela não é rápida. Ela recebe contribuições... O bom e o positivo é trazer o debate público, transparente, como está acontecendo. E o Marconi, praticamente ele englobou aqui, as questões assim mais... Que geram em mim as maiores dúvidas. Como a Marisa também chamou atenção para inúmeros outros projetos que estão aqui tramitando também que de alguma maneira tem a ver com esta questão específica.

Me satisfez uma afirmação do Dr. Dílson, eu tinha uma dúvida muito grande em relação a essa questão da arrecadação, Marconi. Que a impressão que se tem efetivamente é o mercantilismo, mas pelo que ele fala, para a OAB, se fosse a questão da arrecadação, entre os 150 da matrícula e... Não sei quanto que é a anualidade, 600, 700 reais, não sei quanto é que está, seria até mais lucro, digamos assim, colocar todo mundo para dentro e faturar uma anualidade que seguramente tornaria a OAB uma entidade realmente multimilionária, muito rica.

Bom, mas o Dr. Dílson comentou, por exemplo, que o objetivo não é fazer pegadinha. Eu estou... Na

prova. Eu estou com um artigo do Dr. Otávio Piva, advogado, professor de direito constitucional na Faculdade IDC, Escola Superior da Magistratura, Escola Superior do Ministério Público, Fundação Escola Superior da Defensoria Pública e outros cursos. Ele faz uma sugestão aqui, Dr. Dílson, diz assim: "*Quem enxergar nas minhas palavras exagero, busque a última prova na Internet e seriamente tentem resolvê-la sem consultar nada. Nesse período de tempo verifique se seria aprovado ou não*". Eu não sou Advogado, não tenho nenhum interesse pessoal, particular, familiar, meu gabinete tinha dois bacharéis que eu coloquei na escola, disse "vocês, para trabalhar vão ter que passar", estudaram muito e passaram. Então já receberam inclusive o seu numerozinho da Ordem, mas não foi fácil, não, fizeram várias provas até chegar lá. E ele coloca dois exemplos dessa prova aqui. Ele coloca uma pergunta assim, que foi colocada: "*Na ação direta de inconstitucionalidade quando o relator indefere sobre qualquer fundamento pedido de liminar é admissível a utilização da reclamação contra essa decisão?"* Ele diz aqui o seguinte, na análise desse constitucionalista, "*a possibilidade da grande massa dos recém formados atuarem em uma ação dessas, de forma a saber qual o recurso cabível, é raríssima ou inexistente"*. Quer dizer, então fica a pergunta, o critério da elaboração das provas, o critério. A outra aqui também muito interessante. "*Se o estado de sítio for decretado durante o recesso parlamentar, caberá ao Presidente da República convocar extraordinariamente o Congresso Nacional?"* Ele diz aqui: "*Saber então sobre a convocação do Congresso em estado de sítio é simplesmente inútil para quem pretende advogar que não pelo mero conhecimento*". Eu aproveito exatamente a expressão do Dr. Dílson sobre a questão das pegadinhas que são colocadas numa prova para magistratura e que não alcança diretamente o interessado que vai pegar a carteira da Ordem num exame desses.

Bom, como uma solução via Congresso, ela não é impossível, porém ela pode demorar mais do que as expectativas e essa é uma franqueza que tem que utilizar aqui com todos, eu imagino, e me pergunto sobre porque não... Quando o interessado passa na primeira prova e roda na segunda, por que não ser aproveitado esse primeiro... Essa primeira fase? Por que ter que retornar à estaca zero. E isso gera frustração, ansiedade, angústia, mais despesas. E, enfim, eu entendo que talvez a OAB devesse elaborar algumas alternativas, de modo que atendesse minimamente não a facilitação, porém, uma adequação ao processo. O Marconi fez essa abordagem e se antecipou a mim, mas é uma questão que me faço constantemente. Ora, se eu passei na primeira fase e rodei na segunda, por alguma circunstância, até pelo nervosismo, que muitas vezes o nervosismo é indutor, eu sabia tudo, mas quando cheguei lá na prova fiquei nervoso e não lembrei... Pronto. Foi razão suficiente para ser reprovado. Por que não a OAB fazer este gesto no sentido de aproximar-se um pouco desses milhares de bacharéis que vivem essas angústias, estudam muito, em sua maioria são pessoas que trabalham durante o dia, estudam à noite e que tem que enfrentar duas jornadas para alcançar os seus sonhos, trabalharam, investiram uma vida inteira, a família se privou, e daqui a pouco o sonho ele desmorona, porque a segunda parte não teve o alcance previsto, o sucesso previsto e retornar à estaca zero. Para mim, hoje talvez fosse a melhor de todas as respostas. Porque essa pode ser uma decisão interna do Conselho, independe aqui de discussão no Congresso. Então...

E infelizmente, Presidente, o Presidente Garibaldi está me chamando para uma audiência com a Dra. Lina, e de alto interesse para o meu estado. Eu vou depois pegar aqui o resultado da reunião, e é de alto interesse do estado, trata-se de uma questão sobre a nossa vitivinicultura que é vizinha do Uruguai, vizinha da Argentina, vizinha do Chile, onde os produtos entram sem impostos e os nossos são fortemente injustiçados em função dessas diferenças. Razão pela qual eu preciso me retirar, mas eu vou recolher essas respostas que vão seguramente me ajudar a interpretar o voto futuro em relação ao relatório que o Marconi vai preparar e sei que ele vai ter uma base muito boa pelas perguntas e pelos questionamentos que o Marconi fez aqui, porque eu te cumprimento, Marconi. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, e passo a palavra ao Senador Valter Pereira, do Mato Grosso do Sul. Com a palavra V.Exa. Advogado também, não é?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É. Advogado aposentado. Mas ainda com a carteira em plena validade.

Mas Sr. Presidente, Srs. Senadores que compõem esta... Esse Colegiado, Srs. Componentes, Srs. Expositores que participaram dessa... Que participam dessa importante Audiência Pública. Eu começo a minha intervenção com a última parte da fala do Senador Zambiasi. Indiscutivelmente, aquele que faz uma faculdade e depois encontra as dificuldades para exercer a profissão, sofre uma frustração muito grande e tem todo o direito de reagir como reagem os bacharéis. É legítimo o direito que eles procuram. Eu acho que sob esse prisma deve haver aqui um consenso entre todos os Senadores.

No entanto, eu gostaria de analisar um outro aspecto dessa questão, é o aspecto do jurisdicionado. O que é o jurisdicionado? Aquele cidadão que, em determinado momento da vida, tem algum bem ferido, algum bem prejudicado, algum bem que foi colocado em questão, às vezes é o patrimônio, às vezes é uma propriedade, em outros casos pode ser uma aposentadoria, em outras circunstâncias pode ser um bem difuso ou outro bem que talvez seja o príncipe de todos eles, que é a liberdade. Então, o jurisdicionado fica à mercê do Poder Judiciário para definir uma contenda que poderá lhe restituir o bem que perdeu, ou que está ameaçado de perder, ou poderá confirmar uma pretensão às vezes despida de legitimidade e de razão. Como é que ele pode proteger esse bem ameaçado ou esse bem que está parcialmente perdido ou na eminência de ser perdido? Através de uma atuação no Judiciário. Uma atuação que exige, sobretudo, técnica jurídica, se não se observar rigorosamente aspectos eminentemente técnicos, poderá o Direito estar ao lado do postulante e a decisão contrária a ele. É muito comum a gente encontrar alguém que se julga prejudicado por uma decisão judicial tendo todo o direito ao seu lado. E quando a gente encontra alguém assim, já procura saber o que é profissional, o que aconteceu, que tipo de procedimento que foi manejado, houve recurso? O recurso foi o adequado? O recurso foi interposto no tempo devido? Não se perdeu prazo? Essas questões, que são todas de técnica jurídica. Então, veja o seguinte: Hoje, mesmo com o Exame da Ordem, já existe alguma deficiência para o exercício da profissão, para garantir os direitos. Agora, imagine V.Exa. se diante de um promotor que, para ser alçado ao Ministério Público, teve que fazer um novo concurso, um concurso de provas e títulos, teve que se preparar, fez o curso de Direito e depois teve que se preparar para o concurso do Ministério Público, que é um concurso difícil. Imagine ele ter que enfrentar um Magistrado que se preparou muito mais, o curso para... O concurso para magistratura é um concurso de grande competição e de difícil aprovação. Às há até um determinado número de vagas e milhares de candidatos postulando e no concurso para a magistratura ou para o Ministério Público, não se consegue alcançar aquele número de vagas que são oferecidas. Pois bem, agora imagine V.Exa. um bacharel cujo nível intelectual esteja muito aquém do Ministério Público. Muito aquém do Juiz de Direito, ao defrontar com ele, com essa autoridade numa audiência de instrução ou mesmo nos autos do processo, tendo que peticionar, tendo que fazer contestações, oferecer recursos, enfim, produzir provas, produzir peças de convencimento diante de um Magistrado exigente e culto, de um Ministério Público exigente e culto. Como é que ele vai se dar, como é que vai ser esse enfrentamento? E é essa desigualdade que eu quero chamar atenção, porque ela poderá repercutir na decisão que o Magistrado vai tomar. Ele vai tomar a sua decisão a partir de uma cognição, a partir de um juízo, a partir de um convencimento. Se ele não enfrentar um contendor que realmente ofereça o conhecimento, a técnica jurídica, a adequação toda para aquele enfrentamento, a decisão que pode emanar da lavra do Magistrado poderá contrariar o interesse do jurisdicionado, apesar do Direito estar ao lado desse jurisdicionado, ao lado daquele que precisa de uma decisão judicial. Portanto, o que nós colocamos aqui, eu estou até aqui em mãos com uma matéria de jornal que certamente foi usada no início dessa audiência, com o título: Supremo acaba com o diploma de Jornalismo. Pois bem, eu gostaria aqui de estabelecer um paralelo com essa decisão. A decisão do Supremo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só pediria que V.Exa. encaminhasse o argumento para em seguida poder passar a palavra ao Senador Marco Maciel, porque o também já está esgotando.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu já vou concluir o raciocínio. No caso aqui, por exemplo, o exercício do Jornalismo, se for mal feito, qual é a consequência? A consequência aqui é que muito provavelmente alguém não terá uma boa informação. Alguém não terá recebido uma lição acadêmica boa que ilustre melhor o seu conhecimento. Essa é a consequência, a desinformação. Agora, no caso do Advogado, poderá ser a perda de um bem, a perda de um patrimônio. Portanto, o exercício profissional tem que ter sim um controle de qualidade. E esse controle de qualidade é o que é reservado hoje por força da legislação através do exame da Ordem, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Veja, por exemplo, há poucos dias atrás, na semana passada, se não me engano, estava ouvindo na entrevista de um dirigente da Associação Médica de São Paulo, se não me engano, onde ele colocava a nu outra questão grave, que hoje está produzindo um efeito deletério, um efeito danoso à saúde das pessoas, que é a falta de habilidade daqueles que estão ingressando no exercício da Medicina. Então, o que ele coloca? Foi feita uma prova, aliás, uma pesquisa, e essa pesquisa mostrou um baixo índice de habilidades em profissionais de várias escolas, de várias faculdades. E o que é que os médicos hoje estão discutindo? Estão discutindo exatamente uma proposta para produzir um exame equivalente ao Exame da Ordem dos Advogados, para habilitar os profissionais médicos, para aqueles que se graduam em Medicina exercer a

profissão. Então, eles lá estão com os olhos voltados para o exame da OAB. E nós aqui da OAB discutindo se temos ou não que preservar o exame. Outra questão que eu gostaria de colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu pediria só a conclusão por causa do tempo, senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vou concluir. Veja o seguinte. Muitos falam sobre o caráter corporativista desta decisão. "A OAB agiria de forma corporativa, protegendo..." Veja o seguinte. Se a OAB quisesse efetivamente valer-se de vantagens mais visíveis, o caminho mais indicado seria o de abolir o exame. Só para V.Exa. ter uma ideia, tem 600 mil advogados, 600, 700 mil advogados no máximo inscritos na OAB dos vários estados brasileiros. E tem quatro milhões de bacharéis. Imagine V.Exa. quanto que não multiplicaria a contribuição obrigatória à OAB se fosse agasalhado todo o bacharel de Direito para o exercício profissional. Bastava escrever-se, pagar a contribuição e a OAB encheria seus cofres, transformar-se-ia numa mega instituição, uma instituição poderosa, porque V.Exa. sabe que o dinheiro traz o poder, e com isso resolveria essa questão do corporativismo.

Eu quero dizer a V.Exa. que é um retrocesso muito grande. Admito até que é possível reestruturar a modalidade de exame, mas é um retrocesso muito grande abolir. Retrocesso para o jurisdicionado, não para a OAB. Para aquele que precisa de um advogado competente. Porque o jurisdicionado, quando vê uma placa Fulano de Tal, Advogado, ele parte do pressuposto de que aquele tem as habilidades, tem o conhecimento técnico para o pleno exercício da profissão. A capacitação, como lembra aqui o Senador Marco Maciel. Então, eu encerro a minha intervenção, dizendo o seguinte aos colegas que são bacharéis, que reformulem a estratégia. Vamos discutir a modalidade, a forma de fazer o exame. Mas não vamos discutir a abolição, porque isso é ruim para a categoria, ruim para o Advogado, ruim para o jurisdicionado, é ruim para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Valter Pereira, pela contribuição ao debate, à discussão, e passo em seguida a palavra, como último inscrito, ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, eu gostaria também de saudar aqui os convidados para a realização da Audiência Pública, o Dr. Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, Coordenador-Geral de Supervisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, SESU/MEC, o Dr. Carlos Nina, Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Maranhão e finalmente o Dr. Dílson José de Oliveira Lima, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame da Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, e Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB.

Sr. Presidente, eu lamento não ter podido, como gostaria, participar dos debates desde o início. Porque concomitantemente estava reunido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, inclusive sabatinando o indicado pelo Presidente da República para o exercício da função de Procurador-Geral da República. Mas gostaria de fazer uma breve observação sobre o tema em debate. Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma preliminar. Eu estou afastado do exercício da advocacia e também do magistério por... Como diria os franceses, porque *politique oblige*. Quer dizer, eu considero que termina sendo incompatível com o exercício do mandato parlamentar o exercício da profissão, daí porque estou licenciado da OAB. E a mesma coisa eu fiz aí já com relação ao Ministério, por entender também que são quase inconciliáveis o exercício do magistério em Pernambuco, por exemplo, com o exercício do mandato de senador em Brasília. Mas, gostaria de dar um depoimento em favor da manutenção do Exame da Ordem. E até me recordo que no início do Século XX houve um Congresso da Educação, acho que 1904. Há uma publicação muito boa que a biblioteca tem um exemplar desse Congresso. E gostaria de mencionar, já no início do Século XX, 1904, 1908, por aí assim, nesse primeiro Congresso Brasileiro de Educação houve uma discussão muito clara sobre a necessidade de que a exemplo de alguns países da Europa, se adotasse também uma espécie de exame para avaliar a habilitação dos concluintes de diferentes cursos, inclusive o curso de Direito. E isso quer dizer, na minha opinião, que na verdade já na Europa sinto ira da importância de haver um exame que avaliasse a habilitação, a capacitação dos concluintes de diferentes cursos, sobretudo em áreas estratégicas como direito, medicina, etc.

No Brasil, nós verificamos de forma muito clara que tem crescido e assustadoramente o número de escolas de Ensino Superior sobretudo no campo do direito, já são mais de mil escolas. Ainda recentemente eu verifiquei que só em São Paulo há algo perto de 500 escolas de direito em funcionamento. E eu me recordo que quando foram criados os cursos de Direito no Brasil, isso foi em 1827, por objeto do Visconde de São Leopoldo, que foi acolhido pelo Imperador e aprovado depois pela Assembléia, na verdade aquela ocasião se apontava a necessidade de formar quadros no campo jurídico, inclusive para o exercício da magistratura, do

Ministério Público, enfim, e atividades próximas, e daí porque se cogitou e foi implantada essa lei de 1827 que criava um curso em Olinda e outro em São Paulo. Ambas as escolas então foram criadas na mesma lei e elas tiveram um papel muito importante na formação de quadros de uma nação recém emancipada.

Hoje nós verificamos que cresceu e cresceu muito o número de escolas de Direito. À época até se chamava cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, o que levou certa feita Gilberto Freyre a dizer que na verdade os cursos jurídicos não formavam apenas bacharéis em Direito, mas também formava... Os cursos jurídicos formavam também especialistas em diferentes áreas sociais. Sociologia, para dar um exemplo, e também porque não dizer no campo da Literatura, especialmente. O que eu então diria para concluir minha intervenção, eu diria que na realidade eu sou francamente favorável à manutenção dos exames porque eles de alguma forma servem para atestar o desempenho daqueles que concluíram o curso. Eu noto que, olhando os resultados dos exames da OAB, que é muito baixa, infelizmente, o percentual de aprovados, salvo exceções. Há escolas de muito bom nível e isso não pode deixar de ser proclamado. Mas devo dizer também que o próprio Congresso Nacional já percebeu a necessidade de que os concluintes desses cursos e em outras áreas, não somente na área jurídica, eles sejam também avaliados após a conclusão do respectivo curso superior, tanto isso é verdade que há um projeto meu aqui apresentado há mais de dois anos tratando da questão da residência, que é aplicada aos médicos, a exigência da residência para os concluintes nas escolas de Medicina, e eu apresentei um projeto buscando fazer também que isso nós pudéssemos... Um projeto também postulando que se cogitasse de estabelecer uma residência educacional, para que o professor melhor se habilite ao exercício da profissão, que é uma função estrategicamente importante, de educar. Eu sempre fico pensando que nós não podemos ter bons alunos se não tivermos cada vez mais bons professores. Machado de Assis dizia assim: Se não há bons professores, bons livros, não vamos ter também bons leitores. Isso é então importante para o fortalecimento cultural do nosso país. E além desse meu projeto que tramita aqui na Casa, há duas outras iniciativas, uma do Senador Marcelo Crivella e uma outra de iniciativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É do Tião Viana.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É, do Senador Tião Viana. A dele inclusive especificamente com relação à questão de Medicina, se não estou equivocado.

Então eu concluiria minhas palavras dizendo, a realização dessa Audiência Pública é algo importante. Acho que foi uma louvável iniciativa da Comissão presidida por V.Exa., Senador Flávio Arns, mas devo também aproveitar a ocasião para manifestar a minha opinião que nós deveríamos manter o Exame da Ordem e acho que esse exame está concorrendo para melhorar ainda mais a preparação dos nossos quadros, que são indispensáveis ao vertebramento adequado de nosso país, A vertebração adequada de nosso país nesse campo estratégico, que é no campo do Direito e daí porque eu concluo minhas observações fazendo mais uma vez manifestação favorável à manutenção do chamado Exame da Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Eu pediria... Nós estamos convergindo para o encerramento do debate, mas não poderia deixar de dar a palavra, apesar de ter anunciado como último orador inscrito, ao Senador Gilvam Borges, que é o autor do Projeto de Lei.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, nós gostaríamos de fazer assim um registro do que nos levou a uma proposição justamente para levantar essa grande discussão no país. E partindo do princípio que as condições do Ministério da Educação, as prerrogativas que tem na concessão do direito àqueles que adentram a universidade, poderem ter o seu diploma para que possam acessar o mercado. Partindo do ponto de vista que sindicatos, ordens, não podem ter esse direito ao veto, nós teríamos que fazer uma reavaliação imediatamente, especificamente na função do advogado como as inúmeras profissões, os inúmeros profissionais que adentram o mercado de todas as áreas do conhecimento, de Ciências Humanas, Ciências Exatas, as Ciências Biológicas, é um ponto de vista inconcebível você tendo o olhar desse direito, que é inquestionável, das pessoas que vão à universidade, levam 20 anos no banco de escola, e quem lhes dá o título, lhes dá o credenciamento oficial para que possam fazer a sua profissão, exercer a sua profissão, não há função mais fiscalizada do que a do advogado. Está sujeito primeiro o cliente, segundo ao Defensor Público, ao promotor, ao Juiz, e o mais importante, o mercado. Se nós pudéssemos então inverter a situação, e dizer o seguinte, quem diz que vai exercer a profissão é o sindicato ou é a Ordem ou é a instituição maior, o Ministério da Educação, com os diplomas devidamente credenciados, são 20 anos de estudo, a gente poderia inverter isso no sentido de reavaliar. Agora, acredito que não seja uma situação que não requeira a condição de uma avaliação muito séria.

Hoje, o país, com os seus maiores estudiosos, os que militam com o seu saber jurídico, têm consci-

ência hoje que isso é inconstitucional. E nós vamos tomar algumas providências para fazer novamente lá no Supremo essa avaliação. Então, por que não vamos fazer o seguinte, vamos dizer o seguinte, não é o Ministério da Educação que credencia. Nós poderemos fazer o seguinte, concluir o segundo grau, o advogado, só ele, pessoal das áreas jurídicas, eles devem entrar diretamente nos cursinhos que se tornou o controle da reserva de mercado. Aí sim. Aí é justo, porque essa instituição, essa entidade que vai dar o diploma a ele, que vai o credenciar. Aí vale a pena, no caso, os advogados saírem exclusivamente do segundo grau e irem direto para o cursinho, porque quem tem o direito de dar o diploma, de credenciar os profissionais, é as associações ou os sindicatos. Se hoje nós temos no Ministério da Educação a condição de, através da LDB, fazer o que se está fazendo, a lei está qualificando cada vez mais o professor no doutorado e nos mestrados, etc., a gente vê hoje o país todo mobilizado nesse sentido, os professores se enquadrando. E aí essa é uma situação sinceramente que eu não consigo digerir, porque se o MEC diz assim: "Não, o médico, ele vai fazer a residência oficialmente para ele poder adentrar ao mercado". A regra está estabelecida. Correto. Há um entendimento da instituição sindicato ou associação que tem o entendimento com o Conselho, como tem assento na questão específica, ok. Está tudo bem. Agora, o advogado, na área trabalhista, na área civil, na área criminal... Quantas especialidades têm e numa prova hoje, se a OAB elaborar uma prova hoje para a maioria dos seus membros ou do geral, eu não sou capaz de apostar, mas se fizer um laboratório, 70, 80% não passa. Na verdade o que há é um controle efetivo da vedação e no cerne da questão, para ser bem objetivo, é uma usurpação. É uma usurpação essa situação de dizer quem vai ter o título ou não, quem vai ao mercado ou não. Isso do ponto de vista eu acho assim absurdo. Nós vamos entrar com uma adin também, para poder questionar isso. Porque senão nós temos que fazer as mesmas condições para todas as outras profissões. Todas. Por que a OAB, somente a OAB, que tem uma função importante, nós reconhecemos isso no país, não queremos desqualificar, desmerecer, muito pelo contrário, nós reconhecemos a sua importância na vida do país, com a sua contribuição de regimes de exceção, no desconhecimento e tudo.

Agora, eu não poderia deixar de fazer esse registro, que eu não assimilo e não consigo entender. Então que o Ministério da Educação também precisa se manifestar a essa situação, porque são milhares de profissionais enganados. 20 anos no banco da escola, quando começa, aí quando chega lá o sindicato, a associação, diz: "E aí? Aqui, meu amigo, é reserva de mercado, nós vamos fazer uma prova que a reprovação logo é de 100%, quase 100%, 5%".

E, hoje, as penitenciárias, as situações... Totalmente difícil. E quem faz a educação também, além dos mestres também são os livros. Alguns questionam da qualidade, da Excelência, mas o controle que tem sobre o profissional é excepcional, é maravilhoso. O advogado não se estabelece se ele não tiver competência. Mas já vale a condição dele de profissional. Então, Sr. Presidente, o que me levou a propor esse projeto é justamente porque eu não consigo sinceramente entender, digerir quando uma pessoa vai ao banco de escola e chega lá, não é aquela instituição que o credenciou, e dizer: "Está aqui seu diploma, meu amigo. Vá ao mercado". Então eu deixo registrado aqui as considerações sobre isso, e nós também iremos nos manifestar também de outras formas, no sentido de intensificar essa ampla discussão. Porque hoje não está só no meio dos acadêmicos, desse pessoal que são excluídos por essas provas. De maneira nenhuma. Que o MEC então faça seminário para aperfeiçoação, mas que esteja no currículo, que seja estabelecido. Mas essa prova fazer por associação, por uma entidade que controla, eu acho isso um absurdo. E se for, que deve ser para todas as profissões. O país precisa reavaliar isso, com certeza, é preciso fazer um estudo mais profundo para poder resolver. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Passo agora a palavra ao Dr. Frederico Almeida para as considerações, em função das considerações feitas.

E eu até quero dizer que também temos a presença do Senador Marco Maciel, Marconi Perillo, Gilvam Borges, Wellington Salgado--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., para não me deixar sozinho ao final, fazer depois, se V.Exa. pudesse me incluir nesse lote para poder já depois fazer as considerações finais...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está incluído no lote, então. Com a concordância dos demais, porque eu havia anunciado só antes a última palavra com o Senador Marco Maciel, depois última palavra com o Senador Gilvam Borges... Mas se V.Exa. puder ser sucinto na colocação, porque já houve a participação de vários Senadores aí antes também, e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Obama ficou famoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas com a palavra V.Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Julinho, ajude aí, por favor. Está na cabeça do senador, ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pronto, saiu. Eu vou realmente ser bastante rápido, Senador Flávio Arns, que eu estava na Comissão, sou Vice-Presidente da CCJ, então no mesmo horário eu tenho participado pouco dessa Comissão, que é uma Comissão que eu tenho muito interesse. Até mesmo minha vida profissional é ligada à educação, desde 20 anos de idade. Então, essa questão eu participo bastante, conheço bem. Estou inserido no sistema, a verdade é essa. E o que acontece? Por que só... Quer dizer, algumas outras instituições estão vindo acompanhando a OAB, querendo também alguns exames. E eu concordo, como bem colocou o senador... Desculpe agora, Gilvam. Eu entendo como uma reserva de mercado, realmente. Entendo mesmo como uma reserva de mercado. Todo mundo aqui que já foram professores sabem que ele consegue montar uma prova para reprovar a quantidade, o percentual que ele quiser. Se quiser aprovar 50% ele prepara um prova para aprovar 50%, se ele quiser reprovar 20% prepara uma prova para reprovar 20%, e assim vai. E aí vai se fazendo uma reserva de mercado.

A gente tem acompanhado que algumas vezes também tem a quebra de sigilo que algumas provas acontecem. A Ordem vai, procura e no final acaba, o Ministério Público algumas vezes entra, e não é uma coisa específica, não. Acontece de norte a sul essas questões com relação à segurança que também não é culpa da Ordem, isso pode acontecer independente da Ordem, mas também com alguns que ajudam a preparar a prova, isso em vários concursos acontece. Agora, nós precisamos acabar com isso. Sinceramente, Senador Flávio Arns, eu não vejo porque continuar com esse exame, algo seletivo, corporativo e a Ordem sempre vendendo que com isso está melhorando a qualidade. Melhora a qualidade, porém os advogados estão sendo aprovados todos com o mesmo perfil, porque a prova é montada dentro de um mesmo perfil. Não venha me dizer que é diferente, porque não é. Então, ela vai criando garrafas de Coca-Cola, digamos assim, em série. Se for uma garrafa de guaraná não pode, uma garrafa de Pepsi não pode, e vai se enquadrando e criando um sistema, uma mesma... Imagina V.Exa., aqui no Senado Federal você tem representação de todo tipo da sociedade. senador negro, senador branco, senador de esquerda, senador de direita... senador alto, senador baixo, cabelo curto, cabelo... careca. Então, aqui é uma Casa realmente que se você tiver... Você for encaminhado, você chega aqui. Agora, na OAB, de repente, cabeludo não pode passar na prova, só aqueles que tem cabelo à meia altura. Senador alto demais não pode passar, é só preparar uma prova. A gente sabe que é só preparar uma prova. Pelo amor de Deus, minha mãe é professora, começou com o jardim de infância e chegou até a uma universidade. O senhor é da SESU, sabe muito bem disso. Então, eu vivi toda essa fase e eu sei... Se você quiser reprovar, tantos você reprova ou não. Então, não estou desmerecendo a OAB de maneira alguma, porque a OAB não é uma entidade que tenha que ser analisada por uma prova da OAB, ela tem toda uma história junto ao país. É a única instituição que tem o seu estatuto aprovado no Congresso Nacional. É uma lei, o estatuto da OAB é lei. Foi aprovado aqui nessa Casa. Então, eu só vejo isso como uma pequena ponta que existe na OAB que a gente tem que acabar com isso. Deixe que o mercado se acomode. Deixe que aplica aí a Darwin, né? Os melhores sobreviverão. E os melhores podem ser aqueles que não estão passando na prova da OAB. Um dos melhores pode de repente ter uma tendência... Cobrou numa parte da prova a questão cível e de repente aquele ter uma tendência mais trabalhista. Ter uma tendência numa outra área do Direito que não foi muito bem cobrada na prova da OAB. Só que a OAB tem força.

Então, eu sou... Se tiver que votar aqui, vou votar pelo fim do Exame da Ordem. Porque eu não acredito que... Eu acredito na... Os bons sobreviverão. Senador Marconi é um exemplo, claro. Todo mundo achou que ele não ia ganhar para governador, tinha 1% naquela época. "Não, o Marconi, não vai ganhar, deixa ele para lá". O homem virou Governador duas vezes, se tivesse o Exame da Ordem reprovaria o Marconi. Um exame político reprovaria o Marconi naquele momento. Se tivesse um exame para entrar para político. Já era deputado, mas para ser governador não, tem 1% está reprovado, no entanto hoje está aqui. Primeiro vice, duas vezes governador, senador... Então, acho que essa questão de criar prova para isso ou para aquilo, eu acho que o dom de cada um de repente se manifesta sem ser por uma medida criada por uma outra pessoa que diga que ele vai ser bom ou não se passar naquela prova, se passar naquele exame. Não. Foi criado por alguém, o dom de repente dele não vai ser mensurado naquele momento. Então, essa é a minha razão de estar contra o Exame da Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço, Senador Wellington Salgado. Passo então a palavra para as considera-

ções em relação ao que foi falado e alguma consideração final e quero dizer que a Audiência Pública é a exposição de pessoas convidadas, é a exposição das pessoas que se posicionaram e perguntaram e é o desdobramento depois também que sempre acontece. Dr. Frederico.

SR. FREDERICO NORMANHA RIBEIRO DE ALMEIDA: Vou fazer minhas últimas considerações seguindo um pouco como roteiro as considerações, as perguntas que foram colocadas pelo Senador Marconi Perillo, que acho que de alguma forma contemplam as outras intervenções. Dentro do possível tentarei ampliar nesse sentido.

Senador, as suas considerações me dão oportunidade de esclarecer um pouco como funciona em termos de legislação e de regulamentação o processo de regulação de avaliação e de supervisão da Educação Superior e acho que toca num ponto importante que eu procurei colocar na minha fala, que é a relação entre o MEC e as organizações profissionais em geral, não só a OAB. O senhor questionou sobre a evidência que de fato é assustadora dos resultados de Exame de Ordem, por que o MEC já não toma uma providência de fechamento desses cursos com base nesses resultados. Eu acho que agindo nesse sentido a gente aí sim estaria agindo da forma pela qual os críticos alegam que o MEC age, que é de submeter o interesse da OAB. Eu acredito que o exame da OAB, ele foi criado para isso e eu acho que a forma dele é uma forma de certificação de exercício profissional e ainda que avalie indiretamente o curso, acho que não é o objetivo dele. Acho que o MEC não poderia tomar o Exame de Ordem como um--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A minha colocação é muito mais em face do Enade. Que eu sugiro que seja feito anualmente e não a cada três anos, e que o Ministério cumprisse de forma mais efetiva o papel dele.

SR. FREDERICO NORMANHA RIBEIRO DE ALMEIDA: Vou passar para esse ponto do ciclo avaliativo, porque aí de fato, a ação do MEC, como eu disse, as listas de piores desempenho no Enade acabam coincidindo com a lista do pior desempenho na OAB, um ou outro caso que não, mas o nosso critério é a avaliação feita pelo Inep que inclui o Enade e as avaliações de cursos nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. A questão de não fechar diretamente, ou seja, é um direito que a LDB garante à instituição, o direito ao protocolo de compromisso para sanear a deficiência. O que a administração tem discricionariedade para agir, é de acordo com o teor daquelas deficiências que isso fica evidente no instrumento, os instrumentos utilizados de avaliação de curso têm sido aperfeiçoados pelo Inep, é saber qual o prazo que se dá. Porque o prazo é de até 12 meses. Mais de 12 meses o MEC não pode dar de prazo saneamento. Em algumas medidas talvez três meses seja até demais. Então, é aí que a gente está tentando, vamos dizer, calibrar, respeitando o direito ao protocolo de compromisso, que é o direito garantido pela LDB, mas firmando uma posição do MEC no sentido de que só prevalecerão no Sistema Federal de Ensino instituições que atendam ao patamar mínimo de qualidade. Esse protocolo de compromisso é um direito, a gente cede esse direito, mas é ali que a gente tem a chance de, ao final desse prazo, tomar uma decisão que aí sim pode ser o encerramento do curso.

A questão da periodicidade da avaliação, senador, a questão da duração dos ciclos é sempre retomada no âmbito da Conaes, que é a Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior, que é quem delibera e subsidia o MEC quanto aos instrumentos de avaliação, indicadores, IGC, toda essa sistemática de avaliação que vem sendo aperfeiçoada desde a Lei 10.861, que é a Lei do SINAES, no sentido de aperfeiçoar, porque é algo que ainda está em construção e a questão do ciclo é sempre discutida, tanto com o propósito para reduzir como propósito para ampliar esse ciclo. Eu acho que a gente está vivendo um momento de transição ainda, em que somente agora os ciclos começam a se repetir. Direito fez o Enade em 2006, ele entra no próximo ciclo agora. E eu acho que conforme esses ciclos se consolidem por curso e vinculado ao credenciamento da instituição, os atos de renovação, de reconhecimento, de reconhecimento da instituição, vão obedecer aos atos do ciclo. Antigamente eles eram atos com prazo. O reconhecimento vale por dois anos, por três anos. Agora eles--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FREDERICO NORMANHA RIBEIRO DE ALMEIDA: Nem tinha prazo. Depois entrou o prazo, que era um prazo a partir da data da publicação, e agora eles estão se adequando a ciclo. A nossa expectativa é com a repetição de dois, três ciclos, isso entre, vamos dizer, nos eixos, e aí o resultado do Enade, ele vai ser um indicador e esse tipo de supervisão que eu relatei que nós fizemos, ou seja, supervisionar ao mesmo tempo 82 cursos de Direito, que é uma coisa... Um desafio enorme administrativamente, burocraticamente uma tarefa dificílima, ela vai se tornar desnecessária, porque essa supervisão de 82 cursos agora foi justamente para sanear o sistema de ensino jurídico até a repetição do ciclo. Esse saneamento, vamos dizer, em massa, ele vai ser feito quando todas as instituições, todos os cursos passarem pela mesma avaliação ao

mesmo momento, que é o Enade. Então, esse tipo de supervisão que nós fizemos com 82 cursos de Direito, 17 cursos de Medicina, 70 cursos de Pedagogia, cerca de 20, 30 cursos de Odontologia que devemos fazer em breve, são medidas de transição, até que todos os cursos passem pelos ciclos avaliativos. E esse tipo de supervisão em massa, que é dificílima de fazer, vai acabar se tornando desnecessária nesse sentido. E a questão do ciclo do Enade tem a ver com o custo de realização da prova, com a dificuldade de organização do exame nacional que agora vai ser universal, não vai ser mais amostral, e também com esse prazo que a instituição, entre um ciclo e outro, tem para se adequar e melhorar e ter um melhor desempenho no próximo ciclo.

Queria também agradecer a preocupação do senador e pela questão dos recursos humanos do MEC. Isso de fato é uma dificuldade que a gente enfrenta, eu acho que a sistemática que nós temos hoje em que o Inep é uma autarquia auxiliar do MEC e ela é responsável pela avaliação e dentro do Inep quem faz a avaliação lá na ponta são professores colaboradores de um banco, é um sistema que vem funcionando, acho que tem sido aperfeiçoado e isso desobriga, como acontecia há não muito tempo atrás a própria burocracia interna do MEC, de cuidar de avaliação num volume, num universo de instituição desse tamanho. Então, obviamente que nessa divisão de tarefas fica a cargo da burocracia interna do MEC a condução do processo por fases, por trâmites, e essa avaliação de qualidade de conteúdo aos nossos colaboradores voluntários, professores da área que fazem parte do banco de avaliadores do Inep e no caso da supervisão, compõem a Comissão que nos assessora. Então, por exemplo, desses 80 termos de saneamento de deficiência assinados, obviamente não são meus cinco funcionários que vão analisá-los, são os membros dessa Comissão que analisam, porque eles podem sim fazer uma análise mais apurada nesse sentido.

Queria também dizer que resultado de Enade, inclusive desempenho específico de cada instituição estão disponíveis na página do Inep, os resultados de avaliação de curso por conta de processo de reconhecimento, renovação de reconhecimento, após todos os prazos para recurso e a avaliação do resultado final estão disponíveis também e especificamente nesses resultados de avaliação da supervisão, desses 82 cursos, eu já me disponibilizo, já me disponho a enviar esse material todo para a Comissão.

Só para deixar claro, a avaliação final, ou seja, ao final do prazo de supervisão ainda estão começando. Nós temos as primeiras avaliações do início do processo de supervisão. De qualquer forma, nós temos um banco de informações bastante considerável que eu disponibilizarei certamente aqui para os trabalhos da Comissão.

Por fim uma última consideração, acho que também atendendo um pouco ao que o Senador Marconi Perillo colocou, sobre a minha posição sobre o Exame de Ordem, e aqui vou falar sinceramente como Advogado e não como Ministério da Educação, eu disse como Ministério da Educação, a nossa expectativa é que cada um cuide da sua parte, ou seja, o Ministério da Educação cuide da qualidade dos cursos e as organizações profissionais do controle do exercício profissional, e como eu disse o controle do exercício profissional pode ser com exame ou não, pode ser com Tribunal de ética ou não, com Comissão disciplinar ou não, com certificação permanente, com certificação periódica, enfim, existem vários modelos pelo mundo e eu acho que a importância desse debate é levantar essa questão e pensar em aprimorar. Como advogado, aí pessoalmente, eu digo, eu sou a favor do controle da certificação profissional, embora seja crítico do modelo do exame como é feito hoje. Uma proposta que eu tenho pessoalmente como advogado, já compartilhei isso com colegas da OAB, é de uma certificação permanente. Num seminário que fui falar em nome do MEC em que o Conselho de Medicina discutia a implantação do exame, eu tentei passar a mesma mensagem. Acho que não é um exame... É a forma de fazer a certificação que eu acho que é o importante se pensar e naquele momento eu tive conhecimento de experiências que de fato eu não sabia, de certificação permanente, de alguns países que permitem o exercício profissional por dois anos simplesmente com diploma, ao final dos dois anos faz uma prova, após cinco anos uma outra proficiência de especialidade da área de atuação e com o passar do tempo os prazos vão aumentando e o profissional submete ou não a um exame, de acordo com ter denúncia disciplinar ou não, número de pacientes, histórico profissional... Enfim, acho que tem modelos a se pensar. De qualquer forma sou a favor de um controle de certificação profissional, embora seja particularmente, repito, como advogado pessoalmente, particularmente critico do modelo do exame único da forma como é feito. Só para colocar essa posição pessoal. Obrigado mais uma vez pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Dr. Frederico Ribeiro de Almeida, SESU/MEC. Passo a palavra ao Dr. Carlos Nina.

SR. CARLOS NINA: Eu reinicio a minha participação saudando o Dr. Dílson Lima, depois que vi a sua manifestação dizendo meu respeito pela sua argumentação, mas me permito algumas considerações

antes de passar às perguntas dos eminentes senadores do que foi dito por V.Exa. Primeiro, devo dizer que nós apontamos aqui a inconstitucionalidade e a ilegalidade. Lamentavelmente eu não podia esperar diferente, não porque o Dr. Dílson não tenha condições para isso, mas é porque realmente não há como rebater a inconstitucionalidade e a ilegalidade pelo que nós vimos aqui. A questão da receita da Ordem, referente ao Exame de Ordem, é efetivamente o interesse fundamental hoje quanto a isso. E os números, eles se prestam muito a raciocínios. É evidente que se nós aceitarmos sem a realidade os números que o Dr. Dílson nos trouxe, nós tínhamos que admitir que realmente era bem melhor que a Ordem fizesse entrar todos os bacharéis do que fazer o Exame de Ordem. Acontece que os advogados conhecem o elevadíssimo índice de inadimplência da Ordem, dentro da Ordem dos Advogados, então, colocar para dentro um número maior de advogados seria onerar a Ordem, porque aumentaria também a inadimplência. Então, esses números, eles têm que ser lidos dentro da realidade. Dentro da realidade. Estamos todos nós que somos inscritos em seccionais, está aqui a de Brasília também, conhece o elevado índice de inadimplência, inclusive das contribuições que os conselhos seccionais devem para o Conselho Federal. Então, é realmente um exemplo matematicamente correto, mas realisticamente impróprio, insuficiente. E o Exame da Ordem, não. O bacharel é obrigado a pagar três vezes por ano se ele insistir em fazer o exame. E ainda sequer há tentativas de se punir pela tentativa. Se ele for reprovado nesse sentido, em duas ou três vezes, ele não poderia mais fazer. Coisa que não se vê no concurso público para a magistratura, para o Ministério Público, etc. Então, e aqui disse o Dr. Dílson Lima, por quem tenho o maior respeito, pela forma digna com que defende sua tese, disse que virou mercantilização. É verdade. Virou mercantilização e a OAB se beneficia disso. A OAB se beneficia disso não só, Senador Wellington Salgado, não só pela reserva de mercado, mas pela receita, pelos cursinhos. Há toda uma cadeia de receita montada, há todo um sistema para não dizer esquema, em redor dos exames de Ordem. Se houvesse essa preocupação efetiva da Ordem com relação àquilo, ao recado que o exame manda, a Ordem já deveria ter tomado providência, mas não toma porque interessa essa realidade. Interessa essa mercantilização aqui por ele acentuada, pelo Dr. [ininteligível]. Há uma receita invejável. Se a Ordem, e aí estou criticando não a instituição, mas a diretriz que ultimamente ela tem tomado. Se houvesse uma preocupação, e aqui eu me lembro da intervenção do Senador Valter Pereira, que se disse preocupado com o jurisdicionado, é essa também a nossa preocupação. E isso vem justamente, a Senadora Marisa Serrano disse que nós não poderíamos nos ater ao curso de Direito, e é verdade.

Então, quando nós começamos a nossa participação e mencionamos a questão do sistema educacional, da política educacional, nós estávamos preocupados exatamente com isso. Porque o que está acontecendo com o curso de Direito é aquilo que está vindo a acontecer com os outros cursos, que não querem uma solução na raiz. Querem aquilo que eu disse no início, uma improvisação. Vamos fazer esse curso da Ordem também, ou seja, não vamos resolver o problema. E aqui disse muito bem o Senador Marconi Perillo, quando enfatizou justamente isso, da mesma forma que enfatizou a Senadora Marisa Serrano. Ou seja, nós temos que nos preocupar é com a qualificação, o Exame De Ordem aqui é um acidente, o Exame de Ordem teve a grande contribuição de propiciar este debate, de propiciar essas indagações, de revelar o caos na educação brasileira, não só no curso de direito. Então, a saída agora é criarmos cursos, exames de Ordem para criar outros tantos cursinhos, para poder habilitar profissionais nas suas profissões? Penso que não.

Sugeriu aqui a Senadora Marisa Serrano, inclusive, que as pessoas prejudicadas, porque não conseguem uma aprovação no Exame de Ordem, recorreu a uma ação de indenização. Isso eu tive oportunidade de dizer também numa entrevista na TV Justiça, porque há pessoas inclusive, me perdoem a expressão, que veem isto como um verdadeiro estelionato. Induz-se as pessoas a um sonho e no final esse sonho lhe é tolhido por um exame discriminador, por um exame excludente.

O Senador Marconi Perillo perguntou o que fazer para ser justo e eficaz, para que o exame possa ser justo e eficaz. Na verdade, a nossa preocupação não é a extinção ou não do exame, há que haver uma forma de se aferir a qualificação. E essa forma, o que se entende, primeiro pela questão da impropriedade, não deve competir à Ordem. Segundo, pela questão da ilegalidade. Terceiro, pela inconstitucionalidade. Então, o que se poderia fazer para melhorar não é uma preocupação, Senador Marconi Perillo, com relação ao Exame da Ordem, mas para melhorar a qualificação do bacharel, em todos os cursos, para que ele, ao sair, ao ser diplomado como diz a Constituição, por atribuição do Estado e como reforça a Lei de Diretrizes e Bases, ele esteja apto para exercer a sua profissão. E o Exame de Ordem lhe veda isso.

Comparar o Exame de Ordem para habilitação a Advocacia com concurso para o Ministério Público e a magistratura e até a Delegado de Polícia, não tem sentido. Não tem sentido porque a Ordem não é um

poder público. O exercício da Advocacia não é uma atividade pública. Ela tem um ônus(F) público, ela é uma atividade privada, e o advogado exerce uma atividade de interesse público, então, não tem sentido, portanto, fazer essa comparação.

O Senador Sérgio Zambiasi se referiu aqui à questão da pegadinha, que eu compreendo o zelo do Dr. Dílson Lima em dizer que não há, mas não só os casos que ele citou, eu vou citar um caso interessantíssimo, que se deu no Maranhão. A questão de metade do valor da prova para quem escolheu Direito Trabalhista, Direito Processual do Trabalho, era elaborar um *habeas corpus*. Senador, senadores, eu imagino quantos advogados sabem que se pode impetrar um *habeas corpus* na Justiça do Trabalho. Mas a Ordem resolveu, na prova de processo do trabalho, fazer uma pergunta que raramente acontece no país, que é pedir um *habeas corpus*. E mais, a própria Ordem errou aí, porque a prova de Exame de Ordem é sobre atos privativos do advogado. Todo brasileiro sabe que o *habeas corpus* não é um ato privativo do advogado e, no entanto o Exame da Ordem perguntou isso. Então, esses são casos que mostram a situação do Exame de Ordem. E eu perguntaria se numa prova de Exame de Ordem tivesse a seguinte pergunta: A regulamentação do Exame de Ordem pelo provimento da Ordem, em face do art. 84 da Constituição inciso IV, é constitucional ou não? Qual seria a resposta de um advogado estudioso?

Obrigado, Senador. Eu fico muito honrado, gostaria de tentar dar uma contribuição melhor, mas foi o que pude fazer--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele passou no Exame da Ordem?

SR. CARLOS NINA: Passou.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pensei que não tinha passado. É Presidente do Movimento Nacional...

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A favor da causa, mas é advogado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já foi do outro lado? Passou no primeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que ele no início, ele... Mas eu agradeço também a participação do Dr. Carlos Nina, e passo a palavra ao Dr. Dílson José de Oliveira Lima, para as considerações também.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Nessas considerações finais, eu gostaria de responder a indagação do Senador Marconi Perillo sobre a questão de ser o Exame de Ordem instrumento eficaz para a avaliação do profissional em Advocacia. A OAB, como todos sabem, é dividida em seccionais. São 27 seccionais no Brasil. Essas seccionais, cada uma tem uma Comissão de Exame de Ordem composta por no mínimo três, dependendo pode ser composta até por sete, oito. Depende, tem um mínimo. Mas nós temos 26 seccionais hoje no Exame de Ordem unificado, com a recente inclusão do Estado de São Paulo. Então, isso quer dizer que nós temos 26 Presidentes de Comissão de Exame de Ordem pensando em elaborar uma prova que atenda aos anseios dos bachareis, dos egressos bachareis em direito. Além disso, para elaborar essa prova, nós temos a participação de cada Comissão de Exame de Ordem, no mínimo três, se os senhores multiplicarem vezes 26, vão ver que tem bastante cabeças pensantes. Além disso, procuramos ter um Exame de Ordem por excelência. Buscando a excelência do Exame de Ordem. Mas, sabemos que podemos chegar. A perfeição, não. Porque ninguém é perfeito. Mas a excelência podemos chegar. Então, com essas cabeças pensantes, o colegiado do Exame de Ordem eles se reúnem a cada... Por cada exame duas vezes. Justamente para analisar a prova objetiva e a prova prática profissional. Também temos uma Comissão, uma banca examinadora e uma revisora. A banca examinadora é formada por 14 pessoas para analisar a prova que é, vamos dizer assim, a prova que é... Essa prova elaborada e aplicada para os bacharéis em direito.

Então, esses 14 membros analisam, homologam com condições de poder inclusive modificar as questões, que uma instituição que tem reconhecimento a nível nacional que elabora inicialmente essas questões e passa pelo crivo da Ordem dos Advogados, dessa banca examinadora, justamente para evitar essas pegadinhas.

E aí eu entro nessa discussão que o Senador Sérgio Zambiasi disse e o próprio colega do movimento representando o movimento de bacharéis informou sobre questões que não estão afeitas ao dia-a-dia do Advogado. Então, para os senhores entenderem, a prova objetiva é o conhecimento geral do que ele aprendeu nos bancos da faculdade. Então, logicamente que vai... Essas questões vão ser analisadas de acordo com a legislação vigente no país. Mas, a prova prático profissional é justamente para saber o potencial daquele bacharel sobre a área que ele quer atuar. Então, ele pode atuar na área de Direito do Trabalho, na área de Processo Civil, Direito Civil, Penal, ele escolhe a área que ele tem interesse de fazer uma atuação no seu dia-a-dia. E essa questão, tenho certeza, pelo menos nesses seis anos que componho a Comissão, essa

unificação do Exame de Ordem Nacional, que questões como essas não foram colocadas na prova prático profissional. A prova prático profissional, como eu disse, é um processo sempre de melhoria de qualidade. Hoje nós estamos realmente num patamar muito à frente, chegando a essa condição de excelência. Eu duvido, aqui, lanço até, vamos dizer assim, um desafio para todos, de verificar nas provas, nas últimas provas se essas questões que não são inerentes à Advocacia no seu dia-a-dia, se caíram na prova prático profissional. Talvez essas críticas que façam é porque não conhece o sistema do Exame de Ordem. Porque na prova objetiva, sim. Nós pedimos toda... Está a Legislação que ele aprendeu na faculdade. E com o grau de eficiência mínimo do que ele aprendeu. Agora, na prova prático profissional também não exigimos nada de mais. E outra coisa mais ainda, o Exame de Ordem, na prova objetiva, ele aprova 50%. Mais ou menos, na prova objetiva. Mas só que tem uma coisa, na prova prático profissional, a aprovação é quase 80% daqueles que passaram na prova objetiva. Então, o grau de dificuldade não é tão difícil assim para ser aprovado. Outra coisa também--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Presidente. Mas se você pegar e aprovar 50, e 80% de 50 é 40. E a média é 20 e poucos.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Não, deixa eu te explicar uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para efeito de notas taquigráficas, Senador Wellington Salgado.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: A média é com base naqueles inscritos que fizeram a primeira prova. A média é dessa forma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você tem 50, aprova 80 de 50, você aprovou 40 do total. E a média não é essa.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Veja bem, a média, 50, 40%. A aprovação do Exame de Ordem, existe aqui a aprovação do Exame de Ordem, por exemplo, o senhor não estava aqui presente, mas eu disse que 98% a 30% atinge um patamar de aprovação excelente. Temos, por exemplo, 73% das instituições públicas aprovam 80% de...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não estava aqui, mas eu passo a minha vida inteira acompanhando isso. Em Pernambuco, na Bahia, Goiás, no Rio... Estou a vida inteira nisso. Só não estava aqui agora.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Tudo bem. Eu estou falando o seguinte, que no início da minha fala, eu disse aqui que aprovavam... Na mesma prova objetiva, aprova-se 98% determinada instituição de ensino. Essa média realmente cai. A conta tem que ser feita dos que iniciaram e os que terminaram. Essa é a média de aprovação. Agora, não é admissível uma instituição com 900 examinandos candidatos a Exame de Ordem aprovar 100, 120. Isso que não é admissível. Onde em outro estado aprova-se 98%.

Com relação à questão da indagação do Senador Marconi Perillo, que diz que... Como é que eu analiso a questão do alto percentual de reprovação no Brasil, em especial São Paulo. Pois bem, eu digo sempre o seguinte, nas minhas entrevistas, nas minhas falas que tenho realizado por esse Brasil afora, que nos locais, nos estados onde tem mais instituições de ensino é onde mais reprova. Porque não tem o critério na qualidade de ensino jurídico. São Paulo são 243 instituições de Direito, de ensino jurídico. E realmente a aprovação é grande, porque não tem essa fiscalização devida. Mas, em contrapartida, no Estado de Sergipe, onde eu moro há 35 anos, mais ou menos, até pouco tempo tinham três instituições de ensino jurídico. E é o melhor resultado nacional de Exame de Ordem. Então, isso a gente tem aquela máxima de dizer que onde tem menos instituições, a aprovação é maior. É por isso que a aprovação em São Paulo é um caos. Infelizmente. Não é isso que nós queremos, não é esse o interesse da OAB. Agora, outra--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é que eu até quero explicar para os expositores que quando o Senador pergunta, ele tem direito à réplica e tréplica. Então eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Flávio Arns. Mas é... A gente vai entrando num debate que é o debate que são as instituições de ensino contra a OAB, a gente sabe que isso acontece nacionalmente e eu não queria desgastar o tempo aqui e trazer essa discussão que já é genérica no Brasil, e com a OAB, e a gente vai levar aqui dois dias, não é essa a intenção da Comissão, da Audiência Pública. A Audiência Pública é passar o conhecimento para os demais senadores para que possa tomar uma decisão e votar na questão que aqui está colocada.

Agora, a questão da prova, eu tenho certeza que a OAB faz reuniões com esse grupo que organiza a prova em cada local, ela tem que fazer, se ela faz a reunião com cada membro da Comissão de cada estado ela cria uma doutrina, ela cria um caminho, é assim que funciona, e assim que funciona também no MEC, tem a sua doutrina também de qual vai ser a linha que o

MEC quer. Que varia de Ministro para Ministro. Saiu um Ministro, muda tudo. A OAB, não. A OAB joga juntinho, tem o mesmo padrão. Vai ser assim. Agora, em São Paulo tem várias instituições, sim, agora, tem muita gente também e vocês prendem o mercado, criam uma maneira de só aprovar 25%. Falar que lá em Sergipe é melhor, não existe isso. Se quiser eu faço uma prova também para aprovar só 25%. E meu pai é de Sergipe. Não tenho nada contra Sergipe, não, que meu pai é sergipano. É de Aracaju, Atalaia, Barra dos Coqueiros... Então, não tem nada quanto a isso.

Agora, é um debate que vai desgastar, criar pontos que já existem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Dr. Dílson, para continuar.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Eu só queria dizer que uma prova, essa questão da prova de fazer uma prova para aprovar 20% de examinandos, isso não é... Isso realmente não é um discurso correto. Porque no mesmo que tenha instituições com zero por cento de aprovação, com 10% de aprovação, tem instituições que tem 98% de aprovação. Então, é a mesma prova hoje, é o mesmo conteúdo em mesma data. Bom, quanto à outra indagação do Senador Marconi Perillo sobre a lisura e probidade do Exame de Ordem. Hoje, com a unificação do Exame de Ordem eu tenho a tranquilidade de estarmos caminhando para esse padrão de excelência. Nenhum Presidente de Comissão de Exame de Ordem tem a sapiência do conteúdo da prova. Nós deixamos esse sigilo, profissionalismo para uma empresa credenciada e que tem reconhecimento a nível nacional que é o CESPE. Então, mesmo aprovando, por exemplo, a banca nacional, fazendo a prova, ela não faz prova para cem questões. Prova objetiva. Na prova prático profissional ela não faz uma prova para... São cinco questões. Ele não faz só cinco questões prático profissionais, ela faz um banco de dados, um banco de questões justamente para evitar essa, vamos dizer assim, essa quebra de sigilo, vamos dizer dessa forma. Então, hoje pra mim, para nós da OAB, o exame está blindado. As seccionais que tiveram problemas não estavam dentro do Exame de Ordem unificado.

Eu tenho a grata satisfação de coordenar esse grupo de 26 seccionais, e, com fé em Deus, daqui mais ou menos o próximo exame, de agosto ou dezembro, de estar, se realmente Deus me permitir e essa Casa continuar com o Exame de Ordem, que nós vamos ter um Exame de Ordem de forma unificada, justamente tentando melhorar essa qualidade do profissional advogado.

Só finalizando, que talvez o Senador Gilvam Borges saiu, não está aqui, ele disse que não entende a questão de ter um exame de proficiência na OAB, para advogado. Mas, é o seguinte, eu na minha manifestação falei na minha manifestação inicial e repito agora. A instituição de ensino jurídico, ela não forma advogado. Ele forma bacharel em direito. E esse bacharel em direito, ele vai procurar o caminho que ele quer exercer no mercado. Ele pode ser, como disse anteriormente, ele pode querer ser um magistrado, como hoje todo mundo pensa em concurso, porque justamente acham que a classe de advogado está saturada, tem muitos advogados, mas pensam isso--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Tem, tem. Pela emenda constitucional... Tem, exatamente. Mas eles querem o seguinte, não é só o exercício da Advocacia, não. Não é só o exercício da Advocacia, ele pode ser um assessor de magistrado, um serviço público que ele exerce pode contar com isso. É isso mesmo. Não tem que ser advogado obrigatoriamente, não. Não tem obrigatoriamente. Pela emenda constitucional, ele tem que exercer qualquer função ligada... Pode ser à magistratura, ao Ministério Público, é contado como tempo de serviço. É dessa forma. Então, o que acontece? Não forma advogado. Por não formar advogado, a OAB tem que ter a preocupação de saber quem é a pessoa que tem competência para exercer a Advocacia. E não deixar, como o Senador Salgado, Wellington Salgado, falou aqui que o mercado, ele realmente faz essa divisão. Mas aí, onde é que a sociedade vai pagar por essa má qualidade do serviço profissional? De uma prestação de serviço profissional? Então, eu termino minha fala--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei. Mas qual é o poder que você tem de dizer que detém esse conhecimento para dizer quem tem que entrar no mercado ou não? Isso não existe. Até as cotas aqui nós damos um prazo. Até querem cotas aqui raciais e querem um prazo de 10 anos. A lei do boi que existiu, foi durante um período. Mas vocês não têm período. Vocês acham que tem a sapiência e o conhecimento e o poder de controlar um mercado e o poder sobre as outras pessoas. Isso não existe, isso não pode. Todo mundo só pode usar terno preto. Terno azul não pode. É o que vocês estão fazendo. Por quê? As pessoas são diferentes umas das outras. São diferentes. Alguém pode ir bem numa área do trabalho, área civil, no momento que você avaliou, ele foi mal. Você não pode... Você, desculpe, não, a OAB não pode fazer isso. A liberdade não te dá esse direito de fazer isso.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma observação, para conduzirmos assim de maneira justa, até o final da fala, houve a tréplica do Senador Wellington Salgado, e a gente sabe que esse é o cerne do debate. Como V.Exa. já colocou. Mas, como foi colocado e eu penso que o expositor deva ter a oportunidade também só de... Eu vou conceder mais dois minutos.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Obrigado. Senador, nós temos, hoje, no provimento, 109, voltando aqui ao assunto do colega, que ele colocou aqui que o Exame de Ordem é inconstitucional, ilegal, o próprio Supremo já se manifestou pela constitucionalidade do Exame de Ordem. Já se manifestou. Recentemente teve uma ação de bacharéis no Rio de Janeiro pugnando para inscrição sem o Exame de Ordem. E ganhou em primeira instância e o Tribunal da Primeira Região, Segunda Região, salvo engano... Que o Tribunal reformou essa decisão, determinando que ele tem, ser, tem que submeter ao Exame de Ordem. Vejam bem, a OAB, pelo provimento 109, é constitucional e legal sim, porque existe uma lei. E a lei diz que será através de provimento da OAB. Então, pra mim não tem discussão sobre legalidade ou ilegalidade. Mas, no provimento 109 nós temos três Exames de Ordem no ano, sem concorrência. Não tem concorrência. Não tem pegadinhas. Não tem como no passado a questão de jurisprudência, que é... Realmente é discutível, uma decisão aqui de um Tribunal, outro de outro... Tudo isso, esse Grupo de Trabalho está evitando esse tipo de pergunta, esse tipo de indagação ao examinando justamente para propiciar que o examinando tenha o mínimo de conhecimento específico para poder atuar na Advocacia.

E eu termino, Senador Flávio Arns, conclamando que essa Casa realmente analise esse projeto com responsabilidade, com bastante critério, que eu vejo, na minha opinião e na opinião da OAB, que o Exame de Ordem, na conjuntura nacional dessa proliferação dos cursos, em geral, realmente não pode viver sem o Exame de Ordem como forma de avaliar o profissional para exercício da profissão. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação do MEC/SESU, através do Frederico Ribeiro de Almeida, também com muito prazer tivemos a presença do Dr. Carlos Nina, que é Presidente Estadual do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito do Maranhão, e inclusive também dizendo a ele já antes, e falo isso para todos os expositores para termos desdobramentos inclusive em termos de sugestões que possam ser enviadas a essa Comissão, e faço esse apelo também a todos que acompanham a Audiência Pública pela TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência do Senado, que apesar do debate ter acontecido aqui dentro desta Comissão, o debate se estende para toda a sociedade e todos podem acessar o site do Senado e sugerir a esta Comissão iniciativas que julguem importantes.

Agradeço também a participação do Dr. Dílson José de Oliveira Lima, que também é o Coordenador do Exame de Ordem Unificado da OAB Brasil, e dizer que muitas sugestões na verdade já foram dadas e estudos, o próprio relator da matéria já disse que quer se deter assim em vários aspectos, a Senadora Marisa Serrano também, o Senador Wellington Salgado, aí com, assim, uma vivência, uma experiência, e uma vida dedicada à área da educação, não só ele como a família também, e são pontos. E o objetivo de uma Audiência Pública é esse mesmo, quer dizer, nós temos um senador, apresenta um Projeto de Lei, é indicado um relator para o Projeto de Lei, o relator sente a necessidade de fazer o debate, chama as pessoas que possam contribuir para a compreensão do problema ou da discussão que está envolvida no Projeto de Lei, e isto vai fazer com que o debate continue aqui dentro do Senado, mas sempre pensando assim como é que isto vai favorecer da melhor maneira a sociedade. E a sociedade incluído aí os alunos, os bacharéis, todo o processo educacional, usando a palavra do Senador Valter Pereira, do jurisdicionados também, enfim, de toda a sociedade. Quer dizer, a gente tem uma lei que atenda melhor os interesses do cidadão brasileiro. Então, nesse sentido as contribuições foram muito importantes, as contribuições dos Senadores da mesma forma, e o Senador Wellington Salgado inclusive já foi Presidente dessa Comissão também, já presidiu essa Comissão, a outra também, de Ciência e Tecnologia, e tem muito a oferecer para esse debate no Brasil.

Então, eu agradeço e antes de encerrar a reunião só quero dar o comunicado que recebemos ofício 335/09 de 22 de junho do corrente, do Excelentíssimo Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloizio Nunes Ferreira Filho, em resposta ao ofício encaminhado por esta Comissão com esclarecimentos e as providências tomadas pelo Governo do Estado, no sentido de retirar de circulação os livros didáticos distribuídos na rede pública do Estado de São Paulo que continham graves erros de Geografia. Os Senadores que desejarem uma cópia do documento, poderão

se dirigir à secretaria desta Comissão. Acho que é um documento interessante, inclusive, de ser lido. A matéria vai ao arquivo.

Agradeço, então, a participação de todos, dos Senadores, representados aqui pelo Senador Wellington Salgado, de todas as pessoas que acompanharam essa Audiência Pública e declaro, então, encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h26.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia trinta de junho de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras **MARINA SILVA**, **JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, ELISEU RESENDE, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009-CMA, de autoria do Senador **JEFFERSON PRAIA**, aprovado em 12/5/2009, com o objetivo de debater os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional. EXTRA-PAUTA, é aprovado Aditamento, de autoria da Senadora **MARINA SILVA** e do Senador **JEFFERSON PRAIA**, ao Requerimento nº 28, de 2009-CMA, que propôs a presente Audiência Pública, para que seja convidado o Sr. Ricardo Baitelo, Coordenador Campanha de Clima e Energia do Greenpeace. Comparecem os seguintes convidados: Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Máximo Luiz Pompermeyer, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Mozart Siqueira, Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Ana Maria de Souza, Coordenadora Geral, substituta, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Ricardo Baitelo, Coordenador Campanha de Clima e Energia do Greenpeace. Após a explanação dos palestrantes, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, CÉSAR BORGES** e **CÍCERO LUCENA.** EXTRA-PAUTA, são aprovados os Requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes para verificar se as obras relativas a pavimentação e recuperação da BR 319 possuem avaliação prévia da viabilidade técnica e socioeconômica, nos termos dispostos no artigo 10, § 4º, da Lei 11.653, de 07 de abril de 2007, e para avaliar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do projeto, frente a outras alternativas de transportes na região. Solicito, ainda, que, para a realização da citada auditoria, seja considerada a metodologia e os critérios utilizados no estudo *Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR-319*, anexado a este requerimento". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a recuperação da BR-319, obra do Governo Federal, que está no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com os seguintes convidados: Eduardo Braga, Governador do Amazonas; Ivo Cassol, Governador de Rondônia; Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes; Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente e Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA". Autoria: Senador **JOÃO PEDRO**. Resultado: **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Senadores que forem favoráveis à Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Bem, a presente Reunião se destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento 28, do Senador Jefferson Praia, aprovado em 12/05/2009, destinado à realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os problemas e perspectivas para a disseminação do emprego de energia solar do Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional.

É um rol de convidados. Antes de ler e convidar os convidados, e convidar os palestrantes, tenho uma sugestão que, temos que aprovar antes, uma sugestão ao aditamento da Senadora Marina Silva e Senador Jefferson Praia, que convida o Sr. Ricardo Baitelo, do *Greenpeace,* para poder participar aqui também desse debate.

Os Senadores que forem favoráveis a este aditamento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu, então, convido, para fazer parte da Mesa, o Sr. Altino Ventura Filho, que é Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que já agradeço a sua presença... O prazer é meu. O Sr. Máximo Luiz Pompermayer, que é Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia. Obrigado, Máximo. O Sr. Mozart Siqueira, que é representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica. E o Sr. Rubem Cezar Rodrigues Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, está aqui presente? Não está presente. Sra. Flávia Grosso... Ana Maria de Souza, que está representando a Sra. Flávia. E convido o Sr. Ricardo Baitelo para fazer parte da Mesa.

Como vocês estão vendo, nós temos muitas... São cinco palestrantes; se vocês me permitirem, nós vamos conceder 10 minutos, até 10 minutos, naturalmente, se for preciso um pouquinho mais, a gente estica um pouco o tempo, para a gente poder ter uma referência e termos uma condição de depois a gente ter um debate com os Senadores presentes.

Então, poderíamos, então, começar? Pode ser essa a referência? Se possível, 10 minutos. Então, o primeiro a falar vai ser o Sr. Altino, por ser o mais novo da Mesa e por ordem alfabética.

Com a palavra, Sr. Altino por até 10 minutos.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Muito bem. Deixa eu me policiar aqui no horário. Bom, cumprimento o Senador Casa Grande, Presidente da CMA, através dele, os demais participantes das Mesa, os Parlamentares aqui presentes. Meus senhores e minhas senhoras.

Bom, o assunto que nós vamos tratar aqui é a questão da energia solar. Quero registrar a satisfação [interrupção no áudio]. Agora sim, registrar a satisfação do Ministério de Minas e Energia em participar dessa audiência público. O assunto da questão das energias renováveis e da energia solar, em particular, é um assunto importante para o futuro energético do Brasil. O potencial é muito grande e julgo, portanto, muito importante esse evento que estamos colocando aqui.

Eu estou trazendo aqui, e vou deixar, tanto em digital, como também uma cópia em papel, uma apresentação completa, com 27, digamos, transparências; é evidente que não vou usar todas, vou usar 10 minutos, eu vou fazer uma síntese do que eu queria colocar aqui, até para estimular os debates que podemos aprofundar alguns dos itens, está certo? Então, o assunto é problemas e perspectiva para o uso da energia solar no Brasil.

A apresentação está em duas etapas: A primeira, tentar mostrar muito rapidamente, digamos, quais são as possibilidades energéticas brasileira para o futuro mais imediato, fruto da política energética adotado pelo Ministério de Minas e Energia, e com base nos nossos estudos de planejamento de longo prazo, estudos estratégicos que estão sintetizados no nosso Plano Nacional da Energia até 2030 e a matriz energética.

Veja, a primeira informação é uma informação muito rápida, eu não vou entrar em detalhes; aí mostra esse cenário de 2030, onde o Brasil, digamos, em termos do consumo final de energia, seja de energia total, que envolve todos os energéticos ali expressos em toneladas equivalentes da petróleo, milhões de toneladas equivalentes de petróleo, e a parte da energia elétrica, em particular, que está incluída naquele primeiro gráfico.

Quer dizer, o desafio que o Brasil tem é muito grande, nós tamos ter... O país continuará crescendo, a sua população, o seu PIB, a sua economia e o consumo de energia.

Quando nós olhamos os números de 2007 e 2030, dá para ver o grande desafio que nós temos para enfrentar e construir um sistema energético desse porte e no horizonte da ordem de pouco mais de 20 anos. O caso da energia elétrica, a gente passa de 400 te-

rawatts/hora, que é para algo como mil terawatts-hora, num horizonte relativamente pequeno.

A seguinte. Então, como é que o Brasil está atendendo a esta necessidade energética? Nós temos duas características no nosso balanço energético e que nos diferenciam do resto do mundo. A primeira característica é que nós atendemos a nossa matriz energética com grande parcela de energia renovável. Quando a gente olha ali, veja 45, quase 50%, ou seja, quase metade da energia que o Brasil usa é de fontes renováveis, baseado fundamentalmente na hidroeletricidade, na cana, na biomassa e outros renováveis. Quando o mundo usa 14, então, essa é uma situação privilegiada do Brasil.

Outro aspecto importante: o Brasil é praticamente auto-suficiente em termos de energia, quer dizer, nós atendemos as nossas necessidades quase com fontes exclusivamente nacionais; quando eu digo fontes nacionais, incluo aí tecnologia nacional. A parte de importação é uma parcela pequena, a parte de Paraguai é de Itaipu, um pouco da Venezuela, o carvão mineral para a siderurgia, o gás natural da Bolívia, mas cerca de 90, um pouco mais por cento, nós atendemos.

Esta situação continuará no longo prazo. Quando a gente vai até 2030, nós vamos manter essas duas características, ou seja, uma matriz com grande parcela de energia renovável e uma certa auto-suficiência energética. Poucos países do mundo tem essas duas características, em geral, não tem nenhuma das duas. Poucas regiões do mundo. Então, é uma situação privilegiada.

Bom, aqui tem uma comparação com o mundo, que não é relevante, eu vou passar a adiante, podemos ir adiante. Bom, quando vai para a energia elétrica, aquilo que eu falei, energia total, a situação é mais favorável ainda, quer dizer, o Brasil tem quase 90% de fonte renovável, por causa da hidroeletricidade, que é a grande parcela de geração nossa, enquanto o que mundo tem cerca de 18% apenas, quer dizer, o mundo produz energia elétrica a partir dos combustíveis fósseis, seja petróleo, carvão mineral e o gás natural; quase que 80% da energia elétrica produzida no mundo vem desses combustíveis fósseis; é um pouco menos de 80, mas a grande parcela é de combustível fóssil e o Brasil tem, nesse sentido, uma situação favorável. Vamos para mais um.

E eu queria agora fazer o seguinte, veja, com esse mercado que nós temos a atender, nesse horizonte de 2030, quais são as disponibilidades que nós temos? Aqui, eu não vou entrar em detalhe, mas mostra aqui esse nosso potencial de uma forma meio esquisita de apresentar, em milhões de barris equivalentes de petróleo. Pegamos todas as principais fontes e transformamos naquela unidade para ter uma comparação. Quer dizer, o que se pode comentar é o seguinte, o Brasil tem uma situação privilegiada. Nós não temos escassez de fontes primárias para a produção de energia elétrica, pelo contrário, o que existe é uma abundância. Então, veja, numa situação de abundância, surge o problema de como combinar essas fontes de tal maneira que se tenha o melhor resultado. Melhor resultado em termos de uma energia com um custo que a sociedade possa pagar, com segurança energética, e também com os maiores efeitos dos investimentos do setor energético na economia nacional, em termos de criação de empregos e coisas... Desenvolvimento tecnológico e coisas desse tipo.

Então, de todas essas fontes, nós temos realmente amplas possibilidades. Então, qual é a política que o Ministério das Minas e Energia defende? Nós devemos perseguir alguns princípios e diretrizes que são importantes. A primeira delas é o que nós chamamos a modicidade tarifária, ou seja, essas fontes, elas tem custos distintos. Então, o que nós devemos procurar é combiná-las de tal maneira que resulte num menor custo de energia e, consequentemente, em menores tarifas de energia para a sociedade brasileira. Por quê? Porque a energia elétrica é cara. É cara no mundo inteiro e é cara no Brasil em particular. Quando se olha os impostos que nós temos, ela fica bastante cara. Quando se compara com a renda da população, então, ela se torna realmente uma energia cara.

Então, se nós não perseguimos a modicidade tarifária, a população de renda mais baixa terá dificuldade de consumir energia. A nossa indústria perde a competitividade porque a energia entra em toda a atividade econômica. Então, essa modicidade tarifária é algo importante.

Então, um segundo aspecto, que diz respeito à questão da solar que nós vamos falar mais adiante é a questão da diversificação das matrizes energéticas. Quer dizer, a política é voltada para uma combinação de todas as fontes, nós não vamos utilizar somente aquelas mais econômicas; nós vamos fazer, por diversas razões, uma diversificação da matriz energética brasileira; é a segunda prioridade que nós damos.

E uma terceira prioridade, que diz respeito à questão solar, é que o Brasil deve desenvolver fundamentalmente as chamadas fontes renováveis, porque há um uso civilizado disso aí, quer dizer, com baixas emissões de CO2 para a questão de mudança climática e fontes com tecnologia nacional. Pode passar.

Bom, aí eu queria destacar dois aspectos aqui, que são importantes para entrar diretamente na solar. Aqui está mostrando como é a competitividade das fontes primárias para a produção de energia elétrica

no Brasil, em nível de planejamento; não é um projeto específico. Quando nós olhamos a seqüência, quer dizer, o ranking de custo, a hidrelétrica é aquela que apresenta mais condições mais favoráveis; valores na faixa de pouco menos de cem reais por megawatt/hora. Quer dizer, a Usina do Madeira, por exemplo, deu 71; outras que dão 120, mas digamos qualquer coisa como cem reais.

Em seguida, vem a biomassa; a biomassa é uma fonte muito interessante no Brasil; é o bagaço de cana fundamentalmente, resulta da indústria do açúcar e do álcool, num processo de co-geração, portanto, um processo energético eficiente, e ela está aí na faixa dos 130, qualquer coisa dessa ordem.

Em seguida, vem a nuclear e o carvão mineral operando na base, lá pelos 160, qualquer coisa dessa ordem. Eólica, temos dúvidas, vamos fazer um leilão agora, para ter uma resposta de mercado, mas é alguma coisa como 180, 200 reais, mais ou menos. Depois vêm os combustíveis fósseis, que não competitivos. Quando a gente olha aí, pela economicidade, uma combinação de hidrelétrica, biomassa, a eólica, se tiver uma boa resposta, é uma, coisa assim, que atende a esse aspecto de modicidades tarifárias. Não é que nós vamos fazer é o isso aqui. Outra, por favor.

Um outro aspecto relevante é a questão ambiental-–

[Soa a campainha]

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Quer dizer, aqui está mostrando, vamos supor, as emissões em gramas de carbono por kilowatt-hora, das diferentes fontes, onde a nuclear é a menos emissora de CO2. Aqui nós estamos colocando não só o processo de operação da fonte, mas como uma fabricação dos equipamentos, por isso que a nuclear está tendo uma recuperação, no mundo, por conta de ser uma baixíssima emissora de CO2. Em seguida vem a eólica, a biomassa, a hidrelétrica tem uma parte de emissão, a solar também em seguida e as-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor precisa de mais quantos minutos?

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Uns dois minutos mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três minutos para o senhor então.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Então, pode passar agora adiante. Bom, mais uma. Pode passar a outra. Essas aqui são as emissões de CO2. Mais outra, outra, outra... Bom, aqui tem a solar alguns dados interessantes, que são amplamente conhecidos, a seguinte. Pode passar mais uma. O atlas brasileiro. Mais uma.

Bom, aqui estão as principais aplicações comerciais da solar, começando com a geração calor e de energia elétrica. O calor, que são os coletores para aquecimento solar de baixa temperatura, esse tem um uso razoavelmente difundido no Brasil. Tem alguns dados aí, mostrando que realmente ele é competitivo; quando se usa um coletor solar, está certo? Para deslocar um chuveiro elétrico, é uma solução bastante competitiva e o Brasil tem usado intensamente.

No que diz respeito à produção de energia elétrica, é uma solução cara, de custo elevado, eu vou mostrar alguns números, onde a célula fotovoltaica é uma delas, ela tem para pequenas aplicações. No que diz respeito a esse aspecto da célula fotovoltaica, no Ministério de Minas e Energias, nós criamos um grupo de trabalho, envolvendo, não só o Ministério, como a Universidade e Centros de Pesquisas, no sentido de nós desenvolvermos a chamada geração distribuída com a célula fotovoltaica.

E a heliotérmica, que é muito cara, que é a produção, através do calor, de energia elétrica. Bom, aqui, só para dar os custos, para dar uma ideia disso aí. A heliotérmica deve custar algo como... Esses número têm que ser usado com um certo cuidado; é uma referência indicativa, cerca de 330 dólares por megawatt/hora; a fotovoltaica é 530, e aqui embaixo estão colocadas as opções que o Brasil tem expandido, valores muito inferiores a esse aí. Portanto, a energia solar para a produção de energia elétrica ainda é uma solução muito cara, comparada com outras opções que o país tem.

Mais uma. Aqui tem uma casa solar do CEPEL, que não é referência importante. Mais uma. Bom, aqui diz uma série de dados, mostrando o uso do coletor solar no Brasil, está certo? Que é realmente aquilo que nós temos usado para aquecimento solar, com razoável intensidade. Pode passar mais uma. Bom, e aqui vem um conjunto de aplicações, mostrando seja a célula fotovoltaica, em diferentes locais no Brasil, para coisas pontuais e algumas aplicações também-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sistemas isolados-–

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Sistemas isolados, então, aparecem aqui. Pode ir passando aqui, vários locais para bombeamento, regiões de--

[Soa a campainha].

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Nos arquipélagos São Pedro e São Paulo, quer dizer, ou seja, aplicações locais, pontuais, não é um programa de desenvolvimento para atender energia elétrica. Aqui

mostra a questão da heliotérmica, que o país tem um potencial gigantesco, mas que os custos ainda são proibitivos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual a diferença entre a heliotérmica e o-–

SR. ALTINO VENTURA FILHO: No caso, a fotovoltaica transforma diretamente energia solar em eletricidade. A heliotérmica, ela passa pelo calor, ou seja, o sol aquece o fluído e esse fluído entra numa turbina, quer dizer, é aquecido e produz energia elétrica. Então, o rendimento é muito baixo por conta do segundo princípio da termodinâmica. Então, essa solução é uma solução, vamos supor, cara, tem três tecnologias, basicamente, o cilindro parabólico, a torre central e o disco parabólico.

Quem está na frente disso aí é a Espanha; é o país que hoje domina a tecnologia, e é um exportador [interrupção no áudio] para, digamos, o Marrocos e vários países da mundo. Eu tive oportunidade de compor uma equipe técnica do Brasil; fizemos uma equipe à Espanha, levantamos todos os dados de custos. Eu estou com as referências aqui, que posso colocar no debate, onde essa energia, tecnologicamente, ela já está desenvolvida, está certo? Mas com custos que ainda são proibitivos, diante de outras alternativas que o Brasil tem.

De qualquer maneira, existem algumas experiências piloto; nós vamos desenvolver agora, com o CEPEL, uma experiência com o protótipo desse tipo de tecnologia, a heliotérmica, em particular, cilindros parabólicos e torre central, na região do São Francisco, como uma experiência piloto para o Brasil acompanhar essa tecnologia e se preparar para um uso futuro dela.

Bom teria, mais alguns detalhes. Eu peço desculpa, que eu passei do tempo, mas, no debate, eu posso voltar a algum item. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Altino, pela sua exposição. Eu passo, então, a palavra ao Sr. Máximo Pompermayer, também por até 10 minutos.

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Excelentíssimo Senhor Senador Renato Casagrande, demais Parlamentares e componentes da Mesa e demais presentes, muito bom dia. Como o Dr. Altino colocou, quando se fala em aproveitamento da energia solar, temos essencialmente duas formas, seja o aproveitamento direto para o aquecimento de água, por exemplo, mas outras formas de aquecimento ou a conversão em energia elétrica, e pode ser a fotovoltaica ou a heliotérmica.

Eu vou focar aqui, eu entendi do Requerimento que era mais focado para a questão do aquecimento solar, inclusive foi mencionado o programa de moradia do governo federal, “Minha casa, minha vida”. Então, eu vou focar aqui na questão do aquecimento solar, no âmbito dos programas de eficiência energética das concessionárias de energia elétrica, ou seja, do programa regulado pela ANEEL, conforme estabelecido lá em lei. O próximo, por favor.

Apenas para contextualizar a atuação da ANEEL, nesse aspecto, um comando legal foi dado lá no inciso IX do art. 4º do Decreto 2.335, que regulamenta a atuação ANEEL, regulamenta a lei 9.427, que criou a ANEEL, e diz lá que compete, então, à ANEEL incentivar o combate ao desperdício de energia elétrica, em todas as formas, inclusive no uso final, que é o que vou focar aqui na minha exposição.

Para fazer cumprir essa disposição, foi estabelecida uma obrigatoriedade nos contratos de concessão, lá em 98, 99, próximo, por favor. E aí, em 2000, julho de 2000, veio a lei 9.991, e estendeu essa obrigatoriedade a todas as concessionárias e permissionárias, de modo que não era mais apenas uma regulamentação do órgão regulador, uma disposição contratual, mas um comando legal, estabelecendo inclusive o percentual mínimo, que é de 0,25... 25 centésimos por cento da receita operacional líquida, sendo que, até 2005, inicialmente, depois foi estendido até 2010, é de 0,5% da receita operacional líquida em programas de eficiência energética. Próximo, por favor.

A última regulamentação da ANEEL sobre esse programa é a resolução normativa nº. 300, de fevereiro de 2008, e eu vou colocar aí alguns dos pontos que julgo relevantes. Primeiramente, a obrigatoriedade de um plano de investimento, um plano indicativo de investimento com horizonte mínimo de dois anos; se estabelecem ali quais são os setores, os segmentos, a proporção de investimento em cada um e as razões pelas quais se escolheram estes segmentos. No mínimo 50% do recurso para as comunidades de baixo poder aquisitivo, ou seja, residencial, baixa renda; uma relação custo-benefício de, no máximo, 0,8 ou invertendo relação benefício-custo, maior ou igual a 1.25, ou seja, para cada real investido, deve recuperar, em termos de energia economizada e demanda evitada, pelo menos 1.25.; selo PROCEL de eficiência energética como referência, critérios rigorosos, os mais rigorosos que já existiam anteriormente para medição e verificação do desempenho dos projetos, ou seja, das reais economias da energia e demanda evitada; a obrigatoriedade de recuperar o investimento, a recuperação total do investimento, no caso de unidades consumidoras com fins lucrativos. Antes, havia algu-

ma orientação, mas não era obrigatório e tinha casos que ficavam complicados de entender a lógica de se transferir equipamentos, por exemplo, para unidades consumidoras com fins lucrativos, essencialmente empresas, indústrias.

E deixamos a possibilidade de projetos prioritários, que são... Ainda não temos nenhum, temos alguma coisa já em andamento, em termos de perspectiva, por exemplo, na área de distribuição de refrigeradores domésticos, mas vai depender mais de uma orientação no âmbito de uma Política Nacional de eficiência energética, a possibilidade de darmos prioridade à atuação das concessionárias, dentro um programa que venha a ser estabelecido numa Política Nacional de eficiência energética. Próximo, por favor.

Alguns números aí, então, como eu disse, começamos lá no ciclo 98/99 e, ao longo desses vários ciclos aí, foram quase dois bilhões de reais em investimentos, encargos tarifários, investimentos que saem da tarifa de energia elétrica, com os resultados que estão aí em cerca de cinco mil e 600 Gigawatts/hora por ano de energia economizada, e uma demanda evitada em torno de 1700 megawatts, que é algo expressivo, quando a gente relaciona, por exemplo, com os custos que o Dr. Altino colocou ali, em termos de opções de expansão da oferta, dois bilhões para 1700 Megawatts é algo bastante relevante. Próximo, por favor.

Aí, um pouco mais detalhado por tipo de projeto ou segmentos beneficiários, então, iluminação pública recebeu ali, entre 2001 e 2005, cerca de 40% dos investimentos, e parte disso foi por conta do racionamento que teve, que se deu prioridade àquilo que era mais de se conseguir, economias de energia, residencial com 14%, industrial e serviços público, em torno de 10%, projetos educacionais, 9%, e depois tem uma série de outros dados que eu deixo aí à disposição para consulta. Próximo, por favor.

Bom, como eu disse, eu... Focamos... Eu estou focando essa exposição na parte de aquecimento solar, essencialmente a substituição do chuveiro elétrico ou, não a substituição total, mas a instituição do chuveiro convencional, associado a algum outro mecanismo como recuperador de calor, que está grifado, o caso da CEMIG, inclusive, pelos dados que a gente observa, está difícil de enxergar daqui, depois a gente pode consultar com um pouco mais precisão, mas o custo é bastante baixo se comparado... Pegamos a última coluna, o custo por unidade, o custo unitário, em torno de 1100 reais, é porque ali existe a combinação com o recuperador de calor, de forma que não substitui totalmente o chuveiro elétrico, mas substitui aquele chuveiro de quatro, cinco Quilowatts por um chuveiro de, no máximo, dois Quilowatts, e uma economia substancial de energia.

Então, temos essa lista aí, cerca de 14 projetos, no ciclo 2006/2007, totalizando um investimento ali da ordem de 15 milhões, sete mil, 584 substituições, chuveiros substituídos. Tem uma mistura ali de residencial, essencialmente... Essencialmente não, mas também baixa renda, e outros tipos residenciais e também instituições públicas, que aparecem ali como beneficiárias, tipo creche, asilos, hospitais etc. Próximo, por favor.

Aí são ações vinculadas, são outros projetos de eficiência energética, que contemplam também substituição do chuveiro elétrico; ali estão os beneficiários, essencialmente dentro daquela exigência que nós fizemos, de pelo menos metade do recurso para o residencial baixa renda, então, tem vários projetos que incluem também o chuveiro elétrico. E uma das razões pelas quais não se faz, às vezes, projetos específicos em aquecimento solar, é porque tem uma dificuldade de enquadramento naquele requisito da relação custo-benefício de no máximo 0.8.

Então, aí permitimos que se façam outras ações conjuntamente, como, por exemplo, iluminação, substituição de lâmpadas ou adequação das instalações, visando a melhorar a eficiência e a racionalidade no uso da energia. Então, ali o investimento não é só aquecimento solar, por isso 44 milhões, porque envolvem outras ações; de qualquer forma, quatro mil e 300 substituições, chuveiros elétricos substituídos, somando aqueles cerca de oito mil, temos em torno de 12 mil no ciclo 2006/2007. O que é pouco e uma das razões pelas quais é o preço, que nós vimos ali, em alguns casos, quatro, cinco mil reais por chuveiro substituído, que é um custo relativamente elevado. Próximo, por favor.

Aí está o exemplo, então, que eu mencionei, do recuperador de calor, que não substitui totalmente o chuveiro elétrico, mas substitui o convencional por um de potência reduzida, e é interessante porque foi desenvolvido dentro do programa de pesquisa e desenvolvimento, também regulado pela ANEEL, desenvolvido pela CEMIG, em parceria com a PUC de Minas Gerais. E está sendo amplamente utilizado nos programas de eficiência energética, e agora já virou um produto comercial; existe uma empresa que está comercializando isso no Brasil todo, proporciona economias ali da ordem de 34 a 50%--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Usa placa?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER: Ele é uma serpentina que se coloca e permite que se recupere

parte do calor que iria... Que se perderia, e de forma que a água já está pré-aquecida e a potencia, invés de quatro, cinco Quilowatts, ela pode ser de, no máximo dois Quilowatts, e economiza até 50% da energia. Eles defendem que, inclusive, que é até mais racional, digamos assim, do que o aquecedor solar porque é de baixo custo, 300 a 400 reais, de fácil instalação, e tem uma economia substancial de energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas aí tem que estourar a casa, tem que colocar...

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Não, não. É um tapete, são mangueiras, instalação extremamente simples, não precisa nenhuma modificação, onde tem chuveiro elétrico pode botar um equipamento como esse. Próximo, por favor. E tem outras soluções, outras alternativas, tem os aquecedores solar de baixo custo... Aí tem um exemplo, a Sociedade do Sol, que é uma organização da sociedade civil, e que tem [interrupção no áudio] aquecedores solar de baixo custo, inclusive com uma participação da comunidade na montagem, na instalação e até mesmo no desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Onde é a Sociedade Solar?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Essa aí é vinculada ao CIETEC, que é o centro de... Encubadora Tecnológica da USP, e fica em São Paulo. E tem outras iniciativas também, em Santa Catarina, eu me lembro, como aquecedores solar de baixo custo-—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vai precisar de mais quanto tempo?

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Não, eu estou encerrando, esta é a última.

É interessante porque parte dessa demanda que existe, cerca de 30 milhões de unidades consumidoras passíveis da substituição, podem ser atendidas plenamente com o aquecedor convencional, principalmente quando se trata de programas de habitação, novas habitações, com financiamento, e é factível. Tem outras unidades de controle de baixa renda, baixíssima renda, que aí é preciso buscar alternativas como essas que foram mencionadas: recuperador de calor, aquecedor solar de baixo custo, fabricado com a participação da própria comunidade.

É isso. Eu deixo depois o espaço para a o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Máximo. E eu passo agora a palavra para o Sr. Mozart Siqueira, da APINE, que também tem até 10 minutos, para poder fazer sua explanação.

SR. MOZART SIQUEIRA: Senador Casa Grande, em nome dele, eu cumprimento aqui a Mesa. Gostaria aqui de cumprimentar também o Plenário, aqui com o Senador César Borges, que conviveu conosco muitos anos nessa área, lá no nosso Nordeste.

Eu aqui estou representando a Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, a APINE, e a nossa contribuição é inicialmente dar algumas informações muito rápidas e, em seguida, colocar os argumentos importantes da utilização da energia solar, e fazer algumas sugestões que possam ser utilizadas pelo Senado e pelos Senadores. Por favor.

Como vocês sabem, o sol é a fonte de energia mais importante da terra. 15 minutos de energia solar aplicada à Terra é equivalente ao consumo de um ano de toda a população. Então, uma outra informação interessante e, muitas vezes, o sol... Se estima que ele tenha cinco bilhões de anos e tem um expectativa de vida de mais de 10 bilhões, ou seja, a gente ainda tem cinco bilhões de anos para utilizar o sol, ou seja, do ponto de vista da perspectiva humana, o sol é uma fonte inesgotável de energia. Por favor.

O sol também, ele contribui, sem dúvida, na utilização dos rios, dos ventos da biomassa, como fonte de geração de energia elétrica e que são formas indiretas de utilização de energia solar. Por outro lado, cada vez mais, com o desenvolvimento tecnológico, nós vemos aí a utilização que nós chamaríamos praticamente direta, que é a energia termossolar e a utilização de painéis fotovoltaicos para gerar diretamente a energia.

É importante... Eu não quis, avaliando os meu predecessores, colocar valores, mas o grande desafio da energia fotovoltaica, sem dúvida nenhuma, é o custo. Por outro lado, no que diz respeito à energia termossolar, para aquecimento, ela é cada vez mais utilizada no mundo, sobretudo que não tem sentido nós aquecermos a água com eletricidade ou, então, queimando gás; essa é uma forma ineficiente, cara, e os conversores solares, cada dia mais, de aquecimento, são utilizados no mundo. E, particularmente aqui no Brasil, que tem um índice de radiação solar extremamente satisfatório, nós poderíamos substituir essa utilização, sobretudo a gente acaba de ver aqui, com o representante da ANEEL, na baixa renda, onde hoje a gente considera extremamente ineficiente você ligar um chuveiro elétrico. Quando você liga um chuveiro elétrico, normalmente a potência dele é duas vezes a potência do resto da casa de uma baixa renda. Se você pegar o refrigerador, a televisão e o microondas e somar, somando esses todos, devem dar 1500 quilowatts.

Um chuveiro elétrico, normalmente vendido, sobretudo lá no Nordeste, que a gente tem o hábito de

tomar banho de água quente, é 4200 Quilowatts, e isso é energia realmente jogada fora e é um... Bom, por favor, a próxima.

Bom, uma das coisas que tem concorrido para o aumento da utilização da energia solar é a questão da competência técnica já desenvolvida, e hoje a expectativa mínima, quando você compra seja uma célula fotovoltaica, seja um sistema termossolar, é de uso mínimo de 20 anos. Eles também têm pouca manutenção, então, não uma fonte de manutenção continua, e isso faz com que eles sejam, sobretudo os painéis fotovoltaicos, que são muito caros, nas regiões longínquas do nosso país, sem dúvida nenhuma, a sua utilização seria aplicável. E os termossolares, obviamente, na nossa residência, já nos dias de hoje, é uma solução extremamente econômica e interessante. Por favor.

Bom, do ponto de vista... Qual... E nós gostaríamos aqui de abordar junto aos Senadores? Primeiro, é que, na questão de políticas públicas, a eficiência energética, que hoje, cada vez, mais tem se tornado uma eficiência da soberania do nosso país, é necessário que se comece, já no Ensino Fundamental, no segundo grau e no terceiro grau, a construção de disciplinas que conscientizem a população da necessidade de combater o desperdício de energia, de utilizar a energia de forma econômica e, obviamente, com isso, se tem um compromisso com o meio ambiente.

A utilização do Sol como fonte primária, sem dúvida nenhuma, deve ser introduzida das disciplinas de economia de energia e incentivado. Por favor, o próximo.

Do ponto de vista social, eu já falei sobre a questão de levar energia aos locais remotos do nosso país, muitas vezes, você fazer uma linha de transmissão de 10, 20 quilômetros leva a um custo muito maior do que a instalação do painel fotovoltaico, onde você tem acesso e alguns programas já foram feitos... O que a gente tem observado, que muitas vezes esses programas pecam, é que colocar o painel fotovoltaico, as baterias, é não se colocar também uma política de manutenção. Quer dizer, como a distribuidora está lá, ela dá manutenção nos seus transformadores na sua linha, na residência, é necessário que tenhamos uma política de manutenção para que a vida útil dos painéis fotovoltaicos seja totalmente utilizada. Por favor, a próxima.

No que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento, eu acho que o representante da ANEEL aqui colocou, isso é uma questão importante, até porque acredito que o desenvolvimento de sistemas termossolares eficientes e o desenvolvimento de painéis fotovoltaicos extremamente eficientes, eles passam, obviamente, por um desenvolvimento tecnológico, e que esse desenvolvimento, ele ainda no está no nosso país. A gente importa, não a parte termo solar, mas a parte fotovoltaica, os filmes são todos importados, e a gente precisa desenvolver essa indústria para que a gente possa utilizá-la também.

Do ponto de vista regulatório, eu entendo que qualquer programa, seja ele para energia solar, a eólica, que também está sendo agora colocada pelo governo, através de um leilão, ou qualquer outro tipo de energia renovável, biomassa, é necessário ter uma sustentabilidade econômica. E essa sustentabilidade econômica, ela deve vir através de regulamentação e através de linha de financiamento e da conscientização da população. Por favor.

Nós deixaríamos, então, algumas sugestões aqui, é importante que, no programa decenal de expansão ou até no programa de 2030, que até o Ministério da Minas e Energia divulgou recentemente, estabelecer o que o Dr. Altino bem disse, a definição da matriz energética que nós queremos. O Brasil não vai fugir da matriz... Para produzir energia elétrica, da matriz hídrica; nós ainda temos um conjunto de potenciais hídricos quase de cem mil Megawatts disponível para ser explorado. Entretanto, cada vez mais, a diversificação dessa matriz vai se fazer necessárias.

Devido às questões ambientais, hoje não se faz mais hidrelétrica com grandes reservatórios; você precisa, obviamente, utilizar esse potencial eólico que existe no país, tanto no Sul como no Nordeste, e nós precisamos também utilizar a energia solar como uma complementação, sobretudo para substituir, na parte de aquecimento e na parte fotovoltaica, naquelas regiões mais necessárias. Obviamente, não vamos abstrair de que todas essas energias renováveis, elas têm riscos. Os riscos hidrológicos, os riscos obviamente dos ventos e as eólicas também tem uma questão que é a questão da continuidade. Você não tem sol o dia todo, você precisa armazenar e, consequentemente, é melhor você armazenar isso num reservatório de energias hídrica. E nós teríamos obviamente que complementar isso com combustíveis fósseis e nucleares-—

[soa a campainha].

SR. MOZART SIQUEIRA: --A definição de linhas de financiamento para os fundos de pesquisa, incluir a energia elétrica decorrente de fonte fotovoltaica nos programas de universalização do acesso da energia elétrica. Acho que o nosso país, Senador Casa Grande, mais dois minutos, ele tem um programa que, eu digo sempre, quando um programa atravessa dois governos, ele é extremamente bem sucedido, e nós temos aí o programa Luz no Campo, que mudou de nome para o Programa Luz para Todos, que é um êxito im-

portante para a universalização do acesso à energia elétrica no nosso país.

Da mesma forma como o produtor independente de energia, que eu represento aqui, que continuou, iniciou-se no governo anterior e continua neste governo, participando e construindo hidrelétricas, termoelétricas, e mais recentemente, grandes hidrelétricas, como é o caso de Santo Antonio e Jirau.

Bom, estabelecer também restrições e até prazo para a eliminação de formas não eficientes de uso de energia para aquecimento, e é o caso do chuveiro elétrico. Iluminação. Não se admite mais a utilização da lâmpada incandescente; é uma lâmpada que ela, além de consumir muita energia, cinco vezes mais do que uma lâmpada fluorescente compacta, ela, o tempo de vida útil dela é 700 horas, enquanto que uma fluorescente compacta é de seis mil horas. Mas é preciso também fiscalizar os fabricantes para não deixar as lâmpadas chinesas, que pregam seis mil horas e obviamente, muitas vezes, demora 60.

E, finalmente, definir um programa de financiamento para implantação desses programas de substituição de energia fóssil por renovável. Acho que, com isso, nós agradecemos a atenção de todos, e obrigado pelo tempo excedente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Mozart, depois deixe a apresentação conosco.

SR. MOZART SIQUEIRA: Já está.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço. Com a palavra, a Sra. Ana Maria de Souza.

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: Bom dia a todos. Vamos ser breves, pode passar, por gentileza. Pode passar. Bom, falar de energia na região da Amazônia brasileira, é preciso que a gente contextualize que nós vivemos num verdadeiro sistema isolado de energia. Pode dar mais um clique, por gentileza... São sistemas isolados na Amazônia brasileira, principalmente quando se fala da Amazônia Ocidental: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Hoje a matriz energética do Amazonas, 85% dela vem exatamente do óleo diesel; numa região em que se fala de sustentabilidade e meio ambiente, isso é algo extremamente complicado. Nós temos hoje diversas alternativas para suprir esses sistemas isolados, as principais delas, aplicáveis na região Amazônica, são a energia hidráulica, a biomassa e a solar. Sabemos aqui que a questão da eólica e da geotérmica não se aplicam às questões geográficas da região.

Mas a grande questão, que vocês observam nesse mapa, é que nós estamos, nós, da Amazônia Ocidental, estamos isolados do sistema interligado nacional. Precisamos responder, diante das alternativas renováveis que nós temos para a Amazônia, quanto é que custam esses programas, essas energias renováveis para a Amazônia Ocidental brasileira, quem vai pagar essa conta... Nós sabemos que temos municípios, no Acre, cuja renda *per capita* da população seja a 54 reais. Precisamos responder se essa produção de energia, ela confiável, e se essa produção de energia sustentável, ela tem condições de ser armazenada em comunidades extremamente isoladas. Pode passar, por gentileza.

A SUFRAMA, ela atua dentro da área de abrangência da Amazônia Ocidental, como eu disse anteriormente, nos Estados do Acre, Rondônia, Amazônia e Roraima, e administra ainda os incentivos fiscais de Macapá, Santana. Por que nós colocamos isso daí? Porque a área de abrangência da SUFRAMA hoje é exatamente a área onde estão os maiores gargalos de fornecimento de energia para a sociedade. Pode passar, por gentileza.

No Estado do Amazonas, nós temos um pólo industrial violento, da ordem de um faturamento de 30 bilhões de dólares/ano; empresas médias hoje instaladas, em torno de 550 empresas, que demandam quase 50% da energia produzida no Estado dos Amazonas, geram mais de 100 mil empregos diretos e, aproximadamente, 500 mil empregos indiretos. Geramos, da ordem de tributos federais, algo perto de 13 bilhões de reais; temos uma taxa de adensamento da cadeia produtiva de 26% e taxa de nacionalização da cadeia produtiva de quase 50%.

O que esses números traduzem? Traduzem que o pólo industrial de Manaus, nos próximos anos, ele vislumbra um crescimento gigantesco, e se nós não tivermos outras aplicabilidades de energias renováveis na região, no Estado do Amazonas, que consiga atender essa demanda, nós não estaremos desenvolvendo a região de forma sustentável. Pode passar, por gentileza.

Atualmente, o consumo de energia no Estado do Amazonas, o forte dele está dentro do setor industrial, como eu disse, quase 45%; depois vem a parte de residência e depois o comércio. Pode passar, por favor. Esse é um slide que traduz exatamente o potencial hoje do pólo industrial de Manaus, pode passar, com grandes marcas que demandam energia, marcas internacionais e marcas regionais. Pode passar. O consumo hoje de energia, no que diz respeito ao comércio, é da ordem de 22%. Pode passar. Os nossos grandes desafios. Nós temos um número muito elevado de ligações clandestinas, principalmente na periferia e na orla da cidade de Manaus. Nós temos uma situação crítica, que não é só no Estado do Amazonas, mas na

Amazônia Ocidental, que são as comunidades isoladas. Então, quando se fala em energias alternativas, até que ponto nós conseguimos atender a essas comunidades e quanto custa atender a essas comunidades? Foi colocado aqui, em falas anteriores, que eu acho extremamente relevantes, que nós temos diversos programas de baixo custo, mas eu gostaria realmente de questionar por que esse baixo custo não chega até essas comunidades. Pode passar, por gentileza.

Esse é um perfil hoje do setor do faturamento por pólo, dentro da Zona Franca de Manaus; o nosso grande pólo hoje concentrador de faturamento está no eletroeletrônico e depois no segmento de duas rodas. Pode passar, por gentileza. Esses dois setores empregam quase 60% da mão-de-obra. Pode passar, por gentileza. Isso aí, senhores, é um perfil do que a gente pode prospectar para os próximos três anos; nós fechamos o ano de 2008 com 321 projetos aprovados, que devem se implantar no Estado do Amazonas para os próximos três anos. Já no ano de 2009, tivemos quase 100 projetos implantados, então, vejam a tamanha responsabilidade que nós temos em garantir o fornecimento de energia para que essas empresas efetivamente se instalem na Amazônia acidental.

Aqui nós temos os investimentos: Fechamos o ano de 2002 com investimento da ordem de sete bilhões de dólares e, apesar do desempenho fraco do primeiro trimestre da economia, nós já temos aí 828 milhões de dólares contratados em investimentos. Pode passar, por favor. Isso é uma perspectiva de crescimento que nós temos para a região; nós estamos falando aí de um número de empresa de... Média, de 500 empresas, caminhando para 550 empresas; tivemos, no ano de 2008, investimento fixo, ou seja, máquinas e equipamentos, que isso demanda energia, algo de três bilhões de dólares. Mão-de-obra empregada, quase 107 mil empregos diretos, que a gente comentou anteriormente, e um faturamento que fechou em algo próximo de 30 bilhões de dólares. Pode passar, por favor.

O faturamento do pólo industrial, ele está, no primeiro semestre de 2009, 30% abaixo do que estava em 2007. Então, isso garante hoje uma certa tranquilidade no fornecimento de energia na cidade de Manaus; se nós tivéssemos hoje o mesmo perfil, o mesmo desempenho do ano de 2008, nós estaríamos com a apagões constantes na cidade de Manaus, o que não pode ser concebido, uma metrópole com o porte de Manaus, ter horários de apagão e ter horários de racionamento. Pode passar, por gentileza.

Apesar desse primeiro trimestre ter se demonstrado, em uma escala 30% menor do que 2008, nós já vislumbramos aí, nos quatro primeiros meses do ano, um crescimento do faturamento. Então, esperamos para agora, o segundo semestre do ano, um crescimento razoável no número de empregos e faturamento, e isso demanda energia. Pode passar, por favor.

Pensamos que as grandes perspectivas, no que diz respeito ao fornecimento de energia, dentre elas a energia solar, que vem como uma das alternativas para resolver o problema energético na Amazônia ocidental, isso não é apenas um problema do Amazonas; nós não podemos falar nessas alternativas sem considerar os estudos que o INPA e que a EMBRAPA tem, juntamente com o CEDEAM, que é uma pena que o Prof. Rubens não esteja aqui, ou seja, nós já temos diversas pesquisas, estudos consolidados de implantação de projetos—

[soa a campainha].

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: --Nas comunidades isoladas, provenientes do Açaí, do tucumã, do gás, dentre outros.

Nós temos que pensar na solução para a Amazônia Ocidental, em termos de energia sustentável, a longo prazo. E, ainda, nós precisamos considerar as peculiaridades do interior e da cidade. Embora eu não tenha... Só para erro é encerrar, embora eu não tenha colocado aí na transparência, mas o Senador Jefferson e a Senadora Marina sabem exatamente o que eu vou dizer. O Município de Envira, no Sul do Amazonas, para cada um litro de óleo diesel que é consumido pela comunidade, você gasta três litros de óleo diesel para poder fazer chegar óleo diesel até essa comunidade. São 32 dias de balsa, viajando, para poder chegar diesel e abastecer uma comunidade dessa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ana Maria, por sua explanação. Eu passo agora a palavra, então, ao Sr. Ricardo Baitelo, que também tem até 10 minutos para sua exposição.

SR. RICARDO BAITELO: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Casa Grande, os convidados da Mesa e todos os Senadores presentes. Eu vou tentar ser bastante sintético aqui na minha exposição, falando um pouco sobre a campanha de energias renováveis, a qual represento, pelo *Greenpeace*, um pouco do potencial solar, entendendo sua principais formas no país, e fechando a explanação com a questão regulatória e o que nós precisamos para viabilizar esse potencial no Brasil. Pode passar, por favor.

O que a gente lida, nessa campanha de energias renováveis, é promover o uso de energias renováveis, a partir das premissas do desenvolvimento sustentável, considerando que mesmo algumas aplicações de energia renováveis impactam o meio ambiente; sabemos disso, das hidrelétricas e até das eólicas e da energia a biomassa. E considerando também a escala de pro-

dução de energia e emissão de gases de efeito estufa. Então, quais seriam as principais energias, não apenas para atender à modicidade tarifária no Brasil, mas também para atender à necessidade de redução de gases de efeito estufa, que é cada vez mais premente no mundo, então, onde pode passar, por favor.

Hoje a gente tem alguns cenários de possibilidade de aumento de temperatura média do planeta até o fim do século; infelizmente a gente já superou até as previsões pessimistas; é possível que a gente tenha um aumento de até seis graus, no final desse século. E muito provavelmente todos os países, inclusive países em desenvolvimento, devem assumir metas nas próximas décadas, metas de redução de emissão de gases e, dentro dessa obrigação, muito provavelmente nós teremos... Seremos obrigados a manter a nossa matriz limpa, isso não será fácil, um desafio manter uma proporção de 90% da matriz renovável, considerando as demandas por consumo de eletricidade. Pode passar.

Aqui também uma rápida explicação do nosso inventário de emissões, já um pouco desatualizado, de 94. Hoje a gente deve estar entre um e dois bilhões de gases de efeito estufa emitidos por ano, dos quais a maior parte vem do uso do solo e do desmatamento. Então, a energia, de uma forma geral, incluindo o setor de industrial, o setor de transporte e a eletricidade, ela responde, grosso modo, por um quarto das nossas emissões, essa participação deve crescer com o tempo também, considerando principalmente as tendências do aumento da geração termoelétrica, tanto no plano decenal, quanto no plano nacional de expansão até 2030. Pode passar.

Aqui, então, só repetindo algumas premissas, esse é o cenário que a gene desenvolveu, tanto no Brasil quanto no mundo, segundo a qual a gente propõe uma matriz essencialmente renovável, não apenas renovável, mas descentralizada e focada também numa grande penetração de medidas de eficiência energética, entendendo que o mais barato e mais ambientalmente favorável para o país é, em primeiro lugar, reduzir o nosso consumo e, em segundo lugar, atender a esse consumo com as fontes mais limpas e, claro, economicamente viáveis. Pode passar.

Bom, aqui, entrando em energia solar, as principais aplicações que já foram vistas, eu não pretendo repetir o que já foi colocado de informação, a gente tem energia solar para a geração de calor e para atender ao aquecimento da água, através dos coletores; a gente tem a energia solar para a geração de eletricidade e, dentro desse segundo... Dessa segunda aérea, a gente tem principalmente os painéis fotovoltaicos e a energia solar concentrada. Pode passar.

Aqui também colocando alguns dados do Atlas Solarimétrico Nacional; o país é realmente privilegiado, existe... A maior parte do território nacional tem uma grandes incidência, um grande número de horas de radiação solar por dia, e essas médias, é importante mencionar, frisar, que elas são superiores às médias dos grandes países geradores do energia solar no mundo, que seriam a Espanha e Alemanha, nessa ordem hoje, em relação a painéis fotovoltaicos. Pode passar. Aqui também, em termos de insolação diária, por dia. Pode passar.

Aqui são algumas informações que já não são atualizadas, sobre os coletores solares, então, existe um número de municípios com leis em andamento para garantir a obrigatoriedade da instalação de coletores para edifícios acima de uma determinada tipologia, acima de uma área específica. Então, já são 120 municípios, provavelmente mais, com leis em andamento, e mais de 20 com leis aprovadas.

Foi economizada uma grande quantidade de energia, até colocada pela apresentação da ANEEL, com números mais atuais inclusive do que esses, mas ainda temos uma participação baixa de domicílios com coletores instalados no Brasil. Se pensarmos no grande consumo do chuveiro elétrico, no perfil da nossa demanda, 1,5% realmente é muito pouco, a gente pode cortar muito mais desse consumo, através da instalação desses coletores, que é viável economicamente; é muito mais favorável do que os próprios painéis fotovoltaicos, que ainda devem ter uma diminuição de preço para ter uma viabilidade comercial. Pode passar.

Aqui falando um pouco dos painéis fotovoltaicos, a gente tem um fator da capacidade médio entre 12 e 15%, experimentamos, no ano de 2008, um grande aumento na capacidade instalada mundial. Então, é importante também colocar que, apesar da crise financeira, essa capacidade passou de nove mil para 15 mil Megawatts, instalados no mundo. Então, a crise, apesar da dificuldade de financiamento, houve um boom desses painéis, principalmente na Espanha, que passou a ser o maior produtor do mundo, e isso se deveu essencialmente pela questão regulatória e pela legislação, que incentivou, concedeu uma tarifa especial para as pessoas que quisessem instalar esses painéis fotovoltaicos.

No Brasil, comparando o custo da geração com as principais modalidades, desde a hidrelétrica até as gerações fósseis, o painel fotovoltaico ainda é mais caro, mas, obviamente, temos que analisar a questão da cadeia completa, a questão da aplicação para comunidades isoladas, comunidades não assistidas; isso aconteceu com o Programa Luz para Todos, e acho que há potencial para que continue acontecendo. E a

energia desses painéis, os painéis fotovoltaicos, deve ser comparada com o custo final da energia, então, após os impostos e após os custos de distribuição, nesse caso, com alguns incentivos, ela realmente começaria a ficar interessante, começaria a ficar economicamente viável.

E é importante também lembrar que a energia solar é a campeã em postos de trabalhos criados para cada unidade de energia. Então, através de alguns estudos feitos pelos Professor Goldenberg, referências colhidas por ele, a gente chega a esse resultado que a solar é em primeiro lugar e a eólica em segundo, conseguem gerar mais emprego para a mesma quantidade de energia gerada, dada a cadeia, o tamanho da cadeia, a desagregação dessa cadeia de componentes e manutenção e operação utilizada para essa energia. Pode passar.

Então, em relação ao custo, é uma simulação aí do Professor Ricardo Ruther, da Universidade Federal de Santa Catarina, até colocou que seria possível com um programa de incentivo em bases adequadas, em tarifas-prêmio, seria possível alcançar a paridade tarifária a partir de 2013. Então, essa tarifa da energia solar, a partir dos painéis, começaria já empatar com a tarifa de algumas termoelétricas, principalmente a gás, isso já vem acontecendo na... Tem essa projeção de que isso aconteça na Europa, nos próximos anos, isso poderia também acontecer no Brasil, considerando o grande aproveitamento que a gente tem dessa energia pela alta incidência solar. Pode passar.

Aqui falando um pouquinho da energia solar concentrada também; é uma energia que vem ganhando força; ela tem um potencial muito grande; tem alguns relatórios já lançados sobre isso; tem um grande potencial já sendo utilizado na Espanha, e a grande diferença é que pouco se comenta dessa energia que o potencial, a capacidade dela é muito maior do que a de painéis fotovoltaicos. Então, a gente não está falando em Quilowatts para telhados, a gente já começa a falar em 50 Megawatts, a 280 Megawatts, ou seja, equivalente a uma termoelétrica. Tem fatores de capacidade que são certamente maiores do que os painéis fotovoltaicos; o custo inferior aos painéis, já... Então, nos Estados Unidos, se comenta, já foi até colocado em apresentações anteriores-–

[soa a campainha].

SR. RICARDO BAITELO: A tarifa de 15 cents por dólar, por Quilowatt-hora, perdão, ou seja já começa a empatar ou ficar um pouco mais caro do que a geração eólica no Brasil. E é um grande uso a possibilidade de gerar energia de base, o que não era mencionado, não era cogitado para a energia solar antes. Então, já se começa a colocar, a estudar a energia solar concentrada, como substituindo aí um pouco da geração fóssil no mundo. Pode passar.

Aqui são alguns dados do nosso cenário para 2050, considerando a distribuição das energias renováveis, enfim, a energia hidrelétrica continuaria atendendo com a maior parte, mas a biomassa teria uma participação importante, e a eólica também, e consideramos 4% para energia solar, o que, de certa forma, é até conservador, considerando as amplas possibilidades que ela pode vir a ter até 2050, e o comportamento da curva de aprendizado, que ela continua mostrando [interrupção no áudio]. O preço vem caindo cerca de 10% por ano, então, a gente pode ter um preço bastante competitivo no futuro próximo. Pode passar. Pode passar também.

Aqui é uma parte extremamente importante da apresentação, o que a gente precisa ter para a energia solar é a questão legislativa. Realmente, então, é um concepção de preços que una os benefícios que a energia provê, não apenas a parte técnica, mas também considerando a parte social e ambiental, que cada energia pode providenciar; então, se pensarmos em termos de custos completos, a energia solar tem aí um custo bastante interessante, em comparação a outras energias de altos impacto ambientais. Pode passar.

Enfim, o que nós pedimos é que seja aplicado o mesmo mecanismo tarifário que vem sendo aplicado nos maiores países em relação à energia solar e eólica, que são as tarifações *feed-in*, ou seja, obrigações contratuais entre concessionárias e produtores de fontes renováveis, as concessionárias compram a energia através de contratos que tenham um tempo mínimo de 10 a 20, e até 30 anos, e essas tarifas garantam uma remuneração justa para o gerador de energia ou para o empreendedor. Pode passar.

Aqui, fechando, é uma série de projetos de energias renováveis, que tramitam em conjunto na Comissão Especial de Energia Renováveis, na Câmara dos Deputados. Esses projetos já foram apensados ao projeto 630/03 e, nos próximos dias, acredito que nas próximas semanas deve sair um texto que dará origem à nova Lei de Energias Renováveis no país.

O Relator é o Deputado Fernando Ferro está elaborando esse texto, e esse texto, obviamente, deve passar pelo Congresso depois. Então, é extremamente importante o apoio a esse texto para que a gente possa ter aí a viabilização desse potencial, não apenas a energia eólica, mas a da energia a biomassa e a energia solar, no Brasil, para as próximas décadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ricardo, vamos, então...

Primeiro dizer a vocês que as apresentações estão no site da Comissão. Quem quiser, depois, acessar e pegar mais informação, só entrar no site do Senado e clicar na janela da nossa Comissão.

Então, o autor do Requerimento, Senador Jefferson Praia é o primeiro a se pronunciar e fazer seus questionamentos. Depois, a Senadora Marina Silva; depois, Senador João Pedro... São esses inscritos por enquanto. São cinco Senadores; se todo mundo economizar nos questionamentos, a gente pode fazer tudo de uma vez só, e a gente pode depois ouvir aqui, porque eu tenho certeza que alguns já estão com fome, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Energia nossa também, não é? Com palavra, o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu quero inicialmente parabenizar a apresentação de todos os expositores. O objetivo nosso é primeiro chamarmos a atenção para esta questão relacionada à energia solar, começarmos a aprofundar uma discussão no sentido de avançarmos no aproveitamento da energia solar do nosso país, e percebermos quais são os pontos que temos que avançar, aonde nós estamos precisando avançar.

O Dr. Altino fez uma excelente exposição, fiquei muito feliz com a presença dele, até porque já cheguei a assistir uma outra apresentação, em uma outra Comissão, eu não sei se foi nessa ou não, mas sempre ele traz boa informações, e eu gostaria de saber inicialmente, do Dr. Altino, como nós temos a nossa matriz energética e ela está desenhada até 2030 e, pelo que percebo, não vejo ali a energia solar como uma das fontes para podermos aproveitá-la. Como é que vocês pensam isso, já que nós tratamos do planejamento?

Nos recursos energéticos do Brasil, outro quadro que o senhor apresenta também, nós percebemos ali, como recursos energéticos, urânio, petróleo, hidrelétrica, vento, gás, carvão, biomassa, e não percebi a energia solar. Eu gostaria de saber por que é que o Ministério do Planejamento e Energia não coloca energia solar como, pelo menos, uma das prioridades mínimas para avançarmos nesse campo, já o que Brasil tem um potencial fantástico nessa questão? Pelo que percebemos aí, hoje, nós somos competitivos, na questão da energia gerada através do calor, para chuveiros elétricos, coisa dessa natureza e, com relação à energia elétrica, parece que esse é o grande desafio.

Muito bem, eu Dr. Máximo também faz excelente exposição, eu queria saber como fazer para que as projetos apresentados por V.Sa., como é que podemos avançar nesses projetos em relação ao aproveitamento da energia solar?

Dr. Mozart também coloca diversos pontos interessantes e, na verdade, em relação aos produtores independentes, o que vocês estão fazendo? Vocês estão realizando algum tipo de incentivo nesse campo do aproveitamento da energia solar? Também a Dra. Ana Maria faz uma excelente abordagem sobre toda a questão do problema de energia que temos na nossa região, destaca o papel da SUFRAMA, e eu gostaria de saber como a SUFRAMA pode incentivar o aproveitamento da energia solar na região de abrangência da sua atuação?

Ricardo também trouxe diversas soluções, que deveremos aprofundar, para que possamos aproveitar, Sr. Presidente, dentro do contexto do aproveitamento da nossa energia solar. E, para finalizar, eu gostaria apenas de saber, rapidamente, dos expositores, atualmente, nós utilizamos qual é a tecnologia? É tecnologia alemã? É tecnologia espanhola? Que tecnologia utilizamos? Essa tecnologia, ela é caríssima, ao que parece. Como nós podemos fazer para avançar no campo das pesquisas para o aproveitamento da energia solar no nosso país?

Veja bem, por mais que seja cara hoje, mas todo o investimento em pesquisa é fundamental. Nós estamos tratando de uma fonte de energia que ela é muito maior do que nos países europeus. E nós estamos percebendo a Europa muito à frente na utilização dessa fonte de energia e o Brasil, que é o país da água e do sol, não é? Está aí, desconsiderando, pelo que eu vi, no planejamento, no aproveitamento dessa fonte de energia.

Então, como, na verdade, eu acho que, de forma bem objetiva, como fazer para intensificarmos o aproveitamento da energia solar no Brasil? Qual é a nossa agenda? Não dá para ficarmos, Dr. Altino, eu, desde o momo que V.Sa. apresentou esse planejamento na outra exposição, eu fiquei com isso na minha cabeça. Então, ou nós vamos rever esse processo, ou, então, o Brasil está indo numa direção contrária ao que outros países estão fazendo em relação à energia solar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Senadora Marina Silva, para seus questionamentos e colocações.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, eu quero Senador Jefferson Praia pela iniciativa dessa audiência e agradecer aos participantes pela contribuição que aqui aportaram. Eu fiquei muito preocupada quando vi o Plano Decenal de Energia do Brasil, em que há uma forte presença da energia termoelétrica. E o tempo todo aparecem dois argumentos... Talvez,

o Dr. Altino foi uma das pessoas mais sinceras que eu já vi, quando se trata de falar de energia aqui nesse debate. O primeiro argumento é de que esse processo de sujamento da matriz energética brasileira de forma progressiva é em função dos problemas ambientais; é isso que as pessoas dizem o tempo todo como justificativa. E por que eu falei que o Dr. Altino foi muito sincero? Por que ele disse que é falta de projeto? Os famosos projetos de prateleira, e a gente sabe que é isso, eu tive uma experiência modesta dentro do governo e sei o quanto é deficitária, em que pese o esforço até de ter se criada uma empresa voltada, uma estatal, uma empresa para fazer esse processo de planejamento, que é E.P.E.

Mas a gente sabe que tem isso. E ele colocou isso muito claramente, dizendo que era em primeiro lugar. E colocou, em seguida, os problemas ambientais. Eu diria que o maior problema que nós temos é sermos persistentes numa visão que coloque o Brasil numa posição privilegiada em relação... Que coloca o Brasil, em relação a todos os demais países, numa situação muito privilegiada. Primeiro, pelo que já acumulamos, perguntado pelo potencial que temos, não só para energia solar, mas para outras fontes renováveis.

Sempre que surge esse questionamento: Será que isso é seguro? Será que isso é viável? Etc. etc... Eu acho que insegura é a energia nuclear, que nós não sabemos o que fazer com os resíduos e nós sabemos que tem riscos envolvidos, além de que temos também que há uma produção de energia que é inquestionável, mas com sérios riscos, e é um custo muito alto, muito alto. Por que não utilizar esses recursos para apostar na continuidade da matriz energética limpa e diversificada?

O potencial de energia solar do Brasil é incomparável a qualquer outro que se conheça, no entanto, a Alemanha tem um investimento altíssimo em energia solar. Quando a gente vê a comparação da realidade da Alemanha, é claro que alguém vai dizer: "Não, mas eles são ricos, eles dominam a tecnologia". Mas eles começaram [interrupção no áudio], nunca vamos chegar lá". Alguém aqui da... Alguém disse uma vez que eu tenho uma voz muito estridente, e eu acho que o pessoal do som... Resolveram controlar ali, só que quanto mais eles controlam, mais eu sou tentada a falar alto. Então, se ajudarem ali, eu conterei a voz.

Então, se nós não começarmos de algum ponto, nós nunca vamos chegar lá. A mim me preocupa muito a ênfase que foi colocada em um processo de produção de energia suja, como falamos. E aproveitarmos corretamente esse potencial e continuar diversificando a nossa matriz energética, não só a solar, mas, por exemplo, a biomassa, que foi colocado aqui o problema das comunidades isoladas. A cidade de Itacoatiara conta com a produção de energia de biomassa que responde significativamente pela produção de energia de um Município de grande porte, se comparado aos Municípios da região Amazônica. Por que não se utiliza... Eu vou utiliza ar um termo que, tecnicamente pode estar inadequado, mas a taxa de regulamentação do preço da energia produzida de combustível para que se produza num preço acessível, é feita uma equalização, não é isso? Para a produção de termoelétrica na Amazônia. Por que não se utiliza esse recurso para a equalização da taxa de produção de energia na Amazônia para investir em energia em fontes alternativas, inclusive para as comunidades isoladas, que a Dra. Ana levantou o questionamento de que essas são ou não são viáveis, se elas podem ou não podem ser utilizadas. Aliás, o lugar onde elas melhor podem ser utilizadas e, inclusive, testadas como pilotos, são nas comunidades locais, exatamente a partir delas é que a gente pode expandir.

Eu gostaria de saber dos expositores o que poderá ser feito para corrigir esse viés inadequado, no Plano Decenal, porque, para fazer um Plano Decenal, apostando em energia convencional, ou em energia suja, nem precisa de plano decenal. A gente precisa de um Plano Decenal para pensar estrategicamente o suprimento de energia para o país, apostando em fonte limpa e renovável, apostando num outro caminho que, se comparado a outros países, nós já estamos na frente. Afinal de contas, eu não me canso de repetir que a Inglaterra, que hoje lidera o debate sobre aquecimento global, tem 4% de energia renovável... 4%... Nós temos 45% e, invés de andarmos para a frente, nós queremos aqui, pegando um exemplo de uma das espécies da nossa biodiversidade, andar para trás, como caranguejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marina Silva. Senador João Pedro, com a palavra, para seus questionamentos. Estamos tentando ficar dentro dos três minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. convidados, Senadores. Parabenizar o meu companheiro lá do Estado, o Senador Jefferson, que propiciou esse debate. Cheguei... Perdi algumas exposições. Eu quero, a primeira fala minha, Presidente, é dizer que esse é um debate importante na história da nossa Comissão de Meio Ambiente do Senado. Eu acho que a gente poderia intensificar, no sentido de andar para a frente, na contribuição do Senado de andar para frente.

Nós estamos no Século 21. Esse debate é um debate atual. Esse é um debate que nos coloca na

pauta também atual, por conta da qualidade de vida, por conta das grandes cidades, por conta de atender também populações que vivem fora dos grandes centros urbanos e, olhando esse debate, para a minha região, e aqui tem a presença da SUFRAMA, eu penso que a SUFRAMA pode e deve liderar um debate, mudando inclusive um pouco o eixo da sua estratégia na nossa região, assumir esse debate.

Se tem o olhar, se tem a gestão do PIN, ela deve liderar esse debate, a SUFRAMA pode e deve fazer isso, mudando um pouco o seu projeto estratégico para a região, e esse é um ponto importante, energia, e energia limpa.

Eu... Dos expositores que eu ouvi—

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Se falou de biomassa, mas nada concreto. Eu penso que nós podemos ter madeira certificada, geração de emprego, renda e energia, da madeira certificada; eu acho que esse é um projeto para a Amazônia.

Presidente Casa Grande, algumas cidades importantes na Amazônia, para chegar o diesel, é um sacrifício; uma cidade como Cruzeiro do Sul, no verão, algumas cidades ficam isoladas; para o diesel chegar, vai de canoas, em pequenas canoas, porque a balsa deixa de navegar, o transporte... Tem a indústria da balsa, tem muito desvio de óleo na região, na Amazônia como um todo. Nós temos que partir para alternativas não só [interrupção no áudio], mas de experiências contemporâneas modernas, vamos falar assim. Trabalhar com energia solar, mas a biomassa... A cidade de Itacoatiara hoje é uma cidade que tem 80% da energia, da energia vinda de experiência de manejo florestal, a experiência lá da Mil. Então, é uma experiência que a gente precisa incentivar uma cidade, senhores convidados e senhores que estão participando, Srs. Senadores, uma cidade de 85 mil habitantes já tem energia, 24 horas, 80% de biomassa, manejo florestal, uma coisa bonita, bem feita, com muita responsabilidade, com um padrão que nos orgulha.

Então, eu senti aqui pouca ênfase nessa experiência de nós termos, na Amazônia, energia a partir do manejo florestal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador João Pedro. Senador César Borges, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria comentar aqui exatamente que eu acho que o Ministério de Minas e Energia é quem pode liderar, no Plano Decenal, a procura por energias alternativas, mas eu tive uma experiência recente, relatando a Medida Provisória nº. 450, que exatamente tratou de pequenas centrais hidrelétricas e energia renovável e, lamentavelmente, eu encontrei, no trabalho que fiz de negociação com o Ministério, uma resistência muito grande com relação às alternativas.

Eu tentei inclusive criar um mercado próprio, de pelo menos 10% do aumento futuro, da geração futura, fosse destinada para energias alternativas; eu não consegui incluir isso na Medida Provisória. Além de fixar também valores para energia alternativa, que fossem correspondente ao custo de cada uma, porque são diferentes, biomassa é um custo, pequenas centrais hidrelétricas é outro, um pouco maior, energia eólica um pouco maior. Porque sequer energia solar é contemplada como alternativa, e eu não vi ainda efetivamente isso. E encontrei essas resistências, lamentavelmente, encontrei por parte do Ministério, e não avançamos nesse aspecto.

Porque se fala em... Eles, pelo menos, tem o discurso da modicidade tarifária, a modicidade tarifária fala mais alto. Mas, se nós não procurarmos os outros aspectos sociais, ambientais, nós não vamos evoluir na nossa matriz energética, e aí eu tenho que concordar plenamente com o que disse a Senadora Marina Silva, e vamos andar para trás. Porque se estamos nos jactando que temos uma matriz limpa, podemos sujá-la; isso para mim é um raciocínio... E aí eu uso o raciocínio, por exemplo, no Nordeste, estão projetadas 40 termoelétricas. 40 termoelétricas a óleo, que será importado, que vai destruir as inclusive nossas rodovias, mas estão projetadas, no Estado da Bahia, 16.

E, Senadora Marina Silva—

[soa a campainha].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --Todas com licenças ambientais já concedidas rapidamente. Nós não temos licença ambientais para pequenas centrais hidrelétricas, mas temos licenças ambientais para as termoelétricas. Eu acho isso um disparate, um despautério, que não pode perdurar. Eu acho que tem que mudar esse pensamento por parte do Ministério de Minas e Energia.

Vejam, por exemplo, no meu Estado na Bahia, agora o programa que era Luz no Campo, virou Luz para Todos, ótimo, um programa que todos nós apoiamos, entretanto, a Bahia tem metade, metade das unidades rurais, domiciliares, que não serão atendidas pelo programa porque o programa não está contemplando ainda a universalização. Então, se não me engano, 180 mil famílias não estão sendo atendidas; 90 mil estão na Bahia. E, claro, que tem uma participação da concessionária, tem uma participação do próprio Governo do Estado e, cada dia mais, fica mais claro você fazer uma linha de distribuição e depois dar manutenção.

Então, começa haver um desinteresse por conta da própria concessionária [interrupção no áudio] não quer avançar para atender essas famílias que são disseminadas no meio rural. Por que não tem uma política de energia solar para atender essas pequenas comunidades ou até casas isoladas no meio rural? Não tem. Não há nada que incentive, por parte do próprio... Uma política federal do Ministério de Minas e Energia. Então, essas questões, sem sombra de dúvida, me preocupam muito, e eu não entendi... Não entendi o que passava na cabeça exatamente do Ministério de Minas e Energia, com relação ao seu planejamento, quando não prioriza as alternativas que já estão consolidadas, como biomassa, que tem mercado, tem investidores interessados em colocar lá recurso, mas, claro que precisa ter retorno dos seus investimentos e prefere avançar pela termoelétrica e dizer o seguinte: "Não, nós vamos fazer, mas elas não vão funcionar". Esperai. "Vamos fazer termoelétricas e elas não vão funcionar, vão ficar de *stand by* para funcionar apenas num caso emergencial". E quem paga essa conta? O consumidor brasileiro, quando nós poderíamos estar em linha de uma energia moderna, limpa e com alternativa muito mais viável.

Era essa colocação que eu queria fazer, de forma expressiva, para o Dr. Altino.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador César Borges. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu também não tive a felicidade de ouvir todas as exposições por estar relatando matérias em outras Comissões, mas eu acho que, pelo que eu ouvi e pela participação dos Senadores que estavam aqui desde o começo, eu acho que nós temos... A essência do problema é o governo se definir como responsável para traçar uma política de energia renovável, não só fotovoltaica, solar, mas também outras, que nós já temos audiência, eólica aqui, sobre a energia eólica, e sempre tem a necessidade da participação efetiva da normatização desses programas.

Eu tenho ouvido alguns pontos e gostaria, não sei quem pode especificam nos responder, mas, discutindo a questão da energia fotovoltaica, a solar, um dos problemas mais graves é a questão do armazenamento, embora tecnologicamente tenha se tido evoluções da armazenamento, mas me chegou informação também, e eu estou querendo aprofundar e, talvez alguém... Os senhores e a senhora poderiam me informar de que, no Japão, já há uma tecnologia onde, quando você gera energia, por exemplo, numa empresa, numa comunidade, numa residência, o excedente que você usa funcionaria como se tivesse dois medidores; um, que você exporta o excedente da energia solar gerada, e outro para medir a importação de energia que esteja disponível na rede. Se isso existe, tecnologicamente já é comprovado, e se já existe alguém adotando isso pelo mundo?

E também, para não me estender, até em função de outros compromissos, eu vi aqui a preocupação do Mozart, bem como na citação do Sr. Ricardo, a questão da busca de reduzir o nosso consumo. A exemplo da lâmpada incandescente—

[soa a campainha]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --Sendo trocada por outra, alguns países já estão adotando, na verdade, na iluminação pública, o led, que tem vida útil maior ainda e consome menos energia.

Eu tive oportunidade de ver, por exemplo, numa feira na China, Presidente Casa Grande, que, na iluminação pública, há uma tendência muito forte da iluminação pública, acho que o Dr. Ricardo disse que é em torno de 4% aqui o consumo no Brasil, a iluminação pública, sendo feita com postes de geração de energia própria. Na maioria dos casos, acumulando eólica, pequeno gerador eólico, e placas de fotovoltaica, para gerar energia do próprio poste com a luminária em led. Isso nos daria já uma alternativa a ser adotada aqui, dentro de uma política pública, para talvez importar essa tecnologia, eu acho que nós já temos inclusive aqui, é só questão de ter incentivos, de ter política nesse sentido.

E, por fim, perguntar [interrupção no áudio] a gente escuta dizer que, nesse programa que tem aí, do "Sonho da minha casa", que espero que possa ser cumprido em um prazo que não foi definido, mas pelo menos na vontade daquele que está precisando, é falar em colocar aquecedor para o chuveiro dessas casas. E pergunto: Isso é viável economicamente? Eu já vi Ministro falando nisso. Isso é viável economicamente, quando está se discutindo o que preço da casa não está dando para construir a casa mais simples que seja, por que está se falando nisso ou está, mais uma vez, falando algo que não possível ser realizado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Vamos, então, passar às explanações, mas antes eu gostaria só de dizer também da minha preocupação e uma certa angústia com o planejamento do governo, com relação à matriz elétrica, não energética, não só elétrica energética nossa. O Plano Decenal que nós temos, até 2016, não é isso? 2017, e o planejamento para 2030, que também foi apresentado aqui. Também tenho uma preocupação, eu acho o que go-

verno tem uma certa... Ainda tem uma certa resistência ao incentivo de algumas fontes de energia.

Eu mesmo apresentei, na área de eólica, um projeto para incentivar, como tem o incentivo das pequenas centrais hidrelétricas, eu apresentei a mesma proposta para geração eólica, com relação à taxa do fio, que é uma taxa cobrada, para que a gente pudesse reduzir a custo da geração de energia eólica. E tenho a expectativa de que a gente avance com esse leilão que nós vamos em novembro e que, para a gente poder avançar, em termos de custo, nós vamos ter que ter leilões permanente para criar o mercado efetivamente.

Eu também apresentei um projeto que fui aprovado no Senado, de um percentual de uma meta de 10% de energia renovável e alternativa, até 2016, dentro da nossa matriz elétrica, eu acho que trabalhar com meta é uma boa política, porque se tem meta da inflação, se tem meta de Protocolo de Kyoto, se você tem meta... Só tem meta, trabalhar com meta mobiliza a Administração Pública em torno da meta. Eu acho que é um debate importante que essa Comissão tem que fazer. Eu vou passar a palavra a vocês, primeiro para o Sr. Altino, que teve mais questionamentos do que outros, então, poderemos conceder até cinco minutos para ele e aos palestrantes, nós vamos conceder três minutos, se vocês concordarem, está certo? Com palavra, o Sr. Altino.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Bom, foram colocadas diversas questões aqui. Eu tenho que ter um poder de síntese muito grande para responder. Eu acho que algumas das questões caberia um longo debate para nós explicarmos tudo. Eu não quero, de forma nenhuma, monopolizar aqui a Mesa [interrupção no áudio]. Vão ter que ter o seu espaço, veja, mas eu vou selecionar aqui, talvez, os principais pontos, e fazer algumas... Mas eu temo que cinco minutos, talvez não seja suficiente, Senador, mas vamos ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então seis...

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Perfeito. Primeiro a questão de sujar a matriz e a do Plano Decenal, que foi colocado por mais de um Senador aqui presente. Veja, o setor elétrico brasileiro trabalha com o planejamento estratégico de longo prazo, onde define as políticas energéticas, que é o plano de 2030. E o planejamento decenal, que é um programa de expansão física das instalações, sem nenhum demérito, é uma espécie de programa de obras. Este Plano Decenal, ele é implantado, no que diz respeito à geração e à transmissão, através dos leilões que são feitos com certa freqüência, para ter a competição e aparecem as soluções, tanto de geração quanto de transmissão.

Bom, no que diz respeito ao último Plano Decenal, de fato, nos primeiros cinco anos, que são obras que foram decididas nos anos anteriores, de 2008 e 2007, nos leilões A-3 e A-5, que é a nossa denominação, é um programa de obras que já está definida, porque foi definido anteriormente, de fato, a presença de geração térmica a derivados de petróleo é muito grande. E nós estamos sujando as matrizes.

Bom, nos cinco adicionais, onde a presença do planejador permite reverter essa situação, o programa está baseado fundamentalmente em usinas hidrelétricas, nas usinas da Amazônia. Há uma reversão completa, sãos as Usinas do Madeira, o Belo Monte, e depois as Usinas do São Luis. Por que entraram essas térmicas? A Senadora Marina colocou aqui muito bem, ela teve a oportunidade de assistir numa outra ocasião.

Essas térmicas entraram porque, dos leilões que foram feitos nos anos anteriores, em particular no leilão de 2008, não tinha projetos hidroelétricos para participar da licitação. Quando eu digo não ter projetos hidroelétricos, com os estudos de Engenharia, com os estudos ambientais e assim por diante. No último leilão de 2008, tinha um único projeto hidrelétrico Salto Iguaçu, o resto somente projetos térmicos. Então, veja vem, a sociedade tem que atender o seu mercado, então, só estavam disponíveis projetos térmicos. Agora por que não tinham projetos hidroelétricos?

Por duas razões, primeiro que o país abandonou os seus estudos de inventário e viabilidade durante um certo período, que a Eletrobrás desenvolvi isso, então, na década de 90, por vários razões que não cabem aqui, foi abandonada esse atividade, então, deixou de haver os estudos; essa foi uma dificuldade que hoje está resolvido com a E.P.E, que está fazendo esse estudos de inventário de viabilidade.

A segunda razão é uma razão ambiental. A Legislação Brasileira, para licitar uma usina térmica, que, a nível dos Estados, é muito fácil licitar uma usina térmica; em poucos meses, se licita, se faz o licenciamento ambiental. Para a hidrelétrica, o licenciamento ambiental, a nossa legislação exige um tempo muito longo e inclusive permite que a Justiça suspenda os estudos. Nós temos locais, no Brasil, onde tem hidrelétrica, que não se pode estudar o recurso porque a legislação nossa proíbe que seja feito o estudo.

Então, a dificuldade realmente de ter um licenciamento ambiental da hidrelétrica não é culpa da equipe de meio ambiente não, do Ministério do Meio Ambiente, eles estão fazendo o que é possível e tem uma possível muito proativa; a dificuldade é que a nossa legitimação exige um tempo de audiências públicas, de uma seqüência muito grande de estudos aprofundados, de

tal maneira que, para licenciar uma usina hidrelétrica, leva dois, três anos, às vezes, de estudo. Por isso que o Plano Decenal tem usinas térmicas nos primeiros cinco anos e usinas hidrelétricas no período que pode, digamos, ter ação do planejador.

Agora, eu queria destacar o seguinte, primeiro: O fato de ter essas usinas térmicas nós estamos tomando providências para amenizar esse efeito, através dos leilões de reserva, através de colocar usinas de reserva, que vão operar, tipo eólica, e que vão de locar essa térmicas para uma operação de complementação hidrelétrica; elas não vão operar permanentemente. Então, esse é o primeiro comentário sobre a questão da matriz suja.

Teve um aspecto aqui sobre a questão do por quê não aparece naqueles recursos o solar? Veja, não aparece o solar porque o solar é quase infinito; se nós fôssemos colocar ali, seria uma informação... Eu até apresentei aqui que se a energia solar que aparece no mundo, ela é suficiente para atender cerca de 10 mil vezes o... 10 mil vezes o consumo mundial, então, ela é imensa esse energia solar. Então, veja bem, naquela fonte ali não apareceu—

[soa a campainha].

SR. ALTINO VENTURA FILHO: --Porque já é um valor infinito. Agora, eu queria dizer o seguinte, veja, a energia solar para utilização da sociedade brasileira se faz através de duas vertentes distintas. Uma, através do calor, no aquecimento de água doméstico de baixa temperatura; isso é uma coisa utilizada freqüentemente no Brasil e é perfeitamente competitivo com o chuveiro elétrico. Quer dizer, custa a energia solar cerca de 20 dólares por milhão de BTU, quando a energia elétrica, no chuveiro, custa 40... 40 dólares por milhão de BTU.

Só que para fazer o chuveiro elétrico, o consumidor gasta 100 reais para botar seu chuveiro elétrico, e a sociedade tem que investir dois mil e 500 dólares por Quilowatt para essa energia chegar lá, junto do chuveiro. Enquanto que para o cara colocar um coletor solar, o investidor tem que gastar três mil reais, então, precisa ter um programa de incentivo que leve que... A sociedade use [interrupção no áudio], mas esta é uma... O que está sendo usado intensamente no Brasil, como nós vimos na apresentação da ANEEL, e mesmos alguns dados [interrupção no áudio].

Bom, agora, a outra forma de usar energia solar é produzir a energia elétrica, esta forma de produção, ela não é competitiva para a sociedade brasileira. Eu cheguei a dar alguns dados aqui indicativos, mostrando que o Brasil tem opções de colocar, de produzir energia elétrica a partir de valores, digamos, de 100 dólares por... 50 dólares, 100 dólares por Megawatt-hora, 100 dólares, e assim por diante. Enquanto que a energia solar, para produzir energia elétrica, é na faixa... Se for heliotérmica, de 330 dólares, e se for a fotovoltaica, 530 dólares.

Então, as aplicações da solar, ela tem que ficar restrita a seus usos específicos, que é nas comunidades isoladas, e vários exemplos foram colocados aqui, na região Amazônica, a fotovoltaica se aplica em comunidades isoladas. Agora, tem um custo muito elevado, e esta forma de utilização tem que ser subsidiada por toda a sociedade brasileira, a exemplo do que existe no diesel. Então, esta é uma solução que está preconizada e a gente tem usado.

Na região Amazônica, o planejamento do Ministério de Minas e Energia vai levar os sistemas de transmissão... A região Amazônica Ocidental, ela está sendo incorporada ao sistema interligado brasileiro; neste ano de 2009, no Acre e Rondônia, chega o sistema de transmissão e, em 2011, 2012 chega a Manaus e Amapá, com a linha Tucuruí-Manaus. Com isso, nós vamos atender quase à totalidade do mercado da região Amazônica e a população da Amazônia passa a ter o mesmo suprimento de energia elétrica dos restantes dos brasileiros porque se incorpora no sistema interligado.

As áreas isoladas da Amazônia que constituem pequenas comunidades, temos que buscar soluções criativas na linha de biomassa, na linha de eventuais pequenas centrais hidrelétricas, quer dizer, a biomassa, o manejo organizado da floresta, e também vai ser mantida a geração diesel, porque ela é uma solução muito prática. Ela pode ser implantada num tempo muito rápido, a manutenção dos equipamentos é muito fácil e a sociedade brasileira tem todas as condições para subsidiar essa geração diesel dessas comunidades isoladas, que deve dar umas 300 localidades depois que interligarmos o sistema.

Ou seja, hoje o Brasil subsidia uma geração diesel na região Amazônica de grande porte, com a incorporação do sistema interligado, o que vai restar é uma quantidade insignificante e o custo que a sociedade brasileira vai ter que manter essa geração diesel, ela é... O que não quer dizer que não faça a biomassa e as outras soluções, como a eólica.

Bom, tinha mais um comentário que eu queria fazer aqui, é em relação a... Bom, a competitividade... Eu acho que sim, a questão do por que o Ministério não tem sensibilidade às energias, às fontes alternativas. Eu, pelo que... Por tudo que eu vejo no Ministério, a política que vem nos últimos anos, há uma preocupação muito grande de buscar as fontes alternativas, desde a hidrelétrica, que é uma fonte renovável, diga-

mos, de alternativa, de baixa emissão de CO2, mas não vamos considerá-la.

As iniciativas voltadas para criar as fontes alternativas começaram com o PROINFA; o PROINFA foi um programa, veja, que priorizou a pequena central hidrelétrica, a biomassa e a energia eólica. Dessas três fontes, somente a pequena central e a biomassa hoje estão tendo um desenvolvimento sustentável; não precisa mais de incentivo. O Brasil vai atender muito mais de 10% com fontes alternativas, como resposta de mercado. Não precisa ter o incentivo porque, com a PCH e com a biomassa, hoje a biomassa do bagaço de cana, ela é uma fonte que tem uma fonte que tem uma eficiência energética enorme. O combustível aparece na economia com custo zero, como resultado da indústria do açúcar e do álcool, e o processo energético é de co-geração, utilização do calor e produção de energia elétrica. Então é extremamente eficiente.

Então, a biomassa e a pequena central hidrelétrica estão se desenvolvendo em ritmo de mercado; a eólica, ela não saiu do PROINFA como uma competição; para citar, o que custa hoje para os brasileiros a energia eólica é 270 reais por Megawatt/hora que os consumidores brasileiros estão pagando, quando se vê os resultados do PROINFA, e as correções, 270 reais, quando nós temos opções de 70 e 100 reais.

Apesar disso, o Ministério de Minas e Energia está com a firmeza de levar à frente o programa eólico, iniciando com a licitação de reserva, que nós vamos fazer agora, em novembro, e estamos muito esperançosos de que esta solução chegue a níveis de custo que a sociedade brasileira possa pagar. E isto acontecendo, a solução eólica será uma alternativa fortíssima no Brasil porque o nosso potencial é imenso. Então, estamos certos de que a eólica vai aparecer de uma forma sustentada, a exemplo do que aconteceu com o...

Só para encerrar, no que diz respeito à solar, veja, o que é... Qual é a política solar? Por que não parece a solar na matriz energética? Ela aparece junto de outras renováveis? Porque a solar, ela se aplica para o aquecimento d'água de pequena temperatura, nas residências; este mercado é muito pequeno em relação às demandas totais da sociedade. Mas ele deve ser atendido porque é competitivo. E produzir energia elétrica a partir da fotovoltaica e da heliotérmica, com custos na faixa de 500 dólares por Megawatt-hora, um país que tem opções de produzir energia renovável, fontes alternativas na faixa de 100 dólares por Megawatt-hora, não podemos pensar numa solução de produzir energia elétrica a partir da solar porque os brasileiros não vão poder pagar a conta de luz.

Esta solar para produzir energia elétrica, ela tem que ficar restrita a seus usos específicos, nos sistemas isolados onde as linhas de transmissão não chegam, dentro de uma solução para atender aquelas comunidades isoladas.

Então, resumidamente seria isso, teria outros pontos, mas eu passei do meu tempo e eu peço desculpas aos demais participantes aqui na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Certo. Concedo a palavra ao Dr. Máximo, para fazer suas considerações.

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: Bom, eu anotei aqui três ou quatro pontos, dois deles diretamente que me foram dirigidos, dois deles pelo Senador Jefferson Praia, e o primeiro é em relação à ampliação dos projetos daquilo que eu apresentei, que a ANEEL, que está sob atuação da ANEEL, aquilo que as concessionárias já vem fazendo, dentro dos programas de eficiência energética que, pelo que eu entendi, como ampliar isso, porque são números ainda relativamente pequenos. Isto está diretamente relacionado à outra observação feita, foi mais uma indagação do Senador Cícero Lucena, que eu acho que ele não está mais presente, que eu vou tentar responder as duas de uma só vez, que é o aquecedor solar no programa "Minha casa, minha vida".

Bom, os dados que temos, que eu mostrei aí, de fato, é mais no sentido de sinalizar, de demonstrar, a importância, a viabilidade, do querer de fato preencher essa lacuna que existe para a substituição do chuveiro elétrico, dentro do programa, por meio de um mecanismo de encargo tarifário, não é razoável, por mais que poderíamos usar 100% desses encargos para isso, não iríamos resolver esse problema.

Agora, combinado com outros programas, com outras ações, aí eu vejo sim uma possibilidade de fazer essa combinação com—

[soa a campainha].

SR. MÁXIMO LUIZ POMPERMEYER: --Ações do governo, dentro desse programa de moradia, a minha opinião é sim perfeitamente viável, altamente desejável que se busque ampliar, quando se faz um financiamento de longo prazo, subsidiado por baixa renda, deixar de fora a alternativa do aquecedor solar não me parece razoável, até por que tem alternativas, nem toda elas são de alto custo, quatro ou cinco mil reais. E, quando vai se financiar, num horizonte de 20 ou 30 anos, esse custo perfeitamente pode ser absorvido pela unidade consumidora porque, no final das contas, fica mais caro com a chuveiro elétrico, só pela energia, pela tarifa que ele paga para o setor, para a sociedade, ainda mais caro, por conta da demanda que o chuveiro elétrico requer.

Então, é importante porque esses projetos são relativamente caros; quando se faz em parceria com financiamento da Caixa Econômica Federal, por exemplo, tem uma escala maior, uma parte da monitoração do acompanhamento já é feito pelo próprio sistema e não pela concessionária, com a atuação da ANEEL, fica mais fácil fazer isso.

Outra questão é em relação ao desenvolvimento tecnológico. Eu acho que foi colocado já aqui pelo Dr. Altino e outros, a questão de a energia solar, basicamente a fotovoltaica, ainda não é competitiva. Mas a gente deve, como sinalizado pela Senadora Marina Silva, começar a fazer alguma coisa em termos de desenvolvimento tecnológico, industrial, para o que dia em que ela for competitiva, como a eólica o é e não era, há 20 anos atrás, a gente tenha tecnologia que a gente não entre apenas com o sol, com o vento, como na eólica, de certa forma, aconteceu isso, nós buscássemos viabilizar a participação da eólica, mas pouco em termos de desenvolvimento tecnológico; hoje importamos, a tecnologia é produzida lá fora, já é competitiva, mas poderíamos ter feito muito mais e tem recursos para desenvolvimento tecnológico; eu acho que falta projeto, falta alguma diretriz, dizendo: "Olha, não é só para o sistema isolado solar, fotovoltaico, tem que ter alguma quantidade para viabilizar tecnologicamente o desenvolvimento dessa fonte para entrarmos também não apenas com o recurso, com a fonte energética, mas com alguma coisa em termos de desenvolvimento e de conhecimento gerado aqui, que nós temos condições de fazer isso. Seriam esses os pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Dr. Máximo. Sr. Mozart também, mais sucinto que o Sr. Puder.

SENADORA MARINA SILVA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MOZART SIQUEIRA: Eu serei rápido, eu acho que está, segundo... Nós somos engenheiros eletricistas, pelo menos eu e o Altino, o relé(F) de fome, pode estar começando a atuar e a gente tem que trabalhar.

Mas o que eu gostaria... Foram-me feitas especificamente três perguntas, mas eu acho que uma delas foi a mais prorrogativa(F), o que os produtores independentes de energia estão fazendo? Talvez o Senador César Borges não saiba, mas a Bahia, um produtor independente, está fazendo talvez um projeto que certamente será precursor, que é o uso de capim elefante para gerar uma Usina de 30 Megawatts, armazenando, estocando capim elefante... É um capim que dá oito metros de altura, Senador, eu não sei se o senhor conhece, na sua...

E que, sem dúvida nenhuma, é uma alternativa na área de biomassa, importantíssima, e que certamente pode ser utilizada em qualquer local do Brasil, inclusive a questão das comunidades remotas, com pequenas áreas, pequenas comunidades com consumos de cinco, 10 Megawatts, vai ter condições de estocar, que talvez um dos problemas fundamentais da energia elétrica é que nós no habituamos a meter o dedo no interruptor, na tomada, e ela tem que estar ali sempre, disponível. E quando se fala em energia solar, vem a questão do armazenamento. Quando a gente fala em energia eólica, vem a questão da disponibilidade do vento. E somente as alternativas de hidroeletricidade, onde você tem, através do armazenamento dessas energias dos reservatórios, é que você consegue controlar plenamente a demanda e consequentemente utilizando as vazões dos rios para poder gerar mais ou menos energia, em função da questão da solicitação do mercado de energia elétrica das residências-–

[soa a campainha].

SR. MOZART SIQUEIRA: --Então, eu gostaria só de fazer... Eu vi aqui o Dr. Altino colocando uma questão importante sobre o planejamento decenal.

Primeiro, eu gostaria de dizer que... Parabenizar, nós, que somos do setor, estamos aí há mais de 30 anos, o planejamento decenal e o planejamento 2030 foram um marco importante, mas, sem dúvida nenhuma, ele vai precisar fazer aperfeiçoamentos. Na hora que você começa a projetar longo prazo, certamente, as tecnologias e as disponibilidades de projetos e de alternativas mais baratas, mais competitivas, elas vão surgir e, entre elas, obviamente, a energia... Eu queria falar aqui o que Senador Casagrande colocou a questão da energia eólica.

Eu digo sempre o seguinte, a energia eólica, ela tem uma questão que é fundamental, quando não chove, tem mais vento e quando tem menos vento, chove mais, então, ela tem uma complementaridade com a energia hídrica extraordinária e que é preciso aprofundar na questão da modicidade tarifária e dessa vantagem da energia eólica, que ela traz realmente um beneficio muito importante para o nosso reservatório.

E a segunda questão que eu falo é que a questão que muitas vezes a energia eólica, ela tem está no contra-fluxo das linhas de transmissão que estão aí disponíveis. Então, na hora que nós criarmos um "selo", se você tem uma via e a mesma via você vai utilizar você vai desafogar a via, é necessário ter algum ganho econômico, até porque não teve o investimento da linha de transmissão.

Eu sei que isso não é fácil, em nível de governo, é preciso se estudar com profundidade, mas, certamente,

a gente está trabalhando com modicidade tarifária. E isso é uma coisa importante para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Casagrande, só de falar aqui do projeto capim elefante, ele se animou aqui para fazer o projeto Canarana, lá na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Deve gerar bastante energia também a Canarana.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agora um capim com oito metros de altura é um eucalipto. Dra. Ana Maria.

SRA. ANA MARIA DE SOUZA: Respondendo aqui ao questionamento do Senador, como é que a SUFRAMA pode incentivar a questão de energia na sua área de abrangência, a SUFRAMA, ela já faz isso com o projeto de interiorização do desenvolvimento, que é proveniente exatamente do recurso da TSA, que vem das empresas do pólo industrial de Manaus.

É algo em torno de 300 milhões de reais, e que a SUFRAMA hoje não o faz com maior propriedade porque tem o seu orçamento contingenciamento na ordem de 45%. Então, a SUFRAMA tem hoje mais de 714 projetos parados, mais de 500 milhões de reais parados e que ela não está fazendo absolutamente nada porque tem o seu orçamento contingenciado.

Então, a SUFRAMA, dentro do que está sendo liberado pelo Governo Federal, vem atuando em diversos projetos de interiorização do desenvolvimento no Município de Coari, no Município de Codajás, em Itacoatiara e em outros Municípios, e não faz mais por conta do contingenciamento.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Ricardo Baitelo.

DR. RICARDO BAITELO: Eu vou ser bem breve. Respondendo à questão do Senador Cícero Lucena, existe esse mecanismo, em diversos países da Europa, de compra da energia por parte da concessionária, é justamente o que a gente comentou, é a tarifa *feed-in*. Então, um consumidor, ele pode gerar sua energia solar e vender esse excedente para a rede. E justamente esse é o maior incentivo para que se tenha uma grande expansão da geração solar na Alemanha e na Espanha, e não seria apenas a questão ambiental, seria principalmente a questão econômica. Se você faz essa conta, esse consumidor percebe que ganha uma quantidade de euros ao final do ano, que viabiliza rapidamente esse painel solar, amortiza, em alguns anos, esse custo do painel solar.

Em relação também ao que se comentou aqui na Mesa, da modicidade tarifária, as energias renováveis, elas têm um grande potencial também em contribuir para a modicidade tarifária. As energias renováveis, elas têm um grande potencial também em contribuir para a modicidade tarifária, quando a gente complementa a energia eólica e a energia hidrelétrica, a gente reduz o risco de abastecimento e a gente reduz a variação do preço liquido de diferença.

Com isso, se reduz a necessidade de se acionar termoelétricas no Brasil, então, esse custo foi bastante alto; se comenta do custo da eólica, que seria de 270 reais por Megawatt-hora, pago pelo consumidor, mas o custo que o consumidor pagou pelo acionamento das termoelétricas em 2008 e 2009, foi de 2,3 bilhões em 2008, e deve ser de 800 milhões em 2009. Então, esse custo certamente é mais alto do que o custo da eólica e certamente é mais alto do que o impacto tarifário de uma expansão das renováveis, através do PROINFA ou através de um programa que seguisse o PROINFA.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, muito obrigado, Ricardo. Agradeço a você, Ana Maria, Altino, ao Máximo e ao Mozart pela contribuição –

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Mais uma vez repito, as exposições estão no site da Comissão, quem quiser mais detalhes das exposições aqui feitas. Eu agradeço e coloco também a Comissão à disposição de vocês. Com certeza, foi uma boa apresentação.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, fiquem à vontade, nós vamos dar seqüência aqui na Comissão. Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É para pedir que seja apreciado o meu Requerimento, pedindo ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, para verificar se as obras relativas á pavimentação e recuperação da BR-319, possui avaliação prévia de viabilidade técnica e socioeconômica. Esse Requerimento está sobre a Mesa, Sr. Presidente, eu tenho aqui as argumentações que me levam a fazer esse pedido, e gostaria que ele pudesse ser apreciado

agora. Se necessário, farei a defesa assim que V.Exa. ponha em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro, a inclusão extrapauta do Requerimento. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o Requerimento. Quem for favorável à votação do Requerimento já exposto e defendido pela Ministra Senadora Marina Silva, pela Senadora Marina Silva, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Senadora Marina Silva.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem outros Requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós não temos Requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Extrapauta só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só este para a gente poder concluir a nossa Reunião.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu tenho um Requerimento, Presidente, também sobre a BR-319.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está aqui?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [ininteligível] de promover um debate sobre a BR-319, com a participação da INPA, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério dos Transportes-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É uma discussão que vem acontecendo no Estado e em nível nacional, eu acho que a gente poderia travar um bom debate aqui na Comissão de Meio Ambiente. É o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bem, então, inclusão extrapauta do Requerimento do Senador João Pedro. Os Senadores que foram favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o Requerimento do Senador João Pedro. Favoráveis ao Requerimento do Senador permaneçam como se encontram, aprovado o Requerimento. Parabéns à Senadora Marina Silva e parabéns ao Senador João Pedro pela aprovação dos dois Requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convidando para a próxima Sessão, terça-feira da semana que vem, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 13h49.

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia sete de julho de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, RAIMUNDO COLOMBO** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE**, comunica que se encontram à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria da CMA, por 15 dias, após o que serão encaminhados ao arquivo, as seguintes matérias oriundas do Tribunal de Contas da União: 1) Aviso nº 327 – Relatório das Atividades do TCU referente ao exercício de 2008; 2) Aviso nº 581 – Referente aos Embargos de Declaração contra Acórdão que não conheceu de pedido de reexame (Acórdão 910/2009); 3) Aviso nº 683 – Solicitação pelo Congresso Nacional de informações referentes dos processos que cuidam da aplicação de recursos federais recebidos pela Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA, ligada ao MLST (Acórdão 1049/2009); 4) Aviso nº 685 – Referente ao Relatório de Levantamento realizado como parte dos trabalhos do TMS nº 09, em conformidade com o Plano de Fiscalização 2008/2009 aprovado pelo TCU (Acórdão 1074/2009); 5) Aviso nº 585 – Referente à Audiência de gestores municipais determinada pelo Acórdão 810/2007; 6) Aviso nº 762 – Encaminhamento de cópia em CD-ROM do relatório elaborado pelo senhor Min. Augusto Nardes sobre as Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2008; 7) Aviso nº 612 – Em aditamento ao Aviso 683, encaminha documentação em resposta ao Requerimento nº 13/2009-CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tratando de possíveis irregularidades na liberação de recursos do INCRA e do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA para a ANARA (Acórdão nº 1049/2009). O Presidente solicita à Secretaria da Comissão que encaminhe cópia à Senadora Marisa Serrano; 8) Aviso nº 586 – Encaminha

Relatório das Atividades do TCU referente ao 1º Trimestre de 2009; 9) Aviso nº 728 – Referente a irregularidades na aplicação de recursos federais por meio de convênios entre a FUNASA e o Município de São Miguel do Guamá/PA, para obras de saneamento básico (Acórdão 1190/2009); 10) Aviso 844 – Referente à Auditoria Operacional realizada no BB – Banco de Investimentos S.A. (BB-BI), a fim de efetuar avaliação econômica, financeira e patrimonial das participações societárias do BB-BI e apurar a viabilidade, oportunidade e retorno do investimento realizado, a segurança do negócio e a adequada remuneração dos capitais envolvidos (Acórdão 1374/2009). Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: Flávio Vieira Meirelles, Doutor em Genética, professor da USP e membro da CTNbio; Rodolfo Rumpf, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das ONGs – CPMI das ONGs e com a Comissão Mista de Orçamento – CMO, para ouvir as conclusões das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU sobre o financiamento de 26 ONGs e OSCIPs por meio de 167 convênios. Uma vez que o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades, faz-se necessário que estas comissões tomem conhecimento dos resultados apurados". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado.** EXTRA-PAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "refere-se ao Ofício INCRA/SR. 13/g/nº 044/2002, por meio do qual foi liberado da cláusula de proibição de venda em dez anos o imóvel de matrícula 28.186 do Registro de Imóveis de Diamantino (MT), vendido pela União para Ruben Dario Almonacid, no âmbito do programa de reforma agrária, consoante denunciado pelo Consultor Hipólito Gadelha Remígio, conforme anexo. Em razão de esta liberação violar literal disposição do art. 18 Lei nº 8.629/93 e do art. 189 da Constituição Federal, requer, nos termos do art. 102-A, I, *c*, do Regimento Interno, e do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitado: (i) ao INCRA, que promova rigorosa apuração dos fatos e, comprovando a ilegalidade e inconstitucionalidade daquele ato, declare sua nulidade e faça a devida comunicação ao respectivo cartório; (ii) ao TCU, que realize, nos termos do art. 71, IV, da Constituição, uma inspeção para verificar a legalidade e inconstitucionalidade daquele ato, promovendo, se for o caso, as devidas responsabilizações, inclusive do beneficiário daquele ato, Gustavo Alberto Almonacid, proprietário e diretor da empresa destinatária da alienação, Fazendas Paulistas Reunidas Ltda.; em sendo constatada a prática de crime, que o TCU promova as devidas comunicações ao Ministério Público Federal". Autoria: Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos arts. 90, XI, 102-A, I, c, e III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Banco Central do Brasil e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça que informe sobre a legalidade da cobrança, por parte das Administradoras de Cartões de Crédito, de tarifas para as transferências de pontos obtidos em programas de fidelização para utilização nas formas de resgate oferecidas". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores". Autoria: Senador **MAGNO MALTA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 3 aprovadas na CCT. Resultado: **Aprovado o parecer com**

as emendas nºs 1, 2 e 3-CCT/CMA. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 146, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa 'instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências'. Autoria: Senador **GIM ARGELLO.** Resultado: **Adiado. Item 03) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2008, que altera o Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que uma escala de gradação em cores identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Ricardo Morishita Wada, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Gilda Pereira Carvalho, Sub-Procuradora Geral da República, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal; e Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Resultado: **Adiado. Item 06) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer nos termos do artigo 93, inciso, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de maio, de que o 'País perde controle dos transgênicos'. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Valter Bianchini, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Ricardo Tatesuzi de Sousa – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos; e Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências' para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira". Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relatoria: Senadora **MARINA SILVA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 08) OFÍCIO "S" Nº 46, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste". Autoria: Banco do Brasil S/A. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Resultado: **Adiado. Item 09) OFÍCIO "S" Nº 56, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Ofício 253, de 13 de novembro de 2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008". Autoria: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 10) AVISO Nº 7, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, II, § 4º, da Constituição Federal". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (FUNREÁGUA)". Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Favorável à matéria. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.**

Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador CÉSAR BORGES, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador MARCO MACIEL na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 15) PRO JETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Parecer: Favorável à matéria com Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador **FERNANDO COLLOR.** Relatoria: Senador **WELLINGTON SALGADO.** Parecer: Favorável à matéria com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **CÉSAR BORGES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata da reunião, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E vamos aproveitar que nós temos *quórum* formal, legal e vamos votar alguns requerimentos que estão em pauta.

Antes disso, quero informar ao plenário da Comissão e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que recebemos diversos avisos e estamos dando conhecimento aos membros desta Comissão sobre o recebimento dos seguintes avisos, oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso 327, que é o relatório do TCU referente ao exercício de 2008. Aviso 581, referente aos embargos de declaração contra acórdão que não conheceu de pedido de reexame. Aviso 683, solicitação, pelo Congresso Nacional, de informações referentes do processo, que cuidam da aplicação de recursos federais recolhidos pela ANARA, ligado ao MLST. Aviso 685, referente ao relatório de levantamento realizado como parte dos trabalhos do TMS, nº 09, em conformidade com o Plano de Fiscalização. Aviso 585, referente à audiência de gestores municipais, determinada pelo Acórdão 810/2007. Aviso 762, encaminhamento de cópia, em CD-ROM, do relatório elaborado pelo Sr. Ministro Augusto Nardes, sobre as contas do Presidente da República, relativa ao exercício de 2008. Aviso 612, em aditamento ao aviso 683, encaminha documentação em resposta ao Requerimento 13/2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tratando de possíveis irregularidades na liberação de recursos do INCRA e do Fundo Nacional de Meio Ambiente para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária. É este documento aqui. Eu peço à assessoria da secretaria que encaminhe cópia à Senadora Marisa Serrano, que é a autora do requerimento. Aviso 586, encaminha relatório das atividades do TCU, primeiro trimestre de 2009. Aviso 728, referente à irregularidade da aplicação de recursos federais, por meio de convênio entre Funasa e Município São Miguel do Guamá, no Pará, para obras de saneamento básico. Aviso 844, referente à audito-

ria operacional, realizada no Banco de Investimento SA, a fim de efetuar avaliação econômica, financeira e patrimonial das participações societárias do Banco e apurar a viabilidade e oportunidade de retorno dos investimentos realizados, assegurando os negócios e adequada remuneração dos capitais envolvidos no acórdão. Esses documentos encontram-se na secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

Requerimentos. Tem dois... Primeiro, nós temos dois requerimentos, com pleito de extrapauta... Item 01 da pauta é um requerimento de minha autoria, que requer a criação... Requerimento de minha autoria, que requer a criação de uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com o dinheiro público para a Copa de 2014.

Senador Gilberto Goellner e Senador Raimundo Colombo, essa Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa de 2014, acompanhamento e fiscalização, é decorrente de um diálogo que eu tive com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, que adotou medida como essa e que tem tratado do assunto com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral, vai fazer diversas audiências públicas com os governadores dos Estados que estão organizando a Copa de 2014. Então, é uma forma de nós acompanharmos a execução e o cronograma das obras, e uma forma de nós acompanharmos, também, em parceria com a Assembléia Legislativa, quando tiver recurso estadual, uma forma de nós acompanharmos também o trabalho que o Governo Federal vai fazer de investimento com relação à Copa de 2014.

Então, estamos compondo uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa. São sete membros efetivos e sete suplentes. Os senadores, que tiverem interesse, depois poderão se posicionar, se caso for aprovado o Requerimento. Então, em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que forem favoráveis ao Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

O item 04, com a presença, aqui, do Senador Gilberto Goellner, que tem um requerimento, que eu passo a palavra a ele, para que ele possa fazer a defesa do seu requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, o assunto em questão diz-se referência de, também, se realizar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na CCT e na CCJ, objetivando instruir o PLS 73, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente, comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, que sejam convidadas as seguintes pessoas e entidades: pela CTNBio, Dr. Flávio Vieira Meirelles; também pela CTNBio, o pesquisador também é da Embrapa, Dr. Rodolfo Rumpf. Pelo MAPA, um representante; pelo MDIC, também um representante. Trata-se de requerimento já aprovado na CRA e na CCT para instruir o projeto da Senadora Kátia Abreu. Os nomes são indicações da Senadora Kátia Abreu. A audiência analisará o mérito do PLS 73/2007, que visa regulamentar as atividades que envolvam clonagem de animais. Preliminarmente, cabe observar que o Brasil já domina a tecnologia de clonagem de mamíferos, em especial a de bovinos, e a vanguarda nessa área coube à Embrapa, pioneira no desenvolvimento de clones na América Latina.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devido à complexidade do tema, há necessidade de que, como o projeto em questão vai tramitar nas três referidas comissões: CRA, CCT, nesta Comissão do Meio Ambiente e na CCJ, está sendo aprovado o requerimento em conjunto com as três Comissões, a realização dessa audiência pública. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

O item nº 05, também é do Senador Gilberto Goellner, a quem passo a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a CAE, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das ONGs, CPI das ONGs, e com a Comissão Mista de Orçamento, para ouvir as conclusões das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sobre financiamento de 26 ONGs e OSCIPs, por meio de 167 convênios. Uma vez que o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades, faz-se necessário que essas comissões tomem conhecimento dos resultados apurados. Essa audiência é decorrente do relatório de atividades do TCU, que eu relatei na Comissão de Meio Ambiente, e, no relatório, o TCU afirma que auditou 160 convênios de repasse de recursos para financiamento a 26 ONGs e OSCIPs. É

nesse sentido que requeri essa audiência pública em conjunto, Sr. Presidente, que seja aprovada nesta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Os senadores, que forem favoráveis... Não havendo quem queira discutir, os senadores, que forem favoráveis à votação, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Tem dois requerimentos, um da minha autoria e outro da autoria do Senador Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, a quem eu peço a inclusão extrapauta. Os senadores, que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento do Senador Gilberto Goellner e do Senador Leomar Quintanilha... O Senador Gilberto Goellner poderia fazer, rapidamente, uma exposição do requerimento, para que a gente possa colocá-lo em discussão e, posteriormente, em votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Trata-se da questão do ofício do INCRA, por meio do qual foi liberada a cláusula de proibição de venda, em dez anos, com imóvel de matrícula 28.186, do Registro de Imóveis de Diamantina, vendido pela União para Ruben Dario Almonacid, no âmbito do Programa de Reforma Agrária consoante, denunciado pelo consultor Hipólito Gadelha Remígio, conforme anexo. Em razão dessa liberação violar literal disposição do art. 18, da Lei 8.629, e do art. 189, da Constituição Federal, requeiro, nos termos do art. 102A, do Regimento Interno, e do art. 71, da Constituição Federal, que seja solicitado, primeiro, ao INCRA que promova a rigorosa apuração dos fatos e, comprovando a ilegalidade e inconstitucionalidade daquele ato, declare sua nulidade e faça a devida comunicação ao respectivo cartório. Ao TCU, que realize, nos termos do art. 71, da Constituição, uma inspeção para verificar a legalidade e a inconstitucionalidade daquele ato, promovendo, se for o caso, as devidas responsabilizações, inclusive, do beneficiário daquele ato, Gustavo Alberto Almonacid, proprietário e diretor da empresa destinatária da alienação, Fazendas Paulistas Reunidas Ltda. Em sendo constatada a prática de crime, que o TCU promova as devidas comunicações ao Ministério Público Federal. É esse o requerimento do Senador Leomar Quintanilha a esta Comissão. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de minha autoria, foi incluído extrapauta, ele solicita ao Banco Central do Brasil, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça que informe sobre a legalidade da cobrança, por parte das administradoras de cartões de crédito, de tarifas para transferência de pontos obtidos em programa de fidelização, para a utilização das formas do resgate oferecido. Você tem o programa de pontos dos cartões, na hora que você vai transferir esses pontos para alguém, tem que pagar uma taxa. E achamos isso um comportamento, se, de fato, estiver acontecendo, abusivo, e estamos pedindo informações ao Banco Central e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 11. Relatoria do Senador César Borges, que proíbe empresa de cartões de pagamento de autorizar transações relacionados com jogos de azar e pornografia infantil, via rede mundial de computadores. Autoria do Senador Magno Malta; relatoria: César Borges, a quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Este projeto, Sr. Presidente, nº 121/2008, proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil, via rede mundial de computadores. É de autoria do nobre Senador Magno Malta, do meu partido, e é estruturado em três artigos. O art. 1º estabelece que as empresas de cartões de pagamento ficam proibidas de autorizar operações de crédito ou de débito em conta bancária, decorrente do uso da rede mundial de computadores, Internet para: inciso I, participação em jogos ilícitos; Inciso II, aquisição e aluguel de filmes, textos, fotografias e demais bens e serviços que possa, à disposição por sítios que ofereçam material pornográfico, envolvendo a participação de menores de 18 anos. A proibição se estende a todos os sítios hospedados no Brasil e a todos os cartões de pagamentos emitidos no Brasil. Jogo ilícito para efeitos da proposição e qualquer atividade não autorizada pela legislação brasileira, que consiste em apostar em jogos de azar ou em resultados de eventos esportivos, ocorridos no mundo real. O art. 2º determina que o débito em conta bancária, o lançamento no extrato do cartão de crédito, relativo aos gastos enumerados no art. 1º, são consideradas cobranças indevidas, ficando o emissor do cartão sujeito a penalidades previstas em lei, e a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor.

O art. 3º consiste na cláusula de vigência da lei, que, se originado do projeto, que entrará em vigor 45 dias após a sua publicação.

O autor, ao justificar a proposição, ele argumenta que, mesmo sendo proibidos, no país, alguns sítios relacionados à exploração de jogos e à pornografia infantil, simplesmente continuam operando à margem da legislação, o que ocorre com maior freqüência, oferece seus serviços hospedados em outro país, com legislação mais branda. Afinal, como se sabe, a Internet não conhece fronteiras, e o jogador do Brasil pode acessar um sítio em qualquer país, às vezes com todas as informações em português. Sendo assim, a melhor forma de coibir o acesso a jogos e à pornografia infantil pela Internet é reduzindo as receitas dos sítios que oferecem os serviços. Ao proibir o pagamento utilizando cartões de crédito ou débito, dificulta, substancialmente, o acesso a tais sítios, pois, para pagá-los, o usuário terá que fazer, provavelmente, por ordem bancária. Além dos custos pecuniários mais altos, há outros custos não monetários, significativos, associados a deslocamento até o banco em horário comercial, filas e etc. Observe-se que, nos termos do art. 2º proposto, os emissores de cartões de crédito deverão arcar com os prejuízos financeiros, caso autorize o pagamento de jogos de azar ou de pornografia infantil. Busca-se, dessa forma, criar os incentivos corretos. Sendo a indústria de cartões que detêm a tecnologia para bloquear determinados pagamentos, essa indústria que deve sofrer os prejuízos por eventuais desrespeitos a normas.

Essa matéria foi distribuída as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e de Assunto Econômicos, cabendo à última, à Comissão de Assuntos Econômicos, a decisão terminativa. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deu parecer favorável à proposição, com três emendas, com o seguinte teor: A Emenda nº 01 altera a redação do inciso I, do art. 1º, do projeto, substituindo a expressão 'participação em jogos ilícitos' por 'participação em jogos de azar ou loterias não autorizadas'. Nos termos do parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto procura definir o conceito de jogo ilícito, sendo que tal definição já existe em nosso ordenamento jurídico, em especial dos arts. 50 e seguintes da Lei de Contravenções Penais, razão pela qual foi apresentada a emenda, a fim de se evitar duplicidade de conceitos legais.

A Emenda nº 02 altera a redação do inciso II, do art. 1º, do projeto, com vistas a se promover uma aproximação da transação financeira proibida com ilícito penal, correspondente previsto no art. 241, do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais uma vez, com intuito de prevenir ambigüidades.

Por fim, a Emenda nº 03, que altera a redação do § 1º, do art. 1º do projeto, e o renumera como parágrafo único, se justifica em virtude de não haver razão para limitar a aplicação da nova proibição aos sítios hospedados no Brasil. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legitima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61, da Lei Maior. Tão pouco a norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice quanto à constitucionalidade da medida, também não se verifica vício da injuridicidade. Quanto à regimentalidade, cabe destacar que o seu trâmite observou o disposto do regimento interno desta Casa, de acordo com o qual compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

No mérito, somos inteiramente favoráveis à aprovação do projeto, como já foi aqui relatado.

Diante do exposto, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121/2008, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse é o nosso relato, é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. E eu aproveito e parabenizo o Senador César Borges pelo relatório, e o Senador Magno Malta, pela autoria do projeto. E os senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os demais itens são terminativos ou os autores não se encontram presentes. Portanto, antes de encerrar a presente sessão, quero fazer um convite a todos os senadores para que, na terça-feira, nós possamos estar presentes à Comissão, para que a gente vote os projetos terminativos. É a última sessão, antes do recesso parlamentar, que inicia no dia 18. Antes do dia 18, e, portanto, vou pedir também à secretaria da Comissão que faça uma mobilização dos senadores, para que nós possamos fazer a votação dos projetos terminativos nesta Comissão.

E também lembrar aos senadores que nós teremos uma audiência pública sobre recursos hídricos, junto com a Agência Nacional de Águas, na próxima

quinta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Nós estamos aproveitando e convidado a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na quinta-feira, às 9 horas da manhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e, na terça-feira que vem, sessão ordinária, às 11h30, para definição e deliberação de projetos não terminativos e terminativos. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h48.

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA QUATRO DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às doze horas e cinqüenta e sete minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Paulo Duque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, José Nery, Fátima Cleide, Paulo Paim, Geraldo Mesquita, Gerson Camata, Paulo Duque, José Agripino, Rosalba Ciarlini, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes e Sérgio Zambiasi. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião de eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Inicia-se a reunião e o Senhor Presidente faz o expediente da Reunião e informa como será conduzida a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão e que se candidataram, em Chapa Única, os Senhores Senadores Cristovam Buarque, candidato a Presidente e José Nery candidato a Vice-Presidente. Após as considerações iniciais, o Senhor Presidente, às doze horas e cinqüenta e nove minutos, convida os Senhores Senadores a votarem. Quatorze Senhores Senadores votaram: Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Geraldo Mesquita, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Heráclito Fortes, Paulo Duque, José Agripino, Sérgio Zambiasi, Rosalba Ciarlini, Mão Santa e Gilberto Goellner. Ao final da Votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Flávio Arns e o Senhor Senador Paulo Paim para abrirem a urna de votação e realizarem a apuração dos votos. O Senhor Senador Flávio Arns anuncia em voz alta os votos apurados. Fica apurado que quatorze Senhores Senadores votaram em escrutínio secreto com o seguinte resultado: O Senhor Senador Cristovam Buarque recebeu treze votos "sim" para Presidente e um voto "não" e o Senhor Senador José Nery recebeu treze votos "sim" para Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e um voto "não". O Senhor Presidente, às nove horas e vinte quatro minutos, declara eleitos os candidatos e os convida a comporem a mesa. Em ato contínuo, o Senhor Presidente, passa a Presidência para o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Presidente empossado, Senador Cristovam Buarque faz pronunciamento de posse. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Duque, Cícero Lucena, Flávio Arns, Paulo Paim e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares,*** Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente Reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010. Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Presidente, Senador Cristovam Buarque, e Vice-Presidente Senador José Nery.

Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos senhores senadoras e senadoras as cédulas de votação devidamente rubricadas por esta Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Podemos proceder a votação em escrutínio secreto, pois não há segunda chapa. Está encerrada a apresentação de chapas. Só existe uma chapa.

Encerrada a votação, convido o Senador Lucena para ajudar na apuração e no escrutínio. Vou chamar nominalmente os Srs. Deputados(sic**):** Flávio Arns. Votação secreta, ali está a urna. Isso. Fátima Cleide. Paulo Paim. Magno Malta, estava aí. José Nery. Gerson Camata. Geraldo Mesquita. Gilvam Borges. Paulo Duque votará no final. José Agripino. Rosalba Ciarlini. Eliseu Resende. Gilberto Goellner. Arthur Virgílio. Cícero Lucena.

Eu vou chamar, vou chamar os suplentes, mas antes eu chamo o Senador Cristovam Buarque. Por favor. Eu chamo o Senador José Nery. Passo a chamar agora os senhores senadores suplentes. João Pedro está? Não veio. Serys. Depois eu vou fazer a segunda

chamada. Marcelo Crivella. Wellington Salgado. Romero Jucá. Valter Pereira. Mão Santa. Leomar Quintanilha. Heráclito Fortes. Jayme Campos. Maria do Carmo Alves. Adelmir Santana. Lúcia Vânia. Mário Couto. Papaléo Paes. Sérgio Zambiasi. Jefferson Praia.

Então, eu pediria ao meu ilustre companheiro de Mesa para me substituir, para eu poder votar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Duque.

[troca de presidência]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dez já votaram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Wellington Salgado, Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Fazer a segunda chamada. Senador José Agripino. Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos aguardar mais 10 minutos para fazer a terceira chamada, e última.

Senadora Rosalba Paim.

[*risos*].

Peço desculpa à Senadora Rosalba, mas Senadora Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A cabine é lá, hein?

[*pronunciamento fora do microfone*]. Já, daqui a pouquinho nós vamos abrir. Daqui a pouco vamos apurar. Vamos terminar dentro de cinco minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Tem mais alguém lá? Tem? Avisa ele aí.

Deputado Francisco de Assis Moraes.

Senador Francisco de Moraes. Aqui está a cédula. A cabine fica ali.

Senador Gilberto.

Fechei não.

Senador Gilberto.

[pronunciamento fora do microfone].

Obrigado Senador. São 13h14 minutos. Às 13h15 nós vamos encerrar a votação e vamos começar a apuração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Atenção, 13h15. Está encerrada esta reunião. Eu convido o Senador Flávio Arns e convido o Senador Paulo Paim para auxiliar os trabalhos de apuração. Escrutinadores, fiscais. Pode dar início aos trabalhos. Votaram 14 Srs. Senadores. O número de cédulas confere com o número de eleitores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, dos 14 votos, 13 foram sim e um voto não. Se bem que eu tenho quase que absoluta certeza aqui que a pessoa queria votar sim, mas o quadradinho estava muito perto e votou não. Mas 13 votos sim e um voto não, totalizando 14 votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agradeço aos senhores escrutinadores e proclamo o resultado para a chapa, Senador Cristovam Buarque e José Nery, 13 votos positivos e um voto nulo. Esse voto é nulo. Tem um voto sim e um voto não. Olha aqui. Sim, sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]. Sim, seria no primeiro quadradinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Verdade. Exato. Mas então ficou um sim...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 14 sim e 1 não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exato. Então ficou um sim...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não. Os dois são não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os dois são não?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 14 sim e 1 não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então... Exatamente, V.Exa. tem toda razão. Um voto... 13 a... Voto sim e um voto não. Então, eu convido, nesse instante, está proclamado o resultado, e cumprimentando os senhores eleitos e agradecendo os senhores escrutinadores, eu convido o Senador Cristovam Buarque para assumir essa Presidência e faço votos para que S.Exª e José Nery tenham muito sucesso nessa gestão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, com muito prazer, assumo essa cadeira outra vez, graças ao voto dos meus colegas Senadores.

Quero dizer duas coisas. Primeiro, da satisfação de ter o Senador Nery como Vice-Presidente, e eu o convido para sentar aqui. E estou certo de que vamos ter uma boa parceria. Segundo, eu quero apenas agradecer em nome de todo o Senado, até da República,

ao trabalho do Senador Paim como Presidente nesses últimos dois anos. Eu fui um frequentador assíduo e vi o belo trabalho, Senador, que o senhor fez aqui nessa Comissão. Que a gente sabe que não é das comissões que chamam mais atenção dos outros Senadores, tanto que até dá trabalho ter quórum. Mas é por isso mesmo que eu quero agradecer o seu trabalho.

E quero dizer que uma das primeiras coisas que eu quero fazer, propus ao Nery ali, quando terminou a apuração, é irmos visitar o Battisti, na Papuda, em nome da Comissão de Direitos Humanos, para ouvir um relato dele sobre a situação que ele vive. Sem comprometer a nada de posição, mas ouvi-lo. E aí, claro, outros membros da Comissão que queiram vir, estarão convidados e serão bem-vindos.

Então, está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Gerson Camata, Gilvam Borges, Paulo Duque, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Jayme Campos, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi.** Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores titulares Magno Malta, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Arthur Virgílio. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. **PAUTA.** Item nº. 01. **Requerimento nº 1, de 2009**, que requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, a comparecer em audiência conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso "Cesare Battisti". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado.** Item nº. 02. **Sugestão nº 01, de 2008**, que "Sugere a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Gestão Pública e dá outras providências". Autoria: Associação Nacional de Gestão Pública – ANGEP. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim. Parecer: Pelo arquivamento da sugestão. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03. **Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004** – não terminativo – "Altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente". Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – "Exploração Sexual" (SF). Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação do Substitutivo nos termos do texto consolidado que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 04. **Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 – não terminativo** – que "Altera o art. 38 da Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a propriedade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados". Autoria: Deputado Tarcísio Zimmermann. Relator: *ad hoc*: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 05. **Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007 – não terminativo** – que "Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatora: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Retirado de Pauta para redistribuição em virtude da Senadora Patrícia Saboya não ser mais membro desta Comissão**. Item nº. 06. **Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008 – não terminativo** – que "Institui reservas de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos". Autoria: Senador Marconi Perillo. Relator: Senador Cristovam Buarque. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta por solicitação do Senador José Nery para atender requerimento de Tramitação Conjunta com o PLC nº 180 de 2008**. Item nº. 07. **Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008 – não terminativo** – que "Altera o art. 8º da Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a redução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física". Autoria: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado.** Item nº. 08. **Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2008 – não terminativo** – que "Cria o Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA) e dá outras providências". Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador

Sérgio Zambiasi. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Retirado de pauta para reexame da matéria**. Item nº. 09. **Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2008 – não terminativo** – que "Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei n° 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências". Autoria: Senador Francisco Dornelles. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 10. **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008 – terminativo** – que "Modifica o art. 41 da Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiência as mesmas garantias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatora: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 11. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008 – terminativo** – que "Altera a Lei n° 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Cristovam Buarque. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 12. **Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008 – terminativo** – que "Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Pela aprovação da matéria com 1 (uma) emenda apresentada pelo Senador Sérgio Zambiasi. **Resultado: Adiado**. Item nº. 13. **Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007 – terminativo** – que "Altera a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **EXTRAPAUTA:** Item nº. 01 – **Requerimento nº 2, de 2009**, que requer a realização de Audiência Publica, para "debater a existência de milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais, civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários", com os seguintes convidados: Deputado Estadual Marcelo freixo e José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02 – **Requerimento nº 3, de 2009**, que requer a realização de "Audiência Publica", com vistas a debater a possibilidade de aposentadoria especial para a profissão de oficial de justiça, devendo ser convidados as entidades representativas do setor, representantes do Governo, e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03 – **Requerimento nº 4, de 2009**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001, com a presença de vários convidados. Autora: Senadora Fátima Cleide. Resultado: **Aprovado**. Às dez horas e sete minutos, o Senhor Senador Paulo Paim, encaminhou ao plenário o pedido para a Senhora Rosângela Piovizani Cordeiro, Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas e Via Campesina do Brasil fazer o uso da palavra no Plenário da Comissão, o Senhor Presidente coloca em votação e aprova. O Senhor Presidente dá a palavra a Senhora Rosângela Piovizani Cordeiro que faz uso da palavra. Às dez horas e cinqüenta minutos o Senhor Senador José Nery solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2008, que "Institui reservas de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos", para que possa requerer o apensamento a outro Projeto. O Senhor Presidente e o Senhor Senador José Nery fazem encaminhamento para que juntos possam representar esta Comissão em visita ao Senhor Cesare Battisti. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim, Flávio Arns, Serys Slhessarenko e Fátima Cleide. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares*****,** Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu declaro aberta a 2ª Reunião

Extraordinária da Comissão Permanente Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, está aprovada.

Pela ordem da pauta, o Item nº 01 é um requerimento, requeiro nos termos do art. 90, Item nº 05 do Regimento Interno do Senado Federal etc. e tal, que seja convidado Exmo. Sr. Ministro do Estado da Justiça Tarso Genro a comparecer em audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prestar esclarecimentos sobre o caso denominado Cesare Battisti. É uma sessão, uma convocação que já está feita na Comissão de Relações Exteriores e que nós nos juntaríamos, eu ponho em discussão, alguém, Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, saudando o trabalho de V. Exa., que nesse momento preside essa reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em especial para comentar o requerimento que V. Exa. propõe no sentido que o convite ao Ministro Tarso Genro para discutir processo de extradição e/ou do refúgio político a Cesare Battisti. Providência essa já tomada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, considero igualmente importante, muito importante que a Comissão de Direitos Humanos esteja conjuntamente reunida com a Comissão de Relações Exteriores para ouvir as razões, os fundamentos da decisão do Ministro da Justiça que acolheu recurso da defesa de Cesare Battisti na medida em que o Conselho Nacional para refugiado, CONARE, rejeitou por três votos a dois a concessão do refúgio político ao Cesare no mês de dezembro último. E o Ministro da justiça, acolhendo recurso da defesa optou numa decisão bastante fundamentada as razões de natureza jurídica, política e humanitária que motivam a decisão pela concessão do refúgio político a Cesare Battisti, sendo essa decisão contestada por vários setores, diga-se, setores que historicamente estão em aliança com o que há de mais conservador.

Conservadorismo e o equívoco de grandes, de grandes empresas jornalísticas, da mídia, juristas, políticos, aqui mesmo no Congresso Nacional tivemos a contestação desse ato por parte de vários Srs. Senadores e Deputados, mas eu creio que essa reunião de amanhã, Sr. Presidente, e principalmente com acento e com a participação conjunta da Comissão de Direitos Humanos, presidido por V. Exa., eu queria, inclusive, homenagear a decisão que o senhor anunciou no primeiro minuto após eleito e empossado na presidência da Comissão de Direitos Humanos que foi a preocupação em agendar uma visita ao Cesare para poder conhecer melhor os seus argumentos em relação ao fato que o envolve. Eu só posso, além de subscrever com V. Exa. o requerimento, aprovo, voto pela sua aprovação e creio que é uma importante contribuição da Comissão de Direitos Humanos, primeiro, na luta para que o próprio Poder Judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal não altere uma jurisprudência baseada apenas em um fato, no caso, o refúgio para Cesare Battisti, o pedido de extradição feito pelo Governo Italiano não se pode alterar uma legislação, uma jurisprudência apenas para um fato isolado, inclusive, podendo com isso prejudicar outras tantas situações que devemos analisar futuramente nessa questão da concessão do refúgio ou do asilo político.

Portanto, voto pela aprovação e parabenizo V. Exa. pela iniciativa, não só do requerimento, mas a disposição de V. Exa. para escutar, conversar, ouvir os argumentos, a história de um revolucionário que acreditou que era possível mudar o mundo e naquele período dos anos 70 na Itália tentou, embora possamos avaliar que os seus, a forma de luta, os métodos empregados não eram os mais adequados, mas foi uma decisão de natureza política, e por essa razão, por ser um ex-integrante da esquerda, da extrema esquerda italiana é que assim tem que ser compreendido, portanto, os eventuais crimes que se envolveu, as ações que se envolveu, são elas de natureza política. Portanto, são fundadas as razões para que o Governo Brasileiro conceda e seja respeitado na sua decisão, tanto pelas autoridades, pelos demais poderes da República do Brasil, tanto o Legislativo quanto o Judiciário, bem como, seja respeitado pelo Governo Italiano que vem demonstrando uma insistência extraordinária que não fez, por exemplo, quando Battisti ficou 14 anos sobre a proteção do governo francês, mas porque foi o Brasil que concedeu, o instituto, o asilo, o refúgio, somos tratado da forma como estamos sendo tratado, como se fosse continuar a ser uma colônia de país europeu. Não a essa intransigência, a essa insistência, todo o apoio ao requerimento e à iniciativa de V. Exa., muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, estamos votando o requerimento, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Então, na quinta-feira, quinta? Na quinta-feira, amanhã, eu convido todos os membros da Comissão de Direitos Humanos a estarem presente na Comissão de Relações Exteriores para ouvirmos o Ministro Tarso Genro que foi convidado. Item 2, sugere a criação dos conselhos federais e

regionais de gestão pública e dá outras providências, o autor é a associação nacional-—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu queria fazer um apelo a V. Exa., por uma questão de ordem, desculpe interrompê-lo no meio da leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor tem todo o direito, autoridade e experiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, antes da gente iniciar a pauta e talvez até isso permita que alguns senadores se desloquem, inclusive, para cá, nós estamos aqui com uma delegação liderada pela Rosângela que, coordenadora do movimento de mulheres camponesas e da Via Campesina do Brasil, onde ela está pedindo a nós, se nós poderíamos abrir um espaço para que ela colocasse para os senadores a situação que se encontram centenas de mulheres devido a um episódio que está acontecendo lá no Rio Grande do Sul. Eu disse a ela que faria essa solicitação para que ela colocasse aqui em alguns minutos essa questão para ver o que nós podemos, como Comissão de Direitos Humanos, ajudar na mediação, na busca de soluções que esse seria o papel, no meu entendimento, dos Senadores e Deputados preocupados com esse impasse que ora lá acontece, esse é o apelo que eu faço a V. Exa., eu sei que isso é um pouco quebra de protocolo, coisa que eu fiz já muitas vezes no passado. E se V. Exa. concordasse, seria rápido, e nós poderíamos depois, nós Senadores, ver quais os passos que nós podemos dar na busca de ajudar que se tenha, que tenhamos uma solução para essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu apenas consulto o Senador Nery, se tiver de acordo a Mesa já digo de antemão não tem nada contra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, absolutamente de acordo, porque é até uma forma de nós reconhecermos e homenagearmos a luta das mulheres brasileiras que lutam pelo direito à terra e nessa luta, não só as mulheres, mas os homens que se dedicam hoje a luta pela reforma agrária, no campo, o senhor sabe como nós sabemos que vem enfrentando esse momento, uma onda de criminalização, da polícia, do Poder Judiciário, vide as manifestações nesse dia do Ministro João Mendes, recomendando, Sr. Presidente, recomendando a que os tribunais dos Estados de forma imediata agilizem todos os processos que envolvem a questão da terra, mas não em benefício dos pequenos, em benefício dos grandes proprietários e dos grileiros de terra. Portanto, apoio, integralmente a solicitação feita pelo Senador Paim que conta, com certeza, com o endosso, como o senhor disse, dessa presidência que o senhor agora tem essa importante missão aqui na Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, Senador Nery que eu também compactuo da minha estranheza nessa declaração do Ministro. Primeiro, porque não devia ser necessário agilizar, devia ser uma prática normal, segundo, porque deu a impressão de agilizar alguns e não outros, se a gente agilizasse desde as capitanias hereditárias é possível que a reforma agrária tivesse evitado todos esses programas. Eu confesso que também estranhei bastante a declaração, mas está aprovado e eu passo a palavra a representante para, inclusive, se quiser vim falar aqui da Mesa.

SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO: Aqui está bom, tranquilo. Eu sou Rosângela do movimento de mulheres camponesa e da coordenação da Via Campesina Brasil, em primeira, queremos agradecer imensamente essa oportunidade dessa Comissão, especialmente dos Senadores que sempre foram companheiros da nossa luta, Cristovam Buarque, Paim, José Nery e outros Senadores que também pertencem a essa Comissão, mas que especialmente esses fizeram de tudo hoje para que acontecesse esse momento. Então, somos muito gratas por isso e sabemos do compromisso de vocês, inclusive, com essa causa, isso para gente dá-nos a certeza que aqui ainda tem gente que trabalha pelo fato, para os trabalhadores de fato, não é? Então, as mulheres da Via Campesina, ao longo da sua história, sempre fizeram mobilizações nessa época no oito de março, nós tiramos como jornada de luta de 8 a 16 de março. E a nossa luta sempre é ação de enfrentamento ao modelo, ao agronegócio que está atingindo os nossos territórios, avançando com imensos canaviais, imensas plantações de eucalipto.

As nossas ações ela é baseada na luta histórica das mulheres da classe trabalhadora para denunciar o que tem feito em nosso território essas transnacionais. Eu estive recentemente no sul da Bahia, eu fiquei impressionada o município da Bahia que 44% do seu município já é plantação somente de eucalipto, para nós isso é uma ameaça a soberania alimentar e por que não nacional. Porque essas transnacionais hoje tem municípios que estão tomando e decidindo muito em seu Município, e gera pobreza, gera miséria e gera muita destruição, inclusive, ambiental, é por isso que nós mulheres da Via, tiramos como luta este enfrentamento para denunciar esse modelo que não é de desenvolvimento para o povo trabalhador, para o povo brasileiro e sim para o mercado internacional.

Nós, ontem, segunda-feira, fizemos ações em vários Estados do Brasil, no Rio Grande do Sul foram

duas ações, uma das ações foi na área da Votorantim, numa área de plantação de eucalipto, éramos mais de 700 mulheres ali, e as mulheres estavam acampadas ontem, fizeram a ação, saíram, foram acampar em frente à fazenda da Votorantim, a polícia do Rio Grande do Sul como sempre que trata os movimentos sociais de uma forma truculenta e muito violenta, então, levou presas 700 mulheres para um ginásio da cidade de Candiota e seis mulheres foram levadas algemadas no camburão para a delegacia de Candiota, ontem já a noite as mulheres todo dia sem comer, sem beber água, com muitas crianças, porque as crianças fazem parte da nossa vida, porque nós mulheres, eu digo sempre isso, Senador, nós mulheres somos produtoras e reprodutoras da vida. Então, aonde a gente vai está as nossas sementes, os nossos filhos, aqui tem uma mãe, inclusive de Rondônia que é do movimento, que está aqui com seu filho, porque faz parte de nós. Então, essas mulheres foram levadas ontem à noite, então foram todas, feito as suas fichas na delegacia e liberadas, porém sete mulheres estão indiciadas.

Isso para nós fere o Direito Constitucional que é a liberdade de organização e de expressão, o que o STF está fazendo, o que o Governo do Rio Grande do Sul está fazendo é inconstitucional, porque a liberdade de expressão e de organização é garantido pela Constituição. Então, a gente quer deixar registrado esse nosso repúdio, e pedir apoio aos Senadores e também um outro fato, o fechamento das escolas, Senador Cristovam que presa muito por essa questão da educação, as escolas itinerantes do Movimento Sem-Terra no Rio Grande do Sul estão todas fechadas, as nossas crianças estão proibidas de assistirem aula nas suas escolas, nos assentamentos, nos acampamentos, isso para nós fere um direito que é de estudar, que é garantido quando a gente, por várias situações, nossos filhos não podem ir para a escola, nós somos tachadas e tudo mais e recriminadas, agora, o Governo do Rio Grande, o próprio Estado, proíbe e fecha a escola, isso para nós, além de ser muito dolorido de retirar os nossos filhos do seu espaço, mas também fere o direito de estudar e de aprender.

Nós queríamos deixar aqui esse apelo, essa denúncia e pedir apoio, então, dos senadores para que faça uma intervenção de que o Estado Brasileiro tem que estar, de fato, a serviço do povo e da comunidade, especialmente do dinheiro público, e que o direito de se organizar, o direito de se expressar, o direito de estudar é um direito do povo e dos trabalhadores e das trabalhadoras, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de abrir a palavra aos Senadores, eu quero dizer que é muito estranho, deveria se baixar uma lei obrigando todo mundo a abrir escola. Se cada industrial desse país abrisse escola, se cada banqueiro abrisse escola a gente tinha pelo menos a possibilidade de preencher o vazio do descumprimento dos Estados, eu creio que nós deveríamos aqui votar uma proposta de repúdio ao fechamento das escolas. Nós deveríamos era fazer um ato de louvor por haver entidades que abrem escolas como o MST, já visitei as escolas do MST, e quero dizer que elas preenchem um vazio que o Estado não está cumprindo. Mas deixemos essa discussão da escola para depois, primeiro quero ouvir os comentários sobre o que foi dito e que propostas, o que é que a gente pode fazer. Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Senador Paim, Sra. Rosângela, coordenadora do movimento de mulheres da Via Campesina Brasil. É triste constatar que a cada dia que passa em vez de concretizarmos o sonho da participação, da democracia, da garantia do direito básico da cidadania, nós tenhamos que presenciar, acompanhar, denunciar, fatos como esse que a senhora trás à consideração a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Creio que deveríamos aqui verificar, Presidente, a melhor forma para manifestar ao Governo do Rio Grande do Sul, o Governo dirigido pela Sra. Yeda Crusius, que por sinal, é bom que se diga o Brasil precisa ter mais consciência do que acontece no Rio Grande do Sul, um Governo que está marcado pela corrupção. Inclusive com desdobramentos muito graves, que levou o desaparecimento de membros do assessor do Governo há poucos dias com morte misteriosa ocorrida em Brasília, que até agora não explicada as motivações. É bom, fazendo uma conexão com essa situação do Rio Grande do Sul, eu queria comentar, Sr. Presidente, que é uma outra violência foi perpetrado contra o meu partido, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, que na semana passada teve apresentada uma representação pelo líder José Aníbal, Deputado José Aníbal, líder do PSDB na Câmara dos Deputados pedindo, pedindo a instalação de um processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara para cassar o mandato da Deputada Luciana Genro que denunciou as falcatruas, os golpes, a corrupção que acontece no Rio Grande do Sul e que motivou as denúncias da Deputada e que por isso ela está sendo, ontem foi notificada pela Corregedoria da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimento e a sua defesa em relação àquela ação.

Então, a motivação é a denúncia contra o desmando que acontece no Rio Grande do Sul. E agora, quer dizer, quem pede a punição de corruptos tem como resposta a tentativa de calar, uma dirigente, uma

parlamentar que tem o dever de denunciar falcatruas, fiscalizar a ação dos governos. Se é no Governo Federal, se é no Governo Estadual, portanto, eu queria fazendo conexão com esse fato, dizer, Sr. Presidente, que há uma, a meu ver, uma orquestração que reúne vários elementos para criminalizar e colocar de joelho os movimentos sociais, é a posição do STF, especialmente do seu Presidente, votando uma recomendação no CNJ aprovado de 7 a 6, pelo menos do Conselho Nacional de Justiça, recomendando pressa na apreciação de todos os processos que envolvem conflitos agrários sobretudo em benefício dos fazendeiros.

Então eu queria, Sr. Presidente, propor uma, verificar regimentalmente o que é um requerimento verbal para fazer, formalizar, fosse acolhido por V. Exa. no sentido de que possamos expressar ao Governo do Rio Grande do Sul primeiro, a nossa mais, o nosso mais veemente protesto contra o direito a livre manifestação e organização dos trabalhadores para conquistar e garantir o seu direito especialmente no acesso à terra, além disso, protestando contra o fechamento das escolas, me parece, o Senador Paulo Paim vai apresentar uma proposta, eu considero muito adequada para o enfrentamento dessa questão, para que a gente vá além do protesto, além da condenação desses atos que ocorreram, atos de violência contra as mulheres, contra sua luta no Rio Grande do Sul, eu creio que é preciso tratar mais a fundo, o Senador Paulo Paim vai nos apresentar uma proposta que eu creio que será considerada por essa Comissão. É a nossa posição, é o meu comentário e o nosso integral, absoluto e irrestrito apoio à luta das mulheres que estão numa jornada que vai até o dia 16, até o dia 16 pelo Brasil inteiro. As mulheres camponesas haverão, sim, de afirmar a sua luta em defesa da reforma agrária ocupando latifúndios, terras improdutivas e terras griladas, todo o nosso apoio a luta da Via Campesina.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, já com a chegada aqui da Senadora Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, que eu sei que pela TV Senado assistiram esse início de trabalhos da Comissão tratando sobre a situação das mulheres e principalmente aqui no caso lá do nosso querido Rio Grande do Sul.

Senador Cristovam, eu sempre digo que a gente fazer uma sessão de homenagem às mulheres é bom, é bonito e traz o debate a esses temas, mas as ações têm que ser o ato que suceda a sessão de homenagem, num momento como esse, em que nós estamos assistindo, pela fala aqui do próprio Senador José Nery, esse quadro preocupante em todo o cenário nacional. Não é uma questão somente do Rio Grande do Sul, é no Rio Grande do Sul e em outros Estados também. A Comissão--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, o senhor me permite, e Sr. Presidente, um aparte, dizer que eu pretendo comentar daqui a pouco, mas o meu Estado do Pará, a Confederação Nacional da Agricultura, presidido pela nossa colega Senadora Kátia Abreu, entrou ontem no Tribunal de Justiça do Pará com um pedido de intervenção federal no Pará, exigindo, exigindo que seja cumprida as 111 reintegração de posse, inclusive de áreas tido como áreas griladas, é um assunto, e inclusive, Senador Paulo Paim, eu pretendo comentar depois, porque é uma ação orquestrada nacionalmente para pôr de joelhos os movimentos sociais no campo e, o senhor bem disse, infelizmente não é só no Rio Grande do Sul, porque se fosse no Rio Grande Sul nós voltaremos os olhos para lá e estaremos todos lá, mas infelizmente é uma ação orquestrada nacionalmente que deve merecer o mais veemente repúdio de todos nós que estamos aqui, viemos e somos da luta dos trabalhadores, e não vamos permitir que esses ataques continuem assim, tanto no judiciário quanto dos fazendeiros de forma impune, inclusive no Pará, tentando a intervenção federal, porque o Estado, assim como o Estado antes do Governador Simão Jatene, ficou com mais de 200 reintegrações por cumprir e nem por isso os agentes do agronegócio, do grande empresariado rural entraram com o pedido de intervenção federal no Estado, desculpe Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não tem problema, só quero concluir aqui para fazer a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em resumo Senador Cristovam, virou moda como aqui foi dito já essa onda de criminalizar os movimentos sociais. Acho que a Comissão de Direitos Humanos, aproveitando a oportunidade por tudo que falou aqui a Rosângela, nós deveríamos, eu sei que é um tema delicado, eu sei que é um tema que divide aqui a Casa, mas nós deveríamos trazer esse debate para a Comissão de Direitos Humanos, porque é uma questão de Direitos Humanos independente de quem é contra ou favor os movimentos sociais, claro que nós somos favor dos movimento sociais isso não tem dúvida nenhuma. Mas acho que a Comissão tinha que dar esse debate não pode continuar sempre os fatos acontecendo, nós até registramos a nossa solidariedade, mas o debate não vai na profundidade devida. Por isso, Senador Cristovam, eu queria, claro, consultando os Senadores de nós chamarmos uma audiência pública, com data e hora determinada para debatermos essa questão da

criminalização dos movimentos sociais, porque isso é um assunto para a Comissão de Direitos Humanos, para mim não é nem da Comissão de Agricultura, não é de reforma é Direitos Humanos. Por isso que a proposta concreta que eu queria fazer, é isso, chamar aqui os que pensam diferente, inclusive, com a maior tranquilidade e estabelecermos aqui um debate para ver se damos um basta nisso, achar que movimento social não pode se mobilizar eu que venho do movimento sindical me lembro de uma oportunidade que às vezes conto, nós saímos em plena ditadura de Canoas a Porto Alegre, saí com cinco mil, chegamos com 20 mil e nem na ditadura os trabalhadores naquele momento foram espancados da forma que hoje a gente vê as questões acontecendo.

Por isso que a melhor forma de buscarmos uma solução para essa agressão aos movimentos sociais e trazermos aqui ao debate, e convidarmos todos que quiserem conversar, a Comissão de Direitos Humanos ouvirá a todos e com certeza baseado nesse debate, franco, transparente é que nós podemos ajudar a resolver, por exemplo, a situação das mulheres que nesse momento foram, olha o fato aqui contado é impactante para todos nós, 700 mulheres presas num ginásio, durante toda a noite, sem nenhum tipo de assistência devida, em primeiro lugar porque foram presas, segundo não terem nenhuma assistência e agora algumas sendo inclusive processadas judicialmente. Seria essa a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador eu quero dividir em duas partes isso, uma é essa sua idéia para a gente trazer para aqui o debate sobre o problema da terra e queria que o senhor preparasse um requerimento para que esse assunto seja debatido aqui. O segundo é o caso dessas mulheres que foram presas ou estão ainda, estão ainda? Estão indiciadas, foram soltas, que a gente precisa fazer uma manifestação que seria bom pensar em relação ao Governo do Rio Grande do Sul.

Confesso que eu já estou com tanto conflito com esse governo por causa do piso salarial, inclusive estive lá segunda-feira no movimento dos professores, lamentavelmente ontem não deu quórum na Assembléia para derrubar o veto da Governadora que vetou, que vetou a decisão da Assembléia de, não vou usar a palavra anistia das faltas porque não é esse o caso, de mandar pagar os dias de aula que foram repostos depois da greve, foram repostos, então, não foi a anistia às faltas. E ela vetou, ontem não houve quórum para votar, mas de qualquer maneira alguma coisa essa Comissão tem que fazer para manifestar que isso não pode ser feito impunemente, talvez até um contato com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o Senador Paim talvez saiba quem é que está na direção. Bem, não havendo mais nenhum pronunciamento, eu consulto as Senadoras presentes se querem fazer algum uso. Aparentemente não, então, eu quero agradecer muito, manifestar -–

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigado Senador Cristovam, nosso companheiro, apenas para dizer duas coisas, uma justificar o meu atraso, porque estava com a agenda superlotada, mas tentei chegar e consegui, e outra para dizer que a gente endossa, totalmente, eu cheguei aqui e ouvi toda a fala do nosso Senador Paim, e grande parte da fala do nosso Senador José Nery que a gente não vai ser repetitivo aqui, eu sempre tive lado, no meu Mato Grosso, o Movimento Sem-Terra sabe qual é o meu lado. A gente sempre esteve junto e apoiando dentro dos nossos limites e possibilidades em todos os sentidos, desde o sentido de estar na luta, de caminhar 30 quilômetros juntos, de fazer todas as nossas ações possíveis dentro dos nossos limites e dizer para a companheira que em nome dela a gente está apoiando, toda a nossa solidariedade a vocês e óbvio que sob a liderança do nosso Senador Cristovam aqui como Presidente dessa Comissão estaremos apoiando todas as decisões pela Comissão, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só respondendo a pergunta que V. Exa. fez, a assessoria aqui da Serys, da Serys já me informou que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos lá da Assembléia é o Dionísio Marcon e com certeza faremos contato com ele para interagirmos de forma conjunta essa Comissão e aquela Comissão sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu farei contato com o Presidente da Comissão e o Senador Paim como gaúcho seria bom que fizesse também, Senadora Fátima Cleide, só um detalhe, Senadora Serys, eu cheguei à conclusão que aqui a gente não tem que pedir desculpa pelo atraso, a gente tem que pedir desculpa quando chega na hora, porque deixou de fazer alguma coisa, quando a gente chega na hora é, porque deixou de fazer alguma coisa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Super importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, também só para endossar como falou a Senadora Serys as palavras do Senador Paim, do Senador José Nery, colocar aqui a nossa, não apenas solidariedade, mas disposição total de estar na luta junto com as mulheres campesinas, com o movimento de trabalhadores rurais sem-terra neste país, e dizer também Senador Cristovam que acho que nós devemos fazer um grande movimento pela reabertura das escolas do MST lá no Rio Grande do Sul. Acho um absurdo que foi feito pelo Ministério Público e pelo Governo do Estado no Rio Grande do Sul, porque essas escolas têm contribuído e muito para a formação e cidadania, quem dera nós estivéssemos escolas como essa, escolas do MST em todo o país, eu mesma estou apresentando uma emenda, emenda individual ao orçamento para construção de uma dessas escolas no meu estado. E não é por conta das ameaças dos horrores que a gente escuta nos plenários da Câmara e do Senado contra o movimento e pela criminalização do movimento que a gente vai, deve recuar daquilo que a gente acredita, da defesa dos valores e dos princípios que o MST defende, e que nós também defendemos, mas Sr. Presidente, eu queria atenção aqui da Comissão nesse momento, porque fui informada de que há uma representação de jovens da UJS, da juventude, inclusive do PCdoB que está aqui na entrada do Senado Federal desejando conversar com o Senador Demóstenes Torres que é o Presidente da CCJ, acerca de um assunto que também nos interessa muito, viu, Senador Paim? Que é a questão das cotas nas universidades e eles estão sendo impedidos de entrar. Então eu gostaria de pedir ao Senador Cristovam, como Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos, que se reporte também ao primeiro secretário da Casa, Senador Heráclito Fortes, e peça que, por favor, a casa do povo não impeça a entrada do povo. Então, que os nossos jovens possam conversar com o Presidente da CCJ, porque agora há uma regra que sendo movimento social só entra três.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que ontem eu tive de ir lá fora no gramado para poder conversar com uma pequena Comissão um grupinho pequeno que queria discutir o problema do FIES eu tive de ir lá fora, porque não deixaram entrar aqui, está ficando difícil, alguma coisa tem que ser feita, quero também sugerir eu vou levar para a Comissão de Educação alguma discussão sobre isso das escolas do MST, eu acho um absurdo fechar a escola. Ainda mais escolas em lugares onde não há outras e terceiro, que faz um bom trabalho, nós deveríamos fazer uma moção pedindo que os ruralistas abram escolas e não que o MST feche escolas. Bem, eu quero agradecer e conte conosco aqui, é nossa obrigação, aliás.

SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO: Nós agradecemos bastante em nome da Via Campesina e das mulheres que estão em luta nessa semana, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom, o item seguinte sugere a criação de conselhos federais e regionais de gestão pública, o Relator é o Senador Valter Pereira que sugere o arquivamento. Sem a presença dele a gente não pode, mas já pode *ad hoc*, já veio mais de uma vez? O Senador Paim pode, então, fazer o relatório *ad hoc.*

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ...2008, apresentada pela Associação Nacional de Gestão Pública, ANGEP, constituída de ante Projeto de Lei, justificação e ofício assinado pelo seu Presidente, Sr. Eduardo de Melo Machado. A sugestão apresentada tem como propósito sensibilizar os membros desta Comissão e demais congressistas para deliberação do primeiro encontro de gestores públicos do Brasil, ocorrido na cidade de Brasília, nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2007, dentre as deliberações daquele encontro, foi determinada a criação da entidade proponente, ANGEP, que ficou encarregada de organizar a classe profissional, encaminhar ao Congresso Nacional a presente sugestão: Com vistas à criação do Conselho Federal de gestão pública, formalizada nos termos da missiva endereçada ao Presidente do Senado Federal no dia 11 de fevereiro de 2008. Entendeu o nobre Relator, mediante o seu parecer de opinar nos termos do inciso II, do Parágrafo único, do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal pela improcedência e consequentemente pelo arquivamento da sugestão nº 01 de 2008, esse é o relatório do nobre Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão a proposta de arquivamento, não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação, que estiver de acordo permaneça como estão, está aprovado. Irá para o arquivo.

Outro projeto não terminativo da Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 250 da Lei 8.069 de 13 de junho 1990 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. A relatora é a Senadora Fátima Cleide, o autor é a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Para a Exploração Sexual, está na página 28 e vem o parecer pela aprovação do substitutivo nos termos do texto consolidado que apresenta. Eu peço a Senadora que apresente o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, como nós já fizemos, esse projeto já foi aprovado, já foi aprovado nesta Casa, já passou pela Câmara eu

só queria ressaltar que nós opinamos pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 255 de 2004 que altera o art. 250 do Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hóspede crianças e adolescentes desacompanhado dos pais ou responsáveis sem autorização.

Sr. Presidente, o art. 1º desta, deste projeto substitutivo diz o art. 250 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: *"Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária em motel, hotel ou congênere. Pena, multa. Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 dias. Parágrafo 2º, se comprovada a reincidência em período inferior a 30 dias o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada."*

Sr. Presidente, este § 2º é o que vem de novidade da Câmara, e nós somos pela aprovação desse projeto de extrema necessidade e urgência para que a gente possa combater este crime de pedofilia e principalmente a rede de prostituição infantil que, apesar de todo o trabalho levantado pela CPI da pedofilia realizada na Câmara há anos atrás pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no ano de 2003 e pela CPI atual do Senado Federal, infelizmente é um crime que ainda se pratica todos os dias e muitas vezes com a omissão e com a conveniência dos comerciantes do setor hoteleiro no nosso país este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria, queria não, quero, e faço questão de dar o meu parecer, a minha opinião favorável a esse projeto tão bem relatado com as alterações feitas pela nobre Senadora Fátima Cleide, no momento como esse em que a gente tem visto, infelizmente, assustados, horrorizados todo o debate que acontece na CPI da Pedofilia, e que estamos vendo, infelizmente também, esse debate a nível nacional de estupro, violência, agressão às crianças e adolescentes, esse projeto vem, pelo menos ampliar a segurança das crianças proibindo que isso aconteça da forma tão bem aqui redigida, por isso, com certeza, e com muita convicção e com muita satisfação, Senadora Fátima Cleide, eu voto favorável ao seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo, Senador Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, já votaria favor do relatório da Senadora Fátima Cleide nesse projeto de autoria da CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes, sem nenhum comentário, porém, devo aduzir aqui que os fatos mais recentes que temos acompanhado, da brutal violência, exploração e crime cometido contra as nossas crianças, que a CPI da Pedofilia está investigando e se aprofundando e constatando-—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, eu quero fazer uma grande justiça, o brilhante trabalho feito pelo Senador Magno Malta nesse tema na CPI de pedofilia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, é de justiça reconhecer, como faz o Senador Paulo Paim, e eu me associo, o trabalho do Senador Magno Malta na presidência da CPI da Pedofilia está contribuindo para que a população, para que as pessoas vítimas desse crime denuncie de forma muito contundente esses crimes que normalmente ficam, ou não são até registrados, não são feito ocorrência nas delegacias, nem no Ministério Público, nem nos conselhos tutelares, mas a CPI da pedofilia nesse contexto, Senadora Fátima Cleide, está ajudando as pessoas a tomar mais coragem, a iniciativa de denunciar. Prova disso é que a presença da CPI no Estado do Pará, na última semana de quinta a sábado passados, além de ter ali a oportunidade de investigar o envolvimento de autoridades locais, em especial um deputado estadual, ex-DEM, que é o partido logo após, logo após a sessão da CPI na Assembléia Legislativa na sexta-feira, pediu formalmente, Presidente, a expulsão do Deputado Sefer, porque no depoimento que nos prestou ficou comprovado, constatado, demonstrado todas as contradições o que demonstra que o Deputado tem envolvimento com aquele crime tão bárbaro, há o abuso, a violência, uma criança durante quatro anos, dos nove aos 13 anos. Vinda do interior para estudar na cidade, segundo ele para tratar como filha, mas nem a adoção promoveu e só o conhecimento desse e de outros fatos envolvendo também criança na mesma idade, sempre entre nove e 12 anos, nove e 14 anos, ficou claro para nós o envolvimento.

E isso provocou em apenas dois dias da CPI lá na Assembléia Legislativa, a CPI do Senado Federal presidida pelo Senador Magno Malta e com a presença também lá do Senador Geraldo Mesquita, 50 novas denúncias chegaram à Comissão durante os trabalhos da CPI lá no Pará. O que significa que a presença da CPI investigando esses casos emblemáticos, porque outros casos serão investigados por uma CPI em andamento na Assembléia Legislativa do Pará.

Portanto, aprovar o relatório da Senadora Fátima Cleide, como ela diz, projeto que já tramitou na Câmara dos Deputados aqui na CCJ e agora vem para deliberação final da Comissão de Direitos Humanos dizer que essa medida, essa criminalização clara de quem hospedar ilegalmente crianças ou adolescentes desacompanhado do seu pai ou responsável, é muito importante para fortalecer essa luta, essa luta contra a impunidade, contra esses crimes e, portanto, o relatório da Senadora Fátima Cleide tem todo o nosso apoio, o nosso endosso e o nosso voto favorável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais oradores eu ponho em votação, quem estiver de acordo permaneça como estão. Está aprovado.

Vamos para o Projeto de Lei da Câmara nº 156 de 2008, altera o art. 38 da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 do Estatuto do Idoso, para garantir a propriedade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas dos programas dele mencionados. O autor é o Deputado Tarcísio Zimmermann, o relator é o Senador Leomar Quintanilha, mas eu solicito ao Senador Flávio Arns que faça a leitura do relatório se estiver de acordo, obviamente. Está na página 42.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu farei uma abordagem sucinta, Sr. Presidente, para que os outros projetos não terminativos possam também ser objeto de apreciação na Comissão de Direitos Humanos.

O presente projeto que é do Deputado Tarcísio Zimmermann e que tem a relatoria do Senador Leomar Quintanilha, se faz necessário devido a dificuldade da pessoa com idade acima de 60 anos para se locomover quando pavimento das residências são superiores a dois ou mais andares. Isto é recorrente, inclusive nas residências construídas pelos programas sociais de habitação. Então, nesse sentido, o Projeto de Lei tem por objetivo garantir a propriedade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas nos programas que são mencionados pelo autor, então nesse sentido o parecer do Relator que eu acompanho, é pela aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação os que estiverem de acordo permaneça como estão, está aprovado.

Eu vejo o Sr. Medeiros lá atrás muito atento, esse deve ser um projeto do seu gosto especial como grande líder daqueles, da melhor idade como eles chamam.

Vamos para o Projeto de Lei 522 nas relatoras(F), é a Senadora Patrícia Saboya que já não está entre, como membro da Comissão. Por isso eu vou retirar o projeto e vou pedir ao Senador Paim que seja o Relator. O projeto acrescenta inciso X, § 1º no art. 473 da consolidação das leis do trabalho, aprovado no decreto tal e tal, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho por até sete dias anuais para acompanhantes de dependentes de portadores de deficiência. Mas eu quero apenas que o Senador seja Relator do projeto, porque, não agora, não *ad hoc*, para substituir a Senadora Patrícia Saboya. Vamos ao item 6, Projeto de Lei do Senado nº 344 de 2008, institui reserva de vagas nos concursos de graduação das instituições públicas de educação superior pelo período de 12 anos para estudantes oriundos do Ensino Fundamental e Médio, o projeto é do Senador Marconi Perillo e eu sou o Relator.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo, então, a presidência.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, antes do senhor passar a presidência, para que o senhor pudesse relatar o projeto, eu queria fazer uma ponderação e uma proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Certo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tendo em vista que a Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, projeto que trata das cotas para estudantes do ensino público, do ensino médio, do ensino fundamental, da educação básica, na verdade, oriundo da educação básica e de escolas públicas, trata de cota para o acesso à universidade, esse projeto já aprovado na Câmara veio ao Senado, está no Senado para a nossa apreciação.

Eu queria indagar a V. Exa. se não seria mais adequado para que nós não votássemos um outro projeto, como caso esse de autoria e relevante autoria do Senador Marconi Perillo, mas ao fazermos a votação do projeto aqui, implica regimentalmente, num envio dele à Câmara tratando de um tema onde há um projeto similar já aprovado lá. Pergunto se não seria adequado sugerir que houvesse uma, um tratamento dessa matéria conjuntamente com o projeto que está chegando, que já chegou ao Senado para que tivesse, então, um único relatório aproveitando a contribuição que esse projeto de autoria do Senador Marconi Perillo e relatado por V. Exa. pudesse ser incorporado e feito um substitutivo, na verdade, que contemplasse não só as idéias apresentadas do projeto original daqui do Senador Perillo, bem como as proposições que o senhor faz em vosso relatório.

Eu sugeria talvez uma tramitação conjunta para que pudéssemos ganhar tempo e com certeza, no

mais breve espaço de tempo mesmo podemos ter esse instrumento aprovado que eu considero da mais alta significação para o acesso da nossa juventude ao ensino superior, sobretudo aqueles que vem garantindo as cotas para aqueles que vem da escola pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa considera muito procedente a sua proposta, eu quero ouvir os demais senadores se algum quer falar, não havendo, os assessores informam que o senhor tem que fazer um requerimento à Mesa do Senado para que haja o apensamento desse projeto ao que já está. Mas eu considero correto, não havendo nenhum que queira se pronunciar eu considero, então, que está aprovada a sugestão do Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E respondendo a V. Exa., então, irei redigir o requerimento para que essa providência seja adotada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a nossa assessoria está à sua disposição para colaborar nisso. Passamos ao item 7, altera o art. 8º da Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95, para permitir os aposentados de baixa renda a redução das despesas com medicamentos da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, o autor é o Senador Paulo Paim e o Relator o Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra para apresentar o seu parecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso. O projeto do Senador Paulo Paim, como de hábito, é altamente meritório. Ele pretende alterar a lei do Imposto de Renda das pessoas físicas e através desta alteração permitir que aposentados ou pensionistas que ganham abaixo de 6 salários mínimos, possam deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda despesas com medicamentos para uso próprio e para uso dos dependentes. As normas atualmente vigentes permitem apenas o abatimento de despesas com medicamentos desde que os pacientes estejam internados.

Então, o projeto é meritório, Sr. Presidente, diria por duas razões, a primeira delas, porque o custo para aposentados e pensionistas com medicamentos pode significar uma parcela significativa do salário, da pensão, da aposentadoria, do ganho dos aposentados e pensionistas.

E, além disso, também, hoje em dia todos nós sabemos que o tratamento médico em inúmeras situações não mais acontece em ambiente hospitalar e sim em ambiente domiciliar. Razão pela qual o medicamento poderia ser abatido no contexto hospitalar, também deve ser repensada esta situação até para haver uma adequação com o atendimento em saúde mais moderno que acontece na própria casa, para que essa despesa possa também ser abatida do Imposto de Renda.

Essa matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos na seqüência, mas do ponto de vista social é altamente relevante, importante e por causa desses aspectos que nós temos o voto pela aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo qualquer outra opinião, eu ponho em votação, quem estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

E mais um projeto em benefício da população da boa idade. O projeto agora do Senador Suplicy, o Relator Senador Sérgio Zambiasi. Nenhum dos... Esse projeto tem certos vícios legais que precisam ser reanalisados e o Senador Suplicy está ao par disso. Então, está retirado de pauta.

Vamos ao item nº 9 que prorroga até 31 de dezembro de 2014, a vigência da Lei 8.989 de 24 de fevereiro de 95, que dispõe sobre isenção do imposto de produtos industriais na aquisição para a utilização do transporte autônomo e passageiros, bem como, por pessoas portadoras de deficiência físicas e dá outras providências, o autor é o Senador Francisco Dornelles o Relator é o Senador Flávio Arns a quem passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Projeto de Lei, como já enfatizado prorroga a vigência da lei que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados, chamado IPI, aos automóveis de passageiros e fabricação nacional quando adquiridos por pessoas com deficiência e por taxistas. Então, é uma lei que vem tendo um impacto muito positivo nas duas áreas que permite a locomoção da pessoa com deficiência, a possibilidade de compra do veículo pela família, inclusive dessa pessoa e também pelos taxistas, a vigência dessa lei inspira agora nesse ano, 31 de dezembro de 2009, e a proposta meritória, importante, necessária do Senador Francisco Dornelles é que ocorra a prorrogação desse prazo até 31 de dezembro de 2014.

Então, é uma proposta importante, socialmente justificável e este Projeto de Lei na seqüência irá também para a apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão esse último

projeto, porque os demais são terminativos. Não havendo qualquer pronunciamento, está em votação, quem estiver de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Temos agora dois requerimentos na Mesa, um do Senador Nery, que eu peço que faça a apresentação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Estou requerendo a realização de Audiência Pública para debater a existência de milícia em comunidade do Estado do Rio de Janeiro com forte indício de envolvimento de policiais civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários. Requeiro que seja convidado para essa audiência o Sr. Deputado Estadual Marcelo Freixo, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que destina-se a investigar a ação de milícias no âmbito daquele Estado. Também seja convidado o Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. E ainda solicitar a V. Exa. e eis que verbalmente uma presença também de entidades de Direitos Humanos que trabalham e tem denúncias e acompanharam essa questão da existência de milícias envolvendo agentes públicos no Estado do Rio de Janeiro. É o requerimento que eu proponho à consideração dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, não havendo, Senadora Cleide? Não, não havendo quem queira se pronunciar está aprovado e nós vamos tomar as medidas para levar adiante a sugestão do Senador Nery. O segundo requerimento é do Senador Paulo Paim, a quem eu peço que faça.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu gostaria também, eu tenho um requerimento eu gostaria que fosse colocado extra pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente de forma muito rápida, como nós temos aqui a Comissão do Idoso, eu, meio que, meio que faço uma adequação de alguns temas de aposentadoria com a situação do idoso, então, o que eu fiz, Senador Cristovam? Eu apresentei esse mesmo requerimento para ninguém diga, a gente fez isso no passado, que esse tema seria mais da Comissão de previdência que é lá da Seguridade Social, eu estaria propondo que a gente fizesse uma Audiência Pública de forma conjunta, se possível, dessa Comissão e também da Seguridade Social para tratar dessa questão da aposentadoria especial para os profissionais que atuam como oficiais de justiça, essa é a intenção, mas eu vou articular lá também para ver como a gente pode combinar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, não havendo quem queira se pronunciar, está aprovado. Eu sugiro, Senador que traga os nomes das entidades que devam ser ouvidas. A Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, também, muito rapidamente para propor a esta Comissão a realização de uma Audiência Pública para debater a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerância, uma avaliação de Durban 2001, com a presença dos seguintes convidados: Pedro Abromovay do Ministério da Justiça; Rosane Fernandes, representante dos povos indígenas brasileiros; Marcos Cardoso, representante da coordenação nacional das entidades negras; Daniel Cara, representante da campanha mundial pelo direito à educação; Sílvio Albuquerque, embaixador, membro da delegação brasileira; e Magali Neves também membro da delegação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, não havendo qualquer opinião, está aprovado.

Antes de encerrar eu quero lembrar aos membros da Mesa, da Comissão que eu tomei a iniciativa, mas quero ouvir se tenho o apoio de todos de que na próxima quarta-feira, quinta? O Senador Nery e eu, vamos visitar o Battisti para ouvir a versão dele e trazer para cá o assunto, se for o caso. Eu consulto se os Srs. Senadores estão de acordo, embora tenha sido uma decisão quase que por iniciativa minha consultando o Senador Nery, mas eu pergunto se a Comissão permite que eu esteja lá de certa maneira representando? Nós vamos visitar o Battisti, e traremos aqui, depois, o que ouvimos dele para ver se há ou não o que fazer de nossa parte. Podemos depois decidir que não estamos de acordo com a decisão do asilo, que estamos de acordo ou que não nos pronunciemos, vamos apenas ouvi-lo. O Senador Nery tem uma posição muito firme e clara sobre isso, eu tenho evitado me pronunciar até aqui sobre o assunto, mas acho que a gente não pode ficar o tempo todo calado diante de nenhum tema. E antes de tomar uma posição pessoal ou da Comissão se for o caso. Eu quero ouvi-lo.

Então, é uma informação que eu faço e aproveito para lembrar que foi aprovado bem no comecinho aqui o requerimento de que a Comissão de Relações Exteriores que vai receber o Senador Tarso Genro sobre esse assunto será uma reunião conjunta, da Comissão

de Relações Exteriores com a Comissão de Direitos Humanos e eu convido todos para estarem presentes na quinta-feira, na quarta-feira, amanhã, às 10 horas. Na quinta-feira às 2 horas.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h04.

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA EM CONJUNTO COM A 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de março do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Cristovam Buarque**, reúnem-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, José Nery, Mão Santa, Flávio Arns, Heráclito Fortes**, **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Tião Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Efraim Moraes, Marco Maciel, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Augusto Botelho** e do Senador não-membro **Romeu Tuma** e dos Deputados Federais **Jair Bolsonaro** e **José Eduardo Cardozo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Eduardo Azeredo, declara abertos os trabalhos, submetendo às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 5, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Nos Termos do Art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do Art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, a comparecer em audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti". Aprovado. O Presidente faz a leitura do expediente para o conhecimento da Comissão: "Recebimento do Aviso nº 95, de 2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.227/2001-0, pelo plenário daquela Corte na sessão ordinária de 11/02/2009, que trata da auditoria de natureza operacional realizada no programa EMAER-32, sobre a aplicação dos recursos oriundos da cobrança das tarifas aeroportuárias, no âmbito do Comando da Aeronáutica". O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, "para prestar esclarecimentos, acerca do denominado caso Cesare Battisti", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes e dos Requerimentos nº 1, de 2009 – CDH e nº 5, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. O Presidente convida para comporem a mesa o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro; o Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; e o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luís Paulo Barreto. O Presidente concede a palavra ao Ministro **Tarso Genro,** para fazer sua exposição. O Senador Eduardo Suplicy sugere que seja exibido um vídeo em que o pugilista cubano Erislandy Lara é entrevistado. O Presidente autoriza a exibição das imagens. O Senador Cristovam Buarque assume a Presidência. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, José Nery, João Pedro, João Tenório, Pedro Simon, Antonio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando a presente Ata os Secretários José Alexandre Girão Mota da Silva e Altair Gonçalves Soares que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente CRE.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sras. Senadoras e Senadores que o aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, submeto ainda à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras o Requerimento nº 05 de 2009 da Comissão de Relações Exteriores de autoria do Senador Cristovam Buarque, que versa nos seguintes termos: os termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Estado da Justiça Tarso Genro a comparecer à audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti. Em votação. Aprovado.

Ainda para conhecimento da Comissão, eu quero dizer que recebemos o Aviso nº 95, de 2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.227/2001-0, pelo plenário daquela... O requerimento...

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, que eu não entendi. O senhor colocou em votação o requerimento, esse requerimento não havia sido aprovado anteriormente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Coloquei aprovado o requerimento para audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Direitos humanos. Que eu não tinha compreendido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É que agora eu estou só lendo esse aviso recebido do Tribunal de Contas, pelo plenário daquela corte na sessão ordinária de 11/02/ 2009 que trata da auditoria de natureza operacional realizada no programa EMAER-32 sobre aplicação dos recursos oriundos da cobrança das tarifas aeroportuárias no âmbito do Comando da Aeronáutica. Então esses dados estão à disposição de todos os Sr. Senadores.

Passamos agora então à apreciação da pauta de audiência pública sobre o denominado caso Cesare Battisti em atendimento aos Requerimentos nº 01/2009 de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado dia 05/03/2009, e o da Comissão de Direitos Humanos também nº 01 de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado dia 11 de março; e ainda o Requerimento nº 05/2009 da CRE de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado hoje. Registro então a presença do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

E convido para compor a mesa o Exmo. Sr. Tarso Genro, Ministro do Estado da Justiça. Convido ainda o Sr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça, e Luiz Paulo, Secretário-Executivo também do Ministério da Justiça.

Sr. Ministro, queremos agradecer o seu pronto atendimento ao convite formulado por esta Comissão para discutir o chamado caso Cesare Battisti, de maneira que já, de pronto, quero lhe passar a palavra para fazer a sua exposição. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu poderia aqui com licença do Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Um momento. Então, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Além, de saudá-lo, saudar o Secretário-Geral do Ministério, o Secretário Nacional de Justiça, que, infelizmente, não toma mais a minha benção, disse que só toma do senhor, e isso tem me entristecido um pouco, V. Exa. Presidente.

Porque eu tinha uma informação a passar como obrigação da designação ao Senador Cristovam Buarque sobre o chip. E hoje pode até perguntar ao Ministro. Mas as informações, eu estive pessoalmente na Polícia Federal, conversei com o Diretor, conversei com o responsável pelos passaportes, e não há nenhuma indicação de que possa ser usado o chip individual de vigilância, e ele tem desconhecimento que os Estados Unidos possa fazer isso pela incapacidade até de profissional, não da não existência de tecnologia. Ali o que vende são chips, por exemplo, na área de segurança de um empresário de grande poder econômico, de colocar o chip para poder evitar um seqüestro ou qualquer coisa, mas o passaporte não possui, e nem há intenção internacional. A própria Interpol está modernizando os passaportes. O Brasil já está expedindo os novos passaportes. Ainda não são em todas as cidades, não é isso Dr. José Paulo? Não são em todas as cidades, ainda não teve a capacidade de modernizar todos os passaportes. Mas eu queria tranqüilizar V. Exa., que realmente não há do conhecimento das autoridades polícias brasileiras desta possibilidade do americano estar acompanhando individualmente cada cidadão americano.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permita-me, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Simplesmente para explicar ao Ministro que talvez esteja assustado com este assunto. É que eu estive numa reunião com um norte-americano aqui, semana passada, e, de repente, ele tirou o passaporte do bolso e disse: "Esse passaporte carrega um chip que diz aonde eu estou em qualquer lugar do mundo. E pelo

satélite eles podem saber com quem eu estou se tiver em espaço aberto". E disse: "Outros países estão elaborando esse sistema, inclusive, o Brasil". Então, eu aqui fiz a pergunta para sabermos. E agradeço muito pessoalmente ao Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que pode estar havendo é o chip de identificação, esse pode estar, por quê? Porque hoje não tem no chip o menor o nome do pai e da mãe em aberto. Então, a leitora vê se é ou não a família. Então chips--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Chip de identificação, não de segmento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --De identificação, de vigilância não, mas identificação sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Então, com a palavra agora o Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Secretário Romeu Tuma Júnior, Secretário-Executivo Luiz Paulo Barreto. Srs. Presidentes, eu queria, em primeiro lugar, agradecer essa oportunidade de diálogo com essas duas importantes Comissões do nosso Senado Federal que representam, sem a menor sombra de dúvida, toda a qualidade política, institucional dessa alta Casa, e que tem o dever de questionar os Ministros de Estado, ou outras autoridades em assuntos de grande importância política, como se tornou essa questão do refúgio do Sr. Cesare Battisti em nosso País. É sabido que o nosso Supremo Tribunal Federal apreciou outros casos semelhantes ao do Sr. Battisti, quatro casos, e que não tiveram a mesma repercussão de que teve esse caso, assim como as autoridades italianas, naquela oportunidade, também não manifestaram o mesmo interesse que manifestam a respeito do Sr. Battisti. E esse interesse do governo italiano, evidentemente, é que outorgou grande importância, e que valoriza esse debate, esses esclarecimentos que eu tenho o dever de dar a V.Exas.

O ato de concessão de refúgio é um ato político do Executivo que deve ser fundado juridicamente em todos os países civilizados. Faz parte de todo o acúmulo do Direito Internacional Público e das eventuais relações privadas que orientam a concessão do refúgio, essa característica essencial conquistada, particularmente, no plano dos direitos humanos e dos direitos políticos depois da segunda guerra mundial.

Eu pretendo fazer uma exposição rápida, porque tenho convicção que o mais importante são as perguntas que serão feitas aqui, e que eu terei o enorme prazer em esclarecer. Mas me permito prestar algumas informações preliminares para que o debate seja um debate baseado em pressupostos normativos de Direito Interno e de Direito Internacional para que a gente possa raciocinar e lidar, tanto tecnicamente, como politicamente com essa questão de maneira adequada.

No plano normativo internacional global o direito de asilo é preconizado no art. 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, e seu protocolo adicional de 1967, assim como a Convenção de Viena sobre relações consulares e os Convênios de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais de 1967.

No plano internacional regional americano são marcos legais do direito de asilo a carta da Organização dos Estados Americanos, a Declaração Americana Sobre os Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Protocolo Adicional à Convenção Sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir Tortura, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a Declaração de Cartagena.

Em relação à Carta da Organização dos Estados Americanos, o art. 3º determina que os estados americanos proclamem os direitos fundamentais da pessoa humana sem distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo. De acordo, com a Declaração Americana Sobre Direitos e Deveres do Homem, o Estado deve respeitar aos direitos fundamentais do indivíduo como direito à vida, à liberdade e à integridade pessoal. Especificamente, no tema de refugiados o art. 27 dispõe: "Toda pessoa tem o direito de procurar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição que não seja motivada por delitos de direito comum, e de acordo com a legislação de cada país e com as convenções internacionais". É bom mencionar que o pedido de extradição feito pelo estado italiano, fundado em decisão judicial faz o pedido de extradição por cometimento de crimes contra o estado. A Convenção Americana estabelece no art. 22 que o direito de circulação e de residência resultam em crucial proteção aos refugiados e solicitantes de refúgio ao estabelecer tanto o direito ao asilo, como princípio da não devolução. O art. 22 desta Convenção diz que: "Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com crimes políticos, e de acordo com a legislação de cada estado e os convênios internacionais".

Faço essa menção, porque a legislação brasileira, a lei de refúgio, a nossa lei de refúgio está estribada, portanto num acúmulo originário dessas relações internacionais, e nos direitos políticos de direitos civis que dela decorre.

É necessário salientar, neste caso concreto, do Sr. Battisti que a sua conceituação como refugiado político tem um precedente, que foi a sua permanência na França durante onze anos e meio, reconhecido pelo então governo do Presidente Mitterrand a partir da chamada Doutrina Mitterrand como refugiado político. Naquela oportunidade ocorreram no território francês diversos militantes políticos que estiveram envolvidos em atos de violência contra o estado italiano, os chamados: anos de chumbo na Itália. Naquele momento em que mesmo mantida a ordem democrática e o estado democrático de direito, ocorreram uma série de movimentações que proporcionaram organizações clandestinas, tanto de ultra-esquerda ou de extrema esquerda, organizações clandestinas de natureza fascista que cometeram uma série de violências contra autoridades italianas, uma série de violências contra adversários políticos, e redundaram num "caldo de cultura" que levaram à barbárie do assassinato no Premier Aldo Moro.

Quando esses refugiados chegaram ao território francês o Presidente Mitterrand que, obviamente, não pode ser acusado de simpatizante com qualquer ato dessa natureza, solicitou que aqueles que quisessem permanecer em solo francês fizessem uma declaração que renunciava a luta armada. Essa luta armada que foi deflagrada por motivos políticos dentro do estado italiano que reagiu de acordo com a sua constituição, inclusive, votando, naquela oportunidade, normas de exceção para combater essas organizações violentas que sacudiam o panorama político italiano.

Todos aqueles que assinaram este compromisso foram acolhidos, de fato, como refugiados, o caso do Sr. Battisti que esteve em território francês durante onze anos e meio, considerando pelo estado francês, que não pode ser qualificado como estado democrático de direito débil, como um refugiado político que estava protegido pelas leis do Direito Internacional e pelo Direito Interno Francês mediado por essa decisão da Doutrina Mitterrand originária do Presidente da República.

Quando muda o ambiente político francês inicia-se a dissolução da doutrina Mitterrand, e, portanto, aquele compromisso assumido pelo estado italiano começa a ser esvaziado pelo governo do Presidente Chirac. Isso causou, certamente, um conjunto de anormalidades e perturbações nas relações internas dos refugiados, o que determinou a fuga do Sr. Battisti e a sua chegada ao Brasil, onde solicitou refúgio, depois de estar clandestinamente no território nacional.

Quando nós decidimos pelo refúgio, um recurso o qual esse Ministro era a instância recursal, nós não levamos em consideração, em nenhum momento, qualquer fato que desabonasse a existência de um estado de direito na Itália, muito pelo contrário, nós dizemos de maneira escrita e formal no nosso despacho, parte essa do despacho que jamais foi divulgada até agora, embora fossem muito bem divulgados os argumentos do governo italiano solicitando o refúgio do Sr. Battisti, solicitando o cancelamento do refúgio do Sr. Battisti numa constante alusão ao nosso País, e, inclusive, a própria fragilidade da nossa soberania, e, inclusive, fazendo juízos a respeito dos juristas brasileiros, como se aqui no Brasil fosse um país de dançarinas e não de juristas, esquecendo que nós temos orgulho que este é um país de dançarinas, sim, e é um país de grandes juristas.

Esta decisão foi tomada rigorosamente dentro da tradição jurisprudencial brasileira do Supremo Tribunal Federal em decisões que foram tomadas em diversas oportunidades, e levando em consideração esse reconhecimento do estado francês do Estatuto de Refugiado, de fato, concedido ao Sr. Battisti.

Numa parte do nosso despacho, que os senhores devem ter conhecimento, os Srs. Senadores e Senadoras, nós dizemos que o estado italiano reagiu legitimamente contra aqueles que se insurgiam naquele momento em armas, se insurgiu dentro das regras do Estado de direito. Mas nós também fizemos um comentário que é um comentário doutrinário, que é um comentário teórico e doutrinário sobre a questão do estado, e que nós queremos manifestar aqui. Nós dizemos em nosso despacho que todo Estado de direito contem sempre o germe da exceção, e que, em determinados momentos de perturbação política, em determinados momentos de ameaça de anomia, em determinados momentos de perturbação em que o Estado tende a perder o controle da estabilidade social, a exceção pode aparecer, e sem desconstituir o Estado de direito e o regime democrático se tornar, inclusive, instrumento normativo para o combate à desestabilização que está sendo promovida contra o Estado. E não é estranho a que os Estados de direito componham Tribunais de exceção e instituições prisionais de exceção. E quando se reconhece isso não está se dizendo que aquele Estado se tornou um Estado ditatorial ou que deixou de ser um Estado de direito, basta ver, por exemplo, que é impossível negar e deixar de afirmar que existe democracia política nos Estados Unidos, que os Estados Unidos são um Estado de direito, mas que é um Estado de direito que

em determinados momentos constituem instituições prisionais em território estrangeiro, instituições de exceção, e que, inclusive, buscou normas de exceção para aprovar, inclusive, como elemento probatório confissões obtidas sobre tortura, refugiando-se, portanto, na exceção para, segundo essas autoridades, e aqui não estou fazendo juízo de valor, estou fazendo uma análise jurídica e política do estado de direito para manter o próprio Estado de direito, segundo afirmações do próprio governo americano e dos seus juízes que acataram e agora começam a desmontar, graças ao Presidente Obama, essas excepcionalidades. Portanto, quando nós afirmarmos o nosso despacho que a exceção, eventualmente, convive com o Estado de direito, e que ela pode causar, sim, a partir do ocorrido na época um fundado temor de perseguição, nós não estamos agredindo o Estado de direito italiano, nem a sua tradição jurídica, muito menos, o conteúdo iluminista das suas instituições. Aliás, é o ex-ministro Francesco Cossiga um dos autores dessa legislação que faz uma carta dizendo: "Vocês são delinquentes políticos". Que no juízo do Sr. Cossiga são piores do que delinquentes comuns. Mas isso não é o que diz o Direito Internacional, e não é o que diz o Direito Interno Brasileiro.

Portanto, eu lamento que em alguns momentos tenham assacado contra o despacho que eu proferi não somente preconceitos ideológicos e preconceitos políticos sem examinar o conteúdo jurídico das suas afirmações para tentar formar um juízo na opinião pública que antecede o julgamento do Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal que, inclusive, já havia julgado casos análogos, inclusive, havia derrotado por 9 a 1 a proposição de revisão da lei, da revisão interpretativa da lei que consagra o despacho do Ministro como apto para interromper o processo de extradição.

Quero dizer a V.Exas. que também recebi a informação que está tramitando, ainda não chegou ao Ministério da Justiça, que eu saiba, um pedido de refúgio, o Secretário Luiz Paulo, o nosso Presidente da Comissão Nacional de Refugiados, solicitando o refúgio para o integrante, um jovem integrante naquela época, tinha 18 ou 19 anos de um esquadrão fascista que foi recrutado por motivos políticos para esse esquadrão e cometeu delitos análogos a esses que estão imputados ao Sr. Battisti.

Eu quero dizer a V.Exas. que se chegar até este Ministro o pedido de refúgio desse cidadão e as condições factuais, as condições materiais, as condições políticas que envolvem a posição daquele então jovem fascista forem as mesmas do Sr. Battisti, este Ministro dará um despacho concedendo a ele o refúgio. Porque isto é uma postura de neutralidade do Estado em relação à lei e ao Direito Internacional. Isto é desidiologizar uma questão que não está na esfera da política partidária, mas está na esfera dos direitos humanos e do Direito Internacional, e que obriga o administrador vincular-se a esses preceitos para decidir sob pena dele incorrer numa postura que não atende aos pressupostos do Estado democrático de direito que ele representa naquele despacho.

Quero dizer a V.Exas. que o nosso País, também depois se quiserem, posso comentar, não é o caso em função desses pressupostos que eu coloquei de comentar o processo na Itália. Mas posso comentá-lo se for necessário, porque estudei o processo, li o processo, tenho um juízo sobre ele. E entendo que, independentemente dos elementos políticos legais que envolvem essa decisão, também haveria pressupostos de avaliação de prova e de técnica processual para conceder o refúgio ao Sr. Battisti.

Quero apenas citar um fato estribado na Jurisprudência do nosso País. O nosso País, pelo nosso Supremo Tribunal Federal, dezenas de vezes anulou penas porque concluiu que o réu não teve ampla defesa, que para o réu não foi obedecido o princípio do contraditório, e quando o Supremo Tribunal Federal decide isso ele não impugna na ordem jurídica do país, ele se manifesta sobre um fato concreto, e nem desconstitui um Estado de direito de um país, faz um juízo sobre um determinado processo. E a mim, apenas como argumento subsidiário, me parece que não há exercício da ampla defesa, como exige a constituição e a lei brasileira, no caso do Sr. Battisti, porque ele deu uma procuração em branco e foi preenchida a posteriori por um advogado que ele não conhecia, que defendeu coréus que o denunciaram. Ou seja, não há, pelo menos, no material apresentado à justiça brasileira, na minha opinião, a demonstração de que houve a ampla defesa, ou que foi obedecido o princípio do contraditório expressamente em relação ao Sr. Battisti.

Então, são essas as minhas informações iniciais. Eu quero dizer que esta questão tem sido debatida na Europa, onde o Brasil tem sido, inclusive, em minha opinião, muito agredido na sua soberania por determinadas falas de autoridades italianas, mas, felizmente, há um contraditório em andamento. O escritor e filósofo Bernard Henri Levy, por exemplo, que não pode ser apontado como simpatizante, sequer, da esquerda, como sou eu uma pessoa de esquerda, e foi ministro do Presidente Chirac, é um dos defensores da ideia correta de refúgio ao Sr. Battisti no país. A ex-candidata a presidente Ségolène Royal, a Sra. Danielle Mitterrand, intelectuais e professores da Espanha, de Portugal, intelectuais franceses estão

olhando para o Brasil neste momento, o Brasil que já deu asilo político para o General Pidou que conspirou para assinar, por diversas vezes, o grande General De Gaulle, e que aqui recebeu acolhimento do Brasil. Já deu refúgio para pessoas das mais distintas origens e colorações político-ideológicas, e que se organiza de cumprir os seus compromissos internacionais e observar o Direito Internacional, sem nenhum tipo de preconceito e sem nenhum tipo de distorção político-ideológica em questões dessa natureza, e com essa seriedade. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Ministro Tarso Genro. Passaremos então à lista de inscrição que já está aberta. O primeiro inscrito é o Senador Heráclito Fortes, autor do Requerimento de audiência pública para discutir o assunto Cesare Battisti. Senador. Um momento, Senadores. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda ontem eu conversei com o Senador Heráclito Fortes que é o autor do Requerimento para que o Ministro Tarso Genro pudesse ser convidado para aqui esclarecer o assunto Cesare Battisti. E no requerimento dele ele também faz menção à questão dos boxeadores cubanos que foram enviados à Cuba em 2007. Como surgiu há cerca de duas semanas, na Rede Globo, no programa Esporte Espetacular uma declaração do próprio boxeador Erislandy Lara que juntamente com Guillermo Rigondeaux foram encaminhados daqui para Cuba, e depois saíram de Cuba, uma vez que não tiveram o direito de participar das competições classificatórias para as Olimpíadas de Pequim e resolveram sair de Cuba, e agora estão em Miami, segundo o noticiário. Mas como esse pugilista fez uma declaração altamente esclarecedora sobre as indagações que o próprio Senador Heráclito Fortes e outros aqui fizemos, eu perguntei ao Heráclito se ele estaria de acordo que pudéssemos passar, brevemente, as declarações feitas pelo próprio Erislandy Lara ao jornalista da Rede Globo de televisão que acredito, pelo menos, contribuirão para o esclarecimento, e o Senador Heráclito disse que estava de acordo com isto, e quem sabe isso possa até preceder a indagação que ele formulará se o Ministro considerar adequado e os Senadores, Sr. Presidente. Já está tudo pronto para passar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não só concordo, como acho da maior importância a exibição desse vídeo. Eu quero deixar bem claro aqui que a minha convocação ao Ministro Tarso Genro não entra no mérito da questão do Sr. Cesare Battisti, e, sim, no tratamento diferenciado dado pelo Ministro nos dois casos envolvendo os cubanos e envolvendo o Sr. Cesare Battisti.

Eu gostaria, para facilitar ao Senador Suplicy, que ficasse à disposição também aqui a fita do vídeo do depoimento do Ministro, inclusive, com a participação do Secretário-Geral, quando deram informações inverídicas a esta Comissão sobre o episódio, inclusive, sobre prefixo de avião. É bom para relembrar um pouco aqui os fatos como ocorreram. Porque o Senador Suplicy com essa sua vocação de justiceiro teve um cuidado de dizer uma coisa que eu considero fundamental. Ele não disse que os cubanos saíram de Cuba, fugiram de Cuba, ele disse que os cubanos saíram. V. Exa. se antecipa à informação que recebi de entidade de direitos humanos cubana que dizem que a saída deles foi uma farsa negociada, para que os que colaboraram para a fuga não ficassem expostos à opinião pública nacional. V. Exa. pelo fato já de, com cautela, dizer que eles saíram e não fugiram, ajuda e muito a tese que eu aqui defendo. De forma que eu acho fundamental a exibição desse vídeo, mas também que seja colocado à disposição da Comissão os vídeos de quando o Ministro esteve nesta Casa com o Secretário-Geral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito.

Antes, portanto, de assistirmos o vídeo que segundo, informações do Senador Suplicy, é de três minutos. Eu pediria só aos que estão aqui presentes que, pelo Regimento, não é permitido a colocação de faixas ou cartazes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, faixas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cartazes que foram colocados ali ao fundo. Tudo bem. Mas vamos continuar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria também que o Senador Suplicy desse um depoimento das viagens que ele fez à Cuba tentando um diálogo com os boxeadores e não conseguiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Isso eu acompanhei de perto essa questão. Realmente, ele não conseguiu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para ver exatamente o clima de liberdade com que esses rapazes espontaneamente deram entrevistas a respeito da matéria. E proponho que esta Comissão permita que alguns Senadores, inclusive, eu me disponho, ou convidemos o cubano para vir ao Brasil, ou

nós entrevistarmos o cubano lá, à nossa dispensa, Senador Suplicy, sem ônus para o Senado. Nós irmos a Miami ouvi-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos lá. Então, Senador, eu peço à secretaria que possa começar então o vídeo que está... Não quer iniciar... Quer antes do vídeo ainda?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL–PA): Não. Eu queria me inscrever, mas também dizer a V. Exa. que o senhor a pouco fez a observação em relação aos cartazes exibidos aqui no plenário. Eu já fiz a observação de que as pessoas seguirão a orientação de V. Exa. Mas eu queria que orientasse a polícia legislativa, a segurança no sentido de não incomodar nenhuma pessoa que está ali assistindo democraticamente esta importante audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente. A audiência é livre, é aberta. Não há nenhuma restrição a que assistam. Apenas à questão das faixas, e que eu pedi antes que tirassem sem chamar a polícia legislativa. Eu não fiz isso. Eu só pedi a eles mesmo que não usassem as faixas. Por favor, então a secretaria pode começar.

[apresentação de um vídeo].

"Eu tinha um contrato assinado na França com eles. Eles foram me buscar nos Jogos Pan-Americanos do Brasil, decidimos fugir, mas as coisas não deram certo". Lara e Rigondeaux chegaram a se encontrar com o advogado da empresa no Brasil, mas o caso repercutiu na mídia brasileira, e a Polícia Federal buscou os atletas por todo o País. Quase duas semanas depois de terem fugido na Vila do Pan, Lara e Rigondeaux acabaram sendo reconhecidos e pegos pela polícia numa pousada na Região dos Lagos, Estado do Rio.

"Eles foram para a Alemanha e nos deixaram sozinhos, não ficou ninguém. Nós voltamos para Cuba". A rápida ação da polícia na deportação dos lutadores provocou muita polêmica e críticas ao governo brasileiro por não ter concedido refúgio aos atletas. Pela primeira vez, e com exclusividade para o Esporte Espetacular, Erislandy Lara conta o que realmente aconteceu.

"Nós quisemos voltar à Cuba não foi pelo Governo Brasileiro e nem por ninguém. Já que as coisas deram errado, então sabíamos que não íamos mais poder lutar lá, mas tomamos uma decisão e quisemos voltar".

Enquanto estava no Brasil o cubano falou com o Presidente Lula. "Ele me tratou bem, me ofereceu tudo que podia fazer, até que voltei para Cuba. Ele perguntou se eu queria ficar no Brasil, eu disse que não, que queria voltar para Cuba".

De volta para casa. Perto da família e longe do esporte por ter fugido teve caçado o direito de lutar boxe. Não era mais um atleta para os dirigentes da ilha comandada pela família Castro. Mas Lara não desistiu. Se para lutar era preciso fugir ele estava disposto a tudo. Com a empresa alemã ele já tinha um contrato assinado, a filial nos Estados Unidos era o destino. Lara decidiu tentar novamente sair de Cuba, era voltar a ser boxeador e receber por isso, ser profissional. "O título mundial amador ganhei na China em 2005, ganhei o prêmio de 5 mil dólares, mas esse dinheiro eu não vi, porque foi de mão em mão. Eu desci no ringue e tive que entregá-lo para os dirigentes, não tive nenhum benefício dos 5 mil.

Amigos, família e a pátria ficaram para trás. Em uma lancha Lara fugiu, chegou a Cancun no México. A escolha estava feita. Ele não podia mais voltar atrás. De Cancun para a Alemanha onde encontrou os representantes que planejam sua carreira profissional. Hoje Lara tem um passaporte alemão. Mas algumas perguntas ficam no ar: Lara jamais ganhou o suficiente para viver dignamente do boxe em Cuba. "Não tinha o que queria, nem o que precisava. Para encontrar o que precisava em Cuba tinha muito trabalho. Se queria algo era difícil, tinha que fazer negócios sujos com a polícia. Em Cuba passava necessidades". Então como pagar uma lancha para fugir? Como se manter dois meses em Cancun? Como chegar até a Alemanha? Quem pagou por tudo isso? Ricardo de Cubas, americano, filho de imigrantes cubanos, e Armet Omer turco que vive em Hamburgo na Alemanha dono da empresa. Lara, de Cubas e Armet, três pessoas, duas versões distintas para uma mesma história: a fuga.

"Vamos deixar bem claro. Nós não ajudamos ninguém a sair de Cuba, é um crime federal aqui nos Estados Unidos, e a pena é de 20 anos de prisão. E nós não temos nada a ver com isso, apenas promovemos lutadores".

"Claro que não podemos pagar uma lancha para eles escaparem de Cuba. Lara tinha dinheiro suficiente e pagou por isso".

"Não fui eu, tudo foi feito com a Arena Promotion, o pessoal da minha agência, o grupo alemão"

A lei dos Estados Unidos prevê uma condição especial para os cubanos no país, literalmente após pisar no solo americano, o imigrante não pode mais ser preso, é considerado legal e com prazos indefinidos recebe documentação para se manter nos Estados Unidos. Lara hoje vive em Miami, na Flórida, cidade de clima agradável. Faz calor na maior parte do ano, imigrantes não faltam e o capitalismo seduz. Hoje o carro é luxuoso, o apartamento em um belo condomínio, a televisão e o vídeo game são de última geração.

"Estou tranqüilo aqui. Não tenho preocupação com comida, do que vou comer hoje. Em Cuba tinha que inventar para comer. Aqui não, se eu não tenho

comida vou à esquina e compro carne, pão". Nos Estados Unidos, Lara vive casado com Yuriorkis, cubana que conheceu na Alemanha. Os treinos são nesse ginásio. Quem passa pela rua não imagina que esse prédio é onde o campeão sua sem parar. Para animar e amenizar o ritmo alucinante dos exercícios, música genuinamente cubana, lutar é também bailar pelo tabulado, swingue não falta ao povo da ilha caribenha. Encontramos Lara durante quatro dias. Com ele conhecemos as belezas de Miami, tudo de bom que o dinheiro conquistado pode comprar, novidades na vida de quem passou por tantos problemas.

"Quando viajava trazia coisas para a minha avó vender, comprava roupa e vendia, dava dinheiro para minha mãe, tinha que fazer negócios para sobreviver". Chegar a Miami é o início da consolidação da carreira como profissional, já que aqui nos Estados Unidos se paga mais do que em qualquer outro lugar do mundo para lutadores de boxe. Lara segue o seu caminho com um objetivo muito claro. "Confio em mim, tenho boa preparação, técnica, juventude e creio que não devo ter problemas para disputar o título mundial". Para tornar o sonho em realidade e ser campeão mundial agora entre os profissionais, Lara já se mostrou disposto a tudo. No seu caminho adversários são pequenos perto das dificuldades já vencidas. Na quarta luta como profissional o clima era de final de campeonato de futebol. Torcida que foi à loucura em um minuto e nove segundos. Esse foi o tempo que ele precisou para levar a nocaute o americano Keith Gross e se manter invicto.

Voltar a Cuba hoje é impossível para Lara. Ele é considerado um desertor, abandonou a pátria para buscar o seu sonho. "Estou feliz, mas não contente, porque não tenho minha mãe, meus filhos, minha irmã aqui; eles sempre estiveram comigo a todo momento. Minha mulher estava na Alemanha, tenho uma família com ela, o filho dela é como se fosse meu filho, e estamos os três lutando". Esse é Erislandy Lara um lutador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Agora, então com a palavra o Senador Heráclito Fortes para a sua participação, com ele que é o autor juntamente com o Senador Flexa Ribeiro do pedido de audiência aqui nas Relações Exteriores e do Senador Cristovam Buarque na Comissão de Direitos Humanos. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sras. e Srs. Senadores, o meu pedido para que essa audiência pública hoje, esse convite fosse realizado prendeu-se exclusivamente no fato do tratamento desigual dado pelo Ministro da Justiça em duas questões: a questão, a maneira como o Brasil agiu com relação aos cubanos, meu caro Suplicy, foi desumana, foi criminosa. Tanto é prova que a matéria na Revista Veja resgata tudo aquilo em termos de informações que nós quisemos obter, da Revista Isto É, perdão, nesta Comissão aqui, nesta mesma sala. As informações repassadas ora pelo próprio Ministro, ora pelo seu Secretário-Geral, em nenhum momento condiziam com a realidade, e a matéria de V. Exa. me ajuda. Aquele momento o que se afirmava é que a Polícia Civil do Rio de Janeiro tinha sido encarregada da operação de resgate dos cubanos. Ali as imagens mostram que foi a Polícia Federal. Veja a diferença. Minha preocupação, Senador Suplicy, é com a sua biografia, com a defesa dos seus colegas boxeadores. Não é possível, Senador Suplicy, que a gente continue querer encobrir um erro histórico. O Brasil agiu, neste caso dos cubanos, como a revolução lá atrás, a Ditadura agiu com a Olga Benário. Eles tiveram mais sorte, porque houve uma negociação, e V. Exa. foi cauteloso ao dizer que eles não fugiram. Mas sim. Saíram. E V. Exa. conhece bem o assunto, porque foi lá, pelo menos, duas vezes. Mesmo assim, não teve, sequer, o direito de avistar-se com o cubano ainda remanescente na ilha, naquela época. Foi, inclusive, palavras de V. Exa. por uma roda de Senadores, foi inclusive, desaconselhado pelos diplomatas brasileiros, para que os rapazes não participassem, não fossem perseguidos. Paralelamente, a isso a pressão externa em cima de Cuba por conta da exposição permanente do governo brasileiro facilitou essa rápida livre saída. Eles não fugiram nesses pneumáticos que estão sendo mostrados aí, e nem naquelas bóias aonde o risco de vida de cada um é grande. Eles foram em lanchas confortáveis adredemente preparado. Isso é o motivo, foi o motivo da minha solicitação da presença do Ministro, porque acho que é preciso a nação ter explicações sobre isso. Naquele momento a argumentação aqui é de que eles ficaram, coitadinhos, preocupados com os familiares lá na ilha. E agora não tem mais preocupação, os familiares continuam lá. O que é que há de verdade nisso? Aliás, Sr. Ministro, a facilidade com que nós levamos cidadãos cubanos que estão aqui no Brasil refugiados para Cuba é impressionante.

No dia 30 de agosto do ano passado, a partir do dia 30 de agosto um Learjet da Força Área Brasileira foi deslocado para Goiânia para transportar para Cuba uma senhora que vivia clandestinamente no Brasil há mais de 25 anos. Sofreu um acidente, foi a um hospital e no hospital encontraram irregularidade na documentação dela, e ela foi devolvida num avião requisitado pelo Ministério da Justiça, Sr. Ministro. A partir do dia 30 de agosto o avião ficou à disposição para fazer esse voo. Deve ter feito entre o dia 30 e o dia 1º. Fiz

um pronunciamento aqui da tribuna pedindo esclarecimento, e até hoje não recebi resposta, até hoje não recebi resposta. Qualquer dúvida o Secretário pode ligar para o setor responsável de deslocamento de aviões na Força Aérea para o exterior, e vai ver mais esse fato, não é Sr. Presidente?

Com relação ao episódio Cesare Battisti não é demais esclarecer, aliás, tem um artigo aqui, Cesare Battisti Refúgio ou Asilo? De Carlos Eduardo Caputo Bastos e Márcio Garcia. Mal os conheço, mas recebi. E eles fazem uma diferenciação aqui interessante. "Nunca é demais recordar que refúgio, que o refugiado é vítima da injustiça, e não alguém que foge da justiça". E mais: no caso Battisti os crimes que são atribuídos... Eu não entro no mérito do caso Battisti. Vou lhe dizer com toda honestidade, eu não conheço. O Ministro pode estar coberto de razão ou pode estar coberto de erro, daí porque eu acho que a grande instância, a instância é o Supremo para resolver essa questão. Eu não entro nesse mérito, não quero cometer, não sou leviano, não tenho tradição de leviandade. Eu não entro no mérito da questão Battisti, eu não conheço o caso. Não posso lhe dizer se ele foi condenado à revelia, circunstância que foi. Não posso lhe dizer por que é que a Primeira-Dama Carla Bruni veio aqui pedir por ele, se agiu como Primeira-Dama da França ou como cidadã italiana, são questões que precisam ser esclarecidas.

Agora o Brasil tem tradição de repúdio ao terrorismo. Se as apurações feitas contra o Sr. Battisti é de terrorismo, não é tradição brasileira esse tipo de atitude.

Eu gostaria, Sr. Presidente, portanto, que essa matéria da Revista Isto É ficasse registrada nos anais da Casa, porque ela é muito grave. Ela mostra, inclusive, que um agente secreto do governo cubano, Sr. Tomás Issac Mendez Parra, veio para o Brasil num avião da empresa de petróleo da Venezuela para levar esses rapazes que saíram espontaneamente. E para tanto, contaram também, com a colaboração do Sr. José Ilário um cubano que mora em São Paulo, e que ajudou não só a localizar os cubanos, juntamente com os policiais designados, como também ajudou a colocá-los dentro do avião. Está aqui.

Por que um avião venezuelano? Por que a rapidez do episódio? Por que a calada da noite do embarque? Portanto, Sr. Ministro , Sr. Presidente, esse é um fato coberto de mistérios. E acho que o governo brasileiro poderia ter passado sem isso.

Eu peço inscrição ordinária para, se necessário, voltar ao assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, citado me sinto na responsabilidade de esclarecer alguns pontos. Primeiro: quando ocorreu o episódio dos boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara que foram encaminhados no avião venezuelano para Cuba. Naquela circunstância, que entendi como difícil, eu resolvi escrever uma carta juntamente com o maior pugilista da história brasileira, Éder Jofre, campeão mundial dos galos, pois dele sou amigo, fui colega na Câmara Municipal, mas antes, na minha adolescência, eu treinei boxe com ele, inclusive, e de quando em quando me convidam para fazer luvas com ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele apanhou muito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apesar dele ser peso galo, e eu ser hoje um peso pesado. Olha, querido Senador Heráclito, olha, o Éder Jofre continua a ser, e ele está próximo dos 70 anos, eu acho que tem a minha idade, eu tenho 67, mas ele tem uma forma física invejável, é extraordinária. Inclusive, continua a realizar seus exercícios diariamente. É um exemplo de saúde e de esportista para todos os brasileiros até hoje. Pois bem.

Então, ele veio à minha casa e nós redigimos juntos uma carta muito respeitosa ao Comandante Fidel Castro para que ele pudesse compreender que ainda que tivessem os pugilistas cubanos abandonado os Jogos do Pan, e ainda que conforme o Comandante Fidel Castro disse na sua... Porque ele escreveu três artigos para o Grama(F), pelo menos, sobre isso, e dito que eles tinham cometido um erro grave semelhante aos daqueles que estão numa batalha, abandonam os seus companheiros em meio à batalha, e que isso era extremamente grave. Mas que eles seriam bem tratados em Cuba. Mas ele não afirmou, com clareza, que eles teriam direito de, novamente, disputar as olimpíadas em Pequim que era o grande sonho deles. Então nós fizemos um apelo para que pudesse Fidel Castro e Ruz compreender que, às vezes, as pessoas cometem erros e deveriam dar a oportunidade a ele de voltar. E eu entreguei essa carta ao Embaixador, pessoalmente, de Cuba no Brasil. Fui à Embaixada. Disse a ele que a carta seria publicada na Folha, e eu falaria da tribuna do Senado. O Embaixador Pedro me estranhou: "Mas como? O senhor vai entregar uma carta? Vai ler, tornar público um apelo?" Eu falei: "Eu vou porque se trata de uma questão importante que eu acho que precisa ser pública". Mas ele entregou a carta ao Presidente Fidel Castro, mas que, infelizmente, até hoje não me respondeu.

E é fato, conforme o Senador Heráclito relatou, que eu estive em Cuba em janeiro último. Fui convidado para participar de um simpósio, um diálogo entre cubanos e alemães por parte da Fundação Frederick Herbert que há muitos anos sempre me convida para simpósios e tal. E estranhei porque uma semana antes do diálogo fui comunicado pela Fundação Freaderick Herbert que a contraparte cubana havia dito que eu não poderia participar. Então, eu fui à Embaixada Cubana, fui ao Itamaraty, conversei com o Presidente Lula, e ele falou: "Acho que é melhor você esclarecer isso". E então me recomendou e eu falei com o Ministro Interino do Itamaraty e em questão de horas no dia seguinte, ou de sexta para segunda, fizeram o convite para que eu fosse a Cuba e tivesse ali diversas ações, e eu perguntei: "Mas será que é por causa do meu apelo ao Presidente Fidel Castro sobre os pugilistas que ocorreu isso?" E ali fui recebido pelo Sr. Sérgio Cervantes que, no aeroporto e tudo, inclusive, esclareceu uma série de episódios, e eu manifestei a disposição minha de ir à casa do Sr. Guillermo Rigondeaux para dialogar com ele. E é fato, e eu relatei ao Senador Heráclito Fortes, que foi me recomendado de não fazer isso, porque eu poderia criar um incidente, um problema, porque o Sr. Rigondeaux e o Sr. Lara estavam sendo considerados, pela opinião pública cubana, como tendo cometido uma falta muito grave de traição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem é a opinião pública cubana? Para esclarecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pelo povo cubano. Nas palavras dele isso me foi dito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dele quem? Houve algum plebiscito para ouvir o povo cubano sobre isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu ouvi V. Exa. com atenção, eu vou ser breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, para concluir, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu quero aqui dizer: é a minha intenção de voltar a escrever nova carta ao Comandante Fidel Castro, ao Presidente Raul Castro Ruz, aos dois irmãos, para que eles tenham a devida consideração para com esses esportistas. O Presidente Lula, e isso está citado na minha carta, poucos dias antes do que eu escrevi, mencionou a vontade dele de que nas Américas possa haver a livre circulação de pessoas. V. Exa., Presidente Eduardo Azeredo, e o Presidente que me antecedeu, sabe das inúmeras vezes que eu aqui tenho batalhado por este ponto. Nós precisamos nas Américas ter a integração, não apenas do ponto de vista da livre circulação dos capitais, dos bens e serviços que o Presidente Lula tem defendido, mas também do que é mais importante: dos seres humanos. E eu que batalho e o fiz novamente e recentemente, inclusive, entregando a carta de todos nós Senadores e Deputados ao Embaixador dos Estados Unidos Clifford Sobel junto com a Presidente da Comissão de Amizade Brasil/Cuba. Com ela, entreguei a carta de todos nós pedindo que acabe com o bloqueio econômico/cultural e de pessoas em relação a Cuba para o Presidente Barack Obama. Eu batalho e nisso eu sou solidário, Senador Heráclito Fortes, a esta causa, de qualquer ser humano, inclusive dos pugilistas. Quero que qualquer ser humano tenha liberdade. E vou escrever nesta carta ao Presidente Fidel Castro e ao Presidente Raul Castro, porque ele soube junto a um dos maiores esportistas das Américas compreender e ter uma atitude de quem diz: "Você errou, mas eu quero lhe dar uma nova oportunidade". V. Exa. sabe qual é esse grande esportista. O Senador Heráclito Fortes sabe qual é.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi. Repita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que V. Exa. não estava prestando atenção. Qual o grande esportista das Américas que teve depois de ter cometido um erro grave, do ponto de vista, do exemplo a todos os seus compatriotas? Maradona. Pois bem, o Comandante Fidel Castro, depois de Maradona ter tomado muito álcool, ter engordado, ter sido não no exemplo do melhor atleta--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabenizo-lhe pelo exemplo que V. Exa. cita agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Foi o então Presidente Fidel Castro Ruz que disse a ele: "Maradona, venha aqui a Cuba. Nós temos um excelente centro de recuperação para quem ingeriu algumas coisas e fizeram mal ao seu corpo. E nós aqui daremos uma nova oportunidade". E Maradona se recuperou de tal forma que hoje é o técnico da Seleção Argentina, e já jogou diversos jogos, inclusive, dando o exemplo. Então, eu quero fazer um paralelo e aqui faço ao Comandante Fidel Castro Ruz, ao Presidente Raul Castro, demonstre também compreensão. Quem de nós, às vezes, não cometem erros? Sim, os pugilistas cubanos cometeram erro grave. Imagine deixar a delegação na véspera deles se tornarem campeões dos Jogos Olímpicos do Pan aqui no Rio de Janeiro, porque saíram às vésperas disso. Não disputaram. Mas eles são excelentes. Eu contei também ao Senador Heráclito Fortes que o próprio Ministro da Embaixada de Cuba foi à residência de Guillermo Rigondeaux, conversou com ele pessoalmente, e este lhe disse, como agora disse aqui Erislandy Lara, que sim, ele, de fato, assinou, Ministro Tarso Genro, e ele quis voltar

a Cuba, quis voltar aos seus familiares. Naquela ocasião foi sincera a assinatura dada... Ele próprio, Vilmar Coutinho, Ministro de nossa Embaixada. Eu não fui lá para não causar um outro problema ali, mas continuo interessado, e aqui formulo publicamente ao governo de Cuba, mostre da mesma maneira como fizeram com Maradona. Se os dois pugilistas cometeram erro, eles merecem ter a oportunidade de lutar boxe, inclusive, por Cuba e, quem sabe, sagrarem-se campeões mundiais, mas tendo a oportunidade de conviver com os seus familiares cubanos e todos aqueles que em Cuba, e disso eu sei, os admiram por serem esportistas extraordinários. De um lado há um ponto, Sr. Presidente, que Sérgio Cervantes me disse: "Olha, acontece que em Cuba eles eram pessoas pobres que tinham origem humilde, e Cuba deu todas as condições para eles se tornarem campeões", e assim por diante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, possa concluir porque nós temos ainda cinco oradores inscritos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desculpe-me. Mas o próprio Senador Heráclito gosta sempre de estimular-me a esclarecer as coisas. Mas eu aqui procuro esclarecer da maneira a melhor possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E o Senador Heráclito pede a palavra outra vez. Rapidamente, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero apenas prestar esclarecimento ao Senador Suplicy. Eu estava absolutamente prestando atenção ao que ele dizia. Quero lhe dizer que me assustei e fiquei em pânico. Minutos antes V. Exa. disse que tinha, era o [ininteligível] de Éder Jofre. A sensação que eu tinha quando V. Exa. bateu na mesa é que ia me nocautear. E eu não queria de maneira nenhuma. Confesso que fiquei em pânico.

Agora, a pergunta de V. Exa. jamais seria respondida por mim, porque dizer que o Maradona é um dos grandes ídolos da América, o maior ídolo da América é uma injustiça. Eu prefiro ficar com o Pelé, com o Romário, com o Ronaldo, com o Zico. Eu prefiro ficar com esses que são exemplos na vida e no esporte.

Agora eu gostaria que o Sr. Presidente solicitasse ao Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O meu ponto é que toda pessoa tenha o direito de, uma vez cometido erros, se recuperar, reconhecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Deixa-me finalizar. Sim, mas isso não invalida a minha admiração pelo Pelé e pelos brasileiros citados.

Agora eu quero concluir. Queria solicitar ao Senador Suplicy que enviasse a esta Comissão a carta-resposta que recebeu do Comandante Fidel Castro sobre o episódio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não recebeu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O correio de Cuba está em crise? Porque a carta tem vários anos, um ano e meio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É de 2007.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora para finalizar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para avisar que nós temos que ouvir o Ministro novamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero finalizar, Sr. Presidente. O Suplicy ficou muito... E eu conheço o espírito dele, ele pede que haja o retorno à liberdade de ir e vir entre Cuba e os demais países. Quero solicitar a ele que aproveite a oportunidade deste encontro do Lula com o Obama e, possivelmente, depois com Raul Castro aonde será escolhido o grande mediador, que coloque como contrapartida a abertura cubana. Aí V. Exa. agirá exatamente como um Barão de Rio Branco do tempo moderno. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Ministro Tarso Genro para poder responder as colocações do Senador Heráclito e também do Senador Suplicy.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu preferia, se o senhor permitisse, Presidente, me resguardar para responder vários questionamentos para dar ampla liberdade para os Senadores colocarem suas posições. Mas apenas passar uma informação. A questão da Polícia Federal, Senador Heráclito, lá no Pan-Americano, tinha uma estrutura compreendida pela Polícia Civil, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, pela Força Nacional, pela Polícia Rodoviária Federal que compunham o Comitê de Segurança.

Quando os rapazes chegaram, eles foram trazidos pela Polícia Militar, efetivamente, e aí a jurisdição para tratar do caso, a competência era da Polícia Federal, por isso que eles foram para uma delegacia da Polícia Federal. Mas quem os trouxe, ou os prendeu porque eles já estavam em documentários, mas não houve prisão, houve um pedido deles--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já tinha, inclusive, acabado o Pan.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: --Foi a Polícia Militar, Senador Heráclito, foi ela quem conduziu os cubanos para a Polícia Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministro, eu me baseio exatamente na declaração do rapaz. Disse que foi preso pela Polícia Federal.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Está na ata.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas eu me baseio exatamente no que disse o rapaz.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu acho que eles não distinguem muito o que é uma Polícia Federal ou outra, na minha opinião. Mas eu só queria dar esse esclarecimento porque...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria, como autor do requerimento, eu tenho um compromisso daqui a uma hora e pouco. Se o Ministro pudesse dar as resposta, até porque eu não entro no mérito da...

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Pois não, posso fazê-lo.

Nós tivemos a preocupação durante todo esse período de informar à sociedade brasileira o comportamento da conduta que nós tivemos em relação à questão dos cubanos. Inclusive, passando e repassando informações para a imprensa, alguns jornais publicaram, outros não, televisão publicou recentemente, de que naquela mesma oportunidade, Senador Heráclito, nós demos refúgio para diversos cubanos, inclusive da equipe Pan-Americana, que solicitaram refúgio. E lembramos, inclusive, que nós temos hoje aqui no Brasil em torno de 150 refugiados cubanos, que por diversos motivos solicitam refúgio estabelecendo um contencioso político com o regime cubano. Nós nem fazemos investigação se esse contencioso é verdadeiro ou não, a não ser que haja um caso gritante de informação falsificada.

Em relação a quatro cubanos que nós demos refúgio no Pan-Americano, nós recebemos, inclusive, uma nota da Embaixada Cubana dizendo que eles estavam, na verdade, tentando criar um momento de conflito do Brasil com Cuba, porque eles estavam querendo subverter o prestígio da autoridade cubana no Brasil. Para nós bastou essa informação para verificar que eles eram adversários políticos no regime. E nós demos o refúgio para eles.

Então, é necessário verificar se existiria da nossa parte, minha, do Luiz Paulo, da Polícia Federal, do Procurador da República que deu assistência a eles, e do representante da OAB que deu assistência aos dois boxeadores, se teria algum precedente nosso, no sentido de negar refúgio para cidadãos cubanos ou cidadãs cubanas que solicitassem, para emprestar algum grau de veracidade à versão que foi publicada de que nós expulsamos os cubanos no Brasil contra a vontade deles. Não ocorreu. Ocorre se a Polícia Federal não leva em conta o regramento concreto que incide sobre aquele caso, e nesse caso o regramento foi devidamente obedecido, a Polícia Federal pode ser acusada, inclusive, de crime, de tentar sequestrar ou de manter aqui ilegalmente cidadãos que não querem ficar no território brasileiro. E no caso concreto desse cubano, o senhor me permite uma explicação que tem um pouco de subjetividade, mas tem a subjetividade de quem acompanhou o caso desde o começo. Primeiro, é claro que Cuba e Venezuela queriam rapidamente tirá-los daqui, assim como o empresário que tentou levá-los, queria tirá-los rapidamente daqui, pelo valor que eles têm como atletas e por interesses do estado cubano nos atletas, ou de não ser desprestigiado com a permanência deles aqui no Brasil. Assim como o empresário, esse que queria levá-los para Alemanha, estava olhando, evidentemente, o rendimento que ia ter sobre a atividade desses jovens cubanos, excelentes boxeadores.

Então, eu também percebi que rapidamente a Venezuela ofereceu um avião a Cuba, pediu um avião e o avião veio buscar. O fato é que quando o avião aqui chegou, todos os pressupostos legais, todos, sem exceção, estavam cumpridos. Eu tenho o depoimento deles aqui. Foram ouvidos por um delegado da Polícia Federal, Delegado Felício Laterça, que acho que não pode ser acusado de cúmplice do regime cubano, um Procurador que conversou com eles e disse: "Olha, se vocês estão sofrendo alguma pressão me digam porque eu entro com habeas corpus e mantenho vocês aqui". Eles ficaram frustrados, inclusive, porque o empresário cubano os deixou na mão. Eles ficaram numa praia desabrigados. Eles tinham companhia feminina, de certo. Perderam a companhia feminina. Beberam o que tinha direito de beber aqui no Brasil, a nossa boa cerveja, certamente, e ficaram desamparados. E aí eles procuraram um pescador, dono de uma venda lá e pediram, disseram: "Nós queremos voltar para a nossa delegação". E aí a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi acionada e os levou para o centro de segurança do Pan-Americano e para a delegacia de polícia que fez a verificação. Foram assistidos também por um advogado, representante da OAB. Tem aqui a palavra do Presidente Wadi Damus. Foram assistidos por um Procurador-Geral, um Procurador do Ministério Público Federal, e quiseram voltar.

Eu acho, Senador Heráclito, vou lhe dizer com toda boa-fé que eu quero que o senhor empreste algum valor a ela. Eu acho que eles ficaram realmente perdidos aqui no Brasil e se apavoraram. E a tendência dessas circunstâncias são meninos totalmente fora do contexto político, de disputa política lá em Cuba, aqui no Brasil, e quiseram voltar, e registraram que queriam voltar. Se nós aqui no Brasil detivéssemos, nós estaríamos cometendo um grave delito, porque estaríamos prendendo pessoas contra a vontade delas que queriam voltar para o seu país. E eu não acho que Cuba seja

um regime democrático. Não acho, nunca achei isso. Há muitas décadas venho discutindo isso na própria esquerda brasileira. Agora tem normas de Direito Interno, normas internacionais, relações internacionais e tem também o aspecto humano. Como é que nós íamos deter aqui dois jovens cubanos que não queriam sair? Ao contrário do Battisti que quer ficar, e que expressa de maneira cabal, pública em todos os momentos que quer ficar: "Quero um refúgio político".

Então, não é possível comparar, não é possível dizer, Senador Heráclito, o senhor me perdoe, que nós usamos dos critérios diferentes. Nós não usamos critérios diferentes, nós usamos os critérios legais, rígidos que tratam dessas questões. Porque como resposta eu poderia dizer o seguinte: "Não, o Senador Heráclito quer manter aqui quem quer ir embora e quer mandar embora quem quer ficar". Não seria verdadeiro também. Porque eu sei que o Senador Heráclito está preocupado com a legalidade, com os direitos humanos, com a legislação internacional; seria um sofisma da minha parte fazer isso, por isso eu não digo, apenas menciono, que poderia ser dito como contra-argumento.

Então, eu quero que o senhor me atribua, ao Ministro de Justiça do País, boa-fé em relação a essa questão, e estrita observância da legalidade. Eu, por exemplo, se fosse um boxeador cubano eu pediria refúgio, eu pediria por quê? Porque para a minha carreira e para os resultados econômicos que essa carreira tem, para jovens que não são adeptos do regime que querem lutar no cenário internacional, querem fazer dinheiro, é um direito que eles têm. Eu se estivesse no caso deles, pediria, mas eles não pediriam. Ao contrário do refugiado Battisti que solicita refúgio e que recebeu o refúgio pelos mesmos critérios legais jurídicos que os cubanos foram liberados para voltar para o seu país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro.

Eu quero só lembrar que o objetivo principal nosso aqui, pedir aos Srs. Senadores, é a questão do Cesare Battisti, que a questão de Cuba, evidentemente, é importante, mas que nós focássemos mais na questão do Cesare Battisti.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero argumentar com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós temos ainda oito inscritos. Só um instantinho, Senador.

Eu só quero colocar, eu mesmo colocar para o Ministro. Permita-me, Ministro, eu só não entendi bem V. Exa. falou de passagem de Cuba e Venezuela. O que é que Venezuela tinha a ver com esse assunto? Só isso que fica no ar.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Uma relação de solidariedade que existe entre Cuba e Venezuela que são países que se avocam com posições políticas idênticas. Então, Cuba solicitou um avião para a Venezuela que mandou um avião para buscar os meninos aqui e levá-los para Cuba. Foi isso que ocorreu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer a V. Exa. que o meu requerimento se baseia na diferenciação do tratamento dado nas duas questões.--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Tudo bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Daí porque eu enfoquei esse caso.

Agora eu quero dizer ao Ministro que as informações passadas pelo Ministério não eram as informações precisas. O próprio Secretário-Geral, aqui, depois de fazer um telefonema para alguém no Ministério, deu um prefixo de um avião completamente diferente, aliás, deu três prefixos. Podia ser esse, esse, esse e esse. E as informações prestadas à Revista Isto É não foram pelo Ministério da Justiça, vamos fazer justiça, mas pelo Ministério da Defesa, através do Ministro Nelson Jobim. O Ministério da Justiça não prestou as informações. As informações que nós tivemos foram prestadas pelo Ministério da Defesa, elas estão aqui, inclusive, na Comissão. E o que me surpreendeu é que era de caráter sigiloso. Antes de chegar aqui à Comissão já havia um vazamento da revista. Quando eu recebi, sigilo nenhum existia mais porque a matéria já estava publicada. Quero fazer esse registro.

Agora, Sr. Ministro, o Brasil pela posição que ocupa e a circunstância da devolução desses dois jovens, inclusive com esse avião venezuelano chegando aqui de madrugada, tinha que, pelo menos, colocado esses jovens para ser ouvido por Comissão de Direito Humanos Internacional. Faltou cautela, faltou... Até para V. Exa. dizer que cumpriu todos os trâmites.

O depoimento daqueles rapazes, naquele momento sob coação, eles diriam qualquer coisa, porque a imprensa da época relata: eles estavam com os familiares sendo ameaçados, eles estavam recebendo pressão psicológica de toda natureza, tanto é que Cuba deslocou para cá o mais temido agente deles – cônsul cubano, que é o homem também da área de informação, se deslocou de São Paulo para o Rio de Janeiro e ficou no encalço desses rapazes. Nós tínhamos que ter tido, pelo menos, a cautela e o zelo para deixar esses jovens indefesos por mais algum tempo no Brasil

para que não pairasse sobre nós essa dúvida que vai se arrastar por muito tempo.

Daí porque eu sugiro, Senador Suplicy que nós façamos... Ou se traga os rapazes aqui ou que nós possamos, às nossas custas, veja bem, cada um pagando a sua passagem, e vamos ouvi-los em Miami. Você não viu que agora ele está comendo do bom e do melhor. Vamos ouvi-los.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Nós poderíamos ouvi-los e, inclusive, trazê-los para cá que eu concedo refúgio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. Eles agora não precisam mais. Eles agora não querem mais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só fazer uma pergunta rapidinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadores, por favor, vamos ser mais rápidos, realmente, senão nós não vamos conseguir ouvir todos.--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Só uma pergunta. Não vou entrar no mérito--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): -O Senador Cristovam Buarque é o seguinte orador, também co-autor. Mas só o Senador Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Só uma pergunta de foro íntimo. Quando eu estava na administração da polícia num período difícil da república brasileira, V. Exa., todos sabem, eu tinha um contato permanente com a ACNUR que é o órgão internacional de proteção aos refugiados. Eu faço a pergunta: eles têm a liberdade que tinham à época do período em que eu dirigia a Polícia Federal? Eu acredito que sim. Estão sempre vigilantes com respeito à dignidade com que são tratados os refugiados. Eu gostaria que V. Exa. pudesse informar a postura da ACNUR.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me só divergir fraternalmente do meu colega Romeu Tuma, por quem eu tenho muito respeito e uma convivência muito saudável, mas falar em liberdade naquele período, é uma ofensa, não tinha liberdade nenhuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Liberdade que eu dava. Na minha postura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a esquerda não foi só perseguida aqui, como a Operação Condor mostra que havia uma articulação supranacional de perseguição dos refugiados em vários países do Cone Sul.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, Mercadante, não vamos entrar no mérito. Não. Eu estou dizendo da ACNUR que eu tratava diariamente e eles estavam na minha presença para evitar que qualquer refugiado sofresse qualquer tipo de pressão. É diferente do que V. Exa. está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tinha, mas a liberdade interna.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que é a liberdade pessoal de respeito à legalidade que eu tentava impor naquele tempo, e por várias vezes fui ameaçado de ser demitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir então o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Cristovam Buarque declina de falar nesse momento. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, demais componentes da mesa, Senador Cristovam Buarque. Está fora de cogitação, Sr. Presidente, qualquer suspeita com relação ao caso cubano de qualquer pressão ou interveniência do Ministério da Justiça visando livrar-se a qualquer custo da presença dos dois cubanos, dos dois atletas Guillermo e Lara que aqui participaram, estavam para participar dos Jogos Pan-Americanos.

Nem a Polícia Federal, nem a Procuradoria da República no Rio de Janeiro registraram qualquer interveniência, qualquer intromissão direta do Ministério da Justiça quanto a este caso. Tanto isso é verdade que os atletas tiveram toda a oportunidade, tiveram a oportunidade de ouro para, no caso de uma permanência no Brasil, pedirem refúgio. E o Procurador da República, Dr. Leonardo Luiz Figueiredo Costa, foi bem enfático a esse respeito: "Se vocês quiserem pedir refúgio, é uma tradição no Brasil. Há 150 refugiados cubanos no Brasil. Se vocês quiserem morar no Brasil, viver conosco aqui no Brasil, nós entramos imediatamente com uma ação judicial e vocês vão ganhar o direito à concessão desse refúgio". Mas eles preferiram, por razões que nós desconhecemos, só eles próprios podem explicar, e até na imprensa, numa entrevista que eles deram que agora foi repassada no âmbito desta Comissão, ficou comprovado, através de declarações de um dos atletas, de que eles saíram do Brasil sem nenhuma intromissão do governo brasileiro. Antes, pelo contrário, quando eles dizem, quando ele diz que o Presidente Lula foi bondoso, foi compreensivo, na verdade eles quiseram dizer, muito embora eles não tenham tido um contato pessoal com o Presidente Lula, eles quiseram que o governo brasileiro, se dependesse do governo brasileiro, eles teriam ficado no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eles disseram que tiveram contato com o Presidente Lula.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas, na verdade, eu não acredito, eu não sei, não está comprovado que eles estiveram com o Lula. Só o Ministro pode dizer se eles estiveram com o Lula.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Uma observação. Eles não estiveram com o Presidente Lula, eles não falaram com o Presidente Lula. Eu entendo que aquela manifestação--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A ação psicológica, a meu ver...

SR. MINISTRO TARSO GENRO: --É uma identificação muito normal em Cuba entre estado e presidente, entre governo e estado, está simbolizado numa pessoa--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Fala com o comandante.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: –- Então, o que ele quis dizer é que ele falou com o governo brasileiro, e falou com a Polícia Federal, falou com o Procurador, falou com o advogado da OAB.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Polícia Federal participou.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que a intenção deles foi essa, mostrar que da parte do governo brasileiro não havia intenção nenhuma em prejudicá-los, em expulsá-los do Brasil; eles seriam bem recebidos como cidadãos que, porventura, estivessem sendo constrangidos no seu país de origem. Então, isso aí está mais do que explicado.

No mais, a meu ver, com todo respeito aos que divergem de mim, mas eu acho que isso é um equívoco, é uma exploração que não tem o menor sentido, porque se existisse alguma prova, por mais leve que fosse da interveniência, intromissão, pressão do governo para que isso acontecesse, já estaria no ar. Eles próprios que estão livres, fora do Brasil e de Cuba poderiam estar dizendo, blasonando: "Sofri tanta pressão para sair do Brasil que eu não pedi asilo, que eu não pedi refúgio".

Então, eu acho que especular em política, na mídia, tudo isso é normal, principalmente, num país democrático como o nosso. Mas a verdade veio à tona, porque nem em nível de Brasil, e nem em nível externo ou internacional ficou comprovado que o Governo teve alguma interveniência nesse caso de Cuba.

Agora quanto ao--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cesare Battisti.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ao Battisti, ao militante Battisti da Itália, eu acho que o Governo, mais uma vez acertou. Por que acertou? Porque o Battisti foi julgado em 1979, se não me engano, e esse julgamento teve o direito ao contraditório, à ampla defesa, inclusive, ele foi condenado como subversivo, a justiça italiana o condenou como subversivo, contra atos que visavam enfraquecer ou destruir o estado italiano. Então, neste caso a justiça italiana agiu acertadamente, porque durante o passado, a vida do Battisti, do Cesare Battisti, ficou comprovado que ele era um homem de índole humanística, participou do PAC, viu Senador, ele passou do PAC, Proletários Armados pelo Comunismo, o PAC naquela época na Itália, mas não é o PAC do Brasil. Então, ele participou deste movimento armado, mas não consta que nenhum assassinato tenha sido cometido diretamente ou indiretamente por ele, antes, pelo contrário, era um dos militantes que mais resistiam à violência. Tanto isso é verdade que os quatro crimes pelos quais ele foi acusado, na ausência, porque depois que ele foi preso, dois anos depois ele fugiu da prisão, foi para a França, depois para o México e depois voltou para a França, e é nessa ausência que ele é condenado por um testemunho nebuloso de alguém que até hoje nem conhece, ninguém conhece, ninguém nunca ouviu falar de que ele teria cometido quatro crimes, dois dos quais, Sr. Presidente, cometidos em horários praticamente iguais em lugares muito distantes, impossível de terem acontecido, esses crimes--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Permita-me um aparte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Ele foi julgado... Um momento, Sr. Heráclito Fortes, com muito prazer eu darei daqui a pouco. Então, depois que ele foi julgado à revelia, eu acho que não há motivo nenhum para deixar de dar a ele, como o Governo está dando um refúgio político, de vez que a própria Constituição Federal assegura o refúgio político, e o Brasil tem uma tradição humanística de, respeitando o direito dos refugiados, não colocar os refugiados nas mãos daqueles que, politicamente, querem condenar de qualquer forma um refugiado.

Então, eu concedo um aparte a V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja V. Exa. onde nós estamos chegando. Felizmente, como é bom o debate.

Se há um pressuposto de que o cubano mentiu com relação ao encontro com o Presidente Lula, quem duvida de que ele mentiu no resto da reportagem? Se essa matéria não é uma matéria conduzida, induzidas dentro deste acordo que eu falei no início desta sessão. Solta-se o cubano, mas ele cala para sempre com relação a esse episódio. Quem garante que não houve isso. Por outro lado, nobre Senador, com a sua experiência, a sua vivência, alguma coisa que me pre-

ocupa. Com a proposta feita pelo Ministro de Direitos Humanos, Sr. Vannuchi de que nós recebêssemos aqui os presos de Guantánamo, nós poderemos ser um celeiro internacional de terrorismo, nós não podemos, de maneira nenhuma, e esse é um fato grave que foi anunciado, V. Exa. veja bem, para onde nós podemos ir ou será que o Ministro não se colocou à disposição de que esses presos de Guantánamo, se esvaziasse Guantánamo e o Brasil receberia. Será que a imprensa está mentindo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas quem é que está defendendo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu estou só lhe mostrando--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos concluir, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Que essa quebra de ruptura que, de vez em quando, os nossos Ministros anunciam em seminários internacionais pode nos levar a fatos graves. E isso é bastante preocupante. Agora quero relembrar que se esse cubano mentiu com relação à fala que teve com o Presidente Lula, ele pode ter mentido com o resto, e o esforço do grande advogado do Suplicy cai por terra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, mas para terminar, eu acho que o bom relacionamento entre as nações se origina pelo respeito entre ministros, principalmente de Relações Exteriores. O Ministro de Relações Exteriores da Itália, ele raivoso, chamou o nosso embaixador na Itália para pressioná-lo, que o Brasil refizesse a decisão que havia tomado de conceder o refúgio. Além disso, outros ministros prometeram represálias contra o Brasil em encontros internacionais.

E, por último, como é que a Itália age assim com o Brasil, de forma humilhante, querendo humilhar o Brasil se há pouco tempo o Governo da França não atendeu ao pedido de extradição de Marina Petrella, que com Battisti, na mesma época, foi militante de movimento político chamado Brigadas Vermelhas. Quer dizer, dois pesos e duas medidas, ou eles consideraram o Brasil uma republiqueta da América Latina, e a França eles tiveram medo de responder na mesma medida em que responderam o Brasil. Eu acho que foi uma atitude covarde, oportunista do Ministério das Relações Exteriores da Itália e que eu repudio nesse instante.

Por último, o que é que dispõe a Lei 9.474--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apoiada pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --De 97 que trata do Estatuto dos Refugiados no Brasil que: "Será reconhecido como refugiado o indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de opinião política encontra-se fora de seu país de nacionalidade, e não queira acolher-se à proteção do seu próprio país". De forma que o Brasil agiu de acordo com a lei, com a legislação brasileira, com os cânones de decisões do nosso Supremo Tribunal Federal que também agiu da mesma forma em vários outros casos semelhantes. O Brasil foi coerente e merece, portanto, a nossa palavra de apoio e de solidariedade.

É o que eu tenho a dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Não há nada a responder. Aqui o próximo inscrito-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Só um instantinho. O próximo inscrito sou eu mesmo. E eu vou pedir ao Senador Cristovam que assuma a presidência para que eu possa fazer uma observação, prometendo ser bem rápido, Ministro, e depois o Senador Mercadante. Mas, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro já está inscrito aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que cumprisse o ritual das audiências públicas, que os subscritores do requerimento tivessem preferência nos questionamentos. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Flexa, mas é que V. Exa. não pediu a inscrição para falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu sou subscritor, não preciso pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É co-subscritor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, co-subscritor ou subscritor, co– pelo entendimento de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Então, se os Srs. Senadores estiverem de acordo, depois eu passarei a palavra ao senhor. Eu já anunciei a minha palavra e a palavra do Senador Mercadante. Logo em seguida--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu deixei de ser subscritor para ser co-subscritor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria propor como encaminhamento que nós fizéssemos, todos os Senadores que tem arguição e encaminhasse, e o Ministro falasse ao final, e que, se possível, não houvesse intervenção ao longo da arguição para que a gente pudesse cumprir a participação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem. Então, Senador Flexa quer falar agora?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria contestar. Eu acho que essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí não vamos conseguir, Senador Heráclito, senão nós não vamos conseguir--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Resposta de bloco prejudica quem interpela. Basta lhe dizer que nas pequenas perguntas que eu fiz, por exemplo, o caso da Guiana não recebi nenhuma resposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, questão de ordem, Presidente. Eu gostaria que seguisse a lista de inscrição. Eu estou aqui pacientemente aguardando a minha vez de poder argüir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria ao Senador Mercadante que, democraticamente, respeitasse, pelo menos, uma questão de ordem levantada por um colega que não tem o seu brilhantismo, nem o seu poder, mas que tem o direito de sentar nessa tribuna.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu faço, mais uma vez, um apelo à Presidência que siga a ordem de inscrições.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São rápidas as intervenções, o Ministro poderá responder duas perguntas, duas ou três em seguida-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pedi uma resposta sobre o caso e eu não atendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Não vou esperar todos, eu pediria a ele que respondesse dois, três; mas desde que nós todos sejamos rápidos nas nossas observações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu apelaria a V. Exa. o Ministro tem uma resposta, o Senador Mercadante interrompeu e eu não consegui ouvi-lo sobre a questão da cidadã cubana.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Se o senhor me permite, eu informo em 30 segundos.

Nós recebemos agora a informação. Foi uma ação de praxe do governo brasileiro que, sequer, passou pelos escalões superiores do Ministério. O que é que ocorreu? Tinha uma senhora cubana que estava em estado vegetativo com situação ilegal no país. Então, o Governo do Goiás, o Governo do Estado de Goiás solicitou ao governo brasileiro que colocasse à disposição um avião para levá-la por razões humanitárias, para levá-la para Cuba, e isso foi feito. Esse avião foi colocado à disposição pelo Ministério da Defesa, e o avião levou essa senhora para morrer no seu país. Por que é que teve que abrir essa exceção? Porque ela estando em situação ilegal no país ela seria "tecnicamente jogada para fora do país", como determina a lei, senão a autoridade prevarica não fazendo isso. Então, o Brasil por razões humanitárias colocou esse avião à disposição para que a senhora fosse levada para Cuba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Morreu lá em Cuba, então?

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Provavelmente. Nós não acompanhamos. Provavelmente, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora eu queria apenas que V. Exa. pudesse informar em situações iguais análogas quantas deportações foram feitas ao longo da sua administração?

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Posso informar. Nós fazemos esse levantamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Eu também vou lhe informar o número de cubanos que estão aqui refugiados inicialmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só com Cuba não, com os outros países também.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

Eu quero passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, e a ele não preciso, porque eu sei que na linha que ele vai, mas pedir que a gente volte ao tema central que é o caso Battisti.

Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Cristovam, Sr. Ministro Tarso Genro, eu quero voltar só a questão específica que o Brasil está chamando para si um problema que é da Itália. Na verdade, o refúgio, nós temos na Legislação do Refúgio, e eu me reporto, realmente, a esse artigo publicado pelos membros do Centro de Estudos de Direito Internacional na Revista consultor Jurídico, e o direito dos refugiados apresenta controles mais técnicos, apresenta cláusula de exclusão, por ela não se beneficiaram da condição de refugiados indivíduos que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas, que parece inequívoco que tenha participado, ou tráfico de drogas, e, diferentemente, da questão do asilo. Mas à frente, a hipótese de dúvida quanto à ampla defesa do mencionado italiano e respeito ao devido processo legal, não é primeiramente causa para concessão do refúgio.

Eu recebi, a pedido do Senador Suplicy a escritora Fred Vargas, li todo o texto, a carta que o Cesare

Battisti mandou para o Ministro, Presidente do Supremo. Mas eu acho que nós estamos querendo entrar no mérito, nós estamos duvidando da justiça italiana. É evidente que nenhum de nós concorda com críticas rápidas que foram feitas, a "bobajada" de bailarina, não tem nada a ver com isso, é evidente que ninguém concorda com isso, mas o fato é que nós também estamos duvidando, o Brasil está duvidando da justiça italiana. E a justiça italiana é de um país democrático, um país que tem relações normais com o Brasil, é um país que não estava em regime de exceção naquele momento. Daí então a insistência de que, quer dizer, nós estamos querendo fazer o quê? Nós estamos reavaliando o processo italiano, aí, quer dizer, reavaliando o processo italiano, entrando na área da defesa. Mas quais são as testemunhas? Testemunhas de acusação, testemunha de defesa? É isso que nós vamos fazer? O Brasil vai entrar no mérito? De alguma forma, Sr. Ministro. Eu acho que nós estamos entrando no mérito.

Eu quero ainda lembrar, até o Senador Valadares que já saiu, que a corte européia de direitos humanos e decisão no final de 2006 não encontrou qualquer mácula na decisão condenatória que se cogita, quer dizer, não é uma questão também que foi uma condenação simples. Eu escutei bem, perguntei a Fred: "Mas quatro assassinatos? Houve erros em quatro? Então, já aconteceram recursos, e já entrando no mérito, houve recursos, os recursos não foram aceitos, a Comunidade Européia se manifestou pela área de direitos humanos, agora o Parlamento Europeu se manifestou. De maneira, Ministro, que eu queria só insistir nisso, quer dizer, os crimes comuns mais graves prevalecem em relação aos crimes políticos. E o Brasil, de alguma maneira, está sendo, na minha opinião, muito benevolente, ao analisar essa questão do Cesare Battisti. A Itália tem Tratado de Extradição com o Brasil? Tem. Ele está condenado na Itália? Está. Por quatro assassinatos. Ele teve direito de defesa? Teve. A Comunidade Européia se manifestou? Sim. Por que é que nós estamos entrando no mérito dessa decisão?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, ao mesmo tempo, que passo a palavra ao Senador Eduardo, enquanto isso, eu passo a palavra ao Senador José Nery que não está, não posso passar, passo ao Senador Mercadante, depois João Pedro, depois o Senador João Tenório, Eduardo Suplicy... O Senador Nery chegou em cima da hora. Mas eu queria pedir permissão, Senador Nery, que eu já passei a palavra ao Senador Mercadante--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu falo e passo, em seguida, para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --E o senhor falaria depois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Senador Cristovam Buarque, Ministro Tarso Genro; Secretário-Executivo, Luiz Paulo Barreto, nosso Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. No meu entendimento, o refúgio é fundamentalmente, uma relação entre o cidadão e um estado nacional. A relação do refúgio não é uma negociação entre estados. Nós não podemos conduzir esse debate nessa direção, senão, seguramente, nós estaremos caminhando para inviabilizar o refúgio como uma prerrogativa de um único indivíduo perante um Estado nacional.

Vou tentar traduzir isso de uma forma bastante... Um exemplo análogo. Nós temos um refugiado brasileiro na Noruega, é um travesti. A argumentação de refúgio é que no Brasil há violência contra homossexuais, e ele está ameaçado de ato de violência no Brasil. O estado brasileiro poderia responder dizendo: "Esse é o pais que tem a maior parada gay do planeta. É um país que a liberdade sexual cresce a cada dia". Mas, no entanto, o Estado Brasileiro não deve e não fez isso. O Estado Brasileiro deixou que a Noruega avalie aquele único indivíduo se as argumentações e as condições em que ele alega para sua demanda de refúgio são procedentes ou não. Não é um juízo de valor sobre a presença da homofobia na cultura brasileira, não é essa a discussão, é a relação entre o indivíduo e o estado. Então, se nós perdermos essa dimensão, seguramente, nós não caminharemos numa boa direção.

Segunda questão: O Brasil, este governo, tem tido alguma dificuldade ideológica política de conceder refúgio a cidadãos cubanos? Não. Nós temos, pela informação que eu tenho, 124 refugiados cubanos no Brasil, 124 refugiados cubanos no Brasil. No próprio jogo Pan-Americano Michel Fernandez Garcia que era um ciclista, Rafael Capoti que era jogador de futebol e Lázaro Rainel Lamelas Ramirez, treinador de ginástica artística, os três receberam refúgio, portanto, no mesmo jogo. Aqueles que pleitearam, formalmente ao Estado Brasileiro a demanda de refúgio foram acolhidos.

Eu concordo com a preocupação manifesta, e só nisso eu concordo com a preocupação manifesta do Senador Heráclito no sentido que nós temos que ter todas as cautelas quando um cidadão numa relação, evidentemente, confusa que esses dois pugilistas tiveram nesse episódio, mas que sugere a possibilidade de algum tipo de constrangimento de qualquer natureza, para que possa ser uma decisão bem amadurecida e segura. Mas o que eu acho que não é justo é dizer que o Procurador-Geral de República, Leonardo Luiz Figueiredo Costa que estava no ato, que estava em contato com esses pugilistas, ou o Presidente da OAB do Rio

de Janeiro, o Sr. Wadir Damus, ou o Conselheiro da OAB Cláudio Pereira de Souza Neto, ou os representantes da Polícia Federal que estavam lá tenham feito qualquer tipo de conluio com o governo brasileiro para prejudicar esses dois por causa de um regime político. Eu acho que não procede essa suspeição.

E só queria concluir da seguinte forma: à medida que eles vêm a público agora, quando estão fora de Cuba, e, mais uma vez, reafirmo --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Que não quiseram, eu acho que nós deveríamos dar um voto de confiança ao Procurador, aos dois Diretores da OAB, ao Presidente da OAB do Rio de Janeiro--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Que, de fato, trabalharam com cautela. Ainda, sim, eu quero reafirmar o que é que eu concordo, nós deveremos ter mais cautela, dar o tempo que for necessário e buscar aqui na condição desses indivíduos que se sentem fragilizados nos seus estados nacionais, as prerrogativas do refúgio sejam, efetivamente, amplas e cuidadosas.

Então essa ponderação... Eu prefiro caminhar nessa direção do que usar esse tipo de situação limite, digamos assim, porque a três foram concedidos os refúgios e dois não foram, porque não formalizaram o pedido, usar para que a gente retroceda no refúgio, seja um exemplo negativo, ou seja, agora vamos generalizar as normas, se dois cubanos não tiveram refúgio, vamos agora ter o mesmo procedimento com o cidadão italiano que está solicitando refúgio no Brasil.

Esse é o caminho que eu acho que nós não deveremos avançar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me concluir, Heráclito. Deixa-me eu concluir o meu raciocino. Eu ouvi tantas vezes você falar. Eu queria concluir o meu raciocínio, depois eu concederei.

Se nós analisarmos agora o debate nos Estados Unidos, que é um debate que envolve a questão do valor essencial na história americana, que são as garantias e direitos, prerrogativas individuais, Obama eleito pelo povo vem dizendo: "Nós acabaremos com a Guantánamo". Por quê? Porque é uma justiça de exceção, porque nos momentos de enfrentamento os valores fundamentais dos direitos humanos, das garantias e prerrogativas individuais são violados. E quero dizer que eu não tenho nenhum tipo de simpatia pelo Sr. Cesare Battisti. Não tenho. Jamais aceitaria essa forma de atuação na sociedade italiana, como um bom caminho de transformação da sociedade. Não foi e, seguramente, as conseqüências que nós estamos aqui tratando hoje ficam, para quem sabe, ele, como disse o Senador Suplicy, outros possam amadurecer que na sociedade democrática, o caminho da transformação é o voto, é o partido, é o sindicato, é a manifestação social, é a luta democrática e cidadã para a transformação da sociedade. Não tenho. Mas também não tenho nenhuma simpatia pelos atos que o Governo Berlusconi tem manifesto, especialmente, à xenofobia que começa cada vez estar mais presente.

Um governo que aprova uma lei dizendo que o médico tem que denunciar o imigrante ilegal, não pode ser considerado com tanta segurança como uma voz abalizada para tratar de um indivíduo na relação com o Estado Brasileiro. E quero voltar a dizer: é a relação de um indivíduo com o Estado Brasileiro.

A justiça européia não julgou o mérito, ela apenas disse que o cidadão fora do seu país pode ser julgado se houver devida manifestação no processo legal, que ele, inclusive, questiona que tenha tido. Disse que não teve, que não há o depoimento dele e que o documento que ele encaminhou não é um documento com a sua assinatura, a prova grafotécnica questionou, enfim, há toda uma discussão sobre esse procedimento que coloca aí uma indagação.

Mas a única decisão da corte foi essa, não foi o mérito sobre essa questão. Agora, se nós vamos pegar algum exemplo, o melhor exemplo não é Guantánamo, exemplo é o estado francês, um país que viveu a revolução francesa e construiu uma longa tradição de acolhimento de refugiados, de valores de cidadania, de valores republicanos e que não só acolheu o Sr. Cesare Battisti por onze anos e meio, onze anos e meio, como acaba de acolher a Sra. Marina Petrella que era militante de Brigadas Vermelhas, ao mesmo tempo, nas mesmas condições, com as mesmas convicções, eu diria, descabidas, que o Sr. Cesare Battisti teve num determinado momento no processo italiano. Acolheu, e não há um questionamento do estado italiano diante do estado francês, talvez porque estejam na mesma comunidade européia, ou talvez porque talvez não considerem que essa tradição francesa é uma tradição que deve ser respeitada, tanto como o caso desse mesmo cidadão, o refúgio foi estendido por onze anos e meio.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que nós estamos diante de uma questão que tem um simbolismo importante para o que nós queremos ser como sociedade, como povo, como nação. Eu acho que os valores da anistia neste país contaminam as nossas instituições. Nós somos um país que soube perdoar, que soube

buscar concórdia, que soube construir uma relação de convivência, e essa atitude da anistia permitiu que hoje não haja... Ainda que alguns setores recalcitrantes não haja a busca de voltar àquele debate que nós superamos. Nós estamos construindo o Brasil para frente, convivendo com o pluralismo, com a democracia, com as liberdades. Esses valores estão impregnados nas nossas culturas e nas nossas instituições. E que bom que eles estão impregnados. Por isso eu, particularmente, prefiro Obama do que Bush, prefiro tolerância à intransigência, prefiro que a gente preserve o refúgio com uma condição fundamental de um indivíduo perante o Estado. E se for para errar, errar porque nós fomos tolerantes demais, e por isso concordo com a preocupação em relação ao episódio que nós tivemos no passado. Mesmo com procurador, Polícia Federal, OAB; nos próximos procedimentos vamos dar todas as condições, nos acercar de todos os cuidados, porque eu acho que nós temos que nos diferenciar coma uma sociedade inovadora, que não quer viver mais a intransigência, o confronto e, sobretudo, um Estado que viole os direitos que seja de um único indivíduo, e ainda de um indivíduo estrangeiro em condições políticas e difíceis que o Estado Brasileiro se encontra nessa situação.

Eu prefiro ficar com essas prerrogativas, do que correr o risco de violá-las.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me dá um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço. Senador Mercadante, nós estamos bem próximos de um entendimento. Eu, em nenhum momento, disse que esses rapazes receberam ou foram coagidos pela Polícia Federal ou pela OAB ou quem quer que seja dos cidadãos brasileiros que acompanharam o processo. Eu digo é que eles foram coagidos psicologicamente pelos agentes cubanos que estavam aqui dentro e, aliás, o Ministro da Justiça do Brasil dá um argumento aqui nesta Comissão que mostra a precipitação da devolução desses cubanos. Ele disse que os dois cubanos foram para uma praia, tomaram todas que tinham direito e se envolveram com mulher, perderam as mulheres. Ora, se eles estavam nessas circunstâncias de perderem as recentes amadas, e tomaram todas que tinham direito, era obrigação do Governo dar, pelo menos, a eles um momento de curtir uma ressaca. Não podia, de maneira nenhuma, a coisa ter sido feita com a pressa que foi. Paciência. Argumento maior do que esse não existe. Já pensou se os cubanos saem com perspectiva de dinheiro, de mundo novo, de ir para Alemanha e vem para o Brasil; tomam todas. Nas palavras do Ministro da Justiça do Brasil. Juntam-se a mulheres, naturalmente, a paixão, dessas paixões... Perde tudo e estão com as baionetas silenciosas dos cubanos em cima deles. Não foram amadores não, vieram os profissionais, o homem mais temido pelos cubanos, o homem da repressão veio para cá, juntou-se a um. Eu estou me baseando no que está aqui dito. Então, tinha que se, pelo menos, Senador, ter tido mais um pouquinho de paciência, dado uma semana para que ele curasse a paixão e a ressaca e depois ouvi-los, porque eles estavam sob coação, psicológica e sentimental.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu concordo com a precaução e com a cautela. Evidente que refúgio não pode ser Engov. E a questão que me preocupa é: Por que é que haveria um constrangimento desses dois boxistas e não houve a mesma atitude do estado cubano e do Estado Brasileiro nessa suposta flexibilização da atitude do estado brasileiro, porque eu acho que jamais ocorreu, porque não era só Estado, estava a OAB, dois diretores, Presidente da OAB do Rio de Janeiro, com os outros três que foram concedidos o refúgio.

Então, realmente, eu prefiro acreditar que o Estado Brasileiro, os agentes do Estado, a sociedade civil brasileira tem no refúgio um valor fundamental, quer construir uma sociedade de tolerância, quer dar sinais ao mundo de que nós preferimos correr riscos para preservar esses valores das garantias e prerrogativas individuais do que caminharmos num tempo que nós conhecemos do que foi a exceção. Talvez porque nós tenhamos vivido as dores do que é viver num estado de exceção, e ter participado como sociedade de momentos tão trágicos como nós passamos, que nós queremos construir uma outra cultura e uma outra atitude. Estamos externalizando isso neste indivíduo para mostrar que essa é a nossa concepção: civilidade. E por isso eu concordo no essencial, tirando todo o debate, eu concordo no essencial da intervenção do Senador Heráclito. Vamos caminhar nessa direção, sempre, independente de quem é o Estado, de quem é o indivíduo. Vamos caminhar na direção de dar as garantias, prerrogativas, o tempo necessário para que qualquer cidadão que tenha alguma condição de solicitar o refúgio, alguma necessidade, o faça com toda tranquilidade, com toda liberdade. Evidente, respeitando a lei que eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal, depois de uma sessão como esta, desse grande entendimento que nós estamos manifestando, saberá preservar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante, sabe V. Exa. por que é que tudo

isso ocorreu? Porque não eram dois cidadãos comuns, eram dois atletas campeões e que expunham--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Vou concluir e, inclusive, me retirar. Eram dois atletas que expunham o regime cubano. E aonde eles estivessem naquelas circunstâncias o governo estava exposto. Tanto é verdade que veio um avião da Venezuela. Com que interesse? Essa senhora, que o Ministro me deu a informação, foi no avião da FAB, esperou um avião da FAB. E por que é que os cubanos receberam esse tratamento vip de um jato, um Falcon 900, Senador, que custa 50 milhões de dólares? Por que é que foi feito isso? Porque eram atletas de primeira linha, e eles estavam no período do Pan-Americano num processo de rebelião, inclusive os outros atletas sem querer retornar a Cuba. Tanto é verdade que o governo antecipou o retorno de todos os atletas, a delegação cubana não participou das finais do Pan-Americano. Está passível de punição, inclusive, pelas regras do Pan-Americano, exatamente porque havia esse clima de insubordinação. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vamos ouvir então o Senador José Nery, depois o Senador João Pedro, e o Senador João Tenório. Senador José Nery então.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam Buarque; Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Tarso genro; Sr. Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; Sr. Luiz Paulo, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça. Primeiro, é bom relembrar porque exatamente está sendo ressuscitado aqui os fatos que envolvem os dois atletas cubanos em associação com a questão principal desse debate, aqui, que é a concessão de refúgio política ao cidadão italiano Cesare Battisti. Essa associação, ou melhor, a tentativa de tratar essa questão simultaneamente seria porque o Estado Brasileiro ao analisar situações de cidadãos estrangeiros em nosso país, como, de fato aqui tão bem relatado, teria tomado posições distintas. Resta provado que, embora as circunstâncias e fatos diferentes, mas a natureza da situação desses estrangeiros aqui é similar, guardadas as circunstância e a natureza. Mas a natureza da situação deles é igual, cidadãos estrangeiros no Brasil que tiveram, no caso dos atletas, tiveram um tratamento adequado, foram instados a saber se desejariam permanecer no Brasil sob a condição de refugiados, e resta provado, inclusive com testemunho da Ordem dos Advogados do Brasil e de um Procurador da República, a quem se deve conferir um mínimo de isenção, afirma que foi oferecida aos dois atletas a possibilidade de refúgio, no entanto, eles optaram voltar para Cuba. Portanto, resta provada essa situação, no qual o caso dele vem à tona para uma situação de alguns aqui, para afirmar que o Brasil teria usado dois pesos e duas medidas. Deu igualmente o mesmo tratamento. Portanto, vamos tratar no que é essencial fazer aqui: avaliar, analisar a decisão soberana do governo brasileiro, através da decisão em grau recursal do Ministro da Justiça, Sr. Ministro Tarso Genro, de conceder o asilo político ao Sr. Cesare Battisti.

Tem sido alardeado na mídia internacional e por vários setores da sociedade brasileira, e aqui no Parlamento tem sido alardeado que os crimes que se imputariam ao Sr. Cesare Battisti seriam crimes de natureza comum. No entanto, para desmentir essa tese, até no processo de extradição pleiteada pela Itália, o Sr. Battisti é classificado como ex-militante da extrema esquerda italiana. O que vem a ser então militante da extrema esquerda italiana? Senão associação muito clara com as atividades políticas desenvolvidas pelo grupo que faziam parte. E aqui, Srs. Senadores, Sra. Senadora, Sr. Ministro, sem entrar no mérito quanto aos métodos e a atuação daquele grupo político, daquele grupo que ele fez parte. Não é essa a questão. A questão é de que aquelas atividades que tem, evidentemente, a nossa discordância quanto ao método e a forma como foram feitas. Mas não podemos negar, e quem tentar fazer isso está falando contra os fatos, inclusive contra a própria constatação do pedido de extradição que identifica o Sr. Cesare Battisti como ex– militante da extrema esquerda italiana. Portanto, o que diz a Constituição e o que afirma o Estatuto dos Refugiados exatamente de que é importante avaliar se aquelas atividades, se aquele cidadão no seu país de origem, mesmo acusado de crime, mas se for crime de natureza política, essa é uma circunstância, uma situação que encontra guarita na nossa lei maior para a concessão do refúgio.

Também, Sr. Presidente, queria dizer que no meu entendimento está havendo, e eu quero aqui emitir a minha opinião estritamente pessoal, não é a opinião do Senado, não é a opinião da Comissão de Relações Exteriores, mas o meu entendimento que, nesse caso específico do Cesare Battisti, há dois pesos e duas medidas no Supremo Tribunal Federal do nosso país, dois pesos e duas medidas. Pior, eu enxergo claramente um casuísmo jurídico. Porque o Estatuto dos Refugiados no seu art. 33 é muito claro: "O reconhe-

cimento da condição de refugiado obstará o segmento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio". Art. 34: "A solicitação de refúgio suspenderá até a decisão definitiva qualquer processo de extradição pendente em fase administrativa ou judicial, baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, caberia ao Supremo Tribunal Federal, tomada a decisão administrativa que reserva ao Poder Executivo a atribuição constitucional e a competência para tomar decisões que tenham reflexão no plano das relações internacionais do Estado Brasileiro, o poder privativo de conceder asilo ou refúgio. Isso posiciona o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República quando da análise desse fato emitida por ele logo após a decisão da concessão do refúgio. Diz o Dr. Antonio Fernando Barros e Silva, Procurador-Geral da República: "O pedido de extradição não conhecido e extinto o processo, sem julgamento de mérito, e determinada a soltura do extraditando". Essa providência no tomou a nossa corte maior de justiça. Quando fez em caso ou situações similares, não muito tempo, vou lembrar pelo menos um fato, quando o pedido de extradição pela Colômbia do ex-padre Olivério Medina. O argumento de que não se teria seguido o mesmo procedimento no caso Medina seria porque naquela situação havia sido o Conare quem decidiu pela concessão de refúgio. E nesta circunstância relativa ao fato Cesare Battisti foi uma decisão de Ministro da Justiça que agindo de acordo, e eu vou usar aqui expressões da própria manifestação do Procurador-Geral da República: "O Ministro da Justiça, agindo legitimamente no exercício de atribuição recursal, a decisão concessiva de refúgio que vier a proferir tem natureza substancialmente igual ao que tivesse sido proferida pelo órgão colegiado". A lei respectiva, a Lei 9.474/97, aqui chancelada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionada, diz que a lei respectiva, e diz aqui o Procurador-Geral da República: "Não atribui qualquer diferença de eficácia a decisão conforme tenha sido proferida pelo Conare ou pelo Ministro da Justiça. Portanto, trata de circunstância irrelevante para o deslinde da questão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora e Sr. Ministro, quero me referir, Sr. Presidente, à postura, a meu ver, equivocada, inconseqüente, das autoridades italianas que patrocinaram um cem número de situações constrangedoras, querendo nos constranger diante do nosso direito como país soberano de decidir conforme nosso entendimento sobre situação dessa natureza e conforme a nossa legislação, de promover as ameaças que fez. Não podemos esquecer. Primeiro: chamam nosso Embaixador em Roma para explicações. Segundo: chamam o seu Embaixador no Brasil para explicações. Terceiro: ameaça não convidar o Brasil para o Encontro do G8 que se realizará na Sardenha em julho de 2009. Quarto: ameaça pedir o cancelamento de um jogo entre as nossas duas seleções nacionais e promove, até eu diria até com justeza, não tem nenhum problema realizar pressões ao apresentar argumentos a um país com o qual mantemos relação de amizade e diplomáticas, comerciais e políticas, não há nenhum mal nisso. Mas vejo com tristeza a insistência, Sr. Presidente, com que autoridades italianas se preocuparam, todos os dias, de tentar achincalhar a nossa decisão pensando que ainda somos uma colônia européia. Não somos. Somos um país independente, livre e soberano que tem que zelar pela sua soberania.

Portanto, Sr. Presidente, consideram que alterar o entendimento e a Jurisprudência do art. 33 da Lei 9.447/97 é sim, será sim, um casuísmo jurídico, político, ético que nos coloca numa posição de subserviência e submeter a interesses de outros que não são os nossos. E, ademais, se nós analisarmos com profundidade a história recente do Brasil, muitos de nós que estamos aqui sentados nessa sala, exercendo cargo de senadores, de deputados, de ministros, de representantes de movimentos sociais. Quem não se lembra dos tempos tão presentes, tão recentes de ditadura, de perseguição política, de morte, de assassinato, de exílio, de cassação de mandatos, de perseguição política, de tortura e de morte, inclusive nas prisões? Não fosse o entendimento de países irmãos da América Latina, da Europa, da Itália, da França, da Alemanha, da Suécia, da Suíça e de outros que acolheram tantos brasileiros e brasileiras na condição de exilado, de refugiado político.

Portanto, fazer diferente do que prega a nossa Constituição e a Lei de Refugiado, diferente do que é a nossa tradição jurídica, política, diplomática e humanitária, para decidir com nosso próprio entendimento o que é mais adequado e coerente ao Brasil. Nós não precisamos de lições de ninguém. Nós agradecemos. Não porque somos superiores a ninguém, mas porque estamos tentando construir fundamentos, leis, regulamentos, normas que nos tornem um país reconhecido também pela nossa capacidade de tolerância, pela nossa capacidade de transigir. E aí a intransigência não faz bem a ninguém. Está aí, as tantas guerras, a violência entre estados, a invasão de estado soberano, como faz o primor da democracia mundial que são os Estados Unidos. Ou não é assim proclamada como a maior democracia ocidental? Não são eles que criam um instrumento de inserção pelo seu próprio país, invadem países soberanos, criam mecanismos para punir pessoas de outras nacionalidades em território

estrangeiro? Não é esse o nosso caminho, o nosso caminho é outro, é o da concórdia, de buscar o entendimento, de buscar o diálogo.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, por que Battisti, se outros quatro italianos em situações semelhantes, em mesmas circunstâncias? O Brasil concedeu asilo ao Sr. Luciano Pessina, Achille Lollo, Pietro Mancini e Pasquale Valitutti e não houve essa gritaria toda, e não houve essa rebelião mundial para tentar nos condenar e nos impelir a pecha de que aqui estaríamos acobertando criminosos. Porque Battisti é um intelectual, Battisti que viveu aqueles tempos nos anos de chumbo, da perseguição, e os instrumentos de inserção que a própria Itália fez para punir os seus--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, para concluir, por favor, para gente poder...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Pois não, Sr. Presidente. Portanto, por que não houve essa gritaria toda quando Battisti ficou onze anos e meio na França abrigado sob os princípios que orientaram a chamada Doutrina Mitterrand? Portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, não podemos admitir dois pesos e duas medidas, se o Brasil submetesse a essas pressões.

E, ontem, um jornalista de uma agência de notícia italiana me perguntava o que eu achava do Ministro da Justiça do Brasil estar pressionando os Ministros do Supremo Tribunal Federal para confirmar a decisão tomada no âmbito do Poder Executivo, que é uma atribuição prevista na nossa, na nossa Constituição? Eu disse, simplesmente... e pedia para comentar a fala, o pronunciamento do Ministro da Defesa Italiana. Eu digo: "O que é então essa própria manifestação do Ministro da Defesa Italiana? Algo questionado, um assunto da nossa governança, um assunto interno do Brasil? Não é o exercício de uma pressão? Se aqui fosse feito, eu diria que até seria legítimo porque feito no âmbito no nosso próprio país. E as pressões desmedidas feitas pelo governo italiano, governo que trata, sim, como disse a pouco o Senador Mercadante, trata os imigrantes como inimigos, como criminosos, e que a União Européia, inclusive, que aprovou, tem 750 mil no parlamento europeu, aprovou uma moção de apoio às pretensões italianas para que fosse tornar sem efeito a decisão de concessão de refúgio pelo governo brasileiro. Foi tomada por 55 membros dos seus 750, com oito votos contra, mas a mídia mundial disse aos quatro cantos que foi o parlamento europeu que aprovou a moção pedindo a revisão da decisão do governo brasileiro.

E, por último, é o último argumento, Sr. Presidente. O último argumento que a mim resta sobejamente necessário para a decisão do Supremo e para a compreensão de todos nós brasileiros do que está sendo discutindo aqui. As leis italianas prevêem que uma vez concluído o julgamento de transitado em julgado, a condição para execução da pena deve ocorrer no prazo de 20 anos. Pois bem, no dia 13 de dezembro de 2008 completaram-se 20 anos desde que aquela sentença, a última sentença em relação ao Sr. Cesare Battisti transitou em julgado, portanto está nula perante as leis italianas a possibilidade de estar prescrito, perante as leis italianas, para que o Sr. Cesare Battisti seja extraditado, e lá ia cumprir a pena de prisão perpétua em cela italiana. Portanto, [soa campainha], além do mais, Sr. Presidente, esse argumento me parece que deve ser agora, não estou usando questões que aqui tratamos e aduzimos. No entanto, essa questão da prescrição deve ser o argumento final para se por fim a essa polêmica e afirmar a soberania, a grandeza e a decisão soberana do Brasil que disse, mais de uma vez, ao Ministro Tarso Genro, essa decisão nos orgulha e nos enche de confiança, de que aqui direitos humanos, a nossa tradição humanitária está, mais uma vez, referendada nessa decisão pela concessão de refúgio a Cesare Battisti. Liberdade para Cesare e o Supremo cumpra o que manda a nossa lei, e não fique dando de ocasião, mudando o seu entendimento para, quem sabe, criar prejuízos inomináveis no futuro em relação a situações semelhantes.

Pela afirmação do que está nas nossas leis e pela libertação imediata de Battisti. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Nery.

O Ministro vai se ausentar só alguns segundos. E passamos a palavra para o João Pedro e para o João Tenório, e depois ainda temos o Senador Suplicy. São os três últimos inscritos.

Eu só peço, eu sei que todos os anteriores se excederam um pouco no tempo, é que nós consigamos ser mais rápidos, apesar de reconhecer que eu deveria ter cortado o tempo anterior aqui. Mas tudo bem. [ininteligível] os outros todos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador Azeredo pela condescendência, mas o senhor agiu corretamente. Parabéns pelo senhor não usar também aqui dois pesos e duas medidas, como tenta fazer o Supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. Só aguardar para que a gente possa dar segmento. O Senador João Tenório, eu pediria que aguardasse um pouco também, que pudesse usar da palavra. Esse assunto é um ponto importante do ponto de vista realmente das repercussões internacionais, e que tem reflexo, evidentemen-

te, dentro do país. Não é à-toa que foi aprovado esse requerimento como primeiro requerimento aprovado nesta Comissão neste ano de 2009. E acredito que nós poderemos ter ainda a palavra do Ministro. Ele já tem também que se ausentar até 1h, um pouco antes, que ele tinha pedido, mas vamos ver se nós conseguimos concluir nesse período de 15 minutos em toda a audiência pública prevista.

Senador Cristovam queria falar agora ou não?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Fazer uma consulta, Presidente.

Os dois presidentes, ao Presidente Cristovam e Azeredo. É a seguinte consulta, isso aqui é uma audiência pública no Senado, eu gostaria e minha pergunta é se é possível remeter a ata deste debate para conhecimento do governo italiano, tem um caráter público?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há nenhum impedimento. Por sua solicitação poderemos fazer o envio.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): No sentido de conhecer o espírito do Senado, e, fundamentalmente, da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Tudo bem.

Então, com a palavra o Senador João Pedro, já com o retorno do Ministro Tarso Genro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ministro Tarso Genro, Srs. Senadores, os dois Presidentes das duas importantes Comissões do Senado, Direitos Humanos e Relações Exteriores, Secretário Romeu Tuma Júnior, Luiz Paulo. Esse debate aparece com muito vigor em nível internacional na hora em que o Senado estava em recesso por conta da decisão do Ministro que foi no mês de janeiro.

Então, o Senado estava em recesso, e faz então uma audiência pública com duas Comissões que eu considero da maior importância. Primeiro, porque isso destaca o Estado Brasileiro, a postura, e a postura de Ministro de Estado. A decisão do Executivo, uma decisão formal, correta do ponto de vista das suas formalidades, provocou, no meu entendimento, uma reação exagerada, grosseira, mal educada do governo italiano. Até porque se nós olharmos o contexto dessa situação, dirigentes da esquerda da década de 70 estão no Japão, estão na França. E eu não vi nenhuma manifestação, até então, com esse teor, com essa veemência, com essa falta de educação, falta de diplomacia, de respeito à soberania nacional contra o Japão, que lá estão os líderes, inclusive, das Brigadas Vermelhas, grupos diferenciados do PAC. Então, eu quero nessa primeira parte da minha fala, como Senador, condenar, repudiar essa postura do governo italiano, principalmente quando aborda o embaixador brasileiro na Itália, uma cobrança, no meu ponto de vista, que rompe com a tradição da relação da Itália com o Brasil. Essa é a minha primeira questão.

A segunda: o Ministro Tarso Genro quando toma decisão, ele não tomou decisão sem a observância de regras do arcabouço jurídico nacional, primeiro porque quem concede o asilo é a nossa Constituição, a Constituição Brasileira. O asilo político é tratado no seu art. 4º da nossa Constituição de 88. Ou seja, não sei por que se estranhar isso. E aí, eu acompanhando todo esse debate aqui, em nível nacional, de setores da mídia quando trata isso como se isso não tivesse uma garantia jurídica. Então, o asilo político está garantido na Constituição de 88 no seu art. 4º.

E nós não podemos deixar de desconhecer, e isso me chama a atenção, é por conta desse debate no Supremo Tribunal Federal. Eu fico pensando, e agora pensando alto, como que o Supremo vai decidir este fato quando no Estatuto do Estrangeiro, Sr. Presidente Azeredo, o que é que diz o Estatuto do Estrangeiro estabelecido na Lei 8.815, art. 77? Não se concederá a extradição quando inciso III: "o Brasil for competente segundo suas leis para julgar o crime imputado ao extraditando". Inciso VII: "o fato constituir crime político". O Estatuto do Estrangeiro é muito claro nisso – o fato constituir crime político.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permita-me um apartezinho só.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria, eu acho que é importante o que o Supremo está julgando. O Supremo, provavelmente, está julgando um processo de extradição que continua vivo lá dentro. Então, diante da decisão do Ministro, eles teriam que, em tese, cancelar o andamento do processo e tomar as medidas legais com respeito ao... Então, ele tem obrigação de examinar o procedimento que está em andamento lá, e não pode simplesmente arquivar.

Eu estou só falando isso para gente não criticar o Supremo e nem a justiça italiana, porque eu acho que no mérito, Ministro, a concessão do asilo político, ou não, não entra no mérito do processo, sim, do que possa ser violado como direitos humanos do cidadão que está recebendo ou não a decisão do Ministro. Agora o Supremo tem que julgar se dá andamento ou não no processo de extradição em respeito à solicitação da justiça italiana. Não estou nada contrariando o que V. Exa. leu da Constituição. Apenas para preservar que o Supremo tenha a obrigação de julgar o andamento do processo ou arquivá-lo. Não sei se os senhores concordam com isso. Mas apenas para poder...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Tuma, segundo o entendimento do nosso Procurador-Geral, ainda teremos uma decisão do Presidente da República, no que diz respeito à extradição, ou seja... E aqui eu quero, inclusive, abordar um pouco isso. Eu espero que pela trajetória do Presidente Lula, pelo governo que temos, pela importância desse debate, porque esse debate é simbólico para mim, eu espero que, se o caso chegar à Presidência da República, que o Presidente Lula não tome uma decisão diferente do que tomou o seu Ministro de Estado da Justiça Tarso Genro.

Pois bem. Eu fico aqui aguardando a decisão do Supremo. Agora será uma rotura, será um precedente se o Supremo não observar este artigo do Estatuto do Estrangeiro. Penso que não poderia ser outra a postura do Ministro, a decisão do Ministro Tarso Genro. O Sr. Cesare Battisti está há dois anos no Brasil, preso. Formaliza ao Estado Brasileiro o pedido de asilo. Não poderá ser outro senão nos marcos do que reza a Constituição Brasileira e as normas internacionais. Eu quero elogiar a postura do Ministro Tarso Genro, não pela sua trajetória brilhante de homem de esquerda, não é isso não, mas pelo zelo a todo esse arcabouço jurídico onde o Brasil não poderia transgredi-lo. Aí é uma decisão do Estado Brasileiro.

A minha fala é nesse sentido de dizer, de ressaltar, aqui, a decisão do Ministro e de cobrar como cidadão do Supremo Tribunal. Ou ninguém pode cobrar do Supremo Tribunal uma vigilância intransigente do que reza as normas jurídicas? O Estado Brasileiro ruim, e fica complicado, é um Ministro de Estado tomar uma decisão, do ponto de vista da competência do Poder Executivo, e o Supremo tomar outra. Neste caso, para mim, é muito claro o asilo do Sr. Cesare Battisti. Eu não estou entrando no mérito. Quando se lê... Eu já li um pouco, fiz algumas perguntas juntamente com alguns deputados do Congresso.

Senador José Nery, tive uma oportunidade de fazer uma visita, Presidente Eduardo Azeredo, na Papuda, ao Sr. Cesare Battisti, e fiz perguntas para formar o meu juízo. Do ponto de vista do mérito dos autos do que aconteceu na Itália ainda não conclui. Agora, do ponto de vista, isso é concreto, a condição de militante de esquerda, o que aconteceu no contexto nos anos 70 na Itália, ninguém pode duvidar da história e dos fatos e nem que o cidadão está no Brasil. Foi um militante político que participou de todo aquele contexto, está no Brasil [soa campainha], pede asilo, e o Brasil nega? O estado democrático de direito nega um Direito Internacional?

Então, eu quero finalizar. Estava aqui imaginando o meu companheiro colega Heráclito Fortes, se Ministro fosse, ele daria o asilo pelo que expôs a minha conclusão aos cubanos. Mas no caso do Cesare Battisti, não. No mérito é a mesma, um provocou o estado brasileiro e formalizou o pedido de asilo, de refúgio, e os cubanos não, não formalizaram.

E eu quero dizer que estava aqui na audiência pública quando o Ministro Tarso esteve aqui nesta Comissão. E as palavras do Ministro não são diferentes, os limites da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, os limites da Polícia Federal, as condições que se deu num evento internacional. Eu lembro bem das palavras de V. Exa., da arguição, do debate, e não foi diferente do que disse hoje. Naquele caso faltou formalidade e V. Exa. foi rigoroso no cumprimento das regras, como está sendo agora.

V. Exa. merece o nosso respeito. V. Exa. decidiu nos marcos da legislação e eu não tenho dúvida que isso engrandece o currículo de V. Exa., mas engrandece o estado brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Senador João Tenório, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente Eduardo Azeredo, Sr. Presidente Cristovam Buarque, Sr. Ministro Tarso Genro, Dr. Tuma Júnior. Serei rápido, até por determinação do nosso Presidente.

Mas, na verdade, Presidente, eu não teria muito a acrescentar, sobretudo aquilo que já foi dito aqui. Apenas um pequeno desabafo. O Ministro Tarso Genro registrou com veemência aqui e com propriedade, digamos assim, pronunciamentos, atitudes tomadas pela imprensa, pelos governantes italianos, no que diz respeito à sociedade brasileira de um modo geral. Citou até um exemplo muito elucidativo quando alguém lá chamou o país de país de bailarinas, as bailarinas, ou coisa que o valha.

Então, realmente, o Ministro foi veemente, com toda razão, afinal de contas o país e o povo brasileiro merecem todo o respeito que, evidentemente, nós merecemos.

E o desabafo e essa posição do Ministro, evidentemente, foi seguida pela chancelaria brasileira, o Ministro de Relações Exteriores também manifestou, o próprio Presidente Lula, em algum momento, manifestou essa solidariedade à sociedade brasileira, e, sobretudo, à atitude do Ministro Tarso Genro, que tinha tomado aquela decisão em relação ao italiano. O que me faz fazer um registro e um desabafo é que no momento em que o Presidente Chaves disse que o Congresso Brasileiro era uma casa que cacarejava a favor dos interesses americanos, não houve nenhum pronunciamento, nenhuma solidariedade do Executi-

vo do governo brasileiro, da chancelaria brasileira em relação ao Senado Brasileiro.

Então, eu acho que essa atitude assimétrica que o Governo está tomando neste caso, e no caso anterior que eu citei, há oito meses, há um ano, ou coisa que o valha, mostra claramente que há um viés ideológico em todo esse processo que acontece.

Sei, Sr. Ministro, que isso, na verdade, não é algo que tem a ver diretamente com o seu Ministério, é uma coisa que tem a ver com a chancelaria, o Ministério de Relações Exteriores. Mas V. Exa. vai permitir um desabafo, eu acho que como membro desta Casa nós tivemos a mais absoluta falta de apoio, falta de solidariedade do grupo do governo brasileiro, da chancelaria brasileira, do Ministério de Relações Exteriores, o próprio Presidente da República que não teve, digamos assim, a consciência de uma palavra, de um ato, de um gesto para com esta Casa no sentido de dizer "chega". Da mesma maneira que é indelicado, é indevido dizer que o Brasil é um país de bailarinas, é muito indevido dizer que o Congresso Brasileiro, sobretudo o Senado brasileiro, cacareja a favor dos interesses americanos.

Era esse, Sr. Presidente, apenas o desabafo, Ministro, me permita, mas nada mais a acrescentar do que tudo aquilo que foi dito pelos colegas anteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório, inclusive, pela sua paciência de aguardar para poder fazer as suas observações. Realmente, essa questão está pendente até hoje, e foi exatamente um pedido meu, foi um apelo que eu apresentei aqui, o Senador Suplicy assinou pedindo que o Presidente Chaves revisse aquela questão da televisão venezuelana, e ele respondeu dessa maneira, e até hoje não se desdisse, ou não pediu desculpas, ou não fez um registro de um mal entendido que fosse. E essa questão continua pendente.

Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Eduardo Azeredo; Sr. Presidente, Cristovam Buarque; prezado Ministro, Tarso Genro; Sr. Secretário-Executivo, Luiz Paulo Barreto; e Secretário Nacional da Justiça, Romeu Tuma Júnior. Aqui já disse algumas palavras até dirigidas hoje ao Presidente Raul Castro Ruz, ao Comandante Fidel Castro Ruz, a respeito da questão dos pugilistas cubanos.

Mas neste caso, agora, sobre o Cesare Battisti, eu quero, inclusive, muito carinhosa e respeitosamente dirigir-me então ao nosso Embaixador, que acredito, esteja nos assistindo, Michele Valensise, da Itália no Brasil. Inclusive aos deputados italianos que nos visitaram, dentre os quais o presidente da Associação Parlamentar de Amizade Itália/Brasil, Domenico Scilipoti, e os demais que estiveram conosco, e ao Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, e ao Presidente Napoleoni que escreveu para o Presidente Lula a respeito deste tema.

Quando a Sra. Fred Vargas, arqueóloga, historiadora e escritora me procurou em 2007, comecei a ouvi-la com atenção de pronto. Fiz uma visita a então Polícia Federal, à prisão onde ali se encontrava Cesare Battisti. Foi a primeira ocasião que dialoguei e ouvi. Inclusive, as suas palavras reiteradas outras ocasiões, porque depois eu o visitei cerca de três ou quatro vezes na Papuda para compreender a sua história. E ali ele me disse o quanto que, de fato, nos seus anos mais jovens de 17, 18, 19, 20 anos, e até os 25 anos, de fato, participou da organização Proletários Armados para o Comunismo, que cometeu inúmeras ações, que naquela época tantos italianos participaram, alguns nas Brigadas Vermelhas, outras em dezenas de organizações tais, como essa do PAC, que era até das menores dentre tantas. E me disse de como os jovens em toda a Europa, desde 1968, avaliavam que era importante modificar aquele Estado. Um Estado que na ocasião avaliavam que defendiam um sistema inteiramente inadequado para o interesse da maioria da população dos trabalhadores. É bem verdade, como muitas vezes se reiterou, que na Itália já havia um governo de coligação da Democracia Cristã com o Partido Comunista Italiano. Mas o fato de ter havido um governo democrático, assim eleito, não significa, Sr. Presidente, que num governo democrático, às vezes, não ocorram em organismos, seja da segurança pública, em organismos policiais, seja em órgãos até da justiça, ou que não se tenha instrumentos de exceção, como aqui já foi citado.

Ainda na semana passada, Sr. Presidente, o jornal O Estado de São Paulo, na primeira página, registrou que em São Paulo, governado pelo PSDB, pelo DEM, estava ocorrendo aqui, novamente, estava se vivendo uma situação ali de organização de esquadrão da morte, como ocorrera durante o regime militar. Portanto, às vezes, num regime democrático ocorrem abusos como neste caso aconteceu. Mas a partir daí, Sr. Presidente, eu passei a estudar esse assunto, e digo aqui como bisneto, neto de italiano, com toda amizade aos queridos italianos, povo que amo, de que neste caso é a minha determinação de ir até o fundo na busca da verdade.

Eu aprendi, ao estudar a vida de Galileu Galilei, de Nicolau Copérnico, de Giordano Bruno, de Leonardo da Vinci, que os grandes cientistas italianos deram exemplos sobre como se buscar a verdade para se alcançar a justiça. E gostaria de dizer aos parlamentares

italianos, ao próprio Embaixador Valensise, que eles ainda não responderam algumas questões que levaram o Ministro da Justiça Tarso Genro, sobretudo nos itens conclusivos da sua decisão, dizer que é bom que reste claro que o caráter humanitário, que também é o princípio da proteção internacional da pessoa humana, perpasse o refúgio implicando o princípio indúbio próréu – na dúvida, a decisão de reconhecimento deverá inclinar-se [soa a campainha] a favor do solicitante do refúgio. E por aí ele segue para concluir pela concessão do refúgio.

Ora, Sr. Presidente, ao examinar a história de Cesare Battisti pude averiguar que ele reconheceu ter participado das atividades do PAC, algumas delas de caráter subversivo, às vezes, inclusive, utilizando de armas, mas nunca atingindo pessoas, e, sobretudo, com a preocupação que ele próprio me descreveu. Porque ele confessou, sim, e por isso foi condenado a doze anos e pouco de prisão, ter participado de ações que ele considerava, assim classificava, de reapropriações proletárias, mas na hora de fazer estes assaltos a estabelecimentos, os mais diversos, quando se encontrava com uma situação em que um companheiro dele pudesse, eventualmente, atingir uma pessoa da segurança de um banco, então ele passou a ter o seguinte procedimento: ele pulava nas costas do guarda que estava, eventualmente, para apontar uma arma e deitava com essa pessoa no chão para que esse homem não levantasse a sua arma, não fosse atingido por um de seus companheiros. Portanto, sempre procurando evitar que houvesse alguém atingido.

E ele também manifestou desde o nosso primeiro encontro, e reiterou, que quando, em maio de 1968, soube do seqüestro e assassinato do Primeiro-Ministro Aldo Moro, que ele ali tomou a resolução para si de nunca atingir qualquer pessoa, de nunca matar qualquer pessoa, e assim procedeu, inclusive, com respeito aos seus companheiros dos PACs. Porque daí ele, conforme descreveu na carta para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e que distribuí, lida na Tribuna do Senado, ele ali disse com clareza que participou, sim, de reuniões na casa daquele que o acusou, Pietro Mutti, para, justamente, dizer que não deveriam os membros do PAC realizar ações que pudessem causar a morte de pessoas. E nessa reunião houve divergências sérias [soa campainha], e, inclusive, em altos brados, ele, nesta e depois na reunião seguinte, quando já tinha ocorrido um assassinato, ele soube de que poderia haver outra pessoa atingida, foi lá para dizer que discordava, porque na maioria havia eles votado para que não houvesse. O primeiro assassinato se deu por divergência de alguns grupos dentro dos PACs, conforme ele assim descreveu.

Sr. Presidente, eu não vou detalhar todas as incongruências e tudo. Mas quero aqui ressaltar quando, por exemplo, o Sr. Wálter Fanganiello Maierovitch, jurista que muito respeito, disse em algumas ocasiões que a justiça italiana quando nota uma contradição de um arrependido, de um dissociado, imediatamente desqualifica o seu depoimento e o anula. Na verdade, quando constatado diversas contradições e inverdades feitas pelo principal acusador de Cesare Battisti, o Sr. Pietro Mutti, o seu depoimento, a sua denúncia não foi anulada. E não há, Sr. Presidente, e aqui digo aos deputados e senadores italianos, até agora, não apresentaram uma pessoa sequer que, não sendo dissociado, não tendo sido arrependido, não sendo pessoa normal, que tenha realmente visualizado, testemunhado olho no olho e dito: "Eu vi o Cesare Battisti assassinar as quatro pessoas". Não há, Sr. Presidente, o que há, sim, é a evidência que foi detectada pela escritora, historiadora e arqueóloga Fred Vargas, de documentação, onde ela comprovou com a devida confirmação por parte de grafóloga oficial francesa, que, conforme o Ministro Tarso Genro observou, que houve a designação fraudulenta dos dois advogados que [soa campainha] defenderam outras pessoas e não Cesare Battisti. E eu gostaria, inclusive, de perguntar ao Ministro Tarso Genro, uma vez que ele mencionou que ele e sua equipe estudaram aos autos, porque eu perguntei aos que estudaram os autos completos, se, porventura, houve da parte dos advogados, Fuga(F) e Pelasa(F), os dois que se utilizaram da falsa procuração para defendê-lo? Se, durante o julgamento, inclusive, em segunda e terceira instâncias ali na Itália, o Advogado Fuga(F) defendeu o Sr. Cesare Battisti? Se o Advogado Pelasa(F) defendeu o Sr. Cesare Battisti? A informação que eu tenho, e peço para ser confirmada, é que o advogado Fuga(F) nem falou na defesa, e nem outra forma, e o Advogado Pelasa(F) foi conivente com as denúncias daqueles que fizeram como arrependidos e dissociados para ganhar a premiação de sua liberdade, portanto, utilizando do instrumento da delação premiada é que eles foram, portanto, que isto... E para eles houve a libertação e para Cesare Battisti a condenação em prisão perpétua, inclusive, não permitida pela Constituição Brasileira. Assim, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para concluir, Senador Suplicy, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Quero aqui dizer, inclusive, aos jornalistas que não deram aos seus leitores todos os lados da questão, e, inclusive, menciono Mino Carta, menciona a Revista Carta Capital com a exceção de ela ter publicado, sim, a ma-

nifestação do Ministro Tarso Genro, mas não completa noutro aspecto, porque foi oferecida à Carta Capita, foi oferecida à Revista Veja a possibilidade de publicarem esses documentos, inclusive, a manifestação da arqueóloga e historiadora Fred Vargas. E com muita amizade e respeito ao Mino Carta, eu digo, pessoalmente, a ele, não foi dada até agora na sua revista a possibilidade deste esclarecimento.

A Veja e a Carta Capital publicaram a reprodução do que saiu na Revista Panorama, uma entrevista de Pietro Mutti, em que ele estaria confirmando o que teria dito lá atrás, e dizendo: "Aí está o Pietro Mutti apareceu com sua foto e tudo". Eu perguntei para Cesare Battisti: "essa aqui na Panorama publicada na Veja é a foto de Pietro Mutti atual, ele apareceu, de fato e abertamente como você está fazendo dizendo o que aconteceu?" "Esta foto era do tempo em que ambos éramos companheiros".

Sr. Presidente, há muitas razões para que, Caro Ministro Tarso Genro, V. Exa. tenha acertadamente dito que na justiça é muito importante o princípio de na dúvida pró-réu. Assim Sr. Presidente, em conclusão, eu quero destacar os três pontos fundamentais que um dos maiores juristas deste País escreveu a respeito. Três pontos fundamentais devem ser levados em conta na decisão sobre a concessão do Estatuto do Refugiado ao antigo imigrante italiano ou a negação da extradição. Em primeiro lugar: não existe a mínima dúvida de que ele participou de atividades que mesmo tenham chegado à prática de violência física, o que não está comprovado, configuraria um crime político, ficando constitucionalmente excluída a extradição. Em segundo lugar: os antecedentes justificam plenamente o temor de aplicação de penalidades em decorrência de julgamento irregular sem respeito ao princípio do devido processo legal. Além disso, dispõe a lei dos refugiados que será concedida a condição de refugiado aquele que por fundado temor não queira acolher a proteção do país de sua nacionalidade. Por tudo isso, querido Senador Pedro Simon, a Constituição e a Lei dos Refugiados dão fundamento ao atendimento do pedido de refúgio, como já foi observado, o Conselho Nacional dos Refugiados, possivelmente, por excesso de trabalho ou por inadvertência não levou em conta elementos de prova fundamentais que foram anexados ao memorial final e ressaltados na defesa oral. Quisera eu, ter tido mais tempo perante o Dr. Luiz Paulo Barreto com a Fred Vargas, como fiz perante o Dr. Romeu Tuma Júnior, logo depois da decisão do Conare de explicar com maior detalhe a falsa procuração e a comprovação da mesma que foi então diagnosticada.

O eminente Ministro da Justiça poderá suprir essa falha processual, considerando tais elementos quando for proferir a sua decisão no recurso impetrado pelo interessado, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a Constituição Brasileira vão a favor da concessão do status de refugiado ao solicitante Cesare Battisti, e uma decisão em tal sentido será coerente com as exposições constitucionais e será, essencialmente, um ato de soberania do Estado Brasileiro. Assina o eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari.

Para concluir, Sr. Presidente, a Sra. Fred Vargas nos últimos dias encaminhou as fotografias publicadas no relatório da anistia internacional que comprovam que, ao tempo em que foi feito o julgamento de Cesare Battisti houve, de fato, abusos por parte de pessoas que estavam no comando de procedimentos judiciais na Itália, inclusive, com respeito àqueles que eram da Brigada Vermelha, não que Cesare Battisti tenha sido torturado, mas a evidência da época comprovada por estas fotos é de que houve as torturas, e por isso, Sr. Presidente, eu vou encaminhar para entregar a V. Exa. essas fotos. Eu só quero perguntar também se o Ministro Tarso Genro recebeu as fotos porque estarei encaminhando. Não vou querer exibi-las aqui, Sr. Presidente, porque nas fotos há apenas a evidência de braços, mãos, costas, pernas que foram, evidentemente, objeto de tortura, mas inclusive, os órgãos sexuais do líder da Brigada Vermelha que foram objetos de torturas. Não preciso aqui ficar exibindo isso pela TV Senado, mas encaminho a V. Exa. para evidenciar. Portanto, Ministro Tarso Genro a sua--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não quero ver também não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. não precisa ver, mas então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas será encaminhada à secretaria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Pergunta apenas ao Ministro Tarso Genro se ele também recebeu. Ainda não chegou. Então, vou encaminhar a V. Exa., mas não é que precise ver, mas está no relatório da anistia internacional. E se Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi e o jornalista Mino Carta e da Veja, todos quiserem ver, eu posso mostrar. É que eles não procuraram ter muito interesse para àquilo que eu gostaria de ter mostrado.

Quero apenas, Sr. Presidente, continuar buscando a verdade para alcançar a justiça. Por isso que meus eleitores me fizeram chegar ao Senado por três vezes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Nós vamos ouvir então o último orador inscrito que é o Senador Pedro Simon, e depois em seguida o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Cristovam Buarque que é também o responsável por essa audiência pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Queria só que V. Exa. como Presidente do Senado possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Do Senado não, da Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Fazer a gentileza de convidar a ex-Deputada Federal Maria Luíza Fontenele para sentar aqui conosco, porque ela tem esse direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por favor, pode sentar, Deputada.

Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar eu quero pedir desculpas, Sr. Presidente, porque eu cheguei atrasado. Eu fazia parte de uma mesa redonda que se realizou na Procuradoria-Geral da República, com a presença do Presidente do Senado, o Presidente do Supremo.

Mas eu fazia muita questão de estar aqui. Lamento que não ouvi o debate, não sei o que é que aconteceu na reunião.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer com muita sinceridade, eu tenho o maior respeito e a maior admiração pela atuação do Ministro da Justiça. Acho que desde que ele assumiu, ele vem tendo uma atitude muito firme, muito coerente e por as mais variadas razões ele vem sendo marcado no sentido de querer, inclusive, desestabilizar o Ministro.

Eu acho que pode se discutir a operação com relação ao... Eu sou a favor da ação desenvolvida pelo Ministério da Justiça, eu sou a favor, em tese, da ação desenvolvida pela Polícia Federal, eu vejo com muito respeito esse delegado que vai terminar preso, e o Procurador, o Promotor que também é capaz de terminar preso, e o juiz que teve a coragem de decretar duas prisões àquele banqueiro e que já está respondendo a três processos.

Na minha vida eu só fui advogado de defesa, Sr. Presidente, no Júri que eu atuei eu não sei acusar, eu só trabalhei na defesa. E trabalhando na defesa a minha tese fundamentada era uma: *in dubio pro reo*, e, principalmente, no Brasil que a prisão é uma fábrica de criminosos, me perdoem a sinceridade. No Brasil, a cadeia não regenera e não altera o Direito Penal Brasileiro, a punição não é vingança, a gente pune alguém que cometeu um delito para se regenerar, para que se recupere, para voltar à sociedade.

E eu sempre dizia no meu júri, eu não me lembro de um cidadão que eu absolvi que voltasse para o Tribunal de Júri para cometer outro delito. Mas eu vi muita gente que foi condenada voltarem para o banco dos réus. E, lamentavelmente, no Brasil, e isso não é de hoje, é sempre, a penitenciária é uma fábrica de criminosos, a começar pelos jovens, a começar pelas crianças que entra num retiro desses e Deus me perdoe.

Então, não é a mim que vivi na época da ditadura, as violências, os arbítrios; diariamente tirando alguém da cadeia, vendo tortura, vendo morte, vendo assassinato, principalmente, nós do Rio Grande do Sul. Não é a mim que ninguém vai dar lição de defesa dos direitos individuais, de valorização da pessoa humana, porque eu acho que isso é fundamental.

Agora, Sr. Presidente, eu me lembro que eu estava assistindo do meu gabinete, quando o Senado parecia, eu nunca vi uma reação tão radical, quando apareceu na televisão aquele banqueiro preso, e o ex-prefeito Pitta de pijama, preso de pijama. Mas tremeram as bases do Senado. Mas que barbaridade, em que país nós estamos, onde é que nós estamos, uma coisa como essa? Algemar, aparecer na televisão. Eu não me contive e fui para a tribuna do Senado. Deus me perdoe, eu acho que eu cometi um pecado. Mas quando eu o vi algemado até que eu gostei, pelo menos, eu vi um banqueiro algemado, eu digo assim: "Eu acho que eu cometi um pecado". Sinceramente, mas quantas crianças que morrem, que matam, que levam tiro, quanta miséria que acontece nesse país e nunca se faz nada. E até hoje o Presidente do Supremo está com a ideia fixa, e tudo começou porque o banqueiro foi preso, foi algemado.

E eu acho que se deve gerar uma grande discussão, mas esse debate tinha que ser mais profundo, e não pode ser bate-boca. Não pode ser o presidente do Supremo, agora primeiro bateu boca com o Procurador-Geral da República, dizendo que o Procurador-Geral da República é responsável porque não toma providência com relação aos sem-terra, que devia ser mais genérico. E acho que o Procurador-Geral da República foi muito feliz na resposta dele. E na CNBB tivemos uma reunião onde o Bispo disse o seguinte: "Mas então por que é que ele não pede também que se tome providência com relação às terras que plantam maconha e que deviam ser desapropriadas e não são desapropriadas? E por que é não tomam providência nas fazendas que é praticado o trabalho escravo e não acontece nada". Por que o Presidente do Supremo não pede isso?

Esse problema da Itália eu vejo com muita singeleza. Esse cidadão condenado à revelia, e a informação que eu tenho é que um ex, a tal da delação premiada

foi lá e disse montanha de coisas, e ele sem nunca ter sido ouvido e nem coisa nenhuma. Eu acho que o princípio humanitário, 30 anos depois eu vejo com simpatia, não é, pelo amor de Deus, não é um sentimento de amizade, de carinho muito grande entre o governo brasileiro e o governo italiano, isso é de dentro. Não há nada de pessoal nesse sentido. Mas eu vejo com simpatia, o homem onde é que está, prisão perpétua, o cara não foi ouvido, não depôs e nem coisa nenhuma, e baseado numa delação premiada, onde tudo indica que o cara, em troca da liberdade dele, contou uma história. Mas de modo especial pode até se divergir da decisão do Ministro da Justiça, mas que deve respeitar. Não dá para querer imaginar que o Ministro teria essa intenção, que teve aquele, que é a sua origem, não sei quanto. Não. Eu acho que foi uma decisão profunda, séria, responsável. E eu vejo com simpatia.

Nós estamos vivendo numa hora muito complicada. Eu estou insistindo. Hoje terminei de vir de um debate lá no Supremo, na Procuradoria-Geral da República, onde o Presidente Sarney falou bonito, bonito, bonito, todo mundo falou bonito sobre o que é que é direito, o que é que é justiça, o que é que é não sei mais o que, e eu falei feio uma barbaridade, porque eu disse as coisas que eu acho. No Brasil hoje um fato grave. Um: eu hoje lamento, eu lutei pela Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, mas eu não me tinha dado conta que era tão grave o nosso erro de não fazer exclusivo, fosse tão grande quanto hoje estou me dando conta. [ininteligível] nós não teríamos essas coisas que estão aí, defesa da classe dominante, de A, de B, de C, ou de D. É o que eles queriam, um grupo de gente se reúne, faz a Constituinte, não tem nenhuma preocupação e vai embora e depois a gente entra. Agora o grave da Constituinte é que como o Tancredo morreu, eu não estou criticando o Dr. Sarney, eu acho que ele fez um belo trabalho, foi muito competente, mas ele não tinha autoridade, ele não tinha peso, então ele não exerceu influência nenhuma na Constituinte. E pior a briga dele com o Dr. Ulysses. Então o que é que aconteceu? Aconteceu que você pega os assuntos mais importantes da Constituinte, lá na Constituição, reforma agrária, não chegaram à conclusão? Não. Então fica no buraco negro, está no buraco negro, está no buraco negro. Reforma agrária, nem sei o que é que diz. Lei complementar regulamentará. Está até hoje. Problema financeiro, remessa de lucro, coisa que o valha, lei complementar regulamentará, e até hoje não tem lei, não tem coisa nenhuma. E o crime é maior que a lei, a medida provisória. E a medida provisória foi feita, porque o projeto da Assembléia Nacional Constituinte, a Constituição era parlamentarista, e no parlamentarismo a medida provisória faz parte. Quando caiu o parlamentarismo eu não era constituinte, eu estava lá no Rio Grande do Sul, mas eu fiz um apelo e disse: "Olha, não precisa nem votar. A comissão de redação final deve tirar a medida provisória. Caiu o parlamentarismo cai a medida provisória". E está aí esse exagero que vem desde o Governo Sarney até hoje. E o Congresso ainda não tem coragem de tomar uma posição dura no sentido de agir dessa maneira.

E a segunda questão para mim se chama a impunidade. O que está levando o Brasil à desgraça se chama: a impunidade. Não é que o Brasil tenha mais ladrão que os Estados Unidos, que a Europa, que a França; não é verdade. O problema é que no Brasil só pobre vai para a cadeia e nos outros países rico também vai. Quatro primeiros-ministros italianos se mataram para não ir para a cadeia. Olha que coisa espetacular [ininteligível] o Obama ali, uma senhora bacana, tida com o maior nome da liderança que ela ia colocar, 900 dólares, ela não pagou a contribuição da empregada doméstica, porque era estrangeira ilegal. Teve que cair fora, não pode. O outro que era o homem mais importante do governo dele, que ia ser o homem da saúde que ia fazer um programa revolucionário. Os Estados Unidos têm 40 milhões de americanos que não têm nada de saúde, porque lá a saúde é só privada, e eles não têm seguro, não têm coisa nenhuma. Um projeto nesse sentido ele era o único que ia fazer. 15 mil dólares de sonegação, não sei o que, não pode ser. Funciona. Agora no Brasil eu acho que nós temos a obrigação de fazer isso. Eu defendo uma tese e tenho um processo que diz assim, 1: na verdade, quem tem ficha suja não pode ser candidato. Mas é um absurdo? É. Quem tem ficha suja não pode ser candidato. Mas a justiça tem que julgar o caso dele até a eleição, não pode ficar na gaveta nem do delegado, nem do juiz, nem do procurador e nem do Tribunal. E se por algum acaso não julgar até a eleição, os que ganharam, e aí o número diminui tem que ser julgado até a posse. Aí muda tudo, aí muda tudo. Aí acusar: o Simon é ladrão, o fulano é isso, o fulano é aquilo, não tinha aquela história de nivelar por baixo. Ninguém é condenado, mas ninguém é absolvido. Então, essas coisas estão acontecendo. Eu não vejo o Presidente do Supremo Tribunal falar numa matéria que nem essa, que é a matéria, volto a repetir, a impunidade.

Dentro desse contexto eu quero dizer que tenho a maior admiração por V. Exa., porque acho V. Exa. está tendo coragem. V. Exa. me deu uma resposta que eu fiquei irritado, que foi muito competente. Eu disse para V. Exa. conversando nós dois: "Olha, eu acho que você está certo, Tarso. Esse negócio realmente tem que ser apurado, tem que se apurar essa questão dos crimes militares, esse programa do que é anistia, do que não

é anistia, mas eu acho que não é agora". Aí o homem responde assim: "É. Geralmente essa matéria todo mundo diz que ainda não é agora, e o tempo passa". Mas eu acho que V. Exa. está certo.

Com muito carinho e com muito respeito eu trago a minha admiração a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu retomo exatamente aonde o Senador Simon parou.

Antes mesmo de analisar o que está por trás do caso Battisti, de emitir um juízo, eu quero dizer aqui da minha admiração pela coragem que o senhor tem tido nesse caso. Nós que fazemos política costumamos olhar mais os jornais do que os livros de história. Nós temos mais medo dos jornalistas do que os historiadores que, no futuro, vão analisar os nossos gestos. E o senhor tomou uma decisão pensando nos livros de história. Pode ser que esteja errado, pode ser que esteja certo. Mas não fez pensando nos jornalistas e nos jornais. Porque no Brasil, de vez em quando, se criam algumas unanimidades. E agora, de repente, criou-se uma unanimidade de que o caso Battisti deve ser tratado devolvendo-o para a Itália. É como se fosse uma unanimidade. E o senhor teve a coragem de tomar a posição que o senhor acha que é correto.

Eu evitei até aqui falar sobre esse assunto. Foi ao assumir a Comissão de Direitos Humanos que sentei na cadeira e disse: "Vou visitar o Cesare Battisti para conversar e ouvir a história dele. E marquei para hoje. Era para estar lá agora nesse momento, à 1h. Já telefonamos desmarcando. Eu ia com o Senador Nery. Na próxima semana ele não pode ir e eu irei. Vou conversar com ele.

E creio que a Comissão de Direitos Humanos deve analisar o assunto. Para mim a gente tem que analisar na ótica, um: da soberania. Não tínhamos que estar ligando se os italianos estão ou não pedindo, estão ou não querendo. Há uma soberania e tem que ser respeitada. Segundo: eu creio que a gente tem que analisar as provas, se ele esteve realmente envolvido em crimes de sangue ou não, porque não está claro isso, pelo menos, para mim. Terceiro: nós temos que analisar o caráter, se foi político ou não foi político. Embora, eu seja, como o Senador Mercadante, radicalmente contra a alternativa das armas e das mortes, vamos falar com coerência. Nós perdoamos os crimes políticos de sangue, perdoamos com anistia companheiros nossos da esquerda que cometeram atos desse tipo, e perdoamos os torturadores que antes de matar torturaram, e estão perdoados, não estão presos. Nós temos que analisar o prazo, se houve ou não prescrição gente. No Brasil eu creio que já estaria prescrito esse caso. Nós temos que analisar se a justiça italiana, com toda a sua soberania, claro, foi ou não imparcial, se ouviu o Cesare, se levou em conta ou não, como parece que tem feito.

E eu creio que a gente tem que analisar também o tamanho da pena, no Brasil não há pena perpétua. Eu creio que ele está condenado a uma pena perpétua. Então, nós temos que analisar na ótica da soberania nacional, temos que analisar na ótica de se houve ou não crime de sangue com a participação dele, temos que analisar se houve esse crime, respeitando que para os brasileiros nós tratamos diferentemente no caso de ser ou não por razões políticas. E a gente não pode ser incoerente, porque ele é um italiano, mas ele é primeiro um ser humano, daí a Comissão de Direitos Humanos estar aqui.

Então, Ministro, o senhor primeiro tem toda a minha simpatia pela coragem, independente de eu assinar embaixo da sua decisão. Segundo, nós da Comissão de Direitos Humanos vamos analisar o fato a partir da minha visita a ele na próxima semana, e do envolvimento nosso, eu não estava envolvido nisso. Eu agora não tenho direito de ficar calado diante desse assunto, uma análise de tudo que a gente vê que está por trás. E isso é o que eu tenho que dizer com Presidente de Direitos Humanos. E na próxima semana nós vamos discutir o assunto, logo depois da minha volta, se for possível eu ir lá antes, talvez não seja, porque nossa reunião já é na terça-feira. E quero dizer que a sua defesa feita aqui da sua posição, foi extremamente, a meu ver, convincente, foi com muita substância e com muita firmeza como devem ser esses fatos. Lamento que a gente tenha dedicado muito tempo ao caso dos cubanos, lamento. Se fosse o caso de querer discutir, discutamos o caso dos cubanos um dia aqui, mas não deveríamos ter misturado as duas coisas.

E, finalmente, eu quero compartir a posição do companheiro João Pedro dizendo que, de fato, seria interessante mandar para a Itália a transcrição dessa reunião, que mostrou uma profunda seriedade por parte dos Senadores querendo tomar uma posição a favor ou contra o governo. Mas independente, na medida do possível, se somos ou não oposição ou situação.

Fico satisfeito e concluo cumprimentando o nosso Presidente da Comissão, Senador Eduardo Azeredo pelo bom nível que nós tivemos nesta Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

Nós vamos então concluir com as palavras finais do Ministro Tarso Genro, indagando do próprio Ministro se o Dr. Luiz Paulo, o Dr. Romeu Tuma Júnior

também teriam alguma questão a acompanhar. Fica à sua disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas, Sr. Presidente, informar--

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Dar continuidade. Eu vou falar brevemente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Permita-me apenas informar que encaminhei às mãos do Ministro Tarso Genro as fotos que eu mencionei de pessoas que foram torturadas, segundo o relatório da anistia internacional há época do julgamento de Cesare Battisti. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Recebemos na secretaria. Obrigado. Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO: Sr. Presidente, eu queria manifestar o meu agradecimento à V. Exa. pela forma correta, democrática e pertinente com que o senhor conduziu esta sessão, sobre um tema que é um tema extraordinariamente difícil. Eu me congratulo com V. Exa., e me coloco à disposição no Ministério da Justiça para que o senhor como Presidente da Comissão de Relações Exteriores esteja à vontade sempre para solicitar qualquer atitude, qualquer informação, qualquer postura do Ministério da Justiça em relação às questões que nos vinculam institucionalmente.

Queria agradecer as manifestações do Senador Cristovam Buarque. Eu estive com ele recentemente em Oslo no Instituto Nobel, num grande debate sobre direitos humanos, criminalidade, direitos sociais, promovido pelo governo norueguês, em parceria com a Academia Latino-Americana, dirigida pelo professor, pelo nosso professor Cândido Mendes. E lá recebemos uma lição extraordinária do Senador Cristovam Buarque, inclusive, sobre temas que estivemos aqui discutindo em parte, conexos com essa questão.

Senador Pedro Simon, V. Exa. sabe, há muito tempo, da minha admiração, do meu respeito. Nós estivemos juntos na época da redemocratização, e eu atuando na legalidade e na clandestinidade o Senador Simon como líder político do meu Estado que agregava todas as forças políticas de centro, de centro-esquerda, de centro-direita, de ultra-esquerda que lutava pelo regime democrático do País. V. Exa. foi sempre a nossa referência aberta e pública. Por isso é um enorme orgulho tê-lo aqui nesta sessão e ouvir de V. Exa. essas palavras como um representante do meu Estado e um representante legítimo do que melhor a política brasileira produziu ao longo das últimas décadas.

Vou ser bastante breve. Primeiro em relação à questão dos cubanos. Cuba tem um regime político diferente do Brasil, não é um regime de estado de direito democrático, como o nosso, é um regime próprio originário da revolução cubana. É um país amigo do Brasil. A Venezuela tem um projeto político diferente, um projeto político brasileiro, o nosso projeto de desenvolvimento. É um país amigo do Brasil. A Itália na sua tradição renascentista iluminista, a Itália produtora de grandes pensadores, grandes juristas, grandes intelectuais, grandes políticos tem um governo diferente do governo brasileiro. É um país amigo do Brasil. Os Estados Unidos tem um projeto democrático que tem exercido influência mundial nos seus aspectos positivos e negativos, tem um presidente hoje muito semelhante, em minha opinião, pelas suas propostas, pela sua visão de mundo, pela sua visão humanista muito semelhante ao Presidente da República, guardadas as origens políticas e as circunstâncias sociais que envolveram essas duas grandes lideranças. E os Estados Unidos estão hoje terminando com suas instituições de exceção, e os Estados Unidos hoje estão revertendo, inclusive, uma visão incrustada no seu direito interno que já vinha da década de 70, não é de hoje, que provas obtidas ilegalmente podem ser aceitas para dar sustentação a condenações criminais. É uma jurisprudência que foi se formando na Suprema Corte Americana nos Tribunais intermediários, e que, de repente, numa circunstância global adversa, numa circunstância global de confronto os Estados Unidos transformaram numa normativa para interrogatórios realizados fora do seu território. Salve o Presidente Obama que começa a reagir contra isso e começa a fazer uma síntese superior da democracia americana que também deve nos orientar do ponto de vista político naquilo que é cabível à nossa formação social.

Em relação aos cubanos que foi criado um conflito político importante do qual eu não me arrependo de ter participado, e, inclusive, agradeço a imprensa pela relevância que deu a essa questão, embora, fosse uma relevância, sobretudo, distorcida a respeito do assunto, porque permitiu que num país democrático como o nosso, nós fizéssemos um grande contencioso sobre o assunto. Agora a imprensa está aqui presente agora, ela viu o que restou da questão dos cubanos, na expressão do Senador Heráclito Fortes. Ele diz: "Não. A única divergência que eu tenho é que não devia ter tido tanta pressa. Não é em relação às formalidades. Nós achamos que o Ministro cumpriu a lei, mas podia esperar mais um pouco". Na visão do Senador Heráclito, que eu respeito, há uma orientação no sentido de que nós então prendêssemos os cubanos para que eles refletissem em cinco dias a respeito da decisão que tinham tomado. Pode ser uma recomendação saudável, mas é ilegal, e eu não faria e não farei se isso acontecer de novo. A menos que esta Casa parlamentar mude a lei e diga: "Quem pedir para sair,

quem não pedir refúgio, deve ficar detido pela Polícia Federal durante cinco dias para refletir". Aí eu farei, embora a contra gosto, porque isso é uma normativa legal oriunda de um órgão legítimo para decidir sobre essa matéria. Isso é o que restou da questão dos cubanos. Eu queria deixar bem claro para que este assunto que tanto ocupou as páginas da nossa imprensa e o nosso debate político ficasse colocado agora em um novo patamar que é solicitar ao nosso Congresso Nacional que se for o caso mude as regras de concessão de refúgio. Nós administradores estamos obrigados a cumpri-la quando elas são pertinentes ao ato que está em desenvolvimento.

Quero dizer também por consciência que se nós tivermos uma determinada normativa legal que eu não possa cumprir por consciência, eu me demito da condição do Ministério da Justiça. Até agora não encontrei nenhuma lei que me impedisse o exercício desta função pública.

Eu vim preparado, na verdade, para um grande debate jurídico, sobre a questão do Battisti, e nós tivemos aqui um debate político, importante e pertinente para esta Casa. Mas eu quero, rapidamente, em poucos minutos, dar alguns argumentos jurídicos que sustentam essa decisão política do governo. Porque esta é uma decisão política de um governo em todos os países civilizados que tem que ser fundamentada juridicamente, tem que ser fundamentada na ordem jurídica interna do país, e foi exatamente isso que eu fiz em relação ao refugiado que nós estamos tratando, o Sr. Battisti.

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal do relator Ministro Sydney Sanches, um dos primeiros casos de extradição onde se discutia a extradição de um eventual terrorista. O número da extradição: 694. O Ministro Sydney Sanches não foi nomeado pelo Presidente Lula, e nem é apontado como uma pessoa que tenha qualquer tipo de simpatia com a esquerda. Eu diria até, pelo que eu conheço dos seus votos, e da sua brilhante trajetória, que poderia ser qualificado como um centrista democrático. Diz ele: "Que concedia a extradição porque subverteram violentamente a ordem econômica e social do estado italiano, de promover uma insurreição armada e suscitar a guerra civil no território do estado, de atentar contra a vida e a incolumidade das pessoas para fins de terrorismo e de diversão da ordem democrática". É crime político. Queria a extradição, não foi concedida. Queria mencionar aqui rapidamente uma manifestação do 1º Tribunal do Júri de Apelação de Milão numa sentença em que esse Tribunal de Milão decide sobre o Sr. Cesare Battisti. Diz ele: "Um só projeto criminoso instigado publicamente para a prática dos crimes de associação subversiva constituída em quadrilha armada, de insurreição armada contra os poderes do estado de guerra civil, de qualquer maneira por ter feito propaganda no território nacional para subversão violenta do sistema econômico e social do próprio país". Lembra as decisões das nossas auditorias militares aqui no país durante a ditadura militar, e não é uma decisão de um Tribunal de exceção e nem uma decisão proferida num país ditatorial. É uma decisão proferida num país democrático sobre crimes políticos contra o estado democrático de direito, e não quanto ao estado, de fato, que se instala através de regimes militares. Mas isso não deixa de caracterizar os atos, como diz o próprio Tribunal, e como reconhece o Ministro Sydney Sanches como atos de criminalidade política, portanto, inscritos dentro da sistemática legal, nacional e internacional como passível de serem abrigados pelas leis que regulam o refúgio e o asilo político.

E para finalizar. Uma carta do Sr. Francesco Cossiga que foi Ministro de Estado na época dos anos de chumbo na Itália, e que remete essa carta para alguns dos processados por delitos contra a ordem democrática italiana. Diz ele: "Vocês todos de esquerda e de direita eram revolucionários impotentes, em particular, vocês subversivos de esquerda que acreditavam com atos de terrorismo, não certamente de poder fazer, mas, pelo menos, escorvar a revolução conforme os ensinamentos de Lenin que condenava em via de princípio o terrorismo, mas que justificava, ou melhor, achava útil e legítimo de um ponto de vista do marxismo leninismo os atos de terrorismo só se propedêuticos à revolução e capaz de conduzi-la. Os crimes que a subversão de esquerda e a invenção de direita cumpriram são certamente crimes, mas não certamente crimes comuns, porém, crimes políticos". Diz o Sr. Francesco Cossiga. Eu fundo o temor de perseguição ou de ausência de neutralidade do estado, não estado de direito italiano, como abstração, e nem na situação política atual do Judiciário Italiano, mas eu fundo a visão de que há fundado o temor de perseguição no resultado da cultura política e institucional produzida nos anos de chumbo que podem ter reflexo, inclusive, neste fundado temor de perseguição de uma parte, e, inclusive, podem ter influenciado a condução do processo. Um processo concreto, estou me referindo, e não ao Judiciário Italiano. Tenho ouvido algumas vozes defendendo a extradição do Sr. Battisti dizendo que eu ofendi o estado italiano. Está aqui a minha decisão, não tem uma linha que eu refiro ao estado italiano que não seja de elogio ao estado democrático de direito, mas dizendo o que qualquer jurista medíocre como eu poderia dizer, que a exceção sempre convive com o estado de direito. Às vezes de forma mais aguda, às vezes de forma

subsumida, às vezes, impotente, às vezes, de forma dominante. Dependendo das circunstâncias sociais e políticas em que o processo social, o processo de reformas, ou o processo revolucionário naquele país está envolvido. Isso que determinou a minha decisão de conceder o refúgio ao Sr. Battisti.

Eu quero manifestar a minha repulsa por todos aqueles que manifestaram publicamente, porque não conhecem a minha vida, não conhecem a minha história política, não conhecem a minha conduta que eu teria dado acolhimento ao pedido do Sr. Battisti porque eu tenho simpatias pelo terrorismo. Só uma absoluta má-fé, uma absoluta ignorância ou uma absoluta vontade de perverter os fatos pode fazer uma alusão dessa a meu respeito. Eu tenho, evidentemente, outros flancos que possam ser atacado com mais dignidade, e, inclusive, com justiça, como todos nós seres humanos apresentamos na nossa vida, as nossas falhas, mas essa simpatia pelo terrorismo nunca tive. Muito obrigado.

[*palmas*]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, mais uma vez, ao Ministro Tarso Genro, ao Dr. Romeu Tuma Júnior, ao Dr. Luiz Paulo Barreto, ao Presidente Cristovam Buarque, aos Senadores e Senadoras que aqui compareceram.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h56.

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e quarenta e minutos do dia dezoito de março de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gerson Camata e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 04, de 2009 – CDH, aprovado em 11/03/2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, **para debater a "Conferência Mundial contra Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001".** Autor: Senadora Fátima Cleide. Convidados que comparecem: Pedro Vieira Abramovay – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Rosani Fernandes – Representante dos povos indígenas Kaingang; Marcos Cardoso – Representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras; Márcia Maria Adorno C. Ramos, Conselheira-Chefa da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, em representação de Sílvio José Albuquerque e Silva, Ministro e Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; e Edson Santos de Souza – Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Faz o uso da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada uma e a cada um. Eu declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Coloco em votação. E deixo para aprovar quando tivermos senadores presentes.

Eu gostaria de chamar, os que quiserem, para se aproximarem mais, tendo em vista o vazio que temos, estamos tendo com os senadores envolvidos em outras atividades.

Não fiquem constrangidos de ocuparem as posições dos senadores. Eu sei que diante dos últimos noticiários, ninguém quer sentar na cadeira de Senador, mas, de qualquer maneira, os que quiserem podem vir.

Essa audiência foi convocada nos termos do requerimento nº 4 de 2009, da CDH, aprovada em 11 de março de 2009, é de autoria da Senadora Fátima Cleide, e que requereu a realização de audiência pública para debater a Conferência Mundial contra o Racismo,

Xenofobia e Intolerância, ou seja, fazer uma avaliação de Durban, em 2001.

A Senadora que fez o requerimento pediu desculpas, mas ela está nesse momento em encontro na Turquia. Não vai estar presente. De qualquer maneira, eu preferi levar adiante sem a presença dela do que adiar uma conferência cujos expositores já estavam todos confirmados. Teria que ter cancelado ontem, imaginem. Eu acho que seria uma descortesia com vocês. Eu falei com a senadora e ela ficou de acordo, lamentando que não estará presente, lerá depois as transcrições.

Nós temos seis expositores dos quais um não poderá estar presente. O Marcos, o Daniel Cara não conseguiu chegar a tempo, talvez se junte a nós mais adiante.

Entretanto, estão aqui presentes e eu já chamo para comparecer, o Pedro Abramovay, que é Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; a Rosani Fernandes, que é Representante dos povos indígenas Kaingang, que eu convido também para a Mesa; o Marcos Cardoso, que é Representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras; o Sílvio José Albuquerque e Silva, que foi... É isso que eu ia dizer, o Silvio foi convidado, Ministro do Itamaraty, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores e ele será substituído pela Márcia Maria Adorno Ramos, Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, o que quer dizer que o Ministro estará muito bem representado. E o Ministro Edson Santos, também convocado, está representado por... Não foi indicado ainda o representante do Ministro.

Bem, nós temos então, aqui presentes e confirmados, quatro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Ministro deve estar chegando. Então precisa de uma cadeira guardada para ele, aqui.

Então, eu vou passar a palavra, na ordem que eu chamei, acho que ninguém teria objeção passando a palavra, primeiro, ao Dr. Pedro Abramovay, para que faça a sua exposição.

Nós temos aqui a tentativa de limitar em 10 minutos, mas não vou cortar a palavra, porque acho que nesse momento, cortar a palavra seria ferir os direitos humanos dos direitos humanos, não os seus. Nós estamos prontos para ouvir suas palavras.

SR. PEDRO VIEIRA ABROMAVAY: Bom, muito bom dia Senador Cristovam Buarque, Marcos, Márcia, que já tivemos também oportunidade de estar juntos em outros debates sobre direitos humanos, Rosani.

É, enfim, com muito prazer e muita honra que eu aceitei o convite para vir conversar hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos sobre a questão da Conferência de Durban e a questão do racismo no Brasil, de maneira mais ampla.

Eu acho que antes de começar, vale a pena fazer o registro da importância dessa audiência e, enfim, sobretudo no momento hoje onde se coloca um debate sobre políticas de enfrentamento ao racismo no Brasil. Então, eu acho que louvar a iniciativa da Senadora Fátima Cleide de convocar essa audiência, de requerer essa audiência.

Também, enfim, elogiar o diligente trabalho da Comissão de Direitos Humanos no combate ao racismo e numa visão de concretização dos direitos humanos que não passa por uma, por uma... Simplesmente pelo reconhecimento da igualdade formal entre os seres humanos, os brasileiros, mas que procura realmente buscar políticas de efetiva igualdade, de igualdade material e de implementação dos direitos humanos e, portanto, da Constituição brasileira, enfim, fazendo, cumprindo esse papel no Senado.

O tema de hoje é Conferência de Durban, que eu acho que é... Colocou e trouxe um olhar novo no plano do Direito Internacional, e dos direitos humanos no plano internacional, sobre a questão do racismo. Eu acho que é a primeira conferência internacional que acontece depois do *apartheid*, e tem justamente lugar na África do Sul, e ela possibilita que a gente construa então, já, sem oposições formais a uma política de enfrentamento claro ao racismo, um consenso internacional sobre a maneira de enfrentar.

Eu acho que o primeiro ponto de partida, para analisar a implementação da Conferência no Brasil, e a sua efetivação e a harmonização dessa Conferência com a Constituição brasileira, é um ponto de partida, uma pergunta, que muitos ainda insistem em fazer como se houvesse outra resposta possível, que é a pergunta se existe ou não existe racismo no Brasil?

É muito comum o discurso já, enfim, o discurso antigo, mas que cada vez me parece ser feito com mais naturalidade, que é o discurso de que não existe racismo no Brasil. O discurso que não existe racismo no Brasil é um discurso que, em primeiro lugar, quer dizer, além de desrespeitar a história brasileira, ele desrespeita os dados concretos que, enfim, que a gente pode tirar do próprio IBGE ou do cotidiano das ruas brasileiras.

O racismo no Brasil, quer dizer, o Brasil tem como marca quase indelével da sua história a escravidão. Lembrando aquele belíssimo texto de Joaquim Nabuco, que depois Caetano Veloso musicou, que diz que "*A escravidão permanecerá por muito tempo como a*

característica nacional do Brasil". Eu acho que essa, enfim, essa frase é uma frase que, para quem analisa todas as relações sociais brasileiras, quem consegue olhar e trabalhar com dados no Brasil, se não tiver essa idéia do peso da escravidão na nossa história, certamente não vai poder compreender e entender esses dados que a gente retira de qualquer pesquisa, de qualquer PNAD ou censo do IBGE.

Para a gente expor com um pouco mais de clareza alguns desses dados, eu acho que a se a gente pegar, por exemplo, a diferença de renda que a gente tem hoje entre brasileiros, tanto de trabalho, quanto de renda, é absolutamente assustador. A gente tem, por exemplo, diferenças de renda entre a população negra e parda no Brasil que o rendimento médio é de 660 reais, contra 1.292 reais para os brancos.

E a gente pode pensar que essa é uma, ou seja, isso é um discurso também presente de que o problema do racismo no Brasil é um problema meramente social. Então, existe um preconceito social no Brasil e que se expressa majoritariamente contra os negros por esses serem, enfim, parte grande da população mais pobre brasileira.

Mas isso não é verdade. Se a gente vai analisar os dados de escolaridade, e a gente vai analisar a renda dos negros e dos brancos, e aí não só de negros, mas brancos e não brancos, quando a gente analisa a renda dessas pessoas com o mesmo nível de escolaridade, é brutal a diferença de rendimento, ou seja, mostrando que mesmo pessoas com o mesmo nível, com o mesmo acesso à educação, ainda têm uma diferença muito grande que só pode se expressar... de rendimento, que só pode se expressar, só pode ser uma realidade em função de um racismo presente na nossa sociedade.

Um exemplo disso é quem completa o nível médio, isso já está provado, tem um aumento considerável na sua renda. Esse aumento para pretos e pardos, usando a classificação do IBGE, é de 62%. O aumento para os brancos, que completam o Ensino Médio, é de 250%. Que mostra uma distorção brutal na maneira como pessoas com o mesmo nível de educação são tratadas pelo mercado de trabalho.

Isso para não falar da questão da violência, e aí a violência sofrida, tanto policial quanto a violência sofrida pela população negra e parda, preta e parda no Brasil. Os negros, quando a gente analisa a taxa de homicídio entre os jovens, eu estou pegando os dados de 2004, entre jovens brancos, a taxa de homicídio por 100 mil é de 34 por 100 mil. Entre jovens negros, a taxa de homicídio é de 64 por 100 mil. Então, eu acho que mais uma vez cria essa distorção, está muito acima do que seria esperado se existisse uma distorção apenas social nessa questão.

Existe, recentemente, a polícia do Rio de Janeiro liberou uma cartilha, que foi noticiada pelo *Jornal Extra*, lá do Rio de Janeiro, que tinha... Que era sobre como a polícia deveria enfrentar o tráfico de drogas. E essa cartilha tinha a polícia, que era o órgão repressor, o usuário, que era a vítima, tratava como a vítima, e o traficante que era aquele a ser perseguido. O usuário, a polícia era tratada por um brasão da república, o usuário era branco, de olhos azuis, bem vestido, e o traficante era negro e sem camisa. Isso numa cartilha feita pela polícia do Rio de Janeiro.

Eu acho que isso é apenas um reflexo também da maneira como a polícia já naturalizou uma atuação muitas vezes claramente racista. É por isso que o Ministério da Justiça já criou, dentro do seu programa de formação policial, cursos específicos para o enfrentamento ao racismo tanto de combate ao crime de racismo quanto de abordagens policiais que possam ter na questão, enfim, racial, uma questão importante na questão da tolerância e da promoção da igualdade racial, uma questão importante no seu tratamento.

Acho que todo esse contexto traz para gente uma realidade de que são necessárias políticas reais e efetivas de enfrentamento do racismo no Brasil. E o enfrentamento do racismo não passa simplesmente por coibir injúrias raciais, ou coibir discriminações claras. A gente precisa de promoção e eu acho que é muito feliz o nome da nossa Secretaria especial, a gente precisa da promoção da igualdade racial no Brasil. E para isso, a gente precisa de um Estado atuante, que consiga dar o equilíbrio necessário às populações tradicionalmente excluídas no Brasil.

Aí eu estou falando não só de negros, que acho que foi, enfim, o foco da exposição, mas de negros, indígenas, dê todas as populações excluídas, sobretudo em função étnica, em função de sua origem étnica.

Dentro das políticas afirmativas, e eu acho que são várias, e o Brasil tem dado exemplo, uma série de políticas foram adotadas desde a conferência de Durban no Brasil [soa a campanhia], eu acho que isso deve ser louvado, há políticas, eu acho que há uma política específica que deve ser tratada com atenção e hoje, no Senado, essa é uma questão particularmente relevante, porque há um projeto de lei sendo analisado, que é a política de ação afirmativa nas universidades.

Essa não é uma invenção brasileira. Apesar da gente ter tido programas com sucesso, o programa de ação afirmativa em universidades ele vem sendo implementado em vários países do mundo, e tem especialmente, eu acho que nos Estados Unidos, uma

discussão bastante importante sobre a sua constitucionalidade e sobre a sua efetividade.

Sobre... Do ponto de vista e eu acho que aí essa é a contribuição que o Ministério da Justiça pode trazer, do ponto de vista constitucional, existe um debate, enfim, e existiu um debate, o debate americano é muito interessante, porque ele é todo construído em cima da idéia de igual, *equal protection*, que a constituição americana traz como um valor tão forte, a igual proteção entre os cidadãos. Ou seja, o debate colocado nos Estados Unidos e analisado, enfim, por toda a teoria constitucional americana, é, será que é possível, quer dizer, como a cláusula de igual proteção enfrenta, ou lida com ações afirmativas?

Houve uma série de argumentos dizendo que a igual proteção impediria uma ação afirmativa porque você estaria discriminando uma pessoa que tirou uma nota maior no vestibular em detrimento de uma pessoa que tirou uma nota menor.

E aí, eu acho que tem um autor, eu acho que é uma série de autores americanos trataram o tema, mas é um autor específico que eu acho que vale a pena a gente citar aqui, que é o Ronald Dworkin, e ele coloca que a idéia de igual proteção é uma idéia que lida com respeito e consideração, e não apenas com um tratamento de igualdade formal entre os indivíduos.

E ele fala: "Como é tratar alguém com respeito e consideração?" E ele traz o exemplo de um pai que tem dois filhos, um está doente e o outro naquele momento, não está doente. Ele fala: "Não tratá-los igualmente, ou com igual respeito e consideração, certamente não é aplicar a mesma dose de remédio para os dois", por mais que eles mereçam um tratamento igual. Evidentemente que deve ser aplicado um remédio para o filho que está doente e não aplicar o remédio para o filho que não está doente, e isso não é de maneira alguma um tratamento desigual. E ele aplica isso também então na questão das ações afirmativas, dizendo que para a gente aplicar uma real igualdade, para que a gente possa tratar com respeito e consideração, a gente tem que considerar todo o contexto, e todas as oportunidades que aquela pessoa teve na vida.

Um vestibular, um sistema de recrutamento de ensino como o brasileiro, que coloca nas universidades 80% de brancos, claramente não trata com igual respeito e consideração os cidadãos brasileiros. Então, procurar ações afirmativas não só é uma possibilidade constitucional, mas é um dever do Estado Brasileiro, é um dever de implementação dos valores que estão prescritos na nossa constituição, para que a gente possa tratar igualmente os brasileiros, a gente deve estabelecer critérios de igualdade material, na seleção, por exemplo, para a universidade.

Eu acho que esse é um debate que o Senado deve enfrentar, que o Ministério da Justiça apóia que seja feito com bastante vigor. A gente tem uma experiência muito... Algumas experiências exitosas de ações afirmativas no Brasil, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como a Universidade de Brasília, e acho que uma grande experiência, que é o PROUNI, que tem conseguido colocar nas universidades, com critérios tanto indígenas quanto negros, ou seja, o critério racial sendo computado para incorporação dessas pessoas na universidade, e eu não tenho dúvida que se a gente conseguir colocar critérios raciais na nossa seleção na universidade, a gente vai ter, daqui a alguns anos, um tratamento simbólico da questão racial no Brasil completamente diferente do que a gente tem hoje.

A gente não pode mais imaginar que a inércia vai resgatar essa fissura e essa ferida histórica que hoje é parte integrante da formação nacional do Brasil, que é, que foi a escravidão, e portanto, um racismo que é impregnado em todas as nossas relações sociais.

Então, se a gente não tiver políticas fortes, concretas e de enfrentamento dessa questão, certamente a gente não vai conseguir superar esse problema. Essa é a contribuição que o Ministério da Justiça queria dar hoje aqui num curto espaço de tempo, mas eu acho que valorizando o debate que o Senado deve fazer, no sentido de cumprir integralmente a nossa constituição para que a gente possa realmente ter um Brasil que ofereça oportunidades iguais para todos os brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Pedro Abramovay, e passo à palavra à Rosani Fernandes.

[palmas].

SRA. ROSANI FERNANDES: Bom dia a todos e a todas. Eu sou Rosani, sou do povo Kaingang do Estado de Santa Catarina.

Hoje vivo com o povo Kykatejê, do Pará, que onde... Que trago as marcas, né, na minha pele dessa cultura, desse povo da reserva indígena Mãe Maria.

Eu sou... Hoje, eu faço Mestrado em Direito na UFPA, na Universidade Federal do Pará, sou também fruto de uma ação afirmativa da UFPA, que criou duas vagas específicas para povos indígenas no curso de Pós-Graduação em Direito.

[palmas].

Eu sou pedagoga de formação, trabalho há 15 anos discutindo educação escolar indígena e quero fazer então algumas reflexões, em específico acerca do movimento indígena, da nossa luta, da nossa causa, por reconhecimento, por uma sociedade igualitária, que trate a diferença não como desigualdade, mas como

povos que merecem sim ser respeitados, ser tratados com dignidade.

A história do Brasil, desde a sua invasão, desde a sua instituição enquanto Estado nacional, na sua relação com os povos indígenas, vem sido marcada pela exclusão, vem sido marcada pelo genocídio, pelo extermínio de mais de mil povos indígenas.

Se nós éramos cinco milhões quando Cabral aportou no litoral brasileiro, hoje nós somos uma população de 700 mil. Muitos povos foram extintos, muitos povos resistiram, mas a marca do sangue, da violência, corre nas nossas veias. Essa marca de um Estado que não respeitou as diferenças culturais, que promoveu durante 500 anos uma política de integração, uma política que negou as nossas línguas, uma política que negou o nosso direito às nossas particularidades, à nossa cultura, à nossa... O reconhecimento à nossa maneira de viver, que é específica de cada grupo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero pedir um minuto para recebermos o Ministro Edson que está nos dando a honra.

[palmas].

Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SOUZA DE SANTOS: Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço que continue.

SRA. ROSANI FERNANDES: Continuando então, nessa retrospectiva histórica, nós podemos então afirmar que o tratamento dos povos indígenas sempre foi marcado ou por uma visão romântica, aquela história de que o indígena é o protetor da floresta, é o que tem que ficar lá intocado, ora por uma visão selvagem, é aquele que é canibal, é aquele que atrapalha o crescimento do Brasil, é um empecilho para o progresso nacional, mas nunca com uma visão cidadã, a visão dos povos indígenas enquanto povos que têm sim direito a um tratamento diferenciado.

E aí, em 1910 nós vamos ter a criação do Serviço de Proteção ao Índio, que vem marcar essa política de integração, essa política de negação das nossas diferenças culturais. E aí a escola vai estar muito presente nas comunidades como aquele instrumento que vai favorecer, que vai trabalhar a serviço dessa integração. Nós vamos ter a presença das escolas como esse instrumento que vai trabalhar na imposição da Língua Portuguesa e na negação dessa diferença.

Mas o movimento indígena, na década de 70, vem reivindicar esse direito ao reconhecimento da cultura e da diferença. Aí a sociedade civil organizada, enfim, vai culminar então com a Constituição de 88, com o art. 231, que marca, pela primeira vez, no Estado Brasileiro, o reconhecimento da pluralidade cultural, o reconhecimento ao direito aos costumes, às crenças, às línguas e às tradições.

Se no papel, se legalmente nós temos já direitos adquiridos, na prática ainda há uma distância muito grande para que esses direitos sejam efetivados.

Hoje, nós podemos dizer que impera no Brasil um chamado colonialismo interno. O que é esse colonialismo? Ele está muito presente nas instituições, inclusive nas secretarias estaduais e municipais de educação, que ainda tratam os povos indígenas como colonizados e que ainda têm essa idéia da integração.

Hoje, a educação escolar indígena avançou, nós podemos comemorar os números, mas há que se pensar que muito ainda há a se fazer.

No Estado do Pará, ainda não é uma realidade o ensino médio e a educação básica, a segunda etapa da educação básica nas escolas.

Se nós queremos promover, sim, um Estado justo, um Estado igualitário, a educação é fundamental para isso, inclusive para nós, povos indígenas. Não uma educação pautada nos moldes de um integracionismo forçado, de uma imposição cultural, mas uma educação que valorize as nossas especificidades culturais, a nossa língua, uma educação que sirva sim como um instrumento de valorização das identidades culturais, uma educação que seja um instrumento a mais, que venha contribuir com a defesa dos nossos direitos.

É muito comum ainda hoje nós chegarmos nas secretarias estaduais e municipais de educação requerendo os nossos direitos, requerendo escola, requerendo ensino médio, e nós sermos tratados muitas vezes com ignorância. E aí se diz: "No Brasil não existe racismo", né? Isso é uma grande falácia. Existe sim, e nós povos indígenas, sentimos isso todos os dias, quando nós requeremos aquilo que nos é de direito.

Nós ouvimos uma secretaria de educação, certa vez, quando fomos solicitar materiais, solicitar cadeiras para as nossas escolas, de uma funcionária que disse que sendo cadeiras para índios, para quê? Por que esses índios não sentam no chão ou nos pedaços de pau? Como se nós não tivéssemos direito a uma educação digna e de qualidade. Então nós sofremos isso sim na pele.

O acesso ao ensino superior para nós ainda não é uma realidade. Eu venho de uma escola particular, fiz o meu ensino fundamental numa escola pública, mas não tive a oportunidade de cursar o ensino superior numa universidade pública que são excelência em educação. Nós ainda estamos excluídos, não temos acesso às universidades, porque o modelo do vestibular ele afunila, não leva em consideração toda a história

educacional que os povos indígenas têm construído até hoje. Então, esse funil ele tem nos excluído sim do ensino superior.

E aí, eu queria fazer uma fala referente então, a como se pensar em incluir essa demanda no ensino superior. As ações afirmativas elas são fundamentais para que os povos indígenas possam estar nas universidades.

Primeiro, há que se pensar em condições de acesso específico. O vestibular geral não tem garantido nosso acesso. Para ter um exemplo, no Estado do Pará, os indígenas da minha comunidade, que querem fazer vestibular, que querem fazer ensino superior, estão migrando para outros Estados que tenham ação afirmativa, inclusive o Estado do Tocantins. Por quê? Porque não tem nem nos ensinos médios, profissionalizantes, como agora, a Escola Agrotécnica Federal não tem envolvido os povos indígenas nessa discussão, e vai ser um outro embate que nós vamos ter na semana que vem. Aí chamam a FUNAI para falar por nós, chamam o CIMI, mas não examinam os povos indígenas.

Quer dizer, a idéia da tutela, a idéia da incapacidade do Estatuto do Índio ainda está muito presente, ela precisa ser superada. Nós temos condições sim de falar por nós mesmos. Nós temos condições de discutir sobre políticas para povos indígenas. Mas sempre temos sido colocados em segundo plano, a FUNAI tem sempre se colocado nessas discussões e não tem dado vez e voz a quem de fato tem interesse nessas políticas.

Então eu acho que precisa ser reavaliado, precisa ser repensado a forma como o Estado Brasileiro vem tratando essas questões no Brasil. Garantir direitos constitucionalmente, foi uma grande vitória, foi uma grande conquista. Mas é preciso pensar na diversidade cultural diariamente, é no cotidiano, é nas relações com as instituições. É preciso sim pensar num país plural.

A demanda, então, para o ensino superior indígena, ela tem crescido muito, apesar da deficiência que o ensino médio, que a expansão do ensino médio ainda pode ser percebida nas comunidades.

Então, nas mais diversas áreas do conhecimento, nós temos demandados por vagas, e é nas melhores universidades que nós queremos [soa a campanhia]. Ingressar nessas universidades, poder discutir, é a possibilidade de articular o conhecimento dos nossos povos com os conhecimentos, demais conhecimentos na elaboração de estratégias de enfrentamento dos problemas e obstáculos impostos pelo Estado nacional, como, por exemplo, a drástica redução dos territórios.

Hoje nós estamos confinados em reservas indígenas, os territórios foram diminuídos, e constantemente estão sendo questionados esses territórios. E aí nós temos empreendimentos econômicos, estradas, ferrovias, hidrelétricas, que mais uma vez vem desconsiderar, vem desconsiderar a nossa relação com o território, vem invadir as nossas aldeias, as nossas casas, e vem mais uma vez, significar a redução das nossas terras. Só para fazer uma alusão.

E aí, estar na universidade, estar no ensino superior, se apropriar desses instrumentos, é a possibilidade de, em estando, em adquirindo tais conhecimentos, poder discutir melhor, poder também apresentar as nossas demandas e lutar por garantia de direitos.

Ação afirmativa, pensar em reservas de vagas, é fundamental hoje para nós povos indígenas. Não podemos pensar numa cota genérica, que não leve em consideração as particularidades culturais e linguísticas dos povos indígenas. São mais de 200 povos. Cada povo tem uma forma específica de se relacionar com o seu território, de falar a sua língua, da sua organização social. Cada povo indígena tem um sistema jurídico próprio. Cada povo indígena tem sim sua maneira de se organizar e se relacionar com a sociedade não indígena. E o que nós presenciamos sempre é um tratamento genérico, é um tratamento que desrespeita tais especificidades.

As universidades brasileiras, então, precisam estar abertas para o plural. Não é só criar formas de acesso diferenciado que garantam a permanência, e aí eu quero frisar, não adianta ter acesso diferenciado às universidades se não for garantida a permanência desses alunos indígenas no ensino superior. E também a formação.

A distância, muitas vezes, das aldeias, a falta de condições materiais para a permanência, tem significado o fracasso de muitos alunos indígenas que tem ido para os cursos superiores. E isso é fundamental para nós, hoje. Não só no ensino superior, mas ações afirmativas nas mais diversas áreas que venham contemplar as nossas diferenças, as nossas particularidades culturais.

Enfim, eu acho que essa histórica relação assimétrica do Estado Brasileiro com as populações indígenas deve ser considerada sim na elaboração das políticas públicas. É preciso instituir políticas de ação afirmativa voltadas para povos indígenas e não para indivíduos, porque nós trabalhamos no sentido da coletividade. A universidade ela trabalha no sentido dos individualismos, muitas vezes, a começar pelo vestibular.

Então é preciso haver uma mudança na própria estrutura universitária, para que pessoas, para que técnicos, para que professores, aprendam a conviver

com a diferença. O Brasil ainda não aprendeu a conviver com as diferenças culturais. As pessoas olham para nós na rua como se fôssemos estranhos, como se fôssemos bichos, como se fôssemos selvagens, e quando veem uma pessoa, uma índia, um índio falando, já critica, já desqualifica, já diz que não é mais índio, como se ó fato de nós nos apropriarmos desses novos instrumentos nos fizesse menos do que nós somos, negasse a nossa identidade cultural.

Nós estamos, sim, preocupados em reafirmar, em valorizar a nossa identidade cultural, as nossas línguas, os nossos costumes, as nossas tradições, nos apropriar desses novos instrumentos que são indispensáveis para a garantia dos nossos direitos como o território, como a educação diferenciada e de qualidade, porque a educação que tem chegado nas nossas aldeias tem sido de uma qualidade muito questionável, porque se pensa que se for para índio pode ser de qualquer maneira, pode ir o pior professor, pode ir o pior material. Essa idéia é muito recorrente ainda na sociedade brasileira.

Então, eu venho deixar aqui esse apelo, essa necessidade de se pensar em reserva de vagas no ensino superior, como fundamental e imprescindível para os povos indígenas.

E aí é preciso que as universidades estejam preparadas. É preciso, então, que as universidades criem políticas de assistência aos estudantes indígenas, que levem em consideração as necessidades de alimentação, transporte, compra de materiais, moradia, saúde, é de suma importância que os alunos indígenas tenham bolsas de estudo condizentes com as suas necessidades.

Também é preciso que seja levado em consideração que os alunos indígenas que ingressam no ensino superior têm uma idade muito avançada. Então, é preciso pensar nessa logística, em como atender essa população que está chegando ao ensino superior. E também, que sejam instituídos serviços de tutoria acadêmica, para orientação. Muitos dos nossos alunos indígenas vão chegar nas universidades falando muito pouco português. Então, é preciso que haja essa preocupação. Não é simplesmente criar uma cota genérica, dizer que estão, está se fazendo alguma coisa. É preciso pensar em particularidades, em especificidades culturais, em se tratando de povos indígenas.

E aí, eu quero também referenciar Dworkin, né, no tripé, quando o Dworkin diz que as políticas de ação afirmativa elas são sim, elas preenchem o tripé da justiça, da adequação, e da eficiência. Ação afirmativa, vagas reservadas, políticas para povos indígenas no ensino superior é sim uma questão de justiça, porque é proporcionar a educação de qualidade aos povos indígenas como estratégia para superação das desigualdades, ainda muito presentes e arraigadas na sociedade brasileira.

Portanto, é uma demanda justa, é adequada, porque a ação objetiva romper os limites da baixa qualidade no ensino e ampliar a oferta da educação superior para os povos indígenas. Mas é importante ter presente aqui os critérios que já elencamos.

E também é eficiente, porque na medida em que os povos indígenas e que os representantes dos nossos povos estarem no ensino superior, vão proporcionar um resultado imediato na melhoria da qualidade de vida, na defesa dos direitos das nossas comunidades. Na medida também que os professores indígenas, que os técnicos indígenas se formam, retornando às suas aldeias, poderão agir de forma mais substancial na melhoria da qualidade de ensino que vai ser ofertada a essas comunidades. E aí, vai poder formar alunos indígenas preparados para a elaboração, execução, avaliação dos projetos comunitários que são demandados pelas nossas lideranças e pelas nossas comunidades.

Enfim, eu trago relatos de acadêmicos, a maioria dos nossos relatos dos acadêmicos indígenas, que não chegam a cinco mil hoje, são de dificuldades, são de lutas, são de impossibilidades, são de limitações, são de preconceito. E que isso não sejam recursos... Discursos que venham se repetir.

O nosso desejo, a nossa esperança enquanto liderança indígena, enquanto indígena, é que os próximos relatos de experiência dos acadêmicos indígenas informem boas notícias sobre acesso, sobre a permanência, sobre a formação no ensino superior. E que nós que estamos aqui, possamos fazer parte dessa história como aqueles que contribuíram para que a justiça fosse feita nesse Brasil.

E para fechar, antes dos agradecimentos, eu quero trazer a frase que o Boaventura Souza Santos diz, ele diz assim: "*Temos o direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, e temos o direito a reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza*."

Eu gostaria de agradecer à Senadora Fátima Cleide pelo pedido da audiência, à Ronald, enfim, um prazer conhecer o Senador Cristovam Buarque, pessoa que eu admiro muito, e eu quero deixar essas palavras. Espero ter contribuído com as discussões, deixo aqui um abraço do povo Kaingang e do povo Kykatejê. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto ao Ministro se sigo a

ordem pela qual o senhor seria o último a falar, ou se o senhor, pela sua agenda, prefere falar antes.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Então ótimo. Então vamos seguir e eu passo a palavra ao Marcos Cardoso, que representa a Coordenação Nacional das Entidades Negras.

SR. MARCOS CARDOSO: Bom dia, Senador Cristovam, Ministro Edson, Pedro, a Rosani e a Márcia Maria.

Bem, eu sou um militante do movimento negro brasileiro e tive em todo o processo da preparação da Conferência de Durban, desde o ano 2000, 1999, 2000, 2001, até a Conferência.

Para nós, do movimento negro, creio que para o movimento indígena no Brasil, foi uma Conferência fundamental, no sentido da gente conseguir, no plano internacional, afirmar determinados direitos. E no caso do Brasil, avançar no processo de discussão do Brasil que queremos, ou do Brasil que sonhamos.

Hoje quando se propõe fazer o reexame, ou avaliar o que foi aquela Conferência, nós temos duas preocupações. A primeira delas de avaliar o impacto que essa Conferência teve no avanço das lutas sociais por igualdade na sociedade brasileira. Por outro lado, o perigo que a Conferência corre quando novos sujeitos se colocam nesse processo de discussão das questões que a Conferência debateu no mundo.

Então, a Conferência, ela, na minha avaliação, ela corre um risco, que é retroceder nas conquistas, por um lado, e, ao mesmo tempo, nós, enquanto sociedade civil, termos que, de uma certa maneira, pactuar com o Governo Brasileiro para poder atuar nessa Conferência.

E a pergunta que nos coloco é a seguinte: qual é a posição do Governo Brasileiro? Qual é a posição do poder no Brasil em relação a essa Conferência? Na medida em que direitos que nós temos lutado na sociedade brasileira e até hoje não temos uma posição firme do Governo Brasileiro.

Dentre esses direitos, ou dentre essas conquistas, me parece que há quatro questões que são fundamentais. A primeira delas é a questão do Estatuto da Igualdade Racial. A segunda, a implementação da Lei 10.639, que rediscute o problema da educação no Brasil e reinsere na produção do conhecimento do Brasil a importância que a África tem no nosso país, a importância que os povos indígenas têm na formação do nosso povo. E um terceiro, que é o debate que está acontecendo ali na CCJ, que é o PL 180, que estabelece o direito de cotas, ou de ações afirmativas ou o direito que a população negra e indígena tenha acesso ao ensino superior público no Brasil.

E me parece que a reação, talvez, seja a mesma reação daquelas pessoas que eram contra aquelas pessoas, inclusive do ponto... Anacrônicas, que eram contra o processo da abolição do trabalho escravo no Brasil no século passado.

E eu estou falando isso porque o ano passado nós estávamos aqui fazendo esse mesmo debate, que era no marco dos 120 anos da abolição do trabalho escravo no Brasil. E estamos aqui nos 120 anos, no marco da Proclamação da República, fazendo o mesmo debate no Senado da República.

Então, eu queria chamar a atenção dos senhores em relação a essa questão. Nós vivemos uma república em que os seus filhos são considerados como estrangeiros dentro do seu próprio país. E aí eu estou falando dessa imensa maioria da população descendente de africanos na sociedade brasileira e dos povos indígenas.

Então, nesse sentido, me parece que em relação a Durban, nós avançamos na medida em que a sociedade, sobretudo a sociedade civil, propõe ao Estado medidas para superar a extrema, a extrema diferença do ponto de vista de acesso a bens públicos, de acesso a bens culturais, de acesso a bens urbanos, que são o acesso às benesses que o Estado e a sociedade proporcionar, no caso, a saúde, a educação e o emprego, no caso específico a questão da educação, e, ao mesmo tempo, esse acesso do ponto de vista de universalizar nos é negado pelos próprios representantes que representam o poder de Estado no Brasil.

Agora, a justificativa que há em relação a isso, o próprio fato da forma que a educação no Brasil é concebida, faz com que essas pessoas levem essas teorias e essas teorias têm de fato feito um impacto muito negativo no processo da luta.

Então, não é de estranhar que reitoras, no Brasil como a ex-Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, solte foguete, solte foguete, quando uma proposta de ações afirmativas é derrotada no Estado de Minas Gerais. Porque uma Reitora que fica discutindo fibra ótica na Universidade Federal de Minas Gerais, tem uma mentalidade do século XIX. E não é muito diferente da maioria da elite brasileira.

Então a discussão do racismo na Sociedade Brasileira de fato é uma discussão que incomoda a sociedade brasileira, porque a sociedade brasileira é racista e não quer assumir que é e não quer discutir maneiras de poder superar esse problema. Essa que é a discussão. E esse ódio é um ódio inclusive atávico, por que para a sociedade brasileira beneficiar alienígena, pode. Colocar a palavra negro é um problema.

E qual é o mérito que eu acho para além das questões econômicas, da questão das desigualdades desse debate das ações afirmativas é que esse debate faz com que os brancos no Brasil saiam da sua zona de conforto, porque esse debate de combater o racismo não é um problema dos negros, é um problema da sociedade brasileira e quem incluiu esse debate foi a ciência do século XIX, inclusive repassada pelas nossas próprias universidades.

Então, nesse sentido, eu acho que esse debate é fundamental, eu penso que inclusive só da gente debater já é um avanço. Para quem estava em dúvida em 2001, fazendo esse debate, com uma das ações afirmativas como uma das medidas na qual o Brasil é um país signatário tanto da declaração, tanto do plano de ação.

Então, a criação da Secretaria, da SEPPIR, o PL 180, a Lei 10.639 e o Estatuto da Igualdade Racial, para mim, são ações do Estado que eu acho que o Brasil deveria levar com o avanço desse debate na sociedade brasileira para a conferência de exame. O problema é como efetivá-los na prática, essa que é a luta que nós estamos enfrentando hoje.

Então, para mim, na nossa avaliação, eu acho que esse é um debate importante, é um debate fundamental, é um debate estratégico, se queremos de fato construir um país nos marcos dos 120 anos da República que avance esse ideal republicano, esse ideal de justiça, esse ideal de coisa pública, porque na realidade, a educação brasileira e, sobretudo, a educação de excelência das instituições federais de ensino superior são um ensino que é pago pelo dinheiro do povo brasileiro, e nós, como povo brasileiro, exigimos, não se trata de mérito, não se trata de privilégio, se trata de um direito, sobretudo de um direito dos desiguais, que não dá, de fato como princípio da ação afirmativa, não dá para tratar da desigualdade, dos desiguais com igualdade. Isso seria extremamente um contrassenso, uma contradição. Também me parece que isso é fundamental.

Então eu acho que o debate, ele se coloca nesse sentido. E me parece que as vozes contra, sejam as vozes de uma minoria de acadêmicos, financiada com dinheiro público. Estudiosos da questão racial no Brasil são vozes que não, que mesmo de uma certa maneira exponenciados pela mídia, que também é contra esse debate, né, são vozes de uma minoria. Porque a maioria do povo, na medida em que há esse debate na sociedade brasileira, há informação, há democratização da informação, com certeza a população brasileira será favorável a uma medida que restabelece uma possibilidade de justiça.

Porque, na realidade, quando nós estamos discutindo a questão das ações afirmativas em Durban no Brasil, nós não estamos discutindo uma gotinha, um grão de areia no oceano, porque não dá para discutir ações afirmativas [soa a campanhia] do ponto de vista de falar que vai reparar, reparar a população negra ou indígena no Brasil.

São 350 anos de trabalho não pago, trabalho que acumulou, que fez a acumulação primitiva do capital, que construiu as bases da elite que pilha esse país até hoje, que construiu a riqueza da Europa. Então, o trabalho escravo na América, o trabalho dos descendentes de africanos na América sustentou dois continentes, sustentou a Europa, sustentou a Europa durante 350 anos e construiu a América. É disso que nós estamos falando.

E o racismo, o racismo, essa estrutura de pensar, faz com que essa população não seja reconhecida no mundo, a sua contribuição para a humanidade. A sua contribuição que pode inclusive solapar algumas certezas dessa ciência medieval. Então, para além da discussão econômica da discriminação, da desigualdade, o racismo está falando de uma coisa muito mais profunda. Está falando de ódio, está falando de violência, está falando de negação à humanidade.

E é fundamental, por isso que as ações afirmativas, é fundamental, porque se no ensino fundamental uma criança branca e uma criança negra, por exemplo, numa aula de capoeira, ao apertar sua mão, isso é um ato pedagógico. Por que esse ato pedagógico de uma criança branca ou uma criança negra, no Ensino Fundamental, não posso repeti-lo na universidade brasileira?

Também podemos falar disso, dos processos cognitivos, inclusive diferentes. Porque é diferente a maneira de pensar de um jovem da periferia, negro, sem dinheiro, e um jovem encastelado na Zona Sul, classe média branca? Porque esses dois saberes não podem dialogar dentro da universidade?

É disso... Podemos falar disso também enquanto processo de produção do conhecimento sobre a sociedade brasileira. Então, as ações afirmativas também propiciam isso, e as ações afirmativas, na nossa avaliação, não vai fazer guerra racial nenhuma na sociedade. A guerra racial está colocada aí, a violência, o armamento da população, o extermínio e o genocídio da juventude negra no Brasil que está fora, inclusive da escola. Essa é a guerra verdadeira, a verdadeira guerra racial.

As ações afirmativas, pelo contrário, é uma maneira de impedir que essa guerra ocorra de fato, esse é que é o debate que se estabelece. Então não me, não me... Não... Essa discussão colocada aqui hoje no

Senado, sobretudo naquela Comissão de Constituição, da Comissão de Constituição e Justiça, com essas pessoas que estão defendendo que querem excluir a participação da juventude negra pobre, e da população negra da universidade, na realidade, é uma elite privilegiada que está com a mentalidade atrasada, uma mentalidade escravocrata do século XIX, é disso que estamos tratando.

Queremos que Brasil avance, queremos que Brasil seja igual, que o Brasil seja mais justo, e para o Brasil seja mais justo e que consigamos de fato fazer a república ser república, é fundamental é educação, é fundamental o processo educacional. E para isso, é fundamental ter condições mais igualitárias de acesso ao ensino superior. E uma dessas medidas fundamentais é as ações afirmativas.

Portanto, eu penso que a maioria do movimento, não é nenhum ativista de um movimento negrozinho socialista que parece que tem duas ou três pessoas no Brasil que está falando. O movimento negro social do Brasil apóia e defende as cotas, apóia e defende o PL 180, porque é uma medida justa e nós sabemos que o nosso povo quer essa proposta.

Porque se tem uma coisa que a população negra no Brasil sempre teve como prioridade zero é a educação. E essa educação é pública, porque é a única educação que nós temos. E é a única educação que nós podemos acessar. É disso que se trata falar de ações afirmativas no Brasil.

E, por isso, estamos aqui, nessa Comissão aqui hoje, defendendo junto com o Movimento dos Sem Universidade essa proposta das ações afirmativas, do acesso, das cotas raciais, das cotas sociais, ao acesso ao ensino superior público no Brasil.

É isso, muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Marcos Cardoso. Eu passo a palavra agora a representante do Ministério das Relações Exteriores, representando o Ministro Silvio José Albuquerque Silva.

SRA. MÁRCIA MARIA ADORNO RAMOS: Obrigada, Senador. Eu queria... Eu gostaria de fazer um esclarecimento. Na realidade, a Chefe do Departamento é a Ministra Glaucia Gauch, que acabou de assumir o Departamento. O Ministro esteve interinamente chefiando o Departamento, mas agora, a Ministra já se integrou à nossa equipe e estamos trabalhando com relação à preparação para Durban.

Eu gostaria primeiro de agradecer a oportunidade de estar aqui para poder dividir com vocês informações sobre o processo de preparação para Durban, para a reunião que nós teremos em final de abril.

Antes de mais nada, eu queria, eu quero registrar que todas as preocupações que foram colocadas aqui pela Mesa, pela Rosani, pelo Marcos, pelo Pedro, são as preocupações e são os tópicos que compõem o cerne das negociações que nós empreendemos em Genebra. Então, indubitavelmente, a Conferência de Durban em 2001, ela foi, ela provocou no Brasil um avanço significativo em relação às políticas públicas de combate à discriminação. Isso não é só reconhecido internamente, mas também internacionalmente.

E tanto assim é, que houve uma gestão em 2008, a Delegação do Brasil em Genebra, para que iniciasse o processo preparatório internacional para essa Conferência que vamos ter em abril. E o Brasil efetivamente sediou essa conferência regional em junho de 2008, cujo documento foi considerado muito construtivo e tem contribuído muito para o processo que ora se desenvolve em Genebra. Outras, apenas a região africana também realizou mais uma reunião regional. O grupo Ocidental não realizou nenhuma reunião.

Então, é um tema que toca diretamente a sociedade latino-americana e caribenha e a região africana. E os países islâmicos também.

Então, eu antes de entrar propriamente nos preparativos para a Conferência, agora, eu gostaria de dar assim, rapidamente um panorama internacional da década que precedeu a Conferência de Durban, porque, talvez, algumas pessoas aqui não tenham muito presente o que levou, do plano internacional à realização dessa Conferência em 2001.

Como muitos já sabem, a década de 90 foi uma década muito profícua nos... Nas Nações Unidas, em relação à questão dos direitos humanos e ao combate à discriminação. Com a queda do muro de Berlim, no final dos anos 80, o fim da bipolaridade ideológica e a criação de novos Estados durante a década de 90, houve a oportunidade, no plano das Nações Unidas, de se tratar mais especificamente de discriminações.

Via-se que com o fim da bipolaridade, manifestações seriíssimas de xenofobia e de discriminação étnica religiosa, cultural, afloravam em várias partes do mundo. E um dos principais conflitos, como todos sabem, é o conflito, foi o conflito na ex-Iugoslávia, e o conflito em Ruanda, também. Foram conflitos extremamente sangrentos e que levaram a ONU a se aprofundar na questão da proteção aos direitos humanos, ao direito humanitário, e a promover um debate mais intenso sobre toda uma... Até um arcabouço jurídico internacional que já existia previamente a esses acontecimentos, e que vem de uma construção pós-Segunda Guerra

Mundial, mas que na prática não eram aplicados por força do conflito ideológico.

Então, a década de 90, então, se voltou para esses instrumentos internacionais de direitos humanos. A ONU realizou várias conferências mundiais, como é de conhecimento de todos aqui. A Conferência dos Direitos da Mulher, a Conferência dos Assentamentos Humanos, a Conferência de População, a Conferência sobre Desenvolvimento Social, enfim, a titularidade de direitos do indivíduo estava na ordem do dia da agenda internacional. Então, era preciso dar visibilidade a esses direitos. Esse arcabouço de direitos que o indivíduo é titular no plano nacional e internacional também.

Bom, mas paralelamente a isso, e aí eu faço assim, com uma digressãozinha, quer dizer, o que estava acontecendo no Brasil? O Brasil estava passando por um processo de redemocratização, a partir da Constituição de 88. Então, enquanto o Brasil se democratizava, a liberdade de expressão passou a ser exercida, efetivamente no país, no mundo, vários acontecimentos de cunho localizado, ideológico, estavam acontecendo, e era preciso então promover um debate mais aprofundado no sistema ONU sobre a questão da discriminação mesmo, da xenofobia, das intolerâncias correlatas.

E nos anos 80, havia o Embaixador Lindgren Alves, era perito da Subcomissão de Minorias da antiga Comissão de Direitos Humanos, e ali ele fez a proposta de realização de uma conferência mundial de combate ao racismo e intolerâncias correlatas.

Essa proposta gerou uma mobilização da sociedade brasileira, como todos aqui sabem, que levou a um, a uma integração da sociedade civil, órgãos de Governo, para uma preparação para a Reunião de Durban em 2001.

Mas o que que... O que que a ONU, e aí eu volto um pouquinho também à década anterior, o que que aconteceu, o que estava acontecendo nos debates? Embora as conferências internacionais elas privilegiavam direitos de grupos específicos, ela também viu crescer a questão do combate ao terrorismo, e no plano do combate ao terrorismo, alguns grupos foram quase que estigmatizados em relação a práticas terroristas. E isso, claramente, recrudesceu depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Curiosamente, né, dessas, enfim, coincidências do destino, a Conferência acaba no dia 10 de setembro de 2001, e no dia 11 ocorrem os... Ocorrem os atentados às Torres Gêmeas em Nova Iorque e ao Pentágono, etc., enfim.

E na ONU, havia uma discussão em função só dessas tensões do plano internacional sobre o combate ao terrorismo. O que acabou acontecendo é que se travou também uma discussão entre direitos consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos, e o plano dos valores. Esse plano de valores o que era? Os tais particularismos históricos, levantados por muitos países mulçumanos, querendo um pouco descaracterizar todos os ganhos que tinham sido auferidos até então com relação aos instrumentos internacionais de direitos humanos, ao Direito Internacional de direitos humanos.

Bom, e essas discussões no plano simbólico, elas só se acirraram a partir dos acontecimentos nos Estados Unidos, a partir de 11 de setembro de 2001.

Bom, Durban, como todos já sabem aqui, eu acho que a maioria se não participou, conhece bem, trouxe debates, assim, de temas polêmicos, que acabaram dividindo a Conferência. Um desses temas é o tema do Oriente Médio, que também foi objeto de tensões tanto nas Conferências de 78 quanto na Conferência de 83.

Os Estados Unidos não participaram até hoje, não participaram nem de 78, nem de 83, se retiraram em 2001, e assim como os europeus também se retiraram. Todos os europeus se retiraram de 78. Parte... Participaram em 83, mas não... Mas votaram contra os documentos finais de 83.

Em 2001, volta, essa tensão volta novamente à Conferência e o que para nós, nós podemos apontar Brasil como ganhos, que foi a particularização de uma série de grupos vulneráveis no Brasil, e a necessidade de políticas afirmativas para combater a discriminação, o que foi rapidamente apropriado pela sociedade brasileira, e que foi implementado, esses ganhos foram importantíssimos.

Eu concordo aqui com todos que me antecederam, e o nosso trabalho em Genebra tem sido de promover o não retrocesso. Então, a próxima reunião é uma reunião que nós vamos claramente defender o não retrocesso em relação a 2001.

O primeiro projeto de documento que foi apresentado era um documento praticamente inviável, porque reunia-se 250 parágrafos sobre os mais variados assuntos. Há poucos dias, a Alta Comissária dos Direitos Humanos propôs então uma redução desse documento. O grupo latino-americano e caribenho já... O documento foi elaborado, foi divulgado ontem e o grupo latino-americano e caribenho já aprovou esse trabalho feito pelo Alto Comissariado. Agora, a Conferência que vem em Genebra ela não vai ser uma Conferência nos moldes de 2001. Vai ser uma Conferência muito menor, praticamente não há recursos para a realização dessa Conferência, o Alto Comissariado está fazendo assim um esforço tremendo [soa a campanhia] porque está trabalhando sem orçamento. E vai ser muito importan-

te a atuação do grupo latino-americano, e dentro do grupo latino-americano, o grupo brasileiro.

Então, em vista desses desenvolvimentos mais recentes, quais são os temas que continuam, assim, na ordem do dia? Que são mais polêmicos e que nós vamos precisar ter assim um trabalho intenso para que esses temas não contaminem o documento final da Conferência? A questão do Oriente Médio, novamente, como eu já mencionei, e a questão da difamação religiosa, que é um tema levantado pelo grupo da organização da Conferência islâmica, a partir de 99 eles vêm tentando tratar da questão da difamação religiosa no plano da ONU, que era introduzir esse tema nos documentos internacionais.

E aí eu faria uma distinção: a difamação religiosa não se confunde com intolerância religiosa, intolerância religiosa é um fenômeno. O que eles atribuem a... Ao... Digamos, à figura da difamação religiosa seria qualquer caricatura ou qualquer menção a uma determinada religião. E isso surgiu a partir de 2005, 2005 o episódio das caricaturas da Dinamarca, se vocês não conhecem, depois eu posso até explicar um pouco, que retratava o profeta Maomé como um terrorista, *inter alia*(F), como um terrorista, isso provocou uma reação fortíssima do mundo mulçumano por ser essa manifestação violatória à religião muçulmana.

E aí, a partir daí, a partir de 2005, se trava um debate mais acirrado, porque já havia esse debate antes, inclusive antes de Durban, mas já se trava um debate mais acirrado em relação a limites à liberdade de expressão, e a difamação religiosa, por outro lado. E o que defendem os países islâmicos é justamente que existam limites maiores ao exercício da liberdade de expressão além daqueles que já estão nos instrumentos internacionais de direitos humanos, com vistas a evitar o que eles chamam da difamação religiosa.

Esse é um tema bastante sensível, porque até para nós, especificamente, eu não vou me estender muito mais, porque eu, para dar tempo para as pessoas mais tarde, se quiserem perguntar, mas a liberdade de expressão no Brasil é um avanço, o exercício dessa liberdade, da maneira como ela vem sendo respeitada, como ela vem sendo exercida na sociedade brasileira, é que nos permite a todos vir aqui e dizer o que a gente quer e o que a gente não quer.

Se nós entrarmos, e essa é uma das preocupações que se tem, do grupo latino-americano como um todo, não é só do Brasil, eventualmente o tema da difamação religiosa, por um lado, contaminar um documento final dessa Conferência. Que o Brasil deseja que não retroceda em relação ao documento final de Durban, e por outro, tratar de uma questão que eventualmente envolva maiores limitações ao exercício da liberdade de expressão, tais como os que já existem nos instrumentos internacionais e que foram incorporados pela constituição brasileira.

Então, eu terminaria aqui dizendo que a questão do Oriente Médio vai ser uma questão sensível, a questão da difamação religiosa vai ser um tema sensível também, e terminaria até fazendo uma... Uma, dando, prestando uma informação que eu vi recentemente, que é o seguinte: o grupo africano estava totalmente vinculado à organização da conferência islâmica nessa questão da difamação religiosa. Agora já não está. E por que não está? Porque há uma expectativa do grupo africano que os Estados Unidos dessa vez participem da Conferência.

Então, nesse momento, está havendo uma reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em que o tema da difamação de religiões também está sendo tratado, e o grupo africano está envidando todos os esforços para que esse tema não polarize se essa sessão do Conselho e que não polarize a próxima Conferência de Durban.

Então, só para concluir mesmo, dizendo que nós já fizemos uma reunião com a sociedade civil no último dia 13, e vamos fazer uma outra no Itamaraty no próximo dia 26, vocês estão todos convidados para participar. E já teremos, então, o novo documento, mais conciso, que foi distribuído ontem para... Que será o projeto de documento final da Conferência.

Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao nosso Ministro Edson Santos.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS DE SOUZA: Bom, primeiro, quero aqui registrar um cumprimento ao Senado por trazer o debate da Conferência de Durban aqui para conhecimento dos senhores senadores. Registro um agradecimento em particular à Senadora Fátima Cleide e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cristovam Buarque.

E dizer que eu fico mais confortado, eu saio mais confortado dessa reunião, a partir dos informes do Itamaraty, do MRE, do que quando saí do último encontro com o Ministro Celso Amorim quando tratamos dessa questão, e os impasses estavam muito mais colocados.

Me parece que as conversas têm sinalizado quanto mais a Conferência vem se aproximando, Senador, caminha-se para a convergência sobre determinados temas, de forma a não inviabilizar a realização da Conferência. Estamos saindo de posições estanques e dialogando, buscando a mediação que possibilite

a discussão e o aprofundamento das resoluções de Durban.

Antes de entrar no tema, eu quero deixar aqui com o Senador um conjunto de documentos da SEPPIR, inclusive temos aí a convocatória da próxima Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que vai acontecer de 25 a 28 de junho, aqui em Brasília, que vai tratar da avaliação das políticas de promoção da igualdade desenvolvidas no Brasil, e isso um fórum com a participação da sociedade civil e que, no nosso entendimento, será assim, um momento importantíssimo no sentido da consolidação dessas políticas em nível de Brasil. Teremos a participação dos gestores públicos estaduais, federais, estaduais, municipais, e a sociedade civil, que de forma organizada, vai participar desse evento.

E estamos trabalhando no sentido de que ele seja, a par das observações, das críticas que se farão à nossa condução de política neste ou naquele ponto, mas que a CONAPIR, ela seja um marco na demarcação de campo do Estado Brasileiro na defesa de políticas de promoção da igualdade racial.

Acho que esse é o grande desafio, inclusive as questões aqui colocadas pelo Marcos Cardoso, ela aponta o quão será dura essa caminhada da população brasileira, do Estado Brasileiro, no sentido de compreender efetivamente a importância das políticas de promoção da igualdade racial, que contemple a população indígena, a população cigana, a população negra, em essência.

E tudo isso está muito ligado ao debate de Durban, ao processo de Durban, até porque o Brasil ele sempre esteve muito sintonizado com esse debate em nível internacional.

O Brasil foi um dos signatários, dos primeiros signatários do documento do Comitê para a Erradicação da Discriminação Racial, em 1966. O Brasil, em 1995, com... Sob a Presidência do Sr. Fernando Henrique Cardoso, ele envia à ONU um documento também tratando desse tema e reconhecendo o Estado de desigualdade racial no Brasil e recomendando ao Estado Brasileiro a responsabilidade de atuar no sentido da superação dessa situação de desigualdade. Ou seja, então a gente, acho, que nós vivemos um processo de engajamento do Estado Brasileiro, seja em nível interno, seja em nível internacional, nos compromissos com a redução da desigualdade racial.

O Brasil foi a maior delegação à Conferência de Durban, em 2001, sob a Presidência, a delegação Chefiada pela Primeira-Dama, já extinta, a Sra. Ruth Cardoso, que chefiou a nossa delegação à Conferência de Durban e foi a delegação mais expressiva, e inclusive tivemos a relatoria, na relatoria uma brasileira que foi a Sra. Edna Roland.

Eu estou colocando isso para mostrar o histórico de compromisso do nosso país com a questão da superação das desigualdades raciais, e que para ser consequente, é fundamental que o posicionamento do nosso país que contribui assim de uma forma bastante decisiva para os acordos, as mediações que se dão em fóruns da ONU, que isso tenha uma consequência no plano interno, ou seja, aquilo que falamos fora seja uma diretriz para o que fazermos aqui no Brasil ,no que se refere a esse tema.

Eu estou colocando isso por conta da provocação aqui, no bom sentido, não é Marcos, que nos fez em relação ao posicionamento do Governo brasileiro. Em relação a uma série de... A três pontos fundamentais, que eu também considero fundamentais, que são a lei 10.639, que finalmente há uma pactuação em nível de Governo e lançaremos o plano nacional de implantação da Lei 10.639 no dia 25 de Março aqui em Brasília. E envolvendo, esse plano envolve os instrumentos, inclusive financeiros, necessários à formação de profissionais, de professores qualificados para ministrar a história da África e a revisão historiográfica do Brasil, inserindo o papel do negro na formação do Estado Brasileiro. Esse é um ponto.

A questão de cotas e do Estatuto, ela está num ambiente que é apropriado para isso. Nós vivemos num Estado democrático de direito, e cabe ao Legislativo a disciplina sob determinados temas que vão se constituir em leis. E nesse aspecto, tanto a lei de cotas como o Estatuto da Igualdade Racial, estão tramitando aqui no Congresso, nós não temos nos se eximido de expor a nossa opinião sobre o tema, mas como a democracia exige, nós temos que buscar construir maiorias que possibilitem a aprovação desses documentos legais.

Hoje eu cheguei atrasado, e não justifica, mas, quer dizer, justifica, porque estava com o Senador Demóstenes Torres, da Comissão de Constituição e Justiça, tratando de procedimentos a respeito da questão da lei de cotas e solicitando ao Senador um espaço para que nós possamos estar aqui no Senado expondo a nossa opinião de Governo, trazendo subsídios à formação da consciência dos senadores sobre esse projeto de suma importância para a sociedade brasileira.

Eu, como Ministro da área, entendo que a gente deve buscar a mediação, entender que posições inflexíveis não contribuem nem para o avançar desse debate, e chamar a atenção do Senado da República para observar a história do povo brasileiro, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e a abolição da escravidão que não veio acompanhada de instrumentos necessários à inserção do negro e da negra nas ativi-

dades econômicas desenvolvidas no Brasil, a saber: a questão da terra, do trabalho e da educação, que não foram propiciadas à população negra.

Não vou me aprofundar aqui dos porquês disso, mas isso não foi observado, o que gerou um quadro de desigualdade que hoje é o retrato da sociedade brasileira na nossa pirâmide social, onde a população negra ocupa, em sua grande maioria, a base da nossa pirâmide social.

Então, é preciso que o Estado olhe de forma diferenciada, e isso é o que o Marcos aqui coloca, de tratar os desiguais enquanto desiguais, e oferecer mais para quem tem menos. Esse é o papel do Estado e esperamos ter a condição de ter a maioria do Senado dentro dessa visão que vai propiciar que o Senado não só observe a lei de cotas como algo positivo, mas futuramente também trate do Estatuto da Igualdade Racial sob essa ótica. Eu acho que aí nós avançamos, sem entrar nos detalhes dos aperfeiçoamentos aos quais os senhores senadores certamente irão oferecer ao texto em tramitação.

Eu coloco isso para mostrar um pouco da nossa, do nosso compromisso com a agenda oriunda de Durban.

É importante, mas é importante dizer que na democracia, as coisas nunca caminham de acordo com a nossa vontade, nós não somos... O tempo na política é o tempo da construção de maiorias e, nesse aspecto, a gente tem que observar o tempo do Senado, o tempo da Câmara na apreciação dessas matérias.

Agora, na questão, voltando à questão de Durban, eu acho que essa Conferência ela será qualitativamente diferente da Conferência passada. Aqui já foi colocada pela Márcia Maria, a Sra. Márcia Maria do MRE, das condicionantes da Conferência passada. Foi realizada na África do Sul, país recém saído de um regime de *apartheid*, com a liderança de Nelson Mandella, e se foi, efetivamente, um grande evento de massa realizado na África do Sul.

Infelizmente, foi palco de disputas que, a nosso ver, não dizem respeito à agenda original de Durban, e isso acabou contaminando o debate, não que os temas ali levantados não devam ser tratados pela humanidade. A questão da Palestina, o Brasil, inclusive, tem posição clara em relação ao conflito no Oriente Médio, mas não é a Conferência de Durban que... É o palco para se tratar dessa temática.

Assim como a questão da difamação religiosa, a questão da... Da sexualidade, que aí já é o outro lado, se os países islâmicos levantam a questão da difamação religiosa, os países da Europa levantam o tema da sexualidade. Então, se ficarmos... Esses temas, certamente serão um impecilho para que Durban possa chegar a termo sobre a sua agenda original, que é a questão de uma agenda de promoção, de combate à desigualdade racial, à desigualdade racial no plano internacional.

A posição do Brasil é exatamente no campo da mediação desses conflitos. A Sra. Márcia já colocou aqui, em nível do MRE, das dificuldades em relação à não participação de países da Europa e dos Estados Unidos, essa Conferência pode nos colocar numa situação de, não de mediação, mas de contenção de determinadas posturas, tipo condenação ao Estado de Israel, que não é objeto da Conferência, mas que se não houver um contraponto a isso e uma mediação, diante desse contraponto, fica complicado tratar-se desse tema.

Por isso que nós temos buscado nos esforçar, inclusive na reunião que eu tive com o Ministro Celso Amorim, tratamos desse assunto, e ele colocou, inclusive, de verificar junto ao Presidente da República, não tenho retorno, mas de que na conversa com o Presidente Obama, o Brasil, o Presidente Lula iria manifestar a preocupação e manifestar o interesse e a importância da delegação dos Estados Unidos rever sua posição em relação a Durban.

Essa... Eu acho que é algo fundamental, porque na medida em que haja uma reversão da posição americana, certamente, outros países irão reavaliar a sua posição de não participar da Conferência de Durban.

Então, nós temos nos esforçado no sentido de superarmos esses impasses aí colocados. Já foi colocado aqui que nós fomos sede da Conferência Regional, que enquanto Conferência mesmo, foi a primeira de avaliação, de revisão, de Durban.

Tivemos a da África ainda, tivemos o evento da África, mas a nossa Conferência ela foi pautada, a Conferência da América Latina e Caribe ela foi pautada efetivamente pela agenda de Durban e esteve voltada para a criação de mecanismos que nos possibilitem avaliar o... O avanço e as dificuldades da implementação dessa agenda, a saber: o estímulo à cooperação internacional na promoção da igualdade, a criação de um sistema de indicadores ou de um índice de igualdade racial confiável e comparável entre os países, o fortalecimento de ações afirmativas, e fortalecimento dos mecanismos internacionais de segmento de Durban. Então esse foi o eixo, é o eixo da Resolução da Conferência de Revisão da América Latina que é, ao que nos parece, um grande parâmetro para o trato da questão de Durban, em Genebra.

Finalizando, Senador, a Conferência que vai ocorrer na Suíça, como eu disse, não será um evento de massa, como foi o da África do Sul, então isso já é uma sinalização aos movimentos sociais, de que o que es-

tava dado em 2001, infelizmente, não estará, não está colocado para esse ano de 2009, em termos do tamanho da delegação brasileira, da delegação da sociedade civil brasileira. Nós tivemos uma conversa inicial com o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, não conclusiva, então, seria prematuro a gente aqui colocar enquanto números o que será possível.

E segundo lugar, não só do ponto de vista nosso, do Governo, todo mundo sabe que nós vivemos uma situação de crise internacional, mas que tem impacto aqui no Brasil e a gente tem que cuidar para evitar excesso de gastos.

Do ponto de vista também internacional, é o posicionamento de organismos internacionais que atuaram e possibilitaram o envio de delegação com recurso financeiro, isso não está colocado, por motivos financeiros e também por motivação política em função desse contencioso que nós aqui já colocamos.

A Sra. Márcia já sinalizou que haverá um segundo encontro com a sociedade civil para tratar desse tema... Desse tema político e da nossa representação do tamanho de nossa representação em Durban. E nesse curso, nós, SEPPIR, e o Ministério das Relações Exteriores, vamos estar dialogando a fim de chegarmos a um número que será apresentado à representação, às lideranças da sociedade civil, para que possamos aí equacionar a nosso delegação para Conferência de Durban.

Me coloco à disposição para aquilo que for considerado importante, necessário, de subsidiar a sociedade civil e os senhores senadores sobre esse tema, e eu espero que a gente consiga fazer com que países que hoje resistem a participar de Durban revejam sua posição, esse é um ponto para que essa Conferência seja efetivamente uma Conferência Internacional, e que trate desse tema com a profundidade que ele merece.

Já é um avanço os países da África não se alinharem a temas como a questão de difamação religiosa, porque é importante que essa temática, ela, até mesmo em nível de Brasil, ela tenha na ONU, um referendo importante que é a Conferência de Durban, que certamente, assim como 2001, ela teve conseqüências aqui no Brasil, o Marcos Cardoso fala inclusive, remete inclusive à criação da Secretaria de Promoção Da Igualdade Racial, certamente o processo de revisão e do aprofundamento da temática de Durban trará mecanismos de fortalecimento desse tema em nível da sociedade brasileira e do Estado Brasileiro.

Era o que eu tinha a colocar e agradeço pela oportunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a cada um dos que estiveram aqui e fizeram suas apresentações, e dizer da absoluta sintonia dessa Comissão, eu falo como Presidente, mas creio que posso representar a todos os outros, na luta para quebrar as discriminações que existem no Brasil.

Eu estou totalmente de acordo com a expressão usada de que, pelo Pedro, de que... E a Rosani também... Rosani, quando fala de que há racismo, há racismo no Brasil. Ponto. O que a gente pode discutir é quais são as formas que esse racismo encontra para existir.

Não é como no *apartheid* sul africano, não é como na segregação norte-americana, mas é racismo, sim. É o racismo que mostra nas contas que foram ensinadas, apresentadas sobre níveis salariais, em que a gente pode discordar se foi por ser negro ou se foi por não ser educado. Mas é racismo. Se o negro não é educado, é um racismo que faz com que ele não seja.

Não adianta dizer que a base é o social. Mas se manifesta na cor da cara. Então, existe sim racismo contra negros, contra índios, e é um racismo que ficou debaixo do tapete durante séculos.

As cotas trouxeram, em primeiro lugar, o grande, o excelente papel de tirar o tapete da sala, de mostrar o que estava escondido. Mas é ainda o melhor caminho para gente dar um salto na quebra do preconceito, mudando a cor da cara da elite brasileira o, o que ajudaria a quebrar o preconceito que existe.

Então, nesse sentido, essa Comissão é um baluarte que vocês podem ter para lutarmos sobre todas as formas, inclusive as cotas.

Eu, pessoalmente, defendo que mais importante do que as cotas, que são importantes, é a revolução educacional que faz com que a escola do pobre seja igual à escola do rico, do negro igual a do branco. Do índio igual a do branco e do negro quando ela for igual à do branco.

E, como um projeto que eu tenho aqui circulando, que a escola do filho do eleito seja a mesma escola do filho do seu eleitor. Senador, deputado, vereador, prefeito, tem que botar os seus filhos na escola pública, que é a escola do eleitor.

Então, essa Comissão tem que continuar lutando contra todas as formas de racismo e de discriminação.

Concordo inteiramente que há um colonialismo interno, como disse a Rosani. Há um colonialismo interno contra ricos e pobres, contra brancos e negros. A causa a gente pode discutir se é a cor da pele, se é a conta bancária, mas não deixa de ser um racismo se existe essa desigualdade.

Daí, a minha defesa de que, além de tudo isso que a gente faz, de todas as políticas de afirmação, temos que lutar por uma revolução educacional. Eu às vezes cobro e muitos do movimento negro não entendem, que eu gostaria de ver o movimento negro lutando pela erradicação do analfabetismo no Brasil, e não começarmos pelo topo, os que terminaram o Segundo Grau entrando na universidade.

Isso também, e quando eu digo um, não estou dizendo um na frente do outro, até porque do ponto de vista visível, é mais a cota para entrar na Universidade do que a alfabetização. Não apareceria, ninguém nem comentaria esse fato.

Essa idéia de que o Pedro levantou, criticando também a posição daqueles que dizem que toma o lugar de um branco. E ele definiu muito bem, mostrando que discriminação afirmativa é correto e citou o exemplo de uma criança doente e uma criança não doente na família.

Mas eu vou mais longe. A minha proposta é nem tirar qualquer branco. É toda vez que houver negros que passaram no vestibular mas não se classificaram, a gente aumenta o número de vagas, aí ninguém pode dizer que está tirando lugar de branco. A não ser que algum venha dizer: "Mas podia aumentar as vagas para os brancos." Mas aí eles estão querendo um privilégio, porque não havia, brancos. É aumentar o número de vagas, não precisaria tirar, até porque não se vai dobrar, vai ser até 10%, 15%, 20%, não diminui a qualidade. Temos que quebrar esse preconceito de que as cotas diminuem a qualidade, não diminuem.

A relação entre a qualidade de um aluno e a posição que passou no vestibular deve ser praticamente zero. Começa tudo de novo depois que você entra na universidade. Ninguém vai ao médico perguntando em que lugar ele passou no vestibular. Você vai ao médico perguntando em que lugar ele fez a residência. Não é nem as notas que tiram. É onde ele fez a residência, quem foi o orientador que teve dele.

É falsa a idéia e os números mostram de que os que entram por cotas são alunos de desempenho inferior aos que entraram sem cotas. Não tem nada que ver. Têm alguns alunos brilhantes que não entram no vestibular, tem alunos medíocres que por razão ou outra, entra no vestibular, é um critério que se dá, eu já vi gente até sugerir o sorteio, para ver quem entra na universidade.

Eu prefiro o que eu implantei aqui no Distrito Federal que é o exame ao longo do Segundo Grau, que é o chamado PAS. Então, essa Comissão está à disposição, nós vamos fazer outra reunião, só não quero aprovar aqui, como vocês veem, eu ia votar sozinho, e também porque eu quero combinar com a Senadora Fátima Cleide, que é quem tomou a iniciativa e ao mesmo tempo, não pôde estar presente.

Eu quero tomar um item interessante da Rosani, que é a idéia da diversidade. Escola igual não quer dizer escola com ensino tutelador da consciência. A gente tem sim que lutar para quebrar os preconceitos, incentivando o respeito às diversidades. Tolerância zero com o preconceito, e incentivos máximo para a diversidade.

Essa idéia que ela colocou, eu vou usar isso, por que índio não senta no chão? Isso é uma coisa que a gente vê hoje. Do mesmo jeito que índio senta no chão, tem gente que se pergunta, às vezes, discretamente: "Para que negro entrar na universidade? Na universidade deve entrar apenas os melhores, e os melhores são brancos", pronto. Existe isso no imaginário da elite brasileira. Existe também sim, "Porque pobre estudar?" Existe isso no imaginário da elite rica brasileira.

Pior, é que existe até, Ministro, no imaginário dos pobres. Muitos, muitos pobres se perguntam: "Para que estudar? Estudar é coisa dos ricos. Estudar é coisa dos brancos." Esse é um país que tem esse tipo de racismo, que talvez até seja o pior de todos, porque ele é escondido.

Do Marcos, eu quero dar um toque nessas vozes contra. O Brasil sempre teve vozes contra os avanços. Eu publiquei, gostaria até de ter cópia, não tenho, os debates aqui no Congresso durante a discussão da Lei Áurea, e havia gente contra. Só que é um contra disfarçado. Eles diziam: "Nós não somos contra a abolição, nós só achamos que não é hora ainda, que vai desarticular a agricultura". É o que eu ouço de alguns, "Eu sou contra, eu sou a favor de que os negros entrem, mas primeiro tem que melhorar a escola pública". Eu defendo melhoria de escola pública, mas não a idéia de primeiro.

Eu faço aqui até uma inconfidência em relação ao nosso Presidente. A última reunião que eu tive com o Presidente Lula, antes de sair do Ministério, foi numa reunião sobre cotas com a Ministra Matilde. E durante a reunião, ele perguntou: "Vocês não acham que o certo é uma boa escola pública, gratuita, de boa qualidade, para todos em vez das cotas?" Eu disse: "Presidente, o senhor tem razão, o melhor é isso. Mas vai levar 20 anos para dar resultado se a gente estivesse fazendo o dever de casa na escola pública. E a gente não está fazendo o dever de casa."

Eu sinceramente acho que foi essa a frase que me tirou do Ministério, sinceramente, se fosse escolher alguma coisa. Porque até aquele momento, eu estava na comitiva dele para ir à Índia, que é um prestígio que não se dá a qualquer Ministro. E saí de lá para o aeroporto para me encontrar com ele em Nova Delhi,

aliás, dá um bom título: “Nos vemos em Nova Delhi, Presidente” , dá um bom título. Dê tarde, quando ele volta para o planalto, ele diz que não dava para me segurar, porque precisava do cargo, etc.

Eu acho que essa frase pode ter colaborado, porque eu vi que ele não gostou quando eu disse “Nós não estamos fazendo o dever de casa.” O pior é que continuamos sem fazer o dever de casa para a revolução educacional. Quer dizer que o Governo Lula é pior que o anterior? De maneira alguma. Eu considero o Lula o melhor Presidente que o Brasil teve, com todo o respeito aos anteriores. Não vamos comparar com Getúlio, talvez nem com Juscelino, porque é outra circunstância. Mas nos tempos modernos, não há dúvida. Agora, o dever de casa completo da revolução educacional, não está sendo feito, ainda. Por isso, tem que ter cotas sim.

Finalmente, eu quero dizer e o Marcos tocou um pouco nisso, eu não defendo cotas em defesa de nenhum jovem negro. Eu defendo cotas em defesa do Brasil. Eu tenho toda a minha simpatia por cada jovem nesse país, independente de ser negro ou branco. Tenho simpatia especial pelos negros, pelo que sofreram. Agora, a defesa das cotas é em nome da dignidade brasileira. Um país que 120 anos depois ainda tem uma elite branca.

Eu acho que vocês deviam, os que se beneficiam da cota, exigirem mais ainda, para dizerem: “Nós estamos prestando um serviço ao Brasil. Ao estudarmos, entrarmos na universidade, e mesmo com cota, nós estamos prestando um serviço ao Brasil, para tentar mudar a cor da cara da elite brasileira.” Para que não aconteça como recentemente, segundo contam, que o Bush teria perguntado se existia negros no Brasil. Não sei se é verdade ou não. Mas contam isso. Mas se ele não perguntou, muita gente no mundo pensa que não existe. E a gente tem que mostrar que existe. Por isso, a cota é um caminho.

E, finalmente, antes de encerrar, já que não há senadores aqui, eu quero dizer que hoje chegou na minha mesa a proposta de criação de uma comissão para discutir o problema da indenização aos descendentes de escravos.

Eu quero dizer para vocês que eu não só vou levar adiante isso como eu pedi para que eu seja o relator. Avoquei para mim a relatoria porque eu não vou dizer que sou a favor de indenização em dinheiro ou não, mas que tem que ter um pedido de desculpas à África, que tem que ter uma forma de reconhecer o que esses africanos fizeram e agora através de seus descendentes tem que ter, tem que haver, sim, uma indenização.

Se é monetária ou não, eu confesso que eu não tenho a simpatia pela indenização monetária, eu sou contra, por exemplo, a indenização aos políticos brasileiros. Tenho um irmão que sofreu tanto ou mais do que qualquer um, e ele se negou e se nega a receber indenização, porque ele diz que é como se ele tivesse vendendo os sonhos da juventude dele. Eu acho que quem morreu na luta deve receber nome de rua, e não conta bancária. Essa é uma posição minha, com todo o respeito aos que utilizaram.

Obviamente, tem aqueles que ficaram doentes, tem as viúvas, aí é outra coisa. Aí a gente tem que cuidar até dos que não são militantes políticos. Então, se é monetária ou não, é uma outra discussão. Agora, uma indenização, sim. Eu sou favorável, e por isso, vou dar o meu parecer favorável à criação dessa comissão.

Veja que é um primeiro passo, é a criação de uma Comissão. Não é nada mais que isso. E eu avoquei para mim, porque eu quero que fique registrado que eu defendo que nós discutamos essa idéia do reconhecimento. Aliás, a palavra certa não é indenização, a palavra certa é reparação, é reparação. Cota pode ser um pequeno passo, mas eu não vejo nem cota como reparação. Cota é por patriotismo que a gente tem que defender.

E não digam que cai a qualidade, porque não cai. E não digam que isso desenvolve racismo, porque o racismo existe. E não digam que isso vai dividir o povo brasileiro entre brancos e negros, porque nós somos brancos, somos negros, somos índios, somos japoneses. E é bom que sejamos assim, aliás.

Então, não tem que ter medo da explicitação da diversidade, de raças nesse país. Então, eu não entendo esses que têm medo de explicitar e daqui a pouco, vão colocar cota de casamento entre brancos e negros, ou seja, para cada 100 casamentos, 20% têm que ser entre brancos e negros, para poder miscigenar. A miscigenação se vier, é ótima, mas se ela não vier, não há nenhum problema, desde que sejamos tratados brancos e negros, índios, japoneses, e todos os outros, com o mesmo respeito, sem preconceitos e sem discriminação, que não é o mesmo. Discriminação é ainda mais grave, porque é um produto do preconceito.

Então, muito obrigado aos que participaram e vamos ter outra sessão sobre Durban, Ministro, eu lamento, mas o seu nome está também na lista, também está na lista o representante do Ministério para continuar levando adiante esse assunto.

Obrigado a cada um e a cada uma, está encerrada a sessão.

[palmas].

Sessão encerrada às 11h24.

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (José Nery), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim, Flávio Arns, José Nery e Serys Slhessarenko** e do Senador Não-Membro **Osmar Dias**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência em virtude de missão política e cultural de interesse parlamentar. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 03, de 2009 – CDH, aprovado em 11/03/2009, **"para debater a possibilidade de aposentadoria especial para a profissão de Oficial de Justiça"**. Autor: Senador Paulo Paim. Convidados que comparecem: Paulo Sérgio Costa da Costa **–** Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA; Rudi Cassel – Advogado; Lúcia Maria Bernardes de Freitas – Presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – FENASSOJAF; Carlos Almeida – Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal – SOJ. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Às nove horas e quarenta e um minutos, o Senador José Nery passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente, Paulo Paim, agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores José Nery e Paulo Paim, a Senhora Senadora Serys Slhessarenko e o Deputado Federal Márcio França. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Essa reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tem por objetivo principal a realização de uma audiência pública nos termos do Requerimento nº 03 de 2009, aprovado no dia 11 de março último, proposição de autoria do Senador Paulo Paim, para debater a possibilidade de aposentadoria especial para a profissão de oficial de justiça.

Neste sentido queremos aqui agradecer e registrar a presença de associações de oficiais de justiça de várias partes do país, cumprimentar a todos que vêm a essa Comissão, em especial os representantes da categoria que farão uso da palavra nessa sessão para expor suas reivindicações, sua luta e tratando, enfim, que elas possam ser consideradas pelos legisladores, pelo Congresso Nacional, a fim de tornar possível a reivindicação de que trazem à consideração dos Srs. Senadores e senadoras.

Nessa audiência que estamos aqui com vários convidados, Paulo Sérgio da Costa já se encontra conosco aqui à Mesa, fará uso da palavra enquanto Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, FOJEBRA, Associação... Federação que congrega as federações estaduais representativas da categoria.

Estarão conosco daqui a pouco também o Sr. Rudi Cassel, advogado, Sra. Maria Lúcia Bernardes de Freitas e o Sr. Carlos Almeida Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, que já está presente, eu aproveito para convidá-lo a vir à Mesa.

E para iniciar de fato os nossos trabalhos, vamos ouvir Dr. Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação, em seguida ouviremos o Sr. Carlos Almeida e aproveito para comunicar ao plenário, em função de uma outra atividade, devemos estar recebendo daqui a pouco, juntamente com outros Srs. Senadores e senadoras, o Delegado Protógenes Queiroz, que fará uma visita aqui ao Senado e a partir de então, o nosso eterno Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim que é o autor do requerimento para essa audiência pública, com muita honra será nosso Presidente aqui dessa sessão.

Então, com a palavra o Sr. Paulo Sérgio para sua explanação, inicialmente concedemos 10 minutos, se for necessário poderemos chegar até 15, no máximo. Com a palavra.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Excelentíssimo Senador José Nery, Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos, Exmo Senador Paulo Paim, membros dessa Comissão.

É importante, inicialmente, nós tecermos os nossos agradecimentos pela cedência desta audiência pública, que vem debater a atividade do oficial de justiça, sua realidade e, nesse mote de audiência pública, falar sobre aposentadoria especial.

Eu pediria permissão, Excelência, para utilizar o audiovisual para fazer uma demonstração para que a sociedade e o Parlamento enxerguem através dos nossos olhos aquilo que nós vislumbramos no dia-a-dia relativo a nossa profissão.

No dia 25 de Março, simboliza para nós o Dia Nacional de Luta dos Oficiais de Justiça do Brasil. Esse é um movimento coordenado por duas federações, a FOJEBRA e a FENASSOJAF. Mas pelo espírito de corporativismo e representatividade do que está acontecendo nesse momento nós consignamos aqui a FENAJUFE, a FENAJUD, a FOJEBRA, FENASSOJAF e o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal.

Por que o 25 de Março foi escolhido como o Dia Nacional de Lutas? Apenas um breve histórico, em razão de que essa data simboliza a data que foi promulgada a primeira Constituição do Brasil e lá no art. 56, constou pela primeira vez os Oficiais de Justiça.

Mas o que nos traz aqui, efetivamente, são 25 razões não necessariamente naquela ordem, mas falar de aposentadoria especial, de Lei Orgânica, de porte de arma, de valorização profissional, isenção de IPI, se tornaria até repetitivo, mas nós temos 25 razões para estarmos presentes hoje perante a Comissão de Direitos Humanos, para esse dia nacional de lutas.

Eu começaria não com o intuito de querer ministrar algum tipo de aula, mas primeiro expressando uma certa tristeza de não ver presente na Mesa desta Comissão o Poder Judiciário representado.

Mas nós começaríamos a falar de Direito e Justiça, se Direito e Justiça são antônimos ou são sinônimos. Na nossa concepção e até trazendo, citando, Voltaire, que foram necessários séculos para devolver a justiça à humanidade, para entender quão horrível é que um grande número semeie e um pequeno número recolha.

E, obviamente, que se nós formos balançar esses dois conceitos, Justiça e Direito, eles se correspondem, são formas complementares de encarar o que é justo. E por isso que pode soar de forma arrogante, mas não o é, Senador, quando nós de novo trazemos esse chavão que é muito forte, que nós não estamos aqui hoje mobilizando e devem estar chegando caravanas, com certeza, mais de 500 oficiais de justiça advindos de todos os Estados do Brasil nós não chegamos aqui para pedir simplesmente pedindo. Nós não estamos aqui na condição de coitadinhos. Nós estamos aqui protestando e argumentando que esse é o direito e a liberdade que tem quem não pede favores, mas justiça.

E por isso nós iniciamos, sim, uma campanha nacional dos oficiais de justiça pelo direito de aposentadoria especial. Como bem dito, a Emenda 47 de 2005 já está completando quase 4 anos e ela colocou lá no §4º que "É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: portadores de deficiência; os que exercem atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais e que prejudiquem a saúde e a integridade física."

Mas essa parte de... De... Eu vou deixar para o Dr. Rudi Cassel, que vai chegar daqui a pouco, fazer... Discorrer sobre ela e mostrar que nós estamos agindo através de mandados de injunção e provavelmente a Justiça regulamente esse direito antes mesmo do Legislativo e do Executivo, o que é triste na questão da autonomia dos poderes.

Tramita nesta Casa o PLS 68/2003 e infelizmente os oficiais de justiça não estão contemplados ali. No ano passado, no dia 3 de julho, nós já ocupávamos esta Comissão, e expúnhamos as nossas dificuldades, os nossos pleitos. E comprovamos exaustivamente que a nossa é realmente uma atividade de risco e saímos daqui com uma convicção de que um processo de mudanças estava se iniciando e nesse movimento nós garantimos, então, que o Senado votasse o PLC 107/2007 que instituía como pré-requisito para acesso à função de oficial de justiça a titulação de Bacharel em Direito. Infelizmente, esse Projeto de Lei restou vetado pela Presidência da República naquilo que em nosso entender é mais um veto político do que técnico.

A inclusão, a promessa aqui do Senador Paulo Paim de incluir a categoria no PLS 68/2003 e também o andamento do PLC 30/2007, que trata do porte de arma. Se V. Exa me permitir, Dr. Rudi Cassel chega, presente...

Bom, e Senador, hoje nós estamos aqui não no sentido de reivindicar mas de fazer uma denúncia perante essa Comissão de Direitos Humanos, porque a confusão é tão grande, que nós ainda temos dúvidas e a sociedade, com certeza, o Parlamento deve ter dúvidas se as nossas atividades são consideradas como atividades de risco ou não.

E nós sabemos muito bem que o mapa da violência, a violência ela se expande no país, ela está em

todos os cantos e recantos e nós, pela característica da nossa atividade, nós somos uma rede de 26 mil profissionais que cobre todo o Território Nacional. E nós entendemos que quem leva justiça não pode ser vítima da insegurança, até porque existe uma espécie de amadorismo no âmbito do Poder Judiciário que nós vamos discorrer a respeito disso.

É claro que falar de característica dos trabalhos de oficial de justiça talvez seja chover no molhado mas é importante que se diga que nós somos aqueles que tiramos a parte, transformamos, somos os transformadores da justiça, os alquimistas, tiramos essa justiça do plano teórico, para o plano prático e atuando rente à sociedade, sozinhos, longe das dependências dos foros é importante que se diga que nós visitamos todas as camadas da sociedade.

E esse aumento de violência também se volta contra nós. E mesmo que ordens judiciais sejam levadas a efeito como atos de coação, é por certo que quando elas atingem patrimônio e liberdade, elas são suscetíveis de reações. E oficial de justiça além de atividades externas têm trabalhos internos. Também não... já foi debatido o ano passado.

Mas o importante que se diga nesse momento e se traga de novo ao conhecimento da sociedade, batido, que os atos processuais pela legislação, são executados das 06h00 às 20h00, de forma ininterrupta. [soa a campanhia]. E que essa jornada, via de regra, ela é estendida por força legal contida no §2º, do art. 172, do Código de Processo Civil.

E sabendo que o risco de vida é imprevisível de ser aferido por antecipação, nós tomamos contato com todas as camadas da sociedade, notadamente com delinquentes, ladrões, assaltantes, estelionatários, os mesmos elementos com que a polícia trata. E nós queremos, então, Senador, mostrar alguns dos nossos locais de trabalho e estamos nesse momento, ousadamente, convidando esta Comissão para que conheça a nossa realidade.

Nós estamos aqui com várias entidades, associações e sindicatos de oficiais de justiça e gostaríamos que V. Exa.s nos acompanhassem nas nossas diligências, no dia-a-dia para conhecer de perto nossa realidade profissional. Nós subimos aquele morro que está ali figurativamente, sozinhos e descemos, e o que é importante e retornamos novamente sozinhos. Então, nosso trabalho é uma atividade solitária, de grande risco.

E essa característica do trabalho externo? Nós estamos ali enfrentando chuva, o frio, o calor. Por favor.

Oficiais de justiça atuam nos presídios? Com certeza. Atuamos muito regularmente nos presídios. Em hospitais também, são internações de pessoas. Movimento Sem-Terra e Sem-Teto, nesse momento também chamo atenção, já chamei o ano passado, de que por mais que o Estado diga que o oficial de justiça tem a força pública a seu favor, essa força pública, ela age de maneira putativa e ali está o exemplo disso, naquela foto que eu peço a ampliação, de que mesmo com um Batalhão por trás de si, o oficial de justiça é a pessoa que está dando a cara, está mostrando a cara; e é a mesma pessoa que obviamente vai retornar e vai se encontrar com esses cidadãos que buscam seus direitos também.

Então, nesse aspecto é muito mais fácil se reconhecer um oficial de justiça do que um Policial Militar. E assim é na reintegração de posse, na questão dos despejos, na penhora de bens, de um Juizado Especial, que passa por cima da legislação e pelo entendimento de se fazer justiça, uma justiça mais simples, se manda penhorar toda a espécie de bens e se encontra essas realidades para se fazer essas penhoras.

Enfrentamos cães e cães são armas e nós vamos mostrar o que que eles podem fazer no dia-a-dia, lidamos com menores infratores. Busca e apreensão de menores e entra sempre aquela questão de que nós... A Lei Maria da Penha que hoje nos manda lidar com todo o tipo de homem que tem uma personalidade alterada, agride mulher e são drogados, viciados, bêbados e nós estamos ali para tirá-los da sua casa, da sua moradia, ali é o resultado da violência doméstica, daquilo que nós nos deparamos no dia-a-dia.

E aqui eu quero chamar atenção também, Senador, porque a característica e aí nós começamos a entrar de novo na seara do amadorismo desse Poder Judiciário porque nós temos como característica, mesmo que não se solicite nos editais de concurso, a necessidade de trazer celeridade ao Poder Judiciário, mas com a utilização dos nossos veículos particulares, o nosso patrimônio particular entra a serviço de Estado.

E se não fosse esse patrimônio particular e essa foi uma das razões que nós havíamos solicitado a presença do Ministro da Fazenda, para mostrar que há, sim, uma necessidade de que se isente os oficiais de justiça do IPI ao modelo do que se ocorre hoje com os taxistas, porque os nossos veículos têm conotação de utilidade pública. E se não fossem esses veículos a justiça estaria praticamente engessada.

Imagine um oficial de justiça hoje, pela socialização desse Judiciário, ter que fazer seus deslocamentos de ônibus ou a pé, ou seja, com qualquer outro meio. E é essa a realidade que se encontra. Então, são veículos capotados, e é patrimônio particular porque o Estado não nos dá seguro, são estradas que nós vemos ali que nós temos que enfrentar para levar a justiça a to-

dos os cantos do país. Se cria atalho, se cria estradas porque realmente a justiça chega e o oficial de justiça chega onde, talvez, o Estado só chegue através da geografia, das suas fronteiras, talvez nem saiba que existam locais como nós visitamos no dia-a-dia. Então, os deslocamentos são feitos também de barco, estão aí nossos colegas da Amazônia para testemunhar, a pé, em locais ermos, se faz trabalho de campo arrestos de colheitas.

E ali, veja bem, Excelência, o que nós encontramos no dia-a-dia, a improvisação que um profissional de justiça tem que ter para atingir o seu mister. E aí começa a se chegar a questão dos locais ermos, locais isolados onde, talvez, nem o telefone celular nos possibilite solicitar um socorro.

O nosso trabalho hoje, realmente, ele é excessivo, de novo em razão da socialização da justiça. A justiça se socializa, facilita o acesso, mas não investe no bem maior, que são seus servidores. A preocupação justamente fica na quantificação de magistrados para dar conta da demanda na questão dos despachos, mas não necessariamente na mesma proporção para que se faça essa justiça tomar as proporções de celeridade.

E nós indagávamos e indagamos ainda qual é o rosto da violência? Que aparência tem a violência? Em que camada social ela se encontra? Se nós temos um biotipo para essa violência? Nós dissemos que não, que violência não tem rosto, que violência não tem sexo, que violência não tem idade, que violência não tem cor e que violência não tem classe social.

E onde mora essa violência? Ela está atrás de que porta? Atrás de qual das portas que nós estamos batendo que se encara, que se encontra a violência? E nós Oficiais de Justiça, na peculiaridade das nossas funções enxergamos e encontramos seguidamente com a violência. E aqui eu gostaria de chamar a atenção desta Comissão, para fazer uma volta, uma pequena volta no túnel do tempo e mostrar um pequeno apanhado de que nós conhecemos somente aquilo que a mídia divulga, mas que com certeza, pela riqueza e pelo grande trabalho dos Oficiais de Justiça, nem tudo chega ao conhecimento, porque nós estaríamos aqui com um volume muito grande de questões, de atentado contra a vida dos Oficiais de Justiça.

E nós começávamos, até me desculpa, se você retornar, lá em 2000... Só... Só... Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para concluir, Dr. Paulo Sérgio, por favor.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Eu até, se V. Exa. permitir, eu gostaria de quebrar um pouquinho do protocolo, porque o que nós temos para mostrar, Presidente, é agora realmente essa realidade do que nós enfrentamos. Se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) Pois não, pode continuar.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Então ali, no túnel do tempo, lá em 98, oficial de justiça baleado em serviço. Pode passar de forma mais rápida ali.

– 28 de junho de 2001, nós timidamente tentávamos denunciar que estávamos sendo alvo de criminosos: médico condenado porque manteve preso um oficial de justiça;

– sequestradores embriagam oficial de justiça;

– assaltante detido rouba oficial de justiça e ainda atira na polícia;

– dezembro de 2004: adolescente assalta com granada depois de atingir oficial de justiça;

– oficial baleado no Alto Vera Cruz, Minas Gerais;

– oficial de justiça federal ameaçada;

– oficial de justiça agredido, 8 de março de 2005;

– oficial de justiça agredido novamente em abril de 2005;

– Jornal Pioneiro, lá de Caxias do Sul: dinamite na frente da casa do oficial de justiça, de manhã cedo – o perigo da vingança e ali durante uma realização de uma diligência, a parte suicidou-se;

– assassinado oficial de justiça em Castanhal, Pará;

– bando, em Vitória, bando persegue oficial de justiça e aterroriza Comunidade Norte;

– oficial de justiça baleado em assalto no Bom Jardim;

– oficial de justiça de São Miguel assassinado;

– oficial de justiça recebido a tiros;

– 2006: oficial de justiça Distrito Federal assassinada com tiro na cabeça, aqui em Samambaia;

– 27 de julho de 2006, oficial de justiça cai na mão de assaltantes no Dunas;

– oficial de justiça executado com mais de 20 tiros de pistola;

– oficial de justiça agredido a coronhadas no Itapuã;

– oficial de justiça em serviço é agredido violentamente;

– oficial de justiça da Paraíba é agredido por Policial Militar;

– mais um oficial vítima de agressão em Taubaté, São Paulo;

– oficial de justiça agredido no trabalho, braço quebrado;

– oficial de justiça: vida ceifada na BR;

– preso Vereador acusado de mandar assassinar oficial de justiça;

– oficial baleado durante diligência;

– oficial assassinado em Ribeirão Pires;

– morto a tiros em Floresta, Pernambuco;

– advogada atropela oficial de justiça em Teresina;

– mulher agride oficial de justiça é presa;

– oficiala de justiça de Goiás quase queimada viva com gasolina, aqui;

– oficial de justiça morto na Serra, em Caxias do Sul;

– oficial de justiça assassinado a tiros e pauladas em Goianésia.

Isso marca, realmente? Vamos lá. Depois da nossa audiência aqui dia 3 de julho, nós começamos a trazer outros casos e que não param, Excelências:

– mais um oficial de justiça é vítima da violência nas ruas de Belém;

– oficial de justiça seqüestrado, em setembro;

– oficial de justiça do Fórum Regional de Bangu, vítima de seqüestro;

– oficial de justiça atacado por cão;

– oficial de justiça agredido durante cumprimento de mandado;

– oficial agredido na Vila Mariana, Paracatu, Minas Gerais;

– mulher ameaça oficial de justiça no Centro de Manhuaçu.

E aqui eu só quero pedir um pouquinho de atenção. 17 de março, 2009: parece um carro arrombado, mas não é. Ali, e eu peço permissão para discorrer sobre essa diligência, até porque ela tem um fechamento ontem. O oficial de justiça dirigindo-se a uma comunidade foi praticamente perseguido por um casal, foi perseguido com enxada e aquele golpe na porta do carro foi uma enxadada dirigida a um oficial de justiça. Pode até parecer cômico, mas esse oficial só conseguiu se desvencilhar correndo na volta do carro e porque o agressor caiu e ele conseguiu embarcar no seu veículo e ir embora, patrimônio particular.

Continuando, ontem às 15h30 horas, o oficial de justiça retornou nesse lugar com a Força Pública; resultado: dois policiais feridos porque esse mesmo casal agressor partiu para cima do oficial e da Força Pública com facas e foram detidos a tiros. Vejam bem, Excelências, esse oficial de justiça retornará nesse lugar, nessa localidade, um dia novamente sozinho.

Então, o absurdo que o oficial de justiça não tenha direito a porte de arma. E eu trazia e trago aqui ao conhecimento, até aproveitando a presença do Senador Paulo Paim, que quando ele justifica no PL 68/2003, os policiais, o Senador dizia lá que dentre das características do trabalho, dos policiais, era de saírem diariamente com a angústia de enfrentar o desconhecido lá no seu cotidiano.

Aí fazendo alusão ao cumprimento de jornada irregular de trabalho e, obviamente, que essas características são características também dos oficiais de justiça. Estamos perto do final aqui, Excelência. Por favor...

Eu só queria demonstrar, então a essa Comissão, a magistratura e não sou contrário a isso, porque eu acho que a Magistratura tem o seu direito, sim, já anunciava lá em dezembro de 2003, janeiro de 2004, ser esta uma profissão de perigo quando denunciava o assassinato de dois Magistrados.

E nós estamos aqui denunciando o desprezo com que os oficiais de justiça do Brasil têm sido tratados. E perguntamos de quantas das nossas vidas ainda terão que ser ceifadas para que se tome providências no sentido de reconhecer a nossa atividade como de risco, de reconhecer o direito de aposentadoria especial, de reconhecer o direito ao porte de arma, de reconhecer o direito à isenção do IPI, para que nós possamos minimizar os nossos gastos com os nossos veículos particulares e não ficando como Daniel, jogado aos leões.

O Senador pede que eu conclua. Eu depois numa outra parte, então, se me for dada a palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) Quando do debate V. Exa., V. Sa. poderá usar da palavra novamente, tendo em vista que nós ouvimos com muita atenção, Dr. Paulo Sérgio, o clamor as reivindicações e o quadro que o senhor traçou no Brasil inteiro da atuação dos oficiais de justiça, os perigos a que estão submetidos e, sem dúvida, é uma enorme contribuição a esse debate.

Agradecemos a exposição de V. Sª e aproveitamos para convidar, vir à Mesa Dra. Lúcia Bernardes de Freitas, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, FENASSOJAF.

[palmas].

Convidamos também para vir à Mesa o senhor, o Dr. Rudi Cassel, advogado.

[palmas].

Registramos e agradecemos com enorme satisfação a presença do Deputado Federal Márcio França que aqui acompanha essa audiência e participa, assim, da luta dos oficiais do Brasil. Muito obrigado, Deputado Márcio França. Queremos registrar também a presença da Sra. Maria José Silva, Presidente da FENAJUD, Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Estadual.

[palmas].

Registramos e agradecemos a presença de diversas associações de oficiais de justiça de vários Estados da Federação e já presentes aqui, o Rio Grande do Sul, que é em homenagem aqui ao nosso querido Senador Paulo Paim.

[palmas].

O Ceará, Estado do Ceará, minha terra de origem, paraense adotado de alma e coração que sou.

[palmas].

Minas Gerais.

[palmas].

São Paulo.

[palmas].

Paraná.

[palmas].

Paraíba.

[palmas].

Piauí.

[palmas].

Santa Catarina.

[palmas].

Pernambuco.

[palmas].

Espírito Santo.

[palmas].

Distrito Federal.

[palmas].

Amazonas

[palmas].

Se eventualmente, eu só pediria se há algum outro Estado presente ainda não aqui anunciou junto aqui junto à Mesa, por favor eu peço... Rio de Janeiro.

[palmas].

Alagoas.

[palmas].

Rio Grande do Norte.

[palmas].

Os demais que não foram anunciados, por favor, faça chegar aqui à Mesa. Rondônia. Viva Rondônia.

[palmas].

Os demais que não foram anunciados... Bahia.

[palmas].

Façam chegar a Mesa e logo serão anunciados pelo Senador Paim, que a partir de então será o Presidente desta sessão, sem antes Senador Paim, deixar de pedir à segurança da Casa que autorize a vinda a essa Comissão do Sr. Valcir Rosa Ferreira Araújo, que é fotógrafo da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça que me parece que tem um problema na entrada do Senado, e que se aqui é a Casa do povo, nenhum profissional, nenhum trabalhador deve ter dificuldade para chegar aqui.

[palmas].

Então, solicitamos à segurança que resolva imediatamente esse problema para que possa vir a essa Comissão acompanhar e aqui registrar o evento, essa audiência pública que aqui ocorre. Registrando também aqui a chegada da nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso.

[palmas].

2ª Vice-Presidente do Senado Federal e que sempre nos honra com sua presença nessa Comissão.

Muito obrigado a todos. Se no final, Presidente Paim, se for possível, estarei de volta aqui no final da audiência, dizendo a V. Exa que me desloco para uma audiência, que receberemos junto com os Srs. Senadores e senadoras, o Delegado Protógenes, e como o senhor havia solicitado, eu creio que ao final também é possível que o Delegado Protógenes venha aqui nessa Comissão conversar com o senhor e com os demais senadores que aqui estiverem.

Delegado Protógenes que é protagonista de uma luta pela investigação de crimes financeiros que envolve um banqueiro e que, surpreendentemente, de investigador passou a investigado, da busca da punição de criminosos passou a ser apontado como se fosse um deles e essa questão não pode continuar assim.

Por isso, uma Comissão de Senadores e Deputados Federais recebe agora, no meu Gabinete, o Delegado Protógenes para tomar conhecimento oficialmente dessa nova situação. Passo, então, a Presidência ao

Senador Paulo Paim, que dará continuidade a essa audiência pública. Muito obrigado a todos e todas.

[palmas].

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao Senador José Nery, este lutador que presidiu a sessão até o momento e está se deslocando para uma outra atividade.

Eu convidaria a Senadora Serys Slhessarenko para que sentasse aqui na Mesa. Não é que ela não queira ficar no plenário. É que não tem lugar no plenário mais, que é um bom sinal, Senadora. Como não tem lugar no plenário, naturalmente V. Exa. que é Vice-Presidente da Casa poderia ficar no plenário, mas ela vem para a Mesa...

[palmas].

Naturalmente em nome da Mesa da casa e ao mesmo tempo prestigiar esse evento.

Nós vamos continuar normalmente com a nossa audiência pública, eu já sou, digamos, um velho conhecido de vocês, tive naquele Congresso belíssimo lá em Gramada, um evento do qual eu levei as melhores, levo as melhores recordações daquela atividade, tivemos uma audiência pública aqui no ano passado também com o mesmo brilho dessa audiência, os corredores aqui estão lotados, a Casa está vivendo esse momento e eu já adianto que é minha intenção, baseado naquela audiência pública e nessa, que quando a gente terminar a audiência pública, no período da tarde a gente tenha uma audiência com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, com essa perspectiva da votação do PL 68, com a Emenda que eu já apresentei, a emenda está lá. É só votar.

[palmas].

Que vai garantir a aposentadoria especial de vocês. É bom lembrarmos que fruto da última audiência pública, a gente aprovou aquele projeto que, infelizmente depois, por razões técnicas, mas não vou entrar aqui no mérito, a Casa compete agora derrubar o veto ou manter, nós demos preferência para a aprovação daquele projeto que contemplava vocês. E entendíamos nós que pela abrangência, aprovaríamos naquele momento e o 68 viria num outro momento.

Eu acho que essa é a hora do 68. Não só devido a vocês, mas todas as outras categorias que têm me procurado, que estão contemplados. Então, acho que esse movimento de vocês aqui vai ajudar muito na audiência que teremos a tarde com o Presidente da Casa, acompanhado naturalmente da nossa Vice-Presidente também da Casa, para que o PL 68 seja efetivamente votado.

Eu como não sou mais Presidente da Casa, como é que chama, rei morto, rei posto, eu não tenho mais nem a relação aqui dos convidados, então, eu faço um apelo à assessoria se me podem dar uma relação dos convidados. Veio rápido, viu. Esse eu tenho a liberdade com ele, meus amigos. É que o José Nery levou a relação junto com ele.

Então, eu passo... O Paulo lembra aqui para mim registrar a presença do Sr. Pedro Aparecido, oficial de justiça e coordenador da FENAJUFE, é esse? FENAJUFE. Então, uma salva de palmas também aí, da FENAJUFE.

[palmas].

Então, agora eu tenho a alegria de fazer as honras, eu diria do Brasil, minha Vice-Presidente, para que o nosso convidado especial, Dr. Carlos Almeida, Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, faça uso da palavra nesse momento.

[palmas].

Por favor, Dr. Carlos.

SR. CARLOS ALMEIDA: Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados, caros colegas, amigos, comunicação social, público em geral. A todos desejo um muito bom dia.

Não posso desde já deixar de fazer um agradecimento muito especial ao Sr. Senador Paulo Paim, por ter criado as condições para que efetivamente pudéssemos hoje estarmos todos aqui presentes.

A presença dos sindicatos dos oficiais de justiça aqui deve-se tão só ao fato de estarmos totalmente solidários com a luta que vem sendo travada pelos oficiais de justiça brasileiros, porque não poderíamos deixar, neste momento, de estar presentes, em solidariedade com uma classe profissional que é nossa também, de um espaço comum, que é esse espaço enorme da língua portuguesa.

Quero desde já deixar expresso, depois de ter visto as imagens que aqui vi, que estou obviamente chocado porque esta não era a realidade que eu esperava encontrar. Esperava encontrar uma realidade mais próxima daquela com a qual me deparo todos os dias, que efetivamente nós reconhecemos em Portugal como de enorme risco que é no desempenho da nossa função, as nossas atividades que vimos desenvolvendo, mas aqui, obviamente, esse risco é mais acentuado.

Daí, permita-me Sr. Presidente da Comissão, não sei se é regulamentar ou não, mas V. Exa. me dirá, gostaria de requerer a V. Exa. que fosse aqui, em homenagem a estes homens e mulheres oficiais de justiça, que fosse aqui em homenagem a eles, proposto e realizado

um minuto de silêncio. Gostaria que V. Exa. pudesse, nesse momento apresentar um minuto de silêncio em homenagem a estas pessoas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convido a todos, de pé, pela proposta do Dr. Carlos, um minuto de silêncio, a luta de todos os oficiais de justiça, aqueles que tombaram até o momento e ao mesmo tempo que esse minuto de silêncio seja também um ato para que o Congresso Nacional fique sensível para aprovar as propostas mais do que justas de vocês, principalmente, eu diria, aposentadoria especial.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A palavra volta ao Dr. Carlos.

SR. CARLOS ALMEIDA: Obrigado, Sr. Presidente. A questão aqui colocada, Sr. Presidente Paulo Costa, é se efetivamente a questão da missão dos oficiais de justiça é de risco ou não.

Eu, obviamente que aqui, perante tão ilustres oradores, não poderia ter a veleidade de estar aqui, a apresentar-vos, explanar-vos uma posição científica sobre este fato, sobre esta questão. No entanto, poderei dizer daquilo que é minha experiência enquanto profissional também, enquanto oficial de justiça em Portugal e da experiência que tenho enquanto oficial de justiça é que efetivamente esta é uma... Eu não diria profissão, é uma missão, porque justiça é uma missão para cada um de nós, é uma missão que comporta um risco muito elevado.

E não tenho dúvidas em reconhecer hoje, aqui, perante vós, que o risco é mais elevado neste espaço, no Brasil, é mais elevado do que aquele risco com que eu me defronto todos os dias no exercício da minha profissão em Portugal. Isto leva a que nós em Portugal tivéssemos desde sempre junto do poder político, junto do Poder Legislativo, junto do Poder Judicial, apresentado nossos argumentos de que nós temos uma profissão de risco e esse risco tenha sido reconhecido por todos estes poderes.

Isso levou a que efetivamente hoje em dia nós tenhamos reconhecido o direito a uso de porte de arma, que é uma das questões que V. Exas têm aqui também. Esse direito parece-me a mim mais acentuado e perdoar-me-ão V. Exa.s de dizer aqui, parece-me mais apropriado neste momento no Brasil do que em Portugal, porque nós em Portugal não nos deparamos com os problemas que obviamente aqui se deparam os nossos colegas, vocês e todos os presentes.

Por isso eu entendo e eu acho que é de grande justiça e por isso em nome da solidariedade dos oficiais de justiça desse espaço comum, eu estou aqui a dizer-vos que efetivamente me parece a mim, estou convicto que os poderes no Brasil também estão sensíveis a esta questão e, talvez, não tenha ainda sido possível a resolução desta vossa questão porque, talvez, haja muitos outros problemas que neste momento foram sendo levantados e que foram tomando prioridade, mas estou ciente de que perante as imagens que aqui foram apresentadas que eu mesmo vislumbrei, ninguém deixará de ser sensível a esta questão e, portanto, eu estou plenamente convicto que há um risco inerente a esta profissão, que este risco não é no exercício da nossa profissão, os Estados, nenhum Estado consegue calcular estes riscos e por isso há que minimizá-los e só poderemos minimizar esses riscos criando as condições para que haja uma defesa dos oficiais de justiça.

Porque se os Estados, sejam eles quais forem, pudessem efetivamente minimizar, retirar o risco a esta profissão obviamente que não se justificaria estarmos aqui a falar do porte de arma; mas porque os Estados, nenhum Estado, acreditem em mim, nenhum Estado tem capacidade de retirar o risco a esta profissão, como não tem a possibilidade de retirar o risco, é de elementar justiça que dotem os profissionais das condições mínimas para que possam salvaguardar a sua integridade física.

Efetivamente, a vida humana é inviolável e esse é um dos grandes, das liberdades dos direitos dos homens e vida humana. E, portanto, nós temos, cada um de nós, enquanto profissional, tem obviamente o direito de se defender e criar as condições e exigir as condições necessárias para que sua integridade física seja mantida.

Eu, relativamente a estas questões do porte de armas, diria mais até, porque foi esta questão a que me colocaram para efetivamente vir aqui falar de nossa experiência de Portugal. Eu diria, mais até, complementar esta questão porque são questões de risco, há uma outra questão que não me foi falada, para aqui explanar, mas há uma outra questão que é complementar, que nós temos como complementar em Portugal que é relativamente à própria prisão dos oficiais de justiça.

Os oficiais de justiça em Portugal não são... Não podem estar em espaços prisionais conjuntamente com outros detidos, delinquentes comuns. Não é possível também. Porque também aí se entende que o risco de quem desempenhou a função do oficial de justiça é um risco tremendo e, portanto, colocar os profissionais da justiça juntamente com outros indivíduos presos isto aumentaria o risco dos oficiais de justiça e, portanto, do risco a sua integridade.

E daí que neste momento nós tenhamos um espaço próprio, existe presídio próprio, onde se encon-

tram, infelizmente, alguns colegas nossos também magistrados, também políticos que possam ir para lá, e portanto, todas estas profissões estão efetivamente num espaço próprio, porque é reconhecido que no desempenho das nossas funções existe esse risco, mas que esse risco não se extingue quando nós acabamos o serviço e esse risco continua para lá do fim do serviço.

E esse risco continua até quando nós estamos em situações, onde obviamente se nós cometermos qualquer delito, qualquer infração, obviamente também temos que ser punidos, mas temos que ser punidos e o Estado tem que ter a consciência de que temos que estar aparte, porque o risco nos vai perseguir, porque aqueles com quem nós nos deparamos no exercício das nossas profissões, obviamente que esses depois vamos encontrá-los em outras instâncias também.

E daí que eu, Sr. Presidente, reiterava aqui, assim, que efetivamente exista aqui, assim, em termos de risco, as questões de insalubridade, são questões essenciais para o desenvolvimento da pessoa humana, para a realização do trabalhador, para a realização dos oficiais de justiça e só pode haver efetivamente uma melhoria de serviço, melhoria da qualidade da justiça, quando os profissionais estão efetivamente investidos das condições mínimas para que possam, em posterior, realizar a sua função sem medos.

Porque não podemos deixar de dizer, há oficiais de justiça em Portugal, no Brasil, em França, em qualquer país do mundo, que tem efetivamente, por vezes medo de realizar a sua tarefa, a sua função. E quando isso acontece obviamente que o desserviço, o trabalho, a justiça não se encontra, não encontra a sua realização.

Por isso até para que efetivamente seja mais fácil a realização da justiça, eu também deixava aqui, se me permite, Sr. Presidente, um apelo e em nome da solidariedade que aqui venho expressar aos meus colegas do Brasil que esta instância que, efetivamente observe, e eu sei que V. Exa, os meus colegas reiteradamente morreram,

V. Exa é um amigo desta causa, é um amigo da justiça e dos Direitos Humanos, eu estou seguro que V. Exa tudo fará para que efetivamente a realização da justiça se opere com mais celeridade e que os profissionais aqui tenham as condições necessárias para o exercício da sua profissão, sem medo, e que efetivamente possam ter as condições mínimas para salvaguardar da sua integridade física e moral.

Muito obrigado a todos os presentes.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao nosso convidado que é o Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, Dr. Carlos Almeida, pela sua brilhante exposição, fortalecendo a luta dos oficiais de justiça, entendo eu, no Brasil e no mundo.

E de imediato passamos a palavra à senhora Dra. Lúcia Maria Bernardes de Freitas, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça e a Avaliadores Federais. Por favor, Dra. Lúcia.

SRA. LÚCIA MARIA BERNARDES DE FREITAS: Bom dia. Primeiro eu quero pedir desculpa aos que já estavam quando eu cheguei, ao senhor, principalmente.

Eu estava conversando com o Paulo que a violência está em todos os lugares; saímos cedo, do Hotel Nacional, para vir para cá e o motorista de táxi queria passar, o outro deu uma fechada, pararam-se o táxi, nós na rua e os dois saíram para uma luta livre.

E não parava um táxi para a gente vir, a gente lá, pelejamos, os táxis todos cheios, e a gente naquela ansiedade para chegar aqui na hora, que saímos para chegar cedo, mas a luta livre foi muito forte, com sangue descendo, aquele negócio horrível, entende, e o motorista depois dessa luta toda, apesar da luta, vamos embora que a gente tem hora, estamos atrasado, custamos a chegar, então, primeiro desculpa por isso.

Mas quero agradecer a presença de vocês, e saber por que tem muitos colegas lá fora porque não coube na sala e têm outros ainda chegando. E, mais uma vez, reforçar a nossa união, como oficiais de justiça federais e com a turma dos estaduais, que para mim, comentava outro dia, que justiça é uma só, os trabalhos que passamos cada vez que o Paulo apresenta esse trabalho dele, nos mostra os perigos que correm e os perigos, como nós estamos necessitando dessa união.

Não existe Justiça Estadual e Justiça Federal. Nós vamos ver hoje, quando o Deputado Flávio Dino vai apresentar a PEC dele, 190, nós vamos apresentar para a gente, que ele é autor, como todos somos iguais e somos iguais nos perigos, nas necessidades e também numa alegria, que essa é a maior alegria, da gente estar reunido aqui hoje e nossos Congressos, cada vez que nos reunimos, o último nós fizemos agora em Belo Horizonte, tivemos 385 oficiais de justiça e a gente sabe que: "Ah, mas a associação pagou?" Não, foi do bolso deles, que as associações, nós normalmente levamos seis delegados so para votar, o resto foi com seu dinheiro, isso aí mostra o quê? A ânsia e a necessidade de aprender, a vontade de crescer.

Isto é muito bom no nosso meio, não vou ficar falando muito sobre aposentadoria especial, que para

isso está aqui o advogado da FENASSOJAF e todos já conhecem, ainda comentei agora que depois daquele encontro aqui também, do processo, da ação que ele entrou como a turma tem acordado para isto, todos os outros Estados têm convidado o Rudi e tem debatido, e os colegas, é lógico, gente, não se preocupem porque isso acontece em todos os lugares, os nossos outros colegas do Judiciário que não são oficiais de justiça, quer saber por que vocês só terão aposentadorias especiais.

Aí basta a gente passar esses filmes que o Paulo tem, basta a gente falar: "Vamos fazer um dia comigo." Quando eles comentam: "Por que Lúcia, que você trabalha por privilégio?" Não. Eu não trabalho por privilégio, porque eu sou uma pessoa que detesto privilégio e falo que duas coisas que eu não faço: o bendito privilégio e exceção.

Exceção foi feito para louco e eu não mexo com hospício. Então, não faça essas exceções nem privilégio, agora, tem que ver a necessidade que cada profissional tem e aonde ele precisa e nós precisamos. E comento sempre quando os colegas da gente querem criticar dessas vantagens, que eles acham que é vantagem. Faça concurso para oficial de justiça. O concurso continua aberto tanto é que nós temos muito ad hoc que nem queremos ad hoc, mas não está abrindo concurso e quando abrem vocês não fazem. "Mas eu não fui feita para andar na rua." Pois é, o andar na rua, já necessitamos de uma aposentadoria especial.

O que corremos de risco, que não preciso ficar aqui repetindo que o Paulo já falou muito bem e agora pela aposentadoria especial que o Rudi vai tornar falar, e capacidade ele tem bem superior à minha, para falar, mas eu quero mostrar para vocês a alegria que eu estou de vocês estarem aqui e não posso deixar de agradecer e dar um abraço especial para os nossos oficiais federais, que vieram de tão longe, que estão presentes aqui hoje.

Um abraço no coração e tudo de bom para a gente. E nós vamos vencer essa luta.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dra. Lúcia Maria Bernardes, pela sua exposição.

Eu vou dar a palavra nesse momento à Senadora Serys porque ela tem que estar numa outra audiência pública, ela vai explicar o motivo, importante também numa questão de direitos humanos. Depois falará também aqui pela nossa planilha, o Dr. Carlos Almeida... Já falou. Fala o Dr. Rudi e depois eu vou passar a palavra ao nosso convidado especial, eu diria, doutor, o nosso Deputado Márcio França, Deputado Federal por São Paulo e líder do PSB, PC do B, do PN e do PRB. Estou certo? Muito bem.

Então, Senadora Serys, depois Dr. Rudi.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Bom, em primeiro lugar bom dia a todos e a todas, dizer que eu não cheguei na hora porque aqui é assim mesmo. Tem gente que diz que a gente não trabalha, mas eu trabalho muito e nós trabalhamos muito, não é, Senador. Eu já vim de outra audiência, estou indo para uma próxima que já estão me chamando, aliás, para duas, na CCJ, que eu sou titular e lá nós vamos discutir não só agora em audiência pública, a questão do menino Sean, que a família está lá e a coisa está muito tumultuada, o Ministro está lá e também a questão da lei de cotas que eu sou relatora, no Ensino Superior, nas Universidades que dois, três cortes de universidade, de proveniência de escola pública, na questão da renda para que os pobres tenham também oportunidade de entrar num curso superior público e também a lei de cotas pela questão de etnia que abrange indígenas, negros e pardos.

É uma questão extremamente polêmica e o Senador Paim sabe quanto que a gente está tendo dificuldade para ver se consegue a chance de aprovar esse projeto também. Então, como os senhores podem, as senhoras podem ver, não é fácil a nossa luta. Eu estou aqui com a lista. Em primeiro lugar, o nosso Senador Paim que como sempre atuando na trilha do meu ponto de vista politicamente correto, eu diria que essa mobilização aqui.

[palmas].

Essa mobilização aqui nós já vivemos há pouco tempo, não é Senador Paim, com os vigilantes, que é um projeto de minha autoria que a gente conseguiu aprovar, mas foi preciso fazer uma mobilização desse tamanho ou até maior, foi gigantesca, pelo Projeto de Lei de minha autoria que trazia no seu bojo o adicional de 30% para categoria de vigilantes que também é uma categoria que sofre riscos imensos, felizmente foi aprovado, logo depois da mobilização, por isso a senhora está correta, é a mobilização que leva realmente há mudanças.

[palmas].

Há mudanças muito significativas, como essa que está sendo buscada aqui. Eu diria, saúdo aqui o Sr. Paulo Sérgio, Rudi Cassel, a Lúcia, bom a gente ver uma mulher de vez em quando numa Mesa, Lúcia, isso é difícil. Sr. Carlos Almeida, que veio de longe, não é, Carlos, mas seja muito bem-vindo.

Bom, dizer que realmente a gente não tem que discutir, Lúcia, que oficiais de justiça estadual ou federal, está todo mundo no mesmo barco, a situação

é igual, eu diria, todos são oficiais de justiça, é uma função de risco, eu não tenho dúvida disso, queria saudar o Deputado também, desculpa aí, França, satisfação em tê-lo aqui conosco. É uma função de risco, eu não tenho dúvida disso, esse PL 68 que tem essa emenda do Senador Paim, que está como relator também, tem essa emenda que assegura a aposentadoria especial.

O que eu posso fazer aqui como Senadora da República, eu sou Senadora pelo meu Estado de Mato Grosso, e sou atualmente 2ª Vice-Presidente do Senado da República, entendeu, mas a segunda Vice-Presidência tem uma importância, pela primeira vez tem uma mulher lá na Mesa, que é uma coisa difícil, importante, não é Lúcia, mas o que importa mesmo aqui é o meu compromisso com o meu voto, não só na defesa do PL 68 como da emenda do Senador Paim, pela aposentadoria especial.

[palmas].

Quer dizer, e também não só desse projeto, como a gente sabe que tem vários outros projetos tramitando no Congresso Nacional, mas que esse é o que está, vamos dizer assim, na agulha para ser disparado, pronto para ser votado, já está em plenário e a gente espera que ele entre na pauta o quanto antes.

E dizer que com certeza os nossos companheiros e companheiras, homens e mulheres oficiais de justiça tanto federais quanto estaduais, do nosso Brasil como um todo e especialmente do meu Mato Grosso, que fique muito claro que a minha posição já está tomada, que meu voto está definido, vai ser...

[palmas].

Vai ser, com certeza, um voto favorável ao PL 68 e especialmente a essa emenda que traz no seu bojo, que assegura a aposentadoria especial. Acho extremamente meritório e é um direito, eu não tenho dúvida, eu acho que a fala tanto do Carlos quanto da Lúcia foram bastante claros e do Paulo Sérgio, eu não estava aqui quando você falou, Paulo, mas Paulo também. [risos]. Tá. E dizer que a gente está junto e que a gente acredita, eu acho que foi muito bem dito aqui que a mobilização que faz com que a gente se alerte, que o Parlamento se acelere, não é, Deputado.

O Sr. como deputado e nós aqui como senadores, que a gente ande às vezes mais depressa em determinadas situações, porque são muitos os projetos que tramitam. Agora mesmo eu vou para a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou membra também e sei lá o tamanho do pacote.

Tem mais de mil projetos para serem votados na própria Comissão. Imagina ainda para ir para plenário. Então, tendo em vista isso, eu acredito, eu pessoalmente, Senadora Serys Slhessarenko, aquela do nome bem complicado, eu acredito na mobilização.

E a mobilização desses profissionais é fundamental, decisiva e determinante. Esse é o caminho. E sob a liderança de senadores e deputados, como o Deputado França, Deputado França e o nosso Senador Paim, nós também aqui nessa luta juntos, nós vamos conquistar essa vitória, que é uma vitória extremamente necessária e merecida aos oficiais e as oficiais de justiça. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ouvimos a Senadora Serys Slhessarenko, que é a 2ª Vice-Presidente do Senado, já deixando clara a sua posição de total apoio a todos os projetos, como ela tem feito sempre, de todos os trabalhadores, do campo e da cidade, ela é... eu posso dar esse depoimento, me ajudou muito, Deputado França, eu sei já qual é a posição da sua liderança, eu acho que você pode até expressar, o Brasil todo está ouvindo, mas eu quero dizer Serys, que a Serys me ajudou muito para aprovar aqueles três projetos que acaba com o fator que garante o reajuste dos aposentados no mínimo igual ao que é dado o salário mínimo e aquele que busca a recuperação das perdas.

Então, eu quero dizer que eu estou convencido que essa mobilização que nós estamos fazendo em todo o país em cima desses projetos e desse também, vai fazer com que a gente avance não só aqui mas com certeza, depois o Deputado vai falar, lá na Câmara dos Deputados. Agora eu passo a palavra ao Dr. Rudi Cassel, que já fez da outra vez uma bela exposição e com certeza essa será melhor ainda.

[palmas].

SR. RUDI CASSEL: Excelentíssimo Senador Paulo Paim, Excelentíssima Senadora Serys cujo sobrenome é complexo.

[*risos*].

Excelentíssimo Sr. Deputado Márcio França, Excelentíssima Senhora Presidente da FENASSOJAF Lúcia, Sr. Presidente da FOJEBRA Paulo Sérgio, Sr. Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, Sr. Carlos Almeida.

É com muita satisfação que eu venho a esse... Retorno a esta Casa, que é uma Casa, talvez, a que mais represente a Casa da Cidadania do Senado Federal, onde a discussão que fizemos da outra vez teve resultados concretos, pela efetivamente de desempenho que os senadores têm nesta Comissão.

Agradeço o convite que foi formulado em especial pelo Senador Paulo Paim, FOJEBRA e FENASSOJAF.

Ouvi atentamente as palavras que me antecederam e confesso que me sinto um pouco... É um tema agora que nós... Primeiro que eu fiquei com uma responsabilidade enorme em função dos elogios que recebi da Lúcia aqui antes, e o Senador Paulo Paim concretizou me deixando quase que numa tremedeira, mas eu vou tentar, vou tentar superar isso através da abordagem de alguns pontos técnicos especiais dessa questão da aposentadoria especial dos oficiais, que me coube falar aqui.

Quero dizer, Senadora, que felizmente no seu caso o sobrenome é complicado, mais que o meu até, mas no meu caso eu tive, digamos assim, alguns episódios em função de Rudi, eu considerar ser um nome eminentemente masculino, é um nome de tradição masculina, mas já fui considerado Dra. Rudi em algumas palestras antes de me convidarem à Mesa, quem não me conhece, Sra. Rudi, por favor, compareça, então, felizmente aqui eu até agora fui tratado como homem, nada contra as mulheres, mas quero dizer que eu sou homem para quem ouvir falar em Rudi Cassel, em algum lugar do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar, nada contra as mulheres e nada contra a livre orientação sexual.

SR. RUDI CASSEL: Mas muito menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que não fique nenhuma dúvida quanto a nossa posição toda aqui.

[risos].

SR. RUDI CASSEL: Muito menos. Mas o fato é que quando me convidarem eventualmente, quem não me conhece, reforcem, Rudi Cassel é homem, pode falar que ele é homem. [risos].

Mas, então, nós estamos aqui tratando do que permite aposentadoria especial do oficial. E aqui sabemos que não há nenhum misticismo necessário para que isso seja incluído na alteração, na emenda, na Lei Complementar, Projeto de Lei Complementar, PLS 68, ou até mesmo o PLS 250 de 2005 tramita em paralelo e foi apartado.

Óbvio que o 68 de 2003, até Senador Paulo Paim, entre o PLS 68 de 2003 a emenda foi o PLS 68/2003. Ele está mais adiantado que o PLS 250.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pronto para ser votado.

SR. RUDI CASSEL: Pronto para ser votado em plenário. Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós podemos trabalhar com os dois...

SR. RUDI CASSEL: Porque o 250 também permite essa possibilidade. Numa hipótese de eventualmente acontecer alguma tragédia em relação ao 68, que eu sei que não vai ocorrer mas é sempre bom contar com todas as possibilidades.

Em relação a essa modalidade de aposentadoria que está prevista lá no PLS 68 de 2003, através dessa emenda, não na redação original mas se aprovada a emenda o que sustenta essa possibilidade advém diretamente do art. 40, §4º da Constituição, incisos I, II, III. No caso do oficial aqui estamos falando atividade de risco, inciso III da Constituição.

Por que esse inciso III é importante? Porque é importante perceber que historicamente ele carece de regulamentação desde a Constituição de 88? Porque embora ele tenha atividade de risco, que aqui pega oficial de justiça, quem realiza atribuição de segurança também, a Senadora Serys falou na questão do vigilante, lá no PLS 68, acredito que tenham sido incluídas questões de segurança também que envolvem essa atribuição de atividade risco, enfim, atividade de risco em geral ela é um conceito que vem se nós pegarmos a Constituição da República desde 88, por isso que nós podemos considerar que desde 88 carece de regulamentação, a aposentadoria especial.

Na redação original nós já tínhamos essa menção, dentro, no parágrafo 1º da redação original do art. 40 da Constituição de 88, que admitia a criação de requisitos que afastam aquele grupo de servidores das regras gerais, aquelas regras que depois da emenda 20 e 41 de 2003, as pessoas têm pesadelo, 20, de 98 e 41 de 2003, emendas que geram pesadelo no servidor que possa se imaginar inserido na previdência do servidor posterior a essas emendas.

Antigamente na redação do art. 40 nós já tínhamos a previsão de que Lei Complementar poderia estabelecer exceções ao inciso III do art. 40, que é onde se trata das aposentadorias voluntárias [ininteligível], no caso de exercício e atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

A doutrina Constitucional quando houve a emenda 20 de 98, que alterou o art. 40, §4º, considera que apesar de ter havido uma alteração negativa que depois felizmente foi suprimida com a emenda 47 de 2005, essa alteração feita pela emenda 20 deu ao art. 40, § 4º, e nós abordamos isso nos mandados de injunção que tem tramitado a respeito, exigiu exclusividade no cargo, na atividade de risco e colocou a atividade de risco dentro da integridade física.

Esta, pelo menos, é a opinião técnica que nós temos, eu sei que há divergência, mas está dentro da integridade física, há constitucionalistas que defendem essa realidade. Felizmente com a emenda 41 de 2003, 47 de 2005, melhor dizendo, o art. 40, § 4º foi alterado com dois aspectos fundamentais e eu quero que vocês guardem esses dois aspectos porque eles

são determinantes para outras conseqüências caso aprovada a aposentadoria especial.

Primeira delas o fato de que foi afastada a necessidade de exclusividade que já não constava da redação original da Constituição de 88. Então, o oficial não precisa ficar, sei lá, 30 ou 25 anos na atividade de oficial de justiça. Pode ser estabelecido, ele pode computar com conversão esse período fora do período, pelo menos, pelo que está aqui no 40, § 4º, inciso III, ele pode computar esse período agregando a outro tempo, ainda que tempo regular.

Esse é um aspecto fundamental, porque os conversores, embora tenham sido abolidos na emenda 20 de 98, lá no parágrafo, num dos parágrafos, §9º ou 10º do art. 40, está vedada a contagem de tempo ficto, essa vedação à contagem de tempo ficto se aplica às regras gerais previdenciárias porque o art. 40 ele tem que ser interpretado conforme cada modalidade que ele institui.

Como a modalidade de aposentadoria especial não se submete às regras gerais, ela é uma exceção, ela é excepcionada daquilo que é regra, o que é regra para nós se não tivermos aposentadoria especial? 60 anos para homem, 55 para mulher, 35 anos de contribuição para homem, 30 para mulher, pelo menos 20 anos na carreira, 20 anos de serviço público, 10 na carreira, 5 no cargo, isso para aqueles que entraram antes da emenda 41 de 2003, não vou nem tratar das outras transições, essa é a transição para quem entrou antes, porque para quem entrou depois, vai ter que se submeter necessariamente à média retributiva que é um problema contributivo, ou seja, pega de 94 para cá que foi que fixou a lei 10887 de 2004, pega a média das 80 maiores remunerações sobre as quais incidiu contribuição de 94 para cá, junho, julho de 94, faz a média, perde a paridade, enfim, todos aqueles que não entrarem, por exemplo, aposentado por invalidez.

Eu tenho aposentado por invalidez? Tem situações de aposentados por invalidez que perderam 3 mil reais na hora de se aposentar em função dessa média. Em vários lugares do país. Por quê? Porque o aposentado por invalidez, ainda embora possamos considerar que também é uma exceção, os órgãos têm considerado que o aposentado por invalidez está dentro das regras gerais. Se ele se aposenta por invalidez, independente de quando teve a doença, depois da Emenda 41 em especial depois da lei 10887 ele se submete, quer dizer, além da doença, neoplasia maligna, por exemplo, além da neoplasia maligna que corroí o corpo da pessoa, ele ainda tem que se submeter a uma aposentadoria com 2, 3 mil, 4 mil, as vezes quase metade do valor original.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] tratando da aposentadoria na área pública, porque na área privada é bom lembrar para todos o limite fica 3038. É na área pública que dá esses casos, não é?

SR. RUDI CASSEL: Exato. Todos eles para servidor público. Todos esses casos que eu falo, tudo bem, todos esses casos, obrigado pela observação, Senador. Todos esses casos dizem respeito as modalidades de aposentadoria do regime próprio do servidor, aquele que está no art. 40 da Constituição, então é o servidor estatutário, não abrange o Regime Geral de Previdência Social, que é daquele que contribui, por exemplo, para o INSS com carteira assinada, para ficar mais acessível.

Eu estou tão acostumado a falar disso sempre para servidor que esqueço que realmente aqui nós temos mais pessoas que podem entender que estamos falando da previdência do Regime Geral. Mas, então, esse aposentado por invalidez, ele tem esse prejuízo. O aposentado... A aposentadoria compulsória, proporcional ao tempo de contribuição dá o mesmo problema, pega a média, enfim, aposentadoria aos 65 anos por idade, 65, 60, servidor, também pega proporcionalidade do tempo de contribuição, perde integralidade, entra na média.

Então, a única exceção se nós sairmos dessas regras excepcionais que queremos implantar, seria para manter a aposentadoria integral, aquela integral quer dizer o quê? A remuneração que a pessoa recebe, que o servidor recebe antes de se aposentar e paridade. O que é paridade? Sofrer os efeitos do plano de carreira novo.

Nós aqui no Judiciário Federal e certamente os do Judiciário Estadual também, as associações vinculados a FOJEBRA, sabem que cada plano de carreira é importantíssimo para os aposentados também. Por quê? Porque quando há alteração no plano de carreira, que não se resume a uma revisão geral, essa alteração reflete nas aposentadorias dos servidores.

Muito bem, quem entrou no serviço público depois de 2003 não tem essa esperança. Pode abandonar essa esperança. Agora, por quê? Porque não vai ter mais paridade, isso foi retirado do art. 40. Isso foi retirado expressamente. Só há ressalvas em resumo e isso gera, pelo menos, 4 ou 5 grupos para quem entrou antes da emenda 41 de 2003 e aí tem também quem entrou antes da emenda 20 de 98.

Muito bem, retirado esse quadro de pânico que gera essas alterações, surge uma luz em relação ao oficial de justiça e as pessoas que em geral desempenham não só atividade de risco, mas o portador de necessidades especiais, o PLS 250, do Senador Paulo

Paim, iniciou desta forma, justamente para portadores de necessidades especiais, uma regulamentação essencial também para aposentadoria especial. E também atividades insalubres, perigosas, enfim, sujeitas a condições especiais.

Agora, na atividade de risco o que nós temos hoje é a possibilidade de excepcionar essas regras todas, por isso que ela é muito importante, dada a natureza da função do oficial de justiça. Nós tomamos todo esse quadro, fizemos essa exceção e apesar de confiarmos no Senado, impetramos vários mandados de injunção, até porque tecnicamente são importantes.

Nesses mandados de injunção nós temos três para oficiais de justiça, entre eles a [ininteligível] aqui, oficiais do Rio e oficiais de Goiás. Esse mandado de injunção ele, os três já tiveram pareceres da Procuradoria Geral da República, todos eles foram favoráveis, por parcial procedência. Parcial procedência, na verdade, é um termo técnico que foi usado mas a gente lê o parecer pelo fato dele na época, quando as decisões anteriores terem sido produzidas e são elas que geram a possibilidade, servem de analogia para esses novos mandados de injunção, vocês devem ter acompanhado o mandado 721, mandado de injunção 721 e outros que mudaram radicalmente a interpretação do STF sobre a eficácia do mandado de injunção.

Quer dizer, antigamente o mandado de injunção ele não produzia efeitos concretos, você impetrava um mandado de injunção, mas não tinha, ele só noticiava a mora para a autoridade competente mas não produzia a lei, não produzia regulamentação, melhor dizendo, a lei ele continua sem produzir, necessário ao caso.

Em relação a mandados de injunção sobre greve e já temos dois, pelo menos, sobre aposentadoria especial, que eu me recordo agora de imediato, nesses três casos nós tivemos mandado de injunção que possuíram efeitos concretos. E aposentadoria especial por insalubridade está lá no mesmo rol onde está atividade de risco, num dos incisos, está no inciso I e II da aposentadoria especial e III da atividade de risco.

Então, o fundamento que leva um leva a outro, embora a analogia no caso da atividade de risco tem sido feita muita confusão em relação a isso, a atividade de risco não está na 8213, atividade de risco nós temos o mais próximo está na regulamentação naquela Lei Complementar 51 de 85. Ainda que se discuta se ela foi ou não recepcionada pela Constituição. A analogia que se tem lá é com a lei que permite aposentadoria do Policial Civil para fins de mandado de injunção.

Então, nesses mandados de injunção, não só nesses três, mas outros dois vinculados a atividade de agente e inspetor de segurança dos Tribunais, nesses três casos, nesses cinco casos, agora temos três oficiais, nos cinco casos, temos perspectiva de procedência dos mandados de injunção em função da histórica, dessa alteração histórica na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quais são as conseqüências? No caso para quem eventualmente quiser observar e não achar que eu estou mentindo é mandado de injunção 832, porque advogado é muito mentiroso, com perdão... Não...

[*risos*].

Eu me esqueci, Senador, porque eu estou em cadeia, é brincadeira...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi só para descontrair, naturalmente, nenhuma forma... ele, inclusive, é advogado, tal [sobreposição de falas].

SR. RUDI CASSEL: [sobreposição de falas] Eu, inclusive, sou advogado, senão amanhã eu estou sendo notificado pela OAB.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [sobreposição de falas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RUDI CASSEL: Há exceções. Não, não há exceções, todos são exceções, pelo amor de Deus.

[*risos*].

Então, esses mandados de injunção têm um efeito, eu falei, não ia falar o número agora, viu, ia ficar pior ainda, 832, 833, 834, 839 e 840. 832, 833, 834, 839, 840.

Todos eles, se Deus, quiser serão responsáveis, espero que não sejam necessários, mas se for necessário serão responsáveis por aposentadorias especiais antecipadas porque configuram para aquelas entidades que impetraram esses mandados de injunção títulos autônomos para aposentadoria especial suprindo a lacuna legislativa nos casos necessários.

Vamos aguardar esse julgamento, espero que ele rume no que é de se esperar da alteração da jurisprudência do STF e que tem se revelado nos últimos mandados de injunção. E a partir deles termos essa regulamentação concreta.

Espero novamente que não seja necessário em função da aprovação aqui no Senado do PLS, o que resolveria essa questão de vez. Óbvio que é o que todos nós queremos e os mandados de injunção fazem só o papel provisório nisso.

Em relação aos aspectos da atividade de risco, eu falei neles detalhadamente da outra vez e confesso que me sinto um pouco repetitivo em falar sobre todos, mas o fato é que nós temos além das questões aqui bem expostas pelo Paulo no data-show, nós temos vários elementos jurídicos que conceituam a atividade do oficial de justiça como atividade de risco.

E eu quero dizer mais. Atividade do oficial de justiça ela é de risco pela própria natureza. Eu não preciso de um documento dizendo que eu quase levei um tiro hoje. Eu vi já jurisprudência exigindo isso para caracterizar atividade de risco, na atividade de risco celetista. Em algumas hipóteses atividade de risco que não eram conceituadas pela sua própria natureza.

Mas veja, é a atividade do oficial de justiça que é de risco, ela é conceituada juridicamente, tanto na 11416, PL 5845, nós temos um novo anteprojeto aí criando cargo de oficial de novo no anteprojeto de novo PCS, PRRC, cada vez muda o nome, do Judiciário Federal, criando autonomamente, prevendo a gratificação, ampliando a gratificação de atividade externa, enfim, tudo isso está vinculado à noção de que a atividade do oficial de justiça, a noção jurídica, é atividade de risco.

Por ser atividade de risco o oficial de justiça tem presumida essa atividade. Veja, presumida, eu não quero ver depois nos órgãos planilha querendo saber quantos tiros o oficial quase levou durante um mês, ou se ele se acidentou de carro, enfim, atividade do oficial, a qualificação jurídica, é presumidamente atividade de risco, assim como atividade policial, se o policial num dia não levou um tiro, o fato é que a atividade dele está... Submete ele a essa... A esse risco, assim como atividade de segurança em geral, dentro, veja, volto a falar que estou me restringindo do serviço público estatutário. Correto?

Feitas essas considerações eu quero parabenizá-los porque a capacidade de organização de vocês é algo quase emocionante, até poderia dizer, se... Porque na verdade você vê poucos movimentos com este grau de mobilização hoje no serviço público brasileiro, não porque não queira, mas porque muitas vezes não conseguem organizar... As pessoas não conseguem comparecer com esse grau de comprometimento que vocês têm aqui.

Então, vocês eu acho que mais do que qualquer um de nós estão de parabéns, porque sem vocês nós não teríamos como, essa nossa presença aqui perderia quase o sentido. Então, aos diretores, servidores e cidadãos aqui presentes eu dou meus parabéns por permitir que esse evento se realize dessa forma, me disponibilizo novamente para, digamos, quando tiver que voltar a falar o que for necessário, Senador Paulo Paim, é um prazer sempre falar sobre essa matéria e muito obrigado por essa oportunidade.

[palmas].

S**R. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT-RS): Eu agradeço, mais uma vez, o Dr. Rudi e dizer Dr. Rudi, com muita tranquilidade, até, para que não fique nenhuma dúvida, infelizmente que tem pessoas mentirosas, tem em todos os setores da sociedade, todos. O que V. Exa quis dizer é isso. Que em todos os setores têm, nós sabemos disso. Então, que fique claro que foi essa a sua intenção.

[*risos*].

SR. RUDI CASSEL: Eu estava apenas brincando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sempre dizem, inclusive, que quando criticam o Congresso, Congresso é um corte da sociedade, o Congresso reflete o que é a sociedade.

Com satisfação eu passo a palavra nesse momento depois da brilhante exposição, mais uma vez, ao nosso colega e amigo Deputado Márcio França, Deputado Federal.

[palmas].

Por favor, Deputado.

DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP): Senador Paim, que preside esses nossos trabalhos, colegas oficiais, aos componentes da Mesa, meus cumprimentos.

Senador, eu quero que as minhas primeiras palavras sejam de cumprimento e de reconhecimento à atuação de V. Exa, em especial nos episódios mais recentes que dizem respeito à questão dos aposentados.

Eu sou um político por vocação. Estou na vida pública há 25 anos e dentre esses 25 anos sempre fui de um único partido, o qual até hoje milito, do PSB e tenho muita honra de ser. E sei que um dos componentes importantes de um partido é chegar aos Governos e exercer mandatos, especialmente quando você exerce um poder e digo tudo isso para traçar um paralelo da honra que deve ter V. Exa., que é um militante antigo do PT, de poder nesse instante estar também um companheiro de partido estar ocupando a Presidência da República, o Presidente Lula.

E tudo isso para lhe dizer que é preciso mais do que discernimento, muita coragem para poder fazer o enfrentamento que V. Exa. está fazendo com o próprio Governo, porque essa linha que separa o Governo e o entendimento de quando se é Governo e quando deixa de ser Governo, ela é muito tênue e por vezes isso é considerado como uma traição, como uma coisa que alguém que de verdade não quer preservar o companheiro que está lá no Executivo, eu sei que V. Exa. deve sofrer muita pressão do próprio Governo porque vejo os seus colegas de partido lá na Câmara, muitos deles, a reação que tem em relação a atitude que V. Exa. tomou e tem tomado com relação aos aposentados.

Mas quero dizer que a índole e a própria alma do partido que V. Exa pertence, foi justamente buscar atirar nas coisas mais difíceis para buscar uma coisa que fosse possível, porque também se a gente esperar que as coisas aconteçam gradualmente ou que o bolo cresça, etc., nós vamos ficar aqui, talvez, séculos sem que as coisas se recoloquem nos seus lugares.

[palmas].

É sabido que nós temos um problema grave de arrecadação ou de valores que suportem um aumento grave na previdência, é sabido, lógico, V. Exa não desconhece esse fato, sabe que o que tem hoje na previdência, talvez, não fosse capaz de suprir toda essa demanda. Mas se isso é verdade também, é preciso lembrar que em outros instantes eu só me lembro agora recentemente o episódio da CPMF, que nós tínhamos uma posição, o Governo também tinha, que era a mesma do Governo, e nós fomos derrotados e efetivamente o país não parou por isso, não parou por isso, quer dizer, não...

[palmas].

Encontraram-se outros mecanismos que pudessem compensar essa eventual perda de receita. Estou dizendo tudo isso porque, assim, não é compreensível, é indefensável, nenhum de nós Deputados, Senadores, aliás, ninguém no Brasil inteiro consegue chegar a um metro da sua casa, porque geralmente tem pais, tem mães, avós, enfim, e você não consegue sequer defender uma outra coisa que não seja aposentadoria do sujeito daquilo que ele efetivamente se aposentou, não tem como você se desculpar desse negócio.

[palmas].

É lógico que as pessoas têm boas explicações técnicas, numéricas, etc., que possam justificar, "Olha, afinal de contas tinha que desvincular um salário mínimo do outro, para dar um reajuste", mas como é que você explica para um sujeito que pagou a vida inteira por seis salários, por cinco salários, que hoje ele ganha 400, 500 reais e ele ele não consegue compreender, não há quem consiga compreender isso. Então embora seja um esforço difícil de se completar, nem que nós tenhamos que tributar, que criar novas receitas, nós temos que devolver essas pessoas aquilo que eles pagaram. Entendeu? Nós temos que devolver.

[palmas].

Então, se eu dissesse isso já seria um ato de, enfim, de certa rebeldia porque faço parte da base do Governo, mas para V. Exa. que é Senador do Partido dos Trabalhadores fazer isso como V. Exa. já fez e ao mesmo tempo com o esforço que tem feito, de fato é um ato de muita coragem, de muita braveza, por isso eu estou lhe cumprimentando, sabendo que V. Exa. deve viver diariamente esse conflito das pessoas lhe pressionarem a dizer "Ué, Paim, você afinal de contas é contra ou é a favor do próprio Governo que você ajudou a eleger?" Nós somos contra a injustiça. V. Exa é contra a injustiça. E sabe que mesmo...

[palmas].

O Presidente Lula, lógico, se ele pudesse fazer sem nenhum tipo de situação, ele faria imediatamente. Mas nós temos que convencer as pessoas que hoje mexem na macroeconomia do Brasil que, talvez, um ou dois pontos a mais no juros que abaixe rapidamente, a gente cobre esse buraco e devolve para essas pessoas a dignidade que elas perderam e a auto-estima que elas perderam ao longo dos anos, então, quero que minhas palavras iniciais seja nesse sentido, Senador, que V. Exa. terá nosso apoio, como eu lhe disse em Santos, quando V. Exa. foi lá fazer um comício, na verdade, lá na praça. E eu disse a V. Exa. que nosso bloco teria... Os votos todos do bloco a favor do projeto, queira o Governo ou não queira o Governo. Mas com relação a esse episódio específico, Senador, eu quero dizer que eu sou político porque fui oficial de justiça. Veja a situação.

[palmas].

Eu, eu...

[palmas].

Eu venho de uma família de classe média alta para meus padrões, da minha cidade, de São Vicente, que é a primeira cidade do país. E eu fiz um concurso para oficial de justiça, porque eu queria fazer diplomacia. E, então, fui fazer, estudar diversos cursos para fazer diplomacia, e fui fazer Direito, enfim, achei que oficial de justiça era uma profissão que permitia esse tempo de interação entre as coisas.

E aí aprendi, Senador, com esse contato com a rua, com as coisas da minha cidade o quanto eu vivia distante da realidade da população. Foi com a profissão de oficial de justiça que eu aprendi. E por isso, mudei da diplomacia, da macropolítica internacional para disputar meu primeiro mandato de Vereador, lá já se vão 20 e poucos anos, depois vim a ser Prefeito da minha cidade várias vezes e estou como Deputado Federal por São Paulo.

Tudo isso, Senador, para dizer o seguinte, eu por mais de uma década militei no fórum da Comarca como oficial de justiça, sempre com uma sensação ruim e os oficiais têm um ponto comum de simbiose com a profissão da política, talvez, por isso que isso tenha me levado à vida pública. É a sensação da injustiça constante que você sofre. A sensação que as

pessoas passam e que especialmente as pessoas que deveriam enaltecer a sua atuação como parlamentar, a minha, porque afinal de contas ninguém foi nomeado, as pessoas foram eleitas para os cargos que exercem e a gente imaginava que a população brasileira tivesse a honra das pessoas que foram eleitas, afinal de contas as pessoas foram escolhidas para estar aqui, do mesmo jeito os oficiais de justiça sofrem isso, porque as pessoas, especialmente de uma nata, de um comando do Poder Judiciário, passam para as pessoas a sensação que o oficial de justiça é desonesto, que é uma pessoa que de verdade completa sua renda com coisas desonestas. O que não é verdade.

[palmas].

Como também não é verdade...

[palmas].

Vai existir oficial de justiça desonesto, como vai existir Senador desonesto, como vai existir Deputado desonesto, como vai existir Juiz desonesto e Desembargador desonesto. A desonestidade não é uma coisa inerente a uma profissão. Infelizmente, está na índole da humanidade.

Agora, você justificar isso para poder criar as dificuldades na profissão do profissional, do oficial de justiça, para então com isso ele tentar suprir a eventual ausência das condições que o Estado tenha que dar, é um erro, é um erro crasso, é um erro de tal forma, Senador, que o oficial acaba se desestimulando, ele acaba se desestimulando. E por vezes o potencial que ele teria para poder fazer inúmeras coisas, muito mais, talvez, com muito mais capacidade que o próprio Magistrado, porque na expressão do processo, o oficial é a mão mais longa do Juiz, porque ele, de fato, na rua quem exerce a judicatura é o oficial de justiça, ele quem está lá no fato concreto.

Eu cito sempre um episódio, Senador, eu fui fazer uma diligência para fazer uma busca e apreensão de um menor determinada por um Juiz, que teria que ser entregue ao pai que iria fazer uma visita a esse menino. E quando eu estou no carro, eu ouvi o pai conversando com o advogado que ele ia embarcar com esse menino para o Líbano, para ir embora com o menino, ele ia sequestrar o menino.

Só que eu estava com mandado para fazer a busca e apreensão, tirar da mãe e colocar na mão do pai, essa era a minha tarefa e essa é uma constante, é uma coisa constante na vida dos oficiais, porque se você está ouvindo a realidade que é diferente do que o Juiz lá no seu gabinete fechado interpretou e você fica aquela dúvida, vou fazer o que deve fazer a minha consciência ou vou fazer aquilo que eles mandam fazer que é para cumprir e pronto? Cumpra-se e pronto. Eu fiz a minha opção de não cumprir e relatei isso.

[palmas].

Depois respondi lá aos procedimentos administrativos por conta disso, mas isso não fica longe da análise que eu fiz de V. Exa. no início da conversa. Não é isso? É lógico. Por isso que eu fiz toda... Para que V. Exa. entendesse que entre a sua vocação partidária, entre a minha vocação partidária e o dever que nós temos àquelas pessoas que outorgaram voto a gente, por mais que eu seja apaixonado pelo meu partido eu vou ficar com esse dever lá que eu tenho com o povo que votou em mim, está certo?

[palmas].

Para completar Senador, e já encerrando. Eu, nesse episódio específico, pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita registrar a presença do Osmar Dias que tem o mesmo compromisso que todos nós temos e que a sua fala, falando do seu trabalho, falando do meu, eu se me permitirem, eu transmito também para ele porque ele é parceiro nosso.

[palmas].

DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP): É uma honra. É uma honra tê-lo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador nem ouviu o que ele falou, mas ele... O Senador Osmar Dias, quero dizer para vocês, me permita isso. Eu sei que há um movimento para que ele seja, inclusive, o líder do Governo no Congresso, com certeza tenhamos um líder do Governo no Congresso nosso parceiro se ele for o líder.

[palmas].

E ele fala, depois que o senhor concluir eu vou pedir para ele, se ele puder deixar uma...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só um aparte para eu poder agradecer a gentileza do Presidente Paulo Paim. E dizer que eu tive à honra de ser, na Comissão de Justiça o relator do projeto que trata deste assunto dos oficiais de justiça e relatei favoravelmente à solicitação da classe. Então...

[palmas].

Mas eu passei só para fazer uma visita rápida, porque vocês estão aqui em boas mãos com o Paulo Paim, que sempre conduziu esta Comissão com muito esmero e vim apenas para desejar a todos sorte e sucesso. Obrigado. Abraço.

[Palmas].

DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP): Então, já agradecendo as palavras do Senador Dias, dizer, Senador, que nesses episódios desses mais de uma década que fui oficial, não há como você separar essa profissão do risco que ela própria traz junto. Não há como fazer isso.

O senhor calcule que a gente fazia mandado de prisão, até hoje se faz, eu fazia isso de motocicleta, eu colocava o sujeito numa garupa o sujeito que eu ia levar preso.

[*risos*].

Não é uma vez não, dezenas de vezes, dezenas de vezes. Então, você imaginar que isso não é uma profissão de risco, então, não há uma única profissão com mais risco do que essa, com mais perigo do que essa.

Então, por tudo isso eu sei que o projeto de V. Exa. vai ter a aquiescência aqui do Senado, quero dizer a V. Exa. que há um detalhe, viu Dr. Rudi, que até hoje ainda era advogado, vamos ver se amanhã...

[*risos*].

A OAB vai permitir. Há um argumento que geralmente se usa para aposentadoria especial que é a questão do encargo financeiro que isso causa, porque lógico quando você aposenta pessoa, outro tem que vir para o lugar, enfim. Mas é preciso lembrar, Senador, que os oficiais na maioria das vezes, têm uma forte atividade ligada à arrecadação, os oficiais estão vinculados à receita, porque eles executam as execuções fiscais, eles cumprem as execuções fiscais do Estado, da União, do Município, enfim.

Quando a aposentadoria especial é colocada é porque em determinado momento por uma profissão ser muito extasiante, ou de muito risco, etc., um sujeito com uma determinada idade já não consegue cumprir com aquela mesma rapidez, com aquela mesma eficiência, com a mesma eficácia, enfim, por isso quando nós apresentamos, inclusive, aquela sugestão da isenção do IPI, porque a rigor, quando o Deputado Manoel Júnior deu o parecer favorável, fez um bonito parecer dizendo o seguinte: é preciso notar que quando se faz uma diminuição de receita você tem que completar com aumento de receita do outro lado.

Ora, a eventual aposentadoria dessas pessoas de maneira especial vai permitir também que os novos que cheguem tenham mais celeridade, mais agilidade para poder concluir exatamente essa arrecadação das execuções finais, porque isso de um lado você perde, de outro lado você ganha. A arrecadação Federal, Estadual e Municipal passa muitas vezes pelo oficial.

Se houvesse mais liberdade para os oficiais atuarem, sem controlar suas ações de quer fazer isso por ato, por cota, por número, por quanto que vai ganhar em cada diligência, eu tenho absoluta certeza, você soltar um mandado na mão de qualquer colega que está hoje aqui dentro com um endereço, se ele for na casa daquela pessoa e não encontrar, e ele tiver disposição para fazer isso, liberdade para fazer isso, ele encontrará. Ninguém melhor encontrará uma pessoa do que um oficial de justiça. Ninguém.

[palmas].

Porque ele é um profissional dessa procura, ele sabe como fazer isso, ele sabe aonde ele vai procurar, ele vai encontrar, ele vai levantar o sujeito.

Eu vou relatar, para finalizar, um episódio, da minha vida, de atividade, eu fui fazer uma busca e apreensão de um automóvel que não tinha sido pago pela financeira, enfim, na Cidade de Praia Grande e eu fui ao prédio e o dono, quem estava com o automóvel e não pagava, disse: "Olha, avisa para o oficial de justiça, se ele quiser me procurar ele vai me procurar lá no fundão do Paraná", quem disse, eu fugi pela porta de trás. Me fez esperar na frente, fugiu pela porta de trás.

Como eu tinha disposição e boa vontade para encontrar, eu falei: "Se ele falou para eu ir buscar no fundão do Paraná, é porque ele deve ser do Paraná. Eu fui levantar na ficha do Fórum lá de São Vicente, aonde ele havia nascido e vi que era uma cidade chamada Ijuí, no Paraná. Aí eu falei: se ele foi do Paraná, ele deve ter imaginado que ele vai para lá, se ele saiu daqui faz três horas, ele deve estar passando por qual Rodovia? Aí fui falar com o Policial Rodoviário, tal, resumo: eu fiz essa apreensão lá já na divisa de São Paulo com o Paraná e quando eu fui buscar o carro de volta lá para ele, eu falei: "Olha, o senhor mandou eu buscar no fundão do Paraná, eu vim aqui buscar. O senhor não falou que era para buscar" Quando o senhor quiser encontrar uma pessoa procure um oficial de justiça, essa pessoa, ele sabe encontrar.

[palmas].

Então, Senador, se V. Exa. conseguir fazer essa busca, essa aprovação desse projeto, V. Exa. vai estar restabelecendo uma verdade, uma justiça, assim como tantos que V. Exa lutou pela sua vida afora.

Para nós é um motivo de satisfação estarmos todos juntos aqui por uma luta a mais. Mas sabendo pelos vídeos e pelas fotos mostradas aí pelo Paulo, que muitos companheiros não vão poder se utilizar dessa situação.

Eu assisti vários companheiros oficiais da minha Comarca e de outros que foram tombando pelo caminho, por vezes não foi por uma morte, mas foram por enfartes, por derrames e tal, porque de verdade a pessoa não tem mais condição física para cumprir, mas ela tem que cumprir e o Magistrado não quer saber porque

também não é da tarefa dele, dizem: "Quem faz as leis são os políticos, vocês se virem com os políticos", é o que eles estão fazendo aqui hoje, se virando com os políticos. Muito obrigado, Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar o Deputado Márcio França que mostrou que conhece a área como poucos políticos conhecem e nos deu aqui uma verdadeira aula de procedimento contando a sua história, que é um testemunho real de alguém que viveu no exercício da profissão e que hoje é Deputado Federal.

Mas, rapidamente me permita, Deputado Márcio França, que V. Exa. teve efetivamente comigo lá naquele evento na Baixada Santista. Eu voltarei para São Paulo em Osasco, no dia 3, Osasco e região farão um grande evento também pela aprovação dos projetos dos aposentados e pensionistas.

No dia 2 e o seu partido está junto, será no Rio de Janeiro, um evento também com esse mesmo objetivo. No último dia 20 agora, fizemos um em São Leopoldo no Rio Grande do Sul com a presença de mais de 5 mil aposentados e pensionistas. Eles fecharam uma BR por cerca de 40 minutos em torno de 12 a 14 quilômetros ficaram totalmente paralisados, não trafegava nada, em protesto e exigindo a aprovação desses três projetos que eu estou convencido que há espaço para a Câmara aprovar.

Num primeiro momento quando eu falava do fim do fator previdenciário, diziam que era uma aventura, que era um absurdo. Hoje felizmente, parece que virou consenso a nível nacional e também na Câmara.

Pode surgir alternativa, mas todos já admitem que o fator, de fato, tem que terminar. O reajuste igual ao mínimo para o aposentado vinculado ao PIB, eu me lembro que essa política quando eu apresentei era a inflação e o dobro do PIB. Disseram que eu ia quebrar o país, eu falava tinha que ser mais de 100 dólares. O que aconteceu? Acabamos aprovando a inflação mais o PIB e o salário mínimo hoje é mais de 200 dólares e o país está aí, não quebrou coisa nenhuma.

[palmas].

Então, os argumentos que eles usam são muito falaciosos, eu estou acostumado no longo da minha vida ouvir os argumentos. Mesmo na PEC paralela, V. Exa. lembra, eu votei a favor daquela Reforma da Previdência com muita dor, mas consegui fazer com que se aprovasse a PEC paralela, o compromisso era aprová-lo no outro mês na Câmara.

Nós sabemos, naturalmente, houve um debate longo, disseram que eu ia aprovando a PEC paralela acabar com a reforma do serviço público que tinha sido feita, resultado, a Câmara aprovou a PEC paralela, V. Exa. trabalhou nesse sentido e não quebrou coisíssima nenhuma e a PEC paralela está aí, salvou grande parte do serviço público de um prejuízo maior que teria.

Quando eu falava em 147% de reajuste para o aposentado e pensionista, lá atrás, no outro Governo ainda, "Bom, o homem é louco, agora sim, quebrou o país." Ganhamos, não queria pagar, fomos ao Supremo, Supremo mandou pagar, foi um projeto de nossa autoria, não quebrou coisíssima nenhuma.

Sempre o argumento é que não tem dinheiro.

[palmas].

De todos os Governos. Nós estamos acostumados com isso, estamos acostumados. Eu sempre digo...

Eu só digo o seguinte: vamos pegar a Seguridade Social. Por que o Congresso não aprova a PEC 24? O quê que diz a PEC 24? Recurso da Seguridade Social só pode ficar na Seguridade Social. De 2000 a 2008 o superávit da Seguridade Social fica em torno de 400 bilhões. Dizem que depois que inventaram o fator no Governo anterior, em 1999, a economia de lá para cá foi 10 bi. Menos, diria, quase que menos de um bi por ano de economia, em 10 anos e estamos fazendo superávit de 400 bi.

Hoje nós estamos vendo que há um discurso mais próximo, a coerência, eu acho, das nossas vidas de que tem de diminuir o tal do superávit primário porque alguém perguntou: "Aonde vai o dinheiro?" O dinheiro vai para o superávit primário, todos nós sabemos. Enfim, a engenharia política e a própria legislação permite que isso aconteça.

Agora, se aprovar a PEC 24 e acabar com a história, por exemplo, da DRU, desvincular a receita da saúde, da educação e da previdência, só ali serão alguns bilhões, só dizendo: "A DRU não incide mais sobre a seguridade, tem todos os recursos para garantir os benefícios dos aposentados e pensionistas".

Então, esse é um debate que nós podemos fazer não com V. Exa., V. Exa. eu sei que tem muita clareza e teve comigo nas atividades públicas mas eu estou aproveitando aqui para, mais uma vez, insistir com aprovação lá na Câmara dos Deputados.

Mas, enfim, esse debate vai continuar, eu estou convencido que ainda esse ano nós acabamos com o fator, com votação lá na Câmara, até pela sua posição como líder de quatro partidos, vai ajudar muito, e vamos também assegurar que o reajuste dos aposentados seja acima somente da inflação, como aquilo que foi dito, eu até li ontem em plenário um manifesto dos aposentados e pensionistas da VARIG onde eles dizem: "Dá para alguém entender que alguém se aposentou com cinco salários mínimos e hoje ganha um?"

É como V. Exa falou, Deputado, com toda a precisão, as pessoas não entendem, ele se aposentou com cinco, seis salários mínimos devido ao arrocho nesses 20 anos, hoje está ganhando um salário mínimo e todos passarão a ganhar um salário mínimo se isso não acontecer, se nós não mudarmos a lei.

Por isso que eu falei daquela questão celetista. Celetista hoje ganha até 3 mil reais, 3038 mas vão ganhar 465. Todos passarão a ganhar um salário mínimo se nada for feito.

Como eu defendo a luta de vocês, da aposentadoria especial nos moldes do serviço público e na legislação da especial eu também defendo com a mesma garra e com o mesmo ênfase que o celetista possa se aposentar nos mesmos moldes de vocês, só isso. Ou seja, nos mesmos moldes de um servidor público.

[palmas].

E aí eu não quero arrumar rolo com o Supremo também, mas eu dou um exemplo, às vezes. O Ministro do Supremo Tribunal Federal se aposenta, eu não estou entrando no mérito, com 25 mil sem fator. E outros setores, todos do Judiciário, do Executivo, do próprio legislativo, ninguém tem fator, por que o trabalhador de três quatro salários mínimos tem que ter fator? Por que ele tem que perder 40%? Eu acho que é isso...

[palmas].

É isso que as palmas de vocês na fala do nosso Deputado Márcio França, agora nesse momento mostra, que vocês estão aqui lutando por seus direitos mas estão solidários também com aqueles que ganham três, quatro, cinco salários mínimos e que é um absurdo.

[palmas].

Então, nós temos na linha da justiça. E eu sempre digo que o homem público para mim é a sua coerência. A sua coerência para mim que faz com que ele chegue à noite em casa, durma com maior tranquilidade, que ele possa olhar no olho do filho dele e dizer para o filho, para o amigo, por exemplo: eu quando saí lá dos metalúrgicos de Canoas, meus amigos estão lá, eu conto essa historinha também Deputado, me permita, eu voltarei, o dia que eu sair daqui do Congresso, porque eu tenho eu 22 anos, vou para 24 anos, quase 30 anos de Parlamento, volto com aposentadoria praticamente integral e volto com paridade.

Quando o Deputado aqui tiver aumento eu tenho aumento lá em casa e aquele meu companheiro que me mandou para cá que pagou sobre três, quatro salários mínimos, o que ele vai dizer? "Pô, legal, hein, Paim. Mandamos vocês para lá, chegamos lá, tu volta agora com um salário, sei lá, de 10, 15 mil por mês e eu com um salário mínimo, eu paguei sobre dez." É justo isso? Claro que não é. Por isso tem que mobilizar, pressionar e exigir a aposentadoria integral pelo número de salários mínimos que ele pagou. Isso eles têm que pelhar, têm que brigar...

[palmas].

E vamos pelhar(F), a vida é assim, a vida é assim. E a peleia é boa quando a causa é justa. Por isso que a causa de vocês é justa, vocês mostraram hoje aqui, voltando para o tema específico é isso.

Estão sendo assassinados, agredidos, espancados, o carro quebrado e não ter nenhum tipo de amparo legal. O Deputado Márcio França deu uma aula aqui para nós todos, não é, Márcio, porque V. Exa., além de ser um político respeitadíssimo, que está sempre na frente das lutas é da categoria, conhece a área.

Então, não tem dúvida, por isso que eu posso já adiantar, eu já confirmei audiência com o Presidente Sarney, ele acaba de confirmar, tinha falado aqui para ele, ele vai receber a delegação hoje a tarde e nós via o 68 ou 250, vamos trabalhar para incorporar lá, com certeza, a aposentadoria especial, que é um direito assegurado a outros setores.

Vocês não estão pedindo nada não. Foi assegurado a outros pedidos, a outros setores do serviço público. Já está assegurado. Se eles têm direito e comprovamos aqui que vocês só querem o mesmo direito, mais nada.

Não é privilégio, não é esmola, não é nada, só o mesmo direito que os outros setores do serviço público tem, inclusive, no 68, que estão lá, aqui foi dito mesmo, os mais variados setores e também no 250 se necessário, podemos trabalhar os dois projetos.

Eu vou pedir que o Paulo, que é quem tem nos liderado, permita que eu diga isso Paulo, inclusive a mim nessa luta, que você faça o pronunciamento de encerramento dessa bela audiência pública, eu só queria dizer isso, depois já falei o que eu gostaria de falar, dizer que, olha, parabéns a todos vocês.

O exemplo de vocês que a TV mostrou para o Brasil e vai repetir depois de novo, tem que ser seguido por todos os setores organizados. Alguém pensa que mobilizar, que vir ao Congresso, que fazer ato público por uma causa é ser contra alguém? Não é ser contra ninguém. É a favor da causa e não contra esse ou aquele Governo, esse ou aquele partido.

Eu quero terminar com uma frase do Nelson Mandela. O Nelson Mandela, ele logo que assumiu a África do Sul ele reuniu as principais lideranças do país num estádio e disse: Não fiquem dormindo em casa, se mobilizem, pressionem o meu Governo, isso não é ser contra o Governo, porque senão a elite vai dizer que está tudo bem, os trabalhadores estão todos dormindo,

estão em casa, guardadinho, não tem mais passeata, não tem mais greve, não tem pressão no Congresso, não tem vigília, eles vão dizer que está tudo bem. E não está tudo bem porque eu quero que a batida do tambor das ruas se ouçam aqui no Palácio. Palavras do Nelson Mandela. É isso que aconteceu.

[palmas].

Dr. Paulo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Paulo Paim, o Senador da Cidadania!

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Senador Paulo Paim, eu gostaria de registrar nesse momento, já contabilizamos mais de 400 presenças de oficiais de justiça advindos de todos os cantos do país. Sabendo do sacrifício...

[palmas].

E da dificuldade que isso implica esse deslocamento até Brasília, o custo desse deslocamento, é de invocar que o nosso fardo realmente fica muito leve quando nós temos companheiros dispostos a mudanças.

Impera nesse momento algumas questões que são muito urgentes com relação à nossa categoria, e que a sociedade, o Parlamento, é responsável por isso, Senador. Nós estamos anunciando com muita convicção, com muita segurança, com muita ordem que a sociedade brasileira dentro de um curto espaço de tempo vai sofrer as consequências de um Judiciário que está prestes a se engessar, contramão, contraditório a tudo aquilo que se busca hoje dentro de uma justiça que é a celeridade processual, a esse Judiciário, tratar de forma amadora os seus servidores e não disponibilizar as ferramentas de trabalho e as condições de trabalho nós estamos sofrendo um sério risco. Por quê? Porque os nossos veículos particulares, como nós bem dissemos não são obrigados a continuar a serviço gratuitamente da população.

[palmas].

Então, impõe-se e se viu que o Governo pode, pode sim nos isentar do IPI aos moldes do que faz com os taxistas que fazem um trabalho social relevante, mas reconhecendo que os veículos dos oficiais de justiça são de utilidade pública e imprescindíveis para movimentação da máquina judiciária.

O porte de arma por tudo aquilo que se viu é um direito, é um direito de defesa dos oficiais de justiça, também urge que o PLC 30 que está dentro do Senado Federal tenha o seu prosseguimento e que se nos dêem o direito de defesa.

A questão da aposentadoria especial muito bem encaminhado por V. Exa. que a cada dia, quanto mais conheço o trabalho de V. Exa., mais cresce a minha admiração como vem lá de Minas Gerais aquela frase, Paulo Paim, o Senador da Cidadania, nós comungamos embaixo, Senador.

[palmas].

Porque o Senador Paulo Paim trabalha pelas causas justas. E eu aproveito esse momento, talvez, é um pouco abusivo da nossa parte, Senador, mas nos preocupa, que eu sei que hoje é o Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça, mas nós não pensamos só em nós oficiais de justiça, nós pensamos no segmento da sociedade.

Passamos a V. Exa. há poucos dias atrás uma idéia a respeito de uma lei vigente no Rio de Janeiro, que desobrigue, que os hospitais privados cobrem a caução do cidadão numa necessidade de emergência e agora estamos tomando a iniciativa de encaminhar a V. Exa. dois pedidos da categoria dos servidores do Poder Judiciário.

A primeira seria uma emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 111 de 2008, que trata das prisões especiais, e nós fundamentamos aqui a necessidade de se incluir, sim, já que nós estamos enumerando categorias profissionais, os funcionários da administração da justiça em consonância com a lei de Execução Penal. Então, esse Senador, é um dos pedidos que nós fizemos nesse momento.

O segundo é uma proposta de emenda à Constituição onde se coloque dentro do Conselho Nacional de Justiça dois servidores, um da esfera da Justiça Federal e um da esfera da justiça Estadual, aos moldes do que hoje já existe, inclusive, no país que nos visita, Portugal, aqui.

Então, eu encerraria essa... Depois eu faço. Eu só encerraria a nossa participação, Senador, trazendo nosso reconhecimento, mais uma vez, a V. Exa. que de forma dinâmica conseguiu em curtíssimo espaço de tempo nos proporcionar essa audiência pública, se não fosse por interferência do Senador Paulo Paim, que defende realmente as minorias, nós não estaríamos aqui hoje falando para o Brasil a respeito das nossas ações, das nossas reivindicações. Então, registre-se...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Paulo, só uma frase que eu ouvi, achei interessante: um dia esse país vai entender que as minorias somadas são a maioria do povo brasileiro.

[palmas].

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Então, só complementando, Senador, a nossa luta vai continuar todo dia 25 de Março de cada ano nós vamos estar

mobilizados, não só para lutar pelas nossas causas, mas lutar pela causa do comum, do bem social, do cidadão brasileiro, porque também nós estamos aqui como cidadãos pertencentes a essa sociedade.

E esperamos que no dia 25 de Março de 2010, muita coisa tenha mudado com relação a essas reivindicações, que são reivindicações de cunho eminentemente, muitos deles, como a questão do IPI, políticos. E nós entendemos que o Estado pode, sim, abrir mão desse percentual de IPI para os oficiais de justiça do Brasil, que são apenas 26 mil profissionais de forma a garantir a continuidade da celeridade processual e o bom andamento da justiça.

Senador Paulo Paim, o nosso eterno agradecimento, o nosso eterno reconhecimento e não foi por pouco que nós elegemos V. Exa. Presidente de honra do Congresso dos Oficiais de Justiça. Nosso muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a audiência pública.

Sessão encerrada às 11h05.

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia primeiro de abril de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Gilberto Goellner e Cristovam Buarque. O Senador Marcelo Crivella justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Pauta: Primeira Parte: Item Único. Requerimento nº 05, de 2009, que requer o Aditamento ao Requerimento 04 de 2009-CDH, para a realização da 2ª Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001. Autora: Senadora Fátima Cleide, Resultado: Aprovado. Segunda Parte: Item Único. Audiência Pública. Esta Reunião realiza-se em obediência ao Requerimento nº 04, de 2009 – CDH, que requer a realização da 2ª Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001. Autora: Senadora Fátima Cleide. O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Convidados que comparecem: Marcos Vinicius Pinta Gama, Assessor Especial do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores – MRE, representando Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores; Edson Santos de Souza – Ministro da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial. Às nove horas e cinqüenta e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador José Nery. O Senhor Presidente, José Nery, dá a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. EXTRAPAUTA: Item nº 01. Requerimento nº 06, de 2009 – CDH, que requer realização de Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater "o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra", a ser realizada no dia 14 de abril de 2009, com a participação dos seguintes convidados: Representante do MST, Representante do MEC, Representante da Secretaria Estadual de Educação, Representante do Ministério Público do RS, Representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Autora: Senadora Fátima Cleide. Resultado: Aprovado. Item nº 02. Requerimento nº 07, de 2009 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 176 de 2007, que cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes dos trabalhadores, representante do Governo e outros a serem definidos por essa comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item nº 03. Requerimento nº 08, de 2009 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater "o combate à violência doméstica no campo", a ser realizada no dia 15 de abril de 2009, com a participação dos seguintes convidados: Representante da Via Campesina (MST/MMC/MPA/MAB); Representante da Rede Feminina de Marcha Mundial de Mulheres; Representante da CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agri-

cultura; Representante da FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; Representante da SPM – Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Representante da SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos. Autora: Senadora Serys Slhesarenko. Resultado: Aprovado. O Senador José Nery encaminha o pedido para que seja realizado um minuto de silêncio em homenagem ao Ex-Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, líder da União Cívica Radical (UCR), em virtude de seu falecimento ocorrido em 31 de março de 2009, vítima de um câncer no pulmão. O Senhor Presidente acata o encaminhamento e faz um minuto de silêncio solicitando a todos que permaneçam de pé durante a homenagem. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente, José Nery, agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia para cada uma e para cada um. Eu declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Esta reunião será composta de duas partes: a primeira deliberativa, e a segunda será uma Audiência Pública.

No aspecto deliberativo, é aprovar o Requerimento nº 5, de 2009, em aditamento ao Requerimento nº 4, pelo qual a Senadora Fátima Cleide requer, nos termos desse aditamento, a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debater a Conferência Mundial sobre o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, fazendo uma avaliação de Durban/2001, com a presença dos seguintes convidados: o Ministro Celso Amorim, o Ministro Edson dos Santos, Edna Roland, Relatora da Conferência de Durban, Jurema Werneck, da Articulação Nacional de Mulheres Negras, Uilton Tuxá, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, e Cláudio Nascimento da Silva, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. Eu ponho em votação a aprovação desse requerimento. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Então, eu já posso chamar os que estão presentes, aos quais eu agradeço, para começarmos imediatamente, enquanto chegam outros dos convidados. Aqui está o assessor especial do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Marcos Vinícius Pinta Gama, representando o Ministro Celso Amorim, a quem eu convido para tomar lugar à Mesa. Aqui está o Ministro Edson Santos de Souza, que não falta aos nossos convites de Audiência. Quero agradecer a sua disponibilidade constante para discutir os assuntos. Eu creio que os que estão presentes são esses e nós vamos começar, portanto, com os dois representantes do Governo, o que é um bom sinal, pois o Governo esteja participando mais atentamente do que a própria sociedade civil, o que não é usual. Eu vou passar a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Exmo. Sr. Embaixador Marcos Gama, Ministro Edson Santos, senhoras e senhores presentes nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu queria, Sr. Presidente, registrar com pesar o falecimento no dia de ontem do ex-Presidente argentino Raúl Alfonsín, advogado, defensor dos Direitos Humanos, que teve um papel importante na integração latino-americana. Ele juntamente com o Presidente Sarney assinou o Tratado que deu origem ao MERCOSUL. Pela história do Presidente Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, um partido de centro, mas que foi capaz, naquela situação histórica e tão grave da Argentina, após sete anos de cruel, terrível e assassina ditadura militar, foi capaz de promover um processo, uma luta para julgar os responsáveis por aqueles crimes contra os direitos humanos na Argentina, papel esse reconhecido tanto na Argentina quanto internacionalmente.

Eu lembro, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, que foi exatamente no dia 10 de dezembro de 1993 que Raúl Alfonsín assumiu a presidência da Argentina. Eu participava, naquele momento, de uma reunião em Fortaleza da organização política de que fazia parte e lembro de ter pedido àquela Assembléia um minuto de silêncio em razão da posse do processo de redemocratização que começava na Argentina,

pedindo força para que fosse levado a bom termo. E não poderia ser outra, Sr. Presidente, fazer a solicitação nessa abertura dessa Audiência Pública, claro, com a condescendência e o apoio dos ilustres convidados, pedir a V. Exa. para que esta Comissão de Direitos Humanos, que o senhor pudesse, juntos aqui, pedir um minuto de silêncio em memória da história, da luta, dos avanços que foram possíveis, sobretudo aquele enfrentamento à ditadura, aos algozes do povo que a Argentina teve a coragem de fazê-lo e o nosso Brasil deve até hoje, quarenta e cinco anos depois da ditadura militar, os sucessivos governos no nosso País nesse período, o período da redemocratização, devem ao povo brasileiro a reparação de todo aqueles crimes e a punição dos culpados. Então eu queria pedir um minuto de silêncio em memória do ex-Presidente Raúl Alfonsín.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa aceita e eu quero dizer que devemos não apenas reparação, nós devemos até uma coisa anterior mesmo, que é a verdade. O Brasil está em dívida com a verdade ao não esclarecer tudo que aconteceu ao longo daqueles anos de chumbo. Quando eu digo tudo, eu realmente digo tudo, de ambos os lados da luta, que se saiba tudo, que alguns se orgulhem do que fizeram e outros fiquem com a vergonha da história. Mas está aceito o pedido e eu solicito que todos fiquem de pé para esse minuto de silêncio por um grande homem do continente.

[A seguir, passa-se a fazer um minuto de silêncio em memória do ex-Presidente Argentino Raúl Alfonsín].

Solicito aplausos na conclusão desse minuto.

[palmas]

Eu vou passar a palavra, então, ao Embaixador Marcos Vinícius, pedindo que ele use... Nós temos um regulamento de 10, 15 minutos, mas não se preocupe, que eu não vou ficar aqui fiscalizando, tirando o seu direito humano de falar.

Eu só quero pedir licença, que, às 10 horas, eu terei que sair para um evento aqui no próprio Senado, um encontro que eu não posso faltar, mas, nesse momento, eu passarei a presidência a outro Senador e voltarei à Comissão. Por enquanto, eu quero ficar aqui até quando for possível. Embaixador, o senhor tem a palavra.

SR. MARCOS VINÍCIUS PINTA GAMA: Muito obrigado, Exmo. Senador Cristovam Buarque, Presidente da CDH, na pessoa de quem eu cumprimento os demais membros desta Comissão, Exmo. Ministro Edson Santos, da Igualdade Racial.

Eu estou aqui em representação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ministro Celso Amorim, que se encontra hoje em Paris, a caminho da reunião do G-20 financeiro em Londres. Faço-me acompanhar também por colegas do Itamaraty, eu gostaria especialmente de indicar a nova diretora de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, que é a Ministra Gláucia Silveira Gauch, que está conosco ali à esquerda.

Eu queria dizer que Itamaraty está preparando uma delegação para apoiar o chefe da nossa delegação à revisão, à Conferência de Revisão de Durban, que será o Ministro Santos. Nós estamos procurando montar uma delegação capaz de atuar, articular posições e de trabalhar pelo consenso durante os importantes trabalhos, que ocorrerão em Genebra, de 20 a 24 de abril.

Eu queria, também, assinalar a importância da Conferência de Durban contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, as formas correlatas de intolerância, que ocorreu em 2001, a importância para o Brasil dessa Conferência, na medida em que muitas das ideias ventiladas durante a Conferência, muitas das decisões adotadas, tiveram também um reflexo nas ações, adotadas no plano interno de combate à discriminação e de promoção da igualdade, a própria criação da SEPPIR, das ações afirmativas que foram adotadas no país, mas, também, ressaltar a importância do Brasil para a Conferência, na medida em que o Brasil teve um papel destacado em Durban, presidiu o Comitê de Redação da Conferência e teve um papel importante como *broker*, como ponte entre posições, muitas vezes extremadas, de grupos regionais, e foi possível, graças à atuação brasileira, em grande medida, chegar a um consenso em torno de uma declaração em um plano de ação de Durban, que constituiu, sem dúvida, um avanço no campo da promoção internacional dos direitos humanos e combate à discriminação.

O nosso objetivo, portanto, nesse processo de revisão, é não apenas de preservar os avanços alcançados, mas, também, de promover a implementação da declaração e plano de ação internacionalmente e contribuir para o aprofundamento da luta contra a discriminação e o racismo.

Eu gostaria também de assinalar as enormes dificuldades que envolveram a Conferência de 2001 e, de certa maneira, a grande intolerância que paradoxalmente se revelou num debate justamente sobre tolerância e sobre promoção da igualdade. Esse clima extremamente polarizado e negativo durante a Conferência, ele se materializou dias depois, dois dias depois do término de Durban, quando muitos dos delegados

ainda retornavam aos seus países, nos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, atentados que tiveram um profundo impacto sobre a situação internacional na medida em que as preocupações com segurança e combate ao terrorismo passaram a prevalecer sobre preocupações humanitárias, preocupações com direitos humanos e o combate à discriminação. E, talvez, os melhores símbolos dessa mudança e dessa infeliz mudança na situação internacional sejam as prisões de Abu Ghraib e Guantanamo e todo esse contexto negativo que se verificou no combate ao terrorismo no mundo.

Após esses parênteses, eu gostaria de apresentar algumas informações sobre esse processo preparatório para a Conferência de Revisão de Durban. Em primeiro lugar, em 2006, a Assembléia Geral da ONU, considerando uma Resolução sobre o segmento da Conferência de Durban, convocou esta Conferência de Revisão a fim de avaliar a implementação da declaração e o plano de ação de Durban e, conforme a Resolução que foi adotada, a Resolução 3/2, de 8 de dezembro de 2006, o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu que a Conferência de Revisão não constituirá um espaço para renegociação dos pontos acordados na declaração e plano de ação. Este é um elemento importante na medida em que a Conferência de Revisão não constitui uma nova Conferência contra o racismo; ela é uma revisão da Conferência de 2001 e, portanto, os entendimentos não podem ir além do já acordado na África do Sul.

A presidência da Conferência de Revisão continua indefinida. O presidente deve ser eleito entre os representantes governamentais em Genebra, conforme as regras de procedimento da Conferência.

Com relação ao processo preparatório dessa Conferência de Revisão, o Brasil sediou de 17 a 19 de abril de 2008 a Conferência da América Latina e do Caribe, preparatória para a revisão, e vale assinalar que, entre todos os grupos regionais, apenas o GRULAC, o Grupo da América Latina e Caribe e o Grupo Africano realizaram conferências regionais, o que já demonstra a dificuldade que o tema continua a representar para outras regiões no mundo. E essas dificuldades é que evidentemente incidirão sobre os debates em Genebra.

Até as últimas reuniões preparatórias, realizadas em Genebra, em fevereiro, os assuntos mais polêmicos, que bloqueavam as negociações de proposta de documento final, eram, em primeiro lugar, o tema da orientação sexual, defendida pela União Européia e, em menor medida, pelo GRULAC, pelo Grupo Latino-Americano e Caribenho. Evidentemente que o Brasil apoia, sempre tem apoiado a discussão do tema da orientação sexual, que é, de fato, polêmico, no âmbito multilateral.

Outro tema polêmico que tem constituído um obstáculo é o tema da difamação de religiões, que é um tema proposto pela Organização da Conferência Islâmica, a OIC, e alguns países do Grupo Africano.

E dois outros assuntos: em primeiro lugar o tema do Oriente Médio, também proposto por esse mesmo grupo de países, Conferência Islâmica e Africanos, e que diz respeito à discriminação nos territórios ocupados, toda a questão relacionada à Palestina e, finalmente, o tema das reparações pelo tráfico transatlântico de escravos, que também foi um tema amplamente discutido em Durban/2001, e ele continua a ser de especial interesse para o Grupo Africano e Países Caribenhos, nesse processo de revisão.

Nós temos duas próximas reuniões preparatórias, 6 a 9 e 15 a 17 de abril, em Genebra. Portanto, ainda há uma possibilidade de avanço em relação à negociação do documento final, e nós esperamos que essas negociações possam ser facilitadas por uma nova proposta de documento final que acaba de ser apresentada.

Diante desse impasse, do ambiente conflitivo, a Alta Comissária de Direitos Humanos realizou gestões pessoais para buscar uma linguagem consensual, e, no dia 17 de março, foi disponibilizada uma nova versão da proposta de documento final da Conferência de Revisão de Durban, que possui as seguintes características: em primeiro lugar, o texto foi bastante reduzido, são agora 141 parágrafos, e ele se concentra nos pontos principais acordados em Durban; não constam do atual projeto de documento final os temas relativos à difamação de religiões, a orientação sexual e o Oriente Médio.

Os principais temas de interesse do Brasil – esses, sim, estão contemplados na declaração – são evidentemente o combate à discriminação contra afros-descendentes, indígenas, migrantes, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, um tema também igualmente importante da incompatibilidade entre racismo e democracia, o acesso à saúde e à educação, a cooperação educacional, ações afirmativas e outros pontos que foram acordados em Durban e que, eventualmente, merecerão ajuste de linguagem para refletir essa linguagem acordada.

Em princípio esse documento foi bem recebido pelos diferentes grupos regionais, o que é uma indicação de que as negociações no Comitê preparatório poderão avançar nas próximas semanas para que se tenha um documento mais ou menos consensual para a Conferência de Revisão. Não há, evidentemente, garantias nesse sentido, mas a apresentação desse

documento, nós, no Itamaraty, consideramos que representa um avanço nessa negociação.

Essa, portanto, Senador Buarque e Ministro Santos, é a situação em que nos encontramos nesse momento nessa negociação. Eu queria apenas, enfim, agradecer a oportunidade de dizer umas palavras sobre esse tema que é tão importante para nós no Itamaraty, dizer que estamos evidentemente abertos a qualquer contribuição desta Comissão, da sociedade civil e esperamos ter uma excelente interlocução com a sociedade civil durante esse processo, como tivemos na própria Conferência, que foi marcada por uma expressiva participação brasileira, quase seiscentos brasileiros cruzaram o Atlântico para se encontrar em Durban e dizer não à discriminação. Nós esperamos que esse espírito positivo continue a prevalecer durante os debates. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Embaixador, e passo imediatamente a palavra ao Ministro Edson Santos de Souza.

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, por nos convidar, e é sempre um prazer, eu quero dizer, Senador, estar aqui no Senado da República, trazendo informação e trocando opinião com os ilustres Senadores. Dizer que eu fico até mais confortável agora em relação ao êxito da conferência, diante da informação que o Embaixador aqui nos trás.

Há uma clara evolução no que se refere à busca de um entendimento sobre a agenda de revisão de Durban, situando a Conferência de Genebra como um encontro de revisão da pauta originária da Conferência realizada em 2001 na África do Sul.

Espero que a gente consiga, Senador, fazer com que a Conferência seja um ambiente multilateral, onde independente das divergências aqui já colocadas pelo Embaixador, os principais países do mundo estejam presentes dando a sua contribuição à revisão de Durban, algo que continua ainda incerto no que se refere à participação de países da Europa e os Estados Unidos da América. A Conferência só terá condição de tratar consequentemente do tema na medida em que haja uma presença expressiva dos países do mundo.

Quero, mais uma vez, reiterar aqui que essa Conferência será qualitativamente diferente da Conferência ocorrida na África do Sul, pois o encontro de países se transformou numa manifestação pública de reconhecimento do Governo sul-africano que derrotou o *apartheid* e isso, inclusive, levou a que centenas de brasileiros se dirigissem à África do Sul para acompanhar a Conferência, seja enquanto delegação oficial, que a do Brasil foi a maior delegação presente, seja enquanto observador, acompanhando o evento de fora, o que o Embaixador coloca é que perto de seiscentas pessoas se deslocaram do Brasil para a África do Sul para aquele evento. A delegação brasileira teve 168 Delegados e isso não se prevê para essa Conferência que vai acontecer em Genebra. É evidente que nós estamos juntos com o Ministério das Relações Exteriores discutindo uma forma de abrigarmos o maior número possível de Delegados, principalmente visando contemplar segmentos da sociedade civil para comporem a delegação brasileira, mas quero deixar claro que em termos numéricos estará bastante distante do que foi a Conferência realizada na África do Sul. Isso é um ponto.

Acho que essa Conferência, que será na Europa, talvez nós devamos ter uma preocupação até maior na discussão da xenofobia. Eu tenho visitado alguns países da Europa, e, efetivamente, nos preocupa a situação de migrantes no continente europeu que, diante dessa crise financeira internacional, são os principais alvos na repressão e identificados inclusive enquanto responsáveis pelo desemprego que atinge os trabalhadores europeus. Então eu acho que, particularmente, penso que nós devemos ter uma preocupação maior de que essa Conferência de Revisão de Durban reforce a proteção ao imigrante, não só na Europa, mas também na América, cuja situação não é muito confortável, principalmente no que se refere à imigração latina nos Estados Unidos da América. Nós temos inclusive a polêmica sobre o muro que se propõe a separar os Estados Unidos do Estado do México.

Eu acho que a Conferência também terá, do ponto de vista do Brasil, uma importância grande. Se a Conferência realizada em Durban, na África do Sul, de uma forma positiva, contaminou o Estado Brasileiro, na adoção de políticas públicas de promoção da igualdade, de combate à desigualdade, seja no âmbito da educação, da saúde, do trabalho, nas diversas esferas, eu quero inclusive situar, Senador, que essa agenda não começa no nosso Governo, que muitos de uma forma desavisada pensam que a questão da promoção da igualdade e da caracterização do Estado brasileiro, enquanto Estado desigual, começa em 2003 com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso não é real, até porque o Presidente anterior, o Fernando Henrique Cardoso, adotou medidas de políticas de ação afirmativa em seu Governo, inclusive como consequência da influência da pauta oriunda de Durban. Esse é um tema, inclusive, que eu vou pedir licença aos senhores para me retirar daqui a alguns momentos porque tenho um encontro na Comissão de Constituição e Justiça referente às cotas nas universidades públicas.

Mas eu quero dizer que o Brasil foi e tem sido muito influenciado pela agenda oriunda de Durban. A própria Secretaria que eu coordeno, de políticas de igualdade racial, é uma Secretaria fruto da recomendação de Durban no que se referem aos Estados constituírem órgãos de combate à discriminação e de promoção da igualdade. Então eu quero dizer que para o Brasil a pauta de Durban tem uma importância, assim, fundamental. Assim como o Brasil, quero aqui reforçar o que foi colocado pelo Embaixador Marcos Vinícius, assim como o Brasil tem uma importação fundamental, primeiro em 2001 na costura, na mediação, nas pontes que foram fundamentais para Durban chegar a um entendimento, chegar a uma agenda e uma pauta de promoção da igualdade racial. A diplomacia brasileira e a sociedade civil brasileira jogaram assim um papel fundamental para a construção de um acordo, de um consenso em torno da agenda de Durban.

É importante situar que determinados temas que ficaram fora da agenda de Durban, embora haja sensibilidade do Governo brasileiro, e eu, na condição de Ministro de Estado, sou bastante sensível a estas causas, quero dizer que não será possível introduzi-las na revisão de Durban, porque isso contribuirá para um ambiente de cizânia maior em torno da agenda de Durban. Então, embora haja sensibilidade do Governo Brasileiro, e o Governo Brasileiro tem tido, não só em discurso, mas, na prática, abrigado a causa dos grupos ligados à opção sexual, LGBT, não será possível, na revisão de Durban, a introdução desses temas. Eu quero frisar que há sensibilidade por conta do Brasil, mas são questões que não dependem apenas do Governo Brasileiro, do Estado Brasileiro. Durban é um ambiente de mediação entre estados de culturas bastante diferenciadas, e essa é uma limitação que eu quero aqui deixar claro.

É importante colocar, finalizando, o papel e o esforço que o Governo brasileiro fez, no sentido da preparação para a Conferência que será realizada em Genebra. A América Latina e o Caribe foram as únicas regiões que realizaram uma Conferência preparatória, que se realizou, que foi realizada, que aconteceu aqui em Brasília e com um empenho grande do Governo brasileiro no sentido de trazer, de uma forma mais ampla possível, representantes de países, de Estados e da sociedade civil latino-americana e do Caribe para participarem do processo do encontro de preparação para a Conferência de Genebra, de maneira que esperamos que o ambiente desse ano seja qualitativamente diferente do ambiente de 2001, que como informou aqui o Embaixador Marcos Vinícius, o ambiente de 2001 foi marcado por um disputa muito grande por conta, eu diria, de um choque civilizatório Oriente/Ocidente e que infelizmente, dois dias após ao encerramento da Conferência, aconteceu o evento do 11 de setembro. Espero que a Conferência de Genebra seja um reencontro das civilizações no caminho do entendimento, no caminho de buscarem, através da diplomacia, solução para os conflitos que hoje afligem a humanidade no que tange à questão de etnia e de choque culturais e religiosos que marcam conflitos hoje no mundo.

Quero reiterar aqui a nossa disposição de buscar abrigar a sociedade civil da melhor forma possível no evento que vai ocorrer na Suíça, em Genebra, e, finalizando, a nossa disposição de, enquanto País, contribuirmos para que a revisão de Durban, em cima da pauta já definida na Conferência de 2001, ela aprofunde a temática do combate à discriminação, do combate à xenofobia e que nós encontremos mecanismos de convivência democrática e pacífica entre os povos. Era o que eu tinha a dizer e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a fala do Ministro e creio que, das duas falas, nós podemos ter uma conclusão muito nítida e clara, que é o papel do Governo Brasileiro na firme disposição de garantir os respeitos aos direitos humanos dos diversos grupos que costumam ser discriminados na sociedade brasileira e no mundo inteiro. Eu parabenizo firmemente ao Presidente Lula e a todos aqueles que fazem o Governo da República de hoje por essa firme disposição. Parabenizo aos que vieram. Lamento que os representantes da sociedade civil não tenham comparecido, porque são os verdadeiros interessados no assunto. Dito isso, eu abro a palavra aos senadores inscritos, mas, em primeiro lugar, àquela que é a autora do requerimento, que é a Senadora Fátima Cleide.

Mas eu pediria ao Senador Nery que pudesse assumir a presidência, enquanto eu vou participar desse evento, aqui ao lado, de abertura de um curso dos oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Terminando lá, voltarei aqui, claro, para fechar a Sessão, se ainda estiver havendo debate. Agradeço, mais uma vez, ao Embaixador e ao Ministro e parabenizo, mais uma vez, a posição do Governo brasileiro.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, autora do requerimento desta Audiência Pública.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu fiz questão de vir até aqui para cumprimentar e agradecer o esforço do Ministro Edson Santos e do Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama, de virem até aqui e colaborar conosco também nessa discussão e

socializar aquilo que é o pensamento do Governo brasileiro diante da revisão da Conferência de Durban.

Eu, muito rapidamente, lamento também que os representantes da sociedade civil não tenham conseguido chegar até aqui, nós até agora não temos notícias dos motivos, mas eu gostaria muito de, diante daquilo que foi colocado pelo Ministro Edson e pelo Embaixador Marcos Vinícius, eu gostaria de dizer que, embora considere importante as resoluções do Governo brasileiro com vistas à sua participação em Genebra, eu não poderia deixar de frisar aqui, de dizer que acho um retrocesso o Governo brasileiro, que tem sido tão, eu diria, até inovador com relação às questões de intolerâncias no Brasil, não fazer em Genebra a defesa daquilo que são as políticas públicas que o próprio Governo brasileiro está defendendo, está levando a cabo aqui no nosso País. Eu sei das dificuldades de temas, como orientação sexual, fazerem parte de um documento que vá discutir a questões dos direitos humanos e as intolerâncias correlatas no mundo inteiro, mas eu penso que seria necessário afirmar e reafirmar aquilo que é a nossa luta dentro de um Estado laico, e o Estado brasileiro é um Estado laico. Então, eu não poderia deixar de fazer essa ressalva aqui, que considero um retrocesso nós não fazermos isso, não fazermos essa defesa lá. Até porque, Ministro Edson, nós ainda, infelizmente, não temos pesquisas mais detalhadas, não temos mais dados mais detalhados.

A minha percepção, ela é muito da vivência das ruas, da vivência diária. Eu penso que o povo negro também sofre por conta da orientação sexual, porque muito das pessoas que estão nas ruas como travestis, transexuais, lésbicas, gays, sofrem triplamente: sofrem pela sua questão racial, sofrem pela condição social de ser negro ou negra e sofrem ainda mais também pela orientação sexual.

Então eu agradeço muito a disposição dos senhores de vir aqui, mas, sinceramente, eu fico um pouco entristecida de ver que a gente está retrocedendo diante de outros momentos em que Brasil se afirmou também. Eu acredito que, mesmo que a gente não vá conseguir, era importante pautar essa discussão nas Nações Unidas.

De qualquer sorte, eu desejo que aquilo que a gente pretende, nesse momento, avançar, principalmente com relação às intolerâncias, com relação à questão racional, à xenofobia, a gente possa ter sucesso lá em Genebra.

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Senadora?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ministro Edson Santos.

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Senadora, é um prazer estar aqui com a senhora. Foi importante a sua observação, o que me permite, talvez, precisar melhor o que eu aqui coloquei. Eu coloquei enquanto uma limitação da Conferência, da Conferência abrigar esse tema, não em relação ao--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nisto a gente tem *[falha no áudio]*

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Exato, e, como o Brasil, ele... Eu creio que o Brasil atuará muito na mediação dos debates que envolvam questões, hoje, conflituosas do Ocidente com o Oriente, e este é um tema, a senhora conhece isso melhor do que eu, o papel que eu espero do Governo brasileiro é buscar ser o mediador na temática de Durban para que nós possamos sair da Conferência com saldo, com avanços em torno da pauta oriunda de Durban. É uma limitação, mas eu acho que é uma limitação da humanidade. Nós, enquanto Governo brasileiro, se instados a declinarmos a nossa opinião, ela será pautada pela prática que o Governo brasileiro tem aqui no Brasil e isso ficará claro.

Agora, a introdução desse tema, que será inclusive um tema novo caso seja adotado, ele, a meu ver, não será bem acolhido no interior da Conferência. Foi isso que eu coloquei, não nos omitindo em nenhum momento, não nos omitiremos em nenhum momento, se instados a declinar a posição do Brasil em relação a essa temática.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Ministro Edson Santos. Quero registrar a presença no Plenário da Comissão do estudante Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Gostaria de consultar aos participantes que estão no Plenário se gostariam de fazer alguma observação, porque, nesta Comissão, nós costumamos, às vezes, aqui, vencer as regras regimentais, para permitir uma maior participação das discussões no âmbito dessa Comissão, já que é uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nesse sentido, consulto aos que estão no Plenário, representando entidades, movimentos ou mesmo instituições governamentais, se gostariam de fazer o uso da palavra, a qual concederei em seguida e, depois, voltaremos aqui à Mesa para as considerações finais. Concedo a palavra ao estudante Ismael Cardoso, Presidente da UBES. V. Sa. tem a palavra.

SR. ISMAEL CARDOSO: Bom dia a todas e todos. Só na verdade para saudar, a gente vai ter um debate agora, inclusive com o Ministro Edson Santos, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre um Projeto de Lei que está tramitando no Senado, que trata sobre a reserva de vagas na universidade pública, e, dentro disso, a cota racial indígena. Esse debate está

rolando há algum tempo, essa é a terceira ou quarta Audiência Pública. Nós vamos estar presentes. Este é um debate que a UBES tem travado há muito tempo. Desde 1995, a gente defende que a universidade brasileira precisa ter uma diversidade maior, ela não respeita essa diversidade que o povo tem, de maioria negra, mas também dos índios que são excluídos, etc., né? E é um debate que tem tido muito dificuldade na sociedade. A gente acha que é preciso que os movimentos sociais e que o Senado brasileiro também, digamos assim, siga essa orientação do povo, que é de um povo diversificado, e faça da universidade essa universidade diversificada que o Brasil precisa ter. Hoje, cerca de 14% são o número de negros na universidade pública brasileira, e nós sabemos que os negros e os pardos são maioria da sociedade brasileira. Então, é uma contradição muito grande. Os negros, eles têm o acesso ao emprego mais precarizado do que os brancos, têm salárioa menores do que os brancos e o acesso à educação se dá dessa forma também, ou seja, de maneira mais precarizada. Então, está na mão do Senado, Presidente, resolver essa questão, dar um passo grande quanto a essa questão.

O Brasil experimentou recentemente algumas experiências, hoje são cerca de 31 universidades que já realizam esse processo de ação afirmativa, de cotas raciais, e provou ser um processo muito positivo, porque esses estudantes negros não rebaixaram a qualidade da universidade pública, muito pelo contrário; quando tiveram a sua chance, conseguiram ter média igual ou superior àqueles que não eram negros ou que não advinham da escola pública, e provou-se mais ainda contra aqueles que diziam que a gente ia criar uma guerra civil entre raças no Brasil, que não é verdade. Não existe nenhum caso, dentro da universidade pública brasileira, em que negros e brancos tenham se confrontado por conta de uma ação afirmativa como essa.

Então, está na mão do Senado, a gente simplesmente encaminhar o que já acontece hoje, em boa parte da universidade brasileira, que é positivo, que é você reservar 50% das vagas para estudantes das escolas públicas e de acordo com o que o IBGE indica para os negros, índios e pardos no Brasil, que estão fora da universidade brasileira. Era só isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Ismael. Aproveitando aqui para manifestar a nossa concordância com a adoção oficial de uma política de cotas, que, sem dúvida, o Legislativo, especialmente o Senado, nesse momento, tem a palavra para tomar essa importante decisão. Sem dúvida, é uma forma de corrigir uma exclusão que ocorre ao longo do tempo e que nós não podemos por perpetuá-la. Por isso, considero importante que, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e, depois, no Plenário, possamos adotar essa decisão, que seja, então, uma posição majoritária do Senado Federal.

Eu gostaria de passar a palavra, agora, à Mesa, para as considerações finais, ouvindo o Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama, para oferecer, na conclusão dessa audiência, suas considerações.

SR. MARCOS VINÍCIUS PINTA GAMA: Muito obrigado, Senador Nery. Apenas para reiterar a disposição do Itamaraty em trabalhar para o êxito desta Conferência que se afigura tão importante, mas, também, tão complexa em seu processo negociador.

Há um dado que eu não mencionei na minha apresentação, mas o fato é de que, a exemplo do ocorrido em Durban, em 2001, nesse processo preparatório, há alguns países que já se retiraram, já decidiram se retirar da Conferência de Revisão. Israel e Estados Unidos já indicaram sua disposição de não participar, e alguns países europeus, Inglaterra, França, Países Baixos, Alemanha e outros estão também considerando a possibilidade de abandonar a Conferência, o que é, sem dúvida, uma lástima.

Eu queria, também, me referir à intervenção da Senadora Fátima Cleide e, também, compartilhar essa pequena ponta de decepção em relação à ausência do tema da orientação sexual nos trabalhos preparatórios de Genebra. Apenas para assinalar que podemos considerar que há um gancho na declaração e plano de ação de Durban, para tratar das questões relacionadas ao gênero orientação sexual, no contexto do combate ao racismo, que é justamente a noção de discriminação múltipla ou agravada, e essa discriminação múltipla ou agravada foi um tema que foi bastante defendido pela delegação brasileira em Durban, e é uma forma de ir abordando essas questões, que, infelizmente, não recolhem consenso no plano internacional. Muitas vezes o debate multilateral é frustrante, na medida em que as Nações Unidas, elas devem refletir um consenso, um mínimo denominador comum, que, muitas vezes, fica muito aquém dos padrões estabelecidos no país. E esse debate que acaba de ocorrer, a intervenção do representante da associação dos estudantes, essa discussão de hoje sobre cotas de universidade, mostra como o Brasil já avançou em relação, talvez, à maioria dos países no mundo, e, de fato, é um dado que a região da América Latina e do Caribe é a mais engajada nesse processo de combate à discriminação, que foi iniciado em Durban e tem segmento agora em Genebra, e, dentro da América Latina e do Caribe, certamente o Brasil é o país que concentra o maior número de iniciativas nessa área. Apesar do longo

caminho que ainda temos que percorrer, há, sem dúvida, um esforço, uma atenção para o tema no país, que, infelizmente, não encontra eco em outras regiões, e, portanto, pode ser que, possivelmente, não haverá espaço político, durante a Conferência de Genebra, para tratar dessa questão. É evidente que, se existir uma oportunidade, eu tenho certeza que a delegação do Brasil atuará no sentido da inclusão do tema, mas parece-nos que à luz do equilíbrio de forças entre, de um lado, países islâmicos, africanos, que se oponham à inclusão desse tema, e de outros países europeus ,que favorecem a esse tema e se oponham a outros, como o tema da difamação de religiões, possivelmente a composição política, que será possível atingir em Genebra, deixe esse tema de fora, mas, sem dúvida, é um tema que nos interessa de perto, e, se houver espaço, evidentemente que trabalharemos no sentido da inclusão.

Eu queria agradecer, terminando os meus breves comentários, ao Senador José Nery pela oportunidade e dizer que o Itamaraty está sempre à disposição dessa Comissão para qualquer discussão relevante para esse país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Embaixador Marcos Vinícius e passo a palavra ao Ministro Edson Santos, Ministro da Secretaria de Política da Igualdade Racial, para as suas considerações finais.

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Eu quero dizer que é sempre um prazer a gente estar aqui no Senado, trazendo esclarecimentos, informando aos Srs. Senadores sobre temas de interesse do nosso país.

No que tange à questão de Durban, coloco-me à disposição, a qualquer momento, de trazer esclarecimentos ao Senado sobre a delegação brasileira e, também, sobre o conteúdo dos debates que lá irão ocorrer. Fico feliz do Senado da República ter a atenção voltada para esse tema de grande importância para a humanidade, pois só teremos uma sociedade efetivamente justa na medida em que a discriminação, em que o racismo, a xenofobia, a intolerância sobre orientação sexual e religiosa não caracterize a humanidade.

Então, portanto, coloco-me à disposição, a qualquer momento, de estar aqui no Senado da República, a fim de dialogar com os Srs. Senadores sobre esse tema e sobre tema nosso, que eu acho que o Brasil, nós temos tido posições avançadas em nível internacional. O nosso Governo, inclusive, tem perseguido ser fiel a essas posições no plano interno, mas é uma questão que não depende apenas do Poder Executivo; são questões que dependem também da apreciação do Poder Legislativo e é fundamental que haja a sensibilidade do Poder Legislativo, seja a Câmara, seja o Senado da República, para com esta temática. Esperamos que possamos consolidar em Lei as medidas e ações do Governo brasileiro que visam proporcionar uma redução das desigualdades raciais em nosso país. Era o que eu tinha a dizer e agradeço. Muito obrigado.

Recebo aqui, com alegria, o Senador Paim, no momento em que eu estava aqui me despedindo das senhoras e dos senhores, mas, certamente, o senador tem uma contribuição sobre esse tema e aguardarei com ansiedade a manifestação de V. Exa. sobre essa temática de Durban. Era o que eu tinha a dizer e concluo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Ministro Edson Santos, pela participação de V. Exa. nessa Audiência Pública e a contribuição importante que não só do Ministério da Igualdade Racial, bem como o Ministério das Relações Exteriores, trazem na preparação da delegação brasileira para essa importante Conferência internacional, uma Conferência mundial contra o racismo, a xenofobia e a intolerância.

Mesmo que eu havia já concedido a palavra para as considerações finais, nós recebemos com muita alegria a presença, nessa Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, ex-Presidente dessa Comissão, que tem a palavra, para, aqui, também, oferecer a sua importante contribuição nesse debate.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, o nosso Presidente em exercício na CDH, Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama e o nosso Ministro Edson Santos.

Eu peço desculpas pelo atraso. Como eu estou envolvido, e V. Exa., sabe, nessa questão dos aposentados e pensionistas, eu tinha um debate numa TV, com deputados e setores do Governo, para discutir, enfim, o fim do fator, a questão do reajuste integral para os aposentados, no percentual concedido ao mínimo e, também, como é que se acerta as perdas acumuladas. Estou justificando aqui, fiquei das 8 horas até agora nesse debate.

Eu queria nesse momento, Ministro, embora perdi a sua exposição, mas tenho certeza que foi brilhante como sempre, como também do Embaixador, dizer que eu gostaria muito – e não poderia ser diferente – que, nessa nova Conferência, a gente chegasse lá, demonstrando que, aqui no Brasil, nós avançamos nesta questão do combate ao preconceito, ao racismo, enfim, e toda a sua amplitude. Aí eu entendo que o Estatuto da Igualdade Racial cumpre esse papel. Como seria bom se o Brasil chegasse nessa nova Conferência, dizendo que a Câmara dos Deputados, a exemplo do

que fez o Senado da República, aprovou o Estatuto da Igualdade Racial. Para mim, é a verdadeira...

Eu sempre conto, meu Presidente, meu Ministro, nosso querido Embaixador, que, quando eu li pela primeira vez a Carta da Liberdade, eu a li na África do Sul, pelas mãos da Winnie Mandela. Nélson Mandela estava no cárcere, nós fomos aqui numa delegação de cinco Deputados Federais, representando o país, pedindo a liberdade do Mandela. Foi no início de 1990, ele foi liberto no fim do ano, e, lá, eu li a Carta da Liberdade. E, depois, claro, que eu acompanhei a caminhada sobre Washington, eu falo sempre sobre isso, dos direitos civis dos negros norte-americanos, que queiram, ou não, alguns, tudo ajudou para que nós tivéssemos hoje um Barack Obama, com esse sucesso absoluto, uma grande referência, queremos, ou não, da comunidade negra no mundo e que chegou à presidência da maior potência econômica, queiram, ou não, alguns, do mundo.

E aqui o Estatuto da Igualdade Racial, no meu entendimento, que foi aprovado por unanimidade aqui no Senado, está na Câmara parado já há um longo período. Então, eu aproveitaria esse momento, que passa por essa discussão, como seria bom se nós pudéssemos anunciar, ainda esse ano, quem sabe em 20 de novembro, a aprovação definitiva do Estatuto da Igualdade Racial, e, Oxalá, até mesmo levar para a Conferência essa decisão já tomada. Eu sei que há um debate polêmico e duro aqui no Senado em relação ao PL 73, que V. Exa., se eu não me engano, vai participar ainda hoje, e, por isso, eu vou concluir, da Audiência Pública, lá na CCJ. Vejam a resistência que está tendo em cima do PL 73, que é um PL apresentado pela Deputada Nice Lobão, do DEM, na Câmara dos Deputados, teve, claro, uma série de mudanças, mas, enfim, foi aprovado, e nós temos aqui esse impasse enorme na CCJ, com dificuldades para assegurar efetivamente que essa política, que é um corte social e racial, seja aprovado. Que garante, na verdade, a política de cota para negros, pobres e índios, coisas que as universidades do Brasil... E o número, o Ministro me ajude se eu me equivocar, já passou de mais de 70 instituições que já adotaram, e, na prática, se viu que está dando certo.

Eu sempre digo que o Congresso, ele não é uma padaria, onde você vem e pega o pão quente. O Congresso é resultado de um processo da própria sociedade, e a sociedade mostrou que as ações afirmativas, que as cotas, são possíveis, e avançamos muito depois que isso aconteceu.

Então, esperamos que a CCJ – infelizmente, eu não faço parte, mas irei lá, Ministro, acompanhá-lo – nesse debate, avance, que a gente possa votar, e espero, eu diria, repetindo de novo o Martin Luther King, que eu tenho um sonho, eu vou dizer, então, que eu tenho um sonho que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado ainda antes da Conferência. Era isso e parabéns aos painelistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Senador Paulo Paim. Eu gostaria de assinalar que essa Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cumpre a sua tarefa de debater um tema importantíssimo para o nosso país, para a humanidade, já que estamos tratando aqui da preparação do Brasil para participar dessa Conferência em Genebra, nesse mês de abril, já nesse mês de abril, e, sem dúvida, o requerimento que propiciou essa Audiência, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros Srs. Senadores e Senadoras, é uma forma do Senado Federal se fazer presente de forma mais direta nesse debate, oferecer a sua contribuição, a sua solidariedade, e a nossa participação para a discussão de temas que visam afirmar cidadania, direitos, e, sobretudo, buscar a harmonia, a paz, a felicidade de todas as pessoas, independente de raça, independente de orientação sexual, independente de qualquer circunstância. O importante é que todos são seres humanos, independente de fronteiras, de países, de religiões, todos devem ser tratados tal qual expressa o art. 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos: todos são iguais perante a lei e devem viver em fraternidade, em unidade, para que o mundo, de fato, seja uma expressão desse desejo universal de justiça, igualdade social, de fraternidade.

Portanto, o Senado Federal, ao promover essa Audiência, através da Comissão de Direitos Humanos, oferece a sua solidariedade e sua participação junto à delegação brasileira, inclusive lamentando aqui que, hoje, essa Comissão, que é sempre muito presente os movimentos sociais, as entidades da sociedade civil, e, hoje, nós tivemos a presença aqui, 100% governamental, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Igualdade Racial, mas lamentando a ausência das entidades da sociedade civil, porque, sem dúvida, ofereceriam aqui a sua contribuição e enriqueceriam esse debate.

Mas eu sei que, na preparação em si da delegação brasileira, as entidades estão muito envolvidas e compartilham muitos esforços, para que a participação brasileira seja destacada e, sobretudo, muito afirmativa, e que, eventualmente, os temas que têm sido obstáculo para tratar no âmbito da Conferência possam, efetivamente, ter, por parte do Brasil e dos países latino-americanos, uma intervenção muito concreta, para que os temas todos sejam observados na sua integralidade, sem nenhum tipo de veto, sem ne-

nhum tipo de dificuldade, para que o documento final dessa Conferência possa expressar aquilo que o seu próprio processo de preparação está indicando, bem como o resultado das Conferências anteriores.

O Senador Paulo Paim gostaria de fazer uma manifestação. Eu creio que é um requerimento que acabei de subscrever a pouco, muito importante. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como tem dois requerimentos, se V. Exa. entender, nós podemos liberar os painelistas, pelos compromissos que eles têm nas outras Comissões.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós liberamos agora, mas já podemos deixar antecipadamente aqui o compromisso de que, posteriormente à realização da Conferência em Genebra, nós teremos novamente uma rodada aqui, para que as pessoas, que lá estiveram, nos tragam os resultados da Conferência, não é, Ministro?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Senadora Fátima Cleide, antes--

SR. EDSON SANTOS DE SOUZA: Estou à disposição, Senadora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --de V. Exa. falar, ela me alertava que a aprovação do Estatuto, antes da Conferência, é impossível. Como conhece a Casa, a Conferência é agora, em abril.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em abril.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu, na minha fala, já apontei para maio e novembro. Eu gostaria que fosse agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas, Senador Paim, eu creio que a lembrança que o senhor faz e a cobrança justa e correta da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, pela Câmara dos Deputados, poderia, tal qual a iniciativa que o senhor teve de nos convocar para uma reunião com o Presidente da Câmara e tratar justamente dos projetos prioritários, em defesa dos direitos dos aposentados--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Inclusive sugerir à V. Exa., que é o líder nessa luta aqui, que pudesse estar pedindo uma Audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados e o Colégio de Líderes, para que, ainda em 2009, pudéssemos ter, no Brasil, a aprovação, já que falta a palavra da Câmara, do Estatuto da Igualdade Racial.

Volto a conceder a palavra ao senhor e agradecer a presença do Ministro Edson Santos, que, agora, se dirige para outra Comissão do Senado, que debaterá igualmente assuntos importantes, a questão das cotas. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estava dialogando amistosamente exatamente com os meus assessores sobre os requerimentos. Nós já havíamos, na última Sessão da Comissão de Direitos Humanos, discutido a importância de nós aprovarmos um requerimento para uma Audiência Pública nos seguintes termos, Sr. Presidente, que eu quero ler nesse momento: "Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa e Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater – esse é o teor – o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a ser realizado no dia 14 de abril de 2009, com a participação dos seguintes movimentos: representante do MST, representante do MEC, representante da Secretaria Estadual de Educação, representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul". Assina a Senadora Fátima Cleide, esse Senador, a Senadora Serys Slhessarenko, entre outros.

Eu queria ver com V. Exa. se nós poderíamos votar esse requerimento, ele não é terminativo, basta somente a assinatura no livro. Nós sabemos que os Senadores, que estão aqui na Comissão ao lado, poderão tranquilamente assinar, como sempre fizeram, para a gente permitir que esse requerimento, que não é polêmico, que não é nada, que ele possa ser, então, votado com as devidas assinaturas, que eu sei que estarão no livro, logo após o debate desse requerimento, e um outro que eu devo ter aqui na assessoria também, que visa, Sr. Presidente, debater um projeto do Senador Sérgio Zambiasi, que é a questão do fumo. É um projeto interessante, onde eu sou o Relator. Quero chamar aqui representante do Governo, dos empresários, dos trabalhadores, porque ele cria um fundo para a cultura alternativa, para que as pessoas possam, os nossos agricultores, terem um outro caminho a não ser somente a plantação de fumo.

Então, eu pediria à V. Exa., se possível, com a certeza e a convicção que tenho que os senadores complementarão a lista em seguida, se a gente poderia botar em votação os dois requerimentos, esse assinado, em primeiro lugar, pela Senadora Fátima Cleide e por este senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, a Mesa acata a solicitação de V. Exa. e, como o senhor já leu o requerimento, coloca em discussão. Os Srs. Senadores, que

aprovam, então, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Solicito à V. Exa. que leia os termos do requerimento, que trata de Audiência Pública do projeto de origem do Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, então eu solicito à V. Exa. que coloque extrapauta esse requerimento. "Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislativa Participativa do Senado Federal. Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública, com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 176, de 2007, que cria o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores, com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor da fumicultura e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com o tabaco. Institui, também, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representante dos trabalhadores, representante do Governo, representante dos empresários e outros a serem definidos nessa Comissão".

Eu tomei a liberdade de indicar aqui, Sr. Presidente, uma série de convidados, como o Sr. Paulo Furquim Azevedo, Conselheiro do CADE, também o Sr. Luiz Antônio Medeiros Neto, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, o Sr. José Antônio Choutaquen(F), professor da Fundação Getúlio Vargas, o Dr. Antônio Fernando Bargos e Silva de Souza, que é também especialista nessa área, a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal, o Sr. Iro Schünke, Presidente do Sindicato do Tabaco do Rio Grande do Sul, o Sr. André Franco Monteiro Filho, Presidente da ETECO(F), também o Sr. Romeu Schneider, Presidente da Câmara Setorial e Cadeia Produtiva do Fumo, também, ainda, o Sr. Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo, o Sr. Arthur Bueno de Camargo, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, que também trabalha a questão do fumo, e ainda Francisco Luiz Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fumo de São Paulo, e, também, aqui, por último, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nessa área do Rio Grande do Sul. Esses seriam os convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O presente requerimento está em discussão.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, apenas para manifestar a minha concordância com o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Se ninguém discute, coloco-o em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para a leitura e apresentação de requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que trata também de uma Audiência Pública aqui no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. V. Exa. tem a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, com muito prazer eu faço a leitura deste requerimento, que é da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra no dia de hoje em Washington representando o Brasil na reunião sobre a Conferência de Clima e tenho o maior prazer também de subscrever este requerimento.

"Requeiro nos termos do inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater o combate à violência doméstica no campo, a ser realizada no dia 15 de abril de 2009, com a participação dos seguintes convidados: representante da Via Campesina (MST, MMC, MPA e MAB), representante da Rede Feminina da Marcha Mundial de Mulheres, representante da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), representante da Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República e representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República". Este é o requerimento, Sr. Presidente, para o qual peço a apreciação da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O requerimento apresentado está em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para discutir, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --demonstrar a minha concordância. Eu acho que vai ser um grande momento, vai ter uma grande mobilização em Brasília nesse período e a Casa vai então receber os trabalhadores para discutir temas de interesse de todos. Por isso os meus parabéns à autora, a Senadora Serys Slhessarenko, que nesse momento é a nossa Segunda Vice-Presidente da Casa, e à Senadora Fátima Cleide, que não precisa aqui eu tecer elogios

pela sua história, pela sua caminhada, pela sua luta em defesa dos trabalhadores do campo e também da cidade. Com orgulho não só defendo, como assinarei nesse momento, como tenho certeza que V. Exa. também será signatário.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para a gente encerrar os trabalhos eu estou entregando, já entreguei, a minha assessoria deve ter entregue aqui na Mesa a composição da Subcomissão do Idoso nesta Comissão de Direitos Humanos. Eu tomei a liberdade de indicar uma série de parlamentares que estão trabalhando nessa área. Eu então vou encaminhar a V. Exa. e o pedido que eu estou fazendo é para ver se V. Exa. pode convocar para que a gente, uma vez, claro, passando pela mão do Presidente, a gente possa instalar definitivamente esta Subcomissão do Idoso. Eu botei titular e suplente, mas de forma aleatória, com muita convicção que todos para mim serão titulares pela importância do tema, que é tratar da vida dos idosos do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, o ofício que o senhor dirige ao Presidente Cristovam Buarque, solicitando a possibilidade de indicar os Senadores das diversas bancadas para compor a Comissão Permanente do Idoso, com certeza tem o apoio da presidência, do seu Presidente, que é o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já falei com o Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor já conversou com ele, ele manifestou essa concordância e, portanto, o Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, fará a convocação da reunião para instalação da Subcomissão Permanente do Idoso. Portanto, o pleito de V. Exa. será acatado pela presidência da Comissão.

Eu apresentei, senhores membros da Comissão, apresentei ontem um requerimento solicitando a transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, essa Subcomissão que foi de autoria do Senador Paulo Paim, quando Presidente da CDH, no ano de 2007, que propôs a essa Subcomissão, aprovada pelo Plenário, a qual tive a honra de presidi-la. Nesse sentido eu informo à Comissão e gostaria, pela importância que tem esse tema, o fato do Senado Federal, especialmente a Comissão de Direitos Humanos, trouxe para si o tratamento dessa questão, oferecendo aqui a sua importante contribuição na luta pela erradicação do trabalho escravo no País, eu encaminho para que esse requerimento conste da pauta da próxima Sessão e assim possamos, com um debate mais amplo, com a presença dos Srs. Senadores e Senadoras membros dessa Comissão debater e definir, dando status de Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo à Comissão Temporária que funcionou durante dois anos nessa Casa e, também, esclarecendo que o sentido da transformação em Comissão Permanente, ela também tem o sentido de alcançarmos um patamar superior nessa luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. Nós queremos futuramente que essa Subcomissão seja extinta. Apenas por uma adequação regimental, necessária ao tratamento da questão que faz parte da pauta dos problemas graves do nosso País, é que ela está sendo proposta de forma permanente, mas permanente não pode ser uma chaga social que envergonha, entristece e é motivo da mobilização de importante setor da sociedade brasileira e também do Congresso Nacional, do Governo brasileiro, das entidades da sociedade civil no combate a esse grave problema.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim que, na origem, é o autor dessa iniciativa nessa Casa e trabalhou junto aos membros da composição anterior da Comissão de Direitos Humanos para que eu pudesse ter aqui a tarefa de presidir a Subcomissão até recentemente. Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, de forma muito rápida, só dizer que o mérito foi todo de V. Exa. pelo brilhante trabalho que fez na presidência da Subcomissão. Eu não tenho nenhuma dúvida que ela vai se tornar uma Comissão Permanente dessa Casa e continuando, inclusive, pela minha avaliação, V. Exa. presidindo e fazendo o magnífico trabalho que fez até o momento.

Eu apenas gostaria de já ver se a gente pode ver com a assessoria aqui da Comissão, Presidente, para ver se na próxima quarta-feira a gente aprove esse requerimento e já vamos preparar para que as duas Comissões sejam instaladas logo após o expediente normal da Comissão de Direitos Humanos. Nós poderíamos, num segundo momento, instalar já a Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e, também, a Comissão do Idoso. Aproveitando que os parlamentares da Comissão trabalham nas duas áreas, eu diria, já poderíamos aproveitar que naquele

momento ficasse já na convocatória na próxima quarta, num primeiro momento a pauta ou a Audiência Pública, se fosse o caso, e num segundo momento a instalação da Comissão do Idoso como também a Comissão Permanente de Trabalho Escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, a sugestão de V. Exa. será acatada pela presidência e serão tomadas as providências necessárias para a convocação e instalação das duas Subcomissões no horário posterior ao expediente normal de votação, de debates aqui no âmbito da Comissão, para a instalação da Subcomissão Permanente do Idoso e da Subcomissão Permanente pela Erradicação do Trabalho Escravo, que, como muito bem me disse aqui o Embaixador Marcos Vinícius, é uma Comissão Permanente, porém, não eterna, porque nós queremos, efetivamente, eu acho que esse mote(F) que o senhor nos sugere aqui, ele é muito adequado, porque esse é um problema, é uma questão que nós queremos ver equacionado, resolvido e retirado das nossas preocupações. Porque o Brasil já tem tempo suficiente, chegando aí aos 121 anos desde a declaração oficial do fim da escravidão, com a Lei Áurea, creio que nós já temos tempo suficiente para retirar esse tema das nossas preocupações. Portanto, a palavra do senhor, Embaixador, Comissão Permanente, porém não eterna, com certeza é algo a ser perseguido por nós e por todos os que têm compromisso na luta contra o trabalho escravo no Brasil.

Não havendo mais assuntos a tratar, agradecemos a presença do Embaixador Marcos Vinícius, prontamente aqui representando o Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Celso Amorim, o Embaixador Marcos, que é assessor especial do Secretário-Geral do Ministério de Relações Exteriores. Agradeço aos Srs. Senadores e Senadoras e aos demais participantes. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h45

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA OITO DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Marina Silva, Wellington Salgado de Oliveira, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Sérgio Zambiasi** e da não membro Senadora **Kátia Abreu.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início aos trabalhos. **PAUTA. Item nº. 01**. Requerimento nº 09, de 2009, que requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo seja transformada em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, do Senado Federal. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado. Item 02.** Requerimento nº 10, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões acerca da "Saúde Pública no Brasil", devendo ser convidados entidades e pessoas constantes da lista, anexa, e outros a serem definidos pela própria comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 03**. Projeto de Lei da Câmara Nº 161, de 2008, que "Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso". Autor: Deputado Beto Albuquerque. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Voto: Pela aprovação do Projeto nos termos em que se apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 04.** Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008 – não terminativo – que "Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde". Autor: Senadora Patrícia Saboya. Relator: Senador Mão Santa. Voto: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 05**. Sugestão nº 08, de 2007 – não terminativo – que "Propõe audiência pública para discutir o modelo de assistência jurídica e judicial no país, bem como o seu custo e resultados". Autor: CONDESESUL – Conselho de Defesa Social Estrela do Sul. Relator: Senador Marcelo Crivella. Voto: Pela aprovação da matéria para que se proceda uma Audiência Pública para discutir um modelo de assistência jurídica e judicial no país, bem como seus custos e resultados. Resultado: **Aprovado. Item 06**. Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007 – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autor: Senador Romeu

Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado.Item 07**. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008 – terminativo – que "Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Sócio educativo". Autor: Senador Expedito Júnior Relator: Senador Cristovam Buarque. Voto: Pela aprovação do Projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. EXTRA-PAUTA**. **Item 01**. Requerimento nº 12, de 2009 – CDH, que seja realizada Audiência Pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Assuntos Econômicos; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; Educação, Cultura e Esporte; de Serviços de Infraestrutura; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; "com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio". Autora: Senadora Kátia Abreu. Resultado: **Aprovado**. **Item 02**. Requerimento nº 11, de 2009 – CDH, que "requer a realização de diligência desta Comissão à área conhecida como Terra Indígena Bananal – Santuário Sagrado dos Pajés, com a finalidade de conhecer *in loco* a comunidade indígena, a área ocupada por ela e as condições dessa ocupação". Autora: Senadora Marina Silva. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Kátia Abreu e Marina Silva. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia, a cada uma e a cada um. Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos como item 1 da pauta um Requerimento do Senador José Nery. Como o José Nery é um assíduo frequentador, eu vou esperar a chegada dele.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu já estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele já está aqui. Então eu ponho em debate o Requerimento nº 09/2009 do Senador José Nery, que requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal que a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo seja transformada em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. O Senador José Nery que é o nosso vice-presidente. Eu passo a palavra para que ele faça a defesa do seu requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY: Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella. A proposição que estou fazendo à Comissão de Direitos Humanos no sentido de transformar em permanente a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, criada em 2007, fruto de um requerimento do Senador Paulo Paim, à época, presidente da CDH, no sentido de promover um acompanhamento e um monitoramento das ações de combate ao trabalho escravo no Brasil, especialmente, no que diz respeito ao acompanhamento ao Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Inicialmente tido como a ideia de uma comissão temporária e cumpriu esse papel nos últimos dois anos, mas, tendo em vista, o problema do trabalho escravo no Brasil se configurar com uma realidade cada vez mais presente, foi, inclusive, merecendo uma atenção do estado brasileiro, a partir da elaboração, publicação do Segundo Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo feito em setembro de 2008, consideramos a importância de transformar essa Subcomissão em Comissão Permanente, mas bem como disse o Embaixador do Itamaraty que estava conosco na última sessão da CDH, Presidente Cristovam, permanente, porém, não eterna, porque é nosso objetivo, é a nossa luta erradicar o trabalho escravo no Brasil. E, assim sendo, hoje o que é uma Comissão Permanente, a idéia é de que venhamos, futuramente, a não necessitar dessa Submissão, porque o País já teria alcançado um nível de erradicação que não justificasse a existência, nem de programas governamentais, nem de medidas legislativas, porém, a realidade da existência ainda de trabalho escravo no Brasil, com a libertação de quase 30 mil, 34 mil trabalhadores nos últimos treze anos, sugere a importância, a necessidade desta Comissão de Direitos Humanos manter em funcionamento uma subcomissão específica para acompanhar, monitorar, fiscalizar as questões

relativas ao trabalho escravo no Brasil. É por esta razão que apresento então o requerimento de transformação da Comissão Temporária em Comissão Permanente, tendo em vista, esta Comissão estar sempre muito presente na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. São minhas considerações, esperando, evidentemente, contar com o apoio dos Srs. Senadores e Senadoras a essa deliberação de criação de forma permanente da Comissão de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo na Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria só cumprimentar V. Exa. e o vice-presidente Senador José Nery, o Senador Cristovam, por essa iniciativa, por ser o primeiro item da pauta. O Senador José Nery fez um trabalho brilhante durante esses dois anos, presidindo a Subcomissão provisória de Combate ao Trabalho Escravo, e agora eu entendo mais do que correto que essa Subcomissão que é temporária se transforme numa Subcomissão permanente até a eliminação definitiva do trabalho escravo no Brasil, que é um dos temas que mais nos preocupa hoje na relação empregado e empregador, porque esse trabalho escravo o Ministério do Trabalho tem feito um trabalho também excelente, o Ministério Público do Trabalho também e a Subcomissão aqui presidida pelo Senador José Nery tem sido, eu diria, quase que um instrumento de vanguarda, quase não, aqui no Congresso, um instrumento de vanguarda, digo no Congresso e não somente no Senado.

Então, Senador José Nery, eu voto com muita alegria, muita satisfação, por V. Exa. coordenar, presidir e orientar o trabalho está fazendo, e com tristeza por ter que dizer que nós vamos ter que criar uma comissão permanente de combate. Oxalá, como disse também aqui o Embaixador, a gente possa... O Diplomata, a gente possa, no futuro, dizer: está extinta a Comissão Permanente ou Provisória de Trabalho Escravo. Vamos torcer muito para isso.

É quase na linha que eu sempre tenho tratado a questão das cotas. O meu sonho é chegar um dia e dizer: não precisa mais cota para nada. Toda vez que eu tenho que lembrar em cota, seja de combate à questão do negro, do índio, do branco, do deficiente, do idoso ou mesmo no campo da economia, ou mesmo das mulheres, é porque eu estou reconhecendo que existe uma enorme discriminação, e por isso tem que ter cota até para as mulheres participar da política, e que está sendo cada vez mais ampliado o sistema de cota. Mas o sonho, e eu estou aqui ampliando o meu pronunciamento, primeiro o sonho realidade hoje, aprovar a Comissão Permanente de Trabalho Escravo, e o sonho de amanhã é nós estarmos numa reunião, quem sabe, amanhã dez, quinze, vinte anos, tomara fosse em cinco anos, por dizer que está extinta a Comissão de Combate ao Trabalho Escravo.

Parabéns, Senador José Nery, e o meu voto com muita confiança no trabalho que V. Exa. tem realizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha concordância, o meu voto de aplauso ao Senador Nery, por essa causa importante que ele defende no Congresso Nacional, na luta da erradicação do trabalho escravo.

Eu, Senador Nery, quando V. Exa. fala sobre o trabalho escravo, eu me lembro também das condições de escravidão dos trabalhadores brasileiros, que, embora, tenham garantias, carteira assinada e as obrigações trabalhistas, ainda vivem em condições, eu diria, análogas à escravidão. Vou dar um exemplo, Senador Nery, vou dar um exemplo a V. Exa. Hoje o brasileiro se aposenta aos 65 anos de idade. V. Exa. sabe que um agricultor, um homem do campo, ou um operário, um servente, um pedreiro, um carpinteiro com 65 anos de idade, pela lei brasileira é obrigado a carregar, por exemplo, um saco de cimento de 50 quilos. Não há quem aguente, Senador Nery. Isso é escravidão. No campo os sacos de cebola, de batata são de 60 quilos, isso tudo para pessoas, para brasileiros que são franzinos, que passam a vida inteira ganhando um ou dois salários mínimos, que, muitas vezes, não tem acesso a cuidar dos dentes, e chegam à terceira idade desdentados, com diversos problemas de saúde. É uma escravidão. A meu ver, é ainda expor o trabalhador pelo interesse do lucro, pela ganância do ganho a uma condição análoga de um escravo.

Eu quero parabenizar a V. Exa. Tenho lutado aqui para mudar essas condições de trabalho. Não é só isso não. Se o senhor for ver as condições de muitos trabalhadores brasileiros da indústria, do setor de mineração, aqueles que se expõem à insalubridade nos trabalhos subterrâneos, é realmente o que nós não vemos em outros países, em outros países há direitos ampliados e as pessoas têm garantia da sua saúde em primeiro lugar. Então, eu faço votos que V. Exa. consiga estender o seu trabalho com brilhantismo, como sempre faz defendendo suas causas, e pode contar com o meu voto na aprovação da sua Comissão, agora permanente de Combate ou de Erradicação ao Trabalho Escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, não como presidente, mas como participante simples desta Comissão, de dar o meu apoio. O Senador Crivella trouxe um assunto. Eu lembro que no caso da escravidão eram 60 anos, o escravo estava livre pela Lei Sexagenária, obviamente isso para os trabalhos braçais, para outros trabalhos como os trabalhos intelectuais deveria era trabalhar até o fim, que faz bem à saúde. Mas no caso do trabalho braçal, tem razão, é uma forma de escravidão, como é uma forma de escravidão o trabalho infantil. O trabalho a baixo de uma certa idade e acima de uma certa idade é uma forma de escravidão.

Mas eu quero perguntar aos Senadores o que é que acham de uma ideia? Eu vinha pensando também em criar uma comissão dessas, propor uma dessas permanentes ao Senador Flávio Arns, que é o nosso Presidente da Educação. E eu vinha pensando em propor uma subcomissão permanente no sentido de não esporádica, mas não no sentido de eterna, ela teria um prazo de validade, mas nesse prazo ela seria constante, que é essa a ideia. Seria para observar o problema de uma forma, outra de escravidão, que é o analfabetismo. O analfabetismo é uma forma de escravidão no mundo de hoje, o analfabeto tem dificuldade de se locomover de um lado para outro, logo ele é escravo, ele é prisioneiro. Ele tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, ele é escravo. E aqui faço uma pergunta aos membros, com toda franqueza, e liberdade para pronunciarmos sem influência, porque eu estou na cadeira do presidente. A gente faz essa comissão aqui na Comissão de Direitos Humanos colocando trabalho escravo e analfabetismo, trazendo para cá a dimensão do analfabetismo como direito humano, ou eu levo a proposta para a Comissão de Educação, tentando criar lá uma subcomissão, porque eu sei que já têm diversas, não sei como resolver, e que a gente possa ter um observatório permanente do problema do analfabetismo. É uma consulta que eu faço ao propositor e aos demais Senadores. Juntamos aqui uma Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo e do Analfabetismo ou deixamos só do trabalho escravo aqui e colocamos o analfabetismo na educação?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite. A ideia que V. Exa. está apresentando é uma ideia um pouco diferente no sentido de haver um trabalho, não seria uma comissão permanente, mas uma comissão, vamos dizer, transitória, enquanto aquele assunto estivesse em debate. Porque lá na Comissão de Educação, já existe a deliberação de se ter duas subcomissões permanentes: teatro, música, dança e comunicação que seria na área da cultura, e uma subcomissão permanente na área do esporte. Porque ao que me conste só pode haver duas subcomissões permanentes, então uma na área do esporte, onde entraria esporte recreativo, de lazer, educacional, de rendimento, acompanhamento de eventos, o que tem um impacto muito grande em direitos humanos também, porque se pegar aí a gurizada que está na rua de noite, tem muitos municípios que estão fazendo até quadras de esporte para atender à noite, feriados e tal. E a cultura também, a população que tem teatro, música, dança, comunicação; isso aí é um fator para inclusão social, para educação não formal ou formal. Então, a gente teria que estudar um pouco melhor para junto com V. Exa., porque V. Exa. presidiu lá dois anos e pode até nos ajudar, ou aqui, porque, sem dúvida, as duas comissões, tanto a Comissão de Educação, como a Comissão de Assuntos Sociais e esta Comissão tem interfaces bastante fortes, porque educação é direito humano, cultura, esporte, saúde, previdência, trabalho, assistência; são todos direitos humanos. Agora aqui abordar de uma maneira mais direta. Então, é um assunto a ser pensado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para suscitar o debate, porque o tema é interessante. Eu queria perguntar ao Senador José Nery como é que V. Exa. está vendo essa questão? Porque nós podemos apontar um outro caminho se acha que não dá para acoplar numa só.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, eu creio que essa questão da luta contra o analfabetismo no Brasil ou a luta pela erradicação no analfabetismo no Brasil precisa ter, de fato, um estado de prioridade governamental, legislativa e de toda a sociedade.

Eu considero, de certa forma, humilhante o fato de países da América Latina, vizinhos nossos, nos últimos anos, especialmente, agora a Bolívia e um pouco antes a própria Venezuela, declarar oficialmente territórios livres do analfabetismo. E fico imaginando o quanto o nosso país tem sido pouco ousado nas decisões relativas a uma política ou um conjunto de ações concentrados em determinado tempo, Senador Cristovam, que pudesse durante três, quatro anos, tomar a deliberação de erradicar o analfabetismo no Brasil, porque é possível, porque países, Senador Crivella, Senador Paim e Senador Flávio, países mais pobres do que o Brasil, com mais dificuldade do que o Brasil já o fizeram, países africanos já o fizeram, e nós não conseguimos fazer. Então isso é algo que deve nos preocupar realmente bastante. E eu queria, a propósito da sugestão do Senador Cristovam Buarque, de que essa subcomissão pudesse englobar a questão do analfabetismo. Eu queria propor a seguinte iniciativa: que pudesse estudar uma ação conjunta das Comissões

de Educação, e, como lembrou o Senador Arns, Assuntos Sociais e Direitos Humanos, poderíamos essas três Comissões talvez organizar, realizar, propor uma subcomissão temporária, em que nós nos dispusésemos a apresentar para o governo brasileiro, para a sociedade brasileira, e aí seria algo para gente trabalhar intensamente 90 dias de trabalho intenso, para que nós pudéssemos oferecer concretamente um diagnóstico e uma proposta dizendo como é que seria conseguir os recursos e fazermos uma mobilização nacional no sentido de a gente erradicar o analfabetismo do nosso país. Então, eu creio que poderia fazer separadamente e fazer uma subcomissão ou subcomissões--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, para ajudar, que regimentalmente não tem como nós criarmos uma subcomissão intercomissões. O que o senhor está propondo, na verdade, é um grupo de trabalho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O formato regimental.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria um grupo de trabalho das três comissões?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É. Um grupo de trabalho ou uma iniciativa conjunta das três comissões para um determinado prazo 120 dias fazermos um debate qualificado ouvindo diversos segmentos, e, ao final, termos uma proposta concreta, em que possamos apresentar um plano concreto, de que no prazo de três, quatro anos o Brasil se dispõe a erradicar o analfabetismo brasileiro, porque erradicar o analfabetismo é uma forma de você contribuir para a cidadania, para a erradicação do trabalho escravo, porque cidadãos esclarecidos dos seus direitos, cidadão cônscio da sua responsabilidade não se torna escravo de ninguém. A educação, é como o Paulo Freire nos ensinou, é o espírito mesmo da liberdade com que nós sempre sonhamos e queremos. Então, eu creio que essa ideia de reunir umas três comissões Direitos Humanos, Educação e Assuntos Sociais para constituir um grupo de trabalho seria, vamos ver o formato jurídico, regimental adequado e poderíamos, Senador Cristovam Buarque, a partir dessa nossa reunião de hoje aqui, fazer essa articulação com as demais comissões e num prazo mínimo definirmos um cronograma de trabalho e oferecer ao País. O Brasil vai se determinar no sentido de erradicar o analfabetismo, e com isso erradicar muitas outras formas de escravidão, não só da educação, mas escravidão quanto aos direitos fundamentais da pessoa humana. Eu creio que seria uma iniciativa importante se a gente constituir esse grupo de trabalho com essa amplitude, e com esse objetivo fundamental. Uma política nacional, uma campanha nacional, não sei nem se campanha, porque campanha tem ficado muito surrado, mas assim, um objetivo nacional de num determinado período de tempo, um curto espaço de tempo fazer o que os países vizinhos da América Latina estão fazendo, e, inclusive, de certa forma, deixando na lanterna essa questão fundamental que é a erradicação do analfabetismo no nosso País. Eu creio que poderíamos trabalhar em duas comissões diferentes, Comissão de Combate ao Trabalho Escravo Permanente, e esse grupo de trabalho, como bem sugeriu o Senador Paim, de que pudesse reunir aqui Educação, Direitos Humanos e Assuntos Sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, para ajudar no debate ainda. Eu concordo na íntegra com o que o Senador José Nery fala, com que V. Exa. fala, mas me preocupo. Nós sabemos que isso é uma luta secular, no mínimo, vou usar um termo de cem anos aí, para nós acabarmos com o analfabetismo e conseguir que todos, enfim, saibam ler e escrever e tenham conhecimento. E me preocupo um pouco, Senador José Nery, embora, concordando com toda a argumentação, se nós conseguiremos mesmo em 90 ou 120 dias ter fôlego num período quase que pré-eleitoral de fazer com que três comissões trabalhem em outro grupo. Eu estava aqui pensando, e eu pedi aqui à mesa, qual o número de subcomissões que existe, qual o nome dessas subcomissões. Quem sabe, eu estou pensando alto, se nós que falamos tanto que pobre daquele país que não respeita as suas crianças e os seus idosos, que talvez nós pudéssemos fazer então que na própria subcomissão do idoso, que nós trabalhamos, nós pudéssemos botar idoso e criança, ou idoso e combate a essa sua proposta, talvez desse para encaixar na questão do idoso, que é mais amplo, porque na questão do trabalho escravo eu estou entendendo a situação do Senador José Nery. É uma luta que eu acompanhei aqui e ele é muito bem focada, inclusive, com investidas em campo, com Polícia Federal, com apreensão, inclusive, como é que chama? Com ações focadas diretamente lá nas fazendas do trabalho escravo, enfim, é um trabalho pesado. Eu não sei se nós que faremos aqui inúmeras audiências públicas na questão do idoso, nós não encaixássemos aí, Senador Cristovam, estou pensando alto, a sua proposta, naquela linha de cuidado que nós temos que ter com idoso e com a criança, sabendo que analfabeto existem idosos e crianças. Enfim, a formulação nós poderíamos combinar como é que... Porque é um processo mais de educação, de discussão, de formação, de seminários, de elaborar propostas. Eu quero só ajudar para contemplar a proposta do Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Cristovam--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem prejuízo de termos audiências conjuntas com as três comissões sobre o tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Eu queria propor então o seguinte, que, informalmente, nós pudéssemos, Senador Cristovam, antes da próxima reunião da CDH, nós pudéssemos dialogar sobre uma proposta concreta que pudéssemos formular tanto ao nível da CDH, como ao nível das outras comissões, se for o caso. Mas nós chegaríamos na próxima reunião, seja para a própria CDH ou demais, com uma proposta de como encaminharemos esse que é um dos assuntos que mais mobiliza V. Exa., seja como senador, como governador, como candidato à Presidente da República, Senador Cristovam, entre nós o que tem uma dedicação fundamental na luta pela educação pública, de qualidade, que se transformou isso numa bandeira, não só dos seus mandatos, mas da sua própria vida, como educador e como professor renomado que é. Então, eu creio que a sugestão seria nós trazermos até a próxima reunião uma sugestão concreta de como abordaremos ao nível dessas comissões citadas, a questão da luta mais incisiva, mais permanente, mais decisiva pela erradicação do analfabetismo no Brasil. É a proposta que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aceito a proposta. Mas só para fechar. Na verdade, a gente precisava ter era um grupo onde nós trabalhando permanentemente, e eu creio que nessa comissão para completar a abolição, para completar a abolição, precisa abolir o trabalho, precisa eliminar o trabalho pesado daqueles que têm mais de 60 anos, precisa abolir a prostituição infantil, precisa abolir o trabalho infantil sobre todas as formas. Isso é necessário para completar. As outras coisas são não supérfluas, mas são avanços. Isso aí é o ponto de partida. Mas na próxima reunião nós trabalharemos. Eu só quero dizer que, de fato, eu fico triste que o Presidente Lula não possa deixar a marca única que ele poderia deixar definitiva no Brasil, que seria o Brasil é um território livre do analfabetismo. Poderia. Quatro anos do primeiro mandato ele poderia, ele se não dissesse nos primeiros quatro anos, nos seis primeiros anos, senão nos oito anos, e nós começamos isso no primeiro ano do governo dele. É uma pena que em 2004 tenha sido interrompida a meta, o propósito, o trabalho pela erradicação, até por influência do mundo acadêmico, que é contra o analfabetismo, diz que é preciso alfabetizar, e que a biologia cuida de erradicar quando todas as crianças tiverem aprendido a ler, um dia não haverá mais analfabetos adultos, porque terão morrido os que existiram. Isso para mim é uma visão de direitos humanos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eugenia, é uma visão de eugenia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma visão em [ininteligível], eugenia intelectual.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso é uma coisa que vem com Robiloo(F), passa por Hitler.

Agora V. Exa. quando Ministro de Educação, e eu sou testemunha disso, fez um programa que estava dando certo. As professoras recebiam pelo número de alunos. E eu me lembro que em Irecê, o máximo eram 25 alunos, mas podia ter duas turmas, a professora podia ter duas turmas, em Irecê na Bahia onde tem lá o projeto da Fazenda Canaã, havia um professor que estava cumprindo uma pena, e que 25 alunos se reuniam na delegacia, o delegado permitia ele sair, porque era professor e ele dava aula para erradicar o analfabetismo. Eu tenho até a impressão que não foram só os acadêmicos não, mas o mundo religioso também, fez pressão contra V. Exa. porque não queria prestar contas do trabalho, efetivamente, prestado; uma das razões, inclusive, para todas aquelas expectativas que se criaram quando V. Exa. deixou o cargo, uma das razões, um dos fatores foi esse. Agora V. Exa. tem tudo, todo o direito, autoridade, moral intelectual para propor o voto favorável. Vamos criar aqui uma subcomissão de combate ao analfabetismo. Eu quero trabalhar com V. Exa., vamos retomar àquele projeto, levá-lo ao Presidente Lula. Eu acho que agora ele já pode olhar para traz e verificar o que deu certo e o que não deu. Porque aquele seu programa era uma coisa que estava sendo... Mobilizou o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na última conversa que eu tive com ele, ele chegou a dizer: “Eu lamento não ter levado adiante a campanha do analfabetismo”. Eu creio que por influência de Evo Morales, que mostrou para ele que na Bolívia, com centenas de línguas que têm, com território absolutamente terrível para ser administrado nos transportes, estão conseguindo. E eu creio que foi influência do Evo Morales, e ele disse: “Eu lamento não termos feito um esforço maior”, mas não fez porque parou, porque o processo estava indo e ia conseguir.

E o Senador Crivella tem razão, a igreja católica tem, há muito tempo, um programa de formação de alfabetizadores, e se rebelou contra o nosso programa que pagava por alfabetizado, e não por alfabetizador preparado. O Brasil tem muitos alfabetizadores preparados e fora da atividade. Nós pagávamos por alfabetizado. E foi um erro, se submeteram a essa visão, hoje se dedica mais dinheiro para formar alfabetizadores do que para alfabetizar os analfabetos. Então, vamos

criar essa comissão. Mas nós ficamos de, em 15 dias, trazer essa proposta para discutirmos.

Eu ponho então em votação a transformação da comissão de luta contra o trabalho infantil de provisória em permanente. Essa é a proposta do Senador. Os que tiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovada. Senador Nery, eu lhe parabenizo, e é óbvio que creio que o senhor será o presidente dessa comissão, ninguém tem mais legitimidade do que o senhor para isso.

Vamos ao item 2 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Que não é um trabalhador escravo, mas é um escravo do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ao item 2. Que requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal culminado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com vistas a tratar das questões acerca da saúde pública no Brasil, devendo ser convidados entidades e pessoas constantes da lista anexa. Ao Senador Paim, que é o autor do requerimento, eu passo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, eu, nesse fim de semana, quinta e sexta eu participei de atividades no Rio de Janeiro e São Paulo. E já tinha participado em outras aqui, no Rio Grande do Sul, aqui mesmo em Brasília, em todos os locais que eu tenho passado, eles dizem a mim que a questão da saúde é uma questão de direitos humanos. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Então, devido a isso, Sr. Presidente, é que eu resolvi apresentar esse requerimento para que a gente discuta a saúde pública no Brasil. Seriam convidados, nós faríamos uma parceria com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Médicos, e, naturalmente, vamos convidar o Ministério da Saúde, vamos convidar secretário da saúde, por exemplo, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do próprio Rio Grande do Sul, aqui de Brasília, onde eu vi ainda ontem e hoje algo assustador, o que acontece nos hospitais aqui de Brasília, inclusive, mas não é só de Brasília não, eu não estou aqui com foco nesse ou naquele Estado, é uma realidade nacional. Eu acho que o Pará não é diferente, o Rio Grande do Sul não é diferente. Entendo que independente do partido que está governando. Eu quero dizer que a minha iniciativa é discutir a saúde pública no Brasil, e que não seja nenhum instrumento que vá dá impressão que é contra esse ou aquele governador, até porque a saúde pública no Brasil tem muito mais a ver até com a minha responsabilidade como parlamentar da base do governo. Por isso que o objetivo é esse.

Eu listei alguns nomes, mas esses nomes não há problema nenhum, os Senadores poderão também indicar, naturalmente, a partir da aprovação entidades, Secretários de Governo, o próprio Ministro da Saúde para discutirmos a saúde pública no Brasil. Esse é o objetivo, Presidente Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com todo o meu apoio, Presidente. O Rio de Janeiro vive hoje problemas terríveis com a saúde pública, os hospitais estão numa situação caótica, entra governo e sai governo, o que mostra que não é uma coisa partidária, é uma coisa realmente nacional. Nós precisamos tomar uma posição com relação ao financiamento da saúde pública. Acho que já superamos o neoliberalismo, aquela fase em que nós queríamos privatizar a saúde, os medicamentos e etc., e agora precisamos caminhar, descobrir os financiamentos, a fonte de financiamento para uma saúde pública decente para o nosso povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery quer se pronunciar?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, o tema de audiência pública, que o Senador Paulo Paim propõe sobre saúde pública no Brasil. Ontem eu falava no plenário que no Dia Mundial da Saúde, o Brasil.. E falava, especialmente, do meu Estado do Pará, e mais precisamente da capital do Estado, Belém, não tinha muitos motivos para celebrar e comemorar o Dia Mundial da Saúde, tendo em vista, o caos da saúde pública em nosso País. Em Belém os recursos de transferência estão desde a última sexta-feira, às transferências estão bloqueadas pela Justiça Federal, por conta de que a prefeitura de Belém vem sistematicamente precarizando os serviços que já existiam, mesmo aqueles que eram de razoável avaliação, hoje estão desestruturados, o Programa Família Saudável, os postos de saúde não tem... As unidades de base de saúde não têm como atender, minimamente, o cidadão, cidadãos têm morrido, inclusive, alguns registros à frente das câmeras de televisão, mostrando total desassistência e de investimento--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até por falta de anestesista o cidadão morre porque não pode operar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --O que é um caos completo e absurdo. Então, eu creio que essa audiência com a amplitude que ela merece ser realizada, talvez, pudesse ter presentes aqui na impossibilidade de ter secretários, representantes de todas as

capitais, de todos os Estados do País, talvez, pudesse, a título de sugestão, Senador Paulo Paim, pudesse pensar aqui na presença de representações das cinco grandes regiões brasileiras, de modo que pudesse ter do Norte, do Sul, do Sudeste, da Amazônia, do Sudeste, pudéssemos ter aqui uma visão mais geral do problema no momento e, sobretudo, dos caminhos, e ouvindo, inclusive, as entidades, os profissionais, médicos, enfermeiros, suas entidades, os técnicos de enfermagem, e os conselhos, os conselhos estaduais, o Conselho Nacional de Saúde, uma representação de conselhos municipais de saúde, para que nós fizéssemos, quem sabe, um dia inteiro, esse é um tipo de audiência, Senador Paulo Paim, que, a meu ver, vá necessitar um dia inteiro para ouvir o País aqui nesta comissão, e, sem duvida, ao final desse trabalho podermos orientar, sugerir encaminhamentos que ajudem, que contribuam para melhorar a saúde pública no Brasil, porque a atual situação é de caos completo. Em Belém mesmo, essa semana, fui obstada à instalação de uma CPI na Câmara Municipal para apurar os desvios, os desmandos na área da saúde pública. E o prefeito conseguiu essa semana uma licença para viajar e está nos Estados Unidos, deixando, quando Belém está um caos completo. Enfim, essa situação que não é de Belém, mas é do Rio Grande do Sul, é do Rio de Janeiro, é de São Paulo, é do Tocantins; enfim, é preciso ser colocado aqui e, sobretudo, encontrar medidas e soluções que ajude a equacionar o problema.

Então, Sr. Presidente, eu acho que é uma audiência para um dia inteiro com a representação das cinco grandes regiões do país. Obrigado.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu considero extremamente pertinente e oportuna a propositura apresentada de realização de audiência pública para discutir a questão da saúde no País. A saúde é essencial, é importantíssimo para qualquer cidadão, interfere na sua vida útil, na sua possibilidade de trabalhar. E o que se verifica é que a saúde pública no País está enfrentando dificuldades homéricas. O que se observa nos municípios pequenos uma total desestruturação e um ambiente mais visível de atendimento à saúde das pessoas necessitadas é a ambulância. Municípios de determinado porte quando a pessoa adoece e qualquer tipo de doença, quebra um braço, ou é acometido de um outro tipo de doença, o recurso que o município tem é colocar na ambulância e levar para um outro município de maior porte com melhor condição. E isso dificulta, sobremodo, a vida das pessoas, porque a pessoa quando sai do seu ambiente natural e vai para outro lugar para ser submetida ao atendimento à saúde, primeiro deixa de ter a atenção da família, a proteção, a atenção, os cuidados que a família pode compreender. Segundo: congestiona a unidade de saúde lá na ponta que vai atender esse fluxo que vem dos municípios menores. O que se observa é uma distribuição de atribuições cada vez maior aos municípios, sem a necessária compensação financeira para o serviço utilizado.

Então, há já essa municipalização da saúde, mas ela não está, efetivamente, atendendo as demandas e as necessidades da população, razão porque é importante que nós possamos discutir, a larga, essa questão, e, quem sabe, daqui surgir uma proposta que possa melhorar a saúde pública no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Senador. E passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que muito nos honra com sua presença. E se considere parte integrante desta Comissão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente. É muita alegria e honra poder estar aqui nesta manhã.

Eu gostaria apenas de observar, Sr. Presidente, nesta Audiência Pública que eu julgo da maior importância, acho a questão da saúde no Brasil em ter a crítica e no limite total. Existe ainda um agravante: os parlamentares se sentem desestimulados a colocarem os seus recursos e as suas emendas individuais no Ministério da Saúde por quê? Porque a PEC 29, felizmente, ou, infelizmente, ela funciona da seguinte forma: o dinheiro do ano seguinte é aquele que foi gasto no exercício anterior mais a variação do PIB nominal. Então, eles instalam no Ministério um gatilho para que esse gasto do ano anterior não seja exorbitante, porque ele deverá ser repetido no ano seguinte. Então, as emendas são liberadas de acordo com o interesse de que esse limite não se exalte sobremaneira. Então, acaba que perdendo e desestimulando os parlamentares que têm interesse, por exemplo, em colocar equipamentos hospitalares nos seus Estados, como eu já fiz e já perdi várias vezes, tomógrafos para a cidade de Araguarina, para a cidade de Gurupi, e eu venho, repetidas vezes, colocando o mesmo valor para esses dois tomógrafos. Este ano passado, inclusive, consegui empenhar um tomógrafo. Então, isso tem que ser avaliado e criticado com relação ao Ministério para que essa barreira invisível, para que essa intenção que não está escrita possa parar de ocorrer.

Com relação à CPMF, àquela época, quando o governo insistia em dizer que a CPMF era para a

saúde e nós dizíamos que nada disso tinha a ver com a saúde, é porque a PEC 29 funciona assim. Com CPMF, ou sem CPMF, ou com qualquer outro imposto, é assim que ela varia e assim que cresce os recursos para a saúde.

Então, eu quero deixar aqui essa observação que eu julgo da maior importância, porque se isso não acontecesse, eu tenho certeza, que a grande maioria dos senadores e deputados federais colocariam mais recursos para a saúde para equipar os hospitais de todo o Brasil. Como disse o Senador Leomar Quintanilha: os nossos hospitais de pronto atendimento viraram ambulância. É turismo de ambulância nos postos de gasolina na Belém-Brasília no meu Tocantins, por exemplo. Há dias de passar num posto de gasolina e encontrar oito, nove, dez ambulâncias abastecendo, e isso não é correto com o cidadão.

Então, eu gostaria de agradecer a participação e apenas contribuir com esse comentário. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Não havendo mais quem queira se pronunciar eu ponho em votação. Os que estão a favor, permaneçam como estão. Está aprovada. E vamos levar adiante essa audiência.

Temos o item nº 3, cujo relator é o Senador Leomar Quintanilha. Trata-se da instituição do Fundo Nacional do Idoso, e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso. O autor é o Deputado Beto Albuquerque, o Senador Leomar Quintanilha é o relator, a quem eu passo a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão passa a apreciar o Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que lá recebeu o nº 161/2008 que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, as doações efetuadas as fundos municipais, estaduais e nacional do idoso. O referido projeto busca instituir o Fundo Nacional do Idoso com o objetivo de financiar programas e ações relativas à população idosa. Estabelece ainda que este fundo tenha como receita, primeiro: um recurso que em conformidade com o art. 115 da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, foram destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social para aplicar em programas e ações relativas ao idoso. Segundo: as contribuições referidas dos art. 2º e 3º desta lei que lhe forem destinadas. Terceiro: os recursos que lhe forem destinados no orçamento da União. Quarto: contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais. Quinto: o resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais. Sexto: outros recursos que lhe forem destinados.

Um dos pontos mais relevantes da proposta está na alteração do art. 12 da Lei 9.250, que torna as contribuições feitas aos conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso, passíveis de dedução do imposto de renda, como já acontece com as que são feitas para os fundos destinados às crianças e aos adolescentes. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à dedução do imposto de renda devido de pessoa jurídica, em cada período de apuração, das doações feitas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso, sendo vedada a dedução como despesa operacional. Essa dedução somada àquela relativa às doações para os fundos de direito da criança e do adolescente não podem ultrapassar 1% do imposto devido.

O projeto em tela foi provado na Casa de origem nas Comissões de Seguridade Social e Família, Constituição e Justiça, Cidadania e Finanças e Tributação. No Senado Federal após análise da CDH a proposição seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram oferecidas emendas à proposição. O art. 115 da Lei 10.741 de 2003, Estatuto do Idoso, estabelece que o orçamento da seguridade social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários em cada exercício financeiro para aplicação em programas e ações relativas ao idoso. Assim, o projeto em tela atende a uma demanda expressa em lei em caráter de instrumento legal apropriado.

Atualmente os recursos destinados aos idosos são oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, unidade orçamentária do Ministério de Assistência Social. Esses recursos são provenientes de várias fontes, tais como: a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Fundo de Erradicação da Pobreza, e Recurso do Tesouro Nacional. A proposta em análise também propõe a dedução do imposto de renda devido de pessoas físicas e jurídicas por meio de doações feitas aos fundos municipal, estadual e nacional do idoso nos mesmos moldes já praticados com as doações aos fundos de direito da criança e do adolescente. Cumpre dizer que a proposta não aumenta as deduções, pois estabelece que a dedução referente às doações não podem ultrapassar 1% do imposto devido, tanto para atender idosos quanto crianças e adolescentes. Na prática, o autor propõe que o Fundo Nacional do Idoso tenha condições de receber os recursos oriundos de doações dedutivas de imposto devido, procedimento que até o momento pode ser realizado apenas para os fundos destinados à proteção da infância e da adolescência. Vale lembrar que com

base nos dados suscitados do ano 2000 o IBGE estima que nos próximos 20 anos a população idosa no Brasil possa exceder a 30 milhões de pessoas, aproximadamente 13% da população total.

Para demonstrar a importância dessa representação também de acordo com o IBGE no inicio da década o peso relativo da população idosa representava 7,3% da população total, enquanto que em 2000 essa participação atingia 8,6%. Nota-se claramente, Sr. Presidente, uma distorção, enquanto o Brasil se esforça e está conseguindo obter a redução da natalidade infantil, o número de pessoas que alcançam a terceira idade ou superam os 60 anos avança em progressão geométrica, razão porque se faz necessário que se dispensasse uma atenção especial a essa faixa da população que, infelizmente, está tendo uma expectativa de vida maior, e é preciso que tenha uma assistência também com o crescimento nas mesmas proporções.

Vale lembrar, que da população de idosos, cerca de 1%, ou pouco mais apenas não tem condição de auto-sustentação, não vive com a sua própria família, depende de instituições públicas ou privadas que delas cuidam, e alguns asilos conhecidos não oferecem as condições de atendimento adequado e necessário às pessoas que dependem dessa assistência, razão porque nós opinamos pela aprovação do presente projeto apresentado pelo Deputado Beto Albuquerque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu não tenho como não falar desse tema. Como eu fui o autor do Estatuto do Idoso, e como o relator fala aqui com muita propriedade. Lá eu estabeleci já o fundo para as pessoas idosas. E por que é que na época eu não introduzi toda a regulamentação? Porque nos disseram que seria inconstitucional. Então, que eu me referisse ao fundo e ele viria por parte do Executivo. Como o Executivo não fez, não fez isso, o Deputado Beto Albuquerque, no meu entendimento, de forma correta, adequada é procedente, ele tomou a iniciativa. E nós sabemos que quando o Executivo quer, embora, alguns digam que esse ou aquele tema tem que ser de iniciativa do Executivo, ele acaba acatando e não vetando. Como o Deputado Beto Albuquerque é vice-líder do governo, eu quero aqui, com muita satisfação, dar o meu voto favorável. Ele se adiantou ao Executivo que estava muito atrasado, apresentou a regulamentação do art. 115 do Estatuto do Idoso para garantir, efetivamente, uma fonte de recursos.

Eu queria também me referir ao Senador Quintanilha, Leomar Quintanilha, que é o relator da matéria. O Senador Leomar Quintanilha presidiu a Subcomissão do Idoso com muita competência, e permitiu uma conversa com ele e com V. Exa. que a próxima subcomissão que nós vamos instalar fique sob a minha presidência. Fez um belo trabalho. Mas nem que não tivesse feito nada, meu Senador, só esse relatório aqui que vai garantir para o idoso um fundo permanente, já seria digno de aplausos de todos nós. V. Exa. fez um grande trabalho na Subcomissão do Idoso. Eu quero aqui cumprimentar o Deputado Beto Albuquerque, que é do Rio Grande do Sul, do PSB, pela iniciativa que teve para garantir o Estatuto do Idoso agora com um fundo definitivo e permanente. Tenho certeza, que o Presidente Lula vai sancionar essa matéria de autoria do nobre Deputado Beto Albuquerque e relatado aqui com o brilhantismo, de sempre, pelo nobre Senador Leomar Quintanilha, que ainda é até hoje, e tomara, se for preciso, mais alguns dias, e depois ele concorde, inclusive, em ser vice-presidente da Subcomissão do Idoso. Parabéns ao grande Deputado Beto Albuquerque, e também ao nobre relator Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão do Idoso desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu tenho dois pedidos de inversão de pauta, um proposto, inicialmente, pela Senadora Kátia Abreu e outro pela Senadora Marina. Eu consulto se estão...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): As mulheres sempre apressadas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou tem mais atividades que nós. Eu consulto se os senhores estão de acordo, permaneçam como estão. E eu ponho então em votação. O primeiro pedido de urgência foi da Senadora Kátia. Eu quero dizer que a Senadora Kátia não é da Comissão, mas a Senadora Rosalba Ciarlini assinou. E eu quero dizer que qualquer Senador que não seja desta Comissão, e que quiser oferecer qualquer assunto, eu assino embaixo como membro, salvo se for alguma proposta relacionada a fechamento do Congresso. Isso eu não assino.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para que não fique nenhuma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O requerimento da Senadora Kátia Abreu propõe em conjunto as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos, Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Sociais, a CCJ, a Comissão de Desenvolvimento Rural, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão Especial de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

ou seja, praticamente todas as Comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, as APPs e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio.

Na oportunidade ela apresenta a sugestão no sentido de que sejam convidados a participarem dessa audiência: Gustavo Ribas Curcio, que é doutor em engenharia florestal e pesquisador da Embrapa, em Colombo – Paraná, e Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia, pesquisador da Embrapa, monitoramento por satélite em Campinas. Esse tratará do tema alcance territorial da legislação ambiental indigenista e implicações para o agronegócio. O Dr. Gustavo tratará da definição de áreas de proteção permanente, uma proposta de parâmetros. Eu consulto os membros da Comissão sobre o mérito e também se tem sugestões de nomes, caso seja aprovado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria de apresentar sugestão de nomes, e, se for possível, aditar posteriormente o requerimento, claro que com o cuidado para que não tenhamos uma grande quantidade de pessoas, mas, sem sombra de dúvida, acho que o representante da FUNAI é fundamental para que possamos estabelecer um contraponto, e, enfim, pelo menos, mais um ou dois nomes para que... Pelo menos, mais um nome, porque são dois, pelo menos, teríamos um para cada visão, ainda que tenha um grande respeito pelo Dr. Miranda. Eu gostaria de poder sugerir um nome. De antemão, eu já sugiro que se puder acolher o nome do representante da FUNAI, ou do Ministério da Justiça, alguém do Ministério da Justiça.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de fazer aqui a sugestão, Senadora Marina, que estou fazendo em todas as outras Comissões. Não é justo que todas elas não possa, pelo menos, sugerir um nome, então como são nove comissões, nós estamos tentando entrar em acordo para que cada Comissão possa indicar apenas uma pessoa. Isso não impede que a Ministra possa através de outra Comissão tentar indicar mais alguém, mais outra pessoa.

Eu queria apenas chamar atenção para a Senadora que apesar de aqui estar escrito que a discussão é a respeito das terras indígenas, nós não iremos, através desses dois pesquisadores, que eu já assisti e já os ouvi, nenhuma discussão do mérito no que diz respeito se é para aumentar, se é para diminuir, se é muito, se é pouco. A referência à questão indígena é apenas o percentual, o fato em si e não uma discussão de mérito, de quantidade, de necessidade, de dúvida com relação a essas áreas, é apenas a gestão do território brasileiro, que são os comentários do Dr. Evaristo Miranda. Mas apenas é uma explicação e que a senhora fique à vontade, esta Comissão para indicar quem queira.

Na realidade, eu gostaria apenas de justificar o porquê de uma comissão conjunta de todas as comissões do Senado, por isso pedi ao Presidente Sarney que pudesse ceder o plenário do Senado na quarta-feira de manhã. Conversei com alguns líderes já dos partidos, no sentido de que nós pudéssemos dar oportunidade à ciência, no que diz respeito às questões ambientais. Para o próprio Presidente Lula, há quatro semanas em audiência que tive em nome da CNA, eu disse ao Presidente que me sentia muito constrangida no debate com relação ao meio ambiente, por não ser especialista, nem eu própria, e nem a minha entidade, a minha entidade que representa e presido, é especialista em produção de carnes, de grãos e no cumprimento das leis. E que eu gostaria diante dessa situação, que nós pudéssemos envolver a academia nessa discussão, e que nós não ficássemos debatendo como se uns fossem adversários dos outros, a respeito de percentuais, de reservas, de metragens, de territorialidade, o que é importante, o que não é importante, e que nós confiássemos na ciência do País, que nós confiássemos na academia de todos os segmentos, de vários lugares do País, mas que eles pudessem nos dar um embasamento do que é real, do que é verdadeiro, do que é de verdade necessário, o que o Brasil pode fazer com relação a essa questão. Em nenhum momento estamos discutindo, tentando discutir a questão de desmatamento. Isso para nós é uma questão já pacífica, vencida, aonde nós não pretendemos discutir esse item, inclusive, todos os Estados da Amazônia, através das nossas federações de agricultura, são a favor do desmatamento zero e moratória por cinco anos. O nosso debate é muito mais, Sr. Presidente, em torno da regularização, da legalização das áreas de produção e das áreas de preservação ambiental. Hoje nós temos áreas que estão impossibilitadas de produzir e nós temos unidades de conservação que também são uma ficção no País porque não foram desapropriadas, não foram indenizados os seus donos, e nós precisamos dar fim, dar cabo a essa situação. Nós precisamos, sim, ter unidades de conservação verdadeiras, protegidas que sejam, de fato, e de direito existentes e não uma ficção como várias no País hoje, e que a produção também possa estar regular, que nós possamos ter um código florestal, se assim for entendido ao Congresso Nacional de mudanças, mas que nós possamos ter um código florestal que,

de verdade, os produtores possam cumprir. A coisa mais triste no mundo é uma lei aprovada em um Congresso Nacional de qualquer lugar do mundo aonde o cidadão não consegue cumprir determinada lei, porque naquele momento todos eles são jogados à ilegalidade, não por gosto, mas por impraticabilidade da lei. E hoje nós não temos um Código Florestal, não é ele todo, mas nós temos pontos no Código Florestal e, especialmente, num decreto publicado no ano passado, que se torna impraticável alguns artigos e alguns itens que se encontram nesses dois documentos, nessa lei e nesse decreto.

Então, é apenas uma oportunidade que eu peço ao Senado Federal, já que a questão ambiental, a Ministra Marina Silva sabe disso, é importante para todas as comissões, é importante para todo cidadão, especialmente, nesse momento de discussão do aquecimento global, aonde esse Senado tem uma comissão especial que está acompanhando esse aquecimento. Então, eu gostaria muito de poder pedir a oportunidade a todos os colegas, que ouvissem esses pesquisadores que se dedicaram imensamente a essa gestão do território nacional, que avaliaram com muita precisão e apresentaram ao Presidente Lula, inclusive, a vários Ministros do Supremo Tribunal Federal já assistiram a palestra dos dois, Ministros de Estado, enfim, eles têm percorrido todo o Brasil para levar um debate não apenas de ecologistas, mas de ecólogos, de pessoas formadas, cientistas que querem discutir com muita praticabilidade. Não quero, de forma alguma, desmerecer os ecologistas, como também os ambientalistas que nós nos incluímos nesse rol. Nós produtores rurais também somos ambientalistas porque precisamos do meio ambiente mais do que qualquer um, porque dele é que sai a nossa renda. Nós precisamos da água, do solo em boas condições para produzir e a biodiversidade para que a gente possa fazer o controle das nossas pragas.

Então, este para nós é um ponto importante e que nós queremos só uma coisa, Sr. Presidente, decisão, definição, como está hoje com uma espada em nossas cabeças, na nossa costa não conseguimos mais produzir. Nós estamos vendo produtores serem presos em vários Estados do Brasil. Não quero aqui criticar a justiça porque está cumprindo a lei, infelizmente, uma lei impraticável aonde nós temos áreas no Brasil que há 200, 300, 400 anos como no Nordeste de plantio de cana, e que estão sendo chamadas, convocadas a dizimarem as suas produções porque são topos de morro e, portanto, APP, como o café do sul de Minas, todo o café do Espírito Santo, todas as maçãs de Santa Catarina, toda a uva do Rio Grande do Sul, 75% do arroz consumido--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Aonde é que alguém--–

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Por gentileza, Ministra--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): --Só um aparte. Desculpa, é só para--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, eu vou terminar o raciocino. 75% do arroz da várzea do Rio Grande. Então nós não queremos contestar a ciência. Se a ciência disser que tudo isso tem que ser arrancado e que tem que ser recomposto, nós temos que nos redimir, baixar a cabeça e cumprir. Mas nós precisamos de uma decisão científica e tecnológica por quê? Porque todas essas áreas estão em topo de morro com mais de 45 graus, e a lei é bastante clara ao dizer que topo de morro com 45 graus é APP e, portanto, não são próprias para produção. Como a várzea que é estabelecida não pelo Código, mas pelo CONAMA, também como área de preservação permanente, a nossa área, Senador Leomar Quintanilha, às margens do rio Araguaia mais de 2 milhões de hectares de área contínua irrigada estariam todas suspensas para produção.

Então, nós queremos, Sr. Presidente, é que a ciência possa arbitrar, não esses dois pesquisadores apenas, mas que a ciência, de um modo geral, pudesse nos orientar do que é verdadeiro, do que é real e do precisa ser feito para preservar e, especialmente, a água que para nós, produtores rurais, especialmente, é prioritária.

Então, eu queria muito poder contar com o apoio de todos os colegas, no sentido de nós abrirmos esse amplo debate que interessa a todas as Comissões, eu tenho certeza disso, a todos os segmentos sociais, econômicos, de saúde, de educação e que nós pudéssemos ter essa oportunidade ímpar nesse momento. Muito obrigada.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, acho, em primeiro lugar, que é válida a iniciativa da Senadora Rosalba em relação a propor o debate para esta Casa com o nível de amplitude que envolve todos os parlamentares e todas as comissões.

Acho que nada melhor do que a discussão democrática para que possamos estabelecer progressivamente consensos que em alguns casos quando não é possível a maioria decide, e que, na maioria das vezes, acerta, mas nem sempre, e a história está cheia de casos em que houve a decisão da maioria

baseados em estudos científicos, e depois a história mostrou que havia um equívoco. Se nós formos ler o livro Primavera Silenciosa, nós vamos verificar que quase que por unanimidade a ciência da época dizia que não tinha nenhum problema o uso do DDT, e, no entanto, passado um tempo nós hoje sabemos dos males que aconteceu nos Estados Unidos e no mundo inteiro, vindo, inclusive, a ser proibido em vários países do mundo. Eu concordo que a ciência dá uma grande contribuição, mas ela não tem uma posição definitiva, ela é processual, de forma não seria ciência, seria dogma. E nesse sentido o debate é altamente importante, como disse a Senadora Kátia Abreu, até porque mesmo dentro da ciência nós temos pontos de vista que levam a resultados diferentes. Se você for ouvir apenas aqueles que têm uma determinada posição, nós nem estaríamos fazendo ciência, porque alguém iria arbitrar que apenas uma forma de abordar a realidade estaria dando conta dessa realidade. De sorte, que eu sou favorável ao requerimento, e a minha posição, concordando, inclusive, com a Senadora Kátia Abreu de que cada Comissão possa indicar nomes, claro, porque não tenhamos aí uma assembléia de expositores, mas que a gente possa manter o equilíbrio para que tenhamos pontos de vista diferenciados para cada tema abordado, mesmo na questão da terra indígena eu mantenho que venha alguém que seja, enfim, da área, para que possamos ter também um contraponto, porque, afinal de contas, eles não pensam apenas os aspectos de quantidade de área, de legalidade de áreas. O processo de demarcação de terras indígenas obedece uma dinâmica social, cultural, econômica, enfim, em todos os aspectos que vai além dos aspectos da legalidade. De sorte, que eu concordo com o requerimento, e acho que pode ser um debate muito importante, até porque todos os estudos que nós temos visto serem feitos em relação a esses temas, eles são cheios de controvérsias, e eu não acredito numa ciência positivista que seja capaz de dar a última palavra por sobre a política, por sobre a ética e por sobre todos os aspectos que orientam, inclusive, a decisão dos cientistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que não há dúvida sobre o mérito da proposta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, V. Exa. poderia distribuir entre os membros da Comissão a cópia do requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, sim, por favor. Eu creio que não há qualquer dúvida pelos pronunciamentos do mérito e será aprovado sem problema. O problema é qual a pessoa que nós indicaríamos e, de fato, a Senadora Marina traz uma dimensão importante. Como essa é uma Comissão de Direitos Humanos, é natural que haja a indicação de alguém ligado aos direitos humanos, e não, necessariamente, à ciência. É como se a gente fosse discutir o problema racial e não ficaria só com geneticistas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não quis dizer que apenas cientistas poderiam debater, isso é uma opinião pessoal exatamente com relação a algumas funções e práticas que têm que ser definidas, mas eu, em nenhum momento, quis restringir o requerimento apenas a cientistas. Eu estou só apenas justificando as duas indicações aqui propostas. Mas teremos o prazer de debater com todos os indicados. Só peço que nós possamos, repito, um de cada Comissão porque são nove Comissões com mais dois aqui apresentados, seriam 11 expositores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, no caso, um a mais do que esses dois?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente, nós temos dois aqui apresentados que eu gostaria de pedir o apoio para serem aprovados, os dois. E se cada Comissão está acontecendo isso, cada comissão que são nove que vão participar, que é a comissão conjunta, um dia só, que cada uma pudesse indicar apenas um, porque serão nove então indicados com mais dois, onze expositores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Indicaríamos um, e ficariam esses dois. Esses dois seriam [ininteligível] de todos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E mais um de todas as outras.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): E um das outras Comissões.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu queria dar uma sugestão. Eu acho que esta Comissão estaria muito bem representada se a Senadora Marina indicasse esse nome nosso. Eu acho que ela tem toda condição.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu posso pensar em sugerir. Eu não gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ou sugerir.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Aprovamos com...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, os que estiverem de acordo com essas duas propostas, uma de participação na Comissão e a outra que o nome indicado pela Comissão de Direitos Humanos venha da Senadora Marina. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Então, está aprovado. E a Senadora teria alguns dias para nos indicar e a gente indicaria.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada a todos os membros da Comissão. Eu tenho certeza que vai ser um grande dia, será um grande debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada a senhora. Eu tenho agora pela--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Item 5, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Inversão da pauta, esse requerimento da Senadora Marina. Esse é muito rápido.

Ela propõe, requer a realização de diligência, não de audiência, desta Comissão na área conhecida como Terra Indígena Bananal santuário sagrado dos pajés, com a finalidade de conhecer *in loco* a comunidade indígena a área ocupada por ela e as condições de sua ocupação. Ao invés, de ler a justificativa, eu peço a Senadora Marina que leia a justificativa ela própria, ou que faça a justificativa sem a leitura, se não quiser.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, Sr. Presidente, no dia 7 de agosto passado nós tivemos aqui uma audiência pública com representantes indígenas que têm o santuário dos pajés no Plano Piloto e lá numa localidade chamada Bananal, e eles vieram aqui para fazer denúncias graves de que o processo de ocupação das terras no Distrito Federal estaria, digamos assim, já prestes com projetos de edificações desconstituindo o santuário. E eles fizeram denúncias, estavam acompanhados de seus representantes e de movimentos sociais que têm preocupação com a terra indígena, tanto quanto com os aspectos ambientais daquela localidade, e na oportunidade V. Exa. propôs uma visita in loco àquela comunidade, o que foi acolhido pela Comissão, mas que eu tomei a liberdade de formalizar que possamos dar consequência à sugestão de V. Exa., e de que possamos marcar em concordância com a comunidade, o mais rápido possível, uma visita para que possamos ouvir deles próprios quais são as suas demandas, as suas preocupações, e, principalmente, verificar as condições que aqui foram relatadas para que possamos tomar as medidas necessárias que estejam ao alcance desta Comissão do Poder Legislativo e cumprir com o nosso papel de articular junto à sociedade a defesa dos seus interesses. E é por isso que apresentei esse requerimento, inclusive, dando consequência à sugestão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo qualquer opinião, eu ponho em votação. Os que estão de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu só consulto à Senadora Marina se ela tem ideia de quantos membros da Comissão. Seriam só membros da Comissão que iria, não é isso?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu estou sugerindo membros da Comissão, mas acho que para que seja representativo, pelo menos, cinco pessoas sem prejuízo de que todos que queiram ir, no mínimo cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de ir.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Cristovam Buarque, eu estive presente naquela audiência também em agosto do ano passado, e aqui manifestamos o compromisso de apoiar a luta daquela comunidade indígena, portanto, gostaria de estar presente, Senadora Marina, nesta Comissão, e, sobretudo, naquele período nós reclamamos muito da ausência dos órgãos oficiais, especialmente, do IBAMA que não veio aqui justificar o parecer que havia dado pela licença prévia para aquela área, inclusive, onde se pretendia construir um empreendimento imobiliário. Então, considero importantíssima essa visita e o apoio a essa causa da terra indígena, do povo da Terra Indígena Bananal. Portanto, creio que esta Comissão estará respondendo afirmativamente os compromissos que expressou, e o requerimento da Senadora Marina Silva dá conta disso naquela audiência pública do ano passado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para dizer que é uma dívida dessa Comissão, inclusive, cumprir a tarefa agora lembrada aqui nesse requerimento pela Senadora, e eu estando em Brasília, claro que me disponho, inclusive, a estar junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

Vamos ao item nº 8 cujo relator é o-–

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, vamos ao item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nº 5. Desculpe. É a sugestão nº 8 de 2007. Propõe audiência pública para discutir o modelo de assistência jurídica e judicial no País, bem como seu [ininteligível] e resultados. O autor é o Conselho de Defesa Social Estrela do Sul, e o relator é o Senador Marcelo Crivella, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Serei muito breve. O Condesesul nos surpreendeu aqui quando fez esse pedido emitido pela D. Joilda da Paz lá de Estrela do Sul em Minas Gerais, endereçado, na ocasião, ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, elencando de que no Brasil nós temos um gasto anual de 2 bilhões de reais, estimado, com assistência jurídica no País, e pelo volume de recursos, Sr. Presidente, seria necessário, realmente, nós termos uma audiência pública para discutir esse modelo, não só a assistência jurídica, mas também judicial. Então, eu relatei favoravelmente. Há aqui uma proposta, Sr. Presidente, para nós convidarmos a ONG da Justiça Global, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, o Instituto de Acesso à Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Reforma Judiciário, o MEC escolas de direito, o Instituto Probono, o Projeto Social Balcão de Direitos, o Tribunal de Contas da União através da Seprog, o Ministério do Planejamento, o Condesesul, a Ipea, o IBGE, O Movimento Sem Teto e a ONG Transparência. Sr. Presidente, o meu voto é favorável. É um assunto que tem assento na Constituição Federal, o legislador estabeleceu que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que provarem ineficiência de recursos, e se estamos, realmente, gastando 2 bilhões de reais por ano, acho que é dever desta Comissão, deste Parlamento discutir, debater esse modelo e quem sabe, Sr. Presidente, trazermos propostas para aperfeiçoá-lo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Está aprovada a audiência pública. E não havendo outros itens não terminativos, os dois itens seguintes, eu chamo atenção até para que a Comissão saiba, é um que altera a Lei 10.098 de 19 dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção e acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. É do Senador Romeu Tuma e o Flávio Arns é o relator. Não temos quorum. E o outro que altera a Lei nº 11.692 para incluir jovens de 15 a 17 anos em situação de morador de rua e entre os beneficiários de Pró-Jovem Adolescente do Senador Expedito Júnior, eu sou o relator, mas não há quorum. Então, está encerrada a sessão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Antes do encerramento da sessão, Presidente, eu gostaria de perguntar à V. Exa. se na próxima semana nós já poderíamos constituir a nova Subcomissão do Idoso com a indicação dos membros que eu creio que a indicação dos membros--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dei uma sugestão à mesa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Há houve uma sugestão por parte do Senador Paulo Paim na indicação dos nomes que poderia integrar a Subcomissão do Idoso. E nós gostaríamos que V. Exa. já, na próxima semana, designasse esses membros para que nós pudéssemos eleger o novo presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não vou esperar a próxima semana, eu designo hoje. Pode ser?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma prerrogativa do presidente. Então eu peço a assessoria que prepare o ato indicando, e fico muito feliz, e quero estar, pelo menos, na sessão de abertura.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Da primeira reunião.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A primeira reunião será para eleger o presidente que será o nosso nobre Deputado Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Então, nós faremos na próxima semana... É nomeação, não é eleição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nomeação e...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. vai indicar os membros, os membros elegeram o presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu indicarei hoje os nomes.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O acordo já acertado, o presidente será o Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai ser o meu vice com muito orgulho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Indicarei hoje e faremos a eleição na próxima semana.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Presidente.

Sessão encerrada às 10h49.

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE ABRIL DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de abril de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora (Fátima Cleide), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko e Marcelo Crivela e da não membro Deputada Federal Maria do Rosário. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Pauta: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 06, de 2009 – CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, com a finalidade de debater "o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". A Senhora Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Convidados que comparecem: Maria Cristina Vargas – Coordenadora de Educação do MST, representando Marina Santos – Coordenadora Nacional do Movimento dos Sem Terra – MST e André Lázaro – Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) do Ministério da Educação. Às dez horas e trinta e nove minutos a Senadora Fátima Cleide passa a presidência ao Senador José Nery. O Senador Paulo Paim faz um encaminhamento para o envio de um documento a Governadora Yeda Crusius e ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a revisão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que paralisou as aulas das escolas nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a fim de possibilitar a imediata volta às aulas dos alunos. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente, José Nery, agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Serys Slhessarenko, João Pedro, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque e a Deputada Federal Maria do Rosário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único: Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 06/09, CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, a realização da Audiência Pública para debater o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Como convidados, nós chamamos à Mesa Maria Cristina Vargas, Coordenadora de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representando Marina Santos, Coordenadora Nacional do Movimento dos Sem Terra – MST. Convidamos André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD, do Ministério da Educação. Foram convidados também Mariza Abreu, Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, ou seu representante. Não veio. Gilberto Thums, Procurador de Justiça do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul e Dionilson Marcon, Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Bom, bom dia a todos. Eu quero, inicialmente, agradecer a presença dos nossos convidados, Maria Cristina Vargas e André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, nós iremos dar início à nossa audiência.

Pergunto se podemos passar para o MST, André, e, depois... Então, eu passo a palavra para a Maria Cristina Vargas, aqui representando... Coordenadora de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

SRA. MARIA CRISTINA VARGAS: Primeiramente, bom dia a todos e todas. A gente agradece a oportunidade de vir debater a questão das escolas itinerantes, organizadas para atender as crianças, jovens e adultos dos acampamentos. Vamos agradecer, então, a Senadora Fátima, a Senadora Serys e o

Senador Paulo Paim, pela oportunidade de estar aqui hoje, fazendo esse debate junto a essa Casa.

O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul vêm adotando medidas repressivas para desestruturar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado, que inclui a criminalização de seus líderes.

Todavia, a última medida do Governo de fechar as escolas públicas itinerantes é um ato contra os direitos e as conquistas da sociedade civil. As escolas itinerantes é uma iniciativa inovadora desde 1996 e inicia no Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de atender as crianças, jovens e adultos acampados.

Atualmente, 600 crianças e 160 jovens e adultos são beneficiários das oito escolas públicas itinerantes que compreendem os Municípios de Sarandi, São Luiz Gonzaga, Nova Santa Rita, São Gabriel, Canguçu, Tupã Ciretã, e atendem um total de duas mil famílias.

É uma experiência pedagógica que encontra abrigo nas resoluções do Conselho Nacional de Educação, pois assegura o acesso das crianças à escola perto do local onde residem, oferecendo uma alternativa eficaz de ensino. Ademais, o currículo e o registro escolar têm seu reconhecimento no Conselho Estadual de Educação, tendo assim os conteúdos aprovados pelo órgão responsável pela educação no estado.

O modelo pedagógico das escolas públicas itinerantes atende às denominadas populações transitórias, grupos populacionais em situação social provisória, como é o caso dos acampados, que aguardam a regularização da terra ocupada.

É uma conquista que abrange diversos setores e segmentos da sociedade, como indígena e quilombolas. Tem registro legal nas áreas de Reforma Agrária, em outros quatro estados da federação, como Piauí, Goiás, Paraná e Santa Catarina, e conta com experiências informais em outras localidades, como Pernambuco.

Portanto, é um modelo publicamente elogiado por diversas entidades e profissionais que atuam na área da educação. A ação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul configura-se apenas pelo seu declínio ideológico, a partir de uma visão distorcida e preconceituosa dos beneficiários das áreas de Reforma Agrária e, especificamente, das áreas organizadas pelo Movimento Sem Terra.

A conivência do Ministério Público atenta contra os interesses da população e reforça a ideia de uma perseguição política, além de abrir um perigoso precedente jurídico que fere os direitos individuais e coletivos.

As justificativas para legitimar o fechamento das escolas itinerantes não encontram respaldo sequer nos municípios que atendem esses acampamentos. Não há por parte dos prefeitos desses municípios nenhuma garantia formal de que cumprirão a determinação de atender as crianças, os jovens e os adultos das escolas públicas itinerantes, como é o caso do Prefeito de São Gabriel, que afirmou que o município não tem condições de receber nas escolas as 600 crianças da educação básica.

A estimativa é de que somente o custo com o transporte alcance cerca de 45 mil reais. Hoje, custo das escolas... E, hoje, os custos das escolas itinerantes é no total de 16 mil reais.

O fechamento das escolas públicas itinerantes faz parte de um processo que já vem sendo desencadeado no Rio Grande do Sul. Somente no ano passado, foram fechadas 100 escolas no estado, incluindo o meio urbano. As comunidades, as famílias, os jovens e adultos beneficiários das escolas públicas itinerantes estão mobilizados e organizados para se manter na escola, garantindo o funcionamento das atividades.

Portanto, esta medida não encontra ressonância pedagógica, econômica ou jurídica, atende apenas ao expediente político do Governo, da Governadora Yeda Crusius, junto àqueles que deveriam defender os interesses públicos. Visando atingir o MST, essa decisão comete violações aos direitos sociais das crianças, jovens e adultos acampadas, tornando-se um retrocesso no avanço das políticas públicas, em torno da educação, além de refletir a visão que alguns gestores públicos têm em relação à educação do campo. Que as crianças, jovens e adultos, atingidos por essa retrógrada decisão, saibam que não estão sozinhos diante de tamanha arbitrariedade. A gente pensa que esse momento aqui é mostrar para todas as crianças, para os jovens e adultos que estão, hoje, em área de acampamento, não só organizada pelo MST, mas por outros movimentos sociais também do campo, é um momento de mostrar que eles não estão sozinhos.

Falar das escolas itinerantes é falar de um povo que está em luta pela terra, de um povo que não conquistou o direito ainda pela terra, de ter acesso ao bem que é da humanidade, a terra, a natureza e a produção. Falar das escolas itinerantes é falar dessa população. Talvez não é só falar das crianças e jovens que têm acesso à educação, nesse momento, das escolas itinerantes, mas é falar também dos pais dessas crianças, que também muitos deles também não tiveram acesso em seu tempo, em idade escolar, de frequentar uma escola, e, hoje, veem nos seus filhos, com a conquista da sua própria luta, a possibilidade de frequentar uma escola aonde estejam desenvolvendo a luta para garantir a sobrevivência das suas próprias famílias.

Então, quando falamos nas escolas itinerantes e o número, quando colocamos que são 600 crianças, são

160 jovens e adultos, não estamos falando só desse número exato, mas estamos falando dos educadores que estão também se escolarizando nesse processo, estão se formando e capacitando para garantir, depois, na continuidade do assentamento, também o desenvolvimento das escolas.

A gente quer aproveitar aqui para dizer de que nós não estamos só repudiando o fechamento das escolas itinerantes, mas as muitas escolas do campo que também estão sendo fechadas nesse momento, e, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, vem se travando aí uma luta grande não só do campo, mas também urbano, em torno do fechamento das escolas, que, para abrir uma escola, como a gente havia comentado esses dias, é muito difícil. Mas, para fechar as escolas, a gente tem percebido que é muito fácil e não se tem visibilidade para isso.

Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Maria Cristina, e você tenha a certeza que realmente as crianças, os educadores do Rio Grande do Sul, das escolas itinerantes não estão sozinhos. E o objetivo de realizarmos esta Audiência Pública é para dar ciência a todo o país do que está acontecendo no Rio Grande do Sul e buscarmos uma alternativa, buscarmos sensibilizar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para que volte atrás nesta medida, e, ao mesmo tempo, barrarmos esse processo que não pode, de maneira nenhuma, avançar sobre os outros Estados Brasileiros.

Nós registramos a presença dos Senadores João Pedro, do PT do Amazonas, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, Senador Flávio Arns, PT – Paraná, e Presidente da Comissão de Educação.

Nós tivemos também, senadores, aqui, o apelo da nossa Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, Deputada Maria do Rosário, que deseja participar desta audiência, e nós recebemos, há pouco, a informação de que tanto a Deputada Maria do Rosário quanto o Deputado Estadual Dionilson Marcon, que é Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, estão num voo que está atrasado. Por isso, não chegaram até o presente momento, mas estão se dirigindo, e, assim que chegar, se dirigirão para esta Comissão, pois têm imenso interesse em participar dessa Audiência Pública. Eu passo a palavra, agora, para o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Secretário André Lázaro.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Muito bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos pelo convite que me fez, saudar a presença dos Srs. e das Sras. Senadoras, na pessoa da Senadora Fátima Cleide, saudar os colegas do MST aqui presentes, e chamo colegas, porque o MST tem tido, no campo da educação, uma atitude absolutamente elogiável e meritória de registro.

Neste mesmo momento, se encontra reunido, aqui em Brasília, a Comissão Nacional de Educação do Campo, instituída pelo Ministério da Educação, para, em torno de uma mesma Mesa, definirmos políticas, num diálogo que agrega o Ministério da Educação, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, universidades, o próprio MST, a CONTAG.

No campo da educação, Srs. Senadores, Sra. Senadora, é preciso fazer um registro importante: há um permanente e construtivo diálogo entre os movimentos sociais e os poderes públicos, nos três níveis de Governo. Portanto, o Ministério da Educação acompanha, com muita apreensão, os fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, porque eles não expressam o ambiente construtivo e de diálogo que se estabeleceu em defesa da educação do campo.

A situação do campo no Brasil, hoje, do ponto de vista educacional, é das mais graves. Vejam aqui, Senadora, Senador Flávio, Senador Paulo Paim, que acompanham, por exemplo, o debate da questão do acesso às universidades, das cotas, é preciso que nós saibamos que a diferença de acesso à educação, no país, entre a população do campo e da cidade, é maior do que a diferença entre brancos e pretos, que é uma das maiores diferenças de acesso à educação no país.

Então, quando nós falamos do campo, nós estamos falando de uma população que, durante muito tempo, foi vista como uma população transitória. A lógica brasileira de olhar o campo era a lógica de que a população rural ia acabar dando lugar à agroindústria.

E, no entanto, não foi isso que aconteceu. Por várias razões sociológicas, econômicas e políticas, o campo é, felizmente, habitado, e por pessoas que querem viver lá. Não são pessoas que estão à espera de uma melhor oportunidade, são pessoas que elegeram o campo como seu ambiente de vida.

No entanto, os poderes públicos nem sempre conseguiram garantir ao campo as condições de educação necessárias. Ao longo dos anos 90, houve um crescente processo de fechamento de escolas do campo. Um fechamento preocupante, muito preocupante, porque ele deu lugar a uma grande indústria do transporte escolar. Então, crianças ficam três, quatro horas em ônibus para ter acesso à educação. E a escola, mesmo a escola pequena, unidocente, na nossa avaliação, é

melhor do que o ônibus escolar como alternativa para a educação das crianças.

Essa preocupação... E para mostrar o padrão do diálogo construtivo que o movimento social tem conosco na educação, quando o Ministro da Educação, em parceria com o Sr. Presidente da República, lançou o PDE, o Plano de Desenvolvimento da Educação, um dos programas pelos quais nós... Dos quais nós mais nos orgulhávamos era o Caminho da Escola, que, em parceria com o BNDES, comprava ônibus a preços melhores e ônibus criados especialmente para trafegar no campo brasileiro.

Pois bem, assim que lançamos o PDE, poucos dias depois, o Ministro recebeu, como recebe regularmente, o MST, a CONTAG, para avaliar como estão as questões do campo. E os movimentos sociais foram muito firmes, disseram: "Ministro, o PDE tudo bem. Agora, o Caminho da Escola vai ser o fechamento de todas as escolas do campo. O senhor tem que encontrar uma solução para impedir que uma boa medida, como o acesso a ônibus escolares, tenha como efeito correlato fechar as escolas do campo". O Ministro foi sensível a essa questão e encomendou à Secretaria que eu tenho a honra de presidir um estudo sobre a questão das escolas do campo.

Esse estudo, que foi feito em parceria com os movimentos sociais e também CONSED e UNDIME, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. E eu queria aqui fazer registro do extraordinário trabalho que o ex-Ministro Murilo Hingel, então Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, fez a partir dessa demanda do Ministério.

O Ministro Murilo Hingel elaborou um parecer, convidou as universidades, o CONSED, a UNDIME e os movimentos sociais do campo para uma Audiência Pública, em que se debateu esse parecer, e esse parecer foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e homologado pelo Ministro.

O que diz o parecer? Ele orienta que os sistemas de ensino mantenham as escolas próximas à residência das pessoas, para evitar o transporte escolar. Orienta a separação do que é educação infantil do que é o ensino fundamental. Orienta que o primeiro segmento do ensino fundamental tem que ser feito lá perto da casa das crianças, e que a nucleação, quando necessária, deve restringir-se a quinta à oitava, ensino médio.

Reparem, senhoras e senhores, essa orientação, ela não vem de um segmento político-ideológico. Ela vem dos educadores brasileiros. Ela vem do órgão máximo da educação brasileira, que é o Conselho Nacional de Educação. Por isso, a nossa apreensão, quando tivemos notícia em estados, pelo MST, que nos dirigiu uma carta e também pelas notícias de jornal, de que havia se tomado uma decisão a partir de uma provocação do Ministério Público, de um termo de ajuste de conduta, do fechamento das escolas itinerantes.

O MEC não tem poder algum sobre os sistemas de ensino. Nosso papel é articulador, é orientador, é apoiar financeiramente. Não temos poder de decisão. Sabiamente a Constituição Brasileira orientou que cada sistema de ensino tem sua autonomia para gestar, gerenciar a sua rede. Por isso, o MEC apenas pode comparecer a esta audiência e prestar sua solidariedade às crianças que estão sem escolas, prestar sua solidariedade aos adultos sem escolas, mas não temos nenhum poder de interferência nas decisões de qualquer secretaria estadual ou municipal.

No entanto, nós fazemos um apelo. A Secretária Mariza Abreu é uma pessoa de um conhecimento extraordinário, das secretárias de educação, ela surpreende pelo domínio que tem da legislação, pelo conhecimento que tem dos fatos da educação brasileira. Então, fazemos um apelo aqui à Secretária, que, em diversos momentos, teve um papel extremamente positivo no diálogo entre o MEC e os sistemas de ensino, para que avalie as consequências dessa decisão, porque elas apontam para o cerceamento e a limitação do direito à educação das nossas crianças, adolescentes e jovens.

Queria lhes informar que, recentemente, e fruto dessa decisão, o Ministério recebeu o Prefeito de São Gabriel, lá do Rio Grande do Sul, que veio desesperado: "Eu vou ter que acolher semana que vem 600 crianças. Eu não tenho escola. Eu não tenho transporte escolar, não tenho merenda, eu não tenho livro, eu não tenho sala de aula, eu não tenho cadeira, eu não tenho quadro negro". Esse era o relato do Prefeito. E, diga-se de passagem, o Prefeito era contrário a que se colocasse essa população assentada no seu município. Ele era contrário.

Mas, vencido pelos fatos, tomou a decisão de estadista, está dado o fato: "Eu tenho cidadãos novos na minha cidade, tenho que acolhê-los". Foi ao Ministério da Educação, e o Ministério está se esforçando para apoiá-lo, sabendo que construir uma escola é um trabalho de um ano. Você não faz uma escola em menos de um ano, entre... Enfim, é um conjunto de decisões muito importante.

Esses fatos nos levaram inclusive a encaminhar uma carta, tanto ao MST quanto ao Rio Grande do Sul, ponderando que a decisão, talvez ela não tenha colocado o direito das crianças, dos jovens e adultos em primeiro lugar. Essa é a preocupação do Ministério da Educação. Nós temos que colocar o direito das crianças em primeiro lugar. O resto deve se acomodar para garantir esse direito.

E o Ministério da Educação, e é importante lhes dar essa satisfação, o Ministério da Educação vem trabalhando muito fortemente para apoiar as pequenas escolas do campo. Nós temos, hoje, quase 50 mil escolas no campo brasileiro, que são escolas de uma ou duas salas. As chamadas escolas multisseriadas, em que o mesmo professor trabalha com crianças de primeira a quarta série. Primeira a quinta, agora que nosso ensino fundamental tem nove anos.

Durante muito tempo essas escolas multisseriadas foram vistas como o grande bode expiatório da qualidade da educação no Brasil. A culpa era das escolas. Nós descobrimos que não é isso. Nós descobrimos que o problema não é a escola ser isolada ou multisseriada. O problema é não ter uma rede de apoio e uma estratégia de apoio a essa escola.

Fruto dessa constatação, o Ministério retomou um programa que foi desenvolvido no âmbito do Fundo Escola, chamado Escola Ativa. Esse programa, Senador Flávio, é um programa muito interessante. Ele foi desenvolvido na Colômbia, com foco nessas escolas. O Banco Mundial conheceu o programa e resolveu difundi-lo. Eu, por razões etárias e ideológicas, não sou muito simpático ao Banco Mundial. Mas tenho que constatar que, em alguns momentos, o resultado desse trabalho foi positivo.

Então, nós pegamos a metodologia do Escola Ativa, que é uma metodologia que apoia o professor que é unidocente, tem materiais específicos para cada série, pegamos essa metodologia, montamos um Grupo de Trabalho, novamente com especialistas da educação do campo, convidamos movimentos sociais, convidamos CONSED e UNDIME e refizemos a metodologia, para torná-la adequada à realidade brasileira.

Os movimentos sociais criticam a metodologia e têm todo direito de fazê-lo. O MEC é que pretende, a partir dela, construir um diálogo com a escola multisseriada e apoiar a escola multiseriada. Então, ontem mesmo, eu abri aqui um seminário em Brasília, que conta com a participação de representantes das Secretarias de Estado e das universidades de todo o país para a implementação da escola ativa em 2009 e em 2010. Neste ano, 30 mil escolas unidocentes do campo estão recebendo esse apoio metodológico; no ano que vem, todas as escolas receberão esse apoio metodológico.

Portanto, essa informação, senhores e senhoras, é para lhes garantir que a escola pequena, a escola próxima à residência não é uma escola que não ensina. Ela não é uma escola que pode ser fechada. Ela, ao contrário, é uma escola que é importante para garantir que as crianças tenham acesso à educação, possam estudar perto de casa, possam ter o seu direito garantido. E, depois, na quinta e oitava, a gente pode avaliar a possibilidade de uma nucleação, de um deslocamento da criança.

Então, nesse sentido, o Ministério da Educação vê com muita apreensão a decisão tomada no Rio Grande do Sul, apela para a grande qualidade da educadora Mariza Abreu, que tem uma trajetória em educação muito importante, para que nós encontremos uma solução que coloque em primeiro lugar o direito das crianças, jovens e adultos, a uma educação de qualidade. Para isso, o MEC vem se esforçando.

E eu queria, para finalizar, agradecer a este senado pelo convite, para nós é uma honra estarmos aqui e lhes dizer que o nosso testemunho é que, no âmbito da educação... Não quero extrapolar daquilo que é a minha esfera de responsabilidade e competência. No âmbito da educação, o diálogo entre o Governo Federal [soa a campanhia], os Governos Estaduais, os Governos Municipais, as universidades e os movimentos sociais do campo é um diálogo construtivo e permanente. Prova disso é a nossa Comissão Nacional de Educação do Campo, hoje reunida aqui em Brasília e que tem contado com grande participação e grande contribuição do MST.

Para finalizar, ainda que haja grande diferença, hoje, no acesso à educação entre a população urbana e a população rural, não fosse a atuação clara dos movimentos sociais do campo, essa diferença seria pior. Seria mais ampla e mais grave. Portanto, eu creio que, no campo da educação, nós precisamos colocar o direito das crianças em primeiro lugar e unir os nossos esforços e nossas capacidades para sustentar e garantir esse direito. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dr. André Lázaro. Nós também nos colocamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, ao lado do Ministério da Educação, para buscar essas alternativas, buscar a resolução para os problemas da educação no campo.

E eu quero aqui, em nome dessa Comissão, parabenizar o Ministério da Educação pela iniciativa de realizar estudos e também o parecer do Conselho Nacional de Educação para que a escola, no campo, se aproxime cada vez mais das nossas crianças, e nós tenhamos uma reversão das prioridades. Priorizando não mais o transporte, mas, sim, a educação das nossas crianças.

Nós temos o registro aqui, Senador Paulo Paim...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, me permita, claro que vou ficar todo tempo aqui assistindo e vou participar do debate, sou um dos autores do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu peço licença para, durante cinco minutos, ir atender aqui uma delegação de estudantes da Faculdade Meridional de Passo Fundo que vieram visitar o Congresso e querem que eu os receba. Então eu vou ali; em cinco minutos, eu estou de volta. Tenho certeza que eles apóiam o pleito, liderado aqui pela Maria Cristina, e também pelo André. Me permita que eu digo liderado por você também, porque eu sei qual é a posição do MEC.

Então, eu saio durante cinco minutos e volto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não. Fique à vontade, Senador Paim. O Senador Paim é um dos autores do Requerimento.

Quero registrar aqui que o Senador Cristovam não está presente nesta audiência, neste momento, porque está também numa outra atividade da Comissão de Direitos Humanos, que é visitando uma aldeia indígena. Por isso está atrasado, mas também comparecerá à Audiência Pública.

Quero registrar a presença dos Senadores José Nery, do PSOL do Pará, Senador Marcelo Crivella e a Senadora Serys Slhessarenko, também autora do Requerimento. Pergunto à Senadora Serys se quer fazer uso da palavra como autora do Requerimento agora ou...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Agora e de forma breve [risos]. Obrigada, Presidente, nossa companheira, Senadora Fátima, Cristina, André,Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, pedir desculpas pelo atraso, mas a gente tem que estar segurando todas as pontas. Eu tenho duas audiências ao mesmo tempo e, pior do que isso, pior no bom sentido, eu estava com o Ministro da Previdência agora, com mais de dez prefeitos e Presidentes de câmara, que a gente está alocando uma coisa que é também extremamente importante, que são os postos do INSS, no meu Estado de Mato Grosso, que tem aquela extensão geográfica gigantesca, essa é uma questão extremamente relevante, tanto para o homem da área... Homens e mulheres da área urbana quanto da área rural.

Bom, a educação, eu costumo dizer... Eu estou como senadora, eu sou professora, eu fui professora 26 anos, de sala de aula, sem nenhuma falta e nem licença-maternidade. Tive quatro filhos. Como é que eu fazia, depois eu conto pra vocês. Acho que era uma loucura [risos]. Como é que eu tinha um filho por ano e continuava trabalhando direto. Eu passava as minhas aulas para ele, que era meu colega de universidade, por exemplo, e ficava 15 dias sem dar aula. Nos outros 15, eu já voltava e assumia as minhas aulas e a dele 15 dias, entendeu, para que os alunos não ficassem prejudicados, tendo que trocar professor por três meses. Essas coisas, realmente, são ficção científica, mas eu já fiz. Porque eu acredito realmente que o aluno tem que ser valorizado em todos os sentidos, respeitado, respeitado. As nossas crianças. Eu já fui Secretária de Estado, de Educação, eu já fui Secretária de Educação também da capital do meu estado, quer dizer, municipal, do meu Município de Cuiabá, onde a gente valorizou muitíssimo, realmente, algumas questões.

Uma delas era o acesso. O acesso... Quem quisesse, tinha que ter um espaço, tinha que ter um espaço na sala de aula, a democratização das relações de poder na escola e o respeito ao preparo profissional. E o preparo profissional entra tudo, desde a questão do preparo, propriamente dito, profissional, como salarial, etc., e tudo mais.

Então, essa questão a gente entende um pouquinho, pelo menos eu achava, na época, que entendia um pouquinho. E foi extremamente relevante... Por exemplo, no Município de Cuiabá, em um ano de Secretária, eu consegui triplicar o número de alunos em sala de aula. Tanto na área rural... Na área rural não foi tanto, mas, na área urbana, conseguimos triplicar e eram alunos dentro da sala de aula que não tinha sala. Mas a gente pegava a sala da casinha, que tinha espaço para botar 20 carteiras dentro, a gente colocava, mais 20 na outra, mais 20 na outra, até construir a escola para botar os 60, os 80 ou os 100 alunos.

Quer dizer, com vontade e determinação política, a gente faz acontecer, porque eu já fiz isso. Eu sei que é possível. Era chamar todo mundo: "Venham todos". "Onde vai botar?". "Não sei, a gente resolve". E ia resolvendo, automaticamente. O que não pode ficar é esse tipo de coisa, como a gente está acompanhando agora, acontecendo nos assentamentos do Rio Grande do Sul.

Isso realmente é desrespeito total aos direitos das nossas crianças, aos direitos dos nossos jovens e das pessoas que querem uma educação, que precisam de uma educação de adultos, que, até hoje, não conquistaram e, agora, têm essa oportunidade.

Então, por isso que a gente pediu, junto com a Senadora Fátima, o Senador Paim, essa audiência, para que a gente realmente tenha condições não só de discutir, mas de buscar outras saídas.

Eu, por exemplo, quando Secretária, pelo menos Municipal, eu tive oportunidade, pelo menos, na época, entre aspas, botar todos dentro da sala de aula, seja lá do jeito que fosse, mas a gente conseguiu fazer isso, enquanto ia construindo, que a gente estava com determinação que ninguém... Que todo aquele que batesse

na porta da escola, que queria um espaço, ele tinha que ter. E isso é possível, porque a gente já fez

Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Serys. Por cessão do Senador Paulo Paim, que é um dos autores do Requerimento, eu passo a palavra para o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sra. Presidente, senhores convidados, Maria Cristina que representa o MST, dirigentes do MEC, Srs. Senadores. Primeiro, eu quero parabenizar o Senador Paim pela iniciativa de propiciar esse debate aqui na Casa. Diz respeito ao Rio Grande do Sul, mas não só ao Rio Grande do Sul. Isso... Essa atitude tem... Tem um simbolismo nacional. Um simbolismo nacional.

No meu estado, o Amazonas, nós não temos o MST. Por sinal, é uma falha do MST não organizar o MST no Amazonas [risos] para defender a reforma agrária verde. No Amazonas, Maria Cristina, o MST tem que defender a reforma agrária verde, com florestas, com as castanheiras, as seringueiras, com os pescadores... Enfim. Mas não tem.

Mas quero falar aqui de uma experiência que tive, o MEC acompanha isso, que é a experiência do INCRA com o PRONERA, no campo. Então, nos projetos lá no Estado do Amazonas, lá na nossa Amazônia... Essa é uma experiência muito importante com o campo, com as famílias assentadas nos projetos agroextrativistas, o PRONERA.

O PRONERA tem uma parceria do INCRA com as instituições, com a Universidade Federal, com a Universidade Estadual... Essa é uma experiência muito importante para as crianças, para os jovens e adultos que vivem, que trabalham com agricultura familiar. Essa é uma experiência que eu considero importante, mas ainda tímida. Porque ficam de fora do projeto centenas de jovens e de adultos. E o INCRA faz um esforço com estas instituições para atender essa demanda, essa dívida brutal, criminosa, com parte do povo brasileiro que não tem acesso à escola. Adultos. O Pronera tem pessoas com 70 anos estudando, fazendo alfabetização. E isso é o Estado corrigindo essa indiferença, essa maldade de não propiciar escolas para essa parcela da nossa sociedade, do povo brasileiro.

Pois bem. Então, quando eu vejo essa atitude da Governadora, do Ministério Público Estadual, me assusta. Eu não tenho outra avaliação, senão colocar nesta atitude o componente político-ideológico que está presente em todas as instituições do Estado Brasileiro. Componente perverso, criminoso, pequeno, de fechar escolas. Cria um movimento social, que a sociedade civil no mundo todo se organiza não contra o estado, mas para fazer aquilo que o estado não conseguiu fazer. Então, eu estou aqui para prestar solidariedade ao MST, às instituições que defendem e chamar a atenção de que isso não ajuda a construir o Brasil, que isso não ajuda a diminuir diferenças. Pelo contrário, acentuam um fosso ideologicamente muito perigoso contra o movimento social, contra o MST.

Uma postura que também não é diferente da postura do PSDB. Nós conhecemos a postura do PSDB com educação. Haja vista o tratamento que o Presidente Fernando Henrique deu às escolas federais, às escolas técnicas. E só agora o Governo do Presidente Lula amplia essas escolas. É só olhar o Governo do PSDB e ver os recursos para as universidades federais no período de oito anos.

Então, é abominável esta atitude da Governadora e da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul. Nós precisamos é fazer esse debate, mobilizar a sociedade, porque é um absurdo nós defendermos a sala de aula, uma pequena escola no campo, nas distâncias, nas fronteiras, e o estado e os governantes fecharem a escola.

O exemplo do Prefeito é importante. Quer dizer, o Prefeito daqui a pouco fecha, "E aí? Como é que vou fazer? Tem 600 crianças, adolescentes, eu não tenho escola". Então, fecha-se uma escola por questão meramente política.

E eu estou aqui para prestar a minha solidariedade e condenar essa postura que não ajuda o Brasil, no sentido de corrigir indiferenças com parte da sua população, que precisa do saber, do conhecimento, da escola. É inacreditável que, num estado importante do Brasil, da nossa federação, a Governadora tente fechar um espaço do saber, o espaço do conhecimento.

Então, eu quero parabenizar a postura do MEC. E o MEC tem que continuar com essa postura e defender a escola, e me colocar também e prestar minha solidariedade ao MST pelo que vem fazendo na educação no campo. E me colocar à disposição nesta luta, nesta trincheira contra essa atitude burra, atrasada, pequena, do Governo do Rio Grande do Sul, em fechar as escolas do MST.

Eu não vou ficar mais tempo aqui, nesta Comissão, considero importantíssima essa audiência, tenho uma... Na Câmara, o Gestor do CPRM, que vai mostrar o índice da cheia no Amazonas, uma das maiores cheias da história lá do estado, e as populações estão passando por problemas seriíssimos, e eu vou para esta audiência na Câmara. Mas eu quero deixar aqui registrado o meu apoio no sentido da permanência das escolas no campo, das escolas do MST.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador João Pedro. Estão inscritos o Senador Paulo Paim, como autor do Requerimento, Senador José Nery, Senador Flávio Arns.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Crivella, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marcelo Crivella. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, Secretário de Educação do MEC, André Lázaro, Maria Cristina Vargas, Coordenadora de Educação do MST.

Eu confesso que estou um pouco constrangido. Estou constrangido como gaúcho. A gente que é acostumado sempre a dizer que o Rio Grande do Sul é um dos estados mais politizados... É o estado que elegeu, acho, que o primeiro deputado federal negro, o primeiro governador negro, o primeiro senador negro. E um desrespeito total que está acontecendo agora, veja bem... Não é nem contra o negro, branco... É com as nossas crianças. A que ponto chegamos? Desrespeito com as crianças. Eu não sou de fazer ataque pessoal e nunca fiz. Uma vez, sequer, a Governadora eleita... Pelo contrário, quando a Governadora assumiu, eu fui o primeiro a dizer: "Pô, vamos dar um tempo para ela sentar na cadeira e começar a mostrar serviço". Mas vai chegando um ponto que a gente não tem como mais... Como é que chama? Se controlar até.

Olha o que tem feito ultimamente a Governadora. Entrou com aquela ação no Supremo Tribunal Federal para não pagar o piso salarial para os professores, de 950 reais, que eu digo que é dois salários mínimos. Olha a nossa... Os educadores das nossas vidas, dos nossos filhos, da nossa gente, do nosso povo, não merecem ganhar dois salários mínimos. Obra, infelizmente, que é capitaneada também pela Governadora do Estado do Rio Grande do Sul.

O CEPEGS, todos aqui sabem, que nenhum governo fez isso. Os governos do PDT, do PMDB, mesmo do PDS, na época do Jair Soares, ainda, chegou ao ponto de proibir que as lideranças sindicais pudessem ficar na sua entidade, uma vez requisitada e paga pela entidade. Ela está requisitando de volta. Já requisitou. Eu tentei falar com a Secretária de Educação, ela disse: "Não tem volta".

E, agora, é essa última. Não, não é a última ainda. Nós estivemos numa Audiência Pública dessa Comissão de Direitos Humanos, lá na Assembleia Legislativa, o Marcon, enfim, todos os outros deputados estavam presentes, em relação ao movimento de criminalizar os movimentos sociais. Todos os movimentos sociais. Mas se via com olhar mais... Como é que chama? Focado no MST. Tivemos lá. Tivemos reunião com a Brigada Militar, tivemos com o Ministério Público, tivemos com o Secretário de Segurança Pública, e ficamos, assim... É bom ver chegar aqui a nossa querida Deputada Maria do Rosário, que é vinculada à educação e à história dos direitos humanos.

Eu convidaria, se me permitir, que você ficasse na Mesa, como nossa convidada. Posso ter essa liberdade?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Já ia fazer isso. Ia esperar o senhor terminar, Senador Paim. Mas quero convidar a Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, a fazer parte da Mesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada Maria do Rosário, eu estava fazendo um pequeno relato dos últimos movimentos, não tão últimos, porque já vem de um tempo, de, infelizmente, da nossa Governadora, em relação ao piso, eu falei, em relação à proibição dos dirigentes sindicais do CEPEGS ficarem à disposição da entidade, que Governo nenhum fez isso em toda a história do Rio Grande, falei da criminalização dos movimentos sociais. Rapidamente, eu que não sou, e V. Exa. sabe, de ter muito cuidado de não fazer ataque pessoal a ninguém e fazer mais uma crítica política.

Entenda a Governadora, que nós estamos ao vivo, que ela entenda que são críticas política à conduta dela. Não é a questão pessoal. E essa última, agora, do ataque de não permitir as escolas para as nossas crianças.

Eu recebi aqui um material para subsidiar a minha intervenção, mas eu achei tão interessante um resumo, e vou pegar só na última página, que eu vou expor aqui, porque, quando eu estou lendo, eu estou lendo com muita convicção, não é só para nós aqui. Via TV Senado, eu estou fazendo essa apresentação para todo o país.

E aqui, Maria do Rosário, do material que recebi, que V. Exa., naturalmente, deputada, acompanhou, diz o seguinte: "*A desistência do Procurador que enfrentava o MST. Isolado no Ministério Público*...". E por que eu quero ler? Porque eu entendo que não é uma posição do Ministério Público do Rio Grande. É de algum setor, como nós falávamos antes, como tivemos lá, e o Flávio Arns esteve junto naquela Audiência Pública, de um setor do Ministério Público.

E me lembro, na época que o Coordenador, o representante oficial do Ministério Público, naquele evento, ele dizia: "Olha--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Procurador-Geral.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Procurador-Geral, exatamente. Ele dizia: "Não é a nossa posição. É a posição desse ou daquele sujeito do Ministério Público". Mas o que diz aqui? "*Isolado no Ministério Público, criticado pela igreja, questionado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Governo Federal, pressionado pelos movimentos sociais, o Procurador-Geral Gilberto Thums jogou a toalha em sua cruzada contra o MST. O Procurador anunciou a saída de cena, após se comover, se comover, enfim, com a presença dos 'sem-terrinha', que estiveram presentes na Assembleia Legislativa*". Eu sei que, no interior, também fizeram, deram aula praticamente na beira da estrada, assistiram aula. "*De Brasíli...*". Meus cumprimentos ao Governo Lula e ao MEC, não poderia ser diferente, quero aqui enfatizar meus cumprimentos, "*De Brasília partiram ações da Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, do MEC, que apresentaram ao Conselho Nacional do Ministério Público um pedido de providências sobre a política e a atuação do Ministério Público gaúcho em conflito no campo*". Refiro aqui a um setor do Ministério Público. "*A justificativa do pedido calou fundo nos promotores e procuradores. O Ministério Público estaria afrontando os direitos fundamentais, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana*", ao proibir o direito deles estudarem.

"*Na introdução da defesa, a Procuradora de Justiça, Irene Soares Quadros, que esteve em Brasília, representando a instituição, disse que lamentava a circunstância da sua primeira oportunidade de comparecer ao Órgão, representando a Procuradora-Geral da Justiça, Simone Mariano da Rocha. Entre seus pares, as mais duras críticas partiram de promotores ligados às áreas dos direitos humanos e da infância e da juventude*". Para ver que é uma questão isolada, de alguns que acham que são donos do mundo e da lei.

Diz aqui, segundo esses promotores ligados aos direitos humanos da infância e da juventude: "*Não podiam ter feito um TAC sobre esse assunto, sem consultar os promotores da área da infância e juventude. Não conversaram com os promotores, com os conselhos tutelares, com os conselhos tutelares, com os integrantes do acampamento, nada, nada, nada. Disse um promotor ligado aos assuntos da infância*".

Depois, tem mais um pedacinho que acho importante dizer o seguinte: "*Há uma semana, o então coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Procurador Miguel Velasquez, e a Promotora da Infância e da Juventude, Synara Jacques Butelli, enviaram um ofício para a Procuradora-Geral Simone da Rocha, devolvendo o tal de TAC*. N*a prática, a devolução indica para a Procuradora que, ao não participar da confecção do termo, os promotores se sentiam... Não se sentiam confortáveis em executá-lo*". Negaram o cumprimento daquela orientação.

"*A pressão prosseguiu na Assembleia na última terça-feira, em uma reunião da Comissão de Educação, presidida por Mano Changes, parlamentar do PP, sigla historicamente contra o MST. Em sua primeira manifestação no encontro, Thums condenou as escolas itinerantes e os Sem Terra, definidos por ele como um movimento guerrilheiro. Ao final...*". Isso que é interessante, porque a versão que é vendida para eles, né? "*Ao final, após ouvir manifestação de deputados e de técnicos, reconheceu que a TAC poderia ser revisada. Ao receber uma cópia do ECA das mãos de uma criança, o sempre sério Thums esboçou um sorriso e jogou a toalha. Em entrevista concedida ao Jornal Zero Hora, um dia após a audiência, o Procurador de Justiça Gilberto Thums assumiu ter se sensibilizado para buscar uma saída. Ouviu da professora do Conselho Estadual de Educação... Os discursos das Deputadas, ambas do PT, Stela Farias e Marisa Formolo. A Deputada Marisa disse que mais triste do que não ter educação de qualidade é não ter direito à educação, que é o caso das crianças. Esta frase, pra mim, foi impactante, diz ele. Fiquei muito tempo pensando nela. Então, ninguém pode ser tão radical. Todo radicalismo extremado leva à irracionalidade*". Ele mesmo reconhecendo o erro que ele estava cometendo, ele que, no primeiro momento, tinha tachado, digamos, o movimento social de guerrilheiros. "*Thums também reconheceu que a grande mobilização da sociedade civil que repudiou o ato*, *o ato contra a educação no campo*, *diz*: '*Sou...*'". Ele dizendo, pela posição que ele tinha antes e que, felizmente, essa Audiência Pública, promovida pelo MST com a assembleia, botou ele a ver as coisas com clareza. Diz ele: "*Sou demonizado em todos os sites do mundo relacionado com o MST. Não tenho apoio do Ministério Público, em geral, no país inteiro*". Então, diz ele: "*Se estou sozinho, estou chegando à conclusão de que estou errado*".

Graças a Deus! Graças a Deus que ele chegou à conclusão que ele estava errado. "*A pressão – diz ele – é muito forte. Declarou ao Procurador que se mostrou impressionado com as pressões vindas de diversos tipos de instituições".* Termina ele dizendo: *"Sofro pressão até das universidades. Os estudantes questionam essa medida. Dos intelectuais estou sendo* – repetiu ele de novo – *demonizado. Em todos os sites da rede mundial, inclusive internacional. Tenho de rever essas coisas. Uma pessoa não pode achar que só ela está certa e o mundo todo está errado. De repente, eu chego à conclusão que o errado sou eu*".

Então, parabéns ao MST, pela sua mobilização, pelo que fez na Assembleia, pelas atividades que fez, que eu sei, eu tenho aqui no relatório que me passaram, no interior do estado, a aula que foi dada às crianças na entrada da Assembleia, está aqui o relato, meus parabéns ao Governo Lula pela firmeza nesse momento e especialmente ao MEC, pela exposição do Dr. André, aqui, Lázaro, com muita clareza, colocou o ponto de vista do MEC. Meus parabéns à Deputada Maria do Rosário, que eu sei da sua luta histórica em defesa das crianças e adolescentes, no campo e na cidade, e meu carinho especial ao MST.

Maria Cristina Vargas, me permita que eu diga a você: ao ler isso aqui, que é o trabalho de vocês, é o trabalho dessa mobilização, eu tenho que me lembrar sempre daquele grande amigo meu, que é o Adão Preto. O Adão Preto tinha uma simbologia. Ele era a minha... Digamos... Tudo que eu falava, eu ouvia sempre ele, o Adão Preto. O Adão Preto, se estivesse aqui, eu tenho certeza que ele seria muito mais contundente do que eu fui aqui.

E, felizmente, eu posso dizer que mais essa vitória, que será uma vitória, nós vamos manter as escolas itinerantes, eu dedico a todos os militantes do MST e por que não àqueles que também já tombaram nessa luta permanente pela reforma agrária e uma educação de qualidade no campo e na cidade.

Se me permitam todos, eu queria dar uma salva de palmas ao MST.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Uma salva de palmas ao MST, ao Senador Paulo Paim, à Deputada Maria do Rosário, ao nosso querido Adão Preto, porque essa luta também é do Parlamento. A gente sabe a importância que tem o Senador Paulo Paim, a Deputada Maria do Rosário, no Rio Grande do Sul, na defesa das nossas crianças, da educação pública de qualidade para todos.

Eu quero passar a palavra para o Senador Flávio Arns, que é Presidente da Comissão de Educação, que tem a sessão prevista para início às 11 horas. Depois, à Deputada Maria do Rosário, que também tem que iniciar às 11 horas a sessão da Comissão de Educação da Câmara, e quero, antes, Senador Flávio Arns, se me permite, dizer também, Maria Cristina, da nossa solidariedade ao movimento, dizer, Senador Paulo Paim, que, no meu estado, a perseguição e a criminalização, a tentativa de criminalização dos movimentos sociais não se difere do Rio Grande do Sul.

Nós lamentamos que são estados ricos, estados dos mais ricos do Brasil, que se negam a dar educação de qualidade para... Diferente do que faz o Governo Federal, que busca a parceria, esses estados se negam a fazer a parceria. Mas eu também, como a Senadora Serys, como o Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Nery, Crivella, pessoas... Deputada Maria do Rosário, que são comprometidas com a educação pública, estão destinando recursos de emenda individual no orçamento de 2009, para a construção de uma escola do MST, que será também uma escola de pesquisa tecnológica para o campo, lá no Município de Mirante da Serra, no assentamento, num assentamento... Hoje, é um assentamento, mas foi um acampamento durante muito tempo, fruto de muita luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Estado de Rondônia.

Quero pedir ao Senador José Nery que assuma a Presidência da Mesa, como vice-Presidente desta Comissão, porque, infelizmente, eu terei que me ausentar para uma audiência, no Ministério do Meio Ambiente, para tratar também sobre a abertura, a reabertura de uma escola na Flona Bom Futuro.

Então, quero agradecer a presença da Maria Cristina, da Deputada Maria do Rosário, do André Lázaro, sempre disposto a colaborar com a Comissão de Direitos Humanos, com a Comissão de Educação do Senado Federal, e passar a Presidência ao Senador José Nery e a palavra ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Antes, Senadora Fátima Cleide, muito oportuno que V. Exa. presidisse essa reunião na qual o Requerimento para essa audiência também é autora, e é claro que eu tenho uma manifestação a fazer e gostaria de fazer, não(F) na Presidência. Mas, entendendo o compromisso de V. Exa. em outra Comissão, depois, vou, evidentemente, manifestar minha opinião sobre esses fatos tão graves que merecem não só o repúdio, mas o apoio de todos nós à causa dos trabalhadores sem terra, especialmente o direito das nossas crianças à educação, que está sendo flagrantemente violado no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, eu agradeço, em primeiro lugar, ao Senador José Nery, pela compreensão inclusive na inversão da inscrição, porque, como foi dito e eu peço desculpas, inclusive, porque, daqui a pouco, também tenho que me retirar, porque, às 11 horas, começa a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que eu presido. E eu costumo chegar inclusive um pouco antes, para que as pessoas já percebam que está se formando o quórum e, com isso, possa ser iniciada a discussão, o debate e a votação dos projetos de lei que constam da pauta.

Eu quero cumprimentar o Dr. André Lázaro, um prazer revê-lo, e gostei muito do que o senhor colocou, em termos dos entrosamentos com o Conselho Nacional de Educação, particularmente com o ex-Ministro Murilo Hingel, que é um extraordinário educador, reconhecido desta forma no Brasil inteiro, e o grande debate que aconteceu a partir de uma... Vamos dizer, de uma provocação, de um pedido do próprio MEC para que o Conselho Nacional pensasse mais detalhadamente na questão da educação no campo.

E eu penso, assim, que, como o senhor colocou e externou inclusive a satisfação pelos resultados, que isso foi muito interessante. Parabéns novamente. E é um desafio. Quando a gente pensa em educação continuada, alfabetização e diversidade, isso, em termos de Brasil, é uma secretaria das mais importantes.

A Maria Cristina Vargas, também quero cumprimentar, dizer da alegria de ter você aqui, externando a preocupação com cidadania, com dignidade, com acesso ao direito humano fundamental, que é o acesso à educação, a partir da realização, com qualidade, desse direito humano, toda cidadania se constrói, e é uma satisfação a gente ver a luta de vocês quando penso nos acampados e nos assentados, particularmente já com os acampados para que a educação esteja presente. Eu acho que isto é algo, assim, fundamental.

Quer dizer, a pessoa está lutando pela terra, está lá fazendo o movimento, está encampado, e, ao mesmo tempo, dentro do acampamento, a primeira iniciativa é a educação, para que ninguém fique sem educação. Formal. Quer dizer, escolar, formal... Quer dizer, escolar não significa necessariamente como foi colocado, dentro de um prédio escolar. Que a educação pode acontecer de maneira formal, num conjunto de contextos organizados para que a pessoa tenha acesso ao conhecimento.

Maria do Rosário, Deputada, minha colega não só de partido, mas da Presidência da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, uma alegria ter V. Exa. aqui, também, participando desse debate.

Eu só quero dizer que eu... Como o Senador Paulo Paim colocou, eu estive com o Senador Paulo Paim, o Senador José Nery também esteve presente, dois anos atrás, quando nós fomos discutir, lá no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o que estava acontecendo em termos de violência, em relação a integrantes de movimentos sociais. E o que eu comentava com o Senador Paulo Paim, durante as falas, também, é que, no Rio Grande do Sul--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite só lembrar que essa iniciativa foi Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara e do Senado, e o Adão Preto estava conosco.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estava. Estava conosco, exatamente. Mas o que acontece no Rio Grande do Sul, e a Deputada e o Dr. André também podem, assim, confirmar, é o acirramento de posições individuais, me parece.

Quer dizer, pessoas do Ministério Público, promotores, individualmente, que, tendo a necessidade de principalmente fazer com que o direito à cidadania, conforme preceituado na Constituição, se concretize, tomam iniciativas ao arrepio do que a sociedade pensa. E isso acontecia naquela época também. Muitas iniciativas voltadas para a criminalização antecipada de movimentos sociais, ao arrepio do que os deputados, igreja, promotores, de uma maneira geral, a sociedade pensava.

E, na sequência, como o Senador Paulo Paim colocou, nós fomos falar com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, fomos na Brigada Militar, fomos nas Secretarias de Estado, e todo o contexto indicava que nada daquilo estava sendo endossado por aquelas autoridades. O Procurador-Geral de Justiça inclusive colocou: "Olha, a gente não pode dizer para o promotor: 'Faça isso, faça aquilo'. O promotor tem a liberdade de agir de acordo com o que ele julga importante, necessário, e a Procuradoria-Geral, depois de Justiça, vai analisar, dentro dos seus Conselhos, das suas instâncias, se aquilo está adequado ou não".

Então, a gente lastima que tenha se chegado a este ponto. Quando a gente está pensando em termos do ajuste de conduta, em termos de educação infantil... Nós estamos falando de educação infantil de quatro e cinco anos, como o Dr. André já colocou, de séries iniciais do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos do ensino fundamental, quer dizer, de primeira a oitava série.

Então, nada mais justificado do que isto tudo ocorrer bem próximo do local de trabalho, do local de residência, para facilitar a vida das famílias, inclusive. Quer dizer, a gente imaginar uma criança de quatro e cinco anos, tem que estar lá numa situação bem organizada, bem estruturada, com qualidade, com atendimento, com diálogo, com participação, séries iniciais do ensino fundamental.

A criança está lá, como foi dito, educação tanto quanto possível perto de casa, para que... Inclusive programa Caminhos da Escola, para que esse transporte, que é bom, ninguém é contra o transporte, todo mundo é a favor, mas que não... Vamos dizer, não atrapalhe a possibilidade destas crianças terem o acesso à educação, pelo menos das séries iniciais do ensino fundamental, mais próximo de sua residência. E nuclear-se

isso, como foi dito, quando possível, quando necessário, num debate, num diálogo, numa conversa.

A gente tem que, como educadores, nós temos que chegar a conclusões em conjunto. Conversar, discutir, ponderar, apoiar e chegar com equilíbrio, com calma, a soluções que beneficiem o acesso à educação das crianças, quatro e cinco anos, ensino fundamental, e dos jovens e adultos que, porventura, não tiveram acesso à educação na idade própria, para a educação de jovens e adultos no ensino fundamental. Quer dizer, não é no ensino médio. No ensino fundamental, como a gente coloca.

Então, a gente lastima isso. O que nós vamos fazer também? Daqui a pouco, começa a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado, também, nós vamos levar esse assunto para a Comissão também, a partir da aprovação, que, certamente, vai ser aprovado, nós vamos oficiar para a Governadora, para que haja o diálogo, o entendimento, busca conjunta de soluções.

Certamente isso vai acontecer para o Ministério Público também, para que possa assim se preocupar para o Procurador-Geral de Justiça, no caso. E, ao mesmo tempo, como Presidente da Comissão de Educação, nós vamos mandar ofício, e eu vou telefonar para a Governadora também, para dizer: "Olha, estamos enviando ofício, pedindo que haja absoluta abertura, diálogo, vamos festejar juntos o sucesso da educação, vamos nos apoiar". Se, numa situação tão difícil, diria, como é a situação dos acampados, que o movimento social possa ajudar a Secretaria de Educação.

Eu, se fosse Secretário de Educação, diria: "Que bom! Olha, vamos trabalhar juntos aí para que as crianças tenham essa garantia, essa felicidade, essa alegria de poder ir pra escola". E uma escola boa, tranquila, sendo bem recebidos, alegres, felizes, como deve ser uma escola, seja ela de que nível for, mas, particularmente, na educação infantil e nas séries iniciais e no ensino fundamental mais ainda. Em qualquer nível é fundamental, é importante, mas também nessas séries.

Então, nós vamos tomar essas atitudes na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu quero dizer à Maria Cristina, e nos colocarmos sempre à disposição. Eu penso, às vezes, que, por um lado, é triste. E esse debate tem que acontecer. Agora, por outro lado, esse debate, numa situação mais dramática, permite com que a consciência de toda a sociedade fique mais afinada, mais direcionada, para dizer: "Olha, isso não pode se repetir".

Quer dizer, às vezes, tem um problema, a gente diz: "Olha, o problema aconteceu, que pena". Lastimamos, não pode, tal, o promotor já se 'arrependeu', vamos dizer, entre aspas, já reviu a sua posição, viu que, de fato, não era o caminho, a ser percorrido, mas essas oportunidades fazem com que todos nós pensemos: "Não, temos que ter outras atitudes, em momentos semelhantes". Não é verdade?

Então, só quero dizer isso, Sr. Presidente, e dizer que lastimo não poder continuar, mas vou tomar essas iniciativas já, daqui a pouco, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Senador Flávio Arns pela brilhante manifestação. Daqui a pouco, eu vou fazer algumas ponderações a respeito desse tema. Mas, observando aqui as propostas que o senhor, Senador Flávio Arns, aqui nos coloca para... De alguma iniciativa da própria Comissão de Educação do Senado que o senhor preside, eu queria propor aqui, já de pronto, uma atitude mais firme da própria Comissão de Direitos Humanos e sugerir que pudesse ser uma atitude conjunta com a Comissão de Educação, que... Tal qual fomos o ano passado, uma missão da Comissão de Direitos Humanos do Senado e estavam o Senador Paim, liderando como Presidente àquela época, o senhor, eu, estivemos no Rio Grande do Sul para tratar do problema da criminalização dos movimentos sociais.

Eu creio que esse ataque na extensão e da forma como vem sendo praticado pelo Governo do Rio Grande do Sul... Inclusive, a Maria Cristina, aqui do MST, acaba de me dizer aqui que, no Município de Sarandi, o Ministério Público e a Brigada Militar foram hoje, na madrugada, desde cedo, nos acampamentos, para notificar os pais das crianças sobre a decisão daquele ato de ajustamento de conduta, que foi iniciativa de um Procurador, portanto... Não, desde cedo, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, é um de seus membros, daquele termo de ajustamento de conduta que por todos aqui, com certeza, condenado.

Por isso, aproveitando de dizer ao Senador Flávio Arns, que preside a Comissão de Educação, creio que nós podíamos propor aqui, Senador Paim, e creio que também na Comissão de Educação, uma visita ao Rio Grande do Sul, para enfrentar esse debate com a Secretaria de Estado de Educação, em apoio ao movimento, tal qual aquela iniciativa, porque é tão lastimável o que aconteceu que, a meu ver, é preciso iniciativas, manifestações junto ao Governo do Estado, à Secretaria de Educação, apoio aos movimentos sociais, às crianças.

Mas eu queria lhe adiantar que vou propor uma iniciativa, Senador Paulo Paim, dessa magnitude, porque acredito que um ataque dessa natureza precisa uma reação muito mais organizada e muito contundente.

Mas eu quero passar a palavra à Deputada Maria do Carmo, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que... Digna representante do povo do Rio Grande do Sul, que não só em defesa da educação, mas também em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que tem cumprido aí um importante papel nessa luta de defesa das nossas crianças.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS): Obrigada, Senador José Nery. Eu cumprimento, e cumprimento através do senhor, todos os senadores, senadoras aqui presentes, o Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, sempre presente nessas lutas do nosso povo, Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e de Esporte do Senado Federal, Senador Marcelo Crivella, meus cumprimentos, e o agradecimento inclusive à Senadora Fátima Cleide, Presidente dessa Comissão, pela iniciativa tomada em relação a este tema que é tão importante para a infância, para a juventude, para a educação no campo, e que transcende, inclusive, o Rio Grande do Sul, porque nós estamos diante da necessidade de uma atenção cada vez mais relevante a educação no campo, e aos estudos sobre as diferentes modalidades pelas quais a educação no campo pode acontecer.

Dessa forma, eu cumprimento também o André Lázaro, como pesquisador, como Secretário do Ministério da Educação, nesta área da diversidade, e o cumprimento pelo trabalho desenvolvido, até porque nós estamos recebendo no Brasil a CONFINTEA, que é uma grande conferência mundial sobre educação de jovens e adultos, e, às vésperas deste evento, que será em maio, em Belém do Pará, nós estamos com fatos tão difíceis no Brasil, sobre os quais nós vamos responder primeiro para as crianças, Senador Paulo Paim, mas nós vamos responder à sociedade brasileira como um todo e vamos responder no cenário internacional, inclusive diante deles.

E, dessa forma, eu também cumprimento a Maria Cristina Vargas e a coordenação de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Quero muito rapidamente dizer que nós estamos diante de um fato marcado e definido pela intolerância política e ideológica. Porque os motivos que levaram à utilização de um instrumento público, um instrumento voltado à construção de consensos, coordenado pelo Ministério Público, que é um termo de ajuste de conduta, que foi utilizado sem que todas as partes estivessem sentadas ao redor de uma mesma mesa, mas apenas ouvida a Secretária de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, os promotores tomaram a decisão de intervirem e, de forma autoritária, fecharem as oportunidades de educação de mais de 600 crianças, além de jovens e adultos.

Ora, no próprio diálogo com o Ministério Público que tivemos, após uma audiência realizada na Assembleia Legislativa Gaúcha, com a presença dos deputados estaduais, da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Dionilso Marcon, Deputado Raul Ponte, muitos... Lideranças urbanas, rurais, todos os movimentos pelos direitos humanos. Após aquela audiência, nos dirigimos ao Ministério Público. E aí, ali, a Coordenadoria da Área da Infância e Juventude, de imediato, mostrou-se surpresa com o chamado TAC, porque um termo de ajuste de conduta deve, por procedimento do Ministério Público, colocar em torno da mesma Mesa as posições distintas, e nem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nem os representantes dos acampamentos, dos assentamentos, nem as Prefeituras, nem os prefeitos das cidades onde existem essas escolas itinerantes, ninguém foi chamado para aquele momento, a não ser a Secretária de Estado de Educação, a Profª. Mariza Abreu. E, pelo depoimento da Profª. Mariza Abreu, o Ministério Público então indicou o fechamento dessas escolas.

Vejam, escolas que não são uma mera experiência. Porque tem norma do Conselho Nacional de Educação regendo a educação no campo, e elas estão devidamente... São devidamente cumpridoras dessas normas. Existe também uma autorização do Conselho Estadual de Educação, que não foi consultado, que não foi chamado a opinar diante do fechamento das oportunidades de educação e das escolas, quando ele foi o órgão – e não poderia ser diferente – responsável pela abertura dessas escolas, que somente iniciaram a sua atuação, meu caro Senador Paulo Paim, que remonta lá ao período do Governador Antônio Britto... Foi na época do Governador Antônio Britto.

Portanto, não se trata de uma experiência que tenha iniciado por uma via de um Governo de esquerda, de um Governo de caráter popular. À época do Governador Antônio Brito, essas escolas foram iniciadas, com a autorização plena do Conselho Estadual de Educação para o seu funcionamento. E para que elas viessem a ser fechadas, o Conselho Nacional de Educação não foi consultado. Não foi consultado, inclusive, sobre a transferência arbitrária dessas crianças para outras escolas distante dos seus lugares de moradia e de convivência.

Ora, as crianças precisam de comunidade. Escola tem que estar em comunidade. Ao serem retiradas das escolas, as crianças também perderam contato com as suas comunidades. E eu quero apenas referir que a situação não está resolvida. O Senador Paulo Paim fez uma leitura muito fiel aos acontecimentos,

inclusive referindo-se a reportagens de jornais, mas a decisão do Promotor Thums, que muito bem os senhores, quando fazem a sua abordagem, ligam as medidas anteriores que foram tomadas contra o MST e que o Senado acompanhou, como o impedimento de ir e vir pela via pública, como naquela decisão anterior, a determinação de que essa instituição fosse jogada, relegada à ilegalidade. Ora, um documento do Ministério Público escrever de que o MST deveria ser jogado à ilegalidade. E foi isso que os senhores viram quando estiveram no Rio Grande do Sul, inclusive conversando com o Procurador-Geral. Muito bem, é muito interessante ligarmos os fatos atuais contra as escolas itinerantes aos fatos anteriores, porque, inclusive, o Ministério Público esteve representado, nesses dois episódios, pelo mesmo Procurador, o senhor, o Dr. Thums, que veio aos jornais, de fato, num desabafo, dizer que voltaria atrás.

No entanto, dentro do Ministério Público do Rio Grande do Sul, não existe ainda uma decisão que revogue o chamado termo de ajuste de conduta. Então, é muito importante, no espírito que o Senador Flávio Arns aqui indicou, que, em termos de cooperação, de entendimento do que é melhor para as crianças e considerando que nós estamos diante de um processo que, para elas, reflui um direito, estamos diante de uma situação onde... Não é que o direito à educação estava negado, ele estava assegurado e hoje reflui. Ele existia, as crianças estavam atendidas, e, hoje, não estão. E nós já estamos em meados de abril, em meio a abril, quase maio. E para todas essas comunidades, as aulas não iniciaram. E os prefeitos atestam que não têm condições.

Então, eu sugeriria... Nós, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, pretendemos registrar oficialmente, junto ao Ministério Público, a busca de que uma nova medida seja tomada. Primeiro, em consonância com a lei e com o Conselho Estadual de Educação, determinando o início das aulas. Imediato. Imediato. Porque já estamos atrasados em um mês e meio. E os senhores sabem que nós devemos cumprir, em qualquer modalidade de educação, 200 dias letivos. É preciso que existam 200 dias letivos. Essas crianças estão em pleno prejuízo. Sem falar-se em todos os outros prejuízos.

Então, que exista no Ministério Público um novo termo que anule o anterior e que mova um sentido de entendimento, com o início das aulas. Qualquer que seja a discordância, digamos, entre as autoridades do Estado, a Governadora Yeda Crusius e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou todos os movimentos sociais, que nos parece que, muitas vezes, ela tem uma postura de muita dificuldade de diálogo com os movimentos sociais no seu Governo, qualquer que seja a opinião dela, que isso seja discutido com as crianças em aula, sem um prejuízo para a infância, para a juventude.

Esse é o encaminhamento que nós pretendemos dar, e eu quero, portanto, me somar às iniciativas aqui do Senado, porque Câmara e Senado podem e devem atuar conjuntamente, inclusive considerando as questões que a Maria Cristina Vargas trouxe, da dificuldade, hoje, nesta madrugada, frente à coação das famílias, para cumprir-se algo que é inadequado, porque ela já tem um direito à educação, que deve apenas ser cumprido.

Muito obrigada e parabéns pela audiência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos a Deputada Maria do Rosário, por sua contribuição nessa Audiência Pública, que trata sobre o fechamento das escolas itinerantes do MST, no Rio Grande do Sul, e concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para manifestação de V. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu serei muito breve, Presidente. Eu estou... Eu queria saudar o nosso Secretário André, a Maria Cristina Vargas e a nossa Deputada Maria do Rosário.

Senador Paim e Serys: eu passei dez anos na África. Voltei da África para um projeto de assentamento em Irecê, na Bahia, 600 quilômetros de Salvador. Passei lá, dois anos, criando o que nós imaginávamos, eu e o grupo da minha igreja, ser um padrão de reforma agrária no Brasil; um assentamento em 500 hectares, com casas, escola, com agricultura irrigada, com... A vida no campo, sem luxo, mas com conforto. Pois bem. Recursos: venda de CDs. O povo brasileiro me ajudou, solidariedade tremenda.

Hoje, temos 12 mil pés de fruta-do-conde plantados, 12 mil pés de fruta-do-conde plantados, colhemos um milhão de frutas-do-conde por ano. Vendemos em Salvador e em Brasília. Toneladas de feijão, toneladas de milho, temos gado, temos galinha, temos 540 crianças na escola e os assentados.

Convidei o Presidente Lula para ir lá. Várias vezes. Várias vezes. Nunca quis ir. Presidente, eu já estive com o Stédile, aquele é um modelo de reforma agrária. Hoje, nós temos 5.800, 5.900 assentamentos, mas me perdoe, Presidente, a maioria são favelas rurais. As pessoas ficam sonhando debaixo de uma lona preta e, quando recebe um lote agrícola, sem apoio de irrigação, de agricultura moderna, e sem condições de terem boas sementes, sem terem acesso à tecnologia, que, hoje,

no mundo, move o agronegócio, acabam num oceano de fracasso e num Himalaia de frustrações.

E não é só isso, Presidente, as crianças também. Lá na Fazenda Canaã, as crianças têm café, almoço, janta; computador, piscinas, piscina inclusive olímpica, 25 por 50, as competições da Bahia são feitas ali, num assentamento.

E será possível, meu Deus do céu, que um indivíduo vendendo CD é capaz de fazer aquilo que o Governo não consegue fazer? Não há um assentamento do MST que tenha a estrutura da Fazenda Nova Canaã. E por que não tem? Porque falta a esse Governo compromisso com o Movimento dos Sem Terra. Falta e falta mesmo! E eu falo isso com tristeza, com indignação. E pior, num momento em que se vêem deficiências na educação das crianças, um procurador, do alto da sua arrogância, decide, então, fechar a escola por razões ideológicas.

Porque eu tenho certeza que, numa escola, o que mais se aprende é solidariedade, é amor ao próximo, é carinho, é fé, é esperança. E isso sobra nesses assentamentos e que falta em escolas públicas, às vezes, luxuosas, em que as crianças agridem os professores e são rudes.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar esse meu depoimento, essa minha indignação, essa minha tristeza. Nós falhamos. Esse Governo que eu ajudei a eleger, esse Governo que eu defendo há seis anos, só Deus sabe com os sacrifícios pessoais e políticos que tenho feito, não cuidou do movimento sem terra. Nossos assentamentos continuam ainda muito precários. Falta água, falta irrigação, falta semente de qualidade.

Muitos deles, as pessoas ficam sobrevivendo caçando bichinhos no semi-árido, sobretudo ali no semi-árido que eu conheço bem. Ou, às vezes, fazendo pedágio nas estradas para tirar algum recurso ou, muitas vezes, até em alguns momentos, no desespero, promovendo invasões, parando o trânsito, etc. Isso dói no coração.

Aquele dia que nós tivemos aqui no Congresso, a manifestação dos movimentos sociais, qual foi a ação? A ação foi truculência. A ação foi devolver um momento de desespero, de angústia, quando as pessoas já não suportam mais a vida dura que levam, a rotina árdua. Então, naquele momento, muitas vezes, as pessoas se exasperam, e aí são rudemente contidas, e é isso que nós estamos vendo inclusive nessa medida.

Eu lamento profundamente, porque o Brasil, com a sua riqueza, o Brasil que faz tanto sucesso lá fora, onde o nosso Presidente é o "cara", onde nós somos saudados pelo mundo, nosso Brasil não cuida do seu povo que está aí ao sol, ao relento, à beira das estradas, pedindo apenas o direito de trabalhar e de produzir numa terra que tem tanta oportunidade, tanta riqueza.

Está lá, Fazenda Nova Canaã, 12 mil pés-de-pinha plantados. Um milhão de frutas colhidas por ano. Não tem um assentado ali que viva mal. Todos têm um bom salário. Todos têm televisão em casa. As casas são boas, eu morei numa delas. As casas são muito boas. Eu gostaria que um dia vocês até fossem lá para ver. Porque as casas... Só não tem cozinha, porque nós comíamos sempre num restaurante que nós fizemos para todos, 500 lugares e nós todos tomávamos café, almoçávamos e jantávamos ali, porque era desejo nosso, nós gostávamos de estar juntos na hora das refeições, fazer uma oração, dividir o pão.

Nunca ninguém roubou uma bomba d'água, nunca ninguém quebrou um poste de luz. Temos 250 postes de luz instalados lá. E nunca ninguém roubou um apagador da escola, nunca ninguém roubou comida da nossa cozinha, em respeito às crianças, em respeito ao sonho de cada um e está lá esse exemplo.

Agora, lamento. Triste, entristecido. Por quê? Convidei tantas vezes o Presidente Lula: "Vai lá, Presidente, vê lá, que é possível". Ele, uma vez, para mim: "Não, esse negócio de assentar o pessoal não dá certo... Acaba... As pessoas não vão pra frente...". Não vão, Presidente, porque não têm apoio, não têm ajuda, não é muito o que precisam, não. O senhor vai lá que o senhor vai ver que dá certo. Então, não estou falando para plantar pinha no Brasil inteiro, mas cada lugar tem a sua riqueza, tem a sua vocação agrária. E eu fico muito triste, muito triste mesmo, porque fizemos um esforço tão grande, meu Deus, para fazer um modelo de reforma agrária e que infelizmente não sensibilizamos esse nosso Governo para ir lá para olhar e para, de repente, copiar.

O Stédile esteve, foi lá, o grupo dele assistiu filme, falou: "Poxa Crivella, não tem uma escola assim nos meus assentamentos". Devia ter essas escolas. As crianças, rapaz, vão para a escola até com febre, por causa de um copo de Nescau. As crianças, primeira vez que entraram debaixo de um chuveiro, perguntaram para o professor: "Professor, isso aqui é chuva?". Porque, lá, muitos, três, quatro anos de idade, nunca tinha visto uma chuva no sertão da Bahia. Recebia um sabonete e deixavam de fora da água porque não queriam molhar um presente que tinham recebido.

Eu fico inconformado, porque nós... O Governo... O Governo, não, o Governo fica muitas vezes até no limbo, mas a imprensa e a elite do povo brasileiro trata com desprezo e com desmérito essas pessoas que lutam tanto para realizar seu sonho num país que tem espaço para todos.

Desculpa, Presidente, eu demorar, o meu desabafo, mas eu precisava falar isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. O protesto, a manifestação de V. Exa., com certeza, contribui para acordar aqueles que não percebem que é preciso resolver, de uma vez por todas, a questão agrária, a questão da luta por democratização do acesso, da garantia à terra e as condições de produzir, sobreviver com dignidade.

E, nesse sentido, eu queria convidar todos os Srs. Senadores e Senadoras para prestigiar, amanhã, um debate que será promovido pela Frente Parlamentar da Terra. Tem na coordenação o Deputado Dr. Rosinha, com a presença do João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do MST, e os coordenadores de várias bancadas que tratam da questão da segurança alimentar, em defesa da economia solidária, da agricultura familiar, em defesa dos quilombos, dos povos indígenas, e de combate ao trabalho escravo, que, amanhã, de 09 às 13 horas, terá um importante debate, um seminário, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Portanto, eu queria formular um convite a todos Srs. Senadores da Comissão de Direitos Humanos para prestigiar e participar desse importante debate que vai discutir vários temas em relação à questão da defesa da reforma agrária e das lutas nessa conjuntura tão difícil aí, onde há uma campanha orquestrada em vários setores da sociedade brasileira para criminalizar os movimentos sociais; em especial, os movimentos de luta pela terra.

Queria, então, passar a palavra ao Dr. Lázaro, André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, e, em seguida, à Maria Cristina Vargas, sem, antes, conceder a palavra ainda ao Senador Paulo Paim, dizendo... Eu queria...

Na verdade, além de manifestar minha solidariedade ao Movimento Sem Terra e à luta pela continuidade, pela manutenção, o funcionamento adequado das escolas e **[ininteligível 01:34:02]** do MST, sugerir, Senador Paulo Paim, fazermos conjuntamente, os Srs. Senadores que assim concordam, em especial com V. Exa., no sentido de sugerirmos um requerimento no ano da Comissão de Direitos Humanos e no ano da Comissão de Educação do Senado, que, nesse momento, também realiza reunião, verificarmos a possibilidade de apresentar um requerimento, sugerindo uma diligência dessas duas comissões do Senado, que pode igualmente ser feito conjuntamente com a Comissão de Educação e Direitos Humanos da Câmara, para uma visita ao Rio Grande do Sul, para tratarmos diretamente com o Ministério Público Estadual, com a Secretaria de Educação, com os prefeitos das cidades atingidas por essa medida, com o Conselho Estadual de Educação e sugerir, Senador Paulo Paim, que pudéssemos marcar essa visita o mais urgente possível, porque, pra mim, a questão central, ouvindo aqui o debate... Deputada Maria do Rosário, creio que a questão central é solicitarmos a revogação imediata, tornar sem efeito o termo de ajustamento de conduta porque isso resolve o problema.

Então, se o termo, se essa decisão consubstanciada nesse termo de ajustamento de conduta for revogado, está resolvido o problema. Então, eu creio que esta podia ser uma iniciativa que essa Comissão pudesse tomar conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra o Senador Paulo Paim e passo, nesse momento, aqui, a **Presidência(sic) ao Presidente Cristovam Buarque [01:35:38].** Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu... Quando presidi a Comissão, de fato, nós fomos numa Comissão representativa da Câmara e no Senado, para ver a situação do Rio Grande do Sul, e aquele trabalho todo foi encaminhado inclusive para o Executivo e para o Judiciário. Então, já está lá, acumulado, o material, denunciando o que vinha acontecendo no Rio Grande do Sul.

Devido à gravidade do fato, onde... Eu conversava aqui com alguns assessores, as crianças estão, na realidade, fora da escola. E há informação que essa madrugada ainda, embora esse procurador, que vou agora não repetir mais o nome dele, ele disse que se arrependeu e que está errado, impossível que ele diga que todo mundo está certo e só ele que está errado. Então, estou errado.

Que nós, antes mesmo da nossa ida lá, nós aprovássemos hoje aqui um documento, que a assessoria pode ajudar a formular, para nós remetermos de imediato, exigindo a suspensão desse tal de TAC aí, Termo de Ajuste de Conduta, porque tudo aquilo que está escrito aqui, a Deputada Maria do Rosário, que estava presente lá, descreveu de forma detalhada... Termo de ajuste de conduta, subentende-se, como você colocou muito bem, Deputada Maria do Rosário, que as partes chegaram ao entendimento.

Enfim, o que eu estaria propondo é que nós fizéssemos um documento que fosse remetido hoje para a Governadora, podemos até combinar com a Comissão de Educação, exigindo o retorno das aulas de imediato, das aulas itinerantes dos alunos da área

rural, de imediato. E, ao mesmo tempo, nós, no fim da reunião, aprovaríamos também esse requerimento conjunto das duas comissões, que pode até demorar um pouco mais.

Mas que, hoje, fruto dessa reunião da Comissão de Direitos Humanos, o Presidente dessa Comissão assinasse e encaminhasse um Requerimento nesse sentido, exigindo de imediato a volta à tranquilidade das aulas das crianças.

Seria esse encaminhamento que eu estaria fazendo, antes mesmo da nossa ida lá.

DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS): Presidente, apenas para dizer da nossa vontade de escrevermos também esse documento, até porque eu, de fato, acredito que, se a Governadora quiser reiniciar as aulas, ela pode reiniciar imediatamente, uma vez que o Ministério Público, ele não, ele não toma uma decisão em caráter definitivo. Quando ele faz um ajuste, mesmo que este não tenha sido um ajuste, ele faz uma indicação, que, depois, será decidida, se for o caso, pelas partes ou até mesmo no Poder Judiciário.

O que ocorre é que, neste caso, o ajuste serviu ao interesse político. Me permitam... Não se trata de uma crítica pessoal, como bem disse o Senador Paim, também não é o meu estilo, mas trata-se de uma iniciativa de caráter político da Secretária de Educação e da Governadora.

Então, considerando que as crianças não estão em aula, que ela continue discutindo o tema. Que discuta para o ano que vem, que planeje o ano letivo de um ano para o outro. Mas que inicie imediatamente as aulas. Porque não se pode debater um tema sob prejuízo, tendo como base o prejuízo do mais fraco, daquele que tem um direito sendo negado.

Então, a minha defesa, eu considero que o encaminhamento é perfeito de parte dos senhores, peço licença, não poderei permanecer, mas a Câmara fará este encaminhamento, solicitando que primeiro iniciem as aulas, depois siga-se o debate. Porque, sem aula, não há debate, há um fato consumado do prejuízo à infância, e, sobre esse prejuízo, enfim, a responsabilidade social é imensa, a responsabilidade humana é imensa, irreparável.

Então, diria isso e peço licença ao senhor e aos amigos senadores e senadoras pela impossibilidade de permanecer, mas confiando que será um bom encaminhamento pelo início imediato das aulas.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos a Deputada Maria do Rosário e creio que será... Vou aqui sugerir, a partir do pronunciamento e da sugestão do Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, que sugere que, como medida imediata, pudéssemos, nós, da Comissão de Direitos Humanos, nos dirigir ainda hoje à Governadora do Rio Grande do Sul, Sra. Yeda Crusius, exigindo o retorno imediato das aulas, das escolas itinerantes do MST. Igual sugestão faríamos daqui a pouco, no âmbito da Comissão de Educação do Senado, sem prejuízo de uma proposta que está sendo construída entre nós, que pode ser uma proposta, que eu sugiro que seja subscrita inicialmente pelo Senador Paulo Paim, por ser do Rio Grande do Sul, por conhecer de pronto o problema de que sugeri que, no dia de amanhã, possamos apresentar um Requerimento nessa Comissão e até votar, mesmo que não há uma pauta aqui, mas votar extrapauta, no sentido de que uma Comissão... Da Comissão do Senado e da Câmara, especial da Comissão de Direitos Humanos e de Educação, porque faríamos igual proposta na Comissão de Educação, possa ir ao Rio Grande do Sul para tratar dessa questão com o Governo do Estado, com o Ministério Público, com os Prefeitos das cidades atingidas, com os movimentos sociais e especialmente com o MST.

Essa proposta, Senador Cristovam, que está sendo construída, mas, depois, vamos entrar com entendimento, para, provavelmente, apresentar esse Requerimento para apreciação na sessão de amanhã da Comissão de Direitos Humanos.

E, com isso, eu concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos, que não pôde estar presente em razão de um compromisso, uma visita a uma aldeia indígena que está em luta pela garantia de seu direito aqui no Distrito Federal, mas que fará seu pronunciamento, e, em seguida, eu vou conceder a palavra aos dois membros da Mesa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, é um prazer estar aqui com o Lázaro. Bom-dia, Maria Cristina. Eu peço desculpas não ter chegado no momento, no início, que eu tinha todo interesse nessa audiência, mas, de fato, como disse o Senador Nery, eu estava numa coisa que pouca gente imagina. Dentro do Distrito Federal, tem uma pequena colônia, um pequeno grupo indígena, mas que não é apenas um local onde eles vivem, é um local sagrado deles. E há um projeto urbano de destruir completamente aquilo, inclusive uma bela floresta do cerrado que ali existe, no chamado setor Noroeste.

Eu sou daqui, fui Governador, moro perto, mas é inacreditável a qualidade que tem a floresta e o tamanho, a sensibilidade desses indígenas ali. Destruir aquilo vai ser um crime. Eu estava lá, por isso não cheguei na hora.

Mas eu quero dizer que a Governadora Yeda, ela está se transformando em uma espécie de ícone da

antieducação. Primeiro, ela entra no Supremo contra o piso salarial e, agora, comete esse absurdo de fechar a escola do MST.

Primeiro, fechar escola é um crime de lesa pátria. É lesa pátria fechar escola. Segundo, o argumento, pelo que estou sabendo, e até queria saber da Maria Cristina se existem outras razões que ela apresenta, é uma questão ideológica. Isso é lesa democracia. Se fosse fechar escolas por razões democráticas, eu acho que não existiria mais do que dois ou três cursos de economia nesse país, porque todos são absolutamente defensores do neoliberalismo.

Por que pode ter escola para defender o Neoliberalismo e não pode ter escola para defender, se é que o MST defende, que até pelo que eu conheço é uma escola muito aberta, pelo que eu vi e visitei, mas, mesmo que não fosse, tem todo o direito quem quiser de botar uma escola nesse país para defender o educacionismo. Eu não sou contra nem quem põe escola para defender o criacionismo, que eu considero uma aberração completa do pensamento na ótica científica. Mas tem igrejas que defendem, nas suas escolas, o criacionismo.

A gente... Não é possível que, no século 21, eleita democraticamente, a Governadora, primeiro, fecha escola; segundo, fecha escola com esse argumento. Ela devia fechar escola que está caindo. Pelo que eu sei, no Rio Grande do Sul, tem escolas que estão ameaçadas de desabar em cima das crianças. Aí fecha e abre outra ao lado, imediatamente, para colocar essas crianças.

Então, eu quero manifestar toda nossa solidariedade, meu apoio a essa proposta de ir lá, se for preciso, e de lutar para que isso não aconteça.

E finalmente, eu queria sugerir que a gente fizesse um pedido para que... Como é que chama? A União... Ruralista? É assim que chama? Brasileira? Colocasse escolas nesse país, para ensinar o que eles quiserem lá. Eles deviam colocar escolas.

A Confederação Nacional do Trabalho colocou uma escola que é um símbolo, um exemplo. Eu tenho estado com eles, um grupo de 500 alunos, em horário integral, no Rio de Janeiro. Está aí, colocaram dinheiro, a Confederação Nacional do Comércio. Por que a União Ruralista não põe escolas? Eu já fiz esse apelo um dia, no Plenário, em vez de lutarem para que fechem as escolas que existe pelo MST.

Se cada grupo de empresários montasse escolas nesse país, não ia resolver o problema, que é um problema que só o Estado vai resolver, mas, pelo menos, resolvia de algumas crianças. O Bradesco faz isso. O Bradesco tem 56 excelentes escolas da Fundação Bradesco. Eu iria pra frente lutar para que elas continuem, se alguém inventasse de fechar essas escolas porque são do Bradesco. Eu não ia nem perguntar o que eles estão ensinando lá dentro.

Então, eu fico contente que essa Comissão esteja ativa, esteja participando e solidário. Não é com o MST só, embora eu seja solidário com o MST, é solidário com a educação no Brasil e com a educação dessas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria, então, antes de conceder a palavra aos nossos convidados, submeter à apreciação e votação a proposta de envio de uma carta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa à Governadora Yeda Crusius, enviada ainda no dia de hoje, manifestando a posição dessa Comissão, manifestada por todos Srs. Senadores e Senadoras que aqui se pronunciaram, pela garantia do funcionamento imediato de todas as escolas que estão com suas aulas paralisadas e, também, solicitando a revogação, embora tenha que pedir essa questão diretamente ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a revogação do termo de ajustamento de conduta, que deu essa possibilidade de fechamento das escolas do MST, no Rio Grande do Sul.

Então, eu queria colocar em votação, perguntando, Srs. Senadores, que concordam, que permaneçam como se encontram. Aprovado, então. No dia de hoje, enviaremos esse comunicado à Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul.

Passo, então, a palavra ao Dr. André Lázaro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Nery, sem prejuízo, só para ficar todos sabendo, da sua proposta, será votada amanhã e entendemos que será aprovada por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Senador Paim. Faremos um Requerimento de diligência no Rio Grande do Sul, para que possamos lá realizar um diálogo com a Governadora, com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, com o Ministério Público e com os movimentos sociais, especialmente o MST e as prefeituras, os municípios que foram atingidos por essa medida, que, agora, têm que encontrar escola, sala de aula para matricular essas crianças que estavam nas escolas itinerantes do MST.

Com a palavra o Dr. André.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Então, eu queria agradecer a oportunidade, agradecer pelo muito que aprendi nesse encontro de hoje, parabenizar o MST pela defesa do direito à educação das crianças, informar que o Ministério da Educação, por ordem do Sr. Ministro, está à disposição tanto para contribuir com o Estado para superar o problema quanto com os Municípios,

e fazer menção aqui a uma fala que ouvi, certa feita, do Sr. Senador Cristovam Buarque, então Ministro da Educação, que acho que hoje ela se realiza. Quando o Cristovam era Ministro, ele, certa vez, em diálogo com o nosso Ministro dos Direitos Humanos, comentava que o MEC era um departamento do Ministério de Direitos Humanos. Então, acho que, hoje, aqui, a gente viu isso. A educação é um departamento de uma Comissão de Direitos Humanos, é uma parte da garantia do direito.

Então, eu fico muito orgulhoso que o MEC possa cumprir com o seu papel, no sentido de garantir o direito e renovar a oferta de apoio tanto ao estado quanto aos municípios, para que as crianças não fiquem sem o direito à educação, se essa for a razão dessa situação constrangedora criada no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. André Lázaro. Com a palavra a Sra. Maria Cristina Vargas, da Coordenação de Educação do MST.

SRA. MARIA CRISTINA VARGAS: Gostaria de agradecer, então, esse momento, e dizer que a luta por educação no campo, que inicia até através das escolas itinerantes, também antes de ter propriamente algum espaço dentro do Ministério da Educação, ela é uma luta colada a um projeto de campo onde considere que existe pessoas.

Então, só luta por educação no campo aquele que sabe que, lá na terra, tem pessoas, tem comunidades, tem a terra repartida e, por isso, tem muitas pessoas. Só cuida desse espaço e entende da importância da educação, nesse momento, quem sabe que, lá, precisa cuidar das florestas que existe, da terra que existe lá, da água, porque ela vive desse espaço.

Portanto, é um espaço de saberes, de construção, de conhecimento, e, por isso, ela tem que ter escola. Ela tem que ter saúde, tem que ter infraestrutura. Então, a educação do campo, ela está colada a esse projeto de campo que a gente defende.

Dizer que a escola que a gente diz que é do MST, ela é uma escola pública. Ela é do MST, no sentido que ela está no espaço onde o MST está organizado. Mas, antes de tudo, ela é uma escola pública, garantida pelos marcos legais, assim como já foi falado por várias pessoas que nos antecederam.

Dizer que as pessoas dos assentamentos, dos acampamentos, elas entendem que público é quando as pessoas, de fato, participam, se sintam parte. E por isso que as escolas itinerantes do MST e as escolas públicas, principalmente, itinerantes no Estado do Rio Grande do Sul, elas não estão sendo... Como disse a Deputada Maria do Rosário, não iniciaram as aulas no marco legal do público, na visão da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul.

Mas, no nosso entendimento e na nossa concepção de público, que as famílias participam dessa escola, ela está funcionando normalmente. Os educadores, nesse exato momento, estão dando aula para nossas crianças, para os nossos jovens e para os nossos adultos. Estão registrando essas aulas normalmente, como sempre aconteceu desde seu surgimento.

Então, o que nós queremos é que reconheça a continuidade das aulas que tem sido dada e que garanta, de fato, que esse público, que a gente fala, seja de acordo com a participação da comunidade a qual essa escola está inserida, que, para, nós isso é bastante relevante.

Dizer também de que, durante o CONFINTEA, de 19 a 22 de maio, nós, os movimentos do campo, vamos realizar paralelamente a esse espaço importante, que a gente acha que ele está acontecendo no nosso país e na América Latina, um debate, com o conjunto da sociedade, para discutir os movimentos sociais na discussão da educação no nosso país, na América Latina. Então, a gente vai aproveitar esse momento também para estar conversando junto à sociedade sobre o que, de fato, é a participação, o que, de fato, é o público em nosso país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Sra. Maria Cristina.

Eu queria esclarecer de que o documento que aprovamos há pouco será enviado à Governadora Yeda Crusius, solicitando imediata retomada das aulas nas escolas itinerantes, bem como dirigido ao Procurador-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, solicitando a revogação desse termo de ajustamento de conduta, para que o Executivo e o Ministério Público, que foram patrocinadores desse termo de ajustamento de conduta, tomem as providências no sentido da sua revogação imediata, sem prejuízo, como disse há pouco o Senador Paulo Paim, do requerimento que faremos para aprovar amanhã, tratando da possibilidade de uma visita e diligência dessa Comissão ao Rio Grande do Sul. Porém, esclarecendo: se o Governo do Rio Grande do Sul e o Ministério Público do Rio Grande do Sul adotarem as medidas sugeridas pelo comunicado que enviaremos ainda hoje, Senador Cristovam Buarque, nosso Presidente, será, então... Retomaremos esse debate em outro momento, sem a necessidade dessa visita imediata ao Rio Grande do Sul.

Queria agradecer a presença dos nossos convidados, que aqui contribuíram enormemente para o esclarecimento, o debate e proposições concretas para enfrentamento dessa questão do fechamento das

escolas do Rio Grande do Sul e lembrar que, amanhã, haverá reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, às 09 horas, aqui no Plenário da Comissão, para a eleição do Presidente e vice-Presidente, oportunidade que o Senador Paulo Paim será eleito aqui Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso. Amanhã, às 09 horas.

E lembrar o convite a todos os membros da Comissão para a reunião da Comissão de Direitos Humanos amanhã, às 10 horas, para a realização de uma Audiência Pública, um requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, aprovado dia 1º de abril, para debater o combate à violência doméstica no campo.

Então, amanhã, a Comissão terá reunião da Comissão, como eu disse, às 9 e às 10, Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados, a presença de todos e todas, Srs. Senadores, e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h40.

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às dez horas e vinte minutos do dia quinze de abril de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko Leomar Quintanilha, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Pauta: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento **nº 08, de 2009 – CDH, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros, aprovado em 1º de abril de 2009, para debater "**o combate à violência doméstica no campo.**"**. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Convidados que comparecem: Ane Rosenir Cruz, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, representando Nilcéa Freire, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM; Rosângela Piovisani, Coordenadora da Via Campesina Brasil representando Maria José – Coordenadora da Via Campesina Brasil; Carla de Paiva Bezerra, Representante da Marcha Mundial de Mulheres, representando Nalu Faria, Coordenadora-Geral da Rede Feminina de Marcha Mundial de Mulheres; Carmen Helena Ferreira Foro, Secretária de Mulheres da CONTAG, representando Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e; Elizangela Araújo, Coordenadora-Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF. EXTRAPAUTA: **Item nº. 01** – **Requerimento nº 13**, de 2009, que requer a "realização de Diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar in loco as condições das Escolas fechadas do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As diligências e reuniões deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e podendo, ainda, ser acompanhado pela Comissão de Educação do Senado Federal, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores da Cidade Porto Alegre – RS. As diligências realizar-se-ão em dia e hora definidos por esta presidência. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item nº. 02 – Requerimento nº 14**, de 2009, que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater o quadro de analfabetismo que se mantêm no Brasil em plano século XXI, ferindo o direito básico de 14 milhões de brasileiros, incapazes de ler e escrever.". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. **Item nº. 03 – Requerimento nº 15**, de 2009, que requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater a questão de validação de diplomas de curso de nível superior realizados no exterior.". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. **Item nº 04 – Requerimento nº 16**, de 2009, que requer nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a instruir a proposição de audiência pública no Plenário desta Casa, no dia 29 de abril do corrente ano, que é objeto do requerimento da Senadora Kátia Abreu, apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Constituição e Justiça, das quais sou membro, além das demais comissões, com a finalidade de analisar e discutir os temas de definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs, o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações

para o Agronegócio, que serão apresentados pelos pesquisadores da Embrapa, Gustavo Ribas Crucio e Evaristo de Miranda, seja antecedido pelo envio aos senadores dos principais estudos técnicos e científicos que fundamentam as apresentações e teses que serão expostas pelos mencionados especialistas". Autoria: Senadora Marina Silva. Resultado: **Aprovado.** Às onze horas e vinte e dois minutos, o Senhor Presidente passa a presidência a Senhora Senadora Serys Slhessarenko. Às doze horas e vinte e três minutos, a Senhora Presidente Serys Slhessarenko devolve a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Paulo Paim e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passamos adiante à nossa pauta para realizar a Audiência. Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, colocando-a em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa Audiência Pública é nos termos do Requerimento nº 08, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, para discutir o combate à violência doméstica, especificamente no campo. Foram convidados: a Ministra de Estado da Secretaria Especial de Política das Mulheres, Nilcéia Freire, que mandou uma representante... Não veio a representante? O Paulo Vannuchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Veio o representante? A Rosângela Piovizani, Coordenadora da Via Campesina Brasil, representando a Maria José, que é a Coordenadora da Via Campesina, a quem eu convido para vir à mesa; Carla de Paiva Bezerra, representante da Marcha Mundial das Mulheres, representando Analu Faria, Coordenadora-Geral da Marcha Mundial das Mulheres, que eu convido para fazer parte da mesa; Carmen Helena Ferreira Foro, que é Secretária de Mulheres da CONTAG, representando Manoel José dos Santos, que é o Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, a quem eu convido para vir à mesa; Elizângela Araújo, Coordenadora-Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), que eu convido também para vir fazer parte da mesa; convido a Ane Rosenir Cruz, que eu quero que venha aqui, que é a Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Então nós temos quatro representantes da sociedade civil e uma representante do governo.

Eu vou passar a palavra na ordem em que eu chamei, deixando, portanto, a Ane Rosenir Cruz como representante da Ministra Nilcéia para falar em último lugar. Eu passo a palavra, portanto, em primeiro lugar, para a Rosângela Piovizani.

SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO: Bom dia a todos aqui presentes e a todas. Especialmente aqui cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque e aos demais Senadores e Senadoras presentes. Desde já agradecemos esta oportunidade de estar falando sobre esse tema que é muito polêmico, mas é um tema que a sociedade brasileira tem que enfrentar, porque está chegando a situações insustentáveis e de repúdio demais, inclusive de várias organizações feministas nesse País. Cumprimento, também, as companheiras aqui da mesa comigo.

Eu queria, primeiro, discutir que o Movimento de Mulheres Camponesas e a Via Campesina Brasil e Mundial vêm trabalhando essa questão da violência doméstica, violência no campo, dentro de um debate de diferenças de classe, e de que a violência é um instrumento de uma sociedade patriarcal, machista e capitalista. Então defendemos que é preciso avançar no combate às violências, mas, também, no próprio modelo de sociedade que a gente quer construir. Em algumas situações está muito claro e colocado para a gente o porquê é que isto se fortalece, o porquê é que isto é tão profundo na nossa sociedade. Nós, enquanto camponesas do Brasil, fizemos um grande debate em torno deste tema nos últimos anos e são várias as lutas das mulheres que a gente vêm fazendo.

Por exemplo, nós lutamos por um crédito especial para as mulheres. Uma das questões que nos colocou como entraves de acesso ao crédito às mulheres, é que o último dado do IBGE é que somente 12% das terras no Brasil estão em nome das mulheres e que no Rio Grande do Sul, por exemplo, um dado da titularidade, que é uma pesquisa da Carmen Deere(F), da EMATER/RS, só 9% estão em nome das mulheres. Então quando a gente chega nos bancos para acessar ao crédito, a primeira coisa que o banco procura é a comprovação de renda para ter também a comprovação de que vão

pagar e não vão ser inadimplentes. Então isto é muito claro. Por isso, o acesso de mulheres à política pública fica comprometida de fato.

Nós vemos que 80% da produção de alimentos a nível de mundo é feita por mulheres. Em alguns países, como Mali, por exemplo, que eu estive presente num debate sobre soberania alimentar, 80% da produção de comida é feita por mulheres. No Brasil, a alimentação produzida que vai para as mesas das famílias com certeza é feita por mulheres, que são a renda que é invisível na nossa sociedade, que são o queijo, os ovos, o frango, a horta, toda essa produção chamada de quintais. Ela não é visível, ela é tida como um trabalho que não é contabilizado, então não é tido como renda, e isto quando as mulheres se identificam ou quando chegam pesquisas ou quando vão abordar mulheres, elas nunca fazem nada, elas sempre ajudam os maridos, quer dizer, isto é uma violência grave, porque é não reconhecer o papel das mulheres na sociedade e no campo, especialmente na produção de comida nesse País.

Por outro lado, a gente está vendo e a gente quer aqui deixar muito claro que nesse desmonte da agricultura camponesa e familiar o avanço dos monocultivos de cana e eucalipto, que isto acarreta bastante a questão da soberania alimentar e a prostituição no campo e a chegada também das drogas no campo. Nós estamos vendo nossas filhas indo para a prostituição, indo para as cidades trabalhar como doméstica. Como não tem então uma qualificação profissional, acaba sendo vítimas desse sistema que hoje gera muito dinheiro nesse País como a pesquisa, por exemplo, da Analu Farias, que 90% das pessoas prostituídas no mundo estão na engrenagem do tráfico a serviço do capital e a maioria das vezes esse abuso são de crianças. E aqui a gente quer fazer uma denúncia, inclusive, que tramita na Câmara dos Deputados projeto, por exemplo, de reconhecer como profissão a prostituição. Isto é um absurdo, isto é um atentado contra a vida, especialmente das mulheres. E ainda deputados que têm a coragem de dizer que nós precisamos de gerar divisas para o comércio brasileiro, para o Brasil. Então as mulheres, é um ótimo negócio, porque nós temos mulheres belas, lindas e quentes nesse País. Isso assim a gente quer deixar como repúdio e que um projeto desse, ele tem que ser abortado imediatamente na Câmara dos Deputados, que é onde está tramitando.

Nós vemos também uma pesquisa aqui no Brasil sobre violência que é muito mais geral. Nós não temos dados de pesquisa que enfoca a questão rural, a questão campo e floresta. Então essa é uma das coisas, por exemplo, que a gente vem discutindo bastante com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, de que a gente precisa avançar, porque a gente tem certeza de que a violência doméstica no campo é muito mais grave devido ao isoladamente, devido à própria informação, devido ao acesso às políticas públicas. Eu, que morei na Amazônia, eu sei o que significa ter condições de ir para a sede de um município uma vez por semana quando o carro de feira vai, e às vezes a violência aconteceu no domingo ou no sábado, o carro vai na quarta e com isso então as mulheres acabam não indo porque a situação no âmbito da família já veio meio contornada e ela acaba não indo fazer as denúncias. Porém, têm algumas pesquisas feitas por organizações de mulheres, nós temos uma feita pelo Movimento de Mulheres em Santa Catarina, a outra feita no Rio Grande do Sul e algumas outras organizações que foi feito mais em regiões ou estado que mostra claramente como a violência é muito mais forte no campo, mas devido a não haver uma pesquisa, devido a não ter política pública de combate à violência direto no campo, acesso à informação, aos meios de denúncia, ela acaba não registrando as queixas, as denúncias.

Por exemplo, alguns dados que foram feitos por Lorenzoni no Rio Grande do Sul. Violência física: 22% de empurrões, 9,2% de tapas, 15,5% de surras, 27% das camponesas sofrem violência física. São dados desta pesquisa no Rio Grande do Sul, que é uma amostragem que com certeza, para algumas regiões do Brasil, tende a ser bem maior ainda. Aí a violência moral coloca assim: 45,8% de agressão moral, 45,9% de palavrões, deboches, calúnias. A violência psicológica: ameaça de morte chegando a 3,5%, proibidas de sair [soa a campainha] de casa 32,7%, de ir à igreja 5,5%, de ir às reuniões do MMC 13% e 11,7% só usam roupa quando o marido diz essa pode ou essa não pode. Então é doído, mas é uma pesquisa real de uma amostragem de um estado que a gente pode ter como parâmetro para nível nacional. 54,5% dizem que não queriam ter relações sexuais e que às vezes chegam a sofrer estupro, quer dizer, é absurdo o que a gente vê nesse caso.

No Brasil temos numa faixa entre quinhentos mil a dois milhões de crianças prostituídas e nós vemos uma grande rede de pedofilia se prolongando e se instalando por esse País e que a gente precisa combater cada vez mais. Acredito que isso já existia, porém, hoje a imprensa de repente está dando maior visibilidade a isto, então a gente se assombra com os dados que estão aí, mas acredito que pode ser ainda bem maior. E outro dia, acessando a página da Folha de Boa Vista, que é um jornal que circula em Roraima, que um pai estuprou uma filha de nove anos e ele dizia o seguin-

te para justificar na delegacia: "Eu estuprei porque eu tinha um acordo com o diabo, eu tinha vendido a alma para o diabo. O diabo me disse: 'Se você possuir uma virgem, você está livre desse compromisso comigo'. Eu vi na minha filha a saída". Isso é absurdo, isso é abominável e não dá para a gente aceitar essas situações que a gente vive.

A gente tem dados, por exemplo, da OMC, que dizem que 47% das mulheres declararam que sua primeira relação sexual foi forçada; 42% das mulheres são alvo de assédio sexual. Isso dados da OMC para o mundo; e, também, 34% das mulheres do mundo afirmam que foram agredidas, sendo que 70% disto foi por parte de marido, ex-companheiros, companheiros e namorados.

Pesquisas também mostram que no Brasil a gente precisa cada vez mais atacar estas práticas que muitas vezes no campo é tido como cultural. Isso não é cultura, isso é diabólico, isto é praga do próprio capitalismo e do sistema capitalista e patriarcal que nós não podemos aceitar.

Então, por exemplo, ano passado tivemos duas mulheres que eram da base do Movimento de Mulheres que foram assassinadas, uma com várias denúncias na delegacia, numa delegacia do Mato Grosso e que, enfim, a mulher foi morta com um tiro na cabeça na frente de quatro crianças, um tiro de espingarda. A outra mulher foi atirada uma pedra na sua cabeça, ela entrou em coma, ela conseguiu dizer para a mãe quem foi que atirou a pedra, entrou em coma e oito dias depois morreu deixando também cinco filhos, quer dizer, um desses está na cadeia e o outro está foragido.

O Movimento de Mulheres e a Via Campesina vêm trabalhando fortemente esse tema porque a gente tem visto que é muito sério isto que se dá com as mulheres do campo e da floresta. Ano passado, em novembro, em torno do Dia Mundial do Combate à Violência Doméstica, o Movimento de Mulheres e a Via Campesina do Estado de Roraima fizeram uma grande mobilização: nós fizemos denúncias, reivindicações e repúdios; isto foi através de Carta das Mulheres. Nós fizemos uma marcha e fomos até a Secretaria de Segurança do Estado de Roraima porque a própria Delegada da única delegacia da mulher que existe no Estado de Roraima afirmava que de janeiro a outubro do ano passado tinha sido registrada duas mil e setecentos queixas e nas outras delegacias comuns dos outros municípios do Estado de Roraima tinha sido trezentas denúncias, que são municípios essencialmente rurais. Isso mostra, trezentos para dois mil e setecentos, eu sei que a população de Roraima está em sua maioria na capital, mas isso não justifica o tão pouco registro de denúncias nos interiores. Essas cartas que as mulheres trouxeram eram de repúdio, denúncia e indignação contra maridos, ex-companheiros e namorados, inclusive a um Delegado de um município chamado São João da Baliza, que o Delegado se chamava, que ele foi tirado deste lugar, Dr. Alberto Alencar de Souza. Tinha seis cartas de denúncia contra esse Delegado. A forma que ele tratava as mulheres: ouvia as denúncias das mulheres no balcão de entrada, onde circulava várias pessoas, porque essas delegacias são delegacias de municípios pequenos, do interior, então não tinha uma sala para ouvir as mulheres. Ele chegava a dizer: "Mas o que é que você fez para ter apanhado?" Desconhecia, não acredita na Lei Maria da Penha, não encaminhava os processos. Este Delegado, nós registramos uma denúncia contra ele, porque foram seis cartas de mulheres deste município contra este Delegado, ele foi transferido para um outro município, mas ele continua na ativa. Então é preciso avançar também no preparo do recebimento dessas mulheres nas delegacias, como atender essas mulheres, como ter acompanhamento jurídico e psicológico. Nós temos mulheres nesse estado que foram decepadas suas mãos. Nós temos mulheres que foi registrado, uma companheira nossa que registrou mais de vinte e cinco ocorrências na delegacia e que, inclusive, eles diziam para ela: "Essa Lei Maria da Penha, isso aí não vai dar em nada. Isso aí é loucura, isso não vai acontecer". Enfim, anos atrás ela assumiu a Executoria do INCRA numa região, num projeto de assentamento da região do Caroebe, e o ex-companheiro foi lá, quebrou toda a máquina, o computador e tudo, bateu nela dentro da sala do INCRA e hoje ela responde por processo administrativo porque aquele patrimônio estava na responsabilidade dela. Num ato de muita violência de um estupro, à uma hora da manhã, ela se defendendo acabou tendo que se defender com uma bacia de água fervendo e no dia 22 agora vai ter uma audiência que ele está movendo contra ela porque ele sofreu violência; agora as vinte e cinco queixas que ela denunciou na delegacia, isto não foi levado a sério, não foi colocado esse cara na cadeia. Ela está proibida de pisar no município onde ele reside, que é a vinte e cinco quilômetros. Ela era para estar aqui hoje, esta companheira, a Leni. Ela não pode vir aqui hoje, a semana passada eu estive no Estado de Roraima fazendo alguns debates e uma das oficinas sobre violência, ela disse: "Eu não vou, eu não vou, porque assim, tudo que eu já fiz, eu não sei mais o que eu faço; só se eu morrer agora. Eu não acredito mais na Lei Maria da Penha, porque tanta luta, tanta luta e eu estou vendo que uma hora eu vou morrer". Há um mês e pouco atrás ela instalou um telefone em casa. Ela recebeu ligação dizendo que era da Brigada Militar, que isso é mentira, às onze e meia

da noite, à meia-noite e meia, às duas e meia da manhã dizendo: "Eu conheço você, eu sei quem você e eu sei o que você fez". Assim é muito grave e ela, primeiro, por uma questão de medo, disse: "Eu não vou. O que eu pude fazer aqui no estado, eu já fiz. Eu não acredito mais". Então eu quero dizer assim que é muito dolorido, porque é uma pessoa que a gente conhece, é uma lutadora, uma dirigente do movimento e que hoje está proibida de circular, de ir no município vizinho e que dia 22 agora é capaz de ser condenada por ter, para se defender, ter queimado o seu ex-companheiro com uma bacia de água fervendo. Então essas questões são muito doloridas para a gente e muito triste, porque são poucos os casos que vão a julgamento e que são punidos.

Na última segunda-feira, na segunda-feira fez oito dias, eu fui fazer um debate numa extensão de cursos da Universidade Estadual de Roraima, eu e o Delegado do Município estávamos na mesa quando um vereador disse: "Esse Delegado aí, mais dia ou menos dia ele vai ser transferido, ele não fica aqui. Essa daí qualquer dia amanhece com a boca cheia de formiga", quer dizer, isso é absurdo, quer dizer, não tem coragem de dizer para a gente, então é difícil de registrar inclusive uma queixa contra ele. Mas diz no meio do povo, diz coisas assim. Eu não tenho medo de morrer, mas eu temo pelas nossas mulheres que cada vez mais sofrem violência e os dados mostram muito claro. E existe aí de boca corrente de que com a Lei Maria da Penha eu vou para a cadeia, então eu mato logo. Por isso, inclusive, aumenta-se os assassinatos, porque sabe que isso vai dar processo e vai dar cadeia. Então ao invés de eu maltratar, bater, então eu mato logo, que eu vou para a cadeia mesmo, quer dizer, então dizem isto com muita tranquilidade e sem medo nenhum de dizer isso.

Então é uma praga que eu acho que não dá mais para aguentar. Temos que enfrentar enquanto sociedade civil, enquanto organizações, mas, também, enquanto parlamento, enquanto governo, com políticas de fato direcionadas para combater estas práticas. Outra coisa: eu penso que as delegacias estão nas sedes dos municípios, nas grandes cidades, que eu citei, por exemplo, que só tem Delegacia da Mulher na capital; no restante do estado não tem. Os outros estados têm, mas são muito poucas, e quando tem falta aparelhamento, falta assessoria jurídica, falta o acompanhamento psicológico. E nas delegacias comuns têm que avançar isto, preparo para atender as mulheres, porque ouvir isso da boca de um Delegado, tipo esse Dr. Alberto, é absurdo, isso revolta a gente, porque ele está ali para ouvir as mulheres, para dar amparo às mulheres, para seguir os processos e prender os caras, dar segurança à vida das mulheres e dos seus filhos. Isso não está acontecendo.

Nós fizemos depois, logo seguindo ali no começo de dezembro do ano passado, nós entregamos cópias dessas cartas que veio do estado, das denúncias, ao Secretário de Direitos Humanos, o Paulo Vannuchi, à Ministra Nilcéia Freire e ao Ministro Tarso Genro, inclusive na época quem acompanhou a gente foi o Deputado Adão Preto. O Ministro Paulo Vannuchi se comprometeu com a gente em instalar, em fazer Audiências Públicas nos estados do Brasil enfocando especialmente essa questão da violência doméstica no campo, na floresta, com os ribeirinhos, com os quilombolas, com os indígenas. Esta é uma das reivindicações que a gente traz aqui: vamos fazer essas audiências nos estados, vamos também fazer essas Audiências, mas quando a gente consiga trazer as mulheres. Nós queríamos trazer mulheres, por exemplo, aqui, que sofreram violências, tanto em Roraima, quanto no Mato Grosso e em outros estados. Por uma questão até de financeira a gente não conseguiu trazer as mulheres. Então fazer, mas fazer perto das mulheres, não fazer nas capitais, longe do acesso de onde as mulheres não podem chegar. A outra reivindicação e o outro pedido aqui encarecidamente, inclusive tendo aqui a Secretaria Especial na mesa e aos Senadores presentes, que a gente desenvolva uma pesquisa com a questão da violência doméstica voltada para a questão do campo e da floresta. Vamos fazer uma pesquisa específica para poder a gente quantificar. Lógico que a gente vai ter que ter materiais, vai ter que ter preparo, porque abordar uma camponesa, abordar uma indígena, abordar uma quilombola, abordar uma ribeirinha não é tão simples porque elas têm medo de falar. Primeiro, porque tem uma dependência econômica muito grande e ela sabe que a partir do momento que ela falar, ela vai estar exposta como a companheiro Leni, que não quis vir aqui hoje. E que ela não tem segurança de vida, ela não tem condições financeiras e não tem segurança nem para os seus filhos.

Então, assim, eu quero agradecer essa oportunidade, mas pedir encarecidamente que esses pedidos, essas reivindicações, a gente consiga concretizar de fato e que junto a gente consiga combater esta praga da sociedade que a gente vive. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Rosângela, a impactante apresentação que fez. O debate será depois, eu mesmo terei algumas perguntas, mas prefiro esperar. Passo a palavra à Carla de Paiva Bezerra. Só explicando, a campainha toca depois de dez minutos ou quinze, creio, mas se precisar de um pouco mais de tempo, não se sinta inibida.

SRA. CARLA DE PAIVA BEZERRA: Obrigada. Eu queria cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, cumprimentar as companheiras da mesa, a CONTAG, a Via Campesina, a FETRAF, a representante da SPM e cumprimentar a todo mundo aqui presente, a todos os presentes aqui.

Eu queria centrar um pouco a minha fala no que é que significa a violência doméstica, por que é que ela tem um caráter estrutural dentro da nossa sociedade, por que é que ela reafirma a diferença entre homens e mulheres? Eu acho que a companheira Rosângela colocou um pouco de dados, de casos reais do quanto que é dramática a situação e que cada vez mais nos últimos anos têm se trabalhado para evidenciar que a violência doméstica não é uma coisa restrita, não é uma coisa privada, que ela tem um cunho político. Quando a gente percebe que 98% dos casos de violência doméstica são agressões de homens contra as suas companheiras e os outros 2% são casos bem residuais, a percebe que a violência tem um caráter estrutural.

Dentro do que a gente costuma denominar de patriarcado, a gente reafirma que a nossa sociedade é uma sociedade patriarcal, que ela se estrutura na diferença entre homens e mulheres. Como é que isso se dá? Principalmente por meio da divisão sexual do trabalho, ou seja, a gente tem tarefas que são atribuídas a mulheres e tarefas que são atribuídas a homens e não de uma forma de uma simples divisão, mas elas estão associadas à valorização. Então aquilo que as mulheres cumprem, em geral é visto de forma desvalorizada. O trabalho doméstico muitas vezes sequer é reconhecido como um trabalho, na maior parte dos casos sequer é remunerado, e ainda para as mulheres que exercem tarefas no espaço público, tarefas remuneradas fora de casa, elas são obrigadas a estar acumulando as duas funções, enquanto os homens acabam tendo mais tempo, mas espaço para se dedicar às tarefas públicas e as suas funções são mais valorizadas.

Além disso, a gente também tem o controle da sexualidade feminina dentro de uma sociedade patriarcal, que é exatamente o exemplo que foi dado de que a mulher, por exemplo, no campo, só pode sair de acordo se o homem autorizar que ela possa usar aquela ou essa roupa; isso é um controle evidente da sexualidade da mulher, ela não tem liberdade de relação e tal.

Então esses são os dois eixos centrais de uma sociedade patriarcal e a violência tem um papel de reafirmar esse poder. Então quando uma mulher ousa, por exemplo, discordar do marido, ousa ter suas decisões, tomar decisões próprias, sair com a roupa que o marido não autoriza, ela provavelmente vai sofrer, vai ser dito assim: "Olha, se coloca no seu lugar", então ela vai se ver agredida seja verbalmente, moralmente, e no limite que é a expressão da violência física. Então, assim, coloque-se no seu lugar, esse lugar não te pertence, você está ocupando uma posição subalterna, e é esse o papel que a violência cumpre. Por isso é importante que a gente faça uma denúncia da violência doméstica entendendo como um elemento político, que estrutura a nossa sociedade, está relacionado com todas as demais relações de poder que são de classe, raça, etnia e o gênero, que o papel social que se atribui aos sexos está articulado com isso.

Têm algumas características da violência que eu acho que tem sido feito um trabalho nos últimos anos de evidenciar que a violência doméstica tem relações afetivas, está relacionada muitas vezes às condutas sexuais, ou, então, por exemplo, tem o estupro que se dá majoritariamente entre familiares, entre pessoas da família. Diferente do que se acreditava até poucos anos, o estupro, que não ocorre por estranhos no meio da rua, mas por aqueles tios, pais, irmãos. E muitas vezes são condutas sexuais a serviços não sexuais, que é o que eu afirmei, na verdade eles têm... Não é para contatar uma lascívia sexual desenfreada, mas na verdade tem um papel de reafirmação do poder, de novo, então ele tem também a mesma função que teria uma surra ou outra conduta assim.

Daí é importante a gente evidenciar a situação no campo, que até o momento a gente tem tratado, tem tido o trabalho de, primeiro, de desmascarar, de denunciar o que é que é o grande problema da violência doméstica e daí os movimentos do campo colocam a necessidade de a gente ter o entendimento e o trato diferenciado dessa situação. Eu acho que tem uma dificuldade maior quando a gente fala assim em divisão sexual do trabalho em que ela faz com que muitas vezes as mulheres sejam dependentes economicamente dos maridos, isso faz com que elas tenham uma autonomia reduzida, estejam mais dependentes de forma geral e, por isso, muito mais propensas a sofrerem de violência, porque elas estão realmente numa condição de subalternidade e de dependência econômica. E no campo, quando a gente vê que a mulher concentra o trabalho doméstico, o trabalho da casa, ela auxilia na lavoura. Ela também trabalha na lavoura, mas o seu trabalho não é visto como um trabalho. O homem trabalha na lavoura, a mulher auxilia e é o homem que gerencia todos os recursos.

A companheira Rosângela colocou também das dificuldades do acesso ao crédito rural, à terra, em nome das mulheres. Até pouco tempo atrás todo crédito era colocado exclusivamente no nome dos homens e

isso dificulta. Quando a gente tem dificuldade de autonomia financeira, você fortalece a lógica da violência. Além disso, tem a dificuldade da visibilidade pelo próprio território, por estar muito mais distribuído, não tem um contato próximo, por exemplo, de vizinhos e tal. Muitas vezes a mulher fica numa situação de muito mais dificuldade de pedir socorro, ajuda, e além disso você tem uma mentalidade muitas vezes muito conservadora e forte, justamente nessa lógica de que é o homem que gerencia os recursos, é o homem que é o chefe da casa. Então ele tem legitimidade para fazer o que ele quiser, inclusive agredir a sua companheira. E trabalhar para desconstruir isso, desnaturalizar isso dentro do campo requer políticas específicas, requer uma ação e o reconhecimento da especificidade.

Então, assim, dentro do combate à violência doméstica têm algumas ações. Eu queria trabalhar assim em dois eixos: as ações instituições e as ações que os Movimentos têm que ter. Uma das ações institucionais é a Lei Maria da Penha, que é uma Lei que tem sido trabalhada e que hoje a gente sabe que 83% das mulheres, me parece que é esse o dado, já conhecem a Lei Maria da Penha; isso com certeza já é uma vitória, só o conhecimento da Lei em si e saber que existe um mecanismo e de desconstruir de que é natural que haja violência, mas mais do que isso é preciso colocar que ela funcione de fato, efetivamente que os mecanismos de apoio sejam criados. Além disso, não basta só uma Lei que combata diretamente, mas é preciso que ela esteja articulada com outras políticas públicas, principalmente políticas que garantam a autonomia das mulheres, a autonomia financeira das mulheres. Então nesse sentido, por exemplo, empreendimentos à economia solidária, formas de geração de renda entre as mulheres. Tudo isso contribui para uma maior autonomia e, por isso, uma redução, embora não é automática uma maior autonomia da redução da violência, mas ela contribui para isso. Outra coisa também é o fortalecimento de ações do estado que reduzam a carga do trabalho doméstico entre as mulheres. Isso no campo requer um pensamento, por exemplo, a ideia na cidade a gente pode falar em creches. Como é que a gente trabalha isso no campo? Tem que pensar em ações específicas que trabalhem a realidade local. Isso no âmbito institucional. E no âmbito dos Movimentos? Qual é a ação central que os Movimentos Sociais, seja os Movimentos que são compostos só por mulheres ou as mulheres organizadas dentro dos Movimentos mistos têm que ter? É o de fortalecimento e visibilidade da ação das mulheres, de fortalecimento das mulheres enquanto sujeito político, enquanto fortalecimento das suas pautas, das suas reivindicações e cada vez mais reafirmação da sua autonomia. Eu acredito que os Movimentos aqui presentes têm dado grandes exemplos de ações nesse sentido.

A CONTAG, por exemplo, em parceria inclusive com a Marcha Mundial de Mulheres, realiza praticamente de dois em dois anos a Marcha das Margaridas, que é uma das maiores ações que são feitas, compostas praticamente e exclusivamente por mulheres, de reivindicação que mostra todo o poder de organização das mulheres do campo que vêm, eu não saberia precisar o número exatamente, mas com certeza mais de trinta mil mulheres que vêm praticamente todos os anos ao Congresso, à Explanada, à Brasília reivindicar e mostrar e reafirmar suas pautas.

As mulheres da Via Campesina também têm demonstrado muita força com ações diretas em que as mulheres que protagonizam as ocupações. Eu acho que um exemplo muito importante, que teve uma grande repercussão na mídia, foi o exemplo da ocupação da Aracruz, que foi protagonizado pelas mulheres, que elas demonstraram que é importante isso, porque ele visibiliza. Quando você pensa em movimento do campo, muitas vezes as pessoas associam só aos homens, aos homens protoganizando as ações, aos homens ocupando as fazendas e tal, e com as ações protagonizadas por mulheres a gente mostra as mulheres organizadas naquele Movimento e que têm suas pautas e que reivindicam. Inclusive as mulheres sofreram uma criminalização muito forte nessa ocupação da Aracruz, em que houve inclusive pouca solidariedade, eu acho que deveria ter havido mais solidariedade por parte dos Movimentos.

Então eu queria fechar com essas duas ações, uma que é o que a gente continua reivindicando na via institucional de políticas públicas, tanto de combate direto quanto articuladas com um conjunto que garantam mais autonomia financeira e diminuição da sobrecarga da tarefa doméstica, porque isso é fundamental para dar maior autonomia e reduzir a violência, e dentro dos Movimentos que a gente continuei fortalecendo a ação das mulheres sempre. É isso. Obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente Cristovam, eu gostaria de, antes de passar a palavra, com certeza que o senhor irá para as demais palestrantes, eu gostaria aqui de colocar que eu sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e a reunião começa agora às onze horas. Esse assunto é por demais interessante, palpitante, eu acho que ele não pode ficar restrito apenas a uma Audiência, inclusive já coloco a nossa Comissão à disposição para que a gente possa também tratar dessa questão, debater, e pedir a permissão para que eu possa me ausentar. Infelizmente nós estamos com essa dificuldade. Se eu não chego, têm assuntos terminativos que vão ser votados

hoje e não começa. O Vice-Presidente é o Paim, que também já está aqui. Então eu vou ter que ir porque o meu substituto vai ficar um pouco mais com vocês.

Então era isso que eu queria colocar e dizer que realmente essa questão é grave, é séria. Eu sou uma mulher nordestina, venho de um região do interior e trabalhei muito no campo há anos atrás, isso não é de agora, porque aí eu já não vou nem dizer a minha idade, mas quando eu comecei a minha atividade profissional eu trabalhava com o que se chamava naquela época, um programa que existia no campo de saúde, que eram as unidades móveis do famoso FUNRURAL que levava assistência no campo e lá dentro, lá nas bases. Então eu tive a oportunidade de conviver muito, de ouvir muito. E durante muito tempo e depois Prefeita de uma cidade que tem uma zona rural extensa, muito extensa, cento e trinta e três comunidades, então foi uma coisa que a gente... Essa realidade é muito dura da desigualdade, da mulher que é submissa em função de não ter tido acesso a oportunidades para ter melhores condições econômicas, para poder ter o seu trabalho, a sua renda. Mas aqui, Senador Cristovam, o senhor que é defensor da educação, eu quero dizer que muitas ações nós podemos fazer e devemos fazer, muitas. Nós devemos nos unir, convocar cada vez mais não só as mulheres, uma os homens de boa vontade que não aceitam de forma nenhuma que mulheres sejam tratadas dessa forma. São muitos, graças a Deus existem, que se somam à nossa luta, mas se nós não tivermos educação, porque a educação é que promove paz. Precisam ser educados meninos e meninas para que nós possamos realmente um dia vislumbrar, com mais paz, mais respeito e mais dignidade a mulher. Mas eu vejo que na realidade vocês estão fazendo um trabalho maravilhoso, porque não estão se omitindo, não estão se acomodando. Eu acho que deve ser assim. Jamais podemos cruzar os braços. Nós devemos nos indignar, porque através dessa nossa indignação é que nós vamos conseguir crescer esse sentimento que deve ter de respeito à mulher em todas as situações. Nós não queremos o espaço de ninguém, nós queremos caminhar lado a lado com os nossos direitos resguardados. Era isso que eu queria agradecer e pedir permissão. Sinceramente eu não posso ficar, mas virei depois, isso vai ficar tudo gravado e nós vamos ter a oportunidade de ver e quero dar continuidade, Senador. Senador Paim, vamos continuar também na Comissão de Assuntos Sociais, vocês encontram agora mais um apoio que será na nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Senadora e aproveito para dizer a todos que nossas Audiências, na verdade, são dirigidas sobretudo ao grande público lá fora, para que eles ouçam depoimentos como o seu, como o seu, porque nós ficamos aqui rodando de Comissão em Comissão. Eu próprio, quando a Senadora Serys voltar, vou ter que ir correndo à Comissão de Constituição e Justiça, porque estão votando um projeto meu e, se eu não estiver lá, eu sei que vai ser mais difícil passar, porque há muita resistência, consideram muito radical do ponto de vista de mudança na estrutura educacional.

Então, Senadora Rosalba, entendemos perfeitamente que a senhora sai daqui correndo para outra Comissão. Os depoimentos vão continuar e esses depoimentos ficam registrados, são divulgados e é isso que a gente quer com as audiências. Eu passo a palavra agora para a Carmen Helena Ferreira Foro, que é Secretária de Mulheres da CONTAG.

SRA. CARMEN HELENA FERREIRA FORO: Bom dia. Quero cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque, minhas companheiras de Movimentos Sociais, a companheira Elizângela, a companheira Rosângela, a companheira Carla da Marcha Mundial e a companheira Ane da Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Antes de colocar várias questões eu quero dizer da importância desse momento e dessa Audiência e relacionar esta Audiência com um evento que está acontecendo nesse momento no Acre, e dizer que enquanto cidadã brasileira trabalhadora do campo me sinto muito feliz, mesmo com a ausência de inúmeros Senadores aqui para debater com a gente um tema da maior importância, este assunto ser aqui pautado já considero para as mulheres do campo uma vitória. Pautar este assunto da violência contra as mulheres do campo no Senado Federal para nós é muito importante. O que me referia a pouco é que também no Acre, nesse momento, nós estamos fazendo o lançamento com o Governador do Estado do Acre desta campanha que o material aqui está e, depois, posso dizer que essa campanha é fruto de todo um processo de mobilização e de organização dessas mulheres do campo a nível do Brasil. E fundamentalmente fazer essa discussão aqui e em vários outros espaços num contexto político que eu posso afirmar de um contexto de criminalização das mulheres, onde a gente está convivendo com o ambiente da possibilidade da criação de uma CPI em relação ao tema do aborto, onde tão recentemente as notícias nos fizeram conhecer a história de Mato Grosso do Sul, onde muitas mulheres deveriam ser criminalizadas. E um ambiente também nacional onde bispos declaram que estupro contra as mulheres é menos grave do que um aborto legal. Então fazer esse debate das trabalhadoras rurais aqui é

ampliar essa dimensão da luta das mulheres no nosso País, é sair da invisibilidade.

Eu a pouco comentava que o meio rural tem vivido um preconceito histórico do que é que significa viver no meio rural. Viver no meio rural significa ser menos, porque lá estão a maioria de alfabetos, porque lá o estado brasileiro chegou há tão pouco tempo; há uma ausência do estado no meio rural brasileiro, principalmente no que diz respeito a políticas públicas para trabalhadores e trabalhadoras. Então é fundamental que a voz das mulheres do campo possam ecoar nesse espaço e esse espaço ser um espaço que daqui a gente possa construir caminhos para fortalecer lutas significativas que as mulheres do campo têm feito. Essa é a primeira questão que eu queria aqui colocar.

Me referindo ao campo brasileiro, quero dizer que nós carecemos de muito poucas pesquisas que retratam de forma mais clara a situação das mulheres do campo. Todas as pesquisas que são voltadas para o tema da violência, elas são de uma generalidade muito grande e que não tem um recorte que aponte a realidade de quem vive no meio rural, e esse lugar tem sido um lugar de absoluta invisibilidade, principalmente no que diz respeito a este tema.

No meio rural, como já disseram as nossas companheiras aqui, a divisão sexual do trabalho é um fato, a dupla jornada de trabalho também é outro fato concreto e obviamente que no campo se reproduz um conjunto de outras coisas, só que de forma, considero, mais agravada por sua dimensão cultural e por todos os aspectos aqui colocados, que também no campo nós convivemos com o produto do modelo patriarcal que ainda impera na nossa sociedade e esse modelo patriarcal insiste em discriminar as mulheres, em humilhar, desqualificar e as mulheres do campo acabam vivendo essa situação de forma muito ruim.

Acho que é importante focar nessa conversa aqui para marcar bem por que é que nós viemos insistindo em ter políticas específicas para as trabalhadoras rurais e qual a realidade verdadeira do campo, porque muitas vezes os desenhos das políticas públicas não dão conta das inúmeras realidades existentes no nosso País. Ora, o Brasil em si, suas regiões, é uma dimensão diferente de cultura, um conjunto de aspectos que precisam ser reconhecidos no desenho das políticas públicas. Então considero que no meio rural a situação se agrava, da violência contra as mulheres, primeiro por ausência de serviços públicos. Mulheres que são violentadas têm que se deslocar de lugares distantes para poderem fazer uma denúncia e na maioria dos municípios brasileiros elas não têm onde fazer essa denúncia porque não existem esses serviços ou instrumentos que possam acolher, não existem servidores na área da saúde preparados para atender uma mulher que foi violentada sexualmente. E muitas das vezes o fato de se deslocar de uma zona rural para a cidade implica em ter recurso econômico para chegar até a sede do município. Então essa é uma questão real: a ausência do estado brasileiro com sua presença garantindo instrumentos, garantindo serviços que as mulheres possam ser atendidas, as vitimadas de violência. As distancias são reais. As condições de pobreza que vivem muitas mulheres no meio rural não lhe possibilitam uma passagem para ir e voltar e no momento de sofreram violência elas, muitas das vezes, não têm condições de irem sozinhas fazer isso, saírem sozinhas sem nenhum apoio, se deslocarem a uma cidade para fazer essa denúncia. A falta de informação e a pouca autonomia econômica das mulheres é um fato que se constitui como uma realidade política.

Acho que é importante fazermos um conjunto de denúncias de todas essas questões no meio rural que têm impacto direto, que naturalizam muitas das vezes a violência contra as mulheres, mas é fundamental também colocar em pauta e em debate questões que nós consideramos ser fundamental para enfrentar essa questão. Os Movimentos Sociais [soa a campainha], a CONTAG, na Marcha das Margaridas, protagonizou um debate importante sobre essa questão da violência contra as mulheres do campo, porque nós tivemos que explicar ao longo dos debates e das audiências e dos momentos de negociação com o Governo de que era preciso ter um instrumento específico para debater o tema da violência contra as mulheres que vivem no campo brasileiro. Depois de muito debate nós conseguimos convencer o Governo Federal de constituir um Fórum Nacional, que foi instalado em 2007, por ocasião da Marcha das Margaridas, portanto, por ocasião da vinda de cinquenta mil mulheres à Brasília, com o desafio político de construir políticas que se aproximem mais dessa realidade. Nós entendemos que são anos de denúncia dos Movimentos de Mulheres, são anos que queremos dar visibilidade a esse tema, que o estado brasileiro assuma compromisso com isso e nós entendemos que enfrentar a violência contra as mulheres no campo é enfrentar também um debate de um conjunto de políticas públicas assumidas pelo estado brasileiro, o protagonismo das mulheres nas suas denúncias, organização e mobilização para tratar desse tema é fundamental e que para enfrentar essas questões nós entendemos que essas políticas públicas precisam ser absolutamente articuladas para que a gente possa trabalhar essa questão, onde essas políticas possam fortalecer a autonomia das mulheres, autonomia econômica, mais do que econômica, fortalecer também a sua autoestima, porque muitas

mulheres do campo, e nós da CONTAG fizemos uma pesquisa recente com as próprias mulheres, elas nem se percebem em alguns momentos que estão sendo violentadas, porque tantas coisas se naturalizaram na vida que muitas violências parecem que são normais em nossas vidas. Eu não estou falando só da violência doméstica, eu estou falando do cotidiano de nossas vidas, mulheres que vivem no campo e as que não estão no campo, das violências que nós sofremos permanentemente desde as palavras, as humilhações e que todas essas violências são reproduzidas em vários outros espaços.

Eu achei interessante o que a Senadora falou antes de sair e queria reafirmar que na pauta da Marcha das Margaridas, uma pauta que tinha um conjunto de proposições, não só de políticas públicas, mas de vários outros projetos também, um tema que para nós é fundamental, que é o tema da educação. Eu acho que seguir pelo caminho da construção de uma educação não seccista, acho que deve ser uma construção para nós e acho que é fundamental o comprometimento de um espaço como esse para que a gente se dedique a construir instrumentos que nos fortaleçam e que nos dê condições de pensar em construir uma outra sociedade justa. E, assim, eu acredito que nós vamos seguindo convictas de que a violência seccista, existe um amplo compromisso social para que seja combatida em todas as suas formas de manifestação. Não é possível silenciar diante do preconceito e da violência que atingem mulheres, jovens, meninas, tudo isso que nós temos visto, e que a violência contra as mulheres, em suas mais variadas formas, não pode ser tolerada em uma sociedade que quer ser justa, que preconiza a liberdade, a democracia e a superação das desigualdades. Encerro com essas palavras. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada à Carmen Helena, Secretária de Mulheres da CONTAG, representando aqui o Presidente da Confederação. Passo a palavra agora à Elizângela Araújo, Coordenadora-Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Com a palavra a Elizângela.

SRA. ELIZÂNGELA ARAÚJO: Bom dia a todos e todas. Quero saudar aqui a nossa Senadora Serys, que está aqui na mesa, também, claro, mesmo não estando presente, ao nosso Senador Cristovam Buarque pela iniciativa... Desculpa, é que as formalidades dos convites, das coisas chegam, mas eu sei dessa sensibilidade da capacidade que as mulheres têm. Então para nós receber um convite como esse para vir participar desse debate aqui é muito importante. Também quero saudar aqui as companheiras dos Movimentos, a Rosângela, a companheira Carmen da CONTAG, a companheira Carla da Marcha Mundial, também a companheira da representante da Ministra Nilcéia, enfim, tem sido ao longo desses anos um grande desafio para nós de todos os Movimentos que atuam, que representam os trabalhadores e as trabalhadoras da agricultura familiar, camponesas, da floresta, enfim, a população camponesa desse País.

Esse debate, para nós da FETRAF, ao longo desses anos que a gente se desafia nesse processo de organização dessas companheiras pelo Brasil afora, a gente tem um entendimento que é uma consequência de um modelo de sociedade que temos nesse País, um modelo de exploração, um modelo de sociedade de exclusão, um modelo patriarcal e que, enfim, gera uma série de problemas sociais nesse País e esse problema da violência doméstica e outras formas de violências que as mulheres desse País, dessas sociedades, enfrentam, é consequência realmente de um modelo de sociedade que temos.

Ao longo desses anos nós temos aí os Movimentos atuando, várias iniciativas na parte da formação, da capacitação, da busca de trazer o melhor de informação e do processo de organização das mulheres no campo em função de ter a informação, de elas entenderem o que e o porquê de tantos desafios, de tantos problemas, de tantas violências que enfrentamos nessa sociedade. A gente tem, claro, várias conquistas ao longo desses anos, mas ainda temos muitos desafios, muitos problemas a serem superados, como as companheiras aqui que já me antecederam colocaram vários exemplos e colocam vários desafios que estão colocados para a gente enfrentar.

Nós estamos em um País, em uma sociedade onde ainda a taxa de desemprego no País, de 5%, ainda é mais para as mulheres. Então desemprego nesse País é mais nas mulheres. Onde o papel do homem do assumir as tarefas domésticas e tal, não assume por uma consciência, por um entendimento que tem que ser, mas por uma necessidade muitas vezes, porque hoje também você tem a mulher que tem a dependência financeira, mas também nós temos muitas mulheres nesse país afora que assumem o sustento da família, que são responsáveis mesmo pelo trabalho, trabalham fora e tem uma jornada de trabalho aí bastante pesada e são responsáveis por tudo na família, pela criação dos filhos, por todos os problemas que existem na família. É a mulher pela produção, reprodução, por tudo, é a mulher que assume nessa sociedade.

Então os problemas que têm, a violência que temos hoje domésticas, mas também temos uma violência muito grande externa aí na sociedade. Eu vejo

hoje, sou baiana, sou da região Nordeste, nós temos uma região que tem turismo na sua maioria e aí você vê a exploração das jovens, nós temos mulheres que saem da zona rural e vêm para as cidades à procura de emprego, trabalham como doméstica e com uma remuneração tão, sabe, não dá nem para descrever a remuneração que essas mulheres recebem com o trabalho doméstico, e aí essas mulheres vivem muitas formas de violências por patrões, pelas próprias outras mulheres por não ter consciência de como tratar. Aí elas ficam expostas também à violência urbana nas cidades, à droga e tudo mais. Nós temos um número alarmante de gravidez na adolescência. Quantas adolescentes mulheres que estão aí sem saber o que fazer com crianças, sem conseguir cuidar. Isso volta depois, essas crianças, para serem cuidadas pelas suas mães, pelas suas avós. Então, assim, nós vivemos hoje uma sociedade muito complicada, um modelo de sociedade de que não sei, às vezes a gente fica se perguntando onde vai parar, às vezes você olha na sua própria família, você se depara com problemas tão graves, de como enfrentar. E aí você também tem um problema que é grave, que é a questão da educação que recebemos nesse País. Eu acho que o desafio nosso da superação de muitos problemas está na educação, porque você tem uma educação formal, uma educação na escola que não te prepara para o enfrentamento desses problemas. E aí você também tem uma família desestruturada que não consegue trazer, que têm vários problemas aí de sustentação do desemprego, da falta de condição de sobrevivência e, também, traz tudo isso para dentro da casa. Muitas vezes você tem mães e pais estressados, famílias desestruturadas que não conseguem se relacionar e gera uma série de conflitos domésticos que a gente vê por aí.

A gente não tem realmente no campo brasileiro dados, informações, é concreto isso o que as companheiras que antecederam aqui colocaram, a gente precisa ter esses dados, precisa ter mais claro essas informações. A falta de estruturação, nas pequenas cidades não existe realmente delegacias e não existe ainda nem conhecimento por parte do que a gente faz dos Movimentos Sociais de divulgação, de capacitação, informando sobre as Leis, sobre a Lei Maria da Penha, sobre a importância, sobre o papel da mulher que ela tem que denunciar e tal, mas isso é insuficiente para a necessidade que existe. Nós temos que ter um assumir de políticas públicas, um assumir de Governos no sentido de que é preciso chegar essas informações e que é preciso ter mecanismos de denúncia, porque não existe, entendeu? A grande maioria das cidades aí no Brasil afora, das pequenas cidades, não têm. Têm cidades que não têm nenhuma delegacia, não têm nem policial, não têm nada. Imagina ter uma Delegacia de Mulher específica com condições, com instrumentos adequados para receber uma denúncia de uma mulher. O próprio policial não está nem preparado, o próprio Delegado destrata, intimida essa relação. Então é muito difícil esse processo. Eu vejo muito isso, no próprio Nordeste você tem cidades pequenas que não têm um policial. As Prefeituras, tem uma contrapartida do Governo, com o Governo Estadual, que tem que ter alguns instrumentos, não tem, delegacias que não chegam. Então a violência está aí, tanto externa como interna. Dentro de casa e fora, na rua, hoje você não tem mais tranquilidade, você não consegue mais sobreviver em paz nem nas pequenas cidades desse País, que antes você dizia: "Eu vou para o interior, eu vou para a zona rural porque eu vou ter paz, não tem a violência", e hoje a violência chegou e chegou muito forte nas pequenas cidades e no interior, na zona rural. Então é um problema bastante grave. Então a gente precisa trazer esse debate e que a população tem que ter acesso a essas informações e a falta de informação nos trás aí uma série de problemas.

Então o desafio aí, essa questão da prostituição infantil, gente, isso está muito complicado. Os números, cada dia que passa, mesmo tendo mecanismo para denunciar e tudo mais as pessoas se intimidam porque existe aí as formas de coagir, da violência, e acaba não existindo, as denúncias não chegam. Então você tem muitas jovens, mulheres, e todas essas garotas que estão se prostituindo nessas cidades, principalmente nas cidades turísticas, nas regiões turísticas desse País são jovens do campo, são jovens que saem à procura de sobrevivência e tal. Você tem um campo, uma zona rural brasileira [soa a campainha] que não tem condições de sobrevivência. Você não tem lazer, você não tem forma das pessoas tratar, você vê o alcoolismo tomando conta da juventude brasileira aí no Brasil afora, porque o que é que tem numa pequena cidade de lazer, de condições dessas pessoas verem um outro lado da vida e não se jogar para as drogas e para a violência que estão colocadas aí? Então além de tudo isso, não repetindo, a gente acaba num debate como esses, as várias exposições, os problemas e os desafios são idênticos e as responsabilidades nossas, enquanto Movimentos, também aí a nossa concepção de mudança de uma sociedade, de uma sociedade diferente que a gente tenta trazer, trabalhar esse processo nesse País afora, a gente acaba, mas a gente tem... temos que reafirmar algumas das ações, porque se a gente não tem... De fato tudo hoje, eu acho que hoje nós temos uma realidade bastante já... Um avanço significativo, você ter um Ministério hoje no Brasil específico para tratar da questão da mulher, isso é um avanço

da nossa luta ao longo desses anos, mas também a gente precisa ter as condições ideais, porque a gente tem conquista de Leis, de políticas, mas elas não são implementadas como deveriam ser e acaba a gente não tendo de fato o saldo positivo que a gente precisa ter de uma melhor condição de sobrevivência, de uma melhor condição de vida nessa sociedade.

Então para nós da FETRAF, agricultores e agricultoras familiar nesse País, os desafios são grande e a gente reafirmamos cada momento da nossa pauta, no nosso processo de mobilização com as mulheres e mulheres também jovens desse País, a necessidade real de a gente enfrentar esse debate massificado, a gente ter uma educação adequada, a gente ter condições da informação para que as nossas companheiras e, também, os companheiros, porque tem muitos companheiros que não têm mesmo a informação, agem também por essa falta de compreensão de uma educação no sentido de contratar a família, de como tratar as pessoas, que o problema está no todo da sociedade, não só especificamente na questão da mulher. Então essa questão da educação é fundamental para a gente superar uma série de problemas que estão colocados nesse País.

E a implementação realmente de como a gente vai garantir que a justiça, que essas denúncias e que o acesso das nossas companheiras à condição de denunciar e de ser realmente protegida e da justiça ser feita nesse País, a gente precisa avançar muito. E quando pensa no campo, a gente pensa ainda muito mais pelas dificuldades de acesso que temos para isso.

Então eu quero encerrar aqui dizendo que é importantíssimo esse momento aqui de debate, que a gente precisa assumir realmente do Senado, do todo, do poder público desse País, para que a gente de fato possa melhorar essa realidade do campo, do mundo rural brasileiro de violência, de todos os problemas sociais que temos aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Elizângela.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys, se me permitir--

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Fala, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou com o mesmo problema de V. Exa. e do Senador Cristovam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Todos nós estamos com problema.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Comissão de Assuntos Sociais está me ligando, eu sou Vice-Presidente lá e sem a minha assinatura não dá o quorum lá para iniciar o debate, e eu estou constrangido porque naturalmente estamos aqui com seis mulheres na mesa, eu sou o único Senador no Plenário e vou ter que sair. Então eu estou numa situação de total constrangimento. E é um debate fundamental, eu acho que um debate como esse, Senadora Serys, V. Exa. que teve a iniciativa, nós teríamos que tentar levar para o Plenário do Senado, fazer o que nós chamamos de uma Comissão Geral no Plenário. As denúncias, as sugestões, enfim, as iniciativas aqui são todas, para mim, de fundamental importância, mas eu sinto pena que embora eu entendo como o Senador Cristovam que é positivo, a TV Senado transmite isso para todo o Brasil, esse debate, mas os Senadores também deveriam se apropriar desse conhecimento que vocês estão trazendo aqui.

Me permitam dizer duas ou três coisinhas só antes. Eu vi que a linha, inclusive da Senadora quando falou aqui e da maioria dos expositores, é na linha da educação. Eu quero dizer que eu concordo integralmente, mas eu vou mostrar uma preocupação que eu sei porque eu trato também de todo o combate à incriminação contra o índio, contra o negro, contra o pobre. Nós também entendemos que tudo é pela educação, só que a tal da educação não vem e as coisas continuam acontecendo. Eles falam: "Não, botar quota de negro, de índio e de pobre na universidade não resolve. Temos que investir na educação de base". Só que esse discurso eu ouço há anos. Não é o caso de vocês, eu quero dizer que eu estou concordando aqui muito bem com as colocações que vocês estão fazendo. Nós temos que efetivamente investir na educação. Eu quero assinar embaixo dessa colocação, mas o meu receio, a minha preocupação, o que é que a gente pode fazer agora enquanto esse investimento maior na educação não vem? E aí eu chego a me perguntar, enquanto eu ouvia vocês aqui, e até de perguntar para vocês, que conhecem muito mais do que eu essa realidade: como estão as Delegacias das Mulheres? Funcionam, não funcionam, onde estão? Nós não teríamos que fazer uma campanha para que tivesse pelo menos uma Delegacia de Mulher em cada cidade, por menor que fosse? Olha bem o que eu estou dizendo, teríamos que fazer um movimento público para ver se a gente conseguia instalar pelo menos uma, porque aquela mulher que é agredida, eu vi aqui alguns dados que a assessoria me passa, que no mundo, por exemplo, a assessoria me passou agora, por ano, são assassinados cinquenta mil mulheres pelo seu companheiro ou pelo ex-companheiro. Olha, cinquenta mil e pelos dados que eu recebi aqui, é de uma revista, é pelo companheiro ou pelo ex-companheiro, sem falar daquelas que não são nem pelo companheiro e nem pelo

ex-companheiro. A que universo chegaremos? Qual é o espaço que se tem? Eu estava aqui pensando, eu, por exemplo, defendia no combate ao preconceito racial que tivéssemos ouvidorias pelo menos na Câmara de Vereadores de cada município. Que cada município, na sua Câmara de Vereadores, instalasse uma ouvidoria na questão da violência contra as mulheres.

Enfim, eu estou aqui fazendo um exercício com vocês, estou pensando alto, porque a gravidade das denúncias, para mim, elas são impactantes, chocantes, por tudo que eu ouvi aqui nessa reunião. Quem sabe a gente consiga fazer pelo menos uma Comissão Geral no Plenário do Senado onde se inicie de manhã, não aquela Sessão de homenagem, que eu também peço e temos que fazer mesmo, em homenagem àqueles lutadores que tombaram, que morreram pelas causas, mas fazer um dia uma Comissão Geral no Plenário, o dia todo, para debater a violência contra as mulheres, com o eixo na questão do campo. E veja: eu que cobro tanto da Comissão de Assuntos Sociais, que não anda votando – e digo aqui publicamente isso -, não posso ir lá porque eu acho que esse assunto é um assunto fundamental para as nossas vidas, para as nossas vidas, eu diria, dos homens e mulheres desse País e, principalmente, eu diria, às nossas crianças, que são as violentadas no amanhã e aí está a CPI da Pedofilia que está demonstrando o número de crianças que são violentadas. Então a que não é violentada hoje amanhã vai ser violentada se nada for feito efetivamente.

Então fica aqui a minha solidariedade total, que alguma coisa tem que ser feita, mas com mais força, com mais contundência e não só na expectativa que no futuro a gente vai conseguir resolver. Mas como é que eu faço para sair? Eu acho que eu posso sair. Eu falo, falo e saio, é fácil. Às vezes eu descordo dessa história do camarada vir, dá o discurso e diz: "Estou saindo".

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Mas vamos fazer o quê? Hoje é muito complicado e a gente entende, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O máximo que eu poderia fazer é tentar ir lá, assino para pelo menos eles iniciarem e volto para cá. Eu vou deixar o material aqui em cima da mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Está certo. Obrigada, Senador Paim. Se o senhor deixar e não voltar, a gente carrega. Obrigada, Senador. Eu quero mais uma vez dizer que eu acredito, antes de passar a palavra para a Ane, que mesmo num dia de dificuldade como uma quarta-feira, que aqui no Senado eu mesma tenho que estar nessa Comissão que ele está, eu tenho que estar na CCJ, que eu fui lá agora a pouco assinar, tem mais de mil pessoas, por isso que eu demorei para voltar, que para entrar foi um tumulto e para sair foi outro, até porque aí o pessoal identifica um Senador e agarra mesmo. Aí para você sair tem que sair dando cotovelada. É difícil, tem muita gente, está fechado o corredor ali. Então são dias muito complicados. Mas mesmo assim eu diria que é muito importante o que está acontecendo aqui para justificar, porque quando o Movimento de Mulheres me procurou, especialmente a Via Campesina, aqui em nome da Via Campesina eu saúdo todos os outros Movimentos que estiveram lá, mas eu não saberia agora de cabeça dizer, pedindo para a gente começar a fazer alguma coisa. E aí nos sugeriram, em primeiro lugar, uma Audiência Pública, quer dizer, vamos começar a dar, vamos dizer assim, a entrada nessa conversa por uma Audiência Pública. Isso aqui se estivesse cheio era muito importante, mas não estando não perde, do meu ponto de vista, absolutamente nada da importância, porque está sendo gravado, vai ser passado para o Brasil inteiro para quem sintoniza essa televisão e ao ficar gravado, a própria Rosângela, a minha assessora agora pegava aqui com ela, vai passar por e-mail, como pode passar para todas as senhoras, que poderão passar isso para quantas organizações ou pessoas vocês tenham essa possibilidade. Eu acho que as falas aqui estão sendo extremamente ricas, todas. Os dados que a Rosângela apresentou aqui da pesquisa, eu só ficava levando um susto de cada um que ela falava ali. Então isso tudo vai chegar na população, que é isso que a gente precisa, é dar visibilidade à sociedade brasileira do problema, dar visibilidade. Claro que têm outras coisas que poderão acontecer em desdobramento dessa Audiência e deverão acontecer. Por isso eu quero tranquilizar da importância de a gente estar fazendo essa ação nesse momento, independente de ter a Plenária cheia, porque nós temos aqui uma postura, dados sendo colocados para que a gente mostre para o Brasil.

Eu levo sempre, segundo o Senador Azeredo ontem, ele dizia ontem à noite ainda para um Senador mexicano, numa conversa que a gente se encontrou com o Senador mexicano, ele falava: "A Senadora Serys é aquela que se ela vai falar de, sei lá, da Copa do Mundo, ela põe as mulheres no meio; se ela vai falar da crise internacional, ela põe as mulheres no meio". Eu falei: "Mas tudo tem mulher no meio, porque afinal de contas nós somos 52% da população e os outros 48% são os nossos filhos, então nós estamos em todas, absolutamente em toda a humanidade presente". Eu realmente coloco, no mínimo eu faço uma fala por semana na tribuna sobre a questão da mulher. E é claro que daqui eu vou pegar dados e levar para lá também e fico provocando os Srs. Senadores para

que nos ajudem nessas questões e se posicionando. Eu fiz só um parênteses.

Passo a palavra aqui agora para a Ane Rosenir Cruz, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, que é da nossa Secretaria que o Presidente Lula, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, etc., ele assumiu um compromisso publicamente, eu assisti, de que vai encaminhar um projeto transformando a Secretaria, que hoje é Secretaria com status de Ministério, papado a ser realmente Ministério. Eu já vi algumas conversas por aí: "Ah, não precisa, não precisa", entendeu? Então a gente vai se afiando também para dar uma força aí que tem que começar com a nossa cabeça chefe, que é a nossa Ministra, que é extremamente empenhada, ela até encheu o olho d'água na hora que o Presidente disse isso, é uma mulher de muita força, muita determinação, mas eu acredito que a gente vai ter que se movimentar, porque é um risco se a gente não fixar como Ministério, deixar como Secretaria, que qualquer dia pode alguém chegar e acabar com a Secretaria. Então a gente tem que manter porque é um ganho, do meu ponto de vista, ímpar. Ane, desculpe, mas com a palavra você.

SRA. ANE ROSENIR CRUZ: Obrigada companheira Serys e demais companheiras da mesa. Eu me sinto muito à vontade porque temos nessa mesa parceiras da sociedade civil que vêm dialogando com o Governo Federal. E, Senadora, eu quero então, aprovando a sua fala inicial, entregar esse material em que a nossa Ministra Nilcéia Freire faz questão que a gente deixe registrado, que é o fruto da reivindicação da Marcha das Margaridas, a qual aqui a Carmen já fez menção, e simbolicamente entregando isso para a senhora eu quero também que toda a população brasileira, a partir desse ato, tenha conhecimento visualmente, porque nós já estamos com essa campanha em rádios, em TVS, o cartaz está colocado por aqui pelas instituições, enfim, então eu entrego aqui o que a Ministra fez questão que a senhora recebesse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SRA. ANE ROSENIR CRUZ: Nós que agradecemos, na verdade, também essa iniciativa em que a Via Campesina, através do Movimento das Mulheres Camponesas solicitaram essa Audiência Pública e nós estamos aqui como não poderíamos deixar de estar em momento nenhum, mesmo porque o MMC, a FETRAF, a CONTAG, a Marcha Mundial das Mulheres, entre outras instituições, fazem parte desse Fórum então que constitui-se, como a gente já disse, a partir de 2007, uma reivindicação histórica das mulheres do campo e da floresta nesse País. Então o Governo Federal acatou essa reivindicação e constituímos um Fórum que é de caráter nacional de política para o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta. Eu vou fazer questão de dizer então quais são as instituições, quais são os Ministérios que compõem esse Fórum, porque muito tem se dito sobre esse tema em relação à violência contra as mulheres e nós não entendemos que o enfrentamento à violência contra as mulheres seja uma questão somente de polícia. O Governo Federal não entende isto como somente uma questão de polícia. É uma questão de polícia, é uma questão da segurança pública, mas é uma questão que tem que ser articulada com todos os Ministérios, com todas as áreas sociais e as áreas estruturantes do Governo Federal e fundamentalmente da sociedade civil. Portanto, eu faço questão de dizer quem é que faz parte desse Fórum, o qual as mulheres, organizadas através da Marcha das Margaridas, reivindicaram para o Governo Federal, para o Presidente Lula e que a Ministra Nilcéia Freire teve e tem a coordenação desse fórum a partir da Secretaria da Mulher. Então nós, obviamente, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, a SEPPIR, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, todas Secretarias da Presidência da República, a Secretaria-Geral também da Presidência da República, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, recentemente, também por uma reivindicação do próprio Fórum, a inclusão do Ministério da Educação.

As instituições e os Movimentos da sociedade civil que integram este Fórum é a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, o Conselho Nacional dos Seringueiros, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), que também está aqui nessa mesa, o Movimento Articulado da Mulher da Amazônia (MAMA), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco e Babaçu (MIQCB), o Movimento das Mulheres Camponesas, o MMC, também nessa mesa, a Marcha Mundial das Mulheres, nesta mesa, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Então por isso é que a gente diz que respondendo a essa reivindicação histórica o Governo Federal entendeu responder, organizando esse Fórum, estabelecendo então as políticas que cada Ministério deveria estar articulando entre si para o enfrentamento da violência contra as mulheres no campo e na floresta.

Precisamos dizer aqui que as colegas e as companheiras que me antecederam, quando dizem dos dados, quando dizem das reivindicações, quando dizem

dos desafios, nós concordamos com todos os dados aqui apresentados nessa mesa. Temos conhecimento desses dados e, por isso, quando definimos juntamente com essas organizações que citamos, com essas organizações que estão nessa mesa, de fazer uma Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta, era para primeiramente dar visibilidade que sim, existe violência doméstica entre as mulheres que vivem lá no campo, lá na floresta, as ribeirinhas, as catadoras de coco, enfim, toda essa diversidade que está no campo e na floresta, porque se nos trás à memória, nós bem entendemos que o movimento feminista quando surgiu, há pouco mais de trinta anos atrás, uma das primeiras reivindicações que o movimento feminista no Brasil fazia, o movimento feminista no mundo, era dar visibilidade sim para a questão da violência doméstica que as mulheres sofriam, e essa violência, como falou o Senador Paim recentemente, e também das companheiras na mesa, violência essa cometida pelo seu companheiro, pelo seu ex-companheiro no ambiente doméstico e familiar. Então esta era a reivindicação das mulheres que viviam na cidade e que vivem na cidade, dar visibilidade para esse fenômeno que nós, feministas e militantes do movimento da sociedade civil e, também hoje enquanto Governo Federal, entendemos que é sim uma questão de cultura, é uma questão da educação, como foi dito também. Então, portanto, entendemos que lá onde essas mulheres estão hoje, com essa especificidade de estarem no campo, de estarem na floresta, também tem que se dar esta visibilidade, como foi dito também e que nós concordamos que muitas vezes é naturalizado esse fenômeno, essas ações, essas atitudes cometidas por esses homens a estas mulheres. A minha avó foi acostumada assim, a minha mãe vivia assim, portanto, é natural que eu entenda que um tapa, um xingão, seja natural que eu conviva com ele isso. Este é o pensamento das mulheres que vivem no campo e na floresta e das mulheres que vivem na cidade também. Não há a diferença do tipo de violência, salvo algumas exceções, aonde a barbárie se faz muito mais presente e, obviamente, para onde denunciar também tem a diferença. Por exemplo, no Estado do Pará, aonde para chegar numa cidade nós levamos seis dias de barco, de voadeira, seis horas atravessando o meio da floresta para chegar no vizinho mais próximo, enfim, salvo essas diversidades regionais, as características regionais que nós temos no Brasil, a violência é o mesmo processo, é o mesmo fenômeno que acontece para todas as mulheres. Por isso que dissemos que é um fenômeno democrático, que ela atinge a todas as mulheres, das jovens às mais velhas, das que estão na cidade, das que estão no campo, as negras, as rurais, as rurais que não são negras, as indígenas, as que estão sindicalizadas, as que não estão sindicalizadas, ou seja, a violência contra a mulher é um fenômeno que atinge sim por se tratar de uma questão de um preconceito, de uma discriminação seccista que nós vivemos na sociedade mundial e não é só no Brasil.

Portanto, o que o Governo Federal vem fazendo em relação a isso neste momento é responder a essa demanda de dar visibilidade através de uma campanha que diga, que chegue até esse meio onde essas mulheres estão, onde homens e mulheres e seus filhos [soa a campainha] e filhas possam entender: "Que bom, aquilo que eu vi lá em casa é violência; aquele tapa que o meu pai deu na minha mãe, aquele empurrão, quando ele chamou ela de um palavrão, aquilo é violência. Eu não sabia que aquilo era violência". Então essa parece uma ação mínima, mas não é. É isso que vai fazer a diferença na hora de nós podermos responder a políticas públicas, porque um professor, uma professora numa escola rural, no momento em que entender que quando um aluno ou uma aluna dele ou dela chegar também a ter notas baixas ou a ter um rendimento mais rebaixado na escola, é fruto também do que está acontecendo lá no ambiente familiar, quando aquela criança também não vai à escola porque a mãe foi violentada dentro de casa e não pode levar a criança para a escola. Quando o professor e a professora entender que também tem que estar capacitado, sensibilizado para observar esse tipo de violência que acontece dentro da casa, dos seus alunos, a gente vai começar a ter um novo olhar para poder educar também no banco escolar essas crianças. Quando o patrão entender que a sua funcionária faltou, em um ano ela faltou quarenta e cinco dias porque ela passou hospitalizada, porque ela foi tantos dias ao posto de saúde e entender que essa mulher está sofrendo violência e que esse tipo de violência tem as suas consequências também no mundo do trabalho, aí também a gente vai poder fazer política pública com novo olhar.

Portanto, o que eu estou dizendo aqui é que se nós fôssemos enfrentar a violência somente do ponto de vista da polícia, da segurança pública, nós teríamos que colocar um policial militar, um policial civil dentro da casa de cada um e cada uma e esta não é a solução porque isto não é só um problema de polícia, de segurança pública; é um problema da educação, é um problema da geração de renda, é um problema da autonomia econômica dessas mulheres, é um problema da educação, é um problema da infraestrutura, porque a falta de barco no interior dos estados para esta mulher se locomover vai fazer a diferença na hora de ela denunciar. A falta de iluminação pública no campo,

de iluminação pública na cidade vai fazer a diferença para uma mulher que vai estar às vinte e três horas esperando um ônibus. Obviamente vai fazer falta sim um policial militar, um policial civil, uma viatura, um hospital, uma estrada em condições, uma ponte para se atravessar, enfim.

Portanto, é isto que nós temos que tomar consciência que o estado brasileiro está fazendo nesse momento, através do Governo Lula, de estar sim fazendo o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher em todos os Estados da Federação, que está fazendo o Pacto de Aceleração do Crescimento com este olhar nas suas obras. Portanto, as respostas que o Governo Federal tem que dar, ele está dando a estes passos obviamente, haja vista que a história da luta das mulheres do movimento feminista, eu acabei de dizer, tem pouco mais de trinta anos, de três décadas, e esse ano faz somente onze anos em que as mulheres trabalhadoras rurais conquistaram a sua profissão, foi em 1998 quando estas mulheres, trabalhadoras rurais, tiveram o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras. Nós não podemos deixar de ter esse olhar do quanto vem caminhando a história na sociedade brasileira, o que é que significam esses últimos dez anos para essas mulheres que estão lá no campo, que estavam trabalhando, que estão trabalhando com vistas à sua aposentadoria, com vistas à sua autonomia econômica.

Então estas questões nós estamos tratando neste olhar articulado. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, também lançado em 2007, ele está trabalhando com articulação nestas áreas estruturantes, com esses Ministérios também que eu citei, que fazem parte do Fórum Nacional e, também, além de outros Ministérios que compõem o Pacto. Por quê? Porque temos a consciência de que os outros Ministérios devem estar articulando ações e políticas para as mulheres no Brasil e o nosso foco principal no Pacto Nacional são as mulheres rurais, são as mulheres indígenas e são as mulheres negras, justamente por tudo que já foi dito aqui: da discriminação, das distâncias, das sobrecargas de trabalho que essas mulheres têm enfrentado. Portanto, o Pacto Nacional, que é o investimento dos recursos do Governo Federal, não só da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, mas de todos os Ministérios de todo o Governo Federal no âmbito da prevenção, no âmbito do investimento de ações das políticas públicas para estas mulheres.

Eu queria, então, concluir a minha fala informando também, para além das instituições aqui nesta mesa, que obviamente compõem o Fórum, repito mais uma vez, de que quando se coloca aqui a questão de que vamos fazer Audiências Públicas por todo o País, a gente também quer informar que o Fórum deliberou, e a Carmen já informou agora a pouco, os seminários estaduais que nós estamos fazendo. Foi esse Fórum, com o MMC presente, com a FETRAF presente, com a Marcha Mundial presente, com a CONTAG e com os demais organismos que deliberou que o Governo Federal, junto com essas instituições e junto com os estados, com dez estados, aliás, organizasse os seminários para elaborar a ação estratégica de enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta no âmbito da Política Nacional, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. E hoje está acontecendo o primeiro seminário, que é no Estado do Acre, onde está sendo também assinado o Pacto Nacional com o Governo do Estado. E quem participa desses seminários que o Fórum deliberou e que o Governo Federal está cumprindo, são os gestores estaduais e municipais, os próprios Movimentos Sociais organizados de mulheres, das mulheres trabalhadoras rurais e do campo, com as parcerias fundamentalmente dos organismos de política para as mulheres desses estados. Então, como eu falei, no Acre acontece hoje, está acontecendo até sábado e domingo. O Pará, o Amapá, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia. Esses são os estados e mais o Sudeste, que tem Minas Gerais, e o Sul, que foi deliberado pelo Paraná. Então esse seminários também são uma espécie de Audiências Públicas onde todos os agentes políticos, onde os gestores públicos e onde os Movimentos que estão se organizando nesses estados e que já estão organizados em função do Fórum, em função da sua luta obviamente, vão estar discutindo essas questões. Portanto, nesses estados onde o Governo Federal, através da Secretaria da Mulher e dos organismos de políticas para as mulheres nesses estados, a gente vai estar levantando, vai estar coletando, vai estar ouvindo estas questões para a gente então estar, juntamente com os Governos Estaduais, fundamentalmente, e os Governos Municipais, executando aquilo que essas mulheres estão solicitando para nós. Não é uma coisa fácil. Parece muito simples, faz o seminário e tudo está resolvido; obviamente que nós temos essa consciência que não.

Mas uma questão que foi colocada aqui, por exemplo, como estão as delegacias especializadas de atendimento às mulheres, aqui pelo Senador Paim, pois eu respondo ao Senador Paim e respondo também [soa a campainha] a todas as instituições aqui presentes: as delegacias especializadas das mulheres são ligadas diretamente às Secretarias Estaduais de Segurança Pública de cada estado. Nós não temos mais que quatrocentas delegacias especializadas no País todo. E

a perspectiva de aumento desse número de delegacia depende muito do Governo do Estado em chamar concurso público para que nós tenhamos servidores públicos capacitados e em condições de assumir esses locais. O Governo Federal, através do PRONACE, do Ministério da Justiça e a própria Secretaria Especial de Política para as Mulheres, têm orçamento nos seus PPAS, nos seus programas, para ampliar essa rede de atendimento inclusive de delegacias especializadas, mas a ampliação só não resolve com o recurso do Governo Federal. É preciso que os Governos Estaduais chamem os concursos também para esses servidores, porque o orçamento que nós temos, enquanto Governo Federal, é para equipar, é para comprar viatura, é para reaparelhar, é para comprar computador sim, no reaparelhamento é isto, é para fortalecer esses serviços da rede para além das DEAMs(F), os centros de referências, as casas abrigo, enfim, só que o recurso do Governo Federal é para isto. Cabe também que os Governos Estaduais chamem seus concursos, mobilizem as suas estruturas de recursos humanos para que a gente possa ter delegacia especializada. Agora uma delegacia especializada no meio da floresta, ela não vai resolver também o problema das mulheres que estão lá no meio da floresta e nem o problema das mulheres do campo como a gente acabou de dizer aqui, porque o problema é bem maior, é muito maior do que o que nós dissemos em relação à polícia. Ele é um problema que nós temos que resolver no âmbito da articulação das políticas públicas todas. Agora obviamente que ajuda sim e muito se nós tivermos servidores. No Estado do Pará, por exemplo, quando a gente foi discutir o Pacto Nacional, a gente ficou com essa informação de que: "Bom, nós temos o recurso, mas quem quer ir lá para o interiorzão do Estado do Pará para atender numa delegacia especializada?" No Estado do Amazonas foi a mesma coisa. A gente reuniu com o Secretariado do Governo do Estado e foi isso, o pessoal não quer sair da capital, o servidor público tem essas dificuldades, então nós temos que ter um motivador sim para fazer com que os concursos saiam, que as remunerações sejam à altura desse cargo, que tenha toda essa discussão que envolva isto.

Concluindo então, nós temos o serviço que é o Ligue 180, que é uma Central de Atendimento às Mulheres, que é ligada diretamente à nossa ouvidoria na Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ela é sim uma espécie de denúncia, você pode ligar para denunciar gratuitamente de todo o País, a Central está capacitada para lidar com todos os tipos de denúncias, com todos os tipos de violência, as atendentes trabalham vinte e quatro horas de domingo a domingo, feriado, quer dizer, ela não para, e é a Central 180 hoje que está nos subsidiando com os dados em relação à violência nesse País.

Portanto, também respondendo a uma das questões que várias pessoas falaram nesta mesa e nesta audiência e fundamentalmente ao Senador Paim, é a Central 180 que tem cumprido esse papel, porque nós temos a ouvidoria na Secretaria da Mulher que traduz essas denúncias e que encaminha essas denúncias para os estados de onde estão vindo essas ligações. Então reforçando, é isso que nós tínhamos para dizer e que dissemos e afirmamos aqui todas as questões e, também, lembrar que no final do mês de março nós participamos também de uma Audiência Pública em Roraima e em razão das denúncias também feitas lá em relação às mulheres que têm sido vítimas de violência naquele estado.

Portanto, a Secretaria Especial da Mulher, o Governo Federal, tem dado resposta nesta medida, neste passo, neste andar com este tempo e com essas condições. Sabemos e temos consciência que muito é preciso ser feito.

Acredito, Senadora e demais colegas que estão aqui, que essa iniciativa do Senado também e das propostas que saíram aqui dos outros Senadores e Senadoras de ampliar esse debate nesta Casa é fundamental. A Carmen falou que é uma honra estar nessa mesa e também afirmamos, porque os parlamentares desse País, tanto do âmbito Federal quanto dos estados e dos municípios precisam estar sensíveis a esse debate para podermos todos juntos entender esse meandro que a violência tem em relação à sociedade brasileira, todas as suas causas e consequências; a questão não é só recurso, a questão não é só polícia, a questão não é só uma Audiência, a questão é de um envolvimento muito maior e muito amplo e a violência tem trazido consequências irreparáveis para as mulheres, mas fundamentalmente para uma sociedade brasileira, uma sociedade como a nossa que não pode ser uma sociedade de espetáculo, de ficar simplesmente assistindo. Cada uma de nós, cada um de nós têm o compromisso de denunciar e também de fazer a sua parte, porque o Governo Federal com certeza, Senadora, está dizendo. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada à Ane, Gerente de Projetos aqui da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Só complementando aquela primeira colocação que eu fiz da importância da visibilidade dessa questão, que já foram colocadas aqui como propostas, a questão de se realizar Audiências Públicas nos estados, inclusive a Ane já anunciou que isso já está acontecendo, a importância da articulação do Congresso com o Executivo, como dar visibilidade a essas falas

tão importantes que aqui aconteceram, a questão da visibilidade do meu ponto de vista é uma das maiores, inclusive ontem no Jornal Nacional, eu não sei se todos viram, mas o Jornal Nacional mostrou ontem porque a violência contra as mulheres é um vexame nacional. Foi passado aqui só três dados, mas eles já são muito significativos: 30% das pessoas, mesmo quando ficam sabendo de um caso, não fazem nada para ajudar; 56% dos entrevistados afirmaram que não confiam na proteção jurídica e policial às vítimas de agressão; e 78% disseram que a Delegacia da Mulher é o melhor lugar para se procurar ajuda. Quer dizer, então aí mais uma vez que dado relevante este da importância das Delegacias de Mulheres. Eu morei em Mato Grosso, quando eu fui Deputada Estadual, propus a criação da primeira Delegacia de Mulheres. Três anos ou quatro depois que a gente conseguiu a instalação, quer dizer, depois de aprovado, e agora a Ane coloca ali que têm mais ou menos quatrocentas Delegacias de Mulheres no Brasil, sendo que é um País que tem cinco mil quinhentos e tantos Municípios e a maioria dessas ainda se concentra em capitais. São Paulo, a capital São Paulo, deve ter várias, como a companheira Carla estava colocando agora aqui. Então são problemas grandes.

Como eu não vou fazer fala finalizando, eu sei que a Senadora quer falar, a Senadora Fátima Cleide. É muito importante a sua presença aqui. Eu só queria dizer também que essa luta é uma luta que a gente tem que puxar o para perto e o para longe também, tem que ser do longe para o para perto e o do perto para longe, quer dizer, ao mesmo tempo em que a gente está lutando para cada lugar, para que a gente consiga fazer com que as coisas avancem, como a nossa Ministra vem aí coordenando esse trabalho tão brilhante, fazendo as conferências, indo à luta, vendo programas, projetos, enfim, fazendo essa questão avançar e está avançando, a gente sabe que está avançando, deu é um salto de qualidade no Governo do Presidente Lula e com agora já há bastante tempo sob a liderança da nossa Ministra Nilcéia, os avanços são extremamente significativos, extremamente significativos. Mas nós temos também que ver essa luta maior. Esteve conosco esses dias, inclusive, a Regina, até ela está aí, ela esteve conosco no gabinete da Segunda Vice-Presidência do Senado, junto com a Coordenadora-Geral mundial da UNIFEM, órgão da ONU, com sede em Nova Iorque, esteve nos trazendo uma série de preocupações com relação à questão, assim como nós também temos já um requerimento aprovado na OEA, no Conselho da OEA, em Washington, com sede em Washington, onde nós pedimos que a OEA pensasse uma forma de trabalhar essa questão mais ampla em termos da questão da mulher, que se transformasse, eu pedi até no requerimento que fosse o ano de 2010 transformado no Ano Internacional da Mulher das Américas, para que a gente trabalhe essa questão, porque parece de repente, o democrática entre aspas, que a única coisa "democrática" no planeta é a violência contra a mulher; democrática entre aspas, por favor. Porque sofre violência a mulher de País rico, de País em desenvolvimento, de País pobre, a mulher da classe média, alta, da camada popular; todas as mulheres estão expostas à violência de alguma forma ou de outra. É claro que aquelas, as trabalhadoras, sofrem muito mais, até porque a gente já viu aqui um retrato, pequeno ainda, mas extremamente significativo do que significa. Eu digo pequeno em termos de que a coisa é muito maior ainda. E ficou para 2011, a OEA está fazendo esse trabalho, o Conselho da OEA nessa área está trabalhando essa mobilização das Américas e, inclusive, com uma parte específica dentro desse trabalho com relação à questão da violência à mulher no campo. Então eu acho que são questões que a gente tem que estar extremamente atento, o nosso Congresso Nacional tem que estar atendido e também naquelas questões muito mais próximas a nós para que tenha uma solução no dia-a-dia. A Senadora Fátima está pedindo a palavra. Com a palavra a Senadora.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em primeiro lugar eu quero agradecer a presença das nossas convidadas, parabenizar a Senadora Serys pela iniciativa e pedir desculpas por não ter podido chegar antes aqui, mas é que quarta-feira realmente é um dia louco para a gente. Nós estamos aqui na pressão de outras Comissões funcionando também, para onde a gente precisa ir porque tem relatórios a apresentar, enfim.

Mas eu queria também só fazer o registro de que uma revista de circulação nacional desta semana traz um mapa da violência contra a mulher no mundo e diz aqui, é uma pesquisa que se baseia em dados, inclusive do Senado Federal do Brasil, da ONU, da UNIFEM, em que cerca de cinquenta mil mulheres por ano são assassinadas no mundo pelo atual parceiro ou pelo ex. A matéria é só sobre as mortes no lar, no âmbito doméstico. Como disse a Ane, infelizmente o tema da violência contra a mulher, os temas sociais, eles não têm muita recepção por parte de muitos parlamentares, mas eu fico aqui fazendo uma reflexão, Senadora Serys, e me lembrando que no início dos anos 80 o quanto era difícil para a gente do movimento social conseguir incluir o tema da questão da mulher nos nossos sindicatos de base, nas nossas confederações, e eu acho hoje um avanço imenso a gente ter representantes de diversos Movimentos Sociais na mesa já falando sobre a questão da violência, que é

uma questão específica do tema gênero. Acho que a gente avançou um pouquinho no Brasil, embora os dados do Brasil ainda sejam muito violentos com relação às mulheres: de cada cem mulheres, pelo menos vinte e cinco foram ou são vítimas da violência doméstica. E aí na minha região, que é a região Norte, na nossa região, Carmen, Rosângela, 20% da população feminina afirmou já ter sido vítima de violência; é um dado extremamente tenebroso para a gente.

Eu vejo que embora a gente tenha tido o avanço de hoje já poder discutir isso, tendo uma mesa com mulheres do movimento social, com mulheres do Governo, com mulheres do Legislativo, nós ainda temos muito a avançar. Eu acho que a criação da Secretaria foi um passo muito importante, a aprovação da Lei Maria da Penha também, mas nós temos que aprofundar as políticas públicas. Por isso fui informada das propostas da Rosângela de realização de uma pesquisa específica para diagnosticar, levantar qual é o impacto real da violência no campo contra as mulheres para que se tenha, a partir daí, um horizonte de definição de políticas públicas, embora a gente já tenha no Plano Nacional, no pacto pelo enfrentamento da violência, mas é generalizado, e eu acho que a política pública é melhor aplicada quando a gente direciona. Então eu concordo plenamente com a proposta da Rosângela e acho que nós temos que avançar também principalmente porque a Lei Maria da Penha não chega no campo, Rosângela, mas ela também não está chegando na cidade de muitos dos nossos municípios brasileiros. No meu estado nós fizemos, no dia 30 de março, uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa para discutir a questão específica do enfrentamento à violência e a gente tinha naquele dia o término, exatamente no dia 30 de março, o término do prazo que o Ministério Público do Estado deu ao Governo do Estado para que a nossa delegacia única de enfrentamento à violência contra a mulher pudesse funcionar vinte e quatro horas por dia. Olha, nós estamos numa cidade, na cidade de Porto Velho, capital do estado, que tem uma delegacia, Senadora Serys, que não funciona vinte e quatro horas por dia ainda. Naquele dia terminava o prazo e nada foi feito no estado.

Enfim, isso, eu estou falando de uma cidade que está se preparando para instalar o maior complexo hidroelétrico, portanto, o maior empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento. Então vocês imaginam. Essa que já era uma cidade considerada uma das cinco mais violentas do Brasil, entre os crimes a violência contra a mulher, e que está recebendo mais gente e que essa violência tem sido ampliada, não tem ainda uma delegacia preparada vinte e quatro horas para receber. Fora isso, não tem assistência à mulher vítima de violência nesse País ainda, não tem a formação de policiais, do pessoal da saúde, infelizmente. Nós estamos dando passos, eu compreendo que o processo é lento, mas a gente tem que ver de que forma a gente acelera esse processo e eu vejo que esse ano nós temos três grandes eventos acontecendo a partir da chamada do Governo Federal e que é importante que os nossos Movimentos Sociais também estejam participando, que o Legislativo esteja participando para que a gente inclua esse tema também. Um deles é a própria conferência da segurança, precisa a gente ir lá para dentro para discutir especificamente, pautar a violência contra a mulher, de que forma que os nossos aparelhos de segurança estão se capacitando para fazer esse enfrentamento. A conferência de comunicação, porque se a Lei Maria da Penha não chegou no campo ainda, nós temos um problema de comunicação, porque pelo menos para dizer: "Olha, hoje existe uma Lei". No campo todo mundo ouve rádio, pelo menos uma hora por dia, certo? Tem televisão também em muitos lugares hoje, principalmente com o Programa Luz para Todos facilitou bastante que as pessoas tenham a televisão. Então como é que a gente vai fomentar na conferência de comunicação uma parceria para que a gente acelere o processo de conhecimento da Lei, que o conhecimento tenha como objetivo encorajar as mulheres a denunciar. E a conferência de educação, que embora a realização vá se dar em abril de 2010, a etapa nacional, as etapas municipais começam agora no primeiro semestre de 2009, as etapas estaduais no segundo semestre de 2009. São, para mim, três eventos importantíssimos que nós devemos nos organizar para estar presentes como delegados, principalmente, e pautar a questão da violência contra a mulher, porque eu acho que a gente tem que envolver a sociedade como um todo, com esse tema, porque é um tema que atinge, como a Ane falou, e como a Serys disse, democraticamente a todos e a todas.

Então eu acredito que se a gente conseguir fazer esse movimento articulado de participação nas etapas dessas conferências, nós, a meu ver, estaremos dando passos importantes. Eu acho que a educação é o começo de tudo, é através da educação que nós vamos capacitar, que nós vamos reciclar os nossos profissionais que fazem o atendimento às mulheres vítimas de violência e que esse atendimento, na grande maioria das vezes, ainda deixa muito a desejar. Então eu acredito para que a Lei Maria da Penha possa chegar a atender as mulheres do campo e da floresta é preciso que gente tenha, em primeiro lugar, o conhecimento da Lei e, em segundo lugar, uma grande força-tarefa

que envolva todo mundo nessa discussão das políticas que devem ser implementadas e fortalecidas.

Bom, era isso, Senadora Serys. Eu quero também aqui dizer que apoio na íntegra o requerimento do Senador Paulo Paim de que a gente possa fazer uma Audiência Pública no Plenário desta Casa, não apenas para discutir as questões ligadas à economia, à infraestrutura, mas, principalmente, às questões ligadas à vida e são questões sociais. Então eu apoio na íntegra o requerimento do Senador para que a gente possa fazer barulho nesta Casa e o Brasil todo entender que não dá mais para a gente continuar a sofrer a violência do seccismo, do machismo que se abate sobre mulheres e crianças nesse País. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Senadora. Antes de fazer os nossos agradecimentos a todas as companheiras, a Rosângela tem dois minutos.

SRA. ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO: Eu só quero dizer uma questão que eu esqueci. A Via Campesina Internacional lançou uma Campanha Internacional de Combate à Violência Doméstica em outubro do ano passado. No Brasil, a partir de novembro agora nós vamos estar fazendo o lançamento no Brasil. Então eu quero deixar registrada essa Campanha Internacional da Via Campesina, que atinge mais de oitenta países, e deixar aqui para a Senadora também o material inclusive de divulgação dessa campanha, a camiseta e o cartaz. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nós daremos um minuto para as considerações finais. Por favor.

SRA. CARMEN HELENA FERREIRA FORO: Então, eu fiquei, Senadora Fátima Cleide, inclusive emocionada por ser um dos primeiros momentos que se debate aqui o tema da violência contra as mulheres do campo e da floresta. Eu acho que os encaminhamentos que saem daqui são fundamentais, de a gente ampliar essa conversa, reafirmar que esse tema deve ser um tema da sociedade brasileira e não um tema que só as mulheres falem, tratem e enfrentem. E quero dizer, sei que têm muitas pessoas que acompanharam essa Audiência Pública, que para nós é fundamental botarmos a boca no mundo, fazermos as denúncias necessárias sobre a violência que as mulheres sofrem no campo e na floresta.

Portanto, para nós da CONTAG a Campanha de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres construída será um instrumento muito forte para nós, porque nós ajudamos a construir, vamos colocar e estamos colocando na rua porque entendemos que o nosso papel deve ser esse de levar aos quatro cantos desse País, através de nossa voz, as denúncias que nós queremos fazer e a busca permanente de construção de caminhos para enfrentar essa questão. Eu acho que muita coisa já foi feita, porém, muita coisa precisa ser feita para que a gente possa sonhar com dias melhores para a vida das mulheres que vivem no campo e na floresta. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Passo a palavra para a Carla, representante da Marcha Mundial de Mulheres.

SRA. CARLA DE PAIVA BEZERRA: Só reforçar a importância dessa Audiência e de que é importante que ela se reproduza e esteja presente, que seja debatida com uma série de atores sociais, tanto de Movimentos quanto do Legislativo, foi muito elucidativa a exposição da Ane como representante do Governo Federal aqui. Eu queria reforçar e fazer coro a uma coisa que foi colocada por ela de que a violência não pode ser tratada só como caso de polícia. É necessário, eu tinha colocado isso na minha primeira fala, que ela esteja articulada com um conjunto de políticas públicas. Acima de tudo a violência é uma relação de poder, ela é a reafirmação de uma desigualdade na relação de poder. Então para você poder combater de fato você precisa, é claro, ter ações que ataque exatamente as consequências, quando a violência já ocorreu, mas é preciso que a gente combata, evite que ela chegue a ocorrer e para isso você precisa de uma redistribuição do poder, no sentido de que você precisa de fato discutir. Então é claro que a gente precisa de ações em todas as áreas, tanto da educação, então a educação, eu não sei se isso foi colocado e tal, mas é importante que a gente reforce o poder das mulheres, o mecanismo de autonomia financeira, como já foi colocado, pois uma mulher é claro que ela vai ser vítima de violência se ela não tiver autonomia financeira, porque ela também é dependente. É claro que só isso também não é suficiente, é preciso que a gente combata numa área bem ampla.

Então a minha fala era no sentido de reforçar, de que não basta só polícia, não basta só educação, não basta só uma ação em uma determinada área, mas é preciso compreender como um fenômeno complexo. É isso, obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu gostaria de pedir desculpas por ter ficado fora esse tempo, tive que sair correndo de lá e ainda vou voltar. Eu passo a palavra à Elizângela Araújo.

SRA. ELISÂNGELA ARAÚJO: Bem, eu quero também reforçar assim que a gente tem um compromisso fundamental com essa sistemática, tanto os

Movimentos esperam também mais compromisso do Legislativo e eu acho fundamental isso que a nossa Senadora Fátima, do Pará, coloca aqui sobre a questão da comunicação, porque realmente se a gente não tiver um processo de massificação da informação, do conhecimento para as pessoas e, principalmente, no campo, fica difícil a gente realmente, qualquer das nossas iniciativas a gente conseguir de fato o acesso de todos e todas que precisam desse acesso. Então para nós da FETRAF esse tema é de grande importância, essa campanha para nós é fundamental e queremos se somar cada vez mais na unidade dos Movimentos para que juntos a gente possa fazer esse enfrentamento dos desafios que estão colocados para os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo rural brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo a palavra à última a fazer a exposição, que é a Ane Rosenir Cruz.

SRA. ANE ROSENIR CRUZ: Eu quero aproveitar então esse momento da conclusão dos nossos trabalhos dizendo que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ela faz parte, Senadora Fátima, do Fórum Nacional que discute a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública desse País. E nesse Fórum nós nos comprometemos em organizar, e é uma proposta que foi muito bem vinda para a organização da Conferência Nacional de Segurança Pública, de organizarmos eventos, nós estamos chamando sete seminários, em sete grandes capitais, aonde temos grandes índices de violência contra as mulheres, infelizmente, que se chama Diálogo sobre Segurança Pública. Esses sete seminários dos Diálogos é o olhar das mulheres sobre segurança pública nessas sete capitais. Então este é um comprometimento da Secretaria de Política para as Mulheres com a Conferência Nacional. Nós vamos estar fomentando esse debate com as mulheres nessas sete capitais. O lançamento inclusive desses Diálogos vai ser na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 23, 24 e 25 próximos, agora de abril, e estaremos fazendo nas demais capitais, entre elas Canoas, que é também a cidade aqui do Senador Paim e demais estados e capitais desse País. Isso é uma questão que a gente vai estar contribuindo para o debate da segurança pública com o olhar das mulheres.

Ademais, queremos lembrar aqui também que existe no ar também uma Campanha Nacional que é a Campanha dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. É uma assinatura no site, até vários Deputados Federais, Deputados Estaduais e Senadores já entraram no site, que é www.homenspelofimdaviolencia.org.br, aonde os homens somente entram nesse site e se comprometem ali com a sua assinatura para o enfrentamento da violência. Isso é uma iniciativa internacional. Esse ato da assinatura, este homem que assina vai estar se comprometendo sim pelo fim da violência, quer dizer, é uma iniciativa mínima e que já tem dado alguns resultados dentro do Brasil, fora do País, na verdade essa campanha se configura num abaixo-assinado internacional com relação a isso. É um pequeno ato simbólico, mas é o início também de um comprometimento que começa por cada homem que assina aquela campanha, aquele site.

E, por fim, agradecer imensamente a oportunidade de estarmos aqui junto com estas instituições representativas da sociedade civil e que discutem a questão das mulheres do campo e da floresta, fortalecendo que o Governo Federal, com os seus recursos através do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres vem assinando com os Governos Estaduais esse compromisso pelo enfrentamento da violência contra as mulheres. Porém, precisamos refletir também por que é que uma Lei tão nova, como a Lei Maria da Penha, é uma das Leis que mais tem sido questionada nesse País, por que é que Juízes ainda se negam a aplicá-la, por que é que Delegadas e Delegados de Polícia se negam também a executar as medidas protetivas e por que é que muitos homens e muitas mulheres dizem que não precisava ter uma Lei que coibisse a violência contra as mulheres? Esta reflexão a gente quer deixar aqui, de uma Lei tão nova e que está causando tanto furor nesse País. Por que é que ela não tem sido aplicada? Por que é que nessa Casa nós temos a minoria de mulheres? Por que é que na Casa vizinha também temos a minoria de mulheres, que é a Câmara? Por que é que nós Ministérios também temos minorias de mulheres? Por que, por que e por que, quer dizer, são reflexões que a gente quer colocar e que elas têm resposta sim, basta a gente então entender esse processo de violência contra as mulheres, a questão da discussão de gênero, da discussão das relações de poder entre homens e mulheres nesse País, e a gente vai ter bem pertinho da gente essas respostas que a gente está colocando aqui e que deixamos para reflexão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais uma vez pedindo desculpas por ter ficado um pouco fora, eu quero dizer da satisfação de ver essa Audiência tentando fazer com que o Senado leve ao Brasil esse tema.

Eu quero fazer aqui uma manifestação pessoal. Eu fui candidato a um cargo político pela primeira vez já com cinquenta anos de idade, sendo que até aí eu era um professor dentro da sala de aula. Em 1994 eu fui para a rua e eu visitei as casas, de casa em casa fazendo campanha, e se eu fosse escolher o que mais me chocou da percepção da realidade foi a violência

contra as mulheres. A pobreza eu já conhecia, eu sou um estudioso do assunto. A violência das mulheres não era um tema que me tocava. Mas eu chegava nas casas, em geral à tarde, de manhã, e os homens em geral não estavam, e eu entrava, pedia licença e ia conversar com as mulheres, e a quantidade de mulheres que me diziam que apanhavam do marido, do filho, me surpreendeu. Foi a coisa que mais me surpreendeu na percepção direta durante a minha campanha eleitoral de 1994. Aí passei a me preocupar com isso e descobri que esse é um fato até mais próximo do que a gente imagina. De repente a gente vai vendo e descobre amigos ou ex-amigos, porque a partir daí deixam de ser amigos, que têm comportamentos violentos em casa.

Eu entendo a resistência de muitas mulheres em relação à Lei Maria da Penha da mesma maneira como eu vejo as reações contra as quotas sociais. Tem gente que diz que as quotas vão agravar o problema racial, quando ele existe e está escondido. Tem gente que diz que a Lei Maria da Penha vai acirrar as relações violentas entre homens e mulheres. Vai explicitar, que é o primeiro passo para a gente vencer.

Nessas procuras de entender, eu uma vez levantei uma hipótese que eu não sei se vocês que são quem entende disso estão de acordo ou não, mas até na linguagem. Quando uma pessoa, um homem fala da sua companheira, chama minha mulher; quando a mulher fala, chama meu marido, nunca diz meu homem. Marido é uma relação do ponto de vista legal até, de parceiro, de igual, de sócio, como se fosse meu sócio, mas minha mulher é uma palavra de propriedade, é uma palavra de propriedade, e nós no Brasil não usamos. Os americanos não dizem minha mulher, dizem minha esposa, da mesma maneira que a mulher diz meu esposo, *husband* e *wife*. A gente aqui não, a gente diz aqui a minha mulher e elas dizem o meu marido. É uma definição, marido, que não implica em propriedade, implica em associação, mas a minha mulher implica em propriedade de uma certa maneira. Esse fato é um detalhe apenas que mostra que o Brasil está muito longe de vencer esse problema.

Eu estou de acordo com a Rosângela de que o capitalismo agrava, mas o socialismo não resolveu plenamente esse assunto também e o próprio Fidel sempre disse que as mulheres com o socialismo ganharam a igualdade de trabalho, de salário, mas aumentaram a jornada de trabalho que os homens não fazem em casa. E, além disso, tem a arrogância masculina de milhares de anos que faz com que nós tenhamos essa dificuldade de violências físicas, quem está lutando, e as outras violências, psicológicas, que a gente às vezes nem considera, a violência da exploração do excesso de trabalho, que não é compartido, e nós temos que lutar contra tudo isso. Talvez a última das vitórias para criar uma sociedade justa seja a vitória contra o machismo. Deve ser mais fácil derrubar o capitalismo do que derrubar o machismo, mas a gente que lutar contra isso.

E para encerrar, para não dizer que eu não falei da minha mania, eu creio que essa vitória virá na escola. É na escola, colocando menininhos e menininhas com um tratamento respeitoso um do outro, que a gente vai ganhar. Eu tinha tudo para ser machista. Todo o meu curso básico foi só com meninos. Eu não tinha relação com meninas, a não ser dizer: "Menina é para você namorar, não é para ser amiga". Já com as minhas filhas foi diferente. Eu espero que se a gente tiver a escola igual para todos e lá dentro ensinar a respeitar a natureza, ensinar a respeitar a todos, ensinar a respeitar o outro gênero, a gente vai começar a vencer. Eu creio que a guerra está em fazer a escola igual para todos, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão.

Mas eu quero agradecer a vocês e, antes de encerrar, por em votação quatro requerimentos.

O primeiro requerimento é do Senador Paim: "Requeiro nos termos do art. 90 a realização de diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre com a finalidade de verificar *in loco* as condições das escolas fechadas do MST", essa coisa absurda de terem fechado as escolas do MST. Eu tenho dito por aí que a UDR deveria abrir escola, ensinar o que quisesse lá e não alguém fechar as escolas do MST. Então eu ponho em votação. Temos uma Senadora presente. Se estiver de acordo permaneça como está. Ela permaneceu, então está aprovado esse requerimento.

Um outro requerimento é de iniciativa minha e do Paim: "Requeiro nos termos do inciso II, do artigo etc. e etc., fazer um debate aqui na Comissão de Direitos Humanos sobre o porquê do Brasil, em pleno Século XXI, ter catorze milhões de adultos analfabetos". Analisar isso não do ponto de vista educacional, pedagógico, mas do ponto de vista do direito humano, o analfabetismo como um ferimento a um direito humano, como uma forma de tortura. Eu ponho em votação. Não havendo quem se pronuncie contra, está aprovado.

O terceiro requerimento, também de iniciativa minha e do Paim, eu não vou ler porque eu fiz uma justificativa grande, mas é no sentido, Senadora Fátima, de a gente analisar aqui os direitos humanos que estão sendo feridos de milhares de jovens brasileiros que não conseguem estudar nesse País, que são obrigados a ir para fora e depois os seus diplomas não são reconhecidos. Acontece, sobretudo, com aqueles que estudam nos países latino-americanos e, espe-

cialmente, em Cuba. Claro que tem que reconhecer a qualidade, mas supondo a mesma qualidade não há razão para que a gente está impedindo jovens, que fizeram o maior esforço de se formarem no exterior, de não poderem ter seus diplomas reconhecidos. Então é analisar isso nos termos dos direitos humanos. Eu ponho em votação. Não havendo quem esteja contra, está aprovado.

Tem um requerimento da Senadora Marina Silva: "Requeiro nos termos do art. 90, etc. e etc., e com vista a instruir a proposição de Audiência Pública no Plenário dessa Casa no dia 29 de abril do corrente ano, que é objeto do requerimento da Senadora Kátia Abreu, que foi apresentado nessa Comissão, com a finalidade, o requerimento da Senadora Kátia, de analisar e discutir os temas de definição das Áreas de Proteção Permanente, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio. O requerimento da Senadora é de que sejam considerados como participantes dessas Audiências o Gustavo Ribas Curcio, da EMBRAPA, e o Evaristo de Miranda, e que seja intercedido pelo envio aos Senadores dos principais estudos técnicos e científicos que fundamentam as apresentações. Considerando o prazo exíguo para analisar o estudo, solicito que seja enviado até no mínimo de uma semana de antecedência para a análise dos Senadores os estudos desses professores". Eu creio que esse é um requerimento que nem precisava votar, que a própria Mesa acata como algo que tem que ser feito. Mesmo assim eu ponho em votação. A Senadora Fátima, estando de acordo, permaneça como está. Então está aprovado.

Estão aprovados os quatro requerimentos. Mais uma vez obrigado a todos que participaram, está encerrada--

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, antes de encerrar, um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minutinho, dois ou três, como quiser.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É só um minutinho mesmo. É que a Rosângela fez uma denúncia aqui a respeito do caso da D. Leni Floriano, lá de Roraima, em que a audiência do caso dela vai acontecer no dia 22 de abril já. Então eu só queria dizer para a Rosângela que nós vamos estar providenciando, vamos providenciar um ofício para o Conselho Nacional de Justiça para que acompanhe este caso que aqui você relatou e que nos causa tanta indignação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado à Senadora. Então agora eu posso dizer que está encerrada... Você quer falar? A Carla quer falar ainda.

SRA. CARLA DE PAIVA BEZERRA: Só surgiu uma questão levantada pelo Plenário, que colocou, perguntando qual o grau de instrução do marido violento, do marido agressor. Só para reforçar, conforme a própria Senadora Serys colocou, que infelizmente a violência doméstica é democrática no sentido de que ela atinge todas as classes sociais; maridos violentos existem tanto com um mestrado, doutorado, quanto analfabetos. Então isso está disseminado por toda a nossa sociedade. É claro que com certeza as mulheres que têm um menor poder aquisitivo, um menor grau de instrução, têm mais dificuldade de acesso a mecanismos para conseguir evitar a perpetuação dessa situação, mas infelizmente ocorre em todos os âmbitos, em todas as classes sociais e graus de instrução.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aproveito para dizer que eu não acredito que a escola como está, ela vá diminuir substancialmente. Diminui porque empodera a mulher. Eu estou imaginando é uma escola diferente, uma escola onde o ensino do respeito aos gêneros, da quebra do machismo, seja parte da educação. Aí sim a gente vai resolver.

Eu creio que agora eu possa dizer está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h42.

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Direi-

tos Humanos e Legislação Participativa; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Agricultura e Reforma Agrária; Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esporte; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Serviços de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional e Turismo; e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**,** com a presença dos membros das respectivas Comissões Permanentes do Senado Federal**.** Comparecem os seguintes Senhores Senadores: **Adelmir Santana, Aloízio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Expedito Júnior, Fátima Cleide, Fernando Collor, José Nery, Kátia Abreu, Lobão Filho, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marina Silva, Marisa Serrano, Neuto de Conto, Osmar Dias, Papaléo Paes, Patrícia Saboya, Raimundo Colombo, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys SIhessarenko, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Valter Pereira e Wellington Salgado.** Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/04/09 e **com os adendos aprovados nas demais Comissões,** com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs, o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. Com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros – **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio – **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo –** Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – **ISA; Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Tasso Rezende de Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Valter Pereira,** Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada

socioambiental; e o Sr. Tassio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamim, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: "*Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente*."

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão,

dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores-—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, más nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km2. E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km2, cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura,

a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km2 para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km2 de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km2 estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campainha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se

adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida á colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais

afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capaci-

dade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda cuesta *paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós

cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos

tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma

leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala,

como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhagen, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhagen, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gep*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevidéu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tassio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tassio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tassio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma

área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tassio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles

eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estada inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses instituto que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós preten-

demos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida human,a ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar

dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente "pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui". Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é "conhecimento científico", entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a

totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coibem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, "contaminado" por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioridade penal. "Por que 18 anos?" Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, "A minha terra só tem pedra". É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui pratica-

mente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tassio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tassio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no

Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como

o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoiamentos e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de

uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 ano, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos porcento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles

não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluírem nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, 'Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mos-

tra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. "Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa."

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: "Produtores do Brasil" [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: "Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok."

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, "Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo", em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. "Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10", antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, "Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d'água 50 metros tudo". E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, "Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros", sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas pe-

culiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarrecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe tor-

cida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente

antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações*."

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental*

de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente."

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais

de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes -–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas –

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarrecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente*."

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e

Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram

essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agronômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*", no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? "*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental* [soa a campainha] *serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção*."

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

"*Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante* [interrupção no áudio] [soa a campainha] *projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental*."

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes,

mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se autosustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoelétricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal .

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com

relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campainha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que aidna nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associação de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos*

de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores." E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point* , tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar

todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialoga com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobrancelhas, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tassio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar

raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele esta lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[*risos*].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campainha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campainha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário,

uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h07.

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dez minutos do dia quatorze de abril de dois mil e nove, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Gilvam Borges, Cristovam Buarque, João Pedro, Marina Silva e Mão Santa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Pauta: Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 14, de 2009 – CDH, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, aprovado em 15 de abril de 2009, para debater "o quadro de analfabetismo que se mantêm no Brasil em pleno século XXI**"**. O Senhor Presidente abre os trabalhos faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Convidados que comparecem: Professor José Geraldo de Sousa Júnior, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília – UnB; Dr. Agesandro da Costa Pereira, Presidente da Comissão de Direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Nacional; Dr. Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC. O Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Marco Prisco C. Machado, Diretor Nacional da Associação Nacional dos Praças, que faz denúncias de várias prisões ilegais, inclusive a sua, ocorridas no Estado de Roraima. EXTRAPAUTA: Item nº. 01 – **Requerimento nº 17**, de 2009, que "requer a realização de um ciclo de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente do Idoso da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar dos temas abaixo relacionados. Para tanto gostaríamos fossem convidados os representantes da categoria e outros a serem indicados por esta Comissão". Temas a serem debatidos: Benefícios Previdenciários (aposentadorias, pensões, LOAS); Transporte Interestadual; Planos de Saúde; Medicamentos; Precatórios; Violência contra o Idoso e Prioridade do Idoso. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item nº. 02** – **Requerimento nº 18**, de 2009, que requer a "realização de Audiência Pública com lideranças indígenas, que participam da edição 2009 do Acampamento Terra Livre – evento de realização anual que reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil, na Esplanada dos Ministérios, para tratar de suas principais demandas ao Estado brasileiro. Com os seguintes convidados: Cinco lideranças indígenas indicadas pelo Acampamento; Coordenador-geral da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas – Dep. Eduardo Valverde; e a Sub-Procuradora Geral e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Dra. Débora Duprat.". Autoria: Senadora Marina Silva. Resultado: **Aprovad**o**. Item nº. 03**– **Requerimento nº 19**, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar "das questões raciais atinentes ao Dia da Abolição da Escravatura". Convidados: Ministro Edson Santos – SEPIR; Presidente da Fundação Palmares, CDDN – Conselho de Defesa dos Direitos do Negro e outros a serem definidos pela própria Comissão.". Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**. Item nº. 04 – **Requerimento nº 20**, de 2009, que requer a realização de Reunião Conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com vistas a tratar das questões atinentes à Preservação da Amazônia, a ser realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 13 de Maio de 2009, às 18h30.". Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os Senhores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada um e a cada

uma. Eu declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Eu tenho muita satisfação de estar abrindo, nesse momento, uma sessão à qual eu me dediquei bastante, porque creio que traz uma nova visão para o assunto dos direitos humanos. Essa Comissão, como todos sabem, ela tem trabalhado na análise dos direitos humanos no ponto de vista dos direitos essenciais ao corpo, dos direitos essenciais à liberdade, mas hoje a gente traz uma dimensão nova e é isso que eu quero debater e ouvir dos que virão aqui falar para nós. Hoje nós queremos debater a ideia, de uma maneira que eu creio muito inovativa, de que o analfabetismo é uma privação de direito humano. Isso é o que nós queremos debater aqui. A pessoa não ter tido a chance de aprender a Lei, ela não tem plenamente seus direitos humanos. Ela é um pouco cega, um pouco muda, um pouco surda e não consegue se orientar normalmente no mundo moderno que é orientado pelas letras, especialmente num País como o Brasil, aonde a própria bandeira tem um texto escrito e, quem não sabe ler, não consegue conhecer a bandeira brasileira, porque se mudar a ordem das letras a pessoa continua achando que está escrito Ordem e Progresso; se escrever ali em outro idioma, inclusive com alfabeto que não seja o nosso, o latino, vai parecer que continua sendo a bandeira brasileira. Eu tenho um projeto em andamento aqui nessa Casa para provocar e ver se desperto, de que se até 2014 o Brasil não conseguir erradicar o analfabetismo a gente muda a bandeira, tira o Ordem e Progresso, coloca só as cores, porque aí só um ou outro daltônico pode ter dificuldade de reconhecer a bandeira, mas não os analfabetos.

Então é com a satisfação de querer hoje abrir um debate sobre um tema novo na análise, na perspectiva dos direitos humanos, que eu convido para virem fazer parte da Mesa o professor José Geraldo de Sousa Júnior, meu amigo, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, o Dr. Agesandro da Costa Pereira, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, fico muito feliz de ter podido aceitar, o Dr. Erasto Fortes Mendonça, também meu velho amigo e conhecido, que é Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Ficamos esperando ainda a presença da Dra. Herilda Balduino de Souza e do Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, que disse que não conseguiria chegar na hora, mas que virá participar.

Eu quero, antes de passar a palavra, agradecer a presença de todos aqui, dizer que nós fizemos uma pequena pesquisa, tivemos acesso, na verdade, a uma pesquisa que foi feita a pedido da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que é uma Secretaria criada no MEC no início do Governo Lula, cujo Secretário-Geral é o João Luiz Homem de Carvalho. Essa Secretaria, além de ter a visão estratégica de que o analfabetismo deve ter um processo de erradicação e não apenas um processo de alfabetização, essa é uma concepção completamente diferente, pois uma visão é alfabetizar e a outra é dizer "Nós vamos resolver o problema". Eu sempre coloco, reitor, essa diferença com base em um relógio. O Programa de Alfabetização coloca um relógio mostrando quantos foram alfabetizados naquele ano. O Programa de Erradicação coloca um relógio dizendo quantos faltam ainda serem alfabetizados até resolver o problema. Nós trabalhamos com a ideia de erradicação durante o período em que estivemos no Ministério da Educação. Hoje o Programa mudou, o Programa já está de uma maneira diferente, mas naquele tempo nós fizemos uma pesquisa: O que é que o analfabeto pensa?

Há declarações, algumas selecionadas, que vale a pena serem escutadas por nós, que vamos debater. Por exemplo, em Caxias, uma mulher de trinta a quarenta anos, preferimos não ter os nomes, ela dizia: "No caso do emprego, como a gente tem ouvido, daqui uns dias quem não souber ler, nem para varrer rua vai servir – ouvido, no caso, é escutado. Tudo já traz tristeza para a gente, da gente imaginar que quando chegar esse tempo já estamos nesse tempo. Aí vai ficar mais difícil ainda para nós, para a nossa situação, porque não sabemos ler".

Uma outra mulher, em Caxias também: "Ser pobre não é defeito, não é defeito de jeito nenhum, é um orgulho, para mim é um orgulho. Agora não saber ler é um defeito igual a defeito físico. Quando você chega num lugar, a pessoa olha para você e já enxerga logo". E é verdade. Você conhece o analfabeto pela maneira como ele olha para a gente; ele não olha encarando, ele olha para baixo, com medo do que vai ser perguntado, do que vai ser mostrado.

Em Cáceres, no Mato Grosso, uma mulher também de trinta a quarenta anos: "Antes não era assim, mas hoje em dia nós não somos nada. A população analfabeta, nós não somos nada, nada. O desemprego está demais, ainda mais para essas pessoas que não sabem ler e nem escrever".

"Se eu soubesse ler – isso já diz uma mulher de cinquenta anos, no Marabá – era uma emoção muito

grande, uma emoção que eu nunca tive na minha vida. Eu sei que se eu morresse nessa hora, eu não ia sentir nem a dor da morte".

Um homem jovem, entre dezoito e vinte e cinco anos: "Aprender a ler ia ser o meu maior sonho".

Uma mulher de cinquenta anos diz: "Só tem uma coisa que eu tenho inveja: é de quem sabe ler. Diz que é pecado a gente ter inveja, mas esse pecado eu vou levar comigo se eu morrer e não aprender a ler".

"Comprar um remédio – isso diz um homem de cinquenta anos -, aí faz falta, porque quem não sabe ler não vai saber tomar, se é de oito em oito horas e se são três quantidades de remédio".

Aqui tem um que diz: "Não saber ler é escuridão, é você sair, você ver os cartazes, placas, e não enxergar nada, não saber o significado daquilo. Dá um desespero que dói muito".

E isso, eu não sei quantos de vocês tiveram a oportunidade, nós vimos quando fizemos o Labirinto do Analfabetismo. Eu não sei se alguns de vocês tiveram a oportunidade de ver. Era uma sala muito grande em que as pessoas entravam nela e aí dentro tudo estava escrito com letras misturadas, então qualquer um de nós que ali entrava caminhava por dentro daquela cidade, sem saber ler, e era um desespero quando dizia: "Você vai ao centro. Tome um ônibus". Aí apareciam as fotos, um filminho dos ônibus chegando. Só que os ônibus, com as letras do destino misturadas. Então a gente não sabia que ônibus era aquele. Depois apaga a luz, acende mais adiante e diz: "Mas você conseguiu chegar de tanto perguntar. Deve estar cansado. Entre numa casa de lanche e peça um lanche". Aí aparece um menu da casa de lanche com as letras todas misturadas. Aí depois aparece isso que ele fala: "Você já deve estar com dor de cabeça. Então peça um remédio". Aí o remédio vem com as letras misturadas na caixa, a bula com as letras misturadas. E assim vai, até que no final eu vi muita gente chorando. Quando termina diz: "Mas você conseguiu, você é um herói, você chegou ao final. Agora, assine para dizer que você esteve aqui". Aí uma luz acende e aparece uma impressão digital. Eu considero aquela caixa uma das grandes emoções que eu vivi e lamento que ela tenha sido desfeita. Nós chegamos a levar para algumas cidades, mas hoje ela está desfeita e a gente não tem mais acesso a ela. Está na hora de fazer outra vez uma caixa, quem sabe o GDF fazer uma caixa dessa, porque o desenho está pronto, existe e é barato de ser feito.

Bem, nós então trouxemos um grupo, que eu creio que nós vamos esgotar hoje, com uma pergunta: "Direitos humanos e analfabetismo. É possível, é correto dizer que o analfabetismo é uma privação de direito humano ou não é possível, foge ao conceito de direitos humanos o assunto do analfabetismo?"

Eu vou passar a palavra inicialmente ao professor José Geraldo, depois ao Dr. Agesandro e depois ao Dr. Erasto. O professor José Geraldo tem um tempo para falar, nós marcamos um tempo, toca uma campainha, mas não se assuste, se precisar falar mais tempo pode continuar. O tempo será de dez minutos, mas, se precisar de mais, não se preocupe.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: Primeiro eu gostaria de agradecer ao Senador Buarque o convite e, ao mesmo tempo, cumprimentá-lo pela presidência da Comissão, mais uma missão nobre a que ele se dedica e, certamente, terá a orientação da sua inteligência e de seu compromisso com a liberdade, a dignidade e os direitos humanos. Eu queria cumprimentar o Dr. Agesandro Pereira, um feliz reencontro, temos sido colegas na Ordem dos Advogados em vários compromissos. Ultimamente eu atuava na Comissão de Ensino Jurídico e ele na presidência da Comissão de Direitos Humanos, tema no qual ele se destaca há anos com o seu papel de Presidente da OAB do Espírito Santo e nas lutas contra o crime organizado. Cumprimentar também ao professor Erasto Fortes, meu colega de universidade e os presentes.

Eu queria iniciar, Senador, dizendo que eu respondo afirmativamente à questão, para ser bem objetivo, pois o analfabetismo é uma privação de direitos humanos. Eu supero aqui o problema de foco, que é o de imaginar que quando a gente alarga muito um conceito ele tende a ficar difuso e impreciso. Porém, neste caso, a pergunta remete claramente a uma situação que atualmente, seja do ponto de vista filosófico, seja do ponto de vista político, já encontra forte resposta afirmativa. O Bobbio, por exemplo, falando na Era dos Direitos, se referia ao fato de que a questão dos direitos humanos hoje não é mais de fundamento porque o tema filosófico já estaria superado, já há uma resposta satisfatória no consenso que se estabeleceu a partir do reconhecimento daqueles temas que figuram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que a nossa preocupação deveria ser política, não do que são e como são e por que são, mas de como concretizá-los, como realizá-los. Em todo caso, eu diria que embora a questão filosófica pareça superada, é sempre importante refletir sobre ela e nesse tema eu penso que hoje um fato muito bem sustentável de que aquilo que representa as incapacidades de desenvolvimento humano no pleno violam as teorias da justiça e a dos direitos fundamentais.

Como sabem, há poucos anos foi detentor do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, um economista que trouxe para o debate do tema a ideia de que não há

reconhecimento de liberdade, de dignidade da pessoa, senão se concretizar a superação daquelas incapacidades que impedem a realização plena da condição humana. Ele publicou um livro no Brasil, quer dizer, foi uma tradução de um livro seu em português muito festejada que é o "Desenvolvimento como Liberdade", no qual este Prêmio Nobel busca fundamentar a sua tese identificando situações que alienam da condição humana indivíduos e coletividades, a fome, a pobreza, o analfabetismo. É de Amartya Sen, por exemplo, a indicação vitoriosa hoje no contexto das Nações Unidas de que o Indicador de Desenvolvimento Humano não deve ser mais o indicador monetário, mas o da dignidade da pessoa humana. É ele o criador do Índice de Desenvolvimento Humano para medir o desenvolvimento de um País. E neste livro o esforço do economista é exatamente de resgatar o sentido de justiça como fundamento para o desenvolvimento. Claro que dentro da sua formação ele opta por teorias que são caras ao pensamento liberal, John Rawls, mas não descuida desse fundamento e responde afirmativamente a essa pergunta. De certa maneira ele desenvolve uma mesma senda que o Senador vem trabalhando há alguns anos em temas, em trabalhos em que esse princípio também está assentado. Me refiro a livros como "Desordem do Progresso", "Revolução das Prioridades", "O que é Apartação", no qual ou nos quais mostra exatamente esta condição alienante que a incapacidade de se realizar plenamente como pessoa é uma negação intrínseca da condição humana.

Como sabem, filosoficamente e, também, politicamente, a condição humana não é um dado que deriva da origem biológica dos sujeitos. O filósofo Riegel dizia que as pessoas não nascem homens, se tornam homens e que esta condição não é definida pela sua origem biológica, mas pela história. Nós nos fazemos homens, tanto que na antiguidade, Aristóteles, que estabeleceu uma definição de homem que é bastante conhecida, que o homem é um animal político, ele não diz que o homem é um animal racional, fazia essa afirmação para distinguir o que ele chamava de "não homens", que são aqueles que não detinham uma função na polis. O escravo, por exemplo, ele definia como uma ferramenta que fala, tanto que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos, recuperou essa afirmação de Aristóteles dizendo que aquele Programa traduzia uma política que pretendia configurar o fato de que não era mais admissível na nossa sociedade a sobrevivência das ferramentas falantes. Então a condição de humanidade é uma condição construída. São aquisições capacitadoras que realizam a dimensão humana na sua plenitude.

Isso que eu estou mencionando como uma referência aos filósofos é também uma exigência colocada para os políticos. No Século XVII, o Rei Carlos V, da Espanha, mandou suspender o empreendimento da conquista, a conquista da América, enquanto não se resolvesse uma questão fundamental que é conhecida como "O debate de Vaiadolli". O debate é em torno da resposta à pergunta se o índio é um homem e que mobilizou toda a inteligência europeia em torno dessa questão, prevalecendo o ponto de vista de Bartolomé de Las Casas, o bispo de Chiapas, no sentido de que os índios eram gente sim, gente como nós, tinham alma e desde que recebessem os sacramentos(F) poderiam se humanizar. A partir daí, com a declaração na bula do Papa Paulo III, de 1637, ficou estabelecido que os índios sim eram gente como nós, o que não impediu que em 1980, para decidir um *habeas-corpus* proposto pelo cacique Mário Juruna, naquela altura convidado para participar do Tribunal Bertrand Russel, o tribunal moral [soa a campainha] de direitos humanos, e que teve o seu visto negado por conta da preocupação do regime autoritário de que sua imagem fosse utilizada para a crítica ao País, ao julgar o caso o Tribunal colocou a questão fundamental: "É ou não o cacique Mário Juruna um homem?" E os vinte e sete Ministros do então Tribunal Federal de Recursos, hoje STJ, responderam primeiro e preliminarmente à afirmação positivamente: "Sim, reconhecemos que o cacique é um homem e, portanto, faz jus aos princípios entronizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e não pode ser excluído do seu direito de participar". Concedeu a ordem. Eu estou tomando esse exemplo para visualizar que há um sentido histórico e político de realização de capacidades e que a humanidade do sujeito é um processo que depende da satisfação dessas capacidades: superar a fome, superar a pobreza, superar o analfabetismo. Não é por acaso que a Constituição brasileira atual é chamada de Constituição Cidadã, porque ela expressa esse itinerário de mobilizações sociais para afirmação de capacidades jurídicas, inscritas na busca de reconhecimento de condição de humanidades, aquilo que a filósofa Hannah Arendt chamava de direito a ter direito.

E não é por acaso que a primeira Constituição brasileira do Século XIX, produzida depois da declaração de 1789, a declaração francesa, portanto, que já reconhecia que todo homem necessário livre e igual em direitos, fosse chamada, como indicaram os historiadores, de Constituição da Mandioca, porque com base no seu princípio censitário afirmava a condição da dignidade na situação do proprietário, o homem de bem, que é o homem que tem bens, e não reconhecia os direitos para os incapacitados, as mulheres, os ín-

dios, os pobres, os jovens, os padres, os soldados, os analfabetos. Não reconhecia direitos e mais: não reconhecia sequer a condição de humanidade de algumas categorias como os trabalhadores, porque editada em 1824, portanto, antes da abolição da escravidão, reduzia a massa de trabalho a uma condição alienada de humanidade porque considerava para efeitos jurídicos como mercadorias o trabalhador, que podia, na forma do regime jurídico dela decorrente, ser comprado, vendido, e tal como o que se designa como função da propriedade, poder ser usado, fruído e abusado; por isso que essa Constituição é chamada da Mandioca, porque ela é uma Constituição que se afirma num princípio de seletividade de direitos e de reconhecimento de subjetividade humana.

Então todos esses elementos, Senador, indicam que só pode haver uma resposta afirmativa à pergunta que é formulada. E que para além dos princípios filosóficos, que estão já muito bem assentados, é necessário exigências políticas e, inclusive, políticas públicas para poder afirmar esse princípio de plenificação completa da condição de humanidade e de cidadania. Então assim como a fome é uma incapacidade, assim como a pobreza é uma incapacidade, o analfabetismo também, porque retira a condição de discernimento. Esses depoimentos que foram aqui colocados traduzem isto. Essas obras que são elaboradas com referência às orientações que definem políticas globais e políticas públicas de fomento ao desenvolvimento só reconhecem o desenvolvimento como o desenvolvimento humano que realize plenamente essas capacidades. E essa não é uma questão que fique apenas nos recintos. Esses dias, como sabem, o filme que ganhou o Prêmio Oscar de Cinema, O Leitor, o drama que aceita a pena perpétua para não assumir a vergonha de ser analfabeto. Olha como a questão é sensível e está presente no limite da própria autoexprobação, quando o próprio Tribunal ofereceu uma saída honrosa, que as outras prisioneiras aceitaram, mas aquela que é a personagem, diante da vergonha, opta pela submissão a um destino, que foi a pena perpétua, para não ser vista como uma analfabeta.

Então eu queria dizer isso e queria dizer que a Universidade se preocupa com isso, por mais paradoxal que possa parecer nós ainda temos que desenvolver programas de alfabetização numa universidade. Felizmente hoje na nossa UNB, eu digo nossa porque o senhor foi reitor da Universidade, até 2000 ainda tínhamos sessenta e sete pessoas em condição de alfabetização, desde lá mantemos o programa como atividade de pós-alfabetização, mas a Universidade resolveu assumir para além daquilo, que é o apoio a todas as atividades de extensão universitária que se dirigem ao trabalho dos universitários para responder a programas que na sociedade exijam a sua atuação, resolveu investir fortemente, até como uma atenção às políticas públicas de educação hoje, aos programas de fortalecimento das licenciaturas para a formação de professores, para que haja uma disponibilidade de docência neste campo, incluindo um Programa hoje muito forte na universidade, que é de Educação do Campo, exatamente para atender à demanda de licenciaturas no campo, nas exigências de alfabetização e de ensino fundamental para os assentados dos Programas de Reforma Agrária.

Então acho que é muito oportuna a discussão tal como a presença, ela instiga a pensar a realização da Constituição que aponta para esse horizonte de dignidade da pessoa humana e não há como deixar de considerar que é necessário e urgente uma resposta afirmativa à pergunta que a Comissão propõe. Então muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao professor José Geraldo e queria apenas tocar um pouco mais nesse assunto que ele falou. Quando nós assumimos a reitoria e ele foi um dos meus mais próximos colaboradores durante os quatro anos, descobrimos que havia sessenta e sete analfabetos na Universidade, sessenta e sete trabalhadores que não sabiam ler, a maior parte cuidando dos jardins. Nós tomamos como uma tarefa imediata a erradicação do analfabetismo e conseguimos em poucos meses, não ficou um único que não fosse capaz de aprender a ler. Claro, com a atenção especial, dando a eles, inclusive, a chance de aprenderem a usar a mão fazendo cerâmica, fazendo bordados, todas as formas, sem o que eles não conseguiam segurar no lápis, porque estão acostumados a pegar numa inchada, é difícil você pegar num lápis. Seria como vocês aqui pegarem num bisturi, vocês fariam o maior estrago se a gente desse um bisturi a um de vocês ou a mim também. Então eu creio que essa foi uma coisa muito boa, mas lamentavelmente hoje, em praticamente todas as universidades do Brasil, há trabalhadores que não sabem ler, o que é uma vergonha absoluta. Numa tribo indígena em que todos são analfabetos, é lamentável, mas não é uma vergonha. Mas numa universidade onde há os que são universitários e que não sabem ler é uma vergonha, porque simplesmente é você casar os dois.

Ontem o Senado aprovou, na Comissão de Educação, um projeto meu que provavelmente vai dar muita crítica, que obriga, reitor, e vai chegar lá na sua universidade depois que for aprovado na Câmara, que todo estudante universitário em uma universidade que receba dinheiro público terá que ser alfabetizador de

adultos. A universidade vai ter que montar programas para a erradicação de adultos. Claro que quando a gente põe todos, não são necessários todos, porque com setenta mil dos quase um milhão que estudam em escolas públicas federais ou que recebem o ProUni, não deve chegar a um milhão, bastava setenta mil, cada um dedicando seis horas por semana durante um semestre, nada mais do que isso, para que a gente erradicasse o analfabetismo. É pouco. Então não serão todos, mas a Lei saiu como todos porque terão trabalhos paralelos, além de estar na sala de aula. Eu creio que essa é uma das fragilidades da universidade brasileira, não ter adotado ela a responsabilidade de ser o elemento de erradicação. Da mesma maneira que no Século XIX havia, nos cursos superiores daquela época, escravos trabalhando. Para nós parece um absurdo. Para aquela época era absolutamente normal. Então continua sendo normal ter analfabetos em universidade. A universidade brasileira não foi vanguarda na luta pela abolição da escravidão, não foi. Os líderes foram ex-universitários, como Joaquim Nabuco, como Rui Barbosa, mas dentro da instituição os estudantes não foram envolvidos na luta pela abolição, como hoje não estão envolvidos na luta pela erradicação do analfabetismo.

Mas dito isso, eu passo a palavra ao Dr. Agesandro da Costa Pereira, voltando a insistir que não se preocupe com o barulhinho que vai ser feito em um certo momento, pode continuar falando o tempo que for preciso.

SR. AGESANDRO DA COSTA PEREIRA: Eminente Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, figura exponencial na vida pública desse País, tão carente de homens que se dedicam aos interesses mais marcantes da sociedade. Professor José Geraldo de Sousa Júnior, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, com quem convivi longos anos nas lutas políticas da Ordem dos Advogados. Professor Erasto Fortes Mendonça, Coordenador de Educação em Direitos Humanos, minhas senhoras e meus senhores.

A ilustrada jornalista, ao me perguntar, na entrada desta Sessão, o que eu pretendia falar, eu lhe disse: "Não sei, absolutamente não sei, vamos ver como a questão será posta e como então nós poderemos abordá-la no tempo regulamentar". Quando estava ali assentado, ao ouvir o eminente Senador colocar o problema, então eu vi que já tinha algo a sustentar nessa Casa. É muito difícil, reconheço, abordar esse problema depois do Magnífico Reitor da Universidade, advogado do mais alto prestígio e professor que se dedica especificamente ao assunto.

Mas, na colocação do eminente Senador, eu me lembrei do que dizia Bobbio há sessenta anos, que naquele tempo era um desafio dos juristas e políticos da época e é ainda hoje o nosso desafio, quer dizer, em matéria de direitos humanos não hoje é interessante que se pesquise a Declaração dos Direitos Humanos, quer dizer, quais que são os direitos declarados nas Cartas Internacionais ou nas Declarações de cada Estado, quer dizer, o que importa foi o que o Senador fixou aqui, o que importa é a metodologia da aplicação desses direitos, como nós podemos torná-los efetivos de forma de que eles sejam um benefício para a nossa gente em geral. Quando eu vejo um problema nessa situação, e eu devo dizer ao eminente Senador que fui alçado à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Ordem não como um teórico, mas como um lutador de campo na resistência política no Espírito Santo, onde eu exerci a presidência da Ordem por vinte e dois anos e numa luta constante contra a corrupção, a violência que se alastrava naquele Estado. Basta dizer que o Presidente da Assembléia Legislativa, bandido da mais alta qualificação, era o chefe do jogo de bicho no Estado, com conexões no Rio de Janeiro. Nós tínhamos as instituições comprometidas. Nós tínhamos de um lado a povo e do outro as instituições comprometidas com tudo que pudesse ser contra o povo capixaba. Então a minha vivência era uma vivência de campo de luta. Os meus colegas da comissão são teóricos, são professores e dirigidos por alguém que foi formado na prática da resistência democrática.

Mas o que me impressiona nessas colocações todas é que há cerca de duzentos nós tínhamos uma relação diferente. Nós tínhamos uma relação de Estado e súdito e essa relação que exprimia um autoritarismo pronunciado é desinteressante à estrutura estatal no tempo qualquer investimento na instrução e na educação das pessoas. Mas isso há cerca de duzentos anos; nós tivemos uma paulatina modificação. Então quando se passou a entender que a relação fundamental do estado democrático é entre Estado e cidadão e cidadão não é súdito, cidadão é alguém a quem se reconhece os direitos fundamentais da pessoa humana, quer dizer, um sistema jurídico que não reconheça os direitos fundamentais da pessoa humana não é um sistema democrático e as relações aí não são entre Estado/cidadão, mas são entre Estado/súditos. Então aí o que nós vamos observar – e isso tem uma certa conotação com a colocação que o eminente Senador faz – é que os direitos humanos são históricos. Embora concepções filosóficas diversas discussão a fundamentação e a extensão deles, eles são objeto de uma conquista paulatina ao longo de cerca de duzentos e poucos anos, quer dizer, eles foram conquistados um a um. É

claro que as colocações teóricas influíam nessa marcha. Então a questão da amplitude ou as restrições na definição do que sejam os direitos humanos, elas colocam nessa postura histórica de conquista, de avanço. Então o professor Bobbio dizia que os direitos humanos ficavam restritos aos direitos da primeira geração, quer dizer, os direitos civis e políticos, mas já o professor capixaba Herkenhoff, um dos mais eminentes teóricos dos direitos humanos, ele observa que a noção de direitos humanos é dinâmica e nós vamos ver que são direitos humanos aqueles direitos que aparecem com as revoluções americanas e francesas, os direitos civis e os direitos políticos, mas, depois, os direitos sociais e os direitos da quarta e quinta geração na medida que a luta social se instala [soa a campainha] e se desenvolve. Nesta linha eu posso, ao lado do nosso querido mestre, dizer que o problema dos direitos humanos, no tocante à instrução e à educação, é direito do cidadão, dilo(F) a Declaração Universal, como diria as Declarações dos Estados Constitucionais que se instalaram sobretudo na Europa após essas revoluções. Se nós lermos o art. 5º da Constituição Federal, lá não tem nenhuma referência ao direito fundamental à educação e à instrução, mas lá no art. 205, o que não está aqui está dito lá. Então nós estamos face a essa situação: entre os direitos da pessoa humana se insere o direito à educação e o direito à instrução.

Mas agora eu chego ao princípio das colocações que fiz ao ouvir a exposição iniciada do eminente Senador. Então o nosso grande desafio hoje é aquele desafio que ocorria há cerca de sessenta anos e observada por Bobbio. Não é mais declarar que o direito à educação se insere na clave dos direitos humanos, mas é discutir as formas, os procedimentos e a atuação política no sentido de obter a realização plena desses direitos. E eu penso hoje, com a experiência que tenho, que o importante não é discutir direitos humanos em temas teóricos, em temas de fundamentação, mas daquilo que se pode efetivamente realizar através da prática. Eu penso, então, que o problema dos direitos humanos é um problema político e, então, está bem confiado à ação do nosso exemplar Senador. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao professor Erasto, eu quero cumprimentar e dizer da minha alegria de ter aqui a Senadora Marina Silva, que é um exemplo no que se refere a essa ideia que nós estamos discutindo de tratarmos analfabetismo como privação de direito humano. É disso que se trata. A pessoa que não tem acesso à alfabetização é como se não tivesse acesso à liberdade, é como se não tivesse acesso à alimentação, é como se fosse torturada todos os dias. E a Senadora Marina, como todos sabem, é uma pessoa que por um esforço muito grande conseguiu dar um salto educacional não na idade usual, mas já na idade de adolescente, não é isso? Então eu fico muito feliz e é um exemplo de que foi a alfabetização e a educação que a libertou.

Eu passo a palavra ao professor Erasto. Eu quero lembrar que o professor Erasto é Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ou seja, tem toda a autoridade para estar aqui falando desse assunto.

SR. ERASTO FORTES MENDONÇA: Bom dia Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Sessão, Senadora Marina Silva, meus colegas de Mesa, professor José Geraldo, Dr. Agesandro e todos aqueles que acorreram a esse chamamento da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República para discutir a questão do analfabetismo no Brasil.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Cristovam pelo convite que me foi formulado e, também, tornar público aqui um cumprimento que já fiz pessoalmente pela sua entrada na presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

Eu queria explicitar, em primeiro lugar, para que talvez possa ser compreendida um pouco a explanação que pretendo fazer, as circunstâncias que me trazem aqui e o lugar de onde eu falo. Eu estou apresentado como Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, uma Secretaria ligada à Presidência da República. Então nessa função eu tenho a tarefa de coordenar as Políticas Nacionais de Educação e Direitos Humanos, mas não posso me desvestir aqui da minha condição de educador, de professor, apesar de recentemente aposentado da Universidade de Brasília, trago aqui uma experiência que a vida me pode propiciar. Eu costumo dizer que a vida profissionalmente foi muito generosa comigo porque me permitiu experimentar ser professor e educador em todos os níveis da educação em várias de suas modalidades. Eu cursava o curso de Direito numa prestigiosa Universidade Federal quando tive a oportunidade de ser convidado para executar um programa de alfabetização de adultos em minha cidade, em Niterói. Confesso que essa experiência me arrebatou para o campo da educação, ela me desviou do campo do Direito, mas me trouxe para o campo da educação, insisto nisso, sendo a vida muito generosa comigo, me permitindo que eu tivesse, a partir daí, uma experiência em todos os níveis da educação. Então a questão da alfabetização de jovens e adultos, para mim, é uma questão muito mais do que meramente

uma questão profissional, como educador profissional que sou, mas é uma questão de um projeto de vida, é um projeto que me fez ser educador. E hoje, circunstancialmente, tendo sido convidado pelo Ministro Paulo Vannuchi para exercer essa função de Coordenador de Educação em Direitos Humanos, tenho uma tarefa de pensar numa duplicidade da presença dos direitos humanos na educação.

Uma primeira, acho que é essa que se coloca aqui na pergunta fundamental que faz o Senador Cristovam Buarque: "É o analfabetismo uma privação dos direitos humanos?" E aí, nesse sentido, eu quero ser muito claro com isso, como foi o professor José Geraldo, respondendo afirmativamente: o analfabetismo é uma privação dos direitos humanos, porque está assegurada a compreensão desde a Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que a educação é um direito humano; isso está colocado lá no seu art. 26, inclusive refletindo um pouco mais de como seria essa educação como formação da personalidade integral.

E há uma outra dimensão dessa tarefa que executo hoje que é a de, partindo do princípio de que a educação é um direito humano, como fazer com que a educação seja trabalhada em e para os direitos humanos, quer dizer, como fazer com que o tema dos direitos humanos esteja presente em todo o processo educativo, formal e não formal; essa é a grande tarefa e o grande desafio. Porque de certa maneira no País nós já conquistamos, ainda que no direito positivo, a compreensão da educação como um direito humano, isso está assegurado na nossa Carta Constitucional de 1988, progressivamente nós tivemos uma compreensão e uma ampliação do conceito de ensino obrigatório no País, que vem desde os quatro anos do antigo ensino primário até hoje, o que é compreendido como ensino fundamental de nove anos de escolaridade. No entanto, eu acho que é forçoso reconhecer que uma legislação que compreende a educação brasileira dividida em dois níveis principais, educação básica e educação superior, e compreendendo na educação básica três subníveis, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, apesar do título educação básica, esse País não logrou alcançar a compreensão de que a educação básica é um direito de todos e um dever do Estado, assegurando apenas, nos nove anos de escolaridade, a compreensão de que aqui está o ensino obrigatório, esse é o dever do Estado, obrigação das famílias e considerado um direito inclusive público e subjetivo.

Eu acho que a questão também da alfabetização de jovens e adultos tem uma compreensão bastante clara na Constituição de 1988 e na legislação subconstitucional que regula a educação brasileira, apesar de que do ponto de vista do senso comum e das notícias que periodicamente saem na imprensa afirmando que a educação é obrigatória dos sete aos catorze anos, a Constituição brasileira é muito clara ao afirmar que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Então do ponto de vista das lutas no campo da educação essa é uma questão absolutamente superada pela compreensão que nos traz a Constituição brasileira de que a educação, sendo um direito público subjetivo, é assegurada, ao menos no ensino fundamental, para todos, todos aqueles que estão na idade própria e aqueles que, por alguma razão, que historicamente é compreensível, não tiveram a oportunidade de ter acesso à escola regular.

Eu vou mais adiante: o mesmo art. 208 da Constituição brasileira que assegura esse direito, no § 2º afirma: "O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente". Então todos que somos da área de educação sabemos que qualquer família ao bater na porta de uma escola pública exigindo uma matrícula no ensino fundamental, não é dado ao gestor público dizer "aqui não há vaga"; o gestor público é obrigado a encontrar uma vaga para essa família que busca o seu direito subjetivo de educação no ensino fundamental. E eu quero insistir nisso: em todas as idades; não se trata aqui de assegurar a educação fundamental tão-somente para as crianças, o que já é um avanço na nossa história da educação brasileira, mas a Constituição assegura – e isso é repetido na Lei de Diretrizes e Bases – o direito fundamental de acesso à escolaridade para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria.

A Constituição ainda estabelece que haverá um Plano Nacional de Educação, sonho dos velhos pioneiros da escola pública de 1932, onde estavam Anísio Teixeira, Cecília Meirelles e vários outros intelectuais brasileiros que sonharam com a possibilidade de um sistema nacional de educação que pudesse propiciar à população brasileira o direito à educação para ambos os sexos, em 1932, e de uma educação laica, não atravessada [soa a campainha] pelos valores e pela força e a imponência que teve a igreja católica no Brasil, sendo inclusive ela detentora do monopólio da educação brasileira durante duzentos e dez anos, de 1549 a 1759, quer dizer, apenas os padres jesuítas podiam administrar a educação no Brasil durante todo esse tempo. Para um país que tem quinhentos e poucos anos, duzentos e dez anos de terceirização privada

da educação é muita coisa. Então nós também temos que compreender que aquilo que nós temos hoje na educação é o resultado daquilo que as gerações passadas nos legaram. Em educação nós não plantamos hoje para colher amanhã. Nós plantamos hoje para a geração que vem à frente de nós ter os resultados. E, talvez, por isso, infelizmente, seja objeto de políticas públicas não tão responsáveis como deveriam ser, porque a gente, como gestor público, muitas vezes quer ver imediatamente os resultados num período de governo e isso na educação infelizmente não acontece, a gente tem que reconhecer isso. Os resultados, os indicadores sociais, podem até aparecer, mas o resultado pedagógico e educacional vai aparecer somente mais à frente.

Então eu acho que essas questões que estão lastreadas por aquilo que foi a construção da compreensão do direito à educação no Brasil é tranquila para nós do ponto de vista de entendermos que a educação é um direito de cidadania. Agora há uma diferença entre cidadania e direitos humanos, quer dizer, o direito da cidadania está referenciado no ordenamento jurídico de um estado e o direito humano é um direito considerado universal, é o direito à dignidade humana assegurada no primeiro item da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns com os outros no espírito de fraternidade". Eu acho que aqui é o fundamento de tudo aquilo que vem como decorrência dessa afirmação nos outros vinte e nove itens da Declaração, apesar de que a Declaração em 1948 se preocupou em afirmar outros tantos direitos, inclusive o da educação no seu art. 26.

Bem, eu acho que ditas essas questões, eu acho que nós temos que compreender reafirmando aquilo que acabei de dizer: nós estamos hoje colhendo aquilo que as gerações passadas nos legaram no campo da educação: um País que teve duzentos e dez anos de monopólio e de uma terceirização privada de educação, um País que não conseguiu receber os eventos liberais da Revolução Francesa de 1789, na construção de uma compreensão do papel da educação pública e laica, não conseguiu incorporar isso no seu ideário, um País que apenas em 1932, na esteira do que foi aquele movimento cultural da década de 20, da modernidade cultural da década de 20, que se refletiu no campo da educação com o chamado Movimento Renovador da Educação e que culminou em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, afirmando a educação como um direito de cidadania para ambos os sexos, uma educação laica, obrigatória e gratuita. A partir dessa afirmação nós tivemos a incorporação nas Constituições e na legislação cada vez de maneira mais ampliada da compreensão desse direito à educação.

É bom também lembrar o papel das nossas instituições de ensino superior, que já foi abordada aqui pelo nosso reitor, o professor José Geraldo, mas, também, compreendendo que a universidade no Brasil é uma experiência recente. Enquanto a primeira universidade no modelo que compreendemos hoje como academia universitária data do Século XIII, no Brasil a primeira experiência universitária foi um desastre, porque ela foi criada para outorgar um título de Doutor Honoris Causa a um ilustre visitante que chegava ao Brasil, sendo que como nós não tínhamos universidade era necessário criá-la. Criou-se por um Decreto, instalou-se o Conselho Universitário como órgão apropriado a conceder este título honorífico, concedeu-se o título honorífico e trinta dias depois essa universidade estava desconstituída por outro Decreto. Então essa é a experiência brasileira com a qual nós temos que lidar.

Penso que é inegável, é forçoso reconhecer que há um esforço do Brasil, em termos de organização de políticas públicas no campo da educação, no sentido da ampliação da compreensão do direito à educação como um direito público subjetivo, incluindo o direito dos jovens e adultos ao acesso à educação. Então eu quero aqui novamente respondendo afirmativamente à questão trazida pelo Senador Cristovam Buarque, mais uma vez dizer: compreendo que o não acesso à educação é a ofensa a um direito de cidadania, mas, também, e principalmente, uma ofensa a um direito humano, já declarado em documentos internacionais.

Teria um certo receio de abordar a questão como disse assim *an passan* o Senador na sua última fala, como uma tortura aos analfabetos, porque eu acho que isso seria... Nós teríamos aqui um risco talvez de banalizar o conceito de tortura, assegurado em documentos internacionais, a tratados e acordos internacionais que compreendem a tortura de uma forma diversa a essa, mas essa é uma discussão que acho que teria que ser mais aclarada em maior tempo.

Eu quero encerrar aqui essa minha abordagem lembrando que os direitos humanos têm uma raiz muito forte em dois momentos históricos, os direitos humanos tal como compreendemos hoje em dois momentos históricos muito importantes. O primeiro da Revolução Francesa em 1789, quando um tríduo de valores foi declarado à humanidade: liberdade, igualdade e fraternidade. E um segundo momento, já referido, o da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando em 1949, espantados com os horrores da Segunda Guerra Mundial, que matou negros por serem negros, judeus por serem judeus, homossexuais por serem homos-

sexuais e cometeu todas as atrocidades de genocídio no mundo, essa humanidade espantada produziu um documento chamado Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é o documento mais traduzido da humanidade, uma informação que eu tive há pouco tempo, achava que era a Bíblia, mas não é, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e nesse documento tão simples de duas a três páginas, constituído de um pequeno preâmbulo e a afirmação de trinta direitos, é repetida novamente a afirmação desses três valores: liberdade, igualdade e fraternidade. Aliás, já o primeiro item da Declaração é muito claro nisso: "Todos os homens nascem livres, iguais e devem viver uns com os outros no espírito de fraternidade". Liberdade, igualdade e fraternidade estão, portanto, presentes mais uma vez numa Declaração de Direitos Humanos.

Eu penso que talvez a questão do analfabetismo e do enfrentamento a essa violação de direito humano tenha que ser compreendida por uma forma como esses três valores têm sido tratados na história da humanidade. Nós temos dado muita ênfase na forma como as sociedades humanas se organizaram nos dois principais eixos, que são o capitalismo e o socialismo, dando um valor talvez um pouco maior do que deveria ter ao sentido de liberdade e que produziu um capitalismo avassalador, que não se importa com o desenvolvimento humano e que produziu um neoliberalismo que tudo se regula pelo mercado e onde as pessoas que não participam produtivamente como se pode esperar desses indivíduos, são consideradas as ferramentas falantes ainda em nosso Século XXI. Por outro lado, o sentido da igualdade tão propalado pelas experiências socialistas e comunistas, sem a temperança da liberdade, produziu também os totalitarismos que nós conhecemos e com os quais não concordamos. Digo isso para lembrar que talvez a humanidade tenha esquecido o terceiro princípio tão importante quanto os dois anteriores, o sentido da fraternidade. É curioso como as nossas instituições universitárias, centros de pesquisa, intelectuais independentes, têm se preocupado tanto em produzir conhecimento teórico, político, social e civil sobre o sentido da liberdade, sobre o sentido da igualdade. Verdadeiros tratados, teses, dissertações, pesquisas estão produzidas sobre esses assuntos. No entanto, os nossos estudos, tratados, dissertações e teses sobre a fraternidade são quase inexistentes porque foram encostados no cantinho da religião, da religiosidade e da pieguice, como se essa afirmação de valor não fosse um valor civil e político afirmado pela Revolução Francesa, reafirmado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e que não se confunde com a solidariedade, que muitos de nós muitas vezes queremos substituir o sentido da fraternidade.

Já há, inclusive, um movimento na França querendo substituir a palavra solidariedade pela palavra fraternidade. Eu quero aqui afirmar que a compreensão da violação do direito humano das pessoas que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar, de ter o acesso à leitura e a escrita, ela só pode ser recuperada nesse enfrentamento pela compreensão de que é pelo sentido da fraternidade que nos torna iguais uns aos outros, com respeito às nossas diferenças, uma fraternidade que tempera a liberdade e que tempera a igualdade, é que nós podemos construir políticas públicas responsáveis por considerarmo-nos, sem nenhuma vergonha de dizer essa palavra, irmãos uns dos outros, muito mais do que cidadãos iguais, irmãos uns dos outros, porque somos membros de uma mesma família. Nós não queremos ter um irmão nosso analfabeto em nossa casa porque achamos que ele tem o mesmo direito que nós. E por que podemos ter um vizinho analfabeto, um cidadão de outro País analfabeto? É um sentido humano de fraternidade que está aqui em questão e, portanto, encerrando essa reflexão, afirmo, respondendo à questão colocada pelo Senador Cristovam, que a privação da alfabetização é, sim, uma privação dos direitos humanos e que apenas a compreensão da fraternidade, da liberdade e da igualdade, com o mesmo peso de sentidos e valores civis e políticos, é que conseguiremos sair desse imbróglio em que nos metemos de compreender que talvez os analfabetos sejam pessoas menos importantes na sociedade e que podem esperar mais do que as crianças, que têm o direito assegurado à Lei. O direito assegurado à Lei, como disse, está aqui na Constituição, está na LDB, está no Plano Nacional de Educação e está nas políticas públicas do Governo Federal, que nesse momento tem um esforço imenso de negociação com os Estados e os Municípios, que são os responsáveis primeiros pela educação fundamental, no sentido de ampliar esse direito e chegarmos a essa compreensão de que é possível resgatar a cidadania e o direito humano pela oferta da educação de jovens e adultos na sua alfabetização. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao professor Erasto, confirmo a presença do Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, a quem eu convido para fazer parte da Mesa. Ele nos disse que tinha um compromisso e chegou antes da hora que tinha previsto.

Enquanto ele se senta, eu queria colocar um ponto que o Erasto tocou, que realmente é um bom debate se é ou não tortura, mas eu quero dizer o se-

guinte: uma das coisas que se considera tortura num preso político é privá-lo de livros. Não levar livros para um preso político instruído é considerado tortura. Então, por analogia, uma pessoa não saber ler é tortura também porque a pessoa não está lendo. Um porque os livros não chegam; outros porque não adianta os livros chegarem. São maneiras que a gente vê que diminuem a força das coisas. Todos nós somos horrorizados com o fato de que Hitler e outros ditadores do mundo queimavam livros, Senadora Marina. A gente não queima os livros, a gente queima os cérebros que escreveriam os livros. De certa maneira Hitler queimava livros, mas sobravam alguns livros daqueles, em algum lugar ficaram guardados alguns daqueles livros. Agora quando você não ensina uma pessoa a ler, você está impedindo que surjam livros. Não quer dizer que todo o alfabetizado vai escrever, mas peguemos os que nós temos hoje, catorze milhões, não é possível que entre catorze milhões, se a gente alfabetizar e der instrução, não surjam uns cinco bons escritores. Eu gosto inclusive de dizer que nós não temos até hoje um Prêmio Nobel em Literatura porque ele morreu antes de aprender a ler, então ele não conseguiu desenvolver o seu potencial. Mas o assunto é bom para debate, sobre se é ou não tortura, se eu estou usando isso – que eu defendo que é – como uma metáfora para dar mais força à tragédia ou se de fato não é uma metáfora, de fato é um sofrimento que permite a gente considerar que o analfabeto está sendo torturado mentalmente, não é fisicamente, não é com uma ponta de cigarro dentro do corpo, mas mentalmente ao longo da sua vida por estar num mundo que ele não é capaz de ler. Sem falar, como a gente viu no Labirinto, sem falar que ele pode ser torturado de verdade por não saber ler. Por exemplo, ele não consegue ler: "Cuidado – Cachorro bravo". Aí se aproxima da porta da casa e é mordido. A mordida aí é tortura. O que a gente não pode é identificar o torturador, isso é verdade, o torturador não dá para a gente identificar, não pode dizer que é o Governador, que é o Prefeito, não dá para dizer que são os Professores, não dá. No caso da tortura no sentido tradicional, a gente sabe quem são os torturadores, bandidos que fazem essas maldades; no caso do analfabetismo é diluída a responsabilidade, então a gente não sabe quem é o torturador. Seria falso querer acusar um ou outro dirigente na história inteira desse País como o culpado disso.

Mas eu passo a palavra ao Dr. André Luiz Figueiredo Lázaro, que é um amigo e que eu tenho certeza, as exposições que ele faz são sempre brilhantes, quero dizer que vai tocar uma campainha depois de dez minutos, mas não se preocupe, continue falando o tempo que for preciso. Quero lembrar que a ideia mesmo central que a gente quer tirar aqui no texto que nós vamos publicar depois é: A privação de saber ler é ou não uma privação de direito humano? O analfabetismo é ou não a privação de um direito humano? Seria como prender uma pessoa sem julgamento, como torturar uma pessoa, como negar-lhe comida? É ou não? Essa é a pergunta que a gente está querendo provocar.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Muito obrigado, Senador Cristovam, bom dia a todos da Mesa. É uma honra muito grande partilhar a Mesa com os senhores, reitor da UNB, professor Erasto, e eu gostaria de poder lhes informar da maneira mais objetiva e breve possível os esforços que o Governo Federal vem fazendo no sentido de enfrentar o desafio da alfabetização de jovens e adultos. Eu acho que a argumentação do professor Erasto foi bastante contundente para nos embasar na opinião de que a privação do acesso à educação é a privação de um direito, um direito humano, e que, portanto, nós devemos envidar todos os esforços para superar esta privação.

Eu aqui me deterei na apresentação da alfabetização de jovens e adultos e essa sequência de slides que eu vou lhes apresentar, dando notícia do que está em curso, ela é rigorosamente a mesma que foi apresentada pelo Sr. Presidente da República aos Governadores do Norte e Nordeste, quando no início deste ano o Sr. Presidente da República convidou os Governadores das duas regiões para constituir um pacto em torno de quatro macro objetivos que me parecem objetivos de Estado e não de Governo. O pacto versava sobre redução do analfabetismo, redução da mortalidade infantil, ampliação do registro civil de crianças, jovens e adultos, e ampliação do acesso à agricultura familiar e o conjunto de programas que financiam a agricultura familiar. Esses quatro itens, a meu ver, compõem uma pauta de Estado, eles mereceram do Sr. Presidente da República uma atenção particular. Essa atenção se desdobrou na assinatura de um pacto com os Governadores do Nordeste e um pacto com os Governadores do Norte do Brasil, que se comprometeram com as metas que serão aqui expostas.

Este primeiro quadro nos dá uma amostra da evolução da alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Nós consideramos jovens e adultos a população com quinze anos ou mais. Aí não há limite de idade, naturalmente. Então vocês podem ver que a linha preta, que começa em 23,1 e termina em 9,9, ela dá a média brasileira, e que ao longo desses vinte e seis anos representados por este gráfico, de 1981 a 2007, nós infelizmente mantivemos uma proporção muito desalentadora entre a média nacional e a média do Nordeste brasileiro. Eu costumo dizer, Senador, que o analfabetismo no Brasil é a cicatriz das oligarquias.

Aonde prevaleceram políticas de natureza oligárquica você encontra uma marca muito forte de proporções muito elevadas de analfabetos, corroborando a hipótese de que as oligarquias são adversárias dos direitos humanos e adversárias da informação; o Nordeste, infelizmente, tem esse quadro.

Há uma notícia que talvez seja animadora para nós, educadores, que estamos há muito tempo nesse empenho, o Senador Cristovam representa muito esse grupo que se empenha para superar essa situação, é que hoje, primeiro, há um equilíbrio do ponto de vista de alfabetização entre homens e mulheres. Se você abre geracionalmente, as mulheres mais idosas são mais analfabetas que os homens e os homens mais jovens são mais do que as mulheres. Isso retrata uma história recente do Brasil em que as mulheres não tinham o mesmo direito à educação que os homens. Felizmente a boa notícia é que no Brasil de hoje a situação está inversa, ou seja, há mais mulheres no sistema educativo do que homens. Aliás, Senador, um puxão de orelha que a UNESCO nos deu recentemente foi quando da apresentação do relatório das metas de Dakar, eu que sou responsável por algumas delas no Ministério da Educação, fui à reunião muito contente, achando que estamos avançando, [ininteligível] questão de gênero, e para minha surpresa, infelizmente reconheci a justeza da observação da UNESCO, no Brasil hoje os jovens, rapazes jovens, estão mais excluídos da educação, particularmente na faixa etária de quinze a dezessete anos. Então o Brasil está vivendo uma inversão preocupante, que não é apenas no Brasil, os países do Caribe também vivem essa mesma situação, em que os rapazes se sentem obrigados a abandonar a educação para dar conta de outras obrigações que contraem na sua maturidade. Então é um desafio que nós temos. Na alfabetização, homens e mulheres em números equivalentes. A boa notícia, se podemos falar assim, é que na faixa etária de quinze a dezessete anos a taxa de analfabetismo no Brasil é de 1,7%, é um número alto sob um ponto de vista, mas no nosso histórico que vocês verão daqui a pouco é um número bastante razoável. Vale lembrar que cada corte no Brasil tem algo como dois milhões e novecentas mil pessoas. A PNAD de 2007 nos informa que chegaram aos quinze anos na condição de analfabetos algo como cinquenta mil jovens. É um número muito alto, mas se você fizer a proporção cinquenta mil em dois milhões e novecentos, nós estamos conduzindo enfrentar ou, pelo menos, diminuir essa reposição de um estoque.

Eu costumo dizer que o analfabetismo no Brasil decorre de dois processos distintos e que precisam de tratamentos diferenciados. Um primeiro processo é esse estoque e a melhor expressão desse estoque é que a idade média do analfabeto no Brasil é de cinquenta e quatro anos. Mas um segundo processo, muito importante, é a reprodução pela escola da exclusão que geram analfabetos. O MEC, pelo PDE, tem procurado desenvolver instrumentos que ofereçam ao gestor público da rede estadual ou municipal condições de avaliar como anda a alfabetização dos que estão na escola, dos que estão na escola. Então é preciso fechar essa torneira, como a gente diz, e ao mesmo tempo enfrentar um estoque muito importante de 14.391.000 analfabetos no Brasil. Então o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo Ministro Fernando Haddad e pelo Presidente Lula, ele procura enxergar essas duas dimensões. Por um lado políticas voltadas às redes de ensino e o IDEB, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica, é o indicador que traduz a capacidade da rede de alfabetizar os seus alunos na idade adequada, no ritmo, enfim, de cada criança, a nossa meta é que toda criança no Brasil esteja alfabetizada até os oito anos de idade e há instrumentos pedagógicos, como a Provinha Brasil, Prova Brasil, para isso. Então o MEC hoje enfrenta, por um lado, a necessidade de deter a reposição do estoque nos sistemas de ensino e, por outro lado, enfrenta, pelo Programa Brasil Alfabetizado, o estoque, que é muito significativo no País. A boa notícia é que vários Estados brasileiros, particularmente no Nordeste, estão fortemente empenhados em garantir a alfabetização universal de suas crianças aos oito anos de idade.

Valia a pena, Senador, um debate oportuno sobre como andam as políticas de alfabetização das crianças. O Ceará tem desenvolvido uma política muito consistente, muito interessante, procurando garantir que toda criança de oito anos de idade esteja alfabetizada.

Então os números que nós temos no Brasil, eles indicam na faixa etária de quinze a dezessete anos 1,7%; na faixa etária de dezoito a vinte e quatro anos 2,4%. No Brasil [soa a campainha] qualquer ponto percentual é muito grande, significam muitas pessoas, mas, de qualquer maneira, do ponto de vista histórico nós podemos constatar que há uma melhoria.

O que é muito lamentável e eu queria chamar a atenção de todos aqui, inclusive homenagear o Senador Paulo Paim, que acaba de chegar, pelo seu empenho na luta do Estatuto da Igualdade Racial, é que a diferença entre negros e brancos no Brasil é lamentavelmente exacerbada; é mais do que o dobro de analfabetismo entre a população negra do que a população branca. Eu confesso que eu já estive aqui em vários debates sobre a questão de quotas, sou favorável à adoção de quotas em várias dimensões, mas eu não queria nem discutir o instrumento, eu quero discutir o problema. O Brasil tem um racismo implícito, um racismo silencioso,

um racismo que se traduz num conjunto de indicadores sociais que deveriam merecer da nossa parte, gestores públicos, Senadores e Deputados, ações afirmativas. Eu compreendo que quotas é uma polêmica muito importante, muito relevante e é necessário ser travada a polêmica, mas antes de polemizarmos sobre as soluções vamos acordar sobre o diagnóstico, é preciso ter um acordo sobre esse diagnóstico. O Brasil é um País que tem reproduzido sistematicamente a desigualdade e essa desigualdade afeta particularmente a população negra brasileira. Esse é mais um retrato da desigualdade, assim como a desigualdade na população rural brasileira. A proporção de analfabetos no campo é muito significativa e isso tem merecido da nossa parte um conjunto de ações. Eu tenho procurado argumentar em vários ambientes de que participo de que se nós tivermos acordos de diagnóstico, as nossas divergências políticas de respostas serão mais ricas e serão mais produtivas para as pessoas, mas é preciso que a gente tenha um certo acordo de diagnóstico. Então no analfabetismo o diagnóstico aponta que precisamos dar uma atenção à questão rural diferenciada, uma atenção diferenciada à população negra. Os instrumentos, cada político no exercício pleno de seu mandato encontrará o melhor caminho, mas vamos acordar que temos um problema importante para enfrentar nesse particular. O próximo, por favor.

Aí o quadro do Nordeste, em que os indicadores são muito piores, como havia comentado. O próximo, por favor.

O quadro da Amazônia Legal e desculpem se reproduzo aqui essas duas macrorregiões do País, é porque eu lhes disse, eu estou apresentando aquilo que foi apresentado pelo Presidente Lula aos Governadores do Norte e do Nordeste, para que todos saibam esse empenho que existe do Governo brasileiro de enfrentar esse desafio, um empenho que levou aos Governadores essas informações. A Amazônia Legal tem taxa de analfabetismo menores, algo da ordem de 8,8%, 9%, portanto, bem próximo da média brasileira, no entanto apresenta distorções equivalentes para a área rural urbana, a questão de homens e mulheres equivalente, a faixa etária de quinze e dezessete um pouco melhor do que a faixa etária da média brasileira, mas é também um desafio significativo. A próxima, por favor.

Aqui as proporções nacionais e aí, Senador, o senhor mesmo, já num programa de que participamos, me orgulhou muito vê-lo falando, o senhor chamou a atenção para um problema muito relevante. As proporções nacionais, por Estados, elas apontam que de fato a região nordeste brasileira é o foco proporcional do problema. Mas se nós formos ver os números absolutos, o quadro não é esse. O Estado brasileiro com o maior número de analfabetos é a Bahia, com um milhão e novecentos mil analfabetos. Depois o segundo Estado com maior número de analfabeto do Brasil é o Estado de São Paulo, com um milhão e quatrocentos mil analfabetos. O terceiro Estado é Minas Gerais, com um milhão e trezentos mil analfabetos. O quarto Estado é Pernambuco, com um milhão e duzentos mil analfabetos. O que me preocupa? Recentemente o Presidente Lula, numa reunião com os Prefeitos, falava disso, e a polêmica que a mídia trouxe à tona não era se havia um milhão e quatrocentos mil analfabetos em São Paulo ou não; era se o Lula falou certo ou não 10%, distorcendo radicalmente o problema. E na linha que o professor Erasto argumentou, não importa que São Paulo tenha uma das menores taxas nacionais, 4,68% de analfabetos; importa que há um milhão e quatrocentas mil pessoas que não têm acesso a esse direito. Eu queria destacar isso e destacar também nesse particular o grande empenho que a atual representante da REMEC em São Paulo, a ex-Deputada Iara Bernardi, vem fazendo, porque percebendo que o Governo do Estado não agenda a questão do analfabetismo na sua política pública de educação, os Municípios tomaram essa iniciativa. Então a união paulista dos Conselhos Municipais de Educação, em parceria com a REMEC-São Paulo e em parceria com a UNESCO fizeram um extraordinário esforço, estão fazendo esse esforço para que os Municípios paulistas enfrentem a alfabetização de jovens e adultos, porque há um milhão e quatrocentos mil pessoas privadas desse direito.

Eu queria fazer um comentário, eu acho que há pessoas aqui muito qualificadas e melhor do que eu paro observar, mas nós não podemos, a meu ver, tratar o analfabetismo como um fenômeno de impacto social idêntico em todo o País. Há comunidades tradicionais, eu tive a oportunidade de conhecer algumas, que são ágrafas, elas não têm a cultura da escrita. O que é muito interessante, a antropologia destaca isso, é que num ambiente em que não há a cultura da escrita o valor da palavra falada é diferente, o que está falado está combinado. Entre nós vale o escrito, para recuperar uma infeliz tradição do Rio de Janeiro, do jogo do bicho, em que o caderninho do apontador só tinha essa anotação: vale o escrito. O Brasil tem essa cultura. Em São Paulo não saber ler e escrever tem um impacto muito superior do que não saber ler e escrever no interior da floresta amazônica, numa cultura ágrafa. Então a despeito de ser um direito de todos, o impacto em cada um é singular em função das demandas que ele vive no seu cotidiano.

Então essas são as taxas brasileiras, elas são preocupantes no Nordeste e o Nordeste é a nossa prioridade. A próxima, por favor.

Isso mostra a evolução. A evolução, eu sei que a gente está sempre naquele dilema: eu olho o meio copo cheio ou olho o meio copo vazio? Eu acho que a gente tem que olhar os dois. Qual é a boa notícia aqui que eu queria chamar a atenção de todos? Aquela linha que começa no 21,1%, ela dá o índice de analfabetismo entre oito e catorze anos. Reparem que ela sai de 21,1% em 1988 para chegar a 5,4% em 2007. Isso é um extraordinário avanço das políticas educacionais do Brasil, é um extraordinário avanço. Nós conseguimos deter fortemente a reposição do estoque. No entanto, o que é preocupante? Reparem que praticamente de 1999 até 2007 a linha, que começou em 21,1%, ela ganhou uma estabilidade extraordinariamente preocupante. Nós temos ali um desafio que é reduzir aquele 5,4% e é tarefa da educação regular. Nós estamos por ali repondo o estoque e é muito preocupante isto. O economista Ricardo Paes de Barros fez um estudo, a pedido do nosso Ministro, sobre as PNADs de 1977 a 2007. Então ele mostra que nós chegamos na educação pública fundamental numa universalização muito importante, 97,4% das crianças de sete a catorze anos estão na escola, mas quando você abre quem está fora e quem não aprende a ler e escrever, é a população pobre e negra, ou seja, os números estão indicando que nós chegamos ao limite daquela política universal que não consegue enxergar a diferença. Ou nós damos um passo a mais para respeitar, valorizar e compreender essas diferenças ou nós vamos continuar gerando uma exclusão na escola que reproduz as desigualdades do Brasil. Então o Brasil tem um desafio, que é dar um passo adiante, é reconhecer que a sua adversidade é, por um lado, uma riqueza, mas por outro lado exige políticas públicas focalizadas, porque senão a gente não vai dar conta de vencer aquele número. Então desse gráfico eu acho que o número mais preocupante, por melhor que ele seja na história, é que o analfabetismo entre oito e catorze anos adquiriu uma perigosa estabilidade, uma perigosa estabilidade. Nós não podemos nos conformar com esta estabilidade por uma razão simples: esta criança está na escola. É diferente dos catorze milhões de analfabetos que você têm que seduzir para levar à sala de aula. O Sinval, que trabalha aqui com a alfabetização de jovens e adultos no DF, sabe a luta que é para conquistar um adulto para a escala de aula, conquistar e manter; é uma luta muito grande e eu fico muito feliz porque o Distrito Federal entrou no programa conosco, estamos trabalhando juntos, é um motivo de muito orgulho para nós contar com essa parceria. Agora a criança de oito a catorze anos está na escola. Então ou a gente resolve na escola ou a gente vai reproduzir uma taxa preocupante. A próxima, por favor.

Aqui são as grandes cidades, eu vou pular. A próxima, por favor.

Então o que tem feito o Programa e aí eu vou tentar correr para chegar num ponto que me parece o ponto crítico. O Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo Senador Cristovam Buarque em 2003, que vem sendo aperfeiçoado, qual foi o grande aperfeiçoamento que o Programa sofreu de 2003 para cá? No aperfeiçoamento eu queria aqui render a minha homenagem a todos aqueles que em 2003 no Ministério da Educação lançaram um Programa, porque lançar um Programa daquele porte num primeiro ano de governo e com as dificuldades que havia, é muito compromisso e muita responsabilidade. Hoje nós aprendemos com os nossos erros. Aprendemos, por exemplo, que as Organizações Não Governamentais têm um papel fundamental na alfabetização, mas nós não podemos atribuir a elas a responsabilidade que tem o gestor público. Então o MEC evoluiu, Senador Paim, para conveniar com o ente público na linha que o professor Erasto argumenta: a educação é responsabilidade pública, é tarefa do Estado. Ele pode e deve mobilizar a sociedade para oferecer melhor educação, mas não pode abandonar a cabeceira da mesa. Quem é responsável pela prestação de contas do Brasil Alfabetizado são os Estados e Municípios e o Programa permite que um Estado ou Município convide... Por exemplo, eu vivi uma situação, que eu creio ter narrado já a alguns dos senhores, que foi muito constrangedora para mim, mas muito educativa. O Brasil Alfabetizado fazia convênios com muitas Organizações Não Governamentais e constatamos que tínhamos dificuldades de prestação de contas, dificuldades de execução mesmo. E passamos então, o Ministro Fernando Haddad tomou esta decisão, passaremos a trabalhar com Estados e Municípios, fortalecendo a responsabilidade pública, e o Estado e Município, pode ele conveniar com uma Organização Não Governamental próxima a ele; não é Brasília que tem que escolher, no Acre da Senadora Marina Silva, quem é que vai ser o parceiro do Estado. Isso é uma responsabilidade do Estado, ele sabe quem tem capacidade de fazer isso lá. Então nós, de alguma maneira, tentamos repactuar com os Estados essa responsabilidade. E existe no Brasil um movimento muito importante, que é o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento de escala nacional, muito importante, que eu queria também aqui declarar o meu respeito pelo trabalho que fazem. Eles tinham turma de alfabetização. Então num certo momento comunicamos: "Olha, não haverá mais convênio com Orga-

nismos Não Governamentais por parte do Programa Brasil Alfabetizado, mas esse convênio pode ser feito com o Estado, nenhum problema, o Estado pode, têm todos os meios para que o Estado faça isso, não há problema". Isso numa reunião em meu gabinete eu comuniquei a liderança do Movimento, eles ficaram muito aborrecidos. No dia seguinte eu chegava ao Ministério da Educação, vindo de uma reunião, e vejo a porta do MEC ocupada por mais de trezentas pessoas. Quando eu chego lá, era comigo, eram os educadores do MAB. Eu não tive outro jeito, fui à porta dialogar com eles e eles disseram: "Professor, viemos trazer aqui os educadores que não poderão mais trabalhar, porque o Brasil Alfabetizado não vai mais fazer convênio conosco, nós não poderemos trabalhar". Eu digo: "Olha, eu lamento muito, mas vocês podem cooperar com os Estados, os Estados podem perfeitamente convidá-los para serem alfabetizadores dos seus assentados e dos seus grupos, não há nenhum problema". E a liderança virou-se para o grupo e perguntou: "Vocês acham que os Estados vai nos apoiar?" Unanimemente: "Não". E fiquei eu pendurado no meu argumento e constatando que de alguma maneira nós temos que repactuar o sistema federativo brasileiro, nós não podemos trazer para o Governo Federal toda a responsabilidade de enfrentar um desafio que está alojado nos lugares mais distantes do País. Ou os Estados e Municípios assumem essa responsabilidade ou o Governo Federal não dará conta. O Governo Federal, quer dizer, a ideia de um Estado como a ditadura militar tentou impor a nós, um Estado onisciente, onipresente, é inviável. O Estado Democrático exige participação. Esse novo desenho, ele faz o inverso, ele mobiliza os Estados e Municípios, financia esses projetos e quer também garantir duas coisas fundamentais ali: é garantir a continuidade dos estudos em educação de jovens e adultos e garantir que a política pública voltada a este público se mobilize em torno da alfabetização. O que é que a gente tem apreendido com cinco anos de Programa? Quando você monta uma turma de analfabetos, você montou uma turma que é um público específico para um conjunto de políticas. As mulheres, por exemplo, hoje, são mais mobilizadas para a alfabetização. Alguns Municípios narram para a gente: "Olha, eu montei a turma do Brasil Alfabetizado, só tinha mulher. O que é que eu fiz? Eu peguei o Programa de Saúde da Mulher, toda semana vai dar uma palestra". As mulheres alfabetizandas sentem que no Programa ganham mais do que se alfabetizar, ganham cidadania, mas isso só a política pública local faz. Não tem como eu aqui ficar com a Secretaria das Mulheres combinando nos 5.564 Municípios do Brasil o que é que vai acontecer. Isso é política local. Então o nosso esforço é de empoderar o Poder Público local, apoiá-lo e que ele faça essa articulação de políticas. A próxima, por favor.

Nossas prioridades. Os Municípios com 25% de analfabetos ou mais. São 1.928 no País, 84% no Nordeste, também no Acre, Pará, Tocantins e Minas Gerais. E as grandes capitais, porque elas trazem um número absoluto importante, mas um número relativo baixo, ou seja, a geografia da desigualdade também alcança não apenas as regiões, mas, também, as grandes cidades. O próximo, por favor.

Isso é uma orientação que a gente dá de articulação de políticas públicas, por exemplo, educação em direitos humanos, e aí, Senador, nós temos um trabalho muito importante com a Secretaria de Direitos Humanos. Nós enviamos aos nossos alfabetizadores um caderninho "Escravo, nem Pensar!", um caderninho de orientação para o registro civil, de tal maneira que a alfabetização ajude a superar outros desafios que essa população enfrenta. A próxima, por favor.

Qual foi o acordo proposto e aceito pelos Governadores do Norte e Nordeste? Executar três edições do Programa em dois anos. Desde a origem do Programa Brasil Alfabetizado, em 2003, ele começa no segundo semestre, setembro, outubro, agosto. Tem sido sempre assim por "n" razões que, se interessar, podemos debatê-las. Esse ano a gente inverteu. Nós já abrimos a resolução agora, já pode cadastrar a turma agora, já pode começar a turma agora. O acordo que nós fizemos com os Governadores foi: 2008 nós pagamos no final, setembro, outubro, novembro de 2008, algumas turmas começaram em setembro, outubro e novembro, outras estão começando agora. Em 2009 já está aberto para quem quiser começar e 2010 abre no início do ano. Então a nossa meta é garantir que sejam feitas três edições do Programa em dois anos, que coincide com o mandato do Governo Federal e dos Estados. Segundo, nós não impusemos metas aos governos. Isso é muito importante, eu gostaria de justificar essa razão. Não adianta eu dizer ao Sinval: "Sinval, tem que alfabetizar tanto". É o Sinval que vai me dizer: "Olha, eu tenho capacidade de fazer bem feito tanto". Vamos apoiar. Qual a importância, eu queria sublinhar muito isso, eu tenho dito isso porque eu acho importante. Eu tive uma reunião com os Prefeitos e disse: "Olha, para fazer mal feito, por favor, não façam, não façam. Não permitam que o analfabeto imagine que a responsabilidade de não aprender é dele. Nós não podemos frustrá-lo novamente. Para fazer, vamos fazer bem feito". É melhor fazer vinte turmas bem feitas do que duzentos de qualquer jeito, porque senão esse analfabeto vai sair achando que é ele que está errado, ele que não aprende ou, como todo mundo aqui conhece a expressão, "Eu é que sou burro, eu não sirvo para

isso". Todo mundo serve para aprender, agora a gente tem que saber criar as condições de aprendizagem; isso é responsabilidade nossa. Então eu tenho pedido o seguinte: a meta é o que o parceiro declarou, porque ele sabe que ele é capaz de alcançar aquela meta. O Governo Federal não pode chegar num Município e dizer: "Alfabetize quinhentas". Um Município com 25% com analfabeto, um em cada quatro é analfabeto. Quem é que vai alfabetizar? Então você tem que ter cuidado de lidar com aquilo que é a potência e a força de cada um e essa fragilidade para que a gente possa... O que é que nós temos feito? Nós selecionamos, por seleção pública, consultores, em parceria com a UNESCO, que vão os Municípios com 25% de analfabetos para ajudar o poder local a se organizar, para que ele faça melhor possível o trabalho. A próxima, por favor.

O mais importante é isso aqui. Isso aqui eu brinco que é o meu ovinho de Colombo, se me permitem a brincadeira. Essa ideia, essa imagem aí é de uma banalidade atroz, mas levamos alguns anos para montá-la. Qual é a banalidade dessa imagem? É que a alfabetização é um processo, mas em geral as pessoas entendem a alfabetização como uma mobilização e ponto. "Mobilizei todo mundo e botei na turma. Fiz o meu trabalho". Não, senhor. O trabalho começou, porque tem que mobilizar, tem que dar acesso, garantir permanência e garantir o sucesso. Para cada etapa há ações. Eu vou pedir a sua gentileza, clique por favor ali. Pode clicar aí. Cada caixinha daquela abre num slide como este em que mostra qual é a responsabilidade do MEC e a responsabilidade do gestor local para aquela ação. Então, neste caso do MEC, nós trabalhamos com esse esforço de consultores nos Municípios, apoio e etc. Pode voltar com aquela imagem lá. Então para cada caixinha dessa abre uma imagem como aquela que diz: Qual é a responsabilidade do MEC? Qual é a do gestor local?

Quais são os principais desafios? – e termino com esse aspecto: articulação institucional. Onde estão os analfabetos, já que concluímos que eles têm muito vergonha de se apresentar espontaneamente? Então nós orientamos o seguinte: todos os Municípios têm acesso ao cadastro do bolsa-família. No cadastro do bolsa-família, tem lá a informação de quem é analfabeto. Segundo, a área de saúde, pelos agentes comunitários de saúde, tem uma informação valiosíssima, que é o SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica em Saúde. Por esse cadastro você tem ideia de quem é, qual é a escolaridade dos habitantes de cada residência atendida pelo agente comunitário. Portanto, para fazer uma boa alfabetização tem que ser política do governo e não só da educação. Tem que sentar o Prefeito na cabeceira, o Governador, chamar a saúde e dizer: "Vem cá, abra a sua informação. Onde está essa população?" Tem que chamar a assistência social e pedir: "Abra a informação do cadastro". Segunda coisa importante: acesso. O analfabeto, em geral, é de baixa renda, em geral é um trabalhador braçal, trabalhador que se esforça o dia inteiro. Eu tenho sempre feito uma metáfora, Senadora Fátima Cleide, que eu não sei se é justa, mas eu faço porque é próxima de nós, que é assim: quantos de nós já tentamos aprender uma língua estrangeira depois do expediente? Quantos concluíram? Imagine que o analfabeto vive um esforço equivalente, não é igual, mas é equivalente; ele tem que trabalhar o dia inteiro e, depois, sentar para aprender. A gente sabe que isso não é fácil, sabemos que isso não é fácil. Então tem que considerar o seguinte: tem que ter turma perto da casa dele, perto do trabalho dele. Senador Cristovam, 20% das turmas de alfabetização do Programa hoje estão na casa dos alfabetizadores e repare, isso não é um problema, é porque essa pessoa ou não teve coragem de ir para uma escola porque teme a escola, a escola já o expulsou uma vez, ou porque do ponto de vista econômico é mais viável para ele frequentar ali na casa ou não tem escola naquele local, não tem escola. Então para nós o importante é que o alfabetizador seja bem formado, que ele saiba qual a tarefa que ele tem a fazer. O lugar, neste momento, o importante é trazer a pessoa para que ela adquira a autoconfiança e volte a aprender. Se ela voltou a aprender, ela entra no fluxo, ela tem confiança nela mesma. Esse primeiro momento é muito delicado, é trazê-lo de volta. Portanto, a abertura de turmas é fundamental.

Na permanência eu quero destacar a questão dos óculos. O Ministro Fernando Haddad brinca comigo, ele diz: "Tira os óculos e vamos ver se você não vira analfabeto; tira os óculos aí vamos ver se tu lê um jornal". Virou analfabeto. Estamos numa política com o Ministério da Saúde muito importante, já conseguimos, Senador, fazer acordos com vários Estados da Federação em que o MEC apoia o deslocamento do alfabetizando para fazer o exame, a saúde paga pela consulta e pelos óculos, então estamos construindo isso, é um processo complexo porque envolve dois Ministérios e tem uma temporalidade de urgência, porque a turma demora oito meses, então óculos é importante. É importante garantir políticas de geração de emprego e renda, política de assistência, política de saúde, política de cultura. Eu costumo dizer que a educação organiza. Se a gente conseguir trabalhar bem, educação organiza, porque naquela sala tem um público com o perfil sócio-econômico igual, você pode convergir para ali uma política. Então é nesse sentido que a gente pede esse esforço. Elaboramos

um teste cognitivo e aí para os educadores profissionais é importante informar isso. O MEC hoje tem uma única escala de aprendizagem. A escala do SAEB é a escala da Prova Brasil, que será a escala do futuro ENEM, e é a escala da alfabetização. Portanto, o teste cognitivo nos permite identificar se aquela pessoa que está na turma da alfabetização é mesmo analfabeto ou não e que nível de alfabetização ele tem, porque hoje os técnicos da área não lançaram(F) um conceito de alfabetização, é mais no lançado(F). Tem o Nível 1, tem gente que nem reconheça letra, tem gente que é capaz de ler palavra, mas não lê frase. Então há nuances aí dentro. Temos que saber qual é o estágio. Quase a metade dos analfabetos do Brasil Alfabetizado já frequentaram escola. Então se existe naquela cidade, naquele Município, uma turma de educação de jovens e adultos, a nossa orientação é para o aluno sair do Brasil Alfabetizado e ir para a turma de EJA, porque esta Casa aprovou o FUNDEB; o FUNDEB financia a educação de jovens e adultos, coisa que não havia no Brasil, não havia uma política pública universal para o financiamento da educação de jovens e adultos. Esta Casa aprovou no FUNDEB a inclusão de EJA. Portanto, não falta financiamento público, é possível juntar as coisas. A leitura, sem leitura ninguém se alfabetiza, e aí, Senador, nossa alegria, fizemos dois concursos selecionando obras específicas para recém alfabetizados, o Literatura para Todos, um concurso que contou com a participação de membros da Academia Brasileira de Letras, não são obras de segundo nível, são obras de grande qualidade e são destinadas a esse público. E, por fim, a questão da documentação civil e o encaminhamento para a EJA.

Hoje, eu não quero ocupar-lhes muito, se couber e se o Senador achar próprio eu procuro apresentar o Sistema do Brasil Alfabetizado, nós, em 2008, alcançamos quase um milhão e seiscentos mil cadastros de alfabetizandos, nós temos mais de noventa mil turmas hoje funcionando em todo o Brasil, essas turmas estão todas cadastradas com o nome do alfabetizador, o endereço da turma, o horário de funcionamento. Elas vão alimentar uma informação pública que permita o controle social, é muito importante haver o controle social sobre essa oferta, e nós estamos abrindo o Programa de 2009 com a estimativa de alcançarmos dois milhões de alfabetizandos. Então a nossa meta é um milhão e quinhentos mil em 2008, dois milhões em 2009, dois milhões em 2010. Trabalhamos, portanto, com 5,5 milhões de alfabetizandos. Não é uma campanha oba-oba, tem o nome e o endereço de cada um, tem o nome. Não é uma campanha "Oba, vem cá". Não. O Sinval tem feito um trabalho muito importante, o FUDEF sabe, é isso, tem o nome do alfabetizando, o nome do alfabetizador, o horário da turma, tem tudo isso coordenado, um sistema que o Senador Cristovam inaugurou no Ministério e a gente vem aperfeiçoando o Sistema do Brasil Alfabetizado para torná-lo melhor do ponto de vista gerencial.

Os indicadores apontam que nós temos tido uma efetividade da ordem de 30% a 40%, isso considerando os dados anuais da PNAD. Se nós melhorarmos essa efetividade com o compromisso que temos hoje, chegarmos a 50%, o Brasil pode chegar ao final do mandato do Presidente Lula com um número mais razoável, mais civilizado de alfabetizandos e alfabetizados jovens e adultos. Agora sem esforços como este que essa Casa faz hoje convocando uma Audiência Pública, o trabalho fica muito mais difícil. Então eu queria agradecer a oportunidade de lhes trazer essas informações e me coloco à disposição. Muito obrigado, Senador [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Lázaro pela bela apresentação, mostrando como anda o projeto, eu tenho acompanhado, mas como eu falei no começo têm dois enfoques: um é o enfoque da alfabetização e o outro é o da erradicação com data marcada. Eu não vou dizer que nós estamos com uma posição que haja uma melhora ou outra, mas eu insisto, meu caro Lázaro, que tem que ter meta. O debate aqui é se é ou não direito humano, mas já que entrou nisso, eu acho que a gente tem que ter meta. A gente tem meta em quanto tempo vai explorar o pré-sal, em quanto tempo vai recuperar a taxa de crescimento da indústria automobilística, a gente tem meta para a inflação. Tem que ter uma meta em quanto tempo a gente vai conseguir dizer "O Brasil é um território livre do analfabetismo", que não é zerar, é chegar a 2%, 3%. E os outros países estão fazendo. A Venezuela está fazendo, a Bolívia, que é um País que tem muitos idiomas, que dificulta muito, que tem um relevo absurdo para se comunicar, está fazendo, por uma vontade muito forte dos dois Presidentes, o Chavéz e o Evo Morales. Nós vamos, mesmo com esse esforço e essa velocidade, nós vamos resolver o problema do analfabetismo depois do Paraguai, da Colômbia, para não falar a Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica. E isso, se for um direito humano, a gente não pode esperar. Essa é a diferença e essa é a razão desse encontro. É um direito humano ou é apenas mais um direito do cidadão ser alfabetizado?

A gente, um dia, acabou com a tortura, uma Lei acabou. Não foi um processo de ir acabando com a tortura aos pouquinhos. Se o Estado em que vive o analfabeto é uma realidade de tortura, como eu defendo que é, tem que marcar um prazo, ainda que depois peça desculpas por não ter conseguido, agora não pode

ser um prazo irresponsável, não pode, não pode ser o mesmo para todos os Estados; têm Municípios que já erradicaram há anos até. E aí sobre o prazo, quando em 2003 eu consegui dar o apoio que o Ministro Tarso Genro reafirmou de trazer para aqui a próxima CONFINTEA, que é a grande Conferência Mundial que vai ser no dia 22 desse mês em Belém--

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Senador, em função da Gripe Influenza A, o Grupo Permanente do Governo de Saúde Pública orientou que fosse adiada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, foi?

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: É, para não correr risco, porque é uma doença--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sabia disso.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: --todos os indicadores apontam que ela está num crescente e o pico de explosão pode ser exatamente nos próximos dias de maio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sabia disso.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Foi uma decisão tomada anteontem, só hoje pela amanhã o UNESCO e o MEC acordaram uma nota que está sendo informada, então eu queria aproveitar a oportunidade de lhe informar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois não, meu caro Lázaro, quando em 2003 a gente acertou que essa CONFINTEA, que é um evento que se realiza há cada doze anos, para terem uma ideia da importância, quando a gente marcou, Paim, para ser esse ano aqui, a minha convicção é que no dia da abertura o Lula ia dizer: "O Brasil é um território livre do analfabetismo". Eu tinha, sinceramente, no meu íntimo, essa convicção de que seria possível.

Agora têm alguns enfoques aí diferentes. Um enfoque é pagar por alfabetizado e não por alfabetizador, que foi onde eu tive uma briga com a minha querida igreja católica, porque os bispos, eles têm há quarenta anos o programa de formar alfabetizador, não de ir atrás do analfabeto. A gente diz: Nós não vamos pagar por alfabetizador, até porque tem alfabetizador desempregado. Então é pagar por alfabetizado. O Presidente Lula mandou me chamar porque os bispos foram lá, e olha que eu tenho boa relação com os bispos, como sabe o José Geraldo, mas eles não perdoaram, não perdoaram e a partir daí fincaram o pé contra o que eu tentava, sendo que a gente fez até umas concessões a eles. Então nós, a meu ver, temos que ter, sim, metas, mesmo que não consiga cumprir, porque a gente tem metas para as outras coisas; tem que ter uma para essa também. Segundo ponto, pagar por alfabetizado e, terceiro ponto, quem é o alfabetizador.

Há uma ideia, eu saí daqui agora para dar uma entrevista por causa de um programa que a Comissão de Educação aprovou ontem, meu, de que a partir de agora toda a universidade que receber dinheiro público tem que participar do esforço de alfabetização, as federais e as particulares que receberem dinheiro do PROUNI. Não é possível um País que tem catorze milhões de analfabetos ter quatro milhões de universitários. Basta casar isso e a gente resolve rapidamente. Pois bem, o jornalista perguntou: "Mas aqui têm pessoas dizendo que isso não é possível, porque não somos capazes de formar um universitário para ser alfabetizador". Eu fui alfabetizador de adultos quando treinado por Paulo Freire, ele dava um cursinho para a gente ali, não ele, a equipe, em quinze dias a gente era alfabetizador. Eu quero dizer o seguinte: uma universidade cujos universitários não são capazes de ser alfabetizadores deve fechar, porque ou os seus universitários são incompetentes ou porque são insensíveis; ou incompetente para aprender como alfabetizar ou insensíveis para quererem participar da erradicação. Eu acho que na verdade vai ser a insensibilidade que pode impedir esse projeto de ir adiante, porque há uma insensibilidade no movimento universitário, como houve durante a escravidão. As universidades não foram, Senador Paim, não chamava-se universidade até então, os cursos superiores não participaram da luta pela abolição. Foram omissos, os cursos universitários, apesar de que os líderes eram universitários, eram formados. Eu temo que esse projeto também vá ter a resistência forte das universidades.

Mas o que a gente quer discutir – e eu vou abrir a palavra aos dois Senadores – é a ideia: é um direito humano ou é apenas um simples direito a mais? O analfabeto, ele está sendo privado de liberdade, ele está sendo privado da integridade mental? Eu aqui elaborei algumas coisas que eu acho que um analfabeto não exerce plenamente os seus direitos. Por exemplo, isso aqui eu aprendi em Belo Horizonte, quando eu vi uma mulher dizer: "A partir de agora eu escrevo os nomes de meus filhos", ou seja, ser analfabeto é privar uma pessoa do direito de escrever o nome do filho; é um tremendo de um direito esse. Ler a carta de um irmão. Saber o que está tomando e comendo, porque não lê a bula. É claro que sem óculos eu também não leio, eu estou de acordo com o Ministro. É privar de acesso aos anúncios de vagas para emprego. O analfabeto não só tem uma dificuldade de ter emprego, porque é analfabeto, mas ele não consegue ler os anúncios de emprego. É não ter acesso ao potencial cultural ao

seu redor, a todo; algumas coisas ele adquire, claro, a música chega ao analfabeto de uma maneira perfeita, mas ele não tem acesso à literatura. Limita acesso à alegria. O analfabeto pode ser alegre, mas ele perde uma porção de alegrias, uma porção de tipos de alegrias ele perde. Reduz a capacidade de locomoção, porque não sabe qual é o ônibus que está tomando, não sabe qual é a rua em que está, não sabe qual é a esquina em que ele está. Vive mais solitariamente. O analfabeto pode ser uma pessoa muito expansiva e eu quero dizer a vocês que a minha avó materna morreu analfabeta e foi uma das mulheres mais brilhantes, inteligentes que eu conheci do ponto de vista de lucidez. Mas claro que vive mais solitariamente. Uma das coisas que tira a solidão da gente é ler um livro, ler uma revista, escrever uma carta, ler uma carta. Ele é praticamente no mundo de hoje inimpregável, inimpregável. O analfabeto, hoje, ele é inimpregável. Ele não consegue cuidar bem da sua saúde. O alfabetizado cuida melhor da saúde do que o analfabeto. Ele vive em um labirinto sem entender os mapas, porque os mapas hoje, de você viver no mundo de hoje, é um mapa cheio de códigos, ele não consegue ler os códigos, então ele vive no mapa. E, finalmente, ainda na ideia dos direitos humanos, eu acho que a liberdade de um analfabeto é limitada, ele é menos livre do que o alfabetizado. É por isso que eu acho que dá para dizer que o analfabetismo é a privação de um direito humano, mas a gente está aqui para ouvir vocês e está aqui para ouvir os Senadores.

Eu quero concluir com uma frase, parafraseando aquele que o José Geraldo citou, que diz que o escravo é uma ferramenta, Aristóteles, o escravo é uma ferramenta falante. Eu diria que o analfabeto é uma ferramenta que não lê. Ele é uma ferramenta para limpar o chão, ele é uma ferramenta para carregar mercadorias, só que – e aqui que entra a tragédia hoje – hoje as ferramentas leem, as ferramentas ficaram inteligentes. Já não há mais quase ferramenta burra. A diferença entre o tempo do Paim como torneiro—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível]. Matrizeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você fazia matrizes, mas hoje exige uma formação qualquer; antes precisava de habilidade. O escravo precisava só de força no braço, nada mais. Você o descia do navio negreiro, botava uma inchada, ele sabia usar a inchada; nunca tinha visto uma inchada, mas sabia usar. Nos anos 50 vocês passaram a exigir habilidade. Hoje exige conhecimento, porque o operário está sendo transformado em operador, está deixando de haver operário, está tendo operador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar, Senador Cristovam--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a diferença é a quantidade de conhecimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exª. está com a razão. Eu volto no tempo, eu era modelista matrizeiro e ganhava um alto salário. Eu ganharia hoje, na profissão, em torno de dez mil reais. Hoje não ganharia nada porque a máquina faz o modelo e praticamente faz a matriz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora alguém fez o computador. Então o operador é o que fez a máquina inteligente. Isso faz com que o analfabeto seja inimpregável e daqui há algumas décadas ou anos quem não couber mexer com o computador, quem não souber inglês, vai ser a mesma coisa que analfabeto, mas aí está mais distante. O próprio Lázaro falou: têm pessoas que não conseguem aprender o domina, tenta e tenta, têm pessoas que também não conseguem aprender a ler, mas é menor a porcentagem. Eu defendo, e aí é que eu reclamo, já deveria o Presidente Lula ter começado a ideia da Bolsa Alfa; tem que pagar para o analfabeto aprender a ler. Não é possível que depois de um engenheiro estudar cinco anos, a gente dá uma bolsa para ele estudar mais cinco anos para fazer um Doutorado. Agora alguém que não estudou nada, a gente não dê um incentivo monetário para que ele aprenda a ler. Eu não sei, Sr. Lázaro(F), mas esse Programa existiu no meu governo no Distrito Federal, chamava-se Bolsa Alfa, a gente comprava a primeira carta que o analfabeto escrevesse, porque se você pagar por mês, ele é analfabeto, mas ele não é besta, ele nunca vai dizer que aprendeu. Então a gente comprava a primeira carta que ele escrevesse em sala de aula. Aí alguns dizem: "Mas tem o cara que já sabia ler e se inscrevia só para ganhar os cem reais"; ele só podia fazer a carta depois de pelo menos três meses de aula sem faltar. E aí eu dizia: "Se alguém que sabe ler e fica três meses assistindo aula de alfabetização, sem faltar, merece esses cem reais pela paciência". Aí são as exceções. Então tem que pagar e não é muito. Cinquenta reais por mês naquele interior do Nordeste já atrairia, porque é muito duro um adulto querer aprender a ler, muito, muito, muito. Por isso, tem que ter um incentivo, tem que dar algumas vantagens para ele. Uma boa merenda já atrai, que vocês estão fazendo, mas um salário, no dia que terminar recebe um salário em dinheiro, além da alegria disso tudo.

Bem, eu falei demais, que eu estou querendo juntar o máximo para quando for fazer a revisão desse texto, que a gente vai publicar um livro com isso aqui,

mas eu quero passar a palavra aos dois Senadores que estão aqui, se os dois quiserem falar. O Senador Paim ou a Senadora Fátima. Qual o primeiro? Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente Cristovam, Sr. Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos, Sr. Egesandro da Costa Ferreira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil... É que o meu óculos está bem, eu estou lendo à distância aqui p que está na Mesa. Senador Cristovam, Sr. José Geraldo de Sousa Júnior, Magnífico Reitor da nossa querida UNB, eu quero sempre cumprimentá-lo pelo trabalho que tem feito lá, abrindo espaço para todos, negros, índios, brancos e pobres. Essa universidade eu acho que foi o exemplo para todo o Brasil. A partir daqui e da luta que foi travada lá dentro, graças à liderança, entre tantos, mas de V. Exª., quero destacar aqui V. Exª. e outros, é que nós avançamos e hoje poderíamos dizer que em setenta instituições brasileiras, da área pública e privada, já existe um sistema próximo ou semelhante ao da UNB. E o André Luiz, que eu assisti o André Luiz Figueiredo Lázaro, que aqui representa o MEC, eu assisti a sua fala, eu não assisti às outras, e lhe confesso que fiquei impressionado com o dado que eu vi aqui no final, quando cheguei, quando o senhor coloca que é praticamente dois por um o número de analfabetos entre brancos e negros e, também, na área rural, praticamente é esse quadro. Eu estou aqui arredondando. E de fato, quando a gente levanta esse debate aqui no Congresso e na sociedade, dizem que quem levanta esse debate é racista. A gente fala o que V. Exª. fala. Eu até tenho falado menos porque, como eu sou negro, dá a impressão que eu estou só defendendo a causa dos negros. Eu acho que o homem público defende a causa de todos, de brancos, de negros, de índios, de pobre, do trabalhador e do empresário pensando na sociedade. Pois bem, se a gente fala dessa questão, que V. Exª. aqui falou com precisão e com dados, dá a impressão: "Olha, é racista", e dizem que os dados estão errados ainda: "Não, esses dados não são verdadeiros". Então eu quero cumprimentar a V. Exª. Eu acho que esses dados, como V. Exª. colocou, e eu cumprimentado a todos aqui, eu não ouvi as outras palestras, mas tenho certeza que todos pensam na mesma linha: nós temos que trabalhar para que ninguém mais seja analfabeto nesse País e permitir que todos, além de não ser analfabeto, possam ter o sonho de chegar à universidade.

Eu me lembro, quando eu era ainda sindicalista, eu dizia: "Por que é que o filho de trabalhador não pode ser doutor?" Nós usávamos muita essa frase, que era uma marca, e na exposição colocada aqui eu percebi esse dado, pegando especificamente a questão dos analfabetos, inclusive na faixa de idade e que dois por um são negros. E a gente pergunta: "O que é que o Congresso está fazendo para combater isso?" Nada, nada. Essa é a diferença. Para fazer com que todos possam dizer: "Eu não sou mais analfabeto".

Senador Cristovam, quando V. Exª. falou aqui eu lembrei. Eu nunca disse de público isso. O meu pai e a minha mãe são analfabetos, eram analfabetos; ambos já faleceram. Eu nunca falei isso. Ele aprendeu a desenhar o nome dele e ela também. Quando V. Exª. deu o depoimento aqui eu me toquei. Eu nunca tinha falado isso, mas essa é a nossa realidade. E o que é que nós estamos fazendo para isso? Nós, eu digo, inclusive o Parlamento, porque quando fazemos uma Audiência como essa e quando esses dados são colocados, eu tenho certeza que alguém vai dizer que os seus dados, Dr. André, não estão corretos, que não é verdade. Como não é verdade? É pegar o seu depoimento e pegar o meu, por exemplo. Ambos nasceram, viveram, criaram dez filhos e eram analfabetos. Alguém vai me dizer: "Mas se criaram dez filhos analfabetos, então tudo bem"; são capazes de dizer isso, são capazes de dizer isso. Mas só nós sabemos como foi difícil, um casal de analfabetos, criar dez filhos.

Então eu quero mais é cumprimentar a iniciativa dessa Comissão e vou pedir--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E foi em outra época, quem querer dizer que o Senador Paim está chegando na idade madura [risos], mas era outra época.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Era outra época, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hoje eles não teriam condições.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não teria a mínima chance de sobreviver.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vocês teriam se perdido na vida, com muita probabilidade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que eu fiz um aparte a V. Exª., quero corrigir, porque algum matrizeiro deve estar lá fora ouvindo esse programa e pode dizer: "Paim, eu estou matrizeiro e estou vivo". Mas é claro, ele teve que avançar no tempo, ele aprendeu a operar, como V. Exª. colocou muito bem, a máquina. Agora eu que estou há vinte e dois anos no Parlamento, se eu voltasse hoje para uma empresa, eu estaria com o salário zero, porque eu não saberia operar, porque eu não fiquei com o conhecimento do operador, que foi tão bem aqui colocado. Calcule alguém que é analfabeto como é que vai operar.

Então eu quero mais é cumprimentar a todos e Oxalá eu pudesse dizer que a fórmula para combater

essa questão é essa ou aquela, mas naturalmente eu não tenho a fórmula. Sei que os senhores são estudiosos, estão trabalhando muito. Eu digo sempre que o MEC tem feito um excelente trabalho, Senador Cristovam, na sua época, na época do Tarso, na época do Haddad, está fazendo um excelente trabalho, mas eu sempre digo para mim mesmo quando me perguntam: "Como é que está a atuação no Parlamento?" Eu digo o a seguinte: "Fizemos muito, mas temos ainda muito por fazer, temos que avançar muito". E o exemplo que foi aqui dado só faz com que a gente, mais uma vez, passe, pelo menos para a sociedade, isso, o quanto que nós temos que investir em educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paim, antes de passar para a Senadora Fátima eu quero dizer que não é só você que é matrizeiro. Eu sou engenheiro mecânico, mas eu não consigo mais conversar com um engenheiro mecânico jovem formado hoje. E vou dar um exemplo. Eu fui ao Sara Kubitscheck esses dias, Senadora, e daqui a pouco o diretor vem numa cadeira de rodas. Aí eu perguntei por que é que ele estava na cadeira de rodas, ele disse: "Não, eu estou testando, essa cadeira de rodas foi nós que inventamos aqui". Eu aí pedi para dar uma volta na cadeira de rodas e o pessoal me ensinou ali, feito esse negócio de menino, *joystick*, fazia a volta e tudo. Quando eu voltei do passeio, chamei o jovem engenheiro que dirigia e perguntei a ele: "Me explica como é que funciona isso". Aí ele começou a me explicar. Eu não entendi nada, eu não entendi bulhufas do que era aquela cadeira de rodas. Aí eu disse para ele uma coisa: "Olha, entre eu, que me formei há quarenta anos atrás e Galileu, trezentos anos antes, as coisas tinham mudado muito que de mim para você nesses últimos quarenta anos". Nós estamos perdendo. Quem não tiver uma educação inclusive permanente está frito e tudo começa na alfabetização. Mas eu volto a insistir: não é só por causa de emprego, não é só por causa de salário, é por uma questão de direitos humanos. Por isso eu também reajo muito à ideia de que tem que alfabetizar os jovens, deixando de lado os velhos; não existe isso. Remédio a gente dá até quando o velho está morrendo, mas a gente dá remédio para ele. Tem que dar letras também, porque é direito humano. Essa é a diferença. Quando você olha a alfabetização na ótica da eficiência, aí você diz: "Vamos nos concentrar nos jovens". Mas quando você olha nos direitos humanos, não tem idade. Você tem que convencer, claro, é mais difícil um velho querer estudar, é mais difícil, mas se ele quiser tem que fazer, não importa se vai custar mais ou menos, porque é como um remédio. Senadora Fátima.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia, então, Presidente Cristovam, quero aqui cumprimentá-lo pela iniciativa desta Audiência, ao senhor, ao Senador Paulo Paim, cumprimentar os nossos expositores e dizer que eu cheguei um pouco depois, que eu tinha umas agendas antes, mas ouvi no caminho ainda o início da fala do André Lázaro, e dizer, Sr. Presidente, que eu tenho plena concordância com o que o senhor acabou de falar. Eu acredito que é preciso fazer junto.

Acho que nós temos dado passos muito importantes com relação ao novo, ao bebê, o FUNDEB que foi aprovado nesta Casa garantiu inclusive a educação desde a creche, o financiamento da educação desde a creche. Eu acho que o novo, o atual, a gente está, como se diz no popular, correndo atrás do prejuízo para não deixar um saldo negativo para trás, mas é importante a gente cuidar também desse que não teve a oportunidade de acesso, que não teve oportunidade de permanecer no sistema educacional e que infelizmente, hoje, entra na conta dos analfabetos; é preciso fazer as duas coisas. Então eu não percebi na fala do André, que representa o MEC aqui, se há hoje, por parte do Ministério da Educação, uma meta, o estabelecimento de uma meta. Eu compreendo todas as dificuldades que você colocou ali, mas eu acho importante que a gente tenha isso por conta de até avaliarmos aonde foram as dificuldades e, também, buscarmos a solução para superar as dificuldades futuramente.

Eu queria entender, também, se alguns dos expositores falou, me perdoem, mas se alguém tem algum estudo sobre a questão do sistema prisional, como é que é isso, porque pelo que eu vejo as nossas prisões hoje estão lotadas de meninos entre dezoito e vinte e cinco anos, a grande maioria, com escolaridade baixíssima. Se a gente tem algum estudo, porque eu acredito que deva haver nesse contingente hoje de pessoas que estão reclusas um número muito alto de analfabetos. Se há algum conhecimento por parte de vocês dessa situação, certo? E com relação ao MEC, eu gostaria de saber com relação à meta, se há.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra na ordem. Senador... Reitor, eu estou diminuindo o homem aqui. Reitor é Magnífico e Senador, no máximo – e ninguém aceita mais – é Excelência, que ninguém acredita.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Magnífico Reitor.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: Exceto o Senador Cristovam que, quando foi reitor, ele foi saudado por Darcy Ribeiro que preferiu tratá-lo seguindo uma experiência do próprio Darcy quando

assumiu a reitoria da UNB, que visitando um Prefeito, indeciso quanto ao tratamento, ele disse: Esplêndido Reitor [risos]. Então os reitores, em geral, são Magníficos, mas o Senador Cristovam, quando foi reitor, foi Esplêndido [risos].

Bem, o objetivo principal aqui foi discutir se os direitos humanos acolhiam a alfabetização, quer dizer, se o analfabetismo representava a redução de capacidade e alienação humana do sujeito, que creio que foi a premissa comum de todos, foi a afirmação do princípio de todos aqui na consideração de que como tal e como construção histórica, que é o percurso de se fazer homem, homem no sentido comum do termo, homem e mulher, na história, porque as incapacidades, elas são alienadoras. A indisponibilidade da plenitude da condição humana está nas incapacidades que nos alienam. Então eu procurei trabalhar nessa linha para fundamentar a minha posição e é evidente que em que pesem as condições de cultura, por exemplo, o André Lázaro lembrou, as sociedades ágrafas construíram um sistema de cultura com valores que permitem que a plenitude de presença naquela comunidade se realize por esses valores e que a escrita não é um fator.

Então todos concordamos com isso e penso que foi importante enfrentar essa questão porque eu acho que o Senador trouxe uma espécie de lema moral que está presente na condição da definição de políticas públicas quando nós vivemos numa sociedade que afirmar seja a condição de plenitude de direitos, seja a sua expressão em cidadania, de alguma maneira requer também opções morais e que neste caso é o tema que eu acho que repercutiu muito aqui. Ninguém desconhece os indicadores, os fatores que concretizam estágios e afirmação dessas políticas, mas do ponto de vista moral, do ponto de vista do sentido ético dos sistemas, a questão do reconhecimento de um direito fundamental, ela não convive bem com o fato de que nós possamos estabelecer graduações quanto aos que serão ou não atendidos por essas políticas. Então, quer dizer, o reconhecimento dos direitos humanos como a base na qual se inscreve o direito de se alfabetizar, ele requer um certo âmbito de eticidade a partir do qual as políticas deveriam reagir a expectativas de erradicação do sistema, do que reduz as capacidades, do que torna menos humano o sujeito. Então é claro que do ponto de vista da concretização de políticas nós lidamos com fatores de sustentação, recursos, capacidade de implementação. Então as metas em geral, elas são metas de redução de danos. Hoje, inclusive, isso é uma diretriz em muitos casos.

Mas mesmo do ponto de vista da economia e quando se coloca a ideia de que como desenvolvimento humano essas capacidades são requisitos para afirmar direitos, o elemento moral não pode ser afastado. Aliás, Adam Smith ficou famoso pela Riqueza das Nações, mas o seu livro fundamental para mim é a Teoria dos Sentimentos Morais, não é isso? É a Teoria dos Sentimentos Morais. Por isso que a economia se fez política com ele, a partir dele, é que tem que ter um horizonte de escolha. Eu acho que não há escolha razoável entre o reconhecimento de uma condição como fundadora de direitos humanos para abrir mão de que a única meta razoável é a meta que diz que do ponto de vista civilizatório não dá para conviver com essa realidade. Então eu concordo com o Senador que as opções têm que ser nesta linha. Se não realizar, não é porque não apontou para aquele horizonte; é porque os fatores operacionais não tornaram possíveis, mas aquele horizonte eu penso que é o horizonte que nós devemos perseguir, o horizonte da erradicação. Catorze milhões de analfabetos... É que no Brasil os números são muito grandes. Tudo que pode parecer razoável em qualquer outro País, para nós é um número... Catorze milhões de habitantes são um Portugal e meio, é mais que uma Cuba, são quase três Paraguais, quatro Uruguais, são sete Israeis, são números grandiosos. As referências são muito definidas pelo grau de desigualdade da nossa população. A abolição da escravatura foi no Século XIX. Como lembrou o professor Erasto, no Século XX nós não tínhamos universidades. Então, além da grandeza dos números, a desproporção das condições por contas da inviabilidade das realizações que nós pudemos concretizar num País que tem atrasos seculares no tocante à inversão desses meios.

Então eu acho que, assim, isso é um fator importante para reafirmar a questão dos direitos humanos e eu queria dizer o seguinte: a universidade tem que responder a esses desafios que foram aqui colocados. Ela já o faz do ponto de vista de suas políticas pontuais, sobretudo de extensão e de pesquisa, oferece estudos, oferece diagnósticos, mas ela tem que encontrar esse campo como fez, por exemplo, com a questão de quotas, assumiu como uma responsabilidade de atenuar uma das dimensões e incapacitação que articulam outras e deve assumir isso também.

Nós não temos, Senadora, eu não tenho números precisos porque não relacionei esse número para trazer para cá, mas dentro da discussão que a universidade vem fazendo no conjunto com o debate aqui no Distrito Federal, com a definição da agenda territorial do desenvolvimento integrado de alfabetização e de educação de jovens e adultos, um dos compromissos da universidade foi exatamente de dar continuidade à pesquisa de educação nas prisões, exatamente para definir, pelo menos em termos locais, qual é o universo dessa situação. Mas nas prisões o dado ainda é de

mais exclusão e um dos grandes objetivos nesse momento é tentar trabalhar uma linha que no âmbito do Departamento Penitenciário é o esforço, que eu creio que poderia receber um apoio legislativo, de pensar a condição de remissão não apenas pelo trabalho como é hoje, mas para incluir a educação como uma das condições de remissão, porque é uma espécie, vamos dizer assim, de moeda, de valorização dessa experiência, mas ao mesmo tempo também é de afirmação de cidadania. Então há muitas dificuldades ainda para concretizar isso, mas eu penso que já há estudos nessa linha que poderiam merecer uma atenção legislativa, configurar a educação e a alfabetização como uma condição de remissão de pena. Hoje para cada três dias de trabalho é um dia de redução de pena; a educação poderia ser também um fator como esse.

Então era isso que o que eu queria acrescentar ao que eu já afirmei no início, confirmando o entendimento do analfabetismo como uma violação de direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Erasto, eu quero dizer que nós temos um Projeto, o PLS 217, de 2006, de minha autoria, que obriga a haver sala de aula nos presídios. Todo presídio tem que ter sala de aula. E há um outro que faz a remissão da pena por estudos também, é o PL 265, de 2006. Então nós temos esses Projetos em andamento e há um também, o 309, de 2006, que obriga ter sala de aula para alfabetização de alunos nas escolas. A escola fica aberta à noite, com tanto que tenha salas para alfabetização, para envolvê-las. Pensei em colocar as igrejas, mas na igreja você entra num outro patamar de discussão, de liberdade, além de que as igrejas em geral são usadas à noite, especialmente as evangélicas.

Eu passo a palavra ao Erasto, professor Erasto, para finalizar e responder às colocações dos Senadores.

SR. ERASTO FORTES MENDONÇA: Uma das questões que foi trazida aqui à discussão é quanto à questão da erradicação do analfabetismo e, portanto, a necessidade de estabelecimento de metas. Eu volto novamente aqui à questão da legislação brasileira no campo da educação. A Constituição de 1988 estabeleceu um prazo para a erradicação do analfabetismo em dez anos. Esse artigo foi alterado depois por Emendas Constitucionais, então ela perdeu a validade, até porque 1998 chegou, o analfabetismo não se erradicou do Brasil e era preciso dar uma conformação jurídica perfeita a essa questão. Então se jogou para baixo do tapete – com o perdão da expressão – a questão do analfabetismo na Constituição. No entanto, eu me referi aos Pioneiros da Educação de 1932, aquele importantíssimo instrumento de declaração sobre o direito à educação, que foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação, e nesse documento já se falava da necessidade de um plano integrador da educação nacional, um Plano Nacional para a Educação como um instrumento principal de orientação para as políticas públicas nesse campo.

Nós fomos tendo ao longo do tempo, depois de 1932, vários instrumentos que tentaram organizar a educação brasileira, mas nenhum deles logrou ter o status de uma legislação aprovada no Congresso Nacional até 2001. Em 2001, depois de um amplo debate nacional em que a sociedade civil organizada teve um papel protagonista da maior importância a partir das entidades educacionais, da sociedade civil organizada, apresentando a este Congresso Nacional antes que o MEC o fizesse, em 2001, uma proposta da sociedade brasileira para um Plano Nacional de Educação. Um dia depois de apresentada a proposta, que foi acolhida à época pelo Deputado Ivan Valente, o Ministério da Educação apresentou a sua proposta e correu a tramitação dessa discussão aqui no Congresso Nacional. Esse Plano Nacional de Educação foi aprovado pela primeira vez na história da educação brasileira por um instrumento legal, uma Lei Federal, aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, que instituiu o Plano Nacional de Educação com vigência para dez anos. Portanto, ele ainda está em vigência, 2001 a 2011. O Plano Nacional de Educação estabelece claramente as metas, até por isso ele é um Plano. Em relação à questão da alfabetização, ele é muito claro, ele diz o seguinte: Objetivos e metas, Item 5.3 – Estabelecer, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, programas visando alfabetizar dez milhões de jovens e adultos em cinco anos. E até o final da década, portanto, até 2011, a erradicação do analfabetismo. Seguramente, mais uma vez, nós vamos ter que fazer um ajuste normativo legal à realidade, que é mais forte do que as simples declarações de intenção nas normas jurídicas.

Mas eu quero ir além, porque não basta dizer que tem uma meta declarada. É preciso dizer que outro item desse mesmo conjunto de objetivos e metas estabelece que deve existir um Programa Nacional para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. Essa é aquela ideia aqui no campo educacional, e eu sei que o Senador Cristovam partilha dessa ideia, nós sempre tivemos de que a escola, especialmente a escola pública, ela deve exercer, na sua área

geográfica de influência, a influência que ela deve ter como ente educacional e pedagógico. A escola não pode ser compreendida como um prédio físico, com telhas, com tijolos; é um ente pedagógico, há uma vida dentro daquela instituição que deveria ter o papel de exercer, na sua área geográfica de influência, o papel educador, e nada mais razoável do que essa instituição poder oferecer àqueles que não sabem ler e escrever a oportunidade de fazê-lo. Bem, os objetivos e metas seguem falando de formação de educadores, educadores populares e etc.

Eu quero lembrar aqui que nós estamos em plena discussão de uma Conferência Nacional de Educação que deve se realizar no próximo ano, eu creio que o André Lázaro pode se referir muito melhor do que eu sobre esse assunto pela responsabilidade institucional que tem com esse tema, mas nós já estamos realizando os esforços para as Conferências Municipais de Educação, as Conferências Estaduais já estão programadas para este ano e, no ano que vem, se eu não me engano em abril, não é André, nós vamos ter a Conferência Nacional de Educação, velho sonho batido na porta do governo para que nós tivéssemos um ambiente e um canal de participação de toda a comunidade educacional organizada na construção de novas políticas educacionais. Seguramente o Plano Nacional de Educação falará, mais uma vez, na meta de erradicação do analfabetismo.

Eu queria encerrar essa minha exposição chamando a atenção aqui para os anos redondos. É interessante que a Constituição fala de dez anos. "Em dez anos faremos isso", depois a LDB promulgou a Década da Educação e de dez em dez anos a gente vai fazendo sempre novas propostas. Eu queria lembrar esses anos redondos para me lembrar aqui também de que nós comemoramos, eu prefiro dizer celebramos, porque quando se fala celebrar a gente revive as circunstâncias que geraram aquele acontecimento, celebramos os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estamos no 61º ano, agora entrando esse ano vamos comemorar mais uma vez no dia 10 de dezembro. E é curioso e triste. Hannah Arendt, que já foi citada aqui, ela se confrontava com o primeiro item da Declaração Universal dos Direitos Humanos dizendo: "Nós não nascemos livres e iguais em dignidade e direitos" – e não nascemos mesmo. Especialmente num País como o nosso, patrimonialista, regulado pelos interesses individualistas e por um pensamento liberal que assacou a população dos seus direitos, nós temos que reconhecer que sessenta anos depois da Declaração Universal, a humanidade, em particular países desiguais como o nosso seguem sendo violadores dos direitos humanos.

Daí um desafio que eu gostaria de deixar aqui, que está naquilo que quando me apresentei disse que era a segunda dimensão do trabalho que hoje executo. A gente trabalha pela educação como um direito humano, e essa é a discussão que aqui estamos fazendo, mas também a gente trabalha pela educação em direitos humanos e para os direitos humanos nos ambientes educativos, seja dentro da escola ou fora da escola. Quero deixar aqui esse desafio à Comissão, especialmente ao Senador Cristovam, que sei que tem essa meta como bandeira de sua vida, que vamos pensar um pouco na presença do tema direitos humanos nas nossas escolas em todos os níveis. Essa é uma discussão que está posta hoje nesse campo e eu creio que as crianças, desde tenra idade, se tiverem a oportunidade de terem uma reflexão pedagógica e sistemática sobre o respeito aos direitos humanos, talvez nós hoje não estivéssemos na condição de discutir aqui se devemos conceder ao País mais dez anos ou mais vinte anos, porque teremos todos reconhecidos na sociedade que direitos humanos é a convicção de que somos sujeitos de direitos e, como sujeitos de direitos, está incluído necessariamente o acesso à educação, especialmente a alfabetização em qualquer idade.

Eu deixo esse desafio e quero ter no Senador Cristovam Buarque um companheiro de luta nessa inclusão do tema educação e direitos humanos nas nossas escolas e nos ambientes de educação não formal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Dr. Erasto. Eu quero pegar o gancho dele dos anos redondos. Nesse ano estamos comemorando cento e vinte anos da Proclamação da República, cento e vinte anos. Quando foi proclamada, em 15 de novembro, os republicanos daquela época se reuniram para desenhar a nova bandeira. Ficaram quatro dias debatendo onde botar as estrelinhas, que aquelas estrelinhas, se subentende que elas representam a posição que estavam no céu do Brasil no dia 15 de novembro. Como não tinha GPS, não tinha esses telescópios, debateram muito. Nenhum deles, nos debates, se perguntou: "Será que é certo escrever um texto aqui se 65% da nossa população é analfabeta?" E escreveram "Ordem e Progresso" sabendo que 65% da população, naquela época, era analfabeta. Você vê o desprezo da elite, mesmo a elite republicana, em relação às massas. Fizeram uma bandeira para a elite, não para o povo. Cento e vinte anos depois, caiu de 65% para 9,9%, 10%, mas dobrou o número. Naquela época eram 6,5 e hoje são 14 milhões. Então mais do que dobrou o número. Cento e vinte anos e a gente não conseguiu resolver isso, não conseguimos ensinar todo mundo a ler o que está escrito na bandeira. É uma vergonha

dessa elite brasileira, da qual nós fazemos parte, a verdade é essa, nós não resolvemos esse problema. Então não é um País republicano. Não é um País republicano que tem escola para Senador, filho de Senador, diferente da escola do seu eleitor. Não é republicano. Daí o meu projeto de que todo mundo que tiver mandato tem que estudar os filhos na escola pública, porque é uma questão de republicanismo, além de que é uma questão educacional, porque garanto como aí melhora as escolas, garanto como elas começarão a melhorar. Então só para lembrar o número redondo, sessenta anos dos Direitos Humanos, da Declaração, e cento e vinte anos da República e não somos ainda, de fato, um País republicano. Ainda temos uma elite, quase como uma casta, e uma massa, quase como uma plebe. República é quando a plebe e a elite se transformam no povo; não conseguimos transformar a plebe e a elite brasileira em povo.

Aqui no Senado, os Senadores se tratam de Nobres; significa que a República não foi proclamada ainda [risos]. Os juízes se tratam de Excelências, que é coisa também do período da nobreza. E é interessante, só para falar, como esse é um País de aparências. Você falou que discutiram se o Lula tinha errado a percentagem, que qualquer um comete esse erro. Ninguém levou adiante a discussão de que São Paulo tem o segundo maior número de analfabetos com esses governos que há quantos anos se sucede o mesmo partido? Não pode nem dizer que a culpa é de um partido ou outro. Faz quase vinte anos que os governos de São Paulo são do mesmo partido. Pois bem. É que a aparência é mais importante. E esse debate, a briga entre dois juízes, eles estão discutindo se um ou outro feriu o decoro parlamentar. Eles não estão discutindo se um mentiu ou se o outro tem capanga. A substância não é discutida. É discutido se eles poderiam ter essa briga por meio da televisão. O importante não é isso. O importante é: "Aquele que acusou o outro mentiu?" Se mentiu, tem que ser punido. "Não, ele disse a verdade". Então o outro tem que ser punido porque, segundo ele disse, está desmoralizando a justiça e tem capangas. Mas a gente tem trabalhado muito ao nível das aparências e não no nível da realidade.

Bem, eu fico feliz de ter a Senadora Ideli conosco. Passarei a palavra para ela daqui a pouco, se quiser usar a palavra. Passo agora a palavra para o nosso amigo Lázaro para que conclua. Depois eu tenho um outro assunto rápido a falar.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Muito brevemente eu agradeço a oportunidade, eu queria parabenizar ao professor Erasto, que eu acho que ele foi absolutamente claro e informativo, como um bom professor que é, quanto à questão das metas, quer dizer, não é falta de estabelecer meta. O nosso problema não é falta de estabelecer meta, o nosso problema é cumprir meta.

Qual é o cenário que nós temos hoje? Eu pedi aqui autorização e agradeço a colaboração do colega do Senado. Esse é o sistema de informação do Programa Brasil Alfabetizado com as informações relativas a 2008. Então reparem bem, por favor, se me permitem. Essa meta, 1.622.935 alfabetizandos, foi proposta pelos Estados e Municípios. Eles conseguiram cadastrar um 1.555.353. A meta que ele próprio apresenta nem sempre ele consegue alcançar pela sua capacidade instalada. Abrir aqui, nós temos prometidas 122 mil turmas no País para 2008, em exercício 2009. Temos 99 mil turmas funcionando. Onde elas estão? Repare aqui a Bahia: 26 mil turmas do Governo do Estado da Bahia. Eu jamais imaginaria poder propor uma meta como essa, não fosse a coragem do Governo Jaques Wagner, que propôs... Na verdade ele tem 30 mil turmas e 26 mil já estão funcionando.

Então esse programa, eu teria outras informações a passar, mas o tempo não permite, esse sistema de informação nos permite acompanhar, inclusive, chegar a cada Estado e ao endereço de cada turma. E aonde há, por exemplo, GOOGLE MAPS, a gente até o mapa da turma, em que casa está. Eu brinquei que eu ia fazer o *Big Brother* do Brasil Alfabetizado, botar satélite ao vivo e ver o alfabetizador está chegando para dar aula. A gente tem uma informação boa. Agora o importante é que o gestor tenha a capacidade de executar. Se ele não tem a capacidade de execução, de Brasília não se cria essa capacidade de execução. Dinheiro é muito importante, mas não é suficiente e não resolve sozinho. Tem que ter lá a pessoa formada, preparada, mobilizada. Então metas há e o governo, quando eu discuto com o nosso Ministro, ele diz: "André, o nosso objetivo é apoiar a meta de cada Estado e de cada Município; não há limite para a meta dele. Nós vamos apoiá-lo, agora quem vai executar é ele". Não adianta eu chegar para o Sinval e dizer: "Sinval, você vai ter que vamos dizer tudo isso em um ano". Ele sabe como ele pode operar com qualidade.

Então eu queria a compreensão dos senhores e senhoras de que a ausência de um número não é a ausência de compromisso, não é a mesma coisa.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): André, se me permite, eu acredito assim: nós aqui não estamos falando da responsabilidade apenas do Governo Federal. Diante do quadro que você mostra aí, eu gostaria muito de ver todos os outros Estados tão compromissados quanto a Bahia. Eu quero parabenizar ao Governo da Bahia, mas, infelizmente, se eu comparo a Bahia com São Paulo, tem uma grande diferença. Então parabéns

ao MEC, que já tem a meta determinada de apoiar os Estados, mas eu tenho que cobrar de Estados e Municípios porque a meta deles está muito distante daquilo que nós gostaríamos de ver realizado. Como você fala, o difícil é cumprir a meta, agora a gente nota também uma grande falta de compromisso de buscar todos os analfabetos do Brasil e isso não cabe apenas à União. Eu acredito que cabe a nós aqui chamarmos, conclamarmos um grande movimento, como sempre disse o Senador Cristovam, para sensibilizar efetivamente os gestores públicos, a sociedade como um todo, para que a gente possa sanar esse problema.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Muito obrigado, Senadora, eu acho muito correta a sua observação, porque às vezes a gente aqui sente muito achando que a gente tem que refazer tudo. Então desculpe, a senhora tem toda razão.

A segunda informação, Senadora, sobre isso que a senhora traz, existe um programa hoje do Governo em parceria com os Estados para a educação nas prisões, o "Educando para a Liberdade". A informação que eu disponho no momento é de que há no Brasil algo como 450 mil presos. A taxa de analfabetismo entre os presos é mais baixa do que a média nacional, é mais baixa, algo em torno de 7% ou 8%, enquanto a média nacional é 10%. Agora a de analfabetismo funcional é muito alta, é muito alta de analfabetismo funcional, que não concluiu o ensino fundamental. Existe, Senador, já um bom entendimento entre o Ministério da Justiça e da Educação, o Conselho de Magistratura apreciou as diretrizes nacionais para a educação nas prisões, essas diretrizes foram enviados ao Conselho Nacional de Educação, de tal maneira que justiça e educação tenham o mesmo parâmetro sobre quais são as diretrizes para a educação nas prisões. O seu Projeto de Lei que determina que todo presídio tenha salas de aula é muito bem-vindo e vem nos ajudar nesse trabalho. Inclusive eu queria comunicar, a CONFINTEA, que infelizmente foi adiada por motivo de força maior, previa na sua sequência uma reunião da REDLECE, a Rede Latino-Americana de Educação nas Prisões. Essa rede foi constituída com a parceria Brasil/Argentina e os demais países latino-americanos, com o apoio da Comunidade Europeia, lá existe um Programa, na Comunidade Europeia, chamado EUROSOCIAL, que é a parceria Europa/América Latina, e o Brasil, em 2005, levou a essa proposta da União Européia o tema Educação nas Prisões, entendendo que era um tema que nós tínhamos fragilidade de formulação e precisávamos de cooperação europeia e de outros países latino-americanos para desenvolver essa política. De lá para cá evoluiu bastante, nós fizemos vários encontros nacionais e, Senador, uma coisa que o senhor conhece bastante bem, o que aconteceu é que em alguns casos, quando a gente chamava algum Estado para discutir a educação nas prisões, era a primeira vez que a pessoa de educação e da gestão penitenciária se encontravam, e se encontravam em Brasília. Felizmente avançamos bastante, há muito compromisso dos Estados, há uma Política Nacional para a Educação nas Prisões, agora é muito difícil, porque cadeias superlotadas, falta de condições, a educação é vista ainda como um privilégio pelo bom comportamento e não como um direito do preso. Não há, como o Magnífico Reitor corretamente apontou, uma legislação que converta estudos em remissão de pena. Então há um campo, a Senadora com muita propriedade levanta esse desafio, eu acho que é um campo que precisamos de fato avançar em vários aspectos.

E, por fim, muito bem lembrado pelo Dr. Erasto, e eu me irmano na sua preocupação, a educação em direitos humanos é um desafio que temos, é um desafio que temos, precisamos avançar nisso. O Erasto tem toda a razão. Se a gente consegue criar desde pequeno nas crianças na escola, respeitando e valorizando as diferenças, o nosso trabalho depois vai diminuir bastante. Eu acho que é um avanço. E a Conferência Nacional de Educação pretende exatamente recolher do debate público essas contribuições que orientem a União, Estados e Municípios a políticas de educação que a respeitem como um direito humano fundamental, que eu acho que é a meta desse debate e eu entendo que colocar nesse nível a questão, se a fraternidade for recuperada pelo mesmo *status* que deve ter a liberdade e a igualdade, eu acho que os direitos humanos passa a ter uma norma, um poder normativo sobre nós muito grande.

Eu queria lembrar aqui, para terminar, de uma frase que eu ouvi do Senador Cristovam, que eu já disse em uma outra Audiência Pública, mas eu acho tão própria, que eu acho que vale repetir para encerrar aqui. Certa vez no encontro do Senador Cristovam com o então Secretário dos Direitos Humanos, o Nilmário Miranda, o Senador dizia: "Nilmário, o MEC é um Departamento da Secretaria dos Direitos Humanos". Então eu acho que aqui nós estamos reafirmando esse princípio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na verdade eu quero que você saiba disso e leve para o atual Ministro. Obrigado por ter lembrado.

Bem, eu quero dizer que foi uma Sessão muito produtiva, nós vamos publicar isso, vamos ver se conseguimos fazer um vídeo dessa Sessão para levar esse debate adiante.

Eu quero pedir que ainda continuem aqui, em primeiro lugar, porque terminada a Sessão da Audiência do analfabetismo, eu quero passar a palavra a uma pessoa que está aqui, que é o Marco Prisco Caldas Machado, que é Diretor da Associação dos Praças da Polícia de Roraima. Nós estamos sofrendo um problema de direitos humanos lá em Roraima. Nós temos praças presos depois de uma greve e as tentativas de resolver o problema não estão conseguindo, cheguei a falar com o Governador, o acordo feito, aparentemente, não está sendo cumprido, e embora essa Sessão não seja para isso, mas poderíamos até ter, eu quero lhe dar a palavra.

Mas, antes, eu quero aprovar três requerimentos e peço à Senadora Fátima Cleide que assine um comigo.

Requerimento nº 17, assinado pelo Senador Paulo Paim, que propõe, no âmbito da Subcomissão Permanente do Idoso e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convido a tratar dos temas abaixo. Ele quer tratar de benefícios previdenciários, aposentadoria e pensões, transporte, ministério(F) estadual(F), plano de saúde, medicamento, precatório, violência contra o idoso. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. A Senadora, que é a única Senadora presente, aprovou.

O segundo, nós temos um da Senadora Marina Silva, que pede uma Audiência, é o Requerimento nº 18: Requeremos a realização de Audiência Pública com lideranças indígenas que participam da edição de 2009 do Acampamento Terra Livre, que está em frente ao Congresso. Ela propõe convidarmos cinco lideranças indígenas indicados pelo Acampamento. Além disso, o Coordenador-Geral da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Deputado Valverde, e a Subprocuradora-Geral e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a Dra. Débora Duprat. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tem mais um do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública com vista a tratar das questões raciais atinentes ao Dia da Abolição da Escravatura e, para tanto, gostaria que fosse convidado o Ministro Édson Santos, do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro. Está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

E tem um quarto, Senadora Fátima, que eu gostaria que a senhora assinasse comigo, que é um requerimento para realizarmos no dia 13 de maio uma Audiência coletiva da Comissão de Direitos Humanos, da nossa Comissão e provavelmente outras, uma vigília em defesa da Amazônia. Então é uma vigília--

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Após a Ordem do Dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Após a Ordem do Dia, até a hora que a gente fique. Então eu proponho que a senhora assine junto comigo.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Está aprovado.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E a Comissão de Mudanças Climáticas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a Comissão de Mudanças Climáticas. Então está aprovada também essa vigília, eu convido a todos.

Eu agora passo a palavra ao Marco Prisco, pedindo que seja breve, porque a gente vai em algum outro momento, se não resolverem logo, fazer uma Sessão só sobre vocês, por sugestão até da Deputada Luciana Genro. Mas conte o que está acontecendo para que as pessoas saibam.

SR. MARCO PRISCO CALDAS MACHADO: Bom dia a todos, ao Senador Cristovam Buarque, à Senadora Fátima e aos demais membros da Mesa.

Eu sou soldado da Polícia Militar do Estado da Bahia, não sou de Roraima, sou diretor de uma Associação Nacional dos Praças, a sede nossa é aqui em Brasília, e nós participamos de uma mobilização da Polícia Militar de Roraima, que durou vinte e quatro dias, um aquartelamento lá por um desacordo que o governo não cumpriu. Após esse período de vinte e quatro dias foi feito um Termo de Acordo, um TAC, onde o Governo do Estado se comprometeu e assinou junto com o Comandante Geral e o Secretário de Segurança Pública, só que após o término disso tudo está acontecendo uma verdadeira aberração no Estado de Roraima em relação aos Direitos Humanos.

Houve a minha prisão, de forma arbitrária e absurda, me colocaram dentro de uma penitenciária, mesmo eu sendo militar, onde lá tinham mil e quatrocentos presos. Aí em um acordo com o diretor do presídio eu fui retirado e colocado numa sala reservada para não acontecer uma atrocidade comigo lá. Aí após o período de trinta e seis horas eu fui solto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Almiro Padilha, e agora ontem, para nossa surpresa, inclusive vinham quatro membros nosso da Polícia Militar de Roraima para cá, para essa Sessão, eles foram presos no aeroporto, por mais um mandado de prisão ordenado pela juíza militar do Estado de Roraima, onde os próprios oficiais da Polícia Militar lá fizeram a prisão não

só de quatro, mas de sete, e de duas horas da manhã de ontem, completado vinte e quatro horas, e agora ao meio-dia trinta e seis horas, essas pessoas estão presas sem sequer ter sido informado por que é que estão presos. Não foi apresentada nenhuma decisão, só foi apresentado mesmo o mandado de prisão, onde a Constituição Federal do nosso País diz que tem que ter ciência no ato da prisão da decisão que foi tomada. Não foi apresentado, essas pessoas tiveram as suas casas invadidas, três delas tiveram casas invadidas sem o mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar do Estado de Roraima, inclusive uma delas, o esposo de uma delas, ela estava trabalhando num setor numa empresa privada, essa empresa privada foi invadida por coronéis da Polícia Militar de Roraima, foi feita busca do marido dela, ela informou que ele estava na sua residência, a residência dela foi invadida e a prisão foi efetuada lá dentro.

Existem agora oito Policiais Militares presos, no Estado de Roraima, sem sequer ter tido o direito de serem informados do porquê da prisão, bem como mais oito prisões solicitadas pela própria juíza militar, isso após ter feito um acordo, o governo assinou um acordo, o próprio Senador esteve com o Governador, ele disse que não ia acontecer nada, a paz reinou após essa greve lá e agora essa truculência está sendo praticada num Estado aqui no nosso País, em plena Federação do Brasil, ferindo a todos os direitos humanos.

Qual é o nosso receio? Como é Policial Militar, os policiais estão sendo pressionados e agora hoje a gente já soube que há mais vinte e dois mandados de prisão, sem nenhum critério essas prisões estão sendo pedidas, e o receio nosso é que aquele Estado se transforme num derramamento de sangue, porque os policiais não vão aceitar estar sendo presos, retirados do seio de suas casas, tendo casas invadidas, portões arrebentados, as famílias sendo obrigadas a verem tudo aquilo, os filhos passarem por aquilo e aceitando isso de forma pacífica, sem que o Governo Federal ou os entes desse País tomem uma resposta de direito em relação ao que está acontecendo lá. É por isso que nós trazemos essa aberração que está acontecendo em pleno País e em pleno Século XXI, direitos humanos sendo rasgados, prisões sendo feitas, aberrações que aconteceram, pode haver um derramamento de sangue naquele Estado lá se isso tiver continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Marco e dizer duas coisas. Primeiro, essa Comissão está à sua disposição e de todo os soldados, todos os praças da polícia de Roraima. E, segundo, que eu vou ligar ao Governador, porque ele me disse, quando eu falei com ele, que não aconteceria nada. Então eu vou falar com ele e está à sua disposição aqui, no momento oportuno, hoje nós já tínhamos uma Audiência, obviamente a gente não pode interromper.

Agradeço a cada um e a cada uma de vocês, agradeço muito ao Erasto, ao André, ao José Geraldo e está encerrada essa Sessão. Muito obrigado por terem vindo.

Sessão encerrada às 12h06.

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA SETE DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia sete de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Cristovam Buarque e João Pedro**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. Pauta. Item único. Audiência Pública nos termos do Requerimento 18 de 2009 – CDH, de autoria da Senadora Marina Silva, para discutir a edição 2009 do "Acampamento Terra Livre" – evento de realização anual na Esplanada dos Ministérios, que reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil para tratar de suas principais demandas ao Estado Brasileiro. O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações iniciais e solicita aos convidados presentes que tomem lugar à mesa. Em seguida, dá a palavra aos convidados para os debates. Convidados que comparecem: Lea Aquino – Guarani Kaiowá; Marcos Apurinã; Lisio Lili – Terena; Romancil Kretã – Kaingang; Sandro Hawaty representando Manoel Uilton – Tuxá; Cacique Raone em idioma de sua etinia, traduzido pelo Senhor Pituyarô Netuktike de Mato Grosso; e Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. O Senhor Presidente dá a palavra para diversas lideranças estaduais indígenas. Às onze horas e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas o Senhor Presidente, Paulo Paim, devolve a presidência ao Senador Cristovam Buarque. O Senhor Marcus Apurinã entrega o manifesto indígena "DOCUMENTO FINAL DO VI ACAMPAMENTO TERRA LIVRE". Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, João Pedro, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente faz suas considera-

ções finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e cinquenta três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei dizer bom dia em cada uma das línguas que vocês falam. Então, eu digo apenas em português, que eu sei que vocês entendem perfeitamente. Eu quero dizer da satisfação do Senado tê-los aqui conosco. Vocês são brasileiros, mas vocês são brasileiros com mais tempo do que nós. Por isso que nós temos a obrigação de tê-los aqui. A Senadora Marina Silva, que foi quem pediu essa audiência, não pôde estar, ela teve um compromisso. O meu nome é Cristovam, eu sou Senador e eu sou o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E nós vamos fazer, sim, a audiência, aqui, na presença de vocês. Eu, por isso, tenho que fazer primeiro uma saudação de praxe, para ficar gravado, para, quando forem registrar, saberem.

Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Eu vou começar a convidar as pessoas que virão aqui falar. Essa é uma Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 18/09, de autoria da Senadora Marina Silva, aprovado em maio de... Dia 06 de maio, para discutir a Edição 2009 do Acampamento Terra Livre, que é um evento de realização anual, na Esplanada dos Ministérios, que reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil, para tratar de suas principais demandas do Estado Brasileiro.

Antes de convidar aqueles que virão falar, eu quero pedir que a Marlene diga umas palavras a vocês. Vou dizer por quê. Essa sala estava reservada para um evento, discutindo a situação dos circos no Brasil. E eles cederam a sala para vocês, e eu peço, portanto, uma salva de palmas para a Marlene.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E pedindo desculpas a ela por termos atrapalhado o programa delas, mas nós estamos aqui para realizar um evento tão importante, que ela entendeu, cedeu o espaço e vai dizer duas palavras para vocês.

SRA. MARLENE: Bom dia a todos. Eu estou aqui, na companhia do palhaço Plim Plim, e nós estávamos aqui discutindo a Lei do Circo, que tramita no Senado e na Câmara desde 2003. Estamos pedindo que transformem o circo brasileiro em patrimônio cultural brasileiro. E nós também passamos muitas necessidades, que nem vocês. Estamos aqui, enfrentando vários problemas, mas fazemos o espetáculo para todos os brasileiros. Então, eu quero, com o maior prazer, ceder a Casa para vocês. Só fiz a abertura participando da Mesa, para dar as boas vindas, e dizer que o povo brasileiro, são 2500 circos, que também estarão torcendo e lutando por vocês. E passo a palavra novamente ao Senador Cristovam.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai dar tudo certo, graças à luta de vocês, de todos. Bem, eu vou chamar os convidados. Deputado Federal Eduardo Valverde. Está presente? A Subprocuradora Geral da República esteve aqui, mas teve que sair e voltará depois, a Dra. Deborah Macedo. Agora os representantes indígenas. A Leia Aquino, Guarani-Kaiowá. A Leia está por aí? Está vindo ali.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lisio Lili, Terena.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Marcos Apurinã.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Romancil Cretã, Kaingang. E, no lugar do Manoel Wilton, virá o Sandro Auati Tuxá.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, vamos começar nossa audiência, convocada pela Senadora Marina Silva. O Brasil inteiro vai estar assistindo. Eu creio que nós todos temos a obrigação de estarmos juntos para fazermos aquele melhor evento possível, conforme vocês desejam, não apenas aqui, como lá fora, com esse grande encontro.

Eu vou passar a palavra à Leia, que é a primeira, e, depois, cada um dos outros falarão, e, no final, vamos ter a conversa entre nós, para saber o que é que vocês querem, o que é que a gente vai poder fazer, do Senado, para que os povos indígenas do Brasil sejam

tratados como eles merecem e como todo o Brasil deve tratar. Com a palavra a Leia.

[palmas]

SRA. LEIA AQUINO: Bom dia, parentes e à Mesa. Em primeiro lugar, quero agradecer, apesar de a gente estar cansativo, para entrar aqui, apesar da nossa luta, mas valeu a pena de a gente estar aqui dialogando. A gente quer dizer para o Presidente que a gente... Estamos aqui para dizer o que sentimos e o que passamos e para dizer e mostrar que essa é a nossa luta, em todos os lugares, como... Para entrar mesmo aqui, a gente teve que esperar mais de 40 minutos. E, em todos os lugares que a gente vai, é sempre assim com os indígenas. Então, a gente espera que, daqui em diante, tudo possa ser diferente, que os indígenas sejam atendidos com mais carinho, com mais amor e com mais atenção.

É isso que eu quero pedir, em nome de todos os participantes, líderes indígenas que estão aqui, que a gente espera que, o ano que vem, não aconteça isso novamente, que a gente possa estar aqui, seja recebido pelo Senado, e no horário certo, e já num lugar preparado. Porque, pelo que a gente viu, nem o espaço estava preparado para gente. Então, é isso que eu queria te dizer.

E passando, então, eu vou... Eu estou aqui... Eu sou a Leia, do Mato Grosso do Sul, e eu vou falar pelo Mato Grosso do Sul... E por todos. Eu vivo numa aldeia em conflito, chamada Aldeia Nhanderu Marangatu, e onde o nosso... Estou aqui para pedir apoio para o Senado e também porque o nosso... A nossa terra foi demarcada e homologada e está parado o processo no Supremo Tribunal Federal. E que, até agora, não foi julgado. E, com essa demora da Justiça, o nosso povo está sofrendo, os Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, com a demora da demarcação das terras e com a falta de atendimento, como eu já falei, ao nosso povo, os Kaiowá, lá em Mato Grosso do Sul, que é pouco ouvido e ninguém atende e a gente está como uma... Estamos pedindo para que esse Senado atenda, que venha a olhar com mais atenção, com mais carinho para o povo Guarani-Kaiowá, que vive em Mato Grosso do Sul, e a todos os povos. Porque o Mato Grosso do Sul, a gente tem mais de 70 pessoas, 70 mil pessoas. E estamos vivendo em pouquíssimas terras.

Só para entender: na aldeia que eu moro, a gente vive praticamente em oito hectares, porque é a única terra legal que a gente pode ocupar. E o restante, que está demarcado, sendo ocupado pelos gados e outras coisas que não são ser humano. Então, isso vem ocupando o Mato Grosso do Sul inteiro e nós estamos na luta pela demarcação de terra para o nosso povo, e a gente espera que, antes que termine o mandato desse Senado e do Presidente Lula, que essas terras sejam demarcadas em Mato Grosso do Sul. Para esse...

[palmas]

SRA. LEIA AQUINO: Ainda esperamos até o final desse ano. A gente espera que, ainda 2009, chegaremos a comemorar a demarcação e a entrega do total da terra Nhanderu Marangatu, também, para o povo Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul. É isso, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero dizer, antes mesmo de os demais, à Lea que pode ficar certa que, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos trabalhar para que, até 2009, possamos comemorar essa demarcação. Não depende de nós, mas nós vamos brigar por isso.

Quero, antes de passar a palavra ao próximo orador, passar a palavra a outro Senador, que é o Senador João Pedro, do Amazonas. E, como Presidente da Comissão, agradecer que ele tenha feito todos os trâmites para que vocês estejam aqui. Eu, lamentavelmente, não estava previsto nem vir a essa Comissão hoje. Eu ia fazer outras coisas, mas, quando eu soube que vocês estavam aqui e desses problemas todos, eu imediatamente vim para cá. Mas, se não fosse o João Pedro, o problema estava todo ainda para ser resolvido.

Quanto ao local, não estava preparado esse, porque nós esperávamos que fosse no máximo 100 pessoas. Então, na nossa Comissão, que eu convido que quiserem para ir lá depois conhecer, cabe no máximo 100. Então, foi preciso arranjar um outro lugar, tivemos que desalojar os do circo para que a gente possa estar aqui. Por isso deu esse problema. Eu passo a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Presidente Cristovam... Senador Cristovam. Bom dia a todas e a todos que estão aqui, do Brasil, companheiros, dirigentes, que estão aqui compondo a Mesa desta Sessão. Todos estão aqui, tranquilos. No início, foi mais tenso porque não tinha espaço, mas conseguimos esse espaço. Está todo mundo aqui. Eu quero dizer para os companheiros que eu sou Parintintim, lá do Amazonas, vizinho dos Sateré-Mawé, que tem uma representação aqui dos Sateré. E o meu mandato, ele tem se pautado em apoiar questões nacionais, mas questões muito presentes na nossa região amazônica. Uma delas é a discussão sobre a questão indígena. Ponto de vista da saúde, ponto de vista da demarcação das terras indígenas, da educação indígena, dos

direitos que os povos indígenas têm e precisam ser respeitados pela nossa sociedade.

Eu quero dizer que eu quero me congratular com este evento que não é o primeiro, Senador, acho que é o quinto ou sexto evento Terra Livre, não é isso? Sexto. É o sexto evento nacional, faz parte da agenda do movimento indígena esse evento aqui em Brasília, e eles têm uma agenda grande... Então, essa agenda, no Senado, eu penso que é normal, e deveria ser mesmo aqui na Comissão dos Direitos Humanos. Eu quero dizer da minha alegria de estar aqui. Eu quero dizer da minha alegria em intermediar o acesso ao Senado, o acesso ao Senado. E dizer que nós aprendemos, nós, Parlamentares, aprendemos muito nessa relação, nessa relação. A sociedade brasileira precisa compreender essa distância que tem, em termos de um olhar, o olhar da sociedade, o olhar do Estado Brasileiro em ter um olhar solidário para os povos indígenas.

Eu conheço uma série de demandas na minha região, eu tenho uma pauta que meu mandato vem trabalhando, no sentido da solução de questões, como, por exemplo, eu já estive lá no Vale do Javali com lideranças indígenas, discutindo a questão junto à FUNAI, da Hepatite B, já fiz pronunciamentos aqui em relação à questão, chamando a atenção sobre problemas gravíssimos de Hepatite B. Agora mesmo, participei de uma conversa com as lideranças indígenas e o Presidente Lula e o Governador Eduardo Braga, lá no Amazonas, para que haja uma política de construção de moradias, Senador Cristovam. São muitos os povos indígenas que vivem em Manaus, na cidade. A cidade de Manaus tem dois milhões de habitantes. E tem um número significativo de povos indígenas, de várias etnias, que vivem em Manaus, precisando de uma atenção, de casas... E nós tiramos, nessa Comissão, tem inclusive uma liderança Sateré-Mawé, que eu acabei de falar com ela, aonde discutíamos a questão de moradia para os índios lá em Manaus. E isso é uma coisa muito importante. Eu quero dizer do meu apoiamento, da minha compreensão em apoiar a demarcação das terras indígenas. Fico muito preocupado, por conhecer essa demanda, e ouvir da Leia que o povo dela tem oito hectares de terra. Isso é muito pouco. Isso é nada.

Eu espero que a FUNAI possa olhar, com muito carinho, o nosso Presidente Márcio Meira, que é uma pessoa comprometida com a questão indígena. O Presidente da FUNAI, que é o Márcio, de olhar com atenção essa situação de vocês. Oito hectares, na Amazônia, para os povos indígenas é nada. Isso é inconcebível. 1500 pessoas em oito hectares.

Então, quero dizer, Presidente, nós podemos, sim, conversar com o Presidente Michel Temer no que diz respeito ao Estatuto do Índio, que está aqui, são 14 anos que está ali na Câmara. 14 anos, não é isso, Marcos? 14 anos e cinco meses, o Marcos Apurinã está me colocando aqui. Está na Câmara o Estatuto. Então, a gente precisa, evidentemente, ter uma posição do movimento, também em termos de propostas, para que a coisa ande. Conversar com o Relator... Quem é o Relator hoje do Estatuto? Está parado, né? Está parado. Então, nós podemos fazer, tirar concretamente, Senador Paulo Paim, Senadora Marina, que é uma pessoa também comprometida com a causa, Senadora Fátima Cleide, de nós irmos até o Presidente Michel Temer para fazer andar esse Estatuto. O movimento indígena não pode ficar sem uma lei que possa garantir verdadeiramente os seus direitos. Então, nós podemos tirar concretamente isso, que é uma visita ao Presidente Michel Temer e suscitar a tramitação disso.

Quero dizer do meu apoiamento à luta dos povos indígenas, fiz parte de uma Comissão de Senadores e Deputados que estivemos com o Presidente do Supremo, quando estávamos discutindo Raposa Serra do Sol, fiz parte dessa comitiva de vários Parlamentares, que visitaram o Presidente Gilmar Mendes, do Supremo. Então, a Casa aqui é de vocês, é legítima a presença de vocês aqui, e está aqui todo mundo com tranquilidade. Eu quero dizer que meu mandato está comprometido com a luta dos povos indígenas do Brasil, com a luta dos povos indígenas da Amazônia. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quero saudar aqui o Marcos, que é uma liderança da COIAB, uma liderança importante lá na Organização, lá na Amazônia, dos povos indígenas, a COIAB, que tem seu Presidente, que é o Gecinaldo. Eu penso que, hoje, é um dia importante na Comissão de Direitos Humanos, no sentido de ouvir também vocês e de nós tirarmos concretamente uma ação dentro do Congresso, para que o Estatuto do Índio possa tramitar e sair dessa dormência há 14 anos, está bom? Um abraço para vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, antes de passar a palavra para o Lisio Lilli Terena, eu quero dizer que aqui está conosco o Senador Paulo Paim, que eu chamo para vir compor a Mesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou aqui já.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer para vocês... Cadê o Paim? Deixa ele sentar ali para eu mostrar para vocês como... Mostrar a vocês como... Os brancos dizem que são inteligentes, tudo, mas você vê, tudo igual. Aí, cada um de um jeito. É muito mais riqueza, é muito mais imaginação, muito mais cultura. Não tem dois vestidos iguais. E a gente aqui é tudo igual. É por isso que eu digo que quero dizer para vocês que essa é a plateia mais bonita que eu já vi, em todas as vezes que eu estive aqui nessa cadeira... Da beleza da pluralidade, a beleza do colorido, a beleza da imaginação de cada um de vocês. Eu quero, por isso, agradecer. E, no fim, vamos ouvir o representante de cada Estado, não apenas os que estiverem aqui. Qualquer Estado que quiser vir aqui trazer sua reivindicação, vai ter lugar para falar aqui. E, no fim, vamos fechar quais são os compromissos que a Comissão de Direitos Humanos assume com vocês, de lutar pelas reivindicações que vocês têm —

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permito. Ele pediu para organizar melhor. E eu acho que ele tem mais condições mesmo de organizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, a gente pediu aqui para o nosso Presidente, nosso Senador Cristovam, para que cada Estado possa aqui trazer, no máximo de dois minutos, sua reivindicação. Então, no caso da Amazônia brasileira e Nordeste, Sul do país, Centro-Oeste, escrevam. No caso, nós somos nove Estados. Então, se organizem e tragam o nome. Estou pegando já dos Caiapó, do Acre e Rondônia. E tragam outros nomes de outros Estados que tem. Por favor, num papel aqui para entregar para a Mesa. Ok? E, assim, outros Estados também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu chamo, portanto, o Lisio Lilli, Terena, para fazer uso da palavra. Lisio, tem microfone aí para você ou não?

SR. LISIO LILLI: Sr. Presidente, Senador Cristovam, Senador João Pedro, Senador Paulo Paim, grande lutador das causas indígenas, nós estamos saindo daqui, Senador Cristovam, aqui perto, reunidos com 1.200 índios, mais de 160 povos, que saíram dali de perto e vem aqui buscar de vocês, do Parlamento aqui do Brasil, a solidariedade, a compreensão... Agora mesmo falei para o Senador Paulo Paim, o abraço humano, Senador. Nós queremos ser abraçados por essa Casa.

Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, vocês que vivem as questões sociais, vocês sabem o que significa um abraço. Abraço amigo, abraço fraterno, abraço de irmão, abraço de compreensão... Nós precisamos, Senador, do abraço humano porque vivemos, no passado, momentos desumanizadores. Nos trataram, Senador, não como pessoas, não como indivíduos portadores de identidade, portadores de uma cultura diferente. Nos tutelaram, nos escravizaram, nos tiraram dos nossos territórios. Nós estamos... Nós fomos humilhados. Nós fomos destratados, nós fomos enxotados. E nós vivemos esse estigma de humilhação e nós queremos sair dela, como cidadãos que somos, igual a vocês, como cidadãos que merecemos da sociedade e dos Poderes constituídos o tratamento fraterno. Isso que nós fizemos aqui fazer. Por isso que todos nós, essa massa humana de 1.200 índios, mais de 160 povos, vieram ali e pediram e empurraram e abriram as portas desse Parlamento para que pudéssemos aqui falar aquilo que nós sentimos. E vamos falar, Senador. Vamos falar das dores do passado porque, desumanizados como índio, desterrados de nossos territórios, fomos humilhados e estamos em terras fracionadas, como disse a Leia, terras pequenas, diminutas, reduzidas, que não temos como produzir os nossos alimentos, que não temos como brigar pela nossa autonomia.

Hoje nós somos povos dependentes, que precisamos com que o Governo nos doe, nos ofereça, numa atitude, senhor, ingrata, oferecer cestas básicas para que possamos remediar os nossos filhos, alimentar os nossos filhos, alimentar as nossas famílias porque o Estado, incompreensível, nos colocou, Srs. Senadores, numa situação que nós não queríamos, que nós não aceitamos e nós não suportamos.

Essas são as histórias do passado. A Leia, agora mesmo, ela disse: "Essas são histórias do passado". Mas, presentemente, depois da Constituição de 88, nós ainda assistimos isso. Nós temos, lá no Estado do Mato Grosso do Sul, o Poder Legislativo. O Poder Legislativo. Os Deputados Estaduais, os Deputados Federais do nosso Estado, ao invés de representar os povos, eles representam interesses... Interesses, Sr. Senador dos latifúndios, essa representação estadual que temos, eles vem aqui para representar interesses. Não representam o povo de Mato Grosso do Sul. Representam interesses. Representam canavieiras, representam agronegócios, representam latifúndios, representam, Senadores, o comércio, aquele comércio de monocultura, que empobrece os pobres. Essa é a fotografia do nosso Parlamento lá em Mato Grosso do Sul. E não é diferente a postura do nosso Governo do Estado. O Governo do Estado, Sr. Senador, eu peço aí

que registre, o Governo do Estado, representado pelo Sr. André Puccinelli, ao invés de assumir aquela postura de líder de Estado, ele vem perseguindo os índios.

Senador, eu peço a atenção de V.Exa. Eu peço a atenção de V.Exa. O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul é contra a ampliação do nosso território. Ele não tem recebido os índios sequer para uma conversa digna e respeitosa. Ele não tem aceitado, Senador, e por isso eu peço... Eu peço à V.Exa., em nome do 6º Acampamento Terra Livre, que faça uma notificação ao Governador, em nome dos índios do Brasil, para que ele compreenda que nós não aceitamos esse estado de coisas lá em Mato Grosso do Sul, que certamente essa é a situação de todos os outros Estados. Se todos pudessem falar aqui, Sr. Senador, haveriam de denunciar o estado de cada um, estado de miserabilidade, o estado, Srs. Senadores, do desconforto que tem, de serem destratados.

Por essa razão, quando vínhamos aqui, Senador, quando estávamos passando aqui pelo Parlamento, nós tínhamos aqui conosco dois momentos inusitados da nossa vida, primeiro de emoção. Nós estamos todos, todos nós, os índios, certamente emocionados. Porque nós estamos no Parlamento brasileiro. Nós estamos –

[palmas]

SR. LISIO LILLI: Nós queríamos estar nessa Casa... Não gostaríamos de conhecer um Parlamento que apenas atenda os interesses. Nós gostaríamos de ter um Parlamento, Sr. Senador, que tivesse a voz dos diferentes. Nós não temos. Os Terenas não tem, nessa Casa, a sua voz. A Leia acabou de dizer, o povo Kaiowá, o povo dela, não tem, nessa Casa, a voz dela. Outros índios Caiapó, Guajajara, Xavante, não tem, nessa Casa, a sua voz. E isso precisa mudar, Sr. Senador. Isso precisa mudar. A democracia representativa está mal. A democracia participativa, ela precisa ter valor. Nós representamos a democracia participativa. Nós representamos a voz do povo brasileiro. Nós fazemos parte dela porque a Constituição nos diz. E por isso nós temos que ter a palavra nessa Casa. As palavras dos interesses daqueles, dos outros, ela não pode nos representar. Por isso reclamo aqui do Parlamento do meu Estado. Por isso reclamo aqui do Governo do Estado, que, em tese, devia trazer para essa Casa e lá no Parlamento do Estado e do Governo do Estado, a voz dos povos que estão no Mato Grosso do Sul. Mas nós não vivemos isso. Nós vivemos momentos diferentes.

Por isso nós estamos emocionados de estar aqui, Sr. Senador Cristovam, de dizer para o senhor que nós nos sentimos em Casa. E gostaria de pedir a vossa atenção, para que eu pudesse lhe dizer e transmitir a vontade do nosso povo. Nós temos a intenção, ainda saindo daqui, há poucos instantes, conversando com o líder Ramão, ele dizia do sonho de Gecinaldo, do sonho do Ângelo Cretã, usa o nome do pai dele agora, um grande líder. O sonho do Uilton Tuxá. Grandes líderes que representam esse movimento, que nós gostaríamos de ver, além daquilo que a Leia falou, a revisão da 6.001, a retomada dos nossos territórios, a implantação quem sabe, do Parlamento indígena, para que os índios possam, como vocês, falarem aquilo que pensam, aquilo que sentem, aquilo que os emociona. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Senadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Romancil Cretã, Kaingang.

SR. ROMANCIL CRETÃ: Quero cumprimentar a Mesa e o Senador Cristovam Buarque. Gostaria que não só tivesse o Senado, que são favorável e que muito tem defendido [interrupção no áudio] o direito dos povos indígenas, mas também gostaria que estivessem sentados aqui aqueles Senadores de outros Estados, de outras regiões, que também são contrários ao direito dos povos indígenas. Sou lá da Região Sul, sou Kaingang. A nossa região, a Região Sul, não passa situações diferentes do que tudo que vocês, dessa Casa de Leis, estão ouvindo. Hoje, na nossa região, a população indígena tem crescido dia a dia. As nossas terras, que foram feito Reforma Agrária, nos anos 60 e 70, nunca mais foram revisadas. Sabemos aqui que aqui é uma Casa de leis, mas não é uma Casa de execução, porque quem tem que executar a demarcação das nossas terras, para que nós possamos fazer a revisão de nossos territórios na Região Sul, mas em todo o Brasil, tem que ser responsabilidade da FUNAI e não responsabilidade dessa Casa. Essa Casa, ela é responsável pelas leis e não para executar as leis, como os órgãos que tem essa função, para nós, como povos indígenas de todo o Brasil.

Me surpreende aqui saber que um número pequeno desta Casa é favorável. Me surpreende também saber que a maioria desta Casa é contrária às nossas questões. Mas hoje esse acampamento, que já estamos na 5ª edição, o momento máximo de nós, como povos indígenas, temos feito, durante esses cinco anos, nesse acampamento, que é fazer as nossas reivindicações e também cobrar os nossos direitos constitucionais, que esse Estado Brasileiro tem faltado com nós, durante esses 500 anos.

Hoje, nós somos a cara desse país. Somos a cara desse Brasil. Somos ignorados por essa sociedade, sociedade brasileira, sociedade européia, que entra dentro dos países, não respeita a cultura de outros povos, sempre se acham, que tem o poder de tudo, que eles que conhecem as leis, querem nos adaptar às leis deles e não respeitam a nossa cultura, a nossa diversidade como povos indígenas desse país. Não nos conhecem, nos ignoram. Precisamos que essa Casa aqui crie, sim, crie Justiça, mas uma Justiça digna, que passe pela educação dos brasileiros, que eduque o brasileiro a respeitar nós, porque não somos nós que criamos as universidades nesse país. Não somos nós que formamos os advogados desse país. Não somos nós que formamos esses Parlamentares desse país. Não somos nós que formamos os Deputados, os Senadores, nem o Presidente da República. Nós que formamos dentro de uma universidade, dentro de uma escola. Precisamos, sim, que essa Casa crie leis, mas que os brasileiros comecem, desde criança, sabendo e respeitando nós como os povos indígenas desse país porque não queremos eles inimigos nossos.

A cada dia que nós avançamos numa questão, nós perdemos em outra. É decepcionante, para nós, dentro desse país, saber que uma Casa que é responsável pelas leis também quer executar a demarcação de terras indígenas também aqui nesse país. Eu não acredito que se passar demarcação de terra para essa Casa aqui, que vai ser demarcada uma terra indígena nesse país daqui para a frente. Eu desafio essa Casa a demarcar uma terra indígena--

[palmas]

SR. ROMANCIL CRETÃ: Porque não foram nós que colocamos essas pessoas aqui dentro. Tem que entender isso. Não fomos nós. Foram os grandes produtores, foram os grandes, que roubam nossas terras, que derrubam nossas matas, são as pessoas que estão de olho no minério dentro de nossas terras. Eles que colocam eles aqui dentro e agora eles vem contrário a nós, diz que somos um perigo para a soberania, que nós, os índios, somos perigo para a soberania. Mas o arrozeiro que está lá não é perigo, não. Que fica prejudicando o meio ambiente, que contamina o rio, esse não é o perigo. Não querem que nós faça segurança da fronteira do nosso país, se foi nós, os povos indígenas, que demarcamos essa fronteira. Esse Governo, por que é que não vai na Região Sul, aonde que não é por nós, os povos indígenas, fazendo a fronteira para ver o que passa lá. O armamento que passa lá, as drogas que passa lá, toda a roubalheira que tem, de outros países, que alimenta a Europa e passa por nossa região. Por que é que agora se preocupa com a Amazônia, dizendo que tem que ser o Exército que tem que fazer isso? Quem tem que fazer o papel disso somos nós, porque nós que fomos responsáveis por essa fronteira desse país, que conseguimos garantir o espaço brasileiro e muitos são ignorados.

Então, eu quero fazer um pedido a essa Casa, que não seja executora, mas que seja uma Casa que aqui se saiam as leis, porque nós, povos indígenas, cinco milhões morreram. Um milhão por Século, há 500 anos, cinco milhões. Mas hoje estamos aqui, firme e forte, e ninguém... Eu acredito que esse Estado Brasileiro nos desafiou quando disse que ia trazer a demarcação de terra aqui para essa Casa. E por isso que hoje nós de Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, estamos aqui mostrando essa força, essa União durante esses dias, no Acampamento Terra Livre.

Então, meus parentes, eu quero que vocês levem para cada um de vocês... Porque nós, antes de nós chegar aqui nessa Casa, nossos pais, nossos avós pagaram com a vida. E nós também, se tiver que pagar com a vida, se preciso for, teremos que fazer a mesma coisa. Será que assim podemos chamar atenção desse Estado Brasileiro? Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo agora para falar pelo povo Tuxá, o Sandro Hawaty.

SR. SANDRO HAWATY: Bom dia a todos e a todas. Antes de mais nada, saudar a Mesa, nas pessoas do Senador João Pedro, Senador Paulo Paim, que é um grande militante da causa indígena, posso dizer assim, que tem sempre nos ajudado a proporcionar esse momento, de igual maneira, o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, aqui do Senado.

Bem, meus parentes, antes de mais nada, me sinto muito orgulhoso de ter oportunidade de estar falando em nome da minha região, que representa os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Ceará, Pernambuco.

Bem, nós, povos indígenas que aqui estamos, acampados há mais de quatro dias, em nosso Acampamento Terra Livre, tendo a participação de pouco mais de 1.200 lideranças indígenas de todo o Brasil, com mais de 135 povos aqui representados, ficamos, assim, surpresos, indignados, Srs. Senadores, quando tomamos conhecimento de um Projeto que foi apresentado, ontem, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Projeto indigno, Projeto anti-indígena, Projeto de genocídio contra as populações indígenas. Porque, Srs. Senadores, se nós não tivermos garantida a nossa Mãe Terra, se nós não tivermos garantido o direito do

nosso território, não existiremos mais como povos indígenas. E trazer ao Congresso Nacional o direito de determinar se a terra é indígena ou não, no processo demarcatório, é um Projeto nefasto é um Projeto de genocídio a nós, população indígena.

Esse Deputado, Senador, perdão, vem apresentando uma postura anti-indígena, e pedimos a ele que reveja esse posicionamento junto a essa Casa. Temos o nosso direito assegurado na Constituição e queremos que ele seja preservado. Agora, nesse Acampamento Terra Livre, vemos fortemente debater a questão do nosso Estatuto. Como é de conhecimento dos Srs. Senadores, Sr. Paulo Paim, sobretudo, há vários Projetos nesta Casa, Projetos esses que restringem os nossos direitos historicamente adquiridos. E mesmo nós sabendo que nesta Casa não temos um representante indígena, de cargo, eleito pelo povo, nós nos sentimos representados pelos senhores, que vem, há muito nos ouvindo e proporcionando esses momentos. E queremos pedir, em nome de toda a parentada que está aqui, que sejam os senhores os nossos porta vozes na defesa desse Estatuto.

Trazemos aqui, nesse momento, uma proposta consolidada por todos os povos indígenas do Brasil, através de 10 oficinas que ocorreram em todas as regiões, aonde tiveram a participação de mais de mil lideranças, e consensuada através do Acampamento Terra Livre, trazendo as ponderações que foram debatidas na Comissão Nacional de Política Indigenista. Então, esse texto do Estatuto dos Povos Indígenas é um texto consensuado por todos os povos indígenas do Brasil e é ele que nós queremos que seja defendido, a rigor, no Senado, na Câmara dos Deputados.

Pedimos aos Srs. Senadores que apóiem a forma, na íntegra, que está esse texto e possa conosco construir um diálogo junto ao Senado e junto ao Congresso, junto à Câmara dos Deputados. Nele, consta a vida dos povos indígenas. Precisamos que seja urgentemente garantida a tramitação e a aprovação desse Estatuto. Não podemos mais viver sem a aprovação desse Estatuto. Projetos como projetos de mineração, projetos que vislumbram a construção de hidrelétrica, projeto de construção de unidade de conservação nas nossas terras, tudo isso não atende aos interesses dos povos indígenas.

Por isso precisamos de uma lei que direcione como vai ser aplicado o nosso direito e não podemos mais esperar a não... Não podemos mais esperar a aprovação desse Estatuto. Nós queremos que ele seja imediatamente debatido e aprovado. E contamos com o apoio dos Srs. Senadores.

[palmas]

SR. LISIO LILLI: Eu queria fazer uma reflexão em nome dos povos indígenas do Nordeste e em nome... Do Nordeste e do Leste, e em nome dos povos indígenas do Sul e em nome de todos os povos indígenas do Brasil, melhor dizendo. Nós agradecemos ao Governo, ao Presidente da República, aos Senadores, aos Deputados, ao Supremo, a todos aqueles que fizeram valer e fizeram Justiça aos nossos direitos já garantidos, quando homologaram a terra Raposa Serra do Sol, que por nós foi, por muito tempo, uma grande bandeira de luta do movimento indígena. Essa resposta do Governo Federal é valorosa aos interesses dos nossos povos indígenas.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que demarcação de terras indígenas é um problema grave em todos nossos territórios, especialmente no Sul e no Nordeste, aonde há uma paralisia, nesses processos demarcatórios, aonde nossas terras são extremamente reduzidas, aonde nós terras estão extremamente impactadas, aonde nossas terras estão sendo extremamente degradadas pelos não índio. A exemplo da terra indígena dos Pataxó-Hãhãhãe, que está, há mais de 20 anos, paralisadas, sem uma decisão.

[palmas]

SR. LISIO LILLI: É preciso que a sociedade brasileira entenda que, dos 12% das terras que hoje nós temos ocupado, que são as terras genuinamente brasileiras, porque a nós cabe usufruto, não é um bem negociável, é uma terra da União. Esses 12%, acho que 90% deles estão na Amazônia, e que é bom que esteja na mão dos nossos parentes porque eles que garantem a defesa dessa mãe natureza, das nossas florestas.

Em relação às nossas outras regiões, nossas terras são extremamente reduzidas. Precisamos que o Governo adote uma medida, adote medidas emergenciais, potencialize as ações da FUNAI para que processos que estão historicamente paralisados em nossos Estados possam ser desengavetados e possam ser tramitado na forma que está garantida no Decreto 1.775, da forma que está garantida em lei. Srs. Senadores, a situação de nossas áreas é gritante. Nossas lideranças estão constantemente sendo criminalizadas pelas suas ações de militância na defesa de sua luta pela mãe terra, a exemplo do nosso guerreiro, Cacique Babau, a exemplo de nossos guerreiros lá do Truká, Neguinho Truká, a exemplo do nosso guerreiro Marquinhos Xucuru, a exemplo do nosso guerreiro Joel Brás, que hoje não pode sair de sua área porque historicamente lutou pela defesa do território. Tudo isso que se agrava por não definição da nossa garantia da nossa Mãe Terra. E esses conflitos tendem a aumentar. Por-

que é chegado o momento... É chegado o momento de nós não aguentarmos mais esperar. E temos que ir, cada vez mais, para o confronto direto.

Recentemente, Srs. Senadores, sobretudo Sr. Senador Cristovam Buarque, da Comissão de Direitos Humanos, houve uma ação vergonhosa, cometida pela Polícia Federal, no Estado da Bahia, lá no povo... Lá no povo Tupinambá. Ação essa que estava aparato de guerra, helicóptero, bomba de gás lacrimogêneo, metralhadoras, balas de borracha foram atiradas contra nossos parentes, índio recebeu spray de pimenta nos olhos, índio foi preso, foi apanhado, e até agora ainda não tivemos as devidas providências. Não podemos mais aceitar que uma bandeira de luta, uma bandeira histórica de luta dos povos indígenas seja criminalizada. Nós temos o direito sagrado, dado pelos nossos antepassados, de lutar pela nossa Mãe Terra. Tudo isso era nosso. Nós só queremos um pouco. Só queremos o direito a viver com dignidade. E precisamos que, através dos senhores, esse direito possa ser adquirido. Era isso que eu queria falar e muito obrigado, meus parentes.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu convido o último orador dessa lista, antes de passarmos aos representantes dos Estados. O último é o Marcos Apurinã.

SR. MARCOS APURINÃ: Bom, bom dia, parentes que estão aqui presentes... Queria agradecer especialmente à Região Norte do país, aqui presente. Eu vou falar pouco, parentes, para que vocês mesmo, que tem aqui nove Estados, nove representantes, possa dizer isso a esses Parlamentares que estão aqui na Mesa.

Eu queria agradecer ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que é o nosso Senador Cristovam Buarque, por essa iniciativa que tem nos concedido a estar aqui, a depois de uma longa espera, quando a gente já tinha combinado, ontem, com os Parlamentares que visitaram o nosso acampamento. E gostaria de dizer, antes, que essa Casa não pertence só aos não indígenas. Essa Casa pertence a nós também. E por isso nós estamos aqui, cobrando nossos direitos também, para que nós possamos, de fato, estar reivindicando o direito de cada povo.

Em nome da Comissão, da Mesa, eu agradeço todos os nossos... pessoas que estão aqui presentes, inclusive o Senador João Pedro, que nos contribuiu bastante aqui e as pessoas que cederam esse local para nós. Eu queria falar, Senador Cristovam e demais, que, de forma *alguma*, falando como líder do Norte do país, aonde a maioria da floresta está intacta dentro na nossa reserva, por conta de nossa própria luta, nós não vamos permitir que as terras indígenas não sejam demarcadas. Nós queremos, Ministro, que essa Casa possa, de fato, atender o pedido dos povos indígenas junto às outras duas esferas que tem nesse país. Que possa, de fato, terminar de demarcar as terras indígenas que tem no Brasil. Porque do contrário, Senador, nós... Ou a gente se acaba ou a gente não vai deixar isso acontecer. Porque só assim nós vamos ter nossa floresta com ar livre, com água potável e a nossa biodiversidade rica, que temos nesse país, intacta. E, para isso, quem tem que dizer como que tem que ser feito isso são os senhores aqui. Porque os senhores que, nessa Casa, demandam, criem lei para seja aplicado em nossas comunidades. No entanto, essas lei, elas só funcionam para nós; para os grandes empreendedores, ela não funciona. Ontem... Esse acampamento tem esse objetivo de tirar conclusões, de idéias e pensamento de comunidade, povos indígenas, aqui no Acampamento Terra Livre, ao mesmo tempo, trazer essa diversidade cultural, esse intercâmbio, para poder a gente, junto, reforçar o nosso povo indígena do Brasil.

Esse Acampamento, ele tem esse objetivo de buscar fortalecer nosso movimento. Portanto, nós temos obrigações e como temos também de receber desse país, minimamente, uma saúde, uma educação de qualidade para o nosso povo. Nós só vamos ter isso, Ministro, quando vocês terminarem de demarcar nossa terra, fazer a desintrusão das terras indígenas e fazer as fiscalizações, que são as proteções das nossas terras. Do contrário, não adianta só demarcar terra.

Outra coisa, nós não queremos que essa Casa tire, de direito, o que nós temos, cultural, e que compre terra para nossos povos, não. Nós queremos a terra onde está nosso cemitério, onde nossos líderes estão enterrados culturalmente, espiritualmente nós temos. Nós não queremos isso, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. MARCOS APURINÃ: Com certeza, os parentes vão falar mais de demarcação. Como eu falei que vou falar pouco, vou falar da questão da PEC 38, que tem como proposta, Ministro, de tirar o poder de demarcação das terras indígenas para o Senado. Me diz uma coisa: o Senador ou Deputado que tem terra indígena perto da terra indígena dos índios, de nosso povo, como é que ele vai demarcar e fazer fiscalização etc., se a terra é dele? Como é que ele vai dar terra para nós, se a própria terra é dele? Isso não existe lógica. Isso não pode acontecer. Até porque vocês, Ministros, são passageiros nessa Casa. Então, tem que ter uma política, de fato, para que possa nós trabalhar demarcação na nossa terra. E essa proposta, como

é uma proposta do Projeto do Mozarildo Cavalcanti, não vai passar.

Eu vou dizer uma coisa aqui. Nós estamos preparados, Presidente, Senador, de resistir, se assim essa Casa, assim o Governo decidir fazer qualquer algo diferente que o Estatuto dos Povos Indígenas tem que estar dentro dos povos indígenas, nós vamos resistir e nós vamos até o último índio, se for o caso.

[palmas]

SR. MARCOS APURINÃ: Lá na nossa aldeia, cada pessoa que vem aqui, 1.200 indígenas, alguém está esperando proposta lá. Alguém está esperando uma solução. Todo mundo está preocupado com a questão do Estatuto. Esse Estatuto, se ele tem que ser votado, ele tem que ser votado respeitando a diversidade de cada povo: Caiapó, Xavante e outros povos de todas as regiões. E nós não queremos que os Deputados tire o que tem lá dentro de benefícios às comunidades porque aquilo lá é nosso de direito. Não tem que estar tirando. A questão da mineração... Tem que ser respeitado. Do contrário, nós não vamos deixar entrar na nossa aldeia. Na minha aldeia, eu digo, lá eu sou autoridade. Vocês são autoridade aqui. Lá, eu mando.

[palmas]

SR. MARCOS APURINÃ: Então, a lei tem que ser coerente. Coerente, respeitando todo mundo. A questão da Raposa Serra do Sol foi demarcada terra contínua numa luta de todos os índios do Brasil. Porém, "índio ganha, mas não leva". Foi isso que o jornal falou e os empresários falaram. As 19 condicionantes, essa é uma das coisas também que nós não vamos permitir dentro da nossa aldeia, dentro das nossas terras. Porque é nosso, nós não temos que ser atropelado, como já fomos. Tiraram de nós, de direito, nossa cultura, violentaram nosso direito e ainda estão resistindo isso. E não vamos deixar que essas 19 condicionante possa estrangular e extrapolar nosso direito dentro das nossas terras indígenas.

A questão do PAC, que destrói diretamente as nossas terras indígenas, esse PAC, ele não pode continuar fazendo hidrelétrica, rodovia, levando destruição nas nossas terras. Não pode. Nós devemos ser consultado, como diz a lei. Nós estamos denunciando na ONU que nosso direito está sendo violentado, nós não estamos sendo respeitados. Eu acho que o Governo tem uma agenda com o movimento, parabéns, mas não atende à demanda. Nós não somos cachorros, nós não somos animais. Nós somos ser humano, nós temos que ser respeitados.

[palmas].

SR. MARCOS APURINÃ: Não é porque nós somos índio, que vive assim, que vocês vão olhar nós na estátua, nos jornais, na televisão. Nós somos ser humano. Nós votamos e votamos para os senhores, ajudamos a deixar vocês aqui para ficar oito, quatro anos nessa Casa, e exigimos nossos direitos. Nós entendemos também que os senhores faz algo para os povos indígenas. Mas não é suficiente, não. Não é porque nós somos minoria, nós vamos ser esquecido, não. Por isso eu peço ao senhor um apelo para que esse... Essa PEC 38, ela não passe. O PT, todos os 11 Deputados que assinaram a favor, para colocar essa proposta em votação, Ministro, isso é uma calamidade se acontecer isso. E aí vocês vão ver os índio morrer porque nós não tem arma, não; nós vamos dar nosso sangue, como nossos antepassados deram, a nossa vida para defender a nossa terra.

[palmas].

SR. MARCOS APURINÃ: Eu vou ler um documento aqui, pequeno, que é para nós fazer... É a assinatura de um abaixo assinado, para aprovar aqui um documento. "Nós, povos indígenas do Brasil, abaixo assinados, reunidos no 6º Acampamento Terra Livre, vimos, por meio deste, pedir a V.Sa. a aprovação imediata da PLC 180/08. Queremos que esta PLC seja aprovado, contemplado, dentro dos 50% de vagas reservado para coletas... Pelas escolas públicas e proteção das vagas destinada aos indígenas e negros".

Então, esse documento vai ser assinado aqui para atender às nossas cota. Eu quero, antes de terminar minha fala, chamar o nosso líder, Estevão Carlos Taukane, da Federação dos Povos Indígenas do Mato Grosso, para fazer a leitura do nosso documento do Acampamento Terra Livre. Companheiro Estevão Taukane, por favor, se dirija ao microfone para fazer a leitura. E depois nós temos aí a região para entrar, começar a falar, o Estado de Rondônia, após a leitura do documento. E muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer enfáticas palavras feitas pelo Marcos, quero dizer que somos solidários com vocês, que, no final, eu quero propor que um grupo de vocês fique para podermos acompanhar dia a dia o que a gente vai fazer. Porque nós não temos o poder de fazer as coisas, mas temos força para fazer pressão.

E nós vamos passar agora a convidar os representantes dos Estados. Nós não temos os nomes aqui. O Marcos tem. Eu vou pedir licença a vocês, que eu tenho que ir aqui, um minuto, no Plenário, porque vamos começar lá outra Sessão e, depois, eu começo,

passo para alguém e volto para aqui. Eu vou estar aqui, antes que termine essa Sessão, porque nós temos que definir o que é que vamos fazer realmente para dar o apoio que os povos indígenas precisam no Brasil. Eu vou lá e volto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu passo a Presidência, enquanto vou ficar fora alguns minutos, para o Senador Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu passo, de imediato, a palavra ao Carlos, né? Estevão. Estevão Carlos Taukane. Ele vai fazer a leitura do documento. Está com a palavra.

SR. ESTEVÃO CARLOS TAUKANE: Eu quero, em primeiro lugar, pedir a grande sabedoria do nosso Pajé, o nosso Deus, nosso Tupã e também ao nosso Kuamote, ao Iavé, para que nos ilumine durante a leitura desse documento importante. Eu quero a atenção dos senhores companheiros, lideranças, caciques, guerreiros e guerreiras do Brasil inteiro, de todo o Brasil, do Nordeste, do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e do Norte.

Eu sou Estevão Carlos Taukane, mais conhecido por Taukane, do povo indígena Bacairi, Cura. "*Documento final do 6º Acampamento Terra Livre. Nós, lideranças de 130 povos indígenas diferentes, reunidos em mais de mil, em Brasília-DF, em nosso 6° Acampamento Terra Livre, de 04 a 08 de maio de 2009, com o objetivo de consolidar propostas para um novo Estatuto que, por fim, regulamente os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal, e ainda para formarmos... Tomarmos conhecimento da situação dos direitos dos nossos povos, nas distintas regiões do país, no intuito de construirmos perspectivas comuns para a defesa desses direitos aos distintos Poderes do Estado Brasileiro e à opinião pública nacional, internacional.*

Manifestamos ao Poder Executivo: Item 01: É lamentável a demora que caracterizou a gestão do Governo Lula em criar as condições que possibilitassem tornar realidade as proposições construídas com a nossa participação e materializadas no seu programa de Governo para os povos indígenas, desde 2002, que, dentre outras demandas, apontava a criação do Conselho Superior de Política Indigenista e a demarcação de todas as terras indígenas e, passados seis anos e meio, o saldo devedor é grande. E o Governo tem o desafio de cumprir, em um ano e meio, esses compromissos, da mesma forma com que tem atendido às reivindicações de outros segmentos sociais, como no caso da bancada ruralista no Congresso Nacional. Contudo, atendendo às nossas reivindicações, reconhecemos os esforços que possibilitaram a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista, CNPI, em cujo âmbito conseguimos negociar os termos do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista e o processo de construção de um novo Estatuto, coerente com os nossos interesses e aspirações. E que, há mais de 14 anos, aguarda ser votado pelo Congresso Nacional;

2) Acreditamos e reivindicamos que, por coerência e na perspectiva de compensar os seus atrasos, o Governo Lula se empenhe de fato, através de sua base de sustentação no Congresso Nacional, na tramitação e aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas para que passe à história como Governo que rompeu com o indigenismo tutelar, autoritário e integracionista, que norteou a Lei 6.001 de 1.973, o atual Estatuto do índio;

03) Enquanto isso, reivindicamos do Governo Lula o cumprimento de mandato constitucional de demarcar todas as terras indígenas do Brasil, mas, de forma urgentíssima, dos nossos irmãos Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, submetidos, há décadas, a um processo vil e criminoso de marginalização, etnocídio e genocídio, nas mãos de latifundiários e distintos entes do Estado Brasileiro, seja por ação ou omissão. Nossos povos jamais aceitarão permanecer expulsos de seus territórios tradicionais nem ser confinados a terras diminutas. Daí que exigimos, além da demarcação, a desintrusão de terras indígenas, como Marawatsede, do povo Xavante, em Mato Grosso, e a terra do povo Pataxó-Hahahãe, no sul da Bahia;

04) Reivindicamos do Governo Lula que não ceda às pressões e a voracidade de setores e representantes do coronelismo, agronegócio e remanescentes da ditadura que, em nome do desenvolvimento e até da democracia e do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta ou camuflada, que somos uma ameaça para o país, seu desenvolvimento e unidade política e territorial, visando, no entanto, à usurpação e destruição dos nossos territórios e dos recursos naturais, hídricos e da biodiversidade existente neles, para, por fim, conseguir a nossa total integração à dita comunhão nacional, serão a nossa... Senão a nossa extinção, enquanto povos étnica e culturalmente diferentes. Como dissera o nosso líder Davi Kopenawa Yanomami, "a natureza vale mais que o dinheiro", e não admitiremos que seja arrancada de nós a nossa Mãe Terra e tudo que nela até hoje milenarmente preservamos, com o qual continuamos contribuindo para o equilíbrio global, a mitigação das mudanças climáticas e, portanto, ao bem-estar da humanidade;

05) Por isso somos contra a decisão do Governo de implantar, a qualquer custo, grandes Projetos que

poderão impactar as nossas terras e a nossa sobrevivência física e cultural sem sequer se preocupar em nos consultar, conforme garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, que hoje é lei no país. Repudiamos a flexibilização da Legislação ambiental e as artimanhas que possibilitam a liberação de licenciamento e a consequente execução de obras como pequenas centrais hidrelétricas e de Projetos como a transposição do Rio São Francisco;

06) Na área da saúde, em situação crítica e de calamidade para nossos povos, tendo em conta o não cumprimento das resoluções de deliberações da 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em março de 2006, ratificada pela 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em novembro de 2007, reivindicamos do Governo Federal encaminhar imediatamente, através de Decreto Presidencial, a autonomia administrativa financeira e política dos 34 distritos sanitários indígenas, no prazo de 90 dias; garantir a criação de uma conta especial – fundo distrital de saúde indígena – para os 34 distritos, para o financiamento de atenção à saúde indígena; garantir que o saneamento básico em áreas indígenas sejam transferidos e vinculados aos distritos sanitários ou que seja criado, no âmbito dos distritos, o Departamento de Saneamento Básico Indígena. Criar, em caráter emergencial, e garantir o funcionamento efetivo de um Grupo de Trabalho, GT, composto por representantes do Acampamento Terra Livre, da Bancada Indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista, CNPI, do Governo, do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Saúde, do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais e da Coordenação Inter-institucional da Saúde Indígena para realizar os seminários macrorregionais nas cinco regiões do país, visando à construção e implantação da proposta da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Que o Governo Federal encaminhe ao Congresso Nacional Requerimento, solicitando a retirada do item 05, Saúde Indígena, do Projeto de Lei nº. 3.598/08. Implantar, de imediato, a portaria GMMS nº.. 1235/08, que cria GT para definir o quadro de pessoal necessário para executar as ações de saúde indígena, para cumprir o termo de conciliação judicial.

Ao Poder Judiciário: 01. Mesmo com os avanços consagrados na Constituição Federal de 1988, que reconheceu o caráter multiétnico e pluricultural do Estado Brasileiro, pondo fim às políticas homogeneizantes e integracionistas, para garantir o nosso direito à diferença e, ainda, apesar de importantes decisões, como a garantia pelo Supremo Tribunal Federal, de que as nossas terras sejam demarcadas em forma contínua, nos preocupa gravemente a permanência de compreensões limitadas sobre a aplicação das normas constitucionais, processuais e de proteção e promoção dos direitos dos nossos povos;

02) Repudiamos a tentativa de nos silenciar a respeito do nosso direito, de nos manifestarmos sobre qualquer medida jurídica ou administrativa que possa afetar as nossas terras, a nossa integridade sociocultural e o destino das nossas gerações futuras. A determinação da Suprema Corte, nas condicionantes de nº.05 e 07, segundo as quais, respectivamente, o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de Defesa Nacional e não impede a instalação de equipamentos públicos, liberando, portanto, a implantação, independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas, poderá ressuscitar condutas e políticas automáticas, ou melhor, autoritárias, colonialistas, etnocidas, genocidas e ecocidas. Não abriremos mão de opinar sobre o destino de nossos povos;

03) Entendemos que a demarcação das terras indígenas será conforme o texto constitucional, que reconhece o nosso direito originário às nossas terras tradicionais, considerando caso a caso e respeitando plenamente a nossa diversidade étnica e cultural, ao invés de vedar o nosso direito territorial, tal qual determina a condicionante 17, do STF. O judiciário tem que se preocupar em garantir ao Estado de Direito, julgando e punindo os invasores que destroem a Mãe-Natureza, desmatam e degradam os nossos rios e contaminam os nossos rios, perseguem e assassinam os nossos líderes de comunidade;

04) Está na hora de o judiciário levar à prática o fim do preconceito e da discriminação contra os nossos povos, seguindo a perspectiva de respeito e valorização da riqueza da diversidade étnica e cultural do nosso país, destacada de forma justa pelo Ministro Carlos Brito, ao relatar o caso da terra indígena Raposa Serra do Sol. Ao Legislativo: Sabemos que o Legislativo Brasileiro é dominado por setores que, ao invés de regulamentar os nossos direitos, reconhecido há 20 anos pela Constituição Federal, tem se articulado com o propósito de restringir nossos direitos. Lembramos, no entanto, que a dívida do Estado Brasileiro para com os nossos povos é impagável. Que o mínimo que exigimos é que nos seja garantido a posse e usufruto exclusivo de nossas terras, o pouco que nos sobrou, e nos deixem viver neste país, que já foi todo nosso, conforme os nossos usos e costumes, somos, sim, brasileiros, mas com direitos específicos e diferenciados.

Dessa forma, reivindicamos ao Poder Legislativo que inviabilize a tramitação e a aprovação de quaisquer iniciativas que afrontem e pretendam reverter os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal de 88. Pedimos, outrossim, empenho na aprovação do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política

Indigenista e do novo Estatuto dos Povos Indígenas, conforme nossos interesses e aspirações, evitando, dessa forma, a retaliação de todas as questões que dizem respeito aos nossos povos.

Ao povo brasileiro, chamamos a todos os segmentos da sociedade civil brasileira a somar conosco, nesta luta pelo respeito pleno aos nossos direitos, como parte da total democratização do nosso país, do qual nos orgulhamos de fazer parte, mas que, lamentavelmente, ainda nos discrimina e marginaliza, sob a pressão e o domínio de uns poucos, que só almejam seus lucros e bem-estar, ignorando a nossa contribuição fundamental à preservação da natureza, em benefício do equilíbrio global e do bem-estar de todos os brasileiros e da humanidade.

Aos nossos povos, reafirmamos a nossa determinação de avançar na nossa organização e luta, para garantir a vigência dos nossos direitos, hoje e para o bem das nossas gerações futuras". Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, vamos começar agora com as lideranças regionais. Estou aqui assessorado pelo nosso líder aqui, que está me orientando, inclusive as pronúncias. Então, ele me diz que, por Rondônia, vai falar Elito Gavião. E nós acordamos aqui na Mesa, com as lideranças, que o tempo será de três, no máximo, cinco, para que todos possam falar, devido ao nosso período, que duas horas inicia a Sessão do Plenário do Senado. Ok, pessoal? Tem o aval do Plenário? Então, vamos lá. Elito, com a palavra, por Rondônia. Elito Gavião.

SR. ELITO GAVIÃO: Bom dia, parente. Bom dia à Mesa. Mais uma vez, nós estamos aqui, numa Casa que a gente considera uma Casa que poderia estar tratando a questão indígena com respeito, mas avaliamos que a questão dos povos indígenas, pela essa Casa, nunca foi considerado uma questão que poderia estar priorizando, como a demarcação das terras indígena, como a sociedade... Nós, indígena, sabe muito bem que essa terra, onde nós vivemos, onde eles se atuam hoje, onde eles se instalaram aqui no território brasileiro, que eram territórios indígenas, que ainda o Estado deve para as populações indígenas no Estado Brasileiro.

Então, mais uma vez, nós estamos aqui, refletindo a mesma história, cobrando nossas autoridades por essa questão que a gente sempre vem debatendo, cobrando o Estado, da demarcação das terras indígenas. Muitas vez, parentes, as autoridades presentes aqui, apesar que tem poucas autoridades na Mesa, com certeza, talvez, em cada sala aonde tem tela, ouve a gente colocar nossa reivindicação e nossa indignação nesse momento. Porque, muitas vezes, a gente somos criticados, durante nossa reivindicação da demarcação dos territórios indígenas, e, em nenhum momento, o Estado, principalmente as autoridades, políticos, nem lembra que deve para as populações indígenas no Estado Brasileiro. Mesmo tempo, encaminha o seu Projeto para interromper o direito à população indígena, que já está garantido na Constituição Federal, que era para estar demarcado todas as terras indígenas no Brasil, em cinco anos, depois de aprovação da Constituição Federal de 88. Mas, completado 21 anos dessa aprovação da lei que garante nosso direito, e nunca o Estado vai concluir a demarcação dos territórios indígenas. Como no Estado de Rondônia, tem várias terras indígenas que ainda está sendo, no processo do teu estudo, a ser demarcado e vai ser difícil, com certeza, pelo Estado Brasileiro a demarcar todas terras indígena. E, hoje, pela defesa, pela reivindicação nossa, nós estamos ameaçados pelo fazendeiro, pelos políticos, pelos Governadores dos Estados por esse motivo.

Então, aqui, nós estamos, mais uma vez, nossos Parlamentares, cobrando vocês, para que vocês cumpram o que a lei já ampara o nosso direito. Para que vocês reconheçam que ainda tem muitas terras indígenas para ser demarcadas. Que tem ainda povos isolados, que vocês chama, mas não está isolado. Falta entrar em contato com a sociedade, nós, indígenas, para que possa também garantir seus direitos, defender seu direito. Por esse motivo, nós estamos aqui, mais uma vez, falando sobre a demarcação das terras indígena.

E a questão da saúde indígena, a gente sabe muito bem que tem ainda a política pública que poderia estar direcionando, favorecendo a questão do atendimento de saúde indígena, no Brasil; no Estado de Rondônia, nós estamos sofrendo com a questão de falta de política pública que possa favorecer o atendimento de saúde do nosso povo no Estado de Rondônia, onde sofremos, como consequência, a morte de nosso parente com a consequência causada pela hepatite e malária no Estado de Rondônia.

Então, companheiros Parlamentares, queria que vocês tem a sensibilidade para que vocês possa atender a nossa demanda, nossa reivindicação durante esse Acampamento Terra Livre. E outra questão também, que a gente sabe muito bem que hoje nós sofremos também com a consequência desses vários Projetos que está tramitando nessa Casa, que vocês consideram a Casa do Povo, onde está violando nosso direito constitucional, que já está garantido na Constituição Federal. Então, nós queremos que vocês nos respeita até porque vocês tem a dívida interna ainda com as po-

pulações indígenas. Falta concluir toda essa demanda para atender as populações indígenas no Brasil. Então, nós queremos que vocês tira tudo esses Projeto de Lei que tramita no Congresso, no Senado, para tentar prejudicar a vida da população indígena no Brasil.

Então, essa é uma questão que a gente vem sofrendo e refletindo a história, que não é só durante a invasão do nosso território que nós sofremos, mas hoje sofremos com essas consequências que vocês causa contra o direito dos povos indígenas no Brasil, como essa lei que tramita nesse Congresso Nacional, querendo acabar com a demarcação, saúde, educação, vários direitos que a gente tem garantido na Constituição Federal de 88.

Então, uma questão que a gente vem sofrendo, companheiros, durante esses 509 anos, e até agora não fomos reconhecidos, não somos tratados como cidadão brasileiro, e vocês se coloca como se fosse as pessoa que já habitava nesse território brasileiro. Então, por esse motivo, quero deixar essa mensagem para que vocês cumpra esse papel, para que vocês respeita essa lei que já garante e ampara o nosso direito constitucional nesse país.

Então, a questão que a gente vem se preocupando em cada dia, cada ano, companheiros, eu queria voltar considerar essa Casa como se fosse uma Casa que não é do ser humano. Eu considero esta Casa como o inferno, uma Casa que trata a questão indígena como se fosse uma questão simples. Parece que não lembra esse histórico que Brasil deve para as populações indígenas. Eu acho que só isso que eu queria colocar. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao líder Gavião, que ele ficou mais ou menos no tempo. Se todo mundo ajudar, vai dar para que todos possam dar sua mensagem. Antes de passar para próximo, eu tenho que dar um destaque aqui à nossa amiga, a Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, Subprocuradora Geral da República, Ministério Público Federal e Coordenadora do 6° CCRMPF. Ela é uma militante da nossa causa. Por isso meus cumprimentos a ela, alegria estar do lado dela aqui, junto com as lideranças.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamamos o representante do Mato Grosso e região, Agnelo. Xavante. O Agnelo... Já está na Tribuna.

SR. AGNELO XAVANTE: Bom dia, Senador Paulo Paim. A gente agradece a oportunidade que essa Casa está nos dando para a gente reivindicar os nossos direitos, os nossos problemas. Mas eu quero pedir, Presidente da Mesa, Senador, que eu acho que, aqui nessa Casa, se encontra o nosso líder, o nosso... O nosso comandante, nosso cacique Raoni, para ele se aproximar aqui, falar aqui pelo nosso Estado também.

[palmas]

SR. AGNELO XAVANTE: Senador, nós ouvimos aqui que essa Comissão não tem poder para nos ajudar, mas, mesmo assim, nós queremos reivindicar os nossos direitos, os nossos direitos dos povos indígenas e, aqui onde estou, quero falar pelo nosso Estado do Mato Grosso. O nosso Estado do Mato Grosso é esquecido, onde nós temos problemas na terra indígena Kayabi, Sr. Senador. Queremos o apoio do senhor que os nossos Kayabis estão sendo massacrados. Não estão sendo considerados dono da terra. Terra indígena Canela não está sendo reconhecida como a área indígena. Terra Terena não está reconhecida no Estado do Mato Grosso. Terra indígena Guató não está sendo reconhecida como indígena. Terra indígena Bororo está sendo massacrados. E, Sr. Senador, terra indígena Marawatsede do Estado do Mato Grosso, Município de Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, é a mesma situação da Raposa Serra do Sol. Nós queremos, Sr. Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, só um minuto, para a gente receber o Raoni, e a palavra volta a você.

[palmas]

SR. AGNELO XAVANTE: Obrigado, Senador, pela consideração que o senhor teve com a nossa liderança, o Cacique Raoni. O problema nosso, Sr. Senador, no Estado do Mato Grosso, é muito terra indígena, situação do Xiquitano, que hoje, querendo ocupar a área legítima, e não está sendo considerado como terra indígena. Nós queremos ser considerado como terra indígena. Terra indígena Marawatsede, Sr. Senador, terra demarcada e homologada. E não foi feita ainda a retirada dos posseiros, dos fazendeiros e madeireiros que estão lá dentro ainda. A terra é nossa. A terra indígena Marawatsede é legítima. Nossos avós nasceram lá. A maior parte das terras indígenas Marawatsede, a aldeia tradicional, bem antiga, está fora da área. E aí, os fazendeiros, autoridades do Estado do Mato Grosso, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores falam que aquela área não é nossa. É nossa, sim, Sr. Senador. É por isso que nós estamos solicitando apoio dessa Comissão, Sr. Senador. Que seja discutido isso, essa nossa situação da terra indígena Marawatsede. E os demais terras indígenas do Estado do Mato Grosso.

Sr. Senador, a gente fica indignado com a situação que acontece no Estado do Mato Grosso, com os nossos parentes. A ação policial da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso, que invadiram lá de Umutina, ação violenta, desrespeito com as nossas comunidades, resultou, com lideranças, nove indígenas feridos. Que ninguém hoje conversou, que ninguém hoje sentou para resolver isso, machucando nossas lideranças, defendendo próprias terras indígenas. E não teve nenhuma apuração, Sr. Senador. E ainda, Sr. Senador, ainda, oito indígenas foram indiciados por formação de quadrilha. Sr. Senador, será que existe quadrilha na comunidade indígena? A quadrilha não existe na área indígena, na aldeia indígena, não, Sr. Senador. Essa quadrilha, sim, essa Polícia Federal, que invadiu a nossa área e a nossa comunidade, defendendo a sua terra, a sua aldeia, a sua continuidade, está sendo massacrado pela Polícia Federal. Será que a Polícia Federal tem o direito de massacrar os indígenas? Não tem direito, não, Sr. Senador.

Isso nós queremos que o senhor, essa Comissão toma conhecimento, nos ajude, e não só isso, a nível do Brasil, os nossas lideranças está sendo massacrados. Hoje, no Estado do Mato Grosso, nossas lideranças estão sendo ameaçados, Sr. Senador. Meu cacique, meu cacique da terra indígena Marawatsede está sendo ameaçados pelos fazendeiros, pelos pistoleiros, que um dia vai ser morto.

Então, nós precisamos, Sr. Senador, o apoio dessa Comissão. Nós precisamos ser reconhecido que nós somos nativos dessa terra. Nós não somos invasores, não. E ainda fala dos nossos parentes, no Estado do Mato Grosso, dos Umutina, dos Kayabi, que estão invadindo a área. Tem como explicar isso? O índio invade a área dele e o branco fala que os índios são invasores. Sr. Senador, não somos invasor, não. São brancos, aqueles fazendeiros safados, que invade, que roubam nossos minérios, nossa madeira. Esses, sim, que hoje estão, nesse momento, dentro das nossas áreas, e o Governo Federal não está vendo isso. E o Governo Federal não está resolvendo isso.

Então, Sr. Senador, peço desculpa, nesse sentido. Eu queria... Quero deixar a palavra para o nosso líder Raoni Caiapó, que eu considero, Raoni, meu cacique, ele é meu professor. Eu já acompanhei a luta dele desde ano 92. Então, eu o considero meu professor, meu mestre, a palavra para o nosso cacique.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pedi ao nosso líder, cacique Raoni, se ele queria falar da Tribuna ou falar do microfone da Presidência. Eu... Se dependesse de mim, eu diria: "Fale daqui", porque você, na verdade, é o líder de todos nós. Mas não precisou dizer para ele, não. Ele disse: "Eu vou falar daqui, sim, porque eu sou o líder". Então, meus parabéns. Meus cumprimentos a ele.

[palmas]

SR. CACIQUE RAONI (INTÉRPRETE): Bom dia a todos, meus filhos, meus irmãos, meus netos, que são indígenas, aqui estão. Eu estou aqui justamente para falar sobre a questão indígena, dos poblemas(F) que está causando a nossa saúde, nossos trabalhos, junto com os políticos que estão aqui com nós.

Bom, vocês estão me vendo agora, nesse momento, nessa ocasião aqui, eu já estou ficando velho. Então, o que eu quero de vocês? Eu quero, da parte da comunidade indígena, no modo geral, falar uma língua só, justamente para defender a nossa terra, nossa floresta e lutar para a gente ter atendimento do Governo Federal, com qualidade. Então, isso, estou aqui falando para todos, meus filhos, meus netos, que são índios aqui, meus parentes, minha luta continua até onde vou terminar minha luta. Mas eu não quero que entre índios brigar entre mulheres, homens... Isso eu não quero. Eu quero paz. Eu quero viver, ou seja, ver vocês vivendo do jeito que nós, índio, vínhamos vivendo até agora.

A preocupação que eu tenho com o meu povo aqui é que o branco fez contato com nós e estamos aqui junto com eles. Além disso, muitos problemas que a ante não tivemos na época, está atingindo nossa saúde, nossa moradia, nosso viver. Então, eu estou aqui falando sobre o trabalho, a luta, estou aqui, junto com o meu povo, aqui.

Senador, você tem que nos apoiar, nos ajudar. Eu vou falar da FUNAI. Presidente da FUNAI. O Presidente da FUNAI, ou seja, a FUNAI está fazendo coisas escondido de nós, índio, aqui, do meu povo aqui. Antigamente, quando os Presidente da FUNAI assumia, eu acho que fez questão de olhar para o índio. Mas, agora, a FUNAI não está olhando para o povo indígena. Meus irmãos Xavantes, que estão aqui, ele não quer atender. Além desse povo, ele não quer atender outros povos indígenas.

Então, a FUNAI acho que não está fazendo questão de olhar para índio, escutar o índio, ou seja, consultar o índio para poder fazer as coisas do jeito que ele está fazendo, que está querendo mudar tutela do índio, para que índio fica igual o branco. Isso eu não quero. Primeiro, ele nunca comentou isso, nunca consultou nenhum índio aqui para falar sobre isso. Esse Estatuto do Índio, ela tem que manter do jeito que foi criado. Não vai mudar, porque vocês estão vendo índio aqui enfeitado, da tradição nosso. Vocês estão vendo

aqui índio original, aqui, enfeitado, pintado, cocar... O Governo tem que olhar para o índio. O Governo tem que respeitar o índio. Além de respeitar o índio, o fazendeiro tem que respeitar a terra indígena, que é o dono... Índio dono da terra. Vocês branco invadiu. Ao invés de nós –

[palmas]

SR. CACIQUE RAONI (INTÉRPRETE): Ao invés de nós, índio, invadir, não. Vocês que invadiram. Então, ao invés de a gente brigar pelo que nós já temos de florestas, terras, rios, vocês estão estragando. Vocês estão desrespeitando... O Governo, o fazendeiro, posseiro, garimpeiro, madeireiro, estão desrespeitando a floresta do índio. Isso eu não quero. Eu não quero que aconteça mais isso.

Eu peço aqui, falo aqui, dois lado: cada um respeita o que é seu. A gente nunca... Índio nunca vai lá invadir fazenda de um fazendeiro. Nunca. Eu vou falar um pouco aqui sobre a questão anterior. Índio, quando quer resolver, ou seja, fazer alguma coisa, ele vai lá e resolve. Faz. Hoje não existe mais isso. Hoje estamos junto aqui. A gente respeita. Índio respeita branco, mas branco não respeita índio. Porque eu estou aqui falando mesma coisa. Meu povo, meu pessoal, meus parente, vocês não podem mais brigar com branco. Vamos respeitar. Então, às vez, o meu povo aqui ameaça de matar. Eu não deixo por quê? Eu aprendi. Então, eu quero bem de todo mundo. Viver em paz, com respeito, desde que o branco, o Governo respeitar o índio.

[palmas]

SR. CACIQUE RAONI (INTÉRPRETE): Eu vou falar... Para finalizar a minha fala, eu vou falar sobre atendimento da Saúde. Eu quero que a Saúde atenda bem o meu povo, população indígena. E a Saúde tem que cuidar bem a saúde indígena. Isso é importante para meu povo, minha população indígena. Não deixa faltar medicamento nas aldeias, não deixa faltar atendimento com qualidade nas aldeias de todos índios que estão aqui. Eu quero que a Saúde atenda melhor o meu povo indígena.

Outro detalhe, eu vou falar aqui, a questão de trabalho da Polícia Federal. Eu não quero que Polícia prenda mais índios aqui. Não pensa em prender indígenas aqui. Isso eu não quero. Eu não quero ver isso. Eu não quero escutar isso mais. Porque eu vinha escutando, vendo, polícia ameaçando prender índio. Isso não pode acontecer. Então, isso uma das coisas que me preocupa.

Eu vinha falando sobre trabalho, desde o início até hoje, quando eu era novo, mas hoje eu estou ficando velho. Eu quero prever, para futuro dos meus netos, nossos netos, filhos de vocês aqui, deixar a marca da minha luta. Então, eu falo aqui sobre a minha luta e eu finalizo aqui. Eu deixo o meu recado aqui para todo mundo e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Cristovam, como havia anunciado, voltou... Assume a Presidência. Senador Cristovam, o líder Raoni deu uma aula para todos nós. Falou de igualdade, falou de liberdade, falou de Justiça, falou da Saúde, falou da FUNAI, e pede que a gente colabore nesse sentido. Ele falou muito, muito da não violência. Falou muito aqui que os brancos respeitem a terra dos índios, que os índios respeitarão a terra dos brancos. Mas que não ocupem a terra dos povos indígenas.

Eu queria, nessa minha rápida saudação, porque eu dizia para ele, ele é líder não só de vocês; pela sua sabedoria, ele é líder de todos nós. Permitam que eu faça isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já fiz, em outras oportunidades, uma homenagem como essa. E permita, líder, que eu, no momento, peça a esse Plenário, que representa aqui todo povo brasileiro, porque ninguém tem dúvida que vocês são os verdadeiros donos dessa terra, não pelo meu pronunciamento, que a gente dê uma salva de palma, de pé, ao líder Raoni, que aqui é o líder de todos nós.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, eu passo a Presidência ao Senador Cristovam.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero pedir desculpas de ter saído porque estamos com uma Sessão muito importante lá no Plenário, mas fui, falei e voltei, e tive tempo de assistir a fala do Raoni. Falou um chefe, não falou apenas uma pessoa como qualquer um de nós. Falou um chefe. E a gente sente que ele fala como chefe, até quando não entende o que ele está dizendo, antes da tradução. Eu fico feliz de retomar aqui, agradeço ao Senador Paim, e convido a Sônia Guajajara para falar em nome de seu povo.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Boa tarde, parentes. Boa tarde, parentas.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Quero aqui saudar a Mesa, em nome de todos os povos indígenas do Brasil,

que estão aqui presentes. Quero agradecer às autoridades que aqui estão, aos Deputados, aos Senadores, pelo apoio e pela aliança que vem construindo com os povos indígenas do Brasil. Para nós, essa construção é muito importante, porque nós precisamos de aliados fortes, nesta Casa, para o fortalecimento de nossas lutas e para ajudar no enfrentamento ao combate dos violadores de direitos dos povos originários e, consequentemente, violadores dos Direitos Humanos, que se encontram aqui nessa Casa.

E quero lembrar também que esta Casa é uma Casa pública, e, por ela ser pública, ela é nossa. Então, nós consideramos uma falta de respeito a forma como fomos recebidos aqui hoje, quando nos fizeram esperar, por aproximadamente uma hora, debaixo de um sol escaldante, nos tratando, mais uma vez, como se fôssemos verdadeiros invasores, nos tratando como se fôssemos ignorantes, nos tratando como se fôssemos selvagens. E selvagens, meus parentes e minhas parentas, nós não somos. Não somos porque não nos igualamos a eles na sua ignorância.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Porque, para nós, ser ignorante... Ignorante é aquele que viola os direitos dos povos indígenas, dos povos tradicionais. Ignorantes são aqueles que violam as leis e que... E, assim, consequentemente, violam os Direitos Humanos. E esse direito nós temos garantido na Constituição, de entrar nesta Casa e de aqui reivindicar os nossos direitos--

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Então, eu quero pedir a esta Comissão, nossa aliada, que sempre tem se mostrado um grande apoio, tem apoiado essa causa indígena, quero pedir que permaneçam, que continuem com essa sensibilidade, de apoiar esta luta, de ajudar a fortalecer o movimento indígena, para que nós possamos avançar na defesa, na conquista e no cumprimento dos nossos direitos.

Então, enquanto representante do Maranhão, como povo Guajajara, eu quero pautar aqui, agora, algumas reivindicações próprias do nosso Estado. Eu quero lembrar aqui que o Maranhão é o segundo Estado em situação de violência, onde os indígenas estão sendo criminalizados e violentados dentro da sua própria terra. Tivemos sete casos de assassinato, de 2007 até agora, 2009, de lideranças que morreram dentro de sua própria aldeia pela cruel invasão de madeireiros.

Quero aqui pedir ao Governo Brasileiro que faça realmente seu papel, que proteja as terras indígenas. Quero pedir aqui o apoio em relação ao povo Awauajá(F) do Maranhão, que é um povo que está correndo risco de extinção. Estão ameaçados pela grande invasão de madeireiros e pelo avanço do agronegócio em nossas terras, e nós não podemos permitir que nosso povo seja extinto, dessa forma brusca e violenta, por uma ação ilegal de extração de madeira.

Quero também pedir aqui o apoio para... Pedir agilidade no processo da revisão de limites da Terra Canela e da Terra do Porquinhos, como também agilidade no processo de desintrusão da terra do povo Krikati e do povo Awauajá(F). E quero também pedir proteção para todas as terras do Maranhão porque as demais, apesar de demarcadas e homologadas, todas sofrem graves problemas com invasões.

Então, parentes, nós estamos aqui nesta Casa mais uma vez, é a segunda fase que eu falo para esta plenária, dentro dessa Casa, e acho que nós aqui estamos num momento muito legítimo, de estar aqui buscando, mais uma vez, a garantia de nossos direitos.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: E quero também dizer que nós não podemos permitir que a bancada ruralista retire o Maranhão da área de abrangência da Amazônia legal.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Sabe por que é que querem fazer isso? Porque o Maranhão, sendo da área legal, tem percentual maior para proteção. Então, com a retirada do Maranhão da Amazônia Legal, eles querem assim legalizar o desmatamento. Por isso nós não vamos permitir e pedimos apoio a toda esta plenária para que nós lutemos juntos para que o Maranhão permaneça nessa área da Amazônia Legal, com toda a sua legalidade na questão da proteção, porque nós sabemos que todas as terras do Brasil, todas as áreas indígenas, estão urgentemente precisando de serem protegidas e conservadas.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: E, com isso, meus parentes, eu quero encerrar minha fala, dizendo que a prioridade dos povos indígenas para 2009 é a agilidade na aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, conforme está sendo consolidado no Acampamento Terra Livre.

[palmas]

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Como também quero pedir aqui que o Governo agilize todo o processo de demarcação, homologação e de desintrusão de todas as áreas indígenas invadidas do Brasil. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois desse belo discurso, que conta com o nosso apoio, no que se refere ao Maranhão, para que continuem protegidas as florestas, as terras que pertencem de fato a vocês, eu chamo o Aru, do Acre. Já está perto ali.

SR. ARU: Bom dia, meus parentes, meus irmãos, meus xai(F), eu queria cumprimentar vocês, saudando a todos, e também cumprimentar a Mesa, em nome do nosso grande líder, Cacique Raoni, que hoje é o Presidente dessa Tribuna, e todos os Senadores que aí estão.

[palmas]

SR. ARU: Eu queria, meus parentes, aqui expressar as nossas preocupações que estamos tendo no nosso Estado do Acre. O Estado do Acre, quando se trata da questão indígena, parece muito bem definido e resolvido. Nós temos ali 14 problemas de assuntos fundiários, Senadores, que precisam ser resolvidos de imediato. O nosso povo vem sofrendo com esses impactos que vocês estão causando pelos grandes projetos desenvolvidos ali naquela região. O Presidente Lula acabou de voltar de lá, assinando a continuidade desses projetos grande. A ligação da BR, que liga ao Peru, que nós sabemos o quanto nós sofremos com esses impacto ali naquela região. É uma preocupação de todos nós, indígena, em defender a natureza, em defender a nossa floresta, a nossa mãe.

Fomos assassinados, os nossos antepassados, e esse Governo Brasileiro não quer reconhecer os nossos povos. Muitas vezes, eu olho aqui e vejo rostos modificados já. São sequelas, Senadores, dos estupros que nossas mães sofreram-—

[palmas]

SR. ARU: Assassinaram nossos pais, mais todos esses parentes que vocês estão vendo aqui, esse povo bonito, de rostos pintados e cocares na cabeça, não perderam o seu espírito, não. Eles continuam vivos. E nós queremos de volta apenas, Senadores, a nossa arte mais sagrada, que é de caçar, de pescar, de sustentar as nossas famílias com dignidade, com a nossa luta. É triste ver esses problemas que cada parente vem aqui enfrentando. Vemos aqui os nossos Onyewu(F), os nossos sábios, os nossos chanehu(F), os nossos líderes, que poderiam estar bem nas nossas aldeias, mas tem que vir aqui, sofrendo. Vocês verem onde é que nós se acomodamos, passando frio, passando o calor do sol, que queima nós, ali debaixo daquelas tendas de lona.

[palmas]

SR. ARU: Nossos direitos estão sendo violados nesse país. E nós pedimos aqui a proteção de vocês, que nós elegemos e ajudamos a eleger, para cuidar e defender os nossos direitos. Nós pedimos, em nome do Acre, eu falo, pedindo a demarcação de todas as terras indígenas daquele lugar, pedindo a proteção para os nossos parentes que estão lá ainda, que vocês tratam como isolados, que estão sofrendo a pressão do lado peruano e também do lado brasileiro. Nós pedimos a proteção, que vocês nos ajudem a proteger eles, que eles estão sofrendo muito.

[palmas]

SR. ARU: Queria aqui ressaltar o comportamento da Polícia Federal, que tem tido com o nosso povo, nos trazido o nosso povo algemados no fundo dos botes que eles levam, vão à nossa aldeia sem pedir permissão, sem falar com nós e traz nosso parente... E não são punidos com a Justiça de vocês.

Agora mesmo, meus parentes, eu queria dar uma notícia triste para vocês. Acabei de receber um telefonema do Estado de São Paulo. A Polícia Federal, por essa manhã, foi lá e expulsou da sede da FUNASA, da nossa sede, aonde é tratado os assuntos relacionados à nossa saúde. Eles expulsaram e humilharam nossos parentes. Eu queria pedir aqui que vocês tenham esse compromisso de punir essas pessoas que estão com esse tipo de comportamento violento com nosso povo. O que diz da União proteger e defender o direito dos povos indígenas. Eu pergunto: Isso é defesa, Senadores, esse tipo de comportamento?

Meus parentes, eu queria pedir de vocês um grito de guerra, em nome daqueles parentes que hoje, de mais de 20 aldeias, foram humilhados em praça pública na cidade de São Paulo. Eu queria pedir aqui uma salva de palmas e um grito de guerra em nome de todos nós para dizer que nós estamos vivos e dizer que vamos continuar lutando.

[manifestação da plateia]

SR. ARU: Meu grande cacique Raoni, meu grande chanehu(F), eu queria aqui dizer que você é eternamente o nosso professor e o nosso defensor, e nós estaremos sempre junto com você para defender os nossos direitos, como jovem, assumo aqui esse compromisso, de qualquer lugar desse planeta, defender o nosso direito, que é de nossa Mãe Natureza continuar vivo, que vocês, homens brancos, estão como gafanhotos, destruindo tudo que a nossa mãe está nos dando. Queria pedir, em nome da paz, que vocês respeitasse a nossa mãe. Muito obrigado.

[palmas]

[manifestação da platéia]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra à Pariteira, do Pará, eu quero dizer que eu ouvi o debate do Aru, eu fiquei pensando, se vocês são brasileiros, como são, mas são brasileiros especiais, como são, vocês deveriam ter aqui não era uma Sessão, uma vez na vida, vocês deveriam ter um Senador representando o povo indígena do Brasil. Eu creio que a gente deveria fazer uma luta –

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vocês deveriam lutar por isso. Que vocês tenham o Raoni ou qual seja, eleito por vocês, para representar. Aí, vão dizer que os 81 que nós somos, já gastamos muito dinheiro. Se vem 82, vai gastar muito. Então, que diminua o número dos 81 que tem aí e que ponha pelo menos um mais, que represente os povos indígenas.

Eu gostaria de dar essa sugestão, para que vocês lutassem por uma reforma na Constituição, para que o Senado Federal tenha eleito um Senador representando os povos indígenas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Convido, então, representante do Pará, Pariteira, que é Caiapó.

[palmas]

SR. PARITEIRA: Bom dia a todos os meus amigos, meus irmãos indígena no Brasil. Eu agradeço aos nossos organizações, dos pessoal do COIAB. Eu agradeço as autoridades que estão aqui conosco, fazendo compromisso junto a nóis, índios. Eu vou falar a respeito do descobrimento do Brasil para cá. No descobrimento do Brasil é que nós índio para cá, diminuímos muito. Por que é que nós diminuímos? É nós que se acabamos? É branco que está acabando com nós, com o povo indígena. Eles quer acabar restante que está sobrando, quer a nossa Amazônia, nossa cultura. Isso nós, Caiapó, não pode, não pode aceitar. Nós, índio, não pode aceitar isso. Essa lei que eles estão criando, escondido, nós, Caiapó, nós todo tem que apoiar Caiapó para não deixar acontecer isso.

Cumprimentando palavra do cacique Raoni, que a gente, índio, respeita o branco, e eles tem que respeitar nós, tipo, nós estamos respeitando eles hoje. Mas, cada vez, nós respeita e eles não. Quer acabar com a nossa cultura para prender o índio por qualquer coisinha pouca acaba acontecer. Não pode. E nós não pode aceitar a mudança de lei, tem que continuar onde tá.

Respeito de Saúde. No meu Estado, vou falar do meu Estado, cidade Redenção, do Pará. Lá, tem a FUNASA, que toma... Tem... Eles cuida a saúde indígena. E esse autoridade tem que ver cada nosso Estado, aonde é nossa reclamação. Igual estou reclamando pelo nosso direito. Lá não está atendendo direito. A não ser se é... Não está mandando a verba daqui para lá ou lá que está mandando e eles voltando, comprando eles de volta aqui. Hoje eu não sei como é que está acontecendo isso.

E tipo educação, educação indígena, eu vou falar sobre educação. No dentro da nossa área, Caiapó, nós não tem colégio bom. Eu falo porque eu não tem colégio no meu aldeia. Eu não tem. Isso a gente vamo brigar muito para conseguir um colégio para dar aula ao nosso criança Caiapó. Para aprender alguma coisa tipo está ocorrendo hoje, ocorrendo risco de vida. Então, são isso, meus autoridade, e bom dia pra todos nós que estamo aqui lutando pelo direito nosso. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero chamar agora Moe, do Amazonas.

SRA. MOE: [pronunciamento em outro idioma]. Povo de todo Brasil. Quero saudar a todos os parentes, todas as parente aqui. É revoltante ver nós, dono da terra, cacique, aqui em Brasília. Essa Casa, que foi construído com o sangue do nosso povo. E hoje somos tratado como se fosse mínima população. Srs. autoridades, é revoltante ver o nosso povo desse jeito. Há 1.500 anos, nós existia, aqui dentro dessa grande Mãe Terra, chamada Brasil. Hoje nós não temos terra para plantar. Estamos sendo expulsos da nossa casa.

Senhores, que estão nos escutando, que lutam pela nossa demarcação, a nossa saúde diferenciada, quero falar para vocês, enquanto o Estatuto dos Povos Indígenas, que é a nossa vida, não for aprovado, a gente vai continuar a vindo aqui reivindicar nosso direito. E quanto mais demorar, mais população indígena vão se unir. Hoje, somos muito. Temos índio isolado. Mas, se começarem a tomar a nossa casa, a gente vai se unir cada vez mais. E a gente não vai ser diferente de vocês branco. A gente vai unir pra vir pra dentro da cidade. E aí, sim, a gente vai ser civilizado como vocês querem e a gente vai lutar igual para igual.

[palmas]

SRA. MOE: Polícia Federal... Polícia Federal... Proteger a demarcação, proteger a população indígena, e ela está fazendo o quê? Massacrando nosso povo. Matando nosso povo. A gente vai se unir também cada vez mais. Queremos fora a Polícia Federal de

dentro da nossa terra. Queremos fora a Polícia Federal de perto de nós. Não queremos a proteção dessa Polícia Federal, porque ela nos espanca, ela nos mata cada vez mais.

FUNASA... Morreu, na minha área, do Amazonas, crianças. Criança está morrendo porque elas são fragilizada. Elas não tem, dentro do seu organismo, para enfrentar uma diarréia, para enfrentar uma hepatite. Então está morrendo meu povo ainda pequeno. Isso não pode acontecer, Srs. autoridade. Isso é revoltante para cada um de nós que estamos aqui, passando fome e sede, mas essa é a nossa história. Queremos falar pra cada um dos caciques que estão aqui, cada liderança, mulheres e até crianças, que essa é nossa luta, enquanto não for aprovado o Estatuto dos Povos Indígena, que lá está escrito como nós queremos e não como de cima para baixo; tem que ser de baixo para cima, que nós sabemos dos nossos problemas. Então, dentro do nosso Estatuto está tudo que a gente querer, tudo que a gente reivindica e tudo que vai ser de bom para cada um de nós.

[palmas]

SRA. MOE: Amazonas também um território muito grande. E cada vez está ficando pequeno por madeireiros, por garimpeiros. Vale do Jauari, a população do Vale do Jauari está morrendo. Nossos parentes estão morrendo dentro da área por causa de garimpeiros. Os Pirarrãs, povo que era isolado, há 50 anos atrás, hoje eles estão aí, resistindo, porque estão aparecendo morte entre eles. Estão saindo da nossa casa para vir para a civilização para morrer.

Então, Srs. Senador, estou encerrando minha fala, com muita tristeza nesse meu coração, mas com convicção de guerrear, de brigar pela população de cada Estado desse país. Não vamos se calar enquanto nós não vivermos em paz na nossa grande Mãe Terra.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a fala da Moe e chamo, de Roraima, o Hudson. Já está chegando. O Senador Paim tem que sair para outra Comissão. Eu devo lembrar que a Senadora Serys está presidindo uma Reunião lá no Plenário onde fui, não pôde vir, mas mandou um grande abraço para cada um e está comprometida com vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra com o Hudson.

SR. HUDSON: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, autoridades que se encontram nessa Mesa. Meu nome é Hudson, do povo Macuxi, terra indígena de Macunaíma, Raposa Serra do Sol. Eu quero, no momento, atenção das autoridades, por gentileza.

Bom, primeiramente, eu queria, na oportunidade, agradecer a todos que participaram e que colaboraram direta e indiretamente no processo de reconhecimento de nossa terra Raposa Serra do Sol. Saímos ultimamente de uma batalha judicial que tramitava há muito tempo, na qual ganhamos, no Supremo Tribunal Federal, mas, com algumas condicionantes que nos vem afetar. Condicionantes essas que já estamos sentindo na pele as suas consequências. Polícia Federal entrando na área, Exército, e assim por diante, sem nossa autorização.

Então, companheirada, às vezes, a gente ocupa uma Tribuna dessa, não porque a gente está na ocasião, mas é por poder denunciar o descaso que se encontra em nosso Estado. Eu quero fazer aqui algumas... Alguns relatos com relação, Senador Cristovam, a projeto de mineração que está tramitando no Congresso Nacional, no qual somos contra, em Roraima. Somos contra a mineração em terras indígena. Isso é uma. Hidrelétricas e PCHs em terras indígenas também não aceitamos. Sabemos que temos também, nesse país continental, energia alternativa, que não foi estudada por esse Governo. Não queremos inundação em nossas terras, em nossas matas, e que o Governo Federal encontre outra alternativa. Estamos também, Senador, com expansão em nosso Estado da monocultura do arroz, soja, acácia e agora, por último, a cana. Queremos que isso seja impedido, seja embargado porque estão ao redor de nossas terras indígena. Exigimos também a criação de uma Comissão para acompanhar e levantar os dados dos crimes praticados contra as liderança indígena, lá em Roraima e também em nosso país. Porque lá, estamos com um ano que aconteceu o atentado dia 05 de maio de 2008, no qual 10 lideranças foram atacadas, violentadas e baleadas. E nenhum culpado hoje foi punido. Estão todos impunes.

Estamos também acompanhando nesse Acampamento Terra Livre o nosso estudo do Estatuto dos Povos Indígenas, estatuto este que está, em fase, hoje, vamos dizer assim, está inválida, eu digo assim. Pedimos revisão urgente e que isso fosse colocado em debate nesta Casa e, posteriormente, aprovado, de acordo com a reivindicação do movimento indígena desse país.

Aproveito também a oportunidade, Presidente, para denunciar o sistema carcerário desse país. Na oportunidade, também vejo, e no qual eu trabalho, lá em Roraima, no Conselho Indígena de Roraima, onde acompanhamos os presos indígenas naquele Estado. E hoje queremos que seja implantado, nesse país, sistemas diferenciados para aqueles indígenas que,

porventura, sejam julgados. Denunciamos também a classe política daquele Estado, que não tem nenhum compromisso com os povos indígenas, lá naquela região. Tanto Governadores, Senadores, Deputados Federais; ultimamente, vimos uma declaração, em cadeia nacional de televisão, na qual o Governador disse que aquele povo lá de Raposa Serra do Sol iam viver um zoológico humano. É uma discriminação, Senador, contra povo indígena daquela região. Que nós nunca, naquela região, precisamos, se não fosse a nossa luta, as nossas condições, se nós dependêssemos de Estado, hoje estaríamos em miséria, eu digo assim. Governo esse, do Estado de Roraima, que não tem compromisso com povo daquele Estado, povo indígena, no qual a gente tem uma escola de nível superior que, desde 2006, Senador, o senhor que já foi Ministro da Educação, que está em fase de reforma, há quatro anos, temos lá funcionando creche, ensino fundamental, ensino médio e uma faculdade... Quatro anos parada essa reforma.

Denunciamos também o descaso da FUNASA, com relação aos povos indígenas. Nós estamos sofrendo lá, Senador, com falta de repasse para as conveniadas. Os povos Umacuxi, Wapixana, Taurepang, Patamona e Ingaricó estão sofrendo. Estamos trabalhando voluntário, e a FUNASA não repassa o convênio; o último repasse para nossos conveniados, ensino e Saúde. Estamos também aqui, nesse acampamento, de apoio também a nossos irmãos no Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

E também denunciamos, mais uma vez, lá naquela terra indígena, não deixava de faltar, na oportunidade, com relação aos garimpeiro que estão invadindo nossos irmãos Yanomami, lá naquela terra indígena. Ultimamente tivemos o assassinato do Yekuana, do líder Yekuana naquele Estado. E os Parlamentares, em vez de usar a Tribuna aqui para denunciar os garimpeiro, ficam protegendo o pessoal do agronegócio.

Então, Presidente, nessa Comissão de Direitos Humanos, que nessa Casa existe, eu queria fazer esse breve relato, no qual encerro aqui minha fala. Meu muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora chamo Josenei, do Amapá. Fica faltando apenas uma pessoa. Depois é de Tocantins, o Antônio Apinajé. Onde está o Josenei? Aqui. Dada a palavra.

SR. JOSENEI: Bom dia a todos e a todas, parentes aqui presentes. Eu agradeço pela oportunidade que estão me dando de me pronunciar, e eu represento os povos indígenas do Amapá, eu sou Josenei, sou do povo Karipuna. Aqui, neste momento, era para estar falando um parente Uayana(F), do Parque, que conhece a realidade deles melhor do que eu. E, antes de começar, gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Senador Cristovam, a Dra. Deborah e demais presentes.

Gente, não é muito diferente a nossa realidade no Estado do Amapá. A gente vem lutando contra as políticas que o Governo vem desenvolvendo, mas a gente continua firme. Eu gostaria de colocar aqui e que o Senador registrasse aí, que nós, povos indígenas do Oiapoque, somos solidários aos povos indígenas do Parque, que enfrentam as dificuldades deles na questão do seu deslocamento até a cidade de Macapá. A gente pede a regularização das duas pistas de pouso, que é... Que encontra-se uma em situação precária, lá do Parque, que é o único meio deles se deslocarem até a cidade, porque não tem como, por terra nem por água... Eles encontram lá preso e esses povos indígenas tem direito a uma educação de qualidade, a uma saúde de qualidade.

Então, eu gostaria de pedir que o senhor olhasse com mais carinho para esses povos que necessitam desse apoio, que hoje se encontram lá e aguardam por uma resposta dos seus líderes. Apesar da nossa delegação ser pouca aqui, somos apenas três, representando o Estado do Amapá, e, no presente momento, a liderança Uayna(F) teve que se ausentar para resolver outros problemas que... E eu fico muito feliz por todos aqui e pedimos que o Governo olhe com mais carinho e que demarque as terras indígenas de nossos parentes que estão aqui reivindicando, porque é da terra que eles sobrevivem, é da terra que eles tiram seu sustento. Para nós, indígenas, a terra é mais importante, porque é dela que a gente vem sobrevivendo.

Mas gostaria de dizer a todos que a gente luta pelos nossos direitos desde o tempo que dizem que descobriram o Brasil. O Brasil nunca foi descoberto, porque lá já existia os povos indígenas nele morando. Antes de terminar minha fala, eu gostaria também de dar oportunidade, a pedido de um parente nosso, ao Marcelo Cinta Larga, para fazer seu pronunciamento aqui na frente. Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar falando perante os nossos líderes indígenas. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu convido agora o Antônio Apinajé, de Tocantins.

SR. ANTÔNIO APINAJÉ: Bom dia a todos. Quero reafirmar, em nome dos povos indígenas do Estado do Tocantins, a nossa... Que não aceitamos qualquer tentativa, qualquer manobra de política anti-indígena,

que tenha por objetivo tirar nosso direito, como essa proposta indecente do Senador Mozarildo Cavalcanti, que propõe a tirar nosso direito. Porque o Governo Brasileiro não está respeitando as nossa terra indígena. E, cada vez mais, se complica, porque o Governo está, cada vez mais, entregando as nossas riquezas para as multinacionais. O Governo está alienado às multinacionais, às empresas do setor elétrico, do agronegócio, e está causando grande impacto, grande prejuízo para as nossas comunidades, para as nossas terras indígenas.

No Estado do Tocantins, estamos sofrendo ameaça da barragem de Serra Quebrada, de Estreito. O povo Xerente também está sofrendo com o Lajeado, outra hidrelétrica, que já foi construída. O povo da Ilha do Bananal está sendo ameaçado pela uma rodovia que querem construir dentro da Ilha do Bananal, ameaçando a vida do povo Javaé. O povo Krahô-Canela não tiveram sua terra ainda completamente demarcada e regularizada. Por que é que o Governo Federal tem dinheiro para financiar política e financeiramente as barragens, o agronegócio, o desmatamento, o roubo da biodiversidade, e não tem dinheiro para fiscalizar as nossas terras, para garantir uma saúde de qualidade?

Então, esse é o nosso questionamento. Nós queremos que essa Comissão de Direitos Humanos trabalhe e nos socorre, porque não temos a quem recorrer. Será que vamos recorrer aos tribunais internacionais, para que nosso direito seja garantido? Isso que está acontecendo no Estado do Tocantins, com o nosso povo Krahô, o povo Apinajé, o povo Javaé, o povo Xerente, é uma violação de direito. Como é que a Polícia Federal também age contra nosso povo indígena, enquanto poderia estar atuando, junto com o IBAMA, no combate ao desmatamento, no combate à invasão de nossas terras? E a grave situação dos povos indígenas, que não tem terra ainda, no país, como é que fica, Comissão de Direitos Humanos? É gritante a situação do povo Guarani, do povo indígena do Nordeste, nossos irmão, que não tem terra. A terra é a base do sustento, sem terra nós não pode viver. Queremos o direito humano respeitado, o direito à vida, o direito de nascer vivo e permanecer vivo, garantindo a cultura porque o Brasil é cultura. É pluriétnico e multirracial, Senador Cristovam Buarque. Nós queremos que o Brasil continue assim, colorido, bonito. Não um massacrando o outro porque se acha no direito.

Senador Cristovam Buarque, povo aqui, povo indígena, povo brasileiro, vamos ter cuidado, senão, daqui uns ano, vamos ter esse Congresso transformado em um museu... Um museu à corrupção e um museu em homenagem à destruição dos povos indígenas desse país. Nós não queremos. Nós queremos continuar vivos. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, o Antônio Apinajé sugeriu que a gente chamasse o Marcelo Cinta Larga. Ele está aí? Vamos chamar todo mundo. Está aí ou não?

SR. LUIS CARLOS APURINÃ: Bom dia para todos meus parente, que está aí presente. Quero cumprimentar também a Mesa aí. Eu não sou Marcelo Cinta Larga, sou Luis Carlos Apurinã, e represento a nossa luta pelo Estado de Rondônia.

Quero dizer para vocês, Srs. Senadores, os parentes, os lideranças, os grandes guerreiros, que está lutando para a demarcação das suas terra, das nossas terra, estamos sendo ameaçado pelos político, pelos garimpeiro, pelos madeireiro e, principalmente, pelos fazendeiro. Quero dizer também, na região da área dos Cinta Larga, que eu convivo com eles há 22 anos, sobre a Polícia Federal, aonde que a Polícia Federal não está respeitando nem os índios, nem os guerreiros e nem as mulheres indígena, aonde que eles estão fazendo ameaça. No dia 22 e 23 de abril, eu fui impedido, por agentes da Polícia Federal, para mim passar pra minha aldeia, aonde fui humilhado, aonde fui obrigado a escutar várias palavras me ofendendo e ofendendo vários cacique daquela região dos Cinta Larga, das suas aldeia. Quando a gente passa pela barreira, quando a gente é abordado pela Polícia Federais, a gente é revistado. As mulheres nossas são revistada, as crianças somo revistadas, até as fralda descartável somo revistado, com um jeito, assim, que eles pensa que a gente somos bandidos, com várias metralhadoras e pistola e outros tipo de arma na nossa cabeça. É isso que eu queria dizer pra vocês, Srs. Autoridade, que está aqui presente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até aqui, nós chamamos todos da região Norte, do Amazonas. Agora, nós vamos fazer intercalado. Vamos chamar um da Região Sul, depois um da Região Nordeste. Da Região Sul e da Região Nordeste. Da Região Sul, a primeira é a Gilda, Kaingang. Gilda Kuitá, Kaingang. Depois será o Negrinho Truká.

SRA. GILDA KUITÁ: [outro idioma]. Bom dia a todos. Meu nome é Gilda Kuitá, eu sou Kaingang, do Paraná, estou aqui representando as mulheres indígenas do Estado do Paraná e gostaria também de falar um pouco, já me antecederam, várias coisas que eu gostaria, mas eu também quero expor o meu sentimento de tristeza e de angústia, o que a gente sente,

o que eu sinto e o que a minha comunidade, o que nós, indígenas, sentimos.

Talvez os Srs. Senadores, eu agradeço muito a coragem desses Senadores de nos apoiarem, porque eu sei que é uma dificuldade. Se nós indígenas passamos por essa dificuldade, os Senadores também sentem isso com a discriminação igual nós sentimos. Eu sei porque a gente vive isso diariamente. Mas eu quero agradecer essa coragem e essa luta, que vem... Que os senhores vem nos apoiando. Eu quero falar... Não vou falar outras coisas, mas vou dizer a mesma coisa que disseram, a gente quer a demarcação, a gente quer viver.

A gente sabe que vocês tem o Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente e, para ter meio ambiente e ter cultura, precisa proteger os índios, os indígenas do Brasil. Se não existir indígena, não vai existir meio ambiente, não vai existir as cultura, as diversidades culturais do Brasil.

[palmas]

SRA. GILDA KUITÁ: Eu falo isso com emoção e com tristeza, e, ao mesmo tempo, com alegria, de estar, pela primeira vez, aqui nessa Casa, para poder falar um pouco dos nossos anseios, das comunidades Kaingang e dos Xokleng e dos Guaranis do Paraná. A gente tem sido muito discriminados por dizerem que nós não somos índios mais. Os Senadores e os governos daqui diz que nós não somos índios mais. Nós temos a nossa língua, a nossa cultura e queremos continuar vivendo como índio.

E falo também sobre a Saúde, essa dificuldade, a gente sabe que existe recurso para a saúde diferenciada, mas as nossas famílias, os nossos filhos, nossos velhos estão sofrendo, estão morrendo doente. E a gente quer uma atenção a isso. É um direito nosso, como cidadão e como indígena. E eu agradeço isso, essa oportunidade aqui, que eu estou falando isso e agradeço a todos e vocês também, os parentes índios.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço à Gilda Kuitá, da Região Sul, e chamo, da Região Nordeste e Leste, o Negrinho Truká. Depois, eu vou chamar o Santiago, Guarani.

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Bom dia, parentes, bom dia à Mesa. Eu gostaria de iniciar as minhas palavras, dizendo que essa semana o Ministro da Justiça e o Presidente da FUNAI esteve lá no nosso acampamento e disse que os Policiais Federais que estavam cometendo abuso de autoridade nos nossos território não é a mando deles. Eu pergunto os policiais de hoje, que estão aqui próximo ao Ministério da Justiça, que fazem a segurança dessa Casa, que nos desrespeitaram, nos maltrataram, nos fizeram esperar e se espremer na porta, a boa vontade de uma Audiência Pública, que estava marcado para este auditório, alegando que não tinha uma única sala que comportasse a todo o nosso povo. Eu pergunto de quem que foi esse mandato. E quem vai tomar uma providência? Porque a Polícia Federal, ela tem que se ater a prender os invasores das nossas terras, os assassinos de índio que estão país afora.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: O Ministro Gilmar Mendes, que está aí bem próximo, que desrespeitou não só a Suprema Corte, mas toda a população brasileira--

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Prender o Senador Mozarildo Cavalcanti, que, durante mais de 20 anos, vem atentando contra a vida dos povos indígenas dentro dessa Casa. E sequer a Comissão de Ética do Senado ou da Câmara toma uma providência. A gente sabemos que demarcação de terra é responsabilidade do Executivo. Não cabe ao Parlamento tentar interferir. Para se fazer isso, tem que se mudar a Constituição Federal. E ninguém toma uma única providência. A Polícia Federal não vai lá prender. E, quando se trata da gente... Há relatos absurdos de índios que estão indo pescar e estão sendo presos e espancados. Índios que estão tirando madeira para construir suas casas e estão sendo presos e espancados. De índio que estão retomando seus territórios e que são expulsos por medida da força da Polícia Federal, com bomba de gás lacrimogêneo e todo um aparato de guerra contra pessoas que usamos somente nossos cocas(F) e as nossas maracas. Está na hora do Senado, está na hora do Parlamento interferir. Se há uma Comissão de Justiça dentro dessa Casa, que comece por Mozarildo, que coloque ele no lugar dele--

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: --porque ele vem defendendo os invasores de terra. Que coloque o Ministro da Saúde e o Presidente da FUNAI pelos crimes dos índios que vem morrendo por omissão do papel da FUNASA, mas não nós. Não a gente. E quero lembrar a essa Casa que Dia de Índio é todo dia. Nós não podemos se ater somente em abril ou quando a gente vem aqui em Brasília, em massa, para reivindicar nossos direitos.

Voltando um pouco para o meu Estado, vou dar um pouco dos exemplos que a gente temos do desrespeito à Constituição Federal, aos Direitos Humanos, ao senso de justiça desse país. Nós temos, na aldeia

Kambiuá, uma briga muito grande dos nossos parentes Kambiuá com o próprio IBAMA, invadindo o território Kambiuá e, por medida de força, tentando criar um Parque Nacional, aonde os índios Kambiuá vem preservando aquela terra desde que existe Brasil, e vem preservando aquelas matas e aquelas nascentes.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Queremos falar dos parentes Aticuns, que há mais de 30 anos briga para que se conclua o estudo demarcatório da sua terra, e que até agora não foi feito.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Queremos falar dos parentes Pankararuns, que estão esperando a desintrusão do seu território já homologada e a ampliação.

[palmas].

SR. NEGRINHO TRUKÁ: E não é diferente da história de Truká, Xucuru, Pipipã, Pancará e todos os demais povos da Região Nordeste. Nós achamos que a Polícia Federal tem que agir, sim, agir com as pessoas que não cumpriram o que foi determinado na Constituição Federal, que era cinco anos para demarcar e desintrusar todas as nossas terras –

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: --e não perseguir a gente, da forma que vem perseguindo. Achamos que o Parlamento tem que interferir diretamente na violação dos nossos direitos, assegurando o que se é garantido constitucionalmente, assegurando que o nosso Estatuto seja votado em medida de urgência, porque o Estatuto é quem vai regulamentar os dois capítulos dos povos indígenas na Constituição Brasileira.

Falamos da questão da impunidade. Matar índio nesse país parece que se tornou, para os assassinos, prêmios. Isso hoje é feito pelo Estado Brasileiro, através da Polícia Militar, é feito por fazendeiro, madeireiro, garimpeiro e nós não vemos ninguém na cadeia. Basta os índios se manifestarem em uma retomada de terra, que aí vem a criminalização direta das nossas lideranças. Temos lideranças de Norte a Sul do país, com mandados de prisão, por conta da retomada de seus territórios, por conta de defender os Direitos Humanos nesse país, por conta de defender os interesses de seu povo.

Esse Parlamento tem que interferir, esta Casa, o Ministério da Justiça, a Presidência da República, de forma direta, nos grandes Projetos do PAC. O PAC se tornou o Programa de Aceleração da morte dos índios.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Em nenhum momento, tem sido levada em consideração a nossa posição, o que nós queremos, o que nós tendemos, da terra e da natureza sagrada. Isso foi feito com Projeto de transposição, lá no São Francisco, aonde todos os índios, todos os ribeirinhos, todos os movimentos sociais se colocaram contra o Projeto, debatemos e, de forma técnica, o Governo Federal conduziu. E de forma técnica, a gente sabe que o dinheiro da nação não vai concluir o Projeto porque a natureza sagrada tem se revelado. A surpresa que os técnicos tem enfrentado, em todo o nordeste setentrional, não é brincadeira. E, acima de tudo, se falam em levar o progresso, levar água para quem não tem, quando, na margem do rio, a três quilômetros, nós temos índios passando sede, populações daquela região... Todo mundo sendo abastecido por carro pipa. E a situação continua —

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: E uma das nossas perguntas é: Água para quem? Isso não está claro. Tem o Pecém, do Ceará, aonde vem expulsando os povos indígenas do Ceará, aonde se pretende passar com o Canal do Pecém, sem sequer garantir a demarcação das terras indígenas no Estado de Pernambuco, no Estado do Ceará e nos Estados do Nordeste setentrional. Os dois eixos da transposição estão dentro de territórios indígena, e sequer o direito sagrado à terra nós tivemos. E aí se fala no progresso e no desenvolvimento para todos, como é isso? Mata uns para poder dar progresso aos outros? Na nossa parte, enquanto índio, só tem sobrado a morte. Só tem sobrado o déficit social.

Gostaríamos de lembrar ao nobre Senador a questão da educação indígena. A nossa educação vem passando por um sistema de caos, de norte a sul do país. A gente fala num país pluriétnico, país isso, país aquilo, e, na íntegra, nada funciona. Então, às vezes, os discursos bonitos se tornam vazios por conta da prática. O grande problema do nosso país é a educação. A educação, sim, de qualidade, para vocês brancos. Porque nós, indígenas, não precisamos. A nossa educação, ela é passada de pai para filho.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Enquanto a vocês falta o senso de que onde termina o direito de vocês, brancos, começa os nossos. E a discriminação contra índios, contra negros, contra sem-terra, é ensinada nas próprias escolas de vocês. Isso tem que mudar. A gente vê, de Norte a Sul do país, garimpo, madeireiro, garimpeiro, explorarem as terras indígenas; fecha-se um garimpo hoje, fecha-se uma madeireira, amanhã está aberto. A

Polícia Federal nada faz, o IBAMA alega que não tem estrutura e nós estamos pagando por isso.

Então, o Parlamento tem que agir. O Parlamento, nobre Senador, eu discordo que não tem que se criar mais uma vaga para que um índio possa entrar aqui nessa Casa. O caminho nós já sabemos qual é, que são as eleições. Temos que nos articular para colocar um representante, tanto no Senado quanto na Câmara. Mas cabe aos senhores, já que não temos nenhum representante indígena, defender os interesses da população brasileira.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Então, não vamos esquecer isso. Vamos fazer papel para o qual cada um dos senhores, na época de eleição, sai numa imigração, prometendo, prometendo mudar, prometendo respeitar. E sempre que a gente vem aqui, anualmente a gente vem aqui para reclamar os mesmos problemas. Os mesmos. É absurdo que uma luta de 30 anos da Raposa Serra do Sol seja conseguida pelo movimento indígena, pelos índios de Roraima, e simplesmente a Suprema Corte criar 19 consoantes. Mostra o respeito que vocês tem às leis que vocês mesmos criam. E era isso, meus parentes.

[palmas]

SR. NEGRINHO TRUKÁ: Eu gostaria de pedir ao Plenário a liberdade de nós darmos a fala a um dos nossos parentes, que anualmente também a gente discute, e nunca asseguramos a participação de nossos parentes especiais, com deficiências físicas, doenças mentais. Então, pediria a vocês que concedesse a palavra a Paulo Titiá, para que fale também de nossos deficientes, aqui para todos nós e para a Mesa, e muito obrigado pela atenção.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paulo, pode fazer uso da palavra.

SR. PAULO TITIÁ: Eu queria dar um bom dia a todos, que nós, desde cedo que está aqui. E eu queria dar bom dia para a Mesa. Eu só queria lembrar que a nossa Mãe Terra fez esse desenho com toda a história do nosso povo, falando sobre a violência do nosso território. E o nosso território, que chama Terra, ela está morrendo, Ela está morrendo, ela está dando o último... derramando a sua última lágrima e pedindo socorro aos seus filhos, que é esses filhos que está aqui, que amamos a natureza, respeitamos a natureza... Se vocês desta Casa, que são autoridade deste país, e não respeitar a nossa cultura, a nossa tradição, o mundo vai beirar uma explosão. A Mãe Terra está pedindo socorro. Ela está com o seu lençol verde todo rasgado e todo furado, que é o verde do nosso planeta Terra.

Companheiros, eu sei que o nosso Presidente Lula, ele é deficiente de dois dedo. Mas, lá no nosso povo indígena, nós temos mudo, nós temos cegos, nós temos pessoas que está faltando uma parte do seu corpo, que é a perna e o braço. Eu queria pedir aos Parlamentares e ao nosso Governo Lula que, pela deficiência que ele tem, que botasse um artigo dentro da Constituição Federal para ver a questão dos índios deficientes desse país. Porque nunca chegou índio deficiente para dizer a dor que ele sente, das tragédias da saúde, que fez a eu ser deficiente por não tomar uma gota da vacina da paralisia infantil.

Há seis anos atrás, nós teve caso de paralisias infantil dentro das áreas indígenas. Será que o nosso país tem esse conhecimento, que está lá escondido dentro das mata, dentro da sua aldeia? Companheiro, eu não sei o dia de amanhã dessas nossas lideranças, nossos idosos, lideranças deste país pela guerra que está tendo dentro do nosso país, a violência de tiro. Porque, na nossa aldeia, tem índios deficiente com a violência do branco, com tiro... De receber tiro na coluna e ficar paraplégico. Eu queria que desse a oportunidade para os índios deficientes estar aqui, em qualquer setor do Governo, a fazer a sua recramação(F). E obrigado à direção, que me trouxe aqui neste local, nessa localidade. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou para a região... Agora eu vou para a região Sudeste. O Marcos Tupã Guarani. Depois voltamos para a Região Sul, Santiago Guarani. Nordeste teve o Negrinho, depois vem o Caboclinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas aí o Sul fica esperando.

SR. MARCOS TUPÃ GUARANI: Boa tarde, parentes. Boa tarde à Mesa, Sr. Senado. Eu sou Guarani Mbya, eu sou do Sudeste; no Sudeste, em São Paulo, também temos nossos parentes Kaingang, temos nossos parentes Terenas, Tupi-Guarani, temos também nossos parente, que está lá em São Paulo, que são os Pankararus, eu falo em nome desses povos que estão lá. E o nosso povo, Guarani Mbya, estão na faixa litorânea, na Mata Atlântica, aonde os nossos parentes, o nosso povo, hoje é considerado invasor nessas terras, onde há unidade de conservação, criado pelo Governo do Estado de São Paulo, impossibilita o reconhecimento da ocupação tradicional do nosso povo. Eu estou aqui falando porque nós vivemos pressionados, desrespei-

tados pela sociedade, dos Juruá, que nós falamos que são não índios, que vem nos criticando, nos acusando desse modo, que vem nos tratando dessa forma, desrespeitando a Constituição Federal. Em nome desse povo, estou falando porque precisa ser reconhecida e respeitada, não só nessa área, mas também na nossa questão das terras... Nossas terras pequenas. Eu tenho uma comunidade com mil pessoas, que chama Tenodeporã, a Krukutu, e que, nessas aldeias, tem 26 hectares. Ali não há espaço para nossos parentes sobreviver, desenvolver a cultura, fisicamente, e também nossas tradição, não tem como desenvolver nesses espaços.

Em nome desse povo, dessa comunidade, é que venho também participar desse movimento, dessa luta conjunta dos nosso povo, nesse Acampamento Terra Livre, para que nossos parente e a nossa comunidade, a nossa região também seja lembrado, porque, há muitos anos, vemos, lutando pela nossa sobrevivência, nossa resistências, e que essa região, São Paulo, litoral norte, a faixa litorânea, a Mata Atlântica, onde nós estamos está sendo ocupado ou criados unidade de conservação, onde é uma luta grande e que o Governo do Estado tem manifestado o desinteresse em apoiar nossas comunidades indígenas, que se encontra nessa região.

Hoje mesmo, até ontem, nossos parente, em relação à questão da Saúde, os nossos parente teve que ocupar a FUNASA, a coordenação, pedindo o afastamento do responsável, que se encontra nesse Estado, que é... Vem, até hoje, não dando condições ou assistência adequada para as comunidades indígenas que encontra nessa região. Pedimos apoio aos nossos parentes e também a essa Casa, que se manifeste a favor à retirada imediata, o afastamento da pessoa responsável, que é coordenador nessa região, para que assume uma outra pessoa, que tenha responsabilidade, porque a Constituição garante para nós a nossa sobrevivência e a assistência à saúde. A Educação também precisa ser repensado para a nossa região. Existe os sistemas que não são adequados, na prática, nas comunidades indígenas, não respeitando os currículos, a grade curricular que deveria ser respeitada pelas nossas comunidades indígena.

Então, em nome do povo e também em nome da Comissão de terra Guarani-Urutá(F), que vem acompanhando essa discussão em toda a região, que estou aqui também falando os nomes do nosso povo Mbya-Guarani, que se encontra nessa Mata Atlântica, os nossos parentes, Terenas, Krenak, Kaingang que estão no Estado de São Paulo, no oeste paulista, também passa a mesma situação como nós, pequenas terras, sem matas, sem florestas. Precisamos recuperar essas terras e que o Governo reconheça o nosso fortalecimento, a nossa sobrevivência do povo, dos seis povos no Estado de São Paulo.

Dando aqui meu recado, quero agradecer à Mesa e aos parente e que tenha me dado oportunidade de estar aqui nesse Acampamento Terra Livre. Muito obrigado.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parentes, a gente queria a compreensão de vocês para a gente não dispersar da plenária. Por favor, isso é importante, nós temos que ouvir ainda nossas autoridades aqui. Ou a gente está aqui para a nossa guerra, em prol do nosso direito, ou a gente não vem para cá para isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que muita gente está saindo por causa do cansaço. Então, para dar um descansozinho, a gente vai ouvir uma música. O Daniel Rocha, ele estava aqui para a Sessão que ia haver aqui, dos circos. Ficou aqui, esperou até aqui, querendo cantar uma música para vocês.

SR. DANIEL ROCHA: Essa música é do índio caboclo moreno e da índia cabocla morena: "Amazônia tem índio caboclo moreno... Tem índia cabocla morena, que é tão lindo e faz doer... Eu fiz amor no igarapé, numa boa, Amazônia... Eu fiz amor no igarapé, numa boa, Amazônia." Foi especial para todas as índias e para o melhor circo do mundo, meu primo Palhaço Plim Plim. Tchau. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a esse grande cantor, Daniel Rosa. Eu chamo agora, pelo Nordeste, o Caboclinho Potiguara. Cadê o Caboclinho? Depois será o Santiago Guarani.

SR. CABOCLINHO POTIGUARA: Não sei se é bom dia ou boa tarde. Queria saudar a Mesa aqui, em nome do grande guerreiro Luis Titiá, no qual saúdo a todos. Bem, venho falar aqui em nome do Estado da Paraíba, Estado esse que, hoje, oficialmente, só tem o povo potiguara; no período da colonização, nós éramos 11 povos indígenas, 10 foram totalmente extintos. E agora também nós estamos trabalhando também na identificação do povo Tabajara, já identificado pelo movimento indígena e por nós, potiguara.

Bem, diante das circunstâncias e também do tempo, eu queria ser bem curto, até porque muitas pessoas já falaram o que eu ia falar. Mas eu só queria pedir aqui, em nome do Estado da Paraíba, Senador Cristovam Colombo, que o senhor olhasse também...

Ou melhor, Cristovam Buarque. Que o senhor olhasse também, como membro da... Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que olhasse também a situação dos índios Potiguara, dos Tabajara, que se encontra no Estado da Paraíba.

A situação também é a mesma situação que se passa hoje no restante do país. Queria também que visse a questão fundiária daquele Estado, um Estado que é invadido por latifúndio da cana-de-açúcar, por grandes usineiros. E também que visse também a questão do desintrusamento(F) daquelas terras que existe na Paraíba. Como também pediria que visse também o processo de identificação e demarcação da área de Monte Mor e dos índios Tabajara também daquele Estado. Queria pedir também aqui em nome daquele Estado que também o senhor, como Senador da Casa, que se fizesse também presença e desse seu voto de confiança também na criação da Secretaria de Saúde Indígena porque, para nós, nós estamos precisando, que a saúde está precária.

[palmas]

SR. CABOCLINHO POTIGUARA: Assim também como eu estou pedindo também, que já tramita na Casa o Requerimento de Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que está pedindo a urgência para que o processo de demarcação seja feito pelo Congresso. Já existe alguns nomes, e eu também pediria que o senhor fizesse essa articulação, para que essas pessoas que assinassem, tirassem esse nome, porque, pelo contrário, nunca mais uma terra indígena vai ser demarcada nesse Brasil.

E outro pedido que eu pediria aqui era que também se fizesse a articulação para que se fosse criado, o mais rápido possível, o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas. É isso que nós estamos precisando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo agora o Santiago Guarani. Depois, eu vou chamar um do Sudeste, que é o Vereador Paulo Terena. O Santiago está... Pronto, Santiago, vai em frente.

SR. SANTIAGO GUARANI: Boa tarde todos indígenas e também ao Senador. Eu também queria falar, representar meu povo Mbya-Guarani que está Rio Grande do Sul até a Rio de Janeiro. Nós, Mbya-Guarani, estamos muito preocupado com essa FUNAI, que está acabando com nós, Mbya-Guarani. Por que estou dizendo isso? Mais de 500 anos estamos esperando essa demarcação da terra. Nós viemos ontem, falando com o responsável da GT. Mas sempre está dizendo para nós "desculpa, porque tem muito papel que não pode publicar o GT ou para sair o GT amanhã. Mas esse papel é de Juruá, é de branco. Por que que não sabe solucionar esse papel? Porque nossos papel é indicando esse lugar que é nossa terra. Então, precisamos para morar, precisamos para plantar a nossa semente que a gente tem, de muitos ano, a gente tamo guardando essa semente. Milho, batata doce, aipim, que é nosso, que não é de Juruá. E nós queremos plantar essa semente transgênico, soja. Não é isso que a gente precisamos plantar. Precisamos nossa vida. A nossa vida é terra. Primeiro, tem que resolver nosso acampamento, que está sofrendo 40 anos ali na beira de estrada, que BR-116 esse ano vai ser duplicado e ainda a FUNAI não resolve esse problema.

Nós Guarani-Mbya está sofrendo por isso. Tem suicídio, está se matando com essa doença, com esse compromisso que a FUNAI tem, que não deram resposta até agora. Isso está matando também a nossa criança. Nós não queremos cesta básica. Nós não queremos essa cesta básica.

[palmas]

SR. SANTIAGO GUARANI: Não é nossa vida. Aquela... Na cesta básica que foi só feijão de dois anos atrás, que não cozinha mais. Essa não precisamos. Não queremos isso.

[palmas]

SR. SANTIAGO GUARANI: Nós queremos é espaço para que a gente cantasse, lutando pela nossa terra, que é o nosso Nhanderu Tupã. Precisamos isso. Nossa vida é Tupã que deu para nós. Terra também deu para nós. Água também deu para nós. Então, isso não é de Juruá. Então, você poderia liberar nossa terra, para que nós vivemos tranquilo, sem preocupação, a gente não vamo pedir por remédio que... Aquele remédio, paracetamol... Não é isso que a gente precisa. Precisamos da mata, na mata tem nossas remédios. E nossa Caraí está vivo. A gente chama pajé para facilitar um pouco para nós. O Caraí, ele sabe a língua dele, ele tem contato com Nhanderu, e ele que dá caminho para nós. Não é Juruá. Nós não queremos mais essa mentalidade que branco coloca na nossa cabeça. Nós temos que valorizar nossa organização próprio Mbya-Guarani sempre pede isso. Não queremos que Juruá dizendo assim que tem que trabalhar, assim que tem que fazer a coisa, para que a coisa melhore. Mas nós mesmos sabemos para melhorar nossa vida. Só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, do Nordeste, a Rosa Patiguari.

SR. VEREADOR PAULO TERENA: Bom dia, parente. Bom dia a Mesa, bom dia, Senador Cristovam Buarque. Bom dia a todos parentes presente. Eu sou Vereador, segundo mandato, por São Paulo, sou de Terena, eleito para a cidade de Avaí, venho, por meio desta, informar essa Casa de Lei, que venha atender os pedido da nossa comunidade do Brasil, com muita atenção, carinho, para não votar, para o Senado votar... Vetar o Projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, do PDT de Roraima, que ele venha respeitar toda a comunidade indígena do Estado de São Paulo e do Brasil inteiro. Que venha vetar esse Projeto, ao qual o Deputado quer tirar direito do meu povo do Brasil.

Se ele não... Se o Senado não ouvir reivindicação do meu povo, eu prefiro deixar a Câmara Municipal da minha região, que nesse país não existe mais... Não existe mais democracia. Não existe mais lei. Quero também agora chamar o cacique da nossa aldeia, o Anildo Lulu, que vem aqui nessa Tribuna falar algumas palavras da nossa região.

[palmas]

SR. CACIQUE ANILDO LULUI: Bom dia, parente. Vim falar um pouquinho também da região, e eu queria falar para o Senador Cristovam Buarque, ele é o Presidente de Direitos Humanos, mas, pelo que a gente viu, as condições dos nossos parente, o nosso sangue, até 2009 correndo, como de nosso parente Kaiowá, helicóptero passando por cima, criança desesperada, parente sendo baleado pelos pistoleiro, fazendeiro, será que nós, povo indígena, não somos humanos, pra ser tratado dessa forma? Com arma de fogo?

Queria pedir atenção do Sr. Senador para que possa atender urgentemente porque ouvimos, na plenária, ali no Acampamento Terra Livre, o nosso parente falou que vai retomar suas terras. E os Direitos Humanos aqui, o Presidente Cristovam, tem que dar atenção para que não derrame sangue do nosso parente, porque a mesma coisa está derramando nosso sangue. Nós poderia fazer uma luta, uma guerra, mas não queremos isso. Queremos terra, Direitos Humanos. O que aconteceu também no Estado de São Paulo, com o nosso povo... Precisou invadir a FUNASA e ser retirado, reintegração de posse, que direito temos de criança morrer desnutrido, sem atendimento médicos? Que direito temos? Será que não somos humanos? Será que índio não é humano? Agora tem direito de arrancar um índio. Por que não exonera esse homem, que não tem capacidade de levar a saúde do nosso parente, cuidar do nosso povo, é o direito que nós temos garantido em lei.

Que direito também temos, se somos tratados, assim como humanos? Do nosso povo do Estado de São Paulo, como a realidade de todo o Brasil... A terra é do índio, a retomada da terra do nosso parente Tekuaporã, Guarani, Tupi, eles estão com três anos na terra, que foram dos nossos parentes, do nosso antepassado, onde foram expulso. Cada ano, o poder, a Justiça, tira ele de lugar. Não tem como ficar na terra. Eles estão sendo trocado todo tempo pelo Ministério Público, tirando eles fora da terra, que um dia foi dos nossos antepassados, nossos parente. A todo tempo, eles estão sendo retirado da terra, sendo expulso.

É uma coisa muito triste para nós, parente, de ver 500 anos e nove, 509 anos, ainda sofrendo por esse tipo de lei, que o próprio Brasil fez, a Constituição. Eles passam por cima da lei, não respeitam a lei porque garantiram a terra para nós, mas cadê a lei? Cadê o cumprimento da lei? Então, pedimos ao Estado Brasileiro, aos Parlamentares porque não foram nós índio que colocamo, lutamo sim, mas vocês que aprovaram essa lei e tem que ser cumprida aqui no Brasil, para nós possamos ter direito da terra e não ser expulso da terra, ser tratado como invasores, que nós somos... Não somos o crescimento do Brasil, que nós atrapalhamos o Brasil, não. Nós estamos aqui para ajudar o Brasil, colaborar com o Brasil, desde que nós somos considerado como humano, como parceiro, como primeiro habitante aqui na terra nacional do Brasil. É só isso a minha palavra.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, agora eu volto a chamar... Eu tinha chamado a Rosa Pitaguari, do Ceará.

SRA. ROSA PITAGUARI: Bom dia, parentes, meu nome é Rosa, meu povo é Pitaguari, do Ceará. Nós, do Ceará, somos três povos divididos em 17 Municípios, com quase 27 mil índios cadastrados pela FUNASA. O nosso povo, na região do semi-árido, precisando urgentemente do estudo demarcatório e antropológico de suas terra. Os povos são: Canindé, Potiguara, Calabaça, Cariri, Tabajara, Gavião, Tupinambá e Anacé, que estão nos municípios de Tamboril, Quiterianópolis, Novo Oriente, Monsenhor Tabosa, Crateús, Poranga, Aratuba, Canindé e Caucaia.

Nós temos situações também não diferente dos parentes que já falaram aqui, que é BRs dentro da nossas terras, torres de alta tensão que passa também dentro das nossas terras, Portuário do Pecém, grande empresas de hotelarias, que nem na terra dos Tremembé, lá em Itapipoca, que sofrem grande pressão, aquele povo, aonde não pode andar dentro de suas terras porque são ameaçados de mortes também.

No povo Anacé, em Caucaia, tem o Portuário do Pecém, tem também a questão do Rio São Francisco,

que vai terminar dentro da terra dos Anacés também. Hidrelétricas... Enfim, todos esses impacto que existem dentro das terras dos povos do Ceará. Nós temos, na terra dos Tapeba, a BR, que está sendo alargada, gasodutos, que passa também dentro das terras, tanto dos Tapeba como dos povos Anacés também, que isso é impacto. E, quando nós saímos para lutarmos pelo pouco de terra que nós temos, nós somos considerados os posseiros. Essas pessoas chegam dentro das nossas terras, invadem as nossas terras, faz o que quer e, quando nós reagimos, nós é que somos os posseiros, nós é que somos os invasores. Eu não concordo com isso.

Gostaria de pedir aqui o apoio de todos vocês a favor da luta pela nossa demarcação, pela desintrusão das nossas terras, porque até hoje nós, no Ceará, só temos uma terra demarcada, que é uma parte da terra do povo Tremembé, uma pequena parte, à vista da terra deles. Temos também uma empresa do côco, temos também a Ypioka, que fica dentro das terras do Jenipapo-Canindé, aonde polui o rio, aonde polui a lagoa e eles ficam à mercê de tudo isso. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo agora o Luis Titiá, da Bahia.

[palmas]

SR. LUIS TITIÁ: Primeiramente, boa tarde aos parentes, boa tarde à Mesa. Em primeiro lugar, pra mim começar minha fala, eu queria que os nossos parente, do Nordeste e Leste, se levantasse e balançasse os maracá para nós mostrar que, na nossa região, existe nós indígenas. Muito obrigado. E dizer, Sr. Presidente, que na Bahia, no Estado da Bahia, há 14 povos indígena, aonde que mais de 509 anos enfrenta a discriminação e o abuso de poder daquele Estado.

E eu quero relatar aqui alguma situação de algumas comunidades. Começar pelo norte da Bahia. A demarcação de terra dos parente Tumbalalá, a ampliação das terra Xucuru-Cariri, Caimbé e Kiriri. Aquisição da terra dos Tuxá, de Rodelas, e Pankararu e Aticum; projeto de desenvolvimento sustentável para os povo Pankararé e Kantaruré. E, voltando à região sul e extremo sul da Bahia, eu queria registrar aqui que essa Casa exige da FUNAI, para acelerar a questão da demarcação e a desintrusão das terras dos parente Tupinambá, do sul da Bahia, por motivo da luta do nosso povo com a força de outros parente, pouco tempo já saiu o relatório dos Tupinambá. Então, comprovou que aquele território é dos nossos parente. Mas, para isso, aliviar o derramamento de sangue e a discriminação e as prisão do nosso parente cacique Tupinambá, está precisando acelerar a desintrusão para tirar aqueles posseiro, expulsar aqueles posseiro, e dar de volta aos nossos parente, Tupinambá, a terra deles de volta para ter uma vida sustentável.

Voltando para o extremo sul, nós pedimos também que exige da FUNAI, para acelerar o relatório dos nossos parente da Barra do Caí, e eles exige também a demarcação, a desintrusão daquela terra, porque aonde, Sr. Presidente, foi há 509 anos que aquela região começou o contato da invasão dos povo branco para destruir a cultura dos nosso parente Pataxó-Hahahãe, e o nosso parente Pataxó do extremo sul, aonde que tem a marca lá, o Monte Pascoal.

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui pedir, aqui, nesse momento, à Casa que, junto com a força política que essa Casa tem, que interfere ao STF para acelerar o julgamento do nosso povo Pataxó-Hahahãe, que já está mais de 26 anos engavetado naquela Casa. E, com isso, nosso povo está enfrentando uma grande violência, um grande abuso da atuação da Polícia Federal, que é da cidade de Ilhéus, na Bahia.

Eu queria deixar registrado nessa Casa que nós já pedimos, na CNPI, Comissão Nacional de Política Indigenista, uma Comissão que vai na região da Bahia sentar com aqueles delegados competentes da Polícia Federal para saber qual é o papel, quem é que está autorizando eles atuar nas áreas Tupinambá e Pataxó-Hahahãe daquela forma que eles atuou lá na Serra do Padeiro, dos parente Tupinambá e lá também nos Pataxó-Hahahãe, a última vez que foram lá fazer uma reintegração de posse, expulsando nossos parentes, espancando nossos parente para pôr o fazendeiro de volta numa terra que não é deles.

Sr. Presidente, eu espero, com todo esse relato que nós fizemos aqui, que vai passar aqui nessa Casa a questão do Estatuto dos Povos Indígena. E eu espero que vocês analisem e dá uma resposta para nós indígena. E também quero pedir que respeite o documento do Acampamento Terra Livre desse mês de abril de 2009. Eu não quero vir aqui mais outra vez, só vir aqui pra ouvir discurso bonito e conversa bonita, não. Eu quero vir aqui o ano que vem ver o que foi encaminhado desse documento, desse Acampamento de 2000 e maio. Isso já estou deixando registrado aqui na Casa, não só eu como todas as lideranças.

E dizer, aproveitar aqui a Dra. Deborah, que está aqui fazendo parte dessa Mesa, que chegou... Nós já estava aqui nessa plenária, que analisasse o desrespeito que a segurança fez aqui dessa Casa com nós indígena. Aonde nós ficamos ali sol esperando a liberação para nós ocupar essa Casa, aonde eles mentiram, disse que não tinha espaço, e como nós vimos aqui, enxergamos que tinha espaço para todos nós

aqui, aonde uma criança passou mal. A mãe de família passou mal. Um velho passou mal. E já pensou, Sr. Presidente, se, nessa agonia todo, a nossa criança ou o nosso velho morresse naquela hora? Quem ia responder por isso, Sr. Presidente? Por vocês ter chefe de segurança aqui, que não sabe se organizar nos seus trabalhos para dar segurança nessa Casa.

Nós ouvimos conversa, dizendo que nós ia badernar, nós ia bagunçar aqui nessa Casa, e por isso nós aprovamos que nós somos capazes e nós temos a nossa dignidade e sabemos nossos direitos. E eu quero dizer aqui o que o parente colocou, estão dizendo aí que a gente quebramos o vidro. Uma porta de vidro. Eu espero que isso não saia na imprensa, dizendo que nós somos baderneiro. Eu quero que prove primeiro, para ele divulgar essa situação.

Então, Sr. Presidente, eu espero que tudo aqui que foi relatado, que as lideranças colocou, eu espero que seja encaminhado com urgência toda situação dos povos indígenas do Brasil. E dizer para você que a luta dos parente do Mato Grosso, a luta de toda a região, nós, indígenas do Brasil, estamos somando e estamos abraçando junto e em conjunto. E quero pedir aqui também uma oportunidade para abrir um minuto para uma liderança nossa lá do Nordeste, que ajudou também em 2008, na construção da Constituição, que eu queria chamar aqui para ele ter um espaço, Nailton Pataxó, para ter um pouco do uso da palavra, para nos ajudar fortalecer todos esses encaminhamentos que foram dados aqui, meus parente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vou chamar agora um da Região Sul, o Claudemir Xetá. Já chamou o Nailton? Tá bom. Depois do Nailton, virá o Claudemir. Ficarão faltando dois.

SR. NAILTON: Bom, o Luis Titia já... O Luis Titiá já falou quase tudo. Eu também não quero tomar o tempo, que está ficando tarde, mas quero dar boa tarde para a Mesa, quero aqui agradecer pela presença da Dra. Deborah, nossa Procuradora, que cuida dos nossos direitos, e dizer que a terra indígena dos Pataxó-Hahahãe é uma terra que já foi demarcada em 1938. Ela foi homologada, ela foi periciada, comprovada como terra memorial dos Pataxó-Hahahãe. Mas, como o Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, deu arrendamento de terra a fazendeiro na região e os Governo passado do Estado da Bahia concedeu título de posse a esses fazendeiros, então, eu gostaria de dizer que, por esse motivo, tramita, no Supremo Tribunal, uma ação cível 312, de uma ação de nulidade de título, que ele já chegou uma data de votação, mas, por um Ministro pedir vista no processo, parou o julgamento dessa ação. E, mesmo assim, tem muitos ocupantes dessa terra, que a intrusão, que não tem título de posse e, quando os índios ocupa essa área, a Justiça brasileira está concedendo reintegração de posse para fazendeiro sem ele ter o título do imóvel para comprovar que é dono daquela fazenda.

E quando os juízes dá reintegração de posse para o fazendeiro, a Polícia Federal vai, não chama a liderança para conversar, vai sem o acompanhamento da FUNAI, e começa a espancar os índios... Dá segurança aos pistoleiros dos fazendeiros pegar as bagagem dos índios que está dentro dessa área, botar em cima de um caminhão e despejar no meio da rua, lá em Pau-Brasil. Então, isso que está acontecendo, está todo mundo revoltado com a atuação da Polícia Federal nas suas operações de reintegração de posse. O Ministro da Justiça falou para nós que isso não é autorizado, nem pelo Ministro da Justiça e nem pelo Delegado da Polícia Federal daqui, o Diretor da Polícia Federal, que isso está sendo uma decisão dos delegado regional em cada região.

Então, o nosso Direitos Humanos está sendo tratado, considerado desrespeitado dessa maneira. Então, é uma violência que nós não estamos resistindo mais. Por esse motivo, eu peço ao Senador, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que reúna esse povo, como o Luis pediu. Reúna esses delegados regionais, aonde está sendo registrado todas essas queixas aqui, onde está sendo aclamado, por todos esses povos que está sofrendo essa violência, que não só é lá, como os Guarani, os Kaiowá-Guarani, entre outros povos, está passando pela mesma situação.

Então, eu gostaria de dizer que toma providência porque vai morrer o nosso pessoal; assim como eles são intocável, pedir a eles para não tocar na gente também. Então, esse respeito a gente está exigindo dessa Casa, que seja respeitado e considerado dessa maneira. Gostaria de pedir a essa Casa aqui, um pedido que eu vou exigir a resposta também, que, quando for ser realizado o nosso encontro do Acampamento Terra Livre, no ano que vem, que já esteja garantido aqui a nossa visita nessa Casa, sem precisar de burocracia. Que a gente saia daqui com isso garantido. Nós precisamos disso aqui.

E dizer também, pedir aqui também ao Acampamento Terra Livre que, nesse documento aqui, esse documento final aqui, não está incluído a presença dos índios Pataxó, do extremo Sul da Bahia, que eles chegaram mais atrasado, mas eu estou lembrando para que ele seja incluído também, que não consta aqui nesse documento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero saber se o Claudemir Xetá está por aqui. Ele não está, mas eles são tão poucos hoje, é uma tribo que está com tão poucos... Tão poucas pessoas, tão poucos parentes, que eu gostaria que um Cretã falasse por ele. Você. Você falaria por ele, está bem?

SR. ROMANCIL CRETÃ: Então, parentes, eu vou falar bem assim tranquilo para que vocês entendam a situação Xetá hoje no Estado do Paraná. Quando foi colonizado o norte do Paraná, os Xetá, eles eram aproximadamente mil indígenas. Durante o período da colonização, eles... O contato com eles no sul é recente. Para nós, é considerado recente, porque faz 50 anos que foi o contato com os Xetá no norte do Paraná. E, de lá pra cá, eles foram praticamente dizimados, não pela agressividade de matarem eles, mas, de qualquer maneira, foram agredidos porque eles... A gripe que deu durante o povo deles que matou eles. Deu uma gripe muito forte na época do contato com eles, então, acabou dizimando praticamente todo povo deles.

Então, hoje, no Estado do Paraná, só tem seis Xetá e descendente do povo Xetá são 92 descendentes. E dos Xetás, que eram desses mil, no contato, restaram esses. E hoje a terra deles, para vocês ver por que é que nós, do sul, nós batemos na questão de que tem que ser do Executivo e não do Legislativo a questão de demarcação das terras, porque a metade das terras deles é de um Senador dessa Casa, chamado Osmar Dias, que todos vocês conhecem, e a outra metade é do Banco Bradesco. Então, como é que vai conseguir tirar esse pessoal de cima dessa terra para poder devolver para os Xetá? Por isso eu fiz questão, ele não está aqui, mas defender e que todos vocês sabem por que da importância de que os Xetá fossem levantado dentro dessa Casa aqui. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo agora o cacique... Tem um que queria falar... Diego. Ali, ele queria ler um manifesto, não é isso? Curtinho. Depois vai ser o cacique Verá Caraí.

SR. DIEGO: Boa tarde, parentes. O que eu tenho para falar, parente, não é muita coisa, mas eu creio que é a realidade. Em primeiro lugar, eu quero fazer aqui um pedido que eu, conversando com o Haru(F), ele me pediu para fazer isso. E eu achei de extrema importância, que é pedir para a Casa fazer uma revisão na política... Revisão política para que a eleição para nós, povos indígenas, seja eleição nacional, independente de Estado, que se a gente vai indicar um dos nossos representantes para fazer parte aqui da Casa, que eu, baiano, ou outro de qualquer outra etnia, em outro Estado, possa estar votando naquele mesmo candidato. Então, essa... É um pedido, já foi até entregue um documento em mãos ali do nosso Senador Cristovam Buarque, e também eu quero fazer uma pequena reflexão para que a gente venha analisar. Eu, representante dos índios Caimbé, tenho meu modo de pensar. E o que tenho pensado é que a maioria dos homens que administra a Justiça em nosso país tem medo de nos dar o que é nosso de direito porque eles temem que, com a nossa organização, nós expulse eles do nosso chão.

Então, eles dá limite para as nossas áreas, mas não sabe qual é o nosso limite, qual é o limite que nos deram, perdão. Porque eu tenho 60% de certeza que eles não sabem nem o limite de suas contas bancárias. Então, eu falo isso e ainda faço também um pedido, que, quando eles forem analisar nossas causas, eles analisem como seres humanos. Que um ser humano sabe dar valor a outro, sabe considerar e respeitar, independente de cor e raça, porque nós não somos diferentes deles. Nós simplesmente... Não no termo de aparência física, mas no modo de pensar. Eu afirmo que nós somos diferentes porque nós não damos valor muito a dinheiro, o que importa para nós é a saúde e cuidar da nossa Mãe, porque a natureza está se indo, como foi falo muitas vezes aqui, e o responsável por isso não somos nós. Nós não estamos aqui hoje lutando para as nossas áreas serem delimitadas, não é só nós para sobreviver. É para eles sobreviverem junto com a gente. Porque se eles não nos derem a nossa terra, a terra vai se acabar de uma vez. Porque é nós que cuidamos da terra. Só nós temos a ciência de cuidar da terra e fazer que a nossa cultura não seja extinta, que o ser humano venha prevalecer até o dia que Deus quiser, mas com a natureza ao nosso lado.

Então, era isso que eu queria falar e peço desculpa por não estar inscrito ali, mas fui um pouquinho ousado, mas a gente tem que ser ousado nessas coisas mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo o último representante do Nordeste, que é o cacique Guarani Verá Caraí, e depois temos cinco do Centro-Oeste. Não ouvimos ainda o Centro-Oeste, vamos ouvir todos. Eu peço que os parentes todos fiquem aqui para respeitar os que vão falar. Cacique... Cadê o cacique?

SR. CACIQUE VERÁ CARAÍ: Boa tarde. Oi, boa tarde, componentes da Mesa. Também parentes que está até agora, está aqui segurando a barra. Eu gostaria de dizer ao Sr. Senador Cristovam, eu acredito que, quando o Estado Brasileiro se formou, foi formado,

da forma de império da Espanha, como junto... Como Portugal, que invadiu nosso território, como feriu a nossa soberania e continua ferindo, então, eu gostaria de dizer como a nação unida, a declaração da nação unida e também da OIT, seria porque o Senado, como o Poder Legislativo e também Poder Judiciário e também o Poder executor, o Executiva, poderia estar respeitando de uma forma como autoridade de verdade, não como autor de continuidade de estar a continuidade do preconceito, porque existe, no Poder Executivo, existe Deputado, no Estado, na Assembléia Legislativa, existe como Governo do Estado, que está no Poder Executivo, existe Prefeito que continua o preconceito com nossos povos indígena e também na Legislativa e no Judiciário. Existe as pessoas que está com ódio do novo povo indígena.

Então, por que é que não existe também a Comissão Parlamentar de Inquérito também para esses que está ferindo sempre a nossa soberania do saber, a soberania alimentar, do bem-estar do nosso povo? Então, como Minas Gerais, Espírito Santo, sofremos, como os parentes do norte do Estado de Minas Gerais, do Espírito Santo, nós sofremos como o povo Tupiniquim – Guarani, sofremos a discriminação e também do preconceito do Senador Gerson Camata. Como... Se ele tem ética, como diz, se ele tem ética, por que continua preconceito no coração dele e continua sendo... Tendo ódio no coração dele porque existe ainda os povos indígenas, gritando pelo seu direito. Como a gente foi... Como eu, eu fui até na Europa, eu fui apenas somente com um cocar, como ele disse publicamente, na mídia, dizendo que o índio foi se fazer como o índio lá na Europa, o que é que foi fazer lá na Europa? Ele falou na mídia, dizendo que o índio está se fazendo como índio. "Foi vestido de roupa típica, lá na Europa". Ele disse isso. Então, por que ele disse uma coisa, Deputado, um Senador, um Deputado Federal, Senador Federal, se ele tem ética, não pode estar falando mentira.

Então, tudo isso seria bom ele estar aqui também ouvindo. Porque ele está aqui. É do Espírito Santo. Então, hoje estamos aqui, aqui um. Aqui foi feito nessa Casa, aqui na Casa, no Senado. No Senado Federal, foi feito. Por que não respeitamos o direito dos povos indígenas? Por que outro país... Como outro país a respeita, por que aqui não está sendo respeitado os direito do nosso povo indígena? Então, como no Estado de Minas Gerais, existe 10 povos lá que sofrem até agora, até hoje. Os fazendeiro matando, as Polícia Federal não está tomando as providências, mas, para atirar com bala de borracha, tirando sangue dos povos indígenas, tem, com todo prazer, até eles memo fala, com todo prazer, eu tiro sangue de um índio, de um cacique , como aconteceu lá no Sul da Bahia, com os parente.

Então, tudo isso, para tomar as providência, o que está acontecendo nas áreas, nos territórios indígenas não tem capaz de estar tomando essas providências. Mas, pra tomar providência, atirar, com todo prazer, tirar o sangue de índio, até o próprio Federal... Tirando sangue de índio, isso com muito prazer. Mas, para tirar um fazendeiro, que está matando a vida do ser humano ali, no seu território, eles vai lá e fala assim: "Não, é o Juiz que manda". Se o Juiz para está tomando as providência para não estar acontecendo essa injustiça, o Juiz que era pra estar tomando essas providências... É o preconceituoso também que está ali nesse Poder Judiciário. Então, é isso que está acontecendo.

Então, acima disso, desses Três Poderes, acima desses Três Poderes, existe o Ministério Público, para estar olhando isso também, olhando... Porque isso é para... Dentro da Constituição Brasileira, a 6ª Câmara, que é o Poder Público, como Procuradoria Geral da República, como a doutora está bem aí no meio, então, como ela está aí para estar ouvindo o que nós estamos colocando. Ela é uma pessoa que até hoje nós sempre se encontramos na Câmara, da 6ª Câmara, então, sempre a gente está dizendo isso, que nós queremos a paz que poderia estar trazendo, depois que as terra seja tudo regularizado. As terra demarcada, as terra que não está identificado tem que ser identificado, as terra... Lá em Minas Gerais, existe os nosso parente, Xacriabá, que está lá no Norte, sofrem muito discriminação. Também os Maxacalis, também outros.

Então, tudo isso é uma coisa que nós... Porque existe um... Olha, eu estava até... O Supremo Tribunal Federal, o Supremo Tribunal Federal em vez estar respeitando a lei da Constituição Brasileira, que é o primeiro de estar respeitando, está desrespeitando com 19 condicionantes. Desrespeitando uma Lei Maior, que é a Constituição Federal. É por isso que nós vamos, nós... Vamos sempre... A gente tem uma divulgação, como a gente se passa aqui, muitas vezes, fala assim: "Não, não pode estar buscando a força lá do estrangeiro". Mas aqui, para quem que a gente vai pedir um apoio, ou solicitar ou exigir um apoio? Se a gente exige um apoio aqui, parece que nós estamos contra o Estado. Nós não queremos impedir nada do Estado Brasileiro. Nós... Só que nós não aceitamos o progresso da morte que está acontecendo até hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós teríamos terminado, mas tem alguns, e, por mim, a gente ouve todos. Agora, tem uma proposta aqui do nosso cacique.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, eu diria assim. Já é 2h10. Nós tem a continuidade de nossa

preparação. Vocês é que mandam. Se vocês assim achar bem, nós temos as conversa dos nossos representantes, que vão responder também algumas pergunta, tem sete pessoa. Acho que, se vai falar, fala resumidamente, porque nós estamos repetindo demais essas questões. Fala direto e aí a gente vai começar aqui... Tem um menino aqui, chamado Amarildo, ele ia cantar uma poesia, me parece. Se ele estiver aí, por favor, e depois a sequência. Depois é o cacique Edmundo Xavante e o líder aqui do povo Arara, do Acre, enfim, tem outro aqui do... Eliseu... E tem mais ainda aqui, uns dois ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vocês já estão aqui há mais de 500 anos, pode ficar muito mais tempo ainda.

[palmas]

SR. AMARILDO: Boa tarde, parentes. Boa tarde à Mesa. Eu agradeço por essa oportunidade de estar aqui também, como um jovem, e eu tenho uma poesia sobre a nossa relação, que nós estávamos tentando lutar e vamos conseguir vencer, que é a questão de nossas terras e nossa liberdade. Eu tirei um pouco também sobre aquela questão daqueles vídeos que nós assistimos. É muito triste isso. Então, vamos lá:

"No princípio dessa terra, no latino americano, vivia um povo feliz, cheio de bons costumes, cheio de grandes virtudes, que, em primeiro lugar, observava a lei da sábia natureza. Certo dia, porém, o homem branco nessa terra pisou e de índio esse povo batizou, e de forma traiçoeira, a simpatia desse povo conquistou, pregando em nome de um falso Deus, o homem branco aos índios iludiu, mudando nossas culturas, mudando nossos costumes e massacrando os filhos da Mãe Terra. Legítimo pioneiro dessa terra, perdeu seu direito de viver nela. O índio virou simplesmente peça de enfeite de uma história mal decifrada. Vivendo às margens da sociedade, lhe falta casa, lhe falta pão, lhe falta trabalho, lhe falta terra. É vítima direta do preconceito, da violência e da discriminação. Mas é de todo sangue derramado que renasce a vida e refloresce a liberdade deste povo".

O que eu quis dizer com isso é que nós, povos indígenas, nós temos que lutar junto mesmo para que nós, como guerreiro, é isso que nós somos, nós temos que viver por alguma coisa ou morrer por nada. O que eu quero desses Governo nosso é que eles... O que eu quero mesmo deles, de nós, do povo indígena brasileiro, que talvez vai estar nos vendo, que esse Governo, o Brasil nos ame como nós os amamos. É isso que eu quero. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero chamar agora o Eliseu Kaiowá, para que ele possa falar, inclusive, sobre a demarcação de terras e a violência que tem havido contra seu povo. É Eliseu Lopes.

SR. ELISEU LOPES: Meu boa tarde a todos e a todas. Quero realmente falar direto do assuntos e, antes de eu falar os assuntos que eu queria colocar, principalmente para as autoridades da Mesa, quero que vocês esteja registrando o que eu vou falar, o que eu estou sentindo, o que a nossa comunidade, o sofrimento da nossa comunidade estão passando e o que nós vamos fazer daqui pra frente.

Eu quero deixar registrado, antes de acontecer, antes de nós partir para decisão nossa, quero que, principalmente que as autoridades que resolva a nossa questão sobre a demarcação das nossas terra, principalmente nós, Guarani-Kaiowá, que estamos morando embaixo de uma lona na beira de uma BR, na estrada, sem condições de sobreviver, que a FUNAI realmente, que possa demarcar as nossas terras, e eu quero ser direto, porque, até em julho, se a demarcação das nossas terras não acontecer, nós vamos partir para a ação, custa o que custar, porque o próprio Governador do nosso Estado decretou a guerra, e os fazendeiros estão treinando contra nós, para matar todos nós, mas isso não vai dar medo para nós porque nós vamos entrar onde a gente quer aquele... Onde tem o cemitério dos nossos antepassados; eu sou da região de Amambai, do Município de Amambai, do Estado do Mato Grosso do Sul, não só do meu caso, mas existe também nos casos dos povos Terenos, existe também no caso dos povos Kinikinao, que não tem nem um pedaço da sua terra.

Por isso, antes de nós criar o problema, nós queremos que seja resolvido o... Resolvido a questão da demarcação das nossas terras, que seja demarcado logo para nós. Isso que eu quero deixar principalmente já claro porque, se não acontecer a demarcação, o estudo antropológico, nós vamos partir para ação de novo. Por isso que eu vim registrar, porque, no próximo ano, nós não queremos vir mais pedir apoio, mas nós queremos vir, já comemorar junto, junto com Parlamentares que vai dar apoio para nós. Por isso que eu quero deixar essa mensagem, para que principalmente as autoridade que resolve logo essa demarcação. É só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Amarildo Terena que também quer... Não, ele já foi, né? Antes de passar para o cacique Raimundo Xavante,

eu quero dizer que aqui está conosco o Senador Suplicy, que certamente não faltaria a um evento desses. Na hora que ele quiser vir para a Mesa e quiser falar... Fique à vontade, Senador. Todos aqui estão querendo convidá-lo.

[palmas]

SR. CACIQUE RAIMUNDO XAVANTE: Boa tarde para quem está aqui presente nesse momento. Como a gente já está passando do tempo, já é duas e meia, parece, mais ou menos assim, está chegando para duas e meia, então, boa tarde para nossas autoridades, nossos companheiros de trabalho, de luta, que estão aqui presente.

Eu apenas só vou fazer uma pergunta rapidamente, parece que seis pergunta. O nosso Governo Brasileiro, autoridade que fazem a lei, que fazem a Constituição, fizeram um trabalho, uma marca de a gente se expressar e de agir e trabalhar, falando "ordem e progresso". "Ordem e progresso". Nós, índios, como estamos analisando essa frase "ordem e progresso"? Será que o nosso Brasil está em ordem? A minha pergunta. Será que o Brasil está tendo progresso? Será que nossa autoridade, nosso Governo Brasileiro só pensa em progresso, no trabalho, só? "Ordem e progresso"... Essa linguagem não é a linguagem dos indígenas, não, é a linguagem da sociedade branca. Então, há quantos anos... Há quantos tempos, há quantos dias e quantos meses estamos sofrendo? Há quantos anos e quantos meses estamos sendo massacrado e morte a dia a dia, pra quê? Se um dia o índio, qualquer etnia, vingar ou tirar a vida das pessoas que está avançando índio, como que o Governo Brasileiro vai pensar, como vai agir? Vai ter vingança. Vai mandar Polícia Militar, Polícia Federal, o Exército, equipado, para matar os índios. Isso vai acontecer. Antes de tudo isso, temos que evitar todas as coisas. Viu, nossa autoridade? Tem que evitar todas as coisas.

[palmas]

SR. CACIQUE RAIMUNDO XAVANTE: Não é só de briga, de matança que o povo, o homem, a humanidade resolve as coisas, mas, pedindo com bom senso, então, nós, índios, estamos procurando, com bom senso... Nós não estamos procurando para se vingar, mas vingamos, em outra forma, para procurar as pessoas que estão envolvido e são, assim como dante(F), para mandar, com os fazendeiros, posseiros, madeireiros, garimpeiros matar os índios. Será que os posseiros são os ricos? Pra mim, do meu ver, esses posseiros são mandados como se fosse cachorro, morder uma pessoa estranho. É desse jeito.

Então, nós, índios, vamos pedir essas coisas para ser, acontecer a paz, a Justiça, para acontecer a Justiça, para nós, o povo indígenas. O que o Governo mata lentamente aos índios... Pode ser na Saúde, pode ser na Educação, qualquer tipo de trabalho. Então, agradece, nesse ponto, e muito obrigado pelo pouco de tempo para me expressar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, agora é um líder do povo Arará, do Acre. Está aí ele ou não? Depois, faltam apenas dois, e vamos encerrar, fazendo alguma coisa. Não pode ser só sair aqui.

SR. FRANCISCO ARARÁ: Boa tarde, parentes. Boa tarde, autoridades presentes. Então, eu sou do Acre. Eu não poderia, de forma nenhuma, aqui desperdiçar esse momento Senador, Senadores, Dra. Deborah Duprat, da 6ª Câmara Federal. Eu aqui quero que fique registrado o que está acontecendo no meu Estado do Acre, e principalmente, sobre a minha terra, que é a terra indígena Arara do Rio Amônia, que foi identificada, delimitada, publicado no Diário Oficial da União, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, reconhecido oficialmente pelo Presidente da FUNAI e a mesma está sendo invadida sobre a extração de madeira, caçada predatória, como também a pescaria.

Eu muito me admiro, aqui da nossa Justiça, da injustiça que hoje acontece em nosso país. Enquanto os traficantes de droga estão na rua, contaminando os jovens brasileiro, nós não podemos tirar sequer madeira para construir as nossas casas, como aconteceu, e peço aqui providência, lá na minha aldeia, o meu parente lá foi tirar quatro dúzia de tábua para construir sua casa, a Polícia Federal foi lá e prendeu. Umas madeira para fazer um galinheiro, a Polícia Federal foi lá e prendeu. Isso é uma injustiça. Eu quero dizer aqui aos senhores que tomem providência. Nós demos um prazo, até o dia 20 desse mês. Se não acontecer uma providência, se a FUNAI, a Justiça não tomar uma atitude sobre a demarcação da nossa terra, nós iremos entrar com alta demarcação. E os brancos promete de ir para o confronto. Nós não vamos –

[palmas]

SR. FRANCISCO ARARÁ: Nós não vamos recuar. Nós vamos fazer a alta demarcação. Mas, para isso, nós demos um prazo. Se a Justiça não tomar uma providência, vai haver sangue. E nós não somos culpados; o culpado disso é a Justiça brasileira, que não toma providência dos atos que acontecem no nosso país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Duduaí(F) Innauê(F) Nauê(F).

Duduaí(F), está vindo ali. Não? Então, vamos chamar o seguinte. A Rosana. Rosana de Rondônia, Puruborá.

[palmas]

SRA. ROSANA: Parentes, boa tarde. A gente sabe que está todo mundo com fome e cansado, como as nossas autoridades que está ali. Eu queria falar só uma coisinha que me chamou muita atenção, foi na hora que nós fomos embargado ali naquela porta. Eu gostaria de falar para o senhor, doutor, que o senhor fizesse que nem a Dra. Deborah fosse até o nosso barraco, porque nós somo índio, mas nós não somos animais para morder ninguém e nem matar ninguém. Pergunta à Dra. Deborah qual foi o índio que já beliscou ela ou que já mordeu ela. Porque a hora que a gente chama ela no nosso acampamento, ela vai-–

[palmas]

SRA. ROSANA: A hora que nós chama Eduardo Valverde para ir no nosso acampamento, ele vai. Pergunte a ele, doutor, qual foi o dia que nós beliscamos, mordemos ou flechamo ele. Era só isso que eu queria falar para o senhor. E gostaria, doutora, de pedir à senhora que conversasse com essas autoridades que ocupa essa Casa, que essa Casa é nossa, porque vocês estão aqui, porque nós votamos em vocês. Nós somos índios, mas nós tem o título de eleitor e nós vota também. Errado. Porque coloca pessoas aqui que não dá valor. Na hora de pedir o nosso voto, abraça. Não importa que nós estamos de urucum... Não importa que nós estamos sujo de colorau. Abraça, com todo prazer. E para nós poder entrar aqui nessa Casa, nóis(F) fica ali embarcado, e branco faz as coisa, como eu falei para a menina que está nos apoiando, que está nos filmando, eu falei para ela: "O branco está aí, olha, destruindo essas plantas aí. Depois ele vai dizer que foi nós", como agora apareceu a porta quebrada e estão dizendo que foi os índio que quebrou. As planta está lá amassada e está dizendo que foi o índio que quebrou, que amassou. Mas, na hora, eu falei para a moça que estava nos registrando, filmando tudo, eu falei para ela... E eu gostaria, doutora, de pedir para a senhora: Converse com essas autoridades, que diz que nos apóia. Mas eu acredito que eles nem apóia. Eu acredito na senhora, porque a hora que a gente procura a senhora para ter uma conversa, a senhora vai. E gostaria de pedir à senhora que conversasse com eles e falasse que nós não morde, que nós não bate... Bate, sim, e morde na hora preciso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero que ainda que duas pessoas digam uma palavra aqui, a professora Deborah e o Senador Suplicy, daqui mesmo. Depois, então, virão trazer um documento e eu não tenho o menor medo, porque eu sei que ninguém vai me morder, e sei que ninguém vai me beliscar. Ao contrário, eu recebo um carinho constante de vocês.

[palmas]

SRA. ROSANA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não era eu, não, que estava lá. Não era eu... A gente sabe que houve problemas, mas vamos reclamar de quem fez o problema. Não havia esse espaço, de fato, devo dizer para vocês. Estava reservado para outra atividade, foi graças ao Senador João Pedro e a outros que conseguimos resolver isso. Bem, vamos lá. Senadora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom [risos]. Procuradora.

DRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA: Boa tarde. Eu não sei se está funcionando. Vocês estão escutando? Bom, eu quero agradecer muito pelo carinho, pelas palavras de vocês, e por mais um convite para estar aqui. Eu, Luis Titiá, eu estava aqui, às nove horas da manhã. E eu tinha também um compromisso com ribeirinhos e populações extrativistas e tive que dar uma saída. Mas eu estava na Comissão de Direitos Humanos, tentando resolver a entrada de vocês com os servidores da Casa. E quem vem a Brasília, vem aos órgãos públicos, sabe que esse é um problema recorrente. Não é só no Senado, não é... É no Judiciário, é até, às vezes, no Ministério Público. Nós precisamos criar uma cultura, eu acho que essa responsabilidade é de todos nós, de que os movimentos sociais não são uma ameaça às instituições. Muito pelo contrário, eles fazem--

[palmas]

DRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA: Eles que fazem funcionar e fazem as instituições vivificarem, estarem vivas e atuantes o tempo todo. Eu só queria observar, já que a gente está aqui, houve a preocupação de fazer essa Audiência Pública no Senado, que eu, ontem, conversava com a Senadora Marina Silva, no acampamento, e nós temos... É uma percepção geral de quem trabalha nessas questões de índios, de outros povos e comunidades tradicionais, que a gente está vivendo um grande retrocesso. Houve, talvez, uma rearticulação muito forte das forças contrárias ao movimento indígena, e, enfim, a todos esses movimentos sociais. E nunca nós tivemos um número tão grande de iniciativas legislativas contra os direitos dos

povos indígenas. E agora, inclusive, com essas propostas, inclusive de alteração da Constituição Federal.

Então, eu quero ser breve, sei que está todo mundo cansado, é um apelo aqui, há Senadores extremamente atuantes e extremamente sensíveis à questão indígena, como são os Senadores Cristovam e Suplicy, e outros tantos, e vou aqui pedir o que a Senadora Marina, ontem, falou que ia se forçar para fazer, é tentar replicar esse sentimento de que é preciso estar atento às pretensões dos povos indígenas, é preciso que essa Casa esteja aberta ao movimento indígena, para que nós consigamos consolidar e avançar nas conquistas feitas pela Constituição de 88. É só. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Convido o Robson, que vai nos trazer um documento.

SR. ROBSON: Boa tarde. Vou ser breve, acho que todo mundo está com fome, nós já almoçou. Eu só queria pedir o apoio do Senador Cristovam Buarque, e também do Senador Suplicy, que aqui está. Contar com o apoio de vocês para que o Senado aprove o Projeto de Lei da Câmara, da PLC 180/08, que garante o voto para a escola pública e vaga nas universidades para negros e índios, nas faculdade pública e na privada, e ProUni das públicas e... Porque acho que está tendo um impasse lá no Senado, do Senador Demóstenes, que está querendo engavetar esse Projeto, acho que não seria bom para todos os estudante do Brasil todo porque ele tá querendo atrapalhar, no nosso caso, não deixar ninguém estudar. Aí, eu queria o apoio, desde já, do Senador, para que tenha um voto a mais lá, que seja aprovado, que não seja engavetado, essa é uma nova lei da PLC, e contamos com todo voto e vocês nos ajude lá, porque acho que quanto mais universitários tiver nas faculdades, será melhor pra gente... Pra gente poder lutar, reivindicar nossos direito e futuramente chegar ao Senado Nacional. Porque acho que é importante pra gente, e esse é o momento.

Acho que a gente não pode aceitar que nem eles estão querendo mudar todas as leis aí, e as terras seria difícil pra gente, e estão querendo derrubar também essas vagas, essas quotas que a gente tem. Acho que foi uma conquista, todo mundo questiona, no sentido de falar "vamos mudar esse negócio de vaga não dá certo..." Não sei por que, mas, até hoje, nunca se conseguiu outra maneira com que negros e índios se favorecesse. Acho que essa é a única maneira que o índio e o negro tem de se formar. Porque hoje quem tem dinheiro é fácil de passar numa faculdade. Porque tem o cursinho, tal, não se preocupa em trabalhar. Enquanto o índio, não, o negro não, o cara, além de estudar, fazer uma faculdade, o cara ainda tem que trabalhar, se matar e, às vezes, não consegue. Não é todo mundo que tem essa oportunidade.

Acho que, além disso, todo mundo, principalmente o índio, deveria receber uma bolsa. Acho que o índio também merece. Às vezes, o índio sai da sua aldeia, deixando todos seus costumes, está ali para defender uma educação melhor para o seu povo, quer voltar lá para ser um engenheiro, para ser um arquiteto ou um agrônomo, o que for, para ajudar sua comunidade. Acho que nesse sentido a gente tem que unir forças, e aqui a gente fez um abaixo assinado de todas as comunidades que aqui estão, pedindo o apoio de vocês, Senador. E eu também gostaria de parabenizar o senhor pela... Pelo Projeto que o senhor está tentando implantar no país, de que todos os filho de político estude em colégio público. E seria maravilhoso, porque só assim--

[palmas]

SR. ROBSON: Porque só assim a educação nesse país seria de excelência, coisa que nunca é. As pessoas não se preocupam com a educação desse país porque os filhos dos políticos não estão em escola pública e sim em escola particular. Eu acho que deveria se olhar nesse lado, e eu gostaria de parabenizar por isso e agradeço muito por você estar pensando na educação brasileira, ter esse pensamento, acho que muitos tem esse pensamento, muitos querem isso, e eu estou com você no que precisar, acho que a comunidade indígena está nesse ponto de educação e deveremos melhorar muito. Acho que está precisando. E eu estou aqui para entregar esse papel.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Boa tarde a todos. Gostaria de saudar a todas as comunidades indígenas aqui presentes, através de seus caciques, de suas lideranças maiores, e lhes dizer que eu hoje tinha uma palestra que havia sido marcada para o Parlamento do MERCOSUL e não pude estar presente aqui de manhã. A Senadora Marina Silva havia me convidado para estar e pediu até que eu pudesse interceder no sentido de que não houvesse qualquer obstáculo para que pudesse a senhora índia e todos os seus companheiros entrarem aqui, sem qualquer barreira, no Congresso Nacional. Quando a Senadora Marina me telefonou, eu estava no início da cerimônia, onde eu iria fazer a palestra, mas eu liguei para o Chefe da Segurança aqui do Senado Federal e, em nome dela e meu, pedi que fossem tomadas as providências de assegurar que todos fossem bem recebidos na Casa, que é do povo, e se, no Congresso Nacional, considerado Casa do Povo, alguém tem que entrar aqui com prioridade,

são aqueles povos originários que... Cujos ascendentes habitaram primeiro o Brasil, que são vocês.

Então, eu gostaria de transmitir que, Presidente Cristovam Buarque, da Comissão de Direitos Humanos, que seja aqui uma diretriz permanente e para sempre, daqui para o futuro, possamos nós transmitir ao Presidente José Sarney, do Senado Federal, à Mesa Diretora, que oriente a segurança do Senado Federal para sempre permitir e dar o livre acesso a todos os representantes das comunidades indígenas quando queiram visitar as dependências do Congresso Nacional e –

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E quero lhes transmitir que, no meu gabinete, vocês serão sempre bem-vindos, e eu espero que em qualquer lugar do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Quero também transmitir ao companheiro Robson, que nos entregou, há pouco, a proposição no sentido de que nós, Senadores, venhamos a aprovar o Projeto de Lei relativo às vagas dos provenientes de escolas públicas e com uma proporção para os descendentes de povos negros e indígenas, que nós estamos considerando seriamente esta proposição. Avalio que há um esforço importante para chegarmos a um entendimento e conseguirmos uma proposta que possa ser majoritariamente aprovada, pelo menos por um número significativo de Senadores, que contemple a aspiração dos afro-brasileiros, dos negros e dos indígenas.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLIICY (PT-SP): É muito importante que, inclusive a Procuradora Duprat, que esteve aqui hoje ouvindo, como representante do Ministério Público, que tenham prestado depoimento sobre todas as dificuldades, diretamente para que ela possa ouvir e para que nós Senadores também venhamos a conhecer e gostaria que... Eu gostaria, inclusive, Presidente Cristovam Buarque, quem sabe possa haver, da Secretaria da Mesa, dos trabalhos de hoje, a relação completa de todas as reivindicações, de todas as falas, para que nós possamos, inclusive, levar ao Plenário do Senado, pois, eu gostaria, juntamente com o Cristovam e com o Senador João Pedro, que colaborou com vocês hoje na hora da entrada, mas, quem sabe, Presidente Cristovam Buarque, possa haver um documento que sintetize todas as reivindicações, conclamações que vocês apresentaram hoje, para que não apenas aqui, onde alguns Senadores puderam ouvi-los, mas que nós, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, João Pedro, Marina e todos que aqui estiveram, possamos ler a síntese destas conclamações e observações da comunidade e das lideranças indígenas, que hoje falaram para nós, Senadores.

Então, é importante, Senador Cristovam, que possamos levar ao Plenário o conjunto dessas observações, mesmo que se críticas aconteceram, a nós Senadores ou ao conjunto do Congresso Nacional ou ao Governo, que possamos nós, Senadores, levar a voz dos presentes para o Plenário do Senado. É a sugestão que eu formulo, quem sabe a Secretaria da Mesa possa...

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Houve um momento que a senhora... Como é o nome da senhora que falou aqui em... Em que... Algumas pessoas poderiam ter preocupação com índio ou índias que pudessem estar mordendo alguém, algum Senador [risos]... Eu queria... É possível, como a senhora diz, que, em algumas ocasiões, nós, Senadores, até nos portemos de tal maneira que mereçamos uma mordida [risos], então –

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas... O que eu... O que eu quero lhe dizer é que eu gostaria muito de poder sempre estar recebendo o cumprimento carinhoso da senhora e poder também lhe dar sempre as boas vindas, e eu faço questão, senão hoje, em determinado momento da sua escolha, se puder, como a senhora representando toda a comunidade, mas, se quiser vir ao meu gabinete, eu vou lhe tratar sem qualquer mordida. Posso até aproximar-me da senhora para dar um beijo, um abraço... Isto, sim.

[*risos*]

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode vir aqui, então, por favor.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ela tem um jeito muito especial de chegar aqui, olha aí.

[palmas]

SRA. ROSANA: Eu só queria dizer ao senhor... Eu só queria dizer a ele que deixasse a gente entrar. Que ele pedisse para a segurança deixar a gente entrar porque ninguém morde ninguém. E não cria tumulto. Esse tumulto acontece porque embargam a gente ali. E a gente fica até... Uns passando mal, outros morrendo, como o parente falou, e se tivesse morrido nosso idoso? Ou se tivesse morrido a nossa criança? Quem que ia arcar essa consequência? Não é?

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também queria dizer ao cacique, acho que era o Cacique Xavante, que mencionou sobre a questão da ordem e do progresso. Ele está aqui? Onde está? Que,

há pouco... Já foi embora? Está aí? Levante a mão. É o senhor? Já foi? Mas eu queria... O que falou sobre a... Bem, já foi, mas podem transmitir a ele. Sabem que, na verdade, o que estava proposto originalmente é que houvesse, não apenas ordem ou progresso na bandeira brasileira, mas que houvesse "amor, ordem e progresso". E alguém veio e tirou a palavra amor. Mas quem sabe, se vocês acharem adequado, que o espírito de todos brasileiros e brasileiras seja, não apenas "ordem e progresso", quem sabe possa haver, da parte de vocês, a iniciativa de promover isso, inclusive o Deputado Chico Alencar tem uma proposição nesse sentido, e eu acho muito interessante. Há muitas pessoas que consideram isso importante. Se vocês avaliarem que seja uma boa idéia, quem sabe possamos ter na nossa bandeira, não apenas "ordem e progresso", mas "amor, ordem e progresso", para que as pessoas, quando cheguem, sejam elas indígenas, negras, brancos, amarelos, vermelhos, de qualquer cor, sejam todas recebidas com amor e carinho. Muito obrigado.

SRA. ROSANA: Eu só queria dizer ao senhor que a nossa casa, a nossa terra não tem cerca e a nossa casa não tem parede. De prova está ali o nosso Acampamento Terra Livre, se o senhor quiser ir lá, o senhor entra por qualquer lugar porque ela não tem porta.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que bom, que bom. Uma das coisas que eu mais sonho em ver ainda na minha vida é que, nas três Américas, desde o Alasca até a Patagônia, passando pelo Brasil, nunca mais haja quaisquer muros que separem as fronteiras de nossos países. Que possam todos estar vivendo em harmonia, juntos, na Mesa da fraternidade. Meu abraço a todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, para encerrar essa Sessão, que... Eu quero dizer...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São três horas. Eu quero dizer a vocês que essa foi uma das melhores Sessões que eu já vi na Comissão de Direitos Humanos. E, sem dúvida alguma, quando eu cheguei aqui, isso tudo cheio, cada um com sua diferente roupa, traje, foi, sem dúvida, a mais bonita Sessão que eu já tive. E vocês contem comigo, nós vamos, sim, criar aqui uma Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, que eu não entendo como é que não existe ainda. Vamos criar. Enquanto não houver o que eu sugeri, um Senador que represente os povos indígenas. Como se fosse um 28º Estado desse país. Nós vamos ter uma bancada, vou defender, sim, como sempre defendi, o Estatuto dos Povos Indígenas e vou trabalhar para apressar a demarcação das terras indígenas.

Nós temos dificuldades porque o Senado não tem poder. Mas nós vamos levar adiante essa luta. E contem comigo também para a idéia da defesa das quotas para índios, da mesma maneira que eu defendo quota para negros. Um grande abraço para cada um...

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É verdade, Senador. Aqui nós estamos, com nossa liderança, Gecinaldo Sateré-Mawé. Queria que ele desse uma palavrinha aqui, companheiro, e é o futuro nosso Deputado Federal do Estado do Amazonas, aqui na bancada, se Deus quiser.

[palmas]

SR. GECINALDO SATERÉ-MAUÉ: Eu queria parabenizar a oportunidade, Senador Cristovam Buarque, queria agradecer também a presença do Senador Suplicy e todos que nessa Casa defendem os povos indígenas, que são nossos aliados. Mas parabenizar, acima de tudo, as lideranças que até essa hora estão aqui. Esse é o sinônimo da nossa luta, da nossa resistência. E que jamais... Jamais os povos indígenas trairão esse país. Que jamais nós deixaremos de lutar pelos nossos direitos. Então, parabéns aos povos indígenas. Viva os povos indígenas do Brasil!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h53.

13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora (**Ide-**

Ii Salvatti), reúnem-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Flávio Arns, Fátima Cleide, José Nery, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko, Marina Silva, Wellington Salgado, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes e Jefferson Praia.** Pauta. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com as Comissões do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em atendimento aos Requerimentos nº 24, de 2009-CMA e nº 20, de 2009-CDH, de autoria dos Senhores Senadores Renato Casagrande e Cristovam Buarque, respectivamente, com a finalidade de debater a **"Preservação da Amazônia"** e promover a entrega do documento intitulado **"Amazônia para sempre",** com a presença de diversas autoridades e demais convidados. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Senhora Presidenta procede à leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 23/2009-CMMC, firmado pela Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Ofício nº 29/2009-CMA, firmado pelo Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ambos enviados ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. Iniciando os trabalhos, a senhora Presidenta convida, para tomar assento à Mesa, os senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Deputado Michel Temer e Senador José Sarney, respectivamente, bem como os senhores Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, Roberto Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Senador José Nery, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Ambientalista na Câmara dos Deputados, Deputado Roberto Rocha, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Atriz Cristiane Torloni e Ator Victor Fasano. A Senhora Cristiane Torloni e o Senhor Victor Fasano fazem entrega do documento "Defesa da Amazônia", do Movimento Amazônia para Sempre, com um milhão e cem mil assinaturas. A Senhora Presidenta convida a Senadora Marina Silva, para fazer a entrega simbólica aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de projetos relativos à defesa da Amazônia, juntamente com o pedido para que esses tramitem com maior celeridade nas duas Casas do Congresso Nacional. A Senhora Presidenta registra a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Senhor Herman Benjamim. A Senhora Presidenta convida a Pagé Zeneida Lima de Araújo para realizar apresentação musical "Funeral da Natureza". Em seguida, A Senhora Presidenta dá a palavra para fazerem suas saudações iniciais aos senhores Deputado Michel Temer, Senador José Sarney, Ministro Carlos Minc, Senador Renato Casagrande, Senador José Nery, Deputado Sarney Filho, o Senhor Victor Fasano e a Senhora Cristiane Torloni. Durante as saudações iniciais, é apresentado um vídeo institucional do Movimento Amazônia para Sempre. A Senhora Presidenta convida a jovem Mirla Cristina Peixoto Brilhante, de 13 anos, representante da Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente para apresentar sua saudação. Ao término da solenidade de abertura dos trabalhos, os Senhores Senador José Sarney e Deputado Federal Michel Temer, bem como outras autoridades, apuseram suas assinaturas ao documento "Amazônia para sempre". Iniciando-se a programação, passa-se aos primeiro e segundo painéis, intitulados "Ameaças sobre a Amazônia", no qual discorrem sobre o tema os seguintes painelistas: Sérgio Leitão, Representante do Greenpeace, Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM, Padre Nelito Dornellas, da Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista, Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Muriel Saragoussi, do Grupo de Trabalho Amazônia e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, Roberto Smeraldi, Amigos da Terra, Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas, Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros. Em seguida, passa-se ao terceiro painel, intitulado "Importância estratégica da conservação da Amazônia", discorrem sobre o tema os seguintes painelistas: Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Milton Kanashiro, a Embrapa, Paulo Barreto, do Imazon, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. No quarto painel, intitulado "Avanços na governança pública e iniciativas sustentáveis", dis-

correm sobre o tema os seguintes painelistas: Oded Grajew, do Instituto Ethos, Eufran Amaral, Andresa Dias e Nadia Cristina Ferreira. Nos intervalos de cada painel, a Senhora Cristiane Torloni e o Senhor Victor Fasano são convidados a fazerem a leitura de depoimentos de vários artistas e personalidades em apoio à Audiência Pública. Em ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Renato Casagrande. **Extrapauta. Item 01**. **Requerimento nº 15, de 2009 –** CMMC, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destinada a debater sobre a "Preservação da Amazônia" e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal, Deputado Michel Temer – Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Carlos Minc – Ministro de Estado do Meio Ambiente; Ministro Roberto Mangabeira Unger – Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; Deputado Sarney Filho – Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Deputado Silas Câmara – Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados; Deputado Roberto Rocha – Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; Representantes do Movimento Amazônia para sempre: Fábio Luis Soares da Silva – Acompanhante de Mirla Cristina Peixoto, Delegada da Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente; Augusto Praxedes – Presidente do Grupo de Produtores Florestais Certificados; Cleísa Cartaxo – Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre; Valmir Ortega – Secretário do Meio Ambiente do Pará; Luis Daldegan – Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso; Nádia Cristina d'Ávila Ferreira – Secretária de Meio Ambiente do Amazonas; José Ricardo Rezek – Produtor Rural (participante da campanha y Ikatu Xingu); Milton Kanashiro – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa/CPATU; Paulo Barreto – Pesquisador do IMAZON; Carlos Nobre – Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE; Adriana Ramos – Instituto Socioambiental; Sérgio Leitão – Greempeace; Roberto Smeraldi – Amigos da Terra; Muriel Saragoussi – Grupo de Trabalho Amazônico; Padre Nelito Saragoussi – Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista; Paulo Moutinho – IPAM; Valéria Ipaiê – COIAB; Julio Barbosa – Conselho Nacional dos Seringueiros; Adalmir José da Silva – Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas; Rogério Hohn – Movimento de Atingidos por Barragens; Marcos Mariani – Presidente da Associação Preserve Amazônia. Autoria: Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande e Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Eduardo Suplicy, José Sarney, José Nery, Renato Casagrande, João Pedro, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Marina Silva, Cristovam Buarque, Arthur Virgílio, Jefferson Praia, Valdir Raupp, Janete Capiberibe, Paulo Teixeira e o Deputado Federal Michel Temer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às duas horas e doze minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e nove, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

SR. PRESIDENTE: Defesa do consumidor e fiscalização e controle do Senado, décima quarta reunião da Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa para que em Audiência Pública pública conjunta destas três comissões da terceira Sessão Legislativa Ordinária da quinquagésima terceira legislatura, já se encontram à mesa para nossa honra, agradecendo sobremaneira a presença, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer. Convido para compor a mesa o Ministro de Estado do meio ambiente, Carlos Minc. Convido também para compor a mesa o Mangabeira Hunger Ministro chefe da assuntos estratégicos. Convido o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão do meio ambiente e defesa do consumidor e fiscalização e controle. Convido o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa, Senador Cristovam Buarque, se ele não estiver presente, o Senador José Nery que é o vice-presidente da Comissão, havia a um compromisso do Senador Cristovam, portanto se ele não tiver ainda chegado o Senador José Nery e, vice-presidente da Comissão está convidado.

Comunico que o Deputado Silas Câmara Presidente da Comissão da Amazônia, integração nacional e desenvolvimento sustentável da Câmara dos Deputados se encontra enfermo e portanto não estará compondo esta mesa, convido o Deputado Sarney filho Presidente da frente parlamentar ambientalista da Câmara dos Deputados. Convido o Deputado Roberto rocha Presidente da Comissão do meio ambiente e

desenvolvimento sustentável da Câmara dos Deputados, convido a atriz Christiane Torloni e o ator Victor faz ano representantes do Movimento Amazônia para sempre. Convido o Deputado Couber Martins que é o Relator da Comissão mista de mudanças climáticas do Senado, do Congresso Nacional. Nós temos ainda ministros que estão dando entrevistas, então, nós vamos compondo a mesa tão logo eles terminem. A presente reunião destina-se à Audiência Pública em conjunto com as comissões do meio ambiente e defesa do consumidor, fiscalização e controle e de Direitos Humanos e legislação Participativa e esta Audiência Pública, em conjunto, inclusive com a participação das comissões da Câmara tem como objetiva a defesa da Amazônia e também promover a entrega do documento intitulado Amazônia para Sempre com a presença de diversas autoridades e demais convidados. Quero, na abertura dos nossos trabalhos, esclarecer aos presentes que esta Audiência Pública adotará alguns procedimentos visando uma melhor adequação dos nossos trabalhos. Esta presidência passará a adotar o tempo de 5 minutos, podendo ser prorrogável por mais 5 minutos para os painelistas, nós vamos ter 4 painéis, 2 sobre ameaça sobre Amazônia, 1 sobre a importância estratégica da conservação da Amazônia e o quarto, avanços na governança pública e iniciativa sustentáveis, portanto os painelistas terão 5 minutos por no máximo prorrogação de mais cinco. Também cinco minutos para o uso da palavra dos senhores parlamentares, Deputados e senadores, para os artistas e demais convidados. As inscrições para o uso da palavra dos excelentíssimos senhores parlamentares serão feitas por cada um dos temas, para cada um dos painéis e os servidores da Comissão deixa eu ver se eu consigo localizar a Dulcídia, onde é que ela se encontra, a a Dulcídia, e o Abib tanto logo nós iniciemos os trabalhos estarão com as listas de inscrição para cada um dos painéis percorrendo o Plenário para que os parlamentares possam fazer as suas inscrições. Encontra-se também na entrada do salão nobre mesas com servidores das relações públicas do Senado Federal que estão credenciando senhores convidados e painelistas para receberem o holograma de acesso ao Plenário. Antes de iniciar os trabalhos proponho a a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, senhores e as senhoras parlamentares permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Suplicy eu pediria que V.Exa me permita terminar os procedimentos, tá? Passo de imediato a leitura do seguinte requerimento: Requeremos nos termos regimentais a realização de Audiência Pública conjunta das comissões mista permanente e de mudanças climáticas, meio ambiente e defesa do consumidor, Direitos Humanos e Legislação Participativa destinada a debater sobre a preservação da Amazônia e promover a entrega intitulado Amazônia para sempre com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Todos os componentes da mesa já são nossos convidados, já estão aqui participando da abertura e estão convidados também representantes de diversas instituições e movimentos, movimento, Amazônia para sempre Fábio Luiz Soares da Silva, Miriam Cristina Peixoto, Augusto, Cleisa, Luiz, Nádia Cristina Dávila Ferreira, José Ricardo, Milton Kanashiro, Paulo Barreto, Carlos nobre, Adriana Ramos, Sérgio leitão, Roberto Esmeraldi, Muriel Saragoussi, Paulo Moltinho, Valéria e Paiê(F), Adelmir José da Silva, Rogério Run(F) e Marcos Mariani, o requerimento assinado, pelo Presidente das três comissões por mim e pelo Senador Renato Casagrande pelo Senador Cristovam Buarque. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado. Senador Eduardo Suplicy questão de ordem.

SEN. EDUARDO SUPLICY: Sr. Presidente, seguindo a sua orientação, quero informar que lá no auditório Petrônio Portela estão mais de 200 estudantes do centro de ensino médio 1 de São Sebastião acompanhados da diretora Neide Santini cunha já que aqui as dependências estão lotadas, apenas isso que queria saudá-lo e dar boas-vindas a ele e cumprimentar V.Exa pela iniciativa e a todos que estão neste evento, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE: Agradeço Senador Eduardo Suplicy. E dando início aos nossos trabalhos, eu queria iniciá-los com uma frase muito importante de uma figura que tem tudo a ver com que nós faremos ao longo desta noite. E com certeza seja lá onde ele estiver ele estará olhando por nós que é o nosso querido inesquecível Chico Mendes. No começo pensei que estivesse lutando para salvar Seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a floresta amazônica... agora percebi e que estava lutando para salvar a humanidade. Que Chico Mendes nos oriente e nos guie nesta noite.

[Palmas].

Eu queria, para a abertura dos nossos trabalhos, convidar a pajé Zenaide Lima de Araújo, Zeneida Lima de Araújo, que é da cultura Caraúna, da ilha de Marajó, do município de Soure do Pará, vão me corrigindo aí no que eu falar errado, Soure do Pará, os amazônidas todos aqui presentes na mesa e a pajé Zeneida Lima ele vai nos brindar com uma música de sua autoriza, que é a funeral da mata, então, Zeneida, por favor, se

dirigindo ao microfone para nós termos a abertura com as suas bênçãos.

Essa música é da minha autoria, letra e música e eu ofereço a todos os presentes. É a funeral da natureza, o título.

SR. PRESIDENTE: Só um minutinho que nós estamos com o som muito baixo.

Essa música, letra e música da minha autoria e eu ofereço a todos os presentes, o funeral da natureza.

Estão tocando fogo.

Cuidado com a mata.

Os rios estão secando.

Passarinho não se vê mais.

Tristeza me dá.

Vê o funeral da natureza.

Seus rios agonizo antes, vão morrendo devagar.

O mar tá revoltado.

E as ondas estão batendo.

Pedindo socorro.

Que a natureza está morrendo.

O mar tá revoltado.

E as ondas estão batendo.

Pedindo socorro.

Que a natureza está morrendo.

Obrigada, senhores.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradeço a pajé Zeneida Lima de Araújo por nos brindar com essa música que com certeza vai orientar os nossos trabalhos e trazer toda a energia positiva que nós precisamos nesta noite. Eu concedo de imediato a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Deputado Michel Temer para sua saudação nessa abertura desta audiência conjunta de Câmara a e Senado.

Deputado Michel Temer: Senhora Senadora Ideli Salvatti que preside a Comissão mista permanente sobre mudanças climáticas, eminente Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional Senador José Sarney, senadores, Deputados, senhoras e senhores, artistas aqui presentes e ambientalistas em geral. Eu quero, em nome da casa, eu quero saudar este instante e esta solenidade. Ainda há pouco ouvíamos a senhora pajé cantar uma música do funeral da natureza, e se ligarmos isso a frase do Chico Mendes o funeral da natureza poderá ser o funeral da humanidade, quando essa reunião se processa aqui no Senado Federal com toda essa simbologia de guarda da natureza, é este me parece que é o traço marcante desta reunião, nós estamos, na verdade, pensando na sobrevivência de todos os seres viventes não apenas da mata, mas daqueles que usufruem dos benefícios, que a a mata, que o meio ambiente fornece à humanidade. Portanto em rápidas e singelíssimas palavras, em nome da Câmara dos Deputados eu quero mais uma vez saudar esse movimento e saudar a todos aqueles, até se me permite um parênteses, veja como é importante o poder legislativo, seja o Senado Federal, seja a Câmara dos Deputados, porque é aqui que se concentra os grandes temas nacionais, quantas e quantas vezes ouvimos e reouvimos críticas ao Poder Legislativo e entretanto nos esquecemos que o centro fundamental das aspirações populares, das grandes concentrações populares, dos grandes movimentos populares entre os quais sobre eleva e e se ressalta defesa do meio ambiente se dá precisamente no Poder Legislativo. De modo, que esse instante sobre ser um instante de preservação do meio ambiente é um instante de revelação da importância do poder legislativo no Brasil. Muito sucesso ao trabalho de todos senhores e senhoras.

SR. PRESIDENTE: Agradeço ao Presidente Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados e passo não só a palavra, mas também o microfone para o Presidente do Senado, Senador José Sarney.

SEN. JOSÉ SARNEY: Senadora Ideli Salvatti, que é Presidente da Comissão mista permanente sobre Mudanças Climáticas que foi agora instalada aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal desde senhor Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, senhor Ministro do meio ambiente, Carlos Minc, demais componentes da mesa, artistas, ambientalistas e lutadores pá causa ecológica. Desde o momento em que a Senadora Ideli Salvatti pediu a nossa ajuda e a nossa colaboração aqui na casa para prestigiarmos esse evento, não tivemos nenhuma vacilação, sobretudo, pelo grande tema que é o motivo desta nossa reunião nesta casa. Que é aquele que está escrito para a reunião. Amazônia Para Sempre, é realmente uma causa nobre, extraordinariamente idealista, sobretudo de grande necessidade para o nosso país. Que tenhamos sempre a consciência do que a Amazônia representa para nós, e do que ela representa também para a humanidade. Amazônia e, esse encontro tem o nome de vigília, e ele diz tudo, porque já os evangelhos nos recomendam que a gente deve vigiar, vigiai, é aquela palavra, então, nós estamos aqui para essa vigilância, vigilância que deve ser permanente, total, absoluta em relação ao que representa a Amazônia para o Brasil e nós não estamos fazendo mais nada do que seguindo os passos dos nossos antepassados que foram capazes de preservar a Amazônia para que hoje ela ainda estivesse de pé e o mundo pudesse admirá-la e pedir a nós, que a conservássemos como estamos

fazendo. Certa vez, eu contei isto à Comissão que foi e falar comigo para esse evento. Eu estava com o Presidente Bush quando ele foi, de certo modo, agressivo em relação à posição do Brasil sobre a Amazônia e eu respondi: Sr. Presidente, o senhor só se preocupa com a Amazônia hoje, porque nós brasileiros preservamos a Amazônia até hoje, quando no século passado as firmas colonizadoras se organizaram para destruir as matas da humanidade, constituíram uma que chamava-se Amazônia Corporation, e essa empresa era uma das empresas colonizadoras e ela veio para entrar no rio Amazonas e a população de Belém do Pará não deixou que os navios entrassem para iniciar a destruição da Amazônia. Então, é o exemplo brasileiro, nós sabemos o que é a Amazônia e o que ela representa, e portanto nós a preservamos e, hoje, estamos aqui vigilantes, mais uma geração, além daquelas que no passado vigiaram a Amazônia, estamos aqui presentes para mostrar, que não, jamais admitiremos de qualquer maneira que a Amazônia possa deixar de ser o que ela é, porque ao mesmo tempo ela, além de tudo, ela é um patrimônio da natureza que o Brasil tem. A Amazônia despertou a fascinação aos descobridores, quando Pison chegou pela primeira vez, às margens daquele rio, ainda antes de Cabral chegar e provou aquela água que adentrava pelo oceano e ele ao prová-la deu o nome de Santa Maria dela mar Dulce para dizer que ali estava um mar doce que eram as águas que saíam. Hoje isto nós já sabemos que significa 12% da água doce da humanidade. Não existirá sobrevivência da terra se não existir, se não existir a sobrevivência da Amazônia.

Portanto, nós somos detentores de recursos naturais essenciais não somente a qualquer outra atividade humana, mas à vida, através da água que ali está armazenada. Segundo lugar, a necessidade de preservarmos a Amazônia, e eu tive a oportunidade de quando exerci a Presidente da República visitar 19 vezes aquela região e tive a oportunidade de dizer: Quem tem Amazônia não tem medo do futuro. Se nós soubermos e tivermos consciência disso e se todas as gerações de hoje e de amanhã mantiverem a mesma vigilância que nesta noite deste simbolismo ela representa, não tenho dúvida nenhuma de que nós brasileiros daremos, como temos dado, um exemplo à humanidade, preservando aquilo que nós temos de mais importante na nossa vida que é a própria natureza. Sem a natureza, destruindo a natureza, nós estamos destruindo a vida, destruindo a vida nós estamos destruindo o próprio homem na sua aventura que na face da terra. Assim, eu quero congratular-me com todos que participaram desse evento e dizer que eu quero me alistar entre os soldados daqueles que defendem a Amazônia Para Sempre. Muito obrigado.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Tem um pouco de economia aqui de microfone, mas eu queria, inclusive em nome de toda a Comissão mista de mudanças Climáticas e tenho certeza, da Comissão de Meio Ambiente que o Senador Casagrande preside e também da Comissão de Direitos Humanos, que o Senador Cristovam e o José Nery conduzem, agradecer, Senador José Sarney, por todo o apoio, este evento com esta magnitude, com esta representantes não estaria acontecendo esta noite se não tivesse da parte da presidência dê forma muito especial de V.Exa, o compromisso e todo o apoio em todos os momentos, em tudo que a gente precisou resolver, porque este evento, esta sessão de hoje, esta vigília foi organizada em nada mais, nada menos do que uma semana uma demonstração clara de quanto este tema, Amazônia, preservação da Amazônia move as pessoas, entusiasma as pessoas e faz com que todos se comprometam desde o Presidente do Congresso, até cada um dos funcionários que foram prestimosos, em providenciar tudo que fosse necessário. E eu passo de imediato à palavra ao nosso Ministro de Estado do meio ambiente Carlos Minc para a sua ação a este ato cívico de preservação da Amazônia.

Ministro Carlos Minc: Boa-noite a todas e a todos, queria saudar a Senadora Ideli Salvatti, os presidentes do Senado e da Câmara, Senador José Sarney, Deputado Michel Temer, aos artistas e militantes e conscientes, Vitor Fasano e Christiane Torloni, os companheiros também que compõe a mesa o Deputado Sarney filho, Presidente da frente ambientalista, o Senador José Nery, insuma, Senador Casagrande, todos os componentes e sobretudo os ambientalistas, os parlamentares, aqueles representantes das comunidades indígenas, dos seringueiros, dos movimentos de proteção à Amazônia. Bem, eu acho que em boa hora, Senadora Ideli, em boa hora se organizou essa vigília, era necessário eu acho que a gente está atravessando um período muito difícil um período que é uma ofensiva conservadora muito grande em relação ao meio ambiente, em relação a Amazônia. Eu acho, inclusive, Deputado Sarney filho, inacreditável que você olha o Brasil no norte as pessoas sofrendo com as inundações, no sul as pessoas sofrendo com a seca, no mundo inteiro, painéis internacional nos fóruns internacionais o mundo só se preocupa com o clima, as geleiras derretendo, o nível do mar caindo, e aqui e nós no Brasil, inclusive nós vemos uma ofensiva muito grande para diminuir as proteção ambientais, como se a a proteção que existe fosse um engessamento do

Brasil, como se o grande mal do Brasil fosse haver proteção a mais. Eu quero dizer para vocês como Ministro do meio ambiente que nós temos proteção a menos e não proteção a a mais. Em três anos, o número de espécies, ameaçadas de extinção, triplicou no Brasil, passou de 240 para 620 memo em outros biomas como cerrado e a caatinga nós temos no máximo 8% de área protegida contando áreas estaduais e federais, sendo que só 2% de proteção integral. Então, senadores, Deputados, ambientalistas, eu realmente estou muito preocupado. Nesse período, nós intensificamos as ações de fiscalização e vigilância, atualmente nesse momento está havendo 240 ações de fiscalização na Amazônia nesse momento que nós estamos falando, algumas delas muito grande com participação do exército brasileiro e do IBAMA, da Polícia Federal como é o caso de Rondônia, Pará, Maranhão e outros Estados. Nesse período, nesse último ano nós conseguimos diminuir 45% do desmatamento da Amazônia em relação ao mesmo período do ano anterior. E isso por uma série de medidas combinadas, uma delas foi o corte do crédito dos desmatadores, uma medida que foi, idealizada ainda no período da minha companheira Ministra Marina Silva, Senadora que à quem peço uma grande salva de palmas.

[Palmas].

E que nós brigamos muito para que ela fosse mantida que houve uma pressão brutal para que ela fosse derrubada e ela surtiu realmente efeito crédito é para quem vai fazer a coisa dentro da lei, para quem for fazer fora da lei não podemos dar crédito subsidiada, uma outra medida importante foi o decreto de crimes ambientais que permite você leiloar, boi pirata, madeira pirata, impedir que o criminoso ambiental se enriqueça com produto do seu crime, nós fizemos dezenas e dezenas de leilões de madeira pirata, de boi pirata e o resultado da venda desse material criminoso foi aplicado em empregar pessoas que trabalhavam nas carvoarias e serrarias ilegais que iam ficar sem emprego foram contratadas para fazer pontes, habitação popular e escolas municipais. Um outro ponto importante, aqui vários representantes de ONGs que participaram, são os acordos com os setores produtivos, a moratória da soja que já via o Ministério do Meio Ambiente, novos pontos, o pacto da madeira legal, até, porque, uma das melhores maneiras de combater a madeira legal é aumentar a oferta da madeira legalizada, do plano de manejo, carimbado, certificado. Inclusive, recentemente nós, junto com entidades que estão aqui presentes, como o Greenpeace, amigos da terra, o WWF, nós fizemos o primeiro balanço da moratória da soja e podemos dizer que na Amazônia hoje a soja está sob controle, não podemos dizer o mesmo da pecuária, a pecuária não assinou o acordo, nós temos a preocupação, hoje em dia é uma das atividades mais agressivas em relação ao desmatamento, nós, recentemente, tivemos um bom entendimento com o Presidente do BNDES Luciano Coutinho, o Conselho Monetário nacional aprovou uma ajuda aos frigoríficos, o BNDES é um dos bancos que assinou o protocolo verde. E pela nossa lei, você é co-responsável, é um frigorífico que é co-responsável pelo crime ambiental cometido pelos seus fornecedores. Então isso vai ser controlado e vigiado que a gente não pode dar dinheiro para quem compra carne legal que está sendo responsável pelo desmatamento da Amazônia isso é muito importante. Queria também dizer, que nesse momento está sendo votado aqui na Câmara dos Deputados uma lei importante onde eu passei ontem a manhã aqui com as lideranças de todos os partidos, para garantir que na regularização fundiária, tivesse uma forte restrição ambiental. Não é possível o governo dar, e corretamente, terra para 300 mil pessoas, patrimônio federal e não exigir em troca o compromisso do cumprimento das leis ambientais, havia uma forte pressão e há ainda, está sendo votado nesse momento. Eu estive lá, inclusive, antes, houve até um pedido para que eu fosse afastado do Plenário, o Presidente Michel Temer garantiu a minha presença no Plenário da Câmara durante essa votação. E eu quero dizer que isso é muito importante, porque, imagina, há um número grande de parlamentares querendo retirar da Medida Provisória da regularização qualquer menção a questão ambiental, como se desse uma título da terra com uma mão e a motosserra na outra, isso é absolutamente inaceitável, isso contraria o plano clima, o fundo, Amazônia não é possível avançarmos. Não é possível avançarmos como temos avançado, agora temos um plano de mudanças climáticas, esse plano tem compromissos com a redução de até 70% do desmatamento da Amazônia até 2017. Então, nós temos planos, nós temos metas, nós temos o fundo, Amazônia, se nós andarmos na contramão nós vamos desmoralizar o plano, as metas e mesmo os doadores do Fundo Amazônia, obviamente vão se retrair, apenas a Noruega se comprometeu com 1 bilhão de dólares para o Fundo Amazônia dos quais 150 bilhões foram depositados. É bom que se diga Presidente Sarney que esse fundo não tem assento quem comanda são entidades, Governos Estaduais e ministérios. Para concluir, eu quero dizer que nós estamos aqui no Congresso Nacional, aonde muitas batalhas importantes estão se dando, uma nesse momento e outras vão se dar ainda, nós temos que ver que qualquer modernização da legislação, por exemplo, do código florestal

tem que partir do princípio do desmatamento zero, tem que partir do princípio que a a floresta não é obstáculo, é um grande ativo para gente. Tem que partir do princípio da nossa responsabilidade com o Brasil, com os rios e com o clima do planeta. Eu acho que a gente pode sim, avançar, mas não destruir as proteções legais para o bioma e para os outros biomas brasileiros. Senadora Ideli, bom momento o momento da vigília, temos que juntar forças, energia, a energia das nossas lideranças indígenas, a energia das nossas ONGs, a energia dos nossos Deputados e senadores que estão votando bons projetos, impedindo que aqueles negativos avancem e sobretudo a energia do povo brasileiro que não quer que seja suprimido o verde da nossa bandeira, que quer que nós leguemos para os nossos filhos e netos, um país com qualidade de vida, um país democrático que respeite todas as suas tribos, todas as suas nações, todas as suas etnias, todas as suas culturas, toda a sua fauna, toda a sua flora, o que está em jogo nessa vigília, é a defesa da Amazônia, mas é também a a defesa da vida, é a Defesa do Brasil e a defesa do planeta, parabéns pela vigília, saudações ecológicas e libertárias para todos vocês.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradeço Ministro Carlos Minc e passo de imediato a palavra ao Senador Renato Casagrande que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente e defesa do consumidor e Fiscalização e controle Do Senado.

SEN. RENATO CASAGRANDE: Obrigado, Senadora Ideli que preside esta sessão, Senador Sarney, Presidente do Senado, Senador Michel Temer, Presidente da Câmara. A importância dessa presença dos presidentes das casas nesse momento, Ministro Carlos Minc, Ministro Mangabeira Hunger, cumprimento a atriz Christiane Torloni, Victor faz ano, cumprimento Zé Nery, Couber Martins, senadores e Deputado Sarney filho da frente parlamentar, senadores e senadoras, Deputados e e Deputadas, entidades aqui presentes. A importância dessa vigília nesse momento, Senadora Marina Silva que também quero cumprimentar e fazer destaque pelo trabalho dela. A importância da vigília nesse momento, aqui um tema já foi colocado pelo Ministro Carlos Minc que eu acho que é fundamental nós destacarmos. A vigília cumpre um papel em defesa da Amazônia, mas também cumpre um papel em defesa de todos os biomas. Porque há uma acerta agressividade bem articulada de movimentos que querem continuar com o velho modelo de desenvolvimento, cumpre um papel reação Christiane Torloni que foi articuladoras desse momento que nós estamos vivendo aqui agora, cumpre o papo del reação para que a sociedade brasileira possa dizer qual o caminho quer seguir no rumo do seu desenvolvimento, acho que isso é importante, Câmara, Senado, sociedade, governo, todos juntos dizendo qual o caminho quer seguir. Outros países, outras regiões do Brasil adotaram esse velho modelo de desenvolvimento, que é um modelo quase nômade, você vai ocupa a região, a região está degradada você ocupa região, assim por diante parece que só a floresta derrubada é que tem efetivamente um valor. E essa vigília vem dizer que nós queremos implantar neste momento de crise que nós estamos vivendo também, este novo modelo de desenvolvimento, porque o modelo que está aí já fracassou na área social, porque a quantidade de excluído que a a gente tem no mundo e no Brasil nós podemos observar, verificar a cada dia, já fracassou na área econômica, estamos vivendo uma crise econômica e financeira decorrente deste modelo que concentra renda e que provoca exclusão social e que provoca uma concentração de renda muito grande. Fracassou efetivamente na área ambiental as grandes mudanças ambientais globais são decorrentes da exploração irracional das nossas florestas, do uso inadequado e irracional de fontes não renováveis de energia, de um consumo exagerado que parece que só quem consumo o me muito é que pode alcançar a felicidade. A felicidade está relacionada a quantidade que a a pessoa consome por dia ou bem ou serviço que ela está consumindo, aí tem que chamar a responsabilidade do meio de comunicação também que incentiva muito o tipo de padrão de vida, porque nós temos que questionar que o planeta não suporta esse tipo de consumo, não suporta esse nível de consumo. Então, nós estamos num momento que é apropriado para esta reflexão, pela importância da Amazônia, importância na preservação da sua biodiversidade, importância na questão do regime de chuvas um diversas regiões da América do Sul, importância na questão do equilíbrio da temperatura, importância econômica, saber que lá tem gente, tem que viver, tem que sobreviver que nós temos que ter modelos específicos de desenvolvimento e e já tivemos orientação divina de que nós temos que orar e vigiar. Então, a vigília não é só discurso, uma vigília é muito mais do que discurso, porque a vigília significa ação, a vigília significa atividade articulada dos movimentos, e é por isso que nós estamos aqui nesse momento, acho que as comissões da casa que estão organizando no Senado, e as comissões da Câmara precisam ativamente acompanhar os problemas públicos do Governo Estadual, municipal, federal, busca reduzir e zerar o desmatamento. O Congresso tem um papel fundamental é uma agenda positiva que pode ajudar a tirar o Con-

gresso da crise que nós estamos vivenciando neste momento, parabéns e muito obrigado.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradeço ao Senador Renato Casagrande, e agradeço a palavra ao Senador José Nery, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e legislação Participativa para a saudação.

SEN. JOSÉ NERY: Senhora Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Deputado Michel Temer Presidente da Câmara dos Deputados, Senador Renato Casagrande Presidente da Comissão de Meio Ambiente, fiscalização E Controle, Deputado Sarney Filho, saudamos a a representação da ONG Amazônia Para Sempre as atriz Christiane Torloni e Vitor Fasano, senhor Couber Martins, Ministro Carlos Minc, no meio ambiente, saudamos a presença de todos os ambientalistas, professores, senhores senadores, Deputados, vereadores, todos que se dedicam a causa e e defesa da Amazônia. Primeiro, não é possível pensar o desenvolvimento no Brasil sem pensar a Amazônia. E a riqueza da Amazônia é composta por sua sócio biodiversidade, o seu povo, suas terras, flor evidentes, água, enfim... tudo que compõe essa imensa região do nosso país. Queremos alertar que não é possível preservar a Amazônia, sem proteger e respeitar a população amazônida de 25 milhões de brasileiros e brasileiras. Não é possível pensar o desenvolvimento da Amazônia a ter continuidade o modelo de desenvolvimento econômico até hoje presente na Amazônia, predatório, violento, que coloca milhões e milhões de ribeirinhos, índios, quilombolas, trabalhadores rurais em condições de absoluta indignidade. O chamado progresso ao qualquer custo tem sido responsável pela devastação, pela violência contra e a espoliação das populações pais pobres. Portanto, preservar e defender a Amazônia, significa em primeiro lugar rever um modelo de desenvolvimento até aqui vivenciado para, no lugar dele, pensarmos políticas sociais e econômicas que incluam a maioria do desordeiros da Amazônia. Por isso essa vigília, a terceira da história do Senado da República, Senadora Ideli, atos dessa natureza só ocorreram dois o ano passado quando aqui fizemos duas vigílias em defesa dos direitos dos aposentados, a noite inteira, esta é uma vigília em defesa da Amazônia não só brasileira, da Amazônia internacional a Amazônia de todos que está na Bolívia, está na Venezuela, na Colômbia e nos países vizinhos. Portanto, o desenvolvimento que queremos não é esse dos grandes, dos mega projetos financiados muitas vezes com o recurso público para desmatar, retirar índios e camponeses de suas terras, o desenvolvimento que queremos é aquele que garanta a terra para todos, o direito dos índios, dos ribeirinhos, dos quilombolas, das populações urbanas das grandes cidades, das médias cidades que sobrevivem na miséria e no abandono. Portanto essa vigília em defesa da Amazônia, o terceiro ato dessa natureza realizado aqui no Plenário do Senado Federal, é carregado de um... porque reúne os brasileiros e brasileiras que nesse momento estão associado todas as partes do país, na Amazônia, no nordeste, no sul e no sudeste em todo o canto acompanha com vivo interesse esse ato e essa vigília, mas não querem como nós não queremos, que seja apenas o ato da vigília. Significa a afirmação do compromisso com o desenvolvimento sustentado, igualitário e inclusivo. Por isso, nós que denunciamos os assassinatos de trabalhadores, de índios, de lideranças sindicais, dos movimentos populares, dos que morrem na luta pela terra, nós queremos o desenvolvimento que seja para todos e para todas por isso, o simbolismo deste ato deve significar, primeiro, senhora Presidente, aqui a conclamação a todos os senhores parlamentares das diversas comissões que organizam essa sessão, relaciono proponho é preciso escutar mais de perto o povo da Amazônia, por isso proponho uma caravana na Amazônia promovida por todos nós, para ouvir mais de perto aqueles que não são ouvidos e assim fortalecer cada vez mais o compromisso com o futuro dos 25 milhões de amazônidas. Proponho, a senhora Presidente, senhores parlamentares, senhores e senadoras das organizações ambientalistas. Aqui no Congresso Nacional, a ameaça de retrocedermos na legislação ambiental. Proponho que cada cidadão acompanhe o voto de cada parlamentar que aqui venha votar para destruir, desmatar a Amazônia, inclusive denunciando mostrando em cada Estado, apontamos os nomes daqueles e daquelas que foram eleitos para defender os interesses do povo brasileiro, defendem os interesses do lucro e do capital, denunciar o nome de todos aqueles que de alguma forma, na Câmara e no Senado, votem para retroceder nas conquistas da legislação ambiental, pela reforma agrária, pelo fim da grilagem, para que os bancos públicos não continuem financiando o agronegócio que devasta, que mata, que se envolve com trabalho escravo, com grilagem e assassina trabalhadores. Em nome da vida, em nome dessa rica região e desse povo tão querido e e tão amado, o compromisso é de todos nós, é fazer desse ato a reafirmação do nosso compromisso de todos os dias, de todas as horas, para que todos na Amazônia e e no Brasil tenham pão, terra, dignidade, liberdade e e justiça social. Esse é o grito que ecoa dessa sessão. E, com certeza, será um marco fundamental no avanço das contras forças conservadoras que querem

o retrocesso da legislação humilhando o que nós já conquistamos. Por isso: Viva a Amazônia, viva a luta de todos, viva o povo brasileiro.

... Aqui presentes, eu serei breve cumprirei o regimento, o que se impõe hoje aqui basicamente é o que se deseja para a Amazônia, a questão básica, é o que nós queremos a Amazônia, queremos a Amazônia como uma fronteira agrícola a ser vencida, o processo histórico que dilapidou o nosso patrimônio na Mata Atlântica, no serrado, ou queremos a Amazônia como um bioma que presta serviços à humanidade, essa é a grande questão, para crescer ou precisamos da Amazônia que deve continuar prestando serviço, a Amazônia não fé somente um estoque de gases do efeito estufa, a Amazônia não é somente uma possibilidade imensa de cursa através da nossa biodiversidade, através do conhecimento da biodiversidade da Amazônia, que muitas das vezes, nós estamos destruindo antes mesmo de saber do seu potencial, a Amazônia. Não é somente uma produtora de águas... É de um ditado africano, cuidem bem das florestas, porque elas não nos pertencem, elas pertencem aos nossos filhos e aos nossos netos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradeço ao Deputado Sarney filho e passo de imediato palavra ao ator Vítor Fazano, um dos movimento Amazônia para sempre.

Bom, boa noite a todos, boa noite Sr. Presidente, José Sarney, Senadora Ideli Salvatti, todos aqui presentes, todas as autoridades, boa noite brasileiros, boa noite aqui aos nossos um milhão e 100 mil brasileiros que estão nesses papéis. Essa, senhores, é uma noite muito especial, pois estão aqui presentes, nesse Senado, especialistas de assuntos amazônicos e meio ambiente, cientistas e pesquisadores das mudanças climáticas, atores representantes do povo da floresta, Chico Mendes representado aqui pelo comitê, o conhecimento amazônico, conseguido com muito esforço, pesquisa, eu espero que a aula que tivemos aqui hoje, nos faça refletir, e nos dê material bastante para que muita cautela repudiem as ações contrárias a manutenção da floresta em pé que e que somente ações auto-sustentáveis sejam bem sucedidas, cabe a mim apenas um depoimento pessoal, que parece que as experiências vividas, reaparecem nas nossas vidas, frente, assim, que o tempo vem passando, eu nasci num país gigante, com recursos infinitos, de imensas florestas, sendo úmidas ou secas, altas ou baixas, manguezais, enfim, os diversos tipos de clima e ecologia. Desde que criança me lembro aprendi na escola sobre o que a árvore representava para a vida, ela traz sombra, frutos e abrigo, me ensinaram também, com muita veemência que Brasil era o nome de uma árvore, a árvore que deu o nome a essa terra, era o pau Brasil. Eu me lembro que há mais de uma década, quando eu estive em Angola a convite de um amigo, em um zoológico, para tentar, junto ao povo angolano e as autoridades demonstrar a importância de salvar as únicas negras, um mamífero majestoso e imponente que habitava aquele país. Bom, quando fui lá chamado, encontrei esse mamífero estampado por todas as partes, nas moedas, nas frentes das estatais, na calda do avião em todos os cantos, como símbolo de orgulho do povo angolano, que era um animal valente, que defendia as suas fêmeas do ataque dos leões, depois de falar com jornalistas tem, políticos, cientistas, ouvi do Ministro do meio ambiente a seguinte frase: Se essa espécie tiver que se extinguir, que aqui se extinga, temos o direito sobre ele e o direito sobre a sua extinção, e negou qualquer ajuda, e hoje o símbolo desse animal continua estampado, mas ele não é mais visto há muito tempo, lembro de um incrível relato sobre uma ave, dizia os relatos da época que em suas migrações, o número de indivíduo era tão impressionante que chegava a escurecer o céu quando passavam, uns diziam que quando passava demorava 5 horas para fazer, outros mais calorosos, dizia que a jornada era 40 dias, a ave era vendida para alimentar porcos e outros animais, além da pessoa, todo tipo de barbárie aconteceu com essa espécie, a sua população em torno de 2 bilhões de indivíduo, e a sua sobrevivência em grande parte, dependia da manutenção dos grandes bandos, o fracasso como espécie aconteceu, quando o número de indivíduo, declinou, num período de 10 anos, a população passou para apenas numerosa, milhões é um número muito expressivo, detém esse número de sobreviventes, para viver se alimentar, enfim, viver como espécie, a sua ecologia exigia milhões de indivíduo presentes, milhões já não eram suficientes, o último pássaro vivo da espécie, com o nome de Marta, morreu no zoológico em 1914 e para se redimir das responsabilidades as pessoas, da época, justificavam que os bandos selvagens haviam migrado para o sul, perto da Bolívia ou Peru, e deveriam ter se afogado ao Golfo do México, na tentativa de migrar para a África, não conseguindo ultrapassar o Oceano e foram lavados, tão distante, quanto a Costa da Rússia quanto de floresta amazônica precisam existir, para que os serviços continuam existindo, qual a dinâmica dessas populações, quem falar na relação dessas espécies e outros vegetais, especiais, aves e animais, qual a população mínima que deve existir, a fórmula física e química que existe entre a biodiversidade toda, capaz de manter esse serviço ambiental, será que o Cumaru que está sendo corta-

do agora é o responsável pelo desequilíbrio por toda essa harmonia biológica e a floresta que escurece o chão, repleta de tanto corte, e sendo utilizada para a agricultura e pecuária, o que acontece com as terras que já passaram por esse processo, desde que fomos descoberto há mais de 500 anos, e nos demonstram estão abandonadas sem nada plantado, sem nenhum animal doméstico sendo criado e repleta de brasileiros, que não tem acesso à saúde, à educação, e esravizados. Meu Deus do céu. Nossa floresta gigantesca, pode estar entrando em colapso nesse instante, apesar de ainda impressionantemente gigantesca, nós não sabemos, lá atrás, quando vários biomas e outras espécies foram exterminados, talvez a humanidade pudesse ser perdoado, que não havia instrumento científico que pudesse recriminá-lo, o suficiente para sermos culpados, negligentes sim, responsabilizados sim, pelas futuras gerações . Estamos nos nossos recursos naturais, com orgulho, que somos soberanos, e pelo visto, iremos com o peito empinado, que ela se extinguirá aqui, que ela é nossa e nos pertence, como aconteceu com o comentário feito pelo Ministro do meio ambiente de Angola, será que daqui alguns anos, uma árvore chamada, digamos de Maria, que seja a última árvore existente nesse imenso território. Teríamos que explicar a humanidade que ela teria partido, e que provavelmente teria sido visto correndo, fugindo para algum lugar longe entre o Peru e a Bolívia, na tentativa de fugir, se jogou ao mar com o intuito de atravessar o atlântico se afogando e os seus destroços varridos foram encontrados em locais distantes, como o litoral da Rússia, será que deixaremos desaparecer todo o recurso ambiental, que não sabemos quanto dele é necessário existir para a existência da humanidade, se eu estiver vivo até lá, para propor que o nome desse país seja mudado para outro qualquer, já que tenho certeza que simplesmente ouvir a palavra Brasil nos cortaria o peito, nos sangria a alma e nos traria mágoa, tanto desconforto, que seria melhor jamais ouví-la e jamais pronunciá-la. Este um milhão de brasileiros aqui presentes repudiam qualquer tentativa de mudança do código florestal brasileiro, de dar autoridade a estados e municípios para fazê-lo, rap admira também o Projeto de Lei 4624, a área da Amazônia legal, rap admira também, qualquer projeto que venha a anistiar, os transgressores, dos crimes praticado a ano, construir rodovias, sem o estudo de impacto ambiental que o ferroviário seja a alternativa. Obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, e passo de imediato a palavra à atriz Cristiane Torloni, enquanto a Cristiane se dirige ao microfone, tem um texto sobre a Amazônia que diz o seguinte: Amazônia, Amazônia, com que verde vestiremos o nosso mapa? Quantos ainda cairão para que sobreviva, como conter o seu holocausto, dos frutos e aromas, colares e adereços, canto o desencanto das orquídeas, de garras, patas, de ninhos mortos da maternidade destroçada.

[palmas].

CRISTIANE: Eu dei um título à minha fala, que por incrível que pareça, eu aprendi no Acre há dois anos atrás, chama-se o disputar da florestania, como disse o meu querido companheiro de lutas, hoje um dia muito especial, é o dia de Nossa Senhora de Fátima e também quando se comemora 120 anos da libertação dos escravos do Brasil, eu convido os presentes a uma oração silenciosa, particular, da sua própria ave Maria pedindo que a nossa senhora nos pire nessa noite, nos ilumine para essa vigília que agora começa, e o que é do céu o céu, da terra a terra, se bem que segundo Shakespeare, existem mais coisas entre o céu e a terra, do que supõe a nossa filosofia, há muitos anos atrás, um homem lutou pelo reconhecimento democráticos de uma nação, ao começar os discursos, ele dizia uma frase que virou o seu lema e seu : Eu tenho um sonho, há exatos 25 anos, nessa mesma casa, eu, uma menina de 25 anos e toda a nação, vimos o nosso sonho de avanço democrático ser pulverizados diante dos nossos olhos, espantado, quando uma minoria de Senadores votou contra a vontade de milhões de brasileiros que sonhavam pelas diretas já. Hoje, não existem mais Senadores biônicos, e nem categorias biônicas parlamentares, como dizem as más línguas, ou as línguas más, para a opinião pública é lixo, pois apesar das liberdades democráticas e da força da comunicação, com a convicção da sua imunidade e a sua impunidade, eles continuarão a ser reeleitos, estamos novamente em um ano pré-eleitoral, eu convido as línguas do bem, aqueles que entendem que a política é uma ciência maior, a se juntar a essa um milhão de vozes que estão aqui, aos 45 milhões que protestaram no site do Globo Amazônia, e aos 90 mil brasileiros, que se manifestaram contra a devastação, a defender não só com palavras, mas com gestos precisos, essa que é a única floresta tropical do planeta.

[palmas].

CRISTIANE: Essa mesma opinião pública, que vem sendo ignorada, ridicularizada, está aqui dizendo claramente que não agüenta mais ver a coisa pública usada como moeda de troca para anseios que só aumentam o poder contas irregularares, mansões e castelos faraônicos.

[palmas].

CRISTIANE: Hoje muito de seus estados estão sendo casto gados por enchentes, desabamentos ou

estiagem nunca antes registrada, mais do que qualquer outro argumento sobre o aquecimento global ou das mudanças climáticas, a própria natureza está gritando bem ando que já passou dos seus limites, essa noite, essa noite, os que insistem em usar a nossa floresta como moeda de troca em seus negócios, devem ser identificados, e banidos nas próximas eleições.

[palmas].

CRISTIANE: A questão da Amazônia exige uma política de estado e não de nenhum governo, e se é mesmo verdade que aqui ainda resistem políticos têm que pertencem as mais arcaicas ideologias, é chegado o momento de como diz o nosso querido Shakespeare, de transformar a velhice em sabedoria, e reformar um processo de florestania, a prova disso é que nessa noite, de histórico encontro democrático a tecnologia está nos conectando, não só com o Brasil, mas também com o mundo, nós não estamos sós, ultrapassando as paredes desse plenário, estamos sendo observadas e também julgados. Não nos enganemos, a Amazônia é hoje a menina dos olhos de muitas nações, que insistem em afirmar que ela é um patrimônio da humanidade. Não podemos nos esquecer que ainda no final da era Bush, assistimos a quarta frota espreitando os mares da Conisul, é também um atestado de soberania. Hoje, 120 anos depois da assinatura da lei áurea, vamos também assinar a libertação dos escravos da ganância e da corrupção regarantir que o sonho de toda uma nação que nos acompanha hoje, não seja demolido como há 25 anos atrás. A democracia venceu o golpe da ditadura, e hoje talvez, ela não agüenta golpes da própria democracia, vamos juntos reafirmar o nosso amor pela floresta amazônica. Selva!

[palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao brilhante pronunciamento da atriz, Cristiane Torloni, emocionado como devemos estar todos nós, pelo desafio que nós temos com a preservação do patrimônio da humanidade que é a Amazônia e na seqüência, nós assistir o vídeo do movimento Amazônia para sempre, para que todos atendam como foi a coleta, o movimento que originou esse mais de um milhão e cem mil brasileiros e brasileiras que participaram colocando o seu nome, como título de eleitor, todos os documentos para não ter qualquer dúvida, para a preservação da Amazônia.

Só um instantinho, eu gostaria de introduzir, o nosso manifesto, é só uma introdução, por favor. Enfim, é com muita honra que na presença dos digo e querido representantes dessa casa, que nós vamos entregar essas um milhão de assinaturas do baixo assinado do movimento Amazônia para sempre, esse documento nasce durante a mini série da Globo, onde assistimos Juca de Oliveira, Vítor Fazano e eu horrorizados, esse movimento não se constitui a uma ONG, não se tem nenhuma ligação político partidária, não visa fins lucrativos é uma iniciativa dos nossos corações, com as fotografias de Joaquim Alcântara, cedida por seus representantes, pode começar por favor.

[palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora os contra regras.

Contra regras [*risos*].

Se pudesse baixar a luz seria bom, não sei se temos essa possibilidade, mas...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Enquanto os contra regras acertam é importante fazer a presença do doutor am Benjamin, e que essa vigília está sendo acompanhada on-line pela Assembléia Legislativa do Acre, de Rondônia, de Santa Catarina.

Pode aumentar o som, por favor?

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da floresta amazônica dos último 16 anos, 18 mil quilômetros quadrados, é quase a metade da Holanda, da área total já amos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e 13 estados de São Paulo, não há motivo para comemorações, a Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviço ambientais importantíssimos ao Brasil e ao planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de 5 milhões de quilômetros, é um lençol da natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida na terra, e auxiliando na regulação da temperatura do planeta, depois de tombada, estuprada por madeireiros, ateiam fogo, ao semear das cinzas de casto centenárias.

Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação, como alternativa de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia entre seringueiros e indígenas, pelo direito de manter a floresta em pé, que delas dependemos para viver, mesmo depois de inúmeras sagas cheia de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado enxergamos a floresta como obstáculo, como uma área a ser vencida e conquistada um imenso de estoque de terra, a ser tornar pasto, e espécie vegetal para combustível, ou uma fonte inesgotável de madeira peixe, ouro e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável, o desmatamento e o incêndio são símbolos da nossa incapacidade de entender a delicadeza do ecossistema amazônico e como tratar. Um país que tem 165 mil quilômetros quadras de área desflorestada, pode dobrar a sua

produção de para que o gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais, portanto ao nosso ver, como único procedimento, para os efeitos quase, do artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê: "A floresta amazônica é patrimônio nacional e sua utilização vai ser na forma da lei dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive ao uso dos recursos naturais". Assim deve-se implementar em níveis federal, estadual e municipal, a interrupção imediata do desmatamento da floresta amazônica já!

É hora de enxergarmos as nossas árvores, como monumento da nossa cultura e história, somos um povo da floresta.

[palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradecemos a Cristiane, ao Vítor, ao Juca de Oliveira, que foram os três artistas brasileiros que deram início a esse movimento que resultou nesse mais de um milhão e cem mil assinaturas que estão aqui depositados e para a resposta para esse um milhão de brasileiros não fique sem ser dada, eu convido a Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente para que possa, em nome dos parlamentares dessa casa entregar ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, os projetos que estão tramitando nessa casa, e que seriam prioritários a sua aprovação para que nós pudéssemos com a aprovação desses projetos responder dignamente ao anseio de preservação da Amazônia, que não só na forma do abaixo-assinado, na pesquisa realizada há poucos dias atrás, se manifestou de forma tão contundente portanto a Senadora Marina Silva estará entregando nesse momento, o nosso pedido para o Presidente das duas casas para que a tramitação desses projetos se dê de forma ágil, rápida, eficiente.

[palmas].

Presidente José Sarney, a nossa Senadora de mudança climáticas, Ideli Salvatti, é com alegria e tristeza ao mesmo tempo, que eu faço a entrega dos projetos prioritários para os presidentes das duas casas, a alegria que estamos aqui reunidos juntamente com todo Brasil em uma vigília de estado permanente de alerta em relação ao que pode acontecer e o que já acontecer em relação a retrocessos na para a destruição tramitam muito rapidamente como aquele que agora está sendo votado com poucos cuidados em relação a regularização fundiária e os projetos para proteger a Amazônia, às vezes ficam dormindo nas duas casas e eu não estou aqui criticando aqueles que são os seus presidentes, que é uma decisão das casas e esse é o trabalho colegiado, 15 anos a lei da Mata Atlântica, quase 16 anos, o projeto de acesso a biodiversidade, há quase 4 anos e é fundamental para a proteção da Amazônia, então a tristeza é pela demora naqueles que deviam andar, Ministro Carlos MINC e não andam, e a alegria é que esse ato poderá fazer com que paremos da gesticulação e possamos partir para o gesto de fazer com que essas medidas se transformem prioridade nas duas casas, eu passo a mão dos senhores, agradecida pelo espaço, pelo acolhimento da sociedade brasileira, nas duas casas simbolizadas, nas autoridades que somos nós, os Senadores, o Ministro, e todos que se fazem presentes. Eu entrego na mão do José Sarney, não pelo pretexto da idade, mas que ainda vai chegar a segunda cópias, eu estou entregando para o senhor e em seguida para o nosso Presidente Michel Temer.

[palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente Michel Temer, a sua cópia já está chegando, para terminar essa solenidade de abertura, eu convido a Miriam Cristina Peixoto brilhante que é representante da conferência infanto-juvenil do meio ambiente, nada melhor do que terminar a abertura dessa nossa vigília com a palavra do futuro, que são as nossas crianças.

[palmas].

Boa noite.

Boa noite.

Meu nome é Mirla, eu tenho 13 anos e moro na cidade do Rio Branco no estado do Acre, sou uma das 640 delegadas que participaram da 3ª conferência de infanto-juvenil pelo meio ambiente, a conferência mobilizou cerca de 4 milhões de pessoas em 11700 escolas e comunidades dólar em todo país. Lá no meu estado dólar foram 104 escolas participantes, inclusive a minha escola, que se chama Henrique Lima, a partir da conferência, nós, alunos, elaboramos projetos voltados para a problemática dos recursos hídricos, em especial o nosso Rio igarapé Batista, o nosso igarapé além de ser uma indispensável fonte de vida, um enorme valor cultural, as pessoas a morar na beira do igarapé, era a família batistas, um lugar muito bonito e agradável, se tornou um ponto de encontro, era usado a seguinte expressão: Vamos nos constar no Batista? Vamos. Podemos concluir, então, que havia uma relação intima entre o igarapé e as pessoas, foi adotado como membro da família, que recebeu até o sobrenome, Batista. Infelizmente hoje o Batista não é mais um ponto Distrito Federal encontro é até difícil reconhecer, a cidade cresceu rápido e de forma desordenada, com ela veio a poluição das águas e a destruição das matas ciliares, essa é só a parte do problema que mora

perto da minha casa. Mas eu sei que ele vai longe. Eu sei que a solução também está bem perto de cada um de nós, e que ela pode ir bem longe. Se olhamos para a maioria dos rios que passam pelas nossas cidades, vocês, os mais velhos, nos deixaram o esgoto como herança, eu quero deixar para os meus filhos, um Rio limpo e um ponto de encontro, eu venho da terra de Chico Mendes, sou parte do grupo que vocês se referem como próxima gerações, eu venho aqui, que não deixem que a Amazônia vire uma grande pastagem, uma grande plantação de soja, nós da Amazônia, queremos viver que os senhores que aprovam os planos do governo que nos garante que a Amazônia continue a Amazônia, com os seus bichos preservados, sua gente respeitada e os rios exuberantes. Já perdemos quase 20% da Amazônia, milhões de animais, bilhões de árvores, bilhões de litros de água, as crianças da Amazônia são também as crianças do serrado, que por sua vez são também a criança da caatinga, que também são as crianças do pantanal das restingas, nós, as crianças doe mundo, queremos um mundo com a Amazônia e com todos os biomas protegidos e recuperados. Por favor, não nos neguem esse direito. Muito obrigada.

[palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigado, a Mirla Cristina Peixoto, brilho, nesse brilhante pronunciamento que nos alerta e nos obriga a termos responsabilidade. A Cristiane Torloni e o Vítor Fazano querem que todos os que estão aqui nessa mesa se comprometam efetivamente com o movimento Amazônia para sempre, então nós vamos, depositar a nossa assinatura e o manifesto com a assinatura dos membros dessa mesa será colocado encabeçando aquele um milhão e cem mil assinaturas que estão no plenário, eu peço que a Cristiane colha as assinaturas para a gente poder, em seguida, encerrar a abertura da sessão com uma sugestão que chegou aqui à mesa, do Leonardo estava ora dias, ele não sabia da dinâmica, e ele disse que uma sessão como esta teríamos que cantar o Hino Nacional, e nós o faremos, saio em seguida, portanto, Cristiane colha as assinaturas, para nós encerrarmos com o Hino Nacional.

[HINO NACIONAL BRASILEIRO].

SR. PRESIDENTE: Nós vamos dar início ao painel de números 1, ameaças sobre a Amazônia, neste painel nós vamos ter, ao final das exposições a entrada da Assembléia Legislativa do Amazonas. Então, eu já peço para os contra regras aqui do nosso, da nossa atividade que fiquem atentos para que nós possamos ter a entrada, efetivamente da Assembléia Legislativa do Amazonas e sempre relembrando que estão diretamente conectados com esta vigília, além da Assembléia Legislativa do Amazonas, do Espírito Santo, do Acre, de Rondônia, do Ceará de Santa Catarina, então, eu convido para se dirigir à mesa, para compor a mesa do primeiro painel, ameaça sobre a Amazônia, senhor Sérgio Leitão do Greenpeace para apresentar as iniciativas legislativas em tramitação, falar sobre as iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Da mesma forma convido senhor Paulo Moutinho do instituto de pesquisa da Amazônia do IPAM para a análise das políticas públicas para a região, convido o padre Nelito Dornellas a Comissão Pastoral da Terra, união camponesa ambientalista; convido a senhora Sônia Guajajara da coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira; o senhor Muriel Saragoussi do grupo de trabalho Amazônia e fórum de trabalho brasileiro ONGs e movimentos sociais; e convido o senhor Oded Grajew no Instituto Ethos, que estava designado a outro painel devido a sua viagem, o seu horário vamos trazer a palavra do senhor Oded Grajew em nome do Instituto Ethos, também para esse primeiro painel. Então, senhor Sérgio leitão se encontra, o Paulo Moutinho também. O padre Nelito, o Muriel também já está aqui, ah, não pôde esperar. Já fazendo registro que senhor Oded Grajew não teve condições de esperar devido ao voo. Então, lembrando que nós temos uma exposição de 5 minutos, prorrogáveis por no máximo mais 5 para cada um dos compositores e em seguida eu tenho uma longa lista de parlamentares inscritos para poder também fazerem o seu pronunciamento. E teremos também manifestos e depoimentos de artistas que depois a Christiane e o Vitor Fasano vão intercalar aqui nas intervenções. Então, eu passo de imediato a palavra para senhor Sérgio leitão, representando o Greenpeace.

Sérgio leitão: Excelentíssima Senadora Ideli Salvatti, excelentíssimo Senador Romeu Tuma, excelentíssimo senadores presentes a essa Audiência Pública, excelentíssimo senhores Deputados presentes a essa audiência, povo do Brasil, povo da Amazonas, o tema que me foi pedido abordar são as ameaças à Amazônia, infelizmente as ameaças hoje se materializam na forma de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, trazendo o que há de pior em termos de retrocesso na nossa legislação ambiental, o Brasil é um país que nos últimos 20 anos, marcados pela edição da nossa Constituição Federal de 88, conseguiu fazer um pacto de paz com a sociedade e demonstrar ao mundo que nós temos o compromisso da preservação ambiental. Mas hoje, concretamente há projetos que tramitam na contra dão moa do compromisso histórico na defesa ambiental a, essa é a questão que precisamos discu-

tir após a sessão de abertura dessa vigília. Ou seja, concretamente para respondermos aos desafios colocados pelo Senador, Presidente desta casa Sarney, José Sarney, o que que nós estamos aqui a vigiar, o que nós estamos aqui a orar e o que nós estamos aqui a proteger e qual o papel do Congresso Nacional e qual o papel do Governo Federal nessa questão? Em primeiro lugar é preciso deixar claro que nós estamos nesse momento votando na Câmara dos Deputados uma Medida Provisória que vai justamente aumentar o processo de invasão das terras públicas na Amazônia, que vai aumentar o processo de destruição da floresta amazônica onde todas as salvaguardas pensadas para proteger o meio ambiente estão sendo justamente aqui do lado no salão verde da Câmara dos Deputados, sendo destruídas, retiradas existe um setor da vida nacional que não consegue conviver com qualquer sistema de garantia ao meio ambiente, se nós deixarmos o meio ambiente na mão desses setores nem o verde da bandeira sobrará, não sobrará nada. É preciso que pensamos e cobremos do Congresso Nacional se o compromisso hoje aqui assumido é um compromisso para as câmaras de televisão ou é compromisso verdadeiro com o povo brasileiro, se essas assino a ursa que estão sendo apostas nesse documento vão durar o instante do flashs das câmaras fotográfica, o estante do transmissão do jornal nacional, o instante da tempo Senado ou será compromisso que a sociedade poderá confiar quando às 6 horas da manhã for embora para sua questão trabalhar, essa questão que a gente precisa ter claro. Nós temos uma outra Medida Provisória, Senador João Pedro que nos assiste aqui agora, que é a Medida Provisória feita de encomenda para liberar a construção da estrada Manaus Porto Velho, é a Medida Provisória acabar com a legislação ambiental no Brasil, é a Medida Provisória feita para instituir um regime da ditadura que criou o decurso de prazo para aprovar processo, licenciamento, criando o sistema de corrupção, porque basta que o funcionário público não faça nada para que um projeto ambiental seja aprovado, então isso é gravíssimo, a única razão da Medida Provisória que libera-se em qualquer cuidado ambiental a construção da BR 319 é pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento a governo do Amazonas, não tem outro objeto senão esse, pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento ao governo do Amazonas, quem vai pagar a conta Senador Alfredo Nascimento é quem vai pagar a conta é a Amazônia, vai perder o Bastião de floresta que nunca foi destruído, vai se acabar com o conceito de bioma amazônico nós vamos ter no lugar dele uma floresta destruída, e no lugar dessa floresta o Senador Alfredo Nascimento, eleito. Vale este preço ao povo brasileiro, essa pergunta que precisamos fazer ao Senado e a Câmara dos Deputados e ao Presidente Lula que deu as mãos para que esse projeto, pessoal eleitoreiro fosse viabilizado pela nação brasileira, nós temos uma terceira ameaça que é o Projeto de Lei oriundo também do Senado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Que nós do Greenpeace chamamos de floresta zero, floresta zero, porque congela a destruição na Mata Atlântica, congela a destruição e permite que se destrua a Amazônia é floresta zero, porque impede a possibilidade de regeneração das florestas brasileiras. Consolidando aquilo que são imensos desertos que o processo histórico de destruição no Brasil nos legou, e a pergunta que nós fazemos ao Senado Federal, isso foi aprovado aqui, hoje está na Câmara dos Deputados. O compromisso é com a floresta ou o compromisso é com aquilo que não consegue enxergar os benefícios e que meio ambiente gerou ao Brasil, por último nós temos, Senadora Ideli Salvatti que talvez seja a maior ameaça não ao meio ambiente, mas a própria existência do país que se pretende que se pretendeu sempre uma federação que nasceu sob a égide pacto federativo cujo papel do Senado Federal foi consolidar, ali está Ruy Barbosa, é ele o responsável por dar a este Senado a consolidação de uma união que foi feita em termos territoriais, cuja base política se deu pela ação do Senado Federal, o que é que quer a bancada ruralista hoje na Câmara e no Senado? Quer simplesmente criar a possibilidade de que os Estados possam de maneira completamente antagônica instituirem um concurso de maldades, para sabem qual é o Estado que mais permite se desmatar. É isso que vai acontecer se o código ambiental de Santa Catarina foi sancionado pelo Supremo Tribunal Federal, é isso que vai acontecer se o Senado der a permissão para que outros Estados o façam. A federação não se pode constituir num pacto federativo onde o meio ambiente vai entrar como moeda de troca para que o agronegócio no Brasil não conheça reconhecer que seria importante para o Brasil, o Brasil é mais importante para o agronegócio. É essa a escala de prioridades que não se consegue entender. Eu quero aqui deixar claro que nós temos toda a boa vontade de reconhecer que 1/3 do PIB brasileiro é feito pelo agronegócio, eu tenho toda a boa vontade de reconhecer, que mais da metade do saldo da nossa balança comercial hoje é feita graças ao agronegócio, eu queria que o agronegócio reconhecesse que isso custou, isso custou 5 milhões de escravos que foram trazidos para esse país, é 1/3 de todo o tráfico internacional, custou 2 milhões de indígenas sacrificados, custou uma Mata Atlântica inteira, estudou a metade do cerrado vai custar a Amazônia inteira se a gente não se mobilizar, o agronegócio quer fazer um pac-

to de paz com o Brasil, porque nós quero em fazer um pacto de paz com o agronegócio, não queremos ser subjugados, não queremos ser acovardados, não queremos o Supremo Tribunal Federal colocados de joelho para trafegar os interesses de quem não quer saber de uma minhas relação de dignidade com o povo brasileiro. Então, a pergunta que se faz, hoje, diante dessa agenda do mal, dessa agenda negativa, dessa agenda destrutiva, dessa agenda que não consegue estabelecer uma relação de diálogo com a sociedade brasileira é se esse compromisso que foi aposto aqui pelos senadores, pelos Deputados é um compromisso para valer. Essa é a pergunta que fica feita, em nome dessa pergunta eu queria deixar claro que me entendo aqui investido da soberania popular, porque hoje essa casa se abriu para o povo, queria propor um Projeto de Lei, Abreu e no final do Século XIX fez um projeto muito simples de Constituição Brasileira, arte primeiro é proibido roubar, artigo segundo revogam-se as disposições em contrário, queria propor projeto atualizando, artigo primeiro 1 é proibido desmatar artigo segundo, revoga-se as disposições em contrário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE: Agradeço ao senhor Sérgio Leitão representante do Greenpeace e passo de imediato a palavra do para o senhor Paulo Moutinho, instituto de pesquisas da Amazônia, IPAM.

Paulo Moutinho: Senadora obrigada pela oportunidade, eu tenho uma pequena apresentação, se o Luiz pudesse colocar para mim seria ótimo. Obrigado. Bom, Senadora, eu acho que enquanto não entra alguns slides que eu acho que são contundentes para eu mostrar o futuro que nós estamos pretendendo para a Amazônia, é extremamente importante do que alguns do dosa Deputados que estavam, Ministro Minc que estava na mesa quando disse que nós precisamos escolher o nosso futuro, escolher o futuro da Amazônia. É exatamente isso que está em jogo, Senadora. Luiz acho que não está lá ainda. Eu queria mostrar, Senadora Ideli na tela o que nós podemos talvez estar escolhendo para o futuro da Amazônia, caso tenhamos o ataque às conquistas ambientais na legislação que nós temos, estamos assistindo hoje em dia. Por favor, Luiz. Este mapa mostra o futuro da Amazônia até o ano de 2050 o que está em amarelo é desmatamento. Caso nós fizemos uma repetição dos erros do passado. Essa é uma escolha necessária que o povo brasileiro precisa fazer agora, se nós vamos extinguir de uma vez por todas o desmatamento na Amazônia, aproveitar de forma mais sustentável as áreas abertas e os recursos naturais da Amazônia brasileira ou se nós vamos escolher esse cenário aonde em 2050, pelos modelos científicos publicados nas melhores revistas do mundo, estão dizendo que 55 a 60% da Amazônia brasileira estará desmatada, caso continuemos no mesmo ritmo dos últimos 20 anos. Próximo, por favor. Essa é a situação em 2050 o que está em vermelho é desmatamento, precisamos nos perguntar como sociedade, como legisladores, como povos da floresta ou como Setor Privado, se nós queremos esse futuro para a Amazônia com mais da metade desmatada, porque é isso e que certo vai acontecer, especialmente se perdermos o nosso avanço em termos de legislação ambiental. Próximo. Próximo. O que nós temos em termos um pouco de política pública, em termos gerais é isso. Uma operação Amazônia em 65 e 69 que desencadeou uma série de programas até o atual PAC. Eu queria, Senadora, propor aqui também para se juntar ao plano de aceleração do crescimento, um PAC indígena, um PAC de comunidades tradicionais, um PAC ambiental, exatamente a inclusão desse tipo de PAC dentro do atual PAC que é necessário, porque o que posto, em termos de políticas públicas gerais, não contemplam o desejo da população brasileira como já foi imensamente expressado nas outras falas. Próximo. Próximo. Depois de todos esses planos de políticas públicas que vem o vazio da Amazônia a ser ocupado a todo o custo o que que nós temos para a sociedade? Se tivéssemos algum lucro, vá lá poderíamos até analisar que que fizemos tem algum benefício. Mas 70% da Amazônia foi convertida a pastagem de baixa produtividade, baixos empregos, portanto com uma lucratividade bastante reduzida e, a qualidade de vida e a distribuição de renda da população é a pior possível, 43% da população da Amazônia são dados do IBGE, estão abaixo da linha da pobreza, 10% da riqueza regional está em 1% da população. E 50% dos mais pobres ficam apenas com 15% dessa riqueza, os próximos 20 anos, serão iguais os 20 anos passados, é exatamente isso a escolha que está na nossa frente, próximo. O que nós precisamos, de novo, Luiz, por favor, o que nós precisamos políticas que encarem o desafio da mudança do clima, onde a floresta é sinônimo de crescimento econômico, não de barreira econômica, aonde a recuperação florestal das áreas já abertas e a intensificação da agricultura pode ser a resposta para a ampliação de ampliação de alimentos, próximo. O governo brasileiro fez especialmente durante a gestão da Ministra Marina Silva o esforço de conservação bastante grande que nesse contexto de mudança climática tem uma relevância muito grande, por exemplo, de 2004 e 2005, 24 milhões de hectares de unidades de conservação, foram demarcadas na região. Isso equivale a 600 milhões de toneladas de carbono que deixaram de ir para a atmosfera por essa ação, inclusive nesse contexto econômico para a mu-

dança de clima pode ser alavanca de divisas enorme para o país, não estamos falando em empobrecer a Amazônia mantendo a floresta em pé, ao contrário, enriquecê-la. Próximo. Um grande ponto nesse projeto todo de uma nova política, de novas políticas públicas para a Amazônia num sentido mais sustentável, são os povos indígenas, populações tradicionais que tem os seus territórios naquela região. Para se ter uma ideia, Senadora, as terras indígenas e rezex(F), abrigam 15 bilhões de toneladas de carbono, dentro dos seus limites, isso significa quase 8 kyotos que é o esforço mundial de redução de emissões. Isso está na mão dos guardiões da floresta e que precisam ser reconhecidos como tais e quiçá compensados por isso. Se nós tivéssemos as metas de desmatamento impostas pelos governo ou sugeridas pelo governo, dentro de um sistema qualquer de compensações nós poderíamos gerar de imediato 20 bilhões de toneladas, 20 bilhões de dólares apenas cumprindo essas metas que foram colocadas pelo governo brasileiro, que poderiam ser muito mais audaciosas. E obviamente é um grande passo de qualquer forma, próximo. A história de que não existe mais área disponível para ampliação da agricultura ou da pecuária, isto é totalmente errado. A pseudo ciência criada para gerar esses números não condiz com uma análise simples, quando se usando o que está no código florestal, pode se aproveitar em produção uma grande proporção da área já desmatada, sem uma única alteração no código florestal. Por que, então, o ataque ao código que está sendo promovido nessa casa no Congresso Nacional? Próximo. Há uma série de políticas, especialmente aquela de valorização da floresta em pé. Esse é um patrimônio que gera crescimento econômico nessa nova ordem climática, próximo. E certamente educação como já foi colocado é fundamental, essas crianças terão 50 anos, 59 anos a em 2100 elas são as pessoas que vão tratar ou decidir por um futuro da humanidade, se deixarmos essas crianças de hoje e adultos de amanhã sem opções, é o que está acontecendo agora, certamente não terá uma terra minimamente habitável nos próximos séculos, obrigado Senadora, obrigado Senador Casagrande pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Paulo Moutinho do instituto de pesquisas da Amazônia do IPAM, agradeço a sua contribuição e passo imediatamente a palavra a padre Nelito Dornellas, Comissão Pastoral da Terra que também tem o tempo de até 10 minutos.

Padre Nelito Dornellas: Meus cumprimentos aqui ao Senador Casagrande, à mesa, a todos aqui presente e ao povo brasileiro que nos assiste. Eu inicio a minha fala me lembrando de um pastor luterano, mártir, Segunda Guerra Mundial, que dizia o seguinte: Não se pode cantar o canto gregoriano ao saber que um judeu e estava sendo morto no campo de concentração. Eu diria que também hoje, nós... Aleluia, Pascal, sabendo que a nossa Amazônia está sendo rifo Ada com a Medida Provisória 458. É triste saber que essa Medida Provisória, que é tão necessária, que ela trata da regularização fundiária da Amazônia, das terras da Amazônia, no entanto, a Medida Provisória 458, que dispõe sobre essa regularização fundiária das terras da união na a Amazônia legal, ela é, na verdade, um grande perigo. Ela é uma grande ameaça para a nossa soberania nacional. Se aprovada ela fazer com que a lei que deveria melhorar a vida dos pequenos posseiros que vivem há anos naquela região, virem, mecanismo de estímulo à grilagem e a concentração fundiária. O objetivo da Medida Provisória é disciplinar a regularização fundiária de propriedades da união na Amazônia legal, permitindo a transferência de terras públicas com até 1500 hectares em 9 Estados Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão. A regularização fundiária é uma demanda antiga de pequenos posseiros que ocupam essas áreas há muito tempo, pois sem ela não tem como conseguir financiamento nem linhas de crédito para investir, tendo em vista que esses posseiros não são proprietários daquela terra, no entanto a Medida Provisória 458 deveria marcar o início da solução de problemas de violência no campo, concentração fundiária e avanço do desmatamento ilegal. Entretanto o texto original procedimentos de verificação da legitimidade da posse, o que pode resultar na entrega gratuita de terras públicas a pessoas que não são as verdadeiras ocupantes ou que não necessitam dela para sua sobrevivência. Aliada a ausência de qualquer vinculação desse processo, a uma política oficial de ordenamento fundiário como isoneamento ecológico econômico, a Medida Provisória pode induzir um verdadeiro saldão de terras públicas, que ao invés de beneficiar os pequenos posseiros de boa-fé, beneficiará os grandes grileiros e a concentração fundiária. O Projeto de Lei de conversão de Medida Provisória que alterou a proposta do governo piora ainda mais a situação. As modificações apresentadas no relatório do Deputado Asdrubal Bentes do PMDB do Estado do Pará, a ser votado, já começou a ser votada na Câmara, inclui áreas devolutas localizadas na faixa de fronteira e outras áreas sobre o domínio da união, como passíveis de regularização nos termos dessa lei. Retira as exigências do ocupante não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional. E permite, que pessoas jurídicas, empresas privadas possam adquirir terras públicas por meio dessa via facilitada, podendo vendê-las apenas 3 anos depois,

por exemplo, regularizar a posse dos caboclos, e agricultores familiares é uma coisa, colocar terras públicas nas mãos de empresas e grandes fazendeiros é outra questão. Infelizmente, se uma série de garantias não forem introduzidas nesse projeto como a necessidade de vistoria prévia, existência de um comitê orientador dos trabalhos quem vai mesmo ser beneficiado por essas novas regras serão, na verdade, os grileiros, os latifundiários que tomarão posse das nossas terras públicas. Eu diria que são quatro os grandes riscos que a Medida Provisória 458 impõe sobre a soberania amazônica. Risco à segurança nacional, a possibilidade de alienar terras devolutas na faixa de fronteira, aliado a possibilidade de legalizar áreas ocupadas por pessoas jurídicas que poderão vender a propriedade sem restrição, pode resultar numa ampla privatização dessas terras, dificultando as ações do exército nessa região, segunda ameaça: Regularização de terras griladas, ao permitir alienação de terras a ocupantes indiretos e que não sejam proprietários de outros imóveis, a medida pode beneficiar a grandes fazendeiros que não dependem daquela área para sua sobrevivência, e que as utilizam, apenas para especulação. Terceira ameaça vocês concentração de terras, mediante processo licitatório com direito, de preferência, a medida autoriza que pessoas jurídicas recebam o título da terra pública de até 1500 hectares, podendo revendê-las sem restrição, em até 3 anos o que criará um mercado de terras recém privatizadas que seguramente implicará no aumento da concentração fundiária naquela região e no conflito pela posse da terra, quarta e última ameaça, declaração de posse sem comprovação. A dispensa de consultoria para imóveis até 4 módulos pode resultar na alienação de terras desocupadas ou para particulares que não são os verdadeiros posseiros. Lamento saber que nós estamos assistindo a esse episódio na casa vizinha, essa casa do povo, essa casa que democraticamente deve cuidar e zelar pela nossa soberania, pelo nosso patrimônio, pelo bem de todos. Nós estamos vivendo de fato numa grande encruzilhada, ou nós nos unimos para salvar a Amazônia e salvar a vida do planeta e no planeta ou pereceremos juntos. A decisão está em nossas mãos, queira Deus que os nossos parlamentares, Deputados e senadores possam escutar o sábio conselho de santo antigo são Thomaz de Aquino que dizia assim: Se tu é santo, ore por nós, se tu é prudente julgue-nos e se tu é sábio governe-nos, que essas duas causas possam de fato ser compostas por pessoas que vivam a prudência e a santidade e a sabedoria para na hora da decisão final votem favor da nossa soberania, favor dos povos, dos nossos pobres favores dos amazônidas e fator da humanidade, muito obrigado.

Para iniciar a minha fala, gostaria de convidar a minha colega Sheila Juruna apenas para fazer uma saudação inicial.

Em nome dos povos indígenas do Estado do Pará, eu e a carepi Juruna, e em nome dos povos da Amazônia brasileira, quero dizer a todos, senhores Parlamentares, autoridades aqui presentes, vamos juntos salvar a Amazônia, vamos unir nossas forças, chega de ficar pensando que estamos deitados eternamente em berço esplêndido, que a gente acorde sufocadas com essa fumaça de destruição das nossas florestas. Em nome disso eu quero cantar um canto do nosso povo Juruna, pedindo que salve nós floresta, nossos frutos, porque a Amazônia dos nossos indígenas não é só o pulmão do mundo, é o coração do mundo, a nossa vidas e a nossa alma.

[música].

Obrigada.

[Palmas].

Obrigada, Sheila. Porque nós sempre fazemos o nosso ritual como forma de agradecer a um ser superior pela nossa existência, e também agradecer pela oportunidade de estarmos aqui ajudando a defender essa natureza que tanto prezamos.

E eu gostaria de iniciar perguntando por aquele povo que estava aqui nessa Mesa agora a pouco. Eles vêm, assinam o papel, assinam o documento, e se vão. E como que fica essa vigília? Como nós podemos dar continuidade a esse compromisso se nós não podemos falar para que eles ouçam aquilo que de fato nós trazemos, qual que é a nossa mensagem? Eles assinam, falam para televisão, e se vão. E nós continuamos aqui falando para nós mesmos.

Nós já discutimos, nós já sabemos o que queremos, como fazer para salvar a Amazônia. Mas os congressistas, os Deputados e Senadores, precisam aprender muito mais conosco.

[Palmas].

Nós somos povos indígenas, de norte a sul, de leste a oeste desse país. E por sermos povos indígenas, não quer dizer que somos apesar um povo, pois nós somos de uma diversidade cultural muito grande.

Somos hoje no Brasil mais de 220 povos, com 165 línguas faladas. E isso quer dizer que realmente somos diferentes e precisamos ser tratados com essa, respeitando essas diferenças.

Aproveitamos aqui a oportunidade para reiterar o ponto de vista de nossos povos e organizações a respeito das questões ambientais. Especialmente em relação à preservação da Amazônia, que é o objeto presente desta vigília.

Achamos inadmissível e até impressionante a forma como as pessoas, a forma como a maioria dos Parlamentares, de Senadores e Deputados, tratam da questão ambiental. Parece que não compreendem que as suas atitudes, as suas ações, as suas assinaturas, podem salvar ou dizimar o planeta. E acabam jogando a culpa para os pequenos. Nós que estamos lá preservando, que estamos lá protegendo, é que sempre somos acusados de invasores ou de devastadores. E aqueles que facilitam a liberação, o licenciamento para a exploração, para o desmatamento, nunca acabam sendo punidos por isso. Então, nós estamos aqui para repudiar essa flexibilização de licenciamento ambiental.

Só quem não quer não reconhece que os povos indígenas são os principais responsáveis por mantermos ainda o maior bloco contínuo de floresta em pé desse país.

Nós somos os verdadeiros guardiões da floresta, porque nós entendemos essa importância, entendemos a importância de se ter uma Amazônia viva, porque na Amazônia, além das florestas, tem também pessoas, e por que iremos salvar também a humanidade, nós permanecemos lá, preservando e contribuindo para a diminuição, para a mitigação do aquecimento global, e contribuindo assim para a diminuição também dessas mudanças climáticas que tanto hoje são discutidas. E nós estamos lá. Preservando e prestando um grande serviço a toda a humanidade.

Por que se acabarem com a Amazônia, não são os povos indígenas que irão juntos , todos os povos do Brasil e do mundo também irão junto com ela.

Na semana passada, nós estivemos reunidos com mais de 1300 lideranças indígenas num movimento que nós chamamos de acampamento terra livre, que era denominado por nós abril indígena. Esse ano aconteceu no mês de maio, de 4 a 8 de maio na Esplanada dos Ministérios, aonde nós reivindicamos ao Governo Lula que não ceda às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo do agronegócio, e remanescentes da ditadura, que em nome do desenvolvimento e até da democracia, e também do povo brasileiro, declaram publicamente de forma aberta ou às vezes camuflada, que somos uma ameaça para o país. Que somos uma ameaça para o seu desenvolvimento, ou para o que eles chamam de desenvolvimento. Que somos uma ameaça a essa unidade política e territorial, visando no entanto, a usurpação e destruição de nossos territórios, e dos recursos naturais hídricos e da biodiversidade que existe dentro dela.

Porque para nós, a terra significa muito mais do que um pedaço de chão. A terra para nós, é um lugar sagrado, é um lugar espiritual, aonde tem um espaço de continuarmos com a preservação e com a manifestação de nossas culturas e nossas tradições.

As nossas principais, as principais ameaças que nós trazemos aqui hoje são dois projetos de lei que tramitam nessas duas Casas, que tratam de trazer para a aprovação neste Congresso a demarcação de terras indígenas, que nós povos indígenas somos contrários. A demarcação de terras indígenas, bem como a revisão dessas áreas já demarcadas.

Hoje tramita nesse Congresso, e nós estamos aqui para dizer que somos contrários a essas iniciativas, bem como somos contrários também à iniciativa da Bancada ruralista a retirada dos Estados do Mato Grosso, do Pará, de Tocantins, do bioma da Amazônia, porque esses Estados estando no bioma da Amazônia, eles estão contemplados, considerados como patrimônio do povo brasileiro. Então, com essa, e assim, estando nesse bioma, eles têm garantia ao maior índice de preservação. Não contente com isso, querem tirar os três Estados da Amazônia para que assim, se legalize o desmatamento (soa a campainha).

Então, essas são as nossas preocupações, que os povos indígenas da Amazônia e do Brasil trazem para esta vigília. Porque queremos que o mundo saiba que nós somos contrários à devastação, somos contrários ao desmatamento e que nós povos indígenas, precisamos ser compensados pelo grande trabalho que viemos prestando à humanidade, que Milene ar mente nós somos os verdadeiros guardiões da floresta. Muito obrigado.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Obrigado, eu quero fazer o agradecimento à Sônia Guajajara que aqui representa a Coordenação das associações indígenas DAE Amazônia brasileira.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E passo a palavra à muro elo que é do grupo Amazônia de ONGs e movimentos sociais.

Boa noite a todos e a todas. A rede G T A, o grupo de trabalho amazônico, ele reúne mais de 600 organizações de pequenos agricultores, de extrativistas, de pescadores, de seringueiros, de indígenas, de quebradeiras de coco babaçu, de quilombolas, recibo ribeirinhos, de entidades ambientalista, de Assessoria técnica, de comunicação comunitária e de Direitos Humanos.

E todo este povo está aqui esta noite conosco.

A Amazônia é uma das últimas fronteiras do planeta. Não é só uma fronteira física, de terras ou de recursos naturais, mas também uma fronteira de conhecimento. Os novos conhecimentos sobre a bio-

diversidade, as línguas, as civilizações pouco conhecidas, uma fronteira espiritual, uma fronteira estética, e a conjuntura da Amazônia hoje é uma conjuntura extremamente delicada.

O Brasil lança sobre a Amazônia um olhar de conquista, um olhar que busca se apropriar do que a região tem em nome da nação e do desenvolvimento a qualquer custo, sem cuidado de uma forma imediatista. A Amazônia é a fronteira na qual se chocam modelos de desenvolvimento que são muito diferentes. E para nós da Amazônia, parece que a gente está eternamente preso num ciclo, um ciclo que muda de aparência, mas não muda de conteúdo, eu não combinei nada com o Paulo motim, e ele colocou os ciclos aí porque é exatamente o que nós sentimos.

Esses ciclos eles são contínuos, eles são grandes projetos, mas grandes projetos que beneficiam pouquíssimas pessoas, destruindo seres humanos e a natureza num processo que está se acelerando a cada volta. Cada vez mais rápido os ciclos vêm e nos atropelam.

Hoje nós temos o ciclo do PAC, para nós, um conjunto de obras não é um modelo de desenvolvimento. As obras em si não trazem desenvolvimento e não trazem atrás delas nenhum projeto de sociedade. Tomaram o Plano Amazônia Sustentável que deveria ser esse projeto de sociedade e torceram ele, deturparam o plano Amazônia sustentável para que ele se torne um sustentáculo do PAC, para que ele dê a justificativa a essas obras do PAC, permitindo que rasguem e alaguem a floresta, que justifique a distribuição das nossas terras, a regularização da grilagem e do latifúndio, sem cuidados, sem ante% para garantir o direito daqueles que são pequenos e dos povos da florestas

Com a MP 459 estão regularizando as terras das empresas, as terras privadas. Mas não regularizam as reservas extrativistas, não regularizam as terras que são de uso coletivo. Além de dar a terra ao capital privado, querem também legalizar a destruição da floresta em larga escala, modificando o Código Florestal e destruindo a base que torna possível uma outra forma de desenvolvimento, essa forma de desenvolvimento mais justa, que nós queremos.

Continuando esse passo, quando terminar esse ciclo do PAC, terão acabado conosco, terão acabado com a base da nossa vida, da nossa cultura, terão acabado com a nossa esperança de um presente, de um futuro melhor. Terão acabado com a esperança do respeito às diferenças, do respeito aos nossos anseios, de justiça, e igualdade.

Nós tínhamos uma esperança, mas ainda temos uma proposta de sociedade. Nós temos a oportunidade de uma sociedade mais justa, mais horizontal, de convivência com a natureza, e de compartilhamento de riquezas. Temos mais do que nunca, a necessidade de alianças. Alianças cada vez mais sólidas em defesa do nosso lar e do nosso futuro. A Amazônia.

Por isso, pela defesa do meio ambiente, da nossa cultura, de uma verdadeira reforma agrária, nós queremos amazonizar o mundo.

Nós queremos que essa Casa, o Senado, diminua a distância entre intenção e gesto, saia do discurso sobre a Amazônia para uma prática para a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Obrigada.

[Palmas].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, muro elo, pela sua contribuição e com a sua participação nós encerramos este painel, o primeiro painel dessa vigília. E agradecemos as presenças de vocês neste momento aqui à Mesa. As contribuições.

E agora vamos ouvir alguns Parlamentares. O terceiro momento para que também possamos ouvir alguns Parlamentares. O primeiro Parlamentar inscrito é o couber Martins. Eu acho que vocês podem ficar à vontade, tomar assento, podem tomar assento também nas cadeiras ali no Plenário tá? Fiquem à vontade, tá bom? Muito obrigado. Colbert Martins não está presente, eu passo então a palavra ao Senador Jefferson Praia, que tem cinco minutos para fazer a sua manifestação.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Boa noite a todos Senador Renato Casagrande, a todos que fazem deste momento um dos grandes momentos deste Parlamento e do nosso país.

Na verdade, hoje nós estamos aqui representando 25 milhões de seres humanos, 25 milhões de amazônidas, nós estamos aqui representando a nossa belíssima floresta, os nossos rios, os nossos animais.

E percebo, em todos os que estão presentes, não só os que estão aqui, mas aqueles que estiveram aqui conosco logo no início, a Christiane Torloni, Victor Fasano e todos os demais que assinaram esse movimento Amazônia para sempre, 1 milhão 100 mil assinaturas, que nós temos algo em comum que é a alma Amazônica, a alma de amazônidas, ou seja, daqueles que querem o melhor para aquela região.

Eu vou aproveitar, Sr. Presidente, ser muito objetivo, que eu acredito que esta é uma noite de reflexão. Não é a noite apenas para lamentações, mas uma noite de buscarmos caminhos, de buscarmos as soluções, de vermos o que estamos fazendo e o que temos que fazer

E eu refleti há pouco sobre alguns pontos que coloquei aqui, e gostaria de rapidamente destacá-los.

Vejo com grande, com uma grande importância este momento, porque na minha avaliação, nós temos que tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Infelizmente, a nossa região ainda não é uma prioridade nacional. A partir do momento que for uma prioridade nacional, o tratamento será diferente. Não concordo com a afirmação de que as atenções estão ainda sendo todas para a Amazônia, porque as atenções por parte dos governos e aí eu coloco todos os Governos Municipais, estaduais e Governo Federal, por parte do Congresso, ainda precisa ser muito maior. Devemos tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Nós temos que envolver mais a sociedade. Envolver as crianças, os adolescentes, os jovens, como vimos aqui uma representante lá do Acre, do movimento de adolescentes e jovens destacando a sua opinião dentro desse contexto.

Percebo também que não dá para termos uma Amazônia preservada e conservada sem intensificarmos a participação do Estado naquela região. E´ importante a participação do Estado na fiscalização, na orientação, e principalmente, deveremos trabalhar para estruturarmos os órgãos que fazem esse trabalho. Sem a participação intensa do Estado, não teremos uma Amazônia preservada e conservada.

O zoneamento econômico ecológico, precisamos saber quais são as áreas da Amazônia para podermos utilizá-las na produção de alimentos, na produção dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável.

Portanto, o atraso no desenvolvimento, ou melhor, no zoneamento econômico ecológico, é uma ação contra a Amazônia preservada que queremos.

O investimento mas maciço em ciência e tecnologia. Nós não conhecemos nada da biodiversidade Amazônica. Como é que nós vamos querer uma região preservada e conservada sem fazermos os investimentos em ciência e tecnologia? E aí eu destaco a lentidão nas ações quando temos, por exemplo, no meu Estado, um centro de biotecnologia da Amazônia, C B A, que precisa (soa a campainha) ser definido o modo de gestão, a forma como vai ser organizada a gestão daquele órgão tão importante para o desenvolvimento da Amazônia.

Para concluir, Sr. Presidente, entendo a importância do ordenamento territorial e também o investimento em infra-estrutura econômica e social.

Para nós termos uma idéia, além da floresta derrubada, nós temos hoje rios e igarapés poluídos.

E´ inadmissível termos cidades amazônicas com rios e igarapés sendo poluídos.

Hoje nós temos muitas cidades e em parcelas significativas que não temos água para as pessoas em plena Amazônia, a terra das águas, e não termos investimento na área da rede de esgotos. Portanto, continuamos com cidades sendo não se preocupe, Presidente, eu não vou aproveitar os 10 minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu lhe dei dez, mas você por favor ocupe só um.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou concluir, senhora Presidente. Temos que ser hoje objetivos.

Portanto, o desenvolvimento infra-estrutura economizo social é importante, como também em saneamento. Esses eram alguns pontos para reflexão nessa noite que fazemos aqui, que é um dos, uma noite importantíssima pela presença de todas as instituições, pela presença da Christiane Torloni, do Victor Fasano, dê todos que estão aqui lutando em prol de uma região fantástica e que terá sim um grande futuro, não um futuro como alguns pensam que é o futuro desmatamento dê rios e igarapés poluídos. Um futuro contrários a isso. Um futuro com a Amazônia preservada e conservada. Muito obrigado, senhora Presidente.

[Palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Senador Jefferson Praia, e já solicito o Senador João Pedro que é o próximo inscrito. Depois o Senador Arthur Virgílio, ou seja, o Estado do Amazonas fechado, a Bancada inteira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 100% na vigília.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):

Senhora Presidente, Srs. Senadores, o movimento social presentes aqui, companheiros, companheiras, além de mim, tem dois filhos fazendo a vigília, e o Yuri, que é um garoto de 13 anos, ele fez questão e vou utilizar aqui dentro do meu tempo, sem ultrapassar os 10 minutos, mas eu vou conceder um aparte, Senadora Ideli Salvatti, ao Yuri, que preparou um pequeno texto para externar a sua opinião sobre a Amazônia. Pode sério ri?

[Palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador João Pedro está preparando as próximas gerações, Senador Arthur Virgílio. Então vamos lá, Yuri.

Boa noite, obrigada pelo aparte concedido.

[*Risos*].

Boa noite. Estou aqui em nome da Amazônia. A Amazônia que é o meu lar e o lar de milhões de crianças, de indígenas, ribeirinhos e de todos nós. O homem não está sabendo cuidar do maior bem que o mundo possui, nós temos que saber preservar, cuidar da nossa floresta que é responsável pela chuva. Todos nós somos dependentes da Amazônia, principalmente

os ribeirinhos e os indígenas que moram lá. O homem invadiu a floresta desmatando, queimando o nosso lar ilegalmente, sem nenhuma consciência. No entanto, sabendo que ali moram pessoas, sabendo que o nosso planeta é totalmente dependente da Amazônia. E não são somente os seres humanos que estão perdendo o seu lar, e os animais estão morrendo, entrando em extinção. Então, nós devemos repensar nossas atitudes. Amazônia para sempre. Obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito lindo, Yuri, muito lindo. Agora o pai arremata.

[Palmas].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):

Eu quero fazer uma saudação, registrar aqui com muita alegria um homem da Amazônia, que lá no início dos anos 80 ele estava conosco nas ruas de Manaus, e participando de alguns Fóruns internacionais que é o Álvaro tucano, do alto Rio Negro, que está aqui.

[Palmas].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):.

Uma pessoa que merece todo o nosso, o nosso carinho.

Gostaria de registrar a presença de dom Julian que é o arcebispo de Parintins que está aqui conosco, Prefeito de Parintins, várias lideranças do município, a Secretária de desenvolvimento sustentável, a S D S do Amazonas. O Hélio que está aqui, um engenheiro agrônomo. E me passa um filme rápido, porque a minha primeira manifestação política, a minha militância começou em defesa da Amazônia. Começou em defesa da Amazônia. Nós estávamos em dezembro de 1979, começando a agronomia, e ali fomos para a praça da Catedral de Manaus para protestar contra o projeto JARI. Aqueles modelos que iriam resolver a situação da Amazônia. Que não deu em nada, foi mais um grande projeto que não deu em nada.

E nós estávamos ali foi a minha primeira corrida da polícia em defesa da Amazônia. Pois esse ato público terminou com uma pancadaria porque ali em dezembro de 79, nós estávamos cantando dos poetas amazonenses porto de lenha. E essa manifestação em defesa da Amazônia ela terminou com todo mundo, com algumas pessoas (soa a campainha) detidas, e acabou, mas nós continuamos.

E aqui eu queria fazer uma reflexão, quem sabe nós fazermos, Senadora Ideli Salvatti, Presidente das Comissões, Senadores que estão aqui, Deputados, nós fazermos esse mesmo gesto, esse mesmo ato em todas as capitais do Brasil. Vamos sair todos os meses uma vez no mês a gente vai para uma capital discutindo a Amazônia, abrindo, fazendo as Audiências Públicas, porque desde quando cheguei aqui na Amazônia, então essa proposta, saí do Senado e ganhar o Brasil, fazer Audiências Públicas nas capitais, cidades importantes, porque o Brasil precisa conhecer a Amazônia. O Brasil precisam ar a Amazônia. O Brasil precisa ter orgulho da Amazônia. Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem sido no sentido de quebrar as incompreensões com a Amazônia.

Agora mesmo, nós estamos discutindo o Mercosul. Venezuela. Parte da Venezuela é Amazônia. Nós não temos uma relação profunda com os países que compõem a Amazônia. E precisamos inclusive mudar a nossa lógica. Não basta defender a Amazônia brasileira, nós precisamos fazer a defesa da Pan Amazônia!

Estava aqui o Embaixador da Bolívia. Na Bolívia, na Amazônia boliviana, tem 150 mil índios. Dezenas de etnias, 150 mil índios para a Bolívia é muita coisa, é muito expressivo. E nós precisamos então compreender isso. Fazer a defesa da Pan Amazônia. (Soa a campainha) só assim nós vamos estar contribuindo com os nossos povos, mas contribuindo com o planeta Terra.

Eu quero dizer que isso aqui é um gesto da busca em defesa da Amazônia, das populações tradicionais, da fauna, da flora, da água, dos ribeirinhos.

Queria dialogar com o meu companheiro que fez uma defesa contra a recuperação da BR 319. Eu não sou candidato ao Governo, mas eu penso que a nossa sociedade, o Estado Brasileiro é possível sim recuperar a BR R 319 que foi construída na década de 70 dentro de uma lógica diferente de hoje, podemos recuperá-la dentro de padrões democráticos modernos e comprometidos com a vida na Amazônia.

Eu espero que nós possamos toda, cumprir todas as exigências (soa a campainha) porque na BR 319 vivem crianças, milhares de crianças, professores, trabalhadores rurais. E´ possível sim compatibilizar a recuperação dessa BR em defesa da vida da Amazônia. E´ possível sim nós começarmos nesta noite aqui, nesta vigília mobilizando o Brasil no sentido da defesa da Amazônia e no sentido da Amazônia ser não só a solução para os povos da Amazônia, para o mundo, com solidariedade a gente pode compreender sim, sem abrir mão da nossa soberania! Mas fazer gestos que a humanidade precisa e necessita desse pedaço tão particular do Brasil e da Pan Amazônia, que é essa floresta bonita, viva, que nos orgulha e nos faz ficar à noite aqui no Senado da República. Muito obrigado, senhora Presidente.

[Palmas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Senador João Pedro e completando 100% da Bancada do Estado do Amazonas, chamo o Senador

Arthur Virgílio e em nome de toda a Bancada, quero mandar a nossa saudação ao Senador Evandro das Neves carreira, que tem 81 anos, e que na década de 70, aqui neste Senado, foi uma das primeiras pessoas a defender, aqui no Senado, a região contra o desmatamento e a criação de gado no Estado do Amazonas. Então, Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGíLIO (PSDB-AM): Senhora Presidente Senadora Ideli Salvatti, Senadora Serys Slhessarenko, Senadores e Senadoras, parcial amo ares de um modo geral e convidados que estão aqui nesta vigília por uma causa que é mais do que nobre, é nobilíssima a causa de se discutir a Amazônia até para se poder conhecê-la e conhecendo-a a se poder defendê-la.

Uma das reclamações que mais faço dessa tribuna é uma profunda alienação que Sind do Brasil em relação à nossa região. Que pessoas amam a Amazônia, mas não se debruçam nos estudos para compreendê-la melhor.

Eu entendo que a própria soberania nacional sobre a região ela está fincada em três pés. E´ um tripé. O primeiro é sem dúvida alguma a presença militar necessária e eu já faço aqui uma reclamação muito clara. Há inexplicavelmente mais soldados no leste do que no comando militar da Amazônia. E o leste não faz fronteira com país nenhum, e a Amazônia faz fronteira com países até complicados. Milhares de fronteiras, de quilômetros de fronteiras.

Nós temos uma outra ponta desse tripé, que é o conhecimento, eu fico espantado quando o INPA, o museu Goeldi.

O Senador João Pedro foi muito feliz ao procurar o que nos aproxima, não o que nos separa, porque buscar divergência é a coisa mais fácil do mundo, agora buscar convergência significa boa fé e lucidez para se buscar objetivos e nesse caso não tem nada mais nobre eu repito do que defender a própria Região Amazônica.

Muito bem, conhecimento, milhões para o INPA, milhões para o museu Goeldi, eu gostaria de estar falando de bilhões, bilhões de reais, para que se pudesse fazer a investigação necessária, justa, que vai abrir a chave da exploração econômica, da biodiversidade Amazônica, na parceria mais preciosa que o Brasil pode montar para ele próprio.

SEN. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ilustre futuro Senador que é o Iuri, filho do João Pedro. E só falta de idade porque completou a idade está aqui. Mas eu dizia avos uma coisa muito simples, muito singela, eu acho que a gente deve resgatar as pessoas.

Estava me lembrando ainda há pouco de um querido amigo, falecido já Lutzenberger, mas eu queria dizer que tem uma pessoa, minha querida Muriel que como parlamentar e com o seu jeito muito peculiar, Marina, de ser. Um Senador do meu estado, eleito em 1974, ele que não tem vocação para essa coisa da disputa do voto, se elegeu porque a oposição fez quase todos os Senadores naquela eleição e aí a ditadura inventou os Senadores biônicos. Mas esse Senador chegou aqui dizendo que ia dar um recado amazônico. Eu já vi cientistas dizerem: Não é tão correto o que ele diz nem tudo o que ele diz é tão cientificamente comprovado. Mas, ele teve e isso é algo que é histórico e deve ser registrado, Senador Evandro carreira, ele foi o primeiro a dizer que não era possível se separar economia de ecologia.

Foi o primeiro a dizer que não era possível se ter, se ter a idéia de que a Amazônia não pudesse ser olhada como uma região estratégica que é e teria que ser olhada delicada como ela, com os cuidados científicos que ela requer. Eu gostaria de dizer ainda que está na hora de nós fazermos algo muito sério e aqui o nosso Senador Iuri tocou muito bem.

Nós estamos vivendo um momento dramático na nossa região.

Eu gostaria muito que daqui saísse também a idéia de se fazer um SOS Amazônia, um SOS Nordeste para convocarmos as pessoas que estão, com certeza, ligadas nesta festa tão bonita, neste evento tão importante-—

[Soa a campainha].

Para perceberem que nós temos uma Amazonas, Senador João Pedro, Senador Jefferson Praia, 300 mil pessoas desabrigadas. Ou em vias de.

Que temos algo parecido nos demais estados da região e algo muito grave acontecendo também nos outros estados.

Ou seja, eu vejo a nossa luta, a luta que tem que ser de todos, a luta por nós termos a compreensão de que preservar a Amazônia, sobretudo, nós garantirmos também uma vida decente e justa com emprego, conveniente para todos, para que a Amazônia possa servir com os seus 25 milhões de habitantes à grandeza deste país de modo justo. De modo equânime, de modo cristão, de modo fraterno. Portanto, em homenagem aos moradores mais humildes da minha região que eu digo, de corpo e alma, adiro com todas as divergências que possa ter de quem quer que seja, e não concordo com tudo o que se disse aqui. Mas, concordo com muito do que se disse, sobretudo concordo com a idéia base, eu concordo com o fato de que não tem nada mais importante neste momento do que fazer o que estamos fazendo, chamarmos a atenção do país para o país acordar e perceber que não tem nada mais

grave do que a alienação dos brasileiros em relação à Amazônia. Ou o Brasil compreende a importância dessa região, ou o Brasil se desqualifica do ponto de vista da ambição justa que ele tem direito a ter sobre o seu futuro. Muito obrigado, Sra. Presidenta, era o que tinha a dizer.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e a proposta e o chamamento do Senador Arthur Virgílio, e eu quero aqui, como testemunha viva do que foi a solidariedade do povo brasileiro para com a catástrofe ocorrida em Santa Catarina, novembro do ano passado, de que nós temos que aproveitar sim esta sessão, esta vigília para reforçarmos a necessidade do apoio, da solidariedade, das doações para socorrer. Porque nós já temos hoje entre os estados da região Norte e da região Nordeste atingidos pelas enchentes mais de um milhão de brasileiros e brasileiras desabrigados.

Portanto, neste momento é de fundamental importância que a solidariedade do povo brasileiro, que é sempre presente, se faça mais uma vez atuante e o Congresso e o Senado e todos nós que estamos aqui estamos engajados em incentivar e fazer com que a solidariedade chegue o mais rapidamente da forma mais correta a cada um dos brasileiros e brasileiras, desses mais de um milhão de brasileiros e brasileiras que estão sofrendo neste momento.

Eu chamo para utilizar a palavra o Senador Valdir Raupp.

SEN. VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente me dá logo 10 minutos para não ficar pedindo de um em um.

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Já está dado.

SEN. VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidenta, Senhoras e Srs. Senadores, senhores convidados, palestrantes, Senhoras e senhores. Um tesouro de valor inestimável, isso é o que representa a Amazônia para nós brasileiros e para muitas entidades criadas com as mais diferentes finalidades em todo o mundo.

Assim como defendemos o nosso patrimônio particular da sanha de amigos do alheio, ou da deterioração natural é nosso dever zelar pela preservação da Amazônia como patrimônio público de todos os cidadãos brasileiros. Por isso, aproveitando a ocasião desta vigília pela Amazônia proposta por líderes da sociedade e da política, quero destacar a importância de dois projetos por mim apresentados nesta casa, mas que, infelizmente, não têm a desejada rapidez na tramitação.

O primeiro é o Projeto de Lei do Senado PLS 264/2005, cujo objeto é autorizar a criação do Ministério da Amazônia.

É importante lembrar que a Amazônia legal é composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

A Amazônia legal, apesar da baixa densidade populacional, representa mais de 60% do território nacional e desperta a cobiça de entidades internacionais, razão pela qual, seria conveniente e oportuno a criação de um Ministério para tratar dos assuntos relacionados a tão extensa região e seus incontáveis recursos naturais.

Como consta da justificação desse projeto, quero frisar que não sou um ambientalista radical, mas, entendo que a Amazônia precisa ser preservada.

Se não adotarmos medidas sérias de preservação legaremos para nossos descendentes uma Amazônia totalmente devastada como resultado do desequilíbrio ecológico, já está ocorrendo em todo o país.

Não podemos permitir que aconteça uma catástrofe como esta e devemos ter em mente que é possível preservar a região gerando o desenvolvimento. Por isso, a criação de um Ministério para cuidar de tão vasta e complexa área seria uma medida que considero necessária e que não tardará a mostrar os melhores resultados.

Também considero, Sra. Presidente, importante mencionar nesta ocasião o PLS 342/2008, de minha autoria, que dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia legal, institui o conceito de ativo econômico e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região.

Esse projeto se encontra na CCJ, desde o dia 10 de setembro de 2008. E acredito que nem Relator ele tem hoje, porque era... era o Senador Daniel Nery e que... não está mais na CCJ .

Com a instituição do desmatamento zero acredito, por dez anos, se criaria uma consciência ambiental na Amazônia. Além do mais, o projeto cria a figura do ativo econômico, no caso de manutenção da floresta primária em condições de conservar a biodiversidade, os valores culturais e históricos. O conceito de ativo econômico é resguardado quando se aplica o manejo florestal de rendimento sustentável compatibilizando os sistemas agropecuários e florestais dando-lhes o direito à certificação dos produtos.

É evidente que não temos como reverter, a curto prazo, as áreas que já se encontram em avançado es-

tado de degradação. Mas ainda temos hoje Sra. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, 83% das florestas amazônicas ou da Amazônia legal intacta. Apenas 17, eu vi aqui num filme que são 16%, então os meus dados ainda estão um pouco superestimados. Me falaram aí que só 16% foram desmatados.

Com relação às fontes legais de matéria-prima florestal, já temos o reconhecimento oficial da própria Secretaria de biodiversidade de floresta do Ministério do Meio Ambiente de que mais de 50% da madeira comercializada na Amazônia é de origem Ilegal.

Essa situação comprova a incapacidade atual do órgão de acompanhar, visto horário e confrontar a produção com a documentação expedida. Torna-se necessário, portanto, fornecer a estabelecimento institucional dos órgãos de controle ambiental para minorar os efeitos da incapacidade de controle.

Eu acho que muito dos crimes que acontecem na Amazônia é culpa dos próprios órgãos de defesa ambiental.

Que foram coniventes no passado e até hoje, pela falta de estrutura, ainda muita coisa acontece é... sob a conivência dos órgãos ambientais. Madeireiros sérios, Sra. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, têm que continuar trabalhando com a devida autorização. Mas, aqueles que trabalham ilegais, esses não.

Esses têm que ser banidos da Amazônia.

Senhoras e Srs. Senadores, o segundo projeto a que me referi é mais minucioso e diretamente relacionado à situação da grande Floresta Amazônica. Porém, como não pretendo alongar-me, lembro apenas a urgência de discutirmos essas propostas de conservação da biodiversidade amazônica, não necessariamente paralisar a possibilidade de desenvolvimento da região, mas, regulamentando os usos a produção florestal.

Assim, a Amazônia, mesmo regra resguardo ando as suas peculiaridades, poderá crescer de forma sustentável, beneficiando aqueles que nela produzem para a própria sobrevivência de forma digna bem como dos seus dependentes.

Sra. Presidente, eu não queria que o mundo e o restante do país fora da Amazônia nos condenasse pelo passado.

Nós não merecemos, nós, amazônidas, Senador Arthur Virgílio, Senador Jefferson Praia, João Pedro, Senadora Marina da Silva, Fátima Cleide, José Nery e demais Senadores da Amazônia, Senadora Serys que também compõe a mesa, não nos condenem pelo passado porque tem aquele provérbio que diz: Deus perdoa os ignorantes, eles não sabem o que fazem. Aqueles que foram para lá 30, 40 anos ou mesmo aqueles que nasceram lá não sabiam o que estavam fazendo. Como não sabiam o que estavam fazendo os paulistas, os capixabas, os mineiros, os gaúchos, os paranaenses, os catarinenses e todos aqueles que desbravaram o sul, o sudeste, o Nordeste que não deixaram praticamente nada.

Eles também não podem ser condenados. Nos condenem pelo que vai acontecer daqui para frente. Porque se formos condenados pelo passado, vamos condenar os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a maioria dos países mundo afora.

Então, nos condenem por aquilo que vai acontecer daqui para frente.

É por isso que nós... essa sessão é importante para se formar uma consciência ambiental, não só naqueles que já desbravaram, mas, naqueles que ainda poderão desbravar áreas importantes do bioma amazônico. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço o Senador Valdir Raupp, que pediu o tempo integral e nem utilizou-o na íntegra e já chamo a Senadora Serys Slhessarenko. Que também não se anime para usar mais do que o tempo não.

Vamos cumprir a regra.

SEN. SERYS SLHESSARENKO: Sra. Senadora Ideli Salvatti, que preside esta audiência pública, senhores e Senhoras aqui presentes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, amigos da Amazônia, amigos do movimento de preservação da nossa Floresta Amazônica, parlamentares, de modo geral, Deputados, trabalhadores, movimentos sociais, empresários conscientes, Christiane Torloni, Vitor Fasano, enfim, todos que fazem parte do movimento Amazônia para sempre. Não importa senhores e Senhoras a origem, a área de atuação ou prestígio individual, o importante é a participação de cada um e de todos na construção de um futuro com meio ambiente protegido.

Como Senadora do estado do Mato Grosso, aplaudo a iniciativa da Comissão mista sobre mudanças climáticas presidida pela minha querida companheira, a nossa Senadora Ideli Salvatti, que com sua competência e seu compromisso político, não político partidário, mas político com a causa do meio ambiente, com a causa das mudanças climáticas. Nossa Senadora Ideli que vem coordenando este ato tão singelo, Senadora, mas, ao mesmo tempo, revestido de imensa importância mobilizadora. Trata-se de uma vigília cívica, política e social que partindo aqui do nosso Congresso Nacional vai ter grande repercussão pública alcançando todos os recantos do nosso imenso Brasil. Como já manifestei em diversas ocasiões, ativista que sou pela defesa

intransigente do meio ambiente, não podemos ficar de braços cruzados.

Precisamos mobilizar nossas atenções, esforços e recursos para proteger este imenso e colossal patrimônio nosso que abrigamos tão orgulhosamente em território nacional.

Precisamos, senhores e Senhoras, agir imediatamente sem descanso atuando em todas as frentes para preservar, proteger, recuperar, defender, divulgar e arregimentar esforços para que a Amazônia seja mantida longe do alcance da cobiça e do apetite irracional daqueles países ditos industrializados que já destruíram ou consumiram todos os seus recursos naturais e voltam seus olhos famintos por lucros para as nossas tremendas, imensas riquezas naturais.

Não podem ser os interesses internacionais gananciosos e tendenciosos que vão definir as políticas para a Amazônia. Temos sim, nós mesmos, que assumir a responsabilidade e definir as estratégias de longo prazo para viabilizar a fixação da população amazônica num ambiente de atividade econômica sustentável e auxiliando de forma local e direta os esforços de preservação do ecossistema. Daí a importância do engajamento de todos, especialmente governantes de todas as instâncias municipais, estaduais e nacional.

É importante, senhores e Senhoras, frisar que exploração sustentável é garantir a floresta em pé utilizando o seu potencial de recuperação e de produção de matérias-primas para a produção de riqueza e renda sem com isso colocar em risco sua própria existência.

Já bastam os efeitos do aquecimento global e os riscos que já pairam sobre nossas cabeças tais como as mudanças climáticas, a eventual mudança dos regimes de chuvas e alteração de toda hidrologia que pode resultar da atuação humana predatória.

[Soa a campainha].

Os países mais ricos vêm nos acusando de colocar a Amazônia em risco para plantar grãos, cana-de-açúcar ou qualquer outro produto.

Vejam os absurdos.

O Brasil dispõe de imensas áreas cultiváveis que não colocam em risco os ecossistemas, seja a Amazônia, o Pantanal ou o Cerrado, como no meu estado de Mato Grosso, ou a Mata Atlântica. Aqueles que poluem e destroem nos acusam de ameaçar a Amazônia, isso não é verdade!

Tem algo muito errado nisso tudo! Não precisamos derrubar um pé de árvore, como se diz na Amazônia, para produzir alimentos. Temos terras em exploração suficiente para aumentar e muito nossa produção.

Basta que realmente nós nos coloquemos em postura politicamente correta para trabalhar as nossas terras.

Infelizmente, o meu tempo urge e eu-–

[Soa a campainha].

Vou dar um salto aqui na minha fala, mas, vou pedir a Senadora Ideli que reproduza a minha fala como um todo.

Mas, já encaminhando para o final, eu gostaria de dizer que precisamos ampliar a utilização da energia solar. Nós, é exatamente através da correta utilização da energia solar que nós vamos contribuir grandemente para alcançar o nosso desenvolvimento com sustentabilidade.

O clima tem relevância fundamental para o nosso futuro. A mudança das temperaturas afetaria o regime de chuvas. As áreas cultiváveis, a ocorrência de fenômenos climáticos até então nunca experimentados por nós brasileiros. As secas prolongadas no sul, os ciclones extratropicais e as chuvas em Santa Catarina, por exemplo, enfim, secas e enchentes nos alertam.

Devemos agir rápido no Brasil e no exterior. Medidas urgentes têm que ser implementadas globalmente. Devemos estar atentos porque todos os países porque de todos os países talvez seja o nosso Brasil um dos que tem, poderá ter mais o que perder. A Amazônia não tem preço. A sua sobrevivência está ligada a nossa sobrevivência e das gerações futuras.

O desmatamento da Amazônia aumentaria em muito os efeitos das mudanças climáticas já esperadas. Lutemos, seja pela proteção dos ciclos de evaporação e de chuvas gerando as fontes de energia elétricas, seja pela energia eólica seja pela energia solar que alimenta os campos cultivados e viabiliza a produção de todos os alimentos de origem vegetal e animal, além do etanol, biodiesel, biomassa e outros. Seja pelo fator amazônico estratégico para os interesses nacionais. Todas as boas bandeiras de preservação são válidas. Vamos nos unir. Aplaudo hoje e sempre as iniciativas nessa direção.

Vamos proteger a Amazônia, sua imensa e maravilhosa floresta, sua bacia hidrográfica assim como as bacias do São Francisco, do Prata, de todos os nossos imensos rios.

Vamos transformá-los e preservá-los como fonte de vida e geração de riquezas sustentáveis.

Nosso país é único.

Nossa Amazônia é única. Nossa gente é única.

Vamos proteger o que é nosso.

Amazônia é nossa!

Cabe a nós cuidar dela!

Muito obrigada a todos e a todas pela atenção!

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço a Senadora Serys Slhessarenko e convido para utilizar da tribuna a Senadora e ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva.

[palmas]

Pela ordem, o Senador José Nery.

SEN. JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, cumprindo orientação de V. Exa, que me encarregou de convidar personalidades também para se fazer presente a essa nossa vigília, fiz, cumpri a tarefa, porém, na impossibilidade de aqui comparecer os ilustres convidados, enviaram breves mensagens que eu queria repassar e solicitar que fosse acolhido como parte dos registros desse importante ato dessa vigília cívica em defesa da Amazônia. Primeiro, uma nota da Comissão, do regional Norte 2 da CNBB, Pará e Amapá. Uma nota de apoio ao Senado e as comissões permanentes sobre mudanças climáticas, meio ambiente e direitos humanos pela realização e dos artistas da Amazônia que realizam nessa quarta-feira essa vigília pela preservação da Amazônia.

É um texto que eu passo às mãos de V. Exa.

O... médico e ambientalista Camilo Viana Presidente da primeira e mais importante associação de preservação da Amazônia em Belém do Pará que envia uma mensagem de agradecimento e de voto de êxito para esse evento.

Trago também uma manifestação de dom Erwim Klauter, Bispo de Altamira na região do Xingu na transamazônica paraense que convidado impossibilitado está na Áustria e mandou uma mensagem dizendo o quanto gostaria de estar aqui presente e agradecendo e mesmo à distância fico torcendo pelo bom êxito da vigília. E peço que transmita esse sentimento a todos Srs. Senadores da República. Já encerro, só mais 30 segundos.

Uma mensagem da Comissão pastoral da terra de Santarém que também convidados enviam uma carta que dirigem ao Presidente Lula solicitando a homologação da... da reserva extrativista renascer no município de Prainha. E, por último, uma manifestação, um artigo na verdade de saudação e de tratando dessa questão de toda a história de ocupação desordenada da Amazônia e dos crimes praticados do jornalista editor do jornal pessoal em Belém, jornalista Lúcio Flávio Pinto que envia uma mensagem para que também seja, possa constar nos registros desse importante ato em defesa da Amazônia. E por último sugerir a Sra. Presidente da Comissão de mudanças climáticas, a presidência da Comissão de Meio Ambiente e de direitos humanos a publicação das imagens, dos pronunciamentos de tudo o que foi aqui dito, que seja então enviado a todos os senhores parlamentares e entidades que se dedicam a essa causa em todo o Brasil. Muito obrigado a V.Exa.

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço Senador José Nery e passo, de imediato, a palavra à Senadora Marina Silva. Pedindo ao Senador Nery o encaminhamento dos documentos.

SEN. MARINA SILVA (PT-AC): Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Senhoras e Srs. Senadores, todos aqueles que participam dessa vigília, Christiane, Vitor, amigos e amigas e todos aqueles que contribuíram para que tivéssemos aqui além da nossa presença, a presença simbólica de mais de um milhão de pessoas em defesa da Amazônia, em defesa do Brasil e do desenvolvimento sustentável.

Parabéns pelo trabalho que vocês fizeram, pela dedicação e, sobretudo, pela persistência! E tem um provérbio que diz que Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez se tivesse sido entregue no tempo certo, não tivéssemos esse ato.

E agora nós vamos ter dois atos e as coisas certas são boas porque elas se multiplicam. Nesse belo ato aqui das comissões de direitos humanos, mudanças climáticas e meio ambiente e na entrega que vocês vão fazer ao Presidente da República.

Então, nós estamos aqui para reivindicar duas vezes.

Porque a Amazônia é duas vezes maior do que cada um de nós individualmente.

Eu quero fazer...

[palmas].

SEN. MARINA SILVA (PT-AC): Aqui, Sra. Presidente, o registro de também dos agradecimentos ao vosso trabalho, ao trabalho dos demais colegas Presidentes das demais comissões, dos nossos assessores que trabalharam incansavelmente e quero aqui cumprimentar a todos na pessoa da Dulcídia e do Basileu, juntamente com o Carlos Vicente, com o Pedro Ivo, a áurea, enfim, um monte de gente que nós não temos como citar que estão por trás desse esforço para que tivéssemos esse belo ato.

Quero agradecer também a presença do Senador José Sarney e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer por terem participado da sessão de abertura, terem recebido simbolicamente um milhão de assinaturas e por terem recebido os projetos prioritários que estão tramitando nas duas Casas, alguns deles há décadas, como é o caso da lei de resíduo sólido que está tramitando há 24 anos e não é

aprovado, Senador Cristovam. V. Exa, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos que imediatamente acolheu a idéia dessa audiência pública juntamente com a Christiane quando conversaram e secundados pela nossa Senadora, Presidente, Ideli Salvatti.

Segundo o dicionário o termo vigília é um estado ordinário de consciência.

Complementar ao estado de sono.

Ocorrente no ser humano e nos outros animais superiores em que há a máxima ou plena manifestação da atividade perceptiva sensorial e motora voluntária.

Portanto, é um estado de alerta, de atenção.

Eu quero, Sra. Presidente, começar dizendo que essa vigília não deve encerrar-se aqui, ela deve colocar todos os brasileiros em estado de alerta, em permanente vigília, em atenção, atenção para com a Amazônia, atenção para com o Brasil, atenção para com o planeta, atenção para o futuro com a vida na terra. Temos hoje no Senado a presença de índios, populações tradicionais, cientistas, pesquisadores, empresários, ambientalistas, gestores públicos, estudantes, trabalhadores juntos conosco também pela TV Senado e pelo rádio acompanham milhões e milhões de brasileiros.

Nosso evento hoje é simbólico e faz coro com a verdadeira vigília que vem sendo feita pela sociedade brasileira há décadas.

Foi assim que conseguimos construir o arcabouço legal de proteção do meio ambiente em nosso país em que algumas autoridades insistem em desrespeitar. Podemos dizer que começou nos anos 70 quando diversas entidades manifestavam contrariedade a política do governo militar representada na frase: Integrar para não entregar.

Continuou quando esse congresso aprovou a Lei nº 6938, em 81, que estabeleceu a política nacional de meio ambiente.

Avançou enormemente com a sabedoria e a firmeza de Chico Mendes que convenceu o mundo que não poderíamos reproduzir na Amazônia o mesmo modelo de desenvolvimento que havia esgotado os recursos naturais em outros biomas brasileiros, em outras partes do mundo.

Fez com que, pela primeira vez na história, o direito ao meio ambiente equilibrado fosse assegurado na Constituição Federal, a nossa constituição cidadã de 88 que inscreveu o art. 225 estabelecendo que cada cidadão brasileiro tem direito a um ambiente saudável.

Impulsionou o instituto nacional-–

[Soa a campainha].

De pesquisas nacionais, o INPE, a criar o melhor sistema de monitoramento de desmatamento de florestas tropicais reconhecido internacionalmente e que durante a minha gestão tivemos a oportunidade de transformá-lo em um sistema de monitoramento de desmatamento em tempo real.

O estado de vigília da sociedade brasileira sobre os problemas que afetam o meio ambiente e particularmente a Amazônia chegou a um nível extremo quando, em 99, todos os Deputados, Senadores e o Palácio do Planalto recebeu em apenas um final de semana, centenas de milhares de mensagens eletrônicas demonstrando seu repúdio à tentativa de votação da Medida Provisória 2166, que altera o código florestal para diminuir os 80% de reserva legal na Amazônia, o que levou o Poder Executivo a retirar a MP da pauta de votação.

Aquele foi um efeito histórico, Sra. Presidente, aonde a sociedade brasileira se manifestou dando claramente o termo de referência para o Congresso Nacional e sustentabilidade política para que o Presidente Fernando Henrique mantivesse a Medida Provisória.

A exemplo do que fez há um ano atrás, há exatamente um ano atrás, quando no dia 13 de maio de 2008, ao sair do Ministério do Meio Ambiente, hoje faz um ano, Sra. Presidente, ao sair do Ministério do Meio Ambiente sob forte pressão de setores atrasados que continuam se articulando dentro do Congresso Nacional para promover o retrocesso e manter o mesmo diapasão de uma economia que não se sustenta mais no planeta e, particularmente, não tem como se sustentar no país que tem a maior diversidade, a maior biodiversidade do mundo. Esses setores quando identificamos pelos dados do sistema de detecção de desmatamento em tempo real que o desmatamento poderia aumentar para até, entre 30 a 40%, medidas fortes foram tomadas como a que estabeleceu a Resolução do Conselho Monetário Nacional que vedou crédito para todos os ilegais.

A medida, aliás, o Decreto do Presidente Lula que estabeleceu juntamente com o Ministério do Meio Ambiente os 36 municípios que ficaram em moratória por serem aqueles que mais desmatam. Além da criminalização de toda a cadeia produtiva ilegal tanto para quem produz quanto para quem desmata quanto para quem compra, quem transporta e quem vende. Essas medidas estavam sob forte pressão para serem revogadas e as pressões vinham fundamentalmente do estado de Rondônia, do estado de Mato Grosso.

[Soa a campainha]

Eu peço um pouco de venia, Sra. Presidente, para poder dar continuidade a essa fala porque ela é muito importante para mim.

Que não compreenderam que não se poderia abrir mão das conquistas que já tínhamos alcançado reduzindo o desmatamento em 57%. Eu, naquele momento, disse a seguinte frase: É melhor ter o filho vivo no colo de outra pessoa do que vê-lo jazendo em seu próprio colo.

As medidas corajosas que foram assinadas-–

[palmas].

Pelo Presidente Lula, corriam risco de ser revogadas e aí porque eu disse que é semelhante aquele período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a minha saída, a sociedade brasileira não aplaudiu aqueles que queriam a revogação das medidas.

Pelo contrário, a sociedade brasileira deu sustentabilidade política, deu sustentabilidade moral e ética para que as medidas fossem mantidas. E o resultado dessa manutenção é que o desmatamento que poderia ir para 30 ou 40% teve um aumento de 3%.

Se tivesse sido revogada teria sido um desastre para o Brasil, um desastre para a Amazônia e um desastre para o governo. E ainda deu a oportunidade de escolher um Ministro que é também ambientalista. Quando eu saí do Ministério do Meio Ambiente disse que haviam trocado seis por uma dúzia porque o Ministro Minc ficaria no Ministério e eu ficaria para cá.

Eu tenho trabalhado muito para que a meia dúzia que eu represento faça o dever de casa aqui no Congresso Nacional.

Tenho contado com a ajuda, inclusive de V. Exa, da maioria da minha bancada e de vários Srs. Senadores, independentemente de partidos, para que essa meia dúzia se transforme no Congresso Nacional, nos homens e mulheres de bem que não aceitam mais o velho discurso de que nós temos que destruir-–

[Soa a campainha].

Para poder desenvolver o nosso país.

Agora, eu espero, torço e rezo para que o Ministro Carlos Minc consiga, lá no Ministério do Meio Ambiente, multiplicar a meia dúzia que ficou lá, que ele simbolicamente assim como eu me comparei com meia dúzia para que continue as políticas ambientais transversais e não transformar o Ministério do Meio Ambiente na ONG do governo.

[palmas]

Porque é muito bom e é muito cômodo quando o setor ambiental sai fazendo a crítica sobre o leite derramado, difícil é suportar aqueles que colocam o debate no planejamento das ações, na hora de fazer as hidrelétricas, na hora da construção das estradas, na hora da licitação dos blocos de petróleo, na hora da criação das unidades de conservação.

Esses incomodam e incomodam muito. Mas, não existe outra forma de fazer política ambiental séria e com responsabilidade à altura do desafio que nós estamos-–

[Interrupção do som]

[Soa a campainha]

É por isso, Sra. Presidente, que eu celebrei com alegria a vinda do Ministro Minc aqui hoje. Ele veio como representante do setor ambiental dentro do governo, porque ele é, antes de ser Ministro, é um ambientalista. E ele veio aqui. O que me assusta são aqueles que propõem internamente ao governo, como faz o Ministro Mangabeira Unger, propõe internamente ao governo como propôs a Medida Provisória que acaba de ser aprovada no congresso, expõe um conjunto de pessoas que eu sei que têm biografias a zelar e quando é convidado para debater no Congresso Nacional diz que não vem porque não concorda com a forma como está sendo feita.

[palmas]

Eu gostaria que ele tivesse comparecido na audiência pública que foi feita na Comissão de Meio Ambiente para discutir regularização fundiária, para discutir a questão do licenciamento para rodovias.

Gostaria que ele tivesse aceito o convite também

[Soa a campainha]

Para estar nessa audiência pública.

E, infelizmente, ele ainda não veio. Mas, eu sou uma mulher de fé e eu não perco a fé em Deus e na democracia.

Porque os democratas sempre virão para o debate, mesmo que divergindo, os democratas sempre virão para o debate mesmo que se achando superiores aqueles que ainda não foram capazes de alcançar a sua sabedoria.

Nós estamos aqui abertos ao debate. Mas, que seja um debate fraterno, envolvendo os diferentes olhares para que possamos estabelecer diferentes escutas. Porque o Brasil é maior do que nós.

Nós temos que parar de olhar o Brasil, não é, de cima para baixo. Talvez seja melhor olhar o Brasil de baixo para cima e nos colocarmos no nosso devido lugar.

Olhar o Brasil de baixo para cima não existe ponto melhor do que a Amazônia.

Na Amazônia a gente se sente bem pequenininho. Se sente zero vírgula alguma coisa, mas essa Amazônia tão grande-–

[Interrupção do som]

Essa Amazônia

[Soa a campainha]

Tão forte, essa Amazônia tão brava, é tão frágil quanto forte e é tão encantadora o quanto suscita, às vezes, uma sanha de ambição e de atitudes completamente contraditórias com tudo isso que nós estamos dizendo aqui.

Eu vou avançar um pouco mais dizendo que a legislação ambiental brasileira, minha querida Senadora Ideli Salvatti, ela é fruto do trabalho de pessoas do mundo da academia, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos sociais, de parlamentares comprometidos e das ações de governo que eu tive a oportunidade de participar e sei que muito ainda se está fazendo de diferentes governos. Presidente Sarney criou o Ibama. Presidente Fernando Henrique fez a Medida Provisória dos 80% para reserva legal.

O Presidente Lula fez o plano de combate ao desmatamento, está com a responsabilidade de metas de redução de desmatamento-–

[Soa a campainha].

E isso tudo são conquistas da sociedade brasileira que nós não podemos perder. Mas, não podemos perder de vista que estamos em um momento paradoxal, 96% da população, segundo o DataFolha é contra o desmatamento. 45 milhões de protestos foram registrados na Globo Amazônia em 8 meses. E um milhão de pessoas assinou o manifesto dos artistas Amazônia para sempre. Diante dessa quase unanimidade, no Congresso Nacional e de setores do governo vêm propostas altamente nefastas à Amazônia e o meio ambiente. A Medida Provisória da regularização fundiária necessária, estratégica para a Amazônia, que se não forem feitos os devidos reparos, Senador Praia, meu amigo, Senador João Pedro, Cristovam, Arthur Virgílio que me ajudou a aprovar a lei de gestão de florestas, pode se tornar no maior programa-–

[Soa a campainha]

De regularização da grilagem. Porque são 67 milhões de hectares de terra pública, terra do povo brasileiro que pode ser titulada não para a posse mansa e pacífica daqueles que foram por políticas públicas, daqueles que foram incentivados, esses não estão em questão. Daqueles que fazem grilagem, que usam laranja, que usam de violência, temos que separar o joio do trigo.

A Câmara dos Deputados teve a oportunidade, não aproveitou a oportunidade. Esse Senado terá a oportunidade de fazer o reparo do que não foi reparado lá.

E se, porventura, não tivermos a coragem, o compromisso de transformar em atitude aquilo que dissemos aqui hoje em palavras para fazer essa correção e evitar o saque das terras públicas na Amazônia, caberá ao Presidente Lula a fazer o veto daquilo que não convém a Amazônia e à sociedade brasileira.

[palmas].

Eu espero que nós, da base de sustentação do governo e espero que aqueles que –

[Soa a campainha]

Pensam o Brasil acima de governo e de conjuntura façam esse reparo.

Porque esse reparo, Senador Flexa, eu sei que V. Exa tem algumas divergências comigo, mas, eu sei que também V. Exa tem a responsabilidade com o seu estado do Pará. Nós temos que fazer esse reparo em nome da sustentabilidade do Brasil e do planeta.

Eu quero concluir, não vou falar de todas as medidas que são retrocesso como a que tira o licenciamento prévio para a feitura de estradas na Amazônia e não só na Amazônia. Dizendo uma frase que eu li de um pensador cristão chamado Cherteton, ele diz o seguinte, a frase é dele: O homem que ama a França por suas atividades militares desculpara o exército de 1870. Mas, um homem que ama a França por ela ser a França vai melhorar o exército-–

[Interrupção do som]

[Soa a campainha]

Mas um homem que ama a França por ser a França vai melhorar o exército de 1870. Pois, para ele, quanto mais transcendente for o patriotismo tanto mais práticas serão as políticas. Parafraseando Cherteton, eu diria: Uma pessoa que ama a Amazônia apenas por sua capacidade de lhe dar a área para desmatar com o fim de tirar madeira, criar gado e plantar grãos perdoará o modelo predatório de seu desenvolvimento, mas, aqueles que amam a Amazônia por ela ser a Amazônia com suas riquezas, fragilidades e belezas, pelo que ela significa para a sustentabilidade do Brasil e do planeta, vai lutar para melhorar o modelo predatório de seu desenvolvimento.

[palmas]

Nós não podemos, não temos o direito de fazer outra escolha.

[Interrupção do som]

De uma esquina civilizatória, de uma esquina ética. Podemos parar e fazer de conta que nada está acontecendo e justificar a nossa omissão negando a humanidade. Mas, nós podemos também alterar o teste

ao invés de passar nele. E quando a gente altera o teste a gente tenta adequar a realidade gritante às nossas conveniências, a nossa ética de conveniência. Nós podemos fazer diferente, nós podemos dobrar a esquina no rumo de passar no teste, de enfrentar o desafio da sustentabilidade para a agricultura, para a exploração florestal, para o turismo, para o uso sustentável da biodiversidade e, sobretudo, para a sustentabilidade ética e política do nosso país que já está nos dizendo como devemos fazer, como devemos fazer para que a Amazônia continue sendo a Amazônia.

Muito obrigada a V. Exa por essa audiência pública!

Peço desculpas por ter me alongado-—

[Soa a campainha].

Um pouco mais, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, mas, eu não poderia deixar de dizer isso. Quero concluir dizendo que para mim ainda que isso não tenha sido nada pensado, o Senador Cristovam teve a idéia com a Senadora Ideli Salvatti e eu só vime ater que hoje faz um ano que saí do Ministério do Meio Ambiente hoje, mas, eu fico muito feliz de nesse um ano a sociedade brasileira estar tão alerta como esteve naquele dia.

E mais do que naquele dia, se coloca em estado permanente de vigília contra todo e qualquer retrocesso, contra todo e qualquer dito que não se transforme em ato. Muito obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço...

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço a Senadora Marina Silva.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Que tem o reconhecimento de todo o povo brasileiro e de todos aqueles que, no planeta, entendem o papel da preservação do meio ambiente. Convido para usar a palavra o Senador Cristovam Buarque. E eu queria sugerir, nós estamos já com fala de muitos parlamentares. Eu queria ter uma indicação se nós poderíamos fazer o segundo painel, até porque é algo desrespeitoso para com os nossos convidados, né? O próximo painel nós temos 5 convidados.

Então, se houver concordância, após a palavra do Senador Cristovam nós teríamos uma música de um artista da Amazônia, Sérgio Souto, para dar uma quebra aqui no... na empolgação das falas. E poderíamos abrir o segundo painel e, depois, dar ríamos continuidade nas falas dos parlamentares.

Mas, eu aguardo manifestações dos inscritos.

Senador Cristovam.

SEN. CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, depois do discurso da Senadora Marina, Senadora Ideli, eu acho que a gente devia ter só música e não mais nenhum discurso aqui. Entretanto, nós temos obrigação de aproveitar esse momento para falar.

E eu quero começar, Senadora Ideli, dizendo que o Brasil se transformou em um imenso crematório. Nosso país é um imenso crematório.

A cada minuto nós queimamos seis estádios de futebol de florestas.

E a cada minuto nós queimamos 60 cérebros de crianças que nós jogamos para fora da escola.

Que futuro tem um país que se transforma em um crematório de árvores e crianças?

De florestas e de cérebros?

Nenhum futuro.

Não tem nenhum futuro porque são as florestas, é o meio ambiente, é a ecologia que assegura a permanência entre gerações. São os cérebros que asseguram a dinâmica que permite a cada geração ser melhor do que a geração anterior.

Sobretudo, em um século como o nosso em que a economia se baseia no conhecimento e não mais na mecânica. Não mais nos materiais.

Nosso país é um imenso crematório de árvores e cérebros. Nós não temos futuro se continuarmos assim.

Felizmente, há momentos como esse que nós estamos vivendo. Momento em que algumas pessoas se manifestam, trazem aqui a sua indignação e dizem: Nós vamos parar de manter o nosso país como um imenso crematório.

Nós vamos proteger as árvores e as crianças.

Nós vamos proteger as florestas e garantir escola para os nossos meninos e meninas.

Pode ser simples coincidência, ou pode ser aquilo que alguns místicos chamam de sincronicidade, mas, nós estamos em um 13 de maio e foi num dia como esse que uma geração há 121 anos disse: Basta de queimarmos seres humanos no trabalho forçado, na escravidão.

Esperamos 350 anos de brasileiros até que uma geração tomou a decisão.

Nós não vamos poder esperar 350 anos para salvar as nossas crianças nem para salvar as nossas florestas.

Não temos nem mesmo 350 meses para fazer isso.

Nós precisamos dizer um alto e sonoro: Basta de crianças jogadas fora da escola e árvores derrubadas nas florestas!

[palmas]

Esse basta está sendo dito hoje, mas, ele não ecoará se terminar hoje. É preciso e a Senadora Marina disse isso, que essa vigília se transforme em um movimento permanente, em um alerta constante de que nesse país nós não somos apenas queimadores de florestas como estamos passando.

Eu lembro, senhores e Sras. Senadoras uma vez que perguntei a um russo qual o personagem da história deles que eles, os russos se lembravam com pior lembrança. Ele me disse o nome que eu nunca escutei falar, nenhum daqueles que a gente já ouviu Pedro o grande, ou quem seja, ele disse um nome que eu não ouvi falar e eu perguntei quem era aquele? Ele disse: Foi o primeiro-ministro quando o Alasca foi vendido aos Estados Unidos. E eu pensei não só naquele primeiro-ministro, mas naquela geração que permitiu um pedaço de um país ser passado para outro.

E eu me lembrei que a nossa geração vai ficar para a história como aquela que queimou a Amazônia.

[palmas].

Vai ficar para a história como aquela que talvez tenha entregue a Amazônia. Nós não temos o direito de entregá-la nem de destruí-la, nós temos a obrigação de zelar pela soberania e pela conservação, duas palavras chaves do futuro da Amazônia entre nós.

A conservação e a soberania.

A soberania para destruir, ela é anti-humana e a conservação entregando é antinacional.

Nós temos que defender a Amazônia como nossa, mas, como um patrimônio de toda a humanidade.

Com a sensação clara de que o planeta hoje é um imenso condomínio onde cada um é dono do que tem dentro do seu território, mas, não pode fazer o que quiser pelas repercussões que isso tem junto aos vizinhos do resto do planeta.

A Amazônia é nossa, por isso temos que protegê-la. E é isso que estamos manifestando hoje. Esse é um gesto de defesa da soberania e da conservação.

Esse é um gesto de respeito à nossa propriedade da Amazônia como parte do território e é o respeito às suas florestas como parte-—

[Soa a campainha].

De toda a humanidade da qual nós fazemos parte. Eu quero parabenizar cada um daqueles que tiveram a iniciativa dessa noite. Eu quero parabenizar a cada um dos que aqui ficaram. Mas, eu quero sobretudo cobrar de cada um de nós que não deixemos esse momento se esgotar nessa noite.

Essa é uma vigília permanente ou a Amazônia não será permanente. Por isso, vamos continuar alertas. Vamos continuar presentes. Vamos continuar aumentando essas listas daqueles que dizem: Nós não ficaremos na história como a geração que destruiu a Amazônia. E não queremos ficar na história como a geração que destruiu os cérebros.

Por isso, Senadora, eu quero concluir essa bela noite propondo mais uma vigília, como eu propus essa-—

[Soa a campainha].

Durante uma vigília sobre os aposentados, eu quero propor, no mesmo momento que fazemos uma vigília pela Amazônia, façamos aqui, dentro de algumas semanas, uma vigília pelas crianças brasileiras.

[palmas]

Florestas e crianças, esse é o binômio do futuro! E vamos lutar de uma forma permanente com a vigília com a mesma duração das nossas florestas na Amazônia. Parabéns a cada um de vocês!

Parabéns a cada um de nós! O Brasil inteiro está vendo e eu espero que o Brasil inteiro esteja, se for preciso chorando e gritando: A Amazônia é nossa e por isso temos que protegê-la!

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Obrigada Senador Cristovam Buarque. E antes de passar o microfone para o nosso artista, Sérgio Souto, que vai nos brindar com uma música para a gente acordar aí para a vigília, para a continuidade do nosso trabalho, eu não poderia deixar de registrar e agradecer a presença da nossa querida Tizuka Yamazaki, que está inclusive fazendo a filmagem, eu já tive a oportunidade de ver um pedacinho, a gente já experimentou um pedacinho do próximo filme desta nossa querida cineasta que trata exatamente da parte da vida da Pajé Zeneida Lima, da ilha do Marajó, que abriu os nossos trabalhos. E o nome do filme é: "Amazônia caruana", que está em fase de finalização. Então, em breve nos cinemas, entende, Amazônia caruana, da nossa Tizuka Yamazaki.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

E aí passo então. Parabéns!

Passo então já o microfone para o Sérgio Souto nos brindar aí com uma música!

SÉRGIO SOUTO: Obrigado. O arco e a flecha é uma canção que eu musiquei em cima de uma poesia da minha querida Marina Silva, grande poeta.

Do arco que empunha a flecha quero a força que a dispara...

Da flecha que penetra o alvo...

Quero a mira que o acerta...

Do alvo mirado, quero o que faz desejar.... Do desejo que busca o alvo quero... por razão.

Sendo assim não terei arma só assim não farei guerra. ..

E assim fará sentido meu passar por esta terra...

Sou o arco, sou a flecha...

Sou o todo em metade...

Sou as partes que se mesmo que lama...

Nos propósitos e nas vontades...

Sou o arco por primeiro...

Sou a flecha por segundo...

Sou a flecha por primeiro...

Sou o arco por segundo...

Buscai o melhor de mim...

E terás o melhor de mim...

Darei o melhor de mim...

Onde precisar o mundo...

Buscai o melhor de mim...

E terás o melhor de mim...

Darei o melhor de mim...

Onde precisar o mundo...

[palmas].

SÉRGIO SOUTO: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Sérgio, se você não for embora, nós vamos colocá-lo outras vezes para animar aí a nossa atividade, né? Vamos intercalando com um pouquinho de música.

Como não houve manifestação, eu vou chamar então os painelistas do segundo painel sobre ameaça sobre a Amazônia. O Sr. Roberto Smeraldi, amigos da terra, sobre as dinâmicas econômicas insustentáveis da Amazônia. O Sr. Rogério Hohn, do movimento atingidos por barragens. Sr. Adalmir José da Silva, da confederação nacional das associações dos quilombolas e o senhor Júlio Barbosa do Conselho Nacional dos seringueiros. E enquanto nós aguardamos o deslocamento dos nossos próximos painelistas, eu pediria à nossa, à querida atriz Christiane Torloni que pudesse fazer a leitura de algumas mensagens de artistas que estão também compartilhando conosco este momento.

CHRISTIANE TORLONI: Eu gostaria de ler o depoimento da imortal, nossa querida escritora Nélida Piñon. "Querida Christiane, admiro a sua arte e a sua tempera, ambas a serviço das causas brasileiras.

Como agora em que se empenha em preservar a integridade física da nossa Floresta Amazônica, sem dúvida, expressão simbólica da cidadania brasileira.

Sei de seu projeto Amazônia para sempre e julgo admirável, uma ação que merece se alastrar pelo país infiltrando-se pela consciência nacional. E não é assim que se defende a soberania da Pátria? O sentido da honra nacional? A inviolabilidade territorial? O futuro dos nossos sucessores?

Esse projeto que ora defende merece minha total solidariedade. Peço-lhe, pois, que encaminhe em nosso nome, defenda quem somos, proteja os sortilégios dessa floresta que espelha a face brasileira.

Meus parabéns!

O abraço afetuoso e da admiração de Nélida Piñon".

[palmas].

Esse é da cantora Simone.

"Não posso deixar de manifestar meu apoio a atriz Christiane Torloni pela vigília em defesa da Amazônia é imperioso defender a Amazônia da cobiça desmedida, da destruição desenfreada que além de tudo emprega ainda trabalho escravo em pleno séc. XXI.

Os ataques permanentes têm que acabar para que possamos pelo menos respirar.

Essa vigília tem que receber toda a solidariedade dos brasileiros. A quantidade de assinaturas colhidas prova que não podemos ficar indiferentes aos crimes que estão sendo cometidos em nosso território diante da indiferença das autoridades".

[palmas].

S**RA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI** (PT-SC):

Então, vamos dar início então ao nosso segundo painel "ameaças sobre a Amazônia", com a palavra o Sr. Roberto Smeraldi, amigos da terra.

SR. ROBERTO SMERALDI: Senadora, ameaças, conforme já ouvimos de outros colegas e de vários Senadores não faltam.

Eu, com certeza, gostaria de destacar aquela que está chegando hoje à noite do plenário ao lado, simbolicamente, no mesmo momento em que nós estamos aqui ao vivo, com o país acompanhando nessa vigília da Amazônia o plenário da Câmara acaba de enviar para cá e vocês terão que lidar com isso nos próximos dias, nas próximas semanas, uma medida que foi apelidada de "MP da grilagem". O que eu gostaria de observar em termos de ameaça é que a verdadeira ameaça não está nem sequer naquilo que está lá contido, mas, no fato principalmente que uma medida

de regularização fundiária acontece sem sequer levar em consideração o resto da regularização das terras públicas, ou seja, nós estamos regularizando, privatizando, portanto injetando no mercado terras da União e esquecemos que o resto das terras da união que estão lá devolutas não são incorporadas no patrimônio da União. Então, esse dever de casa que desde 1854, com o código de terra, deveríamos ter feito, não, é esquecido. Enquanto isso vai se regularizando aos pedacinhos a ocupação.

Se o Senado conseguisse pelo menos associar essas medidas de regularização à realização desse dever de casa finalmente histórico, essa grande tarefa nacional de garantir a posse e a incorporação hora das terras da União no patrimônio nacional, já seria um avanço, uma redução dessa ameaça.

Mas, as ameaças são de ordem econômica. Eu gostaria, nesse momento, de lembrar daquelas populações ribeirinhas que nesses dias estão sofrendo por, pelas razões que conhecemos e pelas quais tantas pessoas no seu estado têm passado em situação semelhante ao longo dos últimos meses.

E a ausência do estado na Amazônia, é talvez a diferença em relação às pessoas no seu estado de Santa Catarina, senhora, ou seja, em Santa Catarina nós tivemos uma mobilização, nós tivemos serviços, tivemos reação enquanto para essas populações da Amazônia nós não temos essa mesma reação, esses mesmos serviços, essa mesma mobilização. E isso acontece porque nós não temos, na realidade, e essa para mim é uma ameaça para a Amazônia, porque uma ameaça para as pessoas da Amazônia. Não são só as ameaças do desmatamento, são as ameaças dos ribeirinhos, para os caboclos, para os indígenas, para os seringueiros que também nós temos que levar em consideração.

E a maior ameaça é aquela de não contemplá-los. Nós temos um PAC, se falava antes aqui. Bom, o PAC só cuida de obras que interessam ao resto do país, não cuida de obras que interessam ao amazônida. Então, nós não temos investimentos em infra-estrutura de interesse local, não temos investimentos para levar energia, cadê isso no PAC? No PAC só pensamos em levar energia para fora da Amazônia, inclusive nem sequer permitindo que alguém na Amazônia possa utilizar essa energia. Se faz linhão de corrente contínua, não alternada.

Bem, então a ameaça para mim do abandono, a ameaça da falta de investimento é uma ameaça muito importante porque ela ameaça o desenvolvimento e na falta do desenvolvimento, na falta

[Soa a campainha]

De chance de desenvolvimento é onde prospera o desmatamento, é onde prospera a insustentabilidade. E aí eu gostaria, Senadora, de lembrar que recentemente nós analisamos o crédito. O crédito subsidiado, aquele que é pago do meu bolso, do seu bolso porque eu sei que a senhora e eu pagamos impostos.

E que, portanto, deveria responder a interesse público.

Então, analisando o crédito para atividade rural seja ela pecuária e também agrícola, os cinco bilhões de fundo constitucional do Norte, de outros fundos que nós colocamos em 2008 para investimentos na área. Se colocasse, imagine, Senadora, se colocássemos cinco bilhões para o desenvolvimento sustentável e a economia florestal, o manejo, o investimento em tecnologia de ponta para o diferencial-–

[Soa a campainha].

De floresta que nós temos na Amazônia, que milagre que isso seria no país um investimento desse tipo para estimular. Mas, nós não colocamos.

Só colocamos para agropecuária.

Bem, agora, me interessa a qualidade desse crédito que nós pagamos do nosso bolso, desse subsídio. Ele não vai, Senadora, não vai para a produtividade. Se a senhora analisa 95% do crédito que vai, por exemplo, para a pecuária, ele vai simplesmente para a compra de rebanho ou custeio de rebanho. Ele não vai para melhorar a pastagem, para produtividade, para fazer aquilo que a própria EMBRAPA, não é só amigos da terra que diz isso, a EMBRAPA diz que poderíamos triplicar a produtividade da... da pecuária na Amazônia.

Ou seja, dos 70 milhões de rebanho que nós temos hoje, que ocupam 70 milhões de-–

[Interrupção do som]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Mais um minuto.

SR. ROBERTO SMERALDI: Poderiam caber, Senadora, em 30 milhões de hectares.

Então, poderia se recuperar o resto eliminando os passivos ambientais e os passivos legais que oneram no resto das áreas. Bem, mas, o crédito público não vai para isso.

Então, a ameaça maior para mim é aquela do dinheiro público que estimula a conversão, estimula a expansão da fronteira seja pela MP que vai chegar aqui a atenção de vocês, que estimula a ocupação de novas terras e a expansão da fronteira, seja pelo crédito do BNDES, do FNO etc etc subsidiado que não se preocupa com a produtividade, com a intensificação

da atividade, mas, se preocupa simplesmente com a ampliação.

Todo mundo diz, o Ministro da agricultura-–

[Interrupção do som]

SR. ROBERTO SMERALDI: Não precisa desmatar mais para garantir a atividade agropecuária.

É verdade, só que desmatamos porque nós não investimos no dever de casa de tornar essas atividades mais intensivas e mais produtivas. Obrigado. [palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Obrigado Sr. Roberto Smeraldi, do amigos da terra, já passo em seguida a palavra para o Sr. Rogério Hohn do movimento dos atingidos por barragens, MAB.

SR. ROGÉRIO HOHN: Boa noite a todos e todas a Senadora. Eu sou Rogério, sou do movimento dos atingidos por barragens e hoje também falo em nome da via Campesina Brasil. Em primeiro lugar, eu queria trazer aqui a a indignação, acho que é importante ressaltar essa questão, de centenas e centenas de trabalhadores e trabalhadoras que não só no território amazônico, mas em todo o território brasileiro perderam suas vidas, né em função do questionamento a tantos problemas que a gente vem apontando até hoje.

Então, essa iniciativa, parabenizar a equipe que começou esse trabalho. Ela é importante porém, nós teremos, temos que lembrar a história de conflitos, a história dos trabalhadores e trabalhadoras que durante anos e anos vêm fazendo a resistência no seu território.

Trazer a memória de todos eles.

É com muita indignação também que a gente aponta, no nosso debate, que os grandes projetos hoje na Amazônia são as principais ameaças hoje que afrontam a vida das populações tradicionais. Eu digo, a gente sempre caracteriza as populações tradicionais como sendo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, campo sinos, todas as populações tradicionais que ocupam historicamente esse espaço.

Então, esse modelo de desenvolvimento que é um dos mais atrasados de todas as nações pautado principalmente em cinco frentes hoje que atuam no território amazônica, a frente do desmatamento muitas vezes citado aqui. A frente da pecuarização. Se a gente passar pela Belém/Brasília, entrando no Tocantins, a gente viaja meio-dia, um dia inteiro praticamente dentro de meia dúzia de propriedades.

Isso é um atraso para um país tão rico quanto o nosso ainda ter latifúndios extensos sem produzir nada.

A outra frente, consideramos um atraso para a Amazônia e para o Brasil é a frente do agronegócio, que tem se expandido cada vez mais em territórios amazônicos, através das grandes monoculturas, principalmente de soja, cana e eucalipto. A frente da expansão da mineração é outra frente que vem saqueando praticamente a Amazônia dia após dia, noite após noite sem pagar seus devidos impostos ao Brasil. E uma última frente que a gente considera atrasada é a questão energética. Hoje basicamente implantando, implantada através de barragens. São mais de 400 barragens previstas pelo governo para ser instaladas em território amazônico. Mais de 400 barragens que vão expulsar os ribeirinhos, vão contaminar os rios e vão gerar energia elétrica justamente para esses setores mais atrasados que estão situados no território amazônico. Então para nós essa é a grande ameaça hoje que afronta a população da Amazônia e não só a população da Amazônia, mas, o Brasil como um todo. Muitas vezes aqui já foi falado, precisamos construir um novo modelo de desenvolvimento. Para a gente poder construir o novo modelo de desenvolvimento, esses setores têm que deixar de existir.

Um outro elemento importante que eu acho que é interessante destacar aqui é de que a responsabilidade de serem os guardiões da Amazônia, no caso aqui sendo debatido, é da população que vive na Amazônia. Porém, nós não podemos deixar aqui a responsabilidade de quem está matando, quem está destruindo a Amazônia são esses povos. Nós temos que criminalizar sim esses setores mais atrasados que hoje têm feito a derrubada da floresta, utilização de todos os recursos naturais para a exportação. São esses setores que a gente poderia citar os nomes que hoje estão acabando com a Amazônia. E não é a população tradicional que como se coloca, que são os verdadeiros culpados pela situação como está. Então, deixar muito bem registrado isso que é uma responsabilidade nossa de sermos guardiões, de defendermos a nossa terra, nossa água, nossa biodiversidade. Agora também precisamos responsabilizar aqueles que de fato estão destruindo a Amazônia.

Repudiamos também deixar bem claro aqui a nossa posição a medida 458 que trabalha a regularização fundiária, nós avaliamos uma afronta a questão fundiária na Amazônia pelo fato de legalizar as terras griladas. Semana passada o Ministério Público Federal do estado do Pará lançou os dados da grilagem de terra no estado do Pará. Só em documentos, só em documentos existem 4. 2 estados do Pará a mais do que de fato existe.

Então, são dados que nos assustam. Pará hoje tem em torno de 124 milhões de terra e pela docu-

mentação apresentada existem mais de 500 milhões de hectares.

Então, é uma afronta-–

[Soa a campainha].

A questão fundiária.

E é uma afronta também a questão da legislação ambiental que está sendo modificada de redução de 80% para 50% das áreas florestais.

Isso justamente vai beneficiar grandes setores ligados à mineração, principalmente, e ao agronegócio.

E todos esses conflitos desses grandes projetos na Amazônia, eles têm causado conflitos sociais sobre a população local.

Como assassinatos de várias lideranças e, recentemente, não podemos deixar de dizer aqui, a criminalização dos movimentos sociais, principalmente os movimentos sociais hoje que fazem um questionamento a esse atraso desses projetos.

Movimentos sociais que têm lutado, têm organizado as famílias para justamente reivindicar seus direitos são os movimentos hoje que são criminalizados. Ao invés de banqueiros-–

[Interrupção do som]

[Soa a campainha]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Mais um minuto.

SR. ROGÉRIO HOHN: Ao invés de grandes banqueiros, ao invés desses grandes empresários estar nas prisões, colocam na prisão 18 trabalhadores que no último dia 26 foram brutalmente despejados de uma área onde faziam a reivindicação dos seus direitos e se encontram até o dia de hoje, depois de 7 dias num presídio em Belém.

Fruto das negociações mal feitas pela Eletronorte.

E, por fim, dizer o seguinte, nós sabemos o nosso papel muito bem claro dos movimentos sociais e nós vamos continuar com esses elementos que são apontados aqui na luta pela resistência no nosso território e pela reivindicação dos nossos territórios que esses grandes projetos já tiraram.

E esse é um grande papel que nós temos.

E espero que essa Casa e demais possamos fazer conjuntamente um abaixo-assinado contra a construção de usinas-–

[Interrupção do som]

Contra-–

[Soa a campainha]

O latifúndio atrasado, contra a privatização da vida amazônica e contra o saco é o de minerais da biodiversidade amazônica. E vou terminar dizendo o seguinte: Contra o imperialismo, soberania popular na Amazônia! Muito obrigado!

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Muito obrigado ao senhor Rogério Hohn, movimentos atingidos por barragens, o MAB. E passo em seguida a palavra ao Adalmir José da Silva, da confederação nacional das associações dos quilombolas.

SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA: Boa noite senhores, boa noite Senhoras. Eu sou Adalmir, sou do estado de Pernambuco, estou aqui representando a CONAC, que é a coordenação nacional de articulação das comunidades rurais quilombolas, onde hoje é um dia que para a gente, assim, ele é símbolo de conquista mas também é símbolo de demonstrar também a insatisfação da gente com relação também à inoperância do governo com relação às políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Eu... quero iniciar né... assim, parabenizando as pessoas que tiveram essa iniciativa por esse momento tão importante para a Amazônia, tendo em vista que as comunidades quilombolas também são fundamentais para o desenvolvimento da Amazônia, para a biodiversidade da Amazônia. Sabemos nós que as comunidades quilombolas que passam por um processo de invisibilidade muito grande porque apesar de já há muito tempo, desde 1888 que foi proclamada a Lei Áurea, a gente sabe que as comunidades passam por um processo ainda de marginalização muito grande. E... e infelizmente também um processo de abandono onde as comunidades quilombolas é... muitas até hoje ainda sofrem muito com grande índice de analfabetismo, com um grande índice de... de desnutrição e de mortalidade infantil nesse país.

E aí na Amazônia também não é diferente, né? Quando se trata da... das comunidades quilombolas e muitas pessoas nem sabem se na Amazônia tem comunidade quilombolas, né?

Porque o sistema que a gente vive hoje, ele é um sistema que tenta a todo o custo invisibilizar os movimentos sociais, né? E quando se trata de movimento social que discute sobre a questão territorial isso é mais complicado ainda. Porque hoje tratar da questão territorial e principalmente quando ela vem para a camada mais pobre a perseguição, ela passa a ser maior ainda, tendo em vista que hoje o movimento quilombola tem como um dos maiores inimigos os grandes latifundiários que vêm tentando a todo o custo,

inclusive mesmo sabendo de toda a dívida que o país tem com relação ao povo negro, com relação ao povo negro, as comunidades quilombolas, tentam a todo o custo destruir hoje os documentos, o que a gente, o que o movimento conquistou, a exemplo do decreto 4887, que faz menção ao art. 68 da DCT. E que, infelizmente, a bancada ruralista vem tentando a todo o custo, já entrou inclusive com um processo de... com a ADIN contra o decreto 4887 que é quem regulariza os territórios quilombolas, né? E assim, a gente não vai, a gente não vai ficar quieto diante dessas ações, porque se a gente, se a gente se acomodar com relação a isso a gente vai viver mais uma outra escravidão no país, porque as comunidades quilombolas estão sem seu território é viver o mesmo processo que também foi feito a Lei Áurea que são pessoas viver sem terras. São pessoas que vão continuar aumentando o inchaço nas grandes cidades, das periferias das grandes cidades. E aí a gente, a gente do movimento quilombola quer estar sempre externo ando isso, né? Que é até para fazer com que as pessoas saibam da... das grandes injustiças que são feitas com relação ao nosso povo.

Porque como é que pode o governo querer regularizar, geralmente 20 mil hectares de terra para uma pessoa enquanto muitas comunidades quilombolas que têm mais de três mil pessoas, o governo não faz a regularização desses territórios, né?

Como Conceição das crioulas, que é a comunidade onde eu moro que tem mais de três mil pessoas, né? E até hoje o território não foi regularizado e apenas 70%, apenas 30% do território é onde vive essas três mil pessoas e 70% está retido na mão de três ou quatro fazendeiros.

Então, e aí na Amazônia também a situação é mais complicada ainda porque mesmo tendo o instituto que regulariza as terras, mas se a gente for observar o próprio INCRA que é responsável para fazer isso não vem, não vem cumprindo com a sua função que é de regularizar as terras quilombolas.

[Soa a campainha].

Então, e aí assim, a gente, o movimento vem aproveitar esse espaço aqui até porque também se a gente observar, a maioria dos costumes das comunidades quilombolas, elas vão diretamente na questão da preservação da natureza, aí, no caso, do que se trata aqui da Amazônia.

Porque quando a nossa população quer se tratar de alguma doença vai recorrer às plantas medicinais que são essenciais para a nossa vida.

Quando se trata das religiões também elas também... elas vão diretamente com relação, a questão da natureza e não da... da degradação do solo como vem, como vem acontecendo através do...

[Interrupção do som]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Um minuto para concluir Adalmir.

SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA: Como acontece com os grandes latifundiários que degradam o solo para plantar capim e, inclusive, aplicando bastante agrotóxico, envenenando a nossa terra, envenenando os nossos rios, os nossos açudes, nossos riachos.

Então, a gente que faz o movimento quilombola quer deixar a nossa indignação aqui com relação às ações do governo, das multinacionais e também dos grandes latifundiários.

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradecemos a palavra do Sr. Adalmir José da Silva, não esquecendo que hoje, pelo menos ainda hoje, né, 13 de maio é o dia da abolição da escravatura no nosso país, e aí é que a gente percebe o quanto que nós temos débito ainda para com esta população que durante mais de três séculos escravizada construiu, contribuiu com a construção do nosso país.

E passo de imediato a palavra para o senhor Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos seringueiros, que o Senador João Pedro estava aqui me relatando que ele era o Vice-Presidente, do Chico Mendes e foi o sucessor com o assassinato do Chico Mendes ele é que tocou o sindicato que o Chico presidia. Então com a palavra o senhor Júlio Barbosa.

SR. JÚLIO BARBOSA: Senadora Ideli, eu quero agradecer o convite que a senhora me fez para participar dessa audiência e dessa vigília e, ao mesmo tempo, convidando para que eu também pudesse usar dessa tribuna para trazer a mensagem de milhares de famílias de extrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco, coletores de açaí da Amazônia brasileira. A Senadora Marina Silva, a nossa Senadora do estado do Acre e do Brasil, que em nome dela eu quero aqui agradecer ainda quase meia-noite, a presença de todos os Senadores e Senadoras na nossa vigília.

E a todos e a todas aqui que vieram de outros estados que são de Brasília, que ainda estão aqui porque esse momento é muito importante para nós.

Nós estamos diante de um milhão e cem mil assinaturas em papel de pessoas que colocaram a sua identidade, seu título de eleitor, o seu endereço. São pessoas que assinaram esse manifesto porque são pessoas que são preocupadas como nós com as questões da Amazônia. E hoje para nós é muito importante

porque há poucos meses atrás numa audiência aqui nesse Senado, aqui nessa tribuna nós, e eu fiz parte, Senador João Pedro, de uma sessão em homenagem ao grande líder Chico Mendes, quando nós estávamos homenageando os 20 anos do seu assassinato.

Vinte anos depois nós estamos aqui, no momento que para nós é de muita tristeza porque exatamente há 20 anos atrás o Chico escreveu num papelzinho com a mão dele, com a caneta e deixou pendurado no gancho de recado de telefone uma mensagem aos jovens do futuro. E a mensagem dele dizia o seguinte: Jovem do futuro, o ano de 2120 é o aniversário, ou o centenário da revolução socialista mundial que pôs fim todos os inimigos de uma nova sociedade. Naquela época, quando Chico escreveu esse recadinho que transformou-se num símbolo do seu pensamento sobre uma nova sociedade, muitos jovens daquela época ou todos os jovens daquela época, não são mais muito jovens. E hoje os jovens que naquela época eram crianças estão mais uma vez se manifestando diante da preocupação sobre a preservação da nossa Amazônia.

Nós que somos de comunidades tradicionais, nós não estamos aqui para dizer que somos contra o desenvolvimento, pelo contrário, a Amazônia precisa se desenvolver sim, mas, precisa se desenvolver do seu jeito, respeitando os seus recursos naturais, respeitando a sua biodiversidade e, mais do que isso, respeitando a tradição e a cultura do povo que lá vive.

Por isso que nós-–

[Soa a campainha]

De comunidades tradicionais, nós defendemos sim o desenvolvimento, nós defendemos sim a melhoria do escoamento, do deslocamento, da comunicação. Nós defendemos sim a melhoria e a ampliação do sistema de energia.

Mas, que nós possamos participar do processo e dizer como deve ser feito.

É por essa razão, Senadora, que nós estamos aqui, e Senadores, que nós estamos aqui e rogando que essa vigília, nesse momento, possa tocar no coração do Presidente Lula. E que ele não referende, não homologue nada que possa ser prejudicial para a manutenção do equilíbrio do nosso ecossistema amazônico.

E, ao mesmo tempo, aqui eu estou falando em nome de milhares de famílias da Amazônia-–

[Soa a campainha].

E nós gostaríamos que essa vigília pudesse iluminar o coração de todos aqueles parlamentares que muitas vezes votam e que aqui eles estão com o nosso voto, mas, muitas vezes, eles votam em projetos, em leis que traz prejuízo, morte, desgraça para o nosso povo.

É por essa razão que eu gostaria de trazer o recado das populações tradicionais da Amazônia de que qualquer projeto de desenvolvimento para a Amazônia só é, só tem sentido se trouxer melhor qualidade de vida à nossa população.

Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Muito obrigada, ao Sr. Júlio Barbosa, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos seringueiros e fazendo também o registro que o Presidente do Conselho Nacional dos seringueiros, o senhor Manoel Cunha, também se encontra presente aqui no plenário.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

E é do Amazonas. Então, eu agradeço os nossos painelistas, a contribuição que deram aqui para a nossa atividade, a nossa vigília.

E vou passar a palavra já de imediato para os parlamentares inscritos. E a primeira inscrita é a Senadora Fátima Cleide, do estado de Rondônia.

SEN. FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Ideli Salvatti, nossa Presidenta da Comissão mista permanente sobre mudanças climáticas, eu quero aqui saudar a todos os que resistem nesta vigília em estado de alerta pela defesa da Amazônia e dos amazônidas. Quero, e quis Deus que eu falasse aqui ainda no dia 13 de maio, Senadora Ideli, são 23: 42, 13 de maio, como bem registrou aqui a nossa companheira Christiane Torloni, companheira de luta em defesa da Amazônia, dia de nossa senhora de Fátima e também, no dia em que a gente comemora os 121 anos da abolição da escravatura neste país.

E eu quero, neste momento, saudar uma pessoa muito querida que está lá no estado de Rondônia, eu tenho certeza, ligada na TV Senado, que é D. Moacir Grech. Uma pessoa que tem grande importância na formação política, inclusive da minha companheira Marina Silva-–

[palmas].

Júlio Barbosa e tantos outros pela Amazônia, Júlia que aqui está também. E gostaria de saudar a todos os nossos amazônidas em nome das mulheres que se encontram no meio da floresta, lá nas comunidades quilombolas.

Mas, Sra. Presidente, Srs. Senadores, ambientalistas, imprensa, todos que nos assistem neste momen-

to, como bem ressaltou aqui a companheira Marina, vigília é estar em estado de alerta.

E eu faço aqui coro a todas as falas que me antecederam e quero dizer que neste momento meu estado de Rondônia está em estado de alerta. O estado de Rondônia é um dos estados que têm sofrido o maior processo de degradação ambiental em função de vários governos que se sucedem sem que haja um planejamento, sem que se respeite, aliás, o planejamento feito através dos estudos realizados ainda na década de 80 que resultaram no primeiro zoneamento ecológico do Brasil. Zoneamento econômico ecológico florestal do Brasil foi feito na década de 80 no estado de Rondônia, já foi realizada a segunda aproximação desse zoneamento e, no entanto, ele até hoje não foi respeitado como deveria ser, como um instrumento de planejamento para o estado.

E a todos os dias nós convivemos com ameaças e ameaças que não ficam apenas como ameaças mas que se concretizam. E neste momento nós estamos vivenciando o caso da FLONA bom futuro.

A FLONA bom futuro foi criado em junho de 1988, hoje, 25% dela já foi desmatada e há no local cerca de 35 mil cabeças de gado, três mil moradores.

Os Ministérios públicos federal e estadual de Rondônia determinaram, através de ação civil pública em maio de 2004, que o índice de desmatamento fosse reduzido a zero.

A Justiça Federal dispôs, em decisão de abril de 2004, que todo e qualquer proprietário de gado no interior da FLONA fosse notificado a retirar o seu gado no prazo de 180 dias.

O fato é, Senadora Ideli, Senador João Pedro, que o Governo Federal tem feito um esforço muito grande para, na operação de retirada do gado, veja bem, é a primeira vez e eu quero aqui parabenizar a sensibilidade do governo Lula-–

[Soa a campainha].

Do Ministro Carlos Minc, pela primeira vez há uma determinação de que a floresta nacional deva ser desocupada, mas, de uma forma diferente. Nós temos hoje a consciência, Senadora Marina Silva que perdemos a FLONA Bom Futuro há 20 anos atrás. E conforme as palavras do Ministro Carlos Minc, que eu concordo, nós precisamos fazer um trabalho para que a gente possa recuperar a FLONA Bom Futura, pelo menos daqui a 20 anos e o acordo feito, o termo de ajuste de conduta feito através do Ministério Público com o Ministério do Meio Ambiente, contando com a participação do Ibama, da Prefeitura de Porto Velho, da população local foi no sentido de que nenhuma madeira pode sair mais da FLONA Bom Futuro e que o gado deve ser retirado. Mas, a população, isso é o inédito, pode ficar lá sem ter a posse da terra, desde que esteja produzindo de uma forma sustentável. E aqui eu cobro mais uma vez do Ministro Carlos Minc o recurso do fundo da Amazônia deve servir para apoiar projetos nesse sentido.

As pessoas que lá estão realmente não têm para onde ir boa parte delas tem porque é grande produtor de gado, não tem que ficar lá. Agora aquela população que não tem para onde ir, que já está de acordo com essa proposta do termo de ajuste de conduta, ela deve ser preservada. Isso já estava tudo entendido entre a população, entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais e a operação pronta para ser realizada. Infelizmente, boa parte da classe política do estado de Rondônia, inclusive o Governador do estado-–

[Soa a campainha].

Senador, Deputados federais vão todos os dias para a reserva para incitar a população contra a operação que deve ser realizada de retirada do gado da floresta nacional do Bom futura.

Eu quero dizer aqui neste momento em que nós estamos em estado de alerta que há pessoas na Amazônia que trabalham contra todos os dias, mesmo que haja um esforço do governo de compreender e de fazer acordos que nunca foram feitos neste país.

E quero dizer também, Senadora Ideli que este momento é um momento muito oportuno, e a gente não pode deixar de ressaltar as coisas boas que têm sido feitas. No estado de Rondônia nós temos sim hoje dois empreendimentos que vão colaborar para que o Brasil não pare o seu crescimento que são as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e essas usinas hoje elas nascem de forma diferente. E eu quero ressaltar aqui o importante papel que teve a Ministra Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente para garantir que esses projetos que vão sim proporcionar desenvolvimento social para o estado de Rondônia, porque desta feita estão feitos de forma diferente. Quando na frente do Ministério, a Ministra provocou a discussão e a usina, aquele empreendimento previsto para ser duas usinas que forneceriam 11 mil megawatts de energia foram rebaixadas para 6 mil megawatts para que fosse diminuído o tamanho do lago mesmo sendo espelho d'água.

E, além disso, 29 condicionantes foram colocadas na licença previa dos empreendimentos. 29 condicionantes que garantem que o peixe não vai desaparecer do rio madeira, que a cadeia produtiva do peixe vai continuar a acontecer. Portanto, eu quero dizer que nós estamos aqui vigilantes. Defendemos o desenvolvimento, a população da Amazônia de 25 milhões

de habitantes precisam ter o que comer e precisa ter também como se sustentar economicamente. Agora, esse desenvolvimento não pode ser de qualquer forma e é desta forma, como está sendo feito, as hidrelétricas do rio madeira vigilante como foi a Ministra Marina Silva e como somos nós todos os dias, buscando fazer com que aquilo que foi previsto na licença ambiental, as 29 condicionantes realmente aconteçam da forma como foram previstas.

É dessa forma que eu acredito que a gente deve permanecer, Senador João Pedro, vigiando todos os dias. O desenvolvimento-–

[Interrupção do som]

[Soa a campainha]

O desenvolvimento econômico é necessário, mas, é preciso também que a gente garanta que esse desenvolvimento econômico não venha a significar mais degradação ambiental e muito menos degradação social.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigada, Senadora Ideli.

[palmas].

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço, Senadora Fátima Cleide.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

E Deputada Vanessa Graziotin, que é Vice-Presidente da Comissão, acho que não retornou ao plenário. E o Deputado Carlos Mendes também não. Pelo menos eu não consigo vislumbrar.

A próxima inscrita, Deputada Janete Capiberibe. E depois nós teremos a palavra Deputado Paulo Teixeira. E depois, mais uma música para acordar quem já está com sono.

DEP. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP): Sra. Presidenta Senadora Ideli Salvatti, membros da mesa minha saudação nessa virada de jornada já vai ser meia-noite, né, de passagem do dia 13 para o 14 de maio.

Ao conjunto dessa plenária. Eu parabenizo os Senadores Renato Casagrande, Cristovam Buarque, Senadores, Senadora Ideli Salvatti, autores do requerimento que originou esta reunião em defesa da Amazônia. Vou ser breve para, brevemente, apresentar o Projeto de Lei 5202/2009, que dei entrada no dia 12 de maio, na Mesa da Câmara Federal e ele tramita lá, portanto. E esse projeto propõe diretrizes na aplicação dos recursos do fundo constitucional do Norte, o FNO, que tornarão mais concreto o desenvolvimento da região com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os recursos do FNO, mais de um bilhão de reais em 2008, deverão, 50%, financiar a modernização tecnológica e gerencial das atividades já financiadas pelo fundo desde a sua criação preferencialmente.

Os outros 50% deverão financiar a cadeia produtiva da biodiversidade amazônica, os sistemas agroflorestais, a recuperação das áreas degradadas, os serviços ambientais e turísticos, a indústria da reciclagem com enfoque no desenvolvimento humano, local e sustentável, ambiental e economicamente. Essas diretrizes vão contribuir para que os recursos públicos sejam melhor aplicados, incentivando o desenvolvimento de longo prazo o perfeitamente tecnológico e reduzindo a presidido ação ambiental. Eu tenho, finalizando um pedido a fazer a Christiane Torloni, a Vitor Fasano, a companheira que representa o instituto socioambiental e comporá a próxima mesa, ao companheiro que representa o Imazon também que representará a próxima, a próxima mesa e a todos que se encontram nessa plenária nessa virada de dia, eu quero entregar esse projeto para que ele seja abraçado por cada um, por cada uma que eu nominei aqui e por todos que estão aqui presentes para que transformemos, transformemos o Projeto de Lei 5202/2009, que destina enfaticamente a utilização dos recursos do fundo constitucional da região Norte, o FNO, um instrumento, num instrumento do desenvolvimento econômico, da preservação ambiental e desenvolvimento humano e social do povo da região amazônica.

[Soa a campainha].

Meu muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço a Deputada Janete Capiberibe. E passo a palavra ao nosso querido Deputado Paulinho Teixeira. É o último parlamentar inscrito deste painel. Em seguida, a atriz Christiane Torloni, o Vitor Fasano, tem algumas leituras. E depois nós vamos ter uma música, lançamento do CD do padre nele Ito. Nós vamos fazer o lançamento aqui do CD. Paulinho Teixeira, Deputado, por favor.

DEP. PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Boa noite a todos, boa noite a todas, eu quero inicialmente cumprimentar a nossa querida Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de mudanças climáticas, cumprimentando também todos os Senadores aqui presentes que promoveram esse evento. Senador Renato Casagrande, Senador Cristovam Buarque. Cumprimentar essa grande liderança mundial que hoje assume a

minha querida Senadora Marina Silva, em defesa da Amazônia e do meio ambiente. Cumprimentar também os demais Senadores aqui presentes, Eduardo Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Jefferson Praia, Tião Viana, João Pedro, meu querido João Pedro também. Os atores Christiane Torloni, Vitor Fasano, todos os presentes aqui nessa, nesta vigília.

Essa vigília, ela tem uma enorme importância para o Brasil. Eu sou Deputado por São Paulo, não é?

E o que faz aqui um Deputado por São Paulo? Com que cuidados um Deputado de São Paulo deve vir aqui a essa tribuna?

Em primeiro lugar, nós queremos ressaltar a importância da Amazônia. Eu acho que todos aqui que nessa noite falaram, falaram da importância da Amazônia para o clima do Brasil, para o clima do mundo. A importância da Amazônia como também, como solução para uma série de problemas da humanidade. E, portanto, nós precisamos dela e nós precisamos dela de maneira sustentável.

Agora, também para quem está de São Paulo, nós temos que pensar e acho que foi um pensamento que permeou essa noite, nas pessoas que ali residem. Como é que nós pensamos nos moradores da Amazônia. E essa vigília aqui, ela, em primeiro lugar, ela tem uma enorme importância porque há um perigo. Há um perigo e esse perigo nós temos que, rapidamente, brecá-lo e essa vigília, a meu ver, tem o condão de ajudar a brecar esse perigo.

Quem, primeiramente, conhece esse perigo é Santa Catarina. Senadora Ideli pode testemunhar o quão nocivo para o estado de Santa Catarina é o código florestal de Santa Catarina recém aprovado pelo seu Governador com o apoio da sua bancada.

Isso é, em nome do crescimento você submete a sustentabilidade e submete a preservação ambiental.

Isso já aconteceu, já foi aprovado o novo código de Santa Catarina, ele será discutido no Supremo Tribunal Federal. Mas, é uma realidade que traduz essa maneira de ver as coisas.

E aqui, no Congresso Nacional, tramita uma proposta de mudança do código florestal que unifica realidades distintas do país numa mesma idéia, uma idéia até maior que a idéia do valor da terra contra direitos. Hoje aqui nós ouvimos a questão dos remanescentes de quilombos, os índios tiveram presentes aqui, as comunidades indígenas presentes aqui. E o valor da terra para uma idéia de produção e uma idéia de crescimento.

Portanto, essa idéia maior que permeia essa visão e, em segundo lugar, a idéia de que nós devemos crescer a qualquer custo.

[Soa a campainha]

Portanto, essa vigília, ela tem o condão de botar um breque nesta, nesse movimento que está em curso.

Eu sou autor lá na Comissão de Meio Ambiente na Câmara de um voto em separado contra a mudança do código florestal.

Mas, nós sabemos que da mesma maneira que o Ministro Minc veio nessa noite aqui se pronunciou, da mesma maneira que tem várias entidades aqui, forças políticas atuam fortemente na sociedade e no governo para mudança do código florestal.

Então, esse, essa vigília aqui tem o condão de brecar esse movimento em curso que é de ampliar o desmatamento no Brasil.

Desmatamento inclusive que é responsável não só, o desmatamento da Amazônia, mas, o desmatamento do cerrado e o desmatamento de outros biomas do Brasil que são responsáveis pela...

[Soa a campainha].

Contribuição que o Brasil dá para o aquecimento global.

O segundo aspecto que eu queria falar é que além de pensar de como paralisar o perigo nós temos que pensar num novo modelo de desenvolvimento, foi muito discutido aqui.

Novo modelo de desenvolvimento que, em parte, diz respeito ao desenvolvimento sustentável, mas, diz respeito também ao direito ao desenvolvimento daquelas populações que ali vivem.

Portanto, nós, e aí eu me coloco como de fora da Amazônia, eu não posso ver a Amazônia apenas como uma área intocada. Eu tenho que ver a Amazônia sob a ótica de uma preservação, mas, também, do direito ao desenvolvimento daquela população.

E aí eu queria dizer um aspecto importante aqui.

Ao analisar as cadeias produtivas da Amazônia você percebe que as cadeias produtivas que avançam-–

[Soa a campainha].

Por cima da floresta são cadeias produtivas cuja produtividade é baixa. Por exemplo, a do gado. Ela, ali é baixa, não que teria que ser assim, mas, na Amazônia tem uma baixa produtividade. Ela poderia ser alta produtividade. Da soja, baixa produtividade. E também a indústria da madeira. Portanto, o Brasil tem uma dí-

vida com a Amazônia, qual é a dívida que o Brasil tem com a Amazônia?

Como você faz investimentos naquela região capaz de mudar a contribuição econômica para aquela região?

Evidentemente, de um lado qualificando o que é bom, apoiando o que é bom no extrativismo, na indústria, no comércio e tem muita coisa boa e é, nós precisamos ouvir esses segmentos da Amazônia-–

[Interrupção do som]

Nós temos que ouvi-los-–

[Soa a campainha]

Mas, por outro lado, nós temos que fazer na Amazônia o que o Brasil fez na década de 50 quando criou a Petrobras. Na década de 60, quando criou a EMBRAPA. Quando, na década de 50 criou o BNDES. Nós temos uma, temos que ter a capacidade de criar algo naquela região que coloque a questão da biotecnologia para se pensar uma exploração sustentável e a descoberta da riqueza biotecnológica.

Da engenharia, da mecatrônica para se pensar a questão de uma exploração sustentável. Aqui foi dito, é importante dizer, eu todo o momento na Câmara, Senadora Marina, quando se fala que o meio ambiente é que travou o desenvolvimento energético, o que o meio ambiente fez na Amazônia foi desenvolver o aspecto energético. Obrigou uma nova tecnologia de exploração hidráulica ali-–

[Interrupção do som]

Portanto-–

[Soa a campainha]

Eu termino aqui dizendo que eu acho que o Brasil tem uma dívida com a Amazônia e, na minha opinião, a dívida que o Brasil tem com a Amazônia é ouvir e potencializar ali e jogar dinheiro na Amazônia no sentido de garantir a exploração sustentável e, por outro lado, garantir o direito ao desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que ali residem. Portanto, eu queria concluir dizendo que nós de São Paulo temos que entrar sempre com muito cuidado. Um dia falando da Amazônia, Senadora Marina disse: E o rio Tietê em São Paulo. É um problema para nós, porque a gente fala da Amazônia, mas não resolve os problemas do trânsito em São Paulo, da emissão de dióxido de carbono no diesel, não resolvemos os problemas do rio Tietê. Por isso que a gente tem que entrar com muito cuidado. Mas, eu acho também que nós temos que entrar com uma visão de sustentabilidade e uma visão do direito-–

[Interrupção do som]

[Soa a campainha]

Reside. Então, muito obrigado pela oportunidade e parabéns a todos. E, certamente, pensar aqueles que organizaram esse ato de como desdobra, como dar conseqüência para que isso possa dar um salto na política brasileira para a Amazônia que, a meu ver, é uma questão nacional.

Boa noite a todos e parabéns por essa vigília da Amazônia!

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço-–

[palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Agradeço o Deputado Paulo Teixeira do Estado de São Paulo. Senador Arthur Virgílio, os paulistas também estão preocupado, senão todos, a gente espera que a grande maioria. Passo a palavra então para o Vitor Fasano que vai fazer a leitura de mais alguns manifestos de apoio ao nosso trabalho na noite de hoje. Que já viramos a noite, né? Já viramos, né?

Responsabilidade de nós brasileiros, zelar pela nossa pátria, muito obrigado carisma Fernandona é assim como nós carinhosamente a chamamos.

[Palmas].

SEN. IDELI SALVATTI: Grande Fernanda a, nós vamos fazer um, vai ser o Victor e uma manifestação a Christiane, a Christiane, por favor.

Cristiana Torloni: Queria ler o depoimento do artista plástico Franz na verdade inspirou a sua obra, enfim, na devastação, na devastação de várias matas, inclusive da própria Amazônia, para quem não conhece Crasper nasceu na Polônia, 1921 ele é pintor, escultor, gravador e fotógrafo e hoje é naturalizado brasileiro, como bom polonês tem um depoimento que se eu disser algumas palavras estranhas, conjugações estranhas a gente não quis mudar nada, enfim, carisma Christiane Torloni, fiquei muito contente em receber essa notícia que haverá uma discussão no Senado sobre a Amazônia, na última viagem que fiz fiquei muito preocupado e muito revoltado com a destruição total da Amazônia. Todas as leis que estão inventando são todas na direção para destruir mais rápido possível e constatei que estão praticando um crime contra o planeta, em Porto Velho os habitantes, os índios são cassado na terra deles onde habitaram e ficam abandonados na rua com seus filhos, pedindo esmolas, é para chorar, nós estamos vendo e acompanhando o avanço da destruição, a queimadas são assustadoras não se fala nisso, nós vamos ver em breve a Amazônia sem floresta e os cri-

mes praticados sem crimes odiosos. A transamazônica que foi muito criticada e alvo de protestos do mundo inteiro, foi abandonada desde o tempo da ditadura, nós estamos vendo fortuna sendo gastas para asfaltar a transamazônica de novo, para se ter meio de destruir a região mais rápido. Brasil, acorda para ver a realidade da saúde do planeta, estamos fazendo tudo para piorar a saúde com ele, nunca se viu tantos desastres ecológicos ultimamente no mundo e também no Brasil. No norte onde tinha muita seca estamos vendo inundações que nunca aconteciam e no sul, muitas secas, ninguém pergunta, porque estão acontecendo essas mudanças, pode pairar se a gente não acordar, tudo pode piorar e pergunto se não está na hora de pagar com esta barbárie, a Mata Atlântica foi praticamente toda queimada e os habitantes que nela habitavam foram massacrado com muitos fugindo cada vez para mais longe e sendo obrigados a fugir para muito mais longe ainda, todas as serro raias que acompanhavam essa destruição abandonaram o sul da Bahia, o Espírito Santo, pedaço do sul de Minas, a plantação da soja trans gênica na Amazônia é vendida para a China para engordar porcos e ter melhor mercado enquanto vemos a miséria do povo do nordeste é revoltante ver a passividade e o abandono desse povo. Mais uma vez acorda Brasil, não deixem destruir a Amazônia e agravar ainda mais a saúde do planeta.

[Palmas].

SEN. IDELI SALVATTI: Agora o Victor.

Vitor Fasano: Agora eu vou ler o depoimento do Carlos Caetano, o Dunga, treinador da seleção, Presidente do instituto Dunga de cidadão, 1994 nos Estados Unidos foi o capitão do tetra campeonato mundial de futebol. Ele disse o seguinte, não há dúvidas de que a preservação da Amazônia é necessário milhões de reais, inclusive de países estrangeiros, no entanto, penso que além de investir na conservação da floresta amazônica como um todo cada vez mais devemos conscientizar que é fundamental que cada um de nós do campo e das cidades, faça sua parte e nesse sentido exija que sejam priorizados os investimentos na educação e iniciativas sustentáveis que possibilidade ao meio ambiente, notadamente a fauna, a flora demais recursos naturais oportunizando desse modo alternativas de geração de emprego e renda à população do norte do país. A Amazônia é um legado ao povo brasileiro, por essa razão a nossa geração deverá, de todas as maneiras lutar por sua preservação, bem como pela conscientização das futuras gerações da importância da sua conservação, assim como o futebol é o orgulho nacional, tenho certeza poderemos obter destaque mundial sendo referência que no diz respeito ao meio ambiente, obrigado, Dunga.

[Palmas].

Christiane Torloni. Eu queria aproveitar fechar o bloco o depoimento do Governador Aécio Neves, é possível. Um dos desafios mais urgentes e inadiáveis diversidade brasileira, atual, diz respeito a Amazônia, queria explicar, porque eu estou lendo esse depoimento especialmente, porque o Governador assinou o manifesto na mesma noite que assinou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-Presidente Itamar Franco, então, um dos desafios mais urgentes e inadiáveis na realidade atual diz respeito a Amazônia referimos-nos a um espaço geográfico que corresponde a mais da metade do território do nosso país no qual está localizada a maior floresta tropical, o rio mais extenso e caudaloso e a biodiversidade mais rica do planeta, além de riquezas minerais, abundantes, lá estão populações tradicionais que guardam rica cultura ancestral mais de 20 milhões de compatriotas, esse é um tesouro que qualquer nação gostaria de guardar, proteger e usar com sabedoria para o seu e desenvolvimento em bases sustentáveis para o bem-estar do seu povo. Infelizmente não tem sido essa a nossa escolha, a degradação da região, desafia sucessivos governos, com maior menor intensidade os desmatamento avança, assim como os problemas da cidade, demais regiões, são um problema do Brasil, cabe portanto ao governo e a sociedade brasileira, reconhecerem que as nossas políticas para a região fracassaram, e fracassaram duplamente, induziram a degradação ambiental e não promoveram a inclusão social criando apenas algumas poucas ilhas de prosperidade, o momento exige coragem e ousadia, coragem para mudar e ousadia para conceber novas políticas que gerem renda emprego para o povo da Amazônia, utilizando sustentavelmente seus recursos naturais, desenvolver não é sinônimo de destruir, comparativamente com as demais regiões do nosso país o Estado federal brasileiro é o grande ausente da Amazônia, acanhado diante da imensidão do território, frágil perante as demandas da população, ineficiente para segurar a proteção do meio ambiente, oculto na falta de planejamento territorial, tendo como referência espacial a maior bacia hidrográfica do mundo, esse extraordinário desafio exige a iniciativa política proporcional ao seu tamanho, considero absolutamente necessário estabelecer um grande pacto entre a união, os Estados e municípios da Amazônia com ampla participação das lideranças empresariais e da sociedade civil visando a formulação de novas políticas para o desenvolvimento regional sustentável, sem os velhos paradigmas do passado.

Essa não é uma tarefa para o Ministério, mas para o governo em todos os níveis, pela sua magnitude, essa é uma agenda que deve ser liberada pela própria Presidente da República, na medida que não pode haver na gestão do Estado brasileiro, nada mais importante do que proteger a Amazônia e assegurar o seu desenvolvimento sustentável, Uno-me a todos a vocês nessa manifestação, como sempre, cidadão brasileiro, quero Amazônia para sempre. Aécio Neves.

[Palmas].

SEN. IDELI SALVATTI: Agradecemos ao Victor e a Christiane pela leitura de todos estes manifestação que chegaram para enriquecer o nosso trabalho e gostaria, então, de dar o seguinte encaminhamento, nós teríamos dois painéis. Nós vamos unificar num único painel tratando da importância estratégica da conservação da Amazônia e avanços na governança pública iniciativas sustentáveis. Portanto, eu chamo de imediato para compor a mesa, tá? O Dr. Carlos nobre que é do INP. O senhor Milton Kanashiro que está aqui representando a Embrapa. Senhor Paulo Barreto do Imazon, a senhora Adriana Ramos do instituto sócio ambiental. O Dr. Carlos nobre, Milton Kanashiro, o Paulo Barreto, e a Adriana Ramos vão falar a mudança estratégica da Amazônia. Aproveito para chamar aqui para a mesa também o senhor Eufran Amaral que vai apresentar as iniciativas, promissoras do governo do Acre, senhora Andresa Dias da associação de produtores florestal certificados, e senhora Nádia Cristina Ferreira iniciativas promissoras do governo do Amazonas. Vamos esperar segundinhos para ter os nossos prismas aqui, né, com os nomes. Eu quero aproveitar enquanto nós terminamos de organizar a mesa de cumprir mais uma providência da burocracia da nossa Comissão fazendo o registro do ofício que em nome da Comissão encaminhei ao Presidente do Senado para que nós pudéssemos estar realizando na noite de hoje, no dia 13, agora dia 14, após a Ordem do Dia essa atividade em defesa da Amazônia, da mesma forma, o Senador Renato Casagrande encaminhou ofício ao Presidente José Sarney em nome da Comissão do meio ambiente e defesa do consumidor e esses ofícios irão publicação na íntegra na ata da reunião desta reunião que nós estamos realizando nesta noite. Então, posso passar de imediato, já, então, a palavra ao Dr. Carlos nobre que é chefe do centro de ciência do sistema terrestre do INP, dizendo ao Dr. Carlos Nobre que ele está convidado para vir na Comissão de mudanças Climáticas num dia onde nós queremos aproveitar e muito, porque sabemos do estudo profundo que o senhor possui tem Comissão já deliberamos, já foi aprovado o requerimento, a sua vinda hoje aqui é militância depois o trabalho lá na Comissão vai ficar para outro dia-a-dia eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Carlos nobre.

Dr. Carlos nobre: Boa-tarde a todos e a todas, Senadora, a todos que estão acompanhando pela internet essa importante e histórica sessão. Eu vou cobrir só nos breves 10 minutos dois pontos e da minha deformação profissional são pontos de ciência que é o que eu acho importante complementar em relação a muito que já se falou aqui. Em primeiro lugar, eu quero, destacar, a importância da Amazônia para o planeta, já foi muito falado, quero reiterar essa importância. A estabilidade do clima na América do Sul, do planeta ela depende muito da estabilidade do clima da Amazônia. Essa biodiversidade máximo que nós temos nas florestas tropicais e na floresta amazônica ela se deve também a essa estabilidade. Milhões e milhões de anos de um clima estável permitiram a diversidade máxima da vida no planeta. Porém, nos últimos 200 anos, nós estamos perturbando esse equilíbrio do planeta como um todo, na Amazônia também, de uma forma que não há precedentes nem na nossa história de civilização, de homo sapiens ou da civilização e talvez por muitos milhões de anos na história do planeta terra. Tanto é que hoje nós chamamos os últimos 200 anos, do antropoceno, a era entre aspas geológica onde a nossa ação se tornou gigantesca, nenhuma outra espécie viva conseguiu em 3,6 bilhões de anos do planeta fazer o que nós estamos fazendo em 100 anos. Essa velocidade de transformação, ela apresenta uma série ameaça ao sistemas que dão suporte a vida toda e a nossa vida também, na Amazônia essas perturbações estão ocorrendo na velocidade sem precedentes, os dados foram muito citados a velocidade com que nós estamos alterando os ecossistemas através do desmatamento das queimadas, da fragmentação florestal, da penetração no fogo, no ecossistema não acostumado, que não evoluiu com o fogo, todas essas perturbações estão ocorrendo de forma acentuada e numa velocidade que a evolução biológica do ecossistemas da Amazônia não permite. As conseqüências dessas mudanças globais e regionais, elas já se fazem sentir. A ciência avança lentamente, mas hoje já é possível ferir que muitos desses extremos ou da exacerbação dos extremos climáticos, nós estamos vendo exatamente agora a inundação recorde na Amazônia, Nordeste, cenas pronunciadas em partes do sul, por uma década isso é reflexo que o clima está ficando mais variável popularmente a gente podia dizer está ficando mais louco, o clima está variando muito isso é sim reflexo do planeta que está sendo aquecido por ações, pela nossa ação de despejar uma quantidade muito grande de gases do efeito-estufa pelo desmatamento e uma série de outras transformações, para

a Amazônia em tipo, a ciência hoje já consegue dar alguns dados eu acho muito relevante para esse debate, nós temos cientistas preocupados em responder a seguinte questão, existe um limite para a Amazônia, existe o ponto crítico que o ecossistema não resiste mais e ele quebra, nós estamos começando esses números começam a aparecer na literatura científica eu vou dizer para vocês dois números importantes que são motivos de debate eles já são apresentáveis, porque nós podemos defendê-los cientificamente, qual é o limite máximo que a Amazônia suporta? Nem quero dizer que nós temos que chegar desse limite se passarmos desse Leme eu tenho não há mais volta o ecossistema se desfigura, se modifica e o que vai substituir a floresta é outro tipo de ecossistema muito pobre. Esse limite nos estudos atuais é de 40% de desmatamento. Não significa que queremos ou devemos chegar a 40%, esse é o número que hoje já é defensável, cientificamente em hipótese nenhuma podemos ultrapassar 40% vocês a clima muda, a vegetação muda e não volta mais, isso é mudança permanente, não é algo que a gente pode desmatar se parar o desmatamento a floresta volta, a floresta não volta mais por milhares de anos, e o outro limite é o aquecimento global quanto pode aquecer o planeta sem ameaçar a Amazônia, 3,5 graus é o número, já chegamos a coberto 1 grau na Amazônia, 0,8, 0,9, esse é número importante para que tenhamos em mente para que Amazônia tem limites dessa escala, se ultrapassados a floresta nunca mais voltará ser a mesma por milhares de anos. Os 40% é responsabilidade dos países amazônicos, nós e esse evento é muito importante nesse sentido. Os 3,5 graus, é uma responsabilidade do planeta que nós temos pequena contribuição talvez devamos dar o exemplo, me pediram para tratar um pouquinho da segunda parte da manifestação dos impactos das implicações dessa estabilidade ambiental climática que a Amazônia representa, implico e ações socioeconômicas, eu sou um número já foi mencionado aqui, razoável do chamado mercado de carbono que precisamos reduzir as emissões globais para não tirarmos o planeta de uma trajetória sustentável, se reduzirmos os desmatamentos, isso vale ou valerá algum dia em breve, bilhões de dólares. Então, isso é um número importante a lembrar, bilhões de dólares é o hoje o valor econômico de manter o carbono na floresta. Não é tudo, isso não conta tudo, nós não sabemos ainda contabilizar monetariamente, eu estimo e cientistas estimam que ele é muito maior o que valor do carbono, pelo menos nos temos um número, o do carbono, para falar de implicações econômicas e sociais eu quero adicionar uma outra dimensão nesse debate que é o que nós precisamos, realmente, pensar, criar, inventar um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, vários de vocês, Senadora Marina Silva vem defendendo isso há décadas. Mas esse modelo quer trazer valor econômico ao âmago da floresta nas belas palavras da geógrafa Berta Becker, ele tem uma implicação de nós nos vermos brasileiros amazônidas, de todos os países de uma maneira diferente que nós não temos nos visto até agora, eu gostei muito das palavras da Christiane Torloni quando ela disse que nós somos um povo da floresta, na verdade nós não somos ainda um povo da floresta vocês nós não nos enxergamos como povo tropical, tropicalizado, a nossa essência de país tropo qual com recursos naturais tropicais, portanto, floresta, portanto água, portanto biodiversidade nós ainda nos vemos, de fato como europeus e de fato nos vemos como europeus que desembarcaram aqui no Século XVI 440 anos e trouxeram os primeiros bois, não é o modelo da Amazônia, é o modelo que alguém infelizmente disse nos anos 70, seguirá a pata do boi, é essa quebra do paradigma que precisamos implementar, eu como sou de ciência acredito muito no papel de conhecimento acho que nós temos que inventar um novo paradigma que também passa por uma invenção de novos usos dos recursos da floresta. E, porque que nós temos que inventar? Quase tudo se cópia no mundo, o desenvolvimento de muitos países é baseado na boa cópia, do Brasil também, a instituição das importações, mas não existe o que copiar, não existe país tropical desenvolvido, não existe país tropical que seguiu trajetória de sustentabilidade. Não existe, isso nos dá a oportunidade histórica de inventar, os países que inventam são países desenvolvidos, é um desafio para a comunidade científica, é um desafio que a academia e brasileira de ciências tem levado muito a sério tem feito propostas concretas só que essa invenção não pode ser como é a invenção normalmente em ciência, uma invenção incremental, evolutiva, lenta, não há tempo mais para essa invenção que é a tradição da ciência e da tecnologia. Amazônia precisa uma revolução que nós temos chamado revolução científica e tecnológica. Então, eu para finalizar para não estourar muito o meu tempo, eu quero dizer que esse modelo alternativo que tem que ser inventado ele exige um enorme trabalho, um enorme foco do país, um enorme foco das políticas públicas de incentivo a geração do conhecimento, isso não existe, não está colocado, essa casa é muito importante em discutir e avançar com essas políticas, essa revolução científica e tecnológica que a Amazônia precisa se atingirmos esse ponto seremos um exemplo de países desenvolvido, um exemplo para todas as regiões tropicais do planeta, mais próximo tá de querer esse modelo, os outros países tropicais tem

menos possibilidades. Então, finalizo dizendo, se somos um povo da floresta, precisamos de uma ciência da floresta, uma ciência nova e que abra as portas do Século XXI à Amazônia, que é o século não da dilapidação irresponsável do patrimônio natural que nos foi legado, mas é o século, é a era do conhecimento. O conhecimento e a preservação da Amazônia, sem o conhecimento e a preservação da Amazônia jamais, realmente, poderemos nos considerar países desenvolvido, muito obrigado.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradecemos sobremaneira a contribuição do Dr. Carlos Nobre e o compromisso de voltar com todo o tempo para o debate na Comissão de Mudanças Climáticas, passo de ameaço a palavra ao Dr. Milton Kanashiro da Embrapa.

Dr. Milton Kanashiro: Boa-noite a todos, agradeço pelo convite à Embrapa e para uma discussão aonde a conservação é uma tônica forte da Amazônia, o setor produtivo tem um papel muito importante, mas com muita freqüência, talvez respeite a questão ambiental ela entra como um segundo fator eu acho que nesse momento, mais do que nunca a questão ambiental ela precisa entrar nessa equação para que os sistemas de produção possa ser sustentáveis para que os mercados possam ser abertos aos produtos brasileiros e a o ambiente e o capital natural da Amazônia seja preservado. Eu acho que o capital natural é muito mais além do que recursos naturais, eu acho que tem toda uma cultura, tem toda uma população envolvida no processo e evolução de milhões e milhões de anos não pode ser destruída dentro do conceito de é importante produzir, produzir, produzir. Eu acho que é importante produzir, mas é importante que talvez, nós, o Brasil tem a possibilidade de vivenciar o processo de desenvolvimento diferente se nós conseguirmos preservar a Amazônia nas suas estruturas funcionais. O que eu quero passar aqui é que a Embrapa na Amazônia a Embrapa tem 41 centros de pesquisas em vários Estados brasileiros e na Amazônia tem um centro correspondendo a cada Estado. A Amazônia... o próximo. O que nós estamos tentando fazer na Embrapa, é que todos esses centros na Amazônia possam, que todos os centros na Amazônia possam trabalhar de forma integrada, mas não apenas os centros da Amazônia, os centros que estão fora da Amazônia também em situações específicas possam ajudar a trabalhar questões específicas na questão da produção. E isso não é, assim, uma tarefa tão fácil, porque a própria distância que separa as instituições é uma questão bastante, bastante forte e difícil, vamos dizer assim. Volta um pouquinho, volta, está indo para o fim, está avançando e a questão que eu acho que é, foi colocado essa foto por ser bastante emblemática com toda a questão da soja, eu acho que a própria agricultura sustentável na Amazônia, ela tem uma concepção, hoje, diferente, a paisagem rural ela precisa levar em consideração a questão do manejo da floresta, ela precisa levar em consideração a questão do plantio, dos sistemas e a própria criação, os animais. Então, todos esses elementos tem um papel muito importante na geração de renda ao mesmo tempo que o capital natural deva ser preservado. As diretrizes adotadas para a Amazônia são baseada em três eixos, um de ordenamento, monitoramento e monitoramento territorial; o segundo de manejo, valoração e valorização da floresta e terceiro sistemas sustentáveis para áreas abertas ou desmatadas, áreas em vários graus de nível antrópico já estabelecido. Próximo. Então, apenas para colocar a questão do ordenamento, gestão e monitoramento territorial, a Embrapa tem envolvido em, participado da elaboração da isoneamentos voltados para áreas da Amazônia e, por exemplo, na questão da BR-163 teve uma ação bastante importante. Um outro trabalho que a Embrapa está fazendo, inclusive, ele pode, ele é controvertido, é a relação, por exemplo, do isoneamento do dendé, o dendé como cultura, ele é automaticamente, quando se fala em dendé pensa numa coisa prejudicial, mas diante da questão da agro energia a própria agricultura familiar necessita e quer participar desse agronegócio e que na verdade é uma questão do agronegócio, da forma que nós usamos, geração de renda, não necessariamente grandes produtores de destruição. E no caso do dendé, vai ser muito importante que o isoneamento do dendé, inclusive por causa de uma doença chamada amadurecimento fatal que é um problema muito sério, esse isoneamento vai se determinar onde se plantar dendé, os pequenos agricultores querem participar desse processo, eu acho que é muito importante o suporte nesse sentido, o próximo. A outra questão é o manejo valorização e valoração dos recursos naturais, florestais e hídricos, aonde todo o esforço tem sido no sentido de entender biologicamente a floresta para que a gente possa, na verdade, utilizar técnicas e desenvolver técnicas para que o manejo florestal não seja danoso para que os processos biológicos, continuem acontecendo que as espécies continuem se reproduzindo, para isso nós temos Torres de 30, 40 metros que a gente chega ao topo das árvores e possa fazer estudos de biologia reprodutiva, estudo de polinizadores para tentar entender do ponto de vista de retirada o quanto que se pode retirar e qual a possibilidade desses materiais voltarem a se reproduzir. E a questão da botânica, é uma questão, assim, muito importante

a biodiversidade da Amazônia, ela é desconhecida, vamos dizer assim falando nos vegetais, os animais, aparentemente é um pouco mais, eu não diria que é mais fácil, mas a quantidade de espécie, falar em anjo limo tem 30 espécies de anjo limo, falar curo picho à, têm 30 espécie de curo picho à quando se faz trabalho de mercado tudo isso sai como curo pichada o aspecto de produção das populações são completamente desconhecidas, vamos dizer assim, daqui a 40 anos nós estamos ter muita dificuldade, onde numa palestra da inauguração do instituto de biodiversidade no Museu Goeldi, uma questão levantada pela diretora, a Dra. Ema Vieira é que a botânica está totalmente esquecida no Brasil, e para a Amazônia é uma questão muito séria, a sustentabilidade da Amazônia em termos de sistemas, de utilização, depende muito desse conhecimento básico que é conhecer as espécies. Próximo. Então, aqui nós temos várias tecnologias para o manejo das florestas, tanto a nível empresarial, como em nível comunitário, a questão dos produtos não madeireiros é muito importante, açaí, andiroba, apenas representado por alguns produtos, por exemplo, Tucumã, Tucumã é uma espécie que ninguém se falava, mas hoje é uma espécie que diante da agro energia é uma coisa muito importante por acaso que Embrapa temos banco de Tucumã, coisa que não existe em nenhum canto e várias populações de Tucumã já destruídas. Apenas coletar e plantar em outro lugar, que é uma atividade cara, né, e o que que Juca fazer o trabalho tão duro por tanto tempo nesse momento que Tucumã entra no cenário e nós temos o material genético, nós estamos registrando o material com possibilidade de distribuição de sementes. Próximo, aqui ainda falando a questão do avanço da tecnologia, no caso do manejo florestal que a tecnologia da informação associada a toda a revolução tecnológica, ela deve, ela tem que entrar de alguma forma na composição de tecnologias para que a gente possa aproveitar os nossos recursos de forma mais racional possível e e nesse sentido a tecnologia tem que trabalhar a nosso favor, o o que professor Carlos Nobre estava comentando, acho que essa revolução que precisa acontecer na Amazônia, ela passa por revolução tecnológica também e nós precisamos estar atento como várias tecnologias, ou como a informação, a tecnologia possa avançar em nossa direção. Bom, aqui, apenas mostrando que com essa tecnologia, existe o modelo do impacto reduzido que era de e 22%, considerado pela FAU e razoavelmente bom, com essa tecnologia nós conseguimos abaixar a 14%, eu acho que isso é um grande avanço para o uso da floresta. Próximo, as cadeias de produção é uma outra coisa que nós não podemos esquecer, em geral, tanto para a cadeia de madeira, aqui nós temos um secador solar, aonde nós estamos quantificando exatamente, levantando os índices técnicos, porque eles, esse secador, ele tem uma utilizado para vários produtos e faz com que o valor agregado desses produtos não madeireiros possa ter um valor muito maior, né? Próximo, falando um pouco da questão das tecnologias para as áreas de consolidação, então, nós temos aqui todos esses sistemas de produção, o tempo está acabando, mas... o próximo. A parte de sistemas florestais, agro florestais e uma questão que eu quero frisar bastante a sistema integração lavoura, pecuária e floresta, inclusive o colega Esmeraldi comentou da questão da intensificação da pecuária, a importância de se utilizar a tecnologia, porque nós não podemos continuar com o ponto 1, cabeça de gado e precisamos passar para três cabeças de gado por hectare, quando a gente conseguir chegar a esse nível nós podemos dizer que nós temos pecuária sustentável então, essa é uma questão, assim, portanto importante. Através dessas tecnologias nós estamos dando suporte aos programas...[Corte de Áudio]... controle e prevenção, principalmente ligado ao arco verde, territórios das cidadanias, mais alimentos e também programas de Estado. O que eu gostaria, apenas, de dizer é que fechando que eu acho que tem muita coisa para ser feita, mas tem uma coisa que foi lembrado pelo Senador Arthur Virgílio com relação à questão dos orçamentos. Eu acho que a ciência e tecnologia precisa de orçamentos, vamos dizer assim, justos para que ela possa gerar o que necessita para dar suporte ao desenvolvimento, e uma última coisa que eu gostaria de dizer é que é um privilégio enorme estar aqui, hoje, porque em maio, maio de 79 eu chegava recém formado na Amazônia, hoje 30 anos depois e estar brigando pela Amazônia eu acho que é ainda uma, é um motivo de jubilo para mim, no caso e eu...[Corte de Áudio]... muito obrigado.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradecemos o Dr. Milton Kanashiro, chefe adjunto de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa. Passamos a palavra em seguida para o Dr. Paulo Barreto do Imazon.

Dr. Paulo Barreto: Passa de meia noite, então, bom dia a todos, obrigado pela oportunidade, eu sou pesquisador do Imazon instituto que fico em Belém, focado no desenvolvimento sustentável da Amazônia. O que eu queria deixar aqui hoje é o seguinte: A gente tem aqui a nossa frente várias páginas de papel mostrando as assinaturas de mais de 1 milhão de pessoas, foi citado montado que no o sistema que a Globo montou tem mais de 40 milhões de protestos contra o desmatamento, isso revela o interesse grande

pela conservação da Amazônia, uma energia social bastante expressiva, essa vigília foi montada, porque tem vários projetos que vão contra que vão contra a conservação vocês Oto conflito de interesse do que que a gente espera da Amazônia; o que o que Brasil espera da Amazônia, o desafio é como é que a gente vai aproveitar a energia que está colocada positiva para encaminhar uma espécie de conciliação caso a visões, como é que a gente pode transformar isso de forma positiva aqui nos próximos anos. Para a gente fazer isso precisa ir mais fundo no entendimento para ver, porque que o desmatamento continua na Amazônia, um dos pontos centrais, o Esmeraldi que falou antes de mim tratou um pouco disso eu queria aprofundar, ainda existe bastante subsídio perverso que favor se o desmatamento. Esse subsídio perverso tem a ver com políticas públicas equivocadas para a região, erros acumulados ao longo do tempo, um dos principais tem a ver com uso gratuito de terras públicas, as pessoas se apossam de terra pública e não pagam pelo uso da terra, em 2003 o próprio Incra registrava 43 milhões de hectares de posse, isso é era extensa o doutor efeito disso é que fica mais barato desmatar novas áreas do que melhorar o uso das áreas que já são desmatadas, às vezes quando tem legislação ambiental, muita gente diz que não pode engessar a Amazônia, tem que ampliar área para plantio a gente já tem na Amazônia desmatado a, 700 mil quilômetros desmatados, isso é mais que o tamanho da França, tudo, é uma área bastante expressiva foi colocado que na Amazônia tem 25 milhões de pessoas, na França mais de 70 milhões, então a gente tem a situação de um uso bastante aproveitamento das áreas já desmatadas, o ponto central, o que que a gente faz para melhorar o uso das áreas? O Kanashiro acabou de falar a possibilidade de aumentar muito o uso, a produtividade dessas áreas e a pecuária ocupa mais de 70% dessas áreas desmatadas, ele falou até triplicar, se e a gente só duplica a produtividade a gente poderia ter o dobro do rebanho que tem lá gerando muito mais emprego com essa área que já está desmatada. Então, a questão central é, porque as pessoas não aproveitam melhor essas áreas. Volta o ponto do subsídio se a pessoa tem acesso a terras mais baratas, novas florestas, gratuitamente você vai ter muito pouco incentivo para melhorar o uso dessas dessas áreas, aí tem uma ligação muito forte já foi colocado aqui, tem uma Medida Provisória que foi votada pelo que eu vi hoje, já foi votada na Câmara vem para cá para o Senado avaliar a Medida Provisória considerando quais são os itens lá que incluem subsídios e novas aberturas para que continuem ocupando a Amazônia sem pagar, ou pagar abaixo do preço do mercado se isso continuar a gente vai continuar falando dessa contradição. Tem gente querendo conservação os incentivos que a política pública coloca acaba levando ao desmatamento. O outro subsídio que é muito forte teve alguma correção no último ano, mas ainda continua que é o crédito público subsidia, o crédito agrícola que acaba estimulando o desmatamento, 2002 e 2008 só o programa FNO que é o fundo constitucional do norte teve bilhões de reais para a pecuária, embora o crédito não seja diretamente para desmatamento, tem vários estudos que mostram a que acaba tendo vazamento, estimula indiretamente o desmatamento, isso é uma distorção muito forte, a gente ainda estar patrocinando indiretamente o desmatamento na Amazônia. Então, qual é o guia, como é que a gente daqui para frente resolve essas contradições, aproveita a energia positiva que está colocada aqui para corrigir essas distorções que a gente tem nas políticas públicas? População que já existe em área desmatada grande que pode ser usada para melhorar muito a produtividade agrícola, qual é o guia que a gente precisa? Eu acho que o primeiro ponto, então, é tratar justamente desses subsídios que eu acabei de falar. O uso gratuito dessas terras tem que ser eliminado e um ponto central para isso é ter uma regularização fundiária que cobra imediatamente o uso dessas terras, seja via uma, a venda dessas áreas como está colocada em parte da Medida Provisória ou um arrendamento as pessoas tem que pagar pelo uso da terra senão vai ter sempre o incentivo de ocupar cada vez mais as áreas. O outro ponto tem a ver com o crédito, realmente não precisa crédito subsidiado para agropecuária tem que redirecionar todo o crédito que é disponível subsidiado para as atividades que tem a ver com conservação e produção na área florestal eu vou falar um pouco mais sobre isso. Primeiro ponto eliminar todos esses subsídios que ainda existem, tanto na área do crédito quanto em relação ao uso da terra. O outro ponto é realmente facilitar o uso mais produtiva das áreas já abertas. Tem a ver com a regularização fundiária, o investimento em pesquisa que foi colocado aqui é essencial para isso, tem outro ponto ligado que é a infra estrutura adequada, foi citado hoje aqui o exemplo do asfaltamento de uma rodovia que está aberta há muito tempo, mas acabou a floresta retomando, significa que não fazia sentido nem ter sido aberta nem faz sentido voltar e repavimentar ou de fato, pavimentar pela primeira vez, o que vai ser importante aí, construir a infra-estrutura, onde já tenha uma população, você tem uma estrada principal e tem população que fica 15, 20 quilômetros dessa rodovia, mas as estradas vicinais muito ruins, então, o dinheiro que está sendo programado para investir expandir a infra-estrutura em florestas em torno

de florestas ainda virgens, esse dinheiro deve ser colocado na infra-estrutura que próximo de aonde já tem população que depende de transporte e não tem hoje. Ou seja, usar uma infra-estrutura adequada em vez de usar dinheiro público para abrir novas áreas, que vão estimular novas ocupações irregulares e acabar tendo mais desmatamento. Finalmente, é preciso apoiar o desenvolvimento florestal da região, tem um potencial enorme tanto das florestas nativas quanto da área da reflorestamento, isso a gente pode ter a capacidade de gerar muito emprego. Tanto na área de plantio, do manejo da floresta, quanto na indústria associada a isso, há duas semanas atrás, eu assisti no final deprimido, a palestra de uma engenheira florestal que estava trabalhando numa empresa internacional que queria investir em reflorestamento na Amazônia, tentou teve a pesquisa como é que isso poderia ser feito, no final de 3 anos a empresa desistiu de fazer isso, e foi investir na Indonésia e na China, não conseguiu investir na florestamento da Amazônia, o desejo de ter a concentração, tem uma empresa querendo investir e não conseguiu, vários problemas ligados a tecnologia, mas muito ligados também a esse problema de desordem fundiária, quem vai vai investir para cortar árvores ou para manter carbono, as pessoas não vão fazer isso se você não tem um clima favorável em relação as investimentos é um exemplo simples de oportunidades que a gente está perdendo a gente precisa corrigir esse problema com os investimentos corretos no apoio ao manejo florestal e também ao reflorestamento, dessa forma a gente poderia conciliar essas visões que parecem contraditórias hoje o desejo de melhorar a qualidade de vida, por outro lado muito bem colocado hoje aqui o desejo também de ter conservação. Isso é possível melhorando a produtividade dessas áreas que já estão abertas e apoiando fortemente reflorestamento e manejo das florestas nativa, obrigado.

SR. PRESIDENTE: Agradecemos o Dr. Paulo Barreto, pesquisador senior do instituto Imazon, e passamos a palavra de imediato a senhora Adriana Ramos do instituto sócio ambiental.

Adriana Ramos: Obrigado Senador Ideli Salvatti, obrigado a todos que conosco aqui resistem, a mim foi data uma tarefa prazerosa porém trabalhosa de falar um pouco sobre as iniciativas legislativas que protegem a Amazônia, trabalhosa, porque a gente sabe que os problemas estão nos detalhes, há consensos muito fáceis sobre a Amazônia, em relação a não se desmatar mais, em relação a se aproveitar melhor a floresta, é exatamente na diferença, nos detalhes que os projetos de lei foi defiro indo, então eu tive o trabalho de ler projetos que pela ementa, que no final traziam alguns dispositivos que faziam com que sua boa vontade fosse um pouco inócua. Então, eu gostaria de destacar dessa leitura, dessa análise alguns projetos que de fato são muito relevantes que poderiam mudar a agenda do Congresso Nacional em relação à Amazônia numa ação, realmente, positiva para que a gente pudesse garantir uma perspectiva de futuro sustentável na linha do que muito bem apontou aqui o Dr. Carlos nobre, acho que as propostas que vão ajudar a proteger a Amazônia são aquelas que vão ajudar a promover o desenvolvimento que tenha a floresta como fundamental, como base, desenvolver uma economia baseada na floresta não desenvolver uma economia baseada na necessidade de retirada da floresta como tem sido feito historicamente. Alguns projetos que tratam de questões tributárias que já tramitam aqui para começar pelo projeto do FPE, apresentado pela Senadora Marina Silva, poderiam contribuir para isso, projetos que poderiam ajudar a fazer um balanço de recursos, mas favorável à manutenção da floresta, a conservação ao uso sustentável, além do FPE, a exemplo do FM S ecológico que já existem em alguns Estados poderia dar a contribuição vocês nós temos a proposta do Imposto de Renda ecológico que iguala o sistema que hoje é feito de isenção para investimentos em cultura, em esporte, projetos ambientais, o Imposto de Renda ecológico poderia beneficiar tantos fundos públicos quanto projetos da sociedade civil. A proposta apresentada pela Deputado Janete Capiberibe de estabelecer condicionamentos no investimentos do FNO, projetos que poderiam pegar a os recursos públicos que estão aí, fazer uma verdadeira reforma tributária ecológica, privilegiar essa perspectiva da floresta. Uma outra proposta muito importante é a proposta que traz para a lei com de licitações, critérios ambientais para as compras públicas, para que a gente possa estabelecer prioridade para aqueles produtos de origem florestal que são produzidos de forma sustentável que garanta a inclusão social que poderia também promover uma grande mudança na economia da região. Além disso os projetos que tratam de pagamento por serviços ambientais, muito tem se falado da questão do carbono, serviços ambientais da Amazônia, um apresentado pelo Senador Renato Casagrande que definem o que são serviços ambientais a e estabelecem possibilidades de estabelecimento de políticas ambientais, isso poderia fazer uma diferença em todas as escalas da Amazônia, nível local, para a comunidades locais como de políticas estaduais para sistemas de unidades de conservação na Câmara dos Deputados também tramitam vários projetos, hoje todos estão sendo tratados pela relatoria do Deputado Jorge Curi, alguns projetos parecem simples como projetos que estabelecem regras para o manejo florestal sus-

tentável como uma saída para a Amazônia, entretanto muitas das regras para facilitar esse manejo, estimular esse manejo ainda precisam ser revistos, há projetos nesse sentido, inclusive um do Deputado Sarney filho. E alguns projetos que são mais inovadores do ponto de vista da perspectiva que hoje se tem da Amazônia. A Deputada Vanessa Grazziotin e apresentou projeto estabelecendo a geográfica para projetos de bio cosméticos da região amazônica, isso dá uma ideia daquilo que a gente poderia promover de uma economia diferenciada. A exemplo do que existem outros países e no próprio Brasil com alguns produtos reconhecidos de regiões específicas, a Amazônia é muito rica nesses produtos, né, não só consumidos no mercado interno, mas muitos consumidos no mercado externo e poderia associar à origem desses produtos um real valor cultural que pudesse também fazer um diferencial na remuneração dos extrativistas. E o Projeto de Lei da Comissão de Mudanças Climáticas que estabelece critérios no processo de mudanças climáticas de licenciamento ambiental para obras com horizonte acima de 20 anos de funcionamento, esse é um projeto que poderia ser revolucionário, hoje nós temos um problema enorme quando a gente fala de licenciamento ambiental de obras na Amazônia, o licenciamento ambiental é um instrumento tão somente administrativo para dizer como devem ser feitas aquelas obras que do ponto de vista político foram decidida que portanto não deveria ser o espaço de disputa e de discussão política da necessidade ou não de tais obras, ele hoje é onerado exatamente pelo fato de que não há uma perspectiva de planejamento de longo prazo em relação a essas obras, que prevejam os riscos e o que vai acontecer na região ao você instituir uma obra de infra-estrutura. Essa iniciativa é uma iniciativa que poderia contribuir para essa visão mais longa, vamos instituir uma nova obra, como é o caso da estrada da BR 319 na Amazônia que vai pavimentar uma área remota da Amazônia, o que vai acontecer, com essa região daqui a 25 anos e o que vai agravar o quadro dessa região a situação das mudanças climáticas globais. Nesse sentido a discussão de outros instrumentos de planejamento, como é o caso das avaliações ambientais estratégicas também poderia se desenvolver de uma forma mais efetiva na casa, é um Projeto de Lei do Deputado Fernando Gabeira tramitando sobre isso que também poderia trazer uma grande diferença, como a gente vê esses são apenas alguns exemplos, mas são exemplos que se somados poderiam ser uma agenda extremamente positiva do Congresso Nacional em relação à Amazônia. E acho que, para nós, é extremamente importante poder levantar isso aqui, especialmente, porque as organizações não-governamentais são aquelas que estão sempre apontando os problemas, os equívocos fazendo as campanhas de denúncia, mas nós também temos muitas propostas, nós temos nos engajado muito em processos para buscar soluções. E eu queria aproveitar, já que o Oded Grajew teve que sair não vai poder falar Amazônia sustentável, falar nesse momento sobre o fórum que é uma dessas iniciativas o fórum Amazônia sustentável é uma articulação de instituições, empresas, é um espaço de diálogos não muito mais do que isso, mas um espaço de diálogo que consegue reunir organizações não-governamentais, movimentos sociais, empresa de grande parte como é o caso da vale, da alcoa, uma com o coisa alguns anos atrás parecia muito impensável que pudéssemos identificar grupo distinto de atores que nos permitíssem desenvolver uma agenda comum de debate para que a engessa aos poucos ir entendendo melhor um pouco as motivações um dos outros e ajudando a formatar formas alternativas de intervir na região. O fórum tem focado em alguns temas como o tema da infra-estrutura o tema das mudanças climáticas especialmente na questão dos MEC nesses de redução de emissões por desmatamento e degradação e tem se constituído num espaço muito rico, porque demonstra que a partir desses consensos macro que nós temos e das nossas diferenças, é possível avançar, discutir, dialogar numa perspectiva comum de que a Amazônia precisa se desenvolver a partir dela mesmo, para ela mesmo, reconhecendo as suas populações, reconhecendo o direito das populações, como uma questão inexorável da sua sustentabilidade. Eu acho que essa noite, aqui, pode ser a inspiradora para que a gente venha a trabalhar daqui a para frente mais na agenda positiva do que ree ativa, porque se a gente solucionar os problemas agenda positiva como essa, os o outros que são nossos conflitos vão ficar muito menores, obrigado.

SR. PRESIDENTE: Agradecemos senhora Adriana Ramos, do instituto sócio ambiental e passamos de imediato na linha do propositivo e do positivo, ao Eufran Amaral que vai apresentar as iniciativas promissoras do governo do Acre.

Eufran: Boa-noite, Sr. Presidente, Ideli Salvatti nome de quem eu cumprimento toda a mesa, boa-noite Senadora Marina Silva, nome de quem eu cumprimento todos os presentes. Senhora Presidente, aqui eu tenho um grande desafio, de em 10 minutos falar das iniciativas promissoras do Acre. Na mesa de abertura foi dito para nós escolhermos o nosso futuro, o Acre, escolheu o seu futuro há 100 anos atrás quando lutou para fazer parte desse país, e durante esses 100 anos e pouco de história, muitos ficaram no caminho. E muitos continuam lutando, é uma história que se constrói a cada dia e aqui a gente vai mostrar alguns,

a gente vai mostrar uma parte muito pequena dessa história. Próximo. Nós ocupamos 2% do território nacional e 4% da Amazônia brasileira, e assim como todos Estados da Amazônia o desafio é consolidar as áreas desmatadas e garantir o uso sustentável da floresta; garantir que tenhamos um uso eficiente cada vez mais intensivo e produtivo da área desmatada, mas cada vez mais consigamos valorizar a floresta, mantendo homens e mulheres que ali vivem. Próximo, mas para isso a gente precisa entender que nós temos uma região diversificada, a solução que se aplica a comunidade indígena não é a mesma na comunidade ribeirinha, para o extrativista, não é a mesma para o pequeno produtor, nós temos uma floresta que é densamente povoada, precisávamos entender como que estavam, quem eram, onde estavam, e quais seriam as alternativas para cada um. Hoje nós somos 655 habitantes, desses 70% está concentrado na área urbana, 30% na área rural, na área rural 50% está nos assentamentos gerenciados pelo Incra e aí nós temos, 6% de índios, 16% de extrativistas, 10% de ribeirinhos e 20% de pequenos, médios e grande produtores rurais. Próximo, e a gente aprendeu a seguir grandes exemplos, e o grande exemplo que nós temos do líder seringueiro Chico Mendes a gente começa a replicar, mostrando que o sonho continua vivo a cada dia, alguns exemplos desse legado, as reservas extrativistas na luta do Chico Mendes e seus companheiros, hoje somam 2 milhões e 600 mil hectares, 16% do território acreano, o Acre é o maior produtor de castanha do Brasil, respondo dê a 33% da produção nacional. A lei Chico Mendes de 99 é um pagamento de serviço ambiental, nós temos a possibilidade do incremento da produção da borracha e ali se iniciou, disse: É possível valorar a produção na floresta em prol dos povos da floresta, a fábrica de preservativo é a única no mundo a utilizar látex seringal considerando de um lado a cadeia produtiva, o homem e a mulher, a família que vive na floresta e de outro lado alta tecnologia. Próximo. Mas para isso fizemos a opção de conhecer bem para usar melhor, fizemos a piso de ter um isoneamento ecológico econômico que não foi imposto, mas construído na forma de grande pacto por todos, índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos, médios e grandes produtores rurais, fizemos além de ter um eixo de recurso atuais e eixo de socioeconomia, dissemos vamos ter outro eixo, o eixo cultural político, vamos ver qual é o sonho da dona-de-casa, qual é o sonho do pequeno produtor, qual é o sonho do grande produtor, qual é o sonho do índio vamos incorporar com mesmo peso de recursos naturais de socioeconomia. O isoneamento do Estado do Acre é referência, por essa sua mudança e principalmente com relação à participação. Hoje nós temos como parte da implementação do isoneamento que nós chamamos de zonas especiais do desenvolvimento, ali se consolida infra-estrutura como o instrumento que eu falei da fábrica de preservativo, a infra-estrutura de acesso, a infra-estrutura de produção, temos áreas específicas onde ali precisam ação mais cuidadosa, ali precisa um esforço maior que é o que nós chamamos de zona de atendimento prioritário que aí inclui unidades de conservação, terra indígenas, áreas frágeis de projeto de assentamentos tradicionais e o projeto de assentamentos diferenciados. Próximo. Aqui alguns indicadores dos nossos compromissos, ao mesmo tempo que conseguimos reduzir ano a ano a taxa anual do desmatamento nós aumentamos a produção de rebanho bovino, aumentamos a produção de maneira, aumentamos a produção de borracha, a produção de castanha e aumentamos o crédito integrar ações, não pensar de forma dissociada, o Estado... Acre, últimos 8 anos dobrou nós temos 50% do Estado protegido. Hoje só se cria no Estado assentamentos diferenciados, muitos deles iniciaram ali no Estado, 90% da madeira que sai do Estado, é oriunda de plano de manejo. A taxa de desmatamento vem caindo ano a ano, o ano passado foi a menor taxa dos últimos 9 anos. Quando se fez a opção de pavimentar a BR 364 ligando Rio Branco a cruzeiro do sul, se fez a opção de fazer o contrário de cruzeiro do sul para Rio Branco, para evitar a ocupação desordenada e garantir o ordenamento territorial na faixa da BR. Próximo, hoje já gesto amanheço do governo grama Binho Marques, chegar em cada comunidade, em cada lugar com três eixos dizendo: Olha, a nossa visão de futuro, Presidente, como a gente falou no início, é que o Acre vai ser o melhor lugar para se ver na Amazônia, para isso precisa ter um foco, e qual é o foco? A comunidade, cada comunidade, cada aldeia, cada colônia cada produtor rural, em três eixos, primeiro e que nós possamos garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos. Fortalecer o Setor Privado com base numa economia justa e competitiva, mas com foco florestal, valorizar a floresta e garantir o uso sustentável da área desmatada e para envolver todos, promover o empoderamento comunitário. Que nós possamos ter aqui as comunidades trabalhando efetivamente na construção desse processo de desenvolvimento, próximo. Ou seja é trabalhar a moedinha. A moedinha da sustentabilidade, de um lado pobreza e de outro meio ambiente. Próximo, e qual é o desafio? Integrar essa agenda, a agenda de meio ambiente com a agenda de redução de pobreza, melhoria de qualidade de vida com qualidade ambiental e aí o desenvolvimento econômico, integrar as políticas sociais e ambientais, ter a pobreza com a questão sócio ambiental. Próximo.

Ou seja, trabalhando o meio ambiente, tendo comunidades organizadas e seguras, cidades e comunidades sustentáveis, do lado da pobreza, trabalhar a distribuição de renda, e ter pessoas educadas, saudáveis e nutridas para fim ter uma economia limpa, justa e competitividade com forte base florestal para aí caminharmos, ter um caminho, um varo douro para o desenvolvimento sustentável, próximo. Para isso, o ano passado o Governador Binho Marques, lançou a política de valorização do ativo ambiental florestal ali estavam presentes e estão presentes mais de 10 secretaria estaduais, prefeituras, sociedade civil organizada juntas num grande objetivo, num grande consenso que é de consolidar as ações de sustentabilidade nesse Estado, próximo. E as diretrizes são, inclusão social com geração de renda, conservação da sócio biodiversidade e conservar a floresta e o homem, conservação das águas e garantir mitigação e adaptação às mudanças climáticas, recuperando paisagens e mantendo a floresta. Próximo, ou seja é trabalhar uma árvore de um lado consolidando que já está desmatado, podendo recuperar áreas, podendo aqui inserir o programa de florestas plantadas e de outro lado recuperando o que a história fez, muitas das vezes você tem a ocupação desordenada recuperando e regularizando o passivo e criando o programa de certificação com base na educação. Vamos fazer, vamos fazer junto um processo de planejar agora cada propriedade. Próximo. Ou seja, saímos lá do isoneamento, conhecendo o Estado como um todo, passando pelo isoneamentos municipais, chegando nas Edis, chegando em cada comunidade, mais ou menos nessa estratégia, chegando na comunidade mais distante e integrando a uma zona onde eu tenha estrutura de forma que eu tenha processo de integração, estou encerrando, Sr. Presidente, próximo. Ou seja, com essa engenharia o que sistema todo deve ser otimizado, a engenharia e da florestania, como foi colocado aqui, nós cidadãos da florestas pensamos que tem que otimizar todo o sistema, floresta e área desmatada todos os benefícios devem estar senso mensuráveis, e tem que dar os passos certos no tempo certo e na seqüência certa tendo o conhecimento territorial como base desse trabalho. Próximo, ou seja, é um desenvolvimento, primeiro, participativo pactuado com todos para que todos tenham o acesso ao desenvolvimento e ao mesmo tempo incluo dente sustentável, só lembrando da frase que a senhora falou no início, eu não tinha planejado fazer essa, mas relembrando aqui a frase, quando o Chico Mendes falou no início pensei que estivesse lutando para salvar as seringueiros, depois pensei que estivesse lutando para salvar a floresta amazônica, agora percebo que estou lutando para a humanidade, na verdade ao manter a floresta em pé nós estamos lutando por cada um de nós, pela sobrevivência nossa. Próximo. Ou seja, o que nós falamos lá no Acre, é que nós temos 3 opções de viver bem ou nós vamos viver na floresta como índio, na floresta como extrativista ou em harmonia com a floresta, nó aqui na cidade ou pequeno e médio produtor tendo a área de reserva legal e área de preservação permanente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE: Muito obrigado ao Eufran Amaral, passo de imediato a Andresa Dias da associações de produtores florestais certificados.

Andresa Dias: Boa-noite a todos, agora eu vou mostrar um pouquinho do outro lado da moeda, a gente teve número de desmatamento, números chocantes, né, do que que está acontecendo do problema, agora a gente vai mostrar uma iniciativa diferente e eu faço parte do grupo de produtores certificados, é um grupo que está localizado na Amazônia. Próximo. Como já foi falado por alguns colegas sobre o problema a gente tem maior floresta tropical do mundo, maior diversidade, 17 mil rios 60% do território da Amazônia legal está na região norte, e 10 milhões de habitantes, a gente tem um peso enorme, o índices de desmatamento cada vez aumentando uma grande área desmatada, quais são os vetores do desmatamento, próximo, exploração ilegal de madeira, a pecuária, a soja, carvão e mineração, vou falar um pouco da exploração que é mais a minha praia, né, então, a gente tem alguns modelos de exploração, que é a exploração com o manejo florestal que a gente pode observar na primeira imagem de satélite, uma exploração planejada, a gente tem a exploração convencional, abaixo a gente pode ver o tipo de exploração predatória com vários pontinhos amarelos que significam grandes aberturas em áreas de floresta. Próximo. A gente tem opção diferente que é que eu vim apresentar hoje para vocês, que é a exploração manejada com certificação F S C, o que significa essa exploração manejada com o certificação? Significa que o apreendedor florestal não aquele madeireiro, aquele bandido que a gente está acostumado o ouvir falar, é o empreendedor florestal que decidiu chamar um corpo de auditoria independente, baseada em principais e critérios adotados, reconhecidos internacionalmente através de um conselho brasileiro, um conselho de manejo florestal e essa auditagem foi capaz de dizer que ele faz tudo certo, que ele se preocupa, tem a responsabilidade social, ambiental e econômica na área de exploração. Próximo. O que diferencia esse manejo certificado de um manejo normal, sem a certificação? Primeiro são os critérios rigorosos que são submetidos as áreas certificadas, bem maiores do que somente aquele legal no papel na maioria das vezes. Essas áreas são auditadas freqüentemente,

então, não por não, por governamentais, por auditorias independentes. Desde o planejamento, a cadeia produtiva ela surge visando o lado social, primeiro, a geração de emprego é dada desde a hora do planejamento, do inventário onde os técnicos vão a campo fazer levantamento das espécies, a gente tem o planejamento florestal o corte direcionado, a preocupação com pequenas aberturas dentro da floresta e o aproveitamento do máximo possível daquela madeira na área. Então, é um grande planejamento, as pessoas tem uma ideia errônea de que a certificação, hoje, ainda é pouco divulgada, né, e que o custo é muito alto para se fazer uma certificação. Mas acontece que o investimento hoje que uma empresa certificada faz é alto. A empresa paga todos os impostos, todos os encargos sociais, um dos primeiros requisitos para você ter uma empresa certificada é obedecer a legislação, obedecer as comunidades, priorizar as comunidades tradicionais, as aldeias indígenas que vivem no entorno ou vivem no entorno dessas áreas certificadas. O que diferencia hoje uma área certificada com manejo certificado do FSC de uma área somente de manejo certificado é dizer que nós temos a responsabilidade sócio ambiental na área de manejo. Nós nos preocupamos em colaborar com as comunidades, troca de experiências, treinamento, capacitação investimentos nessas áreas, além de proporcionar todo o benefício para os funcionários, a adesão dessa mão-de-obra, dessa comunidade na área, no trabalho da área certificada. Próximo. As áreas certificadas não permitem caça e pesca predatória. Próximo. Aí vocês veem uma foto que é bem interessante, o que que uma pessoa do setor produtivo empresarial está fazendo aí falando de um tipo de exploração de floresta diferenciado. Hoje o grupo que eu estou representando tem 5 empresas certificadas e 5 comunidades. Essas 5 comunidades hoje estão no Acre que fazem parte da cooper floresta que é uma cooperativa mista de produtores lá do Acre, e qual é o trabalho? A gente busca parcerias com essas comunidades para desenvolver a área deles de manejo, estimular a pesquisa, estimular o planejamento produtivo deles para que eles possam explorar não só os produtos madeireiros, mas também os produtos não madeireiros. Nós temos hoje uma comunidade que é a aldeia indígena Tibau, ela representa hoje 1,5 milhão de áreas certificadas na Amazônia. Eles, trabalham com óleo de castanha. Então vocês podem observar nessa foto que é uma grande grande preocupação, porque é uma exigência do FSC que tenha esse trabalho com as comunidades do entorno. Então, pesa muito o lado social, o que nos difere bastante é a preocupação com o lado social, além do monitoramento ambiental que deve ser feito. O grupo de produtores florestais certificados representa hoje 92% das florestas nativas certificadas na Amazônia. Nós atendemos o mercado interno e externo, nós temos, é muito interessante falar sobre a preocupação de estimular o mercado interno. Porque quando você pensa em certificação você pensa em preço, alto preço, e que o mercado externo está disposto a pagar. Com a crise, mudou bastante esse tipo de mercado, hoje o nosso, um dos principais mercado é o mercado interno com isso nós fomos procurados pela Prefeitura de São Paulo no ano passado, a Senadora até falou que existem alguns paulistas que estão preocupados sim com essa exploração Madureira, então, nós fomos procurados por eles e depois de várias conversas nós junto com outras entidades como WWF e sindicato da construção civil e como o mercado de São Paulo hoje, já estou terminando, como o mercado de São Paulo hoje é um dos principais consumidores de madeira da Amazônia nós assinamos um programa chamado madeira Legal onde lá na construção civil, nas compras públicas de São Paulo eles vão exigir a comprovação da origem da madeira. Próximo. Essa foto é muito interessante, porque foi de uma apresentação eu resolvi colocar, porque eu acho que ela tem o impacto legal que o planeta não agüenta mais. Próximo, nós estamos com o poder decisório na mão. A gente quer comprar madeira dessa área, desse tipo de exploração? Ou madeira que tem comprovação de origem que mostra que está preocupada com o meio ambiente e com a sociedade que vive no entorno? E o grupo de produtores está hoje aqui para mostrar que é possível sim para o grande, para o pequeno fazer da forma correta, obrigada.

SR. PRESIDENTE: Muito obrigado a Andresa Dias e a nossa última fala neste painel do encerramento, a senhora Nádia Cristina Ferreira da iniciativas promissoras do governo do Amazonas.

Nádia Ferreira: Sr. Presidente, senhora presidenta dessa Comissão organizadora, uma satisfação estar aqui, e eu tenho um grande desafio, por ser a última a falar, é manter a atenção de todos nesse momento e espero ser disciplinada com os 10 anos que tem nos destinado a apresentar as experiências de sucesso que o Governo do Estado do Amazonas tem implementado na sua política ambiental de desenvolvimento sustentável. Bem, esse é o exemplo do Amazonas que estarem aqui compartilhando com os senhores nesse momento. Partimos do princípio da valorização econômica das florestas, mas acima de tudo, da valorização das populações tradicionais. Próximo. Certamente o perfil do Estado do Amazonas, ele se diferença muito dos outros Estados da Amazônia e dos problemas e os grandes desafios que foram apresentados aqui. Certamente isso se dá muito em função dos processos de

ocupação desses outros Estados o que diferenciou do modelo de desenvolvimento e de ocupação do Estado do Amazonas que por conta do polo industrial de Manaus que hoje é a base da nossa questão favoreceu e que hoje tivéssemos esse perfil que representa dos nossos 1 milhão e e meio de quilômetros quadrados, cerca de 3,3 milhões de habitantes, temos e mantemos 98% da nossa cobertura florestal intácta. Além de ter no nosso território 54% do nosso território protegido. Sendo que 12% são de unidades de conservação do Governo Federal, 12% do Governo do Estado e 29% de terras indígenas. Temos ainda também no nosso Estado um perfil e que nos credencia a comercializar e a entrar no mercado voluntário de carbono já que 50% de todo o estoque de carbono está concentrado no estoque do Amazonas e detemos 16% de toda a reserva de água doce do planeta, e convivemos com a maior diversidade ética do Brasil que é as populações indígenas e nós temos 66% de etnias no nosso Estado. Próximo. Certamente esse conceito e as políticas sustentaram nesse tripé, que a floresta vale mais em pé do que derrubada, que as populações locais indígenas, ribeirinhos, extrativistas são sim os verdadeiros guardiões da florestas e que os maiores vetores do desmatamento são a pobreza e a ineficiência da educação. O governo, então, cria uma estrutura para incentivar o desenvolvimento sustentável a começar de propiciar às empresas que querem levar produtos madeireiros e não madeireiros ao interior do Estado, oportunizando os meios incentivos fiscais que as empresas da Zona Franca de Manaus tem, esse é um decreto de 2005, assinado pelo Governador Eduardo Braga. Ainda dentro dessa linha há todo um estímulo de uma agência que foi criada para estimular o micro crédito em atividades sustentáveis, assistência técnicas, garantir preço mínimo aos produtos da floresta, o extrativismo como a borracha, a malva e a junta além de garantir a compra e acesso aos novos mercados. Uma outra estratégia que tem sido muito eficiente no nosso Estado é ampliar as áreas de unidades de conservação. O Governo do Estado Amazonas nos 6 últimos anos incrementou em 160% as nossas áreas protegidas, o que significa dizer que saímos de 7 milhões de hectares para 19 milhões de áreas protegidas só do Governo do Estado do Amazonas. Esse é hoje 52% do todo o território protegido. Próximo, aí está o nosso mapa mais claro são as terras indígenas. Além de tudo isso o governo procura implementar políticas não de um governo, mas política que se sustentem, políticas públicas, políticas de Estado e para isso criamos um arcabouço legal para dar sustentação a todas essas políticas, a começar na primeira Lei de mudanças climáticas no Brasil, instituída pelo Governo do Estado do Amazonas em 2007. A começar da lei estadual que nos dá autonomia para fazer a gestão das nossas áreas protegidas, além disso criamos por conta da Lei de mudanças climáticas que já sinalizava que o Estado deveria criar dois centros estratégicos, o centro estadual de unidade de conservação e o centro estadual de mudanças climáticas, todos os dois no âmbito da secretaria estadual do meio ambiente. Além disso, criamos e instituímos uma fundação que capta recursos para tirar as unidades e de conservação do papel e implementá-las de fato que é a fundação Amazônia sustentável, criada a partir do compartilhamento da iniciativa privada com Banco Bradesco e a Coca-Cola e o Governo do Estado do Amazonas, próximo. O governo cria também o primeiro projeto no Brasil que demonstra o pagamento de serviços ambientais às população tradicionais, é um programa de compensação aos povos da floresta pelos serviços e a proteção que eles prestam. Próximo. Esse é um programa que está estruturado em 4 componentes, onde a família beneficiada, a associação das comunidades são beneficiadas, há o apoio e a geração de renda e o apoio social. Esse programa, hoje, ele encontra-se nas unidades de conservação e é um programa e é um programa que hoje beneficia 5250 a meta é até 2010 alcançar 8 mil famílias no Estado do Amazonas. Além disso, o Governo do Estado do Amazonas também inova ao criar o primeiro programa no Brasil de projetos de Red, que numa reserva também, novo Aripuanã, é um projeto que gera crédito voluntário, a rede de hotéis que financia, cerca de 2 bilhões de reais que estarão sendo investimentos nessa reserva de desenvolvimento sustentável beneficiando 300 famílias que ali residem. Próximo. Aqui, esse é um slide emblemático, porque aqui o Estado demonstra que é possível quebrar paradigmas, estamos vendo aqui em verde, o desenvolvimento e o faturamento do polo industrial de Manaus e em vermelho a redução de desmatamento, o Governo do Estado do Amazonas estimula o desenvolvimento, cresce com a sua economia e apresenta hoje uma redução de 70% do desmatamento. Sabemos que todo esse esforço não é fruto de uma única secretaria de meio ambiente, mas é fruto de políticas na área de educação, de infra-estrutura, investimento em ciência e tecnologia e certamente esse é o exemplo do Amazonas não só para o Brasil, mas para o mundo. E aqui eu agradeço a oportunidade, espero ter sido disciplinada no tempo e de dizer que esse sorriso dessas crianças é a responsabilidade de todos nós que estamos aqui, muito obrigada.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Agradeço a senhora Nádia, Cristina Ferreira, inclusive sobrou alguns minutinhos,

agradeço muito e eu agradeço com muito carinho a todos os nossos painelistas, com estas contribuições fantásticas na linha propositiva... preocupações e aquilo que nós precisamos fazer. Então, eu agradeço aos painelistas, nós vamos desmontar esta mesa, o Senador Arthur Virgílio já se encontra apostos, nós temos antes de dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, o Senador Eduardo Suplicy que é o único e parlamentar que se inscreveu e para este painel. Então o Senador Arthur Virgílio e, pela ordem, Senador? Já em seguida depois o Eduardo Suplicy poderá usar da palavra, Senador Arthur Virgílio.

SEN. ARTHUR VIRGÍLIO: Até não sabia que haveria o painel com o Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE: Não haverá um painel ele terá 5 minutos.

SEN. ARTHUR VIRGÍLIO: De fato esse é um grande movimento que vive a casa e eu gostaria muito em nome do PSDB agradecer a presença do atriz Christiane Torloni, doeu estou cansado, não lembrar do seu nome, do Vitor Fasano, enfim, e eu tenho certeza absoluta que eles representam o pensamento de muita gente mais da intelectualidade brasileira. Uma das lutas que se tem que travar é para nacionalizar esse tema, esse tema tem que ser nacionalizado, acabar com a alienação tradicional e até inervante, porque só nos atrasa quando percebemos que o Brasil vai tomando a muito aos poucos conhecimento do que se faz, do que se tem que fazer na Amazônia, eu sinto que foi um dia muito relevante para o Senado, um dia, um dia e uma noite e um dia. Devemos repetir isso mais vezes, V.Exa está de parabéns, o Senador Cristovam Buarque, o Senador que tomou a iniciativa, o Senador Renato Casagrande. Por outro lado, gostaria de deixar aqui uma equação econômica muito simples. O Brasil é o quarto poluidor do mundo com as queimadas, e é a décima economia do mundo que não é pouco, na verdade o Brasil está produzindo menos riqueza do do que poluindo, está poluindo mais do que produzindo riqueza, se resolvesse a questão das queimadas e mantivesse a posição de décima economia do mundo o Brasil estaria poluindo menos do que gerando riquezas, eu tenho a impressão que essa é a equação que ligaria definitivamente o sentimento de preservação ambiental, de compromisso com o meio ambiente, à ideia da economia que tem que avançar até para gerar riqueza, gerar bem-estar para a população de 190 milhões de habitantes, parabéns V.Exa, parabéns a todos que estão aqui até esta hora creio eu que cansados, mas com muita alegria no coração, obrigado e, presidenta.

SR. PRESIDENTE: Agradeço o Senador Arthur Virgílio, passo, então a palavra de ameaço ao Senador Eduardo Suplicy, por favor.

SR. PRESIDENTE: Atendendo o Senador Suplicy o Marcos Mariani do preserve a Amazônia por 5 minutos.

Marcos Mariani: Boa-noite a todos faço um agradecimento especial ao Senador Suplicy que permitiu a entrada dos estudantes do segundo grau para acompanharem o início da Audiência Pública uma referência especial também à Senadora Ideli Salvatti, eu não vou me estender o tempo já está longo demais dessa audiência então, eu vou falar rapidamente sobre prevenção do desmatamento em larga escala na Amazônia, acreditamos que a prevenção, o princípios da precaução deve ser observado na questão do desmatamento. Próximo slide e, por favor. A gente tem que estabelecer prioridades, está claro que o maior problema ambiental do Brasil, do mundo, provavelmente trata-se do desmatamento na Amazônia aproximadamente 70% das emissões nacionais são provenientes do desmatamento e de queimadas na Amazônia, a gente tem que saber diferenciar os impactos locais ou regionais, questões que tem esses tipos de impacto e questões que tem impactos globais são questões prioritárias, por favor, o próximo slide. Nesse sentido a gente cita como exemplo de questões pontuais, Raposa Serra do Sol, usinas do madeira foram debatidos nos últimos tempos, no próximo slide a gente pode ver o impacto da rodovias do PAC, a malha de rodovia e que está previsto no PAC, que está em planejamento, slide mostra a área de influência, podemos observar que é muito maior o impacto dessas rodovias sobre a floresta. Está claro o que acesso, a facilidade de acesso é uma das principais, um dos principais fatores que induzem o desmatamento, que hoje tivemos problema para entrar com estudantes aqui dentro, todo o lugar que a gente vai tem que se identificar, na Amazônia a mesma coisa, se tem o acesso livre, indiscriminado, fica muito trabalhar, é difícil conter o desmatamento só de falar que vai asfaltar a rodovia, as pessoas vão antes, acho que a Ministra Marina Silva e todos que estão aqui sabem bem desse problema. Acho que um dos maiores problemas que a gente tem de risco é a questão da legislação ambiente que está ameaçada agora, nós fomos designados pela associação mineira de defesa ambiental para entregar essa carta aqui aos senadores. Essa carta foi subscrita por 70 instituições da sociedade civil, vou encaminhar à mesa isso aqui também. Em relação à questão da legislação ambiental, infelizmente, a gente tem que observar e alertar senhores senadores que a legislação ambiental vigente no país não está sendo cumprida, em função disso,

inclusive, entramos com uma ação civil pública no ano passado. Temos aqui também um documento que foi um documento oficial do final aqui da gestão da Ministra Marina, conferência nacional do meio ambiente onde foram aprovadas importâncias deliberações entre as quais falando sobre a necessidade da redação dos estudos e alternativas, de modais de transporte na Amazônia. Esses estudos não estão sendo feitos, a gente já está pressionando aí para que sejam feitos, tem também aqui uma série de documentos que comprovam essas irregularidades, Ministra, Senadora, por favor, aqui tem documentos que vão ser entregues, peço o encaminhamento aqui dentro dessa casa. Acreditamos que exista a possibilidades mais interessantes do que o modal rodoviário até, porque a floresta vale muito mais do que simples obra, o valor da floresta é 10 vezes o valor da obra rodoviária e provavelmente 5 vezes de uma ferrovia, seja lá o que for. Então, reiteramos a necessidade de que sejam feitos esses estudos e estamos, agora, pressionando o IBAMA para que realize uma Audiência Pública sobre a 319 aqui, já existe a solicitação nossa, estamos aguardando uma decisão do Presidente do IBAMA, gostaríamos da intervenção dos senhores para que fosse realizada realmente, para que seja realizada essa audiência aqui, por último eu gostaria de parabenizar aqui, o Victor e a Christiane e entregar as últimas 700 assinaturas coletadas pela preserve Amazônia que participou ativamente desse processo democrático legítimo da sociedade brasileira, estaremos aqui defendendo os interesses da população e encaminhando em sugestões para que a gente possa encontrar uma melhor maneira de desenvolvimento sustentável da Amazônia, obrigado a todos, boa-noite.

SR. PRESIDENTE: Agradeço senhor Mariano e passo, então, de imediato a palavra, por 5 minutos, viu, Senador Eduardo Suplicy. Já são uma hora e 43 minutos.

SEN. EDUARDO SUPLICY: Querida Presidente dessa sessão, da Comissão de Meio Ambiente, Ideli Salvatti meus parabéns e muito obrigado, porque nós, V.Exa de Santa Catarina, eu de São Paulo e tantos que ficamos aqui até uma e 44 da manhã, tendo essa sessão, Senadora Serys, concluiu a sessão do Plenário às 6: 28 para que essa não se atrasasse. Então, estamos aqui há praticamente 7 horas e 45 salvo engano, então, e sobretudo quero agradecer a todos os que apresentaram lições tão importantes para nós que não somos do Amazonas, da região amazônica, mas quero muito, Christiane Torloni, Victor faz ano, e agradecer também o empenho de vocês, o Juca de Oliveira que não pode estar aqui, mas trazer a forma com que são queridos por todo o Brasil, essa atenção para que nós que, eu já estive estive em todos os Estados do Amazonas. E quero sempre aprender mais, mas hoje eu estive aqui todo esse tempo exatamente para aprender, e dentre as coisas que eu aprendi, além de tudo aquilo que foi falado foi a respeito desse tão bonito livro que a Zezé me deu de presente, vozes da floresta que é uma coisa tão linda, tão linda, acontece, Senadora Ideli Salvatti que esse livro foi lançado na biblioteca do Estado do Acre em Rio Branco dia 17 de dezembro e ali foram tantas pessoas queridas a causa prestação de contas é um livro de homenagem a Chico Mendes e eis que naquele dia Thiago de Melo havia preparado um poema muito especial de homenagem a Chico Mendes, eis que entretanto ele teve um AVC, precisou ser hospitalizado. Então, eu imaginei que a melhor forma de agradecer a todos vocês seria eu ler o poema, se me permite só o tempo para ler as palavras de Thiago de Melo. O sonho que cresce no chão da floresta, não freqüentas mais de corpo comovidos espaços do mundo, a medida do tempo não te alcança, já ganhasse a dimensão do sonho, é luzeiro da esperança, 20 anos são só um sinal que a memória, nos serve para dizer que te amamos irmão dos mananciais, chegado foste, ao mundo de coração acreano, a fonte estrelado, o peito caudaloso para que te cumprisses, na construção do triunfo no homem a grandeza, o orvalho indignado, a solução ida, a floresta e os seus povos e deixa que eu te digo o povo geral do mundo precisava e precisam constantes da esperança com que semeavas e semeias o descoberta que o amor é possível, os inimigos da vida com o medo da Aurora ceifavam ferozes o teu caminho escrito por indeléveis letras, só, porque tivessem o dom de sonhar como convém e é bom com os pés fincados na verde verdade do chão de cada dia. Doidos por dar sumiço, cuidavam a que podiam amordaçar a fé no reinado da justiça e converter em moeda o esplendor da primo vira. Nem pressentir podiam que é da extirpe de seres destinados a durar no caminho dos homens, agora e inabalável prescinde do corpo para prosseguir plantando e repartindo semente, perdura e é conosco, nos leva a ti levamos heis que a vida do homem é o que ele faz e fala, escreve e canta, vive dás fundamento ao por vir. A tua própria morte nos alcança a com fundura mais as ultimo do peito, com o companheiro que nos chama nos clama, é chama que nos chama para amassar o barro, preparar a pizarra, aparelhar os esteios de Massaranduba, Itaúba, e pacientes construir as a esplêndidas cidades com a mão da sagrada ira. Escreves os algo rimos sinistros dos hectares de esmeraldas devorados pela lâmina de gás, fogo e ingratidão, atravessa as espessuras das cinzas desvio ando os apelos das veredas injustas, por isso te canto, irmão, tu nos fases capazes o

ferrão da fera dói de cuidar do chão e do céu desse reino da claridão, nosso berço e morada que nela e dela vivemos, avançamos pelas Sendas que ajudasse a abrir, para que nos não nos percamos cuidadosos nos atalhos deixasse os candeiros da perseverança acesos nos troncos das Seringueiras, das sacopemas nas palmas das nas folhas da embaúbas que guarda o segredo do sol tua companheira de empate, é preciso dizer que às vezes nos morde a sombra do desânimo e nos estremece a fúria que não dorme e a cheia de olhos. É quando os pássaros da floresta nos acodem confiantes, as corujas prolongam as suas despedidas das igrejas cantando as sílabas alegres, vem no meu canto rumar dos remos dos pecadores, a alegria da palmeira, abraçada pelo vento, o papagaio banda de asa dos meninos da várzea, barrigudinhos magrelos que já estão na escola, às vezes dormem com fome. Viva o chá de erva-cidreira, trago o grito enlouquecido dos pássaros de asas queimadas, o suor contente das quebradeiras de coco, das fazedoras de farinha d'água, das amasso doras de açaí e término este aceno de mão agradecida com o abraço das crianças amazônicas que vão no entanto era abençoadas pelo majestoso arco-íris do amor, que se ergue úmido de seiva das terras firmes do alto Xapuri caso cores de todas as raças humanas de Thiago de Melo, o sonho que cresce no chão da floresta sobre Chico Mendes, barreirinha Amazonas, primavera de 2008. Muito obrigado, um beijo e um abraço para vocês. Parabéns e obrigado Ideli de ter nos proporcionado essa noite tão bela.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Senador, Eduardo Suplicy por ter nos, por ter nos trazido esse maravilhoso poema do nosso querido Thiago de Melo.

SEN. EDUARDO SUPLICY: Merece um beijo.

SR. PRESIDENTE: E para concluir os nossos trabalhos nada melhor do que terminá-lo com os artistas brasileiros. Então, o poema do Thiago de Melo em homenagem ao Chico Mendes, nós temos ainda mensagens que que vão ser lidas pelos nossos dois artistas que estão desde a primeira hora aqui, o Vitor Fasano e a Christiane Torloni e após a leitura de algumas mensagens ainda que o Victor e a Christiane vão fazer ao Plenário, nós vamos ter 2 artistas que vão concluir a nossa atividade com música que é o Renato Matos e a Queila Diniz. O Renato Matos e a Queila Diniz eu peço encarecidamente, um está apostos que está de violão em punho, nós vamos passar de imediato a palavra tanto ao Victor em seguida à Cristiana, mas para que depois não tenhamos mais falação, depois da fala dos nossos artistas eu quero aqui agradecer de coração ao Presidente José Sarney, toda a equipe de funcionários desta casa, do Senado que muito prontamente atendeu, organizaram um evento desta magnitude, deste significado a em uma semana foi matar a um leão por se virar nos 30 foi pouco, mas com a participação de todos, toda a equipe dos nossos, dos funcionários dos nossos gabinetes, né, Marina e do meu que se dedicaram sobremaneiras dos funcionários e aqui mais uma vez realçaram a Dulcídia e o Abib que foram muitos prontos e toda a equipe aqui da casa. Quero agradecer também a todos os nossos convidados, painelistas, entidades, aos parlamentares que ao longo de toda esta a atividade, né, passaram por aqui, se pronunciaram, quem não teve oportunidade de fazer pronunciamento, mas teve presente, quero inclusive fazer o registro dos resistentes, dos que estão até agora, o Suplicy, o Arthur Virgílio, Jefferson Praia, a Serys, a Marina e obviamente eu que estou aqui falando, a Fátima está ali que desculpa que eu não tinha visto. Aos resistentes, e aos nossos artistas a Christiane, o Victor, o Sérgio solto, a Tizuka Yamasaki, o pessoal do cafézinho que nos manteve atento, lanche para nós resistirmos, o Renato Matos e a Queila, Diniz, então, com a palavra, vamos começar pelo Victor?

Não esqueça das 1 milhão 100 mil pessoas que estão acordadas.

Eu vou ler o depoimento da Gisele Bündchen quem leria o depoimento é o próprio dela parece que no sul aeroportos estavam fechados ele não consegui embarcar. Gisele diz o seguinte: Não pude estar presente aqui hoje, mas tenho certeza que quem lerá está carta me representa com o mesmo entusiasmo e vontade de mudança. Amazônia é símbolo do nosso país, mas acima de tudo é o símbolo da vida, muitas vezes podemos achar que o que acontece na Amazônia não nos afeta, afinal parece tão longe para nós, mas com certeza o que acontece lá tem reflexos não só para nós brasileiros, mas também para o resto do mundo. A Mata Atlântica já foi quase totalmente devastada não queremos que o mesmo aconteça com a Amazônia. Para isso é preciso que todos estejam conscientes que abracem a causa assinem o manifesto contra a devastação, avisam os amigos, façam barulho pela causa, venham até o Congresso, exijam a posição dos políticos. A luta hoje é pela Amazônia e, mas não é só por ela, é principalmente pelo meio ambiente e pelo nosso futuro. Unidos poderemos fazer diferença. Contamos com a participação de toda a sociedade brasileira, afinal, esse é o nosso mundo. Um abraço confiante, Gisele.

[Palmas].

Christiane Torloni: Eu queria ler a mensagem do Presidente da federação das indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, senhor Paulo Skaf, o Paulo ele foi procurado por nós há um ano e meio, batemos lá na FIESP,

porque nós entendemos, Senadora, que os segmentos produtivos, eles têm que realmente ser sensibilizados e encontramos na FIESP, no próprio Paulo um grande espaço, de, enfim, de convencimento [Risos]. Porque eu entendo e ele também que a FIESP é uma pequena radiografia, enfim, desse Plenário, da Assembléia, do Brasil. É a biodiversidade tem que ser respeitada, estamos na democracia, então foi muito importante e quando nós estávamos para começar a papo Lis ação das nossas 1 milhão de assinaturas, eles nos ofereceu, a FIESP nos ofereceu e nós achamos por bem aceitar, foi a única doação que o movimento aceitou nos 2 anos, porque acho que é a maneira da FIESP se comprometer com tudo que foi falado essa noite aqui, a mensagem do Paulo é a seguinte: Amazônia é um patrimônio do Brasil, santuário ecológico do planeta, uma região que merece o nosso respeito e que de uma maneira responsável deve receber investimentos que lhe permitam ser auto-sustentável, entretanto, sempre com o devido cuidado quanto a proteção dos seus recursos naturais. Assim vejo, com muito bons olhos a entrega ao Congresso Nacional nesta histórica vigília do manifesto, Amazônia brasileira avalizado por 1 milhão e 100 mil brasileiros é uma ampla e democrática manifestação que preservar a Amazônia é interesse de todos e dever das autoridades, Paulo Skaf.

SR. PRESIDENTE: Victor.

Vitor Fasano: Vou ler dois rápidos, um do Renato Aragão que faz um trabalho há muito tempo já junto à UNICEF: Preservar a Amazônia é preservar a nossa vida se amamos a nossa família, se queremos que nossos filhos e os filhos de nossos filhos tenham uma vida saudável é necessário que lutemos pela nossa floresta, precisamos unir nossas vozes, obrigado, Renato, agora Erasmo Carlos, para o nosso bem a Amazônia é para ser guardada no cofre invisível da preservação. Vamos ser esse cofre, obrigado, Erasmo.

Christiane Torloni: Do Tony Ramos, o último do último, queridos amigos, queridos brasileiros, aí hoje em Brasília acontece mais um grande movimento de reflexão e diálogo com todos os nossos patrícios, a importância de refletirmos todos sobre a grande Amazônia, estão vocês nessa casa brasileiro para com diálogo encontrarem os grandes caminhos que a Amazônia quer e necessita. Felicidades a todos, esperançoso de produtivas soluções deixo o meu abraço e um viva a Amazônia.

[Palmas].

Obrigada, Senadora, obrigada, obrigada.

SR. PRESIDENTE: Eu vou pedir vou pedir que o Victor e a Christiane venham aqui para a mesa para a gente fazer o encerramento. Fala, Victor.

Vitor Fasano: Eu queria dizer que esse evento todo está sendo neutralizado com o plantio de árvores em Brasília, árvores nativas pela preserve Amazônia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE: Maravilha, maravilha. Senadora Marina.

SEN. MARINA SILVA: Muito rapidamente, senhora Presidente, eu quero agradecer, além de todos que estão aqui ainda, quero agradecer os que estão nos acompanhando em casa, e as pessoas que estão mandando os e-mails que estão dizendo que estão apoiando a iniciativa.

SR. PRESIDENTE: Os torpedos.

SEN. MARINA SILVA: Os torpedinhos estão chegando, de todos os cantos do Brasil dizendo que estão do lado dessa iniciativa e que continuarão atento, permanecerão em Estado de alerta e o sinal, eu acho que está dado, é o sinal do tempo, nós chegamos de fato a era dos limites. E o homem tentando se proteger, enfim, das suas limitações se deparou com o limite da própria natureza. E ao se deparar com o limite da natureza se sentiu outra vez desamparado. Só que não haverá mais nenhuma forma de amparo que separe o homem da natureza, o homem dos outros homens e o homem das outras formas de existência. Que esses 1 milhão que estão aqui, e os outros 190 milhões possam se unir a este ato pelo gesto Supremo de preservação da Amazônia. Muito obrigada, parabéns a todos nós que estamos aqui e a todos vocês que estão aqui.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Senadora Marina e agora, então, o Renato Matos e a Queila Diniz.

Boa-noite, eu não sou político, quer dizer, não sou, eu sou político, porque sou ser humano é claro, e brasileiro, então, eu quero dar uma opinião, eu acho que enquanto houver economia, não vai rolar ecologia, porque a história de tudo se baseia formato econômico, como é que pode antes do Brasil ser descoberto, não rolava esse papo de economia. É uma contradição para mim ainda, talvez Marina me ajude muito. Não existe o papo de economia que vem de fora isso que está atrapalhando a coisa. Né? E um amigo meu Catalão fala, o meio ambiente está no meio da gente, acho isso muito lindo e eu fiz uma que diz assim: Não confunda meio ambiente com meio ambiente porque o ambiente é de todos, é isso aí eu vou tocar a música aqui chamada semente. Parceria com a Áurea e Paulo Tovar.

Toda a semente contém uma floresta.

Cada homem a sua humanidade.

Em cada micro seu macro o seu mico o seu e macaco.

E essa ideia de ser dono da verdade.

Todo olho d'água tem sua Áurea pura.

A água pura, iá iá.

A água apura.

Todo olho d'água tem aura pura.

A água apura, iá iá.

A aura apura.

Tocar o mundo e senti que o invisível.

É o que nos constitui e o que nos torna possível.

Ouvir o tambor tocar, acho vou chorar.

E dançar o cheiro de Deus.

Ouvir o tambor tocar, acho vou chorar.

E a dançar, o cheiro de Deus.

Todo olho d'água tem sua aura pura.

Água apura, iá iá a água apura.

Todo olho d'água tem sua aura apura.

A água apura, iá iá. A água apura. [Palmas].

SR. PRESIDENTE: Muito lindo.

Será que daria tocar mais uma com o Reinaldo jardim.

SR. PRESIDENTE: Com certeza, ninguém vai reclamar aqui, vai?

Para que serve o vento se não assobia.

Para que serve a boca se não anuncia.

Para que serve o tempo se passar e não vinga?

Se não para serve a pinga.

Para que serve amor para que serve a dor se depois é e porre.

Para quem vai servir se já nunca serve.

Para que só se perdeu a vive.

Para que se morrer se a alma vive, para que se viver se não sobrevive.

Para que serve a espera que logo se alcança, para que serve a espera não é cansa.

Para que o som que já não se dança?

Não se dança.

Não se dança.

Não se dança, não.

Não se dança.

Eu vou mostrar.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Muito obrigado, Renato, grande prazer.

Obrigado e, também.

SR. PRESIDENTE: Maravilhosa a sua arte.

Valeu estou na guerrilha se precisar de mim só ligar queria agradecer a presença desse grande homem que na idade que está também está aqui em pé com a gente, claro, entendeu. O Ministro do meio ambiente veio, não falou nada que seria um importante para falar, né, mas tudo bem quem sabe uma hora ele tome coragem, valeu.

SR. PRESIDENTE: A Queila. Aonde está a Queila, acreana também. Eu sou baiano é acreana, ela tem uma expressão amazônica muito bonita, cadê a Queila?

SR. PRESIDENTE: E vamos ouvir agora a Queila Diniz. Disseram que ela vai fazer capela, é isto. Então vamos lá.

A música que ele pediu.

SR. PRESIDENTE: Está contigo.

Queila: Na verdade, eu agradeço me sinto muito honrada ser chamada de acreana, mas eu não sou acreana de nascimento, mas sou acreana de coração e, hoje, aqui com tantas lembranças eu me lembrei também que há 30 anos atrás, não quero ser de idade assim, mas há 30 anos atrás aqui no Congresso Nacional eu participei de um movimento de apoio à Amazônia e, tinha acabado de voltar da aldeia caxinauá, onde tinha feito um trabalho e estávamos nesse momento todo de criação de comissões pró índio e Comissão de apoio à Amazônia e fizemos uma manifestação aqui e depois no rio também num grande movimento nessa mesma época que se chamou Maíra. Movimento de apoio ao índio e respeito e à Amazônia, há 30 anos atrás e eu participei no rio também desse grande evento. O ano passado, eu trabalho, sou funcionária do Ministério da Cultura e o ano passado eu participei de uma comitiva junto com o Ministro Gilberto Gil na aldeia achaninca e nessa viagem, subindo o rio, amônia, se não me engano, o rio amônia, no barco me veio essa canção, essa melodia que eu vou recitar, cantar ou de alguma maneira me manifestar aqui nesse momento. Se alguém quiser cantar comigo o refrão também é ótimo.

É verde meu reino é verde.

É verde a minha rainha.

É verde meu reino é verdade.

É verde a minha rainha.

Não corte, não queime, não mate esta floresta que é minha.

Não corte, não queime não mate, esta floresta que é minha.

O brilho da luz sagrada é força força divina do amor, energia que nasce na mata e a mão do homem transformou, energia que brota da mata que a mão do homem transformou. É verde, meu reino é verde. É verde, a minha rainha.

Não corte, não queime e não mate.

Esta floresta que é minha.

Não corte, não queime não mate.

Esta floresta que minha.

Esse povo que canta e dança.

Tocando seus Maracás.

São filhos do sol e da lua.

Que a mãe natureza criou.

São filhos do sol e da lua.

Que a mãe natureza criou.

É verde, meu reino é verde.

É verde a minha rainha.

Não corte não queime não mate essa floresta que é minha.

Não corte, não queime não mate, esta floresta que é minha.

No balanço da... nas cantigas do cipó.

O velho guiado pela rainha.

Repartiu com a humanidade sabedoria ancestral.

Unindo o velho e o novo.

De ontem e o de hoje lá no reino do astral.

Unindo o velho e o novo, de ontem e de hoje, lá no reino do astral.

É verde, meu reino é verde.

Verde a minha rainha.

Não corte não queime não mate.

Esta floresta que é minha.

Não corte, não queime, e não mate, esta floresta que é minha.

E assim louvamos a vida, dando viva a natureza.

Viva a todos que vieram, e os que estão por chegar.

Viva a todo povo brasileiro.

Daqui e de todo lugar.

Viva ao povo brasileiro daqui e de todo lugar.

É verde, meu reino é verde.

É verde, meu reino é verde.

[Palmas].

SR. PRESIDENTE: Não corte, não queime, não mate, esta floresta que é minha. Amazônia para sempre, parabéns para todos nós.

SR. PRESIDENTE: Não, não, não, não. Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA VINTE DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Papaléo Paes** e do não membro **Senador Neuto de Couto**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos e informa que o Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou para conhecimento da CDH cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 033.536/2008-0, pelo Plenário daquela Corte, em resposta ao expediente desta Comissão, Ofício nº 498/08 – CDH, que indagou ao TCU acerca de procedimentos licitatórios para aquisição de hemoderivados. Às nove horas e quarenta e oito minutos, o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Jayme Campos. Às nove horas e cinqüenta e dois minutos, o Senhor Presidente, Jayme Campos, devolve a presidência ao Senador Cristovam Buarque. PAUTA: Item 01. **Requerimento Nº 21, de 2009**, que Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir o conflito entre as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética, ambiental e fundiária. Com os seguintes convidados: Ministro de Minas e Energia; Presidente da Eletronorte; Presidente do INCRA; Representante do Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB; Representante da Colônia de Pescadores – Z32 e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí. Autores: Senadores José Nery e Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado.** Item 02. **Sugestão Nº 01, de 2009** que "Sugere a alteração do Estatuto do Idoso com a finalidade de vedar a burla aos direitos dos idosos". Autor: Ordem do Dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo – OAB/SP. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado.** Item 03. **Projeto de Lei da Câmara Nº 137, de 2008 –** não terminativo – que "Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências". Autor: Deputado Luiz Couto. Relator: Senador Jayme Campos. Voto: Pela aprovação da matéria, com 1 (uma) emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item 04. **Projeto de Lei do Senado Nº 480, de 2008** – não terminativo – que "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade". Autor: Senador Neuto de Conto. Relator: Senador Sérgio Zambiasi. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 05. **Projeto de Lei do Senado Nº 465, de 2008** – não terminativo – que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", para permitir a redução de despesa com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda do

Imposto de Renda Pessoa Física". Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Paulo Duque. Voto: Pela aprovação da matéria com 1 (uma) emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item 06. **Projeto De Lei Do Senado Nº 45, De 2009** – não terminativo – que "Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência". Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Gilberto Goellner. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 07. **Projeto de Lei do Senado Nº 522, de 2007** – não terminativo – que "Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências". Autor: Senador Flexa Ribeiro. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item 08. **Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item 09. **Projeto de Lei do Senado Nº 241, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Cristovam Buarque. Voto: Pela aprovação da matéria com 2 (duas) emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. Item 10. **Projeto de Lei do Senado Nº 361, De 2008** – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **EXTRAPAUTA. Item 01**. **Requerimento nº 22 de 2009**, requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS 241 de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 a 17 anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autor: Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente informa que recebeu dois documentos, ambos relativos ao Estado do Espírito Santo, o primeiro trata de um laudo, que comprovaria escoriações graves em presos que denunciaram tortura no Espírito Santo; e o segundo, um Relatório do Sistema Penitenciário, "Desafios, Ações e Perspectivas", de maio 2009, de autoria da Secretaria de Justiça do Governo do Estado do Espírito Santo. O Senhor Presidente informa que ambos serão enviados aos membros da CDH. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Jayme Campos, Neuto de Conto e Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares*****,** Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos duas partes e há uma de expediente. A de expediente comunica aos Srs. Senadores que o Tribunal de Contas da União encaminhou para conhecimento desta Comissão cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas nº 033536/2008-0, pelo plenário daquela corte em resposta ao ofício expediente de nossa Comissão, Ofício 498 da CDH que indagou ao Tribunal de Contas acerca de procedimentos licitatórios para aquisição de hemoderivados. Essa consulta do Tribunal de Contas foi formulada em cumprimento da deliberação desse plenário em reunião ocorrida no dia 10 de dezembro de 2008.

As cópias da resposta do Tribunal se encontram sobre as bancadas dos Srs. Senadores.

Leio também um requerimento. Requeiro nos termos... Do Senador José Nery. Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado

Federal que a Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública para discutir o conflito entre as populações atingidas pela construção da usina hidroelétrica de Tucuruí os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética ambiental.

Requeiro que sejam convidadas para a referida audiência as seguintes entidades: o Ministro das Minas e Energia, Presidente da Eletronorte, Presidente do INCRA, representante do Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, representando a Colônia de Pescadores Z-32 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí. Embora, seja assinado pelo Senador José Nery e eu, também, subscrevo esse requerimento, porque eu acho que é um tema que merece ser debatido. Ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está então confirmada essa audiência para uma data posterior.

A presente reunião tinha duas partes: a primeira parte é a instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, e a segunda parte a 14ª Reunião deliberativa extraordinária. A primeira parte está prejudicada pela ausência do Sr. Presidente e vice-Presidente, candidatos, então deixamos para depois e comecemos pela segunda parte.

Vamos ao projeto cujos--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Cujos relatores estejam presentes. Com a palavra, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de pedir a V. Exa. que tenho... Nós somos o terceiro da pauta, o nosso item eu vou pedir a inversão para que possamos relatar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeitamente.

Vamos diretamente ao item que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos. Altera o Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal e dá outras providências. O autor é o Deputado Luiz Couto, o relator é o Senador Jayme Campos, a quem eu passo a palavra. O voto vem com a aprovação da matéria como emenda. A matéria já foi aprovada na CCJ em 29/10. Com a palavra o relator para a leitura do relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores. O nosso relatório, Sr. Presidente, vem a exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 137/2008 PL nº 370/2007 na origem com o objetivo de alterar o art. 121 do Código Penal, a fim de tipificar a conduta de extermínio com uma das modalidades do crime de homicídio, bem como, de prever aumento da pena referente ao crime de lesão corporal em decorrência de qualquer das hipóteses prevista no novo tipo.

A proposição busca também justificar o crime de constituição da milícia privada e o de oferta ilegal de serviço de segurança, além, de determinar o deslocamento para a Justiça Federal dos efeitos relativos a todos esses crimes, porque é de interesse da União, visto que eles constituíram ofensa ao estado democrático de direito.

O texto ora sob exame teve sua [ininteligível] no Projeto de Lei nº 6.491/2006 da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e de grupo de extermínio da região Nordeste. Arquivada em função do término da legislatura sucedeu-lhe a redação proposta pelo Deputado Luiz Couto a qual, por sua vez, gerou o substitutivo remetido a esta Casa. O projeto do Deputado Luiz Couto foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, ambas da Câmara dos Deputados onde tramitou em regime de urgência, tendo por apensado o PL 3.550/2008 de autoria do Deputado Raul Jungmann. Os dois projetos foram então fundidos num substitutivo proposto pelo relator da primeira referida comissão, Deputado Edmar Moreira, cujo voto não enfrentou as questões jurídicas, negando-as expressamente à análise do colegiado anterior. Porém, a CCJ não chegou a opinar sobre a matéria, pois a mesa designou o Deputado Antônio Carlos Biscaia para dar o parecer no plenário em nome da Comissão. O relatório do parlamentar indiretamente formulado proferido e aprovado acolheu na íntegra o substitutivo oferecido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado sem fazer nenhuma ressalva quanto à constitucionalidade de seus dispositivos.

No Senado Federal o projeto foi distribuído, inicialmente, apenas à Comissão de Constituição e Justiça onde foi relatado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, em seu voto aprovado por aquele órgão e assim convertido em seu parecer na CCJ, o relator salientou o mérito da proposição, mas destacou a redação por ela oferecida, tanto ao § 6º do art. 121, quanto no art. 228A do Código Penal, assim como a inconstitucionalidade presente na cláusula que desloca para a Justiça Federal a competência sobre os tipos penais que, sequer, instituíram para sanar essas falhas apresentou três emendas igualmente acolhidas pela CCJ. Contudo, enquanto o projeto aguardava inclusão na ordem do dia foi apresentada à Mesa Diretora e aprovado pelo plenário o requerimento do Senador Romero Jucá para que esta Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa também analisasse a matéria. É o relatório.

Análise: do ponto de vista do mérito, a nosso ver, é de todo recomendável a aprovação do PLC nº 137/2008 no âmbito desta Comissão. Parece-me inequívocas a necessidade e a urgência de legislar sobre o assunto, objeto da proposição em análise, o que mostra o quão oportuna se faz hoje. Isto porque o projeto que aqui examinamos vem preencher considerável lacuna do Direito Penal Brasileiro até hoje siliente(F) no tocante à definição da conduta de grupos armados que afrontam a ordem democrática e a dignidade humana.

Essa lacuna ficou, sobremaneira, evidenciada após a promulgação da carta política de 1988, de um lado ela é assim proclamada no inciso XVIII do art. 5º que institui crime inafiançável e imprescritível à ação de grupos armados civis ou militares contra a ordem constitucional e o estado democrático. De outro, porém, no inciso XXXIX do mesmo art. 5º sustenta que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia culminação legal. Portanto, não basta que a Constituição estabeleça que a ação de grupos armados que se refere ao mencionado inciso constitui crime. É imprescindível que a lei descreva a conduta a ser tipificada e a ela culmine a pena a ser aplicada. Sob a ótica da técnica legislativa nada a opor, pois seus comandos se encontram em conformidade com o que estatui a Lei Complementar nº 95/98, salvo quanto ao art. 5º que trata da oferta ou promessa de serviço de segurança, uma vez que comporta, em nossa opinião, matéria diversa, estranha ao objetivo do projeto, ao transcender sua ideia central de tipificar, criminalmente, à prática de extermínio e a formação da milícia.

Por isso, Sr. Presidente, propomos a supressão do referido dispositivo. Voto: ante o exposto opinamos pela aprovação do PLS nº 137/2008, mediante os reparos adotados pelo parecer da CCJ com a seguinte emenda: suprime-se o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 137/2008. Esse é o meu voto, Sr. presidente, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Há um projeto que o relator está presente, que sou eu. Então, eu pediria ao Senador Jayme que presida. Pode ser daí mesmo, não? Não, daqui.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque para relatar a sua matéria que está hoje nesta Comissão da CDH. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, esse projeto altera a Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, visando incluir os jovens de 15 anos a 17 anos em situação de morador de rua, entre os...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse é terminativo, Senador, não temos quórum.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu acabo de perceber que esse projeto é terminativo, e estamos sem quorum. Então, eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nesse caso fica suspensa a leitura do relatório de V. Exa. E aguardamos, certamente, na próxima reunião para ser lido diante de que não há quorum suficiente para aprovação dessa matéria.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o meu é terminativo e não vai ser possível.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria fazer um apelo ainda, se me permitirem, rapidamente. Senador Jayme Campos, eu estava atendendo no gabinete, casualmente, uma delegação de policiais militares de todo o Brasil, e conversei por telefone com V. Exa. sobre o projeto que V. Exa. relatou, para que o art. 5º fosse suprimido. Eu, claro, e tenho certeza absoluta, que a decisão tomada por V. Exa. foi da exclusão do art. 5º conforme... Eu anunciei para eles lá, então eu queria aqui, embora cheguei atrasado, cumprimentar V. Exa. em nome de todos aqueles que trabalham nessa área da segurança, porque, indiscutivelmente, se um policial militar, quero cumprimentar a V. Exa., se ele faz um bico não é porque ele goste de trabalhar 24 horas por dia, ele faz porque o salário dele é vergonhoso em todo o Brasil.

Todo mundo sabe que os policiais militares ganham um salário muito aquém da necessidade para eles viverem com dignidade, por isso que eles se obrigam a fazer algum tipo de bico. Bom, o dia que resolverem um salário decente, tenho certeza, que eles não farão bico.

Por isso eu quero, em nome deles, cumprimentar a V. Exa., porque V. Exa. construiu no seu relatório justiça. Parabéns a V. Exa. Eu não podia deixar de participar desta reunião, por isso que vim meio ofegante até, do meu gabinete, para vir aqui cumprimentá-lo, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu é que agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim, como sempre gentil e generoso nas suas palavras.

Eu apenas acho que fiz justiça, sobretudo, que eu acho nesse caso, particularmente, nós não poderíamos, em hipótese alguma, se não fosse relatado dessa maneira esse tão importante projeto que, naturalmente, ainda está aqui no Senado Federal para ser aprovado.

Portanto, eu acho que é uma vitória de todos nós, sobretudo, o povo brasileiro que quer, certamente, leis boas para se aplicar na defesa dos interesses de toda uma coletividade. Parabéns, Senador Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero aproveitar a presença do Senador Paulo Paim para adiantarmos dois projetos dos quais ele é o relator. Primeiro é a sugestão, o item nº 2. Sugestão nº 01/2009. Sugere alteração do Estatuto do Idoso com a finalidade de vedar a burla aos direitos dos idosos. O autor é a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, relator Senador Paulo Paim, pelo arquivamento da matéria. Com a palavra o Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu vou ler direto o meu relatório. A seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB São Paulo, por meio de sua Comissão de Defesa do Idoso apresentou ao Senado Federal sugestão de alteração da legislação para garantir respeito ao direito dos idosos no que diz respeito ao atendimento preferencial. Correspondência encaminhada à seccional de São Paulo, informou que locais públicos frequentados por idosos, tais como: agência de bancos, clínicas, repartições públicas vêm fazendo uso de senhas para ordenar o atendimento em função da ordem da chegada sem distinção para os idosos. O atendimento preferencial só é dado aos idosos que reivindicam esse direito, o que causa a suspensão do atendimento dos demais usuários, alega o remetente que essa situação deixa o idoso em situação vexaminosa(F) perante o público e solicita providência no sentido de alterar a legislação. Recebida no Senado Federal como sugestão nº 01/2009 foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Análise: nos termos do art. 102E, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas pelas associações e órgãos de classe, sindicato, entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional. Em termos de admissibilidade, coerência com as normas que regem a apresentação de sugestão ao Senado Federal, importa observar que a entidade proponente atende aos requisitos regimentais, os quais a legitimam para a apresentação da proposta que ora analisamos. A sugestão(F) apresentada tem como finalidade sanar possível falha na legislação referente aos direitos dos idosos, que lhe proporcione melhor acessibilidade e preferência no atendimento em estabelecimentos públicos. Ocorre que já existem no ordendamento(F) jurídico brasileiro, leis que regulam a matéria. A Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2008, a Lei nº 10.048 de 8 de dezembro de 2000, a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que não trata diretamente e especificamente do idoso, mas o beneficia no que diz respeito à acessibilidade. A Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, essa de minha autoria, estabelece os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, essa norma legal garante já ao idoso, por exemplo, prioridade no atendimento, ou seja, garante àqueles com mais de 60 anos o atendimento preferencial, imediato e individualizado, conforme o art. 3º, Parágrafo Único, inciso I, junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população.

Ainda, essa lei, inclusive, é clara, ao estabelecer penalidades em face do descumprimento do seu dispositivo. Entre essas penalidades importa citar aquela relativa ao atendimento prioritário estabelecido no art. 58. Art. 58, deixar de cumprir a determinação dessa lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso, a pena é de 500 reais a 1.000 reais e multa civil ainda a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso. Ainda a Lei 10.048/2000, por sua vez, trata especificamente da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, às gestantes, às lactantes e as pessoas acompanhadas por criança de colo. Segundo essa lei as repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário por meio de serviços individualizados, que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato a essas pessoas. Infração a esse direito sujeito, os responsáveis, às diversas sanções previstas em seu art. 6º, conforme o caso. Importa observar ainda que, de acordo com a lei, é assegurada também a prioridade de atendimento às pessoas acima listadas em todas as instituições financeiras do País, igualmente, a Lei 10.098/2000 trata também do tema, e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o que pode incluir as pessoas idosas que tenham capacidade limitada de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.

Assim, entendemos que a sugestão contida na correspondência que recebemos da OAB São Paulo,

embora, de suma importância, já está plenamente atendida na legislação vigente, o problema está, principalmente, no atendimento às regras previstas nas referidas leis, em especial, no termo imediato e individualizado, escrito no Estatuto do Idoso. Afinal, quando o idoso recebe uma senha especial e enfrenta filas para o atendimento preferencial divide com outros grupos a preferência, assim no que diz respeito ao sentido do termo acima mencionado a lei é que não tem sido cumprida devidamente.

Concluo dizendo, na verdade, toda a instituição de atendimento ou de prestação de serviço à população, inclusive, bancos, deveria obedecer a regra de preferencialidade no atendimento do idoso, ordenada pelo art. 3º, Parágrafo Único, inciso I do Estatuto do Idoso, já aqui, por mim, mencionado por diversas vezes. O não cumprimento dessa disposição, sujeita a instrução às penalidades previstas no art. 58 do Estatuto que já li. Assim, parece-nos claro que o que falta, de fato, é o fiel cumprimento que dispõe a lei, para tal, contudo, faz-se necessária mudança na normatização da matéria, e essa normatização, de maneira como demanda a OAB São Paulo, é de competência do Poder Executivo, e a ele cabe o estabelecimento de outros regulamentos que garantem a fiel execução da lei.

Em face do exposto, o meu voto é pelo arquivamento, mas mandarei esse meu parecer para o Executivo como uma forma de contribuir para que a lei seja cumprida. É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Paulo Paim. Ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir. Ponho em votação. Os que tiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Senador Paim, eu peço a sua gentileza para outro projeto que o senhor é relator. É o Projeto de Lei do Senado nº 522/2007, que acrescenta inciso X e Parágrafo Único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho por até sete dias anuais para acompanhar e assistir a pendente portador de deficiência e dá outras providências. O autor é o Senador Flexa Ribeiro, o relator é o Senador Paulo Paim, que é pela aprovação da matéria. Com a palavra o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu faço questão de ler o relatório, porque, veja bem, esse projeto é do Senador Flexa Ribeiro, e que me permita ele, de forma respeitosa, dizer que ele é ligado, naturalmente, ao conjunto da população de seu Estado, mas também tem uma influência muito grande no setor empresarial. E eu entendo que é um avanço ele ter conseguido convencer os empresários a que esse projeto tivesse o parecer favorável, conforme conversa que tive já com ele, e por isso eu leio aqui, elogiando o Senador Flexa Ribeiro pela iniciativa.

Relatório: Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado 522/2007, que visa a permitir ao empregado ausentar-se do trabalho de sete a 14 dias anuais, nas condições que especifica para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência. Para tanto o projeto do nobre Senador Flexa Ribeiro, estabelece que a ausência do local de trabalho dos empregados genitores ou responsáveis legais por pessoas portadores de deficiência, deverá ser comunicado ao empregador com, pelo menos, dois dias de antecedência, exceto nos casos de necessidade inadiável, quando o não comparecimento ao trabalho poderá se justificado no retorno do empregado. Determina também que quando há um único genitor ou responsável legal, o prazo de sete dias será ampliado para 14 dias, hipótese em que poderá haver dedução de sete idéias do período de férias do empregado. Ao justificar a sua iniciativa o autor da proposição alega: ora com freqüência o acesso aos programas e o atendimento especializado depende da disponibilidade de tempos dos pais ou responsáveis. Diz também: em se tratando de pessoas pobres a luta pela sobrevivência exige jornada de trabalho completa, dessa forma muitos empregados não possuem tempo suficiente disponível para acompanhar, com mais atenção, as necessidades especiais dos seus dependentes, sendo assim, eventuais ausência ao trabalho tornam-se necessária até para usufruir do serviço ofertado pelo Estado, encaminhando, específica a questão, o portador de deficiência aos locais apropriados. No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise: o projeto sob exame traz matéria que atualmente é objeto de constante negociação dos trabalhadores e seus empregadores, todavia, não sendo ainda um direito assegurado por lei e muito menos por parte integrante da cultura de alguns setores do empresariado, grande parte dele se mantém ainda intransigente e, consequentemente, resiste a conceder permissão ao empregado para ausentar-se do local de trabalho, e desse modo acompanhar o seu dependente portador de deficiência. A fim de que receba atendimento especializado necessário, conforme diz o autor. A falta desse dispositivo legal, em nosso ordenamento jurídico, não resta dúvida, vem causando significativas perdas tanto para os trabalhadores que têm descontado nos seus salários as faltas ao trabalho, quanto para os seus dependentes portadores de deficiência que se veem privados de tratamento imprescindível para o seu desenvolvimento.

A par desse aspecto não é demais enfatizar que a participação ativa do genitor ou responsável legal no acompanhamento e nos cuidados especiais demandados por seus dependentes portadores de deficiência permite, não apenas, uma maior efetividade para os eventuais tratamentos necessários como também seja maior aprofundamento da convivência familiar. Eu ir ia além e diria, também, que no deslocamento para acompanhar o deficiente não indo ao trabalho e não informando, isso também acaba trazendo um prejuízo para o próprio empregador que uma vez regulamentado, dois dias antes ele vai ficar sabendo que vai haver esse afastamento.

Cabe, pois, ao Estado proporcionar aos cidadãos mais necessitados as melhores condições para superar essas situações especiais.

Por fim, vale lembrar que no âmbito do serviço público, medidas como a proposta no presente projeto já se encontram em execução, ou seja, já existe isso no serviço público, como a de recomendar ao administrador público a flexibilização do horário de trabalho para atender a necessidade dos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas sensoriais ou mentais, que requeiram a atenção permanente ou tratamento educacional fisioterápico ou terapêutico, ambulatorial em instituição especializada.

Não é demais enfatizar que a aprovação desse projeto não deverá trazer grande transtorno ou prejuízo para as empresas, eis que é bastante reduzido o universo de trabalhadores que tem como dependentes portadores de deficiência que necessitam, efetivamente, de um acompanhamento para atendimento especializado. A proposição é, portanto, meritória e vem em boa hora, já que dá maior efetividade ao que dispõe o § 1º do art. 11, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que a criança e adolescente portador de deficiência receberão atendimento especializado.

Meus cumprimentos ao nobre Senador Flexa Ribeiro pela iniciativa, a costura que ele fez, inclusive, com o setor empregador e com, naturalmente, as entidades das pessoas com deficiência que é, com certeza absoluta, que o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 522/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Paim, e também parabenizo o autor e o relator, porque esse é um projeto extremamente justo e necessário no Brasil. E avaliações econômicas que são feitas, pecam por não verem a totalidade do impacto. Isso vai reduzir gastos públicos ao terem os pais podendo atender melhor aos seus filhos deficientes e vai fazer com que as empresas funcionem melhor, porque um trabalhador não funciona bem deixando seu filho em casa doente, com deficiência.

Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Consulto o Senador Paim se ele aceitaria permanecer ainda um pouco aqui para fazermos leitura de alguns projetos que o senhor leria relatórios de forma *ad hoc*, para ganhar tempo, porque temos tendo dificuldade de quorum atualmente. São três projetos. Tem algum problema, Senador?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problema, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, o primeiro seria a Lei do Senado 480 que altera a Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988 para isentar integralmente do imposto de renda os rendimentos até o valor equivalente a 10 salários mínimos pelo contribuinte que completar 70 anos de idade. O autor é o Senador Neuto De Conto, o relator é o Senador Sérgio Zambiasi, que não pode estar presente. E eu passo então a palavra para a relatoria *ad hoc* ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou entrar direto na análise da iniciativa do Senador Neuto De Conto que teve como relator o meu colega gaúcho, Senador Sérgio Zambiasi.

Análise: a competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH foi provocada para emitir opinião sobre a matéria que decorre do art. 102E do Regimento Interno do Senado Federal já que o projeto propõe medida de proteção ao idoso. Em termos constitucionais há que se destacar a legitimidade da iniciativa da proposição por membro desta Casa, art. 51, caput da Constituição Federal visto que compete ao Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União referente ao Sistema Tributário no âmbito do imposto sobre a renda. Pelo potencial que tem que proporcionar aumento de bem-estar ao seu público alvo, a medida se harmoniza perfeitamente com o dever de amparo ao idoso, imposto ao estado pelo art. 230 da Lei Maior. Além disso, não há impedimentos relacionados à juridicidade no projeto, isso porque a edição da lei ordinária é um meio adequado ao objetivo pretendido, a matéria contida no PLS tem potencial para inovar o ordenamento jurídico. Está presente o tributo da generalidade estando o seu conteúdo compatível com os princípios gerais do direito. No mérito no que compete a essa constituição o aumento de limite da isenção para idosos deve ser louvado. A maior disponibilidade de renda advinda da medida servirá como alívio aos maiores de 70 anos, numa das importantes fases da sua vida em que as

despesas com medicamento e saúde tende a aumentar consideravelmente.

Cabe destacar que o limite de 10 salários mínimos fixado pelo autor do projeto é adequado, não impedindo que o idoso com maior capacidade contributiva dê a necessária contribuição à sociedade em consonância com o princípio da capacidade tributária. Por último, o PLS 280/2008 foi elaborado em boa técnica legislativa, atendendo as exigências formais da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998. Voto: Ante o exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 480/2008, e votamos pela sua aprovação.

É com alegria que eu vejo nesse momento aqui, Presidente, a chegada do Senador que é o autor do projeto, o Senador Neuto De Conto. Senador Neuto De Conto, eu que trabalho tanto com a questão dos idosos, mas sempre digo: pobre daquele país que não olha para suas crianças e para seus idosos. A sua iniciativa é brilhante. E eu quero dizer que fiz aqui a análise, já que o Senador Sérgio Zambiasi que também tinha dado já o parecer favorável e pediu até que quem tivesse aqui defendesse, e eu estou fazendo isso, o faço com muita alegria pela brilhante iniciativa do Senador Neuto De Conto. Parabéns ao relator Senador Zambiasi, que aqui eu substituí, e também ao Senador Neuto De Conto pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Neuto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Cristovam Buarque, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Isso foi uma iniciativa há muito tempo reclamada pela sociedade e, principalmente, aqueles que contribuíram muito para o desenvolvimento e o crescimento do País. E baseado ainda no art. 230 da Constituição Federal que é muito claro que trata da família, a sociedade, o estado tem o dever de amparar as pessoas idosas assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. Esse é um princípio que nos norteou para montar esse processo e para fazer justiça para o cidadão que, ao passar dos 70 anos de vida, após ter trabalhado, ter produzido, ter ajudado a nossa pátria, eles possam ter, aqueles que ganham até 10 salários mínimos, a isenção do imposto de renda, pois este volume é necessário para o pagamento de medicamentos, de hospitais, de enfermeiras e que a grande maioria tem nos próprios lares para que eles possam ter uma vida digna.

Por isso nós apresentamos essa proposta e eu fico imensamente gratificado em ver o relatório do Senador Zambiasi, o relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim e todos eles conduzindo para a sua aprovação. A sua aprovação não é nem uma homenagem a quem aqui fez a proposta, a homenagem é àqueles que merecem, é a pessoa idosa que atinge os 70 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, ao mesmo tempo, que parabenizo o autor e relator. E ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Temos mais dois projetos. Eu queria pedir para diminuir o esforço e a colaboração do Senador Paim. Esqueci que o Senador Conto não faz parte da nossa Comissão, que daria muita honra para nós.

Eu passo então a palavra, mais uma vez, ao Senador Paim, no lugar do Senador Paulo Duque para ler o parecer do Projeto 465 que altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesa com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda do imposto de renda de pessoa física. O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares, o relator é o Senador Paulo Duque, não pode estar presente. Ele elaborou um projeto pela aprovação da matéria, o que eu creio que é do agrado do Senador Paulo Paim, a quem eu peço que leia o relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu, com muita satisfação, nesse momento, leio o relatório feito com brilhantismo, de sempre, pelo nosso companheiro e amigo o Senador Paulo Duque.

Relatório: esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 465/2008 cujo autor é o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares que tem por finalidade permitir que sejam deduzidas do imposto de renda das pessoas físicas as despesas relativas à aquisição de aparelhos auditivos e aquisição de cadeiras de rodas com dispositivo de propulsão elétrico, eletrônico ou manual. O Senador Valadares, no seu projeto, diz que os beneficiários dessas deduções seriam as pessoas com deficiência auditiva e as pessoas com deficiência física adquirente desses bens diretamente ou por intermédio de seus representantes legais. A proposição estabelece os critérios para identificação desses beneficiários, especialmente, o grau de surdez e de também modalidades de deficiência física admitidas para a concessão do benefício. Para esse fim, o que diz respeito à deficiência física adota as mesmas definições já vinculadas da Lei 8.989 de 24 de fevereiro de 95 que dispõe sobre a isenção do pagamento do imposto sobre Produtos Industrializados na compra de automóveis pelas pessoas com deficiência. Já com relação à deficiência auditiva adotou a classificação dada

pelo Bureau Internacional – BIAP. O autor justifica a proposição como sendo necessária ao aprimoramento da inclusão das pessoas com essas modalidades de deficiência, tendo em vista, que as limitações por elas são notórias e acarretam custos com auxílio que permitem atenuar seus efeitos. Não foram apresentadas emendas à proposição, ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo. Análise: é bem curta também a análise. Os custos suportados pelas pessoas com deficiência auditiva ou física para adquirir aparelhos que facilitem sua inclusão social e para que essas pessoas possam exercer alguns direitos fundamentais representa o ônus significativo para elas e suas famílias. Não é difícil perceber como eles representam uma desvantagem para essas pessoas. É justo, portanto, instituir alguma forma de compensar esse ônus e nisso reside o mérito da proposição.

Julgamos necessário mudar a expressão "pessoa portadora de deficiência" para aquela normalmente utilizada: "pessoas com deficiência". Isso é um debate forte que tem no movimento e que chegaram ao entendimento que o termo adequado não é pessoa portadora de deficiência, mas pessoas com deficiência, por isso fiz a alteração. No mesmo ensejo julgamos apropriado fazer alguns reparos de técnica legislativa. Convém explicitar que a proposição acrescenta novos dispositivos ao art. 8º da Lei 9.250/95 e não apenas altera o texto vigente, bem como corrigir a falta de um pontilhando na redação que pode ser interpretado como revogação tácita das alíneas e opor a abreviação NR. Apenas ao fim do último parágrafo criado como determina a Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 98. Voto: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 465/2008 na forma da seguinte emenda: dá-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado 465/2008, art. 1º, o art. 8º da Lei 9.250 de 25 de dezembro de 95 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo: art. 8, letra H, a despesa relativa à aquisição de aparelhos auditivos por pessoas com deficiência auditiva diretamente ou por intermédio de seu representante legal. I: as despesas relativas à aquisição de cadeiras de roda com dispositivo de propulsão elétrica, eletrônica ou manual por pessoas com deficiência física diretamente ou por intermédio de seu representante legal. E por fim, § 4º, para concessão do benefício previsto na alínea H e é considerada pessoa com deficiência auditiva aquela que apresenta grau de surdez, no mínimo, de 20 decibéis, como falava antes, tabela BIAP. § 5º, para concessão do benefício previsto na alínea I, é considerada pessoa com deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas, as quais as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

Sr. Presidente, lido aqui toda a apresentação, eu digo que esses nomes técnicos aqui do campo, eu diria da própria medicina, eu li conforme apresentação feita pelo relator e assessorada pela nossa competente consultoria aqui do Senado da República.

É isso, Sr. Presidente, pela aprovação com emenda que são só emendas de correção, não é substitutivo, apenas faço emendas de correção de redação. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Mais um, Senador Paim. O Projeto de Lei nº 45/2009, que altera o inciso IV do art. 1º da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 95, que trata de isenção de IPI para compra de automóveis para uso particular das pessoas que o especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência. O autor é o Senador Flávio Arns, o Senador Gilberto Goellner que não é mais desta Comissão. Então, precisamos de um relator *ad hoc*. Fico satisfeito que o Senador Paim tenha aceitado. O relatório é pela aprovação da matéria, o que deve satisfazê-lo. E por isso eu passo a palavra ao Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o relatório também é rápido e conciso e muito bem feito, como sempre, pelo nobre Senador Gilberto Goellner. E a proposta é daquele que eu considero o nosso guru nesse tema das pessoas com deficiência que é o nosso grande amigo e companheiro Senador Flávio Arns.

Esta Comissão examina o Projeto de Lei nº 45/2009 de autoria do ilustre Senador Flávio Arns, que altera o inciso IV do art. 1º da Lei 8.989 de 24 de fevereiro de 95, que trata da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender todas as pessoas com deficiência. A finalidade dessa proposição é estender a todos as pessoas com deficiência o benefício da isenção do IPI, posto que a legislação vigente limita esse benefício às pessoas com deficiência física, visual, mental, mental severa ou profunda, ou altistas. Ao justificar a propo-

sição, o seu autor, que eu considero um especialista nessa matéria, relata que as pessoas com deficiência costumam ter despesas com equipamentos e ajudas técnicas que minimizam as dificuldades inerentes à deficiência que apresenta. Ademais, as precárias condições de acessibilidade no transporte público e no plageamento urbano, de modo geral, dificultam o deslocamento das pessoas limitando o seu direito fundamental de ir e vir. O automóvel próprio é de grande valia para atenuar esses problemas e, geralmente, a custos elevados para sua adaptação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A proposição: ainda está sujeita à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo. Enfim, a análise resumida: as pessoas com deficiência, realmente costumam ter despesa elevada com tratamento médico, equipamentos, captação profissional e ajuda técnica para permitir contornar, ainda que parcialmente, as dificuldades que a deficiência impõe. Medidas compensatórias como a isenção do IPI são justas, necessárias, eu diria, fundamentais. É necessário garantir o direito de ir e vir de que são titulares todas as pessoas com deficiência, e promover sua plena integração na sociedade. Não há sentido em limitar o benefício da isenção do IPI na compra de automóvel, apenas para pessoas com algumas modalidades de deficiência, discriminando outras pessoas que também têm o mesmo direito à inclusão, são também pessoas com deficiência. A remissão, a legislação vigente que qualifica as modalidades de deficiência, também nos parece ser mais adequada do que a fórmula atual que cita algumas modalidades de deficiência sem maior profundidade. Atualmente esses parâmetros são dados pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 89, que regulamenta a Lei 7.853 de 24 de outubro de 89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a sua integração social.

Voto: em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45/2009, e concluo dizendo os meus cumprimentos tanto ao relator, o Senador Gilberto Goellner, como também ao nosso querido Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar. Ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu tenho duas informações apenas, além de dizer ao Senador Neuto, que há uma vaga nesta Comissão para o PMDB. Se V. Exa. quiser, nos daria muita honra. Se for o caso eu falo com a liderança.

Eu quero colocar aqui para esta audiência, para esta sessão o pedido de audiência pública relacionada a um projeto que eu sou relator e que eu sou favorável, mas há uma sugestão de audiência pública, e como toda audiência pública traz vantagens, eu ponho aqui em discussão. É uma audiência pública para analisar o projeto que eu citei antes e que não pude ler porque como é terminativo não há quorum. A proposta é para incluir os jovens de 15 a 17 anos em que estão em situação de rua entre os beneficiários do Pró-Jovem. Da parte do governo, na ideia de que, primeiro, eles já são beneficiados, segundo o que deveríamos ampliar para discutir outros assuntos como, por exemplo, a maioridade penal e toda a realidade desses adolescentes. Nesse sentido, eu ponho em discussão se aceita a realização de uma audiência pública com o adiamento da aprovação, e eu falarei depois com o Senador Expedito Júnior. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Precisa formalizar apenas o requerimento.

Dois avisos aqui. Um é que eu tomei conhecimento de uma matéria, pela Agência Brasil, que uma entidade chegou a pedir intervenção no Estado do Espírito Santo, por causa da situação dos presídios capixabas. Eu tive contato com o governador, com dois senadores do estado, e eles insistem que essa realidade não é da maneira como está sendo divulgada, pediram que se fôssemos discutir deixássemos para a próxima semana, quando eles terão a oportunidade de estar aqui e mostrar a nós a realidade dos presídios no Espírito Santo. Eu, por isso, apenas comunico que a Comissão não está omissa, a Comissão está atenta, mas reservo a discussão em detalhes dela para a próxima semana.

O outro assunto é dizer que há um laudo, que me foi entregue, que comprovaria escoriações graves em presos que denunciou tortura no Espírito Santo. Eu estou com esse relatório. Nós vamos analisar e enviar para os diversos membros da Comissão. Aqui também, isso aqui tudo diz respeito também à situação no Espírito Santo. É um dossiê grande que eu vou tirar cópia e enviar a cada um e, se for o caso, e os membros quiserem, na próxima reunião nós discutiremos.

Sem mais nenhum assunto, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 10h29.

15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, (CONJUNTA) COM A 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATI-

VA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2009.

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Valter Pereira**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **Adelmir Santana Santana, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Ribeiro, José Nery, Kátia Abreu, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Neuto de Conto, Osmar Dias, Pedro Simon, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Valdir Raupp.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 6 de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo da Senadora Marisa Serrano, aprovado em 24/3/09, **Requerimento nº 20, de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 26/5/2009, **Requerimento nº 3, de 2009 – CRE**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 5/3/09, **Requerimento nº 22, de 2009-CRE**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 21/5/2009, **Requerimento nº 36, de 2009 – CAS**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 20/5/09, e **Requerimento nº 34, de 2009 – CRE**, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, João Pedro e Rosalba Ciarlini, aprovado em 28/5/2009, com a finalidade de debater o cumprimento do programa ***"Metas de Desenvolvimento do Milênio"*** fixadas pela Organização das Nações Unidas – **ONU**, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive no Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Darci Bertholdo** – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – Representante da Casa Civil da Presidência da República, Srª. **Laura da Veiga** – Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva** – Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Sr. **Marco Otávio Bezerra Prates –** Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – **MDIC**, Sr. **Adson França** – Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde, Sr. **Antonio Luíz Machado de Moraes** – Assessor da Secretaria de Política Agrícola do **MAPA**. Representante do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sr. **Sérgio Wanderly Silva** – Representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – **CONGEMAS**. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Após as exposições dos Senhores convidado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA
Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da CAS
Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da CRE
Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da CDH

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que, com anuência do plenário, são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, com a finalidade de debater o cumprimento do Programa Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Darci Bertholdo, assessor da subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais, representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra. Laura da Veiga. E eu gostaria até de convidar os ilustres representantes para tomarem assento à Mesa. Sr. Darci Bertholdo, Sra. Laura da Veiga, secretária de avaliação de gestão de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministra

Gláucia Gauch, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais... Aliás, Ministra Gláucia, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais, representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, neste ato, será representado pelo Sr. Silvio Albuquerque Silva; Sr. Marco Otávio Bezerra Prates, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção; Sr. Adson França, assessor especial do Ministro de Estado da Saúde; Sr. Antônio Machado de Moraes, assessor da subsecretaria de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Sérgio Wanderly Silva, tesoureiro do colegiado nacional de gestores municipais de assistência social.

Como todos os senhores sabem, esta audiência pública foi, inicialmente, motivada por uma intervenção da Senadora Kátia Abreu, que entendeu, juntamente com outros colegas, como a Senadora Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano, bem como o Senador Cristovam Buarque, de que deveríamos fazer um acompanhamento... O Senador Eduardo Azeredo também foi um dos autores. Deveríamos fazer um acompanhamento das medidas adotadas pelo Governo brasileiro e pela sociedade nacional, sobre as metas estabelecidas por 189 países, dos quais o Brasil é um dos signatários e cujos resultados, cujas metas deverão se atingidas no ano de 2015.

Então, nós vamos, neste momento, passar a palavra para o Sr. Darci Bertholdo...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, como autora do requerimento, se V. Exa. permitisse, fazer algumas poucas palavras antes de iniciar as apresentações, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode usar da palavra, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos convidados e, apesar da honra de recebê-los aqui, eu não poderia deixar de comentar a ausência dos Ministros de Estado. Nenhum ministro pôde comparecer, e dois ministros, sequer, mandaram representantes, como me informou, agora há pouco, a secretaria da Comissão, como o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, não mandou representante e nem o próprio veio, e também o Ministro Carlos Minc, também, do Meio Ambiente, não compareceu, e, sequer, mandou representante. Os demais vieram representando, o Darci Bertholdo, a Casa Civil; a Sra. Laura Veiga, o Ministério da Ação Social; Silvio José, das Relações Exteriores... Enfim, Ministério da Saúde, Ministério da Educação... Desculpa, Ministério da Agricultura e CONGEMAS também não sei se veio.

Sr. Presidente, eu lamento muito que nenhum ministro, especialmente o Ministro Patrus Ananias, eu esperava muito que ele estivesse aqui, mas, com certeza, deve ter tido um compromisso inadiável para não estar presente num debate desta natureza.

Nós aprovamos, no plenário desta Casa, uma comissão especial, temporária, para acompanhar o cumprimento das metas do milênio, estabelecidas pela ONU. São oito metas, e o Brasil, como signatário, claro, corretamente, assinou essas metas. E essa meta, a meta principal, na minha avaliação, é a número 1 escrita, e não menos importante às demais, é exatamente a redução da fome à metade até 2015. Nós estamos falando da redução da fome de quase 1 bilhão de pessoas, e isso significa, até 2015, a redução da fome de 500 milhões de pessoas pelo mundo, e o Brasil, segundo a FAU, tem 24 milhões de pessoas enquadradas nessa situação, e, nesse 1 bilhão de pessoas, o Brasil está com 24 milhões de pessoas. Apesar dos programas sociais, de suas eficácias, nós ainda estamos com esse número terrível em nosso país, um país emergente como o Brasil.

E eu, com essa ação e essa atitude, com os demais colegas senadores, nós queremos, como responsabilidade que temos com o estado brasileiro, acompanhar essa decisão do Brasil de cumprir com as metas do milênio. Nós não estamos... Eu, particularmente, não tenho visto nenhuma ação pública, explícita, claro que interiormente nos ministérios, alguma coisa deve estar sendo feita, mas eu acho que nós deveríamos dar mais publicidade às ações da meta do milênio, mesmo porque nós temos o terceiro setor, nós temos entidades civis que querem participar, como a CNA, que representa os produtores comerciais do país, que representa o grande agronegócio, com 1 milhão e 200 mil produtores, e que já está inserido nas metas do milênio. Nós já assinamos uma cooperação com o Itamaraty, nós estamos fazendo qualificação profissional através do nosso S, na África, em Angola. Com o Itamaraty, vamos construir lá uma escola. E a CNA, também, criou as escolas-fazendas, onde nós receberemos os africanos aqui, de língua portuguesa, para também serem qualificados com o nosso S. Nós estamos distribuindo conhecimento, dividindo conhecimento com os africanos, para que isso, também, possa ser um componente da meta do milênio, que é não só distribuição de comida, mas ensinar fazer a comida com qualidade e, principalmente, com produtividade.

E, no Brasil, não é diferente, a nossa responsabilidade maior... O SENAR também está trabalhando as metas do milênio, aqui no setor rural, haja vista que a ONU, em seu relatório do ano passado, identifica que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de cada cinco pobres, quatro estão na zona rural, quatro estão escondidos nas estradas de chão desse Brasil afora, desse grande Brasil de 850 milhões de hectares, e, talvez, seja nesses locais que estão esses 24 milhões de pessoas que estão passando fome e sem qualquer assistência.

Quero lembrar, apenas como um ponto de vista crítico, mas procurando um caminho para a solução, com toda sinceridade, é justamente voltar e devolver as políticas públicas para o campo. Se nós observarmos o desenvolvimento e os gastos orçamentários dos ministérios, nos últimos dez anos de Brasil, nós vamos ver uma redução enorme nas aplicações feitas das políticas no campo, haja vista que nós também temos o Ministério das Cidades e não temos o Ministério dos Municípios, para que a infraestrutura e todos os programas possam chegar até o campo.

Nós estamos implementando alguns modelos, para que os ministérios possam entender que é possível, sim, atender 1/3 da população brasileira, como mão-de-obra economicamente ativa, e 5 milhões de produtores rurais, especialmente 4,5 milhões, que são da agricultura familiar e pequenos agricultores, que estão no campo, nessa extrema pobreza, identificada pela FAU.

Então, o nosso objetivo é... Principalmente, o meu objetivo é devolver as políticas públicas do Governo Federal, do estado brasileiro, quer seja União, quer seja Estado, quer seja município, ao interior do Brasil, à zona rural, onde estão os mais pobres, devolver essas políticas públicas, e que nós possamos fazer esse acompanhamento como obrigação que o Senado tem dessa representação, e, também, demonstrar ao mundo que o Brasil, talvez, senão certeza, é o grande remédio doce para esse amargo da fome, pois nós temos 100 milhões de hectares ainda disponíveis para produção de alimentos, sem desmatar, sequer, uma árvore, sem fazer nenhum desmatamento. Então, nós podemos solucionar essa questão, se as metas, realmente, forem levadas a sério. Se é isso que o mundo quer – e deve querer -, acabar com a fome, nós precisamos colocar os números nas planilhas, nós precisamos ver aonde estão os países que ainda detêm terras sem desmatamento, para produção de alimentos, e fazer um grande esforço mundial para que, realmente, essa meta número 1 possa ser cumprida.

Sr. Presidente Valter Pereira, para nós findarmos com a fome de 1 bilhão de pessoas no mundo, nós precisamos de uma área de 76 milhões de hectares de plantio, entre carne e grãos, e o Brasil tem 120 milhões de hectares disponíveis, apenas fertilizando as áreas de pecuária, as áreas de pecuária caberia todo o rebanho nacional hoje, em 1/3 da área ocupada. Então, nós temos essa destinação para as metas. E isso custaria, apenas para plantio, 60 bilhões de dólares, presidente, apenas 60, para que pudesse processar todo esse alimento. Para não cumprir a meta apenas a 50%, mas a 100%, nós precisaríamos, por ano, em torno de 100 bilhões de dólares para, efetivamente, essa meta ser cumprida.

E para que a gente possa ter uma noção do que significa esses 100 bilhões, se é muito, se é pouco, se é fácil arrumar esse dinheiro, eu consegui encontrar valores que, realmente, me deixaram indignada. Eu levantei todo o gasto militar do mundo com armamento, e nós estamos gastando 1 trilhão e 300 bilhões de reais em armamentos, em militarização dos países. Os Estados Unidos, desse valor, gasta 45%; em segundo lugar, a Inglaterra e a China, com 5%. Então, eu imagino: da onde poderia sair esse fundo internacional, verdadeiro, para que nós pudéssemos investir e acabar com a fome, definitivamente? Fora o contrabando, que não está nessa cifra de 1,5 trilhão e meio de dólares; 1,5 trilhão de dólares... Está me lembrando aqui o Senador Romeu Tuma, que, originário da Polícia Federal, conhece bastante bem como funciona esse contrabando.

Então, se nós e o mundo todo gasta 1,5 trilhão de dólares com armamento, com guerras, nós precisamos de 100, 100 bilhões, apenas, para acabar com a fome, em todos os países, com 1 bilhão de pessoas.

Então, eu gostaria de deixar esse questionamento. Objetivamente, o Brasil poderia encampar essa bandeira. Claro que nós temos outras áreas no mundo, que também podem ser utilizadas, nós não temos a pretensão de apenas o Brasil fornecer todas essas áreas para produção, mas, com certeza, terão dificuldades em encontrar áreas pelo mundo afora, área de sobra nós é que temos uma quantia significativa, e nós poderíamos, então, encampar essa grande bandeira de um fundo internacional, talvez em cima do gasto com armamento militar, para que nós pudéssemos cumprir os 100% da meta e não 50% dela. É perfeitamente possível.

Então, eu gostaria dessa avaliação por parte dos Ministérios e, de fato, conhecer o que cada Ministério está fazendo. Aqui no Brasil, a Casa Civil coordena todo esse processo com relação ao acompanhamento das metas, a, efetivamente, o que está sendo feito no Brasil, e os demais Ministérios fazem parte desse Conselho, dirigido pela Casa Civil, Dilma Rousseff,

com relação a, efetivamente, o que é que está sendo feito no Brasil.

Então, eu gostaria de ouvir de cada um, na medida do tempo possível dado ao nosso Presidente, o que é que está sendo feito e com relação a essa questão de nós, efetivamente, propormos ao mundo esta possibilidade de plantio efetivo para o fim da fome até 2015. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Ministro Carlos Minc não veio, porém, a presidenta da CNA acabou fazendo a primeira palestra da reunião, foi a primeira expositora. Parabéns pela brilhante exposição.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, assim iniciamos... Senadora Rosalba também quer fazer uma intervenção, eu abro a palavra para ela.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, como nós estamos aqui em conjunto, embora eu quero aqui até parabenizar a Senadora Kátia, que foi quem levantou essa bandeira, que nós concordamos plenamente de estarmos aqui, nesse momento, dando início a um debate e um acompanhamento mais minucioso das metas do milênio, que é algo que nós... O Brasil, como signatário, nós temos a obrigação de analisar, saber, até agora, o que conseguimos avançar, quais são os gargalos, quais são as dificuldades e em que nós podemos contribuir com a responsabilidade que temos aqui no Senado e como a nossa Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, tem uma importância ainda maior.

A Senadora Kátia falou muito bem quando colocava o problema da fome, e tem algumas metas que analisamos que ainda estão distantes de alcançarmos e que, no Brasil, realmente, é uma mancha que nos deixa, realmente, preocupados, como a questão da mortalidade materna, que ainda é muito alta, e que, talvez, por termos tido a oportunidade de notificar, Senador Valter, ela, inclusive, foi crescente. Eu sei... E aí tudo tem uma relação, tem um link, a fome leva também a que muitas mulheres estejam desassistidas em condições nutricionais e outras questões que levam a esse estado de chegar até a morte, morte materna, algo inaceitável nos dias de hoje.

Conseguimos avançar muito na questão da redução da mortalidade infantil, mas não podemos, de forma nenhuma, admitir chegar em 2015 e não termos cumprido essa meta, a meta do início de tudo que é da vida, e termos ainda um índice tão alto com relação à mortalidade materna.

Então, quero, aqui, agradecendo a presença de todos, lembrar que a fome, ela também... Nós podemos interpretá-la de várias formas. Nós temos que combater a fome de alimentos, sim, mas também a fome do conhecimento, porque essa fome do conhecimento é de fundamental importância para que possamos vencer todas as etapas. E uma das nossas metas, também, não é apenas colocar na escola, é ter qualidade de ensino, é dar condições a que o aluno, a criança, o jovem possa permanecer, pelo menos, para terminar o ensino fundamental, que nós sabemos que a evasão escolar é altíssima.

Então, todas essas análises são de fundamental importância para que possamos, realmente, somar esforço, e concordo plenamente com a senadora, e abrirmos também para que outras entidades possam vir a somar nesse esforço, que é de todos os brasileiros e que nós temos a responsabilidade. O Brasil assinou. Quando colocou ali a sua assinatura... Claro, o Presidente e todos os fazem o Governo Federal, ali estavam colocando como um carimbo, dizendo: "Nós vamos conseguir!". E é isso que eu quero, que possamos provar que podemos, sim, que podemos fazer um país onde as metas do milênio não somente sejam alcançadas, mas sejam superadas, porque são coisas simples, são coisas que podemos assim... Talvez até complexas para chegarmos até lá, pela falta do conhecimento, por uma visão distorcida, histórica, de milhares de anos, de como esse país foi, de certa forma, tratado no passado, mas que nós tenhamos essa consciência, consciência social, não somente dos que estamos aqui neste debate, não somente daqueles que receberão do povo a responsabilidade, para que, no Senado, na Câmara, nas várias instâncias do Legislativo e do Poder Executivo, estejamos nessa luta, mas a consciência social de todos, principalmente daqueles que tiveram a oportunidade de receber o conhecimento, tiveram a oportunidade de não precisar estar na lista, nas estatísticas dos que passam fome e nem nas estatísticas daqueles que, infelizmente, não tiveram ainda acesso à saúde e o meio ambiente, à consciência, que eu acho que é o mais importante quando nós debatemos isso, é despertar essa consciência, e que todos os oito fatores, se nós analisarmos bem, eles estão entrelaçados, eles formam toda uma questão que temos que avançar e conseguir.

Então, fica aqui o agradecimento pelos que aqui vieram, e, na certeza de que esse assunto não será fruto só de uma audiência, nós temos, enquanto Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Comissão de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores, de Educação, de Direitos Humanos, eu acho que essas metas precisam agora, mais do que nunca, levantada

essa questão, de estarmos acompanhando, estarmos analisando, estarmos em busca de ações, de projetos que venham apoiar, incentivar e estimular, para que o Brasil possa, lá na frente, antes mesmo de 2015, dizer: "Valeu a pena. Conseguimos!". Muito obrigada.

[soa campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, nós vamos iniciar as exposições dos nossos convidados.

Então, primeiro, é o Darci Bertholdo, que está representando aqui a Casa Civil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que, na verdade, as duas senadoras representaram os ministros ausentes, a Senadora Kátia aproveitou a oportunidade para substituir o Minc, e o substituiu bem, só que mudou um pouco o tema, que ela foi pelo viés da agricultura e da produção.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Claro. V. Exa. tem razão. E a Senadora Rosalba acabou representando o Ministro da Saúde, embora ele também tenha um representante aqui, que é o Dr. Adson, que vai falar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E da Educação, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Educação. Exatamente. Mas, de qualquer forma, facilitou a tarefa dos dois.

Então, Bertoldo, é a sua palavra.

Nós vamos estabelecer aqui o seguinte: uma meta de dez minutos para cada um, a fim de que possa fluir com certa rapidez. Isso não significa que nós vamos adotar uma rigidez capaz de interromper o fechamento de um raciocínio.

SR. DARCI BERTHOLDO: Bom dia a todos. Em nome, aqui, da Ministra Dilma, eu, em primeiro lugar, peço, em nome dela, escusas pela impossibilidade da sua presença, e me foi solicitado que aqui representasse a Casa Civil.

O meu nome é Darci Bertholdo, e eu coordeno um grupo de trabalho, que foi instituído em 2003, pelo Presidente da República, para o acompanhamento e o monitoramento das metas do milênio.

E aqui, então, eu me proporia a falar um pouco das iniciativas do Governo Federal em torno desta matéria, sem entrar muito no detalhe da cada área específica, porque, isso, eu entendo que os Ministérios, aqui presentes, poderão discorrer um pouco mais especificamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os Ministérios aqui ausentes?

SR. DARCI BERTHOLDO: Aqui presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Entendi errado.

SR. DARCI BERTHOLDO: Os Ministérios, aqui presentes, poderão, então, detalhar um pouco mais o que vem sendo feito em relação a cada um dos objetivos especificamente.

Eu iniciaria, então, listando aqui as iniciativas adotadas pelo Governo Federal. Nós, como sabemos, em 2000, os países, os 189 países pactuaram a promoção desses 18 objetivos, e o Presidente da República tem reafirmado, em diversas oportunidades e nos vários Fóruns, especialmente da ONU, o compromisso brasileiro de promover o alcance desses objetivos. De fato, é convicção do Governo que esses objetivos podem e devem ser alcançados pelo Brasil. Com esse intuito e com a criação desse grupo de trabalho, eu apenas cito, como um exemplo da decisão de se ter, de fato, no âmbito da Casa Civil, pessoas envolvidas com o acompanhamento do cumprimento desses objetivos, e, além da Casa Civil, a assessoria especial da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ipea, o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que integram este grupo.

Sob a coordenação desse grupo, foram já elaborados três relatórios, então. Um desses relatórios, o último, a gente trouxe alguns exemplares aqui, para se ter a ideia, mas eles estão disponíveis, todos eles, em sites, tanto do PNUD como do Ipea, como um site específico que temos para acompanhamento, que é odmbrasil.org.br, onde podem ser acessados esses relatórios.

Esses três primeiros não têm uma periodicidade exata, mas a gente sempre procurou fazer com que coincidisse a elaboração desses relatórios, inclusive com a abertura da assembléia da ONU, todos os anos, e o Presidente da República levou esses três primeiros relatórios sempre quando fez a abertura dessas assembléias da ONU.

Nós estamos, neste momento, montando um cronograma, para fazermos o quarto relatório que pretendemos, para que os dados sejam os mais atuais possíveis, incluir dados da Pnad de 2009, e esse relatório, diferentemente dos outros, ficará pronto após a assembléia da ONU, porque os dados da Pnad vão estar disponíveis em outubro.

Nós, então, temos mapeadas as ações do Governo, que de, alguma forma, têm impacto sobre o cumprimento desses objetivos. O Governo Federal institui, como uma forma também de envolver a sociedade civil, os municípios, a população, enfim, o chamado Prêmio

ODM. Esse prêmio é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Em 2008, teve a sua primeira edição. Agora, está sendo já preparado, para que, no início de 2010, já tenhamos, novamente, a premiação daquelas iniciativas, tanto de sociedade civil como de prefeituras, do Poder Público, dos Governos estaduais, que mereçam ser destacadas, com algum tipo de, digamos assim, reconhecimento por parte do Governo Federal. Esse prêmio também tem um site, que é mantido e atualizado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Outra iniciativa, que é também com esse intuito de promover o envolvimento, o mais possível, das prefeituras, dos prefeitos, dos novos prefeitos que assumiram os seus mandatos: o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, institui esta agenda de compromissos entre o Governo Federal e municípios. Esta agenda de compromissos 2009/2012, ela foi lançada em fevereiro deste ano e busca fazer com que os prefeitos, os municípios, aderindo a esta agenda, monitorem, em nível de município, cada uma dessas metas do milênio, desses objetivos do milênio, das metas em relação a cada objetivo, identifiquem os indicadores que serão monitorados, e eles mesmos, com incentivo e apoio do Governo Federal, promovam, no nível do seu município, o cumprimento de cada um desses objetivos. Além desses objetivos do milênio, são colocados alguns compromissos, nesta agenda, que, do ponto de vista do Governo Federal, são fundamentais e que devem ser, paralelamente, perseguidos com a erradicação do sub-registro, que, por meio de uma campanha muito forte do Governo, em parceria com a sociedade civil e com todas as instâncias de Governo, deveremos alcançar.

Bom, eu vou apenas pontuar algumas questões em relação a cada uma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, me desculpe. O último relatório que V. Exa. disse que trouxe é esse de setembro 2007.

SR. DARCI BERTHOLDO: 2007.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que o último será em 2010, segundo...

SR. DARCI BERTHOLDO: Nós vamos concluí-lo no final deste ano.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe-me. É para gente, depois, ir com calma e casar com a exposição de V. Exa.

SR. DARCI BERTHOLDO: Nós temos dados mais recentes, mas que ainda não estão em relatório, por exemplo. Então, pretendemos ter todos esses dados sistematizados agora, estamos fechando um cronograma... Nós temos, então, neste relatório... Pretendemos manter no próximo, mais ou menos, este desenho. Nós temos cada uma das metas identificadas, cada uma das metas relacionadas com os seus indicadores, e, então, a gente acompanha isso e tem condições de ter a ideia da evolução, ao longo de tempo destes indicadores. Por exemplo, a questão do objetivo primeiro, que é a erradicação da extrema pobreza e da fome, nós temos, por parte da ONU, estabelecidas duas metas: a primeira é reduzir pela metade, entre 90 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia. Esse 1 dólar, na verdade, não é exatamente 1 dólar, é o que se tem como paridade do poder de compra. Então, no Brasil, isso significa, aproximadamente, hoje, em torno 43 a 45 reais por mês. Relação dólar/real daria cerca de 50 reais por mês, digamos assim.

Este é o objetivo, é a [soa campainha] meta da ONU: reduzir pela metade a proporção da população com esta renda. No Brasil, nós estabelecemos, o Governo assumiu o compromisso de reduzir, ter como meta reduzir a proporção a 1/4, não a metade. Nós, inclusive, já conseguimos, por esses critérios da ONU, conseguimos atingir essa meta, o Brasil já alcançou a meta, de reduzir à metade a proporção da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Mas o Brasil assumiu e coloca isso publicamente. Neste relatório, assumiu o compromisso de reduzir esta proporção a 1/4, não nos serve apenas a metade, e já chegamos a isso.

Nós tínhamos, no Brasil, 8,8% da população, em 1990, que vivia com menos de 1 dólar. Estamos, hoje, com 4,2% da população. E com a meta que estabelecemos, de se chegar a ¼, vamos reduzir isso a menos de três, menos de 3% da população.

E, assim, nós temos, também, em relação a outras metas, compromissos do Brasil, que são mais ambiciosos, inclusive, do que as próprias metas da ONU. Vamos seguindo.

Nós associamos nesse relatório, observamos no relatório, e os senhores podem verificar no slide adiante, nós colocamos estes gráficos que mostram esta evolução, em relação a cada uma das metas e em relação a cada um dos indicadores selecionados para acompanhar o cumprimento dessas metas. Nesse caso da erradicação da extrema pobreza e da fome, então nós temos aí este indicador do 1 dólar por dia e temos outros indicadores, também, que foram selecionados, e aí o trabalho é feito pelos vários Ministérios, coordenados por nós, da Casa Civil, com a participação muito presente, ativa, do Ipea e do IBGE, que nos auxiliam com todos esses dados.

No caso deste relatório, então, nós podemos concluir, deste último que nós temos, desse relatório, como

disse o senador, são dados da Pnad de 2005, mas aí nós já percebemos que caiu a desigualdade de renda por região e por raça no Brasil. Se nós observarmos os gráficos, vamos verificar que, de fato, o índice que mede, o coeficiente que mede a desigualdade no Brasil caiu, de 1995 para 2005, significativamente. Nós tínhamos um coeficiente de 0,60 e chegamos, em 2005, a 0,56. Claro que esse índice não é bom, porque este coeficiente de Gini, quanto maior... Um inteiro desse coeficiente significa a maior desigualdade possível, e o zero significaria a menor desigualdade possível, onde todos teriam o mesmo nível de renda. No Brasil, estamos com 0,56, em 2005, esse índice já, em 2007, se reduziu. O objetivo aqui é chegar o mais próximo possível de zero.

Para termos uma ideia, nos Estados Unidos, esse índice é de 0,49, na Dinamarca, que é onde a igualdade é maior, a desigualdade é menor, nós temos um índice de 0,24. Quer dizer, nós estamos no caminho, mas estamos ainda precisando... Um dos grandes problemas do Brasil, todos nós sabemos, ao longo da nossa história, é, de fato, a desigualdade. Nós estamos chegando a cumprir a meta nº 1, no que diz respeito a esse indicador de pobreza, mas nós sabemos que a desigualdade é o nosso grande problema. E temos como perseguir isso. O Brasil já provou que é possível fazer isso [soa campainha] porque reduziu significativamente esta desigualdade nos últimos anos. Outra constatação é que a pobreza, que era quatro vezes maior na zona rural, em 90, hoje, recuou para três vezes, em 2005. Quer dizer, é, também, um avanço importante. É claro que tem que se buscar, perseguir, resolver, de forma mais adequada, o problema da desigualdade, que ocorre muito mais no campo do que na cidade, mas avançamos. Uma constatação também é que a desnutrição acompanha a distribuição da pobreza. Claro, onde existe a pobreza, existe maior desnutrição. E outra é que a desnutrição infantil cai, vem caindo significativamente, os dados também mostram que nós avançamos bastante em relação a essa questão.

Vamos adiantando. Eu já passei do meu tempo. Como eu disse, o objetivo aqui não seria entrar em detalhes, acaba que a gente comenta um pouco mais do que devia. Eu peço desculpas ao senador. Mas, rapidamente, aqui, só para ter alguns dados de importância, depois o MDS pode falar. Mas só para se ter uma ideia, da [soa campainha] prioridade que o Governo atribui a este objetivo, de fato, é que o grande programa do Governo, com esta finalidade, é o Programa Bolsa Família, que, de fato, está alcançando os seus resultados. Nós vamos chegar, em 2009, a 12 milhões de famílias sendo atendidas, isso significa mais de 50 milhões de pessoas, que, com certeza, estarão saindo daquela linha de pobreza que a ONU estabelece como de extrema pobreza.

Nós, assim, temos, em relação aos demais objetivos, um detalhamento em cada um deles, neste relatório que vamos manter sempre ao longo da produção dos próximos, e algumas observações. Quer dizer, em relação a esses objetivos ao atingimento desses objetivos, aqui em relação ao primeiro, já comentei, ao objetivo dois, que é universalizar a educação primária, o Brasil está chegando lá... O problema não é propriamente a universalização do acesso, mas, sim, a permanência na escola, que é um desafio, o desafio que se constata como necessário de ser enfrentado. O Brasil e o Governo procura tomar medidas com essa finalidade. Mais recentemente, apenas para mencionar, é na questão da formação dos professores, na busca de alocação de mais recursos para formar professores da educação básica, para aquilo que se garanta mais condição de permanência, merenda na escola. São ações que são necessárias para que se tenha a permanência, e que, também, por outro lado, se garanta a qualidade, porque apenas a universalização é um objetivo que já está sendo alcançado.

O terceiro. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Aí eu peço que vá adiantando para cumprir aqui o tempo. Nós sabemos que no Brasil este objetivo de promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, da forma que ele está colocado pela ONU, não é bem o caso do Brasil, nós não temos o problema da falta de acesso das mulheres ao ensino, por exemplo, as mulheres até freqüentam, tem mais presença na escola do que os homens. Tem-se essa situação. A questão da mulher é, principalmente, em relação ao mercado de trabalho, onde aí se constata maior grau de desigualdade, maior grau de discriminação, e esta é uma questão que também desafia. A defasagem escolar que se tem no Brasil é mais em relação à cor e raça do que pelo sexo. Essa é uma conclusão que nós chegamos nestes relatórios.

O quarto objetivo: redução da mortalidade na infância. Como eu disse, o Brasil se aproxima da meta de redução na mortalidade da infância. [soa campainha]. Pode passar o próximo. Vem caindo a mortalidade infantil. O Programa Saúde na Família é a grande razão para que se consiga atingir essa meta. Melhorar a saúde materna. Outro objetivo. Aqui também sabemos que estamos no caminho, mas precisamos avançar mais. Eu peço para botar ao próximo slide. Nós saímos de uma mortalidade de 61,2 para 53,4 óbitos a cada cem mil nascidos vivos, óbitos maternos, entre 97 e 2005. Reduzimos, mas não reduzimos suficientemente. Aqui

a gente entende que há muito o que fazer, e o governo tem consciência e está tomando as medidas no campo da saúde com essa finalidade.

Combater o HIV, AIDS, malária e outras doenças [soa campainha], também outro objetivo onde o Brasil é exemplo e tem avançado muito, e temos, como necessidade, o último deste objetivo. O último slide é, de fato, trabalhar nas questões em relação à tuberculose e à malária que temos constatado redução, mas temos consciência de que há necessidade de mais... Também aqui, apenas uma breve observação, nesse compromisso com os municípios está se incluindo o combate à dengue como uma das ações a serem levadas a frente.

Temos a questão da sustentabilidade ambiental. Aí nós precisamos... Este objetivo envolve, além do próprio ambiente em si, especificamente, no caso da Amazônia, o desmatamento da Amazônia, nós temos incluído aí as metas em relação a saneamento básico, habitação e onde o Brasil avança e temos decisão de Governo de alocação de recursos, estrategicamente nestas áreas, para buscar, efetivamente, atingir essas metas nessas áreas, que nós sabemos que são vulneráveis a questão do saneamento básico e da habitação.

O último objetivo é a parceria mundial para o desenvolvimento. E, aqui, o Brasil tem sido reconhecido como um país atuante, que tem buscado, de fato, trabalhar com a perspectiva de não só participar ativamente nos fóruns internacionais, com reconhecimento da sua importância, do seu protagonismo, mas, concretamente, atuando em ações que têm como finalidade o combate à fome, à erradicação da miséria, inclusive, particularmente, numa relação... E aí não sou especialista da área, mas o pessoal do Ministério das Relações Exteriores tem mais condições de falar, mas com uma visão de cooperação com os países, aqui a gente denomina no relatório a Cooperação Sul-Sul. E nisso tem feito, tem promovido ações concretas, inclusive, chegando a perdoar dívida de determinados países com este objetivo de promover a parceria mundial para o desenvolvimento.

Eu peço escusas pela demora, Senador, mas eu acho que era isso que eu podia trazer aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cumpre nos agradecer a sua compreensão e agradecer a sua exposição.

E, agora, nós vamos passar à segunda expositora, que é a Dra. Laura Veiga, e ela terá também os dez minutos prorrogáveis, se necessário, para cumprir a meta.

SRA. LAURA VEIGA: A minha meta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A nossa meta.

SRA. LAURA VEIGA: A nossa meta.

Sr. Senador, Presidente da mesa, Senadora Rosalba, demais membros do Governo que estão na Mesa e Srs. Senadores que estão no plenário, em particular, agradecendo à Senadora Kátia Abreu por ter promovido ser uma das organizadoras deste evento.

Eu quero, inicialmente, apresentar as desculpas pela ausência do Ministro Patrus Ananias, porque o Ministro está acompanhando o Presidente em missão no interior. Então, foi uma convocação que não depende da agenda dele e nem da vontade dele, mas depende de uma ação governamental, e eu tenho certeza que ele teria o maior prazer de estar aqui, porque já esteve na Casa inúmeras vezes, e ele tem um enorme respeito pelo Poder Legislativo, inclusive porque veio do Poder Legislativo, enquanto deputado.

Eu vou me ater para, inclusive, tentar ficar dentro do tempo que me foi designado, me ater um pouco ao tipo de grandes ações do Ministério, mas, em particular, inicialmente, eu gostaria de fazer uma colocação de natureza mais geral.

Nós entendemos, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, com esse nome, que nós temos aquelas políticas, que são políticas sociais tradicionais, como é a área da educação e da saúde, que são políticas de marca de longa data, mas nós temos um compromisso que o Governo assumiu, que é exatamente fazer com que se eleve o patamar de qualidade de vida daqueles setores que foram historicamente, com o qual esse país tem uma tremenda dívida social. Então, como o nosso Ministro sempre diz, o nosso Ministério se dirige e busca atender, buscar ações que possam garantir a elevação desse patamar no país. Não que a gente já tenha alcançado hoje, que seja um patamar aceitável, mas é sempre aquela busca, alcançar um patamar, buscarmos um além do que nós.

Então, é nessa direção que o Ministério atua. E o Ministério atua através... Ele começou atuando através de três grandes vertentes, que é a vertente da transferência de renda condicionada, que é o Programa Bolsa Família, da vertente da segurança alimentar renutricional, herdando a missão, inclusive, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, o antigo MESA, e da área de assistência social, que é uma área que também se busca elevar, mudar, inclusive, o paradigma de atuação dessa política, no sentido de nós construirmos um sistema de proteção social não contributivo, porque a previdência já está na Constituição que a assistência social é um dos tripés, faz parte do sistema de Seguridade Social, no entanto, para fazer com que isso se transforme, saia da letra da lei e passe

a representar a realidade nesse País, há um enorme esforço do Ministério, a qual eu tenho a honra de pertencer, para fazer com que se constitui e se crie isso que nós chamamos, realmente, de desenvolvimento social e do sistema de proteção social não contributivo. Isso significa, portanto, nós termos que adotar um novo olhar, que, muitas vezes, nós nos defrontamos, um novo olhar sobre o que, muitas vezes, a gente tem chamado, pelo menos, nos esquemas orçamentários como gastos sociais e passarmos a entendê-los como investimentos sociais. São investimentos, porque se nós não corrigimos questões que hoje afetam a população em extrema pobreza, isso vai repercutir em termos, inclusive, de gastos governamentais, no futuro, muito mais alto, porque a prevenção é sempre melhor do que você está lidando já com situações, por exemplo, de violação de direitos e do que seja, é muito mais caro você, inclusive, tentar. Então, eu soube que hoje está tendo outra comissão sobre segurança pública, sobre problema de narcotráfico, nesse momento, e é importante nós todos termos esse olhar mais amplo sobre as necessidades das nossas população.

Então, o grande programa no sentido de transferência de renda do Ministério é o Programa Bolsa Família que todos, eu imagino, todos os senhores, tenham as informações, e o representante da Casa Civil acabou de fazer uma menção aí. Esse programa, hoje, tem 11 milhões de famílias e está com a meta de expansão, ele vai chegar a ter uma meta ainda para poder avançar um pouco mais. Hoje já se aplica nesse Programa 12 bilhões de reais, anualmente falando. É comparado, inclusive, comparado quando o que se alcança com esse Programa, é muito pouco em termos, é um programa altamente eficiente do ponto de vista de gastos, porque o que se alcança com ele é muito alto, comparado com o que ele custa. Além desse programa, nós temos o Programa de Benefício de Prestação Continuada que atendeu no final de 2008 2 milhões, 900 mil pessoas que são pessoas idosas e pessoas deficientes que vivem, que têm uma renda familiar menor do que 1/4 de salário mínimo. Esse programa envolve 14 bilhões de reais. Além disso, na linha de atuação do Ministério, então, esses são os dois grandes programas na área de transferência de renda, porque a transferência e o combate à pobreza significa garantir a renda mínima para as pessoas, num determinado patamar, para elas poderem, inclusive, programar, minimamente, as sua vidas. Então, esse é um programa direcionado a isto. Além disso, nós temos todo o avanço da área de assistência social, que é uma política que começou, de fato, ela começa, ela é reconhecida na Constituição, em 1993 você tem a LOAS, mas ela começa, de fato, a ser implantada a partir de 2002, 2003 e, particularmente, a partir de 2004. Então, aí nós temos a construção daquilo que corresponde, por exemplo, na área da saúde, que são os ambulatórios, ou os postos de saúde na área da educação que corresponde às escolas, nós chamamos centros de referência da assistência social, e o Ministério financia a expansão disso com o apoio das prefeituras dos Estados. É importante dizer que todas as políticas são descentralizadas e dependem fortemente da ação dos Estados e dos Municípios. Além disso, na área da segurança alimentar renutricional... Eu estou vigiando o relógio que está ali atrás. Já perguntei ao presidente da mesa e ele me explicou a razão daquele relógio ali.

Na área de segurança alimentar a nossa atuação se direciona junto com outros Ministérios, no apoio à agricultura familiar, através, inclusive, da compra direta de alimentos, apoiando esse tipo de programa que garante a elevação, inclusive, do poder de compra dos pequenos agricultores, das pesquisas que nós temos realizado. Temos, junto com a ASA, a criação e a expansão do Programa de Cisternas para o semi-árido, porque como os senhores e as senhoras sabem, você tem uma parte enorme da população brasileira que enfrenta situações que não têm o acesso à água e há um enorme desgaste para garantir a água de beber. Então, a primeira água que é essa água de beber está sendo buscada através de cisternas e tem todo um programa de expansão nessa direção de atendimento, inclusive, da população, uma população mais rural e da região do semi-árido brasileiro.

O Ministério apóia 80 mil agricultores e distribui 1 milhão e 100 mil, distribuiu 1 milhão e 100 mil cestas de alimentos no ano de 2008. Essas são as grandes ações, além das ações na linha das cozinhas comunitárias, dos restaurantes populares e etc. E de programa, inclusive, de trabalho educativo junto à população para melhorar os seus padrões de nutrição e de acesso à água.

[soa a campainha]

Eu vou vigiar o senhor. Tirou-me um minuto ali. Avisa-me antes, me avisa um minuto antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode ficar tranqüila, que, aqui, nós não tiramos, só acrescentamos.

SRA. LAURA VEIGA: Só acrescentam? Está ótimo. Obrigada. Mas eu vou tentar terminar rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não precisa ser Enéias aqui. Tem tempo suficiente.

SRA. LAURA VEIGA: Então, está bom.

Então, o nosso entendimento, e esta fala é muito nessa direção, que o Brasil se comprometeu com essas metas que são as metas que fazem parte desse grande compromisso mundial que são as metas do milênio, o Brasil, como disse já o representante da Casa Civil, o Brasil já atingiu alguma dessas metas, por exemplo a da erradicação. A meta do milênio da erradicação da extrema pobreza foi atingida em 2005, portanto, dez anos antes [soa a campainha] da meta geral, e, além do mais, temos a questão da redução da pobreza, da igualdade nesse País. Agora é importante também afirmar que a nossa garantia de desenvolvimento não passa somente por esse tipo de ação, nós temos, realmente, de trabalhar para que possamos ter uma sociedade, como disse a Senadora Rosalba, onde morram menos, nós termos menos mortalidade materna, já avançamos na mortalidade infantil, de reduzir a mortalidade infantil, temos trabalho na direção de garantir com que os jovens nossos possam adquirir uma educação de qualidade de modo que eles possam garantir os seus ativos no futuro, e ter uma sociedade, realmente onde nos possamos nos orgulhar e dizer que nós avançamos para um país mais justo e de melhor qualidade de vida para todos.

Obrigada pela atenção e obrigada pelo convite, que eu tive a honra de estar representando o meu Ministro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, D. Laura. Veja que não precisou tanto esforço para que a senhora cumprisse, também, a meta de tempo da Comissão.

E, agora, nós vamos ouvir o Ministro Silvio José Albuquerque, que é chefe de divisão de temas sociais do Ministério das Relações Exteriores.

SR. SÍLVIO JOSÉ ALBUQUERQUE: Muito obrigado. Sr. Presidente, cumprimento também a Senadora Kátia Abreu e a elogio pela iniciativa de convocar essa audiência, Senador Romeu Tuma, demais senadores. Em primeiro lugar, gostaria de justificar a ausência do Ministro Celso Amorim. O Ministro Celso Amorim se encontra, no momento, acompanhando o Presidente Lula. Se realiza, nessa semana, a Assembléia Geral da OEA, e, por esta razão, o Ministro não pôde vir a essa audiência.

Eu sou o chefe de divisão de temas sociais e me ocupo, dentre outros temas, do tema ligado aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Eu gostaria de fazer uma breve digressão para deixar clara a importância que o Itamaraty atribui ao tema do desenvolvimento social e como se chegou, a ONU chegou aos objetivos definidos em 2000.

Em 48, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo no pós-guerra permitiu que houvesse um consenso internacional que refletisse naquela declaração uma série de direitos que conjugavam direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Mas muito pouco depois dessa Declaração ser assinada, o mundo conheceu a guerra fria, e já em 66 quando foram assinados os dois pactos internacionais, o primeiro deles sobre direitos civis e políticos e o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais, o que se viu foi uma batalha ideológica em torno de dois conceitos ou dois princípios, o primeiro deles consagrando direitos civis e políticos, que não são considerados como direitos de cumprimento obrigatório e imediato, direito à vida, direito de não ser torturado, direito ao voto, direito de políticos, e o segundo conjunto de direitos seriam os direitos econômicos, sociais e culturais que foram vistos pelos países do Ocidente, basicamente inspirados pela ideologia gerada pela guerra fria, como direitos socializantes que eram basicamente direitos econômicos, os direitos à habitação, o direito à alimentação decente, e essa crise entre duas visões de mundo distintas levou a que durante décadas os direitos econômicos, sociais e culturais fossem até mesmo negados como direitos humanos por parte dos países desenvolvidos.

Avançamos para a década de 80. Em 86, a Assembléia Geral da ONU edita a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento. O Brasil teve uma participação muito importante na redação e aprovação dessa Declaração, mas uma declaração da ONU não tem o peso cogente que tem uma convenção das Nações Unidas, uma declaração das Nações Unidas continua sendo um instrumento de cumprimento voluntário pelos Estados e é entendido pelos juristas internacionais como um instrumento de força hierarquia menor comparativamente a uma convenção.

Mas, no final da década de 80, já há uma série de circunstâncias que permitem que a ONU lance, no início da década de 90, a primeira das conferências mundiais. A primeira delas foi a Conferencia Sobre os Direitos das Crianças, que lançaria a década das conferências, as conferências realizada ao longo da década de 90 marcam uma virada das Nações Unidas numa tentativa de redefinição de conceito de desenvolvimento. Em 90, também, pela primeira vez, é publicado o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano, no qual é inserida a primeira tentativa de balizar, de medir a realidade socioeconômica de mundo. Cria-se ali um modelo de medição, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em consideração, além do PIB, a longevidade, a alimentação adequada, o serviço de saúde, os níveis de escolaridade; enfim, é a primeira tentativa das Nações Unidas de poder medir o grau de evolução dos Estados em relação ao cumprimento

dos direitos definidos já em 48, sedimentados em 66 e reafirmados em 86, na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento.

Esse momento, inicio da década de 90, é também o momento que marca o fim da guerra fria e percebe-se que havia ali um contexto internacional altamente favorável ao exercício da diplomacia multilateral. E, com isso, a ONU resolve, por meios dessas conferências mundiais, resgatar o valor da dignidade humana e reafirmar e promover o bem comum e corrigir os desequilíbrios entre os vários países, e, enfim, promover um melhor desenvolvimento humano nos vários países membros.

A declaração do milênio é produto dessa evolução, de 48 até 90 em que os Estados buscam redefinir o conceito de desenvolvimento, e ela reflete, basicamente, um consenso internacional que pouco depois também seria revisado, mas que estabelece metas claras que foram expostas pelo representante da Casa Civil, que buscam aferir o grau de evolução de cada um dos países. No caso, foram 189 países que assinaram a Declaração, e ao longo, desde a assinatura da Declaração até hoje, já houve uma revisão universal, realizada cinco anos depois da assinatura da Declaração, e prevê-se que, em 2010, em setembro de 2010, haverá uma segunda revisão internacional dos objetivos e metas definidas em 2000.

O Brasil tem advogado pela permanência do tema do desenvolvimento na agenda das discussões dos principais fóruns internacionais, e, para o Governo brasileiro, o desenvolvimento humano é um fenômeno que vai além do mero desenvolvimento econômico e se destina a melhorar concretamente a condição de vida de cada indivíduo, em cada sociedade em que ele está inserido.

Eu gostaria de focar a minha breve exposição no objetivo nº 8, que diz respeito basicamente ao estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento, porque os demais serão tratados, já foram tratados por alguns dos expositores que me precederam e os demais serão ainda aprofundados por outros expositores.

E eu fazê-lo... Eu gostaria de ressaltar a grande preocupação que tem sido manifestada pelo Governo brasileiro com o comprometimento, muitas vezes retórico, dos países desenvolvidos em relação ao alcance dos ODMs. Eu digo isso porque, logo depois da assinatura da Declaração do Milênio, se realizou, no México, na cidade de Monterrei, uma conferência internacional sobre financiamento ao desenvolvimento. E, nessa conferência internacional, se definiram vários critérios que deveriam ser seguidos pelos Estados para auxiliar e cooperar para o avanço dos ODMs nos vários países. E um dos mais simbólicos e emblemáticos é o de que os países desenvolvidos destinem 0,7% do seu PIB para ajuda oficial ao desenvolvimento. Esse é um número baixo, é um número mínimo, é um objetivo mínimo que foi fixado e acordado pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento no México, mas que não tem sido cumprido pelos países desenvolvidos, ou seja, o Brasil, em suas intervenções, nos vários foros internacionais tem sido enfático no sentido de dizer que apenas os países nórdicos, mas não os países desenvolvidos como os Estados Unidos, Reino Unido, França, apenas os países nórdicos têm cumprido com essa meta muito importante de 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os países pobres, basicamente. E isso é algo que o Brasil diz com legitimidade, porque nós temos procurado promover projetos de cooperação internacional que buscam, basicamente, ampliar a capacidade de conhecimento, o acesso e a capacitação de recursos humanos em países do sul. E a Cooperação Técnica Sul-Sul [soa campainha] executada pelo Brasil parte do pressuposto de que o Brasil, ao contrário do que fizeram, historicamente os desenvolvidos, ao auxiliar os países em desenvolvimento, o Brasil não quer simplesmente prestar ajuda sem ensinar os países em desenvolvimento a desenvolver capacidades técnicas para eles próprios encontrarem os seus caminhos e soluções para atingir cada um dos ODMs. Nesse sentido uma das medidas mais emblemáticas que o Brasil tem adotado foi em relação à redução, ao perdão da dívida externa de países em desenvolvimento. O Brasil perdoou, por exemplo, 95% da dívida externa de Moçambique com o Brasil, e temos também buscado concentrar a cooperação técnica em países africanos, de língua portuguesa e outros com afinidades maiores com o Brasil. Então, eu diria que 52% da cooperação técnica, prestada pelo Brasil, é destinada ao continente africano, e isso é feito sem condicionalidades prévias, o que não é o caso da cooperação prestada pelos países desenvolvidos.

E eu quero me referir, especificamente, com uma das metas que compõe o objetivo nº 8, que diz respeito à cooperação com as empresas farmacêuticas para proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis aos países em desenvolvimento. Um dos temas dos quais eu me ocupo são as temas relacionados à saúde, e acabei de voltar agora da Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, e, mais uma vez, o que se percebeu, diante da crise que se vive no mundo da saúde, provocado pelo vírus H1N1, é que existe uma perigosa concentração [soa campainha] de tecnologia e recursos em mãos de poucos países desenvolvidos, e mais especificamente poucos laboratórios concentrados nesses países de-

senvolvidos que vulnerabiliza extremamente as populações de países em desenvolvimento. No caso do único antiviral que se revela eficiente e eficaz para prevenir o avanço da doença gerada pelo vírus H1N1, o que se percebe é que os países desenvolvidos concentram a maior parte do estoque mundial desse antiviral, e os países pobres têm ou nenhum estoque ou muito pouco estoque, no caso do Brasil, por uma previsão feita no passado recente, o Brasil conta com 9 milhões de tratamentos desse antiviral, e o que serve para proteger cerca de 4% da população brasileira, mas essa realidade está muito distante da realidade dos países pobres, africanos, em sua imensa maioria, e centros americanos. [soa campainha].

Então, a cooperação para promoção dos ODMs é algo que os países desenvolvidos deveriam ter implementado com maior eficácia e determinação desde 90, não o fizeram, o Brasil participa de dois grupos com os países desenvolvidos, um deles criado em 2007 numa reunião havida nas Nações Unidas, em paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas, que reuniu o primeiro-ministro Gordon Brown, o primeiro-ministro da Noruega, Stoltenberg, e o Presidente Lula, e, basicamente, é uma iniciativa que busca estimular e incentivar o alcance dos ODMs 4, 5 e 6, os ODMs de saúde. E também participamos de uma iniciativa capitaneada pelo primeiro-ministro Gordon Brown que busca incentivar o alcance dos ODMs como um todo. E, portanto, não nos eximimos da responsabilidade nem de prestar contas às Nações Unidas e nem de dialogar bilateralmente e em instâncias mais restritas com países desenvolvidos na busca do alcance dos ODMs. O Itamaraty acredita que a revisão de 2010, de setembro de 2010 será uma oportunidade para o Brasil demonstrar que a exceção do ODM5 atingiremos todos os ODMs até 2015, e temos procurado, através do ODM Brasil, que é visto pelas Nações Unidas, o prêmio ODM Brasil como uma boa prática e um exemplo mundial a ser replicado em outros países, temos a convicção de que o Brasil tem muito a ensinar e a cooperar para o avanço dos ODMs em todos os países do mundo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Ministro Silvio, que foi muito objetivo na sua exposição.

E chamamos o próximo expositor, que é o Sr. Marco Otávio Bezerra, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio. Com a palavra, Marco.

SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA PRATES: S. Exa. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidindo os trabalhos desta Mesa, Srs. Senadores e Senadoras. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior, o nosso campo de atuação tem sido mais focado no objetivo 7, que é garantia da sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, nós temos aí, pelo menos, dois programas importantes. O primeiro deles é o FUNDO AMAZÔNIA, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, que foi estruturado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores e que representa um mecanismo bastante inovador de busca de recursos para apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, porque é um fundo que capta recursos internacionais. Ele, hoje, está com 130 milhões de dólares já assegurados, já doados pelo governo da Dinamarca, e esses 130 milhões serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia que deverão ser apresentados ao BNDS que fará avaliação técnica, usual que faz aos seus projetos, mesmo sendo projetos a fundos perdidos. Esse recurso será aplicado então em projetos de desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas de produtos madeireiros e não madeireiros da Amazônia, e a obtenção de novas doações está condicionada à redução da taxa de desmatamento na Amazônia.

Então, ele é um mecanismo bastante criativo e que fomenta o processo da redução do desmatamento, associada ao desenvolvimento de cadeias produtivas dentro da Amazônia, porque não adianta, simplesmente, combater o ilícito, se você não der alternativa de renda para as pessoas. E o Fundo vai nessa direção de promover o desenvolvimento de cadeias sustentáveis. Isso é também fundamental, porque uma das coisas que o Ministério vai fazer é estudar o mercado internacional para produtos sustentáveis na Amazônia. Qual é o potencial desse mercado? Quais são os principais produtos que podem ser desenvolvidos cuja produção possa ser desenvolvida no interior da Amazônia e que tem mercado no exterior? Porque já tivemos experiências do tipo fazer programas de venda e degustação de sucos de frutas da Amazônia em grandes redes de supermercado no exterior e depois não ter produção organizada para suprir a demanda que é gerada.

Então, esses mecanismos vai nos auxiliar nesse sentido, e é um fundo que está entrando agora em operação. Qualquer proposta de projeto pode ser feita através de consulta ao site do BNDS e com a elaboração da carta consulta para projetos, e nós estamos precisando de bons projetos nessa área. Outra iniciativa importante do Ministério dentro do Programa Nacional de Mudança Climática é com relação buscar uma si-

derurgia mais sustentável no Brasil. Todos aqui devem saber a siderurgia brasileira é movida, em grande medida, mais de 90% dela é a carvão mineral ou coque que é um elemento muito emissor de CO2.

Dentro do setor industrial... Embora o setor industrial corresponda a apenas 2% das emissões brasileiras, dentro do setor industrial, o setor siderúrgico é o principal emissor. Então, nós estamos fazendo um trabalho de avaliação profunda da cadeia produtiva da siderurgia para tentar estabelecer uma meta de que, pelo menos, 30% da siderurgia brasileira seja feita, use como fonte de energia e como redutor carvão vegetal renovável, de fonte renovável, inclusive, para reduzir a pressão sobre o desmatamento que parte da siderurgia usa carvão de mata nativa. Esse trabalho vai fazer, vai consistir em analisar o parque industrial instalado da cadeia de siderurgia para verificar quais as plantas que têm condições de absorver, de produzir com maior quantidade de carvão vegetal renovável, porque grandes siderúrgicas, grandes altos fornos, com mais de 1 milhão de capacidade, representando a ordem(F) de produção anual, eles precisam de carvão mineral, pelo problema da resistência física, que é diferente entre o carvão vegetal e o carvão mineral. Mas boa parte da siderurgia pode substituir o carvão mineral por carvão vegetal.

Então, a partir dessa análise do parque produtivo instalado, da análise de formas mais eficientes para você converter madeira em carvão, nós procuraremos fazer com que essa cadeia aumente a quantidade de carvão vegetal renovável. Vamos, inclusive, trabalhar no processo de melhoria do ambiente de negócio para aumentar a produção de carvão vegetal renovável no Brasil. E, nisso, o papel desta Casa é muito importante, no sentido de aperfeiçoar os marcos regulatórios relativos à produção florestal no país, que tem uma série de travas e que dificulta o desenvolvimento desse negócio. E, então, a gente vai trabalhar, estamos fazendo esse estudo e a partir dele vamos formular uma política de âmbito nacional para promover o aumento da produção de carvão vegetal renovável e a maior utilização dele na siderurgia brasileira, para que futuramente a gente possa vir colocar no mundo que o Brasil tem uma siderurgia mais limpa, e com isso ter um diferencial de mercado para o aço brasileiro.

Com relação à água que é outra questão, na questão ambiental da maior importância, o Brasil tem, hoje, dentro do uso de energia um programa de conservação de energia de etiquetagem de produtos. Eu acho que todos já viram, quando você vai comprar um eletrodoméstico, uma geladeira, uma máquina de lavar, tem uma etiqueta que faz a classificação por eficiência energética do produto. No caso de água nós vamos fazer, junto com o Inmetro, nós estamos formulando um programa para etiquetagem de produtos referentes a consumo de água. Então, máquina de lavar, torneiras, chuveiros, vasos sanitários. Nós estamos nos inspirando num programa existente em Singapura. Singapura, por exemplo, tem um consumo de água na descarga de vaso sanitária de 1,95 litros, menos de 2 litros por descarga, no Brasil os produtos nossos consomem 6 litros por descarga. Então, a criação desse programa de etiquetagem do uso de água, de equipamentos economizadores de água deve ajudar muito no combate ao desperdício da água, que todos nós sabemos é um ponto essencial do ponto de vista de que nós estamos caminhando para cada vez ter situações mais críticas em termos de abastecimento das nossas cidades e das nossas populações.

Então, esse programa de etiquetagem é inspirado no programa de Singapura deve dar uma contribuição muito importante para a otimização do uso da água em todos os ambientes residenciais, industriais e etc. no país.

Em linhas gerais, era isso que eu queria colocar. E fico à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos ao Dr. Marco Prates.

E agora passamos à área de saúde, Dr. Adson. Se o senhor quiser sentar aqui, o senhor pode fazer a sua palestra aqui.

O Dr. Prates foi o único que até agora observou rigorosamente o tempo que lhe fora reservado. Parabéns.

SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA: Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu, infelizmente, não posso continuar devido o horário e o número de palestrantes que foi agendado para uma única audiência pública. São três, quatro, cinco, seis palestrantes. Então é um número bastante elevado, e os compromissos, a ordem do dia já começou com relação à data do meio ambiente, e eu tenho uma coletiva agora sobre a MP 458 que eu sou relatora que é a titulação de terras na Amazônia. Mas eu vou deixar toda a minha assessoria aqui anotando que estão cuidando das metas do milênio. Quero apenas deixar três questionamentos e sair.

A Sra. Laura disse que o Brasil cumpriu as metas até 2005. Em 2005, já atingiu as metas do milênio. Eu quero entender porque a FAU... A senhora disse que, em 2005, a meta da extrema pobreza, mas a FAU coloca como um dado de 2004, estou achando um dado

muito perto do outro, que ainda temos 24 milhões e 14 milhões em extrema pobreza. Em um ano, findar com isso, eu espero que isso tenha acontecido. Mas nós temos que checar esses dados com a FAU. Eu gostaria de saber o que é que está sendo feito diretamente nos assentamentos do Brasil, porque esse é um local que eu conheço bem, e só vejo lá extrema pobreza, com raríssimas exceções.

Segundo ponto: eu gostaria, também, de saber a respeito dos critérios de avançar, de exigências com relação ao Bolsa Família, no sentido de implementar as portas de saída. Acabar com a fome não se limita apenas a dar um recurso indefinidamente para a compra do seu alimento naquele momento. Muito mais importante é não só dar o alimento, mas que o fim dessa fome seja sustentável. O que é que nós estamos fazendo para que essas pessoas que recebem o Bolsa Família, hoje, e que precisam desse Bolsa Família, o que é que está sendo feito, de fato, para que essas pessoas possam ficar independentes e não precisarem mais do Bolsa Família e, portanto, a meta do milênio ser cumprida de verdade? E não só com dação de cesta básica.

E eu gostaria de saber dos que comentaram, especialmente, o Ministério das Relações Exteriores com relação ao pós-Kyoto na Dinamarca, em dezembro. Eu gostaria de saber se o Brasil está pensando em inserir os serviços ambientais, como recomenda a ONU, para o combate à pobreza rural, especialmente, aos pequenos produtores do mundo, e eu quero saber do Brasil se vocês estão levando essa discussão para o pós-Kyoto que são os serviços ambientais. O que é que vão ganhar os produtores mais pobres do mundo, que são os pequenos por serem gestores de água, de biodiversidade por sequestrarem CO2 com seus plantios? Então, se o Ministério está imbuído com esta proposta que está sendo discutida no mundo inteiro hoje.

Então, eu agradeço e peço desculpas. E gostaria que, nas próximas audiências públicas, nós pudéssemos chamar um número menor de palestrantes, para que o debate pudesse ser melhor implementado, haja vista a importância dessa matéria para todos nós. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Dr. Adson, que é representante do Ministério da Saúde.

SR. ADSON FRANÇA: Bom dia a todos e todas. Uma satisfação muito grande estar nesta valorosa audiência pública. Em nome do Ministro José Gomes Temporão, reafirmamos o pedido de desculpas, por questões de agenda, mas gostaríamos, também, de reafirmar o apreço do Ministro que esteve nesta Casa há 15 dias para discutir a influência a H1N1 há 30 dias, e já tem agendado um retorno a esta Casa. Cumprimentar o Senador Valter Pereira, a Senadora Kátia Abreu e demais Senadores e Senadoras por todo esse empenho, e, de forma especial, os colegas também, gestores do Ministério através do Ministro Silvio Albuquerque, o próprio Darci Bertholdo e da Laura como mulher, como gestora e colega de trabalho.

Senador Valter, na área de saúde, nós temos dados bastante relevantes, como foi levantado pelo colega de gestão e chefe importante na Casa Civil, o Darcy, dados relevantes e importantes em relação aos ODMs. O Brasil tem dado uma contribuição bastante destacada em nível mundial, e isso não é uma atitude, Senador, presunçosa e arrogante, até porque não faz parte do estilo do Ministro José Gomes Temporão, sanitarista há 30 anos. E onde está a relevância, Senador, Senadoras e demais membros? Nós somos o primeiro país, no mundo, a propor e conquistar na Organização Mundial de Saúde e mostrar a importância de que fosse realizada uma primeira conferência internacional para discutir os objetivos do desenvolvimento do milênio dentro do contexto da saúde, e entendendo a transversalidade. Nós não temos uma visão pequena de achar que esses objetivos existe uma chamada, entre aspas, muralha da China entre um e outro ou eles podem ser tratados de forma estanque, todos eles têm elementos em comum e a base é um elemento muito forte, é o elemento econômico, social para o próprio desenvolvimento dos outros objetivos. Mas foi o Brasil que aprovou na Conferência em Genebra, e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Ministro Temporão a Primeira Conferência Internacional dos ODMs do setor saúde, e que era importante que esta Casa, tão relevante para a sociedade brasileira, fizesse esse registro em seus anais e que os próprios Senadores e Senadoras tomassem conhecimento disso ao realizar uma avaliação, afinal de contas, além, do que está sendo relatado por outras representações do governo, o que vem sendo feito? Então, nos dias 18 a 20 de novembro, próximo passado, de 2008 nós acolhemos aqui a OMS, todos os organismos internacionais, nove, acolhemos 18 países da América Latina, do Caribe e da África, os de língua portuguesa, para aprofundar os ODMs do setor saúde, e entendendo que eles são quatro, cinco, seis, mas o oitavo também tem uma relação, como diz o Ministro Silvio, muito bem, que diz respeito à produção de medicamentos e ao patenteamento, que é esse debate internacional extremamente relevante das questões relacionadas à propriedade intelectual.

Vejamos, nobre senador, que coisa assustadora. O CDC, órgãos americanos, levaram dois dias para nos passar o sequenciamento do vírus H1N1 para o Bra-

sil, ou seja, 48 horas para passar, quando tudo, hoje, pode ser passado de forma on-line. Será que isso tem algum elemento de colonialismo cultural por trás? O fato é que esse debate de patenteamento nos interessa, e muito. A democracia, na questão da propriedade intelectual, é questão de sobrevivência da humanidade. Nós precisamos, a cada descoberta de novo vírus, de uma nova bactéria ou a cada acesso a um medicamento, a um antídoto, ele precisa ser democratizado para a humanidade, ou, então, nós criamos duas classes, dois segmentos, dois extratos àqueles que têm acesso e àqueles que terão acesso, se nós pudermos desejar os países mais desenvolvidos, passar ou se as indústrias que patentearão desejarem passar. Então, esse desafio que o Ministério das Relações Exteriores e que o Ministério da Saúde deu uma contribuição agora em Genebra é relevante. Então, é o primeiro aspecto, realizamos uma conferência.

Segunda boa noticia. Nós voltamos para o Conselho da Organização Mundial de Saúde e estávamos fora, e isso, às vezes, a imprensa não divulga. Eu me lembro do ex-ministro Jatene, Senador Valter Pereira, ele diz que na área de saúde, no SUS, notícia boa parece que só aparece se a gente pagar. E como o ex-ministro Jatene é extremamente coerente e ético, como o Ministro José Gomes Temporão, nós não vamos pagar. Então, parece que as notícias boas vão ficar difíceis de aparecer, e aí nós precisamos dos nobres, Senadores e Senadoras para valorizar um pouco mais e o parlamento brasileiro, essas noticias boas. Essa é a primeira notícia boa.

O Brasil, segundo a OMS e segundo a revista Lancet, deve cumprir o objetivo do desenvolvimento do milênio nº 4, três anos antes do previsto, 2012. É relevante que senadores e senadoras, deputados e deputadas dissessem isso independente da sua filiação partidária, por que não? Isso não é responsabilidade desse governo, é um processo histórico, esse governo tem contribuições, mas é uma responsabilidade da sociedade brasileira que conquistou isso, por que não valorizar independente da sua filiação partidária? Esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe. Três anos antes todas as metas voltadas para a saúde?

SR. ADSON FRANÇA: Não, não. Eu falei da quatro, nobre Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, sim. Está certo.

SR. ADSON FRANÇA: Eu falei da 4, nobre Senadora, e, como tudo é gravado, eu fico tão tranqüilo e tenho profundo respeito pela senhora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ninguém mais do que eu venho elogiando e dizendo como é bom chegarmos lá.

SR. ADSON FRANÇA: Não tenha dúvida. E é colega, e eu fui um dos primeiros, na última audiência aqui, a valorizar e fazer um elogio pessoal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu entendi que eram todas. Eu já tomei um susto.

SR. ADSON FRANÇA: Não. Eu falei nº 4. Não sei se a Mesa ouviu bem, eu falei objetivo nº 4, eu repeti o objetivo nº 4, três vezes, mas temos um profundo respeito pela Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mesmo vamos festejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo que seja o objetivo nº 4, eu acho que essa é uma construção que se faz tijolo o tijolo.

SR. ADSON FRANÇA: Coletiva, histórica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E é relevante, sim, o cumprimento dessa, a aproximação do cumprimento de outras metas, porque, amanhã, nós vamos cumprir todas as metas. Eu, por tudo que tenho ouvido, por tudo que tenho discutido sobre esse assunto, eu acho que o Brasil está bem avançado, não só em uma, mas na maioria das suas metas.

SR. ADSON FRANÇA: Obrigado, Senador. Então, nesse sentido, é importante...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe aqui, Dr. Adson.

SR. ADSON FRANÇA: Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para eu fazer um parêntese. Porque, realmente, eu tinha dada uma saída, mas o item 4 tem muito a ver com a minha vida, com a minha história, até porque eu sou pediatra, e pediatra no Nordeste. Conheço desde quando tudo começou e fui uma das militantes da Pastoral da Criança, de todo aquele trabalho que iniciou antes do Programa Saúde da Família. Fui à Cuba conhecer como podíamos melhorar, foi muita coisa. Então, eu quero dizer e fico muito feliz, é bom mesmo que a gente consiga e mantenha a meta.

SR. ADSON FRANÇA: Claro. E eu fui uma pessoa que, na audiência que o Ministro esteve aqui, elogiei a sua história, porque, hoje, a crise moral entrou em todas as profissões, senador, e ver médicas e médicos coerentes no parlamento, para nós, é extremamente importante, e eu fiz um elogio à Senadora, quando estive aqui, na última vez, junto com o Ministro José Gomes Temporão, pela sua trajetória coerente. Agora, concretamente, a gente precisa, senadores e senadoras, deputados e deputas, independentemente de partido e de imprensa, valorizar as coisas que

estão indo. Não que a senadora não faça, muito pelo contrário, isso não diz respeito à intervenção dela, eu fiz apenas uma referência geral.

A mortalidade infantil... Nós, agora, estamos com um projeto, que é um projeto de enfrentar as desigualdades regionais e as iniquidades. Porque os objetivos do milênio é preciso ter muito claro. Nós chamamos o Brasil de um país, mas é um continente, mas está consolidado como país, mas vamos... Permita-me essa brincadeira, esse continente é extremamente heterogêneo, então se você não enfrenta as iniquidades e as desigualdades regionais você não consegue cumprir todas as metas dos objetivos do milênio. O Senador Botelho um profundo conhecedor da Amazônia Legal, como a Senadora também, nós estamos agora com a meta de enfrentar a redução da mortalidade infantil nos 17 Estados que compõem a Amazônia Legal e Nordeste brasileiro como prioridade. E aí alguns dirão? Vão fazer a mortalidade infantil e não vão cuidar das mulheres? Não. A nossa visão é: é impossível enfrentar e cuidar da mortalidade infantil se nós não enfrentarmos o outro problema, que ainda é uma vergonha nacional e eu estou muito à vontade, cirurgião, ginecologista e obstetra com 24 anos de formado, sem nenhuma atitude presunçosa, [soa campainha] passei pela Febrasgo, então a mortalidade materna ainda é uma grande dificuldade nossa. Mas a mortalidade materna nossa que é o objetivo nº 5 ela era 126 por 100 mil nascidos vivos, depois ela passou para 96 por 100 mil nascidos vivos, e agora ela está em 74 por 100 mil nascidos vivos. Isso significa, Senador, que ainda é muito aquém e é uma necessidade nossa esse enfrentamento. Dos 74 por 100 mil nascidos vivos, o ideal para a Organização Mundial de Saúde é 20 por 100 mil nascidos vivos, é o ideal para o grau de desenvolvimento industrial do Brasil, e para a mortalidade infantil nós estamos com 19.3 por mil nascidos vivos, e para a Organização Mundial de Saúde nós devemos chegar a 14.4 por mil nascidos vivos e devemos chegar à meta da infância até 5. Então, na mortalidade infantil nós estamos indo muito bem, na mortalidade materna nós temos limitações e temos honestidade de admiti-las.

Então, ao enfrentar agora a Amazônia Legal e o Nordeste com maior prioridade, nós temos que qualificar melhor o Programa de Saúde da Família, nós precisamos qualificar melhor as urgências e emergências obstétricas e neonatais. Nós temos que qualificar melhor o pós-parto e nós temos que avançar no planejamento reprodutivo, planejamento familiar e nós temos que resolver um problema que nós precisamos muito dos senhores e das senhoras que é o problema da força de trabalho no Brasil. Nós estamos... Não é um problema, necessariamente, de falta de médicos e médicas, é como fixar o médico ou a médica na Amazônia Legal, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres. Então, nesta questão da mortalidade infantil nós vamos, já está muito claro e o Presidente da República assinou com todos os governadores, [soa campainha] o Ministro assinou com todos os outros, e nós estamos, em perspectiva, liberando já nos próximos 30 dias 110 milhões para a Amazônia Legal e para o Nordeste brasileiro, esses 110 milhões já fizemos as oficinas com os secretários. Vamos à Roraima, vamos à Rondônia, estivemos agora no Piauí, e estivemos na caravana de cinco, já fizemos oito oficinas e vamos fazer 17 para quê? Para indenizar qual é a necessidade em cada Estado. Agora, essa é a parte do Governo Federal e esperamos que os governos estaduais e os governos municipais cumpram a sua parte. Então, no caso do Governo Federal nós vamos ampliar em 12% só da família para a região Norte e Nordeste, vamos ampliar em 587 leitos de UTI neonatal, nós vamos ampliar em 1.470 leitos de UCI neonatal. Ontem fomos cumprimentados por Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Vamos ampliar em 31 bancos de leite humano, vamos ampliar, no caso da gestante, o enfrentamento das quatro grandes causas da mortalidade materna no Brasil hipertensão arterial, hemorragia, infecção puerperal e complicações por abortamento. Então, nós vamos treinar no Nordeste e na Amazônia Legal equipes de 250 maternidades, especialmente, na urgência e emergência obstétrica neonatal, mas aí precisamos dos senadores e das senadoras e desse valoroso Congresso, é o problema da fixação do profissional no local. Então, nós temos carência de profissional que é um problema histórico de vários governos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um corte nessa sua manifestação. Esse problema é um problema, eu acredito, nacional. Hoje, os municípios mais distantes da capital de Mato Grosso do Sul estão pagando hoje, Senadora Rosalba, nada menos que 15, 16 mil reais para levar um generalista, não é um especialista, porque o especialista é raro e, realmente, não tem solução, tem que mandar para a capital.

E eu aí vou fazer uma indagação. Eu apresentei uma proposta e gostaria que o senhor considerasse a objetividade dela com relação a isso. Eu apresentei uma proposta para instituir uma modalidade de pagamento para quem faz a Universidade Federal, para os alunos da Universidade Federal ou das universidades públicas de maneira geral que é a contrapartida de serviços profissionais depois de formado, que eu acho que quem frequentou uma universidade pública que teve um custo que foi arcado com o erário tem

que dar a sua contrapartida, sim. E essa contrapartida é exatamente essa, a partir do momento em que ele conclui o seu curso, ele tem que ir para o interior, ele tem que ir aonde o doente está, a fim de que ele possa aí então cumprir a finalidade do curso para o qual ele se propôs. Por que o que acontece? Às vezes, o indivíduo se vale de uma universidade publica, se vale dos investimentos públicos na sua formação, e depois ele nem exercer a profissão vai, até mesmo da iniciativa privada. Então, é criar essa obrigação para que ele, após a conclusão do seu curso, vá para o interior cumprir essa determinação, e assim suprir essa demanda que existe de pessoal especializado no grande interior brasileiro.

SR. ADSON FRANÇA: Obrigado, Senador. E queria dizer o seguinte: que nós acolhemos já essa sua manifestação e outras de outros senadores e deputados. E está sendo encaminhado, já para o Congresso, a proposta, primeiro dessa contrapartida, estudou em universidade pública, o profissional, especialmente médico, médica e enfermeira precisa ir para o local onde nós estamos precisando, e não para a cidade que a pessoa, inicialmente, deseja, então dentro desse contexto. Dois: a possibilidade de a gente fazer um desconto de 1% daqueles que pagarem, que tem dívidas com o governo ao mês. Então, nós teríamos aí, se aprovado isso, 1% ao mês, a pessoa teria que dar cem meses se ela teve todo o custo dos seus estudos custeados pelo governo, teria que dar cem meses para nós, ou seja, para a sociedade brasileira, para o SUS como uma forma de ir para a Amazônia, para o Nordeste, para as regiões mais distantes. Então, isso está sendo encaminhado para a Secretaria de Gestão de Trabalho junto com vocês aqui em reunião, e já envolvendo o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira. Então, eu acho que nós estamos numa fase boa, nós estamos otimistas de que até o final do ano a gente encontre essa saída, porque a força de trabalho é o grande problema. E finalizando, Senador, para não ser deselegante, em relação ao objetivo 6 que é a questão da AIDS, os casos acumulados, hoje, são de 474 mil, 273 casos cerca de 32 mil casos por ano. Isso significa que o Brasil conseguiu um fato inédito. Nós estamos exatamente há quase oito anos sem aumento do número de casos anual, e com perspectiva de cumprir a meta número 6 em 100% em 2015, mesmo em relação à malária e à tuberculose que são desafios, a tuberculose, nós estamos já com análises concretas de 95 a 100% de cobrir em 2015. Mas voltamos a dizer, as desigualdades regionais e iniquidades nos preocupam, porque em alguns lugares nós vamos cumprir antes em 2012, 2013, 2014; mas em algumas regiões tipo Amazônia Legal e Nordeste, talvez a gente cumpra em 2016. Então, na média nacional a gente vai bem na área da saúde para 2015, mas nós temos disparidades. Vejamos que disparidade que este País precisa ainda avançar nos desafios das iniquidades e as desigualdades regionais. A mortalidade infantil na região Sul, e a gente tem que comemorar, é 12 por mil nascidos vivos, [soa campainha] e a mortalidade infantil na região Nordeste é 27 por mil nascidos vivos. Enquanto o Secretário Osmar Terra, no Rio Grande do Sul, corretamente busca centros de referência para fazer cirurgias cardiopediátricas para chegar a 9, que é o dígito de dez, nós, ainda no Nordeste e na Amazônia Legal, ainda temos que qualificar o pré-natal, nós temos que avançar numa série de questões, nós temos ainda que enfrentar questões de diarréia, mesmo que o saneamento tenha avançado, de pneumonia e temos que enfrentar, acima de tudo, urgências e emergências obstétricas. Nós precisamos, e o Governo Federal e o Ministério da Saúde está com esse propósito, qualificar melhor as maternidades brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Acho que foi muito oportuna a sua manifestação. E nós não temos dúvida de que, na área de saúde, o Brasil avança significativamente, e a maior demonstração disso foi com relação à gripe tipo A, que assustou a todos, e, de repente, encontrou um país que estava preparado, que estava estruturado, que tinha uma rede pronta para entrar em ação, e o surto acabou não se transformando, efetivamente, num surto, foi mais uma ameaça do que, realmente, um fato.

Mas, de qualquer forma, nós agradecemos aqui a sua participação.

Sr. Sérgio Wanderly, tesoureiro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

SR. SÉRGIO WANDERLY: Quero cumprimentá-lo, e fico muito feliz, inclusive, porque sou conterrâneo de V. Exa., sou de Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São Gabriel do Oeste?

SR. SÉRGIO WANDERLY: São Gabriel do Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que beleza! São Gabriel está sendo representado aqui, com certeza.

SR. SÉRGIO WANDERLY: Eu... Na verdade, a nossa participação aqui fica distinta das falas que tiveram até agora, que é apresentação de relatórios, análises de como têm sido implementadas as metas do milênio, no nosso país. O nosso olhar como gestor municipal, e aí uma fala dos municípios, queremos parabenizar o chamamento. A Senadora Rosalba acho

que fez uma fala introdutória muito interessante e também a Senadora Kátia Abreu. E quando a Senadora Kátia Abreu nos fala, ela esteve conosco no Encontro Nacional dos Gestores que nós fizemos, esse ano, em Curitiba, eram quase três mil gestores da assistência. E ela nos falava sobre as desproteções sociais ou a desproteção social no campo. A fala também do MDS aqui, a gente fica muito lastreado na fala do MDS, enquanto gestor de uma área específica, que é a área da assistência social.

A nossa preocupação, e acho que, em algum ponto, em algum momento, ela aparece, é a questão de como nós vivemos um país continente, e essa coisa de o Brasil falando e a capilaridade como é que está acontecendo isso lá na ponta. Porque, na verdade, as metas do milênio ou como a gente coloca, os objetivos de desenvolvimento do milênio, eles foram festejados em 2000, foram alardeados, foram levados a conhecimentos de todos. E o que nós sentimos hoje, como gestores, é que há um pouco, ou a gente sente que é pouco discutido hoje nos nossos espaços. Nós, na verdade, em cada área, seja da educação, da assistência social, da saúde, acabamos sendo levados pela ação dos Ministérios. E aí eu acho que a leitura da Casa Civil é pertinente. Quer dizer, nós vamos nos inscrevendo dessa forma, mas também com todas as dificuldades que o senhor mesmo colocou. Quer dizer, temos que ter uma leitura de um país continente, nós temos questões, por exemplo, de conurbação internacional, cidades como as nossas de Mato Grosso do Sul que convivem na separação de um país do outro com apenas uma rua, que é o limite. E aí o que significa isso quando a gente está falando também de proteção social, quando a gente está falando das metas do milênio? Como que é essa convivência?

O Governo Federal e as instituições internacionais não têm estabelecido como prioritárias essas discussões, ou os espaços que nós temos, não tem sido falado, não tem sido colocadas as metas do milênio. Nós sentimos como gestores e o colegiado. Era para estar aqui o nosso presidente. Ele está numa missão em Paris, na França, e pela graça de Deus ele mudou o voo, ele estava nesse voo, fatídico, que nós estamos acompanhando, com dor, o acontecido, Marcelo Garcia, e o que nós temos percebido é uma rapsódia. Na verdade, nós temos sentido como pano de fundo as metas do milênio, mas as dificuldades que nós temos no município, e o senhor acompanha como Senador e os senadores aqui acompanham em cada Estado, é, por exemplo, agora quando vamos aumentar em 1 milhão e 300 mil famílias a questão do Bolsa Família é festejado, e contribui muito, inclusive, com as metas por quê? Através do Bolsa Família nós estamos garantindo para o brasileiro e para a brasileira acesso a serviços na área de saúde, e na área de educação. Mas ele vem na contra mão de um processo que nós estamos vivendo hoje também uma crise mundial, e que, de certa forma, ele arrefece, eu acho que não só a nossa construção, como o país inteiro, e vivemos um momento de queda de arrecadação. Então, quando temos, por um lado, garantindo aumento de acesso cidadão à alimentação, ou seja, a transferência de renda ou mesmo a questão do benefício de prestação continuada, nesse país, para o município nós temos tido essa dificuldade. Ele nos encontra no momento de queda de arrecadação, chega a 18, a 20% a queda e que, de certa forma, nós tivemos aí alguns problemas em termos de a gente avançar, de fato, na implementação dessas metas.

Temos as metas com perspectiva de patamar de civilidade, mas a grande preocupação é a fala, de novo, da Senadora Kátia Abreu, não simplesmente a porta de saída, e o que significa para gente da área da assistência social, é, de novo, a questão que está posta, a questão social é capital e trabalho e que daí vem as desigualdades, e dizer numa análise geral que as desigualdades têm diminuído, por certo que sim, mas nós as temos presentes e, principalmente, num país que 73% são municípios de pequeno porte um e dois, ou seja, até 50 mil habitantes, todos nós temos muitas dificuldades e uma delas, como o próprio Senador acabou falando, hoje para conseguir um médico ou qualquer profissional em municípios que estão mais para dentro do Estado é de grande dificuldade, e quando nós estamos hoje, principalmente, na área da assistência social consolidando ou dando forma ao sistema único de assistência social nós temos sofrido muito, porque não é tão simples e tão fácil colocar hoje o que é para a saúde, o posto de saúde, o que é para a educação a escola ter a casa da família, como diz o Ministro Patrus, a questão do centro de referência da assistência social. Nós temos dificuldades com profissionais, mas que isso, dois profissionais, geralmente, que é colocado um assistente social e um psicólogo para dar conta de 5 mil famílias referenciadas.

Então, a missão é hercúlea, e se junte a isso a questão da especialidade, ou a especialização disso, que, quando vamos para o campo da questão da violação de direitos, nós ainda não temos muito claro esse equipamento, nós temos dificuldades, inclusive, dos profissionais, de novo. E, quando nós falamos isso, o que significa? No município hoje e nós termos com a Constituição, e tudo caminha para isso municipalizar, municipalizar e municipalizar. Mas, na mesma linha que vamos municipalizando, os recursos não têm chegado. Então, quando nós fazemos a nossa fala e falamos aqui

da questão das metas do milênio, o nosso fazer diário contribui na perspectiva do que está sendo desenhado ou arranjado, quando o Brasil, junto com os outros são signatários e assinam esse acordo para que a gente melhore, na verdade, patamares de civilidade do mundo até 2015. Mas nós temos essas dificuldades, elas têm se somado. O que falta para município pequeno é conhecimento, é informação. Então, eu festejo as iniciativas da Casa Civil, mas, de fato, pouca coisa chega, acho que nós temos que ser mais insistentes na questão das metas, colocar que, de fato, como a gente percebeu aqui, é uma questão orgânica, mas que isso, a gente percebe no Governo Federal, e até pelo acúmulo e condições que não temos, em município pequeno nós não temos, a gente fala que a gente troca o pneu do ônibus em movimento, a gente vai fazendo as coisas... São poucos profissionais, muita dificuldade, e quando nós vemos aqui as falas tão consertadas e, principalmente, da saúde que deu essa lógica da intersetorialidade, nós ainda padecemos muito disso na base, nós ainda falamos de casinhas, a saúde isolada da educação, isolada da assistência.

E aqui, Senadora, Senadores, a grande contribuição no Governo Federal com o Bolsa Família. Está nos desenhando a nova perspectiva, não tem como fazer assistência social sozinho, educação ou saúde, nós temos que ser complementares e, na verdade, interdependentes, e quando nós ouvimos aqui as falas e que uma meta está imbricada na outra, na verdade, na vida que vivemos lá, porque a vida se dá no município, na rua tal da cidade tal, nós ainda no temos essa leitura. Nós temos muita dificuldade de ter esse entendimento. As políticas não são ou não têm os programas e os projetos essa complementaridade, um que bebe do outro, e não só na lógica de somar, não é simplesmente somar educação mais assistência mais habitação que vai ser igual à inclusão, à melhoria de qualidade de vida. De fato, a gente tem uma visão global, perceber que a pessoa que nós estamos tratando está sendo atendida por todas essas políticas. Então, é um novo olhar, uma nova visão que nós precisamos hoje. E as metas do milênio nos colocam nessa perspectiva. Mas nós estamos dando os primeiros passos. 88, a Constituição; 93, a Lei Orgânica da Assistência Social; 2004, a gente começa a ter a política nacional; 2005, agora, se começa a desenhar a questão do sistema único de assistência social.

E aí, falando dessa área e encerrando já, a grande dificuldade que temos, a gente sempre e tem isso como uma lógica, um lugar de disputado, um lugar de disputa política, não se vê como uma questão de direito, e é tão difícil desenhar a porta de saída, porque não se tem o entendimento do que é pobreza e como trabalhar pobreza neste País. Quando se fala que Bolsa Família vai gerar pessoas que não querem trabalhar ou que elas vão ficando escorada no programa, é uma inverdade. Nós temos que fazer uma leitura mais abrangente dessa situação. E com poucos anos que temos da NOB/SUAS que a gente está agora tentando dar uma formatação, o principal e o mais agravante para gente termos percebido, e aqui foi falado, e acho que a saúde sempre é uma escola para gente, é a questão do profissional, sem profissional, sem dinheiro, com pouco recurso, Senador, com pouco recurso e bons profissionais nós conseguimos criar alternativas. Agora sem profissional e é a questão de recursos humanos que nós temos, [soa campainha], prefeituras que não têm concurso, que não fazem concurso, pessoas que vão sendo trocadas a cada quatro anos, nós começamos de novo, começamos de novo, e de novo, e de novo, diferente da saúde.

Outra coisa: nós estamos tramitando no Congresso Nacional uma lei que, para a gente, hoje, é fundamental e que vai contribuir muito com tudo isso, que é o PL/SUAS, que é o Projeto de Lei que vai dar a institucionalidade desse sistema e nos coloca a possibilidade de pagar o profissional com recurso federal. Nós não temos recursos nos municípios, são parcos, e sem esse avanço, e muito mais o que tem feito, tem se desdobrado o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministro Patrus para essa qualificação, capacitação e informação da base. Nós somos um país grande, um país forte; esse Governo tem marcas muito interessantes e avanços no campo social e na questão dos direitos, mas nós ainda na base [soa campainha] ainda somos, temos grandes dificuldades de assimilar essas questões, de avançar haja vista que a própria Senadora Rosalba colocou. Nós temos 500 anos de dívida, e não é de uma hora para outra que a gente vai avançar. E as metas do milênio, na verdade, nos coloca uma perspectiva, e é um trabalho de formiga que a gente tem que, passo a passo, e com muito entendimento e proximidade do governo central, das prefeituras e do que está acontecendo na base, de fato, a gente avançar e conseguir realizar as nossas intenções.

Muito obrigado. Não trago números. Na verdade, era mais um posicionamento nosso de como percebemos e vivemos a meta do milênio no município.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sérgio, que é meu conterrâneo, e com muita alegria que eu faço esse registro, representa uma cidade muito próspera, e que, indiscutivelmente, vive um momento até privilegiado em relação às demais cidades do interior, uma região que tem dado uma boa contribuição para o desenvolvimento do Estado. E ele,

aqui, com certeza, deu uma contribuição muito grande para esse debate. Muito obrigado, Sérgio.

Agora, o último expositor, que é o de casa, o da Agricultura, é o Antônio Luiz Machado de Moraes, que é assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que eu convido para participar da Mesa e fazer a sua exposição. Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valter, enquanto o nosso próximo expositor se dirige à mesa, eu gostaria só aqui de dizer ao nosso representante do Congenes que, realmente, quando ele fala desse trabalho tem que ser em conjunto: saúde, educação, ação social, porque eu acho que tudo isso é que forma a cidadania. E eu tive uma experiência, fui prefeita três vezes. Então, você sabe que a gente vai, quando é prefeita, uma vez que volta, já vem com mais experiência. E eu fiz uma reforma administrativa e criei a Secretaria de Cidadania, onde a educação, a saúde, a cultura e o esporte, a assistência social, a geração de emprego e renda eram gerências, levei-os para o mesmo espaço, e aí se trabalhava em conjunto interagindo. E isso foi uma coisa que teve também um aproveitamento muito grande, inclusive de custos, porque muitas ações a gente utilizando, havendo essa integração até de pessoal, de ter uma consciência que a educação podia influir na saúde e a saúde tinha que estar na educação. Então, com tudo isso, a assistência social era um carro chefe que não podia andar só, ela tinha que andar, mas tinha que ter as suas rodas. Então, tudo isso é muito interessante, porque nós conseguimos muito, e eu tenho certeza que os avanços que temos, e que foram muito importantes nessa área, também contribuiu bastante na questão de estarmos em conjunto. E tinha a geração de emprego e renda que era um projeto realmente onde não foi possível, através... Eu não vou citar aqui como, porque aí fica depois em outra oportunidade, eu poderia detalhar, que nós levamos mais de 3 mil numa cidade no interior de Nordeste, na cidade de Mossoró, mais de três mil pequenas micro empresas surgiram desse trabalho, onde você tinha oportunidade de trabalhar família, como um todo, de fazer a inclusão.

Então, foi a experiência muito boa, que eu acho que isso, e aqui tocando, realmente, pudéssemos caminhar e não foi só, depois serviu de modelo para muitas outras cidades. Eu fiquei muito feliz, porque é bom quando a gente faz algo que depois pode olhar para trás sem virar estátua de sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, V. Exa. representa o Estado do sal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com muito orgulho. Eu sou da terra do sal e do sol, e todo brasileiro, todo dia, sente um gostinho do Rio Grande do Norte, principalmente, da região salineira, porque 96% do sal brasileiro vem do nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Sr. Antônio Luiz Machado de Moraes.

SR. ANTÔNIO LUIZ MACHADO DE MORAES: O meu cordial bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, em nome do Ministro Reinhold Stephanes, de agradecer pelo convite que lhe foi feito de participar desta audiência pública. Infelizmente, ele está, no momento, numa missão no exterior e, portanto, impossibilitado de aqui comparecer.

O meu objetivo é, como está ali indicado, é falar um pouco da contribuição da agricultura brasileira para a meta do milênio em relação à fome, à redução da fome.

A questão da fome no que se refere àquilo que o setor pode oferecer, temos dois aspectos, um primeiro aspecto se refere à ampliação da disponibilidade de alimento saudável, e segundo lugar, que haja condições de acesso a esse alimento. E quando eu falo em condições de acesso do lado da produção, eu falo em preço, é preciso que haja preços acessíveis aos consumidores para que se avance em relação à redução da fome no Brasil e no mundo.

A contribuição do Brasil, nesse sentido, em termos de ampliar a disponibilidade é uma contribuição que se faz, não só em relação ao problema da fome, no Brasil, mas no mundo, porque como todos sabem, nós somos um grande país, um país, grande exportador de alimentos.

E eu vou apresentar alguns dados sobre os avanços acentuados havidos em termos de aumento dessa disponibilidade de alimento para o Brasil e para o mundo.

Eu, inicialmente, quero me referir aos preços por quê? Porque o preço significa acesso. Claro, dada a renda do consumidor, mas é importante os preços. E a grande preocupação dos últimos anos, entre os países onde a fome é o problema mais crônico, é exatamente a elevação dos preços havida, a acentuada elevação dos preços havida a partir dos últimos anos, de 2006, em particular.

Mas o que eu quero mostrar aqui é que, na verdade, os preços dos alimentos no mundo vêm apresentando um declínio acentuado, tanto produtos agrícolas como pecuários, desde meados dos anos 70, como indica aqui. O gráfico vem apresentando uma queda acentuada, persistente em seus preços. E a partir de 1998, 1997, temos aí um longo período de declínio

menor e de estabilidade, somente a partir de 2006 é que surge essa crise dos preços, somente a partir de 2006 é que os preços dos alimentos apresentam uma tendência ascendente acentuada, por várias razões que são conhecidas, como o preço do petróleo, o preço dos insumos e o aumento da demanda chinesa, em particular.

Mas vou mostrar também que, assim como a agricultura é um setor que tem contribuído não só em aumentar a produção, mas tem contribuído historicamente com os preços baixos do alimento, diante das adversidades que se observa e são acentuadas pela crise em termos de dificuldade de produção, e preços elevados, a agricultura é o primeiro setor... É o que mais suporta crise, é o que menores efeitos perversos apresentam como resposta à crise, e é o primeiro setor a manifestar recuperação, é o que se recupera mais rapidamente.

E aqui, muito rápido, eu quero indicar, conclusivamente, qual é o cenário de preços. Segundo a OCDE, os preços dos alimentos comparados com as últimas três safras apresentarão, nesse ano e no próximo ano, uma queda em torno do que está assinalado em vermelho, em torno de 15 a 20%. O que se reflete na produção, tudo em vermelho, o que chamo atenção aqui é apenas a coluna em vermelho em termo de variação de produção, uma queda que reflete essa situação, e que também se reflete nas exportações, só que em menor grau, o impacto maior é na produção e não na exportação.

Em que pese historicamente os preços dos alimentos no mundo e no Brasil terem sido declinantes e baixos, o fato é que a agricultura, mesmo assim, em que pese os preços desestimulantes, e em que pese as dificuldades e infraestrutura, dificuldades internas de expandir a produção e as dificuldades externas também de expandir a produção que é o protecionismo, mesmo assim, o Brasil deu um salto gigantesco, é isso que eu queria destacar aqui, um salto gigantesco nas últimas duas décadas em termos da produção. Viabilizado pelo aumento da produtividade, esforço do governo em termos de pesquisa, esforço do governo em termos de políticas públicas, além, da pesquisa, mas, sobretudo, mas do que o esforço do governo de políticas públicas adequadas é o esforço do próprio produtor. O mérito maior é, efetivamente, do produtor que respondeu aos estímulos de mercado, que respondeu amplamente aos estímulos de governo, é a ele que cabe o mérito.

A performance excepcional, na produção, se reflete também, e com mais intensidade ainda, nas exportações. O Brasil é um país auto-suficiente em alimento, nossas importações são praticamente, não diria inexistente, mas são mínimas, e têm se mantido constantes por décadas, e a exportação, esse é o grande fenômeno, que experimentou uma aceleração nos últimos anos pelo estímulo dos preços, como mencionei, mas nós somos, inegavelmente, não apenas, eu já posso dizer com tranquilidade, uma potencia agrícola, mas somos um dos países líderes no mercado agrícola mundial. E, aqui, eu tenho, sinteticamente, apresentado qual é a fatia do mercado mundial que o Brasil detém, qual o espaço que a agricultura ocupa no cenário internacional, dado recente de 2008, em carne bovina nós temos uma fatia de 30% do mercado mundial, em suína 10%, aves 44; enfim, aí estão indicados esses níveis. E chamo atenção, em particular, o óleo de soja que é um produto básico na alimentação humana de 63%, açúcar da mesma forma, praticamente 60%.

Aqui não vou me deter, mas apenas muito rápido, com o flash, apresentar a seguinte indicação. Esse desempenho global, em termos de expansão de produção e de exportações, é uma performance excepcional acontecida nos últimos 20 anos em todos os produtos agrícola, em feijão que é o produto alimentar básico. Em termos de milho, o Brasil que no final dos anos 90, quer dizer, praticamente no espaço de uma década, o Brasil sai da condição de importador para a condição de exportador de milho. Soja é dispensável qualquer comentário, porque somos o segundo maior produtor mundial e exportador do produto. E aqui outro produto que é de alimento básico e que no qual o Brasil tem uma presença expressiva no mercado mundial e tem uma performance excepcional em termos de carnes, exceto a carne suína que, de resto, enfrenta problemas no mercado internacional, de acesso por razões sanitárias, tem se mantido historicamente constante, praticamente, constante à produção, mas no que se refere a carnes de aves e carne bovina nós temos havido uma expansão e que em menos de uma década multiplicamos por três o nível de produção e de exportação. A produção e exportação de carne bovina e de aves foram multiplicadas por três, tanto a produção, quanto a exportação. Isso em uma década, menos de uma década. Isso é um [soa campainha] indicador excepcional desse desempenho.

E aqui, voltando um pouquinho à questão dos preços, perdão, voltando um pouco ao impacto da crise, o que eu quero dizer para vocês é que, aqui, eu tenho dados mensais do ano passado e deste ano, em relação às nossas exportações e importações. O que eu quero dizer, como disse há pouco, é que a agricultura responde, reage, se recupera mais rápido do que os demais setores. E nós estamos experimentando exatamente isso, estamos num processo de recuperação da nossa trajetória ascendente em termos de produção e

de exportações. Ali está claramente indicado esse ponto de inflexão rumo a uma recuperação, porque não podemos antecipar que seja persistente, duradoura, mas, de qualquer forma, temos uma indicação de que está havendo um processo de recuperação. Se será mantido ou não, não podemos avançar, mas o importante é que se observa essa tendência de recuperação.

E caminhando para a conclusão. O que eu queria também apresentar é que o Ministério tem estudos prospectivos em relação ao cenário, e a participação do Brasil, no cenário mundial, até 2018, e esse quadro que está aqui fala por si só em termos dessa fatia enorme que o Brasil tem no mercado mundial agrícola de alimentos, ela deverá dobrar até 2018, ela deverá dobrar de 30 para 60% essa fatia. E nos demais produtos da mesma forma, carne de aves, vai dobrar também, mais do que dobrar, e assim nos demais produtos. Então, não só nós tivemos [soa campainha], concluindo, não só nós tivemos uma trajetória histórica excepcional, uma verdadeira revolução verde no Brasil, como o que se antevê é que esse processo revolucionário de expansão do setor agrícola vai se manter e se intensificar na próxima década.

Essa é a minha última transparência, porque, aqui, eu quero deixar uma mensagem. Todo esse desempenho observado e previsto em relação à agricultura brasileira é um desempenho... Não quero usar a palavra saudável, não é próprio, mas eu quero dizer que é sem... Para sintetizar, sem protecionismo, a agricultura brasileira não é protegida, não há proteção no setor agrícola. E aqui essa informação aqui é da OCDE que calcula os níveis de apoio concedido ao produtor pelo país. E o que nós temos claro aqui é que aquela linha azulada, se puder acompanhar, é do nível de apoio ao produtor. É o apoio que o produtor recebe como fruto das políticas... Está ali indicado PSE, é uma sigla em inglês, mas significa nível de apoio ao produtor, e essa linha aqui indica esse nível apoio que tem se mantido, raramente, constante, nos últimos anos, em torno de 5%, aumentou um pouquinho nos últimos três anos, mas se mantém em termos de 5%. Enquanto a OCDE, os países da OCDE, em conjunto, esse nível de apoio é de 29%, isso é bem sabido que os países desenvolvidos protegem, substancialmente, o setor agrícola, e o Brasil sem proteção apresentou aquela performance que eu mostrei e se antecipa uma performance ainda maior, sem a proteção. [soa campainha].

E, aqui, o último ponto dessa conclusão é que ali está duas cores. Em azul e a parte superior em azul negritada, e a parte debaixo, o que é que elas indicam? Como está ali assinalado, na parte superior, nós temos as transferências orçamentárias, que é, essencialmente, crédito, o apoio concedido por microcrédito, e nessa parte debaixo é um tipo de apoio chamado apoio baseado em produto que é o apoio que é dado em termos das políticas de apoio à comercialização do produto, produto porque é uma política que foca o produto final, é um benefício que é apropriado pelo produtor no estágio final da sua produção, quando ele vai comercializar, enquanto que a de crédito é o benefício que é dado ao produtor no momento em que ele vai plantar, antes e fim do plantio ou durante o plantio. E está havendo uma inversão. O que está passando a prevalecer é o apoio dado por meio do apoio à comercialização que é quando o produto está pronto. E qual o mérito? Qual a diferença? Última observação. Qual a diferença? Qual o mérito dessa inversão do instrumento de apoio? É de que os instrumentos de apoio dados ao produtor na fase da comercialização, eles são apoios que, reconhecidamente, são os apoios que menos distorcem os mercados, e o apoio que é considerado o apoio mais distorcível dos mercados é o apoio que é dado via subsídio ao crédito.

Então, nós estamos avançando do ponto de vista não só de ter baixos níveis de apoio, como, em particular, estamos avançando em termos de recursos de autonomia e de instrumentos mais modernos e avançados e mais neutros em termos de distorções que possam ser provocadas, causadas no mercado.

Em todos os países desenvolvidos, esses níveis de apoio são todos eles da ordem de 29% na OCDE e acima de 29% em vários países membros da OCDE, como é o caso do João, por exemplo, como é o caso da Suíça e vários outros países.

Então, eu devo concluir dizendo que todo esse avanço, aqui indicado, nesse em particular, fruto das reformas de política agrícola havidas no País ao longo da última década, é um processo que também continua, não só do lado da produção e está havendo uma transformação na mudança, uma inovação e um avanço, mas, também, do ponto de vista das políticas públicas, nós continuamos avançando. Enquanto, em todo o mundo, o protecionismo ainda continua sendo uma ameaça, e, para nós, representa uma ameaça, no caso do Brasil, não bastasse os níveis baixos de apoio que nós damos, o Brasil está reformando as suas políticas no sentido de diminuir ainda mais esse nível de apoio. Aqui, medido do ponto de vista global, claro que [ininteligível] exceções em relação ao pequeno produtor, em relação a certas atividades, você tem um nível maior de subsídio, mas, na média, em termos de país, é o cenário. E eu agradeço a oportunidade de ter aqui apresentado aos senhores essas informações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Sr. Antônio Luiz. Eu

acho que foi objetiva a sua exposição. Efetivamente, a agricultura, que é objeto da Comissão que presido, tem dado uma contribuição inestimável e seus avanços são mostrados pelo próprio desempenho que tem diante do PIB, mais de 1/3 da composição do PIB decorre da atividade agropastoril, que é significativo para a nossa economia.

Mas, agora, eu consulto o Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma intervenção, já que foi o único parlamentar que ficou comportado o tempo todo, prestando atenção. Então, eu acho que é merecedor de todo o tempo possível para fazer a sua intervenção.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os convidados e agradecer a presença de todos eles.

Eu sou médico e Senador do Estado de Roraima, a minha região, vou falar mais na área de saúde, que interessa. Mas devo considerar e parabenizar também o trabalho de todo o país, em relação à diminuição da taxa de mortalidade infantil, que, realmente, os programas de prevenção, de educação, influenciaram muito. Mas eu atribuo um pouco também ao Bolsa Família, que permitiu que as pessoas comessem melhor, que os pobres fossem melhor alimentados com redução da taxa de desnutrição infantil.

Mas eu vou reclamar, um pouco, em relação a uma doença que aflige e mata muita gente no meu Estado, apesar de ter baixado a mortalidade para 1 para 10 mil, mas é mortalidade ainda, é a mortalidade da malária na região amazônica, porque o pessoal se preocupa muito com as árvores da Amazônia, com as florestas da Amazônia. E o homem da Amazônia? E o povo da Amazônia? Nós ainda temos perto de quase 600 mil casos de malária por ano na Amazônia. Malária é uma doença grave. Só quem nunca teve malária... Eu sou médico e fui ter a primeira malária... Eu formei em 72, e sou de lá, mas a primeira malária que tive foi em 1985, mais ou menos...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V. Exa. é colecionador? Falou a primeira malária.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Primeira malária. Porque eu tive três. Lá a gente conta assim: o cara teve vinte, teve uma, teve trinta; é assim na Amazônia, minha região. Então, é uma doença muito séria, muito grave e mata muita gente. Há dez anos a mortalidade era quase 10 por dez mil, uma por mil casos, era muito grande, mas graças a alguns medicamentos que, antigamente, vinham de contrabando da China, mas que o Ministério da Saúde agora dispõe claramente para todo mundo, que nós não temos deixado mais as pessoas morrerem de malária. Mas nós precisamos mover políticas para a malária. São simples. Essa mudança, essa queda de malária que houve nesses últimos anos foi por medidas simples, como a colocação de microscopistas dentro das comunidades nos postos. Um microscópio não custa nem 6 mil reais, hoje em dia, não sei quanto custa um microscópio. Mas o que acontece, geralmente, é assim, o microscopista é treinado dentro da própria comunidade. Quando muda o prefeito, infelizmente, é isso que acontece que prejudica a malária lá. Muda o prefeito, aí o prefeito quer mudar todo mundo, muda o microscopista, e aí até treinar outro, até adiantar outro a malária começa a dar um pico de novo, e aí começa a matar. Então, nós temos que achar uma forma de tentar acabar com isso.

Outra questão é de fixação do médico no interior. O salário, realmente, não é uma coisa que fixe o médico, porque 15 mil é um salário razoável, bom, o salário igual, praticamente, ao nosso que é um salário de 16 mil, mas não fixa o médico no interior, porque existem outros fatores que nós temos que melhorar: as condições de vida, no interior, de habitação. E 80% dos nossos municípios tem menos de 20 mil habitantes, e são esses os mais carentes, quando não tem médico quem é que prescreve lá? É um auxiliar de enfermagem, um atendente de enfermagem, uma técnica de enfermagem. Graças a Deus que existem essas pessoas em todos os municípios, senão ficariam os curandeiros, que continuam também os curandeiros, mas é bom que também tenhamos as pessoas técnicas.

Eu vivo pensando, tentando achar uma forma de a gente conseguir fixar, essa forma de a lei obrigar e tudo não vai ser uma forma que vai conseguir. Existe um contingente de médicos estrangeiros que querem vir para o Brasil. Nós temos que regulamentar a forma desses médicos exercerem aqui. As universidades têm que abrir as portas, não é abrir, oferecer treinamento, oferecer provas para fazerem isso. Se eu quiser exercer medicina nos Estados Unidos eu tenho todas as facilidades. Começa que eu faço uma prova aqui no Brasil. Não sei se ainda está fazendo, na época se fazia uma prova aqui no Brasil para você conseguir uma residência lá nos Estados Unidos, e aí consegue. Porque para o país é interessante trazer o medico formado, médico competente. Claro que vai vir outro que não é competente, porque médico custa caro ao Brasil. E eu estou falando só do médico, mas falta dentista, falta psicólogo; mas eu estou falando do médico, porque o médico é o mais emblemático, porque é o que o pessoal reclama mais. Mas eu acho que as nossas metas, o Brasil está desenvolvendo bem. Mas eu queria viver num país onde não morresse... Nós estamos perdendo, mais ou menos, até cinco anos de idade, uma média

de 22 crianças na nossa média do Brasil, que é a mortalidade infantil. Eu queria viver num país onde morresse só o que não tivesse jeito mesmo, e espero que a gente ainda viva neste País. Porque, quando eu me formei, a média era cento e poucas pessoas, crianças. Então, nós evoluímos bastante. Graças a Deus, o meu Estado ainda não está na média ideal, mas no Norte o melhor índice é o Estado de Roraima.

Então, eu acredito que é bom que se fixe essas metas. Eu fiquei feliz de saber que vai haver uma revisão agora em 2010 para gente torná-las mais rígidas e aumentar os objetivos, porque a nossa visão de 2000, a visão de hoje em relação a esses indicadores. E também que as pessoas, também, os eleitores, na hora de votar nos seus candidatos, olhar os que se preocupam com os indicadores de saúde, olhar os que se preocupam em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas é uma mudança. Eu acredito muito e atribuo muito a Sistema Único de Saúde essa melhora nos indicadores de saúde do Brasil. Porque, realmente, a nossa saúde melhorou. Nós não temos uma Brastemp de saúde nos nossos hospitais, mas são melhores, precisamos é desenvolver mais, pagar melhor os trabalhadores da saúde, precisamos regulamentar a Emenda 29 para que a verba da saúde seja uma verba fixa no orçamento da União, que nós não conseguimos adiantar, porque nesta Casa, no Senado, ele já foi aprovado, essa emenda que estabelece um patamar, mas lá na Câmara dos Deputados está presa. Nós temos que fazer a sociedade cobrar isso. Porque se sabe que a educação tem melhorado, com dificuldades, mas nós temos que avançar mais também na educação.

Então, só reafirmo a minha crença de que nós vamos melhorar este País mesmo, e precisamos, cada um no seu setor, discutir para gente conseguir atingir essas metas, se a gente atingir a meta já é um grande passo, mas eu acho que as metas têm que ficar mais rígidas, um pouco, para que a gente consiga melhorar a vida das pessoas.

Fiquei estarrecido com aquela informação da Kátia Abreu, de que a gente gasta 1,5 trilhão em arma e com 600 e poucos bilhões de dólares resolveria a fome do mundo. Mas a fome realmente não dá lucro, arma dá lucro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora tem que saber se ela está incluindo nessa conta as armas dos traficantes. Que esse aí é outro departamento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se incluir, com certeza, deve ser muito mais, porque isso, é como se diz, não está sendo computado, um grande problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que, aliás, eu não vi aqui nessas discussões nenhuma referência sobre a questão do tráfico de entorpecentes, que eu acho que está matando mais do que muitas patologias, e está levando ao desespero famílias inteiras e, especialmente, uma legião de crianças, de adolescentes. Eu acho que também é um atentado contra os direitos humanos perpetrado por organizações criminosas.

Mas vamos passar agora. A Senadora Rosalba fez as suas intervenções. Tem alguma responda pendente de algum expositor, Senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. Exatamente, eu queria só aqui colocar para a área de saúde que nós vimos o seguinte. Nós estamos avançando bastante na mortalidade infantil, graças a Deus. Antes de 2015 nós vamos atingir a meta. Mas como a mortalidade materna continua alta, isso nos dá a impressão de que a mortalidade infantil, na realidade, já melhorou bastante, mas no período puerinatal também ainda preocupa, primeiro ano, ela está relacionada, podemos assim dizer, ela tem alguma relação também com o alto índice da mortalidade materna, porque são gestações que não estão sendo devidamente acompanhadas, cujos problemas terminam afetando também a criança, se um parto complicado ou por alguma questão com infecção, uma série de questões que vocês sabem que pode levar à morte materna também afeta essa criança. Então, aí eu acho que essa questão, esse é um gargalo que está precisando ser desatado para melhorar para a mãe e para as crianças. Porque nós temos, inclusive, e eu sou relatora de um projeto sobre criança que, acho fundamental, que é exatamente sobre a educação infantil, creche e educação infantil. Hoje nós temos vagas para crianças do ensino fundamental, a partir de seis anos, mas nessa fase perigosíssima que vai de um ano até cinco anos que é a fase da creche e da educação infantil, o índice é baixíssimo de oferta para as crianças e nós não chegamos nem a 17%, só das crianças que estão tendo acesso à educação infantil.

Então, é um período onde essas unidades que darão apoio às crianças, que já dão, também a criança é alimentada, é acompanhada, então vejo que esse é o ponto fundamental para que através da educação se tenha mais recursos.

O ano passado, o Ministério da Educação disponibilizou trezentas unidades de apoio integral à criança, creche da educação infantil para todo o Brasil. Nós temos 1.640, mais de 1.600 municípios. Então, vejam, foram apenas trezentas. Então, eu acho que esse é o setor que nós temos que nos somarmos para que nós possamos investir mais. É a minha visão, é exatamen-

te. E vejo e fico feliz que o Ministério esteja, agora, já colocando como prioridade UTI neonatal. Eu tenho exemplos, por exemplo, da cidade, vou dar aqui a cidade de Mossoró, que tem quase 300 mil habitantes e não existe uma UTI neonatal, colocaram alguns leitos, depois de muita pressão o Governo do Estado colocou alguns leitos, mas não... Eu trabalhei como neonatologista muitos e muitos anos e vejo que ali não é, realmente, uma UTI neonatal, precisando avançar muito, isso no Estado do Rio Grande do Norte, é a segunda cidade, que só encontra UTIs neonatal bem equipada, bem estruturada na capital e nem em toda maternidade. Imagine quem está no interior que é atendido pelo SUS, que não tem acesso.

E, também, outra questão que eu gostaria de colocar seria uma sugestão, é no Programa Saúde da Família. Nós sabemos que a carência de médico é grande e isso é um problema que nós não podemos resolver de imediato, porque até preparar um médico, ele está estruturado, mas nós temos crescente o número, a área de enfermagem cresceu bastante, talvez, seja uma mão-de-obra que está mais disponível. Por que não investir na enfermeira obstetra? Seria fundamental, principalmente, dessas regiões mais distantes para o acompanhamento, para o parto normal, para todas aquelas orientações que hoje, por mais humanizada, uma série de questões. Eu acho que poderia acrescentar nessas regiões onde a mortalidade materna é ainda maior, o Programa Saúde da Família ter na sua equipe uma enfermeira obstetra. E, pelo amor de Deus, diga ao Ministro que nós precisamos de mais recursos para o Programa Saúde da Família. Os municípios estão, do que recebem, estão investindo três, quatro, cinco vezes mais para poder ter profissionais da área, porque o que o Ministério repassa é muito pouco, com relação a cada equipe. Isso precisa ser melhorado.

Era só isso que eu queria colocar, investir mais exatamente nessa área básica valorizando os profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Adson quer comentar?

SR. ADSON FRANÇA: Serei bem objetivo. Primeiro, Senador Botelho, as ponderações muito coerentes. A questão da malária, esse é um grande desafio nosso, e queria concordar com as sugestões do nobre Senador, porque já fazem parte desse processo de debate no Ministério. Agora se o Senador pergunta: não poderia ser um pouco mais rápido? Eu digo com, muita franqueza, e tenho certeza que o Ministro Temporão não vai me demitir por isso, podia, entre outras coisas, está falando profissionais em algumas áreas e está faltando recursos, mas o próprio Ministro Temporão admite que a gente já podia estar um pouquinho mais rápido nessa questão da malária.

Gostaria, para os nobres Senadores e Senadoras, chamar atenção o seguinte: olha como tudo se interrelaciona, para cada um grau, e é um estudo de 25 espertos que estiveram junto com a gente, Senador Botelho, lá no Acre na inauguração da primeira fábrica de preservativo público da América Latina, nobre Senador Valter Pereira. Nós vamos produzir até o final de 2012 400 milhões de preservativos/ano com borracha do Brasil, borracha nossa que já podia ter sido feito há mais tempo, e de uma necessidade de 1 bilhão e 200 mil preservativos/ano que é a média nacional. Em vista das relações sexuais que ocorre no Brasil e tal, nós precisamos de 1 bilhão e 200 milhões. E o governo brasileiro comprou 1 bilhão e 200. Então em quatro anos nós vamos estar com, mais ou menos, 35% de produção nossa, dinheiro público e fixando 600 famílias lá em Xapuri no Acre e garantindo a borracha de lá, e garantindo preservativo de qualidade que nós temos condições até de vender, se for o caso, mas é melhor vender para o mercado nacional ou entregar para o SUS gratuitamente, porque é dinheiro do Governo Federal, do governo estadual. Então esses parêntese...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem que esconder isso da igreja.

SR. ADSON FRANÇA: Bom, essa é uma dificuldade. Que, infelizmente, segmentos religiosos acham que o preservativo não tem importância, que o vírus passa e que, talvez, seja melhor defender a abstinência sexual e que a sociedade deveria ter apenas atividade sexual depois do casamento, e é complexo para nós, nós achamos que o Estado é laico, e que é difícil, porque nós precisamos do preservativo para evitar que a AIDS cresça e que a gestação inoportuna e indesejada que leva ao abortamento, leva à morte de adolescentes. Então, é oportuno que o senhor diz. E é lamentável para nós. Todos os embates que a gente tem, em alguns lugares nós somos vaiados, somos hostilizados, porque tem certos segmentos fundamentalistas que acham...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só distribuir sem a vista do Padre.

SR. ADSON FRANÇA: Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque aí não tem problema.

SR. ADSON FRANÇA: E nós incorporaremos essa...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu acho que não é tanto assim não. Vamos ser realistas. Não é dessa forma não. Melhorou bastante, na realidade, a igreja defende.

SR. ADSON FRANÇA: Tem melhorado. Mas eu fiz referência...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu também quero dizer aqui que nós temos que colocar como tudo se relaciona aqui, mais educação sexual nas escolas, conhecimento.

SR. ADSON FRANÇA: Mas justiça seja feita, Senadora, que por elogio à senhora, entre outras coisas, é que três mandatos de prefeita sem nenhum processo, e chegar ao Senado da forma que chegou, é por isso que a reafirmação do elogio.

Agora nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, buscando proibir o uso de preservativo, não vou citar aqui agora, para evitar uma polêmica. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, contra a anticoncepção de emergência dizendo que é abortiva, e não é abortiva, porque já está provado cientificamente. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, tentando ser contra a lei do planejamento familiar, contra a vasectomia, contra uma série de coisas. Então, é a heterogeneidade do País. Mas vou focar aqui. Então malária, estamos de acordo.

Segundo aspecto. Mortalidade materna. O que a nobre Senadora levanta e pediatra, Senador Valter Pereira e demais colegas de gestão do Governo Federal, é extremamente pertinente. Por que é que a mortalidade infantil vem caindo bastante ao longo dos anos? Quanto maior a escolaridade da mãe mais cai a mortalidade infantil. Quanto mais eu uso a vacina, programa nacional de imunização, o Brasil tem 41 imunobiológicos. E nós temos mais vacinas, Senador, gratuitas do que a Inglaterra, Canadá e França, então não é mais do que Paraguai. Com todo respeito pelos paraguaios, pelos uruguaios, pelos argentinos. Mas olha que nível, o Programa Nacional de Imunização no Brasil é referência internacional. Eu acho difícil a grande imprensa falar com freqüência, mas na hora que tem um problema aí fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma crítica sobre publicidade das vacinas. Vacina contra gripe. A vacina contra gripe, toda a mídia que é produzida pelo Ministério da Saúde passa a ideia de que é privativa de pessoas--

SR. ADSON FRANÇA: Idosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --acima de 60 anos de idade. Quando, na verdade, é um equívoco, na verdade, a vacinação é permitida em qualquer faixa etária. Então, o que o Ministério estimula é a busca aos postos de saúde, embora, deveria ressaltar que ela é facultada em outras unidades privadas onde poderia se ampliar, consideravelmente, a faixa de vacinação.

SR. ADSON FRANÇA: Levarei para a Ascon e para o secretário Gerson Pena, porque tem uma parte que diz respeito ao idoso e tem outra parte que tem outra forma.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, é porque nos postos de saúde a vacina só é permitida para os idosos.

SR. ADSON FRANÇA: Hoje é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu acho que o esclarecimento tinha que ser dado para que todos se imunizassem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por exemplo, se eu quiser, ainda não cheguei aos 60, se eu quiser ser vacinada eu vou ter que no serviço privado, porque no posto de saúde é só a partir de 60 anos. Esse que é o grande problema.

SR. ADSON FRANÇA: Porque os recursos que nós temos hoje, o corte, a linha de corte no Ministério, foi que o recurso que tinha, o foco era o idoso. E aí para quem não é...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas só complementar, já que se falou em vacina. Quando é que nós vamos ter a vacina de pneumococos, porque grandes casos de morte...

SR. ADSON FRANÇA: Está na lista nossa e já tem um grupo trabalhando com isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque só os filhos de rico que podem pagar e estão fazendo.

SR. ADSON FRANÇA: Não só essa, tem outras também, e aí volta o problema da Emendo 29. O orçamento do Brasil, foi dito aqui pelo Ministro, numa sessão fenomenal coordenado pela nobre Senadora, Senador Valter Pereira, o Ministro José Gomes Temporão foi diretor de planejamento do INAMPS em 1986. Se houvesse uma correção do orçamento, o orçamento do SUS, esse ano, era para ser 107 bilhões de reais, o nosso orçamento é 50 bilhões. E o Barack Obama pediu apenas ao Congresso Nacional 1 trilhão e 200 bilhões de dólares para melhorar a universalização das 45 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm recursos. Então, o Ministro Temporão, o Conaes, o Conasems, os governos todos, os Senadores já têm identidade, já tem unanimidade, então também não corro o risco de exoneração, de que nós precisamos, o sub-financiamento da saúde estar levando a essas dificuldades. Como é que eu resolvo colocar um leito de UTI, Senador, neonatal, custa 112 mil reais, se eu consigo colocar uma nova UTI, pode ir um novo leito para 400, ou seja, vai esbarrando em recurso, recurso e recurso, e você começa, infelizmente, se você não tem recurso para tudo, você começa a cortar aqui e acolá.

Mas voltando aqui, para finalizar mesmo. Nós temos assim, chegamos à seguinte situação: melhorou a mortalidade infantil no componente pós-neonatal que é o componente depois de um mês, vamos chamar assim. Então, melhorou por causa do saneamento, melhorou por causa da vacina, melhorou por causa da hidratação oral, melhorou por causa do PSF, melhorou por causa de uma série de questões do Bolsa Família; mas a parte neonatal, especialmente, na primeira semana, no Norte e Nordeste brasileiro 62% das crianças no Norte e Nordeste brasileiro, morrem na primeira semana de vida. Então, se elas morrem na primeira semana de vida o risco da mãe morrer é muito grande. Então, nós precisamos agora, nós estamos com que desafio? Não basta só o pré-natal, ele precisa ser melhorado? Precisa. Mas é o problema da urgência e emergência no parto que envolve tecnologia, envolve gente qualificada, envolve recursos. E esse problema de qualificação dos profissionais do obstetra e do pediatra ali não está fácil. Como diz o Senador Botelho: "Não é só com isso aí". Agora, Senador, uma informação para coletivizar. O problema do registro dos médicos estrangeiros, o Ministro Temporão já informou ao Presidente Lula, e o Ministro Haddad e o Ministro Temporão, agora em julho os 246 médicos de uma região do mundo vão fazer prova, 14 universidades brasileiras vão fazer essa prova, se os médicos passarem, eles registrarão o título no Conselho Federal de Medicina. E até o final do ano os outros 300 médicos estrangeiros, quer seja da Europa, da Bolívia, de Cuba, de qualquer lugar, prestarão prova, porque o CFM é uma autarquia, elas só podem exercer a medicina no Brasil se registrar o diploma no CFM. Então, não tem saída, tem que passar na prova. Se não passar vai ter que fazer um novo curso, fazer uma nova repescagem e um nova prova, porque o Conselho Federal de Medicina não aceita, e aí vamos respeitar a autarquia, respeitar a legislação brasileira.

Agora, mesmo assim, nós estamos com um problema que vocês Senadores e Senadoras precisam nos ajudar. O Brasil não fez um plano estratégico de quantos médicos precisam, de quantas enfermeiras precisam, de quantos obstetras precisam. Então, as escolas foram formando, me perdoem essa expressão que não é elegante, com base na bola da vez. Naquele momento que dava mais dinheiro, era radiologia. Então, eu formo mais radiologista. Naquele momento, o que dava mais dinheiro era cirurgia plástica, então a cirurgia plástica cresce. E, agora, nós estamos com um problema mundial, a queda de pediatra, porque pediatra não tem procedimento acessório para melhorar a sua remuneração. Ele tem a consulta, se ele é pediatra cirurgião ele ganha melhor, se ele não é pediatra cirurgião ele está com dificuldade, é um problema europeu, é um problema no Canadá e é um problema do Brasil. Já tem residência médica no Brasil de pediatria que está sobrando vaga. Então, eu só estou falando isso, em nome do Ministro Temporão, de que a coisa é muito complexa. Nós precisamos do Congresso, precisamos do CFM, precisamos da AMB e precisamos da enfermagem.

E aí, concluindo, nobre Senadora, o Ministério da Saúde pagou 22 cursos para enfermeiras obstétricas no País e, infelizmente, alguns nobres colegas meu, que eu sou toxoginecologista também, professores catedráticos dizem o seguinte: "Tudo bem, ela fez o curso, mas na minha maternidade ela não faz parte, na minha maternidade só quem faz parte é ginecologista e obstetra". Como é que uma enfermeira obstetrícia que fez um curso de especialização pode ir para o interior fazer parto se ela não treina em algum lugar? Ela precisa treinar e fazer parte em algum lugar. Esse é um problema que o Ministro Temporão está com uma reunião marcada com as entidades médicas para a semana que vem para gente encontrar o caminho do meio, porque os cursos nós estamos fazendo. Elas não estão conseguindo é fazer, é colocar em prática aquilo que aprenderam. Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O caminho do meio é o Programa Saúde da Família, coloca porque aí vocês criam condições, nas próprias maternidades públicas, elas fazerem um treinamento. Só que as maternidades públicas estão se acabando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A D. Laura deve algumas respostas para a Senadora Kátia Abreu. Vou passar a palavra a ela.

SRA. LAURA VEIGA: Eu vou tentar ser bastante rápida. A primeira pergunta tem a ver com a informação que, inclusive, consta desse relatório, que é o primeiro gráfico do relatório que o representante da Casa Civil entregou aos senhores aí, que fala exatamente da redução da extrema pobreza que aconteceu... Nós estávamos com 8.8, em 1990, e, 2005, 4.2%. Então, esses são os dados, inclusive, da Pnad. Então, portanto, isso aqui são os dados disponíveis. Se a FAU estiver com outros dados, provavelmente, deve estar usando estatísticas diferentes dessas, que são as estatísticas oficiais do governo brasileiro.

A Senadora também fez algumas indagações sobre os critérios, problemas de assentamentos, que tipo de ações tem para os assentamentos, os critérios para a porta de saída.

Uma primeira questão da porta de saída, nós não usamos essa expressão no Ministério de Desenvolvimento Social, porque, no nosso entendimento, o que nós temos de buscar sempre são ampliar cada

vez mais as rotas de incorporação e não aquilo que o Ministro sempre diz o seguinte... Fica um pouco aquela expressão que, no interior de Minas, a gente menciona isso: "Você quer ficar livre? Vamos ficar livre desses pobres". Não se trata disso, se trata de construir as rotas de incorporação. E, nesta direção também, é sempre importante destacar que isso não é tarefa de um setor somente, isso é uma tarefa de vários setores que deseja atuar conjuntamente, e, no caso, especificamente, é importante ver, por exemplo, que, quando foi lançado os programas para o território da cidadania, houve certa crítica, seja para imprensa ou mesmo no legislativo, dizendo que aquilo nada mais é do que um conjunto de programas já existentes que se ajuntou. É importante destacar que, primeiro, não é verdade isso, mas, de qualquer maneira, mesmo que fosse só isso, quando você consegue fazer com que vários programas comecem atuar convergentemente sobre um território, isso significa você amplia, potencializa a utilização dos serviços. Então, isso é importante, é bom que se diga isso. Então quando se examina as estatísticas do território da cidadania, o Ministério, onde tem mais ações em todos eles, chama Ministério de Desenvolvimento Social, seja através do Bolsa, seja através do PRONAF, seja da Agricultura Familiar, seja através das cisternas, e por aí vai.

Então, nós temos... Eu vou fazer uma pequena propaganda da minha secretaria. Nós temos uma ferramenta disponível na Internet, chama matriz de informação social, e se os senhores quiserem, inclusive, nós temos algumas estatísticas que a gente faz para alguns territórios específicos, ter cidadania é um deles, como também temos umas estatísticas sobre a Amazônia Legal, temos algumas outras estatísticas sobre o semi-árido que não os recortes, necessariamente, dos Estados, das unidades federativas. Então, esse é um tipo de ação que se faz.

Outro tipo de ação que está atrelado no Programa Bolsa Família tem a ver com as condicionalidades, as condicionalidades representam, e aí dependemos fortemente da área de saúde e da área de educação, representa exatamente evitar com que as famílias comprometam os ativos, ou seja, aquilo que pode garantir, no futuro, a independência da próxima geração, ou seja, garantir com que a criança e o adolescente permaneçam na escola, e torcendo que o Ministério, que a área de educação consiga fazer esse grande movimento que ela está empenhada e melhorar a qualidade da escola, e tornar a escola mais entrante para, inclusive, fazer esse processo de retenção da criança e do adolescente dentro da escola.

Então, esse é um trabalho que não é um trabalho somente de um Ministério, é um trabalho que nós temos de torcer e trabalhar juntos para que as coisas aconteçam de uma forma convergente.

Da mesma forma, nós temos as condicionalidades da saúde que tem a ver, inclusive, com o atendimento da criança e o atendimento das mães. Além disso, nós temos e agora está em ação, nós estamos procurando implementar junto com o Ministério do Trabalho todo um programa de qualificação direcionado para o chamado Plansec e construção civil, Bolsa Família. Então, isso aí significa um pouco a capacitação, e houve uma negociação com o Sinduscon e outros sindicatos da construção civil para que parte das pessoas que sejam qualificada nesse programa sejam absorvidas nas obras que estão associados ao PAC.

Então, o que é significa, portanto? O que está se buscando é... E são os exemplos que eu estou dando de tentativa de fazer de busca da ação convergente, que é por aí que nós vamos gerar as oportunidades, então se criam oportunidades, e essas oportunidades você tem de buscar fazer, por um lado, a capacitação, e, por outro lado, tentar que o mercado de trabalho se sensibilize, abrigue e absorva essa população, porque como se tem, quando você tem uma taxa de desemprego alta o que acontece é que o mercado de trabalho tem condições de selecionar mais dentro dessa força de trabalho, ele pode selecionar mais. Então, se fosse para o poder você tem que fazer um trabalho, também, de sensibilização daqueles que geram os empregos e tem essa possibilidade.

Então, o que é que eu chamo atenção aqui? Eu estou chamando atenção sobre a importância, primeiro, da convergência e, segundo, nos desenhos dos nossos programas nós estamos buscando criar essas convergências, seja através das condicionalidades, seja através do Plansec, seja através da atuação nos territórios de cidadania, seja através da atuação, por exemplo, da integração, da busca da integração da aquisição de alimentos, por exemplo, com a distribuição desses alimentos para os setores que precisam dos alimentos, por exemplo, cesta básica ou alimentação que se dá para as creches e etc.

E nos assentamentos tem ações relacionadas, não só com o Bolsa Família que estão, e há todo um processo dentro do próprio Ministério, daqueles que, até agora, tenham tido a dificuldade de ter acesso ao Bolsa Família por falta de documentação, um trabalho grande, inclusive, junto com os municípios para fazer com que essa documentação seja obtida para poder facilitar o acesso.

Então, eu quero chamar atenção sobre. E eu estive, estou acabando de voltar lá do Mato Grosso do Sul, voltei de lá sábado, porque eu fui para a reunião do e Conseas. Conheci o Bonito lá que é bonita mes-

mo a tal da região. Que eu até brinquei, porque tem lugar que chama Bonito, mas você chega lá e não é bonito, coisa nenhuma. Mas no caso, específico, de Bonito é bonito.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer e colocando o Ministério à disposição dos senhores e das senhoras para qualquer informação que julgarem mais, qualquer detalhamento, e teremos sempre o maior prazer em dar as informações que os Srs. Senadores e deputados desejarem. E muito obrigada pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A hora avança na direção do início da sessão plenária, a sessão da tarde.

E ao encerrar esta sessão, eu gostaria de agradecer aqui a referência que a D. Laura faz a Bonito, efetivamente, ali é um pedacinho do paraíso instalado no Mato Grosso do Sul.

E quero, aqui, agradecer, então, a todos que participaram deste evento, ao Darci Bertholdo, À Laura, ao Ministro Silvio, ao Marco Otávio, ao Adson França, ao Antônio Luiz, ao Sérgio; enfim, a todos que deram a sua contribuição e trouxeram aqui informações preciosas que serão, obviamente, digeridas e, sobretudo, exploradas pelos parlamentares que compõem as Comissões que participaram desta audiência conjunta.

E não havendo... Aliás, havendo ainda um assunto a tratar, mas não havendo mais quorum, eu vou deixar a deliberação para a próxima reunião.

E quero declarar, então, encerrada a presente reunião, com agradecimento a todos os senhores e senhoras que participaram deste evento. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h27.

16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA 02, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia três de junho do ano de dois mil e nove, na Ala Senador Nilo Coelho, sala dois, sob a Presidência do Senador (**JOSÉ NERY)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Flávio Arns**, **Paulo Paim, Paulo Duque, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella.** Pauta. **Item único**. **Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 02 de 2009 – CDH**, aprovado em 11/03/09, de autoria do Senador José Nery, para debater a "existência de milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, José Nery, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador José Nery, iniciando os trabalhos, apresenta os senhores convidados e, em ato contínuo, dá a palavra aos palestrantes convidados. Convidados que comparecem: Lígia Portes Santos, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especializadas em representação do Senhor Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Allan Turnowski, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em representação ao Senhor José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Deputado Estadual Marcelo Freixo, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; e Bernardo Garcia Sampaio, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça em representação a sua Excelência Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça. Às doze horas e cinqüenta minutos o Senhor Presidente, José Nery, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores para fazerem suas considerações. Ao final das considerações dos Senhores Senadores, o Senhor Presidente dá a palavra para os convidados para fazerem suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o encaminhamento para que seja oficiadas autoridades do Estado do Rio de Janeiro e autoridades federais com a íntegra das notas taquigráficas da Audiência Pública. EXTRAPAUTA: **Item nº 01.** Requerimento nº 23, de 2009 – CDH, que requer realização de uma sessão conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para exibição do filme *Garapa* seguida de debate, com a participação do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do diretor do filme, José Padilha; do presidente do CONSEA, Renato Sergio Jamil Maluf; Francisco Menezes, Presidente do IBASE, e de outras autoridades ligadas ao tema. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. **Item nº 02.** Requerimento nº 24, de 2009 – CDH, que requer realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir a Sugestão de nº 3, de 2008, de autoria do Instituto Todos a Bordo, que sugere legislação para a "criação de uma Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africa-

nos Escravizados no Brasil". Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vistas sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política relacionada à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos senhores Senadores e Senadoras à Presidência desta Comissão. Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores José Nery, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque, Paulo Duque e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

"Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 02, de 2009, aprovado em 13 de março de 2009, de autoria do Senador José Nery, para debater a existência de milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários*".*

Foram convidados para essa audiência o Sr. Secretário de Estado e de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que, na impossibilidade da sua presença, enviou como representante o Dr. Alan Turnowski, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a quem agradecemos pela presença.

Estão convidados a Procuradoria de Justiça e Coordenadoria do Núcleo de Combate ao Crime Organizado às Atividades Ilícitas Especializada, em representação ao Sr. Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro. Está aqui representando o Dr. Cláudio Soares Lopes a Dra. Lígia Portes Santos, para contribuir nessa importante Audiência Pública.

Está conosco, a título de convidado e à disposição para responder alguma questão que diga respeito ao Ministério da Justiça, o Dr. Bernardo Garcia Sampaio, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, a quem também agradecemos a presença.

Estamos aguardando a chegada do Deputado Estadual Marcelo Freixo, que foi Presidente da CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que tratou desse tema, durante investigação realizada durante o ano de 2008; está a caminho do Senado, e, em razão disso, justificamos a sua ausência, em razão de problemas havidos no seu deslocamento do Rio de Janeiro para Brasília.

E pedimos aqui, também, de público, desculpas aos convidados pelo atraso, o que nos levou a alterar o horário da audiência, prevista, anteriormente, para as nove da manhã.

Vamos iniciar, então, com a exposição da Dra. Lígia Portes Santos, Procuradora de Justiça do Rio de Janeiro, que, aqui, representa o Sr. Procurador-Geral, para que a senhora possa fazer a sua exposição, e, evidentemente, os elementos, aqui apresentados, têm a ver com a necessidade dessa Comissão de Direitos Humanos acompanhar, de forma mais detida, esses fatos que envolvem esse tema relacionado com milícias no Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra a Dra. Lígia.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Excelentíssimo Sr. Senador José Nery, Presidente, Vice-Presidente dessa Comissão, Dr. Alan Turnowski, que é nosso Secretário de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, representante do Ministério da Justiça, minhas saudações.

Senador, eu gostaria de me apresentar... Ah, é... Isso... Eu venho aqui, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na condição de coordenadora de um núcleo recém constituído dentro do Ministério Público, que se chama o Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especiais.

Esse núcleo foi criado justamente para tentar organizar, dentro do Ministério Público, ações para o combate das organizações criminosas que florescem no Rio de Janeiro, embora o Rio de Janeiro não tenha, somente ele, a primazia da violência e das organizações criminosas, isso nós temos plena consciência, inclusive nos debates, nas conversas com outros Ministérios Públicos, de outras unidades federativas.

Mas, enfim, o que nós estamos tratando e o que o Núcleo visa combater, especificamente nessa primeira fase, são as atuações de grupos denominados pela imprensa e também autodenominados de milícias, por conta de um envolvimento de policiais civis, militares, agentes penitenciários e outras pessoas, com alguma... Funcionários do Estado, com algum grau, algum tipo de poder coercitivo, que começam a atuar

normalmente em unidades mais pobres da cidade ou do próprio estado.

Então, a questão principal das milícias é a questão da violência e da carência de determinadas regiões das cidades. Violência urbana está relacionada, no nosso ponto de vista, no entender do Ministério Público, tenho a impressão que também de outros órgãos, como uma questão de opção... Não diria política, mas uma opção de política pública, que não favorece adequadamente as comunidades mais pobres.

E as ações que nós temos visto nessas áreas envolvem ação do Governo Federal e são muito bem-vindas, bolsas família e tudo o mais, mas elas não chegam a atuar no cerne da questão, que passa, ao nosso ver, por um melhor desenvolvimento das áreas urbanas, no sentido da habitabilidade dessas regiões e, enfim, maiores condições humanas que devem ser dadas a uma parcela da sociedade que tem sido muito desassistida.

No Rio de Janeiro, nós temos um grave problema com favelas. E as favelas são ditas como local de violência, mas, na verdade, a violência é a própria existência da favela, no nosso ponto de vista, porque as condições ali não favorecem o desenvolvimento da cidadania, difícil acesso das atividades do poder público, e é justamente isso que, hoje, no Rio de Janeiro, nós estamos tendo a mudança. Tenho a impressão que o Dr. Alan vai poder mencionar todas as atividades que estão sendo feitas não apenas nessa nossa área, porque a polícia, aqui muito bem representada pelo Dr. Alan, ela tem uma atividade de combate direto, o Ministério Público atua também nesse combate, mas o Ministério Público ainda vai além, em outras áreas de atuação, como as Promotorias da Cidadania, tutela coletiva, questões de habitação, muitas vezes se opondo às ações do próprio Estado, para dar melhores condições de vida a toda essa população carente. Então, a questão não é de segurança pública [soa a campanhia], a questão vai além da segurança, pública.

Senador, eu já encerrei meu tempo? [risos] Ok.

Então, a nossa percepção é que, quando nós combatemos as milícias, nós temos que dar uma alternativa para essas populações carentes. Porque as milícias surgiram numa situação em que havia grande violência urbana nas favelas, um domínio quase que exclusivo ou exclusivo do tráfico de entorpecentes, que é a grande forma de organização criminosa que nós identificamos desde sempre.

Em termos de organização criminosa, o tráfico de entorpecente é um dos nossos grandes males, muito embora a tendência, hoje em dia, seja para a descriminalização dos entorpecentes, ou pelo menos de algum tipo de entorpecente, o tratamento dos usuários seja a tendência moderna de enfoque desse problema, mas o fato é que a traficância em si e o volume do tráfico implica na grande situação financeira. Um movimento financeiro muito grande produz um enriquecimento muito grande de um determinado grupo de pessoas, e, com isso, se mantém essa situação.

E por que se escolhe a favela para traficar, se isso é uma atividade com grande poderio econômico, ainda que fora da sociedade legal? Se escolhe a favela porque ela é de difícil acesso aos órgãos públicos, porque é difícil a polícia chegar até ali, porque é muito fácil se esconder grande quantidade de carga; porque, nas favelas, o poder público não chegou completamente. Então, daí a facilidade para se identificar o tráfico com as comunidades carentes.

Nesse rastro, começaram a surgir comunidades que... Aliás, como nas favelas, em todas as favelas, a maioria da população é constituída de pessoas honestas, pessoas que trabalham, pessoas que têm suas dificuldades de ir para o trabalho, voltar do trabalho, e começou-se a criar algum tipo de comunidade, e isso me parece, salvo engano, que teve um início em Rio das Pedras, que é uma comunidade... Jacarepaguá e finalzinho ali... Recreio dos Bandeirantes, uma área nova que começou a ser ocupada por trabalhadores das grandes construções de edifícios, prédios, mercados e shoppings, ocorrida na Barra, a partir dos anos 60 e 70.

Então, nessas comunidades, esses trabalhadores começaram, já que o poder público não chegava para garantir a segurança, começaram a se organizar, eles mesmos, para garantir a segurança e evitar que o tráfico viesse a invadir esses grupos. Então, daí, nós começamos a ver e tolerar a sociedade organizada, aquela que mora nos prédios ao redor, começou a ver como uma coisa boa a segurança que as pessoas mantinham dentro das favelas; isso foi objeto, inclusive, de novela recente da Rede Globo, em que se mostrava uma comunidade que era dominada por um homem forte, que era capaz de impedir que o crime se instalasse ali naquela comunidade de pessoas honestas.

E assim foram criados os primeiros grupos de milícias, para o fim de segurança. Até que esse grupos começaram a perceber que havia ali, nessas comunidades, um enorme potencial econômico. E nós temos, dentro do Ministério Público, a certeza que é o potencial econômico das atividades que faz e move esses grupos que se organizam para ter um controle estratégico de determinadas áreas da cidade.

E quem são esses atores dessas comunidades? São exatamente aqueles que foram morar ali por alguma dificuldade de encontrar outras áreas mais nobres para morar, mas que pertencem à própria estrutura do

Estado. São policiais, são bombeiros. Quando eu falo policiais, incluo os policiais militares, mas também algum nível... Policiais civis. Pessoas que estão acostumadas ao combate à violência em outras áreas e que usam esse combate á violência para garantir que essas comunidades não sejam atacadas por outros grupos.

Mas a finalidade econômica, ela começa a se ver presente também. Por quê? Porque essas comunidades precisam de transporte coletivo, que mais uma vez, senador, esse é o grande problema, o Estado não supre adequadamente.

E houve uma crise, anos 80, 90, uma crise muito grande no Estado do Rio de Janeiro e mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, com relação a transporte, transporte ineficiente. E daí o Estado começou a tolerar um transporte chamado alternativo, feito não por ônibus, mas por transportes menores, que são as vans, que estão por toda a parte na cidade do Rio de Janeiro. E essas vans são toleradas justamente porque... Enfim, porque não há transporte público adequado para toda a população, especialmente dessa área mais pobre.

E aí esses milicianos, que já faziam a administração da segurança dessas áreas novas, que, embora pobres, eram consideradas nobres em relação a outras dominadas por tráfico, muito mais violento, eles começam, além de vender a segurança, vendem também segurança de transporte. Então, vamos garantir que esse transporte não seja assaltado, vamos garantir que o trabalhador vá e volte com a adequada segurança, e aí passou-se a cobrar desses integrantes dessas comunidades, também, um valor diário para poderem circular livremente.

E esses milicianos começaram a descobrir novas fontes de renda. Então, além da segurança que se faz, que continua fazendo – eu ia falar fazia, mas não, que se faz – nessas comunidades, passou-se também a tentar dominar o transporte para essas comunidades.

E, a partir de então, tivemos uma outra abordagem, que foi da questão do comércio local, que esse já paga, mas aí nós temos um terceiro ponto: é a distribuição de gás. Essas comunidades não têm gás encanado, então é preciso distribuir o gás. Ora, para se entrar com segurança nessas comunidades, o que é preciso? Também uma garantia. E aí, não só a garantia da segurança, mas como os distribuidores de gás passam a ser apenas aqueles autorizados. E, para se ter uma concessão, todo mundo sabe, é preciso pagar. E aí nós adicionamos mais um componente de renda, para que esses grupos se interessem por essas áreas mais pobres, mas de um grande potencial econômico.

Então, hoje em dia, já detectado, sabemos que a distribuição de gás, o transporte coletivo, a segurança, é feita pelo grupo que tiver maior força na localidade.

E, finalmente, para o conforto da comunidade, pensou-se na distribuição de sinais de TV por assinatura. Como esses sinais são muito caros, quem paga, quem está na cidade regular, sabe que essa distribuição de sinal é cara, então passou-se a ter uma distribuição de sinal alternativa, chamada muito irreverentemente, como são os cariocas, de "gatonet", porque é uma gato, é um... Furta-se o sinal de transmissão, e, a partir daí, se distribui esse sinal de transmissão para toda a comunidade, e isso a um preço módico.

Quem mora na comunidade pode ter uma televisão, normalmente dessas mais modernas, LCD, e pode pagar pelo serviço de TV por assinatura, sem ter assinatura, 10 reais, 15 reais, 20 reais, e isso é muito bom. E quem faz esse serviço, para que tenha a permissão para fazer esse serviço, ganha também, tem que pagar por isso ao grupo dominante nesses grupos.

Então, senador, quando se pensa em discutir aqui as origens da violência e uma legislação que seja eficaz, a gente tem que começar a pensar numa legislação que possa acabar com a grande diferença que existe entre a cidade organizada e a cidade desorganizada, que é exatamente o local onde atuam esses grupos.

Bem, o Ministério Público está muito interessado em combater milícias, mas o seu interesse é igualmente grande em prestar as melhores condições, para todos os cidadãos da cidade ver exercida a cidadania plena por todos os cidadãos, e o Estado do Rio de Janeiro também tem essa preocupação de combater o crime, que também é organizado.

Quando eu falo "o crime", eu estou falando daquele crime convencional, aquele crime que nós chamamos, que chamávamos do grande vilão, que começa com o tráfico ilícito de entorpecente, por causa da sua organização, mas também avança pelos demais crimes de extorsão, homicídio, etc. e tal.

Bom, essas milícias, que, a princípio, eram "do bem", começam a ser identificadas dentro das próprias comunidades como "do mal", na medida em que elas começam a usar as mesmas práticas e táticas dos grupos criminosos regulares.

Ou seja, para ter o domínio econômico de uma determinada área, é preciso matar, é preciso eliminar o inimigo, é preciso agir com métodos que são exatamente os métodos que esse milicianos, a princípio, alardeavam que queriam combater e pretendiam combater.

Mas, como as coisas andam muito devagar entre o elaborar, entender essa situação e o agir contraria-

mente, hoje em dia, nós já temos grupos milicianos fortes na cidade e no Estado.

E aí eu gostaria de mostrar algumas estatísticas, a partir daquele nosso *slide* 18, 17, aí. Que é justamente... São esses dados... Eu gostaria de indicar que esses dados foram coletados através do auxílio da Secretária de Segurança Pública. Então, eu estou utilizando informações do Disque-Denúncia, que está ligado à Secretária de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, eu estou avançando em estatísticas que o Dr. Alan certamente também vai falar e mencionar, e até gostaria, Senador, se não fosse impróprio, de pedir a colaboração, também, do Dr. Alan, porque nós temos trabalhado, Ministério Público, Secretária de Segurança pública, Chefia de Polícia, nós temos trabalhado no Rio de Janeiro, conjuntamente, para tentar debelar o que nós entendemos como organizações criminosas. Não apenas o crime comum, mas as organizações criminosas de um modo geral.

Então, essas notícias vêm através do Disque-Denúncia. Alguns chamam o Disque-Denúncia de disque... Como falam? "Disque-vingança" me parece que é a expressão. Estou com raiva de alguém, estou chateado com alguém, então eu faço lá uma denúncia para gerar uma investigação. Ela é coberta pelo anomimato, o que é necessário para que as pessoas possam vir, se apresentar e dar notícias e falar, mas, também, é uma fonte de informação e tem gerado muitos controles. Bom, enfim...

Das áreas dominadas pelo crime organizado, foram identificadas, na cidade do Rio de Janeiro e arredores, 290 comunidades. Isso representaria 100%. Então, 193 comunidades estão na Zona Norte; 63, na Zona Oeste, e, na Zona Sul e na Região Central, apenas 18% para cada qual.

Vamos passar para o seguinte.

Então, o domínio das organizações criminosas, pelas estatísticas e pelas informações do próprio Disque-Denúncia, que eu digo que – informo que ele é relativamente confiável, mas é uma informação da qual nós podemos nos valer – 47% dessas comunidades estão dominadas pelo chamado Comando Vermelho, a facção mais forte.

Então, vejam como não se pode, a título de combater milícias, deixar de combater aquele crime mais comum. Então, o Comando Vermelho tem 47% de controle dessas comunidades. ADA, que é identificada como Amigos dos Amigos, que é uma divisão, todos me parece que partiram do Comando Vermelho e foram se dividindo.

E aí nós temos... ADA teria 15%. E aí nós temos uma faixa de facção indefinida. Essa facção indefinida, senador, é uma área em que se pode presumir ou se imaginar que, em algum momento, será dominada por milícia, se não for atacada por uma dessas outras facções.

Depois, com 8%, nós temos o Terceiro Comando, temos TCP e TC. E eu estava trocando uma ideia com o Dr. Alan, vou pedir que ele explique.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Dr. Alan, passaremos já ao senhor para contribuir, quando da exposição da Dra. Lígia. Eu queria registrar a presença do Senador Marcelo Crivella, do Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, apenas para dizer que eu cheguei atrasado, e nós estamos discutindo um PLC 150, que trata sobre crime organizado, e todos os senadores estão lá com o Presidente do Supremo e o Procurador-Geral da República, daí também a falta de senadores aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Exatamente. Senador Crivella, entendemos que essa audiência da CCJ acabou coincidindo, na verdade, porque tivemos que remarcar o horário de nove para às onze e trinta, e essa coincidência não nos foi muito favorável.

Mas a importância do tema e da apropriação dessa questão, pela Comissão de Direitos Humanos, inclusive a presença de V. Exa. como digno representante do Estado do Rio de Janeiro é muito importante nesse momento. E acabo de receber a informação que o Senador Paulo Duque também se dirige aqui à Comissão.

Dr. Alan, para complementar essa informação aí que a Dra. Lígia está expondo.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Isso, perfeito.

SR. ALAN TURNOWSKI: Só para agregar. Na verdade, essa divisão, Terceiro Comando Puro e Terceiro Comando, foi uma divisão no início da criação da facção. Hoje em dia, a gente pode somar TC e TCP como uma facção única, pode tratar somente como Terceiro Comando.

Já acabou essa sigla Terceiro Comando Puro, que foi no início, exatamente para dividir, que, na verdade, o Terceiro Comando é uma divisão da ADA. Então, foi formado, naquela época, o TCP e o TC, que é uma segunda divisão, mas, hoje em dia, eles estão unidos. Então, o TCP e TC podem ser somados ali na mesma... Hoje em dia, chamado de Terceiro Comando, somente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Obrigado, Dr. Alan. Dra. Lígia.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Bem, eu gostaria de passar, pular alguns *slides*, passar para o 22, porque, na verdade, esse é só um desdobramento da estatística, só para que se tenha uma ideia de como

é que funciona em relação às áreas da cidade, onde nós encontramos o controle das facções ou... Enfim, o controle de áreas de milícia.

A partir do 21... Seu, né? 22 meu.

Nessa forma de apresentação, nós vamos ver uma tabela em que nós vamos poder encontrar as facções. Então, quando nós temos aí essa estrelinha no local da facção, é que não existe uma facção identificada, mas, novamente, vou chamar aí à colação o Dr. Alan, ele vai poder comentar, que, talvez, em muitas delas, nós já possamos estar identificando alguns grupos de milícia ou algum comando que, percebendo que não há uma presença forte de algum desses grupos, esteja já se preparando para tomar.

Então, Região Central, Morro do Estácio, por exemplo, Borda Do Mato, ali no Grajaú... O Grajaú, me parece, Dr. Alan, se eu estiver errada, mas ele está começando a ser dominado pelo Terceiro Comando, é isso?

SR. ALAN TURNOWSKI: Na verdade, o quadro está um pouquinho desatualizado. Por exemplo, a Itararé, em Ramos, só para ter um exemplo, ela pertence ali ao Comando Vermelho, que é aquela área do Alemão toda ali, que já é dominada.

A própria Borda do Mato, hoje, se tiver ali, deve ser ADA, realmente, começa a pegar já o pessoal da ADA. Enfim... Deixa eu ver a outra ali... Anchieta já é milícia, que é a milícia do... Que foi presa a semana passada, a milícia do Mirra. Enfim, dificilmente, alguma área, hoje, vai estar desocupada. Ou é dominada por traficantes ou por milicianos.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: No próximo, nós temos... No próximo *slide*, nós já vamos ter as facções, pelas informações do Disque-Denúncia, volto a dizer, esta é a fonte de informações. No *slide* 25, é esse? Não. No *slide* 25, aí, nós vamos ter as comunidades que são identificadas perfeitamente como da ADA; ADA é a facção Amigos dos Amigos.

Então, nós já vamos ter... Pode deixar esse aí, pode... Passamos, passamos para o Comando Vermelho, então, que é a grande informação é justamente do Comando Vermelho. Vejam que Santa Teresa, Morro do Fallet é dominado, Santo Cristo, que também é área central, dominado pelo Comando Vermelho.

Enfim, são estatísticas, senador – para não cansar, passa para o 31 meu, 30 seu -, estatísticas em que nós temos a grande atuação, vemos a grande atuação dos criminosos, chamados convencionais, ou que eu chamo de convencionais, e, agora, das milícias, que começam a dominar áreas em que, antes, não se percebia uma grande criminalidade.

E aí, nós vamos para Campinho, áreas de Bento Ribeiro, Vila da Penha, Del Castilho, Cascadura, Bonsucesso, algumas áreas, Quintino Bocaiúva... Então, existe uma guerra, ver quem é que vai ganhar. Se são as facções do tipo Comando Vermelho, ADA, Terceiro Comando, ou se as milícias vão dominar.

O que é bom para cada comunidade? Bom para cada comunidade, senador, é que não haja nenhum grupo que seja diferente do grupo do Estado. É o Estado que precisa estar em todas essas comunidades, dando cidadania, apresentando formas e alternativas de uma vida saudável, saudável no sentido de ter educação para as crianças, educação de qualidade, que tenha saúde de qualidade, condições de habitabilidade, porque, também, não é possível que, em comunidades pobres, seja permitido as pessoas viverem como bichos. Às vezes, a gente olha um chiqueiro, está mais limpo... Desses produtores, desses grandes produtores, os seus chiqueiros são mais limpos do que a casa de muito ser humano.

Então, isso é injusto, socialmente injusto, e, por isso, vêm essas respostas, que não são as respostas do Estado.

A proposta do Ministério Público é trabalhar atuando no crime, porque isso precisa ser atuado, as milícias não podem deixar de ser combatidas, porque, afinal de contas, são pessoas ligadas ao Estado, que se separam, se apartam do Estado, para prestar a mesma segurança que estariam obrigados como funcionários públicos, mas criam a violência, até para vender os seus serviços, para garantir a segurança, mas nós precisamos também olhar como um todo essa situação de bem estar dessas comunidade.

Senador, o Núcleo de Combate ao Crime Organizado é bastante novo. Nós prestamos auxílio a promotores que estejam atuando diretamente nessas áreas, porque os promotores têm o seu grau de autonomia, eles atuam em concordância com regiões administrativas, delegacias de polícia, e o Núcleo serve para afastar um pouco o olhar, para olhar por cima, ver o que está acontecendo, conjugar ações, para que o combate possa ser mais efetivo.

Esse retardo, hoje, no início dessa nossa sessão, na verdade, não foi um tempo perdido, porque eu e o Dr. Alan pudemos conversar bastante sobre a conjugação de esforços.

No Estado do Rio de Janeiro, o Governador tem se sensibilizado para essa questão da necessidade do Estado entrar e ocupar algumas experiências, em algumas comunidades. Por exemplo, em Botafogo, é uma comunidade chamada ocupada, aí sim, ocupada pelo Estado, e o Dr. Alan vai, também, depois, falar melhor, porque ele tem acompanhado, certamente, isso mais de perto.

Mas, enfim, nós estamos dispostos a trocar ideias e a colher até sugestões, para uma atuação melhor, e também sugerir ações que possam melhorar toda essa situação.

Então essa... Basicamente, eu gostaria... O último, o último *slide* é justamente informações de contato e tudo o mais. É, esse último aí. Meu nome, meu correio, meu telefone. Estou à disposição para nós contribuirmos na melhora da sociedade como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Muito obrigado à Dra. Lígia Portes Santos, Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora do Núcleo de Combate ao Crime Organizado, pelas explicações e considerações que a senhora fez, bastante importantes para o que nós queremos, em termos de esforços conjuntos dos poderes diversos, no sentido do tratamento adequado de um tema tão grave, sobretudo naquilo que diz respeito ao respeito aos direitos humanos, especialmente das comunidades mais pobres do Estado do Rio de Janeiro.

E, como nós sabemos, esse não é um privilégio do Rio de Janeiro, é bom que se diga que o crime organizado está presente no país todo, com mais variadas caracterizações e circunstâncias. Portanto, ao tratar de um problema específico, da nossa parte da Comissão de Direitos Humanos, não é tentando colocar aqui uma identificação do Rio de Janeiro com essas práticas criminosas, porque, infelizmente, é um problema com ramificação nacional.

Ouviremos agora o Dr. Alan Turnowski, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para a explanação de V. Sa., desde já agradecendo a Secretaria de Segurança Pública, que se faz presente ao convite formulado por essa Comissão.

SR. ALAN TURNOWSKI: Obrigado. Excelentíssimo Senador José Nery, Excelentíssimo Senador Marcelo Crivella, demais integrantes da Mesa, eu fui convocado pela Secretária de Segurança para falar em nome do Secretário de Segurança, em razão do mesmo estar numa viagem a Londres, verificando o andamento do planejamento das Olimpíadas para uma futura vitória do Rio de Janeiro, se possível, como sede das Olimpíadas de 2016.

Então, eu fui pego de surpresa, não montei uma apresentação, mas, como tenho muito tempo combatendo na prática diversos crimes organizados, toda a minha história vem de um policial da ponta, eu acho que eu posso falar algumas coisas, assim, práticas a respeito desse combate à milícia.

Em primeiro lugar, queria corroborar essa apresentação histórica da questão de milícia pela Dr. Lígia, que é dividindo exatamente essa questão de milícia em três etapas.

Primeiro, uma etapa de proteção, quando policiais, que moravam dentro de uma comunidade, tentavam evitar o tráfico, o roubo e se uniam para evitar essa questão de violência dentro dessa comunidade.

Em seguida, esse primeiro momento evoluiu para um segundo momento, em que esse grupo que dominava essas localidades passou a ter uma visão econômica, e aí, repetindo o que a Dra. Lígia falou, começaram a distribuir serviços, como a "gatonet", o transporte alternativo, distribuição de gás, cobrança, hoje em dia, já até de camelôs que instalam barraquinhas... Enfim, a coisa foi evoluindo, evoluindo, e, hoje, tudo é cobrado dentro dessas comunidades dominadas por milícias.

Sempre todo esse poder sustentado por uma violência, através de homicídios, lesões corporais e os mais diversos tipos penais do nosso Código. Mas eu acrescento mais um: eu acho que a questão econômica, ela avançou para uma questão política, e aí incomodou muito mais. Por quê? Porque, enquanto esses grupos tinham somente a visão econômica dessa localidade, eles formavam verdadeiros currais, e esses currais eram, na verdade... Esses votos eram repassados a candidatos de fora dessas comunidades, que, por sua vez, davam apoio político, criando toda uma atmosfera de legalidade daquele discurso de que a milícia é melhor do que o tráfico, na verdade porque havia um interesse político.

Num momento mais recente, a milícia avança e passa a querer que os próprios candidatos da milícia sejam eleitos, e aí utilizam da mesma violência que utilizavam com relação à questão econômica, para proibir candidatos de tentarem fazer campanha lá dentro, de tentar mostrar para o povo exatamente qual é a melhor proposta.

E aí você tem uma terceira etapa: a entrada de políticos na milícia. E essa terceira etapa fez com que a questão de milícia viesse à tona. Porque nós, para combatermos esse tipo de milícia, já teríamos que ir num patamar político. Ou seja, nós precisaríamos não só de polícia como de todos os segmentos da sociedade, inclusive o Executivo maior, para que pudesse ser feito esse combate.

Então, nessa evolução, nós tivemos momentos muito difíceis, quando misturava-se política e segurança pública. E esse é, na minha visão, o maior acerto do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, com relação à política de segurança pública do Estado.

Hoje, como Chefe de Polícia, eu não tenho nenhuma indicação política na Instituição. O Chefe de Polícia hoje, através dos seus diretores, ele escolhe

tecnicamente seus delegados. E seus delegados lhe dão uma diretriz técnica. A partir daí, evidentemente, a diretriz técnica diz o seguinte: temos que combater milícia, porque milícia é um mal, é um embrião de uma situação que vai atentar contra o Estado Democrático de Direito.

Imediatamente, na visão do Governador e na visão do Secretário de Segurança, essa tese é aceita pela parte técnica e começa-se um combate efetivo a essas milícias que dominam o Rio de Janeiro. Tivemos vários policiais, na sua maioria, militares, mas também civis, numa menor participação, tivemos bombeiros, tivemos agentes penitenciários e tivemos também políticos presos, vereadores e deputados estaduais.

Isso só foi possível pela despolitização e pelo apoio recebido do Comando do Estado, do comando do Executivo hoje, no Estado do Rio de Janeiro.

E mais: o que, no início, começou como uma questão pessoal, uma questão menor de delegacia e delegacias especializadas, a delegacia de repressão ao crime organizado e a delegacia da área, percebeu-se que esse tipo de delito não bastava você atacá-lo somente com uma estrutura pequena, de uma delegacia. Isso foi evoluindo e, hoje, o discurso de combate à milícia é um discurso institucional. Independente de quem seja o delegado da ponta, o discurso vem de cima. É a instituição que cobra meta no combate à milícia.

A evolução disso é: a Polícia Civil cria a sua missão suporte, que é uma polícia sem rosto. Só para os senhores entenderem, para não ficar no vazio, a missão suporte da Polícia Federal, ela traz policiais de todo o Brasil, colocava num determinado local, e eles ficavam exclusivamente naquilo. Quando tinham levantado a investigação, entrava um outro grupo operacional e fazia a operação acontecer.

No Estado do Rio de Janeiro, a gente não tem essa questão de outros Estados. O que a gente fez? Pediu... Montava a missão suporte da seguinte forma: nós reuníamos dez delegados e pedíamos a cada delegado que indicasse apenas um dos seus melhores policiais, levamos esse policial para um escritório, junto com alguns delegados, e eles faziam a investigação, adaptando, de alguma forma, a questão da Federal na Polícia Civil.

Qual a vantagem desse tipo de montagem? É que esses policiais, eles trabalham numa única missão, numa única investigação. Então a gente monta esse grupo, combate aquele determinado crime organizado, seja homicídio, seja tráfico ou seja milícia, e, ao fim dessa investigação, eles retornam para suas equipes, sendo que a operação em si não é feita por eles.

Ao mesmo tempo que eu posso criar algumas missões, ao mesmo tempo, eu não dou rosto à missão, porque quem trabalhou na primeira não trabalhou na segunda, e, assim, esse policial não precisa temer retaliações.

Então, isso foi uma evolução na prática desses combates que se iniciaram por uma pequena delegacia e integrou isso aí com um discurso em toda a sociedade.

O Ministério Público também percebeu, durante essa trajetória, que precisava criar também um grupo maior, que não ficasse na pessoa de um único promotor. O Tribunal de Justiça também percebeu e criou seu próprio núcleo, e, na própria ALERJ, foi explanado, pela CPI, todos esse problemas, que, antes, eram problemas mais policiais. A partir daquele terceiro momento, virou um problema político.

Como resultado disso, nesse Governo, a gente tem: em 2006, cinco milicianos presos; 2007, 21 milicianos presos; 2008, nós tivemos 78 milicianos presos; e, agora, em 2009, ainda em começo de junho, nós já estamos com 76 milicianos presos. Ou seja, a tendência, nesse ano de 2009, é mais do que dobrar o número de prisões efetuadas no ano passado, e, somado todas elas, não vai conseguir alcançar sequer esse número desse ano.

Nós temos vários operações em conjunto sendo trabalhadas. Com esse discurso institucional, com essa... Vamos dizer assim, com essa consciência coletiva no Rio de Janeiro, de todos os órgãos, da necessidade de um combate à milícia, nós temos, hoje, diversas operações em andamento, diversas operações de prisões e diversas operações que vão muito além da prisão.

Porque, como a Dra. Lígia falou, ao combater a milícia, você abre um vácuo de poder naquelas comunidades, que pode ser ocupada pelo tráfico, o que, para a população, pode ser ainda pior. Porque todos aqueles que, um dia, apoiaram a milícia, provavelmente serão vítimas de homicídio do tráfico, em razão desse apoio.

Então, nós temos que, juntos, pensar qual a medida, a medida do martelo, esperando que, quando... Que, em tese, a ideia é ir lá, exterminar a milícia, acabar, prender e ir embora, e aí, automaticamente, o Estado deveria entrar. Só que, nesse vácuo, entra o tráfico. Então, o que a gente tem que ver? Qual a capacidade do Estado, eu digo capacidade do Estado, União, estado e município, no sentido de entrar naquela área e ocupar esse espaço que a polícia vai abrir.

A polícia consegue abrir, consegue combater e não vejo dificuldade nenhuma, se tiver apoio da polícia, combater qualquer milícia, qualquer milícia. Nós temos capacidade de combate de qualquer milícia, nós não tememos, apenas temos uma responsabilidade social

de, ao combater a milícia, não deixar que o tráfico entre. Esta é uma preocupação da Polícia Civil, da Secretaria e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Então, algumas ações já estão sendo planejadas, no sentido de melhorar essa ocupação. A ocupação feita pela Polícia Militar, hoje, no Rio de Janeiro, de algumas áreas, é um norte a ser seguido, também na área de milícia, e eu acho que essa conscientização de todos a respeito desse crime e despolitização em cima de atuação das polícias do Rio de Janeiro, eu acho que isso, agregado, me deixa otimista no sentido de conseguir bons resultados.

Agora, que fique claro: não é uma vitória da polícia, nem do Ministério Público, nem do TJ, nem da ALERJ, é uma vitória da sociedade, porque só todos juntos a gente consegue dar efetiva colaboração para extermínio de milícia e tráfico no Rio de Janeiro.

Tudo bem, Deputado Marcelo Freixo?

Então, essas são as palavras de quem, na verdade, acompanhou todo esse trajeto, combatendo, e eu acho que o caminho, percorrido até agora, está indo, caminhando para o lugar certo. A gente só tem que ficar atento nessa questão dessa medida aí, das operações.

Obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Agradeço ao Dr. Alan, por sua exposição. Registro a presença do Deputado Marcelo Freixo, Presidente, ex-Presidente da CPI, que apurou a atuação das milícias no Estado do Rio de Janeiro, e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu tenho maior interesse por esse tema, sou do Rio de Janeiro, e, daqui a pouquinho, vou fazer inclusive um discurso muito emocionado, porque perdi um grande amigo, um irmão de igreja, um obreiro, num tiroteio entre polícia e tráfico no Morro da Mangueira, no sábado à noite.

E estamos discutindo aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, eu quero saudar o nosso Deputado Freixo, a nossa procuradora, o Sr. Delegado, o Bernardo, exatamente como o Senado, o Congresso pode dar uma contribuição no crime organizado.

Nós estamos discutindo sobre esse caso das milícias, quando há interesse corporativo, se nós devemos federalizar o crime e trazer a Polícia Federal para investigar ou se o Ministério Público deveria fazer a investigação.

Já há aqui, Alan, Dr. Alan, uma Resolução do Supremo Tribunal Federal, da Ministra Ellen Greice, de que, nos casos em que os crimes envolvam policiais, a investigação deva ser feita pela Polícia Federal, as polícias estaduais.

E, agora, eu tenho que voltar para lá, porque sou líder de partido e tenho que fazer a minha intervenção. Mas, Alan, eu conheço bem essa problemática, eu nasci no Rio, cresci no Rio e estive pouco tempo fora do Rio de Janeiro e compreendo nitidamente a sua preocupação e a descrição que você faz desse fenômeno.

A primeira favela do Brasil surge no Rio de Janeiro, Morro da Providência. A partir dali, se cria um paradigma: explorar a mão de obra, em que você pagava apenas um salário para o sujeito comer e se vestir, e o caso da habitação é por conta de cada um.

O Estado fez isso, o Estado libertou escravos, voluntários da pátria, Botafogo tem uma rua que imortaliza isso, mandou para a guerra do Paraguai, ficaram cinco anos, voltaram, tinham alforria, mas sem trabalho e moradia, e começam a ocupar os morros do Rio de Janeiro.

Depois, foram todos os outros empregados, pessoas que vieram do Nordeste, nas volantes, da guerra dos farrapos, as pessoas que vieram do interior de Minas para trabalhar em armazéns, para trabalhar no cais do porto, para trabalhar nas agriculturas da Baixada Fluminense, para construir a Ponte Rio-Niterói, para construir o Maracanã.

Enfim, sempre se dava um salário para o sujeito comer e se vestir, por razões estéticas, e, sem comida, o sujeito não poderia trabalhar. E, na hora de morar, se vira no morro, improvisa uma casinha, um barraco lá no morro.

A Dra. Lígia disse... Eu passei dez anos na África, Dra. Lígia, em países pobres, como Malaui, Zâmbia, Quênia, Uganda, Madagascar, Lesoto, Suazilândia... Os países mais pobres da África eu andei lá. Eu nunca vi a miséria que vejo nos morros do Rio de Janeiro. Uma das favelas mais tristes é aquela ali do Mandela, Canal do Cunha, e eu estive agora, sexta-feira... O Presidente Lula, o PAC está fazendo uma remoção daqueles barracos, uma das coisas mais vergonhosas e que agride mesmo a dignidade humana.

É claro que, num ambiente desses, as pessoas crescem com um estigma de inferioridade e com uma mágoa da vida, uma revolta, que os espíritos violentos acabam deixando extravasar no crime, no narcotráfico, na venda de produtos piratas, na prostituição, e muitos deles, esses já instruídos, esses até com agravantes, acabam explorando serviços, tornando aquela comunidade ainda mais escrava com esse arremedo de polícia que foi essa figura da milícia.

Agora, Dr. Alan, tudo isso nós compreendemos. A população do Rio de Janeiro compreende o esforço da polícia, aplaude o Governador Sérgio Cabral, na sua

determinação de evitar a indicação de políticos que nomeavam delegados para ter um feudo. O senhor sabe, Botafogo era as clínicas de aborto, e os delegados, que não reprimiam, recebiam dinheiro e repassavam aos partidos políticos. Outros lugares eram as casas de massagem, prostituição... Uma vergonha que – V. Sa. está nos dando a notícia, e eu já sabia disso – acabou no Rio de Janeiro, espero nunca mais... Que isso não volte nunca mais.

Mas aquilo que... Quer dizer, nós precisamos, realmente, é que a polícia, o Ministério Público, a Polícia Militar também, Civil, encontre uma forma de evitar os tiroteios, o fogo cruzado nas áreas onde moram pessoas, trabalhadores.

Nós temos perdas de vida inestimáveis, pessoas que morrem de maneira inocente, dentro da sua casa. Eu já quis, lá no Rio de Janeiro, colocar uma argamassa – eu sou engenheiro civil -, uma argamassa, desenvolvida na Universidade Federal de São Paulo, na USP, em São Carlos, que, com um centímetro e meio, ela guarda as pessoas que estão dentro de casa de tiros, de balas cruzadas, de tráfico contra tráfico, porque as facções brigam para tomar posse do morro, e, às vezes, a polícia vem na contingência de devolver o fogo. E as pessoas morrem, as crianças morrem, homens honestos morrem, mulheres morrem, crianças morrem. Quer dizer, eu quero, aqui... Não quero me estender, mas vocês prenderam o Tim, o assassino do Tim Lopes, sem dar um tiro.

Quer dizer, nós votamos, eu fui autor de uma lei, aqui no Congresso Nacional, para dar poder de polícia às Forças Armadas nas fronteiras. A Polícia Federal não tem efetivo para conter o tráfico nas fronteiras brasileiras, que é um deserto demográfico, 12 mil quilômetros de deserto demográfico, montanhas enormes, a maioria com selva Amazônica. Por ali passam toneladas de cocaína, passam caminhões de armas e munições que afrontam a dignidade da soberania nacional.

Agora, quando isso vai para o varejo, quando isso é dispersado em sacolés e vão para tudo quanto é morro e comunidade do Rio de Janeiro, é uma missão quase impossível das polícias conter. Isso tinha que ser combatido no atacado. É uma vergonha as nossas fronteiras deixarem passar tanta munição, tanta arma, que vão matar inocentes, nesses tiroteios, nesse fogo cruzado nas comunidades e nas grandes capitais brasileiras. Nós precisamos de ações de infiltração.

Essa lei que estamos votando agora, 150, ela traz... Nós estamos caracterizando os crimes, as organizações criminosas de acordo com a aquela Convenção de Palermo, com todos aqueles crimes elencados, e estamos discutindo os agentes infiltrados.

Eu sou contra agente infiltrado em crimes contra a vida. É muito difícil você mandar um agente público participar de um assassinato, de um seqüestro, para montar provas. Não dá. Isso contraria o Estado Democrático de Direito.

Mas a fraude, por exemplo, de uma licitação pública, eu não vejo problema. Eu não vejo problema, de repente, em determinados crimes.

Agora, ali, no Rio de Janeiro, a informação, por parte de agentes infiltrados nas comunidades carentes, é fundamental, é fundamental para que... A minha preocupação, Cristovam, eu vou fazer, agora, um discurso de duas horas, relatando um caso triste de um rapaz que morreu sábado à noite, dentro de casa. Um menino primoroso, uma vida dedicada ao trabalho, devotado à família, bom menino, bom filho, bom irmão, bom amigo. Ele era diretor de ética da sua cooperativa de táxi, primário, nunca tinha passado pela polícia, morto com um tiro de fuzil, no fogo cruzado da polícia com o tráfico.

Quer dizer, isso é que me deixa numa situação de agonia. Eu não suporto mais ver esses noticiários, receber essas notícias. Nós temos que encontrar uma maneira mais eficiente, mais idônea, mais inteligente de combater essa desgraça.

E aí me culpo também, nós aqui, no Senado, devíamos estar debruçados a essas coisas todas, inclusive dar orçamento às Forças Armadas, que já é pequeno e que foi cortado 35% na régua, nos três orçamentos das Forças Armadas.

Então, a gente cobra do Ministro, cobra dos comandantes militares, e eles dizem que não têm dinheiro, e a gente vê o reflexo disso nessas toneladas de cocaína e armas que entram nas grandes cidades.

Alan, essas eram as minhas reflexões. Eu aplaudo, eu vou concluir, Nery... Eu aplaudo, eu peço a Deus, eu faço as minhas orações, não é só eu, a minha igreja, nós todos, no sentido de que a polícia cumpra sua missão e todos nós queremos que vocês sejam protegidos pelo Estado e por Deus.

Lá na Inglaterra, Alan, eu fui lá investigar o caso do Jean Charles, eu era Presidente de uma CPI aqui, que cuida do tráfico de brasileiros, exportação de brasileiro pobre; criou-se, nesse país, uma máfia para mandar brasileiro pobre trabalhar no exterior e com o conluio de muitas autoridades, porque dois milhões de brasileiros lá fora mandam para cá sete bilhões de dólares por ano. Sete bilhões de dólares vem dos nossos irmãos que estão varrendo chão, entregando pizza, dirigindo táxi, muitas vezes em condições sub-humanas nos Estados Unidos, na Inglaterra, em vários países.

Bom, mataram um deles. Tiro na cabeça, crueldade, dentro do Metrô, Londres, saímos nós, alguns

deputados, alguns senadores, e fomos lá fazer pressão, na polícia de Londres. E eu vi uma coisa interessantíssima, viu, Alan? Final do ano passado, o delegado, o Chefe de Polícia foi afastado, Ian Blair, mas demorou um tempão. Como é que eles fazem a operação? A operação é feita com alguns policiais levando uma Câmara, e cada passo da operação é monitorada por uma central de inteligência. Eu não sei se o senhor conhece, mas eles conseguem ter autorização.

Eles dizem assim: "O suspeito saiu de casa. O suspeito está no ponto de ônibus. O suspeito está prestes a embarcar, ônibus tal". E eles têm autorização, que três ou quatro que não estão envolvidos diretamente naquela operação... Quer dizer, continua seguindo. "Embarca no ônibus. Está bom, vigia ele. O suspeito entrou na estação tal do Metrô, o suspeito passou pela roleta". Eles dizem: "Sigam o suspeito. O suspeito entrou num trem". E aí, sem oferecer nenhuma resistência, eles imobilizaram o rapaz, jogaram no chão e a sangue frio, com testemunhas, fuzilaram, achando que ele tinha alguma bomba no corpo, porque informaram para lá. "Está vestindo um casaco. Tem um volume, olha. Parece que tem um volume nas costas". Parece. Parece.

Eu não sei se, no Rio de Janeiro, pelo grau de violência que a gente tem, nós devíamos também, de repente, ter alguém do lado de fora, numa central qualquer, dizendo assim: "Olha, vocês estão perseguindo quem? Receberam tiro? Qual é o grupo? E vale a pena essa ação? Vamos cercar? Vamos vir pelo outro lado...". Sei lá.

Eu sei que, nessa escalada de violência, é possível que um policial se veja envolvido, vendo seus colegas morrerem, se torne um chacal, com fome de ódio e com sede de sangue, e, na marcha da insanidade, acabe extrapolando. E isso nos dá perdas inestimáveis, muitas vezes até de criança.

Sr. Presidente, me perdoe, eu já devia até ter terminado, estão me esperando na outra Comissão, mas eu queria deixar essas palavras aqui, gravadas no coração, na consciência do Alan, eu sei que é ele um sujeito... Não é chefe de polícia à toa.

Mas que lembre, aqui, das nossas reflexões, para que a gente combata com rigor. Eu tenho ódio e nojo desse tráfico de drogas de cocaína, de maconha, mas também sejamos limitados com fronteiras nítidas, do nosso dever, com essa população pobre, escravizada, que, há tanto tempo, pena nessas comunidades carentes, sem a presença do Estado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Senador Marcelo Crivella, nós queremos aqui cumprimentar V. Exa. e dizer que mesmo a dinâmica da audiência implicava ouvir toda a Mesa, mas o testemunho e o depoimento emocionado e comprometido de V. Exa. é uma contribuição naquilo que queremos construir, na busca do enfrentamento de um grave problema cotidiano com a perversidade, com a complexidade que ele importa.

Vamos, agora, passar a Presidência ao Senador Cristovam Buarque, para que venha dar continuidade aos trabalhos, agradecendo a contribuição de V. Exa., Senador Marcelo Crivella.

Senador Cristovam, por favor.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Senador Nery, que não apenas foi autor da convocação, mas também quem pôde presidir, enquanto eu estava numa outro sessão, a meu ver muito importante, sobre o futuro da Amazônia, e passo a palavra ao Deputado Marcelo, para que faça uso da palavra.

DEPUTADO ESTADUAL MARCELO FREIXO (PSOL-RJ): Bem, boa tarde a todas e a todos, Presidente, Senador Cristovam Buarque, obrigado pelo convite. Cumprimento os demais membros da Mesa, Bernardo, Alan, Lígia, todos conhecidos de longa data. E agradeço ao Nery pelo convite, pela possibilidade de nós pautarmos aqui, no Senado, esse tema tão relevante para o Rio de Janeiro, que é o enfrentamento à ação das milícias lá no Rio.

Primeiro, por que é importante, e a gente tem muita clareza disso, que esse debate seja feito pelo Estado Brasileiro e não só pelo Governo do Rio de Janeiro? Porque as condições que levam o Rio de Janeiro, hoje, ter uma situação dramática em relação às milícias, essas condições são muito semelhantes a outros estados. Não há uma especificidade que traga ao Rio de Janeiro uma exclusividade, no que diz respeito à milícia.

Evidente que não estou, com isso, dizendo que, no cenário nacional, hoje, existam casos que possam ser comparados ao grau que chegou, em termos de ameaça ao Estado Democrático a ação das milícias no Rio, mas, muito possivelmente, isso pode estar acontecendo em outros lugares do Brasil, com menos visibilidade.

Recentemente, nós tivemos a Polícia Federal, se não me engano, em Pernambuco, prendendo 26 pessoas, o líder era um vereador e acusado de crime de milícia. E, evidentemente, travamos essa luta no Rio de Janeiro, conseguimos aprovar uma CPI, a Polícia Civil, hoje... E não é porque estou na presença do Alan, a gente se conhece há muito tempo. A Polícia Civil, hoje, pautou a prioridade no enfrentamento às milícias,

o que é fundamental, porque não dá para dizer que a milícia, no Rio de Janeiro, representa mais um problema, não dá para dizer que a milícia, no Rio de Janeiro, representa mais uma organização criminosa, esse foi o grande problema recente da história do Rio.

Essa organização miliciana, como nós encontramos hoje, ela acontece há aproximadamente nove anos assim, tem esse modelo há aproximadamente nove anos, é crescente. Para que os senhores tenham uma ideia, no final de 2006, tem um relatório da polícia, que apontam 92 comunidades, 92 áreas do Rio de Janeiro, com domínio de milícia. Nós, quando concluímos a CPI, em dezembro do ano passado, já concluímos 171 áreas com domínio de milícia.

Então, o que nós percebemos, evidentemente, é um crescimento muito grande de domínio de território. O que chamamos e o que estamos, aqui, tratando são grupos criminosos, armados, organizados, que dominam territórios, que atuam com uma... Que atuam na busca do lucro, e é um lucro muito impressionante. Durante os trabalhos da CPI, eu fui surpreendido algumas vezes com a capacidade de arrecadação desses grupos, fruto das suas atividades ilícitas.

Cito, por exemplo, o controle das vans, o controle do transporte alternativo no Rio de Janeiro como uma das maiores fontes de lucro e de rentabilidade desses grupos criminosos, o que, evidentemente, começa a apontar – onde eu acho que é o grande debate que temos que fazer – que esse enfrentamento das milícias não se dará exclusivamente pela polícia. A polícia vai poder fazer o que tem feito hoje, que é a prisão de alguns milicianos, mas a redução do poder das milícias é uma questão de Estado, não é de polícia, é muito maior. Daí a importância do debate que está acontecendo aqui no Senado.

Só no domínio das vans, no que diz respeito a uma localidade no Rio de Janeiro, chamada Rio das Pedras, uma das milícias mais antigas e mais tradicionais, eu conversei com o Alan em particular, tem algum tempo atrás, falando da importância desse grupo, falando da importância do trabalho da Polícia Civil priorizar o enfrentamento a esse grupo, que é um dos grupos mais poderosos, inclusive em termos bélicos, e mais tradicionais, com força política inclusive. Eles controlam as vans em Rio das Pedras e, só com as vans, eles conseguiam um faturamento de 170 mil reais por dia. Por dia. Isso, fruto de um depoimento do dono das vans na CPI das Milícias. Não poderia haver fonte mais confiável. Inclusive, uma pessoa que acabou de ser assassinada, se eu não me engano, Alan, na semana passada, foi o Getúlio.

Onde tem milícia, tem lucro e tem morte. Esse é o resumo da ação desses grupos. Todos os grupos milicianos, sem exceção, eu não conheci nenhum que fosse diferente, pelo menos os grupos de maior expressão, as suas lideranças, o seu comando acontecem por agentes públicos da área de segurança; ou ex-policiais, ou agentes penitenciários ou bombeiros, ou policiais militares ou policiais civis, todas as lideranças são membros que já tiveram ou que possuem ainda relação direta com as forças de segurança do Estado. Também alguns militares, mas em número mais reduzido. A força e a mão-de-obra não. A mão-de-obra são fundamentalmente civis.

Esse domínio de território se dá pelo uso, evidentemente, do terror, pela implementação do medo, inclusive as suas taxas de segurança, e é o que se diferencia, é, nesse momento, a diferença fundamental entre milícia e segurança privada, que é um debate que, durante muito tempo, alguns meios de comunicação fizeram confusão, ao ponto de falarem que, na Zona Sul do Rio de Janeiro, haveria também milícia, e aí confundia claramente com a operação clandestina de segurança privada, o que é diferente. A milícia não tem uma relação pactuada com a sociedade, a milícia tem uma relação de extorsão, de coerção. Não é algo pactuado, não é algo contratado.

Nós caracterizávamos essa ação miliciana como: "Eu lhe protejo de mim mesmo". As taxas são taxas de extorsão, as taxas são para que evitassem que a milícia provocasse o mal. A própria milícia poderia provocar aquilo que o seu pagamento garantiria o contrário. Não são taxas para proteger os moradores do tráfico, ou de qualquer outro grupo criminoso, e, sim, da própria ação da milícia, isso ficava muito claro.

Então, esse é um braço econômico, é o domínio de território, é a cobrança de taxa direta dos moradores e principalmente das atividades comerciais nos áreas.

O domínio das vans, o domínio do gás. Em algumas localidades, o domínio da distribuição de água; em alguns lugares, a especulação imobiliária, qualquer compra ou venda de imóvel, uma parte desse valor era paga à milícia. A exploração sobre a terra, no que diz respeito em algumas áreas, principalmente na Zona Oeste, grilagem de terra. E a Polícia Civil, hoje, começa a chegar nessa atividade econômica.

Então, é uma atividade de... O "gatonet", o controle e desvio de sinais de TV a cabo. Então, são atividades econômicas variadas, todas de enorme lucratividade. Esses grupos tiveram um grande crescimento nos último anos. Evidentemente, por conivência do poder público, total conivência do poder público, ex-Chefes de Polícia, ex-Secretários de Segurança foram, após o seu exercício em cargo público, foram candidatos a deputados e foram muito bem votados em áreas de milícia, o que é, no mínimo, muito estranho.

Isso aconteceu, por exemplo, na eleição de 2006, e o Relatório da CPI traz o mapa eleitoral, mostrando o resultado, o desempenho eleitoral e concentração de votos de pessoas que deveriam ter tido o papel fundamental no enfrentamento a esses grupos e não tiveram, muito pelo contrário.

E esses grupos têm um elemento a mais, que, fundamentalmente, é o que mais nos assusta, porque eles saem da esfera econômica, saem da esfera do domínio de território, saem da organização criminosa, para terem projeto de poder.

Então, eles começam não só a apoiarem alguns candidatos, mas os próprios donos de milícia começam a se candidatar. Então, são eleitos vereadores. Hoje, a cidade do Rio de Janeiro tem dois vereadores claramente envolvidos com a ação miliciana; eu falo de dois onde eu... Que estão, inclusive, indiciados pelo relatório da CPI. Eu não estou, com isso, dizendo que são só os dois, mas o Cristiano Girão e a Carminha Jerominho são claramente vinculados à ação miliciana no Rio de Janeiro, são dois vereadores, hoje, exercendo seus mandatos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, numa cidade como o Rio de Janeiro.

Temos outros vereadores, de outras cidades no Rio de Janeiro, também vinculados à milícia. Tínhamos um Deputado Estadual diretamente vinculado à milícia, àquela época, mais poderosa do Rio de Janeiro, que era a conhecida Liga da Justiça, o Deputado Natalino, que, hoje, inclusive, se encontra preso, já condenado e que renunciou ao mandato antes de ser cassado.

Então, eles chegam ao poder, claramente chegam ao poder. O serviço de inteligência da Secretaria de Segurança detectou que eles já faziam planos de concorrer ao Executivo, já iriam disputar as prefeituras, diversas prefeituras de cidades menores no Rio de Janeiro.

Então, evidentemente, essa organização criminosa representa – eu não tenho a menor dúvida disso – a maior ameaça ao Estado Democrático que já foi colocado no Rio de Janeiro. Porque são muito fortes economicamente, porque agem por dentro da máquina pública, não são paralelos, não é o crime paralelo, não é o estado paralelo, é por dentro do Estado.

É fundamental que esses milicianos ocupassem um espaço na Assembleia Legislativa. Eles queriam indicar o delegado da região onde eles tinham o domínio territorial, eles querem indicar o comandante do Batalhão da Polícia Militar daquela área. Eles querem indicar quem vai controlar as escolas, quem vai dirigir as escolas. Infelizmente, o Rio de Janeiro não tem eleição direta na direção das escolas públicas, são indicações políticas, e essas indicações políticas é por quem tem o domínio local.

Nada melhor para o miliciano ampliar as suas relações de poder, se ele controla escola, se ele controla hospital, se ele controla a polícia. Então, não é paralelo, é por dentro da máquina pública que esse crime se organiza e se perpetua. Sem dúvida, a gente está falando, nesse sentido, de uma ameaça muito forte ao Estado Democrático de Direito que está colocado.

A polícia fez um trabalho muito interessante de levantamento, e isso está publicado no ISP, Instituto de Segurança Pública, o quanto, nas áreas de milícia, os números de homicídios são muito mais significativos do que em qualquer outra área. Onde tem área de milícia no Rio de Janeiro, o número da taxa de homicídios é elevadíssimo, porque, claro, as regras que valem para o domínio local não são as regras do Estado, são as regras da brutalidade, da força, do terror, do grupo militar que domina aquilo ali, ou paramilitar que domina aquela área.

Então, nós concluímos esse relatório em dezembro do ano passado, por unanimidade, na Assembleia, indiciamos 225 pessoas, todos os nomes encaminhados ao Ministério Público, que foi fundamental no trabalho da gente, assim como diversos setores da polícia que nos ajudaram bastante nesse trabalho.

Entregamos esse relatório em todas as esferas do Governo Federal, em todas as esferas do Parlamento, porque a gente tem uma clareza muito grande de que a polícia no Rio de Janeiro não vai acabar com a ação miliciana. Não é porque não quer, é porque não depende da ação policial. O que a polícia vai poder fazer é prender os milicianos; a semana passada prendeu diversos.

O grande problema que nós enfrentamos hoje é a necessidade de fazer com que esse debate político aconteça e que as diferentes organizações assumam, as diferentes instâncias assumam essa responsabilidade. O relatório da CPI, além dos indiciados, faz um diagnóstico, traz um mapa, evidentemente precisa ser atualizado, porque isso foi um trabalho que se concluiu em dezembro, mas faz 58 propostas concretas. Algumas delas passam pelo Congresso, passam pelo Senado, passam pelo Governo Federal, com quem tenho dialogado.

Por exemplo: por que o bombeiro precisa de porte de arma? Por que o Corpo de Bombeiro precisa de porte de arma? Em qualquer circunstância, onde qualquer cidadão necessite de um bombeiro, em nenhum momento, a sua arma se faz necessária, em nenhum momento a sua arma se faz necessária.

Essa é uma mudança na Constituição; sabemos o quanto o nosso Estado tem um viés militarista. Isso é anterior, no caso do bombeiro, é anterior à ditadura, sabemos disso. Mas é preciso mudar. No Rio de

Janeiro, hoje, o porte de arma do bombeiro serve exclusivamente ao bico e aí, em diversos casos, eu não estou aqui generalizando, em diversos casos, há o envolvimento com milícia.

E essa é uma posição que o próprio Governo do Rio de Janeiro também defende abertamente: a desmilitarização do Corpo de Bombeiros, o desarmamento do Corpo de Bombeiros, para valorizar, inclusive, aquela corporação, que, dentro dos forças de segurança, é a mais valorizada, é a mais querida pelo sociedade. Não é o contrário aos bombeiros; muito pelo contrário, é algo que valoriza.

É necessário avançar na tipificação do crime de milícia. Nós não temos isso hoje em dia. A ação da polícia acontece por um conjunto de outros crimes, mas não pela tipificação do crime de milícia, que inexiste.

É extremamente importante criar mecanismos para cortar o braço político dos grupos criminosos. Por exemplo, o controle sobre os centros sociais: todo miliciano é dono de centro social. É um instrumento de construção de clientelismo eleitoral, sabemos disso, e não há controle sobre esses centros sociais, qualquer controle.

É necessário tipificar o crime de curral eleitoral, não é tipificado. A nossa lei garante a compra do voto individualizado e não na ação coletiva, não numa ação mais coletiva dessa compra que caracteriza o curral eleitoral.

Nós enfrentamos muita dificuldade na CPI, uma no que diz respeito a relação com a Receita Federal, e aí tem algo que, aqui, viu, Nery, é possível a uma contribuição às CPIs das assembléias legislativas. Por exemplo, é necessário alterar a Lei Complementar 105, de 2001, no sentido de deixar mais claro, ou expressamente regulamentado, o poder-dever constitucional das comissões parlamentares de inquérito das assembléias legislativas estaduais.

Porque, hoje, por exemplo, quando qualquer CPI estadual propõe a quebra de sigilo, a receita nega, e nós temos que recorrer sempre ao Supremo, porque se baseia numa concepção de que só as CPIs Federais podem. Essa é uma mudança legislativa que daria mais... E não tem o menor sentido fazer com que uma CPI de uma Assembleia Legislativa tenha menos recurso, tenha menos poder do que uma CPI do Congresso; esta é uma mudança legislativa que cabe aqui.

Então... E não seria um detalhe conseguirmos a quebra do sigilo de todos esses indiciados, e a receita não nos possibilitou isso, tivemos que recorrer. Acabamos, evidentemente, ganhando, mas isso faz com que a gente perca um tempo absurdo de trabalho.

Enfim, são diversos os pontos que vão poder enfraquecer a ação das milícias. Esse ano de 2009, mais uma vez, eu agradeço o convite. Esse ano de 2009 é um ano decisivo, eu já falei isso para o Alan. É um ano decisivo para que a gente enfraqueça a ação das milícias, porque, se nós não fizermos isso, se nós não agirmos de forma articulada, se nós não conseguirmos fazer com que o Ministério Público dialogue mais com a Polícia Civil, que dialogue mais com a Assembleia Legislativa, que a gente possa trabalhar junto com o Poder Judiciário, as milícias vão voltar a crescer no ano que vem.

Ano que vem é ano eleitoral. Nessa ação recente da Polícia Civil, de um grupo poderoso miliciano, eles já tinham candidato a deputado escolhido e vai ser eleito. Ano que vem, a milícia vai novamente eleger um conjunto enorme de deputados. Ou nós enfraquecemos esses grupos agora, ou nós também... Um ponto que eu esqueci, peço a paciência: nós precisamos chamar a responsabilidade dos partidos políticos, porque ninguém é candidato pela milícia, mas os milicianos são candidatos por partidos políticos, por legendas que são dadas a esses criminosos, de forma oportunista e irresponsável.

O Poder Público foi muito irresponsável com esse crescimento das milícias. Nós tivemos um prefeito no Rio de Janeiro que chegou a caracterizar a milícia como autodefesa comunitária, publicamente. É lamentável. É lamentável tamanha irresponsabilidade.

Hoje, ninguém tem essa coragem. Hoje, ninguém caracteriza milícia como um mal menor, porque está evidentemente claro o que representa, de fato, esse grupo criminoso. Agora, é inconcebível que os partidos continuem fornecendo suas legendas para que essas pessoas, sabidamente investigadas, indiciadas, possam continuar se candidatando a ocupar espaço no Parlamento.

Se nós, em 2009, não enfraquecermos esses grupos, eles vão voltar a crescer, eles vão ocupar espaço no Parlamento e representarão uma ameaça ainda maior ao Estado Democrático, que está colocado no Rio de Janeiro.

Peço desculpas, eu já justifiquei, aqui, para o José Nery, pelo meu atraso, mas morador de Niterói que sou, dependo de uma única ponte para conseguir chegar a qualquer lugar. E fui impossibilitado de chegar no horário adequado, em função de um acidente. Peço desculpas pelo atraso, mas agradeço bastante a possibilidade dessa exposição.

O relatório da CPI já foi entregue aqui à Comissão. Todos... O Ministério, também, da Justiça também possui o relatório, o que a gente precisa fazer é uma ação mais articulada entre os diversos poderes, para que a gente possa enfrentar esse modelo de crime organizado, que esse, sim, é um modelo absolutamen-

te organizado, até porque tem o braço do Estado, até porque funciona dentro da máquina pública.

Então, esses são as desafios, Presidente, obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, deputado, e quero dizer que não tive ainda, não tive a oportunidade de ouvir os outros dois apresentadores, mas essa sua e se as outras foram na mesma linha já justificam um evento como esse. Porque é um depoimento extremamente enfático, que nós precisamos distribuir, divulgar, como uma questão de defesa nacional.

O que está em jogo é muito mais do que a segurança do Rio de Janeiro. O que está em jogo, Senador Duque, é, de fato, uma questão de defesa nacional, de segurança nacional, no sentido progressista, no sentido popular.

Eu creio que falta agora o Bernardo Garcia Sampaio, a quem eu passo a palavra.

SR. BERNARDO GARCIA SAMPAIO: Boa tarde, Senador Cristovam Buarque, boa tarde, Senador Paulo Paim, Senador José Nery, Senador Paulo Duque, demais membros da Mesa e demais presentes.

Nós fomos convidados para a audiência no Ministério da Justiça, bastante em cima da hora, então mal preparamos aí uma exposição.

Então, eu queria mais passar algumas... relativas à fala dos colegas, dizer que o Deputado Marcelo Freixo esteve com o Ministro da Justiça, eu estive na reunião junto, quando ele entregou o relatório da CPI das Milícias, e, a partir dali, que o Ministro teve conhecimento da íntegra do relatório e do pedido do deputado, para que o Ministério da Justiça auxiliasse no que fosse possível, nós tomamos algumas medidas em relação à Polícia Federal, de se colocar à disposição das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, para que no que fosse possível auxiliá-las, inclusive já existiam algumas ações conjuntas, onde a Polícia Federal auxilia em ações de inteligência à repressão as milícias.

A PF está em total disposição em ajudar o Estado do Rio de Janeiro, desde que seja pedido o auxílio e de outras maneiras que sejam em matéria de inteligência. O que eu acho principal nós colocarmos aqui é que, após a entrega do relatório, o Ministro tomou algumas medidas mais voltadas à área de ações legislativas de repressão a esses grupos.

Então, nós temos dois projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados e que tratam do assunto, e, como o Deputado Marcelo Freixo falou, é muito importante que a gente tipifique o crime de milícia, porque ainda não existe a tipificação desse crime e fica mais difícil de se condenar um criminoso por esse tipo de atuação.

Então nós temos um PL que está numa Comissão Especial, até desculpe que eu não trouxe o número dos dois projetos aqui, porque foi bem em cima da hora, mas um projeto de lei que trata de segurança privada, que tem uma comissão especial da Câmara dos Deputados tratando do assunto e que tenta tipificar o crime de milícia através do uso de membros das Polícias de uniforme, armas das Polícia Civil e Militar e também de viaturas para a atuação das milícias em segurança de transportes e demais atuações que elas tenham.

Eu acho que o esforço, aqui, dos parlamentares, para aprovar um PL que tipifica esse crime vai ajudar muito as Polícias e a Justiça a começar a encarcerar esse pessoal que atua na área de milícias. Além desse PL nós temos um que foi enviado junto à reforma política, que tipifica o crime de rural eleitoral. Então ele procura uma atuação junto a coerção em grupo de eleitores e não só individual. Esse projeto de lei está também na Câmara de Deputados, e, dentro ali do bolo da reforma, acabou talvez se perdendo um pouco e acho que a gente deveria fazer uma atuação para recuperar esse projeto, ou que o Senado também proponha um... Dessa maneira, nós podemos, se aprovarmos com celeridade o projeto, já utilizá-lo na eleição de 2010, que seria muito importante.

Essas são as atuações mais diretas do Ministério da Justiça, após o recebimento do relatório da CPI.

Além disso, o Ministério tem um Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que é o PRONASCI, que tem tentado, o que é muito difícil, uma nova relação federativa na área de segurança pública, que tenta levar às áreas de maior risco das comunidades, e no Rio de Janeiro nós temos o Morro do Alemão participando, nós chamamos de *Territórios da Paz*, que são um conjunto de projetos que tentão não só a repressão ao crime... Não só entrar em áreas de risco com repressão ao crime organizado, mas como também projetos de cidadania, que tem o *projeto de Mulheres da Paz*, que nós damos bolsas a algumas chefes de comunidade, que possam, de alguma maneira, trabalhar tentando tirar jovens de risco para que não sejam cooptados pelas milícias ou tráfico de drogas.

Existe também um projeto que chama *Protejo*, que é exatamente pegar essas crianças, esse jovens, adolescentes e levá-los a cursos de... Profissionalizantes, que possam também... Praticamente uma briga aí, uma disputa entre as milícias e o poder público para que esses garotos não sejam cooptados pelas milícias.

Enfim, polícia comunitária são diversas ações que incluem o PRONASCI e que, obviamente, não vão autuar em todas as comunidades do Rio de Janeiro,

e nem de outras cidades de risco do Brasil, mas que é uma tentativa de se iniciar uma nova visão do que que é a segurança pública, em termos de Governo Federal.

Então a minha fala é bem curta, é mais ou menos nessa linha, dizer que nós recebemos o Deputado Marcelo Freixo e tomamos algumas medidas, principalmente na área legislativa e que esperamos aí que os parlamentares nos dêem apoio.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Dr. Bernardo Garcia Sampaio. Eu passo a palavra aos senadores, se quiserem fazer questão, a partir do Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim , Senador Paulo Duque, ilustres convidados.

Pelas exposições feitas, inicialmente poderíamos concluir que, em relação ao tema, começa a haver uma articulação mais precisa entre os diversos órgãos do Estado: da Polícia, do Ministério Público e do Poder Legislativo. Inclusive quanto ao Poder Legislativo, e isso dá conta o próprio relatório da CPI, com o indiciamento de deputados e vereadores, que, inclusive, alguns deles estão... se encontram presos.

Eu queria, valorizando muito o papel aqui da CPI, as suas 58 sugestões apresentadas, proposições apresentadas, se... Inclusive, o Bernardo já anunciou algumas medidas, a partir dessa iniciativa do trabalho da CPI, em relação à adequação da legislação no combate ao crime organizado, especialmente de milícia, senhores e senhoras, que são do Rio de Janeiro, o Ministério Público, a Polícia Civil e o Deputado Freixo, se pudessem dizer rapidamente suas considerações sobre a avaliação quanto à implementação, sabemos que é bem... São seis meses desse que o relatório foi produzido, mas se é possível identificar avanços específicos em relação, sobretudo, às ações realizadas no âmbito dos poderes públicos no Rio de Janeiro, do Estado, representado por diversas instituições do Rio de Janeiro, nesse período.

Creio que nós devemos acatar aqui as sugestões quanto à legislação para conferir maior poder de investigação às CPIs das assembléias legislativas. Eu creio que não só nessa questão relacionado à Receita Federal, mas em outros órgãos, de modo... Por quebra de sigilo e a exata... O sigilo telefônico e etc., possa ocorrer de forma mais rápida e consistente. Creio que devemos acatar essas proposições e transformar naquilo que estiver ao nosso alcance, nesse aspecto, em tarefa, em medida legislativa proposta por nós, por membros, Srs. Senadores, da Comissão de Direitos Humanos.

E, em geral, dizer que só uma ação mais efetiva do Estado Brasileiro é que vai coibir... Nisso, há um acordo aqui e uma compreensão generalizada, Senador Paulo Duque, quanto a essa articulação institucional para enfrentar a miséria, a pobreza, a exclusão, que estão lá na ponta, de alguma forma, servindo de instrumento à criação desses mecanismos que envolvem o crime organizado.

Não só no Rio de Janeiro, é bom que se diga, mas em nosso país. Porque, aqui, não se trata de afirmar que o Rio de Janeiro que é um problema, embora lá aconteça com maior envergadura. No entanto, esse é um problema que está presente em vários estados da Federação.

Era isso que queria considerar inicialmente, e é claro que ter maior atenção quanto ao tempo, sei, já dizendo aqui que o Dr. Alan precisa, daqui a pouco, se deslocar, eu sei disso, porque nós é que atrasamos o início da audiência, e ele tem um voo marcado para daqui a pouco. Então, sei que essas considerações, o debate não poderá se estender, pelo menos com a presença dele, eu estou aqui já justificando, porque... assumindo aqui a questão de que nós que retardamos o início da audiência.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero saudar, inicialmente, aos convidados da Comissão, desculpar-me, porque, em geral, cada senador aqui é responsável pela presença em várias Comissões Técnicas. E, às vezes, chega aqui, às vezes vai para lá e tal, Comissão de Justiça, Comissão de Inquérito, de maneira que essa nossa lufa-lufa é muito parecida com a lufa-lufa de vocês, nas suas repartições. Ter aqui um representante do Rio de Janeiro é sempre uma satisfação muito grande, sobretudo para nós, que somos cariocas.

Ter aqui o novo Chefe de Polícia também é uma satisfação, é pena que o voo dele vá sair daqui a pouquinho e ele não possa nos dar o prazer. A exposição do Secretário de Justiça e do representante do Ministério também foi muito boa, outra dia, e a senhora que eu não estou visualizando aqui...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dra. Lígia, do Ministério Público, Procuradoria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Do Ministério Público. Olha, já fiz tantos Júris no Tribunal da minha vida que vejo assim uma fera aqui. E o nosso grande educador, Cristovam Buarque, nosso exemplo permanente de educação e cultura.

Parece que são só três, mas não são. Pode estar certo que o espírito dessa Comissão é muito participa-

tivo, é muito grande, passamos muitos aprendizados dos senhores, passamos muitas informações, estamos sempre trocando ideia permanente. O importante, hoje, foi esse resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito. É importante, eu sei que é importante.

Quando estreei como deputado há muitos anos, imagine que houve uma matança de mendigos realmente no Rio da Guarda, no Rio Guandu. Aí o Governador Carlos Lacerda, que não teve culpa nenhuma na história, a Secretária de Serviço Social, Sandra Cavalcante, que não teve nenhuma culpa na história. E era delegado de polícia, Chefe de Polícia na época, um delegado muito debatido, mas muito coerente, que eu me tornei até amigo, Cecil Boré, tem [ininteligível] na polícia no Rio de Janeiro, Cecil Boré, e nenhuma dessas autoridades tinha nenhuma culpa, deputado, naquela matança de mendigos, aqueles...

Infelizmente, na época, quem cuidava de matança de mendigos, quem cuidava da mendicância, da repressão à mendicância, era uma sessão na Delegacia de Capturas e Vigilância, e a mendicância não podia ser tratada por órgão policial, tinha que ser um órgão de Assistência Social.

Isso se passou há muitos anos, vocês nem eram nascidos, mas se passou em 64. E eu fui o Relator daquela CPI, que foi muito importante, muito importante.

Eu estou vendo essa aqui, por isso que eu estou dando os cumprimentos à V. Exa., que teve um trabalho insano em fazer isso, eu sei como foi importante. Um exemplar dessa CPI a que me refiro, da matança dos mendigos, está hoje, na Fundação Getúlio Vargas, que me foi pedido para botar lá, e quem fazia essas matanças foram condenados a 150 anos. Eu sei que é 30 anos, mas 150 anos pela sucessão das penas, Guarda Motta, Guarda Tranca-Rua, que, de dia, cumpriam suas missões e, de noite, resolveram adotar um método esquisito, diferente e cruel. Muito cruel.

E sabe como é que se descobriu isso, já que estamos falando aqui? Quer saber? No Rio, tudo é diferente. Havia entre uma mendiga que estava sempre indo e voltando, indo e voltando, uma que tinha sido campeã de natação no seu Estado de origem, no Rio Grande do Norte. Você é do...?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ceará, de origem paraense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Paraense, Rio Grande do Sul, carioca eu. Mas ela tinha sido campeã de natação quando jovem, na sua cidade natal. E quando foi jogada lá embaixo, tirada da caminhonete e jogada lá embaixo, ela conseguiu sobreviver, porque nadando, nadando e tal. E começou tudo aí e transformaram aquilo no mais ridículo, estrondoso, espantoso caso político do Brasil. Isso ocorreu em 1963, por aí, há muitos anos.

Mas não foi um hábito, foi um episódio trágico, dramático, em que procuraram envolver a polícia de uma maneira injusta, injusta, e eu fui o relator daquilo, o relator. E o Deputado José Bonifácio foi... Não conheceu o Deputado José Bonifácio? Conheceu? Ele foi o Presidente da CPI. Célio Borges, por exemplo, era um dos membros, o Deputado Nina Ribeiro era um outro.

Em suma, fizemos um trabalho de muito esforço, como foi de muito esforço esse trabalho aqui, eu imagino que tenha isso.

Ao mesmo tempo, a polícia, muito eficiente na época, por meio da Delegacia Policial, aí, do Andu, eu não me lembro se foi a 40ª Delegacia ou a 21ª, eu não tenho certeza, mas fez um trabalho muito sério, rápido, descobriu logo os autores, e o Instituto Médico Legal definiu também as mortes, quantificou-as, cerca de 21 pessoas foram atiradas assim.

Eu não sei se estou cansando os senhores com essa história...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou voltar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ele está saindo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas é que foi isso. Eu, quando vejo uma CPI bem feita, bem organizada, eu tenho o maior respeito por isso, viu, senador? O maior respeito por isso, espero que seja possível enviar-me também uma cópia, se for possível isso, até imprimir, a gráfica do Senado está preparada para imprimir isto. Eu gostaria.

Em suma, quero dar os parabéns aqui aos integrantes da Mesa, fizeram um esforço muito grande, um saiu do Rio, o outro veio daqui as suas funções, o senhor veio da Assembleia, a senhora veio...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Do Rio. Mas o Rio continua maravilhoso, eu não troco o Rio por cidade nenhuma.

Eu chamo o Rio de "cidade maravilhosa 1" e Brasília, "cidade maravilhosa 2", porque realmente são as duas grandes cidades brasileiras.

As dificuldades do Rio são muito grandes. Não é brincadeira ser policial no Rio de Janeiro. Olha que eu conversei muito tempo, conheci várias chefes de polícia, alguns generais até no tempo do Chagas Freitas, coronéis, e vejo com muita satisfação um jovem chefe de polícia, agora, enfrentando, aquilo não é brincadeira.

Além das rivalidades naturais que existe com a Polícia Militar, não é brincadeira.

Eu quero dar os parabéns, faço questão de nesse momento desejar ao novo chefe de polícia o maior sucesso na sua luta, não é brincadeira. Pode aceitar esse bom cumprimento de quem conhece o problema.

Imaginem que antigamente não era assim. Quando fazia campanha na Rocinha nos anos... Há 40 anos, a minha esposa chefiava sete comitês dentro da Rocinha, sem problema. Sete comitês eleitorais sem nada, sem milícia, sem obstáculo sem pagar pedágio, sem ter que se explicar com o traficante, nada disso. Mudou e nós temos que exatamente prestigiar as autoridades que estão fazendo um esforço enorme sobre isso e a polícia, sobretudo do Rio de Janeiro, é preciso ser respeitada, sabemos das deficiências, mas tem que ser respeitada.

Eu agradeço ao Presidente, agradeço a paciência com que me ouviram, meu querido amigo do Pará, grande senador aqui, respeitado, sério, ao meu... Ao gaúcho grande defensor ali também do funcionalismo, de modo geral, no Brasil inteiro. E quero que no seu retorno retornem felizes, e sabemos que nós estamos satisfeitos e atentos aos problemas brasileiros. O Senado embora muita vezes injustiçado, ele leva a sério os problemas do Brasil.

Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, é mais uma saudação, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só saudar a todos os convidados e dizer, Senador José Nery, Senador Paulo Duque, eu normalmente vou ao Rio de Janeiro mais é quando eu tenho que fazer palestra. Mas a gente meio que se apaixona pelo Rio, pela cidade maravilhosa, enfim, pelas imagens, que a gente acaba vendo mais pela televisão, em cartão postal, enfim, até em *outdoors*.

E dizer para vocês que eu só queria dizer isso: essa CPI, meus cumprimentos à Assembleia, deveria ser feita em todos os estados. Com certeza, o problema existe em todos os estados.

O que eu quero, na verdade, aqui, sendo gaúcho, fazer quase que uma defesa também do Rio de Janeiro, porque passa a impressão, meu amigo Paulo Duque, que a violência só acontece no Rio e acontece em todos os estados. Nós que sabemos, viajamos, e sabemos que o problema existe em todos os estados.

Então, esta iniciativa que vocês tiveram na Assembleia do Rio de Janeiro, fica aqui os meus cumprimentos, tomara que ela fosse feita em todos os Estados que copiasse a iniciativa de vocês.

Por isso eu faço questão de registrar aqui: Presidente, Deputado Marcelo Freixo, a Deputada Cidinha Campos, Vice-Presidente, Deputado Gilberto Palmares, Paulo Mello, o Deputado Pedro Paulo, João Pedro e André Corrêa, vocês fizeram um brilhante trabalho. O Senador José Nery me passou em parte, conversávamos ainda antes da audiência, depois eu tive que ir para outras comissões e não estive aqui. Mas os trabalhos de vocês, para mim, deveriam ser reproduzidos nos estados, que todos os estados fizessem uma CPI como essa, em relação à violência.

O Senador Cristovam Buarque tem me ajudado, nós estamos discutindo a violência nas escolas. Eu falei, e V. Exa. falou ontem, a violência... Um terror nas escolas... Ontem, o Senador Cristovam dizia: "Virou profissão de risco", a frase é sua. Eu estava no gabinete quando o senhor falou, profissão de risco dar aula, simplesmente dar aula. Então, esse problema da violência está aí, existe, e CPIs, como essa, para mim, ajudariam muito o provo brasileiro, se ela acontecesse também em outros Estados.

Fica aqui os meus cumprimentos e minha defesa ao meu querido Estado do Rio de Janeiro. Sou gaúcho, senador pelo Rio Grande do Sul, estou há 24 anos já, aqui no Congresso, mas eu sempre vejo, na grande mídia, que parece que violência só tem no Rio, violência tem em todos os estados. E por isso o trabalho de vocês é exemplar, que os outros estados também façam a mesma coisa.

Meus cumprimentos a todos, e V. Exa. sabe o carinho que eu tenho pelo Ministro Tarso Genro, vai ser o meu Governador lá do Estado do Rio Grande do Sul. Então, meus cumprimentos a todos, Senador Cristovam. Parabéns, Senador José Nery, pela iniciativa e tomara que outros Estados façam o que vocês fizeram, e, quem sabe, um dia, a gente faça aqui uma grande reunião, uma grande Audiência Pública, com representantes de todos os Estados, cada um apresentando um trabalho semelhante a esse que vocês estão apresentando nesse momento aqui. Meus cumprimentos a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou passar a palavra a cada um, mas eu tenho duas perguntas a fazer: uma eu acho que é simples, a outra pode ser complexa.

A simples é: tudo isso é verdade; agora, vem melhorando ou piorando a situação nessas últimas, digamos, duas décadas? Essa é uma pergunta chave: nós estamos falando de um problema que já está sendo equacionado pouco a pouco ou de um problema que está se agravando?

E o outro que talvez seja mais complexo é: quais as sugestões do que fazer?

Eu deixo essas duas perguntas e passo a palavra a cada um para que respondam a todos os senadores, e, depois, eu fecharei a sessão.

Eu não sei qual foi a ordem em que falaram, mas... Primeiro, foi a Dra. Lígia, depois o Alan, depois o Deputado Marcelo, depois o Dr. Bernardo. Então, eu passo a palavra à Dra. Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especializadas.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Do Ministério Público do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu até queria perguntar: por que as especializadas e por que não também as não especializadas? Mas isso...

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Eu explico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No seu discurso, na sua fala, pode falar.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Inicialmente, eu gostaria de retomar a saudação inicial feita ao Senador Nery, mas, agora, já com o Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero dizer que sou sua grande admiradora, porque o seu discurso tem sido sempre o mesmo e muito coerente, que é com relação à educação.

E é uma percepção que nós temos quando combatemos o crime, que não adianta combater o crime, se nós não termos educação para essas pessoas poderem perceber outras alternativas, e, por isso, minha admiração grande pelo senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Senador Paulo Duque também, meus respeitos, grande Senador do Rio de Janeiro, tenho acompanhado sua trajetória, quando o senhor conta coisas lá de 63 e 64, me lembro, ainda menina, a comoção que foi a questão dos mendigos serem exterminados, era uma... Falava-se em higienização da sociedade, acabamos com os mendigos e acabamos com o problema.

Evidentemente não foi assim que aconteceu. Hoje, quando nós olhamos para trás, na história, nós vemos que o combate à violência simplesmente é uma solução apenas paliativa e é preciso ações mais eficazes para dar efetiva cidadania à toda a população, e tenho a impressão que deve ser esse o nosso discurso.

Senador Paim, também, minha admiração pela sua atuação, e esteve aqui, antes, o Senador Crivella. E, quando ele falou, antes, de ter que sair, ele fez menção a um projeto de lei aqui do Senado, que é o de nº 150, e eu tenho tido o privilégio de participar da ENCLA, que é essa estratégia nacional de combate do Ministério da Justiça, uma ação do Ministério da Justiça, em que se reúnem representantes de vários órgãos e organizações e etc., para fazer propostas e examinar projetos que estejam em andamento, justamente para mostrar uma visão da sociedade como um todo, fazendo uma contribuição aos senadores.

E esse projeto, mencionado pelo senador, e, por isso, eu gostaria de tocar até para poder sensibilizá-los também, ele foi trabalhado em cima da Convenção de Palermo, como explicou o senador, que trata de organizações criminosas. Então, é uma forma de criminalização, ou o que se procura é criminalizar organizações criminosas.

E o projeto já começa dando uma lista daqueles que seriam os crimes praticados por organizações criminosas, e é nesse sentido que eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para a seguinte questão: no Rio de Janeiro, nós... Cada um, em sua fala, mencionou as formas de atuação econômica, que esses grupos de crime, de organizações criminosas, dessas atividades ilícitas especializadas têm.

E aí eu gostaria de perguntar aos senhores: os senhores acreditam que essas maquininhas de jogos de azar que estão colocadas, pelo menos no Rio de Janeiro, são chamadas caça-níquel, estão colocadas em qualquer padaria, em qualquer bar, elas representam um risco, elas devem ser criminalizadas, ou não?

E aí eu digo aos senhores: isso é uma contravenção, atualmente o Ministério Público Federal tem tratado como crime apenas porque existe um elemento dentro dessas máquinas que é contrabandeado, então entra como contrabando ou descaminho e aí há um viés em que se pode atingir quem tem essa máquina no seu estabelecimento, mas é nada mais, nada menos do que uma contravenção; e é uma grande fonte de corrupção, é uma grande fonte de extorsão, é uma grande fonte de renda para organizações criminosas, mas não é crime.

No aspecto estadual, se algum fabricante nacional conseguir fazer com que esse elementozinho, que é importado normalmente da China, que a China tem todas essa novidades, se esse elemento interno dessa máquina passar a ser produzido nacionalmente, a única coisa que nós teremos vai ser uma contravenção de jogo de azar.

E, no entanto, é uma das grandes fontes econômicas. É, hoje em dia, o que representava o jogo do bicho. O Senador Duque sabe muito bem a força do jogo do bicho no Rio de Janeiro, porque ele é originário do Estado, ele sabe como é que grupos dominavam e, às vezes, até num aspecto folclórico, beneméritos

de escola de samba, etc. e tal, mas que causava um grande dano à sociedade esse jogo.

Porque ou se legaliza o jogo e aí o Estado passa a ter controle, ou se reprime esse jogo, para que a população mais carente não seja por ele explorada, porque é uma tentação poder praticar uma fezinha, ganhar um dinheirinho, claro que é, mas isso representa, economicamente, um grande prejuízo para a sociedade e que, por trás dessa ação muito inocente, aí nós temos extorsões, nós temos homicídios, nós temos várias ações criminosas, e o Rio de Janeiro já demonstrou isso em tempos passados, quando toda essa cúpula do jogo do bicho foi desbaratada, em termos ou pelo menos parcialmente, por um determinado período, mas a exploração dos caça-níqueis, hoje, também é uma fonte de renda, inclusive para as milícias.

Então, quando o projeto de lei decide listar crimes, talvez – e é essa a reflexão que eu trago para os senadores – esse não seja o melhor aspecto para atacar o problema. Talvez seja melhor que se tenha um tipo mais aberto, que se possa pensar numa alternativa, a ENCLA, inclusive, nessas nessa discussões, apresenta uma alternativa de não elencar os crimes, porque nós sempre correremos o risco de ter um tipo penal fora do contexto, mas que seja uma ação típica de grupo de crime organizado. E que cause grande dano, mas aí a legislação não vai poder alcançar, porque estabeleceu um número de crimes e isso vai ficar como *numerus clausus* e sem possibilidade de uma maior repreensão.

E faço isso porque estou aproveitando a oportunidade de estar falando com Senadores tão importantes e com tanto poder de convencimento para os demais, então acho importante que isso seja visto.

E gostaria de falar também que o combate a essas organizações criminosas, passa também, não só, pela área criminal, mas por outras áreas e daí às vezes, às vezes não, com certeza a importância da Lei de Improbidade Administrativa, que também está sendo discutida e que deve ser vista com bastante cuidado, porque é uma forma de combater justamente os grupos de milicianos, que são agentes do Estado e que às vezes não conseguem ser pegos pelo crime, mas na improbidade administrativa, talvez possam ser alcançados.

Senador, a situação melhorou ou piorou? Eu acho que desde 1964 até aqui piorou muito, mas, pelo menos no Rio de Janeiro, está melhorando muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De 2.000 para cá?

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Está melhorando muito. Primeiro porque nós temos na Assembleia Legislativa uma vontade política de atuar e essa vontade está expressa exatamente nessa CPI que foi ali instaurada, nos depoimentos que foram colhidos.

Depois, a própria criação desse Núcleo de Combate ao Crime Organizado, às organizações criminosas, no âmbito do Ministério Público, mostra a vontade do Ministério Público de ter uma ação maior coordenada e não individualizada caso a caso.

E a Chefia de Polícia Civil, a Secretária de Segurança pública está absolutamente harmonizada com as demais instituições nesse debate. Então, a resposta, no meu modo de ver é: piorou muito, mas está melhorando é isso que eu gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Dr. Alan, que é Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

SR. ALAN TURNOWSKI: Com relação... Alô... Com relação à questão se está melhorando muito ou se está piorando, eu acredito a gente teve uma evolução, como eu falei, uma questão de proteção, para uma questão econômica e hoje em dia estamos já com uma questão política relacionada à milícia, como eu falei, o próprio deputado falou, com membros do poder político já eleitos como milicianos.

Eu acho que o Rio de Janeiro se conscientizou da luta que tem que ser travada contra essas milícias, institucionalizou o discurso, deixou de ser determinados agentes para passar a ser uma questão institucional da Polícia Civil, do Governo, do Estado.

Hoje, na verdade, há uma ordem governamental de se combater esse tipo de crime, então isso facilita toda a atuação para baixo com relação a atividade das Polícias. O próprio gráfico que mostra o número de prisões de milicianos, que eu vou repetir é... 2006 a gente teve cinco milicianos presos, 2007 a Polícia Civil prendeu 21 milicianos, ano passado tivemos 78 e só nesse início do ano nós já tivemos 76, sendo que temos diversas operações em andamento, eu acredito que a gente esse ano triplique o número de prisões.

Mas, como o Deputado falou, e é o entendimento da área de segurança, não basta polícia. A polícia vai abrir esse canal para que mudanças sejam feitas, mas aí não depende só dela.

Nós temos que, sim, se integrar o Estado, a Prefeitura a União, ocupar esse espaço, esse vácuo de poder, para que o tráfico não retorne a essas áreas, porque se não a nossa vitória com relação à milícia, na verdade vai ser uma grande derrota para aquela população.

Então eu acho que é isso: eu acho que a melhora, o que fazer Senador, eu acho que já está sendo feito, que é a gente discutir isso abertamente num ambiente máximo aqui do nosso Poder Legislativo, tentando dar meios para que todos os órgãos integrantes des-

se combate possam agir de maneira correta. Criando leis, criando mecanismos de integração, eu acho que esse é a solução.

Eu acho que a partir do momento que se criou esse debate que Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo se unem nessa consciência única de que é uma crime muito grave para o país, para a questão, inclusive de soberania nacional, eu acho que a gente vira essa página e o caminho vislumbrado é de melhorias aí com relação a milícia.

Só isso, que eu queria agradecer a oportunidade de ter estado aqui no Senado e estou aqui a disposição de novas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Deputado Estadual Marcelo Freixo.

DEPUTADO ESTADUAL MARCELO FREIXO (PSOL-RJ): Bom, tentar ser objetivo, mas primeiro eu queria chamar a atenção do Bernardo para uma coisa que eu acho que é importante, viu Bernardo.

Eu tive oportunidade de conversar isso com o Ministro da Justiça, que tenho enorme respeito e vocês sabem disso, quando você diz "A Polícia Federal está à disposição do Governo do Rio de Janeiro", eu acho que isso é importante, eu acho que o investimento do Governo Federal no Rio de Janeiro precisa ter o foco do enfrentamento às milícias, eu sei que é um fenômeno novo, o enfrentamento é novo, esses dados dos números de prisões mostram o que a gente vem caracterizando aqui, o que explica no ano de 2006, que foi um ano eleitoral, é bom lembrar, nós tivemos em todo o Rio de Janeiro, durante o ano inteiro, cinco prisões, porque as milícias eram oportunas naquele momento.

Oportunas não só para os milicianos, mas oportunas para uma série de agentes públicos inclusive; são negócios, econômicos e políticos.

Em 2008 é que nós temos a grande virada e aí o número de 78 prisões e isso continuou para 2009, o que é, nesse caso, evidentemente um avanço, é inquestionável que há um avanço no que diz respeito... Nós sabemos que isso é fruto de uma série de coisas, a própria CPI contribuiu o episódio da tortura nos jornalistas do jornal *O Dia*, dentro de uma favela foi decisivo para mudar a história da ação das milícias no Rio de Janeiro

Agora, temos alguns problemas concretos e aí eu acho que a Polícia Federal pode ter uma atuação que não dependa só da solicitação do governo estadual.

Por exemplo, no que diz respeito à questão patrimonial, o patrimônio dessas pessoas é completamente incompatível. O vereador hoje, que é uma miliciano, e é sargento bombeiro, ele tem um patrimônio que todos os senhores largariam o Senado para ser bombeiro no Rio de Janeiro. Ele tem um apartamento de meio milhão na Avenida Sernam Betiba, tem seis carros de luxo, ele é um sargento bombeiro e vereador agora.

Então acho que a Polícia Federal... E a certeza de impunidade é tão grande que eles são muito... Esses crimes são muito facilmente detectados porque nunca imaginaram que seriam enfrentados algum dia, então não se preocuparam muito em sofisticar o crime, aqueles que não colocaram nos seus nomes, colocaram no nome de suas esposas. Nós detectamos isso na CPI.

Então eu acho que é um caminho onde a Polícia Federal pode concretamente trabalhar, que seria de grande valia para todas essas tentativas de avanço.

Respondendo, Presidente, se está melhorando ou piorando, tem avanços concretos. Mas, evidente, a história recente do Rio de Janeiro é uma história que envolve crime, polícia e política de uma maneira muito grave. Nós tivemos, agora, recentemente o ex-Chefe da Polícia Civil, duramente dois governos inteiros, preso, acusado de uma série de crimes extremamente graves. Foi um Deputado cassado na Assembleia Legislativa.

Então, um quadro que se mostra extremamente grave, mostra também resistências por outro lado. Eu não arriscaria dizer que a situação está melhorando, porque o quadro ainda é muito dramático. Agora, nós temos avanços visíveis, nós temos esforços que são visíveis em todos os setores, em todos os setores. Setores da Polícia, na Assembleia Legislativa, no Ministério Público, a própria existência no Núcleo, se eu não me engano, é recente e é fruto desse avanço, dessa... Dessa resistência articulada.

Agora, o Estado está muito fragilizado diante do poder desses grupos criminosos, até porque eles sempre se utilizaram do próprio aparato do Estado para isso. A reação precisa ser menos pontual e mais articulada. É fundamental, e por isso nós tivemos uma preocupação muito grande no relatório da CPI, de responder a sua pergunta, viu Senador, é o que fazer, são 58 propostas concretas que não esgotam, evidentemente, o que nós podemos fazer, mas indicam alguns caminhos.

Em todos eles a gente tem uma preocupação muito grande de mostrar a necessidade de uma ação articulada, ou seja, o Ministério Público precisa estar mais próximo ao Poder Judiciário, precisa estar mais próximo a Polícia Civil, então a gente propõe a Câmara de Repressão ao crime organizado funcionando permanentemente. Nós temos muita dificuldade na relação entre os setores, a polícia sofre com isso, nós sabemos disso, a Assembleia Legislativa é muito...

E aí nesse sentido, eu acho que tem um grande obstáculo a ser vencido que é o Poder Judiciário. Eu, particularmente, tenho muitas dificuldades e sei de outros setores também, no diálogo mais permanente com o Poder Judiciário. Ainda é muito distante do que é real no Rio de Janeiro.

Nós estamos, agora, enfrentando uma série de problemas, conseguimos, por exemplo, eu vou dar um exemplo concreto nisso, uma chacina muito conhecida, que aconteceu no Rio de Janeiro, a Chacina do Borel, onde nós tivemos uma atuação brilhante do Orlando Zaccone, que, hoje, trabalha junto... Era o Delegado da Delegacia da Tijuca na época, fez um trabalho exemplar, mostrando que houve a execução, a execução cometida por policiais militares, todos os policiais estão sendo absolvidos agora, pela Justiça. Todos eles estão sendo absolvidos pela Justiça.

Então, não é possível imaginar... E foi um trabalho, na época, se não me engano, isso foi em 2003, houve um trabalho, na época, enorme, envolvendo a Assembleia Legislativa, Polícia, para que a gente pudesse chegar na produção de provas. A Defensoria Pública atuou como assistente de acusação, o núcleo de direitos humanos. Um trabalho articulado. E, agora, recentemente, um dos policiais foi absolvido, está solto. Dos cinco policiais, quatro já foram absolvidos, o último será também. Então, nós temos, ainda, evidentemente, alguns problemas.

A ANP, que deveria fiscalizar, por exemplo, a distribuição de gás, no Rio de Janeiro, tem cinco agentes fiscalizadores para todo o Estado do Rio de Janeiro, para fiscalizar a distribuição de gás; é para não fiscalizar, é para não fiscalizar. A ANP tem cinco fiscais. É para não ter fiscalização sobre a distribuição de gás e nós sabemos que é uma fonte fundamental de lucro para o... Nós, o Delegado de Campo Grande, conseguiu descobrir um deposito de cinco mil botijões de gás, cinco mil botijões de gás clandestinos, há dois anos atrás, se não me engano, em Campo Grande.

Olha, a ANP não conseguiu descobrir um depósito com cinco mil botijões de gás. Era difícil ser descoberto? Então, não há fiscalização. 2/3 das vans no Rio de Janeiro, o transporte alternativo, sequer são regulamentados; 2/3.

As empresas de ônibus não cumprem o seu papel, e o Poder Público tem muita dificuldade de cobrar que as empresas de ônibus façam isso. Eles são muito poderosos financeiramente e politicamente no Rio de Janeiro, financiam diversas campanhas.

Então, não é um desafio da Polícia é um desafio da política.

O enfrentamento ao crime organizado, a polícia tem dito avanço, e falo isso com muita tranqüilidade, porque não sou sequer base do Governo, e o Alan sabe o quanto sou crítico à política de segurança da história recente no Rio de Janeiro. A gente tem a polícia que mais mata e a polícia que mais morre no mundo e a mais mal paga. Talvez, é uma insanidade pública o que se faz no Rio de Janeiro com as forças policiais.

Sabemos do esforço que está tendo. Agora, é preciso uma reação de Estado e a articulação entre o Estado brasileiro. O Governo do Rio de Janeiro precisa ultrapassar os limites da ação policial, porque, senão, o crime vai avançar e aí nós vamos piorar, sem dúvida, e não melhorarmos.

Por fim, permita um outro quadro grave e aí eu quero publicamente agradecer ao Alan, recentemente e eu quero alertar o Senado disso, esses grupos milicianos são muito poderosos, poder bélico, poder territorial, poder financeiro e poder político, por isso é crime organizado. A Polícia Civil descobriu um plano que um grupo miliciano tinha para me matar e matar um delegado de polícia no Rio de Janeiro.

Nós temos diversas autoridades do Rio de Janeiro, hoje, ameaçadas por esse grupo. Se a reação não acontecer por parte do Estado como um todo, não vai demorar muito, algumas autoridades pagarem com a vida por avanço desse crime.

Então, eu queria que isso ficasse prejuízo registrado no Senado, porque a situação é muito grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que eu eu ia fazer essa pergunta, se algum aqui sentia-se sob ameaça de vida, mas agora eu faço outra pergunta: o que nós podemos fazer, nós Senadores aqui, para dar proteção que vocês têm que receber por parte das autoridades locais, o que é que a gente pode fazer.

DEPUTADO ESTADUAL MARCELO FREIXO (PSOL-RJ): Bom, na verdade, esse é um debate que, por razões óbvias, eu tenho muito interesse em fazer. Eu tenho... Discuti isso com o Ministro da Justiça. Na última vez que nós conversamos com o Secretário de Segurança, nós listamos ali, pelo menos, 17 autoridades, envolvendo inclusive alguns Promotores diretamente ameaçados por esse grupo.

Existe a proteção local, o Governo do Estado tem dado toda a proteção, no que diz respeito à escolta, a carro blindado, a essas coisas que nós sabemos que são muito ruins para a vida privada, mas necessárias para que a gente, pelo menos nesse momento, possa atuar do jeito que estava atuando.

Agora, eu não tenho a menor dúvida que a melhor maneira para efetivar essa proteção é o enfraquecimento das milícias, porque se nós nos contentarmos apenas com a prisões e nós sabemos que de dentro das prisões é perfeitamente possível que eles continuem

comandando seus negócios a chance disso acontecer vai aumentar mesmo com toda a proteção física que o governo pode dar.

Então, uma coisa é a proteção física, que está dando, o que é necessário ou se ainda é necessário, isso é muito difícil de medir em cada momento. Mas todas as minhas solicitações foram entendidas pelo governo no que diz respeito à proteção.

Agora, evidentemente, é preciso fazer o enfraquecimento das milícias, porque senão não há proteção física, não adianta, eu vou andar com quatro seguranças, cinco; quantos ataques de milícias eles utilizaram quinze pessoas, cada um deles com fuzil. Eu não vou ter condições de andar com vinte, nenhum Promotor vai andar com vinte, com trinta, nós não temos essa possibilidade isso não é viável, então é preciso enfraquecer as milícias para que essa proteção seja mais efetiva dentro de algo que é real e razoável.

SR. ALAN TURNOWSKI: Eu acho que a questão da proteção passa pela institucionalização do problema. Quando a gente tira da pessoa do Deputado Marcelo Freixo, do delegado A ou B, eu acho que a gente passa a não ter alvo, não ter cara. Então eu acho que a conscientização coletiva de que todos devem participar dessa luta, acho que é a maior proteção.

Isso começou a acontecer. Na Polícia Civil, a gente criou a missão suporte, o Ministério Público criou seu grupo, o Tribunal de Justiça criou também um grupo, exatamente para não vincular a ação à pessoa. Eu acho que esse é o caminho a ser percorrido com relação a proteção à pessoa individualizada.

SRA. LÍGIA PORTES SANTOS: Senador, se me permite então, ainda nessa... O que nós, senadores, podemos fazer, talvez o Senado possa estar bem atento a toda essa política e até legislação referente às execuções penais...

A forma, eu sei... Existe uma Comissão do Conselho Nacional de Justiça inclusive visitando presídios, constatou a situação ruim lá no Espírito Santo, se for viajar o Brasil inteiro vai descobrir questões.

Então, hoje em dia, não adianta prender, porque de dentro da prisão é que se comanda todo o crime que é feito do lado de fora. Então, talvez, em termos, assim, de legislação ou até a força política do Senado enfatizando isso e coisas simples como a blindagem das unidades carcerárias para que não consigam falar ao telefone, porque está todo mundo falando ao telefone, é todo mundo falando ao telefone.

Temos uma questão até de natureza constitucional. Que países muito mais supostamente avançados na proteção dos direitos humanos do que o Brasil, não observam e que aqui no Brasil é observado, é a questão do sigilo da correspondência dentro do presídio. Porque o preso, [soa a campanhia] ele só vai perder determinados direitos que estejam especificamente ditos e especificados na Constituição, entre eles a liberdade que o preso perde.

Mas ele, porque não está especificado e por que a Constituição garante o sigilo do correspondência, então ele tem a condição de escrever uma carta, enviar essa carta, que vai chegar no outro presídio e o agente do lado de lá, o comparsa do lado de lá vai receber e com isso eles vão poder programar toda uma série de operações, porque o sigilo de correspondência deles está garantido. E o sigilo das comunicações telefônicas deles acaba sendo garantido também.

Então esse é um ponto de reflexão. Não estou pregando aqui acabarmos com os direitos já alcançados, mas eu estou pregando aqui uma reflexão para se pensar no que se pode fazer para efetivamente garantir os direitos da população como um todo.

E, nesse aspecto, as restrições aos direitos constitucionais dos presos, elas podem ser pensadas aqui no Senado. Eu acho que é um ponto a se pensar como atuar nessa ação coordenada para nós acabarmos ou diminuirmos ou restringirmos a questão da criminalidade organizada como nós vemos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer, até porque já está a campainha chamada para o início da sessão. Mas eu queria chamar a atenção aqui da Comissão, do que falou a Dra. Lígia agora.

Eu creio que essa Comissão tem a obrigação de zelar pelo tratamento digno dos presos, sejam eles bandidos ou não. Agora, uma coisa é o tratamento digno, outra coisa é dar instrumentos para eles continuarem no crime.

De fato, a ideia, por exemplo, do sigilo, eu não digo como advogado, mas do sigilo da própria correspondência merece ser estudado, merece ser estudado, entendeu?

Ele tem que ser tratado com dignidade, tem que comer, tem que vestir-se tem que ter um número limitado em cada cela, não podem ser mal tratados, mas não podem ter direito a sigilo quando sabe-se que eles usam o sigilo para dar ordens criminosas, isso eu estou de acordo.

Eu quero perguntar à Comissão o que que acharia de, em nome da Comissão, fazer uma carta às autoridades que nós considerarmos pertinentes, dizendo do que nós ouvimos aqui hoje e inclusive desse risco, até parabenizando a polícia, que antes do tempo, se antecipando, conseguiu evitar um atentado. Mas alertando que poderá haver outros. Eu quero saber se a Comissão aprovaria que isso fosse feito e depois discutiríamos com as autoridades.

Eu quero agradecer bastante, foi uma sessão que, a meu ver, serve para alertar ao Brasil. Eu agradeço ao Senador José Nery, que é quem tomou a iniciativa, e espero que tenhamos dado uma contribuição, mas que não paremos nisso, vamos continuar com esse tema na Mesa, procurando enfrentá-lo com o rigor que for preciso. Muito obrigado a todos vocês.

Eu tenho dois requerimentos, muito rápido, um requerimento do Senador José Nery, que sugere uma reunião conjunta de Direitos Humanos e Participativa(F), do Senado, da Câmara, para a exibição do filme *Garapa*. Nós já recebemos essa sugestão do Senador Suplicy.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-BA): Sr. Presidente, só para esclarecer: como o Senador Eduardo Suplicy não é membro da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendi, está certo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --ele pediu para que apenas a sugestão, a proposta, que é do Senador Suplicy, subscrita por mim, pelo senhor e pelo Senador Paulo Paim, ela... Apenas para dar uma legalidade jurídica ao ato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito, perfeito. Ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

E o segundo requerimento, feito por mim, Senador Paim, vai ver porque eu o cito pessoalmente, porque eu estou em mãos com um projeto, que eu estou me sentindo sem condições de dar o parecer antes de uma audiência; eu sei que já tivemos até algumas.

Então, eu gostaria de propor uma Audiência Pública para analisar uma proposta de autoria do Instituto Todos a Bordo, que sugere uma legislação para a criação de uma comissão de indenização aos descendentes de negros africanos escravizados.

Eu não tenho a menor dificuldade, parecer favorável à criação da Comissão. O que eu não me sinto à vontade é de dar um parecer nem favorável, nem contrário, a essa indenização ser em termos financeiros e no valor que se imagina, que prejudicaria até mesmo a população em geral.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só perguntar: de quem é a iniciativa do projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A iniciativa é do Instituto Todos a Bordo. Então, eu estou propondo aqui uma auditoria... Desculpe, uma audiência, para discutirmos o assunto, porque eu sou favorável a que haja, sim, uma indenização; o que eu não sei é se essa indenização seria financeira, não sei a quem seria e nem o valor, porque pode chegar a trilhões, pode chegar ao valor do produto interno bruto.

Então eu proponho, em discussão, a realização dessa audiência. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovada.

Agradeço a todos, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 14h10.

17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim)**, reúnem-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Sérgio Zambiasi.** Pauta. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento aos Requerimentos **nº 07 de 2009 – CDH, aprovado em 01/04/09, de autoria do Senador Paulo Paim, com** vistas a "instruir o Projeto de Lei do Senado nº 176 de 2007, que cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências". O Senhor Presidente abre os trabalhos e faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública, em seguida convida para compor à mesa os Senhores convidados. Convidados que comparecem: Tânia Cavalcante, Chefe da Divisão de Controle de Tabagismo do instituto Nacional do Câncer, em representação do Senhor Ministro de Estado da Saúde José Gomes Temporão; Iro Schünke, Presidente do Sinditabaco do Rio Grande do Sul; André Franco Montoro Filho – Presidente do Ética Concorrencial – ETCO; Marcelo Fisch, Auditor Fiscal da Receita Federal em representação a Senhora Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal; José Henrique Nunes Barreto, Presidente Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Tra-

balhadores nas Indústrias de Alimentação – CNTA e; Adoniran Sanches, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi e o Deputado Federal Sérgio Ivan Moraes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

Antes mesmo de iniciarmos a Audiência Pública, eu vou fazer aqui uma fala, em nome da Comissão de Direitos Humanos, sobre a Campanha Nacional Contra as Drogas, contra o crack, e que inclusive vai ter um lançamento oficial nessa mesma tarde, aqui no Senado.

Senhores e senhoras, todos nós sabemos o quanto que o problema das drogas afeta a toda a sociedade. É um círculo vicioso, que acaba atingindo a todos, familiares e o meio social, basta ver a questão da violência, que é um dos seus reflexos. É muito triste ver os estragos que o uso de drogas faz nas nossas vidas. Ela simplesmente sai de si mesma e parece não voltar nunca mais para aquilo que um dia foi, cada cidadão que é atingido pelas drogas. No Rio Grande do Sul, a droga atinge em cheio grande parte da nossa população. Ela já chegou inclusive ao meio rural. Não tem poupado ninguém.

Em virtude do grave quadro que se formou, a Rede Brasil Sul de Comunicações lançou uma bandeira de guerra contra esse inimigo terrível, que escraviza, destrói famílias, degrada a juventude, estimula o crime e provoca mortes. A campanha realizada, que envolve o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é contra o crack, uma droga devastadora, que vicia na experimentação e condena seus usuários à degradação física, mental e social.

Fatos demonstram que, só no Rio Grande do Sul, já existem mais de 50 mil dependentes deste verdadeiro inseticida humano, que começou a ser consumido entre os jovens das classes mais carentes e hoje atinge pessoas de todas as idades e de todas as classes e de todos os grupos sociais. O crack afeta, inclusive, a vida de quem nunca sequer viu a droga, pois, está na raiz das tragédias familiares, na origem de roubos, assaltos e homicídios, na motivação e inclusive no afastamento de jovens das escolas e, consequentemente, na interrupção de suas carreiras profissionais.

É considerado pelas autoridades governamentais como um dos maiores problemas da saúde pública do Estado e como a principal causa de violência nos grandes centros urbanos. Tem, portanto, potencial para se transformar na pior epidemia da história do país, o crack.

A RBS está convidando a sociedade gaúcha e catarinense para uma gigantesca campanha de prevenção, destinada prioritariamente a alertar quem não cedeu ao vício e a evitar novas vítimas da ilusão fatal. Eles pediram ajuda de toda a sociedade organizada e, consequentemente, do Congresso Nacional. Eles pediram ajuda de autoridades e especialistas que elaboraram um Projeto institucional, publicitário e editorial, focado num objetivo principal: nenhum novo consumidor de crack em nossos Estados.

Esta campanha, senhores e senhoras, também vai passar pela repressão aos traficantes e o tratamento para recuperação de viciados, com o propósito de reduzir a incidência de episódios deploráveis, que já se tornaram rotineiros na vida dos brasileiros. Eles citam exemplos como crianças e adolescentes acorrentados, filhos agredindo os pais, dilapidando os bens da família e até mesmo sendo mortos por seus progenitores, na tentativa desesperada de se livrar do suplício imposto pela dependência.

Todos os exemplos mencionados fazem parte da rotina, infelizmente, de muitas famílias do Brasil inteiro. O crack é, de fato, uma ferida que precisa ser extirpada, mas, com ele precisamos também derrubar o LSD, o ecstasy, a heroína, a cocaína. Nossos jovens se entregam a uma vida de agonia, por um prazer momentâneo, que não lhe dará o que acredito que eles provavelmente buscam: serenidade, alegria e paz. Com certeza, não é nesse caminho que eles vão se encontrar.

Cerca de mil jovens da classe média são presos, por ano, em bares e baladas por causa da droga. Em 2007, a Polícia Federal apreendeu 211 mil comprimidos de ecstasy, 12 vezes mais do que no ano de 2000. Segundo dados da Secretaria Nacional Antidrogas, o perfil dos acusados não muda: Cerca de 80% são estudantes da classe média e alta, tem entre 18 e 20 anos e moram com a família.

Senhores e senhoras, diante da nossa preocupação com o tema, solicitamos junto à consultoria do Senado um estudo sobre a criação de um fundo que

possa custear o tratamento de dependentes químicos e ser também um instrumento de combate às drogas. De fato, não sabemos o que significam as mudanças de conceito e de vidas pelas quais estamos pensando. Eu só sei que alguma coisa está fora do lugar e que alguma coisa todos nós temos que fazer.

Sentimentos genuínos, que antes eram atrelados a prazeres simples, como ir ao parque e fazer um piquenique, hoje caiu em desuso e até virou ridículo. Parece que a moda é somente ficar na dependência das drogas. Pais não impõem mais limites aos filhos, simplesmente abrem a carteira e dizem: "Taí, pega o dinheiro para não me encher. Vai resolver o teu problema". Professores são totalmente desrespeitados.

Recentemente, eu tive aqui no Congresso, que apresentar três Projetos que visam proteger o professor na sala de aula. Tem uma frase, que não é minha, é do Senador Cristovam, que diz: "Ser professor hoje virou atividade de alto risco". Digo mais: Coisas como o respeito, o caráter, honradez, justiça, bondade, amor, passam longe pela vida de muitas pessoas e elas, lamentavelmente, buscam isso de forma torta, errada, equivocada, absurda, que pode levá-los à morte. Precisamos urgentemente encontrar as raízes desses sentimentos, fazer com que fiquem mais fortes e compartilhá-los com todos que cruzam nossos caminhos. Precisamos disso nos lares e nas escolas e nos empregos, na hora de viver o lazer, enfim, da cumplicidade para salvar nossos filhos, nossos familiares, nossos amigos, enfim, nosso povo da droga.

Acredito que mais campanhas como essa seriam muito bem-vindas. Precisamos nos unir para vencer essas drogas que estão tentando nos vencer, e que poderão ganhar essa guerra, coisa que nós não podemos admitir.

Hoje à tarde, será feito, aqui no Plenário 7, ala Senador Alexandre Costa, a apresentação da campanha "Crack nem pensar". Será às 14 horas, eu estou convidando a todos. É importante também mencionar, nesse momento que o Ministério da Saúde lançou, no dia 04 de junho, o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e Outras Drogas. Esse Projeto prevê um investimento de 117,3 milhões na melhoria e ampliação das ações na rede de atenção à saúde mental. Os recursos serão aplicados da seguinte forma: 70,6 milhões serão usados em novas medidas de combate ao uso de álcool e drogas; 21 milhões para reforçar a atual estrutura e 19,7 milhões para qualificar os Centros de Atenção Psicossocial que já existem.

Com essas medidas, o Governo pretende atingir a 100 municípios brasileiros com mais de 250 mil habitantes. O Ministro Temporão disse à imprensa recentemente, eu li, entre aspas, a frase do Ministro: "O problema deve ser tratado como questão de saúde pública". Por isso o Ministério está assumindo esta responsabilidade. A abordagem será intersetorial, envolvendo Governo e sociedade, e vai atingir crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Vamos ampliar os CAPS em todo o país, aumentar a quantidade de leitos para desintoxicação, além do tratamento e capacitação profissional de mais de quatro mil novos profissionais na área.

Acredito, senhores e senhoras, que precisamos nos unir e formar uma corrente muito forte contra a rede do tráfico. Os traficantes precisam saber que tem diante de si um batalhão, um Exército de gente que não aceita, que não os quer, que não aceita, em hipótese nenhuma, as drogas. Se eles deixarem de acreditar nos bons sentimentos como proposta para uma vida feliz, isso é problema deles. Nós que aqui acreditamos no nosso povo e em toda nossa gente, precisamos mostrar a eles o quanto somos fortes, o quanto é a nossa crença, o quanto é a nossa fé, que um dia esse país dirá para todos: ""Drogas, drogas, nunca mais."

Eu fiz questão de fazer essa leitura rápida aqui, sem querer atrapalhar o debate que faremos no segundo momento, que tem outro objetivo, mas não deixa de ter uma certa ligação, todos sabem disso, porque o lançamento que o Senado hoje, em parceria com o grupo RBS e todo o sistema de comunicação do Sul, faz, tem como objetivo dizer, de uma vez por todas, não às drogas, "não ao crack". E eu sempre digo e me permitam essa frase, eu duvido alguém que não tenha, na família, ou alguém que ele conheça, que não esteja envolvido com droga. Eu, por exemplo, sou um exemplo. Não tem ninguém que eu conheça até hoje que não me diga, quando a gente fala sobre esse tema, diz: "Olha, na minha família, não tem, mas na do vizinho tem, do meu amigo tem, cicrano tem..." E muitos, muitos me dizem: "Na minha família, já chegou lá".

Olha, se perguntarem, de cada 10 famílias, é capaz de no mínimo seis ou sete dizer que na sua família a droga já está agredindo, matando, e tudo aquilo que eu disse aqui nessa síntese que foi montada pela assessoria, é um fato real, de filho matando pai e de pai matando filho, devido à truculência, enfim, essa violência disso que eu acho que eu usei o termo aqui epidemia, já é quase que uma pandemia porque no mundo todo a droga avança de forma acelerada.

Voltamos aqui para a nossa Audiência Pública. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 07/09, da CDH, aprovado em 01/04/2009, de autoria deste Senador, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 176/2007, que cria o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura, com finali-

dade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação das atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco; institui a contribuição da intervenção domínio econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo, Cide-Fumo, e dá outras providências.

Esse Projeto é de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Nós estamos como Relator, já essa é a segunda Audiência Pública que fizemos sobre o tema. Isso a pedido dos próprios interessados no assunto, tanto dos trabalhadores, como também dos empresários.

Eu vou convidar para já virem à Mesa, eu começo com a Sra. Tânia Cavalcanti, Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer do Ministério da Saúde, que estará aqui representando o Exmo. Sr. José Gomes Temporão, Ministro do Estado da Saúde. Convido também, pela ordem de chegada aqui, o Sr. Luiz Antônio de Medeiros Neto, Secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Não sei se o Luiz Antônio Medeiros Neto já chegou...

Chamamos Marcelo Fisch, Auditor Fiscal da Receita Federal, em representação a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal. Chamo também o Sr. Iro Shünke, Presidente do SindiTabaco, do Rio Grande do Sul. Chamamos ainda, depois vai ter mais uma Mesa, o Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente do Ética Concorrencial, ETCO. Depois, na outra Mesa, eu chamarei, então, o José Henrique Nunes Barreto, o Artur Bueno, que já está aqui também, e o Adoniran Sanches. E depois mais um outro que, porventura, chegue até o momento de nós montarmos a segunda Mesa.

Só também comunicar a todos que um Projeto semelhante a esse está em debate também na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Sérgio Moraes. É um Projeto idêntico. Eu tomei a liberdade de convidar tanto o Deputado Sérgio Moraes, que disse que viria à nossa Audiência Pública, logo que se... Que resolver compromisso assumido lá na Câmara, como também e naturalmente o autor do Projeto aqui no Senado, que é o Senador Sérgio Zambiasi.

De pronto, eu passo a palavra a Sra. Tânia Cavalcanti. Dispõe de 15 minutos, com mais cinco, se assim V. Exa. entender.

SRA. TÂNIA CAVALCANTI: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Relator do Projeto de Lei 176/2007, que cria o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes. Na condição de Secretária Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, aqui me encontro representando o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, também Presidente dessa Comissão Nacional, e o Diretor Geral do Instituto Nacional de Câncer, Dr. Luiz Antônio Santini, instituição à qual estou ligada, como Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo. Em nome de ambos, eu gostaria de agradecer imensamente o convite para participar dessa audiência e louvar essa importante iniciativa dessa Casa.

Eu gostaria também, antes de mais nada, registrar que foi esta Casa que, em 2005, para ser mais precisa, 27 de outubro de 2005, deu a palavra final à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil. Um tratado internacional, de saúde pública, negociado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde, entre 192 países, cujo objetivo é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais decorrentes do consumo de produtos de tabaco e da exposição à fumaça de tabaco.

E, conforme está expresso no preâmbulo desse tratado, o mesmo representa uma reação do mundo ao aumento do consumo e da produção mundial de outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que estes impõem às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde.

Eu queria só fazer um parêntese... O Senador fez uma menção muito importante sobre a questão da epidemia do crack no Brasil, mobilizando essa Casa para que toda a sociedade, com ela, vamos dizer, enfrente esse problema... E eu gostaria de ressaltar que as duas drogas mais consumidas entre os adolescentes, o tabaco e álcool, elas funcionam como porta de entrada para o consumo, várias pesquisas mostram, dessas drogas ilícitas, dentre elas, o crack. Então, acho que é muito importante essa iniciativa e, nesse contexto, também se abordar a questão das drogas lícitas, que têm esse papel de porta de entrada para os nossos adolescentes para as drogas ilícitas, como o caso do crack.

Portanto, a Convenção, dando continuidade, a Convenção, na verdade, ela incorporou no seu escopo o entendimento da incompatibilidade do consumo e produção de tabaco com os conceitos de desenvolvimento sustentável. E esse entendimento foi recentemente endossado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas que, em 2006, expressou em seu relatório “o tabaco contribui para o empobrecimento dos indivíduos e de suas famílias porque os seus consumidores têm maiores chances de adoecerem, perderem produtividade e renda. Além disso, a produção agrícola de tabaco e a manufatura de seus

derivados podem contribuir, em alguns casos, para o adoecimento e empobrecimento das famílias envolvidas nessa atividade. Tabaco e pobreza formam um ciclo vicioso do qual é difícil de escapar".

E desde a década de 90, o Banco Mundial já se preocupava com essa perspectiva do tabagismo. E publicou um estudo estimando que o consumo de produtos de tabaco resultava numa perda bruta de 200 bilhões por ano, sendo que a metade dessa perda estaria concentrada em países em desenvolvimento. Nesse sentido, em 1991, o banco mudou sua política, passando a proibir a utilização de seus recursos para financiar o cultivo de fumo, que era, então, estimulado como forma de produção agrícola, geradora de renda para os países em desenvolvimento. Então, o banco muda sua forma de lidar com essa questão do fumo.

Além disso, passou a estimular os governos a investirem esforços para redução do tabagismo como parte de suas políticas de promoção do desenvolvimento. Só para ilustrar essa perspectiva, em 2002, o Centro de Controle de Doenças, o CDC americano, estimou que, nos Estados Unidos, foram gastos 75 bilhões com custos médicos e cerca de 92 bilhões de dólares com perda de produtividade devido ao tabagismo. Estimou ainda que, nesse mesmo ano, foram vendidos cerca de 22 bilhões de maços de cigarro e cada maço custou à nação cerca de 8,61 dólares com gastos médicos e perda de produtividade.

No Canadá, o Ministério da Saúde estimou que, em 2002, os custos atribuídos ao tabagismo foram de 15,8 bilhões de dólares com cuidados médicos e perda de produtividade. E nesse mesmo ano, o Governo canadense arrecadou apenas 7,4 bihões de dólares em tributos do setor fumo. E cenários como estes levaram vários países a buscarem mecanismos para compensar os cofres públicos pelos prejuízos causados pelas atividades do setor fumo, seja sob a forma de vinculação de arrecadação com taxação de derivados do tabaco, seja sob a forma de pagamento direto aos Estados.

Nos Estados Unidos, desde 1988, o Estado da Califórnia majorou a taxação de cigarros em 25 centavos de dólar por maço e determinou que o uso dos recursos advindos dessa arrecadação fossem aplicados ao Programa de Controle do Tabagismo, iniciado em 1989, com o orçamento anual de 100 milhões de dólares. O Estado Massachusetts, em 1992, aumentou a taxação de cigarros em 40 centavos por maço para iniciar o Programa de Controle ao Tabagismo. E em 1998, 46 Estados Americanos processaram as companhias de tabaco devido aos custos com doenças tabaco-relacionadas, que tiveram que arcar. O acordo final foi de que as empresas ressarciriam os Estados num total de 206 bilhões de dólares a serem pagos em 25 anos, numa arrecadação de cerca de 50 centavos de dólar por maço. E, no Canadá, em 2005, a Suprema Corte votou unanimemente a favor de uma constitucionalidade de uma lei que dá direito à província de British Columbia buscar ressarcimento dos custos com saúde atribuídos ao tabaco.

No Brasil, ainda estamos um pouco atrasados nessa perspectiva. As duas primeiras causas de morte por doença no nosso país são câncer e as doenças cardiovasculares, que têm o tabagismo como seu principal fator causal. E ainda temos no Brasil cerca de 27 milhões de fumantes e 200 mil mortes tabaco-relacionadas anualmente em nosso país. E muitos adolescentes ainda experimentando e entrando no ciclo da dependência e adoecimento.

Para termos uma noção da grandeza do ônus que o tabagismo impõe à sociedade brasileira, só em 2005, o SUS gastou cerca de 339 milhões de reais apenas com hospitalização para as frações de casos de câncer e doenças cardiovasculares e respiratórias, atribuídas ao tabagismo. Isso é um estudo feito pela Economista Márcia Pinto, da Fundação Oswaldo Cruz.

Esse montante correspondeu a quase 30% dos custos hospitalares do SUS para tratamento dessas doenças. E isso é apenas, Senador, uma ponta de um enorme iceberg, pois esse custo refere-se apenas à hospitalização, ou seja, esse estudo não incluiu custos com procedimentos ambulatoriais para diagnóstico e tratamento dessas doenças. E analisou apenas três das 50 doenças relacionadas ao tabagismo. No mesmo período desse estudo, a arrecadação total do setor fumo com IPI, ICMS e outros somou três bilhões, 355 milhões de reais. Está aqui o Marcelo Fisch, o nosso companheiro da CONIC, que não nos deixa mentir. E, na verdade, é um dado bruto, pois não computa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dra. Tânia, me permita. Só para registrar a chegada do Senador Cícero Lucena, que é uma das pessoas que tem se preocupado muito com essa questão toda e confirmou ontem que viria aqui porque quer acompanhar esse debate. Senador Cícero Lucena.

SRA. TÂNIA CAVALCANTI: Meu conterrâneo. Então, voltando, nesse mesmo período desse estudo, a arrecadação total do setor fumo IPI, ICMS e outros, somou três bilhões, 355 milhões de reais, que é um dado bruto, pois não computa os descontos dos incentivos fiscais que alguns Estados dão a algumas companhias de fumo.

Para se ter com maior exatidão a dimensão desse ônus, seria necessário computar todos os custos diretos da prevenção, reabilitação e cuidados paliativos pagos pelo SUS, pelo sistema privado, além dos

custos previdenciários como pensões, aposentadorias precoces e aqueles relacionados com perda de produtividade no trabalho. Seria preciso também estimar o custo de oportunidade que a dependência química do tabaco inflige aos fumantes e suas famílias, principalmente os de baixa renda, que transferem parte de seus escassos recursos para a compra de cigarros e outros derivados do tabaco, já que são dependentes desse produto. Isso sem falar do ônus gerado pela cadeia produtiva do fumo, que submete cerca de 200 mil pequenos agricultores e suas famílias a um intensivo regime de trabalho e a graves danos sanitários e ambientais.

E, apesar do ônus social, sanitário e econômico que o tabagismo gera, direta e indiretamente, a produção de tabaco e seus derivados no Brasil continua sendo enaltecida por alguns, como importante fonte de arrecadação e desenvolvimento, sendo até subsidiada com incentivos fiscais, em total desconexão dessa realidade.

Ao ratificar a Convenção-Quadro, o Brasil se juntou a mais de 160 países que hoje são Estados-parte da Convenção-Quadro, assumindo compromissos com os objetivos, diretrizes, princípios norteadores e obrigações constantes nesse tratado. E nesse contexto, destacam-se os artigos 17 e 18, que visam respectivamente promover alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, no sentido de proteger o elo mais frágil da cadeia produtiva do fumo, e, principalmente, os fumicultores, no caso, dos riscos sanitários e ambientais decorrentes dessa atividade.

E, nesse contexto, entendemos a iniciativa do Projeto de Lei agora em discussão, como mais uma importantíssima contribuição dessa Casa para o fortalecimento dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Convenção-Quadro na proteção de sua sociedade dos graves danos causados pelo tabaco.

Portanto, a possibilidade da instituição de uma contribuição de intervenção do domínio econômico, Cide-Fumo ou Cide-Tabaco, proposto pelo Projeto de Lei, pode representar uma oportunidade, um mecanismo para o Estado Brasileiro promover a utilização mais justa dos recursos obtidos pela exploração de uma atividade econômica que atribui ao Estado e à sociedade brasileira o ônus de arcar com os custos sociais e econômicos das doenças tabaco-relacionadas.

Senador, eu gostaria só de mencionar que... Para finalizar, que, dentro da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro, que é composta por representações de 16 Ministérios diferentes, tendo o Ministro da Saúde como Presidente, em 2004 e 2005, surgiu a ideia também de se trabalhar com essa criação de uma Cide-Tabaco, se chegou a discutir essa possibilidade, se chegou a estudar toda a perspectiva de... A perspectiva técnica da Cide-Tabaco e, inclusive, destinações que a gente gostaria de ler, especificamente destinações, para que a gente possa convergir essa proposta desse Projeto de Lei com a proposta que foi amplamente discutida na época da discussão sobre a ratificação da Convenção-Quadro em 2004 e 2005, já que a polêmica que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais sete minutos--

SRA. TÂNIA CAVALCANTI: Tá. Já estou concluindo, Senador. Ah, posso falar? Então, está bom. Já que havia uma discussão de que o Brasil, ao ratificar a Convenção-Quadro, poderia gerar um caos econômico em relação aos fumicultores. Então, havia toda uma preocupação, e bastante pertinente, com essa perspectiva. E, na ocasião, a própria CONIC chegou a pensar sobre esse assunto e até elaborar uma proposta de um Projeto de Lei que, por várias razões, não evoluiu, mas eu gostaria de ler aqui as principais destinações que foram discutidas na época, e o que eu acho interessante para a gente poder colaborar com esse Projeto de Lei--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois passar para mim, por escrito, de preferência, que a gente pode ir discutindo naturalmente e vou fazer meu relatório, respeitando o autor que está aqui presente, Senador Sérgio Zambiasi. E, naturalmente, qualquer alteração, faremos em sintonia. Não farei substitutivo porque eu não sou daqueles que faz substitutivo. Eu farei Emendas ao Projeto, combinado com o autor que está aqui.

SRA. TÂNIA CAVALCANTI: Então, a proposta de que os recursos arrecadados através da Cide-Tabaco poderiam ser utilizados em ações para reduzir o consumo de produtos derivados do tabaco e envolva, entre outras atividades, a prevenção, a proteção da população da exposição involuntária à fumaça do tabaco, o tratamento da dependência relacionada ao uso desses produtos, a vigilância e regulação dos produtos derivados do tabaco, assim como pesquisas para subsidiar essas ações. Constituir também – uma outra utilização – uma fonte adicional de financiamento para o Sistema Único de Saúde, especificamente [soa a campainha] para o tratamento das doenças tabaco-relacionadas e ações de promoção da saúde.

Terceira destinação: Financiamento de Projetos agrícolas ou outros Projetos de alternativas à fumicultura, mediante política que envolva apoio técnico e social, sob a perspectiva de segurança alimentar; financiamento de Projetos ambientais destinados ao controle e redução dos riscos ocupacionais e ambientais decorrentes das atividades na lavoura do fumo;

custeio da participação do país em programas internacionais de redução do consumo do tabaco e na cooperação internacional com a conferência das partes da Convenção-Quadro na implementação desse tratado. E financiamento de ações que visem ao combate do mercado ilegal de cigarros, que também é um problema de saúde pública e um problema também de... Econômico, já que reduz a arrecadação a partir desse setor.

E uma outra... Última consideração, que foi levantada pela CONIC é que, na questão dos recursos destinados à Saúde, deve-se considerar que esses recursos sejam, vamos dizer assim, eles não devem se confundir com os recursos financeiros garantidos a partir da Emenda Constitucional 29, já que os mesmos se complementam.

Então, para finalizar isso, eu agradeço muito a atenção, nos colocamos à disposição dessa Casa para que, naquilo que for possível, a gente possa colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço à Sra. Tânia pela exposição. Eu só peço que me deixe por escrito o seu pronunciamento, como também as contribuições, para que a gente possa depois, com os consultores e com os... Principalmente todos os Senadores, nós vamos conversar, antes da redação final, mas dando autoria absoluta ao meu nobre amigo, Senador Sérgio Zambiasi. E nós haveremos de construir aí uma redação com as Emendas necessárias.

Só lembrar que tanto eu, como o Senador Sérgio Zambiasi, creio que o Simon também, o Ministro Temporão, hoje Ministro, não era Ministro na época, ele foi... Acho que em duas audiências públicas, com a gente, lá no Rio Grande do Sul, e fez a defesa nos moldes que a senhora está fazendo neste momento, da Convenção-Quadro. E foi fundamental a presença do Ministro, lá no Estado, para que depois aqui a gente pudesse decidir, então, pela aprovação da Convenção-Quadro.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Sr. Iro Shünke, Presidente do SindiTabaco do Rio Grande do Sul.

SR. IRO SCHÜNKE: Bom-dia a todos. Queria cumprimentar o Senador Paim e o Senador Zambiasi, nossos conterrâneos lá do Rio Grande, também o Senador que... Cícero Lucena. Cumprimentar os integrantes da Mesa, senhoras e senhores.

Bem, eu acredito que todos já tenham ouvido da UNICAMP e da Universidade São Carlos, São Paulo. Por enquanto, faz favor, ainda não vou apresentar o quadro. Pode tirar, por enquanto. Eu vou começar a ler um artigo que foi escrito pelos professores Antônio Márcio Buainain e Ildo Meireles de Souza Filho. O Antônio Márcio é da UNICAMP e o Ildo Meireles é da Universidade São Carlos. Eu diria, assim, profundos conhecedores do agronegócio brasileiro, escreveram diversos livros, inclusive escreveram agora o livro "Organização e Funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil", escreveram sobre a agricultura familiar e sobre as outras culturas. Portanto, estão entre, provavelmente, dos mais renomados conhecedores do agronegócio no país.

Título do artigo, ele foi publicado no Estado de São Paulo, no dia 19 de maio. Título do artigo: "Tabaco, a cadeia produtiva esquecida." Faço questão até de repetir o título. "Tabaco, a cadeia produtiva esquecida." Diz o texto: "Quando se menciona a inegável importância do agronegócio para a economia brasileira, as referências são a produção de soja, café, carnes, açúcar e álcool. O tabaco tem a imagem associada aos charutos baianos ou aos problemas de saúde ocasionados pelo uso contínuo do fumo. No entanto, o Brasil é hoje o maior exportador e o segundo maior produtor de tabaco do mundo. As exportações brasileiras, que correspondem a aproximadamente 95% da produção nacional, somaram 2,7 bilhões de dólares, em 2008, sendo superadas, no agronegócio, apenas pelo complexo soja-açúcar-café e carne bovina. A julgar pelo seu desempenho, nos últimos anos, não será surpresa que o tabaco supere o café em futuro próximo. É paradoxal que a produção e exportação de tabaco brasileiro tenham prosperado num ambiente antitabagista sem precedentes. O Brasil mesmo, antes de ratificar a Convenção-Quadro, que prevê a adoção de medidas para reduzir a demanda de tabaco, principalmente por meio da elevação da carga tributária, e a oferta de produtos de combate ao contrabando e incentivos à substituição da cultura, já havia cortado o acesso dos produtores de tabaco aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, e adotado severa Legislação de restrição ao uso e à propaganda do cigarro, assim como massivas campanhas antitabagistas.

Em março, o Governo Federal anunciou novo aumento das alíquotas do IPI e do PIS-COFINS para cigarros, e o de São Paulo sancionou uma das mais duras legislações antifumantes já aprovadas no mundo. Apesar desse ambiente desfavorável, agravado pela concorrência desleal do contrabando, a produção brasileira do tabaco se expandiu no sul, responsável por 95% da produção nacional e o país é hoje o principal pólo produtor e exportador de tabaco de qualidade.

Qual é a chave para tal sucesso? O sistema integrado de produção de tabaco. Coordenado por grandes e médias empresas tabaqueiras, em sua maioria, braços de corporações multinacionais, que realizam ope-

rações de processamento e classificação em modernos parques industriais. As atividades dessas empresas incorporam diretamente quase 200 mil produtores nos três Estados do Sul, a maioria minifundista, que dificilmente encontrariam viabilidade em outra atividade. Trata-se de um sistema de integração complexo, baseado em contratos de compra e venda da produção, que são celebrados, antes de cada ciclo, com cláusulas e compromissos que tratam da quantidade a ser produzida, dos mecanismos de precificação, da garantia de compra, da assistência técnica e do fornecimento de insumos pela empresa. Mas há também aqueles que tratam da proibição de uso de trabalho infantil e proteção ambiental.

As empresas assumem ainda o papel de intermediadoras e avalistas de crédito rural aos produtores. Para as empresas, o sistema integrado é uma organização chave para reduzir incertezas e planejar o suprimento da matéria-prima, controlar a qualidade e a quantidade e os requisitos necessários ao atendimento das demandas das cigarreiras. Para o produtor, a integração oferece uma garantia de venda a preço previamente acordado, reduz o risco econômico, numa atividade de risco muito elevado, e viabiliza a produção para agricultores familiares, que teriam dificuldade para empreender o negócio de outra forma.

O produtor integrado tem ainda acesso a um seguro mutualista contra granizo, que é de fazer inveja ao combalido sistema brasileiro de seguro rural. O seguro administrado pela Associação dos Fumicultores do Brasil, AFUBRA, uma potente organização de representantes dos produtores. O sistema integrado parece estar na base da competitividade brasileira e não está isento de conflitos e contradições. No entanto, desenvolveu mecanismos próprios de gestão de desavenças, e o fato de existir há 91 anos é evidência de que as convergências superam os conflitos.

Ainda que nem tudo seja cor-de-rosa, o sistema integrado oferece lições para a organização dos mercados em várias cadeias agroindustriais brasileiras, que tem enorme potencial, mas que podem ser ameaçadas pela concorrência predatória entre empresa, industriais agricultores e pela falta de visão estratégica dos interesses da cadeia como um todo. Vale a pena aprender sobre integração competitiva com os produtores de tabaco do Sul do país".

Bem, eu mencionei até duas vezes aqui o título, porque realmente a cadeia do tabaco, quando ela é lembrada, ou é para ser criticada pelo produto final, atacada mesmo, ou quando é para aumento de tributos, que até querem, assim, vamos dizer, aumentar o tributo na cadeia produtiva do tabaco para alavancar ou manter outras cadeias com melhores condições.

Mas eu vou passar, como aqui se fala também, dentro do Projeto, fala diversificação, gostaria de mostrar ligeiro dois slides aqui. Faz favor de passar o primeiro, até para esclarecer aqui como é que... Isso aqui é o perfil do produtor de tabaco no sul do país. A fonte é a AFUBRA, portanto, é a fonte da Associação dos Fumicultores, total da área, onde... Média dos quase 200 mil produtores, 16 hectares. Desses 16 hectares, o tabaco ocupa 15% da área, ou seja, 2,4 hectares. Gostaria, antes de continuar ali, dizer que o setor sempre se preocupou com a diversificação na pequena propriedade, muito antes de se falar em diversificação, como agora se fala bastante. Só por isso, já existe hoje, veja que tem mais milho plantado na pequena propriedade, 17%, do que tabaco, tem feijão lá, tem várias outras culturas, dependendo da região, somos três Estados do Sul; existe uma área para pastagem, para criar lá uma vaca de leite, criar lá alguns bois...

E tem mais um fato extremamente importante: Sempre o tabaco é citado como destruidor de florestas. Eu gostaria até de ver se alguma outra cultura, nesse país, tem 27%, se nós somarmos 16% de mata nativa preservada e que não é cortada mais, com mais 11% de mata reflorestada, que, numa pequena propriedade, 16 hectares, 27% serem realmente preservados, eu realmente desconheço. É muito fácil comprovar isso aqui. É só pegar um avião e sobrevoar as pequenas propriedades onde se planta tabaco.

Mas um outro fato, que aqui entra muito a parte de diversificação, para mim, o tabaco, até o momento, é a melhor diversificação que o pequeno produtor pode ter. Ele devia ser visto, enquanto legal, como uma diversificação da pequena propriedade. Então, quando se fala em diversificação, Senador, da pequena propriedade, não devia se falar diversificação da propriedade fumicultora. Não. Devia-se falar diversificação da pequena propriedade. E o tabaco é um dos que, eu diria assim, responsável hoje por manter a grande maioria dessas quase 200 mil famílias no meio rural. Porque, veja, 15% dessa área representa 70% da renda da receita do produtor, somadas todas as receitas. Se nós levarmos isso para fins de *cash*, dinheiro no bolso, vamos chegar aqui a 80% ou mais. Eu lamento dizer isso aqui, eu gostaria que fosse assim, o tabaco, com 15% da área, representasse 30%; o milho, com mais 30%... Com mais 17% da área, representasse mais 30% para o produtor. Mas, na prática, as coisas não são assim. Efetivamente, se precisa plantar vários hectares de milho para dar a mesma renda que um hectare de tabaco.

Então, quando se fala em diversificação, é muito bom. Agora, eu quero o próximo slide, que está na mesma sequência, agora vamos dar uma olhada, os

preços médios recebidos pelos produtores. Eu... Aqui as fontes também são EMATER, Rio Grande do Sul, e AFUBRA, que é a representação aos fumicultores. Tem aqui arroz, milho, feijão, trigo e soja. Vamos pegar primeiro o total. O arroz, nos dez últimos anos, o produtor recebeu, ano passado, 2,8% mais do que há dez anos atrás. Preços nominais, sem considerar a inflação, todos eles. Milho recebeu 54% em dez anos, 50% mais aqui do que há dez anos atrás. Feijão, 13%. Trigo, 80. Soja, 85. E o tabaco, 185%. Dados publicados, conhecidos, é só buscá-los.

Mais uma coisa muito importante: Se nós olharmos aqui o preço do tabaco, a não ser aqui, em 99, que nós tivemos problema de clima, e aqui, em 2006, problema de clima, que foi um pouquinho inferior o ano anterior, todos os outros anos ele foi superior. Então, há uma estabilidade e acréscimo de preço no tabaco para o pequeno produtor, ano após ano. Agora, vamos pegar, assim, milho, que tem bastante... Ele sobe um pouquinho, aí ele desce, sobe, aí ele desce... Quer dizer, é um vai e vem que o mercado... De acordo com que vai o mercado. Se produz muito, paga pouco, se não produz, paga muito. Feijão. Veja o feijão... 98 foi para 53, vem a 35. Três anos depois, o feijão valia um terço. Como é que um pequeno produtor, com estas condições, pode se manter na pequena propriedade?

Então, por isso digo, enquanto uma atividade legal, lícita, como é no país, o tabaco, para o pequeno produtor, é uma das melhores diversificações. Os números demonstram... E tanto é que, nos últimos 20 anos, Senador, nós tivemos a entrada de 70 mil famílias na cultura. Ninguém planta uma cultura se ela não é boa. Ninguém planta ou ninguém trabalha em uma empresa se ela não paga ele. Então, isso... Os fatos são incontestáveis.

E agora eu gostaria, saindo da diversificação, passar outro slide. Faz favor, o próximo.

A Organização Mundial de Saúde, ela publicou que não houvesse a Convenção-Quadro, o número de fumantes, de 1,4 bilhões, 1,3, 1,4, iria para 2,2 bilhões. Com o advento da Convenção-Quadro, com todas as restrições, com tudo que é feito, mesmo assim, a própria Organização Mundial de Saúde admite, e faz uma projeção, de que o número de fumantes vai continuar crescendo até 2050. Não vou fazer nenhuma apologia aqui ao cigarro; estou apenas mostrando aqui, agora, números que estão publicados, que podem ser achados. Por que é que mostrei esse quadro? Ok, valeu pelo quadro aí. Nós temos que ter cuidado naquilo que nós formos decidir, considerando toda a importância que eu mostrei aí, que o tabaco representa para o pequeno produtor, para quase 200 mil pequenos produtores no Sul do país, e que é, certamente, hoje, o maior responsável de mantê-los na sua propriedade; não existe mais êxodo rural nos três Estados do Sul porque o tabaco está na pequena propriedade. O produtor está lá, está conseguindo melhorar sua vida lá porque o tabaco está presente lá.

Então, eu mostrei esses três quadros. No lado da diversificação... Se quisermos diversificar, como o setor vinha já sempre fazendo campanhas para que o produtor plante outras coisas, eu acho que o produtor planta só tabaco ou só milho ou só feijão, não é bom produtor. Produtor bom é aquele que planta, além de duas culturas de preferência, que deem uma renda, um *cash*, mais algumas culturas de subsistência. Esse é um bom produtor, e a gente vê isso até no tabaco. Aqueles que plantam mais têm mais renda, são os melhores.

Agora, para ter diversificação, primeiro tem que ter assistência técnica, tem que ter um financiamento para que o produtor possa fazer, tem que ter garantia de compra desse produto. Não adianta produzir lá no sul, a gente vê cebola e batata, quando está pronta a produção para... O produtor precisa jogar fora porque não tem quem compre. Não tem nem comprador, muito menos preço. E precisa ter um preço adequado. Por isso que eu mostrei essas duas tabelas. O tabaco, por que é que o tabaco cresceu, por que é que o tabaco é importante no Sul? Porque ele tem exatamente essas coisas que acabei de dizer que são importantes na diversificação.

Então, por isso... E agora, considerando este quadro aqui, extremamente importante, o Brasil é o segundo maior produtor, conforme os professores publicaram. O Brasil é o maior exportador já há 15 anos. Nós temos aí mais de 700 Municípios, nos três Estados do Sul, que têm produção de tabaco. Nós temos mais de 30 mil empregos diretos nas indústrias. As pessoas que estão envolvidas nesses 186 mil produtores são 800 mil pessoas no meio rural, trabalhando nessas propriedades. Um contingente imenso de pessoas.

Então, o que nós temos que cuidar... O que nós formos fazer, a nível de Governo ou a nível que for... É para a gente cuidar para não transferir a produção de tabaco que tem hoje neste país para outros países. Nós estamos vendo que, enquanto houver demanda, nós vamos precisar... Tendo produção. A demanda está aqui vista. Ela... Vai continuar. Quer queira, quer não, enquanto existir legalmente vai continuar se precisando de tabaco. Então, vamos evitar que se transfira a produção e o ganha pão desses pequenos produtores para qualquer outro país. Porque, em algum país, ele vai ser produzido, havendo a demanda. Então, este cuidado a gente precisa ter.

E, em relação... Também relacionado ao Projeto, cada vez que se aumenta tributos, seja da forma, ou o nome que se dá a isso, seja imposto, seja... Nós já sabemos que, neste país, nós temos um contrabando, principalmente de cigarros, bem forte. A Receita Federal, a Polícia Federal tem feito trabalhos dignos de elogio, nos últimos anos, mas, mesmo assim, a gente sabe que controlar, com as nossas fronteiras tão imensas, isso de um todo é muito difícil. Então, aumentando o custo ou o preço do produto legal, o que vai acontecer? Certamente, vai aumentar a informalidade e o contrabando.

Então, também temos que ter este cuidado para que a gente não vá fazer uma coisa que vá, em vez de gerar aumento de receita, daqui a pouco vai ter menos receita. E nem aquelas que têm já não tem mais, vai distribuir o quê, por exemplo?

Então, para concluir, Senador, espero que mais ou menos dentro do meu tempo, eu coloquei assim bem claro, bem objetivo, eu até vou lhe repassar, deixar com o senhor um livro, escrito pelos professores que escreveram o artigo... Eu fiz questão de mencionar o artigo, que foi um artigo escrito por professores de São Paulo, não são nem do Rio Grande do Sul, não são de Santa Catarina, não são do Paraná, não têm nada a ver com tabaco; são lá de São Paulo, nem se planta tabaco por lá, e que, por serem conhecedores do agronegócio, e por terem já estudado outras cadeias, dentro do agronegócio, eles realmente, quando foram ver lá o sistema integrado de produção de tabaco, eles ficaram extremamente surpreendidos pelo lado favorável.

Então, mesmo que... Aqui se fala em... Mesmo que aqui se fale em botar lá no cigarro, não sei aonde, nós não podemos esquecer que uma cadeia produtiva tem vários elos. E, quando um dos elos ou um ou dois dos elos, acaba tendo algum sendo afetado de uma outra maneira, acaba afetando os elos todos. Então, por isso eu só... Além de mostrar objetivamente quis mostrar, dizer assim... Tem que se estudar bem o assunto, tem que realmente se ver qual é o melhor caminho e, enquanto legal, a produção do tabaco, vamos manter também a produção do tabaco nesse país, porque 85% ou mais, nós exportamos. E se ela sair daqui para um outro país, outros pequenos produtores ou grandes produtores vão ganhar com a cultura e vai continuar e nós vamos deixar de ter esta receita, que os nossos Senadores do Rio Grande do Sul sabem muito bem, a importância que tem o tabaco para muitas comunidades, para muitos Municípios. Eu não falo só Santa Cruz, Venâncio Aires, onde estão concentradas mais indústrias, inúmeros Municípios, em saísse a produção do tabaco, teriam grandes dificuldades em continuar a operar.

Então, Senador, eu devo assim também dizer que é quando se ouve todas as opiniões é que realmente... Isso não só é democrático, mas é a melhor maneira de se achar o melhor caminho. Então, meus cumprimentos também ao Senador Zambiasi e muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. IRO SCHÜNKE: Ah, desculpe, antes de terminar, vou também cumprimentar o nosso Deputado, lá de Santa Cruz do Sul, conterrâneo de cidade, Sérgio Moraes. Então, muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está conosco então, o Deputado Sérgio Moraes, que nós convidamos, como também o Senador Sérgio Zambiasi, ambos são do mesmo partido. Então, bem claro que não há nenhuma discordância quanto ao mérito do Projeto que eles apresentam. O Deputado Sérgio Moraes, quando entender também, como o Senador Zambiasi, tem direito de usar a palavra. O Senador Zambiasi é... Como é que chama? Como é aquele termo, é alconcur? Alconcur que dizem? Então, fala a qualquer momento. E o Sérgio Moraes é convidado também para usar a palavra no momento que entender mais adequado.

Eu agradeço, então, ao Sr. Iro Shünke, Presidente do SindiTabaco do Rio Grande do Sul, e passamos a palavra ao Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente do Ética Concorrencial, ETCO. Me permita só, Dr. André, que eu, antes, Senador Zambiasi, não fiz justiça. Dizer que, naquelas audiências públicas, na questão da Convenção-Quadro, o Deputado Sérgio Moraes também esteve lá conosco e principalmente o Relator, que está hospitalizado nesse momento, foi fundamental para a redação final, que é o Senador Heráclito Fortes. Está lá em São Paulo, fez uma cirurgia, eu sei que está assistindo, nesse momento, a TV Senado, fica um abraço aqui, não só do Senador Zambiasi, que é o autor do Projeto, Sérgio Moraes, mas também minha e de todo o Senado, com certeza absoluta.

Por favor, Dr. André.

SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO: Sr. Senador Paulo Paim, Presidente dessa Audiência Pública, Senador Sérgio Zambiasi, autor do Projeto, meu companheiro Senador Cícero Lucena, Deputado Sérgio Moraes, meus senhores e minhas senhoras.

Eu vou focar minhas considerações naquilo que eu entendo foi a principal razão para o convite que me foi encaminhado para participar dessa Audiência Pública, qual seja, o fato de eu ser Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, ETCO. O

ETCO é uma organização social da sociedade civil, de interesse público, que tem como missão primária promover a ética concorrencial, através do combate aos desequilíbrios de concorrência, gerados fundamentalmente pela evasão fiscal. Evasão fiscal que se manifesta em múltiplas formas: Sonegação, pirataria, falsificação, adulteração, informalidade, comércio ilegal e outras formas, que acabam resultando nesses desvios de conduta, essas transgressões, resultam em vantagens, acredito que de curto prazo, indevidas, aos transgressores, mas que têm uma gama enorme de efeitos perversos.

Em primeiro lugar, prejudicam quem tem o comportamento ético e legal e cumpre com as suas obrigações. As empresas que assim o procedem têm um concorrente desleal, uma concorrência desleal, que é muito grande, em setores altamente tributados, como é que o caso do setor de fumo.

Segundo, reduzem a arrecadação de tributos e, assim, acabam prejudicando eventuais importantes programas sociais e necessários investimentos em infraestrutura. Indiretamente, acabam prejudicando também o bom contribuinte, o cidadão responsável, que paga seus impostos porque é penalizado porque, com a necessidade da arrecadação, acabam-se aumentando as alíquotas. Por causa da sonegação, a alíquota fica maior. Se todos pagassem, todos poderiam pagar menos. Então, isso acaba prejudicando também os bons contribuintes.

Mas, talvez, o mais perverso dos efeitos é o fato desse comportamento acabar poluindo o ambiente de negócios e o ambiente social também. Na medida em que se generaliza a prática de transgressões, acaba-se dando um sinal para que aventureiros e especuladores entrem no mercado, porque eles sentem que é um mercado propício e favorável e aberto a todo tipo de transgressão ou desvio de conduta. E que é, portanto, uma situação onde se pode ganhar muito e rapidamente. E esse ambiente de transgressões, de contrabando, sonegação, acaba afastando empresários e empresas que têm como finalidade principal, e forma de auferir resultados, o progresso tecnológico, a inovação, as melhorias administrativas, que são exatamente as empresas necessárias para o crescimento econômico.

Então, esse efeito dessas práticas desleais da informalidade, da sonegação, do contrabando, em grande parte, ligadas à corrupção, tem esse efeito perverso econômico muito grande, que grande parte das vezes não é muito enfatizado, e que eu acredito que é o mais importante. Eu poderia até, e já cheguei a aventar isso, que uma das causas das altas taxas de juros no Brasil, e dessa inflexibilidade apesar de estar reduzindo, mas é das mais altas taxas de juros no Brasil, estão ligadas um pouco a esse mal ambiente de negócios, a pirataria, a sonegação que existe no Brasil.

E nós podemos até ir mais à frente e incluir que esse clima de desrespeito à lei acaba tendo efeitos sociais e políticos onde o grande atingido acaba sendo a ética, a cidadania responsável. Isso me faz lembrar, e felizmente, devido ao computador, consegui levantar ontem, a famosa frase de Rui Barbosa: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto". Mas quais são as causas desse... Dessa economia subterrânea ou dessa informalidade ou dessas transgressões? O que é que estimula, o que incentiva? Dentro das ações do nosso instituto, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o ETCO, nós, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Economia, realizamos um estudo... Eles realizaram um estudo procurando um índice sobre a economia subterrânea. E esse valor... E esse estudo, o grande valor dele, não apenas pela indicação das variações na economia subterrânea, procurar entender quais são as causas da economia subterrânea... Na formulação, no modelo para se estimar o índice, se procura saber quais são as causas. E as causas fundamentais que apareceram são aquelas conhecidas, porque todo mundo, já tenho alertado há muito tempo, que a primeira delas é a alta carga tributária.

Antes, talvez, fosse um achismo, agora nós temos um estudo econométrico, que mostra que o maior fator de crescimento da economia subterrânea é a alta carga tributária. Além da alta carga tributária, as outras... Outras... Outros elementos, também importantes para o aumento da economia subterrânea ou da economia informal, é um fator muito preocupante, que aparece no Brasil de uma forma específica, e aparece também em outros países. Em outros países, em pesquisas realizadas, aparece como uma descrença no Governo. A pessoa: "Por que é que vou pagar imposto para esse Governo, que não cumpre com os objetivos ou... Eu não me sinto representado por esse Governo". No caso do Brasil, a variável escolhida foi uma variável calculada por um instituto internacional, achando a percepção da corrupção. E esse foi um fator que tem influenciado quase um terço do aumento da economia subterrânea no Brasil.

E um resultado interessante é que, no último ano, nós tivemos um crescimento da economia subterrânea, no Brasil, em relação ao PIB, de 27,1%. Inclusive no último semestre, último trimestre, de setembro a dezembro de 2008, o crescimento foi de 13,6%. É um fato in-

teressante porque, nesse período, você teve... Foi onde houve a grande crise brasileira. Mas não houve grande crise no mercado de trabalho. O Brasil viveu uma espécie de defasagem entre a crise na produção e a crise no mercado de trabalho. Em grande parte, porque, por exemplo, a indústria automobilística deu férias. Então, a produção caiu, mas o emprego foi mantido.

E essa... E, no caso do Brasil, essa crise acabou impactando fortemente através de alguns fatores importantes. O fato é que, no mundo inteiro, você teve, a partir da quebra do Lehman Brothers, eu diria até uma morte súbita do sistema financeiro, que foi rapidamente reestimulado, podemos até fazer uma comparação, na presença de pessoas do Ministério da Saúde, eu até tenho receio, mas... Sei lá, respiração artificial, choque elétrico etc., conseguiu-se recuperar um pouco o sistema financeiro, que ainda continua em convalescença.

E, no Brasil, o grande crescimento, ou o crescimento forte que o Brasil estava tendo tinha muita ligação com o crescimento da economia mundial ou com os bons ventos da economia mundial, como foi alertado por muitos economistas, analistas, parlamentares, que insistiram no grande efeito positivo que a economia internacional, a boa economia internacional, na época, fazia ou ajudava o crescimento do Brasil, que tinha uma dinâmica própria: Você tinha claramente alguns fatores internos de crescimento da demanda interna, o crescimento da Bolsa Família foi um fator, aumento do salário mínimo, que o Senador Paulo Paim é um dos grandes lutadores, teve um efeito positivo; aumento do crédito, em grande parte pela melhoria, pelo fim da inflação e melhoria do Sistema Financeiro, o crédito consignado teve um grande aumento, e as exportações, que geraram uma grande demanda interna. Demanda interna, que estava crescendo acima da capacidade de oferta da economia brasileira. E essa oferta ou essa demanda adicional era suprida pelas importações.

Com a grande crise internacional, houve um baque em tudo isso e claramente o Brasil acabou tendo um grande... Um grande... Sofrendo muito a queda do PIB do Brasil no terceiro... No último trimestre do ano passado, quadrimestre do ano passado, foi dos maiores do mundo. Há um estudo que mostra que foi o terceiro maior do mundo, cerca de 15% de crescimento do PIB, que só foi suplantado, acredito, por Cingapura e pela Malásia. Foi uma dos maiores reduções do PIB no mundo, PIB trimestral, vamos dizer, anualizado. Já no primeiro trimestre de 2009, nós tivemos um crescimento, uma queda no crescimento, menor do que tinha sido no primeiro trimestre.

Mas, voltando à questão da sonegação, que é talvez a causa maior, estimulada da economia subterrânea, que é a alta carga tributária, o fato é que o tabaco, e o companheiro Iro não enfatizou tanto isso, mas o fumo é um dos setores mais tributados na economia, no Brasil e no mundo todo. Estimativas recentes mostram que, com esse último aumento, para a empresa, o imposto vai representar 71% do preço da mercadoria e com receita de cerca de oito bilhões de reais.

Eu, numa ocasião, em reunião com o ex-Secretário da Receita, Rachid, ele brincou para um Presidente de uma empresa de cigarros, que o grande produto dele eram impostos. Depois, eventualmente, poderia ter outro, se conseguisse, no resto, ter algum lucro, poderia ter para os seus acionistas. Mas é um valor bastante expressivo, de 71%, e com arrecadação de mais de oito bilhões.

Eu acredito que aumentar ou criar um imposto de 15% sobre o valor da produção só vai aumentar ou vai dar um grande estímulo para o aumento da evasão fiscal, especialmente o contrabando. A economia informal, o contrabando, os que não pagam impostos, no Brasil, já representam 27% desse mercado. Com esse aumento, provavelmente, haverá um estímulo para aumentar ainda mais. Existem alguns dados sobre a produção de cigarros no Paraguai, se não me engano, é da ordem de 40 bilhões de vintenas, em que o consumo interno é de três bilhões. E a exportação ilegal é oito bilhões. Quer dizer, então, o contrabando é bastante expressivo e, dadas as fronteiras do Brasil, isso, apesar dos esforços da Polícia Federal, da Receita Federal, ainda continua bastante elevado.

E eu gostaria também de alertar um ponto, também está no Projeto, é que esse aumento seria feito através do imposto *ad valorem,* que eu acredito que não é... Não são os impostos apropriados. Porque, em geral, quando se tem possibilidade de fazer a tributação, ou se faz a tributação sobre o consumo ou sobre o faturamento, com uma proporção *ad valorem*, dez, 15% do valor, ou se põe um imposto fixo, que seria o imposto *ad rem*, por coisa. No caso de produtos, onde você tem uma preocupação social, como seria leite das crianças ou remédios, é natural que você tenha um imposto menor para aqueles de menor renda e maior para aqueles de maior renda, até como justiça fiscal. Não é esse o caso do tabaco. Não existe essa preocupação. E é um imposto muito elevado. E, sendo um imposto muito elevado, a tentação da evasão é muito grande.

Então, o que se tem que se preocupar é encontrar uma forma que o imposto seja facilmente arrecadado, de forma a evitar a sonegação, o contrabando. E a forma de imposto mais simples é o imposto por

unidade, é o imposto *ad rem,* que tem sido utilizado pela Receita Federal, já há alguns anos, com enorme sucesso, tanto no mercado de cigarros como no mercado de bebidas, onde a arrecadação aumentou muito. E eu insisto, esses são impostos onde a produção maior não é a Justiça Fiscal, mesmo porque o imposto sobre o cigarro é pela natureza, no Brasil e no mundo, extremamente regressivo porque aquilo que se paga, as populações de menor renda pagam impostos, no caso cigarros, é uma parcela da sua renda, muito maior do que aqueles de maior renda. Se você quisesse fazer um imposto sobre cigarros progressivo, precisaria praticamente isentar o imposto para os mais pobres. O que se teria exatamente em contradição do que se falou, estaria estimulando a população a aumentar o consumo de cigarros, na contramão daquilo tudo que é a política adotada. Mesmo porque as pessoas de mais renda têm, em princípio, mais mecanismos ou têm renda suficiente para poder ter seu convênio médico particular, seu médico particular e não utilizar os serviços públicos.

Então o imposto sobre o cigarro é necessariamente regressivo. Então, esse argumento da agressividade não é um argumento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor tem mais três minutos.

SR. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO: Pois não, já estou terminando. Esse argumento da progressividade ou não, não é o argumento mais importante. E seria algo que precisaria ser corrigido ou ser sugestão de correção.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como... E, terminando, como não é minha especialidade, como acredito que não foi por esse motivo que fui convidado, eu não fiz referências ao mérito da criação do fundo e não discuti os problemas ligados ao tabagismo em si.

A minha intenção foi de alertar para os grandes riscos envolvidos no aumento da tributação, que poderá resultar num aumento de transgressões com efeitos econômicos e sociais perversos bastante substanciais e também nas vantagens dos impostos específicos, em setores altamente tributados, onde a preocupação é mais com a arrecadação do que com a Justiça Fiscal, e, portanto, precisa ter impostos que sejam facilmente arrecadados. Nesse sentido, eu diria que os nobres propósitos dos fundos poderiam ser financiados por outras fontes, inclusive pelos impostos atualmente existentes.

Muito obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Mesa agradece ao Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Ética Concorrencial, e já está inscrito para fazer uso da palavra aqui o Senador Zambiasi e o Senador Sérgio Moraes. Se o Senador Zambiasi concordar, eu daria a palavra ao último dessa Mesa, daí, antes de trocar a Mesa, V. Exa. faria a palavra porque virão outros quatro debatedores.

Então, eu passo a palavra, nesse momento, ao Auditor Fiscal da Receita Federal, em representação a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal, Marcelo Fisch. Serão 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado, Senador Paulo Paim. Exmo. Sr. Sérgio Zambiasi, Senador Cícero Lucena, Deputado Sérgio Moraes, demais presentes aqui, estou aqui na qualidade de representante da Secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Vieira, que foi convidada a participar dessa Audiência Pública. Imagino que um dos principais motivos do convite feito à Secretária Lina Vieira foi exatamente o fato, de dentro do Projeto de Lei do Senado, 176, estar embutido aí a criação de mais um tributo que é a CIDE, a contribuição de intervenção no domínio econômico – Cide-Fumo.

Eu queria fazer algumas considerações, antes de adentrar na questão da criação da CIDE, que é contextualizar um pouquinho o trabalho que a Receita Federal vem fazendo, ao longo dos últimos anos, quase uma década, no controle da produção, especialmente da produção de cigarros no Brasil. Não tem sido uma tarefa fácil, mas eu acho que a gente, depois de muitos anos de trabalho interno dentro da Receita Federal, a gente vem conseguindo alguns resultados bastante expressivos nos últimos três anos. A Receita Federal, ela participa também, é importante destacar que a Receita Federal participa da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, cuja Secretária Executiva é a Dra. Tânia, aqui presente, e a gente foca em dois artigos específicos da convenção, quais sejam, os arts. 6º, que trata de políticas de preços e impostos adequadas aos produtos derivados do fumo e o art. 15, que é um artigo voltado mais ao combate ao comércio ilícito desses produtos no âmbito dos países que são signatários da Convenção-Quadro.

Em relação ao Brasil, nós temos uma série de exigências, que foram criadas, ao longo dos últimos anos, para o setor de fabricação de cigarros especificamente. E falo cigarros porque, certamente, quase 100% dos nossos problemas hoje, que enfrentamos, do ponto de vista de arrecadação e de sonegação, são relacionados ao setor de fabricação de cigarros. Hoje nós temos dez empresas operando no setor de fabricação de cigarro. São dez fábricas, sendo que quatro delas ainda operam amparadas por decisões judiciais. Esse número já foi maior, esse número, em

2006, era da ordem de 15 empresas e, naquela época, nós tínhamos seis fábricas operando amparadas em decisões judiciais.

E por que das decisões judiciais? O Brasil, para se fabricar cigarro, é necessário que se tenha uma licença, que se chama registro especial, que foi instituído pelo Decreto-Lei 1593, de 1977, em vigor até hoje, sem o qual não se pode fabricar cigarro no país. E o principal requisito para se fabricar cigarro no país é, primeiro, dispor de regularidade fiscal, e segundo, manter essa regularidade fiscal ao longo do exercício dessa atividade econômica. Quando a gente fala regularidade fiscal, em palavras simples, nós estamos falando de pagar todos os impostos em dia. Simplesmente é isso que a Senado Federal exige e faz o acompanhamento em cima dos fabricantes.

Ocorre que, quando nós estamos falando de um produto onde a carga tributária gira ao redor de 60, 65%, a tentação pela sonegação e o lucro fácil é muito grande, o que faz e o que fez com que o mercado ilegal de cigarro no país crescesse de forma significativa, ao longo dos últimos anos. É claro que, em 98, 97, com o surgimento do contrabando e dos fabricantes de cigarros, o crescimento do número de fabricantes de cigarros, no Paraguai, nosso principal problema, naquela época, era o contrabando. Na medida em que foram crescendo fabricantes, pequenos fabricantes no Brasil, e esses fabricantes foram tomando, de certa forma, o mercado de contrabando, às custas da prática de preços baixos, preços esses em que, certamente, não estavam embutidos os impostos, esse mercado passou a ser um mercado de alta representação e significância para a Receita Federal.

Esse mercado, no ano 2000, representava algo em torno de dois a 3% do mercado. Nós chegamos, em 2007, com números próximos de 17% desse mercado de pequenos fabricantes no Brasil. E, quando eu digo pequenos fabricantes, são fabricantes que literalmente, ou quase a sua totalidade, não pagam os impostos associados à cadeia. Em termos de arrecadação, apenas para que vocês tenham uma ideia, em 2008, a Receita Federal arrecadou, do setor de fabricação de cigarros, algo em torno de 4,5 bilhões de reais. Desse total, boa parte é representada pelo IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, mais de 70%, algo em torno de três bilhões e 200 milhões de reais. O que a gente perdeu, em termos de sonegação, fora esses 4,5 bilhões arrecadados, só no ano de 2007, foi algo em torno de 600 milhões de reais, só de fabricantes nacionais. Aqui não estou mencionando a parcela referente ao contrabando, que vou tratar mais adiante.

A gente conseguiu com algumas medidas ao longo dos últimos três anos, reduzir esse número, esse prejuízo, que o prejuízo ainda continua, para algo em torno de 510 milhões de reais. Ou seja, é quase meio bilhão, pouco mais de meio bilhão de reais que se tem de prejuízo com os fabricantes nacionais, em virtude de não pagamento de impostos associados à cadeia.

Os diversos programas de parcelamento que têm surgido ao longo dos anos também têm sido um dificultador para a Receita Federal em relação ao setor de fabricação de cigarros. Isso por quê? Porque, quando se fala em regularidade fiscal, não interessa o montante de dívidas que as empresas têm acumuladas com a receita. Na hora, por exemplo, quando surge um parcelamento, como o REFIS, como o PAEX, como o PAES, as empresas automaticamente ingressam nesses parcelamentos e obtém uma certidão negativa em função do ingresso nesse parcelamento. Essa certidão negativa hoje, de acordo com a Legislação, ela faz prova da regularidade fiscal e faz com que as empresas voltem a operar dentro do mercado. E essa volta a operar dentro do mercado significa, para nós, não pagamento de impostos.

Praticamente todas as empresas que aderiram ao REFIS, PAEX, PAES, ao longo dos últimos anos, os parcelamentos que foram concedidos, foram excluídos desse parcelamento pela falta do pagamento do parcelamento e pela falta do pagamento dos impostos em função da nova produção. Só para vocês terem um exemplo, nós tivemos aí um fabricante de cigarros que ficou 14 anos amparado por uma liminar, concedida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, onde a gente, por diversas vezes, tentou reverter essa decisão, não conseguimos, e literalmente não pagou nenhum centavo de impostos aos cofres públicos.

Nesse ano de 2009, conseguimos reverter, finalmente, levamos o caso para o Tribunal Federal lá do Rio de Janeiro, conseguimos reverter, fechamos a fábrica, mas, infelizmente, um mês depois, conseguiu uma nova decisão judicial e hoje opera normalmente também sem o pagamento dos impostos devidos. Isso tem sido uma prática que tem ocorrido aí com a maioria dos fabricantes. De 2006 a 2009, a Receita Federal conseguiu fechar sete fabricantes de cigarros. A maioria deles operava amparado por decisões judiciais e a gente conseguiu reverter essas decisões, fazendo um trabalho forte, junto com a Procuradoria da Fazenda Nacional, junto aos juízes; em um caso específico, nós conseguimos levar o caso para o Supremo Tribunal Federal, ganhamos a causa em sede de liminar, estamos aguardando a decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal, que eu acho que vai ser a única forma de tentar pacificar essa questão do registro especial no âmbito da Secretaria da Receita Federal.

Hoje, para vocês terem uma ideia, as dívidas do setor ultrapassam a cifra de sete bilhões de reais. Ou seja, se você pegar todos os fabricantes de cigarro hoje no Brasil e colocar todas as dívidas acumuladas perante a Receita Federal, esse número já passa de sete bilhões de reais. E são dívidas absolutamente impagáveis. Mesmo com esse novo parcelamento que foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, certamente boa parte dos fabricantes de cigarro vai aderir ao mesmo, mas, simplesmente com o intuito protelatório, para que continuem operando, mas sem a menor condição. Não tem capacidade para pagar essa quantidade e esse volume de impostos acumulado ao longo de anos de um processo de sonegação aos cofres públicos.

Uma única empresa somente, de todas as sedes que a gente fechou, ao longo dos últimos três anos é que conseguiu regularizar sua situação fiscal, e a gente restabeleceu registro especial de fabricante dela, e estamos acompanhando para ver se efetivamente vai conseguir fazer o pagamento, não só dos impostos devidos, como também do passivo tributário que ela possui.

Em relação à tributação do cigarro, eu acho que nós temos hoje uma tributação forte sobre o produto, até porque a Constituição exige, especialmente em relação a IPI, em função da essencialidade do produto, uma tributação gravosa, em função da essencialidade que o cigarro não dispõe, e que gira hoje, com os novos aumentos de IPI, PIS, COFINS, aplicados a partir de março, da ordem de 65% do preço de venda a varejo. Então, a tributação hoje do cigarro, ela está calcada no preço de venda a varejo, que é praticado aí nos... No comércio varejista, o que facilita muito o controle e acompanhamento da Receita Federal.

Só para vocês terem uma ideia, em termos de aumento de tributação, a Medida Provisória 460 aumentou o PIS-COFINS de 6.36%, que é uma alíquota *ad valorem* para algo em torno de 11% incidente sobre o preço de venda a varejo. Ou seja, foi um aumento de quase 72% do PIS-COFINS. Em 2005, o Governo Federal já havia incrementado o PIS-COFINS da ordem de 43% também, em cima desse imposto.

Em relação ao IPI, as alíquotas foram aumentadas, em março, para algo em próximo de 23,5%, foi o total do reajuste, e, considerando aí os 30% já aplicados em 2007, foram 62% de aumento de IPI, só nos últimos dois anos. São aumentos necessários? Sim, são aumentos necessários. O preço de cigarros no Brasil ainda é um preço barato. De acordo com a Convenção-Quadro, os países têm que estimular ou têm que propiciar políticas de preços e impostos adequados ao produto.

É claro que a Receita Federal tem uma preocupação, não só com os fabricantes nacionais, mas também com a parcela do contrabando. Mas a gente tem uma clara definição hoje que o contrabando, a solução para o problema do contrabando hoje, ela passa muito por um processo de cooperação internacional com os países vizinhos, no âmbito do MERCOSUL, sem o qual vai ficar inviabilizada qualquer tentativa de combater o contrabando no Brasil. Ou seja, o Brasil vem fazendo, e é isso que a gente advoga perante os países vizinhos, o Brasil vem fazendo a sua parte, vem tentando fazer a sua parte no combate aos ilícitos do setor de fabricação de cigarros, no âmbito doméstico, mas precisa da cooperação internacional para que os países também possam adotar as mesmas medidas que o Brasil vem implementando ao longo dos anos.

O Paraguai, por exemplo, é signatário da Convenção-Quadro, está submetido às mesmas regras, às mesmas exigências que o Brasil e, certamente, o novo Governo paraguaio tem trabalhado conosco aí, no sentido de tentar reverter a situação caótica que hoje se encontram aí as fronteiras do país, com ingresso de produtos contrabandeados.

Não consigo, ao longo dos últimos dez anos de acompanhamento do setor, não consigo estabelecer uma relação direta entre aumento de tributos e aumento de contrabando na mesma proporção. Já tivemos situações em que já nós aumentamos o tributo e, em função do trabalho que a Receita Federal vem fazendo, verificamos até diminuição dos níveis de contrabando. Fazer um trabalho forte nas fronteiras é um trabalho importante, mas não é um trabalho que resolve o problema do contrabando. Temos notícia de que muitos fabricantes do lado paraguaio agradecem o trabalho que vem sendo feito pela Receita Federal e pela Polícia Federal porque quanto mais se apreendem produtos contrabandeados, mais é a demanda por fabricação de produtos do lado paraguaio. Então, de certa forma, acabamos estimulando a produção de cigarros no lado paraguaio.

Então, não é um problema só de trabalho de Receita Federal, de Polícia Federal, de apreensão. Não adianta botar dez mil fiscais na fronteira, cinco mil policiais na fronteira, que isso não vai resolver o problema. O problema tem que ser resolvido pelo Governo paraguaio, com iniciativas, com modificações legislativas, com implementação de controles semelhantes ao que o Brasil fez ao longo dos últimos anos.

O Brasil implementou, em 2008, um sistema de controle de produção junto aos fabricantes brasileiros. Hoje, todas as quase 150 linhas de produção dos fabricantes nacionais têm controle de produção *on-line,* instalado pela Receita Federal, onde a gente consegue

monitorar o que está sendo fabricado, quais as marcas, os quantitativos de produção, para que a gente possa acompanhar de maneira mais efetiva essa produção. A nota fiscal eletrônica também é algo que foi obrigatório, instituído como obrigatório para o setor de fabricação de cigarros e distribuição de cigarros, também a partir de 2008, também uma ferramenta importante no combate à sonegação do setor.

Então, senhores, o trabalho que a Receita Federal vem fazendo não é um trabalho fácil. Ainda temos muito a fazer, não é um trabalho isolado, depende também de vários outros órgãos, dependemos da Procuradoria, dependemos da Polícia Federal, de um processo de cooperação, dependemos, e muito, do Judiciário; o trabalho de convencimento do Judiciário, da importância e do... E do perigo que representa a manutenção dessas fábricas, que sonegam impostos, abertas é também fundamental nesse processo de combate aos ilícitos tributários.

Especificamente, em função do meu tempo, em relação à criação da Cide-Fumo, que está prevista no Projeto de Lei 176, a Receita Federal acredita que a criação de mais um tributo, em que pese o seu... A sua destinação vinculada à criação do Fundo de que trata Projeto de Lei ser legítima, mas a gente acha que instituir mais um tributo, com uma base de cálculo diferente, com novas regras de tributação, não serviria muito ao trabalho que já vem sendo feito pela Receita Federal no combate aos ilícitos do setor.

Não significa dizer, no entanto, que a Receita Federal é contra a criação da Cide-Fumo. A Receita Federal acredita que existem outras formas de financiamento ou obtenção de recursos para o financiamento e a manutenção desse Fundo que está sendo criado. A própria arrecadação dos tributos federais também pode ser algo objeto de vinculação; o próprio aumento das alíquotas hoje de PIS-COFINS e IPI também é algo que pode servir de fonte de financiamento desse fundo. Apenas para vocês terem uma ideia, só com os aumentos que foram implementados a partir de março, nós conseguimos aí um incremento de arrecadação, considerando o ano cheio, em 2009, algo em torno de 900 milhões de reais a mais, mas, considerando um ano cheio, a partir de 2010, serão 1,5 bilhão de reais a mais nos cofres da União.

Acho que aumentar as alíquotas, aumentar a tributação de forma a conseguir mais recursos para esse Fundo específico e vincular... Acho que o grande problema hoje é vincular a destinação de recursos para atividades específicas, voltadas à implementação de ações previstas na Convenção-Quadro, seria uma solução para a Receita Federal, mais simples, porque a criação de um novo tributo certamente vai dificultar, e muito, ainda mais o trabalho da Receita Federal, que são mais pessoas a serem alocadas, é mais um acompanhamento, são mais... É toda uma máquina pública que é movimentada, quando você cria um novo tributo.

Eu acho que a Receita Federal vem trabalhando, ao longo dos últimos anos, e acho que a própria Reforma Tributária tem sido um exemplo disso, no sentido de simplificar a Legislação tributária ao máximo. E, quanto a isso, a gente conhece bem. Quanto mais simples o tributo, mais simples de fiscalizar também e mais simples o cumprimento espontâneo por parte do contribuinte. Quanto mais complexa a tributação, certamente mais difícil e mais fácil, mais propício à sonegação fiscal.

Essas eram algumas considerações que eu queria de fazer, Senador Paulo Paim, e me coloco à disposição da Mesa para eventuais questionamentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. Marcelo Fisch, Auditor Fiscal da Receita Federal, e, de pronto, conforme já combinado, antes de fazermos a segunda Mesa, eu vou passar a palavra ao Senador Zambiasi, ao Senador Cícero Lucena, se assim entender, e ao Senador Sérgio Moraes. Senador Sérgio Moraes... Ele gostou. Eu vi que ele gostou. Ele fez assim o Zambiasi. Só não em 2010, né? Já para a outra-—

[risos].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu peço desculpas de ter que me retirar... Que eu tenho que me retirar porque hoje está coincidindo em outras Comissões a Relatoria da LDO. Nós participamos de outras, mas, sem dúvida, estarei me inteirando aqui. Então, não vou participar da outra Mesa em função disso. Mas quero agradecer a oportunidade de ter ouvido a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço, Senador Cícero Lucena, como sempre, prestigiando essa Comissão. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Paulo Paim. Cumprimento pela iniciativa de trazer esse Projeto à discussão, como tudo, é uma proposta, nada é perfeito, nós estamos aqui para ouvirmos todos os setores, os segmentos interessados, acompanhar a posição da Receita, a orientação... O Ministério da Saúde, eu não sabia que havia uma discussão interna, não sei quando começou; o Projeto que apresentei em 2007, no rastro ainda da Convenção-Quadro, da discussão da Convenção-Quadro, o Iro que tem toda uma atuação junto ao setor, lá no Rio Grande do Sul; Dr. André, que traz alguns posi-

cionamentos interessantes para serem observados aqui também...

Mas eu quero começar do começo, quero lembrar um pouquinho da história da trajetória da Convenção-Quadro aqui no Congresso Nacional. Foi, me parece que, em 2005, se não me engano, a hoje Prefeita de Santa Cruz do Sul, então Deputada Kelly Moraes, Deputada Federal, esposa do Deputado Sérgio, ele, Prefeito de Santa Cruz do Sul, me chamam a atenção, me alertaram: "Olha..." Ela, como Deputada e ele como Prefeito da região: "Tem um... Passou na Câmara um Projeto chamado Convenção-Quadro que não foi discutido. Quer dizer... E aqui, entre os agricultores da região, estão discutindo, estão comentando, em algumas reuniões, que vai ser proibido plantar fumo no Brasil. E está no Senado, vocês vão aprovar. Não foi discutido na Câmara".

Bom, proibiram o plantio de fumo no Brasil, mas vai ser proibida também a importação de fumo? Então, se proibir... Se tu proíbe a plantação, tem que proibir a importação. Aí dá uma confusão danada, Dr. André. Se já tem contrabando agora, imagina, viraria um produto similar, digamos, à maconha, sei lá. E eu entendi, então, estava na Comissão de Relações Exteriores, veio para cá, para o Senado, essa Convenção-Quadro, de absoluto desconhecimento; as pessoas não discutiram essa questão; o Ministro Humberto Costa estava, então, a diretora da Saúde, e com quem eu falei à época... "Olha, o que é essa Convenção-Quadro?" Havia uma interrogação, não houve nenhuma condição de discussão. E eu acho que esse é um processo que tem que ser discutido com transparência, com... Como estamos fazendo aqui agora, ser contra, ser a favor... Eu não tenho nenhum argumento a favor do cigarro. Tenho muitos argumentos a favor dos trabalhadores. E se ler direitinho aqui a proposta do Projeto, ele está focado basicamente na proteção ao trabalhador, que, como o Iro disse, só na Região Sul, são 200 mil famílias. Não é pouca coisa.

Então, através de um colega, eu consegui que a gente trabalhasse a proposta de audiências públicas para esclarecer esse tema que estava criando, de alguma maneira, algum pânico entre essas famílias, lá no interior, com um grau de informação menor... Afinal, vão nos proibir de plantar fumo? O que vai acontecer com a gente? E é este quadro que o Iro mostrou aqui. Famílias com pequenas propriedades e um pedaço dessa propriedade voltada para essa cadeia. E eu concordo com o Iro, no caso: Existem algumas cadeias produtivas completas no Brasil. Nós temos a cadeia... A cadeia do frango, ela é completinha, quer dizer, as... As grandes... A Sadia, sei lá quem mais, eles dão lá o pintinho, o ovo, não sei, contratam as famílias lá com os aviários e depois compram o produto. Então, tem-se como cadeia completa.

A suinocultura também é uma cadeia produtiva completa; a cadeia do leite é mais ou menos completa, não é tão certinha, digamos assim, identificada como essas duas, e a cadeia do fumo, que eu conheço, não sou especialista no setor, mas eu tenho lido e analisado.

Então, começou a gerar uma sensação de medo, de insegurança entre as pessoas. E o objetivo de fazer as audiências públicas, à época, foi esclarecer, clarear. Então, nós tivemos oportunidade na designação do Senador Heráclito Fortes como Relator do Projeto aqui, depois de alguns tensionamentos, inclusive. Eu lembro bem que tinha uma grande mobilizadora à época, a Sra. Paula Jones, se não me engano, que fez um trabalho muito forte, muito incisivo aqui, junto ao Senado, no sentido da aprovação da convenção. O então Presidente do INCOR, hoje Ministro Temporão, trabalhou intensamente nessas discussões; ele acompanhou os debates; nós fomos a Santa Cruz do Sul e à Camaquã, nas duas audiências públicas no Rio Grande do Sul, com presença de ambos os lados, de uma forma, um debate muito democrático, e o que se percebeu, à época, foi que a convenção não previa o financiamento... Bom, em 20 anos, o Brasil assina o compromisso de não mais produzir fumo, mas o que fazer com esses trabalhadores? A convenção não previa. Eu li atentamente e não havia nada que pudesse dar segurança aos trabalhadores, seja aos agricultores, quanto aos que estavam nas fábricas.

Bom, a fábrica é o de menos. Tu deixa de plantar no Brasil... Mas, aí, fui me informar também no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, como é que fica se nós proibirmos de plantar um produto no país, como fica a área produtiva? A informação técnica que eu recebi, que, como o fumo é um produto legal, tido como legal, não há como a Receita impedir que se importe. Portanto, a fábrica pode permanecer aqui. Mas ela vai importar. Haverá um país aqui da América do Sul que vai plantar. E, portanto, nós vamos nos transformar de produtores-exportadores em importadores.

Então, pedi para ser claro nisso. É possível tirar do mapa? Não. A resposta foi muito clara para mim. Não é possível. Nós podemos até nos comprometer em proibir o plantio, em acabar com ele, mas não há como impedir a importação do produto. Então, bom, espera um pouquinho, vamos ter que equilibrar esse processo... Equilibrar esse processo. E foi isso que as audiências públicas procuraram trabalhar, este equilíbrio. O Brasil assina a Convenção-Quadro, porém, dá segurança aos trabalhadores. O que não havia e, a partir dali, eu lembro que o então Ministro Rosseto...

Agora não lembro o Ministério... O Ministro Rosseto, o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário. Então, da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Ministra Dilma... Todos assinaram esse compromisso de proteção para os agricultores e para os trabalhadores das fábricas.

Então, esse é o ponto inicial da questão da Convenção-Quadro, que nós discutimos tanto aqui e, ao final, o Congresso acabou aprovando. Tem todo um histórico de uma... De o Projeto ter sido aprovado na Câmara sem nenhuma discussão e os próprios Deputados se questionavam, "espera um pouquinho, o que é isso mesmo, essa tal de Convenção-Quadro?". Que finalmente o Senado pôde esclarecer, aperfeiçoar, que esse é o objetivo, e aprovar sem problema nenhum, contanto que pudesse obedecer a algumas questões que não radicalizasse a esse extremo, de eliminar uma cultura, mas permitir a importação. Quer dizer, o consumo continua, óbvio, com uma conscientização a partir das campanhas do Ministério da Saúde e de outros setores, convencidos de que o cigarro faz mal à saúde, porém, com os olhos focados na proteção a essas milhares de famílias, que poderiam produzir um caos social, uma preocupação social muito forte, migrações que podem complicar o próprio processo de segurança e, associado a todas as questões da vida dessas famílias que, desamparadas, seguramente teriam que mudar-se, buscar novas alternativas, sair do campo ou sair da sua propriedade e residir em periferias de cidades-pólo, regionais, ou das capitais de Estado. Então, tem uma série de situações que são preocupantes também. O que fazer com essas famílias?

Então, o processo da Convenção-Quadro, que discutiu nas Audiências Públicas, aqui no Senado, e que levou alguns meses até sua posição final, passou por todas essas questões, para, ao final, nós, com essas alterações e compromissos, vermos, então, o Projeto aprovado. Sempre com a preocupação que nos traziam... A cidade-pólo da produção, que é Santa Cruz do Sul, onde o Sérgio Moraes era Prefeito. E com este cuidado de fazer uma discussão com transparência, focada nesses compromissos junto à classe trabalhadora.

Bom, a partir dali, e preocupado exatamente em democratizar esse processo produtivo, nós, eu e o Deputado Sérgio Moraes imaginamos uma contribuição para que se estabelecessem parâmetros e padrões de oportunidade aos diversos setores. Então, o Projeto prevê um valor orçamentário para pesquisa e desenvolvimento de novas culturas, por instituições públicas ou privadas, estas sem fins econômicos, financiamento de equipamentos, matéria-prima e demais materiais necessários àquele produtor que quer reduzir ou deixar de plantar tabaco; ele não vai ser obrigado, não é... Um percentual ao produtor rural do tabaco, uma espécie de Fundo de Garantia... É uma espécie de Fundo de Garantia adicional a este produtor porque, na realidade, quantos meses tu fica focado nessa produção ali na tua propriedade? São alguns meses--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desde que ele comece a diversificar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --trabalhando a diversificação que existe da sua propriedade. E um percentual ao trabalhador da fábrica também. Além do seu Fundo de Garantia específico, um valor adicional para que ele possa exercer, com mais segurança e tranquilidade, a sua atividade.

E tem a questão dos safristas também; são trabalhadores contratados apenas em época de safra. Gera um bom volume de empregos, mas é por um período, dois, três meses, não sei quantos meses exatamente.

Então, todo o foco está nesses cinco itens. E um percentual maior, 40% desta arrecadação que pode, sim, ser... Esse acréscimo que foi feito agora para compensar as reduções das linhas branca e automotiva, que podem, daqui a pouco, permanecer como esse fundo, se o Governo entender que seja o adequado. Então, 40% para o estudo e o tratamento das doenças decorrentes do uso do tabaco. Então, o foco do Projeto, o Projeto todo se resume a estes... O coração dele está nestes cinco itens que nós estamos discutindo aqui.

Então, entendendo que o Projeto não é completo, não é acabado e pode até ser rejeitado inclusive, nós entendemos a importância de trazê-lo para essa discussão, para que nós pudéssemos ampliar a compreensão, desde a sua cadeia produtiva, as consequências dos problemas de saúde que o tabaco provoca, mas, ao mesmo tempo, entendendo que é um produto legalmente aceito, encontrarmos nele uma forma de financiar, com mais intensidade, as ações de saúde, com mais intensidade; oportunizar aos agricultores o financiamento e a busca de culturas alternativas, porque não há nada no Governo... Eu fui... Ministério da Cultura não tem qualquer tipo de... Eu apresentei aqui, está lá na Câmara, espero que possa ser votado nos próximos dias, o primeiro Projeto que dá ao agricultor a possibilidade de buscar financiamento junto ao banco para melhorar o seu plantio de feijão, que é 3%; o plantio do milho, que eu não sei qual é o índice, o... Outros produtos. Porque não há nem isto no Governo... Não este Governo; o Governo institucionalmente falando. Não tem nenhum processo que ofereça ao agricultor alternativas para que ele possa compensar as possíveis perdas para uma mudança de cultura.

Estas são as questões básicas que a gente traz aqui para a discussão. De outra parte, Dr. André, a questão do contrabando, que muito bem acentuou o Dr. Marcelo, não se contrabandeia só cigarro. O contrabando é de "n" produtos. De vez em quando, a gente vê aí aqueles DVDs, que vem lá das fronteiras, aos milhares, 100 mil, 200 mil, 500 mil... Fico impressionado com o número. Além de outros produtos, que são vendidos livremente até--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois é. Agora... Talvez até mais perigoso. Eu acho, efetivamente, Dr. Marcelo, que o Governo Brasileiro tem uma grande dívida social com o Paraguai e uma grande responsabilidade com esse país. E não é só Itaipu, quer dizer, Itaipu, como símbolo de luta, é muito interessante numa campanha eleitoral para eles, mas agora é hora do Brasil colocar o dedinho na moleira lá do Presidente Lugo e dos demais para equilibrar esta ação. O Paraguai, ele se equivale ao Brasil na produção de cigarro, e o consumo é insignificante. O Paraguai tem oito milhões de habitantes. O Paraguai é menor que a maioria dos Estados brasileiros. Portanto... E vejo que, me surpreende a cada dia, a informação do volume de produção desses produtos que aqui chegam contrabandeados e, portanto, influenciando fortemente na arrecadação da... Da nossa Receita.

Então, a proposta, ela quer, além de trazer luz a essas discussões, sem paixão, que o grande problema é o apaixonamento das questões, oferecer à sociedade alternativas claras, compreensíveis, em relação a uma questão que é carregada de um grau de preconceito muito forte e, por causa disso, a gente não consegue muitas vezes encontrar o parâmetro adequado, o equilíbrio da discussão. Nós vamos discutir apaixonadamente e, na discussão apaixonada, a gente acaba muitas vezes se excedendo.

E eu vejo aqui, felizmente, que bom isso aí, nós não encontramos paixão. Pelo contrário, encontramos serenidade na discussão. E é esta serenidade que vai nos ajudar a produzir, talvez, senão este Projeto, que eu tenho aqui, no Senado, e o Deputado Sérgio Moraes tem na Câmara, nós apresentamos concomitantemente, pequenas diferenças entre um e outro, mas eu entendo que, tendo em vista a característica específica do tipo de produção primária e do tipo de produção industrial, que não vai ser proibida, e, por não ser proibida, nós temos que equilibrar o processo, vermos uma maneira de fazer com que o trabalhador se sinta protegido. Porque pertencer a uma cadeia produtiva completa, Iro, é bom e ruim. É bom porque está seguro. Ruim porque vira refém. E esse que é o grande drama da cadeia, da tal da cadeia produtiva. É uma beleza, uma maravilha. E ver todo esse processo. Que bom! O agricultor sabe que a produção vai ser vendida. Mas, em que circunstância? Ele está submetido à vontade patronal. Quer dizer, o patrão vai dizer: "Olha, esse ano a produção foi muito boa. O ano passado foi 10, esse ano tem excedente, é cinco, é três. Se quiser vender. Se não quiser, vai ficar lá no teu galpão". E aí vem a critica... O Sérgio Moraes foi lá no Banco do Brasil buscar financiamento. Foi lá trabalhar para financiar, sim, a compra do fumo excedente. Porque aquelas famílias, que hoje vivem numa condição razoável, amanhã podem estar passando fome, mesmo pertencendo a uma cadeia produtiva completa.

E, para coletar, Dra. Tânia, eu admiro muito a transparência que o Ministro Temporão trabalha. Ele tem uma posição e é transparente nela. A gente sabe com quem lida, e isso é bom demais. Acho que ele enfrentou umas lutas aí, que vou dizer uma coisa, não é pra qualquer um. E isso nos enche de orgulho e de alegria. Mas, eu vejo o Ministério trabalhando intensamente a questão do cigarro, com a qual eu me comprometo também, eu venho da área da comunicação e, por muitos anos, todos os dias, todos os dias, e acho que ainda existem gravações, eu iniciava essa minha participação e, durante inúmeras vezes, na programação, eu alertava para o malefício do fumo, do cigarro e das drogas de forma geral. Ao ponto de alguém um dia me sugerir... E passei a utilizar uma expressão muito usada entre os AAs, os alcoólicos anônimos, e depois tem outra entidade dos fumantes... Agora não lembro, mas tem uma expressão dos alcoólicos, "só hoje não vou beber", me sugeriram que eu acrescentasse "só hoje não vou fumar", que é uma maneira de superar esta dependência e ter um consumo mais... No mínimo, um consumo mais consciente. Eu fiz isso por muitos anos.

Eu acho que nós deveríamos também, o Ministério da Saúde deveria usar toda sua força também em relação a um drama que ganhou uma dimensão especial no Rio Grande do Sul, mas é brasileiro, nós temos mais de um milhão no Brasil de dependentes, que é a questão do crack. E, há poucos dias, até fiquei muito surpreendido, visitando uma comunidade bem periférica da região metropolitana, quando uma senhora me apresentou um cachimbinho e um panfleto de uma ONG financiada pelo Ministério da Saúde, orientando como fumar o crack. Eu não sei se é o adequado. Sinceramente, a minha... Eu não sei se é... Se é bom ou é ruim. Mas eu acho que deveria também orientar a sociedade porque o Rio Grande do Sul foi impactado, no Domingo de Páscoa, quando uma mãe matou o filho, no domingo de manhã da Páscoa, que... Alegando

que era ela e o marido ou ele, um jovem de 21, 22, 23 anos de idade, não sei. Isso impactou o Brasil, mas o Sul especialmente, motivando uma rede de comunicação a lançar uma grande campanha, que está no ar, de conscientização etc. e tal.

Mas eu acho que, não sei se é adequado ao Ministério da Saúde fazer toda essa campanha contra o cigarro, contra o fumo, que eu tenho... O meu apoio, sou do Sul, o maior Estado produtor de fumo e de cigarro do Brasil, mas o setor sabe que eu estou comprometido nas campanhas antitabagistas. Estou junto com os trabalhadores. Faço o possível para apoiá-los e protegê-los. Mas acho que seria interessante o Ministério da Saúde também abraçar, em nível nacional, essas causas, que são muito fortes e de maneira até para equilibrar. Se essa ONG distribui esse cachimbinho e diz que, para fumar crack, tem que usar lá um instrumento qualquer, que é melhor para a saúde, deveria também usar todo o seu poder para ajudar o combate a esse problema. Nós temos... Segundo a Secretaria de Saúde do Estado, 50 mil jovens fumam crack, todos os dias, no Rio Grande do Sul. Ora, se nós projetarmos esse índice para o Brasil, dá mais de um milhão de pessoas. É um fato que eu considero relevante para a gente trabalhar e aproveitar sua presença aqui, que é uma especialista no assunto, que tem artigos publicados e conhece profundamente essas questões.

Então, é isso, Presidente Paim, quero cumprimentá-lo por trazer uma Audiência Pública essa questão, essa discussão, e fazer com que a gente ouça o que é bom, o que é ruim do Projeto, aprová-lo ou não, mas pelo menos traz, tem uma discussão, mostra o setor produtivo... Diz: "Olha, bom, as propriedades são pequenas e as famílias dependem disso aí. Bom, a cadeia produtiva completa é boa... É ruim..." A gente começa a ganhar um pouco mais de consciência nesse processo. Sabemos do trabalho que a Receita está fazendo no sentido do combate à sonegação interna e a questão do contrabando, que é um problema não só da Receita, mas do Brasil, do Governo. E o trabalho que o Ministério da Saúde vem fazendo também nesse sentido.

Então, era basicamente isso, esse é um tema que a gente pode discutir o dia inteiro e, se a gente não tiver cuidado com o limite do tempo, nós acabamos nos excedendo, o que não é bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do Projeto, que fez uma bela exposição, mostrando suas preocupações e, como foi muito bem dito aqui pelo Senador, a intenção é essa. Uma audiência, duas audiências, três se necessário, até que a gente consiga construir, e acho que é possível um consenso em cima da aprovação do Projeto. Eu estou animado, Senador Sérgio Zambiasi, que nós vamos aprovar o seu Projeto, depois de muito diálogo, com todos os setores. Senador Sérgio Zambiasi, que tem um Projeto idêntico a esse apresentado na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO SÉRGIO MORAES (PTB-RS): Senador Paim e a Mesa, o Iro... Olha, eu... O Zambiasi foi muito feliz aqui, quando fez essa explanação. Eu gostaria de apenas de acrescentar alguns números. Nós somos o primeiro... É o primeiro produto em exportação no Rio Grande do Sul, o tabaco. Responde a mais ou menos 2% da exportação nacional. 800 mil pessoas na lavoura, na roça, e que, diga-se de passagem, nós precisamos manter os agricultores lá porque, na cidade, não tem emprego para todos e também porque precisamos manter o nosso interior povoado e não apenas um asilo, como alguns lugares os jovens já foram embora e só permanecem os idosos, que já não produzem e que estão cada vez mais pobres.

Cinquenta mil pessoas, mais ou menos, na indústria. Mais ou menos 200 mil empregos indiretos, que é o caminhoneiro, o borracheiro, o cara que abastece... Enfim, nesse Projeto, que é um pouquinho diferente do Zambiasi, embora fizemos juntos, depois eu acrescentei algumas Emendas, ele contempla a saúde pública com mais ou menos, no dinheiro de hoje, uns 800 milhões de reais.

O Ministro Temporão alardeou, naquela época que seria... Que o país estava gastando 380 milhões no tratamento de doentes do câncer, do cigarro. Então, nós oferecemos para ele ao redor de 800 milhões. Gasta 380, vamos te dar 800. Os agricultores receberiam, a cada família de quatro, que é mais ou menos a média, ao redor de 250 reais por mês, desde que ele começasse a diversificar.

Veja bem, aonde que o Projeto quer chegar? Até porque, Zambiasi, tu sempre diz que a parte mais sensível do homem é o bolso. Aí começa a diversificação. Dizem... Tem mais ou menos 200 milhões para a pesquisa. Por que pesquisa? Nós temos que botar a EMBRAPA, a EMATER, as universidades a pesquisar um produto que possa substituir o tabaco aos poucos. Não adianta todo mundo plantar tomates se lá não nascem tomates ou não tem para quem vender os tomates. Então, tem que ter uma pesquisa, dizendo o quanto precisa o mercado ainda de tomates e este, então, um grupo de produtores começa a plantar tomates e ali vai.

Financiamento para equipamentos. O sujeito hoje, o agricultor, tem lá o produto, tem lá as instalações para produzir tabaco. Se ele quiser produzir outra cultura, vai ter que adaptar, vai ter que adquirir

esse equipamento. Frutas, doces... Enfim. Tem 50 mil... Milhões de reais, previstos no Projeto, para equipar a polícia de fronteira. Ou seja, a cada ano, a Polícia de fronteira receberia 50 milhões para equipamentos para poder inibir, para poder combater, com mais eficiência, o contrabando.

Os safristas ou os trabalhadores da indústria teriam também ao redor de milhões por ano que retornaria como salário desde que estivesse cursando algum curso profissionalizante. Ou seja, o sujeito começa... Parar de plantar fumo, vai desempregar aqui o trabalhador da indústria. Então, ele tem que fazer um curso de pedreiro, de marceneiro, de carpinteiro, para poder depois ir substituindo a sua mão de obra.

Bem, nós sabemos que o setor que produz cigarros tem uma certa... Digamos que não concorda muito com esse Projeto. Alega que já pagam tanto, que é o que mais paga... E nós concordamos. É um absurdo o cigarro pagar muito diferente dos demais produtos. Mas, assim é e assim temos que continuar. Mas esse Projeto remete exatamente para a diversificação, para a diversificação da lavoura. O que precisa ser dito aqui para o Marcelo, o Marcelo, que é da Receita, o Paraguai não produz tabaco. E quem produz tabaco é a Argentina, Brasil, são outros países. E quem compra esse tabaco, no final das contas, é um grupo só. Então, nós temos que dar uma olhadinha aí também, como é que esse tabaco chega lá? Se esse tabaco está praticamente na mão do mesmo grupo? Então, nós temos que botar um pouquinho de pontinho de interrogação nisso. Pode, pode responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, depois. Porque, inclusive, a Dra. Tânia também quer--

DEPUTADO SÉRGIO MORAES (PTB-RS): Então, é o seguinte, vem cá, se o Paraguai não produz tabaco e quem controla, quem tem o produtor já numa produção já casada, como é que esse tabaco sai da mão daqueles que produzem e para lá no Paraguai? Nós temos que dar uma olhadinha nisso também. De repente, podem ter alguns interesses aí que fazem um barulho contra o contrabando, mas, daqui a pouco, esse contrabando está sendo bom para eles. Vamos começar a olhar assim também.

Então, esse produtor trabalha ao redor de 15 hectares. Nós temos que achar um produto que possa compensar ele em 15 hectares. A Receita diz que recolhe ao redor de 4.5 bilhões de produção de tabaco. Tem que imaginar que mais no beneficiamento... Enfim, tudo que aquilo gera, dentro do comércio etc. etc., essa é uma cadeia muito superior a esses 4.5 bilhões.

Então, nós temos que ver, por exemplo, agora, o Senador Zambiasi falou do crack. Ora, esses dias eu vi o Ministro Minc caminhando na marcha da maconha, que, na minha opinião, é apologia, está fazendo... Incentivando as drogas. Isso está muito claro. E que, se eu fosse Presidente da República, tinha demitido ele naquela hora. Não só por isso, e por outros barulhos que ele vem fazendo por aí.

Então, é muito complicado. Daqui a pouco... O nosso tabaco, só para vocês saibam, ele é necessário para conseguir fazer a mistura com outros países. Por que é que compram tanto tabaco aqui do Brasil? Porque nós temos olhos azuis ou verdes? Não. É porque o nosso tabaco é que dá a mistura exata para o produto produzido em outros países. E por que é que essas empresas, grandes empresas, investem muito aqui no produtor? Eles querem o bom produto nosso para levar... Porque, assim, a própria empresa, Paim, que produz aqui casado e que exporta, exporta para eles mesmos. Ou pelo menos para o mesmo grupo, que tem fábricas em outros países. A grande maioria funciona assim. A não ser essas menores ou médias empresas, mas que produzem para eles também. Então, no fim, o tabaco, aqui em cima, é um grupo só. Então por isso que tem que ver esse negócio da receita aí do Paraguai.

Então, eu não sei, daqui a pouco se for questionado, eu até posso voltar. Mas nós temos que nos desapaixonar, como diz o Zambiasi. Eu já fui muito mais apaixonado por esse tema e vi que, com paixão, não estava andando. Nós temos que fazer com moderação, com cautela, ouvir o setor fumageiro, eu não sei se tem alguém aqui que vai falar em nome dos produtores... Acho que não. Em nome do colono--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO SÉRGIO MORAES (PTB-RS): É, mas o colono mesmo... Quer dizer, estão faltando aqui algumas entidades. Então, na verdade, o que nós queremos, Paim? Nós queremos que o setor fumageiro vá muito bem, nós queremos que a Souza Cruz e a Phillip Morris continuem gerando milhões de impostos, gerando centenas, milhares de empregos... Nós queremos que tudo isso continue. Nós queremos que o povo pare de fumar... Na minha casa, Dra. Tânia, ninguém fuma porque, lá em casa, é proibido fumar. Porque todos nós sabemos que faz mal. E todo mundo fala sobre isso. Mas, se alguém quiser fumar, que fume o cigarro e o produto lá da nossa região. Nós não queremos que o povo tenha esse hábito, mas, se tiver, que pegue o nosso, que é de melhor qualidade. Então, nós queremos que o produto... Que as empresas vão muito bem, que os empregos aumentem muito mais, mas nós temos que nos preocupar agora é com os trabalhadores, com esta grande massa de homens e mulheres, jovens,

que estão olhando aqui para o Senado, olhando para essa Audiência Pública, para poder saber qual será o destino de cada um deles. Então, Senador Paim, eu agradeço e, se precisar, volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para responder, vão falar ainda o José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo de São Paulo, vai falar o Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, CNTA, e fala ainda o Adoniran Sanches, Secretário da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu acho que... Contempla? Senão, faremos outra Audiência Pública com aqueles que ainda não foram contemplados.

Eu, nesse momento, vou permitir aqui que a Mesa faça alguma consideração que entender necessária, só vou pedir a brevidade porque nós temos ainda quatro painelistas, de três a quatro. Eu pedi, então... Tinha pedido a palavra, em primeiro lugar, à Dra. Tânia, e, em seguida, o Dr. Marcelo.

SRA. TÂNIA CAVALCANTI: Obrigada, Senador. Eu, antes de mais nada, queria só parabenizar ao Senador Sérgio Zambiasi por essa iniciativa. Quando eu comecei a falar, o senhor não estava aqui, então, não o mencionei na minha fala, e também o Deputado Sérgio Moraes por uma iniciativa similar. Eu acho que é uma questão muito importante, e eu queria só pontuar algumas questões que foram levantadas pelo Senador, muito rapidamente. Uma das coisas, assim, a primeira coisa que eu queria falar, Senador, é que a Convenção-Quadro, ela não prevê financiamento para nenhum tipo de ação. Aliás, essa é uma questão bastante... Vamos dizer, preocupante, para quem lida com saúde pública, na questão do tabagismo, existem estudos mostrando que é um dos temas de saúde pública que menos tem financiamento em nível mundial. Agora que estão começando a aparecer os primeiros financiadores das ações para a redução do consumo. No caso, a Fundação Bloomberg, que é ligada ao ex-Prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg, que criou uma fundação que hoje vem financiando ações de controle do tabagismo, mas que não inclui o tema Agricultura, infelizmente, embora para a nossa própria... Vamos dizer assim, protesto. E a Fundação Gates, que vem dedicando principalmente recursos para a região da África, para reduzir o consumo de tabaco na região da África. Não tenho certeza se eles incluem essa questão com o tabagismo.

E eu queria ponderar, só relembrar que a Delegação do Brasil, tive a oportunidade de participar de algumas negociações da Convenção-Quadro, presidida, na época, pelo atual Chanceler do Brasil, Celso Amorim, e depois, na época, foi substituído pelo Embaixador Seixas Corrêa, que fez um brilhante trabalho na condução das negociações. E o Brasil saiu muito com a incumbência de buscar brigar mesmo para que esse tema de buscar proteção social para aqueles que dependem da produção do fumo entrasse na pauta da Convenção. Porque os países produtores eram a minoria. E eu considero que a inclusão dos arts. 17 e 18 e alguns outros trechos da Convenção, que abordam a necessidade de recursos financeiros para esse tema foi uma vitória do Brasil, da Delegação do Brasil.

E, continuando essa discussão, inclusive um dos temas de discussão da ratificação foi que o Brasil precisava estar sentando na Conferência das Partes para brigar para continuar esse tema em pauta, porque senão ele passa a ser um tema de segunda categoria, porque a maior parte dos países, eles querem reduzir consumo. Eles não estão preocupados com os países produtores. Então, foi muito importante o Brasil ter ratificado, louvo muito todo o debate trazido, muito importante para que toda a sociedade brasileira compartilhasse o entendimento desse processo e principalmente porque hoje nós temos grupos de trabalho se dedicando a esse tema.

Eu entendo, o Brasil tem sido considerado modelo para ações de redução do consumo e eu acho que o Brasil vai ser considerado modelo também, já está... Quando o Secretário foi apresentar a proposta, já está sendo considerado um modelo para essa questão das alternativas na diversificação, para essa questão da Agricultura, a produção de fumo. E eu acredito que, se tivermos a aprovação desse Fundo, estaremos também na vanguarda de modelo importante de proteção social.

Então, eu acho que é muito importante louvar... Louvo, mais uma vez, a iniciativa dessa Casa, do Sr. Senador, tanto o Sérgio Zambiasi como o Paulo Paim, e só último ponto é que em relação a essa questão do material do Ministério da Saúde sobre o crack, eu gostaria de dizer que existe hoje um grande debate em termos de redução de dano, não defendo isso, mas existe um grande debate, é uma grande polêmica, inclusive na área de controle do tabagismo, e a gente vai levar essa mensagem sua para o Ministro da Saúde, em relação a esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Marcelo, por favor.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado, Senador. Só complementando um questionamento que o Deputado Sérgio Moraes fez, em relação à questão do fumo que abastece as indústrias do Paraguai, uma coisa interessante colocar, lá nas origens, ou seja, o contrabando... Contrabando

oriundo do Paraguai, ele começou no Brasil. Ou seja, em 1996, 1995, não existia fábrica de cigarro no Paraguai. Existia uma, duas fábricas de cigarro. O problema é que o preço do cigarro no Brasil, ele era tabelado, foi tabelado até 1992. A partir de 92, houve a liberação de preços no Brasil. E aí se instaurou uma verdadeira guerra de preço entre os fabricantes, onde um dos mecanismos de guerra de preço, para tentar viabilizar a colocação de produtos de baixo preço no Brasil, foi a exportação de produtos sem impostos para o Paraguai e o retorno sob a forma de descaminho. Volumes absurdos em 1996, 97, 98, que fez com que o Brasil, em 98, instituísse a alíquota do imposto de exportação, tarifasse a exportação de cigarros a 150%, de forma a tentar estancar esse volume de exportações, que muitas vezes nem ocorriam realmente, o produto já acabava aqui diretamente, eram exportações fictícias, e fazer com que o Brasil mudasse o modelo de tributação do IPI, de forma a acabar com essa guerra, instituindo uma tributação *ad rem* sobre o produto. Mas, o contrabando, ele se iniciou aqui no Brasil.

Depois, com a importação, a alíquota de imposto de exportação, é que, em função dos canais de distribuição que já estavam instalados, muitos brasileiros foram para o Paraguai montar fábricas lá porque descobriram um nicho de mercado muito grande, já que o Paraguai tributa o cigarro igual como tributa o arroz, o feijão, o remédio... Ou seja, não existe no Paraguai... Hoje se você pegar o bloco MERCOSUL, Brasil tributa... Carga tributária elevada, o Uruguai carga tributária elevada, a Argentina carga tributária elevada sobre o cigarro. E o Paraguai, não. O Paraguai hoje tributa 13, 15% do cigarro. Então, é um excelente ramo de negócio para quem fabrica cigarro lá e coloca de maneira clandestina aqui no país.

E o que aconteceu com a instalação da indústria de cigarros no Paraguai? Nós começamos a observar e monitorar o movimento das matérias-primas. Ou seja, parou o cigarro de ir para lá, mas começou a ir fumo, filtro, papel... Volumes absurdos de fumo, filtro e papel para lá. Aí, o que nós fizemos em 99? Taxamos as exportações de fumo, filtro e papel a 150% também. O que aconteceu com isso? Uruguai entrou com uma solução de controvérsia contra o Brasil, questionando a alíquota de exportação das matérias-primas. Nós, durante quase três anos, ficamos uma discussão, no âmbito do MERCOSUL, junto com o Uruguai, perdemos em todas as instâncias. Todas. Até na maior instância, perdemos, tivemos que revogar a alíquota do imposto de exportação para as matérias-primas.

Então, quando o senhor pergunta de onde vem o fumo? O fumo é do Brasil. Ou seja, o mercado ilegal, o produto ilegal que entra no Brasil é abastecido com matérias-primas brasileiras. E a gente não pode fazer absolutamente nada porque nós já fomos vencidos em controvérsias com países do bloco do MERCOSUL--

DEPUTADO SÉRGIO MORAES (PTB-RS): Marcelo, mas resumindo, se tu me permitir, Senador Paim, é isso que estou dizendo. O setor fumageiro está gritando que vem cigarro de lá contrabandeado, mas quem manda o fumo é eles para lá. É isso que estou querendo dizer. É só não mandar mais o tabaco, não vem cigarro. Pronto.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Mas a questão que estou colocando é isso, nós não temos como impedir hoje a remessa de matérias-primas. Não temos como impedir porque nós perdemos isso. Nós perdemos essa questão hoje no bloco MERCOSUL. Então, é uma tentativa que já foi feita pelo Governo Brasileiro, mas que, infelizmente, não foi bem sucedida em relação à questão de comércio entre os países. Está bom? Era só isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, eu desfaço essa Mesa, convido os quatro painelistas a retornarem ao Plenário, e convido José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, CNTA, e ainda o Adoniram Sanches, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Eu agradeço os quatro painelistas que voltaram ao Plenário e dizendo que eles terão direito, ainda, às suas considerações finais, no encerramento dos trabalhos. E, de pronto, para ganharmos tempo, para ver se conseguimos terminar a nossa Audiência Pública, 12h30, Senador Zambiasi só vai cumprir um compromisso ali, regimental, de assinar a presença, e voltará ao debate.

Eu passo, de pronto, a palavra ao Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo.

SR. JOSÉ HENRIQUE NUNES BARRETO: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr. Deputado, Srs. Componentes da Mesa, senhoras e senhores, eu, antes de iniciar o meu pronunciamento, Senador, eu gostaria de, com todo o respeito, discordar de algumas colocações que foram feitas pelo representante da Secretaria da Receita Federal, quando, de maneira generalista, coloca todas as empresas nacionais como sonegadoras. E, ao mesmo tempo, há uma contradição na sua própria fala, quando ele afirma que uma empresa nacional conseguiu se regularizar e eles estão acompanhando, mesmo antes das leis de recu-

peração fiscal, pelo menos anteriormente e posteriormente aprovadas, inclusive por essa Casa.

É muito fácil considerar esse tipo de assunto com a superficialidade porque, na verdade, as empresas nacionais convivem numa situação de política tributária e regulatória altamente concentradora e excluidora dessas pequenas empresas. E o Sindifumo vem, nesses últimos anos, colocando essa situação e buscando melhorar o ambiente de negócio nesse sentido.

Alerto também e fico feliz com o reconhecimento da Receita Federal de que o problema do contrabando no Paraguai é uma questão de Estado e deve ser resolvido de Estado por Estado, ou no âmbito do MERCOSUL, e alerto para uma questão que estamos hoje convivendo no setor, que é o surgimento das indústrias clandestinas de cigarro, que estima-se que hoje, no Brasil, esteja em número de oito, e muito regionalizadas, do ponto de vista dos seus posicionamentos.

Bom, agora, eu quero entrar no meu pronunciamento preparado para essa Audiência Pública, Senador Paim. Nós representamos o Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo e buscamos encontrar caminhos que perpetuem as nossas atividades, pois entendemos que o agronegócio é quem emprega mais de 140 mil famílias no campo, com mais de um milhão de pessoas em todos os elos da sua cadeia produtiva, deva ser debatida e relevada a sua importância, diante de uma política governamental clara da harmonização dos interesses de seus agentes econômicos e interesses da sociedade, sem desconsiderar a importância que merece o controle sobre o consumo previsto pela Convenção-Quadro; consideramos, no entanto, fundamental levar em conta as necessidades do mercado e a relevância do negócio do ponto de vista dos interesses internacionais que estão envolvidos.

Em março de 2006, apresentamos um profundo estudo sobre os efeitos da tributação na cadeia produtiva do fumo e, mais recentemente, em maio deste ano, foi concluído mais um trabalho, este sobre a regulação do setor de tabacos no Brasil, ambos os estudos desenvolvidos pela FIPECAFI, uma instituição da USP, onde são demonstrados os marcos regulatórios e a engenharia tributária que definiram, em conjunto ou isoladamente, o setor como ele está configurado hoje, diferenciando para a concentração das atividades em grandes grupos econômicos no tocante ao processamento e controle das matérias-primas e, na outra ponta, a dominação do espaço econômico por apenas duas grandes companhias internacionais, que são consideradas pelo CADE como um oligopólio diferenciado, pois, juntas, detém mais de 94% da participação no mercado consumidor brasileiro.

Outro aspecto que também é analisado nesses estudos é que, desde o Período Colonial, nos foi relegada uma posição secundária nesse negócio. Nos restou apenas o papel de coadjuvante nesse rico empreendimento internacional. Somos os produtores de matérias-primas agrícolas, exportadores de fumo e folha. Somente 15% da produção local são consumidos pelo mercado interno, gerando um negócio de quase dez bilhões de reais em renda e impostos com a venda de cigarros. Os outros 85% restantes da produção nacional do fumo *in natura* geram divisas de exportação de apenas 1.4 bilhões de dólares, considerando os dados do exercício de 2004, sendo este um estudo demonstrado pela FIPECAFI, anteriormente citado.

A exportação de fumo é importante para a organização e o equilíbrio econômico do sistema como um todo. Mas, nos questionamos quanto ao custo/benefício deste modelo, pois esta quantidade de fumo *in natura*, se transformado em cigarros, poderia gerar pelo menos quatro bilhões de dólares naquele ano, considerando apenas se exportássemos cigarros mais baratos consumidos no mercado internacional.

O redirecionamento do setor para a exploração do mercado internacional de cigarros seria fator de fortalecimento e consolidação da empresa brasileira, tendo aí todos os seus desdobramentos positivos, como o aumento do número de empregos, a geração de maior valor agregado para a cadeia produtiva, aumento na arrecadação de impostos e autonomia da capacidade tecnológica da indústria nacional.

Quanto ao sistema de produção, não nos consideramos plenamente capacitados a falar dos seus benefícios, vantagens e desvantagens, até porque temos aqui o ilustre representante da AFUBRA, a personalidade que brilhantemente defende seus associados e hoje é uma das pessoas com maior autoridade para falar deste tema no país, que é o Sr. Romeu Schneider.

Gostaríamos, no entanto, Senador, de apenas tecer alguns comentários sobre o que nos parece importante para que se compreenda a inter-relação existente entre os eventos que acontecem ao produtor rural e a situação de penúria e agonia em que vivem as pequenas indústrias de cigarro que estão sistematicamente fechadas, por várias razões, quase todas em decorrência do modelo tributário que beneficia as grandes multinacionais, e do sistema regulatório, que é inexequível para quem não dispõe de farto capital para atender suas exigências.

No modelo de parceria integrada, pressentimos a ausência de uma política governamental que entenda esse sistema como uma matriz que deva ser integrada a todas as atividades agrícolas do país e tratadas como um agronegócio de *per si*, seja no sistema de

ofertas por preços ou através das parcerias cooperativas, gere a capacidade dos produtores de determinar os níveis de oferta em razão da sua necessidade de formação de capital ou remuneração dos fatores de produção, de acordo com as suas expectativas, e que lhes deem autonomia econômica para tomar decisões estratégicas no seu negócio.

Vemos, hoje, pequenas processadoras com dificuldades de entrarem no negócio, em razão do controle da produção do fumo em folha por parte de um número pequeno de empresas de grande porte e que exercem o poder econômico no mercado fornecedor, definindo para os produtores áreas a serem plantadas, sistemas de produção, forma de organização do trabalho, custo de produção, preço de venda e retorno sobre o capital fixo utilizado.

Os produtores precisam conhecer a dimensão econômica dos seus negócios; identificar corretamente os tributos que lhes são cobrados para que, com isso, determinem a função social das suas propriedades. Hoje, quase todos os tributos incidentes sobre a produção agrícola são deferidos para as etapas subsequentes da comercialização, tirando dos agentes contribuintes a verdadeira noção de quanto são participativos no financiamento público da gestão do Estado e, é claro, dar-se-ia, neste contexto, o reconhecimento da sua cidadania e da sua importância como extrato social.

Sistema de crédito... O sistema de crédito é transversal, com o produtor rural em sua formação como ente econômico, pois, compromete seu limite de financiamento, redirecionando suas linhas de crédito para as empresas compradoras de tabaco que atuam, neste caso, como "avalistas" e são as destinatárias dos recursos liberados em seu nome. Esse formato, nas operações, são pouco transparentes ao tomador do empréstimo, mesmo nos bancos oficiais, dificultando a sua gestão financeira que, em última análise, ainda acaba embutida e vinculada ao custo do contrato de exclusividade de venda da sua produção.

Tudo isso são situações que impactam a democratização do setor; conspira contra a participação de maior número de empresas de portes variados, elimina a competição na compra e venda e impede a autorregulamentação exercida pelas forças de mercado. A nosso ver, estamos submetendo toda a cadeia produtiva do fumo a um número cada vez mais reduzido de grandes empresas, monopolistas na compra de insumos e comercialização de cigarros, o que poderá tornar o setor inviável pela absoluta falta de alternativas ao modelo neocolonialista que nos foi imposto.

Quanto à organização econômica do setor, a maior parte do processo de produção agrícola do fumo, adotada no Brasil, é contratada pelo sistema de parceria integrada, conhecido como parceria integrada vertical, onde o produtor ainda detém, teoricamente, o poder de determinar, no momento da entrega do produto ao comprador contratado, numa função direta da cotação do fumo no dia da pesagem.

O aspecto crítico desse modelo encontra-se quando as compradoras definem como o seu excedente produzido, além do previsto contratualmente, onde eles aplicam as mesmas regras e compras previstas no contrato, incluindo a exclusividade de aquisição, fato que retira do produtor a possibilidade de recuperar custos e margens em razão da maior procura do seu excedente no jogo aberto de mercado. Isso ocorre pelo exercício do poder de mercado das grandes companhias, o que é feito apenas de forma infralegal, em razão da fragilidade individual de cada produtor, o que está certamente e oportunamente discutido nas instâncias representativas de cada uma das categorias envolvidas, ou seja, trabalhadores e pequenos produtores rurais e empresas processadoras.

O mercado brasileiro de cigarros hoje, sem dúvida nenhuma, é o mais controlado do mundo. Tanto no que concerne ao controle quanto à propagação do hábito de fumar; a Legislação interna conseguiu juntar leis e tratados ao redor do mundo, combinando lei canadense e lei de países da Comunidade Europeia e norte-americana, para definir todos os aspectos do controle do consumo do tabaco no Brasil, inclusive, introduzindo análises técnicas não disponíveis no território nacional, que devem ser cumpridas ou não serão autorizadas as marcas que não o dispuserem de tal forma. É um absurdo.

Gostaríamos de deixar registrado que o Sindifumo apoia toda a Legislação do controle do consumo de tabaco. Porém, defendemos que a implantação das políticas de controle do consumo de tabaco sejam--

[soa a campainha].

SR. JOSÉ HENRIQUE NUNES BARRETO: --implementadas harmonicamente entre sociedade, empresas e Governo, prevendo a melhor situação para consumidores e que a Legislação não interfira nas condições concorrenciais; que os órgãos de controle não estabeleçam regras que só possam ser cumpridas por quem detém grande poder econômico, pois, essa é mais uma forma de discriminar as pequenas indústrias e beneficiar as grandes companhias multinacionais e, além de tudo, não deixa claro quais são os objetivos de arrecadação do Estado e qual a função social do sistema de tributação implantado.

Não poderemos entender como um setor que tem a Legislação sobre o consumo de tabaco mais rigorosa e avançada do mundo, que combina dispositivos de várias leis, em diversos países ao redor do globo,

ainda mantém uma Legislação tributária medieval e regulatória anacrônica, oriundas do arbítrio dos porões do Regime Militar, com desdobramentos perversos e injustos para as menores, regulamentada por decretos dirigidos, possa ela resistir em ser mudada, apenas por estabelecer, contraditoriamente a nossa Constituição, o direito aos privilégios daqueles que seduzem mais pelo exercício do poder econômico como principal diferencial da sua razão, Sr. Senador.

A tributação sobre a comercialização de cigarros precisa ser revista e atualizada o mais urgente possível. É inconcebível que grandes conglomerados internacionais obtenham vantagens tributárias em nosso país, concebidas e articuladas de fora e trazidas para o Brasil como forma de burlar a competição concorrencial, beneficiando-se mercadologicamente em detrimento do Erário público, do consumidor, que tem restritas as suas possibilidades de consumo pela propensão e substituição de marcas em função de preços ou qualidade intrínseca de novos produtos, e das pequenas indústrias nacionais, que foram impelidas à prática de preços negativos com uma carga de IPI mais pesada, pois atendem aos consumidores de mais baixa renda, configurando uma assimetria tributária, onde o mais pobre paga mais.

Ainda, diante de todo o acervo normativo para o controle do consumo do tabaco com a Convenção-Quadro, lei de restrição à publicidade, criação do setor do controle ao tabagismo na Anvisa, lei antifumo em São Paulo, convivemos no setor com incentivos dos impostos estaduais, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, para as grandes companhias naqueles Estados, onde possui unidade de fabricação.

Definidos pelo julgador do CADE, o Exmo. Dr. Marcelo Caliari, como distorcivos concorrencialmente, pois, o incentivo no imposto estadual, na operação própria, aumenta mais que proporcionalmente os lucros da empresa. Isso, talvez, possibilite à marca líder de venda no país ser a mais barata do mundo, segundo estudo do Banco Mundial sobre o mercado de cigarros. O esforço do Sindifumo de São Paulo, na reforma da regulamentação para o setor de tabaco, atualizada e harmônica com o Projeto de dispositivos que regem a questão do controle do consumo e da implementação do dispositivo da Convenção-Quadro, bem como um sistema tributário isonômico, equânime, proporcional e que não interfira nas questões concorrenciais.

Se alguma alternativa para o incentivo à alternativa de substituição da cultura do fumo, e aqui entro no mérito do Projeto de Lei, possa ser implementada, que seja onerada a exportação do fumo *in natura* e não seja, mais uma vez, penalizado o consumidor brasileiro e as pequenas indústrias, de forma desproporcional, através de uma CIDE, por exemplo. A taxação da exportação para os... Contribuirá para o surgimento de uma plataforma exportadora de cigarros e buscará trazer, com isso, oportunidades e vantagens já citadas anteriormente.

E, para finalizar, Sr. Presidente, consideramos que a mudança do sistema de tributação deve ser proporcional, através de um sistema misto equalizado de tributação, onde sejam aplicadas alíquotas fixas e variáveis, de forma razoável, e que atenda aos requisitos de controle da arrecadação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Esperamos ainda que se observem os critérios de tributação em função do valor dos produtos e porte das empresas. Temos certeza que muito ainda iremos avançar neste tema, buscando incluir todos os segmentos envolvidos nessa atividade que, de alguma forma, possamos preservar aos interesses nacionais no nosso setor, trazendo para o Brasil os resultados econômicos que hoje não enxergamos nesse negócio.

Deixo aqui o meu agradecimento a todos pela atenção e em especial ao Sr. Presidente, Senador Paim, e demais palestrantes pela oportunidade de estar aqui e poder contribuir com esse debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. José Henrique Nunes Barreto, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, e passa de imediato a palavra ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, CNTA, Sr. Artur Bueno de Camargo. E só registro que esteve conosco aqui o Deputado Perondi, que é médico, e, ao mesmo tempo também, mostra sua preocupação com a saúde e com o emprego dos trabalhadores. Por favor, Artur.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Senador Paulo Paim, quero aqui também cumprimentar aos demais expositores aqui da Mesa, quero parabenizar aqui o Senador Sérgio Zambiasi, Senador que é autor deste Projeto, e quero já, Presidente, dizer de que eu apoio esse Projeto. E eu ouvi atentamente os expositores que me antecederam e eu entendo da seguinte forma: Este é um Projeto preventivo, que ele vem prever inclusive aquilo que nós realmente almejamos que, para um futuro bem próximo possa ocorrer, que é conscientizarmos os fumantes para que deixem de fumar. Esse é o objetivo da maioria da sociedade. E creio que não podemos fugir disso. Aonde tem um fumante na família, com certeza, sofre uma grande pressão dos demais para que deixe de fumar.

E, aí, eu quero destacar a questão do Projeto, que se preocupa com o produtor e, ao mesmo tempo, também se preocupa lá com os trabalhadores na in-

dústria, que, com certeza, com a redução dos consumidores, haverá, com certeza, a redução da produção, a redução... E isso virá causar desemprego.

Gostaria de destacar alguns pontos aqui, que foram citados, como a questão do contrabando... Questão do contrabando, isso não é de agora que nós temos um grande problema que enfrentamos em nosso país, e compete realmente ao Governo fechar o ciclo e tentar impedir esse contrabando. E aí, quando se fala um pouco da questão do Paraguai, que não produz o tabaco e exporta, me lembra um pouco a história aí também do café, que o Paraguai também não plantava café e era também o maior exportador de café. E isso agora no setor de tabaco. Então, creio que isso realmente é uma questão realmente que tem que ser combatida...

E aí, Presidente, queria também destacar um ponto que me parece ser importante, a questão do representante da Receita Federal, que destacou a questão aí da receita de 4,5 bilhões por ano de receita do setor, e tem aí sete bilhões que realmente são sonegados e que a Receita não consegue realmente trazer isso. E aqui eu queria fazer um registro: Nós temos tido grandes problemas realmente, nas indústrias de tabaco, com a questão do desemprego. E, aí, que eu queria registrar que todas as vezes em que a Receita Federal vai e fecha uma indústria e causa realmente um problema social do desemprego, o que nós temos percebido é que não existe uma fiscalização para que isso realmente seja corrigido no início. Quando a Receita Federal vai lá, já não tem mais o que fazer e aí, realmente, fecha-se a empresa e causa todo esse transtorno social e o desemprego.

Nós temos realmente debatido muito essa questão e, conforme o representante da Receita Federal disse, dezenas de empresas foram fechadas, e causado esse problema social. E aí, nós temos cobrado realmente da Receita Federal que haja... Que seja monitorado, que seja fiscalizado, antes que se chegue ao extremo e ter que fechar a empresa a este ponto.

Por outro lado, eu também gostaria de falar um pouco sobre a questão, eu li atentamente este Projeto, Senador, e, me parece, que ele é completo; em todos os pontos, ele contempla aquilo que ele tem como objetivo maior, como foi colocado pelo autor, de preservar lá a agricultura familiar, preservar o homem lá do campo e, ao mesmo tempo, também qualificar ou requalificar o trabalhador da indústria para que ele possa realmente estar se reintegrando em uma outra atividade no mercado de trabalho.

E aí eu queria, se me permite, Presidente, eu gostaria de sugerir que nós tivéssemos, dentro desse Projeto, fosse inserida a formação de um comitê tripartite. Acredito que seria de suma importância um comitê tripartite, com representação da bancada dos trabalhadores, dos empresários, e também do Governo, do Ministério da Saúde, eu acho importante estar, para que nós pudéssemos estar monitorando, acompanhando e também tomando algumas decisões, inclusive em relação aos cursos profissionalizantes de requalificação. Me parece que isso seria realmente de suma importância.

Eu não quero aqui ocupar todo meu tempo, eu acho que nós já estamos no avançado da hora, mas quero aqui parabenizar por essa iniciativa desse Projeto e a nossa Confederação realmente está apoiando esse Projeto, e entendemos que ele se faz necessário para podermos realmente prevenir a questão social, dos empregos e dos produtores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só vou pedir que todos, se possível, me entreguem por escrito as contribuições ao Projeto, daí como Relator, naturalmente, como disse, Sérgio, Deputado Sérgio Moraes, eu farei a conversa com V. Exa. e com o Senador Zambiasi para que não se modifique a ideia original do Projeto e que as contribuições possam vir para, como disse o Senador, aprimorar o Projeto. Esse é o objetivo.

Então, passo a palavra, nesse momento, ao Adoniram Sanches, Secretário da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SR. ADONIRAM SANCHES: Bom-dia a todos senhores e senhoras, uma saudação especial ao Senador Paim, Senador Sérgio Zambiasi, que já saiu, vejo aqui o Deputado Sérgio Moraes, os colegas do Governo Federal, Dra. Tânia, o Fischer, membros do CONIC. Dizer, Senador, que estou com mesma sensação do Senador Zambiasi porque eu entrei nessa discussão, lá em 2004, a pedido da Ministra Dilma, quando já se instalavam no nosso país as audiências públicas para discutir a ratificação ou não da Convenção-Quadro, e foram discussões audiências públicas, assim, bastante apaixonantes, o Iro também acompanhava as audiências públicas, então, ficavam posições equivocadas; predominou nas audiências públicas um ambiente que está presente hoje inclusive na sociedade Argentina, que a Argentina não ratificou a Convenção-Quadro.

Então, o que eu vejo lá quando vou a trabalho pelo MERCOSUL, eu vi muito aqui em 2004, 2005. Dizer que era proibido os agricultores plantarem fumo se o Brasil ratificasse a Convenção-Quadro. Eu, como Governo, Senador, nós perdemos essa campanha no debate público. Nós somos... Assim, atropelados, tamanha desinformação que se instalou no país, a ponto de cortar microfone, puxa microfone, na Paraíba, em Santa Catarina, tudo mais. O fato é que o tema, ele

entrou no nosso país de uma maneira bastante polêmica. Então, até hoje, uns dois meses atrás, eu estava com o Governador Requião no Paraná, num seminário, discutindo a diversificação das áreas tabacaleiras, até hoje tem um ou outro agricultor, uma ou outra liderança que volta às discussões. Mas o importante é que a Casa, o Senado, quando se apropriou do tema, teve a maturidade, a serenidade, entendeu a mensagem internacional, e esse é um tema que o Brasil liderava desde a época do Ministro Serra, com o Governo passado, tinha uma articulação grande do Itamaraty, muito bonita, no tema da saúde pública; a convenção, nos seus 38 artigos, somente um trata do mundo da produção, que é o 17º.

Então, o Senado, quando entendeu e aceitou quando, o Presidente Lula depositou aqui o seu voto de apoio, e assinando junto com o Ministro Rosseto, o Ministro Roberto Rodrigues, a Ministra Dilma, o Ministro do Trabalho e o Ministro das Relações Exteriores, da Saúde também, o Temporão, militante dessa causa, nós escrevemos, com um grupo da Casa Civil, mensagens claras no depósito do voto do Presidente. "Os Ministros consideram que a convenção poderá alterar a estabilidade econômica dos agricultores no médio e longo prazo.

Essa palavra, médio e longo prazo, nós tínhamos uma boa leitura e acho que nós continuamos tendo do Governo, que esse é um assunto que diz essencialmente na convenção, e ela está dando certo no mundo, a ver a adesão... Depois do tema AIDS, é o assunto que mais os países aderiram, pelo problema que é o impacto na saúde pública, e Dra. Tânia bem coloca que o Canadá e Estados Unidos fizeram os estudos, fizeram suas contas no sentido, que arrecada-se muito, mas gasta-se muito e mais do que se arrecada, inclusive, no tema das contas públicas.

Então, quando se vai... Nós vamos para Genebra, agora recentemente na África do Sul, a adesão dos países e como aflora o tema da saúde pública, nós, do setor da produção, nos colocamos, Senador, numa posição, essa que o Senador Zambiasi bem alertou, que essa é uma velocidade, uma prova de atletismo de resistência, de velocidade. Se o mundo adota o que o Canadá vem fazendo, Inglaterra e o Brasil, o consumo naturalmente vai cair. O consumo cairá.

Então, o Brasil, de maior exportador, claro que terá problemas, cedo ou tarde, com a exportação dos seus produtos. Então, por isso que nossa maneira tranquila, calma, quando depositamos aqui o voto no Senado, explicamos isso e dissemos: "Olha, nós do Ministério do Desenvolvimento Agrário, temos competência para cuidar dessa pequena e essa média agricultura brasileira, nós vamos entrar no assunto, vamos elaborar um programa de diversificação em áreas tabacaleiras. Nós vamos ofertar a política pública de tal maneira que o agricultor, se julgar convencido, se ele julgar mais confortável economicamente, ele vai migrar para sistemas de produção que mantenham a renda ou melhorem a renda, é uma opção econômica dele. O tabaco não é proibido, não é criminalizado, nem o agricultor e nem a cultura.

Então, é importante, eu também tenho essa sensação que o Senador Zambiasi tem, de deixar isso claro. Que o Projeto de Lei, eu acho que ele pega esse espírito, Senador Paim, no sentido que ele dá sequência à convenção e, nesse sistema dessa lógica de proteção, se responsabiliza para dois setores que poderão... Aqui, o verbo é poder, lá na frente, serem afetados, como os agricultores familiares, que são mais de 200 mil no nosso país, 96% disso no sul do país, com uma forte concentração, 66%, no Rio Grande do Sul, em pólos bastante diagnosticados, tem alguma coisa em Santa Catarina, alguma coisa também no meu Estado do Paraná, que poderão ter problema, e até mesmo os trabalhadores.

Então, dizer para o Senador, o Deputado também, que nós do MDA, quando tomamos conhecimento do Projeto do senhor antes de ontem, até pedi para a coordenadora do nosso programa, Adriana Gregolin, pedir... Que nós não estávamos programados para essa Mesa. Felizmente, o senhor, e agradeço, Senador, abriu a possibilidade de estarmos aqui, como painelistas também, dizer que o Projeto, ele está corretamente no tempo político e no tempo técnico, porque, quando nós montamos o programa de diversificação e abrimos ações no PPA, enfim, o Governo, é visível, ressente-se aí das suas crises de arrecadação. O programa foi contingenciado.

Então, nós tocamos 60 Projetos hoje na área de pesquisa, estudo, capacitação, com Emateres, com universidades, com dez milhões em dois anos. Mas dez milhões são poucos. Então, quando o Projeto aponta de você ter um diálogo firme, consistente com a economia de mais de 200 mil famílias no país, os indicadores que o nosso Projeto vem dizendo, mostrando, quando você entra com perspectiva de diversificação com biodiesel, com frutas, combinado com a ajuda de políticas públicas com fortes subsídios, você tem uma equação de renda que viabiliza uma renda tanto quanto do tabaco. Então, só para fazer essa consideração inicial, Senador.

Dizer também que o que vale para todos os agricultores do nosso país, mais de quatro milhões de estabelecimentos no país, chamados de agricultores familiares, vale também para os agricultores que cultivam tabaco. Estou de acordo com o Iro, quando ele

coloca que o monocultivo na pequena propriedade não dará escala. Hoje, eu brinco, a agricultura gaúcha, essa seca que se instalou lá agora, vamos gastar mais de 500 milhões em seguro; com a seca de 2004 e 2005, gastamos 1.2 bilhão de reais com seguro neste ano, prorrogando, atacando o problema, um seguro que nós levantamos nesse Governo.

Agora, o importante é que o monocultivo não viabilize a pequena propriedade. Tanto de fumo como só milho, porque não tem área suficiente para dar escala como tem no Centro-Oeste. Então, o tema da diversificação, a lógica do programa que nós levantamos é, se ocorrer alguns problemas com a comercialização de tabaco, o agricultor possa ter conforto de outros produtos que a pesquisa, com a assistência técnica já validou e ele possa acessar. Mais que isso, que ele possa acessar um conjunto de políticas públicas como o PRONAF. É importante esclarecer que, em 2002, eu não estava no Governo ainda, tirou-se a cultura do fumo do crédito agrícola do PRONAF. Porque o PRONAF, por exemplo, mais alimentos, são 100 mil reais, à taxa de 2%. 100 mil reais a 2%. Não pode ser para fumicultura. Mas o agricultor... O fumicultor que vai fazer o plantio da mandioca, do leite, do arroz, do feijão, ele pode acessar linha de crédito. Então, é importante esclarecer que o agricultor não é descriminalizado. O que é descriminalizado é a cultura.

Então dizer, Senador, por exemplo, a Casa, o Senado aprovou dia 28 último a Medida Provisória 455, que determina que todos Prefeitos deverão, no mínimo 30% da sua alimentação escolar, comprar da agricultura familiar com processo licitatório mais simplificado. Isso mexerá com mais de 2.2 bilhões de reais Fundo Nacional da Alimentação Escolar do nosso país. Por que é que nós propusemos essa Medida Provisória no Governo? Para criar um mercado para a agricultura familiar, um mercado com uma intermediação pública de alimentos. Estamos conversando fortemente com a Confederação Nacional de Agricultura, Organização das Cooperativas do Brasil, com a CONTAG, com a Via Campesina, para mostrar que a vocação dessa pequena e média agricultura, e como se precisa dessa pequena e média agricultura nesse momento, que volta a se discutir inflação nos alimentos. Essa é a agricultura que dá segurança alimentar de frequência e regularidade. Essa discussão ficou um pouco ausente por conta dos últimos oito meses, mas hoje o valor econômico volta a falar que os estoques mundiais continuam pela metade e vai voltar o processo inflacionário pelos alimentos.

Então, o país que tem preservada a sua classe média, no meio rural, tem facilidade em ofertar com regularidade e frequência os alimentos. Então, essa é a lógica do Governo Federal, essa é a proposição do Governo Federal, de criar um mercado de alimentos para essa agricultura. Aí entra fumicultor, entram os agricultores que tem monocultivo de eucalipto dentro da Amazônia, que nós estamos preocupadíssimos, entram os agricultores que tem monocultivo de soja no Rio Grande do Sul, na beira do rio Uruguai, que não dá renda, não viabiliza economicamente, não dá escala.

Então, a diversificação, ela está nesse sentido. O fumo, ele não é nenhum... De quatro milhões de estabelecimentos, ele não é... Assim, a nossa única preocupação, Senador... Tem vários sistemas de produção que não vai viabilizar pequena e média agricultura. Então, eu digo isso porque o programa de diversificação, ele está focado nesse debate maior do Governo Brasileiro, de mostrar que tem que ter política pública para ter uma intermediação de subsídios para chegar a esse mercado e possivelmente o mercado de alimentos.

Dizer, Senador, que no sentido já da contribuição também aqui do... Do nosso Ministério, da Cide-Tabaco, eu sou conselheiro de dois, três fundos. Eu acho que essa composição tripartite, ela é muito importante. Eu estou de acordo com o colega que me antecedeu, por exemplo, o CODEFAT funciona assim, os fundos constitucionais... Tem um fundo parecido com esse que é o FUNCAFÉ. Então, ali também sentam os trabalhadores, os representantes do setor, o Governo... Porque ele tem uma composição de você selecionar Projetos que orientem para o beneficiário, como ele trata de crédito financiamento também, que eu faria uma ressalva, Senador, nós vamos escrever isso para entregá-lo, que tem uma tendência no Governo, tudo que... Tendência, não, uma Legislação...

No art. 1º, no § 1º também, nós gostaríamos muito de compor o grupo de gestão, Senador. Está aqui o Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Eu acho que esse é um assunto que nós viemos trabalhando com muita intensidade com programas no PPA, com uma rede de mais de 60 Projetos, nós gostaríamos muito de compor esse grupo de gestão.

E, por fim, Senador, também atendendo a seu pedido, já... E terminando a minha fala, aquilo que a Dra. Tânia coloca é muito importante: A preocupação dos países consumidores, ela é muito pequena com os países produtores. São 20 países que produzem. Então, o nosso Itamaraty, Relações Exteriores, quando aportou o art. 13, e nós fizemos dois seminários depois da convenção que foi ratificada em 2005. Um no Brasil e outro no México, somente com países produtores. E o Brasil vem sendo referência no sentido de como arquitetou um conjunto de políticas, uma matriz de políticas que consiga ofertar para o agricultor uma condição de

política e de acesso a mercado que ele não tenha, não seja penalizado um achatamento de renda.

Então, nós estamos conseguindo mostrar para o resto dos países produtores, o México tem uma importância grande, que tem que presente nessa discussão. Não é o mercado que vai fazer uma diversificação por questões mercadológicas. Tem que ter um Estado forte, presente, com ausência de tributos, com orientações técnicas, com pesquisa, com uma boa leitura de mercado.

Isso é importante que algumas conclusões do Grupo de Trabalho, Senador, nós já vamos chegando. Uma delas, por exemplo, a redução da área plantada nos Estados Unidos, ela coincide muito com o aumento da área plantada no nosso país. Parece que está se importando para o nosso país aquilo que os Estados Unidos, nos últimos 20 anos, tomou uma decisão de não cultivar mais.

E eu tendo a crer também, nós estamos discutindo com alguns técnicos do Banco Mundial, que tem indícios, pelo custo da mão de obra, que áreas mais atrativas como Ásia e África, são... Funcionam como a indústria automobilística. Onde a mão de obra é mais barata, vai se migrando no mundo. Então, o tabaco está parado nesse país, não sei se ficará. Isso nós estamos com uma hipótese, estamos estudando, estamos tentando olhar. A outra é aquilo que o Senador Zambiasi coloca com bastante propriedade. Ela... A relação da integração da indústria de tabaco, ela tem um aspecto bom, mas tem um problema de ser refém. O que nós temos visto, assim, é um ambiente bastante hermético.

Eu estudo mais carnes, basicamente Sadia e Perdigão, o que está ocorrendo nos últimos 15 anos, Senador, é transferência de renda do nosso produtor rural. O lucro está achatando quem produz, está virando praticamente um assalariado rural, e está mais hoje na distribuição, não é nem na transformação. As grandes redes estão abocanhando maior parte do lucro da cadeia produtiva.

Então, nos entristece a gente colocar política pública, 100 mil reais a 2%, colocar EMBRAPAs, as Emateres para acompanhar essas cadeias produtivas, se a gente não pensar sistemas, através de um Projeto de Lei, de regular um pouco esses contratos. Porque a fumicultura, por exemplo, quando a gente visita as propriedades, os agricultores têm pouco tempo para ir no seu CTG, para participar... É um trabalho forte e intenso, que envolve toda a família, ela consome muito a mulher, as crianças... Então, eu acho que essa regulação da cadeia produtiva é boa porque garante mercado, mas eu ainda estou muito convicto que se a gente conseguir migrar grande parte dessas famílias para o mercado de alimentos e dar mais autonomia para ele se organizar ao redor do mercado municipal, da alimentação escolar da Prefeitura ou da sua associação, da sua cooperativa, o programa de aquisição de alimentos, a CONAB, agora com mais de um bilhão de reais só para a agricultura familiar, eu acho que prospera mais. Prospera mais, tendo em conta que acho que a autonomia da cadeia produtiva, o que fica ou sai do nosso país não está dentro do nosso país. Ela está fora do nosso país.

Eu paro por aqui e obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao Dr. Adoniram e fica aqui o mesmo pedido que fiz aos outros: Espero que V. Exa. nos mande as contribuições para que a gente possa fazer o relatório final do Projeto, em parceria com o Senador Zambiasi, eu diria com a assessoria do nosso Deputado, que poderá... Não pode fazer Emenda, mas pode... Podemos combinar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E você estava gostando, não estava? [risos].

Bom, eu vou, nesse momento, devido ao nosso tempo, a gente queria... Temos ainda que votar as Emendas da Comissão de Direitos Humanos, ver se os painelistas querem fazer algum comentário final e, daí, nós vamos encerrar a nossa Audiência Pública e, com certeza, se o Senador Zambiasi e o Senador Sérgio Moraes entenderem... [risos]. Agora já pegou, não tem mais jeito. Agora tu vai ter que ver como é que faz. Mas tem duas vagas para o Senado em 2010, hein? A gente faz uma parceria aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Vamos competir. Tem duas vagas para 2010, e o Senador Zambiasi diz que está pensando ainda. Se ele for, ele está eleito, e você sabe disso. Então, temos que negociar no PTB. [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já é teu candidato? Então, se alguns dos painelistas quiser ainda fazer algum comentário, senão nós encerramos e vamos para a votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu agradeço a todos, na convicção, e eu falava, Senador Zambiasi e Sérgio Moraes, se necessário, faremos outras audiências públicas, até que tenhamos a redação final de consenso.

Muito obrigado, Deputado Sérgio Moraes, muito obrigado, Senador Zambiasi, muito obrigado a todos

os convidados. Só estou tendo o cuidado de não encerrar a Reunião de hoje porque nós terminamos o período da audiência, mas vamos, na sequência... Eu queria convidar o Senador Zambiasi, inclusive, Senador Zambiasi, V. Exa. teria que presidir, para que eu possa rapidamente apresentar o relatório.

Sessão encerrada às 12h25.

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Gerson Camata, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Leomar Quintanilha, Jayme Campos, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: Discussão e votação das **Emendas de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentadas ao Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências"**. Relator: Senador Paulo Paim. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Sérgio Zambiasi, passa a palavra ao Relator das emendas, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **APROVADO**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas à LDO de 2010, conforme tabelas abaixo**:

CDH/SF - Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2010

Nº	PROGRAMA	AÇÃO	META	EFEITO
1	0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	6812 - Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	15.000	Inclusão no Anexo I
2	1336 - Brasil Quilombola	2D48 - Apoio a Centros de Referência Quilombola em Comunidades Remanescentes de Quilombos	100	Inclusão no Anexo I
3	0154 - Garantia e Acesso a Direitos	2A56 - Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia	18.000	Inclusão no Anexo I
4	0155 - Gestão da política de Direitos Humanos	8820 - Sistemas de Informação para a Infância e a Adolescência	4.000	Inclusão no Anexo I
5	1404 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	8817 - Centros Integrados de Apoio para Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa	60.000	Acréscimo de meta

CDH/SF - Emendas ao Texto do PLDO 2010

Nº	TIPO DE EMENDA E REFERÊNCIA	TEXTO PROPOSTO
1	MODIFICATIVA - Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e ao PPI, bem como àquelas constantes do Anexo I desta Lei, especialmente as que promovam a igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
2	ADITIVA - Art. 4º	Parágrafo único. Fica o Poder Executivo obrigado a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referir e mais para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas sociais relativas ao ano anterior. O Desenvolvimento das ações para cumprimento dessas metas será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade.
3	MODIFICATIVA - Art. 51, I	I – do reajuste dos benefícios da seguridade social garantido-se aumento real do salário mínimo, das aposentadorias e pensões em percentual equivalente à taxa de variação real do PIB de 2008 ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente; e

Às doze horas e trinta e quatro minutos o Senhor Presidente, Sérgio Zambiasi, devolve a Presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como fizemos o encerramento da nossa Audiência Pública, declaro aberta, agora, a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nesse momento, eu passo a palavra ao nobre Senador Zambiasi, para que ele venha assumir a Presidência e eu poder apresentar rapidamente o relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Senador Paim, estamos, então, dando sequência à nossa Reunião, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, é a 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. O Senador Paim apresenta, então, as emendas da Comissão ao orçamento de 2010. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi, apresento, aqui, o meu relatório de forma sintetizada. O importante é dizer, Senador Zambiasi, que, no relatório, eu procurei contemplar todos os senadores que apresentaram emendas. Não teve um senador que, de uma forma ou de outra, não foi contemplado. Eu procurei dividir por temas. Como eu só posso aprovar cinco emendas, eu aprovei uma, Prevenção e Enfrentamento de Violência Contra as Mulheres; outra: Atendendo à Comunidade Quilombola, que pega toda a questão do combate aos preconceitos; outra: Apoio ao Serviço de Prevenção ao Combate à Homofobia; outra: Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, e a outra para os idosos.

Resumindo: Defesa das mulheres, combate ao preconceito, comunidade quilombola, a questão da homofobia e a questão da criança e adolescente e a questão do idoso. Então, eu acabei contemplando, unificando as propostas dos parlamentares em cinco emendas. Então, fica sendo cinco emendas, programa, ação e efeito.

A 0156, Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, com capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência. Depois, a 1336, Brasil Quilombola. Apoio ao Centro de Referência Quilombola, em comunidades remanescentes quilombo. E a 0154, Garantia de Acesso a Direitos, com apoio ao serviço de prevenção ao combate à homofobia, e a 0155, Gestão de Política de Direitos Humanos, Sistema de Informação para Infância e Adolescência, e ainda a 1404, Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas, com centros integrados de aprovação para a prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

Por fim, tivemos, ainda, três emendas sobre o texto. Emenda nº. 01: art. 4: as prioridades e metas físicas da administração pública federal para exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal para a União e a de fundamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e seguridade social, corresponde a ações relativas ao programa de Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, e ao PPI, bem como aquelas constantes do anexo 1 dessa lei, especialmente que promove igualdade de gênero, ética e atende as pessoas com deficiência, as quais terão precedência na alocação dos recursos do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite de programação de despesa. E a outra, também aditiva: "Fica o Poder Executivo obrigado a publicar demonstrativo de cumprimento das metas sociais por metas fiscais e financeiras, para o exercício a se referirem os dois seguintes, com avaliação dos cumprimentos das metas sociais relativas ao [ininteligível] anterior". O desenvolvimento das ações para cumprimento dessas metas serão implementadas divulgando, permitindo, assim, seu monitoramento para a sociedade. E, por fim, a terceira, uma que, historicamente, sempre colocamos, o reajuste dos benefícios da seguridade social, garantindo-se o aumento real do salário mínimo nas aposentadorias e pensões, em percentual equivalente a taxa de variação real do PIB de 2008, ou segundo outro sistema que forem assim decididos.

Foram essas as emendas, e eu quero dizer que, de todas as pessoas que apresentarem emendas, eu contemplei todos os senadores. Claro que tive que resumir em cinco, em três. É esse relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim. Coloco em votação as emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PL 7, de 2009--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Apenas para louvar e aplaudir o relatório do nobre Senador Paulo Paim, relator das emendas, neste momento, Sr. Presidente, e dizer que fazia um tempo que a gente não contemplava a diversidade na Comissão de Direitos Humanos, e, principalmente, na questão da violência à mulher. E, na questão da homofobia, eu gostaria de ressaltar a importância, Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi, de nós atendermos estes programas do Governo que existem e que, na grande maioria das vezes, funciona apenas pela disposição nossa de, efetivamente, colocar recursos ao orçamento da União, que possa fazer com que esses programas continuem em andamento.

Então, parabéns, Senador Paulo Paim, pelo relatório. Eu apresentei, ainda, emendas com relação ao trabalho das domésticas e ao trabalho escravo, mas compreendo que são tantas as demandas, e nós temos que, infelizmente, peneirar. Mas parabéns pelo seu relatório, senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi, só agradecendo à Senadora Fátima Cleide, dizer que foi exatamente isso. Como eu só podia aprovar cinco, eu peguei cinco temas. Resumindo: a questão da mulher, da questão do combate aos preconceitos, pegando aqui a comunidade quilombola, a questão da homofobia, criança, infância e adolescente e idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Parabéns pelo trabalho, Senador Paulo Paim. Coloco em votação as emendas. Senadores e senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Devolvo a Presidência da Comissão ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Zambiasi. Assim a Comissão cumpre a sua obrigação, as emendas estão aprovadas, e eu queria, se me permitirem ainda rapidamente...

Senadora Fátima Cleide, antes de encerrar, eu quero só registrar que tivemos... A bancada gaúcha reuniu, ontem, lá no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa, com os deputados e senadores, e tiraram, por unanimidade, que deveríamos marcar uma audiência com a Ministra Dilma, para discutirmos a situação da Refinaria Ipiranga, lá em Rio Grande. É a vontade da comunidade. Eu estive lá, inclusive, numa oportunidade, em Rio Grande, há pouco tempo atrás, fiz já o pedido, e o coordenador da bancada gaúcha, Deputado Vieira, ele, juntamente com todos os deputados, fortalece a ideia que nós já havíamos acertado naquele momento, lá em Rio Grande, de termos uma audiência com a Ministra Dilma, para fortalecermos a Refinaria Ipiranga, lá de Rio Grande, de forma tal que a PETROBRAS assuma, cada vez mais, o comando dessa importante refinaria.

Recebi aqui o e-mail do Olioni, que é o Presidente do sindicato dos trabalhadores da area, solicitando para que essa medida seja tomada com urgência. Então, encerro essa Reunião da Comissão de Direitos Humanos, aqui do Senado, dizendo que tomaremos todas as providências para que essa Audiência seja marcada com a maior brevidade possível.

Quero agradecer a toda assessoria, tanto da Casa como do meu gabinete, que apresentou o relatório e que eu, aqui, de forma resumida, expus para os senadores, dizendo que centramos em três emendas de redação e dos cinco temas que eu aqui acabei descrevendo, contemplando principalmente estas áreas que preocupam a todos nós. Na emenda de texto, eu contemplei também a questão das pessoas com deficiência. Era isso.

Está encerrada a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h36.

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia primeiro de julho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Gerson Camata, Gilvam Borges, Paulo Duque, Eliseu Resende, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Marina Silva, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos e coloca em

votação a seguinte **PAUTA**: **Item 01**. **Requerimento nº 25, de 2009**, que requer seja realizada, no dia quinze de julho de 2009, Audiência Pública na Comissão de Direitos e Humanos e Legislação Participativa, para que sejam esclarecidas as informações contidas no Jornal "O Estado de São Paulo", edições dos dia 21 e 22 do mês em curso, segundo o qual o ex-capitão do exército conhecido como Sebastião Curió declara possuir vasta documentação sobre os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, incluindo uma nova lista de mortos com 16 nomes. Para debater o tema, sejam convidados: O Ex-capitão do Exército, Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido Capitão Curió; Ministro de Estado da Justiça – Excelentíssimo Senhor Tarso Genro; Secretário Especial de Direitos Humanos da PR – Ministro Paulo Vannuchi; Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Representante do Grupo Tortura Nunca Mais; e Representante das Famílias de Desaparecidos no Araguaia". Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. **Item 02**. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997** – não terminativo – que "Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos". Autor: Câmara dos Deputados. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados. Resultado: **Aprovado**. **Item 03**. **Sugestão nº 4, de 2007** – não terminativo – que "Legitimidade no juizado especial". Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul-Condesesul. Relator: Senador Valter Pereira. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do PLS que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 04. Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007** – não terminativo – que "Altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Retirado para Reexame**. **Item 05. Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008 –** não terminativo – que "Dispõe sobre dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiência físicas e mentais". Autor: Senador Cristovam Buarque. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 06**. Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009 – não terminativo – que "Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941– Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente". Autor: Senador Tasso Jereissati. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 07**. **Projeto de Lei da Câmara nº 60**, **de** 2009 – terminativo – "Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos."Autor: Deputada Bel Mesquita**.** Relator: Senador Gilvam Borges. Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: adiado**. Item 08. Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007 –** terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 09. Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008** – terminativo – que "Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Paulo Paim**.** Voto: Pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007 –** terminativo – "Altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator". Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senadora Rosalba Ciarlini**.** Voto: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008** – terminativo – que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais". Autor: Senador Flávio Arns. Relator: Senador Cícero Lucena**.** Voto: Pela aprovação da matéria com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008** – terminativo – "Altera a Lei nº 8.069

de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras Providências". Autor: Senador Arthur Virgílio. Relator: Senador Gerson Camata**.** Voto: Pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. EXTRAPAUTA**: **Item 1. Requerimento nº 26 de 2009 – CDH**, que Adita o Requerimento Nº 6 de 2007, que "cria a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa", ampliando a competência da Subcomissão. Autor: Senadora Marina Silva. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente lê e assina a manifestação de repúdio à violência homofóbica apresentada pela Senadora Fátima Cleide e subscrita pelo Senador Paulo Paim. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim e Fátima Cleide. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Temos diversos requerimentos, enquanto não temos *quórum* para os projetos terminativos. Primeiro do Senador José Nery. Que requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, inciso II, que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para que sejam esclarecidas as informações contidas no Jornal Estado de São Paulo, nas edições do dia 21 e 22 do mês em curso, segundo o qual o Ex– Capitão Sebastião Curió declara possuir vasta documentação sobre os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia. Sugere que o tema, para ser debatido, os convidados sejam o Ex-Capitão do Exército Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Capitão Curió, o Ministro da Justiça Tarso Genro, o Secretário Especial de Direitos Humanos Paulo Vanuque, o Presidente da Comissão de Anistia do Grupo Tortura Nunca Mais e representantes das famílias do desaparecidos. Eu quero dizer, Senador Nery, que eu ia colocar esse Requerimento hoje, se o senhor não tivesse colocado. Então, tem todo o meu apoio. Essa Comissão não pode deixar passar em branco uma entrevista como aquela. Então, tem todo o meu apoio, para que seja realizada. O senhor quer falar, eu ponho já em votação. Por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, o Major Curió, Capitão Curió, está numa campanha para promover o lançamento de um livro sobre, o que eu considero, sobre suas atrocidades. Então, nessa campanha, ele falou, e falou muito, oferecendo detalhes, não só nessa entrevista, em dois dias seguidos, ao Jornal Estado de São Paulo, mas as entrevistas que ele concedeu, desde o ano passado, a várias revista nacionais, ele conta como agiu o exército, como ele comandou a execução. Segundo o último relato dele, teriam sido executados 41 presos – nesse último relato que ele fez -, incluindo 16 novos nomes que não eram diretamente associadas às execuções feitas, embora dados como desaparecidos os políticos. Então, é absolutamente necessário que nós o tenhamos aqui, bem como as autoridades do Governo Federal, do Ministério da Justiça e da Comissão da Anistia, do Movimento Tortura Nunca Mais, para que possamos ter a exata noção, indagar sobre a participação e sobre o paradeiro dos corpos, dos restos mortais, dos desaparecidos. Uma exigência de todos que lutam em defesa dos direitos humanos e pelo esclarecimento dos crimes da ditadura, de que possamos ter finalmente... E isso precisa de uma pressão maior sobre o próprio Governo, que tem sido bastante contemplativo com a situação que mereceria, que já está esclarecida. Essa seria uma das primeiras medidas de um Governo popular: passar a limpo esse período da história do Brasil, aquele período de 21 anos de ditadura, onde os atentados contra a liberdade, contra o direito de livre manifestação, a violência física e a eliminação de opositores do regime. Tudo isso era para... Já era para ser, digamos assim, uma página virada da história, porque já deveriam estar absolutamente esclarecidos. Infelizmente, esse projeto de conciliação com interesses escusos, que, a cada dia, vai se manifestando de formas diferentes. Agora, é pela proteção aqui, da bandalheira que está instaurada aqui no Senado, as manifestações de apoio a uma situação que é insustentável.

Mas eu diria que essa dívida que nós temos com o povo brasileiro e, sobretudo, com os defensores e lutadores da causa dos direitos humanos, de esclarecer onde estão os mortos do Araguaia, o acesso aos arquivos da ditadura de forma ampla, porque não pode haver segredo de estado sobre crimes cometidos contra o cidadão, contra o povo, contra filhos e filhas dessa nação. Portanto, ouvir aqui, inquirir o Capitão Curió, que, até 31 de dezembro, foi prefeito da cida-

de de Curionópolis, no Sul do Pará. Deixou a cidade destruída. Visitei Curionópolis nessa segunda-feira. Fiz uma reunião com sindicatos de trabalhadores rurais, com Conselho Tutelar, com outros movimentos e visitei o prefeito da cidade. E pude colher um sentimento de indignação da população, inclusive com o nome do município, que homenageia um criminoso. Curionópolis. Nome homenageando este assassino. Inclusive, lá, falei da ideia, muito bem acolhida, Senador Cristovam, da necessidade de a Assembléia Legislativa aprovar a realização de um Plebiscito para a mudança do nome da cidade. Claro que isso não vai mudar as práticas, os crimes, a violência que ele comandou naquela região, mas, pelo menos, não permitiremos que um povo lutador, trabalhador, sofredor continue tendo como referência da sua cidadania e do lugar onde nasce esse nome que homenageia alguém que não tem a mínima dignidade para receber uma homenagem de um nome de um município. Curionópolis tem que ser um outro nome no futuro. E esse sentimento de mudança, para não ser identificado com aquilo que significa tortura, repressão e violência da ditadura, pude perceber do acolhimento a essa ideia, pelo simbolismo, apenas, de retirar o nome de Curió da nomenclatura daquele município paraense. Então, Sr. Presidente, essa audiência, sugiro que sejam feitos esforços para que ela seja realizada antes do nosso recesso. Trabalhar nessa perspectiva. Se houver possibilidade, seria importante que pudéssemos realizar, ainda no mês de julho, ou seja, no máximo daqui a 15 dias, porque estaremos, no dia 19, encerrando os nossos trabalhos neste período do primeiro semestre. Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero o apoio, o acolhimento e a presença de um grande número de senadores na audiência, para inquirir e ouvir um dos principais operadores da violência, do crime, da repressão, no período da ditadura militar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Senador. Senador Paim, o Senador Nery está com o Requerimento, propondo a convocação desse Capitão, conhecido como Curió, que fez um depoimento longo no Estado de São Paulo, contando o que houve na Guerrilha do Araguaia, os assassinatos que foram cometidos e que nós o ouvíssemos aqui. E nós temos uma data, Senador Nery, antes do recesso, que é o dia 7... Dia 15. Estou de acordo com o senhor. A gente pode fazer no dia 15, ainda encerrando os trabalhos. Quero dizer que essa sua luta para mudar o nome da cidade está corretíssimo, esse é um simbolismo importante. Não é possível que tenha um nome de uma cidade em homenagem a uma figura dessa. Se fosse possível, eu ia propor até os ornitologistas, os biólogos que estudam o pássaro, para mudar o nome do pássaro Curió. Substituir. Já que não dá para mudar o nome dele, mudar, botar outro nome nesses pássaros chamados Curió, tão bonitinhos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Essa proposta, Senador Cristovam eu ouvi de uma professora lá em Curionópolis. Mas eu disse: "Será mais fácil mudar o nome da cidade do que atribuir a um pássaro tão bonito, tão encantador, uma mudança do seu nome, por conta de um humano, que, de humano, não tem muita coisa". Portanto, eu acho mais fácil, disse a ela, e também digo a você, talvez, mais fácil seja mudar o nome da cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu vou pôr em votação. Mas, antes, eu queria fazer mais duas questões. Uma é acrescentar, como um dos depoentes aqui, o autor de um livro sobre o Araguaia, que é um jornalista, inclusive, aqui de Brasília. Que estudou aquilo, tudo, que viu, e fez as denúncias no livro. E a outra é uma consulta. Há aqui um Requerimento de fazer uma audiência sobre a Operação Condor. Se a gente faria junto ou manteria separado. Juntar pode dificultar, né? É, separar das duas. Então, os que tiveram de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Dia 15, faremos esse depoimento aqui. Seria importante a presença de muitos senadores e tentarmos contar com a transmissão pela televisão. A assessoria aqui, o Altair me disse que a Câmara fez uma audiência com ele, Curió. É, eu também não tomei conhecimento. Isso é uma coisa que não pode deixar escondida. Não pode ser uma sessão secreta. Não, sobre esses depoimentos do Curió. Bem, então, está aprovado e vamos tomar as providências. O senhor tem a sugestão, senador, do nome que representa as famílias? Porque, aqui, colocou "representando as famílias". A gente precisa saber quem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu não tenho ainda o nome, mas oferecia a Comissão ainda essa semana.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que eu estava lendo aqui. Interessante esse projeto do Abdias, que eu acho que eu vou relatar agora, que é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É não terminativo? Ah, ótimo! Então, vamos passar para ele. Só para ganhar tempo, o item 2 é sobre... Então, passamos a discutir o substituto da Câmara do Deputado ao Projeto de Lei do Senado Nº 114. É uma Emenda que altera a Lei 7347, de 24 de julho de 1987, chamada a lei da ação civil pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de gru-

pos raciais, étnicos ou religiosos. O relator é o Senador Paulo Paim, a quem eu passo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu, quando eu fui informado que V.Exa., com muita justiça, colocou na pauta esse projeto, eu estava numa outra Comissão, mas fiz questão de vir para cá, para relatar. Uma homenagem, inclusive, ao seu partido. Uma homenagem a esse que, para mim, é o maior símbolo da luta contra a discriminação no Brasil. Eu diria que, no Brasil, se eu pudesse lembrar duas grandes figuras, morto, naturalmente, morto, é o Zumbi dos Palmares, vivo, vivo é o Abdias. Ele é fora de série. Um homem de mais de 90 anos. Esse, sim, foi o primeiro senador negro aqui, no Senado. O senhor sabe, não é, Senador Cristovam, que negro não é só ser negro. V.Exa., por exemplo, é branco e assume a luta em defesa da comunidade negra, como também o Senador José Nery. Mas esse é um ícone, é um ícone, é um ícone. Eu tenho nele uma grande referência, ele sabe disso. Eu, numa oportunidade, inclusive, escrevi – eu que sou metido a escrever algumas poesias, aquelas meio metidas, como eu digo às vezes, não chego nem a perto à V.Exa. e outros senadores que escrevem muito bem no Senado e para o público – uma poesia em homenagem ao Abdias. E tenho ela num livro meu e mandei cópia para ele. E sei que ela foi lida em alguns lugares.

Então, é com muita satisfação que eu quero ler na íntegra o relatório, porque é duas folhas, está bem sucinto. Lendo o relatório, eu estou fazendo uma homenagem ao meu querido amigo e, entendo, líder de todos nós; brancos, negros, índios. Todos aqueles que lutam pela igualdade, pela liberdade e pela justiça têm uma referência no nosso grande Abdias. Enfim, Senador Cristovam. Relatório. Chega a essa Comissão, para exame, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado nº 114, de 97, de autoria do nobre amigo de todos nós, Senador Abdias Nascimento. A proposta, da maneira como veio da Câmara, altera a lei 7347, de 24 de julho de 85, lei da ação civil pública para incluir a proteção à honra e à dignidade dos grupos raciais étnicos ou religiosos. Olha a abrangência, né? De grupos raciais, étnicos e ou religiosos. Originalmente, a proposta aprovada, terminativamente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em agosto de 98, tratava de criar lei extravagante, para estabelecer a possibilidade de destruição de ação civil pelo Ministério Público, ou entidade da sociedade de vila organizada, com a finalidade de evitar ou interromper atos danosos à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Segundo o autor do projeto de lei, essa medida é extremamente necessária para preencher lacunas existentes nos diplomas legais em vigor e dotar os grupos em questão de instrumento ágil e eficaz, que lhe possibilite enfrentar manifestações de racismo e discriminação que ocorrem, infelizmente, em nossa sociedade, em grande proporção. Na Câmara dos Deputados, o projeto foi alterado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para adequá-lo aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 98. Aí me permita dizer que essa lei nº 95, de 98, é de... Não, essa é do Caó(F). Da Lei 1995 é do Caó(F). A minha vem de 2005, uma pequena alteração. Também do PDT, viu? O PDT... Para adequá-la aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. E aí eu estou lembrando que tive a alegria de ser o relator na época. Caó(F) me pediu, fui relator, não mexi uma vírgula na proposta que ele apresentou. Então, meus cumprimentos aqui ao nosso amigo Caó(F), que esteve recentemente nos visitando aqui. A lei complementar de 98, nº 95, e fazer outros reparos de ordem jurídica. Segundo justificação do relator da matéria, naquele colegiado, algum dispositivo da proposta, na verdade, eram repetições de alguns artigos da Lei 7347, de 24 de julho de 85. Essa lei disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente ao consumidor e bens de direitos do valor artístico, estético, histórico e turístico. Todavia, julgou o relator da matéria que o conteúdo do projeto era de grande alcance para a sociedade brasileira, já que a diversidade e, infelizmente, a desigualdade entre os brasileiros implicam em desigualdades de tratamento. Assim, buscou-se, naquela Casa, sanar as ditas imperfeições do projeto, inserindo na lei 734, de 24 de julho de 85, a lei de ação civil pública, dispositivos que adequassem também a preservação da honra e da dignidade de grupos étnicos e religiosos. Dessa forma, preservou-se não só o objetivo do projeto, como também fortaleceu um diploma legal que se tem mostrado da maior relevância em nosso ordenamento jurídico, que é ação civil pública.

Após análise dessa Comissão, o substitutivo da Câmara dos Deputados segue a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame.

Análise. A ideia de direitos humanos tem como base fundamental o princípio de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. Nesse sentido, discriminação e perseguição, com base na raça, na etnia ou na religião são claras violações desse princípio. Discriminação, por sua vez, pode tomar muitas formas, desde a mais brutal e institucional, forma de racismo até as formas mais sutis, que impedem determinados grupos raciais, étnicos ou religiosos de se beneficiarem dos mesmos direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais comuns, em tese, a todos. Isto posto, importo observar que compete

a esta Comissão, nos termos do art. 102, hífen E, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre outras coisas, sobre matérias que tratam da garantia dos direitos humanos. Neste contexto, julgamos que o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 114, de 97, ora analisado, aperfeiçoa a proposta oriunda do Senado Federal, sem tocar, eu diria, na essência, que é o que queria o nosso querido amigo, o Senador Abdias.

Por fim, entendemos que a proposição trata de interesses coletivos e beneficia grande parcela da população discriminada nesse país, segmento da sociedade que carecem de instrumentos jurídicos para a defesa de sua dignidade e honra. Assim, não havendo dúvidas que a proposta busca a proteção e a defesa dos direitos de grupos raciais, étnicos e religiosos, opinamos por seu acolhimento, com as alterações bem vindas, promovidas na Câmara dos Deputados. Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, PLS nº 114, de 97, com, eu diria, minhas congratulações, minhas palmas, enfim, meus aplausos, ao nosso grande, querido lutador das causas populares e contra todos os preconceito, Abdias do Nascimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Paim, não apenas o seu parecer, mas também suas referências ao grande Abdias Nascimento, e ao fato, senador, de que graças, provavelmente, ao Brizola, o PDT sempre foi um partido que teve em seus quadros importantes negros. E foi até hoje, eu acho que o único partido que teve um índio, Deputado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que sim. E também foi o primeiro partido a criar a primeira Secretaria da Igualdade Racial.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Eu quero dizer que fiz uma lista, tentei lembrar aqui, mas não consegui. Eu estou escrevendo um texto sobre os nomes negros do PDT. E vou lhe passar, antes de considerar definitiva, até para o senhor lembrar de alguns nomes. Alguns que chegaram a cargo, outros que não chegaram a cargos, mas que são símbolos da luta dos negros. Mas, falando pelo símbolo da negritude, eu queria tentar convencê-lo a apressar a colocação do seu retrato na galeria dos ex-Presidentes, porque eu acho que seria muito bom termos a foto de um Presidente negro. Não é para homenageá-lo, é para homenagear a Comissão. Eu sei que o senhor está resistindo um pouco, o senhor me disse. Mas eu gostaria de, rapidamente, poder botar naquela galeria uma foto de um Presidente, que não apenas é negro, mas é um defensor da negritude.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Cristovam, eu acho que, nesse caso, não podia deixar nem o Senador Paim falar. Porque eu sei que, se depender dele, ele não é dado a personalismo e se notabiliza pelo conteúdo das propostas que defende, em defesa do povo brasileiro. Interesse dos mais pobres e de todos os grupos sociais fragilizados em seus direitos, seja dos aposentados aos trabalhadores, que recebem o salário mínimo, aos negros e a todos que sofrem qualquer tipo de opressão. Então, essa é uma homenagem, como o senhor bem disse, que se faz à Comissão de Direitos Humanos, o fato de ter aqui, na galeria de fotos dessa Comissão, o Presidente Paim, exemplar, operoso, e que, sem dúvida, é um orgulho para todos nós. Então, por mais que o Senador Paim queira, o senhor manifestou que ele tinha dito de alguma dificuldade, mas nós é que não vamos permitir que esse ano se alongue, sem que nós tenhamos aqui, na galeria dos ex-Presidentes, o senador, orgulho do Rio Grande do Sul e orgulho do Brasil. Paim, na galeria da Comissão Direitos Humanos, é uma exigência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra... Sem falar, inclusive, com todo o respeito aos outros dois que estão ali, e com a auto-crítica do terceiro que sou eu, essa Comissão foi antes, depois do seu tempo. Depois da sua presidência nessa Comissão, ela adquiriu um caráter realmente de importância. Porque ela sempre é vista como a filha menor das comissões do Senado. Então, por tudo isso, eu quero apelar... Devia até ter posto em votação, mas não. Apelar para que autorize colocar, porque a foto a gente faz em pouco tempo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, deixa eu falar para V.Exa. que, quando eu, aqui, cheguei, um dos primeiros gestos que fiz e tive que convencer V. Exa. também, não... V.Exa. vai ter que me dar essa... Como é que chama? Avalizar essa minha fala. "Ah, mas não precisa". Digo: "Não, faço questão". Porque eu entendia, quando aqui cheguei, que eu... Nós inauguramos juntos esse painel que está aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os três.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que esta Comissão seria a Comissão de Direitos Humanos e que eu gostaria muito que os ex– Presidentes tivessem aqui, como estão nas outras comissões. Mas não é pela figura do senador que foi Presidente. É como o Senador José Nery colocou muito bem, não é pelo personalismo, né, Senador José Nery? É pela importância da Comissão de Direitos Humanos. Nós todos somos, digamos... No currículo das nossas vidas, vai estar lá com orgulho: "Eu fiz parte da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República do meu país".

E foi nesse sentido que eu tive que conversar muito com os três senadores, a mais com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): "Tá bom, Paim, vamos lá, coloca as três fotos". E eu lhe confesso que, como eu pedi à V.Exa. e V.Exa. aceitou, eu digo aqui, com muita alegria: eu vou ter orgulho mesmo de ver a minha foto ao seu lado, aqui nessa sala, numa votação da Comissão. Então, que fique tranquilo, e, para mim, se fizer alguma crítica, porque a minha foto está aí, eu só diria o seguinte: "Estou, sim, lá, com uma foto minha, na parede da Comissão dos Direitos Humanos do Senado, ao lado do José Nery, e tantos outros companheiros que assim decidiram, mas ao lado mesmo do Senador Cristovam". Só isso me basta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado pela minha parte. Bem, eu ponho em discussão. Os que quiserem fazer, comentar... Não havendo ninguém que queira comentar, eu ponho em votação. Está aprovado o projeto. Passamos, agora, ao item 3. Eu vou pedir que um dos dois senadores presentes faça a votação, ao Senador Nery que faça a votação do parecer ad hoc. Está na página 25, mas o relatório está no outro... Sugestão nº 4, de 2007, a Ementa à legitimidade no juizado especial. Autor é o Conselho de Defesa Social da Estrela do Sul, CONDESESUL. O Senador Valter Pereira não pôde estar presente, mas o seu parecer é pela aprovação da matéria, na forma do PLS que apresenta. Eu peço ao Senador Nery que, como relator ad hoc, faça a apresentação do relatório, seja lendo, seja com os complementos que quiser e as mudanças que quiser fazer.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim, venho a essa Comissão para examinar a sugestão nº 4, de 2007, encaminhada pelo Conselho de Defesa Social de Estela do Sul, CONDESESUL, estabelecido município de Estela do Sul, em Minas Gerais, acompanhado de cópia da Ata da Assembléia Geral de 21 de março de 2006, quando se deu a eleição da direção da referida entidade e do seu estatuto, comprovando ser uma associação civil de direito privado. A sugestão consiste em minuta de projeto de lei, dotada de três artigos, sendo que o primeiro compreende o mérito da matéria, propondo que as pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, e os condomínios passem a ter legitimidade para propor ações no Juizado Especial. O Art. 2º fixa o prazo de 180 dias para a regulamentação da lei. E o art. 3º propõe a entrada em vigor da lei, na data de publicação. Argumenta o autor da sugestão que o Juizado Especial é um importante mecanismo de acesso ao judiciário. Sendo que, há algum tempo, as microempresas têm legalmente acesso ao mesmo, e, a partir de julho de 2007, as empresas de pequeno porte também estão autorizadas com base na lei das microempresas. Diante disso, faz juste(F) natural que as entidades sem fins lucrativos e os condomínios também passem a usar esse meio de acesso judicial.

O projeto encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa traz algumas sugestões de alteração, Sr. Presidente, onde o Senador Valter Pereira avalia que não vislumbrando a essa alteração pretendida, em relação aos condomínios, Juizado Especial da Justiça Estadual, uma vez que, atualmente, por aplicação do art. 3º, inciso II, da Lei 9099, de 95, combinada com o art. 275, "b", do código de processo civil, essas pessoas jurídicas já podem demandar em tais juizados para fazer cobrança de condomínio. O art. 3º, da Lei 9099, de 95, diz: "O Juizado Especial tem competência para conciliação, processo de julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas". Aí retrata o que diz a Lei 9099. Inciso II, enumerado no art. 285, inciso II, do código de processo civil, no art. 275, do código de processo civil, observar se é o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor, de cobrança ao condomínio, qualquer quantia devida ao condomínio.

Por oportuno, esclareço que, atualmente, nos Juizados Especiais Civis da Justiça Estadual, somente tem legitimidade ativa as pessoas físicas, capazes, e as microempresas excluíram o cessionário de pessoa jurídica, sendo que, nos Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, a legitimidade ativa é conferir igualmente às pessoas físicas e às microempresas, além das empresas de pequeno porte. Do voto. Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da sugestão nº 4, 2007, na forma do texto anexo, com as notificações introduzidas na redação original, a fim de escoimá-la das imperfeições e dos vícios acima apontados. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Passamos ao projeto de lei, vou pedir ao Senador Paim que seja relator *ad hoc*. É o projeto de lei do Senado, nº 517, de 2007. A ementa é item nº 4, página 47. Altera a Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do ato das disposições constitucionais transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo de valor dos danos morais e materiais, devidos ao anistiado político e determina, na forma de fiscalização, as decisões da Comissão de

Anistia. O autor é o Senador Expedito Júnior, o relator é César Borges, que já não está nessa Comissão. Por isso, eu posso parar. Mas antes de... Quero saber se está de acordo com...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Para não constranger ninguém, pela leitura *ad hoc*. Já aconteceu comigo. Me pediram para ler... Ah, foi, né? Eu passo a palavra ao Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, como o relatório está divulgado, eu tenho muita, muita, como é que eu lhe diria, muita tranquilidade de ler o relatório do nobre Senador César Borges, até porque conhecemos o seu trabalho. Então, para mim, é uma satisfação ler o relatório feito por ele e que eu sei que teve assessoria aqui do nosso corpo de consultores. Eu vou diretamente à análise. A obrigação de reparar os prejuízos sofridos pelos cidadãos, em razão da perseguição política, ocorrida desde 18 de setembro de 46, até a promulgação da carta de 88, decorre da disposição expressa no art. 8º, do ato das disposições constitucionais transitórias. De forma a regulamentar esse dispositivo constitucional, ele estabeleceu as regras para abalizar a efetivação das representações. Foi editado, então, a Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Esta lei estabeleceu as regras para a apuração do direito de reparação e criou, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, que tem a função de examinar os Requerimentos, indenizações protocolados, bem como assessorar o Ministro da Justiça em suas decisões.

O projeto de lei do Senado, nº 517, de 2007, traz importantes contribuições para a disciplina das concessões de reparação, por danos morais e prejuízos materiais, sofridos em decorrência de arbitrariedades cometidas por agentes do estado. Senador Crivella, seja bem-vindo. As disposições do projeto promovem alterações que respondem a problemas existentes nos procedimentos por concessões das indenizações. A determinação para que sejam especificados de maneira distinta os valores relativos à indenização por danos morais e por danos morais proporciona maior transparência aos atos concessivos das reparações. Julgamos construtivas também as disposições que tratam da quantificação dos valores devidos, como indenização, seja por danos morais, seja por danos materiais. A dedução do cálculo da reparação devida por danos materiais dos valores que os peticionários têm auferido, em razão do exercício e das atividades econômicas, no período que tenham ocorrido as arbitrariedades, representam uma medida de justiça, uma vez que resulta em uma avaliação dos prejuízos efetivamente enfrentados. Com isso, a quantificação torna-se mais precisa, de forma a que os danos sejam reparados em sua justa medida, sem que se promova enriquecimento indevido, à custa do erário. No mesmo sentido, é a determinação para que seja considerada a capacidade orçamentária do estado para quantificar os valores devidos, como danos morais.

O PLS 517, de 2007, trouxe, ainda, boas contribuições para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos necessários para efetivação das reparações. A inclusão, na Comissão de Anistia, de um integrante, designado pelo Tribunal de Contas da União, órgão responsável pelo controle externo da administração pública, é outro das disposições do projeto que aprimoram a transparência dos processos de concessão das indenizações. Além disso, a medida contribui para diversificar a composição da Comissão de Anistia e para implementar a fiscalização sobre a sua atuação. Por fim, a determinação para que as decisões da Comissão de Anistia sejam tomadas, por consenso, incrementa a legitimidade de seus julgamentos, impedindo que apenas alguns de seus integrantes concentrem o poder decisório. Julgamos bem-vinda a disposição do projeto que obriga a auto-declaração de suspensão do integrante da Comissão de Anistia, tendo em vista a necessidade de isenção e impessoalidade, na atuação daquele colegiado. Aí, igualmente positiva, pela transparência que proporciona, é a determinação para que os integrantes da Comissão da Anistia apresentem, anualmente e nos momentos de posse, o [ininteligível], sua declaração de Imposto de Renda. Em síntese, temos que as inovações, trazidas pelo projeto de lei do Senado 517, mostram-se aptas a aperfeiçoar a disciplina relativa à concessão de reparações econômicas aos anistiados políticos.

Frente ao exposto, opinamos pela constitucionalidade, publicidade, boa técnica legislativa e votamos pela aprovação do seu elevado mérito do projeto de lei do Senado 517, de 2007.

Senador Cristovam, o projeto é de autoria do Senador Expedito Júnior. Eu estou entendendo que ele tem o melhor propósito, como teve também o relator. Eu acho que a Comissão de Anistia cumpre um papel fundamental em relação a tantos presos políticos, tanto que morreram, todos que foram torturados naquele período, infelizmente, da ditadura. Eu, aqui... Eu li agora o relatório, fui indicado *ad hoc*, eu teria dois caminhos a combinar com V.Exa., porque, inclusive, não pude ler todo o relatório, embora tenho plena confiança no trabalho apresentado pelo Senador César Borges, dando seu parecer. Eu... Talvez, fosse bom, senador, embora o relatório lido, que eu levasse ele comigo, até que, de repente, eu posso até apresen-

tar, aproveitando o bom momento, a boa iniciativa do Expedito, a boa iniciativa do Senador César Borges, de, como relator *ad hoc*, poderia eu, quem sabe, até dar uma contribuição. Eu poderia dar uma contribuição com algum ajustinho que eu entenda que vai melhorar ainda o belo trabalho feito pelo Senador César Borges. Se V.Exa. concordar, eu me comprometo de levar e, ainda esta semana, devolver para a Comissão, para, já na semana que vem, antes do recesso, a matéria ir a voto. Não serei contra. Talvez, eu coloque algum ajuste, para dar mais transparência absoluta nessa importante Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Totalmente de acordo, senador. Não apenas é uma prerrogativa, mas tem todo o meu apoio, acho que é uma decisão lúcida, e eu também faria o mesmo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que esse projeto merece ser adaptado às características de uma pessoa ou de outra. Eu estou de acordo que vale a pena.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é um projeto de 2007, o próprio Ministério pode ter tido alguns ajustes que eu tenho como acertar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):E, até lá, pode até conversar com o César Borges. Se ele quiser, ele vem, relata, como está também, e a gente acrescenta aqui as mudança.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas quero dizer que não tenho nenhuma dúvida quanto ao trabalho do Senador César Borges, quanto do autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu tenho mais um projeto, eu vou pedir outra vez ao Senador Paim. É o último. E aí nós terminamos os projetos, tenho apenas uma comunicação e um Requerimento. Está na página 68, um projeto que altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e revoga o inciso I, do art. 63, decreto-Lei nº 3688, de 3 de outubro de 41, lei de contravenções penais para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica à criança e adolescente. Eu gostaria que o Senador Paim desse uma olhada na conclusão, no projeto, porque também toca num ponto fundamental, importante, decisivo. Quero saber se está de acordo com o parecer. Eu creio que sim, né?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um projeto que define uma pena de dois a quatro anos e multa para quem vender bebida à criança. E a adolescente, detenção de um a dois anos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu entendo que o projeto vem num bom momento, ele aumenta as penalidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós sabemos que, infelizmente, as drogas chamadas lícitas e ilícitas... E a bebida alcoólica, para mim, é uma droga. Nós sabemos o quanto que agride a todos, independente da idade, famílias são destruídas pelo álcool, e é uma droga lícita. Por isso, Sr. Presidente, o meu parecer, em relação ao projeto em que o Senador Cícero Lucena é o relator, não poderia ser diferente, até porque, também, o relatório é de um outro senador, do qual eu tenho autoria e também um enorme respeito. Aqui, nesses temas, não tem senador de situação ou de oposição. O Senador Tasso Jereissati é um grande senador, como o Senador, também, Cícero Lucena que fez o relatório, como é também o Senador César Borges. Eu entendi, aqui, a intenção do seu relatório. Por isso, Sr. Presidente, eu estou entendendo e quero que as penas sejam aumentadas, que as penas sejam aumentadas. As penas são aumentadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque, hoje, é de seis meses a quatro anos, é elástica. Aqui, aumenta de dois a quatro, para criança, e de um a dois, para adolescente. É isso mesmo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, mediante essa análise rápida que fizemos aqui, que não há nenhuma dúvida que é para penalizar quem venda--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há nenhuma dúvida. Para penalizar, isso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --bebida alcoólica, principalmente para crianças e adolescentes, né? Nós, o nosso parecer, Sr. Presidente, é acompanhando o parecer do Senador Cícero Lucena, inclusive com as emendas aprovadas na CCJ de números... Que pega o art. 243, letra "a", aumenta a pena, e, também, o 243, letra "b", o 252, letra "a", e aí, depois, vem a pena, e, também, a Emenda Nº 2, que suprime-se o art. 4 "b", da Lei 9294, de julho de 96, proposto no art. 2, do projeto de lei do Senado 68, de 2009, até porque o projeto também é não terminativo, e nós podemos olhar com mais carinho mais na frente. Mas, em princípio, eu, de cara, dou o parecer favorável, porque entendo que é isso mesmo. Bebida alcoólica para criança e adolescente, para mim, é crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então, eu ponho em dis-

cussão. Não havendo quem queira dar opinião, ponho em votação. Os que tiveram de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Tem mais um que poderia ser, mas eu sou o autor e o relator é o Senador Flávio Arns. Eu prefiro esperar um dia que ele esteja aqui, porque o Senador Flávio Arns é um dos grandes senadores presentes nesta Comissão. Eu tenho, agora, aqui, uma manifestação de repúdio, apresentado pela Senadora Fátima Cleide. Manifestação de repúdio à violência homofóbica, no caso específico, que aconteceu em São Paulo, durante a última Grande Marcha. Eu vou ler e a senadora, depois, se quiser, se manifesta para justificar.

"A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal vem, a público, manifestar o seu repúdio às ordens de violência, ocorridas nos últimos dias, contra a população de leis gays, lésbicas e... Exatamente no dia em que a maior mobilização anual de direitos humanos no Brasil e a maior parada LGBT do mundo, na cidade de São Paulo, um homossexual foi morto a pancadas, na redondeza do evento, e ainda houve um atentado a bomba, que feriu mais de 20 pessoas. Dados do grupo gay da Bahia mostram que, apenas em 2009, 90 homossexuais foram assassinados no Brasil, em razão de homofobia. Não podemos nos calar de tanta violência e tanto preconceito. Precisamos construir mecanismos efetivos que combatam tão grave violação de direitos humanos. Solicitamos o maior esforço dos órgãos competentes, para que, além de solucionados os casos, sejam criadas políticas públicas mais eficazes de combate à homofobia. Aproveitamos para solidarizar com os familiares e amigos desses cidadãos brasileiros, assassinados de forma tão cruel. Esta é a proposta da Senadora Fátima Cleide, a quem eu passo a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu acredito que, apesar de já terem se passado duas semanas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na verdade, eu quero dizer que eu vou assinar e dar entrada nesse ato de manifestação, de repúdia. A Senadora Fátima Cleide, eu apenas quero agradecer, porque foi fruto de uma conversa com ela, ontem, no plenário. Mas autoria é minha, obviamente com a assinatura de outros senadores.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, e eu faço questão de subscrever, em nome da frente parlamentar, que os Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim também participam da frente parlamentar em defesa da cidadania da população LGBT. Dizer, Sr. Presidente, que, infelizmente, nós estamos tendo que nos manifestar, nesta Comissão de Direitos Humanos, a esse respeito, porque foi um ato de muita violência o que ocorreu após a realização da Parada Gay de São Paulo. Isso porque as pessoas... Enquanto a gente não tiver a criminalização desse tipo de preconceito, as pessoas vão se achar empodeiradas o suficiente para achar, inclusive, que podem colocar fim à vida de outras pessoas. E alguém fabricou uma bomba e joga de um prédio, atingindo 50 transeuntes, naquele momento.

Então... Além disso, o rapaz, Marcelo, que morreu, que foi duramente espancado, nem na parada estava, estava indo ao encontro de uma outra pessoa, mas, pelo fato de ser homossexual, foi espancado até a morte. Então, esse tipo de comportamento, nós, da Comissão de Direitos Humanos... Eu quero parabenizá-lo, Senador Cristovam, por essa proposição, porque nós, realmente, não podemos nos omitir e, ao mesmo tempo, devemos acelerar o processo nesta Casa, isso justifica, mais uma vez, a necessidade de nós punirmos a homofobia, no sentido de criarmos uma outra cultura, que é a cultura do respeito a todas as diferenças. Não depende se a pessoa é negro, se a pessoa é índia, se ela é amarela, entendeu? Se tem orientação sexual, se é gay, lésbica, se é bissexual, se é heterossexual, todas as pessoas precisam ser respeitadas e seus direitos precisam ser respeitados. Isso justifica, mais uma vez, a aprovação do PLC 122, que, infelizmente, dorme nesta Casa, há cerca de três anos, e nós não podemos mais nos calar diante isso. Se ficasse, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, apenas nessas mortes, nós não teríamos como justificar, mas diríamos: "Olha, foi um episódio eventual". Mas, da Parada Gay de São Paulo para cá, nós já registramos mais de cinco casos, inclusive um, aqui em Brasília, de um padre, né? Um em Cuiabá, de um Professor. E, assim, todos os dias, nós vamos, conforme os dados do grupo gay da Bahia, percebendo, anotando mais uma morte, mais uma morte; já são 90 neste ano de 2009, Senador Paim, e nós estamos entrando, hoje, no sétimo mês do ano. Então, quantos a gente vai ter que contabilizar ainda, até o dia 31 de dezembro de 2009? Eu espero que nenhum mais. Mas, infelizmente, a realidade é diferente. Por isso, parabéns, Senador Cristovam, eu tenho a maior honra de poder, junto com o senhor, subscrever também esta moção, esta representação da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, meus cumprimentos à V.Exa., Senadora Fátima Cleide, por essa iniciativa. E fica aqui toda a nossa solidariedade à comunidade LGBT. E dizer, Senador Cristovam, que temos que, de fato, dar um basta nisso tudo. É um absurdo que pessoas sejam espancadas,

assassinadas pela sua orientação sexual. Onde é que nós estamos? E se criou, infelizmente, nesse país, se criou uma história, digamos, inverídica, usada com má-fé, que, agora, nós temos que ter uma guerra entre aqueles que tenham a sua opção sexual, entre religiões... Se alguém quer ser evangélico, católico, muçulmano, ateu, maçônico... Enfim, que quer ter a sua livre opção religiosa ou sexual, por que esse cidadão tem que apanhar, tem que ser espancado, tem que ser assassinado? Onde é que está a liberdade, a igualdade, a justiça, o direito de todos? Eu confesso, minha querida Senadora Fátima Cleide, que eu tenho uma relação excelente com as religiões de matriz africana, que são tão discriminadas também. Muitos foram espancados, os templos foram destruídos. Mas o que é isso, onde é que nós estamos? Agora, a comunidade LGBT faz uma passeata pacífica, ordeira, demonstrando o seu sentimento, mostrando, reivindicando o direito, o seu eu, assumindo: "Eu estou aqui, eu quero só que me respeitem", e, de repente, alguém entende que tem que ser espancado, enfim, e que chegou as vias, como aqui foi colocado... Só em junho, aqui, a senadora que me fornece esse dado aqui, importante, aqui, para a nossa TV Senado, só em junho foram assassinadas 14 pessoas. Então, eu acho que todos nós, cada vez mais, vamos ter que enfrentar esse debate, reunindo aqui todos, todos, todos, que se sintam, de uma forma ou outra, discriminados, e fazermos que haja uma lei mesmo. Pena severa, mas severa mesmo, mesmo, mesmo. Quem matou esse último menino, agora, e era negro, se eu não me engano, né? Negro, né? De 35 anos. Não por ser negro, se fosse branco, se fosse índio, se fosse mulher, se fosse homem...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paim, a população negra, entre a população LGBT, sofre duplamente, sofre por ser negro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Duplamente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aliás, triplamente, sofre por ser pobre, por ser negro e por ser homossexual.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que você lembrou bem, né? Porque a pirâmide mostra: na base das pirâmides, estão principalmente os negros, né? Então, negro, pobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso no caso dos homens. No caso das mulheres, quatro. Mas, no caso da mulher, homossexual, quatro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quatro vezes, quatro vezes. Eu acho que V.Exa., Senadora Fátima Cleide, faço questão de assinar embaixo. E eu tenho certeza que essa é a posição de todos aqueles que lutam pela liberdade religiosa e a liberdade da orientação sexual. Eu acho que ninguém pode ser contra a isso. Alguém ter a sua religião. Quem quiser ser evangélico, vai ser evangélico. Quem quiser ser católico, quem vai ser católico. Enfim, quem fizer a sua opção, legitimamente tem esse direito. Enfim, senador, um pouco de indignação de minha parte, porque convivo com todos esses setores, convivo com todos. E quem não convive com...? Eu convivo, sem problema nenhum. E convivo muito bem. E a gente fazer com que essa moção de apoio seja desta Comissão e do próprio Senado da República. Parabéns à V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Além disso-–

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, se me permite, só mais uma observação. O que me chama a atenção, Senador Paulo Paim, é que, justamente no momento em que o Governo Federal se junta aos governos estaduais e municipais e promove, no âmbito do executivo, políticas públicas voltadas para a inclusão desta população, nós vimos o retorno disso, o acirramento da violência. Isso é lamentável. E, por isso, eu queria lembrar aqui que a lei... Só lembrando que o Senador Paulo Paim estava falando da questão religiosa, né? A Lei 7.716, que é originária para a proteção da população negra, no caso, que é a lei que a gente conseguiu, lá no início, garantir que não houvesse discriminação, ou que criminalizasse a discriminação e a violência praticada contra as pessoas por conta da raça, ela já foi modificada para proteger o direito daqueles que querem professar uma religião. Portanto, quem está no candomblé hoje, tem o seu direito a professar esta religião protegido. Quem é evangélico, e aí eu acredito que graças também a essa modificação, já acontecida na Lei 7716, Senador Paim, houve inclusive uma proliferação de religiões "petencostais" ou pentecostais, enfim, evangélicas. A lei já protege. O que a gente quer, com o PLC 122, é apenas colocar a garantia de que ninguém também sofra violência e preconceito, com relação à orientação sexual e identidade de gênero. Então, eu não vejo por que tanta resistência, tanto medo das pessoas em aprovar a criminalização da homofobia. Eu acho que, enquanto a gente não faz isso, a gente continua sendo omisso e fugindo da nossa responsabilidade, que é adequar a legislação a todas as pessoas, todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só fazer um aparte, V. Exa. Na verdade, é um aparte que tem tudo a ver com o Senador Cristovam. Me foi informado, hoje, no gabinete, que V. Exa., Senadora Ideli e Senador Cristovam estão propondo, não sei se vai ser nesta Comissão – eu pedi que não assinasse, nós

vamos assinar, tenho certeza que V. Exa. também vai assinar -, uma Audiência Pública para discutir esta questão grave que está acontecendo inclusive nas escolas. É isso mesmo o Requerimento que eu vi hoje, pela manhã?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso, na Comissão de Educação. Senadora Ideli apresentou um Requerimento de uma Audiência Pública porque, infelizmente, a violência nas escolas, com relação aos jovens e adolescentes homossexuais tem crescido, também com relação a professores. Agora mesmo, no meu estado, hoje, tem uma publicação de uma professora transexual que está sendo altamente discriminada pela Secretaria de Estado da Educação. Agora, você imagina, Senador Cristovam, nós temos dificuldade de termos professores habilitados na área de física. A moça é graduada, pós-graduada e mestranda. Certo? Tem uma formação brilhante, né, e não tem lotação por conta da sua orientação sexual, porque é uma transexual. Agora, veja que mundo nós estamos vivendo, né? Com tanta necessidade de professores, a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia se dá ao luxo de não lotar a pessoa por conta da sua orientação sexual. Então, isso está acontecendo em todos os estados de nosso país, infelizmente porque ainda há esse preconceito que determina a discriminação e até, infelizmente, a morte. Boa lembrança, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que o Senador Paim tocou num ponto que eu acho interessante, que eu tenho dito em conversas, sobre a proposta da criminalização da homofobia, que as igrejas entendem de pecado, e, aqui, nós cuidamos dos crimes. Nem nós podemos dizer o que é pecado numa igreja, nem uma igreja pode dizer o que é crime para o Estado. Até porque, se fosse assim, qual a igreja que a gente ia levar em conta? Porque há diferenças de conceitos. E, como crime, ninguém pode considerar a opção sexual. Agora, como crime, a gente pode considerar o preconceito. Isso, sim. Como até pouco atrás havia contra religiões. Inclusive, eu converso com alguns evangélicos dizendo que, até um tempo atrás, um professor evangélico era recusado numa escola, porque tinha uma crença diferente da católica, na época que a igreja católica era dominante nesse país. Agora, se inverte.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Agora o estado é laico, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, o estado é laico.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E a gente tem que garantir a laicidade dos estados, nas escolas, nos locais de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que a gente precisa realmente considerar em alguns que estão preocupados com a lei é quando eles dizem que a lei poderia impedir a liberdade religiosa, mas isso é uma concepção equivocada do projeto de lei. Não está lendo direito o projeto de lei. E há uma manipulação muito grande, dizendo que a lei que criminaliza homofobia se transformaria em uma lei que impediria a igreja de dizer que é pecado ser homossexual. Isso não tem nenhum problema, dizer que é pecado, e ninguém vai poder ser preso, porque diz que está pecando. Então, eu ponho em votação a manifestação de repúdio. Os que estejam de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Esta manifestação de repúdio será divulgada e publicada. Bem, tenho apenas um comunicado a fazer. Um comunicado que esta presidência comunica que recebeu os seguintes expedientes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu até fiz sinal para V. Exa. que eu tinha que sair, e vou sair depois. Mas eu quero aproveitar o momento para dizer que, graças ao trabalho de nós, senadores e senadoras, eu, hoje, estou indo lá para a Câmara, para uma reunião, talvez, decisiva naquela questão de garantir que o aposentado tenha o aumento real, eu sei qual é a sua posição. V. Exa. também defende que tem que ter um aumento real acima do salário mínimo. Estamos construindo um acordo com o Governo e também o fim do fator. Então, nesse dia, pode ser uma data histórica, vamos torcer que seja, que a gente construa esse grande acordo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Estamos torcendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer os comunicados, são muito rápidos. Primeiro, um comunicado de preocupação e que devemos ver o que é que nós fazemos sobre essa decisão de um tribunal no Mato Grosso do Sul de dizer que uma criança, por ser prostituta, não podia ser considerada ofendida numa relação que teve com adulto, porque foi livre. Não pode dizer que uma pessoa que teve uma relação prostituída, criança, é livre. Ela é prisioneira da pobreza, ela é prisioneira da lavagem cerebral, ela é prisioneira do dinheiro. Então, é uma decisão que muito nos preocupa, como direitos humanos. E é um projeto de lei, do Senador Crivella, de tornar crime tanto a relação paga entre adultos e crianças, ou adolescentes. Então, consideraria crime a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção

carnal com crianças e adolescentes. Eu me pergunto como é que demoramos tanto tempo para perceber que é preciso uma lei que considere crime o uso de criança para atos sexuais. É inacreditável, na prostituição.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também entendo assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É inacreditável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque é crime mesmo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É crime. Senador Cristovam, Senador Paim, eu participei, junto com a Senadora Patrícia, acho que o Senador Paim também participou da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que nós instalamos nessa Casa, nos anos de 2003 e 2004, e, pessoalmente, eu acompanhei o caso deste rapaz, deste atleta, Zequinha Barbosa, lá no Mato Grosso do Sul, e digo que fiquei estarrecida com essa decisão da justiça, porque nós ouvimos as meninas. É um absurdo o que essa rede no Mato Grosso do Sul faz. Essa foi uma das que nós conseguimos, Senador Paim, detectar. Detectamos outras em vários estados. Essa a gente ainda conseguir denunciar. No meu estado de Rondônia, por exemplo, nós detectamos as redes, mas não conseguimos denunciar, porque o aparato de apoio à criminalidade é tão grande, Senador Cristovam, por parte das instituições estatais, que, às vezes, nós não conseguimos, sequer, fazer a denúncia. Agora, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, àquela época, denunciou... Além de denunciar, no seu relatório final, várias pessoas, entre elas o Sr. Zequinha Barbosa, nós fizemos também a indicação de cinco projetos de leis para o Congresso Nacional, no sentido de coibir a prática da exploração sexual. Infelizmente, conseguimos aprovar, dos cinco, apenas dois, até o presente momento. E já se vão aí cinco anos, após o término dos trabalhos da CPMI, que cuidou da exploração sexual de crianças e adolescentes neste país.

Então, eu quero, aqui, também, Senador Paim, Senador Cristovam, Senadora Marina, repudiar esta atitude do judiciário que considera que por ser... Porque as menores já estavam na rua, não houve o crime. Então, desta forma, nós passamos... Nós, enquanto sociedade, passamos um recado muito ruim, né, de que podemos colocar as meninas nas ruas, que isso todo mundo pode explorar, é a coisa mais natural do mundo. Eu acho que essa Casa e essa Comissão, faz, age corretamente, quando se pronuncia repudiando esse tipo de atitude por parte da justiça, que deveria estar cuidando dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, permita. Eu fui ajudado pela sua assessoria, pela sua, talvez para ser mais rápido, que eu... E a minha, naturalmente, está concordando. Se tiver alguma forma, inclusive, de pedir urgência para esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para esse projeto. Vamos colocar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Urgência absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos colocar na próxima sessão. Eu quero dizer o seguinte, pode ser que eu esteja errado: nós não vemos o mesmo horror que se tem contra a pedofobia em relação à prostituição infantil. E, para mim, o tratamento do horror maior com a pedofilia do que a prostituição infantil é porque a prostituição infantil atinge apenas crianças pobres. E a pedofobia atinge crianças de todas as classes. Então, nós nos horrorizamos mais com um crime brutal do que com outro crime brutal. Está na hora de tratarmos igualmente a pedofilia como sinônimo do abuso, da prostituição infantil.

Bem, recebemos o ofício nº 053, 09, da TDD de Pernambuco, de autoria do Movimento Terra de Direito do Recife, que encaminha relatório elaborado por diversas organizações sociais, sob a formação e atuação de milícias privadas no Estado de Pernambuco. Os que tiveram interessados em verem isso, o documento, o ofício está à disposição.

O ofício 359, de autoria da Primeira Promotoria da Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Maranhão, que informa sobre apuração de denúncia de desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por autoridades públicas do Maranhão.

O ofício 25309, sobre redução da verba de gabinete à Infância e Juventude, no plano plurianual. Isso é grave, isso atinge direitos humanos, retirar dinheiro que iria para a Infância e Juventude.

Uma carta da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima, conjuntamente com a Associação dos Familiares e Amigos dos Policiais e Bombeiros Militares, sobre ameaça de morte e outros atos atentatórios sofridos por eles, que ocorreram durante o movimento de greve, em abril de 2009. Eu próprio tive contato com esses policiais e, de fato, é grave a situação que eles enfrentam em Roraima.

Carta de João Luiz Pereira, contribuinte cego, 68 anos, sob erros de cálculo em sua aposentadoria e situações vexatórias, promovidas pelo INSS, em Palmas, Tocantins.

Ofício 164, 2009, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que informa a esta Comissão acerca da violação de direitos universal e constitucionalmente consagrados, em face de atos praticados, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, contra pessoa e trabalhadores, no caso específico, contra servidores público, no sistema estadual de segurança. A presidência vai analisar estes casos, vai dar resposta a cada um dos que nos enviaram, mas esses ofícios estão à disposição de qualquer membro da comissão.

Eu tenho, ainda, uma proposta da Senadora Marina, que consiste em criar uma Comissão para analisar os problemas de regularização fundiária. Antes de passar a palavra, eu quero dizer que a Mesa entende que esse é um assunto que toca os direitos humanos. Na verdade, todos os assuntos tocam os direitos humanos. Salário mínimo toca direito humano. Tudo toca. Então, esse é um assunto que toca direitos humanos. Podemos ter problemas técnicos do número de subcomissões que já temos. Mas vamos procurar resolver isso.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu tenho já até uma solução, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Mas eu passo a palavra a Senadora Marina, para justificar o seu projeto.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero, aqui, cumprimentar o esforço que V. Exa. tem feito para dinamizar essa Comissão, os senadores que participam aqui, empenhados em temas, como a Senadora Fátima Cleide e tantos outros, dizer que essa Comissão, a ideia dessa Subcomissão tem o objetivo de contribuir com o processo de regularização fundiária, à medida em que nós sabemos que 67 milhões de hectares estão sendo alienados para particulares. Desses 67, apenas sete milhões serão destinados aos pequenos, que são aqueles que vão até quatro módulos fiscais e que respondem por 80% dos posseiros. Os demais, os 60 milhões, ficarão com grandes e médios, que corresponde apenas a 20% dos posseiros. Então, é algo que, para mim, é motivo de muita preocupação, sobretudo, porque, nesses 60 milhões, nós temos inúmeras pessoas, milhares e milhares de famílias, que são posseiros – esses, sim, posseiros legítimos -, que vivem no meio dessas florestas e que, agora, não terão a menor chance de competir com aqueles que podem montar suas bancas de advogados para poder regularizar essas terras em seu nome. Então, o objetivo é que esta Subcomissão seja formada por Srs. Senadores que possam fazer visitas, que possam acolher as denúncias, que possam ajudar o poder executivo, sobretudo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a tornar esse processo cada vez mais transparente e acolhedor, não é, daqueles que, muitas vezes, não terão a menor chance de se defender contra a grilagem e contra a violência. E, sobretudo, para evitar o dolo da alienação de terras públicas para aqueles que não merecem. Porque, agora, já começa o laranjal. Como, corretamente, o Presidente Lula vetou o art. 7, que proibia a titulação para pessoa jurídica, para prepostos, os laranjas, que a gente sabe que existem, então, agora, estes estão colocando as supostas propriedades em nome de familiares, de vaqueiro, de vizinho, para, daqui a três anos, eles puderam reaver estas terras. De sorte que essa Comissão tem esse objetivo.

Como fui orientada pelos técnicos da Comissão de que nós já temos quatro Comissões e que não poderíamos ter uma quinta, e para não ferir o regimento interno, e, também, para não propor a dissolução de nenhuma das comissões, que são todas igualmente importantes, a minha proposta é que a gente possa fazer uma fusão entre a Comissão de Combate ao Trabalho Escravo e que, agora, se transforme em Comissão de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento do Processo da Regularização Fundiária. Afinal de contas, são dois temas geminados e que poderão ser tratados legitimamente, no âmbito da mesma Comissão. Proponho apenas que possa, talvez, a Comissão ter membros e pessoas que estejam identificadas com essa questão do acompanhamento da regularização fundiária. Que aí a gente possa fazer esse manejo, para que não fique apenas esse recorte do trabalho escravo, mas que também tenham pessoas que possam dar esse acompanhamento do processo de regularização fundiária. Se tiver em acordo, eu não precisaria de cinco e nem de dissolver nenhuma Comissão, apenas fazer esse aditamento à Comissão de Combate ao Trabalho Escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero felicitá-la, não apenas pela sua solução técnica, mas pela acuidade de fazer essa combinação. Porque, de fato, no Brasil, ainda hoje, tem escravo, que a gente não regularizou a terra corretamente no passado, que a gente não fez uma Reforma Agrária no passado. Liberdade escrava é liberdade, escola e terra. Não demos terra nem escola aos escravos. Então, está perfeita a ideia. Eu tenho certeza que o Senador Nery, que preside esta Subcomissão, vai aceitar perfeitamente. De qualquer maneira, eu ponho em votação. Se todos estiveram de acordo, está aprovado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para registrar, Senador Cristovam, que eu não apenas estou de acordo, como também parabenizo a Senadora Marina, sempre com muito cuidado, aqui, na disposição,

também, de ajudar o Executivo a fazer aquilo que é sempre a expectativa da população, da região amazônica, que é a regularização fundiária. Infelizmente, ainda, não nos moldes que nós gostaríamos, porque a medida provisória que nós aprovamos aqui, por exemplo, deixa de fora as comunidades quilombolas. Então, aqueles... Se nós temos escravos, eles continuarão, porque eles não têm, ainda, acesso à regularização fundiária, nas comunidades quilombolas. Então, mais uma vez, parabéns, Senadora Marina, e eu já me disponho, também, a integrar esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, permaneçam como estão, estão de acordo. Está aprovado. Eu... Antes de encerrar, eu quero convidar as senadoras presentes, já que estavam falando de escravidão, para irem à Comissão de Educação, onde está se discutindo o fato de que municípios estão levantando a hipótese que não podem pagar o piso salarial dos professores. Isso aconteceu na Lei Áurea. Na Lei Áurea, os fazendeiros diziam: "Nós não vamos ter como manter as fazendas sem os escravos, nós não vamos ter dinheiro para pagar salário aos trabalhadores". Igualzinho. Só que, agora, em vez de ser o trabalhador da agricultura, é o trabalhador da escola. É o produtor não de café, mas de saber. Então, está havendo essa audiência, na Comissão de Educação. O Senador Arns não está presente aqui, porque está presidindo lá. Eu convido as senadoras presentes e dou por encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 11h06.

20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de julho do ano de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúnem-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Sérgio Zambiasi.** Pauta. **Item único**. **Audiência Pública** da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento ao Requerimento **nº 24, de 2009 – CDH, aprovado em 03/06/09, de autoria do Senador Cristovam Buarque, com vistas a** "instruir a Sugestão nº 3, de 2008, de autoria do Instituto Todos a Bordo, que sugere legislação para a criação de uma Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil". O Senhor Presidente abre os trabalhos, convida para compor à mesa os Senhores convidados e, em seguida, faz suas considerações sobre o tema da Audiência. Convidados que comparecem: Humberto Adami Santos Júnior, Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; Mário Lisbôa Theodoro, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA, em representação à Senhora Luciana de Barros Jaccoud, Professora e Pesquisadora do IPEA; Dora Lúcia Bertúlio, Procuradora Chefe da Fundação Cultural Palmares; José Vicente, Reitor da Unipalmares de São Paulo; Ailton dos Santos Ferreira, Secretário Municipal da Reparação da Secretaria da Reparação da Bahia; e Roberto Carvalho, Jornalista e Publicitário. O Senhor Roberto Carvalho, encaminhou pedido no sentido de que o Senado Federal crie um memorial da escravidão no Brasil, buscando toda documentação, expressão artística, cultural e religiosa, a fim de estabelecer o papel do afrodescendente na História do Brasil. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente suspende a Reunião. Às doze horas e vinte e oito minutos o Senhor Presidente retoma os trabalhos da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, propõe a realização de uma Audiência Pública no Estado da Bahia, com o tema "A educação como forma de reparação da população negra, focando na alfabetização do negro, entre outras medidas educacionais". Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada um e a cada uma. Eu declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovada. Eu quero convidar a fazer parte da Mesa os convidados Humberto Adami o Mário Lisboa Teodoro, Dora Lúcia Bertulio e o Reitor José Vicente.

Sem qualquer medo de errar, eu tenho certeza de que esta é uma das sessões, meu caro Senador

Cícero Lucena, uma das audiências mais interessantes, impactantes e necessárias de todas que a gente tem feito neste Senado. Eu vou dizer por que. Eu acho que ela é impactante, não apenas por trazer um tema que tenta se colocar debaixo do tapete, que é o tema das relações raciais no Brasil, que, há séculos, a gente tenta esconder, sobretudo nos últimos 121 anos, quando a abolição desfez a explicitação do problema racial entre escravos e não-escravos, portanto, negros e brancos, e passou a ideia de que já não havia mais choques de diferenças raciais no Brasil.

Ela é também impactante pelo fato de que trata de um assunto extremamente polêmico, a ideia de reparação. A ideia de reparação de uma geração por responsabilidade de outras gerações do passado e, também, sobre o próprio conceito de reparação entre indenização, ou não indenização, do ponto de vista pecuniário, de dinheiro. Isso faz com que seja um debate rico, do ponto de vista da polêmica que surge. Com todas as dificuldades do momento em que nós vivemos no Senado, inclusive, nos últimos dias, provavelmente, dessa legislatura, depois do silêncio que eu fiz, alguns podem ter achado que eram os últimos dias do Senado, na realidade que a gente vive hoje. Mas os últimos dias desse semestre... Nós não temos condições de ter um *quórum* elevado de senadores, alguns estão chegando, mas esse debate é transmitido, ele é gravado, ele fica registrado, ele vira um texto, que eu quero fazer sob a forma de um pequeno livro, e eu tenho a impressão de que pode ser de muita utilidade pedagógica, no Brasil inteiro, para o debate desse tema.

Por isso, eu volto a insistir que, de todas as audiências que eu fiz como presidente de três comissões, já no passado, e mais esta aqui, pela segunda vez, este é, sim, um tema que pode trazer, através da audiência, uma contribuição ao entendimento de um problema nacional. Eu vou passar a palavra na ordem em que eu chamei, que foi o Humberto Adami, o Mário Lisboa Teodoro, a Dora Lúcia Bertulio e o Reitor José Vicente. Eu vou passar, nessa ordem, e peço ao Dr. Humberto que comece a sua apresentação. Nós damos um prazo, toca uma campainha automaticamente, não sou eu, mas não vai haver corte de tempo; use o tempo preciso. A não ser que se estenda exageradamente, mas nós não vamos, aqui, ficar fiscalizando. Eu acho que esse tema merece um debate no período que for necessário para cada apresentador. Por favor.

SR. HUMBERTO ADAMI: Muito bom-dia. Muito obrigado pelo convite, senador. Está de parabéns por mais esta iniciativa junto ao Senado Federal. Eu vou entrar direto no tema, para que a gente possa aproveitar na discussão. Essa ideia da reparação, como o senador menciona, é uma ideia bastante polêmica e, com certeza, vai causar muito alvoroço. Basta ver a ideia e a implementação do que as cotas da universidade já vêm causando de polêmica, que se pode imaginar o que deve acontecer na medida em que for discutida uma reparação para negros e descendentes de escravos no Brasil.

Inicialmente, deve-se dizer que há muitos exemplos da questão da reparação em outros lugares. O marcatismo nos Estados Unidos, os japoneses que foram encarcerados, eles tiveram reparação pelo período em que estiveram encarcerados naquela época. Agora, o grande exemplo de proximidade é o do holocausto judeu na Alemanha, em que há reparação, até hoje, às vítimas do nazismo. A discussão da reparação da escravidão, além dessa polêmica toda, eu fico imaginando até o quanto de coisas que não devem surgir e serem colocadas à exteriorização, só pelo debate das cotas e a resistência toda... O senador está vendo aí a dificuldade que é aprovar uma coisa bastante pequena, que são cotas para alguns estudantes, e já há essa resistência toda da sociedade brasileira.

Imagina se falar em reservar um montante de dinheiro para que os descendentes da escravidão sejam beneficiados através de políticas públicas. As tentativas anteriores são do conhecimento de todos, do Fernando Conceição, que já havia levantado uma ideia de se trazer cem mil dólares para cada descendente de africano. A vereadora paulista, também, Claudete Alves, lá de São Paulo, também iniciou uma campanha como essa, onde dois milhões de reais seriam devidos a cada descendente de africano escravizado. E um movimento em muita voga nos Estados Unidos, quando estive lá e pude ver, que é o *Reparation Now.* Esse movimento do *Reparation Now* é muito interessante porque até os bancos que trabalhavam com venda de escravos, e os escravos eram mercadorias comuns, como qualquer uma hoje. Hoje em dia, se vê. E muitos empréstimos eram feitos com garantia de escravos. Então, os bancos, quando faliram, eles foram passando adiante, como outros ativos e passivos. E muitos bancos, recentemente, foram ver seus ativos passados... Veio junto, com o ativo, a propriedade de escravos. E isso causou uma grande celeuma na população norte americana, que, até hoje, tem bancos se explicando ou pedindo perdão.

E o próprio governo norte-americano, o próprio governo inglês, há cerca de dois anos, também pediu um perdão pela escravidão, mas isso tem se notabilizado por sempre ficar essa discussão, sem qualquer reparação pecuniária. Até mesmo uma reparação individual, como foi a do almirante negro de... Há alguns dias, alguns tempos atrás, também se notabilizou por não ter nenhuma indenização em dinheiro. E abre uma

outra coisa interessante aqui. Outros tipos de indenização, inclusive dos anistiados políticos, podem servir de baliza ou podem servir de modelo... E tem sido pagas as indenizações. Então, por que... É a pergunta... Só para quando é para... Com o negro, há essa resistência absurda de setores da sociedade brasileira.

Uma das ideias que se pode adequar ao projeto em discussão e que nós, do IARA, estamos trabalhando, é na distribuição de representações ao Ministério Público Federal e Ministério Público dos Estados, no sentido de se abrirem inquéritos, se instaurarem inquéritos civis públicos, nos 5.464 municípios do Brasil. E que, nesses inquéritos civis públicos, seja discutido qual é a reparação do município, pecuniária ou não. Então, isso foi usado na Lei da História da África, como se vê nesse pequeno *folder* aqui, se abriram 5.664 inquéritos civis públicos, seja pela Procuradoria da República Federal, através dos Procuradores da República, da cidadania, sejam através dos Ministérios Públicos Estaduais.

E, lá, o promotor de cada comarca, de cada município, intimou todas as diretoras de escolas públicas e privadas da região, daquele município, perguntando para elas por que não tinha sido implementada a Lei da História da África. O que promoveu rapidamente o amplo conhecimento, em todos os rincões do país, da nova Lei de História da África e Cultura Afrobrasileira, Lei 10.639 que, depois, foi sucedida pela Lei 11.645, ambas que são emendas, alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é a Bíblia do ensino brasileiro e que tem sofrido também muita resistência. Então, quando o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental fez essas representações, juntamente com outros parceiros do Movimento Negro, mais ou menos ao redor de três instituições, e Abdias Nascimento e Frei Davi, através de uma petição única ao Procurador Geral da República, isso se espalhou ao longo de todo o país e pôde motivar o conhecimento da lei e a posterior resposta das diretoras das escolas em por que não se havia implementado, ali, a Lei 10.639.

São coisas muito interessantes, e a leitura das respostas aos diversos promotores no país inteiro é um documentário interessantíssimo, porque se vê... Por exemplo, uma diretora de escola diz: "Eu não vou aplicar essa lei aqui porque não há alunos negros na escola, na minha escola aqui". Outra: "Ah, não, eu estou aplicando, mas é na forma transdisciplinar e acaba se limitando a questão da capoeira, do samba e do carnaval". E isso tudo não é exatamente o que diz a Lei 10.639, essa lei de conhecer a história do negro no Brasil e de levantar a memória de toda essa população, que está ainda por saber quem é, quem são seus antepassados, como eles viveram, em que eles trabalharam. Quais as coisas que eles produziram e que não é do conhecimento da sociedade brasileira, porque isso sempre foi escamoteado, isso sempre foi escondido, e, muitas vezes, como no caso da lei de defeito ali... Havia uma lei que, para você ocupar cargos militares, eclesiásticos e administrativos da Coroa, você tinha que pedir a dispensa do defeito de cor. Isso não era, evidentemente, para nenhum outro que não fosse escravo, ex-escravo ou alforriado. Eram os negros que eram os escravos no Brasil. Então, para exercer esses cargos, tinham que pedir a dispensa do defeito de cor.

Alguns notáveis negros do Brasil só puderam passar adiante porque eles foram dispensados por essa lei do defeito de cor; entre eles, o Padre Maurício, que foi trabalhar no Vaticano e compôs uma vasta obra musical, pois, até hoje, essa obra do Padre Maurício, que o Maestro Silvio Barbato, daqui de Brasília, recentemente falecido no avião da Air France, dizia assim: "Olha, a obra do Padre Maurício só é igual à obra de Beethoven, de Bach, só que ele não teve a mesma divulgação". Então, tudo isso, imaginem os tesouros que não estão para serem descobertos, quando o negro tiver a sua história incluída na História do Brasil, e que não seja apenas a história da escravidão do negro no Brasil.

Que não seja apenas, como alguns documentos que vieram nesses inquéritos de que lhe falei, senador, que chegaram ao Ministério Público, de algumas escolas privadas, em que se dizia o seguinte: "Bom, os negros vieram para cá porque se precisava de mão de obra para trabalhar nos canaviais. E aí se resume a história da África e da cultura brasileira, no entender dessas escolas privadas. Isso é uma coisa que, na verdade, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Nacionais de Educação de todo o país poderiam trabalhar, no sentido de ver. Isso tudo está ligado na reparação. São formas de reparação, não apenas no tocante à reparação pecuniária, e, como toda a discussão, ela pode ser avançada através de formas não pecuniárias. Eu penso que está de parabéns esta Comissão, o gabinete de V. Exa., e acho que vou parar por aqui e aguardar o prosseguimento dos debates. Eu queria agradecer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço bastante, eu vou anotar os meus comentários e as minhas sugestões para o final. Eu passo, agora, a palavra ao meu grande e antigo amigo e ex-aluno, Mário Lisboa Teodoro, a quem eu tenho prazer em tê-lo aqui conosco.

SR. MÁRIO LISBOA TEODORO: Boa-tarde a todos. Senador Cristovam Buarque, o prazer é recíproco. Senador Cristovam, um professor da Universidade

da Brasília e que marcou uma geração, desde a sua chegada, no final dos anos 70. Eu tive o privilégio de compartilhar a sua chegada. E ele, com as suas ideias, representou um marco dessa geração, e eu sou muito orgulho de ser dessa geração que foi marcada pelas suas ideias e queria agradecer, também, estar aqui.

Eu vou, também, tentar ser o mais objetivo possível e ir direto ao assunto da proposição, da propositura de reparação pecuniária, que, em princípio, ela me parece, muito positiva, até porque, como lembrou o colega Adami, ela recoloca uma questão de um débito que a história do Brasil tem com seus escravos ou com a sua população, que, em determinado momento da história, que não foi pouco, escravizada. Nós tivemos 350 anos de escravidão contra cento e poucos anos de trabalho livre. Se o Brasil tivesse uma história contada em uma semana, de segunda a sexta, nós teríamos escravidão só sábado e domingo, que seriam de liberdade para a população negra.

Eu gostaria, primeiro, de fazer uma pequena discussão sobre o projeto em si. Na verdade, ele me parece um projeto um tanto ambicioso. Eu estava fazendo uma conta pequena aqui... Mania de economista essa coisa de fazer conta, não é? Mas, se nós temos cerca de 80 milhões de afrodescendentes no Brasil... E essa é uma conta razoável de se pensar, porque, segundo os dados do IPEA, a população negra já passou da metade. Mas, enfim, vamos trabalhar com 80 milhões, porque nós temos sempre aqueles que estão naquela linha de fronteira e que a imprensa adora usar a linha de fronteira para falar mal, por exemplo, das cotas.

Eu sempre lembro que, se a imprensa tivesse, com a SUDENE, a mesma boa vontade que ela tem com as cotas, o pessoal ia falar o seguinte: "E o pobre que está do lado de cá da fronteira do Nordeste, não é?". Então, não poderia fazer a SUDENE, porque você tem pobres do lado de fora e pobres do lado de dentro. Enfim, essa boa vontade que a imprensa teve com o projeto da SUDENE, que foi um projeto importantíssimo, ela poderia ter um pouco mais... A imprensa e muitos que são contra as cotas, que usam esse argumento. Mas, enfim, se a gente pegar 80 milhões de negros no Brasil e pensarmos numa reparação mínima, que é o que o projeto sugere, de 200 mil reais, nós vamos ter alguma coisa em torno de 16 quadrilhões de reais de reparação, o que dá, mais ou menos, uns 500 a 600 PIBs americanos. Então, é inviável.

Do ponto de vista da capacidade do Estado em fazer esse tipo de reparação, nós vamos ver que não é viável, embora seja uma ideia muito, muito interessante, a ideia da reparação. Eu vou levar para outro lado. Contando um pouco a história do Brasil, eu diria que a grande saga social que nós temos – chaga, desculpa, falei errado – social que nós temos, que é a desigualdade, é um país extremamente desigual, é um país que cresce gerando desigualdades. Essa grande chaga se dá, na nossa maneira de ver, a partir de dois momentos importantíssimos que aconteceram no Século XIX, que foram, primeiro, o momento em que o governo instituiu a Lei de Terras, 1850. Entre 1822, a Independência do Brasil, e 1850, ficou um limbo na legislação sobre a legislação agrária. E, nesse momento, também, você tinha um movimento de trabalhadores indo para a terra, trabalhadores libertos, livres, e as pessoas começaram naturalmente a ocupar a terra.

E, em 1850, o governo lança a Lei de Terras, para regulamentar a terra, dizendo o seguinte: "A terra pertence ao antigo dono, sesmeiro que o Rei de Portugal tinha falado". Os antigos donos... Então, quem estava trabalhando na terra não era o dono da terra, o que significou que grande parte da população que vivia da terra, e era muito grande essa população, ficou alijada da posse da terra. E a segunda resposta excludente – essa foi a primeira, que gerou um excedente de força de trabalho sem-terra -, a segunda resposta foi a própria forma como a abolição foi feita no Brasil.

A abolição da escravidão nas Antilhas, por exemplo, a Rainha Vitória escreveu um ato dizendo o seguinte: "Quem era escravo até hoje, a partir de amanhã, continua a trabalhar, mas vai receber salário". A abolição nos Estados Unidos, com todos os problemas e mazelas que os nossos irmãos do Norte têm, foi uma abolição feita, principalmente na Guerra da Secessão, que foi o seguinte: Para cada família negra, o governo americano deu 50 acres de terra e uma mula. Para cada família de negros... Na abolição brasileira, nós, partindo de uma ideia de que, se o Brasil se branqueasse, ele seria mais desenvolvido, nós gastamos muito dinheiro num programa de migração que teve grande contribuição. O imigrante teve grande contribuição na cultura brasileira, mas que ele veio para substituir uma mão de obra que já existia. Nós não criamos novos postos de trabalho. Então, o que significou? A abolição significou exclusão do mercado de trabalho.

Então, nós tivemos duas respostas do Estado, de políticas do Estado, que foram excludentes. De um lado, nós alijamos grande parte da nossa força de trabalho da terra e, de outro lado, nós alijamos da possibilidade de trabalho. E esses dois problemas existem até hoje no Brasil: o problema da terra e o problema do trabalho. E eu diria que o centro de toda a questão social brasileira está nessas duas respostas perversas que foram dadas no Século XIX. Então, o que fazer? Eu acho que a ideia de você resgatar essa população, essa dívida, tem que passar por gastos efetivos com essa população, não é? Coisas que os outros países

fizeram. Aliás, o Governo Brasileiro gastou, mas foi uma coisa muito complicada, porque, quando veio a Lei do Ventre Livre, que é de 1871, 28 de setembro, os fazendeiros falaram: "Não, mas nós vamos ter que cuidar dessas crianças até 18 anos. Tudo bem, eles vão trabalhar um pouco, ajudar, mas nós vamos ter que pagar educação". E o governo indenizou os fazendeiros para que eles pagassem a educação e, enfim, que eles pagassem a criação desses meninos. Evidentemente, ninguém foi educado, e esse dinheiro foi para o bolso dos fazendeiros.

Então, o que acontece é que, durante a história brasileira, toda vez que o recurso era direcionado para a população negra, de alguma maneira, ou ele não chegava lá, ou ele nem saía. E a reparação é uma forma de que a gente resgate isso. Reparação, talvez, ela seja melhor a partir de políticas públicas, a partir de reconhecimento de coisas concretas. Por exemplo, a Dra. Edna Roland, ela faz um artigo, que me parece brilhante, falando o seguinte: "No Brasil, não existe um memorial sobre a escravidão". A orda de pessoas que morreram na escravidão, com toda a História do Brasil na escravidão, nós não temos um memorial que fale sobre essa chaga da história brasileira. E isso é uma coisa importante para resgatar, senador. E outras coisas que me parecem muito importantes.

O que eu queria chamar a atenção é que, se isso que nós falamos aqui, faz algum sentido, do ponto de vista de explicar a desigualdade no Brasil, eu diria que a questão racial, então, está no centro do debate da desigualdade. Por que esse país cresce tanto e, no século passado, cresceu mais até que o Japão e Alemanha, que foram dois países que cresceram muito, e foram destruídos e cresceram de novo, e o Brasil conseguiu crescer mais do que esses países, e por que, ao contrário dos países que crescem muito, nós não acabamos com a nossa desigualdade? Por que é que, com tanta pujança econômica, nós continuamos produzindo pobres? A única explicação que me parece é que, além da questão social, nós temos aí, embutida, e explicando, e naturalizando a desigualdade, um racismo. O racismo naturaliza a desigualdade. O racismo, talvez, não faça a nossa sociedade pensar, como talvez pensou a sociedade alemã e japonesa, quando alemães e japoneses estavam morrendo de fome nas ruas, no pós-guerra, que isso é uma situação inadmissível. Quando se pensou: "É inadmissível um alemão morrer de fome na rua, no pós-guerra, ou um japonês", o Estado colocou políticas públicas para acabar com isso. No nosso caso, apesar de crescer muito, é natural ter pessoas morrendo, é natural ter desigualdade. E mais, a desigualdade não é só naturalizada. Eu tenho a impressão de que, em muitos momentos, a desigualdade, ela é necessária para que a gente viva da forma como a gente vive. Quem é de Brasília sabe: o dia que existe greve de ônibus, as empregadas domésticas não vêm às nossas casas, é um terror. Não funcionamos sem empregada doméstica, que é o resultado, talvez o mais emblemático, de uma sociedade desigual. Pagar uma pessoa para ficar na sua casa, fazendo o serviço que você deveria fazer.

A modernidade brasileira. Nós, hoje, somos os recordistas em reciclagem de alumínio, passamos o Japão que era o primeiro, e o Brasil era o segundo. Nós reciclamos alumínio com criança catando lata de alumínio na rua à meia-noite, para vender lá, para as pessoas que pegam essas latas para reciclagem. A nossa modernidade passa por uma desigualdade e essa desigualdade tem a ver com essa questão racial. Então, eu queria só fazer esses comentários para dizer que a reparação é importante, mas, talvez, ela possa vir de outras formas, com políticas públicas e efetivas, considerando a questão racial. E aí eu queria fazer, senador, se me permite, uma ponderação sobre as cotas, que eu acho que é um debate que está tendo aqui, e que está sendo, na minha maneira de ver, um debate que está indo para um lado... Desvirtuando um pouco as cotas, as cotas não são para as pessoas pobres, as cotas da universidade, porque o pobre não chega à universidade. O pobre, com 12 anos de idade saiu da escola no Brasil.

Quer fazer política para pobre? Política para pobre, a gente tem uma receita dada pelos países que conseguiram acabar com a pobreza: Redistribuição da renda e proteção social. Políticas universais de redistribuição de renda e proteção social acabam com a pobreza. Você quer com as cotas é colorir a nossa elite. É fazer com que grande parte dos estudantes negros, que chegam até o segundo grau, possam entrar na universidade e mais, as cotas são para entrar e não para sair. Ninguém vai sair de lá porque é negro, só vai sair porque conseguiram as boas notas, e as pessoas vão conseguir, estão conseguindo, a gente está vendo isso. Isso que eu gostaria de falar sobre cotas, me parece, lembrando sempre que grande parte dos nossos *PHdeuses* que estão aí nos Ministérios, fazendo as políticas econômicas... Entraram por cota na universidade americana. Entraram por cota, lá tinha uma cota, porque se fosse por mérito... Ele nem conseguia falar direito a língua americana, como é que ele ia entrar por mérito?

E grande parte desses caras, hoje, está aí dizendo: "Não as cotas são terríveis." As cotas são para colorir uma elite que hoje é muito pálida nesse país. Então, eu gostaria de colocar isso para que esse debate não fosse mitigado, "Ah tem que ter cotas sociais."

Cotas sociais não adiantam nada, para acabar com a pobreza, nós temos uma receita que é histórica e foi a única que deu certo, redistribuição de renda com políticas de proteção social. Esse, sim, essa dupla é infalível, é só a gente querer. Bom, eu não vou me estender, senador, eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui presente e, enfim, fico à disposição para o debate, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço a exposição e passo a palavra para a Procuradora Chefe da Fundação Cultural Palmares, Dra. Dora Lúcia Bertulio.

SRA. DORA LÚCIA BERTULIO: Pois não. Bomdia aos senhores e senhoras, aqui, eu quero agradecer e parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado e, especialmente, o senador, por essas iniciativas e por trazer a possibilidade de discussões a respeito de relações raciais nesta Casa. Eu gostaria de, já de pronto, assim como os outros colegas, já iniciar falando a respeito do projeto. Mas é muito importante a gente pensar que a discussão sobre relações raciais no Brasil é, e continua sendo ainda, um grande tabu, em todos os espaços. E quando nós começamos, quando apresentamos quaisquer possibilidades de abrir discussão e de fazer com que as pessoas possam e tenham maior conhecimento sobre a História do Brasil, sobre história das populações e, muito especialmente, sobre história da população negra e a sua origem, ou seja, a História da África, nós temos todas as restrições possíveis da sociedade, de todas as esferas, seja das pessoas com menor informação, àquelas que têm a melhor informação enfim. As pessoas com maior formação, doutores ou pessoas sem nenhum tipo de conhecimento mais formal.

A sociedade brasileira continua na naturalidade da exclusão da população negra, da sua possibilidade da estar dentro de espaços como espaços mais privilegiados e, especialmente, com qualidade de vida. A fala do Mário Teodoro, eu acho que dirige, absolutamente, àquilo que a gente gostaria de trazer numa Audiência Pública sobre reparações. Quer dizer: Reparações, sim, por certo, sim. Nós estamos, e acho que todos nós que trabalhamos com as relações raciais, todos nós que estamos dedicando praticamente a vida nas discussões sobre a melhor possibilidade de qualidade de vida para a população negra, e trazendo neste bojo de melhor qualidade de vida para a população negra, melhor qualidade de vida para a população brasileira. Porque me reporto novamente ao Professor Teodoro, de que a desqualificação, a desconsideração da sociedade e do Estado Brasileiro para a população negra, é talvez a referência mais fenomenal, eu diria, mais fantástica, de toda a má qualidade de vida da população brasileira como um todo.

Quer dizer, quando você descarta 50% da população da possibilidade de crescimento, você, na verdade, engloba o todo da sociedade e faz, trabalha no sentido de diminuir a possibilidade e o impacto de qualquer política, de qualquer processo de desenvolvimento e progresso, de qualidade de vida para o todo da população. E acho que esse é um ponto que a gente gostaria de trazer à reflexão. Políticas para negros são políticas para negros? Ou políticas para negros são políticas para a sociedade brasileira? Eu diria que toda a política e toda a discussão e toda a possibilidade de criarmos condições adequadas de vida para a população negra, significa criar condições adequadas para a sociedade brasileira. E esse eu acho que é um ponto que, talvez, se se refletisse a respeito disso, se se discutisse a respeito disso, as pessoas ficariam um pouco mais abertas, um pouco mais solidárias à discussão de relações raciais e de políticas para diminuir a diferença, o impacto, na verdade, do racismo sobre a qualidade de vida das pessoas.

Bom, nesse sentido, pensando no projeto e pensando naquilo que seria a reparação, eu estou de acordo com o Mário, no sentido de que nós fazermos reparações pecuniárias, ainda que nós tenhamos várias situações, exemplos, inclusive dentro da sociedade brasileira, e a própria justificativa do projeto faz isso, de que são várias as situações em que nós temos reparações pecuniárias para pessoas que tenham sido, de alguma forma, molestadas pelo Estado. E, por certo, também, nenhum grupo populacional foi mais molestado pelo Estado do que o grupo populacional negro, na história dos 500 e...? 509 anos do Brasil, depois da invasão e da matança da população indígena por certo, porque não dá para a gente retirar o genocídio da população indígena desse processo todo, que também são populações que devem estar no bojo de todo o processo que se pensa, de diminuir os efeitos nefastos das violações do Estado, e da sociedade brasileira, contra grupo populacionais que é a população negra e, por certo, a população indígena.

Mas, então, voltando à questão da reparação e de como nós poderíamos pensar políticas como pensar ações do Estado, no sentido de diminuir o impacto da discriminação racial e dos efeitos do racismo estrutural e institucional, que nós convivemos com a naturalidade do sol. Que aparece durante o dia, aqui, em Brasília, é claro, porque, lá em Curitiba, a gente quase não vê, mas, enfim, ele existe. Só que, às vezes, a gente não consegue ver, por conta dos nossos climas estranhos, mas enfim... A naturalidade de que existe dia e de que existe noite é a mesma naturalidade com que nós ve-

mos as pessoas negras maltratadas, porque o merecimento dessas pessoas é o maltrato. E acho que a tua fala foi muito importante nesse sentido, porque é disso que a gente precisa conversar, quando nós pensamos em reparação, quando pensamos em políticas para a população negra.

O desespero da sociedade brasileira, a angústia que cria em cada de um de nós é, exatamente, a quebra daquela naturalidade. Porque eu sempre vi os negros dessa forma, e não me passa não é? No meu inconsciente é difícil pensar neles em posições de poder, em posições mais adequadas dentro da sociedade. Nos clubes, de repente, é... Acho que a gente tem que pensar em todas as áreas. Você vai aos clubes que têm as pessoas que gostam de... De repente, passear, de curtir um pouco o campo e os negros não estão lá. Você vai aos cinemas e, de repente, os negros parecem não gostar de assistir filme nenhum, porque eles não estão nos cinemas. Você vai passear nos *shoppings* ou em qualquer movimento e você vê que os negros não estão. E esse *não estar* é a naturalidade do nosso inconsciente coletivo racista. E daí eu devo dizer que o racismo impregna, absolutamente, nossas cabeças e todos nós, independentemente, de sermos brancos, negros, estamos formados numa estrutura racista. E, portanto, esta quebra e esta discussão é necessária, exatamente, para fazer esta quebra da naturalidade.

Algumas discussões, algumas pessoas, até mesmo para serem contrárias às cotas, colocam pessoas negras, dizendo que são contra as cotas. Quer dizer, na verdade, eles trazem naquilo que seria, eu diria, que o efeito mais perfeito do racismo é quando você coloca a vítima no lugar do algoz. Ou seja, ele, vítima, se coloca como algoz de si mesmo. É a perfeição do racismo. E nossa sociedade foi, realmente, perfeita nesse sentido. Se tem algo que é perfeito na sociedade brasileira é, exatamente, a apreensão racista de que a população negra não é merecedora do desenvolvimento, do progresso, enfim, de estar e de participar, até porque, os nossos projetos são de participação. Não são projetos de exclusão.

Então, nós pensamos em cotas para os estudantes negros, não para excluir estudantes brancos, mas para incluir estudantes negros. Então, a ideia de inclusão é que deveria ser aquela que estaria no limite da discussão a respeito de qualquer política particularizada para população negra. E, não, a ideia de que os negros estão querendo tomar o lugar dos brancos. Até porque, o que nós e que todas as políticas e que todas as discussões trazem é a que nós precisamos participar da direção do Estado, da direção da sociedade. Quer dizer, não faz sentido 2008, 2009, 2010, enfim, outro século e nós continuamos em posições, absolutamente, subordinadas.

Bom, de tudo isso e, acho que, a gente pode, depois no debate, fazer mais algumas colocações. O que, de reparação e o que o projeto, na verdade, quais são as propostas. E eu me coloco aqui, peço licença para fazer algumas colocações a respeito do projeto. O primeiro movimento, sem dúvida nenhuma, é de que a reparação me parece muito mais adequada, se nós pensarmos em políticas públicas particularizadas para população negra. Essas políticas devem vir e, daí a discussão, eu acho que é muito importante, talvez levem anos para que sejam aprovadas, situações desse tipo, mas tem um ponto que eu acho muito importante em tudo isso, que é esta oportunidade, por exemplo. Quer dizer, se nós não fizermos proposições a respeito de políticas particularizadas para negros, ambientes como este, jamais iriam fazer discussões sobre racismo, sobre qualidade de vida das populações e sobre os efeitos nefastos do racismo institucional no desenvolvimento nacional.

Então, eu acho que um dos pontos mais importantes do debate e das proposições como esta, como a Lei de Cotas, como o Estatuto da Igualdade, estão todos eles rodopiando, digamos aqui, nas Casas Legislativas. E com os desesperos totais, tanto da população quanto dos membros destas Casas, se aprova, se não aprova, como vai ser, e agora... O que acontece? E os negros vão entrar? E os negros vão ser? E os negros vão chegar? É um desespero, na verdade, social, enfim, daquilo que é a nossa história de divisão e de discriminação e do racismo, que é parte integrante, infelizmente, do nosso inconsciente coletivo.

Então, eu acho que nós pensarmos em reparações que vão, na verdade, fazer proposições e que os processos, por exemplo, de habitação de educação, de saúde, em todos os movimentos, em todas as políticas públicas, saneamento básico, a questão ambiental... E eu gostaria aqui de fazer uma colocação que está sendo discutida em outras esferas, mas eu acho que não pontos de reflexão que a gente deve ter quando se está pensando em reparação. A Câmara de Conciliação da AGU tem sete processos administrativos de conciliação, em que, pasmem, qual é o conflito? O conflito é o Ministério do Meio Ambiente e o INCRA, e a Fundação Palmares e todos aqueles que estão trabalhando com terrenos de quilombolas. Por quê? Porque, num processo de delimitação de terras de proteção ambiental, integral, em que ninguém pode fazer, absolutamente, nada... Está todo mundo refém da definição do Ministério do Meio Ambiente, várias dessas delimitações estão em terras quilombolas.

E qual é a proposta? O que a lei diz para as terras de proteção integral? Que devem retirar as pessoas do lugar e assentá-las em outros. Quer dizer, se nós estamos aqui... Pensem, na verdade, as coisas parecem que são assim... Eu fico imaginando, quem são as pessoas que ficam maquinando processos que são desconsiderantes e destrutivos de outras políticas que estão no avanço daquilo que seria a proteção da população negra. Então, se a delimitação de terra quilombola é, exatamente, por conta de que as pessoas estão ali por séculos... Daí uma lei vem para proteger o meio ambiente... Que, aliás, são as únicas comunidades que protegem o meio ambiente são quilombolas e indígenas. Naturalmente, todos nós já sabemos disso... Vem uma norma que vai dizer que nós precisamos proteger aquela área e, portanto, nós devemos retirar aquelas pessoas que ali estão, há 300 anos.

Então, tudo isso são movimentos e são reflexões que a gente deve fazer para que a gente possa, quando pensa um projeto como esse, que tipo de ações, que tipo estrutura nós podemos ter numa legislação, que diminua, até não tenho grandes ideais, digamos, de superar, absolutamente, não sou tão idealista assim. Infelizmente, a realidade não nos permite que a gente pense que vamos cortar tudo, superar tudo, mas é um processo. E nesse processo, projetos como esses devem buscar minimizar toda a estrutura que vai sendo criada no sentido de diminuir possibilidade de melhor qualidade de vida para a população negra.

O primeiro movimento é a reparação com políticas particularizadas, não necessariamente as indenizações pecuniárias, até porque as contas são feitas aqui. Quer dizer, a gente tem que pensar, e quando nós pensamos em reparações, ou qualquer política que nós temos que pensar, nós temos que pensar também nas capacidades do Estado, da sociedade de poder dar conta. Porque senão nós ficamos novamente com aquele engodo: "Nossa, um projeto que vai fazer, que vai fazer..." E nunca faz. E que, na verdade, retira, inclusive, da população a possibilidade de apresentar demandas. Porque, de repente, você tem uma estrutura já tão montada, ainda que falsa, que perde espaços de demandas, porque alguma coisa já está montada, alguma coisa já está sendo discutida, alguma coisa, quem sabe virá... E você quebra o impacto daqui que seria uma reivindicação mais contundente dessas populações.

Acho que esse é o primeiro movimento com relação ao projeto especificamente. O segundo, e que acho que, é extremamente delicado mas, necessário de se pensar, inclusive, naquilo que a gente está pensando de políticas particularizadas para a população negra, é a avaliação, ou seja, a classificação ou a... Como é que eu poderia dizer... A palavra mais adequada? Mas quem são os beneficiários dessas políticas? Então eu vejo que no projeto, por exemplo, o Item nº 2, do § 1º, do Art. 1º, ele vai abrir para todos aqueles que, eventualmente, tiveram qualquer antepassado escravo, a possibilidade de ser beneficiário por políticas. Eu não estou nem pensando no dinheiro. Eu estou pensando nas políticas reparatórias que nós estamos aqui, de alguma forma, defendendo. São políticas particularizadas, políticas públicas com a particularidade em todos os sentidos. Inclusive, se puderem se a gente conseguir trazer para a iniciativa privada, também, as indicações de que se precisa usar verba pública.

Enfim, eu acho que tem uma série de possibilidades que a gente pode depois discutir, mas é preciso que a gente saiba que o racismo, no Brasil, ele funciona no sentido de que os indivíduos são discriminados a partir do seu ser, do seu corpo, do lugar que chegam e como chegam. E não com carteira de identidade, nem com certidão de nascimento, e nem com uma pergunta na porta de qualquer espaço, especialmente, nas relações de emprego, de quem foi seu tataravô, de quem foi o seu bisavô. Até porque, e nós sabemos disso, a sociedade brasileira é montada, absolutamente, em cima de uma população negra extremamente majoritária, até que nós temos os processos de imigração. E daí, não vão faltar geneticistas e contrários a todas as políticas, como nós já vemos com relação à questão das costas, e dizer o quanto de percentual de DNA ou disso ou daquilo que os indivíduos têm e que, na verdade, são movimentos de destruição das propostas. São movimentos racistas de inviabilizar, para inviabilizar qualquer processo.

Quer dizer, se todo mundo é, então, você não precisa fazer nenhuma política. Então, nós temos aí uma realidade de matança absoluta das crianças negras, dos meninos negros. Muitos... Especialmente em todos os centros, não é só Rio de Janeiro, não é só São Paulo, em todos os lugares. Florianópolis, uma cidade pequena, uma capital pequena, nós temos em torno de seis, sete, mortes de garotos entre 15, 20 anos por semana, por semana. Quer dizer, você tem um processo dentro da segurança pública, que é outro movimento que é preciso fazer uma discussão bem intensa, com relação às questões raciais, de políticas de Estado que, de alguma forma, interfiram positivamente, no sentido de maior respeito à população, para que essas situações, realmente, não venham a ocorrer.

Nós sabemos que, na hora da matança, na hora da má qualidade de vida, na hora dos empregos menos considerados, na hora dos salários mais baixos, é a aparência do indivíduo que vale. Ou seja, o negro não entra, o negro não pode, o negro não dá, ou o ne-

gro não é capaz, quando na questão da universidade, em que o discurso de que, de repente, eles não são capazes, não vão terminar o curso, não serão bons engenheiros, não serão bons médicos. Quer dizer, tudo isso você consegue identificar a partir do indivíduo. Mas quando nós pensamos em políticas que seriam políticas de beneficiar a população, de repente, as dúvidas vêm. E daí, você começa a ser, digamos, trabalhar com uma certa gentileza, falsa: "Não, não... Todos aqueles, todos aqueles..." E você diminui o impacto, sem dúvida nenhuma, da política.

Então, esses dois movimentos, senador, que eu gostaria de deixar para a reflexão. A questão das políticas particularizadas que eu entendo serem mais adequadas do que a própria indenização, e a questão de alguma definição, ou algum tipo de reflexão a respeito de que, efetivamente, é a população negra, não necessariamente pobre que, embora seja toda a população negra... Esteja no contingente mais pobre da sociedade, mas não é a pobreza que os faz ser retirados de benefícios sociais e de posições privilegiadas na sociedade. É a sua negritude e é ela tem que ser vista e tratada. Eu agradeço a oportunidade e gostaria de debater um pouco mais e volto a parabenizar a Comissão e, muito especialmente, o senhor, por trazer este debate e fazer com que a gente possa, mais e mais, discutir publicamente, trazer para o debate público, para a agenda pública, o racismo nas relações raciais brasileiras. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Dra. Dora Lúcia, e passo a palavra ao Professor Reitor José Vicente. Antes, fazendo uma referência à presença aqui do Dr. Roberto Carvalho, que é a pessoa que tomou a iniciativa de apresentar, de fato, uma proposta clara, uma petição à OEA sobre a reparação, a quem eu pediria que, no final, faça uso da palavra. Estamos sem cadeiras aqui. E para não romper com a estrutura, mas pode fazer daí, mas não... Então, antes, eu passo a palavra ao Professor José Vicente.

SR. JOSÉ VICENTE: Bom-dia a todos. Eu quero, inicialmente, cumprimentar o nosso querido amigo Senador Cristovam Buarque, pela oportunidade, pela possibilidade de nos reunir e de trazer um tema de tão grande importância para que seja aprendido, para que seja discutido, debatido e, eventualmente, até encaminhado. Mas, antes disso, eu quero dizer da alegria e da satisfação de saber que, na condução de uma discussão desta natureza, que, na condução de um trabalho desta envergadura, desta estatura, a gente possa ter a mão firme e forte desta personalidade, que, sem dúvida, é um dos grandes pensadores da nossa nação, é um dos grandes pensadores da educação, é um dos grandes pensadores da igualdade e da valorização do indivíduo, do ser humano. E, seguramente, é um grande amigo, um grande interlocutor e um grande colaborador deste tema, que diz respeito a todos nós, brasileiros, que é o tema negro.

Nós já tivemos a oportunidade e a honra de poder compartilhar de discussões e de momentos importantes na trajetória deste tema, seja aqui em Brasília, seja aqui nesta Comissão e seja, também, em São Paulo, na Universidade Zumbi dos Palmares, com o nosso Senador Cristovam Buarque, de modo que eu manifesto os cumprimentos e as homenagens de todos nossos corpos da nossa comunidade acadêmica da Universidade Zumbi dos Palmares. E dizer que nós, negros, temos uma dúvida muito grande do que tem sido a sua condução, a sua preocupação e a sua dedicação ao tema, mais propriamente dito, educação e inclusão do negro brasileiro... Muito obrigado, senador. E gostaria, também, de cumprimentar os colegas da Mesa, alguns... Essas atividades são muito importantes porque permitem que a gente reencontre amigos, pessoas que, no dia a dia, nem sempre se faz possível.

Eu quero cumprimentar, também, o Mário Lisboa Teodoro, que é o Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA. Quero cumprimentar a Dra. Dora Lúcia Bertulio, Procuradora Chefe da Fundação Cultural Palmares, e cumprimentar também o Dr. Humberto Adami, um brilhante advogado, Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, e, seguramente, um dos grandes responsáveis, na atualidade, pelos avanços significativos desse tema negro, em todos os espaços postulados, fundamentalmente, na área da Justiça, na área do Direito. Bem, primeiramente, quero fazer uma citação muito especial à Vereadora, Ex-Vereadora Claudete Alves, que é quem faz o encaminhamento, debate, discute e faz essa propositura, que começou primeiramente em São Paulo. Aliás, esse projeto de lei está subordinado a um livro muito importante que trata dessa perspectiva e possibilidade de reparação aos negros africanos.

Mas a... Então, hoje, professora, até no último mandato, Vereadora Claudete Alves, a Vereadora pelo PT São Paulo e a quem todos nós, que somos operadores da democracia, operadores do valor do cidadão, operadores da cidadania como um todo, temos que ter muita gratidão, além de ser uma parlamentar extremamente brilhante, atuante, presente. Ela tem e contribuiu com vários encaminhamentos importantes para o negro paulista, em especial o negro paulistano, onde o que mais se destaca e o que é mais conhecido é, justamente, o projeto de lei que criou o feriado municipal na cidade de São Paulo. Então, o projeto de lei, instituído no dia 20 de novembro, como feriado

municipal na cidade de São Paulo, é de produção da, então, Vereadora Claudete Alves, Vereadora pelo PT de São Paulo, que, posteriormente, foi sancionado pela Prefeita, então, Marta Suplicy, e nós temos, em São Paulo, uma das capitais em que o 20 de novembro é feriado municipal.

E uma característica importante também é que a Vereadora Claudete Alves é uma Mestra em Educação e é a Presidenta do Sindicato dos Professores Municipais. De modo que ela tem uma vida intensa na produção, na discussão e no debate de ações importantes para todos os brasileiros, sejam negros, sejam brancos, tanto na área de educação, seja na atuação parlamentar e seja na produção de medidas que possam dinamizar, que possam também trazer respostas concretas e importantes para esse tema que é o tema negro, em especial, essa possibilidade de projeto de lei que prevê, e que tem a intenção de promover uma reparação financeira para os descendentes de escravos. Bem, eu acho que dois aspectos que são extremamente significativos, seja primeiramente a própria possibilidade de estar se debatendo este tema num espaço qualificado como é a Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

Nós temos tido a possibilidade de acompanhar a construção desse novo Brasil. E a construção desse novo Brasil é uma ação que tem permitido muitas surpresas e muitas alegrias. E, no caso da discussão desse tema, negros, nós temos a satisfação e temos a alegria de poder contar, já há algum tempo, com a possibilidade de fazer a discussão, de fazer os debates nesses espaços privilegiados. Há muito pouco tempo atrás, isso era conversa, era papo de "negrão", como se diz muito na gíria, era negro conversando com negro, embaixo do viaduto. E, hoje, nós estamos podendo, então, conversar e debater esse tema em todos os espaços, seja nos espaços jurídicos, como tem feito o Dr. Humberto Adami, seja no Supremo, seja na Procuradoria Geral da República, seja no Ministério Público como um todo, seja no ambiente corporativo como muitos daqui o fazem, seja neste espaço político, no espaço religioso.

Enfim, o tema Negros está na agenda e tem sido debatido nos espaços mais privilegiados, e o dado significativo do debate, neste espaço, é de que essa ligação do tema Negros e Direitos Humanos é uma ligação que, apesar de estar na sua estrutura, mas que não foi muito bem tratada, não foi muito conduzida, não tem sido muito explorada, há muito tempo, nos outros espaços. Eu imagino que esta configuração de poder trazer também essa discussão, poder trazer também essas reflexões para dentro da formulação dos Direitos Humanos, poderá permitir e promover bons frutos.

Então, o primeiro dado significativo é justamente esse, de um tema desta envergadura poder estar sendo intensamente se consolidando, também, como um tema de discussão em espaço qualificado, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, mas, também, na Câmara dos Deputados em tantos outros espaços políticos. E eu estava falando da Vereadora Claudete Alves e também das pessoas que compõem esta Mesa, mas eu não posso deixar de aproveitar a oportunidade para fazer a citação desta grande personalidade política, esta grande personalidade humana e esta grande personalidade negra que é o nosso Senador Paulo Paim, na pessoa do qual eu saúdo todos os demais integrantes, não só desta Comissão, mas desta Casa. E dizer que nós, além da gratidão e do respeito, temos uma admiração especial e sabemos da importância de V. Exª na condução deste debate, tanto quanto nós, nos mais variados fóruns. Eu aproveito para parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela amizade, pela postura, pelo que representa para este tema e para o nosso país.

E o outro dado significativo a que eu fiz menção é, justamente, a perspectiva de estarmos, hoje, dentro um processo construtivo novo e diferente, e que, apesar de padecer dessas idas e vindas, mas imagino que ele representa um momento especial para o tema, mas também para a produção do debate e para o nosso próprio país. Porque nós estamos falando aqui de debates e possibilidades de instrumentos e ferramentas que possam viabilizar e permitir, de uma forma bastante definida, formas de, ou inclusão, ou reparação, ou produção de mecanismos que possam de uma forma efetiva, responder a essa demanda e a essa necessidade no que diz respeito à inclusão, no que diz respeito à reparação ao negro brasileiro. E é interessante porque nós temos acompanhado, nos mais variados espaços, a produção de legislação das mais variadas, e todas elas convergem numa certa medida, no sentido de, tentar delimitar e garantir, diante da estrutura e da segurança da lei, a implementação de políticas públicas que devem, deveriam, e que sejam importantes para fazer com que, numa certa medida, o Estado Brasileiro possa ter uma ação objetiva, no sentido de intervir na modificação da trajetória deste tema ou das necessidades que ele apresenta.

E nós temos, de um lado, a produção de informações importantes dizendo por que ações dessa natureza, além de atuais, são necessárias. E a gente fica muito feliz em saber que há muito pouco tempo, nós não tínhamos balizamento, não tínhamos parâmetros. E hoje, até em razão de trabalhos importantes, como por exemplo, do IPEA, nós temos dados fundamentados, dados, inclusive, científicos, para dizer o quanto que intervenções dessa natureza, além de atuais,

além de justas, também são indispensáveis do ponto de vista técnico.

A discussão que imagino razoável, na atualidade, sobre o tema que nós estamos falando é, justamente, além da atualidade, logicamente, além da oportunidade, a viabilidade, quer técnica, quer política e quer financeira, de um documento legal, de um projeto de lei, ou de uma lei, em algum momento, que pudesse, em grande medida, juntar-se a tantas outras que estão colocadas, para se fazer a reparação, especificamente financeira, daqueles descendentes de escravos, de africanos, que, ainda hoje, deixaram de receber um devido tratamento pelo Estado Brasileiro. E os aspectos, eu ouvi aqui os meus caros amigos que antecederam, e os aspectos que foram levantados, me parece, no sentido de que o projeto padece de algumas impossibilidades e que aí se colocam como obstáculo instransponível. Como um projeto de lei, eu imagino que ele reúne uma série de requisitos, uma série não, pelo menos, os requisitos necessários e indispensáveis para que prospere enquanto tal.

A matéria já é de discussão, de debates e de produção de intervenções, mesmo ações estatais já sabidas, conhecidas. Algumas que, inclusive, já estão cumprindo etapas importantes de consolidação. Nós já temos legislações com essas características disponibilizadas, em ação no Brasil, em alguns municípios, em Estados. O fundamento de legitimidade de uma solicitação dessa natureza, me parece que é oportuno e se apresenta de uma forma bastante viabilizada. Até porque, como bem dito no próprio projeto e, como bem dito nas falas que antecederam, nós temos experiência similares que já aconteceram, tanto no Brasil, quanto no exterior. E mesmo na atualidade nós temos, tomando como referência, o caso da Lei da Anistia dos políticos, já temos uma ação, mais ou menos, com as mesmas características em funcionamento.

E, em grande medida, se não de uma forma especificamente financeira, nós já temos também uma série de ações no nosso país, em cidades e municípios, que se faz a reparação se não financeira, como disse, pelo menos, econômica. De modo que, eu não vejo um inusitismo no projeto como um todo, não imagino que ele possa trazer à discussão algum fato que não seja conhecido por quem está debatendo este tema. E o Dr. Humberto Adami, talvez, possa falar com mais propriedade. Do ponto de vista jurídico, pelo menos, ele apresenta como defensável. Ele traz algumas figuras jurídicas que são conhecidas e que têm sido recepcionadas pelos Tribunais nos mais variados momentos. E a colocação que se apresenta mais destacada é se, eventualmente, os números que são apresentados como ponto de partida, para se fazer reparação, se seriam viáveis do ponto de vista das finanças públicas em especial.

Apesar de também achar que os números são números que estão um pouquinho fora da realidade, mas, por se tratar de um projeto, imagino que seriam possíveis adequações das mais variadas, que pudessem convergir, no sentido de que ele tivesse como atender de uma maneira equilibrada ao que se pretende. Mas o que salta como possibilidade, eu imagino que seria uma comparação do que está sendo posto, inclusive, seja no Estatuto da Igualdade Racial, que também está em encaminhamento aqui, no Congresso e, mesmo a Lei de Cotas, que também está sendo discutida e, talvez, debatida, neste exato momento que nós conversamos sobre este tema. Mas ele, além de permitir uma reflexão mais aprofundada e permitir, também, um olhar mais dirigido sobre um aspecto central, que é a indenização financeira, propriamente dita, e a despeito, logicamente, do seu grau de polêmica e do grau de conturbação que possa produzir, imagino que seja um projeto que precisamos nos debruçar sempre ele, sim, porque é um caminho alternativo, é uma forma, também, correta e justa de tentar atender parte do que tem sido a demanda deste tema e é uma possibilidade objetiva.

Eu imagino que, ainda que tenhamos dificuldades eventuais de poder cumprir aspectos importantes, aqui, da sua formatação: o que é negro, quem foi escravo, quem não foi escravo, como é que se comprova isso, se é autodeclaração ou não, isso é um dado da sua dificuldade, mas que não desqualifica e nem tira a possibilidade da sua viabilização, enquanto mais um projeto importante para atender e para se fazer, principalmente, o que se pretende, que é o mínimo de justiça nesse tema. Então, eu imagino que os demais colegas... E, no desenvolvimento dos trabalhos, nós vamos poder debater um pouco mais sobre alguns aspectos específicos, mas eu discordo um pouco dos que antecederam, no sentido de que entendo como importante, eu acho que é oportuno, acho que é viável e acho que, mesmo o grau de polemização e o grau de dificuldade da adequação financeira, não descaracteriza a sua viabilidade e a sua possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos a presença, além do Senador Paim – eu fico muito feliz -, ex-Presidente desta Comissão, a quem eu sucedi -, nós temos, agora, a presença do Dr. Ailton dos Santos Ferreira, que é Secretário Municipal da Secretaria da Reparação da Bahia, a quem eu chamo para vir fazer parte da Mesa. Ele é um dos convidados e não chegou mais cedo por um atraso do avião, mas eu peço que venha. Nós tínhamos previsto dois grupos, mas, como os outros

não vieram, vamos juntar aqui. Eu também passo a palavra ao Dr. Ailton dos Santos Ferreira.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Bom-dia aos membros da Mesa, eu quero cumprimentá-los a todos, incluindo a Dra. Dora Lúcia, na pessoa do Senador Cristovam Buarque, que nos fez esse convite há, mais ou menos, uns dez dias, quando estivemos aqui na conferência, na 2ª Conferência Nacional, na CONAPI. Eu quero cumprimentar a todos, aqui, da Comissão, fazer um registro, aqui, das presenças da nossa bancada de Salvador, o Sub-Secretário Admilson Sales, o Abrão, nosso companheiro Gilson, Assessor do Deputado Severiano Alves que está nos cicerone-ando aqui. Cumprimentar o Senador Paulo Paim que é uma referência importante para nós, na Bahia, no Brasil, em Salvador, onde este debate é muito pulsante, presente o tempo todo. E fazer, eu não sei em que pé está, eu estava consultando aqui o Teodoro. E eu não sei em que pé está, porque nós chegamos bastante atrasados, eu não sei se já abriu os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, cada um já falou. O senhor chegou, exatamente, do momento em que pode falar. Os outros quatro já falaram. Então, está na hora da sua fala e...

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Eu qual o tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O tempo... Eu prefiro não colocar um limite, mas o tempo mais curto possível, para que a gente possa ter um debate para que o senador também possa falar. Eu quero o que Dr. Roberto fale um pouco, embora ele não seja parte dos que estão na Mesa, dos convidados.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que for, sobre o que a Secretaria está fazendo.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como é que está vendo o problema da reparação e terceiro, a ideia de pecuniária ou não.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Certo. Então, vamos começar falando da Secretaria. A Secretaria Municipal da Reparação de Salvador foi criada em 2003, na gestão do, então, Prefeito Imbassahy, Antônio Imbassahy, mas muito menos do que um favor, ou uma dádiva, da Prefeitura de Salvador, foi o atendimento da cidade de Salvador, da gestão pública a uma pressão do movimento social, do movimento negro organizado, inspirado, além da pressão, bastante permanente, atenta, do movimento negro, cada vez mais forte em Salvador, mas também, com os ares da Conferência de Durban, de que o Brasil é signatário e que, naquela conferência, na África do Sul, ficou definido que os países que construíram riquezas a partir do trabalho escravo, de seres humanos, devia aos seus descendentes, ações reparatórias, ações de correção dessas injustiças.

Então, a Secretaria de Reparação de Salvador surge, nesse cenário, como a primeira Secretaria de Reparação de capital, que nós temos conhecimento. Lembramos que na década de 90, o Governador Leonel Brizola instalou no Rio de Janeiro, uma Secretaria Estadual de Promoção de Igualdade Racial. E a Secretaria, por si só, se bastou durante determinado tempo, uma vez que, era emblemático e agregava um capital simbólico muito importante o fato de Salvador, que tem mais de 80% da sua população constituída de negros, ter uma Secretaria específica para tratar desse fim. Então, ali o movimento negro que já havia conseguido em outras instâncias a criação, através de aparelhos do Estado, de Conselhos, como o Conselho em São Paulo, ainda da época do Governador Franco Montoro, o Conselho da Comunidade Negra na Bahia, na época do Governador Waldir Pires. Com essa implantação de Conselhos ligados a estruturas do Estado, o Estado Brasileiro assume o racismo. O Estado Brasileiro começa a dizer para a sociedade que racismo existe, que é estruturante que é determinante de pobreza, que algumas pessoas são pobres porque são negros, mas brancos não são pobres porque são brancos.

A discussão e o debate saem do espaço da militância apaixonada, do movimento negro, que há 25 anos atrás era chamada de louca, de complexada, de estar inventando coisa, e entra para o âmbito da discussão no Estado. Então, a Secretaria inaugura esse tempo, fortalece essa compreensão e, claro, com as dificuldades que nós sabemos que enfrentamos, entre ter, ocupar cargos públicos, participar de gestões mais democráticas, de momentos mais elásticos de poder, e ter poder real, há uma distância. Então, a nossa Secretaria, como a equivalente no Estado, que é a SEPROMI e o próprio Ministério, que é a Secretaria, a SEPPIR, nós sofremos a dificuldade de orçamento. E hoje, nós temos um desafio, porque se durante um tempo, a nossa existência, por si só, agregava um valor importante à gestão e até uma certa satisfação para o movimento, hoje nós somos cobrados, tanto da comunidade negra, como da gestão de modo geral, por resultados. Resultados enquanto gestores e aí, nós temos um outro

desafio que é de buscar recursos, de fazer parcerias, para que a Secretaria dê os resultados.

Quando a gente tem uma Secretaria de Reparação, quando nós temos vários Conselhos, quando o Presidente Lula instala uma Secretaria com *status* de Ministério, na época inicial, liderada a Secretaria, pela Ministra Matilde, isso deixa, de forma inequívoca, nítido para todos nós, que o Brasil compreende que tem essa dívida. Então, parece que esse fato é um fato consumado. A sociedade brasileira entende que ela deve aos negros desse país. Agora, é evidente que todas as vezes que o movimento negro avança e efetiva algumas conquistas, nós temos parte da sociedade que, talvez, vai produzindo vacinas para manter o *status quo*, para manter-se no poder. Quando a gente consegue cotas, curiosamente alguém muito iluminado, não sei de onde, aparece defendendo redução da criminalidade. Então quer botar os meninos de 14 e 15 na cadeia. E nós sabemos quem são os meninos de 14 e 15 que vão para a cadeia no Brasil, a cor e de onde, e de que lugar esses meninos vão sair.

Então, todas as vezes que a gente avança de um lado, tem uma força que, eu diria que, se falava muito em inimigo oculto... Não é oculto, no nosso caso, a gente sabe, ele existe. Não é oculto porque a gente conhece e sabe quais os interesses que defende. É... Quase sempre entende e pensa dessa forma, porque a gente entra disputando espaços de poder, espaços na educação, espaços na construção de uma sociedade melhor, espaços na mídia. Quando a gente discute espaços na imprensa, claro, para uma sociedade que foi acostumada a ter pessoas trabalhando para si, que foi dona de gente, não é fácil.

Eu faço um paralelo, Senador Cristovam Buarque com as empregadas domésticas que, a maioria aqui, eu creio que deva ter, em função da nossa faixa de renda salarial... Mas eu digo mesmo que até o cidadão comum, quando já tem um salário de quatro, cinco, salários mínimos, que tem alguém em casa, e que faz as suas coisas, e que limpa as suas sujeiras. Quando essa pessoa não vai trabalhar, num determinado dia de muita chuva, ou de greve de rodoviárias, é um pânico dentro de casa, porque os meninos não sabem onde está a vassoura, a dona da casa não sabe onde está o lixo, o marido não sabe onde pegar determinado objeto. Porque nós ainda somos presos à figura da empregada doméstica que é uma reprodução, muito contemporânea, da forma com que a gente se que acostumou a trabalhar as relações raciais, o racismo, e a hierarquização de pessoas por raça.

Por exemplo, a nossa empregada doméstica que nós, por vezes, batizamos o seu filho, deixa de ser apenas a empregada doméstica para ser a nossa comadre e é assim que a gente vai burlando a legislação, é assim que ela trabalha até mais tarde, é assim que ela fica até dez da noite nos servindo. E a gente tem certeza de que ela jamais irá procurar a Justiça, porque ela já não é mais somente a nossa empregada, mas ela já é gente, parte da família. É essa construção, Gilberto Freire, e Ana, que nós temos construído que faz com que a gente seja autorizado a dar o resto da nossa comida que sobrou no domingo, mas que os estômagos sensíveis dos nossos filhos não podem consumi-la na terça-feira. A gente pode comer o feijão de domingo na segunda, mas, na terça ou quarta, a gente distribui pra uma empregada doméstica, porque a gente supõe que está sendo bonzinho e que o estômago dos filhos dela é menos sensível que o nosso. Assim como a nossa roupa, que não nos serve mais, pode servir para o filho da nossa empregada, ou a nossa boneca, da nossa filha, que já não tem braço ou a cabeça está solta, mas a gente dá para a filha da empregada.

Eu estou fazendo essa comparação, essa analogia, para mostrar como é a perversidade da relação racial brasileira, que permite que duas pessoas brinquem... Ou melhor dizendo, que a gente consiga perceber que duas pessoas brincam, duas crianças brincam, sendo uma negra e outra branca. Uma brinca de empurrar o carrinho e a outra brinca de ir dentro do carrinho; a que vai dentro do carrinho é branca, a que vai empurrando o carrinho é negra. Mas a gente aprendeu que as duas estão brincando. Essa perversidade é que, por vezes, cria tanto obstáculo, quando a gente fala em reparação, porque tem gente que ainda nega essa possibilidade do Brasil ter sido construído, em base de desigualdade, que um grupo humano chegou para mandar e que outros grupos humanos foram forçados a obedecer e tiveram que resistir para não obedecer ao tempo todo, da forma que queriam.

Então, quando a gente fala em construir políticas de promoção da igualdade, quando a gente fala em políticas afirmativas, cursos pré-vestibulares específicos, maneiras de ascensão a concursos públicos, possibilidades de estudos para nossos jovens negros, encontramos ainda vozes opositoras. Quando a gente fala em discriminação positiva, em corrigir os erros, quando a gente diz assim: "Você tem um carro novo, zero, importado e o outro está com um fusca velho acabado". Eu não posso botar os dois para sair juntos e dizer para o dono do Fusca: "Peça a Deus para lhe ajudar e dirija direito entendeu? Que você chegar." Porque não vai chegar. Então, essa estruturação racializada da sociedade brasileira, onde um grupo que ficou nesse país sem herança, nós começamos do zero, Srs. Senadores e Senadoras, pessoas aqui presentes.

Nós começamos do zero, meus pais, meus avós, os avós do povo negro da cidade de Salvador da Bahia, do Recôncavo do Brasil, começamos do ponto zero. Não foi feito um repacto, não foram distribuídas terras, não foi dada a tecnologia, não foi dito: "A partir de agora, não teremos mais escravos, mas teremos cidadãos livres, e vamos ver de que forma eles vão ter lá sua cabeça de gado, seu pedaço de terra, sua máquina e o Estado Brasileiro vai promover a tecnologia para que cara cuidasse da vida dele, para que as mulheres cuidassem... Não. Pelo contrário, tentou-se ainda indenizar os donos de escravos, porque sofreram perdas econômicas. E aí colocam a população negra para os lugares onde foi possível viver, que são as senzalas modernas, que nós temos na cidade de Salvador, nas cidades do Nordeste, onde a boa parte da população habita nas periferias.

Quando cai uma casa, depois de chuva forte, a cara que aparece na TV é cara preta. Quando tem tiroteio, em muitos casos, em muitos bairros de nossas cidades, o Estado chega, na forma de rabecão, ou de viatura policial e, quase sempre, o corpo estendido que sai de lá é negro. Então, esse extermínio da juventude, essa nossa, vamos dizer assim, cada vez maior presença de negros em áreas do tráfico, em áreas da marginalidade, é o empurrão que a sociedade racista dá. E, às vezes, é o espaço da armadilha que sobra, para o que negro possa empreender alguma coisa, fazer alguma coisa. Então, quando a gente diz isso, não é dizendo que os escravos de ontem, ou que negros libertos de hoje querem ser donos de brancos, ou senhores de novos escravos de hoje. Eu lembro aqui de Dom Helder Câmara, quando ele dizia em Oração em Mariama, nada de escravos de ontem quererem ser senhores de escravos de hoje, chega de escravos, nem de um jeito, nem de outro, não há nenhuma escravidão que seja boa. Mas a gente tem que entender que, enquanto não tivermos jogando o jogo, e o jogo só se joga com os jogadores todos em campo. Enquanto nós tivermos um time que está pleno e o outro time que está faltando gente, o jogo não está iniciado e a democracia brasileira não alcançará a sua plenitude. Não teremos planos educacionais, não teremos planos econômicos. Não teremos projetos de distribuição de renda com... Mais eficazes, que tenham objetivos alcançados, se nós não tratarmos a questão das diferenças de vida que as pessoas enfrentam, que são definidas pela etnia, pela cor da pele.

No Brasil, nós temos essa definição da aparência do fenótipo. Nos Estados Unidos, é um pouco diferente, mas, aqui, quando as pessoas perguntam: "Mas ele é mais claro, ele é mais escuro..."... O aparelho de segurança, o aparelho de repressão, o aparelho de polícia pública sabe, exatamente, separar quem é negro e quem é *não negro* nessa cidade. Então, defendo, sim, políticas reparatórias. Estou na Secretaria porque acredito nisso, sou militante da causa, muito antes de ser Secretário. Acredito que o Estado deva, deve e tem que pagar. Isso não é nenhum favor. Temos que fazer o discurso ao contrário, porque, por vezes, setores da sociedade colocam para o senso comum que é como se tivessem transformando pessoas em menores. E assim dizem: "Mas por quê? Eu, por exemplo, não tive cota". Mas é um, eu sou um, dentre tantos. Então, às vezes, as pessoas pegam o nosso discurso, dão um significado novo, e é igual ao plebiscito das armas, quando diziam assim: "Mas você tem o seu direito de ter o seu revólver, então diga 'não' a esse negócio de recolher as armas". E aí eu perguntava às pessoas: "E você tem revólver?". "Não, nunca tive". "Mas você está defendendo o direito de que, se você nunca teve uma arma na vida?".

Na minha família, quase ninguém nunca teve um revólver, mas, dentro da minha família, tinha que debater porque a campanha era tão bem feita, que o pessoal dizia assim: "Mas eu tenho direito de ter um revólver". Eu digo: "Sim, mas você tem quantos anos?". "50". "E já teve revólver?". "Não." "E está defendendo o que, rapaz? Esta defendendo o que, rapaz? Está defendendo o que os outros estão dizendo a você que é para defender!". Então, tem gente que fica dizendo a mesma coisa: "Para que esse negócio de cota? O negro não é coitadinho, o negro não é pobrezinho...", e aí começa a criar uma série de coisas, até trazer o discurso biológico, genético, de dizer que não tem claro, que entendemos que somos raças humanas, entendemos que temos semelhanças. Eu sou muito mais semelhante do Senador Cristovam Buarque do que diferente, temos as mesmas quantidade dos dentes, temos os mesmos olhos, as orelhas, a quantidade de dedos. A nossa pele difere, mas ela cobre o nosso corpo, temos uma quantidade de ossos parecida.

Claro que somos seres humanos, mas a gente está falando, aqui, de grupos humanos, de populações que foram discriminadas, de populações que sofreram discriminação, e que, por isso, não alcançaram o resultado do produto que elas construíram, da riqueza que foi feita nesse país, grupos humanos que foram alijados do processo de distribuição. Grupos humanos que não tiveram oportunidades, que enfrentaram dificuldades, que foram considerados seres de segunda categoria. Porque, além de não fazermos um pacto novo no plano, no aspecto econômico, o Brasil também nos deve uma perversidade muito grande, porque a sociedade, depois do Treze de Maio, passou a considerar tudo que era nosso, como coisa de segunda.

Então, a religião é do diabo, é do Satanás, não presta, demonizaram os santos que o povo construiu, que o povo sacralizou, que a sociedade africana, que a civilização africana nos legou. Demonizaram os costumes, demonizaram as danças, transformaram seres humanos em seres sem alma. Disseram tantas coisas através dos livros didáticos, nos deram desinformações e enganaram o tempo todo a gente. A própria história nossa nos colocava numa perspectiva de passado. Eu aprendi na escola pública assim: "Qual a contribuição do negro brasileiro para a formação?". Era o tempo todo no sentido, assim, do que passou, nada no sentido do que virá, parecia que estavam ali, dizendo que a gente tinha acabado. Quer dizer, na verdade, tentaram acabar com essa cultura. Em Salvador, nós sofremos ainda de um outro, de um mais novo elemento de construção racista, que é [soa a campainha] de dessacralizar objetos, comidas, que o povo trouxe na sua africanidade para a nossa civilização, e que, hoje, tem setores da sociedade que diz assim: "Não. Esse negócio de acarajé não tem nada a ver com religião de África. Isso é um bolinho qualquer". É como se eu dissesse para um italiano da gema que macarronada é uma coisa qualquer. Como se eu dissesse a alguém de Napoli que pizza é uma coisa qualquer. Era como se eu dissesse a um brasileiro do Rio de Janeiro que futebol não é nada, e que Pelé não existe, que é uma brincadeira, que isso não acontece. Então, é como eles tentam fazer, inclusive, com a nossa cultura, os nossos templos religiosos de matrizes africanas, na cidade de Salvador. E, em cidades da Bahia, ainda hoje, são invadidos, ainda hoje, são multados.

E há pouco tempo, na década de 70, eram impedidos de fazer os cultos porque chegava a polícia dos jogos e costumes, a mesma delegacia que cuidava de tráfico de drogas e entorpecente e prostituição, era a mesma delegacia que tratava com os babalorixás, com os sacerdotes do Candomblé, se o terreiro, o templo religioso poderia funcionar ou não. E dizer que esse Estado não nos deve e não deve ao povo brasileiro uma reparação? Eu digo, senador, e membros da Mesa, desculpe Dra. Dora, porque a gente é tão machista que a gente fala membros, sujeito, cidadão e fica falando de racismo e erra o dever de casa. Mas eu digo que a barbárie seria maior se não fossem esses templos, nós temos na Bahia e estou falando da Bahia de Salvador, sem nenhuma superioridade, mas de um lugar específico porque tem uma carga de contribuição africana muito grande, onde os templos de religiões de matrizes africanas, muito além do plano do transcendental, do plano da divindade, foram também espaços de construção de vida.

Esses templos religiosos que ainda hoje são massacrados, perseguidos, invadidos, proibidos, ainda hoje, na Bahia, ainda hoje. Na Bahia, esses templos foram espaços de reconstrução das famílias perdidas na diáspora. Nós sabemos quantos de nós perdemos o pai e perdemos a mãe, nas nossas viagens compulsórias, quando os pais eram vendidos para fazendas diferentes, distantes e os filhos não sabiam para onde ir. Os terreiros, além de ser o espaço religioso, foram espaços de agregação de família, de ter um novo pai, uma nova mãe, um lugar para tomar bênção, um lugar para comer, um lugar para deitar, um lugar para pegar na mão para ensinar a escrever as primeiras letras. Um lugar para atender pessoas que não tinham assistência médica, porque o sistema unificado de saúde não existia e a saúde pública era filantropia das Santas Casas da Misericórdia.

Então o Estado Brasileiro não só deve reparar, não só deve indenizar, como deve agradecer a contribuição da civilização africana, para o que a gente chama, hoje, de Brasil. Então eu penso que... Eu não sei se já estourei o tempo, mas não é bom dar tempo solto para baiano, não, não é? Eu fico por aqui, senador, e agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço a apresentação enfática e eu passo a palavra para o Dr. Roberto de Carvalho, para que faça uma apresentação rápida de sua petição e a gente possa fazer o debate.

SR. ROBERTO DE CARVALHO: Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, senador, e quero cumprimentar, na figura da V. Exa., a todos da Mesa, ao Senador Paulo Paim e dizer que é um momento de muita alegria. Essa petição foi fruto de uma pesquisa durante algum tempo, onde através de uma leitura do escritor Joaquim Nabuco, no livro A Escravidão, e no último capítulo ela coloca uma frase em emblemática "A reparação do crime". Isso, na minha cabeça, processou durante muito tempo e, vendo a jurisprudência internacional de vários povos, que foram beneficiados com a reparação, como os iraquianos, os japoneses, os índios canadenses, os negros americanos, de uma certa forma. Enfim, vários povos no mundo tiveram as suas reparações. E, nós no Brasil, estamos engessados, porque o Estado Brasileiro continua a praticar um crime contra a população afrodescendente.

E essa perpetuação do crime se tornou uma coisa praticamente normal, entre aspas. Porque essa normalidade engessada que é, não faz com que a população, a sociedade venha a pensar que ela está sendo vitimada em todos os aspectos. E nós estamos falando que somos uma democracia. Não é verdade, não somos uma democracia ainda. A democracia per-

mite que todos tenham o seu ponto comum. E nós não podemos reconhecer que uma faixa da sociedade brasileira, uma parte, uma grande parte hoje, maioria. Eu acho que hoje, segundo ouvi, dois dias atrás, já atingimos a marca de 190 milhões de brasileiros. E nós somos maioria nessa nação. E essa petição, eu não sou assim, uma pessoa militante de movimento negro, eu tenho a minha iniciativa. Eu sou uma pessoa de iniciativa privada, embora tenha trabalhado no Parlamento como Chefe de Gabinete no Rio de Janeiro. Ela me veio em função do desagrado em ver a perpetuação dessa injustiça brasileira.

Costuma-se dizer que negro é pobre. Eu não falo dessa forma, eu digo que negros são empobrecidos, e somos empobrecidos, e somos empobrecidos por essa máquina perversa dessa sociedade perversa, a cada dia. Então, a gente tem que mudar o foco que, muitas vezes, as palavras precisam sem muito bem combinadas, para que a gente possa processar essa informação e ter a devida reação. Então, eu costumo dizer que nós somos negros empobrecidos. Essa proposta da criação do Fundo Nacional de Reparação, eu concordo com o Mário Lisboa Teodoro, quando aponta, senador, que no projeto, muito bem intencionado, de estabelecer um valor para cada descendente de negros escravizados, ele vai fazer com que, de uma certa forma, essa sociedade que impede, que não permite que a cota seja uma coisa, um mecanismo de inclusão daqueles que são, historicamente, em desigualdade acumulada, ela vai querer limitar. "Bom já paguei a sua... Os seus 200 mil reais o Estado não tem mais nenhuma falta você".

A gente vai cair nessa ideia. Então, eu me permito aqui, contribuir com... Eu não trouxe aqui um *paper*, mas eu vou, certamente, enviar ao seu gabinete, senador, a esta Comissão para que, em primeiro lugar, o Senado da República Federativa do Brasil, estabeleça O Memorial da Escravidão. O Memorial da Escravidão vai resgatar documentos históricos para se iniciar um processo de reparação nesse país. Sem isso, nós vamos ficar batendo cabeças. A primeira coisa a ser feita, nós precisamos unir esses documentos, resgatar onde estiver, nas igrejas católicas, dentro dos organismos do próprio Estado, do Império Brasileiro, nós precisamos resgatar isso. Porque tem uma coisa muito interessante a ser colocada aqui.

Em 2003, eu fiz um artigo que O Globo se negou a publicar. E O Globo já publicou vários artigos meus, eu falei das cotas dos imigrantes. No Século XIX, o Estado Brasileiro, em plena pseudolibertação dos escravos, anunciava, em jornais na Europa, para que europeus viessem para o Brasil, porque teriam terras e dinheiro. E eu, no artigo, eu também quero a minha cota estrangeira. Eu coloquei... Esse artigo foi publicado pelo Observatório da Imprensa, o Alberto Dimes publicou esse artigo, eu esqueci até de repassar. Eu vou repassar ao senhor, inclusive, tenho as leis. As leis que foram estabelecidas pelo Estado para permitir que hoje, a maioria de quem é contra as cotas, tiveram os benefícios de terras, tiveram benefícios pecuniários para se estabelecer na pátria brasileira.

E, hoje, nós vemos a grande Rede Globo de televisão fazer sagas das famílias italianas, das histórias italianas nesse país, sendo donos de terra, e essas pessoas que herdaram, que se nutriram desse momento da história brasileira, são contra fazer a inclusão dos negros, ou seja, a política de compensação dos negros hoje, os descendentes de escravos. Então, eu não quero aqui me estender. Eu creio que a contribuição eu poderia dar, dentro da medida das minhas pesquisas. E já coloquei aqui alguns dados. E esse dado preponderante, que Senado Brasileiro recomende, considerando a história, O Memorial da Escravidão, sem isso nós não podemos avançar. E, também colocar, senador, que é da sua retórica, um programa nacional de educação, mas com um corte para os afrodescendentes, para que tenham, de fato, uma inclusão educacional nesse país, porque esse modelo que está aí de educação, das Leis de Diretrizes da Educação, ele é perverso porque ele não contempla a situação dos negros. Ele só contempla os filhos da elite que têm uma outra conjuntura social, que têm uma outra percepção de mundo e eles são os mais beneficiados.

E outro problema, que é muito grave, é a questão da saúde. Precisamos fazer uma inclusão da saúde pública nesse país, num modelo, por exemplo, de Cuba. Porque, aqui, nesse país, é difícil você ver médico negro, porque a elite não quer atender negro, nem pobre. No Rio de Janeiro, costuma-se dizer entre os médicos que 'já tem um pimba aí para você atender'. É o título que é dado às pessoas pobres e negras nos hospitais públicos: 'pimba'. Então, nós poderíamos ter uma saúde pública no Brasil, com um modelo de Cuba, fazendo com que negros se criassem, que se tornassem médicos, e, de repente, já que o CRM não vai aceitar esse modelo de Cuba, que se faça um Conselho Federal de Medicina Afro. E o Conselho Federal de Medicina, normal, assim dizendo, continue lá, mas aí faria um Conselho Federal de Medicina Afro, para que contemple essa grande massa de quase 80 milhões, que somos, ou mais, a gente não sabe ainda exatamente quanto, para que negro para negro.

Porque a gente percebe que os filhos da elite, que são médicos, não querem atender negros. Então, a gente forma os nossos negros para atender os ne-

gros. Eu acho que são medidas pontuais, dentro dessa reparação. E a reparação não fica só limitada a esses tópicos, mas é preponderante que seja estabelecido O Memorial da Escravidão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço ao Dr. Roberto. Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu vou pedir que presida por alguns momentos, enquanto eu saio e volto, porque eu não quero estar fora, mas eu já queria dar a minha opinião sobre o que eu já ouvi aqui. Primeiro, o pior crime é aquele que não é confessado. Então, nós todos cometemos o crime da escravidão e não estamos confessando. Esse é o ponto fundamental e inicial de toda a reparação, nós não estamos confessando. Segundo, que tem que haver uma reparação. Eu creio que não é possível imaginar que não haja uma reparação a essa tragédia, de segunda a sexta, não é? Não é, Mário? De segunda a sexta, até sábado meio-dia, para os que não estavam antes, talvez, não saibam, mas o Mário disse que, se a história do Brasil fosse uma semana, durou de segunda a sexta, só teríamos sábado e domingo de pós-escravidão, porque a gente não pode dizer ainda da eliminação da escravidão é após, mas não é ainda dentro de um novo tempo. Então, eu não tenho a menor dúvida de que estou de acordo com todos vocês, de que pode e deve haver a reparação. Eu estou de acordo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque, me permita, o meu assessor está lembrando ali que eu tenho cinco projetos em pauta, ali nas ações sociais e o próximo agora, eu sou o relator. O que eu estaria propondo, eu insisti muito com o Senador José Nery, que ele estava em outras comissões e ele veio para cá, pela importância da reunião, que eu fosse lá justificar e, no mínimo, fazer esse parecer e voltar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Perfeito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o Senador José Nery continua. Porque eu faço questão de participar do debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso claro. E eu vou... Acho que eu vou provocar um debate com algumas idéias de reparação aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu vou pedir ao Senador José Nery que venha presidir daqui a pouco, depois que falar aqui, eu--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço a todos que entendam, porque, aqui, nós somos chamados em todas as comissões ao mesmo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aliás, a reunião que eu vou, o Senador José Nery deveria estar também. Mas, aqui, nós não podemos abandonar isso aqui. Eu vou e volto, o senhor vai e volta depois. Bem, como eu estava falando, nós temos que assumir que a reparação é uma obrigação de todos nós. Temos que assumir que as cotas são um pedacinho muito pequeno da reparação. A cota, na verdade, é um benefício ao país. Eu estou de acordo com o Mário, tenho escrito muito que a cota não beneficia o negro, beneficia o Brasil, que deve ter vergonha de ter uma elite branca, em um país aonde tem mais de uma cor na pele da sua população. Mas, na cor da pele da elite não tem. Daí a importância que eu vejo o trabalho do José Vicente, que eu lancei e aproveito aqui para dizer como deveria ser o nosso candidato ao Prêmio Nobel da Paz, pela Universidade Zumbi dos Palmares.

E eu lamento que não tenha vindo aqui o meu amigo Mário Nelson, mas é uma pessoa que eu pedi para começar a trabalhar essa ideia e está trabalhando. Pois bem, dentro disso, eu acho que a gente deve pensar como fazer a reparação. Eu estou de acordo que a reparação financeira, como disse o Mário, é impossível, ou ridícula, dar um real para cada um, embora não devamos descartá-la como uma alternativa a ser discutida, como disse o José Vicente, não devemos descartar, devemos trabalhar. Agora, qual então seria a reparação, enquanto continuamos debruçados sobre a financeira. Eu quero dizer que, como coerência, eu sou contra a indenização financeira, por razões políticas do passado. Eu acho que nós deveríamos colocar nomes de rua nos presos políticos, os nomes dos presos políticos em ruas, deveríamos colocar os nomes deles em livros. Mas eu, sinceramente, acho que o pagamento de remuneração termina, como diz meu irmão, que teria todo o direito, e que recusou, dizendo que não queria vender os sonhos de juventude dele.

Além disso, exatamente, como diz o Dr. Roberto, dá a impressão que diz: "Aí, nós já pagamos a vocês, porque foram torturados. Agora a gente deixa solto os torturadores", que é o caminho que o Brasil segue, diferente do Chile, da Argentina, do Uruguai. A gente diz: "Já pagamos em dinheiro. Agora os torturadores não precisam pagar nada". E aí tem torturador que começa a querer receber indenização também. Eu queria sugerir aqui, enquanto eu saio e volto, alguns itens. Um deles é o do monumento, eu tinha pensado, só que eu imagino que temos que fazer dois monumentos, um monumento de memória da escravidão e um momento de gratidão à África. Esse país precisa fazer um monumento à África, que é diferente do movimento(sic) à escravidão.

Agora, gostei da ideia, que eu não tinha pensado, do monumento vivo. Um monumento, não apenas, que eu tinha escrito aqui, como o dos pracinhas, aquele belo monumento que é no Rio de Janeiro, aos pracinhas. Devíamos ter um desse, mas deveria ser vivo, deveria ser para marcar a memória, até porque, com a queima dos arquivos, que Rui Barbosa terminou. E, sinceramente, naquele momento, eu acho que politicamente correto, porque, se tivesse deixado aqueles documentos, os donos de escravos é que tinham recebido a reparação, por terem perdido a propriedade, como disse o Humberto Adami. Mas a gente tem que recuperar essa história. Ele cochichou aqui, quando o senhor falou de onde está na igreja, ele falou: "O Senado". E é verdade, eu escrevi esse pequeno livrinho o ano passado, em que eu peguei as atas dos debates, nos dias em que se discutiu a Lei Áurea. E eu fiz comentários aos debates, mostrando que, naquela época, todos diziam que estavam a favor da abolição, mas não era a hora ainda, porque ia desarticular a agricultura, ou era preciso pagar os donos de escravos. E aí eu fui comparando com os discursos de hoje. Claro que eu botei o nome dos senadores de antes, não botei os de hoje, quando a gente diz: "Todos somos a favor da educação", mas não temos dinheiro ainda. Então, eu acho que o monumento é correto. O outro, que é uma ideia que eu tive, que a gente dá em dinheiro, mas vinculado à educação. O PROUNI, de certa maneira, é isso, para os pobres que não podem pagar a universidade, brancos e negros. Por que não dar três mil reais por ano para cada criança negra ter uma escola boa? Três mil reais é o que custa o horário integral.

Na hora que a gente dizer que vamos dar para as crianças negras, as outras vão querer. E aí a gente implanta para todos. Não é ainda a reparação específica, porque a reparação específica é quando for para os negros. Quando for para todos, é ótimo, porque somos todos brasileiros, mas não é a reparação. Eu acho que poderíamos dizer: "O governo não está oferecendo escola pública?". E eu sou defensor radical de escola pública. Está aqui, três mil reais, para que possa estudar num colégio, desde que seja em horário integral. Mas só para os descendentes dos... No Brasil, a gente pode dizer: descendente de negros é igual a escravos. Nos Estados Unidos, é que já tem descendentes de africanos que não são descendentes escravos, como é o caso do Presidente Obama.

Eu acho que a gente poderia começar essa luta, sabe? De um... Porque já existe... E eu não sou muito a favor, não sou a favor, mas, nesse caso, eu defenderia até como provocação, do que chamam o *cheque-escola*, que o Chile usa, dizem que é até muito neoliberal, que já há experiências. Mas vamos pagar essa indenização? E aí, Mário, custaria apenas 2% do PIB. Custaria, então, 4%... 2% da receita. E a gente sabe que deveria gastar 10%, gasta só 3,5%. Então, subiria de 3,5% para 5% e ainda está muito abaixo do que se deveria gastar com educação. O outro eu imaginava separado, mas, com a sua ideia, pode ser junto. É o financiamento e a manutenção de Centros de Pesquisa de Recuperação da História da Escravidão.

Eu imaginava separado do monumento; pode estar junto. O monumento pode ser vivo nesse sentido. Uma outra coisa é um apoio à produção cultural de origem africana e negra. Ou seja, seria, na verdade, as cotas dentro da Lei Rouanet, vamos dizer, dar um apoio maior, mais urgente, mais imediato a tudo aquilo que for produção relacionada com a cultura. O outro que eu creio que a gente deve fazer – além das cotas, é claro, aprovar as cotas, rapidamente – é o reconhecimento público em sessão especial, aqui no Senado, de que a abolição não está completa. Eu acho que a gente deveria, como aqueles que substituíram os que aprovaram a Lei Áurea, fazermos um depoimento claro, explicito, dizendo: "Nós não completamos a abolição ainda". Nós mantemos ainda uma dívida, aí se reconhece a dívida. Nós temos ainda, no Brasil, um sentimento racista que tenta se esconder, e nós temos uma desigualdade social que aflige mais aos negros do que aos que não são negros, porque, embora a desigualdade não seja uma questão só de negros, mas, do mesmo jeito que eu creio que foi o Dr. Ailton que falou da cor, da cara dos presos, desses meninos de 14 anos, que ele falou, esse absurdo de reduzirmos a maioridade penal, da mesma maneira, a gente tem, hoje, uma cor na cara da pobreza, que é mais negra do que branca. E, portanto, nós deveríamos explicitar essa desigualdade.

Então, eu dei, aqui, algumas posições, algumas sugestões, o meu apoio total, mas eu queria que o Senador José Nery assumisse, enquanto eu vou lá anunciar. Não vai precisar? Então, eu passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, primeiro, eu quero manifestar aqui a todos os participantes, como ilustres convidados para essa Audiência Pública, meritória por todos os aspectos e coerente com a preocupação que temos de promover a inclusão e trabalharmos para a efetiva igualdade, respeito aos Direitos Humanos e igualdade racial para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery, me permite, eu gostaria de passar a palavra, mas o senhor sentado aqui.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou lá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas justamente a minha resistência aqui Presidente, é para tratar da seguinte questão: a reunião que nós convocamos... Eu creio que é a mesma reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, é a mesma.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E trata da questão da crise do Senado, uma questão acompanhada por todos e, igualmente, temos o... Inclusive, porque vamos discutir lá aquela história da representação feita pelo PSOL. Então, é assim: a forma da reunião não começar, se o senhor não for e eu não for também. Então, eu não sei se a gente podia...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu vou, eu indo lá, dou presença, adio um pouco, dou um jeito e volto para aqui, e aí o senhor vai para lá. Mas não estar nenhum de nós dois lá é matar a reunião.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, porque o esforço...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou, então, se todos aceitassem, suspenderíamos por trinta minutos a sessão e voltaríamos os dois para cá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Se houvesse a compreensão por todos os ilustres participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Porque nós estamos vivendo, aqui, um momento que... Os senhores estão acompanhando, mas, se nós não tivermos aqui uma atitude muito clara e decisiva, essa instituição vai para o ralo. Então, nós temos que agir. É uma tentativa de resolver os nossos problemas, inclusive sem a interferência externa, que está havendo aqui de forma... Usurpando a competência, as nossas atribuições. Se houvesse a possibilidade da gente suspender, o que seria... Não seria o mais correto, mas eu diria que há a exigência, inclusive, para fazer o debate, precisamos fazer. É um apelo que eu faço, em razão de que nós precisamos dar conta de resolver, também, os nossos problemas internos que são muito graves.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se nos der meia-hora, nós vamos lá e, depois, nós temos, nós temos o tempo que for, depois, vocês é que tem problemas. Pode ser? Enquanto isso, serve cafezinho. Eu poderia abrir o debate para vocês, sem a gente aqui, mas não ficaria bem, eu quero estar aqui, nesse debate. Está bom? Vamos lá, então?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, suspendemos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Suspendemos. Meia-hora, eu estou aqui de volta.

[Sessão suspensa às 11h44].

[Sessão reaberta às 12h29].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou os próprios, ou outros, os que faltaram porque não puderam vir, ou até mesmo em conjunto, mas num momento mais tranquilo. Hoje, eu fico até aqui, com um complexo de desconforto de não estar lá, na reunião desse grupo, porque eu fui que convoquei praticamente, mas eu não poderia deixar de vir aqui, o Nery não vai poder vir. Bem, eu quero passar a palavra a cada um, para que faça a sua apresentação, depois eu fecho, mas lembrando as sugestões que eu dei, específicas, sobre a ideia da reparação. São dois monumentos, que é a ideia da bolsa para os filhos dos descendentes, uma espécie de cota para a educação... Não, cota não, de PROUNI para a educação de base.

A ideia de promoção de pesquisas sobre a recuperação da história, que poderia ser junto com o monumento, o apoio à produção cultural de origem africana aqui dentro. Uma espécie de cota, dentro da Lei Rouanet, e aprovar as cotas o mais rápido possível, e o reconhecimento público, em algum momento, no Senado. Eu sugeri Treze de Maio do próximo ano, da nossa dívida do Brasil com aqueles que padeceram da escravidão. Eu vou passar a palavra, na mesma ordem, para que façam seus comentários. Então, em primeiro lugar foi Humberto, Dr. Humberto Adami.

SR. HUMBERTO ADAMI: Nessa ordem, também, quando eu mencionei lá as Audiências Públicas em cima da Lei da História da África, que já é um pouco dessa... Quando o senhor faz a sugestão das pesquisas, eu queria sugerir a integração com a Lei 10.639 e a Lei 11.645 que é a Lei de História da África e cultura afrobrasileira, que pode servir de pesquisa em todas as escolas municipais, ensino municipal e fundamental. Ia sugerir um requerimento do gabinete de V. Exª ou da própria Comissão, ao CNPQ, ao Conselho Nacional da Educação e à CAPS, para saber quanto do orçamento dessas instituições tem sido deferido para a pesquisa da Lei da História da África e da cultura afrobrasileira e de cultura indígena também, que já é uma legislação em vigor, e que deveria estar sendo cumprido no Ensino Médio e no Ensino Fundamental.

Então, com certeza, em todos esses inquéritos, nós ainda não conseguimos que essas instituições viessem para dizer, mas acho que um ofício da Comissão

ou do gabinete do senador, ainda mais um senador da área da educação, vai mexer com essas estruturas, por que na SBPC, não há pesquisas apontando essa história, nos cursos de mestrados, no doutorado e na graduação, e na pós-graduação também. Por que não há pesquisas, funcionando? Os que são contrários às cotas, a maioria dos 114 que assinaram o famoso documento contra as cotas, o manifesto contra as cotas, que foi entregue ao Presidente do Congresso, e ao Presidente do Supremo, eles todos beberam nessa fonte da caridade internacional com Fundações *MacArthur*, *Ford* e *Rockefeller*. Vai ver se lá o currículo deles, todos lá, todo mundo recebeu também, como foi mencionado aqui, a cota dos outros estados estrangeiros para que eles pudessem obter conhecimentos.

O decreto que o Roberto Carvalho mencionou está aqui, inclusive, na proposta, o Decreto 7.967, de 18 de setembro de 1946, que, por exemplo, dispunha: "Atender-se-ão na admissão dos imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver, na composição ética da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia". O Procurador Wilson Prudente, o Procurador do Trabalho, lá no Rio de Janeiro, ele faz uma pesquisa, inclusive ele está sendo indicado pelo movimento negro para compor a lista de Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas ele aponta, na pesquisa dele, um imposto chamado *sisa,* com S, que era cobrado dos negros escravizados que chegavam a cada porto, que era uma espécie de IPI de "negão". Então, chegava o negro escravizado aqui, pagava um imposto à Coroa Portuguesa e à Igreja Católica. Esse dinheiro dessa *sisa,* ele era cobrado na alforria também. Eu até pesquisei na *Internet,* tem documentos da *sisa* e da meia *sisa*. E esse dinheiro que foi guardado durante muito tempo pelo Estado Brasileiro, pela Coroa Portuguesa, depois ele é utilizado, exatamente, nesse decreto aqui, que o Roberto de Carvalho apontou, para financiar a imigração européia. Então, quer dizer, quando... Talvez, Mário, pudesse se trazer esses números... Quer dizer, os negros vieram, não tiveram direito a nada e ainda financiaram a passagem daqueles que vieram depois, daqueles navios bonitos que a Rede Globo financia, judeus, italianos, japoneses... Cem anos da imigração japonesa, comemorados este ano. E todo mundo com o dinheiro que era do imposto cobrado dos traficantes de escravos.

Então, é um cerco que se fecha, depois não se pode falar em cotas? Eu quero falar em reparação da escravidão. Queria sugerir também... Ah, mencionar que na abolição da escravidão, o Banco do Brasil faliu. Faliu porque todos eles, os donos de terra que buscavam dinheiro público no banco que tinha, no Banco do Brasil, não puderam pagar, queimaram os documentos, quer dizer, o dinheiro não voltou e o Banco do Brasil quebrou, mas esse dinheiro ficou lá, queimaram documentos. E os bancos acabaram de apresentar, na semana passada, na Câmara dos Deputados, um estudo que foi feito a partir de denúncias do IARA e da Federação Nacional dos Advogados, exatamente pela ausência de negros nos bancos.

Há dois anos atrás, fizemos essa denúncia ao Ministério Público do Trabalho, ele acabou por fazer ações, fez inquéritos, bancos com 70 mil funcionários, tinha apenas 2% de afrodescendentes, e eles diziam que o problema era de capacitação, mas, na verdade, o que se verificou é que havia um filtro na porta dos bancos. E essa denúncia era feita, como várias vezes se fez aqui, mas aí foi o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, acabou por ajuizar ações civis públicas aqui em Brasília, cinco ações civis públicas, e o Tribunal Regional do Trabalho, não admitiu a estatística como prova da discriminação. Eu acho que essa denúncia do Roberto, pode ser replicada em cima do Poder Judiciário, especificamente, o Tribunal Regional do Trabalho, daqui de Brasília, ou com o Conselho Nacional de Justiça se não tratar esse assunto que é a colocação desses temas raciais em completo descaso, como um problema de Administração de Justiça, que está a cargo do Conselho Nacional de Justiça.

Então, que se leve o Tribunal também para lá, para a OEA, para que ele responda por que não é prova da estatística um banco ter 70 mil funcionários e ter apenas 2%. A denúncia acabou comprovada, porque, na semana passada, a própria FEBRABAN mandou fazer um diagnóstico, contratou gente, contratou inclusive uma ONG do movimento negro, CEERT, com a Professora Cida Bento, e, semana passada, na Câmara dos Deputados, eles apresentaram o resultado disso, dizendo o seguinte: "Tem alguma coisa errada, realmente, mais especificamente, com a mulher negra, e nós vamos fazer esse trabalho de gerencial de correção."

Quer dizer, a denúncia estava comprovada e a própria FEBRABAN, vem dizendo que tem alguma coisa errada, eles tiveram uma importante atuação lá na União dos Palmares, o senhor já viu e, talvez, isso pudesse servir também de dados, porque a própria FEBRABAN concordou com a denúncia, e ela pode ser mobilizadora de outros setores. Eu queria sugerir o convite ao Ex-Senador Abdias Nascimento que também concorre pela terceira vez ao Prêmio Nobel da Paz e que, inclusive, vai ter uma sessão no Instituto dos Advogados Brasileiros com o Luís Gama. Ah, sim. Um outro... Para terminar, uma outra fase dessas representações que nós temos feito é em relação às Forças Armadas.

O senhor sabe que as Forças Armadas nos Estados Unidos, em relação à ação afirmativa, foi um dos setores onde mais funcionou a ação afirmativa ao longo dos tempos. Quarenta anos de ação afirmativa. Nós fizemos inquéritos aqui, também, para que as Forças Armadas respondessem quantos são os negros constantes nas Forças Armadas. Num seminário na Câmara dos Deputados, o número que chegou foi que apenas cinco generais negros ascenderam em toda a história do Exército Brasileiro. Então, nós fizemos esse inquérito e que incluísse também a Igreja Católica, porque apenas 2,5 dos bispos, dos 300 bispos brasileiros, são bispos negros. E aí não se pode... Mas é um outro Estado... Bom, se padre preto, que queira ser bispo, estiver sofrendo discriminação, não é constitucional se investigar essa discriminação? Eu penso que sim.

E os inquéritos estão aqui, na Procuradoria da República, da 10ª Região do Distrito Federal, e a procuradora mandou ofício, através do Procurador-Geral da República ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim. E esse repassou aos três ministros militares. Senador, a resposta dos ministros militares no Exército: "Não dá para saber quantos negros existem no Exército". E, obviamente, que situar se eles estão na parte de baixo da pirâmide, da cadeia militar ou e se eles chegaram a General ou por que não chegam e disseram ao seguinte: "Aqui não dá para saber por que todo mundo é verde-oliva." Está assinado lá pelo Ministro do Exército.

Na Marinha, ela gastou cinco, posso encaminhar depois os ofícios dos ministros militares, inclusive, que passaram pelo gabinete do Ministro Nelson Jobim. O Ministro da Marinha gastou dez páginas para explicar o que o Almirante entende a respeito das cotas, quando a pergunta era saber: "Quantos são os negros na Força da Marinha?" E esta pergunta não está respondida, estamos com essa demanda lá. Agora, a surpresa foi na Aeronáutica, porque o Ministro da Aeronáutica mandou uma resposta dizendo o seguinte: "Na Academia de Força Aérea, são 38% e alguma coisa os cadetes afrodescendentes", o que alguns contestam, porque acham não tem esse tempo todo lá. Mas, de qualquer jeito, provou que com essa mexida nas forças que compõem o Estado Brasileiro. Primeiro, se a Aeronáutica sabe quem é negro para ser cadete afrodescendente, o Estado Brasileiro não tem problema de saber de discutir quem é negro e quem não é, ele sabe. E que é possível contar.

Então, talvez, esta Comissão da Reparação pudesse acompanhar isso também, porque, no campo, no setor militar, seria interessante descobrir por que os negros não ascendem à chefia das forças e ficam só... Agora, uma porção de cabo e soldado... Deve ter uma porção lá. Eu acho que a anemia falciforme foi citada no campo da saúde, eu acho que um grande inquérito [soa a campainha] da anemia falciforme é saber como estão esses negros que estão com essa doença e que estão relegados aí, e que poderiam ter esses dados. A intolerância religiosa, vai ter uma marcha, inclusive, no Rio de Janeiro, em 22 de setembro. Já teve uma no ano passado, as forças estão se acumulando e vêm sendo perseguidas, como foi mencionada aí, pelo Ailton. No Rio de Janeiro também teve uma invasão de um terreiro lá. E sugeri que O Memorial da Escravidão seja feito já, imediatamente e, provisoriamente, no terreno que a Fundação Palmares tem aqui à beira do lago que está desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. Era só, queria agradecer, mais uma vez, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Mário.

SR. MÁRIO LISBOA TEODORO: Obrigado, Senador, as palavras finais, eu vou ser... Procurar ser bem conciso, eu queria só ressaltar dois aspectos que me parecem fundamentais neste debate. O primeiro deles é a centralidade da questão racial na conformação da sociedade brasileira. Se nós pensamos numa sociedade de iguais, nós temos que enfrentar a questão racial, porque ela está no centro da reprodução da desigualdade brasileira. Ela não um problema a mais, ou um problema que deve ser resolvido paralelamente aos outros. Ela está no centro da discussão, da história, e da conformação da sociedade brasileira. Sem enfrentar o racismo, a desigualdade, o preconceito, nós não vamos ter uma sociedade igual e nenhuma sociedade, portanto, democrática.

O segundo aspecto que eu queria ressaltar é, justamente, reforçar a ideia, aqui, que foi levantada aqui e reforçar, e, enfim, corroborar a ideia do memorial. Acho que qualquer tipo de reparação a ser feita tem que ser iniciada com o reconhecimento, como o senador colocou. E esse reconhecimento passa por iniciativas, na forma de memorial, onde a gente vai resgatar o que se tem, onde as pessoas que querem estudar a questão racial podem ir lá e começar a estudar documentos organizadamente, etc, enfim. É uma forma você resgatar, não só a questão, mas a memória do país que está faltando. O Professor *Dudu Diène* quando veio aqui, fez o relatório sobre o racismo no Brasil, ele falou: "Olha, eu nunca vi isso, não tem nada, não tem memória, não existe, parece que não existiu racismo aqui." E, de fato, ele diuturnamente nós vemos que ele, não só existiu, como deixou sequelas até hoje. Era isso, senador, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à Dra. Dora Lúcia.

SRA. DORA LÚCIA BERTULIO: Então, na verdade, eu acho que eu queria concordar com as propostas que foram colocadas aqui, especialmente pelo senador, porque ela... Justo, ela acopla todas as discussões e, enfim, as propostas que a gente acabou fazendo aqui, de uma alguma forma colocando, quais são as necessidades e o que a reparação deve trazer para a população negra aqui no nosso país. Eu quero, na verdade, fazer uma... Enfim, enfatizar a questão da colocação a respeito da Bolsa para as famílias negras, porque eu acho que é um procedimento que pode ser bastante interessante, porque vai, exatamente, buscar, de alguma forma vai chegar até as populações que, efetivamente, a gente gostaria que fossem atendidas.

Não sei exatamente como que isso pode ser procedido, os procedimentos, mas é fundamental que o Estado Brasileiro dedique, com especialidade, recursos do seu orçamento para atender às famílias negras. Então, nós temos Bolsa Família, que é aquilo que o Mário falava, no começo, que são os programas para dar conta da pobreza. Uma coisa é programa para dar conta da pobreza, outra coisa são programas específicos para diminuir a desigualdade racial. E se é para diminuir a desigualdade racial, eles têm que ser focados, exatamente, nas famílias, na população negra, com propostas que possam trazer essas populações para um nível de conhecimento social que lhes permita a entrada nos diversos espaços mais sofisticados da sociedade brasileira.

E isso tem que ser específico para essas famílias. Então, eu acho que, essa questão que o senhor coloca da Bolsa, ou de algum procedimento que vá, diretamente, atender às famílias negras, especificamente as famílias negras. E daí eu não coloco a coisa como individual, não é a criança, mas, porque o problema todo é como é que as famílias podem dar conta da sua competência, de atender os seus filhos e fazer com que eles possam, de alguma forma, crescer. Acho que todas as questões colocadas aqui, a respeito de o quanto o Estado Brasileiro é responsável direto da desigualdade racial no país, eu acho que já ficou bem colocado, a gente não tem nenhuma dúvida sobre isso.

E o que nós precisamos é, realmente, ter algumas medidas que diminuam o impacto desse comprometimento, enfim, de responsabilidade do Estado com relação à população negra e à qualidade de vida da população negra. E, terminando, eu queria também enfatizar, a questão do memorial e dizer que, talvez, senador, a gente pudesse pensar em memoriais e não num memorial, até porque, eu acho que nós temos uma diversidade bastante grande no país, nós temos regiões em que as histórias de todo... O processo, na verdade, de escravidão, até os tempos atuais precisa ser resgatado em todos os espaços. Então, a minha proposta seria, de alguma forma, a gente poder fazer ou, enfim, propor memoriais, no mínimo, em cada capital do Estado Brasileiro. Ou seja, todos os Estados devem ter a possibilidade de ter recursos. E daí, novamente, nós lembramos, são recursos mesmo, quer dizer, não é fazer aquela coisa fantástica, de fazer um prédio e, de repente, fazer uma inauguração, não é disso que nós estamos falando.

São recursos do tesouro para compor equipes de trabalho, para a recuperação da história da população negra, em cada estado do país. Em cada estado brasileiro. Eu acho que esse seria o ponto em que a gente estaria trabalhando com recursos financeiros, não necessariamente, com individualidade de indenização, mas uma indenização que comporte o coletivo da sociedade brasileira, das famílias brasileiras no sentido de promover um conhecimento, informação a respeito das populações, o que vai trazer, sem dúvida nenhuma, melhoria na própria qualidade da vida das pessoas negras no sentido muito especial de autoestima e de reconhecimento social. Eu venho de uma região... Que eu sou do Sul, eu sou catarinense e trabalho em Curitiba, há bastante tempo, ou seja, são os dois estados que são, mais ou menos, o meu lugar. Santa Catarina e Paraná. A campanha do Estado da Santa Catarina e do Estado do Paraná, constante, é na contribuição dos diversos grupos étnicos ao desenvolvimento do Estado.

E na composição dos diversos grupos étnicos, sem dúvida nenhuma, o nosso, ou seja, a população negra não entra em espaço nenhum, nem em festa, nem no material escolar, nem nas discussões públicas em, absolutamente, nada. Então, esse é um ponto que é preciso fazer resgate. E daí eu acho que é uma reparação necessária que uma política nacional poderia trazer. Eu imagino que nos outros estados, ainda que camuflado isso aconteça da mesma forma, mas nos estados do Sul, isso é muito presente, é um desenvolvimento. Quer dizer, as crianças negras, na escola, se sentem como alguém que, na verdade, contribuiu para a feijoada [soa a campainha], que a contribuição é feijoada, é enfim... É uma ou outra coisa que não faz nenhum sentido naquilo que é o desenvolvimento, naquilo que é o progresso, que é dito que somente os europeus trouxeram. Quando, na verdade, nós sabemos que, exatamente, a base é da população negra. Então, eu acho que fica aí bem registrada a possibilidade de fazer esse tipo de reparação à população negra brasileira. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço e agradeço porque estamos conseguindo fazer mais rápido. Realmente, é um momento especial que o Senado está vivendo, eu estou com a cabeça lá na reunião. Eu passo a palavra agora ao Professor José Vicente.

SR. JOSÉ VICENTE: Caro Senador Cristovam Buarque, já aproveitando a oportunidade para agradecer a gentileza do convite e a satisfação de partilhar com os demais colegas da Mesa. Eu imagino que este momento é um momento importante para fazer algumas pontuações sobre aspectos importantes dessa conversação e três assuntos que eu imagino que tenham que ser considerados. O primeiro é sobre a discriminação, o racismo e seus impactos e prejuízos, nós sabemos isso daí de cor e salteado. Mas eu imagino que a perspectiva de se pensar em combater esse tipo de coisa e mudar esse panorama tem que ser pensada no sentido de trazer à conversação, os três espaços obrigatórios que são: Governo, mas tem a sociedade civil e tem também as organizações, mesmo internacionais. Então, imagino que a gente precisaria pensar uma perspectiva de condução que trouxesse a sociedade civil, trouxesse o ambiente corporativo, que trouxesse a classe política, no sentido de que as intervenções pudessem ser pensadas nesse macro.

Porque é impossível pensar no combate à discriminação racial, se nós não pensarmos em políticas específicas, no que se diz respeito à inclusão e condução dentro do mercado de trabalho. Transversalmente é impossível pensar, também, em melhoria desse quadro de discriminação, racismo, se, do ponto de vista de produção de políticas públicas, ideologias e, mesmo, os processos educacionais, se esse assunto não estiver transversalmente constante. E, também, se o discurso e a prática política não considerar isso. Então, eu acho que esses três aspectos precisam ser considerados. Um outro tema, também, que eu imagino que seja oportuno é o fato de que, a despeito da importância desse projeto que está sendo debatido e tantos outros que estão nesta Casa e em outras Casas legislativas, o fato é que nós já temos uma conjunção importante de documentos legais aprovados e que já deveriam, inclusive, estar sendo implementados que, em grande medida, respondem essas solicitações que estamos fazendo desse tema.

Eu trago, por exemplo, a colação aqui, a informação, o decreto que nós temos aqui, no Estado Brasileiro, que já delimita e define uma série de ações que, tanto o Poder Público como as instituições relacionadas, precisam cumprir para que esses fundamentos da inclusão do negro e da valorização da diversidade racial sejam efetivados. E o terceiro aspecto, com o qual eu findo a minha fala, é a lembrança de que, todas as vezes que nós tocamos neste assunto, sempre nós esbarramos nas limitações financeiras. Sempre é muito difícil alocar recursos para o tema Negros. E eu lembro que, seja no PROER, seja agora, com essa política específica de atender as empresas que estão em dificuldades, não é? Como nós temos visto o BNDES aí, atendendendo a todos. A gente nota que nunca houve dificuldade de recurso para todos os outros temas. E quando chega aqui, mesmo para um assunto como este é muito difícil viabilizar esses recursos financeiros.

E, finalmente, eu concordo. Eu acho que tudo é necessário que seja aprofundado, discutido, melhorado, implementado, mas eu imagino que toda a reparação teria que começar por um memorial, um espaço em que a gente pudesse ter, pelo menos, a dignidade de recolher todas as informações do que foi esse período da escravidão e, como nos Estados Unidos, mesmo na Inglaterra, tivéssemos, então, esse centro de memória, esse centro cultural para não deixar jogar-se ao léu, essa história que é triste, mas que é uma história do negro brasileiro. Muito obrigado ao senhor pelo convite e muito obrigado aos amigos pela participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, professor. Eu passo a palavra ao Secretário Ailton dos Santos Ferreira.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Senador Cristovam, primeiro, quero agradecer, de pronto, a oportunidade que o senhor nos deu de estar aqui, nesta Mesa, com militantes qualificados, com opiniões qualificadas, com pessoas que têm história, como a do nosso Reitor José Vicente, Humberto, Dora que eu estou conhecendo hoje, Teodoro que esteve em Salvador em abril, não foi? Na Conferência Municipal. E dizer que é importante a presença do seu mandato nesta luta, porque a certeza da vitória, a gente tem quando outras bocas, outras vozes começarem a dizer as coisas que a gente está dizendo, que a gente já vem dizendo há algum tempo. Tem questões no Brasil que eu digo, aprendi essa palavra tem uns três anos, *normose.* Tem coisas que são... Na cabeça das pessoas fazem parte... Então, eu estava aqui listando, nas cadeias públicas é normal a presença de negros em quantidade. E é normal, como há algum tempo era normal o marido bater na mulher, não é? Há algum tempo. Hoje, a história é outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda é, lamentavelmente.

SR. AILTON DOS SANTOS FERREIRA: Mas as pessoas dizem assim: "Não, com meu marido ninguém se mete." Então, essas normoses que a gente precisa resolver. É normal. Em Salvador, 94% dos ambulantes, as pessoas que vendem coisas nas ruas, carregando

na cabeça, vendem lembranças, cigarros, pentes, 94% são negros, que lutam diariamente, disputando espaço nas portas das lojas e, numa luta desigual, muitas vezes com o Estado, com o Poder Público, porque quer também fazer funcionar a economia formal. Mesmo a economia formal que os exclui. É normal no subemprego, nas sub-habitações, como eu falei, nas escolas que não funcionam, em que faltam equipamentos, em que faltam professores, que quando chove alaga tudo.

É normalíssimo, multidões de negros nas portas dos postos de saúde, e aí é o racismo institucional. É normalíssimo, nisso eu lembro outro dia, quando o senhor falou sobre a questão da educação, e comentou a crise nos aeroportos. De repente, a sociedade brasileira foi tomada de uma comoção generalizada, porque a classe média ficou com as malas no espaço lá, com ar condicionado, com toda a segurança. Mas nos pontos de ônibus e nos postos de saúde, as pessoas chegam cinco da minha e ficam lá amontoadas. É normal mulheres pobres, quase todas negras, morreram de mortalidade materna... Salvador, região metropolitana, Feira de Santana, as mulheres morrem, as mulheres morrem. As mulheres negras pobres têm menos tempo de que as mulheres não negras pobres, nos consultórios médicos.

E isso é um problema da nossa medicina, da nossa cultura médico-paciente, da nossa cultura dos hospitais públicos, da relação que é uma relação complicada, difícil, do médico poderoso que atende o paciente que chega indefeso, desprotegido, necessitando de coisas. Então, as mulheres que morrem de hemorragia, não é coisa do outro mundo não, é hemorragia... Como é que chama, meu Deus? Infecção! E uma outra patologia que eu não lembro agora, coisas normalíssimas, besteira para o Século XXI, mas morrem mulheres negras e pobres por falta do atendimento básico. Tem mulheres negras, que o primeiro procedimento médico é quando elas vão parir. É quando elas vão ao posto parir, não tem pré-natal não tem nada disso. Então, nós precisamos destruir essas normoses e construir outras possibilidades.

É normal, depois das grandes festas e dos grandes encontros, mãos negras, frágeis, de crianças que catam latinha de cerveja para serem recicladas depois. Essas mãos, senador, são negras, de crianças desnutridas, na faixa de escola, que deveriam estar brincando num lugar qualquer e que estão catando lata. Esse negócio de dizer que branco pobre é igual a preto... Não é verdade. Isso é para justificar as políticas generalistas, universalistas e que, quando são universalistas, desconhecem, desconsideram o dado fundamental da racialização da pobreza. Então, uma menina branca ou não negra, que tem o segundo grau, que mora da periferia, ela é que consegue trabalhar numa loja do Shopping. A menina preta, da mesma periferia, não consegue trabalhar no Shopping Center de Salvador. Não consegue estabelecer laços de amizade, redes de relacionamento que a conduzem àquele emprego.

E nós sabemos que os empregos, hoje, são viabilizados muito mais pelas redes que nós criamos do que pelas competências individuais e pelos currículos. E essa rede é possibilitada porque há uma boa vontade brasileira, há uma generosidade brasileira com pessoas que não são negras. Aprendemos assim. Então, eu estou colocando aqui alguns problemas, mas eu quero colocar algumas sugestões. Sim, outra coisa... Recentemente, nós tivemos o programa... Lá em Salvador, na Bahia, o programa, acho que é Minha Casa, Meu Sonho, Minha Vida... E fomos tentar colocar o item raça, cor, nos formulários, fomos rechaçados: "Não, não precisa isso, essa maluquice é besteira, a questão é renda. A questão é renda". Depois de muita fadiga, eu fui aconselhado a desistir porque, quer dizer, nós não queremos assumir, como o senhor falou há pouco, o nosso crime. A sociedade brasileira não quer se ver no espelho. E quando se vê não gosta.

Então, lá na Secretaria da Reparação, a gente está investindo em qualificação e capacitação de jovens negros. Estamos trabalhando com duas organizações não governamentais, para colocar negros nos *shoppings centers*. Temos seis grandes *shoppings centers*, que envolvem três mil lojas, mais ou menos. E aí, começaram a reclamar da qualificação. Então, a gente está investindo em qualificação, porque aí vem o outro argumento: "Ah, mas não está capacitado". Meu Deus do céu! A Bahia atrai porque é diferente, porque o igual não atrai, se não ficava aqui em Brasília mesmo, em São Paulo, porque *shopping center* é igual em qualquer lugar com o mundo. É luz do dia o tempo todo e o chão bem liso para você andar bem devagar e ficar mais tempo e comprar mais.

Então, o que difere a Bahia dos outros lugares é o seu povo. E aí você chega às lojas de grife da Bahia de Salvador você não encontra negros para vender perfume, para vender gravata, você não encontra. Então a gente está trabalhando isso. Estamos trabalhando a selo da diversidade que é para a gente certificar empresários que coloquem negros, e aí avança. E a luta negra é generosa, toda vez o que negro avança, avança um bocado de gente junto. Então, albinos, homossexuais, lésbicas, anões, todas as pessoas que são consideradas anormais [soa a campainha], que entram no *shopping center,* a nossa Secretaria, junto com o Comitê Gestor, formado por Centrais Sindicais, representantes dos trabalhadores, representantes dos

empresários, OAB, Ministério Público. Então, a gente vai certificar essas empresas, elas poderão usar a marca do selo no seu *marketing* social para poder dizer: "Nossa empresa tem negro, anão, pequeno, baixinho, gordo, tem a cara da população." Porque a gente quer convencer o empresário de que quando a empresa dele dialoga com o mundo, ele vai vender mais. Porque o mundo é feito de gente diferente. Então, não pode ter todo mundo igual dentro da empresa, porque a sensibilização do empresário é por outro caminho, não é pelo caminho da militância tradicional.

Então, nós temos lá o PCRI que é o Programa de Combate ao Racismo Institucional, que é capacitar a prefeitura, porque vivemos uma estrutura de serviço público racista. Vivemos ainda. Então, temos que fazer o dever casa, melhorar o atendimento ao cidadão que chega para ser atendido. Temos o observatório racial que foi instalado no carnaval, estamos na quarta edição, vamos para a quinta em 2010, porque carnaval é o maior produto, é o maior evento econômico da Bahia. E o povo que faz a cultura, que dá origem àquela cultura do carnaval é a maioria negra. Mas que fica com a sobra da economia, fica com o mercado informal, fica fazendo segurança de camarote, tomando conta de porta de clube e etc, as atividades de segunda categoria. O grande dinheiro fica na mão dos poucos empresários, quase todos brancos, que são donos das grandes empresas da indústria cultural.

Então, lá tem o observatório racial, que é para a gente avaliar como o carnaval impacta a vida das pessoas, porque criaram o mito de que o carnaval era o exercício pleno de momo, sob o reinado de momo, da democracia racial, e não é. O carnaval é apenas um espaço de cinco dias, onde as diferenças raciais são alegorizadas, onde quem faz a música negra fica embaixo e, quem canta, não é negro, e fica em cima, no trio elétrico, que é o altar do carnaval da Bahia. Temos lá o FIEMA, junto com a Secretaria da Educação, Saúde da Mulher, que é o Fundo de Inserção Educacional de Mulheres Negras, mulheres que ultrapassaram o período considerado normal, de escolaridade e esse fundo trabalha com educação de mulheres negras, a maioria é empregada doméstica. E estamos com uma campanha permanente em defesa da saúde da mulher negra, contra a mortalidade materna, e para que elas tenham mais tempo nos consultórios médicos.

Eu quero aproveitar para finalizar e dizer que nós não somos o problema, nós somos a solução. E tenho um exemplo ilustrativo recente, com a morte de Michael Jackson, o Olodum que é um bloco afro, conhecido no mundo todo, produziu imagens de Salvador da Bahia no Planeta Terra, como nunca. O Estado não tem capacidade para isso, o Estado Brasileiro não tem, o Olodum colocou a marca do produto chamado Bahia, no Planeta Terra. E João Jorge Rodrigues que é o presidente me mostrou a quantidade em minutos, em *Internet* e televisão, no mundo todo. Todas as TVs e o Olodum veiculando a cidade da Bahia. Quer dizer, a cultura negra [soa a campainha], sendo traduzida, vamos dizer assim, no *marketing* institucional e na venda de um produto, de um espaço. Mas, quando esses mesmos blocos procuram apoio dos poderes públicos – e não estou, aqui, falando de gestão de circunstâncias, não, de um modo geral -, quando procura, não consegue o apoio, porque parece que estão pedindo, quando, na verdade, estão indo buscar o que lhe é devido, porque é o povo que faz a cultura é o povo que leva gente para a Bahia. Então, temos um produto chamado Bahia que é muito bem vendido, mas o seu povo ainda não é o principal beneficiário dos resultados desse produto.

Então, cumprimentar o senhor e dizer que não somos nós que estamos dividindo o Brasil, o Brasil está dividido e está partido e está rachado, também pela questão racial. E quando a gente agora tenta fazer justiça, tenta fazer reparação, aí dizem assim: "Mas vocês querem dividir a nação, querem racializar a nossa sociedade." Não tem nada disso, é porque tem gente que não quer reconhecer o crime, senador, e tem gente que quer continuar fingindo que está brincando, só que um é dono da bola e o outro não. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Além de que a bola do futebol é redonda para todos, a escola não é redonda para todos e tudo mais. Bem, eu vou pedir desculpas de terminar rápido, mas quero propor duas coisas aqui. Primeiro, é que nós vamos transcrever tudo isso, eu queria que cada um revisasse sua parte. Eu vou fazer, além da minha fala, um texto mais amplo. A gente faz isso o mais rápido possível. Segundo, é ter uma nova audiência, mas eu quero propor duas coisas sobre a nova audiência. Uma, é que seja na Bahia, eu não sei se a Secretaria aceita estar conosco lá. O Senado fará audiência da CDH mas nós vamos lá, até porque, indo lá, não tem essas reuniões tomando o tempo da gente, quem for fica. Agora, eu queria fazer uma proposta, eu lamento não poder discutir, porque é capaz de isso provocar um debate.

Eu gostaria que essa audiência próxima fosse para analisar um ponto, a educação como forma de reparação, como a gente vai... A cota é um detalhe disso, um detalhe, mas erradicar o analfabetismo, por exemplo, vai beneficiar, sobretudo, negros. A escola pública, boa, igual, de qualidade para todos, vai beneficiar, sobretudo, os negros, embora não só. Mas como focar no negro a alfabetização, como focar no negro?

Por exemplo, eu quando estava no governo aqui, eu pagava o analfabeto para aprender a ler. Eu pagava um valor muito pequeno, porque era uma reparação financeira. Nós pagamos um valor muito grande para o negro que ia se alfabetizar, como uma indenização pelo tempo que ele ficou analfabeto, porque ele não ficou analfabeto por culpa dele, e sim, por culpa do aparelho público que não lhe deu escola. Além de que, pelo menos, eu acho, e tenho falado o tempo todo, que educação é que é o caminho para distribuir renda. E no lugar da rede de proteção social, fazer uma escada de ascensão social, não é? Que é o que realmente a gente deseja.

Então, eu vou trabalhar essa ideia, mas eu gostaria que, nessa próxima audiência, esse primeiro texto, desse jeito aqui, já estivesse pronto com os depoimentos de vocês, o do Dr. Roberto também, e quero dizer que o senhor vai ser o primeiro convidado para a próxima, está bem? Eu quero agradecer a vocês e desculpas pelo momento que vive esta Casa.

O Senador Pedro Simon estava lá na reunião, ele disse que hoje tem quatro editoriais no Rio Grande do Sul, pedindo o fechamento do Senado, para que tenham uma ideia... Porque é o clima que está se criando, não é mais contra um, ou dois, ou três, que cometeram erro. É a instituição. E a gente tem que zelar por ela, senão daqui a pouco o Senado vai ter que fazer uma reparação pelo mal que está produzindo na democracia. Bem, muito obrigado e fica aqui acertado, vamos fazer uma audiência lá. Está bem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E no Rio de Janeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí podemos fazer no Rio de Janeiro, também, muito bem.

Sessão encerrada às 13h10.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e nove, na sala número três da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, art. 88 do RISF, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a Reunião tendo como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida à votação secreta, o Senhor Presidente Marco Maciel solicita aos Senadores Jefferson Praia e José Nery para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente o Senador Leomar Quintanilha é eleito por onze votos, e para Vice-Presidente o Senador César Borges é eleito por onze votos. Prosseguindo, a Presidência proclama eleitos e empossados os Senadores Leomar Quintanilha e César Borges como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. O Senador Marco Maciel convida os recém empossados para tomarem seus acentos à mesa a fim de fazerem as suas exposições. Usam da palavra os Senadores Marco Maciel, Jefferson Praia, Gilberto Goellner, e, ainda, o Senador Gerson Camata, não membro da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Marco Maciel,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR (art. 88 – RISF).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião, a 21ª, da Comissão última realizada no ano de 2008. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010. Eu gostaria de anunciar que recebemos a indicação para as funções

de Presidente do Senador Leomar Quintanilha e para o cargo de Vice-Presidente o nome indicado, pelas informações que recebi, é do Senador César Borges, ex-Governador da Bahia e ilustre homem público. Sobre a mesa encontram-se à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, titulares e suplentes, as cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência e que deverão ser utilizadas para a votação, de acordo com o art. 60, do Regimento Interno. A eleição será feita em escrutínio secreto. A chamada dos membros será nominal.

Eu vou começar, então, a chamada dos membros da Comissão. Começaria a chamar pelos titulares integrantes do bloco de apoio ao governo. Senador César Borges, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Leomar Quintanilha, Senador Almeida Lima, Senador Marco Maciel, Senador Jefferson Praia, Senador Demóstenes Torres, Senador Papaléo Paes. Gostaria de chamar também V. Exª. para exercer o voto. Vou chamar o Senador Gilberto Goellner para exercer o seu direito de voto.

Eu indago se há Senador, titular ou suplente, que não foi chamado para exercer o seu direito de voto? Já votaram nove Srs. Senadores, já tem quorum. São dezessete, com nove já tem o quorum. Posso esperar mais cinco minutos, mas, na realidade, o quorum mínimo já foi obtido.

Senador José Nery. O PSOL está "PSOLmente". São dezessete membros, a Comissão é constituída de dezessete membros, votaram dez Srs. Senadores, quer dizer, há mais do que o quorum necessário. Eu vou esperar apenas mais quatro minutos porque eventualmente pode chegar mais algum colega que deseja votar.

Concedo ao nobre Senador Valter Pereira para exercer o seu direito de voto.

Eu vou agora designar dois escrutinadores. Eu vou convidar o Senador Jefferson Praia e o Senador José Nery para que sejam escrutinadores.

Votaram onze integrantes da Comissão entre titulares e suplentes, portanto, mais do que o necessário para o quorum.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, confere.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então confere o número de sobrecartas com o número de votantes. Vamos passar agora à apuração.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Primeiro voto para Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; segundo, Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges; Presidente Senador Leomar Quintanilha e Vice-Presidente Senador César Borges. Por unanimidade o Presidente é o Senador Leomar Quintanilha e o Vice-Presidente é Senador César Borges, onze votos para cada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado já anunciado pelos escrutinadores, Senador Jefferson Praia e Senador José Nery. Ambos, o Presidente e o Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha e César Borges, foram eleitos pela unanimidade dos votos. Eu os convido, portanto, o Presidente e o Vice-Presidente, para que venham à Mesa para que assumam já a presidência da Comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Caros colegas, registro, preliminarmente, os meus agradecimentos ao Senador Marco Maciel, figura destacada por sua competência, por seu elevado espírito público, por sua larga folha de serviço emprestada ao país, que assumiu a presidência dos trabalhos de hoje desta Comissão para alcançar o seu escopo, que era a eleição da nova presidência e vice-presidência.

Agradeço a confiança dos eminentes pares que sufragaram seus votos a mim para presidir a Comissão e do eminente Senador César Borges para ser o nosso Vice-Presidente.

Agradeço ao meu partido, a confiança e a indicação do meu nome para essa missão.

Registro, ainda, os cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Adelmir Santana, respectivamente Presidente e Vice-Presidente desta Comissão até esta data, que se desincumbiram com muita eficácia, com muita propriedade, com muita dedicação, com muita competência das atribuições que lhes foram acometidas à frente desta importante Comissão.

A Comissão de Desenvolvimento Regional, seguramente, representa um marco neste que é um dos mais importantes foros de debate dos grandes temas,

das grandes questões nacionais. E, seguramente nós procuraremos, naturalmente com a contribuição de cada um dos eminentes pares, apelando para a sua aplicação, para a sua inteligência, para que nós possamos contar com a sua dedicação e com a sua inteligência para trazer à baila a discussão dos temas que integram o escopo desta Comissão, no esforço que deveremos continuar fazendo para contribuir, para que o Brasil consiga efetivamente superar essas dificuldades encontradas pelo acentuado desacerto das divergências e das diferenças sociais e econômicas apresentadas na sua diversidade regional. As diferenças regionais precisam ser analisadas, discutidas e debatidas sobretudo para aquelas regiões mais sofridas, mais necessitadas. Que nós possamos contribuir para que as políticas públicas nacionais possam promover o nivelamento, a igualdade de tratamento e, sobretudo, fazendo justiça às populações das regiões menos favorecidas.

A região Centro-Oeste, mas, sobretudo, as regiões Norte e Nordeste sempre foram extremamente penalizadas ao longo da história do país no seu aspecto de desenvolvimento sócio-econômico, quando outras regiões experimentaram uma atenção mais expressiva, um volume de atenção maior, de investimentos maiores. Nós esperamos poder aqui nesta Comissão, num debate muito amplo, com todos os segmentos da sociedade, com as instituições públicas, encontrar propostas e sugestões que permitam mitigar as dificuldades e os sofrimentos pelas diferenças regionais, ainda de forma acentuada, existente neste país.

Renovo, portanto, os agradecimentos aos colegas pela confiança depositada e espero que nós possamos estar aqui honrando o povo brasileiro, representando as nossas regiões e procurando encontrar um nivelamento entre as diversas regiões deste país.

Passo a palavra, imediatamente, porque solicitada, ao eminente Vice-Presidente desta Comissão, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Da mesma forma, Sr. Presidente, eu quero agradecer, primeiro, a confiança dos meus pares nessa Comissão, que sufragaram de forma unânime o vosso nome e o meu, todos os membros dessa Comissão, em particular quem presidiu esta eleição, o Senador Marco Maciel, um grande homem público brasileiro, principalmente um lutador pela causa do desenvolvimento regional, Governador que foi de Pernambuco, homem nordestino, sofrido. Vejo nessa Comissão aqui representantes do Centro-Oeste, da região amazônica, representantes do Nordeste como eu me coloco também, porque represento o Estado da Bahia, colocado no Nordeste. Parabenizar a V. Exª. que preside essa importante Comissão, eu diria importantíssima Comissão dessa casa, porque eu tenho já por diversas vezes ido à Tribuna dizer que enquanto houver desigualdade regional nós não teremos um país justo, um país igualitário. É preciso combater essas desigualdades regionais e quem tem que fazer isso, efetivamente, são os verdadeiros representantes legítimos das nossas populações, que somos nós, Senadores, Deputados, lutarmos para conquistarmos novos patamares de desenvolvimento para a nossa região.

Esta é uma Comissão também, Sr. Presidente, que tem a responsabilidade de tratar das questões do turismo, quer dizer, é Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E, sem sombra de dúvidas, o turismo é importantíssimo para qualquer país do mundo e, em especial para o nosso, e muito especial ainda com relação às regiões que aqui lutam pelo desenvolvimento regional, como é o caso particular do Nordeste.

Então eu quero estar ao lado de V. Exª. aqui contribuindo para o trabalho que eu sei que será brilhante, que V. Exª. vai conduzir nessa Comissão, me disponibilizando por inteiro, não só para a presidência como para os companheiros no que puder colaborar para o sucesso dessa Comissão e da sua presidência. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria, se V. Exª. me conceder a palavra--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu vou conceder a palavra a V. Exª. Eu só gostaria de agradecer as palavras elogiosas do Senador César Borges e dizer a S. Exª. que eu estou convencido de que sua contribuição será inestimável para o bom desempenho desta Comissão. Desejo a V. Exª. boa sorte também no seu trabalho. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente Senador Leomar Quintanilha, nobre Vice-Presidente Senador César Borges. Eu gostaria de renovar os meus cumprimentos pela escolha desses dois ilustres homens públicos e dizer que estão representados aí nessas duas escolhas diferentes regiões: o Centro-Oeste e o Nordeste. Isso, de alguma forma, no faz refletir sobre diversidade regional e a necessidade, como foi aqui salientado, a necessidade de superarmos ainda essas disparidades que existem no Brasil com relação ao desenvolvimento das diferentes regiões.

Eu desejo, portanto, votos de muito êxito aos escolhidos, Senador Leomar Quintanilha e Senador César Borges, que são homens públicos de longa atuação na vida pública brasileira, e espero que esta Comissão continue a ser um grande fórum de discussão

das questões de desenvolvimento regional e criando condições, assim, para que tenhamos um país mais harmonicamente desenvolvido, com menos desigualdades sociais, com menos disparidades regionais, como eu acho que é o desejo de toda a sociedade brasileira. Portanto, meus cumprimentos, eu quero desejar aos eleitos e agora já empossados votos de pleno êxito no exercício de suas funções aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Marco Maciel, as considerações expendidas por V. Exª. Nós estamos seguros de que nós contaremos para o brilho das nossas regiões sempre com a sua experiência, com a sua inteligência e com o seu largo conhecimento da vida pública nacional. Agradecemos muito a contribuição de V. Exª.

Antes de passar a palavra ao Senador Jefferson Praia, que já se inscreveu, em seguida ao Senador Gilberto Goellner, eu vejo ali, lá no fundo, o Senador Gerson Camata, que eu pensava integrar essa Comissão. Mas eu observo aqui que no PMDB, que é o nosso partido, tem uma vaga, e eu gostaria de convidar o Senador Gerson Camata para trazer também a sua experiência, o seu conhecimento, o seu companheirismo para dar uma dinâmica moderna, nova, futurista a esta Comissão. Eu gostaria de convidar o Senador Gerson Camata para integrá-la também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado a V. Exª. Eu espero que V. Exª. transmita esse interesse ao nobre líder do PMDB para que ele possa me fazer membro com muita satisfação, muito orgulho, dessa Comissão que V. Exª. preside junto com o Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Adotaremos essa previdência imediatamente. Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu vou ser breve. Eu quero, inicialmente, parabenizá-lo e parabenizar ao Senador César Borges, dizendo que nós temos um grande desafio pela frente. Essa é uma Comissão importantíssima, o povo brasileiro espera que ela dê resultados e certamente dará, porque nós temos aqui a oportunidade de discutir todas as questões concernentes às questões do desenvolvimento regional e, também, de um setor importantíssimo na nossa economia, que é esse setor fantástico do turismo que tanto temos a avançar no nosso país.

Portanto, eu quero desejar aqui sucesso e me colocar à disposição de V. Exªs. para que possamos fazer o melhor trabalho possível nesta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado pelo apoio e pelas considerações expendidas, Senador Jefferson Praia. Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Leomar Quintanilha, Senador César Borges, nossos parabéns pela escolha, pela representação do Estado de Tocantins e Estado da Bahia frente a essa Comissão.

Eu gostaria de destacar, Senador Leomar Quintanilha, o grande trabalho que foi feito dentro da correção das desigualdades regionais na gestão anterior, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, que foi a criação da SUDECO. É um trabalho que ficou constituído o SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, porém, a implantação efetiva de um banco, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), vai necessitar ainda de uma gestão muito profícua junto ao Poder Público, junto à Casa Civil para que se constitua então recursos para o início das atividades dessa nova instituição financeira que muito terá a contribuir na aplicação dos recursos, por exemplo, do FCO, assim como já de exemplo o FNE, FNO do Norte, do Nordeste, também o tem, além da multiplicação de investimentos que poderia trazer esse banco para capilarizar recursos para, principalmente, para os grandes investimentos em logística que se fazem necessários no país e nessas regiões mais carentes de uma malha rodoviária melhor, uma ferrovia melhor e da ocupação das hidrovias. Então nesse sentido eu quero solicitar que se dê então tratamento continuado a essa atividade, a esse pleito da constituição do SUDECO e dos seus derivativos, como a constituição do banco para que, então, o Centro-Oeste também tenha o seu desenvolvimento estratégico motivado por uma superintendência que tanto está contribuindo em outras regiões do país.

Então parabenizar a escolha dos dois eminentes Senadores que tão bem representam o Estado de Tocantins e da Bahia no Congresso Nacional e estaremos juntos, então, para dar continuidade aos trabalhos dessa importante Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilberto Goellner, nós procuraremos dar tratamento especial e com responsabilidade nas propostas em andamento nesta Comissão, sobretudo dessas mencionadas por V. Exª., que dizem

respeito à instalação de uma instituição financeira regional com o escopo precípuo de aplicar os recursos constitucionais, inclusive, que já existem para o desenvolvimento dessa região. Tratar das questões relacionadas à infraestrutura, bem mencionado por V. Exª., e lembrando que num país de dimensão continental como o é, talvez seja um dos poucos países que com essa extensão territorial não priorizou modais de transporte mais baratos como ferrovia e hidrovia. Eu tenho certeza que estes serão temas que nós estaremos abordando com muito interesse, até porque há um clima e o atual governo tem dado ênfase, sobretudo, à ferrovia neste país. Olha a construção em ritmo acelerado da Ferrovia Norte-Sul, que é o eixo Norte-Sul do Brasil, e já crescem as expectativas e iniciam obras para a construção das rodovias transversais, que vão alcançar o Nordeste e o Oeste brasileiro. Então nós procuraremos trazer para o ambiente desta Comissão e desta Casa a discussão desses temas muito importantes.

Agradecendo a presença de todos e convocando para a próxima Reunião na quarta-feira, dia 11, que é o horário definido para a Reunião desta Comissão, eu espero que nessa ocasião nós possamos discutir com os pares a conveniência da manutenção deste calendário ou deste horário ou se nós iremos alterá-lo para que nós possamos ter um melhor aproveitamento e uma presença sempre expressiva para a discussão dos temas que teremos em pauta.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h50.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, Almeida Lima, Marco Maciel, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp e Gerson Camata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente da Comissão dá início a uma explanação a respeito da direção dos trabalhos para o Biênio 2009 / 2011. Usam da palavra os Senadores Papaléo Paes e Roberto Cavalcanti. Dando prosseguimento, a Presidência passa à apreciação da Matéria constante da 2ª Parte da Pauta da Reunião, Item Único-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2008, não terminativo, que "acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, para reexame da Matéria. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão coloca em Extrapauta o Requerimento nº 01/2009-CDR, de sua autoria, que requer "nos termos do disposto no art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007 (*overbooking*), com a presença dos seguintes convidados ou seus representantes legais: Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC; Sr. Ten. Brig. Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Secretário da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa – MD; Sr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP; e Sr. Carlos Alberto Ferreira Amorim, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV". O Requerimento é aprovado**.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **leomar quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Os Srs. Se-

nadores que aprovam a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Esta reunião tem como pauta um Requerimento e um Projeto de Lei do Senado 359, cujo relator é o Senador Adelmir Santana que nos faz um apelo para que ele fosse retirado de pauta porque precisa ser submetida a outras observações. Então está retirada de pauta o item 1 da pauta.

O item 2 é um requerimento. Requeiro nos termos do disposto do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 114/2004 que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Leis do Senado nº. 283, 429 e 533/2007 que trata do *overbooking* com a presença dos seguintes convidados ou seus representantes legais: Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC; Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Secretário da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Sr. José Márcio, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros de Transporte Aéreo, ANDEP; e o Sr. Carlos Alberto Ferreira Amorim, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunico aos senhores membros desta Comissão que recebemos o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº. 94/2009 contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas ao acórdão 162/2009, processo 015227/2001 que dispõe sobre a relatoria de monitoramento referente à auditoria de natureza operacional, realizada no Programa Emaer-32, bem como, duas decisões que apreciaram os monitoramentos realizados. O expediente está à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que podem solicitar a cópia do citado aviso na secretaria da Comissão.

Eu gostaria de discutir com os senhores membros desta Comissão no que diz respeito a este documento e outros que, eventualmente, venham a ser recebido pela Comissão de origem do TCU, é um aviso do TCU sobre uma decisão que o TCU tomou.

Esse documento é um documento bastante expressivo, com inúmeras páginas, que eu achei que não fosse de imediato, necessária a sua reprodução para mandar para cada um dos membros da Comissão, de qualquer sorte, ele está à disposição dos Srs. Senadores na secretaria desta Comissão. Qualquer Senador que tiver interesse em aprofundar o conhecimento a respeito dessa matéria, é só solicitar à Comissão que nós enviaremos cópia do documento.

Eu gostaria de saber dos membros desta Comissão se esses procedimentos seriam o mais adequado, ou se nós continuaríamos efetivando como, anteriormente era efetivado, toda essa documentação que, às vezes, chega a ser muito volumosa, nós repetimos as cópias e mandando para todos os membros. São 34 membros, não é isso da Comissão? Então são 34 reproduções, que no meu entendimento, seria desnecessária, razão porque eu estou comunicando aos membros, e farei a comunicação por escrito a todos os membros de que tal documento estará à sua disposição na secretaria da Comissão. Eu acho que esse seria o procedimento mais correto, mas gostaria, de qualquer sorte, ouvir a opinião dos eminentes pares membros desta Comissão. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu concordo plenamente com V. Exa., interesse é de todos nós, nós podemos, com isso, evitar algum tipo de desperdício, e passarmos a ter a informação sobre o documento *in loco* podendo até ter algum tipo de esclarecimento por se tratar de estarmos num ambiente, onde a presença da secretaria da Comissão pode nos tirar algum tipo de dúvida. Concordo plenamente com V. Exa., desde que nós sejamos avisados, comunicados de uma forma bem clara da existência desse documento.

A questão do requerimento já foi aprovada. E eu me preocupo um pouco, Sr. Presidente, quando eu olho aqui a lista dos membros que compõe esta Comissão, nós vemos aqui que são pessoas que são já consagradas politicamente, pessoas que têm muitos afazeres em diversas comissões, ou até nas lideranças de partido, com muitos afazeres próprios dos Senadores que têm conhecimento e amplo trânsito, necessidade de trânsito nos Ministérios. Eu vejo muita dificuldade em concentrar aqui, reunir aqui o número necessário para deliberação. Eu diria até na linguagem popular, tem muito medalhão aqui compondo esta Comissão, e é difícil reunirmos medalhões de uma vez só. Temos Vice-Presidente da República, Presidente da República, caso do Senador Marco Maciel que representa os dois, e vice-presidente do Senado, agora já pode fazer parte de Comissão, antigamente não podia por causa dos seus afazeres, líder do Democrata, líder do governo no Senado Federal, Presidente da Comissão de Orçamento; eu acho que é difícil nós conseguirmos,

principalmente, nesse horário das 14h. E, inclusive, não sou medalha nenhuma, mas a minha presença aqui como titular, que me honra muito diante dessas pessoas, se continuar nesse horário eu vou pedir até para sair da Comissão exatamente porque incompatibiliza com o plenário, eu gosto de estar na abertura de todas as sessões, aí fica incompatibilizado. Então não sei se vai ficar esse horário permanentemente, não sei como é que estão se desenvolvendo as outras reuniões. Eu vejo, Sr. Presidente, que seria, se for o caso, não tenho assim razões sustentadas para falar isso, de avaliarmos porque esta Comissão é tão importante, mas tão importante, e não poderia ficar prejudicada por causa de horário da sua execução das suas sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): As observações de V. Exa. são pertinentes e muito oportunas. Nós estamos assumindo agora a condução do destino desta Comissão e já encontramos o calendário com o horário estabelecido e fixado em regimento. Até pedi à secretaria da Comissão que nos fornecesse o calendário a ser observado por todas as Comissões. E verifiquei que às terças-feiras, a partir de 10, 11, 12 e 14h, tem cinco Comissões funcionando, às quartas-feiras têm apenas a CAS e a CCJ as 11 e às 10h, e a CDR também na quarta-feira às 14h, a Ciência e Tecnologia às quartas-feiras às 8h30 da manhã, ficando para quinta-feira a Comissão de Agricultura e Comissão de Relações Exteriores. E eu gostaria exatamente de discutir com os ilustres membros desta Comissão a possibilidade de nós experimentarmos o funcionamento dela em outro horário, mesmo que não esteja previsto ainda no Regimento, até porque tem outras Comissões funcionando noutro regimento, buscando ajustamento mais adequado para o seu funcionamento. Eu creio que quando nós identificarmos isso seria o caso de levarmos à consideração da Mesa Diretora do Senado para que se promovesse a alteração do horário de funcionamento ordinário das reuniões. Nós poderíamos tentar fazer reunião em caráter extraordinário em outro horário, e depois a hora que nós encontrarmos o horário melhor ajustado para o funcionamento da Comissão, nós submeteríamos então à Mesa Diretora do Senado um novo horário para o qual eu gostaria de contar já com a proposta do eminente Senador Papaléo Paes que já levantou a questão, do eminente Senador Roberto Cavalcanti, enfim, dos pares desta Comissão para que nós buscássemos o melhor horário para o funcionamento desta importante Comissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente. Sou eu mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então considerando o grande problema que nós temos hoje para compatibilizar todas essas Comissões, é que nós temos 11 Comissões, aí essas 11 Comissões têm Subcomissões Permanentes, tem Subcomissões Temporárias, é uma sobrecarga muito grande para 81 Senadores. Então, o que seria a solução até política para algumas situações se transformou num problema técnico para nós aqui no Senado. Eu faço parte, sou membro da Comissão que está fazendo a reforma do Regimento. E já fizemos uma proposta para termos, no máximo, sete Comissões, vai haver uma redução do número de Comissões para a próxima legislatura, claro. E cada Comissão ter, no máximo, até duas Subcomissões. Então, seria uma redução significativa e operante para o Senado Federal no sentido de que pudéssemos cumprir rigorosamente. Agora eu sugiro que seja na quarta-feira, não sei bem a programação de terça. Na quarta-feira a Ciência e Tecnologia começa às 8h30 e está funcionando bem, e eu acredito que 10h da manhã seria um horário bom, na quarta-feira. É exatamente, Sr. Presidente, para marcar a importância desta Comissão. Ah, mas tem a Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão de Assuntos Sociais funciona como as sessões às quartas e as sessões extraordinárias, porque o dia mesmo de regimento é um outro dia, parece-me que é à tarde, perece que é quinta-feira, se não me engano. Então quinta-feira às 11, mas funciona às quartas, assim V. Exa. poderia até, sem alterar regimento, fazer extraordinária logo semana que vem, se for o caso, em um novo horário, dia e horário.

Então, quero cumprimentar V. Exa. pela presidência desta importante Comissão e mostrar a importância da Comissão mesmo colocando em um horário que eu digo, horário de alta concentração de Senadores que seria quarta-feira pela manhã, no caso, 10h ou 9h30, V. Exa. poderia decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concordo com as ponderações de V. Exa., e nós já vamos marcar a próxima sessão e ela será em caráter extraordinário, porque o Regimento fixou como horário de funcionamento ordinário às quartas-feiras às 14h; mas nós convocaremos para a próxima semana a próxima reunião da Comissão será em caráter extraordinário às 10h da manhã, como sugerido por V. Exa., e eu tenho certeza que nós conseguiremos dar a ela o ritmo de funcionamento que todos nós desejamos, e pela importância que a Comissão representa para as questões de interesse nacional.

Eu gostaria de comentar que durante esta semana segunda, terça e quarta-feira, se não me engano, de 24 a 27 nós recebemos, a Comissão recebeu o convite

formulado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, que está ocorrendo a Primeira Amostra Nacional de Desenvolvimento Regional na Bahia, e o Vice-presidente desta Comissão o Senador César Borges esteve participando de dois dias desse evento, seguramente, S.Exa. quando participar da reunião que nos dará uma informação do que foi colocado a respeito da questão do desenvolvimento regional.

E eu gostaria de informar também que fui convidado ontem pela CNTur. Até a pouco estava aqui presente o Vice-presidente de Relações Institucionais da CNTur, o Sr. Silvio Assis e foi a convite da CNTur que é uma instituição nova, recém-criada, muito importante, a exemplo do que temos hoje a Confederação Nacional da Indústria, do Comércio, nós temos agora, recentemente criada, a Confederação Nacional do Turismo, e me convidou o Sr. Presidente para que participasse de um fórum que já vinha sendo realizado pelos entes que integram a CNTur em São Paulo, juntamente com a Feira de Gastronomia, e lá tive a oportunidade de me encontrar com muitas personalidades, sobretudo, empresariado ligado ao setor muito entusiasmado com essa possibilidade que a CNTur traz de coordenação dos trabalhos que podem ser realizados no País de maneira institucional ou não, com relação ao incremento do turismo, com relação ao aproveitamento extraordinário, potencial turístico que o País tem.

Comprometi-me de trazer aqui, tão cedo quanto possível, a presença do Sr. Presidente, Sr. Nelson Pinto para que ele possa, como ele mesmo propôs, e vir fazê-lo pessoalmente, propor uma ação integrada com a Comissão com relação ao desenvolvimento das Políticas Públicas, com relação ao desenvolvimento das políticas que possam incrementar o turismo neste País.

Senador Roberto Cavalcanti tem V. Exa. a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa., por V. Exa. presidir tão importante Comissão. Eu não priorizo e nem acho que existem Comissões maiores, melhores ou não, todas são extremamente importantes, mas como nordestino o desenvolvimento regional e turismo é uma abordagem, é um espectro de extrema valia. Eu acho que estará concentrada nesta Comissão o futuro e o desenvolvimento tanto o desenvolvimento regional do Nordeste, como o próprio turismo do Nordeste, que o turismo para o Nordeste representa uma força econômica muito importante.

No tocante a um assunto abordado sobre a disponibilização dos documentos, eu concordo inteiramente com o não desperdício de se ser tantas cópias e sugeriria, se houvesse a possibilidade, alguma forma de digitalização que se escaneasse isso e digitalizasse nós poderíamos, do gabinete, pedir para a assessoria disponibilizar isso de forma digital que se pinçava as peças mais importantes e esclarecia e não necessitaria, na verdade, a presença física aqui na Comissão para se obter essas informações.

E, por fim, gostaria de sugerir um horário e um dia para a reunião nossa que está visto, estamos aqui presentes sentindo que o dia e o horário é inexequível, eu sugeriria e isso poderia ser consultado aos demais membros da Comissão, seria quarta-feira às 9h da manhã, seria o primeiro horário, seríamos aplicados em tentarmos chegar cedo, faríamos antes de Comissões importantes, outras Comissões importantes que começam às 10, 11, mas a quarta-feira é um dia que talvez agregue, a Casa está cheia às quartas-feiras, então talvez fosse interessante. Existe esse espaço vago, 9h às quartas-feiras. Eu não me considero habilitado a falar em nome dos demais membros desta Comissão, mas eu acredito que poderia ser feito por telefone ou uma consulta aos demais membros da Comissão, para saber se tem alguma coisa contra, porque, com certeza, contra vai estar 14h de um dia como o de hoje que é um dia que você já vem com a sobrecarga de Comissões importantíssimas durante toda manha, Comissões essas que algumas delas nos liberaram após as 14h, tanto ontem como hoje, após as 14h. Então, não há tempo para se assumir responsabilidades em mais uma comissão a partir das 14h.

Eu teria essa ponderação a fazer. E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): As ponderações que e a sugestão de V. Exa. só revela o desejo de V. Exa. em ver esta Comissão funcionando e entendendo que quarta-feira às 14h é impraticável.

O Senador Papaléo também abordou o mesmo assunto e sugeriu o horário das 10h, o Senador Papaléo sugeriu o horário das 10h, e eu gostaria de só complementar que eu também propus que nós fizéssemos reuniões em horários sugeridos em caráter extraordinário até encontrarmos o horário mais adequado. Então, acho que essa primeira oportunidade de nós fazermos na quarta-feira 9 ou 10h; 9h, poderemos fazer às 9h, quarta-feira 9h, então eu retifico a afirmação que eu tinha feito de que nós faríamos na próxima quarta-feira às 10, faremos então às 9, se não der certo nós tentaremos na quinta-feira até encontrarmos--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É porque, lamentavelmente, há uma tendência de atrasarmos sempre--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --É verdade. Até encontrarmos-

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --E se marcamos 9, existe uma mínima tolerância, mas o início dela, o start vai acontecer 9 e alguma coisa, então vai dar tempo de não perdermos a de 10, e isso também acontece 10 e alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Quando nós encontrarmos o horário adequado nós já estaremos recorrendo ao Senador Papaléo que vai ser o nosso representante na Comissão que trata dessa questão de alteração no Regimento, para que nós levemos a ele a proposta de horário mais adequado para o funcionamento da nossa Comissão.

Então, nós ficaremos acertados que faremos isso então na próxima quarta-feira, teremos uma reunião extraordinária para tentar levar adiante já os trabalhos desta Comissão.

Agradecendo a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presença sessão.

Sessão encerrada às 15h51.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM PRIMEIRO DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia primeiro de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Valter Pereira, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Gim Argello, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Registra-se ainda a presença do Ex-Senador Jonas Pinheiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação dos itens constantes da primeira parte da Pauta da Reunião: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, terminativo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2009, não terminativo, que "Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)", de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como Relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão, Senador Leomar Quintanilha, coloca em votação os seguintes Itens Extrapauta: Item nº 01-Requerimento nº 02/2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a plataforma do turismo brasileiro, tendo como convidados: Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Dr. Mário Carlos Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP, e Conselheiro do Conselho Nacional de Turismo – CNT; e Dr. Luiz Inácio de Carvalho, Consultor Jurídico". O Requerimento é aprovado; Item nº 02-Requerimento nº 03/2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir com os municípios brasileiros o Turismo como fator de Desenvolvimento Regional, tendo como convidados: Exmo. Sr. Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, Ministro de Estado do Turismo; Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Dr. Mario Carlos Beni, Vice-Presidente de Planejamento, Treinamento e Capacitação da CNTur; Dr. Paulo Gaudenzi – Consultor da CNTur; Dr. Paulo Roberto Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM; e Presidentes das Associações Estaduais de Municípios". O Requerimento é aprovado. Na seqüência, tendo sido aprovado o Requerimento nº 02/2009-CDR, e com a concordância do Plenário, a Presidência passa à realização da Audiência Pública e convida os Srs. Nelson de Abreu Pinto, Presidente

da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Mário Carlos Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP, e Conselheiro do Conselho Nacional de Turismo – CNT; e Luiz Inácio de Carvalho, Consultor Jurídico para tomarem seus lugares à mesa. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores José Nery, Valter Pereira, Jefferson Praia, César Borges e Roberto Cavalcanti. O Presidente registra a presença, no plenário da Comissão, dos Senhores: João Quirino Júnior – ABAV, Marcelo de Aquino Ximenes – CNTUR, Raimundo Fontenele Melo – SINDETUR, Manoel de Araújo Sobrinho – CNTUR, Sérgio Martins Machado – CNTUR, Paulo César M. Pedrosa – CNTUR, Ednei de Oliveira – CONDEPORTS, José Gusmão Soares – CNTUR, Ex-senador Jonas Pinheiro, José Osório Naves – CNTUR, Maria Vânia Jezini Fernandes – CNTUR, Vadis da Silva – CNTUR, e Joaquim Henrique M. Moura – IBAMA/TO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro acerta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nós temos dois itens na pauta: um primeiro de caráter terminativo e, o segundo, como o Relator não está presente, vamos aguardar a sua chegada. Estamos apresentando, no momento, um requerimento para transformar esta reunião em uma Audiência Pública para aproveitar, a convite nosso, a presença do Presidente da Confederação Nacional do Turismo, Dr. Nelson Abreu Pinto, do seu Vice-Presidente para a área institucional, o Silvio Assis, e do professor Mário Carlos Beni, professor da USP, membro do Conselho Nacional do Turismo, que virão expor para esta Comissão aspectos importantes do turismo brasileiro e de que forma poderá esta Comissão interagir com a Confederação Nacional do Turismo.

Solicito à Secretária da Mesa que faça conduzir a este Plenário o Dr. Nelson Abreu Pinto, da CNTUR, o Dr. Silvio Assis e o professor Mário Carlos Beni. Também a meu convite encontra-se neste recinto o Dr. Luís Inácio Carvalho. Ele é membro do escritório de advocacia do ex-Ministro Arnaldo Süssekind, que foi o criador, o mentor do "Sistema S" no Brasil. Nós queremos convidá-lo também para integrar conosco a Mesa. Sejam bem-vindos.

Dr. Nelson, para nós é uma honra muito grande contar com a presença de V. Sa. nesta Comissão, também do Dr. Silvio Assis, Vice-Presidente da área institucional, do professor Mário Carlos Beni e do Dr. Luís Inácio Carvalho. Eu estou seguro de que as propostas, a programação que a CNTUR tem deverá ser objeto de ação e de discussão de Audiências Públicas sobre de que forma nós poderemos efetivamente contribuir para que o turismo brasileiro avance, para que o turismo brasileiro ocupe o espaço no desenvolvimento regional e nacional que lhe está reservado e que nós tenhamos, efetivamente, a condição de aproveitar o extraordinário potencial turístico que o Brasil tem. Se comparado com outros países o Brasil precisa avançar muito e eu estou seguro de que V. Sa., depois de uma luta ferrenha, onde a sua obstinação, a sua determinação, capitaneando tantos segmentos importantes da economia brasileira, conseguiu criar ou obter a outorga de inscrição da Confederação Nacional do Turismo. Seguramente essa instituição, agora autônoma, independente, ainda que interagindo com outras instituições, seguramente carrega essa responsabilidade de comandar, de balizar as ações que o País deverá efetivar para que nós possamos aproveitar essas condições extraordinárias que o País têm de desenvolvimento do seu turismo. Então nós gostaríamos de inicialmente passar a palavra a V. Sa. para que V. Sa. fizesse a sua explanação a esta Comissão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Sa. a palavra, Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores Jefferson Praia e Papaléo Paes, demais membros dessa Comissão.

Com enorme satisfação nós saudamos a presença de ilustres convidados para debater um tema tão importante para o desenvolvimento de País e, sem dúvida, o trabalho da CNTUR, liderada pelo Dr. Nelson de Abreu Pinto, é um importante exemplo de dinamismo, de coragem e de determinação no fortalecimento de um setor tão importante, sobretudo porque é um setor que cresce, que pode garantir desenvolvimento sustentável. É indústria, é um tipo de atividade eco-

nômica que pode ter uma enorme contribuição nos tempos atuais pelo tipo de desenvolvimento que nós queremos.

Eu queria fazer essa intervenção, Sr. Presidente, até atrapalhando aqui um pouco o rito dos trabalhos, mas para dizer que infelizmente não poderei ficar em toda a Sessão, tendo em vista que na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos terei que acompanhar uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, mas com enorme satisfação saudar a todos os convidados e dizer que esta Audiência é muito importante para o trabalho de fortalecimento do turismo nacional e de todas as atividades inerentes a ele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Nery. A presença de V. Exa. só contribui, só enriquece o funcionamento desta Comissão. Concedo a palavra ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmo. Sr. Senador Leomar Quintanilha, DD. Presidente dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Quero saudar de uma maneira muito afetuosa todos os Senadores aqui presentes. Quero agradecer à manifestação aqui já feita pelo Senador José Nery, lá do Estado do Pará, e, realmente, o compromisso nosso, Senador, antes que V. Exa. se retire, é com um Brasil homogêneo, que é uma solicitação feita pelo nosso Presidente Leomar Quintanilha. A CNTUR vai trabalhar o Brasil, a CNTUR não vai trabalhar apenas as doze capitais da Copa do Mundo. A CNTUR, com o apoio dos agentes de viagem, vai promover um desenvolvimento homogêneo no Brasil todo. Vamos chegar ao seu Estado, que vai ser sede da Copa, mas toda a região em volta do Pará estará contemplada. Muito obrigado pela sua manifestação, Senador José Nery, que nesse momento, por necessidade técnica, se ausenta do Plenário.

Então desta forma, Senador Leomar Quintanilha, eu queria, inicialmente, dizer da forte emoção que nós todos da CNTUR aqui presentes, nossa Vice-Presidência, o Silvio, e os demais companheiros, o Marcelo, o Zé Osório, o Dr. Manoel Soares, enfim, toda a nossa delegação vem aqui a essa Comissão expor rapidamente o sentido do objetivo de ter o Brasil hoje mais uma Confederação patronal de terceiro grau.

Nós temos aqui algumas telas presentes, eu gostaria que fosse então rapidamente apresentada, mas eu na abertura, Senador, faço um registro histórico da sua honrosa presença em São Paulo, no dia 24 último, quando V. Exa., retornando do Congresso das Águas, lá de Istambul, e numa maratona de quase vinte horas de viagem aérea, V. Exa. nos surpreendeu e nos alegrou muito com a sua honrosa manifestação e presença que valorizou o 22º Congresso Internacional, o CIHAT, que a CNTUR e a ABRESI realizam todos os anos em São Paulo. E V. Exa., naquele ato, manifestou o reconhecimento da importância do turismo para essa nova realidade que a CNTUR agora apresenta no quadro das classes produtoras da economia nacional. A gente, hoje, somos parceiros das demais Confederações, em número de seis, e queremos colaborar no Governo do Presidente Lula, que é um Presidente estadista, que tem essa visão maior, de fazer cumprir o art. 180 da Constituição, que é um mandamento imperativo que proclama que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Excelência, eu acho que a presidência sua nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é bem um fato histórico para o País. Eu queria dizer que os seus pares e V. Exa., em especial o Senador Almeida Lima, o Senador Papaléo e todos aqueles que alcançaram durante as discussões da parte legal e administrativa lá no Ministério do Trabalho, eu me recordo que V. Exa., na oportunidade, se eu não me engano no dia 27 de janeiro, V. Exa. estava presente exatamente com alguns companheiros seus aqui do Senado, dentre os quais o Senador Papaléo, e eu me recordo da sua frase quando o Ministro Carlos Lupi assinou o ato de criação do registro sindical da Confederação Nacional do Turismo e V. Exa. destacou que aquele era um ato de extrema visão e de coragem do Ministro Carlos Lupi ao desmembrar, dissociar do sistema do comércio, que é uma Confederação respeitável e muito forte, ela representa um grande número de outras atividades econômicas, e ao dissociar da sua representação o Turismo e criar a CNTUR, V. Exa. comentava que era um ato importante para o Brasil e para os brasileiros. E hoje, quis o destino, que V. Exa. nos convidasse para estarmos aqui fazendo a apresentação do que é a CNTUR, qual é a proposta da CNTUR e por que a CNTUR.

Então me permita rapidamente dizer a V. Exa., inicialmente, fincar raízes com essa Comissão, porque eu quero crer que o Presidente Itamar Franco, em 1992, foi a primeira personalidade da República, um Presidente estadista que já em 1992 alcançava a visão da importância do turismo social e econômico, ele criava o Ministério, dava o status ministerial ao turismo, e ele ligou o turismo com a indústria e com o comércio. Então a indústria, comércio e turismo foi a primeira oportunidade de nós alcançarmos status ministerial em 1992. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele desmembrou e nós passamos a integrar o Ministério de Esportes e Turismo, para, fi-

nalmente, o Presidente Lula, com a sua visão maior, dar um Ministério exclusivo para tratar das questões sociais e econômicas do turismo. Hoje nós estamos numa Comissão que não é nem de Indústria, Comércio e Turismo, nem Esporte e Turismo, é Desenvolvimento Regional e Turismo. Nada mais consentâneo, nada mais adequado do que para a realidade do Brasil que todos nós sonhamos. E quando se sonha junto, a gente consegue realizar as nossas ações.

Então, Senador, V. Exa. está de parabéns porque nós sabemos que V. Exa. assumiu agora, recentemente, a presidência, e tem os seus pares aqui nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, num momento que nós vamos ter a oportunidade aqui de ouvir V. Exa. falar, e agora a pouco no seu gabinete se comentava como é que surgiram os "SS" no Brasil e nós vamos aqui ter a oportunidade hoje de falar um pouquinho da importância dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o Brasil nessa oportunidade.

Então, rapidamente, eu passo aqui a apresentar, são cinco lâminas apenas. A gente hoje representa uma entidade de terceiro grau, e a nível de categoria turismo a legitimação está presente em todos os atos do Ministério do trabalho, que, cumprindo os mandamentos constitucionais do art. 8º da Constituição Federal, que rege a organização sindical no Brasil, e que legitima e mantém a unicidade de representação única, e em cima desse princípio constitucional eu passo aqui a dar a tranquilidade a todos os Srs. Senadores e a todos os presentes no sentido que a Confederação Nacional do Turismo é uma realidade, é irreversível e é uma Confederação que chega num cenário de representação de terceiro grau para colaborar com o Governo Federal, muito preocupado com o desenvolvimento, com a sustentabilidade, com as questões sociais, com as quais nós temos compromisso. Nós temos compromisso com turismo e sustentabilidade e, nesse sentido, eu quero aqui afirmar que a Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo nobre Deputado José Sarney Filho, tem a presença, tem um corpo do turismo presente nessa Frente Parlamentar que nos apoia e nos dá condição de colaborarmos com as questões da sustentabilidade no País. Não existe turismo sem a preservação do ecossistema e não existe vida no universo sem a preservação ambiental. Então nós estamos extraordinariamente amarrados, fincados com as questões da sustentabilidade. Temos um decálogo, um mandamento em elaboração, vamos distribuir cerca de dois milhões e meio de exemplares no País para que os empresários tenham consciência desse compromisso, dessa responsabilidade com o meio ambiente.

Na questão social, Sr. Presidente, nós temos compromissos – e já firmados – na questão da família, na questão do menor. Nós não apenas apoiamos as ações de combate à prostituição infantil na área do turismo, mas nós temos um compromisso de erradicar a prostituição infantil no Brasil, que é um compromisso muito sério e que envolve responsabilidade de todos os empresários do nosso setor.

Então eu acho que quando nós falamos de uma nova categoria no Brasil, das classes produtoras, é importante que o Senado, é importante que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo saiba como que nós da CNTUR podemos colaborar com as ações dessa Comissão, com o Senado, com o Congresso e, sobretudo, para que isso possa servir de uma linha de comunicação direta com o Poder Executivo para que o Presidente Lula tenha a certeza de que essa Confederação tem compromisso firmado com a família, com a sociedade brasileira em todas as questões fundamentais, inclusive essas questões dos portadores de necessidades especiais, a questão da melhor idade. São todos aspectos que nós, do turismo, não queremos apenas que o portador de necessidade especial tenha o campo de acessibilidade, de rampas para ele se locomover. Nós queremos colocá-lo no trabalho de mercado do turismo e aqui eu firmo com V. Exa. esse compromisso, de destinar 10% do volume dos empregos da nossa categoria, que nós hoje empregamos doze milhões de trabalhadores, e nós sabemos dessa importância do social que está no turismo como mandamento constitucional. Vamos cumpri-lo, Senador, e firmamos esse compromisso com V. Exa., com os membros dessa Comissão, com o Senado, com a Câmara, com o Presidente Lula, de forma que estamos muito tranquilos nessas questões.

Nós temos na nossa diretoria executiva, da qual eu tenho a honra de presidir, inclusive acaba de chegar aqui uma das lideranças nacionais muito importantes, que é o Presidente da Federação dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Minas Gerais, o Paulo César Pedrosa, que acaba de chegar, e dizer que nós estamos presentes em todos os Estados do Brasil com representação sindical, com representação civil. Nós criamos um Conselho de Representação das Entidades Nacionais do Turismo e estamos bastante tranquilos porque a nossa representação contempla o campo empresarial, o conselho estratégico, as câmaras temáticas para todos os setores e os nossos sindicatos. Nós hoje temos setenta e oito sindicatos filiados no Brasil, são cinco federações filiadas e apenas uma federação ainda não se filiou, mas essa federação, pela sua maioria, já se manifestou estar se filiando nos próximos dias, de forma que quanto à legitimação e

quanto ao ato irreversível eu quero aqui dizer que nós temos consciência dessa responsabilidade que hoje nos cabe de representar o turismo no campo da atividade empresarial no Brasil.

Eu acho que não pode faltar, nesse momento, uma referência aos trabalhadores do turismo. E aqui é que fica a minha tranquilidade maior, Excelência, porque a Confederação Nacional dos Trabalhadores no setor de turismo e hospitalidade, presidida pelo companheiro Moacir, é uma Confederação que há dez anos... Nós nascemos e fomos criados em 1998, portanto, já são dez anos que estamos prestando serviços à Nação no campo patronal e na interação, fazendo a comunicação com o setor público, e nesses dez anos nós temos um acervo de grande serviço.

Nós estamos preocupados em criar a plataforma do turismo brasileiro e, nesse sentido, V. Exa. participou também de um momento histórico em São Paulo, nos dias 23, 34 e 25, V. Exa. nos honrou com a presença no dia 24, e naquela oportunidade nós apresentamos um esboço do que é a plataforma do turismo brasileiro que nós precisamos ter. Essa plataforma está sendo construída com a presença do Paulo Gaudenzi na nossa coordenadoria, ele é o autor desse projeto. O Paulo Gaudenzi é uma personalidade hoje reconhecida mundialmente, foi Secretário, inclusive, do Senador César Borges enquanto Governador da Bahia, e também o professor Mário Beni, que vai nesse momento, depois no final eu peço que ele dê umas colocações, porque ele participa da plataforma do turismo brasileiro e ele participa do processo da criação dos "SS", que é uma proposta nossa para o Brasil, e o professor Mauro Beni vai também no final das minhas colocações falar três minutos sobre essa questão.

Acaba de chegar também aqui o meu companheiro Vice-Presidente, aqui presente, do Sindicato de Brasília, o Sindicato do Turismo, o Fontinelli, e o Fontinelli é uma personalidade e também um dos fundadores da nossa Confederação, preside aqui o nosso Sindicato de Turismo em Brasília e é uma personalidade que vai ser muito útil para essa Comissão pelos conhecimentos técnicos, ele vai colaborar conosco. De forma que a nossa equipe de notáveis que colabora com o Paulo Gaudenzi e o Mário Beni são nomes que são reconhecidamente nacionais e já possuíram trabalhos prestados que os colocam nessa condição de coordenadores do nosso projeto, que é o Caio Luiz Carvalho, o João Dória Júnior, o Adernal Ergóis(F) lá do Estado do Pará, o Miguel Colassuono, o Almir Pazzianotto nas questões sociais da legislação do trabalho, o ex-Governador Germano Rigotto, que colabora conosco na questão da desoneração da gestão do turismo, e o André Franco Montoro Filho, que é o nosso companheiro e preside a ETCO, que é uma empresa que legitima a ética concorrencial no Brasil.

As nossas linhas mestras nessa plataforma, a gente se preocupa muito em ter a experiência de pessoas que tenham a visão como o Senador Leomar Quintanilha. E quando a gente fala aqui em desenvolvimento homogêneo nacional e quando a gente fala também em ações nos Estados para a Copa de 2014, eu quero crer que tudo isso, a CNTUR, e essa Comissão está de parabéns porque V. Exa., com a sua presença no dia 24 em São Paulo, no nosso Congresso, V. Exa. nos deixou uma linha de pensamento que é perfeitamente identificada com a sua Comissão, ou seja, não é possível nós temos termos uma Copa em 2014 que venha a se preocupar nas questões de infraestrutura, de capacitação gerencial e de formação de mão-de-obra apenas nas doze cidades capitais sedes da Copa. Nós vamos fazer um trabalho, Excelências, que quem forma as correntes de induzimento do turismo receptivo no mundo são os operadores de viagens, são os agentes de viagens, e eles estarão conosco apresentando um projeto que foi nos colocado, sugerido, pelo Senador Leomar Quintanilha, quando ele nos dizia lá em São Paulo: "Nelson, vocês não podem se preocupar apenas em fazer trabalho para as doze capitais. Nós gostaríamos, até mesmo dentro da linha dessa Comissão de Desenvolvimento Regional, que houvesse uma preocupação com os outros Estados, com as outras cidades que estão presentes no entorno das doze capitais que sediarão jogos em 2014". Isso foi rapidamente discutido e aprovado pela nossa Comissão de Ações, que está elaborando a plataforma, com o apoio unânime do Mário Beni e do professor Paulo Gaudenzi, e isso hoje faz parte da nossa plataforma de ação. Então eu quero me compromissar com V. Exas. para que, aproveitando a Copa de 2014 e, seguramente, vamos esperar que o Brasil também conquiste a realização na sequência das Olimpíadas, então é o Brasil se preparando para essa nova realidade e fazer essa integração do esporte, fazendo essa indução de preparar o Brasil todo, não apenas doze cidades. A CNTUR tem esse compromisso com todos os Estados do Brasil, levando o benefício de uma corrente que virá visitar o Brasil de mais de seiscentas mil pessoas que estarão presentes, evidentemente que a gente calcula, essa estimativa é do Ministério do Turismo, que pelo menos cinquenta mil pessoas estarão visitando cada uma das doze cidades. E isso é fácil de concluir, pois entre um jogo e outro haverá tempo suficiente para que nós, da CNTUR, porque os grandes organizadores, conforme eu disse, os operadores e os agentes de viagem, são nossos líderes dentro da CNTUR nessa questão de preparar programas e pa-

cotes de turismo. Então a ABAV, que é a Associação Brasileira de Agentes de Viagem, a FENATUR, que é a Federação Nacional das Agências do Turismo, estão presentes como diretores e vice-presidentes do nosso setor, inclusive o Fontinelli é um dos representantes, e nós já temos compromisso de que vamos preparar o entorno das doze cidades para contemplar todos os Estados do Brasil com pacotes de turismo, partindo dessas doze cidades.

Então é uma realidade que rapidamente nós aceitamos a sua sugestão, Sr. Senador Presidente Dr. Leomar Quintanilha, no sentido de que a CNTUR se preocupe com o desenvolvimento regional homogêneo, trabalhando um Brasil só, apesar de que o Paulo Gaudenzi sugere cinco grandes pacotes para cinco regiões do País, mas isso está fora da questão Copa, que ele queria cinco Brasis para a gente vender um pacote para a Amazônia Legal, um pacote para o Nordeste, um pacote para o Centro-Oeste, um pacote para o Sudeste e para o Sul.

Então nós vamos, nos próximos anos, nos preocupar muito, e acredito que a implementação do Turismo para Todos... Volta um pouquinho no anterior, na importância da criação do SESTUR e do SENATUR, e aqui, Senador, é que eu venho fazer um apelo a V. Exas., nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de que para que a gente alcance o êxito total nesse curto espaço de tempo de 2009 até 2014, para que a gente tenha as ferramentas todas disponíveis, nós precisamos deslocar, sem nenhum comprometimento de novas verbas para o Governo e nem sem nenhum comprimento de investimento nem do Governo e nem das empresas, porque as empresas, hoje, elas já contribuem com 2,5% das suas folhas de pagamento do turismo para o "Setor S" do comércio. Ao criar a CNTUR e ao ser criado, necessariamente, os "SS" do turismo, nós vamos ter uma ferramenta para adequar a formação da mão-de-obra, a capacitação gerencial, sem que o Governo gaste um tostão. As empresas apenas deslocarão as suas contribuições para o Sistema "S" do turismo, que já tem a denominação de SESTUR, que é Serviço Social do Turismo. E SENATUR, aqui é uma homenagem ao Senado, evidentemente [risos], o SENATUR é o Serviço Nacional de Formação da Mão-de-Obra do Turismo.

Então eu que é por isso que essa Casa, que é a maior da legislação federal no Brasil, o Senado deve ser homenageado pela CNTUR, porque se V. Exas. entenderem da possibilidade de apresentação de um PL que crie o SESTUR e o SENATUR, saindo aqui desta Casa, para nós, do turismo, é uma grande honra e é a certeza de que nós estaremos presentes rapidamente, até 2014, preparando o Brasil para fazer esses magnos eventos.

E V. Exa., agora a pouco, eu escutei aqui na antessala V. Exa. dizer o que Brasil precisou de entrar na Grande Guerra, quando Getúlio Vargas viabilizou a parceria com os Aliados, com o Presidente Roosevelt dos Estados Unidos, que nos cedeu a tecnologia do aço e o Brasil implantou Volta Redonda e daí veio... É uma coisa que V. Exa. conhece melhor do que eu, o professor Luís Inácio está aqui, mas eu quero crer que o SESTUR e o SENATUR são as ferramentas que vão viabilizar esse Brasil homogêneo, o desenvolvimento integrado, fazendo do turismo uma atividade social e econômica que pode gerar milhões de novos empregos, distribuição de renda, porque cada emprego a gente gera com dez mil reais na área de alimentação, na área de hospedagem varia de vinte a trinta mil reais, e V. Exa. compreende que a tecnologia de ponta, uma indústria siderúrgica, automobilística, às vezes preciso de duzentos, trezentos mil dólares para gerar um novo emprego.

De forma que está aqui a proposta da CNTUR. Temos algumas bandeiras pontuais. A nossa preocupação da desoneração da gestão do turismo visa desonerar o custo de gestão para transformar esse benefício de redutor até do custo para o consumidor. A nossa proposta é vender o turismo no Brasil mais barato. Só vendendo mais barato é que vamos ter turismo para todos. A nossa bandeira é "Turismo para Todos no Brasil".

Eu quero encurtar aqui e encerrar aqui o meu depoimento, Senador, e me disponibilizar para os esclarecimentos, porque eu acho importante que o professor Mário Beni possa dizer da importância dos "SS", sendo ele que vai ser o diretor-geral da formação e da capacitação gerencial no SENATUR, então ninguém melhor do que ele, com a sua visão de professor da USP, homem que está presente já no Conselho Nacional de Turismo do Ministro Luiz Barreto, que foi nomeado pelo Presidente Lula para dar esse contorno de legitimidade da importância do SESTUR e do SENATUR dentro do cenário dos "SS" novos no Brasil. Obrigado, Excelência, obrigado aos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado ao Dr. Nelson Pinto por essa participação preliminar nesta Audiência Pública. Sei da singular importância que essa manifestação tem, que prosseguirá quando nós iniciarmos a segunda parte, que será o debate.

Antes de passar a palavra ao professor Mário Carlos Beni, eu gostaria de registrar as honrosas presenças do Dr. Paulo César Pedrosa, ilustre Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares

de Minas Gerais; do Dr. Edinei de Oliveira, Presidente do Conselho Público Privado de Desenvolvimento Econômico e Social dos Portos, Aeroportos e Infraestrutura do Estado de São Paulo; do Dr. Fontinelli, Presidente do Sindicato do Turismo de Brasília; além do diretor executivo da CNTUR, Dr. Vadis Luiz da Silva. Obrigado pelas ilustres presenças.

Concedo a palavra ao ilustre professor Mário Carlos Beni, professor da USP e membro do Conselho Nacional do Ministério do Turismo.

SR. MÁRIO CARLOS BENI: Agradeço ao Senador Leomar Quintanilha, DD. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ao meu Presidente, querido Nelson de Abreu Pinto, e aos Srs. Senadores. Eu acho que este é um momento histórico para nós, do turismo, principalmente para mim, que há quarenta anos venho ministrando aulas, cursos na área de turismo, integrando diferentes Conselhos e participações no sistema nacional do turismo.

Eu acho que também permanece na reflexão e na indagação dos Srs. Senadores da Comissão de Desenvolvimento e de Turismo, da Comissão dos parlamentares do Congresso Nacional na Câmara dos Deputados, por que é que nós permanecemos numa dimensão de potencialidade e não tornamos o turismo efetivamente uma realidade nesse País? Quando foi criado o Ministério do Turismo, eu me lembro que uma das metas era se atingir nove milhões no receptivo internacional, com uma receita de sete bilhões de dólares. Não atingimos. Estimava-se em sessenta milhões o turismo interno e este número, sim, foi muito próximo, se chegando a cinquenta e quatro milhões de turistas no turismo doméstico.

Por que é que o turismo no Brasil, independente de muitos projetos, programas de desenvolvimento, realmente não atinge aquela expectativa que nós todos esperamos? A resposta é muito simples e eu gostaria de dar um exemplo. Eu tenho dito isso com muita frequência no Conselho Nacional de Turismo: ainda confundimos regionalização com roteirização. O que o Brasil tem feito é roteirizar o seu potencial turístico. Ora, a roteirização, ela envolve uma negociação que fica entre o *trade* e os consumidores. A população local, a comunidade local não participa, e isto é, efetivamente, um grande problema. O nosso desenvolvimento regional vem de um modelo endógeno, ou seja, aquele com a participação efetiva do destino turístico na geração de emprego, na inclusão social. Nós temos assistido, perplexos, empreendimentos turísticos nesse País que não tiveram sequer os estudos de mercado necessários, os estudos de localização, os estudos de viabilidade econômico-financeira e se investiu mais de quinhentos milhões de dólares sem gerar um emprego, sem ter inclusão social e experimentando aí taxas de ocupação em torno de 17%.

Portanto, é muito importante que haja um modelo de desenvolvimento com a participação, com a mobilização da comunidade, com a articulação da cadeia produtiva do turismo em uma rede de cooperação da produção. Tudo isto, efetivamente, vai consolidar o turismo nas regiões e no destino turístico. Portanto, a capacitação, veja bem, o Ministério de Turismo, com o Programa de Regionalização de Turismo, traçou as diretrizes estruturantes do turismo nacional, só que isso não chega à ponta e não chega à ponta porque os Municípios, o destino receptor não tem capacitação e especialização no sentido de implementar efetivamente estas políticas públicas e este Programa de Regionalização. E nós ficamos, então, e continuamos a promover a roteirização, roteiros, em detrimento a uma efetiva implantação de um sistema consolidador do desenvolvimento turístico. Por esta razão o sistema nacional de turismo carece desta mão-de-obra qualificada em todos os níveis.

Veja que o nosso Presidente fala da Copa de 2014. Se nós formos passar numa peneira fina, poucos são os destinos turísticos nesse País, mesmo aqueles que irão sediar a Copa, que estão rigorosamente preparados e capacitados para este mega evento internacional, que nos porá, nos colocará na mídia internacional durante uma dezena de dias e que, provavelmente, irá projetar este País e suas regiões e o seu grande diferencial turístico. Então eu não preciso dizer da importância que assume o SESTUR e o SENATUR, principalmente o Serviço Nacional de Mão-de-Obra do Turismo. Sem nenhum detrimento ou crítica à Confederação Nacional do Comércio e ao "Sistema S", principalmente o SENAC, nenhum por cento da mão-de-obra do turismo é capacitada, treinada e qualificada pelo SENAC. Por isso é que nós precisamos, efetivamente, de um sistema nacional de mão-de-obra específica para o turismo e é por essa razão que nós estamos aqui nesta oportunidade trazendo esta nossa perspectiva.

Quando eu falo – e para concluir – num sistema endógeno, com a participação da comunidade local, eu quero citar um exemplo exitoso que aconteceu há cinco anos. Quando eu estive em Rio Branco, no Acre, eu fui indagado pelo Secretário de Turismo como o Acre poderia participar efetivamente do mercado turístico nacional. Eu disse: "Não participará se não houver um trabalho de multidestinos. Ninguém virá a Rio Branco para fruir as perspectivas e as potencialidades turísticas de Rio Branco. Vocês precisam começar conquistando uma demanda da própria Amazônia para, depois, ganhar uma demanda nacional, a não ser que trabalhem o multidestino". "O que é isso, professor?" O

multidestino é tentar juntar a potencialidade da Amazônia com a potencialidade histórica do País vizinho, o Peru, com Machu Picchu e Cusco. Pois bem. Hoje existe um roteiro consolidado, no modelo endógeno de desenvolvimento, com todo o sucesso, onde se trabalha efetivamente. Rio Branco está à uma hora de voo de Machu Picchu, Cusco, e, portanto, com uma grande potencialidade. É assim que nós temos que pensar nesse País, trabalhar o multidestino num modelo de inclusão social, de geração de emprego, de renda, para efetivamente converter esta potencialidade do turismo regional numa realidade palpável e que pode ser efetivamente alcançada.

Por esta razão a Universidade de São Paulo, os meus colegas, todos aqueles companheiros da academia, acreditou e acredita na Confederação Nacional de Turismo, se perfila ao lado do Presidente Nelson de Abreu Pinto para, efetivamente, desenvolver, exclusivamente nesta área de turismo, a capacitação e a qualificação profissional. Eu acho que nós temos que todas as condições para desenvolver esse programa e é preciso, de uma vez por todas, entender o que está entravando esta implementação do Programa Nacional de Turismo.

Eu diria, sem nenhum receio, é a falta de capacitação institucional e dos trabalhadores da área de turismo, razão porque eu pediria aos Srs. Senadores dessa Comissão que refletissem sobre isto que eu estou colocando, as metas que o nosso Presidente e o nosso companheiro Paulo Gaudenzi, de grande experiência no mercado, então eu acho que pela primeira vez se junta *experts* na área de mercado, com *experts* na área de tecnologia e pesquisa científica para propor uma grande plataforma de desenvolvimento do turismo no País. Nós somos o que mudamos, principalmente quando mudamos o que somos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao professor Beni pelas oportunas e apropriadas considerações que traz a esta Comissão a respeito do turismo brasileiro.

Antes de passar a palavra ao Dr. Luís Inácio Carvalho, a quem eu convidei e solicito que nos dê uma breve informação de um fato histórico de como surgiu efetivamente o "Sistema S" no Brasil, que tem trazido benefícios extraordinários, eu estou seguro de que com a criação do sistema próprio do turismo, esse principal entrave que o turismo brasileiro vem encontrando, que diz respeito à capacitação dos seus agentes, certamente terá um efeito mitigado com a atuação intensa da CNTUR, não só cuidando do aspecto social, mas também desse aspecto importante que é o da preparação das pessoas, dos principais agentes de turismo desse País. Aliás, o Dr. Nelson faz um comentário que eu entendi muito oportuno e muito interessante, quando não só com essa sensibilidade, com esse espírito de abrangência social que a CNTUR tem em procurar abrir oportunidade no mercado de trabalho aos portadores de necessidades especiais, também faz referência às pessoas da terceira idade. Eu integrado a Subcomissão Permanente no Senado que cuida das questões do idoso e, seguramente, essa questão, reinclusão ao mercado de trabalho, é seguramente uma das mais importantes ações com a qual a Subcomissão deve se preocupar, e fico muito feliz ao perceber que a CNTUR tem essa preocupação, tem esse interesse e mostra a larga avenida de oportunidades que as pessoas da terceira idade podem ter, porque as pessoas da terceira idade acumulam um cabedal de conhecimento e de experiência ao longo da sua existência, ao longo da sua vida, conhecimento que seguramente os bancos escolares não ofereceram, estão, depois de aposentados nas suas atividades profissionais, seguramente ávidos de poder colocar em prática esses conhecimentos e essas experiências, buscando uma oportunidade no mercado de trabalho. Eu fico feliz, Dr. Nelson, que a CNTUR tem essa preocupação de aproveitar essa mão-de-obra, que é uma mão-de-obra que não tem a qualificação específica para o setor do turismo e que a terá com a instalação do "Sistema S", mas tem já outra experiência muito importante que pode ser útil ao turismo brasileiro e ao País.

Eu passo a palavra, então, ao Dr. Luís Inácio Carvalho, que é membro de uma banca importante de advogados deste País, a banca do Dr. Arnaldo Süssekind, que foi Ministro e que foi quem concebeu o "Sistema S" no Brasil. S. Exa. vai nos dar uma informação, eu acho que é um dado importante, um dado histórico, vai nos dar uma informação de como é que surgiu o "Sistema S" no Brasil. Então com a palavra o Dr. Luís Inácio de Carvalho.

SR. LUÍS INÁCIO DE CARVALHO: Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu falo agora não como advogado, felizmente para todos, mas apenas porque a vida me deu a oportunidade de viver, de ter algumas informações por mero acidente.

Eu conheci há trinta e cinco anos atrás Arnaldo Süssekind. Arnaldo Süssekind foi um homem que teve sessenta e poucos anos da vida dele, setenta e poucos anos da vida dele de contribuição ao serviço público. Ele aos vinte e quatro anos, por um acidente de percurso, foi incluído na Comissão que elaborou a CLT. Depois disso foi Procurador, implantou a Procuradoria de São Paulo, representou o Brasil na OIT, foi Ministro de Estado do Trabalho da revolução, depois foi Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e, enfim, se aposentou.

Nesses trinta e poucos anos de convivência com ele, que esteve vivendo a história do nosso País de perto, ele foi muito rico para mim, porque ele me passou informações que os livros, normalmente, não têm. E aí o Senador, tomando conhecimento de algumas dessas informações, ele achou interessante, porque tem alguma coisa a ver com o tema em discussão.

Para se ter uma ideia da riqueza de informações, muito se fala na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Por que é que não é Código do Trabalho? Os livros não dizem isso. Se pensou em Consolidação porque estava uma guerra em andamento e como na Primeira Guerra, quando houve o término da Primeira Guerra, todas as diretrizes foram alteradas, houve o Tratado de Versalhes, muita coisa foi mudada. Então não se imaginava que aquele trabalho iria ter a longevidade que teve. Então a ideia era fazer uma Consolidação e, uma vez acabada a guerra, revistas as diretrizes, se fizesse então o Código do Trabalho. Então por isso é que ela se chama Consolidação das Leis do Trabalho e não Código do Trabalho. Em 1939 teve o Código Penal, teve o Código de Processo Civil, mas chama-se Consolidação. Isso não está em livro nenhum, então a riqueza dele...

Uma vez no escritório eu fiz uma petição, um requerimento a um juiz federal, o juiz não entendeu, indeferiu, eu fiquei indignado com o juiz. Aí eu fiz uma outra petição malcriada para o juiz dizendo o seguinte: "Por isso que determinados dirigentes de Nação estrangeira dizem que esse não é um país sério". Aí tinha uns estagiários do escritório, uns seis estagiários, eu falei: "Quem foi que disse isso?" Três sabiam, os outros três não sabiam quem tinha dito. Aí eu fui ao Dr. Arnaldo mostrar para ele a minha indignação, eu falei: "Dr. Arnaldo, fiquei indignado e fiz isso". Aí ele disse o seguinte: "Sabe por que ele disse isso?" "Dr. Arnaldo, olha, os livros falam que foi por causa da chamada Guerra das Lagostas, um navio francês veio aqui e tal". "Não, eu vou te dizer por que é que ele disse isso". A revolução assume o poder, é convidada para ir numa solenidade na França e como Carlos Lacerda era o único que falava francês, foi então designado para ir. Descendo no aeroporto, na França, a imprensa francesa vem a Carlos Lacerda e pergunta: "Quanto tempo vai durar a ditadura no Brasil?" O Carlos Lacerda, que era um jornalista e não tinha freios, ficou indignado com o questionamento pela imprensa francesa e respondeu o seguinte: "Vai durar menos tempo do que dura na França". Moral da história? Não foi nem recebido por De Gaulle e aí foi De Gaulle que disse isso, quer dizer, não é um País sério. Então com relação a isso, isso não tem em livros. A convivência com ele traz isso.

Então com relação ao "Sistema S", quer dizer, ele não foi o autor da ideia do "Sistema S", ele contribui para a sua confecção. O que é que houve? Em 1942 estava em andamento a guerra, a Segunda Guerra, e Vargas, que era o Presidente e tinha uma visão nacionalista, ele ensaiou que poderia apoiar os alemães, ensaiou para os americanos, só que o Brasil era estrategicamente importante para os americanos por quê? Porque os aviões não tinham autonomia de sair da América para a Europa. Então eles precisam de ter um pouso para reabastecimento para ir à Europa. Daí a importância estratégica do Brasil. Então os americanos queriam que o Brasil ficasse com os Aliados para poder então fazer base em Natal. Só que Vargas, com a sua visão nacionalista, impôs uma condição a Roosevelt: "Eu quero a tecnologia do aço", porque Vargas queria industrializar o País. Roosevelt, primeiramente, disse: "Olha, a tecnologia não é do governo americano, é do empresariado americano". Vargas falou: "Não quero saber. Se eu não tiver a tecnologia do aço, não me interessa os Aliados, pode ser que eu fique com o Hitler". E aí então Roosevelt voltou aos Estados Unidos, veio ao Brasil e disse: "Olha, vou conseguir te transmitir. Só tem um problema: primeiro, você não tem estrutura operacional". Não tem problema. Vargas criou a Vale do Rio Doce em 1942, criou a CSN para transformar o minério retirado pela VALE em aço e Roosevelt ainda apresentou uma última dificuldade: "O trabalhador brasileiro não está preparado para lidar com a tecnologia do aço". "Não tem problema, eu preparo o trabalhador brasileiro. Então você vai me dar, então tá bom, eu estou com os Aliados". "Então podemos chancelar isso, Vargas?" "Não, agora você tem que vir ao Brasil, nós temos que chancelar isso". Foi aquela famosa foto no jipe em Natal. Então como foi a ideia de preparar o operário para poder lidar com a tecnologia do aço? Foi exatamente a criação do SENAI, SENAC... O SENAC foi um pouco depois, mas principalmente do SENAI, que foi exatamente em 1942, para treinar o trabalhador para poder, então, industrializar o País trazendo a tecnologia do aço, quer dizer, dizem os mais experientes que não se consegue enxergar o futuro ou conviver com o presente se não tivermos o passado na mente. Os dados históricos são fundamentais.

Então a gente vê, eu fazendo agora uma comparação, em 1942 a criação do SENAI se deveu a um fato internacional, a guerra. Agora nós estamos lidando com um fato internacional, a Copa do Mundo, a possibilidade de uma Olimpíada, para traçar o mesmo paralelo com a necessidade da criação do "Sistema S" para desenvolver, preparar o trabalhador brasileiro para o turismo que vai trazer a Copa do Mundo aqui.

Então, felizmente, o dado internacional agora não é uma guerra.

Então era só essa informação que eu queria prestar, é mais uma informação histórica.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Luís Inácio de Carvalho pelas informações históricas importantes que nos trás. Antes de conceder a palavra a V. Exa. pela ordem, Senador Valter Pereira, eu gostaria de anunciar as ilustres presenças nessa Audiência Pública do Dr. João Quirino Júnior, diretor de relações parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) e do nosso querido companheiro e ex-Senador Jonas Pinheiro. Tem V. Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em primeiro lugar eu queria registrar aqui o seguinte: que o Dr. Luís Inácio, que não é o Lula [risos], acabou lembrando que hoje é o meu aniversário, mas não é o meu aniversário de nascimento: é o aniversário da primeira vez que experimentei uma custódia compulsória ditada pela chamada e conhecida Revolução Redentora. Foi no dia 1º de abril de 1964, ainda muito jovem, eu adentrava a esse estabelecimento público por conta do Governo, onde passara vários dias, eu acho que doze dias, custodiado por várias unidades também, porque naquela época o costume também era esse: às vezes quando o detento era muito inconveniente, ele não ficava num só estabelecimento, ele passava por mais de um e eu percorri três só nesse período de doze dias. Depois eu tive outras experiências, mas, de qualquer forma, eu faço esse registro só porque V. Sa. acaba de se reportar a esse evento. Graças a Deus e graças à mobilização que a sociedade brasileira fez nós conseguimos vencer esse período tão lastimável da vida institucional e política do nosso País.

Mas a minha intervenção, Sr. Presidente, é por outra razão. Eu não poderia deixar de vir aqui sabendo que estava presente aqui a diretoria da CNTUR, que é com certeza a Confederação mais jovem que tem o nosso País, a Confederação Nacional do Turismo. Não podemos deixar de fazer esse registro porque acompanhamos par e passo todo o processo de concepção dessa Confederação, dessa entidade, por saber da importância que ela têm para a economia do nosso País. O turismo é a grande indústria, é a grande indústria que move o mundo e até mesmo na crise nós estamos percebendo que há uma certa restrição com relação à atividade turística para o exterior, mas ela está sendo intensamente movimentada no mercado interno. Portanto, nós estamos diante de um segmento que dá uma contribuição substancial e que precisava, efetivamente, ter uma representatividade política para que pudesse exprimir os seus anseios, as suas aspirações e, também, uma tribuna para fazer os seus queixumes nos momentos que forem necessários. Eu não poderia deixar de cumprimentar aqui o Dr. Nelson de Abreu Pinto, que foi o precursor de todo esse movimento, que promoveu uma grande emulação, e isso daí merece a nossa congratulação, ele, o Silvio, o nosso amigo que também compõem a sua diretoria, e todos os diretores que aqui estão presentes. Quero dizer aqui que a nova entidade, a nova Confederação, vai ter aqui no Congresso vozes para defender todo o interesse do turismo que tão bem está representada na sua mais jovem Confederação.

Eu vou ter que me ausentar, Sr. Presidente. Eu vim aqui, mas estou "linkado" na Comissão de Constituição e Justiça. Lá está pautado para hoje um dos projetos mais importantes que o Congresso tem que apreciar, que trata dos precatórios. Todos nós sabemos que Estados e Municípios estão vivendo momentos de grande asfixia e por um passivo impagável que obriga o Senado Federal a tomar uma posição. Os problemas não podem se perenizar, não podem se eternizar, e a questão dos precatórios está tomando esse direcionamento, direcionamento da perenização, da eternização. Isso faz um mal muito grande para todos os entes federativos do País e esse assunto é hoje prioridade na CCJ. E é prioridade também na CCJ, está pautado também, uma PEC que dispõe sobre a transferência da órbita do Poder Executivo para o Senado Federal da competência para homologar reservas indígenas, que é outro problema dramático que nós acompanhamos até a poucos dias atrás e que tende a se prolongar. E essa PEC, do Senador Mozarildo Cavalcanti, propõe uma solução definitiva, que é trazer para o Senado, que é a Casa da Federação, a competência para fazer a homologação, dando uma conotação mais séria e assegurando aos entes federativos o direito de se manifestar, de se contrapor, etc. Então diante dessas propostas que estão hoje na pauta da CCJ, eu não poderia estar ausente lá, mas, também, não poderia deixar de vir aqui trazer a minha mensagem à mais jovem Confederação brasileira e que tem, na pessoa do Dr. Nelson de Abreu Pinto, o seu comandante, o seu líder, o seu Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Valter Pereira. Seguramente a CNTUR, embora ela tenha sido criada em 1998, se eu não me engano, somente após dez anos de empenho e de luta conseguiu seu registro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Conseguiu a sua maioridade e a sua personalidade jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente, e seguramente a CNTUR espera muito desta Casa; espera muito desta Comissão que se propõe a fazer com ela um trabalho interativo; espera muito dessa Casa quando espera a aprovação do balizamento, da legislação que cria o "Sistema S" do turismo. Eu estou seguro de que nós nos empenharemos para fazer a nossa parte, para dar a nossa contribuição para que essa Confederação possa cumprir o seu desiderato, de preparar as pessoas, de atender às questões de natureza social e de contribuir para o crescimento dessa importante atividade da economia brasileira.

Eu vou passar agora para a lista de inscrições e nós ouviremos, primeiro, o Senador Jefferson Praia. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Presidente. Inicialmente eu quero parabenizar a todos, é um prazer tê-los aqui nessa Comissão para tratarmos de um assunto importante.

Primeiro eu quero me colocar à disposição dos senhores. Acredito muito no turismo, acho que nós temos que avançar muito, o nosso País deixa a desejar nos mais diversos aspectos com relação a esse setor.

A minha contribuição qual é? Primeiro, acredito que os senhores já estão sintonizados: a questões da Copa do Mundo vai ser a grande força que vem ao nosso favor. Quando eu falo nosso, veja bem, eu não tenho investimento nenhum no setor de turismo, mas eu vejo a importância pelo investimento, pela geração de emprego e renda para a população. Então aproveitar essa força da Copa do Mundo e, como colocou muito bem o Dr. Nelson, não somente para as dez capitais, para as capitais escolhidas, mas para que possamos viabilizar uma política de turismo e consolidar um pouco mais os projetos que temos no nosso País.

O segundo ponto eu vejo que seria alguma coisa como uma estratégia de ação que V. Sas. devem ter: mexer nos atores. Por que é que o turismo é tão atrasado no nosso País? Porque nunca foi considerado como uma alternativa importante para o País. Agora mesmo estamos percebendo a redução expressiva no orçamento no setor de turismo. Como é que você pode considerar esse setor prioritário para gerar trabalho, emprego e renda se você tem uma redução substancial no orçamento? Então vamos lá, independente deste Governo, vamos olhar para todos os Governos, o setor nunca foi tratado da forma como deveria ter sido tratado. O Brasil tem um potencial, o professor Mário Beni colocou muito bem, nós estamos ainda no potencial, nós só falamos de potencial. Eu não vou nem entrar nesse campo, porque a grande questão é aproveitar o potencial para investimentos, para que tenhamos investimentos e aí tem muita coisa em jogo. Muito bem. Então atuar em cima dos atores, Governo Federal, Ministérios. Uma atuação como? Uma atuação mais presente. Vejam bem, nós estamos falando de uma instituição de empresários, não é mesmo, a Confederação. Isso é muito importante, Dr. Nelson, veja bem: o Brasil hoje, que dá um passo importantíssimo na minha avaliação, o passo importantíssimo qual é? Os empresários não estão esperando os Governos. E não podem esperar, Dr. Nelson. Empresariado que ficar esperando o Governo vai ficar chupando o dedo, vai ficar esperando pelo seu setor. V. Sas. estão fazendo a coisa certa, não só no setor de turismo, mas em outras Confederações que temos aí o caminho é esse, tem que fazer a agenda, tem que chegar próximo das autoridades. Vamos começar aqui pelo Governo Federal. Tem que chegar próximo dos Governos Estaduais, Governadores. Como é que vai ter uma política estadual de turismo se o Governador não quer? Se não é prioridade para um Governador de um determinado Estado, como é que nós vamos avançar? Como é que nós vamos avançar no turismo? Vamos lá nos Governos Municipais, se os Prefeitos ou boa parte deles não sabem nem o que significa turismo na vida deles? Então nós vamos ter que visitar esses Prefeitos, nós vamos ter que conversar com esses Prefeitos. Você vai ter que levar para o Prefeito: "Olha, Prefeito, o teu potencial aqui do Município é esse aqui. Seria essa a sugestão da Confederação ou das Federações Estaduais e Municipais, das ramificações que vocês têm". Se não fizermos isso, nós vamos continuar falando sobre esse problema daqui há vinte anos. Levar a informação, fazer um acompanhamento, fazer cursos também para essas autoridades para que possam perceber a importância desse setor. Olha, envolver os parlamentares como estamos fazendo aqui nesta Comissão. V. Sas. fizeram uma explanação, colocaram alguns pontos. Tem muita coisa, não dá tempo para nós digerirmos todos os assuntos em relação a este setor, mas as informações colocadas, elas nos dão uma ideia, e nós também aqui todos desta Comissão acompanhamos um pouco esse setor, mas V. Sas. que vivem, vivenciam, sabem as soluções. Um trabalho de subsidiar, de alimentar os parlamentares, de colocar as posições: "Olha, aqui nós estamos... Os problemas enfrentados são esses, as sugestões são essas", envolver os parlamentares que têm sensibilidade a esse setor. E aí eu falo nas Assembléias Legislativas, eu falo nas Câmaras Municipais.

Então este é um trabalho importante, que é a minha contribuição, que seria essa estratégia de ação. Nós temos tido muitos planos de turismo, plano tal, plano tal, não sei o que, tantos planos, mas não saímos dos problemas, muitas vezes até pequenos, quando você percebe alguns potenciais interessantes.

Têm coisas assim simples. Quer ver um exemplo? Agora recentemente saí para as férias com a minha família, fui à Maceió. Linda Maceió, um dos locais mais bonitos do nosso País, como é a minha querida Amazônia, mas você ia para algumas praias, saía da praia, não tinha um chuveiro para você tomar um banho e tirar a água do tomar. Olha só. Em alguns locais um atendimento ruim, quer dizer, tudo isso eu fico observando. Eu observo na minha terra também. Um exemplo simples de lá da minha terra, eu sou do Estado do Amazonas. Tem um Município chamado Novo Airão. Sabe o que é que tem lá em Novo Airão, a pedra preciosa deles, fora o povo e dentro do contexto das riquezas naturais, sabe o que é que nós temos lá? Dezesseis botos. Não tem a fotozinha que vocês colocaram aqui, e parabenizo a revista pela foto? Esses botos, você vai lá e alimenta, professor Mário, os botos, você vai na praia, vem os botinhos, eles estão lá. Agora eu estive conversando recentemente com o Vice-Prefeito, pedi para ele levar a minha preocupação ao Prefeito e contar comigo, porque eu não quero falar só do problema não, eu gostaria de participar da solução, de ver como podemos ajudar: qual é a política pública que temos para aqueles botinhos? Os turistas vão lá, mestre, não vão atrás de me ver não, que eu sou caboclão da Amazônia. Eles vão ver lá a natureza, eles vão ver os índios, não é mesmo? E V. Sa. colocou um ponto fundamental quando tocou na questão do Acre: observem os turistas que estão próximos de vocês, do próprio Estado, da região, que às vezes nós queremos atrair não sei quem do exterior quando nós não temos uma infraestrutura turística para atender nem o turista local.

Portanto, os desafios são enormes e a minha contribuição, dentro desse contexto da Confederação, Dr. Nelson, de vocês trabalharem, estarem mais presentes. Se quiserem chamar de lobby, que chamem de lobby, porque nos Estados Unidos tem lobby também. Essa palavra lobby é muito complicada no Brasil. Quando pensam em lobby, pensam em dinheiro, pensam nisso e aquilo, pensam logo em outras coisas. Mas não é isso, é um acompanhamento, por exemplo, com relação aos parlamentares, subsidiar de informações. Por exemplo, eu vim aqui atrás de informações, eu vim aqui atrás de ser alimentado, porque eu tenho preocupação com o turismo, principalmente na Amazônia, que é uma das alternativas. Para mim a primeira alternativa da Amazônia, se queremos preservar e conservar a Amazônia, é através do turismo. Lá o Estado do Amazonas, por exemplo, que tem o menor percentual de desmatamento da nossa região, menos de 4%, por que é que temos menos de 4% de desmatamento no Estado do Amazonas? Sabem por quê? Porque tem um polo industrial lá que está há quarenta e dois anos gerando emprego e renda e fez com que o Estado do Amazonas não se voltasse para os recursos naturais, para explorar os recursos naturais. Se você vê os nossos irmãos do Pará, infelizmente os nossos companheiros do Pará não estão aqui, poderiam dar a sua opinião sobre isso, como não tiveram um polo industrial foram para onde? Foram para os recursos naturais. E lá você tem no Pará uma realidade um pouco diferente da nossa. Se a Amazônia, ela tem os olhos do mundo e nós percebemos o potencial turístico, do turismo naquela região, levando lá a boa qualidade de vida, como tocou muito bem o professor Mário Beni, para aquele caboclo que está lá, porque hoje tem um turismo acontecendo. Tem aquele turismo que a gente chama de turismo ecológico ou turismo rural, vamos colocar assim, um turismo que são dois conceitos diferentes, mas que está lá o cidadão ribeirinho, que chega o turista japonês e dá cinco, dez reais para ele. Não é isso que queremos. Nós queremos um turismo que o empresário, o médio e grande empresário ganhe o seu dinheiro também, mas nós queremos que aqueles cidadãos e cidadãs lá na ponta, que estão tomando conta daquelas belezas naturais fantásticas da Amazônia, possam ter uma melhor qualidade de vida, portanto, com trabalho, emprego e renda.

Eram essas as minhas considerações. Eu me coloco à disposição, nós temos muito a avançar e vamos em frente porque o Brasil é um País lindíssimo, um povo maravilhoso, trabalhador. Vocês têm uma preocupação grande na questão da capacitação e qualificação profissional, tudo bem, esse é o caminho, é importante. Você chega, por exemplo, agora mesmo no Aeroporto de Manaus, aí estava lá uma turista alemã, ela não conseguia se comunicar. A turista alemã queria comprar uma xícara de chá e não conseguia comprar. Eu, com o meu inglês que não é muito bom também, foi preciso eu entrar no meio daquela conversa para resolver o problema, quer dizer, não pode ser assim. Nos aeroportos tem que ter um pessoal que, pelo menos, tenha o inglês mais simples para conversar com os turistas. Eu acho que dá para trabalharmos isso.

Eu agradeço, desculpem ter me alongado, mas era apenas para colocar essas posições e parabenizá-los pela iniciativa, por exemplo, da revista aqui que prestigia a minha Amazônia também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Jefferson Praia pela valiosa contribuição que dá a essa Audiência Pública.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador César Borges, eu gostaria de registrar a presença do ilustre Superintendente do IBAMA no Estado do Tocantins, o Dr. Joaquim Montelo. Senador César Borges, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, inicialmente, me desculpar por não estar aqui presente na hora da exposição do Dr. Nelson de Abreu Pinto, mas eu já o conheço, sei um pouco das suas idéias, e quero, Sr. Presidente, lhe saudando, saudar aos demais Senadores aqui presentes e aos demais componentes da mesa, o Dr. Silvio Assis, que é o Vice-Presidente, prezado amigo, Dr. Mário Beni, o Dr. Luís Inácio, e desde já parabenizar a esse trabalho e esse pioneirismo que é feito pelo Dr. Nelson de Abreu Pinto, com todos os seus companheiros e colegas, que dão uma nova esperança para que o turismo tenha, efetivamente, uma casa própria, tenha um órgão próprio que possa tratar dessas questões com toda a importância e determinação que ele merece, quer dizer, quando o Ministério do Trabalho fez o reconhecimento da Confederação Nacional de Turismo em ato que eu tive a satisfação de participar junto com o Nelson e o Silvio Assis, que estavam presentes, junto com o Presidente Leomar Quintanilha e outros parlamentares, eu acho que o fez muito bem. Sem nenhuma crítica específica à Federação, à Confederação Nacional do Comércio, mas comércio é comércio e turismo é turismo. Não há como se confundir essas duas coisas. O turismo tem a sua especificidade e sempre vai ter. E o comércio tem a sua especificidade e todos, ambos, merecem total atenção.

Então não há porque imaginar que quando se cria a Confederação Nacional de Turismo está se retirando algo da Confederação Nacional do Comércio. De forma absoluta. Nós queremos que o comércio seja pujante, ele é grande empregador desse País e não há País que se desenvolva sem o setor terciário, que é exatamente o setor do comércio. Mas a economia moderna, a economia da metade do século passado, de 1950 para cá, ela criou um setor quaternário, um setor mais novo da economia, e esse setor se desenvolveu exatamente em cima do turismo e da tecnologia hoje de informação. Foi através da possibilidade do desenvolvimento de um meio de transporte rápido, principalmente da aviação, que o turismo cresceu no mundo inteiro. Nós não tínhamos um setor forte de turismo antes de 1950, muito pelo contrário, nós tínhamos as fronteiras fechadas, as grandes guerras que assolaram a primeira metade do século XX, mas a partir de 1950, a partir do avião a jato, nós começamos a ter um turismo fortíssimo e, por exemplo, países europeus como a França, como a Espanha, utilizaram o turismo para ser a grande base da sua economia, do seu desenvolvimento. A Espanha, sem sombra de dúvidas, avançou muito no setor de turismo e deu um exemplo ao mundo de que poderia se desenvolver a partir dessa atividade econômica, que eu entendo o turismo como uma atividade econômica, essencialmente geradora de empregos, geradora de renda. E isso aconteceu na Europa. Nós temos que nos espelharmos nesses exemplos de êxito que existiram nesses países. O turismo passou a ser, então, uma atividade econômica disponível para os países do terceiro mundo, os países em desenvolvimento, e alguns fazem isso a excelência. Eu cito exemplos que estão na Ásia, tipo a Tailândia. Eu dou apenas o exemplo da Tailândia, mas há muitos outros exemplos. Aqui na América Latina nós temos a República Dominicana que avançou extremamente no turismo; o México avançou muito, criou Cancun. Tudo isso foi feito porque queriam um desenvolvimento econômico utilizando de um instrumento que está aí disponível, que a humanidade hoje, felizmente, não vive apenas do trabalho que você faz 365 dias por ano, um trabalho exaustivo. Hoje a economia e a modernização dos setores produtivos permite você ter um tempo de lazer maior, trinta dias por ano. As pessoas se aposentam um pouco mais cedo, têm possibilidade de circular no mundo inteiro, esse recurso está disponível e pode ajudar um País em desenvolvimento e como pode ajudar.

Entretanto, lamentavelmente, lamentavelmente o nosso País, que é o terceiro maior da América, o quinto maior do mundo, 8.500 km², essa costa maravilhosa de 8.000 quilômetros de extensão, com tanto potencial nós ainda estamos muito aquém do que nós poderíamos explorar na área do turismo.

Então esse é o fato que é conhecido, Senador Jefferson Praia. Todos os Governos que passaram aí, e não vai uma crítica específica, eu acho que todos os Governos não tiveram a visão de que o turismo pode ser um grande instrumento da geração de emprego, de renda, do desenvolvimento e, mais do que isso, eu diria, já que se falou que nós temos a presença de alguém do IBAMA, o turismo é preservacionista, é preservacionista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Superintendente do IBAMA do Tocantins, Joaquim Montelo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Superintendente do IBAMA que leve isso ao Presidente do IBAMA Nacional. O turismo preserva o meio ambiente.

Mais do que qualquer um, porque o turismo que não preserva o meio ambiente é matar a galinha dos ovos de ouro e ninguém é burro para fazer isso. Há um preservacionismo, então não pode o IBAMA ou os órgãos ambientais ficar colocando dificuldades e mais dificuldades para os empreendimentos turísticos.

Olha, eu estou falando aqui como alguém que é ligado ao setor por diversos motivos, não só porque economicamente tenho empresas ligadas ao setor de turismo, como fui Governador do Estado da Bahia, e a Bahia eu acho que é um exemplo de sucesso e que precisa ser continuado para avançar. Quando se fala em turismo no Brasil sempre a Bahia é uma referência e eu quero aqui desde já parabenizar e dizer da minha alegria e satisfação, que eu vejo que a coordenação geral da construção da plataforma de turismo brasileiro pela CNTUR foi escolher o Sr. Paulo Gaudenzi, o Dr. Paulo Gaudenzi, que eu conheço há muitos anos e tive a honra de tê-lo como meu Secretário de Turismo, de Cultura e Turismo durante os quatro anos que eu fui Governador da Bahia. E não foi à toa que a Bahia avançou, Sr. Presidente. É porque nós fizemos uma política pública direcionada a fazer do turismo uma grande atividade econômica, que pudesse ter uma participação forte no PIB baiano. Lamentavelmente as dificuldades que nós temos que um Estado por si só não supera, que é você ter linhas áreas, voos disponíveis, nós termos o treinamento, a qualificação, tudo isso depende de um entrosamento a nível nacional, mas a Bahia avançou e avançou muito. Por quê? E aí eu tenho que fazer uma referência ao Governo passado do Presidente Fernando Henrique. Foi criado um programa para o Nordeste brasileiro chamado PRODETUR, um Programa que financiou a infraestrutura turística nos nove Estados nordestinos. Foram 800 milhões de dólares em duas fases. Como foi importante isso.

Eu deixo desde já uma proposta, um desafio para o atual Governo: lancem outro PRODETUR para o Nordeste brasileiro, mas 400 milhões de dólares de infraestrutura, e infraestrutura, quando eu digo, não é construir monumentos, não é construir beleza natural, porque isso Deus já deu, a história de cada Estado construiu. Quando eu digo infraestrutura, é uma infraestrutura que não é para beneficiar o turista que vem lá de fora nos visitar, mas essencialmente para beneficiar a população mais carente dos nossos Estados. Quando eu digo infraestrutura, eu falo de esgotamento sanitário, saneamento básico, abastecimento de água, aeroportos, estradas que beneficiam o Estado como um todo e isso permite que esse Estado possa receber muito bem os nossos turistas. Então nós temos que ter financiamento público para essa infraestrutura.

Então a Bahia teve essa sorte de ter esse Programa, que não tem mais hoje. Foi feito com o Banco do Nordeste, com o dinheiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Então é preciso que o Governo também possa descobrir novas fontes de financiamento internacionais que venham trazer essa infraestrutura para a Amazônia, para o Centro-Oeste, para o Sul, porque o PRODETUR foi criado para o Nordeste, por uma provocação própria do Nordeste, mas pode ser estendido ao resto do País, não há nenhuma dificuldade. Nós não queremos a exclusividade, mas foi importante para o Nordeste.

Por outro lado, também, eu vejo como importantíssimo que haja, também, disponibilidade para financiar o setor privado. O setor privado está ávido a fazer novos empreendimentos, mas o empreendimento na área turística é um empreendimento de maturação longa, demorada, e exige juros compatíveis, porque o retorno do setor é baixo, lamentavelmente nós sabemos disso. E nós já tivemos o FUNGETUR no passado. Esse FUNGETUR foi descapitalizado. Eu já apresentei projeto nesta Casa para capitalizar através de uma pequena taxa nas passagens áreas para que o FUNGETUR voltasse a ser o grande elemento financiador, a grande alavanca para financiar o setor privado. Lamentavelmente não foi ainda aprovado. Então que nós tenhamos uma linha própria, se não for refortalecer o FUNGETUR, que eu acho que teria que ter uma linha específica para o setor turístico, para o setor privado, que o BNDES pudesse abrir linhas de crédito. Agora quando se abre linha de crédito com oito anos de prazo, com juros elevados, TJLP, mais *spread* de 3,5%, etc., o setor não pode pagar, o setor não tem condições de pagar, ele não tem rentabilidade para isso. Então o ponto dois, financiamento para o setor. Eu acho que tudo isso está na cabeça do Dr. Nelson, ele que sabe que a resulta vem por aí, mas eu estou, me permita só estar fazendo aqui esse tipo de observação.

Um terceiro ponto que eu acho também essencial é o treinamento e a qualificação da mão-de-obra. É preciso que nós juntemos esforços da CNTUR, que é o setor privado, do Governo Estadual, do Governo Municipal e do Governo Federal para que criemos, com o "Sistema S", apoiado por todos esses setores, a capacidade de termos um receptivo à altura do turismo internacional. E não há novidade nenhuma: se você for à Austrália, se você for à Indonésia, se você for à Malásia, você vai encontrar esse tipo de estrutura para receber bem o turismo. Que nós saímos dessa situação onde o País fica atrás da Argentina, fica atrás da República Dominicana, fica atrás México e não há sentido pela nossa potencialidade. Então este é o terceiro ponto.

E o outro ponto, Presidente, que é lamentável, o Brasil fica enxugando gelo, é a divulgação internacional das nossas potencialidades e do nosso turismo. Boa vontade eu vejo muito. Eu vi aqui o Ministro Walfrido Mares Guia fazer a divulgação, falar, inclusive levantou todas as demandas de quase todos os Municípios brasileiros, colocou isso num grande mapa, mas daí à ação propriamente dita, ao investimento que deve existir... Eu já fui em feiras internacionais em Madri, em Londres, e o que se vê lá, o espaço brasileiro é mínimo se nós compararmos com os outros países. Eu posso dizer que quando eu fui Governador, a Bahia Tur, que é a empresa de turismo baiano, ela investia mais do que a EMBRATUR em divulgação. Nós tínhamos um orçamento maior do que a EMBRATUR. E como disse aqui Jefferson Praia, é lamentável que num momento de corto, e eu estou aqui com a Folha de São Paulo de ontem, no setor de turismo se fala em corte do orçamento, Sr. Presidente! E de 2 bilhões, que já é pouco, 981 milhões, se prevê um corte de 86,4%. Vai se cortar 2 bilhões, 577 e 200 mil reais. Então é claro que aí não há prioridade para o setor de turismo. Lamentavelmente não há, porque não temos o necessário para divulgar. E, sem divulgação, claro que vamos ficar sempre naquela caricatura de que o Brasil é samba, que o Brasil é carnaval, etc., mas o Brasil é muito mais do que isso. O potencial que nós temos aqui em todos os Estados brasileiros, em quase todos, eu não diria todos, mas em grande parte dos Municípios é muito grande e precisa ser divulgado. E com a divulgação que nós tenhamos também as linhas áreas para satisfazer as necessidades do turismo brasileiro.

Mas eu não quero aqui me alongar, eu quero na verdade lhe dizer do meu entusiasmo pela criação da CNTUR, esperando que as Federações Estaduais possam aderir o mais rapidamente, fortalecendo a CNTUR, e que a CNTUR seja a responsável, a depositária de todas essas esperanças do nosso País com relação a um turismo mais bem estruturado, onde haja uma sequência permanente de ações, onde todos que estejam no setor possam depositar nela as suas experiências e que unidos nós possamos sempre trabalhar no sentido de despertar que as autoridades governamentais, em todos os entes federativos, desde a União, principalmente a União, mas, também, os Estados e os Municípios, possam compreender que aí há uma grande saída, há um grande nicho para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Eu queria parabenizar a todos que fazem esse trabalho e me colocar, Sr. Presidente, inteiramente à disposição para ser mais um soldado nessa luta. Muito obrigado e parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador César Borges. V. Exa. traz uma contribuição inestimável a esta Comissão e a esta Audiência Pública.

O próximo orador inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti, a quem tenho a honra de conceder a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Presidente Leomar Quintanilha, que tem com maestria comandado essa nossa Comissão. É um privilégio ouvir o ex-Governador César Borges, com sua experiência, ex-Governador da Bahia, Estado que é um exemplo no turismo brasileiro. Está aqui ao lado do Jefferson Praia, com sua experiência amazônica, e ter tido a oportunidade de aqui estar para ouvir e tomar ciência de alguns detalhes da CNTUR.

Verifica-se que é muito jovem, muito recente a operação da Confederação, um sonho que tinha sido criado em 1998, imaginem, onze anos para se materializar uma Confederação. Eu tenho uma experiência de Confederação, sou Conselheiro da CNI, então tenho toda uma experiência e entendo o que é uma Confederação. Parabenizo à operação em si de uma Confederação voltada ao turismo e acho que esta Confederação deva estar abraçada ao lado das outras Confederações Nacionais.

Eu gostaria, sei que todos aqui conhecem, mas eu gostaria, porque nós também falamos para o grande público através da TV Senado, eu gostaria de explicar um pouco o sistema confederativo. Nasce no sindicato, as empresas se filiam e constituem um sindicato. Esses sindicatos participam de uma federação e as federações de cada Estado se agrupam sob a forma confederativa. Fiz essa ilustração para que fique bem claro o que é uma entidade confederativa.

E me preocupa muito, eu gostaria de externar esta minha preocupação, no sentido já que esta confederação é uma confederação bastante jovem, na qual temos afiliados cinco ou oito sindicatos de cinco federações Estaduais, que se tenha um cuidado muito grande de ela nascer com o espírito empresarial, porque existe uma queixa muito grande em outras federações, em outras confederações, no sentido de que a representatividade, muitas vezes, não acontece de forma muito clara, muito atuante. Grandes empresários da indústria, grandes empresários do comércio, eles não fazem parte das Confederações, fruto do sistema sindical. O sistema sindical obriga a atividade sindical através da empresa sindicar(F), o sindicato via federação e a federação via confederação. Então como a base na verdade é a iniciativa privada, como a base é o empresário, eu gostaria que houvesse, assim, um carinho e um cuidado muito grande nas formações dos

sindicatos e na representação desses sindicatos, que muitas vezes para se formar um sindicato se agrupam um número X de empresas, mas essas empresas não representam efetivamente o segmento. Então fica carente a base sindical, fica carente a base federativa e, automaticamente, a confederação fica enfraquecida. Então esta a minha observação se dá em função exatamente da tão jovem e tão em formação que está essa confederação, que eu torço que seja um marco confederativo no Brasil.

Outro ponto que eu gostaria de abordar é que nós estamos abraçados globalmente. O desenvolvimento do turismo mundial hoje é dentro da globalização é um fato inegável. No Brasil nós todos, cidadãos, temos um sentimento de preservação, de ecologia, realmente, muito expressivo. O Brasil, talvez, seja um dos países que tem tido uma das melhores culturas ambientais nos últimos tempos. Quando eu era criança talvez isto não acontecesse da forma que hoje existe, mas hoje eu acho que o cidadão brasileiro tem uma consciência ambiental muito forte. Temos órgãos de controles ambientais federais, estaduais e municipais muito atuantes, mas muitas vezes desvirtuados de uma realidade global, porque o que na verdade ocorre é uma queda de braços de uma concorrência mundial, na qual nós nos deparamos com Dubai, por exemplo, nós nos comparamos com Mônaco, por exemplo. Você chega em Dubai, você encontra a ocorrência de ilhas artificiais sendo construídas, megaprojetos que adentram ao mar. Se fosse fazer isso na nossa querida Bahia, se fosse fazer isso na nossa querida Paraíba, mesmo cercada de todas os projetos ambientais, mesmo estando ancorado em consultarias internacionais para fazê-lo, nós teríamos graves restrições. Então o que é que acontece? Empreender no Brasil no turismo é uma corrida de obstáculos para que se possa contornar as barreiras de licenças, de autorizações e concessões, enquanto que no resto do mundo nós temos concorrentes que atuam de forma diferenciada. E o mundo, hoje, é um só, o mundo hoje é um mundo englobado. Hoje se reserva uma passagem ou um hotel... Eu recentemente reservei um hotel nos Estados Unidos, quando fiz o pagamento, o pagamento tinha sido feito em Cingapura, vamos dizer, eu mandei indiretamente o dinheiro para Cingapura para Cingapura bloquear um hotel em Miami. Então veja quão globalizado está o mundo. Então há um contrassenso em termos da competição empresarial globalizada e as restrições ambientais. E as restrições ambientais muitas vezes se prendem a atos extremamente burocráticos de uma licença de uma Prefeitura em determinado Município ou de um Governo de Estado que cada um tem sua realidade. Existe uma legislação nacional, porém, as barreiras são nacionais, estaduais e municipais. Este é um ponto que eu gostaria de que a Confederação abraçasse a preservação ambiental, abraçasse o meio ambiente, porém, nós tivéssemos no Brasil a condição de fazê-lo, porque o que está pouco a pouco acontecendo é a não condição de fazê-lo.

E, por fim, eu gostaria de registrar, por exemplo, há uma centralização, um monopólio das empresas áreas no Brasil hoje, diferentemente do que existia até na minha época, em que existia, pelo menos no Nordeste, Real Aerovias, Aeronorte, Nacional, Sadia, eu não sei quantas empresas, um mundo de empresas que nos levavam até ao interior dos Estados do Nordeste, que são Estados pobres. Eu sei que a realidade econômica é uma realidade de mercado, precisa haver mercado para elas surgirem, porém, no Brasil precisa haver algum incentivo para o desenvolvimento das empresas regionais. Dou um exemplo. Para se fazer turismo na Paraíba é um obstáculo, porque se o turista quiser chegar à Paraíba, ele vai pegar um voo, por exemplo, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, em torno de oito horas da noite, só vai chegar em João Pessoa à uma da manhã. Então até que ele chegue no hotel, uma e meia, duas horas, duas e meia, quando ele se deitar, ele já estará se deitando às duas, três horas da manhã, impossibilitado, na verdade, de fazer turismo pela manhã, porque ele vai ter que descansar um pouco. Se ele tiver que se retirar, voltar de João Pessoa para alguns dos outros pontos, João Pessoa lamentavelmente não tem nenhum voo direto, a não ser para Recife, ele vai ter que pegar um voo às cinco horas da manhã, no horário normal, se tiver horário de verão será quatro horas da manhã, o que significa que o turista vai ter que acordar ou às duas ou às três horas da manhã. Então ele já não janta, ele já não faz turismo à noite na noite anterior. Então você tem um turista que perde uma manhã e um triste que perde uma noite. Então significa mais de um dia que o turista está pagando para estar no Estado sem usufruir do turismo. Então essa síndrome paraibana eu acho que é um problema que nós temos que buscarmos uma solução e, talvez, uma das soluções seja a aviação regional, tendo em vista que as grandes empresas operam simplesmente em função de ocupação de assentos de aviões de grande porte.

Era isso que eu gostaria de abordar e desejar sucesso, expansão e reconhecimento da classe empresarial da Confederação, porque uma Confederação sem o reconhecimento da base, ela passa a ser uma coisa que mexe com o dinheiro, mexe com o espaço público, e nós vamos ser carimbados de pelegos quando, na verdade, nós somos empresários.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti. V. Exa. aponta situações singularmente importantes para o desenvolvimento do turismo nacional. E lembra V. Exa., como lembrou o Senador César Borges, uma questão pontual com relação a investimentos turísticos que implicam no aproveitamento do potencial de determinadas regiões, lembra Dubai. Dubai é, seguramente dos Emirados Árabes, a que tem menos reserva de petróleo. A força da sua economia está centrada no seu porto, de relevância para o comércio da região, mas, sobretudo, no turismo. É interessante lembrar que estão fazendo turismo no deserto. Se você se afasta um pouquinho da cidade, você verifica que é deserto puro ligado ao mar. No entanto, os investimentos vultosos, suntuosos que estão sendo realizados ali, implicam na consolidação de um turismo muito forte na região, aproveitando, naturalmente, algumas questões da natureza, mas que efetivamente são poucas, é o deserto, para quem não conhece o deserto, realmente, desperta alguma curiosidade, e o mar que há praticamente na costa de muitos países, mas sobretudo a questão dos investimentos que são feitos no turismo de Dubai chamam a atenção do mundo inteiro. Não é por outra razão que o fluxo de pessoas para aquele País é assim impressionante. Eu espero que nós possamos fazer com que o Brasil abra o seu espaço para os investimentos sem precisar--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sem transformar o Brasil em deserto.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Como sugere o Senador César Borges, sem necessariamente transformar o Brasil em deserto.

Nós passaremos agora às considerações da Mesa dos nossos ilustres convidados às ponderações efetivadas pelos Srs. Senadores.

Antes, porém, eu gostaria de submeter à votação um requerimento que apresentei no começo da reunião, de transformar essa relação em Audiência Pública, pois eu creio que foi efetivamente uma Audiência Pública muito interessante. Então eu gostaria de submeter à votação dos Srs. Senadores a transformação desta reunião em Audiência Pública. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós passaríamos então a palavra ao Dr. Nelson Pinto, Presidente da CNTUR, para as suas considerações a respeito das ponderações efetivadas pelos Srs. Senadores. Tem V. Sa. a palavra.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu acho que foram das mais oportunas as manifestações todas aqui, tanto da Mesa quanto dos Srs. Senadores, e eu me permitirei iniciando pelas colocações do nosso companheiro empresário e, nesse ato, digno Senador Roberto Cavalcanti, que representa um Estado importante, o da Paraíba, já que eu sou um admirador de João Pessoa e do forró de Campina Grande [risos]. Mas acho que posso lhe tranquilizar totalmente por duas questões que eu vejo que são fundamentais. Primeiro que nós não somos, embora a gente seja a mais jovem Confederação realmente, mas nós fomos criados e nascemos em 1998, e essa experiência de dez anos de ações nos fizeram escolher determinados modelos. Por exemplo, modelo mundial: Espanha; modelo de Estado: Bahia; modelo de estatutos: CNI. E aí a minha proximidade com o Paulo Skaf lá em São Paulo, a minha amizade pessoal inclusive, a minha ligação com o Armando Monteiro, que é esse grande líder empresarial e essa grande autoridade do Congresso, mas por que escolhemos a CNI de modelo? Por duas razões. A primeira razão é que efetivamente no cotejo das estruturas administrativas, do exame dos estatutos das cinco Confederações na oportunidade, Senador César Borges, eu me fixei e orientei o nosso corpo de assessoria, que é brilhante, por sinal, que o modelo que mais se adequava aos ideais que nós queríamos era aquela estrutura que a CNI, que a FIESP em São Paulo tem. Por exemplo, eu não sei se na projeção aqui das nossas lâminas puderam observar que nós temos diretores que compõem uma diretoria empresarial, uma diretora de estratégias para o turismo. Então aí tem o João Doria e tal, e eu posso dizer, inclusive, que os principais empresários... Claro que eu também tenho representantes da micro e pequena empresa na nossa diretoria, mas todos empresários. Agora eu posso dizer e afirmar que os grandes empresários do Brasil, ainda na última sexta-feira nós almoçávamos lá na Bahia com um grande empresário da área do turismo, da hotelaria, que é o Silvio Pessoa, é um grupo de que têm mais de seis grandes hotéis, e a gente falava dessa projeção de se trabalhar com essa visão, porque a estrutura administrativa de uma grande empresa é que nos baseia a orientar a micro e a média empresa. Então podemos dizer, por exemplo, o que é que podemos chamar de grande empresário no Brasil na área da hotelaria? Talvez o maior empresário seja o Grupo ACCOR, que tem cerca de mais de cem hotéis que ele tem sob a sua direção. O Grupo ACCOR tem como Vice-Presidente a nossa diretoria. Na área de alimentação, qual seria o maior empregador, o maior empresário? Eu, respeitosamente, digo que é o Grupo Mac Donald´s, que tem a maior rede, é o grupo Habib's também. Eu estou falando dos macroempresários. Pois bem. Ambas as empresas, o Mac Donald´s tem

uma vice-presidência e o Habib's também tem. Então a nossa preocupação foi exatamente na questão dos agentes de viagem, as grandes empresas, da questão... Porque nós não representamos o transporte aéreo, vamos chegar lá numa observação importante que foi feita, necessidade de transporte regional. Mas eu dou a tranquilidade ao meu querido Senador Roberto Cavalcanti que a área empresarial do campo do turismo está toda muito bem representada na nossa diretoria. A nossa orientação é que os sindicatos, as bases... Nós hoje, no Brasil, nós temos cento e dez sindicatos, 90% já estão, apenas uma Federação está vindo para nós agora, mas as cinco Confederações representam setenta e oito sindicatos e as bases estão muito bem representadas pelo empresariado do Município, do Estado e no País. De forma que nós sensibilizou muito a sua visão orientadora para que a gente não se desvie deste foco de trazer os grandes empresários, porque eles trazem, eles reúnem experiências que vão ser importantes para a média e para a microempresa do turismo. O senhor está correto, Senador, e estamos cumprindo essa missão, lição que eu vou buscar exatamente na indústria.

E o outro ponto que nós, além dos estatutos e organograma de direção da CNI, que nos sensibilizou e que nos aproximou, é que o senhor não desconhece, que o grande, o médio e o pequeno estabelecimento de hospedagem, do restaurante, da gastronomia, do lazer, o senhor sabe que nós somos, talvez, os maiores consumidores da indústria. A indústria é o grande fornecedor, o grande parceiro, seja no alimento, seja na bebida, seja nos equipamentos. Então essa identidade, já presente no dia-a-dia da empresa do turismo com a indústria, nos aproximou muito desde o passado e eu tenho dito ensinamentos, orientações da indústria, como tenho do Clésio Andrade do Transporte. Eu não posso falar e deixar de ignorar que a CNC foi uma grande escola para mim. Eu fui doze anos o diretor do Antônio de Oliveira Santos, a nível nacional, na composição do turismo dentro da CNC. Eu conheço por inteiro a organismo da CNC, respeito profundamente, só que a minha ligação, eu conhecendo como conheço a CNC, eu escolhi o organismo administrativo dos estatutos da CNI como modelo para a CNTUR. É claro que estamos muito longe de sermos efetivamente, mesmo porque a indústria, o comércio e a agricultura foram as três Confederações que o Getúlio Vargas, não é isso doutor, nos anos 40, foram oficializadas, legitimadas, e tudo sai do ramo. Da indústria se desmembrou o transporte, nós nos desmembramos do comércio. Em suma, nós temos um carinho, um respeito pelo sistema de organização confederativa que a indústria, o comércio e a agricultura são as bases de tudo. A minha ligação com o Fábio Meirelles é decantada, nós também somos grandes consumidores da indústria, tanto é verdade que eu estou criando um sistema de compras para desoneração do turismo direto na indústria, direto na agricultura, sem intermediários. Hoje a internet, a compra virtual facilita isso. Está em prático já, Senador. Isso é o componente de desonerar o custo do turismo para beneficiar o consumidor. Nós sabemos que a população média, o poder aquisitivo no Brasil é muito pequeno. O custo do turismo é muito alto. Para compatibilizar precisamos de políticas públicas para desonerar. É aqui nesta Casa, é no Senado, é aqui nessa Comissão que eu vou desaguar todas as demandas de como podemos ajudar o Brasil, porque o Senador Leomar Quintanilha, ele me sensibiliza muito quando ele disse ao Ministro Carlos Lupi no dia 27, repito aqui, no dia 27 de janeiro, quando ele assinou o ato, esse ato foi um ato de coragem e foi um ato muito importante para o Brasil e muito importante para os brasileiros. Esse é o compromisso nosso e aqui a Comissão é de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é aquela que exatamente é o propósito da CNTUR.

Então nós vamos atrás de soluções, pegando o ensinamento dos mestres. Estes dez anos sem registro, eu já exercia a função com os meus companheiros, está aqui o Fontinelli e outros, o Silvio, nós estamos trabalhando há dez aos. A CNTUR não nasceu nesse ano. Ela nasceu em 1998, tem uma longa experiência e os meus mestres principais estão efetivamente no setor da área da indústria do Brasil e eu agradeço demais tudo que a CNI e tudo que os senhores da indústria puderam basilar para que hoje a gente seja uma Confederação reconhecida.

Quanto ao transporte direto, o voo regional, essa é uma questão que vai merecer... Eu vou solicitar dentro de alguns meses, ainda esse ano, uma Audiência Pública, Senador, para tratar do transporte aéreo regional, o transporte intermodal, o movimento para se incrementar ferrovias no País, o transporte fluvial, marítimo, em suma, o rodoviário. Nós vamos fazer, solicitar com propostas claras de reduzir o custo do transporte, porque o Brasil, dimensão continental, sem voos direto para facilitar as viagens de Estado para Estado, em suma, nós temos essa grande preocupação. E nós temos uma grande parceria na CNTUR que é a associação que trata do transporte aéreo regional no Brasil, que é a nossa afiliada e que vai trazer propostas que vai lhe interessar. Eu me comprometo a lhe fazer uma visita antes dessa Audiência Pública para que V. Exa. possa nos ajudar na condução da formatação dessa Audiência.

Eu queria, no tocante à preservação ambiental, eu tenho dois focos que a diretoria da CNTUR aprovou,

que é o foco do turismo com sustentabilidade, fizemos inclusive, o Senador Jefferson até elogiou, esse Congresso nosso realizado em São Paulo, agora no dia 23, em que o foco é turismo e sustentabilidade, preservação da Amazônia e, evidentemente, que aí se estendeu ao Pantanal e todas as reservas, inclusive preservação do litoral, de forma que o turismo não pode conviver sem a preservação do meio ambiente e é um compromisso sério, mas quero crer que através da S.O.S. Mata Atlântica e através do Deputado José Sarney Filho, que preside a Frente Parlamentar Ambientalista, nós estamos tendo assim a compreensão das autoridades responsáveis do próprio Ministério que é responsável para a gente ter uma política de orientação e não que impeça o crescimento com preservação.

De forma que fico agradecendo ao Senador Roberto Cavalcanti e, rapidamente, às considerações, apenas para ficar registrado, que o Senador César Borges colocou, que ele colocou questões aqui que eu acredito que nós já temos isso enfocado, mas é o grande mestre para todos nós, e eu fiz a referência inicial que a Bahia é um modelo que a CNTUR vai levar para outros Estados. A questão do financiamento, uma linha que a gente vá buscar o dinheiro do FUNGETUR, é necessário, porque o retorno no setor é difícil. A questão do treinamento, nós temos esse compromisso de trabalharmos para que a gente tenha o SENATUR fazendo essa questão e eu acredito, também, que as demais colocações aqui do Senador César Borges quanto ao marketing, nós precisamos promover e divulgar muito o nosso País, e nesse sentido a gente tem já um foco de trabalharmos seriamente junto com a linha que o próprio Ministério do Turismo, criado pelo Presidente Lula, ele tirou o foco da EMBRATUR, que fazia efetivamente uma política não direcionada na divulgação do Brasil no exterior, e hoje ela é exclusiva nisso. Nós vamos, efetivamente, pedir que haja um dimensionamento novo, porque agora a CNTUR, uma das questões que nós vamos trazer aqui para a Casa e para essa Comissão foi esse corte absurdo que o Ministério do Turismo sofreu, mas isso aí é da competência dos senhores e do Presidente Leomar Quintanilha, que já me dizia da sua preocupação com essa questão e, futuramente, a gente vai estar aqui com o Ministro Luiz Barreto examinando essas questões.

Esse problema nosso do marketing e de infraestrutura é para que a gente possa ter o preço do turismo compatível para o turismo interno, passar de trinta milhões e chegar, porque não, a mais de cem milhões de viagens/ano, cento e cinquenta milhões. Hoje é um absurdo. Nós estamos convivendo com cinco milhões de visitantes internacionais e trinta milhões de viagem interna, do turismo interno, isso aí há décadas. Eu até às vezes costumo ironicamente colocar que eu era menino e o Brasil já recebia cinco milhões de visitantes internacionais e eram os mesmos trinta milhões que viajavam. Nós temos que projetar o Brasil para todos. Por acaso, por coincidência, é o nome do programa que a CNTUR tem como base. Nós temos a preocupação de na plataforma do turismo brasileiro discutir, esmiuçar todos esses pontos aqui hoje analisados. Para isso temos as figuras do Paulo Gaudenzi e do professor Mário Beni, que vão ouvir todos os Governadores, todos os Secretários de Governo, as Associações dos Municípios e que nós precisamos, realmente, colocar em marcha o desenvolvimento regional homogêneo.

Eu acho que com isso eu devolvo a palavra a V. Exa., Sr. Presidente, porque eu acho que a CNTUR não poderia ter sido mais feliz nessa Audiência Pública de deixar o seu compromisso, o seu compromisso que está fincado nos estatutos, está fincado por todos os diretores de que nós queremos resgatar, nos próximos cinco anos... Quando eu falo em cinco anos, eu falo porque nós estamos em 2009, temos a Copa de 2014 como parâmetro, porque nós não podemos demorar mais dez anos, demorou o nosso registro, e a gente sabe que o nosso Brasil tem um atraso no turismo de cinquenta que nós queremos resgatar cinquenta anos em cinco nos próximos anos, até 2014, para dar a melhor Copa do Mundo no Brasil e para dar, seguramente, um atendimento não a doze cidades.

E eu vou encerrar agora, Sr. Presidente, dando aqui já uma informação, e quero agradecer ao Fontinelli, que é o nosso Vice-Presidente, que já nos deu a tranquilidade que os operadores de viagens já têm pronto para o mês de maio, evidentemente que ainda não é a questão da capacitação da mão-de-obra em todo o País, mas essa questão de atingir, através das doze cidades, atingir a sua Paraíba, atingir o Brasil todo, todos os Estados. Então aqui vem a informação de que a partir de maio próximo a CNTUR já estará disponibilizando no mercado nacional do turismo pacotes integrantes por região, inclusive o setor dos interiores de cada Estado, acessíveis a todos os agentes de viagens e internautas que vão acessar e vão ter essa disponibilidade de formar novos pacotes, tendo por base as doze cidades que vão ser... A FIFA prometeu divulgar isto em maio E isso vai ser depois do anúncio da FIFA, não é Fontinelli? É isso mesmo?

Então eu agradeço aqui aos diretores da ABAV, aos diretores da FENATUR, a CNTUR tem esse compromisso sério com o Brasil, mas eu quero depositar na mão dos Srs. Senadores, na mão dessa Comissão de Desenvolvimento Regional, que me parece que é a mais consentânea das Comissões que pode ajudar o

Brasil, efetivamente, fazendo do turismo essa atividade social e econômica que as futuras gerações... Vamos dar já para a presente um quadro novo e as futuras gerações serão as grandes beneficiárias. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Nelson pelas considerações que ele traz a esta Comissão e as ponderações a respeito da manifestação dos Srs. Senadores.

Nós ouviremos agora o professor Beni para as suas observações a respeito das considerações feitas pelos Senadores. Aproveito a oportunidade para pedir ao professor que já faça também as suas considerações finais. Tem V. Sa. a palavra.

SR. MÁRIO CARLOS BENI: Sr. Presidente, de uma certa forma o nosso Presidente Nelson já comentou, mas eu gostaria de destacar a contribuição do Senador Jefferson Praia com relação à capacitação dos agentes institucionais: os prefeitos, os funcionários das áreas de turismo da secretárias municipais, dos conselhos municipais, a exemplo do que já realizamos, até por um estudo recente em São Paulo, e um projeto, um programa da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo que qualificou 645 Municípios do Estado, diretamente prefeitos e agentes institucionais.

Também o Senador César Borges, que nos lembra que turismo é turismo, comércio é comércio, numa visão lúcida e esta visão ele tem desde que foi Governador da Bahia e que desenvolveu um programa de excelência na qualificação profissional com o nosso companheiro que, à época, presidia a Bahia Tur, o Sr. Paulo Gaudenzi, e que eu acompanhei de perto. Foi a primeira manifestação rigorosa de um processo de clasterização(F) regional do turismo no País e que foi muito bem sucedido.

Lembrando que, efetivamente, o modelo internacional nos oferece a Organização Mundial de Turismo, da qual tenho a honra de fazer parte do seu Conselho de Ética, e a Organização Mundial de Comércio. Portanto, duas coisas distintas. A maioria dos países, Europa, Estados Unidos e o Sudeste Asiático também conservam esses modelos, separando muito bem as áreas. Na América Latina, apenas três países fogem a esse modelo, de todos, que é o China, a Colômbia e a Venezuela. Os demais acompanham este que agora modelo que está sendo implantado com a Confederação Nacional do Turismo.

Cumprimentando também o Senador Roberto Cavalcanti pelas suas colocações, que muito contribuíram para a estruturação desta mais nova Confederação.

Era o que eu tinha a colocar, agradecendo a todos a oportunidade de me trazer a esta Comissão do Senado extremamente importante para o processo de desenvolvimento sustentável do País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A presidência agradece de forma bastante enfática essa rica Audiência sobre o desenvolvimento do turismo. Agradecemos ao Dr. Nelson Abreu Pinto, Presidente da CNTUR, Dr. Silvio de Assis, Vice-Presidente da área institucional da CNTUR, do professor Mário Carlos Beni, ilustre professor da USP e membro do Conselho Nacional do Turismo do Ministério do Turismo, do Dr. Luís Inácio Carvalho, das ilustres autoridades que se fizeram presentes nesta audiência, dos Srs. Senadores, agradecendo de forma penhorada o enriquecimento que a presença de cada um deu ao funcionamento desta Comissão.

Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de dizer que estou apresentando um requerimento, aproveitando exatamente o mote(F) sugerido nesta Comissão, de promovermos uma Audiência Pública para discutir com os municípios brasileiros, através dos seus órgãos representativos, associações de cada um dos seus municípios do estado, para discutirmos aqui com os seus representantes o turismo como fator de desenvolvimento regional. E, de princípio, nós temos a ideia de convidar os Presidentes das Associações Municipais em cada um dos Estados, além do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, de S. Exa., o Ministro do Turismo, também da Confederação Nacional do Turismo, do professor Mário Beni e do Dr. Paulo Gaudenzi. Em princípio seriam esses os convidados que nós estamos elencando no requerimento que estamos apresentando e que submetemos à apreciação dos Srs. Senadores. Os Srs. Senadores que queiram discutir o requerimento, este é o momento oportuno.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, eu gostaria de me acostar e também assinar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Cavalcanti. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós discutiremos com os ilustres convidados a data mais adequada para a realização dessa nova Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo aos Srs. Senadores por suas honrosas presentes, agradecendo a todos que compareceram a essa discussão e agradecendo, principalmente, aos ilustres convidados para a realização desta Audiência Pública, declaramos encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h56.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Antônio Carlos Valadares, José Nery, Valter Pereira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, terminativo, que "Acrescenta parágrafo ao Art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A matéria é retirada de Pauta. Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2009, não terminativo, que "Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)", de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A matéria é retirada de Pauta. Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004, não terminativo, que "Autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer contrário ao Projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Autor da Matéria. Item nº 04-Requerimento nº 04/2009-CDR, de autoria da Senadora Kátia Abreu, subscrito pelos Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, que requer, "nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Serviços de Infraestrutura – CI, de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros; – Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão, Leomar Quintanilha, submete como item extrapauta o seguinte: Item nº 01-Requerimento nº 05/2009-CDR, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer, "nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que propõe audiência pública com objetivo de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPS, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, que seja incluído no rol de convidados para a audiência pública conjunta o nome do Dr. Ricardo Arioli Silva, Engenheiro Agrônomo e especialista em meio ambiente". Usam da palavra os Senadores Gilberto Goellner e José Nery. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Selma

Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Srs. Senadores, que concordam com a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nós temos hoje, na nossa pauta, apenas quatro itens.

O item nº 01, que acrescenta parágrafo ao art. 40 da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades, é de autoria do Senador Pedro Simon e tem como relator o Senador Marconi Perillo. O Senador Pedro Simon pediu que o retirasse de pauta. Estamos atendendo S. Exa.

O item 02, também estamos retirando de pauta desta feita, a pedido do relator, Senador Marco Maciel, que relata o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2009, em caráter não terminativo.

Projeto de Lei do Senado 343, de 2004, item 03, que autoriza a exploração de cassinos em hotéis da Região Amazônica e Pantanal, é de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que também solicita a sua retirada de pauta.

Passando para o item 04, que é o Requerimento nº 04, de 2009, "*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Agricultura e Reforma Agrária, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Educação, Cultura e Esporte, de Serviços de Infraestrutura, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade... De Esporte de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio.*

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Dr. Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas, em Colombo, Paraná, o qual tratará do tema: 'Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros'; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, o qual tratará do tema: 'Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio'.

Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal."

Tal Requerimento é de autoria da Senadora Kátia Abreu e com a subscrição do Senador Leomar Quintanilha. Trata-se de uma propositura tão oportuna quanto necessária em razão do tema que abrange, já que as áreas de proteção ambiental, da forma como a legislação hoje está a exigir, tem colocado, primeiro, um sem número de produtores rurais na ilegalidade, e tem dificultado, sobremodo, as atividades do agronegócio, sobretudo para o homem do campo. Razão porque nós estamos subscrevendo com a Senadora Kátia Abreu tal requerimento. Em discussão. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, gostaria de consultar essa Presidência se ela foi informada de que cada Comissão poderia indicar um técnico complementar, porque anteriormente eu participei da Comissão... Na Comissão de Ciência e Tecnologia, já foi indicado um técnico representando essa Comissão.

E eu gostaria de propor a essa Comissão um técnico renomado, que está cuidando dessa área no Estado do Mato Grosso, é um engenheiro agrônomo, especialista em meio ambiente, ele participou de vários congressos internacionais, ele representa sempre o Estado de Mato Grosso e acompanha o Governador do Estado em todas as defesas, em todas as oportunidades aonde o meio ambiente é discutido e mostrando a defesa dos biomas, bioma Amazônico, bioma do Cerrado, bioma do Pantanal, que compõe o Estado do Mato Grosso.

E a minha indicação, então, seria do engenheiro agrônomo Ricardo Arioli Silva, ele é especialista em meio ambiente, é um engenheiro agrônomo, e que eu gostaria que ele participasse representando essa Comissão. Fica aí a nossa indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Ricardo Arioli Silva, ele é engenheiro agrônomo?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Especialista em meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Engenheiro agrônomo, especialista em meio ambiente, é a sugestão de V. Exa., é a sugestão de V. Exa. para que ele também seja um dos convidados a participar dessa reunião.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Um dos convidados... Eu entraria com um requerimento aditando esse requerimento, entraria com esse documento, o senhor teria unicamente que colocá-lo em aprovação--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa só solicita a V. Exa. que formalize o pedido. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam o Requerimento apresentado com o aditivo de inclusão do nome do Dr. Ricardo Arioli Silva, engenheiro agrônomo, especialista em meio ambiente, para comparecer como convidado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Como debatedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Como debatedor. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na última quarta-feira, dia 15, foi realizado durante um café da manhã o lançamento dos Anais do X CBRATUR, que é o Congresso Brasileiro da Atividade Turística, e o tema foi Copa do Mundo de 2014.

É um trabalho que foi realizado por esta Comissão, de forma conjunta com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados e com o total apoio da CNC, que é a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo. E traz um trabalho muito importante sobre o que foi realizado nesse Congresso, ressaltando que o tema escolhido, Copa do Mundo, é um tema muito instigante, muito importante, é uma copa que vai acontecer em 2014, nós teremos entre ela e a data de hoje uma outra copa realizada, e é interessante perceber-se que no Brasil já se discute mais a Copa de 2014 do que de 2010.

E a razão é muito simples, porque, em 2014, nós estaremos abrigando este que é, sem sombra de dúvidas, o maior evento esportivo do mundo. E eu espero que o Brasil, daqui para lá, e nós possamos dar a nossa contribuição para aprimorar os nossos trabalhos, a nossa legislação, darmos a nossa contribuição para que o Brasil se prepare para, aproveitando este evento, ampliar, sobremodo, a atividade turística no seu território.

Nesse mesmo café da manhã, foi lançado o tema para o próximo CBRATUR, para o próximo Congresso, que será o Turismo, Respondendo aos Desafios da Crise Internacional, que acontecerá entre os dias 17 e 18 de novembro de 2009. Naturalmente esse tema... O Turismo, Respondendo aos Desafios da Crise Internacional, se associará ou ocorrerá concomitantemente com este mencionado do CBRATUR anterior que foi a Copa do Mundo de 2014.

Por último, esta Comissão recebeu convite para participar de uma visita técnica à instância ecológica do SESC Pantanal entre os dias 21 e 25 de maio próximo, onde serão debatidos entre os diversos temas, o pagamento por serviços ambientais, PSA, e o turismo ecológico como fatores de desenvolvimento sustentável.

O convite, extensivo a todos os membros dessa Comissão, será encaminhado a cada um dos Srs. Senadores, posteriormente. Senador Goellner, este... Esta instância ecológica do SESC do Pantanal deve ser um empreendimento de conhecimento de V. Exa..

Então, será realizado lá e isso me parece que o SESC tem realizado anualmente essa visita e eu insto aos ilustres membros dessa Comissão que façam um esforço para fazer essa visita, porque além de ter a oportunidade de conhecer as belezas dessas ocorrências geográficas no interior do Brasil, no Centro-Oeste brasileiro e no Mato Grosso, mas teremos oportunidade para estar discutindo temas muito interessantes relacionados ao turismo brasileiro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de ressaltar que o SESC Pantanal hoje é um hotel, uma pousada com excelentes acomodações, comparecem para conhecer o pantanal pessoas, turistas do mundo todo, elogiando as belas instalações, e a oportunidade que o turista tem de conhecer essa dádiva, que é o Pantanal Mato-Grossense e tem nesse SESC Pantanal um local privilegiado, de acomodações muito boas e que vão encantar a todos que comparecerão a esse evento.

Só gostaria de saber a data, se já está marcada a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A data do convite que nos foi formulado, será entre os dias 21 e 25 de maio próximo. Mas, Senador Nery, V. Exa. que tem a honra de repre-

sentar um dos Estados que reúne uma das belezas naturais do Tocantins, se ainda não conhece vai ter oportunidade de conhecer um outro bioma, um ecossistema diferente que é o do Pantanal Mato-Grossense.

Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Leomar Quintanilha, nosso Presidente, examinarei com todo empenho a possibilidade de atender a esse convite, a ida da Comissão, membros da Comissão ao Pantanal, e examinaremos se não for possível pelo menos em toda a programação, pelo menos em parte dela.

Para mim será uma oportunidade extraordinária e ano passado eu tive igual convite, Senador Gilberto Goellner, infelizmente não foi possível atender, quem sabe esse ano será possível e estaremos lá, até porque eu tenho dito aqui que o turismo, no país especialmente, na Amazônia, no Pantanal, precisa ser tratado com forma, como algo prioritário nas políticas de desenvolvimento, tendo em vista as possibilidades que isso representa para o Brasil ter recursos para aplicar no seu próprio desenvolvimento, a partir de incrementar o número de visitantes a essas regiões tão belas, tão desconhecidas e inclusive desconhecidas de nós brasileiros.

Portanto, eu acho que qualquer iniciativa que vise o incentivo ao conhecimento dessas regiões desconhecidas deve ser apoiada, incentivada e prestigiada por nós que temos esse trabalho de levar ao país o conhecimento, a informação sobre essas regiões tão importantes.

Então, eu creio que essa iniciativa é importante e farei tudo para, pelo menos, fazer parte, de senão toda a programação, mas pelo menos parte dela acompanhar a Comissão nessa visita. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Nery, eu tenho segurança de que nós nessa Comissão envidaremos esforços para que conjuntamente e em nome da Comissão nós não restrinjamos a nossa ação a apenas as discussões de natureza legal, apenas tratando o arcabouço jurídico que trata, que baliza as questões turísticas no Brasil.

Mas, pelo convencimento, pelo convencimento, pelo conhecimento que temos de que a pluralidade, a diversidade, a amplitude de ações que o turismo envolve e vai em direção ao outro escopo dessa Comissão, que é o de desenvolvimento regional, nós precisamos ajudar o Brasil a enfrentar essa crise, ampliando a indústria do turismo. Ela que é seguramente a maior fonte de receita na maioria dos países desenvolvidos; um país continental como o Brasil que tem uma diversidade extraordinária, não só a biodiversidade mas as suas ocorrências geográficas são de belezas naturais que encantam a tantos quanto tem oportunidade de conhecê-las.

Quem sabe nós possamos ajudar o Brasil a ampliar, inclusive o mercado interno, o turismo interno, para que os brasileiros conheçam as belezas do seu país. Tantas pessoas não conhecem e eu aqui me penitencio por ainda não conhecer as belezas do Pantanal.

Vou fazer um esforço para estar estimulando o desenvolvimento do turismo interno nesse país. Agradecendo a presença dos Srs. Senadores e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h40.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ, DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS, DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE, DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE, EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reúnem-se as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infraestrutura, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Valter Pereira, Romero Jucá, José Agripino, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, João Durval e, ainda, dos Senadores Aloizio Mercadante, Antonio

Carlos Júnior, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Expedito Júnior, Fátima Cleide, Fernando Collor, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilvam Borges, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jarbas Vasconcelos, João Pedro, João Ribeiro, João Tenório, Lobão Filho, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marina Silva, Marisa Serrano, Neuto de Conto, Osmar Dias, Patrícia Saboya, Raimundo Colombo, Renato Casagrande e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública Conjunta com a finalidade de "analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio", em atendimento aos Requerimentos nºs 04 e 05, de 2009-CDR, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, Requerimentos nºs 27 e 28, de 2009-CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, Requerimentos nºs 12 e 13, de 2009-CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Valter Pereira e Serys Slhessarenko, respectivamente, Requerimento nº 22, de 2009-CAS, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Rosalba Ciarlini, Requerimentos nºs 20 e 22, de 2009-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e das Senadoras Marina Silva e Fátima Cleide, respectivamente, Requerimento nº 5, de 2009-CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento do Senador Gilberto Goellner, Requerimento nº 10, de 2009-CCJ, de autoria da Senadora Kátia Abreu, Requerimento nº 12, de 2009-CDH, de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, Requerimento nº 09, de 2009-CE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento do Senador Paulo Paim, Requerimento nº 20, de 2009-CI, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e Requerimento nº 11, de 2009-CRE, de autoria da Senadora Kátia Abreu. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, dos Senhores Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, para tratar do tema: *Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros*; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP, para tratar do tema: *Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio*; e dos Srs. Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – Imazon; Carlos Alberto Ricardo, Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA; Antônio Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai; Samanta Pineda, Advogada Socioambiental; e Tassio Azevedo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **César Borges,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman

Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tassio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamim, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: "*Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente*."

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores-–

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no

meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, más nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de

32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km2. E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km2, cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O códi-

go representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km2 para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km2 de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km2 estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campainha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão

de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida á colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos

mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda cuesta *paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não

pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição.

Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira do-

brou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhagen, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhagen, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gep*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevidéu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tassio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de

ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tassio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tassio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tassio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje,

com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estada inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses instituto que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida human,a ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com

mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente "pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui". Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira

espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é "conhecimento científico", entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coibem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, "contaminado" por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioridade penal. "Por que 18 anos?" Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação per-

manente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, "A minha terra só tem pedra". É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos

a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tassio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tassio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso

que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoiamentos e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que

pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 ano, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constitui-

ção Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos porcento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluírem nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais

não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, 'Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. "Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa."

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: "Produtores do Brasil" [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: "Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok."

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, "Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo", em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. "Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10", antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, "Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d'água 50 metros tudo". E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, "Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros", sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarrecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim

estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de la-

ranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações*."

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra?

Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente*."

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio]

o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas-–

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarrecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo re-

composição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente*."

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse

que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver

queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agronômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR

me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*", no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? "*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental* [soa a campainha] *serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção*."

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

"*Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante* [interrupção no áudio] [soa a campainha] *projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental*."

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e

Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se autosustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoelétricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal .

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é

fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campainha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que aidna nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretá-

rio da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associação de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores*." E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point* , tiveram a oportunidade de colocar melhor as

suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialoga com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura,

de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobrancelhas, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tassio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com

o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas

acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele esta lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território

está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[*risos*].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campainha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campainha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado

tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antônio Carlos Valadares, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Cícero Lucena, João Durval e, ainda, do Senador Inácio Arruda, não-membro da Comissão. Justificou a sua ausência o Senador José Nery. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de "instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007 (overbooking)", em atendimento ao Requerimento nº 01/2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados: a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; o Sr. Ten. Brig. Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Secretário da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa – MD; o Sr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; o Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP; e o Sr. Carlos Alberto Ferreira Amorim, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV. Antes de dar início à Audiência Pública, com a anuência do Plenário, o Presidente submete à apreciação os seguintes itens Extrapauta: Item 01- Requerimento nº 6/2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – Min. do Meio Ambiente; e Agência Nacional de Águas – ANA". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. Item 02- Requerimento nº 07/2009-CDR, de autoria do Senador Inácio Arruda, subscrito pelo Senador Leomar Quintanilha, que requer, "nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos Ministros da Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima; das Cidades, Sr. Márcio Fortes; do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Sr. Luiz Antônio Pagot; e dos Governadores dos seguintes Estados: Maranhão, Governadora Roseana Sarney; Ceará, Governador Cid Gomes; Piauí, Governador Wellington Dias; e Rio Grande do Norte, Governadora Wilma Faria, para tratar sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura". Usa da palavra o Senador Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. Dando prosseguimento, o

Presidente passa à Audiência Pública, que é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da ANAC; Sr. Fernando Antônio Ribeiro Soares, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa, representando o Ten. Brig. Ar Jorge Godinho Barreto Nery, do Ministério da Defesa – MD; Sr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e Sr. João Quirino Júnior, Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, representando o Sr. Carlos Alberto Ferreira Amorim, Presidente Nacional da ABAV. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Jefferson Praia e ainda o Presidente da Comissão, Senador Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Proponho aos eminentes Senadores a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. A ata será publicada no Diário do Senado, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Na pauta de hoje nós temos uma Audiência Pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2004, que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 283, 429 533 de 2007, em atendimento ao requerimento nº 1 de 2009 de nossa autoria aprovado em 25 de março de 2009, para tratar das questões relacionadas ao *overbooking*.

Esta Comissão recebeu o convite para participar de uma visita técnica na instância ecológica do SESC Pantanal, entre os dias 21 e 24 de maio próximo, onde serão debatidos entre os diversos temas o Pagamento por Serviços Ambientais e o Turismo Ecológico como Fatores de Desenvolvimento Sustentável. A Secretaria da Comissão está providenciando o envio do convite com toda a programação aos gabinetes dos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Na última reunião os Senadores Gilberto Goellner e José Nery manifestaram o interesse em participar desta visita técnica. Outros demais Senadores que tiverem interesse em participar. Seria importante deixar registrado na Secretaria desta Comissão, o seu desejo de participar desta visita técnica.

Antes de darmos início a Audiência Pública, nós temos dois requerimentos extrapauta que eu gostaria de submeter à apreciação dos Membros da Comissão.

Requerimento de nossa autoria: "Requeiro nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas– ANA, e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e Agência Nacional de Águas".

Submeto à apreciação dos membros a inclusão na pauta deste requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos votar a aprovação do requerimento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam a realização dessa Audiência Pública proposta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento de autoria do eminente Senador Inácio Arruda, com a nossa subscrição também: "Requeremos nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos Ministros de Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima; das Cidades, Sr. Márcio Forte; do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte DENIT, do Sr. Luiz Antônio Pagot e dos Governadores dos seguintes Estados, do Maranhão Governadora Roseana Sarney; do Ceará, Governador Cid Gomes; do Piauí, Governador Wellington Dias e Rio Grande do Norte, Governadora Wilma Faria, para tratar sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura.

Eu concedo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, para sustentar às razões da apresentação desse requerimento. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, eu considero assim a necessidade dessa

audiência e mesmo de uma ação da nossa Comissão, algo emergencial, como é a calamidade.

Claro que os seus efeitos e a solução dos problemas causados pelas enchentes em proporções alarmantes para a nossa realidade e para a infraestrutura das nossas cidades, elas terão solução no curto e médio prazo. Mas é preciso uma ação imediata para que se compreenda a necessidade de o Governo Brasileiro, porque não é possível apenas – eu citei o caso do Estado do Ceará, que eu mais conheço, discutindo com V.Exª. – não é possível que apenas o Estado consiga reparar pelo menos parcialmente os danos graves causados pelas enchentes.

No caso da malha rodoviária que é a mais utilizada no Brasil, porque o nosso desenvolvimento estranhamente optou só por malha rodoviária, a malha ferroviária é ínfima no Brasil inteiro. A malha rodoviária do meu Estado – eu cito o caso da BR 222, porque nos liga ao Norte do país – essa BR é onde você tem o transporte de carga da nossa região.

Essa BR foi destruída praticamente. E, ao ser destruída a opção para o transporte de cargas na região, teve que ser desviada para uma estrada estadual. Então as estradas estaduais, duas estradas estaduais, duas rodovias estaduais, também foram destruídas, porque elas não suportam aquela carga.

No período de chuva, com essas chuvas intensas, elas estão se de desmanchando. Então, você não tem meios, recursos para dar uma solução emergencial. Só a Defesa Civil desses Estados não tem condições de responder a necessidade de recuperação da malha rodoviária, colocando esse como um dos episódios.

O seguinte é o da moradia e da infraestrutura urbana. Essa infraestrutura urbana nessas grandes cidades, que têm regiões metropolitanas muito significativas, que é o caso de Fortaleza. O caso de Teresina, atingida pelas águas que elevaram tanto o nível do rio Parnaíba, mas especialmente do rio Poti, que nasce no Ceará, lá na Serra da Joaninha, corta a cidade de Crateús, entra no Piauí e vai até Teresina.

E o principal responsável pelas enchentes de Teresina é exatamente o rio Poti, causando grande destruição na cidade de Teresina. São Luis e vários municípios do Maranhão estão praticamente isolados.

Essa situação leva a questões graves do ponto de vista de saúde da população, tem que ter uma atenção muito especial. Claro que agora tem uma atenção muito especial, com a gripe AH1N1, mais precisamente. Não é? Para não atingir os animais e responsabilizá-los. Mas a gripe nessa situação de calamidade a situação se agrava e muito, mas muito, muito, muito, se você não der uma atenção muito especial.

Por isso eu peço aos nossos colegas a aprovação do requerimento. E peço especialmente a V.Exª., se a gente puder fazer uma ação vigorosa no sentido de que o Governo Federal, nós não temos outra alternativa, quer dizer nós tivemos que socorrer as montadoras de automóveis. Então, não é possível que a gente não socorra, com uma parte significa de meios oriundos do Governo Federal, as populações de parte do Norte e do Nordeste Brasileiro, que estão sendo atingidas por uma calamidade, que é um volume de chuvas, muito superior, mas muito superior a média de todos esses Estados.

Por isso, eu peço a aprovação do requerimento a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A mesa concorda plenamente com as argumentações que V.Exª., traz. E tenho acompanhado pelo noticiário, o verdadeiro desastre que as enchentes têm provocado em vários Estados Brasileiros.

Razão pela qual é oportuna a realização desse encontro para ouvirmos os depoimentos dos seus governantes até que ponto, qual é a condição, o que cada um tem e o que precisa, efetivamente, cada um para resolver os problemas que se avolumam e se agigantam em cada um dos seus Estados.

E que nós possamos não só expressar o nosso sentimento de solidariedade, mas tomarmos atitudes que possam contribuir para mitigar as dificuldades e os sofrimentos das populações dos diversos Estados atingidos. Vê-se pelo noticiário que o Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará, são inúmeros Estados que estão sofrendo com as alterações pluviométricas em suas respectivas regiões, nós concordamos perfeitamente com V.Exª.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, nós submetemos a aprovação da sua inclusão como extrapauta.

Em discussão, não havendo quem queira discutir encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

A aprovação do requerimento. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós iniciaremos, então, a Audiência Pública programada para instruir os Projetos de Lei 114, 283, 429 e 533, que tratam do *overbooking*. Comparecem como convidados Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranis, ilustre Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC,

representando a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente daquela instituição.

O Dr. Fernando Antônio Ribeiro Soares, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa, representando o Tenente Brigadeiro do Ar, Jorge Godinho Barreto Nery, do Ministério da Defesa.

O Dr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

E o Dr. João Quirino Júnior, Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens a ABAV, representando o Sr. Carlos Alberto Ferreira Amorim, Presidente Nacional daquela instituição.

Também foi convidado o Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros de Transportes Aéreos que não pode comparecer, justificando sua ausência. Eu solicito a Secretaria que conduza à mesa os ilustres convidados.

Como nós temos quatro ilustres convidados, nós vamos estabelecer um critério para o funcionamento desta Audiência Pública. Nós iniciaremos com uma exposição de cada um dos convidados, vamos estabelecer de princípio 15 minutos, se houver necessidade nós poderemos ampliar esse prazo, mas eu creio que 15 minutos é o suficiente para cada um se manifestar a respeito do assunto que trataremos nesta Audiência Pública.

E passaremos em seguida para o debate com os membros desta Comissão. Então eu concedo a palavra inicialmente ao Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranis, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, para suas considerações iniciais.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANIS: Obrigado, Senador. Sr. Presidente da mesa, cumprimentando aos demais Senadores presentes, as Sras. e Srs. A ideia é fazer uma rápida apresentação, por favor, se eu não for tão rápido eu seja cobrado por isso.

Explicando um pouco do contexto em que nós entendemos em que os PLS foram apresentados, analisar um pouco a proposição, avaliar um pouco o que está sendo proposto. E apresentar algumas medidas regulamentares que a ANAC está colocando, e está colocando até em Audiência Pública durante esse mês.

Inicialmente, a aviação brasileira nós sabemos enfrentou recentemente uma fase intitulada crise aérea, caracterizada por inúmeras violações dos direitos dos passageiros, através dos cancelamentos, dos atrasos, do *overbooking*, e o ápice disso se deu no ano de 2007. Em 2007, essa Casa mesmo sabatinou todos os novos diretores no final de 2007, que assumiram a agência com a missão de mudar esse cenário fazer determinadas medidas que mudassem esse cenário, tanto para os consumidores quanto em relação à atuação das empresas aéreas.

Então, algumas ações foram adotadas pela ANAC nesse contexto, a adequação da malha aérea. Foi feito todo um trabalho Senador, de readequar os voos que eram autorizados com os voos que eram comercializados. Os voos que eram praticados pelas empresas para que eles comportassem de fato, na infraestrutura que existia nos aeroportos. E que o consumidor soubesse e tivesse a informação exata de qual voo estava sendo comercializado, se ele estava realmente autorizado pela agência.

A agência fez também uma intensificação da fiscalização em período de alta temporada e, ao mesmo tempo, intensificou e estruturou sua área de apuração de multas. A agência foi criada em 2006 e ela herdou mais de 20 mil autos de infração sem serem apurados.

Então a agência criou uma estrutura de autos de infração, para poder apurar essas multas, para poder efetivamente multar as empresas aéreas, o que passar a dar efetividade para a nossa fiscalização e faz com que as empresas comecem a alterar os seus comportamentos.

Mitigação da simetria de informação é o nome bonito que nós damos para passar dar informações para os consumidores. O segundo lado do trabalho da agência foi fornecer cada vez mais os direitos aos passageiros, quais são os seus direitos, quais os direitos que a legislação estabelece o que ele pode buscar junto à empresa. Para que o próprio passageiro possa buscar isso junto à empresa diretamente, depois procure a ANAC, caso o seu direito não tenha sido atendido, e os órgãos de defesa do consumidor.

Nós tivemos resultados imediatos que foram percebidos no sistema, são retratados a partir da evolução dos dados de atraso e cancelamento. Então, os dados de atrasos de 2007 onde teve um pico de 25, esses dados são atrasos acima de uma hora. Os dados de atraso que no auge estavam em 25, baixaram para o patamar ao redor de 5% a 4% já no ano de 2008.

Tem um pequeno pico no final do ano sempre que é onde a gente tem uma alta temporada, onde chove mais, onde tem muito mais gente voando, mas nós estamos num patamar hoje, em torno de 4% de atraso. Cancelamento é a mesma coisa do pico de 8,5% de voos cancelados, nós estamos hoje ao redor de 3%, a 4% de voos cancelados no país. Também esse declínio foi sendo percebido a partir do final de 2007.

Distribuição qualificativa dos atrasos e cancelamentos é importante para a gente entender, isso

seria o total de voos que foram praticados no ano de 2008, a gente entendeu o que ia acontecer com cada um deles.

Aqui seriam os voos que ocorreram perfeitamente, saíram no horário ou saíram um pouco adiantados, aqui seria a porcentagem de voos cancelados. Essa fatia maior, essa fatia logo em seguida dos voos pontuais, são os atrasos até 30 minutos. Então, percebemos que no ano de 2008 a maior quantidade de atrasos foi no atraso de 30 minutos, ou seja, a percepção do passageiro que ele tinha muito atraso acima de uma hora, até 2007, diminuiu bastante com os atrasos chegando a nível de atrasos de 30 minutos, se botasse de 15 minutos a gente teria também essa percepção de como o tempo máximo de atrasos têm diminuído bastante.

A "pizza" verde, a fatia verde da "pizza" já seriam os atrasos de até uma hora, os outros são mais residuais, perfazendo por volta de 5% dos atrasos todos em 2008. Obviamente esse contexto de crise aérea, de caos aéreo, gerou uma demanda da sociedade por nova legislação.

As iniciativas do PL dispondo sobre o setor aéreo que nós estamos discutindo agora, especialmente em relação a atrasos, cancelamento e *overbooking,* ou seja, preterição de passageiro se intensificaram por conta da crise aérea. Estes são os PLs que estamos analisando nessa audiência que nós estamos opinando.

Aqueles três PLS estão sendo condensados no PLS 114, que no seu Substitutivo está reunindo várias das iniciativas legislativas e propondo alterações pontuais no Código Brasileiro da Aeronáutica, nos títulos de contrato de transporte aéreo, responsabilidade civil, infrações e providências administrativas.

Principais aspectos abordados. Eu acho que para quem está estudando o assunto já sabe, mas passar rapidamente: instituição de alguns direitos alternativos para hipótese de cancelamento e preterição, redução do prazo de atrasos de quatro para duas horas, definição de parâmetros para o serviço de solo e para entrega de bagagem.

Com relação à responsabilidade civil que é um problema que nós temos do limite máximo que o Código Brasileiro da Aeronáutica estabelece para essa responsabilidade, ele institui indenização tarifada para as hipóteses de inexecução do contrato, para atraso, cancelamento e preterição – talvez seja a grande inovação das propostas – eu estou botando de fato uma indenização para prevista.

Estabelecimento de hipóteses de exclusão do dever de indenizar, fixação de novos limites de indenização, aplicação e reconhecimento do Código de Defesa do Consumidor ao contrato dos transportes – que é algo que nós já estamos fazendo na prática – e disciplina, inicialmente *no-show*.

Das infrações e providências administrativas, alterações dos valores de multas previstas chegando aos valores de até cinco milhões de reais.

A nossa avaliação preliminar e um pouco superficial ainda com relação aos projetos de lei, nós já mandamos pareceres para esta Casa, mas estamos à disposição para maiores análises se precisarmos fazer.

Ponto positivo dele. Ele promove a atualização do limite de tolerância para a caracterização do atraso, passando de quatro para duas horas, a gente percebe que a sociedade inteira tem solicitado isso. E estabelece em lei direitos alternativos para os passageiros que hoje estão assegurados na regulamentação.

Então, algumas coisas que nós fazemos hoje através de regulamentação, a partir do momento que eu passo para lei isso dão mais segurança jurídica para relação entre empresa e consumidor e para o consumidor de fato.

Um ponto negativo que nós percebemos é que estabelece parâmetros de qualidade, que pode onerar o sistema sem necessariamente gerar um incentivo para o bem-estar do passageiro. Matéria que poderia ser objeto de regulamentação – e aí eu estou me referindo à exigência de... Tem dois dispositivos pelo menos, quando coloca que os ônibus de transporte entre o terminal aeroportuário e a aeronave, deve dispor do número de assentos exatos para àquelas pessoas que transitem sentadas por lá.

Ou seja, são determinadas regras que já são bem específicas, inclusive, o tempo de bagagem, quanto tempo a bagagem deve demorar a chegar na mão do passageiro, seria vinte minutos. Eu acho que são determinadas coisas que podem ir para a regulamentação, o órgão regulador ele pode estar mais perto dessa relação e entender melhor o que está sendo necessário fazer nesse ponto de vista regulatório.

Quanto alterações relativas a responsabilidade civil, o PL ele apresenta atualização dos limites de indenização, mas a jurisprudência atual já afasta tais limites. Hoje o Código Brasileiro da Aeronáutica até por necessidade das Convenções Internacionais ele determina o limite máximo de indenização para os passageiros.

A jurisprudência tem afastado totalmente esses limites máximos, dizendo que não há limite pré-estabelecido para a indenização de passageiros. Então, é de fato é botar na lei o que já está sendo analisado pela jurisprudência.

Outro positivo seria a disposição expressa sobre a aplicação do CDC, os contratos de transporte, pena

o representante dos consumidores não está aqui, porque é um pleito que a gente sempre ouve em relação aos consumeristas que nós reconhecemos o CDC na relação entre passageiro e empresa aérea, nós temos feito esse trabalho também dentro da agência em todas as nossas normas.

No entanto um outro ponto negativo é que a solução ainda equaciona o binômio *overbooking, no-show,* ou seja, eu puno a empresa quando a empresa não transporta o passageiro que já tinha reserva, mas eu não tenho nenhuma penalidade para o passageiro ou uma penalidade branda para o passageiro, quando ele tem a reserva confirmada ele acaba não aparecendo o que também gera um ônus para a empresa. Eu acho que a intenção dessa regulação deve ser estabelecer uma relação de equilíbrio entre os dois.

Quanto as alterações relativas às infrações e providências administrativas eu estava conversando com o Mollo, do SNEA, o seu ponto... Já vamos começar a nossa briga, a gente gostou porque confere *more enforcement* a atividade fiscalizadora da ANAC, a partir do momento que eu boto multas muito maiores do que estão previstas hoje. Multas até cinco milhões de reais, com certeza, fazem com que as nossas medidas sejam mais facilmente adotadas pelas empresas aéreas.

Paralelamente a esse trabalho a gente só queria apresentar o que a ANAC tem feito para tentar melhorar os direitos do passageiro. Nós estamos inclusive em audiência até dia 15 de maio e temos uma Audiência Pública, presencial amanhã na sede da ANAC, a qual eu convido a todos os senhores a participar, amanhã às 10h00 da manhã, para tratar da nossa resolução de prestação de assistência para o passageiro, da nossa atualização das regras que existem hoje.

Nós estamos então propondo algumas medidas que já contemplam pelo menos os princípios do que estão sendo colocados aqui em discussão. A medida ela tem o propósito então de revisar as disposições da 676, que são às condições gerais de transporte, do transporte aéreo que nós chamamos, com uma interpretação menos rígida e limitada do CBAR.

A ideia é de que a regulamentação ela tornou muito rígida e analisou e trouxe para o ordenamento infralegal, uma interpretação muito limitada do que existe no Código Brasileiro da Aeronáutica hoje, eu vou explicar um pouquinho para frente por quê. Além disso, incrementar o nível de proteção ao consumidor dos serviços aéreos, por meio da releitura das disposições do CBA, a partir de uma leitura dos princípios consumeristas, o princípio da legislação do consumidor do direito a informação.

A estrutura da CBA hoje ele prevê – a gente tentou fazer um organograma do que está previsto dentro do CBA. Para cancelamento ele já prevê o reembolso, para atraso ele trata o atraso superior a quatro horas prevendo reembolso, reacomodação, endosso, assistência. Ou seja, diversas medidas já para o atraso superior a quatro horas quando para preterição de passageiros e cancelamento, não está explicitamente dispostas essas medidas, essa prestação de assistência ou esses direitos que o consumidor tem.

O que nós estamos propondo com essa medida é justamente fazer uma interpretação do que o CBA está querendo dizer, mostrando qual é a gravidade de cada desses problemas para o consumidor e o que nós conseguimos tirar daí e colocar na regulamentação.

Estrutura da Portaria 676 hoje, quando ela vai fazer essa interpretação mais restritiva do CBA ela até... O que ela faz? Ela trata tanto o cancelamento quanto a interrupção e atraso na partida e na conexão. Quanto à preterição de passageiro ela só gera direito para o consumidor a partir das quatro horas, após as quatro horas é que todos os direitos do consumidor se tornam realidade, ou seja, reacomodação, endosso e reembolso e a prestação de assistência, elas surgem a partir das quatro horas. Até quatro horas o consumidor muitas vezes fica sem assistência e sem a obrigatoriedade do exercício desses direitos.

Então, o que nós percebemos? Que a Portaria 676, quando foi editada em 2000, não se atentou para as especificidades das hipóteses de atraso e cancelamento e preterição de passageiros, botando elas todas sob um mesmo comando; ou seja, o principal efeito dessa medida é tornar o direito, a extensão da tolerância de quatro horas prevista apenas para atraso para todas as outras coisas.

Quando eu cancelo um voo eu recoloco o passageiro em até quatro horas e ele pode ficar até quatro horas esperando. A mesma coisa quando tem *overbooking* um passageiro é preterido, ele pode ficar quatro horas sem ter uma reacomodação no seu voo. Então a nossa proposta ela considera algumas coisas.

Então no atraso – e aí já trabalhando com uma gradatividade que me permite fazer uma interpretação melhor da legislação. No atraso ainda que o horário tenha sido diverso do que tenha sido acertado pelo passageiro, o serviço foi realizado: o passageiro chegou no seu destino.

Já no cancelamento o serviço não é realizado, uma vez que o voo contratado não foi efetivado. Eu tive algum problema com o voo, o voo foi cancelado e o passageiro, ele não conseguiu chegar ao seu destino final.

Já na preterição de embarque o transportador ele realizou o serviço que lhe estava proposto ele recebeu para prestar aquele serviço, mas ele não transportou o

passageiro. O passageiro ele por ter uma reserva [soa a campainha] que o quantitativo diz assento disponível, ele não conseguiu transportar aquele passageiro.

Dado nisso nós chegamos a uma escala de lesividade, ou seja, quanto cada infração é lesiva para o consumidor do ponto de vista da agência, o atraso ele teria uma lesividade menor, um cancelamento uma lesividade maior. Mas como a empresa acabou não prestando aquele serviço, todos os passageiros não tiveram o seu transporte garantido. E na preterição seria a maior lesividade, porque a empresa prestou o serviço e ela não considerou aquele passageiro que já tinha comprado o serviço com ela.

Nesse entendimento a proposta da ANAC – está um pouco pequeno para ler talvez – ela apresenta a seguinte estrutura. Nós tendo em vista que o CBA, já previa para o atraso, ou seja, uma infração menos lesiva, determinadas medidas, do que para o cancelamento e para a preterição, nós estamos estendendo, propondo estender para o cancelamento e a preterição, os mesmos direitos que o consumidor tem no atraso.

Isso seria trazer já para o cancelamento de forma imediata, reembolso, reacomodação, endosso e, no mesmo caso da preterição do passageiro, no caso de *overbooking*, reembolso, reacomodação e endosso. No caso do atraso nós regulamentamos um pouco melhor a assistência e tratamos também de forma separada o atraso na partida e o atraso no voo de conexão.

Sendo assim no terão a partir de quatro horas o passageiro teria reacomodação em outro voo, direito a reembolso e direito a prestação da assistência, ou seja, comunicação, alimentação, hospedagem, caso seja esse o caso. Interrupção e atraso em conexão teria essas mesmas medidas acrescidas do endosso.

A empresa aérea ela poderia colocar o passageiro numa outra empresa aérea que completaria o destino dele, lembrando que nesse caso o passageiro comprou uma passagem, ele tem que fazer uma conexão em determinado aeroporto para chegar no seu destino final, ele está longe do seu destino final e longe da sua origem.

Daí, forçar a empresa a colocá-lo em qualquer meio de transporte disponível, qualquer outra empresa aérea disponível, para poder completar o traçado desejado pelo passageiro.

Nos cancelamento às mesmas medidas já previstas logo no início do cancelamento. E mesmo caso a preterição de embarque e aí, criando a... Eu não poderia criar a compensação para o passageiro em forma de regulamento, mas nós criamos pelo menos a obrigação de que a empresa busque solucionar com o passageiro, busque voluntários dentre os passageiros, para negociar uma compensação no caso do *overbooking*.

Adicionalmente nós vamos até transmitir para os senhores às medidas. Eu vou passar muito rapidamente aqui, se não a gente vai perder muito tempo no detalhamento das medidas regulatórias. Mas a proposta prevê mitigação do prazo de quatro horas, por meio da introdução do conceito de estimativa do atraso.

Ou seja, se a empresa já estimar que o voo vai atrasar mais de quatro horas, ela já deverá imediatamente disponibilizar ao passageiro os direitos que o passageiro terá a partir do atraso de quatro horas e também a assistência em razão dessa estimativa.

Nós regulamentamos também o direito a informação e aí, trazendo mais uma vez um conceito importante para os consumeristas, é o transportador ao antevir que o voo vai atrasar ele deve com razoável antecedência, ele deve explicar para o passageiro o motivo, a previsão do horário de partida pelos meios de comunicação de que dispuser.

Caso o atraso só seja estimado após o início do período para a realização do *chekin*, o passageiro deve ser sempre informado sobre o motivo do atraso, a previsão e o horário da partida. E ele deve manter também o passageiro periodicamente informado quanto à previsão da realização do voo.

Nas hipóteses de cancelamento o transportador ao antevir que o voo será cancelado, deve informar ao passageiro com razoável antecedência às mesmas coisas, o motivo pelos meios de comunicação de que dispuser. O cancelamento programado de voos sem motivo deve ser informado o passageiro com pelo menos 72 horas de antecedência.

O transportador deve manter o passageiro periodicamente informado e, caso a confirmação do cancelamento do voo só ocorra após o início do período para a realização do *chekin,* o passageiro deve nesse ato ser informado do cancelamento e do motivo.

Regulamentamos também a assistência material, para todas as hipóteses e vamos detalhar isso. Em facilidade de comunicação, alimentação, acomodação em local adequado e transporte para ir ao aeroporto.

Então, a regulamentação que já existia para quatro horas, a partir de quatro horas nós fizemos uma graduação já a partir de uma hora. Para quê? A partir de uma hora de atraso a empresa aérea já deve fornecer facilidade de comunicação para o passageiro, para que ele possa se comunicar com as pessoas com os compromissos deles.

A partir de duas horas, a mesma assistência de comunicação e uma alimentação compatível com o tempo de espera. A partir de quatro horas é acomodação

em local adequado, mais o translado juntamente das assistências previstas nos atrasos inferiores.

Além disso, também uma demanda que nós sentimos da sociedade, que esses esforços eles se aplicam também para o caso do passageiro já estar colocado a bordo da aeronave e não está em acesso ao terminal. Para evitar que a empresa fique com o passageiro parado fora do terminal, e não tenha que prestar essa assistência.

Bom, essa proposta mais detalhada ela está disposta no nosso site da agência, no site da ANAC. E nós teremos a nossa audiência presencial, gostaríamos de convidar todos os presentes a participar dela também e ainda a enviar manifestações e contribuições para o nosso e-mail.

Muito obrigado. Estamos à disposição para pergunta dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Marcelo, pela contribuição, preliminar. Ouviremos agora o Dr. Fernando Antônio Ribeiro Soares, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil, do Ministério da Defesa. Tem V.Sª. a palavra.

SR. FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES: Cumprimentando o Presidente da mesa, Senador Leomar Quintanilha, cumprimentando os demais Senadores, membros da mesa, membros que estão participando da audiência.

Primeiro gostaria de agradecer a oportunidade de falar nessa Casa, porque eu acredito que a complementaridade entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional é que vai poder resolver os problemas que nós ainda enfrentamos no setor aéreo. Então esse diálogo e esse debate é muito relevante de acordo com a nossa visão lá na Secretaria de Avaliação Civil.

A minha ideia aqui é fazer comentários sobre algumas das propostas do Substitutivo do PLS 114. Não peguei todos os elementos do PLS, mas alguns deles que foram vistos como bastante relevantes lá do ponto de vista da Secretaria de Aviação Civil.

Então, a primeira coisa é a respeito do cancelamento e atraso de vôo. Na proposta coloca-se a questão da indenização em caso de cancelamento ou atraso, nos atrasos superiores a duas horas. Se o meio de transporte disponibilizado for inferior a essas duas horas a indenização seria de 50%.

Não é que não concordemos com isso com algum mecanismo que leve às empresas aéreas, conduza às empresas aéreas a minimizar os atrasos e os cancelamentos de voos. Porém nós temos que calibrar essas duas propostas o cancelamento e a questão do atraso.

Nós vamos dar um exemplo a respeito disso, a nossa ideia ali foi construir um exemplo: temos dois passageiros, passageiro A no mesmo destino, voo 9001, o passageiro sai às 18h10 e o passageiro B, sai no voo 9005, às 7h10 da noite. O voo 9001 é cancelado por motivos operacionais da empresa, porém esse passageiro A é acomodado no voo 9003, que parte de Brasília, 30 minutos depois; ou seja, de fato teve um atraso de 30 minutos, mas o fato que aconteceu foi um cancelamento. Ele saiu do voo 9001 e foi para o voo 9003.

O que acontece? Esse passageiro A vai chegar a seu destino com 26 minutos de atraso e vai receber uma indenização de 50%, porque o voo dele foi de fato cancelado, então, a gente tem que tentar fazer uma calibragem.

Olha o caso do passageiro do voo 9005. Ele é informado que vai ter uma previsão de atraso no seu voo de 1 hora e 30. E o que acontece? Ele vai chegar com uma 1 hora e 50 minutos de atraso no seu destino que é São Paulo e, não faz jus à indenização, ou seja, um passageiro em atraso em torno de 1 e 50, 1 e 55 não lhe foi dada a indenização.

Porém, o outro que teve o voo cancelado e reacomodado em apenas 30 minutos, fez jus a 50% da indenização do valor do bilhete, ou seja, então têm algumas especificidades no que tange a cancelamento e atrasos de vôos, que temos que calibrar para gerar os incentivos corretos em termos de indenização dos passageiros.

Atraso de voo. Nesse ponto particularmente falando dos artigos 230 e 231 do CBA, que é o atraso de voo regulado de quatro horas, nós somos totalmente favoráveis a essa alteração de quatro para duas horas o tempo de limite de atraso de voo.

Overbooking. O *overbooking* realmente é um assunto polêmico que gera alguns problemas, porque a gente não pode falar do *overbooking* isoladamente do *no-show*, tem que falar desses dois elementos.

Porque na medida em que eu restrinjo suficientemente o *overbooking*, a empresa por seu turno também vai ter que limitar o *no-show*. Ou seja, o passageiro pode ganhar no *overbooking,* mas ele vai perder de alguma forma *no-show*, porque se não a equação financeira do setor e do transporte aéreo pode se tornar prejudicada. Qual é o ponto?

Há uma possibilidade e tem na legislação internacional sobre transporte aéreo nos Estados Unidos e na União Européia, a possibilidade de solução negocial entre o passageiro e a companhia aérea, mas não é o *overbooking* como um todo, não é?

Por exemplo, uma aeronave com 100 lugares, foram vendidos 120 bilhetes. O *overbooking* seria os

20 bilhetes, porém comparecem para embarque, 102. O problema não são os outros 18 do *overbooking*, são os 2 que foram preteridos. Esses que sim, tem que ter alguma forma de ser ressarcido pela empresa.

O primeiro caminho que seria o melhor é a via negocial da empresa conceder vantagens a esses dois passageiros que teve seu voo preterido. Mas por outro lado, se essa via negocial não foi eficiente nesses dois que teve a preterição, cabe sim, alguma forma de indenização.

O ponto que se houver uma limitação muito forte ao *overbooking,* eu não estou dizendo os dois que foram preteridos, mas os outros 18 do *overbooking,* o que vai acontecer? Porque o *no-show,* o não comparecimento vai continuar acontecendo. Portanto, a taxa de ocupação das aeronaves poderá cair.

Qual vai ser a atitude da companhia aérea, no momento em que há uma redução da taxa de ocupação? Se fizermos uma regulação muito restritiva no que tange ao *overbooking* e isso venha a levar uma queda da taxa de ocupação das aeronaves, no limite isso pode levar a um próprio aumento do preço das passagens aéreas.

Então nós temos que fazer um equilíbrio entre a proteção do consumidor, não do *overbooking* como um todo, mas daquele consumidor preterido àqueles dois que se apresentaram, mas não embarcaram, e o possível problema da restrição do *overbooking,* em termos de aumento da passagem aérea.

A questão do não comparecimento ao embarque. Também é um elemento bastante específico têm várias nuances várias possibilidades, mas concordando com o que o Dr. Marcelo falou, se eu faço uma política restritiva no que tange ao *overbooking* para o equilíbrio, digamos de mercado, eu também tem que fazer uma política restritiva no que tange ao não comparecimento ao *no-show*.

Porque se não eu posso de fato gerar um desequilíbrio de mercado e, esse desequilíbrio de mercado, no limite, pode se transformar num dano do próprio consumidor, na forma de maiores preços das passagens aéreas.

Então é necessário de fato encontrar um equilíbrio, para que a empresa indenize o passageiro quando ele tiver o seu direito de consumidor afetado. Mas por outro lado, essa regulamentação não pode ser – a nossa ver, estamos aqui para discutir todos os elementos – a ponto de transformar os preços das passagens aéreas. Então nós precisamos encontrar esse equilíbrio, isso é muito importante.

Veículos de transporte. É a proposta no Substitutivo, que o veículo de transporte, transporte remoto do passageiro do terminal até a aeronave no ônibus, só venha a transportar passageiros sentados. Qual que é o problema disso?

1. Se todo mundo for ser transportado do TPS, do Terminal de Passageiros até o avião assentados, o que vai acontecer? Nós teremos que claramente, o administrador aeroportuário vai ter que aumentar o número de ônibus para fazer esse transporte.

Qual é o problema? Na medida em que eu coloco um número maior de ônibus fazendo o transporte de passageiros, eu posso suscitar a possibilidade de maior número de atrasos é esse o equilíbrio que nós temos que fazer. A gente não pode ter tudo ao mesmo tempo. Eu favoreço o consumidor na hora que ele está indo sentado confortavelmente dentro do ônibus, porém isso pode resultar em um maior atraso.

Outra coisa é o seguinte, se eu aumento o número de ônibus, veículos transitando nos pátios dos aeroportos qual que é o problema que pode acontecer? Um número maior de veículos transitando no pátio é um risco a segurança operacional dentro do aeroporto é outro ponto que temos que equilibrar.

E no setor aéreo a nossa visão dentro da Secretaria de Aviação Civil, é que devemos ter a melhor regulação possível de concorrência, consumidor e etc. Mas não podemos transigir com a segurança, a segurança operacional é elemento básico do transporte aéreo.

Esse maior número de ônibus nos pátios vai reduzir obviamente essa eficiência de transportes do Terminal de Passageiros ao avião. Claro, isso tem um impacto maior nos custos operacionais e no limite, isso pode resultar em ampliação das tarifas aeroportuárias.

De novo eu chamo a atenção para esse problema, não é que não queremos dar a assistência, direitos e qualidade ao passageiro, porém, esse tipo de regulamentação que venhamos a fazer na norma legal ou na infralegal, poderá ter impacto sobre os preços das passageiras aéreas, que no limite é o passageiro que vai pagar tudo.

Aqui é só um exemplo, são duas empresas da Alemanha a New Plan e essa Kobs(F). Essa Kobs(F) também atua lá nos Estados Unidos. Nós pusemos essas imagens para verificar – debaixo dá até para perceber que o aeroporto é de Stuttgar. Não há assentos nos veículos produzidos por essas duas empresas alemãs.

A ideia é ampliar essa eficiência operacional de levar essas pessoas do TPS, os passageiros do TPS, para o avião. E o ponto central eu repito é a questão da segurança operacional. Na medida que eu coloco uma quantidade maior de ônibus dentro de um pátio do aeroporto eu posso trazer problemas no que tange a segurança dos serviços aéreos.

Restituição de bagagem. Seria algum tipo de multa indenização, se a bagagem não for entregue ao passageiro vinte minutos após o desembarque. Tem um problema aí de definição, porque de acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica – e aí, nós teríamos que trabalhar nisso também.

O desembarque do passageiro se dá depois que ele sai da parte onde estão apenas o passageiro e o público; ou seja, o desembarque, na hora que você afirma desembarque, não é à saída do avião, mas é entre a saída do avião e depois que ele pegou sua mala e saiu para área comum do aeroporto. Então para atuar nisso, teríamos que adequar essa terminologia do desembarque.

Outro elemento também é uma dificuldade aí, é pensando... Eu não precisaria estar tão preocupado por isso que eu sou a Secretaria, então, eu preocupo com as políticas, quem fiscaliza é a agência, mas digamos, como é que se daria essa efetiva fiscalização do desembarque do passageiro do avião e a restituição de bagagem? Se pensarmos num Airbus 320, nós temos cerca de 170, 180 passageiros.

Provavelmente aquele primeiro passageiro que saiu do avião vai ter capacidade de receber sua mala nesses 20 minutos, mas e aquele que foi o último da fila? O 180? Então temos essas dificuldades operacionais de dar efetividade a essa normatização.

A gente também prevê que vai existir sérias divergências entre os passageiros, às empresas e os administradores aeroportuários, no que tange: qual é a culpabilidade? O que cabe ao passageiro a empresa ou ao administrador portuário? É um problema também que teríamos que resolver para instituir essa norma. [soa a campainha].

E por fim, de certa forma há uma ampliação do custo, quando institui uma norma dessa, que pode se rebater no preço das passagens. Porém isso não implica que encontremos um caminho para maior celeridade dessa entrega de passagem, ou seja, a empresa é responsável por isso: "Ah, mas a empresa fala que aí, é a culpa é do administrador aeroportuário, seja a Infraero, ou seja, o administrador privado". Não eu comprei a passagem da empresa, a empresa tem que chamar a responsabilidade do administrador aeroportuário também.

Temos que encontrar o melhor mecanismo para dar eficiência nessa questão da restituição de bagagem.

A morte ou lesão de passageiros, enfim, não vou entrar no mérito da discussão do valor de indenização, o Dr. Marcelo já colocou que tem uma discussão sobre isso. Eu acredito que já tenha acórdão, se não me engano do STJ de não limitação do valor de indenização. Aí, teríamos que entrar muito mais no mérito jurídico e também a questão de atualização da norma.

Enquanto inserirmos valores nominais numa norma que pretende ser não digo perene, mas que ela dure suficientemente um tempo, você pode incorrer um problema de atualização monetária desses valores.

Por fim, a nossa apresentação é para pontuar alguns elementos do Substitutivo 114. E estamos aqui à disposição dessa Casa, para como for melhor possível trabalhar para fazer uma melhor norma para o atendimento desse setor que é o setor de aviação civil, e principalmente dos seus consumidores que são os passageiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Dr. Fernando pela contribuição inicial que traz a essa Audiência Pública. Nós passaremos a palavra agora ao Dr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Tem V.Sª. a palavra.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Obrigado, Presidente. Eu pretendo ser bastante breve porque sinceramente os trabalhos expostos pelo Dr. Marcelo e Dr. Fernando, na nossa opinião já esgota também o tema.

Principalmente o trabalho do Dr. Fernando, procurou demonstrar que existem vários assuntos que não devem ser regulados em lei porque engessam a atividade e podem vir a criar problemas sérios como, por exemplo, da devolução de bagagens do problema de assento de ônibus e etc.

O que nos chamou a atenção particularmente, dispensando já os pontos de vista expostos pela ANAC e pelo Dr. Fernando, muito bem expostos é que o projeto de lei ele carrega um problema muito sério que é o problema em primeiro lugar da proporcionalidade. Quando prevê uma multa como no art. 299: "será aplicada a penalidade de multa de até cinco milhões de reais". A multa de cinco milhões de reais acaba com qualquer empresa.

É muito perigoso para uma empresa aérea levar uma multa, uma multa de cinco milhões, significa que ela pode receber todo mês uma multa de cinco milhões. Não há empresa nenhuma que aguente uma punição desse tipo e continua: "será aplicada penalidade de multa, ou de suspensão ou cassação de qualquer certificado de matrícula, habilitação, concessão, autorização...". O artigo não dispõe nem em que hipótese será cassada a concessão. Então pode haver uma punição absolutamente desproporcional à falta cometida pela empresa.

Outra coisa que nos chamou a atenção foi o problema do *no-show.* Todos nós sabemos que o *overbooking* é uma forma de defesa que tem uma empresa aérea em relação ao problema *no-show,* ele é prati-

cado no mundo inteiro é um comportamento normal das empresas, aéreas. Hoje utiliza-se um software extremamente sofisticado para se chegar ao número de passageiros em princípio em excesso.

E o projeto de lei não prevê nenhuma punição para o *no-show*, pelo contrário, o art. 231 – C, proposto, diz: "que o passageiro com a reserva confirmada que não comparecer para embarque no horário estabelecido, *no-show,* terá direito a restituição da quantia efetivamente paga pelo bilhete de passagem não utilizado". Quer dizer, além de não cumprir a sua parte no contrato, ainda é beneficiado com a devolução do valor do bilhete o que não ocorre em qualquer outro tipo de transporte.

E existem vários dispositivos propostos, uma duplicidade de punição, punição é o que tira qualquer sentido de proporcionalidade que deve caracterizar qualquer lei. No problema da bagagem levantado pelo Dr. Fernando: "Que a bagagem será entregue ao passageiro violado em bom estado de conservação no prazo de 20 minutos após o desembarque".

O Dr. Fernando já expôs bem como é complicado calcular esses 20 minutos e, sobretudo, porque em regra a responsabilidade no atraso da bagagem é sempre do operador do aeroporto, algum problema nesse tipo de operação. Além do mais ela acrescenta um § 7º: "em caso do descumprimento no disposto no parágrafo anterior, o transportador pagará ao passageiro de imediato em moeda nacional".

Pelo amor de Deus, é impossível uma empresa área manter no *chekin* dos aeroportos dinheiro disponível para pagar todas as hipóteses previstas aqui no projeto de lei. Além de pagar imediatamente sem nenhuma discussão, sem nenhuma discussão a respeito da responsabilidade como colocou o Dr. Fernando, o passageiro ainda vai receber metade do valor integral da tarifa.

Além de haver essa obrigatoriedade de entregar a passagem em 20 minutos, que nem sempre é responsabilidade da empresa. A empresa é punida é obrigada a devolver de imediato em moeda sem qualquer discussão da responsabilidade, a metade do valor integral da tarifa há uma de proporcionalidade absurda nisso tudo.

Então são esses aspectos que eu queria acentuar, além daqueles já acentuados pelo Dr. Marcelo e pelo Dr. Fernando, integralmente corroborados pelo SNEA.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. Mollo. Eu tenho a honra de passar a palavra ao Dr. João Quirino Júnior, Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens. Tem V.Sª. a palavra.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Bom dia a todos. Obrigado Senador Leomar Quintanilha, por nos convidar a participar dessa Audiência Pública. Bom dia aos representantes da mesa, Srs. Senadores, Sras. E Srs.

Com referência ao assunto de *overbooking* Senador, eu gostaria de enfatizar o que o Dr. José Márcio Mollo falou com referência a diminuição do *overbooking* praticado em todo o mundo, principalmente depois da criação de software mais eficientes.

Por ser uma prática mundial e por ser uma defesa das empresas aéreas para minimizar o seu custo operacional com o não comparecimento de passageiros, depois da implementação dos tickets eletrônicos, dos bilhetes eletrônicos, essa prática ela vem diminuindo às empresas passaram a ter um controle maior.

Nós sabemos que esse produto ele é altamente perecível fechou a porta do avião não foi ocupado o assento, o passageiro que deu o *no-show*, ele vem a trazer um prejuízo para a empresa aérea. E nós citamos como exemplo, uma empresa aérea que atualmente opera Brasília-Europa, que é a TAP em [ininteligível], com a TAM, em que tem apresentado uma taxa de ocupação anual em torno de 75% de aproveitamento. E com um índice de *no-show* anual em torno de 30 passageiros por vôo.

A média vai de doze e vem aumentando gradativamente, isso aí é um prejuízo altamente considerável para as empresas aéreas. E para tanto realmente é preciso que ajam normas, ajam regras bem esclarecidas, transparentes para a penalização de quem cometeu esse erro. Porque não só é a empresa aérea que pratica isso como um ato de defesa não pode ser exagerado, e tem que ser fiscalizado e regulado pela ANAC ou pelos órgãos de aviação civil.

Só para se ter uma ideia um passageiro internacional que pratica um *no-show* e normalmente nesse caso da TAP, são passageiros europeus que faltam ao embarque no seu retorno, eles são obrigados a pagar uma multa de *no-show* em torno de 200 dólares, mais uma taxa de remarcação de mais de 200 dólares, mais uma diferença tarifária se houver. Então, ele, realmente, passageiro tem sido penalizado.

Por outro lado como coibir essa prática? As empresas aéreas já tomaram suas ações para evitar que isso aconteça. Houve o problema do caos aéreo, quem foi o responsável ou não, por problema de capacidade técnica de algumas aeronaves por problemas climáticos nós não sabemos. Mas eu toquei nesse ponto e agradeço muito o convite do Senador Leomar Quintanilha, porque o Código de Defesa do Consumidor

ele responsabiliza as agências de viagens a ressarcir o passageiro por todos esses danos causados aos passageiros.

Eu pergunto: que culpa nós temos, se nós não somos responsáveis diretos por esse ato? Que culpa temos nós que somos intermediários na venda de passagens, somos prestadores de serviço por um erro ou por uma falha técnica, seja lá por que for, prestado por um fornecedor? E para tanto, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui duas menções e solicitar uma alteração no PLS.

A primeira menção é com referência as considerações da ANAC sobre o PLS, onde ele fala sobre os principais aspectos abordados da responsabilidade civil. Embaixo ele menciona: "fixação de novos limites de indenização, aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de transporte, disciplina de *no-show*".

Gostaríamos aí que fosse enfatizado ou fosse colocado que as agências de viagens elas não são responsáveis por esses casos, absolutamente. Isso vem acontecendo e acho que é uma leitura e com todo o respeito ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Direito Econômico ou o Código de Defesa do Consumidor, é uma leitura equivocada nós não podemos ser responsabilizado por aquilo que nós não fazemos.

Por outro lado, Sr. Presidente, nos comentários da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da defesa, no art. 229, a Secretaria sugere uma alteração na proposta do PLS dentro desse artigo. É uma proposta de nova redação, que introduz a obrigação de não apenas reembolsar o passageiro, mas igualmente indenizá-lo e por aí afora.

Nós gostaríamos que fosse acrescentado no final o seguinte: "não tendo as agências de viagens quando emissora dos bilhetes aéreos, qualquer responsabilidade de ressarcimento ao passageiro". E nós agradeceríamos muito se isso fosse levado em consideração e fosse acrescido nessa alteração.

Nós gostaríamos de deixar claro que as agências de viagens, àquelas, principalmente àquelas associadas à Associação Brasileira de Agências de Viagens que são 3300 agências em todo o Brasil, nós primamos e defendemos sempre em primeiro lugar o consumidor. Nós estamos juntos com o consumidor agora não podemos, enfatizo mais uma vez, ser responsabilizados por serviços que não prestamos.

Nós não transportamos, nós não servimos refeições, nós não passamos roupa em hotel, muito pelo contrário, nós indicamos e mostramos aos passageiros os serviços que ele poderá comprar. E ressaltar também que as agências de viagens elas representam hoje no Brasil, provavelmente mais de 70% da receita bruta na venda de passagens para as empresas aéreas.

E continuamos com esse impasse. E queremos saber por que o Ministério de Justiça, por que estamos incluídos no Código ou inseridos, no Código de Defesa do Consumidor como responsáveis por esses serviços que trazem, causam alguns prejuízos ou danos aos passageiros.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. João Quirino, suas manifestações a respeito do tema abordado *overbooking.* E nós passaremos agora a interagir com os membros desta Comissão.

Nós temos como primeiro inscrito, Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado Sr. Presidente, eu quero inicialmente parabenizar todas as exposições realizadas, acredito que serão fundamentais para que o Relator do PL 114/2004, possa fazer o melhor em relação a esse projeto.

Bem, várias questões foram levantadas, mas eu acredito que o que queremos, porque na verdade, o que os passageiros querem? Que as empresas façam a sua parte, que as instituições de fiscalização também façam a sua parte, primeiro que não tenhamos voos cancelados, evitarmos isso e voos em atraso.

A questão das bagagens também tem que encontrar um ponto que os passageiros também percebem isso, mas tem que ter um tempo, não podem ficar ali também sem uma referência de tempo. E eu também acredito que uma questão que foi passada muito rápido, embora, eu não tenha lido o Projeto de Lei 114, mas eu gostaria de saber dos senhores quanto a um ponto importante que temos visto muito na mídia, e principalmente por parte das famílias é a questão relacionada às mortes e lesões.

Então principalmente as famílias que perderam os seus parentes, que perderam as pessoas que estavam num determinado vôo. Então eu gostaria de saber por parte dos senhores, quanto essa questão das indenizações. Eu acho que nós temos que ver esse é um ponto importantíssimo ninguém vai recuperar nenhum ser humano, nenhum dinheiro vale mais do que um ente querido.

Mas é importante darmos atenção a esta questão das indenizações das famílias. Tenho visto algumas matérias de pessoas ainda reclamando de acidentes aéreos e até hoje não foram indenizadas. Não sei se já foram indenizadas neste momento.

Então eu gostaria de ouvir dos senhores uma avaliação sobre essa questão e o que podemos fazer, porque o que as famílias querem é indenização, infeliz-

mente, não podem ter mais de volta os entes queridos. Então esse é um ponto que nós não podemos deixar dentro desse contexto geral da crise que tivemos.

Eu também muito embora não seja um assunto que está diretamente ligado a esse projeto, mas eu gostaria de ouvir por parte do Dr. Fernando, que é o Ministério da Defesa. Nós temos uma defesa muito grande na Amazônia.

Eu sou do Estado do Amazonas. Então na Amazônia existem centenas, talvez milhares de pistas clandestinas. E aí nós estamos falando de uma outra aviação, não é mesmo? Aquela que está no âmbito da iniciativa privada dos táxis aéreos. E eu fico preocupado com isso, o que está sendo feito?

Quais são as ações que estão acontecendo no sentido de resolvermos essa questão? Porque termos as pistas adequadas para os aviões, esses táxis aéreos aterrissarem isso é fundamental. Agora, precisamos ver esse processo tenho adequação, que ações estão sendo feitas no sentido de minimizarmos esse problema.

São essas as questões Sr. Presidente e parabenizo, inicialmente, todos os expositores.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu entendo que seria interessante ouvirmos também os questionamentos levantados pelo próximo Senador inscrito, Senador Roberto Cavalcanti, para que os ilustres convidados pudessem se manifestar a respeito. Nesse pressuposto concedo à V.Exª. a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pelo que eu estou entendendo, faremos todos às perguntas e no final... Eu gostaria de parabenizar ao Senador Leomar Quintanilha, pela iniciativa dessa Audiência Pública.

Audiência Pública é um enriquecimento é uma forma que nós temos, a sociedade tem e todos os setores ligados a qualquer problema, qualquer questionamento tem de debater em conjunto e harmonizar as ideias e esclarecer determinados pontos.

Eu tenho a medida do possível participado intensamente de todas as Audiências Públicas que estão aqui agendadas. E tenho uma forte referência sobre o valor destas Audiências e parabenizo mais uma vez, o Presidente da Comissão e autor desta propositura.

Overbooking é um termo muito bonito o nome e, muito traumático para quem é vítima do *overbooking*. A palavra sonoramente é até bonita, mas ela na verdade, ela traz um impacto muito forte para o usuário. Eu estou aqui como Senador, mas me posiciono como cidadão que viajo muito e considero que o passageiro, talvez, seja na máquina aeroviária mundial, ele seja o produto menos cuidado.

Os aviões são cuidados com manutenções preventivas – até parabenizo o setor porque na verdade, desconheço uma outra atividade que seja tão controlada técnica e mecanicamente como a aviação é uma segurança para nós todos e parabenizo.

Agora, quando chega na ponta da linha que devia ser a cabeça da linha que é o cidadão, o passageiro é uma coisa indescritível. Vamos dizer, a cena de você viajar o estresse de você viajar é uma seqüência que saí de você fechar a conta do hotel, aí vai pegar um táxi para um aeroporto perto ou longe. Aí vai ter que pegar suas malas e não... Cada aeroporto tem uma formatação. Cada embarque tem uma formatação e você sai naquele estresse.

Quando se chega num balcão de uma companhia e por uma razão que não é culpa do passageiro, você se depara com uma circunstância de *overbooking* é um impacto realmente bastante traumático. Eu encaro o que *overbooking* é uma consequência de uma estratégia comercial. O *overbooking* as empresas sabem que há uma quantidade de passageiros que não chegam ao local do embarque por razões diversas, saúde, atrasos de trajetos, cancelamentos de programas. E elas se resguardam com esta reserva técnica de ter seus aviões lotados.

E ao mesmo tempo nós temos o contraponto disso, que são voos cancelados. Significa que quando os passageiros não têm um volume significativo muitas vezes são alegadas razões técnicas, são alegadas condições de manutenção de aeronave e o passageiro, na verdade, ele não embarca. Quem manda na verdade é a companhia aérea, quem define é a companhia aérea.

Eu gostaria de dividir a minha abordagem em dois pontos, lamento muito não estar aqui presente – a não ser que eu esteja equivocado – alguém representando a ANAC. Está representando a ANAC? Perfeito. Então, ótimo. Eu não o tinha identificado. Então, vou deixar o capítulo mais para a ANAC um pouquinho depois.

No tocante a *overbooking* eu quero dizer que, eu como cidadão, eu gostaria que... Vamos fazer o mundo da fantasia. Eu gostaria que uma caixa me pegasse no hotel e me deixasse em casa. E ali dentro daquela caixa eu ficasse resguardado de todos os problemas, se a minha bagagem ia chegar, não ia chegar porque eu estava com a bagagem junto de mim naquela caixa. Eu poderia até ser, naquela caixa, jogado para um outro país, um outro lugar do mundo e, quando chegasse lá eu estava no destino errado.

Eu estou fazendo isso a título de brincadeira, mas na verdade o que cerca o embarque de um passageiro é uma coisa extremamente tensa. Não é à toa que estão ganhando, novamente no mundo, espaço

os cruzeiros marítimos, porque os cruzeiros marítimos eles lhe põe dentro de um navio.

E dentro desse navio você tem o conforto de estar com toda a sua bagagem, chega embarque e desembarca em vários portos, sem problema de passaporte, sem problema de bagagem, passa X horas naqueles portos e faz o programa relâmpago. Só é menos interessante, porque eu sou contrário às visitas relâmpagos, eu prefiro ficar mais tempo num determinado local para poder conhecê-lo.

Mas eu quero me ater ao *overbooking* no sentido do que foi aqui, evidenciado pelo Dr. João Quirino da ABAV, que é o problema da co-responsabilidade ou da responsabilidade. Eu acho realmente um absurdo.

Eu acho que as agências de viagens elas são na verdade, a ponta da linha da culpa de um eventual *overbooking*. Eu acho que houve uma falha, houve um equívoco de imputar a responsabilidade, que no Brasil é muito fácil se colocar a responsabilidade. Tem que se colocar em alguém, tem que se botar, distribuir culpa para alguém.

Eu acho que as empresas aéreas, elas são as responsáveis. A ela cabe alegar o que motivou o *overbooking* e, mais no caso, de estender essa co-responsabilidade para as agências que lá nos seus escritórios foram intermediárias de uma ação comercial.

E principalmente levando em conta que a atuação das agências de viagens se deram na contratação de empresas idôneas e aprovada – a agência de viagem não está tirando um bilhete de uma companhia inexistente. Quando ela põe companhia rodoviária, às vezes, existem algumas empresas que não estão habilitadas tecnicamente.

Mas na aviação quem está voando está extremamente habilitado e credenciado e supervisionado e controlado. Então eu me acosto ao pensamento do Dr. João Quirino de que as agências de viagens efetivamente elas não têm essa co-responsabilidade no tocante a *overbooking*.

Mas eu gostaria de fugir um pouquinho ao tema e aí, que eu estava louco realmente que a ANAC estivesse presente que é um problema de falar sobre a nossa Paraíba. O Estado da Paraíba é um Estado que é um desafio se conseguir atingi-lo e é um desafio conseguir sair da Paraíba, principalmente a sua capital João Pessoa. As outras cidades eu nem posso falar, porque nem tem malha viária, exceto Campinas Grande, que às vezes cancelam essa opção de vôo, nós ligamos, um passageiro que quiser da Paraíba ir ao Ceará, ele vai ter que fazer um percurso bastante exótico.

Se um passageiro quiser ir ao Norte, qualquer das capitais do Norte também passa pelo mesmo problema. E não é só isso, nós na Paraíba temos o desejo de avançarmos no problema e no processo de desenvolvimento do turismo. E veja o que acontece na malha aérea da Paraíba, nós temos um aeroporto sofrível, foi feita uma reforma.

Há dois anos atrás, eu aqui nesta Casa, bati para que pelo menos fossem concluídas as obras por parte da Infraero. Uma obra polêmica, uma obra que foi uma retrofitagem de um aeroporto feito há anos atrás. Basta dizer que neste aeroporto a reforma foi concluída e desde o projeto inicial não existia nenhum *finger*, embarcam crianças, senhoras doentes, na chuva ou no sol, nas intempéries, sem nenhum *finger*. Não existe *finger*.

Foi um projeto meia-sola, um projeto tal... E na qual a Infraero gastou mais de 50 milhões, foi o metro quadrado mais caro do universo. Então, lembrem que eu estou falando de metro quadrado para reforma de mais de dez milhões reais, com o terreno existente.

Então, quando se fala numa casa a beira– mar na qual se paga terreno, se pode pensar no metro quadra caro. Mas o metro quadrado da forma que foi o metro quadrado da reforma do Aeroporto de João Pessoa é um negócio inacreditável. Eu fico mais calado, porque não adianta... São assuntos pretéritos.

Mas eu diria que independente da estação de passageiros da Paraíba, vejamos sob o foco do turismo. Se você quer ir à Paraíba vai num voo que chega à Paraíba de madrugada, uma e meia da manhã, uma hora da manhã. Significa que o expediente seguinte o turista está meio no nocauteado, porque ele já vem cansado a viagem.

Quando ele chegar ao hotel, ele já chega às duas horas da manhã, duas e meia, quando ele vai dormir já está próximo de três horas manhã, dia seguinte ele já não pega pacote turístico nenhum. Ele quer dormir, se estiver acompanhado com a senhora dele, ele vai querer descansar e tal. Então, nós perdemos já um meio expediente de turista que o turista nocauteado no horário de chegada.

E no retorno – e hoje eu sou uma dessas vítimas – o dia de hoje eu tive que pegar. Você acorda às três da manhã para pegar um embarque que, no horário normal acontece as cinco da manhã e, você tem que estar no aeroporto às quatro da manhã. Para você estar no aeroporto às quatro da manhã, se você estiver no hotel, para fechar a conta, trocar de roupa tomar banho, você vai também gastar pelo menos uma hora, mais uma hora de chegar às quatro.

Então significa que você à noite, aquela noite que o turista poderia estar usufruindo da Paraíba, João Pessoa, ele não pode porque ele vai ter que se recolher para dormir mais cedo, porque ele vai ter que botar um

despertador a três horas da manhã, no mínimo, para poder estar no aeroporto às quatro.

Então o que acontece? Isso é uma confluência, João Pessoa, lamentavelmente geograficamente está vizinha a Recife 100 quilômetros, é uma perna curto em termos de linha. E, as empresas por questão de faturamento, por questão de estratégia de ocupação dos aviões, que eu entendo, eu venho da iniciativa privada, eu entendo.

Mas às empresas, como nós somos ponta de linha, nós temos que sair o mais cedo possível para que aquele avião siga em frente e vá concluir suas linhas. E ele também tem que ser fim de linha para quando ele retorna, ele já retorna exatamente no fim de linha. Mas algo tem que ser feito pelos passageiros, algo tem que ser feito pelos Estados, menos favorecidos com determinadas concentrações de vôos.

Então, eu acho que falta ao Brasil fazer com que a própria ANAC – eu admiro a ANAC têm pessoas que trabalham na ANAC que são do meu conhecido pessoal e alguns até familiar. Eu acho que o trabalho da ANAC é um trabalho... Mas eu acho que o país a ANAC e a estrutura de comando de concessão do serviço público que, na verdade, um voo é uma concessão de serviço público, é uma atividade privada, mas ela na verdade passa por uma concessão e toda uma supervisão.

Eu acho que deveria ter que existir um comando, para que a circunstância não acontecesse o que acontece atualmente na Paraíba. O Presidente Lula na reunião de Montes Claros em Minas Gerais fez através da reunião da SUDENE, os 50 anos da SUDENE, prometeu uma reformulação da malha viária do Nordeste.

È um passo, vai haver uma melhora, mas no tocante a Paraíba – e isso foi externado pelo próprio Governador durante essa reunião – o Governador José Maranhão durante esta reunião em Montes Claros, fez a ressalva de que a Paraíba se sentia mal atendida.

Então, eu peço que mesmo fugindo um pouco ao tema, a ANAC tente viabilizar. A Paraíba não tem nenhum projeto estruturante forte; não tem nenhum grande porto; não tem nenhuma ferrovia; não tem nenhuma siderúrgica; não tem nenhum estaleiro. A Paraíba não tem nada ela vive de miscelâneas, de miscelâneas, nos faltam projetos estruturantes.

Então, já que a Paraíba tem tão pouca chance econômica e tão pouco acompanhamento por parte do Governo Federal, eu pediria que a Paraíba fosse lembrada, no sentido de minimizar esses enlaces que permitam que um passageiro saia de João Pessoa que atinja às capitais em direção Norte e, principalmente, no tocante aos horários de voo.

Era essa a abordagem que eu queria de fazer, me desculpe por ter me estendido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Nós passaremos, então, a ouvir os convidados a respeito das considerações expendidas, ainda, àquelas que fugiram ao escopo desta Audiência Pública, como a questão relacionada aos acidentes, às vítimas aos familiares das vítimas de acidentes, aéreos. Como essa questão dos horários dos vôos, levantados pelo Senador Roberto Cavalcanti.

Eu consulto se ANAC, começaria. Então, concedo a palavra a V.Sª., Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranis.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANIS: Estou retomando só às perguntas para eu não incorrer em nenhuma falha de não respondê-las. Pontuar a questão da indenização das famílias teve um questionamento sobre a questão das pistas clandestinas e, agora, a colocação sobre a questão da Paraíba.

Na nossa apresentação quando nós colocamos a questão do limite das indenizações, essa parte da indenização da família é uma das partes importantes. O CBA hoje, o Código Brasileiro da Aeronáutica ele coloca no seu art. 257: “que a responsabilidade do transportador em relação a cada passageiro e tripulante limita-se, no caso de morte ou lesão, ao valor correspondente na data do pagamento a 3500 OTNs”.

Só lembrando que o Código de 86, por isso a referência em OTN e ele considera o limite máximo, ou seja, a lei diz que tem um limite máximo para a responsabilidade, no caso de morte ou de lesão. Isso é uma preocupação é o que a gente estava colocando que hoje a jurisprudência já não aceita isso.

Não tem um limite máximo hoje de quanto alguém pode ser indenizado tanto que, se eu for atualizar esse valor dependendo da técnica que eu vou chegar a um valor cerca de 40 e poucos mil reais ou cento e poucos mil reais. E um passageiro quando algum familiar tem um passageiro que sofre uma... Que morre num acidente de avião ou sofre uma lesão, eles têm recebido indenizações muito maiores do que isso.

Mas a legislação hoje é um problema com relação a isso, porque quando eu tenho um limite máximo previsto nisso, às empresas elas obviamente não... Eu também não tenho uma obrigação de pagar alguma coisa num primeiro instante. Então, isso foi uma preocupação que a gente tinha sem conseguir... A agência não consegue alterar a lei, mas a agência consegue dar um determinado tratamento.

Uma das medidas que nós fizemos em relação a isso, foi a atualização desse valor, o que seriam esses valores em OTN para os dias de hoje. Então, nós chegamos a um valor numa resolução da agência no

ano passado – eu vou pedir ajuda aos "universitários": 42? 37 mil reais, que seriam esses valores de 3.500 OTNs, 42 mil reais para o valor desse limite máximo, que na verdade, está sendo entendido na prática como um limite mínimo.

Ou seja, tem um acidente aéreo, a pessoa morre o familiar, já recebe esse limite de 42 mil reais e aí, vai discutir judicialmente o resto de indenização. É o que nós conseguimos fazer dada a legislação de hoje. Então depende muito ainda do passageiro ingressar em Juízo e ter uma negociação. A gente tem acompanhado um pouco a questão da indenização dos passageiros.

O Ministério da Justiça fez um trabalho de criar câmaras de compensação, câmaras de negociação, para chegar a um acordo entre quanto os familiares desejam, quanto às empresas podem pagar. E justamente por ser um assunto que não está bem tratado do ponto de vista legal, é um assunto que dá muito demanda judicial e dá muita discussão.

A proposta prevista no projeto de lei desse ponto de vista é bem interessante, porque para de tratar como limite máximo, ou seja, acaba com essa discussão que já está sanada pela jurisprudência e dá um limite mínimo. Um limite mínimo de um milhão de reais para o caso de lesão por morte.

Então, dentro desse conceito assim, do ponto de vista principiológico, ele está muito mais adequado. A gente entende que o PL realmente está indo nesse sentido de buscar um limite mínimo, que a pessoa recebe um determinado valor assim que tem o acidente. E depois recorre judicialmente, se quiser um valor maior.

Mas eu acho que está muito bem adequado para isso, o que a gente não consegue fazer isso do ponto de vista regulatório. A gente conseguiu ir até onde a gente podia, atualizando esse valor que existia no CBA hoje.

A questão das pistas clandestinas, a gente está tentando levantar junto à Superintendência de Infraestrutura, se tem alguma medida de fiscalização que está em curso, agora, com relação a isso – eu não sei se o Fernando tem alguma informação específica sobre pistas clandestinas. Então eu prometo que, se eu não passar agora eu passo a informação para o senhor Logo depois.

Com relação a João Pessoa que, na verdade, é a Paraíba, o transporte na Paraíba. Senador, a gente tem e é um problema que acontece em diversos Estados, é um problema que várias pessoas, reclamam sobre a regularidade sobre o horário. O Dr. Mollo já disse que ele vai falar sobre o assunto, é uma questão da empresa aérea, de como a empresa aérea disponibiliza isso.

Mas o senhor também fez uma colocação sobre como o órgão regulador, faz a concessão dos seus voos e o que ele pode fazer para melhorar isso. E aí, eu coloco primeiro uma peculiaridade do setor, tanto da legislação do marco regulatório do transporte aéreo, quanto da... Eu vou tratar da questão do turismo e da regularidade de voos.

O setor de transporte aéreo, o senhor falou bem, eu tenho uma concessão de serviço público, ou seja, uma prestação de serviço público hoje, mas que é feito de uma maneira um pouco diferente de eu considerar, por exemplo, o transporte rodoviário interestadual de passageiros.

O transporte rodoviário interestadual de passageiros, a ANTT ela tem uma linha e ela vai fazer licitação para a permissão daquela linha. Ela estipula quantos competidores eu posso ter numa determinada linha, e ela dá a permissão para uma determinada empresa, por um determinado período de tempo, com uma tarifa regulada para fazer aquele transporte.

Ou seja, se ela entende que precisa de mais transporte num determinado local ela pode criar essa permissão e, esse é o marco regulatório dela até dado por lei. Está sendo revisado agora na ANTT, dentro do Governo Federal, se está um marcado adequado se precisa ser mais liberalizado, ou não, mas é assim que ele funciona. Então, a ANTT ela tem possibilidade de fazer uma licitação toda vez que ela precisa de uma nova linha, e determinar que horário que deve ser adequado.

A ANAC isso funciona bem diferente às empresas aéreas, elas até por força de lei, elas podem voar para onde elas quiserem no horário que elas quiserem desde que haja infraestrutura, aeroportuária adequada para isso. Então o trabalho da agência não é de estipular uma nova linha e licitar aquela linha, as empresas apresentam o que elas querem apurar e nós autorizamos isso.

Nós não temos esse poder de criar novas linhas e determinar novas linhas. Isso dá uma diferença no marco regulatório, eu sempre pontuo a diferença entre as duas coisas, têm vantagens e desvantagens. Por um lado a concorrência ela acaba nascendo mais naturalmente, porque eu não tenho uma limitação de números de empresas num determinado lugar.

Por outro lado, se eu pretendo atingir um destino num prazo menor eu tenho uma dificuldade de ter um instrumento para isso, porque eu não posso determinar que alguém voe. O conceito que está por trás dessa liberdade maior no transporte aéreo é que naturalmente – no Brasil, a gente tem visto isso – o transporte vai se expandir e nós vamos ter mais empresas atuando. Cada vez chegando a cidades com

população menor e o transporte vai ser mais consistente nessas necessidades.

Eu não vou precisar ter uma tarifa regulada, eu não vou precisar ter uma determinação do Poder Público de que isso aconteça. A gente observa isso no mundo inteiro o modelo é muito parecido no mundo inteiro.

Eu tenho rotas subsidiadas e às vezes rotas com proteção de concorrência, onde são locais remotos. Então os Estados Unidos tem isso para o Alasca, Portugal tem isso para as ilhas dele. E um projeto que está se estudando inclusive no Ministério da Defesa, para que tenha essas rotas específicas para locais de difícil acesso, seriam locais da Amazônia, por exemplo. Mas de outra forma, nós não podemos determinar nem horário, nem para onde e, nem a frequência que as empresas operam.

O senhor falou que a Paraíba tem falta de projetos estruturantes, até ressaltando o problema que o Estado tem isso realmente é um problema, que se não tenho uma demanda executiva para se criar voos regulares para um determinado Estado, eu não tenho essa frequência de vôos, que é importante para o turismo. Isso o que nós fazemos sempre é facilitar totalmente a questão do voo charter para o turismo.

O vôo charter ele pode ser pedido sempre, tem até menos burocracia para se pedir um voo charter. A empresa precisa de menos burocracia para ser criada para ser charteria e ela tende a resolver o problema do turismo.

Sempre que precisar ou sentir que está tendo um entrave com relação à voo charter, nós estamos à disposição para discutir isso. Acho que o SNEA vai colocar mais pontos sobre a atuação das empresas e até o marco regulatório do transporte. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Marcelo. Dr. José gostaria de se manifestar a respeito também?

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Pois não, responder ao Senador.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Sª. a palavra.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Rapidamente os três problemas que o senhor levantou. O problema do *overbooking*, como já foi explicitado aqui, inclusive o Dr. Fernando colocou bem, inclusive, entra o problema empresarial. Eu gostaria de explicar ao senhor o seguinte que, vamos nos referir às duas grandes empresas brasileiras que as outras são mais no nível regional.

A Gol, por exemplo, o sistema de reserva dela não permite *overbooking,* então, ela nunca praticou *overbooking,* porque na Gol o senhor não faz a reserva, o senhor compra imediatamente.

O problema do *overbooking* se destacou muito durante o período crise aérea como disse o Dr. Fernando. De 2008 para cá, desde que ANAC, essa diretoria reajustou a malha aérea e adotou às providências cabíveis, nós não temos mais ouvido falar em *overbooking*. É muito raro isso acontecer.

E de qualquer maneira, se o projeto pune o *overbooking* – eu não estou dizendo que está errado – também, deve punir a outra parte contratante que não comparece, não cumpre a sua parte no contrato. Porque se o senhor contrata uma viagem com a empresa aérea e não aparece no aeroporto no embarque, aquele assento viaja vazio. Certo?

Agora, o problema do embarque de fato tem sido um estresse. O senhor toda a razão também eu viajo muito, aqui o Dr. Marcelo também sei que viaja muito. Hoje mesmo eu vinha num táxi aqui, aqui em Brasília, porque no país o estresse começa no trânsito porque há muito tempo atrás, nós não tínhamos... E existe o estresse do embarque, como existe em qualquer aeroporto do mundo.

E nós temos passado, ainda não temos solucionado embora o governo venha tomando atitudes o problema da infraestrutura aeroportuária. Os aeroportos no Brasil, ainda dependem de muita coisa para poder melhorar.

Então vai o estresse desde que o senhor pega o trânsito, o estresse no balcão do *chekin,* em alguns aeroportos o número é muito limitado em função da limitação física do aeroporto. E chega ao salão de embarque, são poucas salas de embarques com poucos assentos. Então, de fato é um estresse eu também sinto isso, esse problema.

Quanto ao problema de Paraíba, como disse o Dr. Marcelo, não é um problema da ANAC, certo? Hoje nós temos, hoje não, desde que foi criada a ANAC é uma liberdade de vôo, que é a política adotada no mundo inteiro. E o nosso problema dessas capitais, como o senhor falou mais isolada, mais na ponta como João Pessoa, Natal e etc. Nós temos dois problemas, primeiro o problema de ordem econômica, o senhor disse que era empresário o senhor sabe bem disso.

Se eu não tenho o número de passageiros suficientes para botar dois ou três voos, não tem lógica que eu coloque dois ou três voos para ter prejuízo. E essa situação que o senhor colocou de sair de madrugada etc. Eu não sei se o senhor lembra, não é uma situação nova, antigamente quando nós tínhamos Varig e Vasp, pelo Brasil voando, também, nós também tínhamos àqueles voos da madrugada do Nordeste.

Eu me lembro bem que tinha um voo da Vasp, que saía pingando a madrugada, durante a madrugada toda às cidades do Nordeste, para vir depois descer para-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a permissão—

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas naquele Estado, inclusive, eles eram chamados de "voos bacurau", que era um voo que já tinha uma tarifa que era uma tarifa--

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Diferenciada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Privilegiada. Hoje se paga caro para se voar de madrugada, essa seria uma observação nossa.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Senador segundo a Fundação Getúlio Vargas e a ANAC sabe disso, nós tivemos 2004 a 2007, – foi a última vez que eu vi esse dado dela – uma queda no preço das passagens de 37, 5%.

As pessoas – como qualquer coisa – o consumidor está sempre olhando o preço e achando que está pagando a mais. Mas de fato as nossas passagens aéreas caíram realmente em relação às passagens cobradas pelas antigas empresas. A revolução que a Gol causou no setor, que levou essas três empresas a quebrarem e, a TAM muito bem se adaptar.

Então hoje nós temos a passagem aérea mais barata do que tínhamos antigamente, sem nenhuma dúvida. Embora elas tenham aumentado o último ano por causa do problema do petróleo e do dólar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Principalmente se o consumidor souber comprar.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Sim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Porque o preço da passagem aérea no Brasil é uma coisa muito curiosa, porque existem todos os preços.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: É.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Porque existem todos os preços, você faz o mesmo trajeto por 1.500 reais e por 500 reais.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Qualquer empresa e qualquer lugar do mundo têm isso, tem esse sistema. É um mix dentro do avião.

Agora, o problema que o senhor colocou João Pessoa como o problema, por exemplo, de Natal, eles ficam no extremo do país é o mesmo problema do Porto Alegre. Então hoje qualquer empresa moderna, está se eliminando ao máximo o sistema de ponta a ponta, o voo de uma cidade a outra vai e volta. Bate e volta.

Se usa muito o sistema de trilho e isso é que forçou os preços, numa economia muito grande, possibilitou baixar os preços dos bilhetes. Então o avião sai lá do Nordeste ele vem descendo, se ele não sair lá de cima muito cedo – como ele sai também de Porto Alegre muito cedo – ele não consegue cumprir a sua rota, sua utilização máxima o ideal para que ele se torne viável economicamente.

Lamentavelmente é a posição geográfica como o senhor falou. E há também o problema de centro econômico, não existem passageiros suficientes para novas linhas, novos horários.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): o Dr. Mollo concluiu. Eu faculto a palavra à V.Sª., se quiser fazer suas considerações finais, na sua participação aqui na Audiência Pública.

SR. JOSÉ MÁRCIO MOLLO: Eu agradeço a oportunidade nessa discussão. Entendo a preocupação do Senado com o problema do transporte aéreo, principalmente depois do caos que nós vivemos.

E penso a respeito do projeto de lei, que algumas matérias não devem ser reguladas como foram colocadas, nos termos que estão colocados, como já bem expôs o Dr. Marcelo e o Dr. Fernando. E em alguns assuntos ela regulamenta em que seria melhor que essa regulamentação, deixasse e fosse por conta da ANAC.

A ANAC, como já colocou o Dr. Marcelo, está propondo alteração da Portaria 676, que obviamente eu confesso que às empresas aéreas não estão sorrindo já que penalizam as empresas aéreas. Mas é uma proposta tecnicamente bem feita, bem analisada por pessoal competente.

Eu acho que alguns aspectos desse projeto de lei, devem ser deixados para a área da regulamentação como já exposto aqui, anteriormente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Dr. Fernando Antônio Ribeiro, para expender suas opiniões a respeito do questionamento levantado pelos Srs. Senadores e já incluindo suas considerações finais. Tem V.Sª. a palavra.

SR. FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES: Primeiro colocando às questões do Senador Jefferson Praia, a questão de indenização das famílias e a questão de mortes e lesões. Dentro do Ministério da Defesa, o Ministro Jobim, constituiu um grupo de trabalho comandado pelo Consultor Jurídico do Ministério da Defesa, para atualizar a legislação referente ao setor

aéreo, ou seja, essencialmente atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Claro que têm vários elementos lá que são importantes, mas claramente do ponto de vista do Ministério da Defesa e do Ministro Jobim, a atualização no que tange a esse que seria esse tipo de seguro obrigatório no caso de mortes e lesões é uma das prioridades do Ministério e do Ministro Jobim.

A questão dos aeroportos clandestinos lá na Amazônia é um elemento de fiscalização e pelo que o Senador Jefferson Praia disse, não é a questão de usar esses aeroportos, mas adequá-los para que eles deixem de ser clandestinos.

Enfim, existem aeroportos municipais, estaduais do Comando da Aeronáutica, que em decorrência do apelo de desenvolvimento regional e aí, casado com o objeto dessa Comissão, você tem um programa de fomento, o PROFAAR, que poderá ser utilizado na manutenção e recuperação desses aeroportos.

Além disso, podemos também utilizar o capital privado na possibilidade de operação desses aeroportos, ou seja, se construirmos o marco legal adequado esses aeroportos clandestinos podem ser autorizados a empresas privadas. E aí, o investimento viria dessas próprias empresas que explorariam àqueles aeroportos. Então é uma saída interessante é uma saída que merece ampla discussão.

Nós temos que iniciar esse debate acho que Senador, imediatamente. Se tem um aeroporto lá que o Estado, o Estado pensando Estado maior, União, Estados e Municípios têm dificuldade de explorar, por que não... Possamos fazer um chamamento ao setor privado e, debaixo da adequada regulação venhamos a permitir que eles explorem aquela infraestrutura. Eu acho que é uma solução interessante não é? Ou seja, precisa da boa regulação.

Por fim, o Sr. Senador Roberto Cavalcanti falou no que tange a malha aérea – e vou focar a questão de João Pessoa – eu estou absolutamente em consonância com o senhor. É uma agrura você pensar em um voo as cinco, que tem que fazer o *chekin* as quatro, sair do aeroporto as três e trocar de roupa às duas. Mas como resolver esse problema? Eminentemente – e o senhor é um empresário – tem o problema de oferta não é? Há uma restrição de oferta.

Então, nós temos que ir ao ponto do problema dessa restrição de oferta. E, focando a cidade de João Pessoa, ou a Palmas aqui do Senador Leomar Quintanilha digamos, que possa ter esse tipo de problema também. Hoje nós temos duas grandes empresas, a Gol e a TAM. Temos duas que estão tentando se consolidar – empresas nacionais eu não estou falando das nacionais – a OceanAir e a Webjet. E uma, entrante, que é a Azul.

Esse país é gigante, é imenso. Então o fôlego para nossas empresas, as duas já instaladas, as duas que estão tentando consolidar e a entrante Azul, é pequeno em decorrência do tamanho de localidades que precisam ser atendidas nesse país. Então, o que nós precisamos fazer?

Fortalecer essas empresas já existentes e permitir que surjam novas empresas, ou seja, nós precisamos de mais ofertantes para atender esse imenso país. E hoje, falando bem especificamente tem um ponto muito simples, que é concordância em grande parte do Governo. Também não acho que tenha grande divergência com a SNEA e nem com a essa Casa. O Senador Valdir Raupp que aqui estava, tem um projeto de lei sobre isso.

Hoje há uma restrição da participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas em 20%. Ora, quando tem essa restrição, nós estamos limitando aos empresários brasileiros das empresas aéreas, a terem acesso à capital externa, a poupança externa. E nós sabemos que só fazemos investimentos se nós temos poupança.

E nós no Brasil não podemos prescindir dessa poupança. Eu não falo para o setor aéreo, qualquer setor. O setor de telecomunicações, setor de energia, setor de petróleo, hoje tem capitalizo estrangeiro.

Então uma primeira alteração que poderia produzir um efeito claro e robustecer as atuais empresas e dar um alento ao surgimento de novas empresas. E aí, atender a João Pessoa do Senador Roberto Cavalcanti, a Palmas do Senador Leomar Quintanilha, é essa alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica que há um consenso hoje na alteração dos atuais 20% para 49% de capital estrangeiro, como a maioria dos países já fazem Nova Zelândia, Austrália, União Européia, Chile.

E isso poderia capitalizar as empresas na medida em que elas são capitalizadas e mesmo incentiva a entrada de novas empresas, a João Pessoa poderá se tornar atendida. Então eu acho que é uma medida bastante simples e com efeitos práticos muito importantes.

E por fim, só na minha consideração final, eu fico muito feliz dessa audiência, estaremos presente em todas àquelas que o Senador vier a nos chamar. E como eu disse essa complementaridade entre o Poder Executivo Federal e a Câmara, o Senado, o Congresso Nacional é fundamental para resolvermos às dificuldades e problemas do setor aéreo brasileiro. Então, só tenho a agradecer.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. Fernando. V.Exª. comenta com propriedade um argumento que fizemos com relação a atendimento de Palmas, particularmente no Estado de Tocantins.

A demanda para o Norte, quem está em Palmas e quer ir a Belém ou a São Luis, tem que vir a Brasília, com sentido diametralmente oposto. Quem está em Belém que precisa ir a Palmas, vem a Brasília passa por cima de Palmas e volta para Palmas, duplica o tempo de voo, aumenta o custo da passagem.

Eu não sei qual seria a melhor alternativa a não ser essa possibilidade de ampliação de concorrência, como diz o Sr. Fernando.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a permissão de V.Exª. . Eu gostaria só de abordar um tema que me passou e gostaria que fosse registrado, sei que está aí no fechamento desta nossa brilhante audiência. Mas é o problema do... Eu sei que talvez a pessoa, a área correta seria Infraero sobre o assunto, seria o seguinte.

Eu entendo o pôs 11 de setembro. Eu entendo que as cautelas de segurança são cautelas que defendem o passageiro, mas talvez no bojo desse 11 de setembro em diante o lay-out de determinados aeroportos, principalmente aeroportos brasileiros, diferentemente até de aeroportos americanos ou europeus, o passageiro vai sendo colocado sozinho a cada etapa, mais sozinho, mais sozinho e mais sozinho.

Quando ele chega na porta do aeroporto, ele toda uma estrutura para atendê-lo, à medida que ele vai se direcionando portão de embarque, ele vai ficando, solitário, solitário, solitário. Eu dou um exemplo, o aeroporto de Recife.

O aeroporto de Recife não tem nenhum ponto de atendimento de nenhuma companhia aérea em toda a área de embarque. O passageiro é isolado por uma divisória de vidro que até os tripulantes para poderem acessar os seus aviões, eles têm que ficar batendo nas portas para que alguém venha adentrá-los as aeronaves.

Então, o que eu acho como passageiro como usuário, que talvez, eu estou colocando a todos esse pleito. Não sei quem poderá socorrer os passageiros do Brasil, mas que houvesse uma obrigação de ter pelo menos um ponto de atendimento das companhias aéreas naquela área de embarque.

Naquela área em que o passageiro – o voo está atrasado – e o passageiro não fica nem sabendo... O passageiro anseia perguntar: "Mas o avião está previsto chegar quando? É daqui uma hora? Ele está atrasado?" Nada! É silêncio. É um isolamento.

E gostaria também de aproveitar a oportunidade, parabenizar a ANAC pôs aquele apagão aéreo e, pós a nova gestão da ANAC, a nova gestão do Ministério da Defesa. O Ministro da Defesa é uma personalidade nacional, de extrema respeitabilidade que veio mudar.

Eu como usuário. Sou testemunha de que o *overbooking* e, determinados problemas que nós tínhamos anteriormente há dois anos atrás. Hoje o problema está sanado.

Então, fica esse apelo de layout dos aeroportos no sentido do atendimento ao passageiro, naquele momento que ele fica ansioso para saber se o voo dele está atrasado, o que se passa.

E basta apagar um sinal luminoso de indicação de portão ou basta haver uma mudança de portão, que você não tem a quem apelar num aeroporto grande e moderno como é o aeroporto de Recife.

Muito obrigado, desculpe ter falado tanto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas falou o que era preciso. Dr. João Quirino, suas considerações finais, por favor.

SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR: Agradecer mais uma vez o Senador Leomar Quintanilha pelo convite ABAV. Agradecer às palavras do Senador Roberto Cavalcanti, em apoio ao nosso pleito. E reivindicar, mais uma vez, que seja incluso na proposta da nova redação do art. 229, do PLS 114, que as agências de viagens elas quando emissoras do bilhete aéreo, elas não tem qualquer responsabilidade quanto ao ressarcimento ao passageiro. Muito obrigado. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Marcelo já fez suas considerações finais? Gostaria de fazê-lo? Tem V.Sª. a palavra.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANIS: Agradecer ao elogio do Senador é importante para a gente, é muito trabalho, muita resolução, muitas brigas que nós temos. E é importante a gente saber que está tendo reconhecimento.

Também como o Fernando colocou, nos colocar a disposição da Casa, tanto aqui quanto da Câmara para o que necessitarem e para a gente é superimportante discutir todas às medidas do ponto de vista técnico. Tendo o Vitor aqui atrás, nós conversamos com os consultores, sempre que os consultores precisarem conversar com a gente ou os próprios Senadores, nós estamos à disposição.

Só do seu ponto final, Senador, sobre a questão do atendimento pessoal. É uma das resoluções que nós estamos fazendo sobre o atendimento de como

disciplinar, o Ministério da Justiça já fez como disciplinar o atendimento pelas centrais telefônicas.

Nós também temos a intenção de fazer uma resolução sobre disciplina de atendimento nos aeroportos. Então é um dos pontos que está sendo complementado.

Só para reforçar dois pontos que o Fernando colocou com muita propriedade. É importante a gente ver sempre tanto a medida de assistência, quanto às outras medidas que precisamos fazer nos aeroportos e no setor para melhorar os serviços.

Como ampliar a concorrência a questão de capital estrangeiro é algo que nós estamos discutindo aqui também pra gente é super importante. E, como trabalharmos para melhorar a administração dos aeroportos, através de parcerias privadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Presidência fará chegar ao eminente Relator a documentação trazida pelos ilustres convidados, bem como as notas taquigráficas dessa Audiência Pública.

Nós agradecemos a presença do Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranis, Diretor da Agência Nacional da Aviação Civil, ao Dr. Fernando Antônio Ribeiro Soares, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa, ao Dr. José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

E, ao Dr. João Quirino Júnior, Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens, por terem aceito o nosso convite e terem trazido contribuições substantivas, para a apreciação do projeto que trata, sobretudo da questão do *overbooking*

Agradecendo a presença de todos, inclusive dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h37

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia doze de maio do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dois da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, e dos Senadores João Pedro, Inácio Arruda, Epitácio Cafeteira, João Vicente Claudino, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho, não-membros da Comissão. A Presidência registra a presença dos Deputados Federais Marcelo Castro, Júlio César, Átila Lira, Nazareno Fonteles e Elizeu Aguiar; do Deputado Estadual Themístocles Filho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí; e Francisco Macêdo Neto, Presidente da Associação Piauiense de Municípios; e ainda dos senhores Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Antonio Rafael Leite da Silva, Especialista em Infraestrutura da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; e da Sra. Marlene Almeida, Assessora Especial do Ministro das Cidades. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de "tratar sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura, especialmente na Região Nordeste", em atendimento ao Requerimento nº 07/2009-CDR, de autoria do Senador Inácio Arruda e subscrito pelo Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados: Exmo. Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional – MI; Exmo. Sr. Márcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades – MCidades; Exma. Sra. Roseana Sarney, Governadora do Estado do Maranhão; Exma. Sra. Wilma Maria de Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Exmo. Sr. Cid Ferreira Gomes, Governador do Estado do Ceará; Exmo. Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí; e Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A Audiência Pública é realizada com a presença do Exmo. Sr. Márcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades – MCidades; do Exmo. Sr. Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; do Exmo. Sr. Francisco José Pinheiro, Vice-Governador do Estado do Ceará; do Sr. Marcos Antônio Moreira dos Santos, Diretor do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional – MI (representando o Exmo. Sr. Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional); do Sr. Francisco Escórcio, representante do Governo do Estado do

Maranhão em Brasília, (representando a Exma. Sra. Roseana Sarney, Governadora); da Sra. Luiza Goes de Oliveira, Coordenadora da Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (representando a Exma. Sra. Wilma Maria de Faria, Governadora); e do Sr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (representando o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do DNIT). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores João Pedro, Jefferson Praia, Rosalba Ciarlini, Epitácio Cafeteira, Roberto Cavalcanti, Mão Santa, José Nery, Garibaldi Alves, Flexa Ribeiro, o Sr. Leodegar Tiskoski, e o Deputado Júlio César. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão submete, como extrapauta, o seguinte: Item nº 01-Requerimento nº 8, de 2009-CDR, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, subscrito pelo Senador Inácio Arruda, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a constituição e o funcionamento de um Fundo Nacional de Emergência. Motiva esta propositura a inexistência de mecanismos ágeis que possibilitem o imediato socorro aos entes federados fustigados por ocorrências que signifiquem graves crises, e por isso mesmo os justifiquem. Requeiro, ainda, sejam discutidos mecanismos para liberação, aos entes federados que se encontrem na situação acima referida, dos recursos a eles destinados e registrados na rubrica 'restos a pagar'". Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bom-dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Os Srs. Senadores que dispensam a leitura da Ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata aprovada será publicada no diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a calamidade provocada pelos distúrbios climáticos e a necessária recuperação e apoio à infraestrutura e às populações das cidades atingidas, especialmente, na região Nordeste em atendimento ao Requerimento 07/2009, de autoria do eminente Senador Inácio Arruda, subscrito pelo Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só um minutinho, só para concluir aqui a indicação da pauta da reunião. Foram convidados, eminente Sr. Ministro Márcio Fortes de Almeida, das Cidades, Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, da Integração Nacional, e os Governadores do Estado do Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e do Piauí, além do Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Encontram-se presentes para a Audiência, o Exmo. Sr. Márcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades, o Sr. Marcos Antônio Moreira dos Santos, Diretor do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional da Defesa Civil, do Ministério da Integração, substituindo aqui o Sr. Ministro, que por telefone ontem, nos disse da sua impossibilidade de comparecer, já que estava se deslocando para o Nordeste, foco desse problema que estamos avaliando. A Sra. Luiza Goes de Oliveira, Secretária de Estado representando o Estado do Rio Grande do Norte, o Sr. Francisco José pinheiro, Vice-Governador do Estado do Ceará, Sr. Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, e o Sr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, DNIT, aqui representando o Sr. Luiz Antonio Pagot.

Eu solicito à Secretaria da Comissão que faça a condução dos ilustres convidados à Mesa. Tem V.Exa. a palavra, pela ordem, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Convidados, Sras. Convidadas, Srs. Senadores. É que a Comissão faz essa audiência e justa e necessária, mas eu gostaria de incluir outros estados nesse debate, na medida que estão aqui Ministros importantes representando o Governo, que pudéssemos falar do Pará, do Amazonas, o nosso Estado. Está aqui o Senador Jefferson Praia, e nós pudéssemos colocar o Amazonas na pauta por conta das enchentes dos nossos rios lá na região, no nosso Estado. Era isso, Sr. Presidente, incluir o Amazonas para os estados que estão sofrendo com as enchentes em todo o Norte e no Nordeste brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Acolho a propositura de V.Exa. por tratar de propositura pertinente, já que os Estados do Pará e do Amazonas enfrentam situação semelhante às do Maranhão, do Piauí, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Inácio Arruda, V.Exa. com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Talvez tivéssemos que fazer uma audiência como fez a Comissão de Constituição e Justiça. A audiência fica aberta. Ela não vai se encerrar para que ela possa agregar o Estado do Pará, o Estado do Amazonas, que eu considero que é muito importante essa iniciativa do nosso Senador João Pedro, porque a minha principal preocupação é que quando começam as enchentes, a solidariedade é muito grande, de imediato. A população, mídia... E há uma atenção correta dentro desse espírito solidário do povo brasileiro. Mas é preciso entender a preocupação que eu vejo aqui do Senador João Pedro, é com o dia seguinte. Acho que essa é a razão da nossa audiência; é o dia seguinte. Por isso estamos absolutamente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Governador Wellington dias, V.Exa. quer compor conosco a Mesa, por gentileza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Vice-Governador do Ceará...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Também presente o Vice-Governador do Ceará, que nós convidamos para tomar assento à Mesa.

Em conformidade com o art. 398, inciso 11 do Regimento Interno do Senado, adotaremos um critério para a realização dessa Audiência Pública de molde à dela tirar o melhor resultado, o melhor proveito possível.

Então nós ouviríamos os convidados, ilustres convidados, inicialmente, para depois passarmos ao debate. Entretanto, o ilustre Ministro das cidades tem um comprometimento de horário, precisará fazer as suas observações antes de que alguns dos representantes dos Estados inundados possam fazer. Então, nós vamos adotar a seguinte ordem: Nós ouviremos primeiro o depoimento do ilustre Governador do Estado do Piauí, Sr. Wellington dias, depois ouviremos o Ministro Márcio Fortes das Cidades e daremos sequência aos ilustres convidados para depois partirmos para a parte do debate.

Eu creio que estabeleceríamos aí um tempo de 15 minutos para a exposição. Se, efetivamente, for necessário um tempo mais amplo, nós concederemos essa expansão do tempo.

Então daremos início à nossa Audiência Pública para discutir as questões relacionadas aos distúrbios climáticos que tem provocado enchentes em vários Estados brasileiros, com nefastos resultados comprometendo a malha viária, destruindo estradas, rompendo pontes, invadindo casas, bloqueando... Estamos vendo agora imagens de um trem bloqueado, ilhado dentro da água, em Itapecuru Mirim. Muitas famílias desabrigadas, mortes ocorrendo, prejuízos materiais, produção comprometida, transportes de bens que possam abastecer alimentos, medicamentos, vestuário, as pessoas das regiões atingidas. Enfim, é uma situação extremamente dramática que tem deixado não só os membros desta Casa, mas os membros do Poder Executivo, a União, os Governadores extremamente preocupados, buscando encontrar as soluções imediatas que possam mitigar o sofrimento das pessoas dessas regiões e os prejuízos causados pelas enchentes.

Nós ouviremos então as manifestações do Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí, Sr. Wellington dias. Tem V.Exa. a palavra.

SR. WELLINGTON DIAS: Eu agradeço. Muito bom-dia, saudando aqui todos os presentes, saudando o nosso Senador Leomar Quintanilha, Ministro Márcio Fortes, meu querido Hideraldo, nosso Vice-Governador Pinheiro, Sra. Luiza Goes, saudar todos os Senadores, todos os presentes, registro aqui com alegria o nosso Deputado Federal pelo Piauí, Osmar Júnior. Aqui também presente o nosso Presidente da Associação dos Prefeitos do Piauí, o Francisco Macedo, Deputado Fábio Novo... Enfim, vários membros aqui também do nosso Estado.

Eu começo parabenizando a Comissão por essa iniciativa, embora seja um momento dramático até para se sair dos Estados nessa situação, mas eu considero que a gente precisa, até mesmo num momento como esse, nos debruçarmos sobre o que está acontecendo.

Eu sou defensor da tese que claramente nós vivenciamos no mundo, e a gente tem que levar cada vez mais a sério mudanças climáticas, e o pior de tudo é que eu leio e ouço, acho que mesmo os cientistas, conhecem ainda muito pouco das consequências do que estamos vivendo.

O fato é que eu vivi desde 2003 alguns momentos de enchentes e acompanho outros em outros estados e no meu próprio Estado. Em 2004 nós tivemos uma enchente muito forte, muito severa, depois em 2005, depois em 2008. Por outro lado, coincidiram alguns

anos de terem, inclusive, enchente e seca. Ou seja, no mesmo ano, como que aconteceu em 2005, a gente teve um período em que regiões, tivemos fortes inundações e outras regiões tivemos completa irregularidade de chuvas. No Nordeste a gente chama de seca quando chove menos de quatro meses consecutivos ou quando falha muito nesse período que é para chover. Um bom inverno... O nordeste é quando chove, pelo menos, 100 milímetros por mês em pelo menos quatro meses seguidos. A gente já está de boa satisfação quando isso acontece e chamamos sempre de um bom inverno.

Neste caso, nesse ano, nós estamos nesse instante com 62 Municípios do Piauí atingidos gravemente pelas enchentes, desses 62, 31 com forte inundação. Nós tivemos, meu prezado Senador Leomar Quintanilha, uma situação atípica em que tivemos uma concentração muito grande de chuvas no mês de abril, uma concentração muito forte, apenas para registrar um fato, dia 1º... Dia 30 de abril para 1º de maio, em 24 horas nós tivemos a maior chuva da história do Piauí. Ou seja, o volume de água que caiu em um só dia atingiu recordes lá no Estado.

O Rio Poti, para dar um outro exemplo, o Rio Poti subiu esse ano dois metros acima da sua maior enchente. Não havia um registro de crescimento tão forte como esse. Resultado, nenhum engenheiro, nenhum planejador das cidades pôde planejar situações como essa. Esse é um fato que eu quero começar registrando aqui. Mesmo áreas mais sofisticadas da cidade, enfim, onde normalmente se faz mais estudos, tiveram sério atraso.

O inverno não terminou, o período chuvoso não terminou, ainda ontem eu percorri seis Municípios da região Norte do Estado, estive lá na região de Parnaíba, Ilha Grande, Luís correia... Registro aqui também o Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, que também é uma das cidades atingidas, e percorri os Municípios de... Como eu dizia, de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Piracuru, Buriti dos Lopes e ainda chovia. Eu não consegui, por exemplo, fazer um deslocamento como estava... Fazer um sobrevôo como estava previsto na minha programação, por uma quantidade muito forte de chuvas.

Nós temos neste instante cerca de 14 mil famílias desabrigadas, ou porque a casa foi destruída, ou porque a casa foi inundada, ou se colocava em risco de desabar. Nós temos cerca de 70 mil pessoas abrigadas fora das suas residências, em escolas, a nossa ideia inicial é de nem utilizar escolas, tivemos que usar escolas, Teresina deve ter 3.500 famílias, 3.142 famílias, a cidade onde tem mais pessoas, mas há outras cidades em que, aproximadamente, metade da cidade ficou sobre as águas, como Esperantina, Batalha, Piracuruca, enfim.

E o mais importante, eu estive dialogando com vários desses moradores por onde visitei, pessoas que moram ali naquele lugar há 70 anos e a água nunca tinha chegado na casa dele. Então de novo mostra que há algumas coisas que a gente tem que estudar. Muitas estradas destruídas; devo ser justo, algumas delas iniciaram esse processo já no inverno passado, a gente nem deu conta ainda das enchentes que tivemos o ano passado e já fomos surpreendidos com uma outra.

Os levantamentos que fazemos são cerca de 1.500 quilômetros de rodovias estaduais, e ainda nem temos levantamento dos Municípios.

Tivemos ainda 17 pontes que foram completamente destruídas ou parcialmente destruídas, incluindo aí da área Federal, já fizemos um levantamento lá com o DNIT local da área estadual. Tivemos o prazer de receber a presença do Presidente Lula juntamente com o Ministro Márcio Fortes aqui presente, Ministro Geddel Vieira Lima, Ministro Lobão e vários membros da sua equipe.

O Presidente Lula e o Ministro Alfredo Nascimento, com o Pagot, que dirige o DNIT, e nessa oportunidade eu fiz um relato ao Presidente, mas eu disse para ele: "Presidente, aqui a gente vai precisar de apoio para habitação, para estradas, para muitas coisas. Mas se eu pudesse resumir num pedido só, eu ia pedir desburocratização". Desburocratização é o pedido que nós estamos fazendo. E cito isso com a experiência de estar num segundo mandato, em 2004 nós tivemos enchentes, como eu disse aqui. E eu descobri ali que para fazer uma habitação de vítima de enchente é 10 vezes mais complicado que para fazer uma habitação por um convênio outro e muito mais ainda do que com recursos do Estado.

O fato é que daquela enchente de 2004, só o ano passado é que eu consegui concluir as habitações. O Presidente Lula, quando esteve lá agora, ele fez a liberação de 12 milhões de reais de um projeto da enchente anterior. Ou seja, agora que foi liberado os recursos para agora podermos iniciar o processo de construção da enchente do ano passado.

Então, cito esses exemplos apenas para dizer que é impossível o país trabalhar em situações de desastre, situações de calamidade pública dessa forma. Eu quero aqui dizer que tramita nessa Casa um projeto do Senador Casagrande, que cria um Fundo Nacional da Defesa Civil. Eu sempre me pergunto: como é que um país que quase todos os anos enfrenta enchente, seca, enfim, não tem um Fundo Nacional da Defesa Civil? Mas essa é a realidade ainda do nosso país.

Nós ainda dependemos na hora das enchentes do reconhecimento de uma situação de calamidade para depois ter uma Medida Provisória criando uma suplementação para depois se ter a liberação dos recursos para, a partir daí... Enfim, é essa burocracia que leva a uma forte morosidade.

Eu tenho defendido que a gente precisa ter um Fundo Nacional, já encaminhei na nossa parte lá, uma proposta também para o Estado ter um fundo estadual e a meta é que os Municípios também tenham um fundo municipal. Que todos os entes da federação tenhamos cada um a obrigação e nas suas previsões orçamentárias prevê o que normalmente tem. Hoje, veja só, nós temos no país situações de enchentes na região Norte, de enchentes na região Nordeste; há poucos dias Sergipe estava com seca e outras regiões do Nordeste, seca na região Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul... Enfim, e estas situações cada vez tem uma ocorrência mais próxima uma da outra.

Então, é preciso operar dessa forma. Por que também? Porque é menos burocrático trabalhar fundo a fundo. Uma coisa é um Estado ou um Município executar um projeto como o da CIDE, por exemplo, que tem o Fundo Nacional, tem o fundo estadual e tem o fundo municipal. O FUNDEB, para citar um exemplo da educação, ou outros fundos que poderia colocar aqui. Por quê? Porque você passa a trabalhar com as regras do Município. O fato é que há interpretações, para citar só um exemplo de burocracia, que como não há uma decretação de emergência de calamidade para o país, mesmo o Município tendo um Decreto de emergência, o Estado tendo um Decreto de emergência, ele não pode trabalhar pelas regras da emergência. Porque o dinheiro é Federal. Então, uma interpretação do TCU é de um jeito, do Ministério Público é de outro, da Controladoria e da Corregedoria é de outro... Enfim, isso leva a uma situação em que não se pode fazer total assistência.

Enfim, eu quero aqui, meu prezado Senador, trazer a essa Comissão, e é por isso que eu fico muito feliz a realização desse evento, porque eu acho que é a partir dessa Comissão, a partir do Senado Federal, nós podemos ter uma iniciativa de priorizar a criação de um Fundo Nacional da Defesa Civil para o nosso país com a recomendação da criação de fundos semelhantes para que a gente tenha condição de assistência. Afinal de contas, nós estamos falando aqui de pessoas que perderam a sua casa, muitas vezes os seus pertences, são colocadas, como eu vi ainda ontem e esses dias por onde andei, numa quadra de esporte, numa escola, numa área improvisada, embora a gente trabalhe lá em Teresina, eu destaco, foi criada uma iniciativa aqui do Prefeito Sílvio Mendes, um projeto de família acolhedora, onde se dá aí uma espécie de uma bolsa ajuda para uma família que recebe uma outra família por um período que torna uma situação mais humana, mas ninguém pode obrigar as pessoas a receber. Isso tem uma certa limitação. Por essa razão mesmo nós temos uma quantidade sempre de famílias tendo que ser improvisada a sua nova residência numa área... E não pode ficar esperando... Esperar um mês, dois meses; seis meses já é muito, imagine um ano, dois anos, três anos, sei lá quantos anos e normalmente isso também faz com que essa família retorne para o local onde estava normalmente uma área de risco, e por isso que ela aparece numa enchente um ano, numa enchente no ano seguinte, porque o Poder Público não conseguiu, amarrado pela burocracia, dar solução a um problema como esse.

Então, aqui, nessa oportunidade eu queria tratar disso. E aproveitar também para agradecer o apoio do Governo Federal, todas essas famílias no meu Estado estão assistidas, pelo menos as que tínhamos até ontem, assistidas com alimentação, há um trabalho bem integrado do Estado com o Governo Federal e os Municípios, atendidas com medicamentos, estamos preocupados com essa fase agora--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Qual o número de famílias?

SR. WELLINGTON DIAS: São 14 mil. 14 mil famílias, cerca de 70 mil pessoas concentradas, especialmente em 31 Municípios, mas mais concentrado, especialmente, em 19 Municípios do Estado.

O lado positivo... Aliás, como eu estava dizendo, nessa fase agora iniciamos preocupação e temos um plano lá da área de saúde com doenças que também chegam junto com situações de emergência, viroses e um conjunto de outras doenças, diarréias que ocorrem nessa fase, estamos buscando montar uma operação especial para que a gente possa amenizar essa situação.

Enfim, eu quero aqui dizer que vamos precisar muito do apoio do Governo Federal, é possível pelo tamanho da destruição, ainda mais com as receitas nas dificuldades que Estados e Municípios estão, hoje, estamos aqui para uma audiência com o Ministro da integração, [soa a campainha] já tratamos aqui com o Ministro Márcio Fortes, a meta é a partir de agora a gente dialogar sobre quais os programas que serão colocados à disposição para que Estados e Municípios possam apresentar os seus projetos.

Da nossa parte nós gostaríamos aqui imensamente de contar com o apoio da Comissão no sentido de uma agilidade maior nessa área. E sou grato pela solidariedade também da população. Não posso deixar, tanto a população do meu Estado como a po-

pulação de outros lugares do Brasil, demonstram uma forte solidariedade nesse instante, com várias entidades, órgãos, enfim, fazendo campanhas no sentido de atender às populações.

Destaco aqui também, com muita alegria, a presença do Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí, os Deputados também do meu Estado Júlio César e Marcelo Castro.

Enfim, eu quero aqui, Presidente, com essas palavras dizer que essa audiência, ela é um marco importante pra que a gente possa trabalhar de forma diferente essa área da Defesa Civil. Não apenas como um evento que ocorre de vez em quando, mas como algo que nos permita, inclusive, trabalhar prevenções. Há obras, por exemplo, como obras de diques, de barragens, de drenagens... É possível fazer barragem de contenção... Há pouco conversava com o Deputado Inácio Arruda, que é do meu vizinho Estado do Ceará, o Rio Poti vem do Ceará, há um conjunto de barragens no Ceará que precisa ter maior controle de vazão até para evitar soltar água em períodos concentrados e a barragem de Castelo, para citar apenas um exemplo, a barragem de Santa Cruz também, há um conjunto de projetos prontos que permite a contenção. O desastre só não foi maior em Teresina porque a barragem da Hidrelétrica de Boa Esperança permitiu planejar a contenção de água, estamos liberando agora mais fortemente de sábado para cá, senão seria um desastre total. Nós teríamos aí não 70 mil pessoas, mas 70 mil famílias, pelo menos, nesse instante debaixo d'água no meu Estado, e com grande risco. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, V.Exa. me permite um encaminhamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu peço desculpas ao Governador do Piauí de fazer esse encaminhamento após a sua 'falação', mas acho importante destacarmos. É importante que todos que vão relatar o que estão fazendo e o que está acontecendo com relação às enchentes, nós tenhamos primeiro o impacto disso em relação aos desabrigados, infraestrutura, é importante destacarmos, Sr. Presidente, o que está sendo feito, o que os governos estão fazendo, o que precisa ser feito e quais são os entraves, especificamente. Porque para nós avançarmos e esta reunião ela possa sair com alguns encaminhamentos concretos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Seguramente nós teremos oportunidade de ouvir o depoimento dos ilustres convidados que trarão um diagnóstico de como está a situação em seus respectivos Estados, informando inclusive a assistência de que já foi alvo e a expectativa que tem a exemplo do que fez agora o Sr. Governador do Estado do Piauí. Nós... Eu tenho a honra de passar a palavra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, V.Exa. estabeleceu uma ordem anterior e eu queria propor a V.Exa. que fizesse uma pequena alteração. Acho que dá tempo para o Ministro esperar, porque era importante que ele ouvisse o nosso Governador do Ceará que está aqui presente na Mesa. No exercício da função de Governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu já tinha ouvido o apelo de V.Exa., eu consultei o Ministro, ele disse que é possível. Nós vamos ouvir, então, agora o Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado do Ceará, Sr. Francisco José Pinheiro. Tem V.Exa. a palavra.

SR. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO: Bom, bom-dia a todos, bom-dia Senador Quintanilha, parabenizar a Comissão pelo... Pela reunião, e muito rapidamente vou apresentar, como sugeriu o Senador, os dados do Estado e o que nós estamos fazendo em termos de melhorar a situação das populações atingidas. Quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda, Senador do nosso Estado, dizer o seguinte, dos 184 Municípios do Ceará, 72 foram atingidos pelas enchentes. Foram danificadas 7.021 residências, destruídas 848 residências, pessoas desabrigadas 17.170 pessoas, pessoas desalojadas, são pessoas que estão alojadas por famílias na solidariedade típica do cearense, desalojadas são 27.210 famílias. Pessoas afetadas, na totalidade, 235.874 pessoas.

O que o Governo vem fazendo? Distribuição de cesta básica: Já distribuímos 317 mil e sete toneladas de alimentos. Distribuição de material emergencial: Nós distribuímos 56.223 entre colchões, lençóis, travesseiros... Ajuda aos Municípios: Já foram liberados quatro milhões e 200 mil reais. Fizemos aquisição de 11 mil cestas básicas com 276 toneladas. Estamos fazendo distribuição de água potável, temos 18 técnicos da Defesa Civil em campo, 420 bombeiros também em campo, temos várias atuações de secretarias Desenvolvimento Social, CEFAES(F), Secretaria de Segurança...

Outro cenário grave é a destruição de estradas, principalmente, das estradas vicinais. Há um conjunto grande de Municípios que os distritos estão incomunicáveis com a sede. Então, há muitas estradas vicinais destruídas. Se nós formos fazer uma rápida avaliação na economia, só para os senhores terem uma noção, só pegando um setor, o setor de fruticultura, nós vamos ter um prejuízo, talvez, de 16 até hoje, o prejuízo de 16 milhões, só no setor de fruticultura. O que significa uma queda, talvez, de 10% da produção de fruticultura

no Estado. O Estado do Ceará que hoje é o terceiro maior exportador do Brasil.

Em termos de recursos, há uma avaliação feita pela Defesa Civil de que nós teríamos necessidade, hoje, de 96 milhões, quase 97 milhões de reais para recuperar os estragos causados pela chuva. E se nós formos analisar rapidamente a questão de... A quantidade de chuvas, como bem ressaltou o nosso Governador Wellington dias, este é o maior inverno. Há 24 anos não tínhamos um inverno tão rigoroso quanto esse. A média de chuva no Ceará é em torno de 800 milímetros. Já choveu até agora, em média, mais de 1.044 milímetros. E a tendência é a nossa fundação meteorológica, FUNCEME, prevê chuvas ainda em maio e até o início de junho.

Nós temos 131 reservatórios públicos. Destes, 115 já estão sangrando. O Castanhão que é o principal reservatório, nós estamos com quatro compotas abertas, mas o que chega de água não é suficiente para... Não corresponde à vazão que nós estamos soltando. E temos um problema, está chegando mais água do que está sendo liberados pela vazão das quatro compotas abertas. Mas temos um problema, se nós segurarmos a água, inunda as cidades que estão acima do açude, se nós soltarmos já está inundando as cidades que estão no baixo Jaguaribe.

Então, a situação é uma situação extremamente grave. E temos cidades em estado de calamidade pública, nós temos 23 cidades das 72 em estado de calamidade. Portanto, de 184 Municípios, 72 foram atingidos pelas cheias. E 23 Municípios estão em estado de calamidade pública. E reiterando o que disse o companheiro Wellington Dias, na reunião dos Governadores, Wellington, houve a proposta de que seria fundamental nós criarmos o chamado Fundo Constitucional para as calamidades. Então, vou ser muito breve porque sei da pauta do Ministro, mas estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado Dr. Francisco José Pinheiro. A situação do seu Estado, o Estado do Ceará, realmente muito preocupante, a exemplo do que está ocorrendo com o Piauí e os demais Estados. Eu tenho a honra de passar a palavra agora ao eminente Ministro das Cidades, Dr. Márcio Fortes de Almeida. Tem V.Exa. a palavra.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. É um prazer estar aqui na Comissão, saúdo todos Senadores da Comissão, queridos amigos, Governadores presentes, Vice-Governadores, Secretários, os colegas de Ministério, os colegas dos outros Ministérios que estão aqui presentes, que estão participando, inclusive, de viagem conosco para verificar a situação crítica nesses Estados e planejar uma ação eficaz que possa devolver a tranquilidade a essas populações.

Queria relembrar o seguinte. O primeiro momento é sempre aquele momento do abrigo, da alimentação, da água, do medicamento. Aí tem entrado, como sempre, a Defesa Civil, o Ministério da Integração Nacional, de comum acordo com a Defesa Civil local para ver a melhor maneira de dar essas condições, seja de habitação, de alimentação, de saúde às populações num curto espaço de tempo. E vem também o Ministério dos Transportes, porque muitas estradas, muitas ferrovias foram danificadas, foram... Suspensa a comunicação com as cidades em função, inclusive, de quedas de pontes e a ação se faz também em conjunto com o Ministério do Exército.

Estava nessa viagem agora com o Presidente da República e vi as ações que foram desenvolvidas no Ministério dos Transportes junto com o Exército para levar a esses Estados algumas pontes metálicas, para que se possa em 30 metros, inclusive, para poder fazer a transposição de vários rios.

Eu quando sobrevoei na semana passada o Maranhão e Piauí, tive oportunidade, inclusive, de gravar no meu celular, gravei para ficar na minha memória e depois mostrar às pessoas o drama que está acontecendo, e inclusive peguei um trem totalmente ilhado próximo a Itapecuru Mirim. O trem está lá no meio daquela água toda e não pode seguir nem pra frente e nem para trás. Se fala muitas vezes das pontes, pontes rodoviárias, mas tem a ponte ferroviária também e a continuidade de acesso desse transporte, que o transporte do trem muitas vezes é o combustível e o alimento que não chega e medicamento. Então você tem que fazer suprir isso por outros caminhos.

Então, o Ministério das Cidades como entra? Ele entra no segundo momento. O segundo momento é crítico, você tem que esperar as águas baixarem. Porque ainda quando estávamos lá no Piauí com o Governador e visitamos lá uma comunidade, a comunidade dos pescadores, vimos o apelo lá dos pescadores que querem suas casas reconstruídas. As casas estão exatamente na área de várzea, ao lado do Rio Poti. O Poti com aquela enxurrada, correnteza tremenda, inundou tudo, e eles querem que a casa seja construída. E o próprio Presidente dizia naquele momento: "Não é só problema de reconstruir. Temos que reconstruir onde? Onde?". Tem que ter um planejamento para colocar as casas num patamar, numa cota mais alta. Porque tem aquela questão, para o pescador está ótimo estar à beira do rio, para poder fazer a sua pesca, ter a sua profissão exercida, é facilmente colocado. Mas a água

baixa, ano que vem, possivelmente, haverá outra inundação e vão ter que reconstruir a casa.

Então, o segundo momento nosso é que é o complicado. Não é só fazer o levantamento. Quantas casas foram destruídas, quantas casas têm que ser recuperadas... É o planejamento onde fazer as casas. Esse é o problema. E pelo que eu vi nesse filme que eu vi, que eu fiz um filme para Bacabal, fiz para Itapecuru Mirim, fiz para são Luiz Gonzaga, eu fiquei preocupado onde reconstruir, porque a inundação foi total. É um mar. É um mar no interior do Maranhão pelo que eu vi, ficamos duas horas e meio de sobrevôo, eu vi o mar, não vi os rios. Totalmente tomadas as águas. Então, mas existem algumas cotas mais altas.

O que me ocorreu, não sei, eu tenho discutido isso com os Prefeitos, com os Governadores, seria o caso de fazer construções verticais onde há cotas mais elevadas, porque o que eu vi na região das cidades aqui registrado, só tem uma área reservada ali que foi preservada, perdão, que ali poderia se construir algumas casas. Mas para transferir todo mundo tem que ser vertical. Porque não vi outra área. É um mar único.

Então esse é um planejamento que tem que ser feito de comum acordo com a Prefeitura, com o Estado, o Governo Federal para ver essa solução, como foi o caso de Santa Catarina. Era só simplesmente construir, onde construir, cidades desapareceram, os geólogos entraram em campo para saber onde fazer as casas. Porque não queremos repetir o drama. Então, o nosso segundo momento é complicado nesse sentido. E não é só casa, não. As pessoas vêem as casas e esquecem. E as tubulações de água, de esgoto e de drenagem? Terão suportado toda essa pressão dessa água? Então os nossos técnicos aqui, trouxe o Secretário Olegar(F) , está aqui o Manoel Renato, o Jones aqui para contribuir com a exposição depois que eu sair. Como ficam essas... Todas essas obras anteriores? E como ficam as obras que nós estamos fazendo? Porque nós temos obras nesses Estados todos. Vou gastar dois minutos aqui só para ler pra ter uma ideia o que está em curso em termos de PAC e saneamento. Não vou tomar tempo do senhor, é rapidinho.

Saneamento, Rio Grande do Norte, 553 milhões. Ceará, 706 milhões. Bahia, 1,7 bilhões de reais. Maranhão, 405,9 milhões. Piauí, 316 milhões. Amazonas, 606,3 milhões muito fortemente concentrado na capital por causa da questão da água. Sergipe, 377 milhões. Alagoas, 189 milhões. Pará, 882 milhões. Sem contar com a FUNASA, porque a FUNASA vem aqui com seus números ao lado. O Ministério das Cidades tem o número da FUNASA também que são significativos. E habitação temos números importantes, Rio Grande do Norte... Vou colocar só tomador público, não privado. Rio Grande do Norte, 121 milhões, Ceará, 560 milhões, Bahia, 498 milhões, Maranhão, 397 milhões, Piauí, 227 milhões, Amazonas, 323 milhões, Sergipe, 96 milhões, Alagoas, 208 milhões e Pará, 686 milhões. Então, isso que está em curso.

Agora, pediria atenção de todos o seguinte: eu vou pagando as obras a medida que elas estão acontecendo. É a regra. Temos um financeiro liberado eu vou pagando. Eu estava comentando com o Governador Wellington que fez a sua exposição, Governador, tem um probleminha aqui adicional. Eu mandei uma série de pagamentos para a Caixa Econômica na semana passada. Está aqui, o Brasil... Voltou da caixa em termos de inadimplência no CAUC. Dependência no CAUC ou alguma coisa no Tribunal de Contas local. Está vendo as cidades do Piauí, cidades do Maranhão, outras cidades, outros Estados que mencionei aqui com pendência no CAUC. Quer dizer, essa cidade que eu mais gravei aqui, que foi Itapecuru, está na minha lista aqui. Eu mandei dinheiro e não pode receber. Então, é um problema adicional que nós sabemos como contornar nesse momento. Não é só o fundo... Que Legislação a gente vai ter que pensar para essa situação específica, que eu não posso mandar... Eu mando dinheiro, volta. Já notaram que é um problema adicional? Pois é, então eu estou colocando mais... Para ser discutido justamente numa Legislação específica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas numa situação dessa, emergencial, Ministro, acho que deve ter alguma forma de... Porque essa burocracia não pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): De excepcionalidade.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Então, a excepcionalidade estou colocando os temas, estamos numa Comissão aqui para levantar os temas, que soluções encontrar. Então levantando esse tema aqui que é o do CAUC, vários Municípios... Não é obra da inundação, não. Obra anterior, que já está em curso aqui.

Bem, o outro ponto que queria levantar é o seguinte, a respeito das casas, com que recursos vão ser atendidas as necessidades, que foi colocada pelo Governador aqui, em que momento nós entraremos. Nós temos rodadas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que são justamente recursos que podem atender a produção de casas e reurbanização do que foi destruído. Faremos uma chamada para esse fim.

Nós temos também o pró-moradia que tem saldo, já é financiamento do Município, certamente, não tem nenhuma condição de tomar. Vale lembrar que nós temos agora o Minha Casa, Minha Vida. O Minha casa, Minha Vida tem distribuição de unidades pelo Brasil

afora em função do déficit habitacional. E nada melhor que o déficit habitacional para ser considerado, do que o déficit que é do risco. Porque isso aqui são habitações... O que nós consideramos como prioridade? Tirar a moradia de área de risco. As pessoas pensam só em favela, quem está dependurado lá no morro, que tem um deslizamento, que morre, mas quem está na beira do rio também, quem está na palafita ou mesmo quem está em local aparentemente seguro e que no dia seguinte não vai estar seguro, como eu vi lá no caso de Teresina, aquela inundação brutal que afetou a todos, não só pobre como classe média também.

Então, para ter uma ideia, o Sr. Presidente, no discurso dele, colocou dois números que eu lembrei a ele, relativo ao Maranhão e Piauí, mas vou colocar também para saber o que está previsto no Minha Casa, Minha Vida para cada Estado? No Rio Grande do Norte, 19.224 unidades. O Ceará, 51 mil 644 unidades. Bahia, 80 mil 744 unidades. Maranhão, 72 mil 756. Piauí, 21 mil 837. Amazonas, 22 mil 238. Sergipe, 11.301. Alagoas, 19 mil 679 unidades e no Pará 50 mil 667 unidades. Então aqui nós temos também uma válvula aqui para colocar essas casas. O próprio Presidente, quando fez o discurso no Maranhão, lembrou esse número aqui de 72.756 unidades quando fez o discurso lá no momento.

Então nós temos a rodada do Fundo de Habitação de Interesse Social e temos também aqui o Minha Casa, Minha Vida com essa distribuição que eu me permiti fazer aqui pelos Estados que estão sendo colocados aqui como prioritários nessa discussão, nessa reunião aqui nessa Audiência Pública.

Na parte de saneamento, nós temos ainda um saldo que está sendo considerado, porque nós temos uma rodada agora, os senhores sabem, de destinar recursos para a drenagem, que é justamente o nosso problema aqui. Então, vários Estados aqui já têm projetos apresentados e nós estamos com uma pré-seleção independentemente da questão das inundações que já... Ações que estavam em curso já. Então, alguns projetos estão pré-selecionados. Vão agora para a rodada final para depois vermos como é que fica a definição final em termos de financiamento e basicamente OGU, Orçamento Geral da União. Por exemplo, no caso do Ceará, na atual seleção que foi feita pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, o tema está em discussão na Presidência, CEPAC(F), temos para Fortaleza e Sobral, 328 milhões na pré-seleção. O Piauí, o Governador está com uma demanda de 70 milhões. Está apresentando, hoje, formado aqui para Teresina, Esperantina e Oeiras. Tem que ser rapidinho porque nós estamos na reta final. Então é importantíssimo porque isso aqui... Então nós temos Teresina, Esperantina e Oeiras. No Pará temos na pré-seleção Belém, Marituba e Marabá com 250 milhões. O Amazonas eu não tenho pleitos aqui ainda. E no Maranhão temos uma demanda de 50 milhões do Governo do Estado e 92 milhões no Município de São Luís. Na pré-seleção, antes da questão das inundações, nós tínhamos já uma definição de 32 milhões de reais para São Luís. Então, são dados que estou colocando aqui em curso que já vão ajudar muito nessa parte de drenagem, ou seja, de tratamento do tema.

Agora vamos ver a realidade. O Governador Wellington colocou bem a questão da burocracia. Mas temos também que ter o seguinte, o Presidente colocou, lembra muito bem lá no discurso, a preocupação, por exemplo, de como liberar o recurso. Porque o mesmo órgão que cobra, por exemplo, um órgão de correção, de Controladoria ou um Tribunal, por exemplo, que cobra agilidade, por que você não fez isso, por que você não fez aquilo, esse mesmo órgão põe assim: Por que você fez dessa maneira em desrespeito à Legislação? Você não verificou se o projeto estava assim ou assado, se estava perfeito, imperfeito... Por que você liberou recurso? Então, o mesmo órgão que cobra agilidade, depois cobra de você por não ter feito adequadamente a liberação. Você tem que entender a Legislação.

Então, aí nós ficamos amarrados à qualidade do que venha dos projetos dos Municípios e dos Governos dos Estados, porque tem que ser feito o levantamento, tem que ser feita a proposta. Imagina se eu construo uma casa aqui, de acordo com a proposta, e ano que vem a casa vai abaixo porque ficou numa área de risco, veio outra inundação, ou estava próximo de deslizamento qualquer e vai tudo abaixo. Vem o Tribunal em cima de mim: "Por que você gastou um real para construir aquela casa?". Então, eu dependo muito da qualidade do projeto e da velocidade dos projetos. Agora, de um lado eu dependo da velocidade de quem está lá em cima de nos ajudar a fazer as águas baixarem rapidamente e pararem com essas ondas de chuva que não terminam. E segundo, tem que fazer o levantamento do que aconteceu e de onde nós vamos... A respeito do local onde nós vamos reconstruir as casas. Então isso é importantíssimo.

E o levantamento, então, de saneamento isso é complicadíssimo, porque as tubulações estão debaixo da terra, saber se continua funcional ou não, a adução de água pode ter sido comprometida com as inundações e certamente as tomadas de água estão comprometidas e o transporte de água também. E a questão da destinação do esgoto, tratamento do esgoto e destinação de esgoto com tudo inundado. Há muito receio a respeito de doenças nessa área toda porque foi até invadida, porque é um mar. Depois dis-

ponibilizo para quem quiser os filmes que eu fiz, uma coisa impressionante. Vocês não imaginam. Não é que a inundação que apenas tomou um pouquinho da margem do rio, não. O rio se espraiou, virou um mar. Maranhão é um mar. As áreas são totalmente alagadas. Como fazer destinação de esgoto, como fazer tomada de água, e como construir as casas? Nós temos que esperar isso baixar e aí sim, rapidamente, a questão dos projetos.

Então, a qualidade dos projetos é importante e vamos ver, nós temos que ter uma interação muito forte com... Veja bem, meu Ministério não trabalha diretamente em convênios, lembrar isso. Há Ministérios, por exemplo, como o Ministério dos Transportes que ele trabalha por ele próprio diretamente fazendo as obras ou por convênio. Eu trabalho via caixa, só contrato a caixa que é a nossa repassadora dos recursos. Tem que haver uma interação muito forte das Prefeituras com a [ininteligível], a parte de engenharia da Caixa para ver a questão da funcionalidade dos projetos [soa a campainha] e da sua maneira de ser realizada com respeito à Legislação que... Não só de normas técnicas, mas também a Legislação no que diz respeito a economicidade, a questão da referência de preço unitários e o conjunto do projeto para depois ter a aprovação pelo SPA que vem para nós, que é projeto aprovado por nós em última análise. Mas temos que ter uma burocracia no meio, necessária, porque a Caixa está na frente, é a nossa contratada, é a nossa parceira e ela que analisa os projetos do ponto de vista de engenharia, do ponto de vista econômico-financeiro. Então há necessidade de muita velocidade.

Então, esse é o papel do Ministério das Cidades, atuar, já estamos atuando pelas obras que temos do PAC, podemos atuar mais, há saldo de recurso aqui a ser utilizado na parte de drenagem, e temos, como eu disse, a parte de habitação também para ser contemplada.

Então, eu faço votos que Deus nos ajude que essa água baixo rapidamente e depois que todos nós nos ajudemos, com a qualidade técnica nos projetos e velocidade nessa relação e eu me comprometo, como faço sempre, ajudar; eu ligo para todo mundo, ligo para a Caixa, para o secretário, Governador, Prefeito, todos sabem aqui que eu quero que a coisa aconteça e estarei no local visitando. Agora, vamos ter que trabalhar juntos e muito unidos nisso porque quem não viu, quem não foi lá não imagina qual o drama. Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Sr. Ministro, pela colocação que faz oportunamente. Nós gostaríamos de observar a lista de inscrição. Mas tem V.Exa. a palavra pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria... Só... Como eu vou ter que me ausentar, vou presidir a Comissão de Assuntos Sociais, hoje estamos recebendo o Ministro da Saúde que vem entre muitos assuntos, que saúde são inúmeros assuntos que precisam ser debatidos, com certeza a Influenza A está na ordem do dia. Nós vamos ter que tratar desse assunto. Então por isso, Presidente, estou pedindo a concessão para elogiar a iniciativa da Comissão que o senhor preside e trazer para o debate os Estados, o Ministro, representantes de mais diversos órgãos e dizer, Presidente, como todos sabem, sou do Rio Grande do Norte e minha cidade, Mossoró, também está passando por esse momento de enchentes. Se repetindo o que na realidade tanto Mossoró como o Vale do Açu e outras regiões do Estado.

O que nos preocupa e eu quero deixar aqui para que o Ministro depois possa responder e seja parte do debate, o que nos preocupa é que exatamente o ano passado, quando tivemos enchentes no Nordeste, todos da bancada nordestina tivemos o maior interesse, esforço em aprovar de imediato a Medida Provisória para que recursos chegassem para atendimento àquela situação emergencial. Infelizmente, o nosso Rio Grande do Norte ainda não recebeu os recursos que colocou como necessários para recuperar as estradas que tinham caído, as pontes... Enfim, os estragos maiores. E vemos prejuízos imensos na fruticultura, na carcinicultura, empresas que fecharam as portas e não reabriram, outras que já estão ameaçando fazer a mesma coisa... Então, além dos problemas das enchentes a gente começa a ter um outro problema muito maior que é a seca do emprego. Começa o emprego a cair cada vez mais.

Então eu estou preocupada, Ministro, é saber exatamente essa burocracia, essa... Se decretado o estado de emergência, o estado de calamidade é exatamente para que essas questões burocráticas sejam superadas, e que não aconteça como que aconteceu no ano passado, onde o Estado apresentou a necessidade de 97 bilhões e até hoje só recebemos sete bilhões. Então, o problema que poderia ter sido resolvido naquele ano, ele agora é bem maior. Porque com outra enchente vai só ampliando.

Fica aqui para o debate e para os esclarecimentos que forem necessários porque, infelizmente, eu gostaria de poder me dividir hoje em duas. Esse assunto é extremamente importante, fala da nossa região Nordeste, dos nossos Estados. Mas eu também tenho a obrigação de estar agora recebendo o Minis-

tro que já está chegando, já me comunicaram. Muito obrigada, Presidente, por me dar essa... Conceder esse espaço.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Ministro vai fazer uma manifestação a respeito da colocação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como o Ministro vai ter que se ausentar, infelizmente, porque essa é a nossa realidade, acho que tem um problema aí que se soma ao problema da emergência que é decretada pelos Municípios, é o problema de que agora, face à realidade, a questão da macrodrenagem que é objeto do Ministério das Cidades, ele é como se ele se ampliasse. É como se a gente não estivesse enxergando toda a necessidade. E a água que chegou nas cidades, nas regiões metropolitanas e nas maiores cidades do Nordeste e do Norte, demonstrou que existem necessidades ainda maiores do que as que estão sendo analisadas agora pelo Ministério das Cidades. Talvez fosse necessário um intervalo de tempo um pouquinho maior para que os Estados pudessem enviar projetos também emergenciais, mostrando que surgiu uma outra obra de drenagem que não era visível, mas ela se apresentou. No caso do Piauí, a barragem do Poti parece que ela não era visível. Já é reivindicada há muitas décadas, mas parece que não ficava visível. Quando chega uma situação como essa, se vê que é necessário. Lá no Ceará tem um projeto que está concluído em termos de... Aí já não é o Ministério das Cidades, é o Ministério da Integração, que é a barragem do Lago de Fronteiras, que é no Rio Poti, já na fronteira com o Piauí, e logo abaixo, em Castelo, que é uma cidade já dentro do Piauí há necessidade de um novo barramento do Poti. Então, se não faz... Se essas obras não são realizadas, a macrodrenagem de Teresina é impossível de ser realizada, porque ela não tem condições de ser feita com esse rio chegando e destruindo tudo lá embaixo. É uma ação combinada, me parece, da integração com cidades.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, é só--

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Arruda, dá uma vezinha para o Maranhão. Dá uma vezinha para o Maranhão. Senão ninguém fala.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o próprio Ministro já mostrou o Estado do Maranhão direto.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Pois é, você falou duas ou três vezes e eu não consegui ainda dizer nada. Por isso, eu peço ao Presidente que me dê a possibilidade de externar a minha posição. É claro que nós temos aqui o chefe do escritório do Maranhão, o Ex-Senador Francisco Escórcio, que tem sido incansável no sentido de ajudar o Maranhão. Mas eu queria que nós colocássemos a coisa pela ordem da gravidade da situação. O Maranhão é um caso diferente. Nós temos vários rios cortando o Estado. Com isso, perdemos a condição de transportar os alimentos. Nós estamos sofrendo pelo desabastecimento. Eu entendo a colocação do Ministro Fortes sobre a questão da casa, mas enquanto a água do rio não baixar não se pode fazer nenhuma casa. Esse assunto é posterior. O primeiro é restabelecer o transporte. Anunciaram que ia uma ponte do Rio Grande do Sul para o Maranhão, até hoje só tem a notícia. Nós estamos com o gênero de primeira necessidade subindo violentamente. O povo está sofrendo o desabastecimento.

Então acho que nós devemos estabelecer, por exemplo, ou o que é responsabilidade do Governo Federal imediata, que é o problema da rodovia federal. Todas as rodovias federais ficam por conta do Governo Federal. Nós não podemos arcar com restabelecimento dessas estradas. Então a situação é muito difícil. Conseguir ajuda, o Francisco Escórcio tem conseguido muito, o Presidente José Sarney tem conseguido muito para o Maranhão, mas isso é para matar ou aliviar a fome hoje. Mas nós temos que pensar é no amanhã. Nós temos que pensar é em dar situação para o povo viver. Nós temos um problema muito sério que o povo, inicialmente, faz a sua casa na beira do rio. E muita casa de taipa. Quando vem a enchente, você só vê o telhado. As paredes vão ruir todas. A água vai levar todas. Mas essa questão de habitação tem que ser planejada para nós termos a habitação não na beira do rio, mas um pouco distante para não sofrer com esse problema da chuva.

Eu quero deixar essa colocação para que nós pensemos em seguir uma ordem natural, e a ordem natural é criar condição de abastecimento no Estado. O Maranhão está sofrendo muito, e por mais que a gente arranje ajuda para levar para o Maranhão, ainda é pouco. É pouco porque isso é questão do dia a dia, não é questão do futuro. Perdemos muita lavoura com a enchente dos rios. É o sofrimento do Ceará que era a falta de chuva, agora ele está sofrendo porque tem excesso de chuva.

Agora, eu peço a atenção dos Srs. Ministros para que cada um entre na sua hora para ajudar o povo do Nordeste. O nordestino é, sobretudo, um bravo, e nós temos que respeitar. Estamos sofrendo no Sul do país com a falta de água, e no Nordeste é pelo excesso de água. Vamos todos nos dar as mãos, vamos ir com humildade para resolver o problema de cada Estado. O Maranhão tem uma situação diferente. Eu respeito

todos os problemas do Nordeste, mas o meu Estado... Perdão. Faz dó. Precisa olhar isso com o coração e ir pela colocação.

A vocês muito obrigado. Me desculpem se eu estou emocionado, mas eu estou... Eu estou... Foi uma vida inteira de lutar pelo Maranhão, e veja agora que estamos sofrendo e não podemos fazer proselitismo. Muito obrigado por tudo. Pela atenção também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. tem toda razão, sua comoção tem sentido, o povo do seu Estado está sofrendo muito. Eu espero que nesta reunião nós possamos dar uma contribuição para mitigar o sofrimento do povo do Maranhão e demais Estados que estão sofrendo.

Eu pediria aos ilustres membros da Comissão que nos permitisse dar a sequência normal. Nós precisamos ouvir ainda o representante do Estado do Rio Grande do Norte e do próprio Maranhão. Na sequência, nós ouviremos agora o Sr. Ministro das Cidades, que tecerá considerações a respeito das colocações feitas pela Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Inácio Arruda e Senador Epitácio Cafeteira, visto que S.Exa. precisa retirar-se, já que vai tratar de uma questão urgente que é a destinação de imóveis públicos do INSS com fins sociais. Ele já tem essa reunião marcada com a Presidência da República e precisa se retirar.

Nós agradecemos essa disposição do nosso querido Ministro, que tem se empenhado muito nesse momento de dificuldade que vários Estados brasileiros estão experimentando, com incursões aos locais onde estão ocorrendo as enchentes, assistindo pessoal e diretamente os Municípios, as famílias, e buscando aqui no âmbito da União, sobretudo, na esfera do Ministério que dirige as soluções para os problemas que estão afetos. Então passamos a palavra--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é só uma pergunta de 30 segundos e exige dar uma resposta de 30 segundos. Eu não consegui ouvir--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Roberto, V.Exa. com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado, Sr. Presidente. A pergunta específica ao Ministro Márcio Fortes no sentido de que quando foi lido a relação dos Estados que foram supostamente... Serão beneficiados, eu não escutei o Estado da Paraíba na relação. Eu só queria checar se há uma ausência de valor ou se eu não me apercebi do valor do Estado da Paraíba. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a palavra o Ministro Márcio Fortes, que já pode aproveitar para fazer suas considerações finais.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Vou inverter a resposta. É claro que a Paraíba está sendo contemplada. Só que eu tinha trazido aqui da Paraíba apenas a questão do Minha Casa, Minha Vida, que é o importante no momento, e na Paraíba nós temos 21 mil 306 unidades contempladas para o Estado. Independentemente, das outras obras que temos lá de habitação e saneamento, seja no meu Ministério, seja via FUNASA.

Com respeito às considerações, Senador Cafeteira, a sua emoção foi a mesma que eu tive no helicóptero. Foi a mesma que eu tive no helicóptero. É coisa impressionante quando a gente vê a cidade toda tomada. E lembrar que lá tem gente. Que as casas estão tomadas pela água e lá temos lares. As coisas das pessoas estão lá dentro. E as pessoas não podem voltar para suas casas, estão perdendo tudo. Essa emoção eu tive. Não tenha vergonha de chorar, não, porque eu quase chorei também pelo que eu vi. Foi a mesma coisa, mesmo sentimento.

Mas com respeito às considerações que foram colocadas aqui, eu quero lembrar o seguinte, que a questão da velocidade de liberação de recursos. São duas coisas diferentes. Eu falo pelo meu Ministério, no caso específico, nós temos os programas que nós rodamos normalmente. Então, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é um caminho e ele gira com as Prefeituras e com os Governos dos Estados. Nós fazemos a seleção, estamos para fazer agora e já, tanto nele, como no Minha Casa, Minha Vida, nós temos como prioridade, sim. Vou dizer alguns temas só para lembrar: IDH muito baixo, problemas de déficit habitacional muito acentuado; mas também dois índices importantes, por exemplo: investimentos que tenham levado migrações para as cidades que exigem mais habitações, mas, sobretudo, calamidades, inundações recorrentes. Esse tema é proprietário para concessão exatamente do recurso para habitação.

Então, isso já está colocado como prioridade e nós não dependemos de Medidas Provisórias, porque nós temos já os recursos que giram normalmente que tem agora o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social o chamado FNHIS e no Minha Casa, Minha Vida os dois caminhos para fazer o atendimento aqui.

Eu coloquei a questão do salto que nós temos também para o Pró– moradia que é financiamento, aí talvez interesse mais o Governo do Estado, talvez Prefeituras menores não tenham condições, realmente, de tomar o financiamento, mas também temos esse recurso.

Então, eu quero dizer que nossos programas rodam, independentemente, da Medida Provisória geral. O que a Senadora colocou, certamente, terá sido quanto aos programas de emergenciais em que você tem a reconstrução dada em função da calamidade que é decretada pelo Município, pelo Estado e depois reconhecida pela Presidência... Pelo Governo Federal.

Queria lembrar apenas o seguinte, que a respeito de burocracia o Presidente da República, no ano passado, depois o Ministério da Integração vai tratar do tema que é da sua competência, o Presidente da República simplificou, ainda em novembro, dezembro do ano passado os procedimentos para que os recursos sejam liberados pelo Ministério da Integração. Houve um Decreto específico nesse sentido, diminuindo a exigência, inclusive, reconhecimento de calamidade para que o recurso possa seguir rapidamente. Caso contrário, a burocracia estaria contra exatamente o sentimento nosso que é o de atender a todo mundo com maior presteza e com maior carinho e com maior necessidade sim, que são todos brasileiros como nós. Então, lembrar só essa separação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os recursos da macrodrenagem que você mencionou.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: A questão da macrodrenagem temos que jogar juntos, inclusive aqui, o Governador Wellington fez uma pergunta, eu chamei até o técnico Manuel Renato aqui para dar uma explicação, porque nós temos que jogar juntos, porque algumas coisas são... Por exemplo, quando fala em diques, em barragens, que são fundamentais; mais da área do Ministério da Integração. E nós entramos programas depois de macrodrenagem que depende daquele. Nós temos que atuar juntos e também a questão de contenção de margens, temos que pensar nisso, porque eu vi lá no Poti na destruição das margens. Agora, tem que reforçar lá em cima a barragem... O controle da vazão lá no Poti. Tem que fazer investimentos nas barragens e nos diques para que a gente possa trabalhar embaixo na macrodrenagem. Porque o quadro que a gente vê hoje é de total inundação. A água se espalhou, são verdadeiros mares. Nem são lagoas, são mares pelo interior. Então, falar em macrodrenagem é como conter o rio--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que eu estou reivindicando de imediato a V.Exa. é de que nesse caso da macrodrenagem nós possamos... Vamos dar um tempo para essa água baixar, mas precisa de mais dez dias para gente não acelerar tanto porque está na hora de decidir, na verdade, essa rodada que V.Exa. levantou. Mas a gente vai dar um tempo para examinar se não é necessário aproveitar agora essa hora para também trazer alguns projetos que não estavam... Pareciam que não eram necessários. Pareciam que não eram necessários. Mas que mostraram-se absolutamente necessários. Então acho que essa paciência que acho que a gente está precisando agora do Ministério, e talvez V.Exa. vai estar com o Presidente da República--

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Nós teremos esse cuidado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Dizer que nós estamos prontos porque existe um projeto de fundo a fundo aqui para dar velocidade, dar celeridade e tirar de lá esse problema do CAUC, porque esse CAUC é um caos.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: É, do CAUC é outro problema.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um caos total. Quer dizer, ninguém consegue trabalhar... A gente faz o convênio com o Ministério e depois não pode executar. Isso é uma... Não é compreensível.

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Perfeito. Está anotado e teremos o maior cuidado que temos um saldo para contemplar e teremos o maior respeito, respeito a suas propostas que é pertinente e claro que não vou tomar uma decisão sem ouvir as áreas afetadas que estão apresentando seus projetos. Inclusive, muitos não podem nem apresentar o projeto porque não sabe o que é. Lembrar aqui o que eu disse há pouco, o Senador Cafeteira falou em excesso de água, mas vai faltar água potável daqui a pouco. Por causa das tomadas, da qualidade, do tratamento de água... Nós temos casos que fora inundação Manaus já tem esse problema. Tem água ali por todo lado e tem problema de água. A qualidade de água e distribuição. Vai ser o mesmo problema. Com o esgoto pior ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ministro Márcio Fortes, antes da saída de V.Exa., o Governador Wellington solicita ainda uma intervenção breve para abordar uma questão pontual. Governador Wellington.

SR. WELLINGTON DIAS: Só para... Serei bem breve aqui. É só para reforçar. Veja, sei que esse exemplo pode valer para outros Estados, acho que o Senador Inácio Arruda tem razão. [soa a campainha] O fato é que você pode gastar bilhões para fazer proteção de cidades se não fizer o controle das águas que chegam nas cidades. Por exemplo, essa barragem do Castelo para dar um exemplo. É um investimento, mais ou menos 280 milhões de reais, que permite a uma distância de, aproximadamente, 150, 200 quilômetros de Teresina, segurar a água, fazer um controle de vazão evitando enchentes como vivemos o ano passado e esse ano. Se fizer o dique e outras coisas mais, com a enchente do tamanho que foi esse ano, ela ultrapassa

o dique. Não tem como murar a cidade. Vai ter um determinado limite. Então, há necessidade de fazer isso. Esse é um ponto. Por isso acho que é importante ter essa forte interação, isso que queria reforçar aqui, do Ministério das Cidades com a Integração. Eu mandei dentro do programa de macrodrenagem.

O outro ponto é só para... O Presidente Lula fez essas mudanças. Melhorou? Melhorou. Eu quero dizer o seguinte: eu fiz um levantamento... Porque de repente me senti assim: Será que eu sou tão incompetente assim que não consigo aplicar recurso de enchente, aquela de 2004? O Estado que fez mais rapidamente da enchente de 2004, fez com dois anos e sete meses. O meu que fez com três anos e meio não é o pior. Tem Estado que ainda hoje não terminou e Municípios que ainda hoje não terminaram de executar as obras. Se você examinar Santa Catarina, se examinar todos os outros...

Então, eu acho que precisa ter um mecanismo mais ágil. Repito aqui, CAUC, para dar um exemplo. Como falar de CAUC numa situação de caos, como foi colocado aqui? Então, nesse sentido é que eu acho que o fundo a fundo... Isso que eu queria que o Ministro... Espero que... Tentei lá com ele, com o Ministro Geddel, com o Ministro... Com o Presidente Lula, convencer. Acho que o fundo a fundo ele coloca... Porque o problema são as regras. A regra da União, mais a regra do Estado, mais a regra do Município quando ela interpõe, aí tem regra da caixa, regra não sei de quê... Quando é um fundo a fundo, é a regra do Estado. É um dinheiro que saiu do Ministério para o Fundo de Defesa Civil lá do Ceará. O Ceará tem um Decreto de emergência e faz celeremente essa obra cumprindo as regras que a lei manda.

Então, acho que esse é um ponto, Ministro, que eu queria que V.Exa. pudesse ter todo um carinho aí na análise pela importância que ele tem para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ministro Márcio Fortes para suas considerações finais para podermos liberar V.Exa..

SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA: Eu, realmente, gostaria de ficar. Estou vivendo o tema como ninguém, porque eu estive lá *in loco*, mas eu tenho esse outro tema que foi colocado pelo Senador Leomar Quintanilha que é a questão de destinação dos imóveis do INSS para fins de tributação de interesse social. É um tema que já é recorrente também e nós temos já um programa nesse sentido, os movimentos sociais têm pedido, nós queremos fazer e vamos agora fazer uma reunião na Casa Civil para encaminhar a matéria. Eu avisei hoje que eu gostaria de vir aqui no início fazer uma pequena apresentação, participar do debate, porque realmente me sensibilizou muito a questão. E saio daqui constrangido porque eu gostaria de ficar. Mas vou deixar o Secretário Leodegar Tiscoski, que é colega dos senhores, foi Deputado Federal lá de Santa Catarina. O Estado dele também sofreu lá do outro lado o ano passado, a experiência nessa área, está com os coordenadores, está com o Jonas, o Manoel Renato. E também da Secretaria Nacional de Habitação, nós estamos com o Herman e o Antônio Rafael da Secretaria de Habitação para prestar esclarecimentos adicionais.

Eu trouxe a equipe toda do Ministério aqui para dar a ajuda que for necessária. Pode usar e a Chefe de gabinete também está aqui, Marlene Almeida, que coordena todo o material das viagens nossas dos Estados, quando vamos com o Presidente ou quando vamos com a Ministra Dilma, ela está a par de todos os projetos, podem fazer as perguntas que estou deixando o material aqui meu com ela para as respostas necessárias.

Agora, relembro, temos que estar todos juntos nisso. Executivo, Legislativo, temos que ter... Mudar regras e temos que ter agilidade e cobrar, inclusive, de quem está construindo lá na ponta, porque também empreiteiro tem que ser cobrado, não ficar mole nesse negócio, tem que correr. Todos têm que estar juntos, porque a dimensão é inimaginável. Mesmo essa questão que foi colocada pelo Governador Wellington que é o seguinte: você tem que prever a questão da dimensão dos diques das barragens. Acho que nós temos que ver na história dados... Não sei se terão sido já ultrapassados para essa situação atual, mas deve ter sido uma das maiores da história essa inundação pelo que eu vi. Então aí tem que fazer projeções que contem com mudanças climáticas também e novas repercussões nessa questão de chuvas, de ventos, porque tudo isso é resultado das mudanças climáticas e do aquecimento global. Então, tudo isso tem algum motivo.

Portanto, temos que fazer previsões agora para obras que possam atender a essas situações bem diferenciadas de clima no futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós agradecemos a participação, a rica participação do eminente Ministro Márcio Fortes das Cidades que revela aqui o seu elevado espírito público, a sua preocupação, a sua dedicação à solução dos problemas que afligem uma parcela considerável da população brasileira. E o Ministro veio preparado, ele trouxe diversos dos seus auxiliares, como o Secretário Leodegar Tiscoski que é o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental que eu gostaria de convidar para substituir o Ministro, mas está aqui também Antônio Rafael, Secretário Nacional de

Habitação e a Sra. Marlene Almeida que é sua Chefe de gabinete que continuarão até o final da reunião.

Nós suspendemos por um minuto a sessão para a despedida do Sr. Ministro.

[Sessão suspensa às

[Sessão reaberta às

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retomando os nossos trabalhos, tenho a honra de passar a palavra à eminente representante do Estado do Rio Grande do Norte, Sra. Luiza Gomes(sic) de Oliveira, Secretária de Estado representação desse Estado aqui no Distrito Federal. Tem V.Sa. a palavra.

Antes... Antes eu gostaria só de registrar com alegria que enriquece com suas presenças esta reunião o Deputado Marcelo Castro, Deputado Júlio César, Deputado Atila Lira... Deputado Nazareno Fonteles, Deputado Temístocles, que é o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Deputado Júlio César. Já comentei. Tem V.Sa. a palavra.

SRA. LUIZA GOES DE OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria em nome da Governadora Vilma Maria de Faria, do Rio Grande do Norte, parabenizar a Comissão na pessoa do Presidente Senador Quintanilha, no trato dessa questão tão importante.

Por motivos bem conhecidos a Governadora não pôde se ausentar do Estado devido a condição de calamidade. Faço minha as palavras do Governador do Piauí, Exmo. Sr. Wellington Dias em relação à resposta da agressão à natureza. Então acho que é um assunto que vem sendo debatido e que não é necessário falar. Mas como nós estamos dentro do problema, eu vou procurar, tendo em vista, que tem outras pessoas, fazer um breve relato da situação do Estado do Rio Grande do Norte.

Dos 167 Municípios, foi decretado emergência em 16 Municípios. Com o total de pessoas afetadas de 45 mil pessoas. Desalojadas, 4.500. Desabrigadas, 2.038. [soa a campainha] O total de residências é de 1.400. Foram danificadas as estradas vicinais em 143 quilômetros, tanto do Estado como Federal. Açudes, sete açudes.

Agora, uma coisa que afeta muito ao Estado é os prejuízos econômicos. E no ano anterior foi calculado um prejuízo de 50 milhões. Nesse ano houve um cálculo de 100 milhões para a economia do Estado. Para se ter uma ideia, nas áreas do camarão, no Vale do Açu a produção estava estimada em 20 milhões e foi totalmente afetada. Em relação à produção de frutas, e notadamente a banana, está totalmente comprometida, e a estimativa da produção está comprometida e o prejuízo é de 20 milhões. O sal terá um prejuízo de 10 milhões este ano. E a produção dessas culturas em 2008, como eu já acabei de falar, foi de 50 milhões, então, duplicou. Empregos, com as perdas nas produções houve a perda de 30 mil empregos diretos e indiretos. E ainda alguns que estão ameaçados. Então, essa é a situação do Estado do Rio Grande do Norte. E o que o Estado vem fazendo para poder contemporizar? Acho que o que os outros Estados estão fazendo: distribuição de cesta, tomando certo cuidado com a parte de saúde, medicamentos, colchões e tudo isso está sendo feito com o recurso do Estado. E a gente aguarda uma posição do Governo Federal em relação a essa situação.

Então, aqui estou à disposição, mas o que eu queria passar são esses dados. Eu acho que tudo que foi falado sobre atraso, repasse de recurso já foi tratado pelo Governador, por alguns Senadores e pela própria Senadora Rosalba. Então, eu me coloco à disposição, mas esses são os dados, quer dizer, eu fico em Brasília porque eu sou representante em Brasília, tenho conhecimento através do que eu sei pela imprensa e conversando com os técnicos do Estado. Os técnicos da Secretaria de Justiça e Cidadania estão todos mobilizados para essa atuação e o que vejo pela imprensa e o que vejo pelos noticiários do Estado sobre a situação. Mas eu estou à disposição e penso que a gente deverá, no futuro, uma Comissão dessa mais se dedicar à prevenção do que hoje que a gente já está com problema. Então eu acho que seria ótimo que continuasse esse assunto e não deixasse morrer. Porque a gente... No Estado do Rio Grande do Norte, quer dizer, dobrou o prejuízo. Como será o ano que vem e nos outros anos? Então, eu não sei como se processa na Casa, mas acho que deve ter alguma maneira de existir alguma prevenção para esse tipo de coisa. Porque como foi falado aqui, a parte de habitação, quer dizer, grande parte dessas habitações são construídas em áreas impróprias. Quer dizer, não é hoje que nós vamos corrigir, mas pelo menos começar a olhar mais para esse lado, porque sempre a população afetada é sempre a de baixa renda, que tem menos probabilidade de se recuperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço as observações trazidas pela Sra. Luiza Goes de Oliveira, revelando a situação em que se encontra o Estado do Rio Grande do Norte.

Agradecemos ainda a presença do Deputado Elizeu Aguiar. Tenho a honra de passar a palavra agora ao ilustre representante do Estado do Maranhão, Ex-Senador Francisco Escórcio.

SR. FRANCISCO ESCÓRCIO: Sr. Presidente, fazer um registro, se for possível Deputado fazer re-

gistro. É a presença aqui do Presidente da associação de todos os Municípios do Piauí, Dr. Francisco Macedo aqui representando os Prefeitos do sofrido Estado do Piauí. Já foi registrada a presença--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos ao Dr. Francisco Macedo, a ilustre presença de V.Exa. aqui--

SR. FRANCISCO ESCÓRCIO: Além da presença do Prefeito Sílvio que eu já tomei conhecimento que foi registrada sua presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nosso Prefeito Sílvio. Agradecemos a presença de tão importantes autoridades que vem trazer a sua experiência e o depoimento da situação dramática que encontram seus respectivos Municípios. Senador Francisco Escórcio tem V.Exa. a palavra.

SR. FRANCISCO ESCÓRCIO: Sr. Presidente, senhores membros dessa Mesa, Srs. Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, autoridades presentes, a imprensa, de modo geral, Srs. funcionários dessa Casa.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero felicitar a sua ação. A sua ação é uma ação que nós temos que elogiar. Essa Comissão se reunir para debater um tema que hoje justifica esta ação de V.Exa.. Senhores, como representante do Estado do Maranhão, quero dizer que meu querido Estado está exatamente numa situação de calamidade pública. Calamidade pública essa que nós irmanados, eu e o Governador do Piauí. Falava outro dia com o nosso Senador João Claudino e pedia até ajuda nos primeiros contatos que tivemos para que ele nos ajudasse, porque o Maranhão estava debaixo d'água. E eu não sabia que iria passar para vocês, que depois ia passar para o Ceará, que depois também ia passar para o Pará. E nós começamos como os primeiros a pedir socorro ao Brasil inteiro.

Encontrei um pilar de sustentação, a imprensa, onde eu pedi a todas as emissoras de televisão, as grandes redes para poder mostrar ao Brasil a situação que nós vivíamos. E de pronto, nós conseguimos isso. E fomos agregando o Piauí, fomos agregando o Ceará, e porque não dizer agora Sergipe, Bahia... Porque todos estão gritando, pedindo socorro. Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizer que por aqui por essa Casa já passei. Passei por essa Casa, passei pela Câmara, fui Secretário– Executivo do Ministério da Integração. Não mudou nada de lá pra cá. De 1993, quando era Secretário-Executivo do Ministério da Integração, e tinha o Senador Alexandre Costa como Ministro, eu um dia alertei: "Não vale o senhor prometer que vai liberar esse recurso para o Vale do Jequitinhonha que passava momentos difíceis em 30 dias". Disse: "Não, vai passar muito mais tempo para poder, exatamente, essa ajuda que o senhor está dando chegar ao ponto que precisa ser ajudado".

E hoje, passado quase 15 anos, vimos a mesma dificuldade, Senadores. Não mudou nada. Eu pergunto: Será que aqueles desabrigados, aquelas pessoas com fome, com necessidade pode esperar por um CAUC? Cadê os outros Ministros, como o Ministro da Integração, que é uma pasta importante nesse conjunto de coisas? Cadê o Ministro da Saúde? Cadê o Ministro do Transporte? Isso não é uma decisão isolada, isso tem que ser uma decisão harmônica, porque todas essas pastas têm que responder solidariamente sobre o processo. E aí eu pergunto, isso até o povo está respondendo. Olha aí o que nós estamos conseguindo através até do Clube dos 13, que eu fui lá para pedir ajuda para os nossos estados. E eles de pronto estenderam a mão para nós. Eu vi aqui o Senador Cafeteira chorando como eu também estava chorando, porque eu via a calamidade pública, Senador Leomar Quintanilha. Eu vi a calamidade pública, Governador, junto com o senhor lá no seu Estado, nós visitamos aquela parte totalmente alagada. E eu pergunto: Será que aquela população pode esperar por uma burocracia? E quem é que tem que fazer isso acontecer, acabar com essa burocracia num momento difícil, um momento que se pede socorro? É o Congresso Nacional. Meus colegas, meus amigos, autoridades, eu chamo ao Brasil inteiro.

Meus colegas, meus amigos, autoridades eu chamo ao Brasil inteiro. O Presidente talvez, Presidente Lula, o qual também eu servi, ele tem que tomar uma providência no sentido de ser imediato. No momento que essas pastas liberem esses recursos, esses recursos poderão ir de vez para aquela parte onde está afetada. E não levar tanto tempo.

Uma outra coisa, por que não se fazer aqui nesta Casa uma Comissão de alto nível para poder ver essa questão das enchentes? Vamos dizer, que se possa ver a questão da calamidade pública da emergência. Por que não fazer isso, que possa, inclusive, encontrar uma brecha na lei para que aqueles Municípios que estejam inadimplentes, os Estados que estão na inadimplência essa burocracia ser afastada? Porque as pessoas não podem esperar.

Diante disso, eu conclamo a população brasileira a ajudar a todos aqueles que são... Estão pedindo socorro. Mas aqui eu quero dar um dado para o Congresso Nacional. Quero deixar um dado para o senhor, Presidente dessa Comissão, que é uma pessoa tão zelosa, lhe conheço há muito tempo e sei do seu zelo.

Senador Quintanilha, fui outro dia verificar quanto era que tinha sido dado de ajuda do Ministério da In-

tegração Regional para Santa Catarina: 360 milhões. De 720 milhões que estavam disponibilizados por esta Casa para a questão... Questões emergenciais. Dos 720, 360 foi para Santa Catarina. Agora, tem uma Medida Provisória de 300 para quantos Municípios debaixo d'água precisando de tudo?

Eu venho aqui conclamar ao Presidente da República, a este homem que tem um coração bondoso, para poder aditar esta Medida Provisória de imediato, porque senão vai sobrar migalha para cada um dos Estados necessitados. Porque aí vai engajar nesse pedido a Bahia, Sergipe, o Pará, o Amazonas, e muitos outros até o Rio Grande do Sul, meu querido Rio Grande do Sul que está passando momento difícil. E essas verbas que estão aí, elas são verbas emergenciais e que precisam e muito serem aditadas para poder contemplar o nosso povo.

Com relação essas medidas isoladas, o nosso querido Ministro que aqui esteve, nós precisamos, talvez não seja de imediato, de habitação. Mas nós precisamos mais de saúde, nós precisamos de comida, nós precisamos de um tudo. E que talvez nós estamos passando o carro adiante dos bois porque nós estamos pensando em edificar aonde nós não temos condições de edificar porque a parte onde ia ser edificada está totalmente debaixo d'água.

Sr. Presidente, com essa minha angústia, mas com um gesto de gratidão à imprensa nacional e também ao povo brasileiro é que eu venho aqui em nome do povo do Maranhão e posso até falar, como já falei, em nome de nós todos que estamos sofrendo, se me permite o Governador do Piauí, eu quero dizer nós precisamos muito da ajuda do povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos as ponderações aqui trazidas pelo Sr. Francisco Escórcio.

Nós ouviremos agora o ilustre representante do Ministério da Integração Nacional, Sr. Marcos Antônio Moreira dos Santos, Diretor do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Tem V.Sa. a palavra.

SR. MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DOS SANTOS: Bom-dia a todos, Presidente Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, queria saudar também o nosso Governador Wellington Dias, do Piauí, nosso Governador em exercício aqui... Professor Pinheiro. Saudar todos Senadores e Deputados Federais aqui presentes. O Ministro Geddel Vieira Lima nesse momento encontra-se desenvolvimento atividade no sentido exatamente de mitigar o sofrimento das pessoas que foram assoladas por essa enchente que está atingindo tanto o Norte como o Nordeste.

Essa fase do desastre que a gente denomina fase do socorro e assistência, determinação do Ministro Geddel Vieira Lima é exatamente a gente tentar minimizar o sofrimento dessas pessoas nesse momento, através de três ações que é: alimentando, medicando e abrigando. E todas essas medidas elas foram, efetivamente, realizadas em todos os Estados que hoje estão sendo assolado por esse tipo de desastre. Então, Maranhão, Ceará, o Piauí, o Rio Grande do Norte, a Bahia, o Pará, e o Amazonas, todos eles receberam ajuda humanitária necessária para que as pessoas que nesse momento encontram-se atingidas elas tivessem sua aflição minimizada.

Então a gente pode até citar números, o Estado do Pará que recebeu ajuda humanitária para a região Nordeste, ela recebeu... O Estado recebeu 60 mil colchões, 60 mil cobertores, 60 mil fronhas, 60 mil travesseiros para exatamente distribuir na região. O Pará recebeu para distribuir em toda a região Norte. E isso está sendo feito em comum acordo com as demais Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil. Os Estados do Nordeste, a gente pode citar aqui o Maranhão, a gente pode citar o Rio Grande do Norte, a gente pode citar aqui o Ceará, o Piauí, todos receberam, efetivamente, 10 mil colchões, 10 mil travesseiros, 10 mil lençóis, 10 mil fronhas. Exatamente esse material que está hoje sendo distribuído pelas Defesas Civis Estaduais nos seus respectivos estados. E o Ministro Geddel Vieira Lima, em momento algum, está negando nenhum material que está sendo solicitado por esses Estados. Quarta-feira passada nós estivemos reunidos com a bancada do Estado do Ceará, o Presidente da bancada que acabou de se ausentar, Deputado Zé Guimarães, e nós, por atividade iniciativa própria, estamos fazendo a distribuição para os Estados, para as Defesas Civis Estaduais. Porque se nós formos depender dos Municípios para mandar a documentação, a gente não manda esse material.

Então, o Estado está solicitando, nós estamos enviando e, posteriormente, o Estado é que vai nos prestar conta. Porque a ação é emergencial e a gente está tentando desburocratizar. A gestão do Ministro Geddel Vieira Lima, hoje, nesse momento, é exatamente a gente minimizar o máximo de documentação para que a gente consiga no menor tempo e espaço possível remeter toda ajuda necessária para as pessoas que estão sendo atingidas pelo desastre.

Essa é a nossa gestão, essa é a orientação do Ministro e a orientação do Presidente da República. Nós em momento algum estamos negando nenhum tipo de material. Tudo que nos foi solicitado a gente está repassando para as pessoas que estão sendo atingidas por desastre.

Quanto ao dado aqui do Amazonas, realmente, o Senador pediu para colocar em pauta, a maior enchente do Amazonas ela ocorreu em 1953, onde o rio ele atingiu o índice máximo de 29 metros e 60 centímetros. Então, realmente, há uma preocupação muito grande não só com o Nordeste, mas com a região Norte em virtude dessa ação hoje da natureza que está atingindo a região Norte do Estado.

Realmente, a gente acha pertinente a colocação do Senador e isso está sendo tratado de maneira muito convicta, de maneira muito persistente para que a gente, realmente, possa trabalhar de maneira proativa e repressiva nessas situações.

Eu queria aqui falar também a respeito desses recursos que foi tão batido aqui a respeito da Medida Provisória que foi editada, a 423 que foi editada em caráter excepcional no dia 04 de abril, numa sexta-feira, publicada em edição extra, exatamente para contemplar [soa a campainha] os seis Estados do Nordeste que foram assolados pela enchente do ano passado. Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Pernambuco.

Realmente, naquela época nós só tínhamos uma transferência de recursos chamada transferência voluntária. E a transferência voluntária você tem que apresentar toda aquela documentação que a Legislação exige e depois de aprovado é que começa a iniciar os procedimentos de transferir o recurso.

No dia 17 de setembro do ano passado a lei 17775 criou no art. 51 a modalidade de transferência obrigatória. Então, a partir de então essa modalidade ela permite que esse recurso ele seja passado no menor tempo possível. E é isso que a gente está fazendo agora. E o primeiro desastre que, realmente, contemplou foi o desastre do ano passado, do final de novembro no Estado de Santa Catarina.

Os seis Estados que receberam os recursos no ano passado, efetivamente, dois terços do recurso já foi passado. Mesmo que toda a documentação não tenha sido, efetivamente, entregue ao Ministério da Integração. E nós passamos. Eu vou citar o exemplo aqui, o Estado do Rio Grande do Norte. O valor contemplado pelo Rio Grande do Norte foram 20 milhões e nós passamos já 14 milhões. Duas parcelas, uma de sete e uma de sete. O Estado do Ceará ele foi contemplado com 20 milhões e 700. Ele recebeu 13 milhões e 800. A primeira parcela de seis e 900 e mais duas parcelas de 3.450. O Estado do Piauí, que foi contemplado com 26 milhões recebeu, aproximadamente, 13. É 12, quase 13. O Estado da Paraíba recebeu, aproximadamente, 15 milhões. O Estado do Maranhão recebeu 12 milhões, quase 13 milhões também.

Então, todo o recurso ele foi repassado na sua grande maioria em torno de 70% do recurso que foi contemplado. Efetivamente, falta terceira parcela para aqueles que foram contemplados com três parcelas, que é o caso do Rio Grande do Norte, o Ceará que foram cinco parcelas recebidos já três parcelas, o Estado do Piauí, Governador, acho que foi o Estado que teve mais parcelas no próprio plano de trabalho foram oito parcelas, a gente já passou quatro parcelas que houve realmente essa diferenciação é feita pela equipe de engenharia do Estado. Eu queria até parabenizar aqui o Deputado... O nosso amigo que é Deputado e Coordenador Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí, Deputado Roberto Monteiro e no qual eu cumprimento todos os agentes de Defesa Civil do Brasil.

Com o advento da... O único Deputado que é secretário de Defesa Civil, Deputado Roberto Monteiro. Com o advento da transferência obrigatória, a partir da emissão do desastre, a partir da incidência do desastre, se a documentação mínima necessária que fez com que a gente otimizasse recursos, a transferência, 30 dias após esse desastre, se a documentação for apresentada de imediato, o recurso é repassado. Essa documentação é a mínima possível, que é a NOPRED, que é a Notificação Preliminar de Desastre, o desastre ocorreu você notifica. O AVADAN, que é você avaliando o dano, e em seguida você decreta. Então se você notifica o desastre, você avalia o dano e aí você decreta. Decretou, fez o plano de trabalho, apresentou essa documentação a gente já faz o termo de compromisso e já passa de imediato o recurso. Repassa e depois que é feita a prestação de contas pelo ente federado, Município ou Estado. Então essa modalidade ela já está em prática no Ministério da Integração e mesmo assim a gente está tentando minimizar a documentação técnica que hoje ela está similar ao que refere-se a portaria 127, o Decreto 6170 de transferência voluntária. Mas o Ministro já determinou que a gente minimizasse, no máximo possível, para que a gente repassasse recurso mais rápido possível.

Então, os Estados hoje que estão nessa fase de socorro e assistência, logo que as águas baixem esse dano ele tem que ser evidenciado e repassado com essa complementação da documentação, como o NOPRED, AVADAM, o Decreto e o plano de trabalho. A gente mesmo em parceria com os técnicos do Estado ou do Município faz o termo de compromisso, publica e o recurso é passado de imediato. O que a gente pede que os Estados e Municípios não façam plano de trabalho com muita parcela, coloquem duas, três parcelas porque facilita. E de preferência a primeira parcela ter um montante mais considerável que assim a gente consegue repassar o recurso com maior agilidade.

Aqui a gente tinha... Quando os Estados falaram dos recursos a gente tinha falado aqui, mais ou menos, o Ceará foi 13.800, de 20.700, o Piauí 12.800, de 26, o Maranhão 12.700 de 20, o Rio Grande do Norte 14 de 20. Então esse foi o montante que foi passado. A cheia do Amazonas que a gente já comentou, a modalidade de transferência obrigatória e o que justificou, efetivamente, essa demora também no repasse do recurso, Governador, nós tivemos um ano atípico, o ano de 2008 ele foi muito atípico para quem repassa recurso por transferência voluntária. Primeiro, que novas tivemos o período eleitoral, onde, realmente, há uma queda muito enfatizada na hora de apresentação da documentação. Segundo, que nós tivemos a mudança na Legislação que foi a portaria interministerial 127. Depois nós tivemos a emissão do Decreto 6170 e depois nós tivemos o SICONV. Então, tudo isso criou uma certa dificuldade na agilidade do repasse dos recursos. Então, realmente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:45:27]: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DOS SANTOS: Não. Infelizmente, isso veio fazer com que a gente, realmente, tivesse diversos entraves por conta dessas mudanças. Porque os próprios entes federados, Prefeituras e Estados eles não tinham conhecimento, isso realmente dificultou bastante. Agora, o que a gente solicita? Apesar dessa facilidade de transferência obrigatória do recurso passar mais rápido, a gente solicita que o Estado e o Município façam seu dever de casa. Porque se ele apresentar essa documentação, por exemplo, depois de 30 dias, aí ela passa para a transferência voluntária. Aí dificulta realmente. Aí o prazo vai passar na... No prazo ordinário.

SR. FRANCISCO ESCÓRCIO: V.Exa. me permite fazer uma... O senhor acha que o período eleitoral, o povo que está na desgraça total vai esperar pelo período eleitoral? O senhor não está vendo que tem alguma coisa errada nisso?

SR. MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DOS SANTOS: Na realidade, a gente pode citar aqui um exemplo prático, a Medida Provisória 399, de 17 de outubro de 2007, ela não virou lei e ela teve o prazo expirado no dia 27 de março. Para o senhor ter ideia, 27 de março de 2008 foi o último dia de vigência dessa Medida Provisória que ela não virou lei. Existem alguns convenientes que até hoje não apresentaram nenhuma documentação e automaticamente a gente teve que revogar esse desempenho por conta da falta de documentação.

Infelizmente, isso é uma realidade. A nossa execução ela é aferida pela ponta. Se a documentação, efetivamente, a mínima necessária não for apresentada, a gente não pode passar à frente. E isso não é só o Norte e Nordeste, não. Isso é o Brasil inteiro. Nós temos uma dificuldade muito grande, realmente, de receber a documentação. Quer dizer, o dever de casa ele, efetivamente, é necessário pra que a gente agilize. A gente está trabalhando lá... Quando a gente pede um recurso, efetivamente, a gente fica triste porque o recurso ele não volta para o Ministério da Integração, ele volta para a conta do Governo Federal. E a gente sabe da dificuldade da gente conseguir recursos. E quando a gente consegue, a gente quer, efetivamente, que ele chegue na ponta. Porque dessa forma que a gente vai conseguir minimizar o sofrimento das pessoas que são assoladas pelo desastre.

Então, a própria fala do Presidente, ele pede e do Ministro Geddel Vieira Lima, que a gente faça o nosso dever de casa, para que a gente possa, efetivamente, contemplar aqueles recursos que foram conseguidos. Essa é a nossa gestão. Então nós temos que trabalhar numa ação sinérgica, o Município, o Estado e o Governo Federal de uma ação sinérgica de grupo para que a gente possa, efetivamente, operacionalizar tudo aquilo que foi conseguido. A gente sabe da dificuldade. A gente sabe que as Comissões Municipais de Defesa Civil na sua grande maioria ela só existe no papel. Porque, efetivamente, elas não fazem o papel de Comissão. E que o desastre ele ocorre no Município.

Então, isso que é um apelo nosso porque, realmente, a gente sente essa grande dificuldade na execução do recurso, no repasse dos recursos. Porque não adianta só o Governo Federal ou só o Estado ele ter a boa vontade. A boa vontade tem que ser dos três lados, do Estado e Município e do Governo Federal. Para que possa, efetivamente, fazer com que esse recurso chegue.

Quanto à Medida Provisória de 24 de novembro, a 448, que foram 720 milhões foram em nível nacional e que foi carimbada pelo Congresso no dia 29 e publicada no Diário Oficial da União no dia 30, 360 milhões realmente, foram destinados a Santa Catarina. Desse montante a gente já conseguiu, pela modalidade de transferência obrigatória, a gente já conseguiu pagar 171 milhões. [soa a campainha] Quer dizer, a gente está... A gente já pagou 48%. Por causa da nova modalidade de transferência obrigatória.

Então, a gente solicita que essa modalidade ela seja mantida para os Estados do Norte e Nordeste que hoje estão sendo assolados pelo desastre. Porque a gente consegue, se a documentação for apresentada hoje é bem verdade que tem uma dificuldade porque as águas não baixaram ainda. Essa avaliação de dano é muito dinâmica. Como a chuva persiste, o dano de hoje não será mais o dano de amanhã. Então,

de cinco em cinco dias a avaliação ela é refeita. Então, apresenta documentação e depois a gente troca o plano de trabalho. A gente quer que seja mantida a Legislação, apresentação da documentação e depois a gente troca. A gente apresenta documentação e depois algum ajuste, a gente faz posteriormente, de maneira que a gente consiga passar esse recurso no menor tempo possível.

Então, existe um contato muito próximo, o Deputado Fernando Monteiro sabe disso, que a gente mantém esse contato, a Defesa Civil Nacional. Através do SINTECT(F) mantém essa aproximação constante, a gente monitora, constantemente, tudo que está acontecendo a nível de Brasil e esse conhecimento, essa sinergia, esse contato que é feito, eu acho que é importante pra que a gente consiga.

Então, o que a gente solicita? Que os Governadores mandem os seus técnicos, porque isso que é importante, que os técnicos estejam lá para que a gente, em quatro mãos, consiga fazer todas as retificações que forem necessárias e que o recurso chegue no menor tempo possível às pessoas que estão sendo atingidas pelo desastre. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós vamos ouvir agora o último convidado, antes de passarmos ao debate com os eminentes senadores. Eu tenho a honra de passar a palavra, então, ao Dr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT -, representando aqui o Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral daquele órgão. Eu passo a Presidência ao eminente Senador Nery, por alguns instantes. Tem V. Sa. a palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tem a palavra o Sr. Luiz Caron.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Bom-dia, Sr. Presidente. Bom-dia, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Senadores. O Ministério dos Transportes, através do DNIT, não faz transferências. Ele faz execução direta das obras decorrentes destes... Ou nestas situações de calamidade, de emergência. Nós temos duas situações clássicas nessa situação. A primeira delas é de que, de fato, há uma degradação generalizada da malha rodoviária. Sobre esse aspecto de degradação, nós trabalhamos através dos contratos de manutenção da malha que existem em todas as rodovias federais do país. Ou seja, assim que o tempo permitir, no caso da região, numa boa parte das rodovias nós já estamos trabalhando, nós vamos fazer a recuperação da malha, aquela recuperação de rotina, após um evento desse. Para isso, existe recursos no orçamento, não há necessidade de dotações extraordinárias para esta atenção.

A segunda situação são as decorrentes de emergência, propriamente dita. Nós temos uma quantidade grande de emergências, nessa situação que está ocorrendo atualmente, no norte e nordeste. Na Medida Provisória que foi enviada ao Congresso, nós temos aproximadamente 40 milhões de reais para fazer frente a estas situações de decretação de emergência. O Estado mais atingido nesse caso é o Estado do Maranhão, porque, tanto na rodovia, na 010, na 402, na 222, na 230, especialmente na 316, nós temos ocorrências de emergências. Quais são essas ocorrências? São destruição de bueiros, pontes, com o rompimento total da rodovia, o que caracteriza emergência, ou, então, erosões acentuadas ou queda de barreiras. Em todas essas rodovias do Estado do Maranhão, nós tivemos ocorrências deste tipo. Em todas elas, hoje, nós temos o tráfego já normalizado pelo menos em uma pista, pelo menos em uma pista. Por exemplo, na rodovia BR 222, nós temos mais de 20 pontos localizados com queda de barreiras. Em todos eles, o tráfego já está ocorrendo, pelo menos, em uma pista. O caso mais dramático, que é o da BR 316, onde nós temos o rompimento da rodovia e a segmentação da estrada, ficou lá, pelo menos aberta, em torno de cinco dias, aproximadamente, e ficou esse tempo porque nós fizemos a recuperação do local, mas, quando a obra estava praticamente pronta, nós tivemos uma chuva intensa, na terça-feira da semana passada, e rompeu novamente. No entanto, sexta-feira, pela manhã, nós já abrimos ao tráfego nesse ponto da rodovia. Já está funcionando em uma pista e é nesse local que foi citado que está em deslocamento uma ponte do Exército lá do Rio Grande do Sul para o Maranhão. Na verdade, eu acho que nós não vamos instalar essa ponte. Por quê? Porque, hoje, nós já temos tráfego no local e, para instalar a ponte, nós teríamos que interditar o tráfego novamente por, pelo menos, 48 horas, o que não é razoável. Então, nós vamos, e já combinamos isso com o Exército, vamos manter a ponte na região e só vamos instalar, ou vamos colocá-la em algum outro ponto, se alguma rodovia ou alguma ocorrência assim determinar. Mas não se justifica interditar novamente a estrada para fazer a colocação da ponte, até porque a ponte também só permite o tráfego de um veículo por vez, que é a situação que nós temos hoje.

Em todos esses locais, nós já fizemos a decretação de emergência, em todos eles têm empresa trabalhando, e obviamente que a solução completa, ela se dará assim que o nível da água baixar e permitir que os pontos sejam atendidos e as obras feitas na sua integralidade. Ou seja, recuperar a pista, a rodovia e

dar tráfego nas duas pistas. Isso deve levar um tempo muito curto, assim que as águas permitirem. Normalmente, as nossas emergências são decretadas para os casos máximos, para obras de 180 dias. Mas isso é só para o caso de alguma reconstrução acentuada, de grande porte. No mais, essas obras são realizadas num tempo bem menor. Nós temos, além do Maranhão, ocorrências no Amazonas. No caso do Amazonas, basicamente na BR 174 e na BR 230, que foram as duas rodovias afetadas até o momento, nenhuma delas está interditada também, elas estão com o tráfego pelo menos em uma pista, enquanto vai ocorrendo a recuperação do restante.

No caso do Ceará, nós tivemos uma ocorrência de interdição, que também já está com o tráfego, e temos uma situação que eu diria que é a mais crítica, em termos de manutenção de rodovia, que é a BR 304, lá do norte do Ceará, que é uma rodovia que está num estado de calamidade, em função da degradação completa do pavimento, em função dessas chuvas contínuas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Não, eu estou falando do Ceará. Exatamente... Desculpe, exatamente. Que dá... Que vai chegar no Piauí, exatamente. E, para estas rodovias, como eu disse, ou nós temos contratos para recuperar o pavimento, ou, então, estamos com as licitações sendo realizadas nesse momento. O caso do Ceará, por exemplo, essa semana, nós temos em torno de 10 licitações, com propostas sendo entregue, o que significa que, nos próximos dez ou 15 dias, elas estarão concluídas, e, com os recursos que já existem no orçamento, iniciam os contratos de recuperação. Eu estou falando, nesse caso, da recuperação do pavimento asfáltico, não de ponto localizado, que exige a decretação de emergência, porque isso nós tratamos da forma como eu falei anteriormente.

No Piauí, nós também temos ocorrências desse tipo, de degradação do pavimento, e não de pontos localizados de rompimento de rodovia. Então, eles também estão sendo tratados através dos contratos existentes na malha do Piauí. Nos demais estados, nós não temos ocorrências de pontos localizados, seja no Rio Grande do Norte, seja na Bahia... Estou falando daqueles estados que nós estamos tendo chuvas mais intensas, nesse momento. Por fim, só esclarecer aos Srs. Senadores que a destinação de recursos nesses casos, e eu dou como exemplo aqui o caso do Sul, Santa Catarina, e este de agora, ela foi sempre uma posição imediata do Governo Federal. O Governo não perguntou ou não disse para os órgãos: "Olha, eu tenho tanto dinheiro e façam o que for possível com isso". A pergunta sempre foi ao contrário: "Quanto há de necessidade para enfrentar essa situação?". E nós apresentamos a necessidade, e ela sempre foi atendida. Como eu disse, na Medida Provisória, nós temos aproximadamente 40 milhões para atender aquelas decretações de emergência. Naturalmente que, se, quando as águas baixarem, o recurso que for necessário será maior, for maior, nós vamos demandar esse recurso e temos, pelo menos, a garantia de que ele será atendido. Neste momento, é o recurso que nós demandamos e são as ações que estão sendo desenvolvidas.

Eu só quero fazer um esclarecimento, por último, porque, normalmente, há uma demanda, também, por intervenção nas rodovias estaduais ou municipais. Por força de lei, e apenas por causa disso, o DNIT não intervém em estradas estaduais e municipais. Nós só podemos intervir nas rodovias pertencentes ao Plano Nacional de Viação, ou seja, as rodovias que estão sob o âmbito desta lei e que são federais. As demais intervenções, elas sempre terão que ser buscadas através de alternativas, muitas vezes através do próprio Ministério da Integração, que atende alguns casos, ou, então, dentro dos estados mesmo. Não há possibilidade pela Legislação existente que nós realizemos obras nestas rodovias estaduais ou municipais. Em alguns casos, até nós ajudamos em algum levantamento, mas, em função da lei, não há como atender a situação. Se houvesse alguma alteração nisso, isso seria possível, mas, no momento, não é. Então, a nossa atenção, ela estará concentrada em dar tráfego às rodovias federais e garantir, através delas, o suprimento das mercadorias e o transporte em toda a região. É isso, senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos ao Sr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, por sua explanação. Após ouvirmos as exposições dos ilustres convidados dessa Audiência Pública, passamos, então, a ouvir os Srs. Senadores e também vamos ouvir os Srs. Deputados que se inscreveram nessa... Abriram aqui uma exceção regimental para que possamos também ouvi-los, e vamos ouvir, em primeiro lugar, primeiro inscrito, Senador Inácio Arruda, do PCdoB, do Ceará, autor do Requerimento, juntamente com outros Srs. Senadores, para a realização dessa Audiência Pública. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero considerar primeiro, agradecendo a presença dos nossos convidados, de que a audiência, ela já... Meu caro Governador do Piauí, Wellington Dias, Governador do Ceará, Francisco José Pinheiro, ela já surtiu um grande efeito. Acho que colocou aqui,

na pauta, para nós, senadores, que, nessa questão das calamidades, nós precisamos alterar o rito de ação do Governo Federal e dos Estados. E levantou-se uma proposta, tem dois projetos tramitando na Câmara, e nós podemos tomar iniciativa no Senado para dar mais celeridade a essa proposição, que é o problema da criação do Fundo Nacional de Calamidades, que pode incluir tanto a estiagem como as enchentes, e outras calamidades que surgem eventualmente, em função da movimentação natural do planeta no universo, porque ele é protegido, mas, ao mesmo tempo, ele é atingido por uma série de interferências externas também, não só do homem. Mas eu considero que nós já conseguimos esse êxito imediato.

O segundo é uma compreensão que eu acho que nós temos que ter no caso do Governo Federal, especialmente. Nós tivemos esse problema todo dos estados, dos municípios, a dificuldade... No município, que é onde ocorre. A estrada rompida é lá. Mas a dificuldade é tão grande que o estado tem que... É ele que tem que tratar, embora a obra vá ser realizada lá no município. Então, essa relação do estado com a União, nós temos que examinar uma alteração, porque veja a situação: na emergência, emergência, que é o atendimento das pessoas, há um grau de solidariedade tão intenso entre Governos, estadual, nacional e municipal, que, muitas vezes, não falta alimento disponível, não faltam cobertores, não faltam colchões. Essa ação emergencial... Você vê que nós temos doações em São Paulo, no Rio Grande do Sul, para as enchentes do Pará. Quando Santa Catarina esteve em calamidade, teve doações do nordeste inteiro para mandar para Santa Catarina. O problema é você conseguir entregar essa mercadoria, com as estradas rompidas e sem uma estrutura, às vezes, de locomoção, dentro do território nacional que facilitasse uma eventual entrega dessas doações feitas pela população. Então, há um grau de solidariedade imenso. Acho que, aqui, na emergência, nós estamos... Na emergência, que significa atender diretamente as pessoas, nós estamos razoavelmente bem. Razoavelmente bem por quê? Porque, em algumas situações, mostrou-se que a logística brasileira não é adequada. Ela não responde. Você veio para atender as populações do Maranhão, de parte do Piauí e do Pará, que precisaríamos ter talvez dez vezes mais aviões do Exército e da Aeronáutica disponíveis, para socorrer imediatamente a população e levar alimento para aquela região.

Então, há uma defasagem muito grande aqui, porque, normalmente, é feito com equipamento das Forças Armadas, e elas são absolutamente insuficientes, não dá para atender. Uma calamidade que se alastra do Amazonas até o Estado da Bahia, incluindo todo o nordeste brasileiro, é evidente, está demonstrado que nós não temos a capacidade de resolver isso mais imediatamente. Mas o acerto que eu examino aqui, que precisaríamos de um acordo muito de agilidade entre Estados e a União... Veja o problema da 304, que liga o Ceará ao Rio Grande do Norte e vai nos ligar à 101. Essa estrada, ela está destruída. E o efeito da destruição é exatamente as enchentes da região, que subiram na rodovia, destruíram a sua capacidade de drenagem e não tem jeito, água com asfalto... O asfalto é o quê? Ele serve de liga, né? Ele faz a liga daquela massa que estabelece a camada de pavimentação, do pavimento. Essa liga é incompatível com água. Se a água permanece sobre essa liga com o tráfego em cima da rodovia, destrói a rodovia. A 222, nós temos, pelo menos, três trechos no Estado do Ceará que ela está absolutamente destruída. Totalmente destruída. Ela leva o Ceará pelo Piauí, Maranhão, vai até o Pará, a 222. Então, quer dizer, é uma ligação do norte e do nordeste brasileiro, que, dentro do nosso estado, está destruída. E no Maranhão está destruída. Todas são efeitos das chuvas, que foram muito intensas. A nossa média de chuvas no Ceará, chovendo bem, é 700 milímetros. Essa região da 222 está acima de 1500 milímetros. Ela está com o dobro de água. Então, a estrada é feita com capacidade, e nós temos o dobro de água em cima dessa rodovia. Ela não tem capacidade de sustentar.

Como essas são as rodovias de carga, nós transferimos as cargas para as rodovias estaduais, que, evidentemente, destruímos as rodovias estaduais. Então, a CE-040 do Estado do Ceará está destruída. E uma rodovia, que é uma combinação de trabalho com a União, mas feita pelo Estado, que é uma rodovia estruturante que nós chamamos, ela fez a opção para a BR 222, destruímos também a rodovia estruturante. Então, nós perdemos as estaduais e as federais, que está tendo tráfego. A média de velocidade deve estar em 10 quilômetros, talvez 15 quilômetros, nessas rodovias dentro do Estado. Então, elas foram atingidas por essas enchentes. Então, a metodologia de recuperação não pode ser a mesma, na minha opinião. Porque nós vamos esperar a licitação, a licitação sofre o processo contestatório. Quer dizer, uma empresa pode contestar, pode parar uma licitação durante dois meses, três meses, às vezes para o ano inteiro... Então, aqui, eu acho também que nós temos que entrar com a emergência. Se a emergência está sendo decretada naquele município, esta rodovia está incluída, e nós deveríamos tratar dessa rodovia como também no processo emergencial. Assim devemos fazer com as rodovias, com as ferrovias... Todas as vias de transporte estão atingidas pela enchente. Se

tem Decreto de Emergência, não vale para a rodovia? Não vale para a ferrovia? Eu acho que tem que valer para a rodovia e para a ferrovia. E o último é a gente acertar a nossa tratativa aqui, com relação à questão do fundo, que é um Fundo Nacional, porque isso tem sido muito útil na educação e na saúde. Muito útil na educação e na saúde.

Então, em determinadas situações, é melhor o DNIT transferir, pelo fundo de emergência, os recursos para o Estado, e o Estado tocar essa obra de recuperação do que você for esperar uma licitação ou o próprio DNIT fazer diretamente, que, evidentemente, pode usar o mesmo mecanismo, mas, às vezes, é mais ágil, mais rápido para nós. Então, nós precisamos afinar esse problema do fundo. Eu lembro que, quando nós fomos criar o fundo de combate à pobreza, tivemos que fazer uma emenda constitucional. Então, aqui, nós estamos querendo examinar o melhor mecanismo. Se é uma emenda constitucional, que nós temos que tomar iniciativa, se é uma ação do Governo que teria que ter agilidade para mandar para o Congresso Nacional, ou se nós tratamos dessa questão na Lei Orçamentária e na LDO. Porque nós podemos, todos os anos, examinar a LDO, examinar a Lei Orçamentária e instituir, lá na LDO, um mecanismo para as calamidades, via um fundo que possa transferir com rapidez os recursos para estados e eventualmente para municípios. Muitos municípios têm capacidade operacional e pode resolver. No caso das capitais, nós podemos operar isso diretamente com município. Não precisamos esperar. Porque há uma gravidade. Eu apelo ao Ministério das Cidades em relação ao problema das drenagens. Porque, agora, ficou visível. Você vai pegar Teresina, mudou. [soa a campainha]. Pega a região metropolitana de São Luís, ou a Grande São Luís, que é a ilha, mudou o problema da drenagem, não é a mesma coisa. Ficou mais visível o que é necessário. No caso do Piauí, vem do Ceará para o Piauí. No caso do Rio Grande do Norte, também uma parte – no caso de Mossoró -, parte do Ceará, que é a questão do Apodi, que vai entrar dentro da cidade de Mossoró. E em muitos casos de Manaus e de Belém também a mesma coisa. Quer dizer, a obra de drenagem tem que ser lá atrás, não é exatamente dentro da cidade. Por isso que eu peço a atenção do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração, porque essa é uma ação conjugada, porque, em alguns casos, pode ser integração, e, em outros, essa drenagem pode ser do Ministério das Cidades. Talvez fosse necessário nós termos aí um prazo de uns 15 dias, com uma comunicação do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração, no caso desse saldo que vai ser examinado dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, que a gente dê um prazo aí de 15 dias para examinar – exame conjunto entre Ministério da Integração, Ministério das Cidades – o que nós podemos agregar de obras que se mostraram absolutamente necessárias diante da calamidade que nós estamos vivendo na nossa região norte e nordeste do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. E agradeço mais uma vez a presença dos nossos Governadores e dos nossos convidados. Eu fico naquela condição de que acho que nós vamos ter uma nova rodada de Governadores e também de Ministros de Estado em relação a esse tema, porque o após enchente é gravíssimo. É muito, muito grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos agradecimentos ao Senador Inácio Arruda pelas considerações e proposições apresentadas no âmbito da definição de uma agenda de compromisso e iniciativas, visando enfrentar o problema das calamidades públicas em nosso país. E, evidentemente, concordo com V. Exa. sobre a necessidade da continuidade desse debate, após essa audiência, quem sabe uma segunda audiência, para, uma vez concluído esse evento e toda sua extensão, possamos ter novas iniciativas relativas ao tema. Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia, do PDT, do Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, senhores convidados, eu vou fazer rápidas observações, dentro do contexto que eu percebo, do contexto atual, do problema que temos que enfrentar, e observações do que temos que fazer um pouco mais à frente. Porque tudo está dentro das nossas preocupações. Eu começo aqui, Sr. Presidente, pelo depoimento que temos hoje, no Jornal Diário do Amazonas, do secretário de Governo do Estado do Amazonas, o Prof. José Mello, que diz o seguinte: "Até ontem nenhuma verba foi repassada pelo Governo Federal para o Amazonas. O Ministério da Integração Nacional enviou ao estado cerca de 25 mil cestas-básicas, além de quites de limpeza, colchões e cobertores. Ao todo, segundo levantamento concluído na tarde de ontem, pela Defesa Civil do Estado, 44 municípios já estão em situação de emergência. 8649 pessoas estão desabrigadas em igrejas e escolas, e 41970 estão desalojadas, ou seja, preferiram ir para casas de parentes ou amigos e esperar o nível dos rios baixar. Ainda de acordo com o levantamento, 303 mil 812 pessoas estão sendo afetadas pelas cheias no Estado do Amazonas". Então, esse é um rápido diagnóstico, já que nós todos falamos um pouco, os representantes dos estados fizeram isso.

Agora, Sr. Presidente, quero fazer a seguinte contribuição. Primeiro, o diagnóstico. Todo mundo está sabendo o problema e o tamanho do problema. Nós

temos que caminhar, na minha avaliação, e eu fiz uma observação rapidamente, logo no início... O que está sendo feito pelos Governos, pelas Prefeituras, pelos Governos dos Estados e pela União? E aí, do que está sendo feito, o que precisa ser feito para atender toda essa demanda que temos na atualidade, diante desse fato? Um questionamento que eu faço: existem recursos suficientes? Por exemplo, no caso da Defesa Civil, em nível nacional, existem recursos suficientes para atender as demandas atuais? É um questionamento que eu gostaria de fazer.

O Dr. Marcos Antônio, do Ministério da Integração, colocou muito bem um ponto que eu acho que vai aqui, dentro do contexto da nossa preocupação de resolvermos o problema. Ele colocou a palavra chave, na minha observação, que chama-se burocracia. O que emperra na burocracia? As Prefeituras não estão preparadas para atender o momento atual? Os Governos estaduais, eles não estão preparados? O Governo Federal, dentro do contexto burocrático... Porque nós temos que partir para uma conversa aqui, no sentido de resolver os problemas, não é mesmo? Nós não viemos aqui para essa Audiência Pública apenas para dizer: "Olha, lá no meu Estado está alagado, lá tem tantas pessoas passando fome...". Os Governadores que estão aqui, todos que vieram e V. Exas também, que vieram do Ministério, e nós, aqui, do Congresso, estamos buscando as soluções. Nós estamos aqui para buscar a solução, porque é isso que o povo quer.

Então, burocracia... Eu gostaria de saber mais a fundo. O que precisamos fazer? Nós precisamos fazer uma Comissão que... Estaduais para tratar disso, que chama todo mundo, chama Prefeituras, chama representantes do Governo do Estado, chama pessoal do Tribunal de Contas... Vamos sentar aqui, como é que nós vamos resolver isso aqui? O pessoal está lá dentro d'água. Como é que nós vamos fazer isso aqui? Tribunal de Contas a nível nacional... Eu quero saber... Isso eu estou falando agora, né? É uma solução deste momento. Não é coisa lá pra frente. Lá pra frente, nós vamos ter que trabalhar isso. Onde estão os entraves? Essa é a grande questão. Os entraves estão nas Prefeituras, que não estão adequadas? Para responder a essa demanda, esse problema... As entraves estão nos Governos? Por exemplo, as Prefeituras, todas elas têm a Defesa Civil? No meu Estado, salvo engano, a maior parte não tem Defesa Civil. Governo do Estado tem Defesa Civil... Como é que isso... Como é que nós vamos resolver essa questão? Bem, essa é uma questão mais pra frente, porque, agora, nós temos que tomar decisões no sentido de resolver o problema. Este é o momento, colocou muito bem o representante do Maranhão, Dr. Francisco, de uma Medida Provisória? Gostaria de saber isso. Nós temos que partir para isso. Veja bem, para resolver o problema agora, exigir uma Medida Provisória? E para mais à frente, Senador Inácio Arruda, aí cabe a nossa... o nosso empenho maior. Dentro dos contextos que afetam as questões aqui no Congresso, quais são os projetos que precisamos trabalhar urgentemente aqui no Congresso Nacional? Estou falando Senado e Câmara dos Deputados. Fundo Nacional de Defesa Civil. Precisamos ir nessa direção? Vamos discutir isso. Agora, é uma coisa lá pra frente. É uma coisa para o ano que vem, não é mesmo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós estamos falando apenas da infraestrutura. Quer dizer, se nós fizermos o levantamento que foi feito aqui dos prejuízos da atividade econômica nos vários estados, porque é um prejuízo razoável de perda de safra, de atividade econômica inviabilizada... Quer dizer, o Rio Grande do Norte colocou pelo menos quatro atividades econômicas que foram atingidas, mas muito atingidas. Isso acontece em todos os estados. Todos. Nós estamos tratando só da nossa infraestrutura. O que vamos fazer com ela. Nem estamos tratando do problema de como foram atingidas as atividades econômicas que geram desemprego, causam um dano na atividade... Quer dizer, é uma situação realmente muito grave para essas duas regiões, porque são já as mais pobres do Brasil e são atingidas pela calamidade que inviabiliza muitos negócios na região. Nós estamos apenas no levantamento. Por isso que eu acho que é importante, nesse caso...

V. Exa. levantou o pronunciamento do Francisco Escórcio, que está representando aqui o Estado do Maranhão, e ele levantou a questão da Medida Provisória. Eu acho, sim, que tem que ter Medida Provisória, só que não pode ser num volume tão pequeno como foi da vez anterior. Porque visava, talvez, assim, um ou dois estados. Embora seja uma Medida Provisória Nacional, ela visava um ou dois estados. Agora, não. Agora, são duas regiões inteiras que estão absolutamente em calamidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Jefferson Praia, para concluir.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Estou concluindo, Senador Nery. Então, veja bem, eu sou muito objetivo. Nós todos estamos aqui para buscar soluções. Não adianta ficarmos só falando, falando e falando, e o povo lá esperando. Então, a minha preocupação é como vamos sair desse momento difícil que nos deparamos, em que as pessoas precisam de ações imediatas para poder recuperarem um pouco a qualidade de vida que tinham anteriormente.

Então, eu vejo aí a questão burocrática, que ela sobressai. Veja bem, nós temos um país que infeliz-

mente é assim, Senador Inácio Arruda e Senador Nery, são tantos documentos, são tantas exigências e é o campeão de corrupção, um dos campões de corrupção. Então, esse é um ponto até que temos que fazer uma reflexão mais à frente. Por que tantos documentos? Por que tantos carimbaços? Por que tanta coisa e campeão de corrupção? Eu não entendo essa coisa. Eu estou muito preocupado com isso, acho que temos que avançar no sentido de resolvermos essas questões. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Jefferson Praia. E seguindo, passo imediatamente a palavra ao Senador Mão Santa, PMDB, do Piauí. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente José Nery, primeiro cumprimentar aqui o Inácio Arruda, que é um extraordinário representante do Nordeste. Ele é sempre atento, ele... A causa de estarmos aqui. E queria dizer que, talvez, pela idade, eu sou o mais sofrido e experimentado aqui, em enchente. A minha cidade, vamos dizer, ela... Uma altitude mínima, dentro da praia... E, por duas vezes, eu fui secretário de saúde em Parnaíba, eu enfrentei essas enchentes. Mas Deus me fez governar o Piauí em 95. Aí eu entendi bem. Eu acho que só Deus entende mais do que isso do que eu. Porque eu entendi bem, eu sofri. E, logo no início do Governo, Teresina tinha o maior... O pai de todos os teresinenses, o Wall Ferraz. E ele tinha acabado de morrer e deu... Quer dizer, duas calamidades. Uma, a perda do pai espiritual, do líder da capital. Ele não era do meu partido, não, era do PSDB. E a enchente deu logo após. E eu enfrentei. E estou aqui, senador tem que ser pai da pátria. Por isso que essa Casa é importante, por isso que Pedro II, Dr. Sílvio, ele deixava o cetro e a coroa e vinha assistir. Eu não vi ainda o nosso Presidente, querido Luiz Inácio, assistir nenhuma sessão do Senado. O Senado só tem essa razão, pessoas experientes.

Então, teve uma dessa. Eu fiquei muito preocupado porque tinha esse drama de Teresina dobrado. E eu quero dizer, o Piauí tem 19 rios, seis perenes, cem lagoas. Eu vivi como secretário de saúde, como Prefeito de Parnaíba, essas enchentes. E a experiência tão grande, José Nery, que, em alojamentos, mais de cem, igreja, repartição pública, escola... A minha casa em construção serviu para abrigar alagados. Estava naquela fase de acabamento. Tinha umas seis famílias. Então, eu sei o que é isso. Agora, em Teresina, e vou dizer aqui como funciona, eu vi atentamente e vim para cá. Primeiro, eu chamei o Ministro de integração regional, e ele foi. Era esse Cícero Lucena. Era do PMDB, ele foi apoiado pelos Governadores daquele tempo, o PMDB tinha muito. Ao chegar, ele me entregou um cheque – eu não sei como, aí vão perguntar ao Cícero Lucena que está aí – de cinco milhões de dólares. O dólar era pesado naquele tempo. Antes de ir como Prefeito de Teresina, que era o sucessor, o Francisco Gerardo, eu não sabia nem o que fazer, foi de cheque mesmo. Conversa não resolve nessas horas, não. Foi um cheque. Aí, ali no palácio, acho que Deus me inspirou, eu dei a metade logo para o Prefeito de Teresina, Francisco Gerardo. E a outra metade eu saí vendo as cidades ribeirinhas [ininteligível]. Depois, ele mandou mais outro; cinco. Então, isso minimizou. Lógico, o Governo do Estado cooperava com a sua estrutura, sua secretaria de obra, DER, e tal. Mas o que eu quero dizer é que a dificuldade agora, a burocracia... Prestar conta fui eu, porque eu que recebi. E quero aqui agradecer a maneira correta desse esquema que dirige Teresina. Há muitos anos, o Wall Ferraz, Francisco Gerardo, o Firmino, e, agora, o Dr. Sílvio Mendes. Eles... Que não me deu trabalho em prestação, eu nunca fui chamado para nada. Fui chamado dos municípios. Um Prefeito até morrer... Mas aí era o Catão, já, o Ministro, teve que justificar. Mas tem que ser de enxofre. Queriam fazer sem dinheiro. Porque é confusão muita, vocês estão vivendo.

Agora, eu queria advertir o nosso Presidente Luiz Inácio que ninguém escolhe a época que vai governar. E ele tem um lado negativo aí. A SUDENE. A SUDENE não existe. A SUDENE era forte, a SUDENE era poderosa, a SUDENE era organizada. Então, ela nos ajudava muito. Como me ajudou como secretário de saúde, como nos ajudou como Prefeito de Parnaíba e como Governador do Estado. Tinha até aquele Leônides Filho, que era superintendente... Eles tinham know-how, tinham estrutura, tinham experiência, porque foi criado para isso. E não tem mais.

Então, está havendo mais dificuldade dos dirigentes, governadores e prefeitos. Há a SUDENE. E queria lembrar que o Piauí, por sorte, ele, no Exército, ele tem dois batalhões de energia e construção. Então, eles nos ajudam. Porque estrada quebra mesmo, ponte cai e é confusão muita. Então, se pode dispor. E eles são fáceis de negociar. Eu não sei hoje, mas, pelo menos, eu estou aqui. O que tem essas complicações burocráticas, tem. Eu só tinha o dinheiro do DNIT, e até já morreu o chefe, era o irmão do Deputado [ininteligível], pessoa boa... Porque eu pensava: "Para recuperar a conversa, não adianta, não". E tinha lá, era um dinheiro para acostamento, até da BR 343. Mas a gente tem que ser de cirurgião à urgência. Acostamento tinha que recuperar. Então, era ponte, era estrada. E eu fui e entreguei. Ele não quis assinar, eu entreguei o montante que tinha. Eles dão... Essas medidas tem que tomar, depois se justifica. E Medida

Provisória, nós somos contra. Isso está desgraçando a democracia, não pode-se nem criticar o regime militar, que o Decreto-Lei era mais honrado, mais digno, era mais decente. O Decreto-Lei, eles faziam só depois de aprovado. Agora, não, assinou... E é demais. É muito aloprado fazendo Medida Provisória. Tem 400, o Luiz Inácio já fez. E a Constituição só tem 250 artigos. Mas, agora, cabe. Agora, cabe. É urgência e relevância.

E eu sei que Santa Catarina... Todos nos emocionamos, é bacana, louros, olhos verdes, azuis... Mas V.Exa. acabou de dizer que a de lá é 360 milhões. E são vários estados agora. Então, nós exigimos do nosso Presidente Luiz Inácio, de imediato, uma Medida Provisória... Com a democracia, tem igualdade no meio. Nós não aceitamos essas conversas, esse negócio de mídia; acabou. Isso não funciona, não. Eu vim lá do Piauí, é de gente de vergonha que diz: "É mais fácil tapar o sol com a peneira do que a verdade". A verdade é essa. Esse negócio de mentira. O Prefeito de Teresina trouxe um projeto que todo mundo sabe que é verdade. A Prefeitura de Teresina, eu sei, que eu já tentei conquistar e não consegui, eles são fortes mesmo, eles são corretos, eles têm uma tradição, o Wellington Dias também sabe disso, que já tentou conquistar e ficou longe... Eles são. Então, ele traz aqui... E Teresina sofre mais porque ela é mesopotâmica, entre dois rios. E dos 19, seis perenes, os dois são perenes, são os maiores. Esse negócio de barragem de Castelo é depois. Mas, primeiro, a gente tem que operar o apendicite, supurada, com peritonite. Essas cirurgias eletivas ficam mais tarde, a barra do Castelo... O Prefeito também apresentou um projeto desses necessários, mas o emergencial significaria o cheque que o Cícero Lucena me entregou e deu, que eu não sei nem como. Tem que ser... Mas ele está aí, é mais fácil dizer. E essa que é a realidade, negócio de conversa...

Então, são as nossas palavras e quero cumprimentar o nosso Presidente Leomar Quintanilha. Então, é isso, é exigir de imediato uma Medida Provisória. Até 400. Por que que não vai caber agora? Fora que é urgência, relevante. É 400 a Medida Provisória. O Júlio Cesar sempre foi mais sabido do que todos nós... É 461, é? Foi até bom porque viu que eu estou "soft", não estou atacando o Presidente. Então, essa é pra logo. Leomar Quintanilha, eu quero o felicitar(F). V. Exa. mostra muita competência. A primeira maior foi casar com uma mulher do Piauí. Essa foi. E a segunda foi que, no momento mais difícil do Senado, V. Exa. dirigiu com muito equilíbrio a Comissão de Ética e decoro, que eu quero passar é por longe desse negócio. E, agora, pega essa Comissão que está nos sensibilizando e nos dá essa oportunidade de fazer esse apelo pelo Piauí, pelo nordeste, num tratamento igual à Santa Catarina.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Mão Santa as oportunas colocações de V. Exa. e até informo à V. Exa. que nós estamos propondo uma nova Audiência Pública para discutir exatamente a Constituição de mecanismos que permitam ao Governo Federal, ou ao país, ter instrumentos para socorrer os entes federados imediatamente após, com a urgência necessária. E aí, sim, se utilizando talvez de Medida Provisória, os entes federados submetidos a situações como a que está ocorrendo agora, com os estados afligidos pelas enchentes. Nós temos a honra de passar a palavra agora ao Senador José Nery, dizendo ao Deputado Júlio Cesar que teremos o imenso prazer em ouvi-lo. Ouviremos primeiro o Senador José Nery. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, quero cumprimentar os ilustres convidados presentes à Mesa, o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí, o vice-Governador do Ceará, Francisco Pinheiro, Sra. Luísa Goes, representando a Governadora Vilma Faria, do Rio Grande do Norte, e os representantes, aqui, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades, para que aqui comparecem, para debater esse importante tema e preocupante, diante da preocupante situação que nos encontramos, quando vários estados do Nordeste e do Norte, da Amazônia estão sofrendo os efeitos dessa tragédia, dessa verdadeira tragédia que se abateu sobre populações inteiras, que sofrem de todo tipo de privação nesse momento. Seu deslocamento, problema de saúde, afetando o dia a dia das pessoas, a sua sobrevivência, enfim. Mas, no meu Estado do Pará, já são 35 mil famílias atingidas pelas enchentes, tem quase dois mil desabrigados, contabilizamos duas mortes, situação foi decretada situação de emergência em 32 municípios.

Portanto, é uma situação muito grave e que, mais uma vez, denuncia o quanto estamos pouco estruturados para responder adequadamente... Quanto Estado Brasileiro, eu falo em todas as instâncias, falo não só do Poder Executivo, mas falo do Parlamento, porque cabe a nós também criarmos instrumentos legais que permitam maior agilidade no tratamento de questões tão graves. Mas a cada situação de calamidade, a cada situação de emergência, se tem a impressão de que vai se recomeçar, vai... É como se fosse, parece, uma

novidade, quando essas tragédias se repetem ao longo dos anos, ao longo dos séculos.

Então, é chegada a hora, realmente, de tomarmos medidas mais efetivas, desburocratizar o atendimento nessas situações. Portanto, creio que, dessa Audiência Pública, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, também nos honra aqui com vossas presenças, que têm igual preocupação, como nós temos, com a sorte, o destino de milhares de brasileiros e brasileiras que, nesse momento, sofrem com o drama das enchentes. Mas a verdadeira constatação é de que nós ainda estamos distantes de medidas efetivas reais, objetivas, rápidas, eficientes, para tratar um problema tão grave. Daí considerar necessário, Sr. Presidente, que, dessa Audiência Pública, fosse constituído aqui, no âmbito dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, fosse constituído um Grupo de Trabalho, coordenado por V. Exa., Sr. Presidente, no sentido de que, ao concluir essa audiência, possamos imediatamente articular, juntamente com a Câmara dos Deputados e no Poder Executivo, esse conjunto de iniciativas, a alteração da Legislação, bem como uma cobrança mais efetiva em relação ao volume de recurso necessários para o atendimento adequado a todas as populações atingidas. Porque o volume de recursos dessa Medida Provisória de 300 milhões de reais, anunciada para dar conta do atendimento a essas populações, temos absoluta certeza que elas recursos absolutamente insuficientes para atender o problema de tamanha gravidade.

Portanto, ao lado de uma exigência e um levantamento mais preciso do volume de recursos necessários para atender essa situação e apresentarmos isso concretamente como uma reivindicação desta Comissão, do Senado Federal, apoiado e chancelado aqui pelos Governadores e seus representantes, ou representantes dos Estados, aqui presentes... Há pouco não citei o Estado do Maranhão, que sofre igualmente e duramente com as enchentes. Então, a questão do volume de recursos... Eu creio que precisamos fazer um levantamento, Sr. Presidente, consultando os Governadores, os Prefeitos, as áreas atingidas, a Defesa Civil Nacional, de qual é o volume de recursos necessários e vamos solicitar ao Executivo a garantia desses recursos. Segundo, trabalharmos, como aqui já foi dito por outros senadores que me antecederam, verificar quais são os projetos, inclusive os que estão em tramitação aqui no Congresso Nacional, para que possamos conceder a ele ir a acordo, debatido com todos os líderes partidários, a urgência para serem votados para desburocratizar, e, efetivamente, começarmos a criar, de fato e efetivamente, no país, uma estrutura capaz de responder a essas calamidades, para que, a cada situação que se apresente, não seja vista e encarada como se fosse algo que é uma novidade e que a gente vai começar, praticamente do zero, a articular as medidas e as ações para corresponder aos anseios, às necessidades das populações atingidas pelas calamidades naturais. Naturais, e é verdade, porém, provocada, em muitos casos, pelo descaso com que nos relacionamos, como que o homem se relaciona com a natureza. Os desastres que nós estamos assistindo em escala planetária têm a ver muito com a ação cotidiana de cada cidadão em particular, das empresas, dos Governos e da sociedade em geral.

Portanto, ao mesmo tempo que nós estamos buscando aqui medidas para enfrentar um problema ocasional, que ocorre com certa frequência, que são as enchentes, mas tem outros tantos desastres naturais existentes no nosso país e no mundo, nós precisamos discutir e nos comprometermos com as políticas e ações de desenvolvimento, que preserve e garanta o bom equilíbrio dos nossos recursos naturais, da natureza como um todo... Inclusive, amanhã, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, lembrar que, amanhã, aqui no Senado Federal, teremos um evento importantíssimo nesse sentido, que é uma ação ou uma luta de médio e longo prazo, que é a realização de uma vigília, a partir das 18h30 de amanhã, no Plenário do Senado Federal, em defesa da Amazônia. Porque o que nós assistimos? Desmatamento desenfreado, grilagem, desordenamento territorial, todo tipo de problema que é preciso ser atacado e trabalhado por todos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, creio que, dessa audiência, poderia resultar mais imediatamente um Grupo de Trabalho, mesmo que informal, coordenado por V. Exa., para definir, saber – um levantamento a partir da situação de cada Estado – qual o volume de recursos necessários para atender essa demanda atual, e, em seguida, trabalharmos as medidas do ponto de vista Legislativo, do ponto de vista do Executivo, que possam aprimorar, melhorar a atuação do Estado Brasileiro no tratamento, no enfrentamento dessas calamidades. É a nossa contribuição, dizemos só ao senhor que, no Estado do Pará, segundo levantamento, até o presente, seriam necessários 85 milhões para recuperar a infraestrutura que foi danificada nas enchentes, estradas, pontes, casas, etc., porém, pela Medida Provisória prevista, se conseguirmos aqui alterá-la, não será possível sequer a metade desse recurso.

Portanto, a questão da Ordem do Dia: buscarmos, lutarmos por um volume de recurso adequado para apoiar os estados, os municípios, no enfrentamento desse grave problema. Muito obrigado, V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Nery

as ponderações oportunas que V. Exa. faz, e eu só solicitaria que a sugestão, apresentada por V. Exa., o fizesse através de um Requerimento, para a constituição desse Grupo de Trabalho. O que nós estamos observando é que o Brasil está sendo duramente fustigado por questões climáticas. A cada dia que passa, a situação se agrava em cada um dos estados, e novos estados estão surgindo com outros problemas. Inúmeros estados da região Norte, da região Nordeste estão sendo assolados pela enchente. E o Sul do país, pela seca.

Então, acho que é importante o que V. Exa. sugere, para que nós constituamos um Grupo de Trabalho para poder fazer esse levantamento. E talvez tão importante quanto isso, Senador Nery, seria a Constituição também ou a discussão, também, da Constituição, de um fundo de emergência e seu funcionamento, sem burocracia, para atender aos entes federados necessitados, na hora da sua necessidade. Porque nós temos casos aí que levam anos para serem atendidas as ações chamadas emergenciais. Acho que é importante nós discutirmos, estou apresentando um Requerimento nesse sentido, para que nós possamos discutir a Constituição e funcionamento de um fundo de emergência para o país. Obrigado à V. Exa. Tenho a honra de passar a palavra, agora, ao Deputado Júlio Cesar.

DEPUTADO JÚLIO CESAR (DEM-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Conferencistas, eu cumprimento na pessoa do nosso Governador Wellington, Sr. Prefeito de Teresina, Sr. Presidente da Associação de Municípios, senhores secretários de Estado do meu Estado aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. Eu fui buscar, Sr. Presidente, os números, e gosto muito de números, para orientar o meu raciocínio em cima do que vou dizer. Quando houve o desastre de Santa Catarina, foi editada a Medida Provisória 448, que foi transformada na Lei 11893, de 29/12/09. Esta medida, Sr. Presidente, criou um crédito de um bilhão e 600 milhões. Desse um bilhão e 600 milhões, 710 milhões para um estado, Santa Catarina. Esses recursos foram distribuídos 350 milhões para obra de desastre; 120 milhões, para apoio a obras preventivas do desastre; 135 milhões, para o restabelecimento da normalidade; 105 milhões, para socorro assistencial aos desabrigados. Isso para comparar com a Medida Provisória 461, que cria apenas 300 milhões. 300 milhões para atender prioritariamente a seis estados. Dois da região Nordeste, que tem 11 milhões de habitantes... Aliás, Norte, melhor dizendo, Pará e Amazonas. E quatro da nordeste, que tem 21 milhões de habitantes, 32 milhões de habitantes. E é exatamente esses estados que têm os piores indicadores econômicos e sociais do país, com exceção do Amazonas, puxado pela força da Zona Franca de Manaus. Mas o que me preocupa, Sr. Presidente, é que 300 milhões é muito pouco, é muito menos do que um dos itens de atendimento à Santa Catarina.

Eu estou muito preocupado porque venceu recentemente um Decreto que convalidava os restos a pagar de 2005 e 2006. E esses estados, exatamente os estados mais atingidos são os mais prejudicados com esses restos a pagar. Restos a pagar, por exemplo, do Maranhão, em 2005, 85 milhões; do Ceará, 170 milhões; do Piauí, 180 milhões; do Rio Grande do Norte, 101 milhões. Isso em 2005. A Medida Provisória ressalva as obras do PAC. Não existia PAC nesse período. O PAC é de 2007. Em 2006, Sr. Presidente, é verdade que algumas dessas obras entraram no PAC, mas a grande maioria está dele excluído. Em 2006, Sr. Presidente, os mesmos estados... O Ceará, restos a pagar não pagam, porque tem uma parte paga. 231; Maranhão, 136; Piauí, 119; e Rio Grande do Norte, 175.

Então, como prioridade, eu queria fazer um apelo, através desta Comissão, para convencer o Governo a reeditar este Decreto e convalidar estas emendas, pelo menos para estes estados atingidos, porque o percentual de perda em relação àquilo que foi aprovado no orçamento original é muito grande. E também priorizar, Sr. Presidente, o restos a pagar de 2007, de 2008, todos inscritos em restos a pagar, que estão todos valendo e que nós estamos realmente precisando dar uma injeção de recursos nesses estados.

Então, ia dizer à V. Exa. que, no meu estado, o Piauí, só tem duas prefeituras 100% normais. Está aqui o Presidente da Associação de Municípios; Bom Jesus e Teresina. Eu peguei o relatório ontem: de 224 municípios, 222 com alguma pendência. Algumas pendências fáceis, fácil de recuperar. Mas a grande maioria, se for depender do CAUC, vai perder os recursos. Também, Sr. Presidente, nós vamos fazer, daqui a pouco, uma Audiência Pública, e quero fazer um apelo, através de V. Exa. e dessa Comissão. Eu venho estudando todas as transferências constitucionais, e, de 98 a 2008, foram retidos todos os depósitos judiciais dos tributos compartilhados entre União, estados e municípios. Por ação nossa na Comissão de Finanças, lá da Câmara, parte desses recursos foi paga, até junho do ano passado. E nós temos, de junho até agora, 845 milhões, que queremos fazer um apelo, aqui nesta Comissão, e vou fazer lá na outra, para que o Governo pague, e pague logo, nesse momento difícil em que os estados e os municípios estão vivendo. Até porque, Sr. Presidente, do FPE, 52% pertencem aos estados nordestinos, e 15%, os estados da região norte. Então, mais de 70... Quase que 70% vai para essas regiões onde estão os estados mais castigados da federação brasileira.

Então, eu faço um apelo... Além desses recursos, tem um depósito judicial de um bilhão e 197, feito em maio de 2007, de um sequestro que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional fez das contas da Companhia Siderúrgica Nacional de Imposto de Renda não pago, que ainda está lá. E, pela lei, tem que ser compartilhado. Temos, para compartilhar, Sr. Presidente, além dos 850 milhões, mais esse um bilhão; ou seja, quase dois bilhões. E, desses recursos, como V. Exa. sabe, 45% pertence aos estados e aos municípios brasileiros. Esse registro que eu queria fazer, com o apelo de renovar, e renovar logo, este Decreto que caducou todos os restos a pagar de 2005 e 2006. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Deputado Júlio Cesar pela contribuição que traz a esse debate e consulto a Mesa quem gostaria de fazer suas considerações a respeito...

SR. WELLINGTON DIAS: Sr. Presidente. Serei bem breve aqui, Sr. Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Governador do Piauí, tem V. Exa. a palavra.

SR. WELLINGTON DIAS: O Júlio Cesar é o homem dos números nossos lá. Quando a gente precisa de qualquer número, já busca logo o Deputado Júlio Cesar. É um grande estudioso. Mas eu quero aqui registrar, eu acho importante as propostas aqui apresentadas. Reforçar essa da Comissão. Eu acho importante. Estou sabendo que, hoje, ainda, essa semana, pelo menos, ontem, hoje, o Ministro Geddel estaria tendo uma reunião com o TCU, Ministério Público... Enfim, várias... Controladoria, para tentar ver como enxugar essa tramitação dos projetos, acho que isso vai ser muito importante. Nesse instante, acho que precisa ter apoio a essa parte de alimento, medicamento, enfim, que, num primeiro momento, você tem toda uma solidariedade, todo aquele... Mas, logo em seguida, o cidadão não tem casa, e aí é um mês, dois meses, um ano às vezes, enfim, e precisa ser o Poder Público. Os estados participam, mas muitos municípios certamente precisam desse apoio.

Na área de habitação, eu queria dar a seguinte sugestão aqui ao nosso representante do Ministério das Cidades. Cito o exemplo do meu estado lá. São cerca de 14 mil famílias. Dessas, nós estimamos aproximadamente 7500 que ou perderam a casa ou mora numa área de risco, não tem como retornar. Desses aí, por um levantamento que a gente fez em algumas regiões de Teresina e algumas cidades ali próximas, você tem uma parte que tem renda de um salário mínimo, dois salários mínimos, e ele se enquadra no Programa Minha Casa. Mas tem uma fatia que não tem renda, especialmente pessoas que perderam suas casas na zona rural, em algumas regiões que não têm uma renda permanente para dar essa garantia. Eu quero, ainda, em relação aqui à Secretaria das Cidades, nós temos que trabalhar esses projetos de dique... Eu destaco aqui de asfaltamento urbano, de recuperação urbana, na verdade, assim como destrói as estradas, também dentro das cidades, Teresina, Parnaíba, Piracuru(F), Esperantina, lá no meu estado, e a gente vê que praticamente aquela parte que fica coberta de água, quando a água baixa, está completamente destruída... Enfim, calçamento precisa ser recuperado. Eu acho que essa idéia de ter um tratamento diferenciado para restos a pagar... Restos a pagar é um dinheiro que está disponível e não se libera para os estados e municípios. Então, acho que precisa ter um tratamento desburocratizado, diferenciado, que isso ajuda a gerar emprego. A gente viu aqui, a situação do Rio Grande do Norte é semelhante nos nossos estados também. Ou seja, há pessoas que perderam com agricultura, perderam o seu comércio, enfim, e estão aí, precisando de atividades com renda nessas localidades. Eu acho que essa questão do CAUC... Eu sou um anti CAUC. Eu acho que é um absurdo para um país investir. A gente ter que usar... O meu estado, hoje, nesse instante, está no CAUC. Por quê? Porque teve um projeto de uma obra que foi prestada contas e não foi comunicado para o órgão que controla o CAUC. Por causa de um papel, você fica impedido de encaminhar. Às vezes, é uma diferença no recolhimento da Previdência. Uma vez, fiquei no CAUC lá porque deu uma diferença de 35 reais no valor de uma empresa lá do estado. Era três milhões e alguma coisa e recolheu 35 reais a menos, aí a gente descobre que está no CAUC. Então, é uma situação que não tem cabimento num caso como esse. Eu acho que emendas individuais e outras precisam ser usadas para as necessidades ágeis dos municípios e queria passar estas informações.

E eu queria, por último, em relação ao DNIT, vou ter que... Nós temos algumas situações de algumas BRs, no meu estado, 020, que é essa que liga Brasília a Fortaleza e corta o meu estado, a falta de uma obra, que é pra começar desde 2004, em dois pequenos trechos dentro do meu estado fez com que – isso que o Senador Inácio colocava aqui – desviasse-se toda a carga pesada da BR para as rodovias estaduais, e, por exemplo, destruiu o trecho de Oeiras a Simplício Mendes, pra dar um exemplo. A falta da 135 destruiu um trecho... Graças a Deus, essa está no PAC, agora está saindo lá, de Floriano até Eliseu Martins, onde vai ter esse entroncamento da Transnordestina. Tem emenda, por exemplo, da bancada. Sensibilizado com isso, a bancada Federal colocou emenda para lá. Por que que não libera esse negócio, para poder se trabalhar

uma obra como essa? Da 020, também, a bancada Federal colocou uma emenda. Por que que não libera, para poder fazer o andamento?

Enfim, eu quero dizer que nós temos situações graves nesta área. Na parte dos municípios, uma proposta, senador, que nós estamos defendendo, e acho que isso vale para outros estados: a quantidade de estradas municipais que ficam destruídas, interferindo no andamento das escolas, interferindo em uma série de outras atividades é gigantesca. Então, nesse caso, qual é uma alternativa? Eu acho que a gente precisa trabalhar mais em ter patrulhas mecanizadas rodoviárias que possam atender, quem sabe, a blocos, consórcios de municípios, enfim, buscando uma agilidade maior nesse tipo de atendimento. Quer dizer, se for por uma regra normal, você também, de novo, leva uma vida inteira para poder ter o atendimento.

Então, eu quero aqui, com essas palavras, agradecer, eu registro aqui, ao nosso secretário de Defesa Civil, Deputado Fernando Monteiro, nossa secretária de defesa social, Giovanna(F), Deputada Flora Izabel, que compareceram aqui, e, da nossa parte, nós estamos lá, não está faltando alimento, essas coisas, estamos atendendo. Agora, eu preciso dizer aqui: essa parte de infraestrutura, nem o Governo Estadual nem os municípios têm condição de dar conta. Nós precisamos mesmo de recursos federais. Não dá pra fazer... Não tenho essas contas, não tenho esse balanço, mas devo inclusive registrar aqui do que tenho conversado com a equipe Federal, não há esse número de 300 milhões. Na verdade, esse 300 milhões é uma situação anterior a essa enchente. O Governo agora que está fazendo os levantamentos... Agora que nós estamos fazendo os levantamentos, no caso o nosso estado, para apresentar. Eu espero que também, de novo, aí, tem que ser liberado o que se comprova que se precisa. Não se trata de uma coisa que deva ser tratado de outra forma. Então, quero agradecê-lo. Eu queria lhe pedir desculpas, o Ministro Geddel está, nesse instante, nos esperando para uma audiência sobre a situação nossa lá. Mas eu queria aqui, de pronto, pelo povo do Piauí, agradecer por essa iniciativa e tenho certeza que vamos poder contar com o vosso apoio em relação a essas situações, tanto do meu estado quanto dos demais estados. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós vamos interromper por um minuto essa sessão para nos despedir do Governador do Piauí, Dr. Wellington Dias, sem, antes, agradecer essa extraordinária contribuição que ele traz, sabendo da importância da sua presença no seu estado, nesse momento, mas se desloca para Brasília, para trazer esse depoimento e revelar as dificuldades e os óbices que estão encontrando, ele e os demais governadores, na solução dos grandes problemas que aflige seus estados.

Sessão suspensa às

Sessão reaberta às

SR. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO: Presidente. Eu gostaria rapidamente de, em nome do Governo do Ceará, fazer algumas considerações finais, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu consulto se V. Sa. não iria aguardar a manifestação dos representantes do DNIT e do Ministério da Integração.

SR. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então, passo a palavra ao representante do Ministério da Integração, Sr. Marcos Antônio Moreira dos Santos.

SR. MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DOS SANTOS: Sr. Presidente, queria fazer alguns esclarecimentos da fala do Senador Jefferson Praia, quando ele enfatizou o problema da burocracia. Exatamente a determinação do Ministro Geddel Vieira Lima. Hoje, nós estamos com um Grupo de Trabalho, trabalhando exatamente a diminuição da burocracia, para que a gente possa, efetivamente, repassar esse recurso no prazo menor possível. O preparo das defesas civis, eu acho que, realmente, a gente precisa, realmente, evidenciar a necessidade de uma capacitação maior em todos os níveis, não só no nível municipal, mas nível estadual e na esfera federal. Acho que, como a gente falou que a Defesa Civil é uma ação sinérgica de grupo, é a ação de todos nós, todos nós fazemos a Defesa Civil, eu acho que, realmente, uma cabe a reflexão e a necessidade de a gente melhorar o preparo de todos aqueles que fazem a Defesa Civil no país.

Quanto ao recurso. Ele falou se o recurso que a integração, o Ministério da Integração tem, hoje, no momento, é suficiente. Não. Realmente, não é. A gente sabe que... Na fala de alguns senadores, o Deputado Júlio Cesar, falou-se na adição da Medida Provisória 461, no montante de 300 milhões. Na realidade, essa Medida Provisória, ela veio antes do desastre do Norte e Nordeste. Efetivamente, ela não veio para contemplar as ações emergenciais do Norte e Nordeste. Ela veio antes. Isso foi uma necessidade que a gente vislumbrou na Defesa Civil Nacional, levamos ao ministro, o ministro levou ao planejamento e à Presidência da República, e, efetivamente, foi emitida. 300 milhões, sendo 220 para socorro e assistência, exatamente para a gente comprar mais colchões, comprar mais

alimento, exatamente para distribuir quando necessário for. Até porque nós não temos, no nosso orçamento, ações dessa natureza. O nosso orçamento realmente é muito pequeno. Efetivamente, o orçamento de 2009 não tem um centavo, efetivamente, para resposta. E desses 300 milhões, foi 220 para socorrer a assistência, sendo 90% para custeio, comprar medicamento, operação pipa, que a gente está finalizando no Nordeste, mas nós estamos com a estiagem(F) contemplando os três estados da federação; Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, e, efetivamente, comprar o material de alimento, medicamento e abrigo para as vítimas do desastre. O recurso é efetivamente para isso. E 80 milhões pra resposta, sendo 90% para investimento e 10% pra despesa corrente, custeio. Então, essa Medida Provisória 461, de 300 milhões, ela não veio para contemplar esses incidentes que estão ocorrendo no Norte e Nordeste. Foi uma ação anterior ao incidente e que vislumbra exatamente atender a necessidade que, no momento, a gente detinha.

Quanto à estrutura, a gente sabe, o país tem 5564 municípios. Efetivamente, nós temos aproximadamente 4500 Condex. Então, nós temos um lado do país que, realmente, ele não tem, efetivamente, essa Comissão Municipal de Defesa Civil. E quando as têm, elas não existem operacionalmente, existem no papel, porque é um pré-requisito para receber recurso do Governo Federal. Mas, efetivamente, elas não estão atuando. E isso é uma solicitação que a gente faz, para que, realmente, a gente possa fazer essas retificações. Além dessa falta de estrutura, nós temos as rotatividades dos Governos Municipais e dos Governos Estaduais, que faz com que aqueles técnicos... Na hora que eles detêm o conhecimento, eles são trocados. Realmente, nós temos uma perca muito grande na continuidade do nosso trabalho. O orçamento a gente já falou...

Na fala do Senador Mão Santa, ele falou nas edições das Medidas Provisórias e falou também no fundo. Realmente, se nós tivéssemos o fundo e... No nosso deslocamento para os locais onde estiver sido assolado pelos desastres, se a gente tiver um fundo, efetivamente passar um cheque de imediato. Mas só que nós não os temos, que realmente é uma carência, é uma necessidade, realmente faz necessário para que a gente faça o pronto atendimento, na hora que a gente chegue no local do sinistro(F). Porque a gente que visita o local do sinistro(F), a gente realmente se emociona. Quer dizer, quem não visita, se emociona, imagina a gente que vai no local. O Governador Wellington disse aqui, mas a gente esteve em Esperantina, em Barra... Todos esses locais... Nós estivemos lá no Norte, região Norte do Estado do Ceará, estivemos no Maranhão, a gente verifica o problema do Nordeste e do Norte, de maneira genérica, mas a gente que participa, que vai lá no local, que vê aqueles abrigos e realmente as condições, que não são adequadas, realmente, isso que emociona a gente e motiva a gente a trabalhar em busca de minimizar esse sofrimento. Porque quem está fora se emociona. Agora, quem vai lá, que entrevista pessoalmente essas pessoas que realmente estão ali, sendo atingidas, isso que realmente mexe um pouco com a gente e nos motiva, cada vez mais, a trabalhar pra gente tentar solucionar esses problemas existentes.

O Senador José Nery, do Pará, ele também enfatizou novamente a desburocratização, isso nós estamos trabalhando, isso é determinação do Ministro. Inclusive, quando nós nos deslocamos para o Senado, ele estava também entrando numa reunião exatamente com a consultoria jurídica, foi mantido contato com a Casa Civil da Presidência da República, para que a gente melhorasse realmente esse tempo. O Decreto 6663, que foi de 26 de novembro de 2008, efetivamente, ele veio realmente diminuir bastante a burocratização. Além de tratar da transferência obrigatória, ele trata da necessidade apenas desse documento base, que é um NOPRED, um AVADAN, um Decreto, ou municipal ou em caso pode ser também estadual, de nível estadual, para que a gente realmente, a partir de então, comece a liberar o recurso. Quer dizer, a mínima documentação possível. A documentação técnica institucional, ela vem toda depois, através da emissão de um termo de compromisso, do ente federado com o município ou estado.

Ele falou também na medida 461, dos 300 milhões, disse que era insuficiente. Realmente, essa Medida Provisória não foi para contemplar os incidentes que estão ora ocorrendo no Nordeste e no Norte. Depois, veio a fala também do Deputado Júlio Cesar, do Piauí, onde ele comentou a 448. Ele comentou que 360 milhões... Na realidade, a Medida Provisória da Defesa Civil foram 720 milhões, e, no Congresso, ela foi carimbada, passando 360 milhões para o Estado de Santa Catarina. Desses 360, 120 milhões para obras preventivas; 135, para restabelecimento da normalidade e 105, para socorro e assistência. Esses foram os números.

Realmente, a gente não pode [ininteligível], porque virou lei, passou para o Estado de Santa Catarina. Comentou também a 461, que a gente acabou de falar, e o próprio Governador Wellington Dias também foi muito feliz, quando disse que, realmente, essa Medida Provisória foi anterior. E, na sexta-feira passada, o Ministro Geddel esteve reunido na cidade de Natal, com os governadores, onde, ali, foram apresentadas todas as suas demandas, e, no retorno do ministro, ontem à

noite... Hoje, ele está reunido e vai fazer esse pleito à Presidência da República e planejamento.

Então, o ministro está envidando esforços para que a gente consiga realmente recursos, para que possa ser destinado a esses locais onde estão ocorrendo os desastres. Acho que, efetivamente, a nossa fala, ela se acaba nesse momento e queria, aqui, parabenizar o Senador Quintanilha, porque, realmente, a gente fica muito feliz quando realmente vê que o povo brasileiro está preocupado com o que está ocorrendo no cenário do país. Realmente, nós temos um problema muito sério, hoje, com água; ou é falta d'água ou é muita água. Realmente... E sempre inverte: quando está cheio no Sul, está seco no Nordeste; quando está cheio no Nordeste, está seco no Sul. Isso aí é um cotidiano que a gente está realmente tentando trabalhar, nas três esferas, pra gente tentar mitigar esse sofrimento do povo brasileiro. Senador, parabéns pela iniciativa, e a Defesa Civil Nacional, ela está à disposição de toda a sociedade brasileira, para que a gente, em ação sinérgica, em ação realmente de quatro mãos, a gente possa trabalhar para minimizar o sofrimento daqueles que ora são atingidos, e que, por coincidência, são aqueles que menos têm posse. São os mais pobres, são efetivamente os que mais sofrem. E realmente tem que trabalhar nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Marcos, o registro das ações que o Ministério da Integração Nacional já vem realizando e as preocupações que ainda preside naquele Ministério sobre a grave situação que se abate sobre diversos países. Mas lembrar que é importante registrar a sensibilidade do Senador Inácio Arruda, que foi o autor do Requerimento para a realização desta importante Audiência Pública. Nós vamos ouvir agora a manifestação do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Deputado Leodegar Tiscoski, que, aqui, substituiu o Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades.

DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI: Sr. Presidente, senadores e demais presentes. Eu creio que fica bem claro essa divisão de atribuições do Ministério da Integração e Ministério das Cidades, nessa fase emergencial, a Defesa Civil e o Ministério da Integração, e, depois, à medida que começa a voltar à normalidade, é que entra o Ministério das Cidades. Vamos levar, Senador Inácio Arruda, a preocupação de V. Exa. com a questão da drenagem, cujo processo de seleção está em andamento. Ainda temos um saldo lá, e, justamente com a determinação da Presidência da República, esse saldo foi em função das calamidades recentes. Ver o que pode ainda ser incluído nessa seleção, e uma das exigências da coordenação do PAC, que esses recursos são do PAC, é que tenhamos projetos para inclusão nessa seleção, e aí teremos que, com o retorno da normalidade, saber exatamente que projetos temos e se esses projetos, eles estão de acordo com essa nova realidade, porque acho que muitas dessas cidades têm que ser repensadas, como foi o caso de Blumenau, que está repensando a cidade, em função das calamidades recentes que mudou. No passado, as cheias foram na margem do rio; hoje, foi nas encostas. Então, tem que, efetivamente, repensar a cidade em função dessas calamidades que estão se repetindo.

E, por último, a preocupação que temos, que, como falou o Ministro Márcio Fortes, em todos os estados, nós temos recursos volumosos, já destinados, com muitas obras em andamento, para áreas de saneamento, água, esgoto e também para habitação, cujos projetos já estão em execução e que, certamente, com essa calamidade, muitos desses projetos estão sendo interrompidos. Então, tão logo retorne à normalidade, que possamos manter os contatos, para que essas obras sejam retomadas, ou, enfim, de acordo com esse novo panorama aí, após a calamidade. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos o Dr. Leodegar pela manifestação sobre o compromisso do Ministério das Cidades a respeito das questões abordadas e passamos a palavra ao Dr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, DNIT.

SR. HIDERALDO LUIZ CARON: Sr. Presidente, eu agradeço o convite, e nós estamos à disposição da Comissão e dos demais senadores e também dos Governos Estaduais para outras medidas que devam ser adotadas, além daquelas que nós expusemos aqui. Faço apenas um comentário sobre a questão levantada pelo Senador Inácio de contratarmos emergencialmente a recuperação, onde não haja caracterizada aquela situação de emergência clássica. E aí uma sugestão. Nós temos que incorporar nessas discussões, até porque é um órgão auxiliar do Congresso, o Tribunal de Contas da União. Porque nós estamos muito limitados nessas questões a algumas medidas e orientações do próprio Tribunal de Contas. Então, eu acho que é importante discutir isso conjuntamente, para que, nestas situações, obviamente mantendo o rigor e o controle, que é sempre necessário, as regras têm que ser um pouco diferentes. E, para isso, muitas vezes, o gestor fica impedido de tomar alguma decisão porque ela, logo aí à frente, será questionada, e esse questionamento muitas vezes permanece. Assim como as consequências dessas ocorrências climáticas, estas consequências legais permanecem durante muitos anos, o que,

muitas vezes, faz com que determinadas ações não são tomadas pela dificuldade em, posteriormente, tratá-las, nesta relação com os órgãos de controle.

Então, nós temos que estabelecer medidas concretas de controle, mas também estabelecer uma diferenciação, no momento em que ocorre uma situação como essa que nós estamos vivendo. Mas nós estamos à disposição lá, e, qualquer demanda que os estados tiverem, nós vamos trabalhar juntamente com as bancadas, com o Congresso e com os Governos Estaduais na sua solução imediata. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço Dr. Hideraldo, suas ponderações, e tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Francisco José Pinheiro, vice-Governador do Estado do Ceará.

SR. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO: Bom, primeiro, mais uma vez, parabenizar a Comissão, Sr. Presidente, Senador Quintanilha, ao Senador Inácio Arruda pelo Requerimento e dizer que o Governo do Ceará apoia integralmente as propostas de criação do fundo e também a discussão sobre medidas que possa minorar as ações tanto do Governo Federal quanto dos entes estaduais. Mas creio que há algumas sugestões que nós podemos também deixar aqui. No Ceará, nós estamos trabalhando com... Àquelas pessoas que perderam suas residências, nós estamos trabalhando com a ideia de um aluguel solidário, em que o Governo do Estado vai bancar o aluguel até que se resolva a questão das reconstruções das residências. Então, acho que essa é uma discussão que pode ser feita também ao nível do Ministério das Cidades, para ver de que forma isso pode ser compartilhado com o ministério. No Ceará, nós temos, por exemplo, quase 900 casas destruídas. E esse processo de reconstrução não é um processo de reconstrução rápido, e essas pessoas têm que ter algum local para morar porque não dá para eles ficarem permanentemente em abrigos. Então, nós temos que encontrar uma saída, e, talvez, o aluguel, financiado pelo Governo do Estado e pelos entes federados, pode ser uma saída emergencial para essa questão.

Mas queria somente, Presidente Quintanilha, fazer uma sugestão. Nós falamos muito aqui que esses desastres são relacionados com as alterações climáticas. E creio que é muito importante que o Ministério do Meio Ambiente possa ser convidado para participar da próxima Audiência Pública dessa Comissão, na medida em que nós temos muita clareza de que, por exemplo, a destruição, por exemplo, das matas ciliares dos rios que cortam o Ceará é uma das causas, por exemplo, do aumento das enchentes no Ceará. Então, acho que a gente deveria também convidar, além do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional, convidar também o Ministério do Meio Ambiente, para que possamos, conjuntamente, fazer ações que possam ser ações mais duradouras, e não ficar apenas ficarmos na questão emergencial. Muito obrigado e esperamos que possamos compor essa Comissão, que o senhor possa dirigi-la, e o Governo do Estado do Ceará está à vossa disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos a participação do Ceará, do seu vice-Governador, Dr. Francisco José Pinheiro. Ouviremos agora as manifestações do ilustre representante do Estado do Maranhão, ex-Senador Francisco Escórcio.

SR. FRANCISCO ESCÓRCIO: Presidente, é com muita alegria que eu participei dessa reunião. Até porque essa reunião... Todos nós somos dos estados, nós precisávamos de um ambiente como esse. Quero felicitar aqui o grande Senador Inácio Arruda, pelo feito, senador. Acho que não pode ficar por aí. Nós temos que seguir. E vocês que estão dando... Os senhores que estão dando essa sustentação para nós, é muito importante que os senhores sigam exatamente os nossos passos. Eu quero aqui felicitar também a grande presença do ex-Presidente dessa Casa, meu amigo, o Senador Garibaldi. E, agora, o nosso querido Senador Flexa Ribeiro. Quero dizer uma coisa: já passei por onde o senhor já passou, Dr. Marcos Antônio. Lembro-me que, há 15 anos, um feito deste, como este, eu chegava para o nosso saudoso Alexandre Costa e dizia: "Senador, foi priorizado a verba, mas o Prefeito não quer saber da priorização. O dinheiro precisa estar lá no Banco do Brasil". E tinha passado seis meses, sete meses... "Eu quero que o dinheiro chegue na conta do Estado do Maranhão". Nós queremos é que chegue na conta do Rio Grande do Norte. É essa que é a nossa preocupação. De dizer que está priorizado, eu acredito que essa priorização só não vale. Ela tem que ser objetiva, é o dinheiro na conta. Mas eu quero dizer que, aqui, nós já avançamos, porque foram feito propostas. Agora, precisa saber se essas propostas vão a termo.

Por exemplo, foi feita uma proposta, e uma proposta inteligente, que não pode ser desprezada por essa Comissão, do Deputado Júlio. Quando ele fala, e falou muito bem, está aqui os dados, dos restos a pagar. Se isso já está no orçamento, eu acho que essa Comissão pode exatamente... Senador Arruda, o senhor está sabendo que, lá para o seu estado, o senhor tem aqui uma quantidade de quase 400 milhões? Quatrocentos e poucos milhões? Então, essa situação é que nós temos que olhar, que nós temos quase perdido 300 milhões. E aí, isso talvez seja, Senador Leomar Quin-

tanilha, uma providência dessa Comissão, no sentido de encontrar um ambiente favorável do Presidente da República, das pessoas, porque nós estamos todos aqui só com um ponto de interrogação. Aquela questão nós não temos nada e queremos aplaudir, como o Governo agiu com relação a Santa Catarina. Mas, se nós pegarmos e multiplicarmos pela mesma quantidade de dinheiro que foi para Santa Catarina, os estados, hoje, nossos, atingidos, nós vamos ver que dá perto de dois bilhões. Dois bilhões.

Então, eu quero, aqui, felicitar e quero também dizer da proposta que foi feita aqui do vice-Governador do Ceará. Talvez, ele tenha uma situação diferenciada do meu Maranhão. Meu Maranhão está literalmente debaixo d'água. Nós não temos casa para alugar. Nós não temos casa para alugar. Porque está tudo debaixo d'água. Talvez, lá seja diferente. Eu estava conversando aqui com a nossa colega do Rio Grande do Norte, ela disse: "Também eu não tenho". Nós temos que ter uma situação diferenciada do Estado do Ceará, que tem casas ainda para ser alugada. Nós não temos.

Então, nós temos que ter um outro tipo... Ela está até dizendo aqui que só se fosse submarino. Mas eu quero dizer que, dado esta maneira brilhante que eu conheço do Presidente dessa Comissão, de toda essa Comissão, no sentido de encontrar um objetivo para as nossas angústias, para as nossas necessidades, é que por isso que eu digo: não pode parar só nessa reunião. Ela tem que ir mais em frente. Muito obrigado. Quero parabenizar a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Escórcio. Vamos ouvir agora a ilustre representante do Estado do Rio Grande do Norte, Sra. Luiza Goes de Oliveira.

SRA. LUIZA GOES DE OLIVEIRA: Eu gostaria de agradecer e principalmente a colaboração do senador tão brilhante do Ceará, que foi muito pontual nas colocações, Inácio Arruda. E também ao senador que, inadvertidamente, eu não guardei o nome, que também fez umas colocações muito pontuais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Jefferson Praia.

SRA. LUIZA GOES DE OLIVEIRA: Jefferson Praia. De que estado?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Do Amazonas.

SRA. LUIZA GOES DE OLIVEIRA: Ele fez colocações muito objetivas. E, também, eu estava conversando com o representante do Maranhão, não sei se é do conhecimento dos senadores, nós temos um fórum dos representantes. E esse fórum já tem conseguido muita coisa em relação aos estados.

Então, eu acho que colocar à disposição esse fórum para eventuais necessidades e no que a gente possa ajudar, porque, em alguns órgãos, a gente já conseguiu coisas que não se conseguia em outras épocas. Então, nós nos colocamos à disposição e agradeço a oportunidade do convite ao estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dra. Luiza. Antes de encerrar essa Audiência Pública, quero submeter à apreciação e votação do Requerimento que está sobre a Mesa neste momento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Darei imediatamente a palavra à V. Exa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a Constituição e funcionamento de um Fundo Nacional de Emergência. Motivo dessa propositura é a inexistência de mecanismos ágeis que possibilite o imediato socorro aos entes federados, fustigados por ocorrências que signifiquem graves crises e, por isso mesmo, justificam. Em discussão o Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero subscrever o Requerimento de V. Exa. e agregar uma questão que foi levantada na audiência, que é o problema dos restos a pagar. Acho que nós temos que alterar esse Decreto. Acho que é uma oportunidade, na discussão do fundo, nós também discutirmos como resgatar os restos a pagar, que são importantíssimos numa hora como essa. Então, gostaria de fazer uma emenda, um...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Creio que, talvez, o restos a pagar pudesse ser uma ação paralela. A discussão da criação de um mecanismo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Senado pode fazer uma Decreto Legislativo, reformando a decisão do Governo em relação a essa questão dos restos a pagar, para permitir que, numa situação como essa, você tenha acesso a esses famosos restos a pagar, que são, às vezes, de 2005, 2004, 2006, que estão... ficaram na mão do Governo e que foram engrossar o superávit primário. Então, acho que nós temos que resgatar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Eu sugeriria à V. Exa. que formulasse um Requerimento nesses termos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já está formulado. Eu quero só agregar ao de V. Exa., porque aí fazemos tudo numa coisa só para a gente ganhar tempo, que o problema é de emergência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão os requerimentos apresentados. O Requerimento apresentado com adendo proposto pelo Senador Inácio Arruda. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Tenho a honra de conceder a palavra ao eminente Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, é só para justificar a minha ausência, eu não sou membro da Comissão, mas eu gostaria de participar de uma Audiência Pública como essa. Acontece que nós tivemos sete comissões funcionando hoje, pela manhã, no Senado. Não é que eu tenha estado presente nas sete, não. Mas tive que estar presente na Comissão de Assuntos Econômicos, na qualidade de Presidente, depois tive que ir à Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu sou membro e estava presente o Ministro da Saúde, e tudo isso criou um impedimento para que eu, aqui, estivesse antes, mas quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, cumprimentar o inquieto autor desse Requerimento para a convocação dessa reunião... Ele não para, não. Senador Inácio Arruda, nem para elogiar V. Exa. para. Nem para ouvir os elogios.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu quero cumprimentar todas as autoridades presentes, não vou precisar nominar todas elas, o vice-Governador Francisco José Pinheiro... A todos. Acredito que todos deram uma grande contribuição, representando os estados, principalmente do meu estado, a Sra. Luiza Goes, o representante do Maranhão, que é o nosso Francisco Escórcio. Bem, então, agora, tenho que falar em todos. O Dr. Leodegar, o nosso Presidente, eu ia deixar para o final, o Senador Leomar Quintanilha, cumprimentá-lo também, Marco Antônio Moreira, que é o secretário de articulação do Ministério da Integração, já falei no nosso vice-Governador e o Dr. Hideraldo Luiz Caron, e dizer que a representante do estado, no decorrer dos debates, deve ter apresentado, claro, a situação do Rio Grande do Norte. Há uma preocupação muito grande do Rio Grande do Norte, porque, no ano passado, nós tivemos enchentes e os recursos prometidos não chegaram a tempo. Os problemas foram levantados, mas os recursos não chegaram. De modo que o que passou, passou. Agora, nós temos é que cuidar dessa emergência, e eu quero cumprimentar o Presidente por estar coordenando esses debates que vão ter uma grande importância para que tenhamos um atendimento muito urgente, como é necessário numa hora como essa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço Senador Garibaldi e as ponderações de V. Exa. Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha e Srs. Convidados. Da mesma forma que o nosso Presidente Garibaldi Alves falou, eu também não tenho a honra de participar como membro dessa Comissão tão importante, presidida com tanta competência por V. Exa., que é a Comissão de Desenvolvimento Regional. Mas tive e quero agradecer a gentileza de V. Exa. de ter me comunicado hoje, pela manhã, de que haveria essa Audiência Pública para tratar da necessidade urgente de atendimento às áreas atingidas por alagamento em vários Estados Brasileiros. Estava, como disse o Senador Garibaldi Alves, também em outras comissões, na Comissão da CAE, que fui relator de um empréstimo para o Estado de São Paulo, mas não deixaria de vir aqui para parabenizá-lo duplamente. Primeiro, pela audiência e, depois que V. Exa., na Comissão de Meio Ambiente, teve inaugurado o quadro com a sua foto como ex-Presidente daquela Comissão, que, com a mesma competência que dirige a CDR, hoje, dirigiu na legislatura passada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Controle e Fiscalização.

Mas eu quero só fazer um registro. Eu não vi o meu Estado do Pará convidado. Acho que o Senador Inácio Arruda, quando fez o Requerimento, ele só lembrou dos Estados do Nordeste. E eu sou solidário ao Maranhão, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, ao Piauí. Não posso esquecer o Piauí, do Mão Santa, que, senão, ele, depois, vai fazer uma cobrança. E que não tenha sido convidado o Estado do Pará e do Amazonas, outros estados que estão também nessa lastimável situação. Eu, como disse, não faço parte da CDR, senão, teria feito um pedido também, e o Senador Inácio não negaria que fosse estendido o convite... Mas me informaram que, apesar de não ter sido objeto do Requerimento e não ter sido aprovado, V. Exa. estendeu o convite aos demais estados que estavam atingidos. Lamentavelmente, a nossa Governadora, ela está em Brasília hoje, tem uma audiência às 15h30, com o Presidente José Sarney, e ela, ao receber o convite dessa Comissão, teria que estar aqui para que pudesse reivindicar em nome de mais de uma centena de milhares de pessoas que estão ou desalojadas ou desabrigadas, em 33 municípios, no Estado do Pará. E só para completar, pelo pouco que pude assistir, a questão que assola esses municípios brasileiros, e não é só... O Brasil tem uma dimensão continental que a gente vê que, no Norte e

no Nordeste, nós estamos em estado de emergência por alagamento, inundações. Lá no Sul, Rio Grande do Sul, estão em emergência por seca. Lá falta água. Aqui tem excesso de água. Mas o que me preocupa, na realidade, são dois motivos--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa. Permite interromper V. Exa. O vice-Governador do Ceará tem necessidade urgente de se retirar. Eu suspenderia, então, a reunião por um minuto, para nós nos despedirmos do Governador do Ceará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

[Sessão suspensa às

[Sessão reaberta às

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro, tem V. Exa. a palavra para continuar com o seu raciocínio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo. Então, eu estive numa Comissão Externa do Congresso, senadores e deputados, do Pará, nós estivemos em Altamira, que foi o primeiro município a ter realmente essa dificuldade. Hoje, está estendido por 33 municípios, como eu disse. Mas o que eu verifico é que a ajuda, que é emergencial, demora a chegar. Os recursos que o Governo Federal coloca como se estando disponibilizando para os municípios, às vezes, demora tanto que acaba não chegando. Ou, quando chega, não tem mais o efeito necessário. Eu presenciei, Senador Leomar Quintanilha, a dificuldade em Altamira. As pessoas desabrigadas na feira pecuária, lá, a agropecuária, no ginásio, nas igrejas... Sem a menor condição. E o pior: aquele atendimento emergencial, de colchões, de alimentos, de agasalho, precisa ter o acompanhamento do Ministério da Saúde para fazer a prevenção de doenças que virão em função da enchente.

Então, isso tudo tem que andar *pari passu*, e mais, andar de forma emergencial. Então, eu quero parabenizá-lo. Espero, ao concluir, que o Presidente Lula, que tem no Estado do Pará uma Governadora do seu partido, que ele prestigie a Governadora Ana Júlia e faça como fez no Nordeste. Vá até lá, faça um sobrevôo nos municípios que estão atingidos, para que ele possa também ajudar os paraenses, que precisam muito nesse momento em que eles estão passando por necessidades tremendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro, eu me penitencio por ter também claudicado, quando, ao receber o Requerimento do Senador Inácio Arruda, não ter atentado para o fato de que outros estados, que não estavam incluídos naquele Requerimento, passavam pelas mesmas dificuldades que os já mencionados. Mas o mais importante do que essa reunião que estamos realizando hoje será essa para a qual nós aprovamos o Requerimento, que é o remédio, é a assistência na hora, necessária, aos entes federados, fustigados por essas ocorrências que justifica esse atendimento imediato. Não há, efetivamente, um mecanismo ágil no país, nem um fundo prévio, adredemente constituído, para que nós possamos estar prevenidos para socorrer, de forma emergencial e na hora necessária, os entes federados que passam por essas dificuldades.

Então, estou seguro que a próxima Audiência Pública no seu Estado, que sempre tão bem representado por V. Exa. está, estará participando dessa discussão e contribuindo para a formatação desse fundo e o seu funcionamento. Agradeço ainda as palavras elogiosas de V. Exa. ao nosso trabalho à frente da Comissão de Meio Ambiente e quero dizer que aquela Comissão só foi eficiente e eficaz porque teve V. Exa. como membro atuante, ativo, sempre participativo das nossas reuniões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Agradeço à V. Exa. o registro e solicito que seja avisado o gabinete, quando dessa nova Audiência Pública, que gostaria também, como não membro, de participar. Só para trazer uma informação que saiu na mídia lá no Pará, na tragédia, acaba acontecendo fatos inusitados. Tem um habitante de Alenquer que está entrando na Justiça porque ele foi fazer um atendimento na agência do Banco do Brasil, que tinha sido tomado pela água e foi ferrado por uma arraia. Então, ele está pedindo indenização do Banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. será atendido no registro solicitado. Eu quero agradecer ao Ministro Márcio Fortes e, num segundo momento, ao Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Deputado Leodegar Tiscoski, ao Sr. Marcos Antônio Moreira dos Santos, que, aqui, representou o Ministério da Integração Nacional, substituindo o ilustre Ministro Geddel Vieira Lima, que nos ligou, dizendo da impossibilidade de participar porque estava se deslocando para a área, objeto das nossas discussões. Agradecer ao ex-Senador Francisco Escórcia, que, aqui, representou a Governadora Roseana Sarney, do Estado do Maranhão, à Sra. Luiza Goes de Oliveira, que, aqui, representou o Estado do Rio Grande do Norte, o Sr. Francisco José Pinheiro, vice-Governador do Estado do Ceará, ao ilustre Governador do Estado do Piauí, Sr. Wellington Dias, ao Dr. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, o DNIT, que aqui representou o Dr. Luiz Antonio Pagot

e a todos os senadores que contribuíram, que participaram ativamente dessa importante discussão sobre tema tão candente, tão oportuno e que diz respeito, sobretudo, da vida de milhares de brasileiros, irmãos nossos, que estão padecendo com a tragédia que se abate sobre os seus estados. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h34.

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte de maio do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antonio Carlos Valadares, Valter Pereira, José Agripino, Marco Maciel, Marconi Perillo, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Carlos Brandão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, terminativo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. O Projeto é retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2009, não terminativo, que "Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades)", de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como Relator o Senador Marco Maciel, que oferece parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2006, não terminativo, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis e similares", de autoria do Deputado Celso Russomanno, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Jefferson Praia. Após a leitura do Relatório, é concedida Vista ao Senador Marconi Perillo, nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008, não terminativo, que "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências (inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF)", de autoria do Deputado Carlos Brandão, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório, não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, não terminativo, que "Institui a Política Nacional de Abastecimento", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto com nove emendas que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2008, não terminativo, que "Acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Jefferson Praia. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Na pauta de hoje nós temos alguns itens de caráter não terminativo e começaremos por ele... Por eles, a apreciação.

Nós começaremos com o item nº 04, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008, que "*Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências, e inclui os vales dos Rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF*." Tal projeto é de autoria do eminente Deputado Carlos Brandão, que nos honra com a sua presença e tem como relator o insigne Senador Marconi Perillo.

Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que, em primeiro lugar, retirasse de pauta o item nº 01 para que eu pudesse fazer alguns ajustes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Item 01, V. Exa. será atendido; será retirado de pauta.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em relação ao item 04, eu recebi solicitação de integrantes da CODEVASF no sentido de que eu discutisse com eles antes de apresentar o relatório. Como esse projeto vai tramitar em outras comissões, eu vou ler o relatório e depois nas outras comissões eles terão a oportunidade de sugerir alguma eventual modificação.

Relatório: "*Apresenta-se para análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008, de autoria do Deputado Federal Carlos Brandão, que dispõe sobre a inclusão dos vales dos Rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF, mediante alteração da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.*

Na Justificação, o autor do PLC nº 148 chamou a atenção para o fato de que a inclusão dessa nova área manterá a região sob a responsabilidade da CODEVASF como um bloco contínuo, o que facilitará as atividades de planejamento e execução do aproveitamento dos recursos hídricos, com destaque para a promoção da agricultura irrigada. A bacia do Rio Parnaíba, já incluída na área de atuação da CODEVASF faz limitações com a porção Sudeste do Vale do Itapecuru, que, por sua vez, localiza-se a leste do Vale do Mearim.

No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Em 05 de novembro de 2008, a proposição foi apreciada e aprovada na CCJ, com base em parecer apresentado pelo Senador Osmar Dias, designado como 'ad hoc'. Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, a proposição foi apreciada e aprovada com base no parecer apresentado pelo Senador Lobão Filho.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à proposição".

Análise. Vejo... Dentre outras considerações, vou aqui para os "finalmentes".

"*Vejo a proposição do Deputado Carlos Brandão como uma real possibilidade de promover mudanças em uma região muito carente. Ampliar a área de atuação da Companhia para os Vales do Mearim e do Itapecuru significará permitir que esta região, extremamente carente, repito, passe a contar com o suporte técnico de uma instituição que já conta mais de 30 anos acumulando conhecimento e experiência.*

A similaridade entre a presente área de atuação da Companhia e os vales dos Rios Mearim e Itapecuru tornará ainda mais valiosos a experiência e o conhecimento acumulados. Estou certo de que esta mudança poderá contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Centro-Leste do Maranhão.

Em síntese, concordo com o autor da proposição quanto ao mérito de sua iniciativa.

Voto. Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o parecer do eminente Senador Marconi Perillo. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos apreciar agora o item 3, Projeto de Lei da Câmara nº 60 de 2006. Cadê? "*Altera a Lei nº 10.098,*

de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis e similares." É de autoria do Deputado Celso Russomanno, tem como relatora a Senadora Lúcia Vânia, com parecer favorável. Essa matéria será ainda apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nomeio relator *ad hoc*, o Senador Jefferson Praia a quem concedo a palavra para leitura do parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, passo, então, direto ao relatório.

"*O presente projeto altera a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, acrescentando novo artigo ao seu Capítulo IV, que trata da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo.*

O art. 12-A, ora proposto, estabelece que os hotéis e similares devem manter 10% dos apartamentos e respectivas instalações sanitárias acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em sua justificação, o autor do projeto, Deputado Celso Russomanno, descreve o constrangimento por que passou um Advogado, portador de deficiência física, ao hospedar-se em hotel que não estava dotado de instalações sanitárias acessíveis: obrigado a arrastar-se pelo chão para fazer uso do banheiro, lesionou a perna, perdeu sangue e desmaiou, tendo corrido sério risco de morte.

O artigo proposto objetiva evitar que situações como esta se repitam.

A proposição tem origem no Projeto de Lei 640, de 2003, da Câmara dos Deputados, que foi aprovado terminativamente pelas Comissões de Desenvolvimento Urbano, de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

No Senado, foi distribuído inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo foi determinada, posteriormente, por força do requerimento aprovado em Plenário."

Análise, Sr. Presidente. "*Compete a esta Comissão analisar o mérito da proposição sob os aspectos pertinentes ao Desenvolvimento Regional e ao Turismo.*

Nesse sentido, consideramos que, a par de efetivar preceito de justiça social, o oferecimento de quartos adaptados às necessidades de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida não trará qualquer prejuízo para a indústria hoteleira e turística. Os beneficiários da medida constituem um expressivo segmento da população brasileira, que será incorporado ao universo dos consumidores de serviços turísticos.

Destaque-se, ainda, que o turismo é uma das principais atividades econômicas de alguns dos estados mais carentes do nosso País, que também serão beneficiados. O estímulo à hospedagem de pessoas portadoras de deficiência também contribuirá, portanto, para a redução das desigualdades regionais."

O voto, Sr. Presidente. "*Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 60, de 2006.*"

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o parecer--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, peço vistas, por solicitação da Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista concedida a V. Exa.

Passamos a apreciação do item 07, Projeto de Lei do Senado nº 359 de 2008, que "*Acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo*." Tal projeto tem como autor o Senador Osmar Dias, e como relator o Senador Adelmir Santana. Tem parecer favorável, e essa matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Designo Relator *ad hoc* o Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra para expender o seu parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente, passo, portanto, direto ao relatório.

"*O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 359, de 2008, pretende estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de veículos automotivos, atualmente concedida a taxistas, para as pessoas físicas e jurídicas que se voltem para atividades de turismo, devidamente autorizadas pela EMBRATUR.*

Para tanto, altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, que trata da isenção de IPI para veículos utilizados no transporte autônomo de passageiros e por portadores de deficiências. Além de acrescentar inciso prevendo a nova isenção, determina que, no caso de veículos utilizados nas atividades de turismo, a isenção alcançará veículos com motorização de até quatro mil centímetros cúbicos de cilindrada.

O Senador Osmar Dias, autor da proposição, lembra, em sua justificação, que a atividade turística é intensa geradora de emprego e renda, e que, portanto, merece ser estimulada. Além disso, lembra que os taxistas, beneficiados pela isenção, muitas vezes atuam no transporte de turistas, situação em que aca-

bam por se transformar em autênticos guias turísticos. Assim, alega que o princípio da isonomia ampara sua proposição.

O Projeto foi lido em Plenário no dia 07 de outubro de 2008 e encaminhado à Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo."

Análise, Sr. Presidente. "*É patente a competência desta Comissão para tratar da matéria, que se relaciona diretamente com a atividade turística, enquadrando-se, assim, no art. 104-A, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Quanto à constitucionalidade, vale observar que a União tem competência para legislar sobre impostos federais, e o IPI é um deles, enquanto a iniciativa é franqueada a qualquer membro do Congresso Nacional, não havendo, portanto, vício formal de constitucionalidade.

Sob o prisma material, a proposição encontra amparo no art. 180 da Constituição Federal, que determina caber à União, estados, distrito federal e municípios, promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

No mérito, é nosso dever elogiar a iniciativa e enaltecer o mérito da proposição que ora examinamos.

Todos conhecemos o potencial turístico de nosso País e a importância de investir no setor, fortemente gerador de emprego e renda. Assim, uma medida que vise a facilitar a aquisição de veículos de transporte turístico certamente incrementará o setor, barateando os pacotes de viagens e estimulando o turismo interior.

Esta, ademais, parece-nos ser uma época propícia para fomentarmos o turismo em nosso país. Com a crise financeira, os destinos internacionais tendem a se tornar mais onerosos, em razão da depreciação do real frente ao dólar. Com isso, viajar pelo Brasil se torna mais atrativo para os próprios brasileiros e para os turistas estrangeiros..

A medida, ainda, lembra, com o propósito do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, cujas metas são ambiciosas, prevendo, para os anos de 2009 e 2010, respectivamente, 197 e 217 milhões de viagens no mercado interno."

Sr. Presidente, passo, portanto, ao voto. Ante todo o exposto, o voto é, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2008.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão, não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Apenas para rememorar, quero lembrar aos ilustres membros dessa Comissão que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, convidou essa Comissão para participar neste final de semana de um seminário que abordará dois temas muito importantes e interessantes, Seminário PSA, Pagamento por Serviços Ambientais e Turismo Ecológico como Fatores de Desenvolvimento Sustentável.

A oportunidade, nós teremos a presença de técnicos com *expertise* no assunto e que trarão ao conhecimento dos membros da Comissão que aceitarem o convite, resultado das experiências nacionais e internacionais a respeito de ambos os temas.

Como experiência internacional... Experiência internacional bem sucedida.

Contará com a presença do Sr. Jonathan Van Speier, ele hoje é Professor da Fundação Getúlio Vargas e teremos também... A presença do ecoturista de Nova Zelândia, Embaixador da Nova Zelândia, Mark Trainor.

Como experiências bem sucedidas nós teremos representantes do Instituto Chico Mendes, Rômulo José Fernandes Barreto Mello e Benita Maria Monteiro Mueller. Esse encontro será em Poconé, na Estância Ecológica SESC Pantanal.

Os demais itens desta pauta tem caráter terminativo e nós não temos quórum suficiente para apreciá-los.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença dos senhores parlamentares, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h23.

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 06 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres e Tasso Jereissati. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Laurez Moreira, do Ex-Senador Carlos Patrocínio, Secretário de Representação do Estado do Tocantins; do Exmo. Sr. Pedro Wilson, Deputado pelo Estado de Goiás; do Exmo. Sr. José Augusto Pires Paula, Secretário de Planejamento do

Governo do Tocantins; e dos Senhores José Guerra, Sub-Secretário de Representação do Tocantins; Donizete José Tokarski, Diretor-Presidente da Ecodata; Rosalvo Júnior, Coordenador da Ecodata; Sra. Daiene Bittencourt Santos, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Bruno Eustáquio Castro de Carvalho, Analista de Infraestrutura do Ministério do Meio Ambiente; Sra. Carmen Virgínia, Assessora do Ministério da Integração; Adalberto Tokarski, Superintendente da ANTAC; José Renato, especialista da ANTAC; Anízio Pedreira, Secretário de Estado de Recursos Hídricos do Tocantins; Belizário Franco Neto, Diretor da Secretaria de Recursos Hídricos do Tocantins; Sra. Luciana de Paiva, da CNA; Dra. Mariana de Queiroz Matos, do Ministério Público Estadual do Tocantins; Sra. Lílian de Carvalho, Administradora do Ministério das Cidades; André Luiz Dias de Oliveira, Gestor do Ministério de Minas e Energia; Guilherme Silva de Godói, Analista de Infraestrutura do Ministério de Minas e Energia; Dalvino Franco, Diretor da Agência Nacional de Águas; Dr. Jadilson Cirqueira de Souza, Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão; Ernesto Carrara Júnior, Diretor do Departamento de Planejamento de Programas Econômicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rodrigo Fraga Massad, Sociólogo do Ministério das Cidades; Sra. Adriana Araújo, Analista de Infraestrutura do Ministério do Planejamento; Fernando Storni, Diretor do Instituto Conorte de Tocantins; Demétrios Christofidis, Especialista do Ministério da Integração; Dra. Wania Marçal de Medeiros, Promotora de Justiça de Goiás; Sebastião Carneiro, Assessor Parlamentar da ANA; Otávio Soares, da Rede TV de Palmas/TO; Marco Neves, Coordenador de Planejamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Luiz Eduardo Garcia, Diretor do SFAT do Ministério dos Transportes; Edison de Oliveira Vianna Júnior, Diretor da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes; Sra. Valéria Simenov Thomé, Assessora da SUPAR/SRI; Cristiane Hidaka, jornalista do Governo do Tocantins; Kênia Picoli, Assessora do Cerimonial da Secretaria de Representação do Tocantins; Lucíola dos Santos Barbosa, Assessora de Comunicação da Secretaria de Representação do Governo do Estado do Tocantins; Mara Cristina Moscoso, Consultora do Ministério do Meio Ambiente; Eduardo de Castro Ribeiro Júnior, Presidente da Companhia de Saneamento do Pará; e Joaquim Montelo, Superintendente do IBAMA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de "apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH", em atendimento ao Requerimento nº 06/2009-CDR, aprovado em 06/05/09, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e Agência Nacional de Águas – ANA. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, que comparece representando também o Ministério do Meio Ambiente – MMA; do Sr. Ronaldo Hipólito Soares, Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e do Sr. José Luiz Gomes Zoby, Especialista em Recursos Hídricos da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Gilberto Goellner, o Ex-Senador Carlos Patrocínio, o Deputado Pedro Wilson, e os senhores Edison de Oliveira Viana Júnior, Donizete José Tokarski, e Demétrios Christofidis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bom-dia a todos. Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A pauta desta reunião é a realização de uma Audiência Pública, com o objetivo de apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas, ANA, e aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em atendimento ao Requerimento nº 06/2009, desta Comissão, aprovado em 06 de maio de 2009, de nossa autoria.

Comparecem para esta Audiência Pública, como palestrantes, o Dr. José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, que aqui também representa o Ministério do Meio Ambiente, aqui a minha

direita, e o Dr. José Luiz Zoby, especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas, que também participará da apresentação.

Nós adotaremos o critério de ouvirmos a apresentação dos convidados, e, em seguida, abriremos a palavra para os parlamentares, e em seguida para os convidados que interessarem participar do debate.

A palavra será concedida por ordem de inscrição. Aqueles que se interessem, a medida que forem se interessando, nós estaremos com pessoas da Secretaria da Mesa colhendo assinaturas das inscrições.

Desnecessário dizer do significado desse estudo realizado pela ANA que reúne profissionais da melhor competência da expertise necessária para nos mostrar o extraordinário potencial que tem as bacias do Araguaia e Tocantins, seguramente, uma das mais importantes bacias hidrográficas deste País, e que está neste Brasil novo que nós estamos conhecendo, que é o Centro-Norte com a sua ampla região de abrangência. Ela tem uma influência muito grande no Estado do Tocantins, no Estado do Mato Grosso, no Estado do Pará, no Estado do Maranhão, no Estado de Goiás, e a sua influência acaba refletindo em outros Estados adjacentes.

Nós temos aqui representantes de vários Estados. Registramos a presença, com alegria, do ilustre Deputado Laurez Moreira, Deputado Federal pelo Tocantins; do Dr. Ronaldo Hipólito Soares, representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. Nós temos inúmeros outros convidados, que nos honram com suas presenças, que depois eu irei registrando os seus nomes.

Nós vamos já começar a apresentação do trabalho, concedendo a palavra ao eminente Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. José Machado. Tem V. Sa. a palavra.

SR. JOSÉ MACHADO: Exmo. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Jayme Campos, que muito nos honra com a presença de V. Exa., Sr. Deputado. Quero cumprimentar as demais representações do Governo Federal, dos Governos Estaduais aqui presentes, representações da sociedade civil; cumprimentar o meu colega da Agência Nacional de Águas, o nosso Diretor Paulo Varela, o nosso ex-Diretor Dalvino Franca que foi sabatinado esta semana na Comissão de Meio Ambiente, tendo sido aprovado e vamos aguardar, agora, a votação no plenário do Senado, e cumprimentar também o nosso colega especialista em recursos hídricos, e um dos coordenadores desse estudo técnico de alta significação que é o Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias do Araguaia e Tocantins, José Luiz Zoby.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer esta oportunidade. Nós temos hoje como uma das nossas principais referências para a valorização do trabalhamos que fazemos, o Senado Federal. O Senado tem sido um parceiro inestimável, tem nos dado um apoio extraordinário, incentivando, exortando a nossa instituição a cumprir a nossa missão. Temos tido aqui uma acolhida extremamente edificante, agradável, a parceria com o Senado, tem sido para nós da ANA, motivo de orgulho e de incentivo a cada um de nós da diretoria, a cada um de nós que compõem o corpo técnico da ANA. Quero agradecer, também, aqui a presença do ex-Senador Patrocínio que também tem sido um amigo, um parceiro da ANA com quem temos um diálogo frequente e muito proveitoso. V. Exa., Senador Quintanilha, tem acompanhado de perto, de uma maneira muito generosa, o trabalho da ANA como Senador, como Presidente que foi da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e agora como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. E nós somos muito gratos por esse apoio que nos tem dado de maneira, absolutamente, generosa.

Esta Comissão é uma Comissão vocacionada para debater os temas de desenvolvimento regional. A questão do desenvolvimento regional no Brasil, a meu juízo, não tem sido até, recentemente, adequadamente valorizada. É fundamental que o nosso País se desenvolva de maneira equilibrada, rompendo as desigualdades regionais. Eu avalio que é inaceitável, como paulista que sou, mas como brasileiro que sou, para mim é inaceitável nós verificarmos a enorme potencialidade que o nosso País tem nas suas mais variadas regiões, com vocações muito bem definidas, mas que não tem tido uma robusta política de desenvolvimento regional que tenha como meta o desenvolvimento equilibrado e sustentado no nosso País.

Por outro lado, a ANA tem como missão institucional, dada não só pela Lei Nacional das Águas, mas também pela Lei de Criação da ANA, são duas leis votadas nesta Casa, e que criaram um arcabouço jurídico e institucional extremamente relevante, substantivo para que nós possamos cuidar bem das águas brasileiras. O Brasil é um país extremamente beneficiado pela natureza, desse ponto de vista, nós temos abundância de água, temos 12% da disponibilidade de água do planeta, o processo de desenvolvimento econômico, no nosso País, se apoia, fortemente, nesta disponibilidade de água, a água é um elemento estruturante das atividades econômicas brasileiras, na medida em que as atividades mais pujantes do nosso País utilizam água em grande quantidade. O potencial para uso dessa água é extraordinário. Recentemente, realizamos na Câmara dos Deputados, uma promoção

do Ministério da Integração em parceria com o Ministério da Agricultura, com apoio de várias instituições, entre elas, a própria Agência Nacional de Águas, um seminário sobre a política de irrigação. O nosso País irriga em torno de 10%, apenas do seu potencial, tendo tanta água, tendo tantos solos aptos, e nós estamos muito aquém do nosso potencial.

Portanto, a área de recursos hídricos não vê a questão de água de uma ótica restritiva, de obstar o uso da água. Nós olhamos o tema da água de uma ótica de desenvolvimento, mas, evidentemente, um desenvolvimento sustentável. Nós queremos é uma disciplina, nós queremos é uma normatização desse processo, uma regulamentação desse processo para que esse usufruto dessa riqueza se dê em bases sustentáveis para serem usufruídas pelas atuais e futuras gerações. E nós temos hoje instrumentos para fazer isso, o que nós precisamos é usar os instrumentos e usar bem os instrumentos. Nós temos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, já em vigor no Brasil, temos instituições como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Agência Nacional de Águas, a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, isso para falar da União, e nos Estados, os Estados em dimensões e em velocidades diferentes estão implementando as suas respectivas políticas de recursos hídricos, e é disso que se trata, nós temos que ter uma política nacional de recursos hídricos, procurando conhecer as nossas condições de recursos hídricos, conhecer bem, aprofundar o nosso conhecimento nessa área, nós conhecemos muito, mas não conhecemos tudo ainda, temos muito o que conhecer ainda em termos de recursos hídricos, temos que estudar muito ainda essas potencialidades, elaborar estudos que conduzam ao planejamento de recursos hídricos, e implementar os instrumentos de gestão, a regularização do uso através da outorga, do cadastramento de usuários, enquadramento dos corpos d'água, elaboração dos planos de bacia, dos planos estaduais de recursos hídricos, do plano nacional que já está elaborado e em processo de implementação, construindo, portanto, em todo o país, de uma forma articulada e integrada a política de recursos hídricos, integrada na ótica dos usos múltiplos da água, porque é esse, para mim, o mandamento central da política de recursos hídricos, é que a gestão e o planejamento se deem de maneira a integrar os usos, os usos múltiplos da água; e as instituições gestoras de recursos hídricos tem a responsabilidade de zelar pelos usos múltiplos da água, que é um mandamento legal que o nosso Congresso aprovou.

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Araguaia e Tocantins é, portanto, um instrumento de gestão, é uma ferramenta que foi elaborada com a coordenação da ANA, mas com o envolvimento de inúmeras instituições nos Estados, na União, na sociedade, de um modo geral, de maneira que esse produto não é um produto da ANA, esse produto é um produto coletivo, e esse estudo foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, portanto, ele tem hoje uma retaguarda institucional, porque a mais alta instância de decisão na área de recursos hídricos aprovou esse plano. Reconhecendo que o plano é um plano que tem que ser dinâmico, nós construímos um patamar de conhecimento e de formulação, onde podemos, a cada momento identificar lacunas, e com o desenvolvimento dos fatos, com o desenvolvimento da implementação e com a mudança que vai acontecendo na realidade dessa região, o plano tem que ir também se amoldando e, ao mesmo tempo, se transformando, cada vez mais, num guia para a ação.

Esta é uma região extremamente valiosa para o País, a região do Araguaia-Tocantins é uma joia do nosso País que não deve ser guardada numa redoma, mas que deve ser cuidada, com muito zelo, para que traga para a sociedade brasileira benefícios que dela se espera. É uma região, Srs. Senadores, que tem uma média de crescimento superior a média nacional, portanto, há um potencial, um dinamismo de crescimento acima da média nacional, mas o Índice de Desenvolvimento Humano está abaixo da média nacional, os índices de saneamento estão abaixo da média nacional, e é uma região com um enorme potencial, mas que tem ainda um desenvolvimento interinstitucional de governanças das águas muito precário ainda, de tal modo que o desenvolvimento que ocorre nessa região não se dá em bases sustentáveis.

Quero cumprimentar, interromper para cumprimentar o ilustre Senador, e meu amigo, Senador César Borges. É uma honra revê-lo.

Portanto, o plano que nós estamos apresentando, repito, não é um plano acabado, definitivo e inquestionável; mas, seguramente, o seu conteúdo traz ideias, propostas que deem um ordenamento político e institucional que assegura a essa região, se outras políticas se integrarem, uma perspectiva de um desenvolvimento sustentável para uma região de enormes potencialidades, para a exploração do minério, para a exploração de energia elétrica, para uma agricultura irrigada em bases sustentáveis, para o turismo, enfim, para os usos múltiplos da água.

Nós temos muito orgulho desse trabalho e acreditamos que ele é um plano viável. E a grande preocupação que, muitas vezes, nós que estamos na vida pública, que temos uma trajetória da vida pública, temos responsabilidades, a grande preocupação que a gente tem é que o planejamento ainda não tem o devido

valor no Brasil. Nós, infelizmente, há muitos anos, nós vivemos as políticas de curto prazo, a gente só tem, na verdade, se enredado numa política de curto prazo, e abdicando de olhar o futuro, abdicando de criar um planejamento de Estado, que seja feito através do fortalecimento das instituições que seja feito através da definição de metas de Estado, compromissos da sociedade brasileira, das instituições brasileiras, que ultrapassem os governos do momento. Para mim esse é o grande desafio, Senador Quintanilha, que nós temos que construir. E quando nós elaboramos esse trabalho, o tempo todos os nossos técnicos e nós da diretoria ficamos preocupados em saber o seguinte: esse trabalho é para ser implementado ou é um trabalho para ficar na gaveta? Quantos planos, neste País, foram elaborados dentro de gabinete, às vezes, de elevado teor técnico, mas de baixa capacidade de implementação, por falta de vontade, de um lado, e por falta de instituições capazes de implementar os planos elaborados?

Então, esse plano tem que ser de domínio público, esse plano tem que ser de domínio da sociedade, das suas instituições. Nós aspiramos que esse plano seja um plano de Estado, que possa ser abraçado pelo Governo Federal, que possa ser abraçado pelos Governos Estaduais, e de que haja uma ampla cooperação entre essas instituições com a sociedade, para que nós, a cada passo, possamos implementar o plano, de tal modo, que no seu horizonte de planejamento que é 2025 ele possa se realizar em sua plenitude.

Então, Sr. Presidente, eu achei importante fazer essa introdução geral, preparando o terreno para o Dr. José Luiz poder então, fazer aí, sim, uma apresentação técnica do nosso plano. E eu gostaria muito de contar com o apoio do Senado da República e, em especial, desta Comissão, para que nos ajude a viabilizar a implementação do plano. Claro, que um plano, o responsável é o Poder Executivo de implementar, mas o Poder Legislativo tem uma enorme capacidade de dar visibilidade a essas propostas e de alavancar, inclusive, instrumentos que possam permitir que esse plano não se torne um plano de gaveta, que seja um plano viável e concretizável para o bem das atuais e futuras gerações.

Estou muito feliz, muito orgulhoso de poder, em nome da instituição que aqui represento, poder oferecer esse trabalho aos Srs. Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas, nossos agradecimentos preliminares pela apresentação preliminar, também, do plano que eu tenho segurança, haverá de trazer uma contribuição inestimável para que o País possa aproveitar esse extraordinário potencial que lhe tem na sua área de recursos hídricos. V. Exa. tem razão e eu espero que nós possamos, enquanto parlamentares, contribuir para sensibilizar o Poder Executivo dos nossos respectivos Estados para que planos dessas envergadura se materializem, promovendo o índice, promovendo o desenvolvimento social, e estimulando as atividades econômicas do nosso País.

Honram-nos com as suas dignas presenças, o Senador Carlos Patrocínio, Secretário de Representação do Estado do Tocantins; o Dr. José Augusto Pires Paula, Secretário de Planejamento do Tocantins; o Dr. José Guerra sub-Secretário de Representação, também do Tocantins; o Dr. Donizete Tokarski, Diretor-Presidente da ECODATA; o Dr. Rosalvo Júnior, também da ECODATA; o Deputado Laurez Moreira, já citado, também do Estado do Tocantins, Deputado Federal; a Dra. Daiene Bittencourt Santos, analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Bruno Eustáquio Castro de Carvalho, analista de infraestrutura do Ministério do Meio Ambiente; a Dra. Carmen Virgínia; o Dr. Adalberto Tokarski, superintendente da ANTAC; o Dr. José Renato, também da ANTAC; o Dr. Anísio Pedreira, Secretário de Estado de Recursos Hídricos do Tocantins; o Dr. Belizário Franco Neto, da Secretaria de Recursos Hídricos do Tocantins também; a Dr. Luciana de Paiva da CNA; a Dra. Mariana de Meiros Matos do Ministério Público Estadual do Tocantins; a Dra. Lílian de Carvalho, Administradora do Ministério das Cidades; o Dr. André Luiz Dias de Oliveira do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Guilherme Silva de Godói, analista de infraestrutura do Ministério de Minas e Energia; o nosso querido amigo Dalvino Franco, o Dr. Dalvino Franco, diretor, competente diretor, também da Agência Nacional de Águas, que vai, se Deus quiser, renovar o seu mandato; o Dr. Jadizo(F) Cerqueira de Souza, Promotor de Justiça do Ministério Público; o Dr. Ernesto Carrara Júnior, Diretor de departamento de planejamento e programas econômicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Dr. Rodrigo Fraga Massad, Sociólogo do Ministério das Cidades; a Dra. Adriana Araújo, Analista de infraestrutura do Ministério do Planejamento; o Dr. Fernando Storm, Diretor do Instituto Conorte; o Dr. Demétrios Christofidis, Especialista do Ministério da Integração; a Dra. Maria Marçal de Medeiros, Promotora de Justiça de Goiás; o Dr. Sebastião Carneiro; o Dr. Otávio Soares e outras importantes autoridades que eu registrarei, mais à frente, que nos honram com sua presença e, certamente, nos brindarão com as suas inteligências no momento de debate de discussão de tão importante plano.

Nós vamos passar agora a palavra ao Dr. José Luiz Zoby, especialista em recursos hídricos da Agência

Nacional de Águas, que vai nos apresentar o plano que esta Agência formulou sobre as bacias hidrográficas do Tocantins e Araguaia. Tem V. Sa. a palavra.

SR. JOSÉ LUIZ ZOBY: Bom-dia, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, Dr. Machado, o nosso Presidente da Agência Nacional de Águas, o Sr. Ronaldo Hipólito do Ministério do Meio Ambiente e demais Senadores, Deputados e pessoas aqui presentes.

Vou começar minha apresentação. Pode passar.

Por que fazer o Plano? Porque, aquilo um pouco do que o Dr. Machado já falou, essa região tem sido palco de um processo de desenvolvimento econômico muito forte, especialmente nas últimas duas décadas, e os nossos cenários, que vou apresentar um pouco para vocês, mostram que esse desenvolvimento deve se intensificar. A região tem crescido, nas últimas décadas, acima da média nacional. Pode passar.

E o que acontece com essa região que o que acontece com esse modelo de desenvolvimento que vem sendo praticado é insustentável em longo prazo. As cidades crescem sem saneamento, o desmatamento, a instalação de empreendimentos agrícolas que pressionam os recursos hídricos. Então, o plano aborda muito diretamente essas questões ligadas a recurso hídrico.

E essas potencialidades naturais da região, como nós vamos ver, torna a região estratégica para o desenvolvimento nacional, e esse desenvolvimento está baseado no uso, fortemente vinculado, ao uso do recurso hídrico, como nós vamos ver ao longo da apresentação.

E aí é um pouco do entendimento do que é um Plano de Recursos Hídricos. Então, o Plano, a nossa Lei 9.433 da Política Nacional de Recursos Hídricos de 1977, estabelece que o Plano deve ser elaborado de forma participativa. Então vamos mostrar, comentar, brevemente, como foi esse processo participativo de elaboração desse estudo.

Outra característica importante é que o Plano de Recursos Hídricos, ao contrário do que muitos pensam, não é um plano setorial, então vocês vão ver, nós vamos tratar de diferentes assuntos: energia, navegação e irrigação. E qual é que o objetivo do Plano? O objetivo do Plano é harmonizar, integrar essas diferentes políticas. Então depende, diretamente, da capacidade de negociação intra, intergovernamental e público privado. E aquilo que o Dr. Machado falou, o Plano é adaptativo. Vocês vão ver que nós olhamos o cenário de 2025. Obviamente, até 2025 muitas coisas podem acontecer. Então, nós vamos adaptando ao longo do caminho. Então, o plano tem três etapas de elaboração, um diagnóstico que é a realidade de hoje, da bacia, o cenário que nós vamos tentar olhar a bacia, como é que essa bacia deve estar em 2025, e na terceira etapa nós dizemos: o que fazer para minimizar os problemas de hoje e os problemas do futuro. E nós usamos também, nesse Plano, uma avaliação multicritério, uma avaliação ambiental estratégica.

O processo participativo que eu mencionei foram reuniões públicas, abertas ao público com a participação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, eu vou falar mais para frente. São seis unidades da Federação, cinco Estados e o DF. E ocorreram também reuniões de um grupo técnico de acompanhamento aqui em Brasília, formado por Ministérios, órgãos gestores, usuários e sociedade civil. O Plano teve essa elaboração que durou dois anos. E eu acho que o grande desafio, e eu acho que nesse sentido o Plano atingiu, era construir um consenso de visões de uma região que não tinha uma visão global e, certamente, construímos uma visão das questões críticas dessa região.

Aqui só detalhando um pouquinho mais. Foram reuniões públicas, três rodadas, 15 apresentações, cinco Unidades da Federação, aquilo que eu já disse, com a participação dos Conselhos Estaduais e 135 instituições, aquelas reuniões daquele grupo que se reuniu em Brasília, o grupo tinha 35 titulares e foi um total de cinco reuniões, com participação de 47 instituições.

Os documentos do Plano, de forma a torná-lo um processo participativo, foram disponibilizados nessa página da ANA. Pode Seguir.

Vou falar um pouco do diagnóstico. Essa é a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia dentro do Brasil, essa região é a maior região hidrográfica do País com águas totalmente contidas no território nacional. A maior região hidrográfica é o Amazonas, mas o Amazonas recebe águas de outros países, então de água integralmente nacional, essa é a maior região hidrográfica.

Vocês vão ver essas corsinhas que vocês veem, cada cor é um Estado, então no Sul de cor azul, aqui o pontinho é do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Tocantins do Senado Leomar Quintanilha, ele vai ver que o Estado do Tocantins está integralmente, é o único Estado integralmente dentro da bacia, porção do Estado do Maranhão, aqui é a região de Imperatriz, o Estado do Pará, incluindo a região metropolitana de Belém, o importante é falar que essa região tem 920 mil km2. Para que vocês tenham uma ideia, a bacia de São Francisco tem 630, então nós estamos falando de uma região que é uma vez e meia o tamanho da bacia do São Francisco, população sete milhões e 200 mil habitantes, uma baixa densidade populacional,

abaixo da média nacional, destaque para a região de Belém que é a maior cidade, e aqui só na região de Belém, desses sete milhões tem, aproximadamente, dois milhões de pessoas. E aquilo que o Dr. Machado tinha mencionado na introdução dele, o IDH abaixo da média nacional.

Falando um pouco do desenvolvimento dessa região que cresce acima da média nacional. Existem dois pólos importantes de pecuária que são aqueles dois pólos assinalados de vermelho, 29 milhões de cabeças, 14% do rebanho nacional; tem mais gado do que gente, sete milhões de pessoas e 29 milhões de cabeças. Agricultura quase 3,5 milhões de hectares, predominando a soja, milho e arroz. Essa produção agrícola, atualmente, embora, ela aconteça ao longo da região, ela está concentrada aqui, principalmente, nas cabeceiras, Mato Grosso, aqui em Primavera do Leste e Goiás.

Essa região tem um enorme potencial mineral. Vocês identificam as províncias minerais. Vamos destacar a província de Carajás que tem os maiores depósitos de ferro. Aí são dados de produção, 71 milhões de toneladas produzidas no ano de 2005, mais ocorrências minerais, também, importantes que incluem ouro, bauxita, caulim e variados, mas a gente destaca Carajás.

Grande potencial. E aí o Plano reconhece. O Dr. Machado mencionou um pouco a questão de irrigação. Nós identificamos na região um potencial de 5,35 milhões de hectares dos quais que são aquelas áreas verdes, ali, ao longo dos principais rios, onde você tem, efetivamente, disponibilidade de água para irrigação. Então, essas áreas estão identificadas, mas esse potencial explorado é apenas de 2,4%. Então são cinco milhões de potencial e 124 mil hectares irrigados em 2006.

Outra coisa que o Plano identifica claramente é o potencial de geração de energia, todas essas bolinhas laranjas que os senhores veem são as usinas hidroelétricas, atualmente são seis usinas de maior porte, duas usinas menores, 11 mil e 800 megawatts instalados, ela produz 16% da energia do País, mas notem que o potencial todo da região é de quase 24 mil, então a gente explora menos da metade do potencial dessa região. E uma coisa importante é distinguir, uma coisa que o Plano traz, é diferenciar os rios Tocantins e Araguaia. Embora, o Araguaia, eu vou mostrar, passa, mais ou menos, por aqui, o Tocantins por aqui. Embora, o Araguaia seja um afluente do Tocantins, eles são rios muito distintos, e isso se reflete na diferença das questões de navegação, e na geração de energia. 84% do potencial de geração de energia está no rio Tocantins e 16% do potencial está no rio Araguaia.

E, obviamente, o setor elétrico vê esse potencial e precisa aproveitar esse potencial para o País. Então, o Plano 2016 do setor elétrico prevê a construção de mais 12 empreendimentos nessa região, sendo que aquele azulzinho é a Usina de Estreito e já está em construção.

Falar de uma região que cresce muito é falar de transportes. Então em vermelho a Rodovia Belém-Brasília, agora em laranja a 158, a Rodovia de Carajás que leva o minério de Carajás até o litoral, a Ferrovia Norte-Sul que se conecta a essa linha roxa, que se conecta a essa linha verde aqui. Na verdade, ela está um pouco mais estendida a sul, e existe também um potencial de navegação.

Então, nas sinalizações nós vimos que essa região deve saltar, atualmente, de três milhões 500 mil hectares de agricultura, chegar por volta do ano de 2025 a algo por volta de 11 milhões de hectares, e a gente pensa como escoar essa produção. Então, existem as rodovias, mas existe também a opção da ferrovia e a questão, a opção também de escoar essa produção através da Hidrovia do Tocantins, mas aí fica a questão da construção das Eclusas de Tucuruí de Lajeado que ainda não foram concluídas, a Eclusa de Estreito, que essa usina aqui no meio que está sendo construída, atualmente, sem eclusa. Então, se você não construir essas eclusas você não viabiliza o aproveitamento da Hidrovia de Tocantins.

Aqui falando um pouco da disponibilidade de água. Notem que aqui no norte da região é uma região que chove bem, mas existem algumas áreas aqui no norte que chove muito bem, mas aqui no sul chove muito pouco, essas áreas vermelhas sãos áreas onde chovem muito pouco. E nós, inclusive, identificamos até aqui no sudeste do Estado do Tocantins. O Senador, certamente, conhece. A questão da seca. Há dois anos eles tiveram um período de estiagem muito prolongado. É justamente essa bacia do Paraná. Então, vejo numa área que chove tanto, e você diria: "Tocantins e Araguaia tem muita água", mas não, aqui tem problemas sérios de escassez de água.

Água, falando da quantidade de água, existe muita água nessa região, são cerca de quase 5.500m3 por segundo, nós vamos ver que o uso da água é 100m3 por segundo, atualmente, mas são 100 com 5.400. Nossa, está sobrando água! O que acontece é que o desenvolvimento não é sustentável. Então, alguns empreendimentos se instalam, justamente, onde tem pouca água, que nós vamos ver um pouco mais para frente.

Desses 5.500m3 por segundo, uma parte dessa aí é um potencial que é de água subterrânea, ou seja, a região tem uns 1.000m3 por segundo aí de

potencial para ser explorado, por exemplo, através de poços como, efetivamente, por exemplo, o Estado do Maranhão e do Pará aproveitam, enormemente, boa parte dos municípios dessa região são abastecidas, não por água superficiais de rio, mas, sim, por água de poços.

Cenários. Agora a nossa visão é de futuro. Vamos olhar um pouco o que é que pode ser o futuro dessa bacia. Nós trabalhamos com três cenários, um cenário tendencial que é considerar se a região continuar, o desenvolvimento continuar acontecendo, como aconteceu nas últimas décadas, como é que vai estar essa situação? Então, o crescimento do PIB mais modesto de 3,5% ao ano e as tendências históricas prevalecem.

Na extremidade, do outro lado, nós temos um cenário alternativo, é aquele cenário econômico que o PIB econômico cresce a 4,5%, e você consegue incorporar todas as metas de gestão, saneamento e meio ambiente; todas essas metas mais ambiciosas.

Existe um segundo cenário que é o cenário intermediário, que é o que nós chamamos de cenário do Plano que nos parece aquele cenário mais possível, mais factível, que é um cenário de crescimento de 3,5%, mas onde você, pelo menos, as metas factíveis de gestão do Plano são implementadas, então aquelas metas principais do Plano são, efetivamente, implementadas em relação a saneamento e meio ambiente.

O que é que acontece em 2025? Essa pizza mostra que a situação em termos de uso não muda muito. Então essa situação atual, é retirada do sio(F) 102m3 por segundo, a irrigação, na situação atualmente, predomina 58%, seguida do uso animal e do abastecimento humano. Então, esses são os três grandes usos. Quando o nosso olhar para o futuro, mostra que essa região vai, a demanda vai crescer, veja que ela vai mais do que duplicar até 2025, mas o padrão de uso vai permanecer o mesmo, ou seja, o grande usuário vai continuar sendo a irrigação seguida pelo uso animal, o rebanho dessa região, expressivo, e o abastecimento humano. Mas eu destacaria aqui o crescimento da indústria, na região, de seis para 10% em termos percentuais.

Vamos olhar um pouco... Nós falamos da irrigação. Então, o que é que nós imaginamos? A situação atual hoje é de você ter, mais ou menos, uma vazão de consumo, uma vazão de retirada para irrigação de 60m3 por segundo, aqui em 2006. Nós podemos chegar aqui no horizonte do Plano em 2025 com algo entre 72 e 122m3 por segundo. Na pecuária a gente observa que essa vazão atualmente de 20m3 por segundo, pode chegar mais do que duplicar aqui em 45, por volta de 45. Por que aparece essa linha aqui de restrição do uso do solo? Na nossa sinalização nós adotamos a seguinte metodologia: se você aproveita primeiro os melhores solos para as culturas mais rentáveis, grãos e cana, você deixa os solos menos apto para pecuária. Só o que é que acontece? Existe uma restrição de uso do solo. Se você respeita as áreas de preservação permanente, as unidades de conservação, as terras indígenas, essa pecuária não tem como crescer com os níveis tecnológicos atuais, ou seja, essa região que já é pressionada, atualmente, por desmatamento vai ser ainda mais pressionada no futuro e pode atingir uma situação aqui na sinalização, e isso vem da sinalização econômica ou situação de pressão ainda maior.

Isso aqui, vocês não conseguem ver, mas têm pequenos rios, todos os riozinhos da bacia estão representados aí. Essa situação atual, esses trechinhos que parecem sujeirinhas, são os trechos de rio onde hoje já existe uma pressão significativa pelo uso da água.

Vejam que no cenário do Plano, em 2025, essa pressão aqui, essas sujeirinhas, digamos assim, cresce ainda mais, ou seja, essa região tem que ser olhada com muito cuidado. A gente está numa situação atual aqui, mas não quer que chegue nessa situação de ter uma região tão pressionada, isso, inclusive, com conflitos. Pode passar.

Essa é a relação com questão de qualidade de água, e aí vocês veem essas sujeirinhas, esses tracinhos de rio, é a questão de saneamento. Notem que existe uma série de rios nessa situação atual, hoje, que tem as suas águas comprometidas pelo lançamento de esgoto. O nível de tratamento de esgoto, apenas 4% da população dessa região tem esgoto tratado. Então, 96% da população urbana, da bacia, não têm tratamento de esgotos, e isso, obviamente, contamina vários desses rios aqui da região. Então, investir em saneamento é fundamental. A gente não quer que essa situação... Vocês podem notar daqui para cá, em 2025, e agrava.

Então, o que fazer? Quais são os problemas dessa região? Então, um dos problemas: erosão e assoreamento dos rios. Então, essa erosão e assoreamento dos rios é um problema muito sério, principalmente, entre Goiás e Mato Grosso, e aqui no norte de Goiás, mas, principalmente, aqui na bacia do Araguaia, problemas sérios de erosão. Essa questão de você expandir, principalmente, a irrigação em áreas que não têm essa capacidade de suporte, está apresentada aqui nessas áreas verdes, então essas bolas verdes aqui são áreas pressionadas, inclusive, na região de Carajás, onde tem um potencial de expansão da mineração. Eu destacaria também essa região do Javaés, Formoso no Estado do Tocantins, porque é uma região

de grande produção agrícola, mas tem uma pressão bastante acentuada.

Existem conflitos intersetoriais que dificultam o aproveitamento múltiplo, uma das questões cruciais é construção das eclusas. Como eu disse, existe um grande potencial de navegação no rio Tocantins que o Plano prioriza, e, por outro lado, as eclusas não estão construídas. Existe a questão da operação das usinas do rio Tocantins. A ANA tem se articulado com o operador nacional de sistema, de modo a garantir que essas praias do Tocantins que são muito frequentadas no período de julho, agosto, período de estiagem, de que a operação dos reservatórios permita que essas praias continuem sendo utilizadas. Então, existe um acompanhamento e uma parceria entre a ANA e o operador nacional.

O Plano identifica também algumas áreas sensíveis a intervenções estruturais, ou seja, áreas do ponto de vista hídrico e ambiental devem ser preservadas. Um aqui é a bacia do Sono, isso aqui é um afluente do rio Tocantins, a região do Jalapão, 40% dessa bacia são unidades de conservação, e outra área bastante sensível é essa área aqui, todo o trecho médio do rio Araguaia que o Plano sinaliza como também deve ser uma área bastante protegida. E aí fica a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, a região que tem muitos bancos de areia, tem muitas lagoas marginais, é um grande patrimônio de importância hídrica e ambiental. Pode continuar.

Outra coisa que o Plano menciona e aí é fundamental, não se pode deixar de falar dessa região sem falar de saneamento. 4% da população tem esgoto tratado, esse número aqui. Então, é fundamental tratar a questão do saneamento na região. E a gente destaca aqui, embora, seja um problema generalizado, o problema é ainda mais crônico em Belém, porque Belém tem dois milhões de habitantes, e vai chegar, aproximadamente, três milhões e 300 mil em 2025 e os níveis de saneamento são baixíssimos. Mas isso é um problema de água, esgoto e resíduos sólidos, é um problema generalizado.

Existem problemas de inundações aqui em Belém e problema de seca que eu mencionei, anteriormente, no Estado, no nordeste de Goiás e sudeste do Tocantins. Pode passar. Existe a questão do turismo, o grande potencial turístico dessa região, certamente, está aqui no rio Tocantins, são essas bolinhas aqui e no rio Araguaia. Então, como desenvolver o turismo, aproveitar o potencial turístico dessa região, mas fazendo isso de forma sustentável? E outra questão também que fica aí, essas bolinhas que os senhores veem aí com essa cor cinza, são os empreendimentos previstos pelo setor. Então, o que o Plano sinaliza é que esses empreendimentos previstos aqui devem preservar, proteger essas áreas aqui bastante sensíveis como a região do médio Araguaia e a bacia do Sono. Pode passar.

Então, esses são alguns objetivos do Plano. O Plano visa assegurar a atual e futuras gerações água em quantidade e qualidade, mas o objetivo do Plano é compatibilizar usos. Então, o Plano não vê apenas irrigação, não vê apenas energia, não vê apenas navegação, o Plano quer integrar esses usos de forma harmoniosa. Pode passar.

Uma questão fundamental do Plano. O objetivo é melhorar as condições de vida da população, isso nós estamos falando de saneamento e outro, contribuí para a sustentabilidade ambiental. E esse aqui é um objetivo quinto, é um grande desafio, é promover a governança e gestão integrada, ou seja, articular uma série de políticas setoriais que ainda são desarticuladas nessa região.

Então, esse é o resultado final do Plano, vocês veem aí que são três componentes básicos, fortalecimento institucional; essa questão da governança, o Estado se fazer presente nessa região, gerindo os recursos hídricos é muito importante, o saneamento e um componente três, o uso sustentável. São 14 programas, e isso está tudo detalhado, o relatório síntese está disponível da página da ANA e 25 ações.

E agora a minha apresentação está chegando ao final. Eu destaco alguns temas estratégicos para a região. Então, um deles é articulação interinstitucional, conflitos pelo uso da água, irrigação e qualidade das águas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sobre os 14 programas. Quais são os programas?

SR. JOSÉ LUIZ ZOBY: Cada componente desses tem alguns programas associados e ações. Então, vou dar um exemplo: fortalecimento institucional, um dos programas no fortalecimento institucional é a questão de fortalecer os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Então, dá a eles uma melhor capacidade institucional para gestão da água. Existe um programa de fortalecimento institucional que, por exemplo, que visa realizar as articulações para viabilizar a hidrovia do rio Tocantins para que as eclusas sejam construídas. Existe um programa também que visa que o Plano seja reavaliado, então, ele prevê recursos para que o Plano possa ser, a cada cinco anos, reavaliado, atualizado para que ele esteja sempre acompanhando a evolução do País.

Saneamento são três programas, programa de água, programa de esgotos e um programa para resíduos sólidos. A maior parte eu não mencionei, mas boa

parte do lixo, 60% do lixo é disposto ainda em lixões, nessa região, então a meta é passar tudo a utilizar aterros sanitários, enfim.

E aqui no uso sustentável dos recursos hídricos, abrange uma série de programas que envolve, por exemplo, a questão do aproveitamento do potencial de aquicultura dos reservatórios da região, ações para pesca sustentável, ações para educação ambiental em recursos hídricos, principalmente, voltada para as praias lá do Tocantins e Araguaia, enfim, depois eu posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esses programas vão constar da apresentação. Estão registrados na sua planilha?

SR. JOSÉ LUIZ ZOBY: Não, não, eu não trouxe o detalhamento, mas eu posso disponibilizar o documento na página da ANA, e posso dar mais detalhes ao longo da apresentação. O Dr. Machado tem ali uma cópia, tem uma tabelinha mais para o final. Tudo bem, Senador?

Então, esses são os temas estratégicos, algumas coisas que a gente dá destaque dentro desse conjunto de 25 ações do Plano. O primeiro dele é criar um colegiado gestor de recursos hídricos. O que acontece? O Plano está concluído e o que se faz? Então, entre você começar a conseguir recursos no orçamento para fazer aquelas ações, existe um vácuo aí, e o Plano fica, digamos, órfão, é um vazio administrativo. Então, o que o Plano propõe? Criar um colegiado gestor de recursos hídricos. Esse colegiado deverá evoluir, futuramente, para a criação de um Comitê, mas nesse momento para que o Plano, digamos, não fique órfão, é criar um colegiado de recursos hídricos formado pela ANA e por representantes dos Estados, e já tem um representante, esse grupo vai ter um representante também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O outro é um grupo de implementação para internalizações no âmbito dos Ministérios e órgãos do Governo. Veja que o Plano envolve energia, navegação, irrigação, saneamento; então é fundamental internalizar essas questões. Apoiar o Estado na institucionalização dos seus órgãos gestores, ou seja, fortalecer os órgãos gestores, estabelecer parcerias com alguns atores estratégicos dessa região para a gestão da água.

Outra coisa, compatibilizar usos. Então, o que é que o Plano sinaliza? Priorizar construção dos empreendimentos hidroenergéticos no rio Tocantins. O rio Tocantins tem 84% do potencial, então para que seja aproveitado esse grande potencial, e que o rio Araguaia e outros rios fiquem para um segundo momento. Proteger aquela bacia do rio do Sono que eu destaquei, pela sua importância ambiental e hídrica. Sobre essa questão de preservação do recurso médio do rio Araguaia, as intervenções e barramentos planejados devem assegurar que não haja alteração de sua dinâmica fluvial, ou seja, aquela região da Ilha do bananal que tem as lagoas marginais é uma região muito importante. Fundamental concluir as eclusas já iniciadas, a de Tucuruí e Lajeado e a de Estreito, a Usina de Estreito está sendo construída, atualmente, sem eclusa, para viabilizar a hidrovia do Tocantins. E imaginando que essa região, nós estamos priorizando a construção das usinas no rio Tocantins. É de se imaginar que o futuro dessa região tenha vários lagos formados por essas usinas, então nós propomos um sistema integrado de gestão desses reservatórios.

Irrigação. A nossa proposta para aproveitar esse grande potencial da bacia, apenas 2% do potencial da bacia é explorado, é criar um núcleo de referência, inovação, irrigação, isso é uma ação do Governo, criar um grupo também para discutir instrumentos econômicos e regulatórios para a região, e acompanhar a implementação das ações da irrigação para uma irrigação que se expanda na região, mas se expanda de forma sustentável, e o pacto das águas que é alocação de água entre os Estados.

Qualidade da água. Isso pode ser resumido em uma coisa: eu falo aqui em implementar enquadramento de corpos hídricos, mas isso é tudo, basicamente, é fundamental instituir o programa de saneamento básico para essa região e o programa básico especial para a região metropolitana de Belém e fortalecer as empresas de saneamento.

Conclusões. Mais ou menos, o que eu tinha falado, essa região tem crescido a taxas maiores do que a média nacional, só que existe um grande potencial para aproveitamento agropecuário, mineral, navegação, geração de energia; mas, entretanto, o modelo que vem se estabelecer nessa região é um modelo em longo prazo e sustentável, e algumas áreas, como nós vimos, já existem problemas e conflitos pelo uso da água. Pode passar.

O Plano está estruturado. Então, ele tem um componente de fortalecimento institucional, um de saneamento ambiental e um de uso sustentável que envolve proteção ambiental, uso múltiplo e racional da água, e alguns estudos para a questão da água subterrânea também.

E aí o que está posto, O Dr. Machado mencionou na fala dele e aí eu queria destacar, que é o grande desafio do nosso País que é transformar o Plano de papel em ação, esse é o estágio que nós nos encontramos hoje do Plano concluído, mas que o plano, essa região, para ter um desenvolvimento humano e ambiental sustentável precisa ter um guia, e nesse sentido o Plano traça algumas linhas e diretrizes para o

desenvolvimento nessa região. Então, esse é o grande desafio, articular nos três níveis de governo e ter esse comprometimento de atores sociais, e visando sempre implementar o Plano.

Eu agradeço a atenção de todos. E estou disponível para perguntas.

Gostaria... Desculpa, Senador, só interromper. Esse é o meu e-mail para contato. Duas pessoas fundamentais que coordenaram o trabalho, do qual eu participei, o meu Superintendente, Dr. Lotufo e o Superintendente Adjunto, Dr. Ney Maranhão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecendo o Dr. José Luiz Zoby a apresentação do Plano que traz, efetivamente, questões instigantes, e no meu entendimento ele poderia aprofundar um pouco mais nas proposituras e ações de natureza socioeconômica, sobretudo, as de natureza econômica que acho que é a grande expectativa que nós todos temos de promovermos no desenvolvimento dos nossos Estados, aproveitando o enorme potencial hídrico que esses Estados têm, naturalmente, com uma preocupação, com a preservação ambiental.

Antes de passar para a segunda parte desta Audiência Pública, que é a do debate, eu quero registrar que ainda se encontram aqui conosco o Dr. Marco Neves, Coordenador de Planejamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Ronaldo Hipólito nós já falamos; o Dr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Sefat do Ministério do Transportes; o Edson de Oliveira Viana Júnior, Diretor do CEJIS do Ministério dos Transportes; a Dra. Valéria Simenov Thomé da SUPAR; a Dra. Cristiane Idaka do Governo do Tocantins; a Dra. Kênia Picolli(F) também da representação do Tocantins; a Dra. Lucila dos Santos Barbosa da representação do Tocantins; a Dra. Mara Cristina Moscoso do Ministério do Meio Ambiente. A Secretaria da Mesa informa que este Plano estará à disposição no site da Comissão, e poderá ser encaminhado àqueles que se interessarem por e-mail.

Como primeiro inscrito para debater a apresentação que aqui foi feita, eu tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Gilberto Goellner, ilustre representante do Estado do Mato Grosso, área de muita influência dessa bacia dos rios Tocantins e Araguaia. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu quero cumprimentar aos expositores. E realmente a questão de água, Dr. Machado, está muito convergente aqui no Senado, que em menos de dez dias é a sua terceira participação, tanto no seminário de irrigação quanto nas suas audiências públicas, que essa é a segunda relativa a recursos hídricos.

Mas eu tenho quatro questões a salientar. E eu gostaria de saber por que é que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos já tem ao redor de dez anos de funcionamento, esse é o primeiro plano estratégico de bacia aprovado por este Conselho. Eu perguntaria se tem outros em andamento, em estudo, já que esse trabalho parece que se iniciou, dessa bacia Tocantins, Araguaia e Tocantins se iniciou já em 2005. E por que é que está demandando tanto tempo. Já que eu parabenizo pelo trabalho, é muito completo, ele tem uma ação múltipla, por que é que ele demorou, por que é que foi necessário tanto tempo para a sua conclusão? E nesse sentido bacias similares ainda não foram elaboradas, e também bacias importantes. Isso é em relação ao plano estratégico.

O segundo. A implementação da Hidrovia de Tocantins que envolve a conclusão de eclusas como Tucuruí, Lajeado e Estreito, simultaneamente, com obras da usina.

Nós estamos dentro da Comissão de Infraestrutura reavaliando o setor de eclusas, o componente eclusa dando maior celeridade, não deixando unicamente para as hidroelétricas, seria uma composição conjunta, a hidroelétrica teria que fazer primeiro a eclusa, para depois iniciar a obra, algo parecido. Isso está com o Senador Delcídio Amaral e com o Senador Eliseu Resende, um é autor e o outro é relator. E eu vejo que muita coisa pode se acelerar a partir dessa nova exigência da construção das eclusas.

Agora, a minha pergunta em relação à navegação do rio Tocantins. Qual o prazo para que a rodovia comece a operar com total capacidade, e quais são os impasses burocráticos e ambientais que dificultam a conclusão dessas três eclusas?

A outra questão é referente aos recursos, os recursos que estão sendo alocados para o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dessa região hidrográfica são investimentos da ordem de 3,8 bilhões que estavam programados já a partir de... Até, quer dizer, estão programados até 2025, e dos quais parece que 92% são afetos a saneamento, saneamento ambiental para água, esgoto, lixo. A pergunta é: De que maneira vai ser feito esse saneamento ambiental e toda a bacia hidrográfica Tocantins e Araguaia? De que forma? Se isso vai ser feito conjunto... Já que vai ser transferido para os Estados, para os Municípios.

E a quarta situação eu vejo que foi colocado muito bem na introdução do Dr. Machado que nós precisamos ter uma gestão de planejamento única interligando todos os recursos, fazendo plano, então do uso, principalmente, que eu vejo que o potencial hidrelétrico está... A pergunta é: Se ele está realmente catalogado, medido, se todo ele está sendo explorado, pelo menos,

eu diria que ele é um importante componente de energia, e que não é só o que está sendo requerido por empresas interessadas na sua exploração. Assim, um levantamento substancial da capacidade de geração de energia hídrica, nessa bacia, poderia servir para um planejamento, incluir como planejamento futuro, e ser um componente de avaliação de uso conjunto com os outros usos da água, se isso está sendo medido e está catalogado o seu potencial máximo da sua real capacidade?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Goellner, por sua participação preliminar no debate.

Antes de conceder a palavra aos representantes da ANA eu registro ainda a presença do Dr. Eduardo de Castro Ribeiro Júnior, presidente da Companhia de Saneamento do Pará que nos honra com a sua presença, e do Dr. Joaquim Montelo, superintende do Ibama do Estado do Tocantins.

Nós começaríamos com o Presidente da ANA. Tem V. Exa. a palavra.

SR. JOSÉ MACHADO: Eu vou fazer uma abordagem geral dos questionamentos do Senador Gilberto Goellner e depois o José Luiz me complementa, se necessário.

A primeira questão que o Senador Goellner levanta é a questão dos estudos que estão sendo produzidos, por que é que esse é o primeiro estudo aprovado no Conselho. Na verdade, os planos de recursos hídricos, os planos de bacia, em tese, o ideal é que eles sejam elaborados, aprovados no âmbito dos comitês de bacia, porque nós pretendemos implementar os comitês de bacia, e neste caso, nós ainda não temos o Comitê do Tocantins-Araguaia, nós ainda não temos uma estrutura de gestão de águas nessa bacia que dê conta de viabilizar a produção de um plano. A ANA, então entendendo que esse era um estudo necessário, urgente, tendo em vista, uma situação que já está configurada, levando em conta o caráter estratégico dessa bacia, entendeu que deveria elaborar um plano mesmo sem ainda a existência do Comitê, e submetê-lo a um colegiado que, no caso, é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que tem essa responsabilidade, na ausência de um Comitê de apreciar um plano dessa abrangência, de uma bacia que tem relevância nacional.

Nós pretendemos, Senador, até o final deste ano, concluir um outro trabalho da mesma envergadura que é o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas. Esse plano está em processo de elaboração, já avançamos bastante no diagnóstico, estamos agora fazendo um cenarização e trabalhando a questão da cenarização e o desenvolvimento das propostas. E nós acreditamos que até outubro, e essa é uma meta que está colocada para nós, nós concluirmos esse trabalho.

Veja, eu tenho uma avaliação de que todos esses trabalhos já poderiam ter sido feitos no passado. Acontece que a lei de águas no Brasil é uma legislação tardia. Nós começamos a nos organizar, começamos a instituir, criar capacidade técnica muito recentemente, nos últimos 12 anos que nós começamos a nos debruçar sobre isso. A ANA tem apenas nove anos, e ainda não adquirimos uma capacidade plena de abraçar toda essa realidade complexa e tão abrangente num país das dimensões do Brasil. Então, dentro do nosso planejamento estratégico, da ANA, nós hierarquizamos algumas prioridades, e o Tocantins-Araguaia tem essa prioridade, e os afluentes da margem direita. Por que os afluentes da margem direita do Amazonas? Porque há uma grande inquietação sobre essa região por conta de sua fragilidade ambiental, por conta do seu potencial hidrelétrico, vários projetos estão sendo cogitados para essa região, sem que tenhamos, previamente, um plano que possa dar um disciplinamento para essas intervenções.

Então, nós estamos correndo contra o tempo, estamos trabalhando a todo vapor no limite das nossas possibilidades para poder dar ao País, a esta Casa e ao Governo condições de melhor gestão e planejamento para que esses empreendimentos que estão sendo cogitados possam se situar num quadro da maior sustentabilidade.

Com relação à hidrovia do Tocantins, conclusão das eclusas. O que nós sabemos é que a Eclusa de Tucuruí será inaugurada em meados do ano que vem, está em estado adiantado das obras, essas obras foram retomadas, elas estavam interrompidas, ficou um largo tempo parado e foram retomadas agora no âmbito do PAC. E eu estive, inclusive, visitando a obra, recentemente, e pude verificar que elas estão a todo vapor e há uma perspectiva da sua inauguração em meados do próximo ano.

Com relação às demais eclusas, a de Lajeado está parada, a obra da eclusa está, nesse momento, parada, e é um pleito nosso, é um pleito da ANA, é um pleito do Plano, nós temos procurado, junto com o Ministério dos Transportes, com a própria Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAC, temos nos articulado nos sentido de demonstrar a necessidade da conclusão da Eclusa de Lajeado, e também estamos preconizando a Eclusa de Estreito, que essa nem cogitadas está, ela está cogitada, mas não tem ainda um projeto, não tem, enfim, ela não tem recursos para a sua implantação. Mas nós entendemos que essas eclusas são cruciais, nós defendemos, ar-

dentemente, não a Eclusa de Tucuruí, que essa não temos dúvida que será concluída, mas defendemos, ardentemente, as Eclusas de Lajeado e Estreito, porque aí, sim, nós teremos uma hidrovia digna desse nome, uma hidrovia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estreito teria que colocar...

SR. JOSÉ MACHADO: Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela não está no PAC, o estreito?

SR. JOSÉ MACHADO: Não está no PAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E nem previsto?

SR. JOSÉ MACHADO: E nem previsão temos de quando que ela será iniciada. Essa é uma questão que nós gostaríamos de ter o apoio desta Casa para que haja uma forte interlocução com o Governo no sentido de que essas obras possam prosperar.

Com relação aos recursos para esse Plano, nós estamos avaliando, como o senhor próprio disse, são recursos significativos da ordem de 3,8 bilhões para implementação deste plano, nós ainda não sabemos como vamos viabilizar esses recursos. No caso do saneamento há um processo em andamento de elaboração do Plano Nacional de Saneamento, temos hoje uma Lei de Saneamento, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, criando um marco regulatório para a área de saneamento, e nós temos uma expectativa de que esse setor possa ter um grande desenvolvimento nos próximos anos. E espero que os Estados da Federação desta bacia consigam se articular com o Governo Federal no sentido de alavancar os recursos que viabilizem apoiar os Municípios que são os detentores, na verdade, desse domínio da área de saneamento, para que a gente tenha condições de viabilizar esses investimentos que passa também pelo fortalecimento das companhias de saneamento. Essas companhias precisam ser revitalizadas, ter uma gestão mais competente do ponto de vista administrativo, financeiro para poder suportar esses investimentos. Então nós entendemos que esse é um nó do nosso Plano exatamente de que é preciso que o Governo, não só o Governo da União, mas os governos estaduais possam abraçar esse Plano, e a partir do momento que o adotarem como o seu instrumento de implementação do desenvolvimento sustentável da região, possam também encontrar os recursos para viabilizar o Plano. Nós, infelizmente, não temos ainda uma resposta para isso.

Em relação ao potencial hidrelétrico. Esse potencial o José Luiz, já na sua apresentação procurou mostrar qual é o potencial hidrelétrico. Esse potencial já está levantado, avaliado, o setor elétrico já tem esse levantamento. Evidentemente, que alguns casos ainda dependem de estudos de viabilidade que estão sendo concluídos, mas já há um inventário e já há uma avaliação sobre o potencial hidrelétrico dessas bacias, sendo que aí o Governo está estudando qual é a viabilidade da implementação dessas hidrelétricas, sobretudo, quando nós consideramos, no Plano, que o rio Araguaia deve ser preservado dentro de uma visão de que o Tocantins está mais propício, nesse momento, para a implementação dos empreendimentos. A gente entende que o rio Araguaia deveria ser, nesse momento, preservado de qualquer intervenção, porque é um rio de grande sensibilidade ambiental, uma fragilidade ambiental, um rio de planície, um rio com grandes problemas, com uma beleza ainda muito reservada, mas com riscos ambientais muito grandes. A gente acha que o rio Araguaia deve ter um tratamento diferenciado no nosso planejamento.

Pediria ao José Luiz, com a aquiescência do Sr. Presidente para que ele possa complementar, se necessário, as minhas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. José Luiz, fique à vontade.

SR. JOSÉ LUIZ ZOBY: Gostaria de comentar a questão do por que são três anos. Porque essa região é muito grande, ela é uma vez e meia o tamanho da bacia do São Francisco, 920 mil km2, 630 mil km2 a do São Francisco, e aí numa região que, ao contrário do São Francisco, que existem estudos, existe toda uma cultura, uma tradição de estudar a bacia de São Francisco, uma região, até então, digamos, um pouco esquecida, até em termos de conhecimento. E essa é uma região, um plano com essas dimensões nunca tinham sido feito no Brasil, com quase um milhão de km2, o próximo desafio o Dr. Machado mencionou, essa da margem direita, quase 2,5 milhões km2, obviamente você trabalha na escala de informações que tem, e juntar essa informação em cinco Estados, Distrito Federal, fazer as consultas públicas, fazer as reuniões com grupo técnico de acompanhamento, isso foi todo um processo de trabalho, e eu diria até também de maturação, de você conseguir enxergar naqueles temas estratégicos, ter um processo de discussão, de construção com os atores. Nós conversamos com Secretarias. Está aqui o secretário do Governo do Tocantins, está aqui o Dr. Eduardo... Nós estivemos lá em 2006, no comecinho do trabalho, levantando informações, conversamos com o setor de transportes dos Estados, Secretarias de Planejamento. Então, acredito que a grande contribuição do Plano foi construir essa visão de diferentes atores que era totalmente desarticulada, e daí eu dou também a importância do estratégico no Plano, porque esse Plano não foi, ao contrário dos planos que foram

feitos no Sul e Sudeste do País, bacias muito menores, 30 mil km2, 50, 40, bacias de dez mil km2, bacias muito pequenas, essa é uma região muito grande, onde nós não queremos remediar, ter um passivo para remediar, o caráter estratégico do plano é poder você antecipar esses problemas. Então, a gente vê que se não investir em saneamento, se não foi feita uma gestão da água, aproveitamento e usos múltiplos você tem, eu diria, que uma perda para o País, então o nosso Plano tem esse caráter de antecipar essas questões.

Sobre o potencial. Só comentar rapidamente, que o potencial quando eu falo, 84% do potencial da bacia de geração de energia está no rio Tocantins e 16 está na bacia do Araguaia, é porque existe um estudo do setor elétrico que se chama o Estudo de Inventário em que ele identifica o potencial daquela região, identificando o potencial da região eles fazem a melhor, digamos, a distribuição ótima das usinas, melhor aqui uma usina, e eles têm um arranjo. Então daquele potencial de quase 24 mil megawatts, do qual nós exploramos aí pouco menos da metade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. José Luiz Zoby.

Eu concedo a palavra ao Dr. Ronaldo Hipólito Soares.

SR. RONALDO HIPÓLITO SOARES: Bom-dia a todos. Eu queria só fazer uma complementação à primeira solicitação do Senador Gilberto Goellner sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e sobre a demora que já foi explicada, vamos dizer, colocada pelo Dr. José Machado. Mas eu queria só colocar um pouco do histórico da priorização da água aqui no Brasil.

A Lei das Águas está completando 12 anos, esse ano, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos completou dez anos o ano passado e está completando 11 anos, esse ano, e como o Dr. José Machado colocou, nove anos é a instituição da Agência Nacional de Águas. E partir desse momento é que foi iniciado o processo de discussão sobre o uso múltiplo das águas com a participação da sociedade, a participação dos governos, e a partir daí começou haver a criação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, também, e a discussão da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos que finalizou o ano passado. Então, todo esse processo levou a ter essa demora para que esses planos começassem a acontecer, além do que, da colocação do Dr. José Machado daquela temática que um plano de uma bacia deveria ser feita por um Comitê, e no caso do Tocantins-Araguaia ainda não há um Comitê. Então, a demora se dá por dois motivos, e esses dois motivos são explicitados aqui, o início da discussão do tema água como prioritário no País, e também a formação de comitês nas bacias hidrográficas do País. São só esses dois adendos que eu gostaria de fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Dr. Ronaldo Hipólito, a contribuição que traz a esta Audiência Pública.

E eu solicitaria ao Dr. Edson Oliveira Viana Júnior, Diretor da Secretaria de Gestão do Ministério dos Transportes, que nos trouxesse informações que ele as têm atualizadas sobre a Eclusa de Tucuruí.

SR. EDSON OLIVEIRA VIANA JÚNIOR: Senador Leomar Quintanilha, obrigado pela oportunidade, a quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa e todos os participantes.

É com muito orgulho que o Ministério dos Transportes traz a informação que nós estamos prontos para concluir as Eclusas de Tucuruí e o canal intermediário. Eu trouxe um vídeo de sete minutos para gente poder entender o que é significa esse projeto. E nós estamos desenvolvendo conjuntamente com o DNIT projeto de conclusão da hidrovia do trecho que vai da Foz de Belém até Marabá. Esse projeto significa que a gente pode movimentar até cerca de 80 milhões de toneladas de produtos entre Marabá e esse trecho. Então, a gente está com perspectivas de concluir as eclusas e iniciar a operação compartilhada já em março de 2010, e a perspectiva que ela entre em operação franca a partir de junho, julho.

Essa obra esteve parada por quase 30 anos, 28 anos que essas obras foram iniciadas, então para gente é um orgulho muito grande poder concluir essas eclusas, e abre a perspectiva conjuntamente com Lajeado que é uma obra que nós temos contrato, as obras estão paradas. Nós gastamos cerca de, não sei exatamente o número, mas alguns milhões de reais por ano para pode manter o canteiro que já foi instalado e as obras iniciadas parados, portanto, já temos um contrato, a empresa já foi mobilizada, enfim, a gente precisa apenas de recursos para poder prosseguir as obras das Eclusas de Lajeado, e Estreito, realmente, que é uma expectativa muito grande, como disse o Dr. José Machado, que é uma expectativa muito grande que a gente possa desenvolver esses projetos de Estreito para poder agregar mais de mil km às eclusas, ao sistema da hidrovia do Tocantins.

Eu acho que a gente pode iniciar o vídeo, então. Muito obrigado, Senador.

[exibição de vídeo]

NARRADOR: *Sistema de transposição de desnível. As Eclusas de Tucuruí. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a maior usina genuinamente brasileira e também a maior obra de engenharia já executada na Amazônia. Ela foi construída em duas etapas sendo*

que a segunda foi concluída em 2007, sua potência instalada é de 8.370 megawatts, o que representa cerca de 10% de toda a capacidade instalada no Brasil. Além, de gerar energia, Tucuruí criou condições para navegação desde Barra do Garças no Mato Grosso até Barcarena no Pará. De Barcarena os produtos brasileiros podem alcançar os mercados norte-americano, europeu e do oriente médio. Esse sistema hidroviário tem mais de dois mil km de extensão em uma região que já tem exploração de riquezas minerais e um imenso potencial de produção agropecuária. Porém, a inserção econômica e social dessa imensa região só se concretizará com a existência de um modal de transportes de baixo custo.

O transporte hidroviário se enquadra nessa categoria oferecendo custos financeiros e ambientais muito competitivos, por exemplo, um litro de combustível permite transportar uma tonelada por 25km na via rodoviária ou por 85km na via ferroviária, já na via hidroviária esse mesmo litro transporta uma tonelada por 218kms. Um único comboio hidroviário é capaz de substituir o trabalho de 708 carretas rodoviárias.

Para viabilizar um trecho de 500km da hidrovia Araguaia-Tocantins era necessário concluir o sistema de transposição de desnível de Tucuruí, esse sistema é formado por duas eclusas e um canal de 6km. As duas eclusas são necessárias em função do desnível de 69m entre o lago de Tucuruí e rio Tocantins adjuzante. Na construção da primeira etapa da Hidrelétrica de Tucuruí foi executada parte da primeira eclusa, já que ela é integrante do barramento do lago.

Entretanto, desde 1984 as obras do sistema de transposição sofreram várias descontinuidades e a eclusa 1 permaneceu inacabada. Em 2007 o Governo Federal inclui essa obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC alocando 815 milhões de reais para conclusão do sistema até 2010. Além de assegurar recursos para a obra o Governo não se descuidou de sua responsabilidade social, as 371 famílias atingidas pelas obras puderam optar por uma indenização ou pela mudança para um novo bairro, construído, especialmente, para elas. Já os pescadores da região foram inseridos no Programa Tanques-Rede, 325 famílias vão participar no projeto de criação de peixes no Sistema de tanques-rede no próprio lago de Tucuruí. Com recursos assegurados a obra recomeçou em ritmo acelerado.

Em novembro de 2008 no pico da obra havia 4.200 empregos diretos, além, de 16 mil indiretos. São inúmeras equipes trabalhando 24 horas por dia. Vamos conhecer, com mais detalhe, esse projeto de dimensão extraordinária.

O sistema de transposição fica, praticamente, ao lado da usina hidrelétrica e deságua nas margens da cidade de Tucuruí. A eclusa 1 fica na barragem, um canal contido por um dique faz a ligação com a eclusa 2, essa, por sua vez, faz a ligação com o rio Tocantins adjuzante da barragem.

Um corte esquemático do sistema permite entendermos melhor seus níveis. A cota do lago é de 74m e a do rio é de 5m. Esse desnível de 69m é vencido através de duas elevações, a eclusa 2 que tem 210m de extensão eleva um comboio da cota cinco do rio até a cota 38 do canal. Na eclusa 1 que tem 210m de extensão o comboio é elevado da cota 38 até a cota 74 do lago. Agora vamos conhecer a processo de transposição. Um comboio com 19 mil e 100 toneladas e 200m de cumprimento vindo do rio Tocantins entra na eclusa 2. A eclusa é enchida durante 14 minutos até alcançar a cota 38 do canal. O comboio segue por 6km até alcançar a eclusa 1. Durante 13 minutos a eclusa 1 recebe mais de 230 mil m3 de água da barragem até o comboio alcançar a cota 74. Todo o processo dura uma hora e 30 minutos.

Essa é mais uma obra do Governo Federal que trará inúmeros benefícios para a região e para seus moradores, mas o principal deles será a concretização da infraestrutura necessária à construção de um futuro melhor.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, Eletronorte, Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia, DNIT, Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades.

Brasil, um país de todos".

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecer, mais uma vez, ao Dr. Edson Oliveira a apresentação desse vídeo bastante elucidativo, e que traduz a importância da Eclusa de Tucuruí e as Eclusas do Estreito e Lajeado para que nós possamos viabilizar mais de 700km de navegação no rio Tocantins.

Nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Donizete Tokarski, Diretor-Presidente da Ecodata para o seu questionamento. Tem V. Sa. a palavra.

SR. DONIZETE TOKARSKI: Obrigado, Sr. Senador, Sr. Presidente Leomar Quintanilha. Gostaria de parabenizá-lo por essa iniciativa, juntamente com o Dr. José Machado para dar à sociedade conhecimento dos trabalhos realizados pelo Governo.

E a bacia do Tocantins Araguaia pela importância já demonstrada, traz para todos nós aqui uma preocupação muito grande de como utilizar melhor os recursos hídricos da região. E pelo que pude perceber aqui pela apresentação do Dr. Machado e o Dr. José Luiz, ficou bastante claro que o plano, segundo as

palavras do Dr. José Luiz, traz o diferencial entre os dois rios Tocantins e o rio Araguaia que são rios distintos. E nós estamos diante de uma situação de análise pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos de uma resolução que trata das unidades da gestão de recursos hídricos, aonde da forma que está proposta ainda trata do rio Tocantins e Araguaia como unidade única de gestão de recursos hídricos, e pelo que nós vimos aqui é extremamente importante diferenciar o rio Araguaia do rio Tocantins. Então, a gente gostaria com saber do Dr. Machado de como está sendo o encaminhamento dessa questão das unidades de gestão de recursos hídricos, exatamente para possibilitar essa gestão diferenciada de cada um desses rios que verificamos aqui. E também mostrar à população, pela iniciativa que está sendo feita aqui, a importância do Governo, dos governos estaduais e aqui, muito bem representado, os governos do Tocantins e do Pará, sinto falta dos representantes até aqui do Distrito Federal e do próprio Governo do Estado de Goiás para debater essas questões para que a gente possa incrementar a criação do Comitê de bacia do Tocantins-Araguaia e também diferenciando daí a questão do rio Araguaia e do rio Tocantins, e até pela demonstração também do Dr. José Luiz, quando colocou aqui a questão do nordeste de Goiás e do sudeste do Estado do Tocantins, que é a bacia do Alto Tocantins, um diferencial muito grande pelos sérios problemas de escassez de água na região. Então, de viabilizar a criação desses comitês. Tanto é que nós estamos organizando agora no dia 18 e 19 de junho, na Câmara dos Deputados, aqui no auditório Nereu Ramos, juntamente com a Frente Parlamentar Ambientalista e demais instituições, um seminário que vai debater sobre a questão da gestão de recursos hídricos e a conservação do cerrado, onde o Dr. Machado já confirmou a presença. E a gente agradece, inclusive, pela oportunidade de tê-lo, mais uma vez, debatendo essas questões. Porque nós entendemos que a bacia do Tocantins-Araguaia é extremamente grande, como já foi apresentada aqui, e é preciso estabelecer mecanismo de gestão diferenciada em função das suas características regionais.

Então, diante disso a gente faz um apelo ao Dr. Machado para que trate dessa questão das unidades da gestão de recursos hídricos de uma maneira diferenciada aqui na bacia do Tocantins-Araguaia.

E, mais uma vez, cumprimentar, Sr. Senador, pelo importante debate que está sendo feito aqui para tratarmos, com seriedade, a gestão dos recursos hídricos da bacia Tocantins-Araguaia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição, Dr. Tokarski.

E eu queria propor, como nós temos apenas mais dois inscritos, e nós ouvíssemos os seus questionamentos para que então os representantes da ANA e do Ministério se manifestasse.

Passo a palavra, então, ao Dr. Demétrios Christofidis, especialista em infraestrutura do Ministério da Integração Nacional.

SR. DEMÉTRIOS CRHISTOFIDIS: Muito obrigado. Na realidade, parte da minha pergunta foi comentada pelo próprio Senador Gilberto Goellner. E eu queria me referir e, primeiro, parabenizar ao Sr. Senador Quintanilha por esta Audiência Pública e parabenizar a Agência Nacional de Águas pelo trabalho que fez e a equipe técnica do Dr. José Luiz, representando aqui toda a equipe que a gente acompanhou e sabe da importância e da profundidade que o trabalho apresenta.

A minha colocação é simples, já que houve um comentário anterior sobre exatamente o grande mérito do plano que é de trazer uma nova forma necessária à gestão dos recursos hídricos que é a gestão integrada e sustentável através do olhar múltiplo e integrado, quanto para os usos, quanto para a oferta de água. E já que nós vimos que o mérito do plano é levar essa condição, e mostra a necessidade num campo essencial que é o campo da integração do transporte aquaviário, o uso da água mais diretamente pelos pescadores, e também para a geração de energia, como está acontecendo, e as figuras mostradas na concepção na Eclusa de Tucuruí esclarecem o quanto uma eclusa é importante para o nosso modelo de desenvolvimento.

Eu perguntaria como é que essa Audiência Pública pode viabilizar a construção das duas outras eclusas que faltam que é de Estreito e Lajeado. Então, de que forma os Senadores e o Congresso pode auxiliar a que essas duas eclusas importantes para o desenvolvimento regional e sustentável de Lajeado e Estreito sejam também executados?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. Demétrios.

Eu registro a presença aqui entre nós do competente Dante Scolari, um dos precursores da Embrapa.

Tenho a honra de passar a palavra ao Senador Carlos Patrocínio que dividiu comigo, durante muito tempo, a responsabilidade de representar o Estado do Tocantins, e o fez com raro brilho, com elevado espírito público, com muita determinação, honrou e dignificou o povo tocantinense que lhe confiou essa representação, e era aqui dentre outras tarefas um defensor ferrenho e inconteste da Eclusa de Lajeado, agora a briga continua pela Eclusa do Estreito, já que a de Tucuruí está quase pronta.

Tenho a honra de conceder a V. Exa. a palavra.

SR. CARLOS PATROCÍNIO: Agradeço, penhoradamente, essa manifestação de amizade de V. Exa. Quero cumprimentar toda a Mesa e os participantes desse maravilhoso evento.

Quero dizer que quando chegamos ainda jovem na cidade de Araguaína, eu cheguei e já encontrei V. Exa. lá. E eu demorei dez horas para chegar no rio Araguaia, numa distância de pouco mais de 100km, consegui pegar dois peixes maior que V. Exa. pirarucu. E aí eu falei: "Esse é o lugar que eu vou edificar a minha morada". Posteriormente, nobre Senador, a gente lutou para que esse Estado fosse criado, e hoje é uma realidade. E eu quero aqui cumprimentar esta Audiência Pública, sobretudo, o Senado Federal por ter criado, recentemente, esta Comissão. Eu vejo ali que só quem já a presidiu foi o Amir Lando, Ney Suassuna e agora V. Exa., portanto, ela é muito nova, mas ela é muito oportuna, muita tempestiva, e eu tenho a certeza de que daqui haverá de sair os rumos para que nós possamos desenhar um novo Brasil.

Quero dizer a V. Exas. aqui presentes, que eu participando de uma comissão parlamentar criada aqui no Senado, eu estive lá em Tucuruí 1996, e achei um absurdo aquilo que se estava perpetrando contra o País, contra a navegação do rio. Começaram a fazer uma eclusa e deixaram para lá. Então, eu elaborei o projeto de lei que hoje leva o nome Projeto de Lei 3.009 de 97, ele está na Câmara dos Deputados, ele foi escoimado, recentemente, pelo presidente e relator do projeto, Presidente da Comissão de Viação e Transporte que é o ex-Ministro Eliseu Padilha, e agora ele está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sob a relatoria do Deputado Arnaldo Jardim de São Paulo.

E eu gostaria de pedir a V. Exa. e aqueles todos que possam nos ajudar porque, recentemente, o Senado Federal aprovou um novo projeto similar, de autoria da lavra no nobre Senador Eliseu Resende. O meu projeto foi elaborado em 96, e eu acho que nós poderíamos trabalhar para apensar os dois projetos, para que eles conseguissem tramitar com a maior celeridade.

Então, eu gostaria de enaltecer isso, eminente presidente desta Comissão. Eu acho que o Tocantins, o Estado do Tocantins, o nosso governo, o nosso governador demonstrou o seu interesse por esta Audiência Pública, tanto é que aqui estão presentes três Secretários de Estado, o secretário de planejamento, o secretário de recursos hídricos e meio ambiente, e eu também que defendo essa bandeira da eclusa e da navegabilidade nos nossos rios. Os motivos já foram demonstrados aqui por todos os palestrantes que nos antecederam.

Então, eu gostaria de solicitar a união de todos nós para que nós não permitíssemos que conclua a hidrelétrica do Estreito sem fazer uma eclusa. Peço o apoio da ANA, eu sei que já está ajudando muito e posso assegurar que já estive na presença de todos os interessados. A última audiência que eu fui foi com o nosso querido colega e hoje Ministro Edison Lobão. E eu vejo com o contentamento que hoje já existe uma integração das diversas instituições, dos diversos ministérios, da Integração Nacional, de Minas e Energia, Ministério dos Transportes, que já tive oportunidade também. E quero ressaltar também uma participação muito positiva do Ministro Mangabeira Unger que tem defendido também o desenvolvimento da nossa região.

Portanto, eminente Senador Leomar Quintanilha eu quero que V. Exa. me ajude. Vamos ter uma conversa com o Senador Eliseu Resende para que nós possamos apensar os nossos dois Projetos de Lei para que ele possa ter mais celeridade na tramitação, e todos nós aqui continuemos a fazer, a exigir das nossas autoridades do caso o Guerra, por exemplo, que e o sub-Secretário da nossa representação, já teve oportunidade de falar até com a mãe do PAC, a Ministra Dilma Rousseff e todo mundo se mostra receptivo de fazer e construir essas eclusas. Não sei o que é que está faltando. Os organismos multilaterais, tipo Banco Mundial que a gente tem conversado, se interessam por fazer uma PPP, arranjar as empresas para que se possa construir essas eclusas em nosso País. E, com certeza, o Brasil, ainda mais com esse plano estratégico, muito bem elaborado, a ANA está muito bem entregue ao Dr. José Machado, ao Deputado José Machado e seus técnicos, está muito bem entregue, talvez era a melhor maneira de responder até a pergunta do eminente Senador do Mato Grosso, é porque agora tem gente trabalhando nesse sentido, que é a exigência de se fazer o uso múltiplo das águas, conforme nós votamos a Política de Recursos Hídricos em 1997 e também desde o Código das Águas de 1934 existe essa exigência.

Então, gostaria de cumprimentar todos que estão aqui presentes e dizer que parece que agora nós vamos ter aquilo que o Dr. Machado falou, quando nós nos encontramos aqui hoje. O Plano é muito bom, mas tem que ser executado.

E eu, para terminar, gostaria de fazer uma pergunta, quando nós estávamos analisando a questão da transposição das águas do rio São Francisco, nós do Tocantins apresentamos uma sugestão que seria inverter o fluxo parcial das águas do rio Sono. E eu

pergunto se não existe algum estudo da ANA ou do outro órgão nesse sentido?

Muito obrigado por essa oportunidade, eminente Sr. Senador Leomar Quintanilha. E eu cumprimento, mais uma vez, o Estado do Tocantins, por V. Exa. estar nessa presidência e o Senado Federal pela criação desta Comissão de importância incomensurável para o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Patrocínio. V. Exa. continua com a verve cheia de entusiasmo, e ainda nos estimulando a todos a nos unirmos e continuarmos nessa luta enorme de fazer com que esse novo Brasil, esse centro-norte brasileiro, efetivamente, aproveite o enorme potencial que tem, e possa atender a sua população e promover o seu desenvolvimento social, como todos nós almejamos.

Eu registro, como muita alegria, a presença do eminente Deputado Pedro Wilson do nosso querido Estado de Goiás. Eu não sei se gostaria de fazer algum questionamento. V. Exa. chegou já um pouco depois, mas tem conhecimento de que está aqui a Agência Nacional de Águas, apresentando um plano estratégico de desenvolvimento das bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Araguaia que tem influência, muito grande, no Estado que V. Exa. representa na Câmara dos Deputados. Tem V. Exa. a palavra.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): Bom-dia a todos e a todos os presentes. Bom-dia, Presidente. Parabenizo-o pela realização desta Audiência Pública. Parabéns Senador Leomar Quintanilha que é do nosso Tocantins que é o Estado gêmeo de Goiás que tem o privilégio de ter metade do Tocantins como Goiás e ter metade do Araguaia também como Goiás, além, do Mato Grosso e outros Estados. Quero também saudar o ilustre Senador que honrou muito esse Senado, Carlos Patrocínio que representa hoje o Estado do Tocantins, o Governador Marcelo Miranda, diretores aqui da ANA, meu colega, meu líder, José Machado que teve o privilégio de ser um dos proponentes, um dos realizadores do Comitê de Bacia do rio Piracicaba, que a gente conhecia só pela música caipira, e lá em São Paulo o pessoal gritando lá, se bem que a pamonha melhor é de Goiás, mas tinha um carrinho lá em São Paulo que gritava: "Pamonha de Piracicaba".

Sr. Presidente, eu peço desculpas e saúdo todos os presentes por esta audiência. Eu costumo dizer, Presidente, além da luta do cerrado, nós precisamos considerar o cerrado, a caatinga e o pampa como bioma nacional, porque a Constituição de 88 colocou a Amazônia, colocou a Mata Atlântica, e ontem e hoje temos a ampla reportagem sobre a questão da Mata Atlântica e o Pantanal, ficou fora o pampa, porque muita gente achava que o pampa era uma continuidade da Mata Atlântica, mas agora, hoje, é reconhecido como em ecossistema, tão importante como os outros. Também a caatinga que é um bioma único no mundo, já está sendo devastado pela segunda vez, uma vez na época colonial e agora novamente. Nada contra a agricultura familiar ou até o agronegócio, mas nós temos que respeitar, e o cerrado que são dois milhões de km2 presentes e que honra Goiás, Tocantins e outros Estados, e é o bioma que tem 2/3 das águas do Brasil, alimenta o São Francisco, a bacia do São Francisco, alimenta a bacia do Paranaíba. E quero aqui parabenizar já o nosso José Machado e a ANA toda por ter essa ousadia, é o primeiro Comitê de Bacia de rio federal que está entre Goiás, Minas, Mato Grosso do Sul e vai até Rosário lá na Argentina. Nós não vamos fazer nenhum projeto e nem intervir na Argentina. Mas as águas que eles bebem lá saem aqui do rio Meia Ponte, do rio Corumbá, então nós temos ai.

E o outro, essa que é a pauta de hoje, a discussão do rio Tocantins e Araguaia que também alimenta a Amazônia. Então, por isso que Brasília é chamada a caixa d'água, porque aqui é chamado também as águas emendadas, as águas que saem daqui vão para diferentes bacias, e aí então o cerrado, os sertões, ou savana, o conceito maior ou melhor, cada autor diz aí, há uma briga. Quer dizer, então, o cerrado, o senhor sabe bem que em Goiás e Tocantins era considerada uma coisa, inclusive, preconceituosa que era uma terra que se vendia fazenda, eu sou da roça. Então o pessoal vendia fazenda, cerrado pode entrar como... Mas a tecnologia, a partir dos anos 70, principalmente, do pólo centro que teve aspecto positivo e negativo, mas ele desencadeou a ocupação mais forte do cerrado, e hoje nós somos celeiros do Brasil e do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sobretudo, com o trabalho extraordinário da Embrapa.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): Embrapa. E a Embrapa que veio e trouxe a pesquisa, porque sem pesquisa... Agora nós fortalecemos, me permita a expressão, fortalecemos demasiadamente a pesquisa boa, hoje nós temos em cada lugar onde está a Embrapa tem pesquisa para aquela região, inclusive, do cerrado.

Mas Sr. Senador, eu faria um apelo aí, Senador Carlos Patrocínio, o Governador e também a V. Exa., que nós tivemos um desdouro que foi acabar com a extensão rural, no Brasil, tem alguns Estados ainda com ações da extensão. Por que o que é que adianta a pesquisa se nós não temos extensão para levá-la? E você sabe o papel importante que foi a extensão rural em Goiás e Tocantins, em Minas Gerais onde surgiu,

São Paulo nós tivemos outro modelo, mas tivemos lá... Com o término da Embrater muitas empresas, a Car, a Emater e outros nomes, o nome não importa, mas o nome aí também funcionou para acabar. E a extensão com a universidade, com a Embrapa que possibilitou essa revolução verde que a gente ouvia muito falar lá do outro lado, inclusive, com o Prêmio Nobel, mas a gente está com ela aqui no Brasil. E como eu vou numa churrascaria lá em Goiânia, tem garçom que vem tem e fala: "Olha, tem essa picanha maturada da Argentina". Agora estão falando de um bife da Austrália. Eu falo assim: "Não, eu quero carne aqui do Goiás, do Brasil, que a melhor carne do mundo é aqui". Mas a da Argentina também é gostosa. Nós discutimos não só futebol, mas disputamos tudo, brasileiro e argentino disputa qualquer coisa, até uma propaganda da Tigre que já coloca a questão da nossa briga. Mas isso faz bem, e o Presidente Lula tem sabido trabalhar bastante com a Argentina, porque nós saímos de um patamar de negócio com a Argentina de dois, três bilhões, hoje nós estamos com 12, 15 bilhões, num montante de 30 bilhões de negócio entre a Argentina e o Brasil que isso ajuda o País.

Mas desculpa, e aí eu queria centrar nessa questão básica, e quero parabenizar o Dr. José Machado, não só por ser colega, mas eu tenho acompanhado a evolução da ANA. Tem se criticado muito, no Brasil, essa questão das agências, mas uma agência que deu certo foi a ANA, e precisavam disso. Mais do que isso, mais do que ela ficar pensando, hoje há uma gestão, um projeto de gestão das águas no Brasil. Tem gente que fica com medo de gestão: "Ah, porque vai cobrar a água, porque vai controlar". Nós temos que controlar, Presidente. O Século XX, o tema do Século XX não é petróleo, o tema do Século XX vai ser água no mundo. Século XXI. E se nós não olharmos isso agora nós vamos pagar um preço lá na frente, como agora, se nós não olharmos o cerrado agora, daqui a 100, 200 anos nós vamos ter um preço diferente, como a Mata Atlântica, que hoje é o dia do aniversário da Mata Atlântica está pagando o preço. Hoje ela tem de sete a 10% de cobertura original que chega até Goiás, chega até o Tocantins, alguns capões ainda tem aí.

Então, eu quero aqui parabenizar V. Exa., parabenizar a ANA, por esse Ministério do Meio Ambiente, por esse esforço de transformar a área de regulação numa área de gestão, e, mais ainda, com os Estados e Municípios.

Sou testemunha viva do esforço da ANA de trabalhar com o Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais na questão do Comitê de Bacia do rio Paranaíba. E aí vem uma discussão. Nós temos o Comitê do rio Paranaíba, um rio, hoje, importante, do ponto de vista estratégico do País, com usinas, com lagos, com irrigações, com lazer, com turismo; tudo isso envolve, mas tem que ter gestão, senão daqui a pouco, porque a água é muito sensível à poluição, principalmente, os lagos, se a gente polui depois o processo fica muito mais caro. Concordo, plenamente, com o Senador Carlos Patrocínio, aliás, foi um dos erros nossos o desenvolvimento das hidrelétricas, elas tiveram erro, desde não ter escada para peixe, desde não ter eclusa para dar navegabilidade extraordinária, que é importante para o Brasil nas áreas que é possível ter e as eclusas amplia. Nós temos dois rios em Goiás, no Brasil, e em Tocantins, que é o Araguaia e Tocantins, o rio Tocantins é um rio mais velho de caixa, um rio extraordinário, e tem o rio Araguaia. Mas eu faço essa pergunta, mais uma vez, ao presidente da ANA, a ideia de Comitê de Bacia, nós temos que estender mais a política de Comitê de Bacia. Em Goiás nós temos vários rios e temos só um Comitê de Bacia, e, assim mesmo, sem ainda elementos que é o rio Meia Ponte, 2/3 da economia de Goiás está em torno do rio Meia Ponte. No entanto, esse rio está poluído, principalmente, na região metropolitana de Goiânia, tem estação de tratamento, mas ela não é bastante, mas não é só a questão da poluição. O Comitê de Bacia é uma verdadeira assembleia popular na representação da indústria, do comércio, do ambientalismo, da universidade, dos poderes municipais e estaduais para gestar, de gerir o que é que a água vai ser utilizada ou que pode ser utilizada.

Então, eu acho que nós temos que ampliar a criação de Comitê de Bacia, não é fácil, porque nós não temos uma cultura extraordinária, temos dois grandes comitês do Paraíba do Sul e do Piracicaba que a gente já sente que está lá na frente. Nós estamos aprendendo. Mas eu pergunto: Nós vamos ter na Amazônia só um Comitê de Bacia para todos os rios da Amazônia, com a grandeza do rio Tocantins que dá até o nome do Estado? Ou da grandeza do rio Araguaia que é completamente diferente do rio Tocantins? O rio Araguaia com os nossos mato-grossenses, tocantinense é o rio mar nosso. O que é que significa uma usina, por exemplo, na região do Encantado ou na região de Santa Isabel ou essa questão da própria Usina do Estreito? E quero dizer ao Senador Carlos Patrocínio que existe o estudo. Na época que era deputado aqui antes havia uma discussão da transposição das águas, todo mundo fala transposição de rio São Francisco, onde há muito mais elementos emotivos do que racionais na discussão da transposição. Se a água vai para o mar, nós podemos tirar um pouco dela e levar para outros Estados, como a Paraíba, o rio Grande do Norte e o próprio Ceará, e podemos ter aí nessa gestão uma melhoria da distribuição da água naquela região. É

uma coisa, hoje, polêmica, vai de questão religiosa à questão de recuperação do rio São Francisco. Mas naquela época eu procurei um engenheiro que tem em Furnas, e ele estava sediado em Goiânia, não sei se está ainda hoje lá, e ele tinha um estudo, Senador Carlos Patrocínio, de que não deveria ser o São Francisco, mas que poderia ser o rio Sono ou o próprio Tocantins, na região que ele já vai para juntar com o rio Araguaia e formar todo aquele caudal. Então, tem vários estudos no Brasil, e ele colocou, fez a exposição, nós o trouxemos aqui em Brasília, e ele fez mostrando que poderia recuperar no Maranhão, passando pelo Piauí e indo para o Ceará, também para o rio Grande do Norte e a Paraíba que são os Estados.

Então, eu acho que, às vezes, tem muitos estudos no Brasil. Quando estava discutindo a questão do Comitê de Bacia do Paranaíba numa Audiência Pública, descobri lá no rio Verde, na região sudoeste de Goiás, que tinha um professor da universidade, professor, doutor até sobre o Paranaíba e nós, e ele também não tinha participado de nenhum debate. E aí vem aquela questão também da universidade que, às vezes, faz uma tese belíssima, mas também não comunica, e aí volta à questão da pesquisa e da extensão, esses conhecimentos para nós termos não experiências quaisquer, mas experiência que leve à gestão das águas no Brasil, seja água estadual ou federal, que ela possa envolver o município, porque, na verdade, a água existe lá no município, lá na beira da cidade, e, muitas vezes, a cidade está alheia a um Comitê de Bacia que está dentro lá e tem os problemas.

Então, eu quero aqui também chamar atenção. Permita-me, Presidente e nosso líder José Machado, essa questão da discussão no CONAMA e a discussão no Ministério do Meio Ambiente, aí tem com o Ministro Minc, já colocamos isso para ele, essa questão dessa ideia, eu confesso que não tenho todos os elementos, mas uma ideia que, às vezes, pode ser brilhante no sentido de ter um Comitê da Amazônia para centralizar e realizar uma gestão melhor das águas, mas eu só coloco essa questão, veja bem o problema que nós podemos ter uma gestão em que um rio, dois rios próximos que se encontram, como o Araguaia e o Tocantins, podemos ter, às vezes, medidas boas, mas que tem um caráter completamente diferente. O rio Tocantins, a questão das usinas, ele é um rio de cava funda, é um rio de cachoeira, é um rio que então permite colocar mais usina, gerar energia limpa para o Brasil. Já no Araguaia é diferente. Imagino até que quem vai reclamar muito é o Estado do Mato Grosso, porque Goiás tem um pouco mais de elevação. Então, nós vamos inundar de 40 a 50km no Estado do Mato Grosso, dado o desnível que tem de uma... Se bem que tem estudo também agora de usinas mais voltadas para o leito do que para o lago. Tem essas tecnologias que a gente tem que saber adequar.

Então, peço desculpa, me alonguei. Quero convidar V. Exa., Senador Leomar Quintanilha e todos os presentes para um seminário que nós, na Câmara, no Senado vamos realizar no próximo mês discutindo com a Ecodata, com as ONGs, com a ANA discutir o Comitê de Bacia, o que é significa o rio das Almas, o rio Maranhão, o rio Tocantinzinho, o que é significa a Serro da Mesa, Canabrava, o que é significa essas usinas, a Usina Luiz Eduardo Magalhães, o lago extraordinário da nossa querida Palmas, o que é que significa... O Estreito. Não só a questão das eclusas, Senador Carlos Patrocínio, mas a questão indígena, porque quando a gente fala questão indígena tem gente que arrepia, porque tem um interesse, nós temos que respeitar a cultura indígena, eles são os pais da pátria, vamos dizer assim, agora com respeito ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Por isso quero saudar a todos, saudar a ANA, saudar o dia 05 de junho, agora que é o Dia Mundial do Meio Ambiente, e pedir o apoio para aprovar a PEC nossa e de outros Deputados na Câmara, do Senador Demóstenes que falou para mim, eu acho que posso falar isso publicamente, que quando não era prefeito de Goiânia ele também fez uma PEC e está em tramitação no Senado para considerar o cerrado, e eu coloquei também a caatinga, e agora fiz também uma PEC e quero que ela seja votada junto, do pampa considerando bioma nacional. Não vai engessar nada, vai é ajudar a regulamentar. A gente vê quanto de recursos que tem a Mata Atlântica e quanto de menos recursos que nós temos nas regiões aonde nós não temos regulamentação, não temos rubrica orçamentária, não temos política. Sei que o Ministério do Meio Ambiente tem feito muito pelo cerrado, mas nós precisamos dele como bioma e mais programa.

Muito obrigado a V. Exa. Parabéns, e peço desculpa, parabéns à ANA. O questionamento é no sentido de que a gestão de águas já começou no Brasil e nós queremos como planejamento estratégico que nós possamos passar gerações, Deputado José Machado, eterno deputado, nosso líder. Passar gerações, nós não fomos omissos sobre a questão de gestão de água no Brasil, porque daqui a 30, 40, 50 anos, nós temos que olhar longe, o debate sobre as mudanças climáticas envolve diretamente a questão das águas. É ela que vai dar o sinal positivo ou negativo da nossa presença nesse tempo, nesse planeta azul de Deus e da humanidade que quer uma vida melhor. Muito obrigado, saúdo todos os presentes e V. Exa. e parabenizo. É isso que o Brasil tem, muitas vezes, olha o

Senado e a Câmara e acha que a gente não trabalha ou que a gente não faz, eu acho que... E, muitas vezes, nas Comissões, Senador Quintanilha, no sei aqui no Senado, mas lá na Câmara tem muitas comissões que trabalham e muito, mas, muitas vezes, a mídia só olha um momento lá no plenário. Nós dizíamos, para concluir mesmo, que lá no plenário, o Deputado José Machado também lembra que tem o chamado oito segundos de prestígio. Então, o Deputado fica ali em pé no corredor porque é a hora que ele vão tirar fotografia e ver quem está no Plenário ou quem está presente. Então, são oito segundos e, às vezes, a gente fica seis horas ou como está aqui, já muitas horas trabalhando para discutir a questão da água, e eu vejo como importância, Deputado José Machado, Presidente, que a importância desse debate dos Comitês de Bacias e o debate para todo o Brasil. Muitos governos estaduais. Parabéns o Governador Marcelo Miranda, mas muitos governos não dão atenção à questão da água, acham que é uma coisa recorrente, que a água é infinita, que ela está ali, vai estar... Uma vai embora para o mar, mas vai estar mais. Mas será que vai mesmo? Essa é uma indagação e nós temos aqui. Parabéns ao Senado e a V. Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a valiosa contribuição do Deputado Pedro Wilson.

E eu passaria a palavra imediatamente ao Presidente da Agência Nacional de Águas para responder os questionamentos levantados. Tem V. Exa. a palavra.

SR. JOSÉ MACHADO: Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Primeiro queria cumprimentar o Donizete, homenageá-lo também pelo trabalho, pela militância que tem nesse tema, a sua defesa recorrente do nosso Sistema de Recursos Hídricos, sobretudo, da bacia do Araguaia-Tocantins. Estou de acordo com V. Sa. de que o Araguaia-Tocantins tem que ter uma abordagem diferenciada e nós temos que ter a sabedoria no momento que vamos implementando a gestão, saber fazer isso de maneira adequada. E eu espero que as diretrizes que emanarem do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deem conta dessa visão e que está perfeitamente contemplada, é uma visão nuclear do Plano que aqui está sendo discutido. Concordo que nós temos que fazer um esforço grande para popularizar esse debate, levarmos esse debate aos mais remotos rincões deste País ou desta região, isso é uma tarefa de todos nós, cada qual com o seu grau de responsabilidade e de inserção, e nós queremos debater esse tema, estamos trazendo aqui ao Senado, graças a uma solicitação do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, mas nós gostaríamos, Deputado Pedro Wilson, de levar esse debate também para a Câmara dos Deputados, estamos aguardando o convite para levarmos esse debate à Câmara dos Deputados. E queremos peregrinar pelos Estados, temos conversado o Senador Carlos Patrocínio, temos conversado com alguns nossos interlocutores, o meu companheiro Hamilton que está aqui, da nossa assessoria que é oriundo dessa região, tem feito um trabalho de buscar essa articulação exatamente para que a gente possa levar essa discussão envolvendo todos os atores nesse debate.

Com relação à viabilização dos comitês, nós entendemos que os comitês são realmente indispensáveis, e nós precisamos materializá-los, isso depende de muitos fatores que nem sempre estão disponíveis e nem sempre estão à mão imediatamente, nós temos que construir. Eu entendo que o esforço que a sociedade está fazendo, que a ANA está fazendo e que os órgãos gestores estaduais estão fazendo conduzirão, inexoravelmente, a construção do Comitê do Araguaia, o Comitê do Tocantins, um comitê de integração do futuro. Qual é esse futuro? Quando vamos ter isso? Só o tempo dirá. Vai depender muito do nosso esforço, da nossa dedicação, e eu entendo que isso está na ordem do dia.

O nosso Plano estabelece esse horizonte, nós estamos propondo, imediatamente, um colegiado envolvendo os Estados, a União, para que a gente comece a construir uma governança nessas bacias e nós vamos preconizar a edição de um decreto que institua imediatamente essa governança para que a gente comece, e aí nós vamos, em algum momento, nós vamos desembocar nos esforços que a sociedade vem fazendo. E quando que é esse momento? Não dá para gente definir a priori, mas isso é inevitável que nós vamos desaguar nos esforços que a Ecodata vem fazendo, que outras instituições vêm fazendo, para que a gente tenha condições de criar um comitê robusto, sólido e que possa fazer a boa gestão dessas águas.

Meu amigo Demétrios Christofidis, um parceiro, tem dado uma grande contribuição como técnico, como também componente do Ministério da Integração Nacional. Queria lhe dizer, caro Demétrios que essa audiência é impulsionadora desse processo, essa audiência pública se inscreve de maneira vigorosa nesse processo de construção.

Eu disse no início, na minha fala, eu identifico nesta Comissão e, em particular, no Senador Leomar Quintanilha uma parceria duradoura, e eu tenho a expectativa de que o que estamos fazendo aqui não se restrinja a esta audiência. Nós precisamos descobrir e eu espero que esse diálogo conduza a nós podermos identificar outras ações combinadas, articuladas que sejam capazes de levar aos tomadores de decisão, no

momento adequado, para que a gente consiga viabilizar essas infraestruturas que integrem os usos da água.

É importante dizer que daqui a algumas horas, daqui a poucas horas nós estaremos reunidos no Ministério do Planejamento, onde estamos tentando viabilizar um grupo de trabalho interministerial envolvendo as várias áreas com o objetivo de viabilizar a integração das políticas setoriais. Eu tenho sido, não eu, mas a minha instituição, a instituição da qual eu hoje faço parte, a Agência Nacional de Água, mas não só a ANA, outras instituições, V. Exa. está envolvido nesse processo, a Agência Nacional de Transporte Aquaviário, vários Ministérios, nós estamos trabalhando com o objetivo de fazer com que se amadureça essa necessidade que o setor elétrico quando planejar os seus empreendimentos considere o interesse dos outros setores, e é preciso que a área de transportes também se robusteça para, também, ir ao encontro a esse ideal que nós estamos construindo de integração das políticas setoriais. Inequivocamente no rio Tocantins, como nós vimos aqui, essa integração é absolutamente indispensável, é inaceitável que o País, o nosso País, a essa altura dos acontecimentos, ainda não consiga viabilizar a integração das políticas. Então, a ANA dentro das suas prerrogativas legais está se habilitando, cada vez mais, a construir marcos regulatórios que coloquem como absolutamente indispensável que os empreendimentos hidrelétricos contemplem o uso múltiplo das águas, sobretudo, a questão do transporte hidroviário.

Nós estamos nesse momento buscando essa articulação, e estamos criando esse marco regulatório de tal modo que nenhuma outorga, no futuro, será dada sem que se verifique essa perfeita integração. Isso é um processo de amadurecimento técnico e institucional, e eu acredito que nós estamos no limiar de uma mudança de paradigma, eu estou certo de que estamos no limiar de uma mudança de paradigma, e esta Casa, o Senado, esta Comissão, a Comissão de Meio Ambiente do Senado e essas Comissões da Câmara podem dar esse respaldo para que nós tenhamos condições de exercitar plenamente essas prerrogativas, e eu estou certo de que vamos, claro, esses empreendimentos estão em andamento, nós estamos correndo atrás, nós estamos indo a reboque, mas haverá um momento, e acho que esse momento está pronto para ser consolidado de que nenhuma usina, claro, que não é em qualquer lugar, evidentemente, dependendo do planejamento, na medida em que o planejamento indique a necessidade da navegabilidade nós não poderemos mais tolerar no futuro que o empreendimento hidrelétrico se dê sem que a eclusa esteja também viabilizada. Eu acho que isso é um imperativo do Brasil que nós queremos construir e nós estamos aptos a exercitar esse processo.

Senador Carlos Patrocínio, o senhor tem sido um interlocutor privilegiado da Agência Nacional de Águas, e eu quero agradecer a sua presença e a sua participação nesse debate. Certamente, o seu Projeto de Lei nós também preconizamos que ele seja apensado ao outro projeto, queremos melhorar esses dois projetos num substitutivo, eles dois oferecem os elementos essenciais, mas nós podemos agora, graças ao amadurecimento técnico e institucional dos últimos tempos nós temos condições de agregar algumas outras características a esses projetos de tal modo que em breve nós teremos, se tudo correr bem, uma lei que seja capaz de garantir a integração dessas políticas de geração de energia e de navegação. Estou certo disso e quero parabenizá-lo pelo esforço que o senhor teve como Senador e hoje como Secretário de Estado.

Quero avaliar aqui com o Senador Quintanilha e com esta Comissão que é preciso identificar no Ministro Carlos Minc, hoje, um interlocutor e um aliado importante desse momento que nós estamos vivendo. O Ministro Carlos Minc tem dito, e é preciso que haja uma iniciativa em relação a ele, de que hoje a hidrovia é um modal de transporte superior aos outros modais, do ponto de vista ambiental, e que, portanto, fazer uma alteração significativa na matriz do transporte brasileiro para viabilizar as hidrovias que estamos preconizando, hoje tem o apoio do Ministro Carlos Minc, e esse apoio do Ministro do Meio Ambiente é fundamental, foram mencionados outros Ministérios, mas, por favor, não deixem de considerar um parceiro estratégico, o Ministério do Meio Ambiente, eu digo isso porque tenho conversado, nos últimos tempos, de maneira recorrente com o Ministro e ele tem dito, também, em várias oportunidades que ele é um defensor das hidrovias, e portanto, é uma oportunidade que se busque agora com o Ministro Carlos Minc essa aliança.

Desconheço, Senador Carlos Patrocínio, qualquer cogitação em relação à inversão do rio do Sono, nós queremos é preservar o rio do Sono, não queremos que nenhuma intervenção desvirtue e degrade o rio do Sono, portanto, essa é uma diretriz do nosso Plano, agora eu desconheço qualquer projeto de inversão do rio do Sono, pelo menos, não está sob a análise nossa, da Agência Nacional de Águas, não nos chegou ao conhecimento essa proposta.

Deputado Pedro Wilson, muito obrigado pelas suas palavras. É sempre um privilégio ouvi-lo, conhecedor que sou, desde o tempo que fomos colegas na Câmara dos Deputados, do seu interesse desse tema. Como o senhor muito bem disse, o tema da águas é um tema estratégico para o País, sobretudo, neste

século onde a escassez de água vai se transformar num fato do cotidiano das populações. E nós temos que saber cuidar bem das nossas águas. Felizmente, o Brasil acordou tarde, mas acordou. Eu costumo dizer que a nossa lei é uma lei tardia, nós acordamos muito tarde. Se nós tivéssemos uma política de águas há 50 anos, claro, que eu estou também sendo muito exigente, mas vamos admitir que tivesse uma lei de águas, como a que temos hoje, há 50 anos nós não estaríamos na situação que estamos hoje. Seguramente não estaríamos.

Como disse o meu colega José Luiz, esse plano é um plano de precaução, também, porque diferentemente das bacias, como da minha região do Piracicaba que está totalmente degradado, a bacia do Araguaia-Tocantins, não. Existe um processo de degradação, o modelo hoje é insustentável, mas nós temos tempo, temos condições de garantir através da boa gestão e do planejamento a sua sustentabilidade. Podemos construir isso. Nós temos que formar opinião e aí o Donizete tem razão, nós temos que formar opinião, temos que impactar o processo de decisão. E eu fico muito feliz, Senador Carlos Patrocínio, porque neste plano estão incorporadas as visões dos governos estaduais, elas não são contraditórias com as expectativas dos governos estaduais, o que nós precisamos fazer agora é juntar força.

Eu queria mencionar aqui que eu apresentei, eu e meus colegas da ANA, apresentamos este plano ao Presidente da República, há questão de uns dois meses, o Presidente ficou muito sensibilizado e impactado pela apresentação. E determinou que esse plano fosse reapresentado a ele, só que ele está convocando vários Ministérios para essa apresentação da ANA, porque ele vislumbra, o Presidente da República vislumbra uma ação importante a partir das diretrizes desse plano. Ele conseguiu, o Presidente, no pouco tempo que nós podemos dispor, nós não tivemos esse tempo todo para debater com ele, infelizmente, porque o tempo foi muito pequeno, mas no pouco tempo o Presidente vislumbrou, de pronto, a enorme potencialidade que existe de um planejamento para essa região. Portanto, as condições objetivas estão colocadas, tem uma receptividade do Presidente da República, tem uma receptividade nesta Casa, teve receptividade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos Estados, na sociedade sem considerá-lo um Plano perfeito, mas ele é um disciplinador, ele ordena, ele faz uma proposta de ordenamento e de políticas públicas, perfeitamente, factíveis, desde que haja descortínio, desde que haja visão de Estado. Se nós tivermos uma visão de Estado, eu tenho certeza que nós vamos lograr êxito.

Eu queria, creio que o tempo já vai muito alongado e o Senador Quintanilha tem inúmeras outras atribuições, então, eu gostaria já aproveitar para finalizar a minha participação.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): Senhor, só fazer uma observação, Senador Quintanilha, só fazer uma observação e queria uma resposta rápida, também, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fique à vontade, Deputado Pedro Wilson.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): É uma pergunta e tem me preocupado, e eu não tenho o conhecimento aprofundado. Mas é o uso de águas de aquíferos, nós já até sabemos que tem alguns casos de gente de empreendimentos que tão utilizando a água de aquífero. Se a ANA já tem alguma diretriz, porque, eu acho que é importante, mas é muito perigosa.

SR. JOSÉ MACHADO: Tem. Esse plano faz menção ao fato de que vários municípios dessa bacia já se utilizam de água subterrânea e de maneira, também, sem nenhum planejamento, sem uma gestão adequada, sem um conhecimento muito adequado das condições desse aquífero. São situações muito vulneráveis, de muita vulnerabilidade. E aqui existem, sim, diretrizes que apontam no sentido de se estudar essas questões. Então, nós temos que desencadear trabalhos técnicos, que deem conta de um conhecimento mais adequado dessas potencialidades, e a indicação de medidas que permitam o uso sustentável desses aquíferos.

Nós temos uma visão, genérica e tal de que, em geral, a água subterrânea é sempre uma poupança, é sempre uma reserva que a gente deve guardar para outras épocas, outra etapas do nosso processo. Então, quanto mais a gente puder cuidar bem das águas subterrâneas, sem descuidar das superficiais, porque as duas estão integradas, o ciclo hidrológico íntegra água subterrânea com água superficial, então nós temos que ter uma visão integrada.

Mas, Senador Quintanilha, eu diria que eu concluo então essas minhas respostas, essa minha participação, sem prejuízo, evidentemente, do senhor me fazer questionamentos. Mas eu queria dizer que é um privilégio para a ANA poder vir aqui, sobretudo, sob sua liderança. O senhor sabe, e eu quero reiterar, o carinho que a Agência Nacional de Águas tem pela sua pessoa, para além de outras atribuições que o senhor tem. O senhor tem sido uma pessoa de uma lealdade e de um respeito e um carinho pela ANA [palmas] que nós não sabemos o que fazer para retribuir, e o mínimo que nós fazemos, o mínimo que nós fazemos é atender a sua convocação, e espero que tenha sido do seu agrado, espero que este plano atenda as suas

expectativas. E naquilo que não atender a sua Comissão, o senhor tem todo o direito de nos questionar e de nos ajudar a reorientar esse nosso trabalho. Sem o apoio do parlamento é muito difícil. Eu quero me solidarizar com o parlamento brasileiro que está sob uma fustigação muito grande. Não quero entrar no mérito, porque não é da minha alçada, pelo menos, neste momento, quando fui deputado era da minha alçada, hoje não é mais. Mas como cidadão eu quero trazer a minha solidariedade e dizer que o parlamento brasileiro é indispensável no nosso processo democrático, e tudo que pudermos fazer para valorizá-lo temos que fazer. E aqui esse meu entusiasmo, essa minha emoção é uma forma de prestigiar, também, de ajudar da maneira que eu puder para fortalecer esta Comissão e esta Casa.

Então, com essas palavras, eu encerro a minha participação. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Dr. José Machado. Eu consulto o Dr. Ronaldo Hipólito se gostaria de fazer algumas considerações finais? Não?

Eu lembraria, Senador Carlos Patrocínio, que esta nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo é ainda mais nova do que V. Exa. pode perceber. Nós estamos aqui, esta nossa Comissão não tem sala própria, nós estamos utilizando a Comissão de Meio Ambiente, da qual eu tive a honra de ser presidente por duas gestões, e foi onde nós tivemos a oportunidade de estreitar o nosso relacionamento com a Agência Nacional de Águas, com seus técnicos excepcionais, e com esse homem valoroso que está dando outro sentido da importância dos recursos hídricos no Brasil que é o Deputado Machado. Nós fizemos muitos trabalhos juntos, no Brasil e fora do Brasil.

Recentemente, nós tivemos culminando depois de outras ações em outros países, em Istambul, participando do V Fórum Mundial de Águas e, seguramente, o Brasil não é que não fez feio, não, o Brasil fez bonito levando a sua sólida experiência em termos de gestão de recursos hídricos, e lá dizia o Deputado Machado: "Que nós estamos começando", e é verdade, mas estamos começando, mas já na frente, muito na frente de outros países que ainda não se deram conta de como e da importância de cuidar dos seus recursos hídricos.

Eu creio que nós temos com isso a responsabilidade grande por sermos detentor de 12% dos recursos de água doce do planeta. O Deputado Machado e a ANA tem a consciência plena disso, e é por isso que o trabalho que a ANA vem fazendo precisa ter uma repercussão cada vez maior. Isso que nós estamos fazendo hoje aqui é procurando, porque este programa é gravado e será reproduzido várias vezes pela TV Senado, e já tem muita gente, hoje no Brasil, interessado em acompanhar o que é, efetivamente, discutido no parlamento brasileiro de questões que interessam ao cidadão, de que interessam às comunidades, que interessam ao País e este trabalho é um trabalho que a ANA está fazendo com muito brilho, raro brilho, e esta Audiência Pública será reproduzida no País todo, várias vezes, para que as pessoas se deem conta da importância da água que está usando em casa, para uso humano, para dessedentarão dos animais, para os diversos usos que a água propicia. E nós, lá no Tocantins, temos uma expectativa muito grande, porque nós somos um povo abençoado por Deus. Nós estamos abraçados, protegidos pela bacia desses dois extraordinários mananciais, que é o Araguaia e o Tocantins, nós estamos no coração da bacia, e eu tenho segurança que ela, através do aproveitamento do seu extraordinário potencial nas diversas áreas na navegação, na pesca, na geração de energia elétrica, no turismo, nós, seguramente, estaremos dando, com todo o respeito e contribuição à preservação ao meio ambiente, à população daquela região a oportunidade de uma promoção social de elevação da sua qualidade de vida. Estou seguro que isso acontecerá.

Portanto, meu querido presidente José Machado, como nós já havíamos conversado. Eu gostaria de propor, novamente, a V. Exa. que nós reproduzíssemos esta Audiência Pública lá no Estado do Tocantins, para que a massa crítica que está hoje no Tocantins, para que a comunidade acadêmica, para que a sociedade, a sociedade civil organizada e a sociedade, como um todo, possa, efetivamente, estar participando e se transforme num agente difusor da importância dos recursos hídricos na vida individual de cada um e na vida do nosso planeta. V. Exa. já havia concordado, mas eu quero reiterar esse convite em razão do significado, da importância do trabalho que a ANA realiza sob a sua condução e sob o seu comando.

Ficaremos muito felizes se nós pudermos agendar uma data para nós reproduzirmos esse seminário, esse debate lá envolvendo outras instituições como a Ecodata, que eu gostaria de convidar também, para que o debate fosse o mais amplo possível, para que a população passasse a compreender cada vez mais e melhor a importância e a responsabilidade de cada um deve ter na condução dos recursos hídricos no ambiente em que vive.

Com essas considerações, antes de encerrar esta Audiência Pública, e constatando número regimental, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da sessão

anterior, e aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agradecendo, penhoradamente, a presença de todos aqueles, do nosso querido representante do Estado do Pará, levando lá o meu abraço à Governadora Ana Júlia, a nossa colega aqui do Senado, o Dr. Eduardo de Castro Ribeiro Júnior, presidente da Companhia de Saneamento do Pará que observou na apresentação do Plano o quanto o saneamento é importante nesse processo. Mas eu gostaria de agradecer ao Deputado Pedro Wilson de Goiás, outras autoridades do Goiás, e, sobretudo, aos técnicos e representantes do Governo do Estado do Tocantins que, entendendo a importância desse evento, vieram prestigiá-lo, vieram trazer a sua contribuição para que nós possamos estar cumprindo o nosso desiderato aqui na terra, ajudando a comunidade e ajudando o nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Sessão encerrada às 12h24.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia três de junho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Antônio Carlos Valadares, Marco Maciel, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Leomar Quintanilha. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, a Presidência comunica aos senhores membros que recebeu, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Comunicado nº 5/2009, informando que o prazo para apresentação de emendas ao PLDO 2010 naquele órgão é de 3 a 12 de junho de 2009. Diante do exposto, informa que o prazo limite para recebimento de emendas nesta Comissão (CDR) é até as 18 horas do dia 5 de junho, sexta-feira. A seguir, a Presidência dá início à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 49 de 2009, não terminativo, que "Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art.10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como Relator o Senador Marco Maciel, que oferece Parecer favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, não terminativo, que "Institui a Política Nacional de Abastecimento", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece parecer favorável ao Projeto com nove emendas que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, para reexame. Item nº 03-Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008, Complementar, não terminativo (PLP 00375 de 2006, na origem), que "Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementa nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada. Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2009, não terminativo, que "Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. (Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano)", de autoria do Senador Raimundo Colombo, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece parecer favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta**.** A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, a Presidência concede vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamen-

to de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **César Borges,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Dispensada a leitura da Ata. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. Estou na condição de Vice-Presidente desta Comissão, nesse momento, substituindo o Sr. Presidente Leomar Quintanilha, que encontra-se em tratamento médico na cidade de São Paulo.

Eu quero prestar um comunicado aos membros dessa Comissão com relação a emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias: "*A Secretaria da Comissão Mista de Orçamento informa que a partir de 03 de junho estará aberto o sistema informatizado para recebimento de emendas ao projeto da LDO de 2010, em virtude da aprovação do parecer preliminar ocorrido nessa data. O prazo para apresentação de emendas ao LDO de 2010 é de 03 a 12 de junho de 2009. No último dia, o recebimento será até as 18h00.*

Há duas etapas para a conclusão da apresentação das emendas: a primeira é realizada mediante o envio pelo sistema; a segunda se dá com a entrega do recibo assinado pelo autor.

O funcionário credenciado será autor junto da Comissão Mista de Orçamento, devidamente identificado, deverá entregar o recibo na Secretaria. Somente com o cumprimento das duas etapas a apresentação das emendas será efetivada."

Este comunicado foi enviado pela Secretária da Comissão Mista de Orçamento, a Sra. Mirna Lopes Pereira no dia de ontem, 02 de junho de 2009, "*Tendo em vista o comunicado acima informo que o prazo limite para recebimento de emendas nessa Comissão será sexta-feira, dia 05 de junho até as 18h00. A próxima reunião desta Comissão para discutir as emendas apresentadas deverá ser terça-feira, dia 09 de junho. A Secretaria dessa Comissão providenciará o comunicado aos senhores membros desta Comissão*."

Entrando na nossa pauta, nós temos projetos não terminativos em número de quatro, e um projeto terminativo.

Vamos para o item número 02 da pauta, por termos a presença do relator, o Senador Gilberto Goellner. É o Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2006, que institui a Política Nacional de Abastecimento; autoria é o Senador Marcelo Crivella, o relator já mencionei, Senador Gilberto Goellner, que deu o parecer favorável ao projeto com nove emendas que apresenta. Informo ainda que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, quando será apreciada em decisão terminativa.

Concedo, então, a palavra ao relator, nobre Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu recebi algumas sugestões do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, da CONAB, do... E eu gostaria de retirar de pauta o referido relatório, porque eu vou reanalisá-lo, apesar que foi bastante modificado, com bastante, muitas emendas, que configuram um avanço bastante na política de abastecimento, mas eu gostaria de retirar de pauta, então, para a reanálise do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): V. Exa. será prontamente atendido e a Secretaria vai providenciar a retirada de pauta do presente projeto.

Passamos para o Item 04, uma vez que o Item 03 não temos ainda a presença do senhor relator. Então passamos para o Item nº 04, cujo relator também é o Senador Gilberto Goellner, que "*Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano*." O autor é o Senador Raimundo Colombo; o parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Informo que a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vou ler, então, o substitutivo, Sr. Presidente, que foi feito relativamente à mudança do art. 2º, da Lei 4.771:

"*Art. 1º. O Parágrafo Único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação: Parágrafo Único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos, definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á, em todo o território abrangido, o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, desde que o Município atenda aos seguintes requisitos:*

a) possuir Plano Diretor aprovado e atualizado nos termos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

b) dispor de órgãos colegiados deliberativos com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou, na falta desses, integrar entes colegiados intermunicipais especialmente constituídos para esse fim, assegurada a escolha democrática dos representantes e a participação da sociedade civil na sua composição;

c) dispor de órgãos executivos com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou integrar associações ou consórcios intermunicipais voltados para o planejamento, a gestão e a fiscalização naquelas áreas de atuação, nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação."

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): V. Exa. será atendida, Senadora Serys, com o pedido de vista pelo prazo regimental.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bom, não havendo a presença dos relatores para os projetos não terminativos e para o projeto terminativo também sem a presença do Senador e não havendo quórum para a deliberação-–

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O 03 é terminativo. Poderia... Ah, não tem relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Projeto nº 03 é autoria da Presidência da República, relatoria é o Senador Jefferson Praia, que não se encontra presente, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Então, diante...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Fazer *ad hoc*, Presidente... Jefferson Praia, Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Acho que em consideração ao relator, preferimos que ele mesmo esteja presente, tratando-se do Senador do Amazonas e diz muito respeito a ele, porque é o Conselho de Administração da SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus, deixaremos para, então, outra oportunidade para que o relator possa estar presente.

E com relação ao projeto terminativo, não tendo número e o autor o Senador Marcelo Crivella e o relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, que garante a posse da área pública urbana beneficiária de assentamento de baixa renda.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão desta Comissão.

Sessão encerrada às 11h00.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número três da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Valter Pereira, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2010 (PL nº 07/2009-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Relator das Emendas, Senador Jefferson Praia, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 35 emendas ao PLN nº 07/09-

CN de autoria dos Senhores Senadores Lúcia Vânia, Valter Pereira, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Serys Slhessarenko e Marconi Perillo. Dentre as 35 emendas apresentadas, foram selecionadas 5 emendas ao anexo de metas e prioridades, e 3 emendas ao texto, referentes a outras partes do PLDO 2010, procurando, na medida do possível, atender aquelas cujos objetos abarquem as pretensões de outras. A análise também levou em conta a adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, contemplando também as áreas de atuação da Comissão. Colocadas em votação, a Comissão aprova as seguintes emendas: Emendas de Prioridades e Metas: **Emenda nº 1-CDR – 6424 – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais – Meta – 500; Emenda nº 2-CDR – 4620 – Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno – Meta 100; Emenda nº 3-CDR – 1D73 – Apoio à política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Meta: 571; Emenda nº 4-CDR – 10X0 – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Meta: 40; e Emenda nº 5-CDR – 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Meta: 150;** e as Emendas ao Texto: **Emenda nº 6-CDR – Inciso I; Emenda nº 7-CDR – Artigo 32, Inciso IV; e Emenda nº 8-CDR – Artigo 34, Inciso X.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e submete a sua aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A nossa reunião de hoje destina-se, conforme pauta previamente distribuída, à discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, apresentadas ao Projeto de Lei nº 07/2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 35 Emendas, foi designado Relator o eminente Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra para proferir a leitura do seu parecer e as suas considerações.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Presidente Senador Leomar Quintanilha, vice-Presidente Senador César Borges. Passo direto ao relatório, Sr. Presidente.

O teor do disposto no art. 166, da Constituição, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 07/2009-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2010. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 (LDO 2010), compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o Projeto da LDO 2010 é integrado pelo texto propriamente dito e por sete documentos anexos ao texto, documentos que visam definir as prioridades e as metas da administração pública federal, relacionar tanto os demonstrativos quando as informações, que devem complementar o Projeto de Lei Orçamentária de 2010, fixar as metas fiscais para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira, evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros, explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2010, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo Parecer preliminar de que trata os arts. 85 e 86 dessa Resolução, esta Comissão é competente para propor Emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de Emenda coletiva.

São passíveis de Emendas, segundo o Parecer preliminar, o texto do PLDO, as metas e prioridades da administração pública federal, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2010, os demonstrativos de renúncia de receitas, inclusive previdenciárias, a margem de expansão das

despesas obrigatórias, de caráter continuado, e a relação das despesas isentas de limitação de empenho e movimentação financeira.

Não há limites aplicáveis à propositura de Emendas, exceção feita àquelas relativas às metas e prioridades da administração, para as quais a Resolução nº 1, de 2006-CN, e o Parecer preliminar estabelecem o limite de até cinco Emendas, tratando-se de Emendas que proponham o acréscimo à meta existente no PLDO 2010 ou a inclusão de nova meta no rol daquelas cujas prioridades já é proposta pelo Poder Executivo.

Vale sempre lembrar que as Emendas apresentadas às metas e prioridades, para o fim de sua admissão, devem ter por objeto ação integrante da Lei do Plano Plurianual vigente (art. 90, da Resolução nº 1, de 2006-CN). Além disso, também devem estar de acordo com as demais normas que a Resolução dedica à matéria, notadamente quanto ao seu art. 44, quando tratar-se de Emenda de Comissão Permanente. As Emendas desta Comissão devem, então, relacionar-se com as competências regimentais, ter caráter institucional e representar interesse nacional.

Também cumpre ressaltar que, a teor do item 2.2 10(F), de parecer preliminar, a base de dados do sistema de elaboração de Emendas do PLDO 2010 disponibiliza apenas as ações que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, que constam do Plano Plurianual 2008/2011 e de suas alterações, também se considerando como alterações os Projetos de Lei de créditos especiais, em tramitação no Congresso Nacional. Disso, se deduz que, existente a programação orçamentária no sistema, a Emenda que a propuser pode ser considerada admissível para o efeito do disposto no art. 90, da Resolução nº 1, de 2006-CN, dispositivo que veda a inclusão de ações, cujas metas devam merecer prioridades e que não constem da Lei do Plano Plurianual.

Encontra-se em análise por esta Comissão o total de 35 propostas de Emenda. Dessas, 32 referem-se às metas e prioridades, subordinando-lhes à propositura, ao citar o limite de até cinco Emendas. Duas outras Emendas dizem respeito ao texto propriamente dito do Projeto de Lei, mais especificamente os seus arts. 32 e 34, os quais, no gênero, cuidam das relações financeiras entre os setores público e privado. Finalmente, uma última Emenda destina-se à parte do PLDO 2010, que trata das despesas isentas de limitação de empenho e movimentação financeira. Os proponentes são os Senadores e Senadoras Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Valter Pereira, Roberto Cavalcanti e Inácio Arruda.

É o relatório, Sr. Presidente. Passo, portanto, à análise.

Dentre as Emendas propostas a esta Comissão, consideramos potencialmente inadmissíveis as de nºs: a) 7, por identificar especificamente Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), ferindo o disposto no inciso II, do art. 44, da Resolução nº 1, de 2006-CN; b) 8, 21 e 26, por referirem-se à subárea temática não contemplada no quadro anexo de que trata o art. 26, da Resolução nº 1, de 2006-CN; c) 23, por identificar obra específica, ferindo o disposto no inciso II, do art. 44, da Resolução nº 1, de 2006-CN; d) 33, por identificar especificamente a região a ser beneficiada pela ação governamental, ferindo o disposto no inciso II, do art. 44, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Portanto, as Emendas propostas às metas e prioridades, consideramos potencialmente admissíveis as de nºs 1 a 6, 9 a 19, 22, 24, 25, 29 a 32, 35 e 34.

Foram observadas, ainda, que as Emendas nºs 6, 25 e 29, de autoria dos Senadores e Senadoras Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko e Marconi Perillo, respectivamente, guardam a mesma proposta – Programa 0310 de Gestão de Política e Desenvolvimento Urbano – Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Ministério das Cidades, o mesmo ocorrendo com as Emendas nºs 2 e 11, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Valter Pereira, respectivamente – Programa 1025 – Promoção de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) – Ação 6424 – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-Regionais – Ministério da Integração Nacional.

Para o Ministério do Turismo, foram oferecidas as Emendas 4, 13, 19, 24 e 30, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia, Valter Pereira, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko e Marconi Perillo, respectivamente – Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, Ação 10VO – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turísticas. Emendas nºs 5 e 16, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Valter Pereira, respectivamente – Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma viagem de Inclusão, Ação 10XO – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional. E Emendas nºs 3 e 34, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia e Marconi Perillo, respectivamente – Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma viagem de inclusão, Ação 4620 – Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno.

A teor do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe a esta Comissão colher cinco dentre as Emendas, para fins de sua apresentação.

Finalmente, não há óbice ao acatamento das Emendas de nº 20, de autoria do Senador Inácio Arruda, 27 e 28, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, referentes a outras partes do PLDO 2010, seja porque

não se lhes aplica limite quantitativo à apresentação por esta Comissão, seja em razão do fato de que se afiguram corretas sob o ângulo das normas que lhes definem as condições de admissibilidade.

O Voto, Sr. Presidente. Em vista das considerações feitas e tendo por objetivo atender ao maior número possível de parlamentares, bem como contemplar todas as áreas de atuação desta CDR, propomos a apresentação, por esta Comissão, das Emendas nº 5, da ilustre Senadora Lúcia Vânia; nº 11, do Senador Valter Pereira; nº 19, do Senador Roberto Cavalcanti; nº 25, da Senadora Serys Slhessarenko; nº 34, do Senador Marconi Perillo, relativas às metas e prioridades, e das Emendas 20, 27 e 28, referentes a outras partes do PLDO 2010. Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Voto do eminente Senador Jefferson Praia propõe a aprovação das Emendas 5, 11, 19, 25 e 34, relativas às metas e prioridades, e das Emendas 20, 27 e 28, referentes a outras pastas do PLDO 2010. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, a Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da reunião que as aprovou. Neste sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as Emendas destacadas e aprovadas. Os Srs. Senadores, que aprovam a dispensa da leitura da Ata, permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h53.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, José Nery, Valter Pereira, Marco Maciel, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, e Mozarildo Cavalcanti. Registra-se a presença ainda do Senador Arthur Virgílio. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. Antes de dar início aos trabalhos, a Presidência comunica o convite do Ministério do Turismo para a Cerimônia de Abertura da 4ª Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que será realizada no dia 1º julho do corrente, às 11 horas no auditório Elis Regina, situado no Parque Anhembi Av. Olavo Fontoura, nº. 1209, São Paulo-SP. "O evento é uma estratégia de mobilização, promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos segundo as diretrizes e os princípios do Programa de Regionalização do Turismo". Dando seguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2009, não terminativo, que "Estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art.10 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades)", de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como Relator o Senador Marco Maciel, que oferece Parecer favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, não terminativo, que "Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador José Nery, que oferece Parecer favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CDR e 2-CDR.

Item nº 03-Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008, Complementar, não terminativo, (PLP 00375 de 2006, na origem), que "Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer favorável ao projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer favorável ao Projeto. Ao ser anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio para prestar apoio e salientar a pertinência do projeto. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, não terminativo, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos", de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece parecer favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do Relatório, foi concedida vista ao Senador Jefferson Praia nos termos regimentais. Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece parecer favorável ao projeto. A apreciação da matéria é adiada. Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do projeto A apreciação da matéria é adiada. Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, terminativo, que "Acrescenta parágrafo ao Art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece parecer pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Presidência coloca em Extrapauta o Requerimento nº 09/2009-CDR, de autoria do Senador Tasso Jereissati e subscrito pelo Senador Leomar Quintanilha, que requer, "nos termos regimentais, seja realizado um ciclo de audiências públicas, conforme programa anexo, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional – CDR, para o estudo e debates das questões relativas ao desenvolvimento regional do Nordeste, especialmente a questões relativas ao meio ambiente, desertificação e desenvolvimento, com o objetivo de subsidiar a elaboração do plano para essa região a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos da Lei Complementar nº 125 de 2007. Requeiro ainda seja designado um membro desta Comissão, para como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos". Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Bom-dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter Extraordinário da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Lembramos aos senhores membros desta Comissão que a Ata da 11ª reunião desta Comissão já foi aprovada, tendo em vista, que a referida reunião foi destinada à discussão e votação das emendas ao anexo de metas e prioridades da LDO e nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006, as emendas de comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação.

Conforme pauta, previamente, distribuída a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. Nós passaremos, então ao Item 01 da pauta de hoje.

Item 01 da pauta da hoje. Projeto de Lei do Senado nº 49/2009 que estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana referida no art. 10 da Lei 10.257 de 10 de junho de 2001, Estatuto das Cidades. Tal projeto tem como autor o Senador Demóstenes Torres e como relator o eminente Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra para nos apresentar o seu parecer.

Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, como o nobre Presidente já expressou, a proposição que ora passo a relatar é de autoria do Senador Demóstenes Torres. E pretende alterar a Lei nº 10.257 de 10 de junho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, com o propósito de estabelecer a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana. Ao justificar a iniciativa, o autor toma por base a sugestão nº 13/2007 proposta pela Associação Paulista do Ministério Público perante a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados em 08 de maio de 2007, cujas razões adotam e reproduz em face da ausência de manifestação daquela Casa relativamente à proposição no mesmo sentido que lá tramita desde aquele ano.

Nos termos da mencionada sugestão, ao vincular na Constituição Federal o direito de propriedade ou cumprimento da sua função social, o ordenamento jurídico nacional oferece uma gama de instrumentos para efetivação desse importante princípio. No tocante à propriedade urbana as prescrições constitucionais se robusteceram com a edição do Estatuto da Cidade, lei a que já me reportei, norma federal que contempla diversas diretrizes para a ordenação do uso do solo urbano em prol do interesse público, "assim como plêiade de meios à discussão do estado da sociedade dos indivíduos para a regularização fundiária". Entre esses meios a sugestão destaca usucapião especial de imóvel urbano individual ou coletiva que valoriza para fim de aquisição de propriedade a posse com finalidade de moradia. Ao mencionar que compete ao Ministério Público exigir pelos meios disponíveis a efetiva aplicação dos institutos previstos no Estatuto da Cidade, visando à regularização fundiária, o autor, o nobre Senador Demóstenes Torres, considera "inexplicável" a falta de atribuição explícita a esse órgão essencial à função jurisdicional do estado de legitimidade ativa para a promoção de ações de usucapião coletiva. Nos termos da justificação a explicitação dessa competência no texto do Estatuto da Cidade forneceria "mais um meio às comunidades carentes, nem sempre providas para o custeio de advogados para facilitação e ampliação do acesso à justiça". Distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

Análise: Nos termos do inciso XX do art. 21 da Constituição Federal compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano o que vem a ocorrer nos termos do Estatuto da Cidade, norma que a proposição em pauta pretende alterar. A deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional não havendo restrição à iniciativa parlamentar. Portanto, no mérito somos favoráveis à proposição, tanto são os esforços que devem ser empreendidos no sentido de assegurar a todos o direito constitucional à moradia que não podemos condenar a inércia instrumentos legais postos à disposição dos governos e da sociedade para a efetivação desse direito. Como um dos mais importantes desses instrumentos vem a ser a usucapião coletiva instituída no art. 10 do Estatuto da Cidade com vistas à regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda para a sua moradia por cinco anos ininterruptamente e sem oposição "onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor".

Nos termos da lei vigente são partes legítimas para a propositura da ação, em primeiro lugar, o possuidor isoladamente o litisconsórcio, em segundo lugar os possuidores em estado de com posse, e, finalmente, como terceiro item a associação de moradores da comunidade como substituto processual. A inclusão expressa do Ministério Público nesse rol não apenas guardará coerência com a competência que já lhe é atribuída nas "ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural" como determina o art. 82 do Código de Processo Civil, como também, gostaria de salientar, trará imprescindível contribuição para a solução pacífica dos conflitos urbanos.

Em relação, já concluo, Sr. Presidente, em relação à técnica legislativa o PLS 49/2009 foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar 95 de 1998 que dispõe sobre a redação, alteração e a consolidação das leis. A redação do texto, contudo, incorre em pequeno equívoco a referir-se a "Estatuto das Cidades, no plural" quando, na verdade, a Lei nº 10.257/2001 utiliza para denominar-se a expressão "Estatuto da Cidade, no singular" dirigindo-se à questão urbana como tema normativo e não as cidades como objeto específico de planejamento e gestão, matéria mais afeta aos entes municipais. A correção necessária é feita na forma de emenda adiante formulada.

Voto: Ante o exposto voto pela aprovação do PLS 49/2009 com a seguinte emenda: Emenda CDR substitua-se na ementa e no art. 1º do PLS 49/2009 a expressão "Estatuto das Cidades" por "Estatuto da Cidade".

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o parecer do eminente Senador Marco Maciel. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não tenho honra de ser membro da Comissão e, portanto, não tenho a honra de ser presidido por V. Exa., e folgo em vê-lo totalmente recuperado pelo pequeno abalo de saúde que teve, V. Exa. é muito necessário aos trabalhos do Senado e sua fraternidade para com seus colegas traz regozijo a todos nós em vê-lo pronto para todas as batalhas da sua vida pessoal e da sua vida pública.

Mas eu gostaria de me reportar a duas coisas. Em primeiro lugar a denúncia dos jornais de Manaus de trabalho escravo. A minha assessoria está apurando isso para que, em se confirmando esse fato, nós organizemos uma comissão externa com o objetivo de ver *in loco*, algo que não se compatibiliza com o século XX, não se compatibilizaria com o século XX, muito menos com o século XXI e não deveria ter existido em nenhum século na história deste País.

E o outro item, Sr. Presidente, é prestar toda a minha solidariedade ao Projeto de Lei da Câmara 136/2008 que é relatado aqui pelo Senador Jefferson Praia, competente como sempre. Vem prestar solidariedade a esse projeto por quê? Esse projeto, a meu ver, traz estabilidade para a Superintendência da Zona Franca de Manaus executar o belíssimo trabalho que faz em favor do desenvolvimento da região. A lei é complementar, depois a regulamentação dela definirá, de uma vez por todas, que Ministérios farão parte do Conselho da Suframa.

Segundo, fazer justiça. Entendo que já que a Suframa também se responsabiliza por parte do desenvolvimento de Macapá e Santana no Estado do Amapá, entendo como justo que o prefeito de Macapá e o Governador do Amapá façam parte do Conselho. E, finalmente, entendo como um grande avanço a presença do presidente do BNDS, até porque ele tomará ciência prática dos problemas da região. Portanto, eu entendo que é meritório o projeto e é competente o relatório do Senador Jefferson Praia, e por isso fiz questão de vir aqui para, como representante do Estado do Amazonas, procuro ficar atento também, deixar bem claro que esse avanço merece ser meditado com o sentido, com o viés de aprovação por esta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço as palavras de solidariedade de V. Exa., [ininteligível] colega de trabalho e amigo, e os votos de minha pronta recuperação.

E com relação à parte inicial da fala de V. Exa. sobre a eventual constituição de uma comissão para averiguação das questões relacionadas a trabalho escravo. Eu sugeriria a V. Exa. que formulasse um requerimento, e eu terei imenso prazer em subscrever com V. Exa. um requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Estamos apurando os fatos, e tão assim isso esteja completo para não cairmos em nada parecido com leviandade e farei isso. E sei que vou contar com o Senador Jefferson Praia para que nós não permitamos que esse retrocesso, essa obscuridade, essa perversidade em pleno, já terminando, como está terminando a primeira década do século XXI, não é cabível nem no Amazonas e nem em lugar nenhum a figura do trabalho escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ficamos aguardando a manifestação de V. Exa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passamos ao Item 03. Projeto de Lei da Câmara nº 136/2008, caráter não terminativo. Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, revoga a Lei Complementar nº 68 de 03 de junho de 1991 e dá outras providências. Tem como autoria a Presidência da República e como relator o eminente Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Passo ao relatório, Sr. Presidente. Projetos de Lei Complementar nº 136/2008 de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus. O art. 1º estabelece que a finalidade do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus é definir diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidas na área de atuação da Suframa. O art. 2º especifica a composição do Conselho que passará a contar com 25 conselheiros, assim distribuídos: Dez ministros de Estados, os governadores dos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, os prefeitos das capitais dos Estados, o superintendente da Suframa, os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco da Amazônia, um representante das classes produtoras e outro das classes trabalhadoras, o artigo, ou melhor, o § 4º classifica a participação nas atividades do Con-

selho como serviço público de natureza relevante não ensejando, portanto, remuneração.

Conforme definido no art. 3º a Presidência do Conselho caberá ao Ministro de Estado e Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior ou na ausência deste ao Secretário-Executivo do Ministério. O art. 4º traz a cláusula de vigência. Por fim, o 5º revoga a Lei Complementar nº 68 de 13 de junho de 1991 que trata do mesmo assunto. A necessidade de apresentação de projetos está exposta na exposição de motivos encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior à Presidência da República como resultado das alterações na estrutura governamental com a criação, desmembramento e extinção de ministérios desde o início da vigência da Lei Complementar nº 68 de 1991, a composição do Conselho de Administração da Suframa necessita ser alterada para se ajustar à nova configuração ministerial. Outro motivo para ajustar a composição do Conselho é a necessidade de inclusão de representantes do Governo do Estado do Amapá, da prefeitura municipal de Macapá com base na Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991 que estendeu a atuação da Suframa à área de livre comércio de Macapá e Santana.

Outro fator ressaltado na mensagem é a importância do Amapá como elo na cadeia das relações bilaterais na condição de Estado fronteiriço. Também trata a inclusão do Presidente do BNDS como membro do Conselho, como forma de tornar o contexto socioeconômico regional mais claro ao banco e assim facilitar a definição de investimentos do banco na região.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado nas Comissões de Trabalho de Administração e Serviço Público, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Amazônia Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Constituição Justiça e Cidadania, no Senado Federal passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ onde foi aprovado sem emendas.

Passo à analise, Sr. Presidente. Deixando de lado os aspectos constitucionais e jurídicos do projeto que já foram objeto de deliberação na CCJ, devemos nos ater ao mérito do projeto como indutor do desenvolvimento regional. Assim sendo, o projeto apresenta-se como uma solução conveniente para a necessidade de recompor o Conselho de Administração da Suframa, frente à atual estrutura do Poder Executivo. O projeto inclui um avanço ao determinar que a regulamentação da lei defina os ministros que farão parte do Conselho evitando que eventuais mudanças na formação do Executivo Federal venha implicar a necessidade de novas alterações na lei. Parece-nos clara a necessidade de inclusão do governador do Amapá e do prefeito de Macapá no Conselho, já que a Suframa com a criação das áreas de livre comércio de Macapá e Santana passou também a atuar no Estado do Amapá.

A inclusão do Presidente do BNDS, como membro do Conselho, também é um avanço, dado o inegável peso do banco como agente financiador de importantes projetos de investimento no País.

Em suma, consideramos que a recomposição da estrutura do Conselho de Administração da Suframa é meritória, pois deverá permitir que novos agentes governamentais ampliem a sua compreensão sobre as necessidades da região, possibilitando a adoção de políticas públicas mais adequadas para promover o desenvolvimento da Amazônia.

Sr. Presidente, passo ao voto. Ante o exposto, o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 136/2008.

Era esse o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o parecer do Senado Jefferson Praia. Não havendo quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 04. Projeto de Lei do Senado nº 183/2009 altera a Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos. Tal projeto é de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos e tem como relator o ilustre Senador Gilberto Goellner a quem concedo a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. De autoria da Comissão de Assuntos Econômicos que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios, o Projeto de Lei nº 183/2009 objetiva disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas fluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado. Para tanto a norma proposta visa alterar a Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Justifica a iniciativa o argumento de que na ausência de uma legislação especifica o uso do solo urbano por parte das prestadoras de serviços públicos tem se tornado fonte de inúmeros conflitos que comprometem tanto o urbanismo municipal, quanto à adequada prestação de serviço.

Para o colegiado que formulou o projeto a instalação de redes de infraestrutura desvinculada de

um adequado ordenamento territorial, contribui para ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que esses permanecem sujeitos à multa, embargo ou demolição por parte do Poder Público municipal.

Em síntese, o PLS nº 183/2009 a par de aprimorar a definição vigente de equipamentos urbanos, pretende estabelecer em favor das prestadoras de serviços públicos o direito à utilização compartilhada das áreas destinadas pelos municípios a esses equipamentos. Por outro lado, o Poder Público deverá estabelecer os locais adequados, agir de forma não discriminatória em relação às diversas prestadoras e impor condições justas e razoáveis para a utilização do espaço público.

Nos termos da lei proposta a implantação dos equipamentos urbanos ocorrerá mediante a instituição da servidão considerada um bem reversível, caso a operadora seja concessionária do serviço público. Por fim, determina-se que as prefeituras mantenham cadastros georeferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição. O projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão não tendo havido oferecimento de emendas.

Análise: Nos termos do inciso 20 do art. 21 da Constituição Federal compete à União instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, nesse sentido, qual seja: de estabelecer diretrizes para a ação municipal no tocante ao parcelamento do solo opera a Lei nº 6.766 norma que a proposição em pauta pretende alterar. A deliberação sobre a matéria de competência do Congresso Nacional não havendo restrição à iniciativa parlamentar.

Não há assim reparo a fazer quanto à constitucionalidade e a juridicidade de projeto expresso em adequada técnica legislativa. No mérito, concordamos com os argumentos que ensejamos a proposição. De fato, urge regrar o regime jurídico a ser adotado pela implantação de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviço público. Suprimir essa lacuna normativa como pretende o projeto em análise, significa, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviço e de outro, vincular a implantação das redes ao planejamento da ocupação territorial.

Quanto à forma, contudo, cabe ligeiro reparo, a expressão condições justas e razoáveis utilizada como parâmetro de eventuais ônus a serem suportadas pelas prestadoras em relação ao uso dos espaços públicos contém demasiado grau de imprecisão, compete aos municípios como parte da prerrogativa de ordenar o território e controlar o uso do solo urbano fixado no art. 8º da Constituição Federal regrar as condições a serem exigidas nesse caso.

A lei federal, portanto, ao estabelecer o princípio da razoabilidade como quer a norma proposta, deve remeter aos municípios a incumbência de conferir-lhe a materialidade e eficácia. A impropriedade é sanada nos termos de emenda diante formulada. Emenda: dê-se ao art. 20 do Projeto a Lei 6.766 o art. 53B as prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis, definidas essas na lei municipal. O § 1º implantação de equipamento urbano far-se-á exclusivamente nas áreas destinadas a essa finalidade mediante à instituição de servidão que será considerada um bem reversível, caso a prestadora seja concessionário de serviço público. § 2º a prefeitura manterá cadastro georeferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal que ficará disponível para consulta do público em geral.

Sr. Presidente, após essa leitura eu gostaria de colocar em apreciação de que como se trata de uma matéria complexa, foi muito bem formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos, encaminhada a esta Comissão que seja retirado novamente e se peça vista e seja retirado para que com um plenário maior de participante nós possamos aprovar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. pede a retirada de pauta, que não seja deliberado hoje? Nós então não vamos encerrar a discussão, vamos adiar a discussão para que na próxima sessão nós possamos continuar a discussão, nós possamos discutir o parecer de V. Exa. e então submeter à deliberação.

Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria, portanto, de pedir vistas, já que o Senador Gilberto Goellner faz essa sugestão em face da matéria de nós termos que fazer uma maior reflexão em cima dessa matéria tão importante para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O pedido de V. Exa. será atendido.

Há sobre a Mesa um requerimento que eu julgo de maior relevo, e eu gostaria de dar conhecimento às S. Exas.

Requeiro nos termos regimentais que seja realizado um ciclo de audiências públicas, conforme programa anexo no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional para o estudo e debate das questões relativas ao desenvolvimento regional do Nordeste,

especialmente, a questões relativas ao meio ambiente, desertificação e desenvolvimento, com o objetivo de subsidiar a elaboração do plano para essa região a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos da Lei Complementar nº 125/2007. Requeiro ainda que seja designado um membro desta Comissão para como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos. Justificação: desde a criação desta Comissão de Desenvolvimento Regional, o tema que mereceu maior atenção foi a recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional. Nos primeiros dois anos sob nossa presidência, discutimos e aprovamos a recriação da SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM. Nos dois anos subseqüentes sob a gestão da nobre Senadora Lúcia Vânia foi recriada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, SUDECO. As leis de recriação dessas superintendências enfatizam que cabe a elas a adoção de planos de desenvolvimento que tenham como finalidade a promoção do desenvolvimento includente e sustentável em sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Para tanto, estão entre as competências das agências: definir objetivos e metas econômicas e sociais, que levem ao desenvolvimento sustentável, propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial que considere as potencialidades e especificidades da região de atuação, articular e propor programas e ações nos ministérios setoriais para o desenvolvimento regional com ênfase no caráter prioritário e estratégico de natureza supraestadual ou sub-regional. No caso específico da região Nordeste proponho que sejam realizadas audiências públicas que destaquem aspectos como meio ambiente, desertificação e desenvolvimento. Assim, considerando que no caso da SUDENE e da SUDAM, depois de mais de dois anos de sua recriação, nada foi apresentado no sentido de cumprir a lei, é que vimos propor esse ciclo de debates. Considero imprescindível a contribuição do Congresso Nacional, e, em especial, desta Comissão no sentido de apresentar propostas concretas ao bom desempenho dessas substituições.

Esse requerimento é de autoria do eminente Senador Tasso Jereissati que não se encontra presente, em razão porque não poderíamos deliberar. Mas para ganharmos tempo eu subscreverei o requerimento para que ele possa ser deliberado hoje e nós possamos dar consequências ao pleito por ele formulado que é a instalação, a instituição de ciclos de debate sobre o desenvolvimento da região Nordeste.

Portanto, em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Tasso Jereissati. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senador Jefferson Praia, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Apenas para parabenizar o Senador Tasso Jereissati pela sua preocupação, e V. Exa. que toma a decisão em dar o apoio a essa iniciativa do Senador Tasso Jereissati.

Eu vou também, Sr. Presidente, pensar alguma coisa com relação à região Norte, quem sabe aí deveremos fazer também uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia, especificamente, e esta Comissão tem essa responsabilidade, essa atribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E eu vejo que no requerimento do Senador Tasso Jereissati, ele foca basicamente três aspectos a serem discutidos: meio ambiente, desertificação e desenvolvimento. E eu gostaria de acrescentar e eu sei que os eminentes membros desta Comissão também poderão apresentar as suas sugestões. Eu creio que as questões relacionadas ao turismo tem tudo a ver com a discussão do desenvolvimento da região Nordeste, sobretudo, a região litorânea, a vasta região litorânea do Nordeste que enseja um extraordinário potencial turístico e, seguramente, o turismo como um dos importantes vetores de desenvolvimento socioeconômico, certamente, integrará, fará parte dessa discussão que nós travaremos sobre essa discussão de desenvolvimento da região Nordeste.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação do Item 02. Projeto de Lei do Senado nº 54/2008. Altera o art. 4º da Lei 8.210 de 19 de julho de 1991 para suspender a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento da seguridade social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na área de livre comércio de Guajará Mirim, bem como, para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial. Tal projeto tem como autor o Senador Valdir Raupp e como relator o ilustre Senador José Nery, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores Jefferson Praia e Gilberto Goellner. O Projeto de Lei do Senado nº 54/2008 que altera o art. 4º da Lei 8.210 de 19 de julho de 91 para suspender a incidência de

contribuição do PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento da seguridade social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na área de livre comércio de Guajará Mirim, bem como, para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática de informática no regime fiscal especial. O projeto, Sr. Presidente, cabe assinalar, não há nenhum empecilho de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa matéria proveniente do Senado Federal nos termos do art. 61 da constituição. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente ao Direito Tributário nos termos do art. 24 da nossa Constituição.

Assim, sob o aspecto constitucional a proposta atende a exigência do § 6º, do art. 150 que exige lei federal específica para a concessão de qualquer isenção. No mérito, a proposta é plenamente defensável, já que permite dinamizar essa importante área de livre comércio, a importância da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS entre os atributos abrangidos pelo regime especial servirá de incentivo adicional ao desenvolvimento da região permitindo a geração de emprego e renda com efeitos multiplicadores sobre a economia. A inclusão de bens finais de informática no regime fiscal especial, a exemplo de outras de livre comércio também será um incentivo à economia dessa região. Por implicar renúncia de receita é necessária a apresentação de emendas ao projeto para adequá-lo à Lei de Responsabilidade Fiscal, assim evita-se qualquer alegação de injuridicidade quanto à sua tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Quanto ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54/2008 com as seguintes emendas, Emenda nº 01: acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 42/2008, conforme a redação seguinte renumerando-se o atual. Art. 3º o Poder Executivo com vistas ao cumprimento do disposto no art. 5º, inciso II, XI e XIII da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 estimará o montante da renúncia fiscal decorrente no disposto dessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei. Emenda nº 02: renumera-se o atual art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 42/2008, acrescentando-lhe o seguinte Parágrafo Único. Art. 4º esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Parágrafo Único a isenção de que se trata essa lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao cumprimento do disposto no art. 3º.

Esse é o relatório, esse é o voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Nery. Em discussão o parecer emitido por S. Exa. Não havendo quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos sobre a Mesa um convite do Exmo. Sr. Ministro do Turismo Luiz Barretto, endereçado a esta Comissão. O Ministério do Turismo realizará no período de 1º a 05 de julho, do corrente ano, a 4ª Edição do Salão do Turismo, Roteiros do Brasil, o maior evento do turismo brasileiro.

O evento é uma estratégia de mobilização promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos, segundo as diretrizes e os princípios do Programa de Regionalização do Turismo. Diante do exposto convido V. Exa., extensivo aos membros desta Comissão para a cerimônia de abertura que será realizada no dia 1º de julho de 2009, quarta-feira, às 11 horas no Auditório Elis Regina, situado no Parque Anhembi, Avenida Olavo Fontoura nº 1.209, em São Paulo.

Nós temos apenas mais um item de caráter não terminativo, mas eu acabo de receber... Que é o Item nº 5, uma solicitação do relator de adiamento da apreciação desse projeto. De sorte que os demais itens são de caráter terminativo, e nós não temos, visivelmente, *quorum* para deliberar.

Agradeço, então a presença dos eminentes Senadores. E declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h16.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM PRIMEIRO DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 06 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gerson Camata, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Haven-

do número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando seguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto. Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer favorável ao projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. O Presidente designa Relator *ad hoc* o Senador Jefferson Praia. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto. Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, para reexame. A Presidência coloca em Extrapauta, os seguintes itens: Item nº 01-Requerimento nº10/2009-CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de apresentar e debater o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – PDSRT do Meio Norte – elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 6 de novembro de 2008 para esta finalidade, com a presença, como expositores, de representantes do Grupo de Trabalho Interministerial dos seguintes órgãos: – Ministério da Integração Nacional – MI; – Ministério do Turismo – MTur; -Ministério do Meio Ambiente – MMA (IBAMA): – Ministério dos Transportes – MTransportes (DNIT) e – Secretaria de Portos". Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Item nº 02-Requerimento nº 11/2009-CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges, que requer, "nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a realizar-se em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 174/2009, que 'dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR', com a participação dos seguintes convidados: Senhor Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Senhor Nelson de Abreu Pinto – Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Senhor Norton Luiz Lenhart – Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Senhor Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Senhor Mario Beni – Professor da USP; e Senhor Plínio Sarti – Consultor da Área Sindical e Trabalhista". Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12º Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. Nós temos três itens na pauta. Por falta, ainda, do Relator do Item nº 1, eu gostaria de colocar em apreciação o Item nº 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Municí-

pio de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul". É de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. A relatoria é do Senador Pedro Simon. O Parecer é favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Em função do Senador Pedro Simon estar ausente por conta de se encontrar em tratamento médico, eu peço a gentileza que o Senador Jefferson Praia possa ser o Relator *ad hoc* deste Projeto de Lei do Senado nº 155.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo direto, Sr. Presidente, ao relatório do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2009, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul".

Relatório. Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 155, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul". O projeto, em seu art. 1º, autoriza o Poder Executivo a criar uma ZPE no Município citado. O Parágrafo Único do artigo remete à legislação pertinente a regulação da criação, características, objetivos e funcionamento da ZPE. O art. 2 determina a vigência da Lei na data da publicação. No prazo regimental não foram apresentadas Emendas à proposição.

Análise. O PLS nº 155, de 2009, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial ao art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. O autor da proposta, em sua justificação, argumenta que as Zonas de Processamento de Exportação têm sido sucesso em outros países. De fato está ocorrendo em diversos países, principalmente na China, Estados Unidos e México. Os três mil distritos do tipo ZPEs existentes no mundo geram mais de 37 milhões de empregos em seis países.

No que diz respeito à criação de uma ZPE em Itaqui, este Município localiza-se na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Sub-região da Fronteira Oeste, que, segundo o autor e para quem conhece a região, é historicamente carente de estratégias de desenvolvimento para viabilizar a sua recuperação econômica, além de se ressentir da falta de apoio governamental e de estímulo à industrialização. O autor da proposta acredita que a criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Itaqui promoveria a industrialização e o desenvolvimento do Município, com reflexos positivos para a Mesorregião Metade Sul e para todo o Rio Grande do Sul. O ilustre autor vai além. A Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde sempre predominou a atividade agropecuária e a agroindústria, vem sofrendo, nas últimas décadas, com a estagnação econômica e o esvaziamento populacional e vê sua economia declinar em relação às demais regiões do Estado, principalmente em comparação com a sua porção setentrional.

O declínio social e econômico da Metade Sul já foi reconhecido pelo Governo Federal, que inseriu a Mesorregião no Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO, bem como no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira com vistas a estimular processos de desenvolvimento e de integrações regional. A Mesorregião, que era a mais rica do Rio Grande do Sul até o início do século passado, dispõe de infraestrutura adequada para a atração de novas indústrias, mas necessita de políticas governamentais a fim de reestruturar a sua base produtiva e, assim, reverter o quadro de esvaziamento socioeconômico.

A Lei 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualiza o marco regulatório da Zona de Processamento de Exportação, prevê que será dada prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação. Itaqui é localizada na porção sudoeste do Rio Grande do Sul, junto à fronteira com a Argentina, e tem a sua economia baseada na agricultura, pecuária e suinocultura, sendo que é o segundo maior produtor de arroz irrigado do Brasil. O Município de Itaqui possui uma localização privilegiada para o escoamento da produção regional para os países do MERCOSUL. Além disso, o Município já possui um porto de movimento significativo de cargas para a exportação e importação, facilitando a colocação de produtos no mercado internacional.

Enfim, tal como o Autor, julgamos que o Município de Itaqui atende ao requisito estabelecido pela Lei que regula a criação de ZPE, ou seja, a prioridade para a sua instalação em áreas que tenham facilidades para a exportação.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2009. Este, portanto, Sr. Presidente, é o Voto do Relator, o ilustre Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço ao Senador Jefferson Praia e coloco a matéria em discussão. Se os Srs. Senadores não desejam discutir a matéria, encerro a discussão. Em votação. Se os Senadores estão de acordo, aprovado o Parecer favorável ao projeto.

Item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2009, não terminativo: "Dispõe sobre a criação de

Zona de Processamento de Exportação no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul". A autoria também é do Senador Sérgio Zambiasi. A relatoria é do Senador Roberto Cavalcanti e o Parecer é favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para proferir o seu Parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Trata-se de um projeto bastante similar ao que foi relatado há poucos minutos, até porque a propositura é do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, para uma outra cidade do Rio Grande do Sul referente à Zona de Processamento.

Vem à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 130, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, como já foi referido, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação, a conhecida ZPE, no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no Município mencionado. O seu Parágrafo Único prevê a criação, características, objetivos e funcionamento da ZPE, que serão regulamentados pela legislação pertinente. O art. 2º contém as cláusulas de vigência.

A economia de São Borja é baseada principalmente no setor primário, com importante contribuição do parque de beneficiamento de grãos naquele Estado. Dado a esse perfil econômico do Município, o Autor justifica a instalação de uma ZPE em São Borja, em função da perspectiva de incrementar a agregação de valor à produção primária por meio da industrialização e posterior venda ao exterior, possibilitando aumentar a renda do Município. O Autor faz referência, também, à localização do Município de São Borja, na porção oeste do Rio Grande do Sul, próximo à divisa com a Argentina, uma localização privilegiada para o escoamento da produção para os países do MERCOSUL. Basicamente é uma síntese do relatório.

Na análise, o PLS 130, de 2009, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial ao art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A discussão sobre a criação das ZPEs no Brasil remonta à década de 80, quando foram criadas, mediante Decreto Presidencial, 17 ZPEs. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação. O PLS 130, de 2009, é meritório, já que a ZPE é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e tem entre seus objetivos reduzir as acentuadas desigualdades sociais entre as regiões do Brasil. Basicamente essa é uma síntese deste relatório.

Diante do exposto, Voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2009, sem nenhuma Emenda.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação o Parecer do Relator, favorável ao projeto. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto de Lei nº 130.

Temos mais um projeto, o terceiro item da pauta. Entretanto, por falta do Autor, o Senador Marcelo Crivella, e também do Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares, ambos solicitaram a retirada de pauta do projeto para reexame e foi retirado.

Eu solicitaria aos Srs. Senadores que acompanhassem aqui, que nós temos dois requerimentos que eu gostaria de submeter para a aprovação.

O primeiro requerimento é de autoria do Presidente dessa Comissão, Senador Leomar Quintanilha, apoiado por mim: "Requer, no disposto do Regimento Interno, uma Audiência Pública para debater o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído por Decreto de 06 de novembro de 2008. Solicita a presença de representantes do Ministério de Integração Nacional, Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Transporte, Secretaria de Portos". Apenas explico que essa região, chamada de Meio-Norte, compreende a parte norte dos Estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão. São Estados do Nordeste que procuram o seu desenvolvimento através do turismo e que seus representantes solicitaram uma Audiência Pública, que estão patrocinando aqui o Presidente dessa Comissão e o Vice-Presidente. Então coloco o requerimento em discussão. Não havendo discussão, em votação. Se todos estiverem de acordo, aprovado o requerimento.

Um segundo requerimento, também subscrito pelo Presidente dessa Comissão e por mim: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a realizar-se em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o PLS nº 174, que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR". Na verdade, está se apreciando na CAE, já foi criado pelo Ministério do Trabalho a Confederação Nacional do Turismo e o segundo passo seria criar os Serviços Sociais, os Serviços 'Ss', para também o setor de tu-

rismo, que estaria sendo apartado do setor comércio. Então essa questão está em debate na Comissão de Assuntos Econômicos, houve um requerimento para que houvesse a oportunidade de uma Audiência Pública e, também, então, o Presidente achou que, como se trata aqui da Comissão de Turismo, seria interessante a participação dessa Comissão, que também vai opinar sobre esse projeto. E convoca os convidados: o Sr. Antônio de Oliveira Santos, que é o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Nélson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNTur, Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Bares e Restaurantes, Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo, e o Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista. Em discussão o presente requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Estando os Srs. Senadores de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Encerrada a nossa pauta, eu agradeço a presença dos Srs. Senadores nesta reunião da Comissão e declaro encerrado os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h20.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 06 DA ALA NILO COELHO, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e nove minutos do dia oito de julho do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número seis da Ala Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando seguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei nº 435, de 2007, terminativo, que "Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela prejudicialidade do projeto. Em 02/07/09, foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item nº 02-Requerimento nº 12/2009-CDR que requer, "nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semi-Árido Nordestino – 100 anos do DNOCS. Para melhor desenvolvimento do debate sobre o assunto, propomos que seja realizado na forma de seminário, com duas mesas de debate, conforme roteiro a seguir: Seminário sobre os 100 anos do DNOCS Primeiro Painel: Papel do DNOCS no Semi-Árido Nordestino, – Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Dr. Elias Fernandes Neto; – Consultor no Ministério do Meio Ambiente, Dr. Antônio Rocha Magalhães; – Consultor no Ministério da Integração Nacional – Dr. José Otomar de Carvalho; – Coordenador e moderador da mesa – Senador membro da Comissão. Segundo Painel: Perímetros Públicos de Irrigação: Necessidades e Potencialidades, – Presidente da Federação de Apoio as Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID, Dr. Rogério Paganelli Junqueira; – Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Dr. João Reis Santana Filho; – Coordenador e moderador da mesa – Senador membro da Comissão", de autoria dos Senadores Inácio Arruda, José Nery e Leomar Quintanilha. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Usam da palavra os Senadores Roberto Cavalvanti, César Borges e Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter Extraordinário, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a

dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecem como se encontram. Aprovada. A Ata aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A pauta já foi devidamente distribuída. Nós temos como Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 435, que "Acrescenta artigos à Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamentos de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências". Como esse requerimento tem caráter terminativo e nós não temos visivelmente *quorum* suficiente, fica retirado de pauta o Item 1.

Passamos para o Item 2, que é um requerimento de autoria dos eminentes Senadores Inácio Arruda e José Nery, nós também subscrevemos esse requerimento, para que "Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no Semiárido Nordestino – 100 anos do DNOCS. Para melhor desenvolvimento do debate sobre o assunto, propomos que seja realizado na forma de seminário, com duas mesas de debate, conforme roteiro a seguir: Seminário sobre os 100 anos do DNOCS – Primeiro Painel: *Papel do DNOCS no Semiárido Nordestino* – Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, Dr. Elias Fernandes Neto; Consultor no Ministério do Meio Ambiente, Dr. Antônio Rocha Magalhães; Consultor no Ministério da Integração Nacional, Dr. José Otomar de Carvalho; Coordenador e moderador da Mesa – Senador membro da Comissão. Segundo Painel: *Perímetros Públicos de Irrigação: Necessidades e Potencialidades* – Presidente da Federação de Apoio as Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID, Dr. Rogério Paganelli Junqueira; Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Dr. João Reis Santana Filho; Coordenador e moderador da Mesa – Senador membro da Comissão". É este o requerimento. Em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovavam permanecem como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, esse item da pauta foi concluído ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Foi concluído, foi aprovado. O requerimento foi aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então eu gostaria só em função de nossa Comissão ter esse foco específico, que é o desenvolvimento regional, fazer uma comunicação de que na próxima sexta-feira, dia 10 de julho, no Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa, sua capital, estará recebendo o encontro dos Governadores do Nordeste e a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.

Como a SUDENE é o órgão que continua gerindo o desenvolvimento da região Nordeste, eu gostaria de fazer esta observação, essa comunicação, dizer que lá estarei presente na qualidade de colaborador desta Comissão e na próxima reunião poderei trazer um relato do que, na verdade, ocorreu, tanto na reunião dos Governadores, como na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, que muito nos honra em termos esta recepção na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. é membro destacado dessa Comissão e em decorrência disso está investido das condições de representar a Comissão neste importante evento que ocorrerá no Nordeste.

Eu gostaria de lembrar que nós aprovamos, na semana passada, um requerimento apresentado pelo Senador Tasso Jereissati para que nós realizemos um ciclo de debates a respeito do Nordeste, as perspectivas de desenvolvimento, as probabilidades de desenvolvimento, quais são os gargalos, quais são as dificuldades, e seguramente a SUDENE será convidada a vir participar desse debate porque ela tem sido um dos instrumentos importantes que a valorosa gente nordestina tem se utilizado para mitigar as dificuldades, mitigar os sofrimentos da população, buscar alternativas viáveis para o desenvolvimento dessa importante região e, sobretudo, vencer essa peculiaridade climática tão forte, tão acentuada, que alterações tão importantes provocam nas condições sociais e econômicas da região nordestina. Tenho segurança de que esse ciclo de debates que ocorrerá no âmbito desta Comissão contará com a presença de representantes da SUDENE, V. Exa. pode inclusive nessa reunião de que vai participar fazer menção a isso, dizer que esse debate que ocorrerá lá poderá ser ampliado e discutido aqui, as perspectivas e as possibilidades de desenvolvimento do Nordeste.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a presidência e a Comissão no sentido de promover esse ciclo de debates, é

importantíssimo para o Nordeste, é importantíssima a participação da nossa Comissão, e dizer, já que nós nos referimos à SUDENE e à sua história, é muito importante ressaltar que é um órgão que ao longo de cinquenta anos tem promovido efetivamente o desenvolvimento do Nordeste. O Nordeste é o que é hoje graças, sem dúvida, à atuação da SUDENE. É uma marca que foi muito injustiçada ao longo desse período. Da mesma forma que hoje se atira pedra no Senado Federal, da mesma forma hoje que se imputa determinados fatos que são atípicos ao comportamento histórico do Senado Federal, também o mesmo caso aconteceu historicamente com a SUDENE. Pontualmente foram jogadas pedras na SUDENE quando, na verdade, ela tem uma linda história, uma linda trajetória de 50 anos. Quem for residente no Nordeste, os baianos que o digam, que a Bahia é o que é hoje graças a Deus, à natureza, mas fundamentalmente ao trabalho e à precisão do trabalho de governos que lá aconteceram e muito bem usaram da forma correta os incentivos promovidos pela SUDENE.

Então eu quero fazer essa ressalva e dizer que nós, como brasileiros, como nordestinos, possamos fazer nessa Comissão e em qualquer outro lugar em prol do Nordeste e em prol da SUDENE, nós estaremos fazendo um ato patriótico.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Essas questões que envolveram eventuais irregularidades na aplicação de recursos através da SUDENE culminaram com a sua supressão. No meu entendimento foi desastre. Ao invés de corrigir os equívocos, sanear a instituição, o que fizeram foi encerrar as suas atividades. Eu acho que isso foi um desastre. Felizmente o Congresso Nacional, as lideranças políticas do Nordeste reagiram e nós conseguimos reconstituir a SUDENE. Claro que ela tem os prejuízos do atraso da sua recomposição, mas seguramente a ela está reservada uma missão muito importante de continuar contribuindo para solucionar inúmeros problemas que a região nordestina têm. Senador César Borges, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, é que eu não posso me furtar. Quando o Senador do Nordeste, o Roberto Cavalcanti, da Paraíba, coloca essa questão da SUDENE, e V. Exa., que não é do Nordeste, mas é um conhecedor profundo da questão nordestina, que é do Centro-Oeste, que está ali vizinho e coloca essa questão da SUDENE, eu não poderia me furtar, uma vez que eu participei desde jovem, já que a SUDENE foi criada na década de 50, no final da década de 50, no Governo de Juscelino Kubitscheck, com o Celso Furtado, eu era ainda jovem, mas, depois, já também na escola de engenharia, onde me formei, a SUDENE recrutava jovens para trabalhar nesse esforço de desenvolvimento do Nordeste, dizer do papel extraordinário que representou a SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste. É realmente extraordinário. Posteriormente eu pude me ligar mais com a SUDENE por conta de que eu fui Deputado Estadual na Bahia, posteriormente eu fui Vice-Governador do Estado, coordenei um Programa chamado Sertão Forte, eu representava muito o Estado da Bahia em substituição do Governador de então, o Governador Paulo Souto, nas reuniões da SUDENE, no Conselho Deliberativo da SUDENE, e, depois, como Governador do Estado também participei desse Conselho. Acho que se fez um crime, uma injustiça com esse país quando se extinguiu a SUDENE. Se a SUDENE, eventualmente, eu não vou negar que poderia haver desvios, que deveriam ser apurados, mas nunca você matar a SUDENE por conta de eventuais desvios, quer dizer, hoje, Senador Roberto, a que órgão nós podemos apelar para uma política de desenvolvimento regional no Nordeste? A quem? Sobrou o Banco do Nordeste como um banco, mas é um banco, não é uma agência de desenvolvimento. Tem um papel importante? O Banco do Nordeste tem, mas nós não podíamos abrir mão de uma agência de desenvolvimento. Estamos sem essa agência de desenvolvimento porque, na verdade, nós fizemos um esforço aqui do ponto de vista legislativo de recriar a SUDENE, mas eu não vi até hoje ainda o Governo priorizar a SUDENE como sendo o seu grande instrumento, a sua grande alavanca para promover o desenvolvimento do Nordeste e, principalmente, o desenvolvimento industrial, ou seja, no Nordeste nós debatíamos as grandes políticas de desenvolvimento regional, era debatido pelos Governadores, por um Conselho onde tinha a presença de Ministros e que tinha que ser prestigiado dessa forma, que o Presidente da República vez por outra estava presente na reunião do Conselho também da SUDENE, e a SUDENE hoje é uma mera sombra do que foi no passado, quer dizer, o que nós queremos é uma SUDENE revitalizada por completo, com força. Eu acho que o Presidente Lula, sendo um nordestino, um filho de Pernambuco, de Garanhuns, ele pode ainda deixar para o Nordeste esse legado de uma SUDENE revitalizada, com recursos, com fundo necessário a promover o desenvolvimento do Nordeste, porque nenhuma grande ação para o desenvolvimento do Nordeste se deu sem a participação da SUDENE. Se a Bahia conquistou o polo petroquímico, participação decisiva da SUDENE. Se nós conquistamos a indústria de celulose, participação decisiva da SUDENE. Indústrias calçadistas que levamos para a Bahia, participação decisiva da SUDENE.

Então a SUDENE teve um papel importantíssimo. Lamentavelmente hoje é uma sombra do que foi no passado. O Senador Cícero Lucena foi inclusive Ministro de Estado, sabe muito bem, ele foi o Ministro que era responsável pela SUDENE, sabe da importância da SUDENE. Lamentavelmente se esvaziou a SUDENE, se jogou sobre a SUDENE uma série de culpas que, eventualmente se ela tivesse, deveria ser apurado quem eram os responsáveis, mas nunca extinguir o órgão, numa matar o órgão, até porque ele tinha, eu diria, ele tinha um perfeito conhecimento da realidade nordestina, ele era um acervo de todos os dados do Nordeste brasileiro, desde que a SUDENE existe, mas também recuperando os séculos passados, desde que o País começou, foi descoberto, começou a se fazer o desenvolvimento do Brasil como Nação. Então eu continuo dizendo o seguinte: nós estamos ainda sendo a SUDENE que nós imaginamos ou idealizamos para o Nordeste brasileiro.

Então esse é o meu depoimento aqui, eu acho que essa Comissão, se puder fazer algo, e pode fazer efetivamente, nós deveríamos convocar aqui os responsáveis que sejam do Ministério da Integração Nacional, que é um baiano, o Ministro Geddel Vieira Lima, interessado no desenvolvimento do Nordeste, o superintendente também da SUDENE, e emprestarmos o nosso apoio para que juntos possamos pedir ao Governo Federal que fortaleça a SUDENE e o seu papel importante para essa região brasileira, que ainda, apesar de todos os avanços, e olha que foram avanços extraordinários que a SUDENE obteve nas últimas décadas, eu diria no último meio século a partir da SUDENE. Entretanto, ainda há um gape(F), uma diferença muito grande entre o desenvolvimento do Nordeste e o desenvolvimento do Sudeste do País, que nós só podemos superar com atitudes específicas, com uma política industrial de desenvolvimento regional bastante clara, onde haja subsídios, onde haja apoio do Governo Federal. Sem isso, nós nunca vamos superar essas diferenças e a SUDENE tem esse papel importante.

Eu agradeço, Presidente, a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges, primeiro eu gostaria de dizer para V. Exa. que eu conheço todos os Estados nordestinos e tenho relação familiar basicamente com o Estado do Piauí e com o Estado de V. Exa., a Bahia. Muitos familiares meus moram e mourejam nesses dois Estados. E houve uma fase da minha vida, que eu reputo uma fase bonita, importante e rica da minha vida, que eu morei no Nordeste. Eu fui responsável por uma agência do Banco do Brasil na cidade de Corrente, no sul do Piauí. Então eu tive nessa oportunidade o ensejo de conviver estreitamento com o povo nordestino, que passei a admirar e a respeitar mais pela sua tenacidade, pela sua capacidade de resistência, pela sua vontade de luta e de realização, o Nordeste efetivamente experimentou uma transformação grande e eu estou convencido de que a SUDENE teve papel fundamental. Foi um erro terem zerado as ações da SUDENE e eu espero que nós possamos contribuir para que ela seja novamente aquele agente importante e forte de desenvolvimento da região. E isso poderá começar a acontecer, eu comentava a pouco que nós aprovamos na semana passada um requerimento do Senador Tasso Jereissati propondo uma discussão sobre o desenvolvimento regional do Nordeste. Claro que para discutir o desenvolvimento do Nordeste, seguramente a SUDENE será um dos mais importantes focos dessa discussão. Eu creio que nós começaremos em agosto tratando, sobretudo, dessa questão. Até a nossa ilustre Secretária trouxe o requerimento, V. Exa. pode tomar conhecimento, um requerimento do Senador Tasso Jereissati propondo um ciclo de debates para exatamente discutirmos a fundo as questões relacionadas com o Sudeste.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de, mais uma vez, endossar tudo o que foi aqui dito, parabenizar o Senador Leomar Quintanilha por esta nova fase que nós vamos passar com essas Audiências e com esse debate sobre a Região Nordeste e sobre SUDENE, e dizer ao nobre Senador César Borges que nós somos mais ou menos da mesma faixa em termos de história de vida. Eu também acompanhei a SUDENE quando jovem, tive a oportunidade como cidadão, como brasileiro, como nordestino acompanhar o trabalho político do Senador César Borges e a participação no Governo da Bahia. Quando eu, no início, falava dos benefícios baianos no tocante à SUDENE, é que é um Estado que exemplarmente, através dos seus Governos, soube da melhor forma se beneficiar desses incentivos e está aí o resultado. A SUDENE foi um instrumento de geração de riqueza, foi um instrumento multiplicador de oportunidades. Eu diria que o grande equívoco, um dos grandes equívocos, talvez este seja um dos focos que nós possamos trazer para esse debate, é que a SUDENE foi meio confundido o Departamento de Incentivo Fiscal com SUDENE. A SUDENE, quando foi criada, a história da SUDENE, ela foi um órgão que tinha como objetivo básico priorizar, pensar Nordeste. Ali estava um celeiro de técnicos, de cientistas econômicos, políticos, sociais, que

tinham como objetivo pensar Nordeste, diferentemente de pensar globalmente Brasil. Pensar Nordeste é diferente, pensar Nordeste é em função da sua realidade sociológica, sua realidade econômica.

Então o que nós perdemos, na verdade, quando houve essa lamentável confusão em termos de confundir SUDENE com Departamento de Incentivos Fiscais da SUDENE, eventuais descaminhos no tocante aos incentivos fiscais, houve, com isso, todo um achatamento, toda uma destruição de um trabalho de cinquenta anos. Nós, hoje, não temos nenhum órgão que pense o Nordeste por inteiro. O Banco do Nordeste, pelo contrário, o Banco do Nordeste cada vez se desvirtua mais de sua missão. O Banco do Nordeste hoje é um banco puramente comercial, é um banco que atua no Nordeste de forma significativa, é muito importante, eu não estou atirando pedras ao Banco do Nordeste, mas o Banco do Nordeste não é mais um celeiro de pensadores e de gestores do desenvolvimento do Nordeste. Ele é um banco, um instrumento autorizado pelo Banco Central para praticar empréstimos na região Nordeste. Tudo bem, parabéns. Agora o que resta no Nordeste como órgão que pense o Nordeste? O pensamento de Celso Furtado original foi exatamente esse, quer dizer, os técnicos da época, jovens, pessoas que à época o Brasil passava por um movimento, no final dos anos 50, a política muito acirrada, a CEPAL no Chile, esses talentos, esses cientistas brasileiros trouxeram de várias regiões do mundo, trouxeram da França, trouxeram do Chile, trouxeram de várias experiências de desenvolvimento essa visão para aplicá-la no Nordeste. Eram pessoas fantásticas. A história da criação da SUDENE, a história dos primeiros anos de SUDENE, o amor que os técnicos que criaram e que geriram a SUDENE nos primeiros anos, é uma história que mereceria ser, assim, nós todos brasileiros deveríamos ter um capitulo da última história no Brasil no tocante a isso. Só que a SUDENE foi confundida. A eventual malversação de alguns recursos, do desvirtuamento de determinados projetos e o carimbo de que a SUDENE passou a ser como, na chacota até da mídia nacional, vista como um órgão... Eu digo: tem que lavar a boca um cidadão brasileiro para falar o nome da SUDENE. A SUDENE merece todo o respeito, porque a história da SUDENE é uma história fantástica e linda.

Então eu diria que talvez essa nossa Comissão possa contribuir e esse debate que tão sabiamente o Senador Tasso Jereissati requereu, eu digo que o grande foco deva ser nós darmos ao Nordeste um fortalecimento no pensamento do Nordeste. Reativar a SUDENE da forma que ela for reativada é bom, é melhor do que nada, mas jamais é perto da proposta inicial da SUDENE. O que nós temos é que ter um órgão que efetivamente pense Nordeste e paralelamente, subsidiariamente, nós termos, em função das consequências desse pensamento, incentivos fiscais que venham a beneficiar a região.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Roberto Cavalcanti, nós estamos aqui no foro apropriado, adequado. A Comissão, o seu escopo principal é o desenvolvimento regional. Veja que coisa interessante: integra também o seu escopo o turismo. É um vetor para o qual o Nordeste tem pendores extraordinários e está crescendo aproveitando este extraordinário potencial que a natureza lhe concedeu, sobretudo na área litorânea. E quem conhece mais do Nordeste vai, seguramente, evidenciar outras ocorrências geográficas que permitirão o incremento e o aumento do potencial turístico que vai ajudar muito o desenvolvimento e o crescimento do Nordeste. E aqui é o foro ideal, é o foro adequado para nós travarmos esse debate e buscarmos as soluções que vão trazer melhores dias para a brava gente nordestina. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, demais Senadores, César Borges, Roberto Cavalcanti. Quando eu cheguei a reunião já tinha iniciado. Quero dizer da minha alegria de ouvir o encaminhamento dessa discussão. Eu acho que o que o Senador César Borges, bem como o Senador Roberto Cavalcanti colocaram, é uma demonstração de o quanto esse sentimento é vivo. O Senador César Borges fez referência ao valoroso papel da SUDENE no polo de desenvolvimento que a Bahia, através das suas lideranças, da sua potencialidade, conseguiu se destacar na região Nordeste, porque não dizer no Brasil, e que teve o papel fundamental e a participação da SUDENE. Da mesma forma, a preocupação de todos de que eventuais desvios não possam contaminar, como foi contaminada a SUDENE no seu verdadeiro papel. Isso cada vez mais em todas as instituições, em todos os procedimentos nós temos que estarmos atentos para que isso não ocorra e traga o prejuízo maior que foi a decisão de esvaziar a SUDENE e chegar ao ponto de fechar a SUDENE.

Hoje não sei se nós podemos dizer se a SUDENE está aberta. Eu, verdadeiramente, não faria essa afirmação, embora na sexta-feira passada eu tive uma Audiência na SUDENE, onde fui acompanhado de alguns Prefeitos e Parlamentares para nós discutirmos a inclusão da região de Guarabira, na Paraíba, no semiárido nordestino. Quem olhar o mapa do semiárido vai ver que no Estado da Paraíba, em particular nessa região, talvez por um erro de português e geográfico, Senador César Borges, Guarabira, que é conhecida

como a "região do brejo", não tem nada de brejo na Paraíba. Na verdade era para estar incluída. Então há como uma calvície no mapa nessa região que hoje estão pedindo, reivindicando a inclusão dessa área. Nós estivemos lá, obviamente depois trarei esse assunto aqui, porque eu acho que merece o debate do por que e qual a razão da verdadeira decisão de um Município estar ou não no semiárido. Se é questão climática, se é IDH, o que for, mas nós precisamos retomar esse debate, já que a SUDENE, por decisão do seu Conselho, prorrogou uma nova avaliação para 2014. Eu acho que é muito tempo, principalmente em função desse clamor.

Mas a SUDENE, o Senador Roberto chamou a atenção para algo que é fundamental. A SUDENE foi criada para pensar o Nordeste, pensar. O financiamento era um instrumento para corrigir ou dirigir aquilo que o pensamento orientasse e decidisse. É bem verdade que nós não podemos apenas cobrar da SUDENE, mas em determinado instante, por processos políticos, sociológicos, nós tivemos uma demanda e uma necessidade muito grande e o Estado que partiu na frente nisso foi quem melhor resultado colheu. Os Estados que antes não tinham o instrumento da Secretaria de Planejamento, passaram a ter a sua Secretaria de Planejamento e cada Estado começou a pensar individualmente e não no contexto regional. Esse foi, vamos dizer assim, eu acho que o que mais determinou a falência da SUDENE. No momento em que os Estados por capacidade política, por capacidade intelectual, por gerenciamento dos seus governantes começaram a se fechar nas suas fronteiras, isso quebrou o elo do desenvolvimento regional. E o Governo Federal, não quero aqui responsabilizar "A" ou "B", mas o Governo Federal se acomodou nesse processo e deixou os Estados, eventualmente lhe chegava uma demanda, em alguns instantes atendia a essa demanda ou não atendia por conveniência política, chegando então à falência da SUDENE.

Eu acho que esse é o momento e a responsabilidade dessa Comissão é fundamental para que nós possamos ter os Estados, que conhecem a sua realidade, conhecem as suas dificuldades, a suas potencialidades, alguns já buscando a solução e encontrando essa solução, outros não encontrando ainda e que precisam encontrar, nós entendemos que essa Comissão, ao propor, através do requerimento do Senador Tasso Jereissati, acatado, eu tenho certeza, por unanimidade de todos nós que compomos essa Comissão, nós possamos, então, verdadeiramente debater.

V. Exa. chamou a atenção de algo fundamental: o potencial turístico do Nordeste. Nós temos inúmeros outros potenciais. Nós temos uma representação populacional e econômica no Brasil, embora comungo com todos os senhores e com V. Exa. de que crescemos até acima da média do Brasil, mas ainda insuficiente para corrigir as desigualdades. Nós temos outros potenciais? Temos. Temos energias renováveis, que temos um potencial enorme, principalmente na energia eólica e na energia solar que pode muito bem ser tratado como estímulo e incentivo de desenvolvimento daquela região, aproveitando o que a natureza ofereceu. O que antes era um problema, que nós possamos tornar solução para os nossos problemas.

Então eu acho que essa Comissão está no caminho certo. Quero parabenizar a V. Exa. e todos aqueles que estão prontos e dispostos para participarmos desse debate, tenho certeza absoluta que como nordestino, como caboclinho do sertão da Paraíba estarei dando o meu trabalho, o meu esforço para que nós possamos encontrar melhores caminhos para buscarmos mais justiça social na nossa região.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A contribuição de V. Exa. seguramente é imprescindível e importante e certamente permitirá essa transformação que nós esperamos possa ocorrer nessa importante região brasileira.

Srs. Senadores, a nossa pauta está esgotada. Não havendo mais nada a tratar, agradecendo as presenças valiosas, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 10h39.

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZ DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Valter Pereira, Presidente Interino, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Gim Argello, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Expedito Júnior, Antonio Carlos Valadares, Jayme Campos, João Tenório e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá conhecimento do Aviso nº 52, de 2008, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União

relativas ao Acórdão nº 1765/2008-TCU-Plenário (TC 007.418/2008-4), aprovando a Resolução nº 215/2008 que "dispõe sobre o tratamento de solicitação do Congresso Nacional". O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições. **Item 1**-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo adotado pela CI e pela CCJ, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação destas Matérias é adiada. **Item 2-**Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2006, não terminativo, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em hotéis e similares", de autoria do Deputado Celso Russomanno, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya. A matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 13/2008-CDR, que requer "nos termos do art. 256, I combinado com o art. 211, III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, anteriormente requerida por meio do RQS 11/2008 – CDR (aprovado em 06/11/2008) e do RQS 45/2008 – CI (aprovado em 29/10/2008), tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de referida Audiência Pública já ter sido contemplado através de resposta em Nota Técnica nº 6 CGFD/DFD/SDR, referente à proposta de alteração do Decreto 6.539, de 18 de agosto de 2008 (SUDAM e SUDENE)", de autoria dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **VALTER PEREIRA**, Presidente Interino da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião da comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada por unanimidade, e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunico aos senhores membros que esta comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento, Aviso nº 52/2008, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas ao Acórdão de nº 1765/2008, do Plenário daquela Corte, que aprova a Resolução 215/2008 que dispõe sobre tratamento de solicitações do Congresso Nacional. O expediente será encaminhado aos membros desta comissão por meio de ofício circular. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à apreciação de proposições.

Sobre a Mesa, o Item 01. O Item 01 é terminativo, e nesta condição será retirado da Pauta, por evidente falta de quorum qualificado. O Item 02 é o Projeto de

Lei nº 60 da Câmara dos Deputados, de 2006, que não é terminativo, mas a relatora pediu para retirar da Pauta a fim de promover honra um reexame da matéria.

Nestas condições, não há mais projetos para serem apreciados e, sim, um requerimento, nos seguintes termos:"*Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, combinado com o art. 211, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de Audiência Pública conjunta, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, CI, anteriormente requerida por meio do Requerimento 11/2008, CDR aprovada em 6 de 11 de 2008. E do Requerimento 45/2008, CI aprovado em 29 de 10 de 2008, tendo em vista que o motivo que ensejou o pedido de Audiência Pública, já ter sido contemplado, através de resposta em Nota Técnica nº 6 CGFD/DFD/SDR, referente à proposta de alteração do Decreto 6539, de 16 de agosto de 2008, SUDAM, SUDENE".* Subscrevem o requerimento os senadores: Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres, Marco Maciel e a Senadora Rosalba Ciarlini, além, do Senador Antonio Carlos Valadares, que se encontra presente.

Em votação o presente requerimento. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, entende-se aprovado por unanimidade.

Não havendo mais matéria a ser submetida à apreciação deste colendo Plenário. Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h04.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE JUNHO DE 2009.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia trinta de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, JOÃO TENÓRIO E MARCONI PERILLO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, João Pedro, Raimundo Colombo, Mário Couto e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005. (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA**: Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. OBS: Em reunião realizada em 11/4/2007, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista coletiva – Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha e Senadora Marisa Serrano. Não houve manifestação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Gilberto Goellner e João Tenório. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovada a Emenda nº 1 - CRA (Substitutivo). A matéria será apreciada em turno suplementar, nos termos do art. 282 – RISF. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR**: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra" (SF). **RELATOR "AD HOC":** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** Em reunião realizada em 26/5/2009, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista coletiva – Senadores Paulo Paim e Jayme Campos. Não houve manifestação. A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativos a financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte Nordeste e Centro-Oeste. **AUTOR**: Senador Cícero Lucena. **RELATOR**: Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 26/5/2009, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista à Senadora Serys Slhessarenko, que o devolveu sem manifestação. A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia

Abreu e Gilberto Goellner. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CRA. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CRA - ASSUNTO:** Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, para instruir o **PLS nº 325, de 2006**, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões fundiárias. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: **Leôncio Brito**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; **Denis Rosenfeld**, Sociólogo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Fernando Humberto dos Santos**, Juiz e Professor da PUC-MG; **Eliseu Alves**, representante da EMBRAPA. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma e Leomar Quintanilha. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CRA – ASSUNTO:** Requeiro nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, para instruir o **PLS nº 325, de 2006**, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas à Defesa Agropecuária. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: **Homero Pereira**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; **Carlos Lovatelli**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove e Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG; **Fernando Curi Peres**, Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma e Leomar Quintanilha. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CRA – ASSUNTO:** Requeiro nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, para instruir o **PLS nº 325, de 2006**, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao Meio Ambiente. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: **Assuero Doca Veronez**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; **Jairo Lousa**, Produtor Rural; **Luiz Carlos Silva Moraes**, Procurador da Fazenda Nacional, Professor Universitário e especialista em Direito Ambiental. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Romeu Tuma e Leomar Quintanilha. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. **AUTOR**: Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Augusto Botelho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **OBS:** Em reunião realizada em 12/5/09 foi lido o relatório pelo Senador Augusto Botelho e concedido vista ao Senador Gilberto Goellner (art. 132, § 1º RISF), que o devolveu com sugestão de emenda, a qual foi acolhida pelo relator. A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho e Romeu Tuma. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CRA – ASSUNTO:** Requeiro, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizados pelo Ministério da Previdência. Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes senhores: Ministro da Previdência Social – Sr. **José Pimentel**; Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – **CONTAG** – Presidente **Alberto Broch**; Representante do Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social – **FIPPS**. **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko**.** No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tra-

tar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero lembrar à Comissão, que será realizada Audiência Pública, na cidade de Belém, no Estado do Pará, nesta quinta-feira, Senadora Kátia Abreu, está confirmada a Audiência, no Pará, às 15 horas, na Assembleia Legislativa, com a finalidade de discutir e analisar a situação em que se encontram os frigoríficos instalados naquela região e cuja situação tem gerado grandes reflexos na produção e na exportação da carne bovina. E a finalidade é debater as denúncias acerca da atuação de órgãos públicos, em cumprimento ao Requerimento nº 27/2009.

E já conseguimos aeronave para levar a Comissão à Capital do Pará. E quero também comunicar que Membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados deverão integrar também essa comitiva, que vai comparecer em Audiência Pública, na Assembleia Legislativa daquele Estado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E a aeronave está marcada para partir às 10 horas da manhã e com retorno previsto para as 18 horas. Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Infelizmente eu não poderei participar, pois no dia da aprovação eu não estava aqui presente no momento, mas eu estou indo para Porto Alegre, Alegrete e Gramado hoje à noite e só retorno na sexta-feira à noite. Já tinha feito esse compromisso anteriormente. Mas quero apenas fazer um comentário da providência, que aqui foi tomada por essa Comissão, de promover essa Audiência Pública, lá no Estado do Pará. Gostaria apenas, Sr. Presidente, de deixar registrado que este episódio do Pará, com relação a embargo da carne, que já se estende para Rondônia e que provavelmente poderá estender para outros Estados, é consequência de uma não alteração do Código Florestal Brasileiro.

Quando nós estamos lutando para alterar a Legislação do Código Florestal, alguns gostam, mal intencionados, de colocar para a população, que nós estamos tratando de desmatamento. E na realidade nós não estamos tratando de desmatamento. A Lei do Código Florestal hoje, no seu art. 16º, é que ainda permite o desmatamento no Brasil, desde que mantenha os percentuais mínimos de reserva legal.

O que nós estamos propondo, é exatamente o contrário, é o desmatamento zero e a regularização ambiental das propriedades, que estão produzindo alimento para este país, para o consumo próprio e para as exportações. Então, Sr. Presidente, se todos os Promotores do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, resolverem fazer, em todos os Estados, o que foi feito no Pará, o motivo é o mesmo.

O motivo da Amazônia não é diferente dos demais. É averbação de reserva legal, que quase 99% das propriedades do país não possuem essa averbação. Eu não quero ser pessimista com relação à Audiência Pública, eu acho que a presença dos Senadores da Comissão, dos Deputados, vai de certa forma chamar a atenção de todo o país para o que está acontecendo, mas infelizmente nós só resolveremos o problema do Pará e do Brasil, se nós alterarmos o Código Florestal Brasileiro, pelo desmatamento zero, pelos serviços ambientais, pela plantação e recomposição das matas ciliares de acordo com a orientação da pesquisa e a regulamentação, a legalização das áreas de produção alimento deste país.

Então, eu quero louvar a atitude da Comissão, desejar muito boa sorte aos meus colegas, mas deixar registrado, que na minha opinião, esse problema só será resolvido quando nós alterarmos o Código Florestal e regularizarmos as áreas de produção. Nós estamos comprometendo, Sr. Presidente, toda a produção de alimento do país, porque toda ela, repito, poderá ser embargada, a exemplo do que o Ministério Público fez lá na região da Amazônia do país.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, tem razão V. Exa., daí porque a necessidade urgente de se discutir e evoluir para a aprovação de novo Código Florestal.

Nós vamos fazer uma inversão de Pauta, para colocar o Item 2, que trata do Projeto de Lei nº 264, não terminativo, que "altera o art. 161, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, e o art. 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências".

Em Reunião realizada no dia 26 de maio, foi feita a leitura do Relatório pelo Relator *ad hoc* Senador

Raimundo Colombo, sendo concedida vista coletiva, a pedido dos Senadores Paulo Paim e Jayme Campos. Não houve manifestação, de sorte que a matéria, que teve parecer pela rejeição, é colocada em discussão neste momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso. Da Comissão da Terra, Comissão Mista de Inquérito da Terra. Está em discussão o Projeto. Item 2, da Pauta.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano, para discutir a matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Já houve uma discussão, se não me engano, aqui na Casa, a respeito desse PL. E eu lembro que à época, o Relator *ad hoc* fez alguns comentários a respeito dessa proposta e, principalmente, porque quando diz que o Projeto da redação do art. 20, da Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983, Lei de Segurança Nacional, e fixou idêntica pena, que seria devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados a manutenção de organizações política clandestinas ou subversivas, pena reclusão de três a dez anos.

Então, a criminalização que já existe na Lei de Segurança Nacional, quer dizer, se mantém, se é isso que eu estou entendendo, porque a ideia era que, com o fim de manter, manifestar inconformismo político, isso já está na Legislação. E segundo o Relator Senador Delcídio, por essas razões, ela impediria o cerceamento da liberdade dos cidadãos para demonstrar sua insatisfação com determinadas políticas de Governo, nesse sentido demonstrasse ainda mais inadequado acrescentar um novo tipo penal ao rol dos crimes hediondos, categoria cuja existência por si só é extremamente controversa.

Então, esta era a análise do Senador Delcídio rejeitando o Projeto. Se não me falha a memória, foi isso que foi discutido na última Reunião em que analisamos esse PLS. Eu não sei, Sr. Presidente, se houve algum pedido de vista, se houve algum voto em separado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Houve pedido de vista, mas não houve manifestação, de sorte que volta à pauta sem qualquer pedido de mudança ou qualquer tipo manifestação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É um Projeto polêmico e como nós ainda não temos o *quorum,* eu gostaria de pedir à V. Exa. que pudesse deixar para outra oportunidade devido à importância desta proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não resta a menor dúvida de que é um Projeto de substancial interesse, já que altera a configuração do esbulho possessório, que é uma previsão da nossa Legislação e que está em pleno vigor. Então, há uma mudança substancial, que talvez justificasse a preocupação da Senadora Kátia Abreu de transferir para a próxima Reunião.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de também ouvir a manifestação do Senador Tuma, a respeito dessa matéria, apesar de que ele está chegando agora, é o Item 2, e depois dessa forma ou nós votamos ou eu concordo até de que as duas pessoas, os dois Senadores, que solicitaram vistas, foi uma vista coletiva, eles não estão presentes. Então nós teríamos que ouvi-los, primeiramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se todos os Srs. e Sras. Senadoras estiverem de acordo, vamos pautá-lo para a próxima reunião e aí nós vamos votar em quaisquer circunstâncias.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse Projeto, ele tem alguma coisa importante, que é o abuso que tem havido, sem nenhum controle e sem nenhuma respeitabilidade nas invasões. Como houve uma CPI aqui e a CPI tirou um Projeto que foi aprovado pela Casa, enquadrando na Lei de Segurança Nacional, eu sei que é um problema sério enquadrar qualquer coisa na Lei de Segurança Nacional, mas a própria Consultoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até porque cheira a ditadura.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --encontrou outro caminho, porque foi vetado pelo Governo sobre esta decisão, que a Lei de Segurança Nacional é só para proteger o território nacional, será que isto não

está deixando de proteger o território nacional? Essas invasões indiscriminadas, com o risco de homicídios ou de um lado ou de outro, reação, proteção a terra ou a invasão indiscriminada com pessoas que podem sofrer uma agressão, daquele que está em nome do proprietário vigiando a propriedade, que é legal.

Então, eu acho que tem que ser analisado com cuidado, V. Exa. tem razão, mas a gente tem que tomar uma providência nesse sentido, para dar um pouco de respeitabilidade ao direito de propriedade, que nós estamos fugindo muito da regra constitucional.

Desculpe a intervenção, Presidente. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há que desculpar a intervenção de V. Exa., até porque foi primorosa como sempre, já que falou aí o advogado e falou também um policial experimentado com situações difíceis, onde se figura essa questão do esbulho possessório.

O Item 1 da Pauta é o Projeto de Lei nº 202 de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, a proposta "altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade". Esclareço que o presente Projeto é de natureza terminativa, portanto, acho que não dá para se votar. É, pode fazer a leitura. A Relatora Senadora Kátia Abreu, proferiu a leitura do Relatório já e foi pela aprovação, nos termos de Emenda Substitutiva, que ela apresentou em 11 de abril de 2007, ocasião em que foi concedida vista coletiva aos Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha e Marisa Serrano. Não houve manifestação. Portanto, está em discussão o Projeto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, a Relatora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Na realidade, nós estamos tratando das condições para desapropriar ou não uma propriedade rural. A Constituição Federal diz no seu art. 185, mesmo antes de entrar no mérito daquelas propriedades que podem ser desapropriadas, a Constituição começa, sabiamente, excluindo, iniciando pela exclusão, por aquelas que não podem, sobre hipótese alguma, serem desapropriadas em nenhuma condição.

Então, no art. 185, a Constituição vem dizendo: "São insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, a pequena, a média propriedade rural, que é aquela que vai até 15 módulos e a propriedade produtiva". São apenas duas palavras e um artigo: A propriedade produtiva. Sem condicionantes, sem tamanho de propriedade, que na realidade só pode ser acima de 15 módulos. Então, esse é um ponto pacífico da Constituição e que coloca ainda no seu Parágrafo Único: "A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social".

Como a Constituição privilegia a propriedade produtiva de forma inteligente, aquelas que estão cumprindo o seu papel em termos de números e ganhos de quantidade, qualidade, produtividade, ainda complementa no seu Parágrafo Único, que essa produtiva, se por um acaso não estiver cumprindo a sua função social, que a Lei tem que dar um tratamento e fixar normas para o cumprimento dessa função social, de tão especial que a Constituição trata essa condição.

Agora, Sr. Presidente, posteriormente, no art. 186, trata da função social da terra, especificamente, o que é ou não. Então, no 185, ele já antecipou, se ela for produtiva e não cumprir a função social, que Estado tem que estabelecer normas e condições para que ela o seja, de tão importante que a produtividade foi para os nossos constituintes. O que significa a função social, Sr. Presidente? De acordo com a Constituição Federal: Aproveitamento racional e adequado. Aproveitamento racional e adequado. Nós poderíamos ficar aqui um dia todo, perguntando a cada um dos Senadores e aos nossos convidados, o que significa racional e adequado.

Nós temos um conceito e uma definição bastante ampla e subjetiva desse termo, mas racional, pensa-se pelo menos no lucro, na renda, no mercado, na tecnologia, e adequado, claro, nós precisamos ter a conservação ambiental, cumprimento das leis do país e também a utilização adequada dos recursos naturais, óbvio, a questão do meio ambiente, as relações do trabalho observadas e também que a exploração favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Tudo bem, aí está dentro da razão e da racionalidade.

O que aconteceu, Sr. Presidente? A Lei nº 8.629 de 1993, vem tentando regulamentar o art. 185 e o 186. Regulamentou de que forma? O que é propriedade produtiva e o que é a função social da terra? Como propriedade produtiva, foram estabelecidos aqueles índices, que por vez ou outra, alguns movimento, o MDA quer alterar esses índices de produtividade, para que aperte um pouco mais a propriedade privada, para que ela possa ser desapropriada.

Então, por exemplo, estabelece tantos quilos de milho por hectare, é obrigatório a produzir esse mínimo. O de soja, o de algodão, então todos esses índices são estabelecidos pelo Ministério de Agricultura junto com o MDA e, portanto, pelo Governo Federal. E o que estabeleceu, Sr. Presidente, como função social? Estabeleceu-se que um índice chamado GUT, que é o Grau de Utilização da Terra, que todas as propriedades

do Brasil, com prejuízo ou não, exploração racional ou não, elas são obrigadas a estarem produzindo em 80% da área aproveitável da propriedade.

Qual foi o grande erro desta lei, Sr. Presidente, na nossa avaliação e nós temos ação no Supremo Tribunal Federal contra essa possibilidade, porque o gravíssimo erro é que, apesar da Constituição Federal dizer no seu art. 185, que terra produtiva não pode ser desapropriada sobre hipótese alguma, a lei faz a simultaneidade, o produtor para não ser desapropriado, ele, além de ser produtivo, ele tem que estar produzindo em 80% da sua propriedade privada.

Então, no seu art. 6º, diz o seguinte: Considera-se propriedade produtiva, aquela que, explorada econômica e racionalmente..." Olha a contradição: Atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra, que é o GUT, que são os 80% e a eficiência na exploração, que é o GEE, que são os índices de produtividade. Então, na realidade, eu para ser produtiva de forma racional e adequada, eu tenho que cumprir essas duas provas, se eu não passar nesses dois testes, eu tomei bomba e a minha fazenda vai para a Reforma Agrária. Então, eu tenho, que além de cumprir os índices, que está tudo certo e correto, eu ainda tenho que, mesmo produzindo prejuízo, eu sou obrigada a produzir em 80%.

Então, Sr. Presidente, a nossa proposta vem justamente separar e retirar essa simultaneidade, que foi colocada de forma equivocada. Eu vou dar um exemplo prático, que qualquer pessoa pode entender com muito mais facilidade.

O que quê significa a simultaneidade desses dois índices? Imagine que tenha uma propriedade de mil hectares e o Senador Romeu Tuma tem outra de mil hectares e é meu vizinho. O fiscal chega à nossa propriedade--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo menos estará bem protegida.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza. [risos] Eu vou ajudar a produzir com produtividade e ele vai me proteger de outras coisas.

Então, na realidade, se a minha propriedade tiver mil hectares e a dele também e nós dois produzimos a mesma coisa, milho. Então, o fiscal primeiro vai à minha propriedade. Eu sou a propriedade A. A primeira pergunta: "A senhora produz milho"? "Sim". "Então, quanto a senhora está produzindo por hectare? Vamos ver quantos sacos de milho a senhora produziu. Eu vou dividir por hectare e vou ver quantos quilos. Ah, então, está bom, a senhora cumpriu os índices mínimos e produziu exatamente o que o Governo Federal está mandando, que são 1.500 quilos por hectare".

"Agora, deixa me ver se a senhora está produzindo em 80% dos mil hectares". Presume-se 800 hectares. Então, foi lá e mediu, eu estou produzindo os 800 hectares. "Parabéns, eu vou embora e a senhora continua com a sua propriedade, porque a senhora está preenchendo os dois requisitos simultaneamente".

Ele atravessa a porteira e vai almoçar na casa do Tuma, chega lá e encontra os mil hectares. "Sr. Romeu Tuma, o senhor está produzindo quanto de milho"? Eu produzi 1.500, em hipótese, cumprindo o índice mínimo do Governo. Quando forem medir a dele, ele está produzindo o dobro que eu, ele está produzindo três mil quilos por hectare, que é o índice de alta produtividade no Brasil hoje, de algumas propriedades rurais. Ele está produzindo três mil quilos e eu 1.500. Mas na hora que forem medir os 80% dele, acharam 79% apenas e não os 80%. Ele é desapropriado e eu não.

Ele será desapropriado, porque apesar de ser produtivo, como diz o art. 185, da Constituição, faltou um hectare, um. Eu tenho um amigo, tinha, que ele faleceu, de 83 anos, que foi desapropriado, no Bico de Papagaio(F), por causa de cinco hectares, cinco, por causa da simultaneidade.

Então, eu estou punindo a eficiência. E se mesmo assim, eu e o Senador Tuma, resolvemos na próxima safra, que o preço do milho não está bom, que o preço da soja não está bom e por uma questão racional e adequada, mesmo para eu não dar problema para o Governo depois, pedindo recursos para melhorar o preço do produto, eu e ele, em uma decisão econômica, eu e ele combinamos com mais uns 100, vamos reduzir um pouquinho a nossa produção este ano para estabelecer preço?

Não podemos, Sr. Presidente, nós produtores rurais não temos esse direito, nós temos que produzir prejuízos. Ao contrário das fábricas de carro, que dão férias coletivas, que demitem funcionários, que reduzem a sua produtividade, com inteligência, não estou criticando, não. Mas estão agindo da forma racional e adequada de acordo com o mercado. Nós, esse direito não temos. De acordo com essa Lei, se a Reforma Agrária chegar, nós estamos liquidados.

E, mais um exemplo Sr. Presidente, se eu tiver minha propriedade, vizinha do Tuma, dez vacas de leite, que é o que exige o índice de produtividade, que é por chifre, Sr. Presidente, não é por leite, não. Conta os chifres dos bois e das vacas, é o que precisa ter por hectare. Não. E Tuma tem cinco. As minhas produzem 10 litros, um litro cada uma. E as cinco dele produzem os mesmos 10. Ele é desapropriado e eu não.

Então, é uma forma injusta, não inteligente, descabida, retrógrada e que nós precisamos de fato alterar, Sr. Presidente. O que conta não são os quilos de carne de boi gordo, que nós tiramos da propriedade. E sim, a unidade animal por hectare em cada proprie-

dade. Então, são análises insanas, que não combinam com o agronegócio de hoje. O que define, na verdade, a produtividade, ou a eficiência, ou a improdutividade da propriedade, é o seu faturamento e não a utilização do solo.

E se nós todos conseguirmos convencer os produtores de se transformarem em pessoa jurídica no prazo de dois, três anos? Nós estamos com 90% de pessoa física, mas e se nós formos para pessoa jurídica, como será avaliada a minha produtividade? A minha produtividade tem que ser avaliada pela minha renda, pelo faturamento da minha empresa. É assim em todas as empresas do mundo. Ninguém mede o faturamento da Ford, da Chevrolet, ou da Mercedes-Benz, pelo tamanho da fábrica, não. É pelo seu faturamento que ele é medido.

E no setor rural, nós estamos ainda com essa análise totalmente equivocada. Então, Sr. Presidente, nós não estamos votando nada contra o índice de produtividade estabelecido pelo Governo, que também na minha avaliação é uma aberração, não deveria existir. Deveria existir é faturamento, porque isso é como se fosse uma espada na cabeça dos produtores a todo o momento.

Nós estamos apenas retornando, retroagindo a Constituição Federal, que foi sábia, que foi inteligente, terra produtiva não pode ser mexida, não pode ser desapropriada sobre hipótese e desculpa nenhuma no mundo. E também não estamos aqui criticando a definição da função social. Nós estamos apenas desatrelando a simultaneidade, como estabeleceu a Constituição, em 1988, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Continua em discussão. Para discutir, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sra. Senadora, Relatora. Relatora ou Autora? Relatora. Bom, de forma que na sua explanação, continua em utilização o grau de eficiência de exploração e também o GUT?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim, só que isso tem que ser avaliado simultaneamente. Eu posso ser altamente produtiva, como foi o exemplo do Tuma, mas se eu não cumprir o chão, a terra, o pedaço...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas, Senadora, na realidade, nós estamos com esse Projeto... Continua impondo ao setor rural brasileiro, uma ocupação total da sua área, quer dizer, inclusive é um incentivo para, até para o desmatamento e nós estamos colocando índices, que nenhum setor de produção do país é exigido, setor industrial, setor de serviços, setor produtivo como um todo, setor de mineração.

Então, a nossa base é que se encontra errada. A Lei Agrária, que foi consolidada pela Constituição de 1988, é que está em desacordo com a eficiência, com a ocupação das áreas agrícolas do país. Da mesma forma, nós poderíamos considerar, que mesmo fazendo, estabelecendo esse índice de produtividade de cada cultura para cada região, nós ainda incorremos em erros, porque nós vamos estabelecer que o clima deva ser igual na propriedade A, propriedade B. Um município, uma região, podem ter uma eficiência, um estado de... Um clima auxiliar melhor do que o outro, que favoreceu uma cultura ou não.

Enfim, essas análises que eu digo de eficiência de produtividade são muito subjetivas, de forma que eu não concordo com o estabelecimento de arranjos. Eu vejo que isso aí melhora, a separação melhora. Agora, ela não é apropriada. O setor agrícola não merece ser estabelecido como alcançar determinados índices. Porque o melhor índice econômico pode ser aquele fora do padrão que vai ser estabelecido. É aquele sem adubo, às vezes não tem o fertilizante, o produtor não tem condições de comprá-lo e ele pode ter um rendimento favorável economicamente, mas ele está sendo ameaçado de desapropriação, porque não alcançou o índice estabelecido pelo Governo.

Então, de tal forma, Senadora Kátia Abreu, eu sei que a senhora também sabe dessa situação e concorda com essa minha afirmação, porém, esse Projeto já é datado de 2005, nós devemos, eu acho, discutir os dois índices. Os dois índices, De forma que--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --enquanto persistirem esses índices, nós vamos fazer arranjos improdutivos e inviáveis para serem cumpridos pelo setor agrícola.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas para complementar, Sr. Presidente? Eu concordo com V. Exa., como disse anteriormente, que esse índices são inadmissíveis, mas nós temos que ir caminhando. Se nós conseguirmos já tirar a simultaneidade, nós já teremos um avanço enorme para depois discutir a definição da função social e a manutenção ou não desses índices posteriormente.

Agora mesmo eu vou pedir ao Presidente a aprovação de alguns Requerimentos, que foi proposto pelo Senador Antonio Carlos Valadares, o Estatuto do Produtor Rural. E eu estou pedindo algumas Audiências Públicas, aonde no Estatuto nós poderemos discutir e corrigir o formato do índice. Mas eu gostaria de pedir à V. Exa., que nós pudéssemos votar essa matéria que

é, talvez, esta palavrinha, simultaneidade, seja dentro da questão fundiária, a situação mais grave que setor passa no Brasil hoje. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo que entendi, a proposta sugerida pela Senadora Kátia Abreu, dá uma mobilidade maior. Não fica engessado, o proprietário, no momento em que vai ser avaliado. Então, é defensável, sim, o Relatório da ilustre Senadora Kátia Abreu. Em discussão. Primeiro, o substitutivo. Certo? Primeiro, o substitutivo.

Agora nós vamos aguardar *quorum,* porque está faltando dois votos para deliberar sobre esse caráter terminativo.

Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acredito que para a próxima Sessão ela deve ser votada. Essa aí não vai conseguir... Bom, deixa esperar até terminar, mas provavelmente vai passar para a próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fica em aberto então...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, não poderíamos começar a votação e deixá-la suspensa até a vinda de dois, não? Não permite? Tá, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é melhor deixar em aberto e vamos para o item seguinte, que é o Item 3.

Aqui tem um não terminativo, que é o Item 3. O Item 3 é o Projeto de Lei nº 174 de 2007, que não é terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que dispõe sobre a renegociação da dívida dos produtores rurais, relativas aos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em Reunião realizada--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em Reunião realizada no dia 26/05/2009, foi realizada a leitura do Relatório pelo ilustre Relator Senador Gerson Camata, sendo concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, que devolveu sem manifestação.

Antes de começar a discussão deste Item 3, nós vamos deflagrar a votação do Item 1. Certo. Então, aos Srs. Senadores que chegaram agora, eu vou fazer uma breve resenha sobre o que é que nós estaremos votando.

É a fixação do ajuste de parâmetros, índices indicadores de produtividade da propriedade rural, que é um Projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e que foi alterado com o substitutivo da ilustre Relatora Senadora Kátia Abreu. O Projeto ainda está em discussão. E eu gostaria de consultar àqueles que chegaram agora se querem entrar na discussão.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu acho que da última vez que esse assunto foi tratado aqui ou da penúltima vez, estavam presentes aqui membros do Ministério da Reforma Agrária, não é isso mesmo? Do INCRA. E nós sugerimos que houvesse uma informação das produtividades dos assentamentos brasileiros, para que nós pudéssemos comparar com aquele que está sendo tão questionado, que é a produtividade da fazenda brasileira, do agronegócio brasileiro.

Então, houve uma promessa muito explícita e clara, de que essa informação nos chegaria, para que nós pudéssemos contemplar uma com a outra e verificar se, de fato, essa medida tão rigorosa, digamos assim, com aqueles que fazem uma agricultura, mais, digamos, preparada, mais tecnologicamente avançada, pudesse se comparar com a agricultura familiar, chamada familiar.

Afinal de contas, o que o Brasil precisa é uma alta produtividade agrícola, seja lá onde for. Seja lá onde for. O Brasil precisa cada vez mais se tornar um supridor de alimento para o mundo e dessa forma, necessário se faz que a produtividade seja boa no agronegócio, seja boa da agricultura familiar. Isso deve ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como não chegou essa informação, Senador João Tenório, nós vamos votar assim mesmo, porque essa informação foi solicitada há muito tempo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Concordo em votar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Concorda em votar, ele concorda.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Só registro para dizer que seria da maior conveniência, que a Presidência da Comissão cobrasse essas informações do Governo, para que nós pudéssemos balizar o nosso comportamento. Mas voto com a Relatora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A nossa querida Presidenta e Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Faremos a cobrança, como V. Exa. sugere. Está faltando um Senador.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mas ele não assinou? Ah, está votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está faltando um Senador. Então, nós vamos fazer o seguinte, há um Projeto que não é terminativo, que é o Item 3, que trata da renegociação da dívida dos produtores rurais relativos a financiamentos com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, vamos colocar em votação este Item não terminativo. Em Reunião realizada no dia 26 de maio foi feita a leitura--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --do Relatório e concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, que devolveu sem manifestação. Portanto, está em discussão esse Item não terminativo, que é o Projeto de Lei nº 174, que está no Item 3.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós já fizemos o *quorum* e se me permite, eu gostaria... O Senador João Tenório é Relator da próxima matéria da Comissão da CAE, se pudéssemos inverter o acolhimento do voto para que pudéssemos liberá-lo senão o voto pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o Requerimento de V. Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, nós vamos fazer a chamada nominal. Vamos fazer a chamada nominal. Senador Delcídio Amaral, ausente. Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator. Senador Leomar Quintanilha, como vota? Sim. Senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu, já é Relatora. Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Valdir Raupp? Senador João Tenório, como vota?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dos Suplentes, nenhum presente. Então, são oito votos a favor, nenhum contra, portanto, aprovado por unanimidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, queira requerer urgência para o Projeto. Senador, eu queria pedir urgência para o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pedido urgência, submeto à consideração dos Srs. Senadores se estão de acordo. Não havendo manifestação em contrário, está aprovada a urgência também. Portanto o substitutivo foi aprovado e a urgência também. A matéria será encaminhada para Turno Suplementar, no Regime que foi aprovado por esta Comissão.

Item 3. O Item 3 é aquele que dispõe sobre a renegociação das dívidas dos fundos constitucionais. Não havendo mais inscritos para discutir, nós vamos colocar em votação a este Projeto, que não é terminativo. Os Srs. e as Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Aprovado o parecer, com as Emendas 1 e 2, da Comissão de Agricultura. A matéria será apreciada posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Senador Augusto Botelho solicitou que colocássemos como extrapauta, o Projeto de Lei do Senado nº 589, é isso, Senador? Que é não terminativo e é de autoria do Senador Marcelo Crivella, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias, quando adquiridos por agricultores familiares e suas associação ou cooperativas.

Em reunião realizada no dia 12 de maio, foi lido o relatório pela aprovação, pelo Senador Augusto Botelho e concedida vista ao Senador Gilberto Goellner, que devolveu com sugestão ao Relator. Desta forma, o Senador Gilberto Goellner, apresentou sugestão com relação ao art. 1º, do Projeto ao qual foi acolhida pelo ilustre Relator Senador Augusto Botelho.

Em discussão o Relatório pela aprovação com a emenda que foi apresentada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, o Relator Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de ler como é que ficou o art. 1º, que ele não foi lido aquele dia, ele não estava como está agora. O Senador apresentou uma alteração e estabeleceu o parâmetro para os caminhões que poderão ficar isentos para as associações. Limitou a quantidade, para não haver realmente exploração econômica daquilo, por outras pessoas. Então, assim, o art. 1º passa a ficar da seguinte forma: Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, os veículos, automóveis, para transporte de mercadorias classificados nos códigos 8704.22, de peso de carga máxima superior a cinco toneladas, mas não superior a 20 toneladas e 8704.31, de peso de carga máxima não superior a cinco toneladas, da tabela de incidência do IPI, aprovado pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, quando adquiridos por agricultor familiar ou suas cooperativas ou associações. Ficou bem claro agora, realmente, que é caminhão para utilidade de associações de agricultora familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nem para veículos com grande porte.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nem para veículos de passeio.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De passeio, é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São só utilitários para--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Utilitários pequenos, é.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De porte médio, para pequena propriedade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso. E tem o código de classificação bem claro, que não podem sair daquele código os veículos. Amarrou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Continua em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 589, que atende a um pleito dos agricultores familiares, da agricultura familiar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Das associações de produtores, das cooperativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Projeto, inquestionavelmente, tem uma grande repercussão social, porque efetivamente a agricultura familiar precisa de um tratamento diferenciado a fim de atender as suas peculiaridades.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E 80% dos nossos agricultores são familiares, do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A agricultura familiar cumpre um papel importante, especialmente na produção de gêneros de subsistência, portanto merece toda a simpatia e todo o apoio desta Comissão. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Como ninguém se levantou, está aprovado por unanimidade, com a Emenda acolhida pelo ilustre Relator Senador Augusto Botelho.

Vamos agora para o Item 4 da pauta, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para esclarecer, não é para discutir, que já está aprovado, mas ontem tinha matéria nos jornais de São Paulo, que em razão de um Decreto do Prefeito, não pode mais circular caminhão pesado na cidade durante determinados horários. Então, as empresas entregadoras estão comprando pequenos caminhões. Eles não estão incluídos aí, tem que provar que é produtor agrícola, não é?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para agricultor familiar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que provar?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Associações de agricultores familiares ou cooperativas de agricultores familiares.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que provar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, está bem claro no Projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, está bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o Item 4. Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado, que requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o PLS nº 325 de 2006, que trata do Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões fundiárias com a presença dos seguintes convidados: Fábio Meirelles Filho, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA. Denis Rosenfeld, Sociólogo e Professor da Universida-

de Federal do Rio Grande do Sul, Fernando Humberto dos Santos, Juiz e Professor da PUC-MG.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Posso fazer alteração de um nome? Ainda é possível? Substituição apenas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É possível sim.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Regimentalmente, eu gostaria de substituir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora, V. Exa. tem aqui, na verdade, três Requerimentos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Três. Para ficar claro, Sr. Presidente, para fazermos as audiências separadas, para que elas não possam ser comprometidas, porque a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares é fazer o Estatuto do Produtor Rural. E ele está muito interessado, e com razão, na aprovação deste Projeto, na avaliação desse Projeto, mas como ele pode se transformar em um manual importante do agronegócio brasileiro, nós precisamos discutir esses assuntos separadamente para chegarmos a um consenso maior possível, para aprovarmos esse Estatuto.

Então, o primeiro Requerimento trata da questão fundiária, o segundo trata da questão da defesa sanitária, o terceiro trata da questão ambiental rural. Então, Sr. Presidente, se puder aprovar os três simultaneamente, tudo bem. Eu só gostaria que a Secretaria pudesse agendar separadamente os três temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Exa.. Se nós agendarmos três Audiências Públicas para tratar especificamente desse assunto, nós vamos praticamente varar o recesso, chegar ao mês de agosto, ou setembro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E vamos impedir que outras Audiências Públicas sejam realizadas. Eu acho que V. Exa. deveria, por exemplo, só da CNA tem três convocados de V. Exa.. Então, V. Exa. poderia enxugar essa relação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E fazer uma Audiência Pública só.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós temos urgência, mas não temos pressa. O Estatuto, por exemplo, do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto enfim, todos os Estatutos, que foram aprovados nessa Casa, eles foram debatidos amplamente e todos com mais de dois, três anos de avaliação.

Então, não é um Estatuto que a gente pretende aprová-lo em um mês, antes do recesso. Essas Audiências Públicas, eu concordo, e o senhor tem razão, que nós possamos alternar com outras Audiências pleiteadas por outros Senadores e outros temas, mas o que Estatuto, eu não me sinto à vontade para relatar um Estatuto dessa natureza e dessa grandeza, sem ouvir diversos segmentos no Brasil, a exemplo dos demais Estatutos que foram aprovados no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, por exemplo, eu estou sugerindo que V. Exa. ouça os segmentos, mas que seja diferente. Primeiro, o seguinte, CNA, três, além de V. Exa., que V. Exa. é mais lídima representante da CNA.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, poderia ouvir um da CNA, o Juiz, que V. Exa. está pedindo, o Procurador, o Produtor e faríamos tudo em um dia só.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): São três temas diferentes, Sr. Presidente, cada um é especialista em um tema. O primeiro Requerimento é sobre questões fundiárias, o outro Requerimento é sob defesa agropecuária e o outro Requerimento é com relação à Legislação Ambiental. O Estatuto do Produtor pretende-se que conste nele toda a Legislação Brasileira relacionada ao campo.

Então, são temas, são enormes, são especializados, não tem problema tirar a CNA e colocar outras entidades. O que eu estou pedindo não é a manutenção de uma entidade ou outra, é a divisão dos temas, que eu gostaria que os outros colegas pudessem sugerir também outros participantes, para que nós pudéssemos chegar ao final de dois anos, quem sabe, com esses temas todos discutidos e sair um Relatório de consenso dessa Comissão, porque será o Estatuto do Produtor Rural, porque algumas leis serão repetidas dentro dele, mas outras provavelmente serão alteradas, como a questão do GUT e do GEE. Então, não se constrói facilmente um Estatuto, como o Senador Antonio Carlos Valadares pretende. Ele está--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, o problema, V. Exa. não estava aqui na reunião passada e o Senador Antonio Carlos Valadares reclamou que esse Projeto está desde 2006 tramitando. Quer dizer, então V. Exa. há de convir que nós não estamos emprestando a urgência, que geral-

mente se empresta, quando a matéria realmente necessita tramitar com rapidez.

Mas também não pode ficar para as calendas gregas, V. Exa. tem que convir com isso. Então, eu acho o seguinte, vamos deixar essa matéria para a próxima Reunião e o Senador Antonio Carlos venha sustentar. Porque, realmente, se nós dividirmos em três Audiências Públicas, nós vamos procrastinar uma matéria que é relevante.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Senador. Eu pretendo convocar, talvez, até dez Audiências Públicas para discutir o Estatuto do Produtor. Nós não podemos aprovar um Estatuto aqui, rapidamente, com as mudanças profundas que estão sendo propostas. Nós vamos mexer com a vida de cinco milhões de produtores rurais e suas famílias. Não se faz o Estatuto da Terra, o Estatuto do Produtor, sem discutir com a sociedade, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo que tem que discutir.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ainda quero lembrar para o senhor o seguinte, eu não sou Relatora desde 2006, o Relator foi o Senador Jonas Pinheiro, que adoeceu e faleceu. Então, eu fui depois substituída pelo Senador, com muita alegria e muito orgulho, substituir o Senador Jonas Pinheiro.

O que eu fiz e o Senador Antonio Carlos Valadares sabe disso, nós reunimos todo o grupo do setor privado, CNA, OCB, com a Assessoria do Gabinete dele e os técnicos não conseguiram chegar a um consenso, por isso achei por bem convocar as Audiências Públicas para dividir a responsabilidade. Eu poderia muito bem fazer ao gosto meu ou dos técnicos da CNA e trazer para aprovar ou não. Mas eu estou me dispondo, em um assunto dessa natureza, fizemos as reuniões com os técnicos da CNA e não chegamos em um consenso, não chegamos em um consenso, imagine aqui nas Comissões e no Plenário do Senado e da Câmara dos Deputados.

Então, o Senador tem, eu preciso contar com a compreensão dele, que são temas complexos, eu estou à frente, na militância há 20 anos, eu confesso ao senhor que não conheço nem metade dos assuntos. Então, são assuntos de uma complexidade imensa, para ser votado rapidamente. Eu, sinceramente, me recuso a fazer um Relatório precipitado, Sr. Presidente, mesmo tendo tanto tempo assim. Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente só--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só gostaria de dar uma sugestão, nós aprovarmos o Requerimento e na medida do possível, V. Exa. vai marcando as Audiências, em razão da proposta dela, que não precisa ser todas em seguida, mas intercaladas entre outras, que V. Exa. acha que tem prioridade. A gente poderia aprová-las, as três. E o senhor já não... Ter a data pré-estabelecida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós poderíamos, então, aprovar um Requerimento, viu, Senadora Kátia Abreu? Poderíamos aprovar um Requerimento hoje e já marcar Audiência Pública nessa Reunião e os dois demais, comunicaríamos ao Senador Antonio Carlos Valadares, para que ele opine, ele como autor, eu acho que é importante que tenha a oportunidade de opinar sobre a estratégia que a Comissão vai adotar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, eu compreendo a complexidade do tema tratado, evidentemente é muito grande. Eu concordo com a Senadora Kátia Abreu. Eu acho que essas Audiências Públicas devem sem realizadas. E podem, exatamente como ela concorda, e outros Senadores já se manifestaram, intercalar essas Audiências Públicas com outras de interesse da Comissão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi isso que eu falei.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas isso, nada impede que nós possamos aprovar hoje os Requerimentos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza. Quero agradecer ao Senador Leomar. É exatamente isso, Sr. Presidente. Eu não quero ter a preferência dos demais colegas, pode intercalar para agosto, setembro, provavelmente o assunto vai ficando na pauta, vai chamando a atenção das pessoas, outros Requerimentos, de outros Senadores, provavelmente serão protocolados.

Então, eu acho que é uma empreitada interessante dessa Comissão, para que nós possamos chegar ao final, quem sabe, dessa Legislatura, com esse grande Estatuto aprovado, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, mas com o consenso da maioria dos Senadores.

Muito obrigada.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Senadora Kátia Abreu concorda em ouvir outros nomes para participar das audiências?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Claro, lógico. Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui, então, os três Requerimentos da Senadora Kátia Abreu. O primeiro: Fábio Meirelles Filho, Representante da CNA.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esse que eu gostaria de substituir, Sr. Presidente, por Leôncio Brito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Leôncio Brito. Léo Brito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso, Léo Brito, é o seu conterrâneo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Meu conterrâneo, esse é craque.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É um craque.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Léo Brito, Representante da CNA. Denis Rosenfeld, Sociólogo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fernando Humberto dos Santos, Juiz e Professor da PUC-MG.

O segundo Requerimento: Homero Pereira, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; Carlos Lovatelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, ABAG; Fernando Curi Peres, Professor Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, USP; E o terceiro, Assuero Doca Veronez, Representante da CNA; Jairo Lousa, Produtor Rural; Luís Carlos Silva Moraes, Procurador da Fazenda Nacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, para discutir--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pergunto a Senadora Kátia, se ela concorda com a convocação de Eliseu Alves da EMBRAPA, que não tem ninguém da EMBRAPA aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente, Sr. Presidente, é um grande especialista e é uma lembrança maravilhosa do Senador Romeu Tuma. [interrupção do áudio] o primeiro requerimento da questão fundiária, Eliseu Alves da EMBRAPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eliseu Alves. Bom, em votação os três Requerimentos da Senadora Kátia Abreu. Acho até o seguinte, que aqui estão previstas... Só em um caso, que vai haver a participação de quatro e os demais são três, que é o tamanho ideal da Audiência Pública. Audiência Pública com mais de quatro, torna-se improdutiva, irracional.

Então, não havendo nenhuma divergência, dou por aprovados os três Requerimentos. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de entrar extrapauta um Requerimento da Senadora Serys Slhessarenko e eu assino também, que vai haver um recadastramento dos servidores do FUNRURAL, dos trabalhadores do FUNRURAL no Brasil todo. E eu gostaria de convocar o Ministro Pimentel para esclarecer como é que vai ser, qual é o objetivo disso, quais são às condições, para não gerar apreensão nos trabalhadores rurais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Requeiro nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência, para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes senhores: Ministro da Previdência Social José Pimentel; Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, através do seu Presidente, Alberto Broque; Representante do Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social, FIPPS, subscrevem Senador Augusto Botelho e Senadora Serys Slhessarenko. Em discussão. Encerrada a discussão em votação o Requerimento. Aprovado por unanimidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um Requerimento meu, Sr. Presidente, que é apenas solicitando à V. Exa., que cobre do Ministro Paulo Bernardo Silva, a questão do Horto Florestal, que nós estivemos juntos e V. Exa. compreensivelmente expôs toda a situação da invasão desse Horto Florestal, que tem muito benefício para a sociedade local. Saber se ele encontrou algum caminho ou não, porque ele se comprometeu conosco de encontrar uma solução.

Então, o que eu peço aqui é que V. Exa. possa consultá-lo se já encontrou ou não a solução desejada, para evitar essa invasão, que foi redobrada pelos invasores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De fato nós estivemos com o Ministro, Senador Romeu Tuma, e conversamos com o Ministro Paulo Bernardo e ele prometeu que faria algumas diligências com seus colegas do Ministério da Reforma Agrária e do INCRA, para encontrar uma solução... E o liquidante da rede ferroviária. Para encontrar uma solução para o problema e não deu resposta até o presente momento.

Então, nós já vamos fazer uma cobrança de público agora ao Excelentíssimo Sr. Ministro Paulo Bernardo. E o faremos também formalmente através de ofício e se necessário essa Comissão pode tomar outras medidas lá na frente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, não havendo nenhum assunto mais a tratar, reitero aqui a convocação a todos os senhores, componentes desta Comissão, o convite para participar da Audiência Pública a ser realizada em Belém do Pará, nesta próxima quinta-feira, para tratar da grave crise dos frigoríficos, aliás, do setor frigorífico com produtores, fornecedores e o Ministério Público.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Exa. pode [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai ser distribuída a V. Exa. hoje.

Não havendo nenhum assunto mais a tratar está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h22.

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO SENADO FEDERAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE JULHO DE 2009, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e seis minutos do dia sete de julho de dois mil e nove, no Auditório Portela, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos seguintes senadores: **CÉSAR BORGES, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, ROMEU TUMA, PAULO PAIM, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio Amaral, João Pedro, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Mário Couto, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 14 de 2009–CRA**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, aprovado em 28/04/09, com a finalidade de discutir sobre "***Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural – O Papel da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER"***, com os seguintes convidados: Sr. **José Silva Soares** – Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – **ASBRAER,** Sr. **Hur Ben Corrêa da Silva** – Coordenador de Gestão do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – **SIBREATER,** Sr. **Lino Geraldo V. Moura** – Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil – **FAZER, Sr. José Antônio Roldão –** Diretor- Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural- **AGRAER/MS** e **Sr. Ronaldo de Lima Ramos –** Assessor de Política Agrícola da **CONTAG**. RESULTADO: Audiência Pública Realizada. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Serys Slhessarenko e Gilberto Goellner, além dos seguintes oradores inscritos: Deputado Milton Salomão, Deputado Pedro Wilson, Sr. Álvaro Simon – FAZER/SC, Sr. Mauro César – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Sr. João Saraiva – FAZER/AL, Sr. Marcos Antônio Dantas Oliveira – Extensão Rural/AL, Sr. Antonio Francisco – FAZER/INCAPER/ES, Sr. Gilmar Brunetto – ONG MORAL/MT e Sr. Enock Alves – Presidente da SINTERP/MT. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Para iniciar nossos trabalhos, nós convidamos para participar desta Mesa a Senadora Serys Slhessarenko, autora do requerimento, e o Deputado Estadual Nilton Salomão, do Estado do Rio de Janeiro, que está presente nestes trabalhos. Esta reunião foi designada em cumprimento ao Requerimento nº. 14/09, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, proposto pela Senadora Serys Slhessarenko, e foi aprovado no dia 28 de abril, com a finalidade de discutir as políticas públicas para o desenvolvimento rural, o papel da assistência técnica e da extensão rural. E são convidados para participar desta Mesa, como expositores, as seguintes pessoas: o Sr. José Silva Soares, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica de Extensão Rural, ASBRAER. Estando aqui presente, solicito que compareça à nossa Mesa.

[palmas]

O Sr. Hur Ben. E está certa a minha pronúncia, não é Ben Hur. É Hur Ben Corrêa da Silva. Eu conferi o nome aqui, porque achei que estava errado, mas é esse mesmo. Coordenador de Gestão do Sistema Brasileiro de Descentralização de Assistência Técnica e Extensão Rural, representante do Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, DATER/SAF/MDA. O Sr. Lino Moura, Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica do Setor Público Agrícola do Brasil, FASER. O Sr. José Antônio Roldão, Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, AGRAER. E, finalmente, o Sr. Ronaldo de Lima Ramos, Assessor de Política Agrícola da CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura.

Inicialmente, nós queremos agradecer a presença de técnicos que vieram de várias partes do país participar desse evento. Indiscutivelmente, é um momento de grande significação para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que tem tido uma preocupação muito grande com a agricultura familiar, que responde por uma fatia considerável do mercado do agronegócio no país e que, mais do que nunca, necessita de uma assistência e de uma extensão rural eficiente, operosa, capaz de produzir os resultados indispensáveis, neste momento em que as condições do mercado são, cada vez mais, exigentes. Então, para iniciar os nossos trabalhos, nós vamos abrir a palavra para o primeiro expositor, que é o Sr. Hur Ben Corrêa da Silva, Coordenador de Gestão do Sistema Brasileiro de Descentralização de Assistência Técnica e Extensão Rural, representante do Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, DATER/SAF/MDA. Deputado Eliene Lima, de Mato Grosso, eu gostaria que compusesse a Mesa Diretora, por favor.

[palmas]

SR. HUR BEN CORRÊA DA SILVA: Nossa saudação, Senador Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Saudação à Senadora Serys. A nossa saudação aos companheiros aqui de Mesa, representando as organizações estaduais de extensão rural, José Silva, companheiro Roldão, Mato Grosso do Sul, companheiro Lima, da FASER, nossa Federação dos Trabalhadores da Extensão Rural, saudação ao nosso amigo, Deputado Salomão, ex-diretor da ASBRAER e Diretor da EMATER no Rio de Janeiro. Ilustre parlamentar, ilustres parlamentares, companheiros gestores da extensão rural, a nossa saudação ao nosso companheiro da CONTAG, Ronaldo, um extensionista militante, aqui representando os trabalhadores da agricultura. Nossa saudação aos gestores das organizações estaduais de extensão rural, aos companheiros das organizações não governamentais de extensão rural, aos companheiros da EMBRAPA, aos nossos companheiros do MDA, que estão aqui, aos nossos companheiros em razão de [ininteligível] extensão rural, agricultores e seus representantes nesta audiência.

Queremos dizer, inicialmente, que é um prazer muito grande estar aqui, representando o nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Secretaria da Agricultura Familiar, que é aonde, nos últimos seis anos, vem se desenvolvendo a Coordenação Nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural. Nós somos um dos participantes deste processo, existem outros colegas aqui, inclusive presentes, têm tido um papel fundamental. E destacar aqui o nosso Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural, que está presente, Francisco Caporal, que é um extensionista conhecido nacionalmente pelos seus conhecimentos e ações na extensão. Dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui, nesta Casa, especialmente nesse momento histórico do Brasil, em que nós estamos vivendo novos dias para a extensão rural.

Enquanto Governo, enquanto sociedade, enquanto agricultores, enquanto representações políticas, nós estamos vivendo um novo momento da extensão rural, e isso é fruto de um esforço coletivo da sociedade e do Governo. Então, é um momento, eu diria assim, prezado senador, muito gratificante. E até porque nós percebemos que esse é um momento de construção e é um momento de boas novas para um futuro próximo, para a nossa extensão rural brasileira, que é, sem sombra de dúvida, um serviço público da maior relevância no país. Obviamente, nós vamos ser extremamente breves aqui, do ponto de vista da nossa participação neste painel, temos vários colegas que também se pronunciarão e temos um tempo exíguo.

Então, nós queremos discorrer sobre, efetivamente, a ideia da extensão rural como um instrumento para o desenvolvimento do país. E não podemos nunca, quando falamos desse tema, deixar de marcar três etapas que esse serviço passou, ao longo dos seus quase 60 anos, no país. Seis décadas de existência, um serviço que nasceu logo após a Primeira Guerra Mundial, num mundo que vivia o desenvolvimentismo, num Brasil que vivia as políticas da substituição de importações. Um Brasil que olhava para um futuro de industrialização e desenvolvimento. Brasil que sonhava com o milagre da modernização industrial. Nesse contexto, a extensão rural nasce em nossa querida Minas Gerais, 1948 e, desde então, em menos de 30 anos, pouco mais de duas décadas, se transforma

num serviço de muita pujança nesse país e teve uma contribuição formidável, Senador, como todos nós sabemos, uma contribuição importantíssima, ao lado da pesquisa agropecuária e ao lado de outras políticas estruturantes, como do crédito rural subsidiado e as políticas de industrialização.

A extensão rural teve papel fundamental na modernização da agricultura, na industrialização do país, fazendo com que o Brasil chegasse aos anos 70 como a 8ª economia do mundo. Nós fizemos um país crescer numa velocidade espantosa até os anos 70, e, na década de 70, a extensão rural viveu a sua melhor fase, do ponto de vista de estrutura, do ponto de vista de material humano, do ponto de vista de contribuição com as políticas para o desenvolvimento. Foi a extensão que contribuiu decisivamente para o aparecimento, o crescimento e a consolidação das cooperativas agropecuárias no país, que hoje têm papel fundamental na produção das *commodities*, na exportação. Foi a extensão rural que ajudou a construir o parque industrial e agroindustrial que o Brasil possuiu. Então, estamos falando de um serviço que, ao lado de outras políticas, teve uma contribuição ao longo dos últimos 50 anos invejável nesse país.

E não podemos, também, quando falamos do papel da extensão rural, não podemos deixar de considerar o que ocorreu a partir dos meados dos anos 80 até os meados dos anos 90, ou até o final da década de 90. Pois foi justamente quando o modelo de modernização da agricultura, quando as políticas da 2ª Guerra Mundial, nascidas após a 2ª Guerra Mundial, entraram em crise, não só no Brasil, mas no mundo todo. Quando nós começamos a viver as crises econômicas, os pacotes econômicos, nós bem lembramos, para combater, crise do petróleo... E nós começamos a viver o problema dos custos de produção e tivemos, então, a constatação de mazelas importantes de impactos negativos importantes do modelo de desenvolvimento que nós vínhamos imprimindo desde os anos 40 até os anos 80. Mas elas muito conhecidas por todos nós, que foi o crescimento da pobreza no país, a exacerbação da concentração da renda e o impacto ambiental extraordinário que hoje, inclusive, é muito claro para todos nós, com o imperativo ambiental que está no mundo.

Nesse momento de crise, nós tivemos a oportunidade de entrar no processo de redemocratização do país e, portanto, tivemos, não só no Brasil, mas em grande parte dos países do terceiro mundo, dos subdesenvolvidos, do hemisfério sul, como somos referidos, um processo de redemocratização e de expressão da sociedade que, naquele momento, lutava por Direitos Humanos, por liberdade e lutava por um modelo mais justo de desenvolvimento. Nesse mesmo momento, em 1990, a reestruturação produtiva fez com que a extensão rural fosse jogada para um papel não secundário, mas inexistente nas políticas nacionais no Brasil. Então, quando discutimos extensão rural no desenvolvimento, nós não podemos deixar de considerar essa etapa de 1990, que culminou na extinção da EMBRATER no Brasil e o final dos recursos e da política nacional federal para esse serviço, deixando com que os estados sobrevivessem como pudessem e deixando o setor não governamental na expectativa de que poderia vir a substituir.

Optamos pela via da privatização, o que ao longo da década de 90, demonstrou que não era a melhor opção para a agricultura familiar, aquele setor que ficou à margem das políticas de modernização, aquele setor que não teve acesso ao crédito, não teve acesso aos insumos, à tecnologia, e não pode, portanto... Muitos permaneceram no campo. Então, nós entramos na década de 90 com um impacto negativo e uma exclusão de uma população importante no campo que, inclusive, migrou para as cidades, formando a favelização, o fenômeno da favelização e colocou em xeque o modelo de desenvolvimento. Nós passamos a década de 90 refletindo sobre um novo modelo de desenvolvimento.

Então, são importantes essas duas marcações, no início do auge de 70 e a crise dos anos 90, por quê? Porque, no novo milênio, a extensão rural ingressa, não só como uma necessidade para o desenvolvimento, mas também, como um serviço público já então compreendido como fundamental, e devemos fazer referência ao *Workshop* 97, liderado pela CONTAG e a FASER, onde nasceu a concepção de extensão rural que viria a ser a política nacional que o Governo Lula instituiria e construiria no ano de 2003. Então, a extensão rural chega ao novo milênio, no arcabouço de uma nova concepção de desenvolvimento, onde nós passamos a elaborar políticas, implementar políticas, a partir de conceitos muito diferentes dos anos 70, sob a égide do desenvolvimento rural sustentável.

E aí, então, a agricultura familiar sendo reconhecida como ator fundamental para o desenvolvimento e, também, como setor moderno da agricultura, compreendida como um setor que contribui para o desenvolvimento, tem um papel importante, mas que não só esse setor poderia resolver todas as nossas questões de desenvolvimento. Então, rapidamente, eu só gostaria então aqui, em falando pelo nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário, recordar rapidamente, repassar rapidamente algumas medidas estruturantes que foram desenvolvidas ao longo desses últimos seis anos e que nos permitem hoje ter uma posição

muito otimista ou uma percepção muito otimista, em relação ao que será o serviço de extensão rural no país, o serviço público de extensão.

Então, começou com uma política construída participativamente, em 2003, foi retomado um departamento de assistência técnica que estava lá no Ministério da Agricultura, mas que não teve, por mais de 10 anos, uma função, fruto exatamente de uma visão política que nós vivemos nos anos 90, que nós... A sociedade, inclusive, o Governo, percebia ou entendia que nós não precisávamos mais de serviço público de extensão. Que a privatização desse serviço resolveria. Nós aprendemos, ao longo dos anos 90, que isso não é possível. Não para todos os setores. Nós aprendemos que isso é possível para alguns setores. E isso é muito importante para nós brasileiros e para quem pensa em desenvolvimento, porque tratar as diferenças é a arte de promover o desenvolvimento. Não mais o desenvolvimento através, simplesmente, do crescimento econômico, mas o desenvolvimento como nós chamamos hoje holístico é sustentável.

Então, a partir da política de um novo departamento de assistência técnica e extensão rural, iniciou-se um processo de reconstrução do serviço de extensão rural. E aí nós temos aqui, em nome do Governo, que ressaltar o papel dos nossos parlamentares nos estados, em nível federal, dos nossos Governos estaduais que estenderam e compreenderam o momento que nós vivíamos e passaram a reestruturar os serviços. Uns com maior agilidade, com maior ênfase, outros com menos. Mas nós tivemos, nos últimos seis anos, um processo de reconstrução do serviço de extensão em todos os estados brasileiros, com raras exceções. Com muita pujança em alguns estados, podemos até citar alguns, que hoje são referências. É importante para quem quer construir extensão no Brasil. Nós temos, por exemplo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, não queremos aqui ser injusto com outros, mas temos muitos estados que, realmente, fizeram por merecer serem referência, hoje, na construção do sistema estadual de extensão rural.

Temos outros com dificuldades, mas, até pelas últimas ações conjuntas do Governo Federal e dos Governos estaduais, especialmente, na Amazônia Legal e no semiárido, nós temos tido uma negociação para alocar recursos no pacto federativo, que poderá, e tem condições, em um curto espaço de tempo, de dar uma... Como a gente diz, uma turbinada na extensão rural nesses estados. Nós tivemos um processo importantíssimo nesse país, nos últimos cinco anos, que foi o processo de formação de agente de extensão rural. Nunca o Brasil, nos últimos 20 anos, capacitou e promoveu tantas ações de formação para agências de extensão, como nos últimos cinco anos. Para vocês terem uma ideia, cada extensionista desse país teve, no mínimo, uma oportunidade de um curso para capacitá-los dos novos conceitos da política nacional. E metade da nossa força de trabalho teve mais de uma oportunidade, no mínimo, mais de uma oportunidade para formação.

Então, nós estamos falando que nós repassamos mais de 15 mil extensionistas, em torno de quase de 20 mil extensionistas nesse país em processo de formação em um esforço do Governo Federal com os Governos estaduais. Isso em um Brasil que passou quase 15 anos sem nenhum processo de formação para seus extensionistas dos estados, é um processo muito importante. E estamos falando em conceitos novos. Nós pudemos ver os recursos federais crescerem, tanto para a agricultura familiar, como para a reforma agrária, assistência técnica para a reforma agrária. E pudemos retomar através, hoje, de mais de mil convênios realizados com mais de 150 organizações de extensão, organizar... Reorganizar o serviço em nível de país. Nós, hoje, estamos vivendo um novo momento, com redes temáticas, onde estamos articulando com mais de 600 agentes que coordenam redes temáticas nos estados, trabalhando em temas estratégicos, como metodologias participativas, como cadeias produtivas da agricultura familiar, como leite, como cadeias das sóciobiodiversidades, e assim por diante.

Enfim, nós vivemos um momento muito importante para a extensão rural, como resultado da percepção e compreensão da sociedade, do Governo, de que é um serviço importante, e eu não poderia, aqui, deixar de citar, que acho que é a questão mais desafiadora para a extensão rural hoje no Brasil, que é o crescimento das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar. Todos nós havemos de concordar que o Brasil, na sua história, provavelmente, nunca teve tantas políticas voltadas para o meio rural e, de forma tão diferenciada. E eu arriscaria aqui dizer, não sou da economia, mas nunca tanto recurso... Então, os movimentos sociais têm um mérito extraordinário nisso, porque foram eles que negociaram com os Governos para que isso acontecesse, criaram um ambiente para que isso, para que um Governo... Convocação para essas políticas, para que pudesse se sentir fortalecido para implementar essas políticas.

E eu citaria aqui o PRONAF, como uma política extraordinária, que chega a, praticamente, metade dos agricultores familiares nesse país e que sofreu transformações extremamente significativas nos últimos cinco anos. Eu citaria o desafio da política de aquisição dos produtos de agricultura familiar, do PAA e agora

essa extraordinária lei de 30% da alimentação escolar ser suprida com produtos da agricultura familiar. Isso é uma pequena revolução num grande país, é uma oportunidade extraordinária para os agricultores familiares e para o meio rural brasileiro, porque eles são a maioria e são importantes para o desenvolvimento do rural brasileiro, assim como, os nossos companheiros empresários rurais e com um papel diferenciado, porque é uma grande população, a agricultura familiar, que emprega 80% da mão de obra do campo e que faz o Brasil rural ser populoso, ainda.

Então, ele tem um papel fundamental, e, hoje, 30% da alimentação escolar, que são alguns bilhões de reais, irão para a agricultura familiar. Um desafio extraordinário para a extensão rural e que, certamente, coloca para os Governos uma questão fundamental. Nós não poderemos dar conta dessas políticas tão importantes, se nós não... Realmente, dermos força ao serviço público de extensão rural. E quando falo serviço público, estou falando das organizações estaduais e estou falando dos companheiros e das organizações do seio da sociedade, que são as não governamentais, sem fins lucrativos. E, também, as empresas com fins lucrativos, certamente, terão seu papel nessa construção. E nós, assim queremos dizer que, não só essas duas políticas, mas todas as políticas que chegam ao rural, inclusive, políticas como Bolsa Família, inclusive, como o Luz Para Todos, casa própria... Todas essas políticas, para chegar ao rural, elas passam pela extensão rural.

É o extensionista que chega à casa dos agricultores que vivem no meio rural, da população que vive no meio rural. E como nós temos, no mínimo, metade dos nossos Municípios sendo Municípios muito rurais, nós também temos que compreender que a extensão rural é fundamental em todos esses Municípios no âmbito urbano. Como nós sabemos, extensionista nas nossas boas épocas, nós éramos o padre, nós éramos o delegado, o prefeito e o extensionista, tal papel importante que sempre desempenhamos. Graças a Deus, o Brasil cresceu, mas, nesses pequenos Municípios, nós ainda continuamos com essa importância toda.

Eu, para encerrar, eu gostaria só de levantar que nós estamos na expectativa da lei geral de... Até, nós vamos precisar que o nosso Congresso Nacional apóie essa lei, o Governo está, desde o plano de safra passado, extremamente consciente da necessidade dessa lei e que nós compreendemos que será uma carta de alforria definitiva para esse serviço público fundamental que foi tão mal compreendido nos últimos 20 anos, e que deu contribuições fundamentais para o desenvolvimento que nós conseguimos, esse rural brasileiro, nessa pujança econômica, que é o rural brasileiro, e que tem um desafio brutal para as próximas décadas, qual seja, as políticas públicas, a questão ambiental e o desenvolvimento rural sustentável.

Nós queremos deixar aqui uma mensagem positiva do Governo dizendo que nós, enquanto Governo, estamos conscientes de que fizemos um trabalho oportuno e importante, fruto de uma coalizão de forças que o Brasil pode ver, mas que nós sabemos que tem uma jornada importante pela frente e, por isso, a importância desse momento, criado aqui, pelo nosso Congresso Nacional. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a exposição do Sr. Hur Ben e, antes de anunciarmos o próximo expositor, gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Waldemir Moka, meu coestaduano, meu conterrâneo, que foi Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e gostaria que ele nos honrasse com a sua participação na Mesa dos trabalhos.

[palmas]

Nós agradecemos a presença do Deputado Moka, que tem sido um baluarte da agricultura como um todo, tanto do agronegócio, quanto da agricultura familiar e, como ele não vai permanecer o tempo todo aqui, está dispensado de participar da Mesa Diretora, embora a sua presença traga, para a nossa Audiência Pública, uma distinção muito significativa. Eu quero registrar aqui, para que os senhores tenham ideia da representatividade desta reunião, além daqueles que estão representando o segmento nesta Mesa, o Roldão e o Nilton, estão presentes o Presidente da EPAGRI de Santa Catarina, Luiz Hessmann; o Presidente do IPA de Pernambuco, Júlio Zoé; da EMATER -DF, Carlos Magno; da EMATER -Rio Grande do Norte, Luis Cláudio Macedo; da EMATER -PB, Marcos; Jefferson Feitoza, Presidente da EMDAGRO do Sergipe e do Ceará, Valmir Severo, além do nosso coirmão da EMPAER de Mato Grosso do norte, que é o Jaime Bom Despacho, que está aqui conosco também. Então, nós vamos passar a palavra, a seguir, ao Sr. José Silva Soares, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

SR. JOSÉ SILVA SOARES: Meu bom dia a todas e a todos, aqui presentes. Quero cumprimentar o Senador Valter Pereira, a Senadora Serys, e agradecer toda a Comissão de Agricultura do Senado por esse espaço importante de discussão de um dos serviços mais importantes desse país que, junto com a educação, com a segurança e com a saúde, nós temos plena convicção, Senador, que é o serviço que vai fazer com que a gente possa reduzir as desigualdades nesse país,

fazer chegar as políticas públicas e, às vezes, até deixar de investir e construir mais presídio, mais cadeias e ter mais alimentos com qualidade, mais baratos na mesa do consumidor. Cumprimentar aqui o Deputado Federal pelo Mato Grosso, Eliene Lima, o nosso querido conterrâneo lá das Minas Gerais que está lá no Mato Grosso prestando esse serviço importantíssimo. O Deputado Waldemir Moka, que não está conosco à Mesa, mas está presente, ele que recorda no início de 2003, quando nós numa caravana da ASBRAER, foi o primeiro gabinete que nós visitamos.

E falávamos, deputado, naquela época, da importância daquela Casa, e desta Casa, aqui, apoiar a reconstrução do serviço de extensão rural. Nossos agradecimentos ao senhor. Cumprimentar aqui o Governo Federal, especialmente o MDA, na pessoa do Hur Ben, junto com o Hector, Alex, Caporal, todos que estão presentes aqui, nesta Audiência Pública, e reconhecer, por bem, aqui, o esforço que o MDA tem feito. Eu creio que um dos Ministérios mais eficazes na aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União, mesmo com todas as dificuldades, nós vamos falar aqui, mas o trabalho e o esforço de vocês nós reconhecemos em todos os momentos, e sabemos da importância que está tendo nesses avanços.

Cumprimentar aqui o nosso companheiro extensionista Lino, representando aqui a federação dos nossos sindicatos, as organizações dos extensionistas do Brasil, cumprimentar aqui o Ronaldo, que representa a CONTAG. Nós também queremos destacar o papel da CONTAG, desde a década de 80, 90, junto com as organizações dos agricultores para recuperar e levar informação, tecnologia e justiça social para o campo brasileiro. Queremos aqui, de uma forma muito especial, cumprimentar o nosso deputado estadual lá do Rio de Janeiro que está aqui na Mesa, nosso querido Salomão, que foi Presidente da EMATER do Rio, ele que fica numa zona de confluência entre Minas e Rio de Janeiro ali, mas tenho certeza que ele está cuidando bem daquela fronteira e fazendo um bom trabalho no Rio de Janeiro.

Cumprimentar a nossa querida EMBRAPA que está presente na pessoa... Queria que, quem estou vendo? O Nicolau, mais outras companheiras da EMBRAPA, que é um orgulho nacional, uma empresa de pesquisa. Cumprimentar de uma forma especial, já citado aqui pelo Senador Valter Pereira, mas os nossos colegas dirigentes das empresas de extensão rural. Aqui o nosso Presidente da EMATER do Rio Grande do Norte, Vice-Presidente da ASBRAER, o Luis Cláudio Macedo, nosso querido Carlos Magno, que também já foi Presidente da EMBRAPA e hoje está no seu DNA o extensionismo brasileiro, Presidente da EMATER do Distrito Federal, meu companheiro Júlio Zoé, lá do Pernambuco, faz um trabalho brilhante lá também, nosso querido Jefferson, lá do INDAGRO, lá do Sergipe, que tem sido um exemplo também de recuperação de extensão rural lá naquele estado, nosso querido Jaime, representando aqui a terra do Senador Jonas Pinheiro, grande extensionista, um exemplo para nós e que foi um dos inspiradores da criação de uma grande frente parlamentar em defesa da extensão rural, que os senhores receberam esse folder, aí nas mãos dos senhores.

Nosso querido Luiz Hessmann, Presidente lá da EPAGRI de Santa Catarina, representando aqui toda a região sul do país, nosso diretor daquela região, o Valmir e o Itamar do Ceará, também do nordeste, nosso companheiro Marcos, representando a Paraíba, os companheiros de Goiás e tantos outros extensionistas que estão presentes aqui, das organizações dos agricultores, nossa Diretora Paula Serrão e toda a equipe da nossa ASBRAER.

Bom, eu começaria, senador, falando o seguinte. O mundo vive alguns dilemas. Um deles é a produção de alimentos. A população mundial cresce assustadoramente e é preciso ter mais alimentos. E ter mais alimentos com qualidade e com preço barato. Isso, meu gauchinho, lá do Mato Grosso, isso não tem milagre. E tem um outro desafio, outro dilema. Tem que produzir mais alimento barato, com qualidade e ainda tem o grande debate que o mundo vive, que é a questão ambiental. Isso também não acontece de forma aleatória. Primeiro, é preciso ter pesquisa. E isso nós concordamos plenamente. Mas, quando você olha, Nicolau, a pesquisa, a EMBRAPA mostra, nos últimos anos, enquanto a área plantada cresce em torno de 1,8 ou 1,9% ao ano, a produção, senador, cresce 5% ou mais. Isso significa que tem gente produzindo conhecimento e esse conhecimento precisa chegar às pessoas.

Só que, quando a gente pensa e analisa os dados, depois da crise de alimentos que aconteceu ano passado, no terceiro... No último bimestre do ano de 2008, quando aconteceu a crise financeira, a América Latina, segundo dados da FAO, publicados, Deputado Moka, a América Latina tinha saído de 56 para 35 milhões de famintos que ganham menos de um dólar por dia. Com essas duas crises rapidamente, a semana passada, a FAO publicou nós voltando, novamente, para 58 milhões de famintos. Isso significa que o problema do mundo não é produzir alimentos, mas é dar acesso a esses alimentos. E eu faço uma analogia. De que adianta criar o PAC da pesquisa que, aliás, é extremamente importante, se não ter acesso aos agricultores, como nós temos que ter acesso aos alimentos, os agricultores não têm acesso ao conhecimento, não têm

acesso às informações geradas pela pesquisa. E pela pesquisa, não só da EMBRAPA, mas das entidades estaduais de pesquisa e das organizações, Ronaldo, não governamentais também.

Então, acho que isso é a coisa mais sagrada na vida da pessoa, é a alimentação. E o mais sagrado para produzir alimentos é as pessoas... As pessoas excluídas desse país, nos rincões desse país e dos grotões, ter acesso ao conhecimento e à tecnologia. Bom, isso também só é possível, se nós fortalecermos a extensão rural. E por isso que nós temos discutido, Senador Valter Pereira, o coração do agronegócio brasileiro. E quando nós falamos do agronegócio, quando eu chego ao supermercado, não tem leite de pequeno, nem de grande produtor, ele é leite. Então, quando nós falamos de agronegócio, nós falamos de produção de alimentos. Produção de riqueza no campo do Brasil e de justiça social. O coração do agronegócio brasileiro hoje, precisa da interferência do senhor e da senadora que são dessa região. O serviço de extensão rural, hoje, no centro-oeste brasileiro precisa ser revitalizado, está aqui o meu amigo Roldão, meu amigo Jaime e o pessoal de Goiás que sabe tanto disso.

Outro ponto que é fundamental, com... Quanto mais desafio tem as regiões, mais foi desmontado esse serviço de extensão rural. Quando infelizmente, por decisões que nós não concordamos, quando foi extinto o serviço de extensão rural no Brasil, as regiões norte e nordeste do país, as que têm mais desafios, foi onde o serviço foi mais sucateado. É lá que os governadores, os parlamentares têm mais dificuldades, porque lá tem seca. Tem uma série de outros desafios que o nosso querido Rio Grande do Sul não tinha. E que está até tendo agora, né? Mas a região sul e sudeste do país conseguiu sobreviver e investir mais nesse serviço de extensão. Então, queria sintetizar, dizer que quanto mais desafio tem na região, mais sucateado é o serviço de extensão rural brasileiro. Por isso nós estamos defendendo que é preciso investir na extensão rural, mas de forma regionalizada também. Senador Valter Pereira e Senadora Serys, hoje, esse serviço é bancado quase que exclusivamente pelos Governos estaduais.

Querido Hur Ben, você sabe disso e todo... E o Ministro Guilherme Cassel sabe disso, estivemos com o Ministro José Múcio que o Governo Federal avançou quilômetros e léguas na extensão rural. Tendo a política nacional de até... Capacitando como você disse, criando novas políticas públicas, aumentando vezes e vezes o PRONAF. Mas nós precisamos avançar mais ainda. Nós precisamos ter certeza, Hur Ben, e você compartilha, eu sei disso, compartilha, o MDA compartilha disso, garantir que esses avanços sejam... a gente consiga perpetuar esses avanços. E é por isso que a extensão, hoje, senador, que está presente em 5.298 Municípios tem o escritório de extensão rural. Eu tenho costumado afirmar, como eu disse lá, no querido Estado do Mato Grosso, junto com o Jaime, lá nos cafundós do Mato Grosso que, talvez, o extensionista é a primeira e a última esperança de uma família rural. O Hur Ben disse muito bem.

Só chega energia se for um extensionista lá, não é, com GPS, pra companhia de energia levar a energia elétrica. Às vezes, ele vai de barco lá na região norte e, com um custo muito alto, mas ele leva o conhecimento. Às vezes, ele está no nordeste e diversas outras formas de levar a tecnologia. Os Governos estaduais também fizeram a sua parte. A extensão rural, hoje, custa para o país, senador, em torno de um bilhão e 600. Assistimos dois milhões é meio de agricultores, quase a metade. Só que, esses recursos são 79.5% do Governo... Dos Governos estaduais e na casa dos 10% do Governo Federal. Meu querido Júlio, foi um aumento astronômico. Saiu de 50 milhões, não é, Hur Ben, para 300 milhões. Não é muito? Mas ainda é pouco quando se analisa como um todo. Então, por isso, as nossas propostas caminham nesse sentido, de aumentar a participação do Governo Federal e que ela chegue nos estados de forma diferente. Ela não chega através dos burocratas, dos convênios.

Com todo esforço que eu disse aqui, reconhecendo aqui, dos técnicos do Ministério, senadora, nós assinamos esse convênio no dia 30 de dezembro, pelo aparato legal do Estado Brasileiro porque nós não somos contra. As leis têm que existir. Mas elas não podem mais ser empecilho, porque a agricultura não pode esperar sair o recurso, para chegar a semente, para chegar a assistência técnica, para chegar a orientação, para chegar a análise de solo.

Então, nós assinamos os convênios, Júlio, em 30 de dezembro, e hoje, grande parte dos estados ainda não recebeu esses recursos. Então, na verdade, são 10% que o Governo Federal consegue fazer... Não sei como é que chama esse nome técnico, mas faz um *superávit* primário, porque o recurso vai ser liberado só no outro ano. Mesmo com todo o esforço do Alex, do Hector, do Hur Ben, e de todos os técnicos lá do MDA. Então, senador e senadora, senhores componentes da Mesa e meus colegas extensionistas que estão aqui. Nós estamos propondo a criação do PAC da extensão rural. O Brasil fala... Tudo que vai fazer, que tem que acontecer, tem que ter o PAC. Naturalmente, é que tudo que fosse fazer não precisasse criar um programa... Teria que, naturalmente, acontecer.

Concordamos que tem que ter o PAC da pesquisa. Só que a pesquisa vai continuar, na maioria das vezes, nas prateleiras. E não serve pra ninguém. Então, o PAC

ele está... Nós estamos propondo, está aqui na mão dos senhores, estruturado em três pontos. O primeiro, mudar a forma de repasse dos recursos. E eu já disse aos senhores aqui que o Governo Federal, o MDA, nós estamos discutindo diuturnamente com eles que é através de uma Lei Geral de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que é mudança da legislação para que as entidades públicas, estatais e das organizações não governamentais sem fins lucrativos sejam feitos de forma continuada em que um governador ao autorizar, por exemplo, aqui em Brasília, que vá autorizar um concurso público, contratar um extensionista para, pelo menos, em 35 anos, o Governo Federal tenha sua participação garantida.

Deputado Moka e Deputado Eliene, os convênios têm sido uma verdadeira dificuldade para nós dirigentes. Chega lá o compromisso de assistir, no Estado do senhor, lá, mais 50 dos 150 mil agricultores familiares, só que o recurso... A legislação não permite ao Alex aprovar a prestação de contas de combustíveis, de diárias. E aí, nós ficamos com compromisso, Salomão, você que foi Presidente da EMATER do Rio, de mais uma tarefa e mais um custo para o Estado. Então, por isso que tem que mudar a forma de repasse de recursos e nós estamos discutindo e, possivelmente, nós aguardamos que o Presidente Lula, agora, ao anunciar o próximo Plano Safra da Agricultura Familiar, senador, anuncie já, ao enviar para o Congresso Nacional, a Lei Geral de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que nós esperávamos no dia 3 de julho de 2008.

O segundo ponto, que nós estamos propondo no PAC da extensão rural, é uma maneira estratégica de otimizar os recursos da extensão rural brasileira. Em todos os Ministérios. Em todas as Secretarias do Governo Federal existem recursos para a extensão rural. No turismo, educação, no meio ambiente, no MDA, no Ministério da Agricultura. E esses recursos, senador e Senadora Serys, eles ficam muito pulverizados, e, com isso, nós estamos propondo que o Governo Federal crie... Não estamos querendo criar mais estrutura, crie uma estrutura de coordenação nacional desses recursos. Que seja uma Secretaria, que seja... O que quiser. Mas não pode é continuar cada Ministério, cada Secretaria, o INCRA, e todos os órgãos têm uma parte de recurso para a extensão rural. E se esses recursos forem feitos de forma coordenada, nós teremos muito mais resultados com esses recursos. Então, segundo ponto, a criação da Secretaria.

E o terceiro, até para resolver um dos grandes dilemas que o mundo vive hoje, que é o dilema da gestão. A crise financeira foi uma questão de gestão, das corporações e, inclusive, das grandes corporações internacionais. Então, nós estamos propondo, senador, que o terceiro ponto do PAC da extensão rural seja um grande programa de inovação e modernização da gestão pública do sistema de extensão rural brasileira e os senhores, que são produtores rurais, são agricultores, são extensionistas, também investir na gestão das nossas entidades, mas também, para os agricultores familiares. Então, para encerrar, senador, senadora, componentes da Mesa, senhores extensionistas, senhores dirigentes. A extensão rural brasileira cumpre um papel fundamental. E nós estamos aqui, com resultados práticos, pragmáticos, um serviço que sobreviveu 60 anos, ele precisa ser tido como serviço essencial. Como é saúde, como é educação. Como eu disse aqui, nas primeiras palavras, e disse isso a um governador esses dias, quem sabe, em vez dele contratar 10 mil policiais, ele contratasse oito mil, e contratasse dois mil técnicos para que os jovens rurais ficassem lá no campo. Não precisassem vir para a cidade [palmas] na esperança de ter dias melhores e eu chegar lá na cidade, e ter as desilusões e as mazelas sociais que estamos vendo. Criar, como nós temos defendido também aí, uma nova classe rural brasileira. Que o jovem rural, essa balela de que tem que fixar o homem no campo, a gente fixa é poste de luz, fixa é poste de cerca, é casa... Às pessoas temos que dar oportunidade. E dar oportunidade, é o que nós estamos querendo fazer, é com as políticas públicas. Que o jovem rural fique no campo, ele tenha oportunidade de ter educação de qualidade, que não precise entrar num ônibus velho para ir para a cidade estudar. Que ele possa, na propriedade do seu pai ou na propriedade do lote de reforma agrária, ele possa ter condição de ter a assistência técnica, de saúde e educação e ser um novo empreendedor rural. É o que o Rio Grande do Norte tem feito, Luis Cláudio, investir na educação. A transformação desse país é através da educação. E a extensão rural é educação não formal.

Então, o que nós precisamos é do apoio, senador, dos senhores, desta Casa, desta Comissão, que nós agradecemos penhoradamente de nos apoiar no PAC da extensão rural. O valor é muito pequeno. Se me perguntar quanto custa o PAC, o Senador falou: Cadê a proposta pragmática? Não custa mais que um bilhão. Isso para um país do tamanho do Brasil, para um agronegócio pujante, para agricultura familiar, isso é muito pouco. E eu tenho certeza de que os resultados serão muito maiores. E nós queremos tornar público, debater cada vez mais o PAC da extensão rural. Então, nós precisamos, também, que os dirigentes, nossos companheiros, levem para os estados, eu estive recentemente, estivemos em Goiás, em todos os estados, estive no Mato Grosso, é preciso fazer con-

curso público. Tem estado que faz 16, 17 anos que não contrata novos profissionais.

[palmas]

É preciso que os recursos do Governo Federal, que eu já disse aqui, sair da burocracia dos convênios, também possam permitir, quando o dirigente chegar ao governador, poder dar aumento de salário, poder dar melhores condições de vida para o extensionista. E, principalmente, modernizar o nosso serviço de extensão rural. Então, agradeço essa oportunidade e dizer que todas as entidades que estão aqui, junto com os senhores, com as senhoras, aqui presentes, eu tenho certeza que, depois dessa Audiência Pública, com toda... O nosso apoio, os deputados federais que estão aqui, que compõem a frente parlamentar em defesa da extensão rural, nós vamos conseguir que, no dia do lançamento do Plano Safra, o Presidente Lula mande para o Congresso Nacional a Lei Geral de ATER. Vai ser o primeiro passo pra gente consolidar, Hur Ben, esses avanços da extensão rural. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a exposição do Sr. José Silva e eu acho que a entidade está bem representada. Ele mostrou aqui que tem habilidade. Habilidade até para negociar publicamente. A proposta que ele faz aqui ao Governo é uma proposta que ele procura não contrariar. Se o Governo quer contratar bastante polícia, não tem problema. Pode contratar. Desde que deixe uma parte minoritária para a extensão rural. É verdade. É assim mesmo que tem que negociar. Tem que ir abrindo caminhos. Eu gostaria de convidar para participar da Mesa dois colegas senadores que compõem a Comissão de Agricultura do Senado Federal, o Senador Gilberto Goellner e o Senador Jayme Campos, representantes de Mato Grosso.

[palmas]

E registrar... A bancada de Mato Grosso está com 100% representada aqui. E eu gostaria de informar que o Deputado Federal Valtenir Pereira gostaria de estar aqui, presente, comunicou-nos que não poderia estar e pediu que o Sr. Juliano Lobalo estivesse presente, representando-o. Então, nós agradecemos a presença do Sr. Juliano, representando o Deputado Valtenir Pereira. Agora nós vamos interromper os expositores e vamos ouvir a palavra da autora do requerimento, que ela tem primazia por força do regimento, ela pode falar em qualquer fase. E ela terá uma reunião da Mesa Diretora, e, nesse momento, a Mesa Diretora está sob grandes aplausos aí de todo o Senado, de toda a sociedade. Então, a gente quer, em homenagem a essa diligente Mesa Diretora, conceder a palavra à eminente Senadora Serys Slhessarenko.

[palmas]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Quero começar aqui saudando a todos e a todas que estão aqui diante dessa Mesa, que realmente são a razão desse momento. Quero aqui saudar todos os senhores debatedores, Deputado do Rio de Janeiro, Deputado Salomão, senhores que estão participando como palestrantes, e quero fazer uma saudação muito especial ao nosso Presidente da Comissão, nosso Senador Valter Pereira e dizer que a bancada de Mato Grosso está por inteiro, 100%, né Senador Jayme Campos, Senador Goellner e eu. E melhor ainda, né, até com a representação de gênero, que são raras as comissões que tem a representação de uma mulher. Queria aqui saudar a todos, como eu já disse, e a todas, uma saudação muito especial a todas as mulheres aqui presentes. Aliás, somos poucas aqui presentes, né? Somos poucas. Mas eu tenho certeza que lá na ponta, lá na ponta do extensionismo rural tem muitas mulheres, porque a gente ajuda e com muita competência a carregar esse piano, como tantos outros.

[palmas]

Quero começar, aqui, saudando a todos e a todas que estão aqui, diante desta Mesa, que realmente são a razão deste momento. Quero, aqui, saudar todos os senhores debatedores, deputados do Rio de Janeiro, deputado Salomão, senhores que estão participando como palestrantes e quero fazer uma saudação muito especial ao nosso Presidente da Comissão, nosso Senador Valter Pereira, e dizer que a bancada de Mato Grosso está por inteiro, 100%, não é, Senador Jayme Campos, Senador Goellner, e eu.

[palmas]

E, melhor ainda, não é, até com a representação de gênero, não é, porque são raras as comissões que têm a representação de uma mulher. Queria aqui saudar a todos, como eu já disse, e a todas, uma saudação muito especial a todas as mulheres aqui presentes. Aliás, somos poucas aqui presentes, não é, somos poucas, mas eu tenho certeza de que lá na ponta do extensionismo rural tem muitas mulheres, porque a gente ajuda e, com muita competência, a carregar esse piano, como tantos outros.

Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas, porque eu vou ter que me retirar, mas eu volto. Mas, como já estão me chamando há algum tempo, eu pedi ao Sr. Presidente, e ele, realmente, atendeu esse nosso pedido para eu poder dar uma palavra. Eu vou ser

breve. Porque o importante é esse evento estar acontecendo. Por que deste evento? Porque eu fiz alguns pronunciamentos na Tribuna do nosso Senado, sempre por solicitação de Jayme, de gauchinho, de Enoque... Essa turma aí que trabalha mais achegada à extensão rural e mais próxima à minha pessoa, no Mato Grosso. Inclusive, sempre que eu faço isso na Tribuna, eu sou aparteada pelos nossos senadores, tanto o Senador Gilberto quanto o Senador Jayme, porque todos sabem da problemática que a gente vive, em termos do extensionismo rural no nosso Estado do Mato Grosso.

E como essas falas são feitas na Tribuna do Senado, são feitas para o Brasil, começaram a chegar várias solicitações de outros estados. E lideranças dessa área de outros estados falando conosco que o problema existe. Às vezes, de uma forma diferenciada, de um estado para o outro, não é mais a questão de pessoal. No outro, é mais a questão de recursos, no outro... Todos se ressentindo da questão de legislação, etc., e aí nós fizemos esse requerimento à Comissão de Agricultura, a CRA, como a gente chama, e, prontamente, o Senador Presidente, Valter Pereira, acatou esse requerimento, colocou em votação e foi votado e aprovado por unanimidade.

A gente tem que historiar, porque, às vezes, parece que... Ah, fui eu, caiu assim e eu resolvi. Não. Foi toda uma solicitação da sociedade, desta área, vamos chamar assim, para encurtar o discurso e, também, uma determinação da Comissão. Então, foram todas essas partes que nos ajudaram, lógico, a estar aqui neste momento. Também eu fui relatora da Medida Provisória que agora até esqueci o número dela, que já foi falado aqui que autoriza... Aliás, que determina que 30% da alimentação da nossa merenda escolar, hoje, seja proveniente da agricultura familiar. No mínimo. No mínimo 30%. Essa relatoria nós batalhamos muito, inclusive, teve determinado momento em que a pauta estava trancada e que os Srs. Senadores, em Plenário, resolveram trabalhar essa questão, destrancando a pauta para aprovar. 30% no mínimo.

E tem mais, acrescentando os partícipes da merenda escolar, da alimentação escolar, mais sete milhões de estudantes. Quer dizer, além de que a merenda escolar hoje já... Ela tem milhões e milhões de partícipes. Com esta lei, ampliou-se a participação, também, para mais estudantes, que seriam aqueles estudantes que a gente chamaria naquela linguagem mais do passado, mas que é mais inteligível do que fundamental, básico, etc e tal, que é o segundo grau. Quer dizer, o segundo grau agora também tem que ter alimentação escolar. Ou seja, são mais sete milhões de estudantes na alimentação e 30% dessa alimentação tem que vir da agricultura familiar. Eu diria que isso é de extrema relevância.

Essa foi das Medidas Provisórias, eu diria, da maior relevância. Porque não só vai contribuir grandemente para o crescimento, ampliação da agricultura familiar, como os próprios familiares desses estudantes que estavam lá na área rural, em nível de segundo grau, que não tinham direito à condução para fazer um segundo grau. Não tinha. Terminou o primeiro grau, acabou. No primeiro grau, falando na linguagem meio do passado, terminou o primeiro grau não tinha mais merenda, não tinha mais transporte para ir para a escola, não tinha mais nada. Acabou. Agora, não. Quem está no segundo grau, quer dizer, no ensino... Agora assumiu o ensino como um todo, o ensino básico, terá a merenda escolar, terá transporte escolar e tem ainda o dinheiro direto na escola, para outras questões, que não vou entrar aqui, porque o debate aqui, agora, não é esse. E mais o PRONERA, porque o PRONERA eu acho que é extremamente importante.

O PRONERA, que é aquele programa que vai fazer a formação específica, vamos dizer assim, daquele pessoal que é de assentamento rural, que é dos quilombolas. Então, de conformidade com a especificidade da existência deles lá na área rural. São quilombolas? Ah, não. São assentados do movimento sem terra? São assentados de origem, desde sempre, como eu digo? E eles terão que ter, também, um aprendizado específico nessa área. E eu disse isso aqui, nesse momento, por quê? Tem alguma coisa a ver com a extensão rural? Tem totalmente a ver com extensão rural. Já foi dito aqui, se tem que aumentar 30%... Aliás, se vai ser comprado 30%, no mínimo, da agricultura familiar, para alimentação escolar, vai ter que ter muita extensão rural e extensão rural dessa combativa, que sempre existiu no Brasil e que estão, mais ou menos, deixando ela fragilizada. Mas ela está vindo com toda força aí... Está muito fragilizada, está dizendo o nosso senador aqui. Mas exatamente, ela está vindo aí, vem com força e, acho que, o José Silva que nos antecipou na fala, ele já disse da busca dessa construção de um PAC para o extensionismo rural.

Então, hoje... Inclusive, se diz muito... Não, agronegócio vai bem. Vai bem, obrigado, e a gente quer que ele vá cada vez melhor. Precisamos de exportação, precisamos de busca de divisas, etc. e tal. Mas nós temos que nos preocupar, sim, é com a agricultura familiar. E, hoje, muitas vezes, a gente diz: "Agricultura familiar está endividada, não está encontrando saídas, etc.", mas isso está acontecendo fortemente pela falta de assistência técnica. Eu não tenho dúvida disso, que o endividamento da agricultura familiar vai ser superado quando a gente, realmente, conseguir

contribuir para abrir o espaço que o extensionismo rural, que a assistência técnica rural precisa neste país. E isso está sendo buscado, eu acho que o Zé Silva... Não vou entrar nesse detalhe, ele já colocou muito bem essa questão da necessidade de um PAC para a extensão rural.

Eu tenho informação, aqui, de que 4.5 milhões de empreendimentos familiares existem no Brasil e que somente a metade disso aí tem assistência técnica. Ou seja, precisamos redobrar esse serviço, gente! Assistência técnica tem que ser, no mínimo, redobrada, em termos de recursos, em termos de pessoal e tem que ser caprichada uma legislação que dê sustentação pra gente não viver mais com esses convênios etc e tal que, realmente, isso que não rende, não vai para frente e atravanca realmente o desenvolvimento da agricultura familiar. Oh, José da Silva, estou aproveitando todo o seu discurso, viu, para eu encurtar o meu. A necessidade de criação do PAC da extensão rural, mudando a forma de repasse de recursos, como ele já colocou, que tem muitos Ministérios que tem recurso para isso, mas tudo através desses tais de convênios, que nós não queremos mais isso, a criação de uma... De um órgão aí que não precisa ser nada espantoso, para que a assistência técnica rural esteja acomodada, e o programa de modernização e gestão dessa entidade.

Quero deixar também aqui a sugestão de uma Audiência Pública sobre esse assunto... Já falaram aqui que o nordeste precisa mais, eu vou falar aqui... Cada um puxa mais a sua sardinha, que o centro-oeste também precisa muito. Que a gente consiga fazer, de repente, por região. Aquelas regiões que mais precisam. A gente consiga, Presidente, fazer uma Audiência Pública dessas na região, no centro-oeste, que é a nossa região, aí a gente define em qual estado, aí nós vamos bater um boxizinho com o senhor, pra ver em qual estado vai ser... Mas a gente faz. Eu estou brincando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vocês já têm a copa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ele disse que eu já tenho a copa. Ele vai querer a extensão rural. Mas tudo bem, não tem problema, não. A gente chega a um acordo. No nordeste, vamos ver quais são as regiões que mais precisam discutir essa questão. E quais são as que têm maiores dificuldades, que têm maior número de assentamentos rurais, etc e tal. E, também eu diria, deixo como sugestão aqui à Mesa, a todos que estão aqui, que se crie uma comissão para fazer essa mediação com o Presidente da República e com os Ministros do PAC, fazer uma mediação. Ajudar esta Comissão sob a Presidência do nosso Senador Valter Pereira, com a comissão formada por senadores, por representação do movimento das organizações do extensionismo rural, não sei se posso chamar assim, que a gente organize um grupo para trabalhar a questão da importância, a EMBRAPA está aqui, essa fantástica empresa que a gente ama de paixão e que está indo para o nosso Mato Grosso agora, não é um núcleo, é um... Como é que chama?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Um centro. Porque às vezes, eu confundo, centro e núcleo, me faltava a palavra centro... Lá para Mato Grosso, extremamente relevante. Então, que a gente componha esse grupo e se o PAC está sendo elaborado, o PAC da extensão rural, que no momento que for tramitar, digamos assim, encaminhado ao Presidente da República para encaminhar e fazer os encaminhamentos devidos, que esta Comissão ajude... Se integre, no sentido de conversar com os Ministros da área, conversar com o Presidente da República porque a gente tem assegurado este PAC da extensão rural. Por aqui eu finalizo, sei que outros encaminhamentos vão emergir, eu sou a requerente deste evento, fico muito feliz de ver tantas pessoas, mais de 200 pessoas aqui, que pegam realmente este piano e carregam com tanto... Com tanta competência e com tanto compromisso político. Não compromisso político partidário, mas político com a causa que é do extensionismo rural. Parabéns aos senhores e parabéns a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao agradecer a participação da Senadora Serys, eu quero dizer à eminente parlamentar que, a partir de agora, ela está liberada para esta...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Acabei de ser comunicada, por este ofício, que foi transferida a reunião. Então, estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi transferida? Beleza. Transferida...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Desculpe, Senador. Mas o comunicado veio em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas não há... É motivo de regozijo porque V. Exa. vai permanecer até o final da reunião. Nós queremos, agora, anunciar a palavra do Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica do Setor Público Agrícola do Brasil, FASER, Lino Moura. Com a palavra.

SR. LINO MOURA: Em nome da FASER, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica de Extensão Rural do Setor Público Agrícola

do Brasil, eu quero cumprimentar o Senador Valter Pereira, Presidente desta Comissão, a Senadora Serys Slhessarenko. Espero ter acertado. Que requereu esta audiência, e a quem nós agradecemos encarecidamente. O amigo Hur Ben e demais trabalhadores, extensionistas que hoje militam no DATER, os Deputados Nilton e Eliene, senadores que estão nos prestigiando, o Sr. José Roldão, da AGRAER, o amigo Ronaldo, E companheiro, comitê DATER, que representa a CONTAG aqui, os representantes de movimentos sociais, de sindicatos, entidades, dirigentes de instituições de extensão rural dos estados, extensionistas de todo o Brasil que nos prestigiam, embora a mudança de data desta audiência tenha diminuído um pouco a mobilização, em função de outras agendas, mas ficamos contentes de ver todo esse grupo aqui prestigiando. Agricultores, agricultoras... Extensionistas, quem eu já falei, de todo o Brasil.

Senhoras e senhores, a história de luta dos extensionistas da FASER, extensionistas e pesquisadores da FAZER, pode ser sintetizada em três momentos. Primeiro, foi o tempo de resistir, quando houve o desmonte do sistema brasileiro de extensão rural, nos anos 80. Depois, o tempo de propor quando, nos anos 90, nós procuramos propor a recomposição, a recuperação desses serviços e, finalmente, um terceiro momento, que é da efetiva ação para colocar em prática aquela extensão que a gente começou a construir lá no *Workshop* de 97, junto com diversas entidades. Na hora dessa efetivação os extensionistas e pesquisadores do Brasil, representados pela FAZER, vinham ocupar esse espaço para dizer que nós estamos compromissados com a causa da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Os serviços de Assistência Técnica de Extensão Rural já são reconhecidos pelos agricultores familiares, em cada canto desse país, como fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural, para a geração do emprego e renda, para o bem-estar das populações do campo, para a geração de alimentos e, também, para a geração de divisas para o nosso país. A FASER tem como marca registrada nas suas lutas a contribuição para que a extensão rural do Brasil sobrevivesse aos mandos e desmandos e desmontes que foram promovidos por vários Governos, estaduais e federais, ao longo de aproximadamente quatro décadas. E por isso, a FASER solicitou a realização desta Audiência Pública e ficamos muito satisfeitos com a aceitação do requerimento por esta Comissão para que possamos enfrentar, juntos, os desafios para a implementação da política nacional de ATER e dessas políticas todas que vêm sendo criadas nos últimos anos para a agricultura familiar e para o Brasil rural, como nós costumamos chamar na FASER.

Caros senadores, senadoras, a importância da agricultura familiar para o Brasil é incontestável. O Presidente da EMPAER já salientou que um grande número de agricultores familiares se distribui em todo esse país representando 84% do total dos estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos da agricultura familiar são responsáveis por 77% dos empregos rurais, 60% da produção de alimentos no país. A agricultura familiar é responsável, hoje, por cerca de 40% do valor bruto da produção agropecuária. E, também, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população. Os produtos básicos da dieta da população, a grande maioria é produzida na agricultura familiar. Como a senadora falou há pouco, nós salientamos que a grande maioria, ou mais da metade, digamos assim, dos agricultores familiares ainda estão sem a assistência técnica. E isso, aliado a outros fatores, faz com que, hoje, tenhamos 2,6 milhões... Prestem bem atenção nesse número. 2,6 milhões de famílias de agricultores familiares na linha de pobreza. Isto é altamente preocupante. O que falta?

E a falta dessa assistência técnica tem levado ao fracasso muitos projetos de agricultores. A inadimplência é algo muito preocupante também. E o desconhecimento das políticas públicas não tem permitido, sequer, que os recursos disponibilizados para o PRONAF tenham tomadores em muitos locais. Prova disso, é que o percentual de recursos para o PRONAF vem diminuindo a cada ano. O recurso para a agricultura familiar em relação ao total, embora o aumento nominal seja muito significativo, Hur Ben, mas ele chegou a 18%, esses recursos para a agricultura familiar, em relação ao plano de safra total, chegou a 18%, e o plano anunciado agora, para 2009 e 2010, ele chegou a 13,95%. Quer dizer, é uma redução percentual e muito significativa, em relação ao valor total aplicado. A ponto da mídia divulgar que estão sobrando recursos para o PRONAF, quando muitos agricultores não têm, sequer, acesso a esse programa.

Por isso é uma posição da FASER de que pouco adianta ter um grande volume de crédito, sem assistência técnica, sem a extensão rural. Pouco adianta o seguro sem esse serviço. Assim como também se aplica a programas de comercialização sem que haja assistência técnica para levar essas políticas, para orientar essas políticas e para fazer com que elas realmente dêem resultado. Grande parte desses recursos sem a ATER... Quando eu falo em ATER, é Assistência Técnica de Extensão Rural, só para não gastar muito tempo. Grande parte desses recursos acaba não atingindo os objetivos propostos, que é a melhoria da

vida dos agricultores e acabam, muitas vezes, gerando mais inadimplentes.

É nesse contexto que enfatizamos a importância dos serviços de Assistência Técnica de Extensão Rural para a agricultura familiar no Brasil. Caro Hur Ben, reconhecemos, e leve isso para o pessoal do MDA, como uma manifestação de reconhecimento da FASER pelos avanços obtidos nesses últimos anos. A criação do DATER, em 2004, a criação da nova política de ATER, discutida com toda a sociedade, entidade, sociedade civil, organizações não governamentais, mas que ainda precisa ser incorporada pelos estados. A gente tem muitos dirigentes estaduais aqui, sabemos, Zé Silva, que precisa ser mais apropriada. Ela precisa ter uma apropriação. Precisa ser levada a sério essa política nacional de ATER. A retomada do Estado Brasileiro de Assistência Técnica de Extensão Rural, a ampliação do debate sobre a ATER pública em todo o Brasil, a inclusão do serviço de ATER no Plano Plurianual, que é uma novidade e que dá uma garantia muito significativa daqueles recursos, inclusive, para o primeiro ano do próximo Governo. Isso foi muito positivo para nós. E especialmente o aumento dos recursos para a ATER que permitiram a recuperação desse serviço em alguns estados onde estavam totalmente desmantelados, desde os anos 80.

Sem falar em outras políticas relacionadas que, algumas, o Hur Ben já citou aqui, como o PAA, o Mais Alimentos e outras, que tem tudo a ver com a agricultura familiar e tudo a ver com a extensão rural. No entanto, senadores, tem muito o que avançar, para que consigamos atingir os objetivos, os objetivos da política nacional de ATER que eu resumo em, mais ou menos, o seguinte, ter assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade para todos os agricultores familiares nesse país. É isso que nós queremos, pessoal, agricultura, assistência técnica de extensão rural pública, gratuita e de qualidade para todos os 4,5 milhões de famílias, de agricultores familiares nesse país. É isso que a FASER está pleiteando e fica muito satisfeita que esse debate veio aqui para dentro da Comissão de Agricultura do Senado, como está em alguns debates nas comissões de agricultura das assembléias. Inclusive, eu aproveito aqui, para citar que dia 10, sexta-feira, às 14h00, tem uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Ceará, tendo como tema a EMATER do Ceará e a assistência técnica e extensão rural.

E que dia 14 de agosto, também uma sexta-feira, acontece uma Audiência Pública também na Assembléia Legislativa, só que em Alagoas. Isso é bom. A assistência técnica e a extensão rural está entrando na pauta. Alguns estados, no caso, o Rio Grande do Sul já criou uma frente parlamentar de defesa da extensão rural em nível de Estado. Quando eu digo que nós, da FAZER, reconhecemos o esforço desses últimos anos, mas não podemos nos conformar simplesmente. E vamos apontar algumas questões que, no nosso entendimento, são fundamentais para que não ocorram retrocessos. Sabemos que os recursos disponibilizados ainda estão muito aquém da necessidade para atingir todo o contingente de agricultores familiares e as necessidades das instituições que fazem a ATER, o Hur Ben citou aqui, 150 instituições conveniadas, e são mais do que isso, e não... O recurso disponibilizado não é suficiente para isso.

E também é sabido que o maior custo das instituições de ATER é o quadro de funcionários. São as pessoas que vão até os agricultores. E ainda existem imensas dificuldades baseadas na legislação vigente para que o Governo Federal possa repassar recursos para entidades de ATER nos estados. E que possam contratar pessoal através de concurso público. Nós salientamos isso. O concurso público é uma forma de garantir a continuidade dos trabalhos em qualquer cenário político ou de Governo. Tanto nos estados como no país. Contratações emergenciais são importantes? Sim. Mas não resolvem a questão da continuidade do trabalho da extensão rural.

[palmas]

Uma revisão da forma de repasse, e temos que aplaudir quando tanto o Hur Ben quanto o Zé Silva da ASBRAER nos citam que está saindo do forno a Lei Geral de ATER e queremos contar com os Srs. Senadores, Senadoras, parlamentares, para que apóiem, para que isso seja, imediatamente, posto em prática e permita o repasse de maneira mais eficiente, para que os programas da ATER não fiquem muitas vezes só no diagnóstico, porque o dinheiro chegou muito tarde e não dá para concluir. Então, isso é muito importante, pessoal, o repasse desburocratizado. Bom, o DATER, Hur Ben, tem sido um importante segmento do MDA, e cumpriu papel fundamental nesse período de reformatação das políticas. Mas nós nos associamos ao que o Zé Silva já falou, na necessidade de criar uma Secretaria Nacional de Agricultura Familiar. Em função de uma maior autonomia, da coordenação dos trabalhos junto a vários Ministérios, a várias fontes de recursos e, também, facilitando a operacionalização dessas ações dentro das políticas para a agricultura familiar e para a assistência técnica de extensão rural.

É ainda é muito importante a consolidação do MDA. Embora todos também reconheçamos uma ação diferenciada que ocorreu, se sabe que isso não é unanimidade, o MDA. Existem correntes na política, dentro

do próprio Governo, que entendem que é necessário que o MDA fique dentro do Ministério da Agricultura. Nós entendemos que a situação atual, o formato atual é melhor para o desenvolvimento da agricultura familiar nesse país, dentro do MDA. Então, essa consolidação, com concurso público, com reformatação da estrutura é fundamental. Bom, nós estamos trabalhando, pessoal, a FASER, aí eu falo, para mudar o meio rural brasileiro. Para tornar mais justo, para melhorar a vida de quem vive no campo, para que os agricultores tenham acesso à terra, para diminuir a questão da fome, para ter mais produção, menos violência no campo, mais renda e, também, mais respeito aos recursos naturais.

Porque a gente fala muito em sustentabilidade, mas, muitas vezes, a dimensão econômica acaba sendo preponderante e acaba superando qualquer preocupação com o meio ambiente. E nós temos que pensar, sim, na solidariedade com as gerações futuras, não é, Caporal, que escreveu muito sobre isso e é muito importante que a gente tenha isso claro na nossa ação extensionista. Bom, temos convicção de que a ATER qualifica as demais políticas públicas, e permite superar as dificuldades do Brasil rural que temos, esse que está aí. Para que a ATER torne realidade o Brasil rural que queremos, se faz necessária a aplicação de mais recursos, estruturando as entidades nos estados, com computadores, veículos, técnicos, de maneira continuada. Através de todas as políticas que já foram faladas aqui. Talvez criando um [ininteligível] ao modelo do SUS, do SUAS e outros.

Então, isso é importante que se crie. Porque é preciso a continuidade do trabalho. Porque os extensionistas, e eu quero salientar isso, porque eu sou extensionista há 31 anos. Os extensionistas são aqueles... Não só eles, mas os extensionistas são aqueles que chegam em lugares, talvez, mais inacessíveis nesse país. Tem lugares que só os extensionistas têm chegado para levar informação tecnológica, informação de políticas públicas, inclusive, não relacionadas com a agricultura familiar diretamente, mas outras políticas de cidadania, de assistência social... Muitas vezes, é a extensão rural que está levando. E, ao mesmo tempo, fazendo o *feedback*, trazendo as demandas dessas populações para as pesquisas e para os Governos.

Bom, face ao tempo, eu vou aqui resumidamente salientar as propostas, baseado no que a gente já falou, da FASER para esta Comissão e pedir que apoie o encaminhamento mediando esse PAC proposto pela ASBRAER junto ao Governo Federal, junto ao Presidente da República.

1) O ponto um é a ampliação e garantia do orçamento para a ATER pública, um patamar mínimo equivalente a 10% do valor aplicado no PRONAF. Isso está em sintonia com o grito da terra, coordenado pela CONTAG.

2) Criar a Lei Geral de ATER, parece que já está andando, para garantir que os recursos possam ser repassados de forma continuada com agilidade e, não, no formato burocrático dos convênios atuais. Sugerimos um fundo nacional de financiamento do serviço de ATER e pesquisa pública.

3) Consolidação do MDA, com definição da sua estrutura e contratação por concurso público do quadro funcional, garantindo a continuidade das suas políticas ao longo do tempo. Para que se tornem políticas de Estado e não de Governo. E por último a criação da Secretaria de ATER, garantindo dessa forma uma maior autonomia técnica, política e gerencial.

Finalizando, temos uma expectativa nesta Audiência Pública. Esperamos que as reflexões que sairão daqui possam sugerir caminhos ainda melhores, para provocar os avanços necessários na política de ATER desse país. E acreditamos no papel fundamental do Senado Federal e do Congresso Nacional para que as políticas públicas para o desenvolvimento rural se tornem realidade. Contamos com o apoio, a voz e o esforço de cada senador e senadora, cada deputado e deputada, para que possamos juntos construir a melhor... O melhor conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar que um país já produziu. Isso é possível. Nós acreditamos. Nós podemos, como dizia o Barack Obama.

Então, pessoal, nós estamos abertos ao debate, queremos contribuir, a FASER quer contribuir nesse debate para que nós consigamos realmente construir... Ampliar este conjunto já feito e construir um conjunto, ainda melhor, de políticas públicas para a agricultura familiar e que a extensão rural seja um dos pilares desse desenvolvimento rural para esse Brasil que nós queremos. Em nome dos extensionistas e pesquisadores do Brasil, nós reiteramos o nosso agradecimento a esta Comissão, Senador Valter e Senadora Serys, que requereu esta Comissão. E a vocês todos, agradecemos pela paciência de ter nos escutado nesta fala. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a exposição do Sr. Lino Moura e vamos prestar uma informação que eu acho que é importante para todo o público presente. Faltam dois expositores. Após o término dessas exposições, nós vamos abrir para o debate. Vamos reservar um tempo para que as ideias trazidas à colação sejam, devidamente, avaliadas por todas as senhoras e os senhores que estão presentes. Eu registro aqui

na nossa Audiência Pública a presença do eminente Senador Romeu Tuma, que já está compondo a Mesa, é membro titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e do Deputado Pedro Wilson, que é deputado federal que também é um dos... Um dos nomes que tem se preocupado extremamente com a agricultura, especialmente, com a agricultura familiar.

A seguir nós vamos passar a palavra, para a sua exposição, ao meu conterrâneo, José Antônio Roldão, que é Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, AGRAER, que está aqui representando o Governador André Puccinelli. O Dr. Roldão tem desenvolvido um extraordinário trabalho junto à agricultura familiar de meu estado e estabeleceu uma parceria que tem dado grandes resultados com a superintendência do INCRA. Ambos os órgãos, tanto a AGRAER como o INCRA, caminham de mãos dadas em Mato Grosso do Sul, com promissores resultados para a agricultura familiar. Portanto, com a palavra o Dr. Roldão.

SR. JOSÉ ANTÔNIO ROLDÃO: Muito obrigado. Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Valter Pereira, Presidente desta Comissão de Agricultura do Senado Federal, a Senadora Serys, autora do requerimento de propositura desta Audiência Pública. Trago aqui o abraço do nosso Governador do Estado, Dr. André Puccinelli, que muito nos honra em ser designado a representá-lo nesta Audiência Pública. Queria cumprimentar meu Presidente, José Silva, Presidente da ASBRAER, o Hur Ben, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Lino da FASER, o Ronaldo da CONTAG, o Deputado Salomão que pertenceu, e pertence a esse sistema, aos Senadores Jayme Campos, Goellner e Romeu Tuma, deputados federais, queria cumprimentar, especialmente, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Extensão Rural do meu estado, a Teresinha. Cumprimentar a nossa comitiva que abrilhanta este evento que veio lá do meu Estado Mato Grosso do Sul, e queria cumprimentar a todos os presentes. Eu pretendo ser breve, Sr. Presidente, mas eu gostaria de destacar um ponto que reputo essencial nesta Audiência Pública.

Aliás, eu gostaria de propor que esta Audiência Pública de ATER se confundisse um pouco com o PAC da extensão rural. Ou, quiçá, seria denominada Audiência Pública do PAC da Extensão Rural. O que nós... Prestando atenção nos companheiros que nos antecederam, nós tivemos uma visão bem clara de que o grande objetivo desta Audiência Pública é garantir um horizonte de sustentabilidade à extensão rural brasileira. E isso eu acredito e, resumidamente, até porque o meu Presidente já detalhou sobre esse PAC, é isso que nós estamos pedindo. Se a gente fizer uma remissividade breve no lançamento do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, às vezes, a gente tem a sensação e confesso a vocês que não gostaria de ter isso, mas a sensação de que o mundo rural vive à deriva das cidades, e isso nós temos que tornar inversamente proporcional.

Até que por muitos diálogos se começou a ouvir falar no PAC Rural. E, no meu modo de entender, acho que, a alavancagem de um país como o nosso, essencialmente agrícola, nós deveríamos ter tido o lançamento do PAC Rural e depois da carona ao aceleramento das cidades. E a gente começou a ouvir falar no PAC Rural, especificamente dirigido à pesquisa brasileira que, lógico, tem sua importância indispensável, fundamental no processo, e agora nós estamos pedindo o PAC da extensão rural. E o que significa isso? Significa três pilares que foram aqui dissecados. Primeiro, o fortalecimento do sistema. O que é esse fortalecimento dos sistemas? É fato sim, que nós temos o sistema brasileiro de extensão rural, nós temos o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, mas eu... Precisa ser solidificado esse sistema. Se vocês lembrarem, num passado não muito distante, esse sistema ficava como apêndice do Ministério da Agricultura, e depois, com a estruturação do MDA, que tem sim, as suas políticas fortes, suas políticas sólidas para o sistema, mas é essencialmente vulnerável.

O que eu quero dizer com isso? É respaldado em decretos que uma pena da caneta extingue o processo. Vale ressaltar que, com toda essa força e essa solidez, entre aspas, mas essa política estruturante que tem o MDA, a sua estrutura é altamente indesejável. Se voltar, o pessoal que, às vezes, está à disposição, pessoal que, às vezes, são consultores, o MDA fica acéfalo, um sistema tão importante na nação brasileira como esse. Portanto, o primeiro pilar essencial que consta no PAC, que nós estamos pedindo, é a criação da Lei Geral de ATER. Que não só vem preocupar com a descentralização de recursos, que é uma decadência. Hoje, a gente louva a iniciativa do MDA, mas especialmente no meu estado nós tivemos acesso à primeira parcela do ano de 2007. E a hora que você vai fazer a prestação de contas, ela fica altamente comprometida pela não liberação dos recursos na hora exata e de forma correta.

Então, essa lei vem para preservar esse sistema também de descentralização de recursos. Mas mais importante do que isso, é a solidificação do sistema. O segundo pilar é a criação de um mecanismo que congrega todas as políticas públicas de ATER no país. Foi citado aqui a criação de um mecanismo, eu quero estender que seja lá qual mecanismo for, fica em que

Ministério for, que ele deva ser essencialmente o organizador e o centralizador dessas políticas públicas de assistência técnica de extensão rural no brasil. E, por fim, o terceiro pilar do PAC que nós reivindicamos é a modernização da gestão das entidades estaduais de ATER. E aí eu quero destacar a responsabilidade dos Governos estaduais. A estruturação do sistema. Se a gente vê num passado não muito distante, no ano de 1990, com a extinção da EMBRATER, nós assistimos um grande desmanche do sistema.

Me permita me centralizar aqui no centro-oeste brasileiro, no Estado do Mato Grosso do Sul, me sinto extremamente confortável para lhe informar que, no ano de 2000, houve a extinção da empresa de pesquisa e assistência técnica e extensão rural do estado. Isso é um grande retrocesso para aquele território e pior daqueles estados que a exemplo desse também tenha tido ações como essa. Cito no Estado de Goiás que o sistema ficou agasalhado simplesmente em um departamento, não tendo condições [palmas] de mostrar a estrutura e a potencialidade gigantesca que tem num estado como o de Goiás.

[palmas]

E no Estado do Mato Grosso louvo a iniciativa do Ministro Guilherme Cassel, aonde propõe aos estados da federação uma parceria benéfica, aonde se o Estado Brasileiro contratar a força humana, o MDA disponibiliza recurso para a estruturação. E eu cito exemplo, isso no Estado do Mato Grosso, embora os recursos de estruturação estejam assegurados, o estado ainda não foi capaz de contratar sua potencialidade humana. E no nosso Estado de Mato Grosso do Sul isso não aconteceu. Nós, por sensibilidade dos nossos governantes, nós já tivemos a contratação de um universo pequeno, é claro, de 100 profissionais para adentrar ao sistema.

E nessa estruturação de responsabilidades dos Governos estaduais pelo sistema, eu quero destacar aqui, dentre vários pontos que precisam ser reestruturados, como o sistema de gestão e por aí vai, como os meus companheiros aqui já disseram, eu destaco uma coisa... Uma condição *sine qua non* para a eficiência e a eficácia das ações. É a política salarial em todos os estados. Se for espelho do nosso estado, o que acontece com a política salarial? A valorização da carreira do extensionista, isso é desmotivador. Então, eu faço aqui, sim, um registro que, pela importância do processo, pelo brilhantismo no sistema, há de se ter uma política de salário diferenciada aos extensionistas rurais brasileiros.

E, terminando, eu gostaria, ao pegar carona na introdução que o nosso senador fez, que preside esta Comissão de Agricultura, nós tendo a missão de reorganizar o processo no estado, nós somos oriundos de um processo de gestão, nós estamos conseguindo evoluir sistematicamente nessa matéria, mas o que nós gostaríamos de destacar é a grande parceria que nós fizemos com a nossa coirmã, o INCRA, que é responsável por uma faceta similar à nossa missão, e lá essa parceria funciona redondinho. Citamos exemplos de convênios que nós fazemos para atuar em conjunto e estamos construindo um modelo diferenciado de assentamento rural. Há de se distinguir o que se é... Você otimizar uma família num pedaço de terra em que ela tenha renda e uma melhor qualidade de vida, do que ao sistema arcaico de reforma agrária em que disponibiliza terra que, no nosso entendimento, é a parte mais fácil, mas as políticas estruturantes, a sustentabilidade do processo, não é preservada quando você identifica um pedaço de terra na maioria das vezes, não fértil, sem estrutura pública, e sem políticas estruturantes. Então, essa parceria eu reafirmo aqui, a parceria que nós temos com o INCRA no nosso estado em que nós estamos desenhando um novo modelo de sustentabilidade aos assentamentos rurais brasileiros. E o enfoque de uma gestão moderna, de um sistema de agricultura familiar naquele estado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nossos agradecimentos ao Dr. Roldão, pela sua contribuição nesta Audiência Pública. Antes de passar a palavra para o último expositor, Ronaldo de Lima Ramos, eu vou abrir um parênteses para o depoimento do Senador Gilberto Goellner, que é membro da Comissão de Agricultura do Senado e ele quer fazer o seu depoimento aqui porque um outro compromisso o aguarda. Então, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom dia a todos. Sr. Presidente, Valter Pereira, Senadora Serys, requereu esta Audiência Pública, os demais convidados, expositores, as entidades de assistência técnica do... Que estão aqui representadas, de quase todo o país, aos extensionistas. Gostaria de dar... De trazer aqui meu voto de apoio a todas as ações que venham a fortificar o sistema de assistência técnica no país. Eu tenho como exemplo, Senador... Saudoso Senador Jonas Pinheiro, que tinha também a bandeira... Sua bandeira de luta aqui no Senado era pela fortificação da assistência técnica de todo o sistema, e deixou uma mensagem, quando foi criado, em 3 de outubro de 2007, a Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural, e que com a frente parlamentar come-

çava a ganhar força e a escrever uma nova página na história da extensão rural brasileira.

Então, é nesse sentido que eu vejo que esta Comissão teria que estar mais ativa um pouco, nos convidar, porque nem eu e nem o Jayme conhecíamos esta Comissão, já assinei a ficha, me coloco à disposição, eu venho também como engenheiro agrônomo, atividade privada, eu vim da área da assistência técnica no Rio Grande do Sul, estou vendo aqui gaúchos também se fazendo presentes, sei da importância da assistência ao pequeno produtor, e eu vejo que, mesmo grande, não persiste nesse mundo competitivo, aonde existe tanta discrepância, tanta dificuldade de logística, por exemplo, no país, Estado como Mato Grosso, centro-oeste, precisam competir com países desenvolvidos que têm a navegação, a comercialização em melhores condições.

Então, nesse sentido, se criou no Mato Grosso também a assistência técnica, pesquisa para grandes produtores, mas eu vejo que o essencial que é a fortificação do sistema para a pequena propriedade, para os assentamentos rurais, para a pequena agricultura do nosso estado do Mato Grosso está carecendo, simplesmente, desse maior apoio público como foi citado da contratação de reforço humano, de técnicos agrícolas, de engenheiros agrônomos, de veterinários, para atender toda a demanda do Estado. É inconcebível, hoje, que o sistema do Estado detenha a maior porcentagem do seu quadro na capital. Os Municípios, não adianta dois, três, em 141 Municípios, Senadora Serys, nós precisamos hoje de 15, 20 do Município... No Município, de cada... Cada Município do Estado de Mato Grosso. Pela grande demanda que se faz necessário, de atendimento, as diferentes atividades que poderemos incrementar. Não só aquelas atividades da agricultura empresarial de grande... A grande atividade agrícola nas culturas de grãos, mas aquela pequena agricultura que precisa ser fortificada no seu sistema de produção, no seu cooperativismo tanto de produção como de comercialização, na sua ênfase às tecnologias novas, ao atendimento da demanda que existe.

Por exemplo, na área de biocombustíveis que tanto carece a nação, da pequena agricultura que pode se tornar rentável em pequena porção de chão. Enfim, fortificar esse sistema que foi abandonado por completo e ele precisa... E tem no Governo, que eu vejo no Governo do Presidente Lula o início de incremento muito bom com a Constituição do MDA. Então, é nesse sentido que nós devemos juntar os esforços, sair desta Plenária hoje, aqui, diversas sugestões e que nós aqui, temos certeza, que tanto a Câmara, quanto o Senado, estão dispostos a cooperar, no sentido de promover maior crescimento dessa atividade e que se faz necessário para colocar no cenário... O cenário produtivo, com maior renda, a pequena agricultura com renda, políticas públicas que venham ao encontro, uma política de garantia de preço mínimo e de maior renda para a agricultura familiar brasileira. Então, é nesse sentido, Senadora, que nós devemos contribuir e estamos todos imbuídos aqui desse mesmo esforço. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecendo ao Senador Gilberto, nós passamos a palavra agora ao último expositor que é o Sr. Ronaldo de Lima Ramos, Assessor de Política Agrícola da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

SR. RONALDO DE LIMA RAMOS: Muito bom dia. Em primeiro lugar, agradecer à Plenária, que, com muita paciência e muito empenho, tem ouvido todas as falas. Bom dia, Senador Valter Pereira. Em nome da Senadora Serys Slhessarenko, queria cumprimentar todos os parlamentares e as parlamentares presentes, em nome do colega Hur Ben cumprimentar a representação do Governo Federal e do José Silva cumprimentar a todos os extensionistas e as extensionistas aqui presentes e outras representações de movimentos sociais. Gostaria de justificar a ausência do Presidente da CONTAG, Sr. Alberto Broch, que dada essa agenda ele... Devido a outras atividades não pôde estar presente, a gente está aqui representando a CONTAG. Queria fazer um resgate rápido e dizer que serei bastante breve na minha falação para não chover no molhado.

A CONTAG e todo o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao longo da sua história, das suas lutas, vem trabalhando, vem mobilizando eu articulando, nada mais, nada menos, que 25 milhões de agricultores e agricultoras familiares em todo o Brasil. Por meio de toda a sua estrutura, a CONTAG em nível nacional, suas 27 federações nos estados e mais de 4.100 sindicatos em vários Municípios desse país. A CONTAG foi fundamental e o movimento sindical foi fundamental para a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério criado para trabalhar com, e para, a agricultura familiar brasileira. CONTAG também participou em cada debate que subsidiou a elaboração, a discussão e a criação e, hoje, a implementação da política nacional de assistência técnica à extensão rural. E de muitas outras políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo daquelas que já foram faladas aqui, o programa de aquisição de alimentos, e mais recentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Habitação Rural. A CONTAG continuará se empenhando

nessa luta, nessas bandeiras que vem carregando ao longo da sua existência.

Queria falar um pouco da situação atual da assistência técnica e extensão rural no Brasil. É insustentável a forma como os recursos para a assistência técnica e extensão rural são operacionalizados atualmente. A legislação em vigor não comporta... Ela não reconhece o serviço de ATER. Em poucas palavras, é importante dizer isso. Hoje o Brasil, com a legislação que existe, não reconhece o serviço de assistência técnica e extensão rural como serviço essencial, como serviço básico, para que a gente possa fazer desenvolvimento rural sustentável e solidário no país. É necessário fazer com que a assistência técnica chegue a todos esses empreendimentos rurais, de agricultura familiar que hoje não têm qualquer atendimento. E a gente precisa discutir e debater tudo isso.

Um reflexo direto da falta da assistência técnica em boa parte da agricultura familiar é o endividamento, como colocou muito bem a Senadora Serys. O endividamento da agricultura familiar. Como eu falei antes, a CONTAG representa, nada mais, nada menos, que 25 milhões de trabalhadores rurais. Uma boa parte, hoje, está endividada e está com problemas de acesso ao grande programa que é, inclusive, um programa de referência na América do Sul, que é o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. E a gente precisa atacar e focar esse ponto. Não é concebível que a agricultura familiar, que produz 70% do alimento que está na mesa dos brasileiros, não tenha acesso às políticas públicas por falta de acesso ao que é de direito que é a assistência técnica e extensão rural.

Como exemplo disso, a parcela mais empobrecida da agricultura familiar brasileira são os agricultores familiares beneficiários do grupo B do PRONAF, que é o chamado microcrédito rural. Dada a falta de assistência técnica, aliada a outros problemas tão graves quanto esse, que é o uso político e indevido do programa, o PRONAF B, hoje existem nada mais, nada menos, que mais de 1.200 Municípios brasileiros com operações suspensas para o microcrédito rural do grupo B do PRONAF. E é grave isso. Como falei antes, um outro problema grave é que hoje a assistência técnica não é reconhecida como um serviço essencial. É muito caro, tanto para as organizações estatais, quanto para as organizações da sociedade civil utilizar o recurso público. É extremamente caro. Essas organizações têm que disponibilizar sua infraestrutura física, têm que disponibilizar o seu quadro técnico e, têm que disponibilizar muitas vezes, e todas às vezes, recursos financeiros para fazer chegar a assistência técnica até o agricultor familiar.

Então, como já foi colocado aqui, existem caminhos para que a gente consiga vencer esses gargalos. O movimento sindical, em 2008, por intermédio do grito da Terra Brasil, conseguiu junto ao Presidente Lula fazer com que o orçamento da assistência técnica de extensão rural alcançasse o seu ponto máximo que foi de 397 milhões de reais. Saiu em 2003 de 2,3 milhões, chegando em 2008 com 397 milhões. Por ironia do destino, a crise financeira fez com que nada mais, nada menos que 200 milhões desses 397 não fossem disponibilizados para a operacionalização dos serviços de ATER. Agora, veja bem, a crise financeira é grave. Agora, companheiros e companheiras, muito mais grave seria uma crise na produção de alimentos. Se o movimento sindical falasse para 25 milhões de agricultores e agricultoras familiares "Parem de produzir alimentos por dois meses", o país sucumbiria. Então, não há crise financeira que se compare à crise da agricultura familiar.

Então, é importante dizer que, ao mesmo tempo que fortalecemos as assistência técnica no Brasil, nós estamos fortalecendo e consolidando a agricultura familiar brasileira. Hoje, nós temos muitas políticas públicas, com destaques, como já falei, plano PRONAF, que é uma referência em termos de financiamento para a agricultura, o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimento como uma política que funciona e que vem dando certo e que a agricultura familiar está conseguindo acessar, como política de comercialização, como falou a Senadora Serys, o PNAE, ou seja, Política Nacional de Alimentação Escolar que muita gente confunde com merenda escolar, porque infelizmente, Senadora, ainda hoje, muitos filhos de agricultores e agricultoras brasileiras têm a primeira alimentação do seu dia na escola. Por isso que muita gente confunde alimentação escolar com merenda escolar. E isso é grave. E esse programa, como bem disse a Senadora, traz um recorte especial para a agricultura familiar, garantindo que, no mínimo 30% da alimentação escolar, nos Municípios, seja adquirido de produtos da agricultura familiar.

E a agricultura familiar é responsável não só pela produção de alimentos, mas pela soberania alimentar e nutricional do país. Então, um outro programa importante é o Programa Nacional de Habitação Rural, porque hoje o agricultor familiar pode fazer casa para vaca, fazer vaca para as galinhas, fazer casa para cabra. Mas ele não consegue financiar sua própria moradia. Então, o Programa Nacional de Habitação rural é um outro programa muito importante, porque ele traz no seu bojo o resgate do respeito e o resgate da melhoria da qualidade de vida das populações no campo. E já caminhando para a finalização da nossa fala, o movi-

mento sindical reconhece que a prioridade é fazer a assistência técnica e a extensão rural chegar a cada unidade familiar de produção desse país. A cada uma dos quatro milhões e 500 unidades familiares de produção. E os instrumentos já foram aqui colocados.

E a prioridade é combater, é atacar esse problema que hoje criminaliza... Vou repetir, esse problema que hoje criminaliza todas as organizações que vêm acessar recursos públicos para trabalhar com assistência técnica, que é a legislação atual. Sejam organizações do Governo, sejam organizações da sociedade civil. Elas estão sendo penalizadas por ter que disponibilizar toda sua infraestrutura, colocar capital financeiro e ainda estão sendo criminalizadas, e muitas delas tendo que deixar de atuar por conta dessa legislação que não atende e não reconhece o serviço de ATER como serviço básico. Então, é necessário, e eu ratifico e referendo e que foi colocado aqui, a criação e a implementação da Lei Geral da ATER, tornando o serviço de assistência técnica extensão rural como serviço público, como serviço essencial e como serviço básico ao desenvolvimento rural sustentável e solidário no nosso país.

E eu gostaria de finalizar dizendo que a forma, a estrutura como isso deverá ser feito, o movimento sindical vem discutindo e reconhece que não é possível que a gente tenha em cada Ministério e, pior ainda, dentro de um mesmo Ministério dois programas, com rotinas, com procedimentos e com normas operacionais distintas. O movimento sindical vem discutindo isso, mas ainda não chegou ao consenso em relação de que forma chegaremos à solução desse problema. Então, gostaríamos de agradecer em nome da CONTAG, em nome das 27 federações estaduais, em nome dos 4.100 sindicatos e em nome dos 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a oportunidade de estar aqui na Mesa. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Sr. Ronaldo Lima, representante da CONTAG. Esta Audiência Pública está permitindo a gente informar-se de algumas... De alguns aspectos interessantes que precisam de registro. Um deles, eu não sabia, é que existia a Academia Brasileira de Extensão Rural. E existe. E está presente com vários de seus representantes aqui neste auditório.

[palmas]

Outra informação importante. O Roldão me informa que uma comitiva de Mato Grosso do Sul está aqui presente sob o patrocínio da Associação de Prefeitos de Mato Grosso do Sul, e da AGRAER, que mostra a responsabilidade de prefeitos e da companhia que o Roldão preside. Nós vamos então iniciar os debates. Mas eu gostaria, antes de fazê-lo, de abrir a palavra aos parlamentares que estão presentes para uma breve intervenção. A começar pelo Deputado Nilton, Dr. Salomão, do Rio de Janeiro, que é do sistema. Ele foi Presidente da EMPAER lá de... Da EMATER , não é? Da EMATER-RJ, então ele terá três minutos para fazer uma intervenção.

DEPUTADO NILTON SALOMÃO (PMDB-RJ): Prezado Senador Valter Pereira, que nos dá a alegria de sair do Rio e ver que o Senado tem gente que se preocupa com coisas tão importantes para o Brasil, como é a extensão rural. Já na minha saudação o meu agradecimento por essa oportunidade que o senhor oferece na condição de Presidente da Comissão de Agricultura. Prezada Senadora Serys Slhessarenko, também autora desse requerimento que já tão querida por nós, ainda nos faz mais admirador, por a senhora também abraçar esta causa. Quero cumprimentar o Hur Ben, o Lino, o Zé Roldão, o Ronaldo, o José Silva, Presidente da ASBRAER, jovem liderança que o Brasil conheceu a partir da retomada ou do novo caminho que a ASBRAER buscou em 2003, com a nossa participação também, no momento em que o fundo do poço estava bem delineado e a ASBRAER, aliando-se também a outros movimentos, a outras entidades, buscou um tratamento, talvez, um pouco diferente do que vinha acontecendo, mas um tratamento político, a questão da extensão rural.

Porque nós temos a clareza desse... Dessa lógica cruel, onde a agricultura familiar, a extensão... Enfim, o setor do campo é abandonado, as cidades incham mais e os Governos para resolver o problema aplicam extraordinários montantes às grandes metrópoles nas áreas urbanas, como acontece nesse momento com o PAC. E aí, evidentemente as pessoas que estão no campo tentando ali viver com qualidade de vida, acabam migrando, continuando a migrar para as cidades. E essa lógica faz com que o nosso país pague um preço elevado, o meu estado principalmente, o Estado do Rio de Janeiro, um preço mais elevado ainda com o drama urbano no Estado do Rio de Janeiro, a nossa região noroeste, onde ainda temos uma presença expressiva da agricultura familiar para que V. Exa.s tenham uma ideia, na década de 90, em 10 anos perdeu 15% da sua população rural.

E da nossa experiência como Presidente da EMATER e mais aprofundadamente na condição de dirigente da ASBRAER nós assumimos um compromisso na convicção ideológica de que a extensão é fundamental para o Brasil. E hoje nós estamos aqui também para nos aliar a esta luta que congrega nesta frente parlamentar mista pela extensão rural também a constru-

ção, a elaboração, a criação das frentes parlamentares estaduais. Vamos criar o Rio de Janeiro, com certeza, estamos trabalhando e vamos ver a possibilidade de estender e de estimular outros estados também.

Nós... Para finalizar, uma ideia do Rio de Janeiro que muitos têm apenas da sua questão turística, enfim, mas do Rio de Janeiro nós precisamos muito da extensão. Nós temos mais de 90% das propriedades rurais de agricultores familiares. Nós temos na cidade do Rio de Janeiro regiões como Copacabana e a Rocinha com mais de dois mil habitantes por quilômetro quadrado enquanto temos a cidade de São Sebastião do Alto com menos de 30 habitantes por quilômetros quadrados. Portanto, a extensão pode ajudar, até mesmo, a questão urbana, não só na produção de alimentos, mas também na... No esforço ambiental que é o combate desenfreado ao uso do agrotóxico, a dificuldade do cooperativismo, a necessidade de estímulo à agroindústria familiar.

Então, nós estamos aqui, meu caro senador, e que preside esta sessão, Valter Pereira, e meu caro companheiro José Silva, Presidente da EMBRAER, para prestar também o nosso apoio político e o nosso trabalho em prol da criação das frentes parlamentares estaduais, aliados à frente mista do Congresso, talvez, possamos colher os frutos que vimos perseguindo. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu convido para participar da Mesa o Deputado Pedro Wilson e brevemente ele vai também fazer a sua intervenção. Eu gostaria de fazer um breve comentário para começar a estimular aqui o debate. Todos nós sabemos que o Governo Federal, comandado pelo Presidente Lula, tem promovido assim um grande investimento na área social e isso inclui necessariamente a agricultura familiar. Os números são de fato proeminentes. O que eu tenho observado, entretanto, é que nos assentamentos fundiários, onde são generosos esses recursos, o que prevalece são as metas, metas de assentados. E essas metas de assentamento também estão... Se não alcançaram os objetivos, estão muito próximas. No entanto, o que nós constatamos é que nem sempre os resultados dos assentamentos têm sido atingidos. Ou, pelo menos, acredito que não tenham nem sido submetidos a um determinado controle para se aferir se os índices de produção e de produtividade são fixados e alcançados.

Com efeito, eu que sou um parlamentar, que visita assentamentos, que entra dentro de assentamentos, que discute com os assentados, tenho encontrado cenas que mostram com muita clareza esse fato que estou narrando aos senhores. Ainda, há pouco tempo atrás, quando visitava um determinado assentamento, aliás, um assentamento gigantesco lá no meu estado, que era a antiga Fazenda Itamaraty, que hoje é um grande assentamento, um mega assentamento, em determinado momento, quando quase encerrava a minha visita, uma produtora muito nervosa, emocionada, me abordava com a seguinte questão. "Senador, eu sou obrigada a comprar uma vaca que produz dois litros de leite por dia?" E eu respondi a ela que não havia essa obrigação. Não havia por quê? Porque ela tinha o crédito, mas o crédito era para ser bem utilizado. Não era para ser mal utilizado. E quem compra uma vaca que produz dois litros por dia, obviamente, está fazendo um mau investimento. Seria tolice dela utilizar o seu crédito para adquirir um animal com uma linhagem tão pobre como aquela. E ela me dizia que estava adquirindo o animal não por vontade própria, mas por imposição de uma empresa que estava credenciada pelo INCRA para dar aquele tipo de assistência técnica ao assentado.

Então, eu faço essa narração para que os senhores entendam os equívocos que estão ocorrendo no projeto de reforma agrária que está em curso no Brasil. Existe um democratismo exacerbado, e aí vem até uma preocupação quando eu ouço uma proposta no sentido de criar uma Secretaria de extensão rural junto ao Ministério da Reforma Agrária, porque, na verdade, as organizações sociais, no meu entendimento, têm que prestar seus serviços na mobilização, na regimentação, na orientação de seus associados. Mas, quando se trata de uma questão de assistência técnica, é preciso que ela seja prestada por organizações que tenham técnicos com formação, técnicos que se prepararam, que estudaram para orientar tecnicamente o agricultor.

Quando se confunde a ação política com a orientação técnica, o resultado não pode ser nada promissor. Na assistência técnica tem que se levar em conta, por exemplo, que o produtor precisa ter noções, orientações sobre a genética, sobre mercado, sobre planejamento, sobre uma infinidade de informações que hoje são oferecidas na *internet*, especialmente na *internet*, e que precisa ser dado conhecimento ao agricultor, através de quem tem preparo para isso. Então, a minha discussão central tem sido essa. Eu entendo que a reforma agrária é uma política de inclusão social de grande alcance. Mas é preciso que haja uma distinção muito grande nos diversos momentos. No momento em que o agricultor é emitido na propriedade, emitido no seu lote, na sua parcela, ele precisa de ser identificado como produtor. Como produtor de um segmento

produtivo, de um segmento do agronegócio que é a agricultura familiar.

Eu acho que, nesse momento, é preciso desgarrar da luta ideológica e ingressar no negócio. Porque se faz a reforma agrária com o objetivo de promover a inclusão social. E o que é a inclusão social? Na minha avaliação é quando o lavrador deixa de ser um simples lavador e passa à condição de produtor. Aí sim, promoveu-se a inclusão social. Se não tiver esse objetivo, a política agrária perde sentido. Então, eu faço essas considerações para que todos os técnicos, que aqui estão presentes, entendam o fundamento que, na minha avaliação, tem o serviço de extensão rural. Eu acho que a reforma agrária no Brasil precisa da extensão rural como também precisa da extensão rural todo agricultor familiar autônomo, ou não. Eu já assisti aos trabalhos da extensão rural. A vantagem que tem, às vezes, os cabelos brancos é que a gente tem muitos depoimentos para dar, do que a gente já assistiu.

Lá pelos anos 80, ainda na condição de deputado estadual, mas interessado na agricultura familiar e na reforma agrária, tive oportunidade de acompanhar trabalhos desenvolvidos por técnicos da assistência e da extensão rural. Acompanhar pessoalmente. Tive a oportunidade de ver o técnico chegar com a planilha nas mãos e fazer ali um bate-papo interativo, fazer ali uma verdadeira inquirição. O que é que você está pensando em plantar? Que semente você está comprando? Você prestou atenção como é que o mercado está olhando para esse tipo de cultura que você está desenvolvendo? Aquela orientação que eu te dei para seus animais, você cumpriu? Os seus animais passaram a produzir melhor? Questões como essas, eu cansei de ouvir, nessas idas e vindas.

Por exemplo, o Banco do Brasil, você conseguiu pagar seu financiamento? Por que você não pagou? O que aconteceu com aquela parcela tal, assim, assim assado? O seu seguro agrícola... Na época tinha. Hoje o seguro agrícola é privilégio de poucos. E precisa, é uma das lutas que acho que tem que ser encetadas, é exatamente para o seguro agrícola retomar a sua... As suas antigas funções. Então, esse inquérito todo que vai em cima do produtor, feito por um técnico que quer ajudar, que está preocupado com o desenvolvimento, não só do lado econômico, mas do lado social também, da família, da educação, enfim, esse é o trabalho do extensionista, é o trabalho do técnico agrícola que trabalha na extensão, ele e o agrônomo que trabalham na extensão rural e na assistência rural.

Portanto, eu acho que uma discussão como essa, que tem a presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem a presença do Ministério da Agricultura, tem a presença dos técnicos, tem a presença de todos, é fundamental para que seja retomado na plenitude. Porque hoje, o que está acontecendo? Hoje nós estamos vendo o serviço de assistência e extensão rural remexendo, como se estivesse adormecido por um longo espaço de tempo, e agora começa a acordar para se reinserir num processo no qual ele nunca deveria ter saído, porque a saída dele já trouxe um grande prejuízo para toda a agricultura familiar no país.

E nesse momento em que ele ensaia esses passos, um debate como esse é de fundamental importância e é importante que ele se repita, que ele se reproduza até convencer todo o segmento do Governo à iniciativa privada para a importância que tem a sua volta à cena com o vigor que tinha lá pelos anos 70. Nós vamos passar agora--

[palmas]

A palavra a outro parlamentar que não é desta Casa, mas é do Congresso. Deputado federal também preocupado, sempre, com a agricultura familiar, o Deputado Pedro Wilson.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): Bom dia a todos e a todas. Quero saudar o Senador Valter Pereira, Senadora Serys, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Goiás gosta tanto do Mato Grosso que tem uma região, a região melhor das nossas terras, que se chama Mato Grosso. E temos um rio que nos divide, mas nos une, que é o Rio Araguaia, que exige de todos nós atenção, é o rio do cerrado, como o Tocantins, como o Paranaíba, que nós dividimos com Minas, de vez em quando a gente fala em Goiás, quem não é mineiro é filho de mineiro, mas também tem muito nordestino, muito sulino em Goiás. Quero saudar a realização desta Audiência, Senador, de Mato Grosso do Sul, nosso estado do pantanal, que agora estava brigando com o Mato Grosso por causa da Copa, já que a Copa vai ser em Cuiabá, Goiás e Mato Grosso do Sul, vamos lá para ocupar Cuiabá. Já que... Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O peixe do cuiabano que é dos melhores do Brasil.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): É. O piá, o cabeça gorda lá no Rio Cuiabá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E o pacu.

DEPUTADO PEDRO WILSON (PT-GO): Pacu lá no São Lourenço. Então, eu quero saudar a realização dessa Audiência e saudar o representante nosso aqui da extensão rural brasileira, José Silva Soares, que estudou em Goiás, está em Minas, e Minas começou a extensão rural. Por incrível que pareça, Senador, Presidente desta... A extensão foi uma ideia americana, mas a mais abrasileirada de todas as experiências

que nós tivemos. Saudar a universidade de Viçosa e de Lavras, a Universidade Federal de Goiás, os cursos de agronomia e veterinária, antes de ser universidade, que formou levas e levas de extensionistas para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que inclusive estão ajudando até a própria Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como a Universidade Federal do Mato Grosso.

Quer dizer, saudar a Universidade de Brasília também, que se engajou. Nós tínhamos um belíssimo programa de extensão rural de Brasília e região do entorno. Por culpa de Brasília e de Goiás nós destruímos esse programa, porque ele envolvia toda a região de Brasília. Brasília, cada vez mais é, mas tem que ser mais produtora de alimento, como disse bem aqui os nossos antecessores aí, no sentido, Roldão, lá do nosso Mato Grosso, Governador Puccinelli que tive a honra de ser deputado com ele, e da CONTAG.

Quer dizer, dois terços dos empregados no campo, dois terços da produção que vai para a mesa, vem da agricultura familiar, de origem da herança familiar, dividida, da origem dos assentamentos. Que passa por dificuldade porque não tem uma assistência técnica direta. Não adianta, já tem... Isso aí não é frase minha. É aquele negócio de colocar o homem em cima da terra se não tiver nem o crédito e assistência técnica... Ele acaba... Aí todo mundo fala:" Ah, mas aí o cara vende." Ora, nós estamos sob a égide do sistema capitalista. Se eu tenho uma propriedade lucrativa, alguém oferece, eu acabo vendendo mesmo. É errado? É. Mas isso acontece. Por isso que eu quero saudar aqui o MDA e acho que o MDA e o Lula tem que dar esse salto à frente de criar uma Secretaria Nacional de Assistência e Extensão Rural.

[palmas]

Não é pra agradar os extensionistas. Vocês sabem que nós estamos falando aqui agora. Mas muitos vão falar depois, o ano que vem, pedindo voto. Mas será que vamos votar aqui no Congresso a solução definitiva de... Não de restaurar o passado, mas resgatar o passado e fazer uma extensão rural como nós tivemos, como Grau, como o Renato, como o Napoleão em Minas Gerais, como o Vicente Benjamin, como também Josias, Valdez, Juscelino, como o Mauro aqui, e de tanta gente que está aqui de posse, de Inaciara, Divinópolis, Formosa, Cristalina, Luziânia, Alto Paraíso, Guarani, Mambaí, Padre Bernardo, Alexânia, Abadiânia, e outros Municípios. Eu fui extensionista por quase dois anos.

Nos anos em que estava formado, fui para a extensão. E a extensão ela exigia, além do concurso público para entrar, nota, tinha um curso de pré-serviço que eu tive a honra de coordenar dois cursos. E que se não tivesse condição... Agrônomo, veterinário, economista, doméstica, pedagogo, assistente social, sociólogo... Técnicos agrícolas. Alguns que vieram dos famosos ginásios agrícola ainda, jovens pobres que iam para Rio Verde ou outros ginásios agrícolas que se transformaram em escolas técnicas, depois em CEFETs e IFET. Por circunstância, Senador Presidente, nesse momento, eu estava lá no Nereu Ramos do outro lado. Fui convidado para cá. Como é que eu fico? Discutindo extensão. A extensão todas as escolas técnicas do Brasil, que esse ano faz cem anos, Nilo Peçanha criou a primeira lá em 1909, o Presidente Lula passa agora de 140 para 354.

Com a expansão dobrada das universidades federais, a criação da Universidade Federal de Dourados, outras universidades na região, nós expandimos para 100 lugares no Brasil. Nós já temos com alguns Governos estaduais mil lugares aonde pode desenvolver a extensão. Porque veja bem, a Constituição de 88 qualificou ensino, pesquisa e extensão. Nós temos que apoiar a EMBRAPA, as empresas regionais, infelizmente a de Goiás foi fundada e afundada. A gente percebe, eu morei cinco anos em São Paulo, o papel da FAPESP, não só para São Paulo, mas para todo o Brasil, de oferecer a bolsa quando... E nós discutimos lá, no outro auditório com o Presidente Michel Temer, nosso grande Presidente da Câmara dos Deputados, de que os CEFETs passam a trabalhar extensão.

Porque, até então, a palavra "extensão" era mal vista. Como que é o quê? Mas Paulo Freire e José Marcos de Mello recuperou o sentido de extensão, não é dominar, é levar, comunicar o resultado da pesquisa, resultado das descobertas... Que aconteceram para o nosso cerrado. Por que o cerrado? Eu, extensionista de uma família, meu irmão Josias foi dirigente em Goiás, meu cunhado foi da EMBRATER, tive três sobrinhos também, minha irmã... Todos nós. E repito, a seleção era exigente, a interferência político partidária menor. Cada um tem suas ideias, mas a ideia melhor é dar uma assistência técnica e aí cresceu muito, de uma economia de subsistência no centro-oeste, do cerrado abandonado... E que eu peço apoio aqui para nós votarmos também, peço apoio no Senado, está na Ordem do Dia lá, tem uma PEC também que ele mesmo copiou o meu projeto quando eu estava Prefeito de Goiânia, Senador Demóstenes.

E não me interessa se é Pedro Wilson, Demóstenes ou Raquel ou Zebedeu, nós precisamos aprovar. Porque o cerrado, que é o segundo bioma nacional brasileiro, com a caatinga e o pampa, foi excluído na Constituição de 88. E ele não vai engessar, transformar em bioma nacional. A mata atlântica esse ano tem 300

milhões para investir na sua recuperação. 50 milhões de dólares vêm de fora, porque lá tem leis, o próprio Governador José Serra agora reconheceu o cerrado do estado de São Paulo. Então, o cerrado em 70 com o pólo centro, pólo noroeste, fez uma revolução, porque incorporou tecnologia. E quem é que deu assistência para essa revolução nos anos 70 para 80? Foi a assistência rural, foi a extensão rural que começou a produzir também no campo.

Eu me lembro, menino, no interior de Goiás, quando se comprava uma fazenda, o pessoal: "'E aí fica 30 alqueires de campo limpo que isso aí não tem valor mesmo, isso aí o senhor pode registrar aí." "Tudo bem, isso aí eu não compro." Como o cara que vendia uma grande boiada, ele chegava, tinha o refugo lá, então, o senhor leva isso também que eu não vou ficar com isso também. Está comprando tudo aí." Quer dizer, hoje com a tecnologia, o pólo centro, o pólo noroeste foi bom, mas também destruiu muito o cerrado. E coincidiu com o declínio da extensão rural. Aquela capacidade de multiplicar técnicos que vinham da universidade num dado momento estava, integralmente, lá na cidade discutindo com a produção gráfica de texto, de educação rural extraordinária.

Hoje nós temos uma bibliografia da extensão rural que levaram muita gente a ser mestre e doutor, mas que muitas vezes não retornou esse conhecimento para a população. Por isso, a questão não só dos assentados, mas também do agronegócio. Nós estamos assistindo agora a uma revolução tecnológica na colheita da cana. O que vai ser dos precisamos de uma Secretaria com recursos bastante... Não 200, 300, nem meio bilhão. Mas vamos passar para as casas dos bilhões como os canavieiros. Vão mandá-los embora? Vai ficar só o trabalho sazonal? Não. Vamos dar a capacitação para eles para que eles possam dominar a máquina, possam dominar a tecnologia e possam melhorar de salário e de condição de vida porque nós não podemos aceitar aquele tipo de trabalho porque a gente olha para um trabalhador num canavial, quando está colhendo, parece que nós estamos voltando para o Século XIX. E nós queremos que o agronegócio cresça e desenvolva, mas também, a agricultura familiar e, principalmente, o trabalhador assalariado. Todos têm direito. Deus fez o céu e a terra para todo mundo. Por isso eu fico feliz de estar aqui nesta manhã, de participar, sou inscrito na frente parlamentar e quero colocar a Câmara lá, de nós, deputados que estamos na Câmara Federal, Deputado Márcio e outros, de nós juntos, trabalharmos aí junto com a Ministra Dilma, trabalhar junto com o Ministro Cassel, com o nosso MDA, com a nossa ASBRAER.

Quero saudar a você, José Silva Soares, a coragem de continuar com essa ideia. Uma ideia boa não pode morrer. Então, eu quero saudar a todos, saudar aqui o nosso Presidente do SINDAGRO(F) de Goiás, o Alexandre, o Damásio, a Magda, o Zé Antônio, o [ininteligível]... Quer dizer, gente que está na luta. Não é só luta para a profissão. A luta para a profissão ter dignidade. Mas também, ter espaço. Por isso participo da ideia de que está sendo germinada no nordeste de que se o Governo Estadual coloca um, o Governo Federal coloca outro. Mas nós Presidente Lula passou para o PRONAF, que era um programa residual, que até o Banco do Brasil nem aceitava muito, vamos dizer a verdade, era difícil.

Nós tínhamos casos em Goiás em que o fazendeiro grande tirava o dinheiro para ele e reemprestava para o pequeno. Certamente, cobrando um ágil aí porque ele não tinha condições de ter acesso. Por isso, eu quero pedir desculpas, mas fico entusiasmado quando gente sai do interior do Goiás, do Mato Grosso, do nordeste, do sul, de Minas Gerais, para nós recriarmos essa ideia e nós transformarmos ela numa vitória. Quem semeia boa semente, há de colher o bom fruto. Para o ser humano, para todos nós alimentarmos o Brasil e alimentarmos o mundo. O Brasil não é mais o país da esperança, do amanhã. É o país de hoje e um dos compromissos de resgate é a extensão rural, é a pesquisa, é o ensino, é homens e mulheres favorecendo o desenvolvimento sustentável de todo o Brasil. Viva o cerrado, viva o Brasil, viva a extensão rural, tenha todo o nosso apoio.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Deputado Wilson. Pedro Wilson. Vamos agora, então, ao representante de Santa Catarina. Álvaro Simon, que está inscrito. Aqueles que eu for chamando podem ocupar a Tribuna. Vamos estabelecer aqui um prazo curto de três minutos. Se tiver que fazer alguma pergunta a um determinado componente da Mesa, pode dirigir-se especificamente a ele.

SR. ÁLVARO SIMON: Bom dia a todos e a todas. Cumprimento A Senadora Serys Slhessarenko e, em seu nome, primeiro cumprimentar toda a Mesa. Abraço com carinho a todos os extensionistas, dirigentes, abraço especial ao Presidente da EPAGRI que está aqui na frente, Luiz Hessmann, está acompanhando hoje, muito obrigado. Senhores e senhoras, eu queria começar com uma fala, relembrando um documento que nós apresentamos no ano 2000, lá no Auditório Nereu Ramos, em que o Senador Jonas Pinheiro, na sua fala, nos colocou o seguinte palavreado. Ele disse,

no momento, que relembrando quando a EMBRATER foi extinta, de que teria acontecido na madrugada, Senador, um deslize de digitação e que se trocou a palavra extinção por extensão. Claro que nós levamos isso como uma brincadeira. Eu espero que se houve isso, que aqui e agora os companheiros senadores, companheiros trabalhadores, que aqui agora nós façamos ou damos a partida, né, para uma ação consciente de retomada do serviço de extensão e pesquisa e assistência técnica que foi muito falado aqui em assistência técnica, mas eu adiciono com muita firmeza, iluminando essa palavra extensão rural e também nós não podemos fazer mais nenhuma ação separada da pesquisa.

E agora, mais recentemente ainda, temos que abraçar fortemente a extensão, é pesquisa. O companheiro da FASER, Lino, lá no Rio Grande do Sul, que também estão enfrentando uma grande dificuldade naquele estado, estava boa a extensão, mas agora está tendo problemas, e eu estou falando aqui, companheiros, a gente acertou com a senadora uma pequena mudança no ritual da Audiência, para ouvir pelo menos um companheiro de cada região. Eu estou falando aqui pela região sul. Eu sou de Santa Catarina, mas eu falo então pela região sul. E eu estava dizendo que o companheiro Lino fez um breve histórico da nossa luta. Nós vivemos um tempo de resistência nos anos 80, de discussão nos anos 90 e eu quero aqui fazer um agradecimento muito... Muito do coração à CONTAG e todos os movimentos sociais, porque nós somos muito frágeis enquanto organização de trabalhadores da extensão rural.

E sempre nós temos dado as mãos para a CONTAG, acompanhado o que a CONTAG... A luta da CONTAG. Porque a luta da CONTAG é a nossa luta também. E agora, mais recentemente, estamos construindo um diálogo muito forte com o José da Silva. O José da Silva realmente tem posto um ponto de... Anterior, de antes e depois de José da Silva. Você está fazendo um divisor de águas aí na ASBRAER. E nós queremos como entidade, como federação, cumprimentá-lo por esse trabalho. Agora, ao que foi dito aqui, tudo que foi dito, não vamos repetir, nós estamos acompanhando. Aqui pela Mesa, né? Nós estamos acompanhando os pedidos, a luta da ASBRAER... Mas nós queremos fazer um pedido particular da federação para que no momento, Senadora Serys, antes de se efetivar, esse é o momento que nós estamos vivendo agora, a Lei da ATER, os trabalhadores gostariam de ter conhecimento do texto da lei, para ver o que os trabalhadores têm a adicionar nesse documento. Isso é um pedido particular que a gente faz.

E dizer também que é importante que nós reforcemos a assistência técnica para o Brasil. Mas, a par da assistência técnica, nós devemos reforçar a extensão rural para poder ter o entendimento de que o agricultor não é só um produtor rural. Principalmente, a agricultura familiar não é um número estatístico que está lá no campo para produzir alimento para as cidades. Esse papel do agricultor familiar ele cumpriu já. E vem cumprindo muito bem. Mas o mundo rural está num profundo processo de mudança. E lá, além de um sítio, de um lugar de produção, é também o espaço de vida. E aí, o extensionista é a figura, é o elemento do Estado que tem olhado para esse agricultor, mais do que apenas os braços de trabalhadores. Tem olhado na alma do agricultor. Porque ele dialoga com ele. Ele está lá no campo diuturnamente. Mora, às vezes, lá na comunidade do agricultor.

E essa estrutura é importante pensar nisso também, por que os Governos não dão importância para isso? Mesmo que no viés político, a veia política, analisasse essa condição, olha que estrutura, que capilaridade tem uma estrutura dessas. E isso foi dito na Mesa. A importância que tem esse Governo, diga-se, ele virou as costas. Porque os outros Governos estavam de costas para o rural. E hoje o resultado de tudo isso é que nós temos mais de dois terços da população, mais de dois terços da população vivendo a 90 quilômetros da costa. Então, nós precisamos de política de desenvolvimento, não só para o litoral, mas também para o interior. Além das políticas, aquelas de passar a mão na cabeça lá para o interior. Vamos mudar isso aí.

Para finalizar, eu queria deixar aqui a minha preocupação com esta audiência de que vendo... Nós precisamos ver a geração do conhecimento para os agricultores como patrimônio público. E a extensão também como patrimônio público. E aqui nós estamos fazendo uma nova concertação, propondo uma nova concertação entre o empresário, entre a sociedade civil e o Estado. E aí nós queremos saber, realmente, como esta audiência vai tratar a estratégia daqui por diante, de como a gente vai conduzir daqui por diante, Senadora Serys, tudo isso que foi discutido aqui para que não fique só nesta audiência. Isso é importante. E tudo que for decidido aqui, a senhora conte com todos os trabalhadores da extensão e, certamente, como já foi dito pela CONTAG aqui, conte com os trabalhadores rurais também. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo inscrito... Eu vou aqui separar por região. Então, falou um representante de Santa Ca-

tarina, região sul, mas vamos agora ao nordeste com João Saraiva que é do Estado de Alagoas. Tem três minutos e eu gostaria que atentasse para o tempo para que todos os inscritos tenham condições de falar, antes de terminar esta sessão. Então, João Saraiva.

SR. JOÃO SARAIVA: Boa tarde a todos. E agradeço aqui ao Senador Valter Pereira e a iniciativa da Senadora também, Serys, e eu falei aqui, eu até estou agradecendo aqui o Senador Valter porque ele elogiou muito o INCRA. E como eu sou colaborador do INCRA, lá em Alagoas, eu não deixei de fazer essas coisas. Mas eu vim aqui, companheiros, a todos, e o companheiro Lino, obrigado pelas palavras carinhosas que fez para a extensão. José Silva, não, depois eu falo com você. Agora, o companheiro... Não falaram aqui, e disseram muito bem das coisas que a gente tem de 30% da merenda escolar. Só que tem o Art. 14 nessa medida provisória da regulamentação da lei, que a gente tem que ter uns tributaristas para nos orientar.

Alagoas mesmo, esse Art. 14, a gente está fazendo uma minuta lá porque uma nota fiscal para o nosso agricultor custa 28 reais. Mais 17 de imposto, esse agricultor já saiu da merenda escolar há muito tempo. E ainda tem as associações de que ele vai ter que participar... Então, eu vim aqui só pedir a vocês e aos companheiros que policiem seus estados essa medida provisória e peça ao seu governador, porque o de Alagoas desde o dia 18 de junho que tem alguém lá na Secretaria da Fazenda sentado em cima dessa medida provisória. Então, nós pedimos isso e agradecemos também ao deputado que falou aqui sobre os biomas, porque nessa mesma Casa, aqui dentro do Congresso, nós tivemos a reunião do pampa, do cerrado e uma audiência também educativa. Muito obrigado. Eu não vou ser assim como o Álvaro que o companheiro Romildo já me disse que eram só três minutos. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado ao João Saraiva. Eu gostaria de dar uma informação passada pela Senadora Serys. O projeto de lei a que ela se referiu foi promulgado pelo Presidente da República no dia 16... Sancionado no dia 16 de junho, sem vetos.

[palmas]

Muito bem. Agora nós vamos chamar aqui o representante do Espírito Santo. Antônio Francisco, da INCAPER. Três minutos. Vamos seguir o exemplo aqui do João Saraiva que foi batuta. Não demorou nem três minutos. Foi dois minutos e meio.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO: Boa tarde a todos. Bom, eu queria cumprimentar a Mesa, a Senadora, cumprimentando a Mesa, dizer o seguinte. Sou do Espírito Santo, representante da região sudeste, e queria... Claro, reconhecendo, precisamos reconhecer que realmente as políticas da agricultura familiar nos últimos anos realmente melhoraram bastante para os agricultores familiares. Também para a extensão rural precisamos também de reconhecer que melhorou. Porém, a gente precisa de fortalecer, acho que como o Zé e o Lino disseram, precisa de ter instrumentos para garantir essa... A atuação permanente dessas políticas públicas dos agricultores familiares.

O outro aspecto que a gente queria... Que eu quero ressaltar é que, apesar de ter uma ATER, uma política de ATER desde 2004, os estados tem... A extensão está muito frágil nos estados ainda. A gente percebe que alguns estados evoluíram, o próprio Espírito Santo, Minas Gerais e tal, mas vários estados a extensão está muito frágil. O Zé Silva, a FASER, eu que também represento a FASER, a gente tem um trabalho árduo pela frente no sentido de fortalecer essa extensão dos estados para que essa extensão tenha um trabalho continuado. Então, o senador, a senadora, podem contribuir, precisam contribuir para que nos estados... A gente consiga os instrumentos para garantir essa extensão com... Mais fortalecida, com o trabalho continuado. É isso que eu tenho a dizer, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos ter que trazer os extensionistas que estão usando da Tribuna para ministrar umas aulas para os senadores e deputados. Porque eles estão tendo pragmatismo muito maior que nós, não é, Serys? Bom, aqui nós vamos chamar agora o Mauro César, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás.

[palmas]

SR. MAURO CÉSAR RODRIGUES: Quem for de Goiás levante o braço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa Audiência Pública pelo jeito é toda de Goiás.

SR. MAURO CÉSAR RODRIGUES: Sr. Senador, Sra. Senadora, nós estamos aqui com nossos recursos. Nós somos extensionistas e no estado de Goiás, há 10 anos tínhamos uma empresa eficiente e eficaz e acabou. Transformou numa agência e depois foi transformando, em 10 anos passaram quase 50 Presidentes nessa agência. E não sei quantos diretores. E agora foi há questão de um ano... Dois anos atrás, sangraram totalmente e transformaram uma empresa goiana de pesquisa agropecuária, que produz até hoje toda a soja

produzida no centro-oeste é oriunda dessa empresa de pesquisa, uma empresa de assistência técnica em extensão rural, a EMATER em dois gabinetes chamados de gerência, isso virou a extensão rural no Estado de Goiás considerada uma das melhores muitos anos no país. Nós estamos na luta para a volta da EMATER. Caminhamos juntos.

[palmas]

No começo de maio, caminhamos juntos com os trabalhadores da agricultura, no Grito da Terra no Estado de Goiás. Nós marcharmos em Goiânia. E a principal reivindicação dos trabalhadores da agricultura era a assistência e extensão rural a eles. Nós estamos aqui participando disso. Por quê? Está na hora de convencer o Presidente, o primeiro Vice-Presidente do Senado, Sr. Marconi Perillo, por que ele acabou com a EMATER. Por que foi extinto todo trabalho voltado à extensão, à pesquisa no Estado de Goiás. Os escritórios estão parados, fechados, sem recurso para combustível. E nós não somos funcionário público, como todo mundo diz. Porque se nós fôssemos funcionários públicos, nós estaríamos satisfeitos. Porque no dia 28 e 29 do mês o nosso salário seria depositado. E não precisaríamos trabalhar para isso.

É uma incoerência muito grande dizer que somos funcionários públicos, como diz a pecha que funcionário público não quer trabalhar. E nós queremos é que atingimos aquele ego que é orientar, que é assistir o produtor rural. E vamos dizer mais uma coisa, e não adianta mandar recurso para lá, não. No dia 29 de maio tem um milhão de reais completando um ano do INCRA para trabalhar, para dar capacitação às mulheres rurais. Não gastou um centavo sequer. E fecha agora, no final do ano. É uma incompetência total do serviço direto, e por isso que nós queremos a volta da EMATER. Parabéns senadora, parabéns senadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Importante depoimento, obviamente está aqui a Senadora Serys, estamos nós aqui e vamos estar... Fechar aqui ao lado dessas... Desses pleitos pela justeza que o caracteriza. Que os caracteriza.

[palmas]

O próximo é o Marco Antônio Dantas, extensionista de Alagoas.

SR. MARCO ANTÔNIO DANTAS: Bom dia a todos. Entre todos os pontos que já foram colocados aqui, há importância fundamental. Todos eles dizem que a extensão rural é importante para a vida do brasileiro. Não é só do agricultor familiar, é do brasileiro. E alguém até diz que as ligações entre o campo e a cidade desapareceram. Ao chegar a Brasília, hoje, prestei atenção nos apartamentos, estão lá os varais de roupa estendida. Tem ligação mais forte do que essa com o campo? Em função disso, eu quero lembrar dois pontos importantes. Primeiro, algumas empresas como a que o Mauro colocou, as autarquias e as administrações indiretas, por sua lenta burocracia não têm conseguido aplicar o recurso no seu tempo exato. Inclusive, o próprio MDA deve ter estudo sobre isso, quando coloca o dinheiro e as liberações e a prestação de contas.

O MDA tem esses dados. Se pedimos a ele, se o Senado pedir vai ver quem é quem... Tão importante, quem presta conta do dinheiro com parcimônia, com a sabedoria e a aplicação devida. O brasileiro, hoje, que ganha até dois salários mínimos, pagou em 98, 54% de imposto. Precisou de 206 dias para pagar essa conta. Quem está dizendo isso é o IPEA. E a grande maioria dos agricultores familiares brasileiros tem como renda dois salários mínimos. Como é que esse cidadão que paga tanto imposto não pode prescindir de um serviço de qualidade? Acho que está na hora do Senado, que em boa hora faz esta Audiência Pública, rever esse caso.

E digo mais, existe um Projeto de Lei do Senador Álvaro Dias, Projeto de Lei Complementar nº. 238, de maio de 2009, que trata da regulamentação do Estatuto da Empresa Pública de Direito Privado. Está aí a oportunidade de incluir as nossas empresas. Com um detalhe, como diz a lei, regulamentação do artigo, do § 2º... § 1º e 3º do Art. 173 da Constituição Federal para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista, que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, ou ainda da prestação de serviços. E aqui onde entra a extensão rural e a pesquisa. Na prestação de serviço público. Estou fazendo e passando às mãos dos senadores mais um documento feito pelo pessoal de Sergipe. Do nosso amigo Jefferson que ao voltar da autarquia para a INDAGRO solicitou da Procuradoria do Estado, como a empresa poderia receber o benefício da imunidade tributária e da impenhorabilidade de bens.

E aqui nesse documento feito pela EMATER Alagoas com a cópia anexada no documento da Procuradoria de Sergipe, diz claramente. Só vou pedir um pouco de tempo para que o Senador Valter e a Senadora Serys possam entender isso. As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem das que exercem atividade econômica. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é prestadora de serviço público. Motivo por que será abrangida pela imunidade tributária. E o Correio não paga, está isen-

to dos tributos. Está aqui a resposta que todos nós da extensão rural precisamos para criarmos, voltarmos a trabalhar as empresas públicas de direito privado. Imunidade tributária é lei. Já tem despacho, tem jurisprudência no STF. Esse documento vou passar às mãos dos senadores.

Eu acho que pediria agora ao Senador Valter e à Senadora Serys que fizesse uma emenda ao projeto do Senador Álvaro Dias para que pudesse contemplar a imunidade tributária e a impenhorabilidade de bens às empresas públicas de direito privado ou de economia mista que prestassem serviço de natureza pública. Inclusive, aqui incluída a EMBRAPA. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o último inscrito. Enoque Alves, Presidente do SINTERP, de Mato Grosso.

SR. ENOQUE ALVES: Cumprimentar a Mesa em nome da Senadora Serys, responsável por estarmos juntos hoje aqui e cumprimentar a todos nossos companheiros e companheiras da extensão, presidente de associações, sindicatos e falar ao Sr. Valter Pereira, Presidente desta Comissão, que uma alta porcentagem dos companheiros e companheiras que estão aqui hoje querem ouvir, de que forma que a extensão nos seus estados vai sair do estado de miserabilidade que se encontra hoje.

[palmas]

E aí eu faço parte disso. Porque, em 94, Srs. Senadores, o Estado do Mato Grosso, a EMPAER tinha 1.200 funcionários para atender 50 mil produtores familiares. Hoje nós somos 400 funcionários para atender 144 mil produtores familiares. Acabou a extensão no Estado do Mato Grosso. E nós, o que estamos fazendo? Os escritórios dos 142 Municípios lá, que não passa de escritório para fazer um projeto para o pequeno produtor, deixam abandonado na sua pequena propriedade. E os milhões de recursos que vão para o PRONAF, que nunca se ouviu falar em tanto dinheiro antes, voltam milhões, porque não tem gente para elaborar os projetos.

E aí eu quero parabenizar as empresas de extensão rural no Brasil, que estão dando exemplo, exatamente, ao contrário do que está acontecendo em vários estados da Federação. Eu quero também falar que essa seleção que está existindo em alguns estados que estamos chamando de bolsistas e outros estados de DAS, como é o caso do Mato Grosso, que vem confundir a opinião pública para que a gente vá dar assistência ao produtor.

Está havendo uma seleção e aí o MDA eu acho que ele tinha que ser mais rigoroso na sua liberação de recursos para esses estados onde não tem condições, gente técnica capacitada, com experiência para dar conta da extensão. E essa seleção, com certeza, não vai dar. Porque falta experiência. Então, o MDA tem sim que levantar as condições de cada órgão no estado para ver se tem gente, se tem condições de cumprir os programas que são encaminhados e negociados aqui. Porque se assim não for, ele tem que cortar, sim, os recursos. E o Governo do Estado tem que assumir a responsabilidade dele que é fazer o concurso público e voltar a extensão nos estados que hoje estão faltando. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, há ainda um último orador inscrito que é o Gilmar Brunetto, da ONG Moral, Mato Grosso.

SR. GILMAR BRUNETTO: Bom, bom dia, boa tarde. Senadora, querida Senadora, muito obrigado porque junto com esta Comissão de Agricultura vai oportunizar ao Presidente Lula fazer justiça com a agricultura familiar brasileira, fazer justiça com aqueles que levaram a extensão rural, não para vender agrotóxico, não para detonar o meio ambiente, mas para dar sustentabilidade à agricultura brasileira.

Fico feliz de estar aqui, Senador Valter Pereira. Não me deixaram entrar porque está escrito nas minhas costas: "A violência e a corrupção tem tomado conta deste país." No meu estado, senador, coronéis da Polícia Militar estão presos por serem pistoleiros, grileiros de terra e matadores de trabalhadores. No meu Estado de Mato Grosso. Nosso estado. Então, agradeço aos seguranças desta Casa por me deixaremeu entrar. Eu não estou atacando ninguém. Eu estou combatendo a corrupção e a violência do meu estado. É por causa disso que falta dinheiro para o nosso governador contratar mais gente, mais extensionistas e tal. E concluo dizendo o seguinte, fica aqui a minha... Fica aqui o meu desabafo e a falta de respeito que os três governadores tiveram não com a extensão rural, mas com esta Comissão de Agricultura por não estarem aqui. E se fosse estar discutindo agronegócio, com certeza estariam aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o colega de Goiás, companheiro de Goiás quer fazer uma comunicação. O Saraiva, não é? De Alagoas. É só um convite que ele quer fazer.

SR. SARAIVA: Eu quero aproveitar e fazer essa comunicação porque empolgado com esse momento, porque pra mim nesse local é muito importante dizer que no dia 14 agora de agosto nós estamos com uma

Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Alagoas para tratar desse tema. Da criação de um organismo de pesquisa e assistência técnica no Estado de Alagoas. Então, quem puder se deslocar até Alagoas seria muito interessante porque é um assunto, é o debate que vai interessar a todos nós brasileiros, a todos nós da extensão rural. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado. Agora nós vamos ouvir uma breve, brevíssima intervenção da Senadora Serys Slhessarenko, autora do requerimento que gerou esta reunião.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Apenas que agora eu preciso sair mesmo, dizer que foi muito importante esse momento, que é um momento que eu diria que deverá se desmembrar em vários outros em estados ou por região. Que o renascer venha com toda força aqui da extensão rural, não tenho dúvida disso. E sugerir, Presidente, que as notas taquigráficas, etc, tudo isso que foi conversado aqui, de todos os palestrantes, do pessoal que está presente aqui, que teve sua participação também, de todos nós, que seja encaminhada a cada governador de todos os estados para que eles realmente conheçam porque, às vezes, não conhecem a realidade... Muitas vezes nem do seu estado como um todo, imagina do Brasil, para saber que essa é uma questão que precisa emergir no Brasil como um todo, não é só num lugar ou no outro.

Em alguns lugares eu sei que a coisa está melhor, em outros está mais ou menos e outros está muito ruim. Então, que seja encaminhado a todos os governadores, essa é a minha sugestão, tudo que aconteceu aqui hoje. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, as notas taquigráficas serão distribuídas aos Srs. Senadores, especialmente, aos Senadores de Goiás, pelas razões óbvias...

[palmas]

Senadores de Mato Grosso, enfim, de todos os estados que participaram, construindo ou desconstruindo. Todos devem receber as notas taquigráficas. E aos Srs. Governadores também. No caso de Mato Grosso do Sul, nós estamos reconstruindo. Não é isso, Roldão? Roldão é um dos mais brilhantes Assessores do Governador André Puccinelli e está num processo de reconstrução. De qualquer forma, eu acho que esta Audiência Pública produziu os resultados desejados, porque o que se objetivava aqui era mostrar a cara do extensionista.

O extensionista precisava, efetivamente, dizer da sua irresignação com os destinos que essa área tão importante para a agricultura familiar tinha sido colocada e mantém-se ainda num segundo plano se analisarmos de maneira geral. E, na verdade, o que se deflagrou hoje é um processo. Um processo de luta para que seja reconstruído efetivamente todo esse serviço que é de fundamental importância para a inclusão social, para o desenvolvimento da agricultura familiar, para que haja uma democratização do conhecimento, da tecnologia, do crédito. Enfim, que a agricultura familiar tenha voz e vez na participação do extensionista rural.

Eu agradeço a presença de todos, especialmente, dos expositores e dos parlamentares e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h15.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia primeiro de julho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eliseu Resende e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres, José Agripino e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer favorável, na forma da emenda nº 01-CCT, é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo**

nº. 105, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Raízes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 117, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 134, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 417, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 44, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Educativa Cultural Sebastião Osvaldo Costa - FECUSOCT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 277, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 206, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Meio Oeste Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval D´Oeste, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 209, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 213, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 373, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 412, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 444, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 90, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibicuí, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 91, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senho-

ra do Amparo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 94, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia – ADECI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 138, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 140, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 141, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 328, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Itaubal - AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 298, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Navegantes de Anhembi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 300, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Arca de Poá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 304, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 216, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Tv Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 228, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Folheta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 229, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Ômega para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 150, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Senador Sá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 154, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina para executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Platina, Estado de São Paulo."

O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 208, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 270, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à CNC. BR - Centro Nacional de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 280, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 299, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 230, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Grupo Cultural Semente do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 265, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Carrancas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 295, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ABECCA - Associação Benemérita e Cultural de Conceição das Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 264, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 265, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 372, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, para relatar os seguintes itens: **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 382, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 385, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Ajuru Fm de Limoeiro do Ajuru para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senadores Sérgio Zambiasi, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro e Renato Casagrande requerem, oral-

mente, a inclusão extra-pauta de projetos e Aditamento a Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 355, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 362, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Indústrias Gráficas O Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 384, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Aditamento nº. 02 ao Requerimento nº. 22, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento CCT nº 22, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado n.º 337, de 2008, que institui a rastreabilidade de agrotóxico no País, para a inclusão, como convidado, do nome do Senhor **Reinaldo de Vasconcelos**, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental do IBAMA. Requeiro, ainda, que a aludida Audiência Pública, por sua pertinência temática, seja realizada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).– Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta, nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza hoje, 1º de julho de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência. Expediente recebido. Ofício nº 1.051/2009; do Terceiro Secretário no exercício da Primeira Secretaria, Senador Mão Santa, pela qual envia cópia do Aviso nº 91, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao requerimento nº 07, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que solicita esclarecimentos sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, FUST. As Sras. e Srs. Senadores que desejarem receber uma cópia desse material, queiram, por gentileza, informar à Secretaria da Comissão.

Sobre a Mesa, requerimentos de inclusão... Para inclusão extrapauta, que eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores a aprovação pela inclusão, primeiro.

Requerimento do Senador Renato Casagrande, para a inclusão, como convidado, o Sr. Reinaldo de Vasconcelos, na Audiência Pública para debater Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, que institui a rastreabilidade de agrotóxico no país.

Solicitação do Senador Sérgio Zambiasi para inclusão extrapauta do PDS nº 355, de 2009.

Solicitação do Senador Eliseu Resende, para inclusão extrapauta do PDS nº 362, de 2008.

Requerimento de minha autoria, Senador Flexa Ribeiro, para inclusão extrapauta do PDS nº 384, de 2009.

Em discussão a inclusão extrapauta dos quatro projetos. Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta dos projetos permaneçam como se encontram, aprovado.

Primeiro Item da pauta. Item 01. Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2009, não terminativo, "*Regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional e dá outras providências*". Autoria Senador Expedito Júnior; relatoria Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra S.Exª Senador Roberto Cavalcanti para proferir o parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Trata-se da apreciação da um Projeto de Resolução do Senado, nº 16 de 2009, que regulamenta as transmissões ao vivo, pela Rádio Senado, das sessões

plenárias, reuniões de comissão do Senado Federal e do Congresso Nacional e dá outras providências.

A autoria, como já foi citado, é do Senador Expedito Júnior e o objetivo básico é normatizar o funcionamento da Rádio Senado, por meio do estabelecimento de prioridades para transmissão ao vivo quando ocorrem reuniões concomitantes nas diversas comissões do Senado, nas comissões mistas e mesmo nas sessões do Congresso Nacional.

É muito importante relatar que, na verdade, o agigantamento o crescimento da Rádio Senado e dos trabalhos aqui no Senado Federal, através do grande número de Comissões e de eventos que coincidem ao mesmo tempo, houve a necessidade de se regulamentar.

E esta regulamentação é fundamentada no art. 2º do Projeto, que fixa uma ordem de prioridade para a cobertura de eventos da Rádio Senado.

Isso na verdade é uma parte inicial, o art. 2 observa a seguinte ordem de prioridade: I – sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias do Senado; item II – sessões deliberativas do Congresso Nacional; item III – reuniões ordinárias da comissão permanente; item IV – reuniões de comissões permanentes extraordinárias; V – reuniões de CPI, CPMI ou Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; VI – sessões não-deliberativas do Senado Federal; VII – sessões especiais do Senado Federal; VIII – sessões especiais do Congresso Nacional.

Na análise que foi feita, conforme determina o Regimento Interno, do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, §7º, "*cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, opinar acerca de proposições que versem sobre radiodifusão, entre outras áreas da Comunicação Social.*

Há que se concordar com o autor quando entende que a Rádio Senado transformou-se em peça de grande relevância para a formação da cidadania, uma vez que confere transparência, visibilidade aos trabalhos levados a efeito tanto no Senado Federal quanto no Congresso Nacional.

Constitui-se, assim, de fato, importante ferramenta democrática, a facilitar o acesso a informação relevante, informações relevantes sobre o funcionamento do Poder Legislativo.

Entretanto, algumas demandas crescem e já não pode a Rádio Senado cobrir todas as atividades ocorridas em um dia de trabalho. Em especial, há que se priorizar as transmissões ao vivo.

A proposição não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material."

Do voto. "*Tendo em vista que a simultaneidade das reuniões de comissões do Senado Federal transformou-se em uma realidade inelutável, e que sua veiculação integral pela Rádio Senado tornou-se, ipsu facto, impossível, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 16/2009, com a seguinte emenda.*"

Para nós não nos alongarmos, eu vou só sintetizar qual é a proposta de emenda. A emenda é acrescer e posicionar, no item III, que tinha sido omitido no projeto, as sessões solenes do Congresso Nacional, previstas no art. 1º, item I, II e III, do Regimento comum e destinadas a homenagear chefes de estado estrangeiros.

Havia omissão desta... Dessas sessões. Então, nós achamos por bem incluir essas sessões solenes, posicionando como terceiro item na lista de prioridades, e, em sequência, segue e foi obedecida a mesma sequência feita na proposta pelo Senador Expedito Júnior.

Era isso, Sr. Presidente, o parecer é favorável no sentido de aprová-la da forma que se encontra e incluindo somente, acrescendo através dessa emenda, esse item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer sob o Projeto de Resolução do Senado nº 16, que "*Regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional*", com parecer favorável pela aprovação, com emenda apresentada pelo relator, Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão.

Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, um minuto, apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Primeiro, o projeto tem seus méritos, há necessidade de se estabelecer uma prioridade, até para orientar aqueles que no momento estão colocando no ar a imagem da TV Senado.

E nós temos vemos atualmente, às vezes, está uma Comissão debatendo um assunto importante, abre no Plenário uma sessão simples, de homenagem... Passa-se para lá sem nenhum interesse para a opinião pública ou pouco interesse para a opinião pública.

Então, mas ele... Essas sessões, ao que parece, vão entrar no item 3.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Quais?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Essas reuniões de homenagem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ah, sempre última! Então eu quero concordar com o relator e voto a favor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também queria concordar com o autor e com o relator, porque é só sessões solenes, de extrema importância que vão estar no item III; na verdade, as sessões de homenagem vão estar no último item, o que é muito importante para que não se interrompa sessões de comissões permanentes que são da maior importância.

Então eu concordo aqui com o autor e com a emenda do relator, portanto, vamos votar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda em discussão.

Eu gostaria de fazer também uma indagação ao relator, nobre Senador Roberto Cavalcanti: o projeto do Senador Expedito Júnior, ele trata, e é perfeito, em priorizar as transmissões da Rádio Senado e o parecer de V. Exa., ele contempla, como já foi dito pelo Senador Gerson Camata e pelo Senador Antonio Carlos Júnior, a preocupação de todos nós que é dar a maior visibilidade possível aos trabalhos do Senado Federal.

A minha dúvida é que perguntava há pouco à Secretaria da Comissão, se as transmissões da Rádio Senado e da TV Senado não são casadas, ou seja, quando a TV Senado transmite uma... Uma...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma sessão, se esta mesma transmissão não é feita pela Rádio Senado ou se elas podem ser separadas?

Eu gostaria de ter essa informação, porque tramita, por informação da Secretaria, um projeto também que regulamenta as transmissões da TV Senado, que a relatoria é do Senador Renato Casagrande.

E aí, se fosse o caso, eu entendo assim, deveriam estar com... Apensados com o mesmo parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu... Na verdade, nós não tivemos acesso às prioridades que estejam sendo efetivadas pela TV Senado. Nos coube relator sobre Rádio Senado; e no tocante a Rádio Senado o que nós poderíamos fazer de melhor foi feito.

E tem uma observação também no tocante às reuniões ordinárias das comissões permanentes, aí vai caber à Rádio Senado eleger dentro das comissões permanentes suas prioridades.

Até porque existem na Casa projetos visando a redução das comissões. Então nós não tivemos a oportunidade de, dentro das comissões, ter uma ordem de prioridade.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A ordem de prioridade aí vai ser efetivamente operacional da Rádio Senado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [ininteligível] Antonio Carlos Júnior... O Senador Roberto Cavalcanti, o parecer de V. Exa. está perfeito. A dúvida é só se nós temos o PRS 58/00, também de autoria do Senador Expedito Júnior, que dispõe sobre a transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos pela TV Senado.

Então, a minha dúvida, e eu perguntaria à Secretaria da Mesa, se as transmissões são casadas.

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que o caminho mais curto que nós poderíamos tomar era aprovar este projeto, e ter um entendimento com o Senador Renato Casagrande para que a gente pudesse fazer um relatório semelhante e aprovar também.

E aí nós ficaríamos com as duas operações aprovadas e já digamos dentro desse padrão que eu acho um padrão mais interessante.

Então nós poderíamos ter... Eu o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Camata, poderíamos ter um entendimento com o Senador Renato Casagrande, para que a gente pudesse tentar fazer, digamos, o relatório bem próximo, o relatório igual até, para que a gente pudesse fazer libertar a TV Senado e a Rádio Senado desses problemas que elas defrontam, principalmente com essas sessões de homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Roberto Cavalcanti. Acabou de chegar o Senador Renato Casagrande.

[sobreposição de falas]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vamos ouvir o Senador Renato Casagrande, então.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de aproveitar a presença do Senador Casagrande, o que está sendo discutido aqui é a norma-

tização das... A priorização das transmissões da Rádio Senado e V. Exa. tem em Vossas mãos a relatoria do mesmo assunto do que se refere a TV Senado.

A sugestão que se chegou aqui, seria que V. Exa. se acostasse o máximo possível dentro das... Do que está sendo aprovado por esta Comissão no tocante a rádio, mesmo sabendo, e o Senador Antonio Carlos também conhece bem de telecomunicações e quem domina telecomunicações sabe que muitas vezes as operações de TV e de rádio não são parelhas, não são semelhantes, elas acontecem de formas... As programações e os horários são diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas a medida do possível...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, isso, isso. A medida do possível é que nós recomendaríamos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Que as prioridades fossem feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, todo... Nós temos conhecimento que a grade da Televisão Senado e da Rádio Senado, elas não são idênticas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até porque, quando não estão transmitidas as sessões deliberativas, ou as sessões da comissões ou as sessões especiais, cada um tem a sua programação diferenciada. Mas o que... A minha dúvida e eu acho que aí deveria ser--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Concordamos, concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nessas prioridades aqui tem que ser casada a TV e a Rádio Senado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Senador Renato Casagrande poderia levar o relatório do Senador Roberto Cavalcanti como subsídio para o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, isso. Senador Renato Casagrande, V. Exa. é relator do PRS 58, que regulamenta as prioridades nos trabalhos legislativos pela TV Senado. O Senador Roberto Cavalcanti relator da Rádio Senado. Nós vamos, por sugestão do Senador Antonio Carlos Júnior, e para que possamos agilizar processamento os projetos, nós vamos colocar em votação o parecer do Senador Roberto Cavalcanti e V. Exa., ao emitir o seu parecer, poderá também usar a proposta do Senador Roberto Cavalcanti para que, nas transmissões de prioridade da TV, elas sejam casadas com as da Rádio Senado também.

Há algum Senador ainda para discutir? Então, não havendo quem queira discutir em votação o... Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós já vamos votar essa matéria do relatório do Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Roberto Cavalcanti. Da Rádio Senado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Da Rádio Senado. Não, está bem. Não, votando hoje... Eu acho que as prioridades ou a programação precisam ser a mesma, ou semelhante ou a mesma.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A intenção nossa é que seja ajustada para o que é o mesmo critério de prioridade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mesmo critério de prioridade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É critério de prioridade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque prioridade aqui é...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se tornar...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias, sessões deliberativas do Congresso Nacional, sessões solenes do Congresso Nacional.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Reuniões ordinárias de comissões permanentes, reuniões extraordinárias de comissões permanentes, reuniões da CPI, CPMI, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sessões não deliberativas do Senado Federal.

Está bem. Nós não vamos acabar com o problema, porque nós temos muitas sessões que acontecem ao mesmo tempo. Ordinárias das comissões, aqui hoje mesmo está tendo Comissão da Ciência e Tecnologia, daqui a pouquinho começa a Comissão de Constituição e Justiça, que é a mesma... Que são comissões ordinárias, nós temos muitas sessões... Aqui é extraordinária?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Casagrande, me permite só uma obser-

vação? Esse projeto, o mérito dele é que ele... Ele... As sessões de homenagem ficam por último.

Então a gente não vai... Quando tiver sessão de homenagem, não serão mais interrompidas as sessões das comissões, está certo?

Esse é o grande mérito do projeto: é colocar as sessões de homenagens no final.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que são as sessões especiais?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É, de homenagem. Então, a sessão de homenagem, normalmente elas tomam a TV Senado e a Rádio Senado e a partir de agora não vão mais tomar. Esse é o grande mérito do projeto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Naturalmente, vamos votar e vamos levar em consideração, o meu relatório está pronto e eu até pedi para que a gente pudesse discutir um pouco mais, foi bom até porque nós vamos levar em consideração agora o que nós estamos aprovando aqui desse relatório do Senador Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... Senador Renato Casagrande e Srs. Senadores.

Eu, a Secretaria me passou às mãos agora a relação das reuniões, das comissões que estão reunindo hoje; existem sete reuniões de comissão hoje. A única ordinária, ou seja, que está regimentalmente prevista para a hora e o dia de hoje é a da CCJ, que é quarta-feira, às 10h00. Todas as outras, inclusive a nossa--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É extraordinária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da CCT, são extraordinárias. A nossa, a nossa ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia seria às quartas-feiras às 18h00. Não há como nós reunirmos quartas-feiras, às 18h00, porque é no Plenário, exatamente no dia, terças e quartas, de... Deliberativas, com votação, muitas das vezes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com quorum qualificado e votação nominal.

Então, aí por isso é que as comissões fazem extraordinariamente em outros dias, como fazemos as nossas às quartas-feiras, as oito e trinta da manhã.

Então, também uma informação que me foi passada pela Secretaria, que o projeto, Senador Renato Casagrande, que V. Exa. relata, do Senador Expedito Júnior, tem o mesmo texto do que o Senador Roberto Cavalcanti relatou, ou seja, o Senador Expedito Júnior apresentou dois projetos, um para...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para programação da Rádio e outro para TV. Podia ter... Colocado os dois num projeto só.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu só queria fazer só um adendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É que a partir da digitalização da TV Senado, ela terá quatro canais, o que realmente desafogará, sem dúvida, as transmissões para... Principalmente para as comissões.

Então isso vai permitir que nós tenhamos transmissões simultâneas de comissões com a TV Senado digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a Rádio digital vai poder fazer também?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Provavelmente sim. Agora a Internet, na Internet você tem todos as canais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu daria ao Senador Casagrande a sugestão de acrescer, como nós acrescemos, as sessões solenes e, com certeza, não está previsto, tendo em vista que o mesmo Senador que fez as duas proposituras.

Então foi o único ajuste que foi feito, foi exatamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual a emenda?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A inclusão das sessões solenes do Congresso Nacional. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável pela aprovação, com a emenda proposta pelo Senador Roberto Cavalcanti, relator da matéria. Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Mesa Diretora.

Vamos aos itens terminativos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não sei se a hora é agora, mas eu já estou me antecipando, para incluir como extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo 355/2009, que já está com o relatório pronto e que "*Aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul*".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O requerimento de V. Exa. já foi aprovado pela inclusão do PDS solicitado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens terminativos. Faremos a leitura dos pareceres e, ao final, a votação nominal em conjunto dos pareceres emitidos.

Itens, 8, 9 e 10, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Meio Oeste Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval d´Oeste, Estado de Santa Catarina*."

Item 09. Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul*."

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul*."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi para proferir os seus pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O senhor acrescenta este extrapauta ou fica para a final?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Podemos, se V. Exa. solicitar, eu posso incluir logo o extrapauta--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu solicito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que receberá o número na pauta, Item 1, extrapauta.

Item 1. Extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 355 de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul*".

Senador Sérgio Zambiasi para proferir os pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Presidente Flexa Ribeiro.

Projeto de Decreto Legislativo nº 206/2009, ""*Aprova o ato que outorga permissão à Meio Oeste Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval d´Oeste, Santa Catarina*." Autoria Poder Executivo e o parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo 209/2009, "*Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Rio Grande do Sul*." Autoria Poder Executivo e também parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo 213/2009, que "*Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul*." Autoria Poder Executivo, também parecer favorável.

E o Projeto de Decreto Legislativo 355, extrapauta, aprovado aqui na Comissão, que "*Aprova o ato que outorga concessão à Farol Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul*". Também com parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos aos itens, 11, 12 e 13, relatoria do Senador Renato Casagrande.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo*."

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo*."

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga auto-*

rização à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo."

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

Primeira matéria, matéria que "*Autoriza outorga permissão à Sociedade de Radiodifusão e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo*"; tudo foi atendido Sr. Presidente e o voto é favorável.

O item 12, Sr. Presidente, é uma outorga à Associação Comunitária Cultural de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracruz e o projeto foi atendido. Aracruz é uma cidade importante da região litorânea... Litoral Norte. Senador Camata que está aqui, que conhece bem também aquela região e é importante que nós possamos conceder essa outorga à Associação Comunitária Cultural de Aracruz, Sr. Presidente. Portanto, o voto é favorável.

E o item nº 13, da mesma forma, é uma autorização para uma associação... Associação... Braço do Rio, Conceição da Barra, Braço do Rio é um distrito de Conceição da Barra, fica às margens da BR 101; e autoriza à Associação Cultural Comunitária Pró Braço do Rio a executar o serviço de radiodifusão comunitária. Portanto, também o parecer, pela importância do fato, é favorável Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. , Senador Renato Casagrande.

Vamos aos itens, 14, 15 e 16, de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade De Ibicuí, Estado Da Bahia*."

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora do Amparo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Amparo, Estado da Bahia*."

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia-ADECI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iramaia, Estado da Bahia*."

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os projetos referentes à rádio da cidade de Ibicuí, no Estado da Bahia, as rádios comunitárias de... Na cidade de Ribeiro do Amparo e de Iramaia, todos os três pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos itens, 21, 22 e 23, relatoria do Senador Gerson Camata.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo 298, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Navegantes de Anhembi, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anhembi, Estado De São Paulo*."

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Arca de Poá, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo*."

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colômbia, Estado de São Paulo*."

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, são três emissoras de radiodifusão comunitária e os três pareceres são pelo acatamento e o aprovação dos mesmos.

Mas eu queria fazer um requerimento à V. Exa. , tramita na Casa um projeto de lei do ex-Senador, atual Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, que cria e permite a TV comunitária.

Como é um avanço dos equipamentos eletrônicos e tal seria interessante ver onde que está esse projeto, desarquivá-lo, para a gente colocar em discussão aqui. Teríamos então as rádios comunitárias e as TVs comunitárias.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): TV?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, só para concordar com o Senador Gerson Camata, eu não sei se o projeto do ex-Senador e Governador Paulo Hartung está tramitando, de qualquer maneira

eu tenho um projeto tramitando nesta Comissão com relação a este assunto. Está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também comunitária.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para informar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria dizer à V. Exa. que seria um prazer os dois, se um não estiver arquivado, porque é um assunto muito interessante, está havendo demanda já, a gente sente e com a evolução da tecnologia hoje, pelo mesmo custo que se põe no ar uma rádio comunitária, se coloca no ar uma TV comunitária também.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Papáleo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, apesar de ter tirado uma brincadeira aqui com o Senador Casagrande, eu sou totalmente a favor do que acontece, mas se começarmos nesse processo, nós deveremos ser extremamente rigorosos, para não deixar acontecer o que está acontecendo com as rádios comunitárias.

As rádios comunitárias estão neste país disseminadas e sendo usadas, a maioria delas, de forma irregular, totalmente irregular.

E a ANATEL, que seria a grande fiscalizadora, sequer toma a mínima providência quanto a isso.

Então, nós deveríamos ver com muito... Muito carinho, critério e quanto a necessidade das TVs comunitárias, que eu concordo plenamente, mas termos uma fiscalização rigorosa da ANATEL.

Eu estou dizendo isso porque é público e notório que a potência dessas rádios são alcançáveis como se fossem rádios FMs e que realmente nos perturba muito, por quê? Principalmente quando estão em mãos de políticos e aquelas que têm as facilidades e têm poder econômico de conseguir essas rádios comunitárias, eles conseguem fazer uma rede, aonde, por ser de políticos, é uma rede discriminatória, não deixa dar notícias do Estado por completo, porque envolve nome de outros políticos concorrentes e assim por diante.

Então, aqui fica o registro, o meu protesto contra o mau uso da rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papáleo Paes, a observação de V. Exa., do Senador Gerson Camata, do Senador Renato Casagrande, e anteriormente do Senador Roberto Cavalcanti, com relação a preocupação da fiscalização feita pela ANATEL das rádios comunitárias, ensejou uma conversa que antecedeu o início dessa reunião, de que V. Exa.s pudessem fazer um requerimento para que promovêssemos uma Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, com a participação do Ministério das Comunicações, ANATEL, a representação das rádios comunitárias, das rádios... Educativas que também precisam e inclusive estão suspensas pelo Ministério, por solicitação, do Ministério das Comunicações, por solicitação do Ministério Público, a concessão de rádios educativas e também as rádios comerciais.

Eu acho que esse é um assunto que nós teremos que abrir a discussão para que se possa realmente fazer... A rádio comunitária tem um papel importante de levar a informação aos pequenos núcleos urbanos.

Agora, a forma como ela, lamentavelmente, em alguns locais vêm sendo utilizada, como uma rádio comercial, sem ter a concessão, a concessão ou a outorga para isso, precisa e deve, como V. Exa. bem colocou, ser fiscalizada de forma rígida pela Anatel.

Então, proponham, é a sugestão que faço a V. Exa., Audiência Pública para que nós possamos efetivá-la aqui.

Com relação ao projeto que trata da questão da TV comunitária, o projeto do ex-Senador Paulo Hartung não está registrado pela Secretaria--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então deve estar arquivado talvez porque ele [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas... É, talvez tenha sido arquivado. Mas há um projeto do Senador Renato Casagrande, que é o PLS 483 de 2008, que altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária.

Esse projeto está em mãos do Senador Lobão Filho, nosso Vice-Presidente para proferir parecer. Então o Senador Lobão Filho, pode...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, para que ele possa, então, fazer o estudo e emitir o parecer, para que possamos pautá-lo numa próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria sugerir ao Lobão Filho, quando tramitou aqui o projeto, já a priscas eras, o projeto das rádios comunitárias, eu coloquei uma emenda, que deveria ser atribuição das câmaras municipais e do prefeito, homologadas pela assembléia legislativa, lá no município.

O Vereador sabe onde é o bairro, o município tem condições de medir a penetração, a potência que a rádio está transmitindo, um problema local.

Não consegue o Governo Federal, o Ministério das Comunicações, a ANATEL, aqui de cima, saber como é que está se comportando uma rádio lá nos cafundós do Judas, lá pelo Interior do Brasil.

Então eu acredito que seria bom incluir nesse projeto, que a TV comunitária que fosse uma delegação da câmara municipal, mediante mensagem do prefeito, e homologada pela assembléia legislativa.

É um problema comunitário local; tratar desse problema aqui em cima é complicado, dada a diversidade e a grandeza do nosso país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata, V. Exa. traz à discussão uma proposta que me parece, e eu vou consultar a Consultoria depois, que isso é uma... É, tem que ser uma emenda constitucional, porque é o Congresso, é o Ministério que dispõe sobre essas concessões e outorgas.

Então, não poderia ser pela câmara e homologada pela assembléia. A não ser que houvesse uma emenda.

Senador Edison Lobão. Senador Lobão Filho, nosso Ministro Edison Lobão, presente permanentemente no Senado Federal.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [risos] Senador Gerson Camata. Esse tema das TVs comunitárias é um tema muito complexo, porque ele entra num setor preponderante em qualquer sociedade.

As rádios comunitárias já vivem hoje um desvirtuamento do propósito a que ela foi criada. As rádios comunitários hoje concorrem quase que em pé de igualdade com as rádios comerciais, o que é um absurdo, é uma distorção absurda.

Não há limitação de potência, não há critérios muito claros na distribuição dessas rádios comunitários, elas proliferam pelo país inteiro, sem controle, afetando o espectro de radiodifusão brasileira e afetando aquelas rádios que estão regularmente instaladas, com um firme propósito comercial.

Então, para evitar que se aconteça essa distorção também no setor da TV comunitária, é preciso que a gente análise com muito cuidado e muito critério e que a gente reveja, inclusive, as normas e as leis que criaram as rádios comunitárias.

Eu estou preparando um estudo sobre ambos os casos e quero submeter a esta Comissão para que ele seja apreciado e debatido em profundidade, esse tema. Porque eu vejo que aquilo que foi desenhado para beneficiar aquela pequena comunidade, através de uma integração de informação, através da fala direta dos seus, dos seus comunas, dos seus... Daqueles membros daquela pequena comunidade, hoje está sendo usado como um veículos comercial, competindo com aquelas rádios legalmente instaladas.

Então, eu quero ter o prazer de encaminhar a V. Exa. todo esse estudo, muito em breve, para que possamos juntos debater e acharmos as melhores soluções para esse setor do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nosso vice-presidente, Senador Lobão Filho.

Dando sequência a pauta da projeto, vamos aos itens 33, 34, 35 e o extrapauta, o item 2, extrapauta, item... De relatoria do nobre Senador Eliseu Resende.

Item 33. Projeto de Decreto Legislativo 230, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Grupo Cultural Semente do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carbonita, Estado de Minas Gerais*."

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Carrancas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carrancas, Estado de Minas Gerais*."

Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à ABECCA - Associação Benemérita e Cultural de Conceição das Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais*."

Item 2, extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga a permissão às Indústrias Gráficas O Estado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo*."

Com a palavra Senador Eliseu Resende, para emitir os seus pareceres.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, os projetos, descritos por V. Exa., atendem as cidades de Carbonita, em Minas Gerais, de Caracas e de Conceição das Alagoas, o nosso parecer é favorável.

Extrapauta consta o projeto para atender a cidade de Araçatuba, no Estado de São Paulo, através

de outorga de permissão a Indústrias Gráficas *O Estado* Ltda.

O nosso parecer é favorável para os quatro projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. , Senador Eliseu Resende.

Item 20. Relatoria do Senador Gilvam Borges. Projeto de Decreto Legislativo 328, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Itaubal, Amapá, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá*."

Senador Gilvam Borges, para emitir parecer.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): "*Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo, PDS de nº 328, de 2009, sob nº 01213, de 2009. A Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Rádio Comunitária de Itaubal-AP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaubal, Estado do Amapá.*

*O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, inciso III, ambos de Constituição Federa*l."

Sr. Presidente, todos os procedimentos, todos os trâmites devidamente apreciados, documentação precisa e dizer que a rádio está apta e recomendo a aprovação.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Gilvam Borges.

Vamos aos itens 2, 3 e 4, relatoria do Senador Flávio Arns, solicito ao Senador Sérgio Zambiasi para que possa fazer a leitura dos pareceres dos relator Senador Flávio Arns, como relator *ad hoc*. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Flexa, precisa concluir o encaminhamento da votação. Só para confirmar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos votar em conjunto, ao final.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Geral?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em geral, é, em geral.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Ok, obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O parecer é favorável?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Favorável, nós votaremos em conjunto--

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os itens da pauta que são terminativos.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item nº 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Raízes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná*."

Item 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Estado do Paraná*."

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná*."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro.

Projeto de Decreto Legislativo, nº 105/2009, que "*Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Raízes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná*." Relatoria Senador Flávio Arns, como relator *ad hoc*, dou parecer favorável.

Projeto de Decreto Legislativo 117, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Barreiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Barreiro, Paraná*." Relatoria Senador Flávio Arns, como *ad hoc* também dou parecer favorável.

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 134/2009 [soa a campanhia], "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinhais, Estado do Paraná*." Autoria Poder Executivo, relator Senador Flávio Arns, favorável; meu parecer *ad hoc* também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos aos itens, 5, 6 e 7, relatoria do Senador Demóstenes Torres. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2008, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à 102.3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás*."

Item 06. Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Educativa Cultural Sebastião Osvaldo Costa-FECUSOCT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçu, Estado de Goiás*."

Item 07. Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à 102.3 FM Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás*."

Com a palavra Senador Antonio Carlos Júnior para proferir, como relator *ad hoc*, os pareceres.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, os pareceres sobre emissoras de rádiodifusão na cidade de Bonfinópolis, na cidade de Araçu e na cidade de Nova América, no Estado de Goiás, todos os três pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos itens, 17, 18 e 19, relatoria do Senador Gilberto Goellner.

Solicito ao Senador Cícero Lucena que como relator *ad hoc* possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso*."

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso*."

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso*."

Com a palavra o Senador Cícero Lucena como relator *ad hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB**):** Sr. Presidente, o item 17, que "*Aprova o ato de outorga da permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso*", é favorável para sua concessão.

Bem como o item 18, que "*Aprova o ato de outorga na permissão à Natureza de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Chapada dos Guimarães, no Estado do Mato Grosso*."

E,também, o Item 19, que "*Aprova o ato de outorga à concessão do Sistema Goías de Radiodifusão Ltda., para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade Colíder, no Estado de Mato Grosso*."

Todos os três são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.,

Vamos aos itens 24, 25 e 26. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo e aos itens, 27, 28 e 29, relatoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Solicito ao Senador Eliseu Resende, que possa fazer a leitura dos pareceres, como relator *ad hoc*.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo 216, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais*."

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Folheta, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais*."

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Ômega, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais*."

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Senador Sá, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará*."

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina, para executar serviço de radio-*

difusão comunitária na cidade de Platina, Estado de São Paulo."

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riversul, Estado de São Paulo*."

Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, o Senador Eduardo Azeredo dá parecer favorável para os serviços de radiodifusão sonora nas cidades de Felixlândia, no Norte de Minas Gerais, para a cidade de Dom Joaquim na Região Metropolitana do Estado e para a cidade de Passos, na Região Sudeste.

São os pareceres do Senador Eduardo Azeredo, são favoráveis.

Quanto aos pareceres do Senador Wellington Salgado, ele dá parecer favorável para outorga à cidade de Senador Sá, no Estado do Ceará, a cidade de Platina, no Estado de São Paulo, e a cidade de Riversul, no Estado de São Paulo.

Todos os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. , Senador Eliseu Resende.

Vamos aos itens, 30, 31 e 32. Relatoria do Senador Delcídio Amaral.

Solicito ao Senador Renato Casagrande, como relator *ad hoc* possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à CNC BR-Centro Nacional de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul*."

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul*."

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul*."

Com a palavra o Senador Renato Casagrande para fazer a leitura dos pareceres, como relator *ad hoc*.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu agradeço e os três projetos, Presidente, relatados pelo Senador Delcídio Amaral, são projetos que estão aqui apontados pela aprovação, Sr. Presidente, e eu repito e reforço os pareceres do Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. , Senador Renato Casagrande.

Vamos aos itens, 36, 37 e 38, relatoria da Senadora Kátia Abreu;

Solicito ao nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, para que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins*."

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda* [soa a campainha], *para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colméia, Estado do Tocantins*."

Item 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2009, terminativo. "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia De Palmas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Tocantins*."

Com a palavra o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta Comissão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 264, o Projeto de Decreto Legislativo 265 e o Projeto de Decreto Legislativo 2... 2... 372, todos os três que aprovam a outorga de rádio de frequência modulada, tem aspectos de juridicidade e constitucionalidade e oportunidade e boa técnica legislativa.

Portanto, o relatório é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Lobão Filho.

E transmito a Presidência à V. Exa. para que possa relatar os itens, 39, 40 e o item 3, extrapauta.

Com a palavra o Presidente, Senador Lobão Filho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Projeto de Decreto Legislativo nº 382, terminativo. "*Aprova o ato de outorga de permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará*."

De Autoria do Poder Executivo, com a relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Presidente Senador Lobão Filho.

O item 39, diz respeito à outorga, "*permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará*", uma cidade do Sudoeste do nosso estado, tem como prefeito o nosso amigo José Carlos Caetano, do Partido da República. Parecer favorável.

O item 30... O item 40.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2009, terminativo "*Aprova o ato de outorga autorização à Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará*." Autoria Poder Executivo, relator Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para proferir seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 40, Senador Lobão Filho, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Ajuru FM de Limoeiro do Ajuru, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará*." O Município de Limoeiro do Ajuru é um município da Região Nordeste do nosso estado e da Microrregião de Cametá, no Baixo Tocantins, tem como Prefeito o nosso amigo Norival Pimentel, do PMDB, do PSDB, melhor dizendo e... A documentação está de acordo, e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa Presidência coloca em votação a inclusão do Projeto de Decreto do Senado 384, de 2009, em extrapauta. Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão, aqueles que são contrário se manifestem. Aprovado.

Parecer do Projeto do Decreto 384, de 2009 da Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 384, que "*Aprova o ato que outorga a permissão a WAC Rabello e Companhia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, no Estado do Pará*." Relator Sr. Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao relator para proferir seu relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Presidente Senador Lobão Filho.

O item 3, extrapauta, que "*Aprova a outorga, o ato que outorga a permissão a WAC Rabello e Companhia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augusto Corrêa, no Estado do Pará*." A cidade de Augusto Corrêa, no Nordeste Paraense é de grande importância para o nosso Estado, tem como prefeito o companheiro Amós Bezerra da Silva do PMDB.

A documentação está conforme e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passo a Presidência ao Excelentíssimo Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa. Senador Lobão Filho.

E vamos à votação, em conjunto, dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, e os extrapauta, itens 1, 2 e 3. Todos com pareceres favoráveis.

Vamos à votação nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados por unanimidade com dez votos todos os projetos aqui relatados, terminativos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu queria solicitar a inclusão extrapauta de um adiamento a um requerimento, para que a gente possa convidar o Sr. Reinaldo de Vasconcelos para participar da Audiência Pública, que vai tratar da questão da rastreabilidade de agrotóxicos, Sr. Presidente. Está aprovado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A inclusão extrapauta já foi aprovada no início da reunião, vou ler o requerimento de V. Exa., para que possamos colocá-lo em discussão e aprovação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Requerimento sobre a Mesa. "*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento CCT, nº 22, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, que institui a rastreabilidade da agrotóxicos no país, para a inclusão como convidado do nome do Sr. Reinaldo Vasconcelos, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental do IBAMA*.

Requeiro ainda que a aludida Audiência Pública, por sua pertinência temática, seja realizada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, CCT, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA."

Em discussão... Ou melhor, com a palavra o Senador Renato Casagrande, para defender o requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o requerimento já está bem detalhado, peço apoio dos colegas Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Senador Renato Casagrande, nós temos também uma Audiência Pública proposta pelo Senador... Localizar aqui a pauta das audiências públicas. Nós temos uma Audiência Pública também, com requerimento já aprovado, de autoria do Senador Gilberto Goellner, Senador Gilberto Goellner, para discutir o emprego de agrotóxicos na agricultura brasileira

Eu pergunto a V. Exas. se poderíamos fazer uma audiência conjunta para discutir o emprego e a rastreabilidade dos agrotóxicos? É a consulta que faço aos autores dos requerimentos.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu... Minha... Eu não vejo problema nenhum, a minha única preocupação é que a gente coloca aqui seis, sete pessoas, a gente não consegue aprofundar o tema em nada.

Então, naturalmente, assim, acatarei a sugestão da melhor forma de operacionalizar o trabalho da Comissão, mas se eu pudesse escolher, eu escolheria que a gente fizesse duas audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que o requerimento foi encaminhado inicialmente pelo Senador Crivella e que teve como objetivo se avaliar a toxidez existente principalmente em hortifrutigranjeiros, então... Principalmente produtos que demandam muito agrotóxicos, igual o tomate, esse moranguinho, outros que são muitos expostos ao uso, para saber como que está sendo feita a avaliação de agrotóxicos dentro desses alimentos que são consumidos *in natura*.

Então, ele dentro do contexto de rastreabilidade ele também, eles são afins, eles são afins. Eu vejo que desde que os componentes convidados, as pessoas, tenham a capacitação para nos colocar toda a situação dessa conjuntura, poderia ser feita em conjunto.

Então eu pediria que o Sr. Presidente nos colocasse quem foi convidado pelo... Pela proposta, o requerimento do Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O... Na realidade, Senador Gilberto Goellner, o requerimento que trata do emprego de agrotóxicos na agricultura brasileira é de autoria do Senador Marcelo Crivella e de V. Exa..

O requerimento que pede para debater como forma de instruir o PLS 337 de 2008, sobre a rastreabilidade de agrotóxicos no país é da autoria da Senadora Kátia Abreu e teve um aditamento agora, do Senador Renato Casagrande.

Eu... O Senador Renato Casagrande se posicionou como sendo matérias distintas, que deveria ter...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É muito... Então eu proporia que nós pudéssemos, os autores dos requerimentos pudessem fazer uma reunião, ver quais as autoridades convidadas para que, havendo possibilidade, nós pudéssemos fazer uma reunião, uma Audiência Pública. Se for possível faremos, se não faremos em separado.

Antes de encerrar a reunião de hoje, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, eu quero solicitar a cada um dos Excelentíssimos Senadores que possam agilizar os projetos de... Legislativos que se encontram distribuídos a V. Exa.s, para que eles possam ser incluídos nas próximas pautas.

Nós temos tido, temos a informação da Secretaria, temos 17 projetos de lei tramitando, com distribuições já feitas, e na pauta apenas conseguimos hoje colocar um projeto, que foi relatado pelo Senador Roberto Cavalcanti.

Então eu pediria a V. Exa.s que devolvessem com os pareceres para que nós pudéssemos pautar esses itens nas próximas reuniões da Comissão.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa, primeiro eu quero parabenizar o trabalho da Comissão que, somente hoje, embora um projeto de lei, mas todos os outros são atividades dessa Comissão e que nós aprovamos 40 itens.

Pelas comissões que eu participo é difícil atingir a relatoria, votação e aprovação ou rejeição de tantos itens, até porque demonstra bem a sua característica.

Eu acho que houve um pequeno engano quando do seu batismo, que devia ter sido Flexa Ligeiro e não Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena, nós temos procurado conduzir a pauta da Comissão de tal forma que os projetos e processos não fiquem suspensos.

A orientação à nossa Secretaria, que pela sua competência tem buscado incluir e fazer com que esses projetos realmente possam ter o encaminhamento o mais rápido possível.

Daí a solicitação que fiz aos Membros da Comissão para que possam, dentro do possível, agilizar a devolução dos projetos que estão distribuídos a V. Exa.s e que serão pautados nas próximas reuniões.

Não havendo mais... Não havendo mais nenhum item da pauta a ser discutido, dou por encerrada a Sessão de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009.

Às oito horas e cinqüenta e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à TV Sobral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 155, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 163, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Formosa do Oeste,

Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 222, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 223, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 101, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 110, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 142, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 156, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 332, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 249, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 258, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Assina, sem voto, o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Nesse momento, o Senador Lobão Filho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Requerimento nº. 23, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que requer "..., nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal – por se tratar de assunto de interesse público relevante -, seja realizada audiência pública perante esta douta comissão, a fim de prestar esclarecimento sobre denúncia encaminhada pela Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN, referente à crise de abastecimento do insumo radiativo 99MO que segundo a entidade é um problema de saúde pública e pode paralisar a medicina nuclear brasileira. A audiência pública deve ter a participação, de autoridades, empresários e técnicos especializados do setor, entre os quais preferencialmente, os seguintes convidados: Dr. José Soares Junior - Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN; Dr. Adelanir Antonio Barroso - Médico Nuclear". Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às nove horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 08 de julho de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no diário do Senado Federal. Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu só queria pedir permissão, se tiver *quorum*, não contando comigo, eu tenho uma audiência marcada com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, agora, às 9 horas. Se poderia... para conferir o *quorum*, se eu saindo ainda continua o *quorum* qualificado para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A informação que eu tenho é que V.Exa. complementa o *quorum*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então eu fico mais 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas faremos, essa primeira parte, essa primeira reunião. Em seguida, teremos uma segunda reunião, em conjunto com a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Relações Exteriores para uma Audiência Pública sobre ciência e tecnologia na Amazônia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São dois temas que eu queria ainda trazer aqui, um está nos jornais, hoje, novamente. Nós já aprovamos aqui, já, um projeto do Senador Pedro Simon sobre a cobrança de ponto extra, depois de muita discussão. A notícia é que a ANATEL tomaria decisão, efetivamente a ANATEL proibiu a cobrança, agora voltou a permitir. Aí mostra a importância de lei. As pessoas às vezes: "ah não precisa mexer com lei, porque já tem uma norma, fulano vai fazer isso, órgão tal vai fazer aquilo". Está aí, deixamos o projeto aprovado pelo Senado, está parado na Câmara, enquanto isso fica uma disputa burocrática, por isso que é importante a força de uma lei. Está aí esse caso específico.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. E outra questão, só um segundo, senador. Eu volto a falar da TV Senado em sinal aberto. Eu contatei a diretora da TV Senado e a informação é de que está suspenso o projeto de TV Senado aberta, que foi suspenso o projeto e que agora o projeto é a implantação da TV Senado digital. Agora, a TV Senado digital é importante sim, mas eu acho que antes nós temos que ter a TV em sinal aberto, porque apenas alguns estados ficaram com ela, os outros todos dependem de TV a cabo, como é o caso de Minas Gerais, acredito que do Pará também. Então são dois pontos que eu queria trazer novamente ao conhecimento. Uma essa questão da importância da questão da lei, para nós não termos que pagar o ponto extra, e outra a providência da Comissão com relação a TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. tem toda a razão, Senador Eduardo Azeredo. Nós fizemos o nosso dever, aprovamos o projeto e o projeto, como V.Exa. colocou, foi encaminhado à Câmara. É isso, Senador Azeredo?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, esse projeto se encontra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está aqui com um pedido de Audiência Pública exatamente pelo posicionamento da ANATEL. A ANATEL antes, está nessa Comissão, eu sou relator, e tenho o pedido... aliás, está na Comissão de Fiscalização, Meio ambiente e Fiscalização, está em Audiência Pública exatamente pela posição que a ANATEL mudou, então nós estamos provocando o debate para que ele possa ser devidamente esclarecido. Era isso que eu queria esclarecer, Presidente. Eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A informação da secretaria, Senador Azeredo, é que o projeto foi aprovado na CCT com o parecer favorável, pela não cobrança do ponto extra e com o parecer de V.Exa., ele encontra-se na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor cujo relator é o Senador Cícero, aguardando Audiência Pública. Vamos falar com o Presidente da Comissão, Senador Renato Casagrande, para que nós possamos agendar essa Audiência Pública para que o projeto tenha a tramitação concluída.

Com relação à TV Senado, Senador Eduardo Azeredo, ainda ontem nós fizemos uma reunião com a ex- diretora da TV, a Dra. Virgínia, tratando exatamente sobre isso, e ela passou essa informação que o Presidente Sarney tinha suspenso todas as ações

com relação ao cronograma de implantação de TV aberta nas cidades, nas capitais, Belém também não chegou a ter o sinal aberta da TV Senado, porque passaria imediatamente para o sistema analógico. E eu fiquei de voltar a conversar com o Presidente Sarney para ver como ficará o cronograma do sistema analógico, para que não haja nenhuma dificuldade em levar a comunicação da TV Senado a todas as capitais e a todo Brasil, quando for o sistema analógico, já estamos tratando desse assunto.

Dando prosseguimento, passamos a pauta de hoje. Item 1 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo Nº 342, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão à TV Sobral LTDA para explorar serviço de rádio difusão de sons e imagem na cidade de Sobral, Estado do Ceará. Esse projeto tem como relator o Senador Efraim Morais. Como ele não pôde vir à reunião de hoje, solicito à Senadora Patrícia Saboya que faça a leitura do parecer como relatora *ad hoc*, até porque a Senadora Patrícia, ela era relatora para quem o projeto tinha sido distribuído, como ela iria tirar uma licença e essa licença vai ser a partir da próxima semana, o Senador Efraim então, passou a relatoria *ad hoc* à Senadora Patrícia porque é filha de Sobral, é filha de Sobral. Assim, filha nascida em Sobral, nascida em Sobral e relata os processos de outorga e concessão das rádios e televisões do Ceará e não poderia deixar de relatar a televisão da sua cidade natal. Com a palavra a nossa querida Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente Flexa, Srs. Senadores eu antes da mais nada quero agradecer a todos os senadores por terem atendido o nosso chamamento para estarem aqui hoje nessa Comissão e nos ajudar a aprovar algo que eu considero muito importante para a minha cidade, a cidade onde eu nasci, a cidade de Sobral, onde buscamos a energia para nos fortalecer no dia-a-dia, nas lutas e nas batalhas. E agradeço a V.Exa., Senador Flexa, pela sensibilidade de ter, ao pedir ao Senador Efraim Morais e imediatamente o senador passou o seu relatório para que aqui eu pudesse prestar mais esse serviço à minha cidade, portanto, eu quero agradecer de forma muito carinhosa a V.Exa., a todos os Senadores por estarem aqui hoje, pela manhã.

Sr. Presidente, chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo Nº 342, de 2009 que aprova o ato que outorga concessão a TV de Sobral para explorar serviço de rádio difusão de som imagem na cidade de Sobral, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial por meio do art. 49 combinado com o art. 223, inciso III, ambos da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável do seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

A análise. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação Informática, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, rádio difusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de rádio difusão sonora e de sons e imagem incumbindo-lhe, pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições em caso de decisão terminativa. O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão ou permissão ou autorização para que se execute serviço de rádio difusão sonora e de sons e imagem nos termos do art. 223 da Constituição Federal orienta-se nessa Casa do Legislativo pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução Nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais, relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, 223, da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constante do processado, que demonstre situação regular da entidade junto ao INSS FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes, não sejam óbice a aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas à época satisfatórias.

O voto, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 342, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnicas legislativas, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à TV Sobral LTDA. para explorar serviço de rádio difusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto originário da Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, esse é meu voto. E antes, apenas, só antes de encerrar, se permite, eu comuniquei a nossa cidade, porque esse é um momento muito importante para Sobral, porque é a primeira televisão da minha cidade e isso nos dá um orgulho muito grande. Sobral é uma cidade que já foi talvez, a mais importante do Ceará e alguns anos retomou--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Senadora Patrícia?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está ao vivo pela TV Senado e a população de Sobral, sua terra natal a está assistindo pela TV Senado e ouvindo pela rádio Senado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Por isso que fico muito feliz, por isso que fico muito feliz, muito orgulhosa de ser eu, como senadora, a primeira mulher cearense a ocupar esse lugar aqui no Senado, de poder trazer um benefício que eu sei que certamente será extraordinário para a toda a população da minha cidade, mandando um abraço ao nosso Prefeito, Leônidas Cristino, que tem sido um grande batalhador, um grande executivo, um grande político, que tem tido reflexo da sua administração em toda a região Norte e em todo o Ceará. Sobral tem sido exemplo de várias situações, principalmente na atenção às crianças e adolescentes na nossa cidade, com programas que têm recebido prêmios no Brasil e prêmios fora do Brasil. Portanto, para mim, é um momento muito especial. E eu, antes mesmo de que os Senadores possam se pronunciar em relação ao seu voto, eu já agradeço de todo o coração, a V.Exa., que teve grande responsabilidade sobre isso, era uma TV esperada há muito tempo por todo o povo de Sobral e, portanto, a todos os Senadores que tiveram a gentileza de comparecer à Comissão. Meu voto é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senadora Patrícia Saboya e ao povo de Sobral e ao povo do Ceará que teve a inteligência de mandá-la como representante daquele querido estado ao Senado Federal. Tenho certeza que repetirá agora, em 2011, em 2010, nas eleições do próximo ano, para que V.Exa. possa retornar junto com o Senador Tarso Jereissati, continuando a representar o querido Estado do Ceará. Nós faremos parecer do item 1 da Senadora Patrícia Saboya, favorável, pela aprovação. Nós faremos a votação em conjunto, ao final da leitura dos demais pareceres da pauta de hoje.

Vamos aos itens 8 e 9, relatoria do Senador Gilberto Goellner. Item 8. Aprova o... Projeto de Decreto Legislativo Nº 142, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga concessão a Sistema Integrado de Comunicação LTDA. para explorar serviço de rádio difusão sonora em onda média, na cidade de Paranatinga, Estado do Mato Grosso. Item 9. Projeto de Decreto Legislativo, Nº 156 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização a Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco, FM - ARLIRB, para executar serviço de rádio difusão comunitária da cidade de Rio Branco Estado de Mato Grosso. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Presidente Flexa Ribeiro, demais Senadores e Senadoras. Eu vou ser mais breve no relato, por se tratar de rádio. Senadora Patrícia tratou de televisão, um meio de comunicação muito mais importante no sentido de... Mais moderno, mas não menos importante do que precisam as pequenas cidades, que no caso de Paranatinga, conceder ao Sistema Integrado de Comunicação LTDA. a possibilidade de explorar o sistema de rádio difusão sonora em onda média, no Estado do Mato Grosso. O nosso relatório, depois de ter ouvido todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, é pela aprovação da outorga, ao Sistema Integrado de Comunicação LTDA. da cidade de Paranatinga. Da mesma forma, o projeto de outorga de autorização à Associação de Rádio Livre Comunitária de Rio Branco FM, também executar o serviço de rádio difusão, na cidade de Rio Branco tem o mesmo desfecho favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Gilberto Goellner. Vamos aos itens 4 e 5. Relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi. Item 4. Projeto de Decreto Legislativo, Nº 222, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul. O item 5. Projeto de Decreto Legislativo Nº 223, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do

Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, grande radialista.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Flexa Ribeiro. Muito rapidamente dizer que o parecer para o Projeto de Lei do Legislativo 222, de 2009 que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade Vila Lângaro no Rio Grande do Sul é favorável, e o PDL 223, de 2009 aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de rádio difusão comunitária de Toropi, Rio Grande do Sul, também tem parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Senador Sérgio Zambiasi. Vamos ao item 10, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. Projeto de Decreto Legislativo Nº 332, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização ao Clube das Mães São João Batista para executar serviço de rádio difusão comunitária na Cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com prazer que faço a relatoria de mais uma rádio do Estado do Ceará. Nesse caso, Cidade de São João do Jaguaribe. Trata-se de uma rádio comunitária, tanto no tocante do relatório, a análise são favoráveis e o nosso voto é pela aprovação da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Item 11. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, Projeto de Decreto Legislativo Nº 249, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista, São Paulo. Para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com base no parecer apresentado pelo Ministério das Comunicações, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Item 12. Relatoria do Senador Wellington Salgado, solicito ao Senador Cícero que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*. Projeto de Decreto Legislativo Nº 258, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Beneficente Cultural Nova Era, para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O voto é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Cícero Lucena. Vamos aos itens 6 e 7. Relatoria do Senador Antônio Carlos Júnior. Solicito ao Senador Valdir Raupp, que possa como relator *ad hoc*, fazer a leitura dos pareceres do nobre Senador Antônio Carlos Júnior. Item 6, Projeto de Decreto Legislativo 101, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia. Item 7. Projeto de Decreto Legislativo, Nº 110, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Rádio Difusão Bem Querer para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os pareceres do Senador Antônio Carlos Júnior, é pela aprovação Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Vamos aos itens 2 e 3 de relatoria do Senador Flávio Arns. Item 2. Projeto de Decreto Legislativo Nº 155, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manuel Ribas - ACOMAR para executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Manuel Ribas, Estado do Paraná. Item 3. Projeto de Decreto Legislativo Nº 163, de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Dourado FM, LTDA., para explorar serviço de rádio difusão sonora e frequência modulada de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., o Senador Flávio Arns. Não havendo mais itens a serem relatados, vamos a votação dos pareceres dos itens em conjunto, dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12. Todos os pareceres favoráveis. Em votação, como vota o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os Srs. Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio sambo Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como a vota a Senadora Patrícia Saboya?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com nove votos favoráveis, todos por unanimidade, os projetos foram aprovados. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é só por uma questão de detalhismo, uma recomendação que eu faria. É que nós ao recebermos todos esses projetos, nós facilmente o identificamos, quando temos a caracterização som e imagens, nós sabemos que a empresa trata-se de TV. Quando nós temos rádio e difusão, OM, nós sabemos que trata-se de AM. Quando nós temos informação que trata-se de uma FM, automaticamente trata-se de uma FM comercial, uma FM padrão. E quando nós recebemos a informação que é serviço de rádio difusão comunitária, nós sabemos que ela supostamente trata-se de uma FM, mas não necessariamente uma FM. Ocorre que na prática, muitas dessas empresas, dessas rádios comunitária, elas têm na sua razão social, o nome FM. Como é o caso do item já aprovado, item 9, rádio comunitária de Rio Branco, FM, chama-se Rio Branco FM, que poderá lá na frente gerar comercialmente problemas da sua identificação, como comunitária. Então, Sr. Presidente, eu faria uma recomendação, essa recomendação seria da nossa Comissão, junto ao Ministério das Comunicações, no sentido de recomendar, que no caso das rádios comunitárias nas suas razões sociais não tivessem escrito FM.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. será atendido no regimento, na forma do regimento, a sua solicitação será encaminhada ao Ministério.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Acho que ficou bem claro. Na hora que nós sabemos que uma rádio, a razão social dela é FM Liberdade, por exemplo, aí nós sabemos que trata-se de uma empresa comercial. Na hora que é a rádio comunitária, ela se chama ARLIRB FM, ela, lá na operação, lá na frente pode incorrer num dano comercial, as rádios normalmente instaladas sob a forma de FM, as privadas e que pagam pelas suas concessões e tem um funcionamento e um departamento comercial autorizado, diferentemente das comunitárias que eventualmente podem incorrer em publicidades indevidas, que são feitas sob o pseudônimo de ajuda, apoio, apoio cultural e tal, mas na verdade elas funcionam comercialmente, concorrendo de forma desleal com as FMs normalmente implantadas. Então, a sugestão é que nós possamos encaminhar esse pedido ao Ministério das Comunicações, visando que pelo menos, nas suas razões sociais seja omitido o FM, que poderá gerar essa futura confusão ou dúvida no mercado comercial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem Sr. Presidente. Eu também, eu reforçaria o pedido do Senador Roberto Cavalcanti, no sentido de que essa Comissão sugerisse a quem de direito um sistema inclusive de fiscalização quanto aos desvios que certamente ocorrem, como foi levantado pelo Senador Cavalcanti. Porque essa facilidade de aprovação aqui tem levado a um excesso de propostas de concessões de outorgas e na realidade, nós aqui, numa boa intenção, as aprovamos e não temos a certeza quanto a real finalidade de estar concorrendo com as emissoras privadas que não têm as mesmas vantagens dessa rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner, o Senador Roberto Cavalcanti já levantou essa questão das rádios comunitárias por várias vezes. Na reunião passada, ficou acordado que ele faria um requerimento, para que nós fizéssemos uma audiência pública com uma

relação de entidades convidadas, representativas das rádios comunitárias, também das rádios comerciais, da ANATEL, do Ministério das Comunicações. Então eu pediria ao Senador Roberto Cavalcanti que pudesse fazer esse requerimento, que já na próxima quarta-feira, na reunião de quarta-feira, ele fará a leitura e defesa do requerimento, faremos a aprovação e marcaremos essa audiência pública já para o início de agosto, quando retornarmos do recesso.

Com relação à fiscalização, a agência responsável pela fiscalização, Senador Gilberto Goellner, é a ANATEL, é a ANATEL. Ela virá à audiência pública e dirá aos Srs. Senadores e à Comissão qual a dificuldade que ela tem de fazer essa fiscalização, porque ela tem como finalidade, como objetivo fazer exatamente esse serviço. Se não o faz, é preciso que seja dito. Se não tem elemento humano para fazer, se não tem orçamento para fazer, e aí nós, pela Comissão, junto ao Ministério das Comunicações, teremos que dar essas condições para que ela possa exercer o seu papel de agência fiscalizadora. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu só gostaria que nós pudéssemos de alguma forma nos anteciparmos a essa recomendação ao Ministério, porque a razão social precede tudo, é quando as empresas são constituídas. E na hora que já acontecer, já essa regulamentação por parte do Ministro Ministério das comunicações, nós vamos nos anteciparmos e fazer com que lá na frente nós sejamos obrigados a exigir que as empresas mudem as suas razões sociais. Então, essa recomendação tem que ser no nascedouro, o DNA das empresas já tem que nascerem sob a forma de comunitária, comunitárias, FM, FM, AM, AM e TV, televisão, tal. Mas não posso criar uma rádio comunitária e chamá-la de Televisão Tal, isso é que está ocorrendo na prática aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. já será atendido, como eu disse, na sua solicitação que encaminhemos ao Ministério, para que ele possa tomar essa precaução na aprovação. Agora, Senador Gilberto, a tramitação para outorga ou para concessão de uma rádio e de uma televisão, é um processo longo. Ele passa por uma série de exigências no Ministério das Comunicações, que faz toda a análise técnica para que possa conceder a outorga para a rádio ou para a televisão. Depois, ele vai à Presidência da República, depois vai à Comissão de Ciência e Tecnologia, da Câmara Federal. Vem para a Ciência e Tecnologia, aqui ele é terminativo. E daqui ele volta então, para que ele possa, então, ser feita a outorga, ser concedida a outorga e implantação efetiva do sistema, seja de rádio ou seja de televisão. Então, é um processo longo e que tem uma análise bastante apurada. Nós mesmos, por iniciativa do Senador Antônio Carlos Júnior, nós fizemos uma alteração na forma de aprovação das rádios e televisões aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu acabei sentando na Mesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. só nos dá a honra, sentando à Mesa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Para matar a saudade, nós somos de estado vizinho, eu e Senador Lobão Filho. Mas eu quero entrar nessa discussão e dizer o seguinte: Que os Senadores que fizeram a proposta têm toda a razão. É preciso que as coisas sejam bem claras e transparentes, porque na verdade a gente vê, eu quero deixar claro que eu não tenho rádio, nunca tive, nem tenho a intenção de ter, nem rádio nem televisão. Mas tenho amigos que têm e vejo sempre essa reclamação, de uma rádio comunitária o cidadão colocar FM não sei o que lá. E ela concorre no mercado inclusive, na questão da publicidade, no comércio, nos governos estadual e municipal, no sentido de disputar mercado com as rádios comerciais que o cidadão paga, por menor que ela seja, por menor a cidade, vai pagar lá, 500.000, 1 milhão de reais pela concessão, e às vezes até mais. Então, a gente precisa realmente disciplinar isso, é necessário que isso saia disciplinado. A rádio comunitária tem que ter uma placa lá: "Rádio Comunitária Fulano de Tal". Isso seja onde for.

Eu sou favor de que nós coloquemos uma rádio comunitária em cada cidade, por mais pequena que seja, do nosso país, a comunidade precisa ser bem informada, ela é extremamente importante, não só para informação, mas para educar a própria população, o pessoal da área rural, enfim, ela serve para muita coisa. Mas é importante que se discipline, eu estou plenamente de acordo, necessário que se discipline. A primeira palavra dessa rádio tem que ser comunitária, depois ela coloca o nome que ela quiser. Rádio Comunitária Fulano de Tal. Pode homenagear às vezes, uma pessoa, alguém, uma cidade, sei lá, mas é preciso carimbar essa rádio como rádio comunitária para a população saber que é rádio comunitária. E nós precisamos discutir bem, inclusive até as regras dessa questão da rádio comunitária. Então, acho que essa Audiência Pública será muito oportuna para que a gente possa debater com o próprio Ministro, com a sua equipe, que é nosso colega aqui, e é uma pessoa

por sinal que tem nos atendido tão bem a todos os parlamentares, mas ele faz de acordo com a regra que ele tem, e com as leis que ele tem. E, portanto, isso não é culpa do Ministro, não é culpa do Ministério, eu acho que realmente faltava que se levantasse esse debate. Então, estou plenamente de acordo, Sr. Presidente. Vamos partir para debater esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Antônio Carlos Júnior está com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que seria interessante se nós apresentássemos um projeto gerado aqui na própria Comissão, que nós regulamentássemos, porque o disciplinamento da rádio comunitária é fundamental. Criar uma linha clara, divisória, entre ela e a rádio comercial. Eu acho que nós aqui, podemos, aqui na Comissão tomar iniciativa e apresentar um projeto de lei que viesse a regulamentar isso, deixar isso muito claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que esse projeto fosse da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Da Comissão, da Comissão, exatamente acho que aí o Senador Flexa poderia designar um grupo e a gente se entenderia com a consultaria da Casa, estabeleceria os parâmetros, o projeto sairia, nós aprovaríamos aqui, iria a Plenário depois, iria para Câmara. Eu acho que a iniciativa poderia ser feita por nós mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antônio Carlos Júnior. Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMBD-MA): Eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Gilberto Goellner, do Senador Roberto Cavalcanti por essa intervenção tão oportuna, no assunto rádios comunitárias. E gostaria de sugerir a inserção também, das rádio educativas o termo rádio educativa X. TV educativa X, porque elas também concorrem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Lobão, inclusive as educativas também são. As--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): As educativas hoje já são, inclusive o seu controle já é comercializado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMBD-MA): Exatamente, o que é um desvirtuamento, uma distorção.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exatamente, vamos incluir--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMBD-MA): Inclusive a legislação que as criou.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Incluiríamos no projeto também as educativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena e depois Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu me somo aos demais senadores com essa preocupação do desvio do objetivo da rádio comunitária. A minha participação era exatamente para chamar atenção sobre o que o Senador Lobão Filho fez referência. Hoje nós temos rádios e televisões educativas, que são verdadeiras TVs abertas, comerciais. Inventaram uma frase de apoio cultural, nem essa história mais de apoio cultural está sendo mais usado para viabilizar economicamente essas empresas. Então, eu acho que não é só apenas uma questão de fazer a legislação. Eu acho que está faltando, porque hoje já existe lei que não permitiria isso, está faltando é fiscalização do Ministério, que é responsável, da ANATEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, mais uma vez, agradecer a as manifestações e fazer uma ressalva específica ao Senador Antônio Carlos Júnior, no sentido que foi perfeita a intervenção dele. No sentido que nós temos que ter a iniciativa e se a iniciativa pudesse ser da Comissão, ela tem muito mais força. E me acostar ao que foi dito pelo Senador Lobão Filho, no tocante que nós sem dúvida temos que incluirmos as televisões e principalmente as empresas que são ditas culturais e na verdade concorrem de forma desleal, sob o pretexto das notas fiscais terem apoio cultural, quando na verdade são os mesmos clientes das empresas de televisão ou empresas de rádio privadas que pagam pelas suas concessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, eu fico aguardando, Senador Roberto Cavalcanti, o encaminhamento do requerimento para que possamos fazer audiência pública. A proposta do Senador Antônio Carlos Júnior, de que se faça um projeto legislativo, ela é correta, mas eu acredito que nós possamos fazer isso, inclusive criando o grupo de trabalho que V.Exa. propôs, após a Audiência Pública, para que nós possamos ouvir.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Concordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que nós possamos ouvir aqui, e que esse requerimento, Senador Roberto Cavalcanti, possa abranger também já as TVs educativas também.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O projeto seria inclusive o produto da Audiência Pública, concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Audiência Pública com rádio comunitária e TVs educativas também.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A minha sugestão, se for acatar a sugestão do Senador Antônio Carlos Júnior, é que já na Audiência Pública, já seja definido esse grupo que vai cuidar disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Porque aí se aprofunda no debate, na discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na aprovação do requerimento que faremos na quarta-feira, próxima, já definiremos o grupo de trabalho que fará o acompanhamento e a proposta de regulamentação para as TVs educativas e para as rádios comunitárias. Sobre a Mesa, requerimento que submeto a inclusão extrapauta, de autoria do nobre Senador Lobão Filho, nosso Vice-Presidente, que solicita que extrapauta seja incluído o requerimento. Eu quero primeiro colocar em votação a inclusão do requerimento, Senador Lobão Filho. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento do Senador Lobão Filho. Requeiro nos termos do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, por se tratar de assuntos de interesse público relevante, seja realizado Audiência Pública perante essa douta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncia encaminhada pela Sociedade Brasileira de Biologia Medicina Nuclear Imagem Molecular, SBBMN, referente à crise de abastecimento do insumo radioativo, 99 MO que, segundo a entidade, é um problema de saúde pública e poderá paralisar a medicina nuclear brasileira. A Audiência Pública deve ter a participação de autoridades, empresários e técnicos especializados do setor, entre os quais preferencialmente os seguintes convidados: Dr. José Soares Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia Medicina Nuclear e Imagem Molecular, SBBMN, Dr. Adelanir Antônio Barroso, médico nuclear. Com a palavra, a Senador Lobão Filho, para defender o requerimento apresentado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMBD-MA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por que motivo o pedido de Audiência Pública é a denúncia por parte da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear e Imagem Nuclear, onde a falta de reatores pode que acarretar um colapso e um agravamento de todo o sistema público de saúde na área de medicina nuclear no país. A medicina nuclear, a área médica que utiliza rádio isótopos tanto para o diagnóstico, como para fins terapêuticos, representa o emprego direto de energia nuclear na saúde e beneficia cerca de 3 milhões de brasileiros, 3 milhões de pacientes espalhados por todo o nosso país. Dentre todos os diferentes materiais radioativos utilizados em medicina nuclear, os geradores de molibdênio e tecnécio, constituem um insumo radioativo mais utilizado em todos os laboratórios de medicina nuclear do país. Com ele, todos os diagnósticos são realizados.

Eu vou encaminhar a todos os nobres Senadores a cópia dessa justificativa, que é longa, mas ela demonstra a gravidade da situação que hoje se encontra esse setor no país. Devido a uma crise do fornecimento deste insumo um para a nossa medicina nuclear, o Brasil já se encontra há quase três meses com grandes dificuldades na realização destes exames, e fomos socorridos, pasme, pela Argentina, aqui do lado, que consegue produzir este insumo e o Brasil não consegue. Este problema acarretou um incremento de custo na ordem de 70% na realização desses exames e o SUS não está compensando os laboratórios e as empresas que prestam esse tipo de exame. A consequência é que o brasileiro que sofre de câncer e outros males, hoje não pode ser atendido por essas Clínicas.

Esta Audiência Pública visa tentar corrigir esta grave distorção num setor tão sofrido da nossa sociedade. Eu pediria a todos os senadores que olhassem com muito carinho este requerimento, para que nós possamos tomar uma atitude aqui no Senado e em curto e médio prazo podermos dar uma solução definitiva para que o Brasil possa produzir também este insumo radioativo, e dessa forma sermos independentes e termos a possibilidade de dar àqueles doentes que estão hoje carentes destes exame a possibilidade do tratamento ideal para sua cura. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento de audiência pública proposto pelo Senador Lobão Filho. Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, só para apoiar o requerimento do Senador Lobão Filho dessa audiência pública, já que acho que quase todos aqui, os senadores e as pessoas aqui presentes, viram pela imprensa nacional quando alguns laboratórios, ou alguma... a palavra não é laboratório, onde se faz o exame nos hospitais, os equipamentos ficaram... não tinham esse material exatamente para fazer os exames, e portanto, isso foi divulgado pela imprensa nacional, nós sabemos disso, todos nós vimos. E acho que nós temos que sim, tomar uma providência. Essa audiência pública é no sentido de fazer isso. De fazer

essa audiência pública e dar uma solução para o problema. Encontrar a solução. Cumprimento o Senador Lobão Filho por esse requerimento oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador João Ribeiro. E faremos, Senador Lobão Filho, audiência. Lamentavelmente vamos entrar em recesso, mas no início de agosto, porque é um assunto emergencial. A sociedade, os pacientes que necessitam do exame e que tem uma doença grave não podem ficar aguardando, sem que se tomem providências com relação a uma ação efetiva que resolva definitivamente o problema no nosso país. Em discussão, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMBD-MA): Sr. Presidente, eu queria registrar em Ata, nos registros dessa Comissão, a presença do médico Ibrahim Assub, perito, absoluto, expert do assunto, no nosso Estado, e do advogado Ruy Villas Boas, também membro desta renomada associação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho e a presidência, em nome dos membros da Comissão, agradece a presença dos ilustre representantes do setor.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento.

Não havendo mais nenhum item em pauta, damos por encerrada a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Só lembrando aos senhores membros da Comissão, que imediatamente iniciaremos a 22ª Reunião, que é uma Audiência Pública em conjunto com a Subcomissão da Amazônia para que possamos ouvir os convidados sobre Ciência e Tecnologia e Inovação na Amazônia.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2009

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia oito de julho de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveria, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira, que requerem"... nos termos constitucionais e regimentais, sejam realizadas duas audiências públicas, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, a Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2º audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); e a Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG)"; ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, que a Audiência Pública constante no Requerimento nº 19 de 2008 de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, acrescido do nome do Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental"; ao Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 019, de 2008 – CCT de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de Aditamento nº 01 de 2009 – CCT

, de minha autoria, o nome da Diretora do Instituto Evandro Chagas, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos"; e ao Requerimento nº 26, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, que requer "..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública em duas partes, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, a Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2º audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); a Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG); o Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental e a Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos." Comparecem à reunião os Senhores Lauro Morhy, Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA; Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas – IEC e Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 08 de julho de 2009 para a realização da 2ª Audiência Pública conjunta com a 4ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores, com o objetivo de discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação na Amazônia Legal sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional.

Atendendo ao Requerimento nº 19, de 2008, CCT, e aditamento de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro e ao requerimento nº 26, de 2009 da Comissão de Relações Exteriores de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. Lembramos que a primeira Audiência Pública foi realizada no dia 03 de junho de 2009, com a presença dos convidados Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento do Ministério de ciência, tecnologia, MCT, Adalberto Luís Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, INPA, Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora Presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, ABC.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário dispensa da leitura e aprovação das atas das comissões anteriores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, CREPAFF. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência: Expediente recebido, Ofício nº 488, de 2009 do Ministério de Ciência, Tecnologia que encaminha impressos produzidos pelo Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec S.A., órgão vinculado ao MCT. A) rastreabilidade de rebanhos, conhecido como chip do boi;

B) Identificação de documentos e passaportes. Chip passaporte; e C) identificação eletrônica de veículo, rastreabilidade veicular.

Solicito à Secretaria dessa Comissão que distribua cópia desse material as Sras. e Srs. Senadores presentes.

Dando continuidade à audiência, solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti e ao Senador Geraldo Mesquita que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa quando convocados.

Convido a sentar-se à Mesa os senhores Dr. Lauro Morhy, membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA; Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi; Dra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas; Dr. Cláudio José dos Reis Carvalho, Chefe Geral da Embrapa, Amazônia Oriental.

Agradeço aos nossos convidados para a 2ª Audiência Pública em que discutiremos na Comissão o tema de sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal.

Como foi relatado na abertura da reunião, nós na primeira Audiência Pública, basto proveitosa, com a presença de ilustres convidados, nós aprofundamos essa questão da maior importância para a Amazônia. Para o Brasil como um todo, a questão da ciência, tecnologia e inovação e em especial para a Amazônia, que é a única forma, a meu juízo, de se fazer o desenvolvimento sustentável, explorando as riquezas que nos foram generosamente dadas por Deus na Amazônia, tem a maior biodiversidade, a maior floresta tropical do mundo, o maior reservatório de água potável do mundo, com tecnologia. Nós temos condições de fazer a exploração sustentável desses recursos naturais usando ciência e tecnologia e inovação na nossa região.

Quero passar a palavra ao primeiro convidado da segunda audiência, que representa a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Dr. Lauro Morhy, já foi reitor da Universidade de Brasília, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e que aqui representa o Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. V. Sa., Dr. Lauro, terá dez minutos para a sua exposição, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra o Dr. Lauro Morhy.

SR. LAURO MORHY: Agradeço em nome da SBPC e em meu próprio nome, o convite para participar dessa Audiência Pública. Tenho a honra de cumprimentar, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro, dos Srs. Senadores Mozarildo, do Senador Lobão, todos os Senadores dessa Casa, a todos os parlamentares, a todos os amazônidas, especialmente a bancada da Amazônia no Congresso Nacional, e nesta oportunidade também envio o nosso abraço fraterno a todos os amazônidas, meus conterrâneos. Quero dizer que eu também sou da Amazônia, vivo a Amazônia e me considero uma espécie de amazônida infiltrado aqui em Brasília. Mas que está sempre lutando pela região, sempre buscando colaborar com a formação de quadros e hoje na SBPC.

Como todos sabem, a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, há dois anos atrás realizou a sua primeira reunião científica em Belém do Pará, e agora, no próximo domingo, deverá iniciar a sua reunião, sua 61ª Reunião em Manaus. Então, isso para nós nos enche de satisfação, de orgulho, e, sobretudo de esperanças, no momento em que a SBPC juntamente com a Academia Brasileira de Ciência apresentam um novo plano para a Amazônia, um plano de... Na área de ciência, tecnologia. Nas reuniões sobre a Amazônia é comum falar-se muito da sua grandiosidade, das suas riquezas naturais, da ambição internacional sobre ela, temos livros importantes sobre isso, especializados. Também sustentabilidades, conflitos de terra, conflitos entre ambientalistas e desenvolvimentistas, sobretudo nos últimos tempos, realmente assuntos e problemas amazônicos são complexos, difíceis de serem equacionados e exigem estratégicas científicas especiais mais do que nunca, além de uma contribuição muito forte da sociedade, sob todos os aspectos políticos também dos nossos políticos brasileiros. A Amazônia é motivo de orgulho para todos nós, mas é também motivo de grande responsabilidade ambiental até em nível mundial. É também motivo de preocupação à medida em que as nossas fronteiras agrícolas se expandem e o Planeta Terra vai ficando rapidamente super povoado, despertando atrações por grandes áreas pouco povoadas, especialmente as que ainda são possuidoras de riquezas naturais, como a nossa Amazônia.

Quando os portugueses e espanhóis aqui chegaram e encontraram civilizações surpreendentes, mas não foram capazes de perceber devidamente a sua cultura e conhecimento científico, tecnológico, por incrível que pareça, naquela época, tal era a sua ambição desmedida por ouro e prata. Mas, aos poucos, foram percebendo outros valores, e então foram descobrindo que ali também existiam riquezas naturais e até tecnologias próprias. Quando Charles-Marie de La Condamine descobriu, já por volta de 1744 que índios usavam látex da seringueira para fabricar garrafas, botas e bolas, bolas ocas que se achatavam quando apertada, como ele dizia, mas que se tornava a sua forma primitiva tão logo eram liberadas, à primeira vista isso apenas parecia aos europeus algo muito exótico,

e talvez nem tenham percebido mais tarde que a ideia básica para as câmaras de ar dos pneus do irlandês John Boyd Dunlop, desenvolvido em 1888, nasceu de fato com as bolas indígenas, verdadeiras câmaras de ar esféricas.

Da cultura técnico científica primitiva da Amazônia restaram vários conhecimentos que foram melhorados com o tempo. Borracha e seus derivados, óleos vegetais, farinhas, pigmentos, fibras vegetais, remédios, perfumes e alimentos diversos, obtidos a partir de cereais, raízes e frutas. Entretanto, essa herança não tem sido aproveitada em toda a sua potencialidade. É preciso então que a ciência praticada na Amazônia estude e aprimore as tecnologias regionais existentes, respeitando, porém as técnicas que fazem parte da cultura tradicional da região. E isso vem sendo feito no âmbito das universidades, dos institutos de pesquisa, dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, os novos IFETs, de instituições privadas diversas, empresas e organizações sociais, e ainda pelos amazônidas em seus lares e pequenos empreendimentos no interior da Amazônia.

O Brasil já dispõe de um sistema bastante evoluído e diversificado de ciência, tecnologia. Nos últimos tempos, esse sistema vem se preocupando cada vez mais com a inovação, ou seja, com a exploração econômica e comercial bem sucedida de novas ideias. Ao longo dos anos vem sendo construída uma política de fomento à pesquisa e desenvolvimento pelos governos Federal, estaduais e municipais, e em crescente parceria com o setor empresarial. A Amazônia vem sendo incorporada nesse processo, mas é necessário que essa inclusão seja bem mais acelerada. Afinal, vivemos um período da história em que as demandas globais, nacionais e locais demandam por água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, e a Amazônia tem tudo isso e muito. Práticas ambientais destrutivas também aumentaram a importância geopolítica da região que, pela sua extensão, riqueza e recursos naturais.

Em documento recentemente divulgado, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências propuseram à sociedade e ao Governo a implantação e consolidação de um novo paradigma de ciência, tecnologia e inovação para a região, capaz de impactar decisivamente o seu desenvolvimento. Esse assunto será fortemente debatido na próxima reunião científica em Manaus. Considera-se que as instituições científicas existentes na região, em que pese a sua boa qualidade, são em número insuficiente para a execução dessa estratégia. Assim, um planejamento integrado de grande porte para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da região, exige a participação e coordenação de diferentes ministérios, governos estaduais, municipais, setores empresariais e sociedade civil, em ação conjunta em integrada, sobretudo.

Mas há uma preocupação toda especial também com a continuidade desse trabalho. É necessário superar a estagnação, a falta de continuidade dos esforços, esse é um grande problema, eu venho da bancada científica da Amazônia e aqui também, e sempre com esse grande problema da falta de continuidade desse trabalho, frequentemente os trabalhos são paralisados por falta de recursos ou então por dificuldades operacionais diversas. E que venha um planejamento moderno para ações dinâmicas e realmente inovadoras e revolucionárias, compatíveis com a extensão e grandiosidade da Amazônia em todos os sentidos, estabelecendo-se um novo paradigma com novos horizontes à altura de novos tempos e que merece o nosso Brasil.

Ainda há muito que se saber sobre a Amazônia, mas o que já se sabe permite que usemos mais em ações concretas e inteligentes de sustentabilidade, e que requer apoio firme e continuado dos que governam a região e o país e principalmente a sociedade. Propõe-se investimentos no parque científico, tecnológico e acadêmico em cerca de quatro anos da ordem de 20 a 30 bilhões de reais, ou seja, cerca de apenas 1,5% do PRB, produto regional bruto, isso seria de um enorme impacto na região, viabilizando novo paradigma em harmonia com diretrizes governamentais de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade sócio-ambiental assegurando, como a gente diz, a floresta em pé. Tudo seria feito com avaliações permanentes também em novos padrões.

Eu quero dizer ainda, para encerrar essa minha participação, já que o nosso tempo está se encerrando, que como pensador científico de bancada mesmo, trabalho com proteínas, estruturas de proteínas, fito químicas, estrutura de plantas e terpenóides e tudo isso, eu vivi, sofri muito e sofro ainda mesmo, numa fase hoje mais de orientador de tese, essa dificuldade de continuidade de trabalho, continuidade de recursos, muitas vezes não é nem volume de recursos, é a facilidade da aplicação desses recursos e ultimamente então a aplicação desses recursos tornou-se uma coisa, quase que uma aventura muito grande; muitas vezes um pesquisador, um dirigente de uma instituição pública pode terminar a sua fase de trabalho até com graves acusações, considerando as restrições tão perversas e cruéis que existem no sistema burocrático nacional, que tornou quase inadministrável as instituições públicas.

Eu agradeço a oportunidade dessa primeira fala e espero mais adiante participar desse debate, dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Lauro Morhy, que representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pela sua exposição, e concedo a palavra ao Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA. V. Sa. terá 10 minutos prorrogável por mais cinco.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Bom-dia a todos. Senador Flexa Ribeiro, em nome de quem eu cumprimento os demais componentes da Mesa, Srs. Senadores, demais participantes.

Há uma grande demanda nacional, principalmente na Amazônia, por Recursos Humanos, por recursos para aplicar em pesquisa, e todo mundo, todos aqueles que praticam e que dizem que essa é a necessidade hoje para desenvolver a Amazônia é investimento em ciência, tecnologia e inovação com mais recursos e com mais gente, não existe como negar isso. Mas eu vou tratar hoje aqui de um assunto que de certa forma também é muito importante e está relacionado com o que eu chamo de equilíbrio entre as forças na área de ciência e tecnologia. O nome normalmente que se dá hoje é ciência, tecnologia e inovação. Esses três, essas três áreas da ciência, as três áreas [ininteligível] de tecnologia e de inovação, elas tem muitas vezes funções diferentes, mas que também não são possíveis de serem desenvolvidas sem a participação de todas elas juntas, em conjunto, equilibradas.

Eu vou usar de um *Power Point* para fazer um pouco, falar um pouco do CBA e ao mesmo tempo tentar passar essa informação de como se entende ou como eu entendo hoje esse equilíbrio entre as forças de ciência, tecnologia e inovação e como isso poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Eu gostaria que você pudesse passar...

Isso é rapidamente o projeto CBA, foi criado por três... Ou pelo Ministério do Meio Ambiente e hoje ele é normalmente administrado por três Ministérios e que agora foi a partir de uma Comissão criada pelo Presidente da República se juntou seis Ministérios para estudar um modelo de gestão do CBA. Esse é um dos problemas que vamos tratar na frente rapidamente depois, no caso. Por favor, o próximo.

O CBA é um centro tecnológico, ele logicamente não é um centro de pesquisa básica e nem pesquisa padrão. E é voltado para a inovação tecnológica, portanto ele está na área daquele trio de inovação tecnológica e basicamente ele deverá promover a inovação tecnológica em processos de produtos da biodiversidade da Amazônia. A ação integrada com universidades e centros de pesquisa é óbvio, num processo dessa natureza, exatamente quando começa a falar do equilíbrio, a necessidade de que se faça um relacionamento, quem trabalha com inovação precisa e necessita de relacionamento com esses tipos de instituições. Há um tipo de objetivo de aumento da densidade tecnológica no setor industrial na região. Eu acho que a região sempre é tida como a terra prometida, cheia de vantagens, cheias de produtos naturais, mas de certa forma hoje nós só exportamos e só produzimos muito mais casquinhas de produtos brutos do que produtos com tecnologia e com valor agregado naquela região. É uma das funções desse centro a promoção de um ambiente favorável à inovação.

Serviços tecnológicos, nós temos hoje nesse centro, vamos mostrar rapidamente um conjunto de laboratórios muito modernos para prestar serviços às empresas e deixar muitas vezes e não só de a gente estar mandando pra fora da região nossas matérias-primas quase que em estado bruto, mandando também produtos, extratos a serem analisados fora, muitas vezes, por exemplo, como Manaus hoje para fazer uma exportação as análises hoje de microbiológica estão sendo feitas lá no Nordeste ou em São Paulo, no caso. Isso que a gente está chamando de uma... Criar uma condição própria para inovação e aumento da densidade no setor. E principalmente um desenvolvimento de fusão de produtos e processos biotecnológicos com valor agregado em toda a cadeia produtiva. Queria que clicasse naquele valor agregado, vou dar um exemplo do que nós estamos querendo dizer com valor agregado, no caso.

Nós temos no centro um núcleo que trabalha com a parte de informação e nós pedimos apenas um produto como exemplo, hoje já temos com quase 60 estudando também esse tipo de comportamento, mas perguntando o seguinte, quem é que pesquisa copaíba, que é um dos produtos representantes daquela região hoje em termos de comércio nacional e internacional, e chegamos àquele quadro da frente lá. O Brasil hoje pesquisa praticamente a mesma quantidade que o resto todos os países do mundo pesquisam copaíba, no caso. Isso medido logicamente em publicações sobre copaíba. E perguntamos depois o seguinte, quem é que realmente usa esse conhecimento hoje sobre a copaíba? E nós chegamos à conclusão que nas patentes, que seria um índice bom para medir isso, que a copaíba, hoje no escritório europeu de patentes, você tem aqui o Brasil participando de um processo, nem de um produto é em articulação com outra instituição. Quer dizer, todo o tipo de uso dos conhecimentos da copaíba estão fora do Brasil e feitos por outros países. Por favor, o próximo.

Quando você vai para o escritório americano, o Brasil nem aparece, simplesmente não aparece. Então, nós estamos dando exatamente aquele esquema

que uma vez eu escutei de um Diretor do CNPq que dizia o seguinte: "O Brasil é um país hoje já considerado de primeiro mundo para transformar dinheiro em conhecimento", nós somos hoje o 13º país em publicações no mundo, mas somos um país tipo troglodita para transformar esse conhecimento em dinheiro. Então, esta é uma área, hoje, não que ela seja mais importante do que as outras, mas é a área que nós precisamos concluir o processo. Ciência e tecnologia e inovação, essa é a função do centro. Pode, por favor, passar o próximo.

O Japão fez um trabalho... Isso aqui rapidamente, porque acho que isso é muito importante para a gente passar essa mensagem que a gente quer passar para os senhores. Ele fez um trabalho sobre o equilíbrio de ciência, tecnologia e inovação em países, diversos países do mundo e utilizou para isso, de uma maneira muito simples, uma planta. Cada um daqueles símbolos que vocês vêem ali, não vou entrar em detalhe, que depois nós vamos deixar essa palestra aqui a cópia, quem quiser dar uma olhada com mais detalhe, pode olhar. Significa alguma coisa, por exemplo, a água é quantidade de recurso que se joga, a flor é a parte de tecnologia avançada, a terra e o vaso é outro tipo de função... E o próximo slide, por favor.

E nesse slide, nós temos uma comparação entre os vários países e os Estados Unidos foi tomado como padrão. Então, ele tem uma planta bem equilibrada. Ele tem bastante vaso, quer dizer, bastante dinheiro, ele tem... Aqui vem exatamente aquelas funções que eu estava colocando. O vaso, o que significa, o número de pesquisadores, etc., etc. Mas o que interessa pra gente hoje aqui é mostrar que você tem aqui dentro, dentro dos países grandes do mundo, você tem um desequilíbrio danado. Vê a planta da França comparada com a outra, no caso. Ela tem uma limitação muito grande na área exatamente de inovação tecnológica; você vê, por exemplo, o Japão é menor, mas é mais equilibrado, quase nas mesmas condições, você vê a Alemanha que lá na área de inovação, eles têm problema tecnológico. A Grã-Bretanha já tem problema noutra área, já se faz mais inovação e etc., etc. O que a gente está exatamente querendo mostrar é que existe um *gap* no Brasil na área de inovação tecnológica. Portanto, quando nós estamos falando que precisamos de milhões de dólares, precisamos, sim. Mas nós precisamos de especialistas, nós precisamos também de outros tipos de profissionais e de outras formações na Amazônia para criar esse ambiente e criar exatamente esse equilíbrio que nós estamos falando. Então, essa é uma primeira mensagem que a gente gostaria de dizer. Pode passar para o próximo, no caso.

O que é o CBA? O CBA foi criado... Primeiro se criou um programa, chamado Probem, ainda bem que não existe o "promal", porque está tendo alguns tipos de problemas bastante sérios aqui que se tivesse o pro mal nós estávamos no inferno. Mas o Probem exatamente foi o programa criado do qual o CBA foi criado para dar apoio a ele num programa de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Quer dizer, em resumo, o CBA está atuando na área de inovação tecnológica em articulação com todas as universidades e outros centros de pesquisas e universidades do Brasil e da região para fazer inovação tecnológica. Isso significa o seguinte, trabalhar com empresas para desenvolver novos produtos com agregação de valor e passar a deixar de exportar casquinhas e substâncias brutas para exportar ou para vender no Brasil, exportar... Quando a gente fala exportar está incluindo inclusive para o resto do país a parte, vamos dizer, de produtos com base tecnológica e com valor agregado na região. Essa é a ideia. Então, o CBA é muito mais um movimentador dessa máquina que da qual você tem a biodiversidade, tem a biotecnologia como instrumento e tem a bioindústria como fim, no caso. Se nós não fizermos rodar a coisa desse jeito, nós não teremos um desenvolvimento equilibrado na região e, portanto, muito dificilmente nós teríamos um desenvolvimento sustentável. Nós teríamos um desenvolvimento capenga na região.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Imar, só pra gente saber onde a gente está pisando--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Assim, grosso modo, de zero a 100, como o senhor avaliaria o alcance das metas fixadas pelo CBA até agora?

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Eu diria o seguinte, nós estamos caminhando em passos de tartaruga. Não sei medir para o senhor em termos de quantitativo, realmente, que se esperaria. Apesar de tudo, o CBA hoje nós estamos esperando que tenha para ele um modelo de gestão específico, esse é o grande problema do CBA. Nós íamos mostrar ali na frente exatamente esse tipo de situação. E hoje ele é um projeto da SUFRAMA, que é quem está financiando o CBA em quase 70% dos recursos totais que já foram investidos no CBA até hoje, trabalhando com bolsistas, que nós não podemos contratar gente. Então, apesar de tudo, Senador, nós conseguimos hoje... Devemos chegar no final do ano com os nossos laboratórios equipados em quase 92%, totalmente equipados. Gente nós estamos

formando, inclusive mão de obra especializada que o próprio país tem hoje deficiência dela. Por exemplo, nós trabalhamos hoje com produtos que na hora que você trabalha com fármacos ou com cosméticos você precisa de uma área que chama-se farmacologia e toxicologia, nessa área é uma área que o Brasil, de certa forma, é muito fraco. Nós estamos fazendo treinamento de pessoas da região em número suficiente para atender o CBA, inclusive com mais, para atender a demanda da própria região, outros profissionais treinados no caso. Essa área de formação de recursos humanos e a área de laboratórios está crescendo bem, estamos já fazendo vários projetos em articulação com a empresa, mas eu diria que nós estamos andando em passo de tartaruga por falta de um modelo de gestão para a administração do CBA. É difícil. As pessoas dizem que você não fixa... Hoje até houve uma entrevista agora recentemente, o Diretor do INPA disse que não se fixa bolsista. O bolsista na realidade a CBA perdeu 40% dos seus bolsistas formados. Isso significa o seguinte, em vez de a gente fixar, nós estamos formando gente e olha que muitas vezes está recebendo esse pessoal, vários deles passaram em concursos da USP, da UFRJ, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quer dizer, está voltando à terra pessoas que foram formadas e preparadas para fazer inovação. Porque esta é uma área de... Várias pessoas que trabalham nessa área sabe que você hoje tem muita academia dentro do país. Tem muito pouca gente na área de inovação. E quando você começa a formar pessoas nessa área, você começa a perdê-los por falta de um tipo de modelo. Eu não sei se respondi sua pergunta, no caso. Muito obrigado.

Bom, essa é a ideia, vamos passar porque eu tenho um tempo curto aqui, no caso. A estrutura do CBA é uma estrutura muito grande, nós estamos aqui de maneira geral vocês podem depois ver na cópia, são 12 mil metros quadrados, e algumas novidades. São laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, você tem central de produção de extrato, planta piloto de processos industriais, quer dizer, uma empresa pode concluir o seu projeto dentro do CBA já em níveis próximos do que ele vai usar na prática depois. Tem uma incubadora de base tecnológica que essa daqui também é uma das áreas importantíssimas que precisa ser discutido porque base tecnológica, na realidade é muito difícil de fazer, aí sim, aí entra a questão financeira. Financiamento desse tipo de processo, porque é desenvolvimento de produto. Então, você precisa de muito mais dinheiro do que simplesmente formar uma empresa e muitas vezes a empresa não tem dinheiro para botar nesse tipo de ação, no caso.

Aqui vem aquele biotério que nós falamos na farmacologia, que é a base para fazer os trabalhos clínicos e pré-clínicos, temos áreas de apoio a empreendedorismo e gestão de inovação e áreas administrativas de maneira geral. Eu vou correr um pouco, porque a gente tem algumas coisas para mostrar rapidamente aqui no caso.

Esse é o CBA, é um prédio que foi criado inclusive para ganhar condições de sigilosidade. Quando vai trabalhar na empresa, a primeira coisa que a empresa quer é ter certeza de que você tem sigilosidade, você não vai botar aquilo que você está trabalhando com ela para fora, senão ela não trabalha. Ela não vai entrar no esquema, no caso. Vamos passar rapidamente, por favor, o próximo slide.

Essa é uma visão do centro, a parte da frente dele é uma parte que foi feita para ter acesso livre, controle normal que se faz, mas livre. Por favor, o próximo.

Atrás estão os laboratórios, esses laboratórios são todos eles feito em pilotis, tipo o arquiteto preferiu esse tipo de arquitetura copiando as palafitas da Amazônia para evitar exatamente terraplanagem, é feita por juntas de trabalho. O CBA é o seguinte, não é como um departamento... Os nossos departamentos, as nossas áreas de ação trabalham totalmente integradas. Então, entra, por exemplo, os produtos aqui na produção de extrato, daqui ele é preparado o extrato que vai para os diversos laboratórios, então você tem um processo de continuidade. Nós não temos duplicidade de equipamentos, o que é já é uma grande economia na área de montagem de laboratório. Por favor, o próximo.

O CBA começou em... A primeira coisa que se fez com o CBA foi criar um modelo de gestão, uma unidade para administrá-lo. Infelizmente foi criada a BIOAMAZÔNIA que foi qualificada com OS(F) em setembro de... Houve uma quebra de contrato com a BIOAMAZÔNIA, e nós ficamos órfãos, motivo pelo qual a SUFRAMA assumiu esse tipo de responsabilidade e eu acho que galhardamente ela conseguiu chegar até um determinado ponto que se não tivesse feito isso, eu acho que nós estaríamos hoje cheios de morcegos e outros animais dentro do centro. A infraestrutura predial foi entregue em 19/12/02, começamos a trabalhar em 2005, foi quando entraram os primeiros pesquisadores, numa parte, a portaria do Ministério passou para a SUFRAMA porque não podia assumir isso de qualquer maneira, mas foi dada essa função a ela e foi criado um projeto estruturante que hoje o CBA é um projeto estruturante da SUFRAMA e ele está trabalhando sob essa forma no caso. Vamos passar vários deles aí, por favor, isso aí eu acho que não é muito importante.

A gente tem dado um foco de ação hoje basicamente em cosméticos, no caso fitocosméticos, a

área... Nós estamos mudando o nome, botando agora em vez de fitoterápicos, bioterápicos, porque hoje, por exemplo, as grandes possibilidades que temos no CBA está sendo mostrado que os microorganismos têm uma propriedade muito maior de acerto do que a própria... Os próprios... As próprias plantas, no caso. E alimentos funcionais e nutracêuticos, que também é uma tendência mundial. Nós estamos dando foco nessa área com parceria com esses tipos de instituições. Por favor, o próximo.

Aqui tem o seguinte, na realidade esse é um quadro que está um pouquinho defasado, nós temos hoje 184 pessoas, esse é um dado de dezembro, mas essa é uma área. O CBA tem 66% dos seus técnicos e funcionários na área de laboratórios, quer dizer, isso significa que a gente está gastando muito pouco na área de administração. Primeiro que a nossa administração é feita fora do CBA, através das fundações, no caso. Por favor.

E aí vem um relacionamento com a indústria que pra gente esse quadro mostra de qualquer... Uma indústria, uma empresa para entrar em contato com o CBA para trabalhar, ela vai achar sempre uma maneira de entrar lá. Isso que esse quadro diz. Por favor, o próximo.

E aqui nós temos aqui uma série de tipos de produtos que também não vou listar todos, mas são produtos que estão hoje com uma demanda muito grande em cima do CBA. Área de inseticidas naturais, corantes naturais, extratos secos e concentrados, que é uma tendência também de você não exportar água ou não vender água da Amazônia, porque você aumenta muito o transporte, é de secar esses extratos e essas coisas. Alimentos funcionais. Passa, por favor, o próximo. O próximo.

A parte de cosméticos, que é uma demanda muito grande, fitoterápicos e fármacos, biocombustível e a parte de flores tropicais que está aqui dentro, numa área que hoje nós temos um programa juntamente com o SEBRAE que está conseguindo fazer um trabalho agora para toda a região, inclusive feito no Estado do Amazonas, agora nós já começamos a fazer em toda a região. Por favor, o próximo.

Isso aí também acho que é a mesma coisa que está lá, mas é coisas que concreto em termos de trabalho que o CBA está fazendo. Próximo.

Bom, eu... O tempo já está um pouquinho curto, eu queria simplesmente... Eu vou deixar essa cópia dessa palestra, ela está bem maior do que isso aqui e aqueles que tiverem interesse pode dar uma folheada e essas informações serão passadas.

Mas eu volto a dizer o seguinte, o Centro foi criado para a Amazônia e tem uma função que eu reputo de grande importância para a região. Falta para ele, hoje, basicamente com todo esse instrumental feito, com o pessoal que já está lá, a base de pessoal já formada, organizada e treinada, está faltando para ele que se dê a ele um tipo de personalidade jurídica específica para que possa ser administrado e se possível dentro das maiores felicidades possíveis. Houve agora esse grupo de tarefa que eu citei do Presidente e que foi criado e foi escolhido uma empresa pública para administrar. Então, nós deveremos estar, logo, logo estar sendo encaminhado ao Senado a criação dessa empresa pública para administrar o CBA.

Então, aqui fica a minha... O meu pedido, eu suplico aos senhores que dê atenção a esse projeto porque esta será, vamos dizer, a vida desse Centro que me parece que de grande importância para a região.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA.

E passo a palavra ao nosso terceiro expositor, Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, chefe geral da Embrapa Amazônia oriental. V. Sa. terá dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

SR. CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO: Acho que eu gostaria de chegar aqui perto, pelo microfone... Bom, está contando já meu tempo...

Bom, bom-dia a todos, ilustríssimo Senador Flexa Ribeiro, ilustríssimo Senador Mozarildo, eu gostaria de agradecer a oportunidade que os senhores estão nos dando de falar nessa Casa, saudar os demais parlamentares.

Acerca de um mês atrás, a nossa diretora que está responsável pela agenda da Amazônia, Dra. Tatiana Sá, fez uma apresentação nessa Casa mostrando a Embrapa, o papel da Embrapa em geral nesse mesmo tema, e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para expor a vocês, fazer um recorte mais para o nosso centro, que é um centro bastante antigo, é o maior centro da Embrapa, da rede da Embrapa, em pessoal e tamanho, e é o centro mais antigo de pesquisa agropecuária na Amazônia, tem 70 anos. Estamos fazendo exatamente 70 anos agora e está no Estado do Pará, que por razões óbvias é o estado que está na fronteira do... Que é obrigado a gerar tecnologias para a ocupação da área já aberta, então nós... Todos vocês sabem o que nós estamos enfrentando lá, os grandes desafios. Mas enfim, meu nome é Cláudio de Carvalho, o grande desafio que nós temos na Amazônia é esse, construir sistema de produção de agropecuários e florestais sustentáveis em uma região que é um dos maiores reservatórios de água doce e biodiversidade

do planeta. E que esses sistemas sejam econômicos. Então, é um desafio enorme que nós temos pela frente e o nosso centro é emblemático, porque por ser mais antigo e por ser um centro ecoregional incorpora grande parte das agendas também dos outros centros da Embrapa que existem na Amazônia, aqui os senhores tem a rede de Embrapa na Amazônia, em laranja são os centros que já existem, uns maiores e outros menores, nós somos o maior, depois de nós vem Manaus, depois Acre, Rondônia, Macapá e agora novas unidades estão sendo abertas no Mato Grosso, estamos instalando em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Então, muito rapidamente também essa ação integrada que existe... exige uma ação integrada entre o centro da Amazônia e os demais centros da Embrapa, nós somos 41 centros até o momento, fora os novos, e nós dissemos que fazer qualquer ação com o centro da Embrapa implica em você fazer ações também com toda a rede Embrapa de pesquisa, ou seja, nós podemos ter... Acionar centros de biotecnologia, etc. para participar dessas agendas de pesquisa. Essa é um pouco da ação também da Pan-Amazônia que nós temos a Embrapa e a Embrapa Amazônia oriental tem o consórcio que é o consórcio iniciativa amazônica, que ele congrega diversas instituições de pesquisa em toda a Pan-Amazônia, então isso nos dá uma capilaridade muito grande e faz com que nós possamos trocar informações e trocar experiências com os centros de pesquisa dos países vizinhos. Fora também as unidades que estão na África hoje, na Venezuela, e etc.

Nossa agenda de pesquisa ela é baseada em documentos, no documento básico, no Plano Amazônia Sustentável, e numa síntese mais operacional para nós no sistema produção sustentável da Amazônia legal e Embrapa nos biomas. E desses documentos ressaem esses principais temas de atuação que o nosso centro reflete, que são ordenamento, gestão e monitoramento territorial, o manejo de valoração e valorização da floresta e opções tecnológicas para a área de consolidação. Isso é um tema que nós temos sido muito solicitado por várias agendas do Governo. Nós recentemente todas as unidades da Embrapa em 2008 fizeram seu Plano Diretor para o período 2008/2011, mas aquelas três linhas são contempladas fortemente em todas as unidades da Embrapa na Amazônia e basicamente existe alguma adaptação por centro, mas a grande parte delas atende essas linhas. O nosso centro particularmente, ele tem uma estrutura especial de interiorização onde nós temos... Onde tem essas bandeirinhas amarelas, são locais onde existe escritório de representação local de transferência de tecnologia, porque nada adiantaria nós geramos tecnologia se essa tecnologia não chegasse à mão do consumidor, que no caso é o nosso cliente, o produtor.

Então, essas são estruturas de apoio e ali em Marabá nós queremos especificamente instalar uma estrutura que vai se dedicar à pesquisa de plantas para reflorestamento, plantas nativas, espécies nativas para reflorestamento. Então nós estamos já fazendo as tratativas e o Governo estadual também está participando, vai ser uma estrutura mista em que vai haver a iniciativa privada, nós da Embrapa, Governo, enfim. Isso está já bem em estado... Estamos começando a fazer isso. Aqui são, na nossa participação, os cursos de pós-graduação em que nós participamos também, para vocês tenham uma ideia, nós participamos também ativamente na formação de pessoal em toda a nossa rede da Amazônia, as organizações locais e regionais com que nós temos parcerias, banco e instituições federais, as ações de parceria e programas de Governo Estadual e Federal, estamos presentes nas diversas agendas do Governo Federal, nos diversos programas, programa mais alimentos e finalmente no Governo Estadual campo cidadão um milhão de árvores.

Aqui a cooperação internacional que existe no nosso centro especificamente. É um centro reconhecido por ter o grande peso de cooperação internacional, ora no momento nós estamos passando por um período de adaptação, e uma coisa que nós temos que fazer e que nós vínhamos tentando catalisar, nossa diretora mesmo, Tatiana Sá que foi idealizadora desse modelo seria de fazer, de proporcionar maior integração entre os centros e instituições de pesquisa do próprio Pará. Então, aqui nós temos um exemplo de arranjo institucional possível e que já vem sendo exercitado, que se passa entre a UFPA, Universidade Federal do Pará, a Embrapa, o UEPA, Museu Goeldi, SECTAM, enfim, várias outras instituições próximas.

Aqui um exemplo que nós... Um exemplo dessa cooperação interinstitucional é com a Universidade Federal do Pará, a Embrapa e outras organizações que estão instalando agora o sistema paraense de inovação, o SIPI, que vai se basear num parque tecnológico, um deles instalado no Guamá, em que a Embrapa dos seis laboratórios que são instalados, a Embrapa participa de quatro, no planejamento e na execução de pesquisa. Então, esses espaços vão ser espaços dedicados ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e inclusive com incubação de empresas. Então uma excelente oportunidade que nós temos para difundir nossas pesquisas, etc.

Dentro desse sistema paraense de inovação temos a participação da Embrapa nessas redes. Uma rede de biomassa florestal, que nós somos os líderes, uma rede de energia renovável, uma rede de enge-

nharia biológica e uma rede de biocosméticos, que é a mais recente que nós temos participação. Essa rede [ininteligível] vamos favorecer uma série de saídas, uma série de produtos que são na verdade inovações e que podem agregar valor, podem verticalizar muitos dos produtos da nossa biodiversidade.

Aqui são exemplos do laboratório de qualidade do leite que está sendo instalado também, que vai ser muito importante o crescimento da bacia leiteira com qualidade e aumento de produção no nosso estado, nós temos uma produção muito pequena e nós precisamos aumentar isso e aumentar com qualidade. Esse laboratório é financiado parte pelo Mapa, Embrapa, UFRA, existe um consórcio de instituições. Então vejam que sempre nós estamos procurando trabalhar junto com outras instituições, acho que esse é que é o enfoque que deve ser dado na nossa agenda de ciência e tecnologia na Amazônia.

Já aqui produtos do zoneamento, nós estamos participando ativamente do zoneamento, não só do Pará, mas de toda a Amazônia, alguns produtos que já se fazem e alternativa para a recuperação econômica de áreas alteradas. Aqui sistemas agroflorestais, dois sistemas muito desenvolvidos, o Bragantino, que é uma inovação e também o Tipitamba, que é a nossa agricultura sem queima. Todos esses sistemas fazem parte de um enfoque, hoje de fazer agricultura sem queimar, e com isso preservando, conservando os ambientes e preservando a biodiversidade natural.

Aqui um pouco da... Um dos resultados que existe de um dos nossos sistemas, nós provamos esses dados estão publicizados, estão publicados, que se você adota nosso sistema de trituração sem queima, você emite quatro vezes menos gases de efeito estufa em CO2 equivalente, do que usando o sistema tradicional. Então isso já é um ganho.

Aqui são produtos da agroindústria que nós temos potencial bastante grande, muito de vocês já ouviram falar do cupulate, por exemplo. O cupulate é o chocolate feito de semente de cupuaçu, que pode ter emprego muito grande na merenda escolar, um grande volume dele é produzido e não se faz nada, se joga fora a semente de cupuaçu. Então, o cupulate, vocês devem ter escutado na mídia a questão das patentes, mas a patente é nossa e foi uma das inovações que nós trouxemos, fora outras que nós podemos citar.

Manejo florestal para pequenos proprietários, produtos não madeireiros, agregação de valor, nós temos uma inovação também, um secador solar que está sendo usado para baixar o teor de aflatoxina da castanha do Pará que era proibida ser exportada que estava com mais de oito PPT de aflatoxina e nós, com o processo de secagem e boas práticas, nós conseguimos reduzir esse teor de aflatoxina e o nosso secador solar foi uma das inovações que foi levada para agregar valor a essa cadeia da castanha.

A questão das florestas plantadas também, como eu disse para vocês, nós temos um grande papel na domesticação, coleta e legalização da produção de sementes de árvores nativas para a Amazônia, que devido a questões legais nós não podemos plantar exóticas, nós estamos fazendo um grande esforço com as nativas. Já temos alternativas. Nós temos 30 anos de pesquisa com espécies florestais e já sabemos dessas espécies quais são as mais indicadas, quais as que crescem mais, qual é o volume de madeira, nós temos esses dados à disposição.

E também no campo, o grande desafio agora, devido a nossa pecuária que está no Pará, especificamente muito grande, nós temos os questionamentos, por exemplo, da emissão de gases de efeito estufa pelo gado. Eu cheguei ontem à noite de uma reunião em Ribeirão Preto, em que nós estamos fazendo um grande projeto para quantificar isso em condições tropicais, que nós temos a quantificação em condições subtropicais. Mas nós temos que ter isso para poder fechar o balanço e colocar esse balanço em sistemas agroflorestais, como por exemplo, você ter pastagens e árvores também aumentando o conforto animal, a fixação de carbono e talvez até quem sabe tornando esse balanço positivo, ou seja, fixando mais do que emitindo. Mas nós precisamos ter números para provar isso, nós não temos esses números ainda, mas vamos ter.

Aqui são alguns exemplos do que existe. Na parte de agroenergia nosso principal produto é o dendê, nós lidamos com uma doença, inclusive, AF que nós temos uma grande necessidade, o CBA poderia ser um parceiro muito grande para nos ajudar nisso, pesquisa com amarelecimento fatal, que é uma das principais barreiras e semente. Mas nós temos já algumas alternativas, que são o plantio de híbrido do dendê amazônico, que é o caiaué, com o dendê africano. Nós temos resultados que mostram que esse cruzamento, esses híbridos, são tolerantes ao AF, pelo menos até agora com três anos na plantação da marborges, não temos tido ocorrência de AF, e com uma boa produtividade.

Nós precisamos fazer um centro genealógico no Pará para trabalhar com cruzamentos de híbridos e produzir nossos híbridos. Porque hoje é um grande problema para as pessoas que querem plantar dendê, comprarem semente. A expansão da dendeicultura de óleos vegetais no mundo é muito grande, e isso força o mercado e o mercado não aguenta. A própria produção de semente nossa é muito pequena.

Aqui é um exemplo de outros óleos também que são inovações, que fazem parte do nosso capital natural que pode ser utilizado, por exemplo, a bacaba tem condições excelentes de produzir óleo, patauá, a própria pupunha também produz bastante óleo, nós temos esse levantamento, tucumã é a bola da vez. Esse tucumã, ele pode ser utilizado em quase que substituição em áreas de AF crítico ao dendê, e ele é passível de utilizar a mesma planta de esmagamento do dendê sem fazer grandes modificações. Então, é o óleo de excelente qualidade, até para biscoiteria, para outros usos industriais. E nós já temos tucumã sem espinho, nós temos uma coleção dessas plantas todas que eu mostrei para vocês... Esse é sem espinho mesmo, que o pesquisador está encostando a mão nele aí, olha, para provar que não tem espinho. Uma grande barreira é a quantidade de espinhos, agora com o melhoramento genético, e para isso é necessário o campo genealógico de lá do [ininteligível] para que nós trabalhemos com isso, nós podemos ter um avanço maior. Biotecnologia no caso que nós fazemos aqui é resgate de embrião, que o tucumã custa a germinar. E nós temos que germiná-lo com resgate de embrião.

Outra coisa que é muito presente em nossa agenda são pesquisas com aquicultura, não só piscicultura. Aquicultura, incluindo quelônios, nós estamos com um sistema quase pronto para tornar zootécnico um animal que é o muçuã, que foi predado e nós já temos todo o processo criatório mapeado, vamos transformar em animal zootécnico e vamos devolver ele para a natureza, vamos devolver o contingente dele para a natureza na Ilha do Marajó e outros lugares também da Amazônia.

Essa é a grande inovação que nós temos que trazer para o campo, para a ocupação de áreas já alteradas e para pastagens degradadas, que é o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. Vocês... Pena que não dê para ver aqui, mas isso aqui é uma plantação de filho, isso é um dos nossos campos, nós não temos mais experimento de parcela pequena. De fato nós estamos validando essa tecnologia que foi desenvolvida já há algum tempo, nós estamos validando ela no Norte, por quê? Porque nós precisamos adaptar para a nossa condição de solo, clima e até mesmo perfil dos nossos produtores. Então, nessa mesma área você faz agricultura, você aduba, a agricultura paga a adubação e depois você entra, no final você entra já com a pastagem na última colheita de milho, você já entra com a pastagem. Então, na reforma do pasto, que é um grande custo que existe, não se usa queima, em primeiro lugar, em segundo lugar proporciona a produção de alimentos e terceiro quando você acaba depois desse ciclo, você tem uma produção de biomassa de capim muito maior. Isso vai fazer com que seja contido o avanço da pecuária sobre a floresta.

Bom, aqui é o nosso projeto de boas práticas, melhoramento genético que nós fazemos sempre, uma grande novidade, o nosso feijão, caupi, o feijão de corda, o feijão macassar, que antigamente era rasteiro, se colhia rasteiro, agora ele é colhido com máquina e virou uma *commodity*. Hoje nós exportamos feijão caupi para mais de sete países, e é uma opção, é a proteína mais barata que existe. Feijão caupi ou Vigna, Vigna unguiculata, ele era rasteiro, agora por melhoramento genético ele está alto, ele pode ser colhido com colheitadeira. E nós estamos agora aumentando a produtividade. Porque vocês podem ver que existem duas, três vagens, nós estamos querendo aumentar agora a produtividade que ainda está um pouco baixa, 800 quilos por hectare a mil quilos por hectare.

Outras opções também de inovação é meliponicultura, que é o mel de abelha sem ferrão, que é um mel excelente que é isento de pesticidas e que tem um apelo muito grande, inclusive para cosmetologia fina.

E era isso que eu queria apresentar para vocês. Desculpem ser tão corrido, mas o centro é grande, as opções que nós temos também são muitas, e eu convido os senhores se quiserem, podem dispor de mais informações no debate.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço ao Dr. Cláudio e tenho a honra de passar a palavra agora à Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, diretora do museu paraense Emílio Goeldi.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Srs. Senadores, caros colegas da Mesa, dirigentes, senhoras e senhores. Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite de estar aqui e apresentar um pouco do que faz o museu paraense Emílio Goeldi nos seus 143 anos de existência, o que fez e o que faz, a sua agenda de pesquisa e apresentar para vocês algumas preocupações e desafios que nós achamos importantes nessa temática de ciência e tecnologia para a Amazônia nesse mundo em transformação, nessa região que está em constante transformação e nesse momento de incertezas que nós vivemos com relação ao destino que se dá a essa imensa região.

O museu paraense Emílio Goeldi é a instituição mais antiga de pesquisa científica e tecnológica da Amazônia, a sua criação data de 1866, quando não haviam universidades na região e ele tomou para si uma agenda científica muito ampla, as áreas de ciências naturais e ciências humanas. O planejamento estratégico em

2006 estabeleceu como missão a realização de pesquisa, promoção de inovação, a formação de Recursos Humanos, conservação de acervos e comunicação de conhecimentos sobre a região. Ele é o terceiro maior museu do país, é o segundo maior museu de história natural do Brasil, e todas as suas coleções são tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Numa agenda de pesquisa ampla é importante colocar e apresentar com que efetivo de pesquisadores e servidores nós contamos. Vejam que em 1989, quando a agenda de pesquisa era menor, ou seja, trabalhávamos menos, nós tínhamos 333 funcionários e hoje, em 2008, os dados de 2008 apontam em decréscimo e um número de 252 funcionários, numa diminuição enorme, o que impede que possamos fazer mais do que devemos, do que queremos, e que deve realmente ser feito pela Amazônia. Então, essa situação não é uma situação apenas do museu Goeldi, é situação de todos os institutos de pesquisa, do Ministério da Ciência e Tecnologia, já há um entendimento no Ministério de que é necessário ampliarmos essa força efetiva de servidores, principalmente pesquisadores, mas esbarramos em autorizações do Ministério do Planejamento, pois os institutos de pesquisas não tem autonomia para a contratação como tem as universidades, por exemplo. Próximo.

Então, quando falamos de formação de recursos humanos, é importante ressaltar a atuação da instituição desde níveis fundamental e médio, que são a formação de iniciação científica com clube de pesquisador mirim, programa de estágios, programa de bolsas de iniciação científica do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, programa de capacitação institucional do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia e os níveis de mestrado e doutorado, esses todos em parceria com as instituições locais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia e com a Embrapa. Próximo, por favor.

Então, a agenda de pesquisa, ela é formulada na base de quatro grandes temáticas, ciências naturais, sistemas naturais e diversidade biológica na Amazônia, as dinâmicas socioculturais e ocupação humana na região, as tecnologias ligadas à documentação, desculpe, esse item tem que estar junto com o terceiro, o quarto e terceiro, conservação e gestão de acervos científicos e na área de museologia e comunicação e educação científica. Por favor.

Então, os acervos que são importantíssimos, como base do conhecimento da instituição, eles somam mais de quatro milhões de itens. E aí nós temos tanto na área das ciências humanas, como o acervo arqueológico etnográfico e como na área de ciências naturais, com herbário, com a coleção de aves, de répteis, de peixes, de mamíferos e de invertebrados que somam dois milhões de animais, e ainda fósseis e minerais e um acervo bibliográfico e arquivisco muito importante na região, na ordem de 250 mil itens que são todos voltados para... Sobre a região amazônica. Na área de comunicação nós temos o Parque Zoobotânico, alguns de vocês conhecem, no centro da cidade, que é onde ocorre todo o programa de educação científica, educação ambiental e museologia e a parte de comunicação, informação e documentação. Por favor.

Na área dos sistemas naturais e biodiversidade, nós temos uma agenda de pesquisa para o conhecimento da biodiversidade da Amazônia extensa, ela está relacionada principalmente aos inventários de fauna e flora, ao monitoramento da biodiversidade, a modelagem de biodiversidade, tentando entender a distribuição das espécies daqueles vários grupos taxonômicos, há muitas descobertas de novas espécies, nós temos nos últimos oito anos a descoberta de cerca de 100 espécies novas para a ciência, nunca antes conhecida, elaboramos a lista de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Pará e aqui tem um dado interessante, que essa lista já conta com 181 espécies de plantas e animais. E aí nós temos muito mais... Quase o dobro de espécies ameaçadas de extinção do que as descobertas de novas espécies nos últimos dez anos, demonstrando que o nosso conhecimento é muito mais lento do que a taxa de impacto sobre as espécies da nossa biodiversidade. Só um dado interessante aqui também para colocar, é que a cada onda de desmatamento que nós conhecemos e que são anunciadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, outro instituto do MCT, nós temos cerca de um milhão de espécies de árvores são atingidos a cada ano pelo desmatamento que varia entre 15 a 20, 24 mil quilômetros quadrados por ano, nós temos uma destruição de cerca de um milhão de árvores, de indivíduos, portanto, acima de dez centímetros de diâmetro e cerca de um milhão de primatas e aves. Isso são dados de um artigo que nós produzimos e que é baseado no conhecimento que nós temos sobre a distribuição desses grupos de espécies de plantas, de árvores, de primatas e de aves na Amazônia. Então vejam que é um número muito alto e aqui nós temos que reverter logicamente esse quadro, porque não é possível mais suportar taxas tão altas de desmatamento na região.

E com relação à comunicação, nós temos incentivado sempre as crianças de nível fundamental e médio que desenvolvam trabalhos na área de biodiversidade e temos então esse Prêmio Jovem Naturalista, que é dado todos os anos para estudantes de nível médio e fundamental. Próximo, por favor.

Aqui é um pouco do tipo de pesquisa que é feita no campo com os inventários e coletas e hoje nós temos, não diria um impedimento, mas temos uma restrição à atuação do pesquisador no campo, porque temos que ter inscrição e licença do sistema de biodiversidade, do MMA para a atuação do pesquisador, isso limita a atuação do pesquisador e hoje o MCT e o MMA estão discutindo de que forma nós podemos controlar, digamos assim, ter não o controle, mas o conhecimento do que se faz no país em termos de estudos de biodiversidade sem o controle excessivo dos pesquisadores nessa área de biodiversidade. Então, eu espero que em breve nós tenhamos um acordo entre o MCT e o MMA com relação a essa questão de coletas, de licenças de coletas para estudos da biodiversidade e acesso a recursos genéticos. Próximo.

Aqui é pra dar uma ideia para vocês de como o monitoramento de fauna por meio de armadilhas fotográficas pode ser útil no conhecimento e no monitoramento de espécies em ambientes que são conservados ou em ambientes que estão sob pressão madeireira e que deve ser controlado. Então, aqui são animais que nunca antes tinham sido vistos numa unidade de conservação, onde o museu Goeldi tem uma estação científica, floresta nacional de Caxiuanã e mostra a presença de inúmeros animais, grupos de invertebrados importantes na cadeia biológica e também como importantes também para os processos ecológicos nessas unidades de conservação. Próximo.

Aqui o outro grupo de estudos que são realizados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi é sobre a dinâmica de florestas, uso e manejo de recursos naturais, a variação de impacto de uso da terra sobre a biodiversidade, aqui nós temos realizado estudos de longo prazo sobre atividades de agricultura e pecuária, principalmente, mas também extração madeireira e alguns números já mostrei para vocês e o impacto é muito alto, tanto pelo desmatamento em si como também pela utilização, extração seletiva de madeira ou extração de produtos da floresta. E os estudos sobre o potencial fitoquímico, principalmente oleaginosas com o Grupo de Trabalho, grupo de pesquisa atuando na área. Próximo.

Aqui também temos estudos na área da Costa Norte, por meio de estudos geoambientais e antropológicos com vários eixos de entendimento sobre essa importante área da costa do norte do Brasil, dinâmico, bastante dinâmico. Próximo, por favor.

E aqui um pouco do que nós fazemos com relação à conservação desses acervos, que é a base do conhecimento da biodiversidade. E aí um pouco também do papel dos programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, no caso o programa de biodiversidade que modernizou uma das principais coleções e referência internacional sobre a biodiversidade da Amazônia, a coleção de árvores que tinham esses armários antigos e que hoje está todo modernizado e ampliado, proporcionando maior... Que nós possamos trazer mais material para essa coleção. Próximo.

Aqui é outra coleção de répteis e anfíbios, como era e hoje como está. Próximo, por favor.

Aqui a coleção paleontológica, mostrando alguns... Apenas uma coleta, o que nós trazemos de material. Aqui é o caso de uma preguiça gigante que viveu acerca de seis mil anos atrás na Amazônia. Próximo.

Aqui é o incremento dos acervos nos últimos dez anos, nove anos, demonstrando o esforço que a instituição tem tido para aumentar o conhecimento sobre a região, no caso de plantas. Próximo. No caso de aranhas, que se conhecia muito pouco, tinham apenas 1.400 lotes, hoje tem mais de 15 mil. Próximo. Espécies novas são descobertas no próprio parque do bosque Rodrigues Alves em Belém do Pará, foram descritas três espécies novas no parque em Belém mesmo, no caso dos peixes. Próximo. No caso das aves. E também acho que foram esses exemplos que eu trouxe. Pode passar.

Aqui o esforço também de se colocar isso disponível *on-line*, o nosso herbário já está disponível as espécies típicas, que são espécies determinadas inicialmente pelo pessoal da instituição ou que passou pela instituição. Próximo.

Aqui o papel da nossa estação científica como uma importante contribuição para análises locais, mas também para o entendimento global do funcionamento da Floresta Amazônica que é a floresta nacional de Caxiuanã, onde o Museu Goeldi tem uma estação científica, pode passar, com três mil metros de área construída. Pode passar, por favor. E com uma beleza muito grande, mas com uma infraestrutura de pesquisa, pode passar, por favor, que não tem igual no mundo tropical com laboratório que pode abrigar cerca de 60 pessoas a cada excursão, tem bibliotecas, auditórios, laboratórios, acesso a *e-mail*, energia fotovoltaica a residências... Fica a 400 quilômetros em linha reta em direção à Ilha do Marajó, passando um pouco a Ilha do Marajó. Aqui a infraestrutura, é um laboratório aberto para pesquisa científica no Brasil e também para o exterior, a experiência que nós temos em treinamento e capacitação é muito grande, agora mesmo em julho nós vamos ter um treinamento internacional junto com a Embrapa e várias universidades, e a USP, a universidade dos Estados Unidos em aspectos ecológicos e de mudanças climáticas, temos uma torre de 60 metros de altura onde o Projeto LBA atua, o projeto TEAM de monitoramento de biodiversidade também

atua, o programa de biodiversidade do MCT, são programas de longa duração, programas importantíssimos para o conhecimento e o monitoramento da Floresta Amazônica e que é imprescindível que o Brasil tenha, especificamente o CNPq mantenha seus programas de longo prazo nessas estações dessa natureza, que são estações importantes para o conhecimento da região. Próximo.

Aqui é o estudo da... Só para mostrar para vocês a importância também de outra rede de pesquisa, que é uma rede nacional que envolve seis institutos do MCT, que é a rede GEOMA, que vem estudando a dinâmica da fronteira agrícola e tendo papel importante no subsídio de políticas como a política de combate ao desmatamento, de regularização fundiária. Próximo. Pode passar, por favor. E que vem estudando a dinâmica dessa região, a Amazônia não é mais uma região coberta totalmente por florestas, todos sabemos que já tem... Pode colocar, por favor.

Cerca de 700, 800 mil quilômetros quadrados nesse chamado arco do desmatamento, que já está alterado e que precisa, como disse o Dr. Cláudio, de uma atuação de ciência e tecnologia voltada tanto para o entendimento de como... Sobre a dinâmica dessa parte da Amazônia que está alterada como busca, a busca de alternativas de iniciativas sustentáveis e de restauração florestal, seja restauração da produtividade, da terra, como restauração de florestas nas áreas de reserva legal e de preservação permanente. Próximo.

Aqui é um pouco dos estudos que nós fazemos, mostrando a alteração das áreas de preservação permanente e reservas legais utilizadas pela pecuária. Aqui ainda com a parte de ocupação humana, a instituição desenvolve estudos arqueológicos de longo prazo, entender a ocupação dessa região fazendo salvamentos arqueológicos, estudos antropológicos indígenas, de populações tradicionais e na área de colonização, estudos linguísticos de resgate de línguas, principalmente línguas ameaçadas de extinção e de documentação dessas línguas e até o retorno para a população indígena com alfabetização das línguas indígenas, das populações indígenas nas línguas de origem. Próximo.

Aqui a contribuição da instituição para políticas públicas tem sido muito grande, temos desenvolvido trabalhos de demarcação e caracterização de terras indígenas, participado de zoneamento econômico ecológico no Estado do Pará e Estado do Acre, diagnósticos socioambientais, planos de manejo e unidades de conservação, ontem estive recebendo o presidente do serviço florestal brasileiro e do Instituto Chico Mendes para discutir o plano de manejo da floresta nacional de Caxiuanã, formulado listas de espécies ameaçadas de extinção, programas de restauração florestal, documentação de línguas, ação de apoio ao Ministério Público e o GRPU, planos de combate ao desmatamento, contribuição na análise do TCU sobre gestação ambiental da Amazônia e ordenamento costeiro. Próximo.

E alguns desafios que eu gostaria de colocar aqui por fim é com relação a alguns de nós aqui já falamos, sobre a fixação e qualificação de pessoal. Não é possível que a Amazônia tenha hoje somente 1500 a 1800 doutores. Nós em algum tempo da história desse país foi investido, o Brasil o Estado Brasileiro investiu no Estado de São Paulo e por isso o Estado de São Paulo tem esse diferencial que tem hoje. Não apenas pelo esforço do Estado de São Paulo, mas porque o Brasil investiu fortemente nesse Estado e o que não está acontecendo com a região amazônica. Nós não temos um programa, um plano no PPA, por exemplo, que seja um Programa Amazônia, como nós temos um programa de satélites, como nós temos o programa nuclear. Não foi possível ainda, a despeito do esforço do MCT, de estabelecer um programa para a Amazônia de ciência, tecnologia, não foi possível estabelecer esse programa e nós temos hoje ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, ações do Ministério da Agricultura por meio da Embrapa, ações do Ministério da Saúde por meio da Fiocruz, do Instituto Evandro Chagas, mas não temos um programa integrado, forte, que possa dar o salto que a Amazônia precisa para estar no outro patamar e nós não termos repetido o que nós temos todos os anos, desmatamento, problemas sociais, ambientais, de saúde, crises no setor produtivo, etc.

Então, eu não acredito que com ações setoriais de ciência e tecnologia nós vamos dar esse salto nos transformarmos realmente numa potência em termos de produção, de conservação e social, do ponto de vista social, sem um investimento maciço nessa região. Os novos modelos de interação entre as instituições também é necessário, os modelos atuais, eles não permitem que nós atuemos de forma integrada e sinérgica, como aqui colocou o Dr. Cláudio, nós precisamos de um novo modelo de estrutura organizacional e orçamentária para os institutos de pesquisa com autonomia de contratação de pesquisadores e de captação e de uso de recursos.

Não é possível que nós tenhamos ainda que recorrer a solicitações de bancada para que nós possamos realizar a missão da instituição. Acho que as ações de bancada têm que ser para projetos específicos estratégicos para a região, um *plus* no que as missões das instituições estão fazendo, todos os anos assistimos, eu mesma já estive solicitando emendas de bancada, mas para a atuação para complementação da atuação da missão da instituição. Não é pos-

sível que nós tenhamos isso. Nós temos que ter uma forma que dê autonomia aos institutos de pesquisa e que nós possamos atuar para podermos aproveitar de todo o potencial que temos. A agenda de pesquisa tem que manter o rigor científico, nós não podemos abrir mão disso, mas nós temos que ter mais agilidade. É uma discussão que nós travamos no âmbito das nossas instituições, hoje nós temos muitas organizações não-governamentais atuando como instituições de pesquisa por conta da agilidade que elas têm, tanto no recebimento de recursos como no uso e como na contratação de pesquisadores. As instituições de pesquisa não tem e aí nós atuamos com muito mais lentidão, porque os pesquisadores atuam em várias frentes e não podem se dedicar a uma ação específica. Próximo, por favor.

Aos mecanismos de monitoramento das ações de pesquisas é importante, é preciso mostrar produtos e sermos cobrados por produtos. Criar instrumentos de fomento fora do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, aí com a parceria com empresas, etc. Estabelecer coordenação regional de CTI. Nós não temos coordenação regional, nós não temos a FINEP na Amazônia, nós não temos a presença do Ministério da Ciência e Tecnologia, apenas por meio dos seus três institutos, o último instituto criado foi o Instituto Mamirauá, se não me engano cerca de 10 anos atrás, o INPA tem 60 anos, o Museu Goeldi tem 143 anos, a Embrapa e Amazônia oriental tem 60 anos ou 70 anos, o Instituto Evandro Chagas tem 70 anos. Então, nossos institutos estão velhos, mas no sentido do tempo, mas modernos na sua atuação, etc., mas... Maduros, eu diria. O Museu Goeldi é o avô de todos os outros, mas nós precisamos de outras instituições na Amazônia. Precisamos de instituições fortes e fortalecer também as instituições de pesquisa que já existem, não adianta criar novos institutos e deixar os institutos à míngua. Acho que tem último slide.

Integrar as bases técnico científicas e sócio produtivas regionais, aqui o Dr. Cláudio falou muito bem, Dr. Imar sobre isso, Dr. Lauro, reconhecer as diferenças entre as instituições e os estados de modo a potencializar suas complementaridades, acho que eu já falei sobre isso, e sempre o desafio de montar cadeias de conhecimento associadas a cadeias produtivas. Aí exige o esforço de nos planejamentos estratégicos das instituições, que nós façamos essa articulação entre cadeias de conhecimento, cadeias produtivas.

Acho que é só. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Então agora, agradecendo à Dra. Ima, tenho a honra de passar a palavra à Dra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Bom dia. Eu quero agradecer o convite para estarmos aqui. Eu sou pesquisadora do Instituto Evandro Chagas, essa é a sede tradicional, na verdade trabalhamos numa sede nova. Esse é o nosso símbolo. Me dou conta nessa hora que tem que ter... Como? Belém do Pará. É uma instituição que provavelmente ninguém conhece aqui, porque uma das características do brasileiro é conhecer menos o que ele tem do que os estrangeiros fazem.

Mas não vim aqui para falar dela, infelizmente, gostaria mais de falar dela. Mas, essa apresentação... Aceito o convite para vir aqui há uns cinco dias atrás, optei, sendo eu da área da saúde, a nossa instituição é de saúde pública e pesquisa biomédica, optei não por falar da saúde... Não quero falar da saúde, mas partindo do princípio de que saúde é o resultado da interação do homem com o meio ambiente, quer dizer, quando ela é bem sucedida ele tem saúde, quando ela é má sucedida ele tem a doença. Partindo dessa premissa que não é inovação minha, é de um autor chamado [ininteligível] nos anos 80, salvo eu, mas eu acho a mais completa e a mais moderna para encarar a saúde e doença, então optei para falar daquilo que nas nossas observações, andando na Amazônia remota, inclusive, sempre voltam ao nosso espírito como problemas que poderiam ser desenvolvidos pela ciência e tecnologia e como não são, acabam retornando para as populações sobre a forma de agravos, de agravamento da saúde, agravamento da qualidade de vida hoje, prefiro falar em qualidade de vida do que em saúde. Outra, por favor.

Eu sou pesquisadora do Instituto Virologista há três anos na direção. Isso eu já disse. A outra, por favor.

Bem, o desenvolvimento sustentável da Amazônia, eu acho que o que eu escrevi aí é um consenso, ele passa pela apropriação do conhecimento em suas diferentes instâncias e eu quero fazer um aparte para dizer que apesar... E eu concordo com o Dr. Lauro, que já tem muita coisa de ciência e tecnologia com o representante da Embrapa também, sendo desenvolvido aqui, não necessariamente aquilo que a gente precisava na região amazônica, que não é nem melhor nem pior, mas extremamente diferente e o que eu penso de... E infelizmente o pensamento da ciência ainda está muito voltado para as regiões do país que significam sim um maior número de votos, um maior número de pessoas, mas um menor espaço geográfico, e eu também fico muito incomodada com o fato da falta de apropriação pelas populações regionais de toda e qualquer coisa

que se gera na área de ciência e tecnologia, não chega na população. Não chega. Quando chega numa empresa, já fico satisfeita. Mas, além disso e sobretudo, precisa, sim, chegar nas populações. Então eu sei que esse desenvolvimento sustentável passa, sobretudo por isso, a superação de desigualdade só vai acontecer assim, a pobreza que me parece ainda o maior risco para a saúde, não são as nossas doenças, por mais graves que elas sejam, o mais grave mesmo é ser pobre, e depende de decisões políticas apropriadas, lúcidas, mas também depende, e eu às vezes... Às vezes eu acho assim que nós devíamos ter lá na Amazônia um pouco mais de espírito cabano, porque passa pela nossa capacidade de lutar pela integridade das nossas populações, porque no final, aqui estamos falando que não agimos adequadamente também na área de ciência e tecnologia o suficiente para devolver para essas populações, que, aliás, pagam inclusive, a ciência e tecnologia que a gente faz, são pagas pela população, que não recebem de volta nada e que ficam pagando em cada geração de Governo. Não, vamos pagar mais um pouco que um dia chega... Bom, desculpe. Não é política o meu... Outra. Mas fico indignada.

Quando deixamos de inovar perdemos oportunidade de crescer com propriedade, de mudar o mundo, de alterar paradigmas, de rasgar horizontes para outras realidades a partir da nossa própria experiência. É isso que a Amazônia não faz, como ela não inova a partir da sua experiência exportando coisas para o mundo, ela frequentemente é usuária, mesmo quando a gente desenvolve uma inovação aqui, a base da inovação frequentemente é usuária de um modelo que veio fora respondendo a uma realidade... Quem gera tecnologia está gerando em cima de uma realidade que conhece, ela está rompendo os paradigmas próprios, quando a gente importa ou mesmo quando se inova. É na base de uma coisa que já foi importada, a gente não faz nada disso. Outra, por favor.

Eu optei então por tratar dessas tecnologias que mesmo que estejam sendo desenvolvidas para o país, carecem da ideia que precisam ser apropriadas para as nossas inúmeras circunstâncias da Amazônia. Então, eu comecei pelo setor energético. Eu não vejo como falar de tecnologia e ciência sem pensar em energia e sem pensar em recursos humanos, mas deixei recursos humanos para o fim. É fundamental para qualquer ideia de desenvolvimento, precisa contemplar o potencial do ponto de vista de energia. Então, aí eu vejo essas nossas mega tecnologias de grandes hidrelétricas, eu não vou nem questionar aqui, que não é minha praia e pode ser que não... Mas eu questiono por que na Amazônia não se considera que não preciso energia só para desenvolver grandes empreendimentos. Belo Monte e Alcoa precisam? Tá bom. Com todos os defeitos vamos lá fazer. Mas por que nós não pensamos na tecnologia de energia e que vai gerar, sim, uma série de benefícios para as pequenas populações humanas, remotas ou não, dentro ali da Amazônia, são empreendimentos pequenos que não agridem o meio ambiente, e que veja bem, essas populações, a gente chega assim num lugar remoto que não tem nada. Saúde nunca tem que educação menos, mas a gente chega lá sempre um político um dia passou deixou um motorzinho a diesel, a comunidade coleta, faz uma coletinha, compra o óleo... Mas para quê? Para ver a novela da globo, e fazem eles muito bem, e o futebol. Para mais nada.

Então, a gente tem que deixar que essas comunidades tenham energia gerada por pequena geração de energia através da qual eles possam fazer, sim, desenvolver, sim. Veja, ainda agora o Dr. Lauro falava em essências e eu deixei as essências fora da minha lista. Mas veja, a gente tem na floresta em pé, cujo valor... A Berta Becker escreve isso e eu digo também há algum tempo, se não se valorizar a floresta em pé, ninguém vai deixar de cortar árvore coisa nenhuma. Porque a agropecuária está aí, todas as duas precisam... E a indústria madeireira também e como ninguém sabe e ninguém acha que a floresta em pé vale mais financeiramente, monetariamente, ela fica sendo dizimada todo dia, e essas populações que moram como heróis nessas áreas, elas poderiam... Veja bem, resina, leite, coco, as essências das quais eu havia esquecido, castanhas diversas, a castanha de Sapucaia, todo mundo adora castanha que agora é da Amazônia, apropriadamente, já foi do Pará e do Brasil, gente, a castanha de Sapucaia é uma delícia, na minha região tem gente que nunca provou. Além de que ela é presa num negócio amarelo que o morcego gosta e que um dia eu resolvi provar, e que é delicioso, aquilo tem que ter um emprego industrial, mas ninguém olha para isso. Venenos animais e vegetais, microorganismos em geral, etc. Quer dizer, as frutas nossas. Essas pequenas populações, eles fazem os doces gostosíssimos, alguns dos quais a gente nem conhece nas capitais. E que se elas tivessem pelo menos energia, claro que precisa de transporte depois disso, a gente vê... A gente vai a lugares em que as frutas apodrecem no chão e para que vão fazer... Ter algum aproveitamento? Não tem energia, não tem transporte, vai fazer o quê? Comem. Quando não comem o resto se estraga. Então, a gente está jogando fora aqui na Amazônia um bocado de coisas que poderiam ser sim desenvolvimento contabilizado para diferentes estados da região e produzidos em pequenas comunidades, bastava que quando pensasse em energia, não pensasse só numa grande

empresa. Tem que pensar na produção das pequenas comunidades. Outra.

Então, eu também fico muito preocupada quando a gente volta para fazer algo menor do que uma grande hidrelétrica, a gente pensa em termoelétricas agora mesmo precisamos fazer uma em Barcarena e estou absolutamente apavorada da quantidade de mercúrio que vai ser jogado, só estou considerando o mercúrio, não estou considerando mais nada, vai ser jogado ali. Mas tudo bem.

Então, é o seguinte. Fazer hidrelétrica, sim. E daí? Onde é que estão as nossas ideias para biocombustíveis? Tem que ser sempre fóssil, carvão ou petróleo? Não. E veja, não existem estudos suficientes para se usar a biomassa desse país, que é fantástica, não existem estudos suficientes que permitam uma tecnologia que permita fazer com que essa biomassa seja fácil de aproveitar, não exija tantas quantidades, de que maneira vamos usar a biomassa, dependendo da região onde ela é utilizada ou como transportá-la de maneira barata. Mas eu aqui nem ia dizer esse negócio de maneira barata. Falta dinheiro nesse país não senhor, viu. Não falta. Falta inúmeras outras coisas, mas dinheiro não falta. E, sobretudo mal gasto.

Então, acho que a gente poderia começar a pensar nas tecnologias que objetivando a energia, sejam capazes de fazer com que a biomassa saia dos livros, saia das tecnologias e entre para o dia a dia, para o cotidiano. Outro dia vi um trabalho feito em Manaus usando tucumã e fiquei impressionada, nunca tinha pensado no tucumã daquele jeito, além de comê-lo. Será importante desenvolver tecnologias adequadas para aproveitar também a energia luminosa, eólica... Mas eu acho que a biomassa é aquilo que a gente precisa com muita urgência olhar e tirá-la do papel, tirá-la daquela ideia linda que o Brasil é rico em ter. Outra, por favor. Se continuar assim não vou dar conta. Pode passar a outra. Eu não enxergo... Botei uma cor que eu não enxergo.

Recursos da floresta em pé. Estou dizendo, recursos da floresta em pé. Eu já falei no anterior que os recursos da floresta em pé podem ser aproveitados não só nas grandes indústrias, mas nas pequenas comunidades, desde que elas tenham o mínimo para fazer isso. Nós temos que... Veja, esses recursos da floresta em pé, eles passam predominantemente além de passarem por aquela possibilidade de você adequadamente permitir que as pequenas comunidades explorem esses recursos da floresta em pé, nós temos que pensar que, na minha visão o que tenho andando por aí, eles podem ser sobretudo aproveitados e imediatamente pela indústria de alimentos, pela indústria farmacêutica, passando pelos combustíveis e outros usos industriais. E eu já ouvi aqui o que está se fazendo nisso e eu acho ótimo, mas é preciso mais. Mas volto a dizer, é preciso que isso possa ser apropriado pelas populações residentes na região. Nada chega nelas. Outra, por favor.

Tecnologias para corte e uso da madeira. Bom, eu... Eu estou até... Eu não quero tirar uma única árvore, nem do parque do instituto que... Para tirar uma é uma luta, mas eu fico muito incomodada, eu sei que a gente tem que cortar árvores, eu sei de tudo isso, apesar de ter maior convicção de que a floresta em pé dá mais dinheiro. Entretanto, eu me recinto da falta de manejo dessas florestas. Eu fico horrorizada quando leio artigos e vejo que para cada vez que tira uma árvore, se derruba uma série de árvores pequenas que deixam de crescer... Uma árvore custa a crescer, gente. Então, você aproveita uma e impede de ter várias. Ora, tem que ter... Assim, também leio tecnologias para fazer isso. Mas, eu aplico a relação que eu aplicava com os garimpeiros. Os garimpeiros tinham há 500 anos desenhos de equipamentos para eles fazerem sem jogar mercúrio no ar. Acontece que eram pesados, complicados... Claro que o pobre do garimpeiro que vai descer de uma voadeira e depois andar, andar, andar, não vai levar aquele negócio nas costas. Então eles nunca quiseram. Porque ninguém pensava que aquela não era a tecnologia. Hoje já tem coisa melhor. Então, eu penso que essa tecnologia de manejo da floresta não está sendo boa, porque como ninguém usa... Se fosse fácil, tudo aquilo que vem facilitar o trabalho a gente acaba adotando. Suponho que ela não seja... Precisa ser vista também. Mas, outro dia procurando saber como é que a gente aproveita a madeira nas serrarias e tudo, eu também vejo que há um desperdício enorme, porque muita coisa de madeira nas serrarias que é jogada fora, pode virar um produto industrial, industrializado, servindo à população. Eu não sei o que é, mas sei que pode. Outra, por favor.

É por isso que a gente está aqui, para pedir que prestem atenção na área de ciência e tecnologia para essas coisas. Estudo na área de alimentos. A riqueza dos produtos particularmente botânicos na Amazônia, cujo uso é conhecido por nossas populações regionais, incluindo a cabocla, negra e indígena, merece a oportunidade de ser usada, inclusive como substituição de outros mais difíceis e mais caros. Não podemos esquecer que as mudanças climáticas vieram entrando de sola em vários setores, eu digo em todos a qualidade de vida humana, inclusive na alimentação. Por que a gente vai continuar tendo que usar trigo a vida inteira quando se pode fazer um pão gostoso de macaxeira, uma vez eu vi que a USP até fazia isso, e outras maneiras de aproveitar o que a gente tem na Amazônia

para produção de alimentos, coisas que não são preciso nem inventar, se a gente procurar conhecer melhor a cozinha indígena, cabocla, a negra, a gente já vai achar isso. A nossa culinária é ótima. Isso é o que a gente encontra nos estados, nas capitais. Porque quando a gente vai para o interior a gente vê que é muito mais rica do que a gente tem nos nossos restaurantes.

E essas mudanças de clima da qual a gente não vai falar aqui, na verdade, elas têm que obrigar a se rever os critérios de ciência e tecnologia que hoje nós temos. Porque ela vai mudar tanto a vida dos homens, os homens foram bem sucedidos numa época da evolução da terra que era boa para eles, mas essa época acabou e daqui por diante cada vez mais ser mais difícil. Todo conhecimento que a gente já gerou até agora precisa ser revisto à luz dessas mudanças climáticas que vão precisar, sim, alterar muito do que já se sabe e se pode aplicar. Outra, por favor. A outra. Quando tiver uma figura pode passar.

Sei que existem inúmeros estudos nesse setor feitos por ótimas instituições brasileiras, entretanto, creio que precisamos de especial atenção para a agricultura muito dependente de agrotóxicos, além de estudos sobre os transgênicos, isso ainda é uma interrogação. Só vejo... Claro que... Eu não acho que faça mal para ninguém comer um transgênico, eu quero saber se vai fazer mal para nosso agricultor que nunca mais vai poder ter a semente dele e vai ter que comprar toda vez. E na pecuária o uso excessivo de hormônios. Gente, hoje em dia a gente pega a água num manancial qualquer e nós trabalhamos na minha instituição, minha instituição só para fazer um pouco de comercial, ela tem os melhores laboratórios de toxicologia que o Ministério da Saúde tem no país. Fazemos o que a USP faz, talvez com equipamentos mais modernos, menos a parte relacionada com elementos radioativos, ainda não chegamos lá, vamos chegar. Mas quanto ao mais são ótimos. E hoje em dia, a gente que vai num manancial, eu estou na maior saudade quando eu pegava uma água e só via... Eu só fazia micro biologia da água. Eu estou com saudade desse tempo, porque eu podia dizer para quem usa: "Olha, essa água está horrível, mas você ferva. Ou então põe o hipoclorito que aí resolve". Porque agora, o que a gente encontra são os metais, são os agrotóxicos todos, orgânicos, inorgânicos. E também estamos começando a encontrar quantidades de hormônio, quer dizer, as populações na Amazônia inclusive, isso vale para o país inteiro, mas estou falando da Amazônia, elas estão consumindo água com agrotóxicos, mas também com uma quantidade de hormônios muito grande. E que tendem a aumentar e que começam, começam em tudo que a gente joga de medicação e daquilo que a agropecuária usa nos seus... Outra, por favor. Nos seus produtos. Outro.

Transportes. Além de novas tecnologias para o setor de transportes, precisamos de uma política menor. Inclusive que contemple nossa vocação de ribeirinhos. Não sei se alguém conhece bem a Amazônia, quando digo a Amazônia não é só as capitais. A gente para chegar na Amazônia remota, ou até em alguns municípios que não são tão remotos assim, você para começo de conversa não tem um avião grande que te deixe lá. Você tem que logo entrar naqueles aviões menores. Para segundo de conversa, você quando chega lá quer dar um pulinho mais, você tem que pegar uma voadeira, depois andar não sei para onde... Olha, pra mim tem uma figura importantíssima na Amazônia que é o mateiro, e a gente... Porque naquela floresta, da qual eu morro de medo, não entro sem eles, mesmo que eu tenha um GPS na mão, eu ainda prefiro o mateiro. Então, a gente não tem transportes adequados, entrar naqueles barcos na Amazônia é um suicídio. Pesquisador faz isso. Mas de vez em quando afunda um, aí vai para a Globo, que nenhum minuto se lembra de dizer que a gente precisa de uma política pública melhor para transportes na região. Mas se lembra de botar toda vez que afundam nossos barcos. A gente tem que transportar pessoas... Eu não estou falando de saúde aqui, mas saúde à distância que é a solução para os nossos municípios longínquos, eu não tenho condição de botar gente lá que queira ficar com toda propaganda que se tem de morar na cidade, que queira ficar lá fazendo saúde. Mas eu posso botar pessoas que sejam capazes de manipular saúde à distância. Aí você faz saúde à distância e vai mandar o paciente grave para algum lugar como? De voadeira passando quatro, cinco dias viajando? Não pode. Então, transporte é muito importante nessa nossa região. Outra, por favor.

Subsolo. Gente, ninguém conhece este subsolo... Do país inteiro, mas também não se conhece o da Amazônia, e como é que eu vou ficar sem ter um inventário dessas riquezas fantásticas do nosso subsolo? Se não seja para ter o inventário e saber o que tem, o que tem no cofre, como é que se vai negociar se a gente não sabe? A gente vende, entrega e não sabe o que tem embaixo. Agora, com certeza fora do país se sabe, mas nós não sabemos. Outra.

Exploração mineral na Amazônia. Exploração mineral... A exploração mineral tem sempre melhorado suas tecnologias mineral. O garimpo, o garimpo é uma atividade produtiva importante, sobretudo no meu estado que é o Pará que é um estado minerário. Outra. Mas, os estudos... A gente pode... O garimpeiro é um pequeno produtor disso, mas, somado àquele trabalho

de formiguinha, ele é importante. No Pará ele é muito importante. Agora, como ninguém se dedica... Veja, há uns seis, oito anos atrás, você tem no que se fazia na garimpagem. Ele alterou a declividade da Cobra Fumando, que é o lugar... Não vou explicar que é longo, mas um negócio chamado Cobra Fumando, bastou ele alterar a declividade daquilo para que a produção aumentasse, diminuindo essa declividade, e isso foi um avanço tecnológico na área garimpeira enorme. Então, tecnologia não é só aquilo que eu preciso de um matemático, um físico, um químico e N pessoas, eu preciso que as pessoas que gerem tecnologia conheçam aquilo que elas precisamos mexer. No caso da Amazônia tem que ir para o campo. Outra, por favor.

Outra coisa que está sendo um problema muito grave que não tem tecnologia para isso, e isso ninguém está estudando, é como aproveitar os rejeitos de todas essas empresas. A lama vermelha na Alunorte, o alumínio... O arsênio no Amapá... Eu não fiz uma lista de todos os rejeitos que a gente já têm, que são problema, e eu acho que a tecnologia não é só de como aproveitar isso em alguma coisa. Ou uma tecnologia para reintegrar no solo, ou uma tecnologia para ver como aproveita, num processo produtivo qualquer, mas que precisa, precisa, porque nós estamos ficando com uma quantidade enorme de rejeitos. Lá no Instituto Evandro Chagas a gente ainda vai ter um estudo sobre isso. Assim que... Mas precisa. Outra, por favor.

Agora nós chegamos nos recursos humanos. Não, os princípios ativos. Já foi falado aqui, nós temos princípios ativos fantásticos, a gente não conhece nem, eu diria que a gente não conhece um décimo do que precisaria conhecer nisso. É muito importante, porque os princípios ativos não precisam ser só na área da botânica, mas também através dos venenos de animais e tudo. É uma área que precisa de emprego de tecnologia maior. Outra, por favor.

Os recursos humanos deliberadamente deixados para o fim, eu não vejo como fazer ciência e tecnologia sem ter uma quantidade de recursos humanos preparados na região melhor. O instituto Evandro Chagas, do qual eu não falei aqui, mas também faz ciência e tecnologia, ele há 23 anos não tem um concurso público, nós estamos lutando agora para ter um. Entretanto, nunca foi acionado pelo Governo Federal sem cumprir todas as suas tarefas, somos laboratório nacional e internacional para vários exemplos, o instituto é só um exemplo. Outra.

Educação e ciência, se a gente quer falar de ciência e tecnologia na Amazônia, vamos falar também da ciência... A gente devia até falar da educação fundamental, só vou falar do nível superior aqui. Gente, apesar de nós termos número de doutores que nunca chegam e até os dados que usei aqui eu sei que estão defasados, mas eu precisava usar dado e ter uma referência, eu fico me perguntando por que todos os incentivos que existem nesse país, bolsas, por exemplo, quando você dá uma bolsa para alguém que mora no Sul, maravilha, no Sudeste, até no Centro-oeste, ele vai fazer seu doutorado ali na esquina, ele não precisa pagar lavadeira, comprar comida, pagar casa nem nada. Quando se dá uma bolsa para alguém na Amazônia que tem que sair da Amazônia para aprender em algum lugar, meu Deus, ele tem que fazer tudo isso e a bolsa é a mesmíssima. Não é possível. Hoje em dia a gente já tem bastante... Uma razoável quantidade de pós na região, mas algumas a gente não tem e são muitas as que a gente não tem. Há que ter uma política diferenciada também para isso, senão, como é que a gente vai... Eu nem... Apesar de ter 200 instituições particulares na Amazônia, ter 27, se não me engano, públicas, eu até achava que do ponto de vista de você estimular a pós-graduação tão necessária, a gente devia pensar na política de distribuição dos recursos para incentivar isso. Outra, por favor.

O Estado do Pará, ele ultimamente tem se preocupado muito com ciência e tecnologia. Hoje em dia eu pensei aqui do Estado do Pará o Sistema Paraense de Inovação, o SIPI, que o colega da Embrapa já falou, destaquei algumas ações do SIPI que eu acho fundamentais, uma delas é a criação da SEDECT, da Secretaria de Estado e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, que realmente tem moldes no papel estão ótimos e vamos esperar que ela cumpra, a criação da FAPESPA, que é uma fundação de amparo à pesquisa no Estado do Pará, que realmente está tentando com toda a crise pela qual o estado está passando, fazer alguma coisa. O programa a Prática de Incentivos para Empresas Inovadoras, que isso precisa de fiscalização, Programa Navega Pará, é lindo. Ele vai levar internet em municípios brasileiros... Aquele garoto que eu, quando vou converso, cuja inteligência brilha, ele vai ter acesso, porque nós, assim, na nossa... Na nossa arrogância de... De distribuição de tudo, a gente esquece da inteligência dos excluídos. Meu Deus, a genética não faz isso. Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar a inteligência dos excluídos à margem de qualquer coisa e fazemos isso. Então, esse Navega Pará eu vejo sempre assim. Quantos jovens... Porque vão ter acesso a tantas informações através de um ponto de internet de graça na sua cidade, não vão um dia poder ser pessoas sentadas aqui conosco e até em instâncias maiores. Então programa que me fala muito perto. Os Parques de Ciência e Tecnologia, que são os PCTs, que são fantásticos, espero que sejam criados, vai ter um em Belém, que é o do Guamá, já

foi referido aqui, mas vai ter no Tocantins e Marabá e no Tapajós e Santarém. E as infraestruturas de laboratórios de pesquisas P&D, que isso é o que está mais atrasado, mas está podendo contar com todas as instituições parcerias, como o Goeldi, a Embrapa, o Instituto Evandro Chagas, que também é uma parte do detalhamento do Programa de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará muito bom. Outra.

Na Amazônia, uma vez me disseram que é uma região onde o perto fica sempre muito longe. E é. Eu não sei quem disse isso, porque quem pronunciou já estava citando e eu não sei quem é, mas eu me apropriei. A inserção do conhecimento tecnológico na vida das populações como valor agregado para alavancar o desenvolvimento e construir para a melhoria da qualidade de vida é urgente e já foi muito adiada. Fica para os programas de Governo e para a sociedade amazônica a necessidade de inovar, importar, adaptar e implantar várias instâncias do processo de apropriação tecnológica. Até o acesso, sobretudo para as comunidades rurais, ribeirinhas ou não, da tecnologia disponível nas diferentes instâncias que constroem infraestrutura básica outra da sociedade humana.

A grande massa de excluídos ainda hoje não tem acesso ao atendimento de necessidades básicas como educação, saúde, emprego e lazer. Lazer é muito importante para a saúde. Os benefícios gerados pela tecnologia ainda estão distantes e precisam chegar. A distribuição do conhecimento ignora as leis da genética. Gente, que coisa, como é que eu vou achar que só os filhos nossos que tem acesso à educação, aquela educação de segundo grau, que até devia estar falando se eu tivesse mais tempo. Gente, eu tantas vezes vejo a inteligência brilhar nos olhos de um garoto que eu sei que nunca vai aprender ler, talvez. Ou então vai só aprender ler. Eu tenho vontade de trazê-lo para outra instância para ver o que aquilo vai devolver para a sociedade. Então, esse luxo de não chegar até esses excluídos é um luxo que o país não pode pagar, é muito caro. Então, acho que para se falar de ciência e tecnologia a gente tem que falar de recursos humanos, tem que falar dessas políticas e tem sim que não desperdiçar toda inteligência desse país, não vai ser suficiente para fazer o que a gente precisa e para nos fazer enfrentar essa mudança de clima do jeito que existe tantas diferenças, daqui a pouco a gente tem uma tecnologia para colocar os ricos dentro de uma bolha e deixar os excluídos aí de fora morrendo e aguentando todas as consequências dessas mudanças.

Então, vocês me desculpem, mas como eu acho que só podia falar disso a partir do que eu vejo aí na minha tarefa de pesquisadora, foi isso que eu fiz e espero que ajude.

Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Elisabeth Santos, diretora do Instituto Evandro chagas pela sua brilhante exposição.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Mais entusiasmada do que brilhante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Tão brilhante quanto entusiasmada.

E quero aqui me desculpar com os expositores anteriores, Dra. Ima Vieira, do Museu Emílio Goeldi e em parte com o Dr. Cláudio Carvalho, da Embrapa, eu tive que me ausentar para ir participar na Comissão de Constituição e Justiça, da sabatina ao novo Procurador-Geral da República. Mas fui aqui muito bem substituído pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e depois pelo Senador Geraldo Mesquita na Presidência desta Audiência Pública.

Nós vamos passar agora à lista de inscrição dos Senadores para que possam fazer as suas indagações aos convidados dessa segunda Audiência Pública. Pela ordem de preferência, o Senador Renato Casagrande como autor do requerimento. É o primeiro Senador a fazer seus questionamentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença de todos os expositores que aqui vieram dar sua contribuição. Não tenho uma pergunta específica, acho que as exposições foram muito explícitas naquilo que nós estamos precisando nesta região da Amazônia. E não vi a exposição do Dr. Lauro e nem do Imar. Não tive a oportunidade de assistir as duas exposições, assisti às demais exposições, mas eu fiquei assim muito... Acho que constatamos efetivamente a necessidade da integração entre esses institutos. Acho que essa integração, ela é fundamental. Eu não vejo caminho para a Amazônia. Não vejo caminho para implantarmos um novo modelo de desenvolvimento, seja na Amazônia ou fora dele, se não houver uma passagem pelo investimento em novas tecnologias, em ciência, não vejo caminho, porque se nós temos que ter novas fontes de energia, temos que ter energética, nós temos que ter novos modelos produtivos, nós dependemos efetivamente desse investimento. E a Amazônia é mais de 50% do território brasileiro e nós temos de fato uma disposição, uma alocação de recursos humanos, financeiros, muito aquém daquilo que nós precisamos para desenvolver aquela região. Desenvolver aquela região, a gente faz o cálculo do investimento por população, mas desenvolver aquela região é de certa forma manter aquela região preser-

vada e dando condições de sobrevivência às pessoas que estão lá, de terem qualidade de vida que foi aqui a palavra muito bem utilizada. Então, ter um programa específico para a região da Amazônia é fundamental, e institucionalizarmos esse programa.

O Governo lançou o programa Amazônia Sustentável, e a Dra. Ima disse que a Amazônia não tem ainda um programa. Esse programa Amazônia Sustentável não é um programa que tinha objetivo de fazer a integração de todas as políticas na área tecnológica, na área científica, na área de regularização fundiária, na área de combate ao desmatamento, na área... Esse programa, na avaliação de vocês, ele atende efetivamente àquilo que nós precisamos para a Amazônia? Esse programa é um programa que pode ser aperfeiçoado, ele está no caminho correto, esse é um programa que aponta a direção para a gente poder andar debaixo do braço e fazer a defesa dele por aí afora? Ele trata da questão da estruturação desses institutos de pesquisa? Acho que a instituição mais capilarizada da Amazônia é a Embrapa, que tem centros em praticamente todos os estados, alguns estados com mais de um centro... Qual é a área tecnológica, científica, que nós ainda estamos aquém da nossa necessidade, precisamos de ampliar a nossa ação em áreas... Nós temos que fortalecer os institutos, temos que criar outros, mas quais as áreas que nós ainda estamos sem nenhuma estrutura de ação? O Centro de Biotecnologia da Amazônia está bem alocado no Ministério do Desenvolvimento? O Ministério do Desenvolvimento tem identidade com esse trabalho ou é bom que esse centro tivesse vinculado a um outro Ministério, para ter mais identidade com o trabalho?

Eu vejo, assim, de certa forma não ouvi a exposição de V. Exa., posso estar cometendo uma injustiça aqui enorme porque eu não conheço o Centro. Conheço o Instituto Emílio Goeldi, conheço o INPA, não conheço o Evandro Chagas, a Embrapa oriental eu já... Quando fui visitar o Museu Emílio Goeldi nós passamos lá na Embrapa oriental, mas assim, nós temos pouco conhecimento. Está certo, mas assim, a primeira impressão que tenho quando olho o centro de biotecnologia da Amazônia é que ele está meio deslocado. A primeira impressão que eu tenho. Desculpa a minha... É impressão, isso não é informação, é impressão. E eu acho também que não se resolve só mudando de um lugar para outro, acho que tem que ter uma política de integração entre esses institutos. Mas efetivamente o programa da Amazônia sustentável é um programa que atende a essa expectativa que nós precisamos ou que desejamos, de um programa integrado na região da Amazônia?

Eu queria só colocar isso e agradecer efetivamente nós temos um potencial enorme, a gente tem tanta coisa, acho que o desafio que a gente tem é fazer chegar ao lado de vocês as pessoas. O que a Dra. Elisabeth falou. Você faz um excelente trabalho, mas até isso chegar lá no caboclo, lá no agricultor, lá no pecuarista, lá na pessoa que está usando a floresta, é uma dificuldade. Então, acho que nós temos desafios enormes naquela região pela dimensão, pela riqueza, pela ameaça que tem naquela região, mas nós temos que ter de fato um norte, que não é inflexível, tem que ser flexível para as alterações necessárias, mas temos que saber de fato para onde a gente está caminhando. E V.Exa. que é da região, Senador Mozarildo que é da região, Senadores aqui, o Mesquita, o Augusto, são todos da região. Eu é que sou do Estado do Espírito Santo, mas tenho muito interesse no debate daquela região, porque sou brasileiro.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Então, V.Exa. como capixaba tem um cuidado muito grande com a Amazônia também. Com o Brasil e com a Amazônia. O nosso estado teve o privilégio de receber vários irmãos do Espírito Santo e de todo o Brasil e especialmente do Sul e do Nordeste para nos ajudar a desenvolver o Pará e a Amazônia brasileira.

Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem, Senador Flexa. Eu queria sugerir, já que somos poucos, que nós fizéssemos as intervenções e os nossos ilustres convidados fariam as suas considerações após isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Geraldo Mesquita, e faremos da forma como V. Exa. sugere. Todos os Senadores inscritos farão seus questionamentos e depois nossos convidados poderão respondê-los. Eu pediria só que fizesse as anotações, já que não serão respondidas as indagações a cada questionamento. Eu também, como autor do projeto, do requerimento, melhor dizendo, poderia agora fazer meus questionamentos, mas vou seguir a lista que já está aqui elaborada, passando a palavra ao Senador Augusto Botelho como o segundo inscrito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente... Senhores Presidentes. Temos duas comissões aqui reunidas. Primeiramente eu gostaria de agradecer a todos os expositores e dizer que todos merecem aplausos, mereceriam palmas vibrantes, mas aqui o regimento não permite que a gente bata

palma. Todos nós gostamos da exposição e eu vou fazer algumas perguntas pontuais a alguns.

Primeiramente fazer ao Dr. Imar e ao Dr. Lauro Morhy. Nós temos produzido bastantes trabalhos científicos, somos 13º em produção de conhecimento científico, segundo a exposição. Agora, por que nós somos tão precários e até ausentes no registro de patentes? Gostaria de que os senhores nos respondessem nesse sentido. A outra é uma consideração à Profa. Ima Vieira. Prof. Ima Vieira fez um questionamento que eu concordo plenamente das dificuldades que nós temos de colocar os nossos pesquisadores em campo em virtude dos obstáculos criados pelo MMA e pelo MCT. Se ela tem alguma sugestão para facilitar isso.

Eu vou lembrar um fato que aconteceu com a Embrapa, que desenvolveu um cultivar de feijão que é resistente à seca, introduziu um gene de uma planta do Nordeste nele e ficou três ou quatro anos tentando fazer o experimento de campo aqui, na Embrapa aqui do Brasil. Não conseguiu, em virtude das dificuldades ambientais, foi fazer nos Estados Unidos, ou seja, a gente pega, produz o conhecimento aqui e dá logo para os outros? Então, nós temos que fazer um... Achar um meio termo nisso, achar uma forma de vencer essas barreiras.

Gostaria também de conversar com a Dra. Elisabeth sobre os... Ela reclamou... Ela é favorável aos transgênicos, mas reclamou que o agricultor ia ficar sempre comprando a semente. Nós... A lei no Brasil, a lei da biotecnologia não permite que a gente introduza o gene "Terminator" nas sementes transgênicas no Brasil. Seria um gene que permitiria a reprodução.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quando a gente compra uma semente transgênica, ela tem que ser reproduzida então... Só se eles fizerem uma outra melhor que a gente vai ter que comprar de novo. Graças a Deus nós temos... Discutimos bastante aqui e evoluímos nesse sentido.

E dizer que eu sou lá de Roraima. Nós não temos nenhum instituto de pesquisa ainda, nós temos duas universidades, uma estadual... Aliás, uma Universidade Estadual e duas Federais. A Universidade Federal de Roraima e o nosso Instituto de Tecnologia. Dois... Três com a estadual. E há uma universidade virtual também, estadual. A gente tem... Eu tenho o sonho de criar um instituto de pesquisa lá, mas realmente, por enquanto a gente tem estimulado, tem investido, como ela reclamou, tem que precisar dos parlamentares colocarem as emendas e tudo para poder trabalhar e produzir... É triste isso. A gente tenta aqui na Comissão de Orçamento aumentar o orçamento da ciência e tecnologia, mas tem dificuldade. Dificuldade porque realmente o país não declarou como uma prioridade a ciência e tecnologia. O único órgão que consegue furar um pouco as barreiras é a Embrapa, porque a Embrapa já pagou o que gastou com ela em cem vezes, dez vezes, 500 vezes. Mas a nós da Amazônia interessa muito. Eu fiquei feliz em saber que a Embrapa está pesquisando a bacaba, o tucumã, a tatajuba, a andiroba, que são coisas que a gente vê lá na própria convivência que são produtos que precisam de andar. Lá em Roraima acho que não temos nenhuma pesquisa nesse sentido não, mas vamos tentar empurrar para o lado de lá também.

E dizer que eu acredito no trabalho dos senhores realmente é o que vai fazer a mudança na qualidade de vida de nós, os habitantes da Amazônia. A professora Elisabeth reclamou muito que realmente o conhecimento não chega no amazônida. Realmente isso é uma coisa difícil. Agora já tem um discurso aqui agora de desmatamento zero. "Ah, o desmatamento zero, é muito bonito esse discurso, não cortar mais nenhuma árvore". E como é que vai viver o Sr. Zé Povinho que vive lá na beira do rio, no meio da mata, que só sabe comer se ele derrubar um pedacinho, que não ofende nada à floresta, que ele no máximo consegue sozinho trabalhando, derrubar um hectare por ano, derruba, queima, porque ele não tem o que fazer com a madeira mesmo, planta para comer. Então, nós podemos criar desmatamento zero. Mas depois que a gente desenvolver uma tecnologia, dê recurso para ele poder aplicar a tecnologia, transferir o conhecimento para ele, para ele poder viver sem cortar nenhuma floresta. O valor da floresta em pé é muito grande, eu também admito isso, acredito nisso, mas as dificuldades para o homem explorar aquela floresta em pé é muito difícil. A Embrapa é que vai achar caminhos pra gente plantar castanheiras, plantar pés de copaíba e de andiroba para poder fazer a exploração racional. O homem sozinho pegar e ir lá num pé de castanha que está aqui, em Roraima não tem castanheiras densas que você tem... tem num hectare 50, 100 pés de castanha. Você para explorar castanha lá tem que andar muito e carregar muito peso e furar muito pé em espinho, andando no meio da mata. Então, nós temos que dar condições para esses homens poderem sobreviver. Eu fico feliz de saber que... Fiquei até alegre de saber... A bacaba é uma coisa que eu gosto muito, tucumã eu gosto de comer muito tucumã também, mas não sabia que o tucumã era tão rico em óleo assim e a bacaba. Lá no Pará a gente come mais açaí. E em Roraima também esse costume já passou para lá, nós também usamos muito açaí.

E muito obrigado por todos, espero que os senhores não percam o seu entusiasmo, pesquisa é uma coisa que a gente faz porque gosta mesmo, e fica trabalhando, e continuem, porque é dos senhores que depende o futuro da nossa Amazônia e a propriedade da Amazônia.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós somos para brigar para mandar dinheiro para lá. Não se preocupe que eu sou um brigador para dinheiro para pesquisa. Porque nós dizemos "a Amazônia é nossa". Como que é nossa? Ninguém tem nada no papel para dizer que é nossa. Não damos dinheiro para pesquisador pegar e catalogar os nossos produtos, para reconhecer as nossas espécies. Aí chega um gaiato, pega uma bactéria nossa, leva e registra.

Outro problema do nosso país é não poder registrar organismos vivos, com patente. Acho que nós temos que quebrar essa barreira para poder evoluir. Todo mundo registra. Por que nós não registramos? Por que nós fazemos isso? A Embrapa para registrar os produtos dela tem que ir na Argentina, nos Estados Unidos. Então, são barreiras que isso depende da gente, não depende dos senhores, não. Nós temos que trabalhar aqui e os senhores tem que cobrar dos parlamentares de vocês, que quebrem essas barreiras.

Muito obrigado e parabéns, os nossos aplausos e nossas palmas efusivas a todas as exposições dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Augusto Botelho. O próximo inscrito é o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Srs. Presidentes, Flexa Ribeiro e Mozarildo, Srs. Senadores, ilustres convidados.

Eu inicio fazendo uma pergunta a todos. Eu queria saber se ao longo do ano, por exemplo, e no exercício das funções de V. Sas., se vocês se encontram regularmente como nós estamos vendo aqui essa banca hoje aqui repleta de entusiastas. Eu queria saber se há regularmente, se vocês se encontram regularmente, funcionalmente, trocam informações, etc. Eu estava aqui lembrando no início da exposição, Dr. Imar, quando ele mencionou o fato de que o Centro que ele dirige depende da conjunção de esforços de três Ministérios para gerar um modelo de gestão do próprio Centro dele. Eu acho isso inacreditável. Às vezes quando é um Ministério só já é difícil, o que dirá três Ministérios envolvidos numa operação de gerar o modelo de gestão para um Centro desse, eu acho que é... Atribuo a isso talvez o fato de que o centro ainda não tenha deslanchado na medida em que todos nós gostaríamos que tivesse acontecido. E pegando esse gancho, eu tempos atrás eu me batia aqui na tribuna do Senado várias vezes provocando inclusive o Presidente Lula, que entre Ministérios, secretarias especiais e extraordinárias têm mais de 40. Ou seja, um Governo tem 40 Ministérios. E eu provocava o Presidente Lula, sugerindo a ele um a mais ou um a menos, acho que não ia fazer a menor diferença, que instituísse o Ministério da Amazônia. Porque o Senador Casagrande... Acho que ele foi assim, na ferida, o que falta, e, sobretudo para a Amazônia, é uma... A Amazônia não falta recurso, não falta... Recurso que eu digo, recurso natural, né? Financeiro falta em abundância. Mas eu acho que falta, sobretudo uma coordenação única, uma coordenação geral. Eu acho que isso seria... Poderia se verificar, talvez, uma experiência, um Ministério da Amazônia. Eu acho que centralizaria todas as ações, coordenaria 0quando nada todas as ações, eu acho que nós teríamos oportunidade de avançarmos mais ainda na busca da excelência ali.

E a Dra. Elisabeth me deixou muito impressionado, porque ela reproduz algo que eu também penso muito nisso, Dra. Elisabeth. Quando se fala em ciência e tecnologia na Amazônia, ou seja, lá onde for, imagina-se alta ciência, a ciência pura, etc. E normalmente há uma dissociação completa desse trabalho, dessa área com o conhecimento popular, com a experiência... Normalmente os processos se iniciam, você reunindo insumos, elementos, etc. Quando se trata de se discutir ciência e tecnologia e agora inovação na Amazônia, isso tudo passa em cima da cabeça dos habitantes da Amazônia como avião de carreira. É algo inatingível, algo inalcançável, a não ser pelo esforço e a dedicação individual daquelas pessoas envolvidas no processo, isso é algo lastimável. Nem sempre, como a senhora disse, a gente precisa da química pura, da física quântica para resolver algumas questões. Senador Augusto Botelho está aqui falando de uma tradição, o caboclo na Amazônia, aquele pequeno produtor que se envolve com a produção de alimentos, que é ele que produz alimentos na Amazônia, na verdade. Ele até hoje tem uma única forma de produzir, que aquela forma... Ontem o ex-Presidente Fernando Henrique proferiu uma frase muito interessante aqui, por ocasião dos festejos dos 15 anos do Plano Real, ele disse: "Olhe, até hoje nós queimamos árvores no Brasil". Ele diz que é uma coisa quase troglodita, isso. É algo inimaginável que até hoje a gente consiga queimar árvore na Amazônia, queimar... Então, veja, o caboclo tradicional, aquele que planta e colhe na Amazônia, ele só conhece uma tecnologia, ele derruba, broca, queima e planta.

O Dr. Cláudio, da Embrapa, mostrou inclusive com imagens aqui, tecnologias de plantio, plantio direto. Mas

eu queria inclusive que o Dr. Cláudio especificasse qual é a extensão da utilização dessa tecnologia, porque isso é outra coisa também, Dr. Cláudio, que chega, por exemplo, no meu Estado do Acre eu converso com o pessoal, "vamos parar de queimar, tem plantio direto". "O quê? O que é isso?" É uma coisa ainda que parece distante daquele que é o maior interessado. Então, fica o Brasil criticando pesadamente, acidamente, as pessoas que estão ali tentando sobreviver na Amazônia, com uma dificuldade extrema, no limite da sobrevivência. O Brasil fica comodamente tecendo críticas pesadas, ácidas, por vezes nos chamam até de criminosos, porque nós estamos aqui e acolá envolvidos com alguns processos que para o resto do Brasil isso pode parecer uma coisa assim, inacreditável. Mas é verdade. Olha, bastaria que a ciência e tecnologia hoje instalada na Amazônia começasse ajudando nos processos mais simples, nos processos mais simples. A navegação nos nossos rios, que até hoje é uma atividade de alto risco, só chega ao conhecimento da população brasileira quando morrem 87, 115 num naufrágio de uma embarcação daquela que não tem a mínima segurança. As vias na Amazônia, a gente tem que inclusive repensar isso. Os ramais, as estradas vicinais, a senhora falou na... Olha, tem produtor de banana no Acre que deixa de colher a produção em determinado período, porque não tem como tirar do roçado. Não tem como tirar. Então, quer dizer, o que a gente perde, o desperdício que há na produção, por falta de uma maior concatenação dos processos. A pessoa precisa morar, plantar, viver, se movimentar e por vezes a vida dela é truncada. Num desses aspectos aí, ou em vários deles.

Então, é necessário que a gente baixe um pouco a bola também e interaja mais com a população. A senhora foi de uma felicidade incrível. Nós estamos de forma até preconceituosa, a gente olha para uma massa enorme de pessoas, e às vezes a gente se dá ao direito de achar que deles não poderá vir absolutamente nenhuma contribuição. A gente está tão equivocado nesse ponto, que a gente chega a ficar cego, isso é uma cegueira cultural. O conhecimento popular, a experiência popular é uma coisa de uma riqueza tão grande que se aqueles que estão à frente do processo científico, tecnológico, de inovação, como eu disse, baixasse um pouco a bola e interagisse mais com essas comunidades, com essas pessoas, tenho a impressão que esses processos se enriqueceriam muito mais. Nós nos apropriaríamos muito mais do conhecimento que não surge apenas nos laboratórios.

Enfim, eram essas as considerações, para não me estender mais, Senador Flexa, gostei muito das exposições, eu acho que... Eu volto àquela pergunta que eu fiz inicialmente. Eu queria saber se as senhoras e os senhores se encontram regularmente, trocam informações e experiência, se vocês têm... Se nós temos um banco de dados acerca do trabalho de vocês, da experiência de vocês, daquilo que já foi produzido em termos de conhecimento. Enfim, eu acho que a gente precisa evoluir e chegar a isso.

Eram essas as considerações que gostaria de ter feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Geraldo Mesquita e passo a palavra para seus questionamentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu quero inclusive elogiar o trabalho que o Senador Flexa está fazendo em parceria, conjuntamente com a Subcomissão da Amazônia, porque se tivesse fazendo esse trabalho separadamente, como, aliás, vem acontecendo no Senado ao longo do tempo, nós realmente ficamos com a Amazônia espalhada como está hoje em vários Ministérios, espalhada aqui em várias comissões. Então daí a razão de nós termos a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Mas, a Amazônia é muito grande para ficar realmente sendo tratada só por uma Comissão, ou pior ainda, tratada por várias comissões sem conexão. Senador Geraldo fez uma pergunta aqui aos expositores, se eles têm essa troca de informações e um trabalho, digamos assim, de parceria científica na questão. E quando nós assumimos a Subcomissão da Amazônia, conversei com o Senador Flexa, chegou à conclusão o seguinte, não adianta a gente ficar aqui fazendo discurso sobre a Amazônia, sejam aqueles chamados ambientalistas, sejam os desenvolvimentistas, se nós não formos para a parte realmente científica. Se nós não produzirmos um pensamento científico da Amazônia sobre a Amazônia. Senão nós vamos ficar aqui, como tem sido ao longo desses séculos, seguindo receitas vindas ou do exterior ou do Sul, do Sudeste do Brasil. Então, nada contra, por exemplo, que algumas universidades do Sul tenham estudos bons sobre a Amazônia, mas nós precisamos ter na Amazônia esses estudos e o que eu ouvi aqui, por isso que digo, não tenho perguntas, mas é realmente uma coisa que é constante. Quer dizer, falta de que? De recursos, falta de atenção para com essas instituições, porque senão nós vamos ficar, repito, nessa questão. E pior, essa discussão entre ambientalistas e desenvolvimentistas não está levando em conta, por exemplo, os seres humanos da Amazônia, como foi frisado aqui. Não está levando em conta.

Seja um lado, ou seja, o outro. Aliás, dia desses, eu ouvi uma... Foi lá inclusive num encontro lá em Belém, no Parlamais, não tenho certeza do nome da pessoa, mas é um economista que é professor da Unamais, que ele disse que toda pessoa que defende alguma coisa e termina com

"ista", tem complicação. Aí ele botou flamenguista... Vai, por exemplo, olhar para os outros times com algum olho de simpatia? Não vai. Então, seja o ambientalista ou o desenvolvimentista, eles são apaixonados por respectivos campos, quer dizer, o ambientalista bota o ambiente acima do ser humano. O desenvolvimentista, vou botar entre aspas aqui todos dois, levam em conta o quê? Um desenvolvimento passando por cima de certas questões científicas. Então, eu quero dizer que esse trabalho que nós estamos fazendo de ouvir o pensamento, as ideias das pessoas que fazem ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, é para que nós possamos ter aqui no Senado um diagnóstico dessa realidade, vamos ouvir também os reitores, já começamos a ouvir, ouvimos a Reitora da Universidade Federal do Acre, vamos depois ouvir os governadores por último, porque embora nós também sejamos políticos, achamos que é preciso que o político também haja em bases científicas, senão, ele vai ficar com um discurso retórico sem consequência prática e como foi dito aqui por vários expositores e também os que perguntaram, as coisas ficam passando por cima ou fica numa elite, mas o povo propriamente da Amazônia não tira proveito nenhum.

E eu falo isso não é porque eu nasci na Amazônia, me formei na Amazônia, lá na Universidade Federal do Pará, voltei para o meu estado para trabalhar no meu estado, sou Senador porque resolvi que só ficando lá, clinicando como médico eu não ia contribuir em nada para mudar a realidade do meu estado dentro da Amazônia, fui deputado federal, deputado federal constituinte e tenho a honra de estar no segundo mandato. Mas acho que nós precisamos avançar mais em relação à Amazônia. E no Século XXI é inacreditável que nós ainda estejamos com um estágio talvez do Século XIX ou no máximo do século XX.

Então eu quero agradecer a participação de todos e dizer que vamos estudar profundamente essas coisas aqui colocadas, depois vamos condensar e já trocamos ideia aqui com o Senador Flexa, talvez o próximo passo seja fazermos seminários na Amazônia para concluir de fato um plano que tenha base científica e tenha realmente levar em conta a questão dos 25 milhões de amazônidas que lá vivem.

Eu agradeço, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Os questionamentos que eu gostaria de fazer aos ilustres convidados, eu queria, antes, dar uma ideia de como é que surgiu esse requerimento das audiências públicas sobre a ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ela é uma comissão nova no Senado Federal. Teve um presidente anterior que foi o Senador Wellington Salgado e eu assumi agora no início dessa Sessão Legislativa. Como se pode ver, é uma Comissão que tem uma abrangência bastante ampla, e a área de comunicação e informática, ela toma, ocupa a Comissão quase que na sua totalidade do tempo, não deixando um espaço para que a ciência, tecnologia e inovação pudesse também colocar os seus pleitos, que a gente possa discutir no Senado Federal essa questão. Ora, isso acontece não só aqui no Senado, lamentavelmente. Isso se verifica a nível de país e a nível de políticas públicas.

Normalmente a área de ciência, tecnologia e inovação, ela é sempre colocada como em segundo plano numa inversão do seu papel. Os países desenvolvidos a nível global, todos eles têm uma base científica que permitiram o seu desenvolvimento. Todos eles. E investem pesadamente em ciência e tecnologia. O Brasil, lamentavelmente, ainda não acompanha esse ritmo. Apesar de vir crescendo os investimentos em relação ao PIB, hoje, salvo engano, esse investimento em ciência, tecnologia e inovação está na faixa de 1.2% do PIB o que ainda é muito pouco comparado com outros países desenvolvidos e comparado com relação ao próprio PIB, ao próprio PIB do Brasil em relação ao PIB do Japão, o PIB dos Estados Unidos, da própria China, falando também da comunidade europeia agora de forma conjunta. Nós tomamos como determinação ao longo da nossa Presidência à frente da Comissão de que a ciência, tecnologia e inovação pudesse ter o espaço merecido nessa Comissão reclamante e faremos isso. E começamos, trouxemos aqui numa Audiência Pública o Ministro de Ciência e Tecnologia para que ele pudesse expor o seu projeto a nível do Executivo, e começamos fazer várias Audiências Públicas sobre essa questão e à Amazônia em especial. E convidamos, como bem disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, como a Subcomissão Permanente da Amazônia para que nós pudéssemos fazer essas audiências em conjunto. Senador Mozarildo ele foi, Senador, perfeito na sua avaliação de que a Amazônia, ela perpassa por todos os Ministérios e falta, lamentavelmente, vontade política para que nós possamos desenvolver de forma sustentável a nossa região. O discurso é muito fácil e é

bonito, todos nós concordamos de que não devemos e não podemos trazer a degradação para a Amazônia. Ela lamentavelmente, ao longo dos séculos, já teve grande parte da sua área degradada. O que nós temos que fazer agora é levar pela ciência e tecnologia, levar o conhecimento para aproveitar essas áreas já alteradas, consolidando essas áreas e fazendo com que na Amazônia se possa produzir muito mais do que se produz hoje para ajudar o Brasil e o mundo em alimentos, conhecimentos, sem que se precise derrubar uma única árvore a mais, que é o que o Senador Mozarildo fez referência ao desmatamento zero.

Então, nós temos conhecimento para isso, precisamos só empregá-los, precisamos só ter a coragem de enfrentar esta realidade que como foi dito aqui, esse discurso entre ambientalista e desenvolvimentista, os dois, a meu juízo, eles estão em pólos extremos e que não levam a nada. O que leva é, na realidade, fazer com que, com ciência e tecnologia nós possamos desenvolver adequadamente de forma sustentável a Amazônia. Eu ouvi aqui de um dos nossos convidados na audiência passada, e adotei a partir daí, Dra. Elisabeth, de não usar mais o termo preservar a Amazônia. Porque me parece que foi do Diretor do INPA que fez uma referência que dizer que preservar é isolar. É isolar. E nós não pretendemos nem queremos isolar a Amazônia do resto do Brasil e nem do mundo. Temos que usar o termo de conservar. Nós temos que usar a inteligência para conservar a Amazônia, desenvolvendo a Amazônia de forma que possamos melhorar a qualidade de vida desses 25 milhões de brasileiros que lá estão.

Eu queria, como primeira indagação aqui, pedir... Não é nem uma indagação, é uma solicitação que eu fiz aos convidados anteriores e que eu faço aos senhores e às senhoras que nos honram com suas presenças, de que possam usar a Comissão de Ciência e Tecnologia como instrumento de apoio à ação de pesquisa de ciência e tecnologia na Amazônia e no Brasil. Porque nós parlamentares estamos abertos a... E necessitando das informações de que forma nós podemos ajudá-los. De que forma o Congresso Brasileiro pode ajudar a área da ciência e tecnologia para que ela possa realmente ter o apoio necessário, financeiro e estrutural, humano, para que possa avançar nos seus objetivos. Então, todas as sugestões dos senhores e senhoras serão muito bem recebidas pela Comissão de ciência e tecnologia e com certeza pela Subcomissão também da Amazônia.

Sei das dificuldades dos recursos. Isso é um outro ponto que eu quero deixar bem claro. Por ocasião, e agora nós vamos iniciar a discussão do orçamento de 2010, é importante que chegue aos Senadores e às comissões os pleitos de recursos que as entidades precisam para darem continuidade aos seus projetos. Sei que todas as entidades aqui estão agregadas ao Ministério e pelo Executivo são encaminhados os seus orçamentos, mas nós podemos complementar esses orçamentos, fazendo emendas parlamentares de Comissão, de bancada e individuais de tal forma que possa trazer esses recursos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. O Dr. Imar, ele fez referência na sua exposição à questão de transformar conhecimento em dinheiro e não dinheiro em conhecimento. Eu concordo, eu digo que o Brasil lamentavelmente ele ao invés de exportar conhecimento ele exporta talento. As nossas inteligências vão para o exterior por não terem apoio para desenvolverem seus trabalhos no Brasil, vão para o exterior, desenvolvem suas pesquisas e depois nós importamos o conhecimento que é desenvolvido por brasileiros lá fora, quando deveria ser ao contrário, apoiar a inteligência brasileira para desenvolver o conhecimento aqui, exportarmos esse conhecimento.

Aí eu perguntaria: O que V. Sas. acreditam ser necessário para que nós possamos trazer para a Amazônia, no caso específico aqui, um maior número de pesquisadores de tal forma que eles possam estar fixados na Amazônia. Qual a dificuldade? A dificuldade é falta de mão de obra local, de cérebros na região ou dificuldade de trazer de outras regiões do Brasil e não ter como fixá-los na nossa região por falta de meios de remuneração adequados para que desempenhem as suas pesquisas. Perguntaria também se a lei de inovação, no entendimento de V. Sa., trouxe algum benefício para essa fixação, da forma em que o pesquisador passa pela nova lei de inovação a ter também uma participação no resultado do trabalho por ele desenvolvido, quando esse trabalho tiver chegado à indústria para que possa ser usado pelos consumidores. A Dra. Elisabeth, ela fez referência à questão da educação fundamental. Isso eu diria, Dra. Elisabeth, é básico. Lamentavelmente a educação no Brasil, ela não tem ainda atingido o nível necessário com relação à qualidade. Nós nos preocupamos muito com a quantidade, quer dizer, queremos universalizar o ensino fundamental, 100% das crianças no ensino básico atendido. Perfeito. Eu acho que nós temos que dar oportunidade a todos. Mas, não basta só a quantidade, é preciso que se tenha qualidade naquilo que se está transferindo, na formação do cidadão, da geração futura que vai substituir e vai comandar esse país, os estados e municípios brasileiros no futuro. Então, eu perguntaria se a dificuldade na parte de ciência e tecnologia já no desenvolvimento de pesquisa, ela hoje pode ajudar essa dificuldade que fundamentalmente

pode ter vindo pela falta de um ensino básico de formação de pessoas que tenham esta vocação, porque eu diria que a pesquisa é um sacerdócio a nível de ciência. Eu perguntaria se não deveria, já no ensino básico, também no ensino fundamental formar ou induzir a vocação para a ciência e tecnologia, não só nas áreas de exatas, de... Mas em todas as áreas do conhecimento e de ciências humanas, de conhecimento humano.

Quantos pesquisadores nós temos na Amazônia hoje, se é que nós temos essa informação, e quantos seriam necessários no entendimento de V. Sas.? Foi dito aqui também que 60% dos trabalhos, na audiência anterior, 60% dos trabalhos desenvolvidos sobre a Amazônia, eles são desenvolvidos fora do... Não por brasileiros, por estrangeiros, e que somente 40% desse trabalho é desenvolvido por brasileiros. Isso foi um dado da audiência passada. Isso quer dizer, eu diria, vem confirmar aquilo que dizemos que há um conhecimento da Amazônia muito maior de fora do Brasil do que do Brasil, ou seja, os brasileiros conhecem menos a Amazônia do que outros países? Talvez por isso haja essa cobiça internacional em relação à nossa região? Há falta de conhecimento produzido por brasileiros sobre a região amazônica?

E por último, o Senador... Quero também, ao agradecer a presença de todos os convidados, dizer da importância de todos os que aqui vieram. O Museu Emílio Goeldi, eu tive a oportunidade de ver aqui, é o segundo maior museu de história natural do país e o terceiro maior museu do país. Uma referência internacional e para orgulho nosso está lá no Pará, assim como também o Evandro Chagas é uma referência internacional e está também lá no Pará. A Embrapa, como já foi dito aqui, Embrapa oriental, representado pelo Dr. Cláudio e já tivemos a Embrapa nacional, também tem o reconhecimento de toda a sociedade brasileira e pelas suas... Desenvolvimento de pesquisa, ela é responsável seguramente pela... Hoje pela posição do Brasil como um grande produtor de alimentos e será, sem sombra de dúvida, o grande produtor de alimentos para o mundo. Porque nós temos condições de alcançar o mercado mundial já nas áreas alteradas, sem precisar agredir mais as florestas. Aí não só da Amazônia, mas de todo o nosso território brasileiro. Então, eu quero agradecer a presença dos senhores e senhoras e colocar novamente a Comissão à disposição para que nós possamos trabalhar em conjunto. Vamos trabalhar em conjunto pelo Brasil e pela Amazônia.

Eu vou passar agora aos nossos convidados, para que possam expor as suas respostas aos questionamentos que foram aqui feitos. Iniciando pelo Dr. Lauro Morhy, que representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SR. LAURO MORHY: Bom, temos aqui um número bastante grande de questionamentos, perguntas a responder. Preciso primeiro me organizar aqui nessa... Bom, não vou responder na ordem, porque ficou um pouco embaralhado.

Bom, uma das perguntas foi se a gente se encontra regularmente. De fato, não. Os que estão aqui na Mesa se encontram eventualmente em alguma reunião científica, em alguma cooperação. Mas, com certeza a gente se encontra na literatura científica, porque todo mundo está sempre vendo o que se produz na área, o que vem por aí, o acompanhamento de cada instituição. E eu acho que isso é preciso que haja sempre, mas não devemos esquecer que também temos a reunião anual da SBPC que é sempre uma oportunidade dos encontros e de conversas, de trocas de ideias, de experiência. E também nós temos um número muito grande de eventos, reuniões, cada um na sua área. Por exemplo, eu participo da reunião da área de bioquímica e também da área de política de ciência e cada um participa na sua respectiva área. É um número muito grande de reuniões, então cada um conversa muito na sua área. Esse é um dos pontos altos da SBPC, que ela procura integrar todas as subáreas do mundo científico. Então acho que é importante observar isso, que ela faz esse trabalho e também a certa altura com o crescimento da atividade científica no Brasil, tornou-se impossível que todas as reuniões, todas as subáreas especializadas fizessem seus encontros dentro da SBPC, porque seria uma coisa impossível até de se operacionalizar. Então esse encontro existe numa linha de discussão, de debates e principalmente da reunião anual da SBPC e em reuniões, cada um na sua subárea e da academia de ciência também que tem lá os seus especializados e... Mas já no nível mais reservado, mais fechado como a gente diz.

Agora, eu queria observar também que há uma grande preocupação na comunidade científica em relação à Amazônia, não só de apropriar conhecimento, quer dizer, pegar conhecimentos que já estejam estabelecidos, por melhores que eles sejam, mas principalmente desenvolver conhecimentos e também adaptar conhecimentos que valem a pena adaptar. Isso é o que a gente pratica quase que no dia a dia, essa adaptação, quer dizer, trazendo a bagagem do mundo científico todo, não só da Amazônia, não só do Brasil, mas do mundo todo e procurando adaptar e ver o que aquilo serve para a região e ver o que a gente pode aproveitar. Mas sempre com essa preocupação também de desenvolver *know-how*, e isso vem sendo muito brilhantemente setores como a Embrapa, por

exemplo, por universidades da região que tem pesquisas importantes, institutos de pesquisa que tem... Aqui nós temos instituto histórico, o Instituto Evandro Chagas é histórico, o Museu Goeldi tem história de pesquisa na região. Então, isso é a resposta com relação a esse assunto de... Essa colocação feita quanto à importação e a apropriação de conhecimento. Então, a gente quer apropriar, mas quer também adaptar e ver o que ele pode servir e também de gerar novos conhecimentos.

Com relação a essa parte do... Ainda quanto a essa conversa da comunidade científica, eu também devolveria um questionamento não assim a título de questionamento de polêmica pesada, mas um estranhamento, vamos dizer assim, de por que também a bancada da Amazônia, do Senado e da Câmara não conversam muito mais. E por que a Comissão de Ciência e Tecnologia, com tantas frentes que ela tem aqui no Senado, por que ela não se desmembra, a parte de C e T e faz uma Comissão Conjunta com a Câmara? Por que não? Parlamentares que se interessam por ciência e tecnologia e que poderão ter um papel importante. Então, não sei se isso é possível legalmente, mas acho que deveria ser, porque afinal de contas aqui é o Congresso Nacional, aqui estão os nossos representantes. Isso está relacionado um pouco com essa coisa da conversa dentro da comunidade científica. A gente tem essa dificuldade, mas também existem dificuldades em outros níveis. E existe um *overlap*, ou melhor dizendo, uma superposição muito grande na gestão pública nacional, em todos os domínios, não apenas na área de ciência e tecnologia. Nós temos número grandioso de instituições no país, muitas dessas instituições até fazendo a mesma coisa. E até disputando entre elas mesmas, recursos e poderes dentro da República. Isso acontece dentro da Amazônia também. Então, seria o caso de se pensar até um enxugamento nisso aí, até mesmo com uma otimização, foi lembrado aqui que o Governo tem 40 Ministérios, tem um *overlap* enorme aí, tem uma superposição enorme nesse Ministério e até disputando quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo, e no final essa disputa muitas vezes traz até resultados negativos.

Outro ponto que eu achei importante do questionamento aí é com relação à fixação de pesquisadores. Realmente isso tem um custo. É preciso para fixar qualquer pesquisador em qualquer lugar, assim como qualquer servidor ou qualquer empregado também, em qualquer empresa, é preciso antes de mais nada que se tenha um bom projeto, senão você vai botar aquela pessoa ali pra fazer o quê? Ela tem que ter um objetivo ali. Ela vai fazer alguma coisa. Então, dentro de algum plano, dentro de algum esquema. Do contrário a gente fica simplesmente fixando, gastando recursos públicos sem resultado. Então, esse ponto também me parece importante, e observar que essa fixação depende muito de um plano de ciência e tecnologia que nós precisamos ter para a Amazônia, diria até para o país. Nós temos um Plano Nacional que foi apresentado aqui, acho que até nessa Comissão, o plano em 2008 foi lançado um plano que foi resultado de três reuniões, três conferências nacionais de ciência e tecnologia. Portanto, não vieram... Esse plano não veio apenas das lideranças e dos dirigentes públicos, mas veio da base realmente, veio da comunidade, nós discutimos isso por três oportunidades e já estamos preparando a quarta Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que, aliás, ontem mesmo numa reunião com o pessoal da SUFRAMA e pessoal da Amazônia, já comecei a fazer um apelo pra que a gente também comece a preparar uma participação muito mais forte da Amazônia na próxima Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, porque o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia que está em vigor, está sendo desenvolvido, que na verdade é resultado de um esforço de muitos anos da comunidade científica também, esse plano quase que não contemplou a Amazônia a não ser com muitas intenções. Então, é preciso ter. E esse plano que está sendo lançado agora pela Academia Brasileira de Ciências e pela SBPC, seria bom que ele não fosse visto apenas como um documento relacionado com o Congresso da SBPC que começa domingo em Manaus, até como uma jogada de marketing ou coisa desse tipo. A gente gostaria muito que ele fosse pra valer mesmo. Então, nós precisamos ter realmente um plano forte, uma decisão de Governo de investir fortemente na região, investir dentro de um plano, dentro de um projeto com acompanhamento, com avaliações e tudo isso, mas nós não podemos continuar com investimento tão pífio, tão pequeno na região amazônica, deixando instituições muitas vezes à míngua até para o seu dia a dia, quer dizer, nós vemos aí depoimentos importantes sobre isso.

Ainda teria um montão de coisa aqui, mas não queria também tirar a oportunidade, tomar o tempo e tirar a oportunidade dos colegas de discutir melhor essa temática toda. Mas nós temos documentos sobre a Amazônia discutindo inclusive PAS foi questionado aqui, foi levantado aqui qual é o papel do PAS em todo esse panorama da vida científica na região amazônica, eu lembro que o PAS foi um esforço do Governo também com participação da comunidade, foi feito debates nacionais, eu participei de um desses debates pelo menos, mas eu considero que ele precisa de algumas revisões em muitos aspectos, e, sobretudo, no que diz respeito à atividade científica e também dentro de

um plano de prioridades nacionais de investimento. A Amazônia não pode ficar relegada sempre a uma coisa para depois. "Olha, é pra depois, é quando tiver dinheiro, quando a gente puder" e tudo isso, a gente sempre fica com as sobras. A gente tem que investir realmente pra valer. E acho que esse projeto aqui pode não ser o melhor do mundo, esse da SBPC com a Academia de Ciência, mas a gente tem esperança que venha a ser um ponto de partida para uma postura nova, mais decisiva em relação à Amazônia.

Foi perguntado aqui quantos doutores nós tínhamos, quantos pesquisadores. No momento nós temos 2800 doutores na Amazônia, dos quais a metade, mais ou menos, envolvido com pesquisa científica de algum modo, seja ligado à instituição científica, a empresa muito pouco com relação à empresa, e neste ano de 2009 nós estaremos preparando mais 700 doutores na Amazônia. Isso ainda não é nada, uma vez que a meta, o sonho seria a gente ter nesse momento pelo menos 20 mil doutores pesquisando a Amazônia. E dentro desse projeto que ainda considero modesto quando falei aqui 20 bilhões de reais, alguns até se assustaram, quer dizer, 20 bilhões de reais para dez anos. Se você considerar salário, considerar tudo isso, é quase nada em relação à Amazônia. Mas é uma nova postura, é um trabalho desta vez mais planejado, mais organizado e mais avaliado.

Acho que eu já abusei da bondade da Mesa e falar... Mas só queria para encerrar esse abuso que tive aqui de falar demais, eu também considero que é fundamental que esse sistema burocrático que a ciência e a educação vivem precisa ser superado. Nós não podemos mais ser um gestor, entrar reitor ou entrar diretor de uma instituição científica e sair de lá como possível criminoso, por ter assinado convênios, assinado contratos, coisas desse tipo. Isso, não é possível uma coisa dessa. Acho que hoje todo mundo tem até medo de assinar papel nesse país, na gestão pública. Não é só na área científica. Então, esse é o meu apelo final, porque isso precisa ter uma decisão. Isso não significa também que deva se relegar a um segundo ou terceiro plano o controle, de modo nenhum. O controle precisa ser forte, muito bom, mas é preciso que se invista também no executivo. Nós investimos muito na polícia, quer dizer, no controle. Mas não investimos no principal, que é no executivo. Aquele executivo lá não tem um misero auditor para ajudá-lo, não tem às vezes um contador para ajudar nas contas. Então, esse é um ponto que muitas vezes vai deixando pra depois, vai se preocupando mais com as coisas urgentes da ciência, da pesquisa e tal, mas eu considero que esse assunto é hoje de grande prioridade.

Obrigado e desculpe, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Lauro Morhy, e passo a palavra ao Dr. Imar César Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Eu acho que já foi dito muita coisa que eu pretendia falar, aliás, uma satisfação saber que há uma comunhão de ideias hoje, pode a gente não falar muito, mas acho que as ideias estão alinhavadas e alinhadas, no caso. Então, eu vou pegar alguns pontos aqui que eu acho que é muito importante sob o ponto de vista de algumas perguntas que foram feitas, mas também ponto de vista de talvez tirar alguma dúvida com respeito a algumas coisas que a gente normalmente fala e muitas vezes não fica muito claro. Bom, houve um questionamento pelo Senador Renato Casagrande que ele não se encontra aqui, onde o Centro deveria estar alocado. Isso é uma questão que acho que já foi superada e de certa forma, como nós mostramos, eu acho que a gente tentou mostrar de que o Centro hoje é um centro que está voltado para o término da ciência, tecnologia e do desenvolvimento tecnológico em cima de inovação com produção de empresas e que empresas pra mim isso é um termo bastante genérico, empresa não se fala apenas empresa industrializada, e sim toda a cadeia produtiva que você começa a trabalhar em termos de transformar aquilo que foi dito aqui também, não me lembro mais por quem, mas de que não adianta você querer deixar de desmatar a floresta se você não conseguir condições econômicas, parece que foi dito lá pelo nosso amigo, o Senador Augusto Botelho. Hoje, inclusive em termos mundiais, a inovação se encontra nos Ministérios de Desenvolvimento e de Indústria, essa é uma tendência e que de certa forma isso hoje já está mais ou menos equacionado, não está se discutindo mais se vai ficar. Agora, isso não quer dizer que os outros ministérios não estão presentes, pelo contrário, acho que tem funções ali na área de inovação, você precisa de todo esse pessoal trabalhar em conjunto. E acho que tem que se integrar, porque senão você não vai conseguir resultados em inovação, no caso.

Aproveito para *linkar* à pergunta que foi feita pelo Senador Flexa Ribeiro com respeito à lei de inovação. Acho que ela foi um grande passo, ela despertou o espírito do brasileiro hoje, inclusive nos acadêmicos, naquelas pessoas que ficavam muito enclausuradas na suas pesquisas, em tentar chegar ao fim da linha, chegar a poder de certa forma botar produtos... Porque afinal de contas quem está pagando essa conta são as pessoas que estão produzindo, da própria ciência e da tecnologia. É ela que paga. Eu sou também... Já fui Diretor da Embrapa, de centro da Embrapa, e a gente sabe que a Embrapa deu um grande passo nessa

área. O passo que ela deu, o resultado hoje foi graças à cabeça de algumas pessoas que tiveram muita coragem de começar a trabalhar com inovação tecnológica antes mesmo da lei de inovação, que, aliás, isso acho que é de conhecimento de todos, foi a própria Embrapa que incentivou e o trabalho da Embrapa que serviu de modelo para criar muita coisa da lei de inovação. Então, acho que... Apenas como exemplo é o seguinte, até a remuneração dos profissionais hoje da academia levam a que ele faça publicações.

Aí vem uma outra pergunta que foi feita que acho que... Por que é que nós não temos muita patente no caso? Porque patente, na realidade, para o pesquisador, nunca lhe foi dado a ele que se ele fizer uma patente e trabalhar nesse sentido, ele tenha algum tipo de retorno em relação a isso, mas publicar ele tem. Você tem a nossa lei hoje de promoção das universidades, no centro de pesquisa, ela funciona da seguinte maneira: Vocês quanto mais publicam, mais você ganha pontos para ser promovido. E se você publica em revistas internacionais, muitas vezes você ganha mais pontos. Olha bem, isso é um processo pra mim de transferência de tecnologia e de conhecimentos para outros tipos de países que, por causa de sua disponibilidade de recursos e programas muito intensivos na área de inovação, sai na frente e a gente acaba fazendo aquilo que o senhor disse, que o Senador Flexa disse, que a gente começa a comprar de novo aquilo que saiu do país, no caso. Então, acho que a lei de inovação para mim foi uma dos grandes vantagens hoje em relação a esse sistema de ciência, tecnologia, inovação no caso, e acho que ela está iniciando e já tem alguns resultados que a gente sente esse tipo de interesse em todo mundo, de trabalhar nesse tipo de sentido. Logicamente nós não estamos querendo que todo mundo faça isso. Como eu disse, isso é um equilíbrio que tem que existir. Você não vive sem ciência básica.

Teve uma época, a época do Presidente Collor, todo mundo sabe que ele tentou, ele acabou com uma série de órgãos e queria acabar com a Embrapa. Isso é de conhecimento de todos. Na realidade, eu faço até aqui uma colocação que eu sempre faço porque acho que tem grandes vantagens no ex-Presidente, mas acho que tem um problema que ele acabou com as instituições também de grande importância nesse processo como um todo que é a parte de assistência técnica nesse país. E que responde muito daquilo... Por que as coisas não estão chegando lá na frente? Por que não flui esse tipo de processo? Por que o produtor não é educado a produzir melhor e de maneira mais eficiente, em vez de estar muitas vezes utilizando uma tecnologia que é antiga e que ela, além de não lhe dar os retornos necessários, essa tecnologia também vai contra o meio ambiente, vai contra uma série de outros tipos de processos no caso.

Então, eu acho que esse tipo de situação, por exemplo, ele... A Embrapa apresentou naquela época uma pesquisa básica única para justificar porque ela não devia se acabar, e foi uma pesquisa pura, básica, que chamou-se o seguinte, um trabalho feito por vários pesquisadores brasileiros, mas que foi coordenado pela Dra. Joana Doberainer, que exatamente sobre a fixação de nitrogênio da soja. Quando ela conseguiu descobrir por que é que o cerrado não fixava soja, conseguiu em termos de pesquisa profunda e básica provar e resolver esse tipo de problema e o Brasil hoje é o maior produtor de soja do mundo, graças à pesquisa. Então, a ideia é que não se faça essas coisas todas, no caso, a ideia é que você cumpra um processo integrado e esse tipo de situação.

Me foi perguntado essa parte das patentes, eu só lembro mais uma coisa o seguinte, existe um dado para provar o quanto que é que nós estamos defasados nesse tipo de situação. Aquele gráfico da planta que eu fiz aqui, algumas pessoas tentaram fazer um gráfico para o Brasil. A planta não existe, ela não tem caule para se sustentar, tem folhas de lado que não se consegue. Então, o que acontece é seguinte, isso nos dá um tipo de estatística que eu acho que é muito interessante a gente pensar. O Brasil hoje é o 13º em publicações científicas no mundo, entre 50 países, e é o 43º na área de inovação. Essa é uma informação que acho que é interessante dizer por que nós não temos patentes. Porque a patente, quando você tem um conhecimento que vale a pena você inclusive patentear, porque se você simplesmente pesquisa e publica, já acabou a possibilidade de patentear. E a ideia está passando pra frente, no caso.

Eu já recebi um sino, deixa eu ver se consigo colocar aqui mais algumas coisas aqui, que acho que é interessante ser colocado. Eu acho que o Dr. Lauro, ele disse sobre o processo da necessidade de doutores. Eu disse aqui e gostaria de fazer apenas um acréscimo ao que ele disse. Eu acho que 20 mil é um número razoável para a gente começar a pensar em fazer ciência de profundidade na Amazônia. Não poderia ser menor do que um número desse, isso eu concordo. Mas também, eu acho que... Eu sei que ele sabe disso, talvez não tenha falado, mas ele concorda com esse raciocínio, nós precisamos também de outros tipos de profissionais treinados para participar desse processo que nós temos, de integração do processo de ciência, tecnologia e inovação, que são os especialistas, as pessoas como foi colocado aqui, precisam trabalhar. Como é que nós vamos fazer estrada na Amazônia, que chove o ano todo? Isso aí, na realidade, dificilmente

você vai encontrar doutores para fazer isso. Você vai precisar de gente com conhecimento, especialistas, formar gente e treinar gente para fazer. E várias outras pessoas colocaram aqui assuntos mais ou menos semelhantes de problema que precisa de ser resolvido, a área de energia para as pequenas comunidades, como é que você vai entender que uma comunidade pode melhorar a sua tecnologia se ela não tem energia elétrica? E como é que você vai manter o sistema de energia elétrica em comunidades isoladas? Eu acho que o país teve um erro grave na área de colonização quando foi dado um processo de que na realidade era muito mais importante você ocupar a área do que organizar processo de colonização. Isso foi um processo lá atrás que não adianta querer voltar agora, mas de certa forma você saiu espalhando gente pelas estradas e hoje o próprio extrativismo levou que essas pessoas também se isolassem naquele tipo de processo enorme que é a Amazônia e que muitas vezes, aí que eu digo, algumas críticas que se faz à Amazônia é que tem, por exemplo, o processo de queimar a floresta, ele é universal. Todos os países de clima tropical usam esse tipo de processo. Isso é um processo desenvolvido pelos índios. Porque como não tem adubo, você tem uma terra fértil, ao queimar ela aduba a terra. Nós precisamos dar adubo para esse cara, arranjar uma outra maneira de fazer com que esse indivíduo, essa pessoa possa deixar de desmatar. E aí está grande utilização de áreas, como foi dito me parece pelo Senador Flexa, que é exatamente utilizar as áreas que já estão alteradas, ele não precisa. Isso no resto do mundo nós já temos um exemplo. Aqueles países que a população cresceu muito rapidamente entraram agora em mineração que eles chamam, no caso. Aí sim você vai caminhar em direção de terras degradadas, porque você não tem como mais, em vez de ter dez anos para voltar na mesma terra que ele faz no rodízio dele de queima, de corte e queima, ele vai gastar cinco e quando começa a diminuir, aí sim você começa a minorar, chega a determinado ponto que você vai ter que abandonar aquelas áreas por degradação.

Então, só algumas considerações de uma maneira geral e eu acho que isso aí... Eu só gostaria de fazer um último comentário com relação ao conhecimento popular. Vocês vão me desculpar, eu não quero tirar o charme do conhecimento tradicional, mas eu acho que ali está a grande fortuna brasileira para trabalhar na Amazônia. Você fazer hoje uma pesquisa na floresta para desenvolver um novo produto ou descobrir uma nova molécula, a probabilidade de acertar, ela chega a ser um milhão por uma, que você tem no caso, isso é impossível você trabalhar desse jeito, o mundo não está trabalhando mais nesse sentido, ele está tentando encontrar determinados tipos de serviços e o CBA está fazendo estudo em cima disso, de aumentar essa probabilidade. Então você pode, por exemplo, hoje os caras estão estudando as bactérias dos que seriam as áreas de pressão. Se você tem pressão biológica, com certeza vai ter novas moléculas, coisas novas para colocar e uma dos maiores possibilidade que nós temos é exatamente o conhecimento tradicional, que você já tem gente que diz o seguinte: "Olha, isso faz efeito, isso tem função, isso entra..." Só que aí volta aquele problema que alguém também levantou, não sei quem foi, que é o problema da lei de acesso. Nós temos grandes problemas com essa lei e temos grandes... Hoje é uma Medida Provisória, existe uma lei [ininteligível], mas existe hoje o seguinte, por exemplo, hoje você já tem alguns tipos de consentimento, por exemplo, o CBA tem uma licença do CGEN para fazer coleta, fazer bioprospecção para uso econômico. O número disso que tem no Brasil não passa de três ou quatro que tem esse tipo de licença. Não existe nenhuma para você acessar o conhecimento tradicional. Nenhuma licença para você entrar no conhecimento tradicional. E quem fez isso, para tentar fazer isso, logicamente ninguém está dizendo que não tem que pagar os direitos e dar os valores e fazer as repartições de benefícios necessários em relação a isso. O que existe é que exatamente é muito difícil você trabalhar da maneira que está sendo feito hoje de acordo com as regulamentações que existem por aí no caso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Imar e passo a palavra à Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Vou tentar ser breve, para responder alguns desses questionamentos colocados pelos Srs. Senadores. O Senador Renato Casagrande coloca a pergunta de qual área de ciência e tecnologia que precisa ser fortalecida. A minha avaliação é de que existem muitas áreas do conhecimento na Amazônia que realmente precisam ser fortalecidas, mas tem uma particularmente, que tem muito poucos pesquisadores e os institutos de pesquisa não atacam muito fortemente. Em primeiro lugar, a água. Muito poucos pesquisadores trabalham com recursos hídricos na Amazônia, com... E nós precisamos ter ou um instituto próprio, já foi proposto pela SBPC um instituto da foz do Amazonas com essa missão, mas ainda não conseguimos estabelecer uma agenda de pesquisas com esse recurso, é importante para a região amazônica. Nós temos algumas áreas das ciências humanas também muito pouco abrangidas na Amazônia. Arqueologia, por exemplo, só existem

os arqueólogos do Museu Goeldi hoje, temos alguns poucos no Amapá, Universidade Federal do Pará tem contratado, mas ainda é muito pouco para o que precisa ser conhecido sobre a ocupação da região, os salvamentos arqueológicos... A cada grande projeto você vê... Com mineradores, você tem uma quantidade enorme de artefatos arqueológicos que são salvos e colocados nas reservas técnicas, principalmente no Museu Goeldi, hoje tem uma no Amapá e hoje no museu do Marajó. Eu diria outros, mais na frente vou falar especificamente de um caso muito sério onde nós estamos tendo uma crise grande, que é a de botânicos.

Com relação ao PAS, ele pergunta se atende às expectativas de um programa integrado. A minha avaliação, eu acompanhei um pouco o PAS, é de que ele atende para a integração de políticas públicas. Na área de ciência e tecnologia, da articulação de programas ele atende muito pouco ou eu diria até quase nada dessa... De articulação de programas ou planos de ciência, tecnologia.

O Senador Augusto Botelho nos pergunta sobre a questão específica da dificuldade que eu comentei aqui, o Dr. Imar também comentou, sobre a coleta, coleta de material biológico e acesso a recursos genéticos. Hoje o que está vigente é uma Medida Provisória, como ele falou, mas tem uma lei que deve vir ao Congresso Nacional, que é a PL de Acesso a Recursos Genéticos, e que essa Medida Provisória trouxe, a meu ver, um excessivo controle sobre as atividades dos pesquisadores. E o que está... Tanto com relação à CGEN e depois a normativa do SISBIO, um ligado a recursos genéticos, outro ligado a coleta de material biológico, mas é difícil para um pesquisador, um gestão de ciência, tecnologia dissociar a coleta de material biológico e de recursos genéticos. O excessivo controle acaba prejudicando, desestimulando as pessoas a entrarem nessa atividade. Então, hoje nós temos, por exemplo, a partir da implementação do SISBIO 2007, pouco estímulo a que novos pesquisadores na área de biodiversidade atuem e alguns pesquisadores já meio cansados desse excessivo controle, estão se dedicando à história da ciência, a outro tipo de atividade. Então, o que tem de propositivo? O MCT está discutindo nesse momento, por via da Secretaria Executiva, com os diretores dos institutos, principalmente o INPA, o Museu Goeldi e o Mamirauá a proposta do MCT para essa PL que vai chegar aos senhores. Então, nós estamos revendo esses conselhos, tanto o CGEN quanto o sistema de informação, que é o SISBIO, não achamos necessário que o SISBIO controle as atividades dos pesquisadores, essa é uma missão do MCT e, portanto, a ideia é que o CNPq faça o cadastro dos institutos de pesquisa, dos pesquisadores que trabalham com biodiversidade e não o SISBIO, que deveria estar cuidando das unidades de conservação e dos estudos e pesquisas desenvolvimento em unidade de conservação que é para isso que o Instituto Chico Mendes foi criado, não para coordenar as atividades de biodiversidade fora das unidades de conservação. Então, aí tem um acordo que tem que ser feito, uma negociação entre os Ministérios.

O Senador Geraldo Mesquita nos pergunta sobre os encontros regulares entre os gestores. No Pará... Na Amazônia nós temos o Fórum de Gestores Públicos da Amazônia, que é da SUDAM. Foi instituído acerca de cinco, seis anos atrás, teve no início uma atuação mais importante do que hoje, o ano passado eles voltaram e fizeram duas ou três reuniões, e acho que esse ano uma reunião e no passado duas. Continua a articulação dos fóruns dos gestores públicos. No Estado do Pará nós temos uma condição interessante, que é o Protocolo dos Institutos de Ensino e Pesquisa, que também foi criado cerca de seis anos atrás, atuou mais fortemente até dois ou três anos atrás, hoje está mais enfraquecido, mas por conta da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa, esses mesmos dirigentes dos institutos e universidades fazem parte do conselho da FAPESPA. Então, de certa forma nos reunimos durante... E discutimos ações importantes de C e T para o Estado do Pará. E aí temos os convênios estabelecidos entre as instituições com o Evandro Chagas, com a Embrapa, com o INPA, com as universidades, temos pós-graduações conjuntas, eu mostrei aqui quatro pós-graduações que o Museu Goeldi atua, sempre em conjunto com as universidades e institutos locais, e acho que esses fóruns são, além da SBPC que foi citado pelo Dr. Lauro, são fóruns importantes em que trocamos ideias com relação às ações de ciência e tecnologia para a região.

O Senador Flexa Ribeiro nos pergunta sobre o que é necessário, o que é preciso para trazer para a Amazônia o maior número de pesquisadores. Aí eu vejo três situações importantes, senador. Uma é a abertura de concursos públicos, sem a abertura de concursos públicos para os institutos de pesquisa, não há como fixar. As bolsas, elas podem atrair pesquisadores de fora, tem várias naturezas, pesquisadores doutores, pós-doutores, mas eles não se fixam na região, porque não está havendo concursos públicos na mesma intensidade em que há bolsas. Nós temos, só em termos de bolsa de capacitação institucional, por exemplo, que é as bolsas dadas pelo CNPq aos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós temos hoje no Museu Goeldi cerca de 50 bolsistas de nível mestrado, doutor e pôs doutor, contra 54 pesquisadores. Então, já temos quase que o equivalente de bolsistas e pesquisadores

no quadro... Do quadro da instituição. Então, a questão do... Dra. Elisabeth nos mostrou que o Evandro Chagas não tem concurso público há 23 anos. Não é o caso do Museu Goeldi, que tem tido concursos públicos nos últimos anos, mas muito aquém da sua necessidade. Todos os institutos já levaram ao Ministro da Ciência e Tecnologia a sua necessidade, ele já pleiteou junto ao Ministério de Orçamento e Gestão, mas não foi atendido no pleito, que seria cerca de três mil doutores para todos os institutos do MCT. Então, esse ano o Museu Goeldi só teve duas vagas para pesquisador e duas vagas para tecnologistas de nível superior. E outro é estímulo salarial, certamente hoje com carreira de C e T nós temos maior estímulo, os salários melhoraram, e hoje tem muito mais estímulo do que no passado, quando o pesquisador ganhava cerca de quatro, cinco mil reais, hoje ele ganha, no ápice da carreira, cerca de dez mil reais líquido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dra. Ima, desculpa interromper. O professor Lauro Morhy citou a existência de 2.800 profissionais da Ciência e Tecnologia. Isso envolve bolsistas, esse número, Dr. Lauro? Não, né? São profissionais.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: A atuação de dois mil doutores. Envolve alguns bolsistas, sim.

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu pergunto o seguinte, esses profissionais são profissionais já...

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: No mercado de trabalho? Já atuando?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, eles foram recrutados através de concursos públicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Geraldo quer saber se eles estão já estáveis, concursados.

SR. IMAR CÉSAR DE ARAÚJO: Se eles são efetivos ou parte deles são bolsistas?

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Parte deles, eu acredito que sejam bolsistas.

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LAURO MORHY: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

Esses números devem estar associando os doutores que estão pesquisadores e professores das universidades, e mais alguns bolsistas doutores com nível de pós-doutorado que estão na região com bolsas. Esse número deve estar representando isso. E a outra condição, então os concursos estímulos salarial e instituições consolidadas e com recursos, com orçamentos capazes de garantir agendas de pesquisa de longo prazo e comprometidas com que a Amazônia necessita. Então, essas três situações são *sine qua non* para que nós tenhamos, atraiamos mais doutores para a região amazônica.

A lei de inovação o Dr. Imar já falou, só gostaria de acrescentar que há dificuldade muito grande na sua implementação, não é fácil realmente implementar essa lei de inovação porque ela vai de encontro à legislação vigente com relação à questão orçamentária que eu coloquei aqui, ao modelo de como funciona a relação com o orçamento, com a... Então a instituição não pode receber recursos, por exemplo, hoje, na sua... Como fonte... Na fonte, sem que ela tenha o orçamento para garantir que esse recurso entre. Então, se eu me associo como empresa e eu não tenho orçamento capaz de receber esse recurso, eu tenho que me utilizar de outras alternativas que hoje ou até o ano que vem nós temos autorização, os institutos e universidades, de utilizarmos das fundações de apoio. Mas já há uma restrição, um acórdão do TCU que limita essa parceria entre as instituições de pesquisa e universidades com as fundações, isso deve estar sendo regulamentado nos próximos anos, então eu acredito que isso também vá prejudicar com relação à parceria com empresas, porque enquanto nós não mudarmos a forma de como os orçamentos chegam nas instituições e como... Se eu aumento a minha receita própria, o orçamento de receita própria, eu impacto o orçamento na fonte sem. Então, não é um orçamento extra. E aí dificulta para a manutenção da instituição. Então, essa equação tem que ser resolvida para que a lei de inovação possa ser de fato implementada.

E aí com relação aos doutores que eu gostaria de enfatizar com um pouco mais de cuidado, é a questão dos botânicos. Hoje há uma crise na Amazônia com relação à botânica. Nós temos hoje atuando na Amazônia, produzindo floras, trabalhando com formação de recursos humanos e produzindo *papers* de qualidade, muito poucos doutores, não chegam a 10 pesquisadores botânicos taxonomistas. São cinco, seis botânicos taxonomistas e isso equivale a um botânico para cada um milhão de quilômetros quadrados na Amazônia ou o equivalente a um botânico para cada 10 mil espécies de plantas. Só para comparar com a Grã-Bretanha, nós temos na Grã-Bretanha um botânico para 600 quilômetros quadrados ou um botânico para três espécies de plantas. Então, para vocês verem que o desafio do

conhecimento da biodiversidade, de plantas, quando nós estamos falando da valorização da floresta em pé, da valorização dos produtos de recursos naturais da Amazônia, tudo que a Embrapa aqui apresentou, a Dra. Beth falou e tudo que nós também apresentamos, o que nós temos já de espécies ameaçadas de extinção e tudo, vocês veem que há uma necessidade de um programa. Eu fiz um exercício rápido para o Estado do Pará, eu apresentei a fundação e a secretaria de ciência, tecnologia e nós precisaríamos hoje para triplicar o esforço que nós temos hoje, então ter de 15 a 20 botânicos atuando no Estado do Pará, nós precisaríamos de apenas três milhões de reais por mês contando com o salário deles, com bolsas de produtividade que seriam bolsas de apoio adicionais, com recursos para tratamento de floras, para levantamentos... São cerca de três a cinco milhões de reais, o que é nada. Por ano. Para que a principal instituição no Pará que tem feito isso é o Museu Goeldi, temos alguns outros poucos pesquisadores botânicos na UFRA, a Federal Rural, nenhuma na Universidade Federal do Pará, pelo menos em Belém, tem uma taxonomista em Santarém e um ou dois na Embrapa, não é Cláudio? Talvez um ou dois pesquisadores na Embrapa. Então, essa... Há uma crise dos botânicos na Amazônia, isso no passado já foi bem melhor do que é hoje, então acho que essa é uma área que tem que ser investido.

E com relação... Só para terminar, os trabalhos de brasileiros estrangeiros, as publicações, aí nós temos que dizer que esse reconhecimento dos pares que o Dr. Imar falou, ele é cada vez mais exigido do pesquisador, que ele faça... Produza e dissemine a sua produção em revistas indexadas nas principais bases de indexação do mundo, que é a base ISI, e poucas revistas brasileiras tem indexação nessa base ISI. Então, por conta disso, tanto os brasileiros quanto os pesquisadores estrangeiros ou os amazônidas brasileiros de outras regiões e os estrangeiros produzem o conhecimento, divulgam o conhecimento, seus *papers* são publicados nessas grandes revistas que tem essa indexação na base ISI, porque essa é a principal, digamos assim, fonte, base de dados e que todos os países, quando você diz o Brasil é o 13º, etc., se conta a publicação nessas bases de dados. Então, o que o Brasil já fez de esforço? Ele já investiu fortemente na indexação de suas revistas na base SciELO, que é uma outra base de dados que tem importância na América do Sul e houve investimento do CNPq forte para indexação dessas revistas, apoio, etc., algumas das revistas nós já temos indexadas, mas quando você vai partir para cursos de pós-graduação, aí a CAPES entra... Pena que o Dr. Jorge Guimarães não esteja aqui, com uma avaliação das revistas brasileiras baseadas na qualificação ISI, e não baseada na indexação SciELO. E aí entra em discussão, que é o que está sendo discutido com a comunidade científica nas sociedades científicas, nos institutos, etc., as revistas brasileiras, elas mesmo com todo o recurso que foi colocado para que essas revistas melhorassem de qualidade, quando chega na avaliação da pós-graduação, ela não é contabilizada no mesmo nível que nós gostaríamos que fosse e aí alguns cursos que têm seus pesquisadores publicando mais em revistas indexadas na base SciELO não são contabilizados com conceito melhor. Então, há toda uma avaliação da CAPES dos periódicos brasileiros e alguns bons periódicos que têm melhorado bastante, que tem... Mas ainda não chegou na qualificação do ISI, ficaram com uma qualificação bem baixa. Então, essa discussão, ela está ocorrendo, deverá ser discutida na SBPC e tudo isso influencia de onde o brasileiro e o amazônida, em particular, está produzindo. Então eu, como pesquisadora, para melhorar o curso de pós-graduação em botânica, do qual eu faço parte, eu tenho que publicar nas melhores revistas internacionais e infelizmente não estão no Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Ima e me preocupo de colocar mais uma espécie na lista das de extinção, que são os botânicos, pelo que a senhora acabou de nos dizer aqui. Mais uma preocupação, Senador Augusto Botelho, são tantas espécies em extinção que eu me preocupo que nós, nós os humanos, estejamos também daqui a pouco incluídos nessa lista.

Passo a palavra à Dra. Elisabeth.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Começando pela pergunta da Ima, esse assunto é... Eu concordo com que o colega da Embrapa disse, com que ela disse, mas é um assunto que precisa de muito mais discussão, aqui não é um fórum e eu vou pular. Fixação de pesquisadores também é um assunto difícil de discutir aqui, mas, sobretudo o que eu vejo aqui das perguntas é o seguinte. Senadores, a gente não precisa na Amazônia só de recursos, a gente precisa que mudem muitas regras, que se discutam regras, porque se vocês mandarem dinheiro e essas regras continuarem do mesmo jeito, não vai adiantar nada. A Ima diz que precisaria de uma coisa ridícula para contratar não sei quantos botânicos lá, pois se mandarem esse dinheiro para ela, ela não vai poder contratar mesmo, porque eu tenho dinheiro e não posso contratar, viu? Quer dizer, dinheiro nesse país não parece ser o problema. Agora, as regras... Bom, agora o Ministério do Planejamento, eles simplesmente não querem que a gente trabalhe. Se, aliás, servidor público é assim, se ele não fizer nada, ninguém lhe cobra isso. Então, ele pode receber o dinheiro dele no fim do mês

e não fazer nada, e ninguém cobra. Agora, se quiser trabalhar, é uma trabalheira danada, é horrível. Então, não adianta só dinheiro, tem que ter regras mudadas com urgência.

Sobre nós não nos encontrarmos, olhe, eu concordo com que os colegas dizem, a gente não se encontra suficiente. Entretanto, um mecanismo, os mecanismos que a Ima listou estão ótimos. E tem uma coisa que as financiadoras fizeram e que ajuda muito, como agora você precisa ter projetos interdisciplinares e multiinstitucionais, isto na verdade fez mais para forçar as instituições a terem interlocução uma com a outra do que todas as regras anteriores. Alguém... Mas acho que foi o Senador que já não está aqui, falou em desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Eu nem ia falar isso, mas... Desenvolvimento sustentável já é uma coisa complicada, se você pensa em desenvolvimento sustentável com modelo de desenvolvimento que o mundo inteiro usa, a gente chega assim na situação de que eles nem são compatíveis. Então, a gente deixa o modelo aí e a gente vai fazendo o possível para que seja sustentável, mas há uma incompatibilidade fundamental entre falar em desenvolvimento sustentável e adotar um modelo de desenvolvimento que o mundo inteiro usa e a gente também, apesar de criticar, usa.

Bom, falta a Coordenação-Geral, Senador. Olha, só adiantaria um Ministério para a Amazônia se ele fosse forte, e não vai ser. Então, tudo que eu queria é ter um escritório dentro do Ministério do Desenvolvimento, um escritório que chegasse lá e defendesse a Amazônia, visse todas as coisas, que não deixasse a Amazônia ser surpreendida como a gente é de vez em quando e a última foi essas regras que mudaram pra gente dar bolsa. No instituto Evandro Chagas, 51% dos servidores nossos são bolsistas. Eu só tenho 48 e pouco de pesquisadores reais. Que daqui para 2011, 49% desses pouquinhos que são da casa já vão poder se aposentar, se vão se aposentar ou não eu não sei, mas já poderiam, se quisessem. E hão de convir, desses 51% de bolsistas, tem bolsistas a 15, 20 anos na instituição. Quer dizer, é até uma incompatibilidade legal você ter uma pessoa durante tanto tempo passando de uma bolsa para outra e agora o poderoso Ministério do Planejamento, eu nem quero falar mal dele, porque a gente está precisando de concurso e eles é que estão tratando disso. Mas veja lá, eles dizem assim: "Não, o serviço público não pode ter bolsa, porque bolsa caracteriza salário que no serviço público só pode ser feito com concurso". Droga, claro que é! Eles querem o quê? Que a gente trabalhe como? Que a gente cresça como? Ou porque dizem "A Amazônia não pode crescer" a gente vai ficar lá quietinho? Não. Aliás, somos quietos até demais. Mas, então, se eles botam uma regra dessa, você vai fazer como? Então, veja bem, depois de uma luta enorme, a gente conseguiu apesar de querer o concurso, estou farta de saber que nem toda pessoa inteligente, boa pesquisadora, aplicada e tudo vai passar no concurso. Isso já estou partindo do princípio de que vai sair esse ano, se Deus quiser. Então, aí faz o concurso, eu espero que a maioria passe. E aquele inteligente, inovador, importante para a instituição, fazer o que com ele? Dizer: "Tu não passastes, vai embora", mas nem pensar.

Então, já queria ter um recurso, uma maneira de conservar a bolsa até o outro concurso, para ver se ele passava. Agora, aí conseguimos dinheiro no Ministério da Saúde durante... A garantia de que durante dois anos, tendo que renovar, claro, a gente conseguiria dinheiro. Agora, não posso, o dinheiro está lá e eu não posso. Porque... E bolsa no serviço público é salário, o que é verdade. E eles mudaram essa regra antes de resolver os problemas outros. Então, complicado, só dinheiro não adianta.

Alguém falou... Eu não lembro quem. Mas eu acho que foi ainda o senhor. Que a gente precisa da tecnologia de ponta, complicada, mas também precisa de tecnologias em nível mais baixos. Eu diria, Senador, que a gente precisa de tecnologia em vários níveis de apropriação, quer dizer, a gente tanto precisa ser apropriado uma tecnologia como aquela que você tem... Falou lá para os garimpeiros, basta diminuir a inclinação da Cobra Fumando que a produção de vocês, a recuperação do ouro vai ser maior, tanto precisamos dessa, como aquela que eu preciso assim das brilhantes inteligências que isso a gente tem.

Eu não vou responder coisas que acho que já foram otimamente respondidas. Levar pesquisadores para a Amazônia. Eu concordo com a Ima e por isso eu repito que é preciso sobretudo concurso público. Agora, concursos públicos, veja bem, a Amazônia. Aí você vai fazer... O concurso tem que ser para o país inteiro. Aí você vai fazer um concurso aqui na Amazônia, passa. Assim que passa você pergunta logo: "Quanto tempo eu posso ficar na Amazônia antes de pedir transferência para lá?". Isso é uma droga, não pode ser. Isso é regra. Tem que ter regras diferentes. Porque senão isso vai continuar acontecendo. Aí você a duras penas consegue um concurso, consegue a vaga, o "desinfeliz" vai para lá e daí a três anos volta para o Sul Maravilha. Ora, não tem condição.

A lei de inovação que eu não conheço tão bem quanto à Ima, eu conheço um pouquinho de nada, é melhor que ela exista do que não exista. Agora, eu gostaria que ela tivesse sido mais discutida e eu... Às vezes eu... Não, é melhor não... Não, de jeito nenhum.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aqui é um ambiente democrático, pode falar.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Não vai ninguém concordar comigo nessa Mesa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale. É bom a gente ouvir o contraditório.

SRA. ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS: Não, eu só ia dizer que às vezes eu achava que ela é assim um instrumento muito bom para conferir um valor econômico para o conhecimento. E eu, no fundo do que eu penso, ainda que nem sempre tenha coragem de defender, não sei se o conhecimento não devia ser mais de todo mundo... Então era uma coisa que dentro dessa lei a gente precisaria ver.

Ensino básico. O meu Estado, que nem sempre ele faz as coisas assim tão próprias, ele tem um programa que já começa a fixar no nível fundamental, no ensino fundamental. A gente lá no instituto chama de PIBiquinho, não que seja esse o nome, é que eu não me lembro o nome, mas é um PIBIC que... Ah é, PIBIC Júnior. Ele começa a agregar alunos no ensino médio, isso é bom, mas quando eu me referi ao ensino médio, quero ao menos que eles saiam do ensino sabendo ler, o que não está acontecendo muito, né? Mas tem esse PIBiquinho, que é uma boa ideia.

Quantos pesquisadores na Amazônia, eu não vou entrar nisso. Outra coisa, pesquisas ou trabalhos publicados. Acontece muitas vezes que um pesquisador estrangeiro desenvolve dentro de uma instituição um trabalho de pesquisa. Como o potencial e a... O estrangeiro geralmente ele é mais convencido do que o nosso pesquisador de publicar logo. Então, às vezes uma pesquisa da qual aquele estrangeiro participou, nem foi o pesquisador mais importante, mas ele acaba publicando mais que os nossos pesquisadores, e todas aquelas outras regras também precisam ser vistas.

Nosso colega da Embrapa lá pelas tantas disse que quem paga a conta é o pesquisador e tudo. Não, quem paga a conta de tudo nesse país é mesmo a população. Inclusive dos nossos salários, bons ou maus, das nossas pesquisas apropriadas ou não, com bons resultados ou não. Ele não recebe o resultado, mas quem pagou a conta foi ele, e paga adiantado.

Aqui fiz uma nota que não sei o que é. Essas dificuldades que o Goeldi e outras instituições têm com essas regras que estão sendo de controlar o pesquisador, pesquisador e eu sou, posso dizer, pesquisador é muito abusado. Eu acho que precisa das regras, sim. Agora, veja, lá no Instituto Evandro Chagas, a gente tem usado essas licenças para a instituição. Então, a gente sempre encara como licenças que devem ser dadas para a instituição. Quer seja na própria... Como é aquele... A gente sempre pede uma... É a instituição que precisa fazer isso, nós não temos tido problema. Eu não sei no SISBIO, eu estou por fora desse negócio de se a gente tem tido dificuldade ou não, mas no CGEN e licenças para ter animais e tudo, e como ninguém protege o homem e a nossa maior pesquisa é com homem, não tem ninguém que me impeça de ir lá e é sobre tudo isso que a gente faz. A gente vai investigar homem, ninguém protege, por enquanto está bom para nós [risos].

Eu acho que... Eu não entendi duas coisas. Mas já está na hora, vocês desculpem, eu comi um pedaço de chocolate ainda agora, porque eu sou diabética, tomo insulina, e eu já estava à beira de uma hipoglicemia, aí tive que comer o chocolate. Mas, mais uma vez obrigada. E as instituições, e eu sabemos que estou falando por todas as que estão aqui, estão à disposição dos senhores, Senadores. Porque não é só vocês esperarem que a gente venha pedir para vocês. Quando vocês terem uma nota técnica, telefone. Na sexta-feira, às sete horas da noite, que o nosso Ministro da Saúde faz isso, e a gente vai trabalhar sábado e domingo e vai mandar para os senhores terem segunda-feira. Porque isso é o que essas nossas instituições fazem. Elas respondem bem. E o que nós estamos pedindo aqui é que os senhores respondam bem para nós também. Mas não é só dinheiro, viu? Se as regras não mudarem... Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Elisabeth Santos, diretora do Instituto Evandro Chagas, e Dra. Elisabeth, a solicitação que nós fazemos a V. Sas. é no sentido... V.Exa. terminou dizendo que as regras... A Dra. Ima falou sobre o mesmo assunto... Que precisam ser alteradas, essa é a função do Legislativo. Então, essas alterações para que possa funcionar melhor o sistema de ciência e tecnologia, vocês podem nos encaminhar essas sugestões que nós fazemos o processo legislativo sobre elas. E vão nos ajudar a defender, porque muitas delas o Executivo vai querer impedir que haja a mudança. Então, nós vamos fazer essa parceria com vocês, no sentido de que chegando a sugestão, nós possamos abrir o projeto legislativo e com o acompanhamento aprovado, para que eles possam vir a facilitar pelas mudanças que vocês... Que V. Sas entendem necessárias, a gente possa realmente consolidar o sistema de ciência e tecnologia no Brasil como um todo, porque as regras são para o nosso país.

Nosso convidado a responder os questionamentos, para encerrar a nossa Audiência Pública, Dr. Cláudio Carvalho, chefe geral da Embrapa Amazônia oriental.

SR. CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO: Bom, eu vou tentar ser bem rápido, porque já estamos bem avançados na hora, mas é uma excelente oportunidade de debate.

Bom, eu queria falar primeiro, vou começar de trás para frente, falando sobre alguns questionamentos que o Senador Flexa Ribeiro fez a respeito da questão do que se debateu aqui sobre patentes e trabalhos publicados, acho que as coisas, elas andam um pouco imbricadas nas instituições de ciência e tecnologia. A Embrapa é um pouco especial, porque nós somos uma empresa que visa a produção de tecnologia, produtos e serviços. Então, para nós, o nosso pesquisador, ele é orientado, a política da empresa orienta que nós façamos pesquisas objetivando um produto e os *papers* são decorrência. E nós temos feito isso e isso tem dado certo. Eu acho que grande parte dos pesquisadores da Embrapa, a Dra. Joana Doberainer era um exemplo disso, e mesmo hoje o nosso Presidente, o nosso atual Diretor Presidente que está aí, o Pedro Arraes, eles são exemplo disso, que trabalharam com variedade de feijão, com fixação de nitrogênio e etc., conseguiram um produto e mesmo assim... E além de conseguir o produto tem ainda reconhecimento científico com trabalhos publicados em revistas internacionais. Haja vista a questão agora de inoculante para a cana, que é uma das grandes aquisições, uma das grandes inovações que vai permitir uma economia enorme de nitrogênio. Mas enfim, eu acho que a orientação pode ser essa.

Agora, o que existe também na questão das patentes é que normalmente nos países de ponta as patentes elas surgem muito na academia. E nós temos universidades enfraquecidas quanto a esse aspecto. A gente tem muita dificuldade dentro da Embrapa em atuar junto com as universidades, porque nosso enfoque, o nosso ritmo é um pouco outro. Nós objetivamos o produto enquanto eles têm mais a questão do saber pelo saber, e nós estamos mais orientados, a pesquisa mais orientada a produzir algum serviço, alguma coisa. Mas enfim, hoje em dia com o advento das FAPs, Fundações de Apoio às Agências de Fomento, inclusive o Pará acaba de ter a dele agora, graças a Deus, que a Amazônia já tinha, outros estados já tinham e nós temos agora, acho que vai dar uma grande alavancada e vai ser um incentivo, e a instalação de parques tecnológicos. O nosso exemplo de associação, esse caso nosso da associação da Embrapa com parques tecnológicos que são da Universidade Federal do Pará, nós vamos querer trabalhar isso muito minuciosamente, para ver se esse modelo pode ser instalado e eu tenho a impressão que se isso já funciona em outros estados, tem que funcionar para nós também. Então, nós estamos muito implicados e muito aplicados em fazer com que isso funcione, acho que as FAPs e os parques tecnológicos. Eu tenho a impressão que a coisa por aí se nós fôssemos adentrar por esse aspecto, nós teríamos muito ganho muito grande no número de patentes. Aqui também o CBA criou uma grande expectativa na gente e ele tem um problema, me perdoe Imar, de falar, mas é porque a questão da... A governança no começo do CBA teve alguns problemas, mas agora o CBA está [ininteligível] e eu acho que é uma excelente oportunidade de associação do CBA com a Embrapa, sobretudo a Embrapa Amazônia oriental, ocidental, a gente tem até um certo ciúme do INPA também, que está mais perto de vocês, tem mais acesso. O CBA é magnífico, ele tem uma capacidade instalada enorme. Eu tenho a impressão que aí é outra vertente que nós vamos poder alavancar mais patentes e processos e que vai colaborar bastante.

Agora, Senador Flexa, quanto à questão da fixação dos pesquisadores na Amazônia, além de tudo que já foi dito, necessidade de concurso, etc., existe uma coisa que se chama salário e condições de trabalho. Eu, mais do que ninguém, dessas instituições todas, está vivendo um drama hoje e nós estamos renovando 60% do nosso quadro, 60% do quadro de pesquisadores. E o pior, devido à crueldade legal que nós só podemos abrir uma vaga 18 meses depois que a folha roda vazia, o conhecimento tácito daquele pesquisador que sai não passa para o próximo, ou seja, e nós estamos captando gente com doutorado já no mercado de trabalho. Pessoas novas e que estão entrando sem aquele conhecimento e sem o tratamento de corporação que nós damos na Embrapa, porque na Embrapa nós temos todo um pensamento orientado para a instituição, então as pessoas entram sem esse pensamento institucional e com muito viés de academia, que para nós, em princípio, no começo é um pouco um obstáculo. Mas que nós estamos conseguindo contrapor isso e envolvendo esses pesquisadores em equipe mais experientes. Isso está sendo um problema para nós. Então, salário e condições de trabalho é fundamental. A pessoa vem do Sul, chega aqui, se ela tem um bom salário, ela até fica um pouco, mas se ela não tem condições de trabalho para estar publicando, para fazer coisas para progredir o conhecimento dela, fica muito difícil, então, se nós não temos laboratórios modernos, se não temos instalações condizentes, por exemplo, a biotecnologia, nós temos um problema seriíssimo para fixar as pessoas aqui. As pessoas normalmente vão embora e saem e vão para outros lugares mais adiantados. Nós tivemos um pesquisador em biotecnologia que durou três meses no nosso Centro e não conseguiu fazer o que ele queria e teve que ir

embora, ele trabalhava com proteínas modificadas, e na época nós não tínhamos como fixar essa pessoa lá. Então, uma das coisas a se fazer é isso, é investir bastante em condições de trabalho.

Bom, agora eu queria passar às considerações que o Senador Mozarildo Cavalcanti fez também, e eu concordo com ele, que nós temos que ter uma ação integrada e complementar entre as nossas instituições com uma agenda comum para a Amazônia, para a solução dos nossos problemas mais emergentes. Porque é a consolidação da fronteira aberta, dos espaços, estudar a biodiversidade, os impactos, ter números sobre isso. Ter números sobre a biodiversidade, sobre os impactos. Nós temos que ter isso. Para poder lidar com as críticas, nós temos que ter contracríticas e para ter contracríticas nós temos que ter números. É só assim que se convence as pessoas. E também eu concordo com ele, tem que se fugir um pouco do maniqueísmo, desse maniqueísmo do bom e mal, do certo e errado, de mata e não desmata, e colocar inteligência em cima disso. Eu tenho a impressão que se nós não... Tenho certeza, e as pessoas estão cada vez mais convencidas disso, se nós não colocarmos inteligência nisso, nós vamos ficar nessa lengalenga eternamente e ninguém vai dar um passo adiante na questão da Amazônia, do desmatamento, etc.

A questão do extrativismo, eu cito aqui... O extrativismo ele funciona até certo ponto, porque à medida que a pressão aumenta sobre o produto extrativo, esse produto extrativo fica escasso e se torna mais longe. O Oma(F) têm excelentes trabalhos mostrando isso. Por exemplo, o pau-brasil é um bom exemplo de produto extrativo que acabou, o pau rosa é outro produto extrativo que acabou. Então, para nós trabalharmos com as nossas... Nosso produto da biodiversidade, como por exemplo, andiroba, copaíba, etc., nós temos que ter sistemas produtivos, nós temos que colocar essas plantas em sistema produtivo. Tem que domesticar e ter sistema produtivo, sistema de produção. Senão, fica muito difícil. Já estou acabando. Deixa eu ver aqui agora...

O Senador Augusto Botelho também de Roraima, ele falou de bacaba, andiroba e tucumã, exatamente aí senador, o papel da Embrapa é colocar isso em escala, domesticar. Mas, nós temos uma coisa a mais que vale muito dinheiro e que ninguém paga. Nós fizemos pelo menos três expedições botânicas, o Dr. Rubens Lima, que é o nosso decano, já foi diretor duas vezes na nossa instituição, ele fez três expedições científicas em que ele arrebanhou uma grande parte de hemoplasma dessas plantas todas que estão lá no nosso centro. Então, nós temos uma diversidade muito boa para trabalhar melhoramento genético e inclusive como eu mostrei, o tucumã sem espinho, que já é um avanço bom para o manejo. Então, isso nós temos que fazer... O nosso papel é justamente esse, é criar escala qualquer pessoa diz: "Quero 100 toneladas de óleo de copaíba". Como é que faz? Não faz, ninguém tem. Então é isso, é criar escala.

E também na questão de registro de espécie de seres vivos, nós temos que prestar muita atenção porque nós temos tido já... Está havendo... Estão havendo pesquisas muito sérias sobre fungos e bactérias daqui do solo da Amazônia que são mobilizadores de fosfato. Se a pessoa... Os grupos conseguirem isso aí, isso vai ser um avanço enorme, porque vai nos economizar muito em fertilizante, mas é uma fronteira muito longínqua, a meu ver, de ser atingida.

Agora, a questão que foi colocada pelo Senador Geraldo Mesquita, sobre tecnologias sem fogo, qual a extensão e a possibilidade de transformar essa aplicação ficar mais corrente, eu acho, senador, que nós temos muito que avançar no lado legal disso. Justamente gerar políticas públicas. A Embrapa hoje tem no seu portfólio tecnologias sem uso de fogo para três níveis. Um produtor que não tem dinheiro nem para comprar um enxadão e que vive da plantação de mandioca em termos de arrancador, e nós conseguimos dobrar a produção dele, tem tecnologia para o médio, o médio grande produtor que é o Sistema Bragantino e tem aquele sistema sem queima que o senhor ouviu. Então, a questão... A filosofia é: Trocar fogo por fosfato, a gente queima para obter fósforo e para obter uma neutralização do solo. É por isso que o caboclo queima, além de limpar o terreno, porque é insano você limpar o terreno com uma foice. Só quem já experimentou fazer isso sabe o quanto pesa. Então, quanto à tecnologia que usa aquele trator, nós estamos já tentando colocar produto mais barato, que sejam mais em conta e agir na forma de patrulhas mecanizadas. E eu acho que já está na hora de nós começarmos um grande programa de não utilização de fogo na Amazônia, só com isso nós vamos preservar muito a biodiversidade, porque triturando nós conseguimos manter o raizame, o banco de sementes, etc. Então, seria uma coisa que eu queria colocar.

Bom, o Senador Casagrande, ele perguntou se o PAS atende às necessidades. Eu acho que o PAS, se não fizesse nada demais, só fizesse o zoneamento, por exemplo, no nosso Estado do Pará, já seria de enorme valia. Porque isso para mim, ordenamento territorial e a regularização fundiária, é tudo que esse estado quer para poder crescer e crescer bem. Nós todos sabemos disso.

Agora, à minha colega do Evandro Chagas, eu queria falar para ela o seguinte, que nós temos condi-

ções hoje de produzir um boi que nós chamamos de boi verde, que é o boi a pasto. E dentro do programa de boas práticas e com a instalação do laboratório de qualidade do leite, nós vamos poder rastrear, por exemplo, resíduo de pesticida, resíduo de hormônios em todos esses produtos. Então, é novamente a inteligência e tecnologia que tem que ser usada para contrapor nosso problema.

E o choro final é a questão de levar para os nossos Senadores uma provocação que seria tentar ver alguma forma de nos melhorar na agilidade de contratação, compras e cooperações. E outro tratamento para nós além da Lei 8.666, quer dizer, a Lei 8.666 nos impede muito de nós termos um desempenho muito melhor, são algemas que nos colocaram. E redução também de impostos para nós. Por exemplo, taxistas compram carro com redução de impostos e nós do serviço público compramos com preço cheio. Então, se nós retirássemos impostos para fazer a compra de veículos, tratores e equipamentos em grande parte, seria uma imensa ajuda e uma enorme economia até para o fundo da União.

Seriam essas as minhas considerações. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Cláudio, Diretor-Geral da Embrapa Amazônia oriental e a todos os nossos convidados, que de forma brilhante trouxeram aqui informações da maior importância, para que nós possamos dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia.

E ao finalizar, reitero a solicitação que fiz no início e por várias vezes de que V. Sas. encaminhem aos parlamentares, aos Senadores propostas de alterações da legislação vigente que possa vir a ajudar a consolidar e ampliar o sistema de ciência e tecnologia na Amazônia e no Brasil.

Agradecendo a todos, dou por encerrada a nossa Audiência Pública de hoje.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

EDIÇÃO DE HOJE: 1224 PÁGINAS

(OS: 15026/2009)